

2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

TECENDO O INTERCÂMBIO:
O DESAFIO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
11 a 14 de setembro de 2007. UFRJ - Rio de Janeiro, RJ.

ANAIIS

Edição: Volume 2 - 2007
ISSN 2764-3891

REALIZAÇÃO:



2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

APRESENTAÇÃO

Os estudos sobre agricultura e o mundo rural no Brasil têm-se multiplicado nos últimos anos, em diversas instituições universitárias e em numerosos centros de pesquisa especializados. Entidades como ANPOCS, SOBER, ABA, SBS, ANPEC, ANPUH, ANPPAS e AGB, entre outras, têm se constituído em espaço de discussão desses temas. Mas, embora a inserção nessas instituições tem se mostrado extremamente positiva, estimulando o diálogo entre os estudos sobre o rural e os demais campos temáticos das ciências sociais, não tem sido suficiente. Frente a demanda por um espaço específico de intercâmbio, foi criada a Rede de Estudos Rurais, um espaço de caráter interdisciplinar e inter-institucional, com um modelo flexível, sensível às questões emergentes no debate nacional e capaz de identificar novos temas, evitando a cristalização de grupos de pesquisa previamente recortados.

A proposta deste segundo encontro é aprofundar o debate sobre temas relacionados ao mundo rural brasileiro, desde o debate sobre os produtos transgênicos, luta pela terra e conflitos no campo, as disputas políticas em torno do significado e importância do agronegócio à emergência de novas formas de organização social no campo.



DIRETORIA

COORDENAÇÃO NACIONAL

Marie de Nazouth B. Wonderley (UFFE)

Sonia M.PP. Berg (UNICAMP/FEAGRI)

Alfo Brandenburg (UFPR/MADE)

Roberto José Marsin (UFRRJ/CPDA)

Daha Mans (EMBRAPA/PA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Roberto José Mani (UFRRJ/CPDA)

Ga Mário Giuliani (UFRRJ/IFCS/PPESA)

Elisa Geomra de Castro (UFRRJ/BLCS)

Fetime Portillo (UFRRJ)

Delma Pessanta Neves (UFF)

Cinar Augerito da Rós (UFRRJ)

Georges Flexor (UFRRJ)

Mertzaile Emandez Macedo (UERJ)

Marcelo Roun (UFF)

Ana Paula Frage Balle (UNICAMP) Coman Silvio Androll (UNICAMP)

José Carlos Alves Parei (UNICAMP)

Caroline Accuja Bandula (UFRRJ) Janaina Tuttle Sevi (UFRRJ)

lilion Cardeim (UFRRJ)

Main Marties (UFRRJ)

Raquel Giffoni Fiem (UFRRJ)

SUMÁRIO

GT1. A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA	10
“ACESSO” À TERRA E A PRESENÇA TOLERADA DOS “IRREGULARES”: AS TENSÕES ENFRENTADAS PELOS ASSENTADOS DO PAE-SF	11
A AGRICULTURA FAMILIAR E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO ÂMBITO DO PROJETO JAÍBA	20
A CULTURA JURÍDICA REVELADA NOS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NOS ASSENTAMENTOS NOVO HORIZONTE (ANOS 80) OZIEL ALVES I (2007), CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	34
A FRONTEIRA AGRÍCOLA E A MIGRAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA - NOVAS QUESTÕES, ANTIGOS DEBATES	45
A LUTA PELA TERRA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO SERTÃO PARAIBANO: QUESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA.....	58
A PROPRIEDADE DA TERRA NA LEGISLAÇÃO DO SÉCULO XIX: SIGNIFICADOS E DEFINIÇÕES	71
AS LIGAS CAMPONESAS E A LUTA PELA TERRA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960	91
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SENTIDOS DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL	103
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DISCURSOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGRICULTURA PATRONAL PARA A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	115
DA TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS À SUA PRÁTICA NO MEIO RURAL.....	127
INSTITUCIONALIZAÇÃO E NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA AGRÁRIA NO SUDESTE	141
JUDICIALIZAÇÃO E CONFLITO DE TERRA NO PARÁ – REFLEXÕES A PARTIR DE UM JULGAMENTO NA VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA.	155
LÓGICAS SOCIOCULTURAIS E ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO MENINA DOS OLHOS DOS SEM-TERRA	165

MEMÓRIAS DE PITORÓ DOS PRETOS	181
MUDANÇA INSTITUCIONAL E OS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO NO ASSENTAMENTO JOSÉ ANTÔNIO EUFROSINO (PB)	195
O AGRÁRIO EM QUESTÃO: UMA LEITURA SOBRE A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE DO PARÁ	211
O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL A PARTIR DA DICOTOMIA URBANA E RURAL.....	229
PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO BRASIL: IDENTIDADE, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E PROJETO ..	242
REFORMA AGRÁRIA POR DESAPROPRIAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO: PROCESSOS DE (NÃO)CONSTRUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL ASSOCIATIVISTA	258
TERRA E TRABALHO: A TRAJETÓRIA DE TRABALHADORES IDOSOS DO ACAMPAMENTO MÁRIO LAGO DE RIBEIRÃO PRETO, SP.	274
TERRAS DE PRETO: TERRAS DE LUTA – O CASO DE RINCÃO DOS MARTIMIANOS, RESTINGA SECA/RS.....	283
TIPIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA REGIÃO DE ANDRADINA-SP, A PARTIR DAS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	294
UM DIAGNÓSTICO DA REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA	311
UM PANORAMA SOCIOECONÔMICO DO ASSENTAMENTO BELA VISTA.....	327

GT2. INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL

.....	343
A AGROECOLOGIA E OS CURSOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA PELA ÓTICA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL CONSTRUTIVISTA	344
A MUTIDISCIPLINARIDADE NO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS	358
A RELAÇÃO AMBIENTE E SOCIEDADE: O CASO DA COMUNIDADE RURAL DE MERGULHÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.	371
AGRICULTURA FAMILIAR, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA ALIMENTAR NO RURAL.....	388
AGROECOLOGIA E RACIONALIDADE AMBIENTAL: A AGROECOLOGIA COMO RACIONALIDADE PRODUTIVA ALTERNATIVA RECONSTRUTIVA DAS RELAÇÕES HOMEM/NATUREZA.....	404
AS DIFERENTES FACES DA AMBIENTALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA – O CASO DO MÉDIO RIO JURUÁ.....	417
AS LÓGICAS DA MUDANÇA TÉCNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS PARA SE PENSAR A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....	432
CAFEICULTURA FAMILIAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	456

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO NOROESTE DO RS - REFLEXÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ÁREAS DE CAMPONESES.....	467
CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E SEUS USOS NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO: GENEALOGIA DE DUAS LEIS AMBIENTAIS E DA CRIAÇÃO DE DUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	481
CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO, A LEGISLAÇÃO E QUALIDADE DA ÁGUA NA AGRICULTURA: UM ESTUDO NA BACIA DO RIO GRANDE	495
DE FAZENDA DE CAFÉ À ÁREA DE PRESERVAÇÃO. ESTUDO DE CASO DA FAZENDA JATAHY/SP	529
EXTINÇÃO DA BIODIVERSIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES RURAIS: PARADIGMAS E PARADOXOS PARA UMA AVALIAÇÃO JURÍDICA CONTEMPORÂNEA	546
MUDANÇA AMBIENTAL E A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO.....	561
MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA AGROECOLOGIA E SUA CARACTERIZAÇÃO ENQUANTO AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.....	576
O AGRÁRIO E O AMBIENTAL NA GESTÃO DE ÁGUAS	589
O AGRÁRIO, O AGRÍCOLA E O MEIO AMBIENTE: TRINÔMIO DA LUTA DE UM POVO NA AMAZÔNIA	605
O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP).....	626
O INCRARJ E A FUNÇÃO SOCIAL AMBIENTAL DA PROPRIEDADE.....	642
OS DESAFIOS DAS PROPRIEDADES RURAIS NA INTERFACE RURAL-URBANO DA METRÓPOLE PAULISTANA	658
OS DESAFIOS NA RELAÇÃO AMBIENTE E SOCIEDADE NA PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: DIÁLOGO EFETIVO OU PARASITISMO MÚTUO DE LINGUAGEM?	676
OS TERRITÓRIOS RURAIS COMO ESPAÇOS DE DISPUTA POR MODELOS ALTERNATIVOS DE OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DE 4 ANOS DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL.....	693
PESCA ARTESANAL, ETNOBIOLOGIA E ETNOICHTIOLOGIA NA COLÔNIA DE PESCADORES SÃO PEDRO (Z3), PELOTAS, RS.....	717
SEMENTES CRIOULAS, CAMPESINATO E ECOLOGIA EM FOCO.	731
SOJA ORGÂNICA VERSUS SOJA TRANSGÊNICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE EFEITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA TECNOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO NOROESTE GAÚCHO.....	746
TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: AÇÕES COLETIVAS E IDENTIDADES	762

¿TIERRA Y LIBERTAD? EMANCIPAÇÃO E AUTOGOVERNO ENTRE COMUNIDADES INDÍGENAS CAMPESINAS NO MÉXICO CONTEMPORÂNEO	775
A APOSENTADORIA NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DOS IDOSOS NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA (PB): QUESTÕES DA CONTEMPORANEIDADE	795
A ATUAÇÃO DAS ONGS NO ESPAÇO RURAL FLUMINENSE: O CASO DO IDACO.....	810
A CONTRIBUIÇÃO DE NORBERT ELIAS E DE ALFRED SCHUTZ PARA OS ESTUDOS SOBRE JUVENTUDES	824
A EXPERIÊNCIA DO SINDICALISMO RURAL DA CUT NO RIO GRANDE DO NORTE	845
A ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSES NO PROJETO UNAÍ	868
AS OFICINAS TERRITORIAIS COMO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DE CONFLITOS SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO. ESTUDO A PARTIR DO CONSELHO TERRITORIAL NOROESTE FLUMINENSE (CTNF, RJ)	875
ASSALARIADOS DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS E ORGANIZAÇÃO SINDICAL: O CASO DO VALE DO RIO DOCE EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1990	892
CAMINHOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: ESTUDO PRELIMINAR ACERCA DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE CIDADANIA, NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA – CE	906
CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS RELAÇÕES NO CAMPO ENTRE ASSOCIATIVISMO, DESIGUALDADE E DEMOCRACIA.....	921
DE LUGARES SIMBÓLICOS A ESPAÇOS DE TROCA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS	942
ETNOGRAFIA DA POLÍTICA: AS FORMAS E VARIAÇÕES DO VOTO NO ASSENTAMENTO	961
IMAGENS DE LUTA E RESISTÊNCIA INSPIRADAS NA CULTURA CAIPIRA ..	970
LIDERAZGO Y GOBIERNO EN EL CAMPO: POLÍTICA LUGAREÑA EN POBLADOS DEL CAMPO ARGENTINO	984
OS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E A BIOPOLÊMICA NO PARANÁ	1005
PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL: GOVERNOS E SOCIEDADE CIVIL NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA	1020
REDES DE SOCIABILIDADE, REDES DE PODER - SOBRE OS DEPUTADOS FEDERAIS DA BANCADA RURALISTA (LEGISLATURA 2007-2011).....	1033
REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL NO OESTE CATARINENSE	1053

VIA CAMPESINA: UMA ANÁLISE SOBRE SUA GÊNESE E PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO	1068
------------------------------------------------------------------------------	------

GT4. AGRICULTURA FAMILIAR E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
..... **1089**

“O DESENVOLVIMENTO RURAL POR DUAS VIAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM CADEIAS	1090
A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR	1107
AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E TURISMO RURAL.....	1122
AS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO E RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DO RURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	1143
ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COMO ESTRUTURAS DE ENSAIO PRÉ-COOPERATIVAS.....	1161
FORMAS DE COOPERAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.....	1176
INCURSÃO OCUPACIONAL RURAL EM CENÁRIOS NÃO-AGRÍCOLAS E URBANOS: FATORES ESTRUTURAIS E INDIVIDUAIS DE OCORRÊNCIA ...	1189
MIGRAÇÃO CAMPONESA: UMA ESTRATÉGIA PARA A REPRODUÇÃO DA TERRITORIALIDADE	1203
PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM – TOCANTINS: O CASO DO PROJETO FORTER.....	1215
PERCORRENDO OS CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG: Desafios para uma pesquisa de campo	1223
PESQUISA E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE	1239
PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM TRÊS MUNICÍPIOS BAIANO: SÃO DOMINGOS, CRUZ DAS ALMAS E CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	1257
RENDA E VALOR-TRABALHO DA MULHER EM SISTEMAS AGROECOLÓGICOS FAMILIARES NO NORDESTE DO BRASIL	1267
TIPOLOGIA DOS GRUPOS SOCIAIS NO MEIO RURAL BRASILEIRO: OS AGRICULTORES FAMILIARES INTEGRADOS DO MUNICÍPIO DE CONCHAS – SP	1284
TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA DECORRENTES DA CRESCENTE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO MISSÕES, RS	1298

GT5. PROCESSO DE TRABALHO, TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E DIREITOS SOCIAIS..... **1314**

AGREGADOS E MULHERES, O “QUEIJO DE FINAL SEMANA” E O VALOR DO TRABALHO.....	1315
ARMADILHA DO CAPITAL: A POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA ESPECIAL SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO.....	1327
AS MIGRAÇÕES SAZONAIS DO SERTÃO PARAIBANO PARA AS USINAS CANAVIEIRAS DE SÃO PAULO	1341
ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRODUÇÃO COMERCIAL EM PARCERIAS COM AGRONDÚSTRIA.....	1356
CADEIA CARNE-GRÃOS E REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA BR-163	1373
IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS NO NORDESTE RURAL: INCLUSÃO OU PROLETARIZAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR?	1383
INOVAÇÕES EM ESPAÇOS RURAIS DO NORDESTE: ALTERAÇÕES NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO, NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E NA VIDA DAS FAMÍLIAS DE ÁREAS IRRIGADAS	1397
PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MUNICÍPIOS DO AGRESTE NORDESTINO (PARAÍBA E ALAGOAS).	1411
PARCERIAS E NOVAS FORMAS DE TRABALHO NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS: UMA QUESTÃO CONTROVERSA	1420
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO PÓLO DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO BAIXO-AÇU	1437

GT6. SABER E PODER NO CAMPO 1448

A ANCORAGEM INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NA AMÉRICA LATINA: UMA REDE DE SABERES, PRÁTICAS E PODERES PARA O CONTROLE SOCIAL	1449
A EDUCAÇÃO RURAL E AS PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO DE UM “NOVO” HOMEM DO CAMPO DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930 – 1945).....	1466
A ESCOLARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ.....	1479
A EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO	1496
A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL E PESQUEIRA COM BASE NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO CONTEXTO DO SUL CATARINENSE..	1505
A PRODUÇÃO “PRO GASTO”: O AUTOCONSUMO COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO.....	1523
ALGUMAS QUESTÕES PARA O DEBATE SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ESPAÇO RURAL	1538

ARTE-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR DO CAMPO - UM PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	1550
COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ASSENTAMENTOS RURAIS – OS PAPÉIS DA COMUNICAÇÃO.....	1558
CONHECIMENTO, ESCRITA E PODER: UMA REFLEXÃO SÓCIO ANTROPOLÓGICA SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA	1574
DEMOCRATIZAÇÃO DA CIÊNCIA: UMA POLÍTICA PÚBLICA NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1584
DESENVOLVIMENTO RURAL PARA QUEM? OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS EXCLUÍDOS NA AÇÃO EXTENSIONISTA.....	1598
DIMENSÕES MEDIADORAS DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS ENQUANTO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL NO CAMPO	1611
DONOS DAS LETRAS, DONOS DO PODER: O PAPEL DOS TABELIÃES NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA.....	1618
EDUCAÇÃO DO CAMPO E PODER LOCAL NA AMAZÔNIA.....	1632
EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL – ALGUMAS REFLEXÕES	1647
EXTENSÃO RURAL E EDUCAÇÃO: A ETAF COMO TERRITÓRIO ALTERNATIVO DE PRÁTICA EXTENSIONISTA EDUCATIVA.....	1658
EXTENSÃO RURAL E PARTICIPAÇÃO: UMA PRÁTICA-EDUCATIVA	1672
JECATATUÁSIA: O BRASIL JECA TATU. UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A CIDADE E O CAMPO BRASILEIROS	1683
JUVENTUDE CAMPONESA NA AMAZÔNIA PARAENSE: DIÁLOGO DE SABERES E A EDUCAÇÃO NO COTIDIANO E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA	1692
MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA. UNA EXPERIENCIA ALTERNATIVA DE EDUCACIÓN ESTATAL	1707
O ACAMPAMENTO “MÁRIO LAGO” DE RIBEIRÃO PRETO/SP: ANÁLISE PARCIAL DO CADASTRAMENTO REALIZADO NO ANO DE 2006.....	1722
O ECO-PODER: SABERES CIENTÍFICOS, DISPUTAS DE PODER E DESENVOLVIMENTO RURAL	1733
O TEATRO RURAL DO ESTUDANTE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA.....	1744
O TERRITÓRIO COMO SUPORTE IDENTITÁRIO PARA A CULTURA KAINGANG	1757
PLANEJANDO O USO DA TERRA A PARTIR DE SABERES CONSTRUÍDOS POR AGRICULTORES E PESQUISADORES: EXPERIÊNCIA NA TRANSIÇÃO CERRADO CAATINGA DO NORTE DE MINA	1770

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNDO RURAL: APROXIMAÇÃO DIAGNÓSTICA EM VIÇOSA/MG	1783
SABER TÉCNICO E PODER DE INTERVENÇÃO: ALCANCES E LIMITES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS COMUNIDADES RURAIS	1796
SABERES PARA O DESENVOLVIMENTO DO RURAL OU DOS SUJEITOS RURAIS? (1970 – 2007)	1810
TURMA ESPECIAL EM DIREITO PARA BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR: JUSTIÇA DESTA AÇÃO AFIRMATIVA? DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DOS (AS) CAMPONESES (AS).....	1830
UNIDADE DE DEMONSTRAÇÃO EM ESCOLA TÉCNICA DE AGRICULTURA FAMILIAR: PRÁTICAS DE EXTENSÃO RURAL E AGROECOLOGIA.....	1840

2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

TECENDO O INTERCÂMBIO:
O DESAFIO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
11 a 14 de setembro de 2007.

GT1

A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

COORDENAÇÃO

CÉSAR AUGUSTO DA RÓS (UFRRJ)

LUIS ANTONIO CABELLO NORDER (UEL)

PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (UERJ)

VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE (UNIARA)

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

Maria Lúcia da Silva Sodré

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da professora Dr^a. Maria de Nazaré Baudel Wanderley
mlsodre@yahoo.com.br

“ACESSO” À TERRA E A PRESENÇA TOLERADA DOS “IRREGULARES”: AS TENSÕES ENFRENTADAS PELOS ASSENTADOS DO PAE-SF¹

Maria Lúcia da Silva Sodré

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as tensões vividas pelas famílias assentadas no Projeto Agro-extrativista São Francisco – PAE-SF, situado às margens do Rio São Francisco – Serra do Ramalho e Cariranha – Bahia. O PAE-SF se constitui como um modelo de Reforma Agrária diferenciado, por ser uma área de preservação permanente, efetivamente ocupada pelas populações ribeirinhas devendo ser de uso exclusivo dessas comunidades extrativistas pesqueiras e assemelhadas. O INCRA assentou às famílias tradicionais ribeirinhas nascidas e criadas na área como forma de regularizar a situação fundiária sem, no entanto, disponibilizar terra suficiente para o desenvolvimento de sua produção. Este é o principal problema enfrentado pelas famílias na atualidade. Além disso, a imposição constante - pelo INCRA e o IBAMA - de regras que se contrastam com o modo de vida tradicional, gera sérios conflitos que repercutem profundamente sobre a própria noção de pertencimento destas famílias. Esse quadro se agrava com a presença dos “que não têm perfil”. Para as famílias ribeirinhas, as pessoas que “têm perfil” são àquelas nascidas e criadas na área, que têm uma história de vida relacionada às atividades na terra e na pesca e uma relação de afeto com o Velho Chico.

¹ Este trabalho é parte da tese de Doutorado em fase de conclusão.

“Acesso” à terra e a presença tolerada dos “irregulares”: as tensões enfrentadas pelos assentados do PAE-SF

São denominadas de “irregulares” as famílias que, embora vivam ou tenham terras no PAE-SF, “não têm perfil” para estarem lá. Estas famílias se reapropriaram da área que foi desapropriada pelo INCRA em 1975 e foram ficando, criando gado ou ainda comprando terra nas mãos dos próprios assentados. “A situação dos irregulares está em todo o PAE, mas existem comunidades que este número é maior” (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

Os assentados afirmam também que existem irregulares que causam maior impacto negativo ao Projeto do que outros. Segundo afirmam:

“os que estão lá não para trabalhar a terra para produzir, mas quer a terra para lazer, talvez pela proximidade da cidade. Existem ocupações irregulares que ocupam 400, 600 ha de terras com criação de gado, que interferem diretamente no desenvolvimento da comunidade” (Bartolomeu, 31 anos, Barra do Ipueira).

O principal aspecto para a garantia das famílias de organizarem a sua produção e assegurar a sua sustentabilidade através do trabalho no lote é o acesso a terra. É a partir da definição do seu direito sobre ela que é assegurada a autonomia para as famílias, ainda que relativa.

O INCRA assentou as famílias como forma de regularizar a situação fundiária, sem, no entanto, disponibilizar terras para o desenvolvimento de sua produção. Este fato se constitui como o principal problema enfrentado pelas famílias que, não tendo terra para o cultivo de sua produção, são obrigadas a saírem de suas terras para trabalharem fora do PAE-SF, como estratégia para se manterem dentro da Comunidade.

Essa é uma situação no PAE-SF que necessita ser resolvida o quanto antes, pois algumas pessoas entrevistadas, diante da situação de penúria em que vivem, afirmam que depois da implantação do PAE-SF não têm percebido melhora alguma:

Mudou o quê? casa por casa eu já tinha uma. Precisamos é de terra para trabalhar, a gente que é agricultor, que trabalhar

na roça. 12 anos que eu não vi mudança (sic) nenhuma. O INCRA não ta nem aí pra gente aqui não, só tem promessa de projeto, projeto e até agora nada (Helena Biturino, 58 anos, Boa Vista).

Quando indagamos sobre as promessas de projetos a serem implantados para o PAE-SF, as repostas giram em torno de uma certa descrença: “moça, aqui tá indeciso porque começa uma coisa, não segura, começa outra não segura” (Reginaldo, 44 anos, Pambú).

A situação da falta de terras, apontada por quase todos os entrevistados, reflete a maior dificuldade que eles vivenciam no assentamento, enfrentando problemas para manter a família. Lembramos que para:

Os camponeses a subsistência depende do acesso a terra, o que está no centro da análise, mas do que a venda de alimentos, são os costumes relativos ao uso das terras e ao direito de acesso aos seus produtos. E o costume é visto como algo que perpetua imperativos de subsistência e usos que protegem a comunidade contra riscos (Thompson, 1998, p.259).

É o trabalho desenvolvido na terra que garante a legitimidade e o direito de propriedade para estas famílias. A terra se constitui em “um bem de trabalho” e é este direito que desempenha o papel principal na definição do acesso a terra.

Para as famílias legalmente assentadas no PAE-SF, o que “legitima o direito a terra é a descendência somada à resistência” (GODOI, 1999, p.53). No caso do PAE-SF o que legitima esse direito às famílias é o fato de serem nascidas e criadas na área. É serem filhos e netos de pescadores, ao contrário dos irregulares, é “terem o perfil” para comporem o Projeto.

Conforme afirma um entrevistado: “nós temos o direito adquirido desde os nossos antepassados, e isso ninguém pode tirar” Para as famílias assentadas no PAE-

SF, o critério fundamental que garante o direito à terra e aos recursos naturais é definir-se como pertencentes ao local, é a sua descendência.

Para estas famílias o trabalho desenvolvido na terra tem o papel de definir o direito de uso da terra. O trabalho se constitui, via de regra, numa condição necessária para transformar a terra em patrimônio familiar. É nesse sentido que, para as famílias do PAE, “ter a terra e não trabalhar nela, só criar gado e lucrar com ele às custas do trabalho do outro” é uma *imoralidade*.

Trabalhar na terra, viver dela e do rio, significa uma questão de “honra” para as famílias assentadas. A expressão “honra”, contrapõe-se aqui, aos que usam a terra sem a intenção de trabalhar nela e garantir a manutenção da sua família. Esta situação se contrapõe à situação dos “irregulares” e a sua presença no assentamento.

Através do trabalho de campo foi possível identificar entre os assentados uma fala muito comum, segundo a qual existem no Assentamento as pessoas que “têm perfil” para compor o Projeto e as que “não têm perfil”. Os assentados, de forma unânime, relatam uma necessidade existente no PAE-SF: “regularizar as terras e tirar essas pessoas irregulares e deixar a gente liberto, como nós vivia (sic). Liberto que nem nós vivia aqui, trabalhar e ficar a vontade” (Alcides, 75 anos, Boa Vista).

Para as famílias tradicionais ribeirinhas as pessoas que “têm perfil” são àquelas nascidas e criadas na área, as que têm uma história de vida relacionada às atividades na terra e com a pesca e uma relação direta com o rio: “ser pescador é amar o que faz, é ter o domínio do pescado, da água [...], é quem conhece, quem tem coragem de enfrentar o tempo e ir pescar” (Almerilson, Boa Vista). “Ser trabalhador rural é acordar cedo, tomar um menor (risos), trabalhar até agüentar na terra que é nossa por direito, e esperar, o fruto que ela dá é certeza, eu não sei fazer outra coisa” (Benedito, 52 anos, Campinhos).

Estes aspectos definem “quem é de verdade um pescador” quem de verdade é um trabalhador rural, um camponês tradicional, enquanto que os demais moradores tidos como “irregulares” os que “não têm perfil”, não têm a tradição de pescador, não têm um vínculo com as coisas que se relaciona com o rio. Não vive a “labuta na terra” e não retira dela o seu sustento. Ter perfil para estar no Projeto significa ter uma relação de amor e de trabalho com a terra, *terra de trabalho*. É “ter terra para trabalhar nela e não pra fincar gado nela”. A situação dos irregulares no PAE-SF gera contradições entre as famílias regularmente assentadas com as ocupações irregulares, as que “não têm o perfil” de assentado.

O PAE-SF apresenta ocupações irregulares em toda a sua extensão, porém algumas comunidades por estarem situadas mais próximas, sobretudo, da cidade de Bom Jesus da Lapa, estão em situações mais críticas, como por exemplo: Barra da Ipueira, Mariópolis, Campinhos, Barreiro Grande. A partir da observação em campo distinguimos aqui três categorias de famílias no PAE-SF. A primeira destas categorias é constituída pelas famílias regularmente assentadas, portanto cadastradas pelo Programa de Reforma Agrária e conseqüentemente, beneficiadas com um lote. Além disso, habitam a terra e retiram dela o seu sustento.

A segunda categoria se constitui por famílias regularmente assentadas pelo Programa, mas que não sobrevivem da terra, a exemplo de: funcionários públicos e comerciantes, pessoas que receberam a concessão de uso da terra, construíram casas, mas não moram nem trabalham no lote. Essas pessoas têm residência fixa e emprego na cidade e ocupam a área apenas como espaço de lazer, geralmente nos fins de semana.

A terceira categoria é composta por aqueles denominados “irregulares”, “sem perfil” ou os “fortes”, proprietário de terras que se contrastam de maneira clara frente aos “fracos”. São vistos pelos moradores regularmente assentados como os “fortes”, os que têm maiores condições de sobrevivência no PAE-SF, dada a situação de terras disponível, além dos recursos externos.

Uma entrevistada afirma, com um ar de revolta:

o INCRA foi conivente porque permitiu que estas pessoas ficassem. As terras, ocupadas pelas famílias irregularmente assentadas, já são beneficiadas com capim e criação de gado. Existem irregulares que possuem até 600ha de terras e nós não têm (sic) terra nem para trabalhar – 100x40m, esse é o nosso espaço (Rosângela, 41 anos, Barreiro Grande).

Frente a estas colocações observamos que o Projeto Agro-Extrativista apresenta situações opostas: de um lado se encontram os grandes proprietários de terras, “os irregulares”, *que utilizam a terra não como terra de trabalho e de moradia*, mas para a criação de gado, alguns deles a utilizam apenas para o lazer. E nesse sentido, como também observado no estudo de Garcia Jr. (1983), *as terras de gado*

têm a função de impedir a expansão do processo produtivo destes assentados, na medida em que limitou o tamanho da terra, destinado ao cultivo e à criação, diminuindo também a produção familiar dos moradores “que têm perfil”, os *fracos*, por outro lado. E nesse sentido, o PAE-SF *nega o roçado* – e conseqüentemente a unidade familiar de trabalho, a sua forma tradicional de produção e reprodução da família.

Remetendo-nos ainda aquelas três categorias, subdividimo-las em dois grandes grupos: o primeiro constituído pela primeira categoria citada, será aqui intitulado como *grupo dos que vivem lá*. O segundo grupo constitui-se da segunda e da terceira categoria a que denominaremos de *grupo dos que estão lá*.

Adotamos, portanto, uma distinção entre “viver lá” e “estar lá”, pois vivem lá as famílias que são regularmente assentadas, que trabalham na terra e dela retiram sua subsistência.

Os regularmente assentados, mas que não vivem da terra, assim como “os irregulares” ou “os sem perfil” apenas estão lá, transitam pela terra, utilizam-se dela para o lazer e para outros fins (gado) que não os da garantia de subsistência, salvo algumas exceções.

Essa mesma realidade pode ser pensada a partir de uma outra dicotomia que nos foi dita pelos próprios sujeitos da pesquisa. Em todo discurso eles se subdividem entre “os que têm perfil”, “os regulares” e os que “não têm perfil” os “irregulares”.

Essa concepção nativa nos remete as categorias de análise de Norbert Elias (2000) que em estudo clássico sobre Winston Parva atentava para as relações entre os residentes antigos de um bairro da comunidade e os novos moradores do local: Os *estabelecidos* e os *outsiders*, correspondendo aqui para o caso do PAE-SF aos que “tem perfil” e os “que não têm perfil”. Embora trafeguem pelos mesmos lugares, regulares e irregulares; os regulares se distinguem o tempo inteiro dos irregulares argumentando que embora compartilhem do mesmo espaço, os irregulares são sempre os “de fora”².

Além das categorias regular/irregular, os que têm perfil/os que não tem perfil, os assentados também se utilizam das categorias fraco/forte. Atentamos para a

² Em A partilha da Vida Brandão, (1995) num raciocínio parecido, utilizou-se das categorias *ser do lugar*, *gado sem lavoura* e *possuir sem morar* para tratar do estudo realizado em Catuçaba.

utilização do termo fraco para os regulares, o que a princípio pode parecer estranho, mas é facilmente compreensível quando entendemos que o critério utilizado para a construção desta dicotomia são os recursos materiais de que dispõem.

A terra é vista, para as famílias regularmente assentadas do PAE-SF, como *patrimônio familiar* através do qual se realiza o trabalho e se constrói a família enquanto valor (WOORTMANN, 1990). O trabalho realizado pela família no lote representa um fator essencial na reprodução do grupo doméstico, diferente dos “de fora”, “dos que não têm perfil”, que a trata como mero objeto de troca, mas “sem nada dar em retribuição”. Aqueles que “não têm perfil” não podem então compartilhar dos mesmos referenciais, da terra, do lugar, do rio e das relações sociais, ressaltam os assentados.

O trabalho desenvolvido na terra, sob o comando da família, tem um papel fundamental no plano dos valores. Estes valores orientam a visão que estas famílias têm sobre a relação terra, trabalho e família, aspectos que constituem o *ethos* camponês. A terra é para estas famílias, mais do que um fator de produção, ela tem um valor moral, uma obrigação de prover a família, de garantir o patrimônio para as gerações futuras. A terra significa honra e são estes os fatores que orientam as condutas destas famílias, o seu modo de pensar e a sua forma de produzir, garantindo-lhes a sobrevivência.

Portanto, a impossibilidade das famílias produzirem e reproduzirem-se está condicionada à falta de *terra de trabalho*, visto a apropriação desta terra para *terra de gado* pelos irregulares. Assim, “os gados dos ricos passam a ocupar as terras para o roçado” (GARCIA. Jr., p.227), destinadas às famílias regularmente assentadas pelo programa de reforma agrária.

Este fato acarreta uma situação de impotência para estas famílias e ameaça a sua própria existência, sendo necessários os constantes deslocamentos para outras áreas com o objetivo de trabalhar e garantir a sobrevivência da família e a possibilidade de permanecer no PAE-SF.

Fazer parte da comunidade com as demais famílias, estar no que é seu, significa não apenas manter a estabilidade econômica, mas a possibilidade de “viver uma vida melhor”, pautada no desejo de manterem-se na terra, “livres do cativeiro”, “livres do patrão”, “viver da terra”, “viver do pescado”, realidade semelhante percebida também no assentamento Nova Palmares (SODRÉ, 2002).

As atividades rotineiras que envolvem a ida ao rio pescar ou ao lote “trabalhar a terra”, por exemplo, resultam na própria descrição de suas vidas, que se traduz na “própria razão de estar vivo”, ressaltam os assentados: “faz parte da minha vida ser pescador, não sei fazer outra coisa, nasci pescando com o meu pai e nessa idade ainda pesco” (Janilson, 63 anos, Mariápolis); “Eu sempre vivi da roça e do que ela pode me dar, sempre trabalhando nela, não me acostumo fazendo outra habilidade” (Manoel, 54 anos, Pambú).

Estes discursos destacam, sobre todos os aspectos, a vida das famílias tradicionais ribeirinhas. Além disso, as histórias narradas pelos pescadores tradicionais trazem também as lembranças de um tempo de fartura, de abundância do pescado, um saudosismo dos pescadores mais antigos da comunidade que descrevem um contraste entre o passado e o presente, de fartura e de escassez, mas ressaltam: “lembranças que os irregulares jamais terão, porque nunca viveram este tempo”, relata um assentado: “a minha vida toda foi toda na roça e o peixe, a pesca, de 80 pra cá ele acabou aí parei de trabalhar e pescar” (Lindolfo, 90 anos, Boa Esperança).

As entrevistas relataram ainda o conhecimento que o pescador tem acerca da natureza e do mar que envolve o saber sobre o melhor momento para a pesca, conhecer as condições do tempo e do vento, o sol, o movimento do mar, apreendidas através da experiência passada por gerações, “depende do saber pescar do pescador” e do “merecimento do pescador, pescar também é merecer [...]” (LINDOLFO, 90 anos, pescador, Boa Esperança). E nesse sentido, só é merecedor quem tem a tradição de pescador. Portanto, “os irregulares nunca terão esse merecimento”, afirma categoricamente um assentado.

REFERÊNCIA

BRANDÃO, C. R. 1995. *A partilha da vida*. São Paulo, ed. Geic/Cabral.

Elias, N e Scotson, J. L. 2000. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar.

GODOI, E. P. 1999. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP.

TOMPSONS, E.P. 1998. *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, p 150 a 266.

WOORTMANN, K. 1990. "Com parente não se negocia". O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, 88. Tempo Brasileiro.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

A AGRICULTURA FAMILIAR E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO ÂMBITO DO PROJETO JAÍBA

Arnaldo Mont'Alvão - Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais/UFMG, Mestrando em Sociologia/UFMG
arnaldomontalvao@yahoo.com.br

Dário Fausto Santos Júnior - Bacharel em Ciências Sociais/UFMG; Mestrando em Antropologia/UFMG
dariofausto@hotmail.com

Arnaldo Mont'Alvão; Dário Fausto Santos Júnior

RESUMO

A implementação de projetos de desenvolvimento rural, baseados na irrigação, principalmente no Nordeste do país, foi concebida como forma de resolver de uma só vez, dois dilemas: impulsionar a agricultura familiar na região e oferecer uma outra possibilidade aos sertanejos que ali desenvolviam sua agricultura de subsistência. A irrigação amenizaria os efeitos da seca e possibilitaria a inserção desses novos agricultores familiares em cadeias comerciais. Para isso, implantou-se um modelo em que vigoraria a pequena propriedade familiar (5 ha), como forma de combater a morosidade das grandes propriedades. Entretanto, intento mostrar aqui, a partir de processo de observação na área do Projeto Jaíba, um dos maiores projetos de irrigação da América Latina, como, mesmo uma área constantemente monitorada pelo poder público e concebida para um modelo atomizado de ocupação, apresenta uma alta concentração fundiária, mas que foge aos olhos do observador desatento. Esta se dá por novas estratégias: intervenção de grandes agroempresas e acumulação de propriedades através do uso de terceiros.

Introdução

Este trabalho intenta discutir, a partir do estudo do caso do Projeto Jaíba – o maior projeto de irrigação da América Latina –, como projetos de irrigação concebidos para resolver o problema da agricultura de sobrevivência até então empreendida na região nordeste do Brasil, abrigam mecanismos que permitem a concentração fundiária dentro do seu perímetro.

Tais projetos, através da ocupação atomizada do espaço, procuraram proporcionar um modelo alternativo de empresa agrícola a sertanejos que se ocupavam de agricultura de subsistência em modelo extensivo. Através da superação dos entraves provocados pela seca, e pela ocupação e exploração intensiva do espaço, procurou-se equiparar essa experiência com a de países de capitalismo avançado. Assim, a morosidade das grandes propriedades patronais seria superada pela dinâmica da pequena propriedade familiar.

Todavia, conforme procurarei demonstrar, existem nestas áreas mecanismos que favorecem a concentração da terra. Ou seja, permanece no âmbito destes projetos uma das principais características da ocupação espacial no país, um alto índice de concentração fundiária.

O foco da pesquisa é sobre a agricultura familiar da etapa I do Projeto Jaíba, composta por cerca de 1360 famílias¹, cada uma ocupante de um lote de 5 hectares. Devido à necessidade de maior solidez das observações, e à impossibilidade de conhecimento do interior da área empresarial do Jaíba – composta por cerca de 130 pequenos, médios e grandes empresários – esse trabalho se restringirá aos cerca de 7 mil hectares de agricultura familiar ocupados pelas famílias de pequenos irrigantes.

A estratégia de investigação se desenvolveu basicamente a partir da articulação entre dados colhidos em trabalho de observação – assistida por técnicos da EMATER-MG – na área de agricultura familiar irrigada do projeto, e dados secundários de outras pesquisas realizadas na área.

Inicialmente, apresentarei um panorama do modelo de desenvolvimento no qual se insere o Projeto Jaíba, e em seqüência discutirei os mecanismos que atuam na permanência concentração fundiária.

¹ Dados fornecidos pelos técnicos da EMATER-MG durante o trabalho de observação, em Julho de 2005.

II - Contexto Histórico e Modelos de Desenvolvimento no Nordeste do Brasil, no Norte de Minas e no Jaíba

A formação econômica da região norte de Minas Gerais, semelhante à região nordeste do Brasil, tem sua base histórica na pecuária bovina e na cultura do algodão, ambas em caráter extensivo, mostrando-se, segundo Rodrigues (1998), como projeção da economia açucareira, pois sua produção se destinava, principalmente, ao abastecimento dos engenhos do litoral. Com o retraimento da economia açucareira, a produção procurou novas vias de acesso, chegando mesmo a abastecer as indústrias têxteis inglesas após a Guerra de Secessão nos EUA. Para Aguiar (1980), a revolução industrial inglesa, ao invés de propiciar uma revolução para a industrialização do Cariri, cedeu lugar a outro modelo interpretativo do processo industrial no Brasil, reforçando, de fato, o mercantilismo da região e fomentando a consolidação de manufaturas locais.

A maior parte da região norte de Minas Gerais, por suas características físicas, sociais e econômicas semelhantes à região nordeste do Brasil, esteve sob a tutela da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) desde sua criação em 1959. A SUDENE procurou impulsionar uma política de industrialização pela qual o setor público visava superar o desequilíbrio estrutural entre o nordeste e o centro-sul.²

Dessa forma, o modelo de desenvolvimento aí experimentado se deu através da interferência direta do Estado, na tentativa de atrair investimentos através de vultuosos incentivos fiscais, sendo o mais importante o artigo 34 18 da SUDENE, que permitia a pessoas jurídicas aplicar 50% do seu imposto de renda em projetos industriais ou agrícolas localizados na área (Gervaise, 1975; Aguiar, 1980).

A ação da SUDENE visava a elevação da renda no setor primário, a ampliação do mercado de produtos industriais e uma maior oferta de alimentos a um menor preço. No entanto, durante a década de 60, a política de incentivos fiscais favoreceu projetos que não

² Celso Furtado, um dos idealizadores da SUDENE, acreditava na necessidade de ações que criassem, no setor primário, formas de convivência com as estiagens prolongadas, que tivessem em conta as especificidades ecológicas regionais. Percebendo a questão do nordeste como problema social e econômico, parte de um processo histórico, ao invés de problema físico-geográfico, indicou que a solução dessa questão estava na agricultura, ao invés da indústria, já que a regularidade na oferta de alimentos atenuaria os efeitos da seca (Furtado, 1959).

geraram um número significativo de empregos capaz de reter a mão-de-obra antes dedicada à agricultura de subsistência (Rodrigues, 1998).

Em 1964 foi criado o FINOR (Fundo de Investimento no Nordeste) – medida de grande impacto – que oferecia incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada que se instalasse na região, com o intuito de modernizar o setor agropecuário. Entretanto, tal medida gerou distorções desfavoráveis aos pequenos agricultores da região ao impulsionar investimentos na pecuária de corte e reflorestamento, atividades que tendem à concentração de terra e geração mínima de postos de trabalho. Enquanto um efeito perverso dos incentivos fiscais aplicados em projetos de desenvolvimento implementados na região, tais incentivos levaram à concentração de capital nos grandes empreendimentos, reduzindo as possibilidades de financiamento dos pequenos agricultores da região (Gervaise, 1975; Rodrigues, 1998).

Noutra via, ainda nos anos 60 – estudo realizado entre 1964 e 1967 em convênio com a SUDENE – a USAID³ divulgou relatório no qual detectou a existência de 3 milhões de hectares potencialmente irrigáveis em toda a região nordeste. Com esse diagnóstico, segundo Gervaise (1975), expande-se a idéia de que os projetos de irrigação são o elemento essencial de uma futura unidade econômica regional.

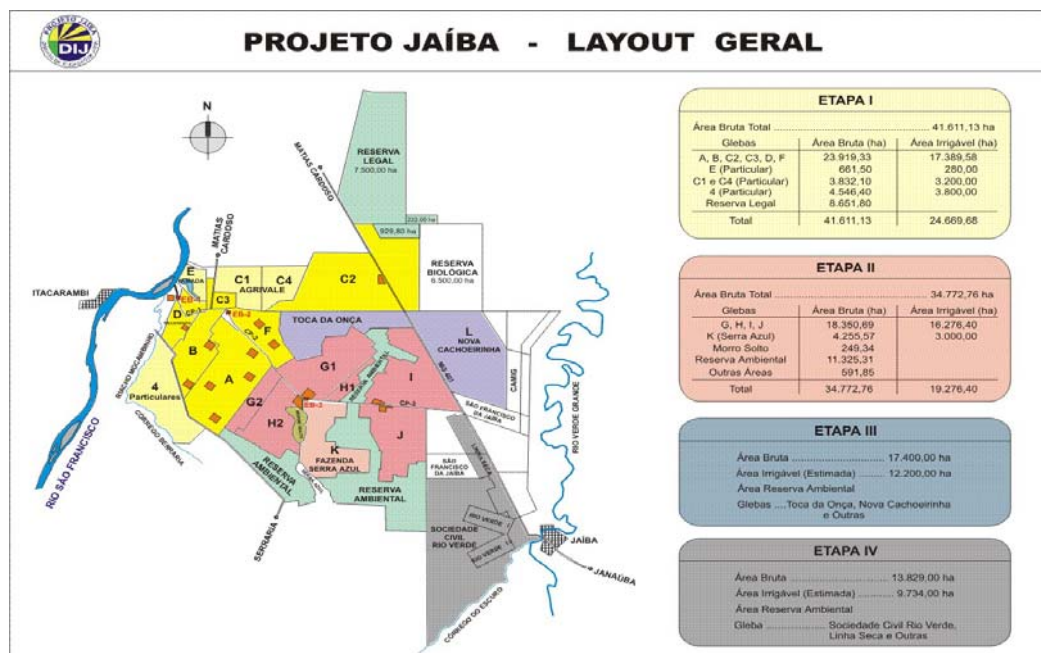
A partir de recursos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), estabelecido pelo Governo Geisel, em 1975 iniciaram-se as grandes obras de irrigação com captação de água do Rio São Francisco que comporiam o Projeto Jaíba, com conclusão prevista para 1981, mas que só foram concluídas sete anos mais tarde, em 1988. A área utilizada para implantação do projeto situava-se, na época, entre os municípios de Manga e Monte Azul, mas estes sofreram desmembramento em 1992, dando origem aos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, nos quais se situa hoje o Projeto Jaíba. Essa área, anteriormente ocupada por uma mata de transição entre cerrado e caatinga – a Mata da Jaíba, da qual hoje resta uma pequena parte em forma de reserva legal –, já sofria tentativas de colonização desde a década de 50, quando o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) – órgão que antecedeu o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) – fixou na mata uma colônia agrícola para 200 famílias em lotes de 25 a 30 has para cada uma (Gervaise, 1975; Rodrigues, 1980). Sem suporte governamental e sem a propriedade definitiva da terra, a iniciativa não mudou a configuração da economia local, abandonando os colonos aos conflitos com os antigos habitantes da região. Em 1966, o Bureau of Reclamation – órgão do

³ A USAID foi a responsável, de acordo com Aguiar (1980), pela implementação de um ambicioso e “desastroso” projeto de industrialização na região do Cariri cearense na década de 60.

governo dos EUA – indicou a possibilidade de se implantar a agricultura irrigada em 100 mil hectares e ainda desenvolver agricultura de sequeiro noutros 130 mil hectares na área antes perpetrada pela ação do INIC. A Ruralminas implantou então, na década de 70, um projeto piloto, o chamado “Projeto Mocambinho”, instalando 35 famílias em 200 hectares de terra, destinando cerca de 5,7 has para cada uma no modelo de colonização dirigida.

Considerando a experiência como positiva, o governo estadual aliou-se ao federal através de recursos do II PND – Governo Geisel – e ampliou o projeto para sua atual configuração. O planejamento inicial previa a instalação de 100 mil hectares de área irrigada e mais 130 mil hectares de área destinada à agricultura de sequeiro. A implantação deste projeto ambicioso se daria em 4 etapas seqüenciais, das quais a primeira ainda está em processo de implantação, apesar de o planejamento inicial prever o início da segunda no ano de 2002 (ver layout geral da implantação do Projeto Jaíba).

A presença do Estado no projeto se fez de forma ambígua desde o início: à entrada maciça de capitais a partir de meados da década de 70 sucede-se a paralisação das obras no início dos anos 80 devido à falta de recursos. Esse período foi marcado pela incerteza de competência nas disputas estatais entre a Ruralminas (Fundação Rural Mineira: Colonização e Desenvolvimento), empresa vinculada ao governo do estado que foi a responsável pela execução do projeto até 1988, e a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) que, criada em 1974, era vinculada à SUDENE e procurava viabilizar projetos de desenvolvimento na região, e que se tornou a responsável pela administração do projeto a partir de 1988 ao lado do recém-criado Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ) em 1989, responsável pela manutenção da infra-estrutura do projeto.



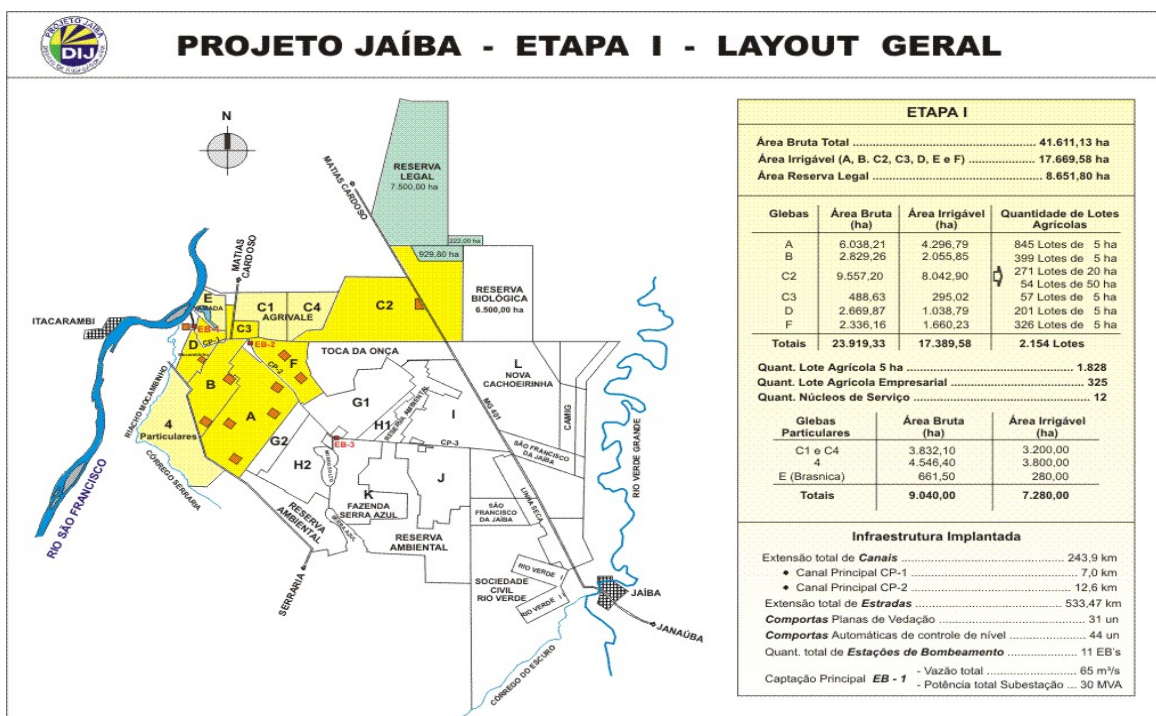
Layout geral do Projeto Jaíba

Fonte: < www.projetojaiba.com.br >

A retomada das obras em meados da década de 80 estendeu sua conclusão para o ano de 1988, marcado pela entrada do Banco Mundial com cerca de US\$ 158 milhões, e uma contrapartida nacional de US\$ 87 milhões.⁴ O financiamento do Banco Mundial foi decisivo para a atual configuração do Jaíba pelo redirecionamento que proporcionou à atividade produtiva, ou seja: a) impulsionou o desenvolvimento da fruticultura – superando, gradativamente, a área destinada às culturas tradicionais da região, tais como milho, feijão, mandioca entre outras – que permite ao agricultor agregar maior valor a seu produto e aumentar o nível de renda; b) propiciou uma política social mais voltada à assistência aos agricultores familiares, aos quais seriam destinados lotes de cinco hectares para cada família, em cinco glebas na etapa I do projeto (ver layout geral da etapa I do Jaíba).

O suporte financeiro do Banco Mundial e a entrada da CODEVASF como nova gerenciadora do Jaíba significaram a prioridade ao assentamento, a assistência técnica e social aos agricultores. No entanto, foi respeitado o projeto original em relação à distribuição proporcional de terras, através do qual 70% da área do projeto seria destinada a empreendimentos empresariais e os 30% restantes aos agricultores familiares. A etapa I corresponde a uma área de cerca de 40 mil has, dos quais, em números oficiais dos técnicos

da EMATER-MG, 6780 has potencialmente irrigáveis estão ocupados por 1356 famílias de agricultores, cada uma com um lote de 5 has de um total de cerca de 16 mil has potencialmente irrigáveis – distribuídos nas glebas A, B, C3, D e F. Os pequenos, médios e grandes empresários são aproximadamente 130, divididos em lotes que variam de 20 a 50 has, além das imensas áreas ocupadas por grupos empresariais – glebas C1, C2 e E, ocupadas, por agroempresas, pequenos e médios empresários. Estas glebas ocupam mais da metade da área da etapa I do Jaíba e utilizam mais de 50% da água disponível para irrigação.



Layout geral da etapa I do Jaíba

Fonte: < www.projetojaiba.com.br >

Por conseguinte, retenho a atenção para o fato de a idéia da implantação de um pólo de desenvolvimento agrícola na Mata da Jaíba atravessar décadas e sofrer, durante sua execução, mudanças de orientação social, técnica, política e econômica, causadas tanto por transformações na macropolítica econômica do país quanto por disputas internas entre as instituições incumbidas de coordenar o projeto, ou mesmo devido às pressões sociais que

⁴ Estes recursos destinados a financiar a infra-estrutura do projeto dividiram-se, segundo Rodrigues (1998), da seguinte forma: obras civis (34%), bens e equipamentos (21%), consultoria e outros serviços (29%), operação do Distrito de Irrigação (6%) e contingências (10%).

cobram melhores condições e maior atenção para os habitantes do meio rural (ver o quadro sobre mudanças de orientação na implementação do Jaíba).

Mudanças de Orientação na Implementação do Jaíba		
Ano / Década	Instituição	Ação
1952	INIC	Fixação de colônia agrícola para 200 famílias: não houve apoio governamental, não mudou a configuração local
1974	RURALMINAS	Implantação do Projeto Piloto “Mocambinho”: melhorias de infra-estrutura local
1975	União dos governos estadual e federal	Criação da CODEVASF
Fim da Década de 70	RURALMINAS E CODEVASF	Disputas pelo poder de condução na implementação do Projeto
1987	CODEVASF	Passa a ser a responsável pelo desenvolvimento geral do Projeto: maior denotação social
1988	Banco Mundial	Financiou a atual configuração do Projeto Jaíba: direcionamento produtivo para a fruticultura, maior atenção aos problemas dos agricultores, mas manteve a distribuição original de terras que previa 70% delas para empresários
1988	DIJ	Criado no intuito de promover a democratização das práticas pela participação do irrigante no processo decisório

Visto de um panorama geral, desde a década de 50, os projetos de reforma e colonização agrária empreendidos pelo poder público se caracterizam pela amplitude e pelo caráter global das reformas propostas. Para Gervaise, “eles não tiveram realização efetiva ou fracassaram por falta de realismo, por subestimar as dificuldades a serem encontradas ou mais simplesmente, por falta de continuidade” (1975: 106).

Após essa apresentação do modelo no qual se insere o Jaíba, passarei agora à discussão mais substancial das questões que perpassam o interior do projeto, principalmente no que concerne aos mecanismos de (re)produção do espaço.

III - Produção do Espaço e Ambigüidades da Questão Agrária no Jaíba

Uma vertente importante do pensamento sociológico enxerga o espaço como composto por relações sociais extensivamente urbanas. Francisco de Oliveira (1978) já alertava, na década de 70, que a urbanização da economia e sociedade brasileiras nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional das relações capitalistas e que, embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar, pois já não se pode voltar atrás, haja visto que o processo de acumulação, levado às suas últimas conseqüências, fez o que se tentou evitar, ou seja, erodiu por completo as diferenças no processo de reprodução do capital entre a cidade e o campo, e assim, já não há mais problema agrário, agora se trata do problema urbano em escala nacional.

A defesa atual de uma sociedade brasileira integralmente urbana é feita por Monte-Mór (2003), que chama de “urbanização extensiva” essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido carregando, entretanto, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. Para esse autor, essa é “a realidade – a sociedade urbana – que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo” (2003: 260).

Todavia, trato aqui de um mundo rural compreendido como universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais, mas que se move num espaço específico, entendido tanto como espaço físico diferenciado como espaço construído socialmente, “resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais” (Wanderley, 2001: 32). Postulo então que a concentração de terras no meio rural brasileiro é remanescente de uma estrutura arcaica de relações sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que abrange a nova estrutura de um capitalismo monopolista que busca estratégias de viabilização da monocultura no país.

Como já citei no tópico anterior, cada família ocupa um lote com 5 has no Projeto Jaíba. Entretanto, como apontam Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), a má distribuição da propriedade da terra é a principal distorção da estrutura fundiária no Brasil, indicando que entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 has, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários, sendo necessários pelo menos 10 has por família. Acrescentam que, excluindo atividades de subsistência, a sustentabilidade das pequenas propriedades é crescentemente condicionada pela inserção em determinadas cadeias produtivas, pela localização econômica e grau de capitalização.

Nesse sentido, Rodrigues (1998) observa que o Projeto Jaíba ignora um fator importante que perpassa pelas teorias da acumulação, o de que um lote de 5 hectares é insuficiente para que o agregado familiar consiga o excedente da produção sobre o consumo necessário à reprodução da força de trabalho.⁵ Suprir esse déficit mínimo de 5 hectares para cada família não é uma tarefa que se tem tentado empreender, pois, tudo indica que o poder público garante o mínimo de infra-estrutura possível necessária à reprodução e fixação dos agricultores no Projeto. Surge então a necessidade de capitalização para manutenção da produção intensiva – existem taxas mensais de água e luz a serem pagas para manutenção da irrigação além dos insumos e equipamentos necessários que a produção em regime intensivo requer – e, assim, o endividamento através dos bancos é quase certo.

Segundo Wanderley (2001), a perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar de “questão rural” na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam no meio rural os “espaços vazios”, e estes, no Brasil, são, antes de mais nada, “a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal” (2001: 36).

É relevante destacar a importância do patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituir-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial (Wanderley, 2001). A estratégia de fixação dos agricultores por parte das agências responsáveis pelo Jaíba, no entanto, parecem não oferecer condições favoráveis para valorização do território, uma vez que em algumas glebas a residência é contígua ao lote – área A, por exemplo – e, em geral nas mais antigas, a residência situa-se em núcleos habitacionais – Frente III na área D, NH1 e NH2 na área F, por exemplo.

Rodrigues (1998) indicou-nos que a área que circunda o Projeto Jaíba apresenta um grau de concentração fundiária superior à média da região norte de Minas Gerais e mesmo à

⁵ Para a autora, “para cobrir as necessidades básicas, necessita-se, no mínimo, de 10 hectares” (Rodrigues, 1998: 109)

da região nordeste do Brasil. Apesar de não estar nas bases de constituição do projeto, a tendência gradativa a uma elevada concentração fundiária na área de sequeiro indica este como um outro efeito perverso de projetos de colonização do tipo orientado.

O projeto abrange duas perspectivas diferenciadas em relação aos agricultores familiares: a colonização dirigida, na qual implantou-se sistema de irrigação – a partir de 1988 e estruturada para irrigar aproximadamente 100 mil ha –, caracterizada pela interferência direta do Estado e da assistência técnica desde sua implantação; e a colonização orientada, modelo direcionado à área do projeto onde se desenvolve agricultura de sequeiro – área de aproximadamente 130 mil ha – na qual houve apenas acompanhamento técnico, sem intervenção estatal.

Todavia, por quê, teoricamente, a concentração não é aparente na área de irrigação destinada à agricultura familiar? Em princípio, a monitoração permanente das atividades no perímetro irrigado por agências governamentais – Ruralminas, Codevasf, DIJ – e pela assistência técnica – EMATER-MG –, tenderia a impedir o processo de concentração de lotes por fazendeiros da região ou mesmo por empresas agropecuárias. Entretanto, o trabalho de observação efetuado na área do projeto permitiu a percepção de uma espécie de concentração “virtual” da terra, pela qual alguns agricultores utilizam nomes de parentes para adquirir lotes de outros proprietários já desiludidos e, principalmente, por empresas que estabelecem acordos com muitos agricultores e adquirem sua produção – em geral de sementes de hortaliças⁶ - em troca de insumos e assistência técnica e garantia de compra ao final da colheita.

Já no final da década de 90, antes do governo de Minas Gerais conferir prioridade ao Jaíba como projeto de desenvolvimento regional, Rodrigues (1998) havia detectado que o maior impacto do Projeto na estrutura social da região havia sido a criação de uma massa de proletários no campo. Para esta pesquisadora, a intenção do Estado ao promover a instalação de perímetros irrigados seria a de criar condições para atrair investimentos privados. Dessa forma, beneficiaria a população com a criação de emprego e não com o acesso a terra. Assim, “o Estado intervém de modo desfavorável ao trabalhador agrícola ao deixar que a iniciativa privada dirija a atividade produtiva com base em suas regras de organização” (Rodrigues, 1998: 110).

No entanto, a alta capitalização, e conseqüente mecanização da área empresarial, inviabiliza uma política de expansão da atração da mão de obra e, aliada à concentração

⁶ O Projeto Jaíba é hoje a maior área produtora de sementes de hortaliças do estado e uma das maiores do Brasil (EMATER, 2004).

física e virtual do espaço no Jaíba, limita as possibilidades de diversificação de atividades para além da agropecuária.

Aguiar (1980) evidencia como essa tendência ao monopólio é uma característica constitutiva do capitalismo brasileiro, ao contrário daqueles que, apoiando-se no liberalismo, privilegiam a competição. Por outro lado, é impossível afirmar que a intervenção do Estado no Jaíba se dá no intuito exclusivo de favorecer o capital privado com vistas a monopólios e à concentração de terras. Ao mesmo tempo em que mantém uma relação histórica de paternalismo com os agricultores da região, deixa lacunas para penetração da iniciativa privada. O espaço que se produz no Jaíba é assim marcado por essas lacunas, assegurando brechas para a concentração virtual de terras e monopolização virtual da produção por parte de empresas que efetivam acordos com os agricultores. Para os agricultores, esses acordos representam a possibilidade de garantir a permanência no Jaíba.

IV – Considerações Finais

A irrigação traz a possibilidade de superar entraves naturais que regulam os ciclos de plantio e colheita, e de dinamizar a articulação entre a produção agrícola e sua indústria de transformação. Todavia, observa-se uma tendência à expansão da monocultura da banana,⁷ o que, segundo Rodrigues (1998), leva-se ao questionamento sobre uma controvérsia: “a especialização (monocultura) é economicamente mais viável para os pequenos produtores obterem níveis mais elevados de renda ou a diversificação (policultura) pode contribuir para maior estabilização da renda, diminuindo os riscos de mercado?” (1998: 159).

Numa região onde historicamente predominou a exploração agropecuária em regime extensivo e de caráter diversificado, a mudança para a exploração intensiva de uma monocultura indica uma conformação da produção local às exigências do mercado internacional. Nesse sentido, a expansão da fruticultura pode ser decisiva para a consolidação do Jaíba como um pólo de agronegócios conectado ao mercado global. Por outro lado, a monocultura no projeto, aliada à elevação da concentração de terras, leva-nos a questionar se o desenvolvimento da agricultura deve perpassar necessariamente pelo caminho da monocultura. Como aponta Veiga (2002), a agricultura de ponta produz o avesso do ambiente propício ao dinamismo econômico, uma vez que, ao basear-se geralmente em monoculturas, não favorecem o dinamismo regional. A tendência à monocultura da banana

⁷ O Projeto Jaíba é hoje o maior produtor de bananas de Minas Gerais, além da cebola e das sementes de hortaliças.

que a força dos órgãos públicos e do atrelamento ao mercado imprimem à agricultura do Jaíba podem contribuir para a falta de dinamismo da produção do projeto e entram a diversificação da produção.

Gervaise (1975) acredita que a ocupação extensiva do espaço permaneceu, no norte de Minas, mais como um modo de vida do que como processo criador. Para este autor, a fraqueza da infra-estrutura da região se traduz pela “dificuldade que o homem encontra em dominar e organizar o espaço regional” (1975: 30), já que ocupa e interfere de forma extensiva no sertão mineiro. Sob esse ponto-de-vista, a ocupação intensiva do espaço e produção primária em caráter intensivo possibilitariam o domínio do espaço e o desenvolvimento da região. Entretanto, as tentativas dos gestores do Jaíba nessa direção mostram-se cheias de ambigüidades, já que não há garantias que a capitalização resolva os entraves à melhoria das condições proporcionadas à agricultura da região.

A concentração fundiária configura-se como uma brecha cedida por políticas públicas ambíguas, que, acabam por reproduzir uma política do espaço que predomina historicamente em todo o espaço nacional. O atrelamento do produtor a essas agroempresas significa, ao mesmo tempo a possibilidade do agricultor continuar produzindo, significa também a limitação do seu poder de decisão sobre o quê e como produzir, sendo obrigado a adequar-se às exigências do mercado.

Então, a tentativa de transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial transparece como processo inacabado. Ao mesmo tempo em que integrou-se mais ao mercado capitalista, permaneceu como agricultura de subsistência para muitos agricultores, processo ambíguo e digno de estudos mais aprofundados a serem desenvolvidos posteriormente. De acordo com Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), para enfrentar essa situação, não é possível continuar com a política de apagar incêndios via assentamentos de reforma agrária e de apoio localizado à agricultura familiar, é necessária uma série muito mais ampla e diversa de políticas, que inclui desde o agrícola até educação.

Como nos lembra Andrade (1993), desenvolvimento e modernização, sobretudo, não são atingidos, pura e simplesmente, quando se alcança soluções técnicas, tais como o emprego de tecnologia, insumos e implementos, mas é preciso atingir, sobretudo, os problemas sociais do homem do campo, do pequeno agricultor, que enfrenta dificuldades tão ou mais sérias que as das populações marginalizadas das cidades. A questão fundiária é ainda um dos obstáculos para a dinamização da agricultura no país e merece maior atenção, se se quer implantar uma política de justiça social no campo, ainda grande responsável pelo sustento das cidades brasileiras.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Campinas: Hucitec/UNICAMP, 1998.

AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDRADE, Soraia M. *Projeto Jaíba: a experiência de pequenos agricultores com cultura irrigada no sertão mineiro*. (Dissertação de mestrado) 155 pp. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1993.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. "Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural". In *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, no. 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

EMATER-MG. *Relatório anual do escritório Mocambinho*. Jaíba: Dezembro de 2004.

FURTADO, Celso. *A operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GERVAISE, Yves. *A transformação agrária do nordeste meridional (norte de minas gerais)*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1975. (publicação especial)

MONTE-MÓR, Roberto L. "Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira". In Leonardo B. Castriota (org.), *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003, pp. 260-271.

OLIVEIRA, Francisco. "Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes". In J. A. Moysés, V. Martinez-Allier, F. Oliveira e S. Souza, *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: co-edição Cedec/Paz e Terra, 1978, pp. 65-76.

RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande projeto jaíba: uma interpretação: 1970-1996*. (tese de doutorado) 337 pp. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural". In GIARRACA, Norma. *Uma nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2001.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

A CULTURA JURÍDICA REVELADA NOS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NOS ASSENTAMENTOS NOVO HORIZONTE (ANOS 80) OZIEL ALVES I (2007), CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Francine Damasceno Pinheiro – francinedpinheiro@gmail.com
Mestranda do CPDA/UFRRJ.

RESUMO

Pretende o presente trabalho estudar dois processos judiciais instaurados em razão da disputa em torno das terras de assentamentos de Reforma Agrária criados em Campos dos Goytacazes/RJ. A análise se dá em dois tempos históricos diferentes: O primeiro na década de 80 e o segundo após a Constituição de 1988, anos 2000. Estudando os processos, as entrevistas das partes envolvidas, orientados pelo método indiciário proposto por Ginzburg, desafia-se perceber como o Judiciário vem atuando nas disputas em torno da terra e como as partes envolvidas observam o Judiciário, considerando os novos paradigmas trazidos pela CF/88. Inicialmente percebeu-se que o Judiciário vem assumindo visibilidade social e protagonismo político, todavia, não sendo capaz de absorver as demandas sociais, por suas características conservadoras, decorrentes de sua cultura jurídico-política patrimonialista e liberal, que não foi modificada mesmo depois de 1988 e que tem inviabilizado a atuação deste Órgão Estatal na efetivação dos direitos sociais. Esta análise objetiva contribuir na elaboração de uma nova atuação desse Órgão de Poder para a efetivação dos direitos fundamentais.

Campos dos Goytacazes – RJ, tem sua história marcada pela disputa de acesso a terra entre trabalhadores rurais e proprietários de grandes glebas de terras.

Situado na região norte do Estado do Rio de Janeiro, sempre se destacou por uma economia de bases rurais, com a produção da cana de açúcar, aliada a criação de gado e de culturas de subsistência. A partir de 1929, através da presença intervencionista do Estado Nacional, essa característica foi modificando, para tornar a região prioritariamente produtora de cana de açúcar, justificando assim o investimento público por mais de 60 anos (1930 a 1991), principalmente após 1975 com a criação do PROALCOOL.¹

A extinção do colonato, da morada, o desrespeito à legislação trabalhista conquistada a partir de 1950, principalmente com o uso majoritário pelas usinas dos chamados “clandestinos”, a ineficácia de respostas do judiciário para efetivação desses direitos, fizeram com que os trabalhadores rurais de Campos dos Goytacazes fossem excluídos das políticas públicas de crescimento regional, apresentando a conjuntura para o acirramento das lutas populares em torno da questão agrária.

Na década de 60 vários conflitos foram estabelecidos na região, embora reprimidos no período ditatorial. A partir de 1985, com a possibilidade de inclusão de terras com dívidas trabalhistas e federais na reforma agrária, reiniciou-se a organização social e a movimentação dos trabalhadores em torno da questão.

O Assentamento Novo Horizonte foi fruto das pressões populares re-articuladas na região do Imbé, em prol da destinação das terras da Usina Novo Horizonte ao povo que lá morava há décadas, explorado pelo usineiro e que sequer havia recebido as dívidas trabalhistas com a falência da mesma.

As lutas pelas terras do Imbé, região do Assentamento Novo Horizonte, tem seu início datado por José Pureza, liderança local², a partir de 1963. Com os acontecimentos de 1964, o acampamento que havia sido montado como instrumento de reivindicação foi reprimido, as lideranças desapareceram e se deu um refluxo da luta pela terra na região. A partir de 1983 o usineiro proprietário da Usina Novo Horizonte, passou a ter dificuldades para cumprir os contratos de crédito e trabalhistas, requerendo sua a auto-falência em 1985. A partir daí reiniciou-se a luta no Imbé para realização da reforma agrária nas terras da Usina como pagamento das diversas dívidas do fazendeiro.

¹ NEVES, Delma Pessanha. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. 1.^a Edição. Niterói. Editora EDUFF, 1997.

² PUREZA, José. “Memória Camponesa” – 1982 – Editora Marco Zero – Rio de Janeiro.

Em 23 de março de 1987, o Governo Federal desapropriou 4.335 ha da área agrícola pelo Decreto 94.128/87 para a aplicação do Programa de Reforma Agrária.

O conflito da Usina Novo Horizonte se deu muito na via judicial, em razão do movimento organizado ter trazido para a sua pauta de reivindicação, a destinação de propriedade para os fins de reforma agrária pelo descumprimento dos contratos para com o governo e os trabalhadores.

Todavia, as respostas tenderam a não corresponder aos anseios até então demonstrados. Mais uma vez o judiciário demonstrou dificuldades em se relacionar com os movimentos sociais organizados e sua pauta de reivindicações.

A narrativa de Delma Pessanha Neves (2004) é ilustrativa nesse caso:

“(...) Os processos se arrastavam na Junta de Conciliação e Julgamento de Campos, porque os representantes dos usineiros não compareciam às audiências de julgamento. Elas eram sempre remarçadas. Quando compareciam, protelavam a solução pelo maior tempo possível. Negavam a real vinculação de alguns trabalhadores, alegando que muitos deles não eram empregados da usina. Quando reconheciam a dívida, consideravam que só podiam pagar no momento em que conseguissem botar a usina em funcionamento ou vender parte do seu patrimônio. (...)”³

Conseqüentemente, a “justiça” tão esperada pelos trabalhadores não veio por parte da Justiça do Trabalho, mas pela política pública da Desapropriação. Gerando um sentimento coletivo de decepção para com a Justiça, pois consideravam que este instrumento era vantajoso para o Usineiro, conforme também relatado por NEVES.⁴

Os mais de 1.500 processos judiciais individuais propostos pelos trabalhadores rurais, através de seu Sindicato, ao que parece, tiveram destinos isolados, dada as dificuldades criadas pelo Usineiros como estratégia processual à falta de estrutura do Sindicato em fazer essa defesa.

³ NEVES, Delma Pessanha. Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural. 1.ª Edição. Niterói. Editora EDUFF, 2004, pág. 106.

⁴ NEVES, Delma Pessanha. Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural. 1.ª Edição. Niterói. Editora EDUFF, 2004.

Por essa razão, ao que parece, a “única justiça” percebida pelos trabalhadores, foi a efetivação do processo desapropriatório.⁵

A luta contínua pela reforma agrária se reiniciou em Campos dos Goytacazes a partir de 1996, quando então o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, chegou ao Rio de Janeiro, iniciando uma série de ocupações de terra na região, reacendendo o conflito histórico entre trabalhadores rurais e latifundiários.

Dentre as fazendas ocupadas pelo Movimento Social, estão as terras improdutivas pertencentes ao Complexo de Usinas Cambahyba. Nesta, foi consolidado o Acampamento Oziel Alves, que permaneceu no local por mais de cinco anos, sendo despejado violentamente no ano de 2005.

A escolha desta área, segundo relato da dirigente nacional no Estado do Rio de Janeiro, Marina dos Santos⁶, se deu em virtude da infinidade de dívidas que tinha o Usineiro para com o Governo Federal e com os ex-trabalhadores da antiga Usina de Açúcar. Flagrantemente improdutiva, era acusada também de crimes ambientais denunciados a diversos órgãos públicos.

Todas essas demandas já estavam sendo processadas na Justiça Federal de Campos, o que induziu o Movimento concluir, que havia um estágio avançado da retomada das terras por dívidas públicas, para então exigí-las para fins de Reforma Agrária. Assim, a reivindicação do MST é a destinação das terras para reforma agrária, como pagamento das dívidas do usineiro com os setores públicos e funcionários da usina.

Mesmo com todos os problemas judiciais apontados e após cinco anos de ocupação e produção de horti-fruti-granjeiros numa média de 50 toneladas mês, o Judiciário deferiu a reintegração de Posse e determinou o seu cumprimento imediato pela Polícia Federal. Como se tratava de uma área disputada por longos anos, a viabilidade da execução da decisão não se deu de forma estritamente legal e ao que parece, a partir da investigação no processo judicial, foi realizada de forma violenta e arbitrária, destruindo 150 toneladas de alimentos, prendendo dirigentes do MST, destruindo casas de alvenaria, estábulos, chiqueiros, matando animais e constrangendo as famílias que, além de verem todos os seus pertences destruídos, não tinham para aonde ir.

⁵ NEVES, Delma Pessanha. Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural. 1.^a Edição. Niterói. Editora EDUFF, 2004

⁶ Entrevista concedida no Encontro Estadual do MST em Dezembro de 2005, no Assentamento Vida Nova, Barra do Pirai – RJ.

Todas essas arbitrariedades policiais foram comandadas pelo Delegado Titular da Delegacia de Campos dos Goytacazes, Dr. Carlos Pereira. Este funcionário público foi preso por corrupção no ano de 2007, envolvido em várias máfias, entre elas a dos caça-níqueis.

Segundo dirigentes do MST, em manifestações nas atividades do 17 de abril na Região, sempre desconfiaram da forma como este delegado tratava os trabalhadores rurais e suas lutas. Era nítida a sua conivência com o latifúndio e suas práticas, como a de trabalho escravo, sonegação fiscal, etc. Esse delegado deteve vários dirigentes de forma ilegal e não deu seguimento as mais de 30 denúncias de trabalho escravo na região.⁷

Dada a calamidade que se instalou sobre aquelas famílias, o judiciário também sentenciou a transferência de uma das fazendas do Complexo Cambahyba, permitindo que o INCRA assentasse algumas famílias na pequena área arrecadada.

Assim, o INCRA teve para aonde levar as famílias, sendo que muitas desistiram da luta e outras já foram assentadas no Assentamento Oziel Alves I. Na ocasião da inauguração do referido assentamento, o Presidente Nacional do Incra esteve na área de conflito, se comprometendo, juntamente com o Superintendente Regional do RJ, a não desistir das demais fazendas do Complexo, pois toda ela deve ser destinada a Reforma Agrária.⁸

Assim, 1/5 da fazenda que estava toda plantada de alimentos, está destinada a Reforma Agrária e 4/5 da mesma foi arrendada para o Grupo J Pessoa para o plantio de cana de açúcar.

Ainda existem vários processos de reivindicação da área por pagamento de dívidas. Essas ações são propostas pela Receita Federal e após ganharem a transferem para o Incra.

Existe também o processo de desapropriação para fins de reforma agrária proposto pelo Incra, tendo em vista que o Laudo Técnico do Órgão Federal considerou as fazendas improdutivas. Esta ação, proposta em 1998, encontra-se atualmente aguardando sentença de 1ª Instância.

O conflito persiste, sendo atualmente os protagonistas da disputa o Incra e o Usineiro, tendo como campo dessa disputa o Poder Judiciário de Campos.

Ambos os casos, permitem perceber, através das decisões judiciais acrescidas de diversos relatos que, se em alguns momentos o judiciário apresentou avanços na relação

⁷ Entrevista concedida pelo dirigente regional Carlos Augusto, realizada em 17 de abril de 2007, Campos dos Goytacazes.

⁸ Entrevista concedida pelo Dirigente Leandro Haua, ao mencionar sobre o discurso do Superintendente Regional do Incra/RJ, Mario Lúcio de Melo e o Presidente Nacional do Incra, Rolf Bachbart. Realizada na Secretaria do Mst no Rio de Janeiro.

com os movimentos sociais, mas maioria das vezes houve uma grande dificuldade em absorver as reivindicações populares em suas decisões, viabilizando o acesso a terra aos trabalhadores rurais.

Essas dificuldades, segundo alguns autores, podem ser originadas de uma cultura jurídica patrimonialista e conservadora, que a partir da manutenção de uma ideologia jurídica, impede o avanço das conquistas sociais dentro do Poder Judiciário.

Entender melhor as razões desses acontecimentos, justificam o estudo da cultura jurídica revelada na atuação do judiciário nos casos selecionados.

Segundo Boaventura de Souza Santos, os tribunais estando por muito tempo na obscuridade, hoje vêm assumindo visibilidade social e protagonismo político. Sendo um Órgão de Soberania, exerce funções políticas, interage e integra com as demais funções estatais. Mas esse protagonismo se deu por dois aspectos importantes: “pelo seu conservadorismo, pelo tratamento discriminatório das agendas progressistas ou de agentes políticos progressistas, pela sua incapacidade para acompanhar os processos mais inovadores de transformação social, econômica e política, muitas vezes sufragados pela maioria da população”⁹.

Sempre tiveram intervenções notórias, esporádicas, em resposta aos momentos de transformação social e política profunda e acelerada.

A cultura jurídica dos países periféricos e semi periféricos, no qual se enquadra o Brasil, tem sido muito diferente dos países centrais. Cultura jurídica essa que deve ser compreendida como “o conjunto de orientações a valores e a interesses que configuram um padrão de atitudes face ao direito e aos direitos e face às instituições do Estado que produzem, aplicam, garantem ou violam o direito e os direitos”¹⁰. Inserida no Estado, deve ser entendida dentro do âmbito mais amplo da cultura política, sendo considerada uma cultura jurídico-política.(1996).

⁹ SANTOS, Boaventura de Souza; Marques, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João Leitão e FERREIRA, Pedro Lopes – “Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso português” – 1996 – Editora: Edições Afrontamento – Porto – Portugal, pág. 19.

¹⁰ SANTOS, Boaventura de Souza; Marques, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João Leitão e FERREIRA, Pedro Lopes – “Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso português” – 1996 – Editora: Edições Afrontamento – Porto – Portugal, pág. 42.

Nestes, a distância entre a Constituição e a legislação ordinária é enorme. As causas são muitas e variam de país para país, mas Souza Santos destaca as seguintes: “o conservadorismo dos magistrados incubado nas Faculdades de Direito; desempenho rotinizado da justiça retributiva, politicamente hostil e tecnicamente despreparada para a justiça distributiva; uma cultura jurídica “cínica” que não leva a sério a garantia dos direitos; uma organização judiciária deficiente e carente; um poder judicial tutelado por um poder executivo hostil à garantia dos direitos ou sem meios orçamentais para levá-los a cabo; a ausência de uma opinião pública forte e de meios sociais organizados para a defesa dos direitos; uma legislação procedimental que não suporta a garantia dos direitos”¹¹.

No Brasil o olhar sobre o judiciário de Eliane Botelho Junqueira, em seu livro “A sociologia jurídica no Brasil” (1993), merece destaque pelo seu diagnóstico. Nas afirmações da autora, a justiça é apropriada pelos juízes como se particular fosse. Essa não separação entre público e privado dentro de uma sociedade hierarquizada, traduz-se em práticas autoritárias que reforçam a distância percebida pela população em relação ao poder judiciário. Esta postura é explicada pelas raízes históricas do patrimonialismo burocrático brasileiro, em que “Uricoechea aponta o padrão de povoamento complexo desenvolvido pela coroa portuguesa e por particulares, e o padrão de administração fundamentado em grandes prebendas (as sesmarias e as capitâneas hereditárias), que pressupunham algum nível de devoção entre o príncipe e seus beneficiários (URICOECHEA, 1978:36-7). Como resultado, ‘de um lado, a existência paralela de um aparato administrativo controlado patrimonialmente pelas classes locais e exercendo pressão para a prebendalização de cargos’ (URICOECHEA, 1978:14). Em consequência do verdadeiro impasse na formação do Estado Nacional Brasileiro não foi a conciliação dos princípios liberais com os princípios democráticos, mas sim a conciliação da natureza patrimonial com o modelo jurídico liberal.”¹²

Essa cultura jurídica patrimonialista/liberal tem sido mantida pelas ideologias jurídicas fomentadas nas universidades de direito como a única forma de se ver o fenômeno jurídico.

Todavia os movimentos sociais, principalmente os de luta pela terra, ao que parece, historicamente entenderam o espaço jurídico como fundamental para as conquistas políticas

¹¹ SANTOS, Boaventura de Souza; Marques, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João Leitão e FERREIRA, Pedro Lopes – “Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso português” – 1996 – Editora: Edições Afrontamento – Porto – Portugal, pág. 38.

¹² JUNQUEIRA, Eliane Botelho. “A sociologia do direito no Brasil – Introdução ao debate atual” Editora Lumen Iuris, 1993, p. 107.

e econômicas. Conforme conceitua o professor Miguel Baldez, trata-se de um instrumento de ação política, onde o processo judicial não pode ser “abandonado ao voluntarismo autoritário do juiz.”

Essa postura significa explorar as contradições do direito positivo e estatal em favor da classe trabalhadora, como nos ensinou Roberto Lyra Filho.(1995).

Essa compreensão do judiciário vem permitindo que os movimentos sociais se utilizem uma assessoria jurídica, a cada dia mais conceituada de popular, para se inserir não só dentro dos processos judiciais e de suas disputas, mas também na construção de novas leis e agendas políticas, que requeiram um conhecimento estritamente técnico-jurídico.

Todavia, estudando essa cultura jurídica, nos leva a indagar qual o papel do Poder Judiciário dentro da Estrutura do Estado atual e se este Poder pode nos levar, a assumir e efetivar as reivindicações sociais propostas pelos movimentos sociais organizados.

Polantzas (2000) tenta explicar as hipóteses de inserção do sistema legal, ao afirmar que dentro das variáveis propostas pelo mesmo, estão os fatores resistência e luta das classes dominadas. Assim, mesmo a inserção das classes dominadas na disputa ideológica do Estado, não necessariamente implicam em conquistas, pois toda legalidade suporta a ilegalidade e fazem parte da mesma estrutura institucional, sendo, ao que parece, a cultura jurídica um instrumento ideológico do Estado para inviabilizar as lutas populares.

Segundo o Autor, o poder exercido pela classe dominante é um poder fracionado. Ele é exercido ideologicamente por uma série de agentes que compõem o aparelho do Estado e é essa cultura jurídica que permite o exercício de poder dentro do judiciário, para então inviabilizar as agendas sociais pautadas dentro do desse órgão.

Essa cultura jurídica exercida até então permite que a classe dominante, através dos agentes do Estado, possam exercer a sua hegemonia.¹³

Roberto Lyra Filho, nos adverte no mesmo sentido ao falar sobre os perigos da lei, quando submetidas a ideologia do positivismo jurídico,

(...) Aliás, se os representantes da ordem estabelecida, chegando ao poder estatal, hesitam ou se revelam mais receptivos à pressão popular pelas reestruturações sociais, a mesma classe dominadora não teme substituí-los

¹³ O conceito de hegemonia que utilizamos é o elaborado por Gramsci, para quem a hegemonia é estabelecida não só pela direção econômica de uma classe ou segmento de classe sobre o conjunto da sociedade, mas também no campo da cultura, dos costumes, na produção de alianças que seja capazes de fornecer a sustentação para a manutenção do controle do Estado, garantindo-se dessa forma a capacidade de dominação exercida pela classe dominante.GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci, 3.^a Ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978

por outros, mais enérgicos, ainda que, para isto, rompa todo o ciclo de legalidade e substitua a legalidade feita por outra, então considerada intocável. E, durante, esta substituição, os juristas do positivismo ficam no terrível suspense, esperando para ver quem vai “dar as cartas” do jogo; isto é, as novas leis, que tais rábulas diplomados e endomingados interpretarão e aplicarão, com a maior cara de pau e todos os balangandãs da técnica “jurídica”.¹⁴

Thompson vem acrescentar ao debate que o império da lei ao poder arbitrário é sempre a melhor opção. A regulação favorece aos pequenos porque impede o arbítrio (ou pelo menos dificulta). A classe dominante está presa a sua própria lei. Nem toda a lei é má, faz-se necessário disputar as interpretações, denunciando as imposturas e injustiças que possam estar sendo realizadas a partir desta lei.

Partindo das premissas desses autores, entender a cultura jurídica e ao que parece tentar modifica-la é fundamental para que a atuação do judiciário na efetivação dos direitos possa ser em consonância com as necessidades dos movimentos sociais organizados.

A atuação do poder judiciário nos dois casos emblemáticos, parece poder nos mostrar como o judiciário, antes e após a Constituição de 1988, se relaciona com os movimentos sociais e sua pauta de reivindicações. Como se relaciona com os poderes locais e como se dá a disputa dentro do judiciário pela efetivação das demandas sociais.

A cultura jurídica expressada nos processos de luta e conquista da terra em Campos dos Goytacazes, podem apontar de como historicamente vem sendo tratadas as questões sociais perante o Poder Judiciário.

Os movimentos sociais nunca desistiram de lutar pela legitimação do justo através do judiciário, construindo novas interpretações de direito, socializadas, que inseridas dentro da norma jurídica burguesa, podem permitir a construção de uma nova ordem jurídica¹⁵.

Ao que parece, necessário se faz uma investigação de como o Judiciário vem recepcionando essas disputas e quais os limites estruturais desse próprio órgão.

¹⁴ Lebrun, Gerard 1926-1986. O que é direito/Roberto Lyra Filho. – São Paulo: Brasiliense 2004 – (Coleção Primeiros Passos; 62) págs. 33/34.

¹⁵ BALDEZ, Miguel Lanzellotti. “Sobre o papel do direito na sociedade capitalista – ocupações coletivas: direito insurgente” Publicação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis – 1989”

Essa compreensão, permitirá esclarecer qual o papel do Poder Judiciário dentro da Estrutura do Estado Brasileiro e de como ele pode ser utilizado enquanto instrumento de efetivação de conquistas sociais da classe trabalhadora.

Bibliografia utilizada:

- BALDEZ, Miguel Lanzellotti Baldez, “Sobre o papel do Direito na Sociedade Capitalista: ocupações coletivas – direito insurgente” Editado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis – RJ, 1989.
- CHAUI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo. Editora Brasiliense – 1983 – Coleção Primeiros Passos; 13.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 6.ª Ed. Porto Alegre, Globo, 1984.
- FILHO, ROBERTO LYRA, O que é direito. São Paulo. Editora Brasiliense. 2004 – Coleção Primeiros Passos; 62.
- NEVES, Delma Pessanha. Do Imbé, novos horizontes: processo de construção de um assentamento rural. 1.ª Edição. Niterói. Editora EDUFF, 2004.
- NEVES, Delma Pessanha. Assentamento Rural: Reforma Agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. 1.ª Edição. Niterói. Editora EDUFF, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista. 1.ª Edição. Niterói. Editora EDUFF, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha. Por trás dos verdes canaviais. 1.ª Edição. Niterói. Editora EDUFF, 1989.
- NEVES, Delma Pessanha. “Lavradores e pequenos produtores de cana – estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital” – 1981 – Editora Zahar Editores – Rio de Janeiro.
- POULANTZAS, Nicos – “O Estado, o Poder, o Socialismo” – 4.ª Edição – Editora Graal, 2000, Rio de Janeiro.
- PUREZA, José. “Memória Camponesa” – 1982 – Editora Marco Zero – Rio de Janeiro.

- SANTOS, Boaventura de Souza; Marques, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João Leitão e FERREIRA, Pedro Lopes – “Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: o caso português” – 1996 – Editora: Edições Afrontamento – Porto – Portugal.
- THOMPSON, E. P., “Senhores e Caçadores” – 2.ª Edição – Editora Paz e Terra – 1997.
- URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial. Rio de Janeiro. São Paulo. DIFEL. 1978.
- ZINGA, Miguel Raul Mazissa Zinga, “Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes – RJ”, Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Rio de Janeiro, Junho de 2004.

GT1 – A Luta Pela Terra e a Política Fundiária

A FRONTEIRA AGRÍCOLA E A MIGRAÇÃO NA TRANSAMAZÔNICA - NOVAS QUESTÕES, ANTIGOS DEBATES

Thais Tartalha do Nascimento – PPGAS/IFCH/UNICAMP

tartalha@yahoo.com.br

RESUMO

A Rodovia Transamazônica construída na década de 70 teve como um de seus impactos uma grande onda migratória para seu entorno. Os migrantes chamados *colonos* buscavam uma possibilidade de adquirir terras e trabalhar na agricultura; os projetos políticos de então versavam sobre a ocupação da *fronteira agrícola* e incentivavam os migrantes a ocuparem lotes rurais e constituírem áreas de produção agropecuária. Passados mais de 40 anos da abertura da Transamazônica ainda há migrantes em toda a região. A busca por terra ainda existe, mas os perfis mudaram. Sendo assim é proposto pensar a migração na região através da trajetória de seus *colonos* de ontem e de hoje. A argumentação é de que a migração e a condição de fronteira agrícola influenciariam na organização social e espacial e seria, portanto, um dos vieses para o entendimento da constituição da Transamazônica, da apropriação do espaço, e de sua estruturação.

Palavras-chave: Transamazônica, migração, colonos, apropriação espacial.

Introdução

Discussões sobre fronteira e migração têm sido caras ao campo das ciências sociais há muito tempo. Livros como o de Velho (1981), Martins (1997) e Etulain (1999), discutem fronteira, mas também pensam a atração dos migrantes para essas áreas. Sem dúvida a relação profunda entre fronteira e migração é uma constante na história da ocupação do território brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e fronteiras* (2005) já propunha essa relação e suas conseqüências. Neste trabalho esta questão é retomada justamente numa área de grande conflito e de ocupação recente: um trecho da Rodovia Transamazônica, compreendido no estado do Pará, entre as cidades de Altamira e Uruará.

A escolha desse recorte tem como principal argumento a questão de que é nesse espaço que uma grande discussão sobre uso do espaço e conservação se dá. O passado desse lugar com seu grande atrativo fundiário fez e faz com que os debates sempre perpassem a problemática sobre onde está a frente de expansão e onde devem estar os espaços de conservação.

Durante a década de 70 e 80 autores como Velho (1981), se debruçaram exaustivamente sobre o impacto das frentes de expansão do norte do país e o grande afluxo de migrantes que se deslocavam para essa fronteira sem que lá encontrassem qualquer infra-estrutura. Nas discussões atuais autores como Escada (2005), se mostram preocupados com a ocupação de novos espaços dentro do território amazônico e as conseqüências e características dessa ocupação. Essa continuidade nos estudos sobre migração e fronteira oferece um bom indicador de que ainda há o que ser posto em evidência sobre esses temas.

Outro dado importante é a argumentação sobre a legitimidade de ocupação desses espaços. Partindo de Sérgio Buarque de Holanda (2005), passando por Musumeci¹ (1988), Godoi (1999) e Martins (1975 b), podemos constatar diversos discursos: a terra sem dono; por civilizar; a terra que é herança; o direito de posse pela ocupação; o direito pela doação; o direito pela compra; entre outros. Tais discursos na região pesquisada têm como objetivo dar legitimação a ocupação e principalmente a transformação do espaço da floresta no espaço da agropecuária. Porém se esquece de elementos importantes desses lugares, como os primeiros moradores (LOUREIRO E PINTO, 2005), e também a questão da floresta em si como ecossistema, como bioma e como reserva de biodiversidade (FERREIRA, VENTICINQUE E ALMEIDA, 2005).

Migrantes são pessoas dotadas de objetivos e perspectivas a serem realizados no lugar para o qual se encaminham. Na Transamazônica em específico se concentram *colonos* (denominação pela qual os moradores, trabalhadores e donos de lotes rurais na região se denominam), que pretendem fazer da agropecuária sua atividade. A escolha dessa atividade não é aleatória, mas faz parte de projetos executados na região que deram o sentido da migração e agruparam diferentes interesses em todo o território amazônico.

Assim Castro & Hébette (1989), procuram mostrar como a região se forma como palco de projetos governamentais de grande escala, desde o início do século XX

¹ Apesar do livro de Musumeci chamar-se “O mito da terra liberta” ela está na verdade fazendo uma retomada do termo para criticá-lo e colocar todas as implicações que estão por trás da concepção de uma terra liberta. Mas nesse texto em particular o que nos interessa é o resgate do mito como uma das narrativas sobre a terra.

até hoje. A começar pela procura incessante da vocação produtiva da floresta com os ciclos da castanha e da borracha, até a construção e “colonização” da Transamazônica, Carajás, e a institucionalização de áreas de proteção, conservação e manejo sustentável, e também as demarcações de terras indígenas. Todos esses projetos têm uma forte propaganda migratória de atração de famílias e indivíduos desejosos de melhorias em sua qualidade e condições de vida.

Ao longo da Transamazônica a questão migratória versou entre problemas distintos ao longo do período desde sua implantação até a atualidade. O primeiro momento de fluxo migratório compreendeu um esforço conjunto do governo em promover a ocupação do território e a busca por terra. Nesse momento foi a estrutura precária montada pelo governo e a falta de um programa concreto de produção que fez com que os perfis dos migrantes mudasse. Os principais grupos da primeira década do projeto eram famílias e pequenos produtores.

Num segundo momento a partir do fim dos anos 80 até a atualidade, as políticas de incentivo ao plantio e a agropecuária na região se mantêm, mas de forma a beneficiar grandes plantações. Os primeiros migrantes antes majoritariamente famílias e pequenos produtores disputam hoje com fazendas a possibilidade de produzir na região. Até mesmo os primeiros migrantes optam por transformarem sua pequena produção em monoculturas em larga escala, para que suas condições de vida e mesmo de produção possam ser melhores (LOUREIRO E PINTO, 2005, MARTINS 1975 b).

Portanto a mudança de perfis dos migrantes ao longo do tempo ajuda a demonstrar as mudanças no entendimento sobre o que é frente de expansão e também fronteira, onde ela está e como ela é expressa. Sendo assim é na conformação da questão migratória e da questão da fronteira (nesse caso em específico da fronteira agrícola) que se fornecem os caminhos pelos quais as políticas governamentais caminham. Mais importante ainda: é na mudança do perfil do migrante, que se infere mudanças nos objetivos e sentidos da migração e dos processos migratórios. A questão da busca por melhoras nas condições de vida continua, mas ela está acompanhando outros movimentos maiores, a saber, a busca por produtos agropecuários produzidos em grande escala para um mercado.

O migrante se adapta às exigências feitas pelos seus pares ou por um mercado, ou pelo governo, porém também age. É o objetivo contido na migração que também ajuda a explicar o sentido da ocupação do território e em específico nas mudanças de relação entre pequena e grande propriedade.

A migração como categoria analítica permite – ao menos nesse recorte – perceber mudanças objetivas no uso e na ocupação do espaço. Sendo assim são dados elementos para se questionar o sentido atribuído à fronteira agrícola em primeira instância e a resignificação feita pelos próprios *colonos*. Na conjunção dos possíveis sentidos é que se pode contribuir para a estruturação de políticas ambientais e políticas fundiárias que possam amenizar os conflitos de interesses pelo uso do espaço na Amazônia.

Categorias de análise: migrante, colono.

O uso da palavra migração e o estudo de fluxos migratórios e de motivações para migrar não é uma temática nova nas ciências humanas². Para este trabalho como já dito, há um recorte, e um recorte não só espacial, mas também temporal: marcado pelos projetos de colonização a partir dos anos 1950 no Brasil. É importante pensar que as categorias de migrante e colono são fundamentais para se entender intenções e propor possíveis entendimentos sobre narrativas dos atores envolvidos no processo. Tenta-se, tomando como ponto de apoio essas duas categorias, pensar dois lados de um fato, as pessoas que se deslocam – que migram –, e quem promove a migração – nesse caso há um agente promotor ou ao menos direcionador desse deslocamento, qual seja o governo.

A migração enquanto fenômeno é feita por pessoas, na maior parte das vezes pessoas em busca de esperança e de um recomeço em uma terra nova. A migração é sempre um recomeço para o que migra, porém seu status enquanto migrante pode variar segundo o lugar para onde se vai. Para tornar a argumentação mais clara: são essencialmente diferentes os objetivos de migrantes que tomaram a direção de São Paulo nos anos 70, em busca de trabalho em uma cidade consolidada (DURHAM 2004; MENEZES, 2002); e os migrantes que fizeram parte dos inúmeros projetos de colonização lançados pelo governo naquelas décadas (SANTOS, 1993; VELHO, 1981).

Os migrantes na Transamazônica, como parte de um projeto de colonização adotaram a identidade de *colono*. Há várias implicações na idéia de se intitular *colono*. A primeira delas é marcar a atitude do colono em relação ao local em que se chega. Nesse artigo em questão as margens da Rodovia Transamazônica, no estado do Pará. Essas margens nada mais eram do que lugares a serem trabalhados, e aos colonos

² Seria interessante rever os estudos sobre migração rural de Menezes (2002 b) e Durham (2004 a), e Etulain (1999). São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora da UNB, 1989), entre outros.

caberiam todo e qualquer esforço, trabalho e escolha para moldar o espaço e promover seu uso.

Porém aqui também é importante lembrar o par colonizador Estado-migrantes. Há sem dúvida o objetivo do Estado em escolher e direcionar a migração promovendo doação e venda de terras e propaganda, e no outro ponto a leitura e a ação das pessoas que efetivamente participaram do projeto. Assim é que encontramos os migrantes-colonos interpretando oportunidades, trazendo junto com a família e as malas, objetivos e planos próprios para ali criar um espaço de sociabilidade e produção.

Fará parte do cotidiano das pessoas que para lá foram o contato com os moradores da mesma propriedade e com os vizinhos e as relações comerciais e pessoais, nas cidades, vilas e entornos que criaram o espaço de sociabilidade por onde circula essa pessoa e a ajuda a orientar sua trajetória³. Um exemplo encontrado em Brasil Novo são as famílias que ligadas tanto ao sindicato dos trabalhadores rurais como à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), criam relações tanto com o governo e a assistência básica no campo como com a busca por direitos e o fortalecimento de categorias para organizar demandas da região⁴.

Essas relações permeiam a vida diária de todos os moradores da região e fazem deles migrantes-colonos que fizeram parte de projetos com vistas a diminuir a pressão no campo em estados já bastante ocupados como São Paulo e Minas Gerais e desviar atenções para problemas como a necessária reforma agrária. No livro de José Vicente Tavares dos Santos (1993), é bastante esclarecedora a recuperação histórica da criação e reforma de diversos órgãos no governo federal com vistas a deslocar a questão da reforma agrária e tensões no campo para projetos de distribuição e venda de lotes em assentamentos e projetos de colonização, principalmente em áreas afastadas e pouco povoadas.

Assim, seguindo os passos de Santos alguns movimentos migratórios podem ser recuperados. Por exemplo, o início do deslocamento do interior de Minas e das regiões do sertão nordestino: impulsionado por demasiada ocupação em algumas regiões, dificuldades estruturais de produção e/ou moradia, ou dificuldades frente à seca, se vai em busca das terras do sul e do centro-oeste já nos anos 30.

³ Bourdieu (1996): As narrativas e as histórias contadas pelas pessoas, nesse caso específico os *colonos* são uma coleção de fatos envolvidos em emoções e seqüenciados e esquecidos conforme sua importância ou intenção que a narrativa/história deseja expressar. Assim o componente subjetivo da pessoa que conta e também daquele que ouve fazem parte do produto final que segundo Bourdieu se parece mais com uma trajetória.

⁴ Esses dados são parte dos dados colhidos no trabalho de campo realizado na região em 2005.

A continuidade da resposta governamental para demandas das ligas camponesas e das crescentes tensões entre latifundiários e pequenos proprietários e/ou trabalhadores rurais nos anos 50 e 60 vem com a construção de Brasília e a distribuição de terra no centro-oeste no governo Kubitschek. E nas décadas seguintes, durante o governo militar, com a reformulação de órgãos de colonização, e a implantação dos projetos de ocupação de áreas de fronteira, as frentes de expansão ganham força durante 20 anos. Assim as questões migração e colonização são ligadas como um projeto para se dar vazão a tensões em áreas mais densas populacionalmente e ao mesmo tempo ocupar áreas de fronteira.

O principal trunfo desse projeto é levar para longe os problemas e oferecer a mínima infra-estrutura para que se pudesse assegurar a ocupação de territórios fronteiriços. A infra-estrutura mais barata era a implantação de imensas áreas de produção agrícola o que culmina com as frentes de expansão de estrutura agrária retratada por Velho (1981).

O lugar privilegiado para essa expansão segundo Velho (1981), Santos (1993), e Martins (1975) é a floresta Amazônica. Área ainda pouco habitada e explorada era o cenário que precisava ser ocupado antes que as fronteiras brasileiras pudessem ficar borradas. A transformação radical no cenário da floresta é retratada por Velho com bastante clareza e qualidade. E principalmente as novas tensões que vão se criando também são importantes para se entender o que acontecerá a partir desse momento.

Os migrantes das frentes da expansão pertencem a uma categoria mista: são colonos e são migrantes, estão no lugar e podem nele criar e produzir diretamente, ser donos de terras. Enquanto no sudeste do país migrantes são pessoas se deslocando de um lugar a outro, são pessoas em busca de trabalho (DURHAM, 2004; MENEZES, 2002) e também querem ser patrões de si mesmos um dia, muitos vêm buscar o dinheiro para manter ou comprar um pedaço de terra no lugar de origem.

Essa diferença sutil entre a categoria mista migrante-colono e a categoria migrante (incluído aqui o migrante sazonal, o definitivo, entre outras especificações), dá o tom para as práticas que se desenvolvem na região estudada. A condição de colono e a própria reafirmação dessa condição ainda hoje na nomeação dos moradores da Transamazônica como *colonos* diz que o espírito de desbravamento e ocupação ainda faz parte do cotidiano de trabalho naquele espaço.

O lugar nas frentes de expansão é construído como o espaço a ser cuidado, usado, ocupado. Essa visão tão presente nas frentes de expansão é recorrente e reproduzida ao longo do tempo em todo o entorno da Rodovia Transamazônica onde foi implantado o projeto e em todas as localidades de implantação de áreas de

colonização. Constituídos de uma maioria de migrantes os atuais moradores ainda se nomeiam *colonos*, e apesar de muitos estarem se dirigindo à cidade, a vocação agropecuária da região como condição principal de ocupação da terra é bastante visível.

Por fim a apropriação do nome *colono* para si dá aos moradores uma forma de explicar os motivos de estarem naquele lugar e de se deslocarem livremente por sua extensão. As relações que vão se estabelecendo entre eles e o lugar onde estão não elimina suas raízes, criam assim espaços duais, reproduções hipotéticas e ajustadas do que representam para eles a terra e o seu lugar.

Realçando símbolos como o pequizeiro trazido de Goiás por um morador como lembrança de seu estado natal e que faz par com o maciço de açaí que é a representação do Pará e da floresta. Inserindo na narrativa a “jornada” até o *lote*, as dificuldades de se viajar à pé, no caminhão, no “pau-de-arara”, de carona em carona, de transpor as cheias dos rios na época da chuva até a chegada no seu *lote*, na sua terra.

Representam a floresta como cenário na narrativa, descrevem-na como barreira a ser superada e exibi-la dentro de seu *lote* tem o significado de demonstrar a vitória sobre todos os obstáculos do caminho e ter controle sobre o lugar. Assim se diferenciam dos primeiros moradores locais, são *colonos* pois trabalham a floresta, não com a floresta como índios e *caboclos*.

Ser *colono* representa fazer parte da história de ocupação, inscreve nos moradores a migração como fundante na relação com o lugar. Mais que isso estabelece a relação de vir e trabalhar a terra, inserir a agricultura, transformar a floresta e assim também o espaço com características do trabalho com a terra. Por isso a atribuição do nome *colono* como forma de representar o papel daquelas pessoas naquele espaço, como representação da relação própria e particular delas como o lugar, expressando a combinação entre o conhecimento e o desconhecido.

Nomeando-se dizem para si mesmos e para os de fora qual é o *sistema do lugar*⁵ (GODOI, 1999), que não se inscreve nas práticas sociais e organização social dos *caboclos* e dos indígenas, mas também não é o do colonizador tradicional.

Sua nomeação se liga mais ao que transpõe espaços, caminhando de lugar em lugar com sua condição de migrante que implica na adaptação entre mudança e reprodução de um modo de vida. Porém, o termo também traz em si a figura do desbravador, coloca em relevo a condição de pessoa que se desloca em busca de

⁵ Sistema do lugar é um termo cunhado por Godoi (1999), para expressar sistemas e mecanismos segundo os quais a organização social e espacial do lugar, assim como suas práticas são constituídas.

algo. Por fim a constituição de uma identidade comum entre os moradores facilita a ajuda mútua, pois os coloca na mesma condição e os impulsiona a ajudarem-se nas tarefas de colonização.

Essa mesma categorização e a insistência e permanência dela por todo o trecho visitado demonstra uma relação também com o lugar. A floresta é um lugar a ser colonizado, uma relação de ambivalência entre o estado natural (floresta) e o espaço dominado (agropecuária). Essa relação pode ser uma das componentes dos estudos sobre o desmatamento na região, hoje fundamentais para se tentar proteger a floresta.

Frentes de expansão e migração: contribuições para o entendimento do cotidiano hoje.

Partindo então da discussão sobre o migrante-colono e as possibilidades contempladas nas práticas e no uso do espaço na região se pode dizer da relevância que a história desse lugar tem para se entender tanto as políticas públicas para a terra, como a relação entre migrantes, migrantes-colonos, e moradores de áreas rurais e a terra.

Nos históricos e nas análises de Martins (1975) e de Santos (1993) é vista de forma sistemática a construção do espaço, como a construção do lugar a ser utilizado, a ser trabalhado. O trabalho prescindindo de práticas agrícolas e pecuárias previamente sabidas ou aprendidas pelos moradores. A grande novidade introduzida nos últimos anos foi uma possibilidade de conciliar preservação e a perspectiva do trabalho agrícola.

Celebrada em algumas poucas áreas de preservação, uma dessas possibilidades de conciliação, o manejo florestal, prevê a utilização da floresta como o espaço do qual se retiram produtos ou a matéria-prima para eles. Produtos esses que serão posteriormente trabalhados de alguma forma, como por exemplo, o processamento de castanhas, o corte de madeira, a venda do açaí, a produção de bijuterias com semente, a produção de cosméticos com folhas, flores, essências e frutos, para citar alguns.

A mudança na utilização da floresta tem dado certo, pois parte do princípio do trabalho e da utilização do espaço, ressignificando-o. É importante que as mudanças em relação ao uso do espaço e sua organização social perpassem a questão do trabalho, pois o “trabalhar a terra” faz parte da construção social de práticas de vida cotidiana e de relação com o entorno.

É imprescindível por isso não relegar a segundo plano que as práticas culturais ao longo de todo o trecho estudado partem de uma ordem moral (Woortmann, 1988;

Woortmann e Woortmann, 1997), cultural, de trabalho e uso da terra em que a história não pode ser esquecida. A cultura, as práticas, enfim o *sistema do lugar* (GODOI, 1999), passa pelas frentes de expansão e pelos projetos de colonização da área.

Ser migrante ou fazer parte de uma história de migração – como é o caso de muitos atuais moradores, filhos de migrantes – diz muito sobre como se organiza ou se entende o espaço na região. A frente de expansão constituída como importante marco de transformação do espaço, abre precedente para que o marco seja reproduzido como forma de trabalho.

Portanto as constatações aqui levam a pensar que se expandindo a análise a outras partes do país de onde se parte de processos migratórios e colonizatórios é possível que haja perspectivas de relação com a terra e o trabalho que sejam próximas e principalmente que se orientem de forma semelhante em torno da questão de se organizar o espaço. Assim as pequenas áreas de manejo se sobressaem como áreas em que esse princípio de *sistema do lugar* a partir do qual é necessária a organização do espaço seja mantido. Outras iniciativas como essas são talvez possibilidades de diálogo entre a perspectiva do colonizador e a da preservação total de áreas de floresta.

O conflito é importante para se pensar toda a Amazônia como lugar em que diferentes demandas e objetivos se convergem. A tentativa de recuperar as categorias de migrante, colono e frente de expansão é colocar em jogo como essas categorias são algumas das que constituem as identidades em conflito naquela localidade. A importância de suas premissas está no compartilhamento que tem com outros lugares onde houve processos de incentivo governamental para a colonização.

Por isso a categoria frente de expansão não deve ser esquecida, ela faz parte de uma organização social que constitui *sistemas de lugar* que tem por base a organização e o trabalho na terra. Ou seja, a modificação e a conversão da floresta em área agrícola como forma não só de ocupação como de uso.

Contemplação e trabalho são duas esferas separadas, à contemplação cabendo pequenas ilhas de preservação, em que não há trabalho. Partindo então da contemplação, grande parte da área deve ser produtiva, deve ter o caráter de terra usada ou em uso e por isso a rotação das áreas⁶, a experimentação de espaços, a ocupação de forma total.

A todas essas práticas tem de ser somadas outras práticas em curso tanto nas localidades estudadas como em outras localidades. A Amazônia como um todo é

⁶ A rotação de áreas não se refere ao tipo de plantação, mas sim às experimentações feitas pelos *colonos* para se conhecer o terreno e as possibilidades de uso de cada espaço do lote rural.

formada por infinidades de *sistemas de lugar* tão diferentes e tão particulares que é difícil colocar todos em perspectiva para pensar. A escolha por um recorte sobre a área da Transamazônica, no Pará recai por sua especificidade de ser uma área não só de expansão agropecuária como de disputas fundiárias. E muito da experiência de campo e também da bibliografia sobre a região partem das frentes de expansão como ponto de partida.

Não é um fato sem importância que o marco fundante da região estudada como área agrícola seja dado pela implantação de um projeto governamental. Naquela região – e em outras também – o papel do incentivo e das políticas governamentais tem muita importância. Não se deve esquecer que sem as lutas em curso sobre reforma agrária a tentativa de amenizar conflitos e ocupar territórios por parte do governo talvez tivesse sido outra.

É importante, portanto, pensar o tripé governo-migrantes/colonos-política. São as demandas da população (movimentos políticos, sindicatos, ligas camponesas, MST), por terra e por melhoria de condições de vida e produção que formula políticas que contemplem o uso de espaços pouco povoados, cobertos por áreas verdes, longe dos grandes centros e que podem ser organizados de forma aleatória.

A infra-estrutura mesmo sendo a princípio mais barata na implantação de projetos desse porte, desencadeia a necessidade de continuidade sempre, o que geralmente não ocorre, porque há aumento da demanda dos produtores por infra-estrutura e pouco interesse por aumento de gastos por parte do governo. Mais que isso, a distância entre as reais necessidades das populações que participam desses projetos e as medidas e incentivos dados pelo governo são algumas vezes insuperáveis. No caso estudado o deslocamento dos projetos para a região de transformação em área agrícola para área de agricultura e preservação desloca e desorienta práticas que foram se constituindo ao longo dos anos de ocupação.

A instalação de migrantes e sua identificação com *colonos* tornam o cenário mais complicado dentro das próprias políticas governamentais que se reformulam para atender questões ambientais. É impossível que haja mudanças imediatas entre práticas de colonização – sendo que essas práticas já se reproduzem através de gerações – e preservação do espaço.

Essa mudança só é contemplada se o *sistema do lugar* é mantido. Sistema esse que se compõem de práticas culturais e sociais que incidem sobre a relação que se tem com a terra e o valor útil que ela tem. A utilidade é um valor tanto quanto o trabalho na terra é um valor, tanto quanto a terra é um valor.(WOORTMANN, 1994 e

1997) Sem entender essa base da organização social local é impossível se amenizar conflitos na região.

Porém é interessante ver como se acomodam demandas que vem do governo pelos moradores da região e como há mudanças no perfil dos moradores. O trabalho agrícola na região conta com dificuldades não só estruturais mais sazonais e naturais. O período de chuvas e o de seca trazem diferentes cenários que devem ser combinados ao longo do tempo para se entender a dinâmica do cotidiano e, portanto da produção e do trabalho. O *sistema do lugar* conta com essas transformações ao longo do ano e se organiza através delas.

Assim para além das questões naturais, e tal como elas, demandas sobre a produção e o uso do espaço quem vem de diretrizes governamentais e são apreendidas através da fiscalização e necessidade de adaptação também são acomodadas na vida prática desses moradores. A necessidade de preservação de áreas dentro de lotes rurais e propriedades e a adequação das propriedades aos padrões dos locais financiáveis através dos créditos do governo são parte de mecanismos utilizados pelos moradores para constituir seu *sistema do lugar* e assim mudar, partindo de suas bases de organização e dinâmica social.

Continuar a valorar trabalho e utilidade da terra de forma que seja possível conjugar as práticas culturais e organização social e espacial com as demandas do governo. Na verdade, o tripé governo-migrantes/colonos-política é um tripé muito bem construído e equilibrado, as forças se equilibrando em lados diferentes o tempo todo.

Numa localidade como a Transamazônica o governo ao mesmo tempo em que fiscaliza, dá créditos agrícolas e financiamentos e mantém serviços públicos é praticamente ausente na vida prática de mais da metade desses moradores. Vivendo com pouco e imbuídos de ordens morais (WOORTMANN, 1988), e culturais que orientam suas práticas pelo *sistema do lugar* e não por imposições externas.

Conjuga-se em toda a localidade essa dualidade entre a força local cotidiana de *sistema do lugar* e imposições e ajuda externa do governo. E por isso é fundamental entender que essa tênue relação entre cotidiano e discurso, cotidiano e gerência governamental está ao longo do período de 1950 até hoje presente e é muitas vezes ignorada. Criando especificidades tão locais que é difícil de ser apreendida, mas necessária para o entendimento das relações políticas no lugar.

As mudanças nos perfis dos moradores e mais ainda dos trabalhadores precisam de um panorama histórico e do entendimento do *sistema do lugar* como base cultural e base de práticas e organização social. Nos textos de Escada (2005),

Loureiro e Pinto (2005), e Ferreira, Venticinque e Almeida (2005), fica bem claro as mudanças nos conflitos e o que pode ser apreendido deles.

O panorama histórico e a importância do entendimento do uso do espaço e organização social perpassam todos esses estudos. O foco nas mudanças das áreas de expansão agrícola, ou nas lições aprendidas ao longo do tempo de ocupação da região demonstra como história, cultura, práticas sociais e organização social são componentes das análises sobre a região e dão as bases para amenização de conflitos e relação entre governo e moradores na região. E então a questão da migração e o próprio processo de ocupação da região através de projetos de colonização passam a figurar como elementos chaves dentro das análises.

Por isso a relação com a migração e com conflitos atuais deve ser buscada como forma de integrar saberes, entender a cultura e as práticas de uma forma mais límpida e sem entendimentos superficiais. As especificidades dessa localidade e o esforço de olhar para a realidade e o *sistema do lugar* fazem com que se entendam as possibilidades de diálogo para amenizar os intensos conflitos fundiários e agropecuários na região.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M; AMADO, J (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

CASTRO, E. M. R. de; HÉBETTE, J (orgs). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

DURHAM, E. R. As comunidades rurais tradicionais e a migração. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. a

DURHAM, E. R. Migrantes rurais. *A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. b

ESCADA, M. I. S. "Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri)". *Dossiê Amazônia brasileira II*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 54: 9-23, 2005.

ETULAIN, R. W. *Does the frontier experience make America Exceptional?* Boston/New York: edford/St. Martin's, 1999.

FERREIRA, L. V; VENTICINQUE, E; ALMEIDA, S. "O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas". *Dossiê Amazônia brasileira I*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 53: 157-166, 2005.

GODOI, E. P. de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

LOUREIRO, V. R. e PINTO, J. N. A. "A questão fundiária na Amazônia". *Dossiê Amazônia II*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 54: 77-98, 2005.

MARTINS, J. S. "Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica". In: MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: Estudo sobre as contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, 1975. a

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: Estudo sobre as contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, 1975. b

MENEZES, M. A. "Itinerários migratórios e trajetórias sociais". In: MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2002. a

MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2002. b

MUSUMECI, L. *O mito da terra liberta: Colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia oriental*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988.

SANTOS, J. V. T. *Matuchos: Exclusão e luta*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

VELHO, O G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2^a ed., 1981.

WOORTMANN, K. Com parente não se *neguceia*. O campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico/87*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1988.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. Brasília: EdUNB, 1994.

WOORTMANN, E. F; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EdUNB, 1997.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

A LUTA PELA TERRA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO SERTÃO PARAIBANO: QUESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Ramonildes Alves Gomes - Doutora em sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG).
rnildes@hotmail.com

Aracele Barbosa Gomes - Graduanda em Ciências Sociais, pela UFCG, bolsista de iniciação científica (PIBIC/UFCG/CNPq).
aracele_sumé@hotmail.com.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a história da luta pela terra e as reconfigurações do espaço agrário no sertão da Paraíba, buscando refletir acerca de como as estratégias de desenvolvimento financiadas pelo Estado brasileiro têm convergido para um ciclo de processos de apropriação privada dos recursos públicos e que relações podemos inferir que existam entre as áreas favorecidas com esses recursos e a intensificação dos processos de luta pela terra na mesorregião do médio sertão da Paraíba. Para uma análise mais aprofundada estamos realizando estudo de casos em duas áreas: o Projeto de Assentamento Patativa do Assaré, localizado no município de Patos e o Acampamento Nova Conquista, localizado no município de Condado, sendo estas, espaços onde as condições físicas, ligadas às formas tradicionais de ocupação e exploração do solo, retardaram o processo de organização dos grupos historicamente excluídos. Os dados que auxiliaram as análises foram apreendidos utilizando as seguintes técnicas: questionários, entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documentos.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise preliminar da relação entre a história da luta pela terra e as reconfigurações do espaço agrário no sertão paraibano. Neste contexto, analisaremos o papel desempenhado pelo Estado na construção dos espaços de reforma agrária. A idéia geral é pensar como as estratégias de desenvolvimento financiadas pelo Estado brasileiro têm convergido para um ciclo de processos de apropriação privada dos recursos públicos. Este ciclo vicioso, especialmente nas áreas do sertão semi-árido, tem resultado em prejuízos e passivos incalculáveis, por exemplo, a sub-utilização e degradação dos recursos naturais.

Na pesquisa que estamos realizando na mesorregião do sertão da Paraíba sobre a ecologia política da algaroba (*Prosopis juliflora*), identificamos o fato curioso que as duas áreas escolhidas como *locus* da pesquisa empírica – o PA Patativa do Assaré, localizado no município de Patos e o Acampamento Nova Conquista, localizado no município de Condado, ambas pertencentes ao mesmo proprietário, o Sr Agrimar Leite de Lima, foram beneficiárias de Projetos financiados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e depois reivindicadas para fins de reforma agrária. Sem pretensão de fazer qualquer generalização, consideramos importante inserir nas agendas de pesquisa a suposta relação entre as estratégias (programas e projetos) de desenvolvimento e o projeto de reforma agrária, considerando os passivos sociais, econômicos e ambientais que tais empreendimentos historicamente têm deixado.

O fato é que de maneira direta, e/ou indireta, o fracasso dos projetos, abandono, ou sub-aproveitamento das áreas têm instigado o sentimento de revolta e indignação dos grupos alijados e excluídos dos processos democráticos. Desde a segunda metade da década de 1990, estes sentimentos têm potencializado um processo de organização e luta, atraindo grupos, individuais e coletivos, camponeses, ex-moradores, desempregados rurais e urbanos, sem-terra, sem-teto, etc, que se mobilizam em busca de oportunidades de trabalho e meios para assegurar a reprodução social e econômica do grupo.

Partindo da premissa corroborada na pesquisa dos impactos coordenada por LEITE et al (2004), *de que a existência de assentamentos rurais está diretamente relacionada à existência de luta pela conquista da terra*, observamos que a expansão da luta e a localização dos assentamentos é consequência direta da existência destes processos. Como revela o estudo:

“Embora tenhamos encontrado nas *manchas* uma grande diversidade de elementos atuando no processo que conduziu à criação dos assentamentos rurais, uma análise do histórico dos assentamentos pesquisados nos permite afirmar que o motor das desapropriações foi conflitos e iniciativas dos movimentos sociais.”

Até 1996, praticamente não havia assentamentos de reforma agrária no sertão paraibano (Gráfico 1). Em se tratando de um estudo que pretende discutir a realidade de uma mesorregião – o sertão -, que se situa no semi-árido nordestino, se faz necessário historicizar e articular os aspectos físicos sociais, políticos e econômicos que marcaram a trajetória dos processos de luta pela terra nesta área e as reconfigurações do espaço rural no sertão (Gráfico 2).

Assim, por dispor de informações bastante preliminares optamos por fazer um estudo descritivo, estruturado nos seguintes itens: o sertão no nordeste seco; a lógica do desenvolvimento e a luta pela terra no sertão; o *aspiral* das ocupações e as questões para uma agenda de pesquisa.

1 - O sertão no nordeste seco

O Nordeste, além de ser uma região castigada pela seca, superpovoada é, também, um centro produtor importante para a economia nacional, contribuindo, inclusive, com produtos que ajudam a equilibrar a balança comercial. Entre esses produtos destacam-se: o açúcar da cana, o álcool, o petróleo, a pecuária extensiva e, mais recentemente, a fruticultura da região dos vales úmidos nordestinos.

O Nordeste é conhecido também por ter a maior parte do território inserido na área que compreende o semi-árido. Manuel Correia de Andrade (1994) ressalta que o planejamento de qualquer ação para o desenvolvimento dessa faixa de terra não pode deixar de considerar suas características físicas e naturais e, conseqüentemente, o fenômeno da seca. Segundo Furtado (1964: 97) o semi-árido nordestino é caracterizado pelos seguintes aspectos físicos:

(...) uma extensa chapada cristalina, de altitude variável entre 200 e 1.000 metros. Se bem que a precipitação seja relativamente elevada, a evaporação é sempre de 2 a 4 vezes maior que a precipitação, e a retenção de águas subterrâneas muito limitada.

A semi-aridez do clima é agravada por secas periódicas que, por vezes, se prolongam por 2 ou 3 anos (...)

No sertão¹, em particular desenvolveu-se uma economia baseada na pecuária bovina, cuja base de sustentação consistia no fornecimento de animais de tração e de corte para os engenhos de açúcar do litoral e do brejo. Dessa economia, também foi possível extrair o couro para exportação.

Nessa área, caracterizada por uma extensa faixa seca, ocorrem problemas de ordem natural relacionados ao solo e ao clima. Entre esses, destacam-se a escassez de água e a baixa umidade, predominando a vegetação do tipo caatinga e o risco constante da salga, tanto na água dos reservatórios quanto nos solos. O resultado de todos estes problemas é o comprometimento das atividades agrícolas, sobretudo, da agricultura de subsistência predominante no sertão.

O processo de ocupação do sertão foi motivado pela busca de terra e água para a pecuária. Em face dos aspectos naturais já mencionados, predominou no sertão a pecuária extensiva, sendo necessários em média 10 *hectares* para manter uma cabeça de gado (Furtado, 1964:172). As sucessivas secas, que aconteciam a cada decênio, gradativamente, dizimaram o rebanho, dificultando ainda mais a situação econômica e social dessa área.

Em períodos distintos da ocupação e do desenvolvimento desse território², a população sertaneja migrou para diversos recantos, aproveitando as oportunidades de emprego e trabalho que surgiam em épocas e lugares distintos: Amazônia, São Paulo, Goiás, Brasília e, dentro da própria região, nas cidades metropolitanas. As pessoas se deslocaram, individualmente ou em grupos, geralmente, do sertão em direção ao brejo, zona da mata ou litoral, nos diferentes Estados.

Com discurso de combater a seca, desenvolver as áreas que não apresentavam dinamismo econômico e fixar esse contingente no seu local de origem, algumas medidas assistenciais foram empreendidas pelo governo federal, entre estas, as frentes

¹ Toda esta área é, indubitavelmente, atingida pela ocorrência de estiagens, este período das estiagens é marcado pelo fenômeno cíclico das secas, que geram descontinuidades na produção rural e deixa sem trabalho aqueles que não têm acesso à terra, relegando-os à condição de retirantes.

² Sem entrar na discussão, hoje bastante aprofundada do que seja território, adotarei a definição utilizada por Ricardo Abramovay (1998): “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. Essa definição reforça a idéia de território como espaço de pertencimento que contemplaremos em diversos momentos deste estudo.

de trabalho e a distribuição de cestas básica durante o período de estiagem (Carvalho, 1988; Duque e Cohen, 2001; Moreira, Targino, 1997; Menezes, 2002; Gomes, 2005). Entretanto, nenhuma delas produziu os resultados esperados, provavelmente, pelo fato de que o poder público não tem e nunca teve uma política capaz alterar significativamente a estrutura fundiária e de poder da região.

As ações que têm sido implementadas pelos diferentes governos, a partir de 1985, depois da reabertura política, conformam basicamente uma política de assentamento de famílias sem-terra, seja através da criação de Perímetros Públicos Irrigados ou de Assentamentos de Reforma Agrária. Estas ações certamente têm tido impactos importantes sobre o meio rural brasileiro e sobre o desenvolvimento da agricultura familiar no país, e no Nordeste em particular, mas não podem ser confundidas com reforma agrária.

2 – A lógica do desenvolvimento e a luta pela terra no sertão

Para compreender a relação entre o processo de luta pela terra e as estratégias de desenvolvimento é importante considerar a trajetória econômica desse espaço agrário, denominado sertão. A busca de terra e água para o gado levou o homem a atravessar a caatinga, apropriando-se das terras cedidas pelo sistema de “sesmarias”. Durante muito tempo, a economia predominante no sertão foi a pecuária extensiva. Esta economia era viabilizada basicamente pela incorporação de terras, que serviam de pasto para alimentar o gado, e mão-de-obra, cujas relações de trabalho se baseavam no sistema de moradia³.

O binômio algodão-pecuária perdurou por quase dois séculos e declinou com a crise do algodão a partir dos anos 70 (face à presença do bicudo e das alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil modernizada na região), tornando ainda mais difícil e frágil a sobrevivência do contingente populacional que habitava os espaços dominados pela pecuária/agricultura de sequeiro.

A partir de 1964, com a instalação dos governos militares, a política de desenvolvimento para o Nordeste, no que se refere ao setor agrícola, se inscreve nas

³ O sistema de moradia consiste numa pseudo-relação entre patrão e empregado na qual o proprietário de terras permite que o trabalhador e sua família ocupem uma casa dentro da terra, em troca de trabalho, sem direito a qualquer remuneração, podendo o grupo produzir e criar para subsistência. Sobre o sistema de moradia no Nordeste ver: (PALMEIRA, 1997; GARCIA, 1983; HEREDIA, 1979).

orientações mais gerais da política de modernização do país, que muitos definiram como uma modernização “conservadora”.

Os incentivos governamentais, repassados através da SUDENE, para promover a modernização revelaram-se insuficientes na medida em que as forças políticas e econômicas, ou seja, as oligarquias locais continuaram investindo na exploração de atividades agrícolas e na pecuária de baixíssima produtividade, ou seja, uma agricultura pouco tecnificada e com baixa capacidade de competitividade.

Portanto, desde os anos 60, de modo mais sistemático, através da SUDENE e com recursos do FINOR, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), os investimentos estatais destinados à implantação de projetos que possibilitassem a criação de postos de trabalho, emprego, renda, assim como, fixar o homem no campo e criar condições para capitalizar os mercados locais, vêm sendo apropriados privadamente, reforçando inclusive arranjos produtivos tradicionais, baseados na concentração de terras, de capital e de privilégios que fortalecem a aliança entre grupos das elites políticas e agrárias.

Segundo Ligia Sigaud (2004) ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil, e no Nordeste em particular, os movimentos reivindicatórios se intensificaram bastante a partir da década de 90 como já o mencionamos. Observa-se, através das instituições como o INCRA e o IBAMA, que o Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos *movimentos* dado significativo para compreensão dos processos que, sob nosso ponto de vista, podem ser entendidos como reconfiguração do espaço agrário.

3 - O aspiral das ocupações

A Paraíba, por sua vez, segue o curso da luta nacional, constata-se que dos 218 assentamentos criados, 100 o são durante o primeiro mandato do presidente FHC. Indubitavelmente é possível afirmar que aquele foi o melhor momento da reforma agrária. Não só pelo número de assentamentos criados, mas também pelas mudanças no contexto da luta, especificamente pelo fortalecimento dos movimentos sociais.

Neste período, configura-se uma clara oposição entre governo e movimentos em prol da reforma agrária, uma vez que a unanimidade destas forças se posta frontalmente contrária à nova política agrária oficial.

A nova política se implanta com vigor na Paraíba: vários assentamentos são criados a partir de negociação com os proprietários. Algumas conseqüências da nova postura: deixa de haver a imediata relação entre existência de luta e criação de assentamentos; muitos assentamentos são criados na região semi-árida, parte deles a partir da motivação de proprietários falidos em conseqüência da aguda crise do sistema gado-algodão. Acrescente-se: coerente com a postura nacional, o Incra da Paraíba estreita suas relações políticas com as organizações dos proprietários e empresários ligados ao setor rural. Os movimentos, em contraste, são literalmente hostilizados, não faltando sequer a inusitada presença de um guarda armado na entrada do gabinete do superintendente (II PRRA – INCRA/PB, 2005: 40).

No sertão, as entidades diretamente envolvidas no processo de organização dos trabalhadores pelo acesso à terra, notadamente a CPT e o MST, passam a se fazer mais presentes. O P.A Acauã, assentamento com 120 famílias, cuja organização tinha a coordenação da CPT, localizado no município de Aparecida - criado em agosto de 1996 - foi o primeiro assentamento do sertão, conquistado através de ocupação do imóvel.

Para analisar a relação entre as áreas beneficiadas com recursos públicos para projetos de desenvolvimento e os processos de intensificação da luta pela terra na Paraíba, particularmente no sertão tomaremos como ponto de partida os casos de duas áreas, a primeira um assentamento e outra um acampamento. Ambas, espaços onde as condições físicas, aliadas às formas tradicionais de ocupação e exploração do solo, marcadamente o latifúndio, inicialmente pecuário, depois misto (agricultura de subsistência e pecuária), bem como, às relações sociais cristalizadas sob o signo do patriarcalismo, patrimonialismo, clientelismo e relações de moradia e compadrio, que retardaram o processo de organização dos grupos historicamente excluídos.

Os dados e as informações, aqui mencionados, foram extraídos de fontes primárias – questionários e entrevistas realizadas na área de pesquisa; e secundárias, obtidas dos seguintes documentos e bancos de dados: Censo da reforma agrária (2002); Atlas dos territórios rurais (2004) e II Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) – INCRA/PB, (2005).

Segundo as fontes mencionadas, (Atlas dos Territórios, 2004 e II PRRA, 2005), até o ano de 1996 havia no sertão, apenas 03 assentamentos, o índice de Gini era de

aproximadamente 0,829, sendo ambos indicadores de forte concentração de terras. Atualmente, há no sertão 957 famílias assentadas, em 32 assentamentos e 238 famílias acampadas – ver Tabela 1. Destes, 100 foram criados no primeiro governo FHC.

Tabela - 1

Assentamentos Rurais do INCRA, segundo as diferentes mesorregiões geográficas, em 31 de dezembro de 2004.

Mesoregião	Nº de Projetos	Nº de Famílias	Área em ha
Mata	56	4.392	38.880,03
Borborema	42	2253	72.787,61
Agreste	60	2682	47.567,18
Sertão	32	957	40.447,50
T o t a l	190	10.474	210.156,32

Fonte: INCRA

Em geral, os estabelecimentos rurais desapropriados e que deram origem a estes PAs pertenciam a famílias e grupos de políticos tradicionais que integravam redes de amizades, troca de favores e informações, as quais de algum modo facilitava o acesso à recursos via projetos de investimento.

A narrativa dos processos que deram origem ao P.A - Patativa do Assaré e ao Acampamento Nova Conquista narrada pelas lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) são exemplos desta realidade. No ano de 1998, foram feitas seis ocupações na região do sertão, nas seguintes propriedades:

Fazenda Santo Antônio – P.A Margarida Maria Alves – município de Pombal;

Fazenda Pimenta – município de Sousa

Fazenda São Vicente - acampamento Nova Conquista – município de Condado;

Fazenda Liberdade – P.A Barragem da Farinha – município de Cacimba de Areia

Fazenda Jacu – P.A Patativa do Assaré – município de Patos;

Fazenda Curtume – P.A São Sebastião – município de Catingueira.

3.1 - P.A Patativa do Assaré

Vamos nos ater, a partir deste ponto aos casos específicos – PA Patativa de Assaré e Acampamento Nova Conquista, com intuito de perceber as semelhanças entre as situações que possibilitaram a reconfiguração do espaço agrário do sertão. Após esta onda de ocupações, ante aos discursos e promessas de uma reforma agrária

pacífica, difundida pelo Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso⁴, o MST recua. Em 2002, precisamente no dia 28 de dezembro, o MST volta a se organizar na região, foram feitas algumas reuniões na cidade de Patos, naquele momento se encontravam 65 trabalhadores, destes 35 aceitaram fazer a ocupação. Ao chegar na área da Fazenda Jacu, no dia 29 de dezembro de 2002 havia 6 famílias, antigos moradores da fazenda. Após 15 dias da ocupação o número de famílias acampadas duplicou, aproximadamente 80 famílias, com um mês 150.

No momento da ocupação a fazenda já era improdutiva. Ela era explorada por terceiros, na forma de arrendamento, especialmente pasto para o gado. Os arrendatários eram criadores de gado oriundos dos municípios de Patos e Malta. Estas pessoas resistiram em deixar a área da fazenda e conseguiram, através de medida judicial, tirar as famílias da área. Em março de 2003, apoiado pelo Pe Luciano, que acolheu as famílias acampadas. Então naquele momento o grupo recuou foi para Patos, depois voltou e ficou na BR. E no final de junho de 2003, ainda sem a emissão de posse as famílias voltaram a ocupar a área, uma vez que existia um decreto de desapropriação tramitando em Brasília.

No momento que o INCRA fez o pré-cadastramento existiam dentro da área aproximadamente 120 famílias. Atualmente, são apenas 60, fato que pode ser explicado em função do desgaste natural da luta, idas e vindas, enfim. De certo modo, este processo vai produzindo um sentimento de descrença, de desmobilização. Quando o INCRA divulgou a lista dos beneficiários 93, não havia nem 60 famílias. É preciso considerar também que a formalização do assentamento pelo INCRA saiu no mês de setembro de 2003, período seco, não havia quase água, nem para beber, a maioria dos açudes secos. Só o açude dos paus tinha uma lâmina muito pequena de água. Talvez, estes fatores tenham influenciado na decisão das famílias de permanecerem na área.

O PA Patativa de Assaré possui uma área de 2.239,600 héctares, 04 açudes, sendo três destes de pequeno porte. Tem como área coletiva os açudes, o baixo, a área próxima ao açude grande em torno de 50 m ao redor e a área da plantação de mangas, 02 agrovilas. As famílias assentadas possuem um lote agrícola que mede aproximadamente 23 héctares, e um lote habitacional com 01 héctare. As benfeitorias

⁴ Durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique houve duas novidades importantes. A primeira iniciativa veio sob a forma de uma medida provisória - que consiste num mecanismo que permite ao executivo legislar em substituição ao legislativo - que proíbe o INCRA de realizar vistoria, pelo prazo de dois anos, em imóvel que houvesse sido ocupado. A outra medida governamental, amplamente divulgada pelos meios de comunicação, foi a instituição do cadastro de interessados, em serem assentados, através dos correios. (II PRRA – INCRA-PB)

existentes na antiga fazenda, casa grande, cocheiras, câmara fria, alojamentos, estábulos, cilos, armazéns etc, está sendo transformado no Centro de Formação Patativa de Assaré, com objetivo de formar e qualificar os assentados das áreas de reforma agrária e também os quadros do próprio movimento.

3.2 - Acampamento Nova Conquista

Segundo a narrativa de um líder do movimento, acampado no Nova Conquista a propriedade Fazenda da São Vicente pertencia inicialmente ao Sr Oscar Xavier Pimentel, fazendeiro, dono de cartório, pessoa influente na cidade de Patos. Narra o informante que na década de 70, 80, o antigo proprietário tinha um grande convênio, com a SUDENE, que, por sua vez fez muitos investimentos na área. Acredita-se que com o passar dos anos, os recursos adquiridos não tenham sido pagos.

Em meados dos anos 80 a SUDENE tomou a propriedade como pagamento de dívidas contraídas. Até este período havia na área uma intensa produção de frutas irrigadas, coco verde, laranja, melão, limão, banana. Provavelmente os recursos da SUDENE foram investidos nos projetos de açudagem e irrigação, dado que se comprova pela existência de placas de patrimônio com o nome da SUDENE nos equipamentos, bombas, motores etc. Todos estes bens , cerca de 3.000 metros de canais, 08 poços artesianos, já se encontravam totalmente deteriorados no momento da ocupação.

Em 1998, o MST organizou a primeira ocupação da área. As informações de que o antigo fazendeiro havia morrido, e que a área havia sido repassada para o Dr Agrimar Leite de Lima, que jamais ocupou a área, portanto tratava-se de uma área com aproximadamente 1.725 héctares, abandonadas e sem função social. Ante ao contexto, os agricultores, ex-moradores das áreas circunvizinhas e pessoas vindas de outras áreas se reuniram e decidiram ocupar a área.

A partir da ocupação em 98 sucederam alguns processos, Após a primeira ocupação, o engenho tornava-se objeto de reivindicação da desapropriação, e os participantes transformavam-se em pretendentes à redistribuição das terras. Entradas e saídas. O INCRA vistoriou duas vezes até 2000. E, em 2003, no dia 27 de fevereiro, ocorreu a última ocupação. Depois desta o INCRA vistoriou mais duas vezes a propriedade, em 2004 e 2006, em todas, os laudos confirmam que a área é de fato improdutiva.

Ao chegar na propriedade, o grupo de 35 famílias afirma ter encontrado rebanhos de gado, cavalo, mas, que não pertencia ao Sr Agrimar Leite de Lima.

Informações, ainda não comprovadas indicam que os animais pertenciam ao Sr Joaquim Félix, importante comerciante, dono de concessionárias em diversas cidades do sertão, pessoa que exerce certa influência junto aos grupos que participam da política local.

Após a primeira ocupação os animais foram imediatamente retirados da área e as famílias acampadas, atualmente um total de 31, se instalaram em baixo da *lona preta*, com passar dos dias as lonas cederam lugar as casas de taipa (90,3 % - das famílias residem nessas casas), e aos espaços improvisados (3,2% - residem numa antiga escola as margens da BR-230). Em relação aos recursos naturais, na propriedade só *havia mata, jurema e algaroba*. Como estratégia para adquirir recursos e sobreviver as famílias decidiram desmatar, limpar a terra para vender a lenha e fazer lavoura.

Atualmente as 31 famílias, *plantam todos os anos o milho, o feijão, o jerimum, melancia e melão que dá em quantidade e qualidade*. Planta-se, preferencialmente *nos meses de chuva e, quando chega o período do verão, a gente planta em açude, quando as águas vão baixando e a gente costuma chamar de vazante...* Enquanto aguardam o fim do processo de desapropriação da área que já dura 05 anos, os acampados avaliam que tem conseguido sobreviver e produzir. Estima-se que no ano de 2006 as famílias tenham conseguido produzir 252 sacas de feijão de bulhão e, aproximadamente 45.000 kg de milho em grãos de bulhão. E a idéia é que esse ano estes números aumentem para 100 mil kg de milho, em grão, e uma media de 350 sacos de milho.

4 - Uma agenda de pesquisa

Como já o dissemos os dados aqui apresentados foram abstraídos de uma pesquisa que estamos realizando, mas ainda na fase inicial da coleta de dados, por isto não queremos incorrer no erro de finalizar o texto com discurso conclusivo, optamos por pensar questões que possibilitem estruturar o que estamos, pretensiosamente chamando de uma agenda de pesquisa.

Consideramos importante pensar sobre os processos que influenciaram a intensificação dos processos de luta pela terra no sertão paraibano, entre estas destacamos: em que medida estes processos de desapropriação e reconfiguração do espaço agrário têm implicado em mecanismos para redistribuição de poder e recursos; em que medida a reestruturação do espaço agrário no sertão, a partir da criação dos assentamentos de reforma agrária tem possibilitado a criação de arranjos institucionais diferentes das práticas tradicionais, clientelistas e eleitoreiras. Por fim, é preciso pensar

sobre a construção de estratégias que coloque o sertão na rota do desenvolvimento, que considere a liberdade de escolha, a autonomia dos grupos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWAY, Ricardo.(1998). *Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Brasília: IPEA, (Convênio FIPE/IPEA). Relatório Final.

BRASIL. (2004) Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Atlas dos Territórios Rurais do Brasil*. Brasília.

BRASIL. (1996). Ministério do Desenvolvimento Agrário. *I Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília.

CARVALHO, Otamar de. (1988). *A Economia Política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*, Rio de Janeiro: Editora Campus: Brasília: ABID-Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem.

GARCIA Jr., A. R. (1983). *Sul: O Caminho do Roçado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRJ, Rio de Janeiro.

GOMES, Ramonildes. (2005) *A qualidade de vida das famílias do Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade*. Recife: Universidade Federal do Pernambuco / Programa de Pós-graduação em Sociologia.

FURTADO, C. (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

INCRA-PB. (2005). *II Plano Regional de Reforma Agrária*. João Pessoa, PB

LEITE, S. et al. (2004 Coord). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: EDUNESP.

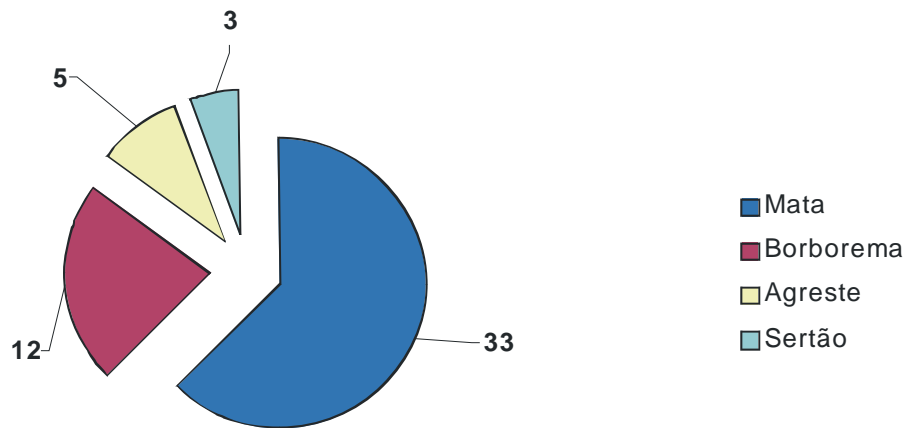
MENEZES, M. A. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. João Pessoa: UFPB / Rio de Janeiro: Relume Dumará

MOREIRA, E., TARGINO, I. (1997). *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

PALMEIRA, Moacir (1997). *Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional*. *Contraponto*, 2,2: 103-114.

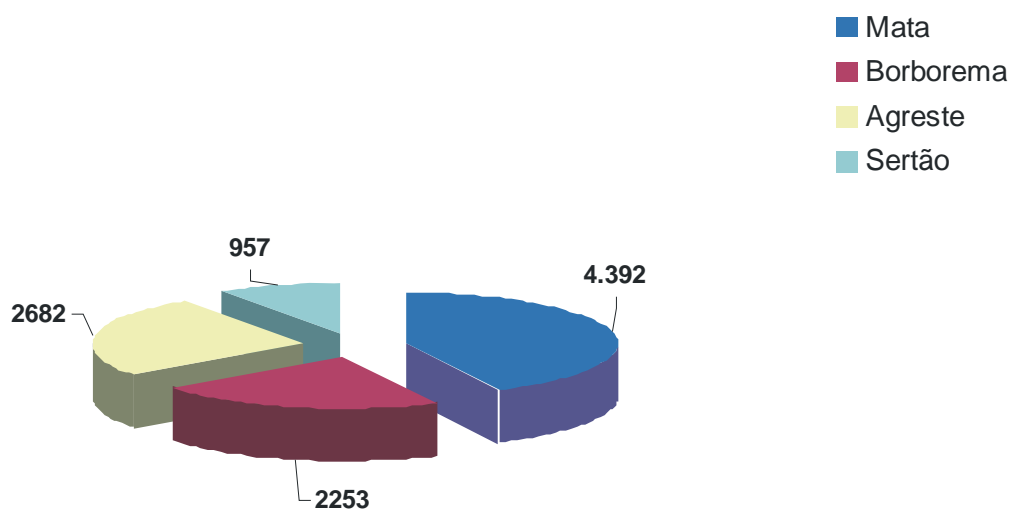
SIGAUD, Lygia. (2004), *As condições de possibilidades das ocupações de terra*. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 17, n. pp 255-280.

Gráfico 1 – Número de Assentamentos por Mesorregião do Estado Paraíba em 1996



Fonte: Brasil (1996).

Gráfico 2 – Número de famílias assentadas por Mesorregião do Estado Paraíba em 2004



Fonte: INCRA (2005).

GT1- A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

A PROPRIEDADE DA TERRA NA LEGISLAÇÃO DO SÉCULO XIX: SIGNIFICADOS E DEFINIÇÕES

Dra. María Verónica Secreto
Professora do CPDA/DDAS
veronica.secreto@ig.com.br

RESUMO

Apresenta-se como mais ou menos evidente que há uma injustiça na origem da propriedade territorial no Brasil, que pode ser definida como uma injustiça de origem perpetuada. A tradição institucionalista, e não só ela, remonta esta injustiça às capitâneas hereditárias e às sesmarias coloniais, fazendo predominar nesta interpretação a idéia de continuidade e de “herança colonial”. A consequência mais imediata desta interpretação é a naturalização da grande propriedade, outra é considerar os problemas com que o Brasil inicia sua vida independente, como o escravismo e a grande propriedade, como estranhos e impostos, e não como opções políticas e econômicas entre um conjunto de opções. A lei de terras de 1850 constitui-se num excelente exemplo para observar as opções e alternativas de que dispunha a classe dirigente do Império em meados do século XIX e os empecilhos e jogos de interesse com os que deveu tanto enfrentar-se como conciliar. A existência de uma fronteira aberta e a possibilidade de apropriação privada de terras públicas marcou em grande medida o “destino” da lei de terras.

Introdução

Para os leitores parecerá mais ou menos evidente que há uma injustiça na origem da propriedade territorial no Brasil, que pode ser definida como uma injustiça de origem perpetuada. A tradição institucionalista, e não só ela, remonta esta injustiça às capitâneas hereditárias e às sesmarias coloniais, fazendo predominar nesta interpretação a idéia de continuidade e de “herança colonial”. A consequência mais imediata desta interpretação é a naturalização da grande propriedade, outra é considerar os problemas com que o Brasil

inicia sua vida independente, como o escravismo e a grande propriedade, como estranhos e impostos, e não como opções políticas e econômicas entre um conjunto de opções.¹

A lei de terras de 1850 constitui-se num excelente exemplo para observar as opções e alternativas de que dispunha a classe dirigente do Império em meados do século XIX e os empecilhos e jogos de interesse com os que teve de enfrentar-se como conciliar.

Há uma reedição da injustiça atualizada em cada um dos “momentos decisivos” – utilizando uma expressão de Emilia Vioti da Costa² – que muitas vezes transformam-se em oportunidades desperdiçadas, como o da Constituinte de 1988 em que os fazendeiros conseguiram ver representados seus interesses através das pressões exercidas pela União Democrática Ruralista que conseguiu limitar a possibilidade de reformulação da estrutura fundiária, estabelecendo limites à desapropriação de latifúndios e empapando de ambigüidades o termo “função social da terra”.³

A lei da fronteira

A existência de uma fronteira aberta e a possibilidade de apropriação privada de terras públicas marcou em grande medida o “destino” da lei de terras.

O presidente da província de São Paulo, em seu relatório anual de 1841, informava dos novos descobrimentos que tinham feito duas companhias que se haviam formado na comarca de Curitiba. Ambas tinham descoberto “novos campos na margem do Iguassú”, que se supunha compreenderem mais de trezentas léguas quadradas, permitindo que uns cem fazendeiros, criadores de gado, se instalassem lá. Mas o presidente queixava-se da desinteligência entre ambos os grupos, motivada por disputas

¹ A idéia de opções possíveis é levantada por José Murilo de Carvalho ao analisar as principais características da independência do Brasil. José Murilo de Carvalho, *A construção da Ordem*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Relume Dumará, 1996. p. 11-19.

² Emilia Vioti da Costa, *De Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

³ Cf. Márcia Motta, *A grilagem como legado*. In: Márcia Motta &, Theo Lobarinhas Pineiro, *Voluntariado e universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

sobre preferências na posse desses campos. O presidente da província alertava sobre o perigo que envolvia esta situação,

“...porque num deserto a ação das leis e das autoridades bem pouca influência pode ter.”⁴

Um ano depois o ministro do Império Cândido José de Araujo Viana solicitava à seção de Negócios do Império a elaboração de um projeto sobre terras e colonização que daria lugar ao primeiro projeto de lei de terras. Projeto que ficou engavetado na câmara durante os três gabinetes liberais. Em 1850 seria sancionada a primeira lei de terras do Brasil, mas o problema levantado pelo presidente de São Paulo continuaria: as disputas dos particulares para apropriar-se da terra pública.

O significado da Independência

É possível estabelecer uma relação entre criação dos Estados nacionais e regime fundiário? Colocando a questão em outros termos: qual foi o significado da independência para a questão da posse e propriedade da terra?

Uma das questões de mais longa duração do domínio colonial tinha sido a ocupação territorial e a forma como as coroas portuguesa e também a espanhola concederam a seus súditos as terras conquistadas, - sempre como privilégio, como correspondia à ordem do Antigo Regime político e econômico. O fim do domínio colonial significava também o fim desse sistema de distribuição de terra e a implementação de outras relações sociais e de acesso à aquela.

As formas condicionais de distribuição de terras aplicadas na América não foram fruto da acomodação das relações sociais americanas, mas sim imposições das metrópoles, mediando uma relação de dominação com a colônia. A lei como mediadora das relações de classe devia responder a relações bem específicas, as criadas na

⁴- *Discurso recitado pelo excellentissimo Presidente Raphael Tobias no dia 7 de Janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa de São Paulo.* São Paulo: Typ. De Costa Silveira, 1841, pág. 12.

América, e não as transplantadas da metrópole. Por isso as formas coloniais de acesso à terra tinham começado a perder legitimidade a partir do século XVIII, junto com todo o sistema colonial⁵.

O Brasil independente teve uma primeira medida de grande impacto quando o Príncipe Regente suspendeu as sesmarias futuras em 17 de julho de 1822, embora o projeto legislativo para normatizar o acesso à terra só fosse apresentado em 1843. Uma questão se apresentava como central: o acesso à terra durante a colônia tinha sido um dos privilégios dos peninsulares e bem relacionados com a metrópole ou as autoridades coloniais, e isto tinha que mudar uma vez desintegrados os impérios coloniais. A idéia de livre-câmbio estava associada a outra forma de relação entre o homem e a terra. A terra era pensada como meio de produzir bens para o comércio.

Quando o Príncipe Regente suspendeu as sesmarias futuras, o fez ante a petição de um posseiro que argumentava estar ocupando terras compreendidas dentro de algumas sesmarias que tinham sido concedidas anteriormente. Com esta medida, estava-se priorizando a ocupação efetiva sobre um título legal, e por outra parte, estava-se colocando em prática a “condicionalidade” a que estava sujeita a sesmaria.

“Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado e suspendam-se as sesmarias futuras até convocação de Assembléia Geral Constituinte”⁶.

Esta suspensão foi considerada por Messias Junqueira um ato de insurreição contra a coroa portuguesa, uma vez que as sesmarias eram concedidas em nome de Sua Majestade o rei de Portugal.⁷ As sesmarias tinham caído em total descrédito; em 1821 José Bonifácio de Andrada e Silva, em *Instruções para os deputados da província de São Paulo*, dizia que o que mais convinha a essa província e ao Brasil em geral era uma nova legislação sobre sesmarias, que visasse fomentar a agricultura. Considerava que as

⁵- Cf. Lígia Osório Silva, *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*, Campinas, Editora da Unicamp, 1996. pág. 75.

⁶- Resolução de 17 de Julho de 1822. *Apud* Messias Junqueira, *O Instituto Brasileiro de terras devolutas*, São Paulo, Edições Leal, 1976. pág. 69.

⁷- Messias Junqueira, *Op. Cit.* Pág. 86.

sesmarias tinham dificultado o povoamento, já que existiam grandes extensões de terras dadas sob o título de sesmarias a pessoas sem escravos e nem riquezas o que demonstrava a impossibilidade de cultivá-las.

As reformas dirigiam-se também a um outro sector, o poder judiciário. No Brasil colonial o sistema judicial tinha estado a serviço do domínio da metrópole, a tal ponto que o poder judicial estava amplamente identificado com a administração real. A relação política entre a autoridade da Coroa e o judiciário tinha como justificação filosófica o conceito ibérico de analogia entre o monarca e o magistrado. Por esse motivo, a primeira reforma da década liberal foi no sistema judiciário: *“La creación en 1827 del puesto de juez de paz (juez de paz) señaló el comienzo del período de reforma y el ascenso inminente de los liberales.”*⁸

Ordenamento jurídico sobre a terra

Em seguida abordaremos o “ordenamento jurídico sobre a terra”, tendo em vista que *“...o texto da lei não mais pode ser considerado como algo estático, mas sim fruto de um processo no qual estão presentes todas as forças sociais (não apenas aquelas formalmente representadas no parlamento) que chegam a um texto consensual (não necessariamente a um consenso), no qual diferentes pontos de vista podem chegar a ser reconhecidos. Exatamente por suas ambigüidades, advindas da natureza mesma de sua produção...”*⁹ Também é importante que o leitor tenha presente quem é o autor desse ordenamento. Em primeiro lugar, faremos referência ao ordenamento colonial, que justapõe uma série de legislações: no caso da colónia portuguesa, o instituto da sesmaria foi regulamentado pelas *Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas*.

Não pode passar despercebido que no momento da emancipação Brasil tinha amplos espaços para serem ocupados e era sobre esses territórios que a legislação sobre

⁸- Thomas Flory, *El Juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: Control social y estabilidad en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, pág. 81

⁹-Silvia Lara, “Os estudos sobre escravidão e as relações entre a história e o direito”. *Tempo*, Rio de Janeiro, N° 6, pág. 25.

terras estabeleceria as normas da apropriação privada. Depois da emancipação, e uma vez anulada a forma de apropriação sancionada pela metrópole, o Brasil teve uma legislação ordenada pela centralização do governo. A sucessão de governos liberais e conservadores não implicou em caos, ausência ou superposições legislativas. Depois de um longo debate no parlamento, a sociedade brasileira veria aparecer uma lei de terras em 1850. Com a Constituição de 1891, as terras devolutas passaram a ser matéria de legislação dos estados.

Escolhemos incluir o período colonial nesta análise para apresentar a realidade sobre a qual legislou o Estado independente. Entendemos que não foi “a herança colonial” que determinou a forma de propriedade da terra. Os Estados nacionais sul-americanos tiveram a possibilidade de romper com o passado e criar legislações modernas. E de fato o fizeram; exemplo de modernidade são suas constituições, e a consagração da propriedade privada, o que não quer dizer que dessa modernidade tenha decorrido a “democratização” do acesso à terra.

A forma como as terras passaram do domínio das Coroas, tanto portuguesa como espanhola, para as mãos de particulares foi condicional. As terras da América eram consideradas patrimônio dos reis, que estes cediam a seus súbditos com diferentes finalidades, com base nas quais eram estabelecidas as condições para continuar na posse da terra cedida.

As abordagens institucionais sobre a questão da terra tiveram muito peso. A grande propriedade foi explicada como herança do sistema de sesmarias colonial. Em *População e propriedade da terra no Brasil*, de Manuel Diéguez Jr., pode-se ler no primeiro parágrafo que, entre as instituições trasladadas por Portugal ao Brasil, a partir do século XVI, nenhuma tem resistido às transformações como a propriedade da terra: “O regime de grande propriedade aqui instituído através das concessões de sesmarias apresenta ainda em nossos dias condições e situações que não descaracterizam muito o que começou a implantar-se no Brasil naquele século primeiro da descoberta e de

povoamento de nosso território.”¹⁰ Esta interpretação da tradição jurídica que responsabilizou a experiência colonial como a criadora da grande propriedade, tem sido, por muito tempo, aceita. Sua explicação da estrutura fundiária foi hegemônica, mas ultimamente a questão da terra tem sido abordada de um ponto de vista renovado. Com respeito à hipótese que responsabilizou o latifúndio colonial pela sua persistência no período posterior, Lígia Osório Silva diz: “...a existência do latifúndio e da grande exploração agrícola não constituiriam sobrevivências do passado, mas foram continuamente recriados durante o século XIX.”¹¹ Para reforçar esta idéia podemos lembrar que para 1850 só tinha passado ao domínio privado uma parte das terras públicas, ainda grande parte do território seria efetivamente incorporado.

O sesmarialismo predominou no Brasil até o século XVIII.¹² Neste século ocorreu uma série de mudanças relacionadas à penetração no continente, como conseqüência da mineração. A posse pura e simples foi o efeito mais importante, do ponto de vista da apropriação territorial, embora esta forma de apropriação existisse desde o começo da colonização.¹³ Para os colonizadores, diz Ruy Cirne Lima, era preferível assenhorar-se de um pedaço de terra e cultivá-lo a recorrer ao rei, a fim de obter uma concessão de sesmaria. Estas, majoritariamente, restringiam-se aos candidatos a latifundiários, “...que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente das terras que desejavam para si.”¹⁴ Por este motivo, enquanto a sesmaria é o latifúndio inacessível ao lavrador sem recursos, a posse era no

¹⁰- Manuel Diéguez, *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington, DC: União Pan-americana, Secretaria Geral, Organização dos Estados Americanos, 1959, pág. 7.

¹¹- Lígia Osório Silva, *Terras devolutas...* *Op. Cit.*, pág. 337.

¹²- Em Portugal, a partir da crise agrária do século XIV, instaura-se uma legislação pela qual tornou-se obrigatório o cultivo das terras. Caso os Senhores não cumprissem o estabelecido, suas terras seriam declaradas abandonadas, voltariam à Coroa e seriam dadas a quem as cultivasse. Seriam consideradas terras devolutas. Assim, se as terras abandonadas podiam considerar-se desaproveitadas, toda terra desaproveitada passaria a ser terra devoluta, termo que no Brasil foi sinônimo de terras baldias, vazias ou desaproveitadas em geral, ainda que nunca tivessem sido ocupadas.

¹³- Cf. Lígia Osório Silva, *Terras devolutas...* *Op. Cit.*, pág. 59.

¹⁴- Ruy Cirne Lima, *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Porto Alegre: Livraria Sulista, 1954, pág. 37

começo a pequena propriedade agrícola criada pela necessidade. Mas com o passar do tempo a posse mudou de características: *“A humilde posse com cultura efetiva, cedo, entretanto, se impregnou do espírito latifundiário, que a legislação das sesmarias difundira e fomentara.”*¹⁵

Com problemas e conflitos, o regime de sesmarias, como foi dito, chegou ao seu fim em 1822, data da resolução que suspendia as doações futuras até que se convocasse a Assembléia Geral Legislativa. Entre 1822 e 1850 não existiu outra forma de acesso à terra que não fosse a posse, a tradição operou sem limitações no vácuo legislativo.

Durante o reinado de Dom João VI, que foi a última época luso-brasileira de concessão de sesmarias, um alvará de 5 de outubro de 1795 regulou a forma de concessão da terra de sesmaria, sua confirmação, medição, etc. No ano seguinte este alvará foi suspenso devido, segundo se alegava, à falta que havia de geômetras que pudessem fixar as medidas com cálculos trigonométricos e astronômicos. O Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a fim de solucionar esta dificuldade, recomendou em 1798 aos governadores das capitanias que em cada uma existissem pelo menos dois engenheiros topógrafos, para levantamento de mapas gerais das mesmas e de mapas particulares, que fixassem os limites das sesmarias a fim de evitar litígios. Depois do traslado da corte, e no mesmo sentido, proibiu-se que se concedessem ou confirmassem sesmaria sem prévia medição e demarcação judicial.¹⁶ Sobre o alvará de 5 de outubro de 1795, diz Amaral Lapa que este teria sido de grande importância, já que era uma lei que visava policiar os abusos que vinham sendo praticados. Por outro lado, diz o mesmo autor, não é suficiente, como explicação de sua anulação, a argumentação da falta de geômetras. Ele prefere pensar em pressão por parte dos sesmeiros e senhores de terra,

¹⁵- *Ibidem*, pág. 54.

¹⁶- Hélio Vianna, “As sesmarias no Brasil”. *Anais do II Simpósio dos professores universitários de história*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade de Paraná, 1962, pág. 258-259.

além do costumeiro desrespeito dos particulares e da própria Coroa em relação às diversas leis sobre sesmarias.¹⁷

O Brasil chegou à vida independente tendo domínio formal sobre uma extensão de terras maior do que tinha sob domínio efetivo.

A lei de terras de 1850 foi a cristalização de um processo relativamente largo, iniciado em 1822, quando como já mencionado se suspenderam as sesmarias futuras, e continuando com o primeiro projeto de lei de terras, de 1843. Este projeto surgiu num contexto particular, após a derrota das rebeliões liberais de São Paulo e Minas Gerais, e no momento em que os cafezais se estendiam rapidamente por todo o estado de Rio de Janeiro. A tal ponto que afirma-se que o projeto era inteiramente do interesse dos cafeicultores do Rio de Janeiro. Os interesses fluminenses centravam-se mais em dar garantias à propriedade do que dar solução à questão da mão-de-obra. A discussão ocupou dois meses de trabalhos legislativos. Os que se opuseram ao projeto, diz Murilo de Carvalho, estavam cientes das necessidades cafeeiras. Para os representantes de São Paulo e Minas Gerais, os custos das medições de terra eram um empecilho, já que em seus estados as terras disponíveis eram terras de fronteira, nas quais era mais custoso o tramite de medição e demarcação. O projeto foi tomado como uma socialização dos custos e privatização dos benefícios da entrada de imigrantes.¹⁹

Diz Emília Vioti da Costa que uma leitura dos debates parlamentares revela um conflito entre duas diferentes concepções de propriedade da terra, de política de terras e de trabalho. Estas duas concepções seriam uma maneira moderna e outra tradicional de encarar o problema. Na perspectiva da autora, a lei de terras operou a transição entre um período no qual a terra era concebida como domínio da Coroa e um período no qual

¹⁷- José Roberto do Amaral Lapa "Intervenções", *Anais do II Simpósio dos professores universitários de história*, Curitiba, Faculdade de Filosofia da Universidade de Paraná, 1962. pág. 267

¹⁹- José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. pág. 308.

tornou-se de domínio público; entre um período em que esta era dada em doação e outro em que era vendida como mercadoria; entre um período no qual o domínio da terra representava essencialmente prestígio social e outro em que representa poder econômico.²⁰

Entre os argumentos dos legisladores a favor da lei, salienta Viotti da Costa, figuravam: que se eliminaria a disparidade entre o excesso de terra e a falta de trabalho, pois um preço alto da terra evitaria que os imigrantes abandonassem as fazendas, como tinham feito, morrendo de fome num país de abundância por desconhecimento; e as vendas a preços altos forneceria fundos para o governo fomentar a colonização. Por outro lado, com a demarcação de todas as propriedades e a inclusão dos títulos ao registro, a lei também legitimaria a propriedade, terminando com as disputas de terra que eram tão freqüentes e facilitaria a compra e a venda de terras.

A hipótese geralmente aceita de que a lei de terras tinha por objetivo por um preço à terra para evitar que os imigrantes tivessem acesso a ela, e desta forma obrigá-los a vender sua força de trabalho, incorre em anacronismo. Os grandes proprietários não necessitavam de uma lei para evitar que os pequenos se tornassem proprietários. Pelo contrário utilizavam e continuaram a utilizar mecanismos extra-jurídicos para esbarrar o acesso à terra, como violência direta, clientelismo, paternalismo, etc. Mas este sim foi um dos efeitos que teve a lei.

A lei foi aprovada em 1850; estabelecendo que a única forma de alienação da terra pública seria a venda, revalidava as sesmarias ou outras concessões que se achassem cultivadas, ou com princípios de cultura e morada habitual, embora não se tivessem cumprido as condições iniciais da concessão. Também se legitimariam as posses mansas e pacíficas que se achassem nas mesmas condições e as superfícies cultivadas ou utilizadas com criação, mais um tanto igual de terras vazias. A extensão

²⁰ Emilia Viotti da Costa "Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos". *Da monarquia à república*. São Paulo: Grijalbo, 1977, págs. 127- 147

total da posse legitimada não podia exceder o da última sesmaria concedida na comarca, ou da sesmaria mais próxima. O governo estabeleceria como e quando deviam realizar-se as medições, guardando-se também o direito de prorrogar os prazos marcados. Mas a medição seria indispensável para a legitimação, já que sem esta, não era possível obter o título de propriedade, indispensável, segundo a lei, para a venda e a hipoteca. Ao mesmo tempo, o governo realizaria a medição das terras públicas, reservando as que considerasse necessárias para colonização indígena, para a fundação de povoados e para a construção naval. Além desta reserva, o governo ficava autorizado a vender as suas terras.

A lei também estabelecia que o governo se encarregaria de trazer, às custas do Tesouro, uma quantidade determinada de imigrantes. O projeto em sua íntegra se autofinanciava, já que o arrecadado com as vendas e os direitos de chancelaria permitiriam custear as medições e a vinda de imigrantes. Esta lei foi regulamentada em 1854.

Uma lei se converte em prática através de sua aplicação, que é baseada em sua interpretação. A lei de terras foi interpretada como legitimadora das posses em qualquer tempo, sempre que tivesse cultura efetiva e morada habitual. Sem estancar a posse, a lei não conseguiu criar um mercado de terras, transformar a terra em mercadoria, nem determinar, e portanto destinar, as terras que achasse necessárias à colonização.²¹ Devemos lembrar que nos referimos à posse dos grandes posseiros que tinham recursos suficientes para também apropriar-se do “sentido” da lei, ao ponto de considerar uma “falsa interpretação” aquela que fez acreditar alguns “agregados” que podiam legitimar a posse dos terrenos que cultivavam “de favor”. Márcia Mota analisa os embates em torno da apropriação da interpretação da lei travada entre alguns fazendeiros do município de

²¹- Ligia Maria Osorio Silva e María Verónica Secreto, “Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil”, em: *Economia e Sociedade* N° 12, Junho 1999. 122.

Paraíba em Rio de Janeiro e aqueles que eles consideravam seus agregados ou moradores.^{22]}

[NF1] Comentário:
Acrescentar Márcia.

Antes da lei de 1850, vigorava o costume, diz o jurista. E o costume era a posse, a ocupação da terra.²³ “Na ausência de lei expressa, a instituição da posse com cultura efetiva, como modo de aquisição do domínio, só se poderia ter estabelecido consuetudinariamente.”²⁴ Ruy Cirne Lima menciona a Lei da Boa Razão de 1769 como antecedente que legitimou a posse. Qual seria essa “boa razão” para o soberano? Que fossem terras cultivadas e que não fosse contrário ao espírito de suas leis, nem contrário a coisa alguma, e tão antigo que excedesse cem anos - a lei de terras de 1850 incluiria o cultivo efetivo e morada habitual “de tempo imemorial. Mas segundo Ruy Cirne Lima, nem sempre o costume no Brasil foi conforme a lei do reino; a mesma posse era contrária às leis, já que estas estabeleciam que a única forma de adquirir terras era a sesmaria, mas os costumes em muitos casos prevaleciam por sobre a lei escrita, como, por exemplo, no caso do cultivo quando se considerava que era de maior utilidade pública. É interessante lembrar que os processos de codificação começaram a partir do Código Civil francês de 1804. As recopilações não tem a coerência interna das codificações, pelo qual é possível achar contradições ou incoerências entre as leis que as compõem, muitas vezes oriundas de períodos diferentes e respondendo a objetivos e demandas diversos. Exemplos de recopilações são as ordenações Alfonsinas (1446), Manuelinas (1512) e Filipinas (1603). Um código é uma coisa mais complexa. O Código Civil Brasileiro foi promulgado em 1916 depois de décadas de debate. A escravidão foi um dos empecilhos para sua promulgação já que não todos os habitantes eram considerados capazes de constituir direitos e obrigações civis.²⁶ Quando Teixeira de Freitas, compilou as leis em vigor no Brasil na sua

²²- Márcia Maria Menendes Motta, *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público, 1998.

²³- Lafayette, *Direito das cousas*. Rio de Janeiro, 1877, *apud* Ruy Cirne Lima, *Op. Cit.* Pág. 48.

²⁴- Ruy Cirne Lima, *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*, Livraria Sulista, Porto Alegre, 1954., pág. 50.

²⁵- *Ibidem*, pág. 52.

²⁶-Keila Grinberg, *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 9.

Consolidação das leis civis, não incluiu as leis referentes aos escravos “*Não redigir nada sobre o tema era uma forma de não referendar um respaldo legal –expresso num código civil – à propriedade escrava.*”²⁷

Quando se legislou sobre demarcação e medição de sesmarias e se especificou que as mesmas não podiam prejudicar outros possuidores, estava-se reconhecendo um direito desses possuidores, tornando a posse um costume “oficializado”. Se a situação não derivava de lei escrita, aos poucos passou a formar parte do direito positivo.

Para Cirne Lima, o que dizia a lei de terras a respeito do futuro – sancionando a venda como forma de alienação da terra pública, o seu dispositivo sobre medições, o estabelecimento de preços fixos, etc. – copiava o espírito das leis de terras dos Estados Unidos, cujo surto de prosperidade teria maravilhado os legisladores brasileiros.²⁸ Também reconhece a influência que a teoria de Wakefield teve sobre a lei nos artigos 14, 18 e 19. O artigo 14 autorizava a venda de terras devolutas e fixava o preço; o artigo 18 autorizava o governo a importar colonos livres para serem empregados durante um tempo estipulado em diferentes trabalhos; e o artigo 19 estabelecia que o produto dos direitos de chancelaria e da venda das terras fosse utilizado para custear a vinda de imigrantes e a medição das terras.

Para Messias Junqueira, a lei de terras, rompendo com uma estrutura econômica três vezes centenária, possibilitou a formação da pequena propriedade; assim a propriedade teria deixado de ser um privilégio para se converter em mercadoria. “*Democratizou a estrutura social com a nobilitação do posseiro, dando-lhe status. O destino dessa lei, cujas raízes mergulham nas aspirações de nossa independência política, era romper o ethos cultural contemporâneo da conquista.*”²⁹ Algumas destas

²⁷ - Márcia Motta, Teixeira de Freitas. Da posse e do direito de possuir. *Revista de Faculdade de Direito de Campos*, Ano VI, n. 7, Dez. 2005, p. 254. <http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista07/Docente/08.pdf> Consulta de 13 de novembro de 2006.

²⁸ - Rui Cirne Lima, *Op. Cit.*, págs. 63-64.

²⁹ - Messias Junqueira, *Op. Cit.* Pág. 99.

apreciações de Messias Junqueira ajustam-se ao que nós consideramos, que a lei de terras respondia a uma aspiração antiga, talvez anterior à própria independência, mas com certeza cristalizada com esta. Rompia com o *ethos* cultural da ordem colonial, como já salientamos, fazendo a passagem da terra/privilégio à terra/mercadoria; mas ela não teve o efeito dinamizador que Messias Junqueira afirma, permitindo a pequena propriedade. Se bem este objetivo, o da pequena propriedade, esteve presente em todos os debates “modernizantes” do século XIX, ficou longe de ser alcançado. Tanto os promotores da imigração, pelo menos daqueles vinculados à Sociedade Central de Imigração, como os abolicionistas, muitas vezes as mesmas pessoas, foram grandes defensores da pequena propriedade e críticos do latifúndio. Koseritz disse se referindo aos interesses da Sociedade: “Nós, declaramos guerra ao latifúndio (...) tentamos levar à vitória o sistema da pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas.”³¹ Henrique de Beaurepaire Rohan, membro da sociedade, assim como conhecido abolicionista, afirmava que um meio fácil para a libertação em massa dos escravos, sem que houvesse uma crise agrícola consistia em transformar os escravos em colonos em condições razoáveis, sendo uma destas o retalhamento da propriedade territorial.³²

Voltando ao “desempenho” da lei de terras, é importante frisar que durante todo o tempo de funcionamento da Repartição Geral de Terras Públicas, nunca houve um mapa cadastral na repartição, isto é, não se delimitaram quais eram as terras públicas.

Para Lígia Osório Silva a copiosa legislação que esta implicou a lei de terras, isto é três leis, dois regulamentos, oito decretos e mais de cem avisos, não foi suficiente para que o objetivo almejado se tornasse realidade. E em grande parte esta falência decorria da determinação de demarcar as terras devolutas depois das terras particulares. Por outro lado, a lei não foi suficientemente clara na proibição da posse. Embora esta constasse no

³¹ Carl von Koseritz, *Imagens do Brasil*, Apud. Michael Hall, Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, n. 105, 1976, p. 148.

³² Henrique de Beaurepaire Rohan, O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil. In: *Congresso Agrícola*, edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. pp. 242- 252.

artigo 1º, outros artigos levavam a supor que a “cultura efetiva e morada habitual” garantiriam qualquer posseiro, em qualquer época, nas terras ocupadas. A interpretação foi que a regularização era um direito, não uma obrigação. Sendo assim, a recorrência à lei era facultativa, e os possuidores decidiram não se amparar nela. A combinação desses dois elementos teve como consequência que a lei servisse, no período da sua vigência e até bem depois, para regularizar a posse e não para estancá-la. Este tipo de contradição, a correlação entre fazer e transgredir a lei, foi expressa por um deputado da Assembléia Constituinte de 1935 no seguintes termos: “*A política de terras em São Paulo, tem sempre sido a de tentar evitar futuras grilagens legalizando grilagens anteriores*”³³. E esta afirmação talvez possa ser estendida para toda a história fundiária desde a lei de 1850.

Com a lei de terras, o Estado teve uma clara oportunidade de comandar o avanço da fronteira. Congelando a posse, o Estado fechava artificialmente a fronteira, criando um mercado de terras onde estas seriam um bem limitado. Mas quem comandou esse avanço foram, finalmente, os particulares e o ritmo deste avanço no Oeste paulista foi determinado pelo tipo de cultura, o café, pela demanda internacional e pelas técnicas de cultivo.

Qual o conceito de propriedade que estava-se construindo?

Salienta Ellen Meiksins Wood que na Inglaterra do século XVII o sentido da palavra “melhoramento” estendeu-se além de seu significado de “tornar alguma coisa

³³- James Holston, “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N°21, ano 8, fevereiro de 1993.. pág. 73. Ao analisar outro campo normativo, o da legislação trabalhista durante o governo de Getúlio Vargas, John French também salienta a distância entre a lei escrita e sua aplicação: “Se o mundo do trabalho de fato funcionasse de acordo com a CLT, o Brasil seria o melhor lugar do mundo para se trabalhar. E se metade da CLT fosse mesmo cumprida, o Brasil ainda seria um dos lugares mais decentes e razoavelmente humanos para aqueles que trabalham em todo o mundo.” John D. French, *Afogados em leis: A CLT a a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Peseu Abramo, 2001, p.15.

melhor”; designava fazer algo visando lucro monetário e, sobretudo, cultivar a terra visando lucro, através dos *cercamentos*. Os melhoramentos não dependeram num primeiro momento de avanços tecnológicos, mas da utilização de novas técnicas agrícolas, implicando a eliminação dos antigos costumes e práticas que limitavam o uso mais produtivo da terra. Ao mesmo tempo, novas concepções de propriedade eram teorizadas, como a de John Locke em *Concerning civil government, second treatise*, no qual se sustenta que a propriedade é baseada no ato de tornar a terra produtiva e lucrativa. O trabalho que justifica a propriedade é de um tipo específico, aquele que visa uma utilização da propriedade mais produtiva e lucrativa, “... *terras sem ‘melhoramentos’, terra que não se torna produtiva e lucrativa (como, por exemplo a terras dos indígenas nas Américas) constituem desperdício e, como tal, estabelecem o direito e até mesmo o dever daqueles decididos a ‘melhorá-las’ se apropriarem delas.*”³⁴ A segunda metade do século XIX é testemunha da passagem de terras comunais indígenas à propriedade privada em toda a extensão da América Latina a través da legislação liberal. As terras comunais incomodam econômica como ideologicamente

Voltando a Locke resumidamente, tinha estabelecido a bases filosóficas da eminente revolução inglesa³⁵. Quando o governante não faz aquilo para que foi contratado, que é proteger os interesses de seus súditos, a revolução está justificada. Esses interesses, que são econômicos, explicam a origem da sociedade política. Segundo Locke, a atividade econômica esteve presente no homem desde sempre e a função da sociedade civil é proteger esses interesses, ou seja, a propriedade privada. No estado de natureza lockeano, não há a luta de todos contra todos, como no estado de natureza de Hobbes. Naquele estado de natureza, o homem desenvolve atividades

³⁴- Ellen Meiksins Wood, “As origens agrárias do capitalismo”. *Crítica Marxista*, N°10, Junho 2000, págs.12-29.

³⁵- Todo o século XVII foi de grandes transformações para a Inglaterra. Podemos dizer que no período 1640-1660 viu-se a destruição de um tipo de Estado e a introdução de uma nova estrutura política, da qual o capitalismo podia desenvolver-se livremente. Em 1688 uma nova revolução depunha Carlos II, e Locke, preocupado em legitimar a revolução, rejeitava o direito divino dos reis. Ver: Christopher Hill, *Origens Intelectuais da revolução inglesa*. São Paulo: Martin Fontes, 1992.

econômicas de diferente grau de complexidade antes da organização política. Quando o grau de desenvolvimento é incompatível com a ausência de instituições políticas é que se cria a sociedade civil. Assim, a propriedade vem do estado de natureza, não por consenso da humanidade, mas por direito natural. O direito natural permitiu que todos os homens tivessem acesso aos bens terrenos e que cada qual fosse proprietário de sua própria pessoa. Como o trabalho de um homem também é parte de si, a aplicação de seu trabalho a uma parte dos recursos comuns cria uma coisa nova que só pode lhe pertencer.

Este conceito de propriedade individual estava-se estendendo por todo o globo. Depois de refletir sobre o processo que levou às noções capitalistas dos direitos de propriedade, Thompson afirma: "*Mas agora esses conceitos e essa lei ... eram transportados e impostos a economias distantes em várias fases de evolução. Agora era a lei (ou a superestrutura) que se tornava o instrumento para reorganizar (ou desorganizar) os modos de produção agrários estrangeiros e, às vezes, para revolucionar a base material.*"³⁶ O direito à propriedade era reclamado pelos conquistadores ingleses com base na descoberta ou no *vacuum domicilium*³⁷. Mas é necessário fazer uma ressalva. A base sobre a que se operou a expansão do conceito romano de propriedade privada foi diferente no caso da tradição anglosaxona e latina. No caso das possessões espanholas e portuguesas as terras conquistadas passavam a ser reais, no caso da América do Norte, utilizou-se do conceito de *res nullius*, coisa de ninguém. Por outra parte os processos de absolutização da propriedade na Europa e na América Latina estão intimamente ligados mas não são idênticos. Não poderiam ser.

Entre 1842 e primeiros meses de 1843 o jovem Marx escreve uma série de artigos na imprensa alemã. Lança uma polêmica contra a escola histórica do direito positivo. Ataca à escola histórica não no seus princípios mas nas suas conclusões. Diz Vilar, o

³⁶ - E. P. Thompson, *Costumes em comum*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.. pág. 134.

³⁷ - O *vacuum domicilium* era simetricamente oposto à idéia do "melhoramento".

problema colocava-se entre a necessidade da história e a liberdade do homem, e Marx toma partido pela última sem negar a primeira. Mas busca outra história.

Pouco depois de iniciar a polêmica tem ocasião de ver a gênese de uma legislação e o nascimento de um direito. A *Dieta* estava discutindo as eventuais penalidades contra os camponeses que “roubavam” lenha dos bosques comunais e senhoriais. Os legisladores decidiram que esse velho costume de recolher lenha era roubo. Era o fim dos direitos consuetudinários do feudalismo. Até então Marx acreditava que a partir da Revolução Francesa, a liberdade do homem e a racionalidade universal do direito eram conquistas definitivas. Mas, através das discussões da Dieta, que instituiu um direito que penaliza um costume, observa que não tem nada de racional. Esse ‘direito’ estava cristalizando umas relações sociais mas duras para os pobres.³⁸

“Si los límites de la noción de propiedad se están configurando a expensas de un antigua concepción consuetudinaria más suave, ¿no será que la definición jurídica de la propiedad está confiada a los propietarios? En la Dieta, nos dice Marx, ‘el propietario de bosques impuso silencio al legislador.’ Entendemos al legislador ideal, al legislador tal como debería ser”³⁹

Enquanto Marx escrevia no *Rheinische Zeitung*, e entrava no debate sobre o roubo de lenha, no Brasil era apresentado o primeiro projeto de lei de terras. São processos contemporâneos, mas que partem de realidades diferentes. A absolutização da propriedade no Brasil não decorreu da individualização da propriedade coletiva de terras comunais, embora existissem algumas “insulas” de terras comunais e o uso comunal de outros recursos naturais, a propriedade privada absoluta instituiu-se sobre terras regias, concessões condicionais e posses “admitidas”.

Todo o processo de individualização iniciado com a lei de terras esteve permeado pela “sabotagem” dos particular, não no sentido que diz Marx: o proprietário impus

³⁸ -Cf. Pierre Vilar, Historia del derecho, historia ‘total’. In: Pierre Vilar, Economía, Derecho, Historia. Conceptos y realidades. Barcelona: Ariel, 1983, pp.106-137.

³⁹ - ibidem p. 111.

silêncio ao legislador. Não foi na instância de legislar que o proprietário predominou sobre o legislador, mas sim no momento imediatamente posterior, apropriando-se, também, do sentido da lei e até fazendo que ela servisse a outros objetivos que os que a motivaram.

Bibliografia

- CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Relume Dumará, 1996.
- COSTA, Emilia Viotti da, "Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos". *Da monarquia à república*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- DIÉGUEZ, Manuel, *População e propriedade da terra no Brasil*. Washington, DC: União Pan-americana, Secretaria Geral, Organização dos Estados Americanos, 1959.
- Discurso recitado pelo excellentissimo Presidente Raphael Tobias no dia 7 de Janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa de São Paulo*. São Paulo: Typ. De Costa Silveira, 1841.
- FLORY, Thomas, *El Juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: Control social y estabilidad en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FRENCH, John D., *Afogados em leis: A CLT a a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Peseu Abramo, 2001.
- HALL, Michael, Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, n. 105, 1976, p. 148.
- HOLSTON, James, "Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N°21, ano 8, fevereiro de 1993.
- JUNQUEIRA, Messias, *O Instituto Brasileiro de terras devolutas*, São Paulo, Edições Leal, 1976.
- GRINBERG, Keila, *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LAFAYETTE, *Direito das cousas*. Rio de Janeiro, 1877, *apud* Ruy Cirne Lima, *Op. Cit.*
- LAPA, José Roberto do Amaral "Intervenções", *Anais do II Simpósio dos professores universitários de história*, Curitiba, Faculdade de Filosofia da Universidade de Paraná, 1962.
- LARA, Silvia, "Os estudos sobre escravidão e as relações entre a história e o direito". *Tempo*, Rio de Janeiro, N° 6.
- LIMA, Ruy Cirne, *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*, Livraria Sulista, Porto Alegre, 1954.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes, A grilagem como legado. In: Márcia Motta &, Theo Lobarinhas Pineiro, *Voluntariado e universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes, *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes, Teixeira de Freitas. Da posse e do direito de possuir. *Revista de Faculdade de Direito de Campos*, Ano VI, n. 7, Dez. 2005, p. 254. <http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista07/Docente/08.pdf> Consulta de 13 de novembro de 2006.
- ROHAN, Henrique de Beaufort, O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil. In: *Congresso Agrícola*, edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. pp. 242- 252.

SILVA, Ligia Maria Osorio e SECRETO, María Verónica, "Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil". *Economia e Sociedade* N° 12, Junho 1999.

SILVA, Lígia Osório, *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*, Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

THOMPSON, E. P., *Costumes em comum*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VIANNA, Hélio, "As sesmarias no Brasil". *Anais do II Simpósio dos professores universitários de história*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade de Paraná, 1962.

VILAR, Pierre, Historia del derecho, historia 'total'. In: Pierre Vilar, Economía, Derecho, Historia. Conceptos y realidades. Barcelona: Ariel, 1983.

WOOD, Ellen Meiksins, "As origens agrárias do capitalismo". *Crítica Marxista*, N°10, Junho 2000.

HILL, Christopher, *Origens Intelectuais da revolução inglesa*. São Paulo: Martin Fontes, 1992.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

AS LIGAS CAMPONESAS E A LUTA PELA TERRA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Camila de Castro Dias

Camila de Castro Dias camiladdias@gmail.com

Bacharel e licenciada em História – assistente de coordenação do NATRA (Núcleo Agrário “Terra e Raiz”) e membro do Grupo de Estudo e Pesquisa “Terra e Raiz” – UNESP/Franca

RESUMO

Nas décadas de 1950 e 1960 o cenário agrário brasileiro passa por um importante momento em sua história, com o acentuamento da exclusão e da expropriação dos camponeses e a relevante mobilização destes, que, desta forma, conseguem levar para o centro do debate político e econômico do país a situação em que vivem. Neste contexto, o presente trabalho analisa o significado histórico e político das Ligas Camponesas, um movimento social rural nordestino que se destacou pela mobilização de milhares de camponeses e por isso ainda é utilizado como referência para muitos movimentos sociais agrários atuais. As Ligas surgiram em Pernambuco no ano de 1955 quando vários foreiros foram expulsos das terra em que cultivavam. Expandiram-se por quase todos os estados brasileiros e tiveram sua repercussão inclusive em âmbito internacional. Inicialmente seus objetivos eram assistenciais, porém, na década de 1960, foram fortemente influenciadas pela Revolução Cubana e radicalizaram suas idéias, defendendo a reforma agrária “na lei ou na marra” – palavra de ordem das Ligas. Devido a essa radicalização e ao apoio dos governos populistas aos sindicatos elas perderam a hegemonia sobre o movimento camponês. No momento em que se recuperavam, com uma nova estrutura orgânica, os militares tomaram o poder e as extinguiram violentamente.

AS LIGAS CAMPONESAS E A LUTA PELA TERRA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

O cenário agrário brasileiro viveu um importante momento na história do Brasil nos anos de 1950 e 1960, quando as Ligas Camponesas e o Partido Comunista Brasileiro (PCB)

conseguiram trazer para o centro do debate político e econômico do país a questão agrária brasileira.

Embora colocada em debate apenas no século XX, a questão agrária no Brasil tem suas origens na colonização portuguesa, que possuía três elementos básicos, a saber : o latifúndio, a monocultura e a exploração de mão de obra escrava. Elementos que, mais de quinhentos anos depois, ainda estão presentes no país e que continuam a beneficiar um pequena parcela da sociedade brasileira.

A expansão tardia do capitalismo e a modernização arcaica no meio rural brasileiro, a partir da décadas de 1930, intensificou a questão agrária. Houve uma união de interesses da burguesia com as velhas oligarquias agrárias, e, assim, a primeira tomou várias medidas para reestruturar a agricultura e superar diversas crises desta. Para tanto, fez-se necessário transformações capitalistas no campo, o que aumentou ainda mais a exclusão política e a expropriação do camponês. O objetivo da modernização do campo, que recebeu capital externo, foi uma maior produtividade para um maior lucro, o que não diminuiu a quantidade de latifúndios, mas gerou uma maior concentração de terras e de riquezas. As grandes propriedades absorveram as pequenas a fim de aumentar a sua produção e diminuir seus custos, desta forma as camadas mais pobres sofreram a sua proletarização, fato que, conseqüentemente, extremou ainda mais as contradições entre a classe latifundiária e a classe camponesa.

O Nordeste Açucareiro do Brasil foi a região em que a expansão do capitalismo trouxe maiores desequilíbrios sociais e econômicos, tornando-se , assim, o local de maiores conflitos sociais.

No final do século XIX a concorrência com o mercado internacional exigiu que o aperfeiçoamento das técnicas de produção açucareira, muitos dos antigos engenhos se modernizaram e tornaram-se usinas. Porém, com o alto custo desta modernização, apenas os mais ricos conseguiram fazer esse investimento. Para a manutenção dessas usinas era necessário produzir em maior quantidade e a custos mais baixos, assim, tornou-se necessário mais terras, o que agravou a concentração fundiária no Nordeste. Essa concentração devastadora do latifúndio usineiro teve conseqüências desastrosas para o Nordeste, onde a penetração capitalista encontrou uma área secularmente empobrecida pela extrema concentração de riqueza e só fez agravá-la. (GUIMARÃES, 1968, p. 179)

A solução para os que não foram incorporados às grandes usinas e que não tinham condições de sustentarem-se diante das crises açucareiras, foi a de fornecer cana para essas, no entanto, essa foi uma solução apenas para os engenhos próximos às usinas. Aos distantes

restou encerrar as suas atividades e dividir as suas terras em pequenas propriedades para alugá-las aos foreiros¹, que pagavam aluguel anual em dinheiro.

Os foreiros dos municípios de Pernambuco como Amaraji, Bonito e Vitória de Santo Antão se dedicaram ao cultivo da agricultura de subsistência e logo se tornaram famosos pelo abastecimento das cidades que em crescimento contínuo, consumiam a produção dos mesmos. (ANDRADE, 1964, p. 109-110).

Esse fato nos demonstra a importância da pequena agricultura no Brasil, que, ao contrário, sempre se dedicou, desde a sua formação até os dias de hoje, na obtenção de produtos altamente lucrativos que visavam o fornecimento para o mercado externo. E comprova como a produção de açúcar no Nordeste ergueu intransponível barreira à cultura de mantimentos, à pequena e pouco rendosa agricultura de subsistência. (GUIMARÃES, 1968, p.50).

Com a valorização do açúcar, depois da Segunda Guerra Mundial em 1945, as usinas aumentaram ainda mais suas extensões. Em 1950 e 1960 este processo se acentuou, já que os grandes proprietários ou venderam suas terras para as usinas ou voltaram para a atividade agrícola. Alguns foreiros foram expulsos e receberam indenizações pelas suas feitorias, outros receberam apenas o direito de, em alguns meses, colherem suas lavouras. Houve casos também em que foi permitido a permanência dos foreiros, desde que eles destruíssem suas lavouras e a substituíssem pelo plantio de cana-de-açúcar para fornecê-las para as grandes usinas. Desta forma, houve uma expropriação definitiva de foreiros e de pequenos proprietários.

Neste contexto, surgiram as Ligas Camponesas que desempenharam um importante papel na história do Brasil, mobilizando milhares de camponeses para lutarem contra a exploração e a expropriação exercidas sobre eles pelo capital.

É importante diferenciar as Ligas Camponesas, que iremos nos aprofundar, das ligas camponesas do PCB, formadas na década de 1940.

Com uma proposta de revolução da sociedade baseada num maior protagonismo popular, o PCB possuía uma política de acúmulo das forças militar e eleitoral por meio da aliança operário-camponesa.

Desta maneira, em 1945 mobilizou as massas rurais e organizou centenas de ligas camponesas espalhadas em diversos estados brasileiros. Nessas organizações participavam proletários rurais e camponeses – parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários.

¹ Vale destacar que a condição de foreiro existe desde o período colonial. Eles alugavam as áreas mais distantes das fazendas e pagavam em dinheiro pela utilização da terra, tinham, também a obrigação de trabalhar gratuitamente para os fazendeiros em torno de 10 a 20 dias por ano, fato que é denominado como cambão.

Como o processo de sindicalização rural era dificultoso a organização e institucionalização dessas ligas foi através do caráter de associação civil.

As ligas permearam pelos objetivos eleitorais do PCB e, igualmente pelas reivindicações dos interesses imediatos e concretos dos camponeses e trabalhadores rurais.

O líder dessas ligas era o próprio líder do partido, Luís Carlos Prestes, assim, elas não tiveram autonomia política e não passaram de organizações-apêndice da estrutura do PCB. Contudo, tiveram sua importância expressa na contribuição para eleger vários representantes comunistas nas assembleias municipais e estaduais. O que nos mostra uma superação parcial do voto de cabresto, pois, trabalhadores rurais e camponeses integrantes dessas organizações passaram a exercer sua liberdade de voto.

Em 1947 o Partido Comunista Brasileiro foi proscrito pelo governo do Presidente Dutra e, então, com o apoio desse governo, as ligas foram violentamente reprimidas e perseguidas pelos latifundiários. Desta forma, um movimento camponês que se apresentou tão dependente do Partido, subordinado por este às diretrizes da classe operária, quando não possuiu seu apoio, pois ele passou a atuar clandestinamente, não conseguiu resistir as intensas perseguições e assim as ligas camponesas comunistas foram eliminadas.

Posteriormente ocorreram algumas lutas relevantes do movimento camponês e também foram realizados três congressos que objetivavam a reorganização e institucionalização das associações camponesas remanescentes. Estes congressos constituíram-se como fundamentais na (re)constituição do movimento camponês, visto que atingiram seus objetivos ao criar a ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Contudo, no ano de 1955, diante das realidades econômica, política e social em que os camponeses nordestinos se encontravam, foi organizada, no município de Vitória de Santo Antão, uma associação de foreiros no Engenho da Galiléia, denominada Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPPP.

A SAPPP inicialmente foi uma sociedade civil beneficente e seu objetivo fundamental era fundar uma escola primária e criar um fundo mútuo para aquisição de caixões mortuários para enterrar as crianças. (JULIÃO, 1962, p. 24).

Um dos seus principais líderes, Francisco Julião, afirma que esta associação surgiu por iniciativa dos próprios camponeses, porém não podemos deixar de considerar a influência dos comunistas e dos militantes das antigas associações da década de 1940. Tal influência nos parece evidente quando nos remetemos a um dos líderes da SAPPP, José Ayres do Prazeres, membro ativo do PCB até 1947. Juntamente com outros ativistas do partido, ele atuou nas

antigas ligas camponesas. Porém, José dos Prazeres continuou a se dedicar à reorganização e mobilização camponesa, e ajudou a criar a SAPPP em 1955.

O vínculo desta associação (SAPPP) com o PCB também pode ser provada através de uma carta do próprio José dos Prazeres direcionada a Clodomir Santos de Moraes. (AZEVEDO, 1982, p.59). Nesta carta ele explica a formação e a organização da primeira diretoria da SAPPP e o que torna evidente esse vínculo é o fato do primeiro presidente da Sociedade ser um militante comunista, Paulo Travassos.

Os camponeses participantes da SAPPP eram foreiros do Engenho da Galiléia. Possuíam aproximadamente 140 famílias que ocupavam quinhentos hectares de terra, ou seja, a extensão de terra era pequena em relação a quantidade de famílias.

Entre os principais objetivos da Sociedade, destacamos a mobilização dos camponeses através de ações assistenciais, a saber: criação de escolas, criação de um fundo mútuo para assistência médica, apoio jurídico e financiamento de caixões funerários.

Os camponeses convidaram o próprio proprietário do engenho, Oscar Beltrão para presidente de honra da SAPPP. Este, além de aceitar o cargo, se sentiu honrado com a homenagem, pois não era comum que um proprietário fosse homenageado por seus explorados.

No entanto, esse momento de orgulho do proprietário não teve longa duração, pois rapidamente ele seria advertido pelo seu filho e por outros latifundiários sobre o risco que a SAPPP trazia, instaurando o comunismo nas suas terras. Conseqüentemente, Oscar Beltrão negou seu cargo honorífico, fechou a escola e ordenou a extinção da organização. Acrescentou-se a isso, ameaças de aumento do foro anual, expulsão dos foreiros e retaliação policial.

A partir deste momento, iniciou-se os conflitos no Engenho. Os camponeses resistiram às intimidações do proprietário e não aceitaram o aumento do foro e nem a ordem de despejo. Desta forma, os camponeses passaram a ser perseguidos violentamente pela policia e pelas autoridades locais.

Os objetivos agora eram outros: os camponeses lutavam pela permanência na terra e resistiam contra as diversas formas de violência cometida pelos latifundiários sobre os camponeses e contra o cambão – dia de trabalho gratuito para aqueles que cultivavam a terra alheia. A reforma agrária que foi estimulada neste momento se resumiu nestas mudanças estruturais, assim, ainda não se aspirava a divisão dos grandes latifúndios.

O isolamento da SAPPP no Engenho e no município de Vitória de Santo Antão dificultou a resistência dos camponeses, pois a justiça e a policia estavam a serviço do

latifundiário. Portanto, José do Prazeres e Paulo Travassos buscaram respaldo político na capital. Eles conseguiram um importante apoio urbano e formaram uma comissão política constituída por homens de vários partidos, dentre eles, destacamos Francisco Julião de Paula (PSB) e Clodomir Santos de Moraes (PTB), que se tornaram líderes de grande expressão no movimento. Essa comissão foi de grande importância, pois além de transformarem em fato político os conflitos entre camponeses e latifundiários, também visitaram constantemente os camponeses ameaçados e conseguiram evitar as arbitrariedades cometidas pela polícia, devido as imunidades que eles possuíam enquanto representantes do povo.

O advogado Francisco Julião além do apoio político, apoiou também a SAPPP com uma assessoria jurídica, representando judicialmente os interesses dos foreiros. Julião redigia os estatutos da SAPPP e os registrava em cartório como uma associação civil. Concomitantemente, o comitê político impedia a opressão sobre os camponeses denunciando a situação dos camponeses no Engenho da Galiléia tanto na imprensa quanto nas tribunas parlamentares.

Os conflitos que aconteciam no campo eram difundidos pela imprensa conservadora nas páginas policiais. Com a intenção de distorcer as origens destes conflitos, a imprensa reacionária passou a chamar a SAPPP de Liga Camponesa da Galiléia, relacionando-a, deste modo, com as antigas ligas organizadas pelos comunistas. No entanto, este novo nome acabou tendo grande aceitação entre os próprios camponeses.

As intensas perseguições policiais e a violência dos latifundiários que dificultava a resistência dos camponeses demonstrou para os líderes da Liga Camponesa da Galiléia que os métodos utilizados em sua organização deveriam ser modificados. As Ligas deveriam se organizar regionalmente, pois uma organização local poderia ser facilmente sufocada. Por meio da sua expansão pela região, constitui-se em uma Federação Regional, e, desta forma, conseguiria um apoio maior dos setores urbanos.

O comitê político que possuía profissionais liberais e políticos institucionalizou-se e formou o Conselho Regional das Ligas. Este conselho exerceu um importante papel que limitou a participação das massas rurais somente aos camponeses.

A participação do proletariado agrícola era vista com desconfiança, pois este possuía uma limitada capacidade de luta. A total dependência do patrão dificultava qualquer tipo de reivindicação, porque o proletário rural se expunha ao perigo de ser demitido. Não conseguia lutar judicialmente devido à distancia dos Tribunais do Trabalho. Já os camponeses possuíam melhores condições para se organizarem e lutarem contra sua exploração, pois, ainda quando não fosse proprietário de um pedaço de terra (isto é, sendo arrendatário, parceiro, ou

ocupante), por força do contrato civil, tinha assegurado o direito de plantar meses ou anos indefinidos. Para viver, ele não dependia de alguém que lhe pagasse salários. Vivia do que produzia e do que vendia nas feiras. Era dono, também, dos instrumentos de trabalho que utilizava. (MORAIS apud STEDILE, 2002 p. 24).

Assim, o Conselho Regional das Ligas concentrou-se no processo de conscientização e politização do camponês através de: boletins escritos de acordo com sua linguagem, poesias populares e de violeiros e cancioneiros.

As Ligas Camponesas passaram, então, a se expandir por todo o Brasil e o seu principal fator foi o processo de redemocratização do Brasil que se iniciou com a eleição de Juscelino Kubitschek (PSD) à presidência e João Goulart (PTB) como vice-presidente.

A liberdade que esse governo proporcionou, colocou no centro dos debates temas até então pouco discutidos, como a fome e a reforma agrária. Foram realizados em todo o Brasil diversos congressos, nos quais o povo discutia suas principais dificuldades, e que promoveram uma aliança entre setores rurais e urbanos.

A expansão das Ligas Camponesas decorreu de fatos que ampliaram a liberdade democrática pernambucana. Esses fatos são: os congressos ocorridos em Pernambuco – Congresso de Salvação do Nordeste² e o I Congresso Camponês de Pernambuco³, ambos em 1955; a derrocada da oligarquia agrária no ano de 1958, quando a coligação, denominada de Oposições Unidas de Pernambuco, composta pelos partidos da UDN, PCB, PTB e PSB, elegeu Cid Sampaio da UDN como governador de Pernambuco e Pelópidas da Silveira, do PSB, seu vice; e a desapropriação do Engenho Galiléia, que foi conquistada devido às pressões dos camponeses depois que Cid Sampaio foi eleito Governador.

A partir de 1960, a Revolução Cubana passou a exercer grande influência sobre as Ligas Camponesas, fato este, que acarretou no processo de radicalização desta, com profundas mudanças na sua visão política e ideológica. Assim, elas passaram a defender uma revolução socialista brasileira baseada no campesinato e na luta armada. Para isso, os líderes das Ligas pretendiam organizar, a longo prazo, as massas rurais baseando-se na tática cubana de guerrilhas.

² O Congresso de Salvação do Nordeste trouxe para o cenário brasileiro as reais questões dessa região. Seus problemas mais graves como fome, analfabetismo e alto índice de mortalidade deixaram de ser vistos sob a perspectiva ideológica da classe dominante, que os relacionava apenas ao fatalismo climático e geográfico da região. Tais problemas passaram a ser discutidos como consequência das disparidades econômica, política e social.

³ Congresso organizado pelas Ligas Camponesas, onde ela se consolidou e assumiu o caráter como associação de nível estadual.

Francisco Julião deixa explícito a importância dada pelas Ligas à Revolução Cubana quando afirma:

A vitória da Revolução Cubana trouxe ao movimento camponês do Nordeste notável reforço. Desde o momento em que Fidel Castro com os seus barbudos entrou em Havana, ao lado de Cienfuegos, Guevara, Almeida e Raul, libertando seu povo do regime cruel de Batista, nunca mais as Ligas perderam de vista a gloriosa pátria de José Martí. (JULIÃO, 1962, p. 42)

No momento em que as Ligas caminhavam rumo à radicalização, propondo uma Revolução Brasileira, o PCB caminhava rumo a uma aliança com a burguesia, propondo uma revolução democrático-burguesa, com isso, as suas relações começaram a se estreitar.

As tensões se intensificaram no V Congresso do Partido Comunista quando o PCB assumiu um caráter “nacional-democrático”, e passou a defender que a luta camponesa deveria se subordinar à luta contra o imperialismo. A reforma agrária se daria, então, por medidas parciais, baseada na desapropriação, tomando por base o valor fiscal da terra, e por medidas que iam, desde a ampliação do crédito rural e assistência técnica aos pequenos proprietários, até o aumento da carga tributária das grandes propriedades. (AZEVEDO, 1982, p. 88).

Os membros do partido vinculados às Ligas não aceitaram tais posicionamentos, pois consideravam o campesinato protagonista principal da Revolução Brasileira, e sua luta em torno da questão agrária não poderia ser submetida à luta nacional-democrática contra o imperialismo. Recusaram a reforma agrária proposta pelo partido acusando-a de parcial e com fundo tecnicista.

Contudo, a segregação dessas duas organizações se realizou no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Congresso de Belo Horizonte), organizado pela ULTAB– União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em novembro de 1961.

As reivindicações da ULTAB eram priorizadas pelo PCB já que suas reivindicações eram por melhores condições de trabalho e melhores salários e não tinham como proposta principal a reforma agrária, o que as deixavam de acordo com o posicionamento nacional-democrático do partido.

O Governo Federal forneceu um grande apoio financeiro ao Congresso de Belo Horizonte, pois intencionava tutelar o movimento camponês, tirando, assim, sua autonomia.

Participaram de tal congresso representantes da ULTAB, das Ligas Camponesas e do MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra que atuavam no Rio Grande do Sul.

Mesmo com a maioria dos participantes representando a ULTAB, as propostas do PCB, que consistiam nas idéias aprovadas no V Congresso do Partido Comunista, foram derrotadas pela proposta radical das Ligas, que levantava a bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra” e contagiou a todos os representantes das referidas organizações. Com o sucesso das suas idéias radicais, os representantes das Ligas aliciaram os camponeses adeptos à guerrilhas dentro do próprio congresso.

A invasão da Baía dos Porcos, numa tentativa norte-americana de aniquilamento da Revolução Cubana, fez surgir a necessidade do adiantamento da preparação dos focos guerrilheiros no Brasil. Os dirigentes das Ligas temiam que a queda da Revolução Cubana resultasse no adiamento da Revolução Brasileira pois daria forças às tentativas golpistas dos militares que se estenderam desde a deposição de Vargas, em 1954.

Começou, assim, o recrutamento dos camponeses para a luta armada. Os militantes com maior obstinação política e ideológica foram enviados para os campos de treinamento guerrilheiro, denominado Dispositivos Militares.

Esses Dispositivos Militares eram organizados e controlados pelos grupos ou partidos divergentes do PCB que apoiavam as Ligas⁴, o que levou à formas descentralizadas de organização, que impediram as ações unitárias e expressaram a disputa interna desses grupos pelo domínio das Ligas e pelo controle do setor militar.

O medo de perder, completamente, o comando político sobre as Ligas fez com que Francisco Julião articulasse um movimento para restaurar a unidade de ação em torno das Ligas: O Movimento Tiradentes. Contudo, o movimento não conseguiu restabelecer a unidade organizativa das Ligas. Pelo contrário o Setor Armado passou para o comando exclusivo do PC do B.

Esta falta de unidade dos organismos dirigentes das Disposições Militares, fez com que as guerrilhas nunca se concretizarem, pois, este fato não permitiu a preparação adequada para a luta armada, e nem mesmo a formação de um programa de luta bem definido.

A campanha eleitoral de Francisco Julião aumentou as divergências internas. Para os setores militares era contraditório participar do processo eleitoral, considerado por esses uma farsa constitucional, e estimular a luta armada como caminho da revolução brasileira.

⁴ Faziam parte desses grupos: a facção “anti-partido”, composto por dissidentes do PCB, que se posicionavam de forma autônoma e própria e que não se filiaram a nenhum outro partido; o PC do B (Partido Comunista do Brasil), o POLOPE (Política Operária), e vários outros pequenos grupos de esquerda.

O fracasso do esquema militar e as disputas internas levaram as Ligas a um profundo enfraquecimento, refletida claramente no resultado das eleições de 1962.

Concomitantemente, a sindicalização rural, organizada pelo PCB e pela Igreja Católica⁵, passou a ser estimulada pelo governo. O governo tinha a intenção de controlar os movimentos rurais, por meio da legalização dos sindicatos, com a mesma intensidade em que controlava os movimentos urbanos. Desta forma, as Ligas, que rejeitavam as alianças mais amplas com os setores liberais e com o Estado Populista, foram isoladas politicamente.

O esfacelamento das Ligas Camponesas foi sobretudo um produto do radicalismo incoerente à realidade camponesa, o que tornava era mais fácil à adesão deste aos sindicatos, cujo as reivindicações eram apenas por melhores condições de vida.

Portanto, as Ligas Camponesas perderam sua hegemonia sobre os movimentos camponeses, inclusive em Pernambuco, Estado em que tinha suas bases mais sólidas. Porém, o contexto nacional e regional era de uma democratização política e social dos movimentos sociais, o que contribuía para o refortalecimento das Ligas. Mas para isso, fez-se necessário uma reorganização interna e uma reelaboração das suas formas de ação.

Surgiram diversas propostas para a reestruturação do movimento, contudo, a incorporada pelas Ligas foram as efetivadas pelo Padre Alípio, que se fundamentavam na mudança da estrutura orgânica e da direção nacional. Sua proposta era de que o Conselho Nacional tivesse em sua composição operários e camponeses. Propunha também que as Ligas se transformassem nas Ligas Camponesas do Brasil, baseada em uma Organização de Massas (OM) e em uma Organização Política (OP).

A Organização Política seria composta pelos militantes mais avançados político e ideologicamente, e se constituiria no modelo de um partido agrário baseado nos princípios do centralismo democrático e do marxismo-leninismo. A OP deveria dirigir e se apoiar na Organização de Massa, definida como uma entidade aberta e de caráter corporativo, que mobilizava as forças revolucionárias e que congregava a efetivação das reformas radicais agrária, urbana, do ensino, industrial, e bancária, propostas por Francisco Julião.

Desta maneira, em 1963, na Conferência de Recife as várias Ligas se uniram em torno de uma estrutura única, as Ligas Camponesas do Brasil.

Como reflexo do isolamento das Ligas em relação aos outros movimentos sociais agrários temos a sua ausência em dois importantes fatos: no Encontro de Natal em 1963 e na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – CONTAG.

Entretanto, elas estenderam as suas organizações em Pernambuco criando novas Ligas como as urbanas, as de mulheres, de pescadores, de estudantes, e outras. Demonstrando sua força em Pernambuco elas fundaram no início de 1964 a Federação das Ligas de Pernambuco.

O 1º Congresso das Ligas Camponesas do Brasil aconteceria em junho de 1964 a fim de sancionar suas teses programática, seus novos estatutos e nomear sua direção definitiva. Porém, o Golpe Militar em abril interrompeu seus planos.

As Ligas Camponesas foram duramente perseguidas pelos militares. Com a sua proscrição, a Organização de Massas foram praticamente dizimadas e a Organização Política passou a viver clandestinamente.

Antes de concretizarem a sua reestruturação as Ligas foram brutalmente extintas, porém, ao iniciar a luta efetiva pela reforma agrária, elas deixaram um legado de lutas e de resistência que influenciam os movimentos camponeses atuais de grande importância no país, como por exemplo o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas*. Brasília: Littermund, 1997.

STÉDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.

⁵ Parte da Igreja Católica passou a se dedicar a sindicalização rural com intuito reacionário, defendiam uma reforma agrária desde que a propriedade privada fosse respeitada, dentro dos limites do bem comum, que é constituído pela função social que esta propriedade desempenha.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SENTIDOS DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Vanderci Benjamin Ruschel Filiação Institucional: PPGCS/IFCH/UNICAMP
vanderruschel@hotmail.com

1) RESUMO

Atrelado ao processo de industrialização, a agricultura brasileira sofreu profundas transformações durante a segunda metade do século XX. Estas mudanças não eliminaram a cultura tradicional das populações rurais, no entanto esta teve que adaptar-se e resignificar-se à nova realidade. Os assentados procuram reproduzir os sentidos e usos tradicionais da terra, vivendo uma contradição entre presente e passado. O presente exige que a terra gere lucro, mas o desejo do assentado é reviver o passado. Para o camponês terra significa vida e o mercado apela terra que produza mais-valia.

Introdução

A luta pela reforma agrária é a luta pela garantia do direito de uso da terra, assegurado pela propriedade formal da terra, esta uma necessidade criada pela sociedade capitalista que transformou terra em capital. O título de propriedade da terra assegura ao camponês reproduzir a forma de viver, inscrita na memória coletiva, na sua cultura, quando a terra era um bem coletivo ou ainda quando seus proprietários a concebiam como um bem tornado útil pelo trabalho. Para as populações tradicionais do campo a terra sempre teve "um valor de uso", um meio de suprir as necessidades da comunidade. Esta cultura tradicional vêm se transformando e se adaptando a sociedade capitalista que modernizou e subordinou o campo as necessidades da industrialização. O título de propriedade da terra, apesar do avanço da cultura do mercado, representa uma forma de evitar as constantes expropriações e incertezas de uma vida de posseiro, morador, parceiro.

Após uma incursão sobre a gênese dos sem-terra brasileiros teceremos uma comparação entre os sem-terra do Meio Oeste Catarinense e os da zona canavieira de Pernambuco para tentar compreender as semelhanças e diferenças sobre os sentidos da luta pela terra para estes dois grupos.

A terra e o campesinato brasileiro

Os atuais sem terras brasileiros são descendentes e herdeiros das populações residuais e descartadas das velhas relações de trabalho agrícola, pastoril e extrativo originadas da crise das escravidões indígena e negra. Os escravos libertos formaram os povos da floresta amazônica e as populações de agregados dos canaviais do Nordeste. Nesta região este "sistema de morada" ganhou centralidade como fornecedora de força de trabalho. No sudeste cafeeiro estabeleceu-se o sistema de colonato com os imigrantes europeus, sem a utilização da força de trabalho das populações remanescentes do passado.

A formação de núcleos coloniais no Sul e no Sudoeste, e excepcionalmente em outras regiões do país, abriu espaço para a pequena propriedade agrícola familiar, amparadas no direito inaugurado com a Lei de Terras de 1850. Esta nasceu como alternativa de curto prazo, como meio de acesso à terra que pedia recomeços cíclicos, cada geração tinha que começar sua própria busca de terra com base na ética do trabalho que as elites políticas do império haviam estabelecido como meio regulador do acesso à propriedade (MARTINS, 2003).

Todos estes sistemas entram em crise com o desenvolvimento econômico iniciado na década de 1950 que teve como uma de suas implicações a ampla valorização da propriedade da terra como meio de produção, reserva de valor e meio de especulação. A modernização dificultou ainda mais aos pobres do campo o acesso a terra, acesso que o sistema pós-escravista havia proporcionado de forma precária, instável e clientelística. Assim o processo de transformação da agricultura, nas diversas regiões, produziu condições de gênese específicas do que veio ser a massa difusa dos que demandam terra para trabalhar. A clientela da reforma agrária constitui uma massa residual de um conjunto grande de descartes sociais do sistema econômico latifundiário agro-exportador pós-escravista e pré-moderno. A luta pela terra é fundamentalmente a luta pelo direito a morada (MARTINS, 2003).

Para compreendermos porque se generalizou a idéia de um sujeito "sem-terra" que demanda por propriedade da terra para constituir-se como um agricultor familiar, devemos entender como se formou tal concepção. Os acontecimentos que desembocaram na formação do MST em 1984 devem ser buscados nas ocupações de fazendas por famílias de *colonos* no Rio Grande do Sul no final da década de 70, no contexto da crise do regime militar. Este movimento gestou-se entre os anos de 1970 e 1984 na região sul do país, e entre os anos de 1985 e 1990 difundiu-se e consolidou-se em 18 estados brasileiros (FERNANDES, 2000).

Sua forma característica de ação é a ocupação de terras consideradas improdutivas e a instalação de acampamentos, sempre com um grande número de famílias. Busca com isto criar o conflito social, chamar a atenção da sociedade e do Estado em vista da desapropriação da área e a instalação de um assentamento. A "forma acampamento", com seus aspectos ritualizados, constituído em linguagem para seus indivíduos, foi engendrado no Sul e difundido por todo o país pelos militantes provindos do Sul (SIGAUD, 2000).

Seguindo este raciocínio, a concepção de propriedade da terra e de vocação para a agricultura familiar, atribuída aos sem-terra tenha a mesma origem, o Sul dos colonos-pequenos-proprietários de base familiar. Para Martins (2003), o sujeito efetivo que luta pela terra tem uma identidade difusa, complexa, apolítica e, sobretudo, familística e vicinal.

Estudos recentes mostram que nos assentamentos de reforma agrária há uma razoável diversidade cultural entre os sujeitos e que estes pretendem reproduzir no assentamento sua cultura e suas identidades. Moraes (2003), percebe uma rede de parentesco de família extensa e simbólica, lealdades comunais e solidariedades antigas baseadas em deveres de reciprocidade e de troca de favores compondo um assentamento em São Paulo.

Wanderley (2003), em assentamentos da zona da mata de Pernambuco encontra o “sistema de morada” nas motivações dos acampados e assentados. Estes sem terra querem um lugar para morar plantar o que comem e vender o excedente, sendo estranhas para eles a produção determinada pelo mercado. O mercado é lateral e não central no plano de vida destas pessoas. Quinteiro (2003), encontra as mesmas disposições num assentamento em Goiás. Morar e ter terra significa antes de tudo viver no lugar onde trabalha. Assim, para Martins (op cit), a luta não é primariamente pela terra e sim contra a desagregação das relações sociais tradicionais imposta pelo processo de transformação do rural.

Brandão (1999), buscando compreender como a “cultura patrimonial” estabelece uma “lógica da natureza” e uma “ética do ambiente” encontra uma maneira diferente e oposta à moderna de pensar os valores dos cenários naturais. Percebe um “afeto pela terra”, uma relação “de amor”, “gosto”, não pelo valor econômico do lote, mas, “a terra próxima, física, qualificável segundo um código de atributos naturais avaliados pelo seu poder de produção. A terra real sobre a qual se trabalha; a terra que se planta” (1999:62). Esta terra significa um “lugar tratado”, um “mato limpo”, uma natureza socializada tornada útil para a reprodução da família.

No mesmo sentido, Woortmann (1998), visando compreender a “ética camponesa”, entendida como aquilo que constitui a forma como os camponeses percebem “*as relações entre si e as coisas, notadamente, a terra*” (p.11), percebe uma lógica camponesa de ser e viver. Os camponeses, mesmo produzindo para o mercado, reiteram valores herdados como o “valor-família” que dá ao trabalho um sentido ético de reprodução cultural da família. Da mesma forma sustentam “concepções morais” acerca do uso da terra como “terra como valor-de-uso”.

Bourdieu (1979), estudando as aldeias Cabilas na Argélia, percebe uma sociabilidade específica, um “ethos camponês” entendido como um modo de vida diverso daquele permeado pela racionalidade do cálculo econômico capitalista. Compreende que sua economia expressa uma interdependência com este *hetos*, praticam uma “economia em si e não para si”. Não valorizam o trabalho pela sua função econômica, trabalhar significa uma integração à comunidade.

Thompson (1998), nos proporciona pistas interessantes ao entendimento do campesinato através da proposição do conceito de “economia moral” para a compreensão dos “motins da fome” dos trabalhadores ingleses durante o século XVIII e começo do XIX. Segundo o autor estas revoltas são frutos de desrespeito a cultura e aos “costumes em comum”, muito fortes neste período histórico anterior a economia de mercado capitalista. Estes motins provocados pelo aumento dos preços, pelos procedimentos dos comerciantes e pela fome, segundo o autor, devem ser interpretados dentro de um contexto de consenso popular sobre as práticas de mercado legítimas e ilegítimas que constituem a economia moral.

A modernização do campo e cultura camponesa

Os estudos acerca da modernização da agricultura e suas conseqüências sobre a dinâmica do “mundo rural” nas sociedades de capitalismo central têm apontado importantes transformações do rural a partir da segunda metade do século XX. Na década de 1960, influenciados pelas análises clássicas do processo histórico, as interpretações sobre a modernização do rural europeu consideram que o capitalismo, ao subordinar a agricultura ao mercado, estaria dissolvendo as heterogeneidades sociais rurais em um *continuum* dominado pela cena urbano-industrial. Por conseguinte, a racionalidade produtiva capitalista estaria destruindo a “cultura tradicional camponesa” e suas formas históricas de reprodução social. Este processo culminaria no “fim do rural” e o camponês tornar-se-ia um agricultor referenciado na profissão e não mais num “modo de vida” (MENDRAS 1976).

Segundo Ferreira (2002) as teorias do desaparecimento do rural foram gestadas no auge do processo de modernização da Europa. A permanência da agricultura familiar era vista como resquícios do passado em vias de extinção. O ponto de vista acima era mais consensual nas décadas de 1960 e 1970, quando o capitalismo estava no auge de seu desenvolvimento. No entanto, no final da década de 1980 e início de 1990, evidencia-se um processo de “recomposição dos espaços rurais” nos países centrais. (FERREIRA, 2002 e WANDERLEY, 2000).

As principais evidências indicativas dessa recomposição são percebidas na revitalização demográfica do rural, na dissociação entre o rural e o agrícola, no fato do rural passar a ser residência para trabalhadores urbanos, no surgimento da pluriatividade, no despontar dos movimentos preservacionistas proponentes do rural como um “território do futuro”, espaço alternativo para os problemas da sociedade urbano-industrial (WANDERLEY, 2000 e FERREIRA, 2002).

As novas experiências culturais resultantes da interação urbano e rural, longe de descaracterizar as identidades locais, geram uma diversidade social e cultural que reforça a consciência de si pela relação de alteridade com o “outro”. Portanto, nesta visão, os núcleos rurais não se descaracterizariam, mas se reestruturariam com a incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais.

O processo de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, mantidas as particularidades, são geralmente tomadas como referência para pensar o processo histórico de transformação dos demais países. No entanto, é necessário levar em consideração as especificidades do processo histórico dos países latino-americanos, particularmente o Brasil. Questões como o passado colonial escravista, o subdesenvolvimento, o desenvolvimento de um “capitalismo dependente”, fruto de uma “modernização conservadora”, são fundamentais para entender os desdobramentos do setor rural brasileiro.

Segundo Carneiro (1998) em algumas regiões brasileiras tem ocorrido um conjunto de transformações que nos ajudam a pensar a nossa ruralidade. Estas transformações caminham de forma parecida com aquelas verificadas no rural europeu embora não com a mesma intensidade. Tais modificações podem ser caracterizadas em dois conjuntos de fenômenos: primeiramente o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Pois tem ocorrido o aparecimento de atividades não agrícolas no campo, assim como uma significativa redução das pessoas ocupadas na agricultura. Esta tendência está associada à fixação de residência no campo de pessoas que não exercem atividades agrícolas e o surgimento de uma camada relevante de agricultores que exercem a pluriatividade. Em segundo lugar a procura cada vez maior do rural como um lugar de lazer e meio alternativo de moradia para os cidadãos. Este fenômeno tem aumentado as possibilidades de trabalho para a população rural e uma maior aproximação e integração de culturas distintas.

Ferreira (2002), utilizando os dados da PNAD de 1999, de maneira análoga, identifica, não obstante as reconfigurações em curso, a vitalidade da rural e do agrícola da seguinte maneira. Do total da população ativa brasileira, cerca de 25% ainda se encontra na agricultura, destes 71% trabalha na agricultura enquanto que apenas 29% trabalham em outras atividades. Em relação a pluriatividade apenas 6,8% da população ativa ocupada na agricultura possui uma atividade secundária e destes, 64% tem a segunda atividade também na agricultura, apenas 2,3% dos pluriativos tem uma segunda atividade não-agrícola. O fenômeno do rural como espaço de residência e lugar de lazer para os cidadãos está circunscrito a áreas próximas às grandes e médias cidades. A preocupação com o meio ambiente rural tem se tornado cada vez mais evidente através das ações das Ongs e do MST.

No Brasil, particularmente o MST, tem dinamizado o meio rural propondo a volta à terra, adotando estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local oferece para viabilizar sua reprodução econômica e simbólica. “O caráter cada vez mais grupal e coletivo dessas estratégias, gerando uma apropriação das especificidades do espaço rural para seu uso, permite pensar em novas territorialidades em construção” (FERREIRA, 2002:39). Ainda segundo a autora, a perspectiva de se pensar o rural brasileiro “como território do futuro é demonstrada de forma exemplar pela mobilização dos sem-terra e pelos assentamentos rurais que evidenciam sua potencialidade para uma política de combate à fome e à exclusão social” (Ferreira, 2002:41).

Apesar das transformações recentes do rural brasileiro que afetaram o modo de vida tradicional, algumas características desta cultura ainda são referências importantes na sociabilidade destes grupos. Sem propor as concepções de “campesinato” e “ruralidade” como sendo um modo de vida ou uma realidade empírica geral, com características encontradas e válidas para as sociedades e períodos históricos distintos, podemos delimitar alguns elementos gerais, “tipos ideais”, destas populações: as populações rurais brasileiras, são portadoras de uma cultura diversa da urbano-industrial, expressa pelas “relações de interconhecimento”; praticam uma economia “moral” voltada para a reprodução da família, associando “moradia e trabalho”; percebem o tempo e a natureza como entidades sobrenaturais, não passíveis de controle social; Esta tradição será profundamente afetada pelo desenvolvimento das relações capitalistas no campo sem, no entanto, extingui-la.

O sentido da luta pela terra

Com o propósito de ilustrar a heterogeneidade Para atingir o objetivo principal deste texto, que é compreender o sentido da demanda da terra para os indivíduos que compõem a organização “sem-terra”, teceremos uma comparação entre a região Sul do Brasil, especificamente a região do contestado, no Meio Oeste Catarinense, analisada por Ruschel, (2001) com a zona dos engenhos de Pernambuco estudada por Sigaud, (2006).

O estudos de Brenneisein, (2004), que trata de um assentamento no Oeste paranaense é complementar ao de Ruschel (2001), porque, segundo Paulilo (1996), a região Oeste do Estados de Santa Catarina e do Paraná foi colonizada no início do século XIX por colonos imigrantes provindos do Rio Grande do Sul, ocupando áreas onde viviam grupos indígenas Kaingangues e posseiros caboclos (mestiços que não tinham direito a propriedade da terra nos séculos anteriores).

Brenneisein (2004), ao estudar um assentamento no Paraná identifica remanescências identitárias que levam os assentados a se oporem às tipologias organizacionais propostas pelas lideranças Sem-Terra. Os assentados rebelam-se contra a proposta de Cooperativa de Produção Agrícola (CPA) e a Agrovila e organizam-se em lotes familiares, aliando trabalho e moradia, reconstruindo o modo de utilização da terra e organização da vida baseado na reprodução familiar.

Ruschel (2001), em pesquisa realizada em quatro assentamentos rurais (Rio Mansinho(1986), Vitória da Conquista(1986), Contestado(1987) e Chico Mendes(1998), no município de Fraiburgo/SC, também percebe recusa, por parte dos assentados, em adotar tipologias organizacionais orientadas pelo MST. Os assentamentos em questão foram constituídos em 1986, quando o MST ainda estava em formação e o cooperativismo ainda não era uma orientação forte. No momento da realização das entrevistas muitas tentativas malsucedidas de cooperação já tinham acontecido e, nos depoimentos dos assentados a falha era atribuída ao seu próprio “espírito individualista”. Segundo eles, o cooperativismo seria uma

forma superior de organizar a produção mas, infelizmente eles não estavam acostumados a trabalhar desta forma.

A cooperação no início era mais forte do que está hoje, mesmo que nós não tínhamos entendimento político de associativismo e da cooperação, mas tinha aquela tradição onde nós morávamos antes, fazendo mutirões para quem estava doente, fazia trabalho em grupo, faltava equipamento para alguém, arado, emprestava. As pessoas que saíam ou ficavam doentes não precisavam se preocupar com isso. Hoje foi perdido muito disso e agora a gente está tentando recuperar. Falando em um dos erros cometidos, é aquela idéia de formar grandes cooperativas como nós fizemos aqui, para agregar valor no produto (Assentado).

enquanto ninguém sabia onde ficava o seu lote, as roças eram feitas em grupos. Não se falava em CPA (Cooperativa de Produção Agrícola), era chamado grupo coletivo. No fundo, entendíamos que a terra deveria ser dividida para cada um ter sua casa, seu lote, nós fazíamos questão, parece que era uma questão de honra de ter a terra. No passar do tempo começamos a discutir cooperação, cooperativa de produção. (Assentado)

Entendo que o camponês quer manter a autonomia familiar o que não necessariamente significa ser proprietário, “de papel passado” do lote. “Pegar uma terra” significa um lugar para reproduzir as relações familiares e vicinais de outrora.

A demora na divisão dos lotes e a posse definitiva da terra também foram fatores que determinaram a cooperação entre os Sem Terra de Fraiburgo. Não saber onde seriam seus lotes contribuiu para o cuidado e a conservação daquilo que ainda era de todos. Derrubar uma árvore ou poluir uma nascente de água poderia prejudicar sua própria sobrevivência no futuro.

Nós viemos em 3 grupos para esta área, somando 34 famílias. Estes 3 grupos permaneceram até 3 anos depois. Então cada grupo definia onde queria ficar, do lado esquerdo da água, do direito, ou no meio. Os grupos faziam a roça deles com o cuidado de preservar a água, cuidar das árvores, sempre pensando que aqueles lotes poderiam ser de qualquer um e não vai querer uma área depredada. A madeira foi dividida entre todos para que pudessem fazer as suas casas. Para a época isto foi muito interessante, ninguém se adonou, sempre foi do coletivo e do geral (Assentado).

A partir do sorteio dos lotes, estabeleceu-se uma negociação entre eles para estabelecerem-se na vizinhança daquele com os quais haviam construído laços de afinidade durante o período de acampamento. Daquele momento em diante, cada família passou a trabalhar de forma autônoma no seu lote.

O exposto acima sugere que a cooperação numa situação forçada como o acampamento, ou aquelas sugeridas pelo MST são exógenas ao grupo e com dificuldade serão aceitos. Em torno de um terço destas famílias eram proprietárias anteriormente, (como veremos abaixo), outra parcela acreditamos ser de filhos de pequenos proprietários buscando se estabelecer. Ainda assim, teremos uma parcela significativa que nunca foi proprietária como os parceiros, os meeiros, mas que no entanto tinham autonomia em organizar seu trabalho e seu modo de vida. Assim, mesmo aqueles que não eram proprietários viviam de forma autônoma com sua família, produzindo para a subsistência e relacionando-se paralelamente com o mercado.

A partir da década de 1990 o MST começa a organizar o seu Sistema Cooperativista dos Assentados (CONCRAB, 1998), com a orientação de tornar os assentamentos produtivos para mostrar à sociedade que a “reforma agrária estava dando certo”. Compreendo que o cooperativismo, com o objetivo de melhorar o acesso ao mercado capitalista, minou as possíveis bases para a recuperação das antigas relações vicinais e de parentesco "simbólico" na medida em que imprimiu uma racionalização mercantilista ao trabalho.

Percebe-se uma certa nostalgia na fala dos assentados quando se recordam do passado.

Queria poder tirar um tempo maior para a gente conviver com as pessoas da própria comunidade, porque hoje a gente é obrigado a trabalhar o dia inteiro e não consegue se reunir para conversar, então se desse para trabalhar menos daria para recuperar o entrosamento das pessoas.(assentada)

Assim, com base nas considerações acima podemos afirmar que no Paraná e em Santa Catarina, pelo menos em relação aos assentamentos estudados, podemos afirmar que existe um desejo de ter terra para realização da autonomia familiar; que há uma sociabilidade baseada nas relações de parentesco e de vizinhança; que esta sociabilidade é diferente das formas propostas pela cooperação do MST; que esta pode minar os resquícios da solidariedade tradicional que poderia ser reconstruída no assentamento. O título de propriedade privada da terra, instituída pelo Incra nos assentamentos de reforma agrária, não é a relação que a grande maioria dos sem terra estão habituados.

O trabalho de Ried e Navarro, (1998) quando analisam a situação antes dos sem terra antes dos assentamentos demonstra isto:

“Perfil da relação de trabalho\produção\situação, por estado da Região Sul (%) – 1996”

ESTADO	Agrega do	Arrendat ário	Assalaria do	Autôno mo	parceir o	posseir o	proprietá rio	outro s
Paraná	4,0	35,0	12,6	1,6	1,3	8,4	8,0	29,0
Santa Catarina	2,6	30,4	1,0	1,0	1,6	26,3	33,0	3,1
Rio Grande Sul	13,0	15,4	7,3	1,6	26,7	10,0	6,5	5,7
Brasil	11,0	12,2	12,5	6,5	6,3	26,7	16,4	6,2

Estes dados apontam que entre os sem-terra a maioria não era proprietário, a não ser em Santa Catarina onde 1/3 eram ex-proprietários. Seria interessante averiguar a história de seus antecedentes para saber se os pais avós, bisavós eram proprietários ou outra das categorias acima. Sabemos que estas regiões são formadas de migrantes europeus vindos do Rio Grande do Sul que ocuparam terras dos posseiros e povos indígenas que ali viviam.

No Brasil, como mostra Martins (2003), os pobres do campo sempre viveram de favor nas grandes propriedades. Quando expulsos, viviam errantes, procurando o próximo patrão que os deixasse morar e viver em seus domínios. Com estas considerações estou negando que o destino natural dos pobres do campo seja necessariamente ser um pequeno proprietário de base familiar, como pretendo o INCRA. Ou ainda, como quer o MST, produzindo para o mercado e de forma cooperativada, no intuito de produzir novas relações de trabalho que produzam homens mais solidários dispostos a lutar pelo socialismo.

A agricultura familiar moderna e o cooperativismo pode um dia ser uma realidade, depende da disposição das pessoas, de mudanças culturais importantes. Os estudos de assentamentos demonstram que estas formas quando impostas geram conflitos, não aceitação ou aceitação forçada.

No Sul do país, em relação ao sentido da propriedade e posse da terra, compreendo que não devemos confundir a forma de uso da terra que os colonos imigrantes do meado do século XIX com aquele pós 1950, quando a terra, aos poucos, começa a ser um meio de produção de mercadorias. Antes praticavam uma agricultura de subsistência de base familiar em que o direito a terra consistia na utilidade e produtividade que se dava a ela pelo trabalho da família. Para Martins, (op cit.), o título de proprietário era apenas uma convenção criada e imposta pelo Estado brasileiro, via Lei de Terras de 1850, como forma de manter e justificar a exclusão da grande maioria dos pobres do campo.

Em relação aos sem-terra da Zona da Mata de Pernambuco, espaço dos engenhos de cana, objeto de nossa comparação, Sigaud, afirma que *“embora a reforma agrária fosse uma*

reivindicação sempre presente na agenda do movimento sindical, não se cogitava ocupar as terras para obtê-las", (2006:6). A autora sustenta que a ocupação de engenhos com uma vontade prévia de possuir terra não faz parte do repertório das estratégias de luta dos trabalhadores canavieiros desta região, eles se originam do sistema de morada e nunca foram proprietários. Suas causas trabalhistas, após a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural, sempre foram resolvidas pela justiça do trabalho, via sindicato dos trabalhadores rurais.

Desta forma, buscar terra, representa um aposta a mais para melhorar de vida, assim como ir para o Sul do país, mudar de patrão, etc.. Compartilham a crença

[...] de que uma vez debaixo da lona preta poderiam, no curto prazo, melhorar suas condições de vida: ter terra para plantar e criar animais, e crédito do governo pra construir uma casa e produzir e, sobretudo, poder estabelecer-se por conta própria sem depender de um patrão.
(SIGAUD, 2006:8)

Para a autora, nesta região não há uma massa de sem-terra ansiando pela terra, o que existe é a criação desta possibilidade pelo MST e pelos Sindicatos. Para estes trabalhadores querer a terra significa querer um espaço para morar e viver com parentes e amigos e resolver um problema de sobrevivência momentâneo.

Considerações Finais

Dentro dos limites deste trabalho, podemos estabelecer algumas hipóteses para pensar sobre o sentido da luta pela terra para as populações camponesas brasileiras:

Os "sem-terra" não formam uma massa homogênea, ao contrário tem diversas origens espaciais, sociais e culturais. A forma "proprietário" da terra não condiz com a realidade histórica das populações rurais do Brasil,

No Sul de país, onde a forma propriedade familiar mais aparece (guardadas as devidas diferenças entre o sentido de propriedade antes e depois do desenvolvimento capitalista), os "sem-terra" originados de propriedades familiares representam somente um terço do total dos assentados.

Em Pernambuco a demanda por terra é apenas mais uma possibilidade de melhorar de vida, dentre as várias outras alternativas possíveis.

No Sul do país, esta vontade de "terra para minha família viver" pode encontrar uma base cultural no passado dos filhos de agricultores familiares imigrantes e nas formas de "agricultura familiar camponesa".

Que a forma a organização produtiva sugerida MST, constrange os assentados, fazendo com que se sintam "atrasados" e "individualistas".

Por um lado o desejo pela posse da terra é criado pelos movimentos e por outro, é negado quando propõem organizações de trabalho estranhas a sua cultura.

Que no modo de produção capitalista, para o camponês, a propriedade da terra é uma forma de garantir a reprodução de formas não capitalistas de produzir e viver. A busca da propriedade individual (capitalista) visa esta forma de viver tradicional.

Bibliografia:

BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo*. São Paulo, Perspectiva, 1979.

BRANDÃO, C. R. *O afeto da terra*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BRENNEISEN, E. *Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e agricultura*. UFRJ, n 11 out. 1998

_____, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F., BRUNO, R., MOREIRA, R.J. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos assentados. São Paulo. Cadernos de cooperação agrícola n. 5, 1998.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000

FERREIRA, A D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N.18. 2002.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária(estudo comparativo de cinco assentamentos) in: MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MORAES, M. A. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PAULILO, M. I. *Terra à vista...e ao longe*. Florianópolis, Ed da UFSC, 1996.

RIEDL, M. e NAVARRO, Z. S. Reforma agrária na região Sul. In: SCHMIDT, B.V., MARINHO, D.N.C., ROSA, S.L.C. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, Ed. UNB, c 1998.

MENDRAS, H. *La fin des paysans*. Paris, Colin, 1976.

QUINTEIRO, M. C. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RUSCHEL, V. B. Cooperação e trabalho na escola do MST: a Cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio. Dissertação de mestrado. PPG Educação/UFSC, 2001.

SIGAUD, L. "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana". *Novos Estudos Cebrap*, no. 58, 2000.

_____ "As condições de possibilidades das ocupações de terra" *Tempo Social* n. 18, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos, sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro, (15), out., 2000 p. 69-129.

_____ "Morar e trabalhar": O ideal camponês do assentamento Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, J. S. (Coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DISCURSOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGRICULTURA PATRONAL PARA A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Guilherme Jonathas Mendes de Faria - Sociólogo , Mestrando em Agronegócios –
Universidade federal de Goiás - UFG.
guijonathas@pop.com.br

Ao contrario do que professam muitos ideólogos, agricultura familiar e “agronegócio” não constituem realidades inconciliáveis, mas elementos de um projeto de modernidade para o rural brasileiro que incorpore objetivos tanto produtivos quanto de justiça social e preservação ambiental. (Caume, David J. Revista UFG, julho 2005, ano VII – Nº 01)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os discursos sociais da agricultura familiar e da agricultura patronal para a formação e consolidação do agronegócio brasileiro. A partir do resgate histórico da constituição deste setor, utilizando –se de uma revisão bibliográfica que busca delinear a trajetória do Brasil rural, com um recorte entre a urbano-industrialização brasileira ate a contemporaneidade.

Referencial Teórico

As décadas de 50 e 60 foram bastante influenciadas por estudos da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal, composta por intelectuais das ciências sociais e da economia que elaboram diversos estudos sobre o desenvolvimento dos países de

“terceiro mundo” na América Latina. Segundo essa corrente teórica o desenvolvimento desses países se daria por um amplo programa de substituição das importações.

Outra influencia bem marcante nesse período se deu como não podia ser diferente pelo fortalecimento das correntes nacionais desenvolvimentistas – Conservadores – que tratavam a reforma agrária como uma política pública ineficiente para atender as necessidades de pujança econômica e tecnológica que aquele período histórico necessitava.

Esse programa tinha o intuito de possibilitar o surgimento de um setor industrial, produtor de manufaturados, que permitisse uma acumulação de capital suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento econômico auto-sustentável e permanente.

Assim no início da década de 60 era comumente reconhecido o fato de que a continuidade do desenvolvimento industrial seria seriamente dificultada se não ocorresse nenhum avanço na produtividade agrícola junto aos principais centros consumidores.

Podemos citar também como fator expressivo dessa modernização, o grande êxodo rural ocorrido nas décadas anteriores de 30 e 40, promovido pela frenética, urbano-industrialização do país.

O que fez inflar a demanda por alimentos, que em função da enorme migração para as cidades gerou déficits de mão de obra no campo para a produção de alimentos, aliada a falta de um sistema produtivo eficiente que por não conseguir um aumento na produtividade, utilizava como alternativa, a incorporação de novas áreas.

Nesse sentido criou-se no período uma serie de incentivos e financiamentos dentro de um pacote econômico para o meio rural denominado pelo governo de política agrícola.

Um dos principais instrumentos de articulação dessa política governamental foi a criação como Sistema Nacional de Crédito rural – SNCR, que tinha por objetivo a modernização de nossa agricultura.

Esse enfoque visava estabelecer uma maior produtividade e rentabilidade do setor agropecuário, que durante as décadas da intensa urbanização e formação do parque industrial brasileiro, havia sido relegado a um segundo plano.

Os governos militares pretendiam impulsionar setores estratégicos da economia nacional com intuito de ampliar e fortalecer as indústrias de transformação e de bens de capital, para isso deveria-se combater a inflação que estava em patamares elevadíssimos, bem como promover algumas reformas estruturais fomentando uma serie

de obras – Malhas rodoviárias, usinas hidrelétricas, modernização agrícola – para dar suporte a esse levante “desenvolvimentista” que fora financiando quase que totalmente por capital estrangeiro, oriundo de empréstimos junto a fundos de desenvolvimento como o FMI e Banco Mundial. .

A princípio esse projeto nacional-desenvolvimentista, foi instituído a partir da formulação de um plano econômico conhecido como Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, que conseguiu controlar as taxas de inflação e promover a implementação de obras infra-estruturais necessárias para embasar a formação dos parques industriais brasileiros.

O principal fator negativo desse projeto se deu pela alta concentração de renda nesse período o que acirrou ainda mais desigualdades sociais já existentes. Período também onde se observou a formação dos primeiros conglomerados industriais nacionais, que se beneficiaram bastante dos recursos disponibilizados pelo Estado para a formação dos parques industriais.

Na segunda metade dos anos 60, quando se acelerou o processo de modernização sob o impulso de maciça transferência de recursos para os grandes proprietários por meio da política agrícola, os salários reais no campo eram extremamente baixos. A disponibilidade de mão de obra abundante e barata não impediu, entretanto, que a modernização assumisse um caráter marcadamente poupador de mão de obra.

Prado Jr. (1960: 7) destacou o acentuado dualismo que caracterizava a atividade rural brasileira: de um lado, a que objetivava um produto de alta expressão comercial; do outro, as atividades subsidiárias, sobretudo as que visavam à produção de gêneros de subsistência à população local.

Em virtude da migração de grande parte da massa trabalhadora rural, para os centros urbanos, houve a necessidade da intervenção do Estado Brasileiro, no intuito de aumentar o salário dos trabalhadores que resistiam em permanecer no campo.

Em contrapartida esse aumento de salário acabou elevando o custo de oportunidade desse trabalhador para o fazendeiro, o que acabou fortalecendo o discurso deste setor no sentido de acelerar o processo de mecanização agrícola, pois os custos com os trabalhadores residentes se tornarão inviáveis, se comparado com o ganho produtivo que poderia se obter com a mecanização.

As etapas do processo produtivo que exigissem a utilização de mão de obra seriam feitas por trabalhadores temporários ou “volantes”, que não possuíam nem um vínculo com o agora denominado “empresário Rural”.

A reação dos trabalhadores rurais se deu por conta da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e do Estatuto da Terra em 1964. Essas duas normas legais tinham por objetivo assegurar ao trabalhador rural os mesmos direitos já assegurados aos trabalhadores urbanos pela CLT.

Mas como já dito anteriormente essas leis acabaram por influenciar negativamente a relação entre empresários rurais e trabalhadores, pois as relações não capitalistas de produção que até então existiam como a famosa cessão de terras conhecida como *meia*¹, passaram a não ser mais interessantes para o empresário rural, devido ao alto preço da terra.

Eventuais conflitos entre proprietários de terras e camponeses poderia a partir do resguardo da lei gerar processos de desapropriação destas terras para fins de reforma agrária.

Antevendo essa possibilidade os proprietários rurais em sua grande maioria decidiram optar definitivamente por uma modernização com fins a diminuir a dependência da produção a essa mão de obra rural.

Assim os interesses de classe estariam resguardados, dando segmento a política de concentração fundiária, que teria o intuito de renovar agricultura nacional adotando-se como modelo econômico uma agricultura altamente competitiva, com caráter agro exportador.

Muitos estudos destacaram esse período através do seguinte lema, “modernizar para conservar”, outros também a denominavam de “modernização conservadora”, moderniza-se a estrutura agrícola, mas perpetuasse a estrutura agrária.

Fazendo o resgate histórico nota-se que os mesmos industriais que fomentaram a frente de expansão urbana do país, agora estavam coordenando esse modelo “desenvolvimentista” para a agricultura.

Agronegócio: Tecnologia e Produtividade versus Atraso e incapacidade Produtiva.

Feito o resgate histórico necessário e fundamental para a análise dos discursos característicos das duas correntes, passa-se a relatar a retórica defendida pelos vanguardistas da chamada agricultura de precisão, empresarial, que denominaremos de Agricultura Patronal.

¹ Relação não capitalista de produção onde uma dada parte da produção produzida pelo colono era repassada ao fazendeiro proprietário da terra cedida.

Contraopondo-se a mesma, a agricultura de base familiar caracterizada pela função de obtenção da reprodução social de seus agentes, permeada por relações não capitalistas de produção dentro de sua estrutura produtiva, mas que em face da modernização agrícola se viu diante de uma inexorável inserção no modelo de produção capitalista. A essa denominaremos de Agricultura Familiar.

A agricultura patronal tem por finalidade racionalizar o processo produtivo com o intuito de se controlar ao Máximo as influências naturais, imposta pelo meio ambiente, o controle dos meios naturais sempre foi o grande anseio da empresa rural.

Esse modelo que primava pela inserção tecnológica na agricultura fica bastante claro com as estratégias tomadas pela chamada revolução verde:

[...] Em essência, esse pacote prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de “alto rendimento”; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos. (Martine e Beskow, 1987, p.20)

A cada passo que se dava nesse sentido havia um ganho produtivo considerável, visto o ganho em escala conseguindo em uma mesma área a partir de técnicas e insumos específicos.

A princípio pensou-se que o incremento a produção só seria viável a partir da agregação de novas áreas e assim deu-se início a uma enorme rede de conflitos sociais de luta pela terra, entre camponeses, índios, grileiros e fazendeiros.

O que Martins (1997) denominou de frente Pioneira e frente de expansão que trata dessas relações conflituosas entre pequenos agricultores que abrem e povoam terras ao norte e grandes grupos econômicos interessados em apossar dessas terras.

[...] a concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo,

portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supúnhamos que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (Martins, 1997, p. 153)

Mas esses incentivos dados pelo governo brasileiro beneficiaram apenas uma pequena parte do setor agrário, posto que havia uma série de garantias que deveriam ser dadas a fim de conseguir tais financiamentos que acabam por dificultar a contratação dos mesmos por parte de pequenos agricultores.

Esse fator demonstrou então um claro posicionamento do governo militar no sentido de focar a produção de alimentos para fins de exportação – Soja, Trigo, café – mais tarde chamados de *commodities agrícolas*.

Essa opção governamental pela agricultura patronal demonstrava como o país estava refém de interesses supranacionais na medida em que a conjuntura bi-polar do fim da década de 70, início da década de 80 estava claramente se delineando a favor da política liberalista conduzida pela EUA.

Complementando assim a série de prerrogativas históricas já contempladas neste texto que fomentaram e embasaram, essa opção política para o rural brasileiro.

Com a redemocratização do país nos anos 80, começou-se lentamente uma abertura de mercado, que se via em grande parte dependente do capital internacional, que agora se fazia escasso em função da grande dívida contratada durante as décadas anteriores utilizada para dar pulso ao período conhecido como “milagre econômico”.

Devemos destacar também que a ajuda para o agronegócio e para outros setores praticamente encerrou-se em meados dos anos 1980, quando os recursos públicos se esgotaram e a onda de liberalização econômica atingiu com atraso a América Latina e o Brasil.

Nesse período, as aplicações da União na agricultura correspondiam a 8% do orçamento, cifra que também vigorou em 1988. Já em 1989, a cifra caía para 2%, que se repete também em 2005². Trata-se de uma redução substancial no aporte de recursos, tendo-se em conta que o setor agrícola corresponde a cerca de 10% do PIB nacional e o agronegócio a 30%.

A necessidade de se estabilizar a balança comercial, dando contornos positivos à mesma, conciliado a necessidade de importação de bens de capital, levou a economia brasileira a focar ainda mais, grande parte da sua produção industrial e agropecuária para o mercado externo.

Esse contexto inflacionou a demanda interna por alimentos que em grande parte foi suplantada por aquela parte das propriedades rurais, que não foram beneficiárias dos incentivos governamentais e privados que fomentaram a automação rural.

Essas pequenas propriedades mantidas por trabalhadores em regime familiar, se investiram de uma função *sine qua non* para o país, o papel de alimentar a nação. Pois, grande parte dos alimentos da dieta básica dos brasileiros naquele momento, era produzida – Arroz, Feijão, Mandioca – pela pequena agricultura de baixa tecnificação.

Não deixando de ressaltar que dentro deste universo da agricultura de base familiar, havia propriedades com uma considerável base tecnológica no seu processo produtivo. Essas propriedades que possuíam esse enfoque mercadológico, foram fundamentais para que a agricultura familiar assumisse esse papel de abastecimento do mercado interno brasileiro.

A conjuntura sociopolítica, promoveu a abertura de um fluxo econômico, onde a agricultura até então conhecido como camponesa poderia se estabelecer e se reproduzir econômica e socialmente.

Nota-se aí uma integração econômica conjuntural, que estabelecia uma diferenciação bastante clara da agropecuária brasileira, entre um modelo exportador e outro fornecedor de alimentos para o mercado interno.

A década de 90, apenas consolidou esse re-arranjo da agropecuária nacional, denominado agronegócio, estabelecendo marcos característicos de divergências ideológicas entre a agricultura patronal e a agricultura familiar.

² Gasques, J.G. et al. 2006. **Gasto Público em Agricultura. Retrospectiva e Prioridades.** MAPA, Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília- DF.

Discursos Ideológicos

Para o modelo patronal, esse caráter “distributivista e desapropriacionista”, que se é engendrado pelo estado brasileiro, é incapaz de gerar emprego e renda para agricultura familiar.

[...] O modelo distributivista de terras, que o governo atual insiste em adotar, não deu certo em lugar algum do mundo [...] (Francisco Graziano, Palestra a Sociedade Rural Brasileira. 2005)

[...] Para ser eficiente, a atividade agrícola exige hoje muitos investimentos e uma grande infraestrutura, condições difíceis de ser preenchidas nos assentamentos. Por isso, muitos deles viram, em geral, favelas rurais [...] (Francisco Graziano, Palestra a Sociedade Rural Brasileira. 2005)

[...] O Governo insiste em levar adiante um projeto ultrapassado de distribuição de terras, que é caro, inoperante, ineficiente, e que, por conta disso, se torna inviável [...] (Cesário Ramalho, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira, em entrevista ao site da instituição)

Em meados dos anos 80, foi criada no estado de Goiás a União Democrática Ruralista – UDR, que significou a institucionalização do primeiro grupo de caráter patronal, a levantar uma bandeira clara contra a política de reforma agrária do Estado.

A UDR foi criada em 16 de maio de 1985, em Goiânia, estado de Goiás (Centro-Oeste do Brasil) por um grupo de fazendeiros liderados pelo médico e também fazendeiro Ronaldo Caiado, com o objetivo de se opor à reforma agrária. Rapidamente, a entidade se ramificou em 11 estados e lançou uma ofensiva contra a reforma agrária e as ocupações de terra.

No dia 29 de novembro de 1986, a UDR anunciou uma vitória, afirmando que teria conseguido eleger 300 deputados. No entanto, evidenciou sua fragilidade política não conseguindo eleger Mauro Borges para o governo de Goiás.

Em 11 de julho de 1987, 40 mil produtores rurais tomaram Brasília de assalto para pressionar a votação da Constituinte, nesse momento Caiado anunciou que a UDR tinha 250 mil filiados em 20 estados. No campo, a UDR orientava seus seguidores para se armar e enfrentar os sem-terra.

Esse movimento que objetiva institucionalizar no corpo do Estado, interesses classistas. Apesar de possuir um forte apelo político em seu nascedouro, acabou se enfraquecendo no seu principal meio de articulação que era o legislativo federal, é já no início da década de 90 mostrava forte enfraquecimento de sua base político-ideológica.

No contraponto a esse discurso patronal os articuladores do modelo familiar demonstram sua eficiência produtiva através de números. Como verificado na tabela abaixo:

Tabela1.1

Produtos	< 100 (Ag. Familiar)	>100 (Ag. Patronal)	Mercado Relevante
Algodão	44,5	55,6	Externo
Amendoim	76,3	23,7	Interno
Arroz	29,1	70,9	Externo
Batata	63,2	36,8	Interno
Cacau	55,9	44,1	Externo
Café	54,3	45,7	Externo
Cana	12	88	Externo
Cebola	93,5	6,5	Interno
Feijão	71	29	Interno
Fumo	98,4	1,6	Externo
Laranja	37,5	62,5	Externo
Mandioca	85	15	Interno
Milho	44,4	55,5	Interno
Soja	25,1	75	Externo
Sisal	82	18	Interno

Tomate	67,3	32,7	Interno
Trigo	45,4	54,6	Externo
Uva	90,7	9,4	Interno
Bovinos	23,5	76,6	Externo
Suínos	81,2	18,8	Interno
Frangos	80,7	19,3	Externo
Leite	55,4	44,6	Externo

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/96.

Segundo o censo agropecuário 1995/1996, alguns produtos essenciais para a dieta do brasileiro como: Arroz (29,1%), Batata (63,2%), feijão (71%), mandioca (85%), milho (44,4%), tomate (67,3%), trigo (45,4%) e leite (55,4%). Além do complexo carne: Bovinos (23,5%), Suínos (81,2%) e Aves (80,7%), são produzidos em grande parte, pela agricultura familiar .

Dados da publicação *Agricultura familiar na economia – Brasil e rio Grande do Sul* da serie NEAD debates, núcleo ligado ao MDA:

“O segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas á ela interligadas respondem, em 2003, por 10,1% do PIB brasileiro, o que equivale a R\$ 157 bilhões, em valores daquele ano. Tendo em vista que o conjunto do agronegócio nacional foi responsável nesse ano, por 30,6% do PIB, fica evidente o peso da agricultura familiar na geração de riqueza no país. Concretamente, cerca de um terço do agronegócio brasileiro é tributário da produção agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada que vem sendo bastante positivo, superando, inclusive, as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal.”

A Agricultura familiar então a partir da articulação com os demais setores da economia agrícola e urbana – fornecedores, indústria e comércio – que articulados

podem ser caracterizados como Sistemas Agroindustriais – SAG's ou cadeias produtivas, foi se integrando a esse sistema produtivo conceitualmente denominado de agronegócios.

Considerações Finais

Nesses discursos ambas as correntes sociais demonstram o interesse em articular e desenvolver referenciais empíricas no campo da economia e do desenvolvimento social e teóricas no que diz respeito aos estudos técnicos que referendam suas perspectivas de entendimento do setor agropecuário brasileiro.

Mesmo com todas as barreiras econômicas e produtivas impostas ao segmento familiar na agricultura, esse modelo de reprodução social se perpetuou a partir dos pressupostos relatados durante a contextualização do presente artigo.

Demonstrando assim a capacidade de superação deste setor, no que tange a capacidade de atender as demandas socioeconômicas nacionais indiferentemente de políticas governamentais de fomento. Bem como demonstrou e demonstra capacidade de responder direta e proporcionalmente a incentivos governamentais como o PRONAF. A agricultura patronal a partir de sua perspectiva analítica tenta demonstrar e desmistificar seu sistema produtivo o desvincilhando do modelo monocultor e latifundiário, estigmatizado pelo militantes da reforma agrária, argumentando sobre sua capacidade de gerar divisas e empregos para a economia nacional.

Referências Bibliográficas.

CAUME, David J. Revista UFG, julho 2005, ano VII – Nº 01

GUANZIROLI, Carlos et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.(p. 15-112).

GUILHOTO, J.M.;SILVEIRA,F.;AZZONI,C.;ICHIHARA,S. Agricultura familiar na economia. Nead Debates: Brasília,2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário – 1995-1996. Rio de Janeiro, 1998.

LEITE, Sérgio (org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. (p. 95-120).

MARTINS, José de Sousa. Fronteira. a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINE, George. ;GARCIA, R, C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: CAETES,1987.

PRADO, Caio Jr. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense,1996.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

DA TEORIA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS À SUA PRÁTICA NO MEIO RURAL

Danilo Uler Corregliano

padre_unesp@yahoo.com.br.

Estudante do 4º ano de Direito da UNESP-Franca.

RESUMO

O presente estudo busca entender as ações dos movimentos sociais de luta pela terra sob o prisma constitucional, no tocante aos chamados direitos humanos fundamentais. Para isso, apresenta-se uma discussão sobre a evolução e desenvolvimento destes direitos considerados fundamentais à pessoa humana, além de uma análise sobre o conteúdo e fundamentos destes, donde se depreendem diversas teorias que visam estabelecer a gênese dos direitos, discussão esta que decerto definirá a compreensão de totalidade que se tem dos direitos fundamentais. Também foi necessária uma sucinta abordagem crítica à partir da contribuição marxista para entender os limites e usos descaracterizados destes direitos, ou seja, sua simples enunciação em um cenário cuja realidade se apresenta adversa a qualquer incursão de garantias e realizações de direitos. Tal adversidade não nega a importância da luta pelos direitos do homem consubstanciada nas organizações de trabalhadores rurais, antes nos alerta para as falsas soluções que costumam aparecer para resolver as contradições principais da realidade agrária, evidenciadas na última parte deste estudo.

O presente estudo busca entender as ações dos movimentos sociais de luta pela terra sob o prisma constitucional, no tocante aos chamados direitos humanos fundamentais. Para isso, apresenta-se uma discussão sobre a evolução e desenvolvimento destes direitos considerados fundamentais à pessoa humana, além de uma análise sobre o conteúdo e fundamentos destes, donde se depreendem diversas teorias que visam estabelecer a gênese dos direitos, discussão esta que decerto definirá a compreensão de totalidade que se tem dos direitos fundamentais. Também foi necessária uma sucinta abordagem crítica à partir da contribuição marxista para entender os limites e usos descaracterizados destes direitos, ou seja, sua simples enunciação em um cenário cuja realidade se apresenta adversa a qualquer incursão de garantias e realizações de direitos. Tal adversidade não nega a importância da luta pelos direitos do homem consubstanciada nas organizações de trabalhadores rurais, antes nos alerta para as falsas soluções que costumam aparecer para resolver as contradições principais da realidade agrária, evidenciadas na última parte deste estudo.

1. As Declarações de direitos

Para entendermos minimamente o conteúdo e evolução dos direitos humanos fundamentais, e suas implicações no meio rural, cenário pelo qual nosso estudo se desenvolve, parece-nos apropriado partirmos nossa investigação pelo processo histórico de formação das Declarações de Direitos, que inauguraram, no plano formal, o reconhecimento de certos direitos (ou melhor, o resultado do acúmulo histórico de lutas sociais), a partir de então considerados fundamentais e inerentes à pessoa humana.

A partir da colocação do problema (e ainda no terreno das preliminares), compartilhamos da concepção de direitos humanos expressa pelo pensador italiano Norberto Bobbio, que acentua a historicidade e não linearidade destes direitos, dizendo que

“os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.¹

¹ Norberto BOBBIO, *A era dos direitos*. p. 5.

São válidas para nosso estudo as considerações iniciais sobre a formação histórica das declarações de direitos de José Afonso da Silva, que, ao comparar a evolução da humanidade com a conquista de novos direitos, pondera: “mais que conquista, o reconhecimento desses direitos caracteriza-se como reconquista de algo que, em termos primitivos, se perdeu, quando a sociedade se dividira entre proprietários e não proprietários”.²

Assim, na evolução dos direitos da humanidade, podem ser observados alguns antecedentes formais e remotos, como o veto do Tribuno da Plebe contra ações injustas dos patrícios em Roma, a Lei Valério Públicola que proibia penas corporais contra cidadãos romanos e até mesmo o *Interdicto de Homine Libero Exhibendo*, considerado o antecedente remoto do *habeas corpus* moderno.³ Entretanto, tais medidas eram circunscritas aos membros das classes dominantes.

Porém, o documento mais famoso é a Magna Carta Inglesa assinada em 1215 e consolidada em 1225, o *Petition of Rights* (1628), o *Habeas Corpus Amendment Act* (1679) e o *Bill of Rights* (1688), além das Cartas de Direitos das colônias inglesas na América. Apesar das Cartas inglesas são serem consideradas Declarações de Direitos no sentido moderno, contribuíram na consolidação de regras decisivas para o desenvolvimento dos direitos humanos. Prova dessa contribuição pode ser encontrada no artigo 39 da *Magna Carta*: “Nenhum homem livre será detido nem preso, nem despojado de seus direitos nem de seus bens, nem declarado fora da lei, nem exilado, (...), a não ser por um julgamento legal de seus pares e pela lei do país”. Tais Declarações só florescem a partir das Revoluções Americana e Francesa.

Em seu sentido moderno, pode-se dizer que a primeira Declaração de Direitos Fundamentais foi a *Declaração de Direitos de Bom Povo de Virgínia* em 12 de janeiro de 1776, inspirada nos ideais de Locke, Rousseau e Montesquieu. Centrava suas atenções na estruturação de um governo democrático, limitando os poderes deste a partir da noção de direitos naturais e imprescritíveis dos homens.

Entretanto, teve maior repercussão a *Declaração de Independência* de 4 de julho de 1776, escrita por Thomas Jefferson, que reconhecia a igualdade formal dos homens, dotados por Deus de certos direitos inalienáveis, como a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Ainda condicionava o poder estatal ao bem comum e, sempre que o governo

² José Afonso da SILVA, *Curso de direito constitucional positivo*, p.137.

³ Idem, p. 138.

se desviasse deste fim, previa a legitimidade do povo em alterar ou destituir a forma de governo e instituir outra.

Apesar de vir após a Revolução Americana, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789 não é diretamente influenciada pela *Declaração da Virgínia* ou qualquer outra Carta americana, senão pelo empréstimo da técnica destas. Pode-se dizer que ambas são resultantes de toda maturação do pensamento político, moral, social e humanista do século XVIII.

Diferente da concretude das Declarações americanas, a Declaração francesa tem tendência universal, abstrata, marcada pelo intelectualismo (pois consagra direitos apenas no plano das idéias), pelo mundialismo (os princípios declarados almejam um valor geral que transborda a esfera dos indivíduos de um país ou região) e pelo individualismo (preocupando-se em defender o indivíduo em face do Estado).

Ainda se observam no processo histórico de consolidação dos direitos humanos fundamentais a *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado* aprovada em 1918 no Terceiro Congresso Panrusso dos Sovietes, baseada nas teses socialistas que, além de reconhecer direitos econômicos e sociais (e, portanto, dando um salto qualitativo a partir da crítica às concepções abstratas de igualdade e liberdade, completamente desvinculadas da realidade conflitiva), coloca o desafio de uma nova concepção de sociedade e Estado, lançando novos escopos ao Direito, como o de libertar o homem de qualquer forma de opressão. Assim, coloca-se como objetivo principal da Declaração “suprimir toda exploração do homem pelo homem, abolir definitivamente a divisão da sociedade em classes, esmagar impiedosamente todos os exploradores, instaurar a organização socialista da sociedade e fazer triunfar o socialismo em todos os países”⁴.

Com a característica universalizante imprimida pela Declaração francesa de 1789, o cenário internacional abrigou em 1945 a Carta da Nações Unidas que preparou terreno para, em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) aprovar a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, inspirada no projeto do Prof. René Cassin. Vale destacar as discussões da Assembléia sobre a natureza do documento, ou seja, se seria uma Declaração (não dotada de um instrumento que obrigue seu cumprimento) ou uma Convenção que, segundo as discussões, teria maior efetividade. Apesar de se ter optado pela primeira forma, a Declaração recepcionou tanto direitos individuais como direitos sociais.

⁴ Adelino BRANDÃO, *Os direitos humanos: antologia de textos históricos*, p. 91.

Em função deste problema sobre a eficácia da Declaração, têm-se firmado no plano internacional vários Pactos e Convenções, com o fito de materializar as promessas de direitos contida naquela, conferindo-lhe dimensão e eficácia jurídica. Exemplifica-se esta tendência com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovados em 1966.

Segundo o professor Dalmo Dallari, a Declaração de 1948 consagrou três objetivos principais:

“a certeza dos direitos, exigindo que haja uma fixação prévia e clara dos direitos e deveres, para que os indivíduos possam gozar dos direitos ou sofrer imposições; a segurança dos direitos, impondo uma série de normas tendentes a garantir que, em qualquer circunstância, os direitos fundamentais serão respeitados; a possibilidade dos direitos, exigindo que se procure assegurar a todos os indivíduos os meios necessários à fruição dos direitos, não se permanecendo no formalismo cínico e mentiroso da afirmação da igualdade de direitos onde grande parte do povo vive em condições subumanas”.⁵

2. O fundamento e conceito dos direitos humanos fundamentais

Podemos agora passar à discussão que envolve o conteúdo dos direitos humanos fundamentais, a começar pelo problema da fundamentação destes.

Parece restrita e limitada a tradição da doutrina francesa em remeter as fontes de inspiração dos direitos fundamentais declarados ao cristianismo e ao jusnaturalismo, já que estas representam apenas os aspectos subjetivos que indiscutivelmente prestaram sua influência nas Declarações. Entretanto, conjugaram-se a estes fatores ideais as condicionantes objetivas, pois a esta ordem de fatores correspondem as lutas pela conquista de novos direitos que ainda pairavam nas abstrações da atmosfera européia.

Atribui-se, pois, aos elementos históricos e concretos a fundamentação primeira aos direitos fundamentais, pela dinamicidade e capacidade de trazer à terra as formulações filosóficas e doutrinárias, consubstanciados na polarização decorrente da contradição expressa por uma obsoleta monarquia absoluta e uma burguesia em expansão cultural e comercial.

Ademais, tal redução doutrinária acaba por restringir a apreensão dos direitos humanos fundamentais às liberdades públicas, olvidando os direitos econômicos e

⁵ Dalmo de Abreu DALLARI, *Elementos de Teoria Geral do Estado*, p. 179.

sociais, provenientes tanto das formulações socialistas e, posteriormente, da doutrina social da Igreja, quanto da formação de uma nova classe: o proletariado. Mais uma vez, cumpre-nos acentuar estas condições reais como propulsoras e promotoras de novos direitos.

Assim, podemos incidir no conteúdo dos direitos humanos e adotar, mesmo que provisoriamente, uma conceituação que não caia na pura denominação de direitos inatos ao homem, seja pela sua razão ou própria natureza. Tal equívoco “congelaria” sua evolução, negando-lhe a dinâmica e historicidade já assumidas anteriormente, além de alocá-los pura e simplesmente na esfera estatal de reconhecimento. Isso, nos parece, observa os direitos humanos de cima para baixo, cujo inverso seria reconhecer o elemento histórico da soberania popular.

Tampouco nos seria lícito supor tratarem-se exclusivamente de direitos individuais, liberdades públicas ou direitos públicos subjetivos. Tal designação incorreria no risco de estancá-los naquela primeira fase de seu desenvolvimento (ou gestação), conhecida doutrinariamente como Primeira Geração de Direitos Humanos.

Inteiramos aqui nossa escolha pela expressão Direitos Humanos Fundamentais. São direitos: constituídos *na e pela* luta, e informados pelas opções político-ideológicas e pelas visões de homem e de mundo que seus lutadores (muitos dos quais apagados pela História, onde somente os “grandes” aparecem) lhe imprimiram em cada momento histórico, sem desprezar o acúmulo cultural e intelectual de cada época.

Por fundamentais entendemos que esta aferição aos direitos importa na necessidade – formal e material – de que depende todo o gênero humano. São fundamentais porque indicam as situações jurídicas sem as quais se torna inviável a vivência e convivência humanas. E, por fim, são humanos, do homem, da pessoa humana.

Desta feita, assemelhamos-nos à concepção de José Afonso da Silva, pela qual “a expressão direitos fundamentais do homem, (...), não significa esfera privada contraposta à atividade pública, como simples limitação ao Estado ou autolimitação deste, mas *limitação imposta pela soberania popular aos poderes constituídos do Estado que dela dependem*”.⁶

Este mesmo autor ainda aponta alguns traços que constituem e caracterizam os direitos fundamentais: *historicidade*, como dito anteriormente, idéia que se opõe às teses jusnaturalistas e indicam a mutabilidade dos direitos; *inalienabilidade*, decorrente da

natureza não patrimonial destes, sendo, portanto, intransferíveis; *imprescritibilidade*, pois jamais poderão deixar de ser exigidos; e a *irrenunciabilidade*, já que podem deixar de ser exercidos, o que não implica em sua renúncia.

Parece igualmente valiosa a lição de Paulo Bonavides, que, preferindo a tradição dos publicistas alemães, opta pela expressão ‘direitos fundamentais’, que buscam “criar e manter os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana”.⁷

Ainda na discussão sobre o fundamento dos direitos, no que tange à legitimidade destes, a doutrina indica duas matrizes de pensamento que explicam e entendem os direitos: a corrente Comunitarista e a corrente Liberal. A grande polêmica do debate se dá na maneira como enxergam a relação entre a parte e o todo, ou seja, as relações entre indivíduo e comunidade ou sociedade.

Para o Comunitarismo, haveria uma “primazia ontológica do todo sobre a parte”.⁸ Seriam os direitos humanos dados objetivos, que derivam da existência objetiva da sociedade, em que o indivíduo nada seria sem a comunidade. Assim:

“os direitos humanos são categorias que, na comunidade, atribuem ao homem certas características comuns que configuram sua identidade, (...). Por serem produzidas pela comunidade, estas categorias não gozam de primazia contra a comunidade e, por isso mesmo, não podem servir de exceção às pretensões comunitárias”.⁹

Desta tradição de pensamento encontra-se, por exemplo, Jacques Maritain, apesar de ponderar os exageros da escola Comunitarista. Para ele, o homem se inferioriza à comunidade à medida que dela dependa, e supera a comunidade política segundo as coisas que são superiores à própria comunidade, como as verdades matemáticas. Com isso assemelha-se bastante à corrente liberal, principalmente quando diz que “a pessoa humana transcende o Estado, dado que o homem tem um destino superior ao tempo e põe em jogo o que nele interessa este destino”.¹⁰

E mais:

“O homem e o grupo são pois imbricados um no outro, e se ultrapassam um ao outro segundo relações diferentes. O homem encontra-se a si próprio subordinando-se ao grupo, e o

⁶ José Afonso da SILVA, *Curso de direito constitucional positivo*, p. 164.

⁷ Paulo BONAVIDES, *Curso de direito constitucional*, p. 560.

⁸ Marcelo Campos GALUPPO, *O que são direitos fundamentais?*, in José Adércio Leite (coord.), *Jurisdição constitucional e direitos fundamentais*, p. 215.

⁹ Idem, p. 218.

¹⁰ Jacques MARITAIN. Trad. Afrânio Coutinho, *Os direitos do homem*, p. 69-70.

grupo não atinge sua finalidade senão servindo ao homem e sabendo que o homem tem segredos que escapam ao grupo, e uma vocação que o grupo não contém”.¹¹

Já o Liberalismo, representado por Locke e os contratualistas modernos, critica as insuficiências do modelo comunitário, pois se os direitos humanos são apenas restritos a uma comunidade, não haveria universalidade. O que realmente estava por trás de suas formulações era o empecilho deste modelo ao desenvolvimento do capitalismo emergente. Era preciso que a burguesia comungasse dos mesmos direitos, pela lógica mercantilista, impossível nos marcos do Comunitarismo.

A gênese filosófica do Liberalismo se dá com o rompimento gradual da centralidade do referencial católico de inspiração aristotélico-tomista, a partir da Reforma e do Racionalismo moderno. Com esse rompimento, começou-se a conceber a preexistência do indivíduo ao todo (comunidade ou sociedade), não havendo anterioridade histórica do sujeito ao mundo, mas apenas sua primazia ontológica. Assim, os direitos humanos são dados subjetivos, decorrentes da natureza do homem, e diferentemente das pretensões Comunitaristas, não eram criados pela sociedade.

Mais tarde viria a teoria Discursiva se proclamando a superação deste debate notoriamente polarizado. Tendo como grande expoente o filósofo Jürgen Habermas, concebe os direitos humanos nem objetiva, nem subjetivamente, mas intersubjetivamente, ou seja, entre sujeitos, pressupondo uma reciprocidade entre a autonomia pública e a autonomia privada.

Critica principalmente a explicação liberal, pois se o sujeito se fecha sobre si mesmo, não pode ter certeza que um outro ser humano também seja um sujeito de direitos. Substitui-se a hipótese do individualismo/egoísmo pela hipótese da alteridade. De modo que somente pressupondo que o outro é, que alguém pode compreender-se sujeito de direitos humanos. Não há *Eu* sem o *Outro*.

Desta maneira, privilegia-se a linguagem como meio formador de identidade:

“a legitimidade do direito, (...), só é alcançada se todos os envolvidos por suas normas puderem reconhecer-se simultaneamente como seus autores. E isso só é possível se o sistema de direitos for garantido em alguma medida, uma vez que os cidadãos só podem se reconhecer como autores do

¹¹ Idem, p. 28.

discurso jurídico se sua participação nestes não for impedida ou restringida”.¹²

Outro teórico que combate o fundamento absoluto dos direitos humanos é o jurista italiano Norberto Bobbio. Encontra quatro dificuldades em se reconhecer tal fundamentação: a impossibilidade em se ter uma noção precisa de direitos humanos; a variabilidade que estes direitos assumem no processo histórico, pois o que é fundamental para alguém a um certo tempo, não o é a outro; a heterogeneidade da classe dos direitos do homem, em que as pretensões expressas são muito diferentes – e até mesmo incompatíveis – entre si (as razões que sustentam certos direitos, não sustentam outros); e a antinomia entre os direitos invocados pelas mesmas pessoas, pois o desenvolvimento deles não se realiza paralelamente. Neste último ponto, considera que “a realização integral de uns impede a realização integral de outros”.¹³

Tudo isso porque historicamente, segundo Bobbio, o reconhecimento de um fundamento absoluto de alguns direitos fora um estorvo à recepção de novos direitos. Trata-se, portanto, de pretexto para se defender posições conservadoras. Ainda contra o fundamento absoluto dos direitos, propugnando pela historicidade destes, marcada pela luta:

“a liberdade religiosa é um efeito das guerras de religião; as liberdades civis, da luta dos parlamentos contra os soberanos absolutos; a liberdade política e as liberdades sociais, do nascimento, crescimento e amadurecimento do movimento dos trabalhadores assalariados, dos camponeses com pouca ou nenhuma terra, dos pobres que exigem dos poderes públicos não só o reconhecimento da liberdade pessoal e das liberdades negativas, mas também a proteção do trabalho contra o desemprego, os primeiros rudimentos de instrução contra o analfabetismo, depois a assistência para a invalidez e a velhice, todas elas carecimentos que os ricos proprietários podiam satisfazer por si mesmos”.¹⁴

3. Marxismo e direitos humanos

Convém tratar, neste momento, da teoria marxista acerca dos direitos humanos, com a indispensável ressalva de que este não foi um tema específico da formulação

¹² Marcelo Campos GALUPPO, *O que são direitos fundamentais?*, in José Adércio Leite (coord.), *Jurisdição constitucional e direitos fundamentais*, p. 215.

¹³ Norberto BOBBIO, *A era dos direitos*, p.21.

teórica de Marx. Com isso não queremos nos filiar a uma ou outra corrente que versa sobre o tema, mas talvez lançar alguns elementos que se pretendem críticos, no fito de compreender melhor a teoria dos direitos humanos (compreensão essa que é refletida e que se refletirá na prática).

Entretanto, observa-se no conjunto da obra de Marx, algumas referências aos “direitos do homem” e suas relações com as demais estruturas da sociedade, permitindo-nos traçar alguns pontos reflexivos que nos sirvam de crítica à temática dos direitos humanos fundamentais.

O filósofo István Mészáros traz uma discussão interessante sobre a concepção de direitos humanos em Marx, analisando, principalmente, três obras do pensador alemão que se referem ao tema: Para a crítica da economia política (1859), Programa de Gotha (1875) e Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. Na primeira obra, Marx localiza a superestrutura política e jurídica na rede das inter-relações dialéticas entre a base material de uma sociedade e as suas Instituições e formas de consciência. Já a segunda obra menciona o papel vital de direitos apontando para o socialismo, em que a máxima “a cada um de acordo com sua necessidade” fosse efetivada. Mas centra sua análise nesta terceira obra, por nela estar contida a crítica marxiana à teoria liberal dos direitos humanos.

Diz o autor que nesta obra Marx levanta a contradição fundamental entre os “direitos do homem” e a realidade da sociedade capitalista. Ao reduzir tudo ao indivíduo (inclusive os direitos dos homens), a teoria liberal despoja deste toda sua determinação, colocando-o em pé de igualdade o trabalhador, que vende sua força de trabalho, e o capitalista, que a compra. Porém, essa falsa igualdade é desmentida pela realidade concreta.

Ao comparar esta tendência com a propriedade feudal de terra, Marx define o elemento ilusório das teorias que se referem aos direitos do homem

“em sua abstração das condições materiais de uma transformação social radical, que assiste a uma mudança (...) correspondendo a condições em que a **alienação** predomina em todas as ocupações e sobre todas as facetas da vida, desde o funcionamento das estruturas econômicas fundamentais até as relações pessoais mais íntimas dos indivíduos que constituem a sociedade”¹⁵ (grifo nosso).

¹⁴ Idem, p. 5-6.

¹⁵ István MÉSZÁROS, *Filosofia, ideologia e ciência social*, p. 205.

A insistência da oposição burguesa à ideologia feudal nos direitos humanos “não é mais do que um postulado legalista-formal e, em última instância, sem conteúdo”¹⁶. Desta maneira, a forma de alienação da terra, segundo os direitos humanos, era a transferência dos direitos de posse para um reduzido número de pessoas, excluindo outras.

Importante assinalar que para Marx, essa abstração não é caractere da teoria jurídica, sanável com uma solução teórica apropriada (como mais tarde se verá na formulação da teoria da função social da propriedade, por exemplo, e como sempre vemos nas grandes “polêmicas” do mundo do Direito), mas uma contradição insolúvel no seio da estrutura social. A solução para essa contradição só se daria na prática social, com a eliminação do direito de posse exclusiva. Ainda ressalta que

“as teorias burguesas que defendem de maneira abstrata os ‘direitos do homem’ são intrinsecamente suspeitas, porque também defendem os direitos de alienabilidade universal e posse exclusiva e, desta maneira, contraditam necessariamente os mesmos ‘direitos do homem’ que pretendem estabelecer”¹⁷.

O problema principal dos direitos humanos, conforme a teoria marxista, não seriam eles mesmos, mas o contexto em que se inserem, tornando-se ideais abstratos e impossíveis de serem efetivados. Assim, Marx critica não os direitos humanos, mas o “uso dos supostos ‘direitos do homem’ como racionalizações pré-fabricadas das estruturas predominantes”¹⁸.

Ao se atribuir o problema dos direitos humanos ao contexto em que estão inseridos, isto é, numa sociedade capitalista de tendência neoliberal, está-se dizendo o mesmo que o Bispo Emérito da Prelazia de São Félix dos Araguaia, Pedro Casaldáliga: são “direitos conculcados sistematicamente dentro de uma estrutura de sociedade capitalista, neoliberal, que privilegia uma minoria de pessoas e de povos e marginaliza a maioria da humanidade”.¹⁹

4. A prática dos direitos humanos fundamentais no meio rural

Após a reflexão sobre a teoria e fundamentação dos direitos humanos, parece-nos oportuno indagar: será que os direitos fundamentais da pessoa humana têm lugar no

¹⁶ Idem, p. 205.

¹⁷ Idem, p. 205.

¹⁸ Idem, p. 217-218.

campo brasileiro? Será que toda essa teorização, busca por fundamentação e reconstrução histórica de suas Declarações têm ajudado de alguma maneira para a efetivação de direitos ao trabalhador rural, a quem este estudo é dedicado?

Para começar a responder estas perguntas, lançamos para a reflexão alguns dados estatísticos que cumprem o seu papel – ao nosso ver – satisfatoriamente e, por conseguinte, nos desobrigaria de maiores explicações sobre o tema. Ou seja, os dados por si só já contemplariam os problemas de ordem prática (ou, preferimos, de âmbito concreto), de modo que eles já esboçam alguma resposta.

Assim, dados parciais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relativos ao período compreendido entre janeiro e agosto de 2006, revelam uma diminuição das ações dos movimentos sociais de dos números de violência no meio rural.

O número de assassinatos registrados neste período era 18,37% menor que no mesmo período em 2005, quando foram assassinadas 29 pessoas. De janeiro a agosto de 2005 foram expulsas 2.339 famílias, caindo para 927 em 2006, um decréscimo de 60,37%. Se neste mesmo período, foram despejadas 16.131 famílias em 2005, houve uma queda de 31,41% em 2006, totalizando 11.065 famílias despejadas²⁰. Entretanto, a violência contra o trabalhador rural veio na forma de prisões em 2006: um aumento de 351,20% em relação ao período entre janeiro e agosto de 2005, contabilizando 749 prisões, sendo que o total de prisões em 2003 fora de 380 e em 2004, 421.

Uma análise superficial destes números concluiria que a diminuição destes indicativos de violência no campo estaria ligada à moderação das ações dos movimentos sociais.²¹

O que é desmentido em estudo coordenado por Carlos Walter Porto Gonçalves e Paulo Roberto Alentejano, professores da Universidade Federal Fluminense, a partir de dados de janeiro a agosto de 2006: as ocupações da região Norte representam 6,69% do total de ocupações no país e respondem por 30,96% dos conflitos, 66,6% dos assassinatos, 31,28% das famílias expulsas e 16,14% das famílias despejadas. Entretanto, na região Sudeste, palco de 25,20% das ocupações, ocorreram 14,03% dos

¹⁹ In Evaniza SYDOW; Maria Luisa MENDONÇA (orgs.), *Direitos humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e direitos humanos*, p. 13.

²⁰ Consideram-se, no estudo, despejadas as famílias vítimas do agente público da violência representado pelo Oficial de Justiça, e, expulsas, as famílias vítimas do agente privado promotor da violência, os fazendeiros e suas milícias.

²¹ Antônio CANUTO, *Violência X ações dos movimentos sociais do campo* in Evaniza SYDOW; Maria Luisa MENDONÇA (orgs.), *Direitos humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e direitos humanos*, p. 26-27.

conflitos, 0,0% dos assassinatos, 5,93% das expulsões de famílias e 7,84% dos despejos de famílias.

O mesmo pode ser concluído a partir da média dos anos de 2003, 2004 e 2005, onde as regiões Norte e Centro-Oeste responderam por 17,6% das ocupações, registrando-se 41,1% do número de conflitos, ao passo que nas regiões Sul e Sudeste, as ocupações representaram 34,7% do total e os conflitos, apenas 20,7%.

Com estes dados, pode-se inverter a lógica propugnada pelos meios de comunicação de que são os movimentos sociais os agentes causadores da violência no campo e, portanto, desrespeitadores dos direitos humanos fundamentais, levando-se em conta que a violência é menor nas áreas com menor grau de mobilização social organizada.²² Essa nova relação lógica comprovaria de alguma maneira a tese de que é a partir da luta de grupos sociais organizados que se consolidam direitos, ou seja, tal qual na Revolução Francesa, em que um classe emergente lutou contra outra classe até então hegemônica para conquistar direitos, observa-se hoje em dia na organização dos movimentos sociais de luta pela terra. Será, portanto, o nível de sua organicidade que conferirá maior ou menor pressão aos Poderes constituídos e, conseqüentemente, garantirá acesso a direitos humanos fundamentais, como a terra, a moradia, a alimentação, o trabalho, a saúde, etc.

Outro enfoque que confronta toda teoria dos direitos humanos à prática diz respeito ao monocultivo de cana na região de Ribeirão Preto, cujas conseqüências se alastram perigosamente sobre os direitos humanos.

Quanto ao direito à vida com dignidade, bastam os dados divulgados pela Pastoral do Migrante, que registraram 17 mortes (ou “birolas”) entre 2004 e 2006, ocorridas obviamente pelo desgaste excessivo da força de trabalho, seja por parada cardiorespiratória (em função da perda de potássio levada pela sudorese) ou por aneurisma (decorrente do rompimento das veias cerebrais). Isso sem contar as câibras, tonturas, vômitos, dores de cabeça decorrentes do excesso de trabalho aliado à subnutrição a que estes trabalhadores estão submetidos.

Os direitos sociais são afrontados tendo-se em vista o piso salarial de R\$ 410,00, pois o ganho é medido pelos níveis de produtividade. A grande oferta de força de trabalho empurra ainda mais para baixo os salários em algumas microregiões. Além das condições de trabalho: a atividade de corte da cana exige total curvatura do corpo, tendo de ser

²² Idem, p.27.

desferidos muitos golpes²³ de foice para cumprir as instruções de corte de um número mínimo de cana, medido em ruas. Para aliviar a dor e o sofrimento, registra-se o uso de drogas, como a maconha, além do crack, por ser uma droga estimulante que possibilita maiores ganhos de produtividade.

A denúncia do desrespeito às condições mínimas de trabalho (arts. 7º e 186, III da Constituição Federal) não pára aí. Vê-se o que Marx denominou de “mais-valia absoluta” no tocante à evolução das exigências médias de produtividade: se na década de 1980, exigia-se em média de 5 a 8 toneladas de cana cortada por dia, passando na década de 90 para 8 a 9 e em 2000, para 10 toneladas, exige-se em 2004, em plena “capital do agronegócio”, de 12 a 15 toneladas por dia²⁴. E o mais curioso: a contagem de toneladas que se refletirá no salário do trabalhador é feita pela própria Usina, proporcionando ao empresário um duplo sobre-valor retirado do trabalhador.

Ainda neste relato, que direito a um meio ambiente equilibrado e saudável temos nós, moradores da região que sentimos todo ano, de abril a novembro, as narinas secas pela foligem resultante da queimada da cana? De fato, neste período de queimadas (que, apesar de denúncias do Ministério Público, são amparadas pela Lei Estadual nº 11.241/2002), aumentam-se em 50% as entradas nos hospitais por pacientes com problemas respiratórios. Os gases gerados pela queima da cana (carbônico, monóxido e dióxido de nitrogênio, monóxido e dióxido de enxofre) podem entrar em contato com a água da atmosfera e engendrar chuvas ácidas, para piorar ainda mais o quadro.

Não percamos de vista que a região de Ribeirão Preto está situada sob uma das maiores reservas de água do mundo: o Aquífero Guarani, que se compromete cada vez mais com o uso de defensivos agrícolas.

²³ Calcula-se que para cortar 10 toneladas de cana, o trabalhador desfere quase 10 mil golpes.

²⁴ Maria Aparecida de Moraes SILVA, *Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas* in Evaniza SYDOW; Maria Luisa Mendonça (orgs.), *Direitos humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e direitos humanos*, p.57.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

INSTITUCIONALIZAÇÃO E NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA AGRÁRIA NO SUDESTE PARAENSE

Terezinha Cavalcante Feitosa - Doutoranda do Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA e Bolsista da Fundação FORD
tecafe@msn.com

RESUMO

Este trabalho faz parte do meu projeto de pesquisa de doutorado e tem como objetivo fundamental discutir a institucionalização e naturalização da violência agrária no sudeste do Estado do Pará. O Estado do Pará possui uma área de 1.248,042 km², com uma população de aproximadamente 3.468,700. As cidades de Conceição do Araguaia e Marabá no sudeste paraense são as portas de entrada das terras da Amazônia. É em Marabá que desembocam a ferrovia Carajás e as estradas que sobem do Estado Tocantins (Belém-Brasília) e Imperatriz no Estado do Maranhão rumo a Transamazônica. Por Conceição do Araguaia entram os migrantes do Sul, Sudeste e Centro-oeste através da rodovia Trans-colina que liga a cidade de conceição com a rodovia Belém-Brasília. É a porta de entrada de milhares de camponeses, grileiros-especuladores e ouros em busca de terras e de trabalhos. É um dos Estados mais ricos da região amazônica e assume uma posição estratégica em relação à economia, tanto no diz respeito a extração de minério, quanto a produção agropecuária. Esse cenário de riquezas tem sido palco de violentos conflitos agrários. As mortes no campo parecem ser naturais. Os processos a respeito destes crimes dificilmente são instaurados e quando são, nunca são conclusos.

Introdução

Este trabalho faz parte do meu projeto de pesquisa de doutorado e tem como objetivo fundamental discutir a institucionalização e naturalização da violência agrária no sudeste do Estado do Pará. Localizado na parte oriental da Amazônia Legal, sendo considerado pelas pesquisas o Estado mais violento do País no que diz respeito às mortes no campo pela posse da terra.

Desde a época da colonização, a região hoje denominada de Amazônia era cobiçada por países europeus e pessoas interessadas nas suas riquezas. Sua história econômica, a partir do século XVI, sempre esteve influenciada pela demanda internacional de matérias primas, seja das riquezas da floresta e, mais recentemente, as riquezas minerais. O povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial, como afirma Bertha K. Becker :

"O primeiro devassamento foi da floresta tropical da várzea em busca das drogas do sertão utilizadas como condimento e na farmácia européia. Devassamento significativo ocorreu no final do século passado e início do atual com o 'ciclo da borracha', demandada pela industrialização dos EUA e da Europa. A partir dos anos 1920 e 1930, tem início as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas oriundas do Nordeste intensificadas nas décadas de 1950 e 1960"¹.

A partir da década de 1950, começa uma nova fase de ocupação da Amazônia, onde o próprio Estado cria mecanismos para favorecer a imediata ocupação. A nova política buscava integrar a Amazônia aos interesses do capitalismo nacional e internacional. Nesse sentido, ainda no governo Vargas (1953), foi criada a Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA) e, no governo Kubitschek (1958), foi iniciada a rodovia Belém - Brasília, inaugurada em 1960.

Com a abertura de rodovias federais, (Belém-Brasília, Transamazônica), rodovias estaduais de menor porte, a partir de 1970 o cenário estava pronto para outra etapa do processo: a colonização incentivada pelo governo. Muitas foram as levadas de migrantes vindos de todas as regiões brasileiras, fixando-se às margens das rodovias e mais tarde estas vilas deram origem a várias cidades. Muitos destes migrantes foram induzidos pelo governo a virem para Amazônia , ganhando terra, financiamento e sustento no primeiro ano para o desbravamento, ou seja para o desflorestamento. A biodiversidade (plantas e animais) que atualmente serve de bandeira política e na maioria das vezes provoca discursos acirrados, na década de 1970 era visto como impedimento ao desenvolvimento econômico. O governo considerava a Amazônia um espaço vazio que precisava ser ocupado, colonizado e integrado ao resto do País. Era preciso fazer com que o desenvolvimento chegasse aos rincões do País, ainda considerado selvagem pelo poder instituído.

Na perspectiva de adquirir um pedaço de terra, ou apenas de conseguir um trabalho nos garimpos do sudeste paraense ou nas grandes fazendas financiadas pela Superintendência

¹ BECKER, Bertha K. Amazônia. Série Princípios. São Paulo, Ática, 5ª Edição, 1997, p .11-12

do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM chegam ao sudeste paraense migrantes de todas as regiões do País. Esse fenômeno provoca mudanças significativas na sociedade local, até então, composta de alguns posseiros e ribeirinhos, estes últimos viviam do extrativismo. As relações entre os atores sociais e o meio ambiente se alteram. Como será evidenciado aqui, esse processo de ocupação desordenado e desassistido por parte do governo está diretamente ligado a institucionalização da violência posteriormente a sua naturalização.

2. A montagem do cenário para institucionalização da violência

O Estado do Pará possui uma área de 1.248,042 km², com uma população de aproximadamente 3. 468,700. AS cidades de Conceição do Araguaia e Marabá no sudeste paraense são as portas de entrada das terras da Amazônia. É em Marabá que desembocam a ferrovia Carajás e as estradas que sobem do Estado Tocantins (Belém-Brasília) e Imperatriz no Estado do Maranhão rumo a Transamazônica. Por Conceição do Araguaia entram os migrantes do Sul, Sudeste e Centro-oeste através da rodovia Trans-colina que liga a cidade de Conceição com a rodovia Belém-Brasília. É a porta de entrada de milhares de camponeses, grileiros-especuladores e ouros em busca de terras e de trabalhos.

Há ainda os grandes contingentes atraídos no passado pela ilusão dos garimpos ou de algum emprego nas serrarias e na Companhia Vale do Rio Doce, a qual domina a exploração de minério de ferro e ouro. Milhões de hectares de terras dessa região foram grilados, antes para exploração de madeira e agora para pastagens próximas às rodovias. A região sudeste paraense se caracteriza pela presença de grandes grupos financeiros e industriais tais como: Wolkswagem, Liquigás, Banco Real, BCN BRADESCO, entre outros, que foram beneficiados pela redução de impostos de até 50%, sob a condição de investir na agricultura. Estes grupos se apropriaram de grandes extensões de terras impedindo o desenvolvimento planejado pelo governo, uma vez que, a propriedade fundiária fora adquirida para especulação imobiliária. Nesse contexto desencadeia-se um processo violento de ocupação do espaço (terra), difícil de ser revertido. A partir de 1970, não só as terras foram fragmentadas, as famílias de norte a sul do país também. Tanto através da migração, quanto pela violência².

² Centenas de trabalhadores rurais, posseiros, garimpeiros foram vitimados pela violência: a violência física dos patrões e a violência do Estado brasileiro que não dava o mínimo de assistência as famílias que migrava para a região. Muitos morriam de malária e febre amarela por falta de recursos médicos.

A floresta exuberante tornava-se convidativa e os migrantes, embriagados pela possibilidade de adquirir muitas terras, encarregavam-se de dar a notícia do paraíso perdido³ aos familiares e amigos, que abandonavam seus Estados de origem com o objetivo de enriquecimento rápido nas terras da Amazônia brasileira, também denominada extremo Norte do Brasil, terras sem donos, inferno verde e até de fim do mundo. O principal motivo desta corrida ao “paraíso” não era apenas as densas florestas, mas também, os garimpos de ouro que explodiam por toda a área. Para os nordestinos que fugiam da seca e da miséria, seria a oportunidade de enriquecimento rápido, pois havia a possibilidade de encontrar uma pepita de ouro mesmo a superfície da terra (PEREIRA, 1999, p.85)

De acordo com Costa (1997, p. 283) a violência humana tem sido estudada por muitos sociólogos e historiadores, que vêem na escassez de bens materiais à fonte maior do conflito entre os seres humanos. Entre os autores citados por Costa (1997), estão Hobbes, Rousseau, Marx e Engels todos afirmando que a violência remonta as organizações mais primitivas da história das relações humanas. Nesse aspecto a agricultura transformou de forma radical o comportamento humano em relação à natureza, ou seja, o homem deixou de ser predador para se tornar produtor. Essa transformação de predador para produtor coincide também, com a defesa de território e de propriedade. À medida que a agricultura se generalizou, a disputa pelas terras férteis colocou os grupos humanos uns contra os outros.

Entende-se nesse aspecto que, para conter o clima de hostilidade entre os grupos humanos, na defesa de seus interesses nem sempre legítima, são instituídas normas de condutas, leis e decretos para garantir privilégios de poucos, em detrimento da exclusão da maioria. A disputa por terra no sudeste paraense tem seguido a lógica de confrontar os interesses dos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, posseiros, grileiros, fazendeiros e latifundiários uns contra os outros, enquanto o Estado representado pelo poder judiciário na maioria das vezes favorece o fazendeiro e o latifúndio.

Esse confronto tem servido de fonte pesquisa para vários estudiosos, inúmeras reportagens de jornais e revistas, tanto no contexto nacional quanto internacional, porém a maioria deles, têm se restringido ao processo de ocupação do espaço amazônico, a luta pela

³ Era assim que as pessoas se referiam a Amazônia na década de 1970 início da colonização. Para aqueles que ganhavam muito dinheiro a Amazônia era o Paraíso perdido. Para os que enfrentavam a malária (tipo de febre adquirida pela picado de mosquito) logo nos primeiros meses era chamada de inferno verde e para os migrantes da região sul e sudeste do País que eram acostumados com pequenas distâncias era denominado fim do mundo. No Filme Amazônia em Chamas que conta a trajetória do sindicalista e ambientalista Chico Mendes essas falas são percebidas por alguns atores, 1999. O próprio Governo Médice referiu-se a Amazônia, durante a inauguração da Rodovia Transamazônica, como **imenso inferno verde**, referindo-se a floresta. Pode-se notar que o discurso da época era bastante avesso às questões ambientais,

posse da terra entre fazendeiros, grileiros, posseiros, peões e trabalho escravo, alargamento da fronteira agrícola, bem como as relações sociais que se estabelecem entre eles. Muitos denunciam o trabalho escravo, os conflitos agrários, mas poucos estudos sobre a institucionalização da violência e a sua naturalização.

Muitos destes estudos podem ser considerados apelativos, posto que, na maioria das vezes são elaborados por militantes, sejam eles representantes da elite agrária que lutam para manter seus privilégios; representantes de unges ligados ao meio ambiente; alguma ordem religiosa em favor dos menos favorecidos que contam com a sorte para continuar sobrevivendo. Nesse aspecto pode-se destacar o trabalho da CPT (Comissão Pastoral da Terra) ligada a CNBB e muito criticada por seus opositores (os latifundiários) de incentivar as ocupações de terras. A CPT todo ano emite relatórios e faz denúncias sobre a questão agrária, não só no sudeste paraense, mas em todas as regiões onde tem atuação, cujo relatório tem a finalidade de denunciar e chamar atenção do governo e da sociedade para um problema que se agrava a cada dia (BECKER, 1993 p. 23-43; FIGUEIRA, 1977, p. 4; 2004, p.215-277; OLIVEIRA FILHO, 1991, p 19-77; VITA, 1997, p. 118-119).

3. Trabalhadores e posseiros unidos na resistência

Nas décadas de 1970-80 o sudeste paraense contava apenas com os municípios de Conceição do Araguaia, Marabá, Tucuruí e Paragominas. Destes apenas dois tinham importância econômica: Marabá e Conceição do Araguaia, posto que estes estão situados as margens dos rios Tocantins e Araguaia e a partir da década de 70 foram ligados pela rodovia PA-150. O sudeste Paraense atualmente conta com 37 municípios e abrange uma área de 219.383, 66 km² com uma população de aproximadamente 1.568. 101 habitantes. As principais atividades econômicas são pecuária extensiva e a extração mineral através do Projeto Grande Carajás (o maior número de municípios foi emancipado a partir de 1982 e 1991). Pode-se concluir que ocorreu uma explosão demográfica a partir da década de 1980.

Para os madeireiros das regiões Sul e Sudeste do Brasil a Amazônia era o paraíso perdido em virtude da quantidade e da qualidade da madeira aqui existente, visto que, em seus estados de origem as atividades madeireiras estavam escassas. Além do mais, as mesmas terras onde seriam extraídas as madeiras se transformariam posteriormente em pastagens para as fazendas de gado. Todo esse contexto foi assistido pelo governo, que em nenhum momento hesitou em incentivar este processo, mesmo diante de uma série de denúncias de agressões homem-homem e homem-natureza.

Os primeiros conflitos fundiários no sudeste paraense datam da década de 1970, com a migração incentivada pela política de ocupação desenvolvida pelos governos militares. Na década de 1980 esses conflitos se intensificaram durante o debate sobre a Reforma Agrária na Constituinte e principalmente após o lançamento do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo José Sarney. Embora este Plano governamental não tenha alcançado os objetivos, criou-se em toda a região Sudeste Paraense a perspectiva da conquista da terra pelos trabalhadores rurais que se organizavam nos seus sindicatos e pressionavam o governo pelas desapropriações.

Em entrevista ao jornalista Oliveira Filho um trabalhador rural disse: “Ninguém agüentava mais viver desse jeito, sem emprego, sem ter condições de dar de comer à família. Essas terras estavam abandonadas e nós queremos fazer com que elas produzam. Nós vamos ganhar essa luta porque precisamos ganhar. Se o fazendeiro voltar e quiser nos tirar daqui estamos preparados para resistir. Não é certo tanta terra abandonada e tanta gente precisando de um pedaço de terra para plantar uma mocheira de arroz, um pouquinho de feijão” (1991,p.41).

A fala do trabalhador reflete um ar de bravura diante do descaso das autoridades constituídas. Deixa claro que a ocupação é a única maneira de adquirir um pedaço de terra para continuar sobrevivendo. Naquele período, além da violência, existiam outros fatores a ser vencidos tais como: a falta de estradas vicinais, energia elétrica, hospitais e etc.

De 1970 até o início de 1990 os principais protagonistas dos conflitos fundiários no Sudeste Paraense foram os fazendeiros, pistoleiros e posseiros que se apoiavam nas suas representações de classe, sendo que estes últimos contavam, ainda contam com apoio da Comissão Pastoral da Terra –CPT⁴ e alguns políticos de partidos de esquerda, entre eles podem se destacar Ademir Andrade, Socorro Gomes †Paulo Fontelles (assassinado em junho 1987), †João Batista assassinado (em dezembro de 1988) por pistoleiros. Além dos assassinatos de políticos, também foram assassinadas centenas de trabalhadores rurais e lideranças sindicais, entre eles João Canuto de Oliveira e Expedito Ribeiro de Sousa⁵ ambos vítimas de emboscadas. É estarrecedor o número de conflitos agrários seguidos de prática da violência nos últimos dez anos como pode ser observado no quadro a seguir.

⁴ A CPT atua no Estado do Pará dando assessoria técnica e Jurídica aos trabalhadores rurais e tem colaborado tanto no desenvolvimento das comunidades rurais quanto com a Justiça no sentido de denunciar os crimes cometidos por latifundiários e acompanhar através de seus advogados.

⁵ Os assassinatos destes dois líderes sindicais tiveram repercussões internacionais. Os mandantes foram julgados e condenados, porem continua em liberdade. Os dois sindicalistas eram da cidade de Rio Maria. Vale ressaltar que a escala da violência continua, recentemente foram assassinados líderes sindicais nas de cidades Paraupabas, Itupiranga e Tucuruí

Quadro 1. Relação dos conflitos agrários e assassinatos no sudeste paraense nos últimos 10 anos

Relações dos conflitos agrários e assassinatos nos últimos dez anos		
Ano	Conflitos	Assassinatos
1994	379	36
1995	440	39
1996	653	46
1997	658	29
1998	731	38
1999	870	27
2000	556	20
2001	681	29
2002	743	43
2003	1.335	73
Total	-	384

Fonte: Arquivos da comissão CPT.

Analisando o quadro acima se percebe que os conflitos agrários tiveram um aumento de aproximadamente 350% nos últimos 10 anos. Foi nesse contexto que surgiram no cenário agrário do sudeste paraense novas organizações sociais ligadas à agricultura, até então desconhecidas da maioria dos trabalhadores e posseiros, que enfrentavam o latifúndio através de seus Sindicatos ou mesmo através de grupos formados aleatoriamente. Entre as organizações que surgiram nesse período pode-se destacar: Movimento de Libertação da Terra-MLT, Movimento dos Sem Terra-MST e Movimento Brasileiro dos Sem Terra-MBST e Associações de Trabalhadores Rurais, que passaram a pressionar o governo federal por desapropriações de terras e por políticas agrícolas capazes de proporcionar o desenvolvimento da produção familiar (PEREIRA, 1999 p. 73).

Estas organizações dos trabalhadores rurais têm formas específicas e diferenciadas de atuação, contudo em alguns momentos se juntam para propor novas formas de gestão da questão agrária, na perspectiva de conseguir desapropriações de terras e de criar mecanismos de financiamento à produção agrícola e pecuária nas áreas de assentamentos. Por outro lado, os grandes fazendeiros temem pela desapropriação de suas terras. Muitas vezes adquiridas de forma ilícitas, contratam milícias armadas que são denominadas de seguranças para conter os ânimos das organizações de trabalhadores e expulsar os posseiros de suas posses.

3.Terra, homem e violência

O contexto em que se desencadeia a violência agrária no sudeste paraense parece estar no limiar do século XVIII e ainda apoiado no Antigo Regime, que segundo Foucault (1987, p 63-86), pode-se dizer que os diferentes estratos sociais tinham cada um sua margem de ilegalidade tolerada: a não aplicação da regra, a inobservância de inúmeros editos ou ordenações eram condições de funcionamento político e econômico da sociedade. Mas essa ilegalidade era tão enraizada e tão necessária à vida de cada camada social, que de certo modo tinha uma coerência e economia própria. Ora se revestia de uma forma estatutária-que fazia dela não tanto uma ilegalidade quanto uma isenção regular: eram os privilégios concedidos aos indivíduos e às comunidades. Ora tinha a forma de uma inobservância maciça e geral que fazia com que durante dezenas de anos, séculos às vezes, ordenações podiam ser publicadas e renovadas sem nunca ser aplicada. Ora se tratava do desuso progressivo que dava lugar a súbitas reativações. Ora de um consentimento mudo do poder, de uma negligência ou da impossibilidade efetiva de impor a lei e reprimir os infratores. As camadas menos favorecidas da população não tinham privilégios, em princípios: gozavam no que lhes impunham as leis e os costumes, de margens de tolerância, conquistada pela força ou pela obstinação; e essas margens eram para elas condição tão indispensável de existência que muitas vezes estavam prontas a se sublevar para defendê-las; as tentativas periodicamente feitas para reduzi-las, alegando velhas regras ou subutilizando os processos de repressão, provocavam sempre agitações populares, do mesmo modo que as tentativas para reduzir os privilégios agitavam a nobreza, o clero e a burguesia.

No caso da colonização do sudeste paraense, muitos interesses estavam e estão em evidência, entre eles, atenuar as tensões sociais no nordeste e diminuir os conflitos agrários no sul e sudeste do país. Nesse período uma série de decretos relacionados à questão da posse da terra foi instituída pelo governo, bem como criados institutos específicos para cuidar da questão agrária (HOMMA, 2000; MEDEIROS, 2003).

Vita (1997) afirma que a partir de 1973, os militares abandonaram as tentativas de atenuar as tensões sociais no Nordeste e todos os esforços seriam para favorecer a penetração de grandes grupos industriais e financeiros na Amazônia, em projetos de exploração de madeira, mineração e, principalmente, pecuária. Era uma tendência que já se manifestara em anos anteriores e que recebera poderoso incentivo no Governo Médici. Nesse caso, percebe-se que, mais uma vez, o Governo favorece o grande latifúndio em detrimento da grande massa de trabalhadores rurais que chegavam de todos os rincões do país de mãos vazias.

Guimarães (1989, p. 239) afirma que o que se verifica é na verdade a desnacionalização territorial, perigosa por todos os motivos para nossa soberania e o futuro aproveitamento tanto do solo quanto das riquezas do subsolo. E diz mais:

Essas terras, que passaram ao domínio de empresas norte-americanas e de outras nacionalidades, alcançam dimensões colossais, somando muitos milhões de hectares adquiridos, em muitos casos, por meio da violência (espaçamento de posseiro, incêndio de suas lavouras, etc.) até a falsificação de documentos (alteração de registros, simulação de escrituras, etc). (GUIMARAES, 1989, p. 239).

Essa mesma técnica foi utilizada na década de 1970 para colonização do espaço amazônico, e está presente até hoje. Este espaço foi invadido por grupos financeiros do Sul do País e empresas multinacionais e internacionais. Esses grupos expulsam posseiros e índios de suas terras, provocam a devastação de milhões de hectares de floresta e dizem estar trazendo o progresso. Da mesma forma que os sesmeiros vendiam parte de suas terras que eram doadas pelo governo para fins de colonização, na Amazônia também o processo é bastante semelhante. O fazendeiro-grileiro invade terras da união e vende para um segundo ocupante por um preço insignificante, quanto mais densa for a floresta mais barata é a terra. O segundo ocupante se encarrega de fazer os despejos das famílias de posseiros.⁶ Diante de tais circunstâncias pode-se dizer que o conflito está estabelecido. Os recém chegados em melhores condições compravam as terras do Estado, por um preço irrisório. Pagava-se apenas os custos da medição das áreas realizadas pelo Instituto de Terras do Pará-ITERPA.

Os atores sociais estão bem definidos. Estado, “Empresas Agropecuárias”, fazendeiro-grileiros assentados da reforma agrária e posseiros. Com a devastação desenfrada surge um novo ator no cenário da violência. As Organizações não governamentais-ONGs, nacionais e internacionais em defesa do meio ambiente, posto que o homem-produtor torna-se predador. A Amazônia é o que resta do mundo e, na visão de vários grupos ambientalistas é possível produzir de forma sustentável. No entanto, para a maioria dos grandes produtores, preservação do meio ambiente e reforma agrária não combinam com desenvolvimento econômico e são palavras fora de cogitação na realidade do sudeste paraense. Percebe-se claramente a rejeição por parte dos grandes produtores, e quando são questionados sobre estes temas agem

⁶ As famílias às vezes fogem da propriedade com medo da morrerem. As que resistem na maioria das vezes morrem e outros ganham na justiça a ordem de despejos. No momento em que estou terminando de fechar este projeto de pesquisa 500 policias se deslocaram de Belém para fazer o despejo de diversas áreas ocupadas por trabalhadores rurais as margens dos grandes latifúndio.

com certo ar de irritabilidade. Em entrevista ao jornalista Antonio Reche no programa Mercado Futuro o vice-presidente da Federação da Agricultura no Estado do Pará afirma que:

...existem quadrilhas organizadas que invadem e destroem propriedades rurais para desestruturar e desequilibrar emocionalmente os produtores. Estamos ameaçados por estas organizações paramilitares e tantas outras que saqueiam e ameaçam as propriedades. O objetivo desses grupos é comprometer a propriedade, para que seja vendida e dessa forma desapropriada. (Jornal Fl. do Carajás, 24/03/06p. 4).

Ao ser questionado sobre o meio ambiente ele afirma de forma enfática que:

...muitas vezes nós produtores somos chamados de destruidores da natureza, senhores de escravos e até de pistolagem, isto não é a realidade. Como a pecuária ocupou um espaço muito importante no mundo, organizações internacionais são financiadas com que não é o do Brasil. Isso é uma estratégia dos países desenvolvidos que possuem um agronegócio altamente subsidiado. Eles têm medo do potencial da Amazônia. Estes países desenvolvidos não estão nem aí com o meio ambiente, estão preocupados com o desenvolvimento econômico. O homem tem que está em primeiro plano. Nós estamos no Sul do Pará para produzir e trabalhar. (Jornal Fl.do Carajás, 24/03/06 p. 4).

Nesse aspecto fica claro que o grande produtor parece fingir não ter noção de que, para preservar o homem, torna-se necessário preservar o meio ambiente e tão pouco considera crime os inúmeros casos de trabalho escravo que são denunciados pela Polícia Federal, Ministério do Trabalho, e demais organizações dos direitos humanos. Percebe-se também que suas ações são consideradas como naturais e na sua concepção vista como progresso e desenvolvimento.

Martins *et al* (2001) afirmam que a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável (que pressupõe equilíbrio entre dimensões econômicas sociais e ambientais) necessita contar com instrumentos tecnológicos e jurídicos eficientes e eficazes para a construção da cidadania e a definição de papéis dos distintos atores sociais, com vistas ao manejo adequado dos ecossistemas a partir da harmonia entre as pessoas com o ambiente. Para esses autores, o grande avanço científico e tecnológico das últimas décadas foi construído desconsiderando a economia e ecologia, tendo como resultado paradoxal à degradação

ambiental do planeta. Esta ação antrópica, sem precedentes na história, revela um processo autofágico imperioso de ser revestido.

No sudeste paraense o processo de destruição da biodiversidade tem sido feito de forma irresponsável tanto por parte de grandes empresas quanto por parte de médios e pequenos produtores. A presença de ambientalista no sudeste paraense é considerada hostil e, nesse aspecto, a maioria de pequenos, médios e grandes produtores se identificam.

Percebe-se que os instrumentos tecnológicos e legais desenvolvidos pelo governo não coíbem e nem inibem a expansão fundiária das empresas agropecuárias e madeireiras, bem como a expansão da violência física, violência simbólica e psicológica em torno do homem do campo no sudeste paraense.

Estudos realizados por vários autores revelam as atrocidades cometidas por pistoleiros a mando de fazendeiros, tanto no que diz respeito à violência física, quanto no que diz respeito à violência simbólica e psicológica, nos casos de trabalho escravo, que como pode ser observado na literatura científica e jornalística, não são poucos na Amazônia, principalmente, no sudeste paraense no eixo Marabá-Conceição do Araguaia.

Muitos autores demonstram em seus estudos a fragilidade da sociedade política⁷ e da sociedade jurídica diante de fatos tão relevantes numa sociedade democrática. Muitas vezes o tema não se torna explícito, mas nas entre-linhas, percebe-se que o Estado não quer, ou não tem competência para interferir no processo de democratização da terra, sem que haja o conflito e a violência generalizada. Como pode ser analisado, reforma agrária e conflitos agrários têm origens remotas. O que na verdade tem se modificado timidamente, são as leis e as formas de atuações, bem como, a incorporação de novos atores (GUERRA, 2001; HOMMA 2001, GALEANO 1989; MARTINS 2002; MEDEIROS, 2003; KITAMURA, 1993).

Nos últimos anos, no sudeste paraense parece que o caminho é um retorno ao estado de natureza hobbesiano, ou seja, o *jus naturale*, liberdade que o homem tem de usar seu poder da maneira que quiser para preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e, conseqüentemente, de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados para esse fim. A situação dos homens deixados a sua própria sorte segundo Hobbes é de anarquia geradora de insegurança, angústia e medo, ou seja, a guerra de todos contra todos (ARANHA, MARTINS, 1993).

No contexto do sudeste paraense, é possível que os interesses dos protagonistas do estado de selvageria não sejam apenas pela manutenção da vida, mas também, a manutenção do *status quo* de muitos destes atores que ainda movidos pelo instinto da colonização

⁷ O termo sociedade política refere ao poderes instituídos, legislativo, executivo e judiciário.

portuguesa, não concebem a idéia de democratização da terra ou de pelo menos diminuir o tamanho, já que nem sempre, tem condições de produzir. Sendo a Amazônia um projeto de colonização oficial, sempre que a empresa colonial precisa utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorre, como contrapartida obrigatória, a instituições políticas e jurídicas, muito mais atrasadas e opressivas e quando os instrumentos de coação não são capazes de atender os objetivos preestabelecidos entra em ação a coação extra-econômica com o máximo rigor e levada as últimas conseqüências. Muitas vezes as medidas são tomadas de forma legal sem, no entanto, observar o aspecto moral da atualidade.

4.Considerações finais

Diante de tais assertivas, supõe-se que grande parte da violência agrária na Amazônia brasileira está intimamente ligada ao processo de ocupação e colonização desenvolvido pelo próprio Estado brasileiro, posto que este parece estar omissivo diante dos conflitos estabelecidos, seja pelos atores sociais envolvidos, ou pela instituição Estado. Muitas vezes o ciclo de violência é desencadeado pelo confronto de idéias entre ambientalistas e os interesses econômicos de madeireiros, fazendeiros-grileiros entre outros. Uns querem terra, outros querem poder, outros madeira e outros querem tudo. Assim, pode-se supor que a violência agrária é fruto de um conjunto de fatores, se tornando um instrumento natural, legal, pela qual a burguesia latifundiária se apropria das riquezas naturais, inclusive a Terra. A violência no sudeste paraense se manifesta tanto de forma física quanto simbólica e o poder do latifundiário que ora parece ser abstrato manifesta através de suas ações (GUIMARÃES, 1989. p. 27-29).

Não pretendo esgotar o debate, mas trazer à tona alguns elementos que devem ser discutidos com maior aprofundamento. Separar a violência dos conflitos sociais legítimos já seria um bom começo para compreender estes fatos que tem dizimados centenas de famílias.

5. Referencias bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2ª ed. São Paulo, Moderna 1993. 395p.

BECKER, Bertha K. Amazônia. Série Princípios. São Paulo, Ática, 5ª Edição, 1997, p. 11-12

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução a ciência da sociedade**. 2ª ed. São Paulo, Moderna, 1997

FEITOSA, T. C. **Análise da sustentabilidade na produção familiar no sudeste paraense: o caso dos produtores de leite de Rio Maria.** Belém, UFPA-Centro Agropecuário/Embrapa Amazônia Oriental, 2003. 172p.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia.** Petrópolis: Vozes, 1986, p. 20-50.

FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e punir.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 29ª ed. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 307p.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste paraense.** Belém, NAEA/UFPA, 2001 169p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 255p.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis, Vozes, 1978. p.97-128.

HOMMA, A.K.O. **Amazônia: desenvolvimento sustentável como Segunda Natureza?.** In: BARROS, A.C. (org.) Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE/IPAM, 2001. (Série Cadernos Temáticos, 8). p.103-113.

_____ **Cronologia da ocupação e destruição dos castanhais no sudeste paraense.** Belém, Embrapa Amazônia Oriental, 2000, 132p.

Jornal folha do Carajás de 24/03 a 31/03/2006, p. 4

KITAMURA, P. C. **Os Limites para o desenvolvimento Sustentável na Amazônia,** In: Amazônia e o desenvolvimento sustentável. São Paulo, EMBRAPA, 1993. s/p.

MARTINS, S.R.; SOLER, A.C.P.; SOARES, A.M. **Instrumentos tecnológicos e jurídicos para a construção da sociedade sustentável.** In: DINIZ, N.; VIANA G.; SILVA, M. (org.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p.157-171

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Petrópolis.** Vozes, 2002, 228p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003. 103p.

MIGNOT, Yves. Contre l'impunité. Courrier ACAT. N° 245, p. 41-42.

OLIVEIRA FILHO. Moacyr de. **Rio Maria: a terra da morte anunciada.** São Paulo, Anita Garibaldi, 1991. 112, p.

PEREIRA, Luzia. Canuto de Oliveira. **Os Conflitos Pela Posse da Terra em Rio Maria, no período de 1980-1997.** Monografia para a conclusão do curso de Licenciatura e Bacharelado em História – UFPA, Marabá, 2000. 123p.

Terra Sangue Impunidade. Revista Istoé nº 18 45, 23 de fevereiro de 2005 p.32 a 38.

VITA Álvaro. **Sociologia da sociedade brasileira.** 6ª ed. São Paulo, Ática, 1997, 297p.

GT1- A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

JUDICIALIZAÇÃO E CONFLITO DE TERRA NO PARÁ – REFLEXÕES A PARTIR DE UM JULGAMENTO NA VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA.

Mariana Trotta Dallalana Quintans.
Doutoranda do CPDA/UFRJ.
maritrott@yahoo.com.br

RESUMO

Em 2001, foram criadas varas agrárias no Pará, órgãos do poder judiciário destinados a intervir nos conflitos possessórios. O novo instituto foi, pensado como mecanismo necessário, para modificar o quadro de intensas disputas na região, seguindo a tendência da “judicialização” dos conflitos sociais. No trabalho, a partir da análise do processo judicial sobre o conflito possessório no qual Irmã Dorothi estava envolvida na época de seu assassinato, tentamos “reconstruir” o papel que as varas agrárias tem desempenhado e, refletir sobre a possibilidade de solução dos conflitos por terra no plano judicial.

1. Introdução

Em 2001, foram criadas varas agrárias no Pará, órgãos do Poder Judiciário destinados a intervir nos conflitos possessórios. O novo instituto foi, pensado como mecanismo necessário, para modificar o quadro de intensos conflitos na região, segundo a Comissão Pastoral da Terra, em 2004, foram registrados 233 casos de violência contra a pessoa e 6.923 famílias estavam vivendo em áreas de conflito¹. Apostava-se assim na “judicialização” das disputas por terra na região.

Entretanto, nos preocupamos com os impactos que as varas agrárias podem gerar. Pois, devido à atuação no campo jurídico, na defesa do direito de

¹ CANUTO, Antônio[org.]. *Conflitos no Campo Brasil 2004*. Goiânia: CPT Nacional, 2004.

comunidades tradicionais e movimentos sociais observamos a presença no judiciário de um forte discurso proprietário – ou seja, um discurso marcado pela defesa do direito de propriedade absoluto em detrimento da função social.

Neste sentido, partindo da hipótese que o poder judiciário é um campo de disputa, mas que apresenta hegemonicamente um discurso proprietário², pretendemos analisar a atuação das varas agrárias diante dos problemas fundiários da região. Neste trabalho, utilizando o paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg³, através da análise do conflito possessório no qual a missionária americana Dorothi Stang estava envolvida na época de seu assassinato, nos propomos a refletir sobre a atuação da vara agrária do Pará.

2. A criação das varas agrárias e os conflitos de terra no Pará.

A maior parte das terras da Amazônia até meados de 1960 pertencia à União e aos Estados. Estas “terras livres” eram ocupadas basicamente por pequenos posseiros que nelas se estabeleceram e passaram a produzir para subsistência⁴. Durante as décadas de 1960 e 1970 começaram a ser desenvolvidos projetos de ocupação da Amazônia que buscavam atrair capital nacional e internacional para a região, com o oferecimento de inúmeras vantagens fiscais a empresários e grupos econômicos que se dispusessem a investir em empreendimentos na região, as principais atividades eram pecuária, extração de madeira e mineração, atividades que requerem grandes quantidades de terras e geram poucos empregos. Muitos destes empresários não investiram na criação de novas empresas na região, apenas se preocuparam em adquirir terras que no futuro poderiam render com a especulação imobiliária, gerando a grande concentração da propriedade fundiária.⁵

² Trabalharemos com o conceito de hegemonia assim como proposto por Antonio Gramsci no (O Moderno Príncipe. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978).

³ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Política de conflitos – o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1968-1990). In: *Sindicalismo no Campo – Reflexões*. Rio de Janeiro: Caderno do CEDI 21, 1991, p. 93.

⁵ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. ARAGÃO PINTO, Jax Nildo. *A questão fundiária na Amazônia*. Estudos avançados 19 (54), 2005, p. 79-80.

Vê-se que os conflitos de terra na região da Amazônia resultam de políticas elitistas e excludentes do Estado durante sucessivas décadas. Alfredo Wagner de Almeida destaca que “os conflitos constituem não apenas uma manifestação de autodefesa, mas também uma forma de índios e camponeses lidarem com as pressões que se adensaram sobre suas terras num determinado período de tempo. Mas do que isso passaram a significar, uma maneira de se relacionarem com os aparelhos de poder, cuja característica maior de intervenção, refere-se à ‘administração por crise’.”⁶

Desta forma, não é recente a pressão dos posseiros contra a concentração fundiária exercida pelos grandes grupos econômicos, em oposição a este modelo os posseiros reivindicavam ao Estado a destinação das “terras livres” a projetos de assentamento rurais, ao passo que o Estado acabava por favorecer a formação de latifúndios.

Diante deste quadro, em 2001 foi proposta a criação de Varas Agrárias em diferentes municípios do Pará, de acordo com a intensidade dos conflitos pela posse da terra em cada região deste estado. Atualmente, existem varas agrárias localizadas em alguns municípios, como Altamira, Redenção, Marabá, Santarém e Castanhal. Existe projeto para a criação de mais dez varas agrárias no estado.

É importante destacar que a criação destes órgãos, tal como previsto na Constituição Federal de 1988 e defendido por agraristas, como Benedito Ferreira Marques⁷, tinha como principal objetivo promover a resolução dos conflitos possessórios. Neste sentido, entendemos que a implementação das varas agrárias acompanham a tendência analisada por diferentes autores, como Werneck Vianna da “judicialização da política e das relações sociais no Brasil”⁸, que aponta o judiciário como espaço propício para solucionar os conflitos sociais. Este autor também aponta para a judicialização da Reforma Agrária e a importância do judiciário na resolução dos conflitos pela posse da terra no Brasil.

Como exposto anteriormente, será a partir da análise da atuação da vara agrária de Altamira num caso concreto pretendemos refletir sobre o papel que o judiciário tem desempenhado nos conflitos do Pará.

Entretanto, antes de iniciarmos nossa análise sobre esta vara agrária, cabe esclarecer os casos que podem ser julgados pelas varas agrárias e aqueles que são

⁶ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. Cit. p. 92.

⁷ MARQUES, Benedito Ferreira. Direito Agrário. Goiânia: AB, 1996, p. 20.

⁸ VIANNA, Luiz Werneck [org]. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: editora Renavan, 1999.

excluídos da apreciação da mesma. A Constituição Federal estabelece as regras gerais que devem ser seguidas pelos órgãos do Poder Judiciário. Os Tribunais de Justiça receberam a faculdade de criar varas especializadas para dirimir conflitos fundiários e estabelecer para estas varas a competência exclusiva da questão agrária⁹. Neste sentido, a enumeração das competências das varas agrárias deve ser feita por cada Tribunal de Justiça ao criá-las.

No ordenamento jurídico brasileiro não existe nenhuma sistematização do direito agrário, através de um Código Agrário ou de uma Consolidação das Leis Agrárias. Fato que pode dificultar o estabelecimento das funções das varas agrárias.

Deve ser destacado que a Constituição estabeleceu para a justiça federal o papel de dirimir os conflitos que envolvam a União Federal e suas autarquias.¹⁰ Por este motivo, as causas agrárias que envolvam a União Federal e/ou suas autarquias, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA serão julgadas pela Justiça Federal e não pelas varas agrárias, que são ligadas aos Tribunais de Justiça.

Estes Tribunais têm suas competências estabelecidas na constituição de cada estado¹¹, mas da análise da Constituição Federal, resta a eles, a competência para julgar os conflitos entre os particulares e/ou entre os particulares e os estados e/ou municípios. Algumas matérias são excluídas da competência das varas agrárias, como os processos de desapropriação para fins de Reforma Agrária que são julgados pela Justiça Federal e, portanto, não são de competência das varas agrárias. Também, outra função que não pode ser atribuída às varas agrárias diz respeito aos assuntos criminais, ou seja, os casos de assassinatos, tentativa, ou qualquer outra lesão, decorrentes dos conflitos pela terra não podem ser julgados pelas varas agrárias.

Feito estes esclarecimento, passaremos a analisar a atuação das varas agrárias.

3. A atuação da Vara Agrária de Altamira num conflito de terra nesta região do Pará.

Um processo que merece estudo é a ação possessória julgada pela vara agrária de Altamira em 2004 sobre uma área em disputada em Anapu. Este caso chamou nossa atenção, pois o conflito em questão levou a morte, em 12 de fevereiro de 2005, a

⁹ Art.126 da Constituição Federal de 1988.

¹⁰ Art.109, I da Constituição Federal de 1988.

¹¹ Art. 125, § 1º da Constituição Federal de 1988.

missionária americana Dorothy Stang. Irmã Dorothy, como era conhecida, há aproximadamente quarenta anos, militava junto a trabalhadores rurais reivindicando aos poderes públicos que as terras pertencentes à União fossem destinadas à criação de assentamentos rurais de desenvolvimento sustentável.

Diante deste crime, as entidades, Comissão Pastoral da Terra, Justiça Global e Terra de Direitos, realizaram uma pesquisa sobre os casos de violação dos direitos humanos decorrentes dos conflitos de terra no estado do Pará, trabalho que resultou na publicação do relatório *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*¹². Foi através deste relatório que tomamos conhecimento do processo de reintegração de posse e da atuação da juíza da vara agrária de Altamira.

O relatório divulgou as impressões da polícia federal à época do assassinato, indicando que o crime foi cometido por um “consórcio” de fazendeiros e, madeireiros da região tendo, portanto, relação com os conflitos agrários nos quais, a missionária americana estava envolvida. Um dos denunciados pelo ministério público à justiça como envolvido no crime foi Vitalmiro Bastos de Moura, conhecido na região como Bida. Segundo o relatório:

“Em carta encaminhada em 16 de julho de 2004, Dorothy denunciava ao MPF os desmatamentos feitos por Taradão e por Vitalmiro Bastos de Moura (Bida). Bida ingressou com uma Ação de Reintegração de Posse, alegando que ‘suas’ terras (o lote 55) estavam sendo invadidas por pessoas que estariam praticando a derrubada de árvores. A então juíza da Vara Agrária de Altamira, Danielle Buhnheim, responsável pelo processo, em novembro de 2004, concedeu Liminar de Reintegração de Posse com base em ‘provas’ apresentadas por Bida (Autos nº 067/2004-AC).

A época em que a referida ação foi protocolizada na Justiça, julho de 2004, o processo de implementação de PDS em Anapu já estava em andamento. A então juíza da Vara Agrária, autoridade especializada, deveria questionar a propriedade do requerente, visto que se tratava de área reconhecida como da União. No entanto, não solicitou nenhum relatório ao INCRA ou IBAMA para comprovar ou não a propriedade do IBAMA.”¹³

Neste caso, a juíza concedeu a liminar de reintegração de posse sem ouvir os argumentos da outra parte, entendeu por verdadeiros os argumentos do autor da ação, que se apresentava como proprietário da área em disputa. A atuação da juíza nos remete a pergunta: se um dos argumentos que se defendia para a criação das Varas

¹² SAUER, Sérgio. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, Justiça Global e Terra de Direitos, 2005.

¹³ SAUER, Sérgio. Op.Cit. p.93.

Agrárias consistia na possibilidade de especialização dos magistrados na matéria, como explicar a decisão da juíza no processo relatado acima?

Mesmo com a previsão constitucional de respeito à função social da propriedade (art.5º e art. 186 da Constituição Federal de 1988) e a possibilidade ou não de se ouvir os réus numa ação possessória antes da concessão da medida liminar. Percebemos nesta decisão que a juíza não se preocupou com a análise do cumprimento da função social, e tão pouco se os autores da ação eram realmente proprietários da mesma.

Esta interpretação nos remete a reflexão proposta por Thompson da lei como campo de disputa. Na decisão em análise a juíza interpretou a Constituição Federal a partir do discurso proprietário, acabando por assegurar o direito do suposto proprietário da terra.¹⁴

Devido esta caracterização da lei como campo de disputa, um aspecto que vem preocupando os diferentes setores - dos ruralistas aos movimentos populares – diz respeito ao critério de seleção de magistrados para as varas especializadas. As elites rurais temem que os juízes das varas agrárias adotem o discurso constitucional da propriedade (que analisa a propriedade a partir de sua função social) e favorável a Reforma Agrária.

Entretanto, apesar da possibilidade de disputa no campo do Direito, o poder judiciário apresenta uma lógica própria que acaba por limitar a possibilidade de diferentes interpretações. Pierre Bourdieu ao analisar o Poder Judiciário em seu livro o Poder Simbólico, irá expor que:

“(...) por mais que os juristas possam opor-se a respeito de textos cujo sentido nunca se impõe de maneira absolutamente imperativa, eles permanecem inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes está limitada pelo fato de forças políticas a medida em que apresentem como resultado necessário de uma interpretação regulada de textos unanimemente reconhecidos: como a Igreja e a Escola, a Justiça organiza segundo uma estrita hierarquia não só as instâncias judiciais e os seus poderes, portanto, as suas decisões e as interpretações em que elas se apóiam, mas também as normas e as fontes que conferem a sua autoridade a essas decisões.”¹⁵

Terry Eagleton irá completar afirmando que há um campo social, assim como proposto por Bourdieu, que delimita pela sua lógica interna um sistema composto de instituições e indivíduos competindo pelo mesmo objetivo. “*O que geralmente está em*

¹⁴ THOMPSON, E. W. *Senhores e Caçadores*, 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*, 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p.213-214.

jogo em tal campo é a conquista de domínio máximo dentre eles – um domínio que permite aos que o conquistam conferir ou retirar legitimidade dos outros participantes”¹⁶.

Nesta linha, entendendo o judiciário como um campo social, devemos ponderar que este espaço não se caracteriza como neutro, mas como um campo que adota hegemonicamente o discurso proprietário. No entanto, este campo também se encontra perpassado pelos conflitos sociais. Nicos Poulantzas aponta para proporções diferenciadas destas lutas nos segmentos do Estado, apontando o poder judiciário como o aparelho do qual a presença dos interesses das classes populares está mais distante¹⁷.

A categoria proposta por Bourdieu do *habitus*, nos ajuda a investigar o por que da forte presença do discurso proprietário e da reduzida inserção no judiciário das teses dos setores populares. Bourdieu caracteriza como *habitus* as práticas compartilhadas por experiências como a formação familiar e escolar que favorecem as proximidade das visões de mundo e que atuam na constituição do senso comum. O conceito de Violência Simbólica também deve ser empregado nesta análise pôs tenta explica a adesão dos indivíduos e grupos a teses que passam a ser percebidas como legítimas, mesmo que representem uma violência.¹⁸

José Murilo de Carvalho nos fornece pistas sobre a adoção do discurso proprietário no judiciário. Carvalho ao analisar a criação dos primeiros cursos de direito no Brasil ira destacar que as primeiras faculdades de direito do Brasil criadas em 1827, eram escolas particulares e seus alunos vinham das classes dominantes.¹⁹

Os cursos de direito no Brasil estiveram ligados à formação das elites políticas do país. Mesmo com todas as mudanças introduzidas por reformas no sistema universitário, como a criação de faculdades públicas e diversas alterações curriculares, como a criação da disciplina de direito agrário, não se conseguiu alterar significativamente o caráter elitista das faculdades de direito até o século XX. Desta forma, o pensamento sedimentado nas escolas de direito e adotado pelos profissionais do direito tem suas raízes na defesa dos interesses das elites rurais. Segundo Bourdieu, o poder judiciário possui uma lógica interna própria que acaba por adequar as decisões judiciais a um determinado padrão, aqui, o discurso proprietário.

Leonilde Medeiros destaca que a impunidade no campo revela uma face da

¹⁶ EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Editora Boitempo, 1997, p. 141.

¹⁷ POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder , o Socialismo, 4ª edição. São Paulo: editora graal, 2000.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Op.Cit.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 74-75

violência, que demonstra “o profundo comprometimento do Poder Judiciário com os interesses ligados à propriedade da terra, o que coloca um impasse nessas situações de disputa”²⁰ A professora completa afirmando que

“a violência no campo indica a existência de uma face da sociedade incapaz de reconhecer direitos e negociar interesses, visto que nega o outro. Como há, de um lado, a defesa dos interesses absolutos da propriedade, nega-se qualquer possibilidade de discuti-los através da constituição de uma outra concepção de direito que coloque em pauta o tradicional lugar da propriedade fundiária”²¹.

Diante deste quadro, de forte presença do discurso proprietário no Poder Judiciário, preocupa-nos as bandeiras levantadas pelos defensores da criação das varas agrárias e da judicialização da Reforma Agrária. Pois, se o poder judiciário adota o discurso proprietário será possível falarmos de concretização de direitos e da adoção de outras interpretações.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação – os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosa e o Estado*. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, 1993.

_____. Política de conflitos – o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1968-1990). In: *Sindicalismo no Campo – Reflexões*. Rio de Janeiro: Caderno do CEDI 21, 1991, p. 93.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CANUTO, Antônio[org.]. *Conflitos no Campo Brasil 2004*. Goiânia: CPT Nacional, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Editora Boitempo, 1997.

EROUTHS JUNIOR, Cortiano. *O Discurso Jurídico da Propriedade e suas Rupturas*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, Biblioteca de Teses, 2002.

²⁰ MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *Dimensões políticas da violência no campo*. In: Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141, p.126.

²¹ MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Op. Cit. p.139.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico. In: *A Concepção Dialética da História*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. O Moderno Príncipe. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LARANJEIRA, Raymundo (org.) *Direito Agrário Brasileiro- em homenagem à memória de Fernando Pereira Sodero*. São Paulo: Editora LTr, 2000.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. ARAGÃO PINTO, Jax Nildo. *A questão fundiária na Amazônia*. Estudos avançados 19 (54), 2005.

MARQUES, Benedito Ferreira. Justiça Agrária, cidadania e inclusão social. In: BARROSO, Lucas Abreu. *et ali.*(org) *O Direito Agrário na Constituição*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Dimensões políticas da violência no campo*. In: Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

MOTTA., Marcia Maria Menendes [org.] *Nas fronteiras do Poder: Conflitos de Terra e Direito Agrário no Brasil de meados do século XIX*. Unicamp, 1996.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder , o Socialismo*, 4ª edição. São Paulo: editora graal, 2000.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST*. Dissertação. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

SAUER, Sérgio. *Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, Justiça Global e Terra de Direitos, 2005.

STROZAKE, Juvelino José. *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

THOMPSON, E. W. *Senhores e Caçadores*, 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck [org]. *A judicialização da política e das relações sociais no brasil*. Rio de Janeiro: editora Renavan, 1999.

Revistas:

LARCHER, André. A justiça agrária ajuda ou atrapalha? In: Revista SEM TERRA, jul-ago. 2005, ano VII, n.31, p.18.

PASQUALINO, Beatriz. CPT e MST questionam neutralidade da Justiça. In: Revista Sem Terra, ano VI, n.25, jul-ago. 2004, p. 07.

Sítios da internet:

LOPES, Gregorio Vivanco. Nova Justiça Agrária – A quem aproveita? – publicado no sítio da internet www.tfp-fundadores.org.br, em 7 out.2004.

Sítio na internet do Tribunal de Justiça do Pará: www.tj.pa.gov.br.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no Assentamento *menina dos olhos dos sem-terra*

Marcos Botton Piccin
Mestrando CPDA/UFRRJ
marcospiccin@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta as principais conclusões de uma pesquisa sobre as diferenças socioculturais que influenciam no estabelecimento de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados do Assentamento Ceres, RS. Localizado na região do Planalto riograndense e no município de Jóia, esse Assentamento, formado no final de 1996, recebeu trabalhadores de diferentes regiões e municípios, com diferentes itinerários sociais e trajetórias de vida: filhos de pequenos agricultores, filhos de empregados rurais, filhos de agricultores-assentados, ex-pequeno agricultor, ex-empregados rurais, meeiros e arrendatários rurais. Com efeito, possui-se como hipótese central que as diferentes origens e posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na luta pela terra tendem a configurar distintos objetivos para com a posse do lote, assim como diferentes projetos de futuro elaborados entre os agricultores-assentados. Esta heterogeneidade sociocultural conformaria diferentes racionalidades orientadas por lógicas distintas de comportamento e ação no estabelecimento das estratégias produtivas sobre os lotes de terra. Essas lógicas socioculturais que serão objeto de análise no decorrer do artigo.

1. Introdução

Este artigo apresenta as principais conclusões de uma pesquisa sobre as diferenças socioculturais que influenciam no estabelecimento de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados do Assentamento Ceres, RS. Localizado na região do Planalto Rio-Grandense e no município de Jóia, esse Assentamento, formado no final de 1996, recebeu trabalhadores de diferentes regiões e municípios, com diferentes itinerários sociais e trajetórias de vida: filhos de pequenos agricultores, filhos de empregados rurais, filhos de agricultores-

assentados, ex-pequeno agricultor, ex-empregados rurais, meeiros e arrendatários rurais. Com efeito, possui-se como hipótese central que as diferentes origens e posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na *luta*¹ pela terra tendem a configurar distintos objetivos para com a posse do lote, assim como diferentes projetos de futuro elaborados entre os agricultores-assentados. Esta heterogeneidade sociocultural conformaria diferentes racionalidades orientadas por lógicas distintas de comportamento e ação no estabelecimento das estratégias produtivas sobre os lotes de terra, além de interações-reações com significações também diferenciadas aos eventos que a *luta* pela terra os apresentou em situação anterior. Essas lógicas socioculturais que serão objeto de análise no decorrer do artigo.

A referida região onde o Assentamento está localizado é caracterizada pelo cultivo hegemônico da sojicultura desde a década de 1970, devido aos processos da modernização da agricultura conformadores das cooperativas tritículas e dos chamados granjeiros, produtores capitalistas da agricultura (Rückert, 2003). Anteriormente de ser adquirida pelo INCRA para fins de reforma agrária essa área era a chamada Granja Ceres, de propriedade da VARIG Agropecuária S.A. (VAGRO), uma das empresas controladas pela Fundação Ruben Berta. No contexto da modernização da agricultura essa empresa desenvolveu uma Granja especializada na produção da bovinocultura leiteira (Incra, 1996). Devido as suas características específicas, associadas com a grande infra-estrutura e com a qualidade dos solos, ainda no acampamento as famílias vêem essa área como *a menina dos olhos do sem-terra do estado*, em um sentido de expressão de desejo de ali serem assentadas.

Assim, os agricultores sem-terra de diferentes regiões do estado e com diferentes trajetórias sociais passam a viver em um Assentamento rural marcado pelos diferenciais de poderes relacionados aos granjeiros da soja, cooperativas, instituições governamentais e dos movimentos sociais organizados, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais. Estas circunstâncias tendem a definir um campo de reprodução e de poderes dos agricultores-assentados restrito e relativo, onde, no entanto, o manejo e organização dos fatores produtivos de seus lotes constituem uma dimensão de suas autonomias relativas. Esse é o contexto onde tende a ocorrer uma atualização de sonhos, projetos de futuro, saberes e conhecimentos adquiridos ao longo de suas trajetórias sociais. Uma espécie de história incorporada como *habitus* e que tende a se expressar na montagem das estratégias de reprodução social e das significações subjacentes atribuídas pelos agricultores-assentados.

Para a realização dessa pesquisa foram identificadas três configurações produtivas dentre os agricultores do Assentamento Ceres. Em uma primeira configuração identificou-se 47

¹ De acordo com Comerford (1999) a categoria *luta* pode ganhar vários significados para os trabalhadores rurais à medida que diferentes situações são vividas, interpretadas e diferentes práticas são postas em ação, constituindo diferentes conjuntos de relações. Dessa forma, essa categoria poderá ganhar três sentidos durante este artigo: a) *luta* pela terra referindo-se enquanto movimento e mobilização para a conquista de um pedaço de terra, freqüentemente remetendo às relações sociais estabelecidas no acampamento; b) *luta* sobre ou na terra referindo-se às dificuldades do trabalho cotidiano no assentamento e o enfrentamento de diversas formas de privação; c) *luta* referindo-se à participação em estruturas de direção do acampamento, de partidos, do assentamento, da cooperativa e de outras organizações; vivida como *luta política*, designando o sentido da *luta* para além dos interesses imediatos de quem dela participa, relacionada com a categoria ou classe social.

agricultores-assentados que possuem a cultura da soja como principal atividade produtiva dedicada ao comércio; em uma segunda configuração 42 agricultores-assentados apresentam a soja e o leite como principais atividades dedicadas ao comércio e, por fim, em uma terceira configuração produtiva, 17 famílias dedicam-se a várias atividades destinadas ao comércio.² Nessa última o leite também aparece como *carro chefe* de composição da renda, mas ocorrem outras atividades importantes na geração de renda, como: avicultura, suinocultura, produção de olerícolas, amendoim, batata, cebola, alho, derivados de cana-de-açúcar e produtos manufaturados, como compotas e queijos.³ Tendo em vista essa classificação, optou-se em denominar as configurações identificadas pela composição da renda de seus sistemas produtivos, respectivamente: sistema produtivo *soja*; sistema produtivo *soja-leite*; sistema produtivo *diversificado*.

A bibliografia que trata dos assentamentos rurais não tem abordado as significações atribuídas pelos agricultores-assentados aos sistemas produtivos por estes desenvolvidos e as lógicas socioculturais imanentes em cada caso. Na maior parte das vezes concentra-se em avaliações socioeconômicas a partir de indicadores estabelecidos previamente pelo pesquisador que tende tratar os agricultores-assentados mais como beneficiários de uma política de assentamentos, assim como das parcas políticas públicas associadas como crédito e assessoria técnica, do que indivíduos com história e trajetória social precisas. Já, as pesquisas que têm se detido no estudo das diferenças socioculturais entre os trabalhadores sem-terra meridionais não abordam como esses trabalhadores às acionam na montagem das atividades produtivas sobre os lotes e as significações a elas atribuídas em seus projetos e desejos de futuro; quase sempre abordam como essas diferenças influenciam no desenvolvimento de distintas visões políticas entre indivíduos, focando a análise no período da *luta* pela terra como um momento de recomposição cultural, com destaque para os excelentes trabalhos de Gaiger (1994; 1995; 1999). Nesse sentido, as análises aqui apresentadas partem de um estudo que procurou observar como as diferentes formações socioculturais dos trabalhadores meridionais alçam distintas significações e representações acerca das estratégias produtivas desenvolvidas nos lotes, das estratégias de reprodução socioeconômica e dos distintos projetos de futuro idealizados durante as trajetórias sociais e atualizados sobre os lotes de terra.

Dessa forma, possui-se como pressuposto teórico que os estilos de conduta dependem de um sistema de referências que moldam um esquema mental organizador dos sentidos e dos

² A pesquisa de campo que colheu os dados aqui usados consistiu na aplicação de um questionário tipo *survey* entre todos os agricultores-assentados, da vivência do cotidiano dos mesmos, de nove (9) entrevistas semi-estruturadas - sendo três (3) entrevistas sorteadas em cada sistema produtivo construído, obedecendo a critérios de constituição de núcleo familiar com casal de idade inferior a 50 anos e ao menos um filho(a) residindo na mesma casa, além dos critérios de *espacialidade* e *saturação* (Sá, 1998: 92) - , anotações de caderno de campo e consultas informais a equipe técnica e a direção da Cooperativa do Assentamento. A referida pesquisa foi realizada durante os meses de maio e julho de 2006.

³ Essa divisão dos agricultores-assentados pelas principais culturas comerciais pode ser questionada, uma vez que os agricultores-assentados do primeiro grupo e do segundo podem realizar a venda de produtos da *alternatividade* (Garcia Jr., 1983), ou seja, excedentes de produtos inicialmente dedicados ao autoconsumo. No entanto, optou-se por permanecer com tal divisão, pois as diferenças entre sistemas produtivos das famílias são também observáveis no desenho produtivo dos lotes, assim como na composição das rendas, que são analisadas na dissertação de mestrado do autor, em fase final de elaboração.

comportamentos segundo os valores e conhecimentos internalizados ao longo dos itinerários de vida. Neste sentido, formam um conjunto de domínios, códigos e modalidades operacionais que conferem um conjunto de saberes, crenças e um *senso prático* determinado, funcionando como *habitus*, um sistema de disposições duráveis por meio do qual os indivíduos percebem o que lhes chegam aos sentidos corpóreos e psíquicos orientando uma forma de agir, reagir, pensar e desejar, com vistas de atender às carências materiais e simbólicas geradas. A esta *lógica* dos modos de ação subjacente ao *habitus* estar-se-á chamando de racionalidade, ou seja, um esquema operador de trabalhar as referências de sentido no qual os indivíduos adotam atitudes coerentes com suas disposições mentais-operacionais (Bourdieu, 1996; 2002).

2. As lógicas socioculturais, os sistemas produtivos e as diferentes significações culturais quanto aos projetos de futuro e as carências percebidas

A conformação social do assentamento rural é um momento da *luta* pela terra que marca uma nova fase na vida das pessoas envolvidas. Para o que nos interessa no momento, o espaço social do assentamento é onde tende a exacerbarem-se as contradições entre o interiorizado como *habitus* nas trajetórias anteriores (valores, visões de mundo e saberes) e as condições físicas e sociais da região onde o assentamento está localizado, as diferenças específicas de cada lote produtivo, coletivos ou familiares, bem como as instituições de crédito, assistência técnica, redes mercantis, dentre outras. Esse contexto tende a configurar uma nova ambiência sócio-ecossistêmica onde os agricultores-assentados irão construir suas vidas e acionar um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais interna e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos. A ambiência sócio-ecossistêmica pode ser entendida como as visões de mundo, saberes, lógicas de ações, instituições e materialidades diversas que orientam as relações sociais, econômicas e políticas, orientam os espaços e tempos cotidianos de determinada sociedade e os espaços e tempos do indivíduo; seus locais de vivência, trabalho e afetos (Moreira, 2004; 2006); são assim processos complexos no espaço e no tempo, em co-determinações: individuais e sociais, onde cada indivíduo experimenta sua individuação.

A participação do agricultor-assentado nestes processos tende a implicar na busca de significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e fertilidades, a dinâmica social de sua família, enfim o ambiente sócio-ecossistêmico de seu lote, do assentamento e da própria região. Cada agricultor fala de um lugar sócio-ecossistêmico específico e age prioritariamente neste lugar: esta seria a ordem de sua autonomia relativa na dinâmica complexa do Assentamento. Para facilitar tratar-se-á tais relações sociais de interdependência social, institucional e ecossistêmica como sendo a *ambiência*, da unidade familiar, do Assentamento e da região. Tais ambiências contêm elementos de cooperação e disputas que representam diferenciais de poderes, seja entre os membros da família, entre os assentados, bem como na região. É nesta ambiência que cada um atualiza seu passado, presentifica seus sonhos de futuros e age nos diversos espaços sociais, como aqueles relacionados às atividades produtivas.

É neste sentido que poderia ser argumentado que as ações são e estão integradas em um modo de vida e não apenas em um modo de produção.

Dessa forma, deve ser destacado que a ambiência do Assentamento Ceres é parte componente da ambiência da região do planalto médio Rio-Grandense. Neste contexto, Silva Neto e Basso (2005) destacam que desde a década de 1970, a região experimenta uma expansão da área de terras cultivadas com a cultura da soja e uma conseqüente diminuição da área ocupada com outras atividades, como bovinocultura extensiva e ovinocultura. Nessa direção, Gubert e Basso (2005) destacam que o município de Jóia possuía, na safra 1996/1997, 47.000 ha plantados com a soja, ano em que as famílias sem-terra são assentadas no Assentamento Ceres. Oito anos depois, na safra 2004/2005, segundo registram os autores, foram 75.000 ha cultivados com a mesma cultura. A diminuição da área ocupada com bovinocultura extensiva e ovinocultura poderia ser avaliada pela diminuição do número de cabeças desses rebanhos, respectivamente e entre os mesmos períodos: de 53.000 para 40.000 e de 26.000 para 10.000. Portanto, o Assentamento Ceres é formado em uma região e em um período onde há a expansão da cultura da soja como atividade comercial entre os proprietários rurais do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados.

Desse modo, no Assentamento Ceres ganhou força a percepção entre os agricultores-assentados de que a soja seria a melhor opção produtiva como fonte de obtenção de renda monetária. Os dados de campo permitem identificar duas motivações objetivas para tal compreensão: a) para a realização dos primeiros cultivos no Assentamento, de modo geral, os agricultores-assentados contrataram os agricultores granjeiros vizinhos para tais plantações, haja vista que os primeiros ainda não haviam recebido os créditos para aquisição de animais, máquinas e equipamentos. Esse contato mais estreito entre ambos os agricultores reforçou a perspectiva de desenvolver a soja no Assentamento; b) devido à Cooperativa do Assentamento, formada em 1997, que procurava reestabelecer o tambo (estábulo) leiteiro deixado pela antiga proprietária e que para não deixar sua área de 200ha sem nenhuma produção, adquiriu máquinas, equipamentos e insumos para a plantação de soja.⁴ Essas duas questões objetivas ganham força simbólica nas dinâmicas daquelas ambiências, podendo ser vistas por três significações subjetivas identificadas nas entrevistas e na vivência com o conjunto dos agricultores-assentados; na ambiência do Assentamento: a) havia a crença de que a atividade

⁴ A referida Cooperativa chama-se COOPERVIDA, tendo assumido uma área equivalente a 200 ha no Assentamento, sob sua administração. Nessa área localizam-se as infra-estruturas da antiga proprietária e onde seria desenvolvida uma produção agropecuária para viabilizar a produção leiteira de até 150 animais em lactação. Contudo, se defrontou com vários problemas, que aqui não vem ao caso abordá-los, vendendo todos os animais e ficando sem utilizar a referida área, estando na eminência – quando da realização do trabalho de campo – de serem assentadas outras famílias sem-terra sobre os 200 ha. Esse processo gerou frustração generalizada entre os agricultores-assentados. De forma geral, a COOPERVIDA sempre incentivou a produção leiteira entre os agricultores-assentados, haja vista a “aptidão” do Assentamento e por possuir equipamentos de transporte e resfriamento.

sojícula os faria *melhorar de vida*⁵; b) de que não haveria necessidade de *muito trabalho*; e, c) se a Cooperativa, que era a referência produtiva dos agricultores-assentados, estava investindo em soja, então deveria ser na soja que deveriam também investir.

Com efeito, no decorrer dos anos seguintes outros três acontecimentos foram determinantes para alterações e configurações subseqüentes dos sistemas produtivos dos agricultores-assentados e na afirmação das idéias de que o cultivo da soja traria progresso sócio-econômico: a) em agosto de 2000 é diagnosticado um foco de Febre Aftosa nas divisas do Assentamento, sendo incluído nas práticas de desinfecção que previa o abate de todos os animais. Como forma de ajudar os agricultores-assentados atingidos o Governo Estadual (gestão: Frente Popular) indenizou os abates e forneceu auxílio financeiro à alimentação das famílias, patrulhas agrícolas e insumos (como sementes) para que fosse realizado o cultivo das terras. Isso provocou uma diminuição dos custos intermediários na plantação desta cultura, ampliando as margens de lucro; b) a partir de 1998, o preço médio da saca da soja sofre aumentos progressivos até meados de 2004, quando diminui (Bentevi, 2005); c) a introdução da soja transgênica no Assentamento que prometia diminuir os custos de cultivo e aumento da produtividade. Estes três acontecimentos fortalecem aquela percepção de que a soja faria os agricultores-assentados *melhorar de vida*, o que em muitos casos representou tornar o quintal das casas também em lavouras de soja.

Dessa forma, ganha relevância às situações e conjunturas em cada ambiência vivida pelos agricultores. Assim, a seguir são analisadas separadamente as diferentes significações realizadas pelos agricultores-assentados aos sistemas produtivos diagnosticados na pesquisa, tendo em vista suas trajetórias sociais e as representações quanto aos projetos de vida e desejos de futuro, conforme a classificação utilizada⁶. Entretanto, vale a pena destacar que o que segue a baixo não foi declarado explicitamente pelos agricultores-assentados. A análise e a compreensão só foram possíveis ao pesquisador após a exploração de outras questões relacionadas aos dados obtidos nas entrevistas, como nas conversas informais e em situações do cotidiano.

2.1. Os agricultores-assentados do sistema produtivo *diversificado*

Os agricultores-assentados selecionados e entrevistados deste sistema produtivo são filhos de pequenos agricultores, com origem na região do Alto Uruguai. O tamanho das propriedades rurais de suas famílias (grupo doméstico de origem) variava entre 7 a 11 ha onde a base comercial dava-se a partir da criação de suínos e cultivo de cereais, especialmente trigo, milho e soja, acompanhada por uma diversificada produção de autoconsumo. Outras atividades geradoras de renda também eram estimuladas no contexto da década de 1980: além das

⁵ Por mais vaga que seja essa expressão decidiu-se mantê-la por ser amplamente usada pelos agricultores-assentados e porque denota, de uma forma geral, um desejo de melhorar materialmente; mesmo que formas e conteúdos possam ser diferenciados e diversos a partir das referências internalizadas do que seja digno ou não suportar como condição para *melhorar de vida*.

⁶ Deve ser destacado que toda a classificação se por um lado ajuda a identificar *tendências* e similaridades, constituindo importante instrumento para a análise e abstração, por outro secundariza as diferenças existentes internamente. Assim, é importante registrar que a realidade tende a ser mais complexa e ao mesmo tempo impossível de ser apreendida em sua totalidade.

cooperativas tritículas fomentarem o binômio trigo-soja, promoviam plantas industriais de beneficiamento de leite, carne e derivados de suínos, entre outros. Ainda, indústrias fumageiras instalavam-se no estado, constituindo, do ponto de vista dos agricultores, outras possibilidades de geração de renda. Pode ser considerado que esse processo consolidou cadeias produtivas que integrariam os pequenos agricultores no âmbito da comercialização de *commodities* e abriria, ao menos ideologicamente, maiores possibilidades de acumulação de capital (Rückert, 2003).

Assim, do ponto de vista da geração das condições materiais para reprodução dos valores baseados na família, como aqueles relacionados com as “obrigações” paternas de conceder frações de terra para que os filhos pudessem casar e constituir seus grupos familiares, a inserção nesse processo de modernização poderia representar a perspectiva de realizar princípios morais. Nessa perspectiva a própria cultura e a tradição seriam ‘motores’ da incorporação de novos processos produtivos, que por sua vez constituiria e ingressaria os agricultores em uma racionalidade mercantil monetarizada (Woortmann, 1990). Agindo em um sentido de afirmação das noções de *progresso*, tenderia a modificar as noções de tempo - de noções de *tempo circular* para noções de *tempo flecha* (Bailey, 1971) -, afirmar as crenças nos valores relacionados à melhora material através da dedicação laboral, criar novos desejos, carências e necessidades ampliando ainda mais as perspectivas mercantis, podendo desenvolver novas capacidades (relacionadas principalmente com os conhecimentos de mercado e de novas técnicas de cultivo elaboradas em instituições de pesquisa e extensão) e formas de pensar. Nesse sentido, assumindo-se como pressuposto que os valores culturais não são fixos, mas atualizados e presentificados segundo experiências do presente e possibilidades que se abrem para o futuro, o *habitus* dessa posição social (filho de pequeno agricultor) sofreria modificações na direção abordada. Tenderia haver uma transformação cultural profunda de constituição e desenvolvimento de uma racionalidade organizada para trocas monetárias no contexto contemporâneo, impulsionada pela expansão do capitalismo sob a égide da modernização.

Portanto, esses agricultores são oriundos de uma posição social em que a forma com que viveram a integração ao processo de modernização da agricultura permitiu com que os valores da *maior lucratividade* e do *acúmulo econômico* fossem internalizados na perspectiva de *melhorar de vida* e de ascender socialmente. As análises das interações-reações que esses agricultores sem-terra apresentaram no período da *luta* pela terra, permitem concluir que essa socialização e a respectiva constituição de *habitus* sociais proporcionaram uma maior identificação com as propostas das direções do MST nos acampamentos, não apenas do ponto de vista político, mas principalmente a partir das oportunidades econômicas. A dialética daí resultante impulsiona os sem-terra para uma espécie de “ressignificação radical” de suas visões de mundo, podendo redefinir inclusive seus projetos de futuro onde a militância política pode ganhar a principalidade de suas ações. Participam de cursos de formação política e cursos

relacionados à *agroecologia*, sendo que esses últimos tendem a valorizar os conhecimentos adquiridos pela tradição reinserindo-os como alternativas possíveis para a acumulação de capital econômico, para além daquelas atividades comerciais praticadas quanto estavam na casa de seus pais. Nesse contexto, a produção coletivizada também tende a ser considerada como possível, pois, segundo eles, poderia oferecer condições de auferir renda monetária maior que a forma de produção individual.

Essa maneira específica de viver os eventos relacionados à *luta* pela terra proporcionou que houvesse uma ampliação das redes sociais, incorporação de novos conhecimentos e saberes, além de possivelmente ter ocorrido uma ampliação do escopo de carências e necessidades sociais. Quando em Assentamento participam em espaços de direção, seja do Assentamento ou da Cooperativa, que também tende a ampliar as redes e contatos sociais no município de Jóia e cidades próximas.

Frente as conjunturas de valorização da sojicultura devido ao aumento de preço dessa *commoditie* no mercado internacional, da ocorrência da Febre Aftosa, da introdução de variedades de soja transgênica que fazia crer que os custos intermediários de produção seriam menores e da própria COOPERVIDA estar investindo em tal cultivo, alçarão a soja como principal atividade destinada ao comércio. Essa ambiência de valorização da soja representou a possibilidade de alcançar aquilo que se considerava o mínimo necessário para se *melhorar de vida*. Nessa direção lançam mão de estratégias como a compra de máquinas e equipamentos, construção de infra-estruturas e, além de plantar seus lotes com aquela monocultura, arrendam áreas de terra vizinhas ao Assentamento na expectativa de atendimento de suas carências.

Contudo, na depressão dos preços alcançados com a venda da soja, as representações da atividade sojícola passam por redefinições e agora é identificada como a causa de todos os problemas, surge o endividamento, venda de máquinas e equipamentos, torna-se eminente a diminuição das carências que se julgava poder ser atendidas com o cultivo da soja. Esse momento é conhecido como a *crise do grão*, marcando a busca por visualizar outras fontes produtivas e de obtenção de maior renda monetária. Nesse sentido, num primeiro momento, a atividade leiteira ganha destaque em suas estratégias e em seguida as atividades que até então eram utilizadas preferencialmente para o autoconsumo passam a ser cultivadas com objetivo comercial, acionando os conhecimentos e saberes adquiridos no período do acampamento com relação à produção *agroecológica*. Atividades essas que já existiam e por eles eram desenvolvidas com o objetivo de autoconsumo devido à identificação de sua necessidade e por uma condição moral de que sua falta poderia ser sinônimo de *pobreza* dentro do Assentamento. Como componentes dessa condição eles identificavam aqueles agricultores-assentados que não possuíam horta doméstica em seus lotes. Assim, passam a mobilizar uma rede de contatos construída na cidade do município de Jóia, ou cidades próximas, estabelecida quando ocupavam cargos de direção da Cooperativa ou do Assentamento, ou ainda, acionam estratégias de venda adquiridas nos estágios realizados em outras cooperativas do MST, como a venda em casas de

particulares nas cidades, durante o período do acampamento. Dessa forma, a 'diversificação da produção' passa a caracterizar produtivamente esse conjunto de agricultores-assentados.

Portanto, uma compreensão sintética desse processo seria que: ocorre a montagem de diferentes estratégias produtivas na trajetória desses agricultores-assentados devido suas avaliações (mesmo que inconscientemente) que identificam carências e desejos não atendidos, acionados pela composição sociocultural desses indivíduos. Tal expectativa de atender essa defasagem material e simbólica seria potencializada pelas experiências vividas no acampamento e devido às circunstâncias do Assentamento Ceres ser identificado como a *menina dos olhos dos sem-terra*. Isso também pode ter amplificado os horizontes de desejos. Dessa forma, no Assentamento houve o acionamento de estruturas predispostas internalizadas nos processos de socialização durante suas trajetórias anteriores, tanto em suas socializações primárias quanto aquelas no acampamento, em busca do atendimento das defasagens de carências percebidas, que poderia ter se dado com o cultivo da soja, não fossem as características inerentes a tal produção (entre as principais: risco de estiagens e diminuição de preço). Nesse sentido, a *crise do grão* teria fornecido o substrato interativo-reativo para a atualização de experiências e saberes incorporados como estruturas, que funcionam estruturando as práticas sociais no Assentamento, desenhando, portanto, estratégias produtivas consideradas *diversificadas*. Esse conjunto de circunstâncias permitiu a esses agricultores-assentados alçar à condição comercial outras atividades para além daquelas características da ambiência regional (soja e leite). As capacidades, interações e relações sociais construídas ao longo de suas trajetórias talvez tenham funcionado em um sentido de evitar com que os sentimentos de frustração (devido à diminuição dos preços da soja, endividamentos, crise da Cooperativa, entre os outros) desenvolvessem uma postura resignada, que poderia fazer com que aceitassem sua posição subordinada ocasionando uma diminuição das carências que almejam suprir, assim como seus sonhos e desejos.

Outra informação importante é quanto aos projetos de vida que visualizam para o futuro. Reafirmam os desejos de *subir na vida*, de *ser alguém*, de ter condições econômicas de *ter uma vida melhor* e, ao mesmo tempo em que acreditam que isso ainda seja possível dentro do Assentamento, são os agricultores-assentados que representam estar mais insatisfeitos com as condições socioeconômicas em que se encontram suas famílias, apesar de que quando olham para trás vêem que suas vidas melhoraram consideravelmente. Um fator significativo dessa compreensão diz respeito ao futuro almejado para os filhos: manifestam verbalmente que não desejariam que seus filhos tivessem o mesmo destino em acampamentos de sem-terra, mesmo que essa hipótese não seja excluída.

2.2. Os agricultores-assentados do sistema produtivo soja-leite

Os agricultores-assentados entrevistados deste sistema produtivo eram: filho de agricultor-assentado; filho de pequeno agricultor que quando formou grupo familiar teria trabalhado como meeiro e em uma granja de trigo e soja como empregado permanente; e, um

ex-pequeno agricultor da região do Alto Uruguai que, vendendo seu minifúndio, teria trabalhado em frigoríficos das empresas Sadia e Aurora no Oeste Catarinense. As principais marcações de suas entrevistas revelam que: o primeiro viveu negativamente as experiências de formação de cooperativa e de grupos de produção coletiva no assentamento de seus pais, pois devido às divergências e discussões levou ao fracionamento dos grupos coletivos e o fim da cooperativa. Haveria assim a afirmação de uma visão de trabalho baseada na família e na parcela de terra do lote individual. Além do mais, conformaria uma postura previdente às propostas e políticas futuras da direção do MST, sendo que frente a estas tenderia a atualizar as referências construídas no assentamento de seus pais. Para o segundo a referência de pequeno proprietário parcelar permanece latente, até porque ele seria a geração qual o pai não teve condições objetivas de garantir a reprodução social perante a concessão de uma parcela de terra. A análise de sua entrevista revela ansiedade vivida durante o período em que permaneceu como empregado agrícola, pelo desejo de conquistar a condição de *colono* pequeno proprietário. A permanência nas terras do patrão é vista como temporária, mediada pela crença de que seria possível, dentro do *status quo*, alcançar o tão sonhado pedaço de terra próprio. Quanto ao terceiro entrevistado é marcante em sua entrevista que a condição anterior de pequeno proprietário passa a ser representada de forma idílica, de um passado “bom” e perdido. São recorrentes os momentos em sua declaração que lembram que a condição anterior permitia ter seus animais, suas plantações, estar no *meio da natureza*, e organizar seu próprio tempo de trabalho.

Na análise das três trajetórias os horizontes de projeto materializam-se na posse da terra como garantia de estabilidade de vida, sendo que os desejos de acúmulo de capital econômico podem ser suprimidos, ao menos temporariamente, devido às instabilidades e inseguranças vividas. Se essas experiências já os convenceram de que seria impossível ascender socialmente, pelo menos a posse do lote é vista como condição mínima de suportar uma *vida de pobre*. Nesse sentido, exterioriza-se um modo de ver o lote que é determinada pela condição estrutural subordinada que ocupam na estrutura de relações sociais, que além de condicionar situações de miserabilidade também define um espectro de desejos restrito àquilo que julgam terem condições de ainda atingir: um lote próprio de terra por meio da *luta* onde podem reproduzir um determinado estilo de vida, entendido como sendo próximo à imagem de *colono*. A imagem desse *colono* aparece idealizada, associada a um passado áureo que a condição de agricultor-assentado permitiria (re)constituir. Nesse sentido, trata-se de uma interpretação da imagem de colono, mais idealizada como garantia de estabilidade e segurança do que numa perspectiva de progresso e integração a mercados, como no caso daqueles outros três agricultores-assentados analisados anteriormente.

Assim, os eventos da *luta* pela terra ganham significação a partir de um sistema de referências socioculturais que parece estar bem consolidado. Se isso pode dificultar a participação em cursos de formação política e cursos técnicos devido ao abalo e à ameaça que

tendem a provocar em suas crenças, também representa que podem não ter a preferência perante a direção do MST para a participação em tais cursos pelo fato de que há outros agricultores sem-terra com maior legitimidade para tal. O desenrolar da vivência dos eventos sociais no período do acampamento acabam restringindo a construção de redes sociais ao reconhecimento/identificação de pares de “iguais” durante a *luta*, formando os grupos preferenciais de diálogo e convivência. Da mesma forma, outras capacidades, conhecimentos e saberes tendem a não ser desenvolvidos nesse período, mas são reafirmados aqueles com os quais foram socializados. Uma postura que frente às propostas das direções do MST no período do acampamento desenvolve e ativa um comportamento receoso, com dúvida e temor de abrir mão daqueles elementos materiais e simbólicos de ordenamento de seus universos de compreensão associados à propriedade privada da terra, condição para a segurança mínima no atendimento das carências e motivo primeiro para a participação na *luta* pela terra.

No Assentamento suas referências socioculturais tendem a assumir um papel ativo no sentido de tentar materializar seus planos de futuro e desejos associados à imagem de produtor individual, organizador do *trabalho da família sobre a terra*. Embora suas ações direcionem-se na prática para a subsistência e a reprodução do ciclo familiar em busca de segurança das condições materiais mínimas para se viver - uma possível racionalização de suas trajetórias anteriores que acaba restringindo seus leques de carências e desejos - o ambiente da *menina dos olhos* abre novas possibilidades de projetos de futuro. Com as idéias de progresso devido ao cultivo da soja surge a possibilidade e os sentimentos de que com essa atividade poderia-se *ficar rico*. Usada no contexto de valorização da atividade sojícola essa expressão representa a possibilidade de acumular econômica e materialmente além daqueles padrões que se julgava pudessem ser alcançados, ou então, à possibilidade de melhorar de vida acima daqueles padrões que até então eram perseguidos. Nesta ambiência, considerava-se que *muito trabalho* já não era mais necessário nas lides do lote, situação expressada com a supressão da bovinocultura de leite, até então desenvolvida, do conjunto de atividades comerciais.

Contudo, com a diminuição dos preços da soja, reeditam uma estratégia produtiva que já haviam desenvolvido no início do Assentamento, baseada nas duas atividades que caracterizam a ambiência regional (soja e leite). A participação na organização política interna do Assentamento e da Cooperativa fica restringida ou inexistente, o que tende a dificultar a construção de redes sociais e institucionais, principalmente, nos centros urbanos para que outras possibilidades comerciais por esses agricultores-assentados fossem desenvolvidas. Esses agricultores-assentados provêm de posições sociais onde as expectativas de *melhorar de vida* pelo acúmulo econômico foram sucessivamente frustradas ou impedidas pela ausência de terra própria, ou viveram situações de instabilidades quanto à garantia de sobrevivência. Sugere-se que essas situações desenvolveram uma postura mais “fechada” internamente ao lote individual, à crença de que ele é a base para a segurança socioeconômica da família e uma postura receosa com relação aos agentes externos que trazem/estimulam “novidades” em termos de

práticas e cultivos produtivos no Assentamento. As demais frustrações vividas no Assentamento, como a da crise da COOPERVIDA, marcam uma espécie de retorno e, talvez, de resignação à concretização dos sonhos e projetos de futuro elaborados anteriormente à *luta* pela terra, relacionados com a perspectiva de se reproduzirem socialmente como agricultores-assentados e com a segurança da integralidade de seus universos simbólicos ancorados na *família* e na *terra*.

Com relação aos projetos de futuro e sonhos almejados suas respostas expressam que o projeto de vida desejado já foi alcançado. O que mais se almejava era a conquista de um pedaço de terra, onde, no entanto, reconhecem ainda ser necessário conquistar pequenos equipamentos para melhorar o trabalho da família no lote. Essa postura não somente é identificada pela análise das entrevistas, mas principalmente pelas expressões corporais que são realizadas quando as perguntas sobre os planos para o futuro são dirigidas pelo pesquisador. Nesse sentido, tem-se a impressão que o grande sonho da família já está sendo vivido: ter um lote de terra que proporcione, pelo menos, a reprodução social de seus membros. Os sonhos a realizar aparecem muito mais como ajustes ao sonho já realizado do que a perspectiva de acúmulo e progresso econômico e social, como expressado pelos agricultores-assentados analisados na seção anterior. Quanto ao futuro imaginado para os filhos a via do acampamento é vista como única opção, por mais que expressem que essa não seria a melhor alternativa a ser trilhada para os mesmos.

2.3. Os agricultores-assentados do sistema produtivo soja

Os agricultores-assentados selecionados deste sistema produtivo eram: filho de meeiro/empregado temporário em granjas, tendo trabalhado nas mesmas condições de seu pai antes de ir para o acampamento; morador de periferia de um centro urbano e trabalhador diarista em granjas e estâncias de gado; e, filho de pequeno agricultor da região do Auto Uruguai. Na análise de suas trajetórias sociais e principais marcações socioculturais assinala-se três pontos: a) quanto aos dois primeiros agricultores-assentados, a inserção social como trabalhadores diaristas em fazendas tendeu a definir graus de carências sociais relacionados com o atendimento mínimo das condições de sobrevivência, além de castrar a possibilidade de registrar em suas referências socioculturais conhecimentos e saberes associados com experiências de condução mercantil de fatores produtivos como a terra. Já, o terceiro agricultor-assentado insere-se no contexto de manutenção de pequenas frações de terra por famílias *caboclas*. Devido aos condicionantes históricos de ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul, teria mantido certo afastamento cultural da sociedade englobante onde a visão de progresso material é hegemônica, mantendo uma relação e referências culturais com a terra em um sentido de garantir o necessário para o autoconsumo e sobrevivência da família. Porém, sugere-se que, enquanto matriz cultural, seja descendente de uma relação estabelecida com a terra em que não a vê pelo princípio de ascender socialmente e de acúmulo de capital econômico, como na

tradição do colono parcelar;⁷ b) dada a estrutura social onde estiveram inseridos e viveram, as referências de 'agricultor' não foram aquelas associadas ao colono parcelar, sendo que a centralidade de suas racionalidades não estaria orientada pelo acúmulo de capital econômico, mas pelo desejo de poder controlar seu tempo a partir do atendimento das condições de sobrevivência da família; c) os sentidos atribuídos à possibilidade de conquista de um lote de terra dão-se a partir de sentimentos de autonomia em relação às circunstâncias de subalternidade percebidas em cada ambiente onde houve os processos de socialização desses agricultores-assentados. Dadas as diferentes relações sociais de subordinação por eles percebidas, vêem na *luta* pela terra a oportunidade de construir um modo de vida marcado pela possibilidade de poder dispor de seu tempo como bem entender. Aqui, o sentido dado à possibilidade de conquista de um pedaço de terra próprio está relacionado, em si, com sentimentos de ascensão social. Assim, sugere-se que os três agricultores-assentados teriam um espectro de desejos e de expectativas de acúmulo material menor quando comparados com os outros agricultores-assentados analisados anteriormente; condições determinadas pelas circunstâncias sócio-históricas vividas.

Dessa forma, poderia ser argumentado que, quanto comparados com os demais, estiveram inseridos na estrutura de relações sociais de forma mais marginalizada econômica e culturalmente. Seja pela ausência de patrimônio produtivo e o respectivo trabalho como empregados agrícolas ou devido ao relativo isolamento cultural da sociedade englobante a conquista de um lote de terra é mediada principalmente por sentimentos de autonomia na gerência de sua jornada de trabalho e de sua própria vida. Esses são valores sociais percebidos que a posição social por eles ocupada impedia que fossem materializados. Ademais, restringia a geração de capacidades e carências relacionadas com o desenvolvimento de uma racionalidade orientada para o acúmulo econômico, significando progresso material, como nos demais agricultores-assentados analisados. Essas circunstâncias de socialização e formação de *habitus* promovem interações-reações aos eventos relacionados ao período do acampamento e Assentamento de forma singular.

Frente às experiências da *luta* pela terra tendem a assumir uma postura "mais afastada" dos debates sobre os projetos econômicos futuros para o Assentamento e os lotes, seja por que não manifestam tanto interesse em tais debates devido seus objetivos primeiros para com a participação no acampamento e/ou por que o ambiente de identificação/diferenciação social do acampamento pode agir mantendo ou aprofundando tal "afastamento". As orientações das direções do MST relativas à produção futura no Assentamento são apreendidas, sobretudo, do ponto de vista do cultivo de atividades de autoconsumo. No entanto, esse período de suas vidas

⁷ Para melhor situar esse agricultor-assentado no quadro das relações econômicas, sociais e culturais, quando comparado com os demais, seria necessário uma abordagem ampliada do processo de ocupação territorial do RS, o que as dimensões desse artigo impedem. Contudo, chama-se a atenção no sentido de se evitar visões determinísticas sobre suas origens culturais caboclas, pois há vários casos no Assentamento que destoam. Contudo, manteve-se tal indicação, pois é uma posição social definida pelas condições sócio-históricas, mas que deve ser analisada a partir das condições objetivas de inserção na sociedade englobante.

é marcado pelas possibilidades de sociabilidades, de constituição de amizades e de *aprender a ser do Movimento Sem Terra*. O que pode indicar a constituição de uma identidade social enquanto categoria *sem-terra*, seja pela identificação de inimigos a sem combatidos e/ou por sentimentos de obrigação e dívida para com as direções do MST. A principal marcação social forjada nesse caso estaria mais relacionada com a identificação de um espaço de “iguais” e menos por uma possível constituição de racionalidades econômicas associadas com a organização individual ou coletiva da futura produção no Assentamento.

Quando em Assentamento, desde sua constituição, possuem uma forma semelhante de ocupação produtiva dos lotes baseada na soja, em arrendamento total ou parcial dos lotes aos granjeiros vizinhos. De acordo com as entrevistas concedidas, a ambiência do Assentamento tende a provocar *uma reviravolta* em suas vidas, não somente porque as condições socioeconômicas tendem a melhorar significativamente, mas devido ao conjunto de decisões, até então inusitadas, que são deles esperadas para colocar o lote em atividade produtiva. Neste sentido, o fato de possuir um lote de terra os insere em um ambiente que demanda um conjunto de decisões a serem tomadas relativas às formas de ocupação de tal área. Nesse sentido, tanto a direção do MST, instituições governamentais e grande parte dos agricultores-assentados deles esperam uma postura relacionada com a maximização econômica dos recursos produtivos sobre os lotes. No entanto, tais comportamentos requerem lógicas socioculturais mais associadas com uma racionalidade orientada para a obtenção de ‘lucros’, como referências de manejo desses fatores produtivos visando o progresso econômico. Como já foi abordado, as posições sociais que esses agricultores-assentados ocuparam na estrutura de relações sociais limitou o desenvolvimento de capacidades nessa direção e, ainda, as referências e padrões culturais constituídos do que seria *melhorar de vida e ascender socialmente* estariam dados por outros princípios que não aqueles que orientam os comportamentos dos demais agricultores-assentados. Nesse caso em análise, a obtenção de renda monetária com o arrendamento parcial/total do lote aos granjeiros e com o trabalho temporário que continuam a realizar em fazendas vizinhas, associado com o fato de possuírem um pedaço de terra constroem sentimentos de autonomia e ascensão social, quando por eles comparadas com as condições vividas anteriormente.

Contudo, isso não significa afirmar que esses agricultores-assentados não desejem acumular economicamente, mas que determinado nível de retorno financeiro tende a ter significações diferenciadas a partir daquilo que se considere o mínimo para constituir sentimentos de dignidade. Além do mais, a ambiência regional e local os tensiona constantemente quanto às suas opções produtivas: seja pela relação mantida com os granjeiros, com o que esperam deles a Cooperativa, a direção do MST, a assessoria técnica e os outros agricultores-assentados. A vivência desses tensionamentos pode ser expressada quando esses agricultores-assentados declararam que não sabiam *se administrar*. A afirmação frequentemente usada durante as entrevistas e em situações do cotidiano: *acho que eu não sei me administrar*,

em um contexto de justificativa para suas opções de estratégias de produção sobre o lote, pode ser o reconhecimento de um conjunto de dificuldades e limites impostos pelos seus processos de socialização, bem como as dúvidas, medos e a insegurança em se aventurar com novas formas de organizar a produção. Enquanto justificativa tende a funcionar como um processo de racionalização de sua situação social e de resignação, conformando-se com tais condições de reprodução econômica e social. Seria o significado dos constrangimentos gerados pelo seu *habitus* e do ambiente que vivencia, resultando em uma opção que na prática significaria menor jornada de trabalho sobre o lote quando comparada com os demais agricultores-assentados. A confluência entre “baixas” exigências/carências de melhora econômica e social e “pequena” jornada de trabalho, sempre quando comparado com os demais agricultores-assentados, poderia constituir essa última em *valor*, tornando desmedido o incremento da quantidade de trabalho dedicada às atividades produtivas quando isso passa a comprometer a possibilidade de dispor de seu tempo. Uma realidade individual que, contudo, tende a não ser vivida sem tensionamentos devido à complexidade de fatores que influenciam o espaço social do Assentamento.

Quanto aos projetos e desejos de futuro esses agricultores-assentados são os que mais demonstram realização e satisfação com as condições socioeconômicas atuais de vida, quando comparados com os demais. Por mais que possam demonstrar ansiedades, tensionamentos e vontades no sentido de alterações de suas estratégias produtivas e incremento de suas rendas, consideram que a posse do lote significou uma radical melhora das condições de vida. Entre as alternativas de futuro consideradas para os filhos o caminho da *luta* pela terra é considerado sem equívocos o principal e o melhor.

3. Considerações finais

O consenso entre os agentes desse espaço social tende a ser dado pela distância que separa as referências culturais de uns e de outros. Referências constituídas em posições sociais diferenciadas e, portanto, que indicam a vivência de conjuntos de experiências e socialização que tendem a constituir princípios de interação-reação também diferenciados e que são expressados nos comportamentos que seguem o período do acampamento. As modulações que a práxis coletiva proporciona aos *habitus* no período de *luta* pela terra tendem a potencializar as distâncias culturais entre esses indivíduos que o desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo no Rio Grande do Sul engendrou e capacitou a cada fração de trabalhadores rurais, visto pelas suas posições sociais na estrutura de relações sociais da sociedade. Como foi demonstrado durante o artigo essas diferenças também tendem a ser expressadas no Assentamento a partir de diferentes racionalidades e lógicas socioculturais no estabelecimento das estratégias de reprodução social das famílias e na ocupação produtiva dos lotes.

4. Bibliografia citada

BAILEY, Fredrick George. The Peasant view of the bad life. In.: Shanin, T. (Org). **Peasants and Peasant Societies**. Penguin Books, Harmondsworth, Middlesex. England, 1971, pp. 299-321.

- BENTEVI, Benchmarking na agricultura – IGEagro. **Informativo Soja**. Disponível em: <<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>, 2005. Acesso em: 10 set 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6º Ed. Campinas, SP: Papius, 1996.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1999.
- GAIGER, Luiz Inácio. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, nº 13, out. 1999, pp. 70-92.
- GAIGER, Luiz Inácio. Entre as Razões de Crer e a Crença na Razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, nº 27, Ano 10, fev. 1995.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Práxis Coletiva dos Sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In: **Cadernos de Sociologia: produção familiar, processos e conflitos agrários**. Porto Alegre, Vol. 6, 1994, pp. 177-203.
- GARCIA JR., Afrânio. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GUBERT, José Eduardo; BASSO, Nilvo. **Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. ADSA: análise diagnóstico de sistemas agrários: Jóia e Eugênio de Castro**. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Ceres)**. Porto Alegre, 1996.
- MOREIRA, Roberto José. **Identidades Costeiras Complexas no Pensamento Científico**. Coletânea PQI UFV-CPDA, 2006. (no prelo).
- MOREIRA, Roberto José. Identidade Social, Natureza e Comunidades Costeiras. In: **Simpósio Internacional sobre Comunidades Costeiras: 3º Workshop Internacional sobre Comunidades Costeiras**. Brasil, Recife, UFRPE, dez 2004.
- RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SÁ, Celso Pereira de. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.
- SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. Introdução. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org's). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijuí, 2005, pp. 17-24.
- WOORTMANN, Klaas. "Com Parente Não Se Negueia": o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. Brasília, nº 87, 1990, pp:11-76.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

MEMÓRIAS DE PITORÓ DOS PRETOS

João Augusto de Andrade Neto - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA – SR-12 (MA); Mestrando em Ciências Sociais PPGCS/UFMA
joaoaugustofox@gmail.com

RESUMO

A partir de uma pesquisa baseada no método da história oral, realizada junto a uma comunidade camponesa no interior do Maranhão, apresentaremos uma narrativa sobre o processo de grilagem ocorrido na região, através do ponto de vista dos próprios camponeses. Contaremos como ocorreu a luta dos trabalhadores rurais para reaverem suas terras de tradicional uso e ocupação e pela libertação de sua condição coagida de foreiros. O desvelar destas memórias coletivas servirá como fundamento para uma avaliação de determinadas políticas fundiárias aplicadas por órgãos e entidades representantes do Estado brasileiro e sobre a ação na zona rural de agentes privados visando à acumulação de terras e a exploração da mão-de-obra camponesa. Nosso intento é que esta análise das relações entre Estado, latifundiários e camponeses, no caso da comunidade de Pitoró dos Pretos – a partir da qual fizemos um levantamento sobre as memórias coletivas – possa servir para reflexões com vistas ao aprimoramento das políticas públicas no campo, produzindo mediações qualitativamente superiores e o avanço efetivo da reforma agrária no país.

Introdução:

A partir de uma pesquisa de história oral realizada junto a uma comunidade camponesa no interior do Maranhão, apresentaremos uma narrativa sobre o processo de grilagem ocorrido na região, visto do ponto de vista dos próprios camponeses. Contaremos como ocorreu a luta dos trabalhadores rurais para reaverem suas terras de tradicional uso e ocupação e pela libertação da condição coagida de foreiros¹.

As problematizações acerca do método de pesquisa que se baseia no registro e estudo das tradições orais não poderá ser esquecida, entretanto não constituirá o principal foco deste trabalho. Para fins analíticos, tomaremos o caso de grilagem relatado como uma forma exemplar deste amplo fenômeno, com ocorrências registradas em todas as regiões do Brasil.

Além de relatar as memórias da comunidade de Pitoró dos Pretos e suas vizinhas Resfriado e Precateira, no município de Peritoró², nosso objetivo é problematizar as relações entre camponeses, agentes privados que atuam nas zonas rurais e determinados órgãos e entidades que representam o Estado brasileiro. A partir deste caso específico, procuraremos investigar brevemente o modo como são – ou deixam de ser – aplicadas certas políticas públicas, com ênfase nos processos de reforma agrária.

1. Memórias da luta pela terra:

Por volta do ano de 1905, uma família camponesa do município de Codó, no interior do Maranhão, chegou a um vale isolado e de terras fecundas, na zona rural da cidade. Em meio à mata densa que margeava o Rio Peritoró, o velho Joaquim Arruda, com sua mulher e suas irmãs, se estabeleceu em localidade que à época não possuía dono, nem tampouco alguém que nela exercesse posse.

A caça e a pesca eram fartas e as terras férteis para o plantio, não faltava água e o babaçu, um dos principais produtos da economia regional, era abundante nas matas virgens. Em meio à fartura de recursos naturais, a família cresceu e se ramificou. Logo outras pessoas vieram e o lugar, à época conhecido como Peritoró, tornou-se cada vez maior, ramificando-se em outros pequenos povoados como Bacuri, Fundamento, Conceição, Resfriado e Cinco Bocas.

Os vizinhos mais próximos distavam léguas dali, à exceção do engenho de cana do Sr. Color Salazar e da fazenda Santa Rita, a qual constituía área de livre

¹ Foro é o pagamento de parte da produção agrícola realizada pelo trabalhador rural ao proprietário da terra onde trabalha. Foreiro é o camponês que contrai esta forma de relação trabalhista no campo.

² Peritoró é um município recente, tendo sido desmembrado do vizinho Codó em 1997.

acesso para os membros dos povoados e era dotada de um cemitério por eles utilizado.

Um incêndio acidental tirou a vida da filha do dono de engenho em 1948. Desgostoso, Salazar vendeu a meia légua de terras onde se situava o canavial para o Sr. Jorge Rocha. No momento da demarcação da terra, com a ajuda de jagunços contratados, Rocha aumentou significativamente o perímetro sob seu domínio, abarcando inclusive Peritoró e os povoados vizinhos. Começou naquele momento um período de intensa dominação e opressão aos camponeses.

Em 1952, Jorge Rocha tomou posse de toda a área demarcada, reivindicando a propriedade legal sobre as terras. A permanência dos trabalhadores rurais ficou condicionada ao pagamento anual do foro, através do repasse de parte de sua colheita.

O excedente restante da produção deveria ser vendido também ao latifundiário, que pagava não em dinheiro, mas através de vales que serviam para a obtenção de produtos na mercearia do próprio. Não era permitida a circulação de dinheiro em suas terras e as tentativas de venda de produtos agrícolas ou extrativistas para qualquer outro comprador eram reprimidas com violência e humilhação.

A partir do ano de 1955, os filhos do fazendeiro, Jonas e Zequinha Rocha, assumiram a gerência das terras. Zequinha se destacava pela truculência de suas ações contra os trabalhadores. Em 1965, partiu para o município de Imperatriz, no sul do estado do Maranhão, para dar origem a uma nova propriedade. Em 1992, foi assassinado por camponeses da região com dezenas de disparos de espingarda.

Mas Jonas, o outro filho de Jorge Rocha, permaneceu durante todo o tempo administrando as terras em Peritoró, exercendo sua dominação sobre os povoados e violentando seus moradores. As formas de violências eram diversas. Apenas a título de exemplo, o fazendeiro fazia questão de tirar a virgindade das moças dos povoados, as quais, engravidando, eram postas para casar com outros camponeses.

Além da presença de encarregados que controlavam cada um dos povoados, Jonas Rocha mantinha na área também capangas que coagiam os camponeses física e psicologicamente. Os moradores que não pagassem o foro correspondente ao período anual, eram impedidos de permanecer trabalhando nas terras.

Aproximadamente em 1978, os trabalhadores de todos os povoados da área, a qual havia se tornado propriedade da família Rocha, receberam ordens para mudar suas moradias para o local denominado Conceição Salazar, onde se situava a sede da fazenda. Aqueles que discordassem da decisão, seriam forçados a abandonar as terras.

Fundamento, Resfriado e Peritoró eram três dos povoados mais antigos daquela região de Codó. Haviam estabelecido uma forte identidade com aquelas terras desde o começo do século XX e constituíram uma coesão comunitária, em função, dentre outros fatores, do isolamento e das necessidades reprodutivas que os induziam à cooperação.

Tendo eles tão fortes os atando às localidades de moradia e trabalho, muitos membros destes povoados se negaram a acatar a ordem de Jonas Rocha, que determinara a liberação das terras e a mudança para Conceição Salazar. A reação do latifundiário foi intensificar as formas de coerção contra os trabalhadores rurais.

Diante deste quadro, muitos moradores abandonaram gradualmente os povoados em busca de melhores condições de vida em outros municípios e localidades, outros aceitaram a transposição dos locais de moradia e trabalho e alguns optaram pela resistência nas localidades as quais ocupavam há décadas.

Uma forte seca no ano de 1983 implicou em escassez na produção dos gêneros agrícolas por parte dos trabalhadores rurais. A pouca colheita obtida era repartida para evitar a fome. Neste ano, muitos não conseguiram pagar o foro, ao que Jonas Rocha respondeu que “arrendava a terra, mas não arrendava a chuva”.

Os moradores continuaram pagando a renda pelo uso da terra, a qual era determinada de acordo com a quantidade de linhas de roças plantadas. Mas nem sempre o faziam em acordo com as exigências do grileiro – alguns se tornaram mesmo inadimplentes. Até que em 1989, o primo de um dos habitantes trouxe a idéia da criação de uma “comunidade”³ para lutar pela terra. Dizia ele que tendo a terra, o homem conseguia o pão.

Muitos dos camponeses concordaram com a idéia e deram início à mobilização para criação de uma associação de trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo em que se organizavam formalmente através da constituição de uma organização que viria a ter estatuto jurídico próprio, algumas pessoas em Peritoró e Resfriado decidiram coletivamente pelo não pagamento do foro a partir daquele ano. Começou então a época em que o conflito se tornou mais duro.

Até então, os posseiros representavam a mão-de-obra que servia ao fazendeiro para a exploração das terras, plantando arroz, milho, feijão, mandioca,

³ “Comunidade”, enquanto categoria nativa dentre estes povoados corresponde à organização dos trabalhadores rurais de dada localidade na forma de uma associação, realizando reuniões e ações e defendendo seus interesses. Neste sentido, antes do início da mobilização dos trabalhadores e de sua organização para enfrentar o fazendeiro, não havia “comunidade”. Esta concepção acerca da idéia de comunidade está presente entre moradores de outras duas comunidades já visitadas no interior do Maranhão: Santa Rosa dos Pretos e Mata de São Benedito, ambas no município de Itapecuru-Mirim. Porquanto seja um conceito exógeno, em sua conotação não-nativa, possivelmente a concepção própria destes camponeses de “comunidade” possa ser justificada pelo fato de sua utilização estar vinculada a um agenciamento do termo com finalidades específicas geradas por certas necessidades práticas.

entre outros víveres e extraíndo o coco de babaçu. A partir da negativa dos trabalhadores em pagar suas obrigações de arrendamento, Jonas Rocha decidiu realizar o plantio nas terras por iniciativa própria. Contratou trabalhadores de Codó para realizar o trabalho na roça, mas os moradores organizados impediram o acesso daqueles à área.

Enviou também pistoleiros fortemente armados para invadir os povoados, se alojando na casa dos seus encarregados nas respectivas localidades.

O representante do latifundiário no povoado de Peritoró era Francisco de Assis Ferreira, uma pessoa que, a despeito da desconfiança suscitada pela sua função, era amigo de alguns dos moradores. Tomando ciência do movimento que estava em gestação entre as comunidades, abandonou o posto de confiança oferecido pelo fazendeiro, ingressando junto aos trabalhadores na luta pela terra. A atitude de Assis despertou a ira de Jonas Rocha contra sua pessoa.

Com a possibilidade iminente de um “derramamento de sangue”, os camponeses redigiram um documento com vistas a entidades civis e autoridades públicas, denunciando a tensão social corrente na área. Assis, que a esta altura já havia se consolidado como importante liderança do movimento de resistência dos posseiros na terra, partiu para São Luís junto com Ribinha, outro morador integrante da família pioneira na fundação dos povoados, os Arruda.

Na capital, dirigiram-se para a FETAEMA (Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão). Depois de alguma negociação com um de seus diretores, Ribinha e Assis conseguiram que a entidade encaminhasse a sua denúncia também para a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a SMDDH (Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos). Obtiveram ainda o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Codó, que os auxiliou posteriormente na legalização de sua associação rural.

Em agosto de 1989, os moradores do pequeno povoado Fundamento, próximo a Peritoró, foram despejados de suas casas pelos pistoleiros contratados por Jonas Rocha. A partir deste momento, foi deflagrado um estado de guerra armada.

As comunidades traçaram táticas de autodefesa, que incluíam a permanência de um grande contingente de camponeses atocaiados nas matas em estado de vigília permanente, o controle de importantes acessos aos povoados e a fabricação de armas e obtenção das mesmas junto aos povoados vizinhos, dos quais advinham também outros guerreiros em apoio.

Os homens não tinham tempo nem segurança para trabalhar nas roças, passando fome muitas vezes. As mulheres e crianças viviam com medo e sempre agrupadas para tentar garantir sua integridade física. Às mulheres cabiam os trabalhos

domésticos, o controle das despesas, o trabalho na roça e a extração do coco de babaçu, além de cuidar das crianças.

Em 1991, os trabalhadores rurais tentaram armar uma tocaia contra Jonas Rocha com o objetivo de intimidá-lo, mas esta não foi bem sucedida. Até então, os moradores do povoado Conceição Salazar, situado nas imediações da sede da fazenda, não haviam se juntado à luta. Por influência do advogado da SMDDH à época, Domingos Dutra, os moradores de Conceição Salazar juntaram-se aos de Peritoró e Resfriado para obterem uma área mais ampla de terras.

Jonas Rocha parecia estar menos interessado na posse das terras de Peritoró e Resfriado. Foi justamente no povoado de Conceição Salazar – o menor e menos preparado para luta – que ocorreu o maior foco de tensão, pois o latifundiário alegava ser aquela uma terra de herança deixada por sua mãe aos filhos. Naquele lugar, seus jagunços retiraram as armas dos moradores e ameaçaram de morte a todos os homens.

O contingente de guerreiros de Peritoró e Resfriado se ampliou, com a vinda de novos membros de outros povoados, e uma parte deste foi deslocada para Conceição Salazar. Os líderes da resistência dos posseiros em Peritoró e Resfriado também foram ameaçados de morte: Ribinha, Marizete Arruda, Assis, Neca e Antônio de Joana (outro ex-encarregado de Jonas, do povoado de Conceição Salazar).

No dia 5 de novembro de 1991, partiriam para a capital São Luís mais uma vez Ribinha e Assis, escondidos pelas matas e contando com a escolta dos companheiros. Mas não lograram chegar ao seu destino: entre 11:00 e 11:30 da manhã em Peritoró, ocorreu o assassinato de Assis, que foi alvejado em uma tocaia feita pelos pistoleiros de Jonas Rocha. Junto de Assis estava Francisco das Chagas de Souza, outro trabalhador rural, que levou dois tiros no braço, mas sobreviveu.

Os assassinos foram logo identificados e presos pela Polícia Civil de São Luís no dia seguinte ao crime, ainda portando as armas que usaram para matar Assis. Após sete dias reclusos na prisão, foram libertados através do pagamento por parte de Jonas Rocha de uma fiança de treze mil cruzeiros. Ficaram então livres para retornar à comunidade para continuar realizando ameaças.

A fase mais dura de conflito direto na região prolongou-se de 1989 até 1994, ano em que os moradores dos três povoados – Peritoró, Resfriado e Conceição Salazar, doravante conhecido pelo nome Precateira – fundaram uma associação de

trabalhadores rurais, atualmente conhecida como Associação dos Produtores Rurais de Pitoró dos Pretos⁴.

Em 1996, em decorrência da pressão dos camponeses e dos movimentos sociais junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e à Presidência da República, foi expedido o decreto presidencial de desapropriação de aproximadamente 4.705,0000 hectares de terra, divididos em duas glebas: Costa Fundamento e Conceição Salazar, ambas pertencentes a Jonas Rocha.

Segundo depoimentos do fazendeiro nas audiências realizadas à época, a gleba denominada Costa Fundamento teria sido herdada de sua mãe e a de Conceição Salazar, seu pai teria adquirido por meio de compra. O INCRA procedeu à desapropriação dos imóveis, através do pagamento de indenizações, dando origem subsequentemente a dois Projetos de Assentamento (P.A.): P.A. Costa Fundamento, englobando os povoados de Resfriado e Peritoró (que a partir da criação da associação passou a ser mais conhecido como Pitoró dos Pretos) e P.A. Conceição Salazar, abarcando o povoado de Precateira.

2. Considerações sobre a narrativa e o uso da história oral:

A narrativa precedente foi elaborada com base nos depoimentos colhidos em entrevistas feitas com dois membros das comunidades mencionadas, além de informações de outros moradores registradas durante o trabalho de campo. Está amparada no histórico apresentado pelas comunidades de Pitoró dos Pretos, Resfriado e Precateira, em sua ata de auto-definição como quilombola, enviada para a Fundação Cultural Palmares com vistas à obtenção do certificado atestando que a comunidade é remanescente de quilombos.

Evidentemente os relatos orais não falam por si mesmos. Apesar da clareza aparente da forma narrativa precedente, seus significados não são fixos, mas precisam ser estudados na prática (Cruikshank 2002:155). A contribuição de alguns autores clássicos da Antropologia e Sociologia pode ser útil neste sentido.

Emile Durkheim, em *As formas da vida religiosa*, via a narrativa oral como uma “cola” que ajudava a unir as comunidades, juntamente com o ritual. Bronislaw Malinowski, estudando os trobriandeses afirmou que só se pode especular sobre o que a tradição oral realmente significa para os seus participantes, sendo que o mais

⁴ O termo Pitoró representa uma corruptela de Peritoró, que significa tanto o nome do povoado quanto o nome do município que foi desmembrado de Codó, dentro do qual se situam estas comunidades. O termo “dos pretos” constitui uma alusão ao engajamento da comunidade de Peritoró junto ao movimento negro maranhense, do qual já participavam desde então.

importante é observar a forma como esta é utilizada para legitimar instituições sociais e resolver conflitos, dando sentido à ordem social vigente (2002:152-153).

Levar a sério estas memórias transmitidas oralmente, do ponto de vista das Ciências Sociais, significa não meramente aderir à sua veracidade, mas procurar desvendar os meandros dos acontecimentos relatados, bem como o contexto social no qual ocorre a tradição oral. Para tal, torna-se imperativa a realização de um esforço de objetivação da posição dos entrevistados e produtores das fontes utilizadas no interior dos campos sociais, dos contextos e do grau de envolvimento de cada um deles – inclusive do pesquisador (Bourdieu 1989). Entretanto, a análise acurada do caráter social da narrativa ficará relegada a um outro âmbito e momento.

Por ora, basta comentarmos que se trata de um registro – dentre outros possíveis – da história oral⁵ da luta pela terra destes povoados, vista pelo ponto de vista de membros da família Arruda, moradores de Pitoró dos Pretos, comunidade cujos habitantes foram importantes protagonistas dos acontecimentos relatados⁶. Não pretendemos reificar esta história oral, posto que isto privilegiasse uma facção específica, cujos relatos mais se aproximassem de nossas próprias definições (2002:159).

Não abandonaremos também uma visão crítica sobre os relatos colhidos em campo nos Projetos de Assentamento Conceição Salazar e Costa Fundamento, entre julho e agosto de 2006, que resultaram neste trabalho. Reconhecemos que podem existir intencionalidades subjacentes à forma como um relato é contado e em relação ao seu conteúdo, as quais não se revelam à primeira vista.

Para além do questionamento sobre a fidedignidade destas memórias enquanto fatos históricos – qualidade esta que não pretendemos comprovar em termos positivistas⁷ –, nos apoiaremos na narrativa como um caso típico de grilagem, semelhante a centenas de outros que aconteceram e ainda acontecem no interior do Brasil. Este exemplo pode nos ser útil para questionar a forma como são aplicadas certas políticas fundiárias – desde o registro cartorial de títulos às ações de reforma agrária.

⁵ “(...) ‘História oral’ é uma expressão mais especializada que, em geral, se refere a um *método* de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular.” (Cruikshank, 2002:151). Ao elaborar a narrativa presente nesta pesquisa, nosso intento foi o de articular os depoimentos colhidos, de modo a encadeá-los em um todo linear e coerente, pautado pela linha do tempo dos acontecimentos. A ausência de citações explícitas dos entrevistados não denota descompromisso quanto ao que foi enunciado *ipsis litteris*, mas sim, nosso esforço em tornar mais acessível o entendimento da história.

⁶ Atualmente, Otávio Arruda reside na zona urbana do município de Codó e não mais em Pitoró dos Pretos, mas continuava freqüentando o povoado e trabalhando na roça de sua irmã, Marizete Arruda, até o momento da coleta dos depoimentos.

⁷ Muito embora parte dos acontecimentos possa ser comprovada por documentos e fontes secundárias que foram pesquisados.

3. O processo de grilagem e as políticas fundiárias aplicadas:

O primeiro ponto que nos chama atenção nestes relatos de história oral colhidos em Pitoró dos Pretos é o quão recentemente aconteceram os principais episódios de luta pela terra. De 1989 a 1996, estava em curso uma guerra entre camponeses e o latifundiário, apoiado por seus contratados e por representantes do poder público local (a polícia local, alguns políticos, entre outras autoridades). Devemos indagar quais são os principais fatores que permitiram o encadeamento dos acontecimentos, resultando no estado de acirrado conflito social relatado.

Segundo os moradores de Pitoró, ao chegar àquela região de Codó no início do século passado, o velho Joaquim Arruda e sua família encontraram uma terra desapossada. Como confrontantes desta havia o engenho de cana de Color Salazar e a Fazenda Santa Rita, com cujos proprietários mantinham uma boa relação.

Durante quase 50 anos os camponeses habitaram e trabalharam livremente na área. Até que Jorge Rocha, pai de Jonas, adquiriu a propriedade de Salazar, a qual, segundo os moradores, consistia em meia légua de terras⁸ e não incluía as terras em posse das comunidades. Entretanto, o comprador afirmava ter adquirido também toda a área de uso e ocupação dos trabalhadores rurais, os quais se resignaram em aceitar esta verdade que lhes fora imposta.

Os descendentes de Joaquim Arruda afirmam não existir nenhum documento que os vincule à propriedade da terra. Por décadas exerceram posse natural e pacífica, de forma coletiva. A falta de amparo legal e a ausência do poder público podem explicar em parte a reação a princípio pacífica e passiva destes grupos sociais à chegada do grileiro.

Tendo sido obrigados a contrair uma relação de arrendamento com o fazendeiro, os camponeses desta região foram submetidos a um regime que nos remete aos tempos da escravatura brasileira. Vivendo sob o signo da violência, precisavam realizar trabalhos compulsórios para atender aos desígnios do patrão recém-chegado.

As comunidades rurais ao longo da história brasileira foram em geral relegadas à invisibilidade pelos órgãos e agentes representantes do Estado brasileiro. Seus direitos básicos como habitação, trabalho, saúde e educação foram habitualmente

⁸ Pelos parâmetros de medição antigos, a légua brasileira mede 6.600 metros. Depreende-se que a medida de meia légua mencionada corresponde a uma medida de superfície, logo, seriam 3.300 metros de largura por 3.300 metros de comprimento. Transformando esta medida em hectares, teríamos em torno de mil e oitenta e nove hectares. (1.089,0000 ha).

negados, ou quando muito, parcialmente atendidos de forma precária, em decorrência de falta de infra-estrutura e investimentos públicos nas zonas rurais.

Em relação às comunidades que estudamos a situação não foi diferente. As únicas pessoas da sociedade envolvente que adentravam de tempos em tempos eram os candidatos políticos – além da família do fazendeiro. Em busca de votos, chegavam aos povoados com promessas e presentes para seus moradores. Nos dias de eleições, contam os moradores que ônibus particulares alugados pelos candidatos partiam para levar todos para as zonas eleitorais para votar. Uma vez eleitos, os candidatos viravam as costas para os camponeses – mas somente até as próximas eleições.

De modo que durante décadas, aqueles grupos viveram um drama silencioso e sem espectadores externos. Jamais representantes dos poderes públicos alcançaram aquelas pessoas, nem muito menos se posicionaram perante seus moradores para questionar a legitimidade da dominação da qual estavam sendo alvo. Tudo indica que os representantes do poder público teriam agido até mesmo na contramão desta última idéia, especialmente – mas não apenas – se levamos em conta a facilidade com a qual o fazendeiro mobilizava as forças policiais para intimidar os grupos locais.

Muitos cartórios locais têm sua parcela de responsabilidade em casos de grilagem. A estrutura dos cartórios de registros de imóveis⁹ brasileiros representa senão um instrumento do poder público para oferecer um serviço aos cidadãos, com suas regras e funcionamento determinados pelos legisladores e sua execução posta a cargo de particulares. Entretanto, a prática destes cartórios no país tem muitas vezes demonstrado que funcionam não como um serviço que atenda à coletividade, mas sim aos interesses privados de grileiros, latifundiários e outros agentes do mercado imobiliário rural.

Como se dá o processo pelo qual terras devolutas em posse de comunidades camponesas desde a década de 1900 – ou de presença bem anterior – de uma hora para outra passam a constar como propriedade de alguém que não seja destas comunidades em um registro cartorial? É legítimo que uma propriedade de terras seja registrada em cartório em nome de uma pessoa qualquer, independentemente do fato de nela haver habitantes há mais de uma geração – ou há gerações?

⁹ “O cartório de registro de imóveis registra os títulos de propriedade de imóveis e respectivas averbações. Para que se possa saber quem é o proprietário de um imóvel é necessário consultar o registro do imóvel nesse cartório. É importante saber que a escritura de um imóvel pode ser lavrada em qualquer cartório de notas, inclusive de outra cidade ou estado, mas deve ser registrada no cartório que jurisdiciona o endereço do imóvel”. Informação extraída em 23 de junho de 2007, às 19h32min do seguinte site: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/Cart%C3%B3riosconcess%C3%B5esp%C3%BAblicas/not02.htm>

Precisamos entender não só os desvios no funcionamento da estrutura cartorial de registro de imóveis, mas também o papel fundamental que tem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no caso que estamos investigando. O INCRA é o órgão do poder executivo responsável pelo ordenamento da estrutura fundiária brasileira e pela implementação das ações de reforma agrária.

Constitui o legítimo representante do poder público para lidar com as questões surgidas em decorrência de problemas de terras e tem como incumbência realizar o cadastro dos imóveis rurais e a regularização fundiária. Pode-se afirmar que é um órgão de suma importância, tanto pelo caráter regulador das relações no campo como pelas ações de promoção da justiça social no mundo rural através das políticas de reforma agrária.

A reforma agrária é uma política pública que tem como objetivo a manutenção do homem no campo, através da destinação de terras às famílias desapossadas ou sem propriedades rurais, para sua moradia e produção. Consiste também em um conjunto de ações de incentivo à sua fixação nestas terras, com a conseqüente geração de renda e possibilitando a reprodução do campesinato.

Representados pela associação de trabalhadores rurais local, os moradores das comunidades de Peritoró, Resfriado e Precateira conseguiram junto ao INCRA a abertura de processo administrativo com a finalidade de desapropriar as terras da família Rocha, via indenização, com vistas ao seu repasse para os camponeses.

A área total pertencente à família do latifundiário possuía 6.855,4000 hectares, segundo consta nos autos do processo administrativo do INCRA. A área sugerida para desapropriação em princípio, já excluía aproximadamente um terço desta quantia, o qual deveria continuar sob o domínio de Jonas Rocha.

A classificação da propriedade como improdutivo era o fator apresentado como justificativa para a desapropriação, seguindo os critérios de produtividade definidos pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) para comprovar se a propriedade cumpre ou não a sua função social. A função social da terra é avaliada basicamente pelo tamanho da propriedade em relação à forma como é utilizada para a produção agrícola e pecuária. Por exemplo, se a área for considerada como um latifúndio por sua dimensão e não estiver produzindo em adequação com suas potencialidades, nem tampouco empregando mão-de-obra e gerando renda, torna-se passiva de ser desapropriada através do pagamento de indenização, para fins de reforma agrária.

Em 1996, como já foi mencionado, um decreto desapropriatório do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso foi assinado, para que se procedesse à desapropriação por interesse social de parte das terras que foram palco do conflito registrado. A partir daquele ato do poder executivo, o INCRA estava

autorizado a proceder com as ações administrativas de desapropriação das glebas Costa Fundamento e Conceição Salazar, que totalizavam em torno de 4.705,0000 hectares.

Durante o processo de desapropriação da gleba Costa Fundamento, foi excluída ainda uma área de aproximadamente 165,0000 hectares, a qual o proprietário Jonas Rocha teria vendido a um guia espiritual da região, Joel Bezerra.

As desapropriações deram origem a dois Projetos de Assentamento (P.A.): um denominado P.A. Costa Fundamento, englobando a área de Pitoró dos Pretos, Resfriado e Torneio do Meio¹⁰, e outro denominado P.A. Conceição Salazar, que correspondia à área do antigo povoado de Conceição Salazar, destarte conhecido pelo nome de Precateira.

O ato arbitrário determinado pelo INCRA de criação de dois Projetos de Assentamento em uma área que até então estava unida na luta pela defesa de suas terras, constituiu um erro gravíssimo. Aliado a algumas complicações na ordem das relações políticas internas e das relações pessoais entre os moradores, este ato implicou em uma progressiva divisão e disputa por recursos entre associações.

Embora os três povoados formassem uma só unidade, representados por sua associação de produtores rurais, houve uma divisão interna que levou à separação de um grupo de moradores de Pitoró dos Pretos. Este agrupamento mudou-se para a Precateira, dando origem a outra facção, a qual fundou e dirige ainda hoje a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Precateira da Gleba Conceição Salazar.

Os topógrafos do INCRA, no momento da demarcação física dos limites perimetrais dos dois Projetos de Assentamento, realizaram um trabalho de caráter e eficiência questionáveis. Traçaram uma linha vertical arbitrariamente dividindo os dois P.A. e delinearam um polígono repleto de curvas, recuos e avanços, que excluía certas áreas as quais já haviam sido desapropriadas.

Este trabalho demarcatório, realizado segundo critérios fora dos padrões normais da topografia e agrimensura, excluiu ainda o acesso da comunidade ao tradicional cemitério onde se encontram os restos mortais de seus parentes¹¹. Não tendo sido devidamente concluído, deu margem a que o comprador da propriedade

¹⁰ Torneio do Meio é outro povoado de origem posterior à desapropriação em 1996, situado na encruzilhada que une Precateira à Resfriado e Pitoró dos Pretos, o qual tivemos oportunidade de visitar e no qual também coligimos dados *in loco*.

¹¹ Como mencionamos, os moradores usufruíam do cemitério da antiga Fazenda Santa Rita, há muito tempo atrás. Com o tempo, a área utilizada como cemitério foi transferida para próximo da sede da fazenda de Jonas Rocha, no povoado Conceição Salazar (Precateira). A parte da fazenda que não foi desapropriada foi vendida para um novo proprietário que a cercou e demonstrou seguidas vezes desrespeito para com os moradores, levando-os a procurar outro lugar para enterrar seus mortos.

remanescente de Jonas Rocha (a terça parte que foi dispensada da desapropriação) erguesse uma cerca de arame farpado, impedindo o acesso tanto ao cemitério quanto a uma significativa parcela de terras também já desapropriadas.

Conclusão

Os membros da Associação de Trabalhadores Rurais de Pitoró dos Pretos reconheceram a ocorrência dos diversos problemas relativos à demarcação das terras destinadas à reforma agrária neste caso. Constantemente estão em busca de acesso a melhores condições de produção, distribuição, saúde, educação e assistência técnica.

Em função destes fatores, foi solicitado ao INCRA a regularização como território quilombola da área dos dois Projetos de Assentamento (incluindo as comunidades de Resfriado, Precateira e Torneio do Meio). Esta pode ser – ou não – a oportunidade do órgão reparar alguns erros cometidos durante as ações de reforma agrária do tipo convencional.

É inegável que as ações realizadas através do INCRA no caso em estudo foram fundamentais para a garantia da reprodução das comunidades naquela região. Entretanto, uma série de problemas marcou o relacionamento dos técnicos do órgão com as comunidades. Aparentemente as indicações dos camponeses sobre a área a ser desapropriada não foram levadas em consideração de maneira significativa, enquanto o latifundiário parece ter sido beneficiado por diversos meios.

Os processos de grilagem no país não seriam possíveis sem a cumplicidade de certos cartórios de registro de títulos e a conivência de agentes representantes do Estado. É urgente que sejam implementadas medidas por parte do poder público que regulem a ação de agentes privados no campo, enfrentando frontalmente o fenômeno da grilagem.

Nosso intento é que esta avaliação das políticas fundiárias aplicadas no caso de Pitoró dos Pretos, Precateira e Resfriado, possa servir para reflexões com vistas ao aprimoramento de tais políticas, bem como das relações entre os representantes do Estado brasileiro e o campesinato, produzindo mediações qualitativamente superiores e o avanço efetivo da reforma agrária no país.

Bibliografia:

ANDRADE NETO, João Augusto. Quilombos Maranhenses: História, identidade étnica e memórias da luta pela terra em Pitoró dos Pretos. Niterói, 2006. 54 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais/Universidade Federal Fluminense).

ARRUDA, O. Otávio Arruda: depoimento [21/07/06]. Entrevistador: João Augusto de Andrade Neto. Peritoró: Pitoró dos Pretos/MA. 1 fita K7.

ATA de auto-definição como grupo remanescente de quilombo das comunidades de Pitoró dos Pretos, Resfriado e Conceição Salazar (Precateira).

BOURDIEU, Pierre. Capítulo II: Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel/Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 17-58 (Memória e Sociedade)

CRUIKSHANK, J. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. (orgs.). Usos e abusos da história oral. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 149-164.

MORAIS, J. José Ribamar Ferreira Morais (Ribinha): depoimento [21/07/06]. Entrevistador: João Augusto de Andrade Neto. Peritoró: Pitoró dos Pretos/MA. 1 fita K7.

GT 1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

MUDANÇA INSTITUCIONAL E OS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO NO ASSENTAMENTO JOSÉ ANTÔNIO EUFROSINO (PB)

Roberto de Sousa Miranda
Doutorando em Ciências Sociais, na Universidade Federal de São Carlos
(PPGCSO/UFSCar). robertosmiranda@yahoo.com.br

Luis Henrique Cunha
Doutor Desenvolvimento Sócio-ambiental, professor do Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais (PPGCS/UFMG).
luishcunha@uol.com.br

Aldo Manoel Branquinho Nunes
Graduando em Ciências Sociais, na Universidade Federal Campina Grande.
varzeavermelha@bol.com.br

RESUMO

As instituições sociais dos assentamentos rurais desempenham um importante papel no processo de ordenação e estruturação social ao possibilitam a superação dos conflitos vividos pelas famílias assentadas, especialmente nos primeiros anos, através da (re)definição de regras e normas que inibam comportamentos oportunistas e regulem a vida social, política e econômica. As associações constituem a forma predominante de representação das famílias assentadas e a presença das mesmas é necessária para o repasse de créditos e a interlocução dos assentados com entidades governamentais e da sociedade civil. Apesar disso, não se pode desconsiderar a existência de outras instituições (tradicionais ou vinculadas a movimentos sociais rurais) que contribuem para a integração das famílias, a ampliação dos espaços de tomada de decisão e o aumento da participação. Partindo desse pressuposto propomo-nos analisar como a constituição da associação e dos núcleos de família do assentamento José Antônio Eufrosino e as mudanças institucionais que visaram o aumento da participação dos assentados nas assembléias e reuniões possibilitaram a ampliação dos espaços de tomada de decisão e a superação dos dilemas de ação coletiva.

1. Introdução

Com a criação dos assentamentos rurais novos espaços e redes de sociabilidade são construídos, reconstruídos ou estabelecidos, com o surgimento de novas formas de organização. As associações constituem a forma predominante de representação dos assentados, “pelo simples fato de que são uma espécie de ‘exigência’ do Estado: elas são a ‘personalidade jurídica’ do assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse de créditos” (LEITE et al., 2004:113).

Nos assentamentos em que não existem associações, outras instituições formais, como as cooperativas, exercem a mediação entre assentados e organismos governamentais (MIRANDA, 2007). Apesar destes casos, as associações dão suporte às relações sociais dos assentados com entidades governamentais e da sociedade civil na grande maioria dos assentamentos rurais brasileiros (LEITE et al., 2004). Por outro lado, não podemos desconsiderar a existência de outras instituições (tradicionalistas ou vinculadas a movimentos sociais rurais) que contribuem para a integração das famílias, ampliam os espaços de tomada de decisão e aumentam a participação (MIRANDA, 2007).

As instituições dos assentamentos rurais desempenham um importante papel no processo de ordenação e estruturação social e produtiva. Além disso, possibilitam a superação dos conflitos vividos pelas famílias assentadas, especialmente nos primeiros anos, através da (re)definição de regras e normas que inibam comportamentos oportunistas e regulem a vida social, política e econômica. O processo de reestruturação está relacionado à modificação dos arranjos institucionais existentes.

Nesse artigo, analisamos o processo de constituição da associação e dos núcleos de família do assentamento José Antônio Eufrosino, as mudanças institucionais que visaram a ampliação dos espaços de tomada de decisão e o aumento da participação dos assentados nas assembleias e reuniões, bem como, as estratégias adotadas para superar os dilemas de ação coletiva¹.

2. Instituições sociais e ação coletiva

Instituições possibilitam a redução das incertezas (DIMAGGIO e POWELL, 1999; HALL e TAYLOR, 2003; NORTH, 1990; PETERS, 2003; ROMERO, 1999) ao fornecerem

¹ O exemplo clássico de dilema de ação coletiva é o do prisioneiro – inventado por Flood (1952) e nomeado por Tucker (1950) – conta que “dois prisioneiros suspeitos de um crime violento são mantidos em celas diferentes, e a cada um é oferecido o seguinte acordo pelo promotor: Se você confessar e o outro prisioneiro não o fizer, você será libertado; se o outro prisioneiro também confessar, você receberá uma sentença moderada. Se nenhum de vocês confessar, vocês receberão sentença menor do que se ambos confessarem; se o outro confessar, mas você não, você receberá a sentença máxima” (TSEBELIS, 1998:69).

regras² e normas que regulam os comportamentos individuais, que institucionalizam o contexto no qual se darão as relações sociais, políticas e econômicas (NORTH, 1990). A importância das instituições na vida social tem sido enfatizada por diferentes autores associados ao neo-institucionalismo e é um tema recorrente nos debates teóricos e práticos relacionados aos processos constitutivos dos assentamentos de reforma agrária no Brasil.

O institucionalismo da escolha racional fornece elementos importantes para a compreensão do papel das instituições na vida social ao: 1) considerar as instituições como regras e normas que regulam comportamentos; 2) destacar que a formação das instituições se dá através de acordos voluntários entre indivíduos interessados na aquisição de bens comuns; 3) explicar que a mudança institucional ocorre quando a instituição não consegue desempenhar as tarefas para as quais foi criada; e 4) conceber a relação entre instituições e indivíduos de maneira bilateral, as instituições moldam a conduta dos indivíduos e esses o desenho das instituições.

As associações dos assentamentos rurais estão relacionadas ao processo de aquisição de benefícios coletivos (ou públicos). A aquisição desses benefícios traz consigo uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, chamada de dilemas sociais. Embora o interesse pelo benefício seja coletivo, “cada membro preferiria que os outros pagassem todo o custo sozinhos” (OLSON, 1999:33). A resolução de dilemas sociais, para Olson, se dá mediante a ação de um interventor externo que ofereça benefícios seletivos e imponha sanções que estimulem os indivíduos a agirem coletivamente.

Por outro lado, Ostrom (1998) propõe uma *segunda geração de modelos de racionalidade*, que se fundamenta na constatação, empírica, de que os indivíduos se ocupam sistematicamente de ação coletiva para prover bens públicos ou administrar recursos comuns sem uma autoridade externa que ofereça incentivos ou imponha sanções. Deste modo, o modelo teórico construído por Ostrom (1998) se contrapõe à proposta de Olson (1999), ao ressaltar que normas, reciprocidade e confiança possibilitam a superação dos dilemas de ação coletiva.

3. Os desafios da organização nos assentamentos rurais

A visão das associações e cooperativas como elementos de inserção das famílias assentadas num espaço geográfico, social, econômico e político emerge como a forma dominante de tratamento dessas instituições entre os pesquisadores que debatem as políticas de criação de assentamentos rurais no Brasil (BERGAMASCO, 2004; FERNÁNDEZ

² O conceito de regras é o centro das análises institucionais. Na literatura encontramos três usos do termo regras: a) enquanto regulamentos, b) enquanto instruções, c) enquanto preceitos e d) enquanto princípios (OSTROM, 2006). Neste artigo adotamos a uso de regras enquanto regulamentação de comportamentos.

e FERREIRA, 2004; LOPES, 2004; NEVES, 1997; ROCHA e APEL, 1992). Nessa perspectiva, associações e cooperativas são instrumentos de mediação e interlocução que refletem uma forma de organização social, produtiva e de uso dos regimes naturais.

Moreira (1998:171-172) assinala que as noções de agricultor familiar e assentamentos rurais implicam processos sociais distintos. Enquanto a agricultura familiar se refere a “formas sociais já constituídas”, portanto integradas e sujeitas à lógica desta integração, a idéia de assentamentos rurais está relacionada a um processo social e político de acesso à terra e de “construção de novas formas sociais” de organização espacial, social e produtiva.

No caso do semi-árido nordestino, a criação de organizações de pequenos produtores é relativamente recente, data dos anos 1980 e estava, freqüentemente, ligada à intervenção do Estado, por meio de programas especiais de luta contra a seca. Essas novas formas de organização concorrem com as formas preexistentes de organização rural, marcadas pela reciprocidade camponesa (SABOURIN, 1999, 2003).

As novas formas de organização que se formaram no Nordeste, nos últimos anos, estão permeadas por relações clientelistas (SABOURIN, 2003) e de dependência. No caso dos assentamentos rurais, cria-se uma relação de dependência face ao governo. Os agentes do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) tendem a ser os elementos preponderantes no assentamento, subordinando a organização interna dos assentados e fragilizando a organização interna do assentamento (MALAGODI e ARAÚJO, 2005).

4. Caracterização do assentamento José Antonio Eufrosino

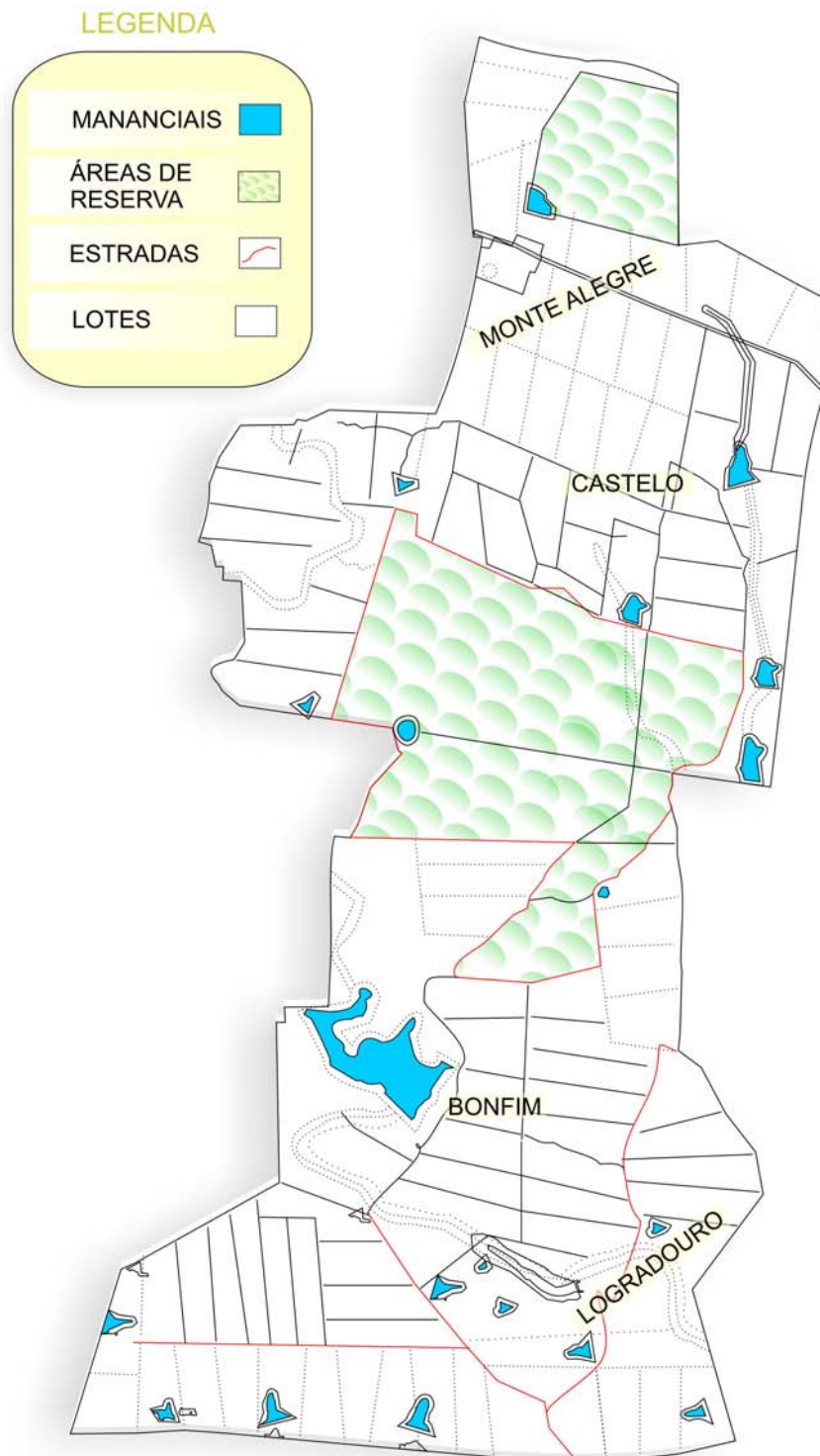
O assentamento José Antônio Eufrosino está localizado na porção semi-árida do Município de Campina Grande-PB, na microrregião homogênea do Agreste da Borborema e na mesorregião do Agreste (BRASIL, 2002), ocupando uma área de 2.990,6401 ha (Figura 1). Criado no ano de 2001, mediante a desapropriação das fazendas Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro, ofertadas ao INCRA pelo antigo proprietário. A ocupação das fazendas foi encabeçada por lideranças do MST e da FETAG e ocorreu de forma pacífica (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

As famílias ligadas ao MST foram mobilizadas e recrutadas pelo “trabalho de base” feito nos bairros periféricos de Campina Grande ou vieram de outros acampamentos. As ligadas à FETAG já moravam nas fazendas desapropriadas ou eram filiadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campina Grande (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006). Inicialmente havia 200 famílias na área reformada.

No assentamento existem duas áreas de reserva legal. Delas é extraída lenha para cozinhar, varas e estacas para infra-estrutura dos lotes, sendo, também, utilizadas como

área de pastagem para os animais. Há 32 reservatórios de água entre açudes, barreiros, tanques naturais e cinco poços (dois estão desativados), que fornecem água para o consumo das famílias e dos animais, e os peixes existentes no açude principal (que possui um espelho d'água de aproximadamente 17 hectares), são utilizados como reserva protéica na alimentação das famílias (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006).

Figura 1 – Área do PA José Antônio Eufrosino



Fonte: Adaptado de Brasil (2002).

5. Mudança institucional e a formalização de novos arranjos institucionais

As instituições do assentamento José Antônio Eufrosino foram sendo criadas de acordo com as exigências formais e as necessidades de redefinição dos arranjos institucionais que visavam ampliar os espaços de tomada de decisão e a superação dos dilemas sociais inerentes ao processo de aquisição de bens comuns. O assentamento possui dois tipos de instituições principais: a associação e os núcleos de família.

A associação foi criada – em virtude das exigências do INCRA, que ressaltava a necessidade da associação, para que o crédito de fomento fosse liberado – às 20h00min do dia 18 de dezembro de 2001, e nomeada Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Bom Jesus (ATRABJ). De acordo com a ata de fundação, 70 pessoas estavam presentes à assembléia de criação (nesta época, o assentamento tinha 200 famílias).

O processo de criação da ATRABJ foi marcado por desencontros. Ao mesmo tempo em que a empreendedora social do INCRA orientou a formação da associação, para que as famílias assentadas recebessem o crédito de apoio, já havia sido iniciada a elaboração do PDA, com o nome de José Antônio Eufrosino³, os assentados não sabiam que a associação deveria ter o mesmo nome do assentamento. Em virtude do acontecido, o nome da associação teve de ser modificado para Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento José Antônio Eufrosino (ATRAJAE).

A diretoria da associação é formada pelo Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro, Secretário, Vice-Secretário e 3 (três) membros que compõem o Conselho Fiscal. O mandato de cada diretoria tem a duração de 2 (dois) anos, cabendo aos membros da direção se candidatarem ilimitadamente à reeleição. A filiação é aberta a todos os assentados maiores de idade.

A administração da primeira diretoria da associação adotou práticas ilícitas para eleger-se e manter-se à frente da instituição. Dentre elas, destaca-se a rasura da Ata de fundação, pelos membros da diretoria, para que um assentado ligado ao último arrendatário de uma das fazendas, que tinha interesse em manter seus animais nos pastos da área reformada, fosse o presidente. Concomitantemente, lideranças do MST

³ O assentamento recebeu esse nome porque as famílias ligadas à FETAG anteciparam-se e ao entrarem em contato com a Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL) e o INCRA, no início da elaboração do PDA, disseram que o Assentamento se chamaria José Antônio Eufrosino, em homenagem ao fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Fato que contrariou a maioria das famílias assentadas (ligadas ao MST) que queriam que o assentamento se chamasse Bom Jesus.

intensificaram a presença no assentamento, na tentativa de possibilitar o controle do acesso e uso dos recursos naturais.

A partir de então, a associação passou a ser gerida pelos assentados próximos ao MST. A mudança de gestão levou as famílias ligadas à FETAG (aproximadamente 17 famílias), que mantinham fortes laços com a zona urbana, a formarem outra associação. O Presidente da nova associação residia em Campina Grande, aparecendo no assentamento nos finais de semana e feriados. Quando da existência das duas associações, a instância máxima de decisão formal era a Assembléia Geral que contava com a participação dos membros das duas associações.

Em 2006, a associação ligada à FETAG foi extinta e seus associados passaram a ser membros da associação ligada ao MST. O principal motivo para a extinção foi a ausência de ações que possibilitassem a estabilização das famílias no assentamento. Até então, as principais políticas governamentais destinadas aos assentados (o parcelamento e o crédito para a execução das casas) foram executadas e implementadas pela associação ligada ao MST.

A organização do assentamento, contudo, não se resume à associação. A organização interna é, na verdade, articulada por quatro núcleos de família que correspondem, geograficamente, a cada uma das antigas fazendas Logradouro, Bonfim, Castelo e Monte Alegre. A nucleação foi iniciada em 2003, por iniciativa de lideranças estaduais e regionais do MST que realizaram um trabalho de formação e orientação com as famílias do assentamento.

Os núcleos de família são partes do modelo organizacional implementado pela direção nacional do MST a partir de 2005⁴. Após anos de debates, aperfeiçoamento e incorporação de formas de organização que já vinham sendo utilizadas, o “novo” modelo de organicidade começou a ser implementado nacionalmente, na tentativa de melhorar a qualidade das atividades do movimento (MIRANDA e CUNHA, 2006).

A “nova” organicidade visou aperfeiçoar o processo de luta social, alcançar transformações políticas e garantir, na medida do possível, direitos iguais para homens e mulheres. O entendimento deste “novo” modelo de organização do MST passa pela compreensão do funcionamento das “brigadas”, peças chave no processo de tomada de decisões em nível estadual.

As “brigadas”, que podem ter 200 ou 500 famílias, foram criadas para substituir as regionais (modelos de organização do MST nos Estados), permitir uma maior participação de homens e mulheres e facilitar o surgimento e a formação de lideranças

⁴ Este é o ano da formalização nacional do modelo que já havia sido implementado em alguns estados, passando a ser adotado “voluntariamente” pelos demais estados em que o MST atua.

(MST, 2005a). Cada estado organiza suas “brigadas” de acordo com sua realidade geográfica e de participação da militância.

A denominação “brigada” remete a partes de uma organização que desenvolvem tarefas diferentes, mas possuem um mesmo objetivo. As “brigadas” são formadas por (ver Figura 2):

a) *Núcleos de Base ou Núcleos de Família* – compostos por, mais ou menos, 10 famílias e coordenados por um homem e uma mulher. As famílias devem se reunir ao menos, duas vezes por mês para discutir os problemas locais; planejar o trabalho voluntário; recolher a contribuição para a marcha⁵; escolher os representantes que irão participar das viagens, cursos e encontros; e organizarem atividades coletivas (mutirão e a troca de serviços);

b) *Setores* (de frente de massa, de produção, de educação, de formação, de saúde, de gênero, de comunicação e de cultura) – cada setor possui dez representantes, cada representante é responsável por três ou cinco núcleos de família. Já os *setores* estaduais são compostos por um representante de cada “brigada”. Também fazem parte dos setores a secretaria, a equipe de finanças, a equipe de disciplina e a equipe de direitos humanos;

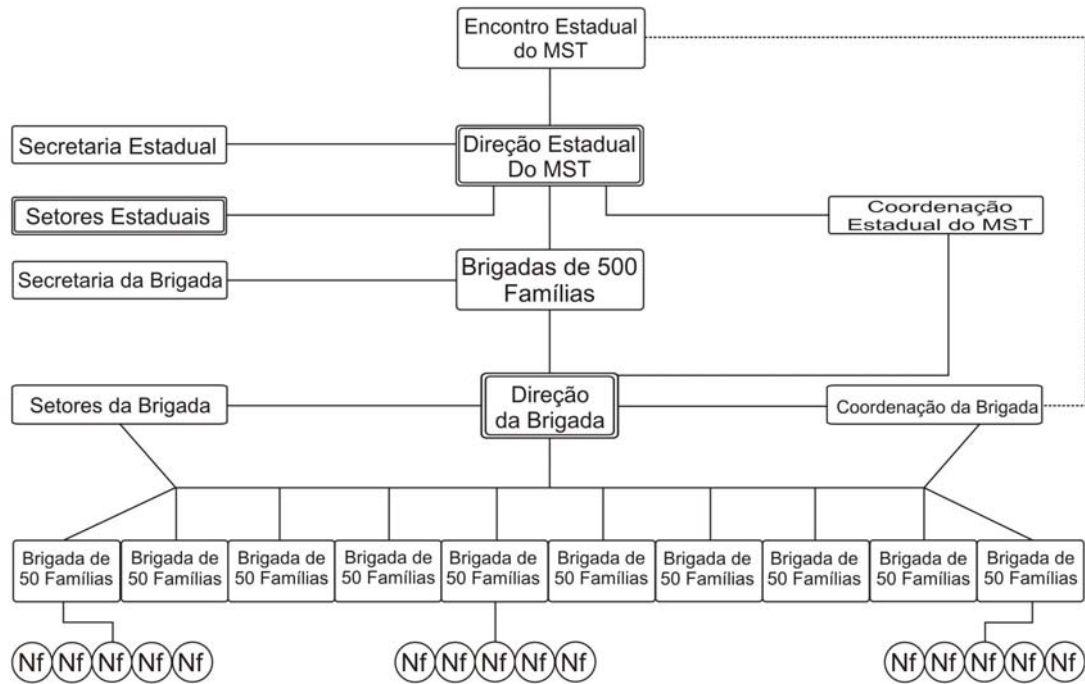
c) *A Direção Coletiva* – composta por um representante a cada cinco núcleos. Da direção, participam ainda dois representantes de cada setor, para que se mantenha a unidade entre todos eles;

d) *Coordenação da Brigada* – composta pelos coordenadores dos núcleos, representantes dos setores e assentados que sejam membros da direção ou da direção estadual.

No assentamento José Antônio Eufrosino cada um dos quatro núcleos de família é composto por 25 famílias, sendo dois coordenadores em cada núcleo (um homem e uma mulher), estes se reúnem uma ou duas vezes ao mês, para discutir os problemas locais; recolher contribuições, quando necessário, escolher os assentados que irão participar de cursos e encontros; e, para organizar trabalhos coletivos, mutirões ou trocas de serviço. Além disso, os coordenadores dos núcleos, juntamente com os representantes dos setores (educação, finanças etc.), fiscalizam o cumprimento das regras de uso e acesso aos recursos naturais e coletivos do assentamento.

Figura 2 – Organograma do novo modelo organizacional do MST

⁵ Cada família deve contribuir com 10 reais.

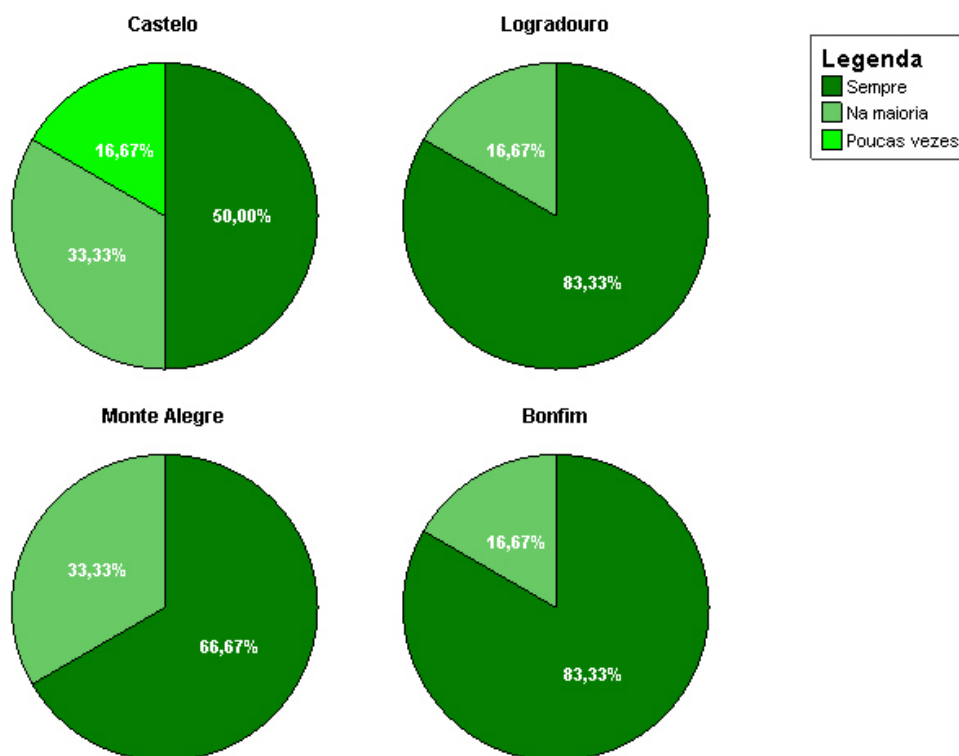


Fonte: Setor Nacional de Formação do MST (MST, 2005b).

A participação dos assentados nas reuniões dos núcleos (ver gráfico 1) é maior do que nas assembléias da associação, com exceção do núcleo Castelo (ver gráfico 2), porque os assentados não precisam se deslocar para uma das sedes, além disso importantes decisões são tomadas e encaminhadas à associação. Essas ações reduziram os custos sociais, e deram à maioria das assembléias realizadas pela associação caráter de encaminhamento e formalização de decisões.

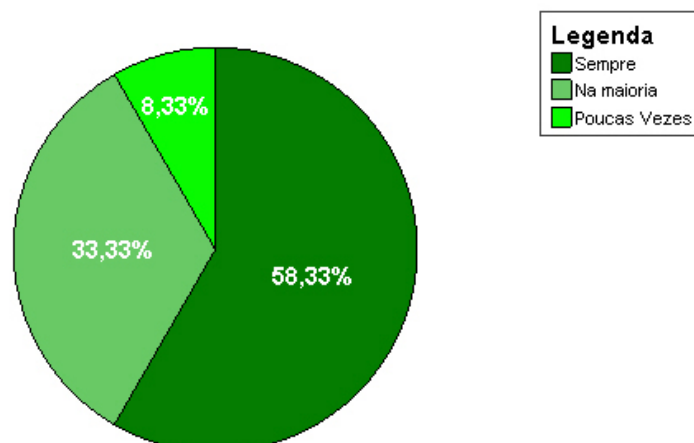
A relação entre a associação e os núcleos de família é de complementaridade. É comum, nas assembléias da associação referências às decisões tomadas nos núcleos para diminuir os custos sociais de um novo processo de tomada de decisão, que, muitas vezes, mobilizava uma quantidade maior de assentados. Atualmente, 58,33% dos assentados afirmam ir a todas as assembléias da associação, 33,33% dizem que vão à maioria das assembléias e apenas 8,33% afirmam ir poucas vezes (ver gráfico 2).

Gráfico 1 – Frequência de participação dos assentados nas reuniões dos núcleos de família



A participação dos assentados nas assembléias da associação é maior nos núcleos Bonfim e Logradouro do que núcleos Castelo e Monte Alegre (ver gráficos 1 e 2). Pelo fato desses núcleos englobarem o açude principal e uma área de reserva, os principais conflitos ambientais (a caça e a pesca predatória, as queimadas e a extração ilegal de madeira) do assentamento envolviam as famílias que moravam nessas localidades. Para tentar coibir essas práticas, as famílias que moram nesses núcleos passaram a exercer o papel principal de fiscalização do uso dos recursos naturais, fato que os aproximou e propiciou o estabelecimento de laços de confiança e respeito, os quais têm contribuído para superação dilemas sociais e facilitado a mobilização das famílias. Além disso, os tesoureiros e presidentes das últimas três diretorias da associação são dessas áreas, o que contribui para a mobilização e participação das demais famílias.

Gráfico 2 – Freqüência de participação dos assentados nas assembléias da associação

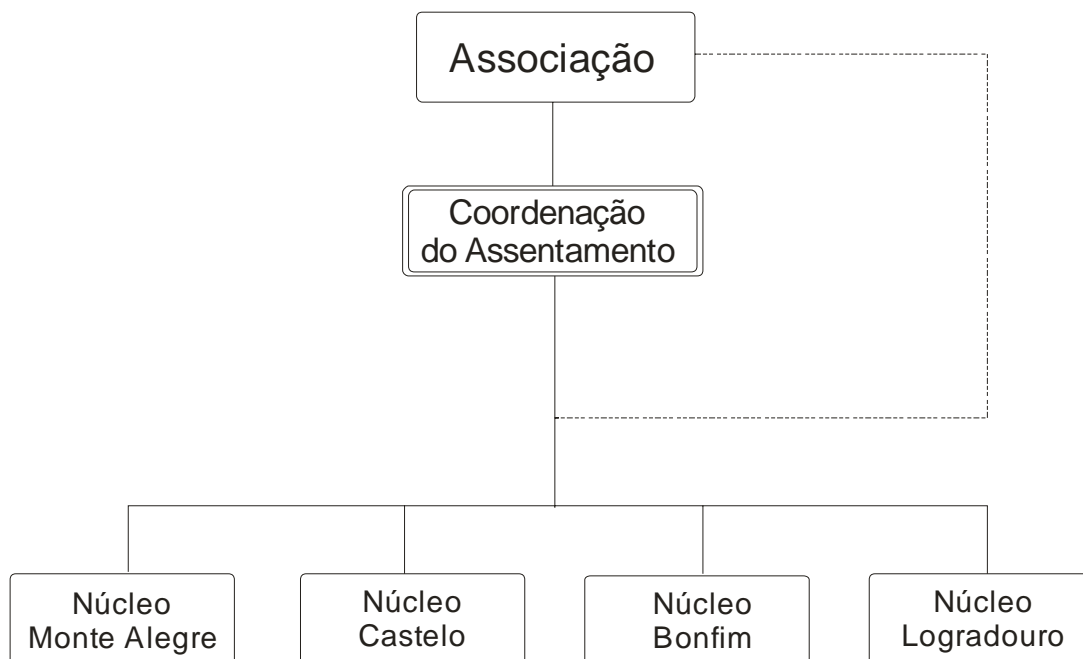


O processo de tomada de decisão no assentamento José Antônio Eufrosino ocorre em três esferas (ver Figura 3) distintas, porém complementares: nas assembléias da associação, nas reuniões dos núcleos de família (Monte Alegre, Castelo, Bonfim e Logradouro) e nas reuniões da coordenação do assentamento. Na última, a participação se reduz, na maioria das vezes, aos coordenadores do assentamento (coordenadores dos núcleos e membros dos setores), e as questões estão relacionadas à fiscalização do acesso e uso dos recursos naturais e coletivos e à militância do MST.

São nos núcleos onde as questões que envolvem todas as famílias assentadas começam a ser discutidas. A implementação desse arranjo institucional reduziu os custos sociais, ao descentralizar as discussões e os processos de tomada de decisão, facilitou e estimulou a participação de um número maior de assentados nas reuniões e assembléias realizadas, tendo em vista que o assentamento é muito grande (ver Figura 1).

Além disso, reduziu as incertezas que cercavam a regulação do acesso e uso aos recursos naturais ao institucionalizar um grupo (composto por assentados dos quatro núcleos) que fiscalizaria o cumprimento das normas regulatórias; possibilitando a superação dos dilemas de ação coletiva ao regular as condutas individuais e coletivas das famílias assentadas.

Figura 3 – Esferas de tomada de decisão no PA José Antônio Eufrosino



Com a criação dos núcleos de família, a associação passou a exercer, principalmente, à interlocução externa, e as assembléias (ordinárias e extraordinárias) passaram a ser menos freqüentes e a ter caráter de encaminhamento. A pauta é previamente debatida nos núcleos, e as decisões formalizadas e encaminhadas nas assembléias. Caso alguma questão envolva apenas as famílias de um núcleo, este tem autonomia para tomar as decisões necessárias à resolução dos conflitos.

Contudo, um dos entrevistados apresentou duas questões importantes, que estão relacionadas ao processo de tomada de decisão e à administração da associação: a primeira se refere à participação da diretoria na coordenação das mais variadas atividades; a segunda à forma como ocorrem as votações. A participação da diretoria, em muitas situações, resume-se ao Presidente, Secretário e Tesoureiro, nessa ordem, centralizando as cobranças e reivindicações dos assentados em três dos 10 membros da diretoria e ocasionando a desarticulação dos demais membros do corpo diretivo.

As questões colocadas em votação nas assembléias da associação são deliberadas mediante a aclamação de todos os presentes, desrespeitando, assim, o Estatuto da Associação, o qual regulamenta que somente as pessoas que estão em dia com as mensalidades podem falar e votar.

A reestruturação da vida social das famílias do assentamento José Antônio Eufrosino, iniciada com a mudança institucional da associação e implementação dos núcleos e família, continuam. Algumas ações necessitam de monitoramento e regulação constantes, a regulação dos recursos naturais e coletivos que envolvem a

criação de animais e a organização e comercialização da produção das famílias assentadas tendem a gerar muitos custos sociais. Para avaliar melhor o processo de modificação dos arranjos institucionais que regulam os comportamentos individuais e coletivos, que são responsáveis pela articulação e o empreendimento de ações coletivas, deter-me-ei a aspectos que estão relacionadas à vida cotidiana dos assentados e correspondem a diferentes tipos de ações que exigem a cooperação mútua.

6. Considerações finais

Os processos sociais desencadeados pela desapropriação do latifúndio para a constituição dos assentamentos de reforma agrária são permeados por incertezas e pela falta de regulação do acesso e uso dos recursos naturais e coletivos (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006), bem como pela maior dificuldade em empreender ações coletivas, em comparação ao período do acampamento. Adquirida a terra, as famílias procuram se instalar nos seus lotes e organizar sua produção com base na mão-de-obra familiar. É neste cenário que as instituições sociais adquirem o papel de ordenamento e organização sócio-espacial e de regulação das condutas individuais e coletivas.

As dinâmicas institucionais ressaltadas devem ser entendidas como um complexo processo social (cumulativo) de aprendizado de regras e normas que possibilitam o alcance de resultados melhores e dão corpo às instituições sociais dos assentamentos. No início, as instituições estão relacionadas a aspectos puramente formais que, posteriormente, transformam-se, ganham contornos e tornam-se parte constitutiva de uma nova realidade social e institucional.

A avaliação do desempenho das instituições sociais do assentamento José Antônio Eufrosino aponta que a associação, nos primeiros anos, desempenhava papel puramente formal relacionado ao processo de interlocução externa com os organismos governamentais. A mediação interna, portanto, não era regulada por essas instituições, e os conflitos sociais tornavam-se obstáculos à consolidação dos assentamentos.

O período de vácuo institucional vivido pelas famílias do assentamento facilitou a proliferação de conflitos sociais que minaram as possibilidades de organização social e produtiva. Paralelamente estavam sendo executadas políticas públicas de responsabilidade do INCRA que requerem a participação contínua dos assentados, para que os resultados futuros dessas ações não entrem a aquisição de bens comuns futuros.

O processo de resolução e superação dos dilemas sociais que entravam a mediação interna e a regulação dos recursos naturais passaram a ser solucionados quando os núcleos de família foram criados. Apesar dos núcleos serem parte do novo modelo organizacional do MST, no assentamento José Antônio Eufrosino esses arranjos institucionais foram implementados de maneira diferente.

A ampliação dos espaços de tomada de decisão nos assentamentos, através das reuniões dos núcleos de família, demonstra que as regras e normas estabelecidas pela associação possibilitaram a superação de dilemas sociais associados ao provimento de bens comuns. O que sugere a incompatibilidade dos arranjos institucionais de associações, da maneira como estão estabelecidos, com o processo de consolidação dos assentamentos rurais e viabilização da agricultura familiar nas áreas reformadas.

7. Referências Bibliográficas

- BERGAMASCO, S. M. P. P. et al. (2004). A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 97-139.
- BRASIL (2002). Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano de desenvolvimento do Assentamento José Antônio Eufrosino*. Campina Grande.
- CARVALHO, H. M. (1998). *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária do Brasil*. Curitiba: IICA/NEAD.
- CUNHA, L. H.; NUNES, A. M. B.; MIRANDA, R. S. (2006). Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento. In: ENCONTRO DA REDE RURAL, 1., 2006, Niterói. *Anais...* Niterói: UFF. CD-ROM.
- DIMAGGIO, P. J. e POWELL, W. W. (1999) Introdução. In: POWELL, W. W. Y DIMAGGIO, P. J. (Comp.). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 33-75.
- FERNÁNDEZ, A. J. C. e FERREIRA, E. C. (2004). Os impactos sócioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 187-226.
- FLOOD, M. M. Some experimental games. *Relatório de pesquisa RM-789*. California: RAND Corporation, 1952.
- HALL, P. A. e TAYLOR, R. C. R. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. *Revista Lua Nova*, n. 58, p. 194-223.
- LEITE, S. et al. (2004). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: EDUNESP.
- LOPES, E. S. A. et al. (2004). Organização produtiva dos assentamentos rurais do Estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 229-269.

- MALAGODI, E. A. e ARAÚJO, P. L. A organização da produção e os desafios do desenvolvimento nas áreas de assentamentos de reforma agrária. In: DUQUE, G. et al. *Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais*. Campina Grande: GPAF/PPGS/UFCG, 2005. CD-ROM.
- MIRANDA, R. S e CUNHA, L. H. (2006). A materialização da estrutura organizacional do MST. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ANTROPOLOGIA, 25., 2006, Goiânia. *Anais...* Recife: Associação Brasileira de Antropologia. CD-ROM.
- MIRANDA, R. S. *Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semi-árido paraibano*. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.
- MOREIRA, R. J. (1998). Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBRUG, A. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: EDUFPR, p. 171-195.
- MST. *O funcionamento das Brigadas do MST*. São Paulo: Setor de formação do MST, 2005a.
- MST. *Método de trabalho e organização popular*. São Paulo: Setor de formação do MST, 2005b.
- NEVES, D. P. (1997). *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, p. 347-400.
- NORTH, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OLSON, M. (1999). *Lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP.
- OSTROM, E. (1998). A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. *American Political Science Review*, v. 92, n. 01, p. 1-21.
- _____ (2006). *Understanding institutional diversity*. Princeton: Princeton University Press.
- PETERS, B. G. (2003). *El nuevo institucionalismo: teoria institucional en ciencia política*. Barcelona: Gedisa.
- ROCHA, R. e APEL, M. (1992). *Onde estão os nossos sonhos? Um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Nova.
- ROMERO, J. J. (1999). Los nuevos institucionalismos: sus diferencias, sus cercanías. In: POWELL, W. W. e DIMAGGIO, P. J. (Comp.). *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 7-29.
- SABOURIN, E. (1999). Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do nordeste brasileiro. *Revista Raízes*, n. 20, p. 41-49.
- SABOURIN, E. (2003). Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa. In: CARON, P. e SABOURIN, E. *Camponeses do sertão: mudanças das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília: Embrapa, p. 145-178.
- TSEBELIS, G. (1998). *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- TUCKER, A. *A two-person dilemma*. Standford: Standford University, 1950.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

O AGRÁRIO EM QUESTÃO: UMA LEITURA SOBRE A CRIAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDESTE DO PARÁ

Fernando Michelotti

MsC, Professor da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do
Pará – UFPA / Campus de Marabá.

fmichelotti@ufpa.br

Beatriz Ribeiro

Geógrafa, MsC. Doutoranda do Programa de Geografia da Universidade
Federal Fluminense – UFF.

beatrizf.ribeiro@bol.com.br

Haroldo Souza

Eng. Agrônomo. Pesquisador Associado ao Laboratório Sócio-Agrônomo do
Tocantins – LASAT

haroldosou@gmail.com

Rafael L. de Araújo Freitas

Eng. Agrônomo. Pesquisador Associado ao Laboratório Sócio-Agrônomo do
Tocantins – LASAT

rafaelluizd@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo analisa a criação de assentamentos na região Sudeste do Pará, baseando-se em dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA fornecido pela SR – 27 do INCRA (sede em Marabá) ; dos Relatórios Anuais de Conflitos no Campo Brasil editados pela CPT e do desmatamento de municípios fornecidos pelo PRODES / INPE. A análise tomou como ponto de partida uma comparação sobre a criação dos assentamentos rurais num grupo de 07 municípios circunvizinhos de Marabá que compõe a recente regionalização criada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA denominada de ‘Território do Sudeste Paraense’ e os municípios de Novo Repartimento e Pacajá, estes, classificados pelos autores deste artigo, como uma nova frente de expansão da fronteira agrária. Dessa comparação percebeu-se que a dinâmica apresentada nesta região reflete o mesmo padrão de criação de assentamentos predominante no Brasil caracterizado por: (i) a criação de assentamentos tem sido uma política de *regularização fundiária reativa* à luta dos trabalhadores sem-terra ; (ii) no período recente, sobretudo no 1º mandato do Governo Lula, houve um *descolamento geográfico* dessa política de criação de

assentamentos ; (iii) esse descolamento reforça um padrão de expansão da fronteira agrária, onde a *devastação ambiental* e a *violência* mantêm-se como elementos estruturantes da ocupação do espaço brasileiro.

1. Introdução

O foco desse artigo é a criação de assentamentos na região Sudeste do Pará. A partir disso, buscamos estabelecer um diálogo com estudos recentes de geógrafos que estão interpretando o processo de criação de assentamentos no Brasil, observando questões comuns e especificidades da região em destaque frente à dinâmica nacional.

Esses estudos, realizados por Lacerda et al. (2007), Alentejano (2006), Porto Gonçalves (2005), Oliveira (2004) e Fernandes (2001), dão indicações de 03 questões que nortearam este trabalho: (i) a criação de assentamentos no Brasil tem sido uma política de *regularização fundiária reativa* à luta dos trabalhadores sem-terra ; (ii) no período recente, sobretudo no 1º mandato do Governo Lula, houve um *descolamento geográfico* dessa política de criação de assentamentos ; (iii) esse descolamento reforça um padrão de expansão da fronteira agrária, onde a *devastação ambiental* e a *violência* mantêm-se como elementos estruturantes da ocupação do espaço brasileiro.

O diálogo com esses autores e a reflexão sobre a região Sudeste do Pará apoiaram-se nos dados de criação de assentamentos fornecidos pela Superintendência Regional 27 do INCRA (sede em Marabá) através do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA atualizado em 03/04/2007 ; dos dados sobre a violência fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra – CPT através de seus Relatórios Anuais de Conflitos no Campo Brasil (diversos anos) ; dados de desmatamento de municípios fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE através do programa PRODES.

2. A Dinâmica Recente de Criação de Assentamentos no Sudeste Paraense

Um primeiro elemento de concordância entre o debate nacional e o local refere-se à chamada política reativa de criação dos assentamentos pelos governos federais brasileiros da nova-república. Fernandes (2001, p. 42) observa que os trabalhadores sem-terra conquistaram a maior parte do que hoje são os assentamentos onde vivem

por meio da luta pela terra, obrigando o governo a fazer a regularização fundiária posterior.

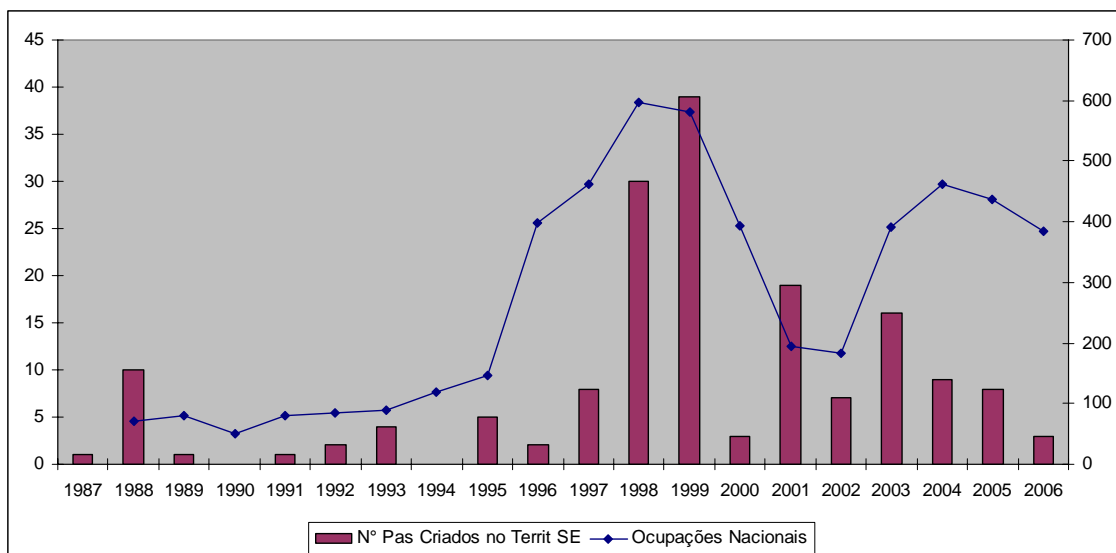
Os sem-terra conquistaram a maior parte das terras onde hoje estão assentados. E, é importante enfatizar, essa realidade é fruto da luta pela terra. A competência do governo nesses processos é a regularização fundiária. A luta pela terra não é, evidentemente, uma política de governo, mas sim dos trabalhadores. Sem reforma agrária, a implantação dos assentamentos tornou-se política de governo (FERNANDES, 2001, p.42).

Essa reatividade da criação de assentamentos fica mais clara quando comparamos temporalmente as diversas formas de luta pela terra e a criação de assentamentos. No gráfico 01 fizemos essa comparação utilizando o número de ocupações de terra realizadas no nível nacional e o número de assentamentos criados especificamente nos 07 municípios que compõem o chamado “Território do Sudeste Paraense”¹. É possível verificar que na maior parte do período analisado (1987 a 2006), a criação de assentamentos é uma resposta à intensificação das ocupações de terra em anos anteriores. No caso da região estudada entendemos que ela se beneficiou da luta pela terra mais geral no Brasil, ao mesmo tempo em que as ações locais contribuíram para reforçar essa luta mais geral. Exemplo significativo disso foi o *Massacre de Eldorado de Carajás*, ocorrido nessa região em 1996 e que, dada a sua repercussão nacional e internacional, exerceu uma forte pressão junto ao governo federal pela criação de assentamentos em todo o país.

A principal exceção para o fenômeno citado refere-se ao período 2003-2006 onde observamos um crescimento das ocupações de terra nacionalmente e uma redução do número de assentamentos criados nestes municípios. Esse período será analisado mais detalhadamente neste artigo.

Gráfico 01: Comparação entre nº de ocupações de terra no Brasil e o nº de assentamentos criados no “Território do Sudeste Paraense”.

¹ A denominação de Território do Sudeste Paraense refere-se à área compreendida pela malha administrativa de 07 municípios da mesorregião do Sudeste do Pará (Marabá, Nova Ipixuna, Itupiranga, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia). Foi criada a partir da política de regionalização proposta pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir do ano de 2003 esta política de governo vem sendo colocada em prática com o objetivo de fomentar a articulação e a integração das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Para a definição do “território” foram realizadas consultas junto aos movimentos sociais e organizações de apoio aos agricultores. Para uma discussão mais detalhada ver Michelotti et al. (2006).



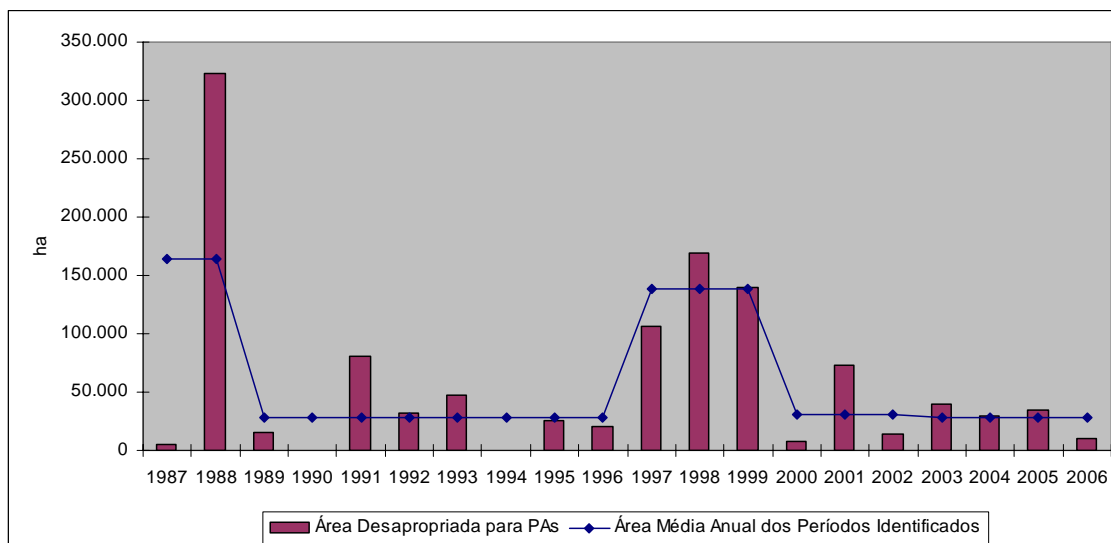
Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional / Comissão Pastoral da Terra, 2007; SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007.

Os dados de ocupações de terra da CPT no Brasil que compõem o gráfico 01 foram analisados por Alentejano (2006) que fez uma periodização da luta pela terra no Brasil. Este autor identificou 05 fases distintas, a saber: (i) 1987 – 1989, com o fortalecimento dos movimentos sociais do campo e uma forte polarização sobre a reforma agrária na Constituinte de 1988 e nas eleições presidenciais de 1989; (ii) 1990 – 1994, um período de declínio da luta pela terra, em função das derrotas na Constituinte e nas eleições presidenciais, criando uma série de entraves para as desapropriações de terra; (iii) 1995 – 1999, a superação de alguns entraves legais para as desapropriações de terra, iniciando a partir de 1994 uma retomada das ocupações que ganham força após 1995 com a derrota de Lula nas eleições presidenciais. A intensidade das mobilizações e a repercussão nacional e internacional dos conflitos agrários desse período colocam o Governo FHC na defensiva; (iv) 2000 – 2002, passada a fase defensiva do governo FHC, este já no seu segundo mandato parte para a ofensiva por meio de medidas legais, como o impedimento da vistoria em terras ocupadas e da repressão aos movimentos sociais e às suas lideranças, forçando um recuo da luta pela terra; (v) 2003 em diante, com o Governo Lula há uma retomada das ocupações como expressão da luta pela terra fruto, por um lado, do alívio à repressão aos movimentos sociais e, por outro, da não concretização da reforma agrária.

Se comparadas às ocupações de terras com o número de assentamentos criados nos 07 municípios que compõem o chamado “Território do Sudeste Paraense”, (gráfico 01), pode ser feita a seguinte periodização: (i) 1987 – 1988: inicia-se a criação de assentamentos na região, resultantes na pressão nacional e regional pela reforma

agrária, acrescidos de interesses locais, expressos através da política de regularização fundiária promovida por Jader Barbalho à frente do MIRAD²; (ii) 1989 – 1996, redução significativa na criação de assentamentos na região reflexo do desmonte de estruturas do Estado e do refluxo da luta pela terra; (iii) 1997 – 1999, fruto da pressão nacional e local iniciada já em 1994/95³, da criação da Superintendência Regional do INCRA em Marabá (SR-27) e da repercussão do *Massacre de Eldorado dos Carajás* (um dos municípios que compõem o atual “Território do Sudeste Paraense”) inicia um período de criação de elevado número de assentamentos; (iv) 2000 – 2002 (final do Governo FHC), do ponto de vista da criação de assentamentos ocorre um declínio em relação ao período anterior, reflexo da ofensiva do governo federal em desmobilizar a luta pela terra, embora no ano de 2001 o número de assentamentos criados seja elevado; (v) 2003 – 2006 (1º Governo Lula), em que pese a retomada da pressão nacional pela reforma agrária, a criação de assentamentos nestes municípios segue o mesmo padrão do período final do Governo FHC.

Gráfico 02: Área desapropriada para a criação de assentamentos no “Território do Sudeste Paraense”.



Fonte: SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007.

² Em 1987, ao assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, o ex-governador paraense Jader Barbalho promoveu ampla compra de grandes castanhais no Sudeste do Pará para desapropriação. A maioria dos castanhais não eram titulados, configurando um movimento de regularização fundiária que trouxe grandes benefícios à oligarquia local alijada dos benefícios e incentivos distribuídos pela ditadura militar e que agora passaria a compor a base de sustentação política do PMDB – partido de Barbalho – na região (Costa, 1992, p. 49).

³ Regionalmente, neste período, houve a criação da Regional Sudeste da FETAGRI – Pará e do MST – Pará, ampliando o nível de organização e o alcance da luta pela terra na região.

Essa periodização local pode ser reforçada pelo gráfico 02, que mostra as áreas totais desapropriadas para a criação de assentamentos nos mesmos 07 municípios, analisados no gráfico anterior, bem como a área média anual desapropriada em cada um dos períodos identificados. Nota-se que, em ambos os casos, os períodos de maior criação de assentamento / desapropriação de áreas são reativos ao crescimento dos conflitos e das pressões da luta pela terra. Confirma-se a exceção do período do 1º Governo Lula que embora a pressão nacional tenha aumentado, não houve uma correspondência do aumento nem do número de assentamentos, nem da área desapropriada nos municípios que compõem o “Território do Sudeste Paraense”.

Em busca de um entendimento da contradição ocorrida neste período, retomamos o diálogo com os estudos sobre a criação de assentamentos no Brasil. Alentejano (2006) indica que não houve uma descontinuidade com a política reativa de criação de assentamentos, no entanto, houve um *descolamento geográfico* dessa política. Comparando as diferentes regiões brasileiras verifica-se que, as regiões onde ocorreram maiores intensidades de conflitos pela terra não foram as mesmas que tiveram o maior número de assentamentos criados. A tese defendida é de que a estratégia do Governo Lula é a mesma do regime ditatorial de colonização e avanço da fronteira agrária, sem coragem de enfrentar o monopólio da terra e a grilagem buscando amenizar os conflitos sociais com a criação de assentamentos em regiões de fronteira.

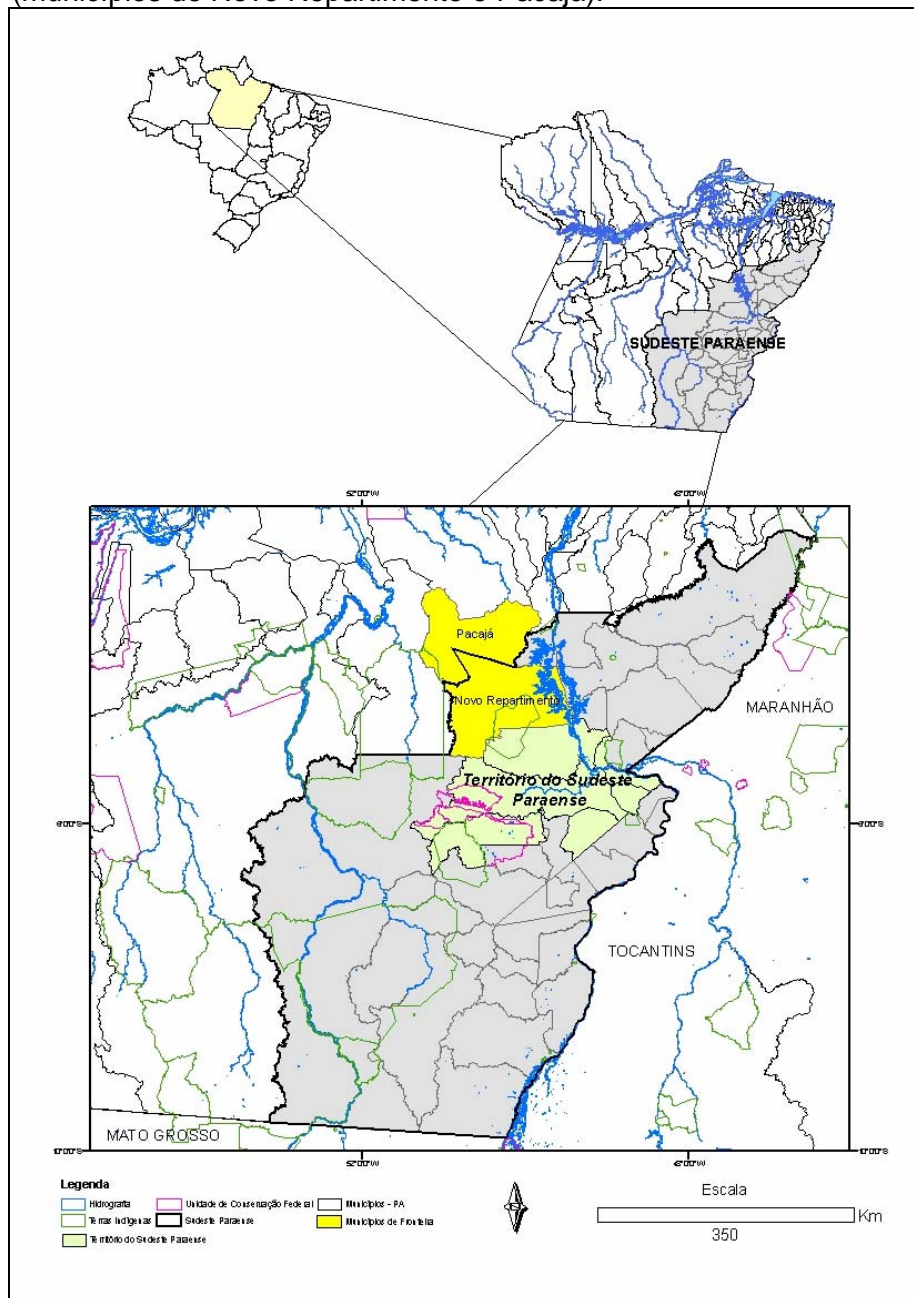
Dados apresentados por Lacerda *et al.* (2007) mostram que no período 2003 – 2005 a Região Norte teve 8,5% das ocupações de terra no país e conseguiu 66,3% dos assentamentos, enquanto no Sul e Sudeste ocorreram 35,1% das ocupações e apenas 7,4% dos assentamentos. Para esses autores:

Isto revela uma estratégia governamental que reproduz a velha prática de substituir a reforma agrária pela colonização e regularização fundiária, contribuindo com o avanço do ‘complexo da devastação’ (grileiros-madeireiros-pastagem-agronegócio) que destrói os cerrados e a Amazônia (LACERDA et al, 2007, p. 90).

A estratégia de *descolamento geográfico* na criação dos assentamentos adotada pelo Governo Lula no nível nacional também se reproduz no nível regional. Para o desenvolvimento dessa questão foram acrescentados a este estudo mais 02 municípios além daqueles que compõem o chamado “Território do Sudeste Paraense”. São eles: Novo Repartimento e Pacajá, ambos localizados à Noroeste da área

anterior, seguindo pela Rodovia Transamazônica e aqui considerados como uma *nova frente de expansão* da fronteira agrária.

Figura 01: Localização do “Território do Sudeste Paraense” e da Nova Fronteira Agrária (municípios de Novo Repartimento e Pacajá).



Fonte: LASAT, 2007.

Sobre o conceito de fronteira, Oliveira Filho (1979, p.110-114) a define como um modelo de análise teórica de fenômenos histórico-sociais. Esse autor afirma que fronteira não é um objeto empírico real, portanto não é uma região ou uma fase na vida dessa região; ao contrário, fronteira é uma forma de se propor uma investigação. Desde essa perspectiva, a idéia de fronteira agrária tratada neste artigo, bem como,

do recorte do território ou dos conflitos de territorialidades são pensados de acordo com certos interesses. Portanto, fronteira representa uma forma de delimitar o tratamento dos dados possibilitando evidenciar um movimento da frente de expansão e um tipo de conflito que em outro recorte muito provavelmente não seria relevante.

Esse movimento da frente de expansão é definido por Velho (1972, p.13) “operacionalmente, como sendo constituída daqueles segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”. Assim, o que há de central na idéia de frente de expansão é o seu caráter dinâmico, inclusive diferenciando-se da região que lhe deu origem, dado que esta teria maior grau de permanência (VELHO, 1982, p. 34). O próprio autor reconhece, no entanto, que é difícil encontrar uma frente de expansão isolada em meio ao nada, pois cada vez mais ela está ligada a uma expansão sistemática e irreversível da sociedade brasileira (idem, p. 35).

No caso amazônico recente, essa ligação da frente de expansão específica com a dinâmica mais geral da sociedade brasileira é mais evidente. Costa (2000, p. 201) afirma que na Amazônia ocorre uma negação do padrão anterior de ocupação da fronteira agrícola brasileira caracterizada pelo contínuo avanço das estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para a agricultura. No caso amazônico há uma presença concomitante de diferentes atores que disputam o espaço geográfico com os camponeses levando a uma elevada conflitividade na frente de expansão.

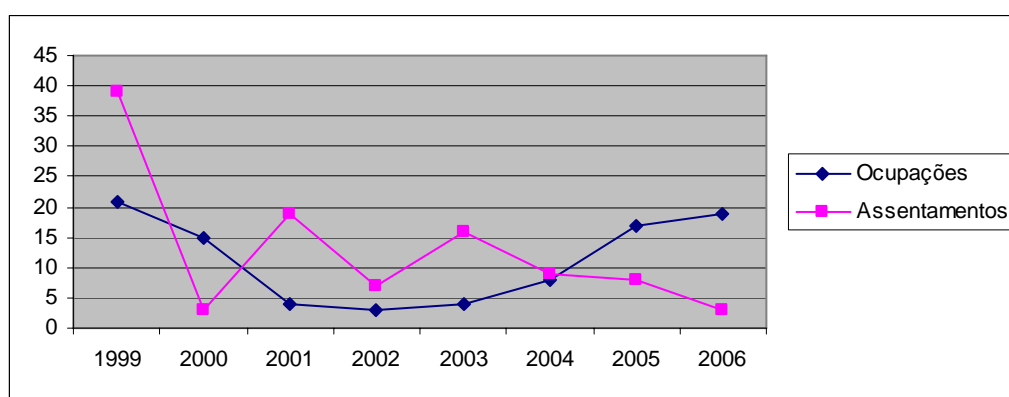
A conceituação de frente de expansão trabalhada neste artigo tem como base a dinâmica de criação de assentamentos pelo INCRA, considerada como fruto da ação reativa do governo federal face à luta pela terra no Brasil, ao privilegiar uma dinâmica de expansão ao invés do enfrentamento ao monopólio da terra nas áreas de maior permanência. Essa opção, no entanto, não elimina nem os conflitos privados, nem os públicos como mostram Lacerda *et al* (2007) a partir dos índices de violência⁴ da luta pela terra. Os dados dos Estados do Pará e Mato Grosso não deixam dúvidas de que a violência ainda é um componente estruturante do processo de ocupação do espaço brasileiro (LACERDA *et al.* 2007, p.92).

Ao compararmos a luta pela terra expressa pelo número de ocupações de terra com a criação de assentamentos pelo governo federal no período entre 1999 e 2006 verificam-se duas tendências divergentes nos gráficos 03 e 04. De maneira geral, no gráfico 03, comparando os municípios do “Território do Sudeste Paraense” a tendência

⁴ Os dados da violência foram tratados a partir de 03 eixos analíticos e 06 indicadores. Foram eles: Eixo 1 – Conflitividade, articulando os índices de conflitividade e envolvimento da população em conflitos; Eixo 2 – Violência do Poder Público, envolvendo dois índices de intensidade da ação do poder judiciário, um deles em função do número de pessoas presas e o outro em função do número de pessoas despejadas; Eixo 3 – Violência do Poder Privado, pelos índices de assassinatos e pessoas expulsas (Porto-Gonçalves, 2005).

nos últimos anos é do crescimento do número de ocupações de terra e, contraditoriamente, há uma redução do número de assentamentos criados. No gráfico 04, que expressa a situação na *frente de expansão*, verifica-se o contrário, ou seja, um número baixo de ocupações de terra frente a um número relativamente mais elevado de assentamentos criados. Reforça-se assim a tese de que o Governo Lula tem adotado uma política de criação de assentamentos que evita o enfrentamento ao monopólio da terra nas regiões de ocupação mais antiga⁵ e força a expansão da fronteira agrária como solução para a demanda dos sem-terra.

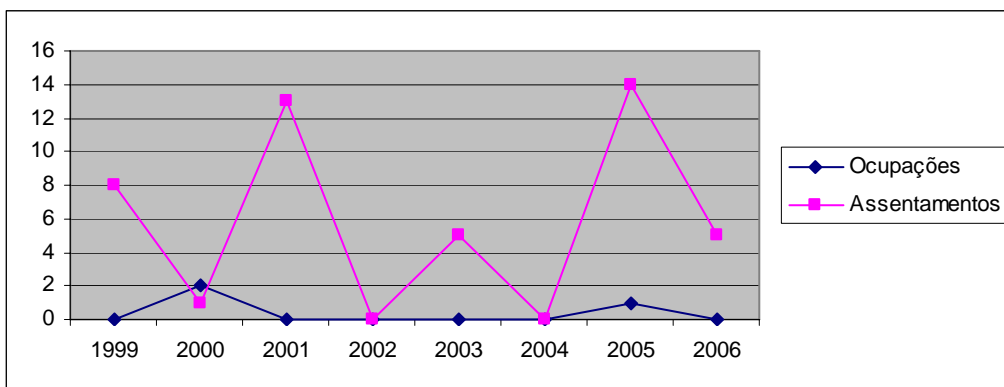
Gráfico 03: Comparação entre o número de ocupações e o número de projetos de assentamento criados nos municípios que compõem o “Território do Sudeste Paraense”



Fonte: SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007 e CPT – Conflitos no Campo Brasil (vários anos).

Gráfico 04: Comparação entre o número de ocupações e o número de projetos de assentamento criados nos municípios de Novo Repartimento e Pacajá.

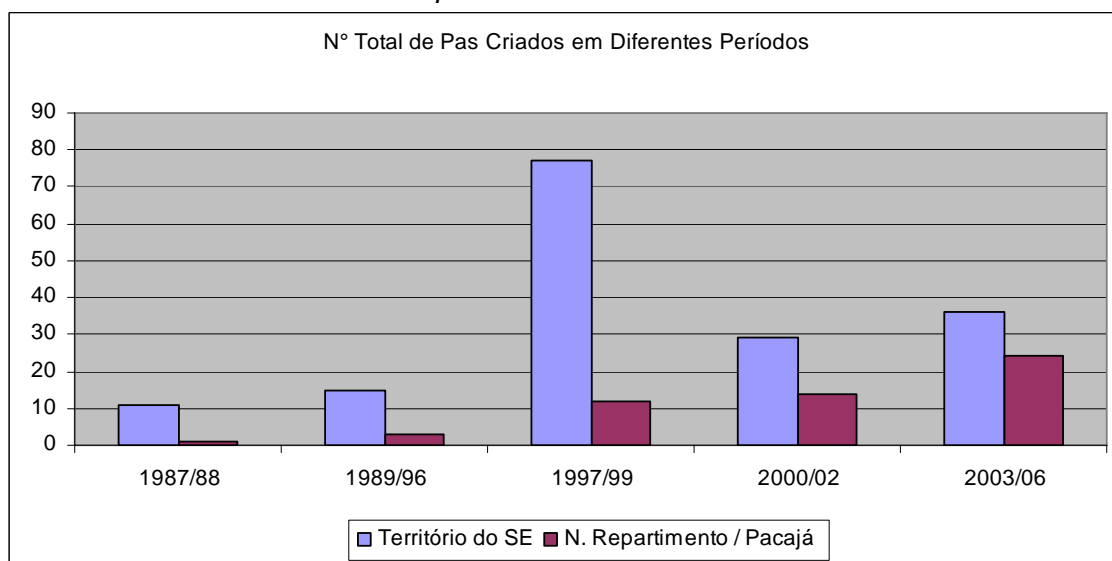
⁵ Dois exemplos associados são ilustrativos dessa tendência na região em tela. O Zoneamento Ecológico-Econômico do Pará considera a área que abrange o “Território do Sudeste Paraense” como uma “área de consolidação produtiva”, privilegiando territorialidades e racionalidades portadoras de projetos que se baseiam em formas de produção da paisagem baseada na homogeneização industrialista e flexibilizando a questão ambiental relacionada às relações de produção. Em consonância com este tipo de ordenamento, em 2007 o Governo Lula, através da Casa Civil, MMA e MDA propôs a criação do Distrito Florestal Sustentável de Carajás, cujo plano é fazer reflorestamentos com espécies de rápido crescimento no ‘Bico do Papagaio’, o qual inclui esta região, priorizando um modelo de desenvolvimento do agronegócio do reflorestamento – carvão – mineração, num claro processo que Oliveira (2004) chama de subordinação do território ao capital. Dada a existência de grandes áreas de projetos de assentamentos nessa região, a disputa de territorialidades se coloca em outro nível, não apenas na luta pela terra, mas, sobretudo pelo projeto de desenvolvimento.



Fonte: SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007 e CPT – Conflitos no Campo Brasil (vários anos).

Os gráficos 05 e 06, a seguir, ilustram a evolução da criação de assentamentos no “Território do Sudeste Paraense” e na *frente de expansão*, tanto em número (gráfico 05), como em área desapropriada (gráfico 06), seguindo a periodização proposta neste artigo.

Gráfico 05: Evolução da criação de assentamentos no “Território do Sudeste Paraense” e na *nova frente de expansão*.



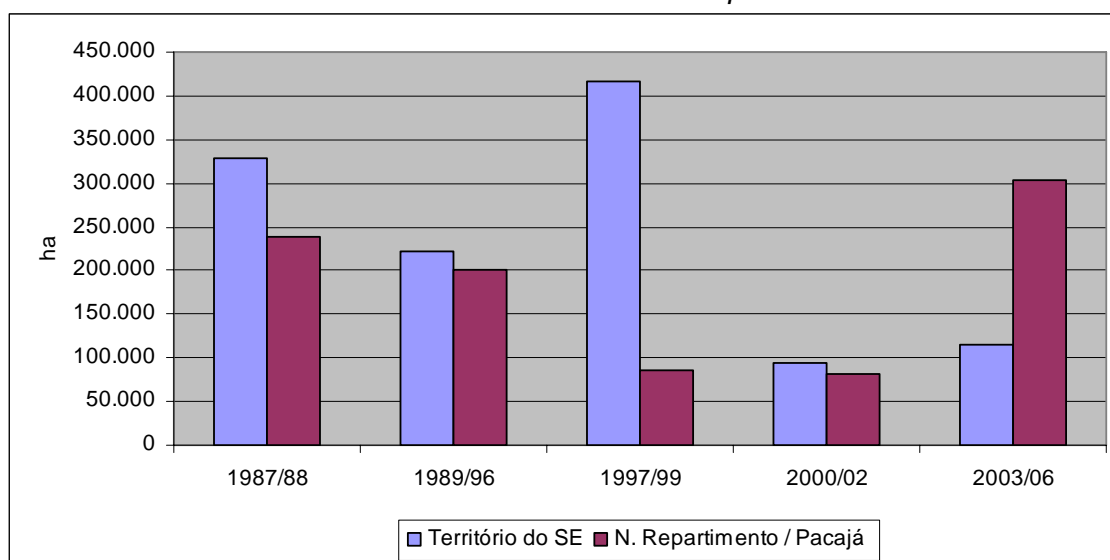
Fonte: SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007.

Os dados sobre o número de assentamentos criados no “Território do Sudeste Paraense” mostram um aumento nos três primeiros períodos com uma elevação bastante significativa entre 1997 – 1999. Nos dois últimos períodos, 2000 – 2002 e 2003 – 2006, houve uma redução no número de assentamentos criados embora os números tenham se mantido superiores aos primeiros períodos. Já os números de assentamentos criados nos municípios de Novo Repartimento e Pacajá mostraram

uma tendência de crescimento a cada período analisado, atingindo os maiores valores entre 2003 – 2006, embora estes números ainda sejam inferiores aos dos municípios do “Território do Sudeste Paraense”.

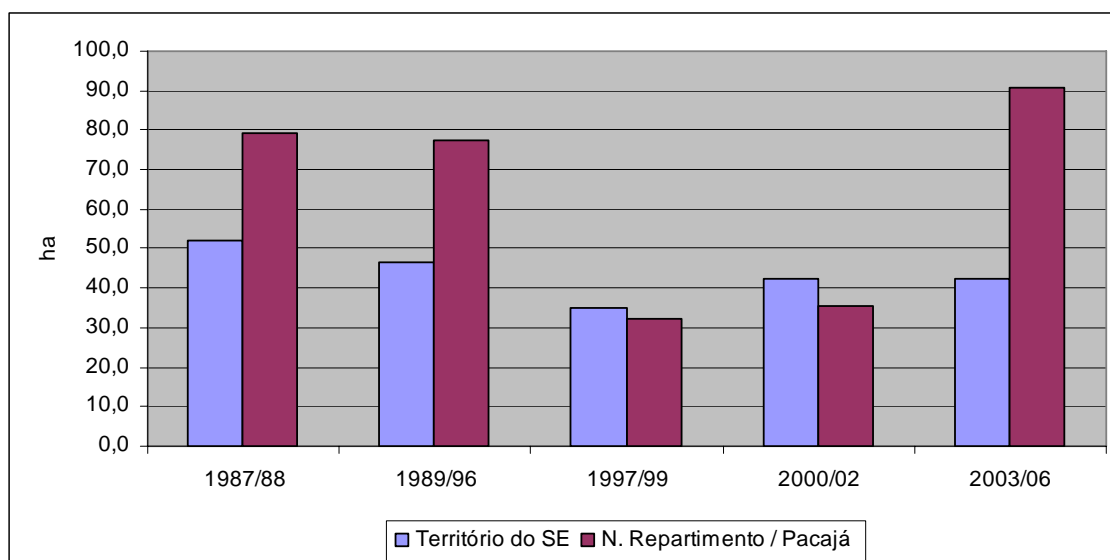
Quando realizamos essa mesma comparação a partir da área desapropriada para a criação dos assentamentos, observamos mais nitidamente a tendência de redução da criação de novos assentamentos no “Território do Sudeste Paraense” e o crescimento na *frente de expansão*. Nos dois primeiros períodos analisados, a área desapropriada foi elevada tanto no “Território” como nos municípios da *frente de expansão*. No período de 1997 – 1999, quando a luta pela terra atingiu seu ponto mais elevado de territorialização nos municípios mais densamente ocupados, a área desapropriada na *frente de expansão* ficou num patamar bem mais baixo, indicando um momento em que a correlação de forças entre os movimentos que lutam pela terra e o governo foi mais favorável aos primeiros. O período 2000 – 2002, mostra um refluxo na conquista de terras em toda a região e o primeiro Governo Lula (2003 – 2006) mostra com mais clareza a tendência de resolução dos conflitos agrários com a criação de assentamentos nas *frentes de expansão*.

Gráfico 06: Evolução da área desapropriada para criação de assentamentos no “Território do Sudeste Paraense” e na *nova frente de expansão*.



Fonte: SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007.

Gráfico 07: Evolução da área média por família nos assentamentos no “Território do Sudeste Paraense” e na *nova frente de expansão*.



Fonte: SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007.

O gráfico 07 mostra a área média destinada para cada família nos assentamentos criados. Esses dados foram obtidos dividindo a área total dos assentamentos pelo número de famílias previstas para serem assentadas. A partir desses dados verificamos que nos assentamentos do “Território do Sudeste Paraense” a área média desapropriada para cada família tem sido menor, com lotes em torno de 40 ha. No período de maior territorialização da luta pela terra, entre 1997 – 1999, a média dos lotes atingiu seu menor valor, em torno de 35 ha, reforçando a tese de que o processo de regularização fundiária não é suficiente para inverter a estrutura agrária existente⁶.

As áreas médias conquistadas pelas famílias nos assentamentos criados nos municípios da *frente de expansão* são em geral maiores do que no “Território do Sudeste Paraense. Isso pode ser explicado pela menor pressão pela terra na *frente de expansão* devido ao fato desta ainda não ter sido fortemente monopolizada. Mesmo assim, houve uma redução na área média entre 1987 – 2002 passando de 79,4 ha para 35,5 ha. Durante o primeiro governo Lula (2003 – 2006) o tamanho médio dos lotes sofreu um aumento significativo chegando a uma média de 90,9 ha. Cogitamos a hipótese de que esse aumento na área média por família pode estar servindo como uma espécie de ‘atrativo’ para garantir que as famílias aceitem a migração para *frente de expansão*.

⁶ Fernandes (2001, p. 44) afirma que “Para se falar em reforma agrária é preciso que exista – de fato – uma política nesse sentido, um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária. O governo tem tentado solucionar os conflitos no campo com algumas desapropriações e com a compra de terra, respondendo às pressões das famílias sem-terra. (...) Essas políticas e as compras de terra não são reforma agrária”.

Esse maior tamanho dos lotes nos assentamentos na *frente de expansão* pode ter um caráter compensatório dado as dificuldades encontradas nessas novas áreas como, por exemplo, menor infra-estrutura básica de estradas e transporte para a produção. Ao mesmo tempo, podem estar levando à implantação de sistemas de produção mais extensivos na utilização das terras baseados, sobretudo, em lavouras temporárias de corte e queima e na pecuária extensiva. Essa perspectiva de uso de estratégias terra-extensiva pelos assentados na *frente de expansão* traz uma questão adicional à problemática estudada: a questão ambiental.

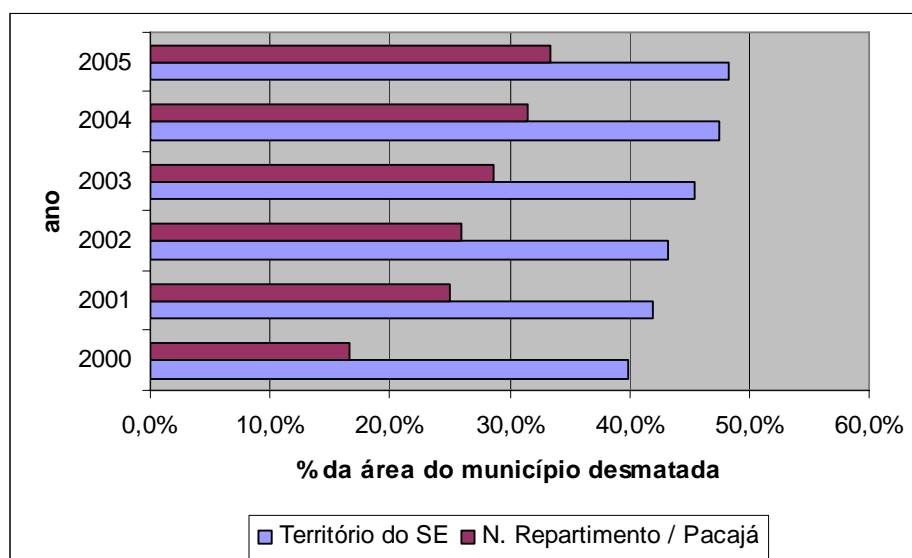
A trajetória terra-extensiva não deve ser confundida com o mesmo processo de “pecuarização” que predominou no decorrer da ocupação do atual “Território do Sudeste Paraense”. A frente de expansão camponesa que chegou à Marabá nos anos 60/70 deu-se num quadro de elevada instabilidade fundiária provocando, entre outras coisas, uma forte tendência à ‘pecuarização’ (HURTIENNE, 1999). É de se esperar que a regularização fundiária mais precoce na *nova frente de expansão* possa estimular sistemas de produção mais complexos nos assentamentos.

No entanto, essa possibilidade de um possível padrão diferenciado desta *frente de expansão* face à regularização mais precoce da terra, precisa ser melhor pesquisada. No período 2003 – 2006 (Governo Lula), onde o *descolamento geográfico* da política de criação de assentamentos passou a ser mais expressivo, há indícios de que a regularização fundiária não está sendo acompanhada do conjunto de políticas públicas de estruturação dos assentamentos, que poderiam fazer um diferencial nas suas trajetórias de desenvolvimento. Recentemente em matéria do jornal O Globo⁷ foi denunciado o grau de precariedade dos assentamentos nos municípios de Pacajá, Tucuruí e Novo Repartimento onde foi possível detectar todo tipo de dificuldade: ausência de estradas, escolas, enfermidades como a malária, além de graves conflitos com madeireiros, grileiros e pistoleiros. A reportagem mostrou também o abandono dos lotes pelas famílias em função do isolamento, das doenças e do pânico causado pelas ameaças de morte e de expulsão da terra. Há, no entanto, aquelas famílias que resistem e para estas os movimentos camponeses – com uma fina ironia em resposta ao INCRA – passaram a denominá-las a partir da categoria de *famílias acampadas em RB*.⁸

Gráfico 08: Evolução da área desmatada do “Território do Sudeste Paraense” e da *frente de expansão*, em porcentagem da área total.

⁷ O Globo 06/05/2007. *Direito da Amazônia*. Pistoleiros expulsam assentados na Amazônia. Violência e falta de infra-estrutura criam assentamentos fantasmas. Felipe Awi. Enviado especial. Pacajá e Tucuruí – PA.

⁸ RB – Relação de Beneficiários do INCRA, cadastro das famílias assentadas oficializando sua permanência e garantindo o direito a receber os créditos para instalação e investimento/custeio para produção.



Fonte: INPE – PRODES⁹, 2006.

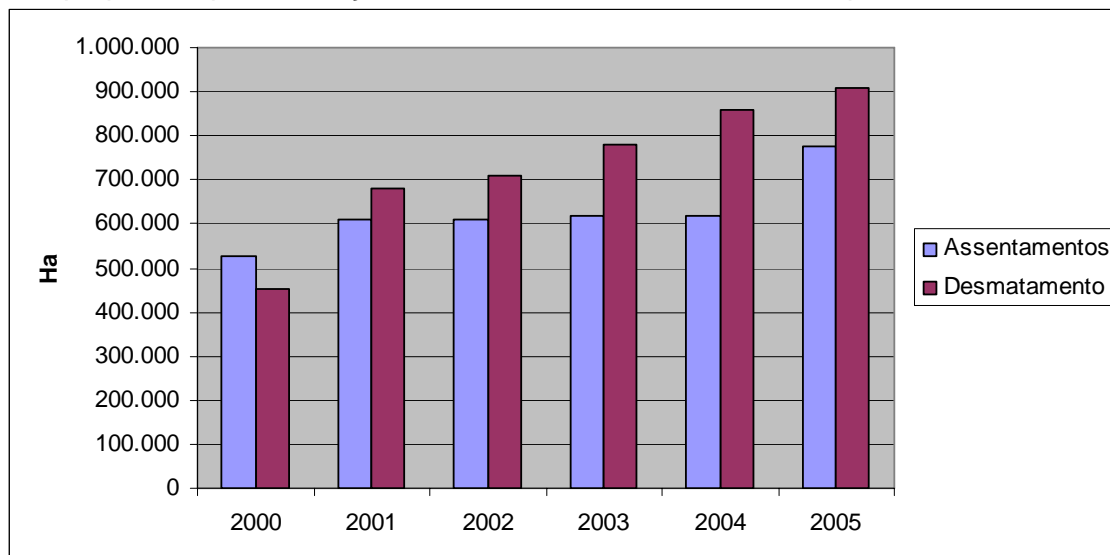
Quando observado o desmatamento que a *frente de expansão* vem experimentando nos últimos anos verificamos que há a manutenção do caráter predatório de ocupação da Amazônia. Os dois municípios que compõe o que denominamos de *frente de expansão* tinham 16,6 % de sua superfície desmatada no ano 2000. Em 2005 passou a 33,3 % de superfície desmatada representando 101 % de desmatamento entre 2000 – 2005. No mesmo período, o “Território do Sudeste Paraense” subiu sua área desmatada em 21 % passando de 39,9 % para 48,3 %. O ritmo do desmatamento foi bem mais acelerado na *frente de expansão* do que na área do “Território do Sudeste Paraense”.

No entanto, essa constatação do ritmo elevado de desmatamento não pode ser entendida como de responsabilidade exclusiva dos assentamentos e conseqüente da *frente de expansão* camponesa que essa criação estimula. O gráfico 09 mostra uma comparação entre a área desmatada acumulada nos municípios da *frente de expansão* e as áreas transformadas em projetos de assentamento. O aumento da área desmatada vem se dando num ritmo muito mais acentuado do que o de criação de assentamentos. No período entre 2000 – 2005, enquanto a área dos assentamentos passou de 528,7 para 777,0 mil ha (aumento de 47 %), a área desmatada passou de 452,6 para 907,6 mil ha (aumento de 101 %). Assim, mesmo que os assentamentos estivessem totalmente desmatados, o que não é o caso, haveriam outras frentes

⁹ O Instituto Nacional de Pesquisas Especiais – INPE construiu esses dados cruzando informações dos municípios do IBGE (malha municipal digital – 2001) com cenas do satélite Landsat TM. Foram analisados os “pixels” de diferentes classes mapeadas pelo Programa PRODES, a saber: desflorestamento, floresta, não floresta, hidrografia e nuvem, dentro de cada município. Posteriormente, esses “pixels” foram transformados em área através de cálculos algébricos.

significativas de desmatamento, o que desmistifica as teses de que são os assentamentos os grandes responsáveis pelos problemas ambientais na Amazônia.

Gráfico 09: Comparação da evolução das áreas acumuladas com desmatamento e desapropriadas para a criação de assentamentos na *frente de expansão*.



Fonte: INPE – PRODES, 2006 e SIPRA-INCRA-SR27, atualizado em 03/04/2007.

Esses dados reforçam a análise de Velho (1972, p. 14-15) para o caso de Marabá, qual seja, que na realidade empírica há casos em que diferentes tipos de frente de expansão se mesclam, ampliando a riqueza de situações que elas oferecem para a compreensão da frente em si, como de seu papel no interior do sistema global a que pertencem. A frente de expansão amazônica tem sido, na verdade, o inter-relacionamento entre frentes diversas, distinguidas em função das relações com a natureza e das relações de trabalho e produção que estabelecem.

A criação de assentamentos pelo INCRA tem causado um movimento de expansão camponesa para Oeste a partir do território e dos conflitos de territorialidades no “Sudeste Paraense”. Esse movimento, no entanto, não pode ser caracterizado como uma frente de expansão única, pois se inter-relaciona com outras frentes de expansão, como: madeireiros, grileiros, pecuaristas extensivos¹⁰ que aparentemente recriam uma elevada conflitividade na fronteira mesmo considerando a regularização mais rápida da posse da terra dos camponeses pela atual política de criação de assentamentos.

¹⁰ O Relatório de Pesquisa “Atores e Relações Sociais em Novas Fronteiras na Amazônia” (Castro et al., 2002) traz informações bastante detalhadas sobre esse assunto, caracterizando as diversas frentes de expansão que se inter-relacionam em outras áreas de novas fronteiras como Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu.

3. Considerações Finais

Neste artigo foi analisada a dinâmica de criação de assentamentos na região Sudeste do Pará. Comparando-a com a dinâmica mais geral de criação de assentamentos no Brasil, percebeu-se um mesmo padrão no que se refere aos três elementos analisados: (i) é um processo *reativo* à luta dos trabalhadores sem-terra ; (ii) está passando por um *descolamento geográfico* entre as áreas de maior intensidade da luta pela terra e a criação dos assentamentos ; (iii) esse descolamento está reforçando a expansão da fronteira agrária, alargando os problemas ambientais e a conflitividade.

Tomando-se como referência os municípios que compõem o chamado “Território do Sudeste Paraense”, fez-se uma periodização da criação de assentamentos onde se verificou que essa criação é uma resposta a intensificação das lutas pela terra ocorridas tanto no nível nacional, como no nível regional, bem como de uma correlação de forças mais favorável aos movimentos sociais do campo no contexto da sociedade nacional e regional. Assim, dois momentos mais favoráveis de criação ocorreram entre 1987-88, período de intensa mobilização social em torno da Constituinte e das eleições presidenciais e 1997-99, reflexo de um intenso período de ocupações de terra em todo o país.

Houve ainda um terceiro período de maior intensidade de ocupações de terra, entre 2003 e 2006 – 1º Governo Lula que, no entanto, não correspondeu a um aumento na criação de assentamentos no “Território do Sudeste Paraense”. A resposta do governo ao aumento do número de ocupações de terra, tanto nacionalmente, como nos municípios do “Território do Sudeste Paraense” baseou-se numa estratégia de criação de assentamentos em áreas consideradas como novas frentes de expansão da fronteira agrária. No Sudeste Paraense isso significou um deslocamento da criação de assentamentos para municípios como Novo Repartimento e Pacajá.

Essa estratégia do Governo Federal denota tanto o não enfrentamento do monopólio da terra nas regiões mais densamente ocupadas, como a priorização ao *agronegócio* como modelo de desenvolvimento nessas regiões. Ao mesmo tempo, a opção pelos assentamentos na fronteira agrária não tem nem diminuído a violência, nem o padrão de destruição da cobertura florestal nas frentes de expansão.

Longe de serem responsabilidade exclusiva dos assentamentos criados, o ritmo de desmatamento nos dois municípios considerados como a nova fronteira agrária mostrou-se bastante elevado. Em termos absolutos, a área desmatada foi superior a área destinada aos assentamentos, sobretudo considerando que os

assentamentos nesses municípios ainda apresentam alta porcentagem de área não desmatada indicando que na verdade combinam-se diferentes frentes de expansão em direção a estes municípios. Dessa forma, a frente de expansão camponesa que se intensifica a partir dos assentamentos criados não significa uma alteração da estrutura fundiária concentrada, tampouco uma reversão do modelo do *agronegócio* de produção agro-pecuária baseado na homogeneização da natureza reproduzindo, assim, os mesmos problemas agrários nacionais nas novas áreas de fronteira.

4. Bibliografia Citada

ALENTEJANO, P. R. (2006) Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. *XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Rio de Janeiro. CD Room. 25p.

CASTRO, E. R. ; MONTEIRO, R. & CASTRO, C. P. (2002) Relatório de Pesquisa "Atores e Relações Sociais em Novas Fronteiras na Amazônia". Trabalho de Consultoria Prestado ao Banco Mundial. Mimeo.

COSTA, F. de A. (1992) Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia. Série Estudos SEPEQ, 1. Belém: UFPA/NAEA. 81 p.

_____ (2000) Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. NAEA – UFPA. Belém, PA. 355 p.

FERNANDES, B.M. (2001) Questão Agrária, Pesquisa e MST. Coleção Questões de Nossa Época v. 92. São Paulo: Ed. Cortez.

HURTIENNE, T. (1999) Agricultura Familiar na Amazônia Oriental: uma comparação dos resultados da pesquisa sócio-econômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agro-ecológicas diversas. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 1. Junho de 1999. Belém, PA. 75 – 94 p.

LACERDA, A. E. et al. (2007) A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. *Conflitos no campo Brasil 2006*. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia: CPT/Nacional Brasil. 90-93 p.

MICHELOTTI, F. ; RIBEIRO, B. & FLORÊNCIO, S. R. (2006) A Re-Existência Camponesa na Construção do Território do Sudeste Paraense (1995-2004). In: MONTEIRO, D.M.C. & MONTEIRO, M. de A. (org.). Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural. Belém: UFPA/NAEA. 149 – 163 p.

OLIVEIRA FILHO, J. P. (1979) O caboclo e o bravo: notas sobre duas modalidades da força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Volume 11. 101 – 140 p.

OLIVEIRA, A. U. de. (2004) Barbárie e Modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. Texto apresentado no XII Encontro Nacional do MST. Mimeo. São Miguel do Iguaçú, PR. 54 p.

PORTO GONÇALVES, C. W. (2005) Geografia da Violência no Campo Brasileiro em 2003. In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro. CD Room. 23p.

VELHO, O.G. (1972) Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 178p.

_____ (1982) Análise Preliminar de uma Frente de Expansão da Sociedade Brasileira. In: Velho, O.G. Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 29 - 39 p.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL A PARTIR DA DICOTOMIA URBANA E RURAL

Joelson Gonçalves de Carvalho - Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Regional Sustentável (NDRS) do Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP e doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP

RESUMO

O trabalho consiste, em um primeiro momento, na análise crítica conceitual do que se entende por urbano e rural e, a partir dessa análise, visa incorporar ao debate novas idéias pouco presentes na elaboração de políticas públicas condizente com as reais necessidades das estruturas regionais no Brasil. Para tanto, esse estudo traz à tona questões que, recentemente, voltaram ao debate acadêmico, político e social, qual seja: as problemáticas agrárias e agrícolas vis-à-vis políticas de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, a premissa básica é que existe uma grande inter-relação entre a problemática regional/urbana e a histórica questão agrária no Brasil. Sendo assim, torna-se necessário um balanço mais abrangente e, ao mesmo tempo localizado dessa questão, o que é apontado no final do trabalho discutindo-se sucintamente o caso do estado de São Paulo. Os apontamentos finais buscam deixar claro que existem efeitos positivos sobre as estruturas urbanas e regionais quando da instalação de assentamentos rurais, em especial de municípios menores. Entretanto, o desenho de políticas públicas, que caminhem no sentido de operacionalizar esses efeitos positivos, torna-se cada vez mais obstaculizado diante do tratamento dicotômico do que se entende por urbano e rural e das políticas decorrentes desse entendimento.

Palavras-chave: urbano-rural; assentamentos rurais; banco da terra.

1. O URBANO E RURAL ENQUANTO CATEGORIAS DE ANÁLISE: A EVOLUÇÃO CRÍTICA DOS CONCEITOS

As definições entre o rural e o urbano estão mais complexas, pois, cada vez mais, consideram a noção de dinâmica histórica. Antes, em muitas interpretações, o rural e o urbano eram conceitos antagônicos. O urbano era diferente do rural, sendo o primeiro o espaço da modernidade e do edificado e o segundo do atraso ou da natureza pura. Entretanto, muitos estudos recentes vêm buscando entender as relações do que antes era dicotômico, isto é, contribuindo com um novo modo de ver o território enquanto zonas de convergências o que, por sua vez, em que pese as diferenças de olhares, abre caminho para melhores interpretações sobre o Brasil. Apenas como ilustração, dois trabalhos com olhares bem distintos sobre o rural e o urbano no Brasil e, portanto, com conclusões dispares sobre o processo de estreitamento desses dois espaços, refletem o que estamos afirmando. Os trabalhos de José Graziano da Silva e Campanhola, no corpo do projeto RURBANO demonstram que existe uma “urbanização do campo” na medida em que atividades rurais estão crescendo em ramos não-agrícolas, ao passo que, atividades rurais eminentemente agrícolas estão perdendo espaço.

Para Graziano da Silva e Campanhola (2004), o rural no Brasil ganhou elementos antes exclusivos do urbano como a indústria e a prestação de serviços¹. Em sentido diverso José Eli da Veiga trabalha a idéia de um Brasil menos urbano do que se imagina (ou calcula, como quer o autor). Segundo Veiga (2002), muitos municípios brasileiros não apresentam dinâmicas próprias, são apenas pequenas aglomerações inseridas em uma lógica eminentemente rural. O ponto central da crítica se alicerça na obsoleta definição de cidades, que desde 1938, transformou qualquer sede municipal, independentemente de condições estruturais e funcionais, em cidades, dificultando, portanto, o desenho real da rede urbana nacional².

Longe aqui de querer pender para uma ou outra linha teórica-metodológica, o que importa para os propósitos desse trabalho é demonstrar que muitos estudos estão percebendo a problemática em definir e estudar o urbano e o rural a partir da paisagem ou das atividades econômicas secularmente instaladas nesses espaços. Ademais, a partir da ilustração utilizada, tanto Graziano da Silva como Veiga, problematizam os critérios estabelecidos para definir o que é rural e urbano, problema esse que também se expressa sobre as propostas e políticas públicas que visem a superação do subdesenvolvimento econômico. No mapeamento das questões estruturais do subdesenvolvimento brasileiro, Brandão (2004), valendo-se dos

¹ O projeto “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” comumente chamado de Projeto Rurbano foi dirigido por Graziano da Silva teve como uma das principais conclusões o fato de o emprego agrícola cair sistematicamente desde meados dos anos 80, mas a população rural ocupada (PEA rural), ao contrário do esperado, crescer no mesmo período. “É como se estivesse havendo uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola pela criação de inúmeras ‘novas atividades’ não agrícolas no meio rural”. (Campanhola e Graziano da Silva. 2004).

² Conforme o Decreto-Lei 311 de 1938. Para maiores detalhes ver Veiga, 2002.

estudos feitos por Cano (1981), busca demonstrar como um modo mais avançado de integração inter-regional, que se processou via acumulação do capital produtivo, realizou, através de uma “convivência pacífica”, a soldagem de interesses de diversas frações mais modernas do capital com a persistência e até aprofundamento das relações de dominação de antigas formas do capital mercantil. Aliança mantida graças a intocabilidade da questão da propriedade fundiária, rural e urbana.

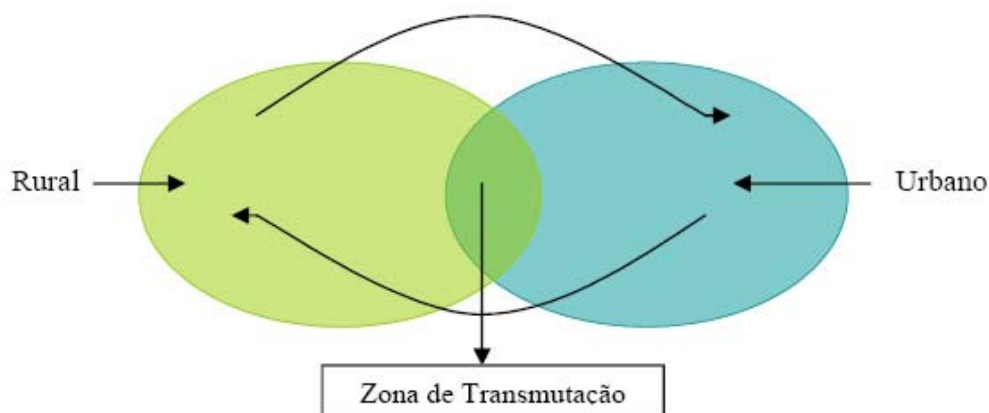
Neste sentido, o autor completa: “O processo de urbanização, a partir da industrialização ‘restringida’ e ‘pesada’, alcançará patamares superiores de diferenciação, sofisticação e de conflitos pela não-resolução de questões estruturais como as questões fundiárias rural e urbana” (BRANDÃO, 2004, p. 100). Menos no sentido de concluir e mais no sentido de abrir uma possível agenda de pesquisa, Brandão, sobre essa problemática, continua: “Entendo que um tema extremamente relevante, porém ainda não pesquisado, para a discussão das especificidades da urbanização brasileira é o caráter de não-exacerbação da contradição campo-cidade no país, inerente ao processo de desenvolvimento capitalista. Esta discussão permitiria iluminar, pensamos, questões como a débil delimitação entre interesses rurais e urbanos, etc” (2004, p. 102).

2. OS TRATAMENTOS TEÓRICOS DO URBANO E DO RURAL

Esquemáticamente a figura 1 representa a clássica relação entre o rural de um lado e o urbano de outro. Entre as duas dimensões uma zona que aqui se denomina *zona de transmutação*³, na qual, a proximidade entre o urbano e o rural é tamanha que fica difícil a separação em termos de definição do que seria efetivamente um ou outro. Este esquema não é obviamente apresentado em termos métricos ou espaciais *per se*, e sim em termos abstratos, tentando perceber as nuances teóricas do debate. Nesse sentido, muitas são as interpretações sobre o urbano ou o rural que se inscrevem nesse esquema uma vez que nelas estão contidas noções dicotômicas entre ambas as categorias. O rural é muitas vezes apresentado como sinônimo de atraso ou natureza pura de uma forma até idílica ou bucólica, já o urbano por sua vez seria a representação do espaço construído, lócus da produção, da modernidade, muitas vezes entendido como a cidade em si.

³ A transmutação é um conceito bastante utilizado em química, genética e física, dando a idéia da interação de dois elementos diferentes gerando um terceiro elemento novo.

Figura 1 – Esquema tradicional de análise urbana e rural

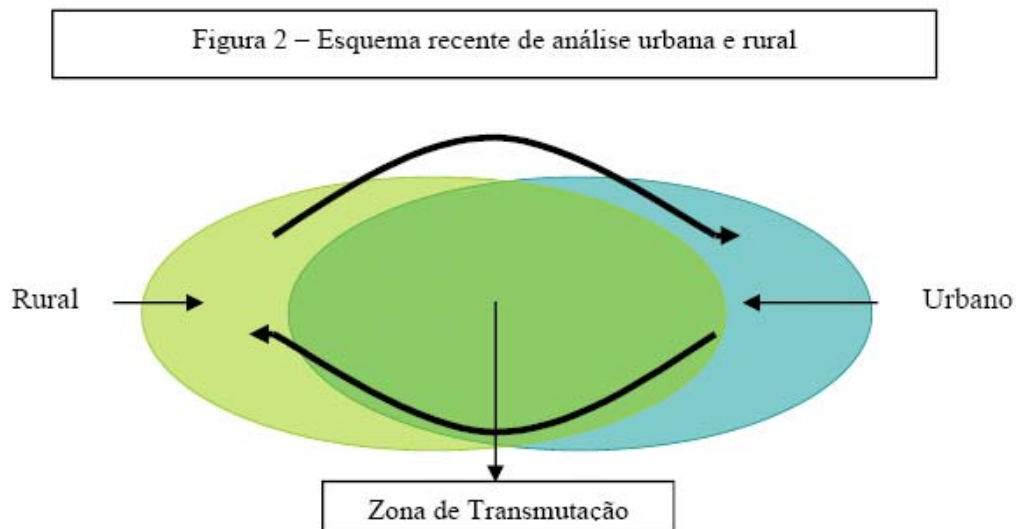


Na zona de transmutação, os espaços que misturam elementos do urbano e do rural são pouco priorizados nas leituras clássicas ou convencionais. Essa zona é geralmente expressa por áreas rurais próximas as cidades, que se dedicam a setores da economia associados ao urbano, como a prestação de serviços (pesque-pagues, chácaras de lazer, entre outros) e, que por não se adequarem aos moldes conceituais tradicionais, não ganham corpo analítico. No mesmo sentido, ainda nessa zona de transmutação, existem áreas distantes das cidades, onde estão inseridas atividades pesadas como grandes agroindústrias que modificam a paisagem local. Não bastasse isso, dentro do que se considera urbano, muitos são os lugares onde estão presentes populações de origem rural (geralmente marginalizadas) que se dedicam a atividades diretamente relacionadas ao rural como a criação de animais para auto-consumo, como suínos, eqüinos e bovinos, mostrando mais uma vez que existe uma faixa onde não é simples a definição entre o urbano e o rural.

Por fim, ainda dentro do escopo analítico tradicional, as setas representam fluxos socioeconômicos entre as duas áreas, onde o rural fornece ao urbano o excedente comercializável e busca os produtos que por limitações várias, não podem ser produzidos no rural. Em síntese, as leituras dicotômicas sobre o que é o urbano e o que é o rural não desconsideram (e nem poderiam) a existência de uma área difusa onde com a presença de elementos contrastantes, contudo, no escopo dessas leituras essa zona seria residual, sem significativas relações socioeconômicas capazes de alterar a configuração do espaço.

A figura 2 representa o rural e o urbano em uma perspectiva que incorpora o recente debate sobre o tema. Nessa esquematização é clara a predominância da zona de transmutação. Não muito clara é o que ela representa. Em termos mais simples, existe uma patente intensificação do debate do que é urbano e rural no Brasil e em muitos desses estudos a noção de conceitos cartesianos está cada vez menos presente, pois, muitos autores

começam a perceber que existe um crescente imbricamento entre o urbano e o rural tornando a simples conceituação estanque um problema de método às vezes até primário.



Não está se dizendo que inexistem o rural enquanto natureza pura, nem muito menos o urbano, em especial o metropolitano, distante de relações com rural. Na representação figurada 2, o urbano e o rural, enquanto idéias dicotômicas diminuíram, os fluxos socioeconômicos se intensificaram e o debate acadêmico ganhou corpo dentro da zona de transmutação.

É bom que se reforce a inexistência de consensos sobre a zona de transmutação. Aliás, essa idéia nem foi sistematizada ainda. O que existe de concreto é a crescente preocupação em se entender as relações que se estabelecem dentro dessa área. Dito de outra forma: muitos estudos se inserem em uma perspectiva de análise que tem claro a crescente proximidade, do ponto de vista regional-territorial, de elementos urbanos e rurais, mas ainda está em aberto de quem é a preponderância desse movimento de coalizão.

Mais uma vez, nessa zona de transmutação o espaço, além de não ser métrico é o lócus de relações sociais de produção e, portanto, sujeito a processos caracterizados pelas múltiplas contradições inerentes ao capitalismo e, sendo assim, deve ser analisado a partir de processos históricos. Nesse sentido, Bernardelli (2006) acrescenta: “*Entendemos que a importância dessas relações entre urbano e rural é essencial, pois caso privilegiemos as diferenças e desconsideremos as relações existentes entre os espaços, será difícil conseguirmos estabelecer proposições e políticas adequadas, seja para o meio rural, seja para o urbano, pois ambos devem ser analisados em suas particularidades, dinâmicas e papéis que desempenham, bem como em suas complementaridades*”.(p. 44). Bernardelli nos ajuda a reforçar que não se está propondo abandonar os conceitos e sim entendê-los enquanto

processos para que as políticas públicas possam ser trabalhadas de modo condizentes com as reais necessidades.

Diante dessa preocupação eminente, a urgente necessidade do tratamento do tema da difícil delimitação entre rural e urbano no Brasil fez com que, no período mais recente, alguns estudos e pesquisas ganhassem destaque. Abramovay (2000) polemiza com o termo ruralidade. Para este autor a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização, portanto, não pode ser vista apenas por suas atividades setoriais e sim na sua relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas.

Sendo assim, o autor corrobora sobretudo com o propósito geral deste projeto de investigação, isto é, torna-se de extrema importância revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e, sobretudo, mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades. Abramovay (2000) deixa algumas conclusões e perspectivas que se mostram não só atuais como também abrem perspectivas de análises futuras. Nesse ínterim cabe destaque as idéias de que: a) O meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. É crucial o papel destes pequenos centros na dinamização das regiões rurais e, b) embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade.

3. ZONA DE TRANSMUTAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO PARA PLANEJAMENTOS

Mesmo não trabalhada de modo sistemático, muitos autores inserem seus estudos nessa zona de transmutação. Santos (1985) entende a expansão da zona urbana sobrepujando a zona rural. Para esse autor existe uma *agricultura científica* que serve de força motriz para um processo que parte da maior permeabilidade do meio natural, espaço esse, como menores *rugosidades* que o espaço urbano e, portanto, de fácil expansão para capitais tanto industriais como financeiros (SANTOS, 1985).

Elias (2006), analisando as novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola, parte das constatações feitas por Santos (1985) para demonstrar que “*as novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura científica, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades, especialmente locais e médias, fortalecendo-as, (...) notadamente no Brasil com importantes áreas agrícolas, em termos demográficos, seja em termos econômicos*”.(p. 281).

Na busca por melhores critérios de análise Elias (2006) continua: “*Torna-se imprescindível à compreensão da reprodução do espaço urbano considerar a expansão dos*

espaços urbanos resultantes da reestruturação produtiva da agropecuária. Essa seria uma das vertentes para pensar as cidades médias, uma vez que a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira tem promovido profundas transformações à produção e ao espaço agrário, com significativos impactos territoriais e sociais, inviabilizando que se continue utilizar os esquemas clássicos para pensar a urbanização e as cidades no Brasil, uma vez que se dilui, cada vez mais, a velha dicotomia cidade-campo, construindo-se uma unidade dialética entre estes dois subespaços". (p. 282).

Santos (1996) mostra que dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos acirra a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais e isso, por sua vez, resulta em diferentes arranjos produtivos, tanto no campo como na cidade. Em sendo assim espaços onde campo e cidade são conceitos difusos essas manifestações de dão de formas mais complexas. Santos (1985, 1996) trabalhando conceitos de *agricultura científica e meio técnico-científico-informacional*, está preocupado com uma realidade de agricultura capitalizada inserida nas cadeias produtivas cada vez mais dinâmicas, aceleradas pelas políticas neoliberais de abertura comercial e financeira. Isto é, Santos não discorre sobre as alterações decorrentes, ou a decorre, de políticas de apoio e fortalecimento de assentamentos rurais.

Sobre essa temática é bom que se diga que, as análises e elaborações de políticas públicas que tem como ponto de partida o campo, devem incorporar a noção de espaço de disputa, uma vez que nesse espaço estão presentes vetores contrários capazes de enviesarem conclusões, pois a resultante ainda está por ser construída. Sendo assim, a dinâmica de centralização do capital no campo, expressos no latifúndio monocultor de alta capacidade tecnológica, convive (não harmonicamente, claro) com políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como o PRONAF e o crescimento de movimentos sociais ligados a reforma agrária, tendo no MST sua maior expressão.

A existência de movimentos sociais organizados em diversas escalas de ação deixa claro que o processo de aumento da zona de transmutação é caracterizado por um movimento que não se encerra apenas no âmbito econômico, tendo que se incorporar em análises mais elaboradas, outras variáveis, em especial sociais e políticas.

4. HISTÓRICAS RELAÇÕES NACIONAIS ENTRE O URBANO E O RURAL

Tentou-se demonstrar até aqui que existem razões suficientes para não se dissociar a problemática regional/urbana da histórica questão agrária no Brasil, contudo, ainda é freqüente, em muitos estudos, a dicotomia estabelecida entre campo/cidade. Este caráter analítico que corrobora com o tratamento estanque dos temas sobre a realidade agrária e urbana tem marcos distantes e estão nos laços históricos do processo de formação da *nação brasileira*, com todas as suas dificuldades e posteriores imbricações, tendo se complexificado com o processo de industrialização nacional.

Não existe um marco histórico pontual para a imbricação de tais questões, o que existe de fato é um processo que ora aproxima ora distancia as duas problemáticas, mas a gênese é sem dúvida a forma colonizadora a que o Brasil foi sujeito.

A história da formação do território brasileiro se confunde com a concentração de terra e poder. Sem se perder em digressões, recuperemos apenas para efeitos ilustrativos as capitâneas hereditárias, que através da Carta de Doação, dividiram a extensa faixa litorânea da então colônia em 15 capitâneas cada qual com um donatário. Esse sistema, com todos os seus problemas, vigorou no Brasil de 1534 até meados do século XVIII. Vida mais longa tiveram as sesmarias que, com a mesma lógica perdurou até a Proclamação da Independência. Mesmo com o fim desses instrumentos, as raízes do latifúndio estavam dadas. Não bastasse isso, logo após a Independência, com um Brasil eminentemente agrícola dois fatos tópicos iriam influenciar em muito o futuro agrário e urbano desse país, o primeiro é a Lei de Terras e o segundo a política de migração de estrangeiros livres.

Com a Lei de Terras, o acesso à terra foi privado daqueles que antes trabalhavam nela, fortalecendo de modo legal e definitivo a estrutura latifundiária do campo brasileiro. Com as políticas de estímulo a migração de estrangeiros (notadamente europeus e japoneses), o contingente de ex-escravos passa a ter nos núcleos urbanos as poucas oportunidades de trabalho que cabiam a um país ainda sem um perfil industrial consolidado.

Em linhas gerais, muito antes da expansão das atividades econômicas urbanas o Brasil iria conhecer seu primeiro êxodo rural, fenômeno esse não isolado uma vez que a expansão das atividades agrícolas se dá concomitante com a maior tecnificação das atividades agropecuárias e por conseqüência com a menor incorporação de mão-de-obra ao passo que o excedente era paulatinamente atraído pelas oportunidades urbanas ainda em tímido crescimento, ou seja, o Brasil, antes da consolidação das atividades industriais já tinha conhecido um êxodo rural significativo e precoce por natureza.

Em síntese, na medida em que a mão-de-obra escrava tornava-se um problema à acumulação de capital no campo, a imigração européia resolveu essa questão via introdução de trabalho livre e o conseqüente aumento da divisão social do trabalho nos núcleos urbanos de então. Porém, e é bom que se ressalte, o acesso à terra sempre foi impedido. Com o fim do

trabalho escravo e a introdução da Lei de Terras no Brasil passamos a uma situação marcada pelos *homens livres do trabalho compulsório e terra escrava compulsoriamente do capital*. Assim, criava-se um mercado consumidor amplo, consolidando efetivamente um capitalismo interno, mesmo que dependente e associado aos interesses externos e marcado por graves problemas estruturais que jamais seriam enfrentados.

Segundo Benjamim et. al. (1998, p.87), *“Assim como a solução das elites para a questão da escravatura se desdobrou em questão agrária a partir da segunda metade do século XIX, a questão agrária jamais solucionada se desdobrou em questão urbana na segunda metade do século XX”*. Nesse sentido, *“pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial”* (DELGADO, 2006, p. 38).

5. O ESTADO DE SÃO PAULO COMO ESFORÇO ANALÍTICO

A partir das diversas implicações sugeridas até aqui, se pegássemos como exemplo o Estado de São Paulo, onde o processo de industrialização se deu de modo mais, poderíamos perceber bem as estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional e agrícola-agrária, compondo um território ímpar.

Historicamente as cidades foram se moldando a partir das atividades agrícolas até o momento em que as relações de causalidade se alteraram do padrão campo-cidade para o padrão cidade-campo, numa clara preponderância da indústria sobre as relações mercantis estabelecidas anteriormente.

Durante toda a década de 80 a agricultura brasileira estava em foco. O período é marcado, principalmente pelo debate crescimento *versus* pagamento da dívida externa e os objetivos das políticas agrícolas do período consistem na intensificação de um modelo amplamente tecnificado e gerador de superávits. Como resultado, esse esforço exportador trouxe a modernização da atividade agrícola e o entrelaçamento das relações entre indústria e agricultura, gerando excedentes de mão-de-obra e inchaços populacionais nos centros urbanos mais dinâmicos (GRAZIANO, 1996).

Em suma, é assim, de modo complexo, que se apresentam os dilemas a serem enfrentados no espaço regional e urbano nacional. Por um lado, regiões vão tomando formas cada vez mais distintas, sócio-economicamente, e trazem toda a sorte de problemas para a efetiva redução das desigualdades econômicas e sociais. Por outro lado, assistimos o crescente processo de segregação social não mais exclusivo das grandes cidades e já presente em diversas cidades de porte médio e regiões mais afastadas das grandes capitais e áreas metropolitanas. Mesmo em São Paulo, onde se concentra o maior parque industrial da

América Latina e também a agricultura mais diversificada e moderna do país, as questões estruturais aqui levantadas não foram enfrentadas.

Em que pese a tese de que a questão agrária estaria resolvida no Estado de São Paulo, a análise dos dados do Censo Agropecuário e do Instituto de Terras de São Paulo mostra outra realidade que aliada ao aumento dos conflitos no campo reacendem as discussões e intensificam o debate sobre a questão agrária paulista. A partir dos dados do Censo Agropecuário de 1985, o número de pessoas ocupadas na agricultura, nos estabelecimentos de até 100 hectares era 579.241. Já o Censo de 1995/1996 registrou apenas 379.212. Quanto aos assalariados rurais, nesses dez anos, o número diminuiu em 98.721 pessoas. Segundo os dados do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, nesse período foram assentadas 7.169 famílias ou aproximadamente 29 mil pessoas.

Na intensificação da concentração fundiária, em 1985, os estabelecimentos de até 50 hectares representavam 214.163 estabelecimentos. Já em 1995/1996 esse número caiu para 158.913 estabelecimentos. Em dez anos, esse grupo de área diminuiu em 25%. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 10 mil hectares aumentaram suas áreas em 105.690 hectares. Dessa forma, a expropriação, a expulsão e o desemprego continuam configurando como elementos da questão agrária paulista com rebatimentos urbanos significativos.

As ocupações tornaram-se a forma mais importante de acesso a terra. Desde 1979 até 1999, os trabalhadores rurais sem-terra conquistaram 145 assentamentos no Estado de São Paulo, onde foram assentadas 10.925 famílias, em 239.540 hectares. Somente no período de 1995 a 1999, em torno de 30 mil famílias sem-terra realizaram 200 ocupações⁴, apenas 5.551 famílias foram assentadas.

Em que pese as grandes diferenças entre as cidades de Sumaré, Promissão, Araraquara e Mirante do Paranapanema, todas possuem assentamentos de reforma agrária que já passam de 10 anos. Em Sumaré e Promissão, por exemplo, os assentamentos já têm mais de 20 anos cada. Em sendo assim, diante do período de maturação já existente se tornam ótimos estudos de caso para a efetiva observação dos efeitos positivos que os mesmos trouxeram à dinâmica regional e urbana na qual estão inseridos. Essas áreas foram objeto de recente pesquisa, coordenada pela Professora Sônia Berganasco (FEA/Unicamp). Este estudo concluiu que, para além do aumento da renda familiar registrado nos assentamentos, existe um patente beneficiamento na economia local com aumento da arrecadação de impostos e o aumento do comércio de produtos e serviços básicos. A pesquisa apurou também que 50% do consumo produtivo e doméstico são efetivados nos municípios próximos.

Contudo, como contra-resposta ao aumento da organização da luta pela terra no Brasil, e a partir do ideário das políticas neoliberais, com o aval do Banco Mundial, desde 1995 a luta pela terra no Brasil divide espaço com um tipo elitista de reforma agrária. Concebido primeiro como Programa Cédula da Terra no governo de Fernando Henrique Cardoso, transmutado

⁴ Dados recolhidos junto a secretaria estadual do MST.

para Banco da Terra em 1998 e Crédito Fundiário no governo Lula, houve uma importante inversão na lógica ao enfrentamento do secular problema da concentração da renda e propriedade no país, isto é, o afastamento do Estado do processo de reforma agrária.

Nessa reforma agrária de mercado, os trabalhadores organizam-se em associações voltadas à compra da terra. Essa associação tem respaldo jurídico para fazer empréstimos em uma agência financeira determinada pelo governo federal e com esses recursos os demandantes de terras compram diretamente do proprietário. O recebimento é a vista e os trabalhadores rurais assumem o débito do crédito fundiário, no valor estabelecido entre as partes. O resultado é claro nos assentamentos realizados por esse tipo de política em especial no noroeste do estado de São Paulo: a grande maioria dos beneficiários está inadimplente.

Usando uma das associações como exemplo não isolado da realidade da reformas agrárias de mercado têm-se a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Esperança Nº 1, do Banco da Terra de José Bonifácio. A Associação hoje é composta por 24 famílias que foram beneficiadas pelo Programa Banco da Terra em novembro de 2001, através deste financiamento adquiriram 154,24 ha de terras (62,49 alqueires), recursos para perfuração de um poço semi-artesiano, construção de residências e instalação de rede elétrica.

O valor total do financiamento é de R\$ 813.616,95, o prazo de pagamento é de 20 anos com 02 (dois) anos de carência. A primeira parcela venceu em 19/10/2004 e a segunda em 19/10/2005. O Governo Federal fez um reescalonamento da dívida, assim a Associação efetuou o pagamento de 1% da primeira e segunda parcelas vencidas e o restante foi redividido nas parcelas seguintes. O reescalonamento da terceira parcela que venceu em 19/10/2006 esta sendo analisado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, para uma provável negociação.

Enfim, a reforma agrária pode trazer impactos urbanos e regionais dinamizadores, especialmente para regiões deprimidas, contudo a que se perguntar antes: que Reforma Agrária, a de mercado, que facilita o uso especulativo da terra e transfere o ônus imediatamente para o assentado, ou a reforma agrária via desapropriação governamental que dá o ônus ao latifundiário improdutivo?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os estudos feitos sobre os impactos dos assentamentos rurais na dinâmica regional são conclusivos. Percebem-se efeitos positivos sobre a renda, o mercado de consumo local e o aumento dos fluxos comerciais, que por sua vez, induzem possíveis diversificações na base econômica da região. Cria-se nova infra-estrutura e gera uma maior agregação de valor nas atividades locais. Não existe um assentamento rural descolado de uma área urbana (por mais distante que ele esteja), ambos se inserem em uma zona de transmutação, na qual a

dinamização do assentamento implica fortes laços positivos em um círculo virtuoso com o urbano.

Nesse sentido, enquanto os estudos acerca do desenvolvimento local se inserem em uma vertente conservadora de endogeneidade, pouco se avançará nos pontos nevrálgicos que travam historicamente a superação do subdesenvolvimento. Na elaboração de políticas públicas deve-se ter claro que existem relações indissociáveis na zona de transmutação. Só a partir disto pode-se criar elementos estruturais de desenvolvimento regional frutos de políticas públicas nacionais com rebatimentos locais e planejamento integrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BENJAMIN, C.*et al.* **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B. e WIHTACHER, A, M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

BRANDÃO, C.A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para estudos regionais e urbanos**. Tese de livre-docência, Instituto de Economia/Unicamp. s.n.,2003.

CAMPANHOLA, C e GRAZIANO DA SILVA, J. F (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro: Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

CANO, W. (Coord.) . **São Paulo no limiar do século XXI. Cenários e diagnósticos: a economia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Fundação Seade, 8v, 1992.

CANO, W. (Coord.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação Seade, 3v, 1988.

CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. A migração nos Estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**. Campinas: Nepo-Unicamp/Pronex, 2000.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil. In: Incra. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo, 2005.

ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. SPOSITO, M. E. B. e SOBARZO, O. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

FURTADO, C. **Formação economia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, Campinas, 1996.

GRAZIANO, X. **O carma da terra no Brasil**. São Paulo: Editora Girafa, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censos Agropecuários 1985, 1995/96**. Brasília: s.n; s.d.

IPEA; IBGE e NESUR/IE-UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**, Brasília: IPEA, 1999.

MEDEIROS, L., LEITE, S. (orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula**. 2ª ed. São Paulo: Autores associados, 2002.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO SUL DO BRASIL: IDENTIDADE, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E PROJETO

Everton Lazzaretti Picolotto - Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Extensão Rural pela UFSM, Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ
picolottoae@yahoo.com.br

RESUMO

Os movimentos sociais do campo têm passado por mudanças significativas nos últimos anos. Buscando contribuir na compreensão destes processos, este artigo objetiva analisar as mudanças recentes nas identidades coletivas, na articulação política e nos projetos dos movimentos que se articulam na Via Campesina e na FETRAF-Sul. Estes movimentos tiveram origem comum nos anos de 1970 e 1980, passaram por diferentes fases em suas trajetórias mantendo certa unidade de ação, porém, a partir de meados dos anos 1990, suas estratégias de ação diferenciaram-se, ocorrendo mudanças nas identidades e projetos. A FETRAF-Sul passou a identificar suas bases como *agricultores familiares*, adotou a tática de obter maiores espaços na institucionalidade através da busca de sua democratização e, enquanto projeto, tem procurado ressignificar positivamente a pequena agricultura através do reconhecimento desta como “produtora de alimentos para a Nação”. Os movimentos da Via Campesina passaram a identificar suas bases como *camponeses*, adotaram a tática de construção de resistência ao capitalismo no campo e, seus projetos, visam fortalecer o modo camponês de produzir e viver e transformar as estruturas socioeconômicas.

Introdução

No decorrer do processo de modernização da agricultura (que visava, entre outras coisas, a especialização das atividades agrícolas e a transferência de trabalhadores para o meio urbano) alguns segmentos sociais do campo promoveram lutas de resistência. Em vários locais do Brasil, ainda nos anos 70, os pequenos agricultores, os “sem-terra”, os “atingidos por barragens”, os indígenas, os seringueiros, as mulheres trabalhadoras rurais, entre outras categorias, organizaram-se para lutar contra a expropriação de seus meios de produção e

encontrar alternativas para a continuação de sua reprodução social. Algumas das ações destes grupos formaram o que se concebe na sociologia como *movimentos sociais*.

Movimento social é definido por Touraine (2006, p.175) como “o ator de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um como outro, uma importância central.” Assim, são fundamentais na definição de um movimento social os processos de constituição de identidade, a manifestação de um conflito com um adversário e a afirmação de um projeto de futuro. Castells (2002) destaca que em função das transformações ocorridas nos vários domínios das atividades humanas atualmente estamos diante do conflito dos processos globais com as identidades locais. Nesse cenário, os movimentos sociais podem fazer uso de identidades coletivas com distintas funcionalidades, a saber: identidade legitimadora, de resistência e de projeto.¹ Ainda para Melucci (2001), os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como “redes de solidariedade” com fortes conotações culturais do que como movimentos classistas. Esta característica os diferencia dos atores políticos ou das organizações formais. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência do movimento, como atribui Touraine, mas “um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (MELUCCI, 2001, p.23). Assim, atribui à identidade coletiva uma definição “interativa e compartilhada” e isso significa: “construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores” (*id.* p.69). Ou seja, as identidades se definem para o ator quando este está relação com outros atores.

O surgimento dos movimentos sociais rurais que são foco deste trabalho ocorreu a partir do final dos anos 70 e início dos 80 na região Sul do Brasil. O sindicalismo rural tradicional foi questionado pelas “oposições sindicais” que deram origem a um “novo sindicalismo” que contribuiria na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Importantes setores marginalizados do campo optaram por promoverem ações “por fora” da institucionalidade estabelecida, questionando o modo de utilização de recursos e propondo transformações sociais. Estes também constituíram expressivos movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A trajetória destes atores sociais inclui uma gama de ações coletivas e de experiências socioeconômicas. Estes se colocaram como construtores de uma nova ordem contra-hegemônica, estruturaram experiências de viabilização autônoma da sua base social

¹ Para Castells (2002): a) *identidade legitimadora*: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação, se aplica a diversas teorias de nacionalismo; b) *identidade de resistência*: é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade; c) *identidade de projeto*: desenvolve-se quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

(agricultura alternativa, associações de cooperação, assentamentos coletivos, etc.) e buscaram interferir na institucionalidade estabelecida visando ampliar os espaços de cidadania e democratizar o Estado (NAVARRO, 1996; SCHERER-WARREN, 1996).

Apesar da expressividade política que estes movimentos alcançaram e as ações que promoveram para gerar alternativas no campo e frear o êxodo rural, este fenômeno continuou em várias regiões do país – principalmente nas regiões de agricultura mais modernizadas (MUELLER; MARTINE, 1997). Acompanhando estes processos e visando obter maior alcance as suas ações ao final dos anos 90 os atores sociais citados optaram por formar novas organizações representativas. Formaram-se a FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul) que articula o sindicalismo cutistas na região Sul e a seção brasileira da Via Campesina que articula o MST, MPA, MAB, MMC.² Estas novas organizações gerais passam a influenciar a construção de *identidades coletivas gerais* entre os movimentos. Enquanto a FETRAF-Sul apropria-se da identidade da *agricultura familiar* para dar unidade as suas bases sindicais, a Via Campesina adota a identidade internacional de *camponês* para unificar as bases dos movimentos associados.

O estudo dos movimentos sociais no Brasil tem enfatizado a descrição dos processos que deram origem aos movimentos, suas lutas e as transformações que estes alcançaram. As questões relativas aos fatores que constituem os movimentos, como estes se desenvolvem ao longo do tempo e as mudanças que as relações destes com outros atores provocam não têm recebido muita atenção da academia. Visando contribuir na investigação destas lacunas o *objetivo* deste artigo é analisar as mudanças recentes nas identidades coletivas, na articulação política e nos projetos dos movimentos que se articulam na Via Campesina e na FETRAF-Sul³.

Formação e diferenciação dos movimentos sociais do campo⁴

Inicialmente tiveram importante papel na motivação dos movimentos sociais na região Sul os “setores progressistas” das igrejas (católica e luterana). Segundo Zamberlam e Froncheti (1992, p.51) a concepção teórica da Teologia da Libertação orientou a prática das igrejas junto aos “pobres” do campo, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência deste agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias. A partir disso surgiram propostas de fortalecimento dos laços comunitários locais, de formação de Comunidades Eclesiais de

² O MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) é herdeiro político do MMTR.

³ Em função de se pretender abordar tanto elementos objetivos quanto subjetivos das organizações de trabalhadores do campo a metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se em princípios de *pesquisa qualitativa*. Fez-se uso das seguintes fontes de informações e técnicas de investigação: a) revisão da literatura sobre a temática; b) entrevistas semi-estruturadas com lideranças políticas; c) análise de conteúdo de documentos das organizações; d) observação participante.

⁴ Neste artigo faço uso, em algumas partes, de dados e reflexões contidos em minha dissertação de mestrado (PICOLOTTO, 2006) e em minha monografia de especialização (PICOLOTTO, 2007). Sou grato a Prof^a Vivien Diesel (UFMS) pela orientação no mestrado e o Prof^o Pedro Neumann (UFMS) pela orientação na especialização.

Base (CEB's), de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios em torno de problemáticas específicas e a constituição de atores sociais autônomos (novas organizações). Do mesmo modo, entendeu-se conveniente ocupar os espaços institucionais estabelecidos, o que levou os agricultores organizados a disputarem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's).

Os movimentos sociais que contaram com motivação das igrejas (MST, MAB, MMTR e o setor rural da CUT) assumiram inicialmente algumas identidades mobilizadoras comuns (além das suas específicas) tais como: “povo pobre”, “movimento popular” e “trabalhador”. Estas identidades serviram como unificadoras das lutas dos segmentos específicos e possibilitavam a definição de lutas comuns em prol da conquista de direitos para os “trabalhadores” ou para o “povo”. Ao mesmo tempo as lutas mais específicas de cada ator recebiam apoio dos outros atores. Assim, a luta dos sindicalistas da CUT pela conquista dos sindicatos considerados “pelegos” recebia apoio dos integrantes do MST, ao passo que as lutas por terra promovidas pelo MST recebiam apoio dos sindicatos cutistas.

No entanto, essa situação começa se alterar a partir de meados dos anos 90. Com o reordenamento do sindicalismo rural (aproximação entre a CUT e a CONTAG) e o reconhecimento oficial da categoria da agricultura familiar (contemplada com políticas públicas como o PRONAF) começa a se esboçar certo afastamento entre as organizações sindicais e os outros movimentos sociais. Nesse quadro surge o MPA como uma dissidência do sindicalismo cutista na região Sul (GÖRGEN, 1998)⁵.

Seguindo o caminho da segmentação a partir do final dos anos 90 ainda são criadas duas novas organizações gerais de trabalhadores do campo. Como já destacado, formou-se a seção brasileira da Via Campesina e a FETRAF-Sul.

Com a formação destes atores nos últimos anos vêm se constituindo dois grandes “blocos” com estratégias diferenciadas de ação na sociedade. Enquanto alguns movimentos (os da Via Campesina) têm priorizado o enfrentamento das instituições e da ordem estabelecida, visando privá-las de legitimidade e construir novas formas socioeconômicas descomprometidas com as atuais, outros atores sociais (como os identificados com a FETRAF-Sul) têm buscado contribuir para a alteração das instituições existentes, visando, fundamentalmente, democratizá-las e adequá-las às suas pretensões. A partir destas diferentes pretensões estes blocos têm se afastando e até mesmo entrado em disputa recentemente.

Estas diferentes estratégias de atuação na sociedade podem estar relacionadas aos projetos sociais que as organizações almejam construir e o papel que o *sujeito agricultor*

⁵ Enquanto alguns sindicatos buscaram fortalecer o sindicalismo cutista (com certa articulação com a CONTAG) e o projeto da agricultura familiar que estava sendo gestado, outros preferiram mobilizar-se em outra organização (MPA) mais flexível e dinâmica, que permitia desenvolver lutas mais radicalizadas e “por fora” da estrutura oficial do sindicalismo (considerada demasiado burocrática e formalista).

familiar ou *camponês* deve ter no porvir. Observando-se elaborações recentes de intelectuais orgânicos destas organizações percebe-se algumas diferenças nos projetos e nas identidades.

A FETRAF-Sul vem buscando afirmar a identidade de agricultor familiar ao negar a identidade de pequeno produtor. Para tanto, vem estabelecendo uma diferenciação entre a *pequena produção* e a *agricultura familiar*, que implica em “diferentes concepções sobre o papel dos agricultores familiares” na sociedade atual e nos projetos de futuro, a saber:

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista **incompleta e não desenvolvida**. Ou seja, **os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo**, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial revolucionário” para construção de uma sociedade socialista. [...]. Já a expressão “**agricultura familiar**” **procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente** sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar. (CASTILHOS, 2003, p. 16) (grifos nossos).

Nesta busca de diferenciação entre “pequena produção” e “agricultura familiar” evidencia-se que a FETRAF-Sul objetiva colocar-se como agente ativo na sociedade atual, que almeja fortalecer o segmento social da agricultura familiar tanto para adequar-se ao modo capitalista de produção vigente, quanto para ser uma forma concreta de agricultura em uma possível “sociedade socialista”. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter “atrasado”, “imperfeito” e “incompleto” da noção de pequena produção e elaborar uma *ressignificação cultural* da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como: “produtora de alimentos”, “moderna” e “eficiente”.

O projeto da Via Campesina (no Brasil) é expresso em algumas elaborações recentes de intelectuais orgânicos. Com o livro organizado por Carvalho (2005) esta organização vem buscando avançar na definição da identidade e do projeto do campesinato. O *camponês*, para Carvalho (2005, p.171), constitui-se “num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista”. Com esta demarcação do sujeito camponês, o autor busca resgatar tanto a dimensão utópica do modo de vida camponês, quanto as alternativas de resistência camponesa ao capitalismo e as possibilidades de sua superação através da construção de novas bases socioeconômicas.

Inspirando-se em Castells, Carvalho (2005) ainda busca avançar na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros. Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social” ou como também chama em outro trabalho: “Comunidades de Resistência e Superação” (CARVALHO 2002). Esta estratégia visa produzir um projeto de transformação social a partir dos elementos culturais e materiais do campesinato.

A formação de novas identidades coletivas gerais, a renovação dos projetos de porvir e as recentes articulações políticas dos atores sociais do campo podem ser indicadores dos novos caminhos percorridos. Estas alterações têm gerado novas dinâmicas sociais nas bases dos movimentos.

Ressignificação cultural da agricultura familiar

A afirmação da categoria “agricultura familiar” a partir de meados dos anos 90, segundo Medeiros (2001), deveu-se a uma ordem de fatores: o aumento da importância dos “pequenos produtores” no interior do sindicalismo e a reivindicação destes por um “novo modelo de desenvolvimento”; o conhecimento de realidades européias de agricultura familiar através da realização de atividades de formação e intercâmbios; articulação do sindicalismo (CUT/CONTAG) e a conquista de políticas públicas específicas (como o PRONAF); e, o reconhecimento institucional da agricultura familiar (FAO/INCRA, 1994).

A partir dos avanços organizativos dos movimentos e o reconhecimento institucional da agricultura familiar supõe-se que melhorou sensivelmente o quadro político para a “agricultura familiar”. Entende-se que, neste período, o sindicalismo cutista percebeu que poderia sair da defensiva e passar a articular seu projeto de viabilização da pequena agricultura (que havia se reforçado com os anos de luta) desde que o apresentasse segundo a nova identidade. Assim, parece que se coadunaram as pretensões do movimento com as do Estado em torno da constituição de uma “nova identidade”. Considera-se que quando o movimento assumiu a identidade de “agricultor familiar” ele saiu da defensiva e passou a constituir-se como sujeito que constrói e propõe um projeto de agricultura para a sociedade.

Destaca-se também que a recente valorização da “produção familiar” deve-se, de um lado, ao reconhecimento oficial e acadêmico desta agricultura como específica e produtora de grande parte dos alimentos consumidos no País e, de outro lado, ao trabalho de redescoberta dos produtos “artesanais”, “caseiros” ou “coloniais” promovido tanto pelas entidades dos agricultores familiares, quanto por setores do Estado e da academia. No caso da agricultura familiar as preocupações em torno à segurança alimentar (disponibilidade e padrões da produção de alimentos), a abertura de mercados para produtos diferenciados têm representado uma oportunidade para aqueles que, há tempos, buscavam alternativas à produção de *commodities*.

O modelo de agricultura proposto pelo sindicalismo da agricultura familiar fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o consumo interno. Segundo esta perspectiva, enquanto o setor do agronegócio (patronal) dedica-se à produção de *commodities* para exportação, a agricultura familiar responsabilizar-se pela produção de alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão é explicitada no lema da FETRAF: “*Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação*”,

aparecendo também nas chamadas dos Congressos da Agricultura Familiar organizados pela FETRAF-Sul (conforme Figura 1). Observa-se, na Figura 1, referências à diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar (na inscrição das palavras “Agricultura Familiar” com alimentos). Assim, o projeto da agricultura familiar estaria buscando integrar-se à sociedade nacional, autoatribuindo-se a função de “alimentar a nação” (leia-se a produção de alimentos para o mercado interno)⁶.



Figura 01 - Cartaz do Congresso de fundação da FETRAF-Sul, Chapecó, 28 a 30 de março de 2001.

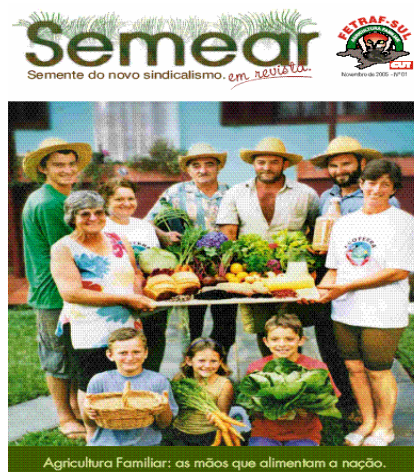


Figura 2 - Capa da Revista Semear nº 1, nov 2005. Editada pela FETRAF-Sul.

A forma particular de representação do processo de produção de alimentos remete à especificidade da categoria. A Figura 2 apresenta os elementos “desejáveis” da agricultura familiar: família grande, coesa e socialmente estável (observa-se três gerações), descendente de colonos (uso de chapéu de palha) e produtora de variados alimentos para a nação.

Este projeto de agricultura familiar ao reivindicar esta função (“alimentar a nação”), produziu uma nova significação do processo de produção (que anteriormente era visto como penoso ou ineficiente), uma *ressignificação cultural positivada* dos elementos desta agricultura⁷. São incorporados ao discurso elementos ecológicos, da qualidade dos alimentos, de valorização da diversidade, bem estar, etc. A passagem a seguir é ilustrativa:

[...] eu não tenho dúvida, enquanto dirigente de cooperativa e enquanto agricultor também, que **o meio rural hoje é um meio de se viver bem, basta organização e o agricultor acreditar em si mesmo**. Porque aquilo que a agricultura oferece hoje, **a agricultura familiar, é uma coisa muito rica**, é uma coisa que o amanhã vai valer muito dinheiro, o salame, a banha, as hortaliças, as frutas, o mandiocal, o batatal, o mel das abelhas, as chimias. E, ainda, o que ele produz pra vender, pra

⁶ Observa-se também a influência ideológica da Igreja no que se refere à metáfora: “Plantando o Novo Sindicalismo”. A construção do “novo sindicalismo” faz do discurso que fundamentava a ação da Igreja desde a década de 80, quando da deflagração das primeiras oposições sindicais; e, da mesma forma, a expressão “Semente de uma Terra Solidária” refere-se aos objetivos de fortalecimento dos laços comunitários da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade ou em uma expressão síntese: da *agricultura familiar* integrada à comunidade.

⁷ Na dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM (PICOLOTTO, 2006) identificamos como se processou esta resignificação da pequena agricultura na agricultura familiar no município de Constantina, região do Alto Uruguai do RS.

ganhar renda, o leite, produzir leite a base de pasto, o soja orgânico hoje tem mercado diferenciado, ele ganha de 20 a 30% a mais por ele produzir um produto diferenciado. (Liderança A. L.⁸).

Evidencia-se que a mobilização política e a organização dos agricultores familiares resultou na idéia, divulgada por suas organizações, de que “é possível ser feliz” como agricultor familiar (que a pequena produção pode sobreviver no capitalismo como produtora de alimentos para a Nação e que as famílias, ao exercerem este papel, podem viver bem e serem felizes). A letra da Música da Agricultura Familiar ilustra esta noção:

Sem medo de ser feliz na Agricultura Familiar/ Pois é esta a mão que faz a Nação se alimentar/ [...] Todos erguendo as bandeiras viva a luta popular.
É possível ser feliz com amor e muita paz/ Foi na terra que aprendi trabalhando com meus pais/ O sindicalismo novo é ferramenta pra lutar/ Trabalhadores fazendo a grande luta popular/ Unindo conhecimento com a coragem de mudar [...]. (GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL, 2006).

Destaca-se, assim, a postura de fortalecer a identidade da agricultura familiar como um elemento positivador da pequena produção, que tinha baixa auto-estima e estava em decadência desde os anos 80. Esta positivação resulta em uma inversão na forma de representação deste setor social. Por um lado, a remodelagem e ressignificação cultural da “pequena agricultura” em “agricultura familiar” tem fortalecido politicamente este setor social e propiciado o estabelecimento de melhoras na relação com o Estado e com a Sociedade. Considera-se que isso se deve, em grande medida, a eficiente mobilização sóciopolítica dos atores deste segmento e as pretensas intenções do Estado em dialogar com este segmento social para despolitizar a pauta da reforma agrária (como apontou MEDEIROS, 2001).

Por outro lado, observa-se que a *ressignificação* de atributos do “passado colonial”⁹, quando olhada com maior reserva, revela elementos conservadores na fundamentação da identidade e do projeto da agricultura familiar. Os elementos conservadores se evidenciam principalmente na intenção de preservação incondicional da unidade doméstica de produção enquanto unidade básica de reprodução da família agricultora e na negação de outras formas de organização social coletivistas que ocorre entre os assentados de reforma agrária (assentamentos coletivos)¹⁰. Essa questão remete a outras diferenças levantadas por lideranças da agricultura familiar entrevistadas na região do Alto Uruguai do RS. Segundo seu entendimento não seria necessário “destruir” a agricultura familiar para formar fileiras de “sem-terras” e depois recriá-la de forma coletivista nos assentamentos. Melhor seria preservar e fortalecer os agricultores já estabelecidos, que possuem uma cultura local, um modo de

⁸ Transcrição de entrevista realizada pelo autor em 2005 com uma Liderança da COOPAC (Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda), organização articulada com a FETRAF-Sul.

⁹ Este “passado colonial” refere-se aos elementos culturais provenientes dos elementos humanos europeus (alemães, italianos, poloneses, entre outros) que colonizaram as regiões “desocupadas” da região Sul.

¹⁰ Uma liderança regional da FETRAF-Sul entrevistada na região do Alto Uruguai do RS, argumentou que nos assentamentos coletivos as famílias, ao mesmo tempo em que são “donas” de tudo, não possuem nada que seja “seu”, não possuem patrimônio. Dificultando, dessa forma, a reprodução social das famílias.

produzir, uma estrutura comunitária firmada, propriedades individuais de cada família, em uma expressão síntese: “os com terra”. Indicações semelhantes também são encontradas em trabalhos que investigaram o sindicalismo rural cutista em nível mais amplo. Segundo Favareto (2001, p. 125) a partir de meados dos anos 90 “o discurso sindical passa a privilegiar a promoção de um desenvolvimento rural em novas bases, a partir do fortalecimento de um de seus agentes, a agricultura de base familiar. Trata-se, então, de buscar as alternativas dentro do quadro vigente, transformando-o”.

A reforma agrária em sentido estrito então deixa de ser uma questão central, pois o que o sindicalismo cutista/fetrafião objetiva é a busca do fortalecimento dos agricultores “com terra” e a reprodução das unidades familiares de produção. Assim, não deve causar surpresas que a FETRAF-Sul tenha aderido aos programas de Crédito Fundiário¹¹ (crédito para compra de terra criado pelo governo federal), enquanto outros movimentos (como os da Via Campesina) fazem oposição a estes programas. Além de intermediar o acesso das famílias que almejam terra através da compra pelo Crédito Fundiário, a FETRAF-Sul também organizou associações de jovens para acessar uma modalidade desse crédito específico para a juventude, chamado: “Nossa Primeira Terra”. Ou seja, no período mais recente, a reforma agrária para a FETRAF-Sul passa a significar mais “um instrumento para a expansão da agricultura familiar” (conforme caracterizado por Favareto, 2001), do que um projeto de transformação da estrutura agrária.

Busca de fortalecimento da agricultura camponesa

O modelo de produção agrícola para o mercado internacional baseado no uso de sementes geneticamente modificadas (transgênicas), insumos industriais e altamente integrado à indústria conta com oposição dos movimentos ambientalistas e camponeses em todo mundo. A Via Campesina no Brasil tem buscando construir alternativas a este modelo e para isso tem procurado (re)criar formas de produção e de organização socioeconômicas mais “autônomas”.

Dentre as principais ações da Via Campesina tem ganho destaque a operacionalização da tática de formação de “comunidades de resistência e superação”. Carvalho (2002) inspira-se em Castells (2002) na construção de bases teóricas para definição e fundamentação de uma estratégia para os movimentos sociais camponeses brasileiros (Via Campesina). Propõe que se inicie com a tática de constituição de “identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social”. Carvalho compreende que estas identidades de resistência, uma vez formadas, permitem a constituição de projetos de transformação que podem se converter em projetos coletivos e, com isso, criar-se-iam as possibilidades de superação da sociedade atual. Assim, as “comunidades de resistência” fazem parte de um estágio de resistência e fortalecimento dos camponeses. Neste estágio os camponeses deveriam fortalecer os elementos do seu modo de vida e de produzir buscando construir bases tanto materiais

¹¹ Pereira (2005) faz uma descrição da implantação do Programa de Crédito Fundiário e outros similares no Brasil influenciados pelo Banco Mundial. O Programa de Crédito Fundiário começou a operar a partir de 2002.

(experiências), quanto consciência e organização política, visando superar a condição atual (CARVALHO, 2002;2005).

Alinhadas com esta proposta de formação de “trincheiras” de resistência e de criação de experiências que permitam aos camponeses desenvolverem suas potencialidades materiais e culturais são destacadas, neste trabalho, algumas iniciativas relacionadas a formação de novas bases de agricultura ecológica, iniciativas de preservação das sementes (segurança alimentar), ações contra empresas multinacionais produtoras de sementes transgênicas e papel e celulose, experimentação de novas formas de assentamentos rurais e a ressignificação da pauta da “reforma agrária”.

Agroecologia e preservação das sementes

Da crítica feita pelos movimentos camponeses e ambientalistas ao modelo de agricultura hegemônico a agroecologia é uma das principais proposições formuladas. A agroecologia é apresentada por Sevilla Guzmán e Molina (em livro editado pela Via Campesina) como a “solução para o problema socioambiental que atravessamos”. Agroecologia, assim, é entendida como um “manejo ecológico dos recursos naturais, em que aparece a dimensão social e política [...] e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar.” (2005, p.11).

Baseados nestas demarcações teóricas os movimentos ligados a Via Campesina fazem trabalhos para fomentar e difundir a agroecologia no Brasil. Por meio de campanhas de conscientização e publicações de cartilhas, os movimentos incentivam os pequenos agricultores, os assentados e acampados de todo o Brasil a utilizarem a agroecologia como alternativa de produção ao modelo agrícola promovido pelo latifúndio¹².

Outras questões que tem merecido atenção dos movimentos da Via Campesina referem-se a preservação das sementes e da diversidade genética e a garantia de segurança alimentar. A Via Campesina a nível mundial lançou no ano de 2002 uma campanha pelo domínio público das sementes¹³ e com isso, tem expressado sua contrariedade a apropriação dos recursos genéticos pelas empresas multinacionais. Em uma de suas declarações pode-se ler:

Opomo-nos que privatizem e patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa, à atividade indígena. Os genes, a vida, são propriedade da própria vida. [...] Camponeses, homens e mulheres, pequenos agricultores, junto com pescadores e artesãos, os povos indígenas e as comunidades negras, historicamente somos quem conserva, cria e maneja sustentavelmente a biodiversidade agrícola, que foi, é, e será a base de toda a agricultura. (VIA CAMPESINA, 2003, p. 23-24).

¹² Em Veras (2005) pode-se encontrar uma análise das ações e do discurso sobre agroecologia do MST no RS.

¹³ Em junho de 2002, durante a realização da Conferência Mundial da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), em Roma, Itália, a Via Campesina Internacional decidiu implantar a campanha “sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Essa campanha foi formalmente lançada em janeiro de 2003 durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), no Brasil (CARVALHO, 2003).

No Brasil a Via Campesina tem promovido campanhas pela preservação das sementes, incentivado a produção de “sementes agroecológicas” e realizado eventos demonstrativos visando evidenciar a diversidade de material genético que os camponeses possuem e que considera que deve ser preservado¹⁴.

Luta contra as empresas multinacionais

A defesa das sementes e a busca pela segurança alimentar também passa pela luta contra a utilização de organismos geneticamente modificados (ou transgênicos) e contra as empresas multinacionais que ameaçam a agricultura camponesa. A Via Campesina tem promovido ações de repúdio em várias partes do mundo a produção de transgênicos e a implantação de florestas homogêneas de eucaliptos e pinus (a que tem chamado de “desertos verdes”). No caso do Sul do Brasil estas lutas dos movimentos camponeses têm obtido repercussão na mídia e na sociedade. Um dos exemplos mais recentes deste tipo de ação foi a “destruição” de um viveiro pertencente a uma empresa multinacional da área de papel e celulose promovida pelo MMC, em março de 2006, no município Barra do Ribeiro-RS (conforme Figura 03)¹⁵. Este evento teve forte repercussão na mídia (inclusive mundial) e forte conteúdo simbólico, tendo em vista que neste mesmo período ocorria em Posto Alegre, a “Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural” (promovida pela FAO e o Governo Brasileiro). Neste ato a Via Campesina expressava sua discordância com o avanço dos domínios das multinacionais sobre áreas de agricultura camponesa ou regiões de latifúndio decadentes (alvos de reforma agrária).

Para a Via Campesina seria necessário combater esta forma de exploração agrícola feita pelas empresas de papel e celulose para poder preservar e desenvolver a agricultura camponesa. Na Figura 04 pode-se visualizar como a Via Campesina trata esta oposição dos modelos de exploração agrícola camponês (que gera postos de trabalho e mantém a biodiversidade) e o do “deserto verde” (que degrada a natureza e gera exclusão social).

¹⁴ Exemplo da expressão que a temática das sementes adquiriu na luta política atual desses movimentos no Brasil foi a “Festa Internacional da Semente”, no município de Anchieta/SC, no mês de abril de 2004, reunindo mais de 10 mil pessoas em uma semana de intercâmbio de experiências, estudos e debates (Martins, 2004). Outro exemplo é a produção de sementes orgânicas de olerícolas, articuladas pela marca Bionatur, vinculada ao MST no RS.

¹⁵ No dia 8 de março, 2000 pessoas, na maioria mulheres do MMC, ocuparam o horto florestal da empresa Aracruz Celulose, na Fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro (RS). Elas foram tratadas pela imprensa como “terroristas” e “baderneiras”. Na sua versão, estavam fazendo um protesto contra o “deserto verde”, que está sendo espalhado pelo monocultivo do eucalipto e pinus e sendo solidárias com aldeias indígenas que foram destruídas pela empresa.



Figura 03: Mulheres do MMC (Via Campesina) em ação contra empresa plantadora de eucaliptos para papel e celulose no RS.



Figura 04: Oposição de modelos expressado no panfleto “Lo que no se há hecho público del caso Aracruz”. Extraído do site da Via Campesina.

Além destas ações relacionadas à produção agroecológica, preservação da biodiversidade e da luta contra as empresas transnacionais, vale destacar também algumas experiências recentes de organização de coletivos sociais e a nova significação da pauta da “reforma agrária” no âmbito do MST.

Novas experiências de assentamentos: “comunas da terra” e “quilombos”

É de conhecimento público a capacidade de experimentação de novas formas de organização social que o MST tem promovido entre os assentamentos conquistados¹⁶. Contudo, nos anos mais recentes, no bojo dos novos desafios assumidos o MST vem refletindo criticamente sobre suas experiências de assentamentos e, dessa reflexão, tem apontado para a necessidade de desenvolver novas “referências” de assentamentos adaptadas a cada região. Dessa avaliação surgiram novas propostas de organização dos assentamentos como as “comunas da terra” e os “quilombos”.

A proposta das comunas é apresentada em um Caderno publicado pela CONCRAB (2004, p. 16):

A proposta consiste em organizar núcleos de economia camponesa próximo aos grandes centros urbanos com um primeiro objetivo de massificar a Reforma Agrária, ou seja, possibilitar acesso a terra para essa população que no passado veio do campo para as grandes cidades, que percorreram um longo caminho no processo de migração, saindo dos seus Estados de origem, indo para outras regiões do país a procura de oportunidades de trabalho no campo e acabaram nas grandes cidades.

¹⁶ Ao longo de sua história este movimento já experimentou várias formas de organização de assentamentos, com destaque para os “laboratórios experimentais” do campo e as várias formas de associativismo e cooperativismo que juntas formam o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Esta proposta de assentamentos próximos aos centros urbanos e formados a partir de elementos humanos “marginalizados” do meio urbano¹⁷ além de contribuir para promover a inclusão social destes, pode apresentar vantagens no acesso aos serviços públicos, na comercialização da produção do assentamento e na busca de rendas complementares (pela proximidade da cidade). Sendo assim, o modelo de assentamento chamado de “comuna da terra” tem público diferenciado do “campesinato tradicional”. Ele procura relacionar as dinâmicas urbanas e rurais visando incluir na luta pela reforma agrária as populações excluídas das cidades (que muitas vezes tem origem rural). Nessa lógica, aponta-se para a intenção de “recampesinação” (retorno ao campo), através da reforma agrária, de parcelas da população urbanizada pela falta de perspectiva no campo¹⁸.

Esse novo modelo de assentamento rural, como resultado e resposta à crise das cidades e também como alternativa para a viabilidade econômica de assentamentos pode trazer novos elementos para pensar a relação campo-cidade no sentido da superação dessa lógica dicotômica (tanto do ponto de vista espacial quanto cultural). Se por um lado, diminui a distância entre espaços rurais e urbanos, ao mesmo tempo em que é síntese desses dois espaços, por outro, reafirma a defesa de um modo de vida camponês e se impõe enquanto tal. No mesmo sentido, objetiva preservar o espaço rural e a natureza, mesmo que introduzindo elementos urbanos a essa paisagem agrária.

Outra experiência inovadora de acampamento/assentamentos que demonstra a criatividade dos excluídos do campo e a sua capacidade de “reciclar” formas de organização e elementos culturais do passado, são as experiências dos “quilombos” organizados pelo MST no estado do Paraná¹⁹. A formação de quilombos pode ser interpretada como parte da estratégia de formação de comunidades de resistência em regiões de predominância de latifúndios. Estas comunidades organizam-se como células de resistência que se estruturam, fazem trabalhos de fortalecimento sócio-político e continuam a receber novos integrantes (mesmo quando constituem assentamentos oficializados). São “analogias reais” aos antigos quilombos de escravos negros que fugiam do cativo e formavam comunidades em regiões de difícil acesso para que os seus “donos” não os recapturassem. Os novos quilombos têm a função de formarem comunidades camponesas em regiões pouco favoráveis a instalação de

¹⁷ Um aspecto marcante desse tipo de assentamento é o público alvo. Segundo Goldfarb (2005, 01): “Trata-se, no geral, de moradores das periferias dos grandes centros urbanos, que possuem um passado ligado à terra, mas não necessariamente recente. [...]. Compõem esses assentamentos e acampamentos camponeses que tiveram que deixar o campo, bóias-frias que foram às cidades em busca de melhores oportunidades, ex-presidiários, ex-prostitutas, moradores de albergues, desempregados e subempregados, jovens e velhos.”

¹⁸ A CONCRAB (2004) cita os exemplos de “comunas da terra” desenvolvidas em São Paulo: Comuna Dom Tomas Balduino na Regional Grande São Paulo, Assentamento Sepé Tiaraju, Regional Ribeirão Preto e Assentamento Nova Esperança I, na Regional Vale do Paraíba. Porém, segundo informação obtida com integrantes do MST, este novo modelo de assentamento está sendo experimentado em outras regiões do Brasil, inclusive na região Sul.

¹⁹ Durante a realização do Curso de Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa (“Residência Agrária”) foi oportunizada uma visita ao Pré-Assentamentos “José Lutzenberger”, município de Antonina-PR. Este pré-assentamento foi apresentado como um “quilombo”. Grande parte das informações sobre esta experiência de assentamento foram obtidas nesta visita.

acampamentos de sem-terras. Não cumprem mais a função de proteger os “escravos fugidos”, mas a de fixar comunidades camponesas em regiões “inóspitas” a este tipo de agricultura.

A partir do momento que estas comunidades/acampamentos passam a ter acesso legal a terra e são formados os assentamentos passam a coexistir dois grupos de pessoas. Um que será o dos assentados com direito a exploração de uma parcela do assentamento e outro o dos “não-assentados”, que apesar de viver na mesma área não terá o direito legal de explorar uma fração de terra. Estes dois grupos podem conviver durante um período mais ou menos curto até que o segundo grupo consiga formar um novo acampamento (quilombo). Aos “não-assentados” cabe a busca de condições objetivas para organizar um novo acampamento (novos sem-terras, recursos materiais, entre outros) formando uma nova célula ou comunidade, contribuindo, assim, com a expansão da agricultura camponesa. Dessa forma, a estruturação de novos quilombos tem a função de formar “comunidades de resistência” no interior de áreas de latifúndios. Resistência cultural e ideológica, no pensar uma nova forma de conceber os recursos naturais e do homem relacionar-se com eles. Em suma, aparece como uma “nova” tática de luta e de construção da reforma agrária.

Ressignificação da “reforma agrária”

As experiências citadas acima dos movimentos articulados na Via Campesina também dão indicativos de mudanças na percepção sobre os adversários sociais e das proposições dos movimentos. O MST, por exemplo, em seu último congresso nacional²⁰ procurou explicitar que em sua concepção a luta por “reforma agrária” já não é mais a mesma da dos anos 70-80, mas esta assume novos significados no período atual. Como aponta a declaração de um dirigente:

No Congresso, queremos fortalecer o MST e o nosso projeto para a sociedade brasileira, em particular em relação à **luta pela Reforma Agrária, que significa hoje enfrentar as grandes corporações ligadas ao capital financeiro, enfrentar o agronegócio** e, acima de tudo, discutir com a sociedade um novo modelo de agricultura. (MST, 2007, sn).

Estas alterações acerca do adversário do Movimento e das proposições sociais que este é portador, dão indicativos para novos significados possíveis para a pauta da “reforma agrária”. A reforma agrária na origem do MST era fortemente identificada com a luta contra os latifúndios improdutivos. Agora a luta central passa ser a luta contra as corporações do capital financeiro e as empresas transnacionais que atuam na exploração agrícola, em uma expressão síntese: contra o *agronegócio*. Os camponeses estariam se lançando em uma estratégia que visa enfrentar o centro do capitalismo no campo e não mais somente os “latifúndios atrasados”. E essa estratégia passaria pela luta direta contra esses atores e pela construção de resistência material e cultural ao modelo de agricultura hegemônico (calcado no agronegócio). As “comunidades de resistência” seriam centrais nessa estratégia, visto que nelas além de se

²⁰ O 5º Congresso Nacional do MST foi realizado em Brasília de 11 a 15 de julho de 2007.

tornar possível a resistência, se poderá construir projetos de superação e de transformação da agricultura e da sociedade.

Deve-se destacar que o enfrentamento às empresas transnacionais não se dá somente na luta pela “terra”, mas também na luta pelo domínio da biodiversidade (as sementes particularmente, como se apontou acima) e o conhecimento construído por gerações humanas sobre o manejo dos recursos naturais. Em outras palavras, é uma luta pela preservação do conhecimento camponês sobre os recursos do seu meio. Essa luta também parece ser central para a Via Campesina a nível mundial.

Considerações finais

Constatou-se que os movimentos sociais rurais na região Sul têm passado nos últimos anos por um processo significativo de diferenciação e de formação de “blocos” de atores na sociedade (FETRAF-Sul e Via Campesina). Estas alterações são reflexos tanto da incorporação de identidades coletivas distintas (“agricultor familiar” e “camponês”) e adoção de estratégias de ação diferenciadas na sociedade (integração e confronto), quanto da diferenciação dos projetos de futuro dos movimentos: enquanto a FETRAF-Sul parece pretender transformar as instituições existentes para viabilizar a incorporação dos “agricultores familiares” como sujeitos na sociedade nacional, os movimentos da Via Campesina aparentemente têm buscado enfrentar e desconstruir as instituições existentes para propor a construção de uma nova institucionalidade. No entanto, estes processos em curso ainda estão em formato inconcluso, são mais indicativos dos possíveis caminhos do que certezas. Porém, algumas novas dinâmicas sociais motivadas por estas mudanças já podem ser observadas, a agricultura familiar tem buscado reverter às valorações negativas que lhe eram imputadas e os segmentos identificados como camponeses têm procurado desenvolver seu modo de produzir e sua cultura, através da organização política e da confrontação com as empresas transnacionais.

Evidenciou-se também neste trabalho que a “reforma agrária” tem assumido significados novos e distintos nas proposições dos atores sociais destacados. Enquanto para a FETRAF a “reforma agrária” assume mais o sentido de buscar a expansão da agricultura familiar (das unidades familiares de produção), para os movimentos da Via Campesina (principalmente o MST) ela representa a luta contra o domínio das grandes corporações financeiras e transnacionais na agricultura, além, é claro, da luta pela conquista de terra para as famílias “sem-terra”.

Bibliografia citada

CARVALHO, H. M. *Comunidades de resistência e superação*. Curitiba: Via Campesina, 2002.
_____. (org). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTILHOS, D. S. Construindo a identidade da agricultura familiar. In: FETRAF-Sul/CUT. *Mutirão da agricultura familiar*. Chapecó: FETRAF-Sul/CUT, 2003.

CONCRAB. *Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência das Comunas da Terra*. Brasília: CONCRAB/INCRA, 2004 (Cadernos de Cooperação Agrícola nº 15).

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Versão resumida do Relatório Final do Projeto -UTF/BRA/036, 1994, 24 p.

FAVARETO, A. S. *Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. São Paulo: UNICAMP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

GOLDFARB, Y. *O desafio da recriação camponesa através de uma nova relação campo-cidade nas comunas da terra*. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/>>. Acessado em: 02 nov 2006.

GÖRGEN, F. S. *A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL. *Música da agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br>>. Acesso em: 10 jan 2006.

MARTINS, A. F. G. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST*. São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MEDEIROS, L. S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELUCCI, A. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MST. *Congresso do MST reúne 17 mil em Brasília*. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acessado em: 20, jun 2007.

MUELLER, C. C. MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – a década de 1980. *Revista de economia política*, v. 17, nº 3(67), jul/set 1997.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

PEREIRA, J. M. M. A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). *Revista NERA*, n. 6, jan./jun. 2005.

PICOLOTTO, E. L. “Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Santa Maria: UFSM, 2006 (Dissertação de Mestrado).

_____. *Novas identidades e novas dinâmicas dos movimentos sociais do campo na região sul do Brasil*. Curitiba: UFPR, 2007 (Monografia de Especialização).

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

SEVILLA GUZMÁN, E. MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular/Via Campesina, 2005.

TOURAINÉ, A. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERAS, M. M. *Agroecologia em assentamentos do Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Florianópolis: UFSC. 2005. (Dissertação de Mestrado).

VIA CAMPESINA. *Subsídios para implementar a campanha das sementes*. São Paulo: Via Campesina, 2003.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. *Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Passo Fundo: Berthier, 1992.

GT 1: A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

REFORMA AGRÁRIA POR DESAPROPRIAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO: PROCESSOS DE (NÃO)CONSTRUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL ASSOCIATIVISTA

SAMUEL PIRES MELO

samuelpiresmelo@bol.com.br

MESTRADO EM SOCIOLOGIA/UFS

RESUMO

O presente trabalho faz uma discussão da questão agrária no Brasil, nos processos de “Reforma Agrária” enquanto políticas públicas não efetivadas. A problemática permeia várias categorias, dentre elas, a do Capital Social associativista como redes de “solidariedade” que está ligado ao contexto histórico-sócio-econômico em que o Brasil foi sendo inserido. Para tal discussão, utilizou-se uma análise de conteúdo de algumas pesquisas já realizadas em torno destes processos, numa introspecção entre conteúdo quanti-qualitativo. Ao tempo em que se pensou no Capital Social como redes de solidariedade, confiança e tolerância; para elevar os níveis de participação associativistas, observou-se que não existem modelos fixos para construção dele. Entretanto, o “meio” para que o ocorra, está ligado ao seu processo sócio-econômico-histórico. Pois não basta apenas implantação de políticas que utilizem o viés para construção do Capital Social, mas de mecanismos entorno do “meio” em que se deseja implanta-la. Isso vale também para o caso de “movimentos transitórios” em que parece haver uma “construção” artificial, pois depois da transição o (s) grupo (s) “perde (m)” as identidades em construção (do fator Capital Social).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão da reforma agrária, enquanto processo social para o desenvolvimento da sociedade, tem mostrado que não basta apenas “distribuir terra” para os que não a tem, mas de políticas estratégicas para o desenvolvimento dos assentamentos. No entanto, não quer dizer que o problema está somente neste âmbito, pois além do mecanismo desenvolvimentista para os que estão assentados, ainda faz-se necessário disponibilizar terra e meios de crescimento para os que não têm.

Neste sentido, segundo informações do “Estado”, pela lentidão burocrática na realização do Programa de Reforma Agrária por desapropriação, o governo decidiu criar outras políticas para complementar o processo de “Reforma Agrária”, chamada atualmente de “Reforma Agrária do Programa Nacional de Crédito Fundiário”. No entanto, é consenso entre vários pesquisadores que este processo de complementação não se dar somente por causa da burocracia em “desapropriar terras”, mas, dentre outros, por todo um contexto histórico de latifúndio existente no Brasil e pela luta dos movimentos sociais que tomou forma na década de 80.

Pensando neste contexto da questão agrária, dos possíveis mecanismos para o desenvolvimento dos assentamentos nos processos de “reforma Agrária”, questiono-me sobre a categoria associativista, do Capital Social, “encontrada” (supostamente) entre os assentados da “reforma agrária por desapropriação e a do Programa Nacional do Crédito Fundiário” (PNCF). Devido, principalmente, as possíveis formas organizativas dos movimentos de lutas “pela terra” e as exigências normativas do PNCF (em que o caráter associativo faz-se necessário para os “trabalhadores rurais” “participarem” do programa de assentamentos).

UM MUITO BREVE HISTÓRICO DOS PROCESSOS SOCIAIS SOBRE “REFORMA AGRÁRIA” NO BRASIL

O ponto central para reflexão, destacado neste breve resgate histórico, é do papel do “Estado” na “busca” da efetivação da “Reforma Agrária”, seu envolvimento com o mercado e os latifundiários, e um pouco da trajetória dos movimentos sociais, enquanto reivindicadores de uma reforma no campo. Buscando entender então o contexto histórico deste “campo” com a (não)construção de Capital Social associativista construído dentro dos assentamentos destas políticas.

O problema agrário no Brasil é histórico. Teve como um momento precursor o Brasil Colônia e resistiu mesmo com as mudanças econômicas dos ciclos do açúcar, algodão e café¹. Tornou-se, em alguns momentos históricos, tema discutido em todas as conjunturas, integrando a pauta social e política do país. A concentração fundiária é a característica fundamental da realidade agrária brasileira, principalmente no Nordeste, que apresenta um grande número de desigualdades e exclusões sociais no campo.

Ao longo do processo histórico, ciclos econômicos bem definidos podem ser destacados a uma forma particular de latifúndio. Inicialmente, com a extração do pau-brasil, e em seguida com a efetiva ocupação do território brasileiro por Portugal, com o regime de Sesmarias. Depois, cria-se a propriedade da terra, que propicia e amplia o sistema de posse em um “vazio legal”, tendo “fim” entre 1822 e 1850, em que foi instituída a abertura e depois a regularização das posses, pela Lei de Terras². Para Martins (1986), esse processo de regularização não foi marcado pelo avanço na legitimação e “distribuição de terras” para todos que dela utilizassem, mas pelo “o começo de um período em que a terra era só um instrumento para explorar o trabalho do outro e extrair um excedente, tendo como base, a acumulação capitalista – a conversão da terra em Capital”. Nesta trajetória, percebe-se como a estrutura agrária desenvolveu suas características numa economia baseada no latifúndio, na exploração da mão-de-obra escrava e na monocultura voltada à exportação.

No entanto, foi somente com a mudança do centro dinâmico da economia brasileira, da agricultura de exportação para a indústria, na década de 40, que houve uma “queda” do latifúndio, sem, contudo, alterar a estrutura fundiária, que segundo Gehlen:

Os anos 1930/40 são favorecidos pela conjuntura internacional de forte demanda de produtos primários e pela revolução burguesa em pleno curso no Brasil. Assim, a crise do capitalismo simbolizada pelo Crash de 1929, levou os países mais capitalizados a priorizar conjuntamente a industrialização, em detrimento da agricultura favorecendo quem exportava produtos primários, como era o caso do Brasil, com café, açúcar, borracha e cacau. Durante a 1ª guerra (1939/45), reforçou-se esta tendência. Porém, terminado o conflito, a rearticulação do capitalismo levou a uma nova estratégia que incluía modernização (no sentido de aplicar a racionalidade e tecnologia industrial) da agricultura para superar a escassez de alimentos e diminuir a dependência externa

¹ Para compreender melhor a história econômica do Brasil ver (PRADO JÚNIOR, 2004, p.31-101).

² Por ela todas as posses deveriam ser regulamentadas e aos posseiros caberia registrar suas posses nos livros de registro paroquial da igreja católica.

neste setor, por parte dos países industrializados (GEHLEN, 1998).

Com o impacto do capitalismo, sua intensificação no Brasil, na década de 30/40, e o processo de modernização em que foi se constituindo e complexificando os problemas sociais no campo, fortaleceram³, a partir da década de 50, os movimentos sociais, como: as ligas camponesas, as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas e o movimento dos agricultores sem terra (MASTER). Ao lado do fortalecimento destes movimentos, criou-se a superintendência de políticas agrárias, posteriormente a Lei do Estatuto da Terra, no governo militar, considerada a primeira Lei com o intuito de realizar a “reforma agrária” no país.

Segundo Oliveira (2001), o Estatuto da Terra não vai procurar resolver a “reforma agrária” e nem tão pouco, atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, transformar os capitalistas industriais urbanos em proprietários de terras latifundiários. Por isso, no período da “Nova República”, se intensificara a luta pela terra e os conflitos no campo colocando, para índios, posseiros e camponeses, a necessidade da organização e da luta coletiva pela terra, tendo como apoio às lutas, a Igreja.

A entrada da igreja católica em defesa dos índios e posseiros, via Conselho Indígena Missionário (CIMI) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), e por intermédio de padres e agentes identificados com a Teologia da Libertação, deu maior visibilidade à questão agrária no conjunto da sociedade. Denúncias públicas, reuniões e leituras bíblicas fortalecendo o combate e a resistência foram ações que definiram uma nova dinâmica na política nos conflitos sociais, a favor dos camponeses (OLIVEIRA, 2005, p.54).

Com o contexto da Nova República, marcado pela intensificação da luta pela terra, o governo assumiu a realização do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no qual, iniciou-se um movimento de ruralistas contrários, tentando impedir a sua implementação, através da criação da União Democrática Ruralista – URD – manipulando o plano, de acordo com suas necessidades. No entanto, segundo Medeiros (2002, apud

³ Especifica-se que foi durante este período, que houve o fortalecimento dos movimentos sociais, sendo que antes já haviam ocorrido lutas nas quais os trabalhadores foram forjando os movimentos sociais de luta pela terra e pela dignidade humana, exemplos: Palmares, Canudos, Contestado, entre outros.

ARAGÃO, 1993, p. 71), com a lei agrária de n.8.629 de 25.02.1993, a URD sofre uma determinada perda de poder em consequência de suas ações violentas.

No governo Collor a situação agrária foi deixada de lado, sendo retomada por Itamar Franco, de forma singela. No primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, a “reforma agrária” se manteve de forma apática, omissa e sem mobilidade. No entanto, diante do contexto da pressão organizada pelos movimentos populares no campo e na cidade, as ações de pressão e ocupação do Movimento Sem Terra – MST, o massacre de Corumbiara em Rondônia, em 1995, e do Eldorado dos Carajás no Pará, o segundo mandato do governo FHC, trouxe para arena política um novo olhar da situação agrária. O MST intensifica sua ação, e o governo começa a sair do imobilismo, propondo políticas fundamentadas em um projeto neoliberal. Consolidando a chamada “Reforma Agrária” que utiliza o viés de uma negociação “direta” entre o “dono da terra” a associação que deseja implantar um assentamento.

Para Oliveira (2005), este modelo foi importado de países, como África do Sul, no qual o objetivo principal do Banco Mundial era negociar as dívidas dos latifundiários junto aos bancos locais, anulando a possibilidade de crises nos bancos. No entanto, trouxe problemas de grande envergadura para os camponeses pobres. Mesmo com o contexto apresentado no sulafricano, este modelo foi apresentado no Brasil como “bem sucedido”, que contribuiria na solução da pobreza presente no campo brasileiro.

Segundo Mendonça (2006), a ideologia do Banco, para desenvolvimento desta política de “reforma agrária de mercado”, passou a ter maior impacto no governo FHC, centrada basicamente em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra enquanto uma política social compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”, o que significa a compra e venda negociadas da terra. Para se ter uma idéia, o programa enquanto projeto-piloto, implantado em 5 (cinco) Estados, por dois anos (1997 a 1999), compatibilizou a entrada de 6.798 famílias⁴, contanto com influências do governo com propagandas⁵, além de condições físicas de um período de seca e agricultura péssima.

⁴ BUAINAIN et al., 1999: 56)

⁵ Segundo BUAINAIN (1999) essas propagandas tinham o objetivo de enaltecer a possibilidade de acesso pacífico a terra, isso foi feito por meio dos dados quantitativos dos dados que mostrava a eficiência do programa.

Com mudanças nas abrangências territoriais, e no próprio papel que o “modelo de reforma agrária de mercado” foi sendo estabelecido, “criaram-se” três programas no segundo governo do FHC - Cédula da Terra, Banco da Terra e Programa Nacional de Crédito Fundiário – todos, tendo como base o projeto piloto de “reforma agrária solidária” do Ceará, assim:

O ponto de partida era a constituição de uma associação de pequenos produtores ou de *sem-terras*, mas com tradição de trabalho na agricultura. Essa associação deveria procurar um agente financeiro ou o órgão fundiário do estado com uma proposta para assentamento. Analisado o pedido, ser-lhe-iam fornecidos recursos para compra de terras, cujo valor seria negociado com os proprietários. Os órgãos governamentais avaliariam a adequação da qualidade da terra, a compatibilidade do preço proposto com os praticados no mercado da região e a solidez jurídica da cadeia dominial. Feito isso, seria dada uma carta de crédito à associação que, por intermédio de um agente financeiro estatal, adquiriria, em condições de mercado, a propriedade. O financiamento seria reembolsável, tendo a associação inicialmente prazo de até dez anos para amortizar a dívida, com uma carência de até três (posteriormente, esse prazo foi estendido para 20 anos). Além desse empréstimo, o programa previa recursos, a fundo perdido, para investimentos comunitários em infra-estrutura (principalmente melhoramento do que já existisse), produção (visando priorizar o aumento da capacidade de produção do imóvel, a elevação da produtividade, nível de emprego e renda dos envolvidos) e melhoria das condições de vida (MEDEIROS, 2002).

Conforme Pereira (2004), O Banco Mundial e o governo Cardoso, pensando na mobilização dos movimentos sociais, no contexto destes programas, viram como saída para esta mobilização, a legitimação dada por alguma entidade de peso no cenário nacional. Isto aconteceu, quando a direção da CONTAG decidiu negociar a criação do programa – o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), semelhante aos anteriores, porém com algumas modificações.

O pano de fundo desta introdução em uma discussão sobre movimentos sociais, Estado, “mercado”, latifundiários, em alguns momentos históricos, é para mostrar o papel que o primeiro tivera introjetando no Estado a “preocupação” em pretender políticas de “reforma agrária”. Para, a partir daí, pensar no poder de mobilização e de forças que os movimentos sociais podem ganhar. Entretanto, questiono-me porque o papel do Capital Social associativista não é concretizado quando os agentes sociais, dos movimentos, são

assentados, como se verá mais adiante? Se realmente aspiram a um associativismo ou apresentam-se em um mecanismo em transição, por se tratar mesmo de um processo, mas que num certo ponto há uma desfragmentação deste, ao ajustamento do individualismo incorporado, segundo D'ancão (1995), ao paternalismo, nas relações de dominação?

Pensando nisso, questiono-me novamente, seria o caso da reforma agrária do PNCF, desempenhar um novo papel, por causa da exigência normativa de formas associativistas, sendo assim possível pensar numa concretização da categoria associativismo, dentro de uma maior, que é a do capital social, destes agentes sociais. Principalmente porque a realidade destes, parece não ser a mesma da política paralela (Reforma Agrária por desapropriação)?

“PROCESSOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA” E CAPITAL SOCIAL ASSOCIATIVISTA

Conforme visto, de forma breve no tópico anterior, os processos de Reforma Agrária se apresentam de várias formas, dependendo do contexto político-histórico-econômico-social. Entretanto, parece haver consenso num ponto, da não efetivação da questão agrária no Brasil. Os modelos de assentamentos introjetados por este processo compreendem em geral:

Enquanto substantivo, o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais), ou ainda numa compra “direta entre proprietários e trabalhadores rurais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas um área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (Carvalho, 1998; 7; grifo meu).

Os contextos destes processos, enquanto formas de assentamentos, das famílias de trabalhadores rurais, criam, de certa maneira, um artificialismo de espaços que pode ser encoberto pelo “espírito” (cultura): o assentamento será, então, literalmente constituído. No espaço físico poderá haver o parcelamento da “terra” (ou não,

dependendo das circunstâncias), a construção de novas estradas, a seleção dos locais para a edificação das casas, a perfuração de poços de captação de água, a extensão da rede de eletrificação rural, a destinação de áreas para uso social comum, a liberação de créditos, a construção e ou adaptação obras físicas para a produção como as cercas, estábulos, paióis, apriscos, currais, etc., e construção de escolas, postos de saúde, igrejas, campos para jogos, etc.; a compra de animais, de implementos agrícola; o início dos plantios, das criações, etc.

Os modelos de reformas agrárias são diversos, e sua escolha depende das opções estratégicas de desenvolvimento das diferentes sociedades. Assim, por exemplo, no Chile, a opção foi pelo modelo empresarial capitalista; em Portugal, pelo de cooperativas com assalariamento dos beneficiários; em Cuba, pela estatização; na França, pela agricultura familiar, etc. No caso brasileiro, aos poucos construiu-se a idéia, hoje quase consensual, de que a reforma agrária deverá reproduzir o modelo familiar. Resta em debate o tipo de agricultura familiar, pois internamente esta forma social pode desenvolver-se diferenciadamente (Gehlen, 1998, p.240).

Nesse sentido, não se trata somente como infra-estrutura produtiva e institucional que está em jogo no processo de produção que se inicia. Mas desencadeia-se o desenvolvimento de ajustes e adaptações de experiências políticas, sociais e ideológicas anteriores, chamado no parágrafo anterior de “Cultura” – processos políticos e ideológicos correspondente à nova organização social que ali se plasma empiricamente: a criação de associações, de cooperativas ou de grupos de trabalho; a constituição de comunidades religiosas; a formação de grupos de lazer; o estabelecimento de novas relações de vizinhança, de afinidades religiosas, políticas, ideológicas e etc. Relações essas que poderão ser ora de consenso e ora de dissenso. Instala-se, criam-se e recriam-se disputas de poder, de prestígio pessoal, de idéias, etc.

Novas relações formais e informais serão estabelecidas com o poder político local, com os movimentos sociais, os sindicatos de trabalhadores rurais, com as prefeituras. Enfim, centenas de pessoas, e em diversos casos, milhares delas, encontrar-se-ão face a face num determinado momento da história das suas vida, em determinado espaço físico, e necessitarão fazer dele um espaço econômico, político, social e ambiental onde possam reproduzir seus meios de vida e de trabalho, constituir formas de governo localizadas e, mais, realizar os seus sonhos.

Não que seja uma realidade encontrada em todos ou alguns assentamentos, mas isso se apresenta como tipificações, cuja intenção é mostrar, através da generalização, a complexa constituição dos assentamentos, para, a partir daí, entrar na discussão teórica do conceito de Capital Social, das relações sociais e, como forma dele, o associativismo. Procuo analisar o Capital Social como os meios apresentados em uma sociedade dada, de redes de solidariedade, confiança e tolerância; para elevar os níveis de participação nas associações, evidenciando assim, a partir destas categorias, como o associativismo, enquanto processo para o “desenvolvimento”, está sendo pensado por eles.

Para Putnam (2002), o capital social gera condições propícias para que a democracia se instale e se fortaleça, bem como melhores resultados econômicos. Para ele, a cooperação espontânea é facilitada pelo capital social, como no princípio em que: o sistema de poupança informal chamado *associação de crédito rotativo*, que é um grupo de pessoas que fazem contribuições regulares e mensais para um fundo, cada mês um dos membros recebe o total recolhido naquele mês. Aquele membro continuará a fazer suas contribuições mensais e só receberá o total mensal novamente quando todos os membros do grupo tenham recebido um montante total mensal. Esse sistema é uma combinação de sociabilidade e formação de capital em pequena escala. Ele ainda argumenta que a confiança social é proveniente das regras de reciprocidade e de sistemas de participação cívica. Pensando neste argumento, como resolver a questão dos assentados que parece manter uma “confiança de reciprocidade e participação cívica” entre os membros, enquanto movimento social de busca pela terra?

Nesse sentido, podemos perceber em Coleman (D’Araújo, 2003), que as regras de reciprocidade podem ser balanceadas ou específicas, ou então, generalizadas ou difusas. Estas últimas referem-se a uma contínua relação de troca na expectativa de uma compensação futura. A reciprocidade generalizada é um importante componente produtivo do capital social, que coíbe o oportunismo e estimula a ação coletiva.

Para ampliar essa discussão, podemos pensar em um aspecto interessante a ser analisado, que é o fato discutido por Fukuyama (1992), onde ele enfatiza que os seres humanos são fundamentalmente egoístas, e agem racionalmente para a obtenção de seus objetivos pessoais. Mas, por outro lado, ele também coloca que os seres humanos têm um lado moral de forma que sentem obrigação para com o próximo. Todas as sociedades buscam restringir o egoísmo bruto da natureza humana, através do estabelecimento de regras morais não escritas de forma que a educação formal ou

informal terá o objetivo de fazer com que a população siga as regras morais de sua sociedade através do hábito e da repetição. Estaria aí a discussão dos valores incorporados através do “habitus” discutido em Bourdieu? Pois os seres humanos podem agir de forma cooperativa não somente em função de sanções, mas também devido à existência de um altruísmo inerente a eles. Nesse sentido, eles se vêem como parte de um grupo e desempenham tarefas em benefício do coletivo, é uma forma de satisfação espiritual.

Granovetter (1985, p.486) destacou que laços interpessoais fortes, como parentesco ou amizade intensa, são menos importantes que laços interpessoais fracos, como conhecidos em geral ou colegas de associações comunitárias, no sentido de sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. Ele argumenta que a confiança é estimulada e a má conduta não, quando as normas ocorrem em ambientes de amplas relações pessoais e intercâmbios sociais.

As sociedades possuem sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, que podem ser horizontais quando os diferentes atores possuem o mesmo status e poder. Os sistemas de participação cívica – clubes, associações, sociedades culturais e esportivas, partidos de massa, cooperativas entre outras – possuem uma intensa interação horizontal e são elementos essenciais na potencialização do capital social. Isto porque os sistemas de participação cívica promovem sólidas regras de reciprocidade, facilitam a comunicação e o fluxo de informações e socializam os êxitos de colaborações anteriores.

Fafchamps (1992), analisando um estudo de Evans-Pritchard, ressalta que é a escassez e não a abundância que torna as pessoas generosas, quando as condições são tais que a sobrevivência individual é extremamente incerta, surgem naturalmente mecanismos de ajuda mútua, e nesse caso a reciprocidade é necessária para que estes mecanismos funcionem efetivamente. Quando as pessoas interagem em um horizonte longo de tempo, a cooperação é o resultado normal. A cooperação é premiada e o comportamento oportunístico é penalizado no futuro.

Ele enfatiza que a solidariedade é uma forma de seguro mútuo, pois quem recebe apoio não precisa dar nada em retribuição, o esperado da pessoa que recebeu ajuda é que no futuro, quando um outro membro do grupo precisar de ajuda, ele estará presente para dar o suporte necessário. Não existem regras específicas quanto à magnitude da ajuda que será dada, até mesmo porque dependerá das condições que a

pessoa que for fornecer ajuda terá naquele momento específico, bem como de quanto será necessário em face das demandas de quem estiver solicitando ajuda.

Mas podem existir problemas nestas redes de solidariedade, pois as pessoas podem esconder ou dissimular sua situação real de necessidades, por vergonha ou por orgulho. Outras, por sua vez podem agir de forma não ética, parasitando recursos dos outros membros da rede e assim usufruir mais e trabalhar menos. O autor enfatiza a existência de mecanismos de solidariedade que existem em muitas comunidades rurais do terceiro mundo, onde o esquema de ajuda mútua funciona sem que exista uma autoridade que regule ou obrigue as partes a terem determinados comportamentos.

Nan Lin (2001) define capital social como recursos enraizados na estrutura social, os quais são acessados e/ou mobilizados em ações propostas. Por essa definição a noção de capital social apresenta três componentes: recursos enraizados na estrutura social; acessibilidade dos recursos pelos indivíduos; e o uso e a mobilização de tais recursos em ações propostas.

Conforme observado em Putnam, Coleman, Fukuyama, Granovetter, Faichamps, Banfield e Lin, as relações sociais tomam rumos que dependendo do Capital Social podem desenvolver ações conjuntas, em formas associativistas, resultando em benefício para o grupo ou comunidade como um todo. A categoria pressuposta observada está relacionada às formas de interação entre os atores sociais, que deve gerar redes de solidariedade, confiança e tolerância; para elevar os níveis de participação associativistas, constituindo assim o Capital Social.

Pensando nesta discussão, volto a me questionar sobre o processo de construção de Capital Social associativista nos assentamentos de reforma agrária. Pois, nos dois processos (de reforma agrária por desapropriação e pelo PNCF), estes atores sociais vêm de outras realidades, que mesmo com objetivos comuns em certo sentido, apresentam especificidades de Capital diferente uns dos outros.

ALGUMAS CONCEPÇÕES EMPÍRICAS SOBRE CAPITAL SOCIAL ASSOCIATIVISTAS A PARTIR DAS FORMAS DE ASSENTAMENTOS DA “REFORMA AGRÁRIA”

As concepções observadas por vários autores sobre análises do processo da “Reforma Agrária por desapropriação e do PNCF” desenvolvem caminhos para discussões em torno da complexidade de questões que são encontradas dentro dos

assentamentos, neste caso o do Capital Social associativista. Trabalhem na discussão de como essa categoria (Capital Social associativista) se apresenta, através de algumas concepções empíricas analisadas, em nível da participação no coletivo (associativismo), dos assentamentos.

Como primeiro ponto de discussão, apresento o processo para “conquista” do assentamento, tanto pela “Reforma Agrária” por desapropriação, como pelo PNCF. No primeiro caso, essa “conquista” geralmente se dá pelas lutas sociais, as quais apresentam, além dos acampamentos e ocupações de propriedade privadas, outras formas novas e criativas (acampamentos em praças públicas, ocupações de agências bancárias e de prédios da administração pública, pressão sobre os parlamentos, caminhadas com chegadas apoteóticas às capitais, greves de fome, etc.). Entretanto, essa questão do conflito não aparece somente no processo da conquista,

Nos assentamentos, ocorrem conflitos e fortes divergências, muitas vezes com práticas de violência por não compreensão dessas diferenças entre agricultores que na fase de conquista da terra estão aliados, pois o objetivo de acesso à terra é comum, porém as formas de uso desta terra e as relações e organização social são diferentes, pois dizem respeito às raízes culturais identitárias (Gehlen, 1998, p.245).

Nesse sentido, D’incão (1995) faz uma reflexão, colocando o nível desfavorável ao desenvolvimento dessas populações. A razão está em suas próprias condições de existência social (presas em relações sociais, econômicas e políticas que as colocam em situação de dominadas) que reproduz entre elas essas mesmas relações de dominação. Elas não conseguem se encontrar ou comunicar de modo a chegar a uma visão comum das condições que lhes são impostas, ou daquilo que lhes é dado suportar.

Tudo que sabíamos desses trabalhadores nos levava a crer que, uma vez deixados por sua própria conta, eles viveriam no assentamento um verdadeiro impasse, quando se dispuseram a lutar pela conquista de uma terra. Mas precisamente por reproduzirem, eles viveriam no assentamento um verdadeiro impasse, pelo fato de não disporem dos meios para lidar com a liberdade a que aspiravam, quando se dispuseram a lutar pela conquista da terra... porque, recriando suas velhas práticas de dominados (competição, a invalidação dos companheiros, a desconfiança, a dissimulação, a resistência sorrateira, etc.), eles não teriam condições de negociar conjuntamente soluções para os problemas que lhes eram comuns e estariam

consequentemente, fragilizados para o desenvolvimento em suas novas áreas de vivência (D'Incão, 1995, p.29-30).

O que se constata, a partir das observações de D'Incão e Gehlen, são realidades diferentes encontradas no mesmo espaço. Entretanto, elas não passam por um processo de “reconstrução” na incorporação, de discussão de como podem desenvolver certos “modos de viver”, simplesmente são impostas realidades diferentes com contextos históricos diferentes e, mesmo da realidade histórica do campo em geral, que são de dominantes e dominados. Neste último ponto podemos pensar em Lin (2001), pois para ele,

A estrutura social é piramidal; nela existe certa congruência de *status*. Nesse sentido, o capital social de um indivíduo depende da posição dos membros da sua rede no sistema de estratificação. As trocas são mais fáceis entre pessoas com posições de *status* próximas do que entre pessoas com *status* muito diferentes. O sucesso da ação de um indivíduo depende antes da posição, na estrutura social, dos indivíduos aos quais ele está ligado do que da sua própria posição (Lin, 2001, p.304).

No entanto, aprofundando mais a reflexão, podemos ver que essa colocação de Lin faz sentido neste contexto, porque, mesmo os “assentados” se vendo em posições de status próximas, eles estabelecem hierarquia de posição no assentamento entre dominantes e dominados, pela própria construção histórica de suas identidades.

Com relação ao segundo caso, da “Reforma Agrária” do PNCF, os meios são diferentes, o processo utilizado para “adquirir” o assentamento se dá em um outro viés. Eles se organizam em associações, os meios para conseguir crédito para o assentamento também será pela associação, enfim, é “exigência” do programa que os atores sociais do assentamento estejam em discussão coletiva regularmente para decidir estratégias de criação e desenvolvimento do assentamento. Entretanto, em casos empíricos:

Foram constatadas a existência de três associações, todas elas com diferenciações em sua funcionalidade. Vale destacar que todas as famílias cadastradas como mutuárias são associadas, até pela exigência feita por ocasião da compra e contração da dívida no banco. Analisando melhor essa medida, percebe-se uma artificialização da organização, com a criação de associações ou até dividindo as existentes em duas, para responder a um critério do programa, para efetivação da contratação da dívida, feita por meio da associação... as três associações das áreas pesquisadas são frágeis. Possuem um quadro social amorfo. As decisões são tomadas pela diretoria que apenas comunica aos demais sócios. Não há periodicidade de reuniões e nas que acontecem, segundo

depoimentos de seus dirigentes, a participação é inexpressiva. Não há um plano de trabalho. As assembléias realizam-se anualmente ou em situações emergências mediante de convocação extraordinária (Aragão, 2003, p.118-119).

Neste ponto, mesmo tendo como princípio outro modelo de organização, que não seja a organização da luta, como no processo anterior, o Capital Social associativista mantém-se à margem do processo. Entretanto, ainda neste caso, em outra pesquisa sobre assentamentos do PNCF, realizada por Oliveira (2005), o processo parece ter caminhado por outro meio.

As comunidades se mostraram organizadas a partir de um conjunto de normas e práticas determinadas, muitas vezes, sobre a influência dos técnicos, porém, postas em práticas pelos assentados em função de seus objetivos político-estratégicos e das necessidades imediatas do grupo. A vida no assentamento envolveu experiências anteriores de cada um dos assentados no processo de reprodução da unidade camponesa. Assim, os assentados se organizam com base nos princípios do trabalho com a terra, da responsabilidade com a família e da liberdade e autonomia no trabalho familiar (Oliveira, 2005, p.194).

Por isso, o caminho para construção do Capital Social, no caso o associativista, não parece ser o do tipo de “Reforma Agrária” por desapropriação ou do PNCF, mas do próprio processo histórico das realidades encontradas nas famílias, nos atores sociais que irão compor o assentamento. Quando Oliveira constatou o processo positivo de construção de Capital Social associativistas nos assentamentos que ela observou, encontrou um ponto principal para que ocorresse, que foi, dentre outras, a categoria religiosa muito forte nos assentados, que para ela:

A organização dos assentamentos Almécagas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe se deu com traços próprios do Campesinato no Ceará, entre os quais destacam-se as lutas pela posse e uso da terra, a liberdade do trabalho familiar, os laços de parentesco e a religiosidade sertaneja. A influência significativa desses traços na vida dos assentados fez da organização social, política e econômica nos assentamentos um modelo de comunidade (Oliveira, 2005, p.193).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tempo em que penso o Capital Social como redes de solidariedade, confiança e tolerância; para elevar os níveis de participação associativistas. Revejo que não existem modelos fixos para construção dele. Entretanto, o “meio” para que o ocorra, está ligado ao seu processo sócio-econômico-histórico. Não basta apenas implantação de políticas que utilizem o viés para construção do Capital Social, mas de mecanismos entorno do “meio” em que se deseja implanta-la. Isso vale também para o caso de “movimentos transitórios” em que parece haver uma “construção” artificial, pois depois da transição o (s) grupo (s) “perde (m)” as identidades em construção (do fator Capital Social).

É nesse sentido em que penso ser necessário um maior aprofundamento na reflexão do “Capital Social”, sobre o qual se deseja ser um principio para o desenvolvimento de certos grupos, no caso específico os assentamentos dos processos de “Reforma Agrária” que vêm sendo implantado no Brasil. Principalmente diante da complexidade das questões históricas das relações construídas e os papéis sociais em que foram sendo estabelecidos para estes grupos, de forma a mascarar certas realidades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARAGÃO, Lúcia Maria Paixão. **Análise de sustentabilidade do Programa Reforma Agrária Solidária – O caso do Ceará.** Dissertação de Mestrado (PRODEMA-UFC), 2003.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **Relatório preliminar de avaliação do Projeto Cédula da Terra.** Brasília: UNICAMP/NEAD/MEPF, junho 1999.

CARVALHO, Horacio M. A participação e a organização consensuadas como uma das dimensões da cidadania. Brasília, Projeto Áridas, **GT VII - Integração com a sociedade.** SEPLAN - PR. 1994.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **Capital social.** 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

D'INCAO, Maria C. e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.

FAFCHAMPS, Marcel. Solidarity Networks in Preindustrial Societies: Regional Peasants with a Moral Economy. **Economic Development and Cultural Change**, Vol. 41, nº 1, October, 147-174. 1992.

FUKUYAMA, Francis. **Trust – The Social Virtues of the Creation of Prosperity.** New York, Free Press. 1995.

GRANOVETTER, Mark. **Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness.** *American Journal of Sociology*, 91(1985): 481-510. 1985

GEHLEN, Ivaldo. Reforma agrária: opção pelo modelo familiar de desenvolvimento. In: Silveira, Domingos; XAVIER, S. D. (Orgs.). **O Direito Agrário em debate.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Diagnóstico abrangente sobre os programas do Banco Mundial para o campo no Brasil**, realizado pela Rede Terra de Pesquisa Popular, no período de 07 a 12/2005. disponível em: <http://www.social.org.br/cartaz_final_rede_color.pdf>, acesso em: 07.07.2006.

LIN, Nan. **Social capital: a theory of social structure and action.** Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados:** São Paulo, 2001.

OLIVIERA, Maria Alexandra de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses do Ceará – Brasil.** Tese de doutorado, 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br>>, acesso em: 20.08.2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes, **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão:** o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Dissertação de mestrado, 2004. Disponível em: <http://www.cerai.es/fmra/archivo/br_pereira_jmmendes.pdf> acesso em: 05.07.2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: brasiliense, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro, FGV. 2002.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

TERRA E TRABALHO: A TRAJETÓRIA DE TRABALHADORES IDOSOS DO ACAMPAMENTO MÁRIO LAGO DE RIBEIRÃO PRETO,SP.

Raquel Santos Sant’Ana.

raquelssfranca@yahoo.com.br

Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UNESP-
Coordenadora do Núcleo Agrário e do Grupo de Pesquisa “Terra e Raiz”.

RESUMO

Este artigo apresenta dados sobre a trajetória de trabalhadores idosos que hoje fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e que estão no acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto,SP. A partir de 5 fragmentos de história de vida, analisa como o trabalho na terra fez parte da trajetória dos sujeitos. Em Ribeirão Preto, o acampamento Mário Lago é expressão do conflito agrário, resultado do modelo concentrador de renda e riqueza, oriundo da agroindústria canavieira. O recorte do segmento idoso para a realização das histórias de vida deveu-se ao nosso interesse em analisar as diferentes trajetórias dos sujeitos até o momento em que tomam decisão de lutar por terra. Ao longo da vida os diversos sujeitos se reproduzem socialmente em condições determinadas, porém, a partir destas vão construindo estratégias que, de um lado singularizam suas histórias, de outro, os inserem numa classe social. Ao analisar as trajetórias dos velhos trabalhadores é possível perceber a centralidade do trabalho na estruturação de suas vidas e apreender como, nesta sociedade, estas experiências vivenciadas pelos sujeitos se dão a partir da expropriação da terra e intensa exploração nas relações de trabalho. O sonho da conquista da terra é a efetivação de um direito para sujeitos que em toda sua trajetória cultivaram e produziram para outros; daí a necessidade do Estado retomar dívidas históricas, uma delas é dar terra para quem sempre nela trabalhou.

Introdução.

Este artigo apresenta dados sobre a trajetória de trabalhadores idosos que hoje fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e que estão no acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto, SP. Os resultados ora apresentados fazem parte de uma pesquisa mais ampla que teve como objeto de estudo as representações sobre a vida no acampamento sob o enfoque inter-geracional: congregou a análise de crianças, jovens, adultos e velhos sobre o cotidiano no acampamento e o significado da luta pela terra¹.

Em Ribeirão Preto, o acampamento Mário Lago é expressão do conflito agrário, resultado do modelo concentrador de renda e riqueza, oriundo da agroindústria canieira. Este acampamento rural é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e possui cerca de 350 famílias.

São 1.700 ha localizados em área nobre da região de Ribeirão Preto. A partir do mês de junho, o acampamento passou a pré assentamento e enquanto aguardam a definição do Incra sobre a seleção das famílias, os acampados, que estão dentro da fazenda, procuram desenvolver um espaço de sociabilidade segundo as proposições do MST; cultivam sem a utilização de venenos e já estão produzindo feijão, abóbora, mandioca, abobrinha, quiabo, enfim, uma grande diversidade de produtos; e já são os maiores produtores de feijão do município.

O projeto de pesquisa foi desenvolvido entre os anos de 2004 e 2006, porém as informações junto aos idosos foram obtidas nos anos de 2006 (apenas uma foi realizada no ano de 2005); foram coletados 5 fragmentos de história de vida com homens de mais de 60 anos².

O recorte desse segmento etário para a realização das histórias de vida deveu-se ao nosso interesse em analisar as diferentes trajetórias dos sujeitos até o momento em que tomam decisão de lutar por terra. Ao longo da vida os diversos sujeitos se reproduzem socialmente em condições determinadas, porém, a partir destas vão construindo estratégias que, de um lado singularizam suas histórias, de outro, os inserem numa classe social.

Se as estratégias pressupõem um fio condutor que dá sentido às ações dos sujeitos, a noção de trajetória, segundo Antuniassi et al (1993), expressa “a dimensão diacrônica que liga o conjunto das circunstâncias às estratégias” (126).

¹ Esta pesquisa teve a participação de duas bolsistas de iniciação científica do Cnpq: Ariane Cristina de Oliveira (2004/5) e Priscila S. Oliveira.

² Inicialmente procuramos incluir uma depoente do sexo feminino, porém tivemos dificuldade de localizar mulheres deste segmento etário. Uma senhora de 58 anos se prontificou, outra de 62 se recusou e sugeriu que fizéssemos a entrevista com o marido, alegando não lembrar-se de quase nada do passado.

Recuperar as trajetórias dos trabalhadores com mais de 60 anos que hoje residem no acampamento Mário Lago significa buscar seus projetos passados e presentes, numa constante luta pela sobrevivência e por trabalho.

II-Desenvolvimento

A luta pela terra no Brasil é resultado de uma estrutura agrária arcaica e de uma política agrícola voltada para a grande agricultura capitalista.

A chamada “questão agrária” é resultado da luta de classe entre capital e trabalho naquilo que refere-se à terra; o resultado deste embate se expressa como particularidade da questão social: concentração fundiária, monocultura, degradação ambiental, êxodo rural, a precariedade da vida dos trabalhadores rurais residentes no campo ou mesmo sua condição de assalariados; a fome, o desemprego.

Com relação a “questão agrária” afirma Fernandes, 2001:

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isto, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (2001, 23-4)

Muitos elementos singularizam a questão agrária no atual contexto. Só para dimensioná-la em uma de suas expressões, basta analisar a estrutura fundiária brasileira: segundo cadastro do Incra, 2003, no estrato de área até 100 ha, encontrá-se 31,6 % do total de imóveis com apenas 1,8% da área total de imóveis. Os imóveis com área superior a 2000 há correspondem apenas a 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total. Com índice de Gini em 0.85, o país permanece com uma das maiores concentrações fundiárias do mundo e a política pública de Reforma Agrária continua como política de assentamentos rurais.

Por outro lado, as modificações no mundo do trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital têm atingido duramente os trabalhadores do campo e da cidade. Segundo Thomaz, 2006, nos centros urbanos, as modificações no âmbito da

produção se acirram de modo a permitir maior intensificação da concentração de capital, o que tem aumentado a precarização da vida dos trabalhadores. O autor afirma:

Nos campos esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparados, pois direta ou indiretamente pelo modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e pelo regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em Ribeirão Preto, os fundamentos da reestruturação produtiva no campo se expressam nos avanços tecnológicos provenientes da agroindústria canvieira que se estrutura a partir do grande capital.

Na região, considerada tão próspera pelos meios de comunicação de massa, a lógica capitalista se reproduz em todos os espaços gerando uma alta concentração da renda e da riqueza.

Alguns segmentos estão quase excluídos do mercado de trabalho. É o que está ocorrendo com as trabalhadoras rurais e os trabalhadores com mais de 40 anos de idade no corte da cana. A exigência de produtividade de 12 toneladas/dia tem eliminado estes dois segmentos: mulheres e homens com mais idade. Os cargos ficam para os homens jovens, principalmente migrantes de outras regiões.

Os enfrentamentos com a agroindústria canvieira se objetivam de diversas maneiras, dentre elas, nas lutas pela terra travadas pelos diversos movimentos sociais³. O acampamento Mário Lago é parte explícita deste embate: estrutura-se em área nobre do entorno do município de Ribeirão Preto, numa extensão de 1.700 há.

Nele se busca estruturar o cotidiano de forma diferenciada.⁴ Ao ouvir crianças, jovens, adultos e idosos foi possível perceber como cada segmento etário vivencia esta experiência. É evidente que para isto concorrem diversos fatores, e que a questão etária é apenas uma particularidade. Para as crianças o acampamento é o espaço da liberdade e da brincadeira; os jovens oscilam entre o rural e o urbano, destacando como principais dificuldades desse espaço a falta de infra-estrutura e de lazer; os adultos estão empenhados em viabilizar seus lotes provisórios e garantir que possam, com a terra, construir condições reais de se reproduzir socialmente⁵.

³ Estão presentes na região o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem –Terra(MLST) e a Federação dos Trabalhadores Rurais do estado de São Paulo(FERAESP).

⁴ O MST possui uma sede regional no município e isto facilita a participação dos trabalhadores a campados em diversas ações e cursos de formação.

⁵ Os dados parciais sobre a pesquisa realizada foram publicados nos anais do I Encontro da Rede Rural.

As trajetórias seguidas pelos diversos sujeitos, até a chegada ao acampamento são muito diversas. Para entender este processo e analisar como estas trajetórias estão centradas no âmbito do trabalho, ouvimos velhos trabalhadores que estão acampados no Mário Lago. Conforme já foi apresentado, foram cinco sujeitos e aqui será destacado aquilo que os une, aquilo que em meio à diversidade de estratégias individuais, se repete nas trajetórias como condição de classe deste segmento social. Como afirma Haddad:

Em primeiro lugar não se pode falar em morte sem considerar a vida, assim como a velhice desconsiderando a infância e juventude, enfim a trajetória vivida ao longo dos anos. Em segundo lugar, falar em infância, velhice, vida ou morte sem considerar as desigualdades sociais e cair na universalidade abstrata.(Haddad,1999,p.21).

As trajetórias dos velhos trabalhadores do acampamento Mário Lago possuem muita semelhança com a de milhares de trabalhadores, especialmente os desta faixa etária: nasceram em área rural, pouco ou nada estudaram e muito trabalharam ao longo da infância e juventude. A falta de recursos materiais e infra-estrutura e a precariedade da saúde emergem em suas memórias como um tempo de muito sofrimento.

Nós empossava a terra e ficava trabalhando. Era 100 alqueires de terra. Meu pai ficou ali uns seis anos e de tanta febre que deu nele e em todo mundo...chegou o ponto de eu perder um dedo do pé.(...). Mas de tanta febre que deu no meu pai (ele ficou nove meses em cima da cama, chegou no ponto de um dia ele morrer e reviver de novo) que minha mãe falou: vamos embora daqui! (Senhor C.).

Senhor R. também fez referência à febre e a falta de atendimento médico:

Nós criou no sítio, nós criemos tudo na roça. Mas naquele tempo, era muito sem recurso. Se quizesse, se precisasse de um médico, se precisava de uma coisa assim, só em Januara. Era 180 Km para ir em Januara fazer um tratamento se precisasse, por acaso. Mas não existia. Aquilo lá era: as pessoas que dava remédio. Você ia lá e pegava um remédio com uma pessoa. Inclusive teve um irmão meu que sofreu febre e ficou 40 dia com febre. Foi indo, foi indo, você achava que ele morria...foi quando ele sarou...melhorou, não morreu.

Sempre trabalhando em sítios e fazendas, em lugares ermos e distantes, suas famílias desenvolviam atividades agrícolas, sejam como posseiros, pequenos produtores ou arrendatários, aliás, os vínculos iam se modificando nos diversos territórios ocupados. Esta foi a trajetória dos pais que todos acabaram seguindo. Mesmo os casos de dois informantes que iniciaram trabalho em outra atividade, mantiveram concomitante o cultivo da terra. O senhor Ca. foi funcionário da Empresa de Transporte Ferroviário da Alta Mogiana durante muitos e a aposentou como tal; ainda assim, nunca se desvinculou das atividades rurais, aliás a própria atividade na empresa era em área rural: limpar trilhos e colocar dormentes; nos tempos vagos seguia plantando roça:

Na Mogiana nós trabalhava na linha. Nós , em cinco homens, nós cuidava de 10 km de linha...capinava, capina de linha,roçada, um metro de cada lado da cerca. E nós trocava as dormente...(...) eu plantava na beira da linha, que tinha um pedaço que nós podia plantar. Nós plantava abóbora,plantava milho...(Senhor Ca.)

Senhor R. trabalhou no Garimpo durante 12 anos, mas neste período continuou plantando roça como meeiro nas fazendas próximas. Com orgulho relata que os fazendeiros disputavam para quem ele iria plantar:

Lá no garimpo onde eu estava tinha uns fazendeiros que eles brigavam para mim poder plantar roça com eles. Eu nunca comprei um quilo de arroz lá porque eu plantava roça mais os fazendeiros. Arava, arrumava a terra e plantava mesmo. Era assim: ó, você vai plantar mais eu; e o outro fazendeiro: não esse ano você vai plantar mais eu... Brigava pra mim plantar roça com eles. Eu plantava de “a meia”. Teve ano que eu colhi duzentos e cinqüenta sacos de arroz.(Senhor R.)

Os tempos idos são também tempos de fartura, de alimentos saudáveis, sem venenos. Plantavam principalmente gêneros alimentícios: arroz, milho, legumes; citaram também o cultivo do café.

Nós trabalhava para um fazendeiro. Plantemo tomate... tudo o que era legume: quiabo, tomate, arroz... plantemo quarenta quilo de alho por um brotão adentro, deu alho pra danar... (Senhor C)

Plantava de “a meia”, plantava arroz, feijão, tudo e depois passamo a tocar café pros fazendeiro... (Senhor Ca)

Sobre o passado, todos fazem menção à facilidade de arranjar trabalho em área rural, mas também às longas jornadas; falam que trabalhavam muito, mas não identificam esse processo como exploração. Quando a isto se reportam, tratam como situação de injustiça, semelhantes às aquelas em que foram roubados: em diferentes circunstâncias, apreendendo ou não como roubo, todos já vivenciaram esta situação. Muitos casos foram citados: arrendamento em que o produto final foi vendido pelo proprietário que desapareceu com o dinheiro; destoca e limpeza de grande área sem depois a dívida ser saudada pelo proprietário; cheque sem fundo para grande quantidade de produto vendido, muitos anos de trabalho na fazenda sem registro e no final, sem acertos de contas. Enfim, situações vivenciadas cujos rebatimentos se fazem presentes hoje em suas vidas: só um deles tem aposentadoria, os outros estão sem proteção previdenciária.

A situação do Senhor F. é bastante peculiar: na juventude, trabalhou longos anos na Fazenda da Barra, onde hoje está acampado. Diz conhecer “a palmo” cada parte da fazenda:

Morei 17 anos quando era menino. Agora está bem melhor, porque quando morei aqui só tinha a casa no morro. Nós era agricultor... nós tocava celaria na seca e plantava. Eu não tenho nenhum registro que prova que a gente trabalhava. Esse Junqueira não registrava ninguém, mas tem gente que conhece a gente. O Junqueira é esse embaralho... Depois quase no fim da vida, n/é? Nessa idade a gente torna a voltar outra vez...(Senhor F.)

Um depoimento que mostra bem o nível de exploração vivenciado no trabalho é do Senhor ^a que desde cedo foi trabalhar como assalariado. Mesmo trabalhando ele teve que pedir “ajuda” para poder sustentar a família:

Aí, eu acabei com a vergonha, falei assim pra patroa: olha, dona Maria a minha mãe está meio desprevenida, sem roupa. Dá pra senhora arrumar seja um vestido que tiver mais ou menos pra ela? Um vestido velho pra ela? Aí, ela ficou com dó e arrumou. Arrumou e mandou. Falou: leva pra sua mãe. Se você falasse antes, tinha levado. Você não precisa estar com vergonha não...(Senhor A)

Na fala deste depoente prevalece uma visão idealizada do trabalho, porém, em algumas situações aparece de forma aguda e crítica a percepção da real condição vivenciada. Quando ele fala da situação de trabalhador rural assalariado coloca:

Ah! Bóia-fria, filha de Deus, bóia-fria não dá camisa pra ninguém. Eu vou falar: a pessoa que não se aperte não, para ter o dinheirinho para pagar água e luz...(...) Ficou uma vida difícil mesmo?

Depois de uma vida de trabalho, de exploração, três dos expoentes mencionam como grande vitória ter conseguido criar seus filhos, (um teve 5, outro 8 e o terceiro,9). Seu A que nunca se casou e não teve filhos explicou que para se casar precisava de uma condição econômica melhor e que, agora com a terra, irá conseguir finalmente se casar. Com uma saúde bastante fragilizada, envelhecido, parece não se dar conta que talvez não seja possível realizar aquilo que durante tanto tempo protelou em fazer:

Olha eu vou falar o que é verdade: o que vale a pessoa tirar a garota da casa de um pai, de uma mãe, casar e depois a pessoa não ter nada, né? Não adianta. Só vou casar agora quando eu tiver com minha terra na mão, com meu lote na mão...

(Senhor A)

O significado de ter sua própria terra é sempre a de um sonho. Eles sempre viveram e plantaram a terra, têm experiência acumulada e familiaridade com o rural, mas sempre plantaram em terras alheias, sempre “mandados” ou “comandados” por alguém. Quando indagados sobre a possibilidade de ter terra enfatizaram isto como um sonho ou dádiva do divino.

Por isso eu falo: a roça é a mãe da pessoa. É a mãe da pessoa que é a roça. E no horário bacana, quando a pessoa tiver plantando, lembrar o nome de Deus. Que nós sem Deus, não somos ninguém.

(Senhor A)

Ah! Vai ser um sonho n/é? ... se sair um pedacinho de terra pra gente, vixi!!!!!! Vai ser um sonho! (Senhor R).

III-Conclusão

Ao analisar as trajetórias dos velhos trabalhadores foi possível perceber a centralidade do trabalho na estruturação de suas vidas e mostrar que, nesta sociedade, estas experiências vivenciadas por estes sujeitos se dão a partir das seguintes particularidades: expropriação da terra e intensa exploração nas relações de trabalho.

Os sujeitos da pesquisa ora foram posseiros, parceiros, trabalhadores de fazendas ora trabalharam como assalariados desde muito cedo, como é o caso do Senhor A . A

marca mais evidente destas trajetórias é familiaridade com o universo rural e o trabalho em terras alheias. Durante longos anos, aquilo que chamam de situações de injustiça, na realidade, eram os artifícios utilizados pelos diversos sujeitos no sentido de manter a terra em poucas mãos. A extrema exploração no trabalho vai se refletir nas condições de vida atuais: saúde precária, ausência de amparo previdenciário (com exceção de um que aposentou-se em uma empresa), sem quase nenhum bem material; mas com um saber acumulado que inclui desde o ciclo de diversas culturas até a produção da farinha, da rapadura e até a produção do equipamento necessário para a confecção destes produtos.

Estes sujeitos reiniciam uma nova jornada de luta, agora dentro do Movimento Sem Terra. O sonho da conquista da terra é a efetivação de um direito para sujeitos que em toda sua trajetória cultivaram e produziram para outros. Estes trabalhadores ao lutarem por terra buscam aquilo que o trabalho não conseguiu lhes garantir; daí o fato de assentá-los ser dever do Estado pois, assim, uma política pública poderá saldar a dívida histórica de dar terra para quem sempre nela trabalhou.

Se estes trabalhadores já com idade avançada irão ou não ser assentados ainda depende de lutas jurídicas e políticas. Caso a terra seja de fato conquistada, ainda resta os desafios da comissão de seleção. Se esta etapa for vencida, restam os outros grandes desafios decorrentes da atual política agrícola brasileira que pouco tem favorecido a agricultura familiar.

Enfim a efetivação dos direitos destes velhos trabalhadores é ainda meta e não realidade efetiva....

Referências Bibliográficas.

ANTUNIASSI, M. H. R., ALBRÉE, M. CHONCHOL, M. E. F. De Sitiante a Assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. São Paulo em Perspectiva. V. 7, n. 3, jul/set. 1993.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo. 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.92).

HADDAD, E. Questões sobre a velhice. São Paulo.1999.

THOMAZ Jr., A. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). Encontro da Rede de Estudos rurais. 2006. Niterói: Rj.

SANT'ANA, R. S. BRUGNHARA, A. C. OLIVEIRA. P.S. As representações sobre a vida no acampamento Mário Lago de Ribeirão Preto, SP.: um enfoque na perspectiva inter geracional..I Encontro da Rede de Estudos rurais. 2006. Niterói: Rj.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

TERRAS DE PRETO: TERRAS DE LUTA – O CASO DE RINCÃO DOS MARTIMIANOS, RESTINGA SECA/RS

Carolina dos Anjos de Borba - Advogada, Mestranda em Desenvolvimento Rural –
UFRGS/PGDR
carolzinhadosanjos@gmail.com

RESUMO

Premido pelos movimentos sociais, o Estado brasileiro dá mostras de implantar algumas medidas concretas no processo de reconhecimento dos direitos das populações negras. Ainda que de forma lenta e tímida, criam-se alguns instrumentos jurídicos e algumas políticas públicas destinadas não apenas a reconhecer os quilombos como objeto da intervenção estatal, mas estabelecer um espaço de interlocução sobre as questões que afetam este amplo setor de excluídos, particularmente entre aqueles que persistem no campo. As comunidades quilombolas tomaram maior visibilidade a partir da Constituição Federal de 1988, que lhes garantiu o direito a propriedade da terra. Recentemente, o Decreto nº 4887/2003 reconheceu como critério de definição a autodeterminação destas comunidades, fato que reacendeu os debates sobre identidade e conformação territorial. Esse marco geral se identifica com a realidade das famílias negras de Rincão dos Martimianos, Restinga Seca/RS. O presente trabalho tem por fim tecer algumas considerações acerca da identidade e da territorialidade expressas pelo referido grupo que, ainda hoje, resiste às espoliações de grileiros e aos demais efeitos do racismo no Brasil.

1. APRESENTAÇÃO

As comunidades de remanescentes de quilombos exprimem uma realidade bastante peculiar no âmbito das localidades rurais do Rio Grande do Sul, tanto em termos de suas condições de existência quanto de sua formação. O presente artigo tem por objetivo tecer algumas considerações acerca da identidade e da territorialidade quilombola expressas pela comunidade de Rincão dos Martimianos, circunscrita ao município de Restinga Seca/RS.

As comunidades quilombolas tomaram maior visibilidade a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que inseriu dentre seus dispositivos o direito à propriedade por parte desses grupos. Ao longo das duas décadas que se seguiram, algumas tentativas de normatização buscaram efetivar esse direito, porém dados oficiais apontam para a existência de 743 áreas de remanescentes de quilombos mapeadas no País, sendo que cerca de apenas 71 delas foram efetivamente tituladas até o presente momento. (MDA/INCRA,2004)

Recentemente, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, assegurou conquistas importantes para estas comunidades. Conforme Rocha (2005), tal inovação legal

[...] efetivamente, reconheceu o comando constituinte originário a diversidade sócio-cultural e antropológica em seus princípios e normas, pretendendo avançar nas soluções de problemas históricos propositalmente postergados. Neste sentido, o Decreto nº 4.887/03 consolida uma nova ordem legal, cujos propósitos atualizadores exprimem a vontade inscrita na Lei Maior.

O Decreto, ora referido, traz como critério de definição de remanescentes de quilombo a autodeterminação, reacendendo, a partir de então, intensos debates sobre identidade e conformação territorial.

Assim, faremos, no presente artigo, breves ponderações epistemológicas, e, logo após, aprofundaremos sobre o caso de Rincão dos Martimianos - com algumas reflexões no que tange a sua peculiar expressão e dinâmica de funcionamento. Por fim, faremos breves considerações finais, apontando outras problemáticas que nortearão novas incursões no âmbito do caso estudado.

2. PONDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

As formulações teóricas desta seção derivam dos inúmeros questionamentos a respeito de como trabalhar a posição do ator social frente ao desafio da regularização fundiária das chamadas “terras de preto” ou “comunidades quilombolas”. O debate

teórico que se detém sobre tal questão na atualidade encontra-se, grosso modo, no enfrentamento de duas lógicas científicas, aqui nomeadas como Sociologia Crítica e Sociologia Pragmática. Não se tem a pretensão de exaurir as diferenças entre as duas correntes, mas, tão somente, pontuar algumas questões enfrentadas no transcorrer da pesquisa científica.

A sociologia crítica dá ênfase à prática, conforme Lahire (2003):

A sociologia crítica, que muitas vezes mostrou sua capacidade em produzir conhecimentos sobre o mundo social, geralmente consiste em observar os descompassos ou as contradições entre o dizer e o fazer, entre as leis e a realidade, entre o formal e o real, entre os discursos oficiais proferidos ou valores básicos proclamados e as práticas efetivas, o que a torna inevitavelmente prisioneira dos modos oficiais de construção dos fatos sociais.

A opção pelo posicionamento pragmático no caso estudado é justificada na medida em que se vislumbra nessa postura a possibilidade de fazer emergir o discurso daqueles que estiveram invisíveis às esferas de poder. O discurso jurídico-institucional traz em si uma gama de significados que não somente desconhece o discurso dos desfavorecidos – no caso, as comunidades quilombolas – como, por vezes, impossibilita a sua expressão, sobretudo no que se refere às questões ligadas à posse e à propriedade da terra.

A técnica institucional reconhece como proprietário somente aquele que prova seu domínio por meio documental. Em se tratando de comunidades historicamente alijadas dos mecanismos estatais, sobreleva-se a importância dos argumentos dos próprios sujeitos – únicos capazes de retratar a memória territorial daquela localidade. Assim, resgatar o modo de vida e a memória de uma comunidade remanescente de quilombo, a partir da narrativa de seus membros, significa elevar esta expressão única a uma posição simétrica a do discurso jurídico-institucional. Conforme Anjos:

Não se trata apenas do slogan de que a justiça não se realiza sem que essas territorialidades sejam protegidas, mas de tomar conceitos nativos como conformadores de virtuais cidades de justiça, tão pertinentes quanto aqueles que se impõem pela conformação dos campos especializados de bens simbólicos. (ANJOS, 2005, p.110)

A narrativa do nativo carrega em si o universo em que vive e também as escolhas feitas pelo mesmo. Seguindo a linha dos trabalhos de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, pode-se “[...] ver as ações humanas como uma série de seqüências onde as pessoas, engajadas em momentos sucessivos, devem mobilizar

competências diversas a fim de realizar, de acordo com as circunstâncias, uma adequação à situação presente". (DODIER, 1993, p. 77)

A partir desta posição epistemológica se reconhece a capacidade crítica do ator, o qual articula uma gramática de ações e mobiliza princípios de grandeza de acordo com a situação vivida e com seu engajamento. Para a sociologia pragmática, o ator é competente para tomar posições, formular críticas e denúncias. Essa sociologia se distingue da sociologia crítica, a qual reserva esse papel somente aos cientistas (em especial aos sociólogos). Neste sentido:

[...] o antropólogo tem usualmente uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, **mas é ele que detém o sentido dos sentidos** [...].(VIVEIRO DE CASTRO, 2002, p. 115) (grifos nossos)

Nesse contexto, não cabe ao cientista julgar as percepções do nativo como verdadeiras ou falsas, ou tão pouco "desvelar" as situações de dominação a que estejam submetidos, como querem os adeptos da sociologia crítica. Mas, sim, reconstruir a gramática pela qual o nativo qualifica e mobiliza o mundo. Afinal, se o ator, capaz de refletir a respeito da realidade em que está imerso, encontra-se oprimido pela dominação, é de saber que tem consciência disso.

A sociologia crítica vislumbra na historicização a forma mais competente de romper com o senso comum e construir o conhecimento científico (BOURDIEU, 1989). Para Foucault (2000), a historicização radical do saber, da racionalidade e do conceito garante a cientificidade da pesquisa. Nesse sentido:

Tanto em Bourdieu como em Foucault está em jogo analisar e descobrir a pretensão do saber escolástico enquanto lugar de emanção de projetos que institucionalizam relações de força em nome da racionalização do social. (ANJOS, 2005, p.92)

Assim, a historicização evitaria postulações intimistas advindas da relação entre pesquisador e pesquisados, focalizando a investigação científica na compreensão da estrutura acadêmica de onde emergem as enunciações científicas.

Por sua vez, Boltanski e Thévenot enfocam suas observações em seqüências curtas, levando em consideração as oscilações dos fatos. O enfoque analisado, por *"[...] não projetar imediatamente as justificativas das pessoas para um plano de motivos ocultos, marcam, portanto, um importante deslocamento na forma da temporalidade que vai servir de base às análises sociológicas."* (DODIER, 1993, p. 87).

Por fim, destacamos a postura pluralista da sociologia pragmática, o que significa dizer que se reconhece “[...] *uma diversidade de mundos não redutíveis uns aos outros* [...]”¹. Sobre esse aspecto, afirma Viveiro de Castro:

Se há algo que cabe de direito à antropologia, não é certamente a tarefa de explicar o mundo de outrem, mas a de multiplicar nosso mundo, ‘povoando-o’ de todos esses exprimidos que não existem fora de suas expressões. (2002, p. 132)

Portanto, trazer à tona os conceitos quilombolas acerca de si próprios e de sua forma única de territorialização é a forma mais adequada de pensar a sua relação com a terra. Desta forma, o que se propõe – parafraseando Viveiro de Castro - é o “povoamento” do discurso quilombola nas esferas jurídico-institucionais e no mundo científico.

3.1. TERRITORIALIZAÇÃO ÉTNICA EM RINCÃO DOS MARTIMIANOS

A presente seção tem por objetivo tecer algumas considerações acerca da identidade e da territorialidade quilombola, a partir do caso de Rincão do Martimianos, analisando o processo de exclusão social sofrido pela comunidade analisada. Os dados empíricos ora apresentados foram retirados do laudo sócio-antropológico da referida comunidade, cujas reflexões teóricas encontram-se na obra “*São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*”². Também foram utilizados dados primários colhidos em pesquisa incipiente, a qual versa sobre a mesma temática aqui tratada.

A comunidade de Rincão dos Martimianos, circunscrita ao município de Restinga Seca/RS, é composta por 43 famílias e ocupa cerca de 46 ha de terra. Tal comunidade tem como ancestral fundador Martimiano Rezende de Souza, filho de Delfino Souza e de sua escrava Maria Joaquina Rezende. Esta comunidade tem seu início com o casamento de Martimiano e Alzira Martins de Carvalho Rezende de Souza, filha do ex-escravo Geraldo de Carvalho, sendo este último o ancestral fundador da comunidade quilombola de São Miguel. O casamento de Alzira e Martimiano deixou como descendentes onze filhos, os quais, juntamente com duas filhas de Martimiano (fruto de relacionamento anterior ao casamento), foram responsáveis pela estruturação da comunidade.

¹ Loc cit.

² ANJOS, J. C. G. & SILVA, S. B. (2004)

Conforme Anjos (2004), os territórios quilombolas de Martimianos e de São Miguel - comunidades vizinhas que mantêm relações estreitas - surgiram em zona marginal, nos “fundões” das duas maiores áreas de terra do período escravocrata. Afirma ainda, o autor, que esses territórios constituíram-se como única possibilidade de viver livremente em meio a uma sociedade que, mesmo após a abolição formal da escravidão, mantinha os negros em estado de miséria e rearranjava contratos para manter a força de trabalho aprisionada. Relatos da comunidade confirmam esta situação:

O vovô Martimiano era filho do fazendeiro Delfino, mas mesmo sendo filho era tratado pior de que escravo. Por ser filho da escrava Maria Joaquina, nunca foi reconhecido pelo pai. Um dia ele ficou farto de ser maltratado na fazenda e foi ganhar a vida. Aí ele arrendou uma terra de mato. Ele gostava muito do mato porque podia vender lenhas para a estação férrea. Então ele conseguiu comprar uma terra. Deu entrada de 1 onça e trabalhou muito para terminar de pagar. Aí ele voltou na fazenda para buscar os irmãos para morar e trabalhar com ele. Os irmãos eram muito maltratados lá também. – Alziro Rezende de Souza, 74 anos, Martimianos

Recentemente, a comunidade de Rincão dos Martimianos auto-identificou-se como quilombola e deu início ao processo de regularização fundiária junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), requerendo a titulação de 96 ha de terra. Conforme Barth (1998), os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social, sendo, portanto, uma de suas características a auto-atribuição e/ou a atribuição por parte de outros a uma determinada categoria. Uma atribuição em termos de identidade (determinada por sua origem e seu ambiente) caracteriza-se por uma atribuição étnica. Assim, na medida em que os atores utilizam-se da identidade para definir a si próprios e aos outros, “demarca-se”, por assim dizer, as fronteiras étnicas a partir de categorias organizacionais. Neste contexto, deve-se entender a cultura sendo um “[...] traço importante como uma implicação ou um resultado, mais do que como uma característica primária e definicional da organização do grupo étnico.” (BARTH, 1998, p. 191)

As características culturais são, portanto, compreendidas como decorrências da identidade, expressando-se em duas ordens: sinais manifestos que os indivíduos ostentam para visibilizar a si próprios (tais como vestuário, língua e arquitetura) e adesão de padrões morais que irão orientar suas ações, devendo ser julgados por estas regras de comportamento. (BARTH, 1998) Também, nesse sentido, Brandão (1986) afirma que os símbolos e nomes adotados pelos grupos sociais dependem de

como os indivíduos pensam as categorias de atores com quem se relacionam; para Martimianos: brancos e negros, quilombolas e proprietários. Diante desses elementos,

[...] o critério da auto-atribuição é considerado pela Antropologia como parâmetro mais razoável para a identificação das comunidades quilombolas. Os estudos realizados pelo antropólogo F. BARTH chegam à conclusão de que a identificação de grupos étnicos não depende mais de parâmetros diferenciais objetivos fixados por um observador externo, mas dos “sinais diacríticos”, é dizer, das diferenças que os próprios integrantes das unidades étnicas consideram relevantes. (O’ DWYER apud FONTELLES, 2005, p. 15)

Portanto, o que os define é a experiência vivida, sua trajetória em comum e a expectativa da continuidade do grupo étnico, culturalmente identificado, devendo-se abandonar a idéia de quilombo como sinônimo de local isolado formado por escravos fugidos. Portanto,

[...] somos levados a imaginar cada grupo desenvolvendo sua forma cultural e social em isolamento relativo, essencialmente, reagindo a fatores ecológicos locais, ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos. Esta história produziu um mundo de povos separados, cada um com sua cultura própria e organizado numa sociedade que podemos legitimamente isolar para descrevê-la como se fosse uma ilha. (BARTH, 1998, p.188)

A comunidade de Martimianos tece intensas relações com o entorno: desde o estabelecimento de alianças por meio do parentesco, em especial, nos casamentos entre quilombolas de Martimianos e São Miguel, até o fornecimento de mão-de-obra a seus lindeiros. Por volta da década de 1950, uma família descendente de italianos (família Bellé) instalou-se no território dos Martimianos e apoderou-se de mais da metade das terras da comunidade. Anos depois, a mesma família construiu no território quilombola uma olaria que atualmente emprega a maior parte dos chefes de família do local. Além disso, os mesmos vizinhos são os maiores arrendatários das terras do grupo para o plantio de arroz. (SILVA, 2004). De tal forma, pode-se perceber o poder intimidatório de tais lindeiros sobre a comunidade, sobretudo pela precária forma em que opera a subsistência das famílias negras ora estudadas:

Os dados socioeconômicos dos membros da Comunidade de Rincão dos Martimianos revelam um quadro perversamente precário, relacionado a situações de subemprego, atividades informais, baixos salários, aposentadorias irrisórias e aviltantes recursos provenientes do arrendamento, a maioria das vezes efetuado de forma verbal, de áreas de terra, que, em muitos casos, se resumem a algumas sacas de arroz/ano por hectare. (SILVA, 2004, p. 162)

A relação de desigualdade com os vizinhos reafirma ainda mais as fronteiras étnicas entre negros e brancos. Percebe-se nitidamente os efeitos do racismo na sociedade brasileira pelas condições materiais a que têm acesso os lindeiros em relação à comunidade quilombola.

A primeira lei que regulamentou a propriedade da terra no Brasil foi a chamada 'Lei de Terras de 1850', concebida ainda durante a escravidão. Tal legislação determina que para a obtenção do título de propriedade é necessário comprar a terra de particulares ou do governo. Fato é que, à época de sua edição, os escravos e, após Lei Áurea, os recém-libertos, seguiam impedidos de ter acesso a esse direito: seja pela falta de recursos para a aquisição, seja pela impossibilidade de formalizar as ocupações. A concentração da propriedade nas mãos dos que já a possuíam transformou-se no meio de conservar os privilégios da elite brasileira e reafirmar o poder das oligarquias regionais.

Em diferente situação, os imigrantes europeus, que colonizaram o Rio Grande do Sul ao longo do século XIX, obtiveram inúmeras benesses do estado para sua consolidação - fator que incentivou a expulsão de inúmeras populações tradicionais como índios, negros e caboclos de seus territórios. Este quadro histórico fica bastante nítido no caso ora estudado. Enquanto os vizinhos Bellé amealharam patrimônio (até mesmo expropriando terras, como já foi citado), a comunidade de Martimianos sobrevive com muita dificuldade. Assim, tem-se que

[...] as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em contacto, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades são, mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas **o próprio reconhecimento social da diferença**. (BRANDÃO, 1986, p. 42) (grifos nossos)

Nesse contexto, a afirmação da identidade quilombola vem carregada pelo estigma da pobreza, da dominação e da resistência. A ausência do título de propriedade fragiliza ainda mais o grupo, haja vista que a defesa de seu território contra as constantes investidas dos lindeiros não conta com o aporte estatal. Assim, o território também passa se codificar por esta forma de resistência,

o território não é primeiro em relação a marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz

território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização. (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p.122)

A composição territorial denuncia a série de expropriações sofridas no âmbito do Rincão dos Martimianos. Conforme Silva (2004), boa parte das terras originariamente ocupadas pelos descendentes de Martimiano Rezende de Souza encontram-se em poder de supostos donos. Relatos de integrantes da comunidade denunciam que, em situações de forte crise, a comunidade viu-se forçada a vender algumas frações de terra:

Assim que vem vindo o aperto, o cara vai vendendo um pedacinho de terra, o que tem. É assim que vão acontecendo as coisas. Igual, igual... a história de um é história de todos. A mesma história daquele que foi vendendo o seu materialzinho, que tinha condições de trabalhar. Hoje, nós não temos. Através da doença, duma coisa ou de outra, da situação financeira. Então se a gente... O senhor tem um filho, o senhor vê que não tem nada pra colocar ali na mesa, o senhor vende a roupa do corpo. - João Pedro Lopes, Martimianos (SILVA, 2004, p. 205)

Os compradores das referidas frações, os quais obtiveram a terra por preços e condições inadequadas, ocupam, todavia, porções ainda maiores que as adquiridas. A lista dos não-herdeiros, fornecida no laudo sócio-antropológico³, destaca o quanto essa comunidade teve seu espaço restringido. Essa situação fica evidente na própria plasticidade da composição territorial: intercalam-se áreas de herdeiros e de não-herdeiros, constituindo um verdadeiro mosaico fragmentário.

As fronteiras construídas em Martimianos são repassadas inclusive de forma lúdica às crianças. Mais ou menos na metade do território negro, encontra-se um grileiro chamado Darci Fagundes, detentor de 24 ha de terra. Nesta porção de terra há uma pequena ponte e um bambuzal. Em um dos lados da ponte estão as terras de Darci e, no outro, casas e roças dos quilombolas. As crianças que moram na primeira parte do território⁴ contam que, à noite, não se pode cruzar a ponte, isso porque no bambuzal estão escondidos o “Saci-Pererê” e a “Mulher-de-Branco”.

O fato de aquela parte do território ser classificada como “perigosa à noite” para as crianças, demonstra o quadro de expropriação sofrida pela população negra do lugar. Visitar os parentes que estão “do outro lado” representa um risco, isso porque ao cruzar a ponte e o bambuzal tem-se de passar necessariamente pela casa

³ Ver SILVA (2004, p. 211).

⁴ A referência por “primeira parte do território” se deve ao fato de existirem mais casas e roças quilombolas após a porção apropriada por Darci.

do grileiro. Esta situação se transfigura na linguagem infantil em mitos fantásticos capazes de gerar grande mal.

Vislumbra-se que o espaço físico obedece a uma significação subjetiva: “o território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os ‘territorializa’. O território é o produto de uma territorialização dos meios e ritmos” (DELEUZE E GUATTARI, 1996, p.120). Isto é, a ponte e o bambuzal, obedecem ao registro de perigo fornecido pela comunidade - ora como o início das terras do grileiro, ora como local onde habitam mitos fantásticos. Mais além do espaço físico, percebe-se o território e, nesse, a impressão da identidade negra estigmatizada pelo esbulho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou trazer algumas reflexões acerca da expressão quilombola no sul do país. Utilizou-se o caso da comunidade de Rincão dos Martimianos, enfatizando sua identidade étnica e a composição territorial derivada desta.

Como já foi referido anteriormente, Martimianos figura atualmente em processo administrativo no INCRA, a fim de regularizar sua situação fundiária. Todavia, a partir desta atuação do Estado brasileiro, muitas questões deverão ser equacionadas. Isto porque as comunidades quilombolas possuem uma forma própria de relacionar-se com o seu território, constituindo um horizonte ímpar no mundo rural.

As fronteiras territoriais dizem respeito à expressão da subjetividade desse grupo, o que nem sempre se coaduna com a imposição do enquadramento fundiário dado pelo regime institucional. Como também foi enfatizado, as diversas situações vividas pelo grupo de Martimianos fizeram com que o território amealhado se fragmentasse. Os períodos de grave crise, quando a comunidade se viu forçada a vender frações de terra a preços e condições inadequadas, e as constantes expropriações sofridas por parte dos lindeiros reduziram, em cerca da metade, o território da comunidade.

Assim, vê-se a necessidade de reconstituir a gramática de ação da comunidade ora estudada, a fim de se compreender a forma como mobiliza o universo em que vive. A partir desses conceitos nativos, pode-se vislumbrar as alternativas para uma melhor conformação territorial. Para tanto, vê-se a necessidade de constituir um fluxo constante de informações entre quilombolas e Estado, isto é, “[...] um acordo intersubjetivo em torno de regras mínimas suscetíveis de assegurar um fluxo recíproco

de idéias formuladas pelas partes.⁵ Havendo a possibilidade de um constante ir-e-vir de formulações subjetivas, pressupondo relações simétricas, “[...] regras claras, acordadas por consenso explícito entre interlocutores de ambos os lados [...]”⁶, poder-se-ia pensar numa fusão de horizontes onde haveria um encontro de atores dispostos a negociação.

5. REFERÊNCIAS

- ANJOS, J. C. G. *Remanescentes de Quilombos: Reflexões Epistemológicas*. In: LEITE, I. B. (Org.) *Laudos Periciais Antropológicos em debate*. Florianópolis: Coedição NUER / ABA. p. 89 – 112, 2005.
- ANJOS, J. C. G. & SILVA, J. B. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. Lisboa: Ediel, 1989.
- BRANDÃO, C.R. *Identidade e Etnia. Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense S. A., 1986.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico*. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, p. 213-230, 2000.
- DELEUZE G. & Guattari F. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. Rio de Janeiro: Ed 34, 1996.
- DODIER, N. *Agir em diversos mundos*. In : CARVALHO, M. C. B. (Org.) *Teorias da Ação em Debate*. São Paulo : Cortez / FAPESP / Instituto de Estudos Especiais – PUC. 1993. p. 77-109.
- LAHIRE, B. *Crenças Coletivas e Desigualdades Culturais*. In: *Educação & Sociedade*. v.24, n.84, Campinas: Set/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em 01/junho/2007.
- POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ROCHA, M. E. G. T. “O Decreto n.º 4.887/2003 e a Regularização das Terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”. 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 29/maio/2005.
- SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W.I.; CALDAS, N.V.; GOMES, M.C. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul, in: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v.42, nº3, p.529-548, Jul/Set 2004.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, p. 113-147, 2002.

⁵ CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p.219

⁶ Loc cit.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

TIPIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NA REGIÃO DE ANDRADINA-SP, A PARTIR DAS DIFERENTES ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.

Antonio Lázaro Sant’Ana (Doutor em Sociologia, Professor da Unesp Ilha Solteira)

lazaro@agr.feis.unesp.br ou lazaro3fr@hotmail.com

RESUMO

Este artigo utiliza os dados de pesquisa realizada em quatro assentamentos da região de Andradina para propor uma tipologia dos produtores, construída com base nos principais sistemas de produção e de comercialização; e na presença (ou não) de diversificação da renda agropecuária. Os tipos assim formados são comparados a partir de um conjunto de características, como o perfil da família (ocupação anterior, escolaridade, número de filhos); o patrimônio acumulado; o apoio recebido em termos de assistência técnica e crédito rural; a produção para o autoconsumo; e a geração de renda externa ao lote (agrícola e não-agrícola). Embora seja uma proposta preliminar, o interesse é analisar como a organização da produção e da comercialização se inter-relaciona estas outras variáveis. Este exercício de tipificação poderá trazer alguns elementos importantes para reflexão sobre essas formas de organização da vida e do trabalho, e contribuir para a geração de propostas que potencializem as experiências bem sucedidas e evitem algumas dificuldades vivenciadas pelas famílias assentadas.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo utiliza os dados de pesquisa realizada em quatro assentamentos da região de Andradina¹ para propor uma tipologia dos produtores, construída com base nos principais sistemas de produção e de comercialização; e na presença (ou não) de diversificação da renda agropecuária. Os tipos assim formados são comparados a partir de um conjunto de características, como o perfil da família (ocupação anterior, escolaridade, número de filhos); o patrimônio acumulado; o apoio recebido em termos de assistência técnica e crédito rural; a produção para o autoconsumo; e a geração de renda externa ao lote (agrícola e não-agrícola). Embora seja uma proposta preliminar, o interesse é analisar como a organização da produção e da comercialização se inter-relaciona estas outras variáveis.

Este exercício de tipificação poderá trazer alguns elementos importantes para reflexão sobre essas formas de organização da vida e do trabalho, e contribuir para a geração de propostas que potencializem as experiências bem sucedidas e evitem algumas dificuldades vivenciadas pelas famílias assentadas.

2. ASSENTAMENTOS RURAIS: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Os dados referentes ao número de assentamentos criados e de famílias assentadas são motivo de controvérsias, em função de discrepâncias entre os próprios dados oficiais (especialmente quando ocorre mudança de governo) e entre estes e aqueles divulgados pelos movimentos sociais. É inegável, porém, que a partir de meados da década de 90 intensificou-se a criação de assentamentos rurais no Brasil.

Entre 1995 e 2002 o Incra registra o assentamento de 524.380 famílias (INCRA, 2004), enquanto no período de 2003 a 2005 foram assentadas 211.917 famílias (INCRA, 2005 e 2006). Ferreira (2005), citando dados do Sistema Sipra/Incra referentes a maio de 2005, menciona que estavam em execução 6.451 projetos de assentamento com 552.709 famílias efetivamente assentadas, embora o potencial de lotes disponíveis fosse de mais de 767 mil.

O maior número de famílias assentadas, grande parte em áreas com restrições à produção agropecuária (como sertão nordestino) ou com problemas de infra-estrutura, fez emergir com maior força análises e questionamentos sobre a *qualidade* (SPAROVEK, 2003) e os impactos (LEITE et al., 2004; MEDEIROS e LEITE, 2004) da política de assentamentos brasileira. Estes trabalhos, embora utilizem metodologias distintas, mostram alguns aspectos comuns: na grande maioria dos casos, a criação dos assentamentos significou

¹ Trata-se da pesquisa "Conflitos e convergências: construção de projetos de vida, viabilidade econômica e políticas públicas (Análise das experiências de famílias e de grupos dos assentamentos rurais da região de Andradina - SP)" que contou com apoio da FAPESP.

uma melhoria das condições de vida das famílias (alimentação, moradia, autoestima) e foi importante para os municípios onde estes se instalaram, mas há sérios problemas em termos de ação operacional do governo (instalação de infra-estrutura básica, de liberação de crédito, assistência técnica, falta de implantação de um plano de desenvolvimento do assentamento-PDA, etc), assim como de organização dos assentados para produzir e comercializar a produção.

É necessário, porém, evitar uma perspectiva teleológica e unívoca da trajetória dos produtores familiares (assentados ou não), cujo ponto ideal seria o produtor que intensifica a produção, tem maior capacidade de investimento, utiliza técnicas *modernas* e apresenta alto grau de integração ao mercado (INCRA/FAO, 2000).

A análise do desempenho das famílias assentadas não pode fundar-se numa análise que se limita aos aspectos técnicos e monetários, pois os assentamentos apresentam realidades complexas e dinâmicas, em que uma série enorme de fatores ligados ao contexto regional, às políticas públicas, à organização interna, aos mediadores e aos recursos naturais; também influenciam a situação de cada projeto familiar (BERGAMASCO e FERRANTE, 1998). Há, portanto, outros caminhos possíveis que também podem resultar em uma melhor condição de vida para as famílias, tanto do ponto de vista objetivo (alimentação, moradia), como subjetivo (autoestima, percepção de liberdade para conduzir seus projetos de vida).

3. METODOLOGIA E TÉCNICAS DA PESQUISA

A pesquisa teve como foco de investigação parte dos assentamentos que são acompanhados pelo Grupo de Trabalho de Campo (GTC) de Andradina do Itesp². No total são 11 assentamentos e 938 famílias assentadas.

A seleção dos assentamentos teve a preocupação de abranger diferentes municípios, distintas épocas e formas de implantação, de número de famílias e de atividades produtivas, embora estas últimas apresentem uma forte semelhança na região. Com base nestes critérios os assentamentos escolhidos para a realização da pesquisa foram: Timboré (176 famílias; Andradina/Castilho); Esmeralda (85 famílias; Pereira Barreto); Orlando Molina (76 famílias; Murutinga do Sul); São José II (39 famílias; Guaraçai).

Com base na análise das informações disponíveis sobre os assentamentos da região concluiu-se que a aplicação do questionário junto a uma faixa de 20 a 30% do total de

² O GTC de Andradina, juntamente com o GTC de Promissão, faz parte da Coordenação Regional VI - Noroeste cuja sede também é em Andradina.

famílias de cada assentamento escolhido seria suficiente para contemplar a diversidade existente. Para os assentamentos com mais de 100 famílias pesquisou-se 20% do total (35 famílias no Timboré); para assentamentos com mais de 50 e até 100 famílias pesquisou-se 25% do total (21 famílias no Esmeralda e 19 no Orlando Molina); e para assentamentos com até 50 famílias pesquisou-se 30% do total (12 no São José II), totalizando 87 famílias.

Com a ajuda dos técnicos do Itesp foram definidas algumas condições prévias para a seleção das famílias que seriam pesquisadas na primeira fase (aplicação dos questionários): a família deveria estar desenvolvendo alguma atividade produtiva, residir na área há pelo menos três anos e não apresentar irregularidade grave junto ao Incra (como ter abandonado o lote ou estar arrendando a área para pessoas externas ao projeto de assentamento)³.

A partir dessas listas (maiores do que o número de famílias que deveriam responder o questionário) procedeu-se à pesquisa em cada um dos assentamentos, procurando contemplar as diferentes atividades existentes e, atendido este critério, a escolha foi de forma aleatória.

No questionário foram levantados os dados básicos sobre a família, a infra-estrutura do lote, a produção, a tecnologia e os canais de comercialização utilizados pelos produtores, além de verificar o acesso ao crédito, à assistência técnica e outras formas de apoio recebidas.

Após tabulação e análise dos dados dos questionários foram escolhidas diferentes experiências em termos de atividades produtivas, formas de comercialização e geração de renda e entrevistadas (depoimento gravado) 39 famílias dentre os produtores que responderam ao questionário (45% do total).

Nas entrevistas abordaram-se questões referentes aos aspectos técnicos envolvidos nos sistemas de produção, introdução de novas atividades ou alternativas tecnológicas, processamento do produto, dentre outras. Quanto à comercialização, a ênfase foi a análise de formas diferenciadas de comercialização, como a venda direta ao consumidor e/ou ao varejo, situações que envolviam articulação grupal ou outras formas de inserção vantajosa no mercado. Em todos os casos buscou-se levantar também informações sobre o papel das políticas públicas (em seus diversos níveis) em termos de crédito e outros incentivos; e a contribuição dos órgãos de assistência técnica e extensão rural e de empresas privadas.

4. TIPIIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS (um exercício preliminar)

³ Solicitou-se ao técnico do Itesp responsável pela assistência técnica em cada um dos assentamentos a elaboração de uma lista dos assentados que atendiam essas condições e também manteve-se contato com representantes sindicais e de movimentos sociais (como MST) da região, para confirmar dados e apreender outros aspectos relevantes não contidos no material do Itesp e nas indicações de seus técnicos.

A tarefa de tornar mais inteligíveis determinados processos sociais nos leva a buscar esquemas classificatórios que objetivam apreender as semelhanças e diferenças que lhes são constitutivos e característicos.

De acordo com o INCRA/FAO (1999, p. 24) a tipificação ‘dos sistemas de produção’⁴ permite identificar as distintas formas pelas quais os produtores organizam suas atividades, em função de diferenças *“tanto no que se refere ao acesso à terra, aos demais recursos naturais, à informação, aos serviços públicos, aos mercados e ao crédito, quanto no que diz respeito ao nível de capitalização, aos recursos financeiros disponíveis, aos conhecimentos adquiridos, à disponibilidade de mão-de-obra, etc”*. Também permite explicitar as diferentes racionalidades envolvidas nas escolhas dos produtores.

Vários trabalhos que analisam os sistemas de produção utilizam um grande número de indicadores e/ou métodos estatísticos para identificar as semelhanças/diferenças entre os sistemas e formar os grupos (FERREIRA, 2001; CALCANHOTO, 2001; MANGABEIRA et al., 2002). Na medida em que estão, muitas vezes, tratando com o conjunto altamente heterogêneo de produtores rurais de um determinado local, estas ferramentas ajudam a compor os grupos a partir de um grande número de indicadores.

Como se trabalha aqui com uma categoria social mais precisa e relativamente mais homogênea, os assentados da reforma agrária na região de Andradina, optamos por realizar a tipologia com alguns dados considerados chaves e que foram levantados no questionário. Posteriormente procedeu-se à análise das características de cada tipo em relação a um conjunto de outros indicadores também levantados no questionário.

Esta operação sempre envolve decisões com certo grau de arbitrariedade e riscos de simplificação excessiva da realidade. É desejável, portanto, que a tipificação seja complementada por abordagens qualitativas que re-introduzam as particularidades e complexidade presente na realidade, o que se buscou fazer cotejando as diversas características que emergiram da análise dos dados do questionário, com as informações detalhadas colhidas nas entrevistas. Além disso, é importante que os objetivos e pressupostos de cada tipificação sejam explicitamente expostos.

No caso, o objetivo da tipificação das famílias assentadas pesquisadas na região de Andradina foi compreender as diferentes estratégias de produção e comercialização e as relações destas com as características da família; com a construção de um certo patrimônio a partir da produção no lote e de políticas públicas; e com outras estratégias dos produtores, como as rendas não-agrícolas e o autoconsumo.

⁴ O sistema de produção é entendido como *“o resultado das decisões tomadas pelo agricultor e/ou seu grupo familiar quanto à escolha das atividades e ao emprego dos fatores produtivos dentro de suas limitações ecológicas, econômicas e culturais”* (PORTO, 2003, p. 104), portanto não se limita aos aspectos técnicos da produção. Porto (2003) faz uma extensa revisão bibliográfica sobre os temas de sistemas de produção e sistemas agrários.

O recorte foi realizado teve, portanto, como base nas características dos produtores em relação aos principais sistemas de produção, incluindo os diferentes tipos de inserção no mercado. Embora seja um exercício preliminar de tipificação das famílias assentadas na região de Andradina, permitiu visualizar algumas características comuns dos produtores nos quatro assentamentos, assim como fez emergir algumas diferenciações que não perceptíveis quando são analisados os produtores pesquisados em cada assentamento específico.

Para a construção da tipologia foram considerados parâmetros ligados aos sistemas de produção e comercialização, e a existência (ou não) de diversificação da renda agropecuária.

Em termos de sistemas de produção, o principal é aquele que se apóia na pecuária leiteira, mas, nos assentamentos pesquisados, há diferenciações que podemos esquematicamente dividir em três níveis de tecnificação.

Um primeiro nível tecnológico da pecuária leiteira caracteriza-se pela formação de novas gramíneas em piquetes com rotação intensiva e adubação; suplementação com silagem de milho e/ou cana no período seco; utilização de ração concentrada em cocho individual de acordo com a produção de cada vaca, durante o ano todo; uso de reprodutor especializado em leite (ou inseminação artificial) para formação de novas matrizes no próprio lote; e escrituração das atividades (como o controle leiteiro e reprodutivo). São assentados com produção (tanto nas águas, como na seca) e produtividade acima da média do conjunto de produtores pesquisados.

O segundo nível tecnológico tem como características a formação de piquetes de maiores dimensões, às vezes a partir do pasto já existente e com adubação irregular ou sem adubação; a suplementação com cana/napier, “briquete” e às vezes silagem de milho no período seco; a distribuição de ração concentrada em pequena quantidade e para todas as vacas em lactação sem distinção, via-de-regra, só no período seco; o uso de reprodutor zebuíno ou às vezes adoção temporária de reprodutor especializado em leite; e a maior parte das matrizes de reposição são adquiridas de outros produtores.

O terceiro nível tecnológico da pecuária leiteira apresenta como características a adoção de pastagens com poucas divisões grandes; a suplementação parcial com cana/napier ou “briquete” no período seco; a distribuição pequena quantidade de ração concentrada somente em casos emergenciais; a adoção de reprodutor zebuíno; maior parte das matrizes de reposição formadas a partir do próprio rebanho do lote (o que é problemático devido à utilização do reprodutor típico de gado de corte).

Embora não represente todas as características de cada nível tecnológico, adotou-se dois indicadores sintéticos que pudessem expressar seus resultados: a produção e a

produtividade da pecuária de leite. Estes indicadores também foram escolhidos por nos permitir comparar as diferentes estratégias dos produtores.

O segundo sistema de produção que contribuiu para formação dos grupos, embora na maioria dos casos incluía a pecuária leiteira, tem como característica principal a diversificação da renda agropecuária. A partir deste sistema de produção utilizou-se também dois critérios distintivos: o primeiro associa a diversificação da produção à utilização de canais diferenciados de comercialização (diretamente ao varejo e/ou ao consumidor); enquanto o segundo diz respeito a diversificação da produção **sem** a utilização de formas diferenciadas de comercialização.

Inicialmente pretendia-se considerar a combinação (ou não) da renda agropecuária e as rendas não-provenientes do lote, mas nos assentamentos pesquisados essa variável está diluída nos diversos grupos.

A partir destes critérios foram constituídos os seguintes grupos:

A) Produção e produtividade (PP): 22 famílias

- produção de leite acima da média – 84 litros / dia (nas águas) e 54 litros / dia (na seca).
- produtividade maior do que a média (6,0 litros/vaca/dia) – 18 produtores (foram incluídos 04 produtores com produtividade ligeiramente menor do que a média, mas com produção significativamente maior do que média no período seco e que não se enquadravam em outros grupos).

B) Comercialização Diferenciada e Diversificação da Renda (CD-DR): 37 famílias

- produção de leite abaixo da média em ao menos um dos períodos do ano ou produtividade menor do que a média;
- utilização de venda direta ao consumidor e/ou ao varejo (mesmo que de forma eventual);
- diversificação da produção comercializada.

C) Diversificação da Renda Sem Comercialização Diferenciada (DR-SCD): 20 famílias

- produção de leite abaixo da média em ao menos um dos períodos do ano ou produtividade menor do que a média;
- diversificação da produção agropecuária destinada à comercialização, mas sem utilizar canais diferenciados para a venda dos produtos;

D) Produção Baixa Sem Diversificação da Renda (PB-SDR): 09 famílias*

- produção de leite abaixo da média em ao menos um dos períodos do ano ou produtividade menor do que a média;
 - não realiza comercialização diferenciada;
 - renda agropecuária não diversificada;
- * esse grupo foi formado a partir do não enquadramento em nenhuma das características anteriores.

Cabe destacar que os critérios de enquadramento nos grupos são excludentes, de modo que uma família só aparece em um dos grupos, mesmo que apresente alguma característica de outro. Este enquadramento estabelece uma hierarquia de determinados critérios (sentido A – D) e permite destacar as diferenças entre as estratégias das famílias, mas de certa forma também traz alguns problemas, pois um produtor com alta produção e produtividade de leite, mesmo que realize algum tipo de comercialização diferenciada, foi enquadrado no Grupo Produção e Produtividade (PP). Uma forma de contornar essa dificuldade seria analisar também os casos de combinação de diferentes estratégias por parte das famílias pesquisadas, o que não foi feito neste artigo, mas poderá ser objeto de outros trabalhos.

Após a divisão dos grupos foram comparadas as características destes em relação aos seguintes parâmetros: ocupação anterior; número de filhos; escolaridade do titular; escolaridade dos filhos maiores de 14 anos; moradia; veículos e equipamentos; água encanada e sanitário internos; número produtos destinados ao autoconsumo; número total de bovinos; acesso a financiamento na última safra e utilização de assistência técnica; e presença ou não de renda externa ao lote (Quadro 1).

A análise comparativa dos grupos não indicou diferenças muito marcantes para o conjunto dos parâmetros, embora em alguns itens específicos estas sejam nítidas. Em parte as diferenças não são muito acentuadas porque alguns itens analisados tiveram influência de políticas públicas que atingiram de maneira relativamente uniforme o conjunto dos assentados (moradia de alvenaria, água e sanitários internos, assistência técnica, escolaridade), o que não deixa de ser um fator positivo constatado.

Quadro 1: Caracterização dos grupos de produtores pesquisados com base em alguns parâmetros selecionados.

Parâmetro		GRUPO PP	GRUPO CD-DR	GRUPO DR-SCD	GRUPO PB-SDR
		22 famílias	37 famílias	20 famílias	9 famílias
Ocupação anterior	Bóia fria (diarista)	22,7%	51,4%	60,0%	22,2%
	Empregado Rural Mensalista				
	Arrendatário	63,6%	27,0%	10,0%	22,2%
	Parceiro				
	Administrador de fazenda				
	Proprietário rural				
	Membro não-remunerado da família	13,6%	5,4%	10,0%	0,0%
	Não-agrícola	18,2%	29,7%	35,0%	55,6%
Número de filhos	0	22,7%	29,7%	40,0%	33,3%
	1	27,3%	43,2%	15,0%	22,2%
	2	45,5%	16,2%	40,0%	33,3%
	3	4,5%	10,8%	5,0%	11,1%
Escolaridade do titular	até 4ª série E.F.	50,0%	78,4%	70,0%	44,4%
	5ª à 8ª série E.F.	27,3%	10,8%	15,0%	44,4%
	Ensino médio	18,2%	5,4%	5,0%	11,1%
	Ensino superior	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Analfabeto	4,5%	5,4%	10,0%	0,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005/2006.

Quadro 1: Caracterização dos grupos de produtores pesquisados com base em alguns parâmetros selecionados (continuação).

Parâmetro		GRUPO PP 22 famílias	GRUPO CD-DR 37 famílias	GRUPO DR-SCD 20 famílias	GRUPO PB-SDR 9 famílias
Escolaridade dos filhos maior que 14 anos	até 4ª série E.F.	0,0%	21,4%	0,0%	0,0%
	5ª à 8ª série E.F.	11,1%	21,4%	5,0%	0,0%
	Ensino médio	88,9%	64,3%	80,0%	100,0%
	Ensino superior	0,0%	14,3%	15,0%	0,0%
	Analfabeto				
Moradia	Alvenaria	90,9%	83,8%	70,0%	100,0%
	Tamanho	108	90	92	76
Veículos e equipamentos	Carro	17	28	7	6
	Caminhão	1			1
	Moto	2	8	4	2
	Trator	6	11	4	2
	Nada	4	8	11	2
Água encanada/ Sanitário internos	Água	100%	94,6%	90,0%	88,9%
	Sanitário	100,0%	89,2%	85,0%	88,9%
Nº produtos auto consumo		4,3	4,6	4,3	3,3
Nº bovinos		43	36	25	26
Financiamento última safra	Sim	63,6%	43,2%	55,0%	11,1%
Assistência técnica Renda Externa ao lote (agrícola e não-agrícola)	Assist. técnica	77,3%	83,8%	75,0%	77,8%
		63,7%	67,6%	55,0%	33,3%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2005/2006.

Há, no entanto, algumas diferenças qualitativas que foram observadas no trabalho de campo e nas entrevistas, como o estágio e o tipo de acabamento da residência (além da área construída), e em relação ao acompanhamento técnico, pois embora o percentual de produtores que recorrem a algum tipo de assistência técnica (pública ou privada) seja semelhante em todos os grupos (variando de 75% a 83,8%), a avaliação difere de modo significativo, mesmo dentro de um mesmo assentamento, como se pode observar nessas avaliações sobre o Itesp:

O Itesp nós não podemos reclamar, o Itesp é 100%, tudo o que vai acontecer, ah, liga lá, 'não, nós vamos amanhã lá resolver', e agora o novo técnico que tá hoje não pode falar mal dele, porque ele é muito bom, se precisa, ele larga tudo, a não ser se não tiver carro, o Itesp não ajuda mais por causa de carro, mas o técnico vem aqui, a gente não pode reclamar... (S-RLO- ESMERALDA)

O Itesp não tem sido muito a favor da gente não, porque tem muita coisa no Itesp que tem que estar correndo atrás, andar procurando, porque agrônomo, aqui mesmo vem muito pouco, esse ano não apareceu agrônomo aqui não [mês de setembro]. Tem um veterinário que mexe com esse negócio de brucelose, esses dias eu tive que ver um negócio de um gado lá em Mirandópolis, cheguei lá, tava bloqueada a minha nota, eu falei bloqueada por quê? 'Ah, por causa da vacina da brucelose', oh, eu falei, o rapaz não foi vacinar não... [o gado só pode ser vacinado por um veterinário] (EAC –ESMERALDA)

Estes dois depoimentos e outros colhidos nas entrevistas mostram que há uma diferenciação da assistência técnica nos assentamentos. Alguns produtores recebem um acompanhamento relativamente freqüente (e também demandam), enquanto outros têm um contato somente esporádico com os técnicos. As razões destas diferenças comportam um outro trabalho, mas envolvem diferenças em termos de receptividade das recomendações técnicas por parte dos assentados (o técnico tende a privilegiar aqueles que adotam mais as prescrições), empatia ou problemas em termos de relacionamento pessoal ou político, dedicação do técnico, dentre outras.

Um aspecto que mostra de forma interessante o perfil dos grupos é a ocupação anterior à entrada no lote. A grande maioria (63,6%) do Grupo PP, composto de produtores mais estruturados, alguns com produtividade acima de 10 litros por vaca/dia e produção média no período seco de 109 litros/dia, tinha exercido ocupações que envolviam administração da produção. O Grupo CD-DR (comercialização diferenciada e diversificação da renda agropecuária) apresentou um pouco mais da metade dos produtores que tinham como ocupação anterior a categoria empregado rural (diarista ou mensalista), enquanto no Grupo DR-SCD (comercialização diferenciada, sem diversificação) essa era a função de 60% dos integrantes. O Grupo PB-SDR (produção baixa sem diversificação) apresentou um percentual maior de integrantes com ocupação rural não-agrícola (55,6%), mas hoje, curiosamente, é o grupo com menor participação de rendas externas ao lote (agrícolas ou não-agrícolas).

Dentre integrantes do grupo DC-DR mais da metade passou pela experiência de empregado rural e na época da pesquisa estava no assentamento desenvolvendo formas de comercialização direta de várias culturas e criações, sendo que algumas dessas atividades são exigentes em conhecimentos técnicos (como olerícolas, frutas, apicultura e processamento de produtos) e também envolvem habilidades de negociação. Estes dados evidenciam que a ocupação anterior nem sempre elucida o destino e as opções de sistema de produção adotado pelos produtores, pois as privações sofridas também podem ter estimulado o desenvolvimento de estratégias criativas de sobrevivência, como o caso do depoimento a seguir de uma família em que o pai era motorista e que na época da pesquisa estava comercializando em torno de 600 quilos de doce de leite por mês (ao comércio varejista e ao consumidor). Inicialmente a filha relata o momento anterior à entrada no assentamento:

Nós viemos para cá porque nós tinha umas cabeças de gado na cidade e o meu pai trabalhava na firma, então nós, só filha mulher ter que pastorar o gado, revezava um pouco na parte da manhã, ficava pastorando o gado dentro da cidade, outra parte depois da escola ia pastorar, então meu pai achou que estava sacrificando muito as filhas...

Em seguida ela descreve como iniciaram a produção/processamento do produto e a forma como conseguiu iniciar a comercialização:

(...) como eu falei para a minha mãe, a gente tinha que arrumar um jeito para sobreviver aqui no sítio, aí tentamos fazer o doce, aí ela falou, 'ah, o doce não vai mostrar para ninguém...', aí um dia fomos na reunião do Itesp e falei para a minha irmã que ia parar nas barraquinhas [na margem da Rodovia Marechal Cândido Rondon] e ia conversar, ela não gostou (...) chamei meu pai (...) a gente ia mostrando, pouquinho, pouquinho a gente chegou a entregar 30, 40 vidros, aí o pessoal gostou... (S-RLO- ESMERALDA)

Nas entrevistas ficou evidente que mais do que a atividade anterior foram importantes os bens que a família possuía ao entrar no lote e que foram vendidos ou serviram para iniciar o trabalho, formando as bases para aumentar a produção e a produtividade. Um assentado do Orlando Molina assim se pronuncia o papel que os recursos e bens que possuía tiveram ao entrar no lote:

[...] porque quando você tem um início se torna mais fácil para você gerenciar e tocar seus projetos né...a partir do momento que você não tem nada, como gera alguma coisa? Você não consegue gerar nada, você fica parado no tempo, não vai, quando você tem alguma coisa para começar, você sai bem na frente dos demais que ainda vão aguardar recurso do governo federal, talvez alguns projetinhos do governo do Estado [São Paulo] para dar início e a gente já inicia, bem aplicado, bem gerenciado sai na frente... (JETS- ORLANDO MOLINA)

Cabe observar que os resultados também indicaram que parece haver uma correlação positiva entre rendas externas ao lote e a produção agropecuária, pois o grupo mais estruturado em termos produtivos (Grupo PP) apresentou um alto percentual de participação deste tipo de renda (63,6%), semelhante ao Grupo CD-DR que teve a maior percentual de famílias (67,6%) com renda não proveniente do lote. Ao contrário do que julgam alguns analistas, cada vez fica mais evidente que atividades externas (a maioria não-agrícola) não significa o abandono da agricultura, ao contrário, freqüentemente contribuem para dinamização da produção no lote. Um produtor aposentado e cuja

esposa trabalha como agente de saúde no Assentamento Timboré comenta sobre o papel destas rendas não-agrícolas:

Vamos dizer que elas não são *importantes*, é a minha salvação...elas digamos que seriam o alicerce, a garantia da gente não passar fome, porque olha eu tô mudando para a pecuária, se não tivesse essa renda eu não podia tá mudando para a pecuária, porque a pecuária me dá lucro uma vez por ano, porque meu planejamento é comprar o bezerro, deixar aí um ano e abater e vender... (JMC-TIMBORÉ)

Os Grupos PP e PB-SDR apresentam um grau de escolaridade um pouco melhor tanto no caso do titular do lote como dos filhos, mas as diferenças não são muito significativas e parecem não ter sido decisivas, pois estes grupos ocupam posições opostas em termos de produção e geração de renda.

Em relação ao número de filhos presentes no lote, a variação também é pequena, mas cabe destacar que o maior percentual de famílias do Grupo PP tem dois filhos presentes no lote (45,5% do total do grupo), enquanto o Grupo DR-SCD não pode ser caracterizado por esse indicador, já tem 40% das famílias sem nenhum filho no lote e outros 40% com dois filhos.

No Grupo CD-DR quase 73% das famílias tem no máximo um filho trabalhando no lote, apesar de diversificarem a produção agropecuária e realizarem algum tipo de comercialização diferenciada. Este resultado parece contraditório, mas pode ser explicado pelo fato de que são justamente as famílias que tem dificuldade de mão-de-obra é que fazem pequenos plantios diversificados e organizam estratégias capazes de gerar renda a partir desse pequeno volume de produção (é evidente, também, que há casos em que esta estratégia tem como objetivo principal não ficar dependente de uma só atividade que é comercializada com a agroindústria).

Em relação aos produtos para o autoconsumo, a maior média é do Grupo CD-DR (4,6 produtos por lote), enquanto a menor é do Grupo PB-SDR (3,3), mostrando que a diversificação da produção para a comercialização também tem reflexos diretos na quantidade de produtos para o autoconsumo.

Como seria esperado o Grupo PP apresenta em alguns parâmetros diferenciados em relação aos demais grupos, como é o caso daqueles relacionados aos aspectos materiais (patrimônio), mas não se trata de um contraste muito acentuado. Estas

diferenças podem ser observadas em relação ao número de cabeças de bovinos; à área média construída, na infra-estrutura sanitária de água da casa, na quantidade relativa de veículos e no acesso ao financiamento da safra. No entanto, não é um padrão unívoco: nesse mesmo grupo há produtores que não possuem veículos automotores.

O Grupo PB-SDR, formado por apenas nove famílias, foi o que apresentou em alguns itens um desempenho abaixo dos demais grupos, como no caso da área média construída (76 m²), acesso a financiamentos (11,1%) e junto com o Grupo DR-SCD apresentaram um número médio menor de cabeças de bovinos (26 e 25 cabeças, respectivamente).

A análise geral dos grupos mostra que a estratégia de aumento da produção e produtividade de um determinado sistema de produção (representada pelo Grupo PP e pela pecuária de leite), embora seja influenciada por determinadas condições prévias (como ocupação anterior, escolaridade) e tenha reflexos importantes em outros aspectos do lote e da vida das famílias, não é a única estratégia capaz de manter a família no lote em condições dignas. Há produtores que estão investindo em formas diferenciadas de comercialização e na diversificação produtiva, e que também têm conseguido, embora com maior dificuldade, apresentar alguns parâmetros semelhantes ao grupo que têm centrado seus esforços no aumento da produção e do nível de produtividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou uma tipificação dos produtores de quatro assentamentos da região de Andradina (SP) com base nos principais sistemas de produção utilizados e, em seguida, buscou comparar os grupos a partir de um conjunto de características referentes ao perfil das famílias, ao patrimônio disponível, ao acesso ao crédito e assistência técnica e outras estratégias, como a presença de rendas externas ao lote e a quantidade de produtos destinados ao autoconsumo.

A análise dos dados obtidos permitiu constatar que além da estratégia de aumento da produção e produtividade (no caso ligada à pecuária leiteira), há outras estratégias que são colocadas em prática por um grupo expressivo de produtores, como o desenvolvimento de atividades que visam a diversificação da renda agropecuária.

A associação da diversificação da produção com a utilização de canais diferenciados de comercialização mostrou-se uma estratégia capaz aproximar os indicadores deste grupo em relação ao grupo que direcionou-se para o aumento da produção e da produtividade. Evidentemente que não há contradição necessária entre

estas duas estratégias, mas cabe destacar que uma parte dos produtores não tem recursos, infra-estrutura e/ou de capacitação técnica para trilhar o caminho da intensificação produtiva e outros não tem este projeto como prioritário.

Reiteramos que se trata de uma tentativa de tipologia que deverá ser aperfeiçoada. A título de exemplo, embora não tenha sido possível fazê-lo neste trabalho, talvez seja interessante analisar a combinação de diferentes estratégias (produtores que investem tanto no aumento da produção/productividade, como na diferenciação da comercialização). Outro aspecto que parece ser interessante é incluir na análise a presença ou ausência de bens/recursos na época de entrada no lote (embora a importância destes seja clara em assentamentos recentes, nos antigos sua influência já pode estar mais diluída).

5. REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P., FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 170-204.

CALCANHOTTO, F. A. *Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção no Município de Guaíba/RS: uma abordagem agroeconômica*. 2001. 220p. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/dissetpubecorural.html>. Acesso: 21/06/2007.

FERREIRA, B. A reforma agrária no governo Lula. Balanço: 2003 a 2005. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-35, 2005.

FERREIRA, J. R. C. *Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários do Município de Camaquã-RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento*. 2001. 192p.

INCRA *Publicações*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 05/10/2004.

_____. *Boletim da Reforma Agrária*. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 28/10/2005

_____. Relatório de Gestão 2005. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 05/09/2006.

INCRA/FAO *Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico*. Brasília: INCRA/FAO – Projeto de Cooperação técnica, 1999. 65p.

INCRA/FAO *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sade>>. Acesso em: 8 abr. 2000.

LEITE, S. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.

LEITE, S. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.

MANGABEIRA et al. J. A. C. *Tipificação dos sistemas de produção rural: a abordagem da análise de correspondência múltipla em Machadinho d'Oeste-RO*. Campinas: Embrapa, Circular Técnica n.8, 2002. 28p.

PORTO, V. H. F. Sistemas agrários: uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégias para o delineamento de políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 97-121, jan./abr. 2003

SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO, 2003. 204p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm> Acesso em 22/06/2007.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

UM DIAGNÓSTICO DA REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA

Daniel Duarte Pereira (UFPB) - Professor da UFPB, *campus* de Areia.
Doutorando em Recursos Naturais.
danielduarteperreira@hotmail.com

Fernando Garcia de Oliveira (UFCG) - Professor titular aposentado da UFCG.
Doutor em Sociologia
aquiri@uol.com.br e aquiri48@gmail.com

Genaro Ieno Neto (UFPB) - Professor da UFPB, *campus* de João Pessoa; Doutor em Sociologia
gieno@uol.com.br

Genival Barros Júnior (UFCG) - Doutor em Engenharia Agrícola
barrosjnior@yahoo.com.br

Paulo Adissi (UFPB) - Professor da UFPB, *campus* de João Pessoa; Doutor em Engenharia de
Produção
adissi@ct.ufpb.br

RESUMO

Este texto tem por base o trabalho que seus autores fizeram no processo de elaboração do II Plano de Reforma Agrária da Paraíba, em 2004 e 2005. Seu fio condutor é dado pela metodologia que se procurou colocar em prática no processo de elaboração do PRRA/PB. Os objetivos principais são os seguintes: evidenciar o processo de participação na elaboração daquele Plano de Reforma Agrária; fazer aflorar parte das dificuldades enfrentadas pelos assentamentos rurais. Pode-se observar que a implementação da política de reforma agrária torna improvável o sucesso dos assentamentos.

I – APRESENTAÇÃO.

Este texto tem por base o trabalho que seus autores fizeram no processo de elaboração do II Plano de Reforma Agrária da Paraíba, em 2004 e 2005. Seu fio condutor é dado pela metodologia que se procurou colocar em prática no processo de elaboração do PRRA/PB. Os objetivos principais são os seguintes: evidenciar o processo de participação na elaboração daquele Plano de Reforma Agrária; fazer aflorar parte das dificuldades enfrentadas pelos assentamentos rurais. Pode-se observar que a implementação da política de reforma agrária torna improvável o sucesso dos assentamentos.

II – METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO II PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DA PARAÍBA.

O processo de trabalho coletivo, participativo e compartilhado – envolvendo nas discussões os *demandantes diretos* da reforma agrária, os assentados, os movimentos sociais, o movimento sindical, as Universidades, as Instituições públicas federais, estaduais e municipais e as ONG's – constitui-se em garantia de que a implementação do PRRA/PB se efetivaria a partir de um trabalho conjunto de todos os atores envolvidos no processo.

Em todas as oportunidades, tinha-se algo essencial: a participação de cada ator deveria derivar de sua função e/ou de seu envolvimento com as questões da reforma agrária. Houve a preocupação de minimizar a promoção de eventos próprios. Em razão tanto da limitação de recursos financeiros quanto em decorrência da compreensão que era mais importante levar a discussão das questões do Plano para o que chamamos de as dinâmicas em curso na sociedade civil. Esta estratégia tornou-se mais proveitosa em decorrência do fato de naquele ano as entidades da ASA terem elegido a reforma agrária como temática central para o EPA (Encontro Paraibano de Agroecologia) e para o ECONASA. Isto permitiu uma articulação entre o processo de preparação para os encontros da ASA e o processo de elaboração do PRRA/PB. Cada um daqueles eventos serviu assim a duas finalidades. Em todos eles houve a ativa participação de pelo menos um membro da equipe de elaboração do Plano de Reforma Agrária.

Quadro 1: Encontros, reuniões e visitas com os demandantes da Reforma Agrária na Paraíba

Evento	Local	Período/data
Reunião da comissão ampliada da CPT	João Pessoa	13/10/2004
Discussão na Escola Agro técnica com filhos de assentados	Souza	19/10/2004
Visita a assentamentos do Alto Sertão	Cajazeiras	20/10/2004
Oficina do Alto Sertão – Assentamento Acauã	Aparecida	21/10/2004
Discussão com CPT- Sertão e Central dos Assentamentos	Cajazeiras	22/10/2004
Encontro dos jovens dos Assentamentos de Pilões	Pilões	23/10/2004
Reunião Mensal da CPT – Áreas de conflitos	João Pessoa	26/10/2004
Encontro do Pólo Sindical do compartimento da Borborema	Lagoa Seca	27/10/2004
Encontro Regional da CPT	Recife	27 e 28/10/2004
Oficina dos Quilombolas	João Pessoa	28 e 29/10/2004
Oficina dos Assentamentos do Cariri	Campina Grande	29/10/2004
Encontro Paraibano de Agroecologia	Lagoa Seca	03 a 05/11/2004
Fórum dos Assentamentos de Alagoa Grande	Alagoa Grande	12/11/2004
Planejamento do envolvimento de órgãos públicos e ONG's	João Pessoa	08 a 12/11/2004
Apresentação e discussão do PRRA – PB com o Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar da UFCG	Campina Grande	17/11/2004
Seminário Estadual para Elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária	João Pessoa	17 e 18/12/2004
Participação na assembléia regional da FETAG	João Pessoa	26/11/2004
Oficina de gênero com mulheres assentadas nas áreas de reforma agrária	Alagoa Grande	28/11/2004
Encontro estadual do MST	Campina Grande	21/12/2004

Fonte: Elaboração dos autores

É importante ressaltar, que estas informações, depois de sistematizadas e processadas pela equipe de técnicos envolvida nos trabalhos, foram submetidas aos representantes de mais de 200 assentamentos, bem como dos Acampados, remanescentes de Quilombolas e atingidos por Barragens, todos demandantes da reforma agrária no Estado, servindo de base para os trabalhos de grupo e apresentações em plenária durante o Seminário Estadual do II Plano Regional de Reforma Agrária, cujas conclusões a cerca dos temas discutidos e as respectivas propostas para encaminhamento de possíveis soluções para o grave quadro apontado pelos participantes. Por

outro lado, de forma a facilitar a compreensão/discussão e as propostas a serem encaminhadas na busca de uma reforma agrária consistente, as demandas foram agrupadas por temas as quais são apresentadas a seguir.

III – DIAGNÓSTICO DA REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA

As informações apresentadas aqui resultam do que foi produzido em intenso processo de coleta através do engajamento dos consultores e técnicos do INCRA em 19 eventos (encontros, reuniões e visitas) realizados pelos demandantes da reforma agrária nas diversas regiões do Estado (Alagoa Grande; Aroeiras; Aparecida; Cajazeiras; Campina Grande; João Pessoa; Lagoa Seca; Pilões e Souza). Acrescentem-se ainda 06 reuniões temáticas (Obtenção de Recursos Fundiários; Licenciamento e Gestão Ambiental; Infra-estrutura; Educação no Campo nas Áreas de Reforma Agrária; Planejamento dos Assentamentos e Crédito e Assessoria Técnica, Social e Ambiental) realizadas na sede da Superintendência do INCRA na Paraíba. Estas últimas envolveram os mais diversos Órgãos Públicos, e Entidades Não Governamentais, ligados aos respectivos temas e contribuem para o funcionamento e desenvolvimento das áreas de reforma agrária no Estado.

1. Obtenção de Terras:

Há uma legislação que cria barreiras para a desapropriação de terras, em particular a MP que proíbe desapropriação de áreas de terras ocupadas pelos trabalhadores. Essa burocracia produz lentidão nas ações de reforma agrária, particularmente, na vistoria de terras, no decreto para desapropriação, na imissão de posse e na criação do assentamento. Os entraves burocráticos, políticos e judiciários para a desapropriação de terras, além de favorecer os setores sociais contrários à reforma agrária, penalizam, ainda mais, as famílias acampadas, por prolongar a situação de penúria em que vivem à espera de serem assentadas.

Políticas públicas que não incorporam a agricultura familiar como uma forma importante de desenvolvimento, considerando a reforma agrária apenas como política social compensatória, o que gera mecanismos de obtenção de terra sem compromisso com o posterior desenvolvimento produtivo dos assentamentos, uma vez que se priorizam apenas as metas quantitativas de número de famílias assentadas. Este fato acaba fragilizando a percepção da sociedade sobre a importância econômica da reforma agrária frente ao intenso trabalho de mídia produzido pelo agronegócio que, muitas vezes, coloca a reforma agrária como impedimento ao seu crescimento, o que, na prática, muitas vezes é o inverso, como ocorre com o setor canavieiro na Paraíba.

O INCRA/PB não tem informações atualizadas, e confiáveis, dos imóveis nem sobre a estrutura fundiária do estado. Este fato impede que o órgão tenha uma política de obtenção de terras definida, o que o coloca sem poder de iniciativa na definição de áreas prioritárias de desapropriação de terras para a reforma agrária, dependendo das iniciativas dos movimentos sociais e, em alguns casos, da oferta de terras agenciada por parte de proprietários. Dessa forma, o planejamento de atuação do INCRA, em termos de desapropriação de terras, obedece apenas as metas quantitativas anuais de número de famílias a serem assentadas, sempre de forma emergencial.

Apesar do Programa do Crédito Fundiário ser um mecanismo complementar de reforma agrária, ele estabelece um teto para financiamento por região, o que, para as regiões da Paraíba onde há melhores condições para a agricultura (Zona da Mata, Brejo e Agreste), esse tipo de financiamento para compra de terras por parte de agricultores interessados se torna inviável pelo elevado preço das terras cobrado pelos proprietários. Além disso, por falta de uma política de acompanhamento e apoio por parte do governo do estado, que administra esse Programa através do INTERPA, para os agricultores que aderem a essa forma de acesso à terra, os assentamentos viabilizados por esse Programa se encontram abandonados à sua própria sorte, o que faz com que muitos trabalhadores que esperam a oportunidade de serem beneficiados pela reforma agrária têm receio de aderir ao Crédito Fundiário. Eles têm receio de adquirir uma terra por um preço muito elevado, preço que interessa apenas aos proprietários, e, sem apoio de políticas públicas, não terem condições de pagar o empréstimo, mesmo nas condições previstas pelo Programa.

A seguir, são sintetizadas, as questões apontadas no diagnóstico pelos demandantes nos diversos eventos em todo o Estado, no que se refere a “Obtenção de Terra”.

- a) A legislação que proíbe a realização de vistoria em áreas ocupadas pelos trabalhadores, ainda em vigor, dificulta a ampliação da Reforma Agrária.
- b) É notória a ação política e administrativa dos setores contrários à reforma agrária. Como por exemplo, os entraves burocráticos (cartórios, e prefeitos que demoram muito para fornecer certidões necessárias às desapropriações) que contribuem para atrasar a ação do INCRA.
- c) Ações judiciais emperram a ação do INCRA, muitas delas seguidas de sentenças que favorecem os proprietários de terra.
- d) Ausência de critérios — que favoreçam o desenvolvimento dos assentamentos, na escolha das áreas a serem destinadas à reforma agrária.
- e) Existe dificuldade em conseguir terra para a Reforma Agrária em algumas regiões do estado, pelos seguintes motivos: através de *desapropriação*, porque se tornou difícil conseguir imóveis com mais de 15 módulos fiscais; através de *compra pelo 433* pelas dificuldades burocráticas e pela negociação quanto ao preço a ser pago; em razão do preço elevado da terra não compensa acionar o *crédito fundiário*. Esta situação se verifica principalmente no Brejo e no Litoral, justamente onde se concentra maior demanda.
- f) Dificuldades internas ao Incra: pequeno número de funcionários para dar conta do aumento do trabalho diversificado (cartografia, notificação, vistoria, etc.); Incra Brasília demora em tomar as providências necessárias à conclusão dos processos.

2. Questão Ambiental

O que ocorre com a questão ambiental nos assentamentos é reflexo do que ocorre na agricultura paraibana de um modo geral: as práticas produtivas não levam em conta a preocupação com o

meio ambiente. A questão ambiental é um problema nos assentamentos, uma vez que os agricultores, na maioria dos casos, não estão atentos a essa questão, seja porque consideram que práticas produtivas que realizam há muito tempo não fazem mal, ou porque reproduzem práticas comuns à agricultura patronal. Além disso, a situação de penúria que muitas famílias vivem nos acampamentos e no início dos assentamentos obriga muitas vezes os agricultores irem buscar, nas matas próximas, recursos naturais para a sobrevivência imediata, como, por exemplo, madeira para a venda ou lenha para produzir carvão. O fato da maioria dos assentamentos não ter assistência técnica, ou ter uma assistência técnica descompromissada com o desenvolvimento sustentável dos assentamentos contribui para que essa situação não seja questionada.

Gradativamente está aumentando a preocupação com a questão do meio ambiente, com o tema da sustentabilidade e com a produção orgânica nos assentamentos, graças ao trabalho de várias entidades e do apoio do INCRA/PB a várias dessas iniciativas. Pode-se citar como exemplo o trabalho de recuperação de matas ciliares em vários assentamentos, assim como a utilização de defensivos naturais de produção caseira, de práticas conservacionistas nas áreas de reserva florestal dos assentamentos. No Sertão se destacam as experiências das “*mandalas*”, banco de sementes e mudas, apicultura, construção massiva de cisternas. Essas experiências têm contribuído, a partir de práticas concretas de técnicas alternativas de produção, para a construção de uma nova racionalidade entre os assentados no que se refere aos modelos produtivos adotados por eles, onde a questão ambiental passa a fazer parte de suas preocupações. Além disso, essas experiências têm conseguido melhorar, de forma significativa, a renda dos assentados que participam delas, por abrir alternativas de comercialização para os produtos orgânicos produzidos em feiras agroecológicas, implantadas como desdobramentos dessas experiências.

De acordo com os dados fornecidos pela própria superintendência do INCRA no Estado há um déficit (Passivo Ambiental) de 8.433,56 ha de área para Reserva Legal, de forma que, apenas 03 dos 190 Projetos de Assentamentos ligados ao INCRA possuem área destinada a este fim e apenas 06 PAs tem licença de instalação e operação (LIO).

As **Questões Ambientais** apontadas pelos demandantes nos diversos eventos em todo o Estado são apresentadas a seguir.

- a) Verifica-se a ocorrência de práticas que degradam o meio ambiente nos assentamentos, apontando-se várias causas:
 - ✓ Situação de penúria das famílias que, muitas vezes, só dispõem de alternativas danosas para o ambiente como, por exemplo, fazer carvão a partir de árvores;
 - ✓ Cultivo nos baixios porque é algo que se faz há muito tempo;
 - ✓ Atraso nas ações do Incra para implantar infra-estrutura básica nos assentamentos.

- b) Observa-se a existência de iniciativas inovadoras no âmbito da agroecologia e da preservação ambiental.
- c) Existe dificuldade em seguir o que determina a legislação ambiental: tanto por parte dos assentados quanto por parte dos órgãos públicos.

3. Planejamento dos Assentamentos

Por falta de uma política clara de reforma agrária, a ação do INCRA na organização dos assentamentos, na prática, acaba se resumindo às metas físicas referentes ao número de famílias assentadas e a implantação de infra-estrutura básica prevista em seus procedimentos administrativos usuais, assim como o esforço para atender as reivindicações pontuais e emergenciais dos assentados. Nesse contexto, acaba prevalecendo a rotina administrativa e burocrática, em prejuízo de uma relação mais integrada e dinâmica com os assentamentos e suas instâncias organizativas no sentido de haver um planejamento conjunto entre INCRA e assentados sobre a forma de organização do assentamento.

Há uma demora excessiva entre a desapropriação da terra, a imissão da posse pelo INCRA, a instalação do assentamento e o parcelamento da terra.

Percebe-se que os assentamentos criados entre 86 e 94 só tinham seus parcelamentos encaminhados a partir do 5º ano de existência. Dos 20 assentamentos criados naquele período, metade só foi parcelada após 10 anos da criação deles...

Quadro 12 – Assentamentos da Paraíba - tempo para efetivação do parcelamento, segundo o ano de criação do Projeto

Ano de criação do assentamento	Tempo para concretizar o parcelamento					Total de Assentamentos
	Até 01 ano	De 01 a 03 anos	De 03 a 05 anos	De 05 a 10 anos	Acima de 10 anos	
1986	0	0	0	0	4	4
1987	0	0	0	1	3	4
1988	0	0	0	1	0	1
1989	0	0	0	2	2	4
1992	0	0	0	2	1	3
1993	0	0	0	4	0	4
1994	0	1	0	1	0	2
1995	1	3	12	3	0	19
1996	0	19	4	3	0	26
1997	0	0	19	2	0	21
1998	3	5	12	11	0	31
1999	13	0	1	6	0	20
2000	4	2	4	3	0	13
2001	3	0	14	0	0	17
2002	0	3	0	0	0	3
2003	1	7	0	0	0	8
2004	10	0	0	0	0	10
TOTAL	35	40	66	39	10	190

Fonte: INCRA

Nos dois primeiros anos do projeto Lumiar (97 e 98) não era possível elaborar os projetos de investimento porque não se podia atender à exigência da definição das parcelas individuais, que só se configuram uma vez realizado o parcelamento.

Torna-se necessário insistir na gravidade da questão. A não efetivação do parcelamento – num contexto em que a quase totalidade dos assentados opta pela exploração familiar em cada parcela – significa que a unidade de produção não está definida. Segundo os dados do I Censo da Reforma Agrária, 95,29% dos assentados desenvolviam explorações individuais. Na Paraíba, apenas 0,97% correspondia a explorações coletivas, havendo ainda a incidência de 3,74 sob a forma de exploração mista.

Configura-se assim a inexistência da área de cada assentado, fato que inviabiliza as atividades produtivas nos locais definitivos.

Essa ausência do INCRA nos assentamentos, em um momento crucial que é o início da vida dos trabalhadores como assentados, facilita o surgimento de uma variedade de práticas entre os assentados e de intervenção externa sem nenhum acompanhamento por parte do INCRA. Nessas condições, o INCRA passa a ser procurado pelos assentados apenas para executar a implantação física da infra-estrutura básica dos assentamentos e desempenhar uma função de fiscalização e

de “*polícia*” na resolução de conflitos internos e externos nos assentamentos. Dessa forma, a possibilidade da ação de o INCRA como um órgão que possa discutir com os assentados a organização da vida produtiva e social, na direção de construir políticas de desenvolvimento dos assentamentos fica prejudicada.

A preocupação do INCRA de cumprir suas metas referentes ao número de famílias assentadas e atender às demandas de terra dos movimentos sociais acaba levando, em muitos casos, a colocar um número muito grande de famílias em cada assentamento, o que resulta em parcelas muito pequenas, insuficientes para a viabilização de projetos produtivos mais consistentes e para absorver o crescimento interno das famílias.

A utilização do crédito habitação para construção de moradia para os assentados acaba priorizando um modelo urbano de organização das casas. Quando são construídas agrovilas, a organização dos lotes obedece a um tamanho que propicia apenas a construção da casa e viabiliza um pequeno quintal, insuficiente, na maioria dos casos, para implantação de sítios ou para desenvolver atividades produtivas, ou de suporte a elas, no terreiro da casa, como é comum no meio rural. O modelo urbano de organização das agrovilas, se, por um lado, facilita a implantação de equipamentos de uso coletivo, por outro, é responsável por uma série de problemas nas relações interpessoais entre os assentados.

A realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) vinculado à elaboração do Projeto de Investimento nos primeiros anos de criação do assentamento tem produzido conseqüências muito negativas para os assentados. O PDA é resultado das primeiras expectativas dos assentados, muito mais do que um planejamento definitivo sobre a vida do assentamento. Além disso, há casos em que a empresa contratada pelo INCRA para elaboração de PDAs faz uma consulta rápida e formal aos assentados sobre o Projeto de Investimento e, a partir daí elabora o PDA do assentamento, utilizando, no texto do Projeto, uma linguagem técnica sofisticada, acessível apenas a especialistas. Nesses casos, tanto o PDA não representa o resultado de uma discussão amadurecida com as famílias assentadas e, mais grave, nem mesmo o Projeto de Investimento. Nessas condições, os assentados recebem os recursos desse crédito, mas, sem assistência técnica não conseguem implantar e viabilizar um Projeto para o qual não foram preparados e nem tinham segurança de que era, de fato, o melhor investimento, o que acaba levando os assentados à inadimplência junto ao PRONAF/BNB. Por outro lado, as experiências onde tanto o PDA como o Projeto de Investimento foram suficientemente discutidos e amadurecidos com os assentados e garantida a assistência técnica de forma continuada, as atividades previstas e financiadas são implantadas e, na grande maioria dos casos, os resultados são avaliados como positivos tanto por parte dos assentados, como por parte das agências de financiamento.

Com relação ao **Planejamento dos Assentamentos**, a síntese dos principais problemas apontados pelos demandantes ao longo dos eventos encontra-se a seguir.

- a) Há uma demora excessiva entre a desapropriação da terra e a realização do parcelamento, que tem sido feito com pouca participação assumida pelos assentados.
- b) A preocupação do INCRA de cumprir suas metas e atender os movimentos sociais acaba levando, em muitos casos, a colocar um número muito grande de famílias em cada assentamento, o que resulta em parcelas insuficientes para a manutenção familiar.
- c) Há problemas com a seleção dos beneficiários da RA, particularmente os agregados e os candidatos que não estão organizados nos movimentos.
- d) Há um elevado número de assentamentos sem PDA e sem parcelamento.
- e) A exigência de PDA, feito de forma urgente e muito complexo, não traz benefício prático para os assentados.

4. Infra-estrutura

O INCRA é um órgão que foi criado para fazer a reforma agrária baseado principalmente na desapropriação de terras. Essa função prioritária exige uma preocupação muito forte com as normas legais, administrativas e burocráticas que regulamentam essa ação. A forma do INCRA operar está fortemente marcada pela lógica do cumprimento de normas e regulamentos, o que impõem um caráter formal, burocrático e linear a todas as ações do órgão. Por esse motivo, entre outros, o INCRA não tem conseguido acompanhar a heterogeneidade das realidades locais e a diversidade das dinâmicas sociais dos assentamentos. No INCRA-PB o cumprimento formal e burocrático das normas tem se sobreposto à própria finalidade do órgão, comprometendo a eficiência de suas ações de acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos assentamentos. Essa forma de operar, entre outras conseqüências, compromete a implantação de infra-estrutura básica nos assentamentos.

Até 1998, o INCRA era responsável pela execução de toda infra-estrutura dos assentamentos. Em 1999 houve uma mudança nas normas, reduzindo a responsabilidade do INCRA em relação à implantação dessa infra-estrutura somente a: água para abastecimento humano, linha tronco de energia elétrica e estrada de acesso aos assentamentos. As demais necessidades de infra-estrutura deveriam ser atendidas por outros órgãos públicos. No entanto, não tem havido, de forma sistemática, uma ação coordenada e articulada do INCRA-PB no sentido de estabelecer parcerias com esses órgãos para a implantação dessa outra infra-estrutura. Como esses órgãos e as instâncias estadual e municipal de governo consideram que os assentamentos são responsabilidade exclusiva do INCRA, não tomam iniciativas de atender as necessidades dos assentamentos em termos de acesso à infra-estrutura física e de serviços públicos. O atendimento dessas necessidades fica, portanto, na dependência da capacidade de pressão política dos assentados sobre o INCRA e demais órgãos públicos.

Os orçamentos insuficientes do INCRA e a demora na liberação dos recursos, sendo comum o orçamento começar a ser executado apenas no segundo semestre do ano, que se soma à

morosidade burocrática do INCRA, contribuem para que a implantação da infra-estrutura nos assentamentos seja feita de forma lenta, muitas vezes de forma ineficiente, sem envolvimento efetivo dos assentados no planejamento, acompanhamento e avaliação da execução dos serviços e obras realizadas.

No que diz respeito a **Infra-estrutura**, os principais pontos de estrangulamento obtidos a partir dos relatos dos eventos realizados pelos demandantes em todo Estado, destacam que:

- a) O Incra não consegue dar conta daquilo que é de sua responsabilidade: água para consumo humano; energia elétrica de alta tensão e estradas de acesso.
- b) De uma forma geral, os demais elementos da infra-estrutura (energia elétrica domiciliar, construção de escolas, posto telefônico, saneamento básico), que são de responsabilidade de outros órgãos públicos, também não estão sendo feitos no ritmo necessário.
- c) Dotações orçamentárias insuficientes não têm permitido que os órgãos públicos federais dêem conta de suas obrigações.
- d) Desarticulação entre os órgãos públicos dificulta o acompanhamento desta questão, por parte do INCRA e dos assentados.
- e) Os assentamentos não dispõem de infra-estrutura para a prática de atividades esportivas, culturais e de lazer.

5. Educação nas Áreas de Reforma Agrária

O mundo rural requer uma prática educativa que dê conta das especificidades do rural, principalmente, no caso, das áreas de Reforma Agrária. As propostas educacionais para o campo implantadas pelas secretarias de educação (estadual e municipais) mostram-se inadequadas quando reproduzem uma adaptação da educação urbana para o meio rural. Há necessidade comprovada de uma educação para o meio rural, em especial para as áreas de assentamento.

Nesse sentido, há necessidade de uma política de educação para o meio rural que contemple a solução de alguns problemas básicos: conteúdo escolar inadequado; transporte escolar, muitas vezes improvisado, ao invés de construção de escolas na zona rural; deficiente infra-estrutura nas escolas existentes; falta capacitação e um maior apoio material e incentivo aos educadores; elevada evasão escolar principalmente nas primeiras séries do ensino fundamental.

O INCRA, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA tem incentivado na Paraíba, a partir de 1999, ações em parceria com instituições públicas de ensino a realização de cursos gerados a partir de solicitações efetuadas pelo movimentos sociais. Tais cursos têm por característica a busca pela construção coletiva de metodologias alternativas que preservem a identidade e responda aos anseios da população do campo.

As experiências que têm sido realizadas na Paraíba de participação de assentados em cursos da rede pública de ensino técnico, de nível médio ou superior, têm se tornado um mecanismo importante de capacitação, principalmente para jovens assentados. A avaliação positiva tem sido feita tanto pelos assentados, como pelos professores responsáveis pelos cursos, apesar da necessidade de um acompanhamento crítico desse processo pelo “Fórum Estadual de Educação para o Campo” que reúne representantes de entidades públicas, não governamentais e movimentos sociais.

A educação ambiental, pela sua importância fundamental para a implantação de processos de desenvolvimento sustentável, deve ser vivenciada através do envolvimento de professores e alunos das escolas dos assentamentos em projetos concretos de práticas que exercitem os princípios da preservação e cuidado ambiental.

Os relatos sobre a **Educação nas Áreas de Assentamento** referentes às suas respectivas demandas, captados nos diversos eventos dos assentados em todo o Estado priorizam:

- a) PRONERA, mesmo com varias dificuldades, é um programa de Educação Rural importante por dar condições para que várias experiências educativas ocorram nos assentamentos.
- b) Não há uma política de educação rural adequada às aspirações e necessidades do camponês.
- c) A escola hoje em funcionamento nas áreas de assentamento apresenta deficiente infraestrutura e mostram-se impróprias para as necessidades dos alunos, tanto as escolas municipais como as do PRONERA.
- d) O apoio do INCRA para viabilização de acesso de jovens assentados em cursos de nível médio na área agrotécnica tem viabilizado a participação de vários desses jovens tanto em cursos de escolas públicas, como em centros de formação de jovens assentados dirigidos por entidades da sociedade civil.
- e) INCRA não tem mecanismos de acompanhamento e controle de qualidade do ensino formal e regular nos assentamentos.

6. Crédito e Assessoria Técnica

A consolidação de um processo de reforma agrária não se viabiliza apenas pelo critério da democratização de acesso à terra, mas, também na medida em que se torna um processo de desenvolvimento sustentável para a população envolvida nele. Para o desenvolvimento da agricultura familiar nas áreas de reforma agrária, entre outras condições, o acesso ao crédito e a assistência técnica são fundamentais.

Como o crédito, a assistência técnica tem que constituir um dos pilares das políticas públicas de apoio às áreas de reforma agrária e superar seu caráter emergencial, provisório e a forma terceirizada como vem sendo implementada.

A assistência técnica deve ser estendida a todos os assentamentos, deve ser desenvolvida de forma que garanta uma presença sistemática junto aos assentados e seu objetivo deve ser contribuir para criação da autonomia e emancipação dos assentados sobre as decisões relativas às formas de organização da vida produtiva e social. Essa autonomia deve ser construída através da participação efetiva dos assentados nas decisões que lhes dizem respeito, no sentido de possam assumir as responsabilidades por suas escolhas e opções. A assistência técnica deve assessorá-los nessas escolhas através de mecanismos efetivos de análise, experimentação e avaliação das diferenciadas propostas, concepções e expectativas existentes entre os assentados, tanto no âmbito da vida produtiva como social.

A política de crédito para a agricultura familiar é unificada em todo o país, o que dificulta o atendimento das diferenças regionais, assim como dificulta levar em consideração as especificidades de cada assentamento e família assentada. O crédito para as áreas de reforma agrária deve agregar também sua dimensão educativa, enquanto oportunidade para que os agricultores familiares possam exercitar suas capacidades de estudo, planejamento, execução e avaliação de projetos produtivos: devem possibilitar a experimentação. Portanto, essas políticas de crédito devem ultrapassar a lógica estrita do capital financeiro, para permitir que os assentados, exercitando a responsabilidade de cumprir compromissos, desenvolvam a capacidade de fazer propostas e negocia-las.

Com relação aos dados colhidos nos diversos eventos em todo o Estado, no que diz respeito aos estrangulamentos apontados pelos demandantes para **Crédito e Assistência Técnica**, encontram-se descritos a seguir.

- a) Atraso na liberação dos créditos compromete a produção.
- b) Não há crédito para atividades produtivas voltadas para auto-suficiência alimentar das famílias e nem para experiências alternativas.
- c) A assistência técnica não atende a todos os assentamentos, não tem tido continuidade e nem tem sido avaliada.
- d) Há uma desarticulação entre as políticas, projetos e entidades que prestam assistência técnica aos assentados.
- e) A política de compra antecipada da produção dos assentamentos, por parte da CONAB, é positiva, embora com recursos insuficientes para atender a todos interessados.

IV – A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Os autores de uma pesquisa sobre qualidade de vida nos assentamentos procuram uma explicação para o paradoxo aparente, sendo esta a conclusão: **é tal a falta de perspectiva de vida para os demandantes da reforma agrária que eles optam por ficar nos assentamentos.**

De fato, convive-se com um esgotamento das oportunidades de vida e trabalho, mesmo nas metrópoles nacionais, e se tolera uma vergonhosa incidência de trabalho escravo no solo pátrio.

Mas, há algo mais. Que explica e esclarece.

Deve-se destacar que as condições de vida no meio rural apresentam muitas das carências constatadas nos projetos de assentamento, e que boa parte da pobreza brasileira está localizada no meio rural, principalmente na região Nordeste. Assim, eles vêem na posse da terra e no domínio dos meios de produção, a solução de parte dos seus problemas, provavelmente pensando num futuro mais distante e não nas condições precárias e muitas vezes indignas às quais estão submetidos no presente. (SPAROVEK, 2003).

E os autores arrematam: *“Nessa avaliação, a qualidade de vida nos projetos que apresentam índices baixos não é tão distante da realidade vivida pelas famílias antes de estarem abrigadas pela reforma agrária”.*

Os indicadores permitem constatar que o programa de reforma agrária é executado com a ocorrência de “grandes passivos” (SPAROVEK, p. 170), dentre os quais se destacam: a qualidade de vida, a qualidade do meio ambiente e a ação operacional do governo.

O resgate desse passivo não interfere na contagem do número de famílias que foram assentadas ou na quantidade de projetos criados.

O resgate desse passivo interfere diretamente na forma de vida cotidiana das famílias, em aspectos essenciais como ter filhos estudando; ter atendimento de saúde quando isso for necessário; água para beber; ou ter uma casa para morar. Também interfere no impacto da reforma agrária sobre os recursos naturais e na seriedade com que os compromissos assumidos pelo governo são cumpridos. (SPAROVEK, 2003).

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Gilson Alceu et all. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília: MDA, 1999.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2.000.
- MOREIRA, Emília. Por um pedaço de chão, João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.
- MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.
- OLIVEIRA, Fernando. Reforme agraire: étude de cas au Nord-est du Brésil. Nanterre: tese de doutorado em sociologia, Université de Paris X – Nanterre, 2202.
- SCHMIDT, Benício et al. (Orgs.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Ed. Da UNB, 1998.
- SOUZA, Francisco de Assis Varela. A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba. João Pessoa: Idéia, 2003.
- SPAROVEK, Gerd (Org.) A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

GT1 – A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA FUNDIÁRIA

UM PANORAMA SOCIOECONÔMICO DO ASSENTAMENTO BELA VISTA

Edna Maria da Silva¹

Aluna do Mestrado em Economia UFBA/bolsista CAPES
Integrante do Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar UFBA / CNPq.

Paulo Antônio de Freitas Balanco

balanco@ufba.br

Professor de economia da UFBA, coordenador do CME/UFBA, membro do Grupo de
Pesquisa GERIM (Grupo de Economia Regional e Integração Mundial).
Titulação: Doutor

Vitor de Athayde Couto

vitor@ufba.br

Professor de economia da UFBA, onde coordena o Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar
GPAF
Titulação: Doutor

Resumo

Este trabalho foi realizado na região do Recôncavo Baiano em 2005, especificamente no município de Santo Amaro, no Assentamento Bela Vista (ABV), organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem-se como objetivo fazer um panorama socioeconômico e identificar a composição da renda das famílias. Utilizou-se como procedimento metodológico a Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, da FAO, identificando-se a composição da renda e as atividades das famílias estudadas.

Palavras-chaves: MST; Renda familiar; Bahia

1 Introdução

Neste artigo objetiva-se fazer um panorama socioeconômico das famílias assentadas em áreas de reforma agrária no Recôncavo Baiano, especificamente fez-se no Assentamento Bela Vista, Santo Amaro, uma análise da composição da renda das famílias rurais. Para análise e coleta de informações, em campo, baseou-se na metodologia “Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários”, utilizada pela FAO e

¹ Este artigo é sub-produto da monografia da autora

Universidades latino-americanas, inspirada nas reflexões e resultados de pesquisas levadas a efeito no Departamento de Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola do Instituto Nacional Paris-Grignon (INA-PG). Conforme Dufumier citado por Garcia Filho (1997?, p. 8), “O desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendências futuras”.

Além desta introdução, o artigo é composto por mais três capítulos. No segundo capítulo expõem-se as visões, no cenário dos anos 1990, sobre a reforma agrária. O terceiro capítulo é o resultado da pesquisa de campo, e no quarto capítulo trata-se das considerações finais.

2 A reforma agrária como uma política pública

De acordo com Alentejano (1996), no cenário da década de 1990, existem três visões a favor da reforma agrária: como política social compensatória, política distributiva, e política destinada a modificar as bases do desenvolvimento, além da visão conservadora - a exemplo de Graziano Neto, G. Muller, R.M. Paiva, entre outros -, que não vê sentido para se realizar a reforma agrária, uma vez que os problemas da agricultura foram resolvidos com a modernização.

A reforma agrária como política social compensatória não teria como função reestruturar a produção. Os autores, José Graziano e Ignácio Rangel, assumem essa defesa devido ao caráter conservador da modernização, isto é, os problemas da agricultura já foram resolvidos pela modernização, que possibilitou o aumento da produção e da produtividade, mas aumentou a concentração de renda e terra aprofundando as desigualdades, e gerou uma exclusão social com intenso êxodo rural. Então essa reforma agrária serviria para manter no campo os excedentes da população rural que migram para a cidade, bem como possibilitar melhores condições de vida (ALENTEJANO, 1996).

A reforma agrária como política distributiva tem a função de apoiar a retomada do crescimento do país, bem como garantir a segurança alimentar da população. Essa

proposta de reforma agrária defendida por Abramovay, Cano, e Veiga, parte do pressuposto que os pequenos agricultores são capazes de ampliar: produção de alimentos, matérias-primas, demanda por produtos da indústria. “Assim se justificaria para estes a adoção de uma ampla Reforma Agrária ao lado de uma revisão da política agrícola, de forma a criar um forte setor reformado, baseado na agricultura familiar” (ALENTEJANO, p. 25). Essa reforma agrária seria complementada por uma política social para os que não se transformassem em agricultores profissionais.

E por último a reforma agrária “como uma política voltada para transformar o modelo de desenvolvimento vigente”. Esta visão é defendida por D’Incao, Germer, Leite, Stédile entre outros, para estes autores a reforma agrária é vista como “uma das políticas centrais para o questionamento do modelo brasileiro de desenvolvimento” (ALENTEJANO, 1996, p. 26). Discordando das visões anteriores, essa vertente questiona o modelo adotado para modernizar a agricultura, considerando-o inadequado tanto do ponto de vista ecológico (insustentável) quanto do ponto de vista econômico (custos altos) e social (perversa).

Assim, a Reforma Agrária é pensada como parte de um conjunto de reformas que abarque os mais diversos setores – financeiro, industrial, tecnológico, educacional, etc – e redirecione o modelo de desenvolvimento, para que este possa ser efetivamente mais democrático, por representar o interesse e a luta dos setores populares (ALENTEJANO, 1996, p. 27).

Para Stédile (2001), a luta pela reforma agrária se configura numa luta de classes. Nessa luta, o MST assume um importante papel na (re)conquista de muitos brasileiros à cidadania, visto que o movimento agrega pessoas marginalizadas; esse resgate se dá através da consolidação dos assentamentos, o que, em curto prazo, configura-se como uma ação reformista, de inclusão social. Mas, como a luta extrapola o assentamento, a continuidade se dá na medida em que se busca desenvolver o assentamento, e agregar ao movimento aqueles que ainda continuam excluídos da sociedade.

A maior conquista social do MST é a transformação dos desgarrados da terra em novos sujeitos sociais, tanto do ponto de vista do grupo, que continua a luta pela

terra, quanto do ponto de vista do assentado, que passa a produzir e gerir uma nova vida na terra conquistada em grupo. Para Caldart (2000), o MST é um movimento social dinâmico que forma novos sujeitos, que transforma trabalhadores marginalizados em trabalhadores rurais a partir de uma coletividade em luta.

Conforme foi apontado por Graziano (1997), o custo de gerar emprego no campo é menor que o custo de gerar emprego na cidade; e o custo de manter um detento é o dobro do custo de assentar um trabalhador. Visto que o problema agrário transcendeu do campo as cidades, além de gerar emprego a custo baixo, o governo ao realizar a reforma agrária também está solucionando uma pequena parte dos problemas urbanos acentuados pelo êxodo rural.

3 Panorama socioeconômico do assentamento

A ocupação econômica do Recôncavo teve início na metade do século XVI com o regime de sesmarias; inicialmente surgiu o cultivo da cana-de-açúcar e posteriormente surgiram outras atividades agropecuárias nas áreas menos nobres voltadas para a produção de alimentos destinados ao abastecimento dos núcleos urbanos; a lavoura fumageira e culturas de subsistência também acompanharam a interiorização da região. O avanço da pecuária extensiva sobre as culturas tradicionais simplificou o ecossistema dessa região, bem como reduziu a mão de obra ocupada na atividade agrícola e impulsionou a migração da população para os centros urbanos (CAR, 2000).

A estrutura fundiária da região é marcada por um lado, pela presença de minifúndios que não absorvem a mão-de-obra familiar e, por outro, pela concentração de terra, gerando um grande número de demandantes de terra e trabalho. A exclusão social possibilita as condições objetivas para o crescimento e desenvolvimento do MST que se dá através da ocupação de terra e da consolidação do assentamento. Aproximadamente 430 famílias, compostas por arrendatários, diaristas, ex-trabalhadores rurais e urbanos, foram transferidas de municípios como Camaçari, Candeias, Feira de Santana, Mata de São João, São Francisco do Conde, São Sebastião, Santo Amaro, Santo Estevão, sob a coordenação do MST.

O trabalho de aglutinar e organizar as famílias para uma ocupação é realizado pelo Setor Frente de Massa; que é responsável pelos primeiros contatos entre militantes e demandantes de terras. Todos os assentados que participaram da ocupação afirmaram que antes não conheciam o MST, dessa forma, foi na prática do acampamento que aprenderam os princípios organizacionais do movimento.

Antes na minha vida eu não sabia que existia, nunca ouvi falar, mas até hoje eu admiro, admiro como é que eles astuceia tanta coisa, eu fico admirando porque eles inventa cântico, grito de ordem, marcha, ocupação, (...) inventa combater a força do fazendeiro, atravessar na frente dos grandão. No meu ponto de vista tudo é bem organizado, bem informado, a gente é ensinado a trabalhar para ter uma boa conquista. Foi uma boa escola que encontrei, de muita experiência, muita educação, e muito respeito (ASSENTADA).

Eu fui convidado num mato, tirando madeira para uma cerâmica, e um rapaz me convidou e aceitei porque passava muita dificuldade. Eu nunca tive terra minha, só tive um quintalzinho, e o meu sonho era ter terra. Então vim, a família não gostou, vim sozinho. Hoje eles não querem nem ouvir falar da gente ir embora daqui (ASSENTADO).

Nós veio junto com o pessoal da direção que juntou todo mundo em Feira de Santana, (...) quando a gente chegou lá no acampamento aí muitas pessoas estranhou e muitas pessoas voltou pra traz no mesmo carro. A primeira ação quando o dia manheceu foi nós limpar a área e logo depois começou a fazer os barracos; as 8h do dia aconteceu a primeira assembléia, dividiu as tarefas, cada um com sua tarefa, limpar, varrer, cavar, procurar água. Aí começou a luta e aí não pára nenhum dia, então a luta continuou, muita gente foi embora, muita gente que saiu e até hoje sai. (...) A primeira marcha a gente foi pra Salvador, e quando a gente chegou aqui teve uma trovoadas muito forte, e a gente ficou desabrigado, teve que fazer outros barracos. Quando aconteceu o despejo vieram a juíza, muitas polícias, por volta de uns 200; o acampamento ficou cercado pelos policiais por volta de umas 4h, eles destruíram as plantações e queimaram os nossos barracos, (...) a gente voltou 4 dias depois e fez outros barracos. (...) Depois teve a desapropriação, e com a emissão de posse chegou até onde nós queria. Uns três anos depois nós já tava nas casa, e aí até hoje é muita dificuldade, mas mesmo na dificuldade valeu a pena. (...) Pra mim foi a melhor escola que tive, porque muitas coisas que eu não sabia, eu aprendi aqui (ASSENTADA).

Na fase de acampamento, seguindo a orientação do MST, o trabalho era realizado coletivamente, em grupos de 15 famílias, sendo cada grupo responsável por uma roça. Na fase inicial da ocupação não havia produção agrícola para o autoconsumo. Seguindo o calendário agrícola, fizeram plantações temporárias e conseguiram sobreviver três anos em situação de acampados, sem auxílio do governo federal.

O MST, conforme sua tradição reivindicatória, organizou a marcha para Salvador em 17 de novembro de 1996, com 300 pessoas para pressionar o INCRA a fazer a vistoria e desapropriação da terra. Segundo relato dos assentados, esta foi uma das principais experiências vividas pelos mesmos. Outra experiência que marcou a história do acampamento aconteceu em 17 de dezembro de 1996, quando a justiça deu ordem de despejo aos acampados. O INCRA desapropriou a fazenda em 09 de março de 1997, a emissão de posse foi executada em 23 de dezembro de 1997, e o crédito para apoio e fomento foi liberado apenas em 1999.

A área total do assentamento é de 322ha, distribuídos entre 30 lotes que totalizam 240ha, sendo 21 lotes no solo massapê e 9 lotes no solo tabuleiro; área coletiva (30ha) que compreende a agrovila e as áreas de cultivos (pasto, mandioca, sabiá, cana), e uma área de preservação ambiental (52ha) definida pelo INCRA. Para o cultivo, os seis assentados que trabalham no solo do tipo tabuleiro utilizam esterco para a fertilização do solo, enquanto aqueles que possuem o lote no solo do tipo massapê não adubam, “o solo tabuleiro é mais ácido, menos fértil, enquanto que o solo massapê é mais fértil, mais argiloso” (ASSENTADO).

Atualmente, em 2005, existem 27 famílias no assentamento, totalizando 87 pessoas (inclusive crianças)². Conforme mostra o Gráfico 1, existe uma pequena mobilidade no assentamento, visto que algumas famílias assentadas desistiram do lote. Das 30 famílias assentadas em 1998 restam apenas 17, que correspondem a aproximadamente 57% do total, já as desistências foram explicadas por motivos de saúde, falecimento ou adaptação ao tipo de organização do MST; e as vagas surgidas no assentamento foram preenchidas por famílias que estavam nos acampamentos da região. Essas famílias passam por um período de observação no

² No apêndice A estão tabulados os dados gerais do assentamento.

assentamento (três meses), somente depois de vencido o prazo e aprovada a permanência em assembléia pode-se solicitar o cadastro no INCRA. Segundo as normas do movimento, ao desistir do lote o assentado não pode vendê-lo, visto que as pessoas que necessitam da terra não têm condições de pagar por ela.

De acordo com o Gráfico 2, a faixa etária das pessoas é bastante heterogênea, os jovens com até 20 anos totalizam 47%; crianças de 0 a 10 anos correspondem a 22% e jovens de 11 a 20 anos, 25%; os adultos entre 21 e 60 anos totalizam 45%, e apenas 7% das pessoas têm acima de 61 anos.

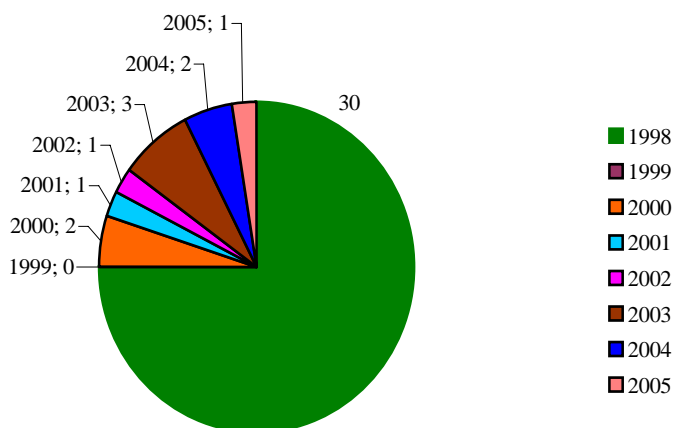


Gráfico 1- N.º. de famílias assentadas por ano

Fonte: pesquisa de campo, out. 2005

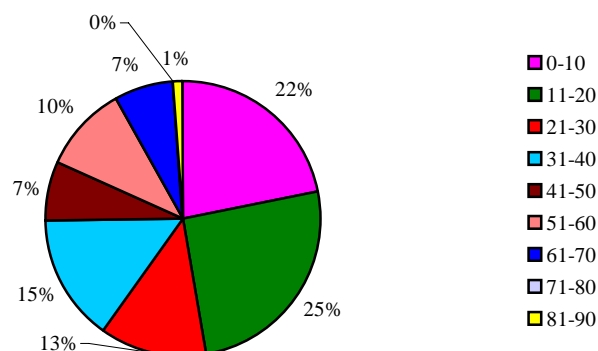


Gráfico 2 - Número de pessoas por faixa etária

Fonte: pesquisa de campo, out. 2005

As famílias assentadas cuidam da organização do assentamento, resolvem os problemas práticos do dia-a-dia e, como não tiveram acesso à educação formal, têm dificuldades nas tomadas de decisões. Conforme Apêndice A Quadro 1, considerando os 27 assentados apenas 11% possuem o 2º grau completo e 59% freqüentaram a escola no máximo até a 4ª série. Em relação ao total de pessoas (87) que vivem no assentamento, 62% estudam, este percentual é composto na maior parte por crianças e jovens. No Gáfico 3, pode-se verificar a escolaridade das famílias assentadas, 36% estudaram até a 4ª série, representando o maior percentual, isso decorre do grande número de crianças que vivem no assentamento, bem como do baixo nível de escolaridade dos assentados.

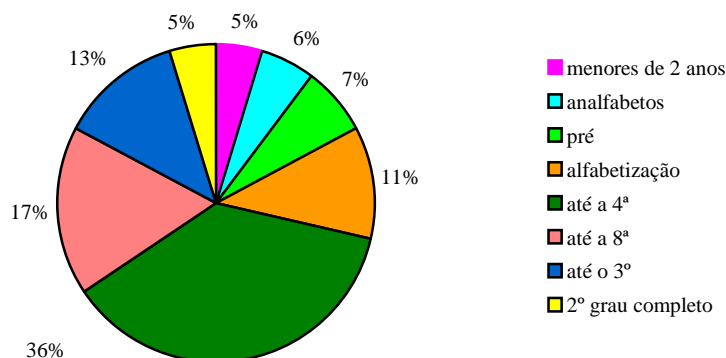


Gráfico 3 - Escolaridade das famílias assentadas

Fonte: pesquisa de campo, out. 2005

A Escola Municipal funciona no período matutino com 10 alunos do ensino fundamental (infantil a 4ª série), e no turno da noite, administram-se aulas para 10 alunos através do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). “Todos os dias eu vou para roça trabalhar, e o cansaço volta todo em sono, mas eu gosto de estudar de noite” (ASSENTADA).

No assentamento, identificou-se uma via coletiva - que possibilita a organização do assentamento e a integração deste ao MST - e outra via individual relacionada à gerência das famílias e áreas individuais (os lotes). Embora, exista o conflito indivíduo x coletivo, o assentamento está desenvolvendo através da Cooperativa Regional dos Assentados do Recôncavo (COPRARECON) um projeto coletivo de produção de cana-de-açúcar para fabricação de cachaça.

A organização institucional do assentamento é representada pela Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Bela Vista (APRABV). O assentamento é administrado coletivamente, envolvendo a produção na área coletiva e gestão do assentamento. Os assentados trabalham um dia por semana na área coletiva - construção da casa de farinha, plantio da mandioca, cultivo da cana-de-açúcar, dentre outras atividades -, além destas atividades participam de reuniões de grupo, assembléias, encontros e marchas.

Os assentados estão organizados em 3 grupos de 9; conforme orientação do MST, cada grupo possui um coordenador e uma coordenadora. Nas reuniões de grupo, os assentados expõem o assunto a tratar e ao final seleciona-se a proposta que será levada para a reunião dos coordenadores(as) de grupo e coordenador(a) do assentamento. Na reunião dos coordenadores(as), discutem-se as propostas vindas dos grupos que finalmente serão votadas em assembleias. De forma geral, pode-se afirmar que as decisões que se referem ao assentamento são tomadas na assembleia. Essa prática de administração coletiva se faz necessária para que as decisões resultem da participação de todos assentados.

As decisões de produção no lote e quintal são individuais, isto é, cada assentado decide o que vai plantar no seu lote, no seu quintal, embora se deve levar em consideração as decisões do coletivo; na assembleia se decidiu praticar agricultura orgânica, essa decisão implicou nas decisões de produção individual no lote, pois o assentado não poderia usar agrotóxico nas suas culturas. Quanto à forma como desenvolveram o trabalho, 55% dos assentados trabalharam individualmente no seu lote, 25% trabalharam em grupo no lote, e 18% trabalharam em grupo (mutirão) apenas na época do plantio.

Conforme orientação do MST os assentados, na participação do movimento, desenvolvem atividades relacionadas à sua afinidade, portanto podem escolher entre os setores aquele que mais o agrada. Entre as 27 famílias, foram identificadas 21 (78%) que estão vinculadas a algum setor. No assentamento, os setores de - produção, formação, frente de massa, gênero, saúde, educação, cultura e comunicação - ainda em fase de desenvolvimento são compostos pelos assentados e suas famílias.

No assentamento, encontram-se equipamentos coletivos de infra-estrutura econômica e social: estrada de acesso a agrovila e aos lotes, 1 poço artesiano (a ser recuperado), 2 tanques, e 5km de cercas com 4 fios de arame farpado, pasto coletivo e 1 curral. O assentamento dispõe ainda de uma escola pública (ainda em construção) com 2 salas, parque infantil, posto médico, alambique, casa de farinha, energia elétrica. As casas foram construídas na área coletiva formando uma agrovila com pequenos quintais (30m x 50m).

O principal entretenimento no ABV é a festa comemorativa da conquista do assentamento, realizada no dia 20 de outubro, data que marca a ocupação da área. Com relação à religião, predomina o catolicismo, mas observa-se a presença de evangélicos que congregam na Assembléia de Deus, da qual participam seis famílias totalizando vinte e três pessoas, inclusive crianças. A convivência é bastante pacífica e conforme depoimento “a religião quase que não interfere, apenas em algumas festas de santos, os crentes não comparecem”. Os jovens jogam futebol com os vizinhos, atividade praticada em campo próprio, no interior do assentamento.

Os assentados praticam agricultura de subsistência; cultivam em roças tradicionais - produtos para consumo próprio e para venda na feira local - utilizando ferramentas rudimentares com baixo nível tecnológico. Entre as culturas exploradas destacam-se mandioca, cana-de-açúcar, milho, abóbora e banana. Além da criação de bovinos, suínos e animais de tração, encontram-se animais domésticos como cães, gatos e aves de quintal.

Todas as famílias possuem alguns tipos de cultura nos quintais. Apesar de apresentarem culturas similares, os quintais não são homogêneos, sendo alguns bastante diversificados. De uma forma geral, podem-se sintetizar como culturas no quintal: fruteiras, horta, andu, aipim, mandioca, coco, aves, ervas medicinais e flores.

Como pode ser verificado no Gráfico 4, entre os 27 assentados, 44% trabalham apenas na agricultura; 26% são diaristas, 30% auferem renda não agrícola provenientes do comércio (7,5%), prestação de serviços (7,5%), e aposentadoria (15%), além de desenvolverem atividade agrícola nos seus lotes.

Embora identificadas, no assentamento, rendas não agrícolas (transferências do governo e pluriatividade), grande parte dos assentados (12) pratica cultura de subsistência, desenvolvendo apenas atividades agrícolas. A pluriatividade no assentamento (41%) é oriunda, em sua maior parte, da atividade agrícola, isto é, venda de diárias no interior do próprio assentamento ou na comunidade vizinha, bem como da fabricação de doces, prestação de serviços - professor (a) - e comércio. No ABV sete (26%) assentados trabalham no seu lote e vende o dia a R\$

10,00 para complementar a renda. Essa prática é bastante comum entre os assentados recém chegados que ainda não estão auferindo uma renda agrícola suficiente para a sobrevivência. Apenas 15% dos assentados desenvolvem atividades não vinculadas à agricultura para complementar a renda.

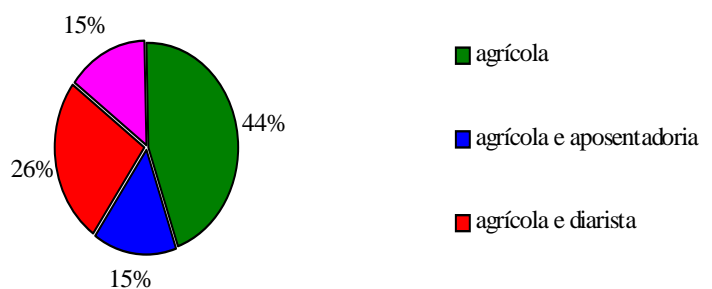


Gráfico 4 - Composição da renda

Fonte: pesquisa de campo, out. 2005

Quanto à renda não agrícola proveniente de transferências de governo, tais como aposentadoria, pensão, bolsa família e bolsa-escola, constatou-se a existência de várias famílias beneficiárias. Entre as 27 famílias assentadas aproximadamente 41% recebem ajuda do governo, através do programa bolsa-escola, bolsa-família, contra 59% que não são contempladas por esses benefícios. Quando se trata de aposentadorias, os percentuais são bem menores, apenas 15% dos assentados recebem esse benefício.

As famílias apontaram como problemas: falta de sistema de abastecimento de água, saneamento básico, assistência médico-odontológica. Foram identificados como potencialidades: recursos hídricos abundantes para irrigação, solos bons e agricultáveis, Associação e Cooperativa legalizada, potencial para fruticultura e horticultura, proximidade do mercado consumidor.

4 Considerações finais

Diante dos resultados apresentados, pode-se afirmar que, mesmo enfrentando dificuldades na produção agrícola, com a implantação da reforma agrária, a maior

parte das famílias assentadas auferem renda agrícola e não agrícola que lhe possibilita o custeio das despesas familiares e das unidades produtivas.

Os assentados diversificam a produção para compor a cesta básica e, por isso, os sistemas de cultivo e de criação estão relacionados aos hábitos alimentares. Embora a terra seja bastante apropriada para a cana-de-açúcar, a área destinada a esta cultura é bem pequena. Embora existam 17 famílias assentadas desde 1998, não foram identificadas culturas permanentes. Apenas uma pequena parte dos assentados pratica novos cultivos, a exemplo de coco, caju e laranja. A maior parte da produção no assentamento decorre de culturas temporárias.

No assentamento, 12 famílias sobrevivem exclusivamente com renda proveniente da agricultura; 15 famílias, além da renda agrícola auferem renda não agrícola. No que se refere à composição da renda não agrícola observaram-se as seguintes classificações: diaristas (7), comércio (2), serviços (2), previdência (4), ajuda de governo. Embora o percentual de famílias pluriativas (56%) no assentamento seja significativo, 26% das famílias que auferem renda não-agrícola são diaristas (na atividade agrícola), observou-se que os novos assentados, para complementar a baixa renda agrícola, tornam-se diaristas, pois não têm uma renda agrícola que lhes dê condições de sobreviver. Entre os assentados mais antigos não foi identificada a venda de dias de trabalho para a atividade agrícola.

A maior parte dos assentados não tinham terra para cultivar, viviam em pequenas áreas e para sobreviver vendiam sua força de trabalho como diaristas, além de produzirem em sistema de parceria (meia), assim como também arrendavam terras. Com a oportunidade de trabalhar na sua própria terra, eles conquistaram melhores condições de sobrevivência, de plantio e alimentação, e de educação escolar para seus filhos. Do ponto de vista prático, os assentados hoje têm onde trabalhar regularmente e dispõem de condições para desenvolver um projeto de vida. Por outro lado, percebe-se, entre as famílias, insegurança porque as suas terras ainda não são tituladas. Receosos do que possa acontecer, dado que não possuem a garantia da propriedade, os produtores estão cautelosos quanto a investimentos e crédito agrícola – o que explica também a menor participação de culturas permanentes. O baixo nível de educação formal e a falta de informações são fatores

que contribuem para a insegurança no assentamento. Do ponto de vista do MST a falta de titulação da terra não é grave, pois dificulta as vendas dos lotes e a possibilidade de pequenas especulações.

Neste artigo procurou-se caracterizar um assentamento originado da luta pela reforma agrária assumida pelo MST. Para essa finalidade foram entrevistadas as 27 famílias que residem no assentamento. Muito embora não se possa ter um perfil socioeconômico para cada família assentada, este estudo define um panorama geral do assentamento. Considerando as entrevistas e os depoimentos dos assentados, bem como os resultados da técnica de leitura de paisagem (sinais de progresso, por exemplo), pode-se admitir que houve uma melhoria na qualidade de vida das famílias.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 1990. **Caderno do Ceas**, Salvador, n. 166, p. 19-35, nov./dez.1996.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000. 276 p.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia metodológico**: análise-diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: INCRA. [1997?]. 67 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. Agricultura e reforma agrária: uma avaliação dos anos de 1995/97. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). **O Brasil pós-real**: a política econômica em debate. Campinas: Unicamp, 1997. p. 249-261.

STÉDILE, João Pedro; MANÇANO FERNANDES, Bernardo. **Brava Gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paul: Perseu Abramo, 2001.

APÊNDICE A - Dados gerais de assentamento

<i>Id.</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Nº pes</i>	<i>Id fam (anos)</i>	<i>Escol.. dos familiares</i>	<i>Ano</i>	<i>solo</i>	<i>adubo</i>	<i>trabalha</i>	<i>Religião</i>	<i>Nº est.</i>	<i>Comp Renda</i>	<i>Ajuda Gov</i>	<i>Participação no MST</i>	<i>Lugar de Origem</i>
24	2º grau completo	3	2 e 26	4ª série	2003	massapê	não	grupo	Católica	0	agrícola e diarista	sim	setor de juventude	São Sebastião
39	4ª série	3	39 e 18	analfabeto, 6ª série	1996	massapê	não	ind	Católica	2	agrícola	não	coordenadora de grupo	Candeias
33	4ª série	4	34,13, e 2	4ª série, 4ª série	1996	massapê	não	grupo	Assemb. Deus	1	agrícola	sim	tesoureiro	Santo Amaro
28	2º grau completo	3	50, e 3	4ª série, pré	1998	tabuleiro	esterco	ind	Católica	1	agrícola e professora	não	coordenadora de grupo	São Sebastião
37	analfabeto	4	18, 1, e 1 (mês)	2ª série	2004	massapê	não	ind e gr	Católica	0	agrícola e diarista	não	setor de juventude	São F. do Conde
61	2ª série	1			1996	massapê	não	grupo	Católica	0	agrícola	não	setor de produção	Santo Estevão
85		1			1996	tabuleiro	esterco	ind	Assemb. Deus	0	agrícola e aposent	não		M. de São João
33	6ª série	3	22, e 20	3ª, e 2º ano	2000	massapê	não	ind	Cat 1 e AD.2	1	agrícola e professor	não	coordenador de grupo	T Sampaio
54	3ª série	4	36, 13, e 11	6ª, 4ª, e aceleração (4 a 8)	1996	massapê	não	grupo	Católica	3	agrícola	sim	setor de formação	Santo Amaro
25	analfabeto	4	22, 4, e 3	4ª série, pré e pré	1996	massapê	não	ind	Católica	2	agrícola	sim	setor de juventude	F de Santana
31	8ª série	5	30,9,8, e 6	aceleração, 3ª, 1ª, e alfabet	1998	massapê	não	ind	Católica	4	agrícola e doceira	sim	coord político regional	São Sebastião
26	aceleração (4 a 8)	1			1998	massapê	não	ind	Católica	1	agrícola	não	coord do assentamento	São Sebastião
42	2ª série	1			2003	massapê	não	grupo	Católica	0	agrícola e diarista	não		
52	2º grau completo	4	36, 17, e 16	2º grau, 8ª série, e 7ª série	2005	tabuleiro	esterco	ind	Católica	2	agrícola e diarista	não		Salvador
63	2ª série	3	25, e 22	3º ano, e 3º ano	1996	tabuleiro	esterco	ind	Católica	3	agrícola e aposent	não	coord do assentamento	Santo Estevão
42	3ª série	1			2000	tabuleiro	esterco	ind	Católica	0	agrícola e comércio	sim	setor de comunicação	Santo Amaro
62	alfabetização	2	56	alfabeização	1996	massapê	não	ind	Católica	2	agrícola	não	setor de frente de massa	São F. do Conde
29	3ª série	4	19, 4, e 3	4ª série, pré, e pré	1998	massapê	não	ind	Assemb. Deus	3	agrícola e diarista	sim	setor de saúde	Santo Amaro
62	analfabeto	4	66,18, e 18	analfabeto. 2º ano, e 2º ano	1996	massapê	não	ind	Assemb. Deus	2	agrícola e aposent	não		Santo Amaro
46	alfabetizada	5	51,19,17, e 16	3º ano, 1º ano, 5ª série	2001	massapê	não	ind e gr	Assemb. Deus	3	agrícola	sim		Santo Amaro
58	7ª série	10	38,20,18, 17, 15,12,10,7, 2	7ª,7ª,4ª,5ª,5ª,3ª, 1ª, alfa, pré	1996	massapê	não	ind	Católica	9	agrícola	sim	setor de saúde	Candeias
65	3ª série	2	42	alfabetização	1996	tabuleiro	esterco	ind	Católica	2	agrícola e aposent	não	setor de produção	Feira de Santana
34	1ª série	5	34,11,9, e 8	alfabetização, 1ª, 1ª, 1ª	2004	massapê	não	ind e gr	Católica	5	agrícola	sim		R do Jacuípe
53	1ª série	4	42,15, e 11	4ª série,1º ano, 4ª série	2003	massapê	não	grupo	Católica	4	agrícola e diarista	não	setor de produção	Santo Amaro
58	1ª série	2	60	alfabetização	1996	massapê	não	ind e gr	Católica	2	agrícola	não	setor de formação	São Sebastião
53	1ª série	1			1996	massapê	não	ind e gr	Católica	0	agrícola	não	setor meio ambiente	Catu
37	1ª série	3	5, e 4	alfabetização	2002	massapê	não	grupo	Assembleia de Deus	2	agrícola e diarista	sim	coordenador de grupo	
		87								54				

Fonte: pesquisa de campo, out. 2005

2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

TECENDO O INTERCÂMBIO:
O DESAFIO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
11 a 14 de setembro de 2007.

GT2

INTERFACES ENTRE A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL

COORDENAÇÃO

JALCIONE PEREIRA DE ALMEIDA (PGDR/UFRGS)

MARISTELA SIMÕES DO CARMO (UNESP/UNICAMP)

VALÉRIA COMITRE (APTA-SP)

A AGROECOLOGIA E OS CURSOS DE FORMAÇÃO TÉCNICA PELA ÓTICA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL CONSTRUTIVISTA

Helana Célia de Abreu Freitas

helana-freitas@uol.com.br

Doutoranda em Sociologia Política – UFSC

Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural (CETEC) –

Faculdade UnB Planaltina (FUP)

RESUMO

A partir de meados da década de 90, tem havido uma tendência nos cursos de formação técnica em agropecuária de mudar o modelo adotado durante décadas, que privilegiava os conhecimentos adequados à agricultura convencional. A construção de propostas agroecológicas vem sendo o caminho adotado por várias instituições que procuram adequar seus currículos às questões ambientais atuais. Neste artigo, analisamos alguns aspectos que nos permitem compreender como estão sendo desenvolvidas essas propostas agroecológicas e quais os aspectos sociais e ambientais envolvidos nessa construção. Pretendemos ainda analisar como os diversos atores sociais definem o que é agroecologia, mostrando que não se trata de algo objetivo, mas produto de um processo de construção social. Para abordar essas questões, utilizaremos os dados de uma pesquisa que está sendo feita junto à Escola Agrícola 25 de Maio, localizada em Fraiburgo, Santa Catarina, que está implementando um curso de formação técnica desde 2005.

Introdução

A partir de meados da década de 90, tem havido uma tendência nos cursos de formação técnica em agropecuária de mudar o modelo adotado por essas instituições¹ durante décadas, que privilegiava os conhecimentos adequados à agricultura convencional².

¹Nos estado de Santa Catarina, podemos citar a Escola Agrotécnica de Cerrito, a Escola Agrícola de Fraiburgo etc.

² “A agricultura convencional é descrita como o conjunto de técnicas produtivas que surgiram em meados do século 19, conhecida como a 2ª revolução agrícola, que teve como suporte o lançamento dos fertilizantes químicos por Liebig. Este sistema expandiu-se após as grandes guerras, com o emprego de sementes manipuladas geneticamente para o aumento da produtividade, associado ao emprego de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) e da maquinaria agrícola. O agricultor é dependente por tecnologias/recursos/capital do setor

A construção de uma proposta agroecológica vem sendo o caminho adotado por várias dessas escolas que procuram adequar seus currículos às questões ambientais atuais.

Diante deste quadro, pretendemos neste artigo, analisar alguns aspectos que nos permitem compreender como estão sendo desenvolvidas essas propostas agroecológicas e quais os aspectos sociais e ambientais envolvidos nessa construção. Pretendemos ainda analisar como os diversos atores sociais definem o que é agroecologia, mostrando que não se trata de algo objetivo, mas produto de um processo de construção social.

Para abordar essas questões, utilizaremos os dados de uma pesquisa que está sendo feita junto à Escola Agrícola de Fraiburgo, que está implementando um curso de formação técnica desde 2005. O curso pretende formar técnicos que atuem na linha agroecológica, tendo desenvolvido a sua proposta curricular, vinculada aos princípios da agroecologia.

Para realizar a análise, utilizaremos as contribuições da sociologia ambiental construtivista descritas por Alan Irwin (2001), Hannigan (1995) e Guivant (2002), pois este referencial constitui-se num interessante caminho para compreendermos como são formuladas de forma múltipla as relações entre sociedade e natureza.

Na primeira seção deste artigo, estaremos trazendo as principais contribuições da sociologia ambiental construtivista para entender a questão analisada. Em seguida apresentaremos alguns aspectos que envolvem o Curso Técnico em Agroecologia de Fraiburgo e as visões desenvolvidas pelos professores e alunos do curso sobre agroecologia. Por fim, analisaremos a agroecologia, a partir da perspectiva da sociologia ambiental construtivista e seu reflexo no curso de formação de Fraiburgo.

1. A Sociologia Ambiental Construtivista

A sociologia ambiental construtivista é um importante referencial para compreendermos os aspectos ambientais e sociais envolvidos na questão da agroecologia. Um primeiro ponto que nos auxiliará a entender a perspectiva construtivista refere-se às diferenças entre ela e a perspectiva realista na sociologia ambiental.

industrial, que devido seu fluxo unidirecional leva à degradação do ambiente e à descapitalização, criando uma situação insustentável à longo prazo.” (Ambientebrasil, 2007a)

O debate entre realistas e construtivistas está presente no âmbito da sociologia ambiental, embora nem sempre de forma explícita. Os realistas sustentam o caráter real (ou natural) dos problemas e conceitos ambientais. Já os construtivistas enfatizam a centralidade da construção humana e da interpretação social (Irwin, 2001; Guivant, 2002).

Os realistas afirmam que os construtivistas esvaziam os problemas ambientais, levando a um forte relativismo. Os construtivistas afirmam que os realistas perdem de vista um aspecto central: como e por que determinados temas passam em certos momentos a serem considerados relevantes e “reais” (Irwin, 2001, p.15; Guivant, 2002, p.2)

Entre os dois extremos, existem posições intermediárias sobre a questão, que enfatizam mais os argumentos realistas ou construtivistas. Essas posições teóricas atuais geram análises mais equilibradas, trazendo uma melhor compreensão da questão, como veremos a seguir.

O ambiente não está fora da realidade cotidiana, mas é encontrado, construído e modelado por uma cadeia de processos sociais e institucionais. Assim, o argumento apresentado pelos construtivistas não é de que o ambiente natural seja uma miragem ou fantasia, mas que o nosso único caminho para interpretar ou conhecer o ambiente é através de processos humanos e sociais (Irwin, 2001).

Para Irwin (2001), ainda, em vez de mantermos a idéia de que o natural e o social são entidades separadas, elas devem ser vistas como ativamente geradas em co-construções. A noção de co-construção leva-nos, então, a reavaliar não apenas o uso de argumentos naturais dentro dos debates ambientais, mas também muda a própria definição de social.

Para Hannigan (1995), a definição dos problemas ambientais exige dos formuladores de exigências a realização de várias atividades. O autor identifica três tarefas principais que caracterizam a formulação social dos problemas ambientais, que são: reunião, apresentação e contestação das exigências.

Reunir as exigências ambientais refere-se a descoberta e a elaboração de um problema inicial. Nesta fase é necessário: “designar o problema, distingui-lo em relação a outros problemas semelhantes ou mais abrangentes, determinar a base legal, moral ou técnica de uma exigência e estimar quem é o responsável por levar a cabo uma ação de melhoria” (Hanningan, 1995, p.58).

Neste quadro, o investigador, ao questionar as origens das exigências ambientais, deve perguntar de onde surgiram as exigências, a quem pertence ou lida com elas, a quais

interesses econômicos e políticos os formuladores de exigências estão atrelados e quais os tipos de fontes foram usadas para a criação das exigências.

A apresentação de uma exigência ambiental gera a necessidade de liderar a atenção e de legitimação. Para liderar a atenção, um problema ambiental potencial deve ser visto como novidade, importante e compreensível. Mas liderar a atenção não é suficiente para levantar uma questão no debate público. É necessário ainda que o problema ambiental emergente seja legitimado pelos meios de comunicação, ciência e público. Um problema pode também ser procedente quando seus formuladores se tornam fontes de informação autênticas e proeminentes.

Porém, ser considerada legítima, não garante que uma exigência ambiental seja automaticamente solucionada. Limitações externas importantes podem interferir neste processo. Na esfera política, a contestação de uma exigência ambiental demanda uma mistura de conhecimento, tempo e sorte. “Isto não significa que o estabelecimento da agenda e a ação legislativa sejam totalmente casuais, mas que o processo é altamente casual segundo um número de fatores internos e externos, muitos dos quais não estão ligados aos méritos óbvios do caso” (Hannigan, 1995, p.70)

A magnitude do público mobilizado ao redor da exigência ambiental é outro fator crucial no sucesso de uma exigência ambiental reconhecida. Baseando-se num modelo de *marketing*³, Hannigan analisa quatro fatores fundamentais que explicam por que algumas exigências ambientais captam a atenção do público e outras não. Os fatores são os seguintes:

- “particularização – refere-se até que ponto o público se apercebe de um problema como distinto de outros de natureza semelhante;
- relevância – refere-se ao grau de interesse de um determinado problema ambiental para o cidadão comum;
- estatura – refere-se às atitudes do público em relação ao local, espécies ou pessoas em perigo;
- familiaridade – refere-se ao quanto um determinado problema é conhecido do público”. (Hannigan, 1995, p.73)

Seis fatores são ainda identificados, pelo autor, como cruciais para que um problema ambiental seja construído com sucesso. São eles:

³ - Modelo de *Marketing*, denominado “Brand Asset Valuator”, desenvolvido pela agência nova-iorquina de publicidade Young & Rubicon.

- “autoridade científica para a validação das exigências;
- existência de ‘propagadores’ que possam estabelecer a ligação entre o ambientalismo e a ciência;
- atenção dos meios de comunicação social onde o problema é ‘estruturado’ como novidade e importante;
- dramatização do problema em termos simbólicos e visuais;
- incentivos econômicos para tornar uma ação positiva;
- emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade.” (Hannigan, 1995, p. 75)

Para Hannigan (1995), assim como os problemas, o conhecimento sobre o ambiente também é socialmente construído. Assim, existem inúmeras formas de representar a natureza e o ambiente, desde a científica à mística. “Em vez de uma entidade permanente, o meio ambiente é um conceito muito fluente que é culturalmente baseado e socialmente contestado” (Hannigan, 1995, p.145)

As definições ambientais podem ainda variar dentro das linhas étnicas e de classe, podendo mudar de acordo com as circunstâncias históricas e experiências de vida partilhadas. Assim, o modo como formulamos conhecimento ambiental, torna-se a base de afirmações contestatórias dos direitos básicos, responsabilidades e respostas em relação à tecnologia, natureza e sociedade.

A natureza, portanto, não deve ser vista como uma verdade que foi sendo descortinada por meio de processos científicos de observação, experimentação e matemática, mas uma formulação social que se transforma ao longo do tempo.

Assim como o de natureza, os conceitos de ecologia e ambientalismo também são socialmente formulados e contestados. A história do movimento ambiental nos Estados Unidos é marcada por três momentos que correspondem à reelaboração do significado dos três conceitos. O primeiro momento situado no final do século XIX e início do século XX é marcado pela preocupação com a transformação da “natureza selvagem” em uma nova e romântica visão da natureza. O segundo momento, surgido nos anos sessenta, marcado pelo impacto da publicação do livro de Rachel Cargson “Primavera Silenciosa”, o conceito de ecologia foi alterado, distanciando da sua longa trajetória na Biologia aplicada, e se tornando o conceito central na luta contra a poluição. O terceiro momento, já na década de 90, o

ambientalismo passou por outras transformações passando a ter como força central subjacente à “justiça ambiental”.

Assim, o conhecimento ambiental gera dúvidas e está sujeito a alterações na resposta a correntes culturais em transformação. “A cultura da natureza – as forma como pensamos, ensinamos, falamos sobre o mundo natural e formulamo-lo – é uma importante área de luta, como é a própria terra (Hannigan, 1995, p.168)”.

Portanto, o conhecimento sobre a natureza e o meio ambiente também são construídos socialmente. E, assim como os problemas ambientais, esses conhecimentos tendem a seguir os passos descritos por Hannigan na sua construção.

Abaixo apresentaremos alguns pontos que envolvem o curso técnico em agroecologia de Fraiburgo. Em seguida, a partir da sociologia ambiental, analisaremos como o conceito de agroecologia está sendo construído socialmente e o seu reflexo na visão de professores e alunos do Curso.

2. A Escola Agrícola de Fraiburgo e o Curso de Agroecologia

A Escola Agrícola 25 de Maio foi criada no final da década de 80, para atender às crianças dos assentamentos da reforma agrária que haviam sido criados no município de Fraiburgo no mesmo período. Embora a Escola esteja vinculada à rede pública de ensino de Santa Catarina, ela foi criada em resposta à forte pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e teve, portanto, desde a sua criação um vínculo com o Movimento.

Em meados da década de 90, começou a haver uma nova mobilização da comunidade escolar para que o atendimento da Escola fosse ampliado para o nível médio, com a criação de um curso técnico em agropecuária. Essa reivindicação culminou com a criação do ensino médio em 2002, como extensão de uma escola urbana do município de Fraiburgo, porém o curso técnico continuou a ser reivindicado junto à Secretaria de Educação Estadual, que até 2004 não havia autorizado a sua criação. Nesse momento, surgiu a possibilidade da Escola concretizar a realização do Curso técnico por meio do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

O ano de 2005 marca o início do Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio pelo PRONERA. No entanto a Escola vem tentando seguir a orientação agroecológica desde a década de 90, apesar das inúmeras dificuldades que marcam esse processo.

A construção de uma linha agroecológica dentro da Escola segue a orientação do MST, que desde a sua fundação, na década de 80, trouxe o questionamento sobre o modelo convencional da agricultura. Para um coordenador do Setor de Produção:

“O Movimento Sem-Terra surge em 1984 dos movimentos sociais do campo e das pastorais sociais e luta para ter posse da terra e para fazer essa terra produzir. Mas esse processo de fazer a terra produzir muitas vezes era adotar o pacote tecnológico que tinha gerado o Sem-Terra do passado e se reproduzia a mesma lógica de produção e isso foi gerando dentro dos assentamentos um processo de falência de muitas unidades de produção e o Movimento desperta então para a necessidade de construção de um novo modelo tecnológico, não reprodutivo portanto.”

Já na década de 90, o debate sobre a agroecologia se instala no Movimento, passando a ser adotado como modelo de produção. Para o mesmo coordenador,

“Por volta de 96, o Movimento adota como modelo de produção, o modelo agroecológico. E isso começa a se espalhar. Não adianta o Movimento fazer uma formulação teórica e isso não estar enraizado nas realizações concretas dos assentamentos e acampamentos. E começa toda uma rede de distribuição desse conhecimento e da geração de conhecimento.” (Marcelus)

Nos anos seguintes, ocorreu um maior aprofundamento da questão da agroecologia no Movimento. O Setor de Educação se envolve na questão, passando a promover cursos que tenham como proposta curricular a agroecologia. A Escola de Fraiburgo passa então a seguir a mesma linha adotada no Movimento.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Agrícola 25 de Maio reflete essa opção por uma proposta agroecológica. Na página 12 do PPP, está escrito:

“**Educação voltada à Agroecologia:** estando a escola inserida no meio rural, e propondo um novo modelo de desenvolvimento agrícola, torna-se fundamental a defesa da proposta agroecológica. Entendendo agroecologia não apenas como um método de produção, mas como uma forma de “vida” e manutenção da terra conquistada, tendo sempre como princípio a defesa da

natureza e o respeito ao ser humano. Formar, através da Agroecologia, sujeitos capazes de atuar junto às pequenas propriedades e assentamentos promovendo assistência técnica e contribuindo com a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura camponesa.”

Durante a pesquisa que está sendo realizada na Escola, solicitamos aos coordenadores, professores e alunos que descrevessem o que eles entendem por agroecologia. Abaixo apresentamos uma síntese das principais respostas dadas pelos professores e coordenadores.

2.1. Definições de Agroecologia - Coordenadores e Professores

“A agroecologia é o futuro da humanidade, falta aí produzir alimentos saudáveis, cuidando da saúde, da vida do ser humano, permitindo que nós possamos pensar na biodiversidade.”
“E nós acreditamos que agroecologia é salvação da humanidade, porque ela transforma a realidade, porque agroecologia não é só produção, mas a forma como lida com a terra, até mesmo a questão do trabalho, da biodiversidade, do cuidado com a natureza. É pensar no futuro da humanidade”.
“Para produzir agroecológico é toda uma dinâmica que tem que mudar: a questão do solo, o respeito às fases da lua etc”.
“Digamos que seria o resgate das nossas culturas antigas e lavoura através de adubo orgânico e preservação da vida e dos alimentos”.
“A agroecologia é um princípio de vida. É um fator pedagógico importantíssimo, é desafiador, mas nós ainda estamos engatinhando. Estamos numa sociedade em que o agroecológico não é valorizado e os venenos estão aí na mão de qualquer agricultor”.
“Discutir agroecologia é discutir a vida, é um princípio de vida é uma técnica também”.
“Agroecologia não é ser sustentável só aumentando o preço do produto, mas é tentar diminuir o custo de produção e também permitir que as pessoas se beneficiem de uma comida mais saudável”.
“Há uma dificuldade em se dar um tempo para que se produza de forma agroecológica. Há uma cobrança de respostas imediatas de produção, que não são suficientes para

deslançar a produção agroecológica que demanda um certo tempo”.
“Agroecologia não é uma receita pronta, ela trabalha com uma série de diferenças seja climática, de solo, cultura das pessoas”.
“Qualquer pessoa faz a agricultura convencional, mas agroecologia há que se ter um conjunto mais complexo de conhecimento que não é mais difícil, mas é mais elaborado”.
“Diferentemente do que muitos pensam dentro e fora do Movimento, a agroecologia precisa de incentivo, seja na questão financeira, seja na inserção de novas tecnologias”.
“A agroecologia permite, além da produção, a compreensão da interrelação entre as partes, não a preservação ou a simples manutenção do ambiente, mas o uso racional do ambiente”.
“Agroecologia está dentro de um grande contexto e a agroecologia também é bandeira de luta para nós, e é desafio construir essa experiência a longo prazo”.
“Um meio de vida, uma alternativa de cultivar as plantas em harmonia com a natureza, buscando a integração homem/natureza sem haver um impacto em ambos os sujeitos, sem que haja destruição, para que haja garantia de sobrevivência para ambos”.
“É estar observando permanentemente a natureza e fazer a agricultura a partir da observação”.
“A agroecologia é uma das ferramentas de transformação. Não pode estar desvinculada das outras, contextualizo aí a luta social do MST”.

Abaixo, mostramos uma síntese das respostas dadas pelos alunos do Curso. Na primeira coluna apresentamos as questões que foram levantados nas respostas e na segunda coluna os exemplos de respostas.

2.2. Definições de Agroecologia – Alunos do Curso

Tópicos Abordados	Exemplos de Definição
Alimentação saudável/ saúde	“É a melhor forma de termos boa saúde e comer produtos saudáveis”. “Garantia de saúde e futuro”.
Salvação da	“É vida. É a única forma do ser humano conseguir sobreviver”.

terra/preservação da vida	<p>“É uma palavra muito forte para os grandes produtores de grãos, mas para nós assentados devemos encarar como se fosse a nossa vida”.</p>
Preservação da natureza/ meio ambiente	<p>“É renovar a natureza, pois o homem já acabou com ela. É o estudo para recuperar nascentes de água, solos, matas”.</p> <p>“Lidar com os meios naturais sem prejudicá-los e deles tirar nossa subsistência sem agressão ao meio ambiente e aos seres vivos em geral”.</p>
Relação entre seres humanos e natureza/meio ambiente	<p>“É viver em harmonia com a natureza”.</p> <p>“É convívio na família, na comunidade, a relação entre os seres humanos e natureza e cultura”.</p> <p>“É uma fonte de conhecimento, troca de conhecimento com outra pessoa e aprende com a natureza em convívio com ela”.</p>
Não uso de agrotóxicos e outros insumos externos	<p>“Plantar sem agrotóxicos, começar a produzir sem venenos”.</p> <p>“É eliminar os agrotóxicos da natureza”.</p>
Combate ao agronegócio	<p>“Forma de combater esse modelo capitalista que hoje está em ação”.</p> <p>“Uma nova realidade que nós devemos lutar para combater o agronegócio”.</p>
Resgate do conhecimento tradicional	<p>“Trazer a forma de produzir alimentos de muito tempo atrás, sem produtos químicos e tóxicos”.</p> <p>“Seria o resgate de como os antigos cultivavam”.</p>
Preservação da biodiversidade	<p>“Onde se tem a maioria da biodiversidade de plantas e animais”.</p>
Resgate de Sementes	<p>“Não usando sementes modificadas, buscando sementes variadas para evitar pragas”.</p>
Preservação do solo	<p>“Produzir construindo o solo e não destruindo”.</p> <p>“Dar condições para as plantas crescerem sem agredir o solo”.</p>
Auto consumo	<p>“Dar oportunidade das pessoas adquirirem independência do mercado, produzindo de tudo para o seu sustento e subsistência”.</p> <p>“É um processo onde a gente produz primeiro para a nossa</p>

	sustentabilidade, e depois para fora”.
Lixo	“É cuidar e dar o destino certo a todo tipo de lixo tanto na cidade e no interior”.
Outros	“Se constrói primeiramente na consciência, no modo de pensar de cada pessoa”. “Não é uma receita pronta, que devemos seguir todos os procedimentos, a forma da agroecologia está para construir cada um de sua maneira”.

Embora no quadro apareça um ou dois exemplos sobre cada tema abordado, o maior número das respostas ficou concentrado nos cinco primeiros temas: alimentação saudável/ saúde; salvação da terra/preservação da vida; preservação da natureza/ meio ambiente; relação entre seres humanos e natureza/meio ambiente; e não uso de agrotóxicos e outros insumos externos.

Tanto no quadro dos professores quanto dos alunos, observamos a descrição de vários fatores de ordem social e natural na definição de agroecologia. Diante desta constatação, a seguir analisaremos como o conceito de agroecologia vem sendo construído.

3. A Sociologia Ambiental Construtivista e a Proposta Agroecológica

Os passos descritos por Hannigan (1995) para a construção de uma questão ambiental podem ser identificados na proposta agroecológica. O primeiro passo marcado por reunir as exigências refere-se a descoberta e a elaboração de um problema inicial. A crítica ao modelo convencional de agricultura e sua inadequação à agricultura familiar, a apresentação dos problemas causados pelo uso de agrotóxicos e outros problemas justificaram a construção de propostas agroecológicas.

O segundo passo descrito por Hannigan refere-se a necessidade de liderar a atenção e de legitimação. Quanto a esse ponto, podemos afirmar que a proposta agroecológica também tem tido sucesso uma vez que ela passou a ser vista como uma questão necessária, inovadora e compreensível⁴. Além disso, a questão agroecológica também tem o

⁴ A produção agroecológica ou orgânica cresce no mundo todo a passo acelerado a uma taxa de 20 a 30% ao ano. Estima-se que o comércio mundial movimentará atualmente cerca de 20 bilhões de dólares, despontando a Europa, Estados Unidos e Japão como maiores produtores e consumidores. (Ambientebrasil, 2007b)

respaldo científico⁵. Inúmeros estudos e pesquisadores científicos vêm apontando a agroecologia como um caminho para a solução dos graves problemas ambientais causados pela agricultura convencional. Além do respaldo da ciência, a agroecologia também tem estado presente nos meios de comunicação, são freqüentes na mídia notícias sobre práticas agroecológicas realizadas com sucesso, pesquisas que demonstram a viabilidade da agroecologia como alternativa para os agricultores familiares. Dentro de organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais, como o MST, também há uma disseminação de materiais impressos, debates sobre o tema, realização de trabalhos que privilegiam práticas agroecológicas etc.

Hannigan (1995) destaca ainda que um problema ambiental pode ser legitimado quando seus formuladores se tornam fontes de informação legítimas e proeminentes. Dentro das organizações do campo, essa legitimação é feita pelos agricultores e dirigentes que se dizem vítimas do modelo de agricultura convencional, que gerou o endividamento dos agricultores, a expulsão do campo, os graves problemas de saúde gerados pelo uso de agrotóxico etc. Não só dentro dos movimentos sociais do campo, mas em vários outros espaços há formuladores que são fontes de informação.

O terceiro passo é descrito como a contestação das exigências. No caso da agroecologia também esse passo está presente. São vários os confrontos gerados, desde a impossibilidade de se produzir sem o uso de agrotóxicos, até a impossibilidade da agricultura agroecológica produzir grandes quantidades de alimento, passando por várias outras questões.

O público mobilizado em torno da exigência ambiental é também considerado por Hannigan (1995) um fator crucial para que uma exigência ambiental seja reconhecida. Quanto a esta questão, observamos que a agroecologia tem tido sucesso na mobilização de agricultores, ONGs que têm como foco a produção agroecológica, empresas de pesquisa agropecuária, empresas de assistência técnica e extensão rural, movimentos sociais do campo, além de consumidores de produtos agroecológicos.

⁵ “Nos últimos tempos, temos observado o fortalecimento da Agroecologia em vários setores, inclusive na pesquisa científica. O que já se pronunciava nos movimentos sociais e nas ONGs, ganhou espaço em ambientes acadêmicos, bem como em instituições e políticas públicas. A recente realização do 4º Congresso Brasileiro de Agroecologia, a criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), sua atuação junto à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o lançamento do Marco Referencial em Agroecologia pela Embrapa, juntamente com iniciativas de universidades e empresas estaduais de pesquisa, sustentam esta afirmação.” (Gomes, 2006)

Dentre os seis fatores que Hannigan identifica como cruciais para a construção de um problema ambiental, constatamos que quase todos estão presente. A agroecologia tem tido: a validação científica, embora a ciência também tem sido usada para contestar a validade da agroecologia; propagadores que têm feito a ponte com a ciência, entre eles movimentos sociais, ONGs etc; a atenção dos meios de comunicação; dramatização do problema em termos simbólicos e visuais (imagens que evidenciam os malefícios da monocultura e outros problemas da agricultura convencional são expostos freqüentemente). Os dois fatores cruciais que parece não estão fortemente presentes na questão agroecológica são: incentivos econômicos que gerem uma ação positiva e a emergência de um patrocinador institucional.

A análise acima evidencia que a agroecologia é uma construção social, pois envolve elementos sociais e naturais em sua definição, podendo ser considerada uma co-construção, descrita por Irwin (2001). Os passos descritos por Hannigan (1995) para o sucesso da construção de uma questão ambiental também foram evidenciados. A partir dessa constatação, podemos fazer as considerações abaixo.

4. Considerações Finais

Assim como os conceitos de natureza, ambientalismo e ecologia, podemos afirmar que agroecologia não é um conceito invariável, pois ele tem uma base na cultura e não é aceito na sociedade sem contestações. Também como o conceito de natureza, não deve ser visto como uma verdade que foi sendo desvelada por meio de processos científicos, mas como uma formulação social que vem sofrendo transformações ao longo do tempo.

O Curso analisado reflete esse quadro. A forma como coordenadores, professores e alunos do Curso descrevem a agroecologia evidencia, sobremaneira, que a definição do termo envolve aspectos naturais, mas também sociais, políticos, ideológicos, econômicos e até mesmo psicológicos.

A forma como a agroecologia passa a ser incorporada como proposta curricular, espelhando um movimento maior que se inicia dentro do MST também evidencia a construção social do conceito de agroecologia.

Por fim, podemos afirmar que a proposta agroecológica vem sendo um caminho inovador adotado nos cursos de formação em agropecuária, que proporciona um repensar

do papel do técnico agrícola. No entanto, os aspectos sociais imbuídos no conceito de agroecologia devem ser observados, especialmente no tocante ao uso ideológico da questão, para que as propostas curriculares desses cursos tenham uma perspectiva mais eficiente, prática e instrumental, diante das questões sócio-ambientais contemporâneas.

Bibliografia

- Ambientebrasil. Agricultura Orgânica (2007). URL=<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agropecuario/index.html&conteudo=./agropecuario/agrinatural.html>. Março, 2007
- Ambientebrasil. Agroecologia (2007b). URL=<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agropecuario/index.html&conteudo=./agropecuario/agroecologia.html>. Março, 2007.
- Gomes, João C. C. (2006). As muitas dimensões da pesquisa em Agroecologia. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, volume 3 Número 4 - Pesquisa em Agroecologia: diálogo de saberes no desenvolvimento local. URL=http://agriculturas.leisa.info/Fritz/source//getblob.php?o_id=87696&a_id=211&a_seq=0. Dezembro, 2006. AS-PTA. Rio de Janeiro.
- GUIVANT, Júlia (2002). Os debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: VI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia Rural (ALASRU), Porto Alegre, 25 a 29 de novembro de 2002.
- HANNIGAN, John A. (1995). **Sociologia ambiental. A formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget.
- IRWIN, Alain (2001). **Sociology and the environment. A critical introduction to society, nature and knowledge**. Londres: Polity Press.

A MUTIDISCIPLINARIDADE NO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Cidonea Machado Deponti Doutoranda em Desenvolvimento Rural
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS,
Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural –PGDR
E- mail: cidonea@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O que se entende por multidisciplinaridade e interdisciplinaridade? Como se dá a relação entre o mundo social e mundo natural? Esta relação é fragmentada de tal modo que cada fenômeno observado ou vivido é entendido ou percebido como fato isolado? Ou essa relação é global, entendendo que cada fenômeno observado ou vivido está inserido numa rede de relações que lhe dá sentido e significado? Enfim, qual a importância da multidisciplinaridade para compreensão dos problemas ambientais?

Pelo menos alguns desses questionamentos se fazem presentes na pauta daqueles que se dispõem a discutir sobre a questão ambiental. Essas dúvidas os assombram e dificultam a análise deste objeto tão complexo. Afinal, esses questionamentos levam à desconstrução do conhecimento. Contudo, é justamente essa desconstrução que permite o avanço da ciência.

Quando se trata de meio ambiente, verifica-se uma interface entre dois campos de interação: as ciências naturais e as ciências sociais. Trabalhar as questões ambientais exige uma participação simultânea destes dois campos.

Na prática, a identificação de objetos e de assuntos interdisciplinares nasce da relação entre o mundo social e natural que não é satisfeita quando estudada e analisada como um segmento da realidade isolado dos demais. Tais objetos “híbridos” obrigam a consideração da realidade tal como se apresenta na experiência comum, isto é, como um conjunto de relações que não pode ser reduzido *a priori* ao recorte instituído pelas disciplinas. Esse é o caso das questões ligadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente (Raynaut, 2004).

Este artigo visa a responder ao seguinte questionamento:

Qual a importância de se considerar a interdisciplinaridade para a compreensão dos problemas ambientais?

Com este estudo objetiva-se ampliar o conhecimento e a compreensão da multidisciplinaridade na análise dos problemas ambientais e à construção da

interdisciplinaridade, permitindo questionar-se sobre sua importância e possibilidade de operacionalização.

1. As disciplinas possuem uma história

A evolução do mundo acadêmico operou-se, em especial durante o último século, no sentido de uma crescente especialização que tornou cada vez mais difícil a comunicação entre as disciplinas.

As disciplinas são o produto de um processo histórico de construção das modalidades do conhecimento científico. O seu recorte não é um mero e simples reflexo das características intrínsecas do real. É fruto de um esforço de simplificação, a fim de definir os enfoques que permitam isolar de forma seletiva as distintas facetas do real e de facilitar assim a descrição e a análise (Raynaut, 2004).

As disciplinas existem e são os seus conceitos, seus métodos e suas modalidades de validação do conhecimento que constituem, até hoje, a fundamentação de nossa capacidade de conhecer o mundo (Raynaut, 2004).

A separação disciplinar começa bem cedo. Nos primeiros anos escolares, têm-se disciplinas como Física, Geografia, Português e Matemática. Quando se chega ao ensino superior, elege-se uma área do conhecimento, por exemplo, Economia, Sociologia ou Agronomia. A formação disciplinar vai com o tempo, compartimentando a visão de mundo.

Foi esse reducionismo que possibilitou a produção do conhecimento e permitiu uma ação mais decisiva sobre o mundo, ou seja, o recorte do real pelas disciplinas foi o que viabilizou o surgimento e o desenvolvimento do pensamento científico (Raynaut, 2004).

A divisão disciplinar e a separação entre sociedade e natureza constituem alguns dos pressupostos da ciência normal. Recordando a perspectiva de Thomas Kuhn, a ciência normal é considerada “normal”, porque é algo já dado (parte de pressupostos anteriores), ou seja, enfatiza que a apreensão do mundo é sempre mediada por um conjunto de pressupostos – um paradigma – o qual, em geral, encontra-se fora de discussão.

Para Kuhn a ciência progride de acordo com o quadro abaixo:

Pré-ciência → ciência normal → crise-revolução → nova ciência
normal → nova crise

Um paradigma é composto de suposições teóricas gerais e de leis e técnicas para a sua aplicação que são adotadas por uma comunidade científica específica. Os que trabalham dentro de um paradigma praticam aquilo que Kuhn chama de ciência normal. Os

cientistas normais articularão e desenvolverão o paradigma em sua tentativa de explicar e de acomodar o comportamento de alguns aspectos relevantes do mundo real revelados através dos resultados de experiências. Ao fazê-lo, experimentarão inevitavelmente dificuldades e encontrarão falsificações aparentes. Quando dificuldades deste tipo fogem do controle, um estado de crise se manifestará. Uma crise é resolvida quando surge um paradigma inteiramente novo que atrai a adesão de um número crescente de cientistas até que eventualmente o paradigma original, problemático, é abandonado. A mudança descontínua constitui uma revolução científica (Chalmers, 1995).

A existência de um paradigma¹ capaz de sustentar uma tradição de ciência normal é a característica que distingue a ciência da não ciência, segundo Kuhn. Não haverá argumento puramente lógico que demonstre a superioridade de um paradigma sobre o outro e que force um cientista racional a fazer a mudança.

Na medida em que a ciência normal é representada pelas idéias majoritárias, as disciplinas que não se enquadram nesta corrente considerada como principal têm que se justificar frente àquelas.

A perspectiva interdisciplinar tensiona os pressupostos da ciência normal e permitem uma análise distinta das abordagens tradicionais.

2. A fragmentação da ciência: naturais x sociais

A comunidade científica e acadêmica, em escala mundial, passa por um momento de interrogação sobre as modalidades de produção do saber. Questionamentos sobre a definição do objeto científico surgem tanto nas ciências “duras” como nas ciências sociais. É um momento crítico no desenvolvimento do pensamento humano. Ao mesmo tempo, assiste-se, de um lado, ao triunfo da ciência como instrumento de mudança e, de outro, ao questionamento de seu papel. Vacilam as certezas estabelecidas sobre a herança do positivismo científico e da utopia do progresso e da modernidade (Raynaut, 2004, p.22).

Uma das principais críticas dirigidas ao atual processo de produção do conhecimento científico deriva de sua hiper-especialização (fragmentação), com conseqüências para o entendimento e para a explicação da realidade, principalmente, no domínio das ciências da vida, da natureza e também da sociedade (Floriani, 2000).

Quanto mais especializada a ciência, mais incapaz de apreender as múltiplas dimensões da realidade e de compreender o global. A ciência disciplinar, à medida que isola

¹ O paradigma - “De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal” (Kuhn, 2005, p. 220).

os problemas de acordo com a lógica de seu modelo interpretativo, promove a compartimentalização e a parcialização, separando o que está interligado.

Segundo Brandenburg (1996), este processo monodisciplinar impossibilita o diálogo entre as múltiplas dimensões dos problemas humanos.

Desta forma, desenvolve-se um pensamento linear e uma lógica de raciocínio que ao privilegiar a coerência da razão instrumental exclui a contradição e tudo o que escapa à apreensão do seu “processo racionalizador”. É nesse momento que a “ciência racionalizadora”, sob o império da racionalidade unívoca e não da ciência racional, revela sua própria irracionalidade, pois deixando de dialogar com as múltiplas dimensões dos problemas humanos, nega-se a considerar as lógicas distintas do natural e do social, do físico e do humano (Brandenburg, 1996, 52).

Nesse mesmo sentido, Floriani (2000) afirma que cada gênero do conhecimento tem seus próprios limites quando analisados de forma disciplinar, mas que são superados quando observados juntamente com outros gêneros (Floriani, 2000)

Torna-se necessário dialogar com as distintas disciplinas e várias modalidades de conhecimento para que se possa apreender as diversas dimensões do real e reconhecer os limites da lógica dos diferentes tipos de conhecimento (Brandenburg, 1996).

Conforme Floriani (2000), outrora havia uma visão global geral do universo e da humanidade. Não havia separação real entre a ciência, a arte e a religião. Com o passar do tempo, a especialização resultou na fragmentação de nosso atual modo de abordagem.

Entretanto, o conhecimento científico moderno (segunda metade do século XX) é obrigado a lidar com uma complexidade crescente da realidade. Assim, ao contrário do que poderiam supor os partidários da superespecialização do conhecimento, têm-se uma situação de trocas crescentes e de intercâmbio entre comunidades científicas e sociedade, engendrando novas formas de relacionamento entre saberes científicos e outras formas de saberes (Floriani, 2000).

A transposição das fronteiras disciplinares supõe a verificação do complexo que se instala em todas as dimensões da realidade, do plano micro ao macro. “A desordem faz parte da ordem. A ciência clássica, ao evacuar o incerto, o imponderável, ambíguo, reteve a ordem, simplificando a realidade ao extremo” (Floriani, 2000, p. 33).

O diálogo de saberes não aparece, certamente, como “signo de civilidade” entre os cientistas, mas deriva da impotência destes em resolver grandes desafios, para cada uma das disciplinas isoladamente (Floriani, 2000, p. 30).

Este último ponto pode constituir um dos postulados da interdisciplinaridade, ou seja, a superação dos problemas de uma análise disciplinar pela construção da interdisciplinaridade.

3. Diferenças fundamentais: pluridisciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

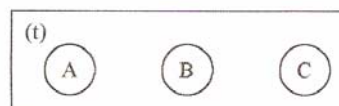
No Brasil, o início dos debates em torno da interdisciplinaridade tem suas origens localizadas nos anos 60 e 70. Possivelmente, o reconhecimento por parte da sociedade e da comunidade científica da dificuldade em propiciar respostas confiáveis sobre determinados problemas, dentre os quais os socioambientais, têm favorecido a emergência de novas disposições e questionamentos sobre a inadequação da “antiga cartografia classificatória” das ciências que dispunham a realidade à sua semelhança e aos seus interesses particulares (Floriani, 2004, 34-35).

Não há unanimidade na conceituação dos termos *pluridisciplinaridade*, *multidisciplinaridade*, *interdisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*, havendo alguns autores que os utilizam de forma intercambiável, como sinônimos, e outros tratando por interdisciplinaridade o que, muitas vezes, refere-se à multidisciplinaridade. Contudo, faz-se um esforço neste artigo pela definição e diferenciação de cada um desses termos.

A pluridisciplinaridade é a observação de um determinado objeto a partir de várias disciplinas, em que cada pesquisador releva questões segundo a ótica de sua comunidade científica de referência, reduzindo-se a um trabalho de justaposição de disciplinas que evita ultrapassar a área de conhecimento de seu domínio. Não ocorre uma síntese, havendo ausência de cooperação sistemática entre os diversos campos disciplinares.

Figura 1:

Pluridisciplinaridade:



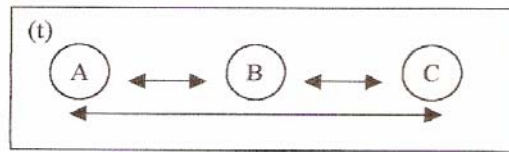
(t) = campo temático

A,B,C = campos disciplinares

A multidisciplinaridade é o tratamento de uma temática comum por diferentes disciplinas que, embora percebidas de forma individual (disciplinar), fornecem uma síntese. Desenvolvem-se efetivamente relações entre as disciplinas, havendo uma cooperação sistemática entre elas e permitindo a compreensão mais real e global do objeto analisado.

Figura 2:

Multidisciplinaridade:



(t) = campo temático

A,B,C = campos disciplinares

A multidisciplinaridade é a interação entre várias disciplinas; é a relação que se realiza entre as disciplinas. Há uma problemática geral em que as várias disciplinas a partir da articulação e da interação conjunta constroem a análise interdisciplinar e, posteriormente, volta-se a cada disciplina e são estabelecidas interfaces entre elas, ou seja, a interdisciplinaridade é mais avançada do que a multidisciplinaridade, porque além da síntese há uma etapa posterior que é a interface.

As interfaces permitem cada pesquisa disciplinar, examinar como os “outros olhares” produzem e analisam seus objetos e temáticas específicas, mas não independentes (Almeida *et al*, 2004, p. 137).

Portanto, a interdisciplinaridade³, ao contrário do que muitos pensam, não dilui as disciplinas, mas as fortalece porque não “abre mão” da disciplina e exige maior esforço para compreensão do objeto analisado.

A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador de comunicação entre diferentes disciplinas, não será jamais um elemento de redução a um denominador comum, mas um elemento teórico e metodológico da diferença e da criatividade (Almeida *et al*, 2004, p. 124).

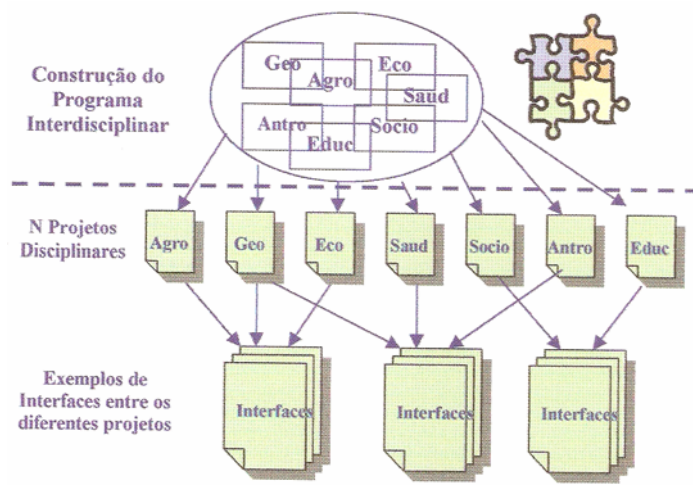
A interdisciplinaridade não emerge espontaneamente dos diferentes saberes, exigindo uma reflexão profunda e árdua sobre diversas categorias de análise. Pode-se definir a experiência interdisciplinar como o confronto de diferentes saberes organizados ou disciplinares que desenham estratégias de pesquisa diferentes daquelas que faria cada

² Este conceito de interdisciplinaridade tem por base a escola européia (europeu francófono), mais especificamente francesa, em que a interdisciplinaridade está fixada em dimensões epistemológicas dos saberes disciplinares e na racionalidade científica, pode ser qualificado de lógico racional, centrado na busca de significado. A interdisciplinaridade tem um caráter reflexivo crítico ou está orientada para um trabalho de unificação do saber científico ou está dirigida para um trabalho de reflexão epistemológica sobre os saberes disciplinares que interatuam. A interdisciplinaridade é abordada em função das interações de suas disciplinas (Lenoir & Hasni, 2004, p.167).

³ A figura que exemplifica a interdisciplinaridade foi retirada de um artigo publicado na Revista de Pós-Graduação da Capes por Almeida et al, (2004).

saber fora dessa interação. Onde cessa o conhecimento disciplinar, começa a construção desse *plus* que não está dado de antemão (Floriani, 2004).

Figura 3: Interdisciplinaridade



A transdisciplinaridade seria uma etapa superior à interdisciplinaridade que, segundo Piaget *apud* Flores e Borella (1994), não se restringe a relações (interações, reciprocidade) entre pesquisas especializadas. A transdisciplinaridade vai situar estas ligações no interior de um sistema total sem fronteiras estáveis entre as disciplinas. A transdisciplinaridade resulta numa transformação dos paradigmas teóricos das disciplinas envolvidas, ou seja, numa revolução dentro do seu objeto de conhecimento.

Conforme a apresentação acima⁴ pode-se dizer que no primeiro grau⁵ estaria a pluridisciplinaridade, em que há o tratamento de uma temática comum por várias disciplinas. A multidisciplinaridade estaria num segundo grau, em que, além do olhar pluridisciplinar percebido individualmente por cada disciplina, ocorre uma síntese. O terceiro grau seria a interdisciplinaridade, em que, além da síntese, ocorre a construção da análise interdisciplinar e a posterior interface entre as disciplinas. A transdisciplinaridade seria o último grau onde não há fronteira entre as disciplinas, seria mais do que uma inter-relação, seria a construção de um novo objeto científico a partir da colaboração das várias disciplinas.

⁴ Os conceitos supra definidos foram desenvolvidos pela autora com base nos autores estudados, contudo não refletem uma unanimidade de entendimento entre todos eles.

⁵ Utilizou-se a denominação grau, no sentido de que o grau anterior é incorporado pelo grau posterior, abstendo-se de uma questão de valor.

A questão ambiental impulsionou a emergência de novos campos do saber em que se articulam certas disciplinas teórico-práticas e permitem a construção de objetos multidisciplinares e interdisciplinares de conhecimento.

4. Meio ambiente: espaço privilegiado para a construção de objetos multidisciplinares ou interdisciplinares⁶

Após décadas de especialização, fragmentação e compartimentalização da ciência, a questão ambiental suscita um movimento reverso de *des-especialização*. A própria natureza e complexidade dos problemas a serem tratados no universo dos temas ambientais exigem que as competências a serem mobilizadas sejam amplas (Bursztyn, 2004).

A história da ciência mostra que o homem, no seu propósito de controlar a natureza e de utilizá-la em torno de seus interesses materiais, vêm desenvolvendo sistemas de conhecimento de caráter duplamente excludentes, tanto as ciências sociais excluem de seus paradigmas a natureza como as ciências naturais excluem o homem (Jollivet *apud* Brandenburg, 1996, p. 54).

As ciências sociais e humanas são, então, convocadas a fazer uma análise da relação homem-natureza, uma vez que a agressão às leis da natureza sob o ponto de vista ecológico é realizada através das técnicas que o homem emprega. Esta análise somente poderá ser cumprida mais eficazmente, quando realizada de maneira interdisciplinar com as ciências naturais.

Para Floriani (2000, p.38), uma agenda sócio-ambiental exigirá o diálogo multi/interdisciplinar, no qual as ciências da vida, da natureza e da sociedade buscarão novas alianças e exigirá, também, uma mudança de atitude diante da “trama complexa da vida, tecida entre os seres humanos em sociedade e com a natureza”.

Os problemas ambientais reclamam uma observação pela ótica das inter-relações entre fenômenos, uma correspondência entre níveis de organização e uma imbricação de ligações causais. É necessário um esforço de superação das abordagens setoriais limitadas à pesquisa de causalidades lineares e reduzidas a um só nível de apreensão.

Na medida em que, falando de meio ambiente, são colocadas no centro das preocupações as relações entre as sociedades humanas

⁶ O ambiente natural é um espaço privilegiado para a construção de uma análise multidisciplinar ou interdisciplinar, a opção por uma destas abordagens dependerá de cada observador ou cientista. A opção ficará atrelada ao objetivo do estudo que deverá considerar qual dos níveis aplica-se ao objeto estudado e ao interesse da pesquisa.

e o meio físico-natural que elas ocupam e exploram, o ser humano não pode mais ser considerado como “hóspede” do meio que habita. Ele apresenta-se necessariamente como parte integrante desse meio, do qual é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, ator e produto (Raynaut, 2004, p. 28).

O desafio que a questão ambiental apresenta é no sentido de se desenvolver um conhecimento que ligue o natural e o social. Um conhecimento que não se restrinja a restaurar o equilíbrio do ambiente natural, mas que também possa resguardar o equilíbrio das relações sociais. Nessa perspectiva, não se trata de gerar um conhecimento visando a um desenvolvimento no sentido evolutivo, mas de pensar em um conhecimento articulado com um processo de desenvolvimento transformador e multidimensional (Brandenburg, 1996).

A complexidade e a inter-relação sociedade-natureza dos problemas ambientais conduzem à interdisciplinaridade. Os problemas ambientais revelam uma perfeita adequação à abordagem interdisciplinar e ao “*approach*” holístico e evolucionário (Togeiro de Almeida, 1998). Eles apresentam várias características interessantes de serem observadas, entre elas:

a) Os problemas ambientais são multidimensionais e multidisciplinares, apresentam mais do que apenas uma dimensão (unidimensional) e não são limitados a uma disciplina. Eles envolvem aspectos monetários, físicos, sociais e culturais;

b) Complexidade e incerteza são outras características dos problemas ambientais. Ecossistemas ou recursos naturais são freqüentemente irreversíveis ou muito difíceis de reverter;

c) A irreversibilidade e a extensão no tempo definem que os problemas ambientais não são limitáveis geograficamente, pois rompem fronteiras, e nem limitados em termos setoriais, pois se estendem além dos atores envolvidos;

d) Conflitos de interesse são normais nas questões ambientais, é a regra e não a exceção. Os conflitos referem-se a sistemas éticos ou ideológicos.

Todas essas características são incompatíveis com uma análise unidimensional e limitada a uma única disciplina. Para sua compreensão há necessidade do estabelecimento de interfaces que podem ser alcançadas a partir da economia institucional ou da economia ecológica.

6. Críticas e desafios à construção da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade.

Segundo, Bursztyn (2004, 72), as práticas interdisciplinares são tomadas por generalistas, porque reúnem pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, que, habituados a manejar métodos e jargões bem particulares, adotam linguagens e códigos de comunicação que não sejam de difícil entendimento aos não-iniciados. Disso resulta que os produtos interdisciplinares tendem a ser de fácil entendimento.

Como consequência surge uma imagem de falta de foco, pouca profundidade, linguagens pouco herméticas, enfim, como ciência, algo a não ser levado a sério, uma ciência menor ou uma não ciência.

Existem problemas metodológicos relativos a como integrar, relacionar, elaborar conceitos, categorias sob uma única compreensão teórica, informações que têm se organizado tradicionalmente de maneira independente e disciplinar (Foladori, 1996).

Outro fato interessante é a típica falta de identidade, que resulta do fato de a pesquisa interdisciplinar ser formada por docentes e pesquisadores de origens disciplinares variadas, o que gera as dúvidas: Quem sou? A quem devo me dirigir?

Um dos grandes desafios ao se adotar um enfoque multidisciplinar e/ou interdisciplinar é tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real. Totalidade e complexidade são palavras que surgem todas as vezes que se fala de interdisciplinaridade. “O mundo real, na sua essência, é total. Ele é feito de interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que o compõem, não conhecendo ou admitindo fronteiras estanques” (Raynaut, 2004, p. 24-25).

Vale ressaltar, além disso, que é importante evitar a imagem de “hospício acadêmico” que resulta do estigma que associa interdisciplinaridade e excentricidade (Bursztyn, 2004, p. 72).

O maior desafio, sem dúvida, consiste em passar de uma posição de princípio à sua aplicação concreta. Enfim, “construir o barco sobre o qual se está navegando” (Raynaut, 1996, p. 26).

7. Conclusões

Resta responder ao seguinte problema: qual a importância da multidisciplinaridade para a compreensão dos problemas ambientais?

Em primeiro lugar, destaca-se que há diferenças entre a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, o que já foi discutido no texto (seção 3). A multidisciplinaridade

caracteriza-se pelo tratamento de uma temática comum por diferentes disciplinas que, embora percebidas de forma individual, cooperam sistematicamente e fornecem uma síntese, enquanto a interdisciplinaridade, a partir da articulação e da interação conjunta das disciplinas, conduz à construção da análise interdisciplinar e, posteriormente, às interfaces entre as disciplinas, o que permite examinar como os “outros olhares” produzem e analisam seus objetos e temáticas específicas, mas não de modo independentes.

Destaca-se também o fato de que a interdisciplinaridade não dilui as fronteiras entre as disciplinas. Apesar disso, não significa que a proposta seja simples, pois a interdisciplinaridade não é decretada, é uma prática em permanente construção.

Quanto aos problemas ambientais, eles se prestam a uma análise multidisciplinar e/ou interdisciplinar, ficando difícil a apreensão e compreensão de sua complexidade através da disciplinaridade.

Há um empobrecimento analítico quando não se observam variáveis que embora impossibilitadas de serem mensuradas devam ser analisadas. A redução da complexidade simplifica seu resultado. Cabe perguntar-se se as disciplinas em vez de velar silenciosamente pela manutenção de seus velhos dogmas, se preocuparão em relacionar sistemas e enfoques diferentes para tratar a problemática ambiental, ou seguirão considerando-se auto-suficientes não permitindo o reunir de diferentes domínios da realidade, que mesmo separados pelas especificidades captadas pelas diferentes disciplinas, permite o duplo movimento e uma nova síntese?

A interdisciplinaridade e as abordagens que dela se utilizam são justamente os objetos em disputa, pois dentro do campo científico essas iniciativas ameaçam a legitimidade e o espaço de poder neste campo ou domínio do conhecimento, por isso as atitudes refratárias e o enclausuramento no seio das disciplinas, e assim, conseqüentemente, a dificuldade de se construir a interdisciplinaridade.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jalcione et al. Pesquisa interdisciplinar na pós-graduação: (des)caminhos de uma experiência em andamento. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.1, n.2, nov. 2004, p. 116-140.

ARANHA, Maria L A & Martins, Maria H P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993, 395 p.

BERRY, Par Michel. L'interdisciplinarité: un objectif difficile à concrétiser. **La Recherche** 228, Janvier, 1991, v. 22, p. 66-68.

BRANDENBURG, Alfio. Modernidade, meio ambiente e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 3, Paraná: UFPR, 1996, p. 49-59.

BURSZTYN, Marcel. Meio ambiente e interdisciplinaridade: desafios ao mundo acadêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 10, Paraná: UFPR: jul/dez, 2004, p. 67-76.

CHARBONNEAU, Simon. O princípio de precaução ou os limites de um princípio político. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 5, Paraná: UFPR: jan/jun, 2002, p. 111-119.

CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Unesp, 1994, 185 p.

CHALMERS, Alan. **O que é ciência afinal?**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, 225 p.

COSTA FERREIRA, Leila. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 10, Paraná: UFPR: jun/dez, 2004, p. 77-89.

FLORES, Terezinha M. V. & BORELLA, Nelcy E. D. A epistemologia das relações interdisciplinares. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 19 (1), jan/jun, 1994, p. 113-120.

FLORIANI, Dimas. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 10, Paraná: UFPR: jul/dez, 2004, p. 33-37.

FLORIANI, Dimas. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário d debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 1, Paraná: UFPR: jan/jun, 2000, p. 21-39.

FOLADORI, Guillermo. Los problemas de la interdisciplinaridad en el estudio e investigación del medio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 3, Paraná: UFPR, 1996, p. 61-68.

HEEMANN, Ademar. Considerações sobre alguns obstáculos à interdisciplinaridade na Pós-graduação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 10, Paraná: UFPR: jan/jun, 2004, p. 47-51.

KUHN, Thomas S. **As estruturas das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, 260 p.

LEONIR, Yves & HASNI, Abdelkrim. La interdisciplinaridad: por un matrimonio abierto de la razón , de la mano y del corazón. **Revista Iberoamericana de educación**, n 35, 2004, p. 167-185.

NAREDO, José M. Economía y sostenibilidad: la economía ecológica en perspectiva. **Polis Revista on-line de la Universidad Bolivariana**, v1, 2001, p. 01-27.

NORGAARD, Richard b. Economicismo, ambientalismo e economia ecológica. **Revista ANPEC**, n1, 1997, p. 105-128.

RAYNAUT, Claude. Processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa no quadro do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MAD/UFPR). **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 3, Paraná: UFPR, 1996, p. 23-33.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 10, Paraná: UFPR, jul/dez, 2004, p. 21-32.

SWANEY, James. **Economics, ecology, and entropy**. **Journal of Economic Issues**. V. XIX. N. 4. December, 1985, p. 853-865.

SÖDERBAUM, Peter. Neoclassical and institutional approaches to environmental economics. **Journal of Economics Issues**, v. 24, n. 2, 1990, p. 481-492.

SÖDERBAUM, Peter. Values, ideology and politics in ecological economics. **Ecological Economics**, v. 28, 1999, p. 161-170.

TOGEIRO DE ALMEIDA, Luciana. Política ambiental: uma análise econômica. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 27-88, 192 p.

TEIXEIRA, Olívio A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.1, n.2, jul. 2004, p. 57-69.

VAN DEN BERGH, J. C. J. M. Ecological economics: themes, approaches, and differences with environmental economics. **Regional and Environmental Change**, v. 2, 2001, p. 13-23.

VERMERSCH, Dominique & MATTHEE, Marielle. Princípio de Precaução e preocupação ética? Um casamento racional?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n 5, Paraná: UFPR: jan/jun, 2002, p. 131-138.

A RELAÇÃO AMBIENTE E SOCIEDADE: O CASO DA COMUNIDADE RURAL DE MERGULHÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

CORONA, HIEDA MARIA PAGLIOSA.

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela UFPR; professora/pesquisadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco; líder do CEPAD (Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional) da UTFPR. hiedacorona@uol.com.br ; hiedacorona@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar como a comunidade de Mergulhão, localizada no município de São José dos Pinhais, na franja do pólo metropolitano, responde as pressões e as oportunidades geradas pela relação com a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), analisando as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras. Estratégias que resultam das experiências constitutivas do *habitus* (BOURDIEU) familiar; das respostas às pressões e oportunidades geradas no contexto das políticas públicas e demandas metropolitanas, bem como, dos projetos de futuro estabelecidos pelas famílias. Historicamente, tal proximidade gerou uma relação estreita das famílias com a metrópole, o que possibilitou tanto a intensificação da agricultura como a existência de uma importante pluriatividade. Essa relação de proximidade vem, ao longo do tempo, viabilizando alternativas de desenvolvimento sempre que essa relação se converte em estratégias concretas que permitem a reprodução da agricultura familiar. Mais recentemente, tais estratégias estão vinculadas às chamadas novas ruralidades, como o turismo rural e a conversão para a produção “mais natural”, decorrentes da tradição das famílias produtoras de uva, vinho e “miudezas” e das políticas públicas voltadas para a conservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais.

Palavras chaves: agricultura familiar; estratégias de reprodução social; conservação ambiental.

1. Introdução

O objetivo desse artigo é analisar como as “novas” pressões da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) têm gerado tanto possibilidades como limitações para a reprodução social da agricultura familiar. Mais especificamente, analisar como a comunidade de Mergulhão, localizada na franja do pólo metropolitano, responde as pressões e as oportunidades geradas pela relação com Curitiba e entorno, analisando as estratégias de reprodução econômica e social das famílias agricultoras. Estratégias que resultam das experiências constitutivas do *habitus* (BOURDIEU) familiar; das respostas às pressões pelas demandas metropolitanas de moradia e conservação dos recursos hídricos, bem como, dos projetos de futuro estabelecidos pelas famílias.

A comunidade de Mergulhão pertence ao município de São José dos Pinhais, ambos localizados muito próximos do centro de Curitiba (em torno de 25Km). Historicamente, tal proximidade gerou uma relação estreita das famílias com a metrópole, o que possibilitou tanto a intensificação da agricultura como a existência de uma importante pluriatividade. Essa relação de proximidade vem, ao longo do tempo, viabilizando alternativas de desenvolvimento sempre que essa relação se converte em estratégias concretas que permitem a reprodução da agricultura familiar. A agricultura familiar é o formato social responsável pela constituição e desenvolvimento dessa comunidade até os dias atuais. Isso porque, para a maioria das famílias a principal fonte de renda está vinculada às atividades agropecuárias e a produção tradicional de uva, vinho e “miudeza”, essas últimas vinculadas as “novas” estratégias voltadas ao turismo rural. A hipótese que orienta o presente trabalho é de que se essa relação de proximidade limitar a reprodução da agricultura familiar, então essa comunidade estará em risco porque não poderá manter as bases da reprodução de seu patrimônio fundiário e sociocultural.

Para compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares de Mergulhão é preciso entender, como diz Bourdieu (1991), que as ações humanas são orientadas pelo “senso prático” para resolver os problemas cotidianos e não por uma finalidade intencional, seja pelo cálculo racional da ação, seja pela simples reação aos estímulos do ambiente. Nessa perspectiva, torna-se necessário orientar-se pelo olhar sobre os fenômenos sociais, privilegiando certos aspectos: os da história, que condicionam à cultura e às ações (*habitus*); os das situações sociais presentes no contexto das manifestações das ações humanas (espaço físico e social) e os aspectos do resultado das ações, o qual contém tanto os condicionamentos como as inovações e as esperanças ou antecipações presentes nas estratégias de reprodução social.

Ao constatar que o formato social que caracteriza a comunidade de Mergulhão é a agricultura familiar, assume-se que suas características fundamentais são de que nela a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a “interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão de patrimônio e a reprodução do estabelecimento” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Para Wanderley (1999), a combinação destes fatores não é apenas um detalhe, é uma característica que tem conseqüências para a forma como esta agricultura age econômica e socialmente. Isto poderia explicar a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações. De acordo com a autora, a agricultura familiar continua a reproduzir-se com o objetivo de preservar uma margem de autonomia da família. Nela permanece um modo específico de organizar a produção “cujo funcionamento tem como referência à própria estrutura familiar da unidade de produção” (WANDERLEY, 1999, p.44). Assim, o “lugar da família” constitui-se no elemento de referência e convergência no esforço estratégico para constituir e reproduzir o patrimônio fundiário familiar, o qual permite garantir sua reprodução social.

Nesse sentido, o olhar analítico sobre a comunidade de Mergulhão a partir do contexto metropolitano, aponta para uma série de estratégias familiares, que ao longo de um século vêm

marcadas pela luta por reproduzir o patrimônio familiar. Uma trajetória orientada, desde a ocupação até hoje, pelas respostas as demandas da metrópole, ora através das políticas públicas, ora pelas escolhas das famílias entre o conjunto de possibilidades que a metrópole oferece. Exemplo disso é a relação estreita entre os agricultores e as famílias curitibanas pela venda/compra de produtos da agricultura camponesa durante décadas do século XX e, também, o acesso dos netos dos pioneiros ao trabalho assalariado urbano (pluriatividade), muito comum nas famílias da comunidade. Mas, essa relação é marcada também por restrições, seja pela falta de infra-estrutura por várias décadas desde a ocupação da colônia, seja pelas demandas atuais de moradia para o pessoal da cidade ou pela conservação (necessária) dos recursos hídricos e remanescentes florestais, o que vem impulsionando novas modalidades de pluriatividade.

A pluriatividade é entendida aqui como uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, que passa a diversificar as fontes de renda pela inserção de seus membros nos diferentes setores econômicos (SCHNEIDER, 2003), seja no mercado urbano-industrial ou em novas atividades no espaço rural (turismo, prestação de serviços, beneficiamento de produtos, etc). Essas novas atividades no meio rural são identificadas como sendo aquelas que se diferenciam significativamente das atividades tradicionais da família, portanto, que apresentam mudanças significativas nas estruturas físicas e na organização do trabalho, que superam as tradicionais formas artesanais de produção familiar. Essa estratégia faz parte da lógica das famílias desde a segunda geração dos pioneiros através do assalariamento externo e, nos últimos anos, vem sendo caracterizada pelas atividades vinculadas ao turismo rural, como respostas as demandas por lazer dos cidadãos e às pressões pela conservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais, os quais servem para preservar a qualidade da água consumida pela metrópole.

As opções dos agricultores têm sido pela construção de pesque-pagues, cantinas de degustação e venda de vinho e de “miudezas”, restaurantes, cafés coloniais, salão de festas, pousadas. Essas opções, no entanto, estão vinculadas diretamente à produção agropecuária, pois o vinho, os sucos, os doces, os queijos, os embutidos, entre outros, é que atraem os turistas para a comunidade. Deste modo, as estruturas para o turismo rural estão vinculadas à produção da agricultura familiar. Essas demandas, aliadas as pressões das políticas públicas conservacionistas, vêm promovendo iniciativas importantes de conversão da produção convencional de frutas, olerícolas e leite, voltada para o CEASA e grandes agroindústrias, para a produção “mais natural”, voltada para um mercado específico ou para a estrutura turística da comunidade, com venda direta aos consumidores.

Essas atividades vêm dinamizando o desenvolvimento local porque, além de serem uma fonte importante de renda familiar, elas indicam as opções dos agricultores para enfrentar as restrições que a legislação ambiental coloca para essa comunidade, a qual está localizada na divisa com a APA Estadual do Rio Pequeno e onde está uma das unidades de captação de água da SANEPAR. Por outro lado, a proximidade com os núcleos urbanos de São José dos Pinhais e

Curitiba, vem possibilitando tanto a inserção e manutenção de negócios vinculados ao turismo rural de famílias “externas” à comunidade e à agricultura familiar, como a construção de condomínios residenciais para o “pessoal da cidade”. Essa entrada “dos de fora” coloca em evidência as mudanças que a comunidade vivencia e alerta para a necessidade da análise apurada das políticas públicas para o rural metropolitano.

A análise está pautada em informações quantitativas e qualitativas, coletadas através de várias entrevistas com as famílias agricultoras da comunidade (22) e com informantes qualificados. O processo de investigação teve início no ano de 2003 com as primeiras entrevistas abertas com lideranças da comunidade e com informantes qualificados das instituições públicas e organizações dos agricultores (Sindicatos, Associações, etc). A segunda fase do trabalho ocorreu durante o ano de 2004, com 22 entrevistas dirigidas através do uso de um formulário, com questões fechadas e abertas, com vistas a coleta mais detalhada de dados e informações sobre a família, a produção, a renda, o uso dos recursos naturais, entre outras. A última fase da pesquisa ocorreu no ano de 2005 e teve como objetivo um detalhamento das trajetórias de vida das famílias na comunidade, através do estudo de 5 famílias pioneiras.

Deste modo, o presente artigo apresenta os resultados dos dados e informações coletadas com as famílias agricultoras de Mergulhão, as quais foram analisadas à luz das referências conceituais que constam acima. Assim, a estrutura do trabalho contempla uma reflexão sobre o processo histórico da comunidade, do qual participa os referenciais dos imigrantes europeus que ocuparam essa colônia no final do século XIX, bem como, a trajetória percorrida pelas famílias, em que estão em jogo suas estratégias de reprodução social na perspectiva de manter seu patrimônio fundiário, social e cultural. Em terceiro lugar serão analisadas as novas pressões da metrópole e as novas estratégias das famílias e, por último, algumas notas conclusivas deste trabalho.

3. O *habitus* familiar revelado no processo de constituição da comunidade de Mergulhão.

Essa comunidade, como tantas outras no entorno de Curitiba, tem sua origem relacionada com a constituição das colônias de imigrantes, principalmente europeus, na Região Metropolitana de Curitiba, no período entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Esse processo foi decorrente da política pública de constituição do chamado “cinturão verde” de Curitiba, conforme modelo europeu em voga naquele momento histórico. A pretensa modernização através desse modelo de ocupação do território que hoje abriga a RMC não correspondia ao processo relativamente perverso dessa colonização.

A origem de Mergulhão está relacionada com a vinda de um grupo de famílias de imigrantes italianos que aportaram, provavelmente, no Porto de Paranaguá e se instalaram, inicialmente, em Morretes ou locais próximos. Posteriormente, há “muito mais de cem anos” (entrevistado 19), subiram a Serra do Mar pelo “caminho dos jesuítas”, a pé e se fixaram na terra

que foi se transformando na comunidade de Mergulhão. Pelo relato das famílias mais antigas do lugar, descendentes daquelas primeiras que se fixaram ali, foram poucas as famílias pioneiras (Juliato, Bortolan, Pissaia, Govin, Viriato, Possobom) as quais, com “muito sofrimento”, (entrevistado 18) desbravaram e construíram suas vidas nessa comunidade.

Então, meus avô vieram da Itália em 1870 [...] Eu sei que eles vieram a pé pra cá, certamente de Paranaguá, eles subiram a pé por um carero que tinha, chegaro aqui [...] vieram por aquele caminho dos jesuítas ali [...] vieram junto com os Bortolan, viero tudo de uma veiz só [...] os Juliatto também, tudo. Só que chegaro aqui enganado, aqui não tinha nada, eles viero achando que tinha tudo [...] a falecida mãe contava que o avô contava, que até folha de árvore comia, era só mato né. Enquanto tinha uma fruta ou outra comia, pinhão essa coisa, guabirova, assim, e daí descobriro um pé de moranga, aqui do outro lado do rio. Todo mundo ia busca lá [...] aquele pé foi o pé milagroso que salvô todo mundo [...] ah, daí eles começaram a prantá né, e as primera casa pra começa a faze, derrubavam pinhero, e a cobertura era uma ripa em cima da outra, e daí faziam fogo embaixo, fazia fumaça, aquele baita picumã sabe? E daí lacrava pra não chover. Hum, tem muito mais que cem ano. (entrevistado 20).

Daí sofreram muito... que era muito mato, e pra planta pra sobrevive tinham que tira muito mato. Que não tinham comida, não tinham nada [...] Ninguém ajudava ninguém...aqui o governo pegou e largou a população...uma área de terra pra cada colono, né, [...] cinco alquere de chão [...] é terra devoluta, né? [...] é porque é colônia, né? Colonização, né? Que o governo até tinha interesse que fosse povoado e tal [...] não tinha nada, minha mãe arrancava mato virgem pra fazer roça. [...] então tinha que abri, trabalharam muito [...] por isso que o pessoal dessas colônia assim, tem fama de pessoal muito... trabalhador, né? [...] não tinha transporte, não tinha nada. Jogaram no mato que nem animal... isso aí eles sofreram bastante. Sem casa, sem comida, sem luz, sem máquina, sem enxada, sem ferramenta... e como é que eles construíram? [...] aqui nós temo viga no paiol mais de cem ano, tudo feito com machado [...] e os encaxe, que não tinha prego (entrevistado 5).

Mesmo passado um século das experiências vividas pelos imigrantes que vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor, percebe-se nos relatos transcritos acima o sofrimento e a luta das famílias para reproduzir as condições mínimas de sobrevivência. As precárias condições de vida dos pioneiros foram associadas a dois fatores que marcaram a história dessas famílias: a pobreza em que se encontravam nas suas nações de origem (Itália e Polônia), o que impulsionou a vinda das famílias nas condições de extremo risco ao qual se submeteram, e a política de colonização, a qual “enganou” porque apenas deu terra (5 alq), mas sem oferecer as mínimas condições de trabalho e de sobrevivência (comida, moradia) durante o processo inicial de colonização.

Segundo os dados da pesquisa de campo, a origem étnica do casal responsável pelos estabelecimentos é, basicamente, de poloneses (22 incidências) e de italianos (22 incidências) e poucos alemães (7), brasileiros (4) e portugueses (2). A grande maioria das 22 famílias agricultoras (19) reside no estabelecimento há mais de 20 anos (máximo previsto no formulário). Essa “mistura” étnica explica-se de certo modo pela convivência das famílias de Mergulhão com a comunidade vizinha chamada Muricy, que tem origem em uma colônia de poloneses; apesar do preconceito dos “italianos mais velhos que não queriam saber de filho seu casado com polonês”.

Eu, desde moço, já tava de olho na minha veia... ah, amor de infância então [...] até que deu certo entre nós dois. Meu pai não aprovava e nem minha mãe [...] Italiano casar com polaco né! Ah, era coisa, não podia, não queriam né? [...] naquela época, que eu era gurizão, não gostavam que polaco brincasse com italiano, sei lá porque né. (o filho interrompe e diz: e tavam certo viu o polaco era muito ganancioso né) (entrevistado 18).

Uma das características fundamentais dessa comunidade (como é comum em outras comunidades rurais) é a existência da grande parentela¹, a qual foi se constituindo no entrelaçamento de várias famílias nucleares, que constitui a base social até os dias atuais. Por esse motivo, associado as outras relações de proximidade inter-familiares, as relações de interconhecimento (MENDRAS, 1978) marcam a história da vida comunitária de Mergulhão. No caso de Mergulhão, o que chama a atenção é a existência do preconceito dos italianos em relação aos poloneses, amenizado no processo de constituição da parentela. Apesar disso, mesmo os descendentes da “mistura” étnica ainda conservam resquícios preconceituosos, vide a manifestação de um dos filhos do entrevistado 18, que prontamente atribuiu aos poloneses a pecha de “gananciosos”. Tal afirmativa, segundo ele, é porque os poloneses “querem só vender” e “estragam” os preços no mercado, porque “trabalham feito burro” e ganham pouco.

A grande maioria dos entrevistados referia-se à comunidade como um lugar de “um povo muito trabalhador” ou que “não tem preguiça pra trabalhar”, mesmo atribuindo às atividades da agricultura os conceitos de “muito sofrida” ou “aqui não se tem descanso nunca” e assim por diante. Há nessa comunidade uma auto-imagem muito positiva baseada na luta dos pioneiros e na história do lugar. História essa que hoje está sendo reconstruída por muitas famílias que estão envolvidas com o turismo rural, inclusive com a recuperação e exposição nas cantinas de fotos das várias gerações. Percebe-se, também, uma análise crítica da situação vivida pelos ascendentes na sua relação com as políticas públicas, o que denota um nível de informação e de compreensão em relação à história e à luta pela inclusão social dessas famílias.

O nome dado a essa comunidade tem origem, segundo as histórias contadas pelos avós e pais dos entrevistados, no nome de um pássaro chamado Mergulhão. É uma ave muito comum no lugar e possui, como principal característica, a de se alimentar de peixes “pescados” através do vôo rasante e mergulho nas águas abundantes que havia no lugar (Rio Pequeno e lagos formados pela intensa precipitação de chuvas, na várzea do rio). Essa abundância de água é um dos fatores que sempre assegurou as condições da produção agropecuária e a qualidade de vida das famílias e hoje é responsável pelas pressões pela preservação da água para abastecer a metrópole.

A marca que diferencia historicamente essa comunidade é a produção da uva – uma tradição familiar que vem “das origens” e permanece como uma das opções importantes de sobrevivência de muitas famílias vinculadas à produção e venda do vinho. Essa tradição é ilustrada por três visitas feitas às famílias pioneiras, donas de parreirais cuja muda original, segundo relatos de diversos agricultores, foram trazidas há muito “mais de cem anos” pelos avós, no navio de imigrantes. A festa típica dessa comunidade é a “Festa do Vinho” que acontece todos os anos e reúne cerca de 12.000 (em 2004) a 15.000 (em 2005) pessoas, o que acaba

¹ Segundo Fukui (1980), apud Antuniasse (1998, p. 198) In: Ferreira e Brandenburg (1998), “a parentela brasileira constitui um grupo de parentesco de sangue, formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes umas das outras, mantendo uma teia de obrigações recíprocas”.

envolvendo toda a comunidade. A produção da uva sempre esteve associada às demais atividades dos agricultores familiares desta região, ou seja, à produção agropecuária para o consumo e para o mercado urbano.

Ah, essa aqui parera veia, essa linha aqui e aquela urtima lá, essa daqui tem mais de cem anos... essa daqui, aquela lá. [...] de tudo aí, porque... de fora não vai, eu peguei quatrocentos ou seiscentos muda do Rio Grande e não deu aqui. Quem planto essa muda foi meu avo quando veio da Itália. Italiano é um bicho desgraçado, né? É fogo mesmo... [...] Naquele tempo eu era pequeno..eu me lembro, eu me lembro meu pai arregaçava a carsa e, e pisava com tudo...na uva na tina. [...] Meus avo era olaria e a uva, mas a maioria a uva, que tinha...aquele carretão de roda assim de, de, seis cavalo. Eles carregavam na pipa e levavam lá no Portão, que lá tinha distribuidora, né? [...] de vinho, então ele pegava o vinho de tudo aqui... mas naquele tempo a estrada aqui era estradinha e acabo-se, que incalhava à toa, toda estrada de pó, né? A carroça dele era de seis cavalo. Ele foi dos primero produtô de vinho [...] começo com meu avô (entrevistado 19).

Associadas a essas atividades, a tradição também comportava toda a produção para o autoconsumo, com venda do excedente. Havia ênfase no feijão, milho, “muideza” (queijo, salame, manteiga, ovos, doces, carvão, frutas, verduras, etc) e criação. A venda do excedente era corriqueira em função da proximidade com Curitiba. A inserção na dinâmica do pólo metropolitano ocorria pela venda direta dos produtos da agricultura para as famílias curitibanas. Mesmo considerando a pouca distância entre Mergulhão e o centro de Curitiba (hoje em torno de 25 km), as dificuldades de locomoção devido ao precário acesso aos meios de transporte e, principalmente, pela má condição das estradas, faziam com que essa distância se tornasse quase intransponível quando as chuvas eram abundantes.

Mesmo assim, era a Curitiba que os agricultores se dirigiam para comercializar seus produtos. Havia uma relativa intimidade com a cidade por parte deles, já que conheciam detalhadamente os endereços e localizavam-se com muita facilidade, segundo os depoimentos dos entrevistados. Essa proximidade permitiu o acesso, mesmo que em pequenas quantidades, à renda monetária e, mais tarde, o acesso ao trabalho remunerado de muitos descendentes destas famílias. Não era compatível o tamanho da área e o volume da produção e renda para manter as famílias com vários filhos, como eram os casos da grande maioria das famílias pioneiras. Conforme os relatos dos atuais responsáveis pelos estabelecimentos, com idade em torno de 70 anos, a estratégia de recorrer ao trabalho assalariado externo para contribuir com a renda familiar, já fazia parte de sua geração, que não deixou de residir e ou trabalhar parcialmente no estabelecimento da família. Fato que se repetiu com seus filhos e netos.

Antes pra ganhar um dinheirinho tinha que carrega a carroça cheia de lenha, carvão, frango, ovo, e bate manteiga, leitão, e bate de casa em casa pra vender. Nos boteco era só troco, dinheiro não corria [...] de carroça, de casa em casa. Passava lá na frente da cathedral, por tudo, tudo, de carrocinha. Levava 24 hora pra ir e vorta. [...] por essa estrada aqui de São José, era atolador, atolava até baril, Quando dava chuva assim, era espremedor [...] ali pra baixo, era um barro, meu deus do céu. Eu me lembro disso com o pai. Daí colocava quatro cavalo. [...] Curitiba mudou de um jeito que... eu nem conheço mais Curitiba, conhecia tudo. [...] nossa, não precisava nem de carro pra andar. [...] andava por tudo, ia até no Santa Quitéria no Portão, eu tinha o meu primeiro carro, o pé de bode “um chevroletzinho 1931”. Troquei ele por três vaca, que não sabia o que valia naquela época Depois melhorou, depois que começo a criar as vaca [...] o que melhorou foi depois, entrou uma linha de quejaria, aí o pessoal fazia quejo bastante e daí levava pra Curitiba, e daí o pessoal começou aumentar as vaca, aumentar, aumentar e foi aumentando, aí surgiu a usina de Curitiba, na Rua Silva Jardim, aí começou um leiteiro de São José e levava até lá. Daí foi aumentando, daí já entrou um outro leiteiro daqui, e daí virou tudo leiteria aqui, foi onde o pessoal ganhou

dinheiro. Daí, passado muitos anos, a usina abriu uma filial em São José, aí cresceu que barbaridade, viro a CLAC. Aí quanta gente que levantou por aqui. (entrevistado 20).

Essas referências lembram o que diz Bourdieu (2001) sobre o fato de que os agentes sociais são dotados de *habitus* que são inscritos nos corpos pelas experiências passadas. O *habitus* é produto e, ao mesmo tempo, produtor da história, porque é através das práticas individuais e coletivas, engendradas pelos esquemas geradores da própria história, que o passado sobrevive na atualidade e tende a se perpetuar no futuro, “actualizando-se em práticas estruturadas segundo seus princípios, lei interior através da qual se exerce continuamente a lei de necessidades externas irredutíveis às coações imediatas da conjuntura” (BOURDIEU, 2002, p.178). Na trajetória das famílias nos estabelecimentos da comunidade, herdados dos pioneiros que desbravaram a região, observa-se as marcas que estão na memória e que engendram estratégias até hoje, responsáveis pela reprodução destas famílias no espaço social e físico da comunidade. Observam-se semelhanças nos discursos familiares, na linguagem, no modo de vestir e nos símbolos que são valorizados. A ênfase de todos é na saga de luta das famílias, na coragem dos antepassados, no povo trabalhador que faz esta comunidade ir em frente. Símbolos são preservados como forma de “comprovação” desta história: as fotos dos antepassados, as construções antigas, os pés de uva originais que vieram da Itália, os objetos antigos que eram usados na produção do vinho e das “miudezas”. Diz Bourdieu que:

A diversidade de condições, a diversidade correspondente de *habitus* e a multiplicidade de deslocamentos intra e intergeracionais de ascensão ou declínio fazem com que os *habitus* possam se defrontar, em inúmeros casos, com condições de atualização diferentes daquelas em que foram produzidos: isso ocorre em especial em todos os casos em que os agentes perpetuam disposições tornadas obsoletas pelas transformações das condições objetivas ou quando ocupam posições capazes de exigir disposições diferentes daquelas derivadas de sua condição de origem” (BOURDIEU, 2001, p. 196)

As condições objetivas demonstram que na trajetória dessa comunidade, dada a sua proximidade com Curitiba e as dificuldades de manutenção de toda a família em áreas tão reduzidas, é possível identificar mais diretamente as nuances das demandas da metrópole e seus efeitos sobre o desenvolvimento da comunidade. Constata-se que o projeto inicial de instalação das colônias como mecanismo de constituição do “cinturão verde” no entorno de Curitiba, com a função clara de abastecer os núcleos urbanos em plena expansão, acabou sendo cumprido pela comunidade de Mergulhão. É importante lembrar que a vinda dos imigrantes europeus a partir de 1850, mais intensamente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, respondia a uma idéia dominante nas elites brasileiras de que a modernização do país dependia da inserção destes imigrantes no processo produtivo, porque possuíam conhecimentos técnicos e domínio de uma racionalidade mais adequada ao “progresso” na nação (VAINER & AZEVEDO, citado por GELHEN 1998, p. 61).

Se observada as políticas públicas para o rural a partir da fundação da COMEC (Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba), em 1975, pode-se constatar a continuidade desta estreita relação entre política pública e respostas da comunidade de Mergulhão. Em 1978,

no primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), a COMEC recomendava para a região a leste de Curitiba a constituição e expansão da bacia leiteira para abastecer a RMC. Em São José dos Pinhais, já existia e prosperava a produção e beneficiamento do leite há muito tempo, antes mesmo da fundação da CLAC (Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda) em 1959 (registrada no sistema OCEPAR em 1972); a qual entrou em falência na década de 90. A opção pela produção do leite, segundo depoimentos de alguns agricultores de Mergulhão, vinha da tradição das famílias que mantinham, como seus ascendentes europeus, um sistema de produção baseado na policultura-criação.

Essa cooperativa foi de suma importância para as famílias agricultoras de Mergulhão, porque sendo sócios eles obtiveram através da CLAC as condições para a modernização da produção. Adquiriram gado de raça, receberam orientação sobre inseminação, compraram máquinas para o trabalho com o leite e lavoura, adquiriram insumos industrializados, asseguravam o transporte adequado, a compra de toda a produção e o financiamento, entre outros benefícios. Foi nesse período (entre anos 70 a 90), que esta comunidade vivenciou uma grande prosperidade econômica, responsável pela melhoria das condições de vida das famílias, inclusive permitindo o retorno de muitos filhos para trabalhar em tempo integral no estabelecimento familiar, além da aquisição de terras, entre outras melhorias. O que se conclui é que, nesse caso, tal política pública veio confirmar as estratégias já existentes, estabelecidas como respostas às demandas e às condições sociais concretas vividas pelos agricultores.

Estas transformações modificaram aspectos importantes da vida camponesa, inseriram uma racionalidade guiada pela eficiência necessária para ser competitivo no mercado, modernizando as estruturas de produção e dos conhecimentos técnicos. No entanto, essa especialização na produção leiteira não acabou com os aspectos da tradição. Aliada as atividades voltadas diretamente para o mercado continuou a produção voltada para o consumo (“de tudo um pouco”) da família e dos animais e, ainda, a manutenção da tradição italiana na produção da uva e do vinho. Os filhos e netos saíram para trabalhar como assalariados urbanos, inclusive muitos como técnicos de organismos voltados para a agricultura, mas não deixaram de permanecer morando e ou produzindo nos estabelecimentos familiares. Há diversificação das situações vividas pelas famílias, há mudanças inter e intrageracional, no entanto, permanecem aspectos relevantes constitutivos do *habitus* familiar, que se renova em novas estratégias de reprodução social das famílias.

Em síntese, a trajetória das famílias dessa comunidade pode ser sintetizada em três grandes fases: a primeira, com base na herança camponesa européia baseada na policultura-criação e na mecanização com tração animal que marcou a ocupação e desenvolvimento da comunidade; a segunda, com base na intensa produção leiteira, mais especializada e tecnificada, com grande prosperidade econômica; a fase atual, marcada pela olericultura/fruticultura e pelo turismo rural, o qual fez intensificar a produção tradicional do vinho e de outros derivados da

produção tradicional em agropecuária, ao mesmo tempo, modificando aspectos importantes da vida comunitária.

3. A dinâmica atual do turismo rural: estratégias de reprodução social das famílias

No segundo PDI, divulgado através de relatórios parciais de 2002 e 2003, as grandes diretrizes apontaram no sentido de incorporar no projeto de futuro da RMC a abordagem do “desenvolvimento sustentável”. Deste modo, a COMEC buscou evidenciar as preocupações ambientais e passou a dar ênfase à conservação e proteção, principalmente no que se refere aos recursos hídricos e remanescentes florestais naturais (em geral, mata ciliar) para o abastecimento de água da RMC. Para as áreas estratégicas de captação de água a recomendação passou a ser atividades com menor impacto ambiental, entre elas o turismo rural. A comunidade de Mergulhão é exemplo dessas mudanças desde a criação da APA estadual do Rio Pequeno (decreto 1752 de 6/5/1996) que fica à margem da comunidade. As principais iniciativas do poder público municipal e estadual e de várias instituições de ensino e pesquisa, como a PUC (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), por exemplo, foram direcionadas ao incentivo do turismo rural.

A Prefeitura Municipal tem participação em diversas ações: pavimentação das vias de acesso e das que ficam no interior da comunidade; reuniões e incentivo para a constituição da Associação do Caminho do Vinho; distribuição de placas do “caminho do vinho” na frente das cantinas; pesque-pagues; restaurantes; venda de artesanato, com indicação da atividade e a família responsável; infra-estrutura para a realização da festa do vinho; entre outras. O que era uma tradição – a uva e o vinho e as “miudezas” - agora passa a ser o maior atrativo para o turismo rural, responsáveis por ganhos significativos para as famílias envolvidas. O vinho passou a ser uma marca da comunidade, mas, em torno dele, outras atividades foram sendo desenvolvidas para aproveitar o fluxo dos turistas. Exemplo são os restaurantes, cafés coloniais, pesque-pagues e venda de artesanato. Outro exemplo desse processo de conservação e proteção ambiental, tal como previsto no PDI, é que o prazo de saída de um matadouro/frigorífico de suínos localizado na comunidade já estava se esgotando em 2005, o que aponta para um direcionamento das atividades a serem estimuladas no lugar.

A partir da dinâmica demográfica das famílias de Mergulhão é possível observar duas situações importantes. As 22 famílias possuem um total de 112 membros, o que equivale a média de 5,1 membros por família; o total de filhos chega a 58 o que equivale a média de 2,6 filhos por família. Desses, 91 (média de 4,1) membros residem no estabelecimento rural, sendo que desses 39 são filhos (média de 1,8). Em primeiro lugar, no que se refere ao número de membros, verifica-se a queda do número de filhos por família, fato que vem acompanhando a tendência das últimas décadas, tanto no nível nacional como no estadual. Porém, a média da comunidade (2,6) é menor que a média nacional (3,7) e da região Sul (3,2), segundo dados do IBGE (2005). Em segundo lugar, observa-se um processo de envelhecimento da população, seja porque ficam os mais velhos (46% dos responsáveis estão na faixa etária acima de 50 anos) no estabelecimento rural e

migram os mais jovens (média de filhos: 2,6 - média de filhos residentes: 1,8), seja porque a proporção de idosos acima de 61 anos é de 12,5% sobre a população total da comunidade (a média do PR de 65 anos e mais é de 5,8%).

Destaque-se o fato de que 10 (dos 91) residentes são aposentados que tem nas aposentadorias a principal fonte de renda monetária da família (ultrapassa a 50% do total da renda). Quanto ao destino dos 16 filhos que saíram do estabelecimento, observa-se que 13 foram para o meio rural [da comunidade (3), do município ou de outros municípios da RMC] e apenas três (3) foram para a cidade. A tendência de migração para o rural chama a atenção, pois, aparentemente, as “oportunidades” pela proximidade física e social das cidades limítrofes parecem sucumbir à tradição das famílias agricultoras e ao fato de que o rural é o espaço de reprodução de uma fatia importante da população da RMC.

A dinâmica das ocupações dos membros das famílias pesquisadas de Mergulhão explicita as principais estratégias de reprodução social. Ainda hoje continua sendo a agricultura a principal atividade para 41 dos 91 membros residentes das 22 famílias entrevistadas. No entanto, são 12 famílias que possuem membros residentes (em torno de 27 (30%) membros) desenvolvendo atividades extra-agrícolas, como principal atividade ou como atividade secundária. Na maioria absoluta dos casos essas atividades estão associadas com a atividade de agricultor. A estratégia dessas famílias visa, em geral, aumentar a renda familiar e/ou ocupar a mão de obra não utilizada nas atividades agrícolas. Desses 27 membros, 16 são filhos, 5 são os responsáveis pelo estabelecimento, 3 são cônjuges e 3 “outros membros”.

Das 12 famílias que possuem membros (27) envolvidos nas atividades extra-agrícolas, 8 famílias estão vinculadas ao turismo rural (5 cantinas de vinho, 1 restaurante/lanchonete, 2 pesque-pagues, todos com venda de produtos derivados da produção animal ou vegetal como doces, embutidos, bolos, queijo, manteiga, requeijão etc). Das outras 4, 3 famílias têm membros assalariados não agrícolas fora do estabelecimento (2 no aeroporto internacional próximo da comunidade) e 1 assalariado agrícola fora do estabelecimento. O perfil dessas atividades permite afirmar que o *habitus* familiar construído pelas sucessivas gerações, a partir de uma base étnica/cultural dos italianos e poloneses, contribuiu para compor a “marca” da comunidade do Mergulhão que é a produção do vinho e dos derivados da produção agropecuária (embutidos, queijos, compotas, doces, massas, entre outros). Essa “marca” está vinculada à tradição da comunidade, porém, é atualizada pelas novas demandas legais e sociais. Ilustra bem essa dinâmica o depoimento do entrevistado 20:

“quando montamo o pesque-pague já foi com a lanchonete. A gente serve lanches, porções... o pessoal vem mais por causa do espetinho de peixe. Só que a gente foi construindo num cantinho, depois a gente foi aumentando, aumentando e...[.] era menor sim, a gente atendia antes só com freezer, num cantinho. Daí a gente foi aumentando. Faz o que, uns três anos né? Acho que uns três anos. Esse progresso da comunidade ah, acho que a qualidade dos produtos aqui na região né, do vinho..isso chama. Então eles vem. O vinho daqui com o de Campo Largo não tem nem comparação. Ma o pessoal se engana, porque o vinho daqui, toma um litro daquele, vem aqui toma um pouquinho já sai arredando porta (risos). [..] aqui vende bastante compota também, vende, o pessoal faz bastante compota. Doce, salame também. Facilita porque é pertinho da cidade também [..] facilita bastante né. Agora com o calçamento até na igreja ali

facilitou bastante. Do centro é rapidinho". Isso aqui era, era um tanque né, e daí aqui no vizinho, tinha movimento aí, o banhado não tinha serventia pra nada, fomo aumentando, aumentando. (entrevistado 20)

Lembrando Bourdieu (2002), *habitus* significa “um sistema de disposições duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objectivamente “reguladas” e “regulares” sem nada serem o produto da obediência as regras [...] “disposições não conduzem de modo determinado a uma ação determinada: elas só se revelam e se realizam em circunstâncias apropriadas e na relação com uma situação” (BOURDIEU, 2001, p. 163, 182). O *habitus* como um sistema de disposições de “ser e de fazer constitui uma potencialidade, um desejo de ser que, de certo modo, busca criar as condições de sua realização, portanto impor as condições mais favoráveis ao que ele é” (idem). Isso dito, tal conceito só pode ser entendido como o espaço que, estando no indivíduo, contenha disposições que são coletivas (funcionam de maneira orquestrada). Assim, as estratégias de reprodução engendradas pelo *habitus* constituem mediações pelas quais se realiza a tendência da ordem social a perseverar no ser.

Observa-se que as “novas” estratégias caminham no sentido das demais estratégias estabelecidas historicamente pelas famílias de Mergulhão, ou seja, elas estão vinculadas ao saber e às experiências concretas dos agricultores, os quais transformam esses saberes e experiências (*habitus*) em oportunidades de renda e de trabalho para a família de acordo com as oportunidades do contexto em que vivem. Na maioria dos casos das famílias envolvidas com o turismo rural, observa-se a presença forte dos filhos participando de algum modo das decisões e diretamente do trabalho com divisões de tarefas e estabelecimento de funções bem definidas. Há muitos exemplos de filhos que residem em São José dos Pinhais e que trabalhavam na cidade e estão retornando aos estabelecimentos familiares para se dedicarem às atividades de produção, transformação e venda dos produtos da agricultura familiar e à abertura de novas possibilidades para aproveitar o turismo rural, investindo na construção de infra-estrutura como pousadas, lago com pedalinhos, etc.

Vale destacar o fato de que o turismo nessa comunidade contou, além das políticas públicas de incentivo ao turismo rural, com a proximidade com as cidades de São José dos Pinhais (6 km) e Curitiba (25km) e pela boa infra-estrutura viária. A maioria das famílias envolvidas com o “caminho do vinho” está investindo na construção e em equipamentos mais adequados para a produção do vinho e dos demais produtos artesanais, bem como na comercialização direta com os consumidores. Estão melhorando em muito a infra-estrutura para o turismo rural, apesar de os depoimentos demonstrarem uma relativa insegurança ainda quanto à consolidação ou não desse projeto de desenvolvimento.

Em relação aos sistemas produtivos predominantes pode-se afirmar que dos 22 estabelecimentos rurais de Mergulhão, 11 estão no extrato entre 10ha a 20ha, 7 com menos de 10ha e 4 entre 20 e 42ha, ocupados pela olericultura, fruticultura, pecuária, produção de leite e produção do vinho. Há uma forte presença da olericultura, combinada com grãos (5 casos), ou

com a fruticultura (4 casos), ou com o leite (2 casos), ou com pesque-pague – piscicultura (2 casos) ou, ainda, com a produção de húmus (1 caso). Nessa comunidade, existem aqueles sistemas mais tradicionais que continuam a se desenvolver, como é o caso da produção do leite e seus derivados e da uva associada à produção do vinho, como já visto anteriormente. Assim, o que caracteriza de certo modo a terceira fase de desenvolvimento da comunidade é justamente a tensão entre a intensificação da olericultura e fruticultura para o mercado e as pressões e oportunidades abertas pela perspectiva das novas ruralidades, como o turismo rural, que contempla a conservação da paisagem rural, algo útil para a preservação dos recursos hídricos da RMC.

Em relação a assistência técnica observa-se que 17 (78%) agricultores declararam ter acesso à assistência técnica, dos quais 13 acessam assistência da EMATER; 7 da Secretaria Municipal de Agricultura e 6 de empresas privadas e, dessas, algumas são ligadas ao leite (Frimesa). Pode-se inferir desses dados que a presença da assistência técnica foi responsável, em grande medida, pela inserção dos agricultores de Mergulhão na primeira fase da modernização, via produção do leite, e continua sendo estratégica tanto na intensificação da produção olerícola e da fruticultura (uva e morango) como no estímulo e investimento no turismo rural.

É importante destacar que foram observadas duas experiências de produção ecológica: um produtor de uva/vinho ecológico (entrevistado 8) e um olericultor (entrevistado 18), as quais apontam para uma recente modificação nas práticas convencionais dos agricultores. A primeira porque o agricultor teve experiência negativa com o uso de agrotóxico e a segunda porque está se inserindo nas novas demandas de mercado e respondendo às pressões pelas “sustentabilidade”. A lógica de mercado, porque reduz custos e melhora os preços na comercialização; às pressões para a conservação ambiental e preservação da paisagem rural porque são possibilidades de atrair os turistas, além do atrativo da cantina de vinho no estabelecimento. Essa família tem projetos para construir um grande lago artificial (no lugar onde já tem um pequeno lago natural) com pedalinhos e uma pousada com bar para atender aos turistas. Diz um dos membros dessa família que “é preciso criar mais atrativos pra poder ganhar mais com o turismo e vender mais os produtos tanto da cantina como da roça porque as pessoas têm interesse de levar produtos mais naturais pra casa”. Inclusive sua esposa está fazendo cursos de turismo rural e tem expectativa de ser contratada pela prefeitura para aprimorar os serviços prestados na comunidade. Deste modo, as preocupações ambientais que motivaram as políticas públicas de proteção aos recursos hídricos têm incentivado e promovido a expansão do turismo rural e uma incipiente conversão para a produção orgânica.

Mergulhão, pela curta distância com a cidade de São José dos Pinhais, observa-se uma importante valorização das terras e as oportunidades que se abrem com as atividades para atender ao turismo rural que, combinadas com as demais atividades agropecuárias, promovem um movimento de retorno de membros para o estabelecimento familiar, como estratégia de

trabalho e de manutenção desse patrimônio que precisa ser reproduzido para que a família encontre alternativas mais compensadoras que aquelas que vinham tendo na cidade ou mesmo no rural. O envelhecimento da população residente, identificada na análise sobre os dados demográficos, tende a abrir maior espaço para os filhos e netos, facilitando esse movimento de retorno ou mesmo de permanência daqueles que já residiam no estabelecimento familiar. São possibilidades reais que de certo modo garantem a permanência da grande maioria das famílias nos estabelecimentos rurais em Mergulhão. Nesse sentido, estas estratégias reforçam os principais depoimentos sobre os projetos de futuro das famílias entrevistadas, os quais apontam a preservação e ampliação do turismo rural, bem como, a continuidade da olericultura e fruticultura, com abertura para uma “produção mais natural”. Há um relativo consenso de que a permanência das famílias agricultoras depende da combinação das atividades agropecuárias e do turismo rural, com forte presença da pluriatividade.

Essas constatações podem ser confirmadas quando a composição da renda monetária das famílias de Mergulhão é analisada. É possível identificar como as atividades não-agrícolas entram na dinâmica familiar e como a agricultura é um espaço importante nas estratégias de reprodução da família e do estabelecimento rural. Se a fonte que participa com maior volume nos recursos financeiros da família for tomada como ponto de partida, verifica-se, no caso das 22 famílias de Mergulhão, o seguinte: 6 têm mais de 80% da renda monetária oriunda da produção agropecuária (14 têm alguma renda da produção agropecuária); das 5 cantinas de vinho (agricultor 1, 8, 10, 16, 19), 3 têm mais de 70% da renda monetária oriunda das cantinas, 1 tem 43% e o outro apenas 3% porque tem no interior do estabelecimento uma oficina mecânica que rende 90% do total dos ganhos familiares; 4 têm mais de 50% dos recursos financeiros oriundos de aposentadoria (13 aposentados); 1 família obtém 71% da renda com o pesque-pague; 1 família obtém 68% da renda do salário da esposa e filhas; 1 família obtém 65% da renda de aluguel de imóveis; e 1 tem 50% da renda oriunda da produção agrícola e 50% do trabalho assalariado do responsável em trabalho agrícola fora do estabelecimento. Esses dados comprovam tanto a importância da produção agropecuária como da pluriatividade das famílias.

Vale lembrar que existem outras cantinas de vinho e estruturas para o turismo (em torno de 6) que não foram pesquisadas porque não atendiam aos objetivos da pesquisa voltada para a construção da tese de doutoramento², da qual se origina esse artigo, a qual estava direcionada para compreender as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. São cantinas que apenas comercializam o vinho e outros produtos adquiridos de fora, portanto, desligadas da produção do estabelecimento rural. Algumas, inclusive, têm apenas uma pequena área onde estão situadas as construções da estrutura física. De qualquer modo, essas cantinas reforçam as estratégias das famílias tradicionais da comunidade que se dedicam ao turismo rural e que, ao que parece, são a atração principal para os turistas. Porém, elas somadas aos recentes

² Tese de doutorado “A reprodução social da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interações”, defendida em março de 2006, junto ao programa Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

condomínios (irregulares) de moradia para os cidadãos (3 condomínios visitados), representam uma relativa ameaça para as famílias agricultoras.

A reação das famílias entrevistadas aos “de fora” da comunidade, variava entre uma postura de ignorar a presença deles até de culpá-los pelos problemas da comunidade. Alguns agricultores, quando perguntados sobre a existência destes condomínios, as respostas imediatas eram de desconhecimento, porém, em seguida, condenavam os proprietários (identificados pelo sobrenome da família) que venderam suas propriedades para “os de fora”. Outros agricultores, aqueles que vizinham com os “de fora”, atribuem a eles a responsabilidade pela poluição do arroio que separa estes estabelecimentos, ou condenam o barulho excessivo promovido por eles, como exemplo, uma das chácaras que frequentemente realizava festas “rave”. Muitos atribuem a recente onda de violência (assaltos a mão armada, roubos, etc) na comunidade a intensa circulação de gente “de fora”, inclusive pela divulgação do turismo que expõe a comunidade tanto positiva como negativamente.

4. Notas conclusivas

Observando a trajetória da comunidade de Mergulhão, observa-se que as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras são respostas que contêm o *habitus* familiar constituído pelas referências da vida camponesa européia, adaptadas as situações do contexto das políticas públicas de colonização no entorno de Curitiba. Contêm, também, as pressões e oportunidades de cada situação vivida pelas famílias em sua relação estreita com o urbano e a indústria. Seja no atendimento as demandas de alimento e mão de obra, seja nas respostas as políticas públicas de modernização do campo e, mais recentemente, de conservação dos mananciais de água e dos remanescentes florestais, decorrente das políticas para o desenvolvimento sustentável. Nesses diferentes contextos, a produção agropecuária para o mercado, a forte produção tradicional para o consumo e venda de excedentes e a pluriatividade, coexistiam e coexistem.

As atuais estratégias de trabalho e renda das famílias de Mergulhão estão sim condicionadas pelas pressões e restrições exercidas pelas políticas públicas de proteção das fontes de captação da água para abastecer a metrópole. Preocupações justas, sem dúvida. Porém, a história de ocupação e de relação com o espaço limitado de terra para prover a sobrevivência das famílias imigrantes, fazia com que a terra limpa e em constante processo de produção fosse fundamental para a permanência das famílias nesse espaço físico/social. Mais tarde, a modernização preconizava o uso intensivo do solo e dos demais recursos naturais. Não é diferente hoje, já que para se reproduzir as famílias agricultoras têm procurado aproveitar ao máximo suas terras, combinando atividades agropecuárias (tecnologia convencional) com as de turismo rural. Claro que se evidenciam mudanças que podem, dependendo das políticas públicas e das estratégias dos agricultores, conduzirem a comunidade a uma produção “mais natural”. Isso tudo revela que essa comunidade depende muito de políticas públicas que atendam as

necessidades da agricultura familiar, no contexto das novas ruralidades. Políticas públicas que levem em conta que a expansão dos condomínios residenciais nas terras da comunidade do Mergulhão pode restringir a reprodução das famílias agricultoras nessa comunidade.

O vinho, os doces de frutas, os embutidos, a produção artesanal dos derivados do leite, o peixe, enfim, são os produtos da agricultura familiar que atraem e movimentam o turismo rural. A busca pela paisagem e pela “natureza” não está dissociada da produção agropecuária, inclusive a mais tradicional da comunidade. Isso porque, a natureza que se apresenta em Mergulhão é já muito artificializada ou “desnaturalizada” porque resulta de muitas mudanças e transformações no meio ambiente, desde a ocupação, passando pelo processo de modernização até os projetos atuais. As maiores atrações são as cantinas de vinho, os restaurantes, os cafés e os pesque-pagues, portanto, construções que são incorporadas à paisagem natural, modificando-a. Isso significa dizer que a manutenção da paisagem rural incorpora as mudanças ocorridas, porque o turismo rural no caso de Mergulhão não significa a busca por uma “natureza intocada”. As estratégias das atividades extra-agrícolas das famílias entrevistadas, que optaram por diversificar suas atividades de trabalho e fontes de renda, estão em relação direta com a produção agropecuária e às oportunidades oriundas da relação estreita com o meio urbano.

Assim, o turismo rural está vinculado diretamente a produção da agricultura familiar, produção que vem exigindo tecnologia diferenciada para dar conta da conservação e reprodução do cultivo da uva, por exemplo, porque as parreiras vem sofrendo perdas pela baixa produtividade e pelo extermínio de mudas, pelo ataque da pérola (tipo de praga). Tecnologia diferenciada para dar conta da conversão da produção para o orgânico, já que esta possibilidade está sendo identificada por algumas famílias. Deste modo, as políticas públicas devem de fato assumir o desenvolvimento sustentável como possibilidade de atender às multidimensões do desenvolvimento, em que no caso de Mergulhão, requer reproduzir a agricultura familiar como possibilidade de reprodução social, econômica e ambiental, para a presente e as futuras gerações. Assim, é importante levar em conta que o incentivo ao turismo rural em Mergulhão não pode prescindir de políticas públicas e de assistência técnica, voltadas para a produção agropecuária e a transformação desses produtos. Isso indica que as experiências em curso na comunidade que se referem à produção “mais natural” devem servir como ponto de partida para uma possível conversão para uma produção orgânica, o que atenderia tanto às necessidades produtivas como as de conservação ambiental. Atenderia, também, aos projetos de futuro das famílias que pretendem permanecer na comunidade e ampliar as possibilidades de sua reprodução social.

5. Referências bibliográficas:

BRANDENBURG, A, FERREIRA, A. D. (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1982.

____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

____. **Esboço de uma teoria da prática**. Portugal: Celta, 2002.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, Angela; BRANDENBURG, Alfio (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p 51-70.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio Janeiro: Zahar, 1978.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

AGRICULTURA FAMILIAR, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA ALIMENTAR NO RURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA –PR¹

Cimone Rozendo de Souza

Socióloga, professora da Unibrasil, em Curitiba- Pr.

cimonej@terra.com.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar a forma difusa com que preocupações ambientais se inserem no âmbito da agricultura familiar tomando como referência o estudo de caso de uma comunidade rural na Região Metropolitana de Curitiba. O texto evidencia como os preceitos ecológicos que se intensificaram, sobretudo, com o fortalecimento das exigências ambientais, consubstanciadas tanto por intermédio das políticas ambientais quanto da política agrícola, têm influenciado no processo de reprodução da agricultura familiar. A problemática estabelecida aqui procura reconstituir o cenário de um jogo contraditório que está na base da reprodução «território familiar» sublinhando a importância do meio ambiente como constituinte deste conceito e como elemento de resignificação deste território. A análise mostra que a intensificação das exigências ambientais não tem levado necessariamente a adoção de práticas mais sustentáveis por parte dos agricultores familiares a ponto que estes mesmos passaram a questionar o seu papel no que se refere, por exemplo, à segurança alimentar. A reflexão aponta o caráter normativo das exigências ambientais tanto no campo da política agrícola quanto da política ambiental que, sem constrangimentos, se acomodam no seio de um modelo agrícola produtivista. Por fim, conclui-se enfatizando que, o redirecionamento de modelo agrícola que contemple em seu próprio processo as preocupações ambientais dependerá não somente dos agricultores familiares, mas de um novo posicionamento por parte do Estado.

¹ O presente artigo é parte da tese de doutoramento intitulada “Agricultura familiar, políticas ambientais e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba” defendida em abril de 2006, junto ao Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da UFPR.

Introdução

O presente trabalho discute as formas pelas quais a noção de proteção ambiental se insere no processo de reprodução da agricultura familiar, evidenciando como os agricultores percebem o meio ambiente próximo, principalmente, no que se refere a sustentabilidade ecológica e alimentar. Esta análise tem como referência empírica a comunidade de Santo Amaro, situada na área rural da região metropolitana de Curitiba, no chamado cinturão verde.

Na primeira parte o artigo expõe a importância da interface entre o rural e o meio ambiente mostrando, através de uma breve revisão de literatura, as perspectivas analíticas abertas por este enfoque. Na segunda parte o texto se concentra em situar o meio ambiente como elemento constituinte do “patrimônio familiar” distinto, portanto, das perspectivas de proteção expressas pela legislação, seja ambiental ou mesmo pela política agrícola; que o tomam como um espaço de “reserva” ou como um “recurso”, mas igualmente distinto das concepções das empresas integradas para quem o meio ambiente é apenas, meio de produção e reprodução do capital. Tomando como referência um estudo de caso, o texto mostra a maneira difusa e contraditória como demandas de meio ambiente se inserem no dia-a-dia dos agricultores, pondo em evidência as dificuldades entre as necessidades de produção e proteção ambiental.

● 1 – Meio ambiente e rural: limites e possibilidades para pensar a ruralidade contemporânea.

●

Para estudar as interfaces entre meio ambiente e rural, parte-se da reflexão de Perrier-Cornet (2002a), que sugere que: o rural, quando considerado como espaço natural², é uma entrada para compreender como a sociedade pensa e orienta, através do espaço, a transformação de suas relações com a natureza. Julga-se que este ponto de vista abre uma dupla possibilidade de abordagem: de um lado permite tomar o rural como forma de pensar o meio ambiente, como preconizou Lunginbuhl (1989) e de outro, o meio ambiente como perspectiva para pensar o rural, conforme sugerem Billaud e Soudière (1989). Assim as

² A reflexão de Perrier-Cornet de rural como espaço natural se aproxima do conceito de meio ambiente desenvolvido por Jollivet e Pavê, para os quais este se define como: “o conjunto de meios naturais ou artificializados da ecosfera onde o homem se instalou e que ele explora, que ele administra, bem como o conjunto dos meios não submetidos à ação antrópica e que são considerados necessários à sua sobrevivência. Se caracterizam pela sua geometria seus componentes químicos, físicos, biológicos e humanos, e pela distribuição espacial destes componentes; pelos processos de transformação, ação ou interação envolvendo estes componentes e condicionando sua mudança no espaço e no tempo; por suas múltiplas dependências com relação às ações humanas; por suas importância tendo em vista o desenvolvimento das sociedades humanas” (1997, p.63).

categorias de meio ambiente e rural são apreendidas aqui no seu aspecto relacional, constituindo uma perspectiva analítica que impede uma visão “ambientalizada” do rural, isto é, que tenda a reduzir tudo que envolve o rural à noção de meio ambiente e/ou vice-versa.

Mormont (1997) analisando a relação entre o rural e meio ambiente na Bélgica afirma que: *o meio ambiente é um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea* (p. 37) [...] *ele não se agrega apenas às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõe* (p.40).

Jollivet (1997) afirma que uma nova categoria de rural se constrói a partir da investigação das interfaces entre o rural e o meio ambiente:

A de um rural formado, permeado, estruturado, dinamizado, mesmo de forma conflituosa, pela referência ambiental e pelo projeto e sentido que esta referência veicula [...] Seja pela idéia de uma agricultura sustentável, seja por uma nova concepção de arte de morar - no espaço de trabalho e no espaço doméstico - uma nova forma de tratar e gerir uma natureza próxima e cotidiana, uma nova maneira de apreciar as amenidades que ela traz (JOLLIVET, 1997, p. 365).

Nesse sentido, Jollivet (1997) sublinha o fato de que também as novas funções do rural podem contribuir para pôr em evidencia a sua relação com o meio ambiente. Além disso, para o referido autor o rural tem um lugar privilegiado no entendimento da relação sociedade/natureza, pois é onde se situa maior parte dos solos, da água, da biodiversidade etc. Por isso, para ele, o rural constitui, por excelência, o ponto de contato entre sociedade e natureza. Jollivet (1997) afirma que o debate sobre meio ambiente vem reiterar o papel do meio rural nos processos mais gerais de desenvolvimento da sociedade o que, no caso europeu, por exemplo, tem contribuído para a redefinição dos espaços rurais.

As evidências do imbricamento entre o rural e meio ambiente se confirmam, para Jollivet (1997) com a implementação de diversas práticas de ordenamento territorial rural, pela criação de áreas protegidas no meio rural, pelo crescimento de restrições do uso dos solos e dos recursos naturais, mas também pelo surgimento de novas idéias de natureza e de meio ambiente, produzindo e reproduzindo outras formas de viver o rural, de viver no rural.

A definição de meio ambiente, elaborada por Mormont (1997), revela bem o grau de complexidade da relação com o rural.

O meio ambiente é antes de tudo **um território**: ele é não somente uma força produtiva, mas também a **base das identidades locais e regionais** que podem sustentar os projetos de desenvolvimento e as dinâmicas locais [...] (p. 34) constitui um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea: **as relações entre o rural e urbano**, mas também a diversidade de atores, de usos, de saberes, de representações e técnicas a partir de diferentes campos (MORMONT, 1997, p. 37, grifos nossos).

Neste aspecto o meio ambiente se constitui como uma categoria transversal, pois coloca em evidência o fato de que, mesmo quando as preocupações ambientais não surgem no meio rural acabam sendo projetadas sobre ele. As dimensões assumidas pelo rural face às questões ecológicas leva Mormont (1996) a afirmar que nas sociedades modernas, o meio ambiente é a linguagem potencial de uma reconceitualização sócio-política³ do rural, conformando-se como fonte possível de sua recomposição e revalorização. Para ele as interdependências ecológicas reatribuem à questão rural uma significação, porque “o espaço rural é uma questão de apropriação e de gestão, cuja importância tende a englobar as estratégias de desenvolvimento, tanto para a agricultura, quanto para outros setores” (MORMONT, 1996, p. 40)

Wanderley (2000) concorda com Mormont sugerindo que a assimilação do meio ambiente ao meio rural estabelece o diálogo com as cidades em um novo patamar, dado pela importância que a natureza assume, em particular para os habitantes dos centros urbanos. Neste sentido, o meio rural pode passar a ser visto como “valor indispensável” ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como “mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais”.

Por isso para Wanderley (2005)⁴ o projeto ecológico representa a possibilidade de incluir os elementos deixados para trás pela modernização. Pode-se concluir a partir desta afirmação que tal referência pode colocar em curso uma modernização socialmente definida, como reivindicado pela autora (1998).

Essa resignificação do rural por meio do projeto ecológico lhe situa como o locus privilegiado no processo de desenvolvimento mais geral, destacando não apenas os aspectos que este desempenha na conservação da diversidade ambiental, mas na garantia de segurança alimentar, de conservação da paisagem, etc. Como bem frisou Jollivet (1997) “é lá que se busca um ambiente de qualidade para as estratégias de localização, para o lazer e também de qualidade alimentar” (p.354). Justamente por isso o rural se constitui como *um portador de reivindicações e fonte de inspiração para uma argumentação crítica do desenvolvimento econômico* (MORMONT, 1997, p. 26).

Estas perspectivas têm permitido um novo olhar sobre o mundo rural, fazendo-o reemergir como *território do futuro* (Jean), um *espaço de encontro* (Mathieu) e de possibilidades, sobrepondo-se às concepções hegemônicas que o tomam como espaço de precariedade e atraso. Observa-se que a categoria de meio ambiente no meio rural criou um

³ Ferreira (2002) em seu texto, Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade analisa as especificidades do rural brasileiro, evidenciando como o conceito de meio ambiente no rural europeu tem permitido uma resignificação deste, tanto do ponto de vista do espaço vivido quanto de uma categoria sócio política que permite articular estes dois domínios.

⁴ Conferência realizada em 25.08.2005 na UFPR, como atividade do Centro de Estudos Rurais (CERU).

cenário de novos desafios, mas também de possibilidades de pensar os espaços rurais. Como bem sublinhou Jollivet (2001) “a noção de meio ambiente pode fazer surgir “uma espécie de ruralismo utópico”[...] a realização de um rural utópico, ao lado de uma indústria limpa, com suas águas limpas, seus rios e suas paisagens conservadas (...)” (2001, p.357)

Mas quais os sentidos ou quais as orientações que esta assimilação do rural ao meio ambiente, ou nas palavras de Perrier-Cornet, do rural como espaço natural tem tomado no âmbito da agricultura familiar que se desenvolve na região metropolitana de Curitiba? Aspecto que se propõe a tratar nos próximos itens.

○ **2. O Meio ambiente como integrante Território Familiar**

Para Brandenburg e Ferreira, 2004; Carmo, 1998; Wanderley,1998; Jean, 2002; Menezes, 1998 neste processo de resignificação do rural, os agricultores familiares assumem uma posição privilegiada, uma vez que as características intrínsecas dessa forma social de produção, lhes aproxima dos propósitos de sustentabilidade, principalmente, considerando suas especificidades em relação a agricultura de grande escala.

Na agricultura familiar a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a interdependência desses três fatores no funcionamento da unidade produtiva engendra, necessariamente, noções como: transmissão de patrimônio e a reprodução da produção (Lamarche, 1993). Para Wanderley (1998), a combinação destes fatores não é apenas um detalhe. De acordo com a autora, a agricultura familiar continua a reproduzir-se com o objetivo de preservar uma margem de autonomia da família. Nela permanece um modo específico de organizar a produção “cujo funcionamento tem como referência à própria estrutura familiar da unidade de produção” (Wanderley, 1999). Assim, o “lugar da família” constitui-se no elemento de referência e convergência no esforço estratégico para constituir e reproduzir o “patrimônio fundiário familiar”. Vale observar que nesta perspectiva, o meio ambiente constitui um elemento deste patrimônio e que é, ao mesmo tempo, um espaço de trabalho e vida desta forma social de produção.

A interdependência entre família, trabalho e propriedade constitui a base para explicar a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações. Ela insiste no fato de que esta característica tem conseqüências para a forma como esta agricultura age econômica, socialmente e, pode-se acrescentar também, ambientalmente. Portanto, as diferentes formas em que se apresenta a produção familiar revelam sua capacidade de adaptação e de flexibilização, pois suas estratégias de sobrevivência diversificaram o rural. São justamente estas características que colocam os agricultores familiares como uma categoria privilegiada na reconstrução do rural, a partir de uma perspectiva socioambiental.

Buscando reconstituir a trajetória do campesinato no Brasil, Wanderley (1996) afirma que a história do campesinato é o registro da luta para conquistar um espaço próprio na

economia e na sociedade, uma luta que se expressa na reivindicação por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família e que se fez, quase sempre, sob o signo da precariedade estrutural (WANDERLEY, 1996, p.16).

É nesta perspectiva que o conceito de patrimônio sócio-cultural assume importância no âmbito da agricultura familiar. Para Wanderley o duplo sentido de uma atividade produtiva gerou um saber específico que transmitido para futuras gerações serviu de base para o enfrentamento –vitorioso ou não – das precariedades por ela encontradas. Para a autora uma das dimensões mais importantes da luta camponesa é a “constituição de um território familiar”, um lugar de vida e trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Considerando as demandas cada vez mais crescentes pela conservação dos recursos naturais, ou a demanda por natureza, seja no meio urbano, seja no rural; poder-se-ia perguntar de que maneira tais preocupações integram a constituição deste território familiar e de que forma influenciam na reprodução desta agricultura? É o que se verá no próximo item.

○ **2.1. Possibilidades e limites da agricultura familiar na construção de um rural sócio-ambiental: O estudo de caso da comunidade de Santo Amaro**⁵

Localizada a 45 quilômetros da cidade de Curitiba, a comunidade de Santo Amaro pertence ao município de Mandirituba, que faz parte do primeiro anel metropolitano, considerando as categorias espaciais estabelecidas pela COMEC (PDI, 2001)⁶.

A população da comunidade de Santo Amaro está estimada em 300 pessoas⁷, sendo aproximadamente 45 famílias de agricultores de origem “cabocla”. Entre as 40 famílias entrevistadas 57% delas vivem há mais de 20 anos na localidade. A população da comunidade é relativamente jovem sendo que mais de 43% das pessoas tem entre 19 e 40 anos. Quanto às condições sócio - econômicas as famílias possuem uma renda média anual próxima de oito mil reais, sendo que suas condições de moradia e de acesso a serviços de educação, saúde são melhores tanto em relação aos demais comunidades do próprio município, quanto em relação aos demais municípios da RMC.

⁵ Para o trabalho de doutorado foram entrevistadas 40 famílias na comunidade.

⁶ A COMEC considerou na elaboração do PDI (Plano de Desenvolvimento Integrado – RMC/2001) três categorias espaciais dentro da RMC: o Núcleo urbano central - malha urbana conurbana com forte interação com a metrópole, o Primeiro anel metropolitano- compreende na mesma mancha, municípios não limítrofes ao pólo, mas que apresentam um processo de inserção regional; e o Segundo anel metropolitano - que seria o representante dos municípios rurais ‘com urbanização incipiente’ (COMEC, 2001).

⁷ Segundo dados da pesquisa, considerando apenas a população entrevistada tem-se um número de 215 pessoas. Neste número de trezentas pessoas é uma estimativa incluindo os trabalhadores volantes que moram na comunidade, os que possuem chácaras, outros ainda proprietários de pequenos comércios e aqueles agricultores que se não aceitaram responder a pesquisa.

As propriedades têm um tamanho médio de nove hectares, com grande diversidade de solos e se situam, em 52% dos casos, em áreas declivosas. Por conta desta última característica, os agricultores associam o uso de maquinário moderno e de tração animal. No que se refere à utilização de técnicas e conservação do solo, menos de 30% dos agricultores declararam utilizar mais de uma técnica. Atualmente o sistema produtivo de Santo Amaro desenvolve-se em torno de três culturas: a fumicultura em menor escala, sendo apenas três agricultores integrados; a avicultura de corte que integra sete famílias de agricultores e a olericultura da qual fazem parte aproximadamente 70% dos agricultores. Entre as famílias que trabalham integradas à avicultura de corte, três delas desenvolvem, paralelamente, a fumicultura.

Por conta destas características a comunidade é considerada, pelo poder público municipal, um exemplo de êxito e modernização, pois estas condições foram oportunizadas em parte, pela implementação de políticas públicas nos últimos 20 anos, por meio do PRONAF e do Paraná 12 meses e também, pela inserção da iniciativa privada nestes espaços, facilitada pelo Estado; processo que será detalhado mais adiante.

Quanto ao processo de constituição dessa comunidade ele data de aproximadamente um século e está relacionado à formação dos chamados sistemas faxinais que marcaram a ocupação dos espaços rurais no sul do Brasil. O faxinal é um sistema de produção⁸ no qual a uma área de floresta, destinada ao uso coletivo, se associam a criação de animais (de domínio privado), a produção de subsistência (aos arredores) e o extrativismo. Segundo, Carvalho (1984) a área coletiva é constituída por várias parcelas de terra de distintos proprietários, formando um espaço contínuo, como foi o caso do antigo faxinal da comunidade de Santo Amaro. Para Chang o faxinal se constitui em:

Um sistema de produção familiar que apresenta os seguintes componentes: a produção animal – a criação de animais domésticos, tanto para o trabalho, quanto para o consumo próprio, na técnica a solta em criadouros comuns, destacando-se, os eqüinos, suínos, caprinos e aves domésticas; a policultura alimentar – lavouras de subsistência vizinhas ao criadouro, destacando-se o milho feijão,

⁸ A origem desse sistema é um aspecto bastante controverso. Chang (1985) mostra que os faxinais se originaram há mais ou menos um século no Paraná em um momento de grande crise de mão-de-obra no meio rural. Ela advoga que a falta de mão-de-obra para os trabalhos na lavoura principalmente em função do fim do tráfico de escravos e da expansão da economia cafeeira em São Paulo, que absorvia grande parte da mão-de-obra imigrante, fez com que os proprietários de terras no Paraná, cedessem parte de suas áreas a trabalhadores, estabelecendo-os ao seu redor. Garantindo a subsistência desta pequena população, podiam também dispor de sua força de trabalho. Gevaerd (1986) atribui a organização dos faxinais, à origem celta dos imigrantes, fazendo uma associação entre os pastos coletivos desta população (compáscuo) e o aspecto comunal na criação de animais desenvolvido nos faxinais. Também Nerone (2000) analisando o tema buscou estabelecer uma correspondência entre os faxinais e as terras comunais européias, sobretudo, as da Península Ibérica.

arroz batata, cebola e a coleta da erva-mate – o mate nativo se desenvolve dentro do criadouro e é coletado durante o inverno, desempenhando papel de renda complementar, tanto pra o proprietário na venda do produto, quanto para os empregados, na remuneração da sua força de trabalho. O que torna o Sistema Faxinal um caso único é a sua forma de organização. Ele se distingue das demais formas camponesas no Brasil pelo caráter coletivo no uso da terra para a produção animal. A instância do comunal é consubstanciada, nesse sistema, em forma de criadouro comum (1985, p. 1 e 2)

O que é interessante observar neste sistema é a relação natureza/meio ambiente que ele encerra, ou seja, como se articulam os aspectos sociais e ambientais como uma estratégia importante para a reprodução desta forma tipicamente camponesa de agricultura familiar. Nos faxinais as moradias eram estabelecidas ao redor desta área comum, também denominada, pelos agricultores, de “criador”. Nestes espaços estes podiam dispor de água, de lenha, dos seus animais ali locados, fazer pequenas hortas, mas ao mesmo tempo, podiam dispor das relações sociais, facilitadas por esta forma de organização; ou seja, das relações intercomunais, nas palavras de Mendrás, tão importantes para a reprodução das populações rurais. Através deste espaço revelavam e construíam suas raízes e sua identidade camponesa. Por meio deste “território familiar”, mas também coletivo, expressavam outras noções de acesso à terra, de organização dos espaços, mas também de suas relações com os recursos naturais e de suas próprias relações sociais, que muitas vezes, se chocaram com as perspectivas e projetos modernos homogeneizantes de desenvolvimento rural.

Até o início dos anos 1980, a reprodução social e econômica dos agricultores da comunidade de Santo Amaro dependia basicamente da produção de grãos (milho e feijão) combinada com a criação de animais (aves, suínos, gado leiteiro - no sistema faxinal) e a produção de frutas e legumes para o consumo familiar. Conforme, relatos da pesquisa de campo, no final da década de 1980, apesar da proximidade, eram poucos os agricultores que comercializavam seus produtos através da CEASA em Curitiba. Esta época é associada, pela maior parte dos agricultores entrevistados, à precariedade sócio-econômica, mas a muita vitalidade, no que diz respeito às relações intercomunais.

Para o poder público local, a existência do sistema faxinal, afigurava-se como a principal expressão do atraso, oriunda da mentalidade “cabocla” dos agricultores daquela região, portanto, os projetos de modernização para aquela localidade, passariam, necessariamente, pela superação deste sistema.

Um dos primeiros acontecimentos que possibilitaram a conversão dos agricultores de Santo Amaro em “agricultores modernos” teve a ver com a substituição da antiga estrada de terra, nas proximidades da comunidade, por uma nova rodovia, que a dividiu ao meio. As cercas que, anteriormente, delimitavam o território coletivo dessa comunidade foram

mudadas, configurando-se um arranjo espacial, mas também social, cada vez mais privado. Ao mesmo tempo, aumentava a mobilidade destes agricultores com o grande centro, proporcionando outras sociabilidades.⁹

Esta mobilidade facilitou o escoamento da produção constituindo-se em um aspecto importante no desenvolvimento da comunidade de Santo Amaro, visto que a principal orientação das políticas públicas empreendidas pelo governo municipal, a partir da década de 1990, foi a de promover a integração progressiva da agricultura ao mercado.

Além abertura da estrada, as exigências de saúde pública vieram contribuir para recomposição do território da comunidade de Santo Amaro. Ancoradas em supostos índices de cisticercose existente na localidade, a vigilância sanitária forçava o fim dos remanescentes do sistema de faxinais, não deteriorados pela construção da rodovia. O que não era questionado é que à medida que os agricultores saíam dos faxinais recebiam orientações dos extensionistas da Emater para construir as pocilgas em cima dos córregos existentes nas unidades produtivas. A dissonância entre estas ações levantou, entre ao agricultores, grandes questionamentos quanto à veracidade dos problemas identificados pela vigilância sanitária. Não haveria outros interesses comandando esta determinação? Considerando as orientações das políticas públicas municipais, tal hipótese não parecia tão absurda assim, pois, como se disse anteriormente, este sistema era, para estes, sinônimo de arcaísmo e um bloqueio a modernização.

A partir da década de 1990, o poder público do município, ancorados tanto na política agrícola do estado, através do Paraná 12 meses, e, posteriormente do governo federal, por meio do PRONAF, planejaram a modernização do município¹⁰ tendo como referência três eixos:

(a) Processo de conversão produtiva baseado na olericultura e avicultura no sistema integrado, implicando também numa mudança da base técnica. (b) A integração progressiva ao mercado metropolitano, com a maior parte da produção direcionada para a comercialização na CEASA; (c) A construção das chamadas “lavadeiras”, que consistem em estruturas onde se realizam a lavagem, a seleção dos produtos agrícolas e a embalagem dos mesmos; (SOUZA, 2005, p. 79).

⁹ A abertura da estrada veio proporcionar também a chegada dos “chacreiros” na localidade, o “pessoal de fora” como são chamados pelos agricultores. Fator que tem sido elemento de conflito na comunidade. Este conflito diz respeito principalmente as diferentes formas de acesso aos recursos naturais. Para muitos agricultores as chácaras configuram um espaço de “livre” acesso aos “recursos naturais”, enquanto aqueles estão submetidos a um controle muito maior por parte da legislação. Como advogou Porto-Gonçalves (2004): “a acessibilidade aos recursos naturais, assim como o seu deslocamento, revelará a natureza das relações sociais e de poder entre *os do lugar* e *os fora do lugar*”(p.66).

¹⁰ É importante observar também que, em 1993, a parte mais urbanizada de Mandirituba foi desmembrada, dando origem ao município de Fazenda Rio Grande. O atual território de Mandirituba foi constituído, basicamente, a partir de seu espaço rural. Isso justifica em parte, a forte presença do poder municipal nestes espaços.

Cabe destacar aqui, que todo esse processo de conversão produtiva, de cunho altamente produtivista, ocorre paralelamente, e a despeito, da intensificação das exigências ambientais, no âmbito federal, estadual e regional. Significa dizer que, nem os preceitos ambientais das políticas agrícolas, tampouco as restrições da política ambiental *stricto sensu* conseguiram orientar o desenvolvimento de uma agricultura menos intensiva, que dirá mais sustentável.

Todo esse processo experimentado pela comunidade de Santo Amaro não se relacionou apenas à introdução de novas tecnologias ou de uma nova forma de inserção no mercado, mas resultou em mudanças, profundas, no modo de vida dos agricultores familiares. Milton Santos (2003) faz uma observação muito interessante a este respeito mostrando que “cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento, envolve suas próprias regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novas formas de relacionamento (...) É assim que se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade” (SANTOS, 2003, p. 68)

Isso se reflete mais evidentemente no modo de organizar a unidade produtiva, mas envolve também os outros elementos que constituem o *patrimônio familiar* (Wanderley, 1999), encerrando novas formas de relacionamento entre o ser humano/natureza. Analisando o lugar que as transformações técnicas tomaram no âmbito da agricultura familiar, Moreira (1999) advoga que uma mudança tecnológica implica numa nova relação ser humano/natureza, mas essas relações são diferentes considerando que os atores sociais se encontram em posições econômicas, políticas, sociais distintas.

Em se tratando da relação agricultura familiar/natureza, tais transformações tomam dimensões profundas, visto que para este segmento, a natureza não se apresenta apenas como recurso, mas como meio de vida. A respeito desta ruptura Milton Santos (2001) afirma que a técnica se mostra como enigma e é dessa forma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações e modela nosso entorno, administrando a nossa relação com ele. A partir disso configura-se uma nova forma de apreensão da natureza, do espaço e do tempo, por parte destes agricultores. Nas palavras do autor “ontem o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, hoje a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante [...] é cheia de mistérios” (p.21).

A integração dos agricultores de Santo Amaro à avicultura de corte é emblemática desse processo. Segundo agricultores, além das exigências de saúde pública, o processo de integração com a avicultura foi um elemento determinante para a desagregação do sistema faxinal, pois a organização do espaço da comunidade dificultava o transporte de aves. Assim, tanto a localização das moradias, bem como os lugares destinados à instalação das granjas foram reorganizados para atender às necessidades das empresas

integradoras¹¹. Como advertiu um agricultor: “o pessoal da granja achava muito ruim ter que abrir todas aquelas porteiras”. Observa-se que a anarquia do território coletivo, representada pelo sistema faxinal, não se enquadrava nas lógicas de planejamento territorial, pensadas como estratégias para ampliar o capital.

Além desta nova forma de apreensão dos espaços físicos a produção avícola impunha uma outra concepção de tempo. Um tempo fluído, diferente daquele a que estavam acostumados os agricultores. Segundo seus relatos, o tempo necessário para produção de aves de corte era de aproximadamente 45 dias, mas apesar de estarem completamente envolvidos neste processo, não param de se surpreender com esta nova referência incutida no seu cotidiano: o tempo construído e possibilitado pelas inovações tecnológicas. Os agricultores também associam as granjas a uma série de problemas ambientais como: a diminuição da qualidade da água na comunidade, contaminada pelos resíduos gerados pela atividade avícola; a diminuição das áreas de mata que eram retiradas para produção da cama aviária.

O exercício da atividade do fumo também era citada, pelos agricultores, como um risco ambiental. As mudanças no ambiente próximo, oportunizadas pela implantação da fumicultura evidenciam aspectos importantes, no qual esta ora figura como estratégia de mobilidade econômica e mesmo de permanência dos agricultores na agricultura, ora como um risco potencial de saúde da família, de meio ambiente e de insegurança alimentar.

Em resposta aos baixos preços das olerícolas, praticados no âmbito da CEASA, no ano de 2003, no ano seguinte foram aprovados 200 projetos para instalação estufas de fumo no município de Mandirituba, através do sistema integrado. Esse “retorno do fumo” à comunidade era visto com reservas por parte dos agricultores. Estes se preocupavam com a precariedade das condições de trabalho a que era submetida toda a família, inclusive as crianças, nos momentos de secagem do fumo e com a sua exposição aos agroquímicos utilizados nesta cultura.

Como se disse anteriormente, as concepções dos agricultores a respeito destes empreendimentos é bastante difusa. Ao mesmo tempo em que a chegada dessas empresas aparecem como significado de modernização, também a elas se veicula uma certa concepção de riscos sociais e mesmo ambientais. Um dos indicadores desta questão transparece na preocupação dos agricultores com a questão da segurança alimentar na comunidade, a partir da investida da fumicultura. Uma agricultora comentava que “queria ver o que esse pessoal do fumo ia comer, porque fumo dá dinheiro, mas não se come fumo”. E

¹¹ Vale lembrar que a integração avícola chega somente nos lugares onde as estradas são adequadas para o transporte das aves, sem que tenha que haver investimentos por parte das integradoras, ou seja, onde os riscos com o transporte são menores. Assim as empresas se apropriam dos espaços, mas de forma seletiva. Segundo Santos (2003) “há todavia, sempre, uma seletividade nessa difusão, separando os espaços da pressa daqueles outros propícios a lentidão” (p. 84).

prosseguiu no seu argumento; “você pode até fazer isso, mas tem que plantar pro gasto, o que é bem difícil porque o fumo consome todo o trabalho da família, então....não dá pra gente se pôr no fumo, não dá para por as crianças no fumo” Uma outra agricultora, a única de produção orgânica na comunidade, completava: “As pessoas deixam de plantar milho e feijão e vão plantar fumo porque pelo menos tem seguro.....o governo deveria olhar pelos agricultores”

Além de uma idéia de insegurança alimentar, atribuída à atividade do fumo na comunidade, os fumicultores eram vistos pelos demais agricultores como os maiores utilizadores de agrotóxicos, inclusive por ex-fumicultores. No entanto, apesar das referências aos malefícios provocados pelo uso intensivo de agroquímicos tanto sobre as lavouras, quanto sobre a saúde da família, estes afirmavam não observar diferenças significativas entre a fumicultura praticada, por eles, anteriormente, e a olericultura praticada, atualmente, pela maioria dos agricultores da comunidade. Para os ex-fumicultores a olericultura demandava tanta utilização de agrotóxicos quanto o próprio fumo. Os depoimentos de dois agricultores parecem elucidativos neste aspecto:

O problema que você vai comer hoje um tomate, uma maçã que tem tanto veneno....o alface que é “lindo”, é pulverizado hoje e amanhã ta na CEASA. Eu penso nas crianças como eles farão. Uma salsa hoje é uma coisa boa, uma cenoura, mas estão usando um produto para não embolorar e é um produto muito forte. O povo quer coisa bonita, mas não sabe como é produzido. Quando a senhora sentar em frente de um prato de verdura hoje tem que ter medo.

O pessoal hoje vai atrás do que é bonito. Vão comer vitamina, mas comem “contamina” junto.

Embora tais concepções possam evidenciar uma certa “preocupação ambiental” entre os agricultores essas não são concepções predominantes. Na realidade grande parte deles se vê apenas respondendo aos requisitos da *produção moderna* na agricultura, no qual o uso indiscriminado de insumos, entre eles, os agroquímicos é subjacente. Para um dos técnicos da prefeitura a utilização intensiva de agrotóxicos por parte de alguns agricultores familiares, se configura como uma questão de status social. Segundo ele: “A cultura do veneno aqui é muito forte. Os agricultores travam uma espécie de disputa para ver quem utiliza mais agrotóxico e quem usa o mais forte”.

Essas ações emergem como importante qualidade, como forma de afirmar o pertencimento a uma agricultura moderna, diferente daquela que praticavam anteriormente, a qual associavam um passado de fome e pobreza, mas também de qualidade de suas

relações sociais. Como revela um agricultor: “o povo levantou dinheiro, antes tinha fome, hoje tem trabalho, granjas, estufa de fumo, lavadeira¹²....é o progresso!”

Apesar dos questionamentos em relação aos sistemas produtivos, estes se reproduzem sem constrangimentos ao lado, de “áreas protegidas”. Configura-se assim, um cenário no qual as políticas de conservação valorizam uma concepção em que a natureza permanece entrincheirada em guetos, onde predomina uma perspectiva de natureza *remarcable* em detrimento de uma natureza ordinária como proposto por Jollivet (2001). Na concepção proposta pelo autor, a natureza não fica circunscrita a fragmentos da unidade produtiva, mas constitui parte inerente a ela, de modo que o não risco é introduzido no próprio processo produtivo, ou seja, tal concepção situa os problemas ambientais no cotidiano, no ambiente próximo.

O relato de um agricultor sobre essa contradição é bastante esclarecedor: “Antes a gente queimava e enterrava tudo. Hoje eles (os governos) se preocupam com a embalagem, mas não se preocupam com o conteúdo que vai na lavoura (...)”

Observa-se que os mecanismos de proteção, ancorados nos objetos; a água, as florestas, ao invés de contribuir para uma outra forma de apreensão da natureza, acomoda as demandas de meio ambiente em um espaço restrito, despolitizando os problemas ambientais. Desse modo, nos espaços rurais onde predomina a agricultura familiar, o que faz parte de um modo de vida, passa cada vez mais, a ser estigmatizado através da concepção de meio ambiente, ancorada em perspectiva essencialmente normativa de espaços protegidos. Isto tem contribuído para a construção de uma concepção fragmentada de meio ambiente, que contrapõe o meio de vida e recurso natural. Além disso, gera nos agricultores um sentimento de que seu território não lhes pertence, o que se torna evidente no relato dos agricultores. “A pessoa plantou o pinheiro então ela tem direito” outro agricultor completava: “Eu não sou contra a restrição, mas os legisladores tinham que ver as questões de emergência das pessoas ter direito de tirar para fazer um paiol, uma casinha (...) eu mesmo plantei pinheiro e hoje não planto mais por que sei que não vou poder usar”

Aquilo que para o agricultor seria o seu meio de vida passa a ser o espaço de preservação, concebidas por eles, como espaços das instituições de fiscalização, referindo-se a elas como “espaços do Ibama, do IAP e da “florestal”. Contudo, apesar desta lógica hegemônica dissonante entre o que é produtivo e o que é o espaço “ambiental”, os agricultores familiares, através da adequação de estratégias, associam experiências passadas e presentes, buscando reconstruir estes nexos no âmbito de suas unidades produtivas.

¹² As lavadeiras também são elementos de conflito para a comunidade de Santo Amaro, pois se por um lado empregam a maior parte dos jovens da localidade, por outro são acusadas de poluir as águas dos rios e de trazerem produtos de fora para serem lavados ali, competindo com os produtos locais.

A exceção a essa forma intensiva de produção que busca alijar-se dos processos “naturais” se encontra no tratamento dado aos produtos cultivados para o consumo da família e isso se aplica para a maioria dos agricultores de Santo Amaro. A horta caseira, diferentemente do restante da produção, é tratada ainda “a moda antiga”. Como expressou uma agricultora quando perguntado sobre a utilização de agrotóxicos no âmbito da sua unidade de produção: “neste não vai veneno porque não é para vender” evidenciando que existia uma distinção importante entre o tratamento dado aos produtos de consumo da família e aqueles que se destinavam ao mercado. Ao redor da casa, ou nas leiras, no meio da roça a horta é o lugar cuja construção se orienta por uma outra lógica de tempo, para usar a expressão de Milton Santos (2003), o tempo da lentidão, um espaço ao qual se atribui qualidade. Neste caso, o tempo de cultivo corresponde ao tempo ritmado pela natureza, regido por outros fatores: fases da lua, tempos de chuva etc. e pelos conhecimentos tradicionais. O que pôde ser observado pelas práticas utilizadas no tratamento da horta. Já o espaço do mercado é regido por uma outra concepção de tempo; o tempo fluído (p.87).

Observa-se que à medida que a noção de áreas protegidas impõe uma concepção fragmentada dos espaços rurais as populações buscam formas de reproduzir suas relações com o território, ainda pensado como um território cotidiano ou nas palavras de Jollivet (2001) como uma natureza próxima. Portanto, mesmo quando um agricultor familiar se vê submetido à lógica mercantil, que busca determinar como e com que intensidade se deve produzir, a lógica da economia camponesa não é suplantada.

● 3 - Considerações finais

O presente trabalho mostra como os agricultores familiares, através dos modernos sistemas produtivos se distanciam cada vez mais do seu ambiente cotidiano, criando, muitas vezes, uma idéia de natureza estereotipada que se consubstancia nas noções de áreas protegidas. Ao mesmo tempo, o trabalho mostra o questionamento, por parte destes agricultores, do seu papel como atores na construção de uma ambiente de qualidade, e garantia de segurança alimentar, à medida que o caráter produtivista das políticas públicas, os empurra para uma forma de produção cada vez mais artificializada. Isto mostra que os preceitos ambientais, ainda constituem aspectos marginais das políticas agrícolas de promoção da agricultura familiar, como se viu neste estudo de caso. Observou-se que nem as políticas agrícolas tampouco, as políticas ambientais foram capazes ainda, de colocar em curso uma “outra agricultura” ancorada efetivamente, nos propósitos de sustentabilidade, ou de um rural sócio-ambiental. O que fica claro neste caso, é que uma mudança nesse sentido, só poderá ocorrer com uma participação efetiva do Estado, não como agente mediador dos interesses privados das empresas, mas como ator, ao lado dos agricultores

familiares e de outras categorias da sociedade civil, na construção de uma modernidade socialmente definida, para usar expressão de Wanderley (1998).

○ 4- Referências

- ALPHANDERY, Pierre, BILLAUD, Jean P. **L'Agriculture à l'article de l'environnement**. In: Études Rurales. Paris (141-142): p. 9 -20, jan./jun. 1996. (Cultiver la Nature).
- BILLAUD, J. P et SOUDIÈRE, M. de la. **La nature pour pense le rural?** In: JOLLIVET, M. et MATHIEU, N. (orgs) Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui. Paris, Ed. L'Harmattan, 1989.
- BILLAUD, J. P. e ALPHANDERY, P. **L'agriculture à l'article de l'environnement**. Cultiver la nature. In: Etudes Rurales, Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 1997.
- BRANDENURG, A e FERREIRA, A.D.D. Para Pensar uma outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR,1998.
- CARMO, Maristela S. **A Produção Familiar como Locus Ideal da Agricultura Sustentavel**. In: (org) BRANDENURG, A e FERREIRA, A.D.D. Para Pensar uma outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR,1998
- CARVALHO, Horacio M. Da Aventura à Esperança: A experiência Autogestionária no uso comum da terra. Curitiba, 1984 (mimeo)
- CHANG, Man. Y. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desgregação no centro-sul do Paraná. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1985. 201 p.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLINATA DE CURITIBA (COMEC). PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001: Documento Síntese para Discussão. Curitiba: COMEC, 2001. 79 p.
- FERREIRA, Angela D.D. Processos e sentidos do rural na contemporaneidade: quais as e, especificidades do caso brasileiro? Texto apresentado no XXIX Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos – CERU, USP, maio de 2002.
- JEAN, Bruno. **L'agriculture familiale et l'agriculture durable en Amérique du Nord: vers une agriculture 'environnementalement correcte'**. In: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente a Reconstrução da Ruralidade a Relação Sociedade/Natureza. Curitiba: UFPR, n. 2, jul-dez, 2000. p. 57- 72.
- JOLLIVET, M. **L'environnement une dimension nouvelle pour le rural**. In: Pour une science sociale à travers champs: Paysannerie, ruralité, capitalisme (France xxe siècle), Paris, Éditions Arguments, 2001.
- JOLLIVET, Marcel; PAVÉ, Alain. **O meio Ambiente: questões e Perspectivas para a pesquisa**. In: VIEIRA, P.F e WEBER, J.S (org.) Gestão de recursos Naturais renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo, Ed. Cortez, 1997.
- LUNGINBUHL, Y. **Le rural pour repenser la nature ?** In: JOLLIVET, M. et MATHIEU, N. (orgs). **Du rural à l'environnement: la question de la nature aujourd'hui**. Paris, Ed. L'Harmattan, 1989.
- MENEZES, F. **Segurança alimentar um conceito em construção** In: BRANDENURG, A e FERREIRA, A.D.D. Para Pensar uma outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR,1998.
- MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA/redecapa/Mauad,1999.
- MORMONT, M. **De Bruxelles a la ferme: environnement et agriculters en Belgique**. In: Études Rurales, Paris, (141-142): pag 157 -169, jan./jun. 1996. (Cultiver la Nature).
- MORMONT, Marc. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel (Org.). Vers un rural postindustriel. Paris: Éditions L'Harmattan, 1997, p. 17 - 44.
- PERRIER-CORNET, Philippe. **Repenser les Campagnes**. In: Bibliothèque des territoires, Gemenos, France, Datar, 2002b .
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org). Os porquês da desordem global: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 13 - 171
- ROMEIRO, Ademar R. **Agricultura familiar e meio ambiente: Aspectos teóricos e Metodológicos**. In: Cadernos de difusão e tecnologia. Brasília, 1990, p. 149 -158

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. São Paulo, Record, 2003.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1997.

SOUZA, Osmar. Políticas Públicas e Trajetórias de Desenvolvimento Rural em Cenários de Heterogeneidade socioeconômica e ambiental: casos ilustrativos nas comunidades rurais de Mergulhão (São José dos Pinhais), Postinho (Tijucas do Sul) e (Santo Amaro) Mandirituba

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. Anais. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1996.

WANDERLEY, Maria Nazareth Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. CHAYANOV. In: FERREIRA, Angela D.D. 1998.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A Emergência de Uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: O "Rural" como Espaço Singular e Ator Coletivo. UFPE, Recife, 2000 (mimeo).

○

○

AGROECOLOGIA E RACIONALIDADE AMBIENTAL: A AGROECOLOGIA COMO RACIONALIDADE PRODUTIVA ALTERNATIVA RECONSTRUTIVA DAS RELAÇÕES HOMEM/NATUREZA*

Everton Marcos Batistela

Mestre em Sociologia. Doutorando em Sociologia pela UFPR, membro do CERU – Centro de Estudos Rurais da UFPR.

batistela@netoeste.com.br

RESUMO

A revolução científica do início do século XVII configurou-se, no decorrer dos tempos, na cultura dominante das sociedades modernas e pós-modernas. Trata-se, em essência, de uma concepção de mundo específica, de cunho científico, materialista e capitalista. Esse sistema ideacional configura-se, em última instância, na matriz cognitiva do entendimento humano acerca da relação sociedade/natureza que perdura por toda a modernidade e fundamenta modelos de relação predatórias do homem com a terra. Essa concepção de mundo e suas configurações práticas enfrentam, atualmente, uma crise inelutável. A proposta teórica de Enrique Leff entende que a superação da crise sócio-ambiental atual, decorrência prática da visão de mundo moderna, passa pela reestruturação do conhecimento humano, convergindo para um novo entendimento da relação homem/natureza embasado numa nova *racionalidade ambiental*. Essa pesquisa apresenta-se como tentativa preliminar de entender em que medida a agroecologia pode contribuir para a edificação dessa nova racionalidade ambiental apregoada por Leff.

Palavras-chave: Racionalidade ambiental; Diálogo de saberes; Agroecologia;

ABSTRACT

The scientific revolution of the beginning of the century XVII was configured, in elapsing of the times, in the dominant culture of the modern and powder-modern societies. It is, in essence, of a specific world conception, of scientific, materialistic stamp and capitalist. That system ideacional is configured, ultimately, in the cognitive head office of the human understanding concerning the relationship society/nature that lasts long for all the modernity and it bases the man's predatory relationship models with the earth. That world conception and its practical configurations face, now, an ineluctable crisis. Enrique Leff's theoretical proposal understands that the superacion

* Esse trabalho constitui parte de pesquisa em desenvolvimento junto ao Curso de Doutorado em Sociologia da UFPR, com projeto de tese intitulado: “Agroecologia como saber ambiental: a atuação da Capa e a reconstrução da ruralidade no sudoeste paranaense”.

of the current partner-environmental crisis, practical consequence of the modern world vision, goes by the restructuring of the human knowledge, converging for a new understanding of the relationship man/nature based in a new environmental rationality. That research comes as attempt preliminary of understanding in that measured the agroecologia can contribute to the construction of that new environmental rationality divulged by Leff.

Key-Words: Racionality environmental; Dialogue of you know; Agroecologia; Enrique Leff.

1 MODERNIDADE E RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: *cosmovisão moderna e dicotomia sociedade/natureza*

O homem moderno não se experiencia a si mesmo como uma parte da natureza, mas como uma força exterior destinada a dominá-la e a conquistá-la. Ele fala mesmo de uma batalha contra a natureza, esquecendo que, se ganhar a batalha, estará do lado perdedor.

E. F. Schumacher, *O negócio é ser pequeno.*

O presente artigo apresenta-se como uma primeira aproximação de um contexto de pesquisa inscrito no campo das problemáticas sócio-ambientais atuais, concernente, especificamente, à questão da (necessidade de) reestruturação do padrão relacional sociedade/natureza pela perspectiva da emergência de um diálogo de saberes e de um novo tipo de racionalidade denominado por Leff (2000, 2001, 2002) *racionalidade ambiental*. Contamos, para isso, com aportes da agroecologia, que pode ser entendida (conforme Leff 2001), como núcleo gerador dessa nova racionalidade, alternativa àquela racionalidade instrumental-econômica central para a modernidade.

A Agroecologia tem se configurado, na prática, como um modelo alternativo ao convencional modelo agrícola e desenvolvimentista rural, que foi progressivamente predominante, no caso do Brasil, a partir da Revolução Verde dos anos de 1970. Embora existam várias terminologias e metodologias que caracterizam o multifacetado movimento mundial da agricultura alternativa¹, faremos uso, doravante, da noção de *Agroecologia*, por pressupor (conforme metodologia do Capa, 2005), uma concepção mais abrangente de agricultura e meio rural, sobrepujando um viés meramente produtivista ou tecnológico, como tende a designar, por exemplo, a terminologia

¹ É esclarecedor, a esse respeito, a obra de Helhers (1998)

agricultura orgânica. Nesse sentido, nosso interesse de pesquisa para o presente trabalho, tenderá a delimitar-se ao problema da agroecologia e suas significações no contexto histórico atual, especialmente voltada para a perspectiva de construção de um novo saber ambiental, potencialmente capaz de contribuir para a solução dos graves problemas sócio-ambientais.

Nesse sentido, nosso trabalho estruturar-se-á da seguinte forma: primeiramente faremos uma análise da modernidade pela perspectiva da racionalidade instrumental, ponto central de edificação da cosmovisão moderna e do padrão moderno de relação sociedade (homem)/natureza. Em seguida buscaremos compreender em que medida a agroecologia pode contribuir para a edificação de uma nova racionalidade similar à que Leff denomina *Racionalidade ambiental*.

Questionar a modernidade pela perspectiva do modelo predominante de relação sociedade/natureza implica enfocá-la por uma perspectiva multidisciplinar, sistêmica. Por uma razão simples: trata-se de objeto complexo residente na interface, na sobreposição de outros dois igualmente complexos: a natureza e a sociedade. Por isso as respostas (ou principalmente os questionamentos) devem ser feitos pelo enfoque da complexidade² que entende seu objeto como irredutível à simplificação e naturalmente dialogante com a contraditoriedade e as incertezas³. Um bom ponto de partida é, portanto, a consideração de que a modernidade como um todo, mas principalmente pela perspectiva do padrão relacional sociedade/natureza, apresenta-se pela roupagem da contradição, das inconsistências e dicotomias. De fato, o ponto essencial da modernidade parece ser a gradativa intensificação da dicotomia homem/natureza.

Por essa perspectiva analítica a modernidade pode ser pensada, então, como geradora de impasses. Aí a análise recai sobre a geração de seus produtos fundamentais: o excesso e a escassez⁴ que, na dialética histórica da evolução civilizacional, se embatem e complementam na geração de alternativas, como pode ser o caso da agroecologia. É assim que Santos (2001) compreende a era moderna:

² Morin (1996, 2000, 2002) trata extensamente do paradigma da complexidade, e remete à idéia de que toda a realidade é *com-plexa*, quer dizer, foi *tecida em conjunto*, por isso exige uma abordagem interdisciplinar.

³ Pedro Demo em seu livro *Certeza da incerteza* (2000) desenvolve essa nova perspectiva na ciência. Basicamente trata-se de uma perspectiva que emerge com a criação da física quântica na década de 1920, ou mais especificamente com a descoberta do *Princípio da incerteza* de Heisenberg (1998), segundo o qual não se pode ter certeza simultânea da posição e velocidade de uma partícula na realidade subatômica. Essa incerteza não é meramente metodológica mas, em certo sentido, ontológica.

⁴ Boaventura de Souza Santos (2001) desenvolve essa perspectiva de análise da modernidade pela ótica do antagonismo excesso/escassez. Assim, uma análise atenta da globalização verifica que a configuração mundial do capitalismo apresenta esse antagonismo, e os Estados Unidos, evidentemente, apresentam o melhor exemplo de absorção excessiva de recursos e consumismo.

pelo viés analítico de sua contraditoriedade intrínseca, geradora de excessos (tecnológicos, científicos) e déficits (do projeto emancipatório, por exemplo). Nisso reside a contradição maior que para Latour (1994) é sintética como o título de seu livro: *jamais fomos modernos*, jamais conhecemos a emancipação propalada pelo projeto de modernidade. Hobsbawm (1995) também pensa o último século do milênio como *era de extremos*, em que as intrincadas configurações sócio-históricas nos propuseram situações paradoxais de guerras, excessos e misérias em con-vivência. Trata-se duma *era de crise* como também demonstrou Jameson (1997), e cumpre que busquemos a saída.

Parece, assim, que essa crise da modernidade, gerada pelo excesso e pelas faltas, condiciona o arranjo de uma nova etapa civilizacional, que ora vivenciamos a construção. Precisamente por isso Touraine (1999, p. 99) percebeu que “a força libertadora da modernidade enfraquece à medida que ela mesma triunfa”, pois há nela uma contradição nuclear, similar (senão idêntica), àquela percebida por Marx no capitalismo⁵. Por isso o esgotamento do projeto de modernidade transforma-se em sentimento angustiante que ora vivenciamos, orientada pelos critérios prepotentes da razão instrumental, severamente criticada por vários autores como o núcleo central dessa crise.

Essa modernidade excessiva e deficitária para Santos (2001), edifica-se, portanto, como construção civilizacional devedora, num sentido fundamental: uma *dívida de razão*, ponto nevrálgico da crise civilizacional que se manifesta, para Leff (2001) na roupagem da crise ecológica atual:

é uma dívida que quis libertar o homem e os povos da ignorância mitificadora, das cadeias da escassez, e que acabou ocultando seus intuitos, impondo uma razão que escraviza, sujeitando a razão às normas da racionalidade econômico-tecnológica e aos efeitos da racionalização gerada pela razão do poder (LEFF, 2001, p. 40).

Essa observação de Leff é similar àquela proferida por Marcuse que anos antes chamava a atenção para o fato de que

no desenvolvimento da racionalidade capitalista, a irracionalidade converte-se em razão: razão como desenvolvimento desenfreado da produtividade, conquista da natureza, aumento da quantidade de bens; mas irracional porque o incremento da produtividade, do domínio da natureza e da riqueza social, convertem-se em forças destrutivas (apud LEFF, 2000, p. 237).

⁵ Referimo-nos à idéia marxista da contradição interna do capitalismo: produtor de mercadorias gera segregação e diminuição no número de consumidores.

Assim, o cerne contraditório do projeto societário moderno reside na sua essência compreensiva (racional), por isso a crise civilizacional é para Capra (1998) uma crise perceptiva. Quer dizer: todo projeto de modernidade fundamenta-se na “promessa da racionalidade”, a “deusa razão” dos iluministas saudada como luz que se acende nas trevas medievais a partir da qual tudo poderia projetar-se, engendrar-se, concretizar-se. O século XX representa a desmistificação dessa crença. Talvez por isso autores como Cioran (1998) tenham sido tão enfáticos: “ser moderno é remendar no incurável”. Quando fala da modernidade Jung (1992) é, também, desmistificador:

Nossas vidas são agora dominadas pela deusa razão, que é a nossa ilusão maior... O homem moderno não entende o quanto o seu racionalismo o deixou à mercê do ‘submundo’ psíquico... Libertou-se das superstições, mas perdeu os valores espirituais em escala alarmante. Suas tradições desintegram-se, por isso paga agora alto preço em desorientação e dissociação universais. (JUNG, 1992, p. 94).

Dada a gravidade da crise sócio-ambiental como fenômeno central da situação histórica atual, poderíamos perguntar: será a natureza (porque nós também a somos) vítima dessa racionalidade (instrumental, econômica), da modernidade? Será por isso que Leff insiste na idéia duma *racionalidade ambiental*, coisa que um sábio economista⁶ já havia dito com outras palavras 40 anos atrás? Qual será a saída para esse “fracasso indubitável de um modelo de razão, exposto numa *racionalidade que não consegue dar conta de sua precariedade e de seus limites, e de limitar-se a si mesma desde si mesma*”? (PELIZZOLI, 1999, p. 15. Grifo no original). Como superar essa matriz de pensamento que se assenta nos pilares da racionalização⁷ e do economicismo e que mostra claros sinais de obsolescência? (BERMAN, 1986).

Percebemos, então, que uma boa maneira de questionar a modernidade em busca de soluções é principiar por essa relação básica que o ser humano estabelece com a natureza. É nesse sentido que em 1955 dois ecologistas ingleses Dale e Carter, publicaram um livrinho interessante: *Solo arável e civilização*. Nele há uma tese intrigante que Schumacher (1983, p. 88) sintetiza assim: “estude-se como uma sociedade usa sua terra e pode-se chegar a conclusões bastante fidedignas sobre qual será seu futuro”. Por essa perspectiva, o que podemos dizer do paradigma civilizacional moderno?

Por esse viés vemos que o estudo da modernidade precisa levar em conta alguns pressupostos. O conceito de natureza, por exemplo, precisa ser entendido,

⁶ E. F. Schumacher. *O negócio é ser pequeno*. São Paulo: Zahar Editores, 1983.

⁷ É preciso considerar uma distinção entre racionalização e racionalidade expressa por Morin (2002). O primeiro termo refere-se, simplificada, ao mau uso da capacidade racional. Racionalidade significa a dimensão reacional humana.

antes de tudo, como um produto social. Para cada tempo enveredamos nossas ações conforme nossas concepções. Ainda mais: forjamos visões adequadas às ações. Em última instância, trata-se da dialética da evolução civilizacional percebida por Horkheimer (1976) que já observava, com certo desdém, a história do homem em subjugar a natureza como sendo a própria história da subjugação do homem pelo homem. Percebia tratar-se da justificação do capitalismo pela ciência (e vice versa). Nessa mesma perspectiva, a idéia de externalidade do homem em relação ao seu meio natural é, para Engels (1979), concepção burguesa que desencadeia ações de apropriação (desmedida) da natureza para o progresso e desenvolvimento; em suma, para o lucro.

Assim, está claro que devemos levar em conta um pressuposto importante nessa análise: a idéia da interrelação dinâmica sociedade/natureza. A idéia de “natureza intocada” é um mito, assim como é, também, visceralmente mítica a idéia mestra da modernidade: a perspectiva duma possível independência do social (como pura cultura) em relação ao natural. Esse parece ser o centro nervoso do excesso moderno, severamente criticado por Santos (2001) e tão bem ilustrado numa passagem de Eugene Rabinowitch, editor chefe do *Bulletin of Atomic Scientists*, publicada no *The Times* em 1972:

Os únicos animais cujo desaparecimento pode ameaçar a viabilidade biológica do homem na Terra são as bactérias que habitam normalmente nossos corpos. Quanto ao resto não há provas convincentes de a humanidade não poder sobreviver ainda que fosse a única espécie animal na Terra! Se puderem ser desenvolvidas formas econômicas de sintetizar alimentos a partir de matérias-primas inorgânicas – o que é provável ocorrer mais cedo ou mais tarde – o homem talvez até seja capaz de ficar independente das plantas, das quais até agora precisa como fonte de seu alimento. Pessoalmente eu e, desconfio que uma vasta maioria da humanidade, estremece à idéia de um habitat sem plantas e sem animais. Mas milhões de habitantes das ‘selvas urbanas’ de Nova York, Chicago, Londres ou Tóquio cresceram e passam a maior parte de suas vidas em um habitat praticamente ‘azóico’ (se deixarmos de lado ratos, camundongos, baratas e outras espécies detestáveis desse gênero) e sobreviveram. (apud SCHUMACHER, 1983, p. 90) (grifo nosso).

Desse modo, parece certo que “cada época e cada sociedade possuem um conjunto de verdades que dimensionam sua realidade” (CAMARGO, 2005, p. 27). Quer dizer, cada configuração societária assenta-se num sistema ideacional (RIBEIRO, 1991), entendido como um conjunto de recursos compreensivos que dão sentido à realidade e dimensionam as ações humanas. Por isso precisamos desmistificar idéias-chave da modernidade com pretensões de universalidade, ou

como diriam Adorno e Horkheimer (1985, p. 09), devemos atribuir “à verdade um núcleo temporal, em vez de opô-la ao movimento histórico como algo imutável”.

Considerando que a contradição maior do projeto de modernidade encontra-se, segundo Leff, na própria racionalidade, é que propõe a saída na construção de uma nova razão que denomina *racionalidade ambiental*. Será sobre essa perspectiva que centraremos nossa análise, subseqüente à uma crítica da modernidade pela perspectiva da razão instrumental. Buscaremos, por fim, compreender em que medida a agroecologia pode estar, de fato, contribuindo para a formação desse novo saber ambiental apregoado por Leff como única saída para a crise sócio-ambiental atual.

2 AGROECOLOGIA E RACIONALIDADE AMBIENTAL: *em busca do novo padrão relacional homem/natureza na prática agroecológica*

Toda a crítica da modernidade se fundamenta, principalmente, na crítica à racionalidade instrumental e econômica que lhe serve de fundamento. Enrique Leff, pensador atual da complexidade dos problemas sócio-ambientais atuais entende que a saída para os problemas engendrados pelo próprio desenvolvimento da modernidade reside, precisamente, na construção de um novo entendimento humano acerca da natureza e da realidade, sintetizado na idéia da *racionalidade ambiental*. Conforme Capra (1998) vemos que a crise da modernidade significa, em essência, uma crise de percepção. Quer dizer, trata-se de uma crise de entendimento do ser humano com relação ao significado do mundo natural e, conseqüentemente, do lugar do homem nesse contexto.

Segundo Leff (2002, p. 46) “a degradação sócio-ambiental está exigindo a impostergável necessidade de transformar princípios da racionalidade econômica, de seu caráter desigual e depredador, para construir uma racionalidade produtiva capaz de gerar um desenvolvimento eqüitativo, sustentável e duradouro”. Por isso diz Leff enfaticamente, “será necessário construir uma racionalidade ambiental que incorpore um novo modelo de produção” (LEFF, 2002, p. 50). Assim, a idéia da *racionalidade ambiental* pode ser entendida como uma nova maneira do ser humano compreender a realidade e inserir-se nela. Naturalmente, esse é o primeiro passo para fundamentar um novo padrão relacional homem/natureza que se faz urgentemente necessário na atualidade.

Conforme os apontamentos de Leff, alguns elementos novos estariam na base da formação dessa nova racionalidade, como a questão do diálogo de saberes, a valorização do território com seus saberes locais e sua cultura, uma tecnologia alternativa (ecotecnologia), uma perspectiva sustentável para o desenvolvimento e etc. Relativamente à idéia do diálogo de saberes isso é particularmente notório, pois trata-

se da perspectiva do fim do poderio prepotente do saber instrumental da ciência moderna, através duma valorização de saberes marginalizados e pertencentes ao nível do senso comum relegado pela ciência exclusivista. Não há, também, uma cultura hegemônica no novo quadro, mas uma miscigenação cultural com recíprocas contribuições e aprendizados. Os saberes locais tendem a se tornarem importantes, visto que congregam todo um conjunto de saberes marginalizados e frequentemente arraigados na própria convivência íntima do homem com a natureza, como é o caso de indígenas, camponeses e agricultores familiares.

Essa nova *racionalidade ambiental* parece significar, em suma, um novo paradigma perceptivo emergente e a “ponta de lança” desse processo parece ser a própria prática agroecológica junto aos agricultores familiares. Mais além de uma simples inovação no processo produtivo na agricultura, a prática agroecológica parece configurar-se numa constelação de saberes e práticas alternativas que parecem dar certo na empreitada de superação da atual crise ecológica. Além de propor uma ecotecnologia a agroecologia apresenta uma significativa complexidade funcional frente à agricultura convencional tendencialmente voltada para a simplificação de procedimentos e empobrecimento das múltiplas relações complexas dos agroecossistemas. Em princípio teoricamente, buscaremos compreender em que medida a noção de *racionalidade ambiental* pode, então, encontrar ressonância na agroecologia, no sentido de compreendê-la como alternativa viável para a superação da atual crise ambiental.

De várias perspectivas se pode falar da agroecologia. Altieri (1987) por exemplo refere-se a ela como “as bases científicas para uma agricultura alternativa”. A maioria dos autores parece concordar, no entanto, que estamos diante de um novo paradigma emergente que vai muito além de um simples novo conjunto de técnicas produtivas de cunho ecológico. Leff (2002, p. 42) sintetiza isso com a perspectiva de que “a agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que com o tempo foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”. Isso significa que a agroecologia convoca-nos a um diálogo de saberes, a uma troca de experiências, a uma hibridação entre ciência e técnica. Por isso trata-se dum novo paradigma forjado na interface de saberes até recentemente incomunicáveis, como é o caso da ciência da moderna agricultura e o conhecimento tradicional de comunidades rurais. Como bem diz Leff (2002, p. 42) com a agroecologia “estas ciências se amalgamam no caldeirão no qual se fundem saberes muito distintos para a construção de um novo paradigma produtivo”.

O ponto central da perspectiva de relação entre a agroecologia e o saber ambiental reside precisamente nesse diálogo de saberes. De fato, a agroecologia parece condicionar uma democratização do saber que o agricultor e seu conjunto de saberes práticos e culturais ficam em pé de igualdade com o conhecimento científico. Isso porque praticar agroecologia significa, exatamente, recompor o quadro das idéias culturais acerca da relação homem/natureza massivamente desmantelado pela evolução do padrão de agricultura moderna. Nas palavras de Leff (2002, p. 37) “os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições econômicas, ecológicas, técnicas e culturais de cada geografia e cada população”.

Por isso a agroecologia supõe e constrói uma nova cosmovisão que lhe serve de suporte. Trata-se duma nova perspectiva para a relação homem/natureza que envolve conhecimentos teóricos, práticos, culturais, éticos, religiosos e etc. Como bem descreve Leff, estes saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. É nesse sentido que a agroecologia se contrapõem frontalmente ao modelo hegemônico do modelo agrícola moderno, se configurado num novo paradigma tendencialmente sustentável e voltado para a segurança alimentar e o equilíbrio ecológico do planeta.

Assim, é conveniente pensar a agroecologia como constitutiva dum novo paradigma ecotecnológico, onde uma nova cosmologia é parte integrante desta nova mentalidade denominada *saber ambiental*. De fato, a racionalidade ambiental implica, em seu centro, um novo entendimento sobre o valor de uso da natureza. A agroecologia redimensiona isso na medida em que reconceitua natureza, produção e o próprio ser humano. Nas palavras de Leff (2002, p. 37) “a agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos”. Isso significa que “a agroecologia é terra, instrumento e alma da produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciências, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de um novo paradigma produtivo” (LEFF, 2002, p. 40).

Na terra onde se desterrou a natureza e no território colonizado pelo mercado e pela tecnologia como é o sudoeste paranaense, a agroecologia desponta como um novo paradigma centrado num saber de perspectiva ecológica. Promove uma reconceituação da terra, que passa a ser entendida com “valor em si”, não meramente como recurso natural explorável como rezava a perspectiva da racionalidade instrumental econômica imperante. A natureza é percebida como uma teia de

intrincadas relações *com valor em si mesma* e que por isso demanda respeito e uso sustentável. Essa noção de uso parece bem próxima da idéia defendida por Heidegger (apud Leff, 2002, p. 41) onde para ele *usar significa “deixar uma coisa ser o que é e como é”* (grifo nosso). Quer dizer, o uso dos recursos naturais implica que sejam usados respeitando sua integridade essencial, suas condições de existência, renovação, evolução. Por isso a agroecologia bate de frente com a racionalidade utilitarista da transgenia, que pensa a natureza meramente como “uma pedreira a ser explorada” (Schumacher, 1986, p. 57). Propondo um novo paradigma de produtividade ecotecnológica a agroecologia questiona a apropriação privada do núcleo genético das sementes, e por isso a agroecologia “se nutre dessa capacidade de produtividade natural, da transformação negentrópica da energia solar através da fotossíntese, da produtividade e reprodução das sementes” (LEFF, 2002, p. 40).

Essa reconceituação da natureza com “valor em si” é ponto fundamental nessa nova *racionalidade ambiental* e ancora-se plenamente na prática agroecológica. Isso está em pleno acordo com a perspectiva de Serres (1991) para quem a natureza deve ser pensada como sujeito de direito, quer dizer, detentora de direitos que exigem respeito e uso adequado por parte do ser humano.

Nessa nova racionalidade ambiental há, segundo Leff, uma hibridação de sabores e saberes, etimologicamente unidos. Assim, vemos que “a intervenção da tecnologia na própria vida, não só dessecou a terra em sua fome insaciável de produtividade e lucro, como também espremeu o suco dos sabores para deixar só a forma sedutora de frutos e legumes que atraem pela vista, que saciam a fome de alguns consumidores, mas que não tem sabor de nada” (LEFF, 2002, p. 38). Por isso os alimentos ecológicos tendem a ser mais saborosos e a revalorização dos saberes locais dos territórios são naturalmente evidenciados. Isso é evidente pois “os sabores exigem e se aferram ao seu lugar de origem, a sua terra e à arte culinária de seus povos, e morrem de nostalgia ao serem desterritorializados e expatriados” (LEFF, 2002, p. 39).

Além disso, a agroecologia parece condicionar uma recolocação do homem camponês junto a terra. “a terra foi desterritorializada e o camponês foi descampesinado, separado de sua terra e do sentido de sua existência” (LEFF, 2002, p. 38). A nova racionalidade ambiental supõe, logicamente, esse entendimento do lugar do ser humano na natureza, e o encontro, subjetivo e coletivo do sentido da existência. A agroecologia apresenta condições para isso na medida em que redimensiona as relações homem/natureza e redefine o sentido da existência humana e de toda a realidade. Além disso, uma nova racionalidade ambiental deve envolver-se, naturalmente, com questões de equidade e justiça social. Não é possível que em

nome do lucro a terra e uma maioria sejam destituídas de condições sustentáveis de perpetuação. A agroecologia incorpora isso na medida em que introjeta princípios de equidade na produção e incorpora o funcionamento necessário para uma agricultura sustentável.

A nova racionalidade ambiental deve ser, também, interdisciplinar, especialmente por envolver-se com a complexidade relacional sociedade/natureza. Nesse sentido os saberes agroecológicos são naturalmente interdisciplinares, pois supõe a hibridação de saberes culturais, técnicos e científicos, além de fortes considerações éticas e espirituais. Além disso, uma nova racionalidade ambiental tende a ser naturalmente democrática, com descentralização do conhecimento. Como atesta Leff (2002, p. 45) “os princípios da agroecologia oferecem a possibilidade de estabelecer práticas produtivas sobre bases ecológicas e democráticas”, pois visa a descentralização de saberes e a revalorização de conhecimentos subjugados pela ciência normal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece certo que essa nova *racionalidade ambiental* possui um objetivo nuclear: a recuperação do ser da natureza, da terra e do humano, e a recomposição dos laços que une nos unem à natureza. O despertar do século XXI parece ter essencialmente este teor: redescobrir-nos filhos e filhas da terra, sentirmo-nos ela mesma que em nós sente, pensa, sofre e ama. Uma nova aliança há de ser estabelecida, como questão de sobrevivência, e a agroecologia parece apresentar significativos indícios nesse sentido.

Essa nova racionalidade ambiental apregoada por Leff não é outra coisa senão dar-mo-nos conta de saberes tradicionais recalcados pela cultura e conhecimento hegemônicos que nos situavam, outrora, no âmbito das relações vitais, como fios da teia da vida que somos. Uma nova relação homem/natureza tende a ser estabelecida como condição fundamental para a perpetuação da vida no planeta e a agroecologia se afigura, cada vez mais, como significativa aliada desse processo. O saber ambiental que compõe seu centro é, sem dúvida, ponto central, nevrálgico, dessa “construção de um mundo no qual predomine o Ser das coisas sobre sua utilidade mercantil, onde se revalorize a terra e o trabalho e onde o ser humano possa reconhecer-se em seus saberes e no sentido de suas ações” (LEFF, 2002, p. 50).

Enfim, o tempo comprova que a crise sócio-ambiental é, em última instância, uma crise civilizacional, perceptiva, de perspectiva e postura humana frente à realidade. Por isso há que se forjar, impreterivelmente, uma nova percepção da realidade, condição fundamental da redefinição do padrão relacional homem/natureza.

O movimento agroecológico se inscreve, cada vez mais, como uma grande transformação nesse sentido, potencialmente capaz de “reverter o processo e as inércias que desembocaram no holocausto ecológico através da idéia do progresso e do crescimento sem limites” (p. 50). Para isso é necessário, sem dúvida, um dar-se conta rumo à uma nova racionalidade. Foi o que tentamos fazer aqui.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar?** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOHM, D. **A totalidade e a ordem implicada**. São Paulo: Cultrix, 1980.
- CAMARGO, L. H. R. de. **A ruptura do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAPA. **Agroecologia: a prática no Capa**. Série Cadernos Temáticos 1. Porto Alegre, 2005, 27p.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1998
- CAPRA, F. e STEINDL-RAST, D. **Pertencendo ao universo**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CIORAN, É. **História e utopia**. São Paulo: Rocco, 1998.
- DEMO, Pedro. **Dialética da felicidade: olhar sociológico pós-moderno** (vol. 1). Petrópolis: Vozes, 2001.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- FERRY, L. **A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem**. São Paulo: Cult, 1994.
- JUNG, C. G. **Civilização em transição**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HEISENBERG, W. **A parte e o todo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Agroecologia e saber ambiental.** Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./jun. 2002. p. 36-51.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

PELLIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A religião dos saberes.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

RIBEIRO, G. L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado.** São Paulo, Revista de Antropologia, n. 34, p. 59-101, 1991.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2001.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SERRES, M. **O contrato natural.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

THOMAS, L. **As vidas de uma célula.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 1999.

AS DIFERENTES FACES DA AMBIENTALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA – O CASO DO MÉDIO RIO JURUÁ

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt

Engenheira Agrônoma e Cientista Social, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) e Doutoranda do PPGSA /IFCS/ UFRJ

E-mail: kátia.helena@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa maior que visa discutir as razões sócio-antropológicas de produção e (re)produção de territórios no Estado do Amazonas a partir da relevância da problemática ambiental. Neste trabalho, procuramos enfocar como a questão agrária antes colocada em oposição à questão ambiental, vai aos poucos se ambientalizando. Detemo-nos na análise de um caso na região do Médio Rio Juruá acerca da criação de duas Unidades de Conservação (UC's) de uso sustentável. Procuramos perceber quais as motivações que levaram à criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que possuem origens e estatutos diferentes, numa área que aparentemente não tem nenhuma descontinuidade em termos de fatores ecológicos e sociais. Propomos, a partir dos agentes e das ações que se constroem e que estão em disputa em torno destas duas Unidades reconstruir as relações e processos sociais que levaram à criação e estabelecimento destas áreas protegidas. A relevância de tal reflexão se traduz no fato de que mais que denominar territórios e nos remeter às origens de sua implantação, RESEX e RDS são termos que organizam relações, disputas políticas e visões de mundo em diálogo permanente com o seu tempo histórico e com o que está a sua volta. Configura-se assim como questão relevante para se pensar a Amazônia hoje, as diferentes faces que o Estado ambientalizado assume na região e nos ajuda também a perceber como a Amazônia está se pensando por meio desses processos socioambientais.

O presente artigo é parte de uma pesquisa maior que visa discutir as razões sócio-antropológicas de produção e (re)produção de territórios no Estado do Amazonas a partir da relevância da problemática ambiental. Neste trabalho, procuramos enfocar como a questão agrária antes colocada em oposição à questão

ambiental, vai aos poucos se ambientalizando. Detemo-nos na análise de um caso na região do Médio Rio Juruá acerca da criação de duas Unidades de Conservação (UC's) de uso sustentável. Procuramos perceber quais as motivações que levaram à criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que possuem origens e estatutos diferentes, numa área que aparentemente não tem nenhuma descontinuidade em termos de fatores ecológicos e sociais. Propomos, a partir dos agentes e das ações que se constroem e que estão em disputa em torno destas duas Unidades reconstruir as relações e processos sociais que levaram à criação e estabelecimento destas áreas protegidas.

A relevância de tal reflexão se traduz no fato de que mais que denominar territórios e nos remeter às origens de sua implantação, RESEX e RDS são termos que organizam relações, disputas políticas e visões de mundo em diálogo permanente com o seu tempo histórico e com o que está a sua volta. Configura-se assim como questão relevante para se pensar a Amazônia hoje, as diferentes faces que o Estado ambientalizado assume na região e nos ajuda também a perceber como a Amazônia está se pensando por meio desses processos socioambientais.

A AMBIENTALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA

No Estado do Amazonas, as primeiras tentativas de institucionalização da questão ambiental se deram a partir do final da década de 1980, pelas Coordenadorias de Ecologia e de Recursos Naturais do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia no Estado do Amazonas – CODEAMA. Em 1989 foi criado o IMA – Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Amazonas, que ao invés das questões ambientais, tinha o grosso de suas ações voltadas para as questões fundiárias do Estado, uma vez que este órgão também teria substituído o então Instituto de Terras do Estado – ITERAM.

A questão ambiental passa a ter um direcionamento mais efetivo, em termos das políticas públicas estaduais, com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, em 1996, que com o apoio da cooperação internacional, tem tentado estabelecer algumas estratégias para a gestão da política ambiental do Estado. No mesmo ano da criação do IPAAM, implanta-se no Amazonas a primeira categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá.

A área relativa à RDS Mamirauá, no Médio Rio Solimões, foi anteriormente legalmente protegida como uma Estação Ecológica, ou seja uma unidade de proteção integral. A mudança de modalidade dessa Unidade de Conservação para “uso

sustentável”, inaugura no Estado do Amazonas, a tentativa de se casar a preservação ambiental com a sustentabilidade das populações locais, anteriormente vistas como incompatíveis.

Segundo Esterci (2002: 51), a Amazônia a partir do final dos anos 1980, se transforma num “imenso laboratório de políticas e projetos que, de uma forma ou de outra, tentam compatibilizar a presença dos habitantes com algum tipo de medidas visando à conservação dos ecossistemas em que eles vivem”. Desse modo, a implementação desses projetos e políticas, como sugere Esterci (2002), tem levado à demarcação de uns espaços, redefinição e reclassificação de outros, assim como reclassificação dos próprios segmentos sociais afetados. Partilhando do conceito de Leite Lopes (2004), poderíamos caracterizar este processo como a “ambientalização” da gestão territorial na Amazônia. Este conceito, mais que a definição de um fenômeno moderno, diz respeito entre outras coisas à criação de áreas de proteção de uso sustentável, refletindo um processo histórico que segundo o autor (2006: 36) visaria propiciar formas de controle do capitalismo ou caracterizar uma de suas transformações.

Tal processo histórico implica inúmeras transformações nas diversas relações sociais, dentre as quais Leite Lopes (2004) destaca as transformações no Estado e no comportamento das pessoas. Embutido nessa dinâmica, os agentes públicos como o INCRA/AM, o IBAMA/AM e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas vêm reconfigurando suas estratégias de produção de territórios na Amazônia.

Historicamente a disputa pela terra sempre esteve relacionada ao seu uso. Os empreendimentos agropecuários, mesmo os projetos convencionais de assentamento, meta fundamental das políticas executadas pelo INCRA na Amazônia, foram desenhados a partir do uso intensivo dos recursos naturais, sobretudo florestas, solo e água. A idéia subjacente a toda esta estratégia de territorialização implantada a partir dos governos militares, na década de 1970, era de uma região vazia e desintegrada economicamente com base numa idéia de natureza improdutiva a ser convertida em áreas produtivas.

Até recentemente, a diversidade fundiária do Brasil, em especial a da Amazônia, que acompanha sua grande diversidade sociocultural, foi muito pouco conhecida e conseqüentemente muito pouco (re)conhecida pelo Estado brasileiro (Little, 2002). Isso nem se falando da imensa bacia hidrográfica da região que coloca uma grande diversidade não só fundiária, se a entendemos como questões relacionadas ao uso e

posse das terras, mas também há um grande desconhecimento sobre os diferentes usos das águas e dos grupos sociais que até vivem sobre as águas. A Amazônia, até os anos de 1970, era considerada como uma imensa faixa de terras desabitada, e quando visivelmente habitada, boa parte das ocupações eram consideradas apenas posses, áreas de uso sem domínio pleno, o que dava ao Estado a total liberdade de, a partir do vetor político-tecnológico recortá-la conforme os seus interesses. Desse modo, o Estado, por meio de suas “agências de desenvolvimento”, visava ordenar o território na região tendo como argumento a possibilidade do chamado desenvolvimento, do modo como os governos militares assim o concebiam (Schweickardt, 2001).

Como a maioria das autarquias federais, sobretudo as originadas da ditadura militar, o INCRA até o final da década de 1990 teve a definição de suas políticas concentradas na administração central, em Brasília, que na prática não considerou os particularismos regionais e se impôs aos planejamentos estaduais e municipais. A partir dos anos 1980, fica evidente o fracasso do projeto militar de desenvolvimento para a região, com o foco nos grandes projetos e na pecuária incentivada. O Estado retira “o suporte ou incentivo à agropecuária regional para otimizar os resultados globais da produção” (COSTA, 1987) o que, de uma certa forma, vem de encontro às preocupações ambientais com a região que já começavam a despontar. Com a escassez de recursos e culturalmente ligados ao paternalismo com frágeis organizações de colonos, entram em decadência os Projetos de Colonização.

A partir da segunda metade da década de 1980, muda a configuração política do país que passa por um processo de redemocratização com a chamada Nova República e a abertura política. No mesmo período, a política de colonização começa a declinar, e as metas do governo federal, até então contabilizadas em números de títulos definitivos expedidos aos posseiros por meio da regularização fundiária, passam a se basear em outros indicadores. É que crescia a pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, cuja atuação, embora mais expressiva em outros estados e regiões, acabou por repercutir nas superintendências regionais do INCRA nos estados do Amazonas, Amapá e Roraima. Tais pressões operavam em dois sentidos: os indicadores da atuação passavam a ser o volume de terras desapropriadas para fins de reforma agrária e o número de famílias assentadas em Projetos de Assentamento. A tragédia produzida pelos grandes deslocamentos, induzidos pelas medidas governamentais, e a pressão do Movimento para que as famílias de sem-terra permanecessem nos seus municípios ou regiões de origem, foi a

última pedra colocada sobre a política de colonização. Desse modo, para dar cumprimento às novas metas encetadas no seio do governo federal, que a partir de 1985 não estavam mais enfaticamente centradas na titulação de grandes áreas de terras públicas e nos grandes Projetos de Colonização, o foco da política agrária se desloca para a criação e implantação de Projetos de Assentamento.

Esta onda de projetos de assentamento convencionais que são criados no Estado do Amazonas vai durar até o final dos anos de 1990 além dos Projetos Integrados de Colonização acima referidos e dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas do final da década de 1980.

Quando o debate acerca das questões ambientais se torna preeminente, os programas relacionados à questão agrária e a territorialização vão passar a sofrer uma série de cobranças das organizações ambientalistas e dos Ministérios Públicos Federais, que sobretudo no Estado do Amazonas, passam a exigir o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento criados e dos planejados conforme determinava a legislação¹ vigente à época. O grande debate que passou a se travar entre o Ministério Público e o INCRA era no sentido de exigir para aos projetos de assentamento um tratamento diferenciado das empresas agropecuárias, face ao escopo social daqueles empreendimentos públicos. Estes debates, além de culminarem numa legislação de licenciamento específica para os projetos de reforma agrária², iniciaram uma relação mais sistêmica entre os diferentes órgãos que gerem territórios no Estado do Amazonas, como INCRA e IBAMA, e INCRA e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS.

Os desafios colocados vão no sentido de se regionalizar a política nacional no Estado do Amazonas ampliando o acesso aos recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária às populações caboclas, ribeirinhas, seringueiras que são residentes em Unidades de Conservação de Uso Direto, incluindo estas populações entre os legítimos beneficiários da “Reforma Agrária amazônica”.

Desse modo, a primeira tentativa real de aproximação foi a partir do reconhecimento como beneficiários da reforma agrária da população residente na Reserva Extrativista Médio Juruá, no município de Carauari, sendo esta primeira experiência no Brasil que vai desafiar até as normas internas do INCRA nacional. Tal parceria permite que a população do território que o IBAMA havia criado formalmente, tenha acesso aos créditos da reforma agrária, tanto para construção e melhoria de

¹ Resolução CONAMA nº 237/1997.

² Resolução CONAMA nº 289/2001.

suas casas, como para a aquisição de instrumentos de trabalho, e até barcos de grande porte, acesso ao Programa Nacional de Educação no Campo e na Floresta – PRONERA e ao Programa de Assessoria Social e Ambiental –ATES.

Se o processo de ambientalização da gestão territorial na Amazônia dilui alguns conflitos institucionais aproximando os órgãos fundiários dos órgãos ambientais, evidencia outros conflitos. Neste sentido tomamos o caso do Médio Juruá para refletir sobre algumas questões desse processo que revelam outras faces da ambientalização.

RESEX MÉDIO JURUÁ E A RDS UACARI

Na calha do Médio Rio Juruá, a partir do Município de Carauari em direção a Itamarati, no Estado do Amazonas, nos deparamos com uma configuração espacial que nos chama a atenção. Na margem esquerda do Rio a Reserva Extrativista – RESEX do Médio Juruá, e na margem direita a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uacari. Tal fato não nos causaria estranheza não fosse a natureza das relações das pessoas que habitam estas duas margens do Rio e que são muitas vezes parentes (cosangüíneos e rituais, “compadres”) e membros da mesma Associação de Produtores Rurais. De pronto nos inquietamos com o fato de serem duas Unidades de Conservação, uma Federal e outra Estadual, de modalidades diferentes, uma RESEX e outra RDS. E logo nos perguntamos por que não foi criada uma única Unidade de Conservação envolvendo a totalidade da área proposta para proteção? E se por questões ecológicas e legais, tal área contígua não foi possível de ser criada, por que uma segunda Unidade de modalidade diferente e proposta por outra instância governamental? Estes conflitos subjacentes a esta di-visão de territórios a partir do caso do Médio Juruá é que nós tentaremos re-construir.

Concordando com Durkheim (1989: 40), nos parece evidente que o espaço não é um meio vago e indeterminado, nem pura e absolutamente homogêneo. A configuração em territórios tem por base uma ou várias classificações espaciais que estão subjacentes aos diversos atores envolvidos com a definição desses territórios, promovendo uma descontinuidade, numa aparente continuidade natural. Os diferentes lugares sociais que ocupam esses atores e suas variações no tempo histórico faz com que diferentes significados sejam produzidos acerca dos mesmos objetos, aqui territórios. As classificações espaciais estão, como sustenta Bourdieu (1998), “subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” dando a ilusão de uma realidade objetiva que naturaliza e camufla os conflitos.

O Médio Juruá foi uma importante região produtora de borracha, sobretudo nos anos precedentes à Primeira Guerra Mundial e nos anos da Segunda Grande Guerra. O reaquecimento desta economia após a Segunda Guerra vai durar até os anos de 1970 quando o governo ainda, num último suspiro tenta por meio da criação da SUDHEVEA (Superintendência do Desenvolvimento da Borracha), e de alguns programas especiais de modernização da produção de borracha, PROBOR I, II e III, visando fornecer financiamento aos seringalistas, aumentar a produção do látex. Estas medidas voltam a fortalecer, temporariamente, alguns barracões e a reforçar também o sistema de coerção de patrões sobre os trabalhadores por meio do aviamento³ dos seringais (Derickx, 1992; Almeida, 2002).

Com o fracasso destas iniciativas governamentais, no entanto, muitos seringalistas abandonaram os seringais ou passaram a explorar simultaneamente a madeira e os recursos pesqueiros dos lagos da região, pressionando a principal fonte de alimentos dos seringueiros.

A Igreja Católica, em especial a pessoa do Padre holandês João Dereckx, e do Movimento de Educação de Base – MEB, desempenhou um papel fundamental no início do processo organizativo dos seringueiros e moradores da calha do Médio Rio Juruá durante os anos de 1980. Boa parte da memória destes tempos, assim como cópias de documentos referentes às reivindicações feitas às autoridades pedindo providências em relação às populações indígenas e seringueiras daquela região se encontram num livro escrito por ele por ocasião da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (ECO-92), “No coração da Amazônia – Juruá, o rio que chora”.

A partir de relações mais próximas com outras Pastorais, chamadas Pastorais Sociais da Igreja Católica como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o MEB em Carauari vai empreender um (a) trabalho coordenado pelo Pde. João para a formação das primeiras comunidades do município, na esteira de todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela Igreja Católica no Brasil nesta década de 1970. Assim, as famílias eram estimuladas a morar mais próximas umas as outras para facilitar o seu processo organizativo e a obtenção de alguns direitos sociais fundamentais, como escolas e postos de saúde, até então inexistentes naqueles “beiradões”

³ *Aviamento* é um sistema de trocas por meio do qual se adiantam mercadorias aos “fregueses” (seringueiros) para posterior pagamento em produto (borracha e com a queda da borracha, com madeira e até peixe). Tal sistema levava a uma dependência freqüente do “freguês” em relação ao “patrão” (seringalista) porque tanto o preço da mercadoria concedida em adiantamento quanto o do produto do extrativismo eram estabelecidos pelos patrões, produzindo um endividamento quase que permanente.

Tais iniciativas não eram bem vistas pelos patrões da região que obrigavam o poder público, os prefeitos e vereadores dos quais eram aliados, a instalar os equipamentos sociais nos locais por eles determinados e não admitiam que seus “trabalhadores/seringueiros” tivessem ligação com a Igreja, o MEB e o Sindicato de Trabalhadores Rurais que nesta altura já tinham atuação expressiva na região (Cf. MEB/Carauari, 2003)⁴.

Com o fortalecimento de várias organizações locais, o MEB na década de 1990 começou a contratar agentes locais para um trabalho mais centrado na organização social que no trabalho pastoral propriamente dito. Alguns deles hoje ocupam cargos importantes em instâncias governamentais locais e estaduais.⁵

Esta “experiência”, segundo Sr. Ademar⁶, iniciou com certo número de famílias de algumas comunidades formando o embrião da Associação de Produtores Rurais de Carauari – ASPROC que viria oficialmente a ser criada um ano e meio depois do início da experiência, tendo já a participação de um número muito maior de famílias e de comunidades e tendo como primeiro Presidente o Sr. Elcio Pacheco.

Com a criação das Reservas Extrativistas no Acre, abriu-se uma grande discussão sobre a importância das Reservas Extrativistas para os seringueiros. O MEB, por sua vez, patrocinou alguns encontros de seringueiros no Juruá para discutir essa idéia (Cf. Dereckx, 1992).

A organização da produção via ASPROC, marcou um novo momento da luta contra os patrões no rio, porque muitos, acuados, começaram a impedir que as famílias entrassem nas áreas para coletar os produtos, para pescar ou para fazer as roças. Desse modo, motivados pela efervescência das notícias em torno da criação das RESEX's no Acre, realiza-se no Médio Juruá, uma (?) Assembléia, em 1990, na qual se tira um abaixo assinado ao IBAMA solicitando a criação de uma Resex. Ainda não havia sido definido o limite da área, mas 22 comunidades, de uma margem e da outra do Rio Juruá assinaram o documento. A pressão sobre o governo durou sete anos, até que em 1997, foi emitido o Decreto de criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, mas não com a área que as comunidades propuseram.

Na Assembléia dos seringueiros do Médio Juruá de 1990, importantes alianças foram estabelecidas com o IBAMA/AM, por meio do relacionamento com o Sr.

⁴ Parte destas informações foram coletadas em entrevistas com antigos agentes do MEB que ainda estão em Carauari a frente de movimentos sociais, ou ocupando cargos em órgãos governamentais, e no documento “Memorial Institucional do MEB – Departamento de Carauari” de junho de 2003.

⁵ Cf. MEB/Carauari. Memorial Institucional, 2003.

⁶ Sr. Ademar da Cruz é ex-agente do MEB/ Carauari, Ex-Vereador do Município e atual Sub-Secretário de Extrativismo do Estado do Amazonas.

Hamilton Casara, então Superintendente Regional e com um representante do IBAMA de Brasília, que na época representava o CNPT – Centro Nacional de Populações Tradicionais. Estiveram presentes também representantes do Acre que puderam contar sua história e partilhar as experiências.

Algumas Oficinas foram realizadas e as comunidades desenharam a área proposta para a Reserva que iria da comunidade do Mandioca até a do Bom Jesus, na margem direita do rio. Quando a reserva foi decretada a vitória foi considerada parcial porque boa parte das comunidades ficou fora do perímetro, pois este foi definido por critérios técnicos e políticos que parecem não ter incorporado os parâmetros das comunidades e das organizações sociais locais. Mesmo assim, a Decretação da RESEX Médio Juruá, a primeira no Estado do Amazonas, representou um momento importante para os extrativistas/agricultores do Estado, sinalizando um novo caminho para a gestão de territórios na região.

Logo após a decretação da RESEX, começou-se toda uma movimentação para que as comunidades da outra margem do rio também fossem contempladas com a criação de uma outra RESEX. Tal preocupação estava mais relacionada à garantia de direitos sobre as terras e seus recursos do que às preocupações ambientais propriamente ditas, vez que segundo as agentes da época, estas preocupações já estavam internalizadas pelos moradores.

Passados alguns anos da criação da RESEX Médio Juruá, as organizações haviam avançado muito pouco no sentido da decretação de uma outra RESEX na outra margem do rio.

A partir de 2003, a conjuntura política no Estado do Amazonas se modifica. É criada dentro do organograma do Estado uma Sub-Secretaria de Extrativismo, ancorada na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, e assume a pasta o então Vereador Ademar da Cruz, ex-agente do MEB/Carauari.

Com a experiência de luta acumulada desde a criação da RESEX Médio Juruá, que levou sete anos para ser decretada, e já tendo se passado seis anos desde a criação da RESEX sem nenhuma resposta por parte do governo federal em relação às comunidades da outra margem do Rio, as lideranças resolvem mudar de estratégia. As organizações locais decidem aproveitar a presença de um aliado seu na estrutura do governo do Estado e acabaram por concordar com a criação de outra modalidade de área de uso sustentável na outra margem do rio, agora uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS – estadual. Já que o Governo do Estado do Amazonas priorizava a criação deste modelo de área protegida de uso sustentável.

Até o momento, os moradores dessas áreas não tiveram suas vidas afetadas pelas classificações legais dos seus territórios e, na verdade, continuam a ser outras as referências a partir das quais lidam com o espaço. Essas referências estão relacionadas por exemplo às atividades sociais que realizam sobre o espaço: são áreas de pesca, de caça, de extração de seringa, de criação de animais, de plantio de roça, de produção de farinha; são fronteiras e direitos definidos a partir de relações de parentesco, compadrio, pela identidade religiosa, pela devoção aos santos padroeiros.

RDS E RESEX – UM POUCO DE HISTÓRIA E DIFERENCIAÇÕES

A despeito desta visão das populações locais, ao analisarmos de modo mais cuidadoso, as definições legais de cada uma destas Ucs, podemos perceber distinções que começam pelas circunstâncias históricas em que deram a cada uma delas. Atribui-se o surgimento das RESEX a um movimento social de base, na segunda metade dos anos de 1980, sediado no Acre e com apoio de alguns antropólogos e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais; e o modelo RDS tendo nascido das perspectivas teóricas e metodológicas de alguns biólogos ligados a importantes instituições de ensino e pesquisa na região. Tal distinção assumiu ao longo do tempo um caráter de simplificação que já não é mais suficiente para explicar as diferenças na definição e implantação de tais territórios.

A exportação do chamado “modelo Acre” de RESEX para outros Estados, como o Amazonas, que por sua vez é o berço das RDS's faz aflorar uma série de outras questões e a percepção de uma inversão das perspectivas fundadoras, uma vez que neste Estado, no ano de 2005, a RDS Uacari, no Rio Juruá, vai ser fomentada pelos movimentos que originariamente lutaram pela RESEX Médio Juruá, e no ano de 2006, a luta por uma outra RESEX, a do Rio Unini, foi encabeçada por biólogos de uma ONG ambientalista que executa há anos um projeto de gestão num Parque Nacional em parceria com o IBAMA.

Um olhar mais cuidadoso nos faria perceber que existe uma série de relações embutidas em cada um destes termos que designam estes territórios. Há diferenças em relação à problemática fundiária, acerca da pertinência ou não da desapropriação das terras inseridas em um e outro território, há diferenças quanto às possibilidades de uso dos recursos naturais, como produtos do extrativismo, manejo do pescado e até atividades de mineração, há diferenças em relação ao papel desempenhado pelo Estado, ao papel dos pesquisadores e das Academias de Ciência e, sobretudo há diferenças importantes no que tange à gestão dessas áreas.

Além das diferenças nas origens históricas, existem algumas outras diferenças na natureza de cada um desses territórios que acabaram por ser transcritas no texto da Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC⁷. Tanto RESEX como RDS se constituíram enquanto tal antes que um aparato legal as definisse. Ambas se originaram da dinâmica das relações sociais que dão existência e significado ao meio ambiente. Porém, marcadamente as RESEX's a partir da dinâmica e das articulações das populações residentes e o ambiente onde vivem, mediadas pelos movimentos sociais e, predominantemente, pesquisadores das ciências sociais, e as RDS's a partir da dinâmica e das relações entre as populações residentes e o ambiente, mediadas, predominantemente, por pesquisadores das ciências naturais. De pronto, aparece em ambas as definições uma convergência, a legitimidade da criação de territórios que combinem os princípios da conservação ambiental com os direitos das populações residentes. Mas não de qualquer população residente, aquelas que seriam "tradicionais".

A falta de consenso entre os atores envolvidos na elaboração do SNUC acerca do conceito de populações tradicionais impediu que a definição do termo fosse transcrita no texto da Lei. Parte dessas divergências reside nos diversos significados que são dados ao termo "tradicional" pelos diferentes segmentos sociais, populações locais, pesquisadores, agentes públicos, o que revela os diferentes significados de "cultura" em jogo. Parte desses segmentos associa o adjetivo à uma imobilidade nas práticas sócio-culturais, como se estas populações estivessem como que congeladas no passado. Outros, mesmo cientes da dinâmica da cultura, e da variabilidade das diferentes populações nas diferentes áreas, defendem o termo "tradicional" como um grande "guarda-chuva" de diversas populações com diferentes práticas, dando ao termo um significado político-estratégico, propositalmente abrangente, capaz de empoderar estas populações nos diferentes conflitos nos quais elas estão envolvidas, sobretudo aqueles que se referem à posse e propriedade de suas terras e aos usos dos recursos naturais nelas envolvidos (Cunha e Almeida, 2000; Diegues, 2001; Little, 2002; Esterci, 2002).

Outra característica decorrente das definições de populações tradicionais expressas na Lei se refere à natureza dos usos dos recursos naturais das áreas em questão pelas populações. O art. 18, acima referido, enuncia "*populações extrativistas*" para as RESEX's, enquanto art. 20 enuncia "*populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais*", para as

⁷ Lei nº 9.985 de 2000.

RDS's. Daí já se denota uma certa flexibilidade das RDS's em torno dos usos, vez que as atividades desenvolvidas por meio de sistemas sustentáveis não necessariamente devam ser extrativistas. Embora, mesmo as populações extrativistas das RESEX não desenvolvam apenas atividades extrativistas. Elas também estão envolvidas em atividades múltiplas de roça, pesca, artesanato que se associam ao extrativismo sem que uma seja mais importante que a outra na composição da renda nem na definição do caráter social do grupo. A compreensão dessa dinâmica flexibiliza a definição da população em questão.

No capítulo III, § 1º do Artigo 18º da lei 9.985/2000, está disposto que *“a Resex é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23º desta lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.”* Os mesmos termos não são aplicados à RDS, visto que no a lei do SNUC, em seu artigo 20º, § 2º, determina que a área da unidade *“é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”*.

A ressalva quanto à avaliação da desapropriação, quando houver necessidade, espelha a principal diferença entre as duas modalidades de Unidades de Conservação, a questão fundiária das áreas. Este tem sido o principal argumento utilizado pelo Estado do Amazonas para investir na criação de RDS's. Há o entendimento por parte do Estado de que tais unidades não necessitam para a sua criação da disponibilização de recursos financeiros para a desapropriação das terras de particulares, o que oneraria sobremaneira o orçamento do Estado frente às dimensões de suas áreas propostas.

Outro diferencial que a Lei nos revela diz respeito às possibilidades de uso dos recursos naturais existentes nas áreas. O § 6º do art. 18, diz textualmente *“são proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional”* nas RESEX's. Já o inciso IV do § 5º do art. 20 diz ser *“admitida e incentivada a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área”*. Por estes dois trechos do SNUC podemos perceber que a RDS abre uma brecha para atividades de exploração como mineração, agricultura e pecuária, nas quais a avaliação dos impactos é bastante discutida em relação aos princípios da sustentabilidade. Aqui fica evidente mais uma grande contradição, as RDS's que nasceram com base nos

pressupostos científicos da conservação, em comparação com as RESEX's que nasceram para atender uma demanda das populações, são bem mais flexíveis em relação ao cumprimento dos próprios princípios da conservação.

Esta análise de algumas características dos dois territórios a partir do texto da Lei do SNUC nos dá algumas pistas para perceber a natureza dos conflitos que estão subjacentes a estes dois modelos de áreas protegidas de uso sustentável e a natureza das relações sociais que estão em ação em cada uma delas.

No caso do Médio Juruá, a não criação da RESEX envolvendo as duas margens do rio esteve relacionada às forças antagônicas que estão em disputa pelos recursos naturais (madeira e pesca), já que a RESEX restringe o uso comercial dos recursos naturais antes da elaboração do Plano de Manejo. Já a RDS, permite acomodar estas forças por meio de um outro instrumento, os "Acordos". Por exemplo, para a negociação da criação da Unidade de conservação na outra margem do Rio Juruá, foi de pronto estabelecido um Acordo de Pesca com a Colônia dos Pescadores, principal ator contrário à criação de mais áreas protegidas naquela região por entenderem que elas estão inviabilizando a sua sobrevivência.

Os discursos dos gestores públicos das duas áreas são também bastante reveladores da disputa subjacente a estes atores que se revela no entendimento do que representa cada uma dessas duas modalidades. Para o representante do IBAMA do Amazonas a RDS não resolve a questão fundamental que foi a grande motivadora da incorporação das áreas de uso sustentável no escopo do SNUC, o problema da posse da terra.

As populações locais, por sua vez, dizem não perceber a diferença entre os territórios. Isto evidencia que o modo como elas concebem a necessidade de proteção dos recursos naturais, fonte de sua sobrevivência física e sócio-cultural vai além das tentativas de disciplinar os processos sociais, que são dinâmicos, empreendidas pelo Estado e manifestas na legislação. O processo de reconhecimento por parte do Estado, quer seja governo federal, quer seja governo estadual, da legitimidade da permanência de certas populações em ambientes que devem ser preservados traz embutida uma espécie de enquadramento dessas populações em territórios determinados. A legislação ao exigir a elaboração de Planos de Manejo, um documento de caráter mais técnico, para estas áreas e não reconhecer os Planos de Utilização que anteriormente era elaborado pelas populações residentes acaba impondo certos conceitos e colocando restrições de uso dos recursos e

desconstituindo, de certa forma, os conhecimentos locais por mais que estes Planos usem no discurso a capa do “caráter participativo”.

As Reservas Extrativistas que nasceram conceitualmente da luta de certos segmentos dos movimentos sociais na floresta, ao serem apropriadas pelo Estado acabam se transformando em mais um instrumento de controle social, igualando-se na relação como Estado às Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de (2004). **Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 19, nº55.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, Francisco de Assis. Questão Agrária e macropolíticas para a Amazônia. In: **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. Vol. 1, nº1, 1987.

CUNHA, Manoela Carneiro da.; ALMEIDA, Mauro Barbosa de. (orgs.) **Enciclopédia da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DERICKX, João. **No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora**. 2ª ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 1992

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S.V. (Orgs). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ESTERCI, Neide. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. In: **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**. Ano 1, n. 1, 2002.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: **Horizontes Antropológicos**. Ano 12, n. 25. Porto Alegre: PPGSA/IFCH/UFRGS, 2006.

_____. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília/DF: UNB, **Série Antropologia**, 2002.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). Departamento de Carauari. Memorial Institucional. Carauari/AM, 2003. Relatório. Mimeografado.

SCHWEICKARDT, Kátia H.S.C. Um olhar sobre a produção do espaço na Amazônia: Os encontros e desencontros entre a política de reforma agrária e a política ambiental no Estado do Amazonas. **Dissertação de Mestrado**. Manaus: UFAM, 2001.

AS LÓGICAS DA MUDANÇA TÉCNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTOS PARA SE PENSAR A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Luciano de Almeida

Prof. da Universidade Federal do Paraná, Departamento de Econômica Rural e Extensão. Curitiba. PR.

Angela Duarte Damasceno Ferreira

** Profa senior da Universidade Federal do Paraná, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento e Pós-Graduação em Sociologia

Resumo

Este trabalho analisa as lógicas de escolha técnica dos produtores de hortaliças do município de Colombo-PR. Enfoca as práticas e as mudanças em suas dimensões ambientais. De um lado evidenciam-se práticas reveladoras da intensificação produtiva no padrão convencional, o que incluiu o sistema hidropônico. Do outro estão práticas sinalizadoras de sistemas mais conservacionistas, tal como a redução no uso de agrotóxicos e a agricultura orgânica. As dimensões econômica e sócio-cultural são priorizadas na análise enquanto condicionantes das escolhas dos agricultores orientadas para aquelas práticas e técnicas. Predomina em Colombo a combinação de solos ambientalmente frágeis com uma agricultura convencional, cujo manejo intensivo dos solos e uso de agroquímicos gera impactos ambientais, tanto em termos de processos erosivos quanto em riscos de contaminação dos recursos hídricos. Os agricultores fazem suas opções técnicas frente a um conjunto de restrições e oportunidades sinalizados ou efetivados pelo mercado, pela comunidade e grupos de referência com os quais se articulam, pelo núcleo familiar, pelo meio físico, e pelas instituições e serviços relacionados à gestão dos recursos naturais, a geração e socialização de conhecimentos técnicos. É nesse contexto complexo e dinâmico que os agricultores se orientam, fazendo uso de sua lógica prática para se apropriar, ao seu modo, das opções técnicas e decidir como vão gerir os recursos naturais. Diante de diversas informações, necessidades práticas cotidianas, oportunidades e restrições, os agricultores reservam para si um campo de autonomia, onde desenvolvem processos de elaboração e filtragem, e aplicam sua marca pessoal nas escolhas e na gestão da unidade. Dado o processo de intensa integração ao mercado, vem se configurando uma lógica econômica-instrumental de gestão onde a dimensão econômica, concretizada na maximização da produtividade e dos rendimentos, ocupa, não sem resistência, um grau de importância cada vez maior. Ao mesmo tempo, foram identificados valores sócio-culturais, como segurança e

autonomia, associados à agricultura familiar, que mostram outros elementos constitutivos destas lógicas.

1. Introdução

Nas últimas décadas evidenciou-se a ampla magnitude dos impactos negativos do processo de modernização da agricultura sobre o meio ambiente e sobre a sociedade como um todo. O atual modelo de desenvolvimento agrícola, fundamentado na especialização da produção, no uso intensivo de insumos, sementes geneticamente modificadas, máquinas e implementos, e na exploração intensiva dos recursos naturais, tem sido questionado diante das inúmeras evidências quanto a sua incapacidade de viabilizar economicamente a maioria dos agricultores, sobretudo os familiares, e permitir uma produção que não implique na acelerada degradação dos recursos naturais.

O Município de Colombo-PR, onde se desenvolveu a pesquisa¹ na qual se baseia esse texto, retrata uma realidade de agricultura intensiva baseada na produção de hortaliças com fortes impactos ambientais associados principalmente a degradação dos solos e recursos hídricos. Ao mesmo tempo, é uma área estratégica quanto à captação e fornecimento de água para as populações urbanas, o que lhe confere, em particular, um histórico de tensões entre agricultores e intervenções institucionais e legais.

O aprofundamento destes problemas ambientais, além de outros de natureza social, tem levado a uma crescente pressão por um novo modelo agrícola, genericamente qualificado de 'sustentável'. Nessa orientação surgem propostas a favor de uma agricultura desenvolvida segundo princípios biológicos, operacionalizada através de um conjunto diverso de técnicas agrícolas que, de modo geral, procuram reduzir ou substituir insumos químicos, proteger o meio ambiente e a saúde, e reforçar as interações biológicas e físicas nos *agroecossistemas*, no sentido dado a este conceito por GLIESSMAN (2000).

Estas técnicas e a intensidade com que elas são implementadas dependem dos pressupostos que orientam as propostas de alternativa à agricultura convencional. Nesse campo há um debate acirrado entre correntes que advogam a favor de uma agricultura ecológica, de redução de insumos, ou pró-biotecnologia.

Estes processos estão construindo um ambiente onde as relações entre agricultura e meio ambiente se revelam e são percebidas como conflituosas pelos agricultores. Supõe-se que estes apreendem as mudanças no contexto, seja como pressão ou oportunidade, o que pode levar a alterações nas formas de gestão dos recursos naturais e nas estratégias técnicas de produção agropecuária. As propostas de mudanças técnicas

¹ ALMEIDA, Luciano de. Mudança técnica na agricultura: perspectiva da transição agroambiental no município de Colombo – PR. (Tese de Doutorado) - 294p. 2003. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

geradas e difundidas junto a estas populações pelas organizações ou instituições portadoras destas outras formas de agricultura visam em parte estabelecer novas formas de apropriação e exploração dos recursos naturais. Isto pode implicar em alterações de diferentes proporções nas formas como estes grupos interagem com a natureza, como a percebem, produzem e exploram os recursos disponíveis para se reproduzir.

Contudo, a transição de um padrão agrícola convencional para outro fundamentado em princípios ecológicos tem se revelado complexa e ainda limitada. Os condicionantes da mudança tecnológica neste processo são de natureza variada e ainda pouco analisados. A identificação e geração de práticas de produção de cunho conservacionista enfrenta graves problemas de difusão e adoção. A análise dos condicionantes destas restrições remete a uma revisão dos fundamentos balizadores da modernização da agricultura e do processo de mudança tecnológica no âmbito desta. Essa revisão orienta-se pelo pressuposto segundo o qual as questões relativas à transição para uma agricultura sustentável se fundamentam em instrumentais teóricos e metodológicos distintos daqueles que deram base à emergência e consolidação da Revolução Verde.

Algumas versões da teoria da modernização que mais se difundiram entre organismos de pesquisa e extensão agrícolas foram as que tiveram em SCHULTZ (1965) e em ROGERS e SHOEMERER (1971) suas principais referências teóricas e instrumentais. e partem de um esquema que defende a incorporação de insumos e equipamentos de origem industrial na agricultura como principal mecanismo de desenvolvimento desta. Mais recentemente, autores como HAIAMI e RUTTAN (1988), elaboraram o modelo de "inovação induzida", seguindo os mesmos pressupostos.

Segundo a teoria da adoção de Everett Rogers, todos os agricultores poderiam ser classificados entre "dinâmicos", mais propensos ao risco e receptivos às técnicas modernas, e agricultores "tradicionais", avessos ao risco e pouco receptivos àquelas técnicas. Essa teoria descreve um processo de decisão que abstrai o agricultor de seu contexto, supondo que a mudança tecnológica é uma decisão individual subordinada exclusivamente a características culturais e comportamentais.

Este modelo baseou-se, de um lado, na perspectiva de que a agricultura tradicional possuía uma racionalidade incompatível com o desenvolvimento tecnológico preconizado pela modernização da agricultura e já havia esgotado o seu potencial produtivo, e de outro, na crença no padrão tecnológico "moderno" como principal instrumento de desenvolvimento agrícola. Tais pressupostos orientaram a prioridade dada ao processo de "difusão de tecnologia" como balizador das políticas públicas de desenvolvimento rural.

As críticas a este modelo em suas conseqüências sociais e ambientais já são bastante conhecidas. A partir da década de 80 desenvolveu-se um amplo debate questionando o caráter seletivo das tecnologias ditas modernas. Mostrou-se que elas

demandavam um "perfil" de agricultor que excluía a grande maioria dos pequenos produtores familiares. A partir daí, desenvolveu-se um processo de investigação que procurava associar tecnologias "alternativas" ou "apropriadas", para citar apenas algumas adjetivações, às características de diferentes tipos de agricultores, particularmente o que na época era chamado de "pequena propriedade".² Nessa trajetória, novos "fatores" de adoção, e novos "perfis" de adotadores foram sendo construídos. Contudo, ainda eram limitadas as contribuições de novos pressupostos teóricos para orientar políticas de desenvolvimento que não utilizassem as noções difusionistas, e escapassem de uma visão estigmatizada dos agricultores enquanto adotadores passivos de tecnologias geradas nos centros de experimentação.

Uma das contribuições mais positivas para essa mudança está na "Teoria dos Sistemas Agrários", cuja elaboração é, em grande parte, encontrada nos trabalhos de DUFUMIER (1997) e MAZOYER (1992-1993) em oposição a Teoria da Modernização. A análise, em termos de sistemas agrários, reconhece e define os fatores históricos e geográficos responsáveis pela acumulação dos meios de produção e de diferenciação social dos agricultores. Nessa perspectiva, a tecnologia e sua capacidade de catalisar o desenvolvimento econômico têm de ser analisadas reconhecendo-se as necessidades específicas dos tipos de agricultores. Nesse modelo não há uma tecnologia "a priori" e superior a ser difundida a agricultores considerados a partir da ótica restrita de "aptos" (modernos) ou tradicionais. Ao contrário, a caracterização dos sistemas agrários deve anteceder a formulação de políticas de desenvolvimento e, dentro desta, os processos de geração de tecnologias. De acordo com NETO, LIMA e BASSO (1997), a Teoria dos Sistemas Agrários tem contribuído nesse sentido ao apontar para a necessidade de analisar e compreender as lógicas internas dos sistemas de produção para orientar processos de geração e difusão de tecnologia.

O reconhecimento da diversidade de agricultores e recursos disponíveis como balizador de políticas e estratégias de desenvolvimento tem se fortalecido com o advento do debate sobre a agricultura sustentável. Esse debate questiona a fragilidade do modelo da difusão de inovações e recoloca o problema da mudança tecnológica sobre uma nova perspectiva, que enfatiza a adequação dos processos de produção às condições reais presentes nos sistemas de produção.

Estas questões retomam a complexidade dos processos condicionantes da adoção da tecnologia, seja esta baseada em padrões convencionais ou orientados para a

² São ilustrativos da pesquisa agrícola neste período as publicações técnicas das instituições públicas responsáveis pela pesquisa agrícola no Brasil. A título de exemplificação podem ser citados: EMBRAPA (1989) e IAPAR (1985).

sustentabilidade agrícola. Nesse sentido, autores como BRANDENBURG (1999) e GUIVANT (1995) enfatizam a carência de estudos nessa área, principalmente na ótica das ciências sociais. Segundo estes autores, após a crítica aos pressupostos difusionistas da teoria da modernização, estabeleceu-se um vácuo quanto à análise dos condicionantes das mudanças tecnológicas orientadas para a sustentabilidade. Pouco tem se construído no sentido de apontar estratégias que viabilizem a conversão de uma agricultura convencional para um modo menos agressivo de fazer a gestão da produção agrícola. Do mesmo modo, permanece um amplo campo de estudos para a análise do processo de adoção de inovações. Mantêm-se velhas questões: por que os agricultores desenvolvem ou não práticas agrícolas - conservacionistas e/ou convencionais? O que motiva um produtor a escolher estas práticas e técnicas? Surgem outras indagações: Quais as lógicas que orientam as escolhas técnicas dos agricultores?

Estes questionamentos demandam uma abordagem orientada para apreender as múltiplas dimensões da realidade, procurando superar a dicotomia entre objetividade e subjetividade na análise da mediação entre sociedade e indivíduo. Esta abordagem deve compreender a realidade social tratando seus personagens como sujeitos de sua construção e não como reflexos imediatos de forças que fogem a sua compreensão e controle.

Esta é uma perspectiva que considera os agricultores não como meros receptores de decisões externas elaboradas a partir de uma perspectiva essencialmente urbana. Ao contrário, reconhece e pressupõe os agricultores como autores de decisões para o rural, a partir de lógicas diversas. Neste sentido, este texto analisa as lógicas que orientam estas escolhas e o manejo dos recursos naturais. Em especial discute-se qual a importância das dimensões econômica e sócio-cultural nas escolhas técnicas de impacto ambiental, positivo ou negativo.

2. Lógicas da Mudança Técnica

Os trabalhos de Bourdieu permitem a compreensão de que os condicionantes macroestruturais da mudança tecnológica devem ser integrados a uma análise sobre a adoção como um elemento do senso prático dos agricultores, como base de suas estratégias mais amplas de reprodução social no espaço social em que buscam perpetuar-se (Bourdieu, 1980 e 1989). A partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, pode-se evitar uma análise estritamente objetivista ou subjetivista da relação sociedade-indivíduo, o que permite analisar tanto o caráter determinante das estruturas tecnológicas hegemônicas nas ações dos agricultores como seu espaço de criação e escolha.

As formulações da teoria da ação social, principalmente nos trabalhos de Touraine (1992) permitem, por outro lado, ressaltar a importância da compreensão dos significados que os agricultores atribuem à adoção e à implementação da tecnologia.

Abrem, ainda, a possibilidade de se considerar os agricultores como atores sociais capazes de construir projetos de mudança.

Diferentemente das concepções difusionistas da Teoria da Modernização, estes pressupostos teóricos consideram o papel dos agricultores como sujeitos sociais, cujas decisões administrativas se dão dentro de múltiplas pressões, objetivos e expectativas em conflito. Ao mesmo tempo, se reconhecem os processos de elaboração, processamento, troca e reconstrução do conhecimento pelo agricultor.

Quanto a este último aspecto, a teoria da ação social permite entender os agricultores adotando uma tecnologia ao seu próprio modo. De acordo com GUIVANT (1995, p.123) "os agricultores não são "desviantes", "ignorantes" nem "vítimas" de um processo de difusão de um padrão tecnológico. (...) Os agricultores não assumem um papel passivo mas construtivo: orientam-se segundo conhecimentos não só divergentes mas também contrários às instruções técnicas."

Esta ação adaptativa e inovadora pode ser entendida pela noção de "lógica prática" de BOURDIEU (1980), em oposição à "lógica lógica". A partir desta noção, é possível dizer que os agricultores, enquanto atores sociais, constroem um espaço de cognitividade fundamentado em conhecimentos práticos, orientados por uma lógica prática. Essa lógica guia grande parte de suas escolhas e condutas e é capaz de gerar conhecimentos práticos significativamente diferentes dos conhecimentos técnicos e científicos.

Como afirma BRANDENBURG (1999, p.236) "a implementação de técnicas leva o agricultor a pensar nas restrições naturais e sociais, ajustando estratégias que mais lhe convém. É nesses termos que o agricultor não é apenas ator social, mas também autor de atos técnicos."

Admite-se, ao mesmo tempo, que utilizar a perspectiva do ator social para analisar os processos de mudança tecnológica na agricultura pode contribuir para o entendimento dos significados que orientam as práticas dos agricultores.

Estes significados são diferentes entre agricultores de diferentes países ou de uma mesma região. De acordo com GUIVANT (1995, p.124):

"aprofundar nessas especificidades é essencial para se conhecer o impacto da agricultura convencional, como também para pensar nas possibilidades de difusão e adoção de práticas agrícolas sustentáveis, já que não é meramente pelas evidências de sua viabilidade econômica, ou por estímulos macro-estruturais desenvolvidos de cima para baixo - como tem sido a tradição na difusão da agricultura moderna -, que os agricultores podem assumir os riscos e as vantagens de uma transição. "

A validade destas questões, entretanto, não se refletem em uma produção

significativa sobre o tema no Brasil. Segundo esta mesma autora, no Brasil ainda são limitados os estudos das experiências orientadas para uma agricultura sustentável, no que diz respeito a uma análise das motivações dos agricultores.

Nessa perspectiva abre-se um vasto campo de estudos para compreender os processos intervenientes na gestão das unidades de produção que possam apontar para a elaboração de modelos de produção e socialização de conhecimentos técnicos de carácter ambiental. O próprio carácter da agricultura sustentável induz a que ela seja pensada em termos locais e regionais, o que cria um amplo leque de possibilidades para pesquisas comparativas.

3. Racionalidade Econômica e Agricultura Familiar

Outro aspecto fundamental da abordagem teórica aqui adotada está relacionado à premissa da hegemonia da racionalidade econômico-mercantil orientando as decisões dos agricultores.

O processo de "modernização da agricultura" e, no âmbito deste, os processos de mudanças técnicas, foram apresentados e difundidos dentro de uma perspectiva de racionalização da sociedade ocidental. Baseando-se em pressupostos de autoridade científica, materializados nas técnicas de produção e administração, buscou-se subordinar os processos produtivos e os comportamentos dos indivíduos à lógica do mercado.

Em nome da "modernização" da agricultura, tratou-se de classificar os agricultores em aptos e inaptos diante dos benefícios das mudanças ofertadas. A inaptidão é atributo de setores tidos como tradicionais, arcaicos, que resistem em manter e defender valores culturais, crenças e formas de organização antigas. Em defesa da racionalidade instrumental, era preciso que a agricultura se transformasse num negócio e que os agricultores se tornassem empresários, incorporando mecanismos contábeis, admitindo e internalizando a razão técnico-científica, incorporando como única orientação à lógica do lucro.

A análise neoclássica da produção agrícola utilizada para compreender a lógica que orienta as decisões-ações dos agricultores neste processo de modernização, tende a considerar a racionalidade econômica-instrumental como exclusiva, negligenciando a diversidade de estratégias e lógicas de decisão entre os agricultores. Para SILVEIRA (1997), predomina na economia agrícola clássica, a suposição de uma única racionalidade, a maximização da taxa de lucro, como orientadora dos agentes econômicos. Este autor mostra ainda que essas análises partem de uma supremacia dos fatores econômicos orientando as estratégias de gestão dos agricultores, o que desconsidera condicionantes ecológicos, culturais e político-institucionais.

Entende-se aqui que o pressuposto da racionalidade econômica-mercantil como

único parâmetro válido e universal para orientar as escolhas dos agricultores é incapaz de explicar a complexidade do processo de transição para uma agricultura sustentável, sobretudo diante da diversidade de tipos de agricultores constituída pela diferenciação social que acompanhou o processo de modernização da agricultura brasileira.

Estas noções vêm sendo desenvolvidas de longa data, motivadas, em parte, por um amplo debate sobre as especificidades da racionalidade do campesinato ou da agricultura familiar e sua pertinência nas sociedades capitalistas. Desde as concepções de TCHAYANOV (1990), até as abordagens mais recentes de LAMARCHE (1997), entre diversos outros autores, tem se desenvolvido uma abordagem em que se considera os agricultores familiares tomando decisões num contexto complexo e conflituoso, onde as decisões e escolhas são orientadas ao mesmo tempo pela racionalidade econômica-mercantil e pelo progresso técnico e contra estes, impulsionado pelas preemências das necessidades de reprodução social da família, pelo desejo de liberdade, de autonomia, pelo exercício de suas crenças e pela prática de seus valores.

Neste sentido estão, por exemplo, as abordagens de GUIVANT (1995, p.124), para quem: "o processo decisório nas propriedades agrícolas familiares, em sociedades de mercado e industrializadas não pode ser estudado como se fosse exclusivamente orientado por critérios racionais e práticos. Além destes, os agricultores encontram-se influenciados por uma ampla lista de objetivos (...) que podem inclusive se apresentar para o agricultor de forma conflitiva - tal como alcançar maior lucratividade ou manter a situação de segurança."

Estas noções implicam em admitir que, embora se concorde que o predomínio das relações mercantis tenha afetado todas as esferas da vida social, inclusive na agricultura, cabe ressaltar que as transformações em curso, em particular na agricultura familiar, não dissolvem outras relações sociais, geradoras de lógicas diferenciadas da vida social.

Nesse sentido, são importantes as considerações de LAMARCHE (1997), para quem não se deve compreender todas as unidades de produção familiares como um único modelo, mas ao contrário, envolvendo situações extremamente diferenciadas. Baseado neste pressuposto, este autor sugere que as unidades familiares sejam analisadas em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado, ao qual corresponde uma certa relação com a sociedade de consumo, um certo modo de vida e um sistema de valores e de representação específicas a ela.

Nos extremos deste eixo de integração ao mercado estariam o "Modelo Original", que antecedeu e condiciona a situação do modelo de produção agrícola atual, e o "Modelo Ideal", que representa a projeção futura do agricultor para sua unidade de produção, em função do qual estabelece estratégias e toma decisões. Em posições intermediárias a estes extremos, estão as unidades de produção familiares, de acordo com a própria história e o

ambiente específico no qual elas funcionam.

Um segundo eixo destacado por este autor é definido em termos da importância do papel que a família exerce na organização da produção e nas formas de gestão agrícola, admitindo-se a existência de lógicas familiares de funcionamento diferentes.

A partir da seleção de critérios e indicadores do grau de integração ao mercado e da importância da família na unidade de produção, LAMARCHE (1997) identifica quatro modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção familiares, destacando que estes são modelos apenas de referência, em direção aos quais há uma tendência. O "Modelo Empresa" caracteriza-se por relações de produção pouco (ou não) familiares e fortemente dependentes, onde os objetivos fundamentais são produzir para vender e realizar, senão o lucro, pelo menos um faturamento suficiente para remunerar corretamente sua força de trabalho. O "Modelo Empresa Familiar", onde o trabalho organiza-se principalmente em torno da mão-de-obra familiar, o patrimônio é uma noção exclusivamente familiar e as estratégias são definidas em função de um futuro pensado em termos de reprodução familiar. Ao mesmo tempo, este modelo é muito dependente do exterior, altamente integrado ao mercado, e a produção é pensada em termos de renda agrícola. O "Modelo de Subsistência", por sua vez, seria marcado pela forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Neste modelo, evidencia-se a prioridade da sobrevivência da família na lógica de gestão, a qual se associa a baixo nível tecnológico e pouca produção. Por fim, o "Modelo Agricultura Familiar Moderna" seria marcado por uma lógica pouco familiar, mas também, uma baixa dependência externa. Neste modelo, ao mesmo tempo em que se procura reduzir o papel da família nas relações de produção, busca-se a maior autonomia possível.

Para o caso de Colombo, onde se desenvolveu esta pesquisa, os pressupostos deste modelo de análise foram elucidativos para caracterizar a diversidade de lógicas de gestão orientando as escolhas técnicas dos agricultores. A partir do pressuposto teórico da diversidade de lógicas de gestão orientando as escolhas econômicas e técnicas dos agricultores, procurou-se discutir, teórica e analiticamente, quais implicações destas lógicas nos processos de conservação ou degradação ambiental.

Abordando a dimensão ambiental das lógicas que orientam as decisões técnicas dos agricultores, SILVEIRA (1997) afirma que é necessário reconhecer e analisar a complexidade e as racionalidades específicas de cada sistema de produção, para compreender as lógicas que orientam os arranjos sustentáveis dos fatores de produção.

A relação que os agricultores estabelecem com o meio ambiente se evidencia tanto em suas práticas quanto em suas representações. As escolhas técnicas, sejam elas agressivas ao meio ambiente ou não, se definem numa complexa rede de condicionantes de natureza diversa. É nesse sentido que se considera a existência de racionalidades diversas

orientando as escolhas e as práticas tecnológicas dos agricultores com implicações também distintas ao meio ambiente.

Partindo desta perspectiva, este trabalho procurou resgatar a complexidade das lógicas de gestão técnica dos agricultores modernizados de hortaliças, centrando-se na dimensão ambiental e na perspectiva de uma transição agroambiental no município de Colombo. Neste sentido, associa-se ao esforço de se conhecer, a partir do reconhecimento da diversidade dos agricultores e realidades territoriais existentes no Brasil, a relação que aqueles têm com o meio ambiente, não só em suas práticas de produção, mas também nas racionalidades que se articulam com as escolhas técnicas e as orientam.

4. Motivações para escolhas técnicas

Diante das considerações teóricas apresentadas, esta pesquisa procurou apreender e compreender os processos que orientam as mudanças na agricultura de Colombo, sistematizando analiticamente as lógicas dos atores sociais. Assim foram analisadas as lógicas de gestão, e o modo como elas se articulam para orientar as decisões dos agricultores. O ponto de partida é a interpretação das motivações dadas por estes para justificar suas escolhas, considerando as suas aspirações, seus valores, cultura e experiências de vida.

A análise das lógicas de gestão mostra qual o significado que os agricultores atribuem as suas opções técnicas e a certas práticas de manejo dos recursos naturais. Entende-se que os agricultores fazem suas opções técnicas condicionados por fenômenos de ordem estrutural relacionadas ao contexto em que se inserem e, ao mesmo tempo, submetem tais opções a racionalidades próprias. Supõe-se assim, que é preciso reconhecer aquele contexto, mas também analisar as mudanças a partir das escolhas e motivações desses agricultores.

Foi elaborado um instrumental que partiu da identificação e análise das motivações / justificativas dadas pelos agricultores para as opções técnicas em uso, consideradas indicativas de distintas racionalidades. A escolha destas opções foi prioritariamente orientada pela dimensão ambiental. Assim, foram analisadas práticas sinalizadoras de sistemas mais conservacionistas, tal como variações na intensidade de uso de agrotóxicos, no uso de herbicidas, a ocorrência e variações da agricultura orgânica, variações na disponibilidade de recursos florestais e o manejo dos solos. Paralelamente foram analisadas práticas reveladoras da intensificação produtiva no padrão convencional em seu potencial de degradação ambiental nas condições locais, o que incluiu o sistema hidropônico, o uso de estufas e irrigação. De modo a complementar a identificação de condicionantes e a análise das lógicas que orientam as escolhas técnicas dos agricultores, foram também abordadas as opções por culturas agrícolas e a diversificação ou

especialização produtiva. Em seu conjunto, estas opções são indicativas das lógicas que orientam a gestão da unidade como um todo e, algumas delas, podem revelar processos de intensificação tecnológica com implicações negativas para os recursos naturais e/ou alterações nas representações que os agricultores têm da natureza.

Nesta orientação, as lógicas de ação dos agricultores foram evidenciadas, inicialmente, a partir das justificativas para opções técnicas e para o manejo dos recursos naturais. Entretanto, um conjunto de procedimentos se articularam para captar e compreender estas lógicas: questões específicas indagando sobre as mudanças técnicas e as justificativas para tais, análise de valores, objetivos e constrangimentos associados às escolhas técnicas que permearam todo o diálogo desenvolvido durante o levantamento. Esta estratégia foi orientada pelas noções de DARRÉ (1999, p.149), segundo o qual é possível distinguir três níveis de constituição de dados para a análise das racionalidades, quais sejam: 1) a observação das ações materiais; 2) a construção das regras de ação³; 3) a explicitação, a partir da análise apurada de relatos e comentários, dos sistemas de pensamento ou formas de conhecimento.

Quanto às justificativas ou motivações alegadas para as mudanças ou estágio atual das práticas e tecnologias, as respostas foram analisadas e categorizadas tematicamente *a posteriori* e, sempre que possível, adequadas a um quadro que as classificava entre dimensões ambiental - MA, econômica - ME, sócio-cultural - MSC, técnico-agronômica - MTA, físico-natural - CMF, legal - ML e outros - OUT, conforme quadro 1.

QUADRO 1 - ESCOLHAS TÉCNICAS E OPÇÕES DE RESPOSTA DAS MOTIVAÇÕES

ESCOLHAS TÉCNICAS
Agrotóxicos: por que usa mais, menos ou a mesma quantidade?
Herbicidas: por que não usa ou usa pouco?
Agricultura Orgânica: por que investiu?
Estufas: por que investiu / ampliou, manteve ou parou / reduziu?
Hidroponia: por que investiu/ampliou, manteve ou reduziu?
Irrigação: por que investiu / aumentou, reduziu ou manteve os equipamentos inicialmente adquiridos?
Culturas: por que optou por estas culturas?
Área de Cultivo: por que aumentou, reduziu ou manteve?
Número de Culturas: por que aumentou, reduziu ou manteve o número de culturas?
Recursos Florestais: por que manteve ou reduziu?
MOTIVAÇÕES:
1. MA / Motivação Ambiental: conservação dos recursos naturais; risco de degradação do solo (biologia do solo) herbicidas; Histórico familiar de preservação.
2. MA: preocupação e/ou ética ambiental; percepção de risco dos agrotóxicos à saúde dos consumidores e/ou trabalhadores e/ou do solo e animais.
3. MA: preocupação com os risco de uso de agrotóxicos para a própria saúde e da família.

³ DARRÉ (1999), utiliza o conceito de "regras de ação" nos termos apresentados por Bourdieu, significando esquemas fornecedores de respostas a situações conhecidas ou imprevisíveis.

4. ME / Motivação Econômica: manter ou ampliar a renda; falta de perspectiva de maior rentabilidade.
5. ME: reduzir ou manter custos de produção; evitar investimentos; falta de recursos; pagamento de dívidas;
6. ME: evitar ou reduzir custos com a contratação de mão-de-obra.
7. ME: opções, variações e exigência do mercado de hortaliças.
8. ME: aumentar o frequência de entradas monetárias.
9. MSC / Motivação Sócio-Cultural: desejo de autonomia e controle.
10. MSC: manter ou ampliar a segurança na reprodução da unidade; reduzir riscos.
11. MSC: melhorar qualidade de vida (moradia, saúde, educação, vestuário, condições de trabalho).
12. MSC : melhorar qualidade de vida (lazer , tempo livre),
13. MSC: aproveitamento da mão de obra familiar.
14. MSC: falta de mão de obra associada a restrições para contratação
15. MSC: preferência pessoal; costume, conhecimento e experiência.
16. ML / Motivação Legal / institucional: atender leis, normas - certificação; aproveitar incentivos.
17. MTA / Motivação Técnico-Agrônoma: integração lavoura-pecuária.
18. MTA: associação de culturas e necessidade de rotações.
19. MTA: dependência da irrigação. Dispensabilidade ou pouco uso da irrigação.
20. MTA: culturas e tecnologias (estufas) menos exigentes em agrotóxicos.
21. MTA: qualificação e aperfeiçoamento do controle de pragas e doenças.
22. MTA : sistema equilibrado dispensando o uso de agrotóxicos
23. MTA : demanda do sistema por agrotóxicos ou irrigação atendida.
24. MTA : indispensabilidade do uso agrotóxicos.
25. MTA: maior ocorrência de pragas.
26. MTA: aumento das áreas de plantio na região: migração de pragas.
27. MTA: necessidade de pousio e/ou rotação de culturas.
28. MTA: uso reduzido de agrotóxicos.
29. MTA: complexidade da tecnologia (hidroponia).
30. MTA: controle manual e/ou mecânico de ervas daninhas (herbicidas).
31. MTA: desconhecimento de herbicidas específicos para hortaliças.
32. MTA: menor ocorrência de pragas e doenças
33. CMF / Características ou restrições do Meio Físico natural: quantidade e qualidade de terra.
40. CMF: localização (distância) e/ou falta de água.
41. CMF: variações climáticas (pragas e uso de agrotóxicos; culturas de inverno; estufas).
42. OUTROS: Pretende deixar a agricultura
43. OUT: risco de Roubo
44. OUT: decisão influenciada por terceiros (orgânicos / hidroponia).
45. OUT : conhecimento de experiências positivas ou negativas com agricultura orgânica.
46. OUT : falta de informações sobre eficiência, produção e preços da agricultura
47. OUT : julga ser impossível produzir sem agrotóxicos.

FONTE: Almeida, Luciano (2003).

Estas dimensões foram assim classificadas de modo a compreender a diversidade de lógicas que orientam as decisões dos agricultores. Elas são evidentemente uma simplificação das elaborações que constituem as racionalidades dos agricultores. Ao escolher ou justificar uma escolha, o agricultor tem em mente razões que não se separam por sua natureza econômica, ambiental ou técnica, entre outras. O que se observa é o contrário, as decisões dos agricultores consideram vários elementos, conscientes ou não, associados, com frequência de maneira conflituosa.

A partir destas justificativas, procura-se identificar as pressões, expectativas e

objetivos, freqüentemente em disputa, que orientam suas decisões administrativas, suas estratégias de gestão dos recursos naturais e suas escolhas técnicas. Isto é realizado considerando-se as interfaces entre as práticas e técnicas agrícolas, e as estratégias socioculturais, biodemográfica, ecológicas e econômicas. Pressupõe-se que nestas lógicas coexistem dimensões de ordem ambiental, econômica, sócio-cultural, técnico-agronômica, físico-natural e político-institucional.

Nesse sentido, a classificação das motivações em dimensões de distinta natureza tem um caráter orientador para a análise e não prescinde do detalhamento das justificativas, nem tampouco da complementação de informações por outros procedimentos. Desta forma, as respostas dadas pelos agricultores, não só nas justificativas para as opções técnicas, mas em todo o levantamento, foram analisadas reconhecendo-se as especificidades da razão prática dos agricultores, a partir de BOURDIEU (1980), procurando captar a multiplicidade de condicionantes e o modo como o agricultor os elabora e os organiza para tomar suas decisões.

A análise das motivações utilizou como eixo condutor às distintas opções técnicas, de modo a discutir como as diferentes dimensões se destacam e se articulam para condicioná-las.

Admite-se ainda que nas elaborações e decisões dos agricultores, estas dimensões não são elementos autônomos e/ou separados. Ao contrário, entende-se que estas dimensões se imbricam, se entrelaçam, e freqüentemente se confundem nas lógicas de gestão. Isto não quer dizer, entretanto, que seja impossível identificar mudanças em processo, aonde certas dimensões venham se tornando mais importantes nas lógicas de gestão, em detrimento de outras.

Essa forma de abordagem admite a ocorrência simultânea, contraditória ou não, de distintas dimensões orientando as escolhas técnicas. A partir disto, procurou-se discutir as correlações e condicionamentos entre as dimensões, as características dos sistemas de produção tal como descritos a seguir e informações gerais do contexto local e regional.

5. As dimensões econômica e sócio-cultural das decisões dos agricultores

5.1 A dimensão econômica

A história da agricultura no município de Colombo é um processo que parte de sistemas diversificados, fundamentalmente de subsistência, com elevado grau de autonomia em relação ao mercado. Progressivamente vão sendo incorporados novos padrões tecnológicos, que resultaram, nos dias de hoje, numa agricultura especializada na produção de hortaliças, fundamentalmente voltada para o mercado e que ocupa aceleradamente o espaço dos produtos cultivados nas propriedades para o consumo da família.

A agricultura no município constituiu-se, assim, ao longo do tempo, em uma

atividade altamente integrada e dependente do mercado. Isto fez crescer uma lógica mercantil e produtivista na gestão das unidades. Ainda que não exclusiva, é esta lógica, operacionalizada na busca de maiores rendimentos, que crescentemente orienta as opções técnicas dos agricultores. A busca pela redução de custos, as mudanças produtivas e técnicas orientadas por oportunidades de mercado e de ampliação de rendimentos, se expandem para orientar a gestão da unidade e dos recursos naturais.

A análise das justificativas para as opções técnicas mostrou esta prioridade das motivações associadas a uma dimensão econômica⁴ nas lógicas de gestão.

No caso da opção pelo cultivo em estufa e pelo sistema hidropônico, observou-se que todos os agricultores citaram motivações de ordem econômica. Em se considerando apenas a hidroponia, tem-se ainda que estas motivações foram as únicas a serem citadas. Ou seja, não há para aqueles que optaram por esta tecnologia, motivações de outra natureza influenciando estas decisões. A análise comparativa entre as justificativas para opções por culturas agrícolas entre os produtores no sistema hidropônico, os agricultores convencionais e orgânicos, mostrou que aqueles, diferentemente dos outros, se orientam exclusivamente por uma lógica empresarial, uma racionalidade mercantil, voltada para a obtenção de maiores rendimentos e do lucro.

Quanto às opções por diferentes culturas agrícolas entre os agricultores convencionais, a tabela 26 mostra que 90% destes apresentaram ao menos uma justificativa de ordem econômica, ilustrando a importância desta dimensão. Entre estas motivações destacam-se a necessidade de reduzir custos de produção, citado por 36% dos agricultores, o objetivo de obter maior renda (26%), as restrições na contratação de mão-de-obra (23%), a preferência por sustentar estratégias e canais de comercialização (14%), e o desejo de manter um fluxo mais freqüente de entradas monetárias (10%).

Quando são analisadas as motivações para a especialização ou diversificação quanto ao número de hortaliças cultivadas, observam-se objetivos econômicos distintos orientando estas opções. Quanto à especialização, 86% das motivações alegadas para reduzir ou manter um número menor de culturas inserem-se prioritariamente numa dimensão econômica. Predomina para 70% destes a necessidade de reduzir custos, seja com insumos, seja com a contratação de mão-de-obra. Os demais agricultores deste grupo alegaram que essa foi, prioritariamente, uma opção de mercado e/ou de ampliação de rendimentos. No caso da diversificação, alteram-se as motivações dentro da dimensão econômica. Para 84% destes agricultores a diversificação é uma estratégia motivada pelos canais de comercialização e suas especificidades. Ainda que se tenha identificado que 16%

⁴ Estas motivações incluem o desejo de obter maior renda, reduzir custos, ampliar ou preservar canais e estratégias de comercialização e aumentar o fluxo de entradas monetárias.

destes agricultores optaram pela diversificação para reduzir riscos, o que também considera a dimensão sócio-cultural, os dados mostram que a diversificação constitui-se, prioritariamente numa estratégia mercadológica, visando a manutenção ou ampliação de rendimentos.

As motivações econômicas também foram citadas por 67% dos agricultores que optaram pela agricultura orgânica. Mostrou-se assim, que esta é prioritariamente uma opção de mercado, motivada principalmente pelo desejo de ampliar rendimentos.

O desejo de reduzir custos também revelou-se central nas motivações para não investir em equipamentos de irrigação e para limitar o uso de agrotóxicos.

No caso da preservação dos recursos florestais, a motivação econômica refere-se à limitação de capital e mão-de-obra que inviabiliza o corte da mata (bracatinga) e a exploração agrícola da área.

Por fim, o índice de apenas 5% dos agricultores apresentando motivações econômicas para restringir o uso de herbicidas, deve-se, sobretudo, ao fato dos agricultores utilizarem quantidades muito pequenas deste insumo.

Apesar da evidente primazia da dimensão econômica nas respostas para justificar as escolhas, é preciso alertar, entretanto, que a lógica econômica, não é independente do universo sócio-cultural e político, que também orienta a gestão econômica e técnica das unidades.

5.2. A dimensão sócio-cultural

As comunidades rurais de Colombo são marcadas por uma história e uma trama social que revelam estratégias sociais e organizacionais distintas dos padrões urbanos. Mesmo que fortemente influenciadas pelas dinâmicas da expansão urbana e de atividades não agrícolas, as opções técnicas estão, em grande parte, associadas à inserção dos agricultores na dinâmica das redes econômicas e sócio-culturais construídas ao longo de mais de um século, a partir da chegada dos imigrantes, predominantemente, italianos.

Há um rural que se espalha pelo município, onde a agricultura familiar historicamente instalada está no centro de uma vida social intensa. Com níveis variados de capitalização e/ou intensificação da produção, existem núcleos de agricultores familiares que conformam uma trama sócio-espacial dinâmica no município. O rural de Colombo, onde se faz a produção de hortaliças, é, portanto, um ambiente onde a história da imigração e as trajetórias econômicas e sócio-culturais dos agricultores familiares configuraram redes de relações, padrões e valores sócio-culturais que fazem a diferença nas escolhas técnicas e na conformação das lógicas de gestão das unidades.

Esse cenário faz lembrar LAMARCHE (1997, p.19) segundo o qual as lógicas dos agricultores, e as decisões orientadas por estas, resultam de duas forças, "uma

representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro."

A noção de passado e tradição não são entendidas aqui como elementos culturais estigmatizados pela associação com um suposto "atraso" ou "resistência" a mudanças técnicas. A noção de *habitus* de Bourdieu, mais uma vez, é propícia para a reconfiguração e análise das trajetórias dos indivíduos, conformando um *campo* dentro do qual se dão as escolhas destes. Ou seja, a "escolha" do agricultor é precedida de uma história que, de forma desigual, distribui capital social e econômico que, por sua vez, limita o leque das opções técnicas.

Nesta perspectiva, pode-se apreender que as lógicas que orientam a gestão das unidades devem ser analisadas a partir de suas articulações com trajetórias (fundiária, demográfica/familiar, produtiva, ecológica), com a história do grupo que a constitui, e com objetivos e projetos que essas lógicas alimentam.

O acesso ao capital social e econômico construído nesta história podem restringir ou potencializar oportunidades produtivas e opções tecnológicas. A agricultura orgânica e a hidroponia situam-se nesse quadro. Ao mesmo tempo, as relações de parentesco, fortemente constituídas, freqüentemente viabilizam a produção (particularmente na disponibilização de mão-de-obra nos momentos de colheita) e comercialização (transporte da produção de hortaliças), além de constituírem fonte de recursos seja para investimentos, mas sobretudo para o pagamento de eventuais dívidas.

Além disso, o uso generalizado de agrotóxicos pelos agricultores mostra que o contexto sócio-cultural constitui-se num campo que legitima essa escolha, entre outras práticas comuns.

Destaca-se ainda, que em diferentes situações e opções técnicas os agricultores, ao atribuírem sua significação própria, tomam suas decisões baseados em necessidades de segurança, autonomia e qualidade de vida, onde a reprodução do grupo familiar tem papel fundamental. Neste sentido, os agrotóxicos, a irrigação, e o cultivo em estufas, assim como a diversificação e a cultura do chuchu, são opções que, ao mesmo tempo, ampliam as garantias de produtividade e produção, e representam mais segurança e menos riscos frente às intempéries climáticas e à instabilidade de preços, atendendo a necessidade de garantir renda e reprodução da unidade.

Ao mesmo tempo o fato de muitos agricultores abandonarem a hidroponia, ou desta não se expandir na região, pode ser explicada em grande parte pela impossibilidade de reservar momentos de liberdade e lazer. Esta tecnologia implica no acompanhamento ininterrupto do sistema sob pena de grandes perdas. As dificuldades de articular essa

tecnologia com as atividades já existentes, entre outros aspectos fazem com que a responsabilidade pela condução da hidroponia se restrinja a um único indivíduo da propriedade. Caso este se ausente da propriedade, os riscos de funcionamento inadequado são grandes.

A hidroponia implica ainda na incorporação de instrumentos contábeis rígidos associados a um planejamento detalhado da produção. Essa é uma exigência não só da hidroponia, mas do processo de intensificação da produção que motiva as transformações técnicas no padrão convencional. Inserir-se nesse processo implica cada vez mais anotar diariamente gastos e despesas, calcular prejuízos ou lucros, decidir e optar segundo instrumentos contábeis. Para muitos agricultores isso significa submeter-se a um processo de auto-regulação e controle que podem abalar a liberdade de tomar suas decisões fundadas em valores subjetivos, pessoais e simbólicos.

Frente a essa necessidade, a atividade agrícola, o dia-a-dia na condução das diversas funções de produzir, administrar, comercializar, constituem, para a maioria dos agricultores, uma extensão de sua própria vida. Sua ação não se reduz à orientação de uma racionalidade instrumental.

Estas considerações reafirmam que se mantém em Colombo um a agricultura de base familiar condicionando as opções tecnológicas. A disponibilidade e qualidade da mão-de-obra familiar, ainda que em diminuição, constituem-se em vantagens relativas que favorecem certas opções, entre elas a própria produção de hortaliças. Ao mesmo tempo, valores relacionados à manutenção do patrimônio, da autonomia, da minimização de riscos, entre outros, ainda que em transformação, influenciam as decisões dos agricultores. Ao mesmo tempo a atual agricultura familiar produtora de hortaliças revela significativas transformações em seu percurso, entre as quais, a expansão de uma lógica mercantil já destacada.

A coexistência de lavouras de chuchu e tomate numa mesma propriedade é ilustrativa desse entendimento. Com a cultura do tomate, que exige elevados investimentos financeiros e implica em grandes possibilidades de baixa produtividade, arrisca-se em busca de elevados lucros. Ao mesmo tempo, o investimento nesta cultura representa a conquista ou manutenção de prestígio e legitimidade. Com a cultura do chuchu, de baixo custo e maior garantia de produção e renda, ainda que limitada, aqueles riscos são minimizados, dando mais segurança à reprodução da unidade familiar.

Neste sentido também são elucidativas as motivações apresentadas para as escolhas por culturas agrícolas e para o investimento em equipamentos de irrigação, mostrando como as dimensões econômica e sócio-cultural estão articuladas.

No caso das opções por diferentes culturas, as motivações econômicas estão fortemente associadas à preocupação de garantir a reprodução da unidade familiar,

minimizando riscos diante de uma situação financeira considerada difícil. "Aumentar a renda" ou "reduzir custos" são, com frequência, duas faces de uma mesma moeda: a necessidade de reproduzir a unidade de produção familiar dentro de um espaço social marcado pelas relações mercantis capitalistas.

De forma semelhante, para aqueles que investiram na irrigação, as motivações apresentadas mostram que esta é vista, ao mesmo tempo, como uma prática que potencializa a produtividade e a produção, proporcionando o aumento da renda, e, ao garantir a produção, minimiza riscos, aumentando as possibilidades de reprodução do grupo familiar. Ainda no caso da irrigação, mas no sentido das restrições apresentadas a esta, as motivações associadas à falta de mão-de-obra são ao mesmo tempo econômicas e sociais. Ao se referir a esta restrição, o agricultor está, ao mesmo tempo, alegando falta de recursos para a contratação de mão-de-obra, e a preferência por manter a força de trabalho prioritariamente no âmbito da família. As razões para tanto permeiam a dimensão sócio-cultural e legal.

Estas lógicas têm implicações variadas em se tratando dos reflexos ambientais das práticas que elas orientam. O universo sócio-cultural associado à agricultura familiar, em alguns casos, alimenta o processo de intensificação tecnológica e produtiva do padrão convencional, acirrando riscos e impactos ambientais. A associação entre o uso de agrotóxicos e/ou da irrigação intensiva, e o desejo de minimizar riscos, ampliando garantias de reprodução da unidade, é um exemplo desta correlação.

No sentido oposto, estes mesmo valores servem para motivar a diversificação produtiva ou a opção por culturas de menor impacto ambiental como o chuchu e a bracatinga, principalmente em áreas de maior declividade. Para minimizar riscos, muitos agricultores optam por reduzir custos de produção, o que, em Colombo, geralmente está associado à redução no uso de agroquímicos, principalmente agrotóxicos.

O desejo de resguardar um campo de autonomia na gestão do tempo e nas decisões cotidianas do fazer agrícola constitui-se num valor que também ilustra esta dupla, e ambígua, correlação com a dimensão ambiental. O manejo dos agrotóxicos, realizado em meio à falta de orientações, mas condicionado a um modo particular de uso, tem levado à ampliação de riscos de contaminação seja do agricultor, seja dos consumidores e dos recursos hídricos. Por outro lado, o desejo de autonomia, de liberdade, de lazer, tem conduzido a uma forte rejeição do sistema hidropônico que, se ainda são incertas suas implicações ambientais, certamente representa um elevado grau de artificialização da natureza, com implicações no modo como os agricultores representam aquela.

O avanço de uma lógica mercantil e produtivista, por sua vez, legitima a intensificação produtiva no modelo convencional, o que tende a acirrar processos de degradação dos solos, de exploração de áreas antes reservadas para florestas e de

contaminação pelo uso de agrotóxicos. Este é um fenômeno dado pela dinâmica atual dos sistemas de produção de hortaliças altamente integrados ao mercado. As pressões para a intensificação produtiva tendem a ser mais efetivas que aquelas advindas do contexto ambiental ou de preocupações próprias de caráter conservacionista.

É necessário lembrar, por outro lado, que a opção pela agricultura orgânica, assim como a gestão atual desta, também é prioritariamente motivada pelo desejo de ampliar a renda. Esta motivação econômica, ainda que imbricada nas necessidades sócio-culturais, revela que, em Colombo, esta opção técnica mais conservacionista, está associada à lógica mercantil que a orienta. Nesse sentido, trata-se de uma opção técnica que se constitui numa estratégia de adaptação a circunstâncias econômicas e mercadológicas.

6. Lógicas em coexistência

A partir do conceito de "habitus" de BOURDIEU (1980) é possível compreender como as trajetórias do conjunto dos indivíduos, constituem um *campo* dentro do qual se dão as possibilidades de escolhas. Em Colombo há uma história que, de forma desigual, distribui capital social e econômico, limitando o leque das opções técnicas. Neste contexto sócio-cultural se constroem redes de sociabilidade e poder que conformam campos de legitimidade a orientar as escolhas dos agricultores. Admite-se assim, como DARRÉ (1999, p.149), que "as "racionalidades" da vida cotidiana se constroem na interação, nos grupos sociais e é dentro destes grupos sociais que se verifica, pelos sujeitos, a validade das escolhas".

Contudo, estes elementos objetivos e do ambiente social não condicionam exclusivamente as opções técnicas dos agricultores de Colombo. Tal como afirma GUIVANT (1995, p.121), "toda prática social apresenta simultaneamente tanto um aspecto reprodutivo das relações sociais dominantes como também produtivo de novas relações". Frente àquele contexto turbulento e dinâmico de estruturas e processos coercitivos, os produtores de hortaliças se orientam, para se apropriar, ao seu modo, das opções técnicas e decidir como vão gerir os recursos naturais. Esta afirmação está baseada na noção de "lógica prática" de BOURDIEU (1980), que permite considerar os agricultores como atores sociais, com uma relativa autonomia, a partir da qual constroem um espaço de cognitividade, de elaboração e filtragem, onde aplicam sua marca pessoal na escolhas e na gestão da unidade. As elaborações associadas ao uso de agrotóxicos foram ilustrativas neste sentido.

Diante de diversas informações, necessidades cotidianas, oportunidades e restrições, os agricultores se baseiam em conhecimentos práticos, orientados por uma lógica prática, para fazer suas escolhas. Esta noção admite ainda, a partir das considerações de DUBET (1995), que os indivíduos / agricultores combinam diversas lógicas em sua prática cotidiana. Neste sentido, a pesquisa mostrou a pluralidade de lógicas de ação coexistindo

dentro das experiências dos indivíduos. Cada agricultor combina continuamente várias lógicas de natureza diversa, onde coexistem as dimensões econômica, sócio-cultural, legal, técnico-agronômico e ambiental.

Destacou-se a análise do modo como os agricultores freqüentemente orientam suas escolhas ao mesmo tempo pela razão instrumental (a racionalidade econômica e o progresso técnico) e contra esta, orientados pelo desejo de segurança, autonomia, liberdade, pelo exercício de suas crenças e pela prática de seus valores. A partir das análises das motivações associadas principalmente à irrigação, ao uso de agrotóxicos, às escolhas por culturas agrícolas, entre outras, verificou-se que os produtores de hortaliças de Colombo, enquanto agricultores inseridos fortemente na lógica mercantil buscam ampliar rendimentos. Enquanto agricultores familiares historicamente inseridos numa dinâmica rural local, desejam garantir a reprodução do núcleo familiar e do patrimônio, reduzindo custos, minimizando riscos, valorizando campos de autonomia e legitimação social.

Ao mesmo tempo, as motivações apresentadas para várias opções técnicas, mostraram os agricultores decidindo frente a um leque amplo de condicionantes de natureza diversa. Isto não significa, entretanto, que alguns elementos não ganhem destaque frente a determinadas opções.

O processo de intensa integração ao mercado, ao qual os agricultores analisados vêm gradativamente se submetendo há mais de um século, configurou lógicas de gestão onde a dimensão econômica, concretizada na ampliação da produtividade e da renda, e na preocupação com a manutenção e/ou ampliação de mercados, é cada vez mais valorizada. Em algumas opções como a hidroponia e o investimento em estufas esta dimensão emerge de forma aparentemente isolada. Em outras, como as opções por culturas agrícolas, ou o uso de agrotóxicos, ela também se evidencia.

Se for verdade que as motivações de natureza econômica se destacam, isto não significa, entretanto, que se possa afirmar a sua exclusividade na orientação das escolhas técnicas e no modo como os agricultores de Colombo fazem a gestão dos recursos naturais.

Uma primeira observação relevante é que as lógicas, em suas diferentes dimensões, não são independentes ou autônomas. Ao contrário, a noção de coexistência pressupõe que elas freqüentemente estão imbricadas uma na outra.

Um outro aspecto necessário de ser apontado diz respeito à hierarquia entre as dimensões nas lógicas de gestão. Nesse sentido, cabe resgatar as considerações de DUBET(1995), a partir das quais é possível entender os agricultores frente a um universo complexo orientando suas lógicas, onde as relações de preponderância são instáveis. Entende-se que não há uma hierarquia ou coerência implícita na forma como diferentes elementos e/ou dimensões se relacionam para conformar as lógicas. Freqüentemente estas relações parecem ambíguas e controversas, revelando o contexto de pressões e

necessidades práticas cotidianas no qual o agricultor tem que tomar suas decisões.

Novamente aqui, é pertinente considerar o conceito de lógica prática, que, segundo BOURDIEU (1980), tem por princípio um sistema de planos geradores e organizadores objetivamente coerentes, funcionando no "sentido prático", como um princípio de seleção freqüentemente impreciso mas sistemático. Ela não tem o rigor e a constância que caracterizam a lógica, capaz de deduzir a ação racional de princípios explícitos, controlados e sistematizados num axioma.

Entende-se assim, que, frente a múltiplos condicionantes de natureza diversa, os produtores de hortaliças de Colombo fazem uso de sua lógica prática, para decidir cotidianamente, sem que se possa atribuir a uma única lógica, ou a predominância estável de uma destas, orientando o conjunto de suas escolhas.

7. Considerações finais

Os agricultores fazem suas opções técnicas frente a um conjunto de restrições e oportunidades sinalizadas ou efetivadas pelo mercado, pela comunidade e pelos grupos de referência com os quais se articula, pelo núcleo familiar, pelo meio físico e pelas instituições e serviços relacionados à gestão dos recursos naturais e à geração e socialização de conhecimentos técnicos.

Esta análise centrou-se em práticas reveladoras da intensificação produtiva no padrão convencional, o que incluiu o sistema hidropônico, e práticas sinalizadoras de sistemas mais conservacionistas, tal como a redução no uso de agrotóxicos e a agricultura orgânica.

Mostrou-se que as escolhas e decisões revelam lógicas onde coexistem orientações diversas constituídas em processos de mudança que articulam sujeito e contexto. Essas lógicas são influenciadas por fatores diversos e controversos, conformando um quadro onde não há uma única lógica a orientar a relação com o meio ambiente e as decisões de agricultores.

Ao mesmo tempo, mostrou-se que as lógicas de gestão técnica dos produtores de hortaliças de Colombo incorporam diferentes dimensões: econômica, sócio-cultural, técnico-agronômica, legal e ambiental. Utilizou-se de alguns elementos teóricos para identificar, descrever e analisar estas lógicas. Nesse sentido mostrou-se que, dado o processo de intensa integração ao mercado, vem se configurando uma lógica econômica instrumental de gestão onde a dimensão econômica, evidenciada pela busca de maior produtividade e renda, ocupa, não sem resistência, um grau de importância cada vez maior. Ao mesmo tempo, identificou-se a existência de valores sócio-culturais como segurança e autonomia, que mostram outros elementos constitutivos destas lógicas.

Estas análises ilustram o modo como os agricultores fazem suas escolhas,

organizam o trabalho e a produção de modo a reproduzir as unidades. Evidenciou-se que a lógica do lucro e a racionalidade instrumental não se expandem de forma inexorável na agricultura. O universo no qual os agricultores tomam suas decisões é muito mais rico e complexo, do que a visão mecanicista e simplificada de uma empresa tentando maximizar a produção e os rendimentos.

Ao mesmo tempo entende-se que é preciso admitir e não adjetivar negativamente a "desordem", ou a aparente "falta de coerência" na dinâmica das decisões dos agricultores. Observa-se que as dimensões econômica, social, cultural e política se imbricam, se entrelaçam, e freqüentemente se confundem nas lógicas de gestão. Para DUBET (1995) cada indivíduo combina continuamente várias lógicas de natureza diversa, sem uma hierarquia ou sucessão constante entre elas. As noções de lógica prática de Bourdieu, parecem ser as mais adequadas para entender os agricultores decidindo em meio a um cotidiano permeado de necessidades práticas e orientado por estratégias diversas, que mudam freqüentemente.

Nesta orientação, sobretudo para aqueles que atuam diretamente com os agricultores, é fundamental partir do princípio da diversidade de lógicas coexistindo nos processos de gestão econômica e técnica dos agricultores. E ainda, é necessário reconhecer os agricultores como atores e autores, tendo que decidir cotidianamente frente a um universo complexo de necessidades práticas e circunstâncias imprevisíveis. Neste contexto de pressões, estímulos, projetos e incertezas, os agricultores continuamente elaboram, filtram e transformam conhecimentos e técnicas, se apropriando e atribuindo significados próprios às opções existentes.

Reconhecer esta natureza dos processos decisórios, ou seja, admitir um campo de autonomia, onde os agricultores aplicam sua marca pessoal nas escolhas e na gestão da unidade, não significa desmerecer os condicionantes externos. Mas sim, apontar para que, reconhecendo aquela relativa autonomia, se minimize a capacidade persuasiva e determinante de elementos e agentes externos, e se reconheça que, são os agricultores que decidem.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. de. **Mudança técnica na agricultura: perspectivas da transição ambiental em Colombo** – PR. Curitiba, 2003. 294 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1999.

_____. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica.** Curitiba, n.6, p. 11-28, 2003.

DARRÉ, J. P. **La production de connaissance pou l'action.** Paris: Éditions de la maison des ciences de l'homme, Institut National de la Recherche Agronomique, 1999.

DUBET, F. Sociologique du sujet et sociologie de l'expérience. In: DUBET, F. et WIEVIORKA, M. (direction). **Penser le sujet: autour d'Alain Touraine.** France: Fayard, 1995.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole – Manuel d'expertise.** Paris: Edições Karthala, 1997.

EMBRAPA. **Geração e difusão de tecnologia para o pequeno produtor rural.** Brasília, 1989. (Doc.7)

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia - processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIVANT, J. S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VÁRIOS AUTORES. **Meio-Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais.** São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia.** In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

HAIAMI, Y.; RUTTAN, V. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais.** Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1988.

IAPAR. **Opções tecnológicas para a pequena propriedade.** Londrina, 1985. (Doc.11).

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** 2ed. Campinas. 2 ed.: Editora da UNICAMP, 1997. v. 1: Uma realidade multiforme Trad. de: Angela M.N. Tijiwa.

MARTINE, G.; GARCIA, R.C. (org.) **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Cortez, 1987.

MAZOYER, M. **Pour des projets agricoles légitimes et efficaces. Théorie et méthodes d'analyse des systèmes agraires**. Roma: FAO, 1992-1993.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NETO, B.S., LIMA, A.J.P., BASSO, D. Teoria dos Sistemas Agrários: uma abordagem do desenvolvimento da agricultura. **Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria**. n.4, p.6-19, jan/dez. 1997.

ROGERS, E.; SHOEMERER, F. **Communication of innovations**. 2 ed. New York: The Free Press. 1971.

SCHULTZ, T. **A Transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SILVEIRA, P. R. Sustentabilidade e Transição Agroambiental: desafio aos enfoques convencionais da administração e extensão rural. In: **Extensão Rural**. n. 4 (jan/dez.1997), Santa Maria, 1997. pp.80-107.

TOURAINE, A. **Critique de la modernité**. Paris: Fayard, 1992.

WILKINSON, J. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, CEPA/BA, 1986.

CAFEICULTURA FAMILIAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS: ESCOLHAS E INICIATIVAS NO SUL DE MINAS GERAIS

Paulo Eduardo Moruzzi Marques. Prof. Dr. Departamento de Economia Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. DEAS/ESALQ/USP. Piracicaba, SP.

E-mail: pmarques@esalq.usp.br,

Miguel Ângelo da Silveira. Pesquisador Dr. Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna, SP.

E-mail: miguel@cnpma.embrapa.br,

Dalcio Caron. Prof. Dr. Departamento de Economia Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. DEAS/ESALQ/USP. Piracicaba, SP.

E-mail: dalcaron@esalq.usp.br

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em discutir dois enfoques divergentes em torno da cafeicultura com vistas a fornecer elementos de análise para uma pesquisa acerca das dinâmicas territoriais, agricultura e sociedade. Cada vez mais, oportunidades se desenham para uma revalorização da cafeicultura, particularmente em sintonia com as idéias de fortalecer a agricultura familiar, de promover as dinâmicas territoriais e de preservar o meio ambiente. Porém, estas oportunidades concorrem com um modelo dominante de conceber os sistemas agro-alimentares no Brasil, no qual a agricultura consiste apenas em suporte para a produção de *commodities* indiferenciadas, baratas e abundantes.

Palavras-chave: cafeicultura familiar, dinâmicas territoriais, certificação de produtos alimentares, comércio justo e solidário, multifuncionalidade da agricultura.

1. INTRODUÇÃO

Em última análise, a modernização da agricultura orientou-se por uma diretriz quase exclusiva, aquela voltada ao aumento da produção e da produtividade. Paralelamente, observa-se um crescente poder da indústria alimentar e, cada vez mais, da grande distribuição de alimentos em impor seus critérios de qualidade dos alimentos, associados às suas marcas comerciais. Estas dinâmicas fornecem as bases sobre as quais se pode delinear um modo de conceber a agricultura, cujo papel é banalizado.

Apesar da abundância da produção alimentar com custo relativamente baixo, esta banalidade da agricultura, com reflexos em torno da qualidade alimentar, preservação ambiental, ordenamento territorial e coesão do tecido social, preocupa profundamente muitos analistas e especialistas implicados na gestão dos sistemas agro-alimentares, além de implicar em desconfianças consideráveis nos consumidores-cidadãos.

Em oposição à concepção que negligencia importantes papéis da agricultura, diversas tendências recentes favorecem um outro olhar para a atividade agrícola, notadamente focado na qualidade dos produtos alimentares, nas especificidades territoriais e nos impactos socioambientais das formas de produzir. Em termos de políticas públicas, a emergência recente da categoria “território” favorece igualmente o debate e a construção de significados e estratégias com vistas a valorizar a agricultura em todas as suas dimensões.

Em particular, esta perspectiva de valorização das especificidades territoriais reforça a idéia segundo a qual os agricultores familiares devam ser protagonistas de iniciativas visando aspectos qualitativos do desenvolvimento, no qual a eficácia econômica caminha ao lado da conservação da biodiversidade, da qualidade alimentar, do equilíbrio territorial e da coesão social.

Convém ainda mencionar que a elaboração deste texto procurou, em grande medida, dialogar com as idéias do livro *A agricultura em busca de seus futuros*, cujo título sugere que o momento atual requer escolhas (LACOMBE, 2002). Efetivamente, esta reflexão procurou desenvolver argumentos para a interpretação da realidade em torno da cafeicultura brasileira, com vistas notadamente a fornecer marcos referenciais para a investigação que se realiza no sul de Minas Gerais, no quadro da “Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil”. Esta última se realiza no âmbito de uma equipe de pesquisadores, cujo produto principal é o livro *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar* (CARNEIRO e MALUF, 2003). Quais são as principais dinâmicas territoriais, quais suas repercussões sobre as representações em torno do território em questão e quais são os conflitos e perspectivas no âmbito dos principais projetos coletivos identificadas são problemas centrais desta pesquisa.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A investigação mencionada acima tem como estratégia obter um amplo quadro das representações sobre a agricultura, território, desenvolvimento e meio-ambiente dos atores locais, sobretudo aqueles implicados de uma maneira ou de outra na cafeicultura. Em agosto de 2006, iniciou-se a identificação dos principais projetos coletivos e sua repercussão nas dinâmicas territoriais, considerando particularmente aspectos demográfico-sociais, econômicos, ambientais, histórico-culturais e espaciais. No âmbito dos marcos conceituais da pesquisa, projetos coletivos constituem arranjos de

atores sociais e/ou institucionais em torno de objetivos e recursos compartilhados que intervêm sobre os territórios considerados. A propósito, esta definição permite analisar as dinâmicas territoriais induzidas por lógicas impostas pelas ações de empresas privadas, porém sem considerar tais processos no conjunto de projetos coletivos na medida em que não se trate de compartilhamento de recursos e objetivos e a cafeicultura familiar seja incorporada de forma totalmente subordinada. Nesta linha de abordagem, as dinâmicas territoriais são consideradas a partir principalmente do tipo de lógicas que as induz, associadas a quatro grupos de vetores: os projetos coletivos, as iniciativas de empresas privadas, mas também as ações fragmentadas e dispersas e as políticas públicas.

O território escolhido para esta investigação corresponde a três municípios da região Sul de Minas Gerais: Poço Fundo, Machado e Campestre. O primeiro destes municípios foi tomado como ponto de partida de nossas estratégias de coleta de informação. Poço Fundo localiza-se distante 395 km de Belo Horizonte, 455 km do Rio de Janeiro, 275 km de São Paulo e 1.110 km de Brasília. Com área de 475 km², clima tropical-temperado, temperatura média anual de 20°C e altitude máxima de 1435 m, Poço Fundo é uma típica cidade sul mineira, considerada atrativa para aqueles que, por exemplo, procuram desfrutar do contato com a natureza, ao lado de belas cachoeiras.

Distrito de Machado até 1923, Poço Fundo possuía, em 2000 de acordo com o IBGE (2007), uma população de 15.148 habitantes, 44,5% dela vivendo no meio rural. Segundo o censo agropecuário do IBGE, o município possui 1.698 estabelecimentos agrícolas, dos quais 1461 unidades podem ser consideradas familiares (81%). Nestes estabelecimentos, prevalece uma cafeicultura familiar vigorosa na medida em que é possível verificar uma diversidade de técnicas de produção e a multiplicação de processos inovadores de comercialização (notadamente, a exportação com selo justo e solidário, além do café orgânico, para a Europa, Estados Unidos e Japão).

De fato, esta cafeicultura se inscreve no quadro da considerável produção da região Sul de Minas Gerais, respondendo por 53% da produção estadual. Aliás, este estado é o maior produtor do país (58% do total do café brasileiro). Aqui, convém mencionar que a cafeicultura brasileira é, em grande medida, familiar (75% dos cafeicultores), cerca de 60% deste universo produzindo em áreas de até cinco hectares e respondendo por 25% da produção brasileira (BRASIL, 2006). Ademais, a cafeicultura familiar empregava em torno de 1,8 milhão de pessoas/ano e priorizava o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção (COELHO, 2005).

A escolha da pesquisa recaiu igualmente sobre o Sul de Minas por se tratar de uma região com diversidade considerável de produtos agrícolas e rico patrimônio alimentar e cultural. Por outro lado, cerca de 500 mil dos aproximadamente dois milhões de habitantes da região vivem em meio rural. Este conjunto de características foi estimado amplamente fecundo para fornecer elementos instigantes para a reflexão em torno das representações e dinâmicas territoriais.

As idéias que são desenvolvidas mais abaixo permitem apontar diferentes perspectivas que fundamentam discursos, práticas e projetos dos distintos atores considerados neste estudo. Nesta linha,

pretende-se identificar os pressupostos que orientam as dinâmicas territoriais em suas múltiplas dimensões.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS PRELIMINARES: O LUGAR DA CAFEICULTURA EM DOIS MODELOS DE QUALIDADE

3.1 Qualidade, marcas comerciais e concepção industrial

A competitividade do setor agrícola constitui o objetivo recorrente de discursos e práticas em torno do agro-negócio. Nesta perspectiva competitiva, defende-se a liberalização econômica em escala internacional por permitir uma regulação da agricultura unicamente pelos mecanismos de oferta e demanda. No cenário de retirada progressiva dos entraves ao livre comércio, as exportações agrícolas de *commodities* se multiplicariam, lógica que se justificaria pelo pressuposto de que os consumidores alcançariam grandes vantagens em razão da queda constante de preços. As firmas agroindustriais e as grandes redes de supermercados consolidam-se como atores que definem as regras do jogo, com campo livre para impor sua concepção de qualidade. Seus poderosos instrumentos de comunicação publicitária tornam suas marcas comerciais referência praticamente exclusiva para as escolhas dos consumidores.

Apesar de uma grande gama de produtos, estas empresas mostram fundamentalmente interesse, todavia, por uma matéria prima uniforme, com características as mais controláveis possíveis. A eficácia técnica da cadeia de transformação depende de uma “diferenciação tardia” dos produtos. Esta última permite reduzir estoques, prazos, horizontes de previsão, as oscilações da demanda, aumentando a produtividade dos sistemas. Tal lógica requer que a matéria prima alimentar tenha preços muito reduzidos e seja totalmente adaptada à produção industrial, num quadro no qual os processos de produção agrícola são padronizados a fim de reduzir ao máximo os custos de produção. O papel da agricultura se resume, assim, na oferta massiva e constante de produtos homogêneos e baratos.

Nesta ótica, a proveniência e a forma de produzir não constituem critérios pertinentes para a definição da qualidade, pois é a marca comercial das grandes empresas agro-industriais e da grande distribuição que guiam as escolhas dos consumidores. A propósito, a análise de John Wilkinson (2002) é das mais pertinentes para esta reflexão na medida em que fornece elementos instigantes sobre a evolução das estratégias agroindustriais, as posições de poder e as respostas dos gigantes do setor às críticas que lhe são dirigidas. De todo modo, o panorama em que a grande indústria alimentar e a grande distribuição definem livremente as regras do jogo é muito desfavorável à agricultura familiar, à salvaguarda da biodiversidade tropical, à dinamização dos territórios rurais e aos esforços com vista a uma oferta agrícola de qualidade superior em termos alimentares.

No caso da cafeicultura, as lógicas que negligenciam as formas e relações de produção se associam aos produtos indiferenciados, cujo lugar no mercado é ocupado pelo baixo preço associado à reputação das marcas das empresas torrefadoras e solubilizadoras que levam o produto final ao consumidor. As tendências do consumo de café nos países importadores mostram uma recusa crescente a tal modelo, o fenômeno das certificações evidenciando a procura por outros referenciais de qualidade no lugar daqueles oferecidos unicamente pelas marcas comerciais.

Apesar da submissão da cafeicultura local às lógicas empresariais, a justificativa apresentada aqui para a ampla inscrição dos cafeicultores familiares no sistema se assenta na idéia da “praticidade”. Um corretor de café entrevistado em Poço Fundo descreve sua atividade tal como uma espécie de banco popular. O cafeicultor familiar típico do município não tem conta bancária, confiando sua produção aos agentes locais de intermediação. Quando necessita dinheiro por qualquer razão, este indivíduo aciona o escritório de corretagem de café que o reembolsa de maneira praticamente imediata. O corretor recorre a uma seleção prévia do produto, sem a menor transparência junto ao produtor que é muito pouco encorajado a introduzir melhorias na qualidade de seu café, mesmo tomando em conta que a produção cafeeira requer um patamar elevado de cuidado e dedicação.

De toda maneira, a condição confortável de vida da maioria dos cafeicultores familiares de Poço Fundo fornece argumentos convenientes para justificar tal tipo de estruturação da cadeia produtiva: o interlocutor consultado insiste na argumentação segundo a qual, desde os anos 90, os cafeicultores poçofundenses conhecem uma significativa melhora de vida, especialmente notória em termos de qualidade de suas residências, em razão de uma boa remuneração do café na região. Porém, esta condição confortável é freqüentemente ameaçada pelo jogo de interesses das grandes empresas da cadeia do café.

3.2 Qualidade e a territorialização da agricultura

A questão territorial favorece uma outra leitura dos problemas agrícolas e rurais. No lugar de impulsionar lógicas produtivistas, emergem perspectivas voltadas a reorientar o desenvolvimento considerando fatores sociais, culturais e naturais, articulados com o objetivo de valorizar as particularidades dos territórios. Sob o ponto de vista da economia territorial, Bernard Pecqueur (2001), entre outros autores, concebe o território como lugar de construção de recursos específicos, condição vista como essencial para a criação de bens diferenciados. Ganha terreno assim a idéia de que o espaço território carrega vida e cultura, fermento potencial do desenvolvimento. Trata-se de considerar com relevo o dinamismo dos indivíduos em suas iniciativas tanto nas esferas econômicas quanto nas socioculturais e ambientais.

Nesta perspectiva, a referência da análise social e da intervenção com vista ao desenvolvimento recai sobre o processo de especificação, ou seja interessa revelar os recursos inéditos, que podem ser vistos como inovações, que são indissociáveis da memória social acumulada e de um processo de aquisição de conhecimento coletivo característico de cada território. Nesta linha, a qualificação e diferenciação dos recursos se assentam na idéia de que o território é uma unidade ativa de desenvolvimento. Enquanto realidade humana, o território dispõe de recursos materiais e não-materiais específicos, não transferíveis para outros lugares, frutos de uma história local particular. No plano das perspectivas de desenvolvimento territorial, considera-se em primeiro plano as ações coletivas dos atores locais. No âmbito de nossa pesquisa, este conjunto de interpretações nos leva a destacar um projeto coletivo de relevância maior, aquele da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam), que será abordado mais abaixo.

O projeto em questão se inscreve no quadro das inovações na cafeicultura brasileira que podem alçá-la ao pioneirismo em termos da conciliação da produção agrícola com as vocações territoriais, nas quais dimensões tais como as identidades culturais, as iniciativas sociais, as aptidões ecológicas e as ações ambientalistas passam a ser reconhecidas como essenciais.

Este modelo contrasta em grande medida com os eixos que orientam a pesquisa agropecuária, a assistência técnica e as políticas agrícolas na medida em que estas últimas se fundamentam na idéia de homogeneizar os métodos de produção sobre todos os territórios. A reorientação desta lógica por aquelas de cunho territorial implica em redirecionamento de esforços para a emergência e a valorização das especificidades locais. Nesta ordem de idéias, a qualidade dos produtos e serviços em torno da agricultura e do meio rural repousa em sua adaptação ecológica, em sua tipicidade, na diversidade, na originalidade e em seus benefícios sócio-ambientais.

Estas dimensões se associam a uma série de idéias forjadas, sobretudo, no debate em torno da noção de desenvolvimento sustentável. Seu impacto sobre a percepção coletiva e escolhas individuais ganha proporções não negligenciáveis. Nestas circunstâncias, passa a ser objeto de reflexão e debate o lugar da agricultura no que se refere à qualidade dos alimentos, à saúde, aos estilos de vida, às culturas locais, ao equilíbrio dos tecidos sociais e à preservação dos recursos naturais.

Portanto, é pertinente se interrogar em que medida ganhará terreno uma representação social sobre qualidade de vida cuja essência consiste em sua harmonia com a preservação dos sistemas naturais, com saúde física e mental, com alimentação saudável e com coesão social. Nesta linha de raciocínio, a agricultura e o espaço rural podem ser vistos como esferas que devem se reorientar para oferecer meios para tal estilo de vida. Oportuno assinalar que esta representação sobre a qualidade de vida favorece, em grande medida, o reconhecimento da agricultura familiar como forma de produção capaz de responder a um amplo leque de expectativas ambientais, sociais e culturais.

3.3 Uma experiência no âmbito de uma abordagem territorial sobre qualidade em cafeicultura

De toda evidência, a cafeicultura brasileira tem apresentado respostas a expectativas e demandas por produtos associados à representação de qualidade destacada acima. No âmbito da pesquisa no Sul de Minas Gerais, os projetos em torno da Coopfam, talvez a referência mais importante na oferta mundial de café orgânico *Fair Trade* vinda do Brasil (Silveira, Caron, Moruzzi Marques e Iamamoto, 2006), foram escolhidos para a análise em razão de sua profunda ancoragem nestas tendências em torno das representações de qualidade.

Segundo seu presidente, a Coopfam é fruto de uma reflexão que se inicia nos anos 80, claramente marcada pela ação social da Comissão Pastoral da Terra. A constatação de que as condições de vida das famílias dos agricultores se degradavam, o êxodo rural se acentuava e o apego aos valores em torno da terra se apagava incitou os jovens de Poço Fundo a resistir e a recusar tais processos como uma fatalidade. Assim, abraçaram a idéia de construir alternativas com vistas à revalorização da atividade agrícola familiar.

Vale lembrar que Poço Fundo recebeu muitos imigrantes italianos e portugueses, além de brasileiros natos (inclusive ex-escravos) que ocuparam as terras montanhosas da região. O testemunho de nosso interlocutor revela que estes agricultores viveram com relativa fartura até o período de grandes transformações provocadas pela modernização da agricultura brasileira. Mesmo que estas terras não tenham se tornado alvo da cobiça de grandes proprietários fundiários em busca de terra mecanizável, as novas dinâmicas agrícolas enfraquecem as estratégias até então adotadas visando à reprodução social das unidades de produção familiar. Portanto, é nestas circunstâncias que se desenvolve a idéia de reconversão à agricultura orgânica, o que abre outras frentes de oportunidades para a cafeicultura familiar de Poço Fundo.

Num primeiro momento, em 1991, um grupo destes agricultores organizou-se para fundar uma associação de pequenos produtores. Mais tarde, passam a investir decididamente na agricultura orgânica, solicitando a certificação da Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO). Nesta linha, a procura por uma certificadora com reconhecimento internacional levou a associação de Poço Fundo à certificadora BCS OKO Garantie (alemã) e, ainda, à FLO, Fair Trade Labeling Organisation, selo do Comércio Justo.¹

Em 2002, foram exportados os primeiros lotes de café orgânico *fair trade*, o que favorece a abertura de outros canais para a exportação nestes moldes. A associação investe pouco a pouco em

¹ Enquanto maior certificadora internacional de outorga do selo comércio justo e solidário, a FLO considera uma série de requisitos ambientais e sociais para realizar seus objetivos de estabelecer preços mínimos e demandas de longo prazo a fim de reduzir os riscos dos pequenos produtores diante das flutuações de mercado, de remunerar com preços acima do mercado estes produtores, ao mesmo tempo em que os aproxima dos consumidores, numa perspectiva de transparência, e de disponibilizar pré-financiamento da produção, informação e acesso a mercados.

equipamentos e estrutura para este tipo de inserção no mercado de café. Neste processo, a fundação de uma cooperativa foi considerada essencial, o que ocorreu em 16 de novembro de 2003, inicialmente com 20 cooperados, o que foi logo ampliado: em 2004, a cooperativa contava 196 filiados, agricultores com área média de 3 a 7 hectares. Deste conjunto, 130 eram, na ocasião, orgânicos. Desde então, os recursos da cooperativa são destinados também a projetos sociais abrangendo as famílias dos cooperados e também a comunidade local (entre eles, a educação das crianças aparece com destaque).

Segundo Sérgio Pedini (2005), a experiência de produção e comercialização certificada de café rompe com a dependência da cafeicultura familiar com os canais tradicionais, cujas lógicas a exclui e expropria. De fato, um sentido maior do comércio justo e solidário reside na possibilidade de obter uma remuneração importante do trabalho realizado pelo agricultor e sua família. Ademais, as cartas de intenção em torno do comércio justo e solidário evocam igualmente a idéia de garantir o respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, de favorecer a preservação ambiental e de oferecer aos consumidores produtos de qualidade reconhecida. A propósito, a igualdade de gênero constitui um critério de reconhecimento do comércio justo e solidário. No âmbito da Coopfam, tal debate ocorre no grupo de mulheres da cooperativa, que apontou o desenvolvimento do turismo rural como atividade com potencial de promover uma maior participação feminina.

Em Machado, oportuno também observar, realizou-se, em 2000, a primeira Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café. Nesta ocasião, um episódio inusitado despertou particularmente a atenção dos atores locais: um grupo de japoneses desejou conhecer a produção do café orgânico que consumia, o que reforçou ainda mais uma percepção favorável, por parte dos atores locais, ao engajamento no processo (Pedini, 2005). Neste cenário, há um interesse crescente pelas certificações, inclusive aquelas de indicação geográfica de qualidade.

O objetivo atual da Coopfam consiste em atender os padrões de qualidade do sistema, adotando notadamente práticas ambientais que correspondam aos critérios que se consolidam em termos de referência de qualidade do comércio justo e solidário. Assim, a cooperativa investe na idéia de reforçar sua estrutura de apoio a seus filiados, apostando numa estratégia de agregar valor aos seus produtos. A torrefação, apesar de não corresponder à demanda de café para a exportação (em razão de prazos de consumo e logísticas sofisticadas), passa a ser considerada na perspectiva de explorar um mercado brasileiro em vias de se constituir em torno do café orgânico, fruto do comércio justo e solidário.

Ainda cabe abordar, em poucas linhas, a influência das políticas públicas nas dinâmicas territoriais impulsionadas pelas iniciativas do projeto coletivo que pode ser batizado de “arranjo produtivo orgânico e com relações de comércio justo e solidário”. A linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi identificada como a principal intervenção pública em Poço Fundo de todos os níveis da hierarquia estatal, tanto nos planos municipal e estadual como no federal. Tal linha fornece, indistintamente, financiamento para as duas lógicas em torno da cafeicultura familiar. Em suas modalidades crédito e investimento, estes recursos têm favorecido, sobretudo, o

incremento das atividades cafeeiras, mas também é notadamente empregado para o cultivo do milho e para a pecuária leiteira. Segundo o técnico local da Emater, foram financiados, nos últimos anos, 1014 projetos entre custeio e investimento. Nas circunvizinhanças de Alfenas, Poço Fundo é o município no qual existe o maior número de contratos assinados. O valor dos projetos oscila entre R\$ 6.000,00 e 18.000,00, aplicados, no caso do café, na instalação de terreiros, secadores de café e outras máquinas e equipamentos. Os agricultores de Poço Fundo são, geralmente, enquadrados nas categorias “C” e “D” da agricultura familiar, segundo o critério do Pronaf. Mais específica, a linha Pronaf Agroecologia parece mais apropriada para dinâmicas territoriais impulsionadas pela cafeicultura orgânica e pelo comércio justo e solidário. No entanto, o número de filiados à Coopfam que tomaram este crédito é muito pequeno (cerca de 20 cafeicultores).

Este é o quadro no qual está sendo desenvolvida a pesquisa mencionada inicialmente, cujos objetivos se inscrevem na análise de processos sociais em torno da qualidade de produtos diferenciados da agricultura familiar e em torno do desenvolvimento territorial.

Box 1

Principais características da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam)

O estímulo da Pastoral da Terra constitui um aspecto primordial para o início de uma reflexão coletiva sobre a cafeicultura orgânica.

Os cooperados são exclusivamente considerados como agricultores familiares.

A principal atividade é a comercialização de café orgânico e sem agrotóxico (Sat) produzido pelos agricultores cooperados.

A abrangência da cooperativa é regional (Poço Fundo, Natércia, Andradas e Campestre, MG).

Oito Núcleos de Bairros formam um eixo da organização, no qual se desenvolvem discussões sobre técnicas, troca de experiências, repasse de informações, recepção da produção, beneficiamento, embalagem, criação e administração de canais de comercialização.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar constitui o programa mais importante de financiamento da produção dos cooperados.

A produção da cooperativa transita pela Exprinsul (Exportadora Princesa do Sul) em Varginha, MG, que também é certificada *Fair trade* e atende mercados dos EUA, Inglaterra, Itália e Dinamarca.

5. CONCLUSÕES

Concepções sobre a qualidade de vida forjadas no debate sobre a sustentabilidade social e ambiental fornecem elementos consistentes de crítica que promovem reorientações em torno das escolhas de produtos e serviços, notadamente no campo da agricultura. Trata-se de uma disposição favorável a uma gestão social e ambiental sustentável, cujos aspectos fundamentais consistem em reforçar atividades geradoras de renda e ocupação para a agricultura familiar acompanhadas de iniciativas que notadamente respeitem a natureza, garantam qualidade alimentar e permitam uma dinamização territorial.

A cafeicultura brasileira já apresenta respostas a estas novas demandas e expectativas em torno da qualidade dos produtos alimentares. Todavia, estas dinâmicas deparam com um modelo convencional de conceber a agricultura, que poderia, em rápidas linhas, ser identificado como produtivista/industrial.

No projeto de pesquisa em desenvolvimento no Sul de Minas Gerais, pretende-se, a partir desta construção de referências para a análise do debate local, discutir os diferentes impactos na representação sobre o território e as maneiras como a agricultura familiar é incorporada nas dinâmicas territoriais. Neste quadro, a cafeicultura familiar considerada apresenta iniciativas das mais arrojadas com vistas a tracionar dinâmicas econômicas, sociais, políticas e ambientais, forjando um particular e valorizado desenho territorial.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL (2006). Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Portal da Secretaria da Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>, acesso em 15 de setembro.

COELHO, F. M. G (2005). O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. *Informe Agropecuário*, Edição especial. Belo Horizonte, v. 26, p. 9-16..

LACOMBE, Philippe (2002). *L´agriculture à la recherche de ses futurs*, Paris: éditions de l´Aube e Datar.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro: Mauad.

IBGE. *IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 mar 07.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo, SILVEIRA, Miguel Angelo da e CARON, Dalcio (2007). Qualidade e diferenciação em torno do café: modelos em concorrência. *V Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil*, Águas de Lindóia/SP: Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café.

PECQUER, Bernard (2002), "Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés". *Economie Rurale* nº 261, Paris, pp. 37-49.

PEDINI, Sergio (2005). "Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar". *Informe Agropecuário*, Edição especial, Belo Horizonte, v. 26, p. 118-124.

SILVEIRA, Miguel Angelo da; CARON, Dalcio; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e IAMAMOTO, André Toshio V (2006). "Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais", *VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*, Quito, Equador.

WILKINSON, John (2002). "Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante", *Revista Sociedade e Agricultura* nº 18, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 147-174.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO NOROESTE DO RS - REFLEXÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ÁREAS DE CAMPONESES

Cristiano Desconsi (Mestrando Curso de Ciências Sociais
Agricultura e Sociedade-CPDA/ UFRRJ)

1. RESUMO

O presente texto tem por objetivo fazer menção aos conflitos socioambientais atuais estabelecidos no processo de regularização das Áreas de Preservação Permanente (APPs) tendo como universo noroeste do RS. Para tal finalidade, traz inicialmente um pouco do processo histórico constituinte especialmente as estratégias de ocupação impostas aos grupos sociais desta região originalmente coberta por florestas. Com esta premissa voltamos o olhar para as formas de apropriação destas florestas e seu acesso e as implicações da legislação ambiental brasileira, cuja perspectiva é o preservacionismo. Colocada a problemática analisamos a experiência de um projeto executado em meio a um grupo de camponeses finalizando o texto com um caráter propositivo a serem observados em outros projetos, políticas públicas, ou mesmo outras pesquisas.

PALAVRAS CHAVE - conflitos, legislação ambiental, camponeses, historia regional

2. INTRODUÇÃO

A região noroeste do RS se desenvolveu com a dicotomia entre o campo nativo e as áreas de florestas. Forma-se durante o decorrer da história como demonstrou ZARTH (1997), nestas terras de florestas, um campesinato¹ aglutinando remanescentes de indígenas, caboclos expulsos dos campos, militares e mais tarde, imigrantes de origem européia. Todos os segmentos sociais com a característica comum de serem excluídos de processo de desenvolvimento desencadeados em outras regiões ou períodos. Devido à distância e

¹ A utilização do conceito de camponês caracterizado como “modo de vida, segundo definição desenvolvida por Woortamann (1984). A expressão de formas de vida pretensamente rurais, baseadas na centralidade da família e do trabalho continuam pertinentes quando o universo são áreas tidas como “marginais”. Estes atores dispostos nas arenas reelaboram suas práticas cotidianas e valores frente ao universo moderno frente à interesses de outros atores que se dispõem.

características topográficas, a modernização agrícola manifestou-se de forma tardia, com maior intensidade nas décadas de 80 e 90. Com efeito, a compreensão da realidade deve se situar nos conflitos e interesses estabelecidos nos espaços rurais consideradas “marginais” os quais são os ambientes onde se concentram as ações refletidas no Código Florestal Brasileiro como áreas Preservação Permanente (APPs). O aumento de ações de órgãos públicos, como as Secretarias de Meio Ambiente, ministério público e organizações da sociedade civil (ONGs) na busca da implementação da legislação ambiental, tem em muitos casos, colocado a esta população local toda a responsabilidade pela degradação deste ambiente e por sua vez a carga de preservá-lo ou recuperá-lo na sua totalidade.

A legislação ambiental não é recente, porém vale destacar que no caso do noroeste do RS, principalmente nos municípios que formam a bacia do Rio Uruguai, intensificam-se ações visando a adequação ou “ajuste” do ambiente local ao que rege Código Florestal Brasileiro. Este fato toma maior proporção a partir de 2002, iniciando com parte da mata ciliar do Rio Uruguai, passando para seus afluentes e já começa a focar em encostas íngremes. Nestas áreas consideradas por estas ações estão presentes camponeses de origens étnicas diversas que utilizam estas áreas como seu espaço de vida e trabalho.

As áreas de florestas ou terras marginais são os espaços que garantiram de certa forma a sobrevivência das comunidades camponesas no noroeste do RS e diversas outras regiões do Brasil. Pela legislação ambiental de cunho preservacionista² são exatamente nestes territórios que há maiores problemas ambientais ou crimes ambientais. Assim o primeiro elemento a ser considerado é o processo histórico de ocupação destas áreas.

2. AS FORMAS DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS "MARGINAIIS" PELOS CAMPONESES NO NOROESTE DO RS

Entender alguns conflitos atuais da região noroeste do RS remete-nos ao passado, buscando num primeiro momento a situação a que se encontrava o planalto gaúcho no século XIX, de forma a compreender o processo agrário que o constituiu. Estamos tratando do território do vale do Rio Uruguai, que era originalmente coberto por florestas:

As regiões próximas ao rio Uruguai, em grande parte de sua extensão tanto de um lado como no outro eram cobertas de densas florestas e no

² Diegues A C (2002)

máximo havia estrada pelas quais eram conduzidas as tropas de gado para as feiras de Sorocaba em SP (ZARTH, 1997, p.19).

Observar a cobertura vegetal do estado do Rio Grande do Sul permite identificar as regiões onde ocorreu a chamada colonização, principalmente com imigrantes de origem européia, e involuntariamente, com parcela de segmentos expulsos dos campos ou estâncias, incluindo-se neste caso os caboclos. Desde o princípio da ocupação do estado, coexistiram duas formas básicas de ocupação e apropriação da terra: as grandes propriedades, legalizadas por concessões de títulos pelas estruturas administrativas voltadas para a criação de gado; a segunda referente ao apossamento por lavradores e agricultores pobres, os quais geralmente viviam à margem do sistema produtivos, voltados para a produção de subsistência e dispostos em povoamentos dispersos ao longo de territórios desta região.

Constituiu-se, desta maneira, a dicotomia entre campo nativo e terras de florestas. A economia dos séculos XVIII e XIX era baseada na criação de gado em grandes estâncias em áreas de campo, sendo as mais valorizadas. As áreas de florestas eram povoadas por indígenas, caboclos, descendentes de escravos, praticando uma agricultura itinerante e o extrativismo. As matas se tratavam, por sua vez, de áreas devolutas, ou também definidas como “terras reservadas”, que não foram concedidas como sesmarias e que assim sendo, acabaram por garantir espaço de sobrevivência a estes grupos sociais citados acima. Após 1800, definem-se dois elementos importantes na política de ocupação no Brasil: o primeiro elemento, é a política de imigração brasileira, que inicia a partir de 1825 e vai até meados de 1920; o segundo, é a Lei das Terras de 1850 que em síntese, abre a possibilidade de apropriação privada deste recurso, regulamentada pelo título de propriedade registrado em cartório. A terra se torna uma mercadoria. No caso das áreas de florestas do norte do Rio Grande do Sul, esta colonização inicia por volta de 1860:

Inicia-se por este período o estímulo à migração de colonos europeus que constituirão um campesinato parcelar, os quais serão instalados em territórios ocupados tradicionalmente ou por populações indígenas, ou por antigos posseiros (RUBERT, 2000, p.21).

Há o caráter de invisibilidade na história da região quando o assunto são os indígenas. Sem dúvida nenhuma, habitaram toda esta região, Guaranis e Kaygangs, praticando agricultura de coivara, extração de erva-mate além da caça e da pesca. Uma das procedências desta

população dispersa diz respeito às reduções Jesuíticas. Ainda no início do século XVII, fundaram-se as primeiras, que estariam distribuídas por amplo território platino, não estando restritos somente a que hoje é conhecido como região das Missões, pois há vestígios de suas atividades em toda a região definida como áreas de florestas, principalmente na atividade de exploração comercial dos ervais nativos. O uso do território por estes grupos sociais tinha como princípio a propriedade comunal.

Em 1750 a Guerra Guaranítica ocasionou um relativo despovoamento do território destas reduções Jesuíticas. Além do grande massacre estabelecido por portugueses e espanhóis a este povo, aponta-se para uma dispersão em meio às florestas de parte dos remanescentes, onde continuarão a trabalhar novamente na exploração dos ervais, contratados por comerciantes. Esta atividade também é apontada como própria dos chamados “caboclos” ou “nacionais”, os quais abrangem grupos dos remanescentes destes indígenas desaldeados. Os ervais nativos tinham regras de extração estabelecidas pelas Câmaras Municipais, porém a fiscalização era deficiente. A mata virgem considerada “sem dono” garantiu a permanência destes excluídos dos campos:

Era comum entre os agricultores pobres o uso de terras de floresta sem a formalidade jurídica da posse. Além disso, praticavam uma agricultura que exigia grande mobilidade para aproveitar os recursos naturais do solo através do pousio longo. Estes poderiam ter direito a posse após 1850. (ZARTH, 1997 p.50).

Paralelamente ao processo de colonização com imigrantes europeus e a conseqüente expropriação dos posseiros tradicionais, ocorre a demarcação das terras indígenas (1911-1943) e o conseqüente aldeamento destas populações por parte do governo do estado. A estratégia do Império e posteriormente da República, para acabar com os conflitos nesta região, entre índios³ versus colonos, tropeiros e estancieiros, foi de trabalhar para o aldeamento destes grupos nativos. Um dos locais que se instituiu o aldeamento foi a área da atual Reserva do Guarita, a qual hoje abrange os municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco(RS). Nem todos os índios se submetiam ao aldeamento, muitos formaram pequenos grupos nesta

³ O principal grupo indígena gerador de conflitos na região trata-se dos Kaygans, pois não tiveram em sua história o processo de aldeamento como ocorreu com os Guaranis nas missões. A reserva do Guarita tem predominância Kaygang somente existindo alguns remanescentes de Guaranis devido a concessão de áreas internas da reserva dos primeiros.

região, que foram aos poucos sendo eliminados em conflitos. A consolidação do aldeamento por parte dos padres, militares e agentes do governo também foi beneficiada pelo aumento da “fronteira agrícola”, não sendo mais possível, aos índios levar uma vida “livre” como antes”.

A historiografia regional ressalta o espírito do progresso, proveniente da colonização, geralmente exaltando as etnias alemã, italiana e polonesa, como promotores do desenvolvimento destas novas áreas. A idéia do *pioneiro* baseou-se em aplicar trabalho à natureza, transformando-a. O “atraso” é atribuído como característica dos nativos, principalmente os caboclos ou “nacionais”. Na região analisada este fato é muito presente, ainda hoje utilizado para justificar a situação de região mais carente do RS, tendo em vista a presença histórica dos não imigrantes. São escassos os documentos e obras da época que consideram os “nacionais” na constituição desta região. O que aparece freqüentemente são relatos da existência de “negros”, “intrusos”, ou “bugres” que mesmo pretendendo serem proprietários, não foram privilegiados nas concessões de lotes, já que esta dava preferência a descendentes das antigas colônias⁴ do RS. Foram acusadas de incultos e de uma pretensa marginalidade, ociosidades, logo pouco se adequavam ao ideário positivista de ordem e progresso.⁵

Atribuir a caracterização de região mais pobre do RS, a influência dos nativos ou caboclos e a perspectiva do não trabalho é também, um argumento que retira do estado a responsabilidade pela arbitrariedade na ocupação da região e seu posterior abandono.

Até a década de 80 a região era predominantemente produtora de alimentos para as cidades em crescimento e para as estâncias da região da campanha. Foram referências neste período, às culturas de milho, mandioca, feijão, arroz, trigo, soja, produtos da industrialização artesanal, as criações de aves, de gado e principalmente de suínos. Derrubar a mata, plantar na “roça nova” utilizando primeiramente culturas mais exigentes em fertilidade e substituindo o cada ano por culturas menos exigentes e os policultivos, eram características dos sistemas de produção utilizados, constituindo-se sistemas de herança cabocla, indígena e com traços dos imigrantes europeus. A Modernização Conservadora baseada na expansão das lavouras “produtivas”, monoculturas da soja e trigo, vinculados a mecanização, uso de insumos e

⁴ A definição de antigas colônias, é utilizada em referencia as primeiras regiões onde imigrantes de origem italiana, alemã, polonesa, formaram suas comunidades. Cita-se a região da vale do Taquari, Serra gaúcha e vale dos Sinos.

⁵ Segundo o sociólogo gaúcho Ivaldo Gehlen (1998), após o desenvolvimento do conceito positivista de trabalho entendido como dignificador, como libertador do ser humano, acaba-se por gerar no mesmo momento a discriminação de quem não está inserido nele. Por sua vez, segundo esta mesma visão, a pobreza e exclusão são frutos do não-trabalho. Estes grupos carregam o que o mesmo autor define como o estigma dos caboclos ou nacionais.

sementes dos complexos agro-industriais sob incentivos estatais como o crédito rural⁶. As pressões sobre as áreas de florestas sejam de propriedade particular ou as áreas já mencionadas como de preservação ou públicas intensificou-se. Além disso, verificou-se o aumento da concentração de terras, principalmente as “mais planas” As áreas mais declivosas ou marginais do vale do Rio Uruguai, também sofreram os reflexos deste modelo agrícola, pela destruição gradativa de um *modo camponês* de produção formado a partir das matrizes étnicas e culturais já mencionadas. As utilizações neste ecossistema costeiro das técnicas “modernas” aumentaram a degradação.

3. OS CAMPONESES E A LEGISLAÇÃO FLORESTAL

A dicotomia estabelecida entre natureza intocada - sinônimo de terra do Estado identificada na *perda* da posse e decisão de uso versus área produtiva - sinônimo de autonomia do camponês é geradora de muitos conflitos. A agricultura de pousio, que consiste em abandonar a área por período de 4 a 5 anos deixando-a se regenerar naturalmente e após torná-la novamente área cultivável através do uso do fogo, citada por CANDIDO.(2001) na descrição dos caipiras paulistas, também foi praticada aos poucos no noroeste do RS. O processo de regeneração é impedido em muitos casos pelo camponês, pois ele percebe que se “*virar capoeirão, não pode mais mexer*”, ou seja, sente a perda da decisão do uso perante o estado. Assim usa artifícios como roçados ou aplicação de herbicidas, mesmo que não utilize a área para cultivos agrícolas.⁷

A Modernização Conservadora consolidou-se na região noroeste do RS, baseada na expansão das lavouras “produtivas” com as monoculturas da soja e trigo, vinculados à mecanização, uso de insumos e sementes dos complexos agro-industriais sob incentivos estatais como o crédito rural⁸. A pressão sobre as áreas de florestas seja de propriedade particular ou as áreas já mencionadas como de preservação ou públicas intensificou-se. As áreas mais declivosas ou marginais do vale do Rio Uruguai, também sofreram os reflexos deste modelo agrícola, pela destruição gradativa de um *modo camponês* de produção formado a partir das matrizes étnicas e culturais distintas. A utilização neste ecossistema costeiro das técnicas “modernas” aumentou a degradação. Esta base produtivista evidencia dificuldades de promover experiências de co-evolução da biodiversidade nestes segmentos sociais envolvidos.

⁶ Sobre este assunto os trabalhos de Kageyama(2002) Goodman(1994) e Graziano da Silva (1999)

⁵ Situação semelhante identificado no vale do Ribeira por Felipim et alli - IN Diegues (org) 2000

Os camponeses que vivenciaram a modernização agrícola, assimilam elementos da sociedade urbano-industrial. Mesmo em locais distantes, há a ampliação da “mobilidade estimulada pelos meios de comunicação e transporte” (CARNEIRO,2000 p.226), incorporando elementos da sociedade urbano-industrial. Esta realidade criou a necessidade de renda familiar que são buscadas nas atividades produtivistas, objetivando o sustento da família e sua reprodução. Os saberes tradicionais destes grupos sociais são mantidos com certo caráter de invisibilidade. Martins (2003 p.178) considera que “não se pode fazer cumprir o função social da terra se o estado não tem o senhorio do território, isto é, o direito e o poder de impor os modos e condições de uso deste” Esta imposição descrita implica, porém, em propor um discussão mais ampliada sobre a visão preservacionista do ambiente e valorizando de fato este saber local ainda presente.

Uma das legislações estabelecidas no Brasil, o Código Florestal Brasileiro foi criado em 1965. Um período posterior a este processo e ocupação. Segundo o Código Florestal Brasileiro da lei 477/65 determina que todas as florestas do território nacional e demais formas de vegetação são bens de interesse comum. A propriedade da terra é permitida, porém, existem restrições ao uso. As restrições ao uso, exemplificam-se de forma mais recente na Lei EstadualRS N 11.520 de 03/08/2000, trata das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Essas áreas que não podem ser utilizadas para qualquer finalidade ficando intacta - destacando-se ao longo dos rios ou de qualquer curso de água, ao redor de lagoas e reservatórios e nascentes, topos de morro, encostas com declive acima de 45 graus: Além disto estabelece o que se chama de Reserva Legal considerando 20% do estabelecimento ou lote rural. Logo, sabemos que a execução desta legislação estabelecida rigorosamente implicaria em um grande processo realocação ou até de expulsão institucionalizada de famílias de suas comunidades, já que no ecossistema do Vale do Rio Uruguai caracteriza-se por encostas, mananciais de água superficiais rios e curso d’água.

Para os camponeses brasileiros em muitos casos posseiros destas áreas caracterizadas na legislação, estas normas poderão significar uma nova etapa de exclusão travestida pelo discurso preservacionista. É o mesmo Estado que os expulsou de suas terras impondo o mecanismo de apropriação privada. Depois impôs um modelo agrícola produtivista conservador com base no latifúndio, aumentou a degradação e pressão do ecossistema. Para os que camponeses proprietários, a execução da legislação ambiental parece ferir o princípio da propriedade. “*Não pode mexer no mato, é terra do governo*”, é identificado como um impedimento para o avanço das atividades produtivas dentro da unidade domésticas.

⁸ Sobre este assunto os trabalhos de Kageyama(2002) Goodmann(1994) e Graziano da Silva (1999)

Paralelamente o Estado, através das políticas agrícolas pós anos 70, também condicionou o acesso ao crédito à adoção de "pacotes tecnológicos" e ao aumento de áreas "produtivas". Este mecanismo contribuiu para o aumento da degradação ambiental em muitos ecossistemas como no caso do vale do Rio Uruguai. Modernizar o camponês ou pequeno agricultor através de métodos e agentes difusionistas. Para ALMEIDA (1997 p.40) "os órgãos públicos de difusão de tecnologias tem a tarefa de enquadrar os agricultores, no modelo de desenvolvimento idealizado segundo os cânones da modernização". Da mesma forma como assinalava CARNEIRO (2000 p.227) "a política de controle ambiental é exercida basicamente contra os pequenos agricultores considerados improdutivos e atrasados". A sensação de perda do território pelos camponeses, também se dá pela diferenciação estabelecida entre eles e os turistas ou urbanos no controle ambiental.

LEIS H.(1998;17) afirma que "a política ambiental, entendida no sentido mais amplo não de estar separada da discussão dos valores mais profundos que regem a sociedade humana". As origens da legislação estão no ambientalismo que vem a ser um movimento histórico de também de caráter global. A legislação ambiental brasileira, exemplificada no Código Florestal, tem origem nos cientistas naturais preservacionistas norte-americanos. Para tal olhar, toda a sociedade (visão urbano-industrial) é degradadora e devem ser afastadas das áreas identificadas como áreas de preservação:

Este modelo operacional importado não veio sozinho, mas com ele vieram uma visão de relação entre sociedade e natureza e um conjunto de conceitos científicos que passaram a nortear as áreas protegidas e unidades de conservação (DIEGUES, 2000,p.09).

A crítica construída sob este modelo deriva dos ecologistas sociais, que acreditam e trabalham ações que valorizem e *envolvam*⁹ as populações tradicionais sejam indígenas, caiçaras, quilombolas ou camponeses e seu saber, o que gera uma interação entre ambos. Não é de se negar que a sociedade urbano-industrial é degradadora, portanto, sua relação com o meio natural baseia-se na utilização de trabalho a fim de dominar e explorar (conceito de recursos naturais). Este prisma utilizado pelos preservacionistas rege a grande parte da legislação, dos projetos e trabalhos educacionais no que tange a área ambiental. De outra parte esta visão tem graves problemas, por desconsiderar que existem populações e saberes tradicionais que tem na inter-relação com o meio ambiente o seu referencial. Assim a aprovação

⁹ Para ver o conceito de envolvimento ver texto Viana 2000 p.24-27 IN Diegues 2000

de políticas e mecanismos de legislação serão um gerador de conflitos pelo autoritarismo estatal e científico.

As áreas de preservação ambiental em que pese argumentos científicos sobre a necessidade de sua conservação, afetam diretamente os interesses dos agricultores em especial a reprodução social dos agricultores familiares (ZANONI apud BRANDESBURG, 2004 p 122).

O ambiente natural muitas vezes se impõe de forma restritiva a processos de desenvolvimento como pode da mesma forma incitar a busca de modelos e práticas alternativas em função das demandas que as áreas rurais assumem. Em tal perspectiva a diversidade biológica não subsiste sem a diversidade cultural. Nesta relação essas comunidades passam a ter um profundo conhecimento dos processos naturais e desenham sistemas complexos de manejo e domesticação do mundo natural pelas quais se mantém ou até se potencializa a biodiversidade (DIEGUES, 2000 p.115). Esta potencialização é verificada nos quintais dos camponeses que funcionam a partir desta ótica. A adoção de modos de vida da sociedade urbano-industrial ou mesmo a migração permanente de uma família pode significar a perda de várias espécies biológicas. “Das ameaças mais pertinentes estão a fronteira agrícola e a expansão da sociedade urbano-industrial” (DIEGUES, 2000 p.105). A fim refletir sobre o noroeste do RS destacando um projeto executado neste universo aqui descrito tendo como objeto as APPs e os camponeses como público alvo.

4. PROJETO RS BIODIVERSIDADE - EXPERIENCIA DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA DO SUL NO VALE DO RIO URUGUAI/RS

O programa RS Biodiversidade objetivou a preservação da biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas, observando a legislação do Código Florestal Nacional. Este programa financiado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o Bird (Banco Interamericano de Desenvolvimento), prevê o isolamento das APPs e sua recuperação através do plantio de mudas, ações vinculadas ao ecoturismo e subvenção para os beneficiários pela "perda" da área considerada. Como uma série de projetos e programas, a orientação foi o preservacionismo.

Na região do vale do Rio Uruguai nos últimos anos intensifica-se as ações do ministério público no sentido da execução da legislação ambiental. Neste, os camponeses proprietários ou posseiros cujas áreas margeiam o Rio Uruguai, devem isolar a mata ciliar, numa largura mínima

de 50 metros a partir do leito do rio. Esta prática foi realizada em mais de 10 municípios. Por coerção do ministério público. Na seqüência couberam as entidades locais Prefeituras, órgãos de extensão rural e ONGs de mediar este processo de execução da lei. Após três anos do início destas ações apesar da coerção da lei, na maioria dos municípios a situação encontra-se pouco alterada. É um exemplo do que DIEGUES (2000) define como crise do modelo preservacionista.

Vale salientar que as localidades lindeiras ao Rio Uruguai possuem grande contingente de população empobrecida já expulsa de outras regiões, no caso do RS da expulsão da lavoura de soja. O que fazer? Propor ações de Educação Ambiental para os ribeirinhos? Na percepção destas pessoas estão se apropriando (mesmo que seja de 50 metros!) de área importante para sua sobrevivência ou residência e ainda impedindo o acesso livre ao rio.

O projeto RS Biodiversidade no município de Esperança do Sul, um dos locais cuja população sofreu a imposição da lei sobre a mata ciliar, foi proposto abrangendo 21 famílias. O projeto previu ações de reposição florestal com mudas nativas, cercamento de áreas para regeneração natural, apicultura em áreas de preservação permanente e subvenção.¹⁰ A elaboração do projeto, trabalho de formação e acompanhamento da execução foi realizado pelo órgão de extensão rural estadual. (Emater/Ascar/RS).

Após a liberação dos recursos¹¹ a primeira etapa foi a demarcação das áreas de cada beneficiário. Em alguns locais houve grande impasse e angústia das famílias para saber até onde ficaria estabelecida a demarcação. Como existem alguns casebres próximos ao rio, não dos proprietários das áreas, mas *espaços para morada*, concedidos para outras famílias com dificuldades, geralmente ligados pelo elo de parentesco, o conflito foi grande. Para quem viveu esta experiência de ver em alguns casos, ver as crianças e mulheres correndo de um lado para outro na frente da casa dizendo “*vai pegar a casa dentro, vamos ter que sair*”, em atitude desesperada gera uma reflexão mais profunda sobre o assunto. Os ribeirinhos são os maiores responsáveis pela grave degradação?

Seguiu o projeto com a distribuição dos materiais para construção das cercas para o isolamento e as mudas. A segunda coisa que impressionou, foi a rapidez da execução destas práticas previstas. Em 20 dias todas as famílias tinham construído a cerca, plantado as mudas conforme previsto no projeto e isolado as áreas. O fato que causou impacto em muitas pessoas deste município. O principal motivador para a realização foi a existência da Subvenção

¹⁰A Subvenção trata-se de valor em dinheiro que o beneficiário recebe devido a execução das demais ações propostas e isolamento das áreas. No caso o valor era conforme a área de cada família envolvida no projeto - 1 ha por exemplo = 1000.00 dividido em duas parcelas, uma no primeiro ano e a outra no segundo ano.

¹¹ Valor total do projeto R\$ 55.000.00

condicionada a realização das práticas e o monitoramento desta por parte dos beneficiários, no período de no mínimo dois anos. Passado um ano do início da execução, a situação evidencia bons resultados do ponto de vista da responsabilidade das famílias e da recuperação destas áreas.

A reflexão sobre este projeto revela três eixos que deverão ser considerados em ações programas ou projetos semelhantes:

- A subvenção ou remuneração financeira pelo trabalho de manejo dos ecossistemas onde esta população vive teve fundamental importância. As áreas consideradas pela legislação como preservação são utilizadas por necessidade, já que existe atualmente uma fertilidade baixa do solo nestes casos e as atividades principais de culturas ou criações que objetivam o mercado, exigem aumento de área. Um incentivo financeiro, associado a outras ações será uma garantia de renda familiar, fazendo estes camponeses abdicar aos poucos da necessidade de uso convencional destas áreas. Este mecanismo também serviu de motivador para as ações postas em prática e para valorização do saber tradicional.
- A legislação preservacionista desconsidera os processos históricos que estas famílias foram submetidas e ocupação desta região. Para as populações a execução da lei significa a apropriação de seu espaço. Vale levantar a discussão dos ecólogos sociais que propõem a permanência destas populações em seus locais desenvolvendo estratégias de co-evoluir com este ambiente e sua biodiversidade.

Há necessidade do desenvolvimento de projetos territoriais abrangentes rompendo a dualidade de áreas produtivas versus natureza intocada e improdutiva. Este processo como já citamos está em andamento, porém, neste período de transição exigirá grande habilidade dos mediadores dos projetos, sejam organizações não-governamentais ou governamentais, cientistas e pesquisadores e ainda juristas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas de florestas ou terras marginais são os espaços que garantiram de certa forma a sobrevivência das comunidades camponesas do noroeste do RS e em diversas outras regiões do Brasil. Pela legislação ambiental de cunho preservacionista são exatamente nestes que há maiores problemas ambientais. Assim o primeiro elemento a ser considerado deve ser o processo histórico de ocupação destas áreas. Desconsiderar isto em projetos, políticas públicas ou outras ações propostas nestas áreas e populações podem significar mais uma forma de

exclusão travestida de discurso ambiental. A legislação ambiental é criada posteriormente a forma de ocupação desta região, tendo por base o preservacionismo - antagonismo entre a mata intocada e áreas agrícolas e produtivas.

Desconsiderar isto nos projetos, políticas públicas ou outras ações propostas no rural pode indicar novas formas de exclusão travestida de discurso ambiental. A legislação ambiental é posterior a forma de ocupação desta região, e tem por base a viés preservacionista conforme destacou DIEGUES (2002), na dicotomia da natureza intocada versus áreas agrícolas e produtivas. É compreensivo que esta visão sobre os recursos naturais tem sido uma das poucas garantias para manutenção de áreas "preservadas", porém, tem se apresentado ineficiente quando o assunto é o envolvimento das populações tradicionais, quando se trata de coerção às grandes empresas ou latifundiários degradantes e quando a questão é capacidade dos aparelhos coercitivos estatal, onerosos e com limitações estruturais dar conta de todo o território brasileiro.

É importante de outra parte considerar qual a estrutura fundiária presente fruto deste processo histórico o qual destruiu um sistema de propriedade comunal ou de terras públicas, em detrimento do loteamento ou propriedade privada. Este *pedaço de terra* e mais o que existe nele são percebidos pelos camponeses como símbolo de sua condição de autonomia ou liberdade. Identificar como as políticas setoriais para a agricultura familiar se baseiam no modelo produtivista, portanto, tendem a maioria dos casos dificuldades de serem instrumentos na promoção da co-evolução da biodiversidade. Propor o desenvolvimento de projetos em regiões de campesinato, rompendo com o viés produtivista do agricultor familiar moderno, orientado pelas possibilidades do camponês exercer novos papéis além do estritamente agrícola.

Novas formas de concessão de uso destas áreas entendidas como "protegidas" permitindo a residência destas populações neste território, comprometendo-as a acelerar o processo de regeneração natural, "intervindo na cadeia e de modo a gerar sempre o aumento da quantidade e qualidade de vida" (DIEGUES et. alli, 2000 p 117); incluindo a subvenção estatal ou privada com garantia de renda a estes grupos sociais por este trabalho Podem ser construídos projetos e políticas públicas setoriais fazendo uso dos MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). As experiências objetivadas poderão dar indicativos de que os saberes tradicionais permanecem nestas comunidades possa ser re-valorizado associando a da comunidade científica. Assim também estaremos rompendo gradativamente com a lógica produtivista eminentemente agrícola do mundo rural e propondo uma forma multifuncional que garanta o redesenho destes ecossistemas que precisam ser protegidos.

Há um acúmulo significativo de experiências semelhantes em projetos agroflorestais, Reservas Extrativistas e de Agricultura Ecológica que nos dão indicativos para elaboração de novas propostas. Da mesma forma que pipocam experiência frustradas de projetos ou políticas orientadas pelo preservacionismo. Os organismos financiadores de projetos ou pesquisas orientadas por esta ótica continuam predominantes o que tem limitado o aparecimento de novas propostas de desenvolvimento local capazes de fazer frente a estes novos conflitos socioambientais.

OBRAS CONSULTAS

ALMEIDA Jalcione e **NAVARRO** Zander (Org) - **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Ed. da Universidade. Porto Alegre, 1997.

BRANDENBURG A et. al. - **Dimensões socio ambientais no rural contemporâneo**, *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* n 10 p 119-125, jul/dez Editora UFPR, 2004.

CANDIDO Antônio – **Os parceiros do Rio Bonito** - 3 Edição Ed. Duas Cidades, São Paulo, 2001.

CARNEIRO Maria José - **Em que consiste o familiar da Agricultura Familiar?** P 153-169 Oficina de Atualização Temática, Ocupações Rurais não agrícolas ANAIS, Londrina, 2000.

CARNEIRO Maria José - **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidades uma abordagem comparativa** , In **MOREIRA** Roberto José, **COITA** Flávio Carvalho (org) – **Mundo Rural e cultura**, Manad, Rio de Janeiro,2002.

CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO - **Ministério do Meio Ambiente**: Disponível <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 05 mar 07

DIEGUES Antônio Carlos(org) – **Espaços e Recursos Naturais de uso Comum**, Nupaub, USP, São Pulo, 2001.

DIEGUES Antônio Carlos, **VIANA** Virgílio M. (orgs) – **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica** , Coletânea Seminário Alternativas de manejo de Recursos naturais do Vale do Ribeira, São Paulo, 2000.

DIEGUES Antônio Carlos (org) - **Etnoconservação – Novos rumos para a Conservação da Natureza** – Hucitec , Nupaub – USP, São Paulo, 2000.

DIEGUES Antônio Carlos – **O Mito da Natureza Intocada** – Hucitec, Nupaub – USP, São Paulo

GELHEN Ivaldo – **Identidade Estigmatizada e Cidadania Excluída: a Trajetória Cabocla** In **ZARTH** Paulo Afonso – **Os Caminhos da Exclusão Social**, , Ijuí, Ed da Unijui, 1998.

LEIS Héctor R. – **Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial** – In, Meio Ambiente, desenvolvimento e Cidadania; Desafios para as ciências sociais: São Paulo, Cortez, 1998

MARTINS Souza José – **A Sociedade vista do Abismo – Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais** – Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2003.

RESOLUÇÕES E LEIS - Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema/RS: Disponível em <http://www.sema.rs.gov.br>. Acesso em 05 mar 07

RUBERT Rosane – **Construindo Tempos, Reconstituindo Tradições:** Um estudo Etnográfico de memórias junto aos velhos moradores do contexto rural - Região Médio Alto-uruguaí (RS), DPGAS, Porto Alegre, 2000.

ZARTH Paulo Afonso – **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920** –Ed. Unijui. Ijuí. 1997.

WOORTMANN Klass – **“Com parente não se negocia”** – Série Antropologia n 69 ICH UNB, 1984.

CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E SEUS USOS NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO: GENEALOGIA DE DUAS LEIS AMBIENTAIS E DA CRIAÇÃO DE DUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Cleyton Henrique Gerhardt

Agrônomo e doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ).

cleytonq@terra.com.br.

Camila Medeiros

Antropóloga e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu
Nacional/UFRRJ)

milamed81@yahoo.com.br..

Cleyton Henrique Gerhardt; Camila Medeiros

RESUMO

O trabalho consiste de um estudo comparativo, ainda em andamento, que tem como objetivo mais geral discutir os usos de conhecimentos científicos disponíveis na concepção de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, optamos por um recorte que focasse duas leis ambientais (Decreto Presidencial 750 e Lei 11.428, que versam, ambas, sobre o bioma Mata Atlântica) e duas unidades de conservação localizadas no estado do Rio de Janeiro (APA Macaé de Cima e Parque Estadual Três Picos). Através de pesquisa bibliográfica e entrevistas com informantes-chave, tentaremos reconstruir uma história sobre os processos que levaram a concretização destas leis e unidades de conservação, evidenciando como argumentos científicos que embasavam a tomada de decisão puderam ser acessados, comunicados, impostos ou mesmo ignorados ou deixados propositalmente de lado. O estudo parte da seguinte hipótese provisória: no caso brasileiro, as bases que estariam apoiando formulações de políticas ambientais não poderiam ser delimitadas em termos de evidências estritamente técnico-científicas. Os fundamentos destas políticas envolveriam um uso instrumental de diferentes sistemas de conhecimentos peritos acionados a partir de interesses políticos específicos, de relações pessoais e de articulações (concorrentes) entre e intra-grupos sociais particulares; sendo que estes interesses, relações e articulações retro-alimentariam estes mesmos sistemas peritos com novas demandas a serem resolvidas através de pesquisas científicas.

I - Introdução

Este trabalho se insere no contexto de um projeto de pesquisa mais amplo – intitulado *Agriculture et développement durable dans les problématiques de Evidence Based Policies* - e que envolve uma parceria, firmada em 2006, entre pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), do Institut Scientifique de Recherche Agronomique (INRA/França), da Université Paris 1 (França) e da Université de Western Cape (África do Sul)¹. Basicamente, trata-se de um estudo

¹ O projeto é coordenado no Brasil pela antropóloga Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ).

comparativo que tem como objetivo mais geral discutir os usos de conhecimentos científicos supostamente disponíveis na concepção de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Mais especificamente, a idéia é reconstruir um modelo de análise para examinar o modo como são validadas e mobilizadas evidências científicas em ações que pretendem promover a proteção da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares².

Especificamente no caso da equipe brasileira, optamos por um recorte que focasse duas leis ambientais (Decreto Presidencial 750 e Lei 11.428, que versão, ambas, sobre o bioma Mata Atlântica) e duas unidades de conservação localizadas no estado do Rio de Janeiro (Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima e Parque Três Picos). Esta escolha se justifica no âmbito da pesquisa na medida em que este tipo de política pública voltada para a preservação da biodiversidade incide diretamente sobre o modo com que agricultores familiares se relacionam com o lugar onde vivem. Numa primeira etapa, fase atual da pesquisa, a idéia será reconstruir uma história dos processos sociais que levaram a concretização destas leis e unidades de conservação, evidenciando, sempre que possível, como, sobretudo nos momentos mais críticos, argumentos científicos que embasavam a tomada de decisão dos sujeitos sociais envolvidos puderam ser acessados, comunicados, impostos ou mesmo ignorados ou deixados propositalmente de lado.

É justamente sobre os resultados desta primeira aproximação inicial com nosso objeto de estudo que este trabalho trata. Nosso primeiro esforço foi tentar mapear quem seriam estes sujeitos e quais os papéis que eles desempenharam durante a elaboração das duas leis ou a criação das duas unidades de conservação. Assim, além de identificá-los, buscamos entender: de onde vieram; quais os seus interesses e como foram se envolver na formulação destas políticas; como se relacionavam entre si e quais os seus interlocutores mais freqüentes; quais eram as pessoas mais próximas deles e quais eram considerados seus opositores; quais os lugares sociais que ocuparam durante todo o processo, bem como as devidas competências conferidas, por exemplo, pelo tipo de formação acadêmica, possíveis cargos que ocuparam, organizações que representaram ou assessorias que, eventualmente, teriam prestado a alguma entidade, grupo ou pessoa.

As entrevistas realizadas até o momento junto a sujeitos sociais que contribuíram para a formulação das políticas ambientais selecionadas foram analisadas neste trabalho a partir das seguintes questões: como ocorre a passagem, a apropriação, o uso e a instrumentalização de evidências científicas na montagem de leis ambientais ou na criação de unidades de conservação? Quais os mecanismos que permitem que diferentes grupos e sujeitos sociais se apropriem destes conhecimentos e os usem em proveito próprio?

² Embora bastante adaptado às realidades dos três países onde se desenvolvem as pesquisas, a perspectiva analítica adotada deriva da apropriação e releitura de uma noção emergente na literatura inglesa denominada *Evidence-Based Policy* ou EBP (DÁVIES e NUTLEY, 2001; SUTEHERLAND *et. Alii* 2004; SCOTT, 2005). Quanto à noção de agricultura familiar, pelo menos por enquanto, está é usada aqui no seu sentido mais abrangente, tal como proposto, por exemplo, por ABRAMOVAY (1992).

Ao buscamos entender mais de perto o que teria ocorrido nos bastidores do processo de elaboração das leis e unidades de conservação enfocadas, uma hipótese, ainda prematura e prospectiva, começou a ser desenhada: no caso brasileiro, as bases que estariam apoiando formulações de políticas públicas ambientais voltadas para a preservação da biodiversidade não poderiam ser delimitadas em termos de evidências estritamente técnico-científicas. Os fundamentos destas políticas envolveriam um uso instrumental de diferentes sistemas de conhecimentos peritos acionados a partir de interesses políticos específicos, de relações pessoais estabelecidas entre diferentes sujeitos sociais e de articulações (concorrentes) entre e intra-grupos sociais particulares; sendo que estes interesses, relações e articulações retro-alimentariam estes mesmos sistemas com novas demandas e questões para serem resolvidas.

Por fim, salientamos que, como ampliar nosso universo de interlocução e debate sobre estas primeiras impressões com outros interessados nos parece de fundamental importância para o prosseguimento da pesquisa, acreditamos que o espaço de discussão aberto neste segundo encontro da Rede Rural pode contribuir bastante na elaboração dos próximos passos a serem seguidos.

II – Levantamento de dados, entrevistas e aplicação dos questionários

O levantamento de informações tem sido feito a partir de fontes secundárias e primárias. Sobre estas últimas, até o momento, foram realizadas cinco entrevistas presenciais (cuja duração variou entre uma hora e uma hora e meia) com informantes privilegiados. Todas foram gravadas, posteriormente transcritas e seguiram um roteiro semi-estruturado. Três entrevistas dizem respeito especificamente ao processo de criação do Parque Estadual dos Três Picos e da APA Estadual de Macaé de Cima. Já outras duas entrevistas foram feitas com personagens-chave que participaram da elaboração do Decreto Presidencial da Lei da Mata atlântica (decreto 750, de 1993, que é anterior à lei e que dispunha sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação na Mata Atlântica) e do longo período de quase 14 anos que culminou com a recente aprovação, no Congresso Nacional, da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428, de 2006, que regulamenta a utilização e a proteção da vegetação nativa do bioma da Mata Atlântica³). Além disso, para tentar entender melhor como teria se dado à elaboração e regulamentação do Decreto e da Lei, um integrante da equipe participou do Encontro da Semana da Mata Atlântica e do Encontro da Rede Mata Atlântica, ambos realizados na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, entre 26 e 29 de maio de 2007.

Especificamente sobre a dinâmica das entrevistas, estas se dividiram em duas partes. Num primeiro momento, a idéia era fazer com que o entrevistado se sentisse mais livre e a

³ A expressão “bioma”, em termos muito gerais, constitui um conceito muito usado por ecólogos e biólogos da conservação para designar uma comunidade biológica (fauna, flora e suas interações entre si e com o meio circundante) típica de uma grande área geográfica, sendo que nestas áreas podem estar distribuídas uma ou mais formações florestais dominantes.

vontade para tecer seus comentários, sendo que, ao entrevistador, cabia o papel de explorar certos aspectos que iam surgindo a partir destes comentários e que ele achasse relevantes para a pesquisa. A pretensão central, neste caso, voltava-se para a reconstrução, a partir dos relatos dos entrevistados, da história, dos contextos nacional/regional/local e dos bastidores que permearam todo o processo de elaboração e aprovação do Decreto/Lei da Mata Atlântica, bem como da criação das unidades de conservação citadas⁴. Deste modo, pedia-se para que nossos colaboradores, tendo participado destes eventos, compartilhassem sua visão sobre como teria ocorrido, desde seus antecedentes até sua concretização jurídica, a consolidação destes dois instrumentos voltados para a proteção da Mata Atlântica. Isto foi feito com o propósito de dar a oportunidade para que os próprios entrevistados, a partir dos seus pontos de vista, traçassem a genealogia da criação das UCs e da elaboração das Leis, introduzissem e conduzissem estes temas da forma como desejassem e falassem sobre acontecimentos, fatos, datas e pessoas que achassem mais relevantes de serem comentados e citados.

Já num segundo momento, aplicava-se um questionário com algumas perguntas abertas e outras mais fechadas que diziam diretamente respeito à atuação do entrevistado em um destes casos. O enfoque aqui era direcionado para tentar entender como (quais as fontes) e de que forma os informantes acionavam conhecimentos, evidências e argumentos científicos, fossem estes provenientes de estudos técnicos (relatórios institucionais, diagnósticos feitas por organizações diversas, pareceres de especialistas e outros documentos), de trabalhos mais acadêmicos (artigos em revistas especializadas, teses, dissertações e outras publicações científicas), de suas próprias experiências em seus respectivos campos de atuação, de assessorias e relatos pessoais prestados por outros técnicos ou mesmo conversas com outros especialistas e peritos ou, ainda, através de cursos de capacitação ou participação em conferências, encontros, congressos e simpósios. Enfim, tentou-se fazer com os entrevistados identificassem os lugares por eles acessados por onde circulam as evidências, argumentos e conhecimentos científicos.

Com a montagem deste questionário semi-estruturado, buscamos focalizar informações e aprofundar questões mais pontuais visando, sobretudo, perceber a maneira pela qual se dava a validação empírica de conhecimentos científicos disponíveis aos entrevistados quando da formatação dos instrumentos de preservação ambiental em questão⁵. Contudo, a dupla abordagem usada durante as entrevistas (uma parte mais

⁴ No Brasil, existem 11 categorias de manejo consideradas “Unidades de Conservação”, termo este que, no contexto internacional, equivale ao conceito de “Áreas Naturais Protegidas”. No Brasil, este último inclui, ainda, as Áreas de Preservação Permanente e as Reservas Legais.

⁵ Como, no contexto mais amplo da pesquisa, se trata de um estudo comparativo, envolvendo vários casos e instituições de três países bem distintos, precisou-se formatar um questionário que contemplasse pontos comuns (uma versão original foi inicialmente proposta pela equipe francesa). Como era de se esperar, porém, devido às amplas diferenças agrárias, econômicas, culturais e ecológicas destes países, houve algumas dificuldades no que se refere à adaptação e aplicação do questionário à realidade brasileira. Por outro lado, estas mesmas dificuldades, bem como os resultados não tão satisfatórios do questionário durante as entrevistas, já pode ser entendido, por si só, como um primeiro dado relevante para a pesquisa.

aberta e outra mais fechada) permitiu explorar, ao mesmo tempo, dados mais quantitativos e outros mais qualitativos. Visando ter uma compreensão mais detalhada dos dois casos estudados, buscamos compatibilizar temas e informações levantadas pelos próprios entrevistados com questões específicas provenientes de preocupações que dizem mais respeito aos entrevistadores e que se objetivam nas perguntas do questionário aplicado.

Esperávamos, com isso, cruzar informações resultantes, por um lado, de um diálogo menos normativo, onde os sentidos pudessem estar sendo conjuntamente construídos (entre entrevistado e entrevistador) e, por outro, da coleta de dados provenientes das perguntas mais fechadas baseadas em questões e categorias alienígenas, muitas vezes estranhas ao entrevistado, visto terem sido direcionadas segundo interesses específicos dos entrevistadores. Como resultado desse procedimento, vimos logo que informações e assuntos não devidamente contemplados no questionário – por exemplo, o contexto mais amplo das polêmicas locais e controvérsias científicas e políticas que envolvem o tema das áreas protegidas no Brasil; ou, ainda, os processos históricos de elaboração de leis ambientais e a forte atuação de movimentos e grupos sociais na luta pela aprovação destas leis no país –, acabaram se mostrando fundamentais.

Por fim, quanto ao levantamento de fontes secundárias, está em curso um grande esforço – que envolve, além da coordenadora da pesquisa no Brasil, quatro doutorandos, uma recém doutora e uma pesquisadora *sênior* - de busca de material em: programas de pós-graduação vinculados à temática socioambiental, bibliotecas setoriais de universidades, periódicos virtuais, sites contendo teses e dissertações, banco de dados da CAPES e do SCIELO, além de outras fontes mais heterodoxas como jornais, sites de ONGs e de órgãos governamentais. Contudo, embora o material acessado já venha contribuindo e subsidiando a pesquisa, este levantamento encontra-se em uma fase de organização e de classificação das informações coletada, o que faz com que a análise destes dados secundários seja ainda muito descontínua e pouco sistemática.

III - Sobre o perfil dos entrevistados:

a) que participaram da elaboração dos Decreto/Lei da Mata Atlântica e seus antecedentes

As duas pessoas entrevistadas tiveram papel central na elaboração do decreto de proteção da Mata Atlântica (1993) e na recente Lei da Mata Atlântica (2006). Atualmente, ambas fazem parte dos quadros de duas ONGs que atuam na Mata atlântica, sendo elas, respectivamente, Apremavi (*Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí*) e Gambá (*Grupo Ambientalista da Bahia*).

Entrevistado 4 - Formada em Pedagogia e especialista em Ecologia, tem 42 anos e foi uma das fundadoras da Apremavi (entidade que atua há 19 anos no sul de Santa Catarina). Também foi, nas décadas de 1990 e 2000, coordenadora nacional da Rede Mata

Atlântica⁶. Participou das discussões que levaram a elaboração da primeira minuta da Lei da Mata Atlântica no final de 1992. Em 1989, foi eleita coordenadora da FEEC, Federação de Entidades Ecologistas de Santa Catarina, sendo depois eleita representante das ONGs da região sul do Brasil no Conama⁷. Também participou da organização do Fórum Global, evento paralelo a Rio-92. Já atuou em outros processos de regulamentação de leis ambientais, como no caso do Código Florestal e Áreas de Preservação Permanente. Nos últimos dois anos, foi Coordenadora Geral da Rede Mata Atlântica. Atualmente, apesar de ainda fazer parte do conselho consultivo da Apremavi como coordenadora de desenvolvimento institucional e de políticas públicas, mora em Brasília e trabalha no Núcleo da Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente.

Entrevistado 5 - O outro entrevistado também é formado em Engenharia Mecânica e tem especialização em Gestão Ambiental. Tem 57 anos e é um dos fundadores do Gambá. Tem permanecido nesta entidade desde sua fundação e, atualmente, é um dos seus coordenadores executivos. Também participou da organização do Fórum Global, na Rio-92. Foi, durante a década de 1990, representante das ONGs da região Nordeste no Conama. Como sua atuação dentro do Gambá é voltada para o acompanhamento de políticas públicas ambientais, este entrevistado tem acompanhado e participado da elaboração de várias outras leis ambientais, tais como: Lei Estadual do Meio Ambiente da Bahia; Constituinte Estadual e Nacional; Lei orgânica dos municípios de Salvador, Porto Seguro, Ilhéus e Camaçari; Lei sobre Direitos Difusos (que permite que ONGs entrem com representações no Ministério Público); Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei de Crimes Ambientais e da Política Nacional de Recursos Hídricos.

a) que participaram da criação das Unidades de Conservação

Entrevistado 1 - Chefe do setor da FEEMA/RJ responsável até então pela gestão das unidades de uso sustentável do estado; presidente do Conselho Gestor da APA Macaé de Cima; geógrafo, 34 anos. Não participou do processo de criação da APA de Macaé de Cima, iniciado em 1979, mas ofereceu informações precisas sobre a implementação do Conselho Consultivo desta unidade.

Entrevistado 2 - Funcionária da FEEMA desde a sua criação, 68 anos, graduou-se em História Natural; é chefe do setor onde trabalha desde 2000. Participou, em conjunto com um grupo de trabalho, dos primeiros estudos para criar uma área protegida na região que abriga a APA Macaé de Cima. Segundo a entrevistada, a primeira pretensão deste grupo tinha sido de criar uma Reserva Biológica, área de proteção mais restritiva, porém, devido a pressões políticas, o órgão governamental responsável pela efetivação legal de áreas

⁶ A criação de um instrumento legal de proteção da Mata Atlântica deve-se muito à atuação da Rede da Mata Atlântica, uma rede criada por ocasião da Rio-92 e composta por mais de 300 ONGs ambientalistas com atuação em quase todo o país, (<http://www.rma.org.br>).

⁷ Conferência Nacional do Meio Ambiente, hoje principal fórum público onde se discutem questões ambientais no Brasil (<http://www.mma.gov.br>).

protegidas (Secretaria Estadual do Meio Ambiente/RJ) acabou aprovando, mais tarde, como área de proteção de uso sustentável (APA).

Entrevistado 3 - Coordenador regional da vice-presidência do IEF, engenheiro agrônomo, 81 anos, longa trajetória profissional nos organismos governamentais de proteção ambiental, se reconhece como um dos personagens mais antigos nessa área ainda vivo. Forneceu informações sobre o Parque Estadual dos Três Picos. Colaborou na elaboração dos diagnósticos que culminaram na criação deste Parque.

IV - Minuta, Decreto, Lei da Mata Atlântica e conhecimentos científicos acionados

1. Mata Atlântica: minuta, decreto e projeto de lei

Pelas informações levantadas, a concretização de uma lei específica para a Mata Atlântica se deu durante o Fórum Global, durante a Rio-92, quando entidades e organizações se reuniram para debater o tema. Neste momento, os personagens desta história eram membros da comunidade científica, representantes de ONGs e movimentos sociais, além de um ou outro político (no seu sentido partidário). Três meses depois, um pequeno grupo de pessoas ligadas a estas organizações (sobretudo, SOS Mata Atlântica) se reuniu e montou uma primeira minuta que, no começo de 1993, resultaria na primeira versão da Lei/Decreto da Mata Atlântica.

À frente do processo estavam integrantes da SOS Mata Atlântica e de outras ONGs, sendo que estes, conforme os entrevistados, estiveram sempre sendo permanentemente assessorados por cientistas ou pessoas com longa experiência pessoal no assunto. Pelo menos até o presente momento, parece que a principal maneira de acionar conhecimentos científicos na elaboração da primeira minuta de lei se deu, sobretudo, através deste assessoramento, evidenciando uma grande importância das relações pessoais entre pesquisadores e ativistas ambientais. Por outro lado, os entrevistados enfatizaram bastante que a produção desta primeira minuta de lei teve um grande aporte dos conhecimentos científicos provenientes das discussões feitas (entre cientistas e ambientalistas) durante um workshop realizado em 1990 e cujo objetivo principal foi discutir o “domínio” da Mata Atlântica⁸. O que leva a crer, até agora, que a participação (mas, igualmente, a leitura, reinterpretação e uso de informações contidas em anais) em workshops, seminários e congressos tenha sido um procedimento recorrente na apropriação e no uso de evidências científicas para a montagem da primeira minuta da lei da mata atlântica. Em todo o caso, talvez pudéssemos dizer que com a formatação da minuta de lei, os cientistas perderam um pouco seu status de protagonistas, pois outros atores começaram a participar do processo.

Porém, antes de prosseguir, é preciso esclarecer que, a partir de 1993, dois rumos distintos são dados a minuta. Apesar de visarem um mesmo fim (incluir a Mata Atlântica no

⁸ Como pôde ser apurado durante a pesquisa, a realização de workshops, no início dos anos 1990, marca uma mudança no *status* científico do que se considera o “domínio da Mata Atlântica”. Devido a uma reclassificação consolidada nestes fóruns de discussão, este “domínio” triplicou a área de abrangência da Mata Atlântica (e, conseqüentemente, os efeitos da lei e do decreto que vieram a ser aprovados).

arcabouço jurídico), duas estratégias foram montadas pelos proponentes originais da lei: uma delas refere-se à confecção, assinatura e posterior regulamentação do Decreto Presidencial 750 (ocorrido entre 1993 e 1995), que foi a legislação que valeu de 1993 até 2006 para a Mata Atlântica; já a outra diz respeito aos 14 anos de discussão técnico-científica, mas também jurídica e política que culminou com a aprovação do Projeto de Lei nº 3.285/92. Assim, depois de elaborada, aquela primeira minuta de lei foi encaminhada para duas instâncias diferentes: uma para o executivo (através do Ministério do Meio Ambiente que, na época, estava vinculado ao Gabinete da Presidência da República) e outra para o legislativo (através de um deputado ligado ao movimento ambientalista que apresentou, na Câmara dos Deputados, a minuta como Projeto de Lei).

No caso do decreto, após articulações e pressões da SOS Mata Atlântica (mas, também, da Rede como um todo) junto ao Ministro do Meio Ambiente (um dos entrevistados enfatizou que se conversou “várias vezes pessoalmente” com o Ministro), este foi assinado pelo presidente da república em fevereiro de 1993, passando a ter força de lei até o ano passado. Depois disso, entre 1993 e 1995, foi feita a regulamentação dos artigos do decreto. Em nível Federal, isso ocorreu através dos representantes do Conama. No entanto, a regulamentação de alguns itens específicos (sobretudo, a definição dos “estágios sucessionais”, pois estes regulam como, onde e em que circunstâncias se pode cortar a vegetação), foi feita nos estados da federação que estavam incluídos no “domínio da Mata Atlântica” (portanto, em outros fóruns de discussão muito mais fragmentados e difíceis de historicizar).

Em síntese, os principais espaços de legitimação das determinações do decreto onde os conhecimentos científicos, em tese, precisariam estar sendo acionados foram, sobretudo, o Conama e os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, além do Ministério do Meio Ambiente e o gabinete da Presidência da República. Porém, apesar destes fóruns de discussão incluírem a participação de representantes de diversos setores da sociedade⁹, neles parece que é forte ainda a força de argumentos científicos como instrumentos de convencimento. Tanto é assim que, além do Conama contar com a participação de cientistas com direito a voz e voto, os dois entrevistados relataram que sempre estiveram assessorados por especialistas neste fórum, o que reforça novamente o papel de influência pessoal de pesquisadores no acionamento de evidências científicas em políticas ambientais como as aqui enfocadas.

Já no caso da Lei da Mata Atlântica, o processo parece ter sido bem diferente. Ao ser levada para o congresso nacional, os caminhos percorridos pelo projeto de lei (PL) nº11428

⁹ Estando institucionalmente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, participam do Conama "representantes da comunidade científica (professores, centros de pesquisa); povos indígenas; comunidades tradicionais (caiçaras, ribeirinhas, pescadores artesanais, silvicultores e extrativistas); comunidades quilombolas; ONGs ambientalistas; movimentos sociais; sindicatos; setor empresarial (indústria, mineiro-metalúrgico, agropecuária, silvicultura - floresta plantada, transporte, turismo, comércio e serviços, aqüicultura e pesca, energia e saneamento); governos federal, estaduais e municipais; poderes legislativo e judiciário" (<http://www.mma.gov.br>).

seguiram um intrincado percurso político-burocrático. Com isso, além do Conama e do Ministério do Meio Ambiente, conhecimentos científicos usados na elaboração dos artigos da lei passaram a ser acionados ou buscados por representantes de outras instâncias, como o Congresso Nacional, o Ministério das Minas e Energia e, até mesmo, o Ministério da Fazenda. Diferentemente do Decreto da Mata Atlântica, o qual, após ser apresentado ao Ministério do Meio Ambiente, foi rapidamente (cerca de três meses) sancionado pelo Presidente da República e, em pouco tempo, já havia sido quase todo regulamentado, a trajetória do Projeto de Lei nº11428 foi marcada por idas e vindas entre as diferentes comissões do congresso (Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; Constituição e Justiça; Minas e Energia; e Agricultura e Política Rural). Nesta casa, foi submetida a um labirinto administrativo que envolvia apreciações, arquivamentos, desarquivamentos, substitutivos, anexações, relatorias, encaminhamentos, aprovações, desaprovações, requerimentos, acréscimos, emendas, recursos e pareceres, até que, em novembro de 2006, fosse aprovada e sancionada¹⁰.

Ocorre que, também aqui o papel dos cientistas se deu através de relações pessoais estabelecidas entre estes e alguns deputados, seus assessores e representantes de ONGs, movimentos sociais e interesses privados ou corporativos. Os entrevistados relataram que, nos encontros que tinham com deputados, sempre estiveram assessorados por especialistas. Além disso, a participação de pesquisadores nas discussões nas comissões, apesar de ocorrer nos bastidores, era recorrente. Um evento significativo que ilustra este aspecto foi relatado por um dos entrevistados. Segundo este, a certa altura, houve uma reunião entre um grupo muito restrito de deputados e assessores contrários e favoráveis à aprovação da lei para debater, novamente, a questão do domínio da Mata Atlântica¹¹. Neste encontro, um dos deputados presentes pertencente ao primeiro grupo convidou um pesquisador que havia recém defendido sua dissertação de mestrado, sendo que nela este trabalhava com a idéia de um domínio mais restrito da mata atlântica, associando esta apenas a região ocupada pela Floresta Ombrófila Densa (contrariando, portanto, o entendimento do segundo grupo). Ainda conforme o entrevistado, a certa altura, um dos assessores dos deputados favoráveis à aprovação do projeto de lei teria pedido a palavra e questionado o referido pesquisador dizendo o seguinte: “vi na bibliografia de sua dissertação que você cita nove teses de pesquisadores que se propuseram a definir o domínio da mata atlântica, sendo que eu sei que todos eles são favoráveis à tese do domínio amplo, que

¹⁰ De um modo geral, os grupos de interesse envolvidos podem ser divididos em dois lados: de um lado, principalmente a Rede Mata Atlântica e suas ONGs e, mais secundariamente, outros aliados, como Movimentos dos Atingidos por Barragens, Sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos urbanos; e, de outro, sobretudo a Confederação Nacional da Agricultura, além da União Democrática Ruralista, empresas do setor madeireiro, empreiteiras, outros interesses privados com forte influência política e algumas prefeituras municipais preocupadas com os efeitos da lei no uso dos espaços urbanos.

¹¹ Esta parece ser uma das questões centrais de todo processo, pois a controvérsia sobre a abrangência da mata atlântica ganha visibilidade entre pesquisadores e ativistas ambientais já na segunda metade da década de 1980.

você critica. Será que uma dissertação de mestrado vale mais do que nove teses de doutorado, realizadas por nomes já renomados e consagrados na literatura sobre o tema?”.

2. Sobre como os entrevistados se relacionavam e acionavam os conhecimentos científicos disponíveis

Há uma forte correspondência tanto entre as respostas como entre o perfil dos dois entrevistados que participaram da elaboração da Lei/Decreto da Mata Atlântica. Ambos participaram ativamente desse processo; atuaram como conselheiros do Conama (principal fórum de discussão sobre questões ambientais onde se dá a inter-relação entre conhecimentos científicos, demandas da sociedade e dos governos estaduais e federal); foram escolhidos através de votação entre as ONGs credenciadas em suas respectivas regiões; participaram de outros processos envolvendo a formulação de leis ambientais, e demonstraram forte sentimento de pertencimento a dois grupos bem definidos (suas respectivas instituições e a Rede Mata Atlântica).

Este sentimento de pertencerem a um coletivo é importante para a pesquisa, pois está ligado a forma como ocorre o uso de evidências científicas na formulação de políticas ambientais. Assim, os entrevistados, quando perguntados sobre sua atuação dentro do Conama, sempre faziam referência aos interesses e às determinações dos integrantes da coordenação da Rede Mata Atlântica, sendo que suas posições neste fórum já vinham consolidadas devido à realização de reuniões e articulações prévias patrocinadas por esta entidade. Não é à toa, portanto, que ambos afirmaram que geralmente as regulamentações da Lei/Decreto da Mata Atlântica foram elaboradas **sempre** por “um grupo de trabalho com pessoas de outras instituições” e **nunca** sozinhos ou somente por um grupo de trabalho dentro de sua organização. Sendo que fazendo parte deste grupo de trabalho, se encontravam cientistas e especialistas que subsidiavam as discussões com seus conhecimentos científicos em suas respectivas áreas.

Por fim, ambos disseram ler publicações em inglês, mas não fluentemente e basear suas decisões mais na suas próprias experiências pessoais e menos em conhecimentos científicos. Pelo que se pôde perceber, apesar de afirmarem ler eventualmente publicações científicas, artigos técnicos, revistas e pareceres de especialistas nas suas tomadas de decisão, os entrevistados enfatizaram, como prática mais freqüente e importante, a busca de literatura recomendada por colegas (o que reforça nosso argumento sobre a importância das relações pessoais), além do uso de recursos bibliográficos pessoais ou disponíveis em suas instituições e o acesso a relatórios e pareceres técnicos não publicados elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente ou por outras ONGs associadas à Rede Mata Atlântica sobre a Mata Atlântica.

V - Sobre o conhecimento científico acionado no caso das Unidades de Conservação

1. O caso da APA Macaé de Cima

O processo de criação da APA Macaé de Cima iniciou-se, por volta de 1979, a partir da conjunção de interesses do grupo responsável pelas Unidades de Preservação da Feema e de pesquisadores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Constituiu-se um grupo de estudos sobre a região que realizou viagens exploratórias ao local e recorreu a especialistas e trabalhos acadêmicos publicados ou inéditos (teses e dissertações) sobre fauna e a flora da região. Mas não se soube citar referências ou autores dos mesmos. Registrou-se que não houve interesse em informações e estudos, na área de Ciências Sociais, sobre a população local, já que o objetivo era criar uma unidade de proteção integral, ou seja, interdita para populações humanas. Considera-se que houve liberdade dos membros do grupo constituído sobre todos os pontos, respeitando-se as especialidades individuais.

O acesso aos materiais publicados advinha majoritariamente de pesquisa em bibliotecas e acervos pessoais. Note-se que o acesso à internet não era ainda um recurso possível nessa época (década de 80). As bibliotecas especializadas foram classificadas como “boas” (Fundação Oswaldo Cruz, Serviço de Ecologia Aplicada, Jardim Botânico e Museu Nacional), abrangendo uma grande diversidade de materiais (antigos inclusive), mas com grande dificuldade de localização devido à escassez de funcionários. A rede informal de informações sobre material científico existente foi citada como uma fonte recorrente.

Avaliando todo o processo, o entrevistado indicou a utilização de mais conhecimento científico do que de sua própria experiência ou na de outros – a experiência se deu devido ao fato de não haver muito conhecimento científico gerado a respeito da área em que pesquisavam, e à competência do quadro de profissionais especializados que estavam trabalhando na questão.

De toda forma, a informação disponível lhe pareceu fácil de encontrar (e de forma nem rápida, nem demorada). Considerou quase nulo os materiais publicados e não publicados considerados pertinentes à tomada de decisão, e difícil encontrar um especialista no campo além dos colegas de seu grupo de trabalho. Contraditoriamente, respondeu como “não” a pergunta sobre se havia faltado informações e aportes técnicos para a tomada de decisão (Q59). E justificou: “Não, não houve falta de informação, nem aporte técnico; nada disso faltou. A tomada de decisão foi somente política”.

A entrevistada refere-se ao que chamou de um “*método indutivo de conhecimento*”, segundo o qual, ante a falta de material publicado, buscava-se inferir dados esboçando paralelos com outros trabalhos. Por exemplo, de um estudo preciso sobre um inseto específico elaborado na região de Macaé de Cima, tentava levantar dados que aludissem ao ecossistema local; ou, de uma pesquisa sobre uma planta endêmica de uma outra região da Mata Atlântica, buscava traçar similaridades com uma espécie próxima cuja incidência era prevista somente na região de Macaé de Cima.

2. O caso do Parque Estadual dos Três Picos

A formação de um grupo de trabalho formado por funcionários do IEF para criação do Parque Estadual obedeceu à designação de instancias superiores de dentro do próprio órgão. Apesar de se considerar que houve liberdade na elaboração do diagnóstico, havia diretrizes superiores precisas a serem obedecidas.

Aqui, o entrevistado indicou um numero maior de fontes do que na situação anterior (publicações técnicas, artigos populares, revisões/manuais, revistas, documentos/relatórios inéditos, parecer técnico de especialistas externos ao grupo de trabalho, documentação ou relatos pessoais de práticas tradicionais), mas tal como no caso anterior, não foram citadas referencias nem autores. Frisou, no entanto, que o conhecimento utilizado advinha, geralmente, de especialistas principalmente das universidades. Todas as formas de acesso a materiais publicados ou não foram indicadas (pesquisa manual e em banco de dados eletrônicos em bibliotecas, procura na internet, literatura recomendada por colegas, uso de acervos pessoais). As bibliotecas foram avaliadas como de “média qualidade”, devido, principalmente, à falta de funcionários, e por ter um número razoável de materiais sobre a região. A respeito do material não publicado utilizado, a única indicação (dentro do tópico “outro”) foi a dos arquivos do IEF, que descreveu como de “má qualidade”. Na escala do tipo de conhecimento acionado, demarcou como mais embasado no científico se comparado à experiência pessoal e de colegas (sem desconsiderá-la, no entanto), e como “fácil” e rápido o acesso a informações pertinentes. Assim, como no caso anterior, indicou como praticamente **nula** a existência de material publicado ou não pertinente para a tomada de decisão, e que não foi fácil encontrar um especialista no campo em que se trabalhou. No entanto, assim como ocorreu no outro caso, assinalou que não faltaram informações e aportes técnicos para a tomada de decisão sobre o Parque Estadual.

3. Síntese

Em ambos os casos os processos foram, em todas as suas etapas, elaborados por um grupo dentro da instituição onde os entrevistados trabalhavam. Dado o cargo que ocupavam, lidavam freqüentemente com processos deste tipo, adquirindo vasta experiência no assunto. Embora tenham se referido à utilização de informações científicas, publicadas ou não, ressaltaram que **muito do conhecimento produzido em relatórios era decorrente da experiência própria e de pesquisas de campo**, pois eram especialistas de longa data nos trabalhos aos quais se dedicavam.

Com relação ao conhecimento de moradores locais e práticas tradicionais, as posições são antagônicas. Enquanto a primeira entrevistada veta qualquer interesse, o segundo considera importante o recurso a esse tipo de informação principalmente na elaboração dos zoneamentos da área que constam no Plano de Manejo. Segundo ele, são os moradores (e às vezes até caçadores) que melhor sabem informar, por exemplo, em quais áreas existem determinados animais ou plantas, o que serve de base para interditar ou não à visitação pública.

Nenhum dos entrevistados ouviu falar do método EBD.

VI - Considerações finais

No caso do decreto/Lei da Mata Atlântica, estas deveriam, em princípio, estar baseada em critérios técnicos e científicos que subsidiassem e legitimassem, perante a sociedade, suas designações. De certa forma, isto ocorreu no caso da formulação da primeira minuta de lei, do Decreto e da Lei da Mata Atlântica. Contudo, aos aspectos técnicos e às discussões conceituais que embasaram a tomada de decisão sobre os artigos do decreto e da lei e seus incisos, bem como sobre determinações mais específicas contidas na lei, somaram-se outras motivações e interesses. Nesse sentido, um passo seguinte da presente pesquisa será tentar entender mais sobre como estes interesses e motivações individuais ou corporativas se amalgamaram com o uso de evidências científicas na elaboração da lei da Mata Atlântica.

Outro aspecto importante que precisa ser ressaltado foi a importância das relações pessoais e a intensa troca de informações efetuada entre especialistas e representantes de ONGs, de instituições de governo e de parlamentares. O que sugere que, no caso estudado, o uso de evidências científicas passa muito pela construção de laços pessoais e pelo estabelecimento de compromissos tácitos entre especialistas e não-especialistas, não se dando tanto através da aquisição de conhecimento por vias formais. Um indício disso pode ser encontrado na recorrência com que os dois entrevistados utilizavam termos coletivos para se referirem a suas ações. Quando falavam do que fizeram durante o processo de aprovação da lei, quase sempre usavam expressões como “a gente” ou “nós”. E quem seria esse “nós”? Como efeito discursivo mais imediato, nossos informantes passam a idéia de que não estariam falando sozinho, por si mesmos, mas junto com os cientistas, com os integrantes do movimento ambientalista, com o pessoal da Rede Mata Atlântica, do SOS Mata Atlântica e com seus parceiros de ONG.

No caso dos processos envolvendo a criação das duas unidades de conservação citadas, chamaríamos a atenção, para finalizar, sobre dois pontos. O primeiro, já bastante aludido, refere-se à forma como são elaboradas as medidas na área de conservação ambiental nos casos analisados. Do início dos estudos que embasam a justificativa para a criação da unidade de conservação até a sua instituição legal, há um caminho sinuoso que dificulta identificar os atores (*compilers*) que realmente foram responsáveis pelo ato final de elaboração do texto e de sua legalização. Isso se deve não apenas ao longo período de tempo entre uma fase e outra (decorrente da necessidade de se lidar com as pressões políticas e interesses econômicos), mas também porque os elaboradores dos diagnósticos iniciais perdem controle sobre suas demandas quando elas estão no plano da decisão política (Secretaria do meio ambiente e governador do Estado). Este primeiro ponto leva ao segundo, qual seja, a relação política entre conhecimento científico e decisão política. Observou-se que os técnicos que elaboraram o texto inicial não têm praticamente nenhum

poder de negociação sobre a decisão final, que pode ratificar ou não este conhecimento científico que justificou a demanda. Em conversa com uma bióloga que participou de vários processos de criação de unidades de conservação, ela comentou que o conhecimento científico não tem peso algum na tomada de decisão final. Como disse uma entrevistada: “muitas vezes eles acionam aquele conhecimento ou cientista que sustentam a decisão que eles querem tomar”. Essa decisão parece obedecer quase sempre a interesses políticos e/ou de empresas com atuação na área.

O exemplo mais paradigmático foi o exposto pela entrevistada a respeito da APA. O grupo responsável pela elaboração de estudos sobre a área de Macaé de Cima pleiteava, desde o início, a criação de uma Reserva Biológica. O pedido seguiu para a presidência da FEEMA, para a Secretaria Estadual do Meio-Ambiente e, por fim, para o governador, que assinou um decreto firmando a criação de uma Área de Proteção Ambiental, contrariando os ensejos do grupo demandante.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

DAVIES, Huw e NUTLEY, Sandra. Evidence-based policy and practice: moving from rhetoric to reality. *Proceedings of the Third international Interdisciplinary Evidence-based Policies and Indicator Systems Conference*, p.86-95, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <http://www.mma.gov.br>.

SUTEHERLAND, Pullin *et. Alli*. Response to Mathevet and Mauchamp: Evidence-based conservation: dealing with social issues. *Trends in Ecology and Evolution*, Vol.20, Nº8, p.224-225, 2004.

SCOTT, Christopher. *Mesuring up to the measurement problem: the role of statistics in evidence-based policy-making*. PARIS21, London School of Economics, p.39, 2005.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO, A LEGISLAÇÃO E QUALIDADE DA ÁGUA NA AGRICULTURA: UM ESTUDO NA BACIA DO RIO GRANDE

Regina Cohen Barros

reginacohen@ufrj.br

Prof^a. Dr^a. de Geografia do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro CTUR/UFRRJ

A ÁGUA COMO RECURSO HÍDRICO

A água constitui um recurso natural auto-renovável de suma importância, por ser fundamental para outros recursos vegetais, animais e minerais, sendo imprescindível à manutenção da vida e do bem estar humano, como elemento representativo de valores sociais e culturais e até como fator de produção de vários bens de consumo final e intermediário. São condições fundamentais para o desenvolvimento sócio-econômico a presença e o acesso da água para o homem. Segundo Rebouças (2002: 1) *“Água elemento vital, água purificadora, água recurso natural renovável, são alguns dos significados referidos em diferentes mitologias, religiões, povos e culturas em todas as épocas. O termo água refere-se, regra geral, ao elemento natural, desvinculado de qualquer uso ou utilização. Por sua vez, o termo recurso hídrico é a consideração da água como bem econômico passível de utilização com tal fim. Entretanto, deve-se ressaltar que toda água da Terra não é, necessariamente, um recurso hídrico, na medida em que seu uso ou utilização nem sempre tem viabilidade econômica. A água doce é um elemento essencial ao abastecimento do consumo humano, ao desenvolvimento de suas atividades industriais e agrícolas, e de importância vital aos ecossistemas – tanto vegetal como animal – das terras emersas”*. A água é, possivelmente, um dos únicos recursos da natureza que se relaciona diretamente com os aspectos da civilização humana, através do desenvolvimento das atividades agropecuárias e industriais e de aspectos relacionados aos valores culturais e religiosos das sociedades. Em relação à produção agrícola, a água pode representar até 90% da composição física das plantas. A falta de água em períodos de crescimento dos vegetais pode inviabilizar a produção e, na indústria, para a obtenção dos produtos, são necessários grandes quantidades de água, muitas vezes superior ao volume produzido.

Segundo os dados estatísticos encontrados na maioria da literatura sobre a água, 70% do Planeta é constituído de água, sendo que 97,5% é salgada¹. Isto quer dizer que a maior parte da água para o consumo é mínima perto da quantidade total de água disponível na Terra. A terra possui 1,4 milhões de quilômetros cúbicos de água, mas apenas 2,5% é doce²; desse total, 30% encontra-se subterrânea. Dos rios, lagos e reservatórios, a sociedade retira correspondente a 0,3% desse percentual (Figura 1). Em todo mundo, 10% da utilização da água vai para o abastecimento público; 23%, para a indústria e 67%, para a agricultura.

O Brasil, com relação à quantidade de água, é um país privilegiado, porém sua distribuição não é uniforme no território. Apresenta um volume armazenado de água subterrânea de 112.000 km³ e aproximadamente de 8.000 km³ escoando pelos rios (12% do potencial da superfície do planeta). Aproximadamente 89% da potencialidade das águas superficiais do Brasil, estão concentradas nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde a população instalada representa somente 14,5% da totalidade nacional. Os 11% restantes do potencial hídrico de superfície estão distribuídos pelas demais Regiões: Sul, Sudeste e Nordeste, que juntas representam a maioria da população com o percentual de 85,5% do total. A Região Amazônica, é a maior bacia hidrográfica do mundo, sendo o volume de água do rio Amazonas o maior do Planeta, por isso é considerado um rio essencial para a Terra. Porém, essa região é a menos populosa do país.

¹ A água dos mares e oceanos contém grandes quantidades de sais. O cloreto de sódio (NaCl) corresponde a 77% dos sais contidos na água do mar dando sabor salgado. Já os 11% de cloreto de magnésio (MgCl₂) são responsáveis por seu sabor amargo.

² As águas doces são as águas terrestres cuja salinidade é muito baixa. Sua principal fonte é a chuva, que é a água quase "pura", pois contém pequena quantidade de oxigênio e dióxido de carbono (CO₂) em solução.

DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA NO MUNDO

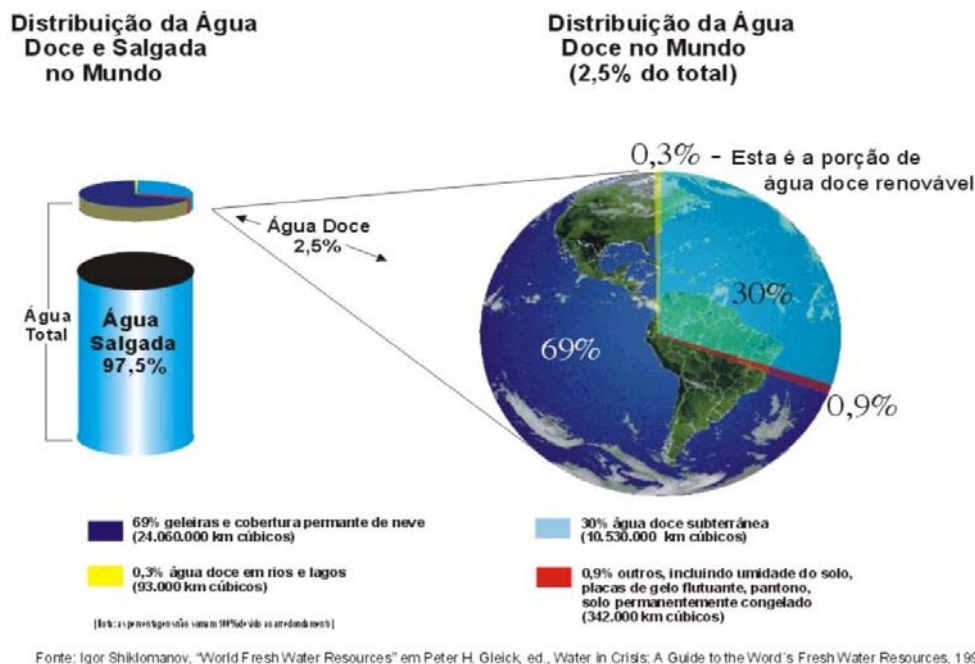


Figura 1 – Distribuição da água no mundo
Fonte: ANA, 2004.

Em contrapartida, as maiores concentrações populacionais do Brasil encontram-se nas capitais e nas regiões metropolitanas, situadas distantes dos grandes rios brasileiros, como, por exemplo, o Amazonas, o São Francisco e o Paraná. Em contraste com a região Amazônica, a região Nordeste sofreu e sofre a falta de água por longos períodos, acarretando abandono das terras e migração da população para os centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, agravando ainda mais o problema da escassez de água nessas cidades. Além disso, os rios e lagos brasileiros vêm sendo comprometidos pela queda de qualidade da água disponível para captação e tratamento. A água, no Brasil, possui diversos usos. Os principais são geração de energia; esporte, lazer e turismo; consumo doméstico; indústria e irrigação agrícola. Os problemas relacionados ao uso são desmatamento; esgoto doméstico; lixo; resíduos industriais e agrotóxicos.

A poluição e a contaminação das águas são um problema grave dos rios brasileiros. Estima-se que, aproximadamente, 100.000 cursos de água, entre rios e córregos, encontram-se, de alguma forma, poluídos e que 25% das águas subterrâneas também estejam contaminadas. No Brasil, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9650 – 12/02/98), quem poluir os rios e devastar as florestas poderá ser punido com até cinco anos de detenção. Multas que variam de R\$50,00 a R\$50.000.000,00, aplicáveis a pessoas físicas e jurídicas, também são previstas para quem cometer

qualquer tipo de agressão à natureza. Contudo, na prática, uma Medida Provisória (MP nº 1710-1 de 08/09/98) adiou por seis anos a aplicação dessa lei.

A água, no mundo, está em constante renovação através do ciclo hidrológico. Entretanto, intensas ações depredatórias têm comprometido as fontes e a qualidade dos recursos hídricos em nossos dias. Essa depredação justifica-se pela crescente demanda hídrica, provocada pelo aumento da população e de seu modo de vida, que, para manter alto padrão de conforto e bem estar, utiliza, em maiores quantidades, esse recurso. Assim, a velocidade de reposição para sua reutilização não é compatível com a demanda, sem contar que, após utilizá-lo e devolver ao ambiente, o recurso - a água - não é mais o mesmo. Nas sociedades modernas, a busca do bem estar implica um aumento considerável das necessidades de água. Com relação ao ciclo hidrológico e uso da água, Barroso e Silva (1991: 21) destacam: *“Através do ciclo hidrológico, que compreende evaporação, condensação e precipitação, podemos considerar que há mais de dois milhões de anos a quantidade de água que nosso planeta possui permanece praticamente inalterável, apesar da grande desigualdade entre as áreas de riqueza em água. A água que a humanidade utiliza provém quase que totalmente de uma fração menor de 1% do total existente, sendo que os rios, que representam apenas 0,0001% da disponibilidade global, são as fontes de suprimento mais usadas”*. A água é um fator limitante para o desenvolvimento sustentável na medida em que se deve procurar minimizar os efeitos da escassez e da poluição da água para as gerações futuras, idéia essa que é um dos princípios do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Salati *et al* (2002), no mundo, atualmente, menos de 4% dos esgotos domésticos são lançados nos rios, lagos ou oceanos depois de ser submetidos a algum tipo de tratamento adequado. E acrescentam que pesticidas, metais pesados e até nutrientes em excesso afetam a saúde humana e os ecossistemas, podendo inviabilizar o uso da água para a irrigação e reciclagem. Certamente, esse quadro geral se apresenta de forma mais grave nos países em desenvolvimento pela falta de controle e de sistemas inadequados de monitoramento. Recentemente, uma publicação do CREA – RJ (2002) a respeito de indicadores sobre a demanda por água e sua crise relata e ratifica a idéia de que a água é fundamental para a geração de empregos tanto na agricultura, quanto na indústria e principalmente como insumo à produção de alimentos e bens de consumo e que a água está diretamente ligada a boa parte das atividades de ecoturismo e lazer. A água, em boas condições de qualidade e suficiência para atender a demanda, pode gerar riquezas e propiciar uma vida saudável, elementos indispensáveis para o desenvolvimento nacional. Ainda acrescenta que a pobreza aliada a baixos índices de saneamento básico é, no momento, responsável pela morte de uma criança a cada 10 segundos.

Hoje, morrem 10 milhões de pessoa/ano (metade com menos de 18 anos) por causa de doenças que seriam evitadas se a água fosse tratada. No Brasil, uma criança morre a cada 24 minutos por causa de doenças diarreicas. Nos últimos 60 anos, a população mundial dobrou, enquanto o consumo de água multiplicou-se por sete. O desperdício chega a 40% da água destinada às cidades.

Nos últimos trinta anos, houve uma mudança significativa da forma como se encara a água como recurso. Esta deixou de ser vista como um dom da natureza dispensado e sem limites, como um recurso natural inesgotável que podia ser utilizado sem medida, como o ar. Ao contrário, trata-se de um recurso não renovável, que para a maioria, vive uma iminente crise de indisponibilidade, sendo um dos recursos mais importantes do século XXI.

As discussões no âmbito político internacional a respeito da problemática ligada a crise global da água começaram em 1977, na Conferência das Nações Unidas sobre a água, da qual resultaram algumas recomendações de ordem geral como, por exemplo, desenvolver planejamentos e programas nacionais de abastecimentos de água e de saneamento para as comunidades, concedendo uma atenção especial aos segmentos mais desfavorecidos da população.

Esse debate a respeito da água continuou em evidência ao longo dos anos de 1981 a 1990, depois que a ONU instituiu esse período como a “Década Internacional da Água Potável e do Saneamento”. Antes da realização da conferência Rio-92, que consagrou a idéia de desenvolvimento sustentável e elevou a preocupação ambiental à categoria de dimensão fundamental das políticas nacionais e internacionais, foi lançado um alerta sobre a água (Declaração de Dublin) que apontava que a “escassez e o mau uso da água doce são fatores de grande e crescente risco ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente. A saúde e o bem-estar do homem, a garantia dos suprimentos de alimentos, o desenvolvimento industrial e os ecossistemas correspondentes estão todos correndo risco, (...)”.

Segundo Polet (2003), podem ser identificados três grandes fatores responsáveis pelo aumento da crise da água, nos meios acadêmicos e científicos. São eles: o aumento do consumo (crescimento demográfico e aumento do consumo de água por habitante), a poluição dos lençóis freáticos (por dejetos industriais, domésticos e agrícolas) e o desperdício dos recursos (a partir de práticas de irrigação pouco eficazes e vazamentos nos sistemas de alimentação).

No entanto, Rebouças (1997) critica, de certa forma, a pretensa crise da água prevista para esse século, argumentando que a crise interessa a alguns que pretendem transformar escassez da água em vantagens, aproveitando-se, sobretudo, da pobreza política da sociedade em geral.

A LEGISLAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

O agravamento dos problemas ambientais levou à realização da 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), que teve como principal resultado a Agenda 21, um documento com quarenta capítulos no qual foi proposto um novo paradigma em relação ao desenvolvimento econômico. Essa nova proposta de desenvolvimento, visando à sustentabilidade, critica a velocidade da agressão ambiental, pois esta é menor que a velocidade com que a natureza consegue reagir para compensar esses danos. O modelo de desenvolvimento econômico da atualidade é baseado no consumismo exagerado que gera exaustão dos recursos naturais e reduz o rendimento energético do sistema produtivo.

Somente com a aplicação do documento assinado durante a ECO-92, a Agenda 21, serão planejadas ações de curto, médio e longo prazo, baseadas em metas, recursos e responsabilidades, definidas através de parcerias com a sociedade civil e com o Poder Público. O Capítulo 18 da Agenda 21 inclui a proteção da qualidade do abastecimento dos recursos hídricos. O documento do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ (2002: 15) valoriza o novo caminho e justifica:

“Este novo caminho passa por gestar um modo de produção solidário entre os homens e em harmonia com a natureza, seguindo um padrão de desenvolvimento que não reproduza modelos de consumo insustentáveis, que privilegiam a obtenção de lucro e ampliam o processo de degradação do meio ambiente. Uma sociedade mais cooperativa, uma economia solidária, com ênfase no valor de uso dos bens, em oposição a ênfase ao valor de troca, à sociedade que valoriza o mercado. O homem como integrante da biodiversidade numa visão holística, em oposição a visão antropocêntrica do planeta”.

A partir desses importantes eventos, surgem novas normas visando alcançar a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, dando ênfase especial à eficiência e ao controle de qualidade, mediante a implantação da ISO 9000³, selo-verde, ISO 14000⁴ e uma legislação mais rigorosa quanto à gestão

³ ISO significa Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) localizada em Genebra, Suíça. A sigla ISO é uma referência à palavra grega ISO, que significa igualdade. O propósito da ISO é desenvolver e promover normas e padrões mundiais que traduzam o consenso dos diferentes países do mundo de forma a facilitar o comércio internacional. A ISO tem 91 países membros. A ABNT é o representante brasileiro. A ISO trabalha com 180 comitês técnicos (TC) e centenas de subcomitês e grupos de trabalho. A ISO 9000 é uma série de 5 padrões internacionais para "Gestão da Qualidade" e "Garantia da Qualidade". Ela não é destinada a um "produto" nem para alguma indústria específica. Tem como objetivo orientar a implantação de sistemas de qualidade nas organizações. As regras e os padrões da Gestão da Qualidade e Garantia da Qualidade são complementares aos padrões do produto, e são implantados para melhorar a sua qualidade, com impacto na funcionalidade do Sistema da Qualidade. A série ISO 9000 (ISO 9000, 9001, 9002, 9003 e 9004) é genérica. Quando usada em conjunto com os padrões técnicos, solidifica-se uma forte fundação para a construção de um Sistema da Qualidade. A série ISO 9000 foi adotada no Brasil, palavra por palavra pela ABNT com o nome de NBR 9000.

⁴ A ISO 14000 é uma série de normas internacionais de caráter voluntário sobre gestão ambiental. Desenvolvidas pelo TC 207 da ISO, o conjunto de normas da ISO 14000 fornece uma estrutura para as organizações gerenciarem os impactos ambientais oriundos das suas atividades, produtos ou serviços, indiferente do seu porte ou ramo de atividade. Estas normas cobrem uma série de ferramentas de gestão ambientais e foram divididas nos seguintes grupos: Sistema de Gestão Ambiental (SGA); Auditoria Ambiental; Rotulagem e

ambiental. A conservação da água depende, sobretudo, de ações educativas junto à população, esclarecendo os problemas e os prejuízos que a poluição provoca, como também depende de uma série de leis e regulamentos que as autoridades devem implantar. A conservação da água exige, entre outras coisas, a coleta e o tratamento de esgotos, de tal forma que atendem aos aspectos sanitários legais. O controle da ocupação urbana e o tratamento dos esgotos são primordiais na proteção dos mananciais.

Com relação à legislação existente no Brasil, a Constituição Federal, promulgada em 1988, em seu capítulo VI, artigo 225, referente ao meio ambiente, dispõe sobre as diretrizes básicas da política ambiental em todo o território nacional. A incorporação da visão socioambiental aparece neste artigo, pois as agressões praticadas contra a natureza também violam os direitos do cidadão. *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade o de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”* (Brasil, 1995).

No Brasil, na década de 1930, já havia uma preocupação com os recursos hídricos. Embora o Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934, conhecido como Código da Água, não tenha sido totalmente implantado, formulava princípios para o uso múltiplo da água e para a qualidade dos recursos hídricos. Esse código regulamentava a utilização e dispunha sobre a classificação dos corpos de água, dando ênfase ao aproveitamento do potencial fluvial para a geração de energia elétrica, necessária à atividade industrial que se implantava no país (São Paulo, 1995).

No entanto, só com a aprovação da Lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997, Lei das Águas, (ABRH, 1997), o Brasil passa a definir uma política de recursos hídricos. Essa lei dá as diretrizes de organização do setor de planejamento e gestão dos recursos hídricos, em âmbito nacional, implementando mecanismos que possibilitem tornar esse recurso natural disponível, em quantidade e qualidade, a toda sociedade brasileira. Essa Lei institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No ano de 2000, cria-se a ANA (Agência Nacional de Águas), através da Lei Federal 9.984/00, cujo objetivo é implementar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. O documento do CREA-RJ (2002) destaca os princípios, os instrumentos de gestão e as novas organizações da Lei nº 9433/97.

“A Lei 9433/97, apesar de desfigurada em alguns de seus aspectos centrais devido a vetos da Presidência da República, introduz avanços expressivos à legislação

ambiental e está em sintonia com muitas das propostas contidas na Agenda 21. Por princípio, todos os corpos de água passaram a ser de domínio público.

A Lei 9433/97 obedeceu a este princípio e proclamou outros princípios básicos: adoção da bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento de planejamento; respeito aos usos múltiplos dos corpos de água; reconhecimento das águas como um bem finito e vulnerável; reconhecimento do valor econômico da água e gestão participativa e descentralizada.

Com relação aos instrumentos de gestão, foram definidos cinco: Plano Nacional de Recursos Hídricos; Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos; Cobrança pelo Uso da água; Enquadramento dos corpos de água em Classes de Uso e Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

E por fim, a Lei 9433/97 também definiu novas organizações para a gestão compartilhada do uso da água: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos; a Agência Nacional de Águas; os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal; Os Comitês de Bacia Hidrográfica; as Agências de Água e Organizações Cívicas de Recursos Hídricos”.

No Brasil, a Resolução nº 20 do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente - de 18 de junho de 1986, citado em Conte e Leopoldo (2001), estabelece e regulamenta a classificação das águas doces, salobras e salinas, que segundo seus principais usos, são enquadradas em nove classes, dentro de limites e condições indispensáveis, visando aos diferentes usos e ao equilíbrio ecológico dos corpos de água (Brasil, 1995).

As águas doces são classificadas em cinco classes, ou seja, classe especial e classes 1, 2, 3 e 4, de acordo com sua qualidade e condições de utilização, que assim podem ser descritas:

Classe especial — águas destinadas:

- ao abastecimento doméstico sem prévia ou com simples desinfecção;
- à preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas.

Classe 1 — águas destinadas:

- ao abastecimento doméstico após tratamento simplificado;
- à proteção das comunidades aquáticas;
- à recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho);
- à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvem rente ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película;
- à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

Classe 2 — águas destinadas:

- ao abastecimento doméstico após tratamento convencional;
- à proteção das comunidades aquáticas;
- à recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho);
- à irrigação de hortaliças e plantas frutíferas;
- à criação natural e/ou intensiva (aqüicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

Classe 3 — águas destinadas:

- ao abastecimento doméstico após tratamento convencional;
- à irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras;
- à dessedentação de animais.

Classe 4 — águas destinadas:

- à navegação;
- à harmonia paisagística;
- aos usos menos exigentes.

Essa Resolução estabelece os teores máximos permitidos de substâncias químicas potencialmente prejudiciais, além dos valores relativos a parâmetros físico-químicos e biológicos. A Portaria nº 36 do Ministério da Saúde, publicada no *Diário Oficial da União*, em 23 de janeiro de 1990, (Brasil, 1990), estabelece as normas e o padrão de Potabilidade da Água destinada ao consumo humano para todo o Brasil. Segundo essa Portaria, a água potável destinada ao abastecimento das populações humanas deve atender às normas e aos padrões estabelecidos em relação às características físicas, organolépticas, químicas, bacteriológicas e radioativas.

O padrão aprovado pela Portaria nº 36 do Ministério da Saúde constitui o limite máximo para cada elemento ou substância química, “não estando considerados eventuais efeitos sinérgicos entre eles e outros elementos ou substâncias. Verificados tais efeitos, comprovadamente prejudiciais à saúde, os limites estabelecidos deverão ser reavaliados” (Conte e Leopoldo, 2001). A Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, baseado nesta mesma Portaria (nº 36), estabeleceu os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências, através da Portaria nº 1469 de 29 de dezembro de 2000.

Ainda os autores, Conte e Leopoldo (2001), organizaram o Quadro 1, com algumas variáveis e respectivos valores ou limites máximos permitidos pela legislação em vigor no Brasil, ou seja, aqueles estabelecidos pela Portaria nº 36/GM, que dispõe sobre a Potabilidade (Brasil, 1990), e pela Resolução nº 20 do Conama (Brasil, 1995).

Quadro 1 – Variáveis e respectivos valores ou limites estabelecidos pela legislação em vigor no Brasil.

Variáveis	Portaria nº 36/GM (Potabilidade e)	Resolução Nº 20 do Conama			
		Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
PH	6,5 a 8,5	6,0 a 9,0	6,0 a 9,0	6,0 a 9,0	6,0 a 9,0
Turbidez (NTU)	1 a 5	Até 40	Até 100	Até 100	
OD (mg.L ⁻¹)		6,0	5,0	4,0	2,0
STD(mg.L ⁻¹)	1.000	500	500	500	
Aldrin (mg.L ⁻¹)	0,03	0,01	0,01	0,03	
Clordano (mg.L ⁻¹)		0,04	0,04	0,3	
Dieldrin (mg.L ⁻¹)	0,03	0,005	0,005	0,03	
DDT (mg.L ⁻¹)	1,0	0,002	0,002	1,0	
DDE (mg.L ⁻¹)	1,0				
Eldrin (mg.L ⁻¹)		0,004	0,004	0,2	
Mercúrio (mg.L ⁻¹)	0,001	0,0002	0,0002	0,002	
Chumbo (mg.L ⁻¹)	0,05	0,03	0,03	0,05	
Nitrato (mg.L ⁻¹)	10,0	10,0	10,0	10,0	
Nitrito (mg.L ⁻¹)		1,0	1,0	1,0	
P total (mg.L ⁻¹)		0,025	0,025		
Sulfato (mg.L ⁻¹)	400,0	250,0	250,0	250,0	
Fe total (mg.L ⁻¹)	0,3				
Fe solúvel (mg.L ⁻¹) 1)		0,3	0,3	5,0	
Zinco (mg.L ⁻¹)	5,0	0,18	0,18	5,0	
Cobre (mg.L ⁻¹)		0,02	0,02	0,05	
Manganês (mg.L ⁻¹) 1)	0,1	0,1	0,1	0,5	

Fonte: Conte e Leopoldo (2001).

Com relação ao Estado do Rio de Janeiro, a Lei 3239/99 institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, que segue os mesmos fundamentos e diretrizes da Lei Federal das Águas de 1997. O documento do CREA-RJ (2002) aborda alguns aspectos e comenta que a lei estadual permite até um avanço, quando, em diversos artigos, aponta para a importância da recuperação e conservação da biodiversidade aquática e ribeirinha. A Lei 3239/99 expande a sua abrangência para os aquíferos, tornando desnecessária a elaboração de um diploma legal deste nível específico para as águas subterrâneas. E

ainda acrescenta: “a eficácia na sua aplicação depende, entre outros aspectos, do adequado ordenamento institucional que evite a superposição de atribuições dos diversos agentes do poder público. Neste sentido, a instituição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com uma composição representativa dos segmentos envolvidos (poderes públicos estadual e municipal, usuários e sociedade civil) com uma secretaria executiva bem estruturada foi um passo importante para a organização do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado”.

A partir destas questões, os autores Braga, Porto e Tucci (2002) esclarecem o quanto é importante gerenciar os recursos hídricos e ressaltam que mais importante, ainda, é fazer um monitoramento da qualidade da água.

Monitoramento da qualidade da água não é somente verificar os padrões legais de qualidade da água, mas deve atender a respostas mais amplas do que está sendo alterado e os motivos que fazem ocorrer às modificações que envolvem todos os elementos sociais e ambientais em bacia hidrográfica. O Brasil, ainda acrescentam estes autores, apresenta poucos sistemas de monitoramento da qualidade da água, este fato indica uma necessidade de se desenvolver uma rede de tecnologias e reconhecer a importância desse investimento para melhorar e ampliar os bancos de informações no setor de recursos hídricos.

No Estado do Rio Janeiro a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) iniciou na década de 1970 um trabalho de monitoramento sistemático envolvendo a coleta de amostras de água, sedimento e biota. O monitoramento é realizado nas principais bacias hidrográficas do estado como a Bacia da Baía de Guanabara, rio Paraíba do Sul, Rio Guandu, Sepetiba, Reservatório de Funil e Lagoa Rodrigo de Freitas. O monitoramento envolve parâmetros de temperatura da água, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, pH, condutividade, turbidez, sólidos em suspensão, fenóis, cianetos, fósforo, nitrogênio, zinco, cobre, chumbo, mercúrio, cádmio, ferro e os compostos benzo-a-pireno, pesticidas organoclorados e organofosforados.

A QUALIDADE DA ÁGUA NA AGRICULTURA

A atividade agrícola tem sido reconhecida como uma das vias de interferência do homem na qualidade das águas, tanto dos rios quanto do lençol freático, por desencadear o transporte de sedimentos e de produtos químicos através dos processos de escoamento superficial das águas e de sua infiltração no solo.

No mundo, a água utilizada na agricultura, ocupa um lugar de destaque. Padilla (1999, *apud* Telles, 2002), organizou o Quadro 2, demonstrando a evolução, em âmbito mundial, do uso da água nos últimos 100 anos, em especial destaque para o uso agrícola, com cerca de 70%.

Quadro 2 – Evolução do consumo de água no âmbito mundial (km³/ano).

Ano	1900	1920	1940	1960	1980	2000*	2020**
Tipo/Uso							
Doméstico	-	-	-	30	250	500	850
Industrial	30	45	100	350	750	1350	1900
Agrícola	500	705	1000	1580	2400	3600	4300
Total	530	750	1100	1960	3400	5450	7050

(-) Sem dados (*) Estimativa (**) Previsão
 Fonte: Padilla, 1999.

Segundo Telles (2002: 305), o inter-relacionamento da água com o uso agrícola deve enfocar os seguintes aspectos: uso na agricultura irrigada; uso na dessedentação de animais; uso de águas residuárias na agricultura e efluentes agrícolas e na pecuária. Com base nos dados de 1996 do Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMARHAL -, o Brasil possui uma superfície cultivada de cerca de 55 milhões de hectares, não considerando as pastagens naturais. Segundo esse mesmo autor, *“A irrigação, além de exigir grandes volumes de água, é um uso do tipo consuntivo. Cerca de 98% do volume retirado com essa finalidade é transferido diretamente para a atmosfera através da evapotranspiração das culturas. Os demais 2% são transformados em matéria orgânica, portanto nada retorna logo à jusante. Os efluentes líquidos provenientes de áreas agricultadas podem conter substâncias poluentes oriundas do mau ou excessivo uso de insumos agrícolas.*

Na dessedentação dos animais, há retorno parcial de água para o manancial do qual foi retirado. O maior prejuízo se dá no aspecto qualidade, já que 60 a 70% retorna sob a forma de urina e de outros dejetos”.

Segundo Agioda *et al* (1994), o uso inadequado e excessivo de insumos pelo agricultor agrava os processos envolvidos na poluição hídrica, sendo os agroquímicos considerados os insumos que causam maior problema à qualidade das águas. Apesar dos objetivos de produção, os elementos químicos podem permanecer nos produtos de alimentação de homens e animais, bem como no solo, em restos de cultura, ou serem carregados para os cursos de água e para o lençol freático, causando poluição hídrica (Almeida, 1977 e Alves, 1977).

Em sua prática, a agricultura moderna, pressupõe a utilização de inúmeros produtos químicos, sejam eles nutrientes ou defensivos (pesticidas). A agricultura irrigada intensifica a utilização das terras e de elementos químicos. Segundo Telles (2002) a busca pela maior produtividade agrícola, tem gerado problemas de qualidade das águas superficiais, principalmente devido à perda de nutrientes, que são utilizados no

aumento da fertilidade do solo. O nitrogênio e o fósforo são nutrientes que compõem a maioria dos adubos e fertilizantes químicos amplamente usados na agricultura moderna, que devido ao ciclo hidrogeoquímico, seus compostos sofrem alterações diversas. O nitrato, segundo Telles (2002: 325-326), *“é o composto de nitrogênio mais importante. Sua característica principal é a elevada solubilidade na água. Desta maneira, ele é facilmente transportado pelo escoamento, seja ele superficial, sub-superficial ou de percolação em direção ao lençol freático. A consequência direta deste fenômeno é a sobrecarga de nutrientes nos corpos de água. Os nitratos, consumidos em grandes quantidades, superiores a 300mg/kg, podem no processo digestivo, ou até mesmo durante o preparo dos alimentos, transforma-se em nitrito, altamente tóxico ao ser humano, que pode causar metemoglobina, dificuldade do sangue em absorver oxigênio, além de ser cancerígeno e ainda pode causar mal formação fetal em gestantes.”*

Os agroquímicos são produtos com propriedades diversas, que se aplicam sobre as plantas para controlar doenças, pragas ou ervas daninhas, minimizando prejuízos e aumentando a produtividade e a sustentabilidade da exploração agrícola. São eles: inseticidas/acaricidas, fungicidas, herbicidas e etc. No Brasil, a adoção dos termos defensivos agrícolas, produtos fitossanitários, pesticidas, biocidas e agroquímicos têm sido marcada por controvérsias há anos. A legislação brasileira adotou e definiu o termo *agroquímico* através da Lei Federal 7.802/89 e do Decreto Lei 98.816/90. Telles (2002: 325-326) utiliza o termo *pesticida* e adverte que o problema de degradação da qualidade das águas pode ocorrer de forma direta e indireta e exemplifica: *“Um exemplo de forma direta é a introdução do larvicida diretamente na água de irrigação. A forma indireta é mais comum. O pesticida atinge o solo e é carregado pelas águas de chuva, ou pela drenagem agrícola, para os riachos, rios e lagos, ou então para o lençol freático. Os pesticidas são, normalmente, de três tipos: inorgânicos, clorados e os organofosforados. Os inorgânicos são tóxicos às plantas, ao homem e aos insetos. Os clorados não biodegradáveis são os mais persistentes no meio ambiente. Os organofosforados, embora mais tóxicos, são pouco persistentes, permanecendo no solo e na água no máximo por algumas semanas”*.

Com relação à qualidade das águas, estas passam por uma classificação, a partir da legislação federal de controle da poluição ambiental, que no nosso estado é fiscalizada pela FEEMA-RJ (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente). Esta classificação leva em consideração três aspectos fundamentais: a saúde, o bem estar humano e o equilíbrio ecológico aquático, visando atender às necessidades das comunidades. A questão da qualidade da água, segundo a FEEMA-RJ, é representada por um conjunto de características geralmente mensuráveis, de natureza

química, física e biológica, as quais, mantidas dentro de certos limites estabelecidos pelos órgãos de controle ambiental, viabilizam determinado uso. A utilização dos recursos hídricos é dividida em dois grandes grupos:

Grupo I – Usos que implicam a retirada de água das coleções hídricas: abastecimento público; abastecimento industrial e irrigação.

Grupo II – Usos que não implicam retirar a água das coleções hídricas: recreação e lazer; preservação da fauna e flora; geração de energia e diluição de despejos.

Ainda com relação à noção de qualidade e aos principais usos da água, Branco (2003: 56-58) ressalta que “A noção de 'qualidade' da água pode variar muito, dependendo principalmente do uso a ser feito dela. Nenhuma de suas utilidades, porém, exige água em estado de pureza química absoluta e sim soluções de diversos elementos em quantidades variáveis. Daí a necessidade de que sejam estabelecidos critérios e padrões de qualidade para os diversos usos da água. O termo 'qualidade', quando aplicado à água, não se refere, normalmente, a um estado de pureza química da substância água, mas sim às suas características tal como encontrada na natureza, ou seja, refere-se à água como solução de vários produtos do ambiente natural; a utilidade da água é um valor relativo utilizado em aplicação que dela se pretenda fazer. *Podemos considerar os recursos hídricos sob três aspectos distintos, em função da sua utilidade: como elemento ou componente físico da natureza; como ambiente para a vida (o ambiente aquático) e como fator indispensável à manutenção da vida terrestre.*”

Este mesmo autor (1986, *apud* Conte e Leopoldo, 2001) relata que não há um consenso entre os estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, no que se refere à qualidade da água, porque diversas pesquisas estão sendo realizadas ultimamente com diferentes abordagens dos efeitos ecológicos e fisiológicos causados por compostos não-biodegradáveis, utilizados principalmente na indústria, na agricultura e no uso doméstico. Por exemplo, no caso da agricultura, os inseticidas sintéticos e os herbicidas. Outro aspecto de degradação que envolve a prática agrícola é a eutrofização, provocada pela quantidade crescente de nutrientes que chegam aos corpos de água.

A classificação (Classe 1- águas doces) resume e ilustra um padrão de águas destinadas ao abastecimento doméstico após tratamento simplificado; à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário; à irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que desenvolvam tentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película e à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana.

De acordo com cada classe, são estabelecidos os padrões e os parâmetros de qualidade da água, que levam em consideração: parâmetros organolépticos, parâmetros físico-químicos em relação à estrutura natural das águas, parâmetros concernentes à substâncias indesejáveis, parâmetros concernentes às substâncias tóxicas, parâmetros microbiológicos e agroquímicos, fertilizantes e produtos afins.

Poluição, em geral, segundo Barroso e Silva (1991), é o termo que denomina a presença de substâncias tóxicas introduzidas pelo homem no meio ambiente. O meio ambiente poluído afeta diretamente a flora e a fauna e o próprio homem que foi o agente poluidor. Um problema sério é a relação entre o ambiente poluído e a saúde humana. No caso de poluição hídrica por agroquímicos, a saúde do agricultor e demais população rural estaria prejudicada, correndo riscos de intoxicação, por ingestão e contato, pelo uso de água contaminada no abastecimento doméstico, na agricultura e em atividades recreativas.

Os termos contaminação e poluição da água têm sido discutidos em função de suas causas e efeitos por muitos pesquisadores e segundo os autores Di Bernardo, Di Bernardo e Centurione Filho (2002: 32) suas definições dependem dos profissionais envolvidos e também dos objetivos da pesquisa e esclarecem que, *“Para os ecólogos em geral, a poluição decorre de qualquer alteração de natureza física, química, biológica ou mesmo de regime hidrológico que produza desequilíbrios no ciclo biológico normal, alterando a composição da fauna e da flora do meio. Para os sanitaristas, a poluição de um recurso hídrico resulta, principalmente, do lançamento de águas oriundas de atividades industriais, agrícolas ou humanas. A contaminação é a denominação genérica para as conseqüências da poluição, como os efeitos da introdução de substâncias ou de organismos nocivos no recurso hídrico, causando doenças no ser humano”*.

Os rios e os lagos próximos a áreas com atividades agrícolas são os mais prejudicados por serem receptores dos insumos utilizados. As quatro formas mais comuns de degradação dos cursos de água por insumos agrícolas são os: despejos ou aplicação direta; ação dos ventos; escoamentos; infiltração e percolação, (Telles, 2002).

Spadotto (2002:22) destaca que os problemas no ambiente provocados pelo uso de agroquímicos podem ser intrínsecos e extrínsecos. Como exemplo de problema intrínseco negativo, ele cita o acúmulo residual prolongado no solo, comprometendo a sucessão de culturas agrícolas. Com relação aos problemas extrínsecos, ele exemplifica a contaminação de águas superficiais e subterrâneas usadas para o abastecimento de populações. E ainda acrescenta que *“o potencial de impacto ambiental do uso de um agroquímico depende da sua toxicidade ao ser humano e da*

sua ecotoxicidade (a outros organismos), assim como, das suas concentrações atingidas nos diferentes compartimentos ambientais (solo, água, planta e atmosfera). As concentrações, por sua vez, dependem da carga contaminante e do comportamento e destino do agroquímico no ambiente.”

A poluição por agroquímicos ocorre através do escoamento das águas de superfície, enquanto, por exemplo, os nitratos (substância proveniente dos adubos químicos) migram essencialmente por lixiviação para o lençol freático. Segundo Agioda *et al* (1994), antes mesmo de penetrar no solo, os agroquímicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas, etc) podem volatizar-se ou escoar. Eles são, dessa forma, arrastados em solução ou em suspensão, isto é, retidos pelas partículas do solo. Essa transferência de superfície é condicionada pela solubilidade dos produtos ou por sua capacidade de adsorver os constituintes do solo. Por outro lado, o escoamento será mais forte se o solo não for estável, pouco protegido pela vegetação, compactado e com fortes inclinações e, no caso de chuvas mais fortes, estas atuam favorecendo o escoamento e, conseqüentemente, a presença de agroquímicos nas águas de superfície. Spadotto (2002:24), com relação ao comportamento e destino dos agroquímicos no ambiente, destaca que *“Depois da aplicação de um agroquímico, vários processos físicos, químicos, físico-químicos e biológicos determinam seu comportamento. O destino de agroquímicos no ambiente é governado por processos de retenção (absorção, adsorção), de transformação (decomposição, degradação) e de transporte (deriva, volatilização, lixiviação, escoamento superficial), e por interações desses processos. Além da variedade de processos envolvidos na determinação do destino ambiental de agroquímicos, diferentes estruturas e propriedades das substâncias químicas e das características e condições ambientais podem afetar estes processos.”*

Outro autor Telles (2002:326), complementa explicando que a qualidade da água é diretamente afetada pelo uso de pesticidas e corretivos e que alteram as suas características iniciais. *“Os poluentes, principalmente os de origem orgânica, atuam sobre o oxigênio dissolvido, diminuindo sua quantidade, fazendo com que a água perca o seu poder de oxidação e tirando a condição de sobrevivência dos seres que nela habitam. Além do oxigênio dissolvido, os poluentes atuam, sobre o pH da água, podendo torna-la extremamente ácida ou alcalina, impossibilitando a sobrevivência de determinadas espécies que requeiram um pH mais neutro”*.

Bertalot e Mendoza (1997, *apud* Conte e Leopoldo, 2001) alertam para o perigo que o uso inadequado, como a forma de aplicação, sem obedecer as normas de segurança e o uso exagerado de agrotóxicos representam para a agricultura, e ainda, apontam que um grande número de agricultores e usuários de agrotóxicos 71,8% queima ou enterra as embalagens vazias, e que somente 33,5% lavam os equipamentos de

aplicação em local adequado, o que pode contribuir para a contaminação ambiental, principalmente, dos corpos de água. Estes autores relatam que nos Estados Unidos, onde o uso de agrotóxicos é bastante controlado, cerca de 35% dos alimentos consumidos apresentaram níveis detectáveis dessas substâncias.

Segundo Bernardo (1994), a irrigação é grande colaboradora da poluição de rios e córregos e da água subterrânea. O excesso de água aplicada à área irrigada, que não é evapotranspirada pelas culturas, retorna para os rios e córregos, tanto via escoamento superficial como subsuperficial, ou vai para os depósitos subterrâneos, por percolação profunda, arrastando consigo sais solúveis, resíduos tóxicos de agroquímicos, sedimentos e etc. Sem dúvida, a contaminação dos recursos hídricos causa sérios problemas ao suprimento de água potável, tanto para o meio rural quanto aos centros urbanos. A contaminação de rios e córregos é mais rápida e acontece imediatamente após a aplicação da água na irrigação por superfície, ou seja, por sulco, faixa e inundação.

Por outro lado, a contaminação pode ocorrer de forma mais lenta por meio do lençol freático subsuperficial, que arrasta os resíduos tóxicos. Já a contaminação subterrânea é muito mais lenta e depende do tipo do solo. Segundo Spadotto (2002), considerando os processos de transporte entre solo e água, especificamente a lixiviação e o escoamento superficial, com os quais os agroquímicos estão relacionados depois de serem aplicados na agricultura, o escoamento superficial favorece a contaminação das águas superficiais, com o produto químico sendo carregado e absorvido às partículas do solo erodido ou em solução. A lixiviação do solo tende a resultar em contaminação das águas subterrâneas e as substâncias químicas são carregadas em solução juntamente com a água que alimenta os aquíferos.

Vários autores (Ressler *et al*, Sharply, *et al*, 1995 *apud* Conte e Leopoldo, 2001) advertem que a lixiviação de nitrogênio na forma de nitrato é considerada um problema ambiental e enumeram que a contaminação da água subterrânea e fontes de suprimento e dos rios, são mais importantes principalmente no meio rural, pois o nitrogênio é proveniente do uso de adubos e fertilizantes nitrogenados combinados à compactação do solo. Advertem, porém, que a diminuição do uso do nitrogênio na produção deve ser levado em conta a busca de um equilíbrio entre este uso e a redução da produção causada pela não utilização destes adubos.

O tipo e grau de poluição química em áreas agrícolas dependem não apenas do volume de produtos químicos utilizados nos cultivos, mas também das composições específicas dos agroquímicos empregados, uma vez que há variação no grau de toxicidade de cada produto.

A contaminação de um determinado produto está relacionada com a sua toxicidade, isto é, a capacidade de causar danos aos seres vivos. Segundo Telles (2002), expressa-se à toxicidade dos produtos através da dose capaz de levar a morte uma quantidade equivalente a 50% dos indivíduos utilizados em testes, e denomina-se DL 50, ou dose letal 50%.

Os agroquímicos são classificados em diferentes grupos toxicológicos, de pouco tóxico a altamente tóxico, e, segundo Meirelles (1996), pode provocar três tipos de intoxicações no homem, aguda, subaguda e crônica. Na intoxicação aguda os sintomas aparecem algumas horas depois da exposição excessiva por um curto período a produtos altamente tóxicos (classe toxicológica I). A intoxicação subaguda ocorre por exposição moderada a produtos altamente tóxicos ou de toxicidade média (classe toxicológica II) e os sintomas (dor de cabeça, fraqueza, mal estar, etc) surgem mais lentamente. A intoxicação crônica caracteriza-se por surgimento tardio dos sintomas, após meses ou anos de pequena ou moderada exposição a diversos produtos e podem acarretar problemas sérios na saúde, como paralisias e câncer.

As águas constituem o destino final da maior parte dos resíduos que resultam de toda atividade humana localizada nos solos das bacias hidrográficas. Segundo Branco (2003), é necessário uma política de proteção dos recursos hídricos de uma determinada região: geralmente uma bacia hidrográfica, pois a unidade geográfica que contribui para formação de um curso de água é a *bacia hidrográfica*. Ainda este autor, Branco (2003:95), estabelece as medidas preventivas dirigidas à proteção da qualidade das águas.

“- exigências com relação à manutenção de cobertura vegetal mínima que atenuem os efeitos da erosão e dos transportes de substâncias depositadas à superfície;
- limites à densidade de ocupação, isto é, ao número de habitantes por área da bacia, uma vez que a quantidade de lixo e esgotos produzida deve ser proporcional ao número de habitantes, e obrigatoriedade do tratamento de esgotos e lixo;
- restrições à implantação de indústrias, com a proibição de algumas em determinados locais, e exigências quanto ao crescimento de outras e dos sistemas de tratamento dos resíduos;
- regulamentação das condições de extração e beneficiamento de minérios;
- regulamentação da atividade agropecuária, com restrições à aplicação de fertilizantes e agrotóxicos.”

A qualidade da água dos cursos fluviais é um importante indicador das condições ambientais da bacia drenada. Segundo Marques *et al* (1997), os canais fluviais são locais propícios para a obtenção de informações referentes ao estado de um ambiente. Nos canais, são encontradas informações quanto às modificações das

condições de escoamento da água, à mobilização de sedimentos e à presença de elementos poluentes no ambiente, aos problemas relativos à erosão e sedimentação, à modificação das calhas e aos problemas com inundações. A qualidade da água dos rios, portanto, pode ser comprometida devido à incorporação de resíduos químicos provenientes do uso intenso, durante muitos anos, de insumos agrícolas, principalmente agroquímicos.

A legislação brasileira através da Lei 9.433 de 1997 define uma política de recursos hídricos, que delinea as diretrizes de organização do setor de planejamento e gestão dos mesmos, implementando mecanismos que possibilitem tornar esse recurso natural disponível, em quantidade e qualidade, para todo o Brasil (ABRH, 1997). Além dessa legislação, a Resolução nº 20 de 15 de junho de 1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, 1986 (Brasil, 1995) estabelece a classificação das águas doces, salinas e salobras do Brasil em nove classes segundo seus usos preponderantes e dentro dos limites e condições indispensáveis ao equilíbrio ecológico e de diferentes usos dos corpos de água. Estabelece, também, os teores máximos permitidos de substâncias químicas potencialmente prejudiciais, além de valores relativos aos parâmetros físico-químicos e biológicos de cada classe de águas.

Com relação a esta Resolução do Conama os autores Di Bernardo, Di Bernardo e Centurione Filho (2002) acrescentam que estabelece o tipo de tratamento requerido para águas destinadas ao abastecimento público. Para a Classe especial o tratamento indicado é a desinfecção, águas classificadas em Classe 1, o tratamento indicado é o simplificado e para as Classes 2 e 3 o tratamento indicado é o convencional para ambas. Estes autores advertem que existem muitas dificuldades para que essa resolução seja definitivamente seguida no Brasil e esclarecem que são envolvidos cerca de 70 parâmetros de qualidade de água para o monitoramento e que alguns são mensurados em aparelhos altamente especializados, além de diferenças regionais e falta de recursos humanos, materiais e financeiros que passam muitos órgãos federais, estaduais e municipais.

De acordo com a Resolução nº 20 de 1986 citada anteriormente, as águas doces são classificadas, conforme as condições de utilização e sua qualidade em cinco classes, isto é, classe especial e classes 1, 2, 3 e 4. Adotou-se neste trabalho a classe 1 de águas destinadas:

- a) ao abastecimento doméstico, após tratamento simplificado;
- b) à irrigação de hortaliças ou plantas frutíferas;
- c) à recreação de contato primário (navegação, esqui aquático e mergulho).

Pela nova Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme a Lei Federal 9433/97, o monitoramento da qualidade e quantidade da água em uma bacia

hidrográfica passa a ser uma condição fundamental na conservação e preservação desses aspectos importantes e, assim, gerar subsídios para o uso e manejo adequados para os recursos hídricos das bacias hidrográficas, a fim de garantir um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentáveis.

Neste sentido para se atingir o desenvolvimento rural sustentável é necessário valorizar a visão integradora, onde os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais possam ser compreendidos e garantam uma melhor eficiência dos sistemas produtivos e também da utilização dos recursos hídricos.

Esta visão integradora só é possível a partir do estudo do agrossistema, que permite fazer uma abordagem envolvendo a compreensão e avaliação do efeito do uso de tecnologias sobre os sistemas agrícolas necessitando, desta maneira, estudar todos os aspectos envolvidos na sua construção, formação e articulados com a produção e o gerenciamento do agrossistema.

Martins (2001) destaca que é fundamental que haja articulação entre políticas ambientais, que visem as formas de regulamentação dos usos do solo e da água, e políticas agrícolas, fortemente comprometidas com a geração de tecnologias limpas, para orientação técnico-ambiental de tecnologias limpas ao produtor rural e definição de metas sócio-ambientais a serem atingidas pelo setor. Daí a necessidade da articulação entre os aspectos técnico-sociais com os ambientais fundamentais no agrossistema para promover o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Acrescenta ainda, que segundo Campanhola e Graziano da Silva (2000), ao fundir a questão da mudança do padrão agrícola nacional com a gestão das águas, estes autores destacam a bacia hidrográfica como uma importante unidade de gestão de práticas de agricultura sustentável.

Ainda, Martins (2001:99), ratifica a importância da bacia hidrográfica explicando a sua condição de unidade de básica de conservação do solo e gestão das águas regionais que ultrapassa as fronteiras geopolíticas municipais. *“E isso pode favorecer uma articulação institucional e participação das representações sociais rurais na gestão do território, facilitando a disseminação do debate descentralizado sobre as necessidades de adoção de novas práticas de manejo agrícola”.*

ÁREA DE ESTUDO: BACIA DO RIO GRANDE (NOVA FRIBURGO/RJ)

A bacia dos rios formadores do rio Grande (Figura 1), selecionada para este estudo como a unidade geográfica representativa do agrossistema, é uma das principais áreas de produção do município de Nova Friburgo/RJ, estando situada no 3º Distrito de Nova Friburgo/RJ, denominado Campo do Coelho. Localizado na vertente da Serra do Mar voltada para o interior, o curso de água do rio principal, o rio Grande, segue o sentido norte, em direção ao médio rio Paraíba do Sul.

A área da bacia é de aproximadamente 124 Km² e compreende, dentre outras, as localidades de Santa Cruz, Centenário, São Lourenço, Salinas, Baixada Salinas e Três Picos, situadas entre as coordenadas planas 734000 e 748000 W e 7536000 e 7522000 S da carta topográfica (1: 50.000) de Nova Friburgo (IBGE -1974).

A agricultura na bacia do alto rio Grande é realizada em pequenas propriedades, situadas nas extensões planas formadas pelos rios que compreendem os córregos formadores do rio Grande, sendo os principais o córrego São Lourenço, o córrego Salinas, o córrego Três Picos e o córrego João Brande. Ela possui sistemas modernos de produção de policultivos, de alta produtividade e valorizados no mercado urbano, sendo representativa da agricultura praticada no município de Nova Friburgo/RJ.

A prática intensiva durante todo o ano na bacia implica o uso permanente e em grandes quantidades de insumos agrícolas, cujas substâncias componentes são consideradas prejudiciais tanto para o ambiente (terrestre e aquático) quanto para o homem.

Considerando o objetivo e a natureza da investigação e para o melhor entendimento do tema proposto, foram levantadas e analisadas informações em relação ao agrossistema da bacia do alto rio Grande em Nova Friburgo/RJ e seus componentes, principalmente quanto às características dos cursos fluviais e a verificação da qualidade da água de seus rios. Para tal finalidade, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Levantamento bibliográfico e estatístico para caracterização da agricultura e do espaço rural do Município de Nova Friburgo/RJ;
- Caracterização do agrossistema e de seus componentes (Técnico-sociais e Ambientais) na bacia do alto rio Grande;
- Caracterização da rede de drenagem e levantamento de dados morfométricos básicos da bacia do alto rio Grande;
- Seleção dos pontos de estudo e confecção dos perfis dos rios na bacia do alto rio Grande;
- Coleta e análise da água para verificação da qualidade da água dos cursos fluviais.

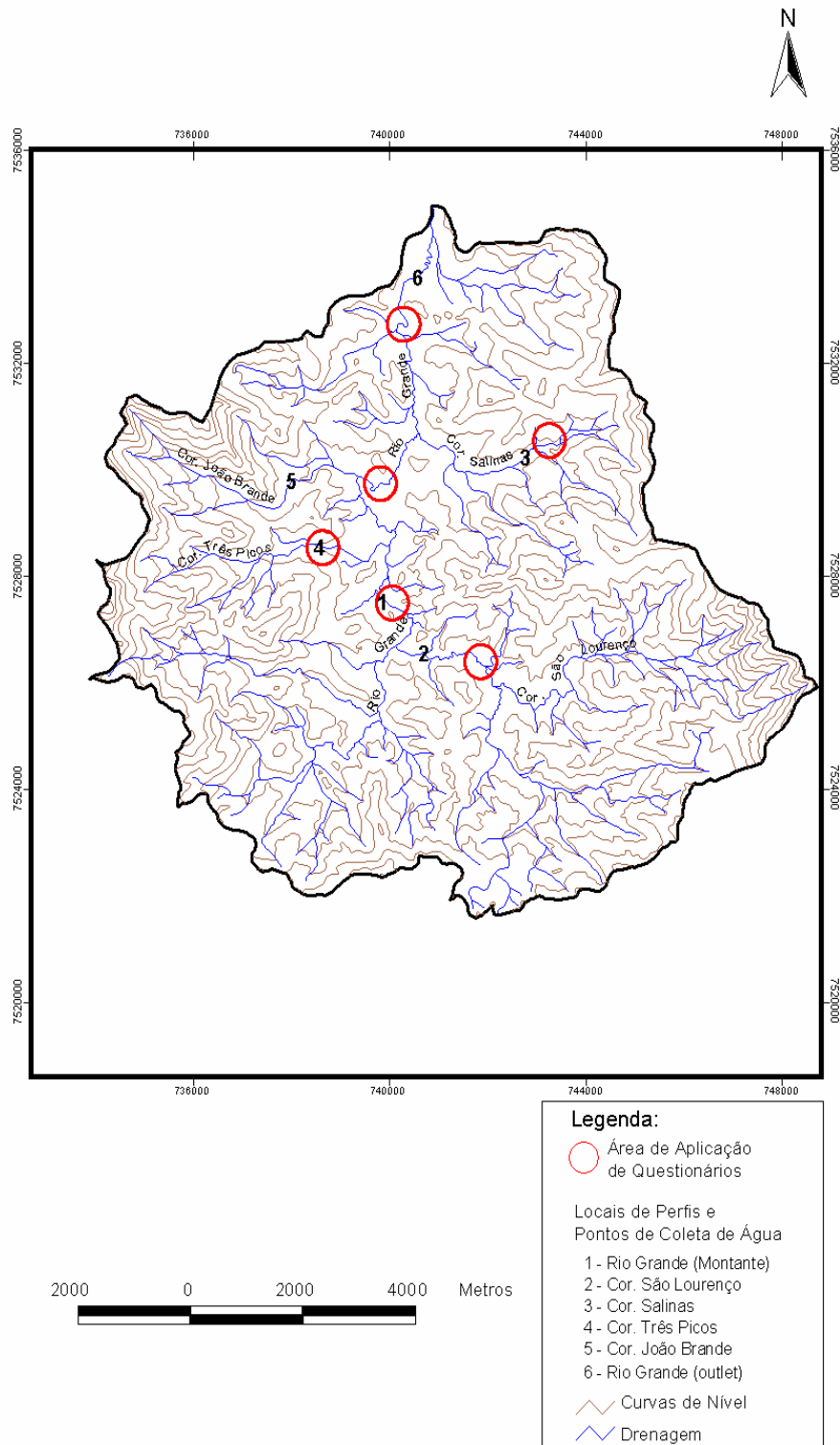


Figura 1 - Rede de drenagem, localização dos questionários e pontos de estudo dos rios na bacia do alto rio Grande - Nova Friburgo/RJ.

ANÁLISE DA ÁGUA DOS RIOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância da água para a manutenção de padrões aceitáveis de qualidade ambiental é indiscutível. Como produto indispensável à manutenção da vida, a água tem despertado o interesse dos mais diversos setores da sociedade, a fim de elaborarem modelos de uso e gestão visando compatibilizar as demandas crescentes com a qualidade desejada, na tentativa de ajustar as leis e as normas estabelecidas para o seu uso.

A prática agrícola moderna pressupõe o envolvimento de inúmeros produtos químicos, sejam nutrientes ou agrotóxicos e a irrigação intensifica a utilização das terras e de elementos químicos, tornando a agricultura uma das vias de interferência do homem na qualidade dos cursos fluviais.

Os resultados obtidos nas análises das amostras de água dos rios formadores da bacia do rio Grande apresentaram condições satisfatórias em termos dos limites preconizados pela legislação com relação às portarias que regulam a qualidade da água tanto para a Classe 1 de águas doces (Quadro 1), quanto a portaria que regula o padrão de potabilidade (Quadros 3 e 4), quando comparados, aos valores máximos permitidos para as substâncias consideradas importantes para avaliar a qualidade da água. Os parâmetros analisados na água da bacia envolveram características físicas e organolépticas, químicas e biológicas.

Quadro 3 – Padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam riscos à saúde.

PARÂMETRO	UNIDADE	VMP (1)
Variáveis Inorgânicas		
Antimônio	mg/L	0,005
Arsênio	mg/L	0,01
Bário	mg/L	0,7
Cádmio	mg/L	0,005
Cianeto	mg/L	0,07
Chumbo	mg/L	0,01
Cobre	mg/L	2
Cromo	mg/L	0,05
Fluoreto (2)	mg/L	1,5
Mercúrio	mg/L	0,001
Nitrato (como N)	mg/L	10
Nitrito (como N)	mg/L	1
Selênio	mg/L	0,01
PARÂMETRO	UNIDADE	VMP (1)
Variáveis Orgânicas		
Acrilamida	mg/L	0,5
Benzeno	mg/L	5

Benzo[a]pireno	mg/L	0,7
Cloreto de Vinila	mg/L	5
1,2 Dicloroetano	mg/L	10
1,1 Dicloroetano	mg/L	30
Diclorometano	mg/L	20
Estireno	mg/L	20
Tetracloroeto de Carbono	mg/L	2
Tetracloroetano	mg/L	40
Triclorobenzenos	mg/L	20
Tricloroetano	mg/L	70

PARÂMETRO	UNIDADE	VMP (1)
Agrotóxicos		
Alaclor	mg/L	20
Aldrin e Dieldrin mg/L	mg/L	0,03
Atrazina	mg/L	2
Bentazona	mg/L	300
Clordano (isômeros)	mg/L	0,2
2,4 D	mg/L	30
DDT (isômeros)	mg/L	2
Endossulfan	mg/L	20
Endrin	mg/L	0,6
Glifosato	mg/L	500
Heptacloro e Heptacloro epóxido	mg/L	0,03
Hexaclorobenzeno	mg/L	1
Lindano (g-BHC)	mg/L	2
Metolacloro	mg/L	10
Metoxicloro	mg/L	20
Molinato	mg/L	6
Pendimetalina	mg/L	20
Pentaclorofenol	mg/L	9
Permetrina	mg/L	20
Propanil	mg/L	20
Simazina	mg/L	2
Trifluralina	mg/L	20

PARÂMETRO	UNIDADE	VMP (1)
Cianotoxinas		
Microcistinas (3)	mg/L	1
Desinfetantes e produtos secundários da desinfecção		
Bromato	mg/L	0,025
Clorito	mg/L	0,2
Cloro livre	mg/L	5
Monocloramina	mg/L	3
2,4,6 Triclorofenol	mg/L	0,2
Trihalometanos Total	mg/L	0,1

Notas:

(1) Valor Máximo Permitido

(2) Os valores recomendados para a concentração de íon fluoreto devem observar à legislação específica vigente relativa à fluoretação da água, em qualquer caso devendo ser respeitado o VMP desta tabela.

- (3) É aceitável a concentração de até 10 µg/L de microcistinas em até 3 (três) amostras, consecutivas ou não, nas análises realizadas nos últimos 12 (doze) meses.**

Quadro 4 – Padrão de aceitação para consumo humano

PARÂMETRO	UNIDADE	VMP (1)
Alumínio	mg/L	0,2
Amônia (como NH ₃)	mg/L	1,5
Cloreto	mg/L	250
Cor Aparente	uH (2)	15
Dureza	mg/L	500
Etilbenzeno	mg/L	0,2
Ferro	mg/L	0,3
Manganês	mg/L	0,1
Monoclorobenzeno	mg/L	0,12
Odor	-	Não objetável (3)
Gosto	-	Não objetável (3)
Sódio	mg/L	200
Sólidos dissolvidos totais	mg/L	1000
Sulfato	mg/L	250
Sulfeto de Hidrogênio	mg/L	0,05
Surfactantes	mg/L	0,5
Tolueno	mg/L	0,17
Turbidez	UT (4)	5
Zinco	mg/L	5
Xileno	mg/L	0,3

Notas:

- (1) Valor Máximo Permitido
- (2) Unidade Hazen (mg Pt-Co/L)
- (3) Critério de referência
- (4) Unidade de turbidez.

§ 1º Recomenda-se que, no sistema de distribuição, o pH da água seja mantido na faixa de 6,0 a 9,5.

§ 2º Recomenda-se que o teor máximo de cloro residual livre, em qualquer ponto do sistema de abastecimento, seja de 2,0 mg/L.

O primeiro parâmetro analisado foi à temperatura da água, que possui uma atuação nas reações energéticas e ecológicas influenciando diretamente nos os seres aquáticos e no teor de gases dissolvidos na água, principalmente o oxigênio e o gás carbônico.

Observando os valores da temperatura da água no momento da coleta das amostras nos pontos selecionados, verificou-se que não houve uma variação significativa, estando em conformidade com o tipo climático característico da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. As temperaturas da água, relativamente, mais baixas, foram registradas no Campo 1, realizado no mês de maio, e comparadas às temperaturas registradas nos Campos 2 e 3 realizados no mês de outubro de anos

distintos. Destaque-se para o ponto 6, rio Grande saída da bacia, onde foi registrada a menor temperatura da água em torno dos 17° C no mês de maio de 2000 e a maior temperatura 22° C no mês de outubro do mesmo ano.

Quanto aos resultados que envolvem as características físicas e organolépticas como o odor e o sabor, somente no Córrego Salinas (Ponto 3) foi sentido cheiro desagradável no momento da coleta de água. A cor, outro parâmetro analisado, está dentro dos padrões exigidos pela legislação que admite valor máximo permitido de 15 uH. Os resultados registraram que não houve variação neste parâmetro apresentando em todas as amostras o valor de 1 uH.

A turbidez corresponde à presença de materiais e partículas em suspensão finamente divididas e dependentes do tamanho, podendo variar de 0,1 a 10,0nm, e de sua forma na água. Ela é um critério primário a ser observado para avaliar a potabilidade da água e determinar a aceitabilidade visual das águas, diferente dos sólidos em suspensão, que correspondem à concentração de massa, independente do tamanho das partículas encontradas na água.

A legislação permite, para águas de superfície, o valor menor ou igual a 2.000mg/L ou 5 UT para a turbidez. Com relação a este parâmetro analisado nas amostras de água dos rios da bacia, todos os resultados estão dentro das condições desejadas, porém cabe ressaltar que o Córrego Salinas (Ponto3), apresentou os maiores valores comparados aos outros rios da bacia com 3,7 e 3,6 UT chegando mais próximo do valor máximo permitido pela legislação.

Essa tendência do maior número de turbidez também pode ser observada com relação aos resíduos sólidos totais dissolvidos (STD) de materiais encontrados nas amostras, com os maiores valores para o Córrego Salinas em torno de 21 mg/L, valores superiores aos encontrados nos demais rios da bacia. Os valores máximos permitidos para os sólidos totais dissolvidos (STD) para a Classe 1 de águas doces é 500mg/L.

A presença de sólidos em suspensão na água tem origem tanto nos processos de ordem naturais como a decomposição de vegetais e a presença de microorganismos, quanto nos processos provocados pela atividade humana como o uso agrícola, os diferentes tipos de efluentes (domésticos e industriais) e o lixo.

Verificou-se os parâmetros relativos aos metais e não-metais. Os resultados foram expressos em ppb (partes por bilhão), o que significa um valor muito pequeno, o que mais uma vez aconteceu, os resultados encontrados foram satisfatórios com relação à quantidade encontrada nas amostras de água para o rio Grande e que não foi detectada a presença desses elementos nos demais córregos da bacia como o São Lourenço (Ponto 2), o Salinas (Ponto 3), o Três Picos (Ponto 4)e o João Brande (Ponto 5).

Os metais zinco e cobre foram detectados nos Córregos São Lourenço 0,027mg/L e 0,043 mg/L e Salinas 0,026 mg/L e 0,03 mg/L conforme pode ser observado na Tabela 14, no Campo 3. Os valores encontrados estão próximos dos valores máximos permitidos para a Classe 1 de águas doces, para o zinco 0,18mg/L e para o cobre 0,02 mg/L. Já para os valores máximos permitidos na água para a aceitação humana do zinco é 5,0mg/L e do cobre é de 1,0 podendo alcançar 5,0 mg/L.

A presença desses metais na água está associada à utilização de insumos químicos, os agrotóxicos, principalmente inseticidas e fungicidas. O zinco é um elemento importante para o metabolismo do homem e a sua carência pode ocasionar problemas no crescimento. Em quantidades elevadas pode acarretar intoxicações graves, alterações morfológicas e alterações no sabor da água.

O cobre, também em quantidades elevadas pode ocasionar problemas de intoxicações e distúrbios no fígado humano, além de proporcionar um sabor desagradável na água.

Os parâmetros oxigênio dissolvido (OD) e pH são considerados importantes para a avaliação da qualidade da água, porém sofrem influências de outros parâmetros ocasionando com isso, problemas em suas interpretações.

O oxigênio dissolvido é um parâmetro que fornece informações a respeito das reações bioquímicas e biológicas que ocorrem na água, além de indicar a capacidade de autodepuração da água dos rios. A concentração do oxigênio dissolvido na água varia em função da temperatura, da altitude e da aeração da água, isto é, a elevação da temperatura diminui a solubilidade do oxigênio e a existência de corredeiras ou cachoeiras nos cursos fluviais e de chuvas fortes favorecem a oxigenação da água. Os valores permitidos mínimos para o padrão de Classe 1 de águas doces para o oxigênio dissolvido é de 6,0 mg/L.

Os valores apresentados de oxigênio dissolvido nos rios da bacia estão dentro dos valores permitidos pela legislação, todos maiores que o valor mínimo de 6,0mg/L . A Demanda Química de Oxigênio (DQO) estima a quantidade de oxigênio necessária para oxidar a matéria orgânica biodegradável e aquela biologicamente estável, além de matéria inorgânica. Os resultados são obtidos em tempo menor, e por esta razão, este parâmetro é considerado vantajoso em relação à Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). Todos os resultados encontrados nas amostras dos rios da bacia apresentaram-se satisfatórios com relação a DQO e DBO.

Outro parâmetro analisado foi o pH que em todas as amostras mostrou-se ligeiramente ácido, oscilando entre 5,36, menor valor encontrado no Córrego João Brande, e 6,2, no mesmo Córrego. De acordo com a legislação os valores permitidos para o pH na Classe 1 de águas doces variam de 6,0 a 9,0.

Na grande maioria dos cursos fluviais, o valor do pH é influenciado diretamente pela concentração de íons H^+ originados da dissociação do ácido carbônico, responsável por abaixar o valor do pH, tornando-o mais ácido. Porém outros fatores são capazes de alterar o pH das águas, como o despejo de efluentes, lixiviação de rochas, erosão em áreas agrícolas e presença de substâncias provenientes do uso de adubos, fertilizantes e agrotóxicos.

A determinação dos parâmetros químicos como o nitrato, nitrito, fosfato e amônia em amostras de água dos rios, tem relação direta com a atividade agrícola da bacia. A presença desses elementos na água pode ser atribuída ao uso de adubos e fertilizantes nitrogenados, que são utilizados por todos os produtores da bacia. Considerando o nível máximo de nitrato permitido pela legislação (10 mg/L), verificou-se que todos os rios da bacia apresentaram resultados abaixo do permitido.

Os resultados considerados baixos para o nitrato em relação ao uso intenso de adubos na bacia, deve-se ao fato de que o nitrogênio possui uma complexa dinâmica e também pelo efeito de sua diluição. O aporte de nitrogênio para os rios ocorre por difusão, na forma gasosa, ou na forma orgânica lixiviada das rochas e dos solos, principalmente quando nestes são utilizados adubos e fertilizantes. Outra fonte também reconhecida de nitrogênio para os cursos fluviais é o esgoto doméstico lançado diretamente sem tratamento.

Segundo Agioda *et al* (1994) o nitrato é um ânion não retido pelo complexo argilo-únido do solo que, sob ação das águas de infiltração, é arrastado em profundidade para fora do alcance das raízes das plantas, ou seja, lixiviado.

As implicações nas águas dos rios com relação à dinâmica do oxigênio podem ser sentidas provenientes das altas concentrações de nitrogênio na forma amoniacal. Assim, os rios com concentrações altas de nitrogênio podem apresentar oxigênio dissolvido com valores baixos.

Segundo Branco (2003) o fósforo, junto com o nitrogênio, tem sido apontado como um dos principais responsáveis pela eutrofização⁵ dos corpos de água. A presença de fósforo na água pode ter origem a partir da introdução de esgoto doméstico, pela intemperização de rochas e também pelos processos de erosão e lixiviação de solos com atividade agrícola. Na bacia do alto rio Grande, o uso de adubos e fertilizantes é intenso, pois o fósforo é considerado praticamente imóvel no solo, o que e mesmo assim foram detectados a presença nas amostras dos rios, e com valores próximos aos permitidos para o fosfato (fósforo total 0,025 mg/L) na legislação .

Com relação aos valores máximos permitidos pela legislação para os parâmetros como o nitrito (1,0mg/L), amônia (1,5 mg/L) e fosfato (0,025 mg/L), também os

resultados encontrados nas amostras de água dos rios, foram considerados satisfatórios por estarem abaixo do valor permitido.

Com relação ao cloreto, este também foi encontrado com números bem abaixo do máximo permitido pela legislação que é de 250 mg/L.

O parâmetro biológico analisado foi o número mais provável de Coliformes (Totais e Fecais) encontrados nas águas dos rios. De acordo com os padrões de água para o abastecimento o limite tolerável de Coliformes fecais não deve ultrapassar o número de 1.000 em 100ml de água.

A presença das bactérias do grupo Coliforme é o principal indicador de contaminação por fezes, uma vez que esses microorganismos estão associados às fezes de animais de “sangue quente” e ao solo. O número de Coliformes totais inclui os principais gêneros *Klebsiella*, *Escherichia*, *Serratia*, *Erwenia* e *Enterobactéria*, que vivem tanto no trato intestinal dos animais com temperatura corporal constante quanto no solo, e o número de Coliformes fecais é representado pelo gênero *Escherichia coli*, que ocorre em grande quantidade no intestino humano e de outros animais de “sangue quente”, sendo eliminados pelas fezes.

A presença de *Escherichia coli* na água indica um risco adicional de incluir organismos patogênicos responsáveis pela transmissão de muitas doenças, como febre tifóide, desintéria bacilar e cólera.

Observou-se que a maioria dos rios da bacia de uma forma geral com relação ao Número Mais Provável (NMP) de Coliformes totais e fecais estão com valores acima do permitido com exceção do Córrego João Brande, apresentou valores para Coliformes totais de (NMP) 11000/100ml.

O rio Grande (Ponto 6-outlet) saída da bacia, apresentou valores altos, para Coliformes totais e fecais ultrapassando os números permitidos pela legislação que são para Coliformes totais de até 5000/100ml e Coliformes fecais até 1000/100ml. Provavelmente, este fato ocorre por esse ponto ser o local de convergência dos canais de toda a bacia, que recebe além de toda a carga de sedimentos e materiais, os efluentes (esgotos) domésticos. Este ponto do rio Grande é muito utilizado pelos moradores como recreação. No mesmo rio Grande porém à montante, os valores encontrados tanto para Coliformes totais quanto fecais foram inferiores em comparação ao ponto 6 correspondente à saída da bacia.

Os resultados encontrados de Coliformes totais e fecais no Córrego Salinas (Ponto 3) merecem ser destacados dos demais, por ser esse Córrego o que apresentou os maiores valores.

Esse resultado pode ser o reflexo direto da ampla ocupação humana nesta sub-bacia recebendo muito esgoto doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A água doce, por ser um recurso hídrico imprescindível à vida, não pode se desassociar do princípio da conservação ambiental, envolvendo, assim, a noção de sustentabilidade, incorporada pela geografia nos últimos anos. Nesta perspectiva, valoriza-se o espaço geográfico numa visão integradora, aproximando cada vez mais aspectos sociais e naturais.

A sustentabilidade é hoje o ponto de partida para uma re-interpretação dos processos socioeconômicos e de suas relações com o equilíbrio ambiental. O entendimento da noção de sustentabilidade em sistemas de produção agrícolas tem sido discutido pela geografia desde a década de 1990, convergindo para uma nova abordagem na geografia agrária com a utilização do conceito de agrossistema, o que possibilita atender aos princípios de sustentabilidade ambiental e de desenvolvimento rural sustentável.

Um dos principais indicadores da sustentabilidade de um agrossistema é a água, que participa ativamente no processo de manutenção e gerenciamento. Considerando-se que a unidade espacial comprovadamente mais adequada para uma análise é a bacia hidrográfica, o presente trabalho procurou, pautado na análise das águas dos rios da bacia do rio Grande, avaliar a sustentabilidade desse agrossistema.

Apesar da intensa utilização de insumos agrícolas, na maioria das vezes de maneira indiscriminada, o agrossistema da bacia do rio Grande se mostrou sustentável, no estágio atual de análise da qualidade da água. Entretanto, a continuidade dessa prática pode, ao longo do tempo, interferir na sustentabilidade ambiental desse agrossistema. Contudo, um dos maiores problemas atuais não são com os produtos químicos agrícolas, e sim com a densidade de ocupação da área sem adequada infraestrutura.

Nossa análise constatou nos diferentes etapas de coleta de água dos rios da bacia, nos trabalhos de campo, índices elevados de Coliformes fecais, certamente justificados pela ausência de um sistema de coleta e tratamento de esgoto, inviabilizando o consumo humano da água. Desta forma, é indispensável a construção de um sistema de tratamento a fim de que a qualidade da água da bacia seja adequada para um possível consumo.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, que envolveu os parâmetros físicos e organolépticos, químicos e biológicos das águas dos rios formadores da bacia do rio Grande, permitem concluir que essas águas encontram-se dentro dos padrões exigidos pela legislação brasileira. Entretanto, por tratar-se de uma bacia que possui atividade agrícola intensa por todo o ano, torna-se necessário que medidas com

práticas conservacionistas adequadas em toda a área da bacia e de manejo agrícola sejam implementadas a fim de se evitar, num futuro próximo, problemas relacionados à contaminação das águas dos rios da bacia, como também a perdas de nutrientes, conseqüências desastrosas para a sustentabilidade ambiental desse agrossistema.

Como um agrossistema moderno, a bacia do alto rio Grande requer cada vez maior utilização de insumos, principalmente químicos, como os adubos e os agrotóxicos, para manterem os níveis de produtividade existente. É necessário que os produtores rurais sejam melhor capacitados para o uso desses insumos e para o manejo do solo, visto que os adubos, os fertilizantes e os agrotóxicos são perdidos, implicando também prejuízos econômicos.

Lembramos que a utilização de agrotóxicos na bacia é intensa, apesar de não ter sido detectada a presença dessas substâncias, principalmente os fosforados, os carbamatos e os piretróides nas amostras analisadas. É preciso considerar, com relação aos estudos dos agrotóxicos, que constantemente os seus grupos químicos modificam-se e a legislação brasileira não acompanha essas modificações. Um exemplo disso são os agrotóxicos do grupo químico dos piretróides, utilizados na bacia por cerca de 80% dos produtores, sem que a legislação estabeleça os valores máximos permitidos. A mesma realidade aplica-se aos herbicidas a base de triazinas, que são utilizados por 30% dos produtores rurais da bacia do alto rio Grande. Tal fato alerta para a necessidade de uma revisão da atual legislação a fim de que os parâmetros focados dêem conta de uma “real” qualidade do agrossistema.

Consideramos oportuna a realização de estudos mais apurados que envolvam outras variáveis e substâncias de grupos químicos dos agrotóxicos utilizados pelos produtores da bacia, além de coleta e análise de sedimentos do fundo dos rios, que possivelmente podem oferecer informações mais precisas sobre a acumulação de agrotóxicos, que muitas vezes, dependendo de suas características, podem sedimentar.

Foi observado que a presença principalmente de nitratos e fosfatos e dos metais zinco e cobre na água dos rios da bacia, apesar de estarem dentro dos limites permitidos pela legislação brasileira para o padrão de potabilidade da água, mostram a interferência dos insumos agrícolas na modificação da qualidade da água, uma vez que, são elementos que normalmente não são encontrados nas águas dos rios.

Ao analisar os resultados mais detalhadamente, parece-nos pertinente focar algumas situações à respeito da bacia do alto rio Grande e suas implicações em relação à qualidade da água de seus rios e à prática agrícola.

Foi verificado que, em relação ao número de parâmetros analisados, quanto maior a presença de elementos e substâncias nas águas dos rios, menor a densidade de

drenagem, isto em face à menor capacidade de dispersão de água e conseqüentemente de elementos e substâncias das sub-bacias analisadas. Este comportamento não se repetiu na sub-bacia do Córrego Três Picos, em função do seu menor uso agrícola, e na sub-bacia do Córrego João Brande, que possui pequena quantidade de poluentes refletindo o menor uso agrícola na área. Entretanto, no que tange à sub-bacia do Córrego João Brande, a relação deste resultado com parâmetros geomorfológicos não foi avaliada por esta não ser de terceira de ordem, o que foi um critério adotado nos procedimentos para a realização da análise.

Desta forma, fica nítida a necessidade da avaliação dos agrossistemas frente às características de uso e manejo e às características ambientais. Corroborando essa idéia, vale ressaltar que o desenvolvimento rural sustentável hoje tem implicações diretas na quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Para se alcançar esse objetivo há necessidade de se implantar eficientes sistemas de conservação e uso do solo e de matas ciliares nas margens dos rios; construir sistemas de tratamento de efluentes e de coleta de lixo; desenvolver programas de educação ambiental nas escolas e garantir a execução da atual política de gerenciamento dos recursos hídricos, que considera e leva em conta a gestão de bacias hidrográficas para promoverem o desenvolvimento, relacionando o uso, o manejo do solo e políticas ambientais.

Cabe a geografia agrária a responsabilidade de contribuir para os estudos da sustentabilidade e questionar os problemas ambientais e socioeconômicos advindos do modelo agrícola implantado no país, baseado na busca de soluções técnicas voltadas unicamente para aumentar a produtividade, sem a preocupação com as conseqüências decorrentes da má utilização dos recursos, principalmente hídricos, e promover os estudos para o desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos. *Política e sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos*. São Paulo, 1997.

AGIODA, A.; MERLO, C.; CARMATRAN, B.; SIMON, J. C. e JAMER, P. “Efeitos da agricultura sobre o abastecimento de água: exemplos franceses e italianos”. In: VILELA, E. e SANTOS, L. C. (Orgs.). *Anais da Conferência sobre agricultura e meio ambiente*. Viçosa: UFV, NEPEMA, 1994.

ANA. Agência Nacional de águas. Disponível em: <http://www.ana.gov.br>. Acesso em: fevereiro de 2004.

ALMEIDA, W. F. “Poluição do solo e dos alimentos”. In: *SUPREN* (Rio de Janeiro, RJ). Recursos naturais, meio ambiente e poluição. Rio de Janeiro/RJ, v.2, pp. 301-308, 1977.

- ALVES, H. T. "Poluição do solo e dos alimentos por defensivos agrícolas". In: *SUPREN* (Rio de Janeiro, RJ). Recursos naturais, meio ambiente e poluição. Rio de Janeiro/RJ, v.2 , pp. 309-316, 1977.
- BARROSO, D. G. e SILVA, M. L. N. Poluição e conservação dos recursos naturais – solo e água. In: *Inf. Agropecuário*, Belo Horizonte: v.16, n.176, 1991.
- BERNARDO, S. "Impacto ambiental da irrigação no Brasil". In: Vilela, E. e Santos, L. C. (Orgs.). *Anais da Conferência sobre agricultura e meio ambiente*. Viçosa: UFV, NEPEMA, 1994.
- BERTALOT, M. e MENDONZA, E. Os venenos e o respeito pela vida. *Agric. Biodinâmica*, nº 79, p.22-24, 1997.
- BRAGA, B.; PORTO, M. E. e TUCCI, C. E. M. Monitoramento da quantidade e qualidade das águas. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B. e TUNDISI, J. G. (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- BRANCO, S. M. Água, meio ambiente e saúde. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B. e TUNDISI, J. G. (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- BRANCO, S. M. *Água: origem, uso e preservação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 36. Normas e Padrões da Potabilidade da Água destinada ao consumo humano. *Diário Oficial*, Brasília, 1990.
- BRASIL. *Legislação Federal: controle da poluição ambiental*. São Paulo: Cetesb, 1995.
- CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. *O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, V.4, 2000.
- CONTE, M. de L. e LEOPOLDO, P. R. *Avaliação de recursos hídricos: Rio Pardo, um exemplo*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CREA/RJ. "O perigo dos alimentos transgênicos". In: *Revista CREA*, 21: 9-16, 1999.
- CREA/RJ. "Recursos Hídricos In: *Cartilha CREA*, 2002.
- DI BERNARDO, L., DI BERNARDO, A. e CENTURIONE FILHO, P. L. *Ensaio de tratabilidade da água e dos resíduos gerados em estações de tratamento de água*. São Carlos: RiMa, 2002.
- MARQUES, J. S. (Coord.) *Aporte de Sedimentos na Bacia do rio Ubá - Município de Paty do Alferes*. Relatório de Pesquisa (mimeo.), 28 p., 1997.
- MARTINS, R.C. Agricultura, gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento rural: a convergência necessária. In: FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C. e LEME, A. A. (Orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil*. São Carlos: Rima, 2001.
- MEIRELLES, L. C. *Controle de agrotóxicos: estudo de caso do Rio de Janeiro (1985/1995)*. Dissertação de mestrado - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

- POLET, F. A água, desafio global do futuro, entre privatização e o patrimônio comum da humanidade. In: AMIN, S. e HOUTART, F. (orgs.) *Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.
- REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B. e TUNDISI, J. G. (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- REBOUÇAS, A. da C. Água doce no mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B. e TUNDISI, J. G. (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- SALATI, E.; LEMOS, H. M. e SALATI, E. Água e o Desenvolvimento Sustentável. IN: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B. e TUNDISI, J. G. (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- SPADOTTO, C. A . Agroquímicos: ambiente em perigo. In: *Cultivar*, ano IV, n. 43, set/2002.
- TELLES, D. D. Água na agricultura e pecuária. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B. e TUNDISI, J. G. (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

DE FAZENDA DE CAFÉ À ÁREA DE PRESERVAÇÃO. ESTUDO DE CASO DA FAZENDA JATAHY/SP

ANDRIOLLI, Carmen Silvia

carmen_andriolli@yahoo.com.br

Instituição: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP/SP

Titulação: Mestre em Ciências Sociais pela UFSCar/SP

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre a dissolução do regime de colonato e posterior intervenção do Estado ocorridos em uma antiga fazenda cafeeira do Nordeste Paulista, a Fazenda Jatahy. Até 1959, esta fazenda teve como principais atividades econômicas o café e a pecuária, e, posteriormente, a produção de lenha e dormentes. Nela, habitavam e trabalhavam colonos e colonas, sendo a maioria descendentes de imigrantes italianos. A metodologia da história oral foi utilizada para reconstruir a memória coletiva dos antigos colonos e colonas a partir do trabalho, considerado tanto na esfera pública, como colonos e diaristas, quanto na esfera privada – o trabalho doméstico. Foi possível, portanto, analisar as conseqüências para o modo de vida desses colonos e colonas advindas da intervenção estatal, já que as transformações abrangeram a substituição do regime de colonato pelo trabalho assalariado, a troca do cultivo do café pela silvicultura, além da transformação na paisagem, ao se decretar a área da antiga fazenda cafeeira uma estação ecológica estadual, isto é, uma área de preservação de proteção integral.

Do escravismo ao regime de colonato

A Fazenda Jatahy, localizada no Nordeste Paulista, foi uma dentre várias fazendas produtoras de café dessa região, do final do século XIX até meados do século XX. Situada no município de São Simão, próximo a Ribeirão Preto/SP, deu origem ao município de Luiz Antônio. O núcleo original deste município, fundado em 1892, chamava-se “Vila Jatay”, nome derivado de um porto fluvial do rio Mogi-Guaçu na “fazenda de Jatay”, que foi mantido até 8 de outubro de 1937. Nesta data, tal Vila tornou-se distrito em terras do município de São Simão com a denominação de Luiz Antônio e, em 18 de fevereiro de 1959, conquistou sua autonomia político-administrativa, constituindo-se, então, no município de Luiz Antônio¹.

A Fazenda Jatahy representava um importante ponto de trânsito de mercadorias produzidas nas várias fazendas dessa região, que eram levadas até o Porto Jatahy (construído em 1887 e localizado às margens do rio Mogi-Guaçu dentro da área da antiga fazenda). Até o ano de 1937, quando o Porto Jatahy foi desativado, a referida fazenda era denominada de Jataizão e, onde é hoje o município de Luiz Antônio, era chamado de Jataizinho – ponto de encontro de tropas que vinham trazer as mercadorias para serem embarcadas via porto fluvial. (BARBATANA, 2000).

De 1925 a 1945 a Fazenda Jatahy pertenceu à Joaquim Augusto Ribeiro do Valle², conhecido como “Conde”. As principais atividades eram a cafeicultura e a pecuária. Havia, também, intensa produção de leite e derivados. Tanto as tarefas relacionadas ao café, como à pecuária eram realizadas por diarista e colonos. Os primeiros, trabalhadores avulsos, recebiam seus ordenados por dia, de

¹ Disponível em < <http://www.seade.gov.br> > Acessado em: 07 de jan. 2005.

² Nasceu em Guaxupé, Minas Gerais, em 1862. Casou-se com Genoveva Junqueira, nascida em 1869 em São Simão, filha de Luiz Antônio Junqueira. Proprietário de diversas fazendas em Minas Gerais e São Paulo, o Conde dedicava-se à lavoura de café. Foi senador estadual em Minas Gerais e um dos diretores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Faleceu na Fazenda Jatahy em 1941. Disponível em < http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/ > .Acessado em: 01 de abr. de 2004.

acordo com as atividades desempenhadas. Os segundos assinavam um contrato de trabalho com o Conde Joaquim Augusto estabelecido de acordo com o regime de colonato.

O regime de colonato foi instaurado com a crise do escravismo no final do século XIX e abrangeu tanto a economia açucareira, como a do café, que, na primeira metade do referido século, superou a economia açucareira na Capitania de São Paulo.

Como as relações sociais que norteavam o fazendeiro-capitalista não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas, principalmente, as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda, primeiramente com os comissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX, com os exportadores, a transformação das relações de trabalho na cafeicultura originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos. Tal crise teve seus efeitos mais drásticos a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro. Entretanto, a economia colonial não se definia somente pela prioridade da circulação, mas, também, pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria. O trabalhador escravo, antes de ser produtor direto de bens comercializáveis, era objeto de comércio, obrigado a produzir lucro antes de começar a produzir mercadorias e não apenas depois. Por isso, em um primeiro momento, a transformação das relações de produção não foi determinada pelas modificações no processo de trabalho na fazenda de café, mas sim por transformações na dinâmica de abastecimento da força de trabalho de que o café necessitava. Porém, essas modificações alteraram a qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador – alteraram as relações de produção.

A jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador escravo estavam diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro, ou seja, a condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho. Com o trabalhador livre, o patrão dependia de outros mecanismos de coerção para obter a capacidade de trabalho do primeiro, já que esse era juridicamente igual a seu patrão, caracterizando, assim, o regime de colonato (MARTINS, 1979, p.15).

O colonato era, então, composto por três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal; um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador; e pelo fato de que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar. Essa produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar era, segundo Martins (1979), o que impossibilitava definir tais relações como relações capitalistas de produção.

Anualmente, o fazendeiro acertava a conta com o trabalhador livre – o colono. Após o término da safra, o chefe da família trabalhadora recebia a quantia que lhe cabia, e aqui se dava a igualdade entre fazendeiro e colono, no plano dos ganhos monetários. Neste plano, o colono era fornecedor de mercadorias e de trabalhos avulsos, que significavam uma parcela mínima de seus rendimentos. O colono era também comprador de mercadorias ou devedor de adiantamentos dados pelo fazendeiro. A maior parte de seu rendimento provinha dos alqueires de café colhidos, dos talhões tratados; também era característica dessa complexa relação a posse de uma caderneta pelo colono, na qual era registrada a sua conta corrente com o fazendeiro. Complexa relação pelo fato da igualdade entre colono e fazendeiro somente representar a simples igualdade entre compradores e vendedores no ato de

compra e venda, já que ela “acobertava uma efetiva relação desigual no processo de trabalho” (MARTINS, 1979, p. 80).

A partir da metodologia da história oral, alguns colonos e colonas relataram seu trabalho na Fazenda Jatahy, descrevendo o contrato estabelecido com o patrão sob o regime de colonato, a caderneta, a carpa e a colheita do café. Para compreender tais relações, o trabalho, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, é entendido não apenas como uma atividade de gasto de energia física e mental, que produzirá produtos os quais, ao serem vendidos, pagarão a energia gasta e tal pagamento gerará a manutenção familiar. O trabalho envolve:

Um conjunto de significados e representações presentes em todas as esferas da vida. Um verdadeiro fazer que se remete à ação, ao saber, ao devaneio, à realização, ao contrário da alienação do trabalho nas relações capitalistas. Não sendo o trabalho uma atividade isolada, mas aquilo no qual se baseia e se reflete o conjunto das relações sociais. Esta maneira de pensar o trabalho pode ser bastante útil à compreensão da divisão social e sexual do trabalho e das formas de representação do trabalho (SILVA, 1998, p. 79).

A seguir, alguns depoimentos ilustram que a igualdade entre patrão e colono limitava-se à relação entre compradores e vendedores, na medida em que mostram a relação desigual constituída no processo de trabalho.

Colono é um agregado que, que justo pega tanto de pé de café e... ele é obrigado a tocar durante o ano! [...] E ele tem que fazer uma colheita... de café. [...] Fim de, fim do ano tinha o contrato. [...] Contrato é, é como se diz. É, é, vou ajustar outro ano de colono. [...] Patrão fazia o contrato. Chamava a pessoa falava “você vai continuar esse ano”, ele falava “vou”. “Então vamos fazer o contrato”. A fazenda paga lá, paga... 350 mil pés. Cada mil pés paga 350. [...] Então às vezes a gente socava 10 mil pés, 10 mil pés então era, era, cada mil pés era 350. [...] E o dia de serviço era... cinco, cinco mil réis. [...] Naquele tempo era mil réis...(SEU PEDRO, 92 anos, falecido)

O carroto, o carroto era... 1500, 1500 o carroto. [...] O carroto era assim: se eu precisava de um, puxar um milho, um feijão... puxar lenha, madeira. Madeira para fazer farofa para o milho, o chiqueiro para por porco, é... galinheiro. Era madeira verde, eu ia cortar no mato, e, e eles puxavam. Então eles cobravam 1500. É. Quando chegava no, no pagamento, descontavam! A gente tinha caderneta... [...] Era tudo escrito em caderneta. O pagamento era 60 dias, o pagamento. Antigamente. Hoje passou a, a 30 dias. Era 60 dias! [...] Tinha que ter crédito! Se não tivesse crédito no negociante, no armazém, a gente se estrepava! (SEU PEDRO, 92 anos, falecido)

Tinha muita gente que tirava ordem, sabe? Ordem era um papel lá que te dava ordem. Ele marcava tanto de, de dinheiro ali, depois eles faziam aquela conta assim. Se passasse daquela conta aí não podia! Naquele tempo se eles tivessem vontade de comprar um doce, alguma coisa que não dava, não podia comprar. [...] Era triste primeiro! Hoje a gente vive num paraíso! (D. ANTÔNIA, 91 anos)

Eles chamavam o integrante, tratava. Aqui, dava tanto por... 60 dias. Depois... [...] Eles, eles dividiam aquele, aquela quantidade para... seis pagamentos, seis pagamentos. Aí eles, eles davam a ordem para o, para o armazém, para o armazém, o negociante vendia... cada dia era um tanto, a fazenda que pagava. A fazenda que pagava assim, a fazenda que pagava, mas descontava do trabalhador... [...] E... e o, e o, ele tinha que gastar, tanto o negociante é... não deixava passar, e o cara que ia comprar também não podia comprar a mais. [...] É. Comprava aquilo que dava para passar, passar a semana. [...] Isso era na... na época do conde. (SEU PEDRO, 92 anos, falecido)

Uma pequena parcela dos trabalhadores das fazendas recebia pagamentos em salários. Estavam nesse grupo os que se dedicavam ao benefício do café, à secagem, ao ensacamento e à

formação do cafezal. E esses trabalhos já eram realizados por homens livres antes da formalização do fim da escravidão, eram os operários especializados livres. A alteração que ocorreu, pois, com o fim da escravidão limitou-se ao trato e à colheita do café, onde não foi instituído o “salariato” com o trabalho livre.

Nós não éramos colono, nós morávamos na sede. Colono era só quem morava fora. Que cuidava de café. Nós não. Nós cuidávamos de outras coisas. Cuidava do...do bem da fazenda. Arrumava estrada, ia na beira do rio fazer, queimar o varjão... Tudo em prol da fazenda. [...]Trabalhei na máquina de esmiuçar café, de balanceiro, enchia o saco de café, pesava, costurava e levava na pilha. Balanceiro. Tratador de porco... [...] Olha eu trabalhei em tudo aqui. Plantei café...só colher que não. [...] Mas eu trabalhei no terreirão, de café, no terreirão para secar café eu trabalhei muito. Agora os colonos cuidavam da lavoura. [...] nós morávamos aqui na Sede. Aqui era a Sede. Aqui morava... aqui morava administrador, escrivão, fiscal, feitor, campeiro, carroceiro, moravam tudo aqui. Agora os colonos eram para lá. (SEU JOÃO, 87 anos).

No regime de colonato, o colono não era um trabalhador individual, e sim familiar. Marido, esposa, filhos maiores de sete anos trabalhavam, mas preservando sua “individualidade familiar”, diferentemente dos escravos, que socializavam a tarefa. Designava-se ao colono uma parcela do cafezal, que deveria ficar livre das ervas-daninhas, o que representava de cinco a seis carpas por ano.

Era assim, era colônia, aí tudo que estava bom para trabalhar...e tinha menino de sete anos que carpia café. É! E eu comecei com dez anos.[...] Na Fazenda Jatahy eu comecei a trabalhar, eu tinha 17 anos, na Fazenda Jatahy. Comecei a trabalhar lá, carpi café. [...] Agora, quando eu comecei a trabalhar eu tinha dez anos, Nova Junqueira. [...] Meu pai...meu pai trabalhava de carroceiro e trabalhava no café também.[...] Minha mãe...minha mãe ajudava quando dava no café ela ajudava, mas depois nós, meus irmãos cresceram, tudo né, aí tudo ia carpi café. [...] Os mais novos assim, que já podia trabalhar, eles estudavam até doze anos, estudavam. Mas só tinha...escola era só o primeiro e o segundo, aí se repetia ficava três anos, quem já tinha sete anos...Foi assim...(D. MARIA, 91 anos)

Além da carpa, ao colono cabia fazer a colheita do café, na qual se intensificava o trabalho familiar, já que o trato era combinado à base de uma determinada quantia de dinheiro por cada mil pés de café tratados. As famílias recebiam uma quantidade de pés de café para tratar, em torno de dois mil pés por trabalhador masculino adulto e às mulheres e crianças em torno de mil pés de café. Na colheita, o pagamento era baseado em uma quantia determinada por alqueire de 50 litros de café colhido e entregue ao carregador, ou seja, quanto maior o número de trabalhadores, maior seria a quantidade de café colhida pela família. Tanto no trato do café, quanto na colheita deste, o rendimento monetário anual do colono dependia do ritmo do trabalho que podia impor à família (MARTINS, 1979, p. 82).

Meu pai pegou café de colono. [...]Eles falavam colonho. [...]Colono é... café, carpir café para a fazenda. A gente pega um tanto de meio pé e toca... Nós trabalhávamos, tinha as minhas irmãs, nós trabalhávamos. [...]No trabalho da roça, eu trabalhei muito vii (risos)[...]Nossa senhora, nós trabalhávamos demais! Olha, nós carpiamos café, nós tocávamos café. Carpia, era de colono que fala. No tempo da colheita meu pai trabalhava, a colheita era apanhar café, sabe?[...] Aí meu pai apanhava, meu pai trabalhava por dia para fazenda, e nós, eu e minhas irmãs apanhávamos café. Que naquele tempo usava, tudo os colonos apanhavam. Tinha, cada um tinha o seu número. Tanto no, saco do café, para por o café, como na, rua que apanhava. [...]Era a rua de café assim cumprida... aí a gente apanhava, tinha tudo pé de café. Um aqui, outro lá, outro lá. Aí a gente tinha uns panos, dois panos. Punha um pano deste lado e um pano deste. Aí a gente apanhava. Apanhava... nós apanhávamos deste lado e apanhávamos deste. Trabalhava eu, minha irmã... e dois irmãos meus. Um que chamava Antônio, mas aquele já faleceu. E tem o João, ainda é vivo. Ele mora em São Paulo. Então, nós pegávamos, eu pegava, o João era mais grande, eu deixava com a minha irmã que era mais nova do que eu. E o outro mais pequeno pegava comigo para trabalhar. Ficava do meu lado. Então nós

apanhávamos, eu apanhava essa parte do pé de café daqui e ela aquela parte. Aí mudava o pano para o outro pé. Apanhava 8 pés, puxava o pano para frente e vinha no outro pé. Quando tinha bastante café no pano aí a gente limpava aquele café e punha os dois panos, tudo num pano só, fazia um monte de, ficava ali, pegava a peneira e ia abanar. Esse ia pondo no saco, depois de abanado e eles iam apanhando. Apanhava de um lado, punha em cima do pano até... acabar de apanhar para depois juntar os dois panos. (D. ANTÔNIA, 91 anos)

Nós apanhávamos café. Nós subíamos o morro! Era gostoso subir o morro! [...] Apanhar café lá em cima... [...] Meu pai chamava nós quatro horas, para levantar! [...] Todo santo dia! [...] Quando era cinco e meia assim, nós já saíamos para trabalhar. [...] Os carros já passavam com a buzina, buzina na porteira, depois vinha buzinando, já chamava o pessoal. O pessoal já tudo seguia... [...] Era gostoso! Meu pai naquele tempo de colheita, não trabalhava com nós. Trabalhava na fazenda. De semana, no tempo da carpa, trabalhava. [...] Ele trabalhava por dia para a fazenda. (D. ANTÔNIA, 91 anos)

Era, também, função do colono a associação da produção do café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Nos cafezais novos, o patrão permitia-lhe a plantação de milho e feijão e, em menor escala, de arroz, batatas e legumes. Essa produção pertencia ao colono, que consumia grande parte para a subsistência familiar. O restante era vendido a comerciantes ou ao próprio fazendeiro. Tal cultura intercalar não era recomendada quando o cafezal já estava velho, ficando, então, à disposição de cada família de colono um pedaço de terra em outro lugar, geralmente em terrenos baixos, impróprios para o café. Neste caso, havia uma “extensão da jornada de trabalho ou o aparecimento de uma segunda jornada de trabalho do colono na sua própria cultura de subsistência”, já que quando essas culturas eram plantadas intercaladas ao cafezal, poupava-se trabalho do colono, pois ao mesmo tempo em que ele limpava o cafezal, podia cultivar a planta consorciada. “O processo de café era, nesses casos, um processo combinado de cultivo, a um só tempo, de plantas diferentes. Na mesma jornada o colono intensificava o resultado do seu trabalho” (MARTINS, 1979, p. 83).

Nós trabalhávamos no café, carpia café, plantava mantimento e tratava. [...] Mantimento... milho, feijão, amendoim, que plantava no café. Agora, a gente tinha uma roça bem longe, para lá da Colônia do Mato, e plantava arroz. [...] A família... [viviam] do que plantava e eles pagavam um tanto também. (D. MARIA, 91 anos)

Nós plantávamos milho, feijão... arroz, no café. No café era assim... arroz... no café nós não plantávamos. Plantava em paiada, sabe? [...] É paiada que fala. Assim que... que era solta... [...] Nós plantávamos arroz, milho. No café nós plantávamos milho também, plantava... rua pulada de milho. Plantava um, essa aqui não plantava... [...] Uma rua de milho e outra de feijão... [...] Plantava milho aqui, onde dava para plantar o milho, nós não plantávamos feijão. Plantava feijão também, mas era mais... assim para o lado de cá plantava feijão e do lado de lá plantava milho. Primeiro plantava de cova, no, no vão... (D. ANTÔNIA, 91 anos)

A alimentação do colono, em grande parte, resultava dessas culturas consorciadas e, trabalhando fora do cafezal para obter sua subsistência, duplicando a jornada de trabalho, a exploração ficava nítida, já que o tempo de trabalho para a reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente, apropriado pelo fazendeiro, não se realizavam em um único processo de trabalho.

Mesmo quando o processo de trabalho era único, isto é, quando as culturas consorciadas eram cultivadas em meio ao café que se colhia, o tempo de trabalho necessário para realizar tais atividades constituía-se em objeto distinto daquele em que assumia forma o tempo de trabalho excedente. Ou seja, primeiramente, o fazendeiro retirava o tempo de trabalho excedente, determinando a prioridade do

cafezal como objeto de trabalho do colono. Posteriormente é que cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário a sua reprodução como trabalhador, aparentando que trabalhava para si mesmo. Entretanto, estava trabalhando ainda para o fazendeiro, garantindo as condições de sua própria reprodução, como produtor de trabalho excedente.

Como foi dito anteriormente, os colonos podiam vender os excedentes da sua produção, e o faziam. No entanto, esses gêneros não tinham custo, sendo vendidos a qualquer preço para completar o rendimento monetário para a aquisição de uma mercadoria qualquer não produzida diretamente ou para pagamentos de aquisições a crédito. Por outro lado, os colonos recebiam um pagamento em dinheiro pelo café entregue ao fazendeiro, mas esses estavam muito aquém dos salários urbanos. Como foi elucidado em um depoimento anteriormente apresentado, o colono podia trabalhar de diarista para a fazenda, o que, aliás, previa-se no contrato e se obrigava a realizar desde que fosse solicitado. Somado a isso, estava sujeito a realizar trabalhos gratuitos, como por exemplo, consertos de estradas da fazenda à estação ferroviária, limpeza do pasto da fazenda e reparos periódicos nas cercas (MARTINS, 1979, p. 84).

A casa nossa era de, não chovia dentro da casa não! Era boa a casa! Não chovia. Era de assoalho de tábuas. E tinha, era pouco alto assim. As galinhas entravam lá de baixo e chocavam. Meu irmão, meu irmão entrava lá para pegar, mas lá no fundo não podia entrar e ficaram as galinhas, chocoram. Mas, ai que pintaiada, nossa senhora! [...] Cresceu aquela frangaiada! [...] Então, aqueles, aqueles pintinhos cresceram tudo, não dava doença, não dava nada. Era tudo bom. É, porque tem lugar que dava doença. Nós ficamos um ano lá encheu a casa, quando nós mudamos para a São Joaquim [fazenda] nós enchemos três gaiolas de galinha! Galinha, pintinho, frango. E minha mãe tinha vendido bastante! Minha mãe até comprou, quando começou a usar colchão de capim... [...] Aí minha mãe comprou um colchão de capim, para ela, comprou cama de caninho... [...] Aquela cama tudo de ferro assim tudo. Cama de caninho falava. Caninho. Os ferrinhos. Mas ela já tinha uma. Era diferente. Aí ela comprou, aquela outra estava velha, ela deu para nós. Para nós meninas, dormirem. (D. MARIA, 91 anos)

Devido a esses vínculos monetários, não monetários e gratuitos, além do caráter familiar do trabalho do colono é que não se podem definir essas relações de produção do regime de colonato como relações capitalistas, de acordo com Martins (1979).

No entanto, tais interpretações podem ser rediscutidas à luz de outras reflexões sobre as diferentes formas de reprodução do capitalismo. Historicamente, o capital se amolda às condições encontradas. No processo de reprodução ampliada há a conservação-dissolução. Assim sendo, alguns elementos são mantidos, enquanto outros dissolvidos (BETTELHEIM, 1969).

A Fazenda Jatahy: do regime de colonato à intervenção do Estado

A Fazenda Jatahy era habitada por aproximadamente 200 famílias, incluindo adultos e crianças (JESUS, 1993, p.37; SIMÕES, 1998, p.33). Havia seis colônias: Divisa, Doze, Mato, Oito, Reforma (ou Sede) e Serra. Nelas moravam os colonos, cuja grande maioria era descendentes de imigrantes italianos, que trabalhavam no café (plantação, colheita, carpa...), e os diaristas e mensalistas, que trabalhavam como motorista, ajudante de motorista, camareira da casa do Conde Joaquim Augusto, feitor, carroceiro, candeeiro e outros. Havia, também, cinco retiros: o da Boa Sorte, o do Cafundó, o do Diolindo, o da Estrela e o da Reforma. Neles se ordenhavam as vacas.

Nesta antiga fazenda, existiam lagoas marginais³ e três córregos – o Estrela, o Beija-Flor e o Cafundó. Nas margens da lagoa dos Patos, do Sapé e do córrego Cafundó os colonos cultivavam arroz e, nas margens do córrego Beija-Flor, plantavam o milho utilizado para alimentar o gado. Atualmente, na região que era percorrida por esse córrego, encontra-se uma represa (Represa do Beija-Flor) que encobriu parte do velho córrego. Há também a Lagoa do Diogo, local que era utilizado na silvicultura, que subsidiava a produção de dormentes para a estrada de ferro e de mourões para a fazenda (MAROTI & SANTOS, 2001, p.207). O nome dessa lagoa está relacionado ao justiceiro Dioguinho (Diogo da Rocha Figueira ou Diogo da Silva Rocha), que viveu na região na época da expansão cafeeira para o Oeste Paulista, no final do século XIX. Neste período, o café estava no auge e os coronéis proprietários de grandes fazendas contratavam-no para a realização de crimes. Nessa lagoa, Dioguinho sofreu uma tocaia, mas seu corpo nunca foi encontrado, apenas o do seu irmão – Joãozinho – que pertencia ao seu bando. Em sua margem existe uma cruz, onde foi enterrado o corpo de seu irmão, mas a denominaram de Cruz do Diogo (MAROTI & SANTOS, 2001, p. 209).

Existia também, no período do Conde Joaquim Augusto, uma olaria entre a Colônia do Oito e a do Mato com a função de retirar argila das margens de um córrego que passava por ali, atualmente extinto, para a confecção de tijolos (MAROTI & SANTOS, 2001, 213).

A cultura do café espalhou-se na região onde se encontrava a Fazenda Jatahy – o Nordeste Paulista – a partir da expansão da ferrovia. Em 1867, foi inaugurada, pela companhia inglesa *São Paulo Railway*, a Estrada de Ferro “Santos-Jundiaí”.

O poder monetário e o espírito empreendedor dos ricos fazendeiros, “os do oeste mais do que os do norte”, impulsionaram a participação deles em sociedades ferroviárias por volta de 1870. A construção de estradas de ferro era uma urgência, pois as plantações afastavam-se do litoral e o volume da produção aumentava. O desenvolvimento da cultura cafeeira em torno de Campinas, e além desta cidade, criou uma dupla dificuldade: era preciso que as tropas transpusessem 200 km, bem como se pedia que o porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente de café. Tanto a grande distância quanto o custo elevado que se tinha para transportar o café do Oeste Paulista até Santos exigia a construção de uma estrada de ferro que ligasse Santos a Jundiaí. Ainda não se pensava que o café fosse mais longe, rumo ao interior (MONBEIG, 1998, p.98).

A companhia inglesa *São Paulo Railway* não se interessou pelo prolongamento de suas linhas além de Jundiaí, já que tinha até 1930 o monopólio, com o sistema São Paulo-Santos, dos transportes ferroviários entre o litoral e o planalto. Isso obrigava qualquer estrada, que fosse construída no interior, pagar tributos a ela. Desse modo, fazendeiros, capitalistas e homens públicos de São Paulo viram-se obrigados a estender os trilhos para as áreas que já estavam sendo dominadas pela “onda verde” dos cafezais (MATOS, 1990, p.74-78).

³ Lagoa marginal não é um lago, na verdade ela se forma a partir de um dos lados de um rio meândrico, ou seja, um rio de planície com formato em “S”. A formação de uma lagoa marginal é lenta, levando vários anos para se formar, e ocorre devido à ação erosiva da correnteza do rio. O lado do rio que possui uma correnteza mais lenta acumula material erodido e, com o tempo, essa margem do rio vai se fechando, até se encontrar com a outra margem. Assim, o contorno do rio muda e uma lagoa se forma a partir dele. Disponível em: <<http://www.mbgnet.mobot.org/fresh/lakes/oxbow.htm>> Acessado em 23/03/2006.

Em 1868 fundou-se, por iniciativa de Saldanha Marinho, presidente da província de São Paulo à época, a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Jundiaí a Campinas*, popularmente conhecida por *Paulista* e, em 1872, o trecho Jundiaí-Campinas (MATOS, 1990, p.78-80). O nome primitivo da *Paulista* remetia ao entendimento de que o objetivo da empresa era a construção da estrada somente entre Jundiaí e Campinas. Entretanto, a ampliação desse trecho impôs-se logo após a sua concretização, já que muitos dos fazendeiros incorporadores da estrada tinham interesses em áreas situadas além de Campinas, como por exemplo, Limeira, Rio Claro e o chamado Vale de Mogi-Guaçu. As próprias cidades interessadas no prolongamento do trecho da *Paulista* organizaram-se para a construção das suas estradas de ferro. Três foram as companhias fundadas, não somente para levar os trilhos de Campinas a outras regiões, mas, também, para ligar outras regiões diretamente com a capital, sem a utilização do tronco inicial da *Paulista* ou da linha de São Paulo à Jundiaí – a *Ituana*, a *Sorocabana* e a *Mogiana*. Em 1876 inaugurou-se o trecho de prolongamento da *Paulista* até Rio Claro e, em 1880 o trecho já alcançava Porto Ferreira, à margem do rio Mogi-Guaçu (MATOS, 1990, p. 82-84).

Em 1872 foi fundada em Campinas a *Companhia Mogiana*. Assim como a *Ituana* e a *Sorocabana*, seus incorporadores eram todos homens ligados ao café. Em 1878 os trilhos da nova ferrovia chegaram à Casa Branca; em 1883, em Ribeirão Preto; em 1887, em Franca e, em 1888, às margens do Rio Grande. Em 1889 incorporou-se à *Companhia Mogiana* a *Companhia Ramal Férreo Rio Pardo*, que desde 1888 responsabilizava-se pelo tráfego de Casa Branca a São José do Rio Pardo, que foi prolongado pela *Mogiana* até Mococa e Canoas. No final do século XIX, a *Mogiana* atingiu as divisas com Minas Gerais, penetrando em território mineiro e articulando com outras ferrovias (MATOS, 1990, p.90-100).

O depoimento do neto do Conde Joaquim Augusto, a seguir apresentado, ilustra tanto o poder monetário, quanto o espírito empreendedor desses fazendeiros. Ademais, elucida que a expansão do café forçava-os a investirem no prolongamento das linhas férreas, conseqüentemente, a aplicarem dinheiro em ações das companhias férreas cujos trilhos atingiam seus cafezais.

Em 1911 ele [Conde Joaquim Augusto] já ganhava muito dinheiro com a comercialização do café. Ele tinha muito dinheiro guardado. E era molecão ainda. Devia ter o que, uns 20 e poucos anos, não sei quanto tinha, e ele começou a comprar ação de estrada de ferro, porque ele, com 14 anos ele tinha que pegar lombo de burro para levar café para embarcar em Casa Branca. E ele pegou e começou a comprar ações da Mogiana. Comprou uma companhia de estrada de ferro pequena que tinha em São José do Rio Pardo e foi jogando na rede e comprando ações da Mogiana, comprando ações da Mogiana. Por que? Pela força das ações ele queria levar o trem para a terra dele, para Guaxupé. Até o dia que teve uma assembléia na Mogiana e ele estava lá e ele falou a idéia dele, que tinha que estudar isso aqui, e o pessoal falou que era besteira, não sei o que. Aí o que é que ele fez? Ele exigiu que fosse votado. Ele tinha mais voto que todos os acionistas! Então ganhou por maioria absoluta. Com os votos deles! Com as ações que ele tinha. Aí incorporou a estrada de São José do Rio Pardo na Mogiana e levou o trem para Guaxupé. (SEU VITOR, 75 anos)

A expansão cafeeira para o Nordeste Paulista exerceu forte pressão, promovendo alterações significativas no mercado fundiário da região, pois, até então, a ocupação e a exploração da terra centravam-se no uso para a subsistência e criação de gado, numa economia pouco capitalizada. O fato de o café necessitar de terras de matas virgens ocasionou uma reviravolta nos padrões de ocupação

territorial e, conseqüentemente, nos preços da terra. Essa penetração do café na chamada Alta Mogiana fez com que fazendeiros e o Estado investissem pesadamente na lavoura cafeeira, gerando um notável enriquecimento do Estado de São Paulo. A maioria dos proprietários originais, sem maiores recursos, sem acesso ao crédito e estabelecidos na região, viu-se forçada a vender suas terras ou a se submeter às variadas formas de arrendamento ou serviços (BRIOSCHI, 1999, p. 74).

A partir de meados da década de 1910, o solo do Nordeste Paulista começava a dar sinais de esgotamento com a queda do rendimento das colheitas. Os cafeicultores iniciaram, então, a expansão da frente pioneira rumo ao Oeste. Em 1918, com a grande geada, muitos cafezais foram destruídos e não substituídos posteriormente. Por conseguinte, quem possuía reservas de capital começou a comprar terras a preços em queda, como já havia ocorrido em outros períodos de crise do café.

De acordo, ainda, com relatos do neto do Conde Joaquim Augusto e também dos colonos e colonas da Fazenda Jatahy, no ano de 1918, este cafeicultor começou a investir na pecuária, justamente pela grande geada que houvera. Tal investimento proporcionou-lhe, posteriormente, com a crise de 1929, adquirir novas terras.

*Acontece que em 1918, ele, pelos relatórios que tem aí de banco essa coisa toda, devia ter uns **seis milhões de pés de café** aqui na região. Aqui na região. Fora o que tinha em Minas. E na geada, que foi em setembro de 1918, queimou, torrou tudo! Bom, o que ele achou? Achou que o café era uma coisa auto-distrutiva. [...]Tinha, naquele tempo era raro quem tinha, ele tinha maquina de beneficiar café naquele tempo, com roda d'água essa coisa toda. Tinha usina de hidroelétrica na fazenda dele, que ele abriu lá em Guaxupé. Não é que ele herdou do pai, é que ele abriu! [...]E aí ele começou a mexer com gado. E na crise de 29 ele comprou tudo quanto era terra que apareceu para vender aqui! O Jatahy foi em 29, aqui o Limoeiro foi em 29, tudo. A única fazenda que ele herdou aqui. Aliás herdou. Era da minha avó, da mulher dele. Era a São Joaquim! Que era do velho Luiz Antônio que era o sogro dele. E aí, mas ele comprou a parte de todos os cunhados, cunhadas, concunhados. E ficou sozinho no São Joaquim, que era uma fazenda pequena (SEU VITOR, 76 anos, GRIFO NOSSO).*

No entanto, o investimento do Conde Joaquim na pecuária modificou a dinâmica de trabalho na Fazenda Jatahy. Ele ainda mantinha os cafezais para ter mão-de-obra disponível para tratar dos pastos, cercas, e demais atividades atreladas à pecuária. Os colonos e colonas elucidam em seus relatos a preocupação que o Conde tinha com seus rebanhos.

Quantas vezes ele [Conde Joaquim Augusto] encontrava nós com aquele feixe de vara nas costas que ia pescar. O motorista dele era o Manoel Penha. Então ele parava o carro “você querem umas laranjas, meu filho?” Ele carregava laranja, banana dentro do carro. Ele ia indo no carro, se o gado dele estivesse deitado na estrada não tinha que buzinar não! O motorista levantava e ia tocar o gado com jeitinho para sair da estrada. Então ele encontrava nós lá nos caminhos, parava para conversar, se a senhora olhasse nele a senhora não dizia que era Conde não! Estava tudo sem botão, tudo... (risos) Ele falava assim “você vai pescar meu filho?” “Nós vamos ver se pegamos uns peixinhos para comer.” “vai meu filho, vai. Vocês trabalham a semana inteira tem que divertir um pouco.” “agora só uma coisa que eu não quero que vocês façam: dar tiro não, porque vocês sabem, aqui tem muita gente, tem a criação, porque se dá um tiro para um lado aí pega uma pessoa, pega uma criação, pega bicho.” E o que ele levava no carro ele repartia para o povo que ele encontrava nas estradas! Agora ele não gostava assim, se o freguês, tem um bebedor do gado dele, então ele não gostava que ficasse ali que era para deixar o gado a vontade. A gente já sabia, também respeitava. Vamos para o lugar que não tem gado e acabou!”(SEU ANTÔNIO, 86 anos, diarista)

Era patrão bom. Só tinha uma coisa: esse patrão não gostava de ver uma raiz de capim gordura fora da terra! Ele queria que você plantasse. Se ele passasse com o carro, ele só andava de carro! Se ele andasse com o carro e passava perto de você na estrada, que

ele via monte de capim gordura por cima da terra ele falava “olha, não faz assim não! Planta isso daqui, não deixa assim não! Planta ele!” Única coisa dele era isso. (SEU APARECIDO, 83 anos, diarista)

Sabe o que aconteceu com o Conde? Eu ia na beira da lagoa, ele mandou limpar, assim, limpou, levou capim daqui, aqui era cheio de capim, para plantar lá. E plantou o capim. Mas o capim de lá cresceu mais do que esse aqui, o capim nativo, e levou a turma pra limpar o capim. Aí os coitados...carpiu, cortou o pé de capim. Aí sabe o que ele falou?[...] “Camarada é que nem égua. Onde vai come tudo. Agora já cortô, agora que coma”.[...] porque cortou o pé de capim! Porque o capim de lá nativo deu melhor do que o daqui! E ele achou ruim que cortou o pé de capim. E o capim, óh, lá não deu. Esse capim agora que tem aqui, não foi, lá não foi, na beira da lagoa, lá não deu. Mas não prestava aquele cara não. E outra, aonde tinha lavoura ele não passava. Era só gado. Ele ficava o dia inteiro atrás de gado! E ele tinha um gado bonito. O gado dele era bonito mesmo! Mas onde tinha lavoura, café... ele não queria. (SEU JOÃO, 87 anos, diarista)

A partir desses relatos, verifica-se que as recordações sobre as relações entre patrão e empregados não apresentaram as contradições que existiam entre capital e trabalho. Apresentaram discordâncias sobre a imagem do antigo patrão, na medida em que uma idealização e uma valorização positiva do patrão foi elucidada por alguns, ao destacarem que ele era um bom patrão, que os deixava pescar aos domingos e que distribuía bananas e laranjas. Contudo, esse patrão não queria ver o capim fora da terra, tampouco algum trabalhador caçando, ressaltando que havia muitas pessoas e criações na fazenda. Portanto, o olhar disciplinador das relações de trabalho se dissolve na névoa das recordações dominicais. Tais relatos elucidam que a lembrança revivida não corresponde ao ocorrido no passado, pois houve uma (re) significação do fato vivido, a partir do momento presente (HALBWACHS, 1990).

A aquisição pelo Conde Joaquim Augusto de novas terras a partir de 1929, após ter direcionado seus investimentos para a pecuária em 1918, foi relatada em outro depoimento de seu Antônio. Neste depoimento sobressaiu sua memória individual, com seus marcos pessoais, diferentemente da história, que utiliza um tempo maior, cronológico e linear. Enquanto esta última caracteriza-se pela aglutinação dos fatos que ocuparam maior espaço na memória dos homens e os separa em períodos ao longo dos séculos, os quais são considerados como um todo, independente daquele que o precede ou daquele que o seguirá, a memória coletiva não constrói essas linhas de separação. Nela, presente e passado se misturam, porque o indivíduo parte do presente para lembrar o passado e projetar o futuro. Ela retém do passado o que ainda permanece vivo ou o que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, não ultrapassando, sobretudo, os limites desse grupo. Afinal, a memória coletiva caracteriza-se por várias memórias, não numa somatória, mas cada uma com um suporte em um grupo limitado no espaço, no tempo; cada um desses grupos possui uma história, com imagens e acontecimentos distintos (HALBWACHS, 1990, p. 80-84).

Logo, a distinção entre memória e história talha-se nesse aspecto: enquanto a história é longa, exterior ao grupo e dividida em períodos, vistos cada qual como um todo, a memória é a vida dos grupos vista de dentro e se prolonga até quando o grupo perdurar (HALBWACHS, 1990, p. 84-88).

Eu vou falar para a senhora, o Jataizão antigamente era só do córrego para cá! Que foi em 30, 32 que aquele, o Conde Ribeiro do Valle, que era o dono da Fazenda Jatahy, então ele comprou do córrego para lá. Até lá no córrego da Boa Sorte lá, tudo é deles, dali para cá. [...]porque aqui, o Jataizão só era do córrego para cá! Era do córrego da represa ali, para cá, para lá não era deles não. Comprou de um, de um homem da fabrica

de pastilhas, aqui, que é, como é que era o nome dele? Esqueço agora. Sei que era baixinho brabo que só o cão! (risos) Ele tinha fábrica ai e tinha lá a fazenda. Fazenda, não tinha casa nenhuma! Só tinha o terreno e mato. Que ali o finado meu pai, muita gente aí tirou muito dormente ali. Vende e ia lá para a estação Tatuca. Ali ele viveu. Fui criado por aí! Tirou uns tombos por aí. (SEU ANTÔNIO, 86 anos)

No entanto, com o falecimento do Conde Joaquim Augusto em 1941, seus herdeiros venderam a Fazenda Jatahy para a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Como foi dito anteriormente, este fazendeiro era uma do diretores desta Companhia. Desta forma, entre 1944 e 1945, a fazenda foi vendida para a *Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*.

Quando o meu avô morreu então tinha um irmão da minha mãe, dos homens o mais novo, fazendeiro lá em Guaxupé, Paulo Ribeiro do Valle, que queria ficar com o Jatahy. Entregava o que já tinha recebido lá e queria ficar com o Jatahy. E o pessoal não quis. Aí, e meu pai, representando a minha mãe no processo de inventário, essa coisa toda. Um dia vieram falar com o meu pai que queriam vender para a Mogiana. O tal Joaquim Libano Leite Ribeiro, que era genro do meu avô, era vice-presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. E tinha ajeitado lá para a Mogiana comprar o Jataí. Meu pai, que era intelectual, que não queria saber de fazenda, era tipo completamente diferente, ele pegou deu a procuração em nome da minha mãe para o espólio, para o inventariante lá, e nunca mais apareceu. Nunca mais apareceu. Então, a venda do Jatahy, pelo jeito, a Mogiana pagou muito caro o Jatahy. Depois então, a Mogiana também foi privatizada, estatizada essa coisa toda aí passou para o serviço florestal do Estado de São Paulo, eu acho. (SEU VITOR, 75 anos)

O objetivo da Companhia Mogiana era a implementação das culturas de pino e eucalipto para a produção de lenha como fonte de combustível para as máquinas, para a produção de dormentes, utilizados na construção de estradas de ferro e como mourões de cercas.

Com tais modificações impostas pela Companhia Mogiana, as atividades agrícolas e de criação de animais foram reduzidas e, posteriormente, os campos cultiváveis transformados em plantações de eucalipto (JESUS, 1993, p.39 ; SIMÕES, 1998, p.40). As colônias que existiam no período do Conde mantiveram-se, mas os retiros de gado foram abandonados. Os trabalhadores do café, os retireiros, que trabalhavam na retirada de leite e os campeiros, que cuidavam do gado, passaram a trabalhar no plantio do eucalipto ou foram à busca de outras fazendas que ainda mantinham o café.

Foi pouco, ficou pouco, aquele tempo a Mogiana tomando conta lá.[...] Café já tinha. Café estava, café já tinha o café tudo. Aí depois cortava lenha. Eles cortavam lenha.[...] Catar lenha e tinha que levar aqui na Estação para a Mogiana...[...]Aí depois começou a cortar lenha depois.[...] Eu ficava só em casa. (D. ANTÔNIA, 91 anos)

Quando passou para a Mogiana... antes de passar, um pouco antes, uns dois anos, o administrador, o que era Penha, ele... ele não queria acabar com o café. O gerente, o Corsini, que morreu, ele não queria ver, não queria café não. [...]Aí ... cortaram o café! Cortaram o café assim...[...] Aí começou a plantar eucalipto. [...]E... e aí foi indo! [Eu] Era carroceiro, peguei e fui, fui...fui ser empreiteiro de lenha! [...]Cortava lenha, cortava, fazia dormento...(SEU PEDRO, 92 anos, falecido)

Da Mogiana tinha o administrador véio que era o Penha, era o Penha véio. Já era caminhado ali com colono para lá e para cá. Penha morreu e depois passou para Mogiana, e da Mogiana se acabou. Tinha um gerente muito ruim na fazenda que acabou com a fazenda. Saiu quarenta e três famílias da fazenda, sangue novo, filho do Mendonça, meu cunhado, Pedro Fernandes..., uma porção de gente. Aí começamos a esparramar no mundo, não é? Eu sei que eu acertei na minha vida porque eu entrei na prefeitura. Aí coloquei na prefeitura, aposentei por invalidez. Me judiaram bastante. Eu perdi minha velha aí, ficou doente, aí me aposentaram por invalidez...[...] Na Mogiana... trabalhei bastante tempo, trabalhei uns quatro anos ali na Mogiana. (SEU APARECIDO, 83 anos)

Em 1959 a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro perdeu a área, por causa de dívidas, para o governo do Estado de São Paulo, que a transformou em uma unidade de produção em silvicultura (pino e eucalipto) denominada de Estação Experimental⁴ de Luiz Antônio (EELA) (decreto lei 35.982 de 17/12/1959, SP), sob a gerência e administração do Instituto Florestal de São Paulo (IF). A criação dessa área está concomitantemente atrelada à intenção, por parte do Estado, de criar inúmeras estações experimentais e florestas estaduais a partir da década de 1940, visando, em uma primeira instância, a produção e pesquisa com florestas implantadas, cuja madeira pudesse atender à demanda existente, diminuindo, dessa forma, a pressão sobre as florestas naturais (RIBEIRO, mimeo apud MAROTI & SANTOS, 2001).

Se com a compra da Fazenda Jatahy pela Companhia Mogiana muitos colonos e colonas deixaram a fazenda em busca de outras que ainda mantinham o cultivo do café, com a aquisição da fazenda pelo Estado as atividades concentraram-se totalmente em plantações de pino e eucalipto, fato que diminuiu ainda mais o número de famílias. Muitas migraram para outras regiões do Estado de São Paulo, para as áreas com recente implementação do cultivo do café – o Oeste Paulista – e para regiões do estado do Paraná. Aquelas que permaneceram, tiveram que se adaptar ao novo cultivo. No entanto, a maioria não conhecia eucalipto, tampouco pino, já que se tratam de árvores exóticas, isto é, que não são nativas da flora brasileira.

Com a intervenção do Estado, os retiros foram destruídos e as colônias foram reduzidas a três, mantendo apenas as do Oito, do Mato e a da Reforma (ou Sede), sendo, ainda, criadas outras duas: a do Saravá e a da Olaria, no córrego Beija-Flor. Houve também, a mudança no regime de trabalho. O colonato deixou de vigorar em detrimento do trabalho assalariado. No entanto, as relações de trabalho ainda eram norteadas pelo chefe da família, que acertava com o patrão, neste caso o Estado, o contrato de trabalho de todos os membros da família. A seguir, duas depoentes relatam que “não viam a cor do dinheiro”, porque era o pai quem recebia. Em 1969, começaram a recebe-lo na Caixa Econômica Estadual. D. Conceição e D. Verônica não souberam explicar como era o contrato de trabalho. Apenas disseram que não se era mais colono. Também não poderiam saber, já que “não viam a cor do dinheiro”.

Ih veio tanta família de lá da fazenda, mudou para cá... [...]porque a, a fazenda não tinha mais serviço, sei lá. Então ficou pouco. Daí uns tempo, fazia pouco tempo já que tinham cortado todo o café. Quando tinha o café tinha muito serviço, mas depois, depois não tinha serviço. [...]Aí começaram a plantar eucaliptos. Aí deu serviço para os mais novos, tudo... Amassar barro... [...]Para pôr nos balainhos para plantar muda de eucalipto. [...]Um tempo era café, depois passou para eucalipto(risos). Acabou os cafés e ficou os eucaliptos. É, então iam tudo trabalhar com 12 anos. Minha Verônica... com 12 anos também foi... amassar barro para... [...]Trabalhou bastante lá (D. MARIA, 91 anos).

Sessenta e nove. Porque a Cássia tinha... a Cássia nasceu em novembro, eu ainda estava de licença da Cássia quando a gente veio aqui na Caixa Econômica receber. Eu penso que é no começo de sessenta e nove (1969).[...]Então, aí a gente começou a ver a cor do dinheiro...[...]Porque o meu pai, ele pegava o cheque lá, dava cheque, então a gente tinha que assinar. Primeiro não tinha cheque, nada, não sei como que funcionava aquilo lá,

⁴ Estação experimental é uma categoria de manejo caracterizada como área de domínio público, denominada como Reserva de Preservação Permanente. É considerada uma unidade voltada à produção vegetal e/ou animal (AGUIAR, 1994 apud MAROTI et al., 1998). É permitida a presença e moradia de pessoas.

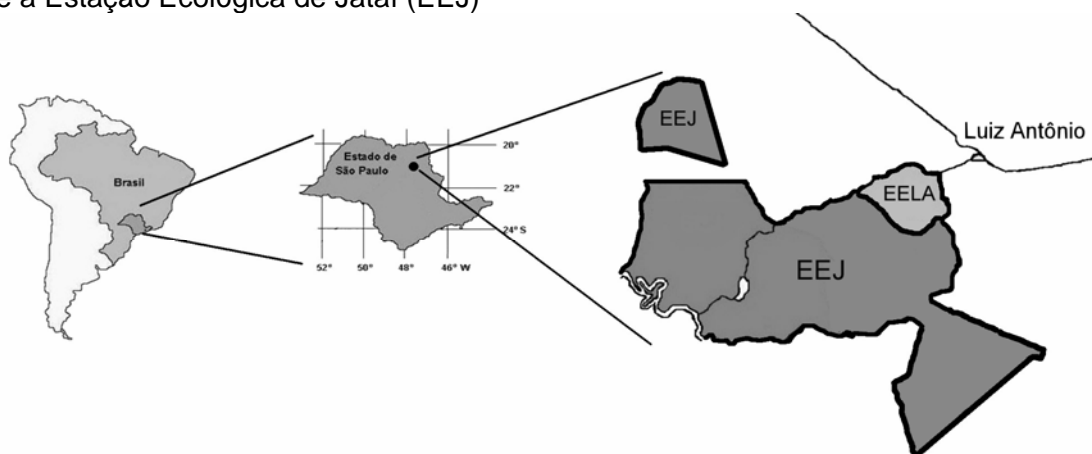
acho que pagava em dinheiro, não sei... [...]Mas aí depois começou assim... passou para o Estado, aí começou a dar cheque... Aí o meu irmão falou: "Agora meu pai vai ver." [risos] Aí ele dependia de nós pra assinar o cheque. Ai, quando saía o pagamento no sábado cedinho ele queria vir pra cá, tirava nós da cama. Ih, minha mãe ficava louca da vida! (D. VERÔNICA, 57 anos, FILHA DE D. MARIA)

Do pagamento, eu peguei dinheiro na mão quando faltava dois meses pra mim casar, porque eu fui em Ribeirão e mandei... [...]Aí o meu pai deu a prestação do vestido, que eu fiz em três vezes o vestido. Então deu aquele tanto, eu fui lá, dei de entrada. No outro mês a mesma coisa. Mas nunca peguei na mão. Pegava assim, aquele pouquinho que dava, só. (D. CONCEIÇÃO, 57 anos)

Em 15 de junho de 1982, pelo decreto lei nº 18.997, foram separados 4.532,18 ha, pertencentes, até então, à Estação Experimental de Luiz Antônio, que ficou com uma área de 6.240 ha, para a criação de uma unidade de conservação⁵ estadual chamada Estação Ecológica⁶ de Jataí, que teve a sua denominação alterada pelo decreto lei 20.809 de 11/03/1983, SP para Estação Ecológica de Jataí "Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Vale", em homenagem ao seu primeiro proprietário. Essa unidade de conservação é uma das poucas no Estado de São Paulo com floresta natural de interesse para a preservação (CONSEMA,1985).

Em 18 de setembro de 2002, pelo decreto lei nº 47.096 ampliou-se a área da Estação Ecológica de Jataí, que passou a deter um território de 9.074,63 ha, enquanto a Estação Experimental de Luiz Antônio foi reduzida para aproximadamente 2.000 ha (DOE, 2002). Atualmente, vivem onze famílias na Estação Experimental de Luiz Antônio, que são funcionários do Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

Figura 1: Representação esquemática dos limites entre a Estação Experimental de Luiz Antônio (EELA) e a Estação Ecológica de Jataí (EEJ)



Fonte: Disponível em <www.amigosdojatai.org.br> Acessado em 16 jun. 2004

⁵ Unidade de Conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei 9.985 de 18 de julho de 2000, "é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

⁶ Estação ecológica é uma das categorias de unidade de conservação mais restritivas. Admite-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, a realização de pesquisas básicas e aplicadas e a visitação pública limitada somente às atividades educativas monitoradas. O objetivo básico é a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites. Dessa forma, não há indivíduos habitando essa área (BRASIL, 2000). A maioria dos estudos sobre a estação ecológica de Jataí, realizados desde 1987, limita-se aos aspectos biológicos que, se propõem, devam ser preservados.

Com a intervenção do Estado, além das modificações na estrutura da fazenda no que tange à produção, na medida em que o cultivo do café deu lugar para a silvicultura, e, concomitantemente, além das modificações nos contratos de trabalho, agora acordados sob o trabalho assalariado, houve, também, a transformação da paisagem. Alguns relatos, apresentados a seguir, comentam tal transformação.

Um dia eu e o meu tio andamos tudo aquilo ali. Na ponte do Beija-flor tinha uma entrada, agora acabou tudo. Tinha uma entrada num barranco que era só areia! Um pedaço. Nós íamos almoçar, tomar café tudo ali e vê o rio passar. Está com três anos que eu fui lá para ver e fiquei besta do mato que está lá! Só tem o rancho do Horácio. Mas no mais... (D. JOANA, 78 anos)

Agora eu não sei, mudou tudo. Depois que nós saímos de lá eu fui só uma vez...na igreja, na missa...Eu fui na missa! E um dia eu fui com os meus filhos lá que ele me levou, falou "mãe vamos dar umas voltas lá na fazenda?" Que tinha muita flor, sabe. Era tempo das flores...ali para cima, para baixo...do escritório, da sede tinha aqueles pés de ipês, aqueles pés de ipês. Sabe aquelas flores lindas! Ele me levou. Até tirou fotografia das flores lá. Foi eu, ele, a Lurdes e as meninas deles, elas foram. Foram dois carros! Depois foi lá para baixo, para a beira do rio! [...]Nós descemos lá em baixo...[...]Nós descemos na represa, da represa descemos assim...[...]Aí, aí nós fomos na cruz, na cruz do Diogo, mais perto lá não dava para chegar porque choveu, ela estava, tinha muitos buracos. [...]Aí nós ficamos sentado ali...[...]Está tudo diferente, os matos, criou muito mato! Primeiro era bonito, era tudo limpinho! A gente ia lá, andava lá para baixo, era tudo limpinho! [...]Agora é só mato! Primeiro era limpo. A gente descia lá para baixo. Eu trabalhei muito para aqueles lados também...(D. ANTÔNIA, 91 anos)

Retomando a categoria de análise trabalho e reiterando que esta não se trata apenas do dispêndio de energia física e mental, mas, também, no elemento em que se baseiam e se refletem as relações sociais, que se configura na relação fundamental da existência humana, isto é, no que há de mais particular na existência social – na totalidade – e que por esse seu caráter de essência não se desvincula o trabalho da natureza, na medida em que sendo a condição humana e sua gênese, o trabalho guia a ação física por meio da capacidade reflexiva do indivíduo e age sobre a natureza transformando-a e se transformando em uma humanização-naturalização (MARX, 1991; SILVA, 1998), partilha-se que:

Os aspectos relacionados ao uso social dos recursos naturais, bem como suas conseqüências para os ecossistemas envolvidos, devem ser compreendidos como partes integrantes de totalidades concretas, em que, além das relações de propriedade, também as formas de produção social sobre esses recursos, os modos de regulação de seus usos e a construção histórica das necessidades sociais de consumo assumem posições centrais de análise (MARTINS & VALÊNCIO, 2003, p. 29).

A partir dos relatos dos colonos e colonas da antiga Fazenda Jatahy sobre o significado daquela área atualmente é possível verificar que não a identificam mais, justamente pelo fato de não mais haver o trabalho, o elemento norteador da existência social. Há, em seu lugar, a preservação da biodiversidade, que, segundo as leis ambientais que regem aquela categoria de unidade de conservação, deve ser em seu grau máximo, isto é, como denomina Diegues (1996), uma natureza intocada.

No entanto, essa natureza intocada (DIEGUES, 1996), que não possui para as antigas colonas e colonos da Fazenda Jatahy os atuais significados atribuídos a ela, como o de desenvolvimento

sustentável⁷, na medida em que possuía um valor de uso atrelado, principalmente, às plantas medicinais, à madeira para o feitiço de cercas e para lenha, atualmente representa um *lugar da natureza* devido ao alto índice de desmatamento existente no Estado de São Paulo. Poucos hectares de florestas naturais não tiveram sua biodiversidade apagada; sobraram algumas áreas naturais apenas em parques, estações ecológicas e reservas florestais. Contudo, assim como o trabalho e como a terra, esses *lugares da natureza* foram transformados em mercadoria.

Todavia, se partimos das determinações simples (gerais e particulares) que dão sentido e significação às totalidades concretas, observamos que, do mesmo modo que ao ser transformado em mercadoria o trabalho se torna simples fonte indeterminada de produção de valor, a natureza, sendo seu par inevitável, ao ser mercantilizada, também é desvinculada de seus significados sócio-culturais para restringir-se ao *input* na produção de valor. Enfim, trabalho e natureza passam a ser reificados em formas sem história, ou seja, adquirem a aparência de fatores *úteis* no processo produtivo, mas sem relações de conteúdo formativo nem condição distinta nos modos de interação social (MARTINS & VALÊNCIO, 2003, p. 32).

A natureza, hoje transformada em áreas de preservação subdivididas em “áreas de preservação de uso indireto⁸”, como as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques, e de “uso sustentável⁹”, como as reservas de desenvolvimento sustentável, as reservas extrativistas ou as áreas de preservação ambiental, essas últimas menos restritivas do que as primeiras no que tange ao acesso aos recursos naturais, não é somente compreendida como biodiversidade, isto é, variedade de formas de vida, mas em áreas de preservação valoradas por suas riquezas genéticas, por suas plantas medicinais com valores de troca para a indústria farmacêutica, por seus atrativos para o ecoturismo e por seu papel de “sumidouro de carbono” (LEFF, 2003, p. 4). Ademais, o discurso disseminado do desenvolvimento sustentável, que reitera que se deva pensar globalmente e agir localmente, na medida em que se injeta nas culturas locais um discurso economicista do crescimento sustentável, disfarçado sob o slogan do “nosso futuro comum”, não considera nesta sustentabilidade o que deveria ser respeitado, as singularidades locais – diferenças, história, relatividade (LEFF, 2003, p. 15). E a população está ciente dessa transformação da natureza em mercadoria e, como se esclareceu nos relatos anteriores, desse descaso com as singularidades locais.

Era uma fazenda que era uma floresta aquilo ali. Acabou tudo, o governo tomou aquilo ali e virou uma anarquia, perde culturas boas..., acabou tudo em pau. [...] É uma reserva. [...] E o que é que vale aquilo? Não vale nada! Aquilo é uma coisa que... Para o governo aquilo não serve, não é verdade? Aquilo lá [...] fazer aquilo ali, plantar aquelas pausadas, aquelas cultura boa... Aquilo é uma judiação! Deixar lá o cerrado, aquelas culturas [...] muito grande, [...] Hoje é pau nesse meio de mundo aí, abandonado aí. Abandonado não, aí tem muitas coisas ruins. [...] É porque ali um aproveita do outro, um vira, rouba do governo, ninguém sabe, o governo não está sabendo de nada. O governo não sabe de nada, não sabe, o governo não sabe de nada. Tem muita coisa que o governo... Vem um, passa a mão, vem outro, passa a mão... Têm tudo essas coisas. (SEU JUVENAL, 89 anos)

⁷ O conceito de desenvolvimento sustentável mais difundido é “satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Definição estabelecida em 1987 pelo Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em < <http://revista.fapemig.br/palestrasinternasdet.php?codpalestra=20> >. Acessado em 10 de nov. 2005.

⁸ Reitera-se que uso indireto diz respeito apenas à realização de pesquisas básicas e aplicadas e a visitação pública limitada somente às atividades educativas monitoradas.

⁹ Uso sustentável permite a utilização dos recursos naturais de forma sustentável, isto é, de maneira que não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Considerações Finais

Neste artigo apresentou-se a decadência do regime de colonato e posterior intervenção do Estado em uma fazenda cafeeira do Nordeste Paulista e as conseqüências para o modo de vida da comunidade que ali residia. A partir de depoimentos de antigos colonos e colonas, o regime de colonato foi ilustrado em sua estrutura e em suas desigualdades no processo de trabalho. Foi apresentada, ainda, a expansão da ferrovia nesta região do Estado de São Paulo e como ela estava atrelada aos interesses dos grandes cafeicultores em relação ao aumento de áreas de cultivo do café e, conseqüentemente, de produção deste grão.

Particularizando a discussão sobre o regime de colonato e fazendas de café, foi apresentado o caso da Fazenda Jatahy localizada em Luiz Antônio/SP. No caso desta fazenda, elucidou-se que devido à intervenção do Governo do estado de São Paulo, que transformou a área da antiga fazenda em uma área de preservação, o modo de vida, as relações de trabalho e a paisagem local foram modificados. Tais modificações trouxeram conseqüências sobre o significado da área da antiga fazenda cafeeira para os colonos e colonas, que não mais a identificavam devido à ausência do trabalho, o que ocasionou a adaptação forçada em relação ao trabalho ofertado, que além de pouco se restringia à silvicultura. Ademais, essas modificações ocasionaram, ainda, migrações de muitos colonos e colonas para outras áreas do Estado de São Paulo e para o Paraná.

Referências Bibliográficas

- BARBATANA, Oswaldo. *Villa Jatahy: elementos para a história de Luiz Antônio*. Mimeografado, 338p. 2000
- BETTELHEIM, C. *Remarques théoriques in Arghiri E., L'Echange inégal. Essai sur les Antagonismes dans les Rapports Economiques Internationaux*. Edition François Maspero, Paris, 1969.
- BRASIL (2000). Lei n. 9985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Brasília, DF, www.mma.gov.br/snuc
- BRIOSCHI, Lucila Reis. Fazendas de criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. & BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.
- CONSEMA. *Áreas Naturais do Estado de São Paulo*. Conselho Estadual do Meio Ambiente, SP, 16p, 1985
- DIEGUES, Antonio. *O mito moderno da natureza intocada*. S. Paulo: Hucitec, 1996.
- DOE. Decreto lei n° 47.096 de 18 de setembro de 2002. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- JESUS, Terezinha P. *Caracterização perspectiva da Estação Ecológica de Jataí (Luís Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação*. Universidade Federal de São Carlos, 1993, Tese de Doutorado. PPG - Ecologia e Recursos Naturais.
- LEFF, Enrique. A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: Economização do Mundo, Racionalidade Ambiental e Reapropriação Social da Natureza. MARTINS, R.C & VALENCIO, N. F. L. S. (orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: Rima, p. 3-19, 2003.
- MAROTI, Paulo Sérgio ; SANTOS, José Eduardo Narrativas Oraís como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma unidade de conservação. In: SANTOS, José Eduardo ; SATO, Michèle (Org.) *"A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora."* São Carlos, SP: Rima, p.197-224, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, Rodrigo Constante & VALÊNCIO, Norma F. L. S. A Concretude da Moderna Crise Sócio-ambiental. MARTINS, R.C & VALENCIO, N. F. L. S. (orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos, Rima, p. 21-34, 2003.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. *Marx. Coleção Os pensadores*. 5ª. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1990, 178 p.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras...Redesenhando as grotas e veredas. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, nº 16, p. 75-104, fev, 1998.

SIMOES, Gisélia F.M. *Natureza das Interações de Grupos Humanos com a Estação Ecológica de Jataí (Luís Antônio, SP): Ênfase nos pescadores recreativos*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1998, Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

**EXTINÇÃO DA BIODIVERSIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES
RURAIS:
PARADIGMAS E PARADOXOS PARA UMA AVALIAÇÃO JURÍDICA CONTEMPORÂNEA**

Wilson Madeira Filho

madeira@ar.microlink.com.br

Professor Titular da Faculdade de Direito da UFF, Doutor.

*Um galo sozinho não tece a manhã:
Ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
E lance a outro; de outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos
(João Cabral de Melo Neto, *Tecendo a manhã*)*

Introdução

Historicamente, no Brasil e no mundo, construiu-se um imaginário desenvolvimentista onde as florestas foram tidas como símbolo do que é atrasado e primitivo, fora, portanto, da dinâmica civilizatória. Inverter essa relação - passando a atribuir ao patrimônio ambiental valores economicamente mensuráveis¹, consolidando bases teóricas e ideológicas e demonstrando a irrefutabilidade do projeto – não é tarefa fácil, mesmo porque essa nova frente de luta, além de se deparar com estruturas políticas e jurídicas consagradas na defesa dos interesses de minorias oligárquicas, esbarra nas reivindicações populares pelo direito à terra e na legitimidade das lutas dos trabalhadores rurais (cujas práticas, contudo, muitas vezes acabam por representar a mesma lógica de degradação ambiental). Por outro lado, os novos nichos econômicos, gerados a partir da valoração financeira das florestas, tem dado margem a visões utilitaristas de latifundiários que começam a promover a questão florestal sob a estrutura clássica da monocultura. O tema, delicado por contrapor as políticas agrárias e ambientais, corre o perigo de resvalar no lugar comum das ortodoxias, colocando, de um lado, a impoluta figura do trabalhador rural, excluído, e, de outro lado, a exuberância da fauna e da flora, em extinção. Além de compreender que há um “inimigo comum”, nas figuras do latifúndio e da ausência da gestão pública, que terminam por estimular o desenvolvimento a qualquer custo, importa assinalar a necessidade de revisões de

percurso, incorporando o desenvolvimento humano nas estratégias de preservação ambiental e, inversamente, incorporando a agroecologia na dinâmica da luta pelo acesso à terra.

A Era Ambiental

Esse ideal contemporâneo, entretanto, conciliatório da *urbis* e da *physis*, conciliatório da necessidade de produção de gêneros alimentícios e de padrões civilizatórios em conjunto com a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico, tem se revelado uma bandeira bonita de carregar, mas difícil de realizar. Instrumentos como a Agenda 21 e o Protocolo de Quioto, em escala macro, e instrumentos como a Portaria INCRA n.º 477, de 04.11.1999 (que cria o PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, visando a agricultura familiar e atividades de baixo impacto ambiental) e as Resolução CONAMA 13/1990 e 10/1993 (que estabelecem critérios para o entorno de unidades de conservação) e a MP 1956-50/2000 (compensação de reserva florestal), em escala local, vieram se demonstrando contraditórios na prática, carregando antes nos aspectos fiscalizatórios, ampliando o poder de polícia ambiental e, conseqüentemente, fortalecendo o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -, na medida em que o futuro dos assentamentos rurais ficava sujeito à gestões complexas a serem elaboradas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -, órgão que volta e meia parece enfraquecido politicamente.

Esse estado de coisas tem acarretado no fato de destacar a política ambiental, a qual, em verdadeira “carreira solo” (*sic*), vem buscando ocupar seu papel de vanguarda, ampliando as unidades de conservação, valendo-se das mais variadas parcerias, enquanto, ao revés, a política agrícola, em um dos principais países produtores de grãos no mundo, não tem merecido a mesma atenção, pelo menos não no que tange à agricultura familiar.

A ausência de uma política agrária séria, comprometida com a complexidade de questões sociais, ambientais e econômicas a que esta obriga, nunca se estabeleceu, ao menos no conjunto das políticas públicas, em toda nossa história. Os incentivos às monoculturas (café, cana-de-açúcar), ao extrativismo (pau-brasil, mineração) e a pecuária, redundaram em verdadeiros desastres ambientais e sociais. Veja-se, por exemplo, a questão da escravidão dos indígenas, do tráfico de negros africanos, da imigração européia e toda a massa de excluídos constantemente gerados por métodos depredadores e irracionais. Do mesmo modo, tomando a Mata Atlântica como personagem, observe-se a

¹ Ver, nesse sentido, MUNASINGHE, M., **Environmental economics and valuation decisionmaking**

sua quase completa aniquilação em um prazo extremamente curto historicamente. Tais aspectos permanecem fortemente presentes na atualidade, mesmo face às crescentes políticas de florestização, através de projetos como os da empresa Aracruz Celulose para a monocultura do eucalipto².

A questão da terra tem se reduzido a uma questão de propriedade sobre a terra e, conseqüentemente, a uma questão de direito de uso sobre o solo. A Premissa Maior permanece sendo a conjugação formal do ideário liberal que identifica o direito à propriedade como metonímia do direito ao trabalho e à subsistência, A lógica inerente ao sistema parece perfeita, não fosse a alteração semântica historicamente dada, uma vez que já não se vislumbra um mundo repleto de recantos desconhecidos, a ser conquistado e colonizado pelo ideal trabalhador, mas uma terra limitada, com fontes de recursos naturais limitados e um contingente populacional incomensurável.

Observa-se, num primeiro momento, que as modalidades teóricas clássicas sobre o conceito de “terra”, não vinham considerando tudo o que existe “acima” dela, ou seja, a flora, a fauna, a água etc.

Em contrapartida, o Direito Ambiental, ao surgir como tendência transversal na leitura do Direito como um todo, incita uma reavaliação da noção de propriedade consagrada pelo antigo Código Civil. Esse Código, datado de 1916, e que formou gerações, permitia exarar uma doutrina que identifica no direito de propriedade um valor “sagrado”. Quando, porém, a Constituição de 1988 identifica uma função socioambiental da propriedade, superpõe-se a este direito individual um direito considerado fundamental de aspecto comunal: o direito ao patrimônio ambiental ecologicamente equilibrado. Vale dizer, não se questiona a propriedade da terra, mas o seu uso, uma vez que o patrimônio ambiental não é mais - senão garantida sua sustentabilidade - objeto de uso indiscriminado.

Cumprir observar que, segundo a Constituição da República, em seu capítulo do meio ambiente, no artigo 225, **caput**, impõe-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Com isso, fica expresso que a responsabilidade tutelar por esse “bem comum do povo e essencial à qualidade de vida”, é paritária entre o Poder Público e a coletividade. O primeiro vem trabalhando, de forma sistematizada, pela recepção da lei 6.938, de 31/8/1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. De maneira correlata, a sociedade civil e o cidadão podem se valer de uma série de instrumentos com eficácia constitucional para reclamar direitos difusos lesados. Entre esses meios processuais de proteção ambiental,

Washington D.C.: The World Bank, 1992.

² A monocultura do *Eucalyptus* tem sido objeto de reação de diversos movimentos sociais e ambientalistas que a apelidaram de *Deserto Verde*, uma vez que estaria a causar profunda alteração nos ecossistemas onde essa espécie é implantada, eliminando com a biodiversidade.

podemos citar, por exemplo, a ação civil pública, a ação popular e o mandado de segurança coletivo.

Vale referir que, se num primeiro momento do movimento ambientalista no Brasil, durante a década de 1970, associava-se ao preservacionismo os lemas da Ecologia, numa tentativa de alertar que *a natureza não existia apenas para servir ao homem*, atualmente, na virada do milênio, conjuga-se a cientificidade biológica à retórica jurídica e à reavaliação dos direitos fundamentais, importando sublinhar que não basta investir no mito romântico de uma natureza recomposta - o que poderia trazer a falsa idéia de uma conscientização simplista, alijada dos problemas inerentes à gestão ambiental em face dos poderes locais -, ao invés de, como seria razoável, trabalhar-se uma integração salutar do homem e seu meio³.

Todavia, talvez como possível fruto de uma máquina burocrática advinda da estética militar, a política ambiental brasileira vem primando pelo sectarismo de suas instituições, não raras vezes em conflito com outros órgãos institucionais. Desse modo, o IBAMA, advindo do antigo IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - vinha, em âmbito nacional, opondo-se ao INCRA, conforme se pode depreender, por exemplo, através de denúncias provocadoras de ações civis públicas no Estado do Rio de Janeiro, e seu próprio “colapso” interno está fortemente embasado na política estatal de favorecimento ao agronegócio, à geração de energia pela via das barragens para construção de hidrelétricas e à transposição do Rio São Francisco, num clima de nos *milagres* econômicos..

No âmbito das Ciências Ambientais já se tornou clássica a distinção entre conservacionismo e preservacionismo. O primeiro diria respeito às ações para preservar a natureza, independente do homem, buscando manter seus atributos naturais e “selvagens”, mantendo a idéia de uma natureza paradisíaca e intocada. Já o preservacionismo levaria em consideração que justamente as regiões do planeta que hoje detém o maior patrimônio ambiental são aquelas habitadas pelos chamados povos do terceiro mundo. Desse modo, não faria absolutamente sentido pensar-se em uma natureza sem a presença do homem, seja a intervenção do regional à procura de nova matéria prima para o incremento de seus processos de produção, sejam as comunidades tradicionais (índios, pescadores etc.) que naturalmente já vivem dessa partilha.

Esse estrutura demonstra que as regiões com maior valor ambiental coincidem com aquelas detentoras de desníveis sociais, graves desequilíbrios econômicos e, para falar com todas as palavras, pródigas em miséria, desemprego e desrespeito aos direitos humanos. Não é possível, portanto, pensar na conservação da natureza desacoplada da contrapartida da preservação humana, através de estratégias de desenvolvimento sustentado. De igual maneira e inversamente, não é mais possível imaginar uma política agrária de solução

³ Cf. DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996

imediate, na linha da Revolução Verde⁴, que não venha a garantir para as futuras gerações tal patrimônio, pondo em risco as espécies, com a espécie humana nesse cerne.

O Código Florestal e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A gênese da Lei 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, revelando imprecisões conceituais⁵, distingue duas modalidades básicas de classificação: Unidades de Preservação Integral e Unidades de Uso Sustentável. As primeiras excluem a presença humana, a não ser de forma alegórica, enquanto pesquisadores ou turistas. A Natureza é aqui é uma paisagem preservada do homem, seu predador. As segundas tematizam o mundo real e a necessidade de se elaborarem parâmetros racionais de sustentabilidade para o desenvolvimento

No primeiro bloco, das Unidades de Conservação de Proteção Integral, estão incluídas as categorias Parque e as Reservas Biológicas, representando, respectivamente, as formas mais brandas e as mais excludentes quanto à tolerância humana. Teoricamente, os Parques ao serem implantados deveriam desapropriar eventuais propriedades particulares no seu interior, indenizando-as. Tal não ocorre, de um modo geral, no Brasil. A maior exceção talvez seja o estado do Paraná, que possui cerca de 90% das áreas de seus Parques desapropriadas, simbolizando um planejamento anterior à criação dessas UCs - Unidades de Conservação. Já no Rio de Janeiro, por exemplo, o percentual se inverte, e apenas cerca de 10%⁶ destas propriedades encontram-se desapropriadas, constatando-se que o oportunismo político, disponibilizando-se para criar Parques “no papel”, tem sido o preponderante. Restam, na prática, espaços privados em meio a uma geografia publicamente tutelada, impondo restrições de uso aos particulares e, diante da impossibilidade de indenização por desapropriação – pela alegada falta de verba – já se inicia jurisprudência assegurando a tutela ambiental⁷, calcando-se na tutela do patrimônio natural imposta à coletividade por força constitucional (cf. art. 225, CFRB, comentado

⁴ Revolução Verde é o nome dado ao conjunto de políticas agrícolas visando a produção em larga escala, valendo-se para isso de todos os recursos técnicos e industriais disponíveis.

⁵ Cf. BENJAMIN, Herman. O regime brasileiro de unidades de conservação *In: Plúrima*, Revista da Faculdade de Direito da UFF, v. 5. Porto Alegre: Síntese, 2001, pp. 53-82. Segundo o autor: “... por conta de equívocos técnicos da redação original do Projeto ou de deficiências semeadas no decorrer de sua longa tramitação legislativa, a lei, sem prejuízo de avanços inequívocos que introduz, não é nem harmônica, nem muito menos moderna ou técnica” (p. 61)

⁶ Dados estatísticos consultados em DIEGUES, A. C. As populações humanas em áreas naturais de Mata Atlântica, *In: EAMOS: Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo, Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)*. São Paulo: ISA, 1996, pp.28-35.

⁷ Nesse sentido, o Ministro do STJ José Augusto Delgado sistematiza a contribuição de vários autores e a jurisprudência sobre o tema no ensaio A proteção jurídica das florestas tropicais e a ação de desapropriação indireta. Doutrina e prática. *In: BENJAMIN, Antonio H. de V., Anais do 3º Congresso de Direito Ambiental: A proteção jurídica das florestas tropicais*. São Paulo: IMESP, 1999, pp. 245-278.

acima). Já as Reservas Biológicas não admitem populações humanas no seu interior, mesmo as populações tradicionais constitucionalmente defesas ou aquelas que demonstrem vinculação territorial e temporal.

Note-se que, encorpando uma legislação mais claramente protecionista do patrimônio ambiental natural, o SNUC vem sistematizar mecanismos de racionalização da defesa do patrimônio ambiental iniciados com o Código Florestal de 65, vanguardista nesse mister aos estabelecer diversos critérios delimitatórios à exploração florestal, entre os quais: 1) as APPs – Áreas de Preservação Permanente (artigos 2º e 3º); 2) os Parques e Florestas Federais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas – num esboço do atual SNUC (cf. art. 5º); 3) o incentivo a preservação por particulares (art. 6º), molde para as atuais RPPNs – Reservas Particulares de Proteção Natural; 4) a possibilidade de declarar qualquer árvore como imune de corte – o que, vale dizer, sob a atual perspectiva das UCs, tratar-se-ia de uma “micro reserva florestal” ou de um objeto autônomo com grau de preservação equiparado às UCs; 5) os impedimentos para cortes nas áreas de inclinação entre 25 e 45 graus; e 6) a criação da Reserva Legal (arts. 16 e 44)⁸.

Diante de uma especulação agrária e pecuária que devastara florestas inteiras, dizimando com a Mata Atlântica, o Código Florestal se insurgia para valorizar a madeira como produto brasileiro por excelência. Éramos ainda a Terra do Pau-Brasil - e deslindar metáforas pode ser um importante apoio para a escorreita exegese.

Em seu art. 8º, declara o Código Florestal:

Art. 8º - Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente de que trata esta lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

A lei de 1965 parece oscilar entre o que chamaríamos hoje de Proteção Integral e Uso Sustentável, pois ao tempo em que indica a preservação permanente prima pelo abastecimento interno de madeiras. Poder-se-ia até inferir que seus mecanismos protecionistas não possuíam um pano-de-fundo propriamente “ecológico”, mas antes “naturalista”. Nesse sentido, buscavam conter a alteração florestal sobretudo face à devastação agrária.

Warren Dean narra com dramaticidade alguns dos momentos desse impacto ambiental:

⁸ O Código Florestal de 1934 introduziu na legislação brasileira a noção de área reservada, ainda que de forma limitada, reconhecendo três categorias básicas: Parque Nacional, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais e Florestas Protetoras, pois este Código importou o modelo de planejamento florestal e de gestão territorial e ambiental dos EUA no final do século XIX. O Código Florestal de 1965 é uma ampliação do de 1934.

O desenvolvimento econômico era mais que uma política governamental; significava um programa social de enorme abrangência, energia e originalidade. A idéia de desenvolvimento econômico penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo, e até de ditadura, e de extinção da natureza. Acima de tudo, nas representações do Estado, nos meios de comunicação e no imaginário popular, o desenvolvimento econômico se vinculava à erradicação da pobreza. Isto se mostrou uma quimera. Na realidade, a estratégia deliberadamente perseguida colocava o crescimento econômico no lugar da redistribuição da riqueza. A maior parte dos ganhos do crescimento era outorgada àqueles no topo ou próximo ao topo da escala social, intensificando a concentração de renda. A reforma agrária e a titulação efetiva da terra pertencente a pequenos produtores eram evitadas pela promoção da expansão da colonização sobre faixas remanescentes da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica.⁹

O histórico de apropriação de terras no Brasil vinha e vem marcado pela presença do latifúndio. A começar pelas capitanias hereditárias, cuja titularidade de extensas regiões eram atribuídas eternamente a seus donatários, passando pelo sistema das sesmarias, que implicavam em dominialidade permanente das terras pela Coroa portuguesa que transferia o domínio útil aos sesmeiros, podendo reclamar de sua má utilização e tomá-las de volta para redistribuí-las a outros que melhor a aproveitassem¹⁰. O sistema ibérico tradicional de legislação fundiária – utilizado em Portugal desde o início do século XIV - parece ter sofrido novo alento com as navegações, quando o modelo extrativista ganhou amplidão e o Novo Mundo passou a ser considerado como propriedade descomunal a ser aproveitada. O Tratado de Tordesilhas não tivera outro objetivo senão retirar a propriedade das mãos de povos “selvagens”, logo civilmente inaptos, centralizando o domínio do mundo junto às coroas portuguesas e espanholas. O sistema de sesmarias no Brasil, por sua vez, na ausência de controle efetivo da Coroa, tornara-se fórum de barganha de privilegiados, que não raro descumpriam as obrigações assumidas, limitando a pagar os impostos, levando à irregularidade os trabalhadores incapazes de arcar como meeiros e que passaram a se estabelecer furtivamente, iniciando a cultura dos minifúndios¹¹. A Lei n.º 601, de 18/09/1850, chamada Lei das Terras, procurara, por um lado, regularizar a situação fundiária,

⁹ DEAN, Warren. **A ferra e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pg. 281.

¹⁰ “Só poderia tornar-se senhor de terras quem fosse branco e livre e, até uma certa época, católico. Havia uma interdição racial e religiosa no acesso à terra (...) Dessas concepções derivava um direito que era o direito dos vencedores e dominadores de gentes de outras raças e outros credos.” (MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, pg. 17)

assegurando a aquisição do domínio de terras devolutas através da legitimação de posse, mas o fez via prestação de impostos insuportáveis para o pequeno proprietário.

Colonização e reforme agrária.

Correlato ao Código Florestal de 1965, houvera, antes, em matéria agrária, a Emenda Constitucional n.º 10, de 09.11.64, que conferiu autonomia legislativa ao Direito Agrário e, em seguida, a 30 de novembro de 1964, surgia a Lei 4.504, o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra funciona até hoje como parâmetro para estabelecimento das políticas agrárias no Brasil, uma vez que estabelece a classificação dos imóveis rurais entre propriedade familiar, minifúndio, latifúndio e empresa rural. Dessa forma, já indica a conformação de nossa realidade fundiária, bipartida entre *latifúndios* (propriedades de grande extensão ou improdutivo, pertencentes a uma minoria da população) e *minifúndios* (propriedades muito pequenas, que inviabilizam uma produção mínima suficiente para sustentar uma família), nos modelos propostos da *propriedade familiar* (capaz de garantir o sustento de uma família e seu “progresso social e econômico”) e da *empresa rural* (empreendimento de pessoa física ou jurídica que explore econômica e racionalmente imóvel rural, atendendo à função social da terra)¹².

Dois diretrizes centrais são apontadas pelo Estatuto da Terra: a *colonização* e a *reforma agrária*. A colonização implica em criar mecanismos para o assentamento rural de famílias em terras desabitadas, pouco utilizadas, virgens ou incultas. Trata-se de instrumento de política agrária a ser implementado por atividade oficial ou por particulares com o objetivo de promover a propriedade familiar através da divisão de lotes ou parcelas ou através de cooperativas de produção. Vemos aqui que o projeto das cooperativas agrárias buscava já em fins de 1964 reunir a concepção de empresa agrária à dinâmica sustentável da propriedade familiar. Projeto ainda a ser devidamente implementado e que, na atualidade, passados mais de quarenta anos, encontra dificuldades de implementação inclusive nos assentamentos promovidos pelo MST – Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por outro lado, embora a lei vislumbrasse virtuais ações pela via da iniciativa privada, praticamente não se encontram registros nesse sentido, ficando o termo *colonização* praticamente afeto ao povoamento de terras devolutas.

A reforma agrária, por sua vez, veio a sublinhar a função social da propriedade, permitindo que a terra, improdutivo nas mãos de um proprietário, viesse parar nas mãos de outro, comprometido com sua utilização econômica e social. Através desse mecanismo, de certa forma presente nas antigas sesmarias, o Estado agora, ao invés de postar-se como

¹¹ Cf. MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário brasileiro**. Goiânia: AB, 1998, p. 30 e ss..

¹² Ver, nesse sentido, Decreto 84.685/80, que, em seu artigo 22, alterou a redação do artigo 4º do Estatuto da Terra.

proprietário perpétuo, funcionaria antes, idealmente, como um coordenador geral do anseio da coletividade. Trata-se, portanto, de intervenção estatal na propriedade privada, tida, estruturalmente, como fenômeno episódico, visando extinguir, gradualmente, com o minifúndio e com o latifúndio, destinando-se a consagrar o modelo das propriedades familiares.

O Estatuto da Terra trouxe também algumas questões importantes como o redimensionamento das áreas mínimas e máximas, estabelecido a partir de módulos regionais e, ainda, a compatibilização das políticas agrícolas com a reforma agrária. Entende-se por Política Agrícola o “conjunto de providências de amparo à propriedade da terra” (Art. 1º, parágrafo 2º), os quais vêm elencados no artigo 73 do Estatuto da Terra:

Art. 73. Dentro das diretrizes fixadas para a política de desenvolvimento rural, com o fim de prestar assistência social, técnica e fomentista e de estimular a produção agropecuária, de forma a que ela atenda não só ao consumo nacional, mas também à possibilidade de obtenção de excedentes exportáveis, serão mobilizados, entre outros, os seguintes meios: I – assistência técnica; II – proteção e distribuição de sementes e mudas; III – criação, venda e distribuição de reprodutores e uso de inseminação artificial; IV – mecanização agrícola; V – cooperativismo; VI – assistência financeira e creditícia; VII – assistência à comercialização; VIII – industrialização e beneficiamento de produtos; IX – eletrificação rural e obras de infra-estrutura; X – seguro agrícola; XI – educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional; XII – garantia de preços mínimos à produção agrícola.

Temas esses que ganharam peso constitucional através do art. 187 da CFRB e que tornaram a ser contemplados pela Lei 8.171, de 17.01.91, a Lei Agrícola, onde se torna a ressaltar que o adjetivo “agrícola” se consagra semanticamente em seu sentido lato como toda atividade referente à utilização produtiva de uma propriedade rural, deixando de lado o sentido restrito de produção de grãos.

Diferentemente da política ambiental que, passado um momento inicial de resistência, vem consagrando-se efetivamente a partir de 1981, o mesmo destino parece não haver se dado com a política agrária, cujo Estatuto da Terra, possível eco da dinâmica social da época e das expectativas que cercaram o breve governo do presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar de 31 de março de 1964, restou praticamente soterrado (*sic*) durante quase vinte anos, ressurgindo timidamente a partir do governo José Sarney e embalado mais pelo MST, que se notabilizou, do que pela atuação do INCRA, em geral meramente burocrática. Desse modo, as críticas atuais, expostas nos jornais, a insucessos

de assentamentos rurais, estão em sua maioria, relacionadas justamente à completa ausência de uma política agrícola condizente, uma vez que havendo o INCRA assentado o trabalhador na terra e lhe repassado o crédito rural, praticamente o abandona à própria sorte, deixando-o sem orientação, amparo técnico, estímulo ao cooperativismo ou qualquer dos incisos previstos no artigo 73 do ET¹³.

Inviabilidades políticas à parte para um projeto com traços socialistas, verifica-se, entretanto, que a lógica inerente a essa virtual política agrária era, sobretudo, a lógica da propriedade familiar que se, de um lado, perpetuava a orientação do liberalismo de influência inglesa, onde a cidadania se identificava com o acesso à propriedade da terra, símbolo do direito ao trabalho e à sobrevivência, coletivamente assegurados, de outro lado, pelo dimensionamento dos módulos prioritariamente enfatizados, trazia em seu bojo promessas de composição da dinâmica produtiva, através dos modelos sugeridos de cooperativismo e de empresa rural, levando a crer que se propunha, subliminarmente, um “segundo momento” da reforma agrária, embasado pela *commoditização* agrícola.

Em suma, um projeto audacioso, que rompia com as barreiras do mercado clássico e que sugeria habitar um modelo conservador para, a partir daí, ventilar certa flexibilização da dinâmica produtiva.

Curioso notar que, passados tantos anos, e face ao impacto negativo da Revolução Verde, o modelo da propriedade familiar pode estar a retornar, mas sob outro viés e sob outra lógica: sob o viés da produção orgânica e sob a lógica da sustentabilidade.

IBAMA contra INCRA

O IBAMA tem promovido denúncias em todo o país sob a alegação de que o INCRA estaria disponibilizando áreas entorno de unidades de conservação para assentamentos oriundos de reforma agrária. As alegações buscam demonstrar o arripio do disposto no artigo 7º do Decreto 750/93 que dispõe:

Art. 7º - Fica proibida a exploração de vegetação que tenha a função de proteger espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, formar corredores entre os remanescente de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração, ou ainda de proteger o entorno de unidades

¹³ Outro possível fator de destaque seria a ideologização do discurso do trabalhador rural, o qual, segundo José de Souza Martins, estaria sendo aparelhado por correntes políticas sectárias: “A esquerda tradicional, leninista, dizia, e por incrível que pareça ainda diz, que esse desenraizamento do trabalhador rural é, na verdade, progressista, um bem, porque cria o operário e, assim, abre caminho para transformar o camponês em cidadão”(In : STÉDILE, *op. cit.*, p, 23)

de conservação, bem como a utilização de áreas de preservação permanente, de que tratam os artigos 2º e 3º da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Por sua vez, a Resolução CONAMA 13, de 06 de dezembro de 1990, em seu artigo 2º estabelece um raio de dez quilômetros nas áreas circundantes de unidades de conservação como zona Tampão ou zona de amortecimento ou zona protetora, impedindo “qualquer atividade que possa afetar a biota”, a qual deverá “ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental”; e a Resolução CONAMA n.º 10, de 1º de outubro de 1993, define como entorno de unidades de conservação “a áreas de cobertura vegetal contígua aos limites de Unidades de conservação”. Some-se a isso a definição do SNUC, em seu artigo 2º, XVIII, que estabelece como “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Disso resultaria, no entendimento do IBAMA, que o assentamento de colonos nessas áreas estaria contribuindo para a degradação ambiental, em especial no entorno das Reservas Biológicas, devido a presença antrópica, passível de causar alteração das características da flora e da fauna e a supressão de espécies nativas.

Ora, essa judicialização negativa, tomando como base aspectos impeditivos e demarcatórios, obteve como contraparte, através de instrumentos como a Portaria INCRA n.º 477, de 04.11.1999, a criação da modalidade dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável, em substituição aos antigos Planos de Desenvolvimento Agrário¹⁴ - que foram a fonte inicial para a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta nacionais e para a revisão legislativa seguinte.

A lógica legislativa passou a tomar a defesa ambiental como premissa. Revisão histórica de um percurso de mais de quinhentos anos de depredação e que, todavia, nas mãos de um Estado centralizador, protagonista de uma gestão excludente, pode estar a representar a emergência, ou mesmo a consagração, do vetor “naturalista” já localizado na década de 1960. Nesse sentido, o “ufanismo verde” pode estar a mascarar antigas fobias, reclassificando o latifundiário como “parceiro” nas monoculturas florestais e perpetuando a reação ao trabalhador rural, impedido do acesso à terra agora sob o alibi de critérios técnico-científicos reveladores de impactos ambientais!!!

Populações tradicionais

Se resta ao Brasil o desafio de refazer as florestas, o mesmo não pode se dar sob a ótica da separação do homem e da natureza milenarmente construída, mas, pelo contrário, resgatando o antigo enlace do homem enquanto parte do meio ambiente. Nesse sentido, a compreensão de culturas de populações tradicionais pode ser importante passo para aprendermos a relativizar esse projeto e iniciarmos a trajetória de nosso retorno à floresta.

Apesar de tema controverso e fundamental na dinâmica das políticas de colonização e no histórico fundiário brasileiro, não existem até a atualidade conceitos legais para populações tradicionais. A CFRB, em seu Título VIII, Capítulo VIII, trata dos índios, reconhecendo seus direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam (artigo 231, caput). O art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhece a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras. No primeiro caso, dos indígenas, não existe reconhecimento de propriedade por serem os índios incapazes civilmente, sendo-lhes destinada, contudo, a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras por eles tradicionalmente ocupadas (artigo 231, parágrafo 3º). Já no caso dos *quilombolas* parece estar a haver o pagamento de uma dívida histórica frente à questão racial, considerado o preconceito racial crime inafiançável e imprescritível (artigo 5º, XLII). Todavia, seja em um ou em outro caso, o reconhecimento dessas características, estaria sujeito a processo administrativo delimitatório, onde concorreriam laudos antropológicos para reconhecimento das populações¹⁵. Ambas as hipóteses, todavia, poderiam a vir, na melhor das hipóteses, servir como parâmetro analógico – analogia *iuris* - para se determinar populações tradicionais, uma vez que a legislação veio a contemplá-las enquanto sujeito de direitos, como assevera a lei do SNUC:

Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de

¹⁴ Em setembro de 2001, nova Resolução do CONAMA, publicada no D.O.U. de 21.12.2001, estabelecia diretrizes para o licenciamento ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária.

¹⁵ Cf. Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, as normas regulando o prazo de permanência e suas condições serão estabelecidas em regulamento.

No Projeto de Lei havia uma definição de população tradicional que foi vetada. A definição estabelecia a permanência durante três gerações de uma comunidade em um dado território, o que talvez tenha sido compreendido como parâmetro por demais amplo, capaz de abarcar boa parte da população rural brasileira. A própria lei do SNUC, contudo, em outro momento, fornece uma definição, ainda que instrumental, para uma das categorias de população tradicional, o que viabilizaria uma analogia *legis*:

Art. 18. (...) populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte [...]”.

Observe-se que se trata de um critério técnico, sem passar propriamente pelos critérios anteriores, de natureza temporal e territorial. Guardemos essa informação e cotejemos antes a legislação federal com a legislação suplementar do Estado do Rio de Janeiro, que, em sua lei 2.395/95 dispõe sobre a permanência de populações nativas em unidades de conservação:

Art. 1º . Fica o Poder Executivo através de seus órgãos competentes, autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.

Embora não seja absolutamente pacífica a interpretação, a inteligência do critério forte da hierarquia, conjugado às questões analógicas enunciadas, permitiria concorrer com

os critérios territoriais-temporais os critérios de uma tecnologia “doméstica”, exemplificada pelo extrativismo e pela agricultura de subsistência. Ora, o importante aqui é delimitar com exatidão o que está realmente em foco: o direito de propriedade e, na sua impossibilidade, o direito real de uso, ou a defesa da tradicionalidade, que pode estar conjugada, na atualidade, à sustentabilidade “limpa”, através da agroecologia?

Desse modo, a própria utilização doméstica do solo, dentro dos parâmetros de uma agricultura familiar, representariam a um tempo o menor impacto ambiental possível para permitir a sobrevivência da espécie humana como representariam a tradicionalidade técnica necessária para a configuração de direitos subjetivos face à permanência nas próprias unidades de conservação, que dirá no seu entorno, onde, ao invés de serem impedidas, deveriam estar a serem promovidas.

Ou, dizendo o mesmo de outro modo, o que está em jogo é a revisão, sob a ótica ambiental, das teses ecológicas do Estatuto da Terra de 1964 e do Código Florestal de 1965, que compunham, com o amalgama formado pela reservas legais e pelas propriedades familiares uma retomada de vocações históricas de nossa gente e de nossa terra, conhecedores tradicionais dos modos de convivência da mata e da colheita. Não é à toa que o sobrenome mais comum no Brasil é Silva, que vem de Selva, imagem da floresta densa de onde estava a emergir o perfil do povo brasileiro, e para onde, talvez, deveríamos retornar, no resgate de nossa identidade.

REFERÊNCIAS:

BENJAMIN, Antonio Herman. O regime brasileiro de unidades de conservação *In*: Plúrima, Revista da Faculdade de Direito da UFF, v. 5. Porto Alegre: Síntese, 2001.

BRASIL. **Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.** *Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.*

_____. **Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965.** *Institui o Código Florestal.*

_____. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.** *Regulamenta o art. 225, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.*

DEAN, Warren. **A ferra e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pg. 281.

DELGADO, José Augusto. A proteção jurídica das florestas tropicais e a ação de desapropriação indireta. Doutrina e prática. *In*: BENJAMIN, Antonio H. de V., **Anais do 3º Congresso de Direito Ambiental: A proteção jurídica das florestas tropicais.** São Paulo: IMESP, 1999, pp. 245-278.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As populações humanas em áreas naturais de Mata Atlântica, *In*: EAMOS: Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo, **Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC).** São Paulo: ISA, 1996.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário brasileiro.** Goiânia: AB, 1998..

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997, pg. 17)

MUNASINGHE, M., **Environmental economics and valuation decisionmaking.** Washington D.C.: The World Bank, 1992.

MUDANÇA AMBIENTAL E A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ASSENTAMENTOS DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO

Luis Henrique Cunha

(Doutor em Desenvolvimento Sócio-Ambiental.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS/UFCG. E-

mail: luishcunha@uol.com.br

Aldo Manoel Branquinho Nunes

(Graduando em Ciências Sociais. Bolsista PIBIC/UFCG/CNPq.

E-mail: varzeavermelha@bol.com.br

RESUMO

Este artigo analisa os processos de mudança ambiental vivenciados em áreas de assentamento do semi-árido nordestino, buscando apreender – com base em pesquisa de campo realizada em um assentamento e em um acampamento de trabalhadores rurais sem terra localizados no médio sertão paraibano – as relações entre estratégias produtivas e as formas de apropriação dos recursos naturais nos assentamentos. Toma-se como hipótese que o processo mesmo de conversão de trabalhadores rurais sem terra em agricultores familiares, com as necessidades de investimento intrínsecas a esta conversão, tem sido forte demandante de recursos naturais, seja através da utilização direta na conformação da infra-estrutura produtiva, seja de modo indireto através da capitalização propiciada pela comercialização dos recursos naturais existentes nas áreas desapropriadas para fins de reforma agrária. Concluímos que os esforços para minimizar a demanda por produtos “da natureza” nos assentamentos do semi-árido implicam tanto o aperfeiçoamento interno dos processos de tomada de decisão quanto maior agilidade na liberação de créditos e nas ações de desapropriação e parcelamento.

INTRODUÇÃO

Em todo o país, muitos projetos de assentamento de reforma agrária são palco, nos primeiros anos de existência, de diferentes conflitos referentes à exploração de recursos naturais, envolvendo tanto as famílias assentadas quanto “invasores”, arrendatários (no caso do semi-árido nordestino, especialmente fazendeiros interessados em utilizar as pastagens existentes nas áreas desapropriadas) ou mesmo antigos moradores e outros agricultores residentes no entorno dos novos assentamentos. Em outro trabalho (CUNHA, NUNES E MIRANDA, 2006),

interpretamos a emergência destes conflitos como resultante do colapso dos regimes de propriedade que regulavam o acesso e o uso do solo e de outros recursos naturais nas áreas reformadas, com impactos importantes sobre os estoques de recursos existentes nas propriedades desapropriadas, interpretados enquanto processos de mudança ambiental.

O enfrentamento destes conflitos e as ações voltadas para evitar a degradação da base de recursos apropriados coletivamente pelas famílias assentadas fazem emergir novos regimes de propriedade e novas regras (na forma de acordos coletivos) para a regulação do uso e acesso (manejo) dos recursos coletivos do novo assentamento, possibilitando que se evite, assim, a concretização da “tragédia dos comuns” (CUNHA, NUNES e MIRANDA, 2006). Mas se a referência ao colapso dos regimes de propriedade é capaz de explicar satisfatoriamente os grandes desafios enfrentados pelas famílias assentadas para garantir o controle efetivo dos recursos naturais e possibilita compreender que a resolução destes conflitos passa inclusive pela aceleração nas ações com vistas ao parcelamento definitivo das áreas destinadas à reforma agrária, não dá conta de apreender toda a complexidade dos processos de mudança ambiental vivenciados nestes espaços sociais.

Este artigo objetiva avançar na compreensão dos processos de mudança ambiental nos assentamentos de reforma agrária localizados no semi-árido nordestino¹, focando a análise na relação entre a conversão de trabalhadores rurais sem terra em agricultores familiares (ou, mais apropriadamente, a conversão do latifúndio em propriedades familiares) e os diferentes usos (ou formas de apropriação) dos recursos naturais, inclusive das áreas delimitadas como de reserva legal ou de proteção permanente.

Parte-se do pressuposto que a intensificação na exploração dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária em relação ao padrão vigente no momento imediatamente anterior à reivindicação de desapropriação das terras improdutivas não resultam da falta de uma consciência ambiental por parte dos assentados, nem simplesmente da precariedade de suas condições de vida que os forcem a explorar intensivamente alguns recursos (principalmente madeira e pastagens, no caso dos assentamentos do semi-árido) para garantir a sobrevivência de suas famílias. A recusa desta visão “romântica” (MCCAY, 2001) é essencial para se compreender os processos de mudança ambiental vivenciados nos assentamentos e para que sejam propostas medidas que possam minimizar os efeitos da exploração dos recursos naturais em termos de degradação e marginalização destas áreas,

¹ Pesquisa iniciada em 2003, com financiamento do CNPq.

questões particularmente cruciais para as famílias assentadas na região do semi-árido nordestino.

A argumentação desenvolvida neste trabalho, baseada em pesquisa realizada em dois assentamentos de reforma agrária e em um acampamento de trabalhadores rurais sem terra localizados no semi-árido paraibano, ocupados entre os anos de 2000 e 2003², é de que o processo mesmo de organização da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária, com as necessidades de investimento intrínsecas a esta organização, tem sido forte demandante de recursos naturais, seja através da utilização direta na conformação da infra-estrutura produtiva, seja de modo indireto através da capitalização propiciada pela comercialização dos recursos naturais existentes nas áreas desapropriadas.

Nas três áreas estudadas, a exploração de recursos naturais aparece como alternativa às quase inexistentes fontes de financiamento para que fossem realizados os investimentos necessários nas infra-estruturas produtivas inerentes à organização da agricultura familiar, em virtude do atraso na liberação de financiamentos via PRONAF causado pela demora na realização do parcelamento e por problemas no processo de elaboração dos planos de desenvolvimento dos assentamentos (PDAs)³. Acrescente-se a isso as oportunidades de mercado existentes para os produtos extrativos da caatinga (principalmente madeira para diversos usos). Assim, os custos de oportunidade são bastante favoráveis à exploração de recursos naturais, principalmente nos primeiros anos de existência dos projetos de assentamento quando as atividades agropecuárias ainda não estão consolidadas.

1. A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS DO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

A pesquisa sobre as relações existentes entre mudança ambiental e a política pública de assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem terra é particularmente relevante em se tratando do semi-árido nordestino. Vários autores têm ressaltado as especificidades dos assentamentos de reforma agrária localizados no semi-árido e os desafios de se estabelecer práticas agrícolas e dinâmicas econômicas sustentáveis que possibilitem a convivência das famílias assentadas com as secas periódicas (CUNHA, 1997; DUQUE e COSTA, 2002).

² Assentamento José Antônio Eufrosino (município de Campina Grande), Assentamento Patativa do Assaré (município de Patos) e acampamento Nova Conquista (município de Condado).

³ No caso do acampamento Nova Conquista, as famílias estão envolvidas em atividades produtivas desde o ano de 2003, mesmo que em junho de 2007 a área ainda não tivesse sido desapropriada.

O semi-árido, correspondendo a cerca de 48% do Nordeste brasileiro, é uma região limitante ao desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, apresenta grande fragilidade diante da ação antrópica, com registros de seca que retrocedem até as primeiras décadas do século XVI. Melo (1999) destaca a vulnerabilidade à seca das atividades produtivas dominantes nas regiões rurais do semi-árido: a pecuária extensiva e a agricultura. E indica a concentração fundiária e a escassez de água como principais geradores de vulnerabilidade.

As iniciativas de reforma agrária representam significativas transformações espaciais no semi-árido. Num contexto de grande concentração fundiária e de precárias condições de vida de grande número de famílias de pequenos produtores e de trabalhadores rurais, um projeto de assentamento surge como oportunidade de desenvolvimento local e de reversão dos processos sociais que tornam a população local vulnerável à ocorrência das estiagens prolongadas (CUNHA, 1997). Todo espaço físico permanentemente ocupado é um espaço que se transforma pelo vivido, pelo conjunto das relações que o constituem. O movimento de luta pela terra e os processos de desapropriação de áreas para o assentamento de agricultores familiares desencadeiam novas dinâmicas de estruturação e reestruturação do espaço.

Ainda que agricultores familiares tenham desenvolvido estratégias de utilização eficiente dos limitados recursos dos ecossistemas do semi-árido (estratégias baseadas na diversificação produtiva, formação de poupança para os períodos secos, principalmente através de animais e milho, e na autonomia da unidade doméstica enquanto sistema produtivo), Cohen (1997) chama a atenção para os limites e contradições ecológicos e sociais destas estratégias.

O tratamento da questão ambiental em áreas de assentamento de reforma agrária no Brasil e mesmo no semi-árido nordestino não é recente, mas tem se dado de modo esporádico e, muitas vezes, atrelado a outras preocupações práticas e teóricas, principalmente no quadro da viabilidade ou da sustentabilidade dos projetos de assentamento, das necessidades de geração de renda pelas famílias assentadas e da avaliação global da política pública executada pelo governo federal, através do INCRA.

O relatório da FAO (1992) sobre os indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária no Brasil já estabelecia uma relação entre área desmatada nos assentamentos e geração de renda⁴. Dulley e Carvalho (1994), numa avaliação crítica deste trabalho, chamavam a atenção para duas questões que têm aparecido fortemente no debate sobre a problemática ambiental em áreas reformadas,

⁴ HÉBETTE (1994) criticou o tratamento das questões ambientais em áreas de assentamento feita pelo relatório FAO unicamente a partir da geração de renda.

quais sejam: 1) os impactos ambientais causados pelas famílias assentadas e 2) as relações entre degradação ambiental nos assentamentos e as dificuldades do Estado brasileiro em planejar a criação dos projetos de assentamento e em garantir a proteção das áreas de reserva legal e de proteção permanente.

Este debate, porém, tem se travado no âmbito muito mais ideológico e político, do que referenciado em pesquisas empíricas e em novas visões sobre a problemática. Sem deixar de reconhecer tanto os impactos ambientais que a criação de um projeto de assentamento causa, nem de problematizar a ação dos técnicos do INCRA e os entraves burocráticos, acreditamos que é preciso avançar justamente na compreensão das relações entre estas duas problemáticas, no quadro dos investimentos necessários à organização da agricultura familiar nas áreas reformadas.

Duas pesquisas de alcance nacional realizadas já na década de 2000 sobre os assentamentos de reforma agrária no Brasil incluíram a questão ambiental em seus objetos de investigação (SPAROVEK, 2003; LEITE et al., 2004). No estudo de Sparovek (2003), o índice de qualidade do meio ambiente é mais baixo para os assentamentos localizados no Norte e Nordeste do que nas demais regiões brasileiras. Para a elaboração desse índice, levou-se em conta o estado de conservação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, baseando-se, porém, na percepção dos informantes e não em pesquisa efetiva sobre a situação destas áreas. Cunha et al. (2005) contestam a elaboração do índice, argumentando que a existência de áreas de reserva legal e de preservação permanente não é indicador de qualidade ambiental, já que muitas dessas áreas foram intensivamente exploradas no passado e se apresentam atualmente bastante degradadas. E que estudos empíricos têm demonstrando que iniciativas de conservação ambiental são mais consistentes justamente naquelas áreas em que os problemas ambientais são mais graves.

No trabalho de Leite et al (2004), a temática ambiental aparece de maneira indireta quando é abordada a produção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Ao abordar o extrativismo, os autores revelam a contribuição da extração de recursos naturais na composição da renda das famílias assentadas. Nas áreas de grande concentração de assentamentos estudadas (chamadas de manchas), o extrativismo apresenta maior relevância na composição da renda familiar entre os assentados do Sudeste do Pará, do Oeste de Santa Catarina e do Sul da Bahia. Para a mancha do Sertão do Ceará (única representativa do semi-árido nordestino), os recursos naturais mais extraídos são lenha (por 18,95% das famílias), areia (1,96%), argila (7,84%) e lenha para carvão (1,96%). As pesquisas que temos realizado em assentamentos do semi-árido paraibano, no entanto, têm revelado que quase a

totalidade das famílias assentadas realizam exploração madeireira, tanto para usos domésticos e na implantação de infra-estrutura produtiva (mais generalizado) quanto para comercialização na forma de lenha, carvão, estacas, mourões e varas, entre outras formas.

Em se tratando de pesquisas em assentamentos no semi-árido nordestino, alguns trabalhos têm dado atenção às questões ambientais. Lopes (1992), em estudo de caso realizado no Assentamento Barra da Onça, localizado no sertão sergipano, atesta que a área desmatada nos dois primeiros anos seguintes à criação do assentamento foi superior a que foi efetivamente utilizada para a agricultura e pecuária, significando, para ele, a existência de uma exploração irracional e comercial dos recursos madeireiros.

Sabourin, Caron e Silva (1999), em artigo sobre o manejo dos “fundos de pasto” pelas comunidades de Massaroca, no nordeste baiano, chamam a atenção para o perigo de que as demandas de mercado para os recursos naturais do semi-árido possam levar à degradação das áreas manejadas, mesmo numa situação em que instituições sociais regulam o acesso e uso a recursos apropriados coletivamente e em que as famílias de agricultores familiares chegam a dispor de até 133 ha (entre áreas de uso familiar e coletivo) para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, área muito maior do que tem sido disponibilizada para as famílias assentadas na maior parte dos assentamentos criados no semi-árido nordestino.

Francelino, Fernandes Filho, Resende e Leite (2003), em estudo realizado em 10 assentamentos localizados no semi-árido do Rio Grande do Norte, revelaram que os recursos florestais da caatinga são utilizados, pelas famílias assentadas, como fonte energética; pastagem natural para bovinos, caprinos e ovinos; na implantação de infra-estrutura do assentamento e na elaboração de fitoterápicos. Os valores obtidos na determinação do potencial econômico da comercialização de produtos florestais foram relativamente baixos entre as famílias assentadas, mas, para os autores, esse potencial poderia ser aumentado através de Planos de Manejo Florestais.

Barreto, Khan e Lima (2005), em trabalho que tenta mensurar a sustentabilidade dos assentamentos localizados no município de Caucaia, no semi-árido cearense, concluem que dos três assentamentos estudados, apenas dois (Boqueirão dos Cunhas e Buíque) apresentam um índice ambiental médio, enquanto que no assentamento Angicos este índice é considerado baixo. Para o cálculo deste índice, levaram em conta: existência de áreas de reserva; preservação ou recuperação do solo; estado da biodiversidade; existência ou não de monocultura; utilização ou não de agrotóxicos.

Em todos estes trabalhos, o ambiente é tratado em termos estáticos, ponto de partida contrário ao nosso, e, como dissemos anteriormente, sempre subordinado a questões de “sustentabilidade” ou de renda. Influenciados pela abordagem da ecologia política, optamos por refletir em termos de processos de mudança ambiental, colocados como foco principal da análise e da pesquisa empírica.

2. A ABORDAGEM DA ECOLOGIA POLÍTICA

A abordagem da ecologia política permite dar conta tanto de processos sociais e ambientais quanto das conexões e interdependências entre experiências locais e transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais ocorridas nos contextos regionais e nacionais. A ecologia política sintetiza duas perspectivas teóricas: a economia política e a ecologia cultural. Em linhas gerais, a economia política contextualiza um determinado grupo social (comunidade) em relação a uma região, nação ou mesmo ao sistema mundial. Já a ecologia cultural examina as adaptações dos grupos sociais ao ambiente local e aos fatores demográficos (SHERIDAN, 1996). Permite, assim, entender e interpretar a experiência local no contexto dos processos globais de mudança ambiental e econômica (ROCHELEAU et al., 1996), enfatizando as dimensões políticas da interação entre seres humanos e natureza, deixando de tratar as comunidades humanas como se fossem homogêneas internamente e autônomas em relação ao contexto externo (VAYDA E WALTERS, 1999). A ecologia política permitiria, assim, entender e interpretar a experiência local no contexto dos processos globais de mudança ambiental e econômica (ROBBINS, 2004; PAULSON, GEZON e WATTS, 2004; BIRSACK, 1999).

Ao relacionar os processos de tomada de decisão (locais e extra-locais) ao contexto social, político e econômico que moldam as políticas e práticas ambientais, a ecologia política direciona a atenção para a distribuição desigual no acesso e controle sobre os recursos naturais, desigualdade fundada em fatores como classe, gênero, etnicidade, raça e cultura (ROCHELEAU et al., 1996).

Um pressuposto fundamental da ecologia política é o de que o poder circula entre diferentes grupos sociais, recursos e espaços e, assim, molda o ambiente em que ocorrem a ação e a interação entre seres humanos. É necessário, portanto, localizar o poder nas formas pelas quais pessoas, recursos e lugares são construídos. A política é tomada então em termos das relações de poder que moldam e integram todas as interações humanas, caracterizadas por confrontação e negociação, e influenciadas por sentidos simbólicos e discursivos (PAULSON, GEZON e WATTS, 2004; CUNHA, 2004).

Os pesquisadores vinculados à ecologia política tomam a mudança ambiental como um produto do processo político e chamam atenção para o fato de que custos e benefícios associados à mudança ambiental são distribuídos desigualmente entre os atores sociais. A desigualdade na distribuição de custos e benefícios, por sua vez, reforça ou reduz as desigualdades econômicas e sociais já existentes, alterando as relações de poder entre os diferentes atores e grupos sociais (ROBBINS, 2004; PAULSON, GEZON e WATTS, 2004).

Sheridan (1996), seguindo os passos de Eric Wolf (1999) em sua teorização sobre ecologia política, afirma que a ecologia de qualquer comunidade é política na medida em que é influenciada pela ação de outros grupos sociais e pelo fato de que a exploração, distribuição e controle sobre recursos é sempre mediada pelas relações diferenciais de poder entre os indivíduos. Assim, as comunidades agrícolas estariam constantemente engajadas numa dialética criativa entre forças locais e externas.

A aplicação da abordagem da ecologia política aos estudos sobre campesinato e agricultores familiares deve focar tanto os indivíduos (e suas estratégias produtivas e políticas próprias) quanto à comunidade (como esfera de tomada de decisão e enquanto lugar das instituições sociais). Indivíduos e comunidades, como alerta Anderson (1994), inseridos em contextos ambientais e sociais mais amplos.

Principalmente, a ecologia política permite compreender as estratégias produtivas dos agricultores familiares e seus esforços de reprodução social não apenas como adaptações ao meio ambiente, mas, principalmente, como uma tática ou posicionamento político no mundo. A noção de interdependência é fundamental nesta aplicação da ecologia política à compreensão das dinâmicas sociais da agricultura familiar, sendo elemento analítico para compreender as relações entre indivíduo, comunidade, instituições comunitárias, o ambiente natural e os contextos regionais e nacionais (ANDERSON, 1994).

3. RECURSOS NATURAIS E ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O semi-árido nordestino é caracterizado por baixos índices pluviométricos (com variações entre 180mm e 1200mm de chuvas anuais e média de 500mm ao ano); solos rasos, arenosos ou pedregosos e muitas vezes salinos; a vegetação é de caatinga com plantas arbóreo-arbustivas possuindo adaptações xerofíticas e xerofílicas (espinhos, folhas pequenas). Nessas áreas podem ser encontradas diferentes espécies vegetais, tais como caibera, oiticica, umbuzeiro, jurema, canafístola, juazeiro, mororó, marmeleiro, jucá, baraúna, angico, aroeira, feijão-bravo, pereiro, umburana, mandacaru, faxeiro, macambira; além de herbáceas como gitirana, malva, mata-pasto, muçambê, fedegoso e feijão-de-boi.

Nossas pesquisas referentes aos conflitos relacionados ao uso e acesso a recursos naturais e processos de mudança ambiental em assentamentos de reforma agrária no semi-árido nordestino foram iniciadas em 2003, no Assentamento José Antônio Eufrosino, criado em 2001, numa área de quase 3 mil ha e capacidade para assentar 100 famílias (das 200 que originalmente ocuparam a área), localizado no município de Campina Grande, na porção semi-árida do Planalto da Borborema. A partir de 2006, a pesquisa foi estendida para o sertão paraibano, envolvendo as famílias do Assentamento Patativa do Assaré, criado em 2003 no município de Patos, com 2.239,6 ha e 60 famílias assentadas; e o acampamento Nova Conquista, com 31 famílias, que reivindicam desde 2003 uma área de 1.725 ha, nas margens da BR-230, no município de Condado.

Nas três áreas, foram aplicados questionários com uma amostra das famílias assentadas ou acampadas; realizadas entrevistas com as lideranças dos assentamentos; consultados documentos referentes aos processos de tomada de decisão no âmbito dos assentamentos/acampamento; e realizadas observações diretas.

3.1. Acampamento Nova Conquista

Apesar de não morarem dentro da propriedade (para driblar a Medida Provisória que proíbe a vistoria por dois anos em fazendas ocupadas), os acampados utilizam efetivamente a área para cultivar cereais, bem como para criar animais. Cerca de 80 hectares de um baixio foram “brocados” (preparados para plantio) e vêm sendo utilizados para plantar milho, feijão e gergelim, principalmente, bem como culturas secundárias como melancia, jerimum e batata. Cada família dispõe de até dois hectares desse baixio que dista de 300 metros a 2 quilômetros do lugar em que as famílias se encontram acampadas. Pelo cálculo dos acampados, foram colhidas 45 toneladas de milho e 252 sacas de feijão em 2006. O restante da terra está dividida em 05 piquetes com acesso a água dos açudes, onde é solto o gado dos acampados para pastar. Nessas áreas de manga (mata utilizada como área de pastagem), estão soltos cerca de 90 bovinos e 12 eqüinos e muares.

Devido ao fato de a terra ainda não ter sido desapropriada e o assentamento ainda não ter sido criado (mesmo depois de quatro anos de acampamento), não existe possibilidade de liberação de qualquer crédito que fomenta a produção dos acampados. A única ajuda que existe, para a sobrevivência das famílias, é a cesta-básica mensal distribuída pelo Incra para cada família, além da inclusão destas (atualmente 18) no programa Bolsa-família.

É importante considerar a demanda e a pressão ambiental que a instalação do acampamento causou até o momento. Primeiro, foi preciso retirar madeira da

propriedade para construção das casas de taipa do acampamento. A utilização da área de baixio para a agricultura implicou também na retirada da cobertura vegetal que cobria a área. Para viabilizar-se a criação do gado, foi necessário reformar as cercas que estavam caídas ou construir novas cercas, com estacas também retiradas das matas existentes na propriedade.

Os acampados, em sua totalidade, utilizam lenha ou carvão vegetal produzido com madeira retirada da propriedade como fonte de energia para cozinhar. Apesar de a maioria das famílias afirmarem que “aqui ninguém faz carvão” ou “fazer carvão aqui é proibido”, 41 % das famílias assumiram que costumam fazer carvão ou já ter feito em algum momento anterior. Destas, 33% admitiram comercializar o carvão produzido.

A produção de carvão coincide com o período de preparação do solo para plantio (“botando uma broca”). O carvão é armazenado e utilizado para o suprimento de necessidades imediatas (ou se vende “se precisar de uns trocados para interar a feira” ou se consome “para botar o feijão no fogo”).

Os acampados desenvolvem estratégias produtivas integradas que possibilitem economizar tempo e serviço, além de se utilizar dos recursos disponíveis (madeira, pasto, água, peixes, caça, terras cultiváveis, acesso ao mercado, etc). Para exemplificar, pode-se sintetizar o relato de um acampado. Para construir a casa e fazer as cercas precisou-se de estacas, estiques, esteios, varas e caibros de boa qualidade. Ele escolheu uma área que tinha alguma reserva de madeira para “fazer a broca”. Da área, retirou a madeira grossa para as construções, a madeira fina e torta foi aproveitada para encher as carvoeiras e o restante foi queimado sobre o solo para que a futura lavoura aproveitasse as cinzas como adubo. O carvão produzido, as estacas e mourões foram utilizados para a demanda da família, mas também podem ser vendidos⁵, pois existe mercado. Depois de dois ou três anos de cultivo, bota-se uma nova broca, e, nesta época, provavelmente as cercas já precisem de reforma e a terra inicial já tenha “afracado”. A área será utilizada como banco de pasto pelos animais, que compactam o solo, mas também o adubam. Dessa maneira, inicia-se um novo ciclo em que se tenta aproveitar ao máximo o tempo e mão-de-obra⁶.

3.2. Assentamentos José Antônio Eufrosino e Patativa do Assaré

Nos assentamentos José Antônio Eufrosino e Patativa do Assaré, as famílias assentadas ainda não foram beneficiadas com recursos do PRONAF para

⁵ No caso do acampamento Nova Conquista, nenhuma das famílias informou ter vendido estacas ou mourões.

⁶ A partir daí, pode-se eleger o ato de se “botar a broca” como a principal estratégia que integra o processo produtivo da agricultura familiar em geral no semi-árido nordestino e em especial a instalação de acampamentos de trabalhadores rurais sem-tem com intuito de se assentar e se tornar produtores familiares.

investimento em suas atividades produtivas. Apesar disso, têm convertido as áreas de latifúndio em lotes de agricultores familiares. No assentamento José Antônio Eufrosino, os lotes têm área de 18ha, enquanto que no Assentamento Patativa do Assaré, os lotes possuem 23,8 ha, havendo ainda exploração de uma área de baixio mantido formalmente como área coletiva, mas loteado informalmente entre as famílias. Neste último, são também utilizadas para produção agrícola “vazantes” e “represas” dos açudes, que, formalmente, deveriam ser áreas de preservação permanente. Uma das lideranças do assentamento assim justifica a opção feita:

“As vazantes e o baixio não entram oficialmente, elas entram como área comunitária, levando em consideração que as vazantes, se nós fossemos respeitar a APP, nós não poderíamos plantar (...) Tem que deixar a vontade... só que, que nem diz a história, nós vamos respeitar? Então precisaríamos que fosse feito um bom trabalho levando em consideração que nós estamos no Sertão. Nós vemos água, ter terra boa e não poder cultivar, como é que fica? Muito contraditório a APP.”

Nos dois assentamentos, as áreas de reserva legal são utilizadas como áreas de pastagens naturais para os rebanhos bovinos, principalmente nos períodos secos. Nos dois assentamentos, também, os pastos naturais foram, no passado, arrendados para criadores vizinhos, gerando tanto formas alternativas de rendimento quanto conflitos entre as famílias assentadas, entre os favoráveis e contrários a este tipo de prática.

No assentamento José Antônio Eufrosino, os conflitos referentes ao acesso e uso dos recursos naturais foram mais intensos, principalmente com agentes externos ao assentamento, principalmente fazendeiros interessados nas reservas de pasto e oportunistas que exploravam a fauna, recursos pesqueiros e madeira.

Nas duas áreas, boa parte da infra-estrutura produtiva nos lotes familiares foi implantada com a utilização direta ou indireta dos recursos naturais da área, com ênfase para os recursos madeireiros. É comum também aos dois assentamentos, esforços no sentido de regular a exploração de recursos naturais, ainda que nos dois casos sejam registrados usos considerados impróprios aos assentados, fundamentalmente a comercialização de estacas, carvão e lenha provenientes das áreas de reserva legal.

No dois assentamentos, também, a totalidade das famílias utiliza lenha ou carvão para cozinhar. De acordo com uma liderança do assentamento José Antônio Eufrosino:

“(...) uma casa aonde freqüenta muitas pessoas, como aqui, vamos dizer que 10 pessoas diárias, nós gastamos três metros de lenha mensal. Então a

gente vai gastar durante um ano 36 metros de lenha, (...) isso vai dar mais de dois caminhões de lenha. Se cada família gastar um caminhão de lenha por mês (...) vão ser 100 caminhões de lenha. Então você já imaginou o que é isso? Cem caminhões de lenha anualmente? Sabendo nós que a vegetação caatinga, ela passa 5, 6, 8, 10 anos pra desenvolver um porte aí de 3, 4 cm de raio, então isso é o cúmulo do absurdo né? Porque a gente sabe que dessa forma terá que ter muita madeira pra nunca faltar (...).”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três áreas estudadas no semi-árido paraibano, as famílias envolvidas na luta pela terra recorreram e ainda recorrem aos recursos naturais existentes nos assentamentos/acampamento no processo de conversão do latifúndio em área de agricultura familiar.

Nestes casos, os recursos naturais compensam o atraso na liberação de créditos para investimentos produtivos, ainda que sua utilização, mesmo numa situação ideal de financiamento agrícola, é, ao que nos parece, fundamental para a agricultura familiar praticada no semi-árido nordestino, pelo menos no marco das estratégias produtivas atualmente adotadas.

Outra variável importante é a existência de um mercado relevante para produtos madeireiros na região, que absorve o resultado do extrativismo praticado nos assentamentos. Nossas pesquisas têm revelado, assim, que a conjugação de uma série de variáveis, referentes tanto ao contexto em que os assentamentos se inserem (com ênfase para o contexto institucional referente à atuação do INCRA e de seus agentes e à inserção no mercado de produtos da caatinga existente na região) quanto às práticas e interesses das próprias famílias assentadas nos ajuda a compreender os processos de mudança ambiental engendrados com a criação de assentamentos de reforma agrária no semi-árido paraibano.

A pesquisa nos três assentamentos estudados ainda continua, tentando agora especificar melhor as diferentes estratégias produtivas adotadas pelas famílias assentadas, na tentativa de correlacionar os impactos das diferentes estratégias em termos dos processos de mudança ambiental vivenciados nas áreas de uso coletivo dos assentamentos, bem como nos lotes familiares.

A compreensão possibilitada por pesquisa empírica sobre a existência de relações significativas entre as estratégias produtivas das famílias assentadas, em seu processo de estruturação enquanto agricultores familiares, e as dinâmicas de mudança ambiental vivenciadas em áreas de assentamento localizadas no semi-árido nordestino tem diferentes implicações práticas. De um lado, é possível oferecer

elementos para aperfeiçoamento das políticas públicas de assentamento de famílias de agricultores sem terra de modo a minimizar as demandas ambientais envolvidas nesta ação. Por outro lado, contribui para o debate acerca do tamanho mínimo dos lotes familiares nos assentamentos no semi-árido, considerando-se que a demanda por produtos “da natureza” é parte intrínseca da instalação de assentamentos no semi-árido. E, ainda, oferecer elementos para os processos de tomada de decisão coletivos e individuais no âmbito dos movimentos de luta pela terra e das famílias assentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, L. E. (1994) *The political ecology of the modern peasant: calculation and community*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. (2005) Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. *Revista Economia e Sociologia Rural*, v. 43 (02).

BIERSACK, A. (1999) From the “new ecology” to the new ecologies. *American Anthropologist*, v. 101 (1): 05-18.

COHEN, M. (1997) As práticas sócio-ecológicas frente à seca: limites e contradições no exemplo do cariri paraibano. In: Castro e Pinton (orgs.), *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Editora CEJUP/NAEA-UFPA.

CUNHA, L. H. (1997) *Vulnerabilidade à seca e sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária no semi-árido nordestino*. Campina Grande: CH/UFPB, dissertação de mestrado, mimeo.

CUNHA, L. H. (2004) *Da tragédia dos comuns à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais*. *Raízes*, v. 23 (01-02): 10-26.

CUNHA, L. H.; GOMES, R. A.; MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. A.; e IENO NETO, G. (2005) A construção de índices como instrumentos para retratar a realidade social: uma análise crítica. In: Galvão e Sparovek (coords.), *Assentamentos em debate*. Brasília: MDA/NEAD.

CUNHA, L.H.; NUNES, A. B. e MIRANDA, R. S. (2006) *Colapso e reconstrução dos regimes de propriedade e o manejo dos recursos naturais em áreas de assentamento*. 1º. Encontro da Rede de Estudos Rurais, Niterói.

DULLEY, R. D. e CARVALHO, Y. M. C. (1994) *Uso do solo e meio ambiente nos assentamentos*. In: Romeiro, Guazirolí, Palmeira e Leite (Orgs), *Reforma agrária*,

produção, emprego e renda: O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes/Ibase/FAO.

DUQUE, G. e COSTA, M. D. G. (2002) Reforma agrária no semi-árido nordestino: que passos para a sustentabilidade? In: Duque (org.), Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

FAO (1992). *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos da reforma agrária*. Rio de Janeiro: FAO/PNUD/MARA.

FRANCELINO, M. R. et al. (2003) Contribuição da caatinga na sustentabilidade de projetos de assentamentos no sertão norte-rio-grandense. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 27 (01).

HÉBETTE, J. (1994) Meio ambiente nos assentamentos: alguns aspectos metodológicos. In: Romeiro, Guazirolí, Palmeira e Leite (Orgs), Reforma agrária, produção, emprego e renda: O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes/Ibase/FAO.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M. E CINTRÃO, R. (2004) Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Editora UNESP.

LOPES, E. S. A. (1992) Projeto de Assentamento Barra da Onça: dois anos depois, o que mudou? *Reforma Agrária*, v. 22 (03).

MCCAY, B. J. (2001) Community and the commons: romantic and other views. In: Agrawal e Gibson (eds.), *Communities and the environment: ethnicity, gender, and the state in community-based conservation*. New Brunswick: Rutgers University Press.

MELO, J. C. (1999) O fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil. *Raízes*, ano XVIII(20): 13-21.

PAULSON, S.; GEZON, L. L. e WATTS, M. (2004) Politics, ecologies, genealogies. In: Paulson e Gezon (eds.), *Political ecology across spaces, scales, and social groups*. New Brunswick: Rutgers University Press.

ROBBINS, P. (2004) *Political ecology: a critical introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.

ROCHELEAU, D.; THOMAS-SLAYTER, B. e WANGARI, E. (1996) Gender and environment: a feminist political ecology perspective. In: Rocheleau et al. (eds.), *Feminist political ecology: global issues and local experiences*. London: Routledge.

SABOURIN, E.; CARON P.; SILVA P. C. G. (1999) O manejo dos "fundos de pasto" no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável. *Raízes* v. 20 (01 e 02).

SHERIDAN, T. E. (1996) *Where the dove calls: the political ecology of a peasant corporate community in Northwestern Mexico*. Tucson: The University of Arizona Press.

SPAROVEK, G. (2003) *A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas e Letras Editora/USP/MDA/FAO.

VAYDA, A. P. e WALTERS, B. B. (1999) Against political ecology. *Human Ecology*, v. 27, n. 01, pgs. 167-179.

WOLF, E. (1999) *The hidden frontier: ecology and ethnicity in an Alpine Valley*. Berkeley: University of California Press.

MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA AGROECOLOGIA E SUA CARACTERIZAÇÃO ENQUANTO AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Cynthia Xavier de Carvalho

Doutoranda do PPGS/UFPB, professora da UNICAP - PE
cynthia_xavier@hotmail.com

Edgard Malagodi

Professor do PPGCS/UFCG, Doutor em Sociologia.
emalagodi@uol.com.br

RESUMO

No contexto da agricultura familiar e camponesa, estratégias têm surgido em torno da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental no qual a perspectiva agroecológica vem ganhando força. No caso da Paraíba a temática da agroecologia tem entrado em cena com uma forte articulação entre camponeses, puxada pelas entidades sindicais com as associações de base, em diálogo com outros movimentos sociais rurais e entidades não-governamentais (ONGs), construindo um discurso da autonomia camponesa não isento de questionamentos, mas que permite desenvolver uma série de hipóteses acerca da relação entre agroecologia e as organizações coletivas. Sem entrar em detalhes com relação a dados empíricos, esse trabalho tem como objetivo lançar algumas hipóteses teóricas relacionadas aos olhares sobre a perspectiva agroecológica, de forma que se possa delinear um corpo conceitual da Agroecologia analisando as potencialidades das articulações sociais no processo de construção/valorização do campesinato, bem como a capacidade de pressão dessas ações para acesso às políticas públicas.

Palavras-chave: agroecologia, sustentabilidade agrícola, movimentos sociais

1. OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA AGROECOLOGIA

1.1. A Agroecologia enquanto ciência

A agroecologia surgiu (do final dos anos 70 e início dos anos 80) como uma tentativa de estabelecer bases científicas para alternativas à agricultura industrializada. O objetivo era construir um modelo, evitando-se a tendência a degradação dos recursos no qual a agricultura industrializada ficou associada, estruturando-se sob diferentes tradições intelectuais e disciplinas (estudos camponeses, ecologia e ambientalismo, dentre outros) (MARS DEN, 2006). Este tem sido um enfoque que vem se configurando em contraste com outras estruturas

conceituais construídas para explicar as mudanças de paradigmas da agricultura na atualidade, a exemplo da *agricultura orgânica*. A diferença, porém, perpassa pelo entendimento de que a agricultura orgânica, biológica, ecológica, entre outras, são modelos e técnicas que podem estar presentes como elementos constitutivos do enfoque agroecológico, na medida em que se tem como um dos pressupostos o respeito ao meio ambiente. O fato de ser orgânico, biológico ou ecológico, dentre outros, não necessariamente configura a adoção da perspectiva agroecológica. Como exposto por Altieri¹, parcelas de cultivo orgânico podem se basear na substituição de um tipo de insumos por outro, que segue os mesmos padrões que a agricultura convencional e o viés ideológico da *Revolução Verde*, e que pode suprimir o conhecimento acumulado pelas comunidades durante milênios, tornando-as igualmente dependentes do modelo tecnológico e comercial. Além disso, muitos agricultores orgânicos têm adotado um sistema de monocultura de abastecimento de mercados elitistas, que transforma o produto uma simples etiqueta que diz “*sem uso de agrotóxico*”, mas que não é feito em um plantio sustentável, pois deixa de lado os aspectos sociais. Para Altieri a diferença consiste em não se trabalhar com receitas ou pacotes tecnológicos, mas por intermédio de uma investigação com a participação de agricultores, universitários e técnicos especializados, instituindo uma verdadeira troca de paradigmas, ao mesmo tempo em que resgata a prática e as relações com a terra e o produto delas, formando alguns diferenciais frente à ciência atualmente hegemônica (CARVALHO e MALAGODI, 2006). Assim, formula-se a proposta da Agroecologia como uma ciência que utiliza outras ciências, estudando atividades agrícolas que se desenvolvem no meio, cuja “artificialização” é montada a partir de mecanismos produzidos pelo meio ambiente, levando-se em conta todas as esferas que compõem a sociedade (cultural, ambiental, econômico, social...). Emerge, então, como “uma concepção que a ciência agrícola convencional poderia nomear facilmente de um novo paradigma de desenvolvimento rural anti-moderno, cujas experiências mundialmente espalhadas, nascem do processo de resistência na fresta da modernização agrícola, oferecendo estratégias produtivas e sociais” (GUZMÁN e MARTINEZ-ALIER, 2006).

Nesse contexto, a *agricultura familiar*² e a *camponesa*³ tornam-se atores importantes no processo. De acordo com GUZMÁN e MARTINEZ-ALIER (2006, p. 472),

¹ Disponível em: <http://www.uc.org.uy/ambiente/noti1101h.htm>. Acesso em 23/01/2006.

² O caráter familiar da produção provém do fato deste agricultor contar com o trabalho dos membros da família nas áreas de produção (Ver Andrade, 1986; Scheneider, 2003). Conforme exposto por Wanderley (1996) essa não é uma categoria social recente, mas o significado, a abrangência e todos os esforços em termos de construir tipologias têm lhes atribuído um ar de renovação. Entretanto, considerando o conceito genérico exposto acima, podemos entendê-la como uma categoria que inclui uma grande diversidade de formas sociais. Fazem parte dessa diversidade, o campesinato e as modernas formas de agricultura

The main actors are not neo-rural postmodern organic farmers (as they might exist in the United States and Europe) but spokesmen for large rural populations, sometimes peasants, sometimes landless labourers (as the MST in Brasil).

A Agroecologia surge revalorizando o saber-experiência, enfatizando os potenciais locais e as práticas camponeses. Fato que pode levar a pensar a agroecologia não apenas como ciência, mas como

A collective practice of agriculture which explicitly considers not only economic and social aspects (income, employment), but also environmental and ecological aspects (pollution, soil conservation, cycles of nutrients energy flow). (Guzmán e Martínez-Alier, 2006, p. 472)

Razão que aponta, segundo o autor, para um entendimento da agroecologia como uma prática, que envolve novas preocupações em torno não apenas de aspectos econômicos, mas sociais, culturais e ambientais, e que perpassa o entendimento dessa temática enquanto enfoque científico.

Porém, é preciso entender que, no decorrer do processo de modernização, os problemas que são criados envolvem todos os atores e dão espaço para outras formas de conhecimento, em função da relevância da situação. A utilização da perspectiva agroecológica não rompe com a necessidade de conhecimentos que sejam introduzidos de fora do estabelecimento. É necessário considerar que há uma valorização das técnicas que surgem do ambiente produtivo, ao mesmo tempo em que precisam ser valorizadas as pesquisas que tornem sua produção possível dentro do contexto do ecossistema com o qual convivem (*o macrossistema*).

A ênfase no potencial local e na valorização das experiências pode vir a permitir tomadas de decisões mais acertadas, por parte dos agricultores familiares e camponeses, quanto à adoção ou não de determinadas estratégias exógenas, trazidas por órgãos governamentais de pesquisa ou extensão rural, ou por organizações não-governamentais. Segundo Santos, Meneses e Nunes (2005), o reconhecimento da diferença de culturas e da diversidade de conhecimentos, permite superar o que chamam de *colonialidade do saber*, ao destacar que o fim do colonialismo político não significou o fim do *colonialismo* como relação social (*colonialidade do poder e do*

familiar. Esta última representa o segmento que, sob o impacto das transformações por que passam a sociedade e a economia ao longo dos anos, tentam se adaptar transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 1996). Segundo Abramovay (1992), diferenciando-se o campesinato clássico da agricultura familiar no interior de sociedades capitalistas mais avançadas, esta última aparece como capaz de se integrar melhor aos mercados e internalizar os avanços técnicos.

³ O campesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. Não se identifica nem se reduz simplesmente a uma agricultura de subsistência, pois há nesse modelo a vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996).

saber), sinônimo de empobrecimento de saberes. Nesse âmbito, se pode dizer que enquanto o modelo convencional de agricultura foi construído de forma autoritária e colonialista, os modelos de agricultura alternativa trazem o discurso da diversidade, no sentido de que vem contribuindo para o retorno às discussões sobre as legitimidades dos diferentes saberes, diferentes estilos de vida e da movimentação coletiva. No entanto, ao passo que vem alicerçada na construção de saberes, também traz um importante elo entre prática, ciência e movimentos sociais/mobilizações coletivas de forma que se possa refletir sobre a capacidade de superar a dimensão de mero discurso político ou acadêmico.

1.2. Agroecologia e os Movimentos Sociais

Segundo Altieri⁴, quando a Agroecologia nasceu como ciência, influenciou academia e institutos de investigação e se tornou o auge das organizações não-governamentais em países como Chile, Peru e Bolívia, trazendo a necessidade de implantar tecnologias que possibilitassem a sobrevivência dos agricultores pobres. Destacando que atualmente o país em que há maior desenvolvimento é em Cuba, onde existiu a “*Asociación Cubana de Agricultura Orgánica*” (ACAO), que programou um processo de desenvolvimento da agricultura orgânica baseado na Agroecologia, Altieri comenta que no caso do Brasil, pelas experiências verificadas sobre todo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros estados, inclusive com a penetração de instituições estaduais, há a possibilidade de se pensar a Agroecologia como um movimento social (CARVALHO e MALAGODI, 2006).

Partindo de considerações levantadas por Almeida⁵, esse ponto de vista permite levantar uma hipótese em torno da capacidade da Agroecologia de se reverter em benefícios para o campesinato e parte da agricultura familiar, buscando-se alternativas à modernização e industrialização da agricultura através da capacidade de se (re)construir redes sociais potencializadoras dos elementos sócio-políticos, culturais, ambientais e produtivos locais, caracterizando novas formas de associação e valorização das diversidades como uma das fundações do enfoque agroecológico. Há espaço para se pensar numa agricultura que, a partir da valorização e resgate de práticas da experiência, dos objetivos e das necessidades, busca, com o apoio de instituições não-governamentais, cooperativas, associações, movimentos sociais e de instituições de pesquisas, a introdução e difusão dos conhecimentos necessários para a manutenção equilibrada de seu ecossistema socioeconômico, cultural e ambiental.

⁴ Disponível em: <http://www.uc.org.uy/ambiente/noti1101h.htm>. Acesso em 23/01/2006.

⁵ Disponível em: <http://agroeco.org/brasil/material/agroecobrasil-jalcione.pdf>. Acesso em: 27/05/2006.

Isso permite trabalhar um “outro” olhar sobre a perspectiva agroecológica, sem, no entanto, excluir a importância da interpretação da agroecologia enquanto ciência. Pois, ainda que o debate se faça, em grande parte, quanto às formas como a agroecologia se relaciona com o mercado ou com a comunidade envolvente, com as práticas agrícolas, ou com as fontes do saber (ciência oficial ou saber do agricultor), a análise sociológica da agroecologia não pode prescindir do contexto social em que é introduzida.

Realçando que “a idéia de sustentabilidade agrícola pelo enfoque agroecológico traz as resistências locais como importante elemento” (GUZMÁN, 2004), a agroecologia igualmente pensada como bandeira de um movimento social pode viabilizar a sua análise e compreensão pelos cientistas sociais, focalizando na possibilidade de se desenhar estratégias participativas a partir das condições locais e territoriais, através da potencialização das formas de ação social coletiva, já que são essas que possuem potencial endógeno transformador (CARVALHO e MALAGODI, 2006). O fato é que a perspectiva agroecológica vem sendo enfatizada no contexto dos movimentos sociais rurais e organizações locais, podendo ser entendida como um discurso de resistência, envolvendo diversos atores: camponeses, jovens, mulheres e minorias étnicas, caracterizando “novos” movimentos que emergem em defesa de políticas que resistem às sementes multinacionais, à biotecnologia, à degradação do ecossistema e à ameaça aos estilos de vida (GUZMÁN e MARTINEZ-ALIER, 2006).

Ao passo que esse discurso vai sendo apropriado pelos movimentos sociais e organizações coletivas, vai sendo mais difícil questionar sua veracidade, e, de certa forma vai se ganhando poder de coerção. Aqui cabe salientar, como exposto por Escobar (1994) ao trabalhar a temática do desenvolvimento, que o trabalho de Foucault (1926–1984), sobre a dinâmica do discurso e poder na representação da realidade social é útil em desvendar o mecanismo pelo qual certa ordem de discurso produz modos permitidos de ser e pensar, enquanto desqualifica e tornam outros impossíveis⁶. Na medida em que o discurso da agroecologia vai sendo apropriado pelos movimentos sociais, vai sendo mais difícil questionar sua veracidade, e, de certa forma vai se ganhando poder de coerção e de representatividade. Tem estado presente no discurso agroecológico, a ênfase no saber-experiência e a crítica tanto à chamada *Revolução Verde*, como às práticas de extensão rural, “limitadas à transferência de conhecimentos e tecnologias numa via de mão única: dos que

⁶ Dentre os trabalhos de Foucault, sobre essa temática ver especialmente: FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. – 7 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007; e FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

supostamente sabem (cientistas e técnicos extensionistas) para os que supostamente não sabem (produtores rurais)” (FONSECA, 1985).

Considerando que o discurso pode ser entendido como uma construção no qual as mudanças na ordem do próprio discurso é uma questão política que requer uma prática coletiva dos atores sociais (ESCOBAR, 1994), demanda-se, não somente uma mudança nas idéias, mas a formação de um núcleo em torno do qual, novas formas de poder e conhecimento podem convergir e para o qual os movimentos sociais podem contribuir. Conforme Foucault (2007, p. 234), vale destacar que

[...] mostrar que falar é fazer algo – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; [...] mostrar que uma mudança na ordem do discurso, não supõe “idéias novas”, um pouco de invenção e de criatividade, uma mentalidade diferente, mas transformações em uma prática eventualmente nas que lhe são próximas e em sua articulação comum.

Esse aspecto abre espaço para os movimentos sociais e organizações coletivas na construção do discurso agroecológico. Partindo do distanciamento dos discursos e das práticas convencionais de agricultura em torno da construção de outras ordens de conhecimento e prática coletivas, no Agreste Paraibano⁷, o caráter geral das transformações e do avanço da perspectiva agroecológica tem na sua estrutura uma ação coletiva que vem contribuindo para maior representatividade social, política e organizativa dos agricultores familiares e camponeses da região. Esses aspectos permitem visualizar, na ordem do discurso em torno da agroecologia, os seguintes aspectos interagindo: a prática produtiva, a experiência e vivência coletiva, a ciência e a política.

1.3. A agroecologia a partir do campesinato

Trabalhar a concepção da agroecologia em termos de discurso requer a análise de como os agricultores se autodefinem e do *porquê* alguns agricultores começaram a se definir como agroecológicos. Nas pesquisas realizadas no Agreste da Paraíba, uma das questões formuladas e apresentadas aos agricultores entrevistados foi: que tipo de agricultor o senhor é? Esse tipo de questionamento nos permite levantar algumas hipóteses de trabalho acerca da formação do discurso agroecológico

⁷ As considerações acerca do Agreste Paraibano são com base nos dados da pesquisa de campo realizada para elaboração de Tese de doutorado. Esta envolveu segmentos representativos da agricultura familiar e camponesa da Mesorregião do Agreste Paraibano, focando-se numa metodologia qualitativa. Os dados foram coletados em entrevistas diretas semi-estruturadas e as experiências agroecológicas identificadas estão localizadas nos municípios de Remígio, Lagoa Seca, Algodão de Jandaíra e Areia, localidades que estão inseridas em três das oito microrregiões que compõem o Agreste.

e sua capacidade de reverter-se em demandas por políticas públicas adequadas. As respostas obtidas nos levaram a pensar que o agricultor familiar consegue diferenciar-se facilmente, perante o agricultor convencional, mas, embora se auto-identifique, na maioria das vezes como agroecológico, não consegue fazer uma diferenciação clara entre as diversas identidades que se formam perante a prática da agricultura sustentável, a exemplo do agricultor orgânico. Esse aspecto contribui para a hipótese de que a definição da agroecologia parte mais de um olhar externo do que da percepção prática dos agricultores, além, é claro, de um tipo de identificação construída pelos vínculos a processos associativos e movimentos sociais, a exemplo da identidade de agricultor experimentador. A presente constatação possibilita indagar se não há muito que se fazer para se chegar a uma efetiva concepção de agroecologia, longe dos problemas característicos das propostas 'tradicionais'. Assim, o limite que se impõe pode ser o de superar a mera questão do discurso político ou acadêmico, pressupondo práticas concretas, cujos atores surgem com potencial de resistência diante de suas dotações de saberes e de sua busca por poder (CARVALHO e MALAGODI, 2007).

Em todo caso, a agroecologia está permitindo uma maior visibilidade ao agricultor familiar e camponês, colocando-o diretamente no mercado, capacitando-o para discutir modelos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que é certo, ao menos no caso da Paraíba, que os movimentos sociais e organizações coletivas vêm cada vez mais adquirindo visibilidade através da agroecologia. Essa nova visão tem efeitos sobre a constituição do modelo agrícola, reforçando o papel da agricultura familiar, e exigindo uma redefinição da pesquisa, dos serviços de assessoria técnica e da política agrícola.

2. OS DIVERSOS OLHARES SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA

2.1. A emergência do discurso da sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade agrícola veio vinculado à estratégia de desenvolvimento global quando, nos anos 70 e 80 foi chamada de ecodesenvolvimento. O objetivo era divulgar a necessidade de garantir a satisfação das necessidades atuais sem comprometer as possibilidades de atendimento às gerações futuras (GUIVANT, 1998; p. 102). No contexto da agricultura, trata-se de um conceito que tem sido utilizado como uma estrutura política ou uma noção intelectual, ou mesmo um discurso ideológico amplamente difundido, por não haver, talvez, outra definição que reflita melhor sobre o futuro dos sistemas agrícolas que se deseja. Na

ênfase a esse discurso estão as críticas a um modelo agrícola que vem sendo visto como insustentável em decorrência de fatores, como: monocultura/especialização, diminuição da biodiversidade e a decorrente criação de homogeneidade espacial; intensificação da produção através da expansão do uso de insumos químicos, energia externa e irrigação; a criação intensiva de animais; e a separação espacial da produção agrícola e de animais. Tendências que vêm sendo vistas como conduzidas especialmente pelo ímpeto da tecnologia e da modernização/mecanização agrícola (BUTTEL, 2006).

Fato é que a intensificação no uso de insumos químico-mecânicos na agricultura levou a degradação dos solos e a contaminação do meio ambiente, mas não necessariamente ao aumento nos rendimentos. Segundo Caporal e Costabeber (2000), de 1964 a 1979, a produtividade dos principais cultivos aumentou 16,8% enquanto o consumo de fertilizantes químicos cresceu 124,3%, de inseticidas 233,6%, de fungicidas 584,5%, de herbicidas 5.414,2% e de tratores 389,1%. A necessidade de aumentar os investimentos, para a manutenção artificial da capacidade produtiva da terra, e o consumo de energias externas contribuiu para considerável aumento nos custos de produção e riscos econômicos provenientes das variações de preços internacionais (do petróleo, por exemplo), ao mesmo tempo em que crescia o mercado agrícola mundial, a concorrência no setor e as políticas públicas de incentivo a modernização/tecnificação. Isso levou cada vez mais ao investimento em insumos externos, introduzindo dinamismo industrial na agricultura, com base estritamente na lógica de mercado e influenciando o aumento da produção de *commodities*. Considerando que os preços dos insumos e produtos industrializados tenderam a crescer a uma taxa maior que a dos alimentos, a busca pela manutenção dos rendimentos tornou-se uma preocupação constante, levando em muitos casos à necessidade de endividar-se. Tendo em vista, também, que a variação em termos de produtividade foi sendo menor do que os percentuais de elevação do uso de insumos externos, em busca de ganhos, agricultores passaram a produzir em escalas cada vez maiores, contribuindo para a intensificação da produção, esgotamento dos solos e os problemas decorrentes. Do lado da produção camponesa e familiar, essa lógica produtiva foi sendo posta em prática basicamente pela influência das políticas públicas, mesmo estando, em sua maioria, a margem dos benefícios provenientes dessas políticas, caracterizadas como sendo de difícil acesso e seletivas. Aqui, a necessidade de endividar-se esteve cada vez mais presente, colaborando para a incapacidade de manutenção do sistema, ampliando a diferenciação social e as disparidades sócio-econômicas.

É nesse contexto que emerge a preocupação pela sustentabilidade da agricultura. Porém, ao passo que o discurso da sustentabilidade vai se fortalecendo, vão se criando diferentes pontos de vista acerca do que é sustentável. Como expõe Buttel (2006), passam a surgir estratégias e movimentos em torno da temática que não conduz a um consenso sobre o que é sustentabilidade ou sobre quais as mudanças que se tornam necessárias para alcançá-la. A questão é que existem algumas idéias que abordam diferentes mecanismos e que se tornam “bandeiras” defendidas por diferentes segmentos da agricultura e envolve diferentes poderes. No próximo tópico serão expostas algumas das formas de se dizer sustentável.

2.1. O conceito de sustentabilidade agrícola sob diferentes olhares: a sustentabilidade agroecológica e a convencional

As heterogeneidades presentes no discurso da sustentabilidade agrícola nos remetem a um campo de disputa pelo adjetivo sustentável. Na verdade, sobre o conceito de *agricultura sustentável*, não se tem uma opinião única, vindo a ser usado com diversos propósitos, encabeçando, tanto um discurso crítico, como servindo de defesa às práticas agrícolas e instituições prevaletentes. Entretanto, o fato da noção de sustentabilidade conter discrepâncias de opiniões, não tem sido visto, como exposto por Buttel (2006), como motivo para abandonar o conceito, mas como uma noção intelectual e uma estrutura política útil, por refletir uma visão desejável para sistemas agroalimentares. É preciso entender que,

On one hand, some observers insist that modern agriculture tends to fall far short of a satisfactory level of compromising environmental quality, but in addition agriculture is seen to be socio-economically unsustainable (in that net income and returns to equity capital continue to decline) and unjust (in that ‘family-type’ production is being marginalized while industrial-scale production is in ascendance(...)). For these groups, agriculture’s lack of sustainability is employed as a critique of the agro-food system. Other groups, however, (...), consider most farming operations to be sustainable in the sense that they are largely based on renewable natural resources and provide food and fibre efficiently and cheaply. These groups may have concerns about the economic sustainability of agriculture, but these concerns are not specific to the viability of household production units. Buttel (2006, p. 213)

Do lado do campesinato, a noção de sustentabilidade traz no cerne de suas preocupações, a ênfase no uso adequado dos meios de produção, assentados na diversificação das culturas com valorização de tecnologias alternativas apropriadas, de menor custo, no sentido de abrir possibilidades para utilização racional dos recursos

energéticos, insumos, conhecimento e mão-de-obra *local*. Ganha força o discurso em torno das potencialidades *locais*⁸ como importante elemento da sustentabilidade.

O resgate do local tem sido ressaltado tanto em pesquisas científicas quanto na perspectiva do ativismo dos movimentos sociais e organizações coletivas (BUTTEL, 2006). Estes cada vez mais levantam a importância de uma perspectiva que priorize técnicas de produção agrícolas que envolvem mais biodiversidade e que são baseadas na integração da diversidade de sistemas de produção locais. Abre-se espaço para a introdução do enfoque agroecológico que, conforme trabalhado por Caporal e Costabeber (2004), pode ser entendido como uma perspectiva que vem possibilitar um processo de transição para uma agricultura sustentável.

Na opinião desses autores, buscando-se a sustentabilidade agrícola é possível verificar a ocorrência de um processo de distanciamento às formas de agricultura convencional, caracterizado por uma transição no interior das práticas agrícolas chamado de *ecologização*. Esse processo é ilustrado como um *continuum*, no qual se poderiam imaginar próximos a um dos pólos as formas de “agriculturas sustentáveis” que buscam caminhos alternativos às práticas convencionais (permacultura, agricultura biológica, entre outras). A Agroecologia, na verdade, não se apresentaria, aqui, como um tipo específico de agricultura, mas como uma ciência que pode servir de base teórica para essa transição. Trata-se de uma perspectiva que vêm se conformando à margem do modelo produtivista convencional e que permite a construção de modelos alternativos de agriculturas situadas no extremo desse pólo. Por outro lado, em direção ao pólo oposto do *continuum* estariam as formas agrícolas intensivas, próximas ao padrão tecnológico dominante, mesmo que incorporando certo grau de “ecologização”. Um processo que indica que não existe tipo puro de transição, apresentando, entre os extremos do *continuum*, agriculturas que combinariam características das duas. Um processo não necessariamente unilinear, mas que incorpora distintos enfoques.

Ao se introduzir a questão da sustentabilidade agrícola e a agroecologia, através do exposto por Caporal e Costabeber (2004), percebe-se que sobre o conceito de agricultura sustentável, não se tem uma opinião única. Perceba que atualmente a perspectiva agroecológica, que incorpora um viés ambiental e social vem se apresentando como palco da sustentabilidade, tanto quanto a agricultura

⁸ A ênfase na “localidade” esteve mais presente nos anos 80, opondo-se à perspectiva macroeconômica da modernização agrícola. O destaque era para a importância de se considerar as desigualdades espaciais e diferenças locais. Recentemente tem sido usada, tanto nos estudos sobre diferentes significados econômicos, culturais e acerca das potencialidades e dificuldades presentes em distintas áreas, quanto nos estudos sobre os impactos dos processos de mudanças atuais sobre as sociedades rurais (localismo). Além disso, tem sido apreendida como importante elemento para entender as relações que podem ser construídas no local e sua interação com processos globais (PANELLI, 2006).

convencional. Enquanto a agricultura convencional, fundada em uso de insumos agroquímicos de origem industrial, vem assumindo a postura de sustentável, a partir da introdução da biotecnologia, a agroecologia tem representado uma crítica ao modelo convencional, e, neste sentido, representa também uma crítica a qualquer outra noção de sustentabilidade, que não se coloque nos moldes agroecológicos. As críticas direcionadas à biotecnologia tratam-na como um modelo de difusão semelhante ao da Revolução Verde, com riscos ambientais diferentes, mas igualmente negativos e promotores de *externalidades* negativas à sociedade como um todo, a exemplo de: a uniformidade e a contaminação genética, a formação de insetos resistentes, entre outros. Esses aspectos denotam um campo de conflito que envolve o discurso da sustentabilidade, com interesses divergentes. Há uma disputa para saber *quem é, e como se é sustentável* com interesses conflitantes, ao passo em que diferentes padrões de sustentabilidade sejam afirmados diferentemente por estes dois lados (CARVALHO e MALAGODI, 2007).

Trabalhando o eixo central do que foi discutido acima, é possível pensar a agroecologia como uma definição alternativa da sustentabilidade com um discurso orientado ecologicamente, muito mais do que voltado aos aspectos produtivos industriais (MARSDEN, 2006). No entanto, no contexto das formas mais intensivas de agricultura a biotecnologia tem sido vista como capaz de solucionar os problemas ecológicos, vindo a ser um aliado no alcance da sustentabilidade. Essa tecnologia vem trazer a tona uma nova roupagem da Revolução Verde através do foco em tecnologias ditas mais limpas que as com base em produtos agroquímicos, ao possibilitar a obtenção de resistência biológica de cultivos a problemas de pragas e doenças (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Ressaltada por muitos como sendo uma das novas aparências do discurso da sustentabilidade, há quem diga que a biotecnologia virá a ser o que a *Revolução Verde* foi para as práticas e variedades de plantios tradicionais (BUTTEL, KENNEY, e KLOPPENBURG, 1985, 32 *apud* ESCOBAR, 1994). Concepção que tem sido alvo de críticas, visto que a mesma pode atender a objetivos completamente contrários aos proclamados.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante ao panorama descrito podem ser feitas três considerações. A *primeira* é a de que a utilização do conceito de sustentabilidade agrícola considerado isoladamente e com suas especificidades para cada um dos contextos assinalados anteriormente, levanta a hipótese de conflitos irreconciliáveis que podem levar a falta de diálogo entre

os atores e instituições envolvidas no processo e vir a ser uma das causas da sustentabilidade da insustentabilidade da agricultura (para usar uma expressão trabalhada por Buttel (2006)), além de poder levar ao aprofundamento da desigualdade social, e a reprodução das relações de poder. *Segundo*, a partir da corrente agroecológica outra hipótese pode ser construída: a de que esse enfoque, ao abrir a possibilidade do diálogo de saberes, favorece uma reavaliação das condições locais e propostas políticas com vistas a uma maior possibilidade de encontro à sustentabilidade quando potencializadas pelas ações das organizações coletivas e movimentos sociais. Perspectiva que é percebida nos discursos de alguns agroecologistas quando se levantam a necessidade de considerar múltiplas perspectivas, estruturas de comunicação entre diferentes grupos, e *design* institucional capaz de aceitar uma pluralidade de pontos de vista e opções (ALTIERI, 1987 *apud* ESCOBAR, 1994). *Por fim, terceiro*, o discurso da agroecologia, no qual os movimentos sociais aparecem como mediadores, assim como o da biotecnologia através de seus intercessores, caminham para construção de uma resignificação da produção agrícola, cada um a seu modo. Essa resignificação, por sua vez, contribui igualmente para uma resignificação das relações sociais (da sociabilidade camponesa e das relações de gênero em especial), das relações econômicas e das novas práticas sociais que vão sendo construídas em torno das novas tecnologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Disponível em: <http://agroeco.org/brasil/material/agroecobrasil-jalcione.pdf>. Acesso em: 27/05/2006

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1986

BUTTEL, FREDERICK H. Sustaining the unsustainable: agro-food systems and environment in the modern world. *In* CLOKE, PAUL; MARSDEN, TERRY e MOONEY, PATRICK H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006. p. 213-230.

CARVALHO, C. X. de; MALAGODI, E. A. A perspectiva agroecológica: uma abordagem social. *In*: **Anais do 1º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Rio de Janeiro: UFF, 2006. CD-ROM.

CARVALHO, C. X. de; MALAGODI, E. A. Campesinato, agroecologia e desenvolvimento territorial: um novo modo de acessar políticas públicas. *In*: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife: UFPE, 2007.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural**. In Word Congress of Rural Sociology, 10. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA, 2000. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/13.pdf>>. Acesso em 24/03/2005.

ESCOBAR, A. **Encoutering development: the making and unmaking of the third world**. Princenton University Pres. Princentonm New Jersey, 1994 290p.

FONSECA, M^a T. L. da. **A Extensão Rural no Brasil. Um Projeto Educativo para o Capital**. São Paulo, Loyola, 1985. Capítulo 1.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. – 7 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GUIVANT, J. S. Agricultura sustentável nas ciências sociais. In Viola, E. J. et all. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. 2^a edição – São Paulo: Cortês Editora; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

GUZMÁN, E. S. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Seminário Agroecologia como Enfoque Científico para o Desenvolvimento Rural Sustentável – EMBRAPA – Brasília - DF – 2004. (Apresentação em Power Point).

GUZMÁN, EDUARDO SEVILLA e MARTINEZ-ALIER, JOAN. New rural social movements and agroecology. In CLOKE, PAUL; MARSDEN, TERRY e MOONEY, PATRICK H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006.

MARSDEN, T. The road towards sustainable rural development: issues of teory, policy and practice in a European context. In CLOKE, PAUL; MARSDEN, TERRY e MOONEY, PATRICK H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006. p. 201-212.

PANELLI, R. Rural society. In CLOKE, P; MARSDEN, T. e MOONEY, P. H. **Handbook of rural studies**. London, Thousand Oaks, New Delhi. Sage Publications, 2006. Págs. 63 a 90.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. de; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In SANTOS, B. de S (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. – (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; volume 4). Páginas 13 a 121.

SCHENEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

O AGRÁRIO E O AMBIENTAL NA GESTÃO DE ÁGUAS*

Rodrigo Constante Martins

Sociólogo, doutor, professor do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFSCar.

rodrigocte@yahoo.com.br

RESUMO

Temas relativos à governança de recursos ambientais em territórios rurais têm recebido especial destaque na literatura sociológica recente. Envolto na temática das novas ruralidades, o debate sobre a composição de distintos interesses sociais em instâncias de gestão ambiental segue demandando reflexões junto às ciências sociais. Visando contribuir com novos subsídios para tal debate, este artigo apresenta uma pesquisa sociológica sobre conflitos territoriais na gestão das instâncias regionais de política de águas no estado de São Paulo. Através de um estudo de caso, o trabalho discute como distintos interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação pública ambiental – notadamente os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Introdução

O debate sobre a regulação sócio-ambiental dos territórios rurais adquiriu abrangência internacional nas últimas décadas. A partir de experiências regionais, vários estudos têm destacado a necessidade de se abordar tal tema por meio de dinâmicas territoriais, construindo ênfases analíticas sobre processos sociais locais de desenvolvimento rural (MARSDEN, 1998; GOODWIN, 1998). Nas ciências sociais brasileiras, questões como a *diversificação das regionalidades* (VEIGA, 2001), a criação de *novas institucionalidades* para as áreas rurais (CAMPANHOLA; SILVA, 2000) e o desenvolvimento da localidade a partir do fenômeno da *proximidade social* (ABRAMOVAY, 2003) têm estimulado as discussões em torno das alternativas de regulação sócio-ambiental para as áreas rurais do país neste início de século.

Neste texto, buscaremos contribuir para o debate sobre a regulação sócio-ambiental em áreas rurais a partir do contexto territorial. Partindo do pressuposto de que a criação de novos mecanismos de regulação das relações entre sociedade e natureza traz uma nova complexidade para o debate sobre o desenvolvimento rural, pretendemos discutir o funcionamento de instâncias descentralizadas de gestão dos recursos hídricos nos territórios rurais do estado de São Paulo. Mais especificamente, interpretaremos as formas através das quais os interesses agrícolas relacionam-se com instrumentos modernos de regulação pública *ambiental* – notadamente os Comitês de Bacias Hidrográficas.

* A realização do trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Para tanto, apresentaremos um estudo de caso realizado no município de Paranapanema, situado na região sudoeste paulista. O município pertence à área de influência de um reservatório hídrico e parte de sua agricultura está integrada a um importante pólo agroindustrial do estado. Além destas razões, a escolha do município também deve-se ao fato deste integrar a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Alto Paranapanema, que possui uma das mais elevadas demandas de águas para irrigação no estado – cerca de 81% da demanda total da UGRHI. Por conta da importância da irrigação para a agricultura regional, os agricultores do município de Paranapanema participam ativamente do Comitê de Bacia Hidrográfica regional. Sem embargo, este espaço de disputas sociais pode, em nível analítico, nos revelar processos sociais relevantes sobre as possibilidades das instâncias locais de governança reproduzirem, no fabrico de suas deliberações, os fundamentos das estruturas locais de dominação econômica e simbólica.

Em nível conceitual, partiremos do referencial de Leff (2003) para a compreensão do território como o *locus* de construção dos modos de vida, das identidades culturais e da experiência social sobre as potencialidades ecológicas. Na perspectiva do referido autor, o território é o espaço onde se manifestam diferentes temporalidades, diferentes formas de conciliação entre o tradicional e o moderno, entre modos distintos de apropriação e uso dos recursos naturais. No caso das áreas rurais, estas relações tornam-se ainda mais complexas, posto que a proximidade das sociedades rurais com as variadas funções ecossistêmicas permite a construção social de realidades diversas, com conjuntos de relações culturais, econômicas e políticas de ordenamento do território também bastante amplos.

Ao conceito de território de Leff articularemos a noção de espaço social de Bourdieu (2001). Para o autor, o espaço social é marcado pela exclusão mútua, ou seja, pela distinção das posições que o constituem. Sendo um cenário de distinção e disputas por posições e *propriedades*, o espaço social tende a se retraduzir, de maneira relativamente deformada, no espaço físico-territorial, sob a forma de um arranjo determinado de agentes e *propriedades*. Para Bourdieu (2001: 164), *quaisquer divisões e distinções do espaço social se exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado*.

Para fins de exposição, a reconstrução analítica do espaço de interações da agricultura de Paranapanema será aqui desenvolvida, primeiramente, através da caracterização da distribuição dos principais recursos econômicos locais e da produção de visões sobre a *localidade*. Posteriormente relacionaremos este contexto de produção material e simbólica com a estrutura regional de governança das águas.

1. Agricultura, materialidade e representações em nível territorial

Fundado em 1944, Paranapanema (cujo nome, no vocabulário tupi-guarani, significa “rio imprestável”, “ruim”) conta atualmente com população em torno de 16 mil habitantes. Localizado na região sudoeste do estado de São Paulo, o município integra a área de influência direta do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jurumirim, construída no final da década de 1950. A

partir de 1962, ano em que a UHE foi inaugurada, o município passou a abrigar uma importante Cooperativa Agroindustrial, formada por um grupo seletivo de produtores da região do Alto Paranapanema. Como demonstrou Martins (2000), este grupo de agricultores beneficiou-se sobremaneira da estrutura fundiária herdada da construção da UHE. Isto porque a ocupação dos novos territórios formados com o reservatório de Jurumirim realizou-se sobre bases capitalisticamente mais dinâmicas, coincidindo assim com o próprio ideário desenvolvimentista que as UHE's, *per se*, representavam naquele momento histórico.

No curso dos últimos 40 anos, resultante da produção cooperada e intensiva em capital, as lavouras de feijão, milho e trigo tornaram-se as principais atividades econômicas da região de Paranapanema. Do ponto de vista simbólico, ao longo deste período também foi constituída no âmbito regional uma associação dos valores de modernidade e eficiência capitalista à atuação da Cooperativa e de seus produtores. Os próprios cooperados recorrem aos termos *moderno* e *empreendedor* para distinguirem-se do restante da agricultura municipal. A idéia de cálculo racional, no sentido weberiano, manifesta-se na localidade como a representação social mais ampla que sustenta estes valores. Expressões como *agricultor empreendedor*, *controle dos custos de produção*, *agricultura racional*, *fatores de produção*, *ativos e passivos ambientais*, *uso racional dos recursos naturais*, *precisão de metas* e *racionalidade do produtor*, dentre outras, são cotidianas no universo de representações das práticas destes cooperados.

Atualmente a Cooperativa conta com 75 produtores, dos quais 21 mantêm áreas de cultivo no município de Paranapanema. Do quadro de direção da cooperativa (formado por oito cooperados), apenas dois não possuem lavouras na área rural do município. A empresa dispõe de uma fazenda-sede que foi recentemente alçada à condição de distrito de Paranapanema. A fazenda possui um amplo centro comercial, além de serviços médicos e de segurança para os cooperados e seus familiares e funcionários permanentes. Também abrange os escritórios administrativos dos agricultores cooperados, e, em muitos casos, a própria residência destes agricultores. Mesmo a sede do Sindicato Patronal do município – fundado e comandado pelos agricultores cooperados – está localizada na região central da fazenda. A rigor, o que comumente se chama de fazenda-sede da Cooperativa é, na verdade, um extenso território formado por uma propriedade nuclear (fazenda-sede) cercada por outros lotes particulares, divididos entre bairros populares – localizados à esquerda da entrada principal da cooperativa, onde residem os funcionários da *Cidade-Cooperativa* –, e bairros com residências/escritórios de alto padrão pertencentes aos cooperados, localizados à direita da entrada principal da fazenda-sede.

A organização da Cooperativa e de sua fazenda-sede é mantida sob o domínio masculino. O quadro de administração é composto somente por homens, que determinam os rumos políticos e econômicos da empresa. Recentemente foi criada uma organização não-governamental de moradores da fazenda, liderada pelas esposas dos cooperados. Estas mulheres, através da referida OnG, tem como principal papel a guarda dos costumes e do bem estar comunitário (tal como define o estatuto da OnG).

O perfil técnico dos estabelecimentos cooperados é não apenas decisivo para a composição deste campo econômico, mas também destaca-se no cenário da agricultura paulista. Afora o fato de 90% dos agricultores terem formação universitária (em sua maioria são agrônomos), as tecnologias de irrigação (com sistemas de irrigação por aspersão tipo pivô central) e o plantio direto caracterizam a estrutura produtiva de parte significativa dos estabelecimentos cooperados. A Cooperativa, por sua vez, dispõe a estes agricultores, dentre outras vantagens, serviços de monitoramento de solo e tecnologias de precisão no acompanhamento da eficiência dos sistemas de irrigação.

Em Paranapanema, é comum a Cooperativa ser apontada como *o que deu certo* no município. Afetado pela construção da UHE de Jurumirim e desprovido de outras atividades econômicas com razoável dinamismo, no município, é comum observar entre os munícipes a concepção de que a Cooperativa é o único chamariz dos que vem *de fora* para a cidade. A agricultura praticada no município fora dos domínios da cooperativa é definida localmente como *agricultura em crise*. Sua não rentabilidade nos mesmos patamares das receitas produzidas pelos Cooperados e suas características técnicas são os critérios utilizados nas relações cotidianas como definidores do atraso da atividade. Seu caráter familiar ou não, suas formas distintas de divisão do trabalho e suas práticas específicas de manejo dos recursos naturais são desprezadas diante das representações de *eficiência* da Cooperativa.

O outro segmento da agricultura municipal é constituído de agricultores familiares, residentes em propriedades com áreas individuais inferiores a 15 hectares. As práticas de produção deste grupo de agricultores diferem em muito daquelas utilizadas pela agricultura patronal do município. Comumente, todos os membros da família são envolvidos nas atividades agrícolas da unidade. Diferentemente do ocorre com o outro segmento da agricultura municipal, as mulheres participam ativamente das etapas de plantio e colheita. Nesta última etapa, a eventual necessidade de trabalho adicional é suprida por meio de *relações de proximidade*, com o envolvimento de outras famílias na colheita em troca de pequena parcela da produção ou mesmo do compromisso de retribuição da mesma participação na colheita alheia.

Em razão das dificuldades envolvidas na reprodução social da agricultura familiar no município, muitas destas famílias têm se inserido em processos de reconversão no âmbito da própria localidade. Parte expressiva destas famílias, que até o início da década de 2000 ainda mantinha suas pequenas áreas agrícolas combinadas com a pluriatividade, está atualmente se desfazendo de suas propriedades. Na maior parte dos casos, os membros da família tornam-se força de trabalho temporária na agricultura regional. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranapanema, das famílias que optaram por abandonar a localidade, os novos rumos foram quase sempre determinados em função das regiões de crescimento das lavouras de cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

As estratégias de irrigação dos agricultores familiares de Paranapanema são bastante frágeis, quase sempre resultantes de improvisações. Por esta razão, os próprios agricultores

declaram-se fortemente dependentes dos ciclos das chuvas na região. A orientação agrônômica destes agricultores é realizada exclusivamente pelos técnicos da Casa da Agricultura do município. O maquinário utilizado para o plantio também pertence à Casa da Agricultura, que o aluga a estes agricultores. Os recursos investidos na produção originam-se, no mais das vezes, do crédito pessoal a juros elevados – quase sempre única modalidade de crédito oferecida pelas agências bancárias a este tipo de agricultor, que não tem garantias a oferecer ao setor financeiro.

Esta disposição dos agricultores de Paranapanema no interior do campo econômico da agricultura regional também tece relações com as disputas pelas formas de regulação do acesso aos recursos ambientais locais. Adquire, desta feita, grande importância analítica, porquanto abre caminhos para a problematização da relação *sociedade-natureza* a partir da competição entre grupos e classes sociais pela hegemonia nas formas de uso, regulação e apropriação do ambiente natural. Além disso, partindo deste cenário sobre as formas de produção de valores excedentes neste espaço rural, os processos ecológicos circunscritos aos ambientes de produção de valor adquirem um conteúdo histórico que ultrapassa a simples condição de base biofísica dos processos de acumulação. Tornam-se elementos de distinção social dos grupos justamente por representarem, simultaneamente, *recurso material* e *capital simbólico* para o cotidiano do lugar. Como recurso, os processos ecossistêmicos compõem a base biofísica onde se desenrola a produção imediata, caracterizando tal produção também com seus condicionantes naturais, seja em forma de restrição – limitando a produtividade do trabalho social – ou de renda diferencial. Como capital simbólico, o acesso diferenciado dos grupos aos processos ecológicos é socialmente interpretado com base em esquemas cognitivos de ordem competitiva. Através destes esquemas, o acesso aos recursos do território é localmente identificado como elemento integrante da identidade dos grupos sociais, servindo como fator de prestígio e como propriedade de divisões e distinções no espaço social.

A seguir, analisaremos mais detidamente estes processos a partir da interpretação sobre as relações que se estabelecem entre este campo econômico e os significados dos recursos ambientais na região. Partiremos da conjuntura do campo econômico para interpretar, através da composição e funcionamento da instância regional de governança das águas, como a temática ambiental com este se relaciona, dando ênfase às distribuições de recursos de poder neste contexto de ruralidade.

2. A governança sócio-ambiental na *localidade*: o caso do Comitê de Bacia Hidrográfica

No estado de São Paulo, desde 1989, o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) é definido por lei como a instância de governança descentralizada das águas. Também chamado de *parlamento das águas*, o comitê é um colegiado composto por diversos segmentos sociais envolvidos na gestão dos recursos hídricos. Cada comitê é composto de 30 representantes titulares, distribuídos paritariamente entre os três segmentos que o compõem, quais sejam, estado, município e sociedade civil.

Nesta estrutura paulista de gestão de águas, o município de Paranapanema está circunscrito à área de abrangência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH-ALPA). Região predominantemente agrícola, onde se destaca o cultivo de grãos, a UGRHI do Alto Paranapanema possui uma das mais elevadas demandas de águas superficiais para irrigação no estado. Contudo, tal demanda ainda não colocou a região em situação limite de disponibilidade hídrica.

2.1 Território e produção de interesses sociais

Desde a fundação do CBH-ALPA, ocorrida em fevereiro de 1996, o município de Paranapanema vem ocupando posições de destaque na gestão regional de águas. Tal destaque deve-se à participação dos membros da Cooperativa Agroindustrial nas várias instâncias do comitê. Esta participação não se restringiu a representação formal da Cooperativa no comitê. Na medida em que cada entidade pode participar da instância gestora com apenas um representante, os agricultores cooperados do município criaram estratégias de inserção de novas entidades associadas aos seus interesses no comitê. Neste sentido, além da Cooperativa – que integrou o comitê desde sua formação –, também conquistaram assento no CBH-ALPA, no ano de 2000, o Sindicato Patronal de Paranapanema e a então recém criada Associação Regional de Irrigantes e Plantio na Palha.

São vários os elementos que evidenciam a relação instrumental que a Cooperativa e o Sindicato Patronal mantém com a Associação de Irrigantes. Um destes elementos é a própria localização espacial da associação. Sua sede está no interior da fazenda-sede da Cooperativa. Mais especificamente, no interior da sede do Sindicato Patronal. Ademais, todos os fundadores da associação são membros da Cooperativa. Trata-se do mesmo grupo de agricultores. Apesar de propor-se como entidade representativa de um segmento agrícola regional – qual seja, o segmento formado por produtores irrigantes da região sudoeste do estado –, a associação tem nos produtores da Cooperativa seus principais agentes políticos, responsáveis pela direção da entidade e formuladores de suas metas políticas para a região.

Na definição estatutária dos principais objetivos da associação, há menção explícita à defesa do perfil social da agricultura praticada pelos cooperados. Não está entre as metas da associação o debate regional sobre o acesso à água para a irrigação, mas sim a promoção de um perfil de uso dos recursos hídricos. A prática da irrigação é objeto da associação porquanto propicie o crescimento da agricultura no sentido da intensificação de sua produção. A irrigação, portanto, é interpretada pela associação estritamente como técnica de aproveitamento da água-insumo, *capital natural* capaz de incrementar o processo de acumulação. Tal interpretação, incorporada ao universo simbólico dos membros da associação, é retratada como o único olhar possível de ser *racionalmente* construído sobre o uso dos recursos hídricos na região.

Outro elemento que expõe a relação instrumental estabelecida entre Cooperativa e Associação de Irrigantes diz respeito à discussão dos irrigantes locais sobre o projeto de lei estadual que dispõe sobre a política de cobrança pelo uso da água. Tal projeto, que foi aprovado

em dezembro último pela Assembléia Legislativa de São Paulo, tem como objetivo estimular o uso *racional* da água a partir de um instrumento econômico de gestão, qual seja, a valoração ambiental. A adoção deste instrumento tem como orientação o Princípio do Poluidor Pagador, adotado pela legislação ambiental dos países filiados a OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico). De acordo com tal princípio, o agente social poluidor deve arcar com as despesas para manter o meio ambiente dentro de parâmetros aceitáveis de qualidade. Sustenta, deste modo, a concepção de que, ao ser penalizado pela cobrança no uso deletério da água, o poluidor seria induzido a adotar práticas menos onerosas ao meio ambiente (OCDE, 1992; 1999). No caso dos setores produtivos, tal indução *per se* proporcionaria condições suficientes para a adoção de novas estratégias tecnológicas de uso do recurso.

Segundo os diretores da Associação de Irrigantes, a entidade foi estruturada por seus fundadores como uma resposta dos agricultores da região ao projeto paulista de valoração da água. Cumpriria à Associação a elaboração e coordenação de estratégias dos agricultores locais para o enfrentamento dos possíveis impasses que tal cobrança poderá exercer sobre a agricultura regional.

O projeto de lei que dispõe sobre a valoração da água no estado tramitou na Assembléia Legislativa paulista por sete anos. Apresentado inicialmente em 1998, o projeto entrou em regime de urgência no legislativo estadual em dezembro de 2000, tendo sido votado apenas em dezembro de 2005. Conforme demonstraram Martins e Valencio (2003), a maior resistência à aprovação do projeto vinha justamente dos deputados estaduais vinculados aos grupos de interesse da agricultura. De acordo com os autores, a proposição de subsídios foi o tema-base mais recorrente entre as emendas apresentadas ao projeto de cobrança pelo uso da água na Assembléia Legislativa. De um total de 19 emendas de subsídios, 11 propunham a isenção dos usuários agrícolas, com apoio explícito da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

Não obstante a postura política das lideranças da agricultura estadual diante da proposta de cobrança pelo uso da água, os agricultores irrigantes do município de Paranapanema, através do Sindicato Patronal e da Associação de Irrigantes, manifestaram continuamente apoio ao projeto de valoração. As entidades de representação destes agricultores empenharam inclusive esforços para integrar as instâncias do CBH-ALPA responsáveis pela gestão financeira do comitê e pelo debate regional em torno da cobrança pelo uso da água. Nos biênios 2001-2002 e 2003-2004, a Associação de Irrigantes foi membro titular da Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (responsável pela elaboração de estudos-piloto sobre os valores a serem cobrados pelo uso da água na bacia), enquanto o Sindicato foi membro titular da Câmara Técnica de Planejamento, Gerenciamento e Avaliações, onde debateu-se não somente os critérios para a aplicação dos recursos financeiros do comitê, mas também as prioridades dos gastos futuros, considerando o adicional orçamentário que será proporcionado pela valoração da água.

Contudo, o apoio que o Sindicato Patronal e a Associação de Irrigantes manifestaram ao projeto de cobrança pelo uso da água dizia respeito menos às possibilidades de *racionalização* do

uso do recurso – tal como o princípio da valoração ambiental pressupõe – do que à possibilidade de captação de parte dos recursos arrecadados para projetos de desenvolvimento da agricultura local. Senão, vejamos o depoimento da direção da Associação de Irrigantes sobre o acesso aos recursos arrecadados através da cobrança:

O valor que vai ser cobrado vai ser investido pelo comitê. Eu acho que aí está a capacidade do produtor se organizar. Um dos objetivos da Associação é buscar novas tecnologias, e isso como? Promovendo cursos, promovendo eventos de busca de tecnologias, fóruns, tudo pra gente cada vez mais se aprimorar. Então, se a gente já tem vaga no comitê, [...], a gente tem tudo pra se unir e buscar novas vagas, fazer projetos pra captação desse dinheiro. (Agricultor cooperado, 29 anos, ensino superior incompleto, membro da diretoria da Associação de Irrigantes)

A receita da cobrança pelo uso da água é vista pelas entidades de representação dos cooperados de Paranapanema como um adicional aos recursos já captados pelos agricultores capitalizados junto aos instrumentos tradicionais de política agrícola. Isto significa que a internalização de uma nova proposta de regulação institucional de acesso à água – tal como a política de valoração – ocorre na medida em que os atores sociais em questão encontram formas de instrumentalizá-la; ou seja, se inicialmente a política de valoração surge como *custo* ambiental, a ação política coordenada dos agricultores pode transformá-la em *vantagem adicional* do setor por via da captação dos recursos arrecadados para projetos de interesse agrícola, ainda que tais projetos contemplem apenas parte da agricultura regional.

Embora favoráveis à cobrança, os representantes dos cooperados de Paranapanema impõem ressalvas ao pagamento por parte do usuário agrícola. Para estas entidades, a tecnologia empregada pelo agricultor em sua produção deve ser tomada como critério de definição dos valores da cobrança. Neste caso, os agricultores que praticam o plantio direto – representados na região pela Associação de Irrigantes – devem, na avaliação destas entidades, receber isenção da cobrança.

Este bloco agrícola de Paranapanema tem realizado, desde 2001, ações efetivas na direção da garantia de subsídios para os irrigantes da agricultura regional no momento da implementação da cobrança pelo uso da água na bacia. Uma destas ações constitui-se em um convênio estabelecido entre o Sindicato Patronal, a Associação de Irrigantes e uma Universidade Pública paulista com o objetivo de desenvolver o projeto de estudo intitulado “Uso Racional da Água e Conservação do Solo em Áreas Irrigadas sob Plantio Direto e Convencional”. O projeto foi aprovado pelo CBH-ALPA em 2002 e recebe, desde então, recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). De acordo com tal projeto, as informações geradas pelos experimentos seriam repassadas aos produtores da região na forma de material impresso e encontros técnicos na Cooperativa, democratizando – nos termos do próprio projeto – o acesso regional à informação agronômica (SINDPAR, 2001).

A concepção deste projeto traz à tona dois aspectos fundamentais na compreensão da postura da agricultura local diante da política de valoração dos recursos hídricos. O primeiro deles revela a dimensão instrumental do funcionamento dos próprios comitês de bacias hidrográficas. A democracia formal presente na estrutura destes comitês só pode ser compreendida à luz das relações de poder estabelecidas nos territórios. Evidentemente, embora os formuladores do projeto supra se predisponham, em nível discursivo, a disseminar o conhecimento gerado para todos os agricultores da região, somente àqueles cujo nível de capitalização permite terão condições de incorporar tal conhecimento à sua estrutura produtiva. Conforme informação já mencionada da Casa Municipal de Agricultura de Paranapanema, com exceção dos agricultores cooperados, nenhum outro agricultor do município possui sequer sistemas irrigação. Logo, o aproveitamento das informações geradas sobre o manejo de áreas irrigadas será restrito aos cooperados.

Um segundo aspecto que merece destaque diz respeito à dimensão política do processo de inovação tecnológica na agricultura local. Como bem salienta Cardoso (1964), o inovar sob o capitalismo pode significar tanto a realização de novas combinações, aumentando o domínio técnico sobre os fatores de produção, quanto a conquista de posições-chave da sociedade pelas empresas, abrindo campo de influência de domínio político. Por esta razão, o autor sugere que os estudos sobre *condições de produção de lucro* devem supor relações de dominação social que perpassam as esferas do trabalho imediato, de sua divisão social e, em sentido mais amplo, da produção social de conhecimento tecnológico. Este conhecimento, desta forma, não se torna apropriado pelo movimento de produção de valor, mas, pelo contrário, é dele resultante.

Tomando como referência esta dimensão política do processo de inovação tecnológica, é possível verificar que a tentativa das lideranças agrícolas de Paranapanema de construir novos conhecimentos técnicos para o setor é menos uma decisão econômica do que uma estratégia política, pautada em objetivos claros de obtenção de vantagens em relação aos demais usuários dos recursos hídricos regionais. Dito de outra forma, mesmo havendo interesse econômico na produção de novos conhecimentos que sirvam ao movimento de produção de valor no referido espaço, a ação inovadora também é uma *relação de dominação política*. Ou seja, é uma relação que produz e reproduz práticas e conjunturas de dominação social, estendendo-se até mesmo à conquista de posições-chave em uma estrutura de decisão tal como é o comitê de bacia hidrográfica.

Outra ação do bloco agrícola de Paranapanema na direção da garantia de subsídios quando da implementação da cobrança pelo uso da água na bacia diz respeito à criação de um *selo azul* para os produtores circunscritos em um perfil tecnológico pré-estabelecido. Tal proposta vem sendo desenvolvida pela Associação de Irrigantes, com apoio do Sindicato Patronal, da Cooperativa Agroindustrial e de outras entidades representadas no CBH-ALPA que não têm ligações diretas com a agricultura. O objetivo da criação do selo é justamente o de garantir a isenção do pagamento pelo uso da água por parte de seus portadores.

Neste caso, a efetivação do *selo azul* se constituirá em uma propriedade simbólica importante nas disputas do espaço social regional, e, particularmente, no espaço da agricultura de Paranapanema. Implicará necessariamente em novas distinções na cartografia da agricultura local e mesmo regional (são os que *tem* e os que *não tem* o selo). Ao ser associada às práticas sustentáveis do ponto de vista ambiental, a posse do referido *selo* poderá incorporar às desigualdades históricas da *localidade* um novo componente de disputa social. Ao não expor suas relações com a concentração fundiária regional, com as formas de emprego da força de trabalho local e com as desigualdades no acesso à água nas áreas rurais do município, a propriedade do *selo azul* pode revelar-se como violência simbólica. Representando, *a priori*, uma simples identificação de correção na conduta sócio-ambiental do produtor rural, o *selo* pode possibilitar a reprodução das desigualdades materiais em outro campo de disputas, qual seja, o da luta cognitiva sobre o propósito das coisas do mundo e de suas interpretações

2.2 Território e reprodução de desigualdades sociais

A análise das atas das reuniões do CBH-ALPA revela que, desde sua fundação – há nove anos – nenhuma demanda potencial dos agricultores não-cooperados do município chegou a tornar-se *input* na agenda política do comitê. Dificuldades de acesso à água em alguns bairros rurais, a *privatização* das margens dos corpos d'água no município por áreas de lavouras, a qualidade das águas dos córregos de onde parcela significativa das famílias rurais retira água para o consumo doméstico e mesmo o esclarecimento sobre o funcionamento da instância gestora dos recursos hídricos, dentre outros, nunca foram temas apresentados por alguma das representações do município no comitê (incluindo aqui, além da Coopertativa, da Associação de Irrigantes e do Sindicato Patronal, também a Prefeitura Municipal).

Para os agricultores não-cooperados que tem conhecimento geral sobre o papel do Comitê de Bacia, a atuação da instância gestora tem, até o momento, reafirmado a situação de desigualdade social da agricultura do município. No geral, as expectativas seguem muito distantes das promessas de emergência de um “parlamento regional das águas”:

Esse comitê não ta aí pra nós. Se fosse feito pra nós, a gente tinha sido convidado. (...). Falaram que tem que ir lá no sindicato ver, mas eu não sou do sindicato! Eu sei que tem sempre reunião em Taquarituba, mas quem vai lá? Vai quem pode! Eu não posso pagar do meu bolso para ir lá. Depois, eu ia lá fazer o que? A água aqui tem dono. Esses estão lá [fala austera]. (Agricultor familiar, 56 anos, ensino fundamental completo. Município de Paranapanema)

As questões relacionadas ao perfil da democracia do aparato de governança das águas e à experiência que os grupos sociais vêm estabelecendo com estas instâncias de gestão são destacadas de modo bastante incisivo pelos agricultores não cooperados. Sobre estes temas, é importante destacar que a estrutura de representação nos comitês de bacia baseia-se nos princípios políticos da democracia representativa. Contudo, o que parece limitar o reconhecimento e a funcionalidade social deste princípio é justamente a forma de construção da

representatividade dos grupos sociais. Notadamente, em Paranapanema alguns grupos sociais não se sentem representados no Comitê de Bacia. A experiência da delegação desta representação não existe, por exemplo, entre os agricultores não-cooperados. Isto não somente porque tais agricultores não participaram das eleições da Associação de Irrigantes, do Sindicato Patronal e da Cooperativa para o CBH-ALPA. A descrição da não-representatividade realizada pelos agricultores parece relacionar-se diretamente à constatação do *não-pertencimento* ao segmento mais capitalizado da agricultura regional.

Trata-se, neste caso, de um juízo político que resulta da experiência distinta que estes agricultores têm não só com o território e seus recursos, mas também com as instituições que dão suporte à gestão deste território e refletem, em sua composição, as contradições sócio-políticas do lugar.

Sobre a representatividade e a participação dos distintos grupos sociais nos Comitês de Bacia, a Secretaria de Recursos Hídricos do estado considera que, atualmente, a instituição tem:

[...] grande preocupação em relação a participação de todos nos comitês. Temos que garantir que isso funcione como parlamento, com a participação de todo mundo. Mas, também sabemos que tem pouca gente preparada pra isso. É o caso dos agricultores. Por causa da baixa instrução dessa gente, eles não têm conhecimento sobre o mínimo, sobre como funciona o Comitê, o FEHIDRO, o CRH. Mesmo os que sabem ler, como vão entender os termos técnicos dos planos de bacia? Como vão saber o significado dos dados pluviométricos, das unidades geológicas, de balanço hídrico, etc? Agora, nós temos que preparar essa gente. Os comitês têm que pensar em capacitar essa gente. Alguém tem que ensinar esse povo. (Coordenadoria dos Recursos Hídricos da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento)

Sem embargo, no debate sobre a governança sócio-ambiental, algumas instituições multilaterais têm abordado o tema da participação política dos grupos sociais a partir da discussão sobre o *empowerment* destes grupos, tendo em vista a capacitação dos agentes locais para e participação *eficiente* nos aparatos de governança (HERBERT-CHESHIRE; HIGGIS, 2004; BANCO MUNDIAL, 2003). Como nos indica o depoimento da Coordenadoria dos Recursos Hídricos, esta perspectiva de reflexão também é partilhada pela gerência geral do sistema paulista de gestão dos recursos hídricos. Nesta abordagem, entretanto, os mecanismos do “empoderamento” são por vezes tomados exclusivamente em função da formação de representantes técnicos. Os fundamentos deste “empoderamento” são vistos somente em termos formais, ou seja, como um conjunto de procedimentos que sustentariam as práticas de representação técnica. Ou seja, esta noção de “empoderamento” indicaria uma iniciativa de conscientização onde os agentes do lugar são tomados como *sujeitos* reclusos em sua passividade, sendo “comunicados” sobre técnicas e procedimentos de gerenciamento das águas. Neste caso, o processo de “empoderamento” se caracterizaria pela *prescrição* do agente formador, externo ao lugar e portador do saber acerca do “como participar”.

Esta redução dos significados da *localidade* nos aponta questões relevantes para a problematização da variável cultura na construção das novas instâncias de regulação das formas de uso e acesso aos recursos naturais. Como ressalta Silva (2001) acerca da recriação da cultura dos trabalhadores rurais migrantes no *transito* do trabalho, a cultura do lugar por vezes não cabe nos limites dos espaços promotores de sociabilidades reduzidas, avessos à diversidade das experiências. Nestes espaços, como pode ser o caso dos Comitês de Bacias avessos ao conhecimento tradicional, a diversidade das culturas e das experiências dos grupos sobre os recursos do ambiente é substituída pela interpretação padronizada da tecnociência, supostamente impessoal e pretensamente neutra. A razão técnica, assim, é tornada fonte universal de conhecimento. A classificação dos fenômenos e a explicação sobre suas particularidades reduzem-se exclusivamente ao domínio do discurso científico, não deixando por isso de servir às estratégias locais de dominação.

Todavia, no curso desta iniciativa de universalização, ao defrontar-se com a cultura do lugar, a razão técnica termina também por expor espaços onde a memória e os valores do lugar se protegem. Este é o caso da reação *lugar* ante a associação da água como bem econômico, passível de precificação:

Tem gente que considera a água como coisa sagrada. Vai ser difícil entender que agora ela vai ter preço. É igual gente: gente é sagrada, ninguém pode comprar. Não é por isso que acabaram com os escravos? Então, a água também é sagrada [...] Se o problema é de poluição, então o governo que prenda quem polui a água. Podia até fazer assim: se o meu filho suja a água, então me obriga a limpar o que ele fez! Assim todo pai é obrigado a educar o filho. Isso sim dá responsabilidade pra gente. Agora essa coisa de cobrar é mais um desgosto pra quem não tem água, só piora tudo. (Agricultor familiar, 55 anos, ensino fundamental incompleto. Município de Paranapanema)

Não sentindo-se representados no comitê, estes agricultores ainda revelam outros parâmetros de interpretação das relações cotidianas estabelecidas entre a sociedade local e os recursos da natureza. No caso da água, ao ressaltar o *distanciamento* que a atribuição de um valor monetário ao recurso pode gerar na relação *sociedade-natureza*, o agricultor reage ao princípio da valoração através de concepções de um universo cultural específico, onde a precificação monetária não é algo *naturalizado*, ou seja, não é apenas um adicional nas relações sociais; pelo contrário, a precificação expressa o conteúdo de processos sociais que, no caso de um recurso natural, extrapola o limite de flexibilidade de certos valores culturais. Isto porque a negatividade que o cotidiano das relações de mercado traz para estes agricultores é transposta de modo irrestrito para a proposta de cobrança. Tal negatividade se verifica no depoimento do agricultor, que vê a passagem de usuário a consumidor de água com *desgosto* ante ao conjunto de referências culturais que balizam sua relação com o recurso. Por esta razão, é pertinente supor que a lógica própria da concepção de valoração pode não ter conteúdo significativo para sua

devida *institucionalização* – no sentido da tipificação de ações individuais – diante do grupo de agricultores supra.

De certo modo, é revelador o sentido de *desencantamento* que a incorporação da lógica de mercado na regulação do acesso à água desperta neste grupo de agricultores. Na medida em que a água não é insumo adicionado às lavouras segundo o arbítrio destes agricultores, os significados sociais por eles partilhados sobre o recurso não se baseiam no cálculo e na previsibilidade próprias das modernas técnicas de uso dos processos ecossistêmicos. Tratar-se-ia de uma visão menos influenciada pelo cálculo capitalista *desencantado* (contabilidade ambiental) do que pela simbologia cultural em torno do livre acesso ao recurso (*a água é sagrada e o sagrado não tem preço*).

No interior do CBH-ALPA, o bloco agrícola de Paranapanema vem firmando sua condição de liderança regional na gestão de águas. No ano de 2005, o bloco deu um passo decisivo nesta direção. Isto porque, a principal liderança dos Cooperados, então presidente do Sindicato Patronal e um dos fundadores da Associação de Irrigantes, elegeu-se, no pleito municipal de outubro de 2004, prefeito de Paranapanema, fato inédito na história do município, que nunca havia eleito um membro da Cooperativa para o poder executivo local. Outrossim, na condição de prefeito municipal, a referida liderança elegeu-se, em março de 2005, para a presidência do CBH-ALPA. Na mesma ocasião, a Cooperativa, o Sindicato Patronal e a Associação de Irrigantes mantiveram suas representações no comitê, e, em um novo avanço do bloco, também conseguiram coordenar a eleição da Organização não-governamental (ONG) da fazenda-sede da Cooperativa, formada pelas esposas dos cooperados. Com este avanço, o município de Paranapanema, que possui 1,9% da população total da bacia, detém, através de seu bloco agrícola, 30% da representação titular do segmento sociedade civil do CBH-ALPA, além da própria presidência da instância de governança.

Esta conquista política do bloco agrícola de Paranapanema coloca em destaque o universo de representações simbólicas que tal bloco segue disseminando não só no município, mas também nas demais regiões da bacia do Alto Paranapanema. Neste universo, conforme já ressaltamos, destaca-se uma concepção setorial não apenas das formas de uso das águas regionais, mas também dos padrões de acesso social ao recurso. Ao não ser interpretado também como elemento de distinções sociais, o acesso diferenciado à água entre os segmentos sociais torna-se expressão do *sucesso* ou do *fracasso* da trajetória dos grupos sociais na *localidade*. Ou seja, o acesso ao recurso não resulta, nesta interpretação, do histórico das construções de hegemonias sócio-políticas no território, relacionadas, dentre outros, com o processo de modernização conservadora da agricultura paulista ocorrido na segunda metade do século XX. Tributária das noções de empreendedorismo e competência capitalista, a interpretação que o bloco agrícola constrói em sua atuação no CBH-ALPA enfatiza somente os méritos da agricultura empresarial, desprezando as contradições inerentes ao seu desenvolvimento, e dissemina os

valores da contabilidade econômica como base para o planejamento e a gestão regional das águas.

Nestes termos, é sintomático o discurso de posse do vice-presidente reeleito do CBH-ALPA:

São Paulo usa 140% de sua água. Nós usamos 30%. Quem sabe um dia eles [São Paulo] vêm comprar nossa água. [...] Vamos cuidar desse recurso com a mesma competência da agricultura da nossa região, representada aqui em nosso novo presidente. (Discurso de posse do vice-presidente reeleito do CBH-ALPA)

Esta disputa cognitiva pelas representações sociais sobre o espaço local também ocupa, seguramente, posição decisiva no contexto da construção de hegemonias sócio-territoriais. Estas formas de reprodução das relações de domínio atuam, como visto, em interações bastante específicas dos *espaços* em questão. Nelas, os procedimentos das relações de poder atuam em nível cotidiano e possibilitam que haja domínio *fora* das circunstâncias propriamente institucionais. Possibilitam, ainda, que as relações de domínio estabelecidas no território *cheguem* até as instituições. Sob esta perspectiva, o poder existe em rede, em *formação*, e é precisamente por ser dotado desta característica de *movimento* que as relações de dominação material e simbólica produzidas fora de ambientes institucionais – tais como os Comitês de Bacia – relacionam-se com estes ambientes de modo a torná-los úteis às próprias relações locais de hegemonia sócio-política.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar os embates *territoriais* e político-institucionais na gestão das instâncias regionais de política de águas e do desenvolvimento rural no estado de São Paulo. Neste sentido, abordamos alguns dos limites territoriais da gestão descentralizada do desenvolvimento rural e dos recursos hídricos. Através do estudo do caso de Paranapanema, problematizamos alguns dos processos sociais envolvidos na construção de instâncias locais de governança territorial. Destacamos, particularmente, as conjunturas locais de hegemonia sócio-política, buscando evidenciar suas *extensões* até as instâncias regionais de governança sócio-ambiental.

A conjuntura sócio-política aqui interpretada sugere, em termos de abordagem sociológica, que o estudo das novas instâncias de governança também requer, além da compreensão de suas dimensões materiais, também a interpretação dos modos de dominação simbólica construídos em conjunturas localizadas. Possivelmente o emprego de esforços desta ordem possibilitará que aspectos como os que envolvem as desigualdades sociais locais venham à tona como processos herdados e, no movimento dialético do território, eventualmente reproduzidos a partir de novas bases sociais.

Em termos de políticas públicas, cumpre ainda ressaltar que, seguramente, *territorializar* a temática ambiental implica em considerar os processos fundamentais envolvidos na dinâmica econômica e política da localidade. Estas dimensões do lugar não podem, de modo algum, ser

consideradas como eventos a serem enquadrados pelos instrumentos de gestão ambiental. Como procuramos tratar no curso deste trabalho, a história social do lugar, através de suas disputas materiais e cognitivas, possivelmente se incumbirá de ajustar metas abstratas de gestão às situações locais de hegemonias. Por esta razão, a *territorialização* das políticas públicas para a sustentabilidade em áreas rurais requer, dentre outros, a atenção para os arranjos das relações de poder que tencionam sobre as possibilidades de transformação da própria localidade.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2003.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José G. (edits) *O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas*. Vol.4, Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000, p.61-92.
- CARDOSO, F.H. *Empresário industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- FAURE, Alain. *Territoires et subsidiarité: l'action publique locale à la lumière d'un principe controversé*. Paris : L'Harmattan, 1997 (Collection Logiques Politiques).
- GOODWIN, M. The Governance of Rural Areas: some emerging research issues and agendas. *Journal of Rural Studies*, vol.14, nº1, p. 5-12, 1998.
- HERBERT-CHESHIRE, L.; HIGGINS, V. From Risky to Responsible: expert knowledge and the governing of community-led rural development. *Journal of Rural Studies*, n.20, 289-302, 2004.
- HERVIEU, B. *Les Champs du Futur*. Paris, Bourdin Francois Eds, 1993.
- LEFF, E. A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In MARTINS, Rodrigo C. & VALENCIO, Norma F. (orgs) *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil – Vol. 2: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos-SP: RiMa, 2003, p.03-19.
- MARSDEN, T. New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal Rural Studies*. Vol. 14, nº1, p. 107-117, 1998.
- MARSDEN, T. et. al. *Constructing the Countryside*. London: University College London Press, 1993.
- MARTINS, J.S. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, R.C. *A Construção Social do Valor Econômico da Água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. Tese (Doutorado). PPG-SEA, Universidade de São Paulo, 2004.
- MARTINS, R.; VALENCIO, N. Valoração dos Recursos Hídricos e Impasse Sócio-Ambiental na Agricultura Paulista: alguns desafios para a gestão de políticas públicas. *Informações Econômicas*. Instituto de Economia Agrícola, v.33, n.10, São Paulo, pp. 28-40 out.2003.

- MARTINS, R.C. Ruralidade e Regulação Ambiental: notas para um debate político-institucional. *Revista de Sociologia e Economia Rural*, vol.43, 2005 (no prelo).
- OCDE *The Polluter-Pays Principle*. Organisation de Coopération et de Développement Economiques, OCDE/GD (92)81: Paris, 1992.
- PATTON, M.Q. *Qualitative Research and Evaluation Methods*. 3ªed. London: Sage Publications, 2002.
- SCHNEIDER, F.; VOLKERT, J. No chance for incentive-oriented environmental policies in representative democracies? A Public Choice analysis. *Ecological Economics*, n.31, p.123-138, 1999.
- SHNEIDER, S. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. *Revista Sociologias*. N.11, jan./mar, pp.88-125, 2004.
- SILVA, M.A.M. A Cultura na Esteira do Tempo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, n.15(3), 2001.
- VEIGA, J.E. *O Brasil Rural Precisa de uma estratégia de Desenvolvimento*. Série Textos para Discussão nº1. Brasília-DF: NEAD, 2001.
- WEBER, M. A Ciência Como Vocação. In GERTH, Hans H.; MILLS, C. Wright (orgs) *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.154-183.

O AGRÁRIO, O AGRÍCOLA E O MEIO AMBIENTE: TRINÔMIO DA LUTA DE UM POVO NA AMAZÔNIA.

Elizabeth Maniglia.

Profª Drª Elizabeth Maniglia – e-mail: ema@francanet.com.br
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Franca. Grupo de Trabalho:
Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental.

RESUMO

Este estudo insere-se na área de direito agrário e apresenta um relato a través de um “olhar de fora” sobre a Amazônia brasileira. Traz reflexões fundamentadas nas pesquisas e nas opiniões daqueles que estudaram a Amazônia sob vários ângulos. Dentre os quais destacam-se: o direito agrário, povos da Amazônia e movimentos sociais – como eixos principias. Apresentará um histórico e a evolução do direito agrário brasileiro, de forma sucinta. Em seguida falará sobre os povos da Amazônia – realidade e anseios, ocupação do espaço, colonização, destinos e problemas, bem assim, direitos. No que se refere aos movimentos sociais destacará os conflitos, a luta pela terra, o panorama dos movimentos sociais na região – passado e presente -, o papel atual dos movimentos sociais, ONGs e MST. Ocupações e grilagens. Por último – riquezas e projetos. Trata-se, como está em relevo, de um olhar da pesquisadora que busca entender a grande problemática de uma região riquíssima na sua biodiversidade, complexa, explorada. Ainda, permite-se sonhar que, no futuro, seu povo exercitará os conceitos de dignidade, cidadania, respeitabilidade e direitos, tendo por escopo a realização da justiça, o que demandará muitas lutas.

Eu, que venho de outras cercanias, confesso - ao mesmo tempo orgulhosa - também temerosa para enfrentar este desafio. Falar da Amazônia que conhecemos, ora pelas suas polêmicas trazidas pela mídia, ora pelas suas exuberâncias tão cobiçadas, ou ainda pelas visitas turísticas feitas de relance ou ainda pela grande questão ambiental, trouxe-me uma grande preocupação. Porém, esta foi vencida porque resolvi apresentar minha visão de fora, calcada nas opiniões daqueles que estudaram a Amazônia sob ângulos diversos. Portanto, este pequeno relato traz o significado da discussão e da reflexão e não determinantes de uma opinião formada. Estará dividida em três grandes locuções- chave: direito agrário, povos da Amazônia e movimentos sociais.

O direito agrário, assim como os demais ramos jurídicos, sofre uma evolução constante no sentido de ser uma ciência social aplicada, movida pelo dinamismo da sociedade, impregnada pelo avanço tecnológico, pelas alterações culturais e, sobremaneira, pela necessidade de se efetivar justiça, num mundo onde se permeiam a desigualdade social, a fome e as incertezas sobre o futuro da humanidade. O direito agrário como bem leciona Zeledon y Zeledon (Juruá: 2002 p.21) “tem uma série de elementos comuns com os direitos humanos, estabelecendo uma relação de fraternidade entre os dois importantes ramos jurídicos, não descartando a possibilidade de uma relação, meramente aparente e, sim real”. Desta feita cumpre lembrar que o direito agrário deve ser absorvido, no sentido de atuante justiça social, ciência humana a ser estudada com respeito a cada comunidade local, dentro de suas especificidades culturais.

O direito agrário ao longo dos anos existiu como atividade real, mas apenas se consolidou como ciência no séc XX, com larga elaboração histórica, se firmando no direito da terra, direito agrícola, direito rural. Sem prejuízo de outras expressões o vocábulo mais usado se firmou como sendo direito agrário - ciência autônoma, como afirma Soldevilla y Villar (Valladolid: 1991 p 55) composta “de tradições e costumes e que em sucessivas etapas tem sido moldado pela doutrina e seus ensaios científicos e comentários a textos legais a modo de direito emanado pelos juristas de maneira que estas leis devem se referir a instâncias e situações reais, vividas pela sociedade sem que o Direito se positive por procedimentos puramente técnicos, mas sim pelas necessidades reais da agricultura e das estruturas vigentes”. Não pode haver abismo entre o que o direito agrário ensina com a realidade local onde ele vai ser aplicado, ao contrário, o estudo socioeconômico agrário real é o norte para a elaboração legal e a formulação da doutrina agrarista. Sans Jarque (Madrid, 1985, p. 41) define o direito agrário como o conjunto de normas que no âmbito da ordenação do território regulam a propriedade da terra, a empresa agrária a

reforma e o desenvolvimento agrário das estruturas do campo. Modernamente, outros estudos do mesmo autor em parceria com Ballarin, ampliam os sujeitos, objetos e atividades do setor agrário, incluindo as cooperativas, a personalidade do agricultor, as unidades agrárias, a nova dogmática contratual, o cultivo, o acesso à propriedade, o desenvolvimento, a comercialização e industrialização dos produtos, a empresa agrária e sua estrutura dinâmica, sem desprezar outras estruturas anacrônicas do campo como a formação das zonas rurais, a criação de novos agricultores, o aproveitamento dos recursos naturais, o crédito agrário a exploração da riqueza rural, como um todo: extrativismo, turismo rural, questão ambiental cultural a formação profissional e outros.

Luna Serrano (Madrid: Revista de Direito Agrário, 1972, p.510) sistematizou três grandes vertentes ideais relativas ao direito agrário: o direito a propriedade imóvel tradicionalmente entendida, o direito a atividade agrícola e o direito a reforma agrária. O primeiro se apresenta como o direito da propriedade imóvel rústica; o segundo regula a completa gama de relações que tem lugar: o exercício da atividade profissional do agricultor, o empresário agrícola: titular da exploração, ativo na exploração e dono da fazenda; o terceiro aparece como sendo o direito que procura adequar as estruturas objetivas e subjetivas da agricultura que leva a cabo satisfatoriamente a exploração da terra, bem de proteção por se constituir na alimentação e condicionador de desenvolvimento.

Há de se refletir que o direito agrário italiano se pauta em detalhes, hodiernamente, sobre os contratos existentes sobre a terra, dentro da realidade local que se contempla, o que se faz admitir que outros institutos decorrentes da empresa agrária se desdobram como objetos do direito agrário. Giovanni Nicolini (Padova 1976 p13 e sgs.) contempla que as atividades agrícolas são mais que as desenvolvidas no solo, envolvendo as transformações agrícolas, as drenagens do solo, os preparos e estudos do solo, os cursos d'água, bem como todos os contratos que decorrem da atividade agrária associações, cooperativas, consórcios , vendas, comércio de produtos, parcerias, arrendamento, formação de sociedades rurais e outras atividades, que derivam da terra .

No direito brasileiro, o contexto do direito agrário ainda é tímido sob o aspecto de inserção na realidade haja vista a sua não-obrigatoriedade nos currículos das faculdades de direito. Esta luta precisa ser tomada adiante como compromisso de nós, agraristas, aqui presentes. Não há de se conceber que toda a imprensa divulgue diuturnamente conflitos agrários de toda ordem e os alunos de direito não saibam e não discutam os fatos reais que envolvem a notícia rural e seus desdobramentos, realidade maior deste

país. Mas, afora esta luta, é preciso ver um direito agrário coerente com a realidade local. Este, um país de grandes distorções fundiárias, de contrastes regionais, com riqueza cultural rural que se perde dia-a-dia. Com economia agrária voltada para o agronegócio, para exportação de produtos primários, campeões de super safras, mas com violência rural digna de países de quinto mundo. A disputa pela terra, a destruição ambiental, a grilagem, o tráfico de entorpecentes, com produtos plantados em cadeia produtiva, a madeira ilegal, o trabalho escravo, o trabalho infantil, mortes encomendadas que facilitam a pistolagem e violência, o descrédito na lei e, ainda, ausência de uma justiça agrária fazem com que o perfil do direito agrário brasileiro seja mais amplo, pois a gama de relações que o meio rural traz para o direito move sem escrúpulos todo o direito que, apesar de uno, se compõe de seus ramos que encontram no meio rural um celeiro de conflitos de toda ordem e espécie .

No contexto doutrinário os cursos de especialização e mestrado, somados aos agraristas por vocação e dedicação, se esmeram em trazer à baila o significado do direito agrário brasileiro. Em recente Congresso em Niterói, da rede rural da Universidade Federal, sociólogos, economistas, agrônomos, biólogos enfim pesquisadores envolvidos na questão da terra cobravam a participação dos jusagraristas, impondo a estes a tarefa de se aproximar mais da realidade local, para de tal feita agir com mais justiça.

Raimundo Laranjeira (São Paulo: LTR, 2000, p. 251 e segs.) afirma que a especialidade jurídico-agrária, no Brasil, surgiu a pouco e pouco a partir da elaboração de leis singulares sobre fenômenos agrários, que faziam parte secularmente do arcabouço do direito civil e do direito administrativo. Ao longo do estudo da arte do direito agrário, Laranjeira afirma que os operadores do direito em geral e do direito agrário particularmente deverão estar investidos dum compromisso humanista, acionando mecanismos de justiça social que existem hibernados na legislação ou que precisam ser criados com tal finalidade, destinando-se aqueles operadores a combater, sobretudo, a fome e a pobreza que grassam no meio rural .

Neste raciocínio é mister afirmar que o direito agrário no Brasil, além de combinar os institutos já anteriormente citados, deve ser acima de tudo um instrumento de busca de melhoria social no campo. Deve combater as injustiças advindas da acumulação de terra e capital, da concentração fundiária , operando a favor das maiorias que têm seus direitos e garantias fundamentais não realizados. O direito agrário a partir de garantidor da produção de alimentos, portanto da segurança alimentar, deve realizar políticas públicas e legislações coerentes com os objetivos firmados nos princípios agrários que

têm como pilares a diminuição da pobreza no campo a efetivação da justiça social, a busca de uma melhoria na produção e o respeito ao meio ambiente.

Ismar Marino Falcão, (EDIPRO, 1995, p.49) com simplicidade, descreve que o conteúdo do direito agrário é exatamente a matéria por ele disciplinada, vale dizer, a atividade agrária, a reforma agrária, a colonização, o uso e a posse da terra particular ou pública, os contratos agrários e finalmente toda atividade emergente da própria atividade agrária. Diz, ainda, com sabedoria que outros conteúdos que se acham disciplinados por leis não integrantes do direito agrário deveriam, sem dúvida, fazer parte deste ramo agrário como, por exemplo, contrato de trabalho rural, trabalho rural, caça e pesca, reflorestamento crédito rural, utilização de florestas e outros temas pertinentes ao meio rural. Há de se contar com os estudos preciosos da sociologia e economia rural que são de suma importância para o contexto social e, conseqüentemente, para a eficácia do estudo agrário.

Desta feita é correto afirmar que o conteúdo do direito agrário brasileiro deve se compor de muito mais que as legislações agrárias. Estas devem estar dispostas se inter-relacionando com os demais ramos jurídicos, num estudo local da realidade amparado pelas demais ciências sociais, tendo em conta o homem e suas necessidades humanas, sociais, em consonância com o meio ambiente, buscando respeitar os anseios e objetivos da população que deve decidir sobre o que desenvolver na terra, como exercer a atividade agrária, quais mecanismos para a melhoria de vida, quais as opções de modelos de desenvolvimento. Lógico que para atingir este estágio as discussões deverão ser pautadas, na efetivação democrática de um regime estatal que se volte para o interesse público. Esta é a meta! Como atingi-la depende de todos os condicionantes sociais que envolvem a formação do jurista, a consciência do voto, a responsabilidade social do agente públicos, as políticas internacionais, o papel das ONGs, dos movimentos sociais, das discussões e debates como estes que propiciam a reflexão e a crítica sobre o mundo rural. A tarefa é árdua sem dúvida, porém não impossível, para quem acredita e luta por um direito mais humano e mais real.

Alinhavando o até então discutido, cumpre-nos falar sobre os povos da Amazônia. Aplicar e estudar o direito agrário na Amazônia requer, coerentemente, que se estude a realidade local, os objetivos e anseios deste povo em consonância com o que pode ser desenvolvido neste território misterioso para os que estão de fora. Conhecer a Amazônia para conhecer seu povo é tarefa árdua. Para um belo estudo sistemático deveria ser feito

um levantamento local geográfico, minucioso para entender o porquê dos clamores e cultura de sua gente. Pela absoluta falta de tempo, correu-se atrás de alguns estudos sócias que ajudaram a elaboração do tema.

Doris Sayago, Tourrand e Marcel Busztyn (Brasília ED. UNB 2004) descrevem que a Amazônia brasileira tem sido alvo de uma ação sistemática de extração de riquezas que se configurou em diferentes modos de produção e de organização social e política. Estas atividades, conforme os autores, não se findaram por completo, ao contrário, permanecem em vigor se intermediando umas com as outras originando populações que se voltam para a borracha, para a castanha, para a pesca para a caça exploração de frutas, para o garimpo e até mesmo industrias, o que faz os autores afirmarem que as atividades tradicionais são mais duradouras enquanto as mais modernas mais efêmeras .

As ocupações dos espaços territoriais acompanharam as características impostas pela natureza, o que forma a especificidade do respeito aos rios que serviram de interiorização e, conseqüente, formação de atividades voltadas para a pesca o que deu origem a Amazônia dos rios e que durou quatro séculos de ocupação européia e que passou a ser alterada com a colonização rural que se formou na década de 1970, trazendo agricultores de cada canto do país dentro do espírito da integração nacional de ocupação de fronteiras.

Despreparados para a vida da floresta, os novos colonos reproduziram formas de vida das suas localidades de origem e isto fez com que surgissem agricultores familiares ambiciosos para adquirem terras, juntamente com proprietários do Sul e Sudeste, que se instalaram para a economia de mercado fazendo o que se chamou a Amazônia das estradas, que precipitou o avanço da fronteira agrícola com a chegada da pecuária, da exploração florestal da lavoura branca (arroz, feijão e milho), culturas perenes (cacau, pimenta-do-reino e café), a pecuária leiteira e, já recente, a cultura mecanizada de grãos que se espalha entre os ecossistemas amazônicos e de cerrados localizados ao longo das estradas. Do ponto de vista ecológico, os dados confirmam que 15% do espaço amazônico foi transformado em área agrícola. O fracionamento dos ecossistemas naturais e a exploração florestal envolvem uma superfície bem maior o que ultrapassa amplamente o contexto das áreas desmatadas.

Do ponto de vista social a maioria dos colonos, conforme os autores, considera ter melhorado suas condições de vida e os que se decepcionaram com a colonização não mais estão lá para testemunhar. Já voltaram para suas regiões de origem ou terminaram se somando ao contingente de favelados nos centros urbanos. Do ponto de vista agrícola,

há de se registrar que há ciclos que ressurgem como o da mandioca e extrativismo, e do garimpo. A floresta em sua maioria é vista pelos novos atores sociais como um capital para ser transformado em renda pela madeira nela contida. É mais fácil plantar numa área florestal que se aproveita a madeira e depois se planta do que plantar numa área já devastada. Isso explica as práticas típicas de contextos onde a terra é barata e a natureza farta que geram desmatamento e, na sua esteira, atividades mais extensivas do que intensivas. A visão simplificada de fronteira agrícola traz a marca política e a criação de novos estados Amapá, Roraima e Tocantins. Esta nova configuração deu origem a sistemas de exploração de florestas, sistemas de produção agrícola, fluxos migratórios, formas de uso da terra o que deu origem a Amazônia das regiões. Nasce, então, o que se chama de sustentabilidade que passa a ser extensiva às populações tradicionais, comunidades indígenas e caboclas. Os povos envolvidos nos ciclos numa cadeia política formam unidades administrativas, com instituições profissionais, sindicatos, federações, associações que se mesclam aos ciclos produtivos extrativistas e agrícolas: drogas do sertão, borracha, madeira pecuárias culturas perenes e leite, sem desprezar a mineração, a exploração do petróleo e gás natural e a construção de hidroelétricas. O caráter cíclico estende-se às esferas institucional, social e ambiental. As ONGs se multiplicam, os movimentos sociais ambientais ligados à terra crescem, as cidades superlotam, empreendedores agroindustriais nacionais e internacionais se interessam pela Amazônia, que tem terra farta e barata, mão-de-obra em abundância o que faz uma nova Amazônia, a das políticas. Assim, os autores da pesquisa, cenas e cenários da Amazônia, concluem que em três décadas esta região e seus povos passarão por mais transformações em seu ambiente do que nos quatro séculos de existência, o que faz buscar um novo modelo para a região.

Elimar Nascimento e José Augusto Drumond (Brasília: UNB, 2004, p.356) colocam que no futuro da Amazônia devem se destacar novos atores sociais. São a seguir:

- 1) Os movimentos ambientalistas de diferentes índoles e tendências.
- 2) O capital financeiro, sobretudo o internacional, mas também nacional,
- 3) Os empresários nacionais da agroindústria, responsáveis pelos melhores índices da balança comercial.
- 4) As madeireiras com grande parte do seu trabalho ilegal, numa dinâmica econômica e irracional.
- 5) A Igreja Católica e grupos evangélicos ligados ao social, articulados com trabalhadores e indígenas.

- 6) Países pan-amazônicos com interesse na região abrigando produtores de drogas e grupos guerrilheiros.
- 7) Comunidades e organizações indígenas diversas entre si e com ligações nacionais e internacionais.
- 8) Grandes proprietários rurais grupos econômicos poderosos interessados na melhoria dos transportes.
- 9) Pequenos e médios proprietários com limitado capital e baixo nível de produtividade.
- 10) Empresários urbanos atuam na produção e comercialização de bens e serviços incluindo o turismo.
- 11) Trabalhador rural reunido em sindicatos, levando seus líderes a alguns cargos políticos.
- 12) Comunidade científica, pequeno mais influente segmento voltado para a pesquisa, e pelo domínio da biodiversidade da Amazônia.
- 13) Organismos financiadores internacionais como BIRD e o BID.
- 14) Empreiteiras particulares voltadas a realizar obras públicas.
- 15) Contraventores no ramo das drogas, madeiras, terras e ouro.

Acresço ao trabalho dos autores outro segmento que considero também formador dos povos da Amazônia: os funcionários públicos que atuam em órgãos de suma importância como IBAMA, INCRA, e outros tantos de ordem federal ou estadual e ainda municipal, incluindo os três poderes. Estes também colaboram para o bem ou, às vezes, para o mal de uma região que traz a lume um futuro ainda incerto, mas que com certeza consolidará um processo de conscientização ambiental e de desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que facilitarão a difusão destas na região amazônica. Será esta a resposta que os povos da Amazônia querem?

Não há um resgate unânime sobre esta posição. Outros setores, outras ideologias e defesa da região traçam outros destinos para este local. Manifestam que a questão do extrativismo da seringueira marcou profundamente a história econômica, social e geográfica da Amazônia e do Brasil. Resgatam que a borracha chegou a ocupar o terceiro produto na pauta das exportações do Brasil Império e o início da República, motivando o processo de povoamento e anexação do atual Estado do Acre à soberania brasileira, a implantação de diversas obras de infra-estrutura e a criação do processo de aviação. Com o crescimento da demanda da borracha estimularam-se os plantios domesticados de seringueira no Sudeste asiático, levando ao colapso da economia extrativista, apesar de sua permanência até os dias atuais. Mesmo com a queda do extrativismo na formação da

renda regional, vários produtos ainda constituem a principal atividade de pelo menos 100 mil famílias, representando 14% da população economicamente ativa do setor primário da região Norte. Outros produtos como o cacau, chinchona, coca, guaraná, cupuaçu, pupunha, entre outros, foram domesticados, compondo, muitas vezes, as principais atividades econômicas nos seus novos locais de plantio. Conforme Homma (Embrapa, 1993), a partir da segunda metade da década de 1980, o extrativismo vegetal passou a ser considerado pelos movimentos sociais ecológicos, nacionais e internacionais e governos estrangeiros, como novo paradigma de desenvolvimento agrícola adequado para a região amazônica. Essa idéia ganhou força, conforme o autor, em decorrência do assassinato de Chico Mendes, que ganhou da mídia e das figuras formadoras de opinião pública uma expectativa irrealista. Sobre este tema discorre o autor, em suas pesquisas, que o extrativismo vegetal ultrapassou sua dimensão tornando-se uma bandeira moral para determinar os rumos da política ambiental e do desenvolvimento da Amazônia.

Contrariamente, Homma (op. cit.) passa a trabalhar apresentando outros tantos argumentos para desmistificar que a solução dos problemas amazonenses e a salva guarda da Amazônia se resumem ao extrativismo. Ao contrário este pesquisador afirma que “confunde-se a questão agrária com a questão ecológica em que não existe apenas o problema do extrativismo vegetal mas também o conjunto de problemas comuns a toda agricultura amazônica”. É necessário buscar sistemas mais produtivos que minimizem os danos ambientais e propiciem rentabilidade pois, do contrário, está se propondo um subdesenvolvimento sustentado. Muitas são as variáveis apresentadas, mas a tônica nesse caso seria a de tentar buscar a melhor forma de extração, agregar valor, melhorar os processos de comercialização e evitar o desperdício. As reservas devem ser auto-sustentáveis, devem ser soluções somente para os grupos que dependem disto para sobreviver, com forte tradição extrativa e organização sociais, levando em conta a heterogeneidade da comunidade que devem decidir o seu destino e opção.

A categórica posição do pesquisador chega a seguinte postura: os ecologistas fazem suas manifestações a favor da floresta e do extrativismo, enquanto os seringueiros começam a entender que é necessário desenvolver também atividades agrícolas e isso poderá levar a uma reserva extrativista sem extrativismo. A produção de alimentos é importante e, segundo Fernando Homem de Mello, a demanda por alimentos será intensificada e carece o aumento de produtividade como condição para a própria preservação da Amazônia. Radicaliza Homma dizendo que o que já foi desmatado da Amazônia deve se tornar área de produção agrícola. São, conforme o autor, 33 milhões

de hectares que devem ser estimulados pelo Governo para produzir alimentos para os 16 milhões, com tecnologia apta a viabilizar o extrativismo da terra. Defende que esta população precisa ser alimentada e ter direito a saúde, educação emprego e melhoria do padrão de vida que não virão se a economia for extrativista. Resumidamente, conclui o autor que as políticas ambientais que estão tentando impor na Amazônia implicam em sensíveis prejuízos econômicos regionais. O radicalismo ambiental advindo de ONGs, organismos internacionais e desconhecimento por parte da opinião pública, a seu ver tem sido nefasto para os povos da floresta . A ecologia para Homma precisa ser altamente debatida pela sociedade, além de objeto de conservação e preservação, deve-se incluir a noção de soberania e assegurar alternativas econômicas para os que vivem na região. A Amazônia não pode ser uma mercadoria de troca para atender os interesses internacionais, a discussão deve ser ampliada.

Particularmente entende-se ao menos instigante a posição do autor, que amazonense de nascimento, portanto conhecedor da região, suscita uma outra postura diante desses povos, que a nosso entender devem ser responsáveis e participantes nas decisões de seus destinos, sem se deixar levar por promessas ou conteúdo egoísticos.

Alguma sugestões que podem abrir debate, acerca de direitos e posições sobre o a situação da Amazônia são suscitadas por Marcílio de Freitas (Petrópolis :Vozes 2004, p. 9 e seg.) que trabalha, apontando questionamentos que envolvem contradições políticas que imbricam no modelo de desenvolvimento econômico implantado na região amazônica, os péssimos indicadores socioeconômicos das populações da região tipificada como santuário ecológico, como conciliar desenvolvimento sustentável com os interesses de suas populações, como operacionalizar estratégias políticas que impeçam que os processos sociais subsumam as culturas nativas da Amazônia. Estes tópicos são segundo o autor fundamentais que sejam esclarecidos a contento para que o povo amazonense construa um destino independente, comprometido com as aspirações populares e democráticas deste povo.

Marcílio Freitas realça que a importância da Amazônia para o mundo constitui unidade nacional, assim como é verdade que a Amazônia continua sendo um problema político para o Estado nacional. A Amazônia é simbólica e por esta razão sua complexidade é discutível. Todos os projetos de intervenção econômica basearam-se até então na possibilidade de testar e incorporar novos conhecimentos às teorias científicas à época e de transformação de recursos naturais em riqueza, em produção e em fonte de

desenvolvimento. Os acordos das elites internacionais e nacionais, os grandes projetos econômicos internacionais implantados na região, a privatização e a grilagem de extensas áreas amazônicas, os seus novos projetos de reconfiguração territorial e política, a voracidade com que amplos setores científicos nacionais tentam acoplá-las às pautas de investigação e à matriz produtiva mundiais numa condição de subalternidade e, a insistência dos poderes constituídos em discutir seu destino, sem a participação de seus povos, são contradições que conspiram contra um futuro promissor para esta importante região brasileira. Quem pode decidir sobre o que se fazer na Amazônia? Somente seu povo pode falar. Não será o mundo com a noção de sustentabilidade inventada pelos países centrais como forma de manutenção de seus interesses econômicos e políticos que vão determinar o que os povos amazônicos devem fazer. A Amazônia é de suma importância para o Brasil e para o mundo, o que reafirma as antigas contradições entre o local e o mundial, região e nação, natureza e cultura, política e economia. O desenvolvimento sustentável criou o mito da relação homem /natureza, porém com intervenção de ONGs, governos poderosos e centrais ambientalistas com interesses pessoais. A supremacia, por exemplo, dos Estados Unidos e suas estratégias de segurança nacional geram preocupações com respeito ao destino da Amazônia. A posição geopolítica de importância vital para o mundo, faz da Amazônia um pólo de interesses neocolonizador. Não só o aspecto econômico, mas político científico e religioso e de ciência global atraem para o seu interior a heterogeneidade de pessoas com os mais diferentes interesses, inclusive o de desrespeitar o povo da Amazônia, beneficiando-se de suas riquezas, monitorando o seu destino. O controle governamental é frágil por vezes tendencioso.

A ausência de um projeto republicano com perspectivas reais de cidadania para o povo amazonense e para todo o povo brasileiro, permite a vulnerabilidade de um território cujos povos: indígenas, ribeirinhos, seringueiros, pequenos agricultores, pessoal da cidade mais defensor das riquezas naturais sejam de forma aviltante desrespeitados, assistindo investimentos que quase sempre contrariam seus interesses. Sustentabilidade sim, mas com dignidade, respeito e cidadania a todos.

É preciso reviver o tempo da *belle époque* amazônica (Napoleão Lima Mauad 2002, p. 69) que enfatizava a preocupação com o embelezamento das capitais e a redefinição dos espaços urbanos. Hoje a *belle époque* deve, a nosso ver, redefinir o espaço rural assinalando um processo de construção entre os povos da floresta, seus

ideais, desconsiderando uma interpretação do exótico e do estranho. Não há nada de exótico nem de estranho, esta é a visão do europeu, do americano com o senso de dominação de povos e terras distantes, e ainda mais importante, como meio de aceitação pelo outro da dominação. Desde as narrativas de Euclides da Cunha a Amazônia é passada como um cenário misterioso, ameaçador onde ocorrem práticas sociais, ideológicas e políticas que no dizer de Lima: (Maud: 1998) reflete na imagem da Amazônia: Inferno/ Paraíso, Inferno Verde. Tão introjetada está a idéia de hostilidade que ela tem ajudado, e muito, a legitimação de medidas integracionistas à custa de destruição tanto da natureza como das culturas autóctones, ambas vistas como parte da natureza e, portanto disponível para a conquista e eliminação. Levar a modernidade e construir um imaginário de origem dicotômico foi outra perversidade a nosso ver que culminou na destruição de valores essenciais: terra / água, selva/ civilização, natureza /homem passaram a ser opostos enquanto na verdade homem, água, selva, vida se completam.

Neste mundo amazônico de controvérsias, instala-se o conflito dos que chegam com os que lá vivem, aglutinam-se questões de poder local com o poder nacional e internacional. Há os que lutam pela terra, pelas reservas, pelas florestas pela preservação. Há os que chegam alegando a necessidade do progresso, do capitalismo, do avanço das fronteiras agrícolas, das pesquisas científicas. Uns falam em retrocesso nas políticas de sustentabilidade, outros se queixam da miséria e da pobreza reinante na região. Muitos defendem a vida nas cidades outros tentam segurar a vida rural. São tantos os contrapontos e interesses que acabam resultando em luta de sobrevivência abarcada pelos movimentos sociais.

Nos ensinamentos de Maria da Glória Gohn (Loyola 2001), os movimentos sociais no Brasil existem desde a época colonial, ora se questionava a escravidão, outros momentos o fisco, os direitos dos pequenos camponeses, os atos do poder público, a independência e a luta de classes. No séc XIX, conforme a autora, os movimentos sociais tinham dificuldade de se estabelecer ou de permanecer no poder sendo, em maior ou menor tempo, massacrados nas várias regiões do país pelas forças da legalidade colonial ou imperial. As alianças das classes existentes eram tênues e contraditórias. O antagonismo das lutas era sempre canalizado para os elementos estrangeiros, fazendo com que a questão da nação sobrepujasse a das classes. Na região amazônica registra-se o movimento da cabanagem que em Belém foi motivado pelas classes pobres formada por negros, índios, cafuzos e mestiços que habitavam a beira de rios e igarapés, em 1835 e cujo objetivo era a tomada do poder, este conquistado por 10 meses. Outro movimento

social foi registrado também em Belém, em 1945, e que se denominou *queremismo* e que lutava por uma constituinte. Alguns movimentos de ordem nacional foram apoiados por todos estados brasileiros com a luta pela reforma agrária pelas *diretas já*, pela *liga dos camponeses*, movimentos *grevistas*, *CONTAG*, *resistência aos tempos de ditadura*, movimentos *estudantis*, lutas pela *redemocratização* e outros tantos.

Nos anos de 1970 intensifica a união de pessoas em busca de direitos. Surgem os movimentos feministas, a criação da CPT, responsável pelo fortalecimento dos movimentos sociais do campo, os movimentos da anistia, sindical, estudantil e as grandes greves, culminando em 1979, com a criação do MST, dos atingidos por barragens. A década de 1980 iniciou-se com o protesto indígena, com a criação da *Articulação Nacional*, com os movimentos populares e sindicais. Nesta década, iniciou-se, também, a fase de negociação e a era dos direitos com os movimentos sociais em diversas temáticas. Foi neste momento que os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos dotados de direitos, estes inscritos na Constituição, mas usualmente negados ou ignorados na prática (Gohn, p. 127). Os anos seguintes redefiniram novamente o cenários das lutas sociais: a luta por questões éticas ou de revalorização da vida humana e por direitos sociais, revalorização das cidades e interesses locais e nacionais. Duas outras tendências se fortalecem no cenário nacional social, o crescimento das ONGs e as políticas de parceria implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local. Trata-se de novas orientações voltadas para desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as comunidades organizadas com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também. A busca da cidadania passa ser a dominante, nas lutas contra a violência, corrupção, degradação do meio ambiente, direitos sociais. Não se aceita mais ter de mudar de religião, nacionalidade, padrão cultural ou alterar qualquer aspecto da identidade, para poder participar do mundo atual. As singularidades devem ser respeitadas. Inicia-se também o que Cristóvão Buarque chamou de *apartação social* (Brasiliense, 1993) cuja base é o respeito a especificação da situação brasileira, onde o luxo e a miséria convivem, onde as diferenças sociais são marcantes, tornam-se promissoras as lutas por direito a ter direitos. Portanto, foram muito bem-vindos os movimentos sociais.

Na Amazônia, os movimentos sociais consolidaram-se pela luta por direitos dos indígenas, dos pequenos trabalhadores rurais e, obviamente, nas questões ambientais.

Trio que não se exclui, ao contrário, se soma e se une na luta da manutenção da Amazônia. A vítima mais antiga da opressão do Estado e dos latifundiários no Brasil tem sido as nações indígenas, dizimadas ao longo da história de ocupação e conquista. Os índios estão hoje, conforme Zilda Iokoi (Hucitec,1996), reduzidos a uma situação de dependência extrema. Clamam por direitos básicos, desde a liberdade de viver em suas terras até o direito à saúde. A CPT e o CIMI são os apoiadores da luta indígenas e os principais problemas legais, vividos hoje, constituem-se na demarcação de terras indígenas e na luta contra a invasão das terras dos silvícolas por parte dos fazendeiros. Mas a luta dos movimentos sociais reivindica problemas de madeireiros, seringueiros desmatamento, assassinatos de padres, freiras, apoio de entidades nacionais e internacionais que produziram resultados positivos, mas não o fim das arbitrariedades. O deslocamento populacional causou abertura de estradas, novo plantio ocupação de terras devolutas morte e expulsão por fazendeiros. Os seringueiros com suas vidas solitárias e sobrecarregadas, organizaram-se e tornou-se possível a elaboração de um dossiê sobre as arbitrariedades e lutas realizadas no Acre.

A divulgação nacional e internacional da violência armada contra os seringueiros permitiu o acesso a informações sobre conflitos, dificultou o livre extermínio que ocorria até então. A união dos proprietários também não tardou: a UDR se instalou em Xapuri e os conflitos entre as partes se agravaram de tal forma que culminou na morte de Chico Mendes. A pedido do Vaticano, as forças religiosas foram trocadas e houve um recuo no apoio às dioceses, o que possibilitou o aumento da violência e muitos assassinatos. A Teologia da Libertação, defensora dos oprimidos, caminhou numa outra luta que se intensificou e constituiu-se em apoio ao MST, que se organizou e hoje está presente em todos os Estados brasileiros. Especializando-se em atender as diferenças regionais o movimento traz a certeza da luta e melhoria de vida para cada região, respeitando o modelo local. Enquanto em Santa Catarina o índio se organiza para a fabricação de fios de confecção de jeans, em Minas o assentado prepara o iogurte, na Amazônia Legal a agricultura de sombras ou de sobrados, permite que os castanhais protejam o plantio de frutas como os melões e os feijões de vaca. Ali dentro das florestas embalam-se castanhas em papel alumínio para evitar a umidade, num processo que tem a mesma lógica das embalagens a vácuo. Trata-se como afirma Iokoi, num planejamento moderno que se realiza na linha, na área e na estrutura por meio de uma coordenação nacional que tem como referência a territorialidade e não o nacionalismo. O MST definiu um programa agrário assim:

- 1) Modificar a estrutura da propriedade da terra.
- 2) Subordinar a propriedade da terra à justiça social às necessidades do povo e aos interesses sociais.
- 3) Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores.
- 4) apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, tendo em vista, créditos e seguro agrícola.
- 5) implantar a agroindústria e a industrialização no interior do país. Buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo a geração de empregos, especialmente para a juventude.
- 6) aplicar um plano especial na região do semi-árido
- 7) desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais com um modelo de desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Impasses ainda permanecem na ação dos Sem Terra, mas as soluções que têm sido encontradas e a luta pela terra vêm ganhando resultado para aqueles que vivem o dilema da falta de emprego, falta de terra e dignidade.

A luta pela terra consolidou e hoje a busca na reforma da estrutura fundiária se espalha em todos os locais. No momento da elaboração deste texto estava sendo noticiada a ação do MST em Roraima, numa ocupação que marcava a primeira entrada do movimento, configurando o 24º Estado, que a imprensa chamou de com “franquias” do MST. O jornal Estado de São Paulo informou no dia 30 de julho de 2006, que o movimento dos Sem Terra pretende ter como próximo alvo o Estado do Amazonas, que segundo a liderança do movimento o objetivo será a defesa da biodiversidade, da demarcação e o respeito das terras indígenas e da agricultura camponesa. A escolha em Roraima para a ocupação foi à fazenda Bamerindus que hoje é de propriedade do INCRA. A fazenda tem 70 mil hectares, foi ocupada por 220 famílias e são mais de 30 mil famílias de sem terra que esperam a reforma agrária. Embora tenha uma estrutura nacional, que estabelece a linha estratégica da organização, as direções estaduais têm autonomia para definir táticas e ações localizadas, de acordo com as características da região.

Enquanto se intensifica, inclusive na Amazônia, as ocupações de terra, a grilagem de terras públicas atinge 30 milhões de hectares no PA. Um estudo preparado por pesquisadores do Ipam e do Museu Emílio Goeldi a pedido do Ministério do Meio

Ambiente definiu que há 30 milhões de hectares grilados no Estado paraense. Segundo dados do site Carta maior (acesso em 26/07/2006) há duas modalidades de ocupação ilegal na Amazônia: ocupações irregulares e as grilagens. As primeiras são caracterizadas por pequenas extensões onde o posseiro reside e produz através do trabalho familiar, e são passíveis de regulamentação legal. Já as grilagens são grandes áreas ocupadas por fazendeiros que muitas vezes possuem outras terras, tem antecedentes de apropriação ilegal, comumente utilizaram métodos violentos contra pequenos posseiros ou proprietários para se apossar das áreas e buscaram fraudar ou forjar documentos junto a funcionários do INCRA ou a cartórios (quem estivesse mais susceptível de ser corrompido). Sobre o sujeito grileiro tem os que querem produzir os que querem a madeira, outros buscam as terras para apenas obter crédito no banco e outros para vender e especular. Essas informações são de José Heder Benatti, pesquisador do IPAN. Um outro dado interessante revela que segundo, o INCRA, 45% do território da Amazônia não tem titulação ou destinação. O que agrava a disputa pela terra e o aumento dos conflitos.

Klester Cavalcanti (Planeta 2004) apresentou um relato sobre a morte e a impunidade nos rincões do Brasil o qual denominou *Viúvas da terra*, que foi prefaciado por Nilmário Miranda, que denominou a obra como memórias de uma tragédia anunciada. Com coragem, o autor vai revelando e inclusive dando nomes de mortos e dos demais envolvidos em grande número de assassinatos pela disputa de terra. Diz o autor: “do prefeito da cidade ao diretor da escola municipal passando pelo delegado de polícia e pelo juiz da comarca nenhum cargo é ocupado sem a benção dos poderosos da região. Se algum deles é acusado de crime dificilmente será processado. Nos raros casos em que há processo por mais consistentes que sejam as provas a condenação dificilmente acontece Os números denunciam esta impunidade: dos 1373 assassinatos por questões agrárias registradas no Brasil de 1985 a 2003 somente 122 foram levados a julgamento. Apenas nove mandantes desses crimes foram condenados, nenhum deles está preso”.

Registra-se que o caso da Irmã Doroty foi uma grande exceção graças à repercussão internacional e ela ser americana.

O Pará é o campeão dos homicídios, com 509 assassinatos, seguido pelo Maranhão, com 121, e o Mato Grosso com 98.

A formação do crime organizado no setor da terra revela participação do Estado através dos seus fiscais, IBAMA, INCRA, ministério do trabalho, em menor escala dos agentes cartoriais, de juízes e promotores, o que nos faz crer que o caminho da solução

dos problemas ambientais e sociais da Amazônia é muito difícil de ser resolvido. No dizer de Violeta Loureiro (Cejup: 2004 p324) os abusos do poder político e econômico subtraído ao Estado pelos representantes do grande capital, no caso da Amazônia, acabaram por conferir a eles não mais o papel de grupo dirigente de um projeto social para a região, mas simplesmente de grupo dominante, pela força coercitiva dos instrumentos jurídicos e burocráticos que eles detêm e que mobilizam em seu próprio favor.

O grande projeto apresentado para Amazônia na realidade revela-se desintegrado dos interesses da população local. O meio ambiente é a grande bandeira, mas seu uso indiscriminado pelo grande capital é acobertado pelo Estado muitas vezes na figura do executivo: os próprios agentes de fiscalização estão envolvidos em contrabando, corrupção e outras falcaturas. O poder legislativo, criando leis que nunca são cumpridas, ou pior, que favorecem os interesses empresariais. Ainda o Judiciário envolvido em venda de sentenças ou fazendo vistas grossas para os fatos, o que levam ao desencanto pelo Direito, pelas políticas públicas e pela luta por igualdade social.

O modelo desenvolvimentista que exhibe um figurino pronto, firmado em padrões de consumo, que vem tirar os habitantes da região amazônica do atraso e do obscurantismo não pode ser aceito.

A luta do Direito agrário é justiça social, respeito às tradições e cultura regionais aliado às práticas agrárias que respeitem a função social e promovam a dignidade dos cidadãos. Como aplicar esta teoria na Amazônia? A riqueza e as condições existem para que isto se firme, mas neste momento ainda fortalece os grandes projetos que não geram distribuição de rendas mas somente concentração de capital, desagregação social, empobrecimento da natureza e dos povos.

Há muito descomprometimento social de todo o país. A Amazônia e seu exótico reproduzem a idéia do intocável para a salvação do meio ambiente nacional e internacional. Os problemas ambientais, a luta pela terra devoluta a exploração de florestas, a perda da identidade cultural, a deterioração das relações sociais, a miséria, a favela dos centros urbanos, a morte dos índios não podem ser tema apenas de Congresso e discussão de intelectuais. Discutir o desenvolvimento da Amazônia, conforme Marcelino Costa (Cejup, 1992, p.93), torna-se incerto; ou opta-se pela continuidade do processo de ocupação integração e crescimento econômico da região, ou deixa-se estagnada a região, naquilo que foi chamada de reserva de brancos.

Mas será que as opções de modelo seriam desenvolver, crescer ou estagnar? E qual o significado desses vocábulos para seus povos? Atraso e estagnação significam ausência de investimentos produtivos? Esta seria a solução quando se pode afirmar que também a entrada destes significa o lucro de poucos e a miséria de muitos inclusive da natureza.

Portanto, um modelo para a Amazônia que inclua esta sociedade e seus povos num conceito de respeitabilidade, cidadania e dignidade para todos deve clamar por discussões entre seus membros, participação e cobrança efetiva nas discussões de seus objetivos e para tal o fortalecimento dos movimentos sociais é condição *sine qua non*. A luta pelo Direito é uma constante dos povos já dizia Ihering. Na Amazônia a luta pela efetivação torna-se por vezes dolorosa, culminada com morte e sofrimento. Para não esmorecer é preciso que venha, chegue, e, rápido a solidariedade, a contribuição e a luta de todos os brasileiros, comprometidos com a justiça. É fundamental para que se concretize o respeito pela natureza, pela dignidade do homem e, sobretudo, pela respeito à vida. A luta conjunta pela salvaguarda da Amazônia - talvez seja esta a solução. Estamos dispostos a lutar.

BIBLIOGRAFIA:

CAVALCANTI , Klester. **Viúvas da terra**. São Paulo: Planeta, 2004.

COSTA , Jose Marcelino Monteiro. **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso**
Belém : CEJUP 1992 .

CRUZ , Angélica Santa . Amarin espalha franquias do MST . In : **O Estado de São Paulo**
, Caderno A Nacional 30 de julho de 2006 p 14.

DOURADO, Maria Cristina. (org) **Direito ambiental e a questão amazônica**. Belém:
Editora da Universidade,1001.

FALCÃO, Ismar Marino. **Direito agrário brasileiro**. Bauru, SP : EDIPRO, 1995 .

FREITAS, Marcílio de. Amazônia e desenvolvimento sustentável. Um diálogo que todos deviam conhecer. Petrópolis : Vozes , 2004.

GLASS , Verena. Grilagem de terras públicas atinge 30 milhões de hectares no Pará. In: [http // www agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm ? matéria id=11377&](http://www.agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?matériaid=11377&). Acesso em 26/07 2006.

GOHN , Maria da Gloria . **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola 2001.

HOMMA , Alfredo Kingo Oyama . **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa , 1993.

IOKOI , Zilda Grícoli. **Igreja e camponeses** . São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.

LARANJEIRA, Raymundo (Coord.). **Direito agrário brasileiro**. São Paulo: LTR 2000.

LIMA , Eli , Napoleão . A inserção compulsória da Amazônia na Belle Èpoque.. In : Moreira, Roberto José, Costa Luis Flávio de Carvalho . **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro : Mauad , 2002.

-----O exótico sobre as narrativas da Amazônia. In: Silva, Francisco C. Teixeira da; Santos, Raimundo; Costa, Luís Flávio Carvalho . **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia, Estado, homem e natureza**. Belém; CEJUP, 2004.

NICOLINI, Giovanni. **Diritto agrario** . Padova, Itália: Edizioni CEDAM 1976 .

O'D WYER, Eliane Cantarino. **Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e olhar antropológico**. Niterói: EDUF, 1998.

SAYAGO, Doris, Tourrand, Jean François, Bursztyn, Marcel (organizadores) **Amazônia cenas e cenários**. Brasília : UNB 2004

SERRANO, Luna .La formación dogmática del concepto de Derecho agrario.
Madrid.: **Revista de derecho agrario.** 1972. .

VILLAR, Antonio D. Soldevilla y. **Derecho Agrario.** Vol I Parte general .Valladolid España.
1991.

Zeledon y Zeledon, Ricardo. **Derecho agrario y derecho humanos.** Curitiba: Jurua,
2002.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo

Grupo de Trabalho 2: Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental

RESUMO

Este trabalho aborda como o encontro entre ambientalismo e luta pela terra na comunidade do Guapiruvu (Sete Barras, Vale do Ribeira-SP) possibilitou o reconhecimento do direito a terra por essa comunidade tradicional camponesa. Enfoca as contradições dessa relação buscando compreender as mudanças ocorridas no modo de vida e no território da comunidade, nos últimos 40 anos, tendo como pano de fundo um processo de luta pela terra. Além disso, delineiam-se novas contradições, indicadas no texto, a partir da reocupação do território sob a forma de um assentamento rural agroambiental. Essa comunidade destacou-se entre outras do Vale por apresentar a peculiaridade de, em 1997, realizar uma Agenda 21 e apresentar, como principal resultado desse projeto, a formação de uma forte organização comunitária. Para execução da pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico sobre o Vale do Ribeira e temas relacionados à pesquisa e ainda trabalhos de campo no bairro para observação e entrevistas dirigidas com a comunidade. Abordou-se a história do bairro do Guapiruvu e caracterizou-se seu modo de vida, principalmente os traços que configuram sua tradição. Foi discutido o avanço da agricultura comercial e da questão ambiental como fatores de transformação do modo de vida camponês, destacando-se a relação da comunidade com o Parque Estadual Intervales e com a fiscalização ambiental. Tratou-se ainda do conflito de terra existente na área e do processo de luta pelo direito de posse desses moradores tradicionais. Por fim, discutiu-se como a questão ambiental contribuiu contraditoriamente para um desfecho favorável na luta pela terra e de que forma se esboçam novos conflitos a partir da implantação nesse território de um assentamento que possui normas específicas para o uso da terra e apropriação dos recursos naturais.

Introdução

O objetivo deste texto é discutir como o discurso do movimento ambientalista¹, fruto da moderna sociedade de consumo capitalista, pode ser apropriado de diferentes formas por comunidades ditas tradicionais camponesas na luta pela conquista ou manutenção de seus direitos de acesso e uso da terra e recursos naturais. Para tal, abordaremos o caso da comunidade do bairro do Guapiruvu, localizada no município de Sete Barras, região do Vale do Ribeira, estado de São Paulo.

A concepção de preservação ambiental na sociedade moderna está assentada na visão de homem e natureza separados e, portanto, na percepção de que o meio ambiente natural tem um valor em si, assim como constitui uma reserva de recursos para a continuação da vida humana. O desenvolvimento capitalista levou ao esgotamento de muitos desses recursos e fez emergir o movimento de criação de ilhas de reserva natural.

O campesinato concebe a natureza como criada por Deus e, justamente por terem técnicas artesanais que visam apenas à reprodução da família, desenvolveram um modo de vida mais harmônico com a natureza. A conservação ambiental, então, sempre foi praticada por essas comunidades como condição da sua existência.

Por isso, a princípio, o movimento de criação de áreas naturais protegidas e técnicas ditas sustentáveis de manejo, se choca com os territórios e técnicas artesanais das comunidades tradicionais. Constituindo-se, assim, como um poderoso fator de desagregação do modo de vida camponês.

Entretanto, ao se apropriarem de um discurso ambientalista próprio da sociedade moderna, o campesinato pode garantir seu acesso a terra, condição *sine qua non* para a reprodução do seu modo de vida. Principalmente porque passam a ser encarados pela sociedade abrangente como legítimos defensores da natureza. Mas vale dizer que ao inventarem essa possibilidade de permanecerem na terra, criam também novas contradições que geram novos ajustes, uma vez que o contexto para realização dos valores camponeses é novo.

¹ Apesar de sabermos que o ambientalismo comporta várias correntes, nesse trabalho está tratado como um bloco por não caber a discussão dessas correntes no âmbito deste texto.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

A Formação da comunidade do Bairro Guapiruvu

Os relatos orais dos moradores mais antigos do Guapiruvu indicam que a origem do bairro está provavelmente ligada ao processo de expansão e declínio da rizicultura no Vale do Ribeira em fins do século XIX. Nesse período, três famílias, os Alves, os Pereira e os Teixeira, originárias de Iguape e Cananéia, teriam formado o primeiro núcleo populacional no bairro.

O declínio da rizicultura na região do Vale do Ribeira propiciou um relativo isolamento da população que ali permaneceu residindo. Esse isolamento fez com que ocorresse um processo de ocupação de terras, principalmente ao longo do rio Ribeira de Iguape e de seus afluentes (ZAN, 1986).

Dias (2003) destaca que a decadência do sistema produtivo do arroz, a extinção da possibilidade de mineração e a marginalização em relação à economia cafeeira transformaram o Vale em uma região específica do estado de São Paulo, considerada atrasada e estagnada economicamente. Essa situação colabora para a manutenção de grandes áreas de terras devolutas e estrutura fundiária onde predominam os posseiros que exploram a terra de forma familiar. Também facilitou a preservação de grandes trechos de mata.

Ao mesmo tempo ocorria a interiorização do povoamento promovido pelos deslocamentos dos agricultores posseiros em busca de terras férteis. Zan (1986) explica que os pequenos lavradores itinerantes penetraram por áreas mais interioranas por meio dos cursos secundários da bacia do Ribeira iniciando assim o desbravamento e ocupação das encostas dos morros e grotões, dedicando-se quase sempre à agricultura de subsistência.

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX os habitantes do Guapiruvu formaram uma comunidade rural que vivia dos recursos da mata e do cultivo de gêneros alimentícios para sobrevivência.

Paoliello (1999) destaca que o processo de *caipirização* deve ser nada mais que a continuidade de relações tradicionais já presentes na época do arroz e no ciclo da mineração. Continuidade esta que se garante em grande parte, destaca a autora, na expansão da posse livre.

A desestruturação desse sistema social começa a acontecer a partir da década de 1940 quando o Vale passa a assumir um novo papel na economia do estado. A esse processo,

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

Muller (1980, apud ZAN, 1986) chamou de incorporação econômica da Baixada do Ribeira aos fluxos urbano-industriais.

A incorporação favorece uma mudança na estrutura fundiária da região e, portanto, na reprodução das comunidades no que diz respeito ao seu modo de vida. Muller analisa a expansão da agricultura comercial na Baixada do Ribeira, que tem como gêneros principais a banana e o chá, como um fator de crise no modo de vida caipira do Vale.

Além da expansão da agricultura comercial, a busca de terras para especulação imobiliária, característica básica do capitalismo de caráter rentista no Brasil (OLIVEIRA, 2001), atinge também o Vale do Ribeira, fazendo com que comunidades tradicionais camponesas sejam alvos de tentativas ou de expropriações efetivas, sempre marcadas pela violência com que se realizam.

Os relatos dos moradores do bairro do Guapiruvu deixam clara a expressão destas transformações nesta comunidade. Na década de 60 começaram a chegar os primeiros produtores de banana adquirindo para isso terras no bairro. É o caso principalmente do Sr. Jorge Aoki e Sr. Jonas, que, inicialmente como sócios, compraram posses de moradores locais onde passaram a plantar banana.

Além disso, o primeiro núcleo populacional do bairro sofre, a partir de 1966, pressão por parte de especuladores de terra que iniciam um processo de expulsão dos moradores de suas posses. Esse episódio é o primeiro de uma série que compõe a história dessa área, em torno da qual se desenvolveu uma luta que se estende até hoje.

O processo de incorporação econômica do Vale do Ribeira está intimamente relacionado com o processo mais amplo de desenvolvimento, baseado na maximização do lucro, por meio da aceleração da industrialização, do investimento em projetos de infra-estrutura e de agropecuária para exportação, que ganha força a partir de 1950 e perdura durante todo o governo militar. Durante as décadas de 60 e 70 intensificam-se planos e projetos de desenvolvimento para a região do Ribeira e muitas pesquisas e investimentos públicos e privados são direcionados nesse sentido.

Não por acaso, concomitantemente a esse processo, o Brasil assiste ao incremento da política ambiental por meio da criação de legislação mais específica como é o caso do Código Florestal, de Pesca e de Águas, todos de 1934. Na década de 60 muitas áreas naturais protegidas são criadas, principalmente parques nacionais. Se de um lado o processo de desenvolvimento imprimia um ritmo maior de exploração da natureza, de outro a legislação tentava ordenar e proteger novas áreas.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

(...) a industrialização mais intensa impôs um novo padrão de exploração de recursos naturais, com rápido avanço sobre novas áreas (Quintão, 1983). E esse novo padrão exigia, ao menos no nível da legislação, uma resposta protecionista. (VIANNA, 1996, p. 56)

No estado de São Paulo a política ambiental ganha força principalmente a partir do governo de André Franco Montoro, na década de 80, quando a preservação ambiental passa a ser uma prioridade de governo, ainda que no discurso. Nessa época é criada a Secretaria do Meio Ambiente do Estado agregando técnicos que já trabalhavam na implantação de áreas protegidas no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) (VIANNA, 1996).

Paoliello (1999) destaca que durante os anos 80, como condições para o desenvolvimento agrícola regional, são priorizadas a regularização fundiária e a reforma agrária para a região do Vale. No entanto, a prioridade governamental se volta para a problemática do ambientalismo diante das mudanças constitucionais de 1988 que restringem as possibilidades de realização da reforma agrária.

Ambientalismo e organização comunitária

No Vale do Ribeira, porção do estado que apresentava maiores extensões de Mata Atlântica preservada, a política ambiental passa a ser, então, um novo fator a interferir na territorialidade das comunidades rurais. Além da perda do território para a agricultura extensiva, os camponeses perdem suas terras também para o estado que passa a criar unidades de conservação² em áreas ocupadas por comunidades. O modo de vida camponês tem que se adaptar ainda às regras impostas pela legislação ambiental.

Muitas unidades de conservação foram criadas como é o caso dos Parques Estaduais Turístico do Alto Ribeira, em 1958, Jacupiranga, em 1969, Ilha do Cardoso, em 1962, Carlos Botelho, em 1982, e da Estação Ecológica Juréia-Itatins, em 1986, que abrange parte dos municípios de Iguape, Peruíbe, Pedro de Toledo e Itariri. Muitas destas UC's abrigavam comunidades no seu interior, o que passa a ser fonte de inúmeros conflitos na implantação efetiva das unidades.

O bairro do Guapiruvu não é incluído dentro da área de nenhuma UC, mas passa a ter como vizinhos dois parques estaduais: Carlos Botelho e Intervales. Além da convivência com esses novos territórios, dotados de novas regras de acesso e uso, os pequenos produtores ficam sujeitos também a novos controles do uso das suas próprias áreas.

² No Brasil as Áreas Naturais Protegidas são chamadas de Unidades de Conservação (UC). Segundo o Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo (2000), são 19 UC's no Vale do Ribeira.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

Combinado com a dificuldade de acesso a terra provocada pela expansão da agricultura comercial e pelo conflito de terra estabelecido na área dos posseiros, o ambientalismo se tornará, a princípio, mais um fator de desagregação do modo de vida camponês no Guapiruvu. Entretanto, ao ser apropriado pelos camponeses como trunfo na luta pela terra, tem assumido um papel decisivo para a resistência.

Se a transformação de algumas áreas em unidades de conservação tinha o intuito de protegê-las da exploração desenfreada de recursos naturais - como é o caso de hidroelétricas, usinas nucleares, exploração mineral - não considerou os moradores destas áreas como aliados nessa luta.

Muitas comunidades rurais passaram a ser encaradas também como transgressoras e agressoras da natureza, o que de certa forma as colocava no mesmo patamar de qualquer forma de exploração sistemática da mata. Percebe-se aí um equívoco na interpretação das relações entre homem e natureza, uma vez que essa relação não se dá da mesma forma em todos os grupos humanos. Ela dependerá da organização social de cada grupo e da sua cultura.

O bairro do Guapiruvu passa a ser vizinho do Parque Estadual Intervales (PEI), decretado em 1995, mas já administrado como uma UC desde 1987. O PE Intervales tem cerca de 42.000 hectares e na sua porção leste-nordeste, já na região do Vale do Ribeira, faz limite com os bairros Guapiruvu, Saibadela e Quilombo, no município de Sete Barras, além, na sua porção sul, das comunidades quilombolas Ivaporanduva, Pedro Cubas, São Pedro, no município de Eldorado, Pilões e Maria Rosa, situadas no município de Iporanga. (SÃO PAULO, 1998). O PEI é administrado pela Fundação Florestal (FF), órgão da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo.

A porção vizinha ao Guapiruvu sempre foi área particular e bastante acidentada. Portanto, o surgimento do Parque Intervales não representou significativa perda de terra para agricultura, até porque não haviam famílias morando nessa área do parque.

Entretanto, para a comunidade do Guapiruvu, a fiscalização representou mais um complicador na possibilidade de sobrevivência das famílias, já que, sem terra para agricultura e sem trabalho nas propriedades de médio e grande porte, buscam tirar o sustento na extração do palmito principalmente na área do parque.

O incremento da fiscalização, iniciado principalmente a partir da transformação da Fazenda Intervales em parque, é relatado aqui por Seu Altino Alves:

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

Carina: E quando que começou isso do Estado falar que não pode tirar isso, aquilo, multa?

Sr. Altino: Isso já tinha, mas a turma não vinha pra cá. O pessoal tirava uma madeira, fazia uma roça, queimava, plantava... Mas a turma sabia.. Mas a gente se defendia também... A gente fazia uma roça escondido, tirava uma madeira escondido... (entrevista realizada em junho 2005)

O relacionamento dos moradores do bairro do Guapiruvu com a administração do PEI é bastante conflituoso, a princípio. Entre vários outros acontecimentos, a morte de um palmiteiro, morador de um dos bairros da região, por um guarda parque, dá início a um acirramento dos conflitos entre os camponeses e o parque. Apesar disso, a FF emite um laudo favorável à instalação de um assentamento agroambiental na área pela qual a comunidade do bairro do Guapiruvu luta por permanecer desde 1966, quando se iniciou o processo de expulsão dos moradores desse local³.

Esse fato mostra que, dentro de um mesmo órgão estatal, existiam diferentes visões acerca da relação existente entre as comunidades locais e a conservação dos recursos naturais. Em meio a esses conflitos, o movimento ambientalista se insere na realidade local, passando a atuar dentro da comunidade do bairro do Guapiruvu.

Foi a Organização Não-Governamental (ONG) Vitae Civilis (VC) que primeiro iniciou trabalhos junto aos moradores do Guapiruvu, com a intenção de conciliar a conservação da Mata Atlântica com o uso sustentável dos seus recursos naturais.

Apesar de não compreender a luta pela terra como centro da problemática do Guapiruvu, o VC abriu portas para que outras ONG's trouxessem projetos para o bairro e para que também os órgãos do governo, principalmente aqueles ligados aos meio ambiente e à agricultura, se aproximassem da realidade desta comunidade. A formação da associação local foi também essencial para que a comunidade se envolvesse com mais afinco do processo de luta pela terra.

Foram a fundação da Associação dos Moradores do Bairro do Guapiruvu (AGUA) e a elaboração da Agenda 21 Comunitária, os resultados que mais trariam frutos no processo de organização comunitária do bairro e posteriormente na luta pela terra.

A construção da Agenda 21 trouxe certa projeção para o bairro do Guapiruvu que passou a ser uma referência de planejamento local no Vale do Ribeira. Além disso, a participação no

³ Esse processo não é linear no tempo e no espaço. Várias foram as expulsões (sempre violentas) e retornos desses moradores à área do núcleo original do bairro desde 1966. Para maiores detalhes sobre esse processo, ver BERNINI, 2005.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

projeto do VC proporcionou que as lideranças do bairro freqüentassem eventos em outras regiões do estado e até do país, o que colaborou para a afirmação de alguns líderes como intermediários entre a comunidade e outros atores sociais.

O nascimento da AGUA se deu em meio ao processo de valorização da proteção da natureza que se acentua na década de 90. Não é por acaso que a fundação da associação acontece como resultado direto da ação de uma ONG ambientalista no bairro.

A AGUA, portanto, é uma associação que além de ter um perfil comunitário, já que é uma associação de bairro, defende também princípios ligados ao movimento ambientalista. No entanto, mais do que defender a conservação da biodiversidade, se coloca como “precursora de um novo paradigma de desenvolvimento para a comunidade.” (AGUA, 2004, p.1)

São perceptíveis, então, as dimensões econômica, política e social da luta assumida pela associação, além da ambiental. No seu documento de apresentação a AGUA estabelece como princípios o ecodesenvolvimento, a inclusão social, a democracia participativa e a economia solidária.

Em relação aos projetos da AGUA, é interessante notar que os que mais agregam a comunidade e obtêm continuidade são aqueles ligados à terra e à produção. Até porque são estas duas questões que sintetizam a problemática que enfrentam os moradores do Guapiruvu.

O projeto de Agroecologia, iniciado em 1999, que tem como objetivo a melhoria da produção e comercialização principalmente da banana, conseguiu agregar cerca de 30 famílias em torno da cooperativa de comercialização – COOPERAGUA – concebida nesse processo. Outro resultado foi a diminuição do uso de insumos químicos na produção, estimada pela associação em 95% entre os agricultores envolvidos no projeto. O Projeto Pupunha também tem sido importante na criação de alternativas à monocultura da banana. Muitos agricultores já comercializam, além da banana, a pupunha, inclusive via COOPERAGUA.

Os projetos de complementação de renda como o de Ecoturismo, de manejo de Plantas Medicinais e o projeto Jussara caminham a passos mais lentos. Todos têm como objetivo principal criar uma alternativa de renda principalmente para aqueles que vivem da coleta clandestina do palmito Jussara.

Entretanto, o que se percebe é que por meio deles não se consegue resolver o ponto crucial que leva a esta situação de ilegalidade da coleta do palmito. Não seria o gênero agrícola ou

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

a espécie florestal que poderiam transformar essa questão, nem mesmo as técnicas de manejo ligadas à sua produção. Mas sim, primeiramente, o acesso à terra e à mata para realizar este e qualquer outro manejo.

O entendimento da ligação da questão da terra com a precariedade das condições das famílias do bairro e mesmo com o aumento do desmatamento ilegal, vai aumentando conforme cresce o envolvimento de alguns posseiros com a AGUA. Mas a decisão de considerar essa luta histórica no âmbito da associação é tomada principalmente depois do despejo que sofrem os posseiros em 1998.

Desde 2000 a associação se envolveu na luta dos posseiros formatando uma proposta de assentamento e assumindo a interlocução com os órgãos públicos e os demais atores sociais do processo. Esse envolvimento acabou atraindo muitas famílias que não participavam da associação, mas que são as principais beneficiárias do assentamento.

No entanto, o caráter ambientalista da AGUA é temido por muitas famílias, principalmente aquelas que sobrevivem do extrativismo da Jussara. Há, inclusive, um movimento de formação de uma outra associação que reúne principalmente os moradores da Vila Taquarinha, ou seja, aqueles que, na sua maioria, não têm terra e por isso trabalham com a extração de palmito.

A formação desta outra associação vem sendo estimulada pela prefeitura de Sete Barras também como uma clara tentativa de desarticular a organização do bairro, ou seja, dividir o poder local para enfraquecer a influência da AGUA. Isso porque esta já se colocou muitas vezes contra as ações da prefeitura, denunciando inclusive casos de corrupção de vereadores e do próprio prefeito. Por outro lado, a iniciativa de formação de uma outra associação pode ser também analisada como um resultado do processo de organização comunitária no bairro.

O encontro contraditório entre ambientalismo e luta pela terra

O processo de luta pela terra que se estabelece no Guapiruvu começa em 1966, quando o Dr. Marcelo Penteado alega ser o dono das terras chamadas judicialmente de Fazenda Boa Vista. A área que vinha sendo ocupada desde a década de 1860 quando os primeiros habitantes do Guapiruvu chegaram à região, havia sido julgada devoluta do Estado de São Paulo em 1943, quando da sentença da discriminatória. Entretanto, após esta sentença, o mesmo juiz alterou sua decisão e declarou-as como particulares (SÃO PAULO, 2002, fls 006).

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

O primeiro processo pleiteado pelos moradores reivindicava o usucapião e data de 1966. Neste, o advogado Walter Pinto Ribas argumenta a favor da legitimidade da posse dos moradores baseando-se na antiguidade dessa ocupação e no fato de serem as terras devolutas. Nesta ação chegaram a ter “justificada a posse”, mas o processo acabou sendo arquivado devido à não continuidade do seu acompanhamento por parte do advogado. Os autos desse processo relatam a violência com que foram tratados os moradores já na década de 60 (RIBAS, 1966).

É a partir da primeira expulsão - do início, portanto, de uma luta jurídica - que os moradores do Guapiruvu começam a se identificar como posseiros, termo que não era de domínio dessa comunidade até então. Tanto que a partir daí, a área que sempre ocuparam com suas roças e moradia passa a ser chamada de “área da posse”.

Os conflitos pela posse da terra continuaram desde então, tanto no campo jurídico como *in loco*, com vários despejos violentos. Foi a partir de meados da década de 1990 que a disputa pela posse da terra foi levada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir daí, foram criados grupos de trabalho e de discussão interinstitucionais que culminaram na desapropriação da área e na criação do Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira & Pereira⁴, atualmente em processo de implantação.

Diferentemente dos projetos de assentamentos em geral, este que começa a ser implantado no Guapiruvu considera também a área de mata como parte do território do assentamento, e não apenas a área cultivada historicamente pelas famílias. Para tanto, está em processo de elaboração um zoneamento para determinar as atividades possíveis em cada área, de acordo com suas características ambientais.

A desapropriação da terra pelo INCRA, terra essa que sempre foi parte essencial da reprodução da comunidade do Guapiruvu, representa com certeza um avanço no processo de luta por sua existência e resistência. Ainda que sem poder ter a propriedade da terra, já que esta será sempre do estado, é um reconhecimento do direito que este povo tem de estar sobre ela.

Entretanto, a implantação de um assentamento com condições específicas de uso coloca uma série de desafios, e poderá fazer emergir algumas contradições presentes no processo de transformação que essa comunidade vem sofrendo nos últimos quarenta anos.

Os princípios que estão na base do discurso ambientalista, tão presentes no trabalho da associação do bairro e da maioria das instituições que tornaram possíveis a implantação

⁴ O nome do assentamento refere-se aos nomes das famílias mais antigas do Guapiruvu.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

desse assentamento, já se apresentam potencialmente conflituosos com algumas características do modo de vida camponês característico entre os assentados.

O que vale dizer que o mesmo ambientalismo que contribuiu para um desfecho favorável aos moradores no processo de luta pela terra, poderá ser foco desencadeador de conflitos durante a concretização do assentamento.

Esse choque fica claro, por exemplo, em relação às técnicas de cultivo que provavelmente serão indicadas aos assentados. Na área de Reserva Legal, os técnicos do INCRA recomendam a adoção de sistemas agroflorestais (SAF's), um conjunto de técnicas em que os gêneros alimentícios são plantados ao mesmo tempo em que se faz a recomposição vegetal da área.

Essas técnicas nada têm a ver com o sistema de coivara, tradicionalmente utilizado pelos moradores do Guapiruvu, onde a floresta é derrubada e queimada para então dar lugar às roças de subsistência. Alguns agricultores mais antigos já demonstram estranhamento em relação à possibilidade de adoção dos SAF's no assentamento.

Poderá ser alvo de contradições e conseqüentemente de conflitos a tentativa de reconstrução de certa tradição nesse novo cenário, até porque muitos assentados se identificam com algumas práticas urbanas.

É o caso, por exemplo, do cultivo para subsistência da família. O objetivo principal do cultivo na terra para os camponeses é o auto-consumo e assim a reprodução da família. A comercialização do excedente, na verdade, busca o suprimento daquilo que não conseguem produzir. Entretanto, a diminuição das roças de subsistência e o aumento da roça comercial, ao longo do tempo, levou à perda do interesse de alguns em cultivar para o auto-consumo. Preferem adquirir por meio da compra tudo o que precisam para o consumo da família.

Assim, ainda que um dos objetivos do assentamento seja o de proporcionar as roças de subsistência, o que em princípio colaboraria para a reconstrução de uma tradição, para alguns assentados a subsistência não parece tão importante. Principalmente para aqueles que já se identificam mais com a agricultura comercial como fonte de recursos para a reprodução da família, aspecto que os aproxima, de certa forma, da modernidade.

Por outro lado, é perceptível nesses mesmos assentados o desejo de se sentirem donos da terra. Para eles o fato do contrato com o INCRA ser coletivo e cada família não ter o título da terra, parece ferir a autonomia no processo e no tempo de trabalho, valor vital para o campesinato.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

Outro desafio que se apresenta é a aceitação da agroecologia na produção da roça comercial. No Guapiruvu o principal gênero comercializado é a banana. Alguns agricultores, por meio da influência da AGUA, já diminuíram ou eliminaram totalmente a adoção de insumos químicos no bananal. Principalmente aqueles que já participam da cooperativa local.

No entanto, até agora, a adesão à produção sem agroquímicos era voluntária e a não adesão não implicava em repressão ou impedimento para que prosseguissem cultivando a banana. A partir do momento em que terão obrigatoriedade em cultivar a banana agroecológica⁵ na área do assentamento, se configura mais um cenário de possível controvérsia. A disposição em aceitar essa nova técnica parece não ser a mesma em todos os assentados.

A gestão⁶ do assentamento é um ponto nevrálgico posto que, ao mesmo tempo em que poderá facilitar o cumprimento dos termos do contrato de concessão de uso, poderá também ser fator de conflito na medida em que incitará condutas fundamentadas num conjunto de valores estranhos a muitos dos assentados.

Provavelmente a AGUA, instituição local que mesmo não representando todos os assentados tem maior legitimidade no bairro, conduzirá o estabelecimento dessa gestão. Pelos princípios da AGUA e seu histórico da atuação, há uma tendência para a indicação da gestão coletiva do assentamento, por meio de uma cooperativa ou associação.

Os níveis de coletivização da vida dos assentados ainda não estão definidos, mas com certeza já indicam ser alvo de discussões e de possíveis contradições, conforme percebemos nas argumentações de moradores a seguir. A primeira discussão que salta aos olhos é a possibilidade do trabalho coletivo em alguma ou todas as zonas do assentamento. Esse trabalho coletivo poderá chocar-se com a lógica do trabalho familiar levando os assentados a reconhecer a cooperativa como um cativo ou como seu patrão.

O choque está no fato de que quando trabalha para e com a família é ele, agricultor, quem determina o processo de trabalho. Já quando trabalha para a cooperativa, junto com outros agricultores que não são da sua família, entende que é ela quem determina o tempo e as técnicas de trabalho. Nesse sentido explica Woortmann:

⁵ Segundo informações do INCRA, não deverá ser usado adubo químico na área do assentamento. Mas a adoção total da agroecologia poderá ter um tempo de transição, acordado no Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

⁶ A gestão será decidida pelo conjunto de assentados e não pelo INCRA

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

O trabalho constitui o pai quando se trabalha 'para nós', isto é, para a coletividade representada pela família, e por si. Mas, na 'colônia', o 'nosso' não corresponde ao 'nós', e lá não se trabalha por si, trabalha-se para a cooperativa e pela cooperativa, pois é esta que determina o processo de trabalho, seja enquanto forma de cooperação (que anula o pai), seja como conhecimento técnico (que anula o saber do pai). (WOORTMANN, 1990, p.47)

A experiência da COOPERAGUA que reúne alguns produtores para a comercialização da banana, apresenta bons resultados uma vez que já vêm disponibilizando equipamentos e crédito para muitos que não conseguiriam esse acesso sozinhos. Além disso, tem facilitado a venda da banana no mercado consumidor.

Por outro lado apresenta problemas que remetem à aceitação e a dificuldade do trabalho coletivo. Dificuldades essas que se referem muitas vezes à liberdade de escolha de como e com quem trabalhar. Há nitidamente uma tendência ao estabelecimento de regras de comportamento no trabalho que nivelariam todos os produtores e proporcionariam assim que trabalhassem juntos. No entanto, essas regras não conseguem impedir divergências de opiniões que criam comportamentos conflituosos.

Mesmo que uma boa parte das 70 famílias que pleiteiam lugar no assentamento já esteja participando das reuniões específicas sobre o assentamento, há um grande desafio em agregar muitas que ainda não participam. É perceptível que alguns não participam por terem divergências com a AGUA, principalmente no que diz respeito ao seu caráter ambientalista.

É interessante notar que alguns posseiros ainda desconfiam da ligação da luta pela terra com o "meio-ambiente" e por isso preferem não participar das reuniões. É notório também que alguns relacionam a fiscalização ambiental com a associação, podendo esta ser também uma denunciadora de ações da comunidade. O fato de haver outra associação local⁷ também poderá ser um fator de conflito na implantação do assentamento. Parece haver uma resistência por parte de alguns posseiros em participar das reuniões com o INCRA por estarem sendo mediadas pela AGUA, sem "envolver" essa outra associação.

A questão da fiscalização ambiental também é um ponto que suscita reflexões. Se por um lado terão garantido o acesso à mata a partir da implantação do assentamento, seu uso estará regulamentado não apenas pela legislação ambiental, mas pela própria regulamentação específica do assentamento, posta pelo licenciamento ambiental e pelos acordos que assinarão com o INCRA. O uso da mata por conseguinte terá de ser um novo

⁷ Esta associação ainda está em fase de formação.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

uso, recriado pelas técnicas de manejo colocadas pelo INCRA e demais órgãos ambientais⁸ que provavelmente trabalharão com os assentados.

Entretanto, a regulamentação do acesso à mata e a implantação de projetos de manejo sustentável dos produtos florestais, não garantem que o extrativismo ilegal acabe. Principalmente porque o retorno financeiro com o manejo não será garantido pelas técnicas, mas sim pela criação de oportunidades de mercado, aspecto que não depende apenas de ações dos produtores. É preciso também não perder de vista que o palmito representa um negócio lucrativo e que desmontar a sua atual cadeia produtiva, na qual o mateiro é a parte mais frágil, é também parte do desafio de transformá-lo num negócio legal.

Outro aspecto interessante é que além da fiscalização dos órgãos ambientais, os assentados ficarão sujeitos à inspeção do próprio INCRA, que também se coloca como uma nova instância fiscalizadora. É claro que o processo de perda da terra não é automático e nem rápido. Antes de ser aberto um processo haverá a chance de mudarem de conduta e se defenderem. Todavia não deixa de ser um ponto de tensão que desde já vem preocupando alguns posseiros que serão assentados.

A implantação do assentamento agroecológico no território em que essa comunidade há mais de um século ocupa, com certeza é uma vitória e representa um avanço no reconhecimento do direito das comunidades tradicionais camponesas.

Os conflitos vislumbrados na trajetória da comunidade do Guapiruvu revelam contradições que emergem da relação entre o tradicional e o moderno em várias escalas e nuances. No nível local, os embates entre as práticas e disposições dos agricultores demonstram assimilações diferentes de valores urbanos e a mistura com o modo e vida camponês.

Entretanto, é possível perceber outros desdobramentos desse encontro. A existência de comunidades camponesas como a do Guapiruvu e as demais do Vale do Ribeira refletem o movimento de valorização e desvalorização de territórios para o desenvolvimento econômico. Essa dinâmica, própria do modo de produção capitalista, cria contradições como essa da convivência de comunidades tradicionais dentro da sociedade moderna. Basta perceber que foi num período de isolamento econômico, ou seja de desinteresse econômico do Vale do Ribeira para o estado de São Paulo, que se formou o bairro do Guapiruvu.

Mas é também no diálogo com esta sociedade mais abrangente que o Guapiruvu se reproduz. Nesse sentido, toda a sua trajetória de luta pela terra, que se iniciou na década de

⁸ É o caso principalmente da Fundação Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente que já trabalha com a comunidade.

O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)

Carina Inserra Bernini

1960, refletiu o embate entre a privatização da terra, fruto da valorização daquela região para o capital, e o uso tradicional que entende a terra como espaço do trabalho e da reprodução da família. Reconhece-se aqui a oposição de interesses diferentes já na escala nacional do desenvolvimento.

A questão ambiental também reflete esse diálogo. Ao analisarmos a criação de regras de utilização dos espaços naturais e de áreas naturais protegidas, como o PEI, percebemos que o Estado, em nome da defesa do que se entende por público, cria territórios que devem ser intocados para que se constituam uma reserva de recursos naturais. Mas o faz para proteger a natureza de um modo de desenvolvimento econômico destruidor que este mesmo Estado incentiva e legitima. Então, a necessidade de criação de UC's e da legislação ambiental como um todo, surge como consequência da ação destruidora da mesma sociedade para qual a preservação se destina. Sociedade esta que, apesar de incluir o campesinato, não o representa já que este se relaciona com a natureza de outra forma.

Assim, para proteger a natureza, por vezes expropria e por outras impede que a comunidade camponesa desenvolva seu modo de vida, colocando-a no papel de agressora do meio-ambiente.

O interessante no caso do Guapiruvu é perceber como a questão ambiental, mesmo desagregadora da comunidade, foi fator decisivo para que concretizasse o acesso à terra da qual fora expulsa.

Mas é necessário não perder de vista que a ocupação desse espaço que ora se reinicia se fará sob novas bases, que trazem o chamado desenvolvimento sustentável como valor norteador. Entretanto, a combinação de princípios e técnicas que garantam a conservação ambiental com os aspectos tradicionais do campesinato com certeza será a marca e ao mesmo tempo o grande desafio dessa implantação.

Daqui para frente as perspectivas e desafios são muitos mas, esperamos, que essa comunidade continue lutando por sua permanência e encontrando caminhos para a reprodução de sua existência.

Referências Bibliográficas

AGUA. *Institucional Projetos*. Sete Barras: AGUA - Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Guapiruvu, dez 2004.

**O AMBIENTALISMO E O RECONHECIMENTO DO DIREITO À TERRA NA COMUNIDADE DO
GUAPIRUVU (SETE BARRAS-SP)**

Carina Inserra Bernini

- BERNINI, C. I. *Guapiruvu (Sete Barras-SP): um encontro contraditório entre ambientalismo e luta pela terra*. 2005. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2005.
- DIAS, L. *Terras Sim, Barragens não: A expressão da identidade de remanescente de quilombo na comunidade do Sapatu. Vale do Ribeira-SP*. 2003. Trabalho de Graduação Individual - Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo, 2003.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: In IEA/USP. *Desenvolvimento Rural (dossiê)*. São Paulo, vol. 15, n. 43, set/dez 2001.
- PAOLIELLO, R. M. *As tramas da herança: da reprodução camponesa as atualizações dos sentidos da transmissão da terra*. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1999.
- RIBAS, W. P. *Processo 20/66*. Eldorado, 1966.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Fundação para Conservação e Produção Florestal. *Ampliação do Parque Intervales e caracterização ambiental da Fazenda Boa Vista/Guapiruvu*. Processo F.F. nº. 547. São Paulo: SMA, 2002.
- _____. *Parque Estadual Intervales: Plano de Gestão Ambiental – fase 1*. São Paulo: SMA, 1998.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente. *Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo*. São Paulo: SMA, 2000.
- VIANNA, L. *Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1996.
- WOORTMANN, K. *Com Parente Não se Neguceia*. O Campesinato como Ordem Moral In Anuário Antropológico. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.
- ZAN, J. R. *Conflito de terra no Vale do Ribeira: estudo sobre os pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras*. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1987.

O INCRA/RJ E A FUNÇÃO SOCIAL AMBIENTAL DA PROPRIEDADE

Emmanuel Oguri Freitas (Doutorando do CPDA-UFRRJ.

Mestre em Direito e Sociologia pelo PPGSD-UFF.)

E-mail: manel_adv@yahoo.com.br.

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 previu que a propriedade privada deveria cumprir sua função social. A função social da propriedade compreende a produtividade, o uso racional do solo, a preservação ambiental e o respeito à legislação trabalhista. A funcionalização da propriedade foi uma conquista da luta dos movimentos sociais. No que tange à função social ambiental, uma série de medidas estão sendo implementadas para que se tenha uma política de meio ambiente efetiva. O INCRA, enquadrando-se a uma série de resoluções do CONAMA, passa a utilizar a variável ambiental em seu discurso oficial. Mas até que ponto utiliza realmente sua prerrogativa de órgão fundiário federal para proteger o ambiente ecologicamente equilibrado? A Função Social Ambiental tem sido mobilizada para desapropriação de imóveis rurais no Rio de Janeiro? Esta e outras perguntas podem ser suscitadas, quando pensamos nas atividades relacionadas à atuação do INCRA. Partindo da História da legislação agrária, passando pela emergência da questão ambiental no debate nacional e chegando até a ação coletiva do MST e às práticas do INCRA, pretendemos problematizar a utilização da Função Social Ambiental como instrumento legítimo de desapropriação e de preservação ambiental. Os Laudos Agrônomicos de Fiscalização servem de ponto de partida para identificação dos elementos que impedem uma atuação mais incisiva do INCRA. Através das entrevistas com os servidores da autarquia, procuramos contrapor à lei os discursos, as práticas e as culturas dos atores. O objetivo da pesquisa que resultou neste artigo era a verificação da efetividade do dispositivo constitucional, para se facilitar iniciativas concretas na luta contra o latifúndio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema: a Função Social Ambiental da propriedade privada. O objeto de pesquisa é a atuação do ente público através do Laudo Agrônomico de Fiscalização, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), quando efetua vistorias nos imóveis situados no Estado do Rio de Janeiro.¹ Estas vistorias teriam como objetivo verificar o cumprimento da Função Social da propriedade. Trata-se de elemento inicial de denúncia pública feita pela autarquia que pode levar à desapropriação do imóvel rural.

Com a emergência da importância da questão ambiental no debate político nacional, a criação de instrumentos legais de proteção ao meio ambiente se intensificou. A Constituição Federal de 1988 (CFRB) dedicou capítulo especial ao meio ambiente e previu o respeito ao ambiente ecologicamente equilibrado como requisito ao cumprimento da Função Social da propriedade.

Ao longo do processo de constituição do espaço fundiário no Brasil, o Estado brasileiro buscou controlar o acesso à terra através da lei. A normalização, portanto, tem sido utilizada como forma de manutenção e aprofundamento do domínio estatal sobre a terra.² A gênese do enfrentamento entre Poder Público e sujeitos particulares, em relação ao destino do território, nos remete ao Brasil colônia. Ainda nos tempos das sesmarias, a Coroa Portuguesa procurava sem sucesso estabelecer o controle sobre as terras através da regulamentação.³ Este controle encontra abrigo na legislação sobre a propriedade ou na falta dela.

No entanto, a idéia de propriedade tem tido diversas interpretações por parte dos diferentes atores sociais. Seus usos e suas representações variam no tempo e em relação aos diferentes interesses vinculados a este elemento central da ordem econômica e social do Brasil.

A expressão desta disputa pela primazia das concepções sobre propriedade rendeu frutos de toda sorte nos intensos debates travados na Assembléia Constituinte de 1987/88. Ruralistas, ambientalistas e representantes dos movimentos sociais de luta pela terra batalharam para plasmar os pontos de vista que mais lhes beneficiavam na Carta Magna.⁴ Entre vitórias e derrotas para ambos os lados, a propriedade privada foi positivada como Direito Fundamental na CFRB. Não se tratava de elevar à condição de

¹ O INCRA promove vistorias para levantamento de dados e informações dos imóveis rurais, com vistas à obtenção de terras para o Programa de Reforma Agrária. <http://www.incra.gov.br/arquivo/0003600236.pdf>, p.2.

² Em relação a esta afirmação, vale lembrar que até a Lei de Terras de 1850 não se falava em propriedade privada da terra, uma vez que toda terra era pertencente à Coroa Portuguesa. Trataremos deste assunto posteriormente.

³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. Rio de Janeiro, Vício Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 121.

⁴ PETERS, Edson Luiz. **Meio Ambiente & Propriedade Rural**. Curitiba: Juruá, 2003.p. 84.

princípio constitucional aquela propriedade absoluta preconizada pelo Código Civil de 1916, mas uma propriedade condicionada ao cumprimento de sua função social.⁵ Parece que o Estado brasileiro promoveu uma espécie “essência publicizante” da propriedade privada.⁶

Assim, o proprietário fica obrigado a atentar para o interesse da coletividade para que possa fazer uso de seu imóvel. O interesse público sobrepõe o individual. Surgem atores estatais e não-estatais para garantir esta obrigação. Na verdade o avanço da legislação é resultado de anos de lutas constantes que haviam sido parcialmente silenciadas pela escuridão do autoritarismo militar. A função social desconstruiu juridicamente a idéia de absolutização da propriedade disposta no Código de 1916 e repetida no novo Código de 2002.

A funcionalização da propriedade ganha suas linhas gerais no artigo 186 do texto constitucional:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: (...) I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e IV – exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.⁷

Aqui, nos interessa principalmente o inciso II, onde o legislador prevê a Função Social Ambiental. Tal previsão, e posterior regulamentação no artigo 9º, § 2º e § 3º, da lei 8.629 de 1993, levam-nos a questionar: quais são os atores e práticas que efetivam esta previsão legal?⁸

⁵ Em seu artigo 5º, dedicado aos Direitos Fundamentais, inciso XXII, é prevista a garantia do direito de propriedade. No inciso seguinte, existe a previsão do cumprimento de sua função social, que é especificada no artigo 186 da própria Constituição. BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil.

⁶ Essa hipótese é levantada pelo autor. A tradição que se refere à propriedade privada no Brasil reproduz o paradigma de propriedade absoluta do Código Napoleônico re-significada pelo Código Civil de 1916. A CF/88 representa um marco na transição deste paradigma para um modelo que leva em conta o interesse da coletividade.

⁷ BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 186.

⁸ “Artigo 9º: A função social é cumprida quando...§2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra,

Partimos da premissa de que se estruturou uma “cerca jurídica” sobre a terra.⁹ Trata-se de um conjunto de normas e práticas do Judiciário que impedem a democratização do acesso à terra. Esta cerca tem sido um problema para movimentos sociais e para a autoridade estatal. O Estado Democrático de Direito passa a utilizar mecanismos com intuito de possibilitar um maior controle sobre a utilização da terra.

Nesta perspectiva, o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964) prevê a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), para que sejam responsáveis pela fiscalização do cumprimento da função social da propriedade. Posteriormente, o INCRA exercerá essa função, chegando ao ponto de estender sua atuação, conforme descrito na sua missão atual: "Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o **desenvolvimento rural sustentável**."¹⁰

O procedimento descrito no artigo 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que prevê a vistoria do imóvel para fins de desapropriação, concede ao funcionário do INCRA o poder de ingressar na fazenda para averiguar o cumprimento da Função Social. Deste procedimento resultará o Laudo Agrônômico de Fiscalização (LAF), que de acordo com as disposições internas do INCRA deveria observar os pressupostos de respeito à legislação ambiental.

O objetivo geral da pesquisa que resultou neste artigo era procurar entender a atuação do INCRA na verificação da Função Social Ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos compreendiam a identificação das práticas do INCRA na aferição e promoção da Função Social Ambiental no local em recorte e a identificação das noções que os atores envolvidos diretamente com essa disputa pela concepção de Função Social faziam acerca da sua participação como membros do Estado.¹¹

Optou-se por se analisar a denúncia pública da Função Social Ambiental da propriedade nos imóveis rurais em todo o Estado do Rio de Janeiro no período que vai de 2003 até 2006. Para tanto, analisamos a maioria dos laudos agrônômicos provenientes de

de modo a manter o potencial produtivo da propriedade. § 3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.” Lei 8.629 de 1993.

⁹ Ver BALDEZ, Miguel Lanzellotti: **A terra no campo**: a questão agrária In MOLINA, Mônica Castagna et al. **Introdução crítica ao Direito Agrário**. Brasília: UNB, 2002. O autor identifica que a legislação agrária no Brasil foi constituída para excluir o camponês do acesso à terra.

¹⁰ Grifo nosso.

¹¹ Esta pesquisa foi feita com fins de redação de dissertação de mestrado para o PPGSD-UFF.

vistorias feitas neste período.

O INCRA, AS VISTORIAS e os LAFs.

Na sede do INCRA/RJ, houve dificuldade de localização de grande parte dos laudos, o que só tornou possível o acesso a 32 destes, espalhados pelo período em recorte. Apesar de não ter sido possível analisar todos os laudos referentes a este período, devido à própria falta de organização dos arquivos na sede do Rio de Janeiro, acreditamos que a leitura destes, somada às entrevistas realizadas, tornou possível apresentar um retrato bastante fiel da atuação da autarquia¹².

Após a fase inicial de análise dos laudos, iniciamos uma série de entrevistas abertas. Algumas foram baseadas em história de vida, quando os sujeitos envolvidos nas atividades de obtenção de terras no INCRA tinham uma longa e notória vivência naquela ocupação.

Tentamos identificar até que ponto a positividade normativa tem sido suficiente para conduzir a uma denúncia pública ambiental. Buscamos confrontar a história de vida à mobilização das categorias normativas pelos atores.

Acreditamos que as práticas dos atores-servidores se dão na interseção de suas histórias de vidas com as maneiras como as instruções normativas são mobilizadas no cotidiano de atuação da própria autarquia. A prática recorrente da atuação no campo, pautada pelas previsões legais, gerou um Manual de procedimentos do INCRA que se encontra disponibilizado na Internet.¹³ Em seu módulo II, o Manual aborda os pormenores da vistoria para “Levantamento de dados e informações de imóveis rurais.”¹⁴ Seu objetivo é a sistematização dos “procedimentos técnicos básicos a serem adotados quando da vistoria para levantamento preliminar de dados e informações do imóvel rural.”¹⁵

Os Laudos Agrônômicos não se constituem em peças autônomas da atuação daquela autarquia. Eles são formalizados em processos que geralmente se constituem por: documentos juntados pelos proprietários do imóvel vistoriado; espelho inicial do

¹⁶¹ www.incra.gov.br

¹⁶² Nome do Módulo II do Manual do INCRA.

¹⁶³ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual de Levantamento de dados e informações de imóveis rurais.** www.incra.gov.br. Acesso em 12 de março de 2007.

imóvel; ofício do INCRA remetido ao proprietário notificando a vistoria; a ordem de serviço, constituindo os membros da equipe de vistoria; o Laudo Agrônomico; as DPs ex-officio declarando a situação do imóvel; a carta de informação da situação do imóvel endereçada ao proprietário; a resposta tempestiva do proprietário, suas documentações e laudo particular; o encaminhamento para formalizar, ou não, o processo de desapropriação.¹⁶

Algumas vezes o processo pode se desdobrar em outras fases, no entanto a maioria envolve somente essas peças. A seguir viriam os procedimentos para o encaminhamento ao decreto expropriatório presidencial. Geralmente, após esta fase, o proprietário interpõe ação judicial para questionar o valor pago na desapropriação, momento que é aberto novo volume de processo administrativo pela autarquia.

A verificação dos laudos se tornou interessante como ponto inicial para a problematização da não verificação da função ambiental no momento da denúncia pública.

Cabe deixar claro que buscamos investigar a denúncia pública fora da discussão dogmática do Direito. Diferentemente dos livros de Direito Administrativo, aqui, a proposta de análise institucional se pauta na noção de que a denúncia deve repercutir em procedimentos específicos e no interesse institucional de agir para que possa surtir efeitos. Não basta a previsão legal para que determinado conceito seja mobilizado com sucesso.

Luc Boltanski destaca que a denúncia pública somente tem efeitos se o denunciante encontrar pessoas dispostas a tomar providências sobre a injustiça cometida. Aquele que pleiteia a resolução de um determinado problema, pretende um certo sentido de “universalidade” para sua demanda. A possibilidade de averiguação e encaminhamento para estas questões depende da capacidade de generalização de um incidente específico de um local.¹⁷ Pretendemos trabalhar a noção de denúncia neste sentido.

Buscamos identificar, nesse sentido, se houve aceitação daqueles que trabalham no órgão fundiário para uma nova forma de intervenção na propriedade. Identificamos, portanto, se aquela concepção de meio ambiente defendida pelos ambientalistas consegue o grau de universalização tal que torna possível uma transformação na

¹⁶⁴ O encaminhamento consiste em parecer da Procuradoria do INCRA e ata da reunião da equipe de avaliação ou mesa técnica.

¹⁷ BOLTANSKI, Luc. *L'Amour et la Justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000. p.238.

metodologia de análise dos agrônomos.

Ao acessar o sítio eletrônico do INCRA na Internet, verificamos que o referido Manual daquele instituto prevê um item denominado “Preservação Ambiental” a ser analisado pelos técnicos que fazem as vistorias nas propriedades rurais. Este item aparece nos laudos, porém somente menciona a existência, ou inexistência, de reserva legal e área de proteção permanente. Geralmente a degradação ambiental é dada como uma característica da maioria dos imóveis, quando é abordado o tipo de vegetação que constitui aquele espaço.

A Função Social Ambiental resta como mero elemento acessório à questão da produtividade para fins de desapropriação.

A atuação do INCRA na questão fundiária prevê uma séria de iniciativas que vão do levantamento de áreas para desapropriação, passam pela vistoria a determinadas propriedades que já ensejarem algum interesse da autarquia, até a batalha política e judicial para adquirir a terra. Isso num primeiro momento. Uma vez estabelecido o Projeto de Assentamento (PA), sua atuação passa a visar o favorecimento de condições de existência e manutenção dos assentamentos. Aqui nos interessa esse primeiro momento de denúncia pública que se dá pela vistoria e confecção do Laudo.

Uma vez identificadas as áreas prioritárias, observando todos os requisitos de análise do meio ambiente e de sua possível recepção aos assentamentos de Reforma Agrária, a atividade de obtenção de terras pode ter início. As vistorias são planejadas e, cumpridos os requisitos legais para que a equipe designada pelo superintendente geral possa ir ao local escolhido, são mobilizados os recursos. Os objetivos das vistorias são:

- a- Apurar a produtividade e fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade, segundo os parâmetros estabelecidos por lei e em normas internas;
- b- Fundamentar parecer sobre a viabilidade técnica e ambiental para sua inclusão no Programa de Reforma Agrária;
- c- Identificar, quantificar e dimensionar as benfeitorias, úteis, necessárias e voluptuárias.¹⁸
- d- Aferir a veracidade dos dados contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural

¹⁸ Tratam-se das diversas categorias de benfeitorias que podem existir em um imóvel. As necessárias são indispensáveis para conservação ou para prevenir a destruição; as úteis são dispensáveis, mas melhoram o uso da coisa; as voluptuárias são as que só servem àquele que fez, com o fim de tornar o uso da coisa mais agradável. NEVES, Iêdo Batista. **Vocabulário prático de tecnologia jurídica e de brocados latinos**. Rio de Janeiro: APM, 1987.

– SNCR, declarados pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, promovendo ex-officio a atualização cadastral dos imóveis, com dados que retratem sua real e atual situação, conforme as condições de exploração verificadas. Objetiva, ainda, inserir nesse sistema dados relativos a imóveis rurais que não estejam nele incluídos. ¹⁹

Os agentes do INCRA tentam se certificar de obedecer a todas as instruções normativas para que não haja possibilidade de nenhuma contestação ao procedimento da vistoria. A preparação para a pesquisa *in situ* deve ser bem feita para que a equipe possa fazer o seu trabalho da melhor maneira possível, evitando os percalços judiciais e administrativos.

De acordo com Evans a equipe é multidisciplinar:

A equipe não é composta exclusivamente por servidores da divisão de obtenção. A equipe é composta por servidores da divisão de ordenamento fundiário, principalmente fiscais de cadastro, e o pessoal de topografia e geoprocessamento, que são outras divisões, mas que funcionam em conjunto com a divisão de obtenção. Porque quando a gente vai a campo, a gente já faz o levantamento cartorial e físico, e delimita qual o imóvel que a gente está vistoriando. Às vezes dá problema, porque infelizmente nem tudo que está registrado no RGI é o que a gente encontra no campo. ²⁰

Quando questionado especificamente sobre a composição da equipe, o tempo de duração da vistoria e de composição do Laudo, o chefe da divisão explicou:

[A equipe é composta por] Engenheiro agrônomo, topógrafo e alguém que trabalha com geoprocessamento, geralmente é o engenheiro cartógrafo, ou assemelhado. E um fiscal de cadastro, para verificar esta parte cartorial. *[Demora]*, em geral, uma semana. (...)O laudo fica pronto em torno de 30

¹⁹ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual de Levantamento de dados e informações de imóveis rurais.** www.incra.gov.br. Acesso em 02 de março de 2007.

²⁰ Entrevista concedida por Evans Leandro Silva, chefe da divisão de Obtenção de Terras em 15/12/1006.

dias.”²¹

O Laudo Agrônômico de Fiscalização (LAF) se configura enquanto peça técnica, fruto destas vistorias empreendidas pela autarquia no processo de obtenção de terras. De acordo com o Manual de Levantamento de Dados e Informações sobre Imóveis Rurais, o LAF deve conter linguagem técnica clara e deve estar em consonância com a legislação pertinente.

Podemos identificar que este Manual fornece todos os subsídios formais para que os técnicos do INCRA observem o estado de degradação ambiental dos imóveis.

No entanto, nas falas dos atores do INCRA, a questão ambiental aparece como se fosse uma variável na análise do interesse em se obter aquela terra. A preservação demasiada exclui a possibilidade de desapropriação, por conta de dispositivo legal.²² A degradação mediana desperta o interesse na obtenção daquele imóvel, uma vez que o valor do passivo ambiental passa a ser descontado do preço da indenização conforme informação fornecida pelo Doutor Mário Lúcio Machado Melo Júnior, Superintendente Regional do INCRA/RJ.

Hoje, o manual de obtenção do INCRA já está permitindo a gente descontar o passivo ambiental. Isso já vai tornar irrisório o pagamento. Isso vai dar muita discussão nos tribunais(...)Torna irrisório o valor, os proprietários não vão aceitar isso e vão recorrer aos tribunais. Vai ser uma guerra! Eles já não aceitam normalmente o preço pago, que é um preço justo, preço de mercado. Eles não conseguiriam, vendendo no mercado, preço similar ao que é pago ali. ²³

A degradação ambiental passa a formar um conteúdo estratégico, porém, somente em relação ao valor da terra. No que tange a sua utilização como critério de desapropriação, não observamos um cuidado mais presente.

Primeiramente, vale ressaltar que é uma constante no item que retrata a vegetação, relativo às características físicas do imóvel, a alusão a uma vegetação nativa

²¹ Idem.

²² PORTARIA/MEPF Nº 88, DE 06 DE OUTUBRO DE 1999. Proíbe a desapropriação, a aquisição e outras quaisquer formas de obtenção de terras rurais em áreas com cobertura florestal primária incidentes nos Ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, e do Pantanal Mato-Grossense e em outras áreas protegidas.

²³ Entrevista feita com o Superintendente Regional do INCRA em 10/12/2006.

inexistente, em razão da substituição da mesma por pastagens e plantações.

A vegetação original do tipo Mata Atlântica cedeu lugar às pastagens, capoeiras e outras espécies remanescentes de atividades agropecuárias (café) e desmatamentos extrativistas. Restam ainda grandes grupos, matas e capões de matas, em geral localizados em áreas de difícil acesso. São constituídas por poucos remanescentes de vegetação primária e áreas de vegetação secundária em vários estágios regenerativos, resultantes de processos naturais de sucessão da Mata Atlântica, após supressão total ou parcial de vegetação primária por ações antrópicas.²⁴

A degradação histórica da Vegetação de Mata Atlântica se destaca como fato consumado. Não obstante esta situação já tenha sido identificada em estudos anteriores, o problema da degradação da Mata Atlântica não deveria ser tratado de maneira tão natural. Visto que, hoje, 73% das áreas remanescentes de Mata Atlântica estão submetidas ao regime da propriedade privada,²⁵ não é possível que se naturalizem expressões como a que inicia o trecho destacado.

Outro laudo nos apresenta mais uma frase constante nos resultados das vistorias. “Grande parte da região encontra-se sem a sua cobertura vegetal original, decorrente de desmatamentos e agropecuária extensiva.”²⁶

Conforme observado no Manual, os LAFs deveriam apresentar um item específico sob o título de “Conservação dos Recursos Naturais”. De fato, a partir de 2004, a grande maioria dos LAFs trazem este item. Cabe destaque para duas questões apontadas pelos funcionários do INCRA como de fácil observação e que estão presentes em todos os laudos deste período: a Área de Proteção Permanente e a Reserva Legal.²⁷

Quadro 1: registro de RLs e APPs nos laudos do INCRA/RJ – período de 2003 a

²⁴ LAF sobre vistoria na Fazenda da Pedra em 2004.

²⁵ RECH, Naura Teresinha; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A Eficácia da Lei Brasileira de Proteção de Ecossistemas como Requisito para Conservação de Diversidade Biológica *In: Desenvolvimento em Questão*, Ano 3, nº6. Ijuí : Unijuí, julho de 2005. p. 137 à 156. p. 144.

²⁶ Laudo relativo à vistoria feita na Fazenda Estrela Branca.

²⁷ Institutos previstos no Código Florestal, lei 4771 de 1965, em seus artigos 2º e 16.

2006

Nome das fazendas	Reserva Legal (RL) averbada	Área de Proteção Permanente (APP)	Grau de preservação da APP.
Fazenda Cesbra	Sim, mas não foi delimitada	Matas ciliares extintas	Ruim
Fazenda da Pedra	Não	Matas ciliares preservadas	Bom
Fazenda Estrela Branca	Não	Preservada	Regular/precário
Fazenda Juréia	Não	41% da área necessária	Regular/precário
Fazenda Negreiros	Não	Preservada	Regular
Fazenda Providência	Não	Matas ciliares degradadas	Ruim
Fazenda São José Barra do Pirai	Não	98% da área necessária	Regular/precário
Fazenda Santa Cecília	Não	30,4% da área necessária	Bom/regular
Fazenda São Geraldo	RPPN	65,97% da área necessária	Bom/regular
Fazenda São João	Não	Não preserva	Ruim
Fazenda São José	Não	8,4% da área necessária	Não informa
Fazenda Valparaíso	Não	6,2% da área necessária	Regular
Fazenda São José de Baixo	Não	Matas ciliares extintas	Ruim
Fazenda São Paulo	Não	872 hectares preservados	Não informa
Fazenda Vale Azul	Não	25,491 hectares preservados 25,6158 de pasto nativo em APP 0,7436 de pasto plantado em APP	Não informa
Fazenda Morro do	Não	50,2129 hectares de APPs	Ruim

Pilar		com culturas	
Fazenda Aliança	Não	62,46 hectares preservados	Não informa
Fazenda Vale do Sol	Não informou	365,6195 hectares preservados	Não informa
Fazenda Ponte Alta	Sim	151, 6454 das APPs com culturas	Ruim
Fazenda Taí Agropecuária	Não	Não preserva	Não preserva
Fazenda Atalaia	Não	22224,2 hectares de APP preservados- 98% do necessário. Possui 1968hectares de mata nativa	Bom
Fazenda Cafelândia	Não	Não preserva	Utiliza como pastagem
Fazenda Espera Feliz	Não	Não preserva	Não preserva
Fazenda São Lourenço	Sim, mas não delimitou	Não preserva a maior parte	Ruim
Fazenda Arroz Dourado	Não	Não preserva	Não preserva
Fazenda Itaquira	Não	Não preserva	Não preserva
Fazenda Santa Maria	Não	Não preserva	Não preserva
Fazenda São Fernando	Não	Não informa	Não informa
Fazenda Santa Helena	Não	55,08% da APP preservada	Não informa
Fazenda São Vitor	Não	Não preserva	Plantações em APPs
Fazenda Cabuçu	Não	Preserva em parte.	Plantações em matas ciliares
Fazenda Noruega	Não	Preserva em parte	Áreas de matas

			ciliares degradadas
--	--	--	---------------------

Dos 32 LAFs analisados, somente três têm Reservas Legais averbadas, sendo que duas não a têm delimitada na forma prevista em lei. Vinte e sete fazendas não têm Reservas Legais averbadas. Uma fazenda tem uma RPPN²⁸. No LAF da Fazenda Vale do Sol não consta qualquer informação a respeito da existência de RL averbada. O fato de não haver RL averbada não significa que não haja áreas destinadas à preservação nos imóveis vistoriados. No entanto, os dados cruzados entre a verificação de existência de RL averbada e a preservação de APP parecem indicar descumprimento da função ambiental.

Na grande maioria dos imóveis as áreas que deveriam ser de proteção permanente apresentaram algum tipo de problema quantitativo ou qualitativo no item estado de preservação. Às vezes, a quantidade de terras preservadas não estava de acordo com o necessário, indicando que as áreas compostas por matas ciliares, entorno de lagoas e topos de morros estavam sofrendo abusos ambientais. Outras vezes, apesar da conservação das APPs, o grau de preservação se qualificava de regular a ruim.

Identificados estes abusos à legislação ambiental, questionamos o porquê do INCRA não promover a desapropriação por descumprimento da Função Ambiental da Propriedade. A resposta era a mesma para todos os entrevistados: falta lei que regulamente esta modalidade de desapropriação.

No entanto, o NEAD produziu um estudo jurídico em que tenta criar uma teoria que possa legitimar este tipo de iniciativa. A partir de um esforço hermenêutico, os autores criam um parecer que busca identificar a suficiência de normas, baseando-se na Constituição Federal.²⁹ Encaminham como resolução para o problema que seja feita uma norma técnica interinstitucional entre INCRA e IBAMA, visando a atuação conjunta para fins de cumprimento do texto constitucional.³⁰ No entanto, quando o INCRA puder expressar o descumprimento da função social da propriedade com um simples cálculo numérico, seria caso de encaminhamento para fins de desapropriação, respeitado o devido processo administrativo. Este seria, por exemplo, o caso da utilização de áreas de

²⁸ Reserva Particular do Patrimônio Natural

²⁹ Ver PINTO JÚNIOR, Joaquim Modesto, FARIAS, Valdez Adriani. Função social da propriedade: dimensões **ambiental e trabalhista**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

³⁰ Durante a pesquisa problematizamos a falta de comunicação entre INCRA e IBAMA. No presente artigo esta questão não pode ser mais trabalhada por conta da restrição de espaço.

RL.

Diante destas teorias, questionamos os Procuradores do INCRA/RJ, por que não havia um investimento em se promover este tipo de desapropriação. A resposta se resume ao seguinte:

É falta de vontade maior política. Vontade política média está ao nosso alcance, mas se não houver uma iniciativa superior não sai. Esse é o tipo de iniciativa que deve vir do topo, porque ele depende de todo mundo. Não adianta a gente fazer um belíssimo parecer, se nem o ministro leva fé.”³¹

Desta forma, além de haver uma insuficiência normativa que possibilite a atuação conjunta entre INCRA e IBAMA, o meio ambiente ainda tem que contar com a boa vontade do poder público. Enquanto isto, a paisagem do estado do Rio de Janeiro permanece cedendo espaço à plantação de cana-de-açúcar e a uma infinidade de pastos para criação de gado.

CONCLUSÃO

As conclusões em relação à não utilização da Função Social Ambiental da Propriedade se resumem em: falta de norma que obrigue a sinergia entre os institutos-INCRA e IBAMA- e falta de vontade política dos que ocupam os altos cargos do órgão fundiário. Apesar de toda articulação do movimento ambientalista para garantir instrumentos jurídicos de proteção do meio ambiente, a propriedade privada que degrada segue impune.

O critério da produtividade ainda permanece como única forma de ataque à má utilização da terra. Outras modalidades de intervenção na propriedade não possuem legitimidade, nem aos olhos do órgão fundiário, para se promover a desapropriação.

Diante de tantas faltas, a natureza segue sendo agredida por um modelo de produção que pouco evoluiu em face das necessidades ecológicas, evidenciadas pelo movimento ambientalista. Os biomas remanescentes de Mata Atlântica ficam condenados à extinção por falta de uma política que viabilize a sua preservação. A propriedade segue

³¹ Entrevista concedida pelo chefe da Procuradoria Federal Especializada do INCRA/RJ, Luiz Antônio Werdine Machado em 28/02/2007.

sendo utilizada de maneira irresponsável por conta da insuficiência de ações do poder público. E a Reforma Agrária continua refém de uma teia de normas que “cercam” a propriedade inviabilizando sua democratização.

BIBLIOGRAFIA

BALDEZ, Miguel Lanzellotti: **A terra no campo**: a questão agrária In MOLINA, Mônica Castagna et al. **Introdução crítica ao Direito Agrário**. Brasília: UNB, 2002.

BOLTANSKI, Luc. L'Amour et la Justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

RECH, Naura Teresinha; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A Eficácia da Lei Brasileira de Proteção de Ecossistemas como Requisito para Conservação de Diversidade Biológica *In:Desenvolvimento em Questão*, Ano 3, nº6. Ijuí : Unijuí, julho de 2005. p. 137 à 156.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual de Levantamento de dados e informações de imóveis rurais**. www.incra.gov.br. Acesso em 02 de março de 2007.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. Rio de Janeiro, Vício Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Iêdo Batista. **Vocabulário prático de tecnologia jurídica e de brocados latinos**. Rio de Janeiro: APM, 1987.

PETERS, Edson Luiz. **Meio Ambiente & Propriedade Rural**. Curitiba: Juruá, 2003.

PINTO JÚNIOR, Joaquim Modesto , FARIAS, Valdez Adriani. Função social da

propriedade: dimensões **ambiental e trabalhista**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

OS DESAFIOS DAS PROPRIEDADES RURAIS NA INTERFACE RURAL-URBANO DA METRÓPOLE PAULISTANA

FERNANDES, Evandro Noro¹
evandronoro@yahoo.com.br

RESUMO

Historicamente a porção sul do município de São Paulo apresenta-se como um espaço composto por pequenas propriedades rurais desenvolvendo cultivos num primeiro momento, a segunda metade do século XIX, uma agricultura de subsistência através do chamado cinturão-caipira. E, num segundo momento já em meados do século XX a introdução de culturas do cinturão-verde para suprir a demanda alavancada por uma nova dieta alimentar da população paulistana e seus novos moradores, imigrantes, no processo de metropolização que se solidificava. Apresenta-se este espaço metropolizado no final do século XX, com um acréscimo populacional muito acima da média histórica e uma demanda expressiva de imóveis e serviços urbanos. Conflitando com a disponibilidade da região para o uso residencial, uma vez que trata-se de uma área de proteção ambiental composta pela mata atlântica e a presença de veios hídricos que abastecem principalmente as represas Billings e Guarapiranga. Configurando-se assim, um terceiro momento, esse mais complexo e de embate entre o rural com seus múltiplos cultivos e o fator urbano com suas necessidades de serviços e infra-estrutura. Nesse atual contexto de um espaço metamorfoseado, as atividades rurais e agrícolas através dos produtores rurais buscam encontrar alternativas viáveis para superar os atuais dilemas; de concorrência com o fator imobiliário e com a legislação vigente. Harmonizando-se no espaço disponível e com a legislação das áreas de proteção ambiental, encontrar saídas economicamente sustentáveis na fronteira entre o rural e o urbano, garantindo a reprodução do *habitat* e modos de vida camponês, bem como preservando o ambiente já tão degradado.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas – UFSM-RS
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – DG-FFLCH/USP

Introdução

As propriedades rurais na fronteira urbana² no município de São Paulo encontram-se numa situação de embate com a crescente ocupação urbana ocasionada nos últimos anos pelo ingresso de novos moradores, num percentual próximo a 80% segundo a prefeitura municipal, sobretudo na década de 1990. Levando assim a diminuição de áreas agricultáveis que aliado aos custos de produção e a dificuldades de comercialização tem imposto novos dilemas para a agricultura e aos produtores rurais na interface do rural e o urbano envoltos em áreas de proteção ambiental e fonte de recursos naturais.

A porção sul do município de São Paulo, figura no contexto histórico da agricultura paulista como um dos principais fornecedores de alimentos para abastecimento da metrópole. A destacada ruralidade presente no início do século XIX, com o cinturão caipira e já nos meados do século XX com cinturão-verde, passa por uma adaptação proporcionada pela metrópole de encontrar na diversidade da produção formas de manutenção das propriedades rurais e da reprodução do modo de vida camponês.

As relações rural-urbano na metrópole paulistana coadunaram-se a partir dos anos de 1950, configurando-se em novas formas espaciais de uso. A agricultura que se encontra presente hoje está no meio do caminho entre (campo-cidade), resistindo às intensas transformações estruturais. No início do século 21, a região mais urbanizada do Brasil apresenta um espaço rural e uma agricultura ativa, valorizando e questionando a tese de que em áreas densamente urbanizadas tende a ocorrer a eliminação da produção agrícola.

O ritmo em que vem acontecendo às transformações, tornando referência a longa duração, gera desafios à sociedade ao experimenta novas formas de *habitat* e de vida, e aos pesquisadores que têm que lidar com novos fenômenos urbanos e rurais, neste processo em constante mudança.

Debruçar-nos a cerca da questão rural-urbano na metrópole, em específico na interface desses dois mundos agora não mais em oposição, mas, próximos a unificação, principalmente em relação às questões ambientais, fator pulsante nesta fronteira. Envolvendo a sociedade urbana e a sociedade rural, é trazer luz aos processos de reprodução do modo de vida e formas de *habitat* em um espaço que foge ao tradicional e que, possui importantes significados sejam eles sociais econômicos e ambientais, sobretudo.

No bojo dessas transformações, a evolução da urbanização frente aos embates da produção agrícola, da resistência desses agricultores e das propriedades rurais no processo histórico da metrópole — que voltou-se para as atividades urbanas, em detrimento das

2 Torres (2004)

rurais — vislumbra-se transformações no movimento das atividades rurais e da agricultura no enfrentamento da problemática ambiental ocasionada pela intensa urbanização.

Nesse processo, as práticas agrícolas, as relações que caracterizam como atividade econômica dinâmica e competente, capazes de assegurar renda e trabalho para as famílias e para as localidades direta e indiretamente envolvidas, são partes integrantes de relações ligadas com o lugar, com a história agrícola de São Paulo que não se perderam com o passar dos anos e com a urbanização.

A ocupação da fronteira urbana gradualmente foi alterando o espaço periurbano da metrópole configurando novas formas de uso e de relações rural-urbano, valorizando de forma mais significativa o embate, setor público e as comunidades rurais, presente nas falas dos produtores rurais, e nos discursos dos representantes dos órgãos públicos. Bem como têm aumentado a cobrança e as dificuldades aos agricultores, esses que são vistos como agentes mitigadores dos problemas ambientais na região.

O uso deste território é inadequado a uma ocupação adensada, mas por outro lado cria um potencial para o uso sustentável dos recursos naturais, como o turismo ecológico monitorado, a pesquisa científica, a agricultura orgânica e a silvicultura. Que se apresentam como alternativas para impedir a ocupação urbana irregular e para a geração de emprego e de renda para a população local.

Promover o desenvolvimento rural e condições necessárias para a agricultura nesse espaço metropolizado esta além da espontaneidade e da dinâmica dos mercados, mas na elaboração de políticas capazes de promovê-las e salvaguarda-las.

O espaço rural no município de São Paulo é fortemente ocupado por atividades não-agrícolas que constitui uma forma de prática imobiliária, com atividades voltadas ao lazer e de cunho apelativo ao contraste da agitação da cidade, consumindo assim as poucas áreas verdes e de preservação que ainda restam.

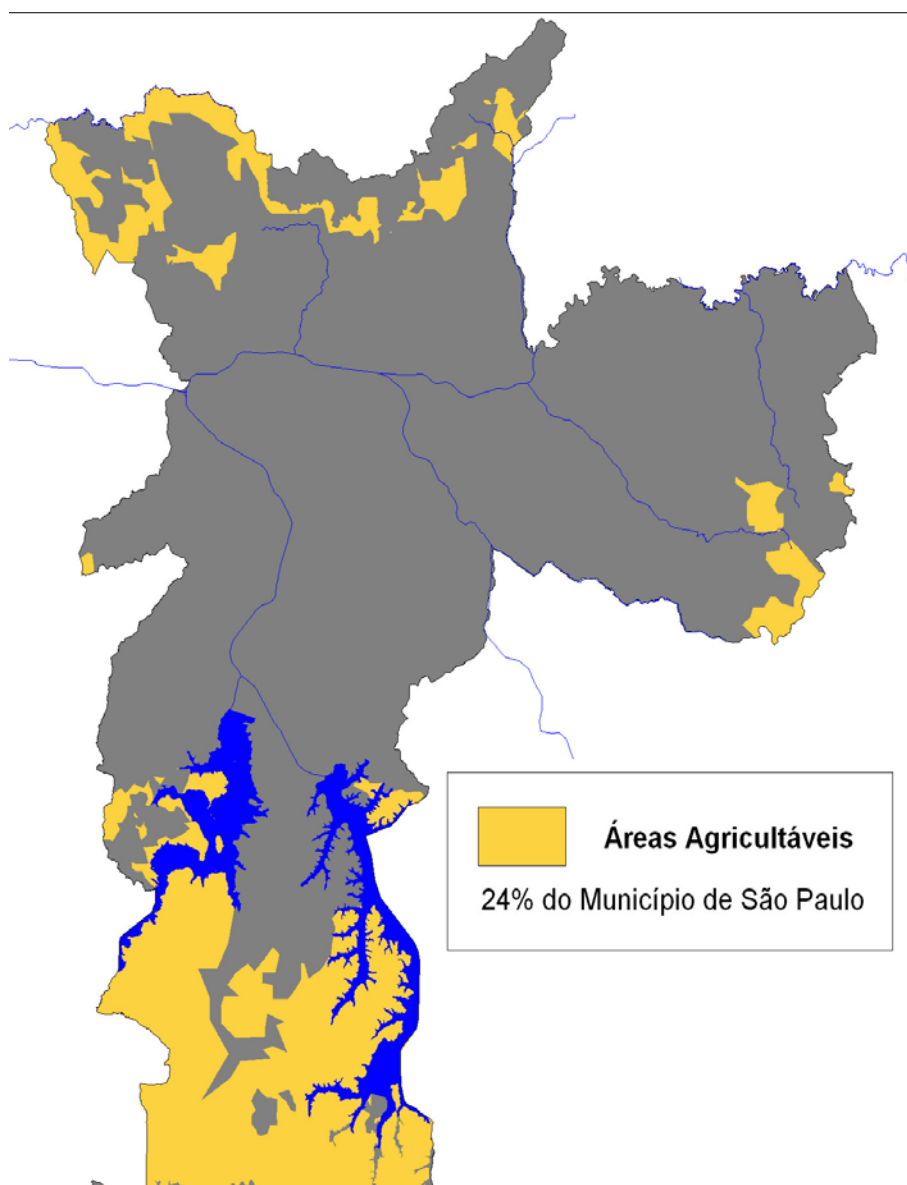
A agricultura no município de São Paulo

A horticultura e a floricultura despontam como atividades significativas no universo agrícola do município, uma tendência que se mantém anteriormente à década de 1980. Ainda é possível presenciar alguma esparsa produção de feijão, milho e mandioca, além da criação de gado leiteiro. Enfatiza-se o crescente cultivo de plantas ornamentais, principalmente de tuias ou viveiros e estufas de espécies variadas, sobretudo nas pequenas propriedades, com o uso de irrigação em alguns casos; apresentando, apesar de situações geográficas semelhantes, grandes diferenças entre o nível de renda, de pobreza, padrão tecnológico e grau de urbanização.

Hoje, as principais áreas de agricultura estão localizadas na porção norte do município, no extremo leste e na zona sul como apresenta-se na figura 1, área compreendida principalmente pela bacia hidrográfica do Capivari-monos e parte das bacias Guarapiranga e Billings, “*região de enorme importância ambiental, concentrando os mais expressivos remanescentes de Mata Atlântica da região metropolitana de São Paulo*”. Essas áreas vêm sendo cada vez mais tomadas pela expansão urbana, e, em consequência, ocorre uma acentuada queda das atividades agrícolas (Prefeitura de São Paulo, s.d.; 10).

A agricultura na zona sul que compreende as áreas das subprefeituras de Parelheiros e Capela do Socorro, abrangendo 25.000 hectares, protegida pela legislação estadual de proteção dos mananciais, ocupando a bacia hidrográfica do Capivari-Monos e parte das bacias Guarapiranga e Billings, ocorre em uma área com loteamentos irregulares e precários, predominantemente rural (Atlas Ambiental, 2002).

O distrito de Marsilac é predominantemente agrícola e se destaca na produção de hortaliças, em sua maioria distribuída e comercializada na metrópole através do CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo), como é o caso dos produtores entrevistados.



No período colonial, a formação da sociedade paulistana "estava ligada ao processo de transformação de um sertão inculto em núcleos populacionais razoavelmente estáveis, processo acompanhado pela evolução da escravidão indígena". O limite do povoamento se deu ao longo do século XVIII, quando se organizaram novas comunidades de colonização européia. "A expansão territorial na capitania, portanto, deu-se em função do acesso pleno a terras e mão-de-obra abundantes (...), sobre uma ampla base de mão-de-obra indígena" (MONTEIRO, 1994; 189).

A região de Santo Amaro, onde hoje compreende a área de estudo em questão — a porção sul do município de São Paulo —, começa a se expandir a partir da segunda metade do século XIX, onde a expansão urbana começa a se aproximar dos núcleos rurais que o circundava.

Penteado (1958) ressalta, para esse período, a presença de subúrbios agrícolas e residências que ocupavam quase todos os quadrantes da capital de São Paulo, estendendo-se aos limites do município, destacando a complexidade alimentada pela coexistência de uma agricultura com áreas residenciais, destacando um traço que era comum do 'habitat' rural na presença de modestos aglomerados urbanos.

(...) ora, enfim, predominantemente residencial, como acontece na região da Cantareira. Mas há um traço que lhe é comum: e a sensível dispersão do "habitat" rural, no meio da qual se registra a presença de modestos aglomerados urbanos, salvo na área sentetrional, onde a região da Cantareira, sob certos aspectos, nada mais e do que uma simples continuação da Cidade de São Paulo, e no prolongamento meridional de Santo Amaro (PENTEADO, 1958; 37-38).

Compartilhando com a análise de Azevedo (1958), ao destacar a paisagem agrária, que era constituída de pequenas aglomerações urbanas entremeadas por sítios rurais.

Seabra (1971), referindo-se as transformações do uso do solo, de uma paisagem campestre para constituir-se em paisagem edificada, aponta para penetração da especulação imobiliária como fator importante ocasionando assim "a expulsão das atividades hortícolas pela expansão da cidade, a melhoria geral da circulação, o crescimento do mercado tem possibilitado a ocupação de planícies mais afastadas da cidade" (SEABRA, 1971; 22).

Acrescenta que o processo especulativo interessa em momentos distintos a interesses e a áreas diferenciadas, assim pode ocorrer à procura para loteamentos, para chácaras de lazer, sítios de recreio e também para moradia urbana em espaços de produção do campo. O que, segundo o autor, não esconde o aspecto especulativo que vai desestruturando o setor produtivo rural, em geral relativo ao processo de industrialização e urbanização, ressaltado, também, por Singer (1977) e Monbeig (1953), acarretando progressivamente em

maior ou menor descapitalização de vários setores da economia ligados à exploração agrícola (SEABRA, 1971).

Na década de 1960, as áreas de planícies já estavam “*ocupadas pelo fato urbano*”, conforme indica Seabra (1971, 23) tendo como referência a pouca importância da agricultura em porções de solo de melhor qualidade, levando as atividades agrícolas para mais distante da cidade, concentrando em porções de solos menos favoráveis como várzeas e baixas encostas, já que “*a especulação imobiliária é um processo que acompanha os arredores mais ou menos imediatos da cidade de São Paulo desde praticamente o fim do século passado, quando o organismo urbano começou a crescer bruscamente*” (SEABRA, 1971; 216).

O aparecimento de funções ligadas ao urbano para o espaço então agrícola cria novas denominações com essas transformações, com a chegada de novos sujeitos e empreendimentos econômicos. Configurando-se em vários problemas, sendo que para Barrère (1988), o principal deles está na propriedade territorial nessa transição entre o rural e urbano, nos chamados espaços periurbanos.

La expansión lejana de las ciudades, va unida esencialmente a la generalización de los transportes públicos rápidos de gran capacidad.(...)El recurso económico de los recién llegados al mundo rural es muy escaso, sobre todo con el desarrollo de los hipermercados en la primera corona urbana. A lo sumo se puede observar la utilización de los rurales, para ciertas tareas: conservación de jardines, vigilancia de las mansiones, niñeras etc. (BARRERÉ, 1988; 60-61)

Para Barrère (1988) o desenvolvimento de periferias rechaçadas toma tamanha proporção que estudiosos sentem a necessidade de criar novos vocábulos, além desse movimento de periurbanização que segue sendo em grande parte rural, se traduzir em modificações radicais na população em contato com modos de vida diferentes configuração em fontes inevitáveis de conflitos.

Si nos situamos en la óptica rural esta urbanización destructora se llama rururbanización, y luego más generalmente periurbanización: si nos colocamos desde un punto de vista urbano, se habla de exurbanización o de contraurbanización, subrayando la diferencia fundamental con la primera fase de suburbanización (...) (BARRERÉ, 1988; 61)

Coloca-se, pois, a questão de saber quais as perspectivas das atividades agrícolas e das propriedades rurais da metrópole de São Paulo, face às transformações oriundas do processo de urbanização da zona rural. Prejudicado, em alguns casos, a produção agrícola, em locais onde há a transformação de áreas agricultáveis em lotes urbanos, sem

planejamento (além destes loteamentos desestimularem a agricultura, que perde terreno para a edificação).

Temos assim, no município de São Paulo, o rural e o urbano; a cidade e o campo; o agrícola e o industrial, presente em seu cotidiano, visíveis em seu espaço físico e perceptível nas organizações, principalmente as comerciais, caracterizando como a metrópole dos negócios. O rápido avanço do meio urbano principalmente na Europa e, em outras metrópoles da América e da Ásia tem obrigado os governos criarem investimentos de recursos e atuações que venham 'salvar o rural', incluindo casos em que as funções rurais já desapareceram no processo de periurbanização e neste caso questiona-se se existe espaço verdadeiramente rural (BARRÈRE, 1998; 63).

A respeito de uma possível estagnação do crescimento da mancha urbana, garantindo aos proprietários rurais a produção agrícola, destaca-se o caso dos Estados Unidos onde existe uma regulamentação, cuja fiscalização garante a proteção às terras agrícolas. No Japão, a lei agrícola de produção dos camponeses, de 1945, foi posteriormente complementada por leis que controlam o uso das terras, favorecendo a agricultura em zonas de urbanização restrita.

O rural e o urbano por meio das transformações no espaço periurbano

A partir da década de 1950, há uma "implosão da cidade" como aponta Seabra (2000; 11), *"na medida que a cidade abrigava os circuitos de uma economia mercantil, passava também a ser um lugar da reprodução capitalista"*.

Oliveira acrescenta que *"o rápido crescimento urbano vai marcar os últimos 50 anos da metrópole paulista vai ser responsável pela transformação gradativa da terra rural em terra urbana"* e que este *"crescimento urbano de São Paulo transformou a cidade em metrópole e as áreas rurais dos chamados subúrbios rurais em loteamentos urbanos"* (OLIVEIRA, 2004; 149).

Loteamentos, conjuntos habitacionais, especulação imobiliária como apontava Seabra empurram a produção hortifrutícola para além dos limites do município em algumas regiões, mas as zonas norte, leste e sul resistem mesmo assim, o que podemos chamar de ilhas de produção agrícola, como o caso de Parelheiros, Marsilac, São Mateus e outras localidades que permanecem com produção agrícola mesmo sofrendo a presença da expansão urbana dos loteamentos clandestinos.

Petrone (1995) afirma que o mundo caipira rural foi submerso pela massa da população cosmopolita, que o aglomerado transbordou para todas as direções. Aponta o sertão de Santo Amaro como sendo uma das frentes mais vivas da expansão do espaço urbano,

permanecendo livres da urbanização as áreas ocupadas pelas águas das represas. “O sertão de Santo Amaro é atualmente uma das frentes mais vivas da expansão do espaço urbano, que se esgueira pelas áreas deixadas livres pelas águas das represas”; (...) (PETRONE, 1995; 378).

O debate em torno do rural e do urbano, sobretudo o que carrega o viés que acompanha o movimento de ascensão das cidades busca pela importação de conceitos e, neste caso, a sociologia francesa e norte-americana ganha espaço, numa constante busca pela afirmação e negação; o rural como resíduo, visto pela teoria do *continuum* presente no período de 1900 a 1950, com enfoques dicotômicos. O rural como agrícola teoria do enfoque difusionista aí então a crise da sociologia rural período de 1950 a 1970; agricultura como enfoque politico-econômico análise pluralista no período de 1970 ao atual.

O tema rural, a partir dessas correntes, foi pautado por intensos debates e nem sempre foi possível um consenso, pois a realidade nem sempre se reproduz da mesma forma em diferentes espaços. Assim, o que pode ser homogeneidade também pode ser ressaltado pela diferenciação. Aliado às dificuldades teóricas, o crescimento da urbanização e da precarização das relações sociais levaram a uma minimização do debate acerca do rural em favor, principalmente, do urbano e, em menor grau ao estudo da agricultura, sobretudo para essas áreas de interface.

As comunidades são transformadas com adventos associados à inovação, ao desenvolvimento e sempre valorizando as cidades. A cidade foi associada à idéia de centro de realizações, de saber, de comunicações e, por outro lado, o campo tem comumente sido tratado como lugar de atraso, ignorância e limitação. Compartilham desses adjetivos em suas obras autores como Williams (1990) e Debord (2002).

A abordagem territorial, contida nos estudos recentes de Veiga, busca na valorização da territorialidade superar as perspectivas dicotômicas ou do *continuum*, remetendo o debate a questões mais pertinentes do que simplesmente precisar as características determinantes de um ou de outro, com fins de classificação do espaço em rural ou urbano.

Na interpretação de Blume (2004; 42), “*acredita-se que a abordagem territorial para o rural pode proporcionar uma valorização de importantes dimensões analíticas como os fundamentos ecológicos e econômicos que se encontram cingidas neste espaço*”. Veiga (1999) questiona a ligação de desenvolvimento à urbanização, acredita que áreas rurais podem desenvolver-se sem que com isso deixem de ser rural, desta forma esta pondo em contradição a idéia do *continuum*, devendo incorporar novas perspectivas de análise, neste caso a abordagem territorial, valoriza as dimensões espaciais.

Ao apontar para esse caminho, o da abordagem territorial e da valorização das dimensões espaciais para o rural, Veiga (1999) vai de encontro a outros trabalhos escritos posteriormente, em que este mesmo autor valoriza sobremaneira as questões demográficas

para efeito de classificação de rural e de urbano. Neste caso, não parece ter o mesmo entendimento para os meios rural e urbano, como face de desenvolvimento nas destacadas questões econômicas e ecológicas:

O aumento da densidade demográfica nas zonas cinzentas – que deixam de ser propriamente rurais e que não chegam a ser propriamente urbana - não significa que esteja desaparecendo a contradição material e histórica entre o fenômeno urbano e o fenômeno rural. Em termos econômicos e ecológicos, aprofundam-se, em vez de diluírem-se, as diferenças entre esses dois modos de relacionamento da sociedade com a natureza. (VEIGA, 1999; 1316).

Separar o Campo da Cidade, pós-adensamento das cidades e as relações de troca que se estabelecem, vai além dos conceitos de rural e de urbano, a complexidade dos espaços que metamorfoseiam não nos permite essa diferenciação de maneira tão descompromissada.

As fronteiras entre esses dois mundos, hoje tão tênues, que fogem de longe à antiga definição de que rural é o que se opõe ao urbano, devem levar em consideração que o campo e cidade são realidades históricas em transformação, tanto em si próprias quanto em suas inter-relações (WILLIAMS, 1990; 387).

Martins (1987), em suas observações, abstrai tendências de concepções em que se apóiam na contraposição de rural e urbano. Destaca que são "(...) *dois meios sociais distintos, apóia-se no contínuo rural/urbano, mas que ainda retém, de qualquer maneira, a polarização rural/urbano*" e, incorporando a idéia do contínuo rural/urbano e da polarização, "*tenta atravessar verticalmente o contínuo para reter a descontinuidade*" (MARTINS, 1987; 28).

Reforça-se a idéia de que as visões estereotipadas devem ser superadas, valorizando as análises de ambos, pois a interpretação dualista e dicotômica reforça o caráter dual de abordagem. Aponta para uma tarefa fundamentada no sentido de afirmar o uso do par rural/urbano, na atualidade e definir o novo significado que este teria na atualidade.

Essa nova recomposição parcial da aglomeração remete ao que tem sido destacado por Martins (1987) em relação às análises de Solari (1971) do *contínuo* rural/urbano e da polarização, na organização técnica do consumo que está na dissolução da cidade.

Debord (1987) salienta que a história econômica que outrora desenvolveu-se em torno da oposição cidade-campo alcançou um estágio que anula ambos os termos.

A paralisia atual do desenvolvimento histórico total, em proveito apenas da busca do movimento independente da economia, faz do momento em que começam a desaparecer a cidade e o campo não a superação de sua cisão, mas sua destruição simultânea. O desgaste recíproco da cidade e do campo, produto da falha do movimento histórico pelo qual a realidade urbana existente deveria ser superada aparece nessa mistura eclética de elementos decompostos que recobre as zonas mais adiantadas da industrialização, (DEBORD; 1997 p.115/116).

A análise fatalística feita por Debord (1997) da destruição da cidade e do campo não se ampara no espaço rural do município de São Paulo. Embora haja uma precarização do *habitat* urbano e uma perda do modo de vida rural, há peculiaridades históricas de representações, características comumente encontradas no campo e que estão sendo cultivadas, como a relação com a terra, com os familiares e com a natureza.

A questão ambiental na interface do rural e o urbano

De acordo com os dados da Fundação SEADE, em 2005 a Subprefeitura de Parelheiros apresentava uma população de 136.024 habitantes, dos quais 126.658 concentravam-se no distrito de Parelheiros e 9.3666 no de Marcilac. Para se ter uma idéia mais clara do incremento populacional, em 1991 a Subprefeitura possuía 61.586 habitantes, aumentando para 111.240 sua população em 10 Anos. Sua área total é de 353 km², representando 24% do município. Com a totalidade de seu território em área de proteção aos mananciais, a região compreende remanescentes importantes de Mata Atlântica e incluem parte das bacias hidrográficas das Represas Gurapiranga e Billings, responsáveis pelo abastecimento de 30% da população da Região Metropolitana de São Paulo. O território é cortado também por também por ferrovia de escoamento da produção agrícola ao porto de Santos (Mairinque-Santos) e um ramal suburbano desativado.

Maria Lúcia Belenzani³ destaca a valorização e o debate das ruralidades, do espaço rural enquanto espaço de produção agrícola e de seus sujeitos, os agricultores, por intermédio da criação da Área de Proteção Ambiental que possibilitou a valorização do espaço como um todo, este que contrário às projeções do século passado e das omissões das administrações públicas mais recentes se reproduz.

...e aqui é uma região muito diferenciada, como vocês viram a gente tem que criar políticas para essa região, por que as políticas públicas que tem, por que o enfoque da Política Publica da prefeitura ele é para cidade inteira, então certas coisas que acontecem aqui eles não tem lugar na agenda é muito recente o olhar da prefeitura para essa região ele começou com a criação da área de proteção do Capivari-monos e seu processo de criação por que até então ninguém trabalhava com a questão, não existe mata atlântica no município de São Paulo existe uma organização social rural no município de São Paulo, existem agricultores no município de São Paulo era visto como uma coisa assim não os agricultores tende a desaparecer (Trecho da entrevista com a Engenheira Agrônoma da Secretaria Municipal do Verde e do Meio de São Paulo Maria Lúcia Bellenzani, 2006)⁴.

³ Entrevista realizada por Evandro Fernandes em 12/04/2006.

⁴ Entrevistada em 12/04/2006.

É na metrópole paulistana que projetos do tipo 'Agricultura urbana' são aprovados e viraram lei municipal, com disponibilidade de recursos para viabilizá-lo. A intenção do setor público é fomentar a plantação de culturas como forma de alimento para a comunidade próxima e em âmbito residencial, em parte como fator mitigador para o grave problema da desnutrição⁵. Esse olhar, pelo menos, por meio de lei começa a enxergar a situação complexa, dessa região, e a problemática dos agricultores. Mas, mesmo as leis de zoneamentos e de uso do solo, na prática, -- no que tange salvaguardar as áreas agricultáveis --, torna-se inoperante. Os dados referentes à estrutura fundiária da zona rural paulistana, tratada pela Prefeitura Municipal por zona de usos especiais⁶, apresentam algumas contradições. Pois, no olhar dos agricultores, a realidade vivida está distante do que seria o ideal, como por exemplo, o que nos conta o produtor rural Lindolfo, em relação à comercialização na feira livre, prática essa que esta em um dos objetivos da prefeitura em relação à comercialização dos produtos da região;

(...), por exemplo, hoje em dia tá assim: você não tem amparo nenhum, muito..... Você tem que pagar segurança particular, que não tem um monte de coisas e num, quer dizer o poder público que lida com segurança da sociedade e nada! Tem feira aí que você tem que pagar três segurança e no fim..., né, aquele dinheiro você tem que

⁵ Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004:

Art. 1º - Para os fins desta lei, entende-se por agricultura urbana toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município.

Art. 2º - O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo têm por objetivos:

- I – combater a fome;
- II – incentivar a geração de emprego e renda;
- III - promover a inclusão social;
- IV – incentivar a agricultura familiar;
- V – incentivar a produção para o autoconsumo;
- VI – incentivar o associativismo;
- VII – incentivar o agroecoturismo;
- VIII – incentivar a venda direta do produtor;
- IX – reduzir o custo do acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda.

⁶ Art. 99. As Zonas Especiais - ZE são porções do território com diferentes características ou com destinação específica e normas próprias de uso e ocupação do solo e edificações, situadas em qualquer Macrozona do Município, nos termos do PDE, compreendendo:

- I. Zona Especial de Preservação Ambiental - ZEPAM;
- II. Zona Especial de Preservação Cultural - ZEPEC;
- III. Zona Especial de Produção Agrícola e de Extração Mineral - ZEPAG;
- IV. Zona Especial de Interesse Social - ZEIS;
- V. Zona Especial de Preservação - ZEP;
- VI. Zona de Ocupação Especial - ZOE.

Parágrafo único. Lei específica poderá estabelecer outras normas de uso e ocupação do solo, assim como definir outros incentivos, para estimular a permanência de atividades e a preservação compatível com as características das diferentes Zonas Especiais - ZE.

reservar pra eles, tem que pagarem eles (...) (Trechos da fala do produtor rural Lindolfo Helfstein Fidêncio, 2006) ⁷.

Essa crítica, dos produtores rurais, é geral uma vez que a agricultura como salientado na fala de Belenzani, começa a ter destaque na agenda da prefeitura nestes últimos anos. O que é percebido mais como forma de reparo em relação às omissões do setor público do que em forma de amparo aos agricultores e suas práticas, “*a prefeitura não ajuda em nada e nunca ajudou. Eu pago imposto, mas não vejo ajuda de nenhum tipo, nem benefício. Seria bom ter um agrônomo pra ajudar aqui*” (Trechos da entrevista com o produtor rural Jair, 2006) ⁸.

Temos então por um lado as leis municipais que visariam amparar a produção rural, mantendo os agricultores em suas atividades e, por conseguinte garantindo uma melhor qualidade ambiental para região como está assegurado pela lei Das Zonas Especiais de Produção Agrícola e Extração Mineral - ZEPAG⁹

Pelo lado dos produtores rurais há essa preocupação, uma vez que a lei é resultado de discussões que os envolve, como é possível constatar pelas suas falas, mas, não se torna eficaz quando envolve o setor público, no caso da fiscalização aos desmatamentos para loteamentos clandestinos.

“é isolado. Era tranqüilo, até uns 10 anos atrás era tranqüilo. Aí começou aqui atrás... ta tudo limpo desmataram tudo, invadiram e fizeram casa (...) Tem loteamento aí né (...) Acho que não dá ver por que a gente preservou o mato, mas atrás...” (Trechos da entrevista com o produtor rural Gilberto, 2006).¹⁰

Embora as dificuldades, a fala dos produtores rurais é contida de uma esperança. A crítica, ao setor público, a falta de apoio ao homem do campo, a super valorização do urbano, estão presente no dia a dia destes agricultores, que de pronto é tomada de um *habitus*, inerente a quem tem uma ligação com o campo superior a dos cidadãos. A vontade de ver

⁷ Entrevista realizada em 14/10/2006

⁸ Entrevista realizada em 17/10/2006

⁹ Art. 132. Com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da ZEPAG, em complemento ao disposto no artigo 170 do PDE, o Executivo poderá:

I. promover a recuperação das atividades existentes de produção agrícola sustentável no município;
II. promover a fiscalização intensiva com a finalidade de evitar usos incompatíveis, desmatamento, assoreamento de cursos d'água, deposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos, despejo de agrotóxicos e demais atividades causadoras de degradação ambiental;
III. estabelecer programa de capacitação de produtores rurais;
IV. fomentar e estimular a organização de produtores agrícolas;
V. realizar o cadastramento fundiário em imóveis localizados em ZEPAG em parceria com o órgão competente;
VI. realizar o cadastramento dos agricultores e diagnóstico da produção agrícola com vistas a subsidiar políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural.

¹⁰ Entrevista realizada em 17/10/2006.

seu trabalho valorizado, seus alimentos produzidos na roça tendo um preço justo, cumprindo a função de alimentar as pessoas que desenvolvem outras atividades, com tamanha importância para o equilíbrio das sociedades.

... na verdade muita coisa, não tem estrutura né, falta estrutura, tem que ter grana e a verba é pouca, ninguém dá valor pra gente da lavoura né!, não dão valor pra gente da roça. Eu não critico quem é da cidade, mas eu penso tudo que consomem, de produto alimentício vem da roça, arroz, feijão, alface,... tudo é da roça. A gente não vai comer peça, peça de carro, peça de bicicleta, mas eles (da cidade) não dão valor, acham que a gente é bicho do mato (Trecho da entrevista do produtor rural Marcos Schimith Nakagawa, 2006).¹¹

É fato que a população, rural sofre as consequências da urbanização acelerada nos últimos anos. Já destacado que essa região de histórico agrícola sofre com a alteração de seus hábitos tradicionais de homem do campo. Isso se reflete no embate por recursos para a população que desenvolve atividades rurais com os que são residentes de uma região que se urbaniza desordenadamente que buscam as melhorias funcionais necessárias. Neste embate os agricultores estão em desvantagem, mesmo tendo um modo de vida voltado para o desenvolvimento sustentável da região e da população.

Aqui é cobra engolindo cobra! Eu acho que o que dificulta a ajuda da prefeitura também é isso, Eu participei de uma reunião aqui na colônia sobre o orçamento participativo. E tem que eleger um líder para ir lá discutir o que é prioridade do bairro. Da aqui da região só eu que fui. Esse bairro aqui (Vargem Grande) foi aberto já tem uns 60, 65 anos, que foi aberta a entrada. Aí tem aquele loteamento grande, aqui do lado dá ver, isso aí tem menos de 20 anos, era tudo mato. Chegaram abrir tudo, fizeram o loteamento, tem mais de 40 mil pessoas ali, e no dia dessa reunião, eles vieram também e conseguiram muita coisa, lá tem duas linhas de ônibus, tem asfalto, vão fazer esgoto. (...) (Trechos da entrevista com o produtor rural José Helfstein Luz, 2006).¹²

A posição dos moradores mais antigos, principalmente os descendentes de alemães e japoneses que fizeram parte da história agrícola da região, o desconforto é muito grande em relação aos problemas ambientais decorrentes da falta de cuidado com a Mata Nativa. Ao ver a paisagem rural transformando-se em pequenos aglomerados, ou mesmo em grande conglomerados de residências irregulares, como nos apresenta a produtora rural Leila Matajs, que desenvolve paralelas as atividades agrícolas oficinas de educação ambiental, e oficinas de ofícios para jovens carentes da região.

¹¹ Entrevista realizada em 14/10/2006).

¹² Entrevista realizada em 12/10/2006.

Então quando a pessoa vem pra cá, ele picota mesmo, ele não preserva nada. Ele destrói, ele faz loteamento, ele está urbanizando a nossa região. É proibido, mas não existe fiscalização, aqui não existe fiscalização nenhuma; eles esperam que você denuncie pra tomarem uma providência. Em quatro anos essa frente da nossa rua foi totalmente devastada. Fizeram tudo casinhas, lotearam tudo, e cai o esgoto todo no nosso corrego. A gente tem a nascente aqui que vai pra Guarapiranga... ali já virou esgoto. É devastação em cima de devastação. E eles não fazem fossa, eles fazem o cano com o esgoto prá cair na água mesmo, é uma coisa muito degradante, e não existe fiscalização. A prefeitura não tem fiscalização, vai pra Ambiental e não tem fiscalização e assim vai, e aí eles vão destruindo, destruindo, destruindo... e vão cortando tudo por aqui. (Trechos da entrevista com a produtora rural Leila Ramos Matajs, 2006).¹³

Faz parte do *ethos* camponês o cuidado com a terra, com a mata e os recursos hídricos necessários para a produção agrícola. Isto é presenciado na fala da esposa de um descendente dos primeiros alemães que ocuparam a região. A forte conscientização destes agricultores em recuperar a mata nativa, e do cuidado em passar para as novas gerações essa preocupação.

Então foi indo. Depois da destruição, a mata foi se regenerando, foi se recuperando. Meu marido conta que o pai dele plantou uma carreira de araucária, porque eles cortaram tudo. E ele era solteiro ainda e plantou umas araucárias e hoje tá lá, faz quase 70 anos. e uma araucária leva quase 70 anos prá tá no ponto e a mata foi se recuperando, porque ele cortou tudo e ele parou, porque aí ele começou a mexer com agricultura. Ele começou a mexer com agricultura e a mata foi se recuperando. Na quinta-feira a gente tava fazendo um grupo com umas crianças e a gente tava explicando esse problema da recuperação da mata e as crianças não têm idéia do que seja isso, como é que é estar dentro de uma mata. Quando você está dentro de uma mata, você sente a diferença do ar, você sente o som, tudo, você fica observando todos os detalhes que existem dentro da mata. E as crianças quando saíram da trilha acharam o ar diferente, então o monitor já explica isso pra que eles observem, pra que quando eles saíam de dentro da mata, eles possam observar isso. E é isso meu trabalho, gente (Trechos da entrevista com a produtora rural Leila Ramos Matajs, 2006).¹⁴

A reprodução das práticas agrícolas, nesta interface do rural e o urbano na metrópole paulistana, vêm sofrendo alterações quanto à redução de área agricultável, por outro lado, a incorporação de novas atividades visando obtenção da reprodução da família tem sido uma alternativa. Com isso, não há uma destruição do camponês e de suas atividades de cultivo, há uma busca de acompanhar as transformações impostas pela metrópole, assim como

¹³ Entrevista realizada em 21/10/2006

¹⁴ Idem

destaca Woortmann (1990; 14), “*não encontramos, então camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade*”.

Neste sentido, esses agricultores que estão no espaço rural do Município de São Paulo, transitam em uma ordem econômica devido a situações externas. Mas, para alcançar essa ordem econômica, se valem de uma ordem moral e ética. Temos nestes agricultores uma “*apropriação individual em duas temporalidades internalizadas*”, uma maximização do pequeno agricultor, próximo do *Homo economicus*, numa visão teórica, e uma ordenação moral e sagrada, mais perto de um *Homo moralis* (WOORTMANN, 1990; 18-19).

Para o camponês o cuidado com a terra e, por conseguinte com a natureza, mesmo diante destes dilemas destacado, vê neste espaço um diferencial em relação à cidade e a preservação do meio ambiente, como no caso o uso de produtos químicos, como nos falou o produtor rural Ilceu Teixeira da Silva. Que por meio de práticas alternativas pulveriza seus cultivos com alternativas caseiras, mesmo sabendo que não vai encontrar a mesma eficiência dos venenos químicos. E as verduras não terão as mesmas aparências das que são pulverizadas quase que diariamente.

A gente não usa o veneno tóxico muito aqui assim na plantação por que tem muita água que vai para São Paulo né. Porque vê ali no fundo mesmo passa um rio que sai aqui do nosso bairro e vai até o Guarapiranga. Então o que a gente não quer de mal pra gente não quer para os outros também. Então a gente quase não usa fertilizante, veneno forte aqui. Veneno que usa pra praga aqui a gente pega álcool, pacote de fumo e mistura na água para poder passar. Aqui 79% não tem veneno nas plantas não (Trechos da entrevista com o produtor rural Ilceu Teixeira da Silva, 2006).¹⁵

As áreas agricultáveis e de melhores qualidade de solos se encontram dentro dos limites das Apas de Proteção Ambiental, desta forma muitos agricultores tem encontrado alternativas viáveis economicamente sustentável para o uso da propriedade.

Aqui é área de protegida, ambientalmente e não pode fazer isso aqui... a gente nem pretende fazer, Deus criou a natureza e é coisa desagradável a humanidade o camarada destruir, não foi nós que fizemos porque nós vamos destruir agora. Eu dizer uma coisa eu pretendo preservar cada vez mais, certo? Ali naquela mata eu rocei, eu rocei lá em baixo só que ali eu já encomendei palmito, vou, eu planto palmito, aquele palmito (...). Ele é especial para esta região, ele brota então você tira palmito e ele dá de novo (...). A água é mina, eu capto direto lá na mata que tem uma mina muito boa, eu cuido daquela mata não deixo ninguém fazer nada de errado, a mina vem lá de cima até aqui em baixo do meu lado, eu fiz um poço com três tubos dentro, de á eu puxei uma mangueira, aí não falta água

¹⁵ Entrevista realizada em 17/10/2006.

(Trechos da entrevista com o produtor rural Lauderino Vaz de Brito, 2006).¹⁶

No contexto dinâmico em que se encontra a metrópole, o caminho que pode trazer luz para esclarecimentos pode ser encontrado em Haesbaert (2002), que a partir de conceitos já desenvolvidos propõe um conceito de território fundado na fusão de concepções e preconiza:

território é produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (HAESBAERT, 2002; 121).

Os conceitos de Haesbaert (2002) apresentam a síntese de outros conceitos, dando “*maior versatilidade ao conceito de território*” e destaca o fato dessa definição estar mais próxima da realidade atual acerca das ruralidades que estão além do visível, do apelo ao rural como modo de vida saudável, refugio ao estresse das cidades, mas por “*apreender diferentes contextos inerentes aos processos, culturais e ambientais*”, e econômico-sociais (BLUME, 2004; 52).

(...) até o ar que a gente respira aqui entra suave. Lá (cidade) a gente respira e o ar entra sufocado, o organismo parece que não quer aceitar o ar. Eu quero mesmo o verde daqui, mas eu acho muito grande para mim..., nasci com paralisia infantil, mas trabalho faço cerca, limpo, carpo, normal para trabalhar... dá umas coisas, eu não sei... eu tiro isso para mim, muita gente fica assim com o braço cruzado.. entendeu me irrita, tem hora que me irrita... muito sossegado, prefere ir nos vizinhos pegar as coisas... eu, se pedi eu não nego. Eu não gosto de sair vem por trás vai lá pegar. Eu tinha um galinheiro, eu não morava aqui na época era a mãe e o pai, então os caras vinham pegar galinhas... (Trechos da entrevista com o produtor Wilson Geraldeli, 2006).¹⁷

O entendimento para a interface do rural e o urbano na metrópole dá-se neste sentido, em que as contradições se complementem sem a exclusão do todo, valorizando sobremaneira elementos que na visão dos sujeitos, os pequenos produtores rurais, são importantes, também por estar diante de uma realidade específica de difícil enquadramento nas definições conceituais usualmente adotadas.

As histórias dos sujeitos que estão na fronteira urbana, por eles contada, contribui para alcançarmos alguns caminhos: acerca dos sistemas de produção no contato com a cidade e a reprodução das famílias camponesas. Sobretudo a partir do conhecimento apreendido nas

¹⁶ Entrevista realizada em 15/10/2006.

¹⁷ Entrevista realizada em 15/10/2006.

práticas rurais, que venham a gerar um desenvolvimento sustentável dos recursos naturais tão necessários para manutenção da vida urbana.

Referencias Bibliográfica

AZEVEDO, Aroldo. São Paulo, cidade trilionária. In.: **A cidade de São Paulo**, v. 1 São Paulo. Ed. Nacional, 1958.

BARRÈRE, Pierre. **Espacios rurales y urbanos em áreas industrializados**. 1. ed. Madri: Oikos-tan, S.A., 1988.

BLUME, Roni. **Território e Ruralidade**: a desmistificação do fim do Rural. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOMBEIG, Pierre. O crescimento da cidade de São Paulo. In.: SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica da cidade de São Paulo**. São Paulo: Globo, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. São Paulo dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In.: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; CARLOS, Ana Fani Alessandri (orgs.). **Geografias de São Paulo**: A metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004.

PENTEADO, Antonio Rocha. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. In.: **A cidade de São Paulo**. Vol 4. São Paulo: Nacional, 1958.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PREFEITURA Municipal de São Paulo. **Atlas ambiental do município de São Paulo**, relatório final. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2002.

_____. GT- Agricultura. **Diagnóstico da Agricultura na zona rural sul paulistano** (APA do Capivari Monos), São Paulo: PMSP, 2000.

SEABRA, Manoel. **Vargem Grande**: organização e transformações de um setor do cinturão verde paulistano. São Paulo: IGEO-USP, 1971. Série teses e monografias, n. 4.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização: Bairro e vida de bairro. In.: **Travessia revista do migrante**. São Paulo: Centro de Estudos migratórios, Ano 13, n. 38, setembro/dezembro de 2000.

SOLARI, Aldo E. **Sociologia Rural Latinoamericana**. Buenos Aires: Ed Universitária, 1968.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 4. ed. São Paulo: Cebrap, 1977.

TORRES, Haroldo. Fronteira Paulista . In: MARQUES, Eduardo.; TORRES, Haroldo (Orgs). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores associados, 2002.

_____. **A face rural do desenvolvimento**. In ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1999, Belém. Anais... p.1301-1318.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/Tempo Brasileiro, 1990, pp. 11-73.

OS DESAFIOS NA RELAÇÃO AMBIENTE E SOCIEDADE NA PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR: DIÁLOGO EFETIVO OU PARASITISMO MÚTUO DE LINGUAGEM?

Osmar Tomaz de Souza Economista, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento,
Professor do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da PUC-RS).
osmar.souza@puccrs.br

Hieda Maria Pagliosa Corona (Socióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento;
Professora/pesquisadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).
pagliosa@utfpr.edu.br ; hiedacorona@hotmail.com .)

Cimone Rozendo de Souza (Socióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento,
professora/pesquisadora da UNIBRASIL – Curitiba, PR).

Janise Bruno Dias (Bióloga, Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pesquisadora
Projeto Switch, IGC-UFMG. janisebruno@yahoo.com.br .)

Joel Leandro Queiroga (Agrônomo, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.
joelqueiroga@sercomtel.com.br.)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a diversidade das estratégias de trabalho e renda das 94 famílias agricultoras das comunidades de Mergulhão, Postinho e Santo Amaro Um, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba. A pesquisa foi realizada entre 2003 e 2005, como parte da construção da tese de doutorado defendida em março de 2006, junto ao programa Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. As estratégias de trabalho estão vinculadas à produção agropecuária para venda e para o autoconsumo, a pluriatividade e o trabalho assalariado agrícola externo, com acesso variado à renda, em função da inserção diferenciada dos agricultores na dinâmica da modernização e na relação com as demandas (hortifrutigranjeiros, produtos orgânicos) e pressões (preservação dos recursos hídricos e florestais) da metrópole. As famílias agricultoras destas comunidades lutam, através de diversas estratégias estabelecidas pelos agricultores na relação com a sua situação social, para manter e preservar seu modo de vida (*habitus*), ao mesmo tempo, que incorpora inovações em função das interrelações que estabelecem com o processo de desenvolvimento rural no contexto metropolitano.

1. Introdução

A constatação dos limites e da insuficiência do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e no crescimento quantitativo da produção vem forçando o conjunto da sociedade brasileira a acompanhar o movimento mundial de “adjetivar” o conceito de desenvolvimento, referindo-se a ele como desenvolvimento “humano”, “social” e, especialmente, como desenvolvimento “sustentável”.

Em termos concretos, não é possível afirmar que a constatação da crise ou dos limites tenha representado uma verdadeira mudança de rumos nas trajetórias de desenvolvimento. Mesmo assim, as dimensões social, cultural e ambiental do desenvolvimento ganharam fôlego e a própria “adjetivação” do conceito pode ser vista como um esforço de (re) construção do conceito de desenvolvimento. Isto porque alguns “efeitos inesperados” do modelo de desenvolvimento em curso - centrado no crescimento econômico - como o aumento da exclusão social na cidade e no campo, a persistência da fome no mundo, a perda de diversidade cultural, a degradação do meio ambiente, a perda da biodiversidade, a desertificação de grandes áreas anteriormente produtivas, dentre outros, vem alimentando a discussão.

Nessa ampliação de visão do conceito de desenvolvimento, a dinâmica da natureza passa a ser vista em seu processo de interação com a sociedade e o estudo do ambiente natural, que por muito tempo restringia-se à idéia de preservação da “natureza intocada” (parques, unidades de conservação), vai envolver a noção de conservação da natureza incorporando a ação humana. Isto implica em reorientação dos padrões produtivos, sugerindo um novo tipo de racionalidade e uma nova forma de organização social que contemple as diversas dimensões da vida (sociais, econômicas, culturais e ambientais). Em suma, há uma mudança importante de escala de tempo e espaço e de uma outra forma de ver a relação **sociedade e natureza**.

Na agricultura e no rural a incorporação deste novo ideário, sobretudo a partir dos anos 1980, fez multiplicar a utilização do termo “desenvolvimento rural sustentável” tanto nos objetivos de políticas públicas quanto no discurso dos diversos atores que de uma forma ou de outra se relacionam o assunto. Ao assumir a indissociabilidade das dimensões econômica, social, ambiental e cultural nas propostas e projetos de desenvolvimento, passa-se a aceitar que na falta de uma delas, não teríamos um desenvolvimento *de facto*. E, por seu lado, a aceitação desta premissa do desenvolvimento multidimensional amplia nossos desafios de ordem teórico-metodológica e prática pela complexidade que se agrega ao tema do desenvolvimento rural.

A relação ambiente/sociedade no espaço rural consiste tema privilegiado nesta seara e este é o caso do rural que inspirou as reflexões apresentadas neste trabalho: o rural

metropolitano de Curitiba, Paraná. Este espaço rural enquanto lócus dessa relação vem sendo objeto de estudo de um grupo de pesquisadores de diversas instituições brasileiras e do exterior ligados ao Grupo de Pesquisas “Dinâmicas Rurais, Agricultura e Sustentabilidade” da Universidade Federal do Paraná (UFPR), desde o ano de 2002. Contando com pesquisadores das áreas de Agronomia, Antropologia, Biologia, Ecologia, Economia, Geografia e Sociologia, o referido grupo busca, a partir das interfaces entre as Ciências Sociais e as Ciências da Natureza, produzir conhecimento (e o reconhecimento) sobre a heterogeneidade e a multidimensionalidade desse rural, bem como agregar esforços na construção teórico-metodológica da abordagem interdisciplinar de pesquisa nos temas e objetos complexos como o do espaço rural em questão.

A Região Metropolitana de Curitiba - RMC (Anexo 1) é considerada pelo IBGE como aquela que possui a maior área rural dentre as regiões metropolitanas do país. Trata-se de uma região situada a leste do Estado do Paraná, no chamado Primeiro Planalto Paranaense, consistindo numa região marcada por elevada heterogeneidade geofísica e ambiental onde se destacam tanto a Serra do Mar com uma expressiva faixa bem preservada da floresta atlântica, quanto a Serra Geral e a floresta de araucária. Possui área total de 15,5 mil quilômetros quadrados (2/3 desta consiste a área rural metropolitana) e uma população de 2,7 milhões de habitantes, distribuída em 26 municípios. Segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, 91,2% dessa população era urbana e 8,8% rural. Contudo, em vários municípios da região, a população rural superava os 70% (SOUZA, 2006; SANTOS et. Al. 2003)¹. Existem na região aproximadamente 30 mil estabelecimentos agropecuários, dos quais 84% possuem área inferior a 25 hectares. A produção agropecuária regional é importante tanto para o abastecimento dos centros urbanos próximos quanto no âmbito estadual, dado que a região responde pela maior parte da produção de olerícolas do Estado do Paraná, além de parte significativa da produção de frutas e aves (SOUZA, 2006; SANTOS et. Al. 2003). Apesar desses números, trata-se de um espaço rural pouco reconhecido institucionalmente, em especial por aquelas que são responsáveis por planejar ações de desenvolvimento regional, caso da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). Pode-se mesmo identificá-lo como um rural “invisível” dada a pouca expressividade que ele assume nos documentos institucionais da COMEC e mesmo nas políticas públicas que tem a região metropolitana como beneficiária.

O presente trabalho traz alguns resultados de trabalhos de pesquisa coletivos e individuais realizados nesse rural metropolitano, realizadas a partir do enfoque interdisciplinar, entendido como uma possibilidade concreta de dar conta das múltiplas dimensões/funções e da heterogeneidade do mesmo. Pelos limites deste texto, são apresentados apenas resultados gerais das pesquisas realizadas entre 2002 e 2006 (ver metodologia) que tiveram ênfase nos seguintes temas: a) a relação do ambiente físico com o

desenvolvimento da unidade de produção familiar; b) a evolução e a dinâmica dos sistemas de produção locais; c) a relação entre a política ambiental e a agricultura familiar; d) a reprodução social da agricultura familiar; e) o acesso e a ação das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Para tanto, este texto está organizado da seguinte forma. No item 2, são apresentados sucintamente informações sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa desenvolvida. No item 3, destacam-se os principais resultados da (s) pesquisa (s) em suas diferentes ênfases, destacando sempre as interfaces sociedade/natureza que permearam toda (s) a pesquisa (s). No item 4, os resultados da pesquisa de campo são confrontados com o discurso e a prática de algumas políticas ambientais e de desenvolvimento rural, o que é feito com base na análise dos objetivos e na ação de políticas que agem sobre o espaço rural em questão. Por último são apresentadas algumas Notas Conclusivas.

2. Metodologia da Pesquisa

Para a realização deste trabalho, adotou-se a abordagem interdisciplinar tendo como foco um **objeto de pesquisa comum**. Foi a partir do mesmo objeto – o rural metropolitano – que o trabalho interdisciplinar foi construído e a pesquisa coletiva e individual se desenvolveu, contando com a participação de pesquisadores das áreas de Agronomia, Antropologia, Biologia, Geografia, Economia e Sociologia.

Para tanto, assumiu-se que a interdisciplinaridade não se tratava (nem se trata) de uma “unificação de saberes” e sim de uma experiência capaz de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas. O trabalho envolveu um esforço de tradução das diferentes linguagens, de clarificação de conceitos próximos, de circulação de idéias em que cada pesquisador persegue seus objetivos e pode tirar proveito, caso seja possível, daquilo que identificamos como “produção coletiva”. Nesse contexto, a unidade, se é que podemos falar dela, só pode acontecer através de uma espécie de “comércio de idéias” (LEGAY, 1988). No âmbito da pesquisa desenvolvida, isto quer dizer que as principais categorias analíticas utilizadas (como desenvolvimento, agricultura familiar, ambiente, sociedade, heterogeneidade, reprodução, dentre outros) cumpriram o papel de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas.

Sabe-se que o maior problema das abordagens dessa natureza é a falta de uma formalização adequada. Com isso, também se aceitava (e aceita) que não existe uma fórmula para a interdisciplinaridade; ela vai se realizar de forma específica em cada caso. Fundamentalmente, o que se pode afirmar é que ela apresenta a vantagem de exigir aos pesquisadores a predisposição de dialogar com uma cultura científica diferente da sua e,

provavelmente, a possibilidade de descrever e explicar problemas científicos novos e complexos.

Nesta pesquisa, a estratégia para a realização da interdisciplinaridade consistiu uma série de etapas que envolveram, além da definição do OBJETO DE PESQUISA COMUM, também a escolha de um PROBLEMA DE PESQUISA COMUM que permitisse o intercâmbio entre os pesquisadores. De forma sucinta, a sequência da pesquisa se deu como segue:

1) A existência dos **interesses individuais de pesquisa**: foi com base nesses interesses individuais, tendo como objeto o rural, que o grupo de pesquisadores multidisciplinar se debruçou sobre;

2) O **objeto de pesquisa comum** que consistia no Rural Meropolitano de Curitiba: o objeto comum visava estimular o intercâmbio e a integração entre os pesquisadores;

3) A **elaboração do diagnóstico regional preliminar**: que consistiu um trabalho de construção coletiva, desenvolvido durante oficinas de pesquisa interdisciplinar, e que serviu também para a troca de experiências e de aproximação entre as diversas especialidades disciplinares. Realizado entre novembro de 2002 e março de 2003, este diagnóstico representou um momento de confrontação das possibilidades metodológicas das diferentes disciplinas;

4) A **constituição de um referencial teórico e descritivo comuns**: buscando expandir ao máximo as “fronteiras” de cada especialização, ampliar a sociabilidade entre as disciplinas e facilitar o *comércio de idéias*. Nessa etapa, alguns **conceitos integradores** como: “heterogeneidade”, “diversidade”, “reprodução”, “rural”, “ruralidade”, “agricultura familiar” e “desenvolvimento”, dentre outros, foram alvo de discussão e aproximação. Deste fase resultou um texto teórico coletivo, problematizando o rural metropolitano e apontando para um grande problema de pesquisa, posteriormente identificado como o “PROGRAMA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR SOBRE O RURAL DA RMC”.

5) A **definição do recorte espacial das pesquisas de campo coletiva e individual**: Esta definição teve como base o diagnóstico preliminar, a construção teórica coletiva e busca por espaços que fossem capazes de ilustrar (a) heterogeneidade do rural e (b) da agricultura familiar regional. Esta foi uma etapa que implicou uma seqüência de incursões nos municípios da RMC e a realização de dezenas de entrevistas com informantes ligados ao poder público, a sindicatos, conselhos, associações e a outras lideranças comunitárias. Esta etapa da pesquisa se desenrolou entre os meses de fevereiro e março de 2004 e se encerrou com a escolha de 03 municípios e 03 comunidades rurais para aprofundamento dos estudos e a realização das pesquisas de campo, quais sejam: Comunidade de Postinho (Tijucas do Sul), Santo Amaro (Mandirituba) e Mergulhão (São José dos Pinhais).

6) A **pesquisa de campo coletiva** consistiu a sexta etapa dos trabalhos, o que se deu entre os meses de agosto e novembro de 2004 e incluiu 94 famílias de agricultores familiares nas três comunidades. Nesta etapa, tanto a construção do instrumento de pesquisa quanto os trabalhos de campo foram feitos coletivamente por todos os pesquisadores envolvidos. Os objetivos desta fase do trabalho nas comunidades eram: (a) permitir a caracterização social, econômica, cultural e ambiental das comunidades; (b) responder, ainda que de forma preliminar, a alguns dos interesses de pesquisa individual que estivessem em “sombreamento” com os interesses dos demais pesquisadores. Ou seja, essa etapa consistia na exploração das “sociabilidades” concretas entre as diversas áreas e disciplinas envolvidas no trabalho. Por último, essa pesquisa coletiva deveria (c) oferecer os elementos necessários à seleção de amostras estatísticas estratificadas para o desenvolvimento de uma segunda etapa de trabalho de campo, mais qualitativa e específica a cada um dos interesses individuais de pesquisa.

7) A última etapa foi a **pesquisa de campo específica individual**, que se desenrolou entre os meses de outubro e novembro de 2005 e que, novamente, envolveu atores sociais e agricultores familiares nos três municípios e comunidades rurais selecionados, buscando a qualificação de dados e informações bem como o aprofundamento dos temas individuais.

Para utilizarmos uma classificação técnica da pesquisa realizada dizemos, em consonância com Laburthe-Tolra & Warnier (1999), que ela envolveu quatro rubricas: “as que passam pelo **medium** da troca verbal; as que requerem uma instrumentação destinada a obter dados materiais; as que visam recolher uma documentação quantitativa ou histórica; as que, enfim, tentam revelar o não-dito ou o que não se mostra” (p.429-420). Além do recurso de roteiros de entrevistas e do questionário de pesquisa, cabe ressaltar a importância dos documentos escritos fornecidos pelas prefeituras, conselhos e escritórios locais da EMATER, além da própria observação. Em suma, é correto dizer que os resultados da (s) pesquisa (s) combinam livremente as orientações acima. É o que, nos termos expressos por Cândido (2003), implica em recorrer, por um lado, à descrição, ater-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja “todos” os aspectos e, por outro, valer-se de amostras representativas dos grandes números, interessando-se pelas médias em que os indivíduos se dissolvem. O diferencial, no caso aqui exposto, é que todo esse processo foi capaz de garantir socializações e trocas contínuas que só puderam viabilizar-se por se tratar de um trabalho interdisciplinar.

3. A Relação Ambiente e Sociedade no Rural Metropolitano de Curitiba: observações a partir das interfaces entre as Ciências Sociais e as Ciências da Natureza

3.1 O rural na Comunidade Colônia Mergulhão e no Município de São José dos Pinhais

A comunidade Colônia Mergulhão situa-se a 10 Km do centro de São José dos Pinhais e a aproximadamente 20 Km de Curitiba. Ela está totalmente inserida na planície da porção média da bacia hidrográfica do Rio Pequeno, que forma a Área de Proteção Ambiental do Rio Pequeno (Figura 1), um dos mais importantes mananciais de abastecimento da região.

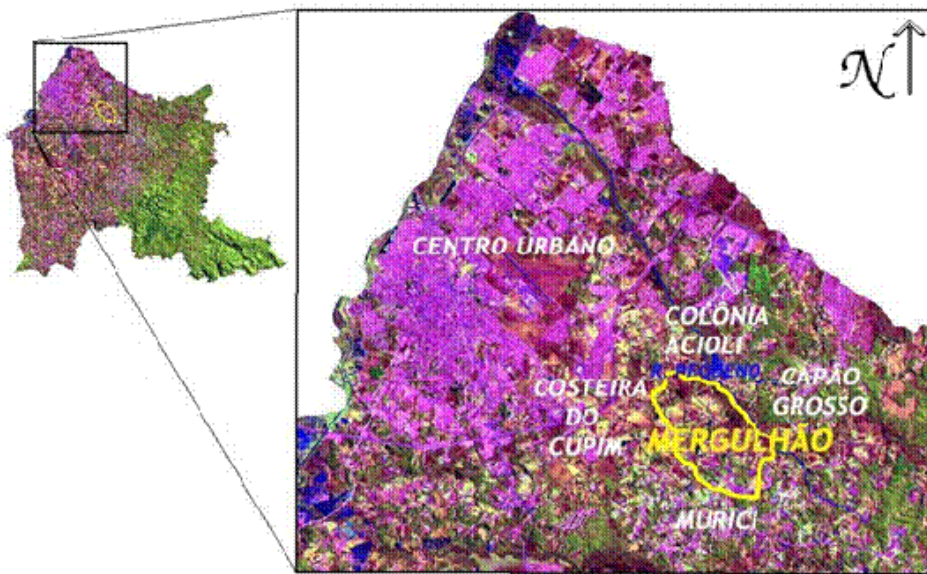


Figura 1. Localização da comunidade Colônia Mergulhão no município de São José dos Pinhais.

Colônia Mergulhão é uma das 60 comunidades rurais de São José dos Pinhais e, segundo informação da Prefeitura do Município, nela moram entre 80 e 100 famílias, sendo aproximadamente 30 famílias de agricultores. A população total da comunidade é estimada em aproximadamente 500 pessoas. Além das famílias de agricultores, a comunidade conta com importante participação de um contingente populacional composto por moradores que trabalham nos centros urbanos mais próximos (São José dos Pinhais e Curitiba), o que é facilitado pela proximidade dos núcleos e a existência de transporte coletivo. Também existem diversas chácaras dedicadas exclusivamente às atividades de lazer (cantinas e cafés coloniais, pesque-pagues, pousadas, etc.).

O núcleo de imigrantes italianos vindos da Região de Vêneto, Norte da Itália, se estabeleceu na região entre 1870 e 1920. Foi a existência dessa herança cultural italiana que inclui ainda alguns hábitos alimentares (produção de vinho, massas, queijos, salames, doces e outros produtos artesanais) que inspirou a criação de uma rota turística rural na comunidade no final dos anos 1990, chamada “Caminho do Vinho”.

Embora nos anos 1970 a comunidade desenvolvesse principalmente a atividade leiteira e a produção de grãos (milho e feijão), atualmente ela ilustra o rural “moderno” ou “peri-urbano” e faz parte do cinturão-verde da metrópole. A evolução e as mudanças nos sistemas agrários (a forma de produzir, o que e como produzir) na comunidade estão relacionadas com a combinação dos seguintes fatores: proximidade dos centros urbanos, origem étnica, relevo plano e solos férteis, assistência técnica e apoio (linhas de crédito) da estrutura pública e privada de produção agropecuária que contribuíram com a adoção de tecnologias da “modernização da agricultura”.

A adoção dessas tecnologias se, por um lado, possibilitou o aumento da escala de produção e comercialização e proporcionou, de forma relativamente homogênea, melhores condições de vida aos agricultores, por outro, levou ao uso intensivo e frequente do solo ao longo do ano, potencializando processos de erosão e contaminação dos recursos naturais.

A produção agrícola leva à forte matrização do meio físico (monoculturas e pastagem) pouca diversidade de produção e de práticas que favorecem a biodiversidade e a conservação do potencial natural, produção voltada para o mercado agrícola. A lógica produtiva sofre forte influência das políticas urbanas por causa da sua proximidade geográfica com o centro urbano de São José dos Pinhais e Curitiba. Pode-se dizer que a infra-estrutura básica (água, luz, esgoto, telefone) é uniformemente distribuída e urbana. Sua relação com o potencial ecológico está no fato de a maior parte da área da comunidade se encontrar na várzea do rio Pequeno e sujeita às suas dinâmicas de inundações e pedogenéticas.

No entanto, na comunidade não se destacam práticas voltadas à conservação, apenas as impostas pela legislação (como a preservação das matas ciliares). A comunidade tem problemas com a fertilidade dos solos, aumento de pragas, mas observa o aumento da biodiversidade local e reclama a melhora da infra-estrutura urbana. As baixas declividades favorecem a instabilidade emergente de fraca a moderada, mas indicam problemas de erosão nas áreas de declive mais acentuado. É a comunidade que tem a menor área de cobertura vegetal entre as três pesquisadas. Porém, resolve seus problemas com os processos morfogenéticos e pedogenéticos com tecnologias mais avançadas (uso de maquinário, pulverizadores, irrigação, etc.).

3.2 A comunidade de Santo Amaro e o município de Mandirituba

A Comunidade de Santo Amaro situa-se a aproximadamente 10 Km da sede do município de Mandirituba e a 60 Km de Curitiba. Está localizada na região centro-oeste do

município e a sudoeste da sede principal (Figura 2). É uma das 33 comunidades rurais do município e nela vivem em aproximadamente 50 famílias, perfazendo um total de 300 pessoas, segundo dados da pesquisa de campo.

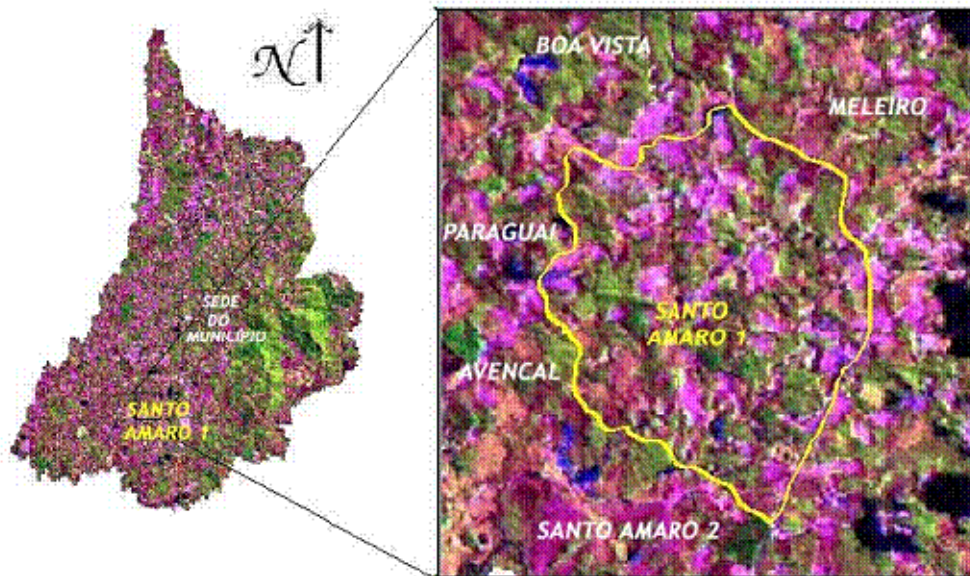


Figura 2. Localização da comunidade de Santo Amaro no município de Mandirituba.

A comunidade de Santo Amaro, onde há predominância de população cabocla, é remanescente de um antigo “faxinal”ⁱⁱⁱ, sistema de produção familiar de gestão coletiva do espaço que entrou em desagregação nas últimas décadas. Semelhante às outras duas comunidades, a atividade agrícola em Santo Amaro nos anos 1970 era baseada na produção de grãos e na criação de pequenos animais. A combinação entre a ação pública local (prefeitura e Emater) e a capacidade organizativa da Comunidade foi determinante para as mudanças ali ocorridas nas últimas décadas. A organização dos agricultores em associações (máquinas e implementos agrícolas em 1990 e produtores de frutíferas em 1970) fortaleceu o poder de comercialização e de adoção de tecnologias modernas na comunidade.

Assim, a evolução e as mudanças nos sistemas agrários relacionam-se principalmente com a relativa proximidade e fácil acesso aos centros urbanos, a heterogeneidade dos seus aspectos físico-naturais (relevo e fertilidade de solos) e sócio-culturais, a assistência técnica e o apoio via crédito. Caracteriza-se como um rural “em modernização”, onde as mudanças ocorridas tanto no uso de tecnologias quanto em relação à integração aos mercados não foram adotadas de maneira generalizada pelos seus

agricultores o que reflete a diversidade de tipos e de condições de produção e de vida das famílias.

A paisagem da comunidade é fortemente marcada pela produção dos sistemas agrícolas, que predominam como fonte de renda familiar. Apesar de apresentar razoável número de práticas (conservação de matas ciliares; proteção as nascentes; diversidade de produção, moderada matrização do meio, etc.), que favorecem a biodiversidade, as práticas de conservação dos solos e dos potenciais hídricos deixam a desejar porque estimulam o uso intensivo com a finalidade de aumentar a produção. Tem boa cobertura vegetal, provavelmente fruto das políticas ambientais do Estado e do estímulo das políticas municipais para a agricultura familiar de pequenas propriedades. Entretanto, a ocorrência de solos suscetíveis a erosão e relevo acentuado (quebrado) associados à baixa utilização de práticas de conservação de solos e uso de produtos químicos indica riscos potenciais de perda de solo e de contaminação das águas, risco que pode ser ampliado pelas atividades das lavadeirasⁱⁱⁱ de olerícolas. A comunidade demonstra percepção de mudanças na biodiversidade e das conseqüências do uso intensivo de insumos químicos e tecnologias nos potenciais e cursos hídricos, na fertilidade do solo e processos erosivos. Mas, por outro lado, também se reconhece que a chegada da tecnologia foi positiva para o aumento da produção e da renda.

Os problemas apresentados pelo desgaste de solos e erosões, conseqüência do uso intensivo das áreas de cultura, do desmatamento e do uso inadequado dos potenciais hídricos são resolvidos pela comunidade com práticas agrícolas tradicionais (curva de nível, rotação de culturas, arado, etc.). Isso porque as culturas estão integradas não aos ciclos naturais, mas principalmente à dinâmica do mercado. Também estão sujeitas às variações climáticas (fortes chuvas, granizo e geada), porém menos que em Postinho (Tijucas do Sul), o que se explica pela presença de tecnologia e assistência técnica fornecida por órgãos institucionais do município.

Igualmente se observa a presença de novas demandas e o aumento da pressão sobre o acesso à terra pela aquisição de chácaras e sítios para descanso e lazer por moradores dos centros urbanos, estimulados principalmente pelo fácil acesso, pela proximidade da serra, pela presença de boa cobertura florestal e pela beleza da paisagem.

3.3 A Comunidade de Postinho e o Município de Tijucas do Sul

A comunidade Postinho está localizada no extremo sul do município de Tijucas do Sul, estando a aproximadamente 25 Km da sede do município e a 70 Km de Curitiba. À leste, limita-se com a comunidade de Piraí e ao sul com a comunidade Rodeio no Estado de

Santa Catarina, cuja divisa é definida pelo rio Negro. À Oeste seu limite é o rio Pirai-guaçú, rio que se estende por toda a porção norte da comunidade, porção na qual o limite é definido pelas áreas de reflorestamento existentes (Figura 3).

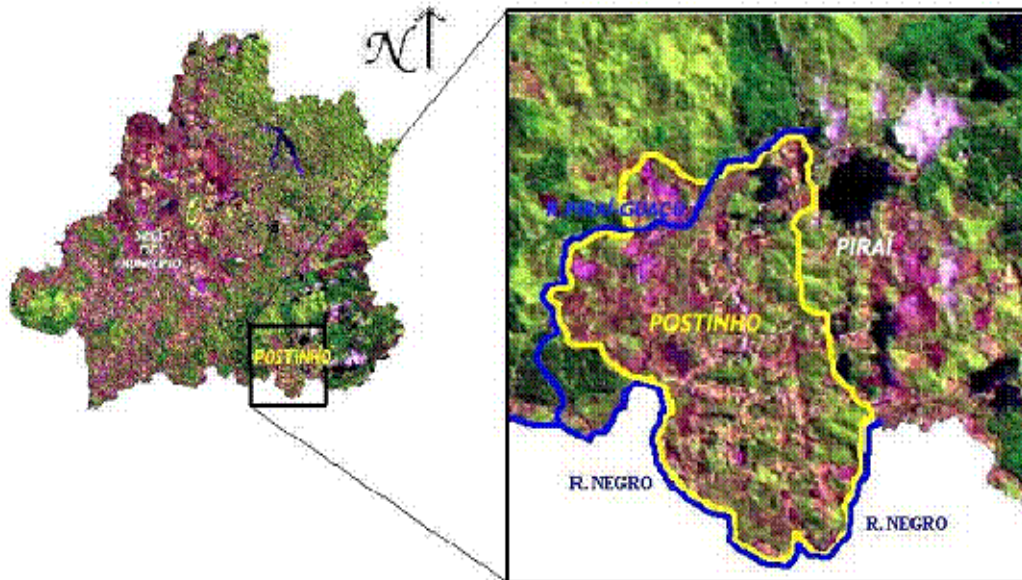


Figura 3 - Localização da comunidade de Postinho no município de Tijucas do Sul.

Também remanescente de um “faxinal” e com predominância de caboclos, a história da comunidade está relacionada ao surgimento do “Caminho dos Ambrósios”, caminho aberto no século XVII com o ciclo da mineração no Sudeste do Brasil e que passou a ser referência aos tropeiros na região. Situada na rota do caminho dos Ambrósios, aos pés da Serra do Quiriri, divisa com o Estado de Santa Catarina, a comunidade herdou seu nome de um antigo posto de fiscalização de fronteira. Atualmente, a estrada que liga a sede de Tijucas do Sul com a comunidade de Postinho é, em parte, a mesma que formava o “Caminho dos Ambrósios”.

A evolução e as mudanças nos sistemas agrários estão relacionadas com a distância e o difícil acesso aos centros urbanos (mercados consumidores), o relevo quebrado e os solos de baixa fertilidade, a ausência de assistência técnica e de apoio via linhas de créditos da estrutura regional pública e/ou privada. Com isso, observa-se baixa utilização de tecnologias (máquinas e insumos químicos) e relações comerciais caracterizadas pela forte dependência de intermediação e precárias condições de produção e de vida.

Postinho ilustra um rural “tradicional” ou “profundo”, com poucas transformações ocorridas nas práticas e técnicas, baixa artificialização do meio cultivado (uso de máquinas e

insumos químicos) e baixa pressão sobre os recursos solo (como compactação) e água (como contaminação).

Com isso, os sistemas agrícolas estão subjugados aos fatores naturais (erosões, desgastes de solo, fortes chuvas, granizo, geadas) devido provavelmente à falta de recursos econômicos. As culturas ainda são as tradicionais (milho, feijão, mandioca e inhame), e a diversidade se dá por motivo de sobrevivência (“planta-se tudo que dá”). Por isso, não há matrização do meio.

A comunidade está sujeita aos problemas de erosão (aos problemas da instabilidade emergente), relacionada com a retirada de cobertura florestal e o declive acentuado aliado à litologia que favorece tais processos. Resolve os problemas com práticas tradicionais (aragem, reviramento do solo, etc.) e é a comunidade cujos sistemas produtivos estão mais à mercê da dinâmica natural. Apesar da política privada à qual é submetida (empresas de reflorestamento, fumageiras e intermediários que comercializam carvão vegetal), possui a maior área de cobertura florestal das três comunidades, boa diversidade de produção, fraca matrização do meio físico, além das práticas que favorecem a biodiversidade e conservação do potencial natural, embora praticamente não existam políticas públicas (de nenhuma esfera) para o setor agrícola e social que cheguem à comunidade.

Apesar dos problemas com infraestrutura viária (sem asfalto), a comunidade é alvo de interesse recente pelo resgate histórico do “Caminho dos Ambrósios” e pela intenção do poder público de criar ali uma rota turística para explorar o potencial associado à beleza da paisagem e aos acidentes geográficos (cascatas, riachos, serras) como indutores de atividades de turismo e lazer. Bônus e ônus de sua condição geográfica e do baixo desenvolvimento das suas atividades agropecuárias, a comunidade é a que mais sofre a pressão da legislação ambiental e as restrições dela resultantes.

4. As Políticas Públicas no Rural na RMC: Multidimensionalidade do Desenvolvimento ou “Parasitismo” de linguagem?

O olhar sobre as políticas públicas que agem sobre os espaços e atores pesquisados envolveu um amplo leque de instrumentos, os quais, pela limitação deste trabalho, não cabem aqui listar. Em síntese, cabe informar que foram analisados a arquitetura e os objetivos de (a) instrumentos da política ambiental das diversas esferas, (b) ações e políticas de desenvolvimento regionais oriundas da COMEC, (c) políticas e ações de desenvolvimento rural das esferas municipal, estadual e federal e ainda (d) outras políticas identificadas como tendo importante ação no âmbito das comunidades (como, por exemplo, políticas de saúde, educação, transportes, etc.).

Conforme já frisamos anteriormente, o debate sobre a relação sociedade e natureza ganhou fôlego nas últimas décadas pela constatação da crise do modelo de desenvolvimento adotado e, no caso da agricultura e do rural, pela incapacidade do mesmo de contemplar a sua diversidade. Nesses termos, a incorporação do adjetivo “sustentável” e as referências ao meio ambiente, ao social e ao cultural se tornaram recorrentes no discurso de uma vasta gama de atores sociais. É a partir deste tipo de referências nos textos e objetivos de políticas e propostas e à luz das pesquisas de campo que tecemos os comentários que se seguem.

Nos instrumentos analisados, geralmente se encontram referências às múltiplas dimensões do desenvolvimento. Reiteradas vezes são elencados objetivos que falam, além da produção agropecuária, na importância da preservação ambiental e dos recursos hídricos (especialmente a água), na preservação dos aspectos socioculturais (capazes de estimular a exploração econômica do espaço via turismo e lazer) e também na a relevância social de manter os mesmos enquanto espaços de produção, emprego e moradia.

Entretanto, no âmbito das comunidades, destacaram-se o caráter “punitivo” e pouco educativo das políticas ambientais e a falta de sintonia destas e de outras políticas de desenvolvimento rural/regional com a realidade das populações e práticas produtivas locais. Vejamos alguns destaques.

Na Colônia Mergulhão, a mais “moderna” dentre as três, observou-se um consenso entre os agricultores pesquisados quanto à diminuição da área de mato e floresta, assim como do volume e da qualidade da água dos córregos e nascentes. No entanto, trata-se de uma comunidade localizada sobre uma APA (Rio Pequeno) que consiste importante manancial de abastecimento de água da região. No que trata das políticas de apoio à produção, a despeito de sua manifesta opção pelo desenvolvimento rural “sustentável” (casos do PRONAF e do Plano de Desenvolvimento Regional da COMEC (2001)), a agricultura praticada nesta comunidade é intensiva na utilização de insumos químicos e, na prática, nenhuma ação parece estar estimulando mudanças. Apesar da evidente tensão entre produção e preservação, reprodução social dos agricultores e novas demandas sobre aquele espaço, várias políticas apenas se apropriam de expressões como “desenvolvimento sustentável”, preservação dos “hábitos e tradições”, garantia da “sobrevivência” dos agricultores familiares sem serem de fato objetivas quando de sua execução. Por exemplo, apesar da pressão pela ocupação do espaço comunitário por outras atividades (turismo, lazer) e para moradia dos “urbanos”, não se identifica um disciplinamento (via políticas) da ocupação do espaço local que seja capaz de compatibilizá-lo com as atividades agropecuárias ali desenvolvidas.

Em Santo Amaro, a própria política de conversão produtiva (na verdade uma combinação de políticas estaduais e federais com forte ação municipal) foi e continua sendo

elemento fomentador do embate produção versus preservação, dado que estimula práticas intensivas e degradantes dos recursos naturais. Nesse caso, a despeito da pressão da política ambiental, também não se verifica grandes novidades na execução das políticas públicas. Ao se apropriar dos termos “preservação” em suas diferentes vertentes (ambiente, hábitos, culturas, modos de vida, patrimônio, etc.) ou do adjetivo “sustentável”, as políticas o fazem mais como um “affaire” de linguagem sem grandes resultados práticos. No caso desta comunidade, a própria desarticulação do “faxinal” (assim como também se deu em Postinho) é bastante ilustrativa. Esse sistema foi sendo progressivamente substituído a partir do final de século passado quando já era razoavelmente forte o debate sobre a preservação ambiental na RMC e, atualmente, vem sendo objeto de estudos do Governo do Estado, com vistas ao seu resgate. Isto porque se passou a reconhecê-lo como uma prática satisfatória de gestão do espaço, capaz de compatibilizar produção e preservação.

Postinho talvez seja o caso mais ilustrativo de um certo “parasitismo” de linguagem que tomou conta dos objetivos de muitas políticas públicas. Trata-se da comunidade mais pobre dentre as pesquisadas, a que possui maior cobertura florestal e aquela cujas práticas apresentam menor pressão sobre a biodiversidade. Ao mesmo tempo, é onde mais se sobressaem os conflitos entre produção x preservação x reprodução dos agricultores. Mesmo algumas práticas tradicionais enfrentam restrições. Contudo, diferente das outras duas comunidades, produção e reprodução das famílias de agricultores não é uma questão resolvida neste espaço.

Do exposto, infere-se que se a política ambiental não consegue dialogar com as diferenças e com a heterogeneidade do rural e da agricultura familiar local (penalizando mais os que já estão mais fragilizados), também não o faz a maior parte das políticas de desenvolvimento rural na região. Estas têm dificuldade tanto de contemplar a diversidade de situações da agricultura familiar e, especialmente, de tratar de forma adequada os aspectos ligados à preservação do ambiente físico e do patrimônio sociocultural dessa agricultura. Muito menos o fazem as políticas de desenvolvimento regional, quer para garantir a produção e a preservação ambiental, quer para garantir a regulamentação da ocupação do espaço que tensiona ainda mais a atividade e a reprodução dos rurais metropolitanos.

Em resumo, observa-se muito mais a apropriação de expressões e da linguagem afeita do debate sobre o desenvolvimento sustentável e às suas múltiplas dimensões (um “parasitismo”) do que uma efetiva mudança de rumo e um diálogo efetivo entre objetivos e práticas das (nas) políticas de apoio à produção, preservação e preservação ambiental.

5. Considerações Finais

Longe de ser exaustivo ou conclusivo, este trabalho apenas buscou trazer um aporte ao debate sobre a realidade do mundo rural brasileiro – reconhecidamente heterogêneo e diverso – e algumas ações de políticas públicas que dele se ocupam. Mais especificamente, apresentou um olhar interdisciplinar sobre o rural metropolitano de Curitiba e sobre a diversidade de situações nele encontradas, com destaque para três estudos de caso ali realizados.

Entende-se que o mérito da pesquisa interdisciplinar realizada, cujos resultados foram muito parcialmente aqui apresentados, é exatamente a capacidade que esta abordagem nos dá de compreender um mesmo objeto, uma mesma realidade, sob diversos ângulos. No caso dessa pesquisa, destacamos tanto alguns elementos mais ligados às Ciências Sociais (casos da produção, da reprodução social, do olhar sobre as políticas públicas, etc.) quanto os mais afeitos às Ciências da Natureza (o ambiente físico, os sistemas de produção, as práticas de conservação, etc.). Mas, longe de tratar das diferenças dessas duas grandes áreas, destacamos as suas interfaces e interligações e as imensas possibilidades de diálogo e trocas que se abrem na investigação do agrícola, do rural e do desenvolvimento a partir de abordagens como essa.

E, em conformidade com os casos aqui apresentados, pudemos salientar que as ações voltadas a esse universo (agrícola, rural) vem incorrendo muito mais num “parasitismo” de linguagem do que numa efetiva apropriação das possibilidades de troca e diálogo resultantes do alargamento das fronteiras exigidas pela emergência e urgência do tratamento adequado da relação ambiente e sociedade.

6. Referências Bibliográficas

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. 10^a. Ed. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLINATA DE CURITIBA (COMEC). **PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001: Documento Síntese para Discussão**. Curitiba, 2001. 79 p.

LABURTHE-TOLRA, Philippe & WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia – Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEGAY, J.M. Méthodes et modèles dans l'étude des systèmes complexes. In: JOLLIVET, Marcel. **Pour une agriculture diversifiée**. Paris: L'Harmattan, 1988.

SANTOS, A.; BERTOTI, LUIZ; QUEIROGA, Joel, CORONA, Hieda; DIAS, Janise B.; SOUZA, Cimone R.; SOUZA, Osmar Tomaz. **Diagnóstico preliminar sobre a Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento-UFPR, março de 2003.

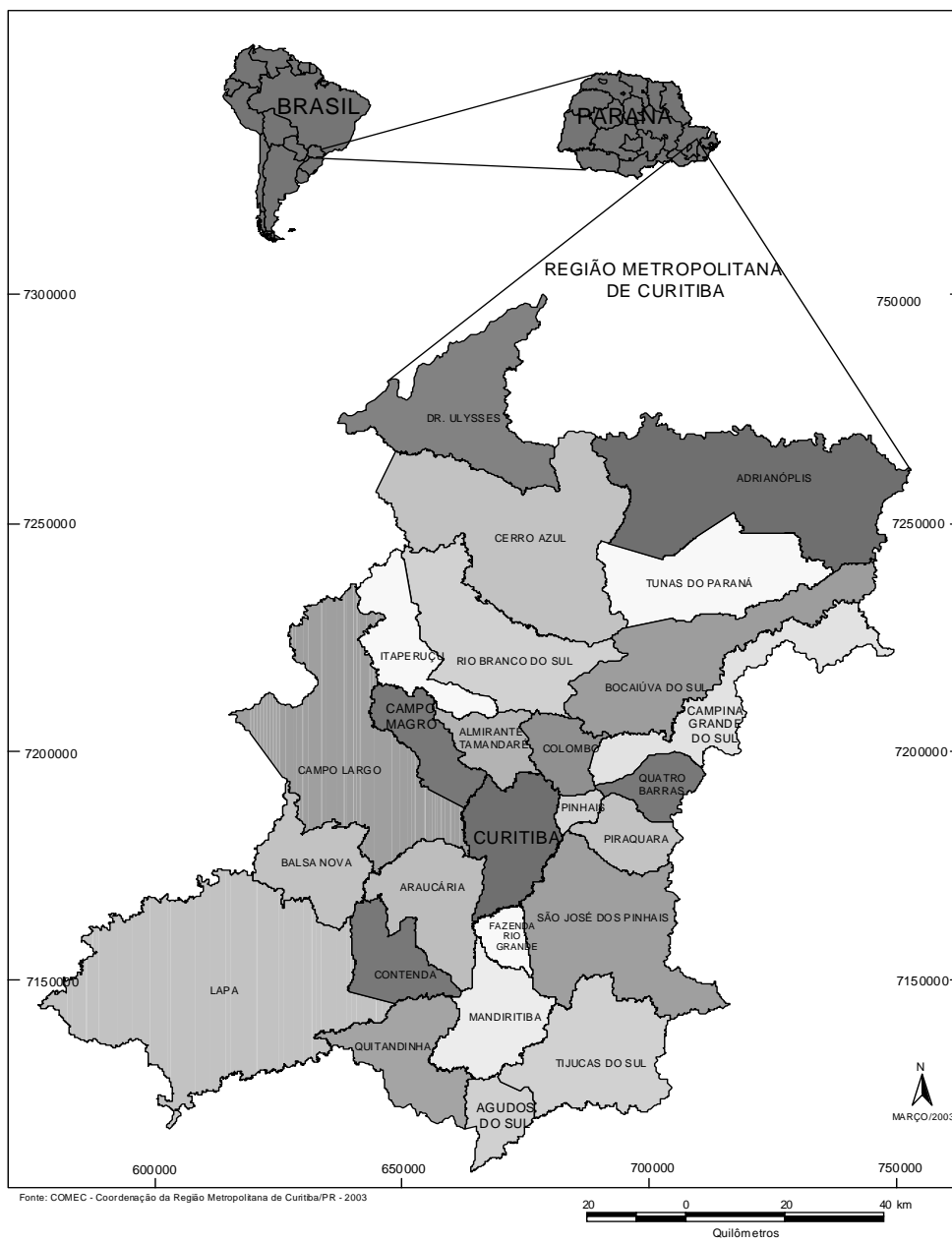
SOUZA, Osmar Tomaz de. **Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento rural em cenários de heterogeneidade socioeconômica e ambiental**. Curitiba: MADE/UFPR, 2006. Tese de doutorado.

ⁱ Estes são os casos dos municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Quitandinha e Tijucas do Sul.

ⁱⁱ O sistema “Faxinal” era dividido em duas áreas: área de criação e área de planta. A área de criação ou o “criador comunitário” era uma forma de organização que se estabelecia entre proprietários da terra para sua utilização comum, englobando as moradias e a criação de animais soltos. A área de planta era separada do criador (uma forma de preservar as lavouras da invasão dos animais) e destinada principalmente à policultura alimentar de subsistência (milho, feijão, arroz, batata e cebola).

ⁱⁱⁱ As Lavadeiras são estruturas existentes na comunidade que realizam a lavagem e a seleção dos produtos antes do envio para a CEASA em Curitiba.

Anexo 1 – Localização da Região Metropolitana de Curitiba (PR)



OS TERRITÓRIOS RURAIS COMO ESPAÇOS DE DISPUTA POR MODELOS ALTERNATIVOS DE OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO: A EXPERIÊNCIA DE 4 ANOS DA REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL.

Marcelo Firpo e Julianna Malerba - Coordenação Geral

Juliana Souza - Coordenação técnica

Janaína Sevá - Consultoria

Isabel Pereira - Secretária RBJA

Sabrina Lopes - Secretária RBJA

Ana Carolina Quintana e Diogo Ferreira da Rocha - Bolsistas PIBIC

1. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi criada em setembro de 2001, quando representantes de movimentos sociais, sindicatos, ongs, entidades ambientalistas, organizações afrodescendentes e indígenas e pesquisadores universitários do Brasil – com a presença de convidados dos EUA, Chile e Uruguai - se reuniram em um *Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania* na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói/RJ¹. As discussões se centraram no fato do modelo de desenvolvimento dominante no Brasil destinar as maiores cargas de danos ambientais às populações socialmente mais vulneráveis - os setores mais pobres e miseráveis da sociedade - refletindo a enorme concentração de poder na apropriação do território e dos recursos naturais que caracteriza a história brasileira.

Por acreditarem que a preocupação ambiental se renova e se expande quando traz para o centro do debate as demandas e direitos das populações pobres e marginalizadas é que, a partir do Colóquio mencionado, foram elaboradas uma série de propostas para inserir o tema da justiça ambiental na agenda política

¹ Ver anexo 1 com a lista de entidades da RBJA.

nacional. Dentre elas estava a criação da **Rede Brasileira de Justiça Ambiental**, cujo objetivo era, através da troca de experiências, informações e campanhas, construir um ator coletivo que aproximasse as lutas sociais e ambientais. O trabalho da Rede, neste sentido, concentra-se na denúncia pública de que a destruição sistemática do meio ambiente acontece predominantemente em locais onde vivem populações discriminadas, sejam elas negras, indígenas, pobres e trabalhadoras. Outra ação importante reside no apoio às lutas destas comunidades para resistir ao processo de degradação das suas condições de vida, ter acesso à terra e aos recursos naturais, manter suas culturas tradicionais e concretizar o seu direito de viver em um meio ambiente digno e sadio (incluindo ar puro, águas limpas, áreas verdes, solos férteis etc.).

2- O Banco Temático da Rede

A construção do Banco é fruto de uma parceria entre a Fiocruz e a FASE, desenvolvida desde o final de 2004, a partir da demanda colocada pelos participantes do I Encontro da RBJA realizado no Rio de Janeiro em outubro deste mesmo ano. O banco pretende dar visibilidade aos conflitos sócio-ambientais e tem como foco os processos políticos de resistência às situações de injustiça ambiental em curso na sociedade, o que inclui inúmeras situações de risco produzidas por atividades econômicas e ações/omissões de governos. O universo documental abrange o período de 2002 a 2007, e permite acompanhar, simultaneamente, o fluxo da informação e a diversidade das fontes que circulam na lista de discussões da RBJA.

Ao longo de quase três anos a equipe do Banco Temático se esforçou para coletar as informações produzidas pelos membros da lista de discussão da RBJA. Documentos como notícias, campanhas e denúncias que circularam entre 2002 e 2006 foram indexados por bolsistas do programa de iniciação científica PIBIC/Fiocruz, e compõem a maior parte do acervo, seguidos de artigos, documentos jurídicos e laudos técnicos.

A primeira fase do projeto envolveu encontros periódicos e uma oficina, em junho de 2005, com o intuito de divulgar e discutir com membros da Rede as categorias e esquemas classificatórios propostos. Ao final, foram definidas quatro classificações temáticas principais que servem como referência de consulta no portal do banco: *atividades geradoras de injustiça ambiental, eixos de luta, experiências, populações e regiões*. O produto principal do banco – um sistema de busca de acervo documental disponível na internet – foi operacionalizado a partir de dois instrumentos básicos: os procedimentos de indexação dos documentos, e a construção de toda a parte informática do projeto, desde o gerenciamento do acervo até o lay-out das páginas de consulta disponíveis na internet.

A segunda fase do projeto foi a avaliação e primeira divulgação do produto desenvolvido por meio de outra oficina, em agosto de 2006, com membros da própria Rede. A partir de então, foram registradas as principais demandas, as potencialidades e os limites a serem superados, tanto em relação ao layout da página, quanto à composição do acervo. Deste modo, buscou-se não somente ajustes operacionais como também a necessidade de aprimorar as discussões sobre tecnologias da informação e estabelecer contatos entre canais de comunicação com outros movimentos sociais.

A terceira e atual fase consiste no término da indexação dos documentos acumulados e na divulgação do banco internamente à Rede e junto às comunidades científica e política as quais está vinculado. Também faz parte desta etapa a incorporação ao acervo de documentos pertinentes ao tema da justiça ambiental, que extrapolam a lista virtual, mas complementam o universo de ação e mobilização políticas dos grupos.

3. Casos e Temas Emblemáticos:

Os casos e temas emblemáticos foram selecionados a partir dos conflitos e temas que se destacaram na lista de discussão da Rede gerando debates e mobilizações. Eles ilustram conflitos sócio-ambientais que vem marcando diversos

territórios, populações, movimentos sociais e ambientais, sendo freqüentemente destacados pela mídia e por diversos veículos de comunicação.

A apresentação dos casos emblemáticos possui duas funções básicas: de um lado revela com mais detalhes as dinâmicas da sociedade, as formas de ação dos movimentos e da própria rede frente aos conflitos, resignificados como situações de injustiça ambiental. De outro contribui para elucidar as características do modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente insustentável que se materializa nos casos em questão. Em tempos de globalização, o modelo econômico brasileiro vem confirmando sua inserção histórica no comércio global via exportação de mercadorias ("*commodities*"), seja através do agronegócio, seja pelos ciclos de mineração e produção de metais como o aço e alumínio. Tais setores, assim como as obras de infra-estrutura em transporte e energia a eles vinculados, representam parcela expressiva de importantes conflitos que são denunciados na Rede.

Freqüentemente através dos investimentos de grandes corporações e das obras em infra-estrutura, os casos revelam as enormes assimetrias de poder entre os que lucram com esses negócios e as populações que sofrem com seus impactos. As instituições públicas e a justiça freqüentemente não cumprem seus papéis legais de defenderem o meio ambiente, a saúde e os direitos humanos das populações atingidas. Muitas das denúncias associadas aos casos refletem as enormes assimetrias no acesso a informação, à justiça e à participação nos processos decisórios que marcam as injustiças ambientais. Ilustram os problemas relacionados ao exercício dos direitos humanos e políticos fundamentais através das políticas públicas, das ações de governo, da legislação, das práticas institucionais, do funcionamento da justiça e dos fóruns decisórios.

Para o relatório global da Rede entre os anos 2002 a 2006, os casos foram agrupados em torno de três grandes eixos temáticos que ilustram as principais contradições do modelo de desenvolvimento no país que geram situações de injustiças ambientais. Os dois primeiros se referem aos dois pólos territoriais: rural/urbano ou campo/cidade. O último discute a ação governamental,

das instituições e fóruns decisórios, e exemplifica algumas experiências e ações coletivas em que a RBJA assumiu um papel fundamental. Para este trabalho será privilegiado o percurso da Rede nos conflitos e temas relatados sobre o território rural.

OS TERRITÓRIOS RURAIS COMO ESPAÇOS DE DISPUTA POR MODELOS ALTERNATIVOS DE OCUPAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO

O território rural ou dos lugares relativamente afastados dos centros urbanos é o espaço que reflete as disputas e tensões entre os diferentes projetos de ocupação, preservação e uso da terra e dos recursos naturais. É o espaço dos territórios indígenas, extrativistas, de quilombolas, pescadores e outras populações tradicionais, as quais cada vez mais se organizam, afirmam suas identidades e atuam na defesa de seus interesses. Os conflitos fundiários e a luta pela reforma agrária também se realiza nestes territórios, eventualmente em disputa com visões ambientalistas restritas que ignoram a dimensão social e os princípios da justiça ambiental. É neles que se encontram os principais ecossistemas em ameaça, como a floresta amazônica, o cerrado, o pantanal, os manguezais, o que ainda restou de mata atlântica, as bacias hidrográficas e as nascentes de seus rios. A luta pela preservação destes territórios tem aproximado algumas entidades ambientalistas para além de uma visão estritamente conservacionista, articulando ecologismo com justiça social e uma visão crítica dos grandes projetos econômicos de desenvolvimento, os quais concentram seus esforços nos benefícios de curto prazo gerados pela exploração dos recursos naturais e da terra. O território rural é também o espaço da reprodução social de grupos tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores tradicionais, geraizeiros, etc) e onde tem emergido propostas alternativas, como agricultura familiar, reforma agrária e agroecologia, através das quais os movimentos sociais buscam reverter os impactos decorrentes do agronegócio e suas monoculturas da soja, eucalipto e cana-de-açúcar. A discussão sobre a discriminação étnica e racial, um

dos bastiões do movimento pela justiça ambiental nos EUA que integrou os movimentos pelos direitos civis às lutas ambientalistas, foi responsável pela criação do Gt Racismo em 2005. Possui como objetivo difundir a noção de que as dimensões da injustiça ambiental também recaem sobre etnias discriminadas historicamente, particularmente indígenas e quilombolas.

Neste sentido, procuramos fazer a análise dos conflitos dos territórios rurais a partir de três grupos de conflito: (i) infra-estrutura e modelo energético de extração mineral, (ii) impactos do agronegócio; e (iii) conflitos fundiários.

(i) Infra estrutura e modelo energético e de extração mineral

A construção de **barragens e hidroelétricas** é alvo de mobilizações dos movimentos sociais que se organizam para apoiar e assessorar famílias atingidas e reassentadas como o MAB (Movimento dos atingidos por barragens); o Gesta (Grupo de estudos sobre temáticas ambientais da UFMG) – e Comissões de atingidos. A seguir indicamos alguns casos importantes discutidos pela Rede.

No ano de 2003 ganha visibilidade a luta contra as barragens de **Murta e Irapé**, em Minas Gerais. O principal elo de articulação com a Rede para a divulgação do conflito é o Gesta. A entidade presta assessoria aos atingidos por meio de denúncias, campanhas e elaboração de laudos técnicos sobre os impactos das barragens na região.

Ao longo de 13 anos, a população atingida se organizou num movimento - batizado de Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé - cuja história de resistência e luta se tornou referência no Estado de Minas Gerais.

Desde 2003 a comissão denuncia indefinição e ocultamento dos conflitos por parte da CEMIG (companhia energética de Minas Gerais) em relação aos acordos sobre terras para reassentamento. Outras denúncias feitas um ano depois aponta para a postura da Companhia energética contra os atingidos na tentativa

de conseguir a licença de operação. Em 2006 o Gesta divulga carta à Rede sobre a não concessão da LO pela CEMIG, fazendo referência à atuação da PR-MPF e da RBJA.

O empreendimento da hidrelétrica de **Campos Novos** resultou num comunicado do MAB, em 2005, informando da denúncia feita pela FASE junto a OEA em relação às violações dos direitos humanos durante a construção, denúncia que também solicita medidas cautelares pelo Estado brasileiro.

Outra ação do MAB foi uma carta ao BID, financiador da obra, denunciando violação dos direitos das famílias atingidas e cerceamento de militantes. Este caso se destacou também pela denúncia de irregularidade na estrutura das obras. Em 2006 a nota do Núcleo Amigos da Terra/Brasil informou do esvaziamento da Barragem de Campos Novos e dos prejuízos causados pelo empreendimento. Questionando a viabilidade deste tipo de financiamento.

Em 2003 é divulgada nota da Radiobrás sobre possível parceria entre a Eletrobrás, IBAMA E MMA sobre a instalação da UHE (Usina Hidrelétrica) de **Belo Monte**: na Amazônia. Referência `a Belo Monte como uma das usinas em pauta e como exemplo de projeto de alto impacto revivido pelo governo Lula. Artigos apontam incapacidade dos governos em aprender com experiências de governos anteriores. Indica discussão pública do projeto como tímido avanço.

Ainda em 2003, uma notícia do JB informa mudança no foco da discussão do governo em relação a Belo Monte. UHE teria tendência a ser descartada em prol da adoção de um complexo de usinas no rio Madeira. Estratégico, pois viabilizaria navegação no rio e aumentaria integração nacional.

Em 2006 é divulgada entrevista com Tarcísio Feitosa, da CPT, sobre o clima de tensão na região de Altamira em relação construção da UHE Belo Monte. Lideranças e empresários locais protestam e mobilizam a opinião pública em favor do projeto.

Rio Madeira

Como parte da campanha “Rio Madeira Vivo”, movimentos sociais tentam alertar para as consequências socioambientais da construção da **hidrelétrica do Rio Madeira** lançando cartilhas e enviando cartas para as entidades da Rede.

Entre os documentos que relatam as audiências públicas em torno deste projeto, a questão central entre os membros da lista foi a declaração do Presidente da República de que índios, quilombolas, ambientalistas e Ministério Público travam o desenvolvimento do País, além de artigo publicado na Carta Maior sobre o processo de consulta a respeito das hidrelétricas da região.

Na mesma linha de discussão sobre que modelo de desenvolvimento deve ser priorizado nos projetos de **infra-estrutura**, podemos resgatar as mobilizações contra a **transposição do Rio São Francisco (2005)**. Podem ser observados três eixos de atuação e discussão nas notícias, nas cartas e campanhas da Rede. O primeiro se refere a iniciativa Bispo Dom Luiz Flavio Cappio, quando em setembro de 2005, em protesto contra a transposição, protagonizou uma greve de fome marcada por uma carta enviada ao presidente Lula. O desdobramento do conflito se deu com a suspensão temporária e estratégica do projeto. No entanto, as expectativas iniciais sobre a disposição governamental ao diálogo foram frustradas logo em seguida e receberam críticas dos participantes da Rede. As notícias iniciais sobre a disposição governamental ao diálogo desapareceram ao longo do dia enterradas em declarações de que o projeto tem cunho social e irá beneficiar populações pobres. Foi elaborado um dossiê sobre o conflito pelos participantes da discussão, onde nos relatos é enfática a divergência entre o discurso do governo – os benefícios sociais - e o que se observa nas prioridades dos elaboradores do projeto, que é a destinação das águas para irrigação.

O segundo movimento da atuação é relativo à crítica dos movimentos sociais sobre o relatório do Banco Mundial, multilaterais ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, o qual cita a possibilidade de ações mais eficientes e de menor custo para garantir a distribuição dos recursos hídricos na região do semi-árido. divulgados pela rede Brasil sobre instituições financeiras O documento

tem caráter confidencial e após algumas análises sobre o impacto econômico e social das obras o relator aconselha repensar o projeto através de iniciativas de menor custo, com aproveitamento de obras já existentes que gerem efeitos de curto e médio prazo. Na dinâmica dos comentários sobre o relatório, os participantes buscaram maiores informações e, através da interferência da Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, buscou-se um posicionamento mais conclusivo do Banco. Em contrapartida, representantes do Banco afirmaram que este é um documento não-oficial, desatualizado e que sua posição foi publicada num artigo no Estado de Minas em Fevereiro de 2005.

O terceiro movimento do conflito é a intervenção dos órgãos públicos em conjunto com o Fórum Permanente em Defesa do São Francisco que consegue liminar cassando a licença prévia do Ibama para o início das obras. Foram incorporados argumentos de inviabilidade do projeto em relação à legislação ambiental e outros, ancorados por dados dos governos estaduais envolvidos de que não existe déficit hídrico nas regiões a serem afetadas pela obra. Entretanto, foram encontrados documentos relativos ao ano de 2006 sobre declarações do governo federal com objetivos de retomar a obra. Atos e acampamentos de movimentos sociais contra transposição marcam então o período pós-eleitoral, mas sem a mobilização efetiva das entidades envolvidas.

As lutas encampadas pelos movimentos sociais e entidades de preservação do Rio São Francisco contra as ameaças de implementação do projeto têm semelhança com um tema pouco debatido na Rede, a **hidrovia Paraná-Uruguai**. Este projeto teve a crítica de movimentos sociais diretamente ligados à preservação no Pantanal. No governo Fernando Henrique foi negociado que as obras não teriam início, porém, no primeiro ano do governo Lula houve a proposta de inclusão do projeto no Plano Plurianual. O primeiro registro documentado na Rede foi em 2003 com o lançamento da carta para o presidente Lula na tentativa de impedir o andamento desta pauta. Posteriormente, são vinculados às ameaças de outros projetos de infra-estrutura no Pantanal. Nos

debates sobre integração regional no âmbito do Mercosul / Bacia do Prata ele aparece em evidência, embora pontualmente.

Estas características suscitam semelhantes análises sobre os impactos sócio-ambientais de grandes setores industriais. Estes impactos levantaram duas questões de fundo, uma delas é o debate, inclusive dos grandes veículos de comunicação sobre a demanda de energia e dos recursos naturais exigidos para a construção e sobre o funcionamento de grandes cadeias produtivas. Concomitantemente, as articulações políticas e o movimento de entidades com suas campanhas traziam à tona os impactos e os danos que esses grandes empreendimentos implicavam para as comunidades atingidas.

Os projetos da cadeia de alumínio e siderurgia tiveram repercussão na Rede em 2003 e apontou os projetos da Albrás Alumínio e extração da bauxita no Pará e Maranhão. Houve ainda o impacto da contaminação do Rio Barcarena no Pará em 2003 e o impacto da destruição cultural dos quilombolas que resistiram contra a CVRD derrubando uma torre de transmissão de energia que abastecia a siderúrgica.

Em 2003 já se anuncia a proposta de instalação de um complexo siderúrgico no Maranhão. Dois anos depois foi realizada uma missão de investigação da Plataforma Dhesca (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) para apurar a possibilidade de violações de direitos humanos no processo de construção da siderúrgica. Um dos pontos mais relevantes na conclusão do relatório preliminar dos grupos é que há um forte engajamento das diversas esferas de governo (municipal, estadual e federal) para viabilizar a instalação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís. Segundo o [relatório](#) *as posturas governamentais incluem promover reformas legais e apressar procedimentos administrativos para, dessa forma, criar as condições necessárias à realização do empreendimento mesmo que isso signifique violar ou aceitar violações de direitos humanos e ferir princípios*

constitucionais da Administração Pública como os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, como se verá a seguir.

Outro projeto foi a instalação das usinas de álcool no Pantanal onde o foco é a ação de grupos ambientalistas pela preservação da região. São campanhas e cartas de repúdio, especialmente, do Fórum de Defesa do Pantanal e outras entidades que questionam a legalidade de decreto do governador do MS, autorizando a instalação de usinas na região em 2003. O ponto extremo da luta aconteceu com a iniciativa de alto impacto e repercussão cometido pelo ambientalista Francisco Ancelmo que sacrificou a própria vida, culminando com o arquivamento do projeto por parte do MP e movimentos sociais em 2005.

Existe uma outra característica nos projetos de grandes empreendimentos que pode se referir particularmente para a atuação da Petrobrás, associando-a como Duplo Padrão em função da postura da estatal frente à legislação ambiental, que não permite empreendimentos em parques e áreas protegidas no Brasil. Entretanto, impedida de atuar nessas áreas, o faz em países onde a legislação é mais permissiva. Em julho de 2005, o Ministério do Meio Ambiente do Equador suspendeu a licença ambiental para a exploração da área, concedida à Petrobras no governo anterior, de Lucio Gutiérrez. Existe um documento de agosto do mesmo ano dizendo que o governo do Brasil estava pressionando o do Equador para que este liberasse a licença ambiental. A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, por meio do Projeto Brasil Sustentável e Democrático, lançou em 2006 o livro denúncia *Petrobras: integración o explotación?* (Petrobras: integração ou exploração?). A idéia do livro surgiu com as denúncias recebidas pela Rede. Movimentos sociais equatorianos revelaram que a Petrobras vinha causando danos ao ambiente e às populações locais com atividades de exploração de petróleo. As organizações temiam também a pretensão da empresa em atuar no Parque Nacional Yasuni, onde há uma reserva do povo indígena Huaorani.

No que concerne aos instrumentos de decisão, influência e coação, definidos aqui tanto como os mecanismos formais de deliberação e implementação de políticas públicas e demais instâncias de governo que são influenciados por lobbies de setores econômicos, empresas e proprietários de terras, quanto os mecanismos de pressão – inclusive através de ameaças e violência – visando dificultar o avanço da mobilização social em diversos casos aqui relatados.

Na Rede são frequentemente divulgadas informações sobre os crimes, ameaças e violência contra militantes, seja em relação aos grandes projetos, como mencionados acima, seja aqueles advindos dos conflitos fundiários e da resistência dos atores em situações diversas. São encontradas violações aos direitos indígenas, de moradores e trabalhadores contaminados por parte de corporações e instituições governamentais, assim como alianças entre estes.

Alguns conflitos específicos fornecem elementos para discutir estes processos de decisão como o licenciamento e a adequação ambiental.

O licenciamento de hidroelétricas, por exemplo, envolveu debates entre instituições de setores energéticos, o Ibama e movimentos sociais em 2003. Uma das críticas levantadas, é que neste processo os estudos técnicos são deixados para as empresas interessadas em explorar as bacias. Os conflitos gerados pelo descompasso entre os interesses do empreendedores e das comunidades atingidas são deixados de lado. O licenciamento torna-se então uma ação de flexibilizações legislativas como, por exemplo, medidas compensatórias e termos de compromisso.

Uma das maiores ameaças ao patrimônio socioambiental é o projeto de construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape. Estudo de inventário hidrelétrico aprovado pela Eletrobrás previa a construção de quatro barragens (Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal). No entanto, se construídas, inundariam permanentemente uma área de aproximadamente 11 mil hectares, incluindo aí áreas cobertas com importantes maciços de mata atlântica e terras ocupadas por

pequenos agricultores. O licenciamento foi negado pelo Ibama em 2003 alegando falhas no Eia- Rima e estudos desatualizados.

A siderúrgica Vega do Sul (2003) contou com a iniciativa de grupos e movimentos preservacionistas ao ingressar com Ação Civil Pública com pedido liminar para esclarecer pontos obscuros e falta de transparência no processo de licenciamento do empreendimento, que segundo informantes da Rede, ocorreu antes de qualquer estudo. Houve ainda práticas de associação de lideranças locais para burlar a legislação ambiental.

As atuações de entidades governamentais são relatadas em campanhas de entidades, seja por exigências pela agilização das demandas, seja nos protestos contra omissão em situações de urgência. Outros também indicam a atuação de comissões de direitos humanos da câmara dos deputados em terras indígenas e articulações internacionais como a importação de pneus, e o caso mais recente da posição do Brasil sobre a rotulagem de transgênicos. Em 2002 se destaca a Terra indígena Raposa Serra do Sol e as apelações de senadores contra sua homologação.

Portanto, apesar das inúmeras formas de mobilizações e a ampliação de canais institucionais para sua participação no controle social do estado desde o fim da ditadura militar, verifica-se a permanência de uma contradição estrutural na sociedade brasileira, onde a postura autoritária do estado é ancorada pelo apoio dos setores mais conservadores, como pode ser verificada na pesquisa pela categoria 'eixos de luta' no Banco Temático.

(ii) Agronegócio.

A Monocultura do Eucalipto, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e outros impactos do agronegócio

Nesse subgrupo as análises da Rede estão marcadas pelo debate sobre racismo ambiental. A dimensão da discriminação étnica incide no histórico de conflitos vivenciados entre os indígenas Tupiniquim e Guarani e a empresa Aracruz Celulose (ES). Os indígenas, apoiados pela Fase ES e membros da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, mobilizaram diversas campanhas difundidas na RBJA incluindo aquelas produzidas durante seminários e em situações de ocupação e reintegração de posse. Em propaganda no site da empresa, em outubro de 2006, foram publicadas declarações de que as populações indígenas seriam “supostos índios”, além de terem se utilizado de uma fotografia de uma liderança indígena para ilustrar sua tese. A Comissão Tupiniquim e Guarani apresenta ao MPF Ação Civil Pública e Ação Penal contra Aracruz Celulose por danos morais coletivos e violação ao direito à imagem. É proposta na Rede uma divulgação para listas internacionais e são recolhidas assinaturas contra a campanha racista da corporação, já que foi constatada que a estratégia da empresa é de difamação contra a identidade dos povos indígenas através da mídia e junto à sociedade civil em geral.

Existem outros casos de racismo ambiental que envolvem violência, prática e omissões de órgãos governamentais, atividades produtivas como garimpo e a resistência aos **impactos do agronegócio**. Este último em especial repercute na Rede através de denúncias sobre os efeitos devastadores dos monocultivos para o meio ambiente e para o tímido avanço da reforma agrária. Os casos mais difundidos são sobre a soja no cerrado e no centro-oeste (2002), eucalipto e celulose e carnicultura no Ceará e Bahia.

A área do Baixo Parnaíba, devastada pelo avanço da sojicultura, compreende mais ou menos dez municípios do estado do Maranhão. As denúncias que chegam da região são de que o arranjo entre antigos proprietários e agregados que havia antes da chegada da soja vem sendo desfeito pelos novos

proprietários, que ao chegar desmatam toda área coberta para o plantio da monocultura.

A campanha de iniciativa do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais de São Raimundo das Mangabeiras – MA em 2003, além de apresentar as investidas das famílias junto com o STTR ao INCRA-MA, denuncia o estado de descaso e abandono dessas autoridades em detrimento a uma possível compra da área por sojeiros do Sudeste do País. Em 2005, A morte de 15 trabalhadores rurais em decorrência dos agrotóxicos utilizados no plantio de soja na região dos Cerrados Piauienses foi denunciada pela Fetag-PI à Delegacia Regional do Trabalho. Segundo fontes advindas da participação ~~da~~ na lista da Rede e que fez a denúncia pública da situação, o governo do estado é o principal defensor do processo que se dá na região e tenta mostrar que a morte dos trabalhadores rurais não foi por envenenamento com agrotóxico nas fazendas de soja.

Em 2006 foi lançada campanha de posicionamento da Fase sobre as monoculturas. O documento é emblemático já que nele a entidade expõe os principais problemas relacionados à esta prática ao mesmo tempo que propõe alternativas a este modelo, como a agricultura agroecológica.

Nesta discussão destaca-se a dimensão de gênero. Com a chegada das plantações de eucalipto da fábrica da Aracruz, no Espírito Santo, as mulheres, como os demais habitantes da região, viveram mudanças na organização do seu território e do seu lugar na comunidade. A iniciativa das mulheres ao ocupar a fábrica da Aracruz celulose no RS, e a divulgação de cartilhas “As mulheres e o eucalipto”, em articulação com a Via Campesina em 2006 foram exemplos emblemáticos de repercussão na Rede.

A ação do Deserto Verde pela Aracruz constitui-se em atividades de desmatamento e plantação de eucalipto para a cadeia de produção de celulose, ao mesmo tempo em que expulsa comunidades que trabalham e vivem do sustento dos recursos oferecidos pela vegetação nativa. Soma-se a isso uma estratégia particular da empresa ao lançar mão do marketing para a conquista da opinião pública, inclusive contra as populações afetadas, particularmente na

atuação da Aracruz Celulose. A empresa está instalada no Espírito Santo e no RS e sua atuação foi mapeada a partir de documentos do tipo denúncias e campanhas; ao lado do amianto e da Petrobras é o conflito mais extenso e difundido somando-se 16 campanhas. Observa-se formas de articulação com os governos locais e seus mecanismos de justificação política: emprego, geração de renda e desenvolvimento.

No âmbito das experiências que viabilizem condições para a justiça ambiental podemos eleger projetos de desenvolvimento alternativos, como as atividades extrativistas, as experiências de povos tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu e projetos de agroecologia. Projetos agroecológicos aparecem na Rede por meio de cartas coletivas resultantes de encontros de movimentos expondo as principais demandas para desenvolver a agroecologia como paradigma de sustentabilidade. A citada carta de posicionamento da Fase sobre as monoculturas (2006) com propostas a este modelo é emblemático.

(iii) Conflitos Fundiários

Neste caso o processo de reconhecimento, demarcação e homologação de terras indígenas também abarca, assim como no *agronegócio*, toda a dimensão do conceito de racismo ambiental, a exemplo da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em 2002, o Conselho Indígena de Roraima divulga nota da audiência pública que dá reconhecimento permanente da TI aos índios, o que significa a continuidade dos esforços durante os anos seguintes, por meio de campanhas internacionais pela homologação e principalmente contra a violência e impunidade. São relatados coações e assassinatos contra os líderes indígenas. Observou-se que a demora e indefinição do governo brasileiro na homologação favoreceram o retorno de garimpeiros para a Raposa Serra do Sol, após um período de mais de cinco anos em que a área ficou praticamente livre dessa atividade ilegal.

Temos outro exemplo racismo ambiental e conflito fundiário envolvendo índios e garimpeiros. A situação dos indígenas Cinta-Larga contra a violência praticada pelos garimpeiros em Rondônia pode ser resgatada desde o início da trajetória da Rede. Os indígenas Cinta-Larga, que ocupam a terra indígena Roosevelt, foi constantemente divulgado sob a ação do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (DhESC), uma iniciativa da Plataforma DhESC Brasil e pelo ISA (Instituto socioambiental). Em 2003, sob informações da relatoria, circulou na Rede moção a favor das populações indígenas ameaçadas de re-invasão de suas terras pelos garimpeiros. Os índios, constrangidos, ficam vulneráveis a aceitarem acordos lesivos e se submetem aos interesses de empresários da mineração e contrabandistas. Isso faz com que recomece, com grande força, a pressão do entorno de atravessadores, compradores e traficantes que atuam expressivamente no mercado ilegal de diamantes.

A tensão advinda de interesses conflitantes é manipulada no sentido desfavorável aos índios, fomentando-se o preconceito e discriminação contra eles. Em Abril de 2004, garimpeiros são encontrados mortos na floresta, na região do garimpo. Na mesma época o ISA lança um relatório sobre o histórico do conflito e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental retoma o debate e a campanha lançada em novembro de 2003, com incremento das assinaturas e apoio dos membros da lista.

Outro caso de discriminação étnica envolve as comunidades quilombolas da Marambaia (RJ). Em 2006 Koinonia entrou em contato com a Rede para comunicar a situação atual do quilombo. Famílias de ex-escravos moram na Ilha desde a abolição da escravatura, e apesar da comunidade ser reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo, ainda não teve suas terras demarcadas. A Koinonia, em articulação com a RBJA explica os dois tipos de estratégia que são usados na tentativa de expulsão dos quilombolas pela Marinha, que ocupa parte da ilha com um centro de treinamento militar: uma estratégia “fria”, que envolve proibições e uma série de intervenções não-oficiais que tornam a vida das comunidades “insuportável” provocando a saída de famílias, sendo que

muitas foram morar em áreas urbanas periféricas. E uma estratégia “quente”: movimentações claramente voltadas para a expulsão dos quilombolas, como ações de reintegração de posse contra os habitantes, classificados como “invasores”. Para justificar essa classificação, a Marinha e seus partidários, como o prefeito César Maia, lançam mão de um discurso que corrobora o racismo ambiental ao argumentar com o perigo de “favelização” da ilha ao serem regularizadas as terras quilombolas.

Também mapeamos o impacto gerado pela carcinicultura. No ano de 2005 foi divulgada carta dirigida às entidades da Rede a fim de solicitar apoio à luta pela implementação da moratória ao licenciamento de empreendimentos de carcinicultura no Brasil. Em caravelas, seu estuário é utilizado diretamente por centenas de famílias de catadores de caranguejo, pescadores e marisqueiros(as), incluindo uma área de remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais ribeirinhas. Em 2006, foi concedida liminar determinando que sejam suspensas todas as fases do processo de licenciamento ambiental do empreendimento de carcinicultura na Região.

Contudo, no Ceará, a chegada de novos empreendimentos no litoral mobilizou as comunidades costeiras e o fortalecimento delas culminou na troca de experiências sistematizadas na "Carta de Fortaleza dos Povos das Águas". Este documento representa a visão coletiva de sujeitos que, a partir de suas vivências e experiências, se posicionam em relação aos projetos de desenvolvimento na zona costeira do Ceará. São repassadas na Rede notícias e denúncias sobre o agravamento da situação das comunidades afetadas.

Observa-se que a sustentação e manutenção do agronegócio são feitas por meio de alianças entre instituições governamentais e proprietários de terras. Além disso, a legitimação da expansão de monoculturas de eucalipto encontra respaldo em certificações florestais sem a contribuição coletiva de Ongs e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSERALD, Henri (org). Conflitos Ambientais no Brasil. RJ: Relume-Dumará, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. RJ: Bertrand Brasil, 2005 (8ª edição).

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France, 02/12/1970. Ed. Loyola: São Paulo, 2006 (13ª ed.).

GUINZBURG, Carlo, Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo, Companhia das Letras, 1986

SEMINÁRIO Quando o campo é o arquivo. Etnografias, histórias e outras memórias guardadas. CPDOC/FGV e LAH/UFRJ, Rio de Janeiro, novembro de 2004. Celso Castro e Olívia Cunha (orgs).

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. O Papel do Termo de Ajustamento de Conduta no Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas. In: III Encontro da ANPPAS, Brasília, 2006.

ANEXO 1:

Banco Temático

Classificação

Classificação 1: Atividades geradoras de injustiça ambiental: Inclui as principais atividades e situações geradoras de riscos e conflitos entre populações, trabalhadores/as, entidades, governo, empresas e setores econômicos.

Categoria

Atividades de produção agrícola e animal

Atividades pesqueiras e carcinicultura

Madeireiras

Monocultura, agrotóxicos e transgênicos

Outras

Atividades de extração mineral e produção industrial

Indústria química e do petróleo

Mineração, garimpos e siderurgia

Outras

Atividades de infraestrutura e produção de energia

Barragens e hidrelétricas

Hidroviás, rodovias, gasodutos

Energia e radiações nucleares

Termoelétricas

Outras

Situações relacionadas a descarte de rejeitos e poluição

Acidentes químicos ambientais
Contaminação por substâncias perigosas
Lixo e resíduos industriais
Outras

Atuação das instituições governamentais e da justiça

Políticas públicas e legislação ambiental
Atuação de entidades governamentais
Atuação da Justiça e do Ministério Público
Outras

Preservação ambiental e recursos hídricos

Implantação de áreas protegidas
Usos e poluição da água
Outras

Classificação 2: Eixos de luta: Ações e mobilizações de entidades e grupos organizados em torno de conflitos socioambientais visando articular e implementar a luta na direção da justiça ambiental.

Categoria

Banimento e outras formas de combate às atividades de risco
Biopirataria
Luta contra grandes corporações
Luta contra monocultura do eucalipto e da soja
Luta contra o racismo ambiental
Luta contra o trabalho escravo
Luta contra transferências de riscos
Luta dos/as expostos/as e contaminados/as por substâncias perigosas
Luta pela moradia e saneamento
Luta pela terra
Movimentos de atingidos por barragens

Movimentos de mulheres

Preservação ambiental

Classificação 3: Populações envolvidas e atingidas: Grupos populacionais envolvidos em situações de justiça e injustiça ambiental.

Categoria

Crianças

Mulheres

Populações indígenas

Populações litorâneas e ribeirinhas (pescadores/as e caiçaras)

Populações urbanas

Quilombolas

Trabalhadores/as e populações rurais

Trabalhadores/as extrativistas

Trabalhadores/as industriais e urbanos/as

Classificação 4: Regiões: Os documentos do banco estão relacionados com suas regiões administrativas.

Categoria

Internacional América Latina

Internacional outros

Nacional

Região Centro-Oeste

Região Nordeste

Região Norte

Região Sudeste

Região Sul

Classificação 5: Experiências: Ações e mobilizações propositivas de entidades e grupos em torno de conflitos socioambientais, voltadas a dar visibilidade e implementar experiências na direção da justiça ambiental.

Categorias

Ações judiciais vitoriosas

Arte e cultura

Articulações internacionais

Cooperativismo popular e autogestão

Demarcação de terras (indígenas, extrativistas e quilombolas)

Direitos humanos

Educação ambiental

Energias alternativas

Produção agrícola familiar

Reassentamentos e auto-assentamentos

Reciclagem

Sistemas agroecológicos ou agroflorestais

Turismo comunitário

Busca por palavras-chave: Agentes, autores/as, substâncias perigosas e outros tipos de riscos, datas e períodos históricos, localização (UF, municípios, localidades), entidades da Rede, empresas envolvidas e título do documento. A inclusão da busca por palavras-chave no sistema permite indexar os documentos em tipificações que as classificações anteriores não abrangem.

PESCA ARTESANAL, ETNOBIOLOGIA E ETNOICTIOLOGIA NA COLÔNIA DE PESCADORES SÃO PEDRO (Z3), PELOTAS, RS.

Stella Maris Nunes Pieve - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
stellapieve@gmail.com

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Resumo

Foi realizado um estudo sobre pesca artesanal, etnobiologia e etnoictiologia na Colônia de Pescadores São Pedro (Z3), Pelotas, RS. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas acerca do uso, manejo e conhecimento ecológico local acerca dos pescados utilizados com 22 pescadores e 1 pescadora da comunidade. Os resultados revelam que estes possuem uma etnotaxonomia própria e relacionam seus conhecimentos ecológicos com o manejo do pescado, além de se alimentarem e comercializarem peixes e crustáceos para sua subsistência.

Palavras-chave: pesca artesanal, conhecimento ecológico local, conhecimento tradicional, etnobiologia, etnoictiologia.

1 Introdução

As interações entre as populações humanas e os recursos naturais são objetos de estudo da ecologia humana (Begossi, 2004: 13) e seus vários campos, dentre eles a etnobiologia (Begossi, 2004: 19). A etnobiologia enfoca, especialmente, os modo de conhecimento e o manejo de recursos pelas populações estudadas (Begossi *et al.* 2002: 95) e, por este motivo, divide-se em outros ramos como a etnobotânica, a etnozootologia, etnoictiologia, etnopedologia entre outros.

Etnoictiologia é o ramo da biologia que estuda a classificação, o conhecimento e o uso dos peixes pelas populações humanas (Begossi *et al.* 2002: 99). Estudos com este enfoque, ainda são raros no Brasil, entretanto podem contribuir de diversas maneiras para estudos de ecologia de pesqueiros e manejos de pesca, sem contar a valorização cultural destas comunidades (Silvano, 2004: 189, 193).

Em 2004, Silvano e Begossi compararam o conhecimento ecológico local de *Pomatomus saltatrix* (Pomatomidae) no Brasil e na Austrália, em 2006, Silvano *et al.* estudaram o conhecimento local sobre migração e reprodução de peixes da costa do

sudeste brasileiro. Já Mourão e Nordi (2006) abordam, etnoecologicamente, o conhecimento e a percepção dos pescadores artesanais do estuário de Mamanguape (PA) acerca dos peixes por eles conhecidos.

A colônia de pescadores São Pedro (Z3) encontra-se às margens da Lagoa dos Patos e tira, principalmente, da pesca sua subsistência, sendo desta maneira, necessários estudos que resgatem e valorizem o conhecimento destes pescadores.

2 Objetivos

O presente trabalho tem o objetivo de resgatar o conhecimento tradicional, ou seja, o conhecimento ecológico local, dos pescadores artesanais da colônia São Pedro (Z3), Pelotas, RS acerca dos recursos pesqueiros - peixes e crustáceos - por eles utilizados. Dentre estes, serão identificadas as etnoespécies conhecidas/citadas, etologia e habitat, técnicas e épocas de captura e formas de uso, tais como, alimentação e comercialização.

3 Material e Método

A colônia de pescadores São Pedro (Z3) localiza-se às margens do estuário da Lagoa dos Patos, na cidade de Pelotas, RS. Esta Lagoa, no extremo sul do Brasil, tem uma superfície de 10.227Km onde 971Km² são áreas estuarinas. As visitas à colônia, foram de agosto de 2006 a janeiro de 2007, totalizando 5 meses de coleta de dados.

A técnica utilizada foi o *snowball sampling* (Biernacki e Waldorf, 1981), também conhecido como cadeia de informantes ou técnica bola-de-neve (Penrod, 2003: 101; 102).

Para o levantamento de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada, já que, segundo Begossi *et al.* (1999¹; 2001²) e Silvano (1997³) *apud* Silvano (2004: 195) perguntas efetuadas na mesma ordem para todos entrevistados fornecem informações básicas e gerais sobre a pesca e utilização do pescado de forma rápida e sem prejuízos.

O roteiro de entrevista etnoictiológico inclui questões sobre o nome dos peixes e crustáceos utilizados por estes pescadores, se é de água doce ou água salgada, habitat

¹ BEGOSSI, A.; SILVANO, R.A.M.; AMARAL, B.D.; OYAKAWA, O.T. Use of local resources by fishers and hunters in an extractive reserve (Upper Juruá, Acre, Brazil). *Environment, Development and Sustainability*, 1: 73-93, 1999.

² BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; PERONI, N. Knowledge and use of biodiversity in Brazilian hot spots. *Environment, Development and Sustainability*. 2: 177-193. 2001.

³ SILVANO, R.A.M. Ecologia das comunidades de pescadores do rio Piracicaba (SP). Dissertação de Mestrado, Instituto de Biologia, Unicamp, Campinas. 1997.

(superfície, meio ou fundo da água), onde ele é pescado, como é pescado, se o pescador se alimenta deste peixe e como prefere prepará-lo. Para tabulação e análise dos dados foi utilizado o pacote estatístico SPSS.

4 Referencial Teórico

A etnozoologia é a área da etnobiologia que estuda o conhecimento dos homens sobre os animais e também os usos da fauna pelo homem (Bahuchet, 1992⁴ *apud* Costa-Neto, 2002: 562). A etnoictiologia é um ramo da etnozoologia, sendo desta forma, responsável pelo conhecimento e usos dos homens sobre os peixes.

Costa-Neto *et al.* (2002) em uma comunidade pesqueira de Barra (BA), região do médio São Francisco, investigou o conhecimento ictiológico tradicional de homens e mulheres sob aspectos diferentes. Os homens foram questionados sobre etnotaxonomia, reprodução, comportamento, ecologia trófica e habitat das espécies locais e, as mulheres sobre aspectos culturais das relações com os peixes, restrições de consumo e usos medicinais dos mesmos.

Souza (2004) pesquisou no Vale do Ribeira a pesca artesanal, técnicas de pesca, importância da atividade, pontos e variáveis de pesca, bem como a etnoictiologia caiçara, épocas de reprodução e descrição dos peixes, habitat, técnicas de captura etc. Sem contar o levantamento sobre a pesca esportiva feito no mesmo local.

Silva (1990) retrata 45 anos de atividade pesqueira no Rio Grande do Sul, focando o estuário da Lagoa dos Patos, de 1945 a 1989. Visto um amplo declínio da atividade a partir dos anos 70, o autor procura identificar suas principais causas, usando como base estudos sobre a legislação, o histórico e as áreas de pesca artesanal, bem como a descrição dos recursos pesqueiros e das técnicas de pesca.

Na região do Parque Estadual de Itapuã, RS, colônia de pescadores Z4 e também Lagoa dos Patos, Brutto (2001), pesquisou a produção pesqueira, os conhecimentos e usos destes recursos e espaços, e o modo de vida desses pescadores artesanais. Foram estudadas três comunidades - Vila de Itapuã, Varzinha do Jacaré e Praia da Pedreira -, além de técnicas de pesca, comercialização do pescado, dinâmicas do ecossistema, peixes conhecidos, fauna acompanhante, e legislação e recomendações de manejo.

⁴ BAHUCHET, S. Esquisse de l'ethnoichthyologie des Yasa du Cameroun. *Anthropos*, Fribourg, v.87, p. 511-520. 1992.

O estuário da Lagoa dos Patos é um importante ecossistema existente no extremo sul do Brasil. A sua principal característica é a interação entre o ambiente estuarino e marinho provocando uma ligação entre os organismos vivos existentes em ambos ecossistemas e entre os fatores abióticos responsáveis por este evento (Abreu e Castello, 1998: 199).

Odebrecht (2003) compilou e traduziu o artigo “Die Lagoa dos Patos”, 1885, do naturalista Hermann Von Ihering que morando 11 meses do ano de 1884 em Rio Grande fez um estudo sobre o local. Neste estudo, von Ihering aborda aspectos da dinâmica do ecossistema, ictiofauna e fauna acompanhante, fitoplâncton encontrado, além de descrever a atividade pesqueira e os principais peixes comercializados na época.

Vieira *et al.* (1998) investigou a ocupação espacial da ictiofauna no estuário da Lagoa dos Patos e seus estratos preferenciais da coluna de água, bem como classificou estes peixes quanto sua utilização do estuário e descreveu suas relações tróficas e estruturais. Fischer *et al.* (2004), prepararam um guia de identificação dos peixes ósseos do estuário da Lagoa dos Patos e zona costeira adjacente. Neste, foram descritas 60 espécies de 28 famílias diferentes sob os seguintes aspectos: características taxonômicas e morfológicas, distribuição, ecologia e pesca com os nomes científicos e comuns em português, inglês e espanhol.

Holz (2001) analisou o cultivo de camarão rosa em Rio Grande e São José do Norte, comparando os custos da produção pesqueira e esta alternativa, o que tornou necessário um estudo sobre a biologia da espécie. Olivier *et al.* (2006) na Lagoa dos Patos pesquisou a dieta do siri azul *Callinectes sapidus* visando caracterizar suas relações tróficas com comunidades bentônicas da região, bem como proteção e conservação da espécie.

Para outras comparações entre literatura científica e conhecimento popular, foram utilizados o *site* www.fishbase.org.

5 Resultados e Discussão

No presente estudo foram entrevistados 22 pescadores, sendo 21 homens e 1 mulher.

5.1 Etnotaxonomia

Foram citadas 11 espécies de peixes de água salgada, ou seja, estuarinos ou marinhos (Tab. 1), 8 espécies de peixes de água doce (Tab. 2) e 2 espécies de crustáceos, 1 de camarão e 1 de siri (Tab. 3).

Peixes de água salgada	
Nome Popular	Nome Científico
Raia	<i>Rhinobatos horkelii</i> (Muller e Henle, 1841)
Anchova	<i>Pomatomus saltatrix</i> (Linnaeus, 1766)
Bagre	<i>Netuma barba</i> (Lacépède, 1803)
Bagre-guri	<i>Genidens genidens</i> (Valenciennes, 1839)
Caçã	<i>Mustelus fasciatus</i> (Garman, 1913)
Cascuda, Cascote, Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i> (Desmarest, 1823)
Linguado	<i>Paralichthys orbignyanus</i> (Valenciennes, 1839)
Miraguaia, Burriquete	<i>Pogonias cromis</i> (Linnaeus, 1766)
Peixe-Rei	<i>Odontesthes argentinenses</i> (Valenciennes, 1835)
Savelha	<i>Brevoortia pectinata</i> (Jenyns, 1842)
Tainha, Alice	<i>Mugil platanus</i> (Günther, 1880)
Peixes de água doce	
Nome Popular	Nome Científico
Cará	<i>Geophagus brasiliensis</i> (Quoy e Gaimard, 1824)
Carpa	<i>Cyprinus carpio</i> (Linnaeus, 1758)
Jundiá	<i>Rhamdia</i> sp
Lambari	<i>Astianax</i> sp
Pintado	<i>Pimelodus maculatus</i> (Lacépède, 1803)
Tambica, Cachorro	<i>Oligosarcus</i> spp
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794)
Voga, Biru	<i>Cyphocharax voga</i> (Hensel, 1870)
Crustáceos	
Nome Popular	Nome científico
Camarão-rosa	<i>Farfantepenaeus paulensis</i> (Pérez-Farfante, 1967)
Siri-azul	<i>Callinectes sapidus</i> (Rathbun, 1869)

Tabela 1: Peixes de água salgada (estuarinos ou marinhos), de água doce e crustáceos citados pelos pescadores da colônia São Pedro (Z3), Pelotas, RS. Fonte: dados da pesquisa.

Como observado por Costa-Neto *et al* (2002: 565) em Barra (BA), no Rio São Francisco, os pescadores da colônia São Pedro (Z3) também identificam e classificam os peixes com os quais interagem, criando uma etnotaxonomia própria e local.

Da mesma forma, Souza (2004: 45) destacou as variedades de peixes citadas pelos pescadores caiçaras do Vale do Ribeira e, os classifica como diferentes etnoespécies.

Na colônia São Pedro (Z3), tem-se dois “tipos” de bagres diferentes, o bagre-guri (*Genidens genidens*, Valenciennes, 1839) e o bagre ou bagrão (*Netuma barba*, Lacépède, 1803), considerados bagres por terem as mesmas características morfológicas, tais como o esporão, e diferenciados pelo tamanho e safra, ou seja, sua ocorrência na Lagoa dos Patos.

Porque tem dois tipos de bagre, né, o bagre guri e o bagre grande, então a gente pega um tipo de bagre grande, a gente já conhece quando pega porque ele é mais acinzentado e tem a boca mais larga, né, e o bagre guri já tem a boca mais apertadinha um pouquinho. E o bagre guri larga a ova pro macho e o bagre grande desova. O bagre guri dá mais no inverno e bagre grande dá mais no verão. [Sic]

Costa-Neto (2002: 565) também destaca a classificação seriada, ou seja, de acordo com o tamanho e morfologia dos indivíduos, como é o caso da corvina (*Micropogonias furnieri*, Desmarest, 1823), que conforme seu tamanho, é chamada de: cascuda, a maior; corvina a de tamanho médio e cascote a menor.

Tem o cascote que é o pequeno, é tudo a mesmo, como diz o outro, a mesma família, tem a cascuda que é a maior e tem a corvina que é a média, né. (...). Eu acho que a corvina quando é jovem é o cascote, né, que é pequenininha assim, né e depois vai evoluindo vai crescendo, né. É uns dizem que não é, mas pra mim, eu acho que é, né, com o tempo ela vai crescendo. Porque ela não tem diferença pra corvina graúda, a grande, a média ou a pequena pro cascote, né, é tudo igual. Então ela é da mesma família as duas, então ela cresce. [Sic]

Isto também ocorre com a miraguaia ou burriquete, *Pogonias cromis*, (Linnaeus, 1766) para Fischer *et al.* (2004: 75) ou miraguaia *Pogonias chromis*, (L.) e burriquete *Pogonias fasciatus*, (Lac.) para von Ihering (Odebrecht, 2003: 19), um peixe que, segundo os pescadores entrevistados da colônia São Pedro (Z3), não entra mais na Lagoa dos Patos. Entretanto, este foi citado por 8 pescadores, ou seja, 36,4% do total, e para estes pescadores, os dois são o mesmo peixe, no entanto, se diferenciam pelo tamanho ou pelo sexo:

A miraguaia mesmo é grande, né, e tem uns pequenos, deve ser os filhotes, né, chama o burriquete [Sic]

É o burriquete, que a miraguaia é a fêmea que se chama, né e, o burriquete é o macho. Então é miraguaia e burriquete. [Sic]

Entre os peixes de água doce, os dois peixes conhecidos por mais de um nome, são o tambica (*Oligosarcus* spp) que segundo os pescadores entrevistados é apelidado

de cachorro por ter dentes. E, a voga, *C. voga* (Hensel, 1870), conhecida também por biru.

Cachorro é apelido, o nome mesmo é tambico. Porque ele tem a boca, dá os ares de um cachorro(...) tem a boca grande e tem dente igual de cachorro. [Sic]

Costa-Neto (2002: 565), registrou que as etnoespécies conhecidas pelos pescadores de Barra (BA) podem ser polissêmicas, ou seja, distinguidas por termos monomiais em etnogênero e etnoespécie, tal como acontece na colônia São Pedro: bagre (*Netuma barba*, Lacépède, 1803), traíra, *H. malabaricus* (Bloch, 1794) ou camarão, *F. paulensis* (Pérez-Farfante, 1967).

5.2 Etologia e habitat

Para os pescadores entrevistados da colônia São Pedro (Z3) o habitat dos peixes tem grande importância devido a dois fatores: primeiro porque 72,7% (n=22) deles pescam peixes estuarinos, marinhos e de água doce, e segundo porque as técnicas de pesca variam de acordo com a localização destes na coluna de água.

A traíra *H. malabaricus*, (Bloch, 1794), o jundiá, *Rhamdia* sp, a voga, *C. voga* (Hensel, 1870), o cará, *G. brasiliensis* (Quoy e Gaiamaed, 1824), o lambari, *Astianax* sp, o pintado, *P. maculatus* (Lacépède, 1803), segundo os pescadores entrevistados da colônia São Pedro (Z3), são exclusivamente de água doce e são pescados próximos a arroios e banhados, na Lagoa Baixa, Lagoa Funda, Arroio Pelotas e Canal São Gonçalo.

Segundo Silva (1990: 17) a traíra, *H. malabaricus* (Bloch, 1794), habita rios, lagoas, represas e, principalmente, banhados, sendo a Lagoa dos Patos com seus afluentes, um dos locais de maior captura desta espécie. De acordo com dados do *fishbase*, a carpa *C. carpio* (Linnaeus, 1758) e o cará, *G. brasiliensis* (Quoy e Gaiamaed, 1824), são de água doce e estuarina, o lambari, *Astianax* sp, a voga, *C. voga* (Hensel, 1870) e o pintado, *P. maculatus* (Lacépède, 1803) são de água doce. Porém, para Fischer *et al* (2004: 31) o pintado, *P. maculatus* (Lacépède, 1803) eventualmente é encontrado no estuário.

Contudo, dos 8 peixes de água doce citados, apenas 3 deles são pescados na colônia São Pedro (Z3), o jundiá, *Ramdhia* sp, a traíra, *H. malabaricus* (Bloch, 1794) e a voga, *C. voga* (Hensel, 1871). O jundiá é pescado com rede de espera ou espinhel, utilizando-se iscas de voga, cascote, savelha, lambari, rã, caramujo ou minhoca, e a traíra e a voga são pescados com rede de espera, exclusivamente.

Já os peixes estuarinos ou marinhos são pescados no quadro, local popularmente conhecido pelos pescadores entrevistados, que vai da “boca da barra”,

até a Ilha Nova, próxima a Ilha da Feitoria, e na Lagoa dos Patos, que vai da Ilha Nova para o norte da Lagoa.

A corvina, *M. furnieri* (Desmarest, 1823), a tainha, *M. platanus* (Güinter, 1880), o bagre, *N. barba* (Lacépède, 1803) ou *G. genidens* (Valenciennes, 1839), o linguado, *P. orbignyanus* (Valenciennes, 1839) são consideradas espécies de água salgada que se adaptam na água doce, porém o camarão, *F. paulensis* (Pérez-Farfante, 1967), o cação *M. fasciatus* (Garman, 1913), a miraguaia, *P. cromis* (Linnaeus, 1766), a enchova, *P. saltatrix* (Linnaeus, 1766), o peixe-rei, *O. argentiniensis* (Valenciennes, 1835), a raia (*R. horkelii*) e a savelha, *B. pectinata* (Jenyns, 1842) são consideradas espécies exclusivamente de água salgada por estes pescadores.

Corvina (78,3%), bagre (90,5%) e linguado (81,3%) são citados como espécies de fundo e, por este motivo pescados com rede de espera. Para a pesca do bagre também foi citada a feiticeira e, para a pesca de corvina a trolha, ou seja, pesca de arrasto e o lance. Conforme observado por Vieira *et al.* (1998: 61) em seu estudo sobre a ocupação espacial da ictiofauna no estuário, nos arrastos de fundo foram capturados a corvina (*Micropogonias furnieri*) e os bagres (*Netuma barba* e *Genidens genidens*). Fischer *et al.* (2004: 95) evidencia que o linguado, *P. orbignyanus* (Valenciennes, 1839) é capturado com redes de arrasto de fundo, além de cerco e arrastão de praia.

A tainha (*Mugil platanus*) é citada por 40% dos pescadores como espécie de superfície e para sua pesca são utilizadas a rede de espera e o lance. Fischer *et al.* (2004: 82) observa que a tainha é uma espécie costeira, que forma cardumes e nada na superfície. Para o pescador da colônia São Pedro (Z3), a tainha tem que ser encontrada e ela se mostra:

Quando ela vai viajando, quando é muita quantidade, ela dá demonstração, ela pula fora d'água, ela dá aquele risco, ela dá aquele borbulho na água então a gente já conhece como a tainha faz, né. [Sic]

A miraguaia (*Pogonias cromis*, Linnaeus, 1766) é uma espécie que segundo os pescadores locais entrevistados, só aparece quando a água está salgada e, há muito tempo ela não entra no estuário. Segundo von Ihering (Odebrecht, 2003: 26) a miraguaia é um peixe que denuncia sua presença pelo som, um “bum bum” afastado que chama mais atenção quando o peixe se encosta na embarcação. Este ruído foi relatado por um dos pescadores entrevistados da seguinte maneira:

É um pxe roncador, tipo tambor, quando tinha, até no canal quando ele tava passando, tu deitava no pannelo do bote, tu ouvia um bum, bum, bum. Ele tava longe, mas tu ouvia direitinho quando dava. [Sic]

O camarão, *F. paulensis* (Pérez-Farfante, 1967), foi citado por 62,5% como espécie de fundo, e por 4,2% como espécie de fundo que sobe para ir embora. As técnicas de pesca mais utilizadas para a pesca do camarão evidenciam tal informação. A rede de espera do tipo “aviãozinho” que é a espera de raso, onde as redes são presas a calões e a rede de espera do tipo “saco de fincão” que é a espera de fundo, geralmente na beira do canal de navegação onde a rede fica boiada, esperando a arriada do camarão.

Iwai (1978)⁵ *apud* Holz (2001: 9) observou que a desova do camarão-rosa ocorre em mar aberto e durante a sua última fase de desenvolvimento os indivíduos migram para zonas estuarinas de lagunas costeiras adquirindo hábitos bentônicos e demersais, ou seja, vivendo e se alimentando no fundo ou perto do fundo até se tornarem juvenis quando então retornam ao oceano onde se tornam adultos.

O siri, *C. sapidus* (Rathbun, 1869), foi citado por 85,7% dos pescadores entrevistados como uma espécie das duas águas, doce ou salgada, 61,5% o consideram uma espécie de fundo, e 49,9% dos pescadores utilizam a rede de espera, o aviãozinho ou o saco de fincão para sua captura, outros o capturam com espinhel ou plancha e 22,2% não o pescam.

Os pescadores locais não têm técnicas exclusivas para a pesca do siri. E, é observado que faz pouco que se começou a pescar este crustáceo, inclusive, o pescador mesmo nem gosta que ele dê em sua rede devido o estrago que este provoca no material, entretanto Oliveir *et al.* (2006: 2) registrou que o siri-azul *C. sapidus* (Rathbun, 1896) é um predador bentônico, isto é, que vive e se alimenta no fundo.

Olha o siri para nós agora é uma experiência que a gente recém começou a pescar, faz dois anos que a gente começou a pescar siri. Antes se o pescador ouvisse falar em siri, ele dava um ataque, porque ele é um destruidor da nossa rede, até os peixes mesmos. (...). Hoje a gente já tá comercializando siri. [Sic]

A savelha (*Brevoortia pectinata* Jenyns, 1842) é um peixe mais utilizado para alimentação dos pescadores, segundo estes não há comércio para tal pescado. Fischer *et al.* (2004: 16) comenta ser um peixe de baixo valor comercial utilizado como isca para outros peixes e crustáceos.

⁵ IWAI, M. 1978. Desenvolvimento Larval e pós-larval de *Penaeus* (melicertus) *paulensis* Pérez-Farfante, 1967 (Crustácea, Decapoda) e o ciclo de vida dos camarões do gênero *Penaeus* da região centro-sul do Brasil. São Paulo, Univ. São Paulo, Inst. De Biociências. Dissertação de Doutorado. 138 pp.

O peixe-rei (*Odontesthes argentinensis* Valenciennes, 1835) também é um peixe de pouca comercialização. De acordo com os pescadores da colônia São Pedro (Z3) “não vale a pena essa pescaria”.

Segundo estes pescadores, existe o peixe-rei de água doce que não ocorre ali e o peixe-rei de água salgada, diferenciados pelo tamanho, sendo o de água doce maior que o de água salgada.

Tem peixe-rei na água doce que ele é um tamanho maior, mas o forte da quantidade de peixe-rei é o da água salgada que é o menor, é o peixe-rei da fartura. [Sic]

Fischer *et al.* (2004: 41) verificou que o *Odontesthes* spp vive na superfície de águas costeiras oceânicas e estuarinas e em mangues e águas salobres; são capturados com rede de emalhe e arrastão de praia por pescadores artesanais, e com anzol e linha por pescadores esportivos e sua carne é apreciada e comercializada na Argentina, Uruguai e sul do Brasil. Nesta pesquisa, 40% dos pescadores entrevistados afirmaram que este peixe vive na superfície da água e, dos informantes que o pescam 33,3% usa a rede de espera e 16,7% o espinhel.

Brutto (2001: 50) registrou a pesca desta espécie na colônia de pescadores Z4, Distrito de Itapuã (RS), Lagoa dos Patos, também como uma pescaria de pouca contribuição para o total comercializado, devido sua pouca abundância, pequeno porte ou baixo valor comercial. Entretanto, os pescadores de tal distrito distinguem dois tipos de peixe-rei por sua morfologia, o peixe-rei boca-larga (*Odontesthes bonariensis*) e o peixe-rei charuto (*Odontesthes humensis*) (2001: 82).

A raia (*R. horkelii*), o cação (*M. fasciatus*) e a enchova (*P. saltatrix*) foram citados como peixes conhecidos, porém para serem capturados é necessário se deslocar até o oceano ou, até a barra do Rio Grande.

5.3 Captura e uso dos recursos

A colônia de pescadores São Pedro (Z3), sendo parte do estuário da Lagoa dos Patos, sofre intensa troca de água com o Oceano Atlântico. E como observado por Abreu e Castello (1998: 201) larvas de peixes e crustáceos migram para o estuário, findando ali sua fase de crescimento.

Dentre as espécies que migram para o estuário estão o camarão, a corvina, a tainha e o bagre, justamente, os pescados mais importantes para os pescadores da Colônia São Pedro (Z3).

O peixe que a gente vive mesmo, mantém a família e ganha dinheiro, é camarão, tainha e pesca de caracol, é proibida, mas é onde a gente ganha dinheiro.[Sic]

O linguado é um peixe de alto valor econômico como apontado por Fischer *et al* (2004: 95). Porém, de pouca pesca, não existe a safra do linguado, pesca-se em pouca quantidade.

A gente aqui não se especializa pra pescar linguado, (...) não compensa fazer rede pra pescar só ele, embora ele valha bastante dinheiro, mas aí tu pega pouca quantidade (...). Com a rede que trabalha corvina pega linguado. [Sic]

Segundo os pescadores locais, a miraguaia ou burriquete e bagre, tiveram seus estoques drasticamente reduzidos. O burriquete ou miraguaia nem aparece mais na Lagoa dos Patos e o bagre mudou a época de aparecer. De acordo com Reis (1992)⁶ *apud* Abreu e Castello (1998: 203) por razões econômicas de lucro imediato, ocorreram sérios problemas com a pesca estuarina de bagre *N. barba* e *M. furnieri* devido a redução no número de indivíduos.

Os peixes de água doce são pescados em menor quantidade e com menor frequência, dentre estes, principalmente, o jundiá, a traíra e a voga. O lambari é mais utilizado como isca e o peixe-rei é considerado pequeno demais para se investir em tal pescaria.

A voga, o jundiá é uma pescaria que a gente só pesca ela quando não tem mais recurso. [Sic]

No entanto, alguns pescadores responderam pescar tanto peixes de água doce quanto de água salgada, respeitando os períodos de defeso, respectivamente. Desta maneira, pescam em água salgada quando é proibida a pesca em água doce e, pescam em água doce quando proibida a pesca em água salgada.

Proíbe a tainha, o bagre e o camarão pesca o jundiá e a traíra, proíbe a traíra e o jundiá, pesca a tainha, o bagre e o camarão.[Sic]

A voga é um peixe tem sido mais comercializado agora devido a sua compra pela Cooperativa Lagoa Viva e produção de filé de peixe para o programa Fome Zero do Governo Federal.

Corta a cabeça dela por cima do lombo, corre a faca por baixo, tira a barrigueira dela, a barriga inteira a gente só deixa o lombo dela assim e retalha bem retalhada. Mas é difícil comer voga, cheia de espinho. (...). Eu mesmo, eu não como voga aí, eu sou pescador, se eu mesmo fizer a voga aí eu como.[Sic]

⁶ REIS, E.G. An assessment of the exploitation of the white croaker *Micropogonias furnieri* (Pisces, Sciaenidae) by the artisanal and industrial fisheries in coastal waters of southern Brazil. Tese de Doutorado, Univ East Anglia Inglaterra.

Os pescadores entrevistados da colônia São Pedro, também se alimentam dos peixes que capturam. O peixe predileto entre eles é a tainha, todos os entrevistados responderam que se alimentam e gostam deste peixe. O menos apreciado é a voga, dos 8 entrevistados que a citaram, apenas um deles respondeu gostar dela. Dentre as formas de preparo as preferidas são frito, assado e ensopado.

6 Conclusões

Para os pescadores entrevistados na colônia São Pedro (Z3) os peixes são classificados de acordo com suas características morfológicas, tais como tamanho ou sexo. Isto é verificado pela nomeação deles e como exemplo, tem-se a corvina, diferenciada também em cascuda quando maior e cascote quando menor ou a miraguaia - maior ou fêmea - e o borriquete - menor ou macho.

Estes pescadores também observam o comportamento das espécies capturadas para a sua pescaria, evidenciando isso nas técnicas de pesca utilizadas, tainha (*M. platanus*) em cardume e na superfície é pescada de rede de cerco ou lance, bagre (*N. barba*, *G. genidens*) e corvina (*M. furnieri*), espécies de fundo são pescados de rede de espera ou arrasto.

Estes pescadores também elegem pescarias mais importantes, que no ponto de vista deles, vale mais, no caso, a tainha (*M. platanus*), a corvina (*M. furnieri*), o camarão (*F. paulensis*) e o bagre (*N. barba*). O linguado (*P. orbignyianus*) apresenta alto valor comercial, mas pouca ocorrência.

O siri, uma pescaria recente, nem tem técnicas especializadas de pescaria, é pescado com redes de espera para peixes ou camarão.

Com isto, verifica-se a necessidade de mais estudos e pesquisas na comunidade, tanto para resgate deste conhecimento como para ação conjunta entre pescadores, pesquisadores e órgãos públicos no manejo da fauna pesqueira e acompanhante da Lagoa dos Patos.

7 Referências Bibliográficas

ABREU, P.C.; CASTELLO, J.P. Interações entre os Ambientes Estuarinos e Marinhos. In: SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C.; CASTELLO, J.P. (eds.). **Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil**. Rio Grande: Ecoscientia, 1998. pp. 21-25.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R.A.M. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. In: **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia**,

etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro/SP: UNESP, CNPq, 2002. 204p. cap 4. p. 93-128.

BEGOSSI, A. **Ecologia Humana.** In: BEGOSSI, A. (org.) *Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.* São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2004. 332p.

BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, vol. nº 2, November. 141-163p, 1981.

BRUTTO, L.F.G. **Ecologia humana e etnoecologia em processos participativos de manejo: o caso do Parque Estadual de Itapuã, RS e os pescadores artesanais.** Dissertação. UFSCar. Ecologia e Recursos Naturais. São Carlos, 2001.

COSTA-NETO, E.M.; DIAS, C.V.; MELO, M.N. O conhecimento ictiológico tradicional dos pescadores da cidade de Barra, região do médio São Francisco, Estado da Bahia, Brasil. **Acta Scientiarum Maringá**, v. 24, n. 2, p. 561-572, 2002.

FISHER, L.G.; PEREIRA, L.E.D; VIEIRA, J.P. **Peixes Estuarinos e Costeiros.** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. 127 p.

FROESE, R.; PAULY, D. (eds.). **Fish-Base.** World Wide Web electronic publication. www.fishbase.org.

HOLZ, R.E. Análise econômica preliminar entre a pesca e o cultivo do camarão-rosa *farfantepenaeus paulensis* no Estuário da Lagoa dos Patos, RS. Monografia. Furg. Especialização em Ecologia Aquática Costeira. Rio Grande, 2001.

ODEBRECHT, C. **A Lagoa dos Patos no século XIX na visão do naturalista Hermann Von Ihering/** compilado e traduzido por Clarisse Odebrecht. Rio Grande: Ecoscientia, 2003. 100 p.

OLIVEIR, A.; PINTO, T.K.; SANTOS, D.P.D.; D'INCÃO, F. Dieta natural do siri-azul (Decapoda, Portunidae) na região estuarina da Lagoa dos Patos, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. **Iheringia, Série Zoologia**, v. 96, nº 3. Setembro, 2006. s/n.

PENROD, J.; PRESTON, D.B., CAIN, R.; STARKS, M.T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of Transcultural nursing**, vol 4. nº 2. April, 2003. 100-107p.

MOURÃO, J.S.; NORDI, N. Pescadores, peixes, espaço e tempo: uma abordagem etnoecológica. **Interciência**, vol 31. nº 005. Maio, 2006. 358-363p.

SILVA, J.N.A. **Perfil pesqueiro da frota artesanal do Rio Grande do Sul de 1945 a 1989.** Rio Grande: IBAMA - DIRPED, 1990. 51 pp. (Versão preliminar).

SILVANO, R.A.M.; BEGOSSI, A. Ethnoichthyology and fish conservation in the Piracicaba river (Brazil). **Journal of Ethnobiology** 22(2): Winter 2002.

SILVANO, R.A.M. Pesca Artesanal e Etnoictiologia. In: BEGOSSI, A. (org.) **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2004. 332p.

SILVANO, R.A.M.; MacCORD, P.F.L.; LIMA, R.V.; BEGOSSI, A. When does fish spawn? Fishermen's local knowledge of migration and reproduction of Brazilian coastal fishes. **Environ Biol Fish** 76: 371-386, 2006.

SOUZA, M. R. **Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos do Vale do Ribeira**. Dissertação. USP, Esalq, Ecologia de Ecossistemas. Piracicaba, 2004.

VIEIRA, J.P.; CASTELLO, J.P.; PEREIRA, L.E. Ictiofauna. In: SEELIGER, U.; ODEBRECHT, C.; CASTELLO, J.P. (eds.). **Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil**. Rio Grande: Ecoscientia, 1998. pp. 60-68.

SEMENTES CRIOULAS, CAMPESINATO E ECOLOGIA EM FOCO.¹

Cecília Moreyra de Figueiredo é videodocumenarista, especialista em uso da imagem nas ciências sociais pela UCAM e doutoranda em ciências sociais pelo PPCIS/UERJ. cecilia@figueiredo.com

Apresentação

Em abril de 2004, participei junto com uma delegação de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Segunda Festa Nacional das Sementes Crioulas² com a intenção de produzir um vídeo sobre sementes e agroecologia no MST. Este evento teve duração de cinco dias e contou com a presença de agricultores ligados a diversas organizações sindicais, movimentos sociais atuantes no Brasil e na América Latina e a Organizações não Governamentais que desenvolvem trabalhos com agroecologia e agricultura camponesa.

Nos primeiros três dias da festa os militantes participaram do Encontro Nacional de Formação Camponesa, onde foram discutidos temas relativos à conjuntura política e econômica da agricultura camponesa na América Latina, leis de patentes e iniciativas e experiências de comunidades camponesas na preservação das sementes crioulas. No entanto, o ponto alto da festa foi a Feira das Sementes Crioulas, aonde os participantes das delegações tiveram a oportunidade de mostrar seus trabalhos através da troca de sementes e do intercambio de informações.

Além das imagens e entrevistas para o vídeo, esta experiência me rendeu um excelente material para a minha pesquisa de mestrado³ na qual discuti sobre as formulações identitárias presentes nos discursos propagados nas palestras, nas

1 O texto que se segue foi formulado a partir da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado Cultivando identidades: A Semente crioula e a invenção do camponês na "Campanha das Sementes" do MST.

2 Semente Crioula é um termo amplamente utilizado pelo MST, bem como por outras organizações camponesas presentes neste evento, que se refere as sementes preservadas pelas comunidades, ou por famílias de agricultores, que são passadas de gerações em gerações ou por meio de trocas solidárias.

3 Figueiredo, Cecília Moreyra de, Cultivando identidades: a semente crioula e a invenção do camponês na 'Campanha das sementes' do MST", dissertação de mestrado, PPCIS/UERJ, 2006. O ensaio videográfico "O Dom da Partilha", de minha autoria, é parte integrante desta dissertação.

místicas e na sociabilidade da Festa das Sementes. Meu objetivo era investigar de que forma a “semente crioula” era apropriada pelo discurso produzido no evento, que valor simbólico lhe era atribuído e como este discurso contribuía para o acionamento e a valorização de uma identidade camponesa nos planos cultural e político, mas antes de tudo como uma *identidade tematizada*, também denominada *política de identidades* nos moldes propostos por Costa (2002), segundo o qual estas construções identitárias são “estratégias reflexivas de colocação pública de uma situação social com o objetivo de constituir ou potencializar dinâmicas de ação social” (Costa 2002). A hipótese central da pesquisa é que estas identidades tematizadas estavam em evidência como forma de construir um tipo ideal de camponês a partir da valorização de práticas sociais, culturais e ecológicas ditas tradicionais⁴.

O contexto da “Campanha das Sementes”

“Para Vía Campesina, la biodiversidad tiene como base fundamental el reconocimiento de la diversidad humana, la aceptación de que somos diferentes y de que cada pueblo y cada persona tiene libertad para pensar y para ser” (Campana Semillas – biodiversidad e recursos genéticos, documento de la III Conferencia Internacional de la Vía Campesina, 2000).

A Campanha “Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade” foi lançada, pela Vía Campesina Internacional com o objetivo de ser incorporada às atividades de mobilização dos diversos movimentos camponeses que fazem parte desta organização. A Festa Nacional das Sementes Crioulas foi parte das atividades da campanha e por isso se constituiu em um espaço onde circulavam as principais idéias e discursos de defesa das sementes crioulas e do direito dos povos camponeses de cultivarem suas sementes e a biodiversidade.

⁴ Faz-se necessário explicitar que entendo o termo tradição assim como foi delimitado por Hobsbawm e Rager (1997) em A Invenção das Tradições. Neste sentido, entendo tradição como uma construção social que dá legitimidade a uma determinada ação a partir do argumento da ancestralidade.

Para realizar uma análise fundamentada acerca das diversas formulações e discursos sobre as sementes crioulas e seu peso simbólico, faz-se necessário compreender em qual contexto político e histórico este discurso é formulado e que disputas por sentido e legitimidade estão em jogo. Trata-se de uma disputa por modelos de produção, por formas de compreender como deve se desenvolver a agricultura no Brasil, que são valorizadas ou desvalorizadas como argumentos que constroem este discurso e que embasam a ação política do MST e da Via Campesina. Neste sentido, analiso as bases nas quais se fundamenta esta disputa de modelos, buscando apresentar de que forma seus atores surgem nesta arena e, a partir daí, constroem suas justificativas de luta e seus argumentos.

A cartilha A viagem das Sementes é um dos materiais didáticos editados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para ser utilizado no trabalho de base da Campanha das Sementes, na formação política dos agricultores e nos encontros e cursos do MST. A cartilha apresenta uma história da agricultura, no qual focaliza, dentre outros aspectos, o papel das sementes ao longo da história da humanidade.

O texto da cartilha é um material de uso interno e expressa com clareza de que forma a questão da preservação das sementes e da biodiversidade é trabalhada politicamente pelo movimento. Em alguns artigos retirados de revistas especializadas no tema da agroecologia e da biodiversidade, assim como em documentos da Via Campesina e do MST, pude encontrar o mesmo tipo de informação. O que me levou a perceber que o que se apresentava era uma maneira de olhar para a história, interpretando-a e construindo um discurso para embasar uma ação política de defesa das sementes e de enfrentamento ao agronegócio.

O texto desta cartilha recupera a história da humanidade pelo viés da prática da agricultura, iniciada há cerca de 10 mil anos e como um processo que não se deu de uma única vez e em um único local. A domesticação das plantas é apresentada como um processo naturalizado em que a ação do homem se dá a partir da seleção de espécies de acordo com algumas características como o tamanho dos frutos, seu sabor agradável, o ciclo das plantas e a época de colheita. Desta

forma, variedades de plantas que existem hoje são “o resultado de influências do meio-ambiente e de conhecimentos e práticas milenares de homens e mulheres no seu melhoramento”⁵. Neste sentido, emerge no texto a idéia de que uma forma de conhecimento é gerada a partir não só do cultivo das plantas, mas também da utilização delas para alimentação, medicina e práticas cerimoniais e sociais dentro de comunidades camponesas. Em documento retirado do sitio eletrônico da Via Campesina encontrei uma história semelhante:

“Desde que el hombre creó la agricultura, hace 10.000 años, los campesinos hemos protegido y preservado la diversidad genética, hemos seleccionado las variedades mas productivas y mejorado aquellas menos eficientes. Los recursos genéticos fueron así considerados una responsabilidad de los productores rurales” (Campaña Semillas – biodiversidad e recursos genéticos, documento de la III Conferencia Internacional de la Vía Campesina, 2000).

A seleção e a produção de sementes são apresentadas como uma prática comum de todos que vivem da agricultura, assim como as trocas de variedades de sementes entre vizinhos e entre comunidades seriam formas recorrentes de obtenção de novas variedades de plantas. Sobre estes sistemas de trocas e suas especificidades sociais, Carvalho afirma que:

“Existem códigos culturais que regem estas trocas de sementes, que de um modo geral sempre foram elementos de partilha. Muitos povos indígenas trocam sementes entre os parentes e em muitas regiões as sementes são presentes de casamento para os jovens iniciarem sua produção” (2003: 97. Grifos meus)

Às comunidades camponesas é reservado o papel de selecionar as espécies que mais se adaptem às suas realidades ecológicas, climáticas e de solo, como também culturais e alimentares e, assim, contribuir de forma orgânica com a preservação da biodiversidade, da cultura e da coesão social destes grupos camponeses. A semente é elaborada, no texto da cartilha bem como por Carvalho, como detentora de uma carga cultural; fruto dos conhecimentos produzidos pelos camponeses, representando práticas tradicionais da vida em comunidade. A prática de troca de sementes, neste caso, não seria somente uma

5 Cartilha A Viagem das Sementes, pág. 5.

forma de trocar variedades de plantas, mas uma maneira de compartilhar conhecimentos, hábitos e práticas culturais.

Neste argumento, a semente melhorada no campo pelos agricultores, que era denominada “semente crioula” no contexto da Festa Nacional das Sementes Crioulas, é a representação de uma mistura não somente genética, mas também de influências culturais diversas.

Ainda segundo o texto da Cartilha, a partir da segunda guerra mundial, o trabalho de melhoramento das sementes foi se tornando cada vez mais especializado, aproximando-se cada vez mais dos institutos de pesquisa e se afastando do agricultor. Posição semelhante é defendida por Mançano (2000)⁶, ao afirmar que as políticas públicas de distribuição de crédito e as alterações na legislação favoreceram a formação dos monopólios das indústrias de sementes. Este processo, que se intensificou a partir da década de 70 no Brasil, é denominado de “Revolução Verde” por aqueles que conduziam este processo e de “Modernização Conservadora da Agricultura” por aqueles que se opunham a ele. Segundo Mançano, este processo foi implantado pelos governos militares causando profundas transformações no campo, na medida em que:

“de um lado aumentou as áreas de cultivo das monoculturas de soja, cana-de-açúcar, da laranja entre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados. De outro lado agravou ainda mais a situação de toda a agricultura familiar: pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, parceiros etc., que continuaram excluídos da política agrícola” (Mançano 2000: 49).

A “Revolução Verde” é um modelo de desenvolvimento agrícola sustentado por empresas públicas de assistência técnica e de pesquisa, que “promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo em que concentrou ainda mais a propriedade da terra” (Mançano, 2000: 52) Ainda de acordo com o mesmo

⁶ É importante ressaltar que Bernardo Mançano, ao focalizar o processo de modernização da agricultura, faz uma opção teórica que se aproxima do discurso político do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O autor é uma referência política e teórica para o próprio movimento, tendo inclusive escrito textos que serviram de subsídios para debates internos entre militantes e dirigentes do MST. Assim, é considerado um intelectual orgânico ao movimento.

autor, o modelo produtivista do agronegócio⁷ baseia-se no uso intensivo de adubos químicos, na mecanização pesada, na monocultura e no uso de sementes “melhoradas de alto rendimento”⁸, o que representa a uniformização e especialização das práticas agrícolas. A estratégia política da “Revolução Verde” é, assim, baseada no agronegócio. Sua prática é apresentada como sendo a substituição dos conhecimentos tradicionais camponeses pelos conhecimentos técnicos produzidos nos institutos de pesquisa. O que representa uma desvalorização dos conhecimentos dos agricultores, bem como das “sementes crioulas” e de sua preservação.

Rosset (2003) sustenta uma perspectiva similar sobre as condições enfrentadas pelos camponeses do chamado Terceiro Mundo, mas sustenta sua argumentação nos tempos do colonialismo que construiu uma história de “desenvolvimento insustentável” para a agricultura e para o meio ambiente:

“A apropriação colonialista das terras tirou das sociedades produtoras de alimentos as melhores terras para cultivo (...) com a nova economia global. Essas terras foram transformadas em produtoras para a exportação e em extensas fazendas para a criação de gado e para a produção de anil, cacau, coco, borracha, cana-de-açúcar, algodão e outros produtos de alto valor comercial”.

E conclui:

“Enquanto os produtores tradicionais de alimentos desenvolveram, através de milhares de anos, práticas agrícolas em harmonia com a fertilidade das terras locais e com as condições ambientais, as plantações coloniais, com uma miopia exacerbada pelo desejo de lucro, resolveram extrair os máximos benefícios com os mínimos custos, usando com frequência mão-de-obra escrava e práticas de produção que não levavam em consideração a sustentabilidade da produção em longo prazo” (Rosset, 2003 :136/137).

7 Por agronegócio entendo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária nos modos de produção capitalista, cuja origem está no sistema de plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção de monoculturas para exportação. Segundo Bernardo Mançano, a imagem do agronegócio “foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para modernizá-la” (2000: 56).

8 Utilizo este termo entre aspas por considerar ser um termo nativo e que possui significados dúbios. Para aqueles que defendem o modelo agroecológico e se opõem ao modelo de desenvolvimento da “Revolução Verde”, estas sementes manipuladas em laboratórios não possuem um rendimento mais alto que as “sementes crioulas” e, por isso, não podem ser consideradas melhoradas.

Em uma perspectiva diametralmente oposta a esta que venho expondo e que é sustentada pelos movimentos camponeses, para os defensores do modelo de produção agrícola empresarial, o agronegócio representa um importante setor produtivo na economia brasileira. Segundo informações do sitio eletrônico da Associação Brasileira de Agribusiness - ABAG⁹, a participação do agronegócio na economia brasileira situa-se ao redor de 32% do PIB. Segundo esta fonte, quase um terço da economia depende da agricultura, que é apresentada como a coluna dorsal de sustentação dos agronegócios, os quais são responsáveis por 40% das exportações e pela geração de mais de um terço de empregos diretos e indiretos no país. O artigo apresenta o agronegócio como uma “âncora verde” da economia brasileira, ao afirmar que a agricultura de mercado representou uma grande contribuição para a estabilização da moeda nacional dentro do contexto das mudanças econômicas geradas pelos planos Collor e Real na década de 90.

Os dois modelos de agricultura que estão em disputa são, pois, de um lado, o modelo de agricultura moderna e de outro o modelo tradicional, também chamado de modelo histórico. A principal diferenciação entre estes modelos está na construção de suas histórias e de suas propostas. O modelo da agricultura moderna incorporou diversas inovações técnicas como máquinas, insumos químicos e até mesmo as sementes geneticamente modificadas, em nome do aumento da produtividade e da possibilidade de uma maior competitividade do setor produtivo no mercado, que está principalmente voltado para a exportação de produtos. Para os defensores do modelo do agronegócio a agricultura é um setor produtivo que está restrito à esfera econômica. Segundo esta visão, o processo de modernização tem como objetivo a geração de riqueza e o crescimento econômico e só gera exclusão para aqueles indivíduos que se colocam resistentes à modernização.

O modelo da agricultura tradicional, na visão dos defensores da modernização, é considerado como um modelo atrasado que, por não incorporar as inovações técnicas, não tem competitividade de mercado e não contribui para a geração de riquezas no país. Mas, segundo os defensores deste modelo tradicional, o

⁹ Artigo intitulado “O Papel do Setor Privado”, Revista de política agrícola. Retirado do sitio eletrônico www.abag.com.br. Acesso em 10/08/2005.

trabalho na agricultura gera mais do que riquezas econômicas e, por não se vincular tão diretamente à lógica capitalista, não se apresenta como um modelo excludente.

Outro elemento importante a ser destacado neste cenário é o argumento fundado em no discurso ambiental, explicitado de forma bem direta na maior parte dos documentos reproduzidos nesta seção. O ambientalismo, segundo McCormick, tornou-se uma “questão que atravessa horizontalmente os campos políticos tradicionais” (1964: 68), além de ser também a causa de um movimento de massas mundial. Seu discurso é mediado, principalmente, por grupos comunitários, ONG’S e movimentos sociais. O ambientalismo traz, junto com a discussão de preservação da natureza, questões de justiça social e econômica e questões políticas e, principalmente, sustenta modificações significativas nos valores humanos a partir da redescoberta de que a humanidade depende de um meio ambiente natural saudável, uma verdade, segundo o autor, perdida no curso dos avanços científicos e tecnológicos e especialmente do desenvolvimento industrial e agrícola.

Ulrich Beck (1992) também propõe uma reflexão sobre a convivência, ou a dificuldade de convivência, entre a modernidade e os avanços tecnológicos e industriais e suas conseqüências sociais. Segundo o autor, a modernidade reflexiva é um momento de transformação interna na sociedade industrial, para o surgimento de uma “sociedade de risco”. Seu principal argumento é que, enquanto na sociedade industrial a lógica de produção de riqueza domina a de produção do risco, na sociedade de risco esta relação se inverte. O risco, que antes era visto como um efeito colateral latente da industrialização nos moldes científicos e tecnológicos, com a globalização de seus efeitos torna-se o centro dos debates políticos e científicos.

A modernidade reflexiva, conforme analisada por Beck, é o momento em que a sociedade moderna faz uma reflexão sobre si própria a partir da leitura das conseqüências da produção de riqueza. A lógica de produção tecnológica e científica da riqueza material é acompanhada da discussão sobre a distribuição do risco produzido pela própria modernidade, sob o argumento de que esta sempre

foi colocada como uma forma de abrir os portões das fontes escondidas da riqueza social através das chaves do desenvolvimento técnico e científico. Suas proposições envolvem e expõem claramente uma disputa por propostas, visões de mundo e ideologias. A reflexividade deste momento expõe os opostos em suas disputas entre modernidade e tradição, entre desenvolvimento tecnológico e preservação ambiental, entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

No caso em exame, esta disputa é acima de tudo, para além dos dados estatísticos apresentados como confirmando dinâmicas de geração de renda e de emprego, uma disputa política e ideológica e compõe um cenário no qual também têm vez e voz organizações não governamentais que trabalham na perspectiva de apoiar e fomentar a agricultura camponesa, sindicatos de trabalhadores rurais e diversos movimentos sociais camponeses.

Com efeito, grande parte destas organizações estava presente como organizadores e participantes da Festa Nacional das Sementes Crioulas, o que torna possível que este evento possa ser analisado neste trabalho como um importante espaço de mediação e formulação destas questões, para as quais a “semente crioula” tem uma importância simbólica e estratégica.

O MST é um dos principais atores presentes neste cenário e sustenta, junto com sua bandeira da luta pela reforma agrária, a defesa deste modo tradicional de prática da agricultura, com argumentos de fundo político e ecológico. O MST compõe, no Brasil, junto com o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, a Via Campesina. Esta articulação foi formada em 1992, congregando diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Em documentos divulgados em seu sitio eletrônico oficial, a Via Campesina registra que tem como objetivo a construção de um “modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar e o direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento com socialização da terra e da renda”¹⁰.

10 retirado do sitio eletrônico: www.viacampesina.org. Acesso em 18/06/2006.

A Via Campesina, assim como todos os movimentos camponeses que fazem parte de sua organização, são importantes mediadores que disputam espaço na defesa de um modelo de agricultura tradicional. Neste contexto, a “Campanha das Sementes” é um meio de explicitar, discutir e pôr em prática esta disputa política e ideológica pela preservação e do resgate dos conhecimentos gerados pelo trabalho na agricultura e, principalmente, pela valorização de sua dimensão cultural, em que o camponês é um importante agente e as “sementes crioulas” são seu símbolo principal.

A epígrafe desta seção traz um trecho de um documento da Via Campesina, que discute a importância das sementes e apresenta as diretrizes para o debate proposto pela “Campanha das Sementes”. Deste trecho, podemos destacar a importância dada à diversidade biológica, mas também humana e cultural, como uma forma de garantir a liberdade dos povos. Também sobre o tema da liberdade e de que forma este se relaciona com outros significados imputados às sementes crioulas, destaco a seguinte passagem de uma cartilha publicada pelo MST:

“Semente é vida! É base de alimento, multiplicação, de sobrevivência, autonomia, liberdade, perpetuação, poder popular, independência, auto-suficiência” (Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade. Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas. MST, 2006: 4).

Retomo aqui alguns questionamentos, que me levaram a dar início à esta pesquisa. Por que o evento da Festa Nacional das Sementes Crioulas foi iniciado com um encontro de formação camponesa? Seria possível formar camponeses em um curso? Que elementos estão na base da formação deste camponês? A que significados teóricos e políticos eles remetem e que sentidos e valores são acionados quando se faz referência a ele? Por fim, qual identidade está sendo desenhada quando se fala em camponês no âmbito do MST? Para responder estas perguntas, analiso a seguir algumas das muitas possibilidades de formulação e reformulação dessa noção e de que forma ela surgiu como elemento identitário no discurso do MST e da Via Campesina durante a Festa Nacional das Sementes Crioulas.

Percepções sobre sementes, tradição e camponês

Durante a Festa Nacional das Sementes Crioulas, observei que, nas palestras do curso de formação camponesa, assim como nas conversas, nas trocas de informação e de sementes que se processaram na feira, o “camponês tradicional era uma referência comum e se desenhava por argumentos ecológicos. A própria realização de um curso de formação antecedendo a feira possui duas intenções, que se associavam à tematização do camponês proposta pelo MST e pela Via Campesina. A primeira delas, claramente enunciada, era a de criar um espaço para o debate sobre a questão da preservação das sementes. A outra, que emergia das discussões e debates, então realizados, era a formação política dos agricultores enquanto camponeses. O que envolvia não só apresentar e discutir os fundamentos e a viabilidade do modelo de agricultura proposto por esses movimentos e expresso em seus documentos, mas apresentar a plataforma de luta pelo mesmo e constituir atores que se pensassem e se colocassem publicamente como camponeses em defesa de seu modo de vida através da “Campanha das Sementes”.

Este intento pareceu-me vir sendo bem sucedido. Em muitas das entrevistas que realizei, meus informantes faziam constantemente uma mistura de discursos, mas buscavam na “tradição” os fundamentos para seus argumentos em defesa de um modo de vida que os qualificava como camponeses, como na entrevista com uma das lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Lucimar Romã. Esta senhora justificava a importância do trabalho que o grupo do qual fazia parte vinha realizando, a partir do papel milenar das mulheres no cuidado com as sementes, tanto na seleção das variedades como em seu armazenamento.

“Quem descobriu as sementes foi a mulher, desde o tempo dos índios. Porque os homens procuravam a caça e as mulheres começaram jogando as sementes em seus quintais e começaram a ver que nascia... A mulher que descobriu a agricultura. Faz parte da natureza da mulher reproduzir o que é bom, o que é nosso”.

Em sua fala, o argumento da tradição constitui uma ponte entre o papel político assumido pelas mulheres do MMC de resgatar, preservar e reproduzir sementes crioulas e a própria simbologia do feminino. A tradição é chamada ao diálogo com a política, em um exercício de naturalização deste papel, em que mulher, terra e vida estão intimamente relacionadas.

Dona Antônia, agricultora do semi-árido paraibano, também formula uma visão interessante sobre o papel da mulher e sua relação com a agricultura:

“O meu recado para todas as mulheres ‘campezinhas’ é de que elas se posicionem na agricultura, porque a agricultura é fonte de vida. É da terra que nós tiramos a nossa alimentação. A gente vive da nossa mãe-terra e o futuro de nossos filhos depende de cada uma de nós”.

Em sua colocação, a mulher camponesa é apresentada como a própria representação da Mãe-Terra, que dá a vida e reproduz a existência. Esta representação remete para o ideário e os valores que sustentam a “Campanha das Sementes” na América Latina, como examinamos anteriormente em documentos da Via Campesina, inclusive pelo uso que Dona Antônia faz do termo “campeзина”, ao invés da palavra “camponesa”.

Por outro lado, vale lembrar que, em sua palestra no Encontro de Formação Camponesa, Ademar Bogo, membro da direção nacional do MST, também destacara essa dimensão do cuidado ao falar sobre as sementes e sobre o papel dos camponeses na sua preservação:

“As coisas devem pertencer a quem cuida bem delas. Não adianta irmos para os encontros e dizermos ‘sementes patrimônio da humanidade, ‘sementes patrimônio da humanidade’ e não segurarmos estas sementes sem deixar que os outros pisem em cima delas”.

Em outras entrevistas, a semente que representa esta tradição camponesa de reproduzir a vida é também o elemento de confronto com a modernidade tecnológica e a representação da resistência e defesa de seu modo de vida.

“Resgatando a semente nós estamos resgatando cidadania. Se é um patrimônio que nós temos há milhares e milhares de anos, nós não podemos deixar ser tomada por pesquisas que vem dizendo que existe uma nova sementes, que é melhor... Pesquisas que existem há quarenta, cinqüenta anos, não pode tomar o que existe há milhares de anos” (Deusdete, MST/ Minas Gerais).

Outro aspecto relevante a ser destacado, no conjunto dos depoimentos que recolhi e gravei, é o valor político destas sementes e a oposição às sementes transgênicas. Elza, dirigente da CPT, argumenta que os agricultores ligados a esta organização têm um discurso coerente sobre o tema das sementes transgênicas.

“Os nossos agricultores estão este discurso já, de não aceitar (...) nós dizemos não aos transgênicos porque não vemos nenhum bem que isso pode trazer para a gente”.

E completa:

“Se você conversar com um agricultor da Paraíba, você vai ver que estamos nos posicionando contra, pois sabemos que o melhor para nós é a nossa semente que plantamos no nosso quintal e que produzimos desde muitos anos”.

Podemos perceber também, em todas essas falas, que o argumento da ancestralidade é estabelecido a partir de tempo impreciso e abstrato. “Desde o tempo dos índios”, “há milhares e milhares de anos” e “desde muitos anos” são os marcos desta tradição e as principais justificativas legitimadoras dos argumentos de Lucimar, de Deusdete e de Elza.

Vimos antes que Deusdete relaciona também sementes à cidadania: resgatando as sementes o camponês cumpriria o papel social de “guardador da natureza” e de mantenedor do ciclo natural de reprodução da vida. Dona Júlia revela uma percepção parecida.

“É muito importante este trabalho da ‘campanha das sementes’, porque é um futuro para nossos filhos e netos em conservar as sementes crioulas, que é para toda a nossa saúde, uma semente de saúde, uma semente de futuro” (Dona Júlia, MST/RJ).

Neste caso, para além da referência explícita à “Campanha das Sementes”, um outro elemento demonstra como podemos interpretar essas percepções a partir dos argumentos defendidos e propagados pelo MST e pela Via Campesina: o recurso à imagem do camponês como “guardador da natureza”. Como se sabe, Leonardo Boff, um dos intelectuais mais respeitados por esses movimentos, faz constantemente essa referência em seus discursos, artigos e livros. Para o autor, é nesta qualidade que os camponeses afirmam seu lugar, não só na preservação do meio ambiente, mas como os atores que garantem a reprodução da vida e a existência do meio natural¹¹.

Neste trabalho busquei focalizar o papel das sementes crioulas como elementos simbólicos, na construção de um universo em que a figura do camponês aparecia conformada por um discurso ao mesmo tempo político e ecológico. Nele, o camponês é representado como uma figura politizada, pois, além de “guardador” da terra e da natureza, é também um militante, defensor das liberdades e que se coloca contra as formas de dominação manifestas pelas empresas produtoras de sementes e pelo latifúndio enquanto meio de produção capitalista. Neste cenário, o discurso político e o discurso ecológico demandam destes camponeses uma relação de compromisso que contribui para a construção do pertencimento destes indivíduos ao grupo do qual fazem parte e em relação à causa que, por sua própria condição de “guardadores”, defenderiam.

Referências bibliográficas

BECK, Ulrich. (1992) Risk Society: Towards a New Modernity. London, Sage.

BOFF, Leonardo. (2005) “A Mística”, texto disponível em www.leonardoboff.com acesso em 01/07/2005.

COSTA, Antônio Firmino.(2002) “Identidades culturais urbanas em épocas de globalização”. Revista Brasileira e Ciências Sociais, vol 17. nº 48: 15-30.

¹¹ www.leonardoboff.com.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terance.(1997) A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FERNANDES, Bernardo M. (2000) A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Vozes.

McCORMICK, Jonh. (1992) Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

ROSSET, Peter. (2003) “A fome no terceiro mundo e a engenharia genética:uma tecnologia apropriada?”. in O.M. Carvalho (org). Sementes, Patrimônio do Povo a Serviço da Humanidade. São Paulo, Expressão Popular.

Documentos internos e de uso educativo:

“A Viagem das Sementes”. Cartilha lançada pelo MST. 2003.

“Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da humanidade”. Cartilha da Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas. MST, 2006.

“Sementes: Patrimônio dos Povos à serviço da Humanidade”, Informativo do MST- Campanha Sementes –Janeiro de 2005 distribuído no Fórum Social Mundial 2005, Porto Alegre.

“Campaña Semillas” – biodiversidad e recursos genéticos, documento de la III conferencia int. de la Vía Campesina, 2000, retirado do site www.viacampesina.org. –acesso em junho de 2006.

“IV Conferência Internacional da Via Campesina” – documentos preparatórios, São Paulo, 2004.

Sites:

www.abag.com.br

www.mst.org.br

www.viacampesina.org

SOJA ORGÂNICA VERSUS SOJA TRANSGÊNICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE EFEITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA TECNOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO NOROESTE GAÚCHO

Antônio Inácio Andrioli

antonio.andrioli@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI

Professor do Mestrado em Educação nas Ciências

Doutor em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Osnabrück -

Alemanha

Resumo

Com a esperança de uma maior produtividade, menor custo, menor necessidade de trabalho e maior facilidade no controle das assim chamadas ervas daninhas, a soja transgênica resistente a herbicida vem sendo cultivada em áreas cada vez maiores na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A suposta solução ao problema existencial dos agricultores vem acompanhada de uma repetição de argumentos utilizados por ocasião da “Revolução Verde”, com um elemento qualitativamente novo: como a soja transgênica está patenteada como propriedade intelectual de uma empresa e sua expansão, em função do risco de contaminação de lavouras vizinhas, tende a impedir o cultivo da soja convencional e orgânica, a dependência dos agricultores em relação às empresas fornecedoras de insumos passa a ser integral. É esse debate, baseado na relação existente entre tecnologia e agricultura familiar, que nós escolhemos como temática da presente pesquisa. Em forma de estudo de caso procuramos investigar se a soja orgânica constitui uma alternativa sustentável para os pequenos agricultores nesse território delimitado. Concluimos que a expansão da soja transgênica intensifica a liberação de forças destrutivas com efeitos simultâneos sobre a natureza e os seres humanos que vivem e trabalham na agricultura. A privatização de recursos naturais e de conhecimento em benefício de corporações multinacionais e grandes proprietários rurais aprofunda a desigualdade social, um contexto no qual as possibilidades de resistência por parte de pequenos produtores individuais e de consumidores são significativamente reduzidas. Enquanto o capital tende a ser crescentemente monopolizado, os agricultores são tencionados a concorrer entre si pela sobrevivência. A agricultura familiar da região tende a se adaptar ao desenvolvimento tecnológico orientado pelos interesses do capital, com base na suposta maior facilidade e redução de

trabalho, e, com isso, corre o risco de ser eliminada. Em função da estrutura agrária dominante, o cultivo de soja orgânica não constitui uma alternativa viável às propriedades familiares pesquisadas e possíveis perspectivas da agroecologia dependem fortemente de uma maior organização cooperativa dos agricultores e consumidores na região. Exatamente porque na agricultura os problemas econômicos, ecológicos e sociais que ameaçam a existência dos pequenos agricultores estão intimamente relacionados, iniciativas coletivas poderiam abrir novas oportunidades. A auto-organização dos atingidos pela modernização capitalista da agricultura poderia permitir a construção de processos de aprendizagem, politização e mobilização social que serviriam de base para uma outra dinâmica de desenvolvimento.

Palavras-chave: transgenia, agricultura, sustentabilidade.

O conflito em torno do cultivo da soja transgênica e da soja orgânica marca o debate contemporâneo sobre a reforma agrária no Brasil. Trata-se do acesso a recursos naturais, do direito à terra e à alimentação e, não por último, do poder político diretamente ligado à temática. O aumento da concentração no setor alimentício em nível mundial, a monopolização do complexo agroindustrial e a tendência de ampliação do livre mercado no setor agrícola intensificam a concorrência entre os produtores rurais e colocam em risco a viabilidade dos pequenos agricultores. A existência dos pequenos agricultores como produtores individuais é dificultada pelo uso da transgenia na agricultura na mesma medida em que estes são obrigados a seguir a estratégia das grandes multinacionais do setor agrário, tendo em vista a “silenciosa” contaminação genética que está em curso. A continuidade da assim chamada Revolução Verde aprofunda a dependência, o endividamento e o empobrecimento dos pequenos agricultores, os quais são constantemente pressionados a se adaptar a uma situação sem reais possibilidades de futuro. A exclusão tendencial dos pequenos agricultores do processo produtivo intensifica a concentração da terra, acelera o êxodo rural e aumenta o número de sem-terras (que são, ao mesmo tempo, novos desempregados), uma tendência que contribui fortemente para o crescimento da desigualdade social e, conseqüentemente, da violência no Brasil. É nesse contexto que podemos observar a atual expansão da

soja transgênica¹, iniciada desde 1999 através de semente contrabandeada da Argentina nas regiões da fronteira brasileira.

1. Importância da pesquisa para a ciência e a prática

Já há mais tempo a agricultura constitui um objeto de pesquisa para as ciências sociais. Tendo em vista que desde o período da colonização a estrutura agrária do país é caracterizada pela concentração da terra e pelas exportações agrícolas, sua análise revela importantes contrastes e contradições que definem, em grande parte, a desigualdade social e as relações de dominação até os dias atuais. Na medida em que a posse de terra está associada a poder político e constitui uma reserva de valor a grupos dominantes na sociedade também a política agrária brasileira está tendencialmente estruturada em torno desses interesses em prejuízo a grupos socialmente marginalizados como povos indígenas, pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra, aos quais resta a opção de construir uma nova perspectiva de vida nas cidades, onde tendem a aumentar o número de desempregados, pobres e excluídos sociais.

A análise crítica da estrutura agrária brasileira, entretanto, foi muitas vezes obstruída por grupos dominantes no país e por governos, seja através de ameaças, de perseguições e do exílio de importantes intelectuais bem como através da proibição de determinados cursos, de publicações e do acesso público a textos críticos. Assim, a sociologia agrária brasileira podia ser dividida de acordo com dois grandes paradigmas: a) a abordagem positivista-funcionalista, amplamente permitida, que desde o período da ditadura militar (1964-1985) está identificada com as teorias liberais da modernização agrícola, em sintonia com o contexto de implementação da “Revolução Verde”; b) a teoria marxiana da sociedade, várias vezes proibida e que sempre esteve profundamente vinculada aos movimentos sociais críticos ativos no meio rural². Com o fim da ditadura militar os visíveis efeitos negativos da modernização capitalista da agricultura nos anos 1980 a crítica à “Revolução Verde” foi intensificada, contando com a influência do crescente movimento ecológico mundial dos anos 1970 e da crítica internacional às tecnologias de caráter industrial.

¹ O conceito de transgenia é utilizado para designar a técnica disponível de transferência de gens entre espécies vivas que, em condições naturais, não se cruzam.

² Uma classificação similar pode ser percebida na maioria dos países latinoamericanos. Uma particularidade importante desse continente é a coexistência de modos de produção, embora o capitalismo se destaque como predominante e sobre o qual a maioria do pensamento crítico tenha se concentrado tematicamente.

A partir desse período a agroecologia adquiriu um maior significado no debate acerca da estrutura agrária brasileira e de perspectivas de desenvolvimento mais apropriadas.

Enquanto a maioria dos autores liberais continua baseada nas concepções da “Revolução Verde” e propõem a sua continuidade, podemos constatar uma nova subdivisão entre os intelectuais críticos: a) a maioria dos autores marxistas³, os quais foram fortemente influenciados pelas teorias de Kautsky e Lenin acerca da diferenciação capitalista na agricultura, concentraram seus estudos na crítica às conseqüências sociais da “Revolução Verde” e tendem a compreender a agricultura familiar como uma forma de produção em fase de desaparecimento e a tematizar as tecnologias agrícolas “modernas” apenas no que se refere ao seu uso e à marginalização da maioria dos agricultores ao seu acesso, deixando, na maioria das vezes, de levar em conta os seus efeitos ecológicos; b) um segundo grupo se distancia parcialmente da análise marxista clássica da agricultura (especialmente da concepção de Kautsky acerca da superioridade técnica das grandes propriedades rurais), passando a se identificar com a teoria da agricultura camponesa de Chayanov e, atualmente, defendem a tese da multifuncionalidade da agricultura⁴; c) a maioria das correntes vinculadas à agroecologia se desenvolveram desvinculadas da teoria social marxiana, com forte influência do descrédito do socialismo (ou disso que assim se caracterizava) no contexto de desmoronamento dos países não capitalistas do leste europeu e da União Soviética, e, em função da fragilidade em sua base sociológica, tendem a aceitar e integrar elementos da concepção positivista-funcionalista de sociedade (Wolff, 1992).

Essa divisão não se refere apenas à maioria dos debates científicos sobre a agricultura no Brasil; ela constitui a base de uma diferenciação entre movimentos ecológicos e sociais no meio rural, embora ambos sejam uma reação aos efeitos da modernização capitalista da agricultura. É nesse sentido que, no atual estágio da ciência e da prática social, nós constatamos uma carência de análise crítica da atual problemática da agricultura brasileira, especificamente no que se refere à tecnologia

³ Como marxistas nós caracterizamos autores que se baseiam na teoria marxiana.

⁴ Em termos gerais essa compreensão de multifuncionalidade pressupõe que a agricultura, além de ser responsável pela produção de alimentos, também cumpre outras importantes funções sociais, que no capitalismo não possuem uma importância comercial direta, como a preservação da paisagem, da cultura e da biodiversidade. Com base nesse pressuposto se reivindica que o Estado apóie a agricultura familiar, tendo em vista sua

agrícola, aos métodos de cultivo e às condições estruturais em que ela vem sendo desenvolvida. Nós entendemos que os problemas sociais e ecológicos carecem de uma tematização conjunta, com base na teoria social marxiana, o que identificamos como necessário para um fecundo debate acerca da situação atual e das perspectivas para a agricultura familiar no Brasil.

Com o presente estudo nós pretendemos contribuir para uma melhor identificação das conseqüências da continuidade de expansão da soja transgênica para os pequenos agricultores. Com base na presente análise da atual expansão da soja transgênica no Brasil nós partimos do pressuposto de que há dois paradigmas centrais a serem considerados, um de caráter liberal e outro baseado na teoria social marxiana, cuja dicotomização também revela o forte caráter político e ideológico do debate, pois de acordo com cada paradigma são desenvolvidas diferentes concepções e categorias que conduzem a diferentes perspectivas com relação ao mesmo tema em análise. Os autores liberais (a maioria limitada ao conhecimento produzido pelas ciências naturais e econômicas) concebe a transgenia como oportunidade de maiores investimentos de capital, de aumento da produtividade e da competitividade na agricultura, cuja análise tem despertado uma onda de euforia também entre os pequenos agricultores. A maioria dos estudos críticos sobre esse tema, por outro lado, continua se concentrando nos riscos de organismos transgênicos para a saúde e o meio ambiente, deixando, na maioria dos casos, de tematizar mais profundamente a problemática social dos pequenos agricultores diretamente atingidos pela nova tecnologia. Assim, as alternativas propostas à soja transgênica por parte de intelectuais críticos se situam na perspectiva da continuidade do cultivo da soja convencional (à manutenção da tecnologia agrícola usada até então, portanto) e, atualmente, no incentivo ao cultivo da soja orgânica (através do uso de métodos agroecológicos na produção de soja), centralmente fundamentado na crescente demanda deste produto, que representaria uma oportunidade de comércio no mercado mundial. A rejeição da soja transgênica (especialmente na Europa) estaria representando uma barreira para o crescimento das exportações de soja, de maneira que tanto a soja convencional como a conversão para a soja orgânica são vistas como alternativas, especialmente para os pequenos agricultores.

O presente estudo parte dessa hipótese central, que representa o atual estágio do debate e da pesquisa sobre a expansão da soja transgênica no Brasil, fundamentado no debate clássico e contemporâneo acerca do tema tecnologia e agricultura familiar no desenvolvimento capitalista e realizado com base em estudos empíricos numa região brasileira de produção de soja tradicionalmente marcada pela predominância de pequenos agricultores. Um elemento importante, que ocupa um lugar central em todo nosso trabalho, é a consideração dos crescentes custos de produção como desafio central para a agricultura familiar, diante do qual os pequenos agricultores não têm condições de acompanhar o modelo tecnológico desenvolvido para grandes propriedades rurais e, por isso, tendem a ser excluídos do sistema produtivo. A possibilidade de viabilidade econômica das suas propriedades rurais, portanto, parece se situar em contradição com a lógica das assim chamadas tecnologias agrícolas modernas, tendo em vista que o trabalho da família e a diversificação da produção (também destinada ao auto-abastecimento) têm um papel decisivo para a agricultura familiar e ambos fatores têm sido completamente desprezados pela modernização capitalista da agricultura. Nós nos identificamos com a posição de que, nesse contexto, o agricultor tende a ser reduzido à função de mero consumidor⁵ e fornecedor de matérias-primas ao complexo agroindustrial e essa dependência de insumos cada vez mais caros, combinada com a queda de preços dos produtos agrícolas⁶, inviabiliza a maioria das propriedades familiares, gradativamente obrigadas a abandonar sua atividade produtiva.

2. Objetivos da pesquisa

A relação entre tecnologia e agricultura familiar constitui o núcleo do presente estudo, no qual problemas ecológicos e sociais da produção de soja na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul são analisados de forma conjunta. Para isso, partimos das seguintes hipóteses: a) a introdução da soja cumpre uma função importante no desenvolvimento da região. No entanto, ela está relacionada a interesses de grandes multinacionais que mais têm sido beneficiadas com esse processo; b) o aumento dos custos de produção na agricultura familiar em função da introdução de “modernas” tecnologias é uma explicação para o

alimentar de um país.

⁵ Conforme Lutzenberger, 2001.

⁶ Conforme Gliessmann, 2001.

endividamento, empobrecimento e o crescente êxodo rural na região; c) a agroecologia é uma alternativa de redução dos custos de produção, preservação dos recursos naturais e melhor remuneração do trabalho dos agricultores em propriedades familiares. Considerando que nossa pesquisa está delimitada a uma região em específico, procuramos responder à seguinte questão central: que influência a soja transgênica tem sobre a dependência e a marginalização de pequenos agricultores na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul? No que se refere às perspectivas, analisamos e problematizamos a situação dos agricultores que cultivam a soja orgânica, avaliando seu potencial de superação da monocultura da soja.

No decorrer de todo o nosso estudo estiveram presentes os seguintes questionamentos orientadores da pesquisa: a) quais são as concepções que fundamentam a discussão acerca progresso tecnológico na agricultura capitalista e como eles estão relacionados ao debate sobre soja transgênica e soja orgânica? b) o que significa o conceito de agricultura familiar e que importância dessa forma de organização no debate regional sobre soja transgênica e soja orgânica? c) que importância tem a agroecologia como forma de produção no que se refere ao progresso tecnológico e à agricultura familiar no desenvolvimento capitalista? d) por que, afinal, os pequenos agricultores cultivam a soja transgênica ou a soja orgânica? e) qual é a influência das cooperativas, sindicatos e da assistência técnica na decisão sobre o uso de tecnologia na agricultura familiar da região? f) há uma relação entre a utilização de tecnologia e a manutenção da agricultura familiar na região? g) quais são as chances e perspectivas dos pequenos agricultores da região para o futuro?

Com base nesses questionamentos nós procuramos analisar, em forma de estudo de caso, centrado na produção de soja da região, o papel da ciência e da tecnologia em sua relação com a agricultura familiar. Além disso, tivemos como objetivo compreender a vinculação existente entre os efeitos sociais e ecológicos da modernização capitalista da agricultura e, a partir da análise desenvolvida, visualizar possíveis perspectivas para os pequenos agricultores da região em estudo. Ao mesmo tempo, como até o presente momento e de acordo com nosso conhecimento disponível, a produção de soja orgânica no Brasil ainda não constituiu um objeto de estudo para as ciências sociais, nós nos propomos, através deste trabalho, a

analisar criticamente esta perspectiva tantas vezes anunciada na opinião pública e para os pequenos agricultores nos últimos anos.

3. A metodologia utilizada

Ao contrário da posição tradicional dominante que concebe a tecnologia agrícola (e nela está incluída a transgenia) como inovação e oportunidade, nós concebemos o conhecimento e a técnica na sociedade capitalista tanto como um fator de produção como um elemento das relações de dominação e poder, o qual está vinculado à desigualdade social entre os seres humanos. Neste sentido, nos interessa especialmente a dimensão social do conhecimento, considerando que a transgenia pode operar com uma função legitimadora da dominação⁷ sobre a agricultura familiar. Resumidamente, há duas questões básicas e de ordem geral que nos interessam neste debate: a) que transformações ocorrem na agricultura familiar em função do cultivo de transgênicos? b) até que ponto a agroecologia pode contribuir para a manutenção da agricultura familiar na sociedade capitalista? De maneira particular, buscamos compreender por que os pequenos agricultores cultivam transgênicos; a importância que a soja orgânica poderia representar para esses agricultores; como os pequenos agricultores optam pela utilização de tecnologias agrícolas; como e por que a soja transgênica acaba se afirmando; quais são as contradições que podem ser evidenciadas e que interesses ocupam um lugar privilegiado nesta polêmica.

Como a realidade dos fatos sociais é concebida como movimento, ela logicamente só pode ser identificada historicamente. A compreensão dos fatos sociais em sua historicidade pressupõe que o desenvolvimento social pode se dar tanto para a frente como para trás e que “ele é feito pelas pessoas, isto é, ele é construído e pode ser modificado pela ação humana” (Széll, 2002: 1661). Assim, nós não concebemos o passado como determinador, mas a identificação dos seus efeitos é fundamental para as possíveis opções, que continuam abertas para o presente e o futuro.⁸ É por isso que a análise bibliográfica do pensamento liberal e marxista sobre

⁷ Nós utilizamos aqui este conceito formulado por Herbert Marcuse e Jürgen Habermas, o qual, originalmente, todavia, não foi usado para designar a tecnologia agrícola e sim a tecnologia industrial (Conforme Marcuse, 1984 e Habermas, 1968).

⁸ Em forma de contingência, ou seja, fenômenos sociais não ocorrem nem por mera coincidência nem de forma linearmente determinada. Nesse sentido, também o estudo acerca da evolução das formas de produção precisa considerar o seu desenvolvimento histórico. “Contingência significa que algo poderia ter sido diferente do que

o tema tecnologia e agricultura familiar (nessa ordem histórica) constitui a base da nossa pesquisa, procurando identificar importantes interações históricas, as quais, de maneira geral, consideramos atuais para a discussão teórica contemporânea. No debate histórico predominantemente teórico sobre a relação existente entre tecnologia e agricultura no desenvolvimento capitalista nos interessa, de maneira especial, como na tensão entre dois paradigmas, dialeticamente opostos, surgiram contradições e pontos de vista em comum que continuam fundamentando e acompanhando a discussão científica atual. Após a identificação de princípios e categorias teóricas fundamentais para o nosso tema na literatura clássica, os quais consideramos universalmente válidos, passamos a nos ocupar com as particularidades da situação da agricultura brasileira e regional, pois as ciências sociais são historicamente e culturalmente dependentes do contexto em que são desenvolvidas (Flyvbjerg, 2001). Através de uma análise histórico-descritiva da agricultura regional escolhida para nosso estudo, nos concentramos na discussão contemporânea sobre a soja transgênica, procurando identificar seus principais efeitos para os pequenos agricultores num espaço social marcado pela tensão entre favoráveis propagandistas, baseados nas teorias modernizadoras, e seus críticos.

Através dessa aproximação dedutiva em relação à perspectiva delimitada para ser estudada, nós nos movimentamos de uma dimensão teórico-universal para outra concreto-particular, partindo da teoria para a empiria. Até aí, o método contribuiu para que, durante o trabalho da pesquisa de campo, pudéssemos mediar o conhecimento concreto através da base teórica, pois, ao delimitar nosso objeto de pesquisa para o estudo de caso, nós isolamos um aspecto particular da realidade (totalidade), sempre condicionados por restrições de tempo e por critérios de praticabilidade. “O ser humano somente pode apreender a realidade na medida em que isola fatos do contexto e lhes confere uma autonomia relativa (...). Toda a atividade de conhecer implica numa oscilação dialética entre os fatos e seu contexto, na qual o método de pesquisa constitui o seu centro ativo mediador” (Kosik, 1976: 52). Neste sentido, os questionamentos para os formulários de pesquisa e para as entrevistas, bem como a interpretação das pesquisas de campo estiveram orientados e acompanhados pelas categorias teóricas gerais escolhidas para o nosso trabalho, de forma que particularidades e generalidades pudessem ser

foi, mas, obviamente, não da forma como simplesmente se desejaria que fosse e sim de acordo com um espaço

reconciliadas ao final, ou seja, o conhecimento anteriormente disponível serviu à construção de novos conhecimentos.

Entretanto, como a realidade não pode ser dividida em partes, o isolamento de um objeto de pesquisa para fins de estudo de caso só é possível em forma de abstração, no momento em que uma situação concreta é identificada e analisada, por melhor se adequar ao nosso interesse de pesquisa (em nosso caso, o conflito entre a soja transgênica e a soja orgânica). Ao assim procedermos, pressupomos que a análise do particular contribui para a compreensão da totalidade, ou seja, quanto mais nos dirigimos em relação ao particular com o auxílio de categorias abstratas gerais, melhor nos aproximamos da concretude da totalidade, em sua diversidade de relações entrelaçadas. Fenômenos sociais ocorrem e se modificam constantemente e, por isso, somente podem ser compreendidos através das suas interações entre si e com o contexto em que se situam e integram. É cientificamente possível, portanto, compreender racionalmente as inter-relações dos fatos sociais entre si e com a totalidade, o que Kosik caracterizou como o princípio da totalidade concreta (Kosik, 1976).

No presente estudo nós investigamos a tecnologia com base nos efeitos de aplicação de um determinado conhecimento desenvolvido pelas ciências naturais: a soja transgênica. Para isso, definimos como objeto de nossas pesquisas agricultores (que cultivam soja orgânica, soja convencional e soja transgênica) e organizações regionais (sindicatos, cooperativas e órgãos de assistência técnica). De maneira interdisciplinar nós nos ocupamos com as particularidades do nosso objeto de estudo, procurando analisar os problemas e conflitos existentes e identificar contradições com potencial de provocar uma possível resistência às tendências em curso. Metodologicamente investigamos três dimensões: a) elementos estruturais da sociedade (macro-dimensão); b) a influência das organizações regionais (meso-dimensão); c) elementos subjetivos relacionados à autonomia de ação dos indivíduos envolvidos (micro-dimensão).

A parte empírica do nosso trabalho está dividida em três partes: a) uma pesquisa exploratória com agricultores que cultivam soja orgânica; b) entrevistas com representantes de cooperativas, sindicatos e instituições de assistência técnica; c) uma pesquisa de campo, com formulário padronizado aplicado a agricultores

de possibilidades relativamente limitado” (Ortmann, 1995: 23).

produtores de soja. Após a coleta de dados, as informações foram sistematizadas estatisticamente, de modo que “a observação do fato social é permitida e as relações existentes entre as variáveis que não são vistas a olho nu podem ser avaliadas” (Fricke, 2005: 3). Em seguida, nós retornamos indutivamente à teoria, interpretando os resultados das investigações empíricas com base em nosso referencial teórico. Assim chegamos às conclusões do nosso estudo, junto às quais apresentamos possíveis perspectivas para o futuro da agricultura familiar da região, no sentido de que “toda a teoria parte da prática para que possa, numa etapa seguinte, após a reflexão teórica (ascendência do abstrato em direção ao concreto) a ela retornar” (Széll, 1984: 23). É essa a contribuição que podemos oferecer para o progresso da sociologia agrária e da prática social, tendo plena consciência de nossos próprios limites, dos “perigos” que cercam o trabalho com dados sociais, das condições históricas e contextuais de uma realidade paradoxal e das limitações de tempo que permitiram e condicionaram a realização da presente tese.

4. Os resultados da pesquisa

Ao delimitarmos a Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul como objeto territorial de nosso estudo, procurávamos compreender, centralmente, porque, como e em que medida a tecnologia pode modificar ou fomentar a agricultura familiar, intensificar ou reduzir as estruturas de dependência, aumentar ou diminuir as oportunidades dos pequenos agricultores. Paralelamente, questionamos se a agroecologia poderia representar uma alternativa de redução dos custos de produção, preservação dos recursos naturais e melhor remuneração do trabalho dos agricultores em propriedades familiares. Metodologicamente, optamos por um estudo de caso, centrando nossa análise no conflito existente entre o cultivo da soja transgênica e da soja orgânica, o problema central que delimita nossa pesquisa. Duas das hipóteses iniciais foram confirmadas em nosso estudo: a) a introdução da soja cumpre uma função importante no desenvolvimento da região, mas está relacionada a interesses de grandes corporações multinacionais, as quais tem sido beneficiadas com esse processo; b) o aumento dos custos de produção na agricultura familiar, em função da introdução de tecnologias “modernas”, constitui uma explicação para o endividamento, empobrecimento e o crescente êxodo rural na região. A terceira hipótese, que apontava o cultivo da soja orgânica como alternativa de tecnologia “moderna” aos pequenos agricultores diante da expansão

da soja transgênica, foi negada através do nosso estudo, pois, diante das condições objetivas existentes, as possibilidades de afirmação da soja orgânica são muito pequenas e, considerando as condições subjetivas, ou seja, a predisposição dos agricultores em cultivá-la decididamente, a probabilidade se reduz ainda mais. Apesar dos melhores preços e dos menores custos de produção da soja orgânica, a absoluta maioria dos agricultores passa a cultivar a soja transgênica. Para compreendermos essa situação nos ocupamos intensivamente com a análise dos efeitos da tecnologia orientada pelos interesses do capital sobre a agricultura, especialmente com relação a supostas (e reais) reduções e facilidades de trabalho e a conseqüente tendência de adaptação e destruição da agricultura familiar e dos recursos naturais.

A principal perspectiva para a agricultura familiar (e que também está fortemente presente na história do desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul) é o fortalecimento da auto-organização cooperativa dos pequenos agricultores, englobando tanto a produção como a industrialização e comercialização de alimentos ecológicos na região. Nisso também a soja orgânica poderia estar incluída, desde que não seja produzida em forma de monocultura e para a exportação. Essa perspectiva não se limita somente à forma *como* se produz, mas procura influenciar a questão política central da sociedade ou seja, as decisões sobre *o que, onde, quando, por quem e para quem* algo passa a ser produzido.

Em nossas pesquisas de campo pudemos constatar claramente que a produção orgânica não necessariamente está associada a uma menor produtividade, uma maior intensidade de trabalho e maiores custos de produção, o que, normalmente, vem sendo usado como argumentação para justificar os altos preços de produtos orgânicos. Esses resultados sobre a soja orgânica não podem ser, simplesmente, generalizados para outros produtos orgânicos e, por isso, aqui carecemos de outros estudos de caso, cujos resultados obviamente continuam em aberto. A lógica da concorrência imposta pela economia de mercado capitalista, entretanto, não é alterada pela adoção da produção orgânica: no caso de uma expansão do mercado de produtos orgânicos, as grandes propriedades rurais podem, em princípio, se adaptar a essa nova situação, aproveitando-a como oportunidade de maximização dos lucros. Contudo: quanto mais a agricultura química continuar sendo incentivada através do complexo agroindustrial, quanto mais os solos forem sendo

contaminados e sua fertilidade estiver ameaçada, quanto mais rápida for a expansão de organismos transgênicos e uma massiva deteriorização da estrutura de produção agrícola estiver em curso, maiores serão as dificuldades para uma transição agroecológica. Com isso, concluímos que a mera utilização de uma nova tecnologia ou de uma nova forma de produção, mesmo que estas sejam ecologicamente mais sustentáveis que os anteriores, tem uma pequena importância diante da problemática social dos pequenos agricultores. Todo o complexo agroindustrial poderia se adaptar à produção orgânica, fornecer insumos “ecológicos”, adequar sua estrutura de industrialização e comercialização a produtos orgânicos sem que, com isso, a estrutura de dependência seja superada.

A monocultura da soja não representa uma alternativa viável aos pequenos agricultores, seja em sua forma convencional, transgênica ou orgânica, pois ela exige altos investimentos e crescentes áreas de terra para expandir. Nesses fatores os pequenos agricultores tem as maiores dificuldades, seja em função da sua baixa capacidade de investimento, das menores condições de acesso a crédito e do fato de a terra ser um recurso limitado, que não pode ser simplesmente reproduzido. Sem considerar que a produção de soja orgânica em forma de monocultura seria uma contradição em si, pois os métodos de produção ecológica pressupõem a rotação de culturas e sua adoção em toda uma região, o que implica a cooperação dos pequenos agricultores com vários vizinhos.

A sobrevivência dos pequenos agricultores ainda poderá durar temporariamente em função da auto-exploração das famílias no processo produtivo. Em função dos seus maiores custos de produção por unidade de produto os pequenos agricultores são explorados no momento da venda de seus produtos no mercado e, enquanto ainda existir uma maior procura do que oferta, estes continuarão subsistindo. Numa situação de superprodução, entretanto, que é típica na economia capitalista, os pequenos agricultores não terão mais condições de competir, seja no mercado “convencional” ou orgânico. Com a falência dos pequenos agricultores os grandes proprietários rurais terão, então, vantagens adicionais advindas do conseqüente êxodo rural: a) mais espaço e margem de manobra na concorrência; b) a oportunidade de comprar áreas de terras próximas a baixo preço; c) a possibilidade de contratar os qualificados ex-agricultores como mão-de-barata em suas lavouras. Um excesso de trabalhadores rurais disponível é especialmente importante às

grandes propriedades rurais, pois, assim, a barata reserva de força de trabalho pode ser empregada de forma sazonal e flexível, solucionando o problema estrutural do tempo de não-trabalho provocado pela incorporação de tecnologia na agricultura. A “modernização” da agricultura é vantajosa para os agricultores mais competitivos na economia capitalista (tanto no período em ela vai acontecendo assim como em sua decorrência), o que explica o entusiasmo e conseqüente apoio destes atores sociais às tecnologias oferecidas pelas grandes multinacionais do complexo agroindustrial.

Exatamente porque os governos têm adotado uma política agrícola que favorece os grandes produtores rurais (interessados nas exportações agrícolas), a maioria dos pequenos agricultores na região pesquisada não tem visualizado outra alternativa que não seja a monocultura destinada à exportação, com todas as suas conseqüências. Uma política agrícola voltada à produção regional de alimentos poderia contribuir para uma maior produção para o consumo próprio dos agricultores mais pobres (identificado como o primeiro tipo de agricultura familiar) diminuindo sua dependência do paradoxal fornecimento de alimentos por parte de governos. Ao mesmo tempo, o crescimento da produção de alimentos contribuiria para a melhoria do abastecimento regional, uma vez que um segundo tipo de agricultores familiares (aqueles ainda dispostos a correr riscos e interessados no trabalho cooperativo) poderia ser incentivado prioritariamente pelo Estado. O seu papel protagonista na adoção de inovações agroecológicas poderia contribuir para a superação do isolamento e da fragmentação existente entre os pequenos agricultores, motivando para uma maior solidariedade.

Considerando a existência de uma dualidade da agricultura familiar, ou seja, a interação entre produção e consumo, pode ser percebida uma crescente atenção dos pequenos agricultores com relação à qualidade dos alimentos e suas conseqüências à saúde da família. Essa relação entre produção de valor e necessidades humanas, contraditória com o modo de produção capitalista, constitui uma particularidade importante da agricultura familiar com relação à agroecologia. O debate sobre inovações tecnológicas na agricultura pode adquirir uma dimensão política, ao unificar agricultores atingidos por tecnologias de caráter destrutivo, servindo como ponto de partida para a construção de um novo processo de consciência (Andrioli, 2007). A possibilidade de desmascarar o caráter explorador da agricultura capitalista através da experiência com a agroecologia e de associar a

necessidade da organização política dos agricultores com outras forças anticapitalistas na sociedade pode conferir uma dimensão revolucionária a um movimento ecológico e cooperativo dos pequenos produtores. Isso, entretanto, depende da possibilidade de desvelamento das contradições da economia capitalista, partindo de uma experiência de produção socializadora do seu interior, de maneira que as estruturas de dependência tecnológica, econômica e social deixem de ser ocultas e passem a ser conscientes, conduzindo à formação de movimentos sociais mais amplos. Considerando a relação potencial da agroecologia com as necessidades concretas dos seres humanos atingidos pela tecnologia agrícola, essa possibilidade parece existir, confirmando as experiências progressistas de pequenos agricultores brasileiros com as assim chamadas “tecnologias socialmente apropriadas”.

Referências bibliográficas:

ANDRIOLI, A. I. (2007): *Biosoja versus Gensoja: Eine Studie über Technik und Familienlandwirtschaft im nordwestlichen Grenzgebiet des Bundeslandes Rio Grande do Sul/Brasilien*. Frankfurt, Berlim, Bern, Bruxelas, Nova York, Oxford, Viena: Peter Lang Verlag, Europäischer Verlag der Wissenschaften.

FLYVBJERG, B. (2001): *Making Social Science Matter. Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press.

FRICKE, R. M. (2005): *Estatística e aplicações aos fenômenos sociais*. Ijuí: Unijuí.

GLIESSMAN, S. R. (2001): *Agroecologia. Processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS.

HABERMAS, J. (1968): *Technik und Wissenschaft als Ideologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

KOSIK, K. (1976): *Dialektik des Konkreten. Eine Studie zur Problematik des Menschen und der Welt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

LUTZENBERGER, J. A. (2001): *Die selbstmörderische Sinnlosigkeit der modernen Landwirtschaft*. Download: <<http://www.fgaia.org.br/texts/d-absurditat.html>> (15.02.2003).

MARCUSE, H. (1984): *Der eindimensionale Mensch. Studien zur Ideologie der fortgeschrittenen Industriegesellschaft*. Darmstadt: Luchterland.

MARX, K. (1967): *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt.

ORTMANN, G. (1995): *Formen der Produktion. Organisation und Rekursivität*. Opladen: Westdeutscher Verlag.

SZÉLL, G. (1984): *Bildungsarbeit als Forschungsprozeß. Anmerkungen zur Übertragbarkeit der Freireschen Pädagogik*. München: Hueber.

WOLFF, L. A. (1992): *Ecofarming im Spannungsfeld zwischen Technologie und Politik*. Saarbrücken: Breitenbach (Dissertation an der Universität Giessen, 1991).

TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: AÇÕES COLETIVAS E IDENTIDADES

Edma Silva Moreira

Doutoranda do PPGCS/UFPA

E-mail: edmanati@hotmail.com,

Jean Hébette

UFPA- Professor Emérito, Especialista

E-mail: jhebette@amazon.com.br

RESUMO

Este artigo trata do processo de territorialização de populações ribeirinhas da bacia do rio Xingu, no município de Porto de Moz, no Pará, em defesa de seu modo de vida tradicional. Desde a primeira fase da economia gomífera dos anos de 1890 a 1920 e, numa segunda fase, de 1942 a 1950, essa área de terras devolutas, até hoje não legalizadas, tem sido povoada por extrativistas remanescentes destas épocas (seringueiros, castanheiros, caçadores, pescadores, a maioria deles produtores polivalentes). Nos anos de 1980, porém, pescadores prejudicados nas suas atividades pela represa do rio Tocantins com a construção da hidrelétrica de Tucuruí se deslocaram para o rio Xingu com barcos geleiros equipados de grandes redes, ameaçando as costumeiras áreas pesqueiras daquelas populações. Na mesma época, indústrias madeireiras penetraram na floresta com equipamentos pesados, arrasando os recursos naturais de que costumavam viver, fonte de sua identidade e base de sua reprodução econômica e social. Dez anos de contatos em pesquisas e assessoria permitiram reconstruir a luta dessas populações, acompanhando suas diversas fases, em termos de evolução de suas representações espaciais e da ampliação de seus territórios, conforme as suas necessidades e as oportunidades sócio-políticas, desde seus territórios familiares, as áreas comunitárias e, mais recentemente, até a criação, em novembro de 2004 da Reserva Extrativista Verde para Sempre.

1- INTRODUÇÃO

Os anos de 1980 e 1990 têm sido marcados, na Amazônia particularmente, por lutas sangrentas pela posse da terra e pelo acesso às águas de pesca. Três formas básicas de lutas ilustraram a história recente da Amazônia brasileira clássica: a luta dos Índios para resistir à invasão de suas terras pelos Grandes Projetos e pelas empresas

madeireiras; a luta das populações ribeirinhas diante da penetração violenta de suas terras, suas várzeas e suas águas; a luta dos camponeses expulsos de seus torrões natais pelo latifúndio do Nordeste e alhures, migrantes para a Amazônia.

Nos três casos, trata-se de processos de formação, de reajuste ou de garantia de territórios: reconhecimento, demarcação e preservação de territórios indígenas de posse primordial, como o expressa sua “indigeneidade” frente aos alienígenas; reconhecimento e defesa de territórios secularmente explorados em modo extrativista: castanhais, seringais, babaçuais, quilombos, áreas tradicionais de pesca, caça, coleta; re-territorialização em novos espaços indispensáveis para o cultivo e para a criação de animais em base familiar por parte de gente do campo acostumada à vida rural.

Cada um desses tipos paradigmáticos de lutas na Amazônia atual criou suas próprias estratégias territoriais e seus próprios movimentos de representação e de luta: União de Povos Indígenas (UNI), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Movimentos de Sem Terras (MST), para citar apenas os mais importantes e mais conhecidos. Os dois primeiros chegaram até a se reconhecerem uma nova identidade comum – talvez, algo frágil – de Povos da Floresta.

O que, entretanto, passa um tanto despercebido nos relatos e análises destas lutas e fica escurecido pela premência e a maior visibilidade da ocupação material e da gestão econômica da terra, são o objetivo inicial e final e a motivação permanente das lutas: o reconhecimento, a defesa e o desenvolvimento de **modos de vida** específicos: o modo de vida do índio, o do quilombola, o do seringueiro, o do castanheiro, do pescador, da quebradeira de coco babaçu e de outras classificações identitárias sem fim (ALMEIDA, 1994; CARVALHO, 2005). É precisamente, parece-nos, o modo próprio de vida que constitui fundamentalmente, no cotidiano, a interface entre a questão agrário-camponesa e a questão ambiental e, no caso deste texto, com a questão da fronteira amazônica ainda em curso (veja-se a BR- 163...).

Modos de vida - note-se - em evolução ao longo do tempo e espaço e em transformação sob diversos aspectos: da dependência ao patrão para a gestão autônoma de seu lote, de práticas mais tradicionais para práticas tecnologicamente mais adequadas aos novos tempos, de formas mais primárias de ação coletiva (parentesco, vizinhança, mutirão) para formas mais complexas (associação, cooperativa, fundação).

2- OBJETIVOS, ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA

Nesta perspectiva, o presente texto tratará da luta de uma população ribeirinha e varzeira especificamente do ponto de vista da defesa de seu modo de vida realizada mediante a defesa e a redefinição de seus territórios de trabalho e de vida em forma sustentável. Uma luta que resultou na criação, em Porto de Moz, no Pará, em outubro de 2004, da Reserva Verde Para Sempre, a maior do país com seus 1.300.000 ha. Convém ressaltar, entretanto, que o cerne desta reflexão não é a Resex em si; ele gira especificamente em torno das modalidades de um longo processo de luta pela defesa de um modo de vida particular, articulado com a permanência em espaços ou territórios determinados pelo uso e a pela preservação dos respectivos recursos naturais de terra firme, várzea, rios, igarapés e lagos.

O município de Porto é localizado na microrregião de Almeirim, mesorregião homogênea do Baixo Amazonas; tem limites territoriais com o rio Amazonas e o município de Almeirim e Gurupá ao norte, com o de Prainha, ao oeste, com os municípios de Melgaço, Portel e Senador José Porfírio ao leste e com os municípios de Vitória do Xingu e Brasil Novo ao sul¹. Sua área terrestre é de 17.423 km², dos quais 12.887 (ou seja 74%) correspondem à Reserva extrativista Verde para Sempre.

O texto reflete o trabalho de pesquisa dos autores realizado durante dez anos de contatos freqüentes com as populações rurais do município de Porto de Moz e na ocasião dos estudos de mestrado e de doutoramento da co-autora². Os dados em análise foram obtidos a partir de observação participante e entrevistas escritas e gravadas com lideranças das entidades locais (STR, Comitê, Associações); outrossim, de análises de documentos diversos disponibilizados pela Paróquia de São de Brás, assim como de relatórios de pesquisa e de reuniões de entidades locais.

3- A CONSTRUÇÃO PELA PRÁTICA DAS REFERÊNCIAS TERRITORIAIS DAS POPULAÇÕES LOCAIS

3.1- As primeiras referências explícitas

¹ Pode-se chegar a Porto de Moz por meio de transporte aéreo e fluvial.

² A dissertação de mestrado foi publicada com o título: MOREIRA, Edma Silva. Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA. Belém: UFPA, 2004.

A percepção da territorialidade por parte das populações rurais de Porto de Moz remonta à primeira fase de exploração da borracha e da maçaranduba - período que, no Xingu, vai do fim dos anos de 1880 até os anos de 1920. Antes da exploração intensiva do látex, toda a área do rio Xingu era dividida entre etnias indígenas (os Arara, por exemplo), cada uma delas com sua respectiva área de perambulação construída ao longo de sua história. Com a corrida à borracha, toda a área circundante ao rio Xingu, de sua foz até a sua Grande Volta (atual município de Vitória do Xingu) caiu sob o poder de dois grandes seringalistas, José Porfírio de Miranda Jr ao sul e José Júlio de Andrade ao norte, este estendendo suas posses bem além do rio Amazonas, em Almeirim. Seu poder econômico e os apoios políticos vindos da capital paraense impunham aos seringalistas menores o respeito de seus macro-territórios.

Com a quebra da economia gomífera na segunda década do século XX e a saída desses latifundiários extrativistas, esses territórios foram desmembrados e ocupados por alguns seringalistas menores como o senhor Antonico Barbosa e comerciantes marreteiros vindos de fora. Não havia marcos delimitadores do que pertencia a uns e a outros, mas todos os que freqüentavam aquelas paragens sabiam desses limites: coincidiam com a área de influência de um comerciante ou de um homem político. As pessoas, por exemplo, se expressavam assim: "Vamos nos Barbosa" (o comerciante do local).

Dadas a baixa densidade populacional e as distâncias entre um povoado e outro, os casamentos se contratavam correntemente entre parentes de segundo e terceiro graus, e as famílias compartilhavam entre si os três e quatro sobrenomes localmente disponíveis. Os territórios se tornaram assim o espaço pertencente, não mais apenas a um comerciante, mas a um grupo de parentesco que vivia dos mesmos recursos das florestas e das águas. Eram territórios intrinsecamente familiares e ambientais, determinados pelas áreas de pesca, caça, coleta, cultivo.

A Igreja católica, ao se estruturar no município a partir dos anos de 1970, os consagrou de certa maneira; dos povoados familiares, fez comunidades, referindo-as pelo nome de um santo que, algumas vezes inclusive, não era o mesmo dado anteriormente pelas famílias. Estas comunidades foram mapeadas pelos padres, segundo a comodidade de suas viagens pastorais, conforme sua localização ao longo dos rios e igarapés, reagrupando-os em nível municipal por setores: setores do Baixo Acaraí, setor do Jaurucu, setor do Guajará, setor do Majari. Deles saíram, nos anos 1980, as primeiras lideranças comunitárias.

A marca desse mapeamento eclesial permanece até hoje, tanto na nomenclatura da prefeitura e de suas secretarias, quanto pelos órgãos estatais como o Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos seus próprios mapeamentos para fins de ação na reserva extrativista.

Num levantamento mais recente feito pelo IBAMA foram encontrados 57 dessas comunidades, registrando, ainda, além delas, 37 simples “localidades” (Informação verbal)³. Nas vinte e sete associações legalizadas em cartórios para fins de acesso a créditos foram identificadas numa pesquisa de nosso grupo de pesquisa EPAR e dentre as 22 pesquisadas, foram encontradas 13 delas denominadas “Associação Comunitária do rio tal”, confirmando seu teor comunitário e sua ligação com o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica desde os anos de 1980, algumas mais recentes, desde a segunda metade dos anos de 1990, tendo adotado ou acrescido na sua denominação a menção de “desenvolvimento sustentável”.

3.2- Conflitos, ações coletivas e nova territorialização

Porto de Moz, uma sociedade rural típica do interior amazônico ainda submetida politicamente a relações de tipo paternalista e patrimonialista se tornou, nas últimas décadas, palco de ações coletivas de comunidades locais para conter o crescente avanço da pesca comercial promovida por geleiros e de empresas madeireiras.

Foram, por exemplo: proibição de entrada de geleiras e emboscadas montadas contra elas em algumas áreas, apreensão de apetrechos de pesca, denúncias à Delegacia de polícia, dentre outras. Nesse processo surge uma Comissão de moradores a quem se delegou direitos de se pronunciar em nome deles; esta foi a primeira organização coletiva a agir espontaneamente a seu favor e que marcou naquele espaço local um grupo social, os moradores locais⁴ (PARÁ, 1988). Por trás desta iniciativa perfilava-se um certo conceito de territorialidade própria, adquirido através dos preceitos consuetudinários.

Nesse processo conflituoso emergiam dois tipos de atores: de um lado, estes geleiros, pescadores comerciais oriundos de outras áreas, os “**de fora**”⁵ ou “*outsiders*”, na terminologia de Elias (2000), considerados pelos locais, os “estabelecidos”, como

³ Dados fornecidos por Eduardo, técnico do IBAMA responsável pela Resex Verde para Sempre, em apresentação dos dados sobre o diagnóstico econômico, social e ambiental da Resex, junho de 2007.

⁴ Sobre a composição desta Comissão faltam maiores informações. Alguns entrevistados indicam que foram os moradores das próprias comunidades.

⁵ No sentido aqui empregado, é aquele originário de outro município.

predadores por exercerem a pesca de bloqueio⁶, além de realizarem sua comercialização para fora do município, em detrimento da população da cidade. Na interpretação dos locais, os “outsiders”, traziam a desordem e a destruição que colocava em risco a sobrevivência das pessoas, devendo, por isso, ser expulsos. Eram procedentes da região do rio Tocantins. Não eram grandes proprietários comerciais, mas profissionais de origem cultural semelhante aos dos moradores rurais de Porto de Moz, mas atingidos e agredidos pelo Grande Projeto hidrelétrico implantado em Tucuruí, no rio Tocantins.

Em meio a esses conflitos, a Igreja Católica local, inspirada pela teologia da libertação, passa a exercer um papel importante junto aos moradores rurais, no sentido de estimulá-los e formá-los tanto para as atividades pastorais quanto para uma autonomia política, rompendo com as estruturas políticas tradicionais através da tomada de consciência e da organização sindical. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram organizados seminários e encontros locais e regionais. A título de socialização e informação, foram enviadas algumas lideranças locais para eventos regionais e nacionais, estimulando assim a formação de um grupo de dirigentes destinados a animar as comunidades no sentido da sindicalização, meio indispensável de luta da classe trabalhadora rural. A conquista do STR, em 1986, consagrou o empenho dessas entidades e coroou os esforços; além da Igreja, tinham sua própria entidade profissional de lavradores.

Nos anos de 1990, as ações coletivas dessas comunidades se voltaram mais contra os madeireiros que invadiam seus territórios e devastavam a floresta e seus recursos naturais. Os conflitos com os madeireiros se caracterizavam, conforme Almeida (1994), como uma disputa de grupos econômicos poderosos com os moradores locais pelo domínio do território. Assim, pode-se pensar que os conflitos de pesca e os com os madeireiros não obedeceram a uma mesma lógica. As ações coletivas contra os geleiros, pois, foram postas em práticas por moradores locais que chegaram a dialogar com os envolvidos, acionando a polícia só se fosse necessário. No caso dos madeireiros, ao contrário, essas comunidades respondiam a repressão violenta que as coagia por uma ação coletiva local de defesa contra as invasões dos seus territórios. Na verdade, o que estava em jogo era o sistema de exploração madeireira praticado pelas empresas – entre as quais a do prefeito e outras apoiadas por comerciantes, a polícia municipal, e, em alguns casos o juiz local. Em alguns casos, até vizinhos de comunitários aderiram às madeireiras.

⁶ A pesca de bloqueio é considerada predatória por seu método de arrastão e por seus apetrechos predatórios. É tradicionalmente desenvolvida no rio Tocantins.

É em meio aos conflitos com os madeireiros que o STR se fortalece naquele “campo social”, no sentido de Bourdieu (1996), como representante legítimo dessas comunidades, não apenas por ser uma entidade de classe tal como era entendida, mas por sua articulação com o complexo ambiente institucional regional feito, não somente de instituições públicas como, também, de instituições privadas.

Os conflitos com os pescadores de fora da região e com grandes empresas madeireiras fizeram surgir sérias preocupações que o clero local ou que o próprio bispo da prelazia não deixaram de explorar para sacudir a relativa passividade de muitas das comunidades; nos seus numerosos encontros, semanas de catequese reuniões de lavradores, o tema da preservação dos recursos vitais para sua reprodução passou a ser recorrente. Esta reflexão levou à realização de três Seminários sucessivos sobre a questão da pesca e da madeira. O quarto desses seminários extrapolou o círculo restrito das pastorais. Foi, ainda, promovido pela paróquia, mas, desta vez, juntamente com o STR de Porto de Moz, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz (ASPAR). Recebeu o apoio de uma equipe interdisciplinar de pesquisadores do Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica (LAET) que estudaram e avaliaram os riscos ambientais e sociais do avanço do desmatamento. Foram convidados representantes do poder local, do Estado e do governo federal. Uma das conclusões assustadoras da pesquisa do LAET era que, ao ritmo local, em nada mais de 7-8 anos, a floresta do município teria sido violada em toda sua integridade (LABORATÓRIO AGRO-ECOLÓGICO DA TRANSAMAZÔNICA, 1996).

Uma das conclusões da reflexão coletiva foi de adotar medidas eficazes de preservação, delimitando e registrando por marcos permanentes o contorno do que cada comunidade considerava seu território. Seis comunidades se dedicaram a esse trabalho, abrindo piques, em mutirões, em torno de todo seu quilométrico perímetro. Interessante que esses territórios agora demarcados, variando de 4.000 a 7.000 hectares, não incluíam os povoados, lugares de moradia localizados na beira mesma dos rios ou dos igarapés, a Área comunitária ficando mais adiante, no coração da mata, como áreas das principais atividades de exploração dos recursos naturais. Um novo conceito de território: uma área demarcada, delimitada, fechada, não construída pela memória e a tradição, mas por um ato refletido e organizado.

4- CHEGOU A RESEX

O IV Seminário mostrou uma sociedade civil ativa e com posição definida. Os constantes conflitos, sobretudo, com a crescente exploração madeira, levaram algumas lideranças rurais, o STR e a ASPAR a lançar, neste evento, a idéia de criação de uma reserva extrativista, como solução a esses problemas e de formar uma nova entidade civil, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDSPM), registrado em 2002, como coordenador das atividades ambientais. Inicialmente, aquela proposta de RESEX foi bem recebida, em parte por a grande maioria da população não conhecer seu significativo e, portanto, não suscitar nela motivo de preocupação, nem parece ter sido alvo de qualquer controvérsia, tanto mais que o próprio prefeito, também grande madeireiro tinha assinado a ata de aceite de sua criação.

Como era de se esperar, a proposta obteve imediatamente o apoio de Organizações não Governamentais (ONGs); algumas delas, como o Greenpeace, contribuíram, posteriormente, para pressionar o governo federal com vistas à criação da Verde para Sempre. STR e Comitê fortaleceram laços com ONGs, sobretudo com o Greenpeace. Em conjunto, passaram a articular mais pressão no governo federal e estadual para que fosse criada uma Resex que abrangesse três municípios: dois no Xingu - Porto de Moz e Brasil Novo - e Prainha, um município mais ao oeste. Aquela proposta de criação conjunta, de 1996, ganhava, assim, novos contornos que não foram aceitos pelo STR de Porto de Moz; não seria de fato viável politicamente, segundo concluíram os ambientalistas após algumas discussões. A proposta se restringiu ao município de Porto de Moz com a Verde para Sempre, mas foi encaminhada em bloco com a proposta de outras duas Resexs: Riozinho do Anfrízio e a Raposa do Sol, na Terra do Meio.

Sem resposta do Governo Federal em relação a criação da Verde para Sempre, realizou-se, em 2002, o maior movimento pacífico das comunidades rurais do município numa ação, que lembra os empates do Acre, de fechamento do rio Jaurucu, por mais de 400 famílias que permaneceram por três dias impedindo as balsas trafegarem ilegalmente com madeira do município; este evento contou com as forças ambientais regionais e com a mediação de políticos e de Ongs internacionais - principalmente do Greenpeace. Repellido violentamente por madeireiros e políticos, esse acontecimento denunciou a situação conflituosa e de destruição ambiental de Porto de Moz; foi até um dos casos principais analisados, no ano seguinte, no Relatório "Pará: estado de Conflito" lançado pelo Greenpeace e que antecedeu uma de suas campanhas em defesa do meio ambiente que reuniu o combate à extração ilegal madeireira, à grilagem de terras e ao trabalho

escravo na Amazônia, desta vez tendo como ator principal o Município de Porto de Moz (GREENPEACE, 2003).

No rastro desses acontecimentos e com o Governo Federal dirigido pelo Partido dos trabalhadores (PT), em outubro de 2004, o governo federal decretou e publicou no Diário Oficial a criação das Resexs Verde para Sempre e Riozinho do Anfrízio.

As oposições à Resex foram, inicialmente, dirigidas ao impacto resultante no fechamento das frentes de trabalho no interior da mata ou nas serrarias da cidade, o que deixou a população urbana dividida em relação ao futuro econômico do município. Este receio foi esvaziado graças aos apoios financeiros do INCRA para habitação e fomento na Resex. Infelizmente, porém, as ações de fiscalização da exploração madeira foram amplamente insuficientes; por outro lado, o setor de saúde e de educação, de responsabilidade da prefeitura não tem passado por melhorias.

5- AS METAMORFOSES DA IDENTIDADE

A identificação dos moradores rurais de Porto de Moz como ribeirinhos é estranha a sua vivência e não faz parte de seu léxico comum, como muitas vezes pode-se verificar em outros casos de nomeação feita de fora. Rara entre eles é a palavra “caboclo”, muito utilizada na literatura clássica amazônica e adotada, por exemplo, pelos migrantes de Marabá.

Aparentemente, antes da interferência de fora, eles se reconheciam entre si e diante de outros apenas pela família à qual pertenciam, como ainda o fazem hoje; assim, mesmo dispersados nos mais distantes locais do município, se reconhecem como da família Duarte ou Tenório e gostam de lembrar as origens de seus ancestrais. Foi a Igreja que lhes deu o carimbo de “comunitários” que vingou nos interiores do município. Chamavam-se moradores locais ou comunitários ou, também, lavradores até que o sindicalismo os cunhou como trabalhadores rurais. O desempenho particularmente intenso do presidente do STR fez que esta identificação passasse antes das outras, tornando-se o símbolo de seu engajamento cívico no campo da cidadania e não mais essencialmente eclesial. Mas, além da denominação, o que os identifica é uma relação: a relação com seu ambiente natural que dá sentido a sua existência. O que o contacto com a academia e o jargão institucional lhe faz às vezes falar genericamente de “recursos”, para eles, são mais prosaicamente árvores, frutas e sementes de dezenas de tipos, peixes, óleos, cada um deles tendo um nome associado, na memória coletiva, a seus diversos usos (alimentação, construção de casas e canoas, remédio, instrumentos domésticos e profissionais e uso ritual). (MOREIRA; HÉBETTE, 2003).

Um verdadeiro receituário transmitido pelas sucessivas gerações para cada momento da vida. Uma inter-relação muito complexa de todos esses seres vivos ou inorgânicos entre si e deles próprios com eles, um que se nutre dos outro e os que os nutrem:

Essas árvores grandes dão muita fruta; elas dão uma frutinha miúda que serve de alimentos pro porco – o ingá [...], o tucumã; tem jatobá, tem ingá. Tudo isso são frutos que os porco come... [...] o caju, caju-açu do mato [...] E se nos conservar isso daí, nos vamos ter muito porco, por muito tempo, criar o gado e criar o porco [...] E o inajeiro, o bacabeiro, quando você derruba as outras árvores, ele fica desprotegido; ele, com pouco tempo, começa a dobrar, e não tem jeito dessa trovoadas; ele dobra, ela não tem a segurança. Então, tudo é um, é uma coisa que a gente vem ganhando essa consciência... (SOCORRO BARBOSA, 1997).

6- O QUE MUDOU COM A RESEX

O que mudou para a população rural: territórios e identidades. Foi como uma explosão de seu universo de representações.

Os territórios gravados na sua memória ou delimitados por marcos de pedra de 4.000 ou 7.000 hectares se tornaram, por um simples decreto presidencial, um enorme território de 1.300.000 ha do qual ninguém, a não ser talvez um punhado de líderes, tem uma visão de conjunto. Os próprios responsáveis do STR e do Comitê estranharam muito quando passaram a visitar recentemente cada comunidade e cada localidade. De repente, um sentimento de responsabilidade coletiva pela gestão de locais até então tão distantes que quase inacessíveis. O controle e a defesa de um território que se projetam de pequenos grupos familiares unidos pelo parentesco e pelos rituais religiosos e sociais bem localizados, para um macro coletivo - algo anônimo - de 2.101 famílias e mais de 10.000 habitantes.

Uma identidade nova toda a ser construída que os contrasta não só com a cidade e seu modo de vida, como também com os outros comunitários rurais do lado leste do rio Xingu. Oficialmente são chamados extrativistas...

Um novo modelo de governância de suas atividades e, indiretamente, de suas vidas, em decorrência de uma delegação de poder que transfere parte da sua autonomia camponesa, familiar ou comunitária, para um Conselho representativo de gestão

democrática da reserva que lhes estabelecerá normas gerais de uso dos recursos que, através de gerações, fundamentaram seu modo de vida.

A Resex, entretanto, não significou o fim dos conflitos e, nem tampouco, toda forma ilegal de exploração florestal.

7- À GUIA DE CONCLUSÃO

Evidentemente, uma iniciativa como o pedido e a criação de uma Resex, e ainda mais, de uma Resex, com aquela dimensão provoca impacto para uma população rural acostumada a seus modos de vida, seus conceitos, suas normas sociais inspiradas, como dito acima, de sua tradição. As organizações locais - Comitê, STR, ASPAR – têm diante de si o desafio de elaborar coletivamente com as comunidades locais, novos princípios de ação coletiva, não mais em nível da simples comunidade, mas do conjunto de um imenso território. Isto não se faz sem levantar dúvidas, novos problemas, novos conflitos. Divergências internas surgiram a respeito da distribuição das terras entre áreas de uso coletivo e áreas reservadas ao uso familiar, assim como em torno de questões específicas da criação de gado búfalo e da pesca.

Ao termo desta reflexão, levanta-se uma questão: corresponde a Resex Verde para Sempre, nesta altura, a um novo território se se adotar como referência a concepção de território de Teisserenc (2002, p. 113, tradução nossa), especialista do desenvolvimento local, inspirada nos economistas regionais europeus:

O território dos economistas regionais não é apenas um sistema de atores, é também o espaço onde vive uma população e, a este título, ele é objeto de organização com vistas ao melhor estar desta população e de investimento em busca de melhoria. [...]. Finalmente, um espaço metafórico ligado às representações sociais, culturais, ideológicas ou científicas que dele se fazem os atores.

Mas do que uma realidade, a Resex, como território, nos parece hoje, sobretudo, um desafio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Universalismo e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, M. Â.; SILVEIRA, I. M. da. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 521-537.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus Editora, 1996.

GREEPEACE. **Pará: estado de conflito**. Belém, 2003.

LABORATÓRIO AGRO-ECOLÓGICO DA TRANSAMAZÔNICA. **Relatório do IV seminário de preservação dos recursos naturais - pesca e madeira**, Altamira, 1996. Mimeografado

MOREIRA, E. **Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA**. Belém: UFPA, 2004.

_____. HÉBETTE, J. **Estudo socioeconômico com vista à criação da Reserva Extrativista Verde Para Sempre em Porto de Moz/PA**. Belém, 2003.

PARÁ (Estado). **Ofício nº 13.273/se. 88**. Assembléia Legislativa. Gabinete da Presidência. Belém, 2.11.88.

SOCORRO BARBOSA. **Entrevista**. 1997.

TEISSERENC, P. **Les politiques de développement local**. 2. ed. Paris: Economica, 2002.

2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

TECENDO O INTERCÂMBIO:
O DESAFIO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
11 a 14 de setembro de 2007.

GT3

CANAIS E FORMAS DE EXPRESSÃO DE GRUPOS SOCIAIS

COORDENAÇÃO

JORGE ROMANO (UFRRJ)

MARCELO ERNANDEZ MACEDO (UERJ/FAF)

MARIA EMÍLIA PACHECO (FASE)

RENATA MENASCHE (PGDR/UFRGS/FEPAGRO)

¿TIERRA Y LIBERTAD? EMANCIPAÇÃO E AUTOGOVERNO ENTRE COMUNIDADES INDÍGENAS CAMPESINAS NO MÉXICO CONTEMPORÂNEO

Cassio Brancaleone (Pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES)
e Doutorando em Sociologia pelo IUPERJ)
E-mail: cassiobrancaleone@iuperj.br

RESUMO

O levante armado zapatista emergiu no cenário latino-americano no início dos anos 1990 como uma das expressões mais ricas e interessantes de como as forças sociais anticapitalistas podem se metamorfosear e gerar frutos muitas vezes inesperados. Para aqueles que apostavam na derrota da imaginação política radical, o pequeno agrupamento de camponeses indígenas supostamente dirigidos por intelectuais urbanos, encarnaria nada mais que uma outra onda de caudilhismo social, entulho residual e esquizofrênico de um passado superado pela modernização ocidental. Entretanto, o que se viu entre os zapatistas foi uma extrema capacidade política, social e simbólica de (re)colocar a utopia em cena. A organização dos municípios autônomos rebeldes, bem como dos *Caracoles* e de suas respectivas *Juntas de Buen Gobierno*, depõem favoravelmente a esta idéia, concretizando, sob o prisma da resistência, suas principais demandas por “*democracia, libertad, justicia*”, especialmente através da operacionalização da noção de autonomia. Este trabalho pretende discutir, mediante uma rápida sumarização dos eventos que antecederam a formação dos *Caracoles* zapatistas, o papel e o significado dos municípios autônomos rebeldes no projeto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), e assim, esboçar alguns pontos de reflexão sobre os desdobramentos políticos e sociológicos desta contemporânea experiência de autogoverno.

I. INTRODUÇÃO

História, velha toupeira, você fez um bom trabalho!
Rosa Luxemburgo

Não foram poucas as vozes representativas entre a intelectualidade de esquerda que elevaram o *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN) à condição de emergente *guerrilha pós-moderna*¹. Aliás, entre os próprios porta-vozes dos

¹ Cf. BURBACH, Roger (2001). *Globalization and Postmodern Politics: From Zapatistas to High-Tech Robber Barons*. Pluto Press, London; CARRIGAN, Ana (2000). “Chiapas, The First Postmodern

zapatistas, a alusiva pode ser observada em alguns dos seus primeiros comunicados. Não obstante, creio ser desnecessário defender o estabelecimento de um novo marco de temporalidade para substantivar os traços característicos da “contemporaneidade mais recente”, ainda que justificado como recurso para evidenciar os novos elementos que situariam o levante armado zapatista como diferente de tudo o que lhe antecedeu em matéria de movimento popular revolucionário. É expressamente claro que o fenômeno mexicano abre novos horizontes para a compreensão dos processos sociais em curso na América Latina e no mundo, mas se queremos lhe atribuir algum estatuto diferencial de temporalidade, que seja o de último movimento revolucionário expressivo do século XX e o primeiro do século XXI².

O conteúdo da reivindicação zapatista celebrado nas palavras de ordem “*democracia, libertad y justicia*” é visceralmente moderno, enraizado no tema universal da *dignidade humana*, evocando o periclitante e insone espectro do assim chamado “projeto inconcluso da modernidade”. Fruto de velhas e novas condições e processos sociais, contradições sistêmicas e conjunturais, o zapatismo vem à luz como um daqueles tipos de “fenômenos-coringa”, capazes de condensar em si os variados aspectos do que é ascendente e decadente, nascente e poente, superficial e subterrâneo, evidenciando pistas sugestivas de múltiplas tendências sociais em movimento. Com isso nos adverte que a história, como a velha toupeira, ainda é capaz de pregar peças. Além do mais, sua especificidade remete a um certo *topos*, muitas vezes ignorado ou sublimado, de uma dada região da modernidade que reivindica seu direito à fala: a modernidade pós-colonial e periférica³.

Um aspecto importante quanto ao grau de visibilidade que o zapatismo obteve ao longo dos últimos anos, se refere à iniciativa e capacidade do movimento em articular uma intensa e criativa ofensiva através de seu “ativismo midiático”, zelando pelo cuidado estratégico de se fazer presente, tanto no estabelecimento de relações com boa parcela dos meios de comunicação nacionais e internacionais⁴,

Revolution”. In: PONCE DE LEÓN, Juana (ed). *Our Word is Our Weapon: Selected Writings of Subcomandante Marcos*. Seven Stories Press, New York.; HOLLOWAY, John (2003). *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. Viramundo, São Paulo.

² Cf. CECENIA, Ana Esther (1998). “De cómo se construye la esperanza”. Em: *Chiapas*, n.6, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM-Era, México.

³ Cf. MIGNOLO, Walter (2003). *Histórias locais/projetos globais*. UFMG, Belo Horizonte.

⁴ Para maiores detalhes sobre o “ativismo midiático” dos zapatistas, ver: CLEAVER, Harry (1998). “The Zapatistas and the Electronic Fabric of Struggle”. In: HOLLOWAY, John & PELÁEZ, Eloína (eds). *Zapatista! Reinventing Revolution in México*. Pluto Press, London; RIBEIRO, Gustavo Lins (1998). “Cybercultural Politics: Political Activism at a Distance in a Transnational World”. In: ALVAREZ, Sonia et al. *Cultures of Politics, Politics of Culture: Re-visioning Latin American Social Movements*. Westview Press, Boulder; FIGUEIREDO, Guilherme Githay de (2006). *Op. cit.*

quanto na publicização de importantes documentos e comunicados, especialmente em seu próprio sítio eletrônico⁵.

O presente artigo, entretanto, pretende dirigir algumas reflexões sobre fenômeno zapatista, objetivando tornar mais inteligível um acontecimento recente: o nascimento dos *Caracoles*, das *Juntas de Buen Gobierno* e a culminante reorganização das *municipalidades rebeldes*⁶ no bojo do curso de realização do *projeto de autonomia e autogoverno* defendido pelo EZLN.

Os zapatistas promoveram em 1994 a instituição de governos locais civis autônomos, chamados MAREZ (Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas), experimentos evocados como herdeiros da tradição comunitária indígena e camponesa ácrata⁷. Os *Caracoles* se constituíram como coroamento tardio desse processo, enquanto espaços de articulação e coordenação política, social, econômica e cultural, criados em agosto de 2003, e operacionalizados através de conselhos de delegados locais chamados *Juntas de Buen Gobierno*, reunindo o conjunto de municipalidades rebeldes sob proteção do EZLN. Estas novas configurações representam uma visão da autonomia despida do localismo exarcebado e atomizado, e sua experiência está se realizando frente a uma concepção da tarefa de governar que enfatiza primordialmente o incentivo de *novas práticas sociais* onde o exercício do poder é fundamentalmente civil e mediado por critérios radicalmente democráticos: gestão colegiada, mandatos imperativos, alternância das funções públicas, etc. Não é fortuito o seu lema de “*mandar obedecendo*”, que traduz com fidelidade os valores que orientam o ordenamento das funções políticas e sociais nessas novas instâncias de deliberação e organização da vida coletiva.

⁵ Ver em <http://www.ezln.org.mx> e <http://www.ezln.org/error.htm>.

⁶ Levando em conta que a criação dos *Caracoles* data da segunda metade de 2003, localizei apenas uma reflexão mais sistemática sobre a questão, basicamente em dois trabalhos de uma mesma pesquisadora. Cf. CAL Y MAYOR, Araceli Burguete, & SOLANO, Xochitl Leyva (coord) (2004). *Estudios Monográficos: nuevos municipios en Chiapas*. Vols I e II, Biblioteca Popular de Chiapas, Tuxtla Gutierrez; CAL Y MAYOR, Araceli Burguete (2004) “Chiapas: nuevos municipios para espantar municipios autónomos”, en Rosalva Aída HERNÁNDEZ, Sarela PAZ & María Teresa SIERRA (coord.). *El Estado y los indígenas en tiempos del PAN. Neoindigenismo, legalidad e identidad*. CIESAS/H. Cámara de Diputados/Miguel Ángel Porrúa, México. Não obstante, uma dezena de artigos muito interessantes estão referenciados nas próximas seções.

⁷ Cf. HART, Michael (1978). *Anarchism and the Mexican Working Class, 1860-1931*. University of Texas Press, Texas.

II- INDÍGENAS, CAMPONESES E A QUESTÃO AGRÁRIA NO MÉXICO MODERNO

É impossível compreender a configuração dos processos, dinâmicas e estruturas sociais no México, bem como na maior parte da América Latina, sem levar em consideração a condução política do problema agrário⁸, e o papel jogado pelos atores sociais historicamente envolvidos no lado mais frágil dessas contendas: camponeses e indígenas. No caso desses últimos, majoritariamente acumulando também a condição campesina, é fundamental atentar para o protagonismo que vêm assumindo nas últimas décadas a partir do crescimento e fortalecimento de suas organizações e movimentos, com intensiva penetração de seus representantes nas principais instituições políticas de seus respectivos países⁹.

O que alguns intelectuais denominam por “processos de (re)emergência étnica”¹⁰ certamente foi impulsionado pelas dramáticas modificações ocorridas no interior da estrutura fundiária, aceleradas pelas forças modernizadoras representadas pela industrialização e urbanização capitalista e pela liberalização econômica, em prol dos processos de consolidação da economia de mercado internacional. A força com que desponta o movimento camponês-indígena, substituindo a centralidade discursiva então conferida por analistas e agentes políticos ao movimento operário urbano, representa uma nova modelagem do mundo popular organizado na periferia, trasladando do clássico eixo da consciência de classe (pelo menos de sua versão histórica urbano-fabril) para o da recomposição de elementos das tradições etno-culturais como *pólo de aglutinação para a ação política*. Para além do diagnóstico do fim da classe operária, o que se coloca é a validação da sua concreta existência em

⁸ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Hector Perez (1987). *História econômica de América Latina*. Vol. I. 4ª ed. Editorial Crítica, Barcelona; SOARES, Gláucio Dillon (1976). *A questão agrária na América Latina*. Zahar, Rio de Janeiro.

⁹ Cf. Varese, Stefano (org) (1996). *Pueblos indios, soberanía y globalismo*. Abya-Yala, Quito; Dávalos, Pablo (org) (2005). *Pueblos indígenas, estado y democracia*. CLACSO, Buenos Aires. A maioria da população reconhecidamente indígena latinoamericana está concentrada respectivamente em Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru

¹⁰ Para revisitar alguns dos pontos essenciais do argumento sobre as transformações operadas na teoria social que daria conta desses processos, ver ALEXANDER, C. Jeffrey (1986). "O novo movimento teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, vol. 2, jun; e WAGNER, Peter (1994). *A sociology of modernity: liberty and discipline*. Routledge: New York/London. Para acompanhar algumas das tendências e posições presentes no debate sobre as modernas manifestações de reemergência étnica na América Latina, ver VARESE, Stefano (1996). Parroquianismo y globalización. Las Etnicidades Indígenas ante el Tercer Milenio. Em VARESE, Stefano (coord). *Pueblos indios, soberanía y globalismo*. Abya-Yala: Quito; PATZI, Félix (2003). "Rebelión indígena contra la colonialidad y la transnacionalización de la economía: Triunfos y vicisitudes del movimiento indígena desde 2000 a 2003", Em HYLTON, Forrest et al, *Ya es otro tiempo el presente*, Muela del Diablo: La Paz; PACHECO, João (org) (2004). *A viagem de volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2 ed. Contracapa: Rio de Janeiro; DÁVALOS, Pablo (2005). "Movimientos indígenas en América Latina: el derecho a la palabra". Em DÁVALOS, Pablo (org). *Pueblos indígenas, estado y democracia*. CLACSO: Buenos Aires; MANÇANO FERNÁNDEZ, Bernardo (2005). "Movimientos socioterritoriales e movimientos socioespaciais". Em OSAL n.16., CLACSO: Buenos Aires.

termos substantivos (e ao menos como maioria do contingente assalariado) no mundo periférico e colonial. A tese que sustenta parte dessa percepção já se tornou um truísmo: o desenvolvimento internacional do capitalismo se realiza de modo desigual e combinado, tanto em termos da relação entre os países (centro e periferia) quanto no interior das nações (no modo das “diferenças regionais”)¹¹. Assim sendo, algumas formações sócio-econômicas podem assumir configurações em termos de formas e relações de produção, e suas correspondentes estruturas de classes, paralelas e solidárias a elementos “não-capitalistas” ou “pré-capitalistas”¹².

No México, o estouro da revolução de 1910-1917 permitiu às oligarquias modernizadoras firmarem um pacto social com o mundo agrário pré-capitalista (tanto o popular quanto o caudilhesco), orientando o desenvolvimento social e econômico do país por quase todo o século XX. A revolução mexicana não representou, pois, uma ruptura contra a miséria, o atraso e a opressão de algum tipo de “antigo regime”. Ao contrário, foi uma revolução de resistência, de oposição aos custos sociais do desenvolvimento do mundo moderno capitalista¹³. Os efeitos da acumulação primitiva no México foram adiados, postergados e minimizados com a preservação de boa parcela da propriedade agrária comunal. E o Estado mexicano, curiosamente, entrou em cena como o maior defensor e incentivador do antigo regime comunal de terras.

A estabilidade política institucional mexicana¹⁴ tem seu maior trunfo na relação que estabeleceu com o campo. A constituição de 1917 manteve os *ejidos*, uma modalidade de propriedade coletiva da terra voltada especialmente para a subsistência¹⁵, herança indígena-camponesa com algumas semelhanças ao *mir* russo, como a principal célula de reprodução econômica no campo. Com isso, criou alguns obstáculos para o desenvolvimento das *haciendas*, estas sim, grandes propriedades rurais voltadas para o monocultivo de exportação. Muitas delas foram desapropriadas e colocadas à disposição dos camponeses ao longo das insurreições do período. O

¹¹ Esta idéia, que pode ser localizada em análises clássicas de Hilferding, Bukharin, Lenin e Trotsky sobre o imperialismo, na América Latina com suas devidas variações parece ter ecoado pelas vozes de Raul Prebisch, Rui Mauro Marini, Celso Furtado, Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso.

¹² Este é um debate que acredito ainda possuir algum valor, na condição de instrumento problematizador. Uma inspiração especial para isso encontrei nas obras de HINDESS, Barry & HIRST, Paul (1975). *Pre-capitalist modes of production*. Routledge & Kegan Paul, London; e KAHN, Joel & LLOBERA, Josep (ed) (1981). *The anthropology of pre-capitalist societies*. Macmillan Press, Hong Kong.

¹³ Cf. CAMÍN, Hector & MEYER, Lorenzo (1993). *À sombra da revolução mexicana*. Edusp, São Paulo.

¹⁴ Desde a revolução mexicana o país realizou ritualisticamente todas as eleições, não passou por nenhum golpe de Estado, a despeito de todo tensionamento inter-oligárquico, das denúncias de fraude e da proximidade territorial com os EUA. O principal partido do país e herdeiro da revolução, o PRI, até o ano 2000 nunca havia perdido uma disputa presidencial. Cf. CASANOVA, Pablo (1969). *La democracia en México*. 3 ed. Ediciones Era, México.

¹⁵ Cf. ECKSTEIN, Salomon (1966). *El ejido colectivo en México*. Fondo de Cultura, México.

resultado foi que governo mexicano quase sempre teve ao seu lado, pelo menos até a década de 1980, as principais e mais poderosas organizações camponesas. Hoje os camponeses constituem cerca de 30% da população do país.

Um dos pontos mais relevantes é que o elemento rural está imbricado com o elemento étnico no México. A consciência política de corte indígena, ainda que predominantemente oriunda das condições sócioeconômicas do mundo rural, finalmente mostrou sua face nas últimas décadas. E foi partindo da percepção de sua “diferença” que passou a exigência de seu reconhecimento enquanto parte da nação mexicana, que não somente é mestiça, mas pluriétnica¹⁶, sem deixar de lado a radicalização da idéia de que pertencem eles também aos setores subalternos, tanto como trabalhadores, quanto como apartados do mundo da produção, e que a superação desse regime de coisas somente se viabilizaria através de uma profunda mudança estrutural a ser iniciada nos marcos políticos do Estado-Nação, mesmo que para subvertê-lo enquanto tal¹⁷.

O debate sobre a diversidade étnica no México, em 1994, era um assunto muito complexo e delicado (e ao que parece continua sendo), escorado em problemas ligados ao tema pantanoso do reconhecimento identitário. Os mexicanos descendentes das populações tradicionais não se sentem confortáveis em assumir sua identidade cultural, tendo em vista os elementos relacionados às condições de vida dos povos tradicionais (marginalismo, pobreza, precariedade material e higiênica) e aos preconceitos existente quanto às suas práticas culturais e religiosas. No período do levante zapatista, a população indígena contabilizava em torno de 10%.

No censo de 1990, o INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía y Informática) levantou a ocorrência de 92 línguas indígenas faladas em todo o país. Entre os indígenas maiores de 5 anos, 16,49% eram monolíngues, e 83,51% bilíngues. A população indígena, apesar de estar distribuída por todo o território, concentrava-se nas entidades federativas do centro e sul do país, especialmente nos estados de Oaxaca, Veracruz, Chiapas, Puebla, Yucatán, Hidalgo e Guerrero, com o montante de 78% da população indígena nacional. Segundo o INI, em investigação também realizada em 1990, as três maiores concentrações de indígenas estariam nos

¹⁶ Cf. DÍAZ-POLANCO, Héctor (1998). *La rebelión zapatista y la autonomía*. 2ª ed. Siglo XXI, México: p.154.

¹⁷ Cf. COMANDANTA ESTHER (2001). “Queremos ser indígenas e mexicanos”. Discurso proferido em 28 de março de 2001 no Palácio Legislativo de San Lázaro. Em: *Cadernos CEAS*, n.195, setembro-outubro, Salvador.

estados de Oaxaca (52,72%), Yucatán (52,48%) e Chiapas (35,19%). Dos 2403 municípios mexicanos, 803 possuiriam 30% ou mais de população indígena. Outra esfera da divisão político-administrativa mexicana são as localidades, representando as menores unidades territoriais. Eram ao todo 156.602, das quais 44.218 (28,2%) possuíam populações indígenas.

Os indígenas também compunham o quadro dramático do analfabetismo e da educação precária no México. Entre essas populações, as taxas de analfabetismo eram em alguns casos três vezes maiores que a média nacional, de 12,44%. Para Chiapas, o percentual era de 30,12%. Além do mais, onde estavam os piores índices de desenvolvimento econômico, diminuía por sua vez o número de indígenas bilíngues.

De acordo com o INI (Instituto Nacional Indigenista), os serviços de habitação e saneamento também pioram quanto maior a densidade populacional indígena. Em localidades com 70% ou mais de indígenas, existiam 765.391 moradias, com uma média de 5,51 ocupantes por residência. Destas, 51,59% careciam de energia elétrica, 90,45% não contavam com equipamentos de drenagem e escoamento de esgoto, e 68,34% não dispunham sequer de água encanada. As habitações eram extremamente precárias, onde 22% eram forradas com tetos de papelão ou material facilmente desmanchável, e quase um terço só possuíam um cômodo.

A quase inexistência de serviços educacionais e de saúde, conjugada com as mais restritas oportunidades de emprego, só poderiam promover duas coisas: a não absorção da maior parte da população economicamente ativa e os altos índices de ocupação no setor agrário. Resultado é que 63,22% de indivíduos oriundos das populações indígenas ganhavam menos de dois salários mínimos (nível de demarcação material considerado pelo próprio governo como participante da linha de pobreza, dado que é incapaz de subsidiar a cesta básica mexicana). É importante, portanto, chamar a atenção para a forte vinculação existente entre *etnicidade* e *marginalidade*, situação essa reconhecida tanto em dados oficiais nacionais quanto estrangeiros¹⁸.

¹⁸ World Bank (1994). *Indigenous people and poverty in Latin America: an empirical analysis*.

O curioso é que as demandas indígenas progressivamente passam a incorporar a idéia não apenas de ter acesso aos benefícios materiais daquilo que é socialmente produzido em seus países, mas também *requerer o controle das condições sociais e políticas da produção*, mediante a retomada da *gestão territorial*: nos fins dos anos 1980, a *luta pela autonomia* passou a ser uma das principais bandeiras das mobilizações indígenas em nível continental¹⁹.

Essa transposição do eixo de reivindicação *do direito isolado e restrito de autodeterminação* (ligada à esfera sócio-cultural) *para a busca da autonomia* (vinculada às esferas política e econômica) desdobrou na defesa explícita da necessidade de transformações profundas nas estruturas de distribuição de poder, o que foi traduzido pelas organizações indígenas como a defesa de um Estado plural e democrático que permitisse a formação de autogovernos étnicos ou pluriétnicos em seu marco constitucional. Ao que parece, a periferia gestava a sua vanguarda em seus próprios termos: as populações camponesas e indígenas, vestígios do universo “pré-capitalista” e “pré-moderno”, se situavam na linha de frente na busca de novas alternativas políticas²⁰.

No México, a discussão sobre a autonomia ocupou boa parte da agenda pública da segunda metade da década de 1990. Se havia um consenso, esse era o de que os povos indígenas tinham o direito de viver segundo suas crenças e tradições culturais. Porém, na prática, o problema era de que modo viabilizá-la, o que resumia a questão em gradações de escalas: autonomia comunal ou regional. A autonomia comunal foi acirradamente defendida pelo governo e pelos agentes do neindigenismo (vinculados ou próximos do INI): significava o controle coletivo estritamente na dimensão da vida comunitária, alegado como âmbito natural da vida indígena. Já a autonomia regional, defendida pelos elementos mais organizados e ativos do movimento indígena, partia da idéia de que a comunidade era apenas o nível básico, e à medida que o tecido social em que se insere a existência dos indígenas não se reduzia à comunidade, a autonomia envolveria também esferas mais amplas: a comunal, a municipal e a regional. Tal regime implicaria na alteração da organização

¹⁹ Diz a *Declaración de Quito*, documento do *Primer Encuentro Continental de Pueblos Indios*, realizado em agosto de 1990: "el derecho que tenemos los pueblos al control de nuestros respectivos territorios, incluyendo el control y manejo de todos los recursos nacionales del suelo, el subsuelo y el espacio aéreo; la defensa e la conservación de la naturaleza (...), el equilibrio del ecosistema y la conservación de la vida, y además la constitución democrática de nuestros propios gobiernos". Cf. DÍAZ-POLANCO, Héctor (1998). *Op.cit.* 16.

²⁰ Cf. WARMAN, Arturo & ARGUETA, Arturo (coord) (1993). *Movimientos indígenas contemporáneos en México*. Miguel Angel Porrúa, México; BARCENAS, Francisco (2005). *Autonomía y derechos indígenas en México*. 2 ed. Ediciones Coyoacan, México; PASQUEL, Lourdes de Leon (coord) (2001). *Costumbres, leyes y movimiento indio en Oaxaca y Chiapas*. CIESAS/Miguel Angel Porrúa, México.

estatal, da disposição territorial, da concentração de competências e poderes, e do regime agrário, logo, em transformações sistêmicas e estruturais.

O aparecimento do EZLN representou a ponta de lança que colocou o tema em pauta. Mas ele mesmo só assumiu com mais ênfase a questão poucos meses depois da ação militar, afinal, era portador da herança política de *libertação nacional*, que logo mais seria reelaborada. De todo modo, no final de 1994, os “autonomistas” mexicanos estavam representados, além do EZLN, por 280 organizações de Chiapas, zapotecos de Sierra de Juárez (Oaxaca), mixtecos del Movimiento Zapatista del Sur, a organização estadual de purépechas de Michoacán, a organização estadual de indígenas de Guerrero, e comunidades hñahñu do Estado do México²¹.

Na década de 1980 iniciam-se os primeiros ensaios de *liberalização no campo*, rumo ao rompimento do pacto agrário de 1917, que se define em 1992, com duas importantes *modificações constitucionais*: a alteração do *primeiro parágrafo do artigo 4*, como resposta às demandas de direitos indígenas, que se rarefez quase exclusivamente aos direitos culturais, colocando a autonomia em xeque²²; e do *artigo 27* com a modificação do estatuto agrário no país²³. Para completar, o governo se preparava para a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). Estavam lançadas as bases para a privatização das terras dos camponeses, além de se retirar do Estado o papel de agente ativo impulsionador do desenvolvimento no campo, coroando a vitória do discurso antipopulista e anti-intervencionista, e o “enterro da era revolucionária”. Isso reduziu a possibilidade de reconhecimento legal da maior reivindicação indígena: o controle coletivo e interno de seus recursos territoriais. A nova legislação liberalizou os controles dos grupos e criou os mecanismos jurídicos para que os *ejidatários* e os comuneros pudessem ceder o direito de usufruto sobre seus recursos, parcelar suas terras, e colocá-las em mãos de terceiros para sua exploração com maiores facilidades.

²¹ Conforme a *Convención Nacional Indígena* de 18 de dezembro de 1994. *Declaración de la montaña de Guerrero*.

²² Eis seu conteúdo reformado: "La nación mexicana tiene una composición pluricultural sustentada originalmente en sus pueblos indígenas. La ley protegerá y promoverá el desarrollo de sus lenguas, culturas, usos, costumbres recursos y formas específicas de organización social, y garantizará a sus integrantes el efectivo acceso a la jurisdicción del Estado. En los juicios y procedimientos agrarios en que aquéllos sean parte, se tomarán en cuenta sus prácticas y costumbres jurídicas en los términos que establezca la ley." *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos (1993)*. 2ª reimpressão, México, Trilhas.

²³ Cf. PODER EJECUTIVO, 1992. *Diario Oficial de la federación*, México, Lunes, 6 de enero; e PODER EJECUTIVO, 1992. *Diario Oficial de la Federación*, México, 26 de febrero, respectivamente.

III- “SOLDADOS PARA QUE NÃO MAIS EXISTAM SOLDADOS”: O EZLN

Las campanas dejaron de tocar; pero la fiesta siguió. No hubo modo de hacerles comprender que se trataba de un duelo, de días de duelo. No hubo modo de hacer que se fueran; antes, por el contrario, siguieran llegando más.

Pedro Páramo (Juan Rulfo)

Para nosotros, los más pequeños de estas tierras, los sin rostro y sin historia, los armados de verdad y fuego, los que venimos de la noche y la montaña, los hombres e mujeres verdaderos, los muertos de ayer, hoy y siempre... Para nosotros nada. Para todos todo.

CCRI-EZLN, Comunicado de março de 1994

O EZLN nasceu como órgão das Fuerzas de Liberación Nacional (FLN), movimento armado marxista-leninista estabelecido em Chiapas que pretendia organizar milícias em todo o país e preparar-se para o momento em que houvesse condições maduras para a realização de uma revolução anti-imperialista²⁴. Para tanto, um pequeno grupo de guerrilheiros instalou-se no interior da selva Lacandona para iniciar ali operações militares, em 1983. O estado de Chiapas ocupa uma área de 75 mil km de superfície, divididos em aproximadamente 110 municípios, a maior parte de natureza rural, com 3,5 milhões de habitantes, dos quais cerca de um milhão são índios majoritariamente maias pertencentes às suas diversas etnias: tzeltales, tzoltziles, choles, zoques e tojolobares. O território chiapaneco está atravessado por altas serras e frondosas florestas.

Foram 10 anos de treinamento e intenso contato com as comunidades indígenas locais, até o levante armado, ocorrido em 1º de janeiro de 1994, que tomou a cidade de San Cristóbal de las Casas e as sedes municipais de Ocosingo, Altamiro e Las Margaritas, exatamente no primeiro dia de vigência do ingresso do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCN). O trabalho político e organizativo do EZLN foi sistemático e progressivo: de poucas dezenas de milicianos,

²⁴ O EZLN integra uma “segunda onda” de movimentos armados radicais no México, juntamente com o *Ejército Revolucionário Popular (ERP)* e o *Ejército Revolucionário Popular Insurgente (ERPI)*. Cf. MORÁN, Gustavo Hiraes (2003). “Radical groups in Mexico today”. *Policy papers on the Americas*, Vol. XIV, study 9, September, CIS, Washington.

chegaram ao contingente de alguns milhares de homens e mulheres em armas²⁵. Mas a incorporação de populações indígenas em suas fileiras produziu um impacto profundo na própria concepção tática e programática de revolução dos zapatistas, dialetizando materialismo histórico e cosmologia maia.

O EZLN se estabeleceu ao redor de um grande grupo de comunidades indígenas no interior de Chiapas, e junto a elas organizou o que passou a denominar por “municipalidades rebeldes”, com novas fronteiras territoriais e governos civis autônomos paralelos aos governos dos municípios oficiais. Os militares rebeldes estavam proibidos de ocupar postos nos governos locais. A autonomia, que aparecia timidamente nas primeiras declarações zapatistas, foi o princípio organizador das relações de poder no território insurgente, e depois viria a se tornar sua pedra angular.

Quadro 5. Leis revolucionárias do EZLN (janeiro de 1994)

Lei de impostos e de guerra
Voluntária para os que não são exploradores da força de trabalho e para aqueles sem posses. Para os demais, se estabelecem impostos entre 7 e 20% das rendas mensais. Os bens confiscados das forças armadas passarão a ser propriedade do EZLN, enquanto que aqueles recuperados do governo passarão a ser propriedade do “governo revolucionário”.
Lei de direitos e obrigações dos povos em luta
Direitos iguais sem distinção de raça, religião ou filiação política. Eleição livre de representantes. Exigir do exército que não interfira em assuntos civis. Possuir armas e defender-se com elas, inclusive do exército revolucionário. Realizar a cooperação acordada pela maioria para as necessidades da revolução. Prestação de contas das autoridades civis à população civil e ao comando do exército revolucionário.
Lei de direitos e obrigações das forças armadas revolucionárias
Denunciar os maus governos civis. Respeitar as ações do governo revolucionário e a justiça civil. Guerrear contra o inimigo até tirá-lo do território ou aniquilá-lo.

²⁵ ESPONDA, Juan González e BARRIOS, Elizabeth Pólito (1995). "Notas para comprender el origen de la rebelión zapatista". *Chiapas*, n.1, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM-Era, México.

Lei agrária revolucionária
Expropriação de terras que excedam 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em cooperativas ou sociedades camponesas. As terras concedidas aos camponeses sem posse serão propriedade coletiva. Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes. Preservação de zonas de selva e reflorestamento. Os recursos naturais são propriedade do povo. Não serão cobrados impostos dos que trabalhem coletivamente.
Lei revolucionária das mulheres
Direito de decidir quantos filhos ter. Direito a serem eleitas democraticamente para um cargo militar ou civil. Não podem ser obrigadas ao matrimônio.
Lei da reforma urbana
Deixarão de pagar renda aqueles que vivem há quinze anos no mesmo lugar. Os que vivem há menos de 15 anos pagarão 10% do salário de chefe de família. As mansões poderão ser ocupadas como moradias de muitas famílias.
Lei do trabalho
As companhias estrangeiras pagarão o equivalente aos salários que pagam em seus países de origem. Aumentos mensais de salário, segundo uma comissão local de preço e salário. Os trabalhadores terão direito a ter ações da empresa, segundo antiguidade.
Lei de indústria e comércio
Proibida a açambarcagem. As indústrias falidas ou abandonadas passarão a fazer parte da propriedade da nação. Preços de produtos básicos regulados por uma comissão democraticamente eleita.
Lei da seguridade social
São prioridade os doentes incapacitados, os órfãos e os doentes sem família. As pensões dos aposentados serão iguais ao salário mínimo.

Fonte: ORNELAS, Raúl (2005). "A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos Caracoles." Em: CECEÑA, A. *Hegemonias e Emancipações*, CLACSO, Buenos Aires.

As primeiras medidas revolucionárias, como podemos perceber, possuem caráter eminentemente socializante, tanto no seu aspecto político (na arquitetura das relações de poder) quanto econômico (no arranjo da estrutura agrária). Chama atenção também a preocupação dos zapatistas com a situação de subalternidade da mulher, mesmo nas fronteiras da tradição indígena. O que indica um processo de re-semantização do próprio componente étnico, empurrando-o para o tema da construção da autonomia, experienciada coletiva mas também individualmente. O estatuto da diferença forneceu elementos para a composição de uma ótica crítica sobre a organização do mundo capitalista, dado que as diferenças de classe também se sedimentam sobre as diferenças étnicas.

O plano dos zapatistas era marchar até a tomada da cidade do México. O objetivo, fomentar a guerra revolucionária. O ingresso no TLCN pressagiava, juntamente com as reformas no campo, maus tempos para a população pobre e excluída. No entanto, depois de 12 dias de confronto com o exército mexicano, o EZLN decidiu pelo cessar fogo, em virtude da manifestação massiva da sociedade nacional contra a luta armada e a guerra civil. Os mexicanos não queriam travar uma batalha nesses moldes. Por outro lado, a sociedade mexicana também se expressava massivamente a favor da causa zapatista, pelo direito às condições dignas de vida, e à "autodeterminação" do povo indígena. Os zapatistas tinham na opinião pública nacional seu maior aliado.

Tal circunstância foi decisiva para o estabelecimento das primeiras conversações com o governo, além de sinalizar para o potencial de outras estratégias, fomentando o "ativismo midiático" dos zapatistas e toda uma política de comunicações. Nesse momento também tomaria vulto o mascarado porta-voz do EZLN, o Subcomandante Insurgente Marcos, figura carismática e emblemática, conhecido pela expressiva potência literária com a qual redige os comunicados zapatistas²⁶.

²⁶ Para uma reflexão interessante sobre a figura do Subcomandante Marcos, ver SEIBOLD, Jorge (2001). "O fenômeno zapatista, o enigma do subcomandante Marcos e o significado da gesta zapatista". *Cadernos CEAS*. N.196, novembro/dezembro, Salvador.

O primeiro encontro com representantes do governo ocorreu na Catedral de San Cristóbal, Chiapas, entre 21 de fevereiro e 3 de março de 1994. As principais demandas do EZLN passavam pelo reconhecimento do estado de beligerância, a constituição de um novo pacto federativo que permitisse maior autonomia econômica e cultural, possibilitando a autonomia a cada povo que a reivindicasse, a concretização de mudanças nas relações com o Estado, a criação de novos municípios e regiões pluriétnicas, a convocação de novas eleições precedida por uma reforma eleitoral, e a revogação da reforma salinista do artigo 27 da constituição e da lei agrária a ela correspondente. O governo parecia simpático às demandas dos insurrectos, mas acabou saindo pela tangente com uma proposta de modificação constitucional extremamente genérica sobre o pleno direito de manifestação cultural das populações indígenas.

Em agosto de 1994 o EZLN fundou o seu primeiro *Aguascalientes*, um espaço simbólico edificado perto do povoado de Guadalupe Tepeyac, em Chiapas, com o objetivo de articular-se com a sociedade civil nacional e internacional, recebendo-a e realizando projetos políticos e sociais em colaboração. Outros seriam criados ao longo do ano seguinte. Nesse âmbito, inaugurou o espaço sediando a organização da *Convención Nacional Democrática*, onde almejou, entre outras coisas, aproximar-se de setores da esquerda do PRD, especialmente aqueles ligados ao então candidato a presidência Cuauhtémoc Cárdenas.

Ocorreu que o candidato de Salinas venceu a eleição presidencial, e o governo Zedillo, do PRI, tomou posse em janeiro de 1995. Ao mesmo tempo que mostrava disposição pública para conversar com a guerrilha, ele preparava uma traiçoeira ofensiva militar aos rebeldes, logo em fevereiro. E assim foi destruído o *Aguascalientes* de Guadalupe Tepeyac. Tal fato gerou grande repercussão na sociedade mexicana e internacional, solidária à guerrilha que havia optado pelo diálogo político. A agitação gerada propiciou a intervenção do poder legislativo, que em março de 1995 aprovou a *Ley para el diálogo, la conciliación y la paz digna en Chiapas*, cujo primeiro artigo definiu o EZLN como "una organización de ciudadanos mexicanos, mayoritariamente indígenas, que se inconformó por diversas causas y se involucró en el conflicto"²⁷. Os zapatistas já não estavam mais à margem da lei. Sob essa plataforma legal e política, em setembro de 1995 o governo e o EZLN acordaram as bases para o segundo diálogo de negociação. Foi então preparado o *Diálogo de*

²⁷ Cf. Congreso de la Unión, 1995. "Ley para el diálogo, la conciliación y la paz digna en Chiapas". *Diario de la Federación*. México, 11 de marzo.

San Andrés, em San Andrés Larráinzar, Chiapas, que durou de outubro de 1995 a janeiro de 1996. O mesmo foi estruturado de maneira bastante sistemática, dinamizado por mesas temáticas em que cada parte (governo e EZLN) poderia indicar um número de convidados e assessores.

A síntese dos *diálogos* reconhecia a luta pela autonomia como contribuição indígena à democracia mexicana, e que aquela somente poderia se concretizar sob dadas condições, implicando em modificações no marco jurídico e na política econômica vigente. No final do processo, o governo e o EZLN assinaram um documento onde constavam os seguintes compromissos: o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito de autodeterminação dos povos indígenas (especialmente levando em conta o fato de o México ser signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho); a realização de reformas legais e constitucionais visando ampliar a participação e a representação política local e nacional dos povos indígenas, conformando um novo federalismo; a garantia do acesso pleno dos povos indígenas aos instrumentos jurídicos do Estado, e sua utilização levando em conta as suas especificidades culturais e seus sistemas normativos internos²⁸.

Assim, em janeiro de 1996 o EZLN convocou o Foro Nacional Indígena, um grande encontro para referendar o acordo de San Andrés e promover a elaboração de estratégias e mecanismos de pressão em relação ao governo. O problema foi que, no ano seguinte, o governo Zedillo elaborou uma proposta unilateral, desconsiderando abertamente os acordos presentes nos documentos finais dos *diálogos*. Mais uma vez, outra modificação constitucional genérica seria encaminhada ao Congresso, perdendo-se no discurso amplo “da necessidade de se preservar e defender o patrimônio cultural indígena”.

Mais um governo passaria, e os acordos de San Andrés seriam novamente lançados ao limbo. Enquanto isso, os zapatistas passaram a acumular problemas com a atuação de grupos paramilitares na região²⁹. Não foi diferente com o governo Fox, eleito sob a derrota do PRI, que há mais de 70 anos permanecera no poder. O presidente Fox havia prometido dar uma solução para o problema, e de fato em 2001 enviaria ao Congresso um projeto de lei “minimalista” que contemplava alguns dos

²⁸ Cf. GOBIERNO FEDERAL-EZLN. (1996). "Acuerdos sobre derechos y cultura indígena - Documentos". *Chiapas*, n.2, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM-Era, México.

²⁹ Cf. RIVAS, Gilberto López y (2003). "Contra insurgencia y paramilitarismo en Chiapas en el gobierno de Vicente Fox". *Chiapas*, n.15, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM-Era, México.

pontos exigidos pelos zapatistas. Porém, não foi com o mesmo empenho que o governo “pressionaria” sua própria bancada a votar a favor, e assim sua própria iniciativa seria derrotada³⁰. O acontecimento representou para os zapatistas mais um grande ato de traição operado pelo governo e pelos “políticos oficiais”, e jogou importante papel na formatação de uma nova frente de luta para o EZLN.

O fracasso contínuo nas negociações com agentes governamentais e dos dois *diálogos* levou o EZLN a iniciar uma nova fase de ação, pautadas em dois elementos: *prosseguir na resistência armada e passar a concretização unilateral do processo autonômico*. De modo que viria à luz, em 2003, um intenso esforço de reordenamento interno da região ocupada pelos zapatistas, culminando na criação dos *Caracoles*³¹, e em 2005, a organização de um grande movimento civil denominado *Otra Campaña*³², pautado na crítica severa aos partidos políticos e aos poderes institucionalizados, organizando uma grande frente popular itinerante em busca da criação de uma agenda nacional de mudanças.

IV- OS CARACOLES E AS JBG: UMA FASE SUPERIOR DA AUTONOMIA?

Dicen aquí que los más antiguos dicen que otros más anteriores dijeron que los más primeros de estas tierras tenían aprecio por la figura del caracol. Dicen que dicen que decían que el caracol representa el entrarse al corazón, que así le decían los más primeros al conocimiento. Y dicen que dicen que decían que el caracol también representa el salir del corazón para andar el mundo, que así llamaron los primeros a la vida. Y no sólo, dicen que dicen que decían que con el caracol se llamaba al colectivo para que la palabra fuera de uno a otro y naciera el acuerdo. Y también dicen que dicen que decían que el caracol era ayuda para que el oído escuchara incluso la palabra más lejana. Eso dicen que

³⁰ O processo de 2001 envolveu mais uma vez uma grande mobilização do EZLN e das organizações indígenas, culminando com uma marcha zapatista até o Congresso Nacional, onde os guerrilheiros fizeram uso da tribuna. Cf. COMANDANTA ESTHER (2001). “Queremos ser indígenas e mexicanos”. Discurso proferido em 28 de março de 2001 no Palácio Legislativo de San Lázaro. Em: *Cadernos CEAS*, n.195, setembro-outubro, Salvador.

³¹ Cf. SUBCOMANDANTE MARCOS (2003). *La treceva estela*. Em: <http://www.ezln.org.mx>.

³² Cf. CCRI-CG EZLN (2005). *Sexta Declaración de la selva Lacandona*. Em: <http://www.ezln.org.mx>. Uma discussão interessante sobre a *Otra* pode também ser encontrada em: ROJAS, Carlos Aguirre (2006). *Chiapas, planeta Tierra*. Contrahistorias, México.

dicen que decían . Yo no sé. Yo camino contigo de la mano y te muestro lo que ve mi oído y escucha mi mirada. Y veo y escucho un caracol, el "pu"y", como le dicen en lengua acá.

Subcomandante Insurgente Marcos, La treceava estela

Rompendo um silêncio público de quase 2 anos desde a Marcha pela Dignidade Indígena à cidade do México, no dia 8 de agosto de 2003 o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCIR), órgão central do EZLN, anunciou o sepultamento dos *Aguascalientes* e o nascimento dos *Caracoles*³³. Os festejos fúnebres e natalícios, imersos em muito simbolismo, duraram três dias no município rebelde de Oventik, em Chiapas (comunidade próxima a San Andrés Larráinzar, sede municipal que deu lugar aos *diálogos* de 1995-1996).

Os *Aguascalientes* representavam então espaços de interlocução entre as municipalidades rebeldes e a sociedade civil, e ao converter-se em *Caracoles*, não só mudaram de nome, mas também de funções e de estrutura. Até julho de 2003, os *Aguascalientes* eram a sede dos comandos político-militares (havia um Comitê Clandestino Revolucionário Indígena instalado em cada um deles) que tinham sob sua jurisdição as “zonas”, as quais compreendiam claramente a área de influência dos municípios autônomos revolucionários zapatistas (MAREZ).

Entre as principais transformações inseridas nessa passagem para uma “fase superior de autonomia”, podemos destacar as seguintes³⁴: mudanças na organização interna desses espaços, deixando de ser um “movimento” para converter-se em uma estrutura com membros afiliados; definição mais clara de direitos e obrigações de seus membros e a natureza das relações entre os órgãos das estruturas civil e político-militar; estabelecimento de um novo nível de autoridade nos governos autônomos: a *região autônoma*; constituição das *Juntas de Buen Gobierno* (JBG) como estruturas para a vigilância do bom governo das entidades autônomas zapatistas e como instâncias civis para a representação e negociação, interna e externamente; e definição de competências e atribuições dos órgãos de governo das

³³ Para uma melhor visualização da disposição territorial dos municípios rebeldes e dos *Caracoles* zapatistas, ver mapas em anexo.

³⁴ Cf. BURGUETE CAL Y MAYOR, Araceli (2003). “Las Juntas de Buen Gobierno”. Memoria. Cemos, n.177, novembro, México; DÍAZ-POLANCO, Héctor (2003). “Juntas de Buen Gobierno ¿una etapa superior de la autonomía?” Memoria. Cemos, n.176, outubro, México.

entidades autônomas zapatistas (comunidade, município, e região). Pelo lado das mudanças mais externas, foram redefinidas as regras de relação com “as sociedades civis” nacional e internacional e com as comunidades e organizações sociais, de seu entorno.

Quadro 6. Os Caracoles e as Juntas de Bom Governo (agosto de 2003)

Caracoles	Junta de Bom Governo	Sede	Povos
Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños	Hacia la esperanza (Selva Fronteiriça)	La Realidad	Tojolabales, Tzeltales e Mames.
Torbellino de nuestras palabras	Corazón del arcoiris de la esperanza	Morelia	Tzeltales, Tzotziles e Tojolabales.
Resistencia hacia un nuevo amanecer	El camino de futuro	La Garrucha	Tzeltales
El caracol que habla para todos	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	Choles, Zoques e Tzeltales.
Resistencia y rebeldía por la humanidad	Corazón céntrico de los zapatistas delante del mundo	Oventik	Tzoltziles e Tzeltales.

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos, 2003. *La treceava estela*

Cada *Caracol* abrange uma certa delimitação territorial composta pelos municípios rebeldes. Estes, que já praticavam formas de autogovernos civis baseadas na democracia direta e no mandato imperativo de conselhos, participariam de um *caracol* através de delgados enviados à respectiva JBG³⁵. A nova configuração, além de acentuar as funções dos MAREZ na condução da administração da justiça, da saúde comunitária, da educação, da habitação, da terra, do trabalho, da informação e da cultura, da alimentação, do comércio e do trânsito local, possibilitou a edificação de uma instância de articulação regional, as JBGs, que cumprem funções exclusivas de coordenação de tarefas partilhadas por um certo número de MAREZ e passam a zelar pela vigilância dos princípios zapatistas (contidos basicamente nas leis

³⁵ Cf. MONJARDIN, Adriana López e Millán, Dulce María Rebolledo (1999). "Los municipios autónomos zapatistas". *Chiapas*, n. 7, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM-Era, México.

revolucionárias), papel antes reservado ao Comando do EZLN, que se esforçaria para limitar-se a apenas força de autodefesa a serviço das JBGs³⁶.

Do que resulta que em cada Região Autônoma Rebelde Zapatista, passa a haver três níveis de governo civil: o *regional*, com uma JBG; o *municipal*, integrado por um Conselho Autônomo de um MAREZ, e o *comunitário*, com representantes das “Comunidades em Resistência”.

Quadro 7. Objetivos, tarefas e primeiras medidas das *Juntas de Buen Gobierno* (agosto de 2003)

Tentar neutralizar o desequilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades.
Mediar os conflitos entre municípios autônomos, e entre municípios autônomos e governamentais.
Atender as denúncias contra os Conselhos Autônomos por violações dos direitos humanos, protestos e inconformidades, investigar sua veracidade, ordenar aos Conselhos Autônomos a correção desses erros, e vigiar seu cumprimento.
Vigiar a realização de projetos e tarefas comunitárias nos municípios autônomos rebeldes zapatistas (MAREZ), tomando o cuidado para que sejam cumpridos os tempos e as formas estabelecidos em comum acordo pelas comunidades; e para promover o apoio a projetos comunitários nos MAREZ.
Vigiar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, funcionem nos Marez.
Atender e guiar a sociedade civil nacional e internacional na visita às comunidades, levar adiante projetos produtivos, instalar acampamentos de paz, realizar pesquisas (deixando algum benefício para as comunidades), e qualquer atividade permitida em comunidades rebeldes.
De comum acordo com o CCRI-CG do EZLN, promover e aprovar a participação de companheiros e companheiras dos MAREZ em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes, e para eleger e preparar os mesmos.
Cuidar para que, em território rebelde zapatista, aquele que manda, mande obedecendo.
Decidir, depois de avaliar a situação das comunidades, onde é mais necessário que se dirijam os apoios externos. É obrigatório a todos os projetos o chamado “imposto irmão”, que é de 10% do montante do total do projeto, destinado a outra comunidade que não

³⁶ Cf. ALMEYRA, Guillermo (2003). "Las juntas de buen gobierno zapatistas y la autonomía". *Memoria*. Cemos, n.176, outubro, México.

recebe apoio, para equilibrar um pouco o desenvolvimento econômico das comunidades em resistência.

Registrar pessoas, comunidades e sociedades de produção e comercialização zapatistas. Os excedentes ou bonificações pela comercialização de produtos de cooperativas e sociedades zapatistas serão entregues às JBGs para apoiarem aqueles que não podem comercializar seus produtos ou não recebam nenhum tipo de apoio.

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos, 2003. *La treceava estela*.

O processo de autonomia regional que os zapatistas começaram a construir com os *Caracoles* está se realizando explicitamente na contra-corrente dos marcos legais mexicanos. Estas mudanças implicaram em uma curiosa redefinição da estratégia de luta, pois ratificou: a via política como caminho; a resistência como sua principal forma de luta, ainda que agora rejeitando todo tipo de negociação com as instituições de governo e, portanto, reafirmando sua condição de rebeldes; a estratégia de instauração de governos paralelos como um mecanismo para a organização política interna e para aplicar, pela via de fato, os Acordos de San Andrés; e a centralidade da via civil para o impulsionamento das mudanças sociais.

Para encerrar, a experiência zapatista nos coloca, no mínimo, diante de estimulantes contradições: um exército que elegeu a paz, uma força política legalmente reconhecida que rejeita a política institucional, críticos ferozes do mau governo que organizam o bom governo, e revolucionários radicais que lutam por reformas constitucionais. Entender o jogo de forças que conduz esse aparente paradoxo, e sua substantivação nas práticas políticas e sociais que vertebram o ensaio de autogoverno zapatista, é um imperativo que nos conduz necessariamente a (re)pensar muitos dos dilemas e inquietações não resolvidos pelo mundo contemporâneo, resgatando para o centro do debate político o republicanismo radical e humanista subsumido pelas arestas do pragmatismo liberal vitorioso.

A APOSENTADORIA NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES DOS IDOSOS NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA (PB): QUESTÕES DA CONTEMPORANEIDADE

Adriana Soares Nascimento (Mestranda em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -PPGCS/UFCG)

E-mail: adriana.cg@hotmail.com; adrianacg@oi.com.br

Ramonildes Alves Gomes (Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais -PPGCS/UFCG)

E-mail: rnildes@hotmail.com

RESUMO

A modernização reflexiva possibilita processos ativos de auto-identidade (Giddens, 1997). É mediante essa perspectiva, que se concebe uma influência mútua e ativa entre idosos como atores sociais e a estrutura social quanto às formas de atribuir significados ao processo de envelhecer (Couto, 2002). Utilizando a entrevista semi-estruturada procuramos analisar a realidade de famílias que vivem na área rural do município de Lagoa Seca/PB, na tentativa de compreender o papel dos benefícios rurais na construção de identidades dos idosos e nos arranjos familiares. A análise da pesquisa assinala que a diversidade de modelos familiares encontrados, são exemplos das alterações impingidas pela modernidade, especialmente no contexto do mundo rural. Grupos familiares chefiados por mulheres, situações de co-residência, unidades domésticas compartilhada por grupos de gerações distintas, enfim, contrasta com o modelo de família, historicamente instituído no meio rural nordestino. Estes aspectos, embora comuns quando pensados no meio urbano, no meio rural, são denunciadores da velocidade das mudanças e de como estas influenciam na elaboração de demandas, que legitimam e constroem identidades, mediados por fichas simbólicas, neste caso, representado pelo benefício da aposentadoria, ou seja, a aposentadoria como elemento que identifica a condição de sujeitos inseridos na vida social – provedores, consumidores e trabalhadores.

1. INTRODUÇÃO

A população idosa tem crescido em todo o mundo em relação aos demais grupos etários. No Brasil a participação dos que tem acima de 60 anos aumentou de 4%, em 1940, para 9%, em 2000. As projeções estimam que em 2025, 14% da população total do Brasil sejam de idosos. Além disso, a proporção da população “mais idosa” isto é, de 80 anos ou mais, também está aumentando, levando a uma heterogeneidade do chamado segmento idoso (Camarano, 2002).

Um conjunto de fatores tem sido responsável pelo crescimento relativamente mais elevado da população idosa e da longevidade, entre eles: a alta taxa de fecundidade prevalecente no passado e reduzindo no presente, e a redução da mortalidade como resultados de políticas e incentivos promovidos pelo estado e pelo progresso tecnológico. Paralelamente, desafios são lançados, traduzidos por uma pressão nos sistemas da previdência social, abordados nos países em desenvolvimento como a “crise da velhice”. Esta faz emergir a necessidade de estudos sociais voltados para uma nova dimensão do envelhecimento.

Os estudos acerca da velhice que se desenvolveram mais no final do séc. XIX, especialmente a partir dos anos de 1960, na grande maioria estão relacionados às áreas da medicina e da biologia. Vale dizer, portanto, que uma quantidade expressiva dos trabalhos publicados sobre a velhice enfatiza o papel do idoso como um problema social. (Barros, 2003).

A velhice definida como um “problema social” tende a ser compreendida de modo limitado e ações sociais voltam-se para uma dimensão previdenciária, ficando em segundo plano o processo de envelhecimento em sua totalidade.

Partindo desta concepção, a velhice é abordada como um fardo para a família e para a sociedade, ou seja, o velho é o incapaz, aquele a quem não resta mais nada a não ser esperar a morte. Neste sentido, o ideal de juventude é supervalorizado em relação à chamada “Terceira Idade”. No Brasil, podemos perceber que muito pouco se tem feito para ampliar o conhecimento, eliminar os estereótipos e desmistificar o processo de envelhecimento, principalmente no setor rural.

É na interface entre a complexidade da sociedade contemporânea e os dilemas que envolvem os aspectos mais íntimos da vida dos grupos sociais excluídos, especificamente aqueles que vivem no meio rural, que este trabalho se propõe a analisar como os processos sociais influenciam na elaboração de demandas e se tornam mediadores na construção de identidades, constituídas a partir de sistemas de classificação como provedor, aposentado, chefe de família, agricultor, idoso, entre outros.

Nesse sentido, objetivamos compreender o processo de envelhecimento no meio rural, em especial o do idoso agricultor, provedor e aposentado, analisando o papel dos benefícios rurais na construção de identidades, nos arranjos familiares e nas condições de vida dos idosos e de sua família, assim como os múltiplos significados do envelhecimento impingidos pela aposentadoria rural no município de Lagoa Seca/PB. Para tanto, além da introdução, o texto contém mais quatro seções. Na segunda seção apresenta-se o contexto atual do idoso provedor e da família no meio rural. A terceira descreve brevemente a metodologia orientadora do trabalho de campo. A quarta seção

apresenta os principais resultados obtidos da análise dos dados coletados no município pesquisado e a última seção dedica-se às considerações finais.

2. O IDOSO PROVIDOR/APOSENTADO E A FAMÍLIA NO MEIO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Pesquisas feitas nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil entre 1970 e 2000 por Silva e Joaquim (2004) apontaram para a co-residência como uma estratégia familiar utilizada para beneficiar tanto as gerações mais novas, como as velhas, e que a extensão dos benefícios da seguridade social no Brasil tem beneficiado não somente os idosos, mas também seus familiares. Camarano e Ghaouri (2003) inferem que há indicações de que as gerações mais novas são as maiores beneficiadas. No entanto, para os autores, do ponto de vista da população idosa, a importância da co-residência está relacionada com suas condições de saúde, autonomia, renda e quando perdem a capacidade laboral. Do ponto de vista dos filhos adultos, a co-residência depende da inserção no mercado de trabalho e/ou da constituição de uma nova família.

No que se referem aos benefícios rurais, eles estão desempenhando, segundo Beltrão (*et al*, 2004), um papel importante nos arranjos familiares, nas condições de vida dos idosos e de suas famílias. Em suas pesquisas, a autora analisou os efeitos não-esperados nas mudanças da legislação brasileira, relativas aos benefícios não-contributivos¹ dirigidos à população idosa rural. Os resultados dessas pesquisas apontam que famílias com três ou mais gerações têm crescido no meio rural brasileiro com um maior *empoderamento* do idoso dentro da sua família, em particular das mulheres, alterando o papel tradicional do idoso dependente para provedor, observando uma redução na proporção de famílias *sem* idosos residindo, o que era esperado, dado o envelhecimento populacional. As famílias *de* idosos (onde o idoso é chefe ou cônjuge) passaram a ser, em 2002, responsáveis por 26% das famílias rurais brasileiras. As famílias *com* idosos (os idosos moram na condição de parentes do chefe, mas onde o chefe não é idoso) diminuíram tanto em termos absolutos quanto relativos. De acordo com o autor, a redução das famílias com idosos sugere uma redução da “dependência” dos idosos. O que não era esperado frente ao crescimento do número de idosos, do trabalho feminino, da queda na fecundidade e da industrialização.

As informações sugerem que duas tendências podem ser generalizadas: os idosos estão vivendo mais e os jovens estão adiando a idade em que saem da casa dos pais (Silva e Joaquim, 2004; Camarano e Ghaouri, 2003). Alguns fatores são apontados

¹Esses são os benefícios caracterizados pelos autores e que cobrem os trabalhadores rurais e os idosos e inválidos não assegurados que são incapazes de se manterem ou serem mantidos pelas suas famílias e que não contribuem diretamente para a previdência social.

para compreensão deste movimento: a instabilidade do mercado de trabalho e das relações conjugais, os jovens em maior período na escola, e a renda dos idosos constituindo um recurso para “melhores” condições de vida, o que pode, também, ser um dos fatores para a co-residência.

Em uma economia rural, em que os pais possuem a terra, os meios de produção ou recursos econômicos, estes acabam sendo os responsáveis por ajudar seus filhos, mesmo quando eles já estão crescidos e/ou economicamente ativos. O censo de 2000 aponta que 63,95% dos idosos da região Nordeste são os chefes do domicílio. Os idosos residentes em áreas rurais são mais prováveis de assumir a chefia de seus domicílios e, à medida que avança na idade, a chance diminui. Doenças, incapacidades físicas ou invalidez são fatores responsáveis por reduzir as chances de o idoso chefiar o domicílio. Solteiros, viúvos, possuir uma boa renda e trabalhar são fatores que aumentam a possibilidade de o idoso ser o chefe. Muitos são os casos em que o rendimento do trabalho dos idosos é fundamental na composição de sua renda pessoal e familiar (Silva e Joaquim, 2004).

Benedita Cabral (1997) aponta para novos arranjos familiares que obedecem aos padrões morais, reconhecendo a autoridade dos mais velhos na condição de chefe da casa. A autora observou que a aposentadoria e pensões aliadas à propriedade da casa conferem aos idosos de baixa renda a condição de provedores e que, nas relações familiares, as decisões resultam de uma negociação, na qual todos os membros da família acabam influenciando e participando na criação de modelos alternativos de relações. Entretanto, observa-se que, na dinâmica dessas negociações, o poder atribuído aos membros na família sofre variação por geração, sexo, grupos e contextos sociais.

Para a autora, esse argumento ajuda a compreender o significado que os idosos atribuem ao permanecer como chefe da casa e da família. Neste sentido afirma:

Ao residirem com filhos adultos e netos em sua própria casa, lutam para que prevaleça sua autonomia e sua condição de chefe, assumindo a responsabilidade pela manutenção de si próprios e de suas famílias. A importância desse poder sobre seus descendentes também se exprime na autonomia que eles desfrutam e que também concedem aos filhos e netos, que lhes devem obediência, além de constituir um importante elemento da elevada auto-estima encontrada entre esses idosos. Reforçando a valorização da família. (Cabral, 1998: 63).

Os idosos buscam dar continuidade à identidade construída no curso de uma vida, sustentada em pilares como autonomia, responsabilidade, independência, autoridade; objetivando, possivelmente, não perder a credibilidade da imagem construída,

a capacidade de sujeito ativo, orientador dos processos que envolvem o grupo familiar e, sobretudo, o respeito e a confiança dos familiares.

Inserido nessa época das incertezas, das fragmentações, das desconstruções, da troca de valores, do consumismo em ter e não em ser, do culto ao corpo frente ao mito da eterna juventude, em que se sobrepõe o novo, envelhecer torna-se inconcebível e intolerável. O indivíduo tende a sentir-se confuso, diante da velocidade das transformações e da vivência da perda, tornando-se obscura sua própria inserção e fazendo evaporar todas as certezas, colocando desafios ao pensamento, à imaginação e à criatividade.

Esse processo de convivência de mudança é característica marcante da modernidade, mas não é apenas o que a caracteriza, ela é uma forma altamente reflexiva de vida (Hall, 2001). Anthony Giddens foi um dos teóricos a se dedicar ao estudo da modernidade. Para Giddens, *a modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual e, portanto, com o eu.* (2002:9) O Eu não sendo compreendido como entidade passiva, determinado por influências externas, e sim contribuindo para as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações.

É característica da vida social, segundo o autor, processos profundos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe², em que essa associação radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da modernidade, atuando na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana. Giddens (2002) classifica em dois tipos os mecanismos de desencaixe: as fichas simbólicas e os sistemas especializados. O primeiro refere-se aos meios de troca com valor padrão, sendo intercambiáveis numa pluralidade de contextos; e o segundo dispõe de conhecimentos técnicos³ com validade independente dos que praticam e fazem uso deles. É para o autor a transformação do tempo e do espaço com os mecanismos de desencaixe que *afasta a vida social da influência de práticas e preceitos preestabelecidos em um contexto da consumada reflexividade*⁴. (p.25) Desta forma, a modernidade é para Giddens (2002) uma ordem pós-tradicional, uma forma altamente reflexiva de vida na qual as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter.

² Giddens define os mecanismos de desencaixes como os mecanismos que deslocam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinao-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço.

³ Para o autor o conhecimento não fica restringido a áreas tecnológicas, ele se estende as relações sociais e às intimidade do eu.

⁴ É a terceira maior influência sobre o dinamismo das instituições modernas.

Para Giddens é no sentido dessa descontinuidade, tanto em termos de extensão quanto de intensidade, que as transformações envolvidas na modernidade alteram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana (Hall, 2001). Ele vê a vida cotidiana, dentro da alta modernidade, como um complexo ativo de reações aos sistemas abstratos, que envolve tanto apropriação como perdas. Confiança e risco, oportunidade e perigo são características polares, paradoxais da modernidade e permeiam todos os aspectos da vida cotidiana. Neste sentido, ninguém pode estar completamente de fora diante das condições da modernidade. A modernização reflexiva possibilita processos ativos de auto-identidade, vê como possível e necessário o engajamento político coordenado, tanto no nível local como global. Enfim, para Giddens (1997), na modernização reflexiva existe a oportunidade de desenvolvimento de formas autênticas de vida humana.

Diante do exposto, nos dedicaremos à análise do papel dos benefícios rurais na construção de identidades, nos arranjos familiares e nas condições de vida dos idosos e de sua família, assim como os múltiplos significados do envelhecimento impingidos pela aposentadoria rural no município de Lagoa Seca/PB, na tentativa de compreender a presença de um processo extremamente veloz de redefinições e reestruturação das fases da vida, de construções de identidades, bem como dos conteúdos específicos atribuídos à fase do envelhecimento no meio rural.

3. METODOLOGIA

3.1. Área de estudo

O município de Lagoa Seca dista 6 km da cidade de Campina Grande. 66,41% da população concentram-se na zona rural, o que corresponde a 16.042 habitantes; e apenas 33,59%, ou seja, 8.112 habitantes aproximadamente, residem na zona urbana (IBGE, 2000). Do total de 24.154 habitantes, 2.522 têm 60 anos ou mais de idade.

Este perfil de distribuição indica certo densamento populacional na área rural, como também a importância das atividades agropecuárias na vida econômica e social da pequena cidade. Lagoa Seca é um município de economia agrícola, com destaque especial para o cultivo de culturas de subsistência (feijão, milho e mandioca), frutíferas e hortaliças, figurando no cenário estadual e regional como um importante produtor de horti-fruti-granjeiros, sendo esta produção escoada para os entrepostos de comercialização EMPASA(s) de Campina Grande, João Pessoa e Recife, além de abastecer grandes redes de supermercados. Como na maioria das áreas rurais dos municípios nordestinos, a população das áreas rurais do município de Lagoa Seca

enfrenta problemas como: migração, desemprego e uma população jovem⁵ ociosa e sem possibilidades de permanecer no campo, em função da falta de perspectivas de trabalho. Podemos observar a Tabela 1.

Tabela 1 - População por Faixa Etária.

FAIXA ETÁRIA	1996	2000
0 a 4 anos	2.544	2.534
5 a 9 anos	2.639	2.561
10 a 19 anos	5.457	5.412
20 a 29 anos	3.725	4.122
30 a 39 anos	2.761	3.141
40 a 49 anos	1.944	2.068
50 a 59 anos	1.578	1.794
60 anos ou mais	1.947	2.522
Idade ignorada	32	
TOTAL	22.627	24.154

Fontes: Anuário Estatístico (2000) e IBGE (2000)

Quanto à população idosa, constata-se uma predominância de pessoas idosas na zona rural deste município (Ver - tabela 2). Desse modo, também nessa área, tem-se um número significativo de aposentados corroborando para o que atestam as estatísticas oficiais: que nas áreas rurais há um número significativo de idosos que gozam do benefício da aposentadoria. Em Lagoa Seca, segundo dados da tabela 2 acerca do volume de benefícios pagos a população idosa até agosto de 2006, no total dos benefícios pagos pelo INSS prevalece uma quantidade superior de idosos beneficiados na zona rural, visto que há uma forte concentração deste grupo nessa área.

Tabela 2 – Espécie dos benefícios/população distribuídos pela localização.

ESPÉCIE DOS BENEFÍCIOS	RURAL	URBANO
Aposentadoria/idade trabalhador rural	320	-
Renda mensal vitalícia idade trabalhador rural	32	-
RMV idade	04	01
Aposentadoria por idade	1.391	112
Benefício assistencial (amparo da Loas) idoso	-	89
Total de benefícios	1.747	202

Fonte: INSS de Campina Grande Agosto/2006

⁵ Informações obtidas a partir do Plano Diretor 2006 do município de Lagoa Seca.

São, especificamente, os idosos aposentados, provedores e residentes na área rural deste município, como também seus familiares, os sujeitos da análise que pretendemos desenvolver.

3.2. Procedimentos de coleta

Como já dissemos o instrumento metodológico utilizado foram as entrevistas semi-estruturadas, feitas com idosos de ambos os sexos e faixa etária que varia de 70 a 81 anos de idade, sendo esta superior à média da expectativa de vida do município, que é de 59,17 anos. Quanto ao nível de instrução, na sua maioria os idosos possuem ensino fundamental incompleto e outros são analfabetos. Sendo o minifúndio uma característica marcante deste município, todos os idosos entrevistados são proprietários de sítios, cujas áreas possuem no máximo 5 ha. A maior parte é natural da zona rural do município de Lagoa Seca e, atualmente, formada por agricultores-aposentados.

Para a escolha dos informantes contamos com a colaboração dos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca. O critério predominante foi basicamente a facilidade de acesso - conhecimento, a proximidade dos sítios - além de certa diversidade quanto ao perfil do grupo: homens, mulheres, casados, viúvos, católicos, evangélicos. Neste processo de escolha dos informantes é importante registrar que, segundo os funcionários do sindicato, todos os informantes são, na sua maioria, chefes de família, conhecidos e respeitados pela comunidade local. Este dado é relevante porque, objetivamente, a imagem refletida dos indivíduos exerce um significado funcional no quadro completo da análise.

As entrevistas foram organizadas em bloco de perguntas com intuito de formar um *corpus*⁶ sobre os seguintes temas: aposentadoria e agricultura, relações familiares e chefia da família.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre os significados da aposentadoria para essas pessoas, as narrativas revelaram que tal fator não pode estar desvinculado do significado do trabalho, pois, mesmo com o benefício da aposentadoria, estas pessoas, sejam homens ou mulheres, não deixaram de trabalhar na agricultura. Peixoto (2004), em seu trabalho sobre aposentadoria, retorno ao trabalho e solidariedade familiar, analisou que alguns idosos sentem a necessidade de estar ativos e evitar assim o vazio social, enquanto a maioria deles procura manter o mesmo nível de vida que tinham antes da aposentadoria, visando preservar o circuito da solidariedade entre as gerações. Não é o benefício da

⁶ Para Tourtier-Banazzi (2005) o *corpus* de uma pesquisa significa a coleta de um grande número de depoimentos sobre um determinado tema.

aposentadoria que faz os idosos abandonar o cultivo da terra. Em geral, o abandono das atividades do campo ocorre em consequência de uma invalidez ou problemas de saúde.

A agricultura para estes idosos não representa apenas o status de sujeitos ativos. O que observamos é que, em face ao perfil demográfico das famílias no Brasil, as famílias, longe de se reproduzirem enquanto grupo doméstico e unidades domiciliares acabam por se sobrepor numa mesma unidade doméstica. Assim, quando chega o momento de receber o benefício e escolher continuar ou não trabalhando, os aposentados são coagidos pelas circunstâncias a continuar trabalhando na terra, debaixo de sol forte, pegando no pesado, como estratégias para complementar a renda e/ou manter a subsistência e o padrão econômico do grupo, já que, na maior parte das situações encontradas, os filhos casados e de baixa renda necessitam da ajuda dos pais aposentados.

No meio urbano se aposentar implica, necessariamente, no âmbito das questões legais, não poder desempenhar atividades trabalhistas. Diferentemente do meio rural, que favorece a permanência da relação entre proprietário da terra e trabalhador autônomo, para uma continuidade das atividades que sempre foram na agricultura. Desta forma, o idoso que vive no meio rural acaba percebendo a agricultura como uma maneira de manter seu padrão econômico e continuar sendo o provedor na estrutura familiar. Manter o padrão, mas não o alterando, considerando que os filhos casados constituem um aumento de dependentes na família.

Maria José Carneiro (1998) assinala que, além do significado simbólico, a terra, assim como o trabalho que se realiza sobre ela, assume, cada vez mais, outros valores. O trabalho na agricultura é, desta forma, resignificado, aparecendo, enfaticamente, como complemento importante de renda para manutenção de uma condição de vida, e menos por necessidade de preencher o tempo livre, ocupar a cabeça, evitando assim o vazio social. Como podemos perceber neste relato:

“... essa despesa todinha é para o consumo de casa, remédios, enfim: se não fosse a aposentadoria e do que se lucra, aí se tornava tudo mingüado... se fosse da aposentadoria não dava, uma coisa ajuda a outra. Tem que ir para a agricultura”.(C.P.S., 73 anos).

A aposentadoria, neste contexto, é a fonte de renda principal, mas não a única. É um recurso que permite aos idosos sentirem-se seguros em relação ao valor e ao uso do benefício. Através da aposentadoria tomada como ficha simbólica é possível entender como ela atua na transformação da vida social desse grupo, permitindo que este continue desempenhando um papel ativo no mercado, enquanto trabalhador e consumidor; e no

grupo doméstico, enquanto provedor. Sob o mesmo ponto de vista o benefício da aposentadoria assume características específicas para indivíduos ou grupos, que lidam com eles em qualquer conjuntura particular. É com ela que os idosos podem contar todo o mês. É ela que garante a estabilidade da alimentação, as despesas com a saúde e até mesmo a manutenção da propriedade (o sítio) e do plantio. Ela também permite ao idoso manter a sua independência e ajudar os filhos. Vejamos trechos das entrevistas :

“A aposentadoria é pra casa... O que sobra é pra pagar a energia, o meeiro da verdura...” (O.E.C. de 76 anos)

Eles (filhos) precisam de viver mais da minha ajuda, da minha renda, mas também trabalham, se movimentam. Então o que eu tenho que dá, já é menos, né?(C. P. S. 73 anos)

“ se eles (filhos) pudessem me ajudar, eu não ajudava a eles (...) se fosse umas pessoas que tivessem bonança dentro de casa, eu não precisava ajudar.” (L.M. 74 anos)

Percebemos que os filhos já casados e solteiros, independente de trabalhar na agricultura, também ajudam os pais, seja através da prestação de serviços, como também através de relações econômicas, sejam utilitárias ou moral, prevalecendo a reciprocidade e preservando a solidariedade entre as gerações. Os serviços e informações prestados pelos filhos aos pais e à comunidade resultam de processos de capacitação adquiridos através dos sistemas peritos, que “criam grandes áreas de segurança relativa para a continuidade da vida cotidiana” (GIDDENS, 2002: 126). Nesta situação constata-se a existência de um sistema de assistência entre as gerações, conforme assinala Menezes (2006) em sua leitura sobre Enrique Mayer (2002), que enfatiza o funcionamento das relações de reciprocidade como um sistema de assistência. Tal situação adquire visibilidade nas situações relacionadas à manutenção da propriedade e da alimentação, caracterizada por uma reciprocidade voluntária, uma das formas de reciprocidade que implica no cumprimento de uma obrigação devido a uma relação subjacente - de parentesco, como podemos perceber na fala de L.M., 74 anos, viúva e mãe de 3 filhos casados:

(...) mãe e pai, sendo um bom pai e uma boa mãe, ajuda sempre os filhos.

É a solidariedade familiar, segundo Peixoto (2004), o único apoio que resta, na ausência do estado. As falas que seguem descrevem com clareza as situações apresentadas.

“Um filho que tem a verdura... ele vive disso, quando sobra ele ajuda a gente.” (M. P. R. 64 anos).

“ Foi ele quem fez, colocou madeira na casa, fez um retoque, qualquer coisa que queria fazer ele quem fazia tudo... era meus pés e minhas mãos” (L. M. 74 anos, fazendo referência a um filho atualmente portador de deficiência).

Nas relações familiares, concordar, união, diálogo e respeito são utilizados tanto pelos idosos quanto por seus filhos. Os idosos acabam definindo a relação como uma *negociação* de opiniões que, em geral, convergem para um consenso. No entanto, o consenso é alcançado, para esses idosos, quando os membros da família aceitam a sua posição perante determinado assunto. O relato do Sr. C.P.S. (73 anos) descreve este processo dito, “negociado”, dado que envolve os idosos, chefes de família e demais membros do grupo familiar:

“A convivência é muito bem, muito bem mesmo, não tem nada de atrito, numa concordância só, sobre o viver, trabalho, educação, sobre tudo. Dá pra viver tudo muito bem. O que eu quero eles aceitam tudo e concordam e quando não aceitam vamos pro diálogo e, enfim, acabam todos concordando. Sempre se chega ao consenso de fazer sempre o que eu quero. Tudo bem pensado e analisado chega ao que eu quero... Não é porque eu seja o durão, uma autoridade principal e porque eles acham que naquela conversa ali é o caminho certo, então vamos tocar o barco pra frente”.

Por outro lado, os filhos relatam o que os levam a manter essa forma de negociação familiar e, também, levando em consideração que têm o idoso como o chefe de família:

Por que ele representa a tradição da família do ponto de vista moral, de comportamento, de liderança... Às vezes a gente quer fazer alguma coisa, mas por respeito a ele a gente não faz... Acho que ele consegue exercer o papel de liderança pelo bom comportamento. Agente se espelha nele como modelo. (N. A, 34 anos).

“ É o chefe da casa por ser o pai e o dono. O chefe aqui também é a mulher, porque é a esposa e a mulher. E quando um não tá, outro é quem comanda a casa, é quem orienta, dá as ordens. Aqui é assim é a mesma coisa”.(E.P. R., 42 anos).

A representação de chefe de família é caracterizada neste universo pelos filhos como referência cultural, de valores, experiências e memória, ligada à condição de proprietário do local em que reside, pensando nas interações cotidianas dos indivíduos, que envolvem conformidade e/ou submissão aos códigos morais e não econômicos. Essa representação é apenas uma máscara para se ter acesso a algum recurso material ou cultural, já que, anteriormente descrito, se estabelece uma reciprocidade. (Scott citado por Menezes, 2006: 218).

É importante destacar também, no que se refere aos netos, que a identidade idoso/avô(ó) e chefe de família rompe com as representações atribuídas pelos filhos e pelos idosos. Diferentemente, a identidade social atribuída pelos netos, não se limita à tradição, parentesco, valores e experiências, como revela a narrativa de uma senhora de 74 anos.

Mai não é só a minha não! É a criançada toda assim. Não tem mai obediência no mundo não. Cada um que vive por conta própria, mai não pode ser por conta própria. Eu não mim criei por conta própria, eu mim criei pela conta do meu pai e de minha mãe. Isso é, quando um irmão mais velho falava a gente tinha que respeitar o irmão mais velho.

A não aceitação da mudança na ordem dos valores que perpassam as relações familiares denota certa resistência aos processos ditos modernos e/ou pós-tradicionais, que se apresentam como alterações nos esquemas de obediência, hierarquia familiar. Giddens (2002) considera a vida cotidiana, dentro da alta modernidade, como um complexo ativo de reações aos sistemas abstratos, que envolve tanto apropriação como perdas. Confiança e risco, oportunidade e perigo são características polares, paradoxais da modernidade e permeiam todos os aspectos da vida cotidiana. Neste sentido, ninguém pode estar completamente fora, ante as condições da modernidade.

O que analisamos também é que, em alguns casos, as mulheres não se colocam em posição de chefia da família, sendo essa condição dada apenas ao cônjuge possuidor da propriedade em que residem. Há um percentual significativo de mulheres idosas que vivem na condição de parentes do chefe de domicílio, cerca de 20% em 1996,

situação essa que retrata dependência por parte das idosas brasileiras, por razões culturais ou por econômicas (Aquino e Cabral, 2002). Em outros, a chefia é atribuída por sexo e idade, como é o caso de O. A. G., de 70 anos, que, ficando viúva, entrega a chefia ao filho casado residente no mesmo domicílio. Neste sentido, para Valmir Stropasolas (2006), as decisões e a afirmação social da família camponesa sempre estiveram associadas ao papel masculino. Para a grande maioria dos idosos entrevistados, essa posição na estrutura familiar se dá, exclusivamente, através da manutenção econômica e da administração do grupo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos grupos das famílias que integraram o *corpus empírico* da pesquisa assinala que a diversidade de modelos familiares encontrados é exemplo das alterações impingidas pela modernidade, especialmente no contexto do mundo rural: grupos familiares chefiados por mulheres, situações de co-residência e unidades domésticas compartilhadas por grupos de gerações distintas. Tudo isso contrasta com o modelo de família, historicamente instituído no meio rural nordestino. Estes aspectos, embora comuns quando pensados no meio urbano, no meio rural são denunciadores da velocidade das mudanças e de como estas influenciam na elaboração de demandas, que legitimam e constroem identidades, mediados por fichas simbólicas. Tudo isso representado pelo benefício da aposentadoria, ou seja: a aposentadoria como elemento que identifica a condição de sujeitos inseridos na vida social – provedores, consumidores e trabalhadores.

As análises apontam para o papel exercido pelo idoso chefe de família como uma continuidade desta função, em que a aposentadoria, neste universo, estaria confrontando o discurso dominante de que o momento da aposentadoria representaria a chegada da melhor idade, terceira idade ou idade do lazer, do descanso. No meio rural, ela torna-se a fonte de renda principal complementada pelo trabalho da agricultura de subsistência, favorece a manutenção da propriedade, a ajuda aos filhos, e mantém a estabilidade no padrão econômico familiar. Portanto, revelando a necessidade de compreender os mecanismos de construção da identidade do idoso provedor no meio rural.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AQUINO, F. T. M. CABRAL, B.E..S. O Idoso e a família. In: FREITAS, Elizabete Viana *et al* (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BARROS, Myriam M. L. de. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: BARROS, Myriam M.L. de. (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: FVG, 2003.

BELTRÃO, K. I. CAMARANO, A. A. LEITÃO, J. Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não esperados dos avanços da seguridade social. Retirado em 21/03/2006, da Abep (Associação brasileira de estudos populacionais) no <http://ibge.gov.br/home/estatistica/população/perfilidoso/perfilidosos2000.pdf>

CABRAL, Benedita E. S. L. A vida começa todo o dia. In: MOTTA, Alda B.da. *Dossiê gênero e velhice*. Rev. Estudos feministas. UFRJ, 5: 164, 1997.

_____. Família e idoso no nordeste brasileiro. In: MOTTA, Alda B.da. *Dossiê: gênero e família*. Caderno CRH. N.1. Centro de Recursos Humanos/UFBa, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, Elisabete Viana *et alii* (Orgs.) *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002.

_____; GHAOURI, Solange Kanso. Famílias com idosos: ninhos vazios? Retirado em 20 de junho de 2006 do site: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0950.pdf

CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Reciprocidade e campesinato: Uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antonio Candido e Emílio Willems. In: Martins, P.H. *Polifonia do Dom*. Recife: UFPE, 2006.

MOTTA, Alda Britto. Reinventando fases: a família do idoso. In: MOTTA, Alda Britto. *Dossiê: gênero e família*. Caderno CRH. n.1. Centro de Recursos Humanos/UFBa, 1998.

PEIXOTO, Clarice Ehlers Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: Peixoto, Clarice Ehlers (org). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis. UFSC, 2006.

TOURTIER-BANAZZI, Chantal. Arquivo: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; FIGUEIREDO, J. P. A B. *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

A ATUAÇÃO DAS ONGS NO ESPAÇO RURAL FLUMINENSE: O CASO DO IDACO

Andréa Teixeira Acioli Ferreira (Graduanda em Geografia pela UERJ)
Bolsista do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – NEGEF/UERJ

E-mail: acioli.rj@gmail.com

RESUMO

O presente estudo vem sendo desenvolvido no NEGEF – Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense, e está inserido na questão das transformações socioespaciais que ocorrem no rural fluminense a partir das relações cidade-campo e do aprofundamento das relações capitalistas de produção nestas áreas. Nesta análise apontamos para o surgimento de novos agentes atuando em diversas funções como no caso das Organizações Não-Governamentais – ONGs. As ONGs, pela sua atuação, criam conexões com o território, de maneira que constroem novas interações espaciais e redes geográficas. Essas novas formas de interação surgem devido às mudanças nas relações sociais hoje existentes na sociedade e se materializam no espaço, o que permite identificar outras formas de percepção do espaço e do território por elas transformado. Pretende-se, neste trabalho, investigar quais as novas conexões, interações e redes geográficas criadas através da atuação dessas organizações, que surgem como influência das relações sociais atuais, no espaço rural fluminense. Utilizaremos o caso da ONG Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária – IDACO para verificar as interações e redes por ela estabelecidas, através de fluxos materiais e informacionais, com outros espaços.

APRESENTAÇÃO

O presente estudo vem sendo desenvolvido no NEGEF – Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense, e está inserido na questão das transformações socioespaciais que ocorrem no rural fluminense a partir das relações cidade-campo e do aprofundamento das relações capitalistas de produção nestas áreas. Dentre as inúmeras resultantes deste processo, podemos citar a presença cada vez maior de *urbanidades*¹ no meio rural, a refuncionalização de alguns fixos para que atendam às necessidades do capital nessas áreas, e o surgimento de novos agentes atuando em diversas funções como no caso das Organizações Não-Governamentais – ONGs.

¹ Fenômeno que "... compreende a presença do urbano nessas áreas como manifestação do processo geral de transformações pelo qual passa o espaço, sem que isso se perceba como destruição do rural (...) numa gestação de um espaço híbrido produto de novas relações que não podem ser explicadas apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural." JOÃO RUA. Urbanidade e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: GLÁUCIO MARAFON E MARTA RIBEIRO (orgs.) *Estudos da Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. v. 1, p. 27-42.

Neste estudo analisamos, como exemplo, o surgimento e atuação das Organizações Não-Governamentais – ONGs no espaço rural, sendo este não mais considerado estritamente agrícola e, portanto, cada vez mais difícil de ser delimitado em oposição ao urbano. Essas organizações atuam no espaço de forma a não mais enxergá-lo através de uma divisão territorial pautada na sua divisão política. Sua área de influência e atuação passa a ser definida por questões específicas que se propõem a atender as demandas locais, estabelecendo-se novos territórios, definidos pelos fluxos materiais, informacionais, entre outros.

Este estudo está baseado em uma compreensão de que o Brasil é uma sociedade capitalista periférica e dependente, sujeita a um processo de modernização conservadora que a partir dos anos de 1990 teve o ideário neoliberal como ideologia estruturadora. Tal ideário tem como um dos fundamentos a doutrina do “Estado mínimo”, que no nosso entendimento constitui um “discurso ideológico”² pois, se é verdade que o Estado tem se desobrigado em atender demandas sociais e estruturais, reduzindo drasticamente seus investimentos em áreas como saúde, educação e também na infra-estrutura, por outro lado outros setores, em especial a área financeira, muitas vezes não deixam de receber o auxílio do Estado, sem falar nas isenções fiscais conseguidas por empresas, especialmente as multinacionais, que operam em todo o território nacional.³ É deste cenário que partimos para entender o papel das ONGs no espaço rural.

As ONGs são consideradas como instituições conformadas pela sociedade civil⁴, com o papel de suprir as carências de políticas que atendam às demandas da população local ou do espaço no qual atuam⁵, demandas estas que surgem a partir das novas relações que se estabelecem no interior da sociedade contemporânea. A atuação destas organizações pode ser considerada, muitas vezes, como mantendo uma relação com a difusão de políticas neoliberais, principalmente entre as classes dominadas, e com a consolidação da hegemonia desta política na sociedade brasileira.

² Estamos utilizando “ideologia” na acepção marxiana do termo, como uma idéia que “falseia” a realidade. LARRAIN, Jorge. Ideologia. In. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar. 1988. p. 183-187.

³ ANTUNES, Ricardo. *A Desertificação Neoliberal no Brasil*: Collor, FHC e Lula. 2ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2005.

⁴ Iremos trabalhar com a perspectiva gramsciana de sociedade civil, segundo a qual esta é composta por organizações privadas que estão fora do escopo do Estado, mas que auxiliam na tarefa de dominação de classe. Precisamos, contudo, destacar que o conceito de sociedade civil, na obra de Gramsci, possui antinomias e que a separação entre Estado e sociedade civil deve ser apenas metodológica, para sua análise, e não orgânica. Desta forma, estes dois são indissociáveis, são como planos superpostos que em última análise conformam o que seria por Gramsci chamado de “Estado ampliado”. Consideramos, ainda, que a sociedade civil é um todo conflituoso, composto por diversos grupos sociais (classes, etnias, gêneros), que buscam atender seus interesses, mas também realizam acordos entre si. GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores. 1980. GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1980.

⁵ Estamos tratando aqui do discurso da maioria das ONGs no Brasil, que se propõem a suprir a carência do Estado, mas sem intenção de substituí-lo.

Pretende-se, neste trabalho, investigar quais as novas conexões, interações e redes geográficas criadas através da atuação dessas organizações, que surgem como influência das relações sociais atuais, no espaço rural fluminense. Utilizaremos o caso da ONG **Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária – IDACO** para verificar as interações e redes por ela estabelecidas, através de fluxos materiais e informacionais, com outros espaços. Considerando como altamente relevante o fato de que este tem inúmeros projetos que, ao longo de sua história, foram executados no espaço rural fluminense e que ainda hoje mantém projetos em diversas comunidades, principalmente no município de Paraty.

RELAÇÕES ESTADO-SOCIEDADE CIVIL, E O SURGIMENTO DAS ONGS NESTE CONTEXTO

Com o objetivo de construir um instrumental teórico capaz de servir de base para tal análise, discutimos inicialmente qual a configuração da atual sociedade, buscando identificar os atores presentes nas relações que nela se estabelecem e de que forma estes participam ou contribuem para a construção destas novas relações e suas conseqüências materiais e ideológicas.

Para a análise do surgimento e funcionamento das ONGs e das relações que estas mantêm no interior da sociedade, entendemos necessária uma análise da estrutura da sociedade e do Estado bem como as bases teóricas que fundamentam a atuação deste tipo de organização.

O Estado é considerado, por autores como Marx, Engels e Gramsci, como tendo sua gênese nas relações de produção que se instalam na sociedade. Neste sentido, a relação entre Estado e Sociedade Civil é entendida aqui tal como nos referimos anteriormente (ver nota 3).

As relações de produção estabelecidas na sociedade capitalista pressupõem uma diferenciação de classes, pautada na exploração e subordinação da maioria da população para que haja uma concentração de capital nas mãos dos detentores dos meios de produção.

Neste sentido, a sociedade pode ser vista como possuindo no seu interior, antagonismos entre classes sociais diferenciadas,

Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.⁶

⁶ ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.191.

Assim, consideramos o Estado capitalista como uma instituição que se materializa a partir das relações que são estabelecidas na sociedade, sendo, portanto, parte dela, gerador de uma ideologia hegemônica e que elabora políticas que atendam às necessidades de uma minoria dominante.

Em cada período histórico essa relação se configura a partir de interesses sociais diferentes. O neoliberalismo se caracteriza, entre outras coisas, por uma ausência de políticas para algumas comunidades e setores da sociedade, produzindo o discurso no sentido de incentivar a “autonomia” destas comunidades em relação ao Estado, propondo uma não obrigatoriedade de financiamento de infra-estrutura e de políticas sociais.

É neste cenário de redução da presença do Estado nas áreas sociais e com o intuito de suprir sua carência junto à população, que as ONGs apresentam-se no sentido de cobrir a ausência do poder público. Contudo, é importante ressaltar que a atuação de algumas destas organizações efetivamente consegue suprir essa ausência, mas não mais para o conjunto da sociedade, como seria o papel do Estado, e sim para algumas áreas e algumas comunidades. Outras organizações além de sua atuação e projetos, buscam também uma democratização do Estado através do apoio às comunidades na reivindicação de seus direitos junto à ele.

Desta forma constata-se que as ONGs tanto podem atuar dentro dos marcos do ideário neoliberal (“Estado mínimo”), quanto podem também ser instituições que venham cobrar uma maior presença do poder público e a sua democratização.

Este tipo de organização peculiar da sociedade civil começou a se proliferar em todo o território nacional a partir de meados da década de setenta, sendo o surgimento destas, na verdade, um fenômeno de caráter mundial, a exemplo de organizações como o GREENPEACE, ATTAC, entre outras. No Brasil uma das primeiras, fundada por Betinho, foi o IBASE, organização que até hoje tem uma atuação destacada ao lado de movimentos sociais e que ganhou notoriedade com a campanha pela “ética na política”, campanha esta que, aliada a outros fatores, culminou com a deposição do ex-presidente Fernando Collor de Mello.⁷

O papel deste tipo de organização junto à sociedade e ao Estado é ainda muito discutido, já que ao mesmo tempo em que propõe uma autonomia em relação ao Estado, ainda mantém uma dependência deste e uma ligação direta com o setor privado da economia.

O discurso das ONGs, por outro lado, está calcado no paradigma habermasiano.⁸

⁷ FICO, Carlos. **IBASE: usina de idéias e cidadania**. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

⁸ Nesta démarche, Estado e mercado representam a racionalidade instrumental e fora deste escopo há o “mundo da vida”, local onde se dá a atuação das ONGs. (HABERMAS,1990)

“Se o ponto de partida é a negação das teorias de Hegel-Marx-Gramsci, o referencial conceitual que deu base a grande número de teorias da sociedade civil é a teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas(1987)”: (Bianchi, 2002. pag 3)

Há que se ter uma preocupação com a questão do que vem a ser, de fato, o público e o privado, e sua relação com este setor, conhecido como terceiro setor.

A forma como o debate sobre o terceiro setor vem acontecendo no Brasil traz, em si, uma crítica indireta ao papel do Estado na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento, objetivos estes que seriam realizados de forma mais eficiente pela iniciativa privada.⁹

Nesta citação, fica clara a definição utilizada pelo neoliberalismo para caracterizar tais organizações, em que estas são privadas, porém de interesse público. Uma outra proposta de atuação das ONGs pode ser identificada no discurso do Betinho¹⁰, segundo o qual

Não cabe às ONGs brasileiras acabar com ou pretender substituir o Estado, mas colaborar para a sua democratização. Não cabe às ONGs produzir para o conjunto da sociedade os bens e serviços que o mercado não é capaz de produzir, mas propor uma nova forma de produzir e distribuir que supere os limites da lógica do capital.¹¹

Atualmente existem ONGs que possuem uma atuação mais próxima aos movimentos sociais tipicamente de esquerda, como IBASE, IDACO. Contudo, entendemos que

não há como fazer uma classificação categórica das organizações segundo suas origens e intenções porque uma grande parte delas atua da mesma forma, usando os mesmos métodos, os mesmos recursos e, principalmente, chegando aos mesmos resultados políticos e práticos, ainda que suas intenções sejam diferentes. Desta forma, entendemos que a heterogeneidade existente no campo das organizações não-governamentais não impede a existência de congruências nos resultados políticos e práticos obtidos através de sua intervenção na área de políticas sociais.¹²

⁹ Sítio da **Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais** – ABONG <www.abong.org.br> em 22/02/2006

¹⁰ Fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, desempenhou ainda papel decisivo como fundador e principal articulador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, ajudou a fundar a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), da qual foi presidente por 11 anos, integrou a liderança do Movimento Pela Ética na Política, entre outras participações nos movimentos sociais.

¹¹ FICO, Carlos. **IBASE: usina de idéias e cidadania**. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

¹² ZARPELON, Sandra Regina. **A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. 2003. p. 7

Podemos até mesmo afirmar que a maioria destas organizações atua no campo da filantropia ou assistência social e que esse caráter assistencialista leva a uma redução da capacidade de organização e reivindicação da classe trabalhadora pelos seus direitos.

Se antes as classes dominadas e populações vulneráveis voltavam suas reivindicações para o Estado, através da mobilização, numa clara intenção de ampliar direitos universais, agora suas reivindicações se voltam para as próprias ONGs, e os serviços prestados aparecem como dádivas de pessoas ou entidades 'comprometidas' com a 'erradicação da miséria', e não como um direito que, na verdade, está-lhe sendo negado pelo Estado e mal executado pelo setor privado 'sem fins lucrativos'. A precariedade é vista, pelos usuários, não como uma falha no sistema estatal, que deveria sofrer o controle popular de suas políticas, mas como uma situação limite em que 'pelo menos alguém está fazendo algo pelos pobres'. A desmobilização é inevitável.¹³

ONGS NO MUNDO E NO BRASIL

O surgimento das ONGs pode ser considerado dentro de um contexto onde se combinam duas tendências originalmente opostas. Uma destas, com sua matriz no pensamento de esquerda que teve repercussão a partir da década de 60 e culminância em 68. E outra como consequência da política neoliberal do "Estado mínimo".

Dentro da primeira corrente surgiram diversas propostas de "fazer política" sem a perspectiva de tomada do poder. Críticos da atuação das organizações tradicionais da esquerda (social-democratas e comunistas), tais movimentos propunham novos caminhos para a participação política e uma renovação das formas tradicionais de organização.¹⁴ Construía-se entorno de bandeiras de luta específicas como da afirmação de grupos étnicos, de gênero, e de outros atores sociais que até então eram marginalizados na sociedade.

Como marcos podemos citar as mobilizações nos Estados Unidos, contra a Guerra do Vietnã e as lutas pela ampliação dos direitos de negros e mulheres, as manifestações estudantis de 1968 na Europa Ocidental e ainda as lutas contra os regimes políticos autoritários na América Latina e no Leste Europeu.¹⁵

Todo este contexto fez com que houvesse um ascenso dos movimentos sociais neste período e com isso o surgimento de novos atores que viriam cumprir o papel de organizar as ações destes grupos.

Uma segunda corrente está diretamente ligada a uma matriz conservadora cuja tradução é a doutrina neoliberal.

¹³ *Idem*, p. 24

¹⁴ BIANCHI, Alvaro. Retorno a Gramsci : para uma crítica das teorias contemporâneas da sociedade civil. XII Congresso Nacional dos Sociólogos. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 01 a 04 de abril de 2002.

¹⁵ *Idem*.

Tal ideário tem como um dos fundamentos a doutrina do “Estado mínimo”, que no nosso entendimento constitui um “discurso ideológico”¹⁶ pois, se é verdade que o Estado tem se desobrigado em atender demandas sociais e estruturais, reduzindo drasticamente seus investimentos em áreas como saúde, educação e também na infra-estrutura, por outro lado outros setores, em especial a área financeira, muitas vezes não deixam de receber o auxílio do Estado, sem falar nas isenções fiscais conseguidas por empresas, especialmente as multinacionais, que operam em todo o território nacional.¹⁷ É deste cenário que partimos para entender o papel das ONGs no espaço rural.

A partir das décadas de 70 e 80 surge grande parte das Organizações Não-Governamentais - ONGs - existentes no Brasil até hoje¹⁸. Uma parte dessas organizações tem trabalhado com as políticas voltadas para o campo, entre as quais destacamos: a promoção da assistência técnica gratuita na linha do desenvolvimento sustentável e da agroecologia, projetos de educação popular e acompanhamento produtivo de assentamentos rurais.

As ONGs, pela sua atuação, criam conexões com o território, de maneira que constroem novas interações espaciais e redes geográficas. Essas novas formas de interação surgem devido às mudanças nas relações sociais hoje existentes na sociedade e se materializam no espaço, o que permite identificar outras formas de percepção do espaço e do território por elas transformado.

Devemos analisar ainda de que forma estas relações se materializam no espaço, levando em consideração as redes, e o que instituem no espaço geográfico. Estas redes são construções sociais, e segundo CORRÊA, “são as formas com que as interações espaciais se verificam” e (...) “se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si”.¹⁹

As redes criadas pelas ONGs estão inseridas em um complexo circuito de cooperação, que ao mesmo tempo em que estas mantêm uma autonomia em suas práticas e projetos, conseguem, por outro lado, se manter articuladas ou até mesmo dependentes de outras organizações. Essas articulações podem ser evidenciadas desde projetos e práticas sociais mais amplos e até mesmo em escala nacional até as parcerias que estas mantêm com organizações privadas e até mesmo órgãos públicos para financiamento de suas

¹⁶ Estamos utilizando “ideologia” na acepção marxiana do termo, como uma idéia que “falseia” a realidade. LARRAIN, Jorge. Ideologia. In. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar. 1988. p. 183-187.

¹⁷ ANTUNES, Ricardo. *A Desertificação Neoliberal no Brasil*. Collor, FHC e Lula. 2ª Edição. Campinas: Autores Associados, 2005.

¹⁸ Dados obtidos em: “Ação das ONGs no Brasil – Perguntas e Respostas”, material publicado no sitio da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG – em 18/08/2005.

¹⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Explorações Geográficas**: Percursos no Fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

ações. Estas redes, segundo a ABONG, foram criadas para fortalecer e potencializar a atuação, das ONGs, na transformação da sociedade. Ainda segundo a ABONG, estas redes podem se articular em torno de pontos comuns como, por exemplo, uma ação coletiva, temas ou identidades (mulheres, negros, portadores de HIV etc.) podendo, ainda, uma ONG ou associação, fazer parte de várias redes e fóruns.²⁰

O campo brasileiro não ficou imune ao surgimento e atuação deste tipo de organização, sendo possível verificar no seu interior a existências de diversas ONGs, como o IDACO, AACC (Associação de Apoio às Comunidades do Campo), CECOR (Centro de Educação Comunitária Rural), entre outras. Estas causam transformações no espaço rural e nas relações que são estabelecidas no seu interior.

Grande parte das ONGs que hoje atuam no campo têm seus projetos voltados ou para o desenvolvimento rural, como no caso do IDACO com seu projeto de apoio a comercialização da pequena produção agrícola, ou atuam com projetos de caráter socioambiental como podemos citar o projeto de desenvolvimento de sistemas alternativos para recuperação de áreas degradadas e geração de renda em comunidades tradicionais do entorno de unidades de conservação da mata atlântica, também desenvolvido pelo IDACO.

Os investimentos do governo e de agências internacionais nestes projetos são maiores, o que garante, na maior parte das vezes, uma procura por parte das ONGs em desenvolver estudos e planejamentos voltados para essa área de interesse.

A relação que se estabelece entre os três setores: Estado, Empresas e ONGs, provocam inúmeras transformações e a materialização destas no espaço dá origem a uma nova territorialidade.

IDACO: CONEXÕES, INTERAÇÕES E REDES GEOGRÁFICAS CRIADAS ATRAVÉS DA SUA ATUAÇÃO

Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades.²¹

As ONGs atuam de maneira a não limitar seu campo de atuação considerando uma divisão político-administrativa do território, mas sim estabelecendo uma nova área de atuação com base em políticas e projetos por elas desenvolvidos junto à comunidade. Este instituto tem uma atuação junto aos pequenos produtores rurais,

realizando projetos de agricultura alternativa, capacitação para geração de renda, educação ambiental e manejo auto-sustentado de

²⁰ Dados obtidos em: "Ação das ONGs no Brasil – Perguntas e Respostas", material publicado no sitio da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG – em 18/08/2005.

²¹ MANÇANO, Bernardo. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Arquivos%20disciplinas/BMF4.pdf>>. Acesso em 23 Nov. 2006.

recursos naturais renováveis, além de apoiar a comercialização da produção agrícola familiar no Estado do Rio de Janeiro. Na área urbana, o IDACO desenvolve programas de financiamento para moradores de comunidades de baixa renda, possibilitando oportunidades de emprego e geração de renda.²²

Dentre os projetos de atuação desse instituto, procuramos analisar as ações relativas ao “desenvolvimento rural” que, na visão do IDACO, “buscam melhorar a comercialização da pequena produção agrícola familiar, assim como uma maior capacitação do produtor, visando um aumento em seu padrão de vida”.²³ Além disso, também possui uma parceria com as associações de pequenos produtores rurais dos assentamentos – aqui no caso, do Rio de Janeiro, com os sindicatos dos Trabalhadores rurais, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, da FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, e da Unacoop - União das Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 da Ceasa.

O IDACO se coloca como articulador de questões locais e regionais com as questões nacionais e internacionais. Ressalta, ainda, que com seu projeto de Apoio à Comercialização da Pequena Produção, está atingindo seu objetivo, junto à população e às organizações sociais, que segundo esses, aponta “os caminhos das verdadeiras e necessárias transformações da realidade”.²⁴

Dessa maneira se torna necessário, também, entender a forma complexa ou dialética em que se dá a relação entre as ONGs e o Estado, já que ao mesmo tempo em que aquelas subvertem as estruturas do poder constituído, acabam criando outras estruturas que terminam por reproduzir o mesmo poder só que em escala reduzida. As mudanças na relação entre o Estado e a Sociedade Civil podem ser observadas na materialização dessas redes no espaço.

O IDACO começa a ser gestado na década de 70, fruto da luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. Com isso, teve uma importante atuação na área sindical. Com a criação, em 1985, de um Ministério específico para implantação da Reforma Agrária, parte dos profissionais de engenharia, que já se dedicavam a apoiar comunidades de pequenos produtores, procurou participar deste processo, que logo foi interrompido pela ação de forças contrárias à reforma agrária.

Após uma visita de um representante do Ministério da Agricultura e da Pesca da França a algumas comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária, em 1987, surge uma parceria entre o Ministério da Agricultura da França e o INCRA – RJ através do projeto Rio-Belleville. Mas, com o esgotamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, surge a necessidade da existência de

²² Sítio do **Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária** – IDACO <www.idaco.org.br> em 22/02/2006

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

uma entidade que tornasse viável as ações já iniciadas. Desta forma, em 1988, surge o IDACO “com o objetivo geral de desenvolver ações diretas junto à comunidade, interagindo nas comunidades, nas organizações sociais e populares e nas instituições do campo e da cidade”.²⁵

O IDACO em seu histórico de atuação já trabalhou em diversas comunidades com os projetos a seguir:

- Projeto de Segurança Alimentar e Fortalecimento Comunitário em 10 Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro. Este projeto tem o apoio da organização ‘Manos Unidas’, que é uma agência de cooperação espanhola. Segundo o IDACO, este projeto está sendo implementado em todos os assentamentos listados na TABELA 1.

- Projeto de Desenvolvimento de Sistemas Alternativos para Recuperação de Áreas Degradadas e Geração de Renda em Comunidades Tradicionais do Entorno de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. Este consiste em um projeto socioambiental, e que possui um caráter também de experimentação. Desenvolvido em parceria da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro, o objetivo desse projeto é fazer com que o agricultor participe da experimentação, portanto, nas propriedades rurais situadas no município de Paraty foram montadas várias unidades demonstrativas de cultivo agroflorestal e cultivos sustentáveis.

- Rede de Sementes Florestais Rio-São Paulo. Este, como o anterior, também possui um caráter socioambiental. O projeto surgiu em 2001 devido ao edital que o Ministério do Meio Ambiente, através do Fundo Nacional do Meio Ambiente lançou na época. Com isso, em todo Brasil, se formaram várias redes, e no Rio de Janeiro foram conformadas duas redes: a rede Rio-São Paulo e as ações são também desenvolvidas na região de Angra dos Reis e Parati que é onde se encontram os remanescentes de mata atlântica representativos no nosso estado. As ações estão voltadas para a capacitação dos agricultores, na colheita e manejo de sementes florestais e na comercialização dessas sementes florestais.

O IDACO trabalhou com seus projetos, em 10 (dez) comunidades no estado do Rio de Janeiro. O quadro a seguir mostra os municípios onde cada comunidade se localiza e a quantidade de famílias moradoras. É importante ressaltar que algumas comunidades são assentamentos reconhecidos pelo INCRA e pelo ITERJ e outras são ainda áreas de ocupação. E ainda, que nem todas as famílias dessas comunidades foram atendidas pelos programas e projetos do IDACO.

²⁵ Publicação do histórico do IDACO no site da ABONG <www.abong.org.br> em 22/02/2006.



TABELA 1

	Município	Comunidade	nº de famílias
1	Japeri	Boa Esperança	50
2	Teresópolis	Fazenda Alpina	98
3	Pinheiral	Mutirão da Paz	100
4	Trajano de Moraes	Santo Inácio	52
5	Conceição de Macabu	São Domingos	131
6	Cachoeiras de Macacu	São José da Boa Morte	500
7	Paraty²⁶	São Roque	85
8	Seropédica	Sol da Manhã	116
9	Magé	Santa Rosa	49
10	Paracambi	Vitória da União	78

FONTE: IDACO

²⁶ O município de Paraty possui muitos assentamentos e ocupações dispersas pela região, o que fez com que o IDACO considerasse todos esses locais como sendo uma mesma localidade de atuação.

Através de visitas a alguns locais de atuação do IDACO observamos transformações tanto materiais quanto imateriais nestas comunidades. Estas são significativas no contexto das transformações que ocorrem das relações que se estabelecem no espaço rural. Portanto, seu estudo mais aprofundado se mostra relevante para o entendimento das novas interações e dos novos atores que surgem com o aprofundamento das relações capitalistas nestas áreas.

Das comunidades visitadas, podemos citar o caso do Assentamento Rural Fazenda Alpina, localizado no município de Teresópolis/RJ. Este assentamento possui 98 famílias assentadas, que possuem uma produção voltada para a subsistência e vivem também de pequenos trabalhos fora do assentamento. A visita foi realizada com o apoio e a presença de um técnico de EMATER de Teresópolis e um membro da Secretaria Municipal de Agricultura também de Teresópolis. Nesta comunidade o IDACO trabalhou com o projeto de Segurança Alimentar e Fortalecimento Comunitário.

Após a implementação do projeto, podemos observar uma mudança das relações nesta comunidade. Segundo os assentados, houve a criação de uma associação de pequenos produtores, estes passaram a produzir voltados à comercialização da sua produção e ainda contaram com o apoio do IDACO na realização de cursos de capacitação do pequeno produtor, no suporte técnico, com a compra de equipamentos e mudanças na infra-estrutura local. Contudo, segundo o IDACO, seus projetos tem duração de dois anos e após este período a organização tenta acompanhar e dar suporte às comunidades mas esbarra na falta de orçamento para tal.

O que encontramos nesta comunidade, uma vez que a visita foi realizada após este período de dois anos, foi um quadro de abandono. A associação se encontra atualmente fechada, sem funcionamento, os equipamentos parados e a produção local não consegue mais se inserir no mercado, visto que esta inserção era feita via associação de pequenos produtores junto à CEASA.

Segundo os técnicos que nos acompanharam na visita, o trabalho do IDACO ajudou muito àquelas famílias, mas sem um acompanhamento efetivo estas não conseguem se manter no mercado por muito tempo, falta investimento na produção e portanto há uma desestruturação da associação e da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos apresentados esperamos contribuir para um aprofundamento da discussão teórica até então existente sobre a temática levantada. A questão da atuação das Organizações Não-Governamentais no Brasil é muito polêmica. Diversas linhas de pensamento defendem os mais variados posicionamentos em relação ao tema. Autores que seguem a linha de pensamento de Habermas, por exemplo, possuem um posicionamento a

favor da atuação destas organizações, já autores como Zarpelon, que seguem a linha do pensamento marxista, possuem um posicionamento bastante crítico à esta atuação, como explicitado em sua tese de dissertação de mestrado. Pretendemos, portanto, contribuir para este debate e apontar para o surgimento e aprofundamento de outras questões a serem desenvolvidas em pesquisas futuras acerca do tema.

A partir da divulgação das análises elaboradas, pretendemos apontar problemas e possíveis soluções acerca das conseqüentes transformações ocorridas sob as novas relações que se estabelecem no espaço rural fluminense. Para isso torna-se imprescindível. Desta forma buscamos, também, apontar questões que possam vir a contribuir para a elaboração de políticas que possam causar transformações estruturais na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. *Histórico do IDACO*, Disponível em <www.abong.org.br>. Acesso em 22 fev. 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

FICO, Carlos. *IBASE: usina de idéias e cidadania*. Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel* (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Porto Alegre: L&PM Editores. 1980.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990 (1985).

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006. 251 p.

IANNI, Octavio. O Mundo Agrário In. *A Era do Globalismo*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1996

IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária. Disponível em, <www.idaco.org.br>. Acesso em 22/02/2006

KAROL, Eduardo. *Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – F.A.S.E.* – estudo sobre território e organização não-governamental. Dissertação (mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

MANÇANO, Bernardo. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Arquivos%20disciplinas/BMF4.pdf>>. Acesso em 23 Nov. 2006.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 3º edição, 1986.

RUA, João. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro – Algumas Considerações Teóricas In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda. 2002

ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT*. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

A CONTRIBUIÇÃO DE NORBERT ELIAS E DE ALFRED SCHUTZ PARA OS ESTUDOS SOBRE JUVENTUDES

Mauricio Antunes Tavares (Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPE)

E-mail : mantunes7@uol.com.br

RESUMO

O que há de rural no “jovem rural”? O rural associado ao ser jovem é um adjetivo, uma qualidade que faz deste um jovem *significativamente* diferente do “jovem urbano”, ou trata-se somente de uma referência espacial, oposta ao urbano, como outra das muitas dicotomias ainda presentes nas ciências sociais? Ver o “jovem rural” como portador de um ideal de continuidade e, simultaneamente, de ruptura com o mundo rural, permite-nos analisar a *ruralidade* do jovem como um processo inacabado e uma situação de conflito. Elias afirma haver uma distância entre o *estímulo* ao desenvolvimento individual, especialmente dos jovens, em relação às *oportunidades* concretas que a estrutura social pode oferecer. A sociologia eliseana, às vezes nomeada como sociologia do processo, pode fornecer uma ferramenta importante para as pesquisas nessa área: o conceito de figuração, ou configuração, que articula a noção de relações de interdependência (e de poder) com o *habitus* socialmente *incorporado*, produzindo diferentes “saídas” para os horizontes juvenis. Já a importância da fenomenologia de Schutz está diretamente relacionada aos processos de individualização. O desejo da distinção está inscrito nesta relação em que o indivíduo faz parte de um todo predefinido, com uma trajetória já delineada, e é indício da tensão que há no processo de individualização.

I. INTRODUÇÃO

“O trabalho de transformar e significar o mundo é o mesmo que transforma e significa o homem; é uma prática coletiva. É uma ação socialmente necessária e motivada e a própria sociedade em que o homem se converte para ser humano é parte da cultura, no sentido mais amplo que é possível atribuir a esta palavra”¹

¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A descoberta da cultura na educação: cultura popular, movimentos de

“Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o consertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo.”²

Parto do pressuposto que a realidade não é passível de apreensão como um todo e assim, qualquer objeto das ciências, especialmente das ciências sociais, só pode ser apreendido pelos ângulos possíveis que cada um consegue ver, a partir da situação onde está, do lugar que cada um ocupa no mundo, para desse lugar o indivíduo enxergar e entender o mundo “dum seu modo”, como Guimarães Rosa escreve no clássico *Grande sertão: veredas*. Além disso, reconheço que a diversidade de sujeitos e contextos sociais estão em movimento contínuo, produzindo ações cujos efeitos de preservação ou transformação das coisas incidem não só sobre o mundo da vida como também sobre seus significados, e, reflexivamente, sobre a constituição do ser social, idéia expressa por Brandão na primeira epígrafe, definindo a cultura no sentido amplo.

Se assim é, se os sujeitos e os contextos existem em constante movimento interativo, se as ações dos sujeitos estão sempre referidas a sistemas sociais e a processos de subjetivação que acabam refletindo sobre si próprios e alterando os modos de agir e de pensar dos sujeitos, os modos de ver e entender as coisas, fazendo da relação indivíduo-sociedade uma relação altamente complexa, o que é o indivíduo?

Diante das formas de socialização e incorporação dos indivíduos à sociedade, quais as margens de liberdade possível para uma ação individual? Em que medida e em quais circunstâncias o social que está dentro do indivíduo condiciona sua ação? Se o mundo social está dentro de nós, como ensina Bourdieu, como esquecer que ele também está fora de nós (LAHIRE, 2004)?

Quando tomo como objeto de pesquisa o jovem rural, faz-se necessário perguntar: quem é esse jovem? O “rural” é um adjetivo, uma qualidade associada ao ser jovem ou apenas uma referência de localização pensada dicotomicamente, em oposição ao urbano?

À essas questões primordiais ainda acrescento outra, para mim, não menos importante na discussão sobre a juventude, sobre como que os jovens constroem projetos de vida/projetos profissionais em contextos complexos, onde se conjugam:

cultura popular no Brasil dos anos sessenta. In BRANDÃO, C.R. (org.) *A Educação como cultura*. São

Paulo: Ed. Brasiliense, s/d, p. 23.

² ROSA, Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, vol. III, p. 17-18.

□ de um lado, pressão do universo afetivo familiar para ele assumir um projeto que é da família e, se assim for, quais os efeitos dele assumir este projeto como sendo seu, ou de rejeitá-lo por não ser seu;

□ por outro lado, pressões que vêm da situação sócio-econômica do lugar onde vive e da sua posição neste lugar, onde pesa o cálculo da oferta de oportunidades de trabalho/negócio no mercado local ou externo (a virtual possibilidade de migração), e das possibilidades do jovem aproveitar essas oportunidades de acordo com o seu desejo, interesse e de seu capital educacional, social e econômico.

A tensão projeto familiar-projeto pessoal parece mais forte no meio rural porque são as famílias camponesas que apresentam uma maior unidade entre a hierarquia familiar e o modo como garante a sua reprodução social, que incide sobre a questão geracional nos seguintes termos:

Os interesses comuns da unidade agrícola familiar têm como base a associação entre a propriedade, o trabalho e o consumo, obedecendo a uma evolução que corresponde ao ciclo da vida da própria família (CHAYANOV, 1974). A vida do jovem está, portanto, orientada para a realização deste objetivo coletivo, mas sua integração na família obedece a um movimento pelo qual os três elementos acima referidos – a propriedade, o trabalho e o consumo – se deslocam no tempo e assumem peso e significação diferentes. Assim, em termos ideais, há um primeiro momento no qual o jovem – como a criança, com mais forte razão – é, sobretudo, um consumidor dos bens produzidos ou adquiridos pela família. A participação no esforço de trabalho é, em geral, reduzida, expressando-se mais como um exercício de aprendizado e socialização. É o momento em que a formação, especialmente a educação formal, ocupa a maior parcela do tempo, as tarefas na casa e no sítio sendo realizadas nas horas vagas após a escola. Naturalmente, nesta fase, o jovem não goza de nenhuma autonomia: deve obediência aos pais e não recebe remuneração própria pelo eventual trabalho realizado. Há um segundo momento, em que o jovem permanece dependente da família: a fase de formação se prolonga, mas aumenta o seu envolvimento no esforço de trabalho

familiar. Mesmo sem abandonar seu projeto educativo, os jovens participam mais intensamente dos trabalhos coletivos, são responsáveis por algumas tarefas, pela plantação em pequenas áreas ou assumem ocupações temporárias fora do estabelecimento familiar. A dupla condição de consumidor e de trabalhador tende a aproximar-se e a buscar um certo equilíbrio. São as primeiras experiências de organização de uma atividade produtiva relativamente autônoma, cuja remuneração pode ser apropriada individualmente ou utilizada em função das necessidades da família. É freqüente, nesta fase, que os pais procurem, na medida do possível, ampliar seu patrimônio fundiário, já pensando na futura instalação dos filhos. Finalmente, há um terceiro momento em que, tanto o trabalho no estabelecimento familiar como as ocupações externas se inscrevem não mais exclusivamente como uma forma de participação subsidiária na coletividade familiar, mas, sobretudo, como a busca de um projeto de individualização, que se encaminha para a emancipação profissional e a constituição de uma nova família. Esta evolução será viabilizada na medida em que a propriedade familiar assegure de fato os meios para a sobrevivência de todos e se transforme no elemento viabilizador da individualização dos filhos, através da herança e da transmissão patrimonial. Evidentemente, assim descrito, este processo está longe de corresponder à experiência concreta de todos os jovens rurais brasileiros. Os filhos de agricultores, dificilmente gozam da “moratória” concedida a tantos outros jovens e desde cedo são chamados a participar do esforço comum da família para garantir sua sobrevivência e a constituição de um patrimônio familiar, mesmo que seja reduzido. Este compromisso de trabalho se realiza, efetivamente, de uma forma gradual, mas ele é constante, desde a infância. (WANDERLEY, 2006: 51-52)

A economia moral camponesa, que é referência quando falamos em agricultor familiar (WANDERLEY, 1999, 2004) aponta para a continuidade da família como unidade produtiva, o que é um indício da importância do herdeiro nestas famílias. Este herdeiro, seja quem for o escolhido em um grupo de irmãos, vai carregar a responsabilidade da reprodução do grupo familiar, que está intrinsecamente ligada à reprodução do patrimônio.

Assim, inscrito no âmbito das relações entre pais e filhos, o projeto familiar, corporificado na figura e autoridade do pai, “*é transmitido inconscientemente em e por sua maneira de ser e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem. (...) Herdar é (...) aceitar fazer-se instrumento dócil desse ‘projeto’ de reprodução*” (BOURDIEU, 2003: 588).

Embora discorde da adequação do adjetivo *dócil* para analisar as trajetórias que levam os herdeiros a assumirem esse papel, quero extrair duas idéias sobre o herdeiro contidas no texto de Bourdieu. A primeira é a idéia de que a escolha do herdeiro não é resumida a um momento único, a um ato instituidor isolado, antes, é fruto de um processo que envolve diversas práticas, conscientes e inconscientes, o que deixa em aberto a definição do escolhido, abrindo a possibilidade da disputa entre irmãos ou simplesmente deixando-os na expectativa e na dúvida sobre quem será. A segunda idéia é a de que o herdeiro não se encarrega apenas de um patrimônio material, mas se compromete a perpetuar tradições.

Porém, mesmo dentro desse contexto de uma cultura tradicional onde cada um é valorizado basicamente por pertencer a um todo, o indivíduo nunca é anulado, a individualidade do homem contemporâneo não se extingue mesmo diante das pressões do coletivo (VELHO, 2006: 25). O que merece ser enfatizado é que a família continua sendo um fator importante na análise das questões da juventude, desde que se considere também o conflito como elemento das relações familiares.

A perspectiva que Wanderley coloca para pesquisas sobre juventudes rurais é justamente a possibilidade de olhar o jovem rural nesta relação de tensão e conflito não apenas com a família, mas com uma cultura ou tradição. O jovem será, simultaneamente, portador “de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural” (WANDERLEY, 2006: 19).

Esta problemática se situa no campo de discussões sobre as formas com que se lida com as dualidades indivíduo/sociedade e, também, tradição/modernidade; pesando, neste debate, as considerações sobre a condição da herança familiar e a necessidade do jovem conquistar autonomia frente a família de origem, o que passa pela inserção profissional que, por sua vez, está dentro de um projeto de futuro, visto

que as opções profissionais se articulam com outras dimensões da vida, como onde moradia, escolarização, consumo, estilo de vida, consumo, etc.

Neste artigo proponho revisitar a sociologia de Norbert Elias e o conceito de projeto como definido por Alfred Schütz que procurarei argumentar como podem contribuir para a discussão sobre a unidade ou a descontinuidade do projeto familiar rural pelo jovem.

II. SOBRE INDIVIDUALIDADES E REDES DE SOCIABILIDADE

A sociologia há muito tempo inclui como objeto de análise os diferentes graus de desenvolvimento societário, tanto na investigação das causas do desenvolvimento ou do subdesenvolvimento econômico como no estudo dos efeitos deste desenvolvimento na sociedade. Segundo Elias, *“Nas sociedades mais simples, há menos alternativas, menos oportunidades de escolha, menos conhecimento sobre as ligações entre os acontecimentos e, portanto, menos oportunidades passíveis de parecerem “perdidas”, quando vistas em retrospectiva”* (ELIAS, 1994: 110). Entre estas, certamente figuram as sociedades onde predomina a agricultura. De acordo com Wanderley (2000b), as tipologias dos espaços rurais a partir de trajetórias de desenvolvimento servem para identificar as dinâmicas interna e externa de cada situação rural, uma vez que este vem passando por um processo de transformação diferenciado regionalmente e localmente.

Carneiro (1998) chama a atenção para não se homogeneizar as transformações que acontecem no campo como sendo um processo de sentido único: *“não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos”*.

Alinho-me a Wanderley ao definir o rural como:

um “singular espaço de vida”, que é “socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto, tanto ao nível da vida cotidiana, quando do ritmos dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como, nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. (2000a: 29)

Tal definição se aproxima da caracterização de “*comunidades primitivas e unidas*”

feita por Elias:

Nas comunidades mais primitivas e unidas, o fator mais importante do controle do comportamento individual é a presença constante dos outros, o saber-se ligado a eles pela vida inteira e, não menos importante, o medo direto dos outros. (...) Os indivíduos mal sentem alguma oportunidade, desejo ou possibilidade de tomar decisões por si ou de conceber qualquer pensamento sem a constante referência ao grupo. Isso não significa que os membros desses grupos convivam harmoniosamente. Significa apenas que – para usar o termo que convencionamos – eles pensam e agem primordialmente do ponto de vista do “nós”. A composição do indivíduo adapta-se ao constante convívio com os outros a quem o comportamento tem que ser ajustado. (ELIAS, 1994: 108)

Nesta idéia de Elias, a individualidade incorporaria uma qualidade de autoregulação psíquica diante dos outros. O “eu” está intrinsecamente inserido no “nós”:

ambos são, portanto, interdependentes e indissociáveis. Neste estado de desenvolvimento societário, “a autonomia daquilo a que alguém chama de ‘nós’ é mais poderosa do que os planos e objetivos de qualquer ‘eu’ individual” (ELIAS, 1994: 57-58).

Retomando a definição de Wanderley, o rural, enquanto espaço da vida cotidiana, é o lugar das relações sociais de maior proximidade intimidade que se traduz em maior controle social pelo outro, como sugere Elias, mas que implica também no fortalecimento dos laços afetivos, ou seja, controle (social) e conforto (afetivo) constituem os dois lados da sociabilidade rural, o que, *teoricamente*, produz indivíduos mais ajustados ao ambiente social.

As transformações que vêm acontecendo no campo com o avanço do agronegócio – a fruticultura exportadora, a multiplicação de outras culturas, como a aqüicultura no litoral e também nos rios e barragens do sertão nordestino, e ainda a abertura de novas agroindústrias, a exemplo da viticultura do Vale do São Francisco –

como também com a interiorização da indústria, colocam em perspectiva a possibilidade de analisar a sociedade rural como sociedade em processo de desenvolvimento com diferentes graus de complexidade nas relações sociais. Neste processo de desenvolvimento, crescem as oportunidades de escolhas individuais e, conseqüentemente, abrem-se novas fronteiras de experiências de realização e de insatisfação para os indivíduos, “chances específicas de felicidade e contentamento” e “formas específicas de infelicidade e incômodo”, como propõe Elias ao considerar as sociedades urbanas (ELIAS, 1994: 109).

Desta forma, Elias analisa a relação entre indivíduo e sociedade sob a ótica das oportunidades de realização (e insatisfação) que são criadas não pelos indivíduos isoladamente, mas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela, E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite, seu ato se entremeará com os de outras pessoas; desencadeará outras seqüências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda esse *rede humana móvel*. (op. cit., p. 48, grifo meu)

O espaço social, compreendido a partir deste conceito de *rede* é o palco das ações individuais de cooperação ou de disputa, é lugar de troca, de escolhas que possibilitam aos agentes que nele operam conformar redes de alianças em torno de valores e/ou objetivos comuns, ainda que cambiantes. É lugar onde os indivíduos se transformam pelas opções e alianças que fazem. Neste sentido, é lugar de distribuição de poder. Elias coloca nestes termos a relação entre ação individual e coletiva:

Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. [...] Mas, seja maior ou menor a margem de decisão do indivíduo, o que quer que ele decida o alia a alguns e o afasta de outros. Tanto nas grandes questões quanto nas pequenas, ele está preso à distribuição do poder, à estrutura de dependência e das tensões no interior de seu grupo. Os possíveis cursos de ação entre os quais ele decide são predeterminados pela estrutura de sua esfera de atividade e pela trama desta. E, dependendo de sua decisão, o *peso autônomo dessa trama* trabalhará a seu favor ou contra ele.” (op. cit., p. 49, 51, grifo meu).

Esta perspectiva analítica de Elias coloca uma questão fundamental para as pesquisas sobre os jovens rurais: a necessidade de cartografar o espaço social dos jovens rurais nos pequenos municípios, identificando os pontos que constituem a sua rede social de apoio (instituições, relações sociais), e as tramas que entrelaçam as ações individuais e as atividades e oportunidades geradas pelos coletivos. E, por conseqüência, é necessário visualizar as alterações na configuração e/ou modulação desta rede no decorrer do tempo, quer seja por mudanças de contexto, quer seja por mudanças na forma como os agentes atribuem valor a cada um dos pontos que constituem a rede. É nesta cartografia que devem ser consideradas as opções e decisões dos jovens na construção de seus projetos de vida/projetos profissionais.

Na sociologia eliseana o conceito fundamental é o de figuração – conceito este que é inspirado no conceito de interação de Simmel –, no sentido de que a sociabilidade envolve relações mútuas e efeitos mútuos (WAIZBORT, 2001). O conceito é definido da seguinte forma:

O entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências são o que os ligam uns aos outros. Elas são o núcleo do que é aqui designado como figuração, como figuração dos homens dependentes uns dos outros e que se orientam uns em relação aos outros. Como os homens são – inicialmente por natureza, e então mediante o aprendizado social, mediante sua educação, mediante a socialização, mediante as necessidades despertadas socialmente – mais ou menos mutuamente dependentes entre si, então eles, se é que se pode falar assim, só existem enquanto pluralidades, apenas em figurações. Esta é a razão pela qual, como já foi dito, não é muito proveitoso se compreender como a imagem dos homens a imagem dos homens singulares. É mais adequado quando se representa como imagem dos homens uma imagem de vários homens interdependentes, que formam figurações entre si, portanto grupos ou sociedades de tipo variado. [...] O conceito de figuração foi introduzido precisamente por essa razão, porque ele exprime de modo mais claro e inequívoco do que os outros instrumentos conceituais da sociologia que aquilo que nós denominamos “sociedade”

não é nem uma abstração das peculiaridades dos indivíduos que existem como que sem sociedade, nem um “sistema” ou uma “totalidade” que está para além dos indivíduos, mas sim que, justamente, a sociedade é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos. (ELIAS, 1939, I, pp. LXVII-LXVIII, citado por WAIZBORT, 2001: 101-2).

Da figuração, assim definida por Elias, deriva a noção de configuração, ou seja, da idéia de que as diferentes possibilidades de combinações de elementos derivam diferentes efeitos e possibilidades de ações práticas, assim como a configuração hardware-software dos computadores define as possibilidades de uso da máquina. Isto é o que Elias vai chamar de “campo de possibilidades”, noção que é útil para se pensar na situação do indivíduo à luz da condição do contexto relacional em que ele se insere. E assim Elias demonstra em obras clássicas de sua autoria como *O Processo Civilizador*, *A Sociedade de Corte* e *Sociedade dos Indivíduos*, que são as tensões, as lutas e os conflitos que estruturam o todo, seja este a sociedade ou o indivíduo. Ou seja, o campo de possibilidades em que se situam os indivíduos permite a estes várias possibilidades de figuração, nos lugares específicos da rede social em que figuram, e várias possibilidades de configuração, de acordo com os elos que vão estabelecendo entre pontos distintos dessa rede.

Contudo, admitir os condicionamentos da estrutura na ação individual determinando regras, limites do que pode e o que não pode e o leque possível de oportunidades reais, não significa ignorar a diferenciação e reduzir o indivíduo ao seu pertencimento de classe, seu catolicismo, seu sexo, seu nível educacional, sua condição rural e abstrair tendências gerais para os jovens rurais. O fato dos indivíduos partilharem de condições de vida, idéias e costumes comuns permite às ciências sociais empreender generalizações através de modelos abstraídos a partir de certas regularidades e invariâncias sociais e históricas. Mas é preciso não essencializar. É preciso evitar, como sugere Scott (1992: 34), o caráter unificador da experiência ignorando as diferentes posições como os indivíduos vivenciam experiências comuns em função das posições de gênero, etnia, idade, estado civil e escolaridade, por exemplo. Cada indivíduo pode ser ao mesmo tempo artesão, alfabetizado, solteiro, pai, filho e assim por diante:

Cada indivíduo diferencia-se de todos os outros (...) e em torno desses elementos de diferenciação há um registro único e ininterrupto de fatos sociais ligados a eles, como

a “algodão doce”, como uma substância pegajosa à qual são colados incessantemente novos detalhes biográficos. (GOFFMAN, 1975, p. 74 apud LAHIRE, 2004: XI)

O outro extremo a evitar em um mundo onde a diferenciação é valorizada e os processos de individuação atingiram um estado avançado, é considerar o indivíduo e a subjetividade individual como local de nossa liberdade primordial, lugar livre de condicionamentos sociais, dando a impressão de que indivíduo e sociedade têm natureza distintas.

A sociologia pode ajudar a progredir no conhecimento do “*jogo perpétuo das relações entre o que interiorizamos (através de nossa experiência de mundo) e o que enfrentamos continuamente como novas situações*” (LAHIRE, 2004: XIII).

O que Elias faz com o conceito de figuração é semelhante ao que Bourdieu faz com o conceito de *habitus*, ou seja, situa o indivíduo como jogador de um jogo complexo, o jogo social, onde o real é sempre relacional. Mas em Elias, entendo que é mais claro a flexibilidade do conceito de figuração, pela possibilidade que nos dá Elias de entender que as ações individuais refletem muito a *situação presente, as redes sociais e a posição do indivíduo nessa rede*. Ou seja, que as ações sejam levadas a cabo através de uma incorporação perceptiva do mundo, tanto o passado, através do *habitus* social que também representa o apego à tradição, produzindo o efeito de “trava” (ELIAS, 1994), mas também como uma nova lógica do desenvolvimento cognitivo dos agentes, como chave de análise dos seus impulsos de ação e criação no mundo social.

III. SOBRE JOVENS, HERANÇAS E PROJETOS DE VIDA

Norbert Elias, em *Sociedade dos Indivíduos*, afirma haver uma distância entre o *estímulo* ao desenvolvimento individual, especialmente dos jovens, em relação às *oportunidades* concretas que a estrutura social pode oferecer, mesmo nas sociedades complexas. Durante a preparação para a vida adulta são apresentados ao jovem “*o mais amplo horizonte possível de conhecimentos e desejos [...]. É incentivado a desenvolver várias faculdades para as quais, na estrutura atual, as funções adultas não deixam margem alguma, e diversas inclinações que o adulto tem que reprimir*” (ELIAS, 1994: 33).

Coloca-se, assim, a possibilidade de haver um *gap* entre as inclinações e aspirações pessoais do jovem, por um lado, e os projetos individuais que poderão encontrar suporte na estrutura social local, pelo outro lado. Quanto mais se aprofunda o processo de individualização em uma sociedade, diz Elias, tanto maior será a

ansiedade de cada indivíduo diferir dos semelhantes de um modo ou de outro, o que aumenta a competição e a possibilidade de errar. O abismo, a discrepância, não é fruto de uma antítese indivíduo-sociedade, idéia refutada nesta obra de Elias, não é uma luta do indivíduo contra as estruturas sociais, mas é um desequilíbrio que se estabelece entre as inclinações pessoais produzidas no indivíduo por processos socializadores (inclusive a escola) e as tarefas sociais a que é chamado a cumprir. *“Numa palavra, trata-se de discrepâncias intrinsecamente sociais que se expressam na idéia de uma tensão e um abismo eternos entre o ‘mundo interno’ do indivíduo e o ‘mundo externo’ da sociedade”* (op. cit., p. 121, grifo meu).

Desta forma podemos afirmar que há uma produção social de incômodos e frustrações individuais, que é maior nas sociedades complexas do que nas sociedades mais simples. Por exemplo, a defasagem entre o sistema escolar brasileiro e as exigências do processo de modernização é ainda mais brutal em relação aos jovens do campo devido à falta de um projeto escolar que considere as suas especificidades. Sobre esta especificidade, Abramovay afirma que:

o pleno exercício profissional por parte das novas gerações [no campo] envolve mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar. (ABRAMOVAY, 1998: 18)

A educação abre novas possibilidades dos jovens rurais acessarem outras profissões, outros mercados de trabalho, sem que isso signifique a ruptura com o local de origem (STROPASOLAS, 2002). Isto traz, no seu bojo, a possibilidade do jovem participar de outros modelos culturais de “ser jovem” e alcançar a desejada autonomia financeira em relação aos pais-provedores, tornando-se uma pessoa mais independente (DURSTON, 1998). Essa mudança se opera também no plano cultural, e se manifesta, sobretudo, na incorporação de atitudes e valores mais ligados aos modos de vida urbanos, objetivados no consumo de produtos “globalizados” que a indústria cultural associa ao moderno, à moda, normalmente gerando fortes conflitos na família camponesa.

Na análise de Woortmann, o coletivismo interno da família tem sido um dos fatores de permanência do campesinato através da história, mas hoje, ele parece se chocar com projetos individuais. Tal coletivismo expressa a oposição entre o 'nosso' e o 'do outro', supondo a subordinação do destino individual à coletividade, ele pode se tornar uma das fontes de crise do campesinato. (WOORTMANN, 1990: 54).

Para Brandão (1995), é o trabalho para fora ou, em uma situação mais definida e melhor, o emprego que liberta o jovem herdeiro da dívida com sua família, que é maior quando a família é proprietária da terra. Brandão ainda acrescenta a dimensão do bairro rural como elemento de estabilidade da cultura rural e da vida comunitária, e os grupos de idade como elementos mais importantes de partilha e sociabilidade no meio rural.

Estes lugares de referência da juventude rural são tencionados pela maior assimilação das experiências do "ser jovem" em contextos urbanos diferenciados, que são acessados pelos jovens rurais através do trabalho, da escola, das migrações temporárias, da internet, etc. A assimilação dos hábitos de agir e de consumir, amplamente propagados pela indústria cultural, por um lado, e a permanência do jovem em sua comunidade a partir da maior facilidade de acesso a escolarização e ao trabalho nas cidades, por outro lado, tem como efeito o aumento da influência no meio rural, de valores e comportamentos considerados urbanos.

As mudanças que a sociedade brasileira tem vivido de forma intensa e desigual, como fruto de um processo intenso de inovações tecnológicas e globalização dos circuitos produtivos geram uma aceleração da vida social, mais intensa nos países periféricos em função do choque com as tradições locais (SANTOS, 1996), e desenvolve-se apoiada pela indústria cultural.

A juventude como um todo está no centro das atenções dos pesquisadores, dos governos e dos organismos internacionais, em função de ser um dos grupos mais sensíveis às recentes transformações sociais e culturais que têm impactado diversos países e regiões do planeta. Castel (2001) considera que a juventude, atualmente, é uma categoria social das mais prejudicadas nas suas relações com o mundo do trabalho e com as políticas de inclusão social, vivenciando carreiras escolares irregulares e, mesmo quando atingem o Ensino Médio, este dificilmente atende as demandas de ingresso no mercado de trabalho. John Durston (1998) refere-se à "invisibilidade" da juventude rural como decorrência de sua dupla condição: como jovens, as instituições públicas estão "engatinhando" no desenvolvimento de políticas públicas específicas para esta população e ainda focalizam suas ações para os problemas vividos pelos jovens urbanos e, como rurais, suas necessidades e expectativas não são contempladas nas políticas públicas voltadas para a população

do campo. Wanderley (2003) acrescenta que esse esquecimento do jovem pelas políticas públicas, na verdade, não atinge só o jovem rural, mas toda a família camponesa e está refletido também na política educacional que ignora as necessidades e os modos de vida dos camponeses, ou pior, associa-os ao atraso e não ao desenvolvimento.

Assim, na verdade, a pauta que está associada à juventude tem a ver com as conseqüências da “modernização” imposta pelas forças hegemônicas do capital, que se traduzem nos termos amplamente difundidos pela indústria cultural: desemprego juvenil, violência juvenil, exclusão juvenil, cultura juvenil. De uma forma genérica, a juventude é evocada como o grupo que tem que vencer os maiores obstáculos para projetar seu futuro em meio a um mundo em mudanças.

A tônica do discurso construído pela indústria cultural transforma os conteúdos e significados das representações sociais da experiência de “ser jovem”, relacionando esta com a velocidade, agilidade, com um estilo de vida mais despojado e que comporta certos riscos, como indica a valorização dos esportes radicais apoiados em instrumentos ou no controle, pretensamente absoluto, do corpo (RIBEIRO, 1997). O corpo jovem é agora glamurizado, convertido em corpo ideal para qualquer homem e mulher, independentemente da idade biológica do indivíduo. Valendo-se das técnicas de rejuvenescimento baseadas em processos bioquímicos, aliadas à exaltação dos esportes e das práticas de cuidado do corpo e, ainda, através da erotização da adolescência e juventude, a indústria cultural colabora para elaborar novas formas de controle dos processos vitais, misturar as marcações tradicionais que separam as fases da vida e, no bojo deste processo, exaltar o desempenho e a eficácia como competências supremas do modo de vida atual, como fatores que garantem o “sucesso” na vida. Este processo orienta o indivíduo para este adequar suas relações a essa nova forma de individualismo baseado na competência, na atitude e no sucesso individual, que implica, por outro lado, em responsabilizar os indivíduos pelas suas condições de vida, colocando a pobreza como fruto da incapacidade, da inadaptabilidade do pobre ao sistema, etc.

Assim, dentro deste individualismo que exalta a diferenciação de cada um estão embutido modelos que se pretendem hegemônicos, como o modelo da juventude. O discurso da juventude tende à essencialização do “ser jovem”, projetando experiências e valores particulares aos jovens das elites como totalidade a partir do descolamento das idéias e atitudes juvenis dos contextos em que são produzidas. Este discurso se choca com a socialização vivenciada pelos jovens nas famílias das classes trabalhadoras brasileiras, que vivem essa experiência em situação de desigualdade em comparação com os jovens das classes médias, que vivem a

incerteza e a insegurança como uma fase do processo de amadurecer e tornar-se adulto e não como imposição das condições materiais de existência, como os primeiros. Na sociedade brasileira, enquanto nas classes médias e altas há uma tendência ao retardamento da passagem da juventude para a fase adulta, que se manifesta, principalmente, pelo prolongamento do tempo de estudo e adiamento do ingresso no mercado de trabalho, nas classes trabalhadoras, quanto mais pobres forem as famílias, maior será a tendência a encurtar o período da adolescência e juventude em virtude, principalmente, da necessidade de ingressar no mundo do trabalho.

A instituição da herança nas famílias de agricultores baseia-se na tradição, mas a sua perpetuação aponta para uma tradição em interação com a modernidade. A modernidade, enquanto processo de individualização, secularização e racionalização da vida social abre perspectivas de reordenamento da tradição, que alimenta *re-ações* de adaptação e resistência por parte dos camponeses (WOORTMANN, 1990). Argumenta este autor que mesmo em situações onde há apego à tradição, em determinados contextos esta pode ser a melhor estratégia para sobreviver à transformação: *“A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”* (op. cit., p. 17). A tradição, então, pode servir como esteio da mudança, como no caso dos agricultores ítalo-brasileiros de Araras pesquisados por Wanderley (citado no texto de Woortmann), onde a modernização produtiva que trouxe prosperidade econômica aconteceu sem ruptura com a representação tradicional da terra como patrimônio da família. Sendo assim, seguindo o argumento de Woortmann, haveria um elo de ligação entre tradição (camponesa) e os princípios norteadores do pensamento ocidental (BHABHA, 1998). Desta forma, o campo de possibilidades que se conforma a partir das sociabilidades dos jovens no contexto sócio-histórico em que vivem coloca, para o jovem, o desafio de construir projetos de vida/projetos profissionais a partir de escolhas mais ou menos condicionadas e mais ou menos livres, condicionados a sua figuração e forma de configuração da rede social da qual participa. Na perspectiva que Karl Mannheim coloca para uma sociologia da juventude (1968, 1982), perguntar pelos motivos das ações dos indivíduos que compartilham um tempo social é também examinar o contexto em que vivem, ou seja, articula o micro ao macro na explicação sociológica.

Ora, o caminho que venho tentando demonstrar a partir da sociologia de Elias é que a variabilidade das disposições individuais requer o rompimento com a dualidade indivíduo-sociedade. Este rompimento está expresso por Elias nos seguintes termos:

A identidade eu-nós anteriormente discutida é parte integrante do *habitus* social de uma pessoa e, como tal, está aberta à individualização. Essa identidade representa a resposta à pergunta “Quem sou eu?” como ser social e individual. [...] Não há identidade-eu sem identidade-nós. (ELIAS, 1994: 151) [...] houve realmente um estágio em que as sociedades humanas contavam com um único plano de integração. Qualquer expressão lingüística com a mesma função da palavra “nós”, mesmo sob a forma de um nome próprio, tinha uma só camada. Na estrutura atual da sociedade humana, ao contrário, a expressão “nós”- e portanto também o *habitus* social dos indivíduos num sentido mais amplo – tem muitas camadas. (*op.cit.*, p. 165-166). A maior impermanência das relações-nós, que nos estágios anteriores *tinha muitas vezes o caráter vitalício e inevitável de uma coerção externa*, coloca ainda mais ênfase no eu, na própria pessoa, como único fator permanente, a única pessoa com quem se tem que viver a vida inteira. [...] *Agora o indivíduo tem que contar muito mais consigo mesmo ao decidir sobre a forma dos relacionamentos e sobre sua continuação ou término.* (*op.cit.*, p.167, grifos meus]

Assim Elias traz a noção de que “a estrutura e a forma de comportamento de um indivíduo dependem da estrutura de suas relações com os outros indivíduos” e, ainda, de que “os diversos caminhos pelos quais opta Ihe são prescritos pela constituição de seu círculo de ação e de suas relações de interdependência” (*op.cit.*, p. 95). Dentro do pensamento elisiano, a noção de projeto individual é perfeitamente adequada. Mesmo considerando o indivíduo como ser dotado de disposições que são condicionadas pela história passada e pelo contexto atual em que vive, em Elias, a ação e a *opção* individual situa-se dentro da interdependência e complementaridade entre identidade-eu e identidade-nós.

Por isto, a noção de projeto como proposta na fenomenologia de Schutz adequase a sociologia eliseana, apesar da aparente contradição entre uma sociologia das disposições da cultura sobre o indivíduo com a fenomenologia do sujeito universal de Schutz, como destaca Gilberto Velho:

A possibilidade da existência de *projetos individuais* está vinculada a como, em contextos sócio-culturais específicos, se lida com a ambigüidade fragmentação/totalização. Quando, como e até onde são legitimados *projetos individuais específicos* [...] Ou seja, se o indivíduo é tomado como dado da natureza, unidade real, nada mais lógico do que pressupor a possibilidade de projetos individuais. Já se o indivíduo é percebido como tendo uma dimensão fabricada culturalmente, que é acrescentada ao agente empírico (unidade biológica) há que relativizar a noção de um *projeto individual*. É evidente que, nos termos de Schutz, havendo agentes empíricos há *conduta* desde que esta não pressupõe um *projeto*. Quando há ação com algum objetivo predeterminado ter-se-á o *projeto*. (VELHO, 2004: 26)

Admitir que os indivíduos escolham é ponto de partida para se pensar em projetos individuais. Mas quem é o sujeito do projeto e em quais condições são feitas as escolhas? Ou, ainda, como se identifica um projeto?

A resposta que encontramos em Velho, a partir da sua interpretação do conceito de projeto em Schutz, se articula com o que Elias propõe como *campo de possibilidades*:

[...] o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um *campo de possibilidades*, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo, como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. [...] Sua matéria-prima é cultural e, em alguma medida, tem de “fazer sentido”, num processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado. (VELHO, 2004: 27)

Situado desta forma, a noção de projeto retirada da fenomenologia de Schutz enfatiza a margem de manobra existente na sociedade para opções e decisões individuais, mas que não deixam de se referenciar no contexto social, muito embora este campo de possibilidades seja diferente do outro, de Elias, que se referia à rede de sociabilidade e oportunidades, enquanto este se refira à uma rede compartilhada de sentidos, temas, paradigmas. Numa leitura fenomenológica, o projeto individual coloca

em cena desejos de prestígio e de conquistar alguma ascensão social. Tais motivações, para a fenomenologia, são expressões, ao nível individual, de representações coletivas, no caso, do individualismo da sociedade contemporânea, e também fazem parte do processo de construção social da identidade.

O desejo da distinção, da diferenciação, está inscrito nesta relação em que o indivíduo faz parte de um todo predefinido, com uma trajetória já delineada, e são indícios da tensão que há no processo de individualização (VELHO, 2004: 46). Em toda sociedade são criados mecanismos para definir o lugar que se espera que os seus membros ocupem, desempenhando papéis, assumindo responsabilidades e deveres de acordo com sua idade, sexo, conhecimento, posição hierárquica, etc. Esses mecanismos são tratados por Schutz como domínios de relevâncias, *“como elemento de concepção relativamente natural do mundo, como pressuposto e como estilo de vida inquestionável”*(SCHUTZ, 1979: 113). Porém, havendo insatisfação do indivíduo com as expectativas projetadas por esses mecanismos, esta pode motivar mudanças.

A importância da fenomenologia de Schutz está diretamente relacionada a relação indivíduo-sociedade e aos processos de individualização em sociedade complexas.

IV. CONCLUSÃO

No bojo das transformações que estão em andamento no mundo rural a questão do projeto de vida/projeto de futuro é fundamental para o processo de individualização do jovem rural. Por um lado, a dinâmica de trabalho e produção no mundo rural, hoje, exige qualificação técnica, capacidade de gestão, adaptabilidade às demandas do mercado consumidor; por outro lado, o jovem brasileiro e o jovem rural continua como um dos grupos sociais menos privilegiados em políticas públicas. Ainda no bojo destas mudanças do mundo rural ocorre a difusão do uso de drogas e a interiorização das organizações criminosas, especialmente aquelas ligadas à produção e ao tráfico de drogas, com todo o seu poder de gerar trabalho e renda, sendo o plantio de maconha uma atividade mais lucrativa que muitas outras culturas agrícolas nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, mas também geram o aumento da violência (IULIANELLI e RIBEIRO, 2000).

Considerando que o engajamento dos jovens no mercado de trabalho depende diretamente da disposição das oportunidades que o mercado oferece para esta faixa etária no município ou na região de entorno (MADEIRA, 1997), o narcoplantio incorporase às opções possíveis para uma parcela da juventude rural conquistar a liberdade, a autonomia e o prestígio que procuram, pois fazem parte dos valores da “juventude contemporânea”.

Em contexto onde há pouca oferta de trabalho, é notório que o jovem rural tem a própria família como o seu maior ponto de apoio para a concretização de seus projetos individuais. Ou seja, num momento da vida em que a diferenciação é fundamental para a constituição do “ser jovem”, o jovem rural conta basicamente com a família. Neste caso, como resolver a permanente tensão entre aspirações individuais e o caráter incorporador da família? Por outro lado, como realizar um projeto sem o apoio e a legitimação dos familiares?

O “casamento” entre a sociologia de Elias e a fenomenologia de Schutz permite olhar para o jovem rural nessas situações de tensão entre aspirações individuais e coletiva e nesses contextos sociais que produzem incômodo. Olhar o jovem rural situado num contexto social específico, mapear sua *rede social*, seu campo de possibilidades e procurar entender seu processo de construção de alternativas e escolhas pode lançar luzes sobre as tramas de relações e significados que são articulados na conformação de projetos de vida.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

- ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). (1998). *Juventude e agricultura familiar, desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.
- BHABHA, Homi K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1995). *A partilha da vida*. São Paulo: GEIC/Cabral.
- BOURDIEU, Pierre. (2003). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- CARNEIRO, Maria José Teixeira (1998). O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. et all (org.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campos/Pronex.
- CASTEL, Robert. (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Editora Vozes.
- DURSTON, John.(1998). *Juventud rural em Brasil y México: reduciendo la invisibilidad*. Santiago do Chile: CEPAL. Acesso: www.cinterfor.org.uy, em 10.08.2002.
- ELIAS, Norbert. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. *O processo civilizador* (2 vols.) (1993). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

A Contribuição de Norbert Elias e de Alfred Schutz para os Estudos sobre Juventudes

Mauricio Antunes Tavares

IULIANELLI, Jorge Atílio; RIBEIRO, Ana Maria Mota. (2000). *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro: DP&A.

LAHIRE, Bernard. (2004). *Retratos sociológicos; disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed.

MADEIRA, Felícia Reicher. (1998). Recado dos Jovens: mais qualificação. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília: CNPD.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M., *Mannheim*.
Coleção Grandes Cientistas Sociais. SP, Ática, 1982

_____. O problema da juventude na sociedade moderna. In: *Sociologia da Juventude*,
vol. I, RJ, Zahar, 1968.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. (1997). Modernidade e risco nas metrópoles brasileiras.
In:
CANESQUI, A.M. (org.). *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco.

SANTOS, Milton. (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

SCHUTZ, Alfred. (1979). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar.

STROPASOLAS, Valmir Luis. (2002). *O Mundo rural no horizonte dos jovens*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis.

SCOTT, Joan W. (1992). Experiência. In: SILVA, A.C.L. et al. (org.). *Falas de Gênero*. Petrópolis: Vozes.

VELHO, Gilberto. (2004). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (1999). Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo, RS: UPF.

_____. (2000a). A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, UFPR (2):29-37.

_____. (2000b). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos, Sociedade e*

Agricultura, Rio de Janeiro, (15): 69-129, out. 2000b.

_____. (2003). "Juventude Rural: vida no campo e projetos para o futuro". Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq.

_____. (2004). "Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade". *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21: 42-61.

_____. (2006). *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Relatório final.

Recife, UFPE/CNPq.

WOORTMANN, Klaas. (1990a). Migração, família e campesinato. *In: Revista Brasileira de*

Estudos de População, Campinas, 7 (1): 35-53, jan/jun.

_____. (1990b). "Com parente não se negueia": o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87, Brasília/Rio de Janeiro: Ed. UnB/Tempo Brasileiro.

A EXPERIÊNCIA DO SINDICALISMO RURAL DA CUT NO RIO GRANDE DO NORTE

Baltazar Macaiba de Sousa (Doutor em Sociologia,
Professor Adjunto I do Departamento de Sociologia e
Antropologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA).

E-mail: baltazarmacaiba@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo expõe a experiência do sindicalismo rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Rio Grande do Norte (RN). Trata-se de uma pesquisa que traz à luz as origens do sindicalismo cutista, destacando que essa prática sindical floresceu em razão do espaço político que existia, sobretudo em decorrência da falência da concepção e prática sindical que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e suas federações representavam. O sindicalismo cutista não queria apenas reformar a estrutura sindical vigente, mas estabelecer novos mecanismos de representação não tutelados pelo Estado, um de seus pontos centrais era a defesa da pluralidade sindical, em oposição à unicidade sindical defendida pelos contaguianos e todas as direções do sindicalismo estatizado e burocratizado.

1. AS RAÍZES CONTAGUIANAS DO SINDICALISMO RURAL CUTISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

O sindicalismo rural cutista foi iniciado por dirigentes sindicais que tiveram seus primeiros passos de formação e aprendizado na escola contaguiana, por isso é certo dizer que o sindicalismo rural cutista nasce das entranhas do sindicalismo estatizado-burocrático da FETARN (Federação do Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Norte) e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). As origens do sindicalismo rural cutista no Rio Grande do Norte, de seus organizadores e do seu núcleo inicial remontam à escola do sindicalismo burocratizado da FETARN / CONTAG, haja vista que as duas primeiras chapas de oposição foram encabeçadas por ex-dirigentes da FETARN, Francisco Ferreira (STR de Pedra Grande), na eleição de 1980, e Cesário Batista (STR de Macaíba), na de 1983.

Outros expoentes do movimento que começaram a organizar as oposições sindicais rurais cutistas tinham militância sob a bandeira da FETARN / CONTAG: Eliziel

Barbosa (STR de Montanhas); Sebastião Getúlio (STR de Lagoa de Pedra e STR de Lagoa Salgada); Rivaldo (STR de Goianinha); Damião (STR de Touros); José dos Santos (STR de Pureza).

No Rio Grande do Norte, é entre os pequenos camponeses das áreas de conflitos de terra¹ e da área canavieira que vão florescer os sindicatos liderados pelas oposições ao sindicalismo da FETARN / CONTAG. Observemos parte do relato no qual José Ferreira indica a origem sindical de Cesário Batista, um dos dirigentes que encabeçou uma chapa de oposição à direção da FETARN:

Em 1974, Francisco Urbano foi eleito diretor da CONTAG e se licenciou do cargo de presidente da FETARN, convocando Cesário Batista da Silva do STR de Macaíba pra assumir o restante do mandato. Cesário Batista ficou no mandato até o final, 1977, quando convocou eleições. (FETARN, Natal/2003, José Ferreira de Lima, dirigente sindical).

Essa origem contaguiana do núcleo inicial do movimento que deu os primeiros passos na organização do sindicalismo rural cutista tem certa influência, mas o que marca decisivamente esses dirigentes e lideranças que principiaram a construção do sindicalismo rural cutista são as transformações que ocorrem na conjuntura, entre as quais a abertura política e o processo de reorganização do movimento sindical; tanto que eles romperam com os laços que os prendiam à FETARN.

Após as greves do ABC paulista de 1978, 1979 e 1980, a ditadura militar começava a dar seus últimos suspiros, no começo dos anos 1980, quando aquele regime político já não contava com o apoio da sociedade. No seu interior, as rachaduras agudizavam as divergências, enquanto a oposição ao regime ia se alargando. A base de sua sustentação econômica, o “milagre brasileiro”, havia chegado ao fim. A economia entrava numa fase de recessão econômica, combinada ao movimento oposicionista, que ia às ruas exigir mudanças políticas, liberdades civis e democráticas. Aldemir Lemos, dirigente sindical, relata em trecho de seu depoimento, a seguir reproduzido, as origens sindicais do grupo que inicia o sindicalismo rural da CUT (Central Única dos

¹ Palhano da Silva (2000, p. 109) destaca a região onde ocorreu o maior número de conflitos de terra entre 1960 a 1990: “Os municípios que apresentaram uma maior presença de conflitos de terra nesse período foram: zona litoral do norte: Touros, com 18 casos; zona do litoral oriental: São Gonçalo, 13 casos, Ceará-Mirim, 08 casos”. Observemos que são municípios que se localizam na região do Mato Grande (Os STRs de Ceará-Mirim e Touros fazem parte do Pólo Sindical do Mato Grande) e da área canavieira (São Gonçalo).

Trabalhadores) no Rio Grande do Norte, enfatizando como o sindicalismo rural cutista está inserido na conjuntura política de transformação no meio sindical:

Em 1979, (...) Nessa época eu tava no Sindicato dos Comerciários que era um sindicato urbano (...) eu comecei a ver algumas figuras do campo conversando e tal, falando e ai eu entrei e comecei a entrar na conversa. Era Sebastião Getúlio, Eliziel, era o menino de Goianinha, vê se eu lembro o nome, a lembrança começa a falhar né; era Cesário Batista de Macaíba, era Eliziel de Montanhas que já falei, era Ferreira de Pedra Grande, é eu tô esquecendo o nome, Rivaldo de Goianinha que era presidente do Sindicato Rural de Goianinha. E os principais assim que eu comecei a conversar nessa época eram esses né. E o pessoal, era um pessoal que tinha entrado no sindicato nessa leva de tomar o sindicato da mãos dos que tinham sido botado em 64 pela Ditadura. Então, esse pessoal era um pessoal que tinha entrado no sindicato via Igreja, via o trabalho do SAR, do MEB, daquelas coisas que havia na área rural e tinham tomado o sindicato. Alguns tinham entrado em alguns sindicatos rurais e começavam a fazer uma discussão diferente da que existia até 78, por ai né. E ai vem a história dessa discussão, se falava em reforma agrária, na questão da terra e ai o pessoal, eu senti assim que o pessoal era um pessoal que não tinha, que não tinha ligação nenhuma com a direita, com a Ditadura, e daí era um pessoal novo que precisava ser trabalhado, que já vinha sendo trabalhado pelo SAR, pelo MEB e pela Igreja, e ai ficou fácil de você começar abrir uma discussão nesse sentido. Então, esse pessoal, esse pessoal as primeiras discussões foi muito mais discussões sobre reforma agrária, sobre, foi relacionado ao campo, à exploração, às greves, às primeiras greves primeiras canavieiras que começaram a acontecer a partir de 80 né. Isso tudo trabalho de base da Igreja e tal. Ai entra na discussão a questão da organização sindical, no sentido maior né, começa a discussão sobre como tomar a FETARN, a primeira oposição à FETARN que é que acontece se eu não me engano 81, 81 parece, dois anos depois, um ano depois, acontece a primeira

oposição à FETARN. Ai começa Manoel da Conceição, o pessoal que tinha voltado do exílio começa também a vim por aqui, algumas lideranças de esquerda que tavam fora e começa a voltar, e começa a haver um intercâmbio nesse sentido. Manoel começa a trabalhar a questão do CENTRU né. O CENTRU que era um órgão, uma organização, começava a organizar o CENTRU e ai vai começando a discussão a partir de 80, 79, 80, como a discussão mais efervescente sobre a necessidade de uma central né. Teve a discussão aqui na FETARN, ai vai nós tenta a organização, mantém um grupo organizado e vai até chegar na proposta da ANAMPOS né, que é a primeira discussão assim depois. A ANAMPOS é criada, que era Associação Nacional do Movimento Sindical e Popular. Ai vem a primeira idéia das CUTs, era que não fosse filiados só sindicatos, era criar um movimento popular para também tá dentro da CUT. Ainda não foi logo no início, mas a ANAMPOS tentava isso. **(DEPOIMENTO de Aldemir Lemos, dirigente sindical).**

Por este depoimento, percebe-se como o quadro conjuntural foi um dos fatores que levaram essas lideranças (Eliziel, Ferreira, Damião, Sebastião Getúlio, José dos Santos), que começaram sua militância no sindicalismo rural nas décadas de 1960 / 70, a se desgarrarem da orientação da FETARN / CONTAG. Destaca-se que uma parte delas entra na militância sindical via Igreja Católica, pelo trabalho do SAR (Serviço de Assistência Rural), MEB (Movimento de Educação de Base) e ACR (Animação dos Cristãos do Meio Rural), sobretudo, depois de 1968, quando o trabalho sindical da Igreja no meio rural passa a ser crítico em relação ao regime político vigente no País. Tanto é assim que as CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases) eram espaços para discussões políticas e sociais sobre a conjuntura, fomentando a resistência ao regime militar implantado em 1964.

2. AS TRANSFORMAÇÕES NA CONJUNTURA E A RUPTURA COM A PRÁTICA SINDICAL DA CONTAG

Já em 1979, esse grupo de sindicalistas discutia e questionava nos sindicatos a necessidade de impulsionar um movimento de oposição à direção da FETARN. A primeira chapa de oposição à FETARN foi liderada por Francisco Ferreira (STR de Pedra Grande), em 1980. Cesário Batista, que havia sido presidente da FETARN de 1974 a 1977, em razão da eleição de Francisco Urbano para a direção da CONTAG, encabeçou uma chapa de oposição em 1983², já sob a influência das novas idéias para o sindicalismo rural. Esse talvez seja um dos fatores que expliquem por que o movimento de onde se origina a CUT no Rio Grande do Norte foi organizado por dirigentes sindicais rurais que ainda exerciam influência – pelo menos uma boa parte deles – e eram motivados à luta (organização) sindical pelas Comunidades Eclesiais de Bases.

A transformação e ruptura de um setor minoritário de dirigentes e ex-dirigentes da FETARN com sua concepção sindical podem ser explicadas pela conjuntura política de mudanças que vinham ocorrendo de forma subterrânea no aparecimento de alguns atores políticos novos no cenário nacional. No sindicalismo urbano e rural, no contexto nacional, destacam-se a explosão das greves do ABC paulista em 1978 e as primeiras greves canavieiras em 1979. O movimento grevista canavieiro iniciado em 1979, em Pernambuco, estendeu-se para outros estados e regiões do País onde há o cultivo da cana-de-açúcar, como é o caso do Rio Grande do Norte. Esse fato influencia dirigentes e lideranças dos sindicatos rurais que abraçaram o estabelecimento da oposição à FETARN e a organização da CUT/RN, haja vista que eles eram majoritariamente da área canavieira e de regiões próximas – Montanhas, Goianinha, Espírito Santo, Macaíba, Touros, Pureza.

O sindicalismo rural cutista se forma nesse contexto, também estimulado pelos sem-terra, que, a partir de 1978-79, começaram a entrar em cena na região Sul³. Os integrantes desse movimento incentivaram o sentimento de oposição ao sindicalismo

² Ver FETARN (2003), “História de 40 anos de luta da FETARN”, um relato feito por José Ferreira da Lima, dirigente sindical, que descreve quem foram os presidentes da FFETARN e as chapas de oposição até 2003.

³ Quanto à história e ao surgimento do MST, este movimento esclarece: “1978 – Os trabalhadores rurais sem terra da região sul do país realizam lutas concretas, porém, isoladas. Estas lutas impulsionaram o surgimento do sindicalismo combativo, e reforçaram as mobilizações dos setores populares e operários, que resultaram no processo de abertura política”. (MST, 1991). Acrescenta acerca desse período: “1979 – Os sem terra do Rio Grande do Sul ocupam as fazendas Macali e Brilhante. Eram centenas de lavradores expulsos da reserva indígena de Nonoai. No Paraná é criado o Movimento Terra e Justiça, que mobilizou os trabalhadores desalojados pela construção da barragem de Itaipu”. Este mesmo processo de origem do Movimento dos Sem Terra é descrito por Stédile e Sérgio (1993) no texto “A luta pela terra no Brasil”.

praticado pela CONTAG, criticando o seu atrelamento ao Estado e ressaltando a necessidade de se criar um movimento sindical independente.

Dirigentes sindicais cutistas do Rio Grande do Norte (Simeão, José dos Santos, Eliziel, Damião), desde 1984, envolveram-se em atividades do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nos planos regional e nacional. Uma parte deles participou de atividades em 1984 e do Primeiro Congresso dos Sem-Terra (1985). Estes, juntamente com as oposições sindicais rurais, lideraram a luta camponesa nas décadas de 1980 e 1990, combatendo o sindicalismo da CONTAG e de suas federações e reforçando o sindicalismo rural cutista. Esses movimentos, inclusive participaram da formação da CUT, quando da divisão do movimento sindical, entre 1981 e 1982.

Outros movimentos políticos ganham as ruas: a Campanha da Anistia, as manifestações contra a carestia, os movimentos em defesa dos direitos humanos. Tomam parte nessa grande mobilização nacional as famosas comissões de direitos humanos das dioceses e arquidioceses, a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e das Oposições Sindicais), a CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) e muitas outras organizações da sociedade civil. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), constituída nacionalmente em 1975, impulsiona as oposições sindicais rurais e apóia a fundação da CUT.

A partir de 1968, a Igreja Católica, em razão da perseguição a padres, freiras e leigos, passa ter uma posição crítica ante o regime implantado em 1964. Começa, então, a exigir mudanças e a incentivar os movimentos de oposição, por intermédio das CEBs. Constitui-se um quadro conjuntural complexo, comparável a um caldeirão que começa a entrar em ebulição. Aqui se iniciam os primeiros passos do novo sindicalismo que vinha se constituindo com as oposições sindicais, os movimentos populares e sociais, que organizaram a ANAMPOS, a CONCLAT e a CUT. Observemos essa parte do depoimento de Aldemir Lemos, dirigente sindical, sobre como se passa no Rio Grande do Norte esse processo de conotação nacional:

É nessa questão, mas de oposição sindical urbana e fez essa discussão com o pessoal do campo, aí via PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário], que era a reestruturação do PCBR e tal, que nem era tanto PT, não era nem tanto, era muito mais nessa linha de discussão mais aprofundada do pessoal que organizava uma organização revolucionária e tal. É através dessas

discussões é que se vai participar de algumas reuniões da ANAMPOS, sobre essa questão começa a haver as primeiras discussões. Aí, Brasília Carlos, a professora Brasília Carlos, eu, algumas pessoas ficaram encarregados ou foram indicados pela ANAMPOS com aquele pessoal que ia começar a discutir a questão da fundação da Central, que até o último CONCLAT, viu, o CONCLAT de Praia Grande foi o primeiro pau do negócio, até ali havia uma possibilidade de se juntar todo mundo, até o povo de Joazeiro, da CUT mais avançado e tal. O CONCLAT de Praia Grande fica claro que não há possibilidade dessa junção. Aí a ANAMPOS convoca uma reunião, convoca uma reunião, aí já pensando num congresso, aí já tava pensando fazer um congresso para fundar a Central. A ANAMPOS chama uma reunião aí de São Paulo, os estados do Nordeste, eu fui o representante aqui do Rio Grande do Norte nessa discussão, e lá fez uma discussão e então resolveu-se implementar a fundação da CUT, a partir daí não esperar que, nessa discussão aí, o pessoal de Joazeiro queria, só queria organizar a CUT quando tivesse o governador Montoro assumisse, só queria fundar uma Central quando Montoro assumisse para fornecer a estrutura, e o pessoal da CUT não queria esperar, o pessoal que hoje, na época logo no início que era o pessoal da ANAMPOS, um pessoal mais avançado. Logo era ele, aí o pessoal fundar uma Central independente de esperar que... que ia ter ou não o governo de São Paulo na mão. E houve o CONCLAT de Praia Grande que houve aquele cassete, pau mesmo. A partir daí toma essa decisão por maioria o pessoal mais ligado a esse movimento que tinha uma relação com o PT, que tinha relação com as esquerdas e começavam a se reorganizar depois da Anistia, e se funda a CUT. Foi uma forma que nós, eu, Brasília, Wilma, Wilma Aparecida, Brasília Carlos, Ferreira, Eliziel⁴, é algumas pessoas dos sindicatos urbanos, naquela

⁴ É fundamental registrar o fato de que os impulsionadores da CUT-RN foram justamente: Aldemir Lemos (o depoente, que foi presidente da CUT-RN), Brasília Carlos (professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRN), Wilma Aparecida (ex-presidente da CUT-RN e também ex-dirigente do Sindicato dos Comerciantes do RN), Francisco Ferreira (dirigente do STR de Pedra Grande e foi

época ainda eram bastante francos, não tinha, para você ter uma idéia a delegação do Rio Grande do Norte a maioria foi de trabalhador rural. Aliás, nós só tinha dois nomes para fundação da CUT, a grande maioria era de trabalhadores rurais, uma imensa maioria, uma imensa maioria, é tanto que durante um período quem decidia quem era o presidente era o campo e não era a cidade. Isso vai até 86, se eu não me engano, 87, quem definia quem era o presidente da CUT/RN era. Eliziel foi presidente da CUT/RN duas vezes, eu fui uma, sempre foi, sempre foi o campo quem definia o presidente da CUT/RN. Aí na... em cima daqueles princípios de que a esquerda defendia e tal, que lá na fundação da CUT já começa a ter alguns problemas nessa questão da organização livre, não seria o sindicato tradicional, mas os sindicatos pela base, aquela história toda do movimento popular traz uma corrente no qual uma corrente de esquerda defendia que não, que os movimentos populares não podiam ser. Essa discussão vai avançando na CUT, vai avançando e vai ganhando terreno e sem dúvida a CUT se transformando numa central sindical e não como era a proposta inicial que era, uma, por exemplo, uma oposição, você era de uma oposição podia participar da direção da CUT, você não precisava estar na direção do sindicato, não tinha essa organização que tem hoje que o sindicato só, só vai se o sindicato tiver contribuído e tal. Então a CUT, eu na minha avaliação eu acho que a CUT desviou, começa a se desviar a partir do encontro, se eu não me engano de Belo Horizonte, do 4º Congresso que teve em Belo Horizonte. **(DEPOIMENTO de Aldemir Lemos, dirigente sindical).**

Esse processo descrito por Aldemir Lemos permite compreender o sindicalismo rural cutista e o processo de formação da CUT, o que requer uma análise crítica e o resgate do movimento que deu origem à CUT, o novo sindicalismo.

candidato ao Senado pelo PT na eleição de 1982, candidato da chapa de oposição à Presidência da FETARN na eleição 1980), Eliziel Barbosa (dirigente do STR de Montanhas, ex-presidente da CUT-RN, candidato a governador pelo PT na eleição de 1982. Atualmente Eliziel é do STR do Município de Touros).

Então, a CUT tem origens nessa nova tendência do movimento sindical, que vai se constituindo a partir de vários anos de luta travada no movimento operário, sindical e popular por ativistas e dirigentes que surgem a partir de mobilizações, campanhas políticas, greves e manifestações de ruas, a partir da segunda metade da década de 1970. No movimento sindical, grande número de ativistas e lideranças começa a lutar para reconquistar o controle dos sindicatos que estavam sob a intervenção dos pelegos, impostos pela ditadura militar.

Novaes (1991a) reconhece que, desde o início da década de 1980, a CONTAG já não é a única referência para as questões agrárias e fundiárias. Pode-se deduzir que essa Confederação só foi referência no período de extrema repressão e quando os trabalhadores não podiam se organizar livremente. No momento em que os trabalhadores passaram a se organizar nos novos STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) e nas oposições sindicais, no MST e na CPT, a CONTAG já não podia dizer que representava os “rurais”, para usar a expressão de Novaes (1991a).

Esse processo vai se definir logo no início da década de 1980, quando a CONTAG se opõe ao novo sindicalismo, que funda a CUT em 1983, e se alinha ao campo do peleguismo de Joaquinção e dos antigos PCs (Partidos Comunistas), que defendiam a estrutura estatizada do sindicalismo brasileiro. As disputas vão ocorrer a partir de 1981, quando se começam a organizar tendências opostas no plano das concepções e práticas sindicais.

No início do movimento, ocorreu uma expectativa de que todas as forças e tendências do sindicalismo marchassem para uma nova central sindical. Formaram-se, inclusive, comissões unitárias em torno do movimento pró-CUT, contudo, depois da I CONCLAT, o novo sindicalismo, liderado pelo movimento dos sindicalistas do ABC, decidiu agir “como previam as resoluções da CONCLAT” (NOVAES, 1991a, p. 184), fundando uma central sindical. Novaes (1991a) reconhece que, desde o início da década de 1980, a CONTAG já não é a única referência para as questões agrárias e fundiárias. Pode-se deduzir que essa Confederação só foi referência no período de extrema repressão e quando os trabalhadores não podiam se organizar livremente. No momento em que os trabalhadores passaram a se organizar nos novos STRs e nas oposições sindicais, no MST e na CPT, a CONTAG já não podia dizer que representava os “rurais”, para usar a expressão de Novaes (1991a).

Esse processo vai se definir logo no início da década de 1980, quando a CONTAG se opõe ao novo sindicalismo, que funda a CUT em 1983, e se alinha ao campo do

peleguismo de Joaquinção e dos antigos PCs, que defendiam a estrutura estatizada do sindicalismo brasileiro. As disputas vão ocorrer a partir de 1981, quando se começam a organizar tendências opostas no plano das concepções e práticas sindicais.

No início do movimento, ocorreu uma expectativa de que todas as forças e tendências do sindicalismo marchassem para uma nova central sindical. Formaram-se, inclusive, comissões unitárias em torno do movimento pró-CUT, contudo, depois da I CONCLAT, o novo sindicalismo, liderado pelo movimento dos sindicalistas do ABC, decidiu agir “como previam as resoluções da CONCLAT” (NOVAES, 1991a, p. 184), fundando uma central sindical.

3. A IGREJA CATÓLICA E SINDICALISMO DA CUT

Na década de 1970, a Igreja Católica do Rio Grande do Norte passa a desempenhar um papel central no meio rural por meio do SAR, do MEB, da ACR e, depois, na região oeste, com a CPT. A Igreja assume as lutas junto com os movimentos sociais do campo. Os STRs que formam a base das oposições ao sindicalismo contíguo haviam sido formados com o apoio de entidades confessionais na década de 1980 e são “(...) resultantes de lutas pela permanência na terra e busca canais para o escoamento da produção”. (NOVAES, 1991a, p. 183).

A Igreja intervém junto ao movimento sindical desde os primórdios dos sindicatos e do movimento operário. Sua experiência de formar líderes sindicais rurais e ajudar na fundação de sindicatos é de longa data. Mesmo depois do golpe de 64, ela continuou “o trabalho de organização sindical”. A Comissão Pastoral da Terra tem uma importância fundamental nesse processo, pois é ela que vai intermediar e dirigir os conflitos. No Rio Grande do Norte, são os militantes da ACR na região do Mato Grande que organizam e dirigem os conflitos de terra e até hoje continuam a manter o trabalho nos sindicatos rurais. O Plano Trienal do SAR descreve as atividades a serem implementadas junto ao movimento sindical rural:

Utilizar a alfabetização de lideranças e dirigentes dos STRs, dos assentamentos, das áreas de conflitos de terra, dos fóruns populares, do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, como meio de fortalecer um espírito de solidariedade que objetiva

conquistar a construção da cidadania entre os trabalhadores rurais. (PLANO Trienal do SAR - 1995/1997, p. 95).

A partir da década de 1980, a Igreja intervém no movimento sindical e popular, ajudando e fortalecendo os setores identificados com o novo sindicalismo, os novos movimentos do campo – oposições sindicais rurais, sem-terra, movimento de mulheres, posseiros. Ao se colocar em ação junto ao movimento sindical e popular, a partir do final da década de 1970, a Igreja passa a dar destaque para a luta pela terra, apontando a má distribuição da propriedade agrária como principal fator de produção de desigualdades sociais, conferindo riqueza e poder a poucos, em detrimento da maioria. A questão agrária é também considerada como a principal causa de conflitos entre grande parte do campesinato e as elites.

Destaco o fato de que a Igreja sempre teve uma ação no campo sindical. No Rio Grande do Norte, apesar do golpe de 1964, ela continuou sua intervenção no campo através do SAR, MEB e reforçada pela ACR, dando prosseguimento ao seu trabalho de educação política. Depois do golpe de 64, a Igreja procura rearticular o movimento sindical em cursos, encontros e outras atividades dirigidas a lideranças rurais.

A Igreja continua a manter o trabalho nos sindicatos rurais, inclusive, uma das chapas de oposição à FETARN da década de 80 – 1989 – tendo à frente José dos Santos (STR de Pureza), foi praticamente assessorada e financiada pelo SAR. Ela teve um papel de fomentar a organização dos sindicatos rurais e ser o canal facilitador junto às comunidades rurais. Isso ocorreu por causa da existência de um movimento sindical sem propostas, sem iniciativas e burocratizado, o que favoreceu que setores da Igreja (SAR, MEB, CPT, ACR) promovessem encontros de trabalhadores rurais. Isso só foi possível porque o movimento sindical rural capitalizado pela FETARN / CONTAG se restringia a seguir e implementar programas e projetos governamentais.

Um dos elementos característicos do sindicalismo rural da CUT é sua relação com os serviços e os movimentos da Igreja Católica, fato que imprimiu, em sua prática e seu discurso, uma mentalidade religiosa, sobretudo nos segmentos de oposição ao sindicalismo tradicional da CONTAG. A presença de camponeses influenciados pela mentalidade religiosa, organizados nos sindicatos rurais, faz com que certos dirigentes do novo sindicalismo encarem sua função de dirigentes como uma missão, um testemunho, uma prova ante o povo e os trabalhadores, sobretudo os militantes da ACR, que foram parte do núcleo de oposição à Federação (FETARN).

Na década de 1970, o papel de assessoria e acompanhamento à luta no campo coube aos organismos da Igreja (SAR, MEB, CPT). Esse papel também foi desempenhado pelo movimento sindical com extrema fragilidade, sobretudo porque a cultura política era de não apoiar os conflitos de terra, mas apenas de elaborar documentos denunciando as áreas de conflito, uma espécie de alerta para as autoridades governamentais.

A Igreja Católica, seus serviços e movimentos compreendem que o trabalho político é fundamental para renovar o sindicalismo, fazendo surgir lideranças, e também encaram como decisivo para ajudar na resistência, na solidariedade, na consciência organizativa e no desenvolvimento da cidadania. Por isso, o Plano Trienal do SAR (1995-1997) destaca:

Garantir um trabalho permanente de capacitação e formação (política / sindical, econômica, religiosa, cultural, humanística etc), aos diversos grupos sociais, entre os quais se destacam: Pólo Sindical do Mato Grande, STRs da região do Mato Grande, as associações de assentamentos, as comissões, os grupos, as coordenações dos assentamentos, os grupos de mulheres, religiosos (as) – (padres e freiras), as lideranças populares, os fóruns populares, etc. Através de cursos, seminários, grandes encontros, reuniões, intercâmbios, estágios etc. (PLANO Trienal do SAR - 1995/1997, p. 94).

Como se vê, o trabalho da Igreja é objetivo em que se propõe assessorar os processos organizativos, as lutas dos trabalhadores dos assentamentos, sindicatos, das áreas de conflito, fóruns populares, pólos sindicais, grupos de mulheres. A Igreja, por intermédio de seus serviços e movimentos, cumpre o papel de produzir informações, sensibilizar as autoridades e a sociedade, ajudar o movimento sindical, denunciar as injustiças “que têm suas raízes na propriedade da terra, baseada no latifúndio e nas estruturas do poder político, cujo fundamento são as oligarquias agrárias”. (PLANO Trienal do SAR – 1995/1997, p. 95). Sua ação é junto às entidades e aos movimentos relacionados aos grupos de base, STRs, oposições sindicais, associações comunitárias, cooperativas, movimento sindical, movimento de mulheres.

4. A LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DA CUTISTA

O sindicalismo rural cutista floresceu em razão do espaço político que existia, sobretudo em decorrência da falência da concepção e prática sindical que a CONTAG e suas federações representavam. Ele não queria apenas reformar a estrutura sindical vigente, mas também estabelecer novos mecanismos de representação não tutelados pelo Estado. Isso porque um de seus pontos centrais era a defesa da pluralidade sindical, em oposição à unicidade sindical defendida pela CONTAG e todas as direções do velho sindicalismo estatizado e burocratizado.

A democracia sindical foi outro ponto fundamental do sindicalismo rural da CUT, que o ajudou a se desenvolver, porque incentivava a participação da base (comissões de conflitos, delegacias sindicais), inclusive como forma de se contrapor às eleições viciadas patrocinadas pela CONTAG e federações nos sindicatos rurais. O certo é que um novo espaço político se abria para o setor combativo do sindicalismo rural que despontava na conjuntura nacional.

O monopólio da CONTAG e de suas federações estava sendo posto em xeque, principalmente com a divisão do movimento sindical em duas grandes tendências: a CUT (novo sindicalismo) e a tendência que fundou a CGT. A primeira chapa de oposição à FETARN liderada por Francisco Ferreira (STR de Pedra Grande) é um retrato desse quadro conjuntural.

A questão da reforma agrária, porém, da luta pela terra, foi o centro dos choques de posições entre o sindicalismo da CUT e a concepção da FETARN / CONTAG. As divergências ocorriam igualmente no que diz respeito à relação com o Estado e à estrutura sindical verticalizada em vigência, herdada da época de Getúlio Vargas e aperfeiçoada pelos militares. O que de fato ocorria, para o sindicalismo cutista se desenvolver, era o questionamento aos encaminhamentos e métodos administrativos que a CONTAG e suas federações davam às lutas dos trabalhadores do campo⁵.

A luta pela reforma agrária e por direitos trabalhistas dos assalariados agrícolas se manifestava nas resistências que se desenvolviam em todo o País. Embora essas lutas nunca tenham deixado de existir, foram as mudanças conjunturais que puseram tais

⁵ MEDEIROS (1993, P. 18), DISCORRENDO SOBRE O PROCESSO DE OPOSIÇÃO À CONTAG, LIDERADO PELA CUT, ANOTA: "A CUT CONSTITUI-SE NO ESPAÇO PRINCIPAL DE ARTICULAÇÃO DAS 'OPOSIÇÕES' À LINHA DE AÇÃO DA CONTAG, REALÇANDO TEMAS COMO ESTRUTURA SINDICAL, FORMAS DE LUTA, ETC."

reivindicações como destaque nacional, principalmente porque foram encabeçadas por novos atores políticos que sugeriram: oposições sindicais e sem-terra.

No Rio Grande do Norte, a realidade do campo é marcada pelos conflitos de terra, que ocorriam à revelia da FETARN e de seus sindicatos. Observemos os dados que traduzem bem uma das características sobre as quais se ergueu o sindicalismo rural cutista: “Em 1987, foram registradas 47 áreas de conflitos identificadas em 24 municípios do Estado. Esses conflitos de terras atingiram 4.766 famílias, envolvendo 29.196 pessoas, de 63 localidades”. (PLANO Trienal do SAR - 1995/1997, p. 76).

Continua o SAR: “Já em 1990 os registros indicam a ocorrência de 23 conflitos de terra envolvendo 1.428 famílias no RN em área de 29.482,9 hectares, de categorias de moradores, posseiros, sem-terra e ocupantes” (PLANO Trienal do SAR – 1995/1997, p. 76).

Ainda sobre a luta pela questão agrária como um componente da realidade do Rio Grande do Norte, o SAR realça que “levantamento feito pelo INCRA em 1990 indica a existência de 22 áreas de assentamentos com 1.602 famílias rurais em 49.442,9 hectares”. (PLANO Trienal do SAR – 1995/1997, p. 49). Esses assentamentos são parte da luta pela terra no Rio Grande do Norte. Devem ser compreendidos como parte do movimento sindical cutista que se expande na década de 1980 e no início da de 1990, com surgimento dos sem-terra no Estado, sobretudo quando os conflitos de terra voltam a se aguçar, marcando bem o sindicalismo rural no Rio Grande do Norte. Eis o que o relatório do SAR registra:

(...) entre 1993-94 acompanhar 23 áreas com processo de desapropriação em tramitação no INCRA, atingindo um total de 55.899,53 hectares. Nesses anos foram desapropriadas 03 (três) áreas com 2.391 hectares. (RELATÓRIO de Atividades do SAR/1994, p. 35).

Esse mesmo relatório registra ainda que, em 1994, havia os conflitos de Lagoa do Jiqui (Touros), Lagoa de Baixo (Guamaré), Canto do Papagaio (Macau), Canto da Ilha de Cima (Touros / Pedra Grande) e Sarandaia (João Câmara). O surgimento dos sem-terra

no Rio Grande do Norte⁶ faz com que a luta pela terra ganhe novo ânimo, mas a reação do latifúndio se torna ainda mais cruenta em relação aos conflitos de terra, como atesta o relatório do SAR: “as práticas de violências que geralmente são praticadas pelos grileiros e seus jagunços visando expropriação e apropriação da terra”. (RELATÓRIO de Atividades do SAR/1994, p. 36). Observemos o que revela o Plano de Ação SAR de 1994 acerca dessa realidade e das raízes dos conflitos de terra no Rio Grande do Norte:

Essa concentração determinada historicamente por políticas agrárias e agrícolas vinculadas aos interesses dos grandes proprietários, tem causado ao longo dos anos conflitos crescentes entre posseiros, trabalhadores sem terra e grande proprietários. No ano de 1993, foram registrados 14 conflitos de terra no Estado, envolvendo milhares de famílias de trabalhadores rurais. Esses conflitos se dão através da resistência contra as tentativas de expulsão de trabalhadores rurais de terras ocupadas por eles historicamente, ou também, principalmente nos últimos anos, através de ocupação de áreas improdutivas organizadas pelo Movimento dos Sem Terra (...) os conflitos de resistência contra a expulsão também têm se agravado devido às investidas de grupos econômicos contra as populações litorâneas que ocupam praias cobiçadas para construção de hotéis e estabelecimentos turísticos e de lazer. (PLANO de Ação do SAR – 1994).

A base dos conflitos é a resistência de camponeses pobres ao processo intermitente de expulsão. Destaca-se que as ocupações de terra foram outros tipos de conflitos liderados pelos sem-terra a partir de 1989. Esses conflitos ocorrem e são estimulados em virtude da ocupação de faixas significativas de terra por parte de grupos econômicos. Assim, têm crescido os conflitos de terra e a luta pela reforma agrária organizada pelos grupos de oposição, pelos sindicatos rurais cutistas e pelos sem-terra.

No Rio Grande do Norte, o latifúndio é marca da estrutura fundiária, pois as propriedades que vão de 1.000 a 10.000 hectares detêm 1.032.716 hectares e estão nas mãos 535 proprietários. Já as propriedades que vão de 1 a 100 hectares ocupam uma

⁶ É preciso deixar registrado o fato de que os dirigentes do sindicalismo rural cutista se articulam com os sem-terra desde 1984, quando uma delegação do Rio Grande do Norte, composta por Simeão, Eliziel, José dos Santos e Damião, participou de um encontro dos sem-terra na cidade de Arcoverde, Pernambuco.

área de 1.003.425 hectares e estão divididas entre 71.322 proprietários. Em termos de porcentagem, o Instituto de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (IDEC) informa:

O conjunto dos 10% menores estabelecimentos rurais ocupa, apenas, 0,25% da área total dos estabelecimentos. O tamanho médio de 0,92 ha, não atinge 1 ha. Em contrapartida, os 10% maiores ocupam 78% da área total e tem um tamanho médio de 293 ha. (IDEC, 1995, p. 33).

Assim, o grande latifúndio é uma marca característica da estrutura fundiária do Rio Grande do Norte⁷: a “concentração da terra imprime a ampliação dos latifúndios, bem como do poder” (PLANO Trienal do SAR – 1995/1997, p. 73), gerando miséria e concentração de água, o que tem relação com o desenvolvimento dos conflitos de terra. Vejamos mais sobre a concentração de terra:

Em 1976, os imóveis que detinham até 50 hectares representavam 76% dos estabelecimentos, aglutinavam apenas 14,2% da área total. Já os imóveis com mais 500 hectares eram apenas 2,4% e concentravam 45% das terras.

Assim, neste ano [1976] verificou-se que 1% dos proprietários possuem 31,1% das terras.

Em 1980, a estrutura fundiária do Rio Grande do Norte indicava que 83% das terras eram ocupadas pelo latifúndio, enquanto que os minifúndios somavam apenas 9% do total das terras. (PLANO Trienal do SAR – 1995/1997, p. 73).

Os dados indicam que a concentração das terras em poucas mãos constitui a base dos conflitos e se combina com os processos de expulsão e grilagem de terras dos camponeses pobres. Logo, “Percebe-se que o meio rural passa a ser espaço de materialização dos interesses da classe dominante”. (PLANO Trienal do SAR - 1995/1997, p. 74). Agrega-se o fato de o Estado ter incentivado os grupos econômicos dominantes através de projetos como o “pró-alcool”, enquanto a verba destinada pelos

⁷ Está no texto “Pobreza no Rio Grande do Norte – condicionantes socioeconômicos” (IDEC, 1995), que traz em detalhe a distribuição das terras no Rio Grande do Norte.

programas governamentais aos pequenos produtores é insignificante, se comparada àquela destinada aos grandes grupos econômicos.

Ainda sobre a realidade do Rio Grande do Norte, destaca-se que “A agricultura ainda é o sustentáculo econômico maior do Estado, seguida pelo setor de serviço, que tem uma posição significativa” (Plano Trienal do SAR – 1995/1997, p. 9), apesar das mudanças ocorridas em relação ao meio rural, como constata o SAR: “Em 1950, 75% da população do RN vivia no meio rural, já em 1993 apenas 31% vivem no campo”. (PLANO Trienal do SAR – 1995/1997, p. 73).

A indústria recebe forte apoio fiscal do Estado, mas não consegue se desenvolver como principal setor da economia do Rio Grande do Norte. “A base da economia rural é heterogênea”, constituída de trinta e um produtos principais, sendo uma agricultura majoritariamente de subsistência. Apenas os setores da agroindústria da cana e da fruticultura utilizam processos modernos de produção agrícola. Nesse contexto, o mais grave é que vários projetos dos latifundiários receberam verbas públicas, mas não frutificaram; por isso muitos latifúndios foram abandonados, tornando-se o cenário de luta pela reforma agrária, de conflitos sociais e de ocupações de terras.

O sindicalismo rural da FETARN não responde a esses problemas, aos conflitos de terra. Assim, havia todo um campo fértil para o desenvolvimento do sindicalismo rural da CUT. É a falta de resposta do sindicalismo estatizado contaguiano que faz com que as lutas ocorram por fora do seu controle, fomentando o surgimento de grupos de base que encaminham suas demandas, inclusive dirigentes sindicais que estão fora do controle da FETARN organizam a luta pela terra.

O sindicalismo rural cutista se desenvolve porque se utiliza de práticas e concepções distintas do sindicalismo da FETARN, procurando estimular a participação da base, criando delegacias sindicais e comissões de conflitos. O sindicalismo rural da CUT faz um dos seus estandartes de luta das mobilizações e atos contra a violência e as impunidades que prevalece em relação aos crimes cometidos contra trabalhadores rurais e dirigentes sindicais⁸, fato relatado pelo relatório do SAR:

Em Açu (RN), no dia 22 de janeiro de 1994, um total de 1.500 pessoas realizaram caminhada de protesto e ato público pra protestar contra a morosidade do Juiz da Comarca de Açu para

⁸ O livro “Assassinatos no Campo: crime e impunidade, 1964-1986” (MST, 1987) fornece um quadro geral dos assassinatos das dirigentes sindicais e trabalhadores rurais, inclusive do Rio Grande do Norte.

com o processo crime de vários acusados contra o trabalhador Sebastião Andrade de Lima. (RELATÓRIO de Atividades do SAR/1994, p. 54).

Além desse caso, o mesmo relatório destaca os de Olavo Paulo e de Manoel Edmilson, trabalhadores assassinados por causa de conflitos de terra nos Municípios de Antônio Martins e Touros, respectivamente.

O sindicalismo rural cutista denuncia a violência praticada pela polícia a mando de proprietários de terra, ou seja, além de enfrentar a violência dos latifundiários também se depara com a violência organizada do poder estatal. A polícia age com tirania, como ressalta o relatório do SAR:

A polícia militar (...) esteve por várias vezes na área ocupada e no acampamento. A postura assumida foi sempre a de praticar atos violentos: danificar objetos pessoais dos acampados, espancar acampados, destruir barracas e difamar a religiosa que apóia e acompanha as trilhas desses sem terra. (RELATÓRIO de Atividades do SAR/1994, p. 42).

À repressão e ao abuso de autoridade praticados pela polícia contra os trabalhadores, o novo sindicalismo procura responder, denunciando junto aos meios de comunicação. Também organiza encontros e seminários de politização, declarando que o problema da terra não é uma questão de polícia, mas social. Como parte dessa estratégia, o sindicalismo cutista organizou um encontro das áreas de conflitos e assentamentos da região do Mato Grande e o encontro das áreas de conflitos e assentamentos do Rio Grande do Norte. Essas iniciativas demonstram que os posseiros começaram a tomar consciência de sua história, do que eles são e da função da terra, originando processos organizativos em defesa da terra e dos direitos históricos, inerentes à sua condição de posseiros seculares. Na verdade, a luta pela terra e práticas tradicionais do sindicalismo contagiado foram bases fundamentais para o desenvolvimento do sindicalismo rural da CUT no RN.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Rio Grande do Norte, o sindicalismo rural da CUT se desenvolveu porque a FETARN / CONTAG tinham uma prática distinta do que os trabalhadores rurais exigiam. Ele foi germinado em regiões de conflitos de terra no Mato Grande, nas lutas dos assalariados da cana por seus direitos trabalhistas, dos assentados por políticas agrícolas que a eles beneficiassem, das mulheres trabalhadoras pelo direito à sindicalização. Todos esses processos organizativos e lutas vão vir à tona com maior força por causa das transformações ocorridas na agricultura nos fins da década de 1960 e durante as décadas de 1970 e 80.

Pode-se constatar que o novo movimento sindical rural está inserido numa rede muito ampla de relações: Igreja, partidos políticos, Estado, movimentos sociais e populares, representação parlamentar, justiça, ONGs. É nesse conjunto de relações que ele foi constituindo sua prática sindical, estabelecendo alianças, blocos políticos e acordos bem definidos com instituições para desenvolver seu projeto político-sindical; tudo isso em oposição ao sindicalismo contaguiano, à FETARN, mais próxima das ações dos governos no que diz respeito aos programas e projetos para o campo. O sindicalismo cutista estava mais afinado com as mobilizações, processos organizativos e reivindicatórios dos camponeses pobres e movimentos populares. Tendo o movimento sindical rural definido seus aliados e blocos de ação política, tornou-se mais fácil precisar as práticas políticas do sindicalismo cutista e do contaguiano.

A concepção e prática do sindicalismo rural cutista autônomo, de massa e democrático, perdurou até o fim da década de 1980 e os primeiros anos da de 1990. Após a segunda metade da década de 1990, o sindicalismo rural cutista passou a enfrentar problemas de burocratização, tentando definir administrativamente quais eram os sujeitos (sem-terra, posseiros, assalariados agrícolas, assentados, pequenos produtores, agricultores familiares e acampados) que a integravam: associações de pequenos agricultores, movimentos de camponeses, sindicatos e os diversos movimentos que se reivindicam organizativamente da CUT.

O fundamental é haver se constatado que os sindicatos rurais deixaram de mobilizar e fazer um trabalho de base, já não faziam ações de massa. Por outro lado, que uma nova concepção sindical estatizada vai se enraizando entre os dirigentes, de modo que os sindicatos rurais cutistas passaram a exibir práticas muito semelhantes às da velha estrutura sindical em que a CONTAG se apoiava.

O problema é que os departamentos dos trabalhadores rurais das CUTs estaduais estavam surgindo num período em que a tendência de burocratização da CUT já havia iniciado. Por isso, havia uma lacuna entre aquele movimento inicial que procedeu de grandes mobilizações e expectativas, inclusive, no movimento sindical rural da CUT, que iniciava sua formação.

Novaes (1991a) argumenta que um dos problemas do sindicalismo rural da CUT é que ele se beneficiou do legado da CONTAG, herdando também os problemas desse passado histórico. Na década de 1990, o sindicalismo rural da CUT vai ganhando nova configuração burocrática. O sindicalismo rural da CUT agora tornou-se um sindicalismo propositivo e tendências burocráticas, que abandona o método da ação direta e passa a melhorar as propostas e programas governamentais, ou seja, passou a renunciar de forma prática as principais bandeiras que deram origem a esse movimento como: autonomia e liberdade sindical; revogação da CLT e de todas as leis repressivas impostas pelo regime militar; volta ao regime democrático, com eleições diretas em todos níveis; direito à greve e à organização sindical sem interferência do Estado; fim da política de controle salarial e reconhecimento das negociações coletivas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de & CRUZ, Dalcy da Silva. As greves no canavial. **Anais do 11º Eco da PIPSA**. Botucatu: Universidade Estadual Paulista de Botucatu, 1986.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org). **Igreja e Política no RN: momentos de uma trajetória**. Natal: Z Comunicação/Sebo Vermelho, 2000.
- ANDRADE, Sandra Maria Correia. **A AÇÃO SINDICAL A PARTIR DA DÉCADA DE 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco**. São Paulo: Tese (Doutorado em Sociologia), USP, 1994.
- AZEVEDO, Fernando A. Unidade Sindical e Autonomia no Movimento Social Rural. **Presença**. São Paulo, Revista de Política e Cultura Fev, N° 2. 1984,
- BASTOS, Elide Rugai.. SINDICALISMO NO CAMPO NO BRASIL: direitos trabalhistas e conflitos de terra. In: FLEURY, Maria Tereza Leme & FISCHER, Rosa Maria (orgs.). **Processo e relações de trabalho no Brasil: movimento sindical: comissão de fábrica: gestão e participação: o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCQ e KANBAN)**. São Paulo: Atlas, 1987.

BITTENCOURT, Gerson. A vez da CUT na CONTAG. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, N° 28, mar/abr/ mai, 1995.

BOITO JUNIOR, Armando (org). **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.

_____. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. In: BOITO JUNIOR, Armando (org). **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.

CALAZANS, Maria Julieta C. **Os trabalhadores rurais e a sindicalização: uma prática**. Rio de Janeiro: 1983 (Trabalho apresentado no Seminário Sobre Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte, realizado em 1983).

CRUZ, Dalcy da Silva. **A redenção necessária** (Igreja Católica e sindicalismo rural). Campina Grande, 1982. (Dissertação de Mestrado em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba).

_____. **Sindicalismo Rural e Luta pela Terra**. Natal: CCHLA/Mestrado de Ciências Sociais, 1992.

_____. IGREJA CATÓLICA NO RN: Participação Política e Social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org). **Igreja e Política no RN: momentos de uma trajetória**. Natal: Z Comunicação/Sebo Vermelho, 2000.

IDEC. **Pobreza no Rio Grande do Norte – Condicionantes Socioeconômicos**. Natal: IDEC, 1995.

FERRANE, Vera L.S. Botta. Caminhos e Descompassos do Sindicalismo Rural Paulista. **Perspectiva - Revista de Ciências Sociais**. São Paulo: UNESP, v. 12/13, 1989/90.

FETARN. **História de 40 anos de luta da FETARN**, Natal/2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura Agrária e Movimentos Sociais no Campo: Brasil (1950/1990)**. Campinas: UNICAMP, 1990, (mimeo).

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Servolo & SANTOS FILHO, José dos Reis. Notas sobre a reforma agrária no IV Congresso da CONTAG. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, Campinas, ano 15, N° 2, maio/julho 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos Movimentos Sociais do Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Sindicalismo no Campo. **Cadernos do CEDI**. Rio de Janeiro, N° 20, jan, 1990.

_____. **REFORMA AGRÁRIA:** concepções, controvérsias e questões [on line]. Setembro/1993. Disponível: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm> [capturado em 5 de abril/2005.]

MST. **Assassinatos no campo:** crime e impunidade, 1964-1986. São Paulo: Global Editora, 1987.

_____. **Agenda de 1991.** São Paulo: MST, 1991.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidade e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO JUNIOR, Amando (org). **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a.

_____. Disputa no campo: quem fica com a CONTAG? **Revista Tempo e Presença,** Rio de Janeiro, V. 13, N° 259, set/out, 1991b.

OLIVEIRA, Marlúcia Paiva. **IGREJA E RENOVAÇÃO:** Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964). São Paulo: Tese (Doutorado em Ciências Sociais), PUC/SP, 1992.

_____. A Igreja dos Anos 50 – o Movimento de Natal. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org). **Igreja e Política no RN: momentos de uma trajetória.** Natal: Z Comunicação/Sebo Vermelho, 2000.

PALHANO DA SILVA, Paulo. Os conflitos de terra no RN e ação da Igreja. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org). **Igreja e Política no RN: momentos de uma trajetória.** Natal: Z Comunicação/Sebo Vermelho, 2000.

RICCI, R. A CONTAG no governo de transição: um ator a procura de um texto. **Caderno CEDEC,** São Paulo, N° 15, 1990.

_____. **Qual é o problema da estrutura sindical no campo?** São Paulo, 1992. (mimeo).

SAR. **Relatório de atividades de 1994.** Natal, 1994.

_____. **Relatório de Ação do SAR de 1994.** Natal, 1994.

_____. **Plano Trienal do SAR – 1995/1997.** Natal, 1995.

STÉDILE, João Pedro & SÉRGIO, Frei. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Página Aberta, 1993.

THOMAS JÚNIOR, A. Avanços, Recuos e Falência de um Modelo: o caso CONTAG. **Quinzena,** N° 246. São Paulo: CPV, 1997a.

_____. O sindicalismo rural no Brasil: No rastro dos antecedentes. **Revista Electrónica de Geografía y Ciências Sociais**. Barcelona: Universidade de Barcelona [ISSN 1138-9788] N° 5, [on line] 1 de julio 1997b. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/sn-5.htm> [capturado em 5 de abril/2005.]

_____. O sindicalismo rural no Brasil: No rastro dos antecedentes. **Revista Electrónica de Geografía y Ciências Sociais**. Barcelona: Universidade de Barcelona [ISSN 1138-9788] N° 15, [on line] 15 de enero 1998. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/sn-15.htm> [capturado em 5 de abril/2005.]

A ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE INTERESSES NO PROJETO UNAÍ

Suênia Cibeli Ramos de Almeida (Engenheira agrônoma,
MSc, Analista de Pesquisa da Embrapa Cerrados)

E-mail suenia@cpac.embrapa.br

RESUMO

A presente comunicação trata da experiência de um projeto de pesquisa-ação desenvolvido no município de Unaí-MG pela Embrapa Cerrados e parceiros. Com o apoio de metodologias que possibilitaram a participação dos agricultores, suas demandas foram trabalhadas por meio da organização de grupos de interesses estruturados em quatro temas relacionados ao processo produtivo, inserção no mercado, extrativismo e artesanato, tendo como eixo condutor o fortalecimento da organização local. Após cinco anos de atividades e mediação, procedeu-se uma avaliação do trabalho realizado para a constituição e fortalecimento desses grupos. Constatou-se que houve uma descontinuidade nas atividades de alguns grupos e mesmo sua desestruturação com o afastamento de lideranças locais e/ou de mediadores externos. Uma primeira leitura permite-nos constatar que a continuidade do grupo de interesse está relacionada com o tema gerador e a capacidade dos agricultores dialogarem com maior facilidade com o mesmo. A perspectiva de atuação dos sujeitos envolvidos no processo, mediadores e agricultores, geram expectativas diferenciadas no tocante aos resultados da experiência. Nesse sentido, a metodologia do trabalho com grupos de interesse não está diretamente relacionada a processos de autonomização dos agricultores com relação aos atores da mediação. Para os agricultores, a estruturação dos grupos de interesse responde a uma demanda imediata para a geração de renda.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem crescido nas Instituições de Pesquisa e Ensino a percepção da importância de apoiar ou estimular projetos de desenvolvimento rural, com foco na agricultura familiar e no fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária. Esses projetos, em geral, buscam maior integração entre a pesquisa, o ensino, a extensão rural, e outros agentes locais. Além disso, buscam métodos de atuação que permitam o exercício da cidadania ativa.

Nessa direção, foi firmado um termo de cooperação técnica entre a Embrapa, INCRA – SR 28 e Fundação Universidade de Brasília, com o propósito de apoiar o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamentos de reforma agrária do

DF e Entorno. Um dos resultados dessa cooperação é o projeto “Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária”, conduzido no município de Unaí – MG pela Embrapa Cerrados, o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária (GTRA) da Universidade de Brasília (UnB), o CIRAD (Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento) e o INCRA SR-28.

Esse projeto, comumente chamado de Projeto Unaí, iniciou em janeiro de 2002 e conta localmente com diversas parcerias, destacando-se a Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a EMATER-MG, a Cooperativa Agropecuária de Unaí Ltda (CAPUL) e a Prefeitura Municipal (XAVIER et al., 2004).

O Projeto Unaí está fundamentado na abordagem de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) em razão de permitir uma pesquisa de ação e participação que associa pesquisa, extensão e agricultores no processo de análise global, experimentação e intervenção sobre os sistemas de produção e suas estruturas agrárias (Jouve & Mercoiret, 1989).

A iniciativa desencadeou inúmeras atividades a fim de alcançar um processo de desenvolvimento que estruturado no âmbito local e a partir do olhar dos agricultores sobre a realidade, e que fosse gerador de processos de autonomização¹.

O processo de pesquisa iniciou com um diagnóstico rápido e dialogado dos assentamentos do município e uma restituição com a participação dos agricultores assentados. Em seguida, foi realizada uma tipologia levando em consideração os ecossistemas onde os assentamentos estão inseridos e os sistemas de produção existentes.

De posse dessa tipologia, fez-se uma seleção de três assentamentos com os quais a pesquisa atuou. O segundo instrumento metodológico utilizado pela pesquisa para estruturar a sua ação foi à realização com a comunidade do planejamento estratégico participativo (PEP).

A partir do PEP, as demandas foram identificadas, problematizadas e priorizadas as possíveis soluções. Os problemas que afetavam a todos na comunidade seriam resolvidos pela associação do assentamento com o auxílio de grupos de assentados e o sindicato dos trabalhadores rurais do município.

Aqueles problemas cujo interesse era restrito a um pequeno grupo dentro do assentamento foram organizados via grupos de interesse. Assim, nos três

¹ Entende-se por autonomização a menor dependência de ações e atores externos com maior protagonismo dos agricultores.

assentamentos organizaram-se grupos de interesse de frutos do cerrado (pequi e baru), tanque de resfriamento de leite, lavoura comunitária, artesanato e plantio direto.

Esta comunicação aborda uma leitura crítica da experiência dos cinco anos com a constituição e estruturação de grupos de interesse no projeto Unai.

UMA LEITURA POSSÍVEL DA EXPERIÊNCIA COM OS GI

Para avaliação do processo em curso com os grupos de interesse foram selecionados alguns agricultores participantes, pesquisadores e estagiários que no âmbito do projeto Unai atuaram como animadores. Com esse grupo aplicou-se um pequeno roteiro diagnóstico buscando identificar as características e funcionamento dos grupos, problematizando as dificuldades e as motivações para a continuidade.

Tendo por base as informações coletadas durante esses diálogos podemos construir o cenário abaixo numa primeira aproximação sobre a experiência dos grupos de interesse em Unai.

Nos três assentamentos foram organizados grupos de interesses nos seguintes temas: grupo de interesse do Baru no P. A. Paraíso, grupo de interesse do Pequi e Tanque de resfriamento de leite no P. A. Santa Clara Furadinho, grupo de interesse de Lavoura Comunitária e artesanato no P. A. Jibóia e grupos de interesse sobre Plantio Direto nos três assentamentos.

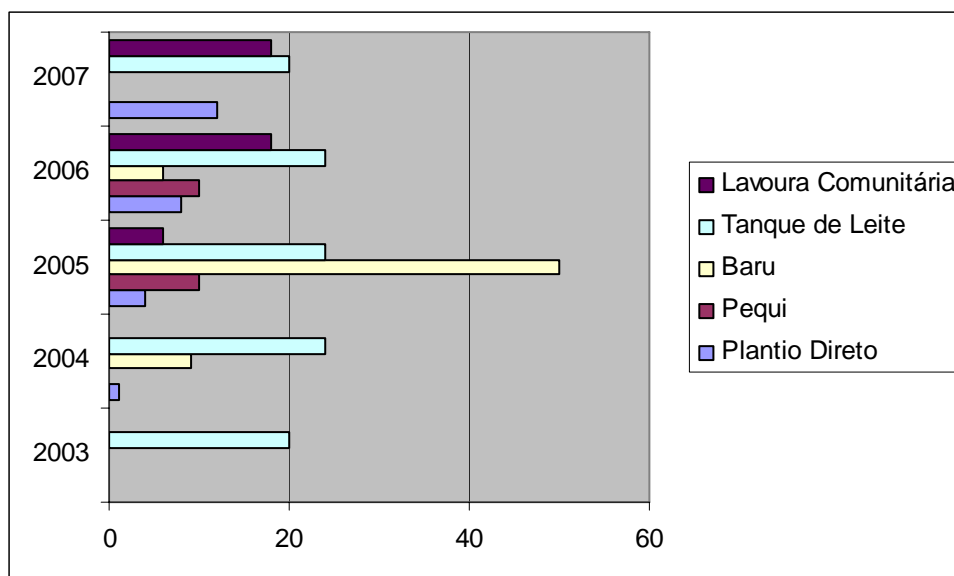
Um percurso de ação foi desencadeado para que os grupos pudessem desenvolver uma dinâmica própria. Para cada grupo havia a atuação de animadores, quase sempre atores externos tais como pesquisadores, estagiários, com poucos atores locais desempenhando a função de animação.

Essa animação consistia em conduzir reuniões, organizar planos de ação, avaliações e tornar latente a vontade de modificar a situação vivida pelos assentados, bem como favorecer processos de reflexão individual e grupal. Nessas experiências buscou-se apoio em diversas disciplinas no intuito de contribuir para a reflexão do grupo como a utilização de laboratórios de vivência, instrumento da psicologia social, no intuito de fortalecer os coletivos locais bastante fragilizados.

Os grupos de interesse estruturados a partir de temáticas e processos pouco conhecidos pelos agricultores como coleta, processamento e beneficiamento do pequi e baru demandaram capacitações e viagens de intercâmbio. Em todos os grupos processos de capacitações intensas propiciaram aprendizagens tanto técnicas quanto sociais.

Abaixo o gráfico 1 mostra a temporalidade das experiências e o número de agricultores envolvidos.

Gráfico 1. Duração dos grupos de interesse do projeto Unai e número de agricultores envolvidos.



Ainda que assuntos tão diversos mobilizem os agricultores de forma diferente podemos observar que a continuidade de um grupo depende muito de como o tema gerador influencia o cotidiano desses agricultores. Por exemplo, o grupo de interesse do tanque de resfriamento de leite que mobilizou e continua a mobilizar os agricultores do P. A Santa Clara Furadinho e de outros assentamentos produz efeito direto na renda dos agricultores que tem no leite sua principal fonte.

Mesmo uma atividade como o extrativismo, representado pela coleta e beneficiamento do pequi e do baru, que tem se mostrado em outras realidades com grande potencial em se transformar numa atividade lucrativa não se mostrou contínua no tempo. Isso se deu, provavelmente, por não estar ligada diretamente à fonte central geradora de renda e ao pouco domínio de conhecimento desses produtos por parte dos agricultores, bem como dos caminhos para alcançar o mercado.

Da mesma forma, o trabalho com o artesanato mostrou-se uma iniciativa que inclui poucos agricultores e de mercado restrito. Dessa maneira, mobilizou poucos agricultores e apresentou baixa perspectiva de continuidade.

O processo de organização coletiva que esteve na base desses percursos também apresentou resultados tendentes a problematização. A existência do grupo foi condicionada ao sucesso da experiência. Uma vez que a experiência de comercialização foi frustrada o coletivo esfacelou-se, mesmo naqueles casos onde houve um intenso trabalho de motivação por parte dos atores externos.

Uma reflexão que tem sido feita por parte da equipe de pesquisadores do projeto é a de que o processo de animação gerou uma dependência da presença da equipe para a continuidade do processo. E mesmo o afastamento temporário de lideranças locais também provocou impacto negativo para a continuidade. Este fato não se mostrou verdadeiro para a experiência do grupo de interesse do tanque de resfriamento de leite, que encontra-se em pleno funcionamento sem a presença da equipe.

Os elementos que explicam o êxito ou o fracasso de experiências como essas são diversos. A presença de atores externos cria de fato um ambiente artificial, mas não prejudicial, uma vez que a vivência com esses atores faz parte da realidade das pessoas. A existência de mediadores seja no assessoramento técnico, seja em projetos de pesquisa, em processos de desenvolvimento em especial, em áreas de assentamentos, é um acontecimento bem recebido pelos assentados.

Por outro lado, o nível de influência do grupo de animadores na determinação dos temas, das agendas, dos caminhos a trilhar, pode ter afetado a construção de processos de autonomização. É muito difícil determinar qual é o nível de influência ideal. Cada comunidade reage diferentemente a cada tema. Por isso a ação se torna tão complexa.

Um outro elemento que anima o debate acerca dos resultados até agora alcançados com a organização dos grupos é a ausência de formalização. A dinâmica inicia e evolui sem a distinção dos papéis de cada sujeito. Não há uma responsabilização das tarefas e das funções de cada um.

Podemos considerar como um processo de formalização a construção do regulamento para o funcionamento do tanque de resfriamento de leite no assentamento Santa Clara e da lavoura comunitária no assentamento Jibóia. Não exatamente do grupo e dos sujeitos envolvidos, mas da utilização e da sistemática adotada pelos agricultores para as atividades (tanques de leite e lavoura comunitária).

É um exercício importante para os agricultores formalizarem um acordo do modo como organizarão seu processo de trabalho. Apresenta-se como uma experiência exitosa e que traduz o quê de fato é central para os agricultores. O anseio para que os processos de constituição e continuidade de grupos de interesse se tornem menos dependentes da participação de mediadores é uma expectativa do grupo de pesquisa que tem uma temporalidade de ação determinada por uma institucionalidade, diferente da vivenciada pelos agricultores.

Assim, para a pesquisa a formalização dos grupos de interesse possibilitaria a maior responsabilização do grupo de agricultores, diminuindo a colaboração dos mediadores. Outra leitura possível pode simplesmente indicar que para os agricultores a centralidade não está na formalização dos grupos. Quando de fato o tema gerador produziu significados para o grupo a responsabilização se processou legitimada via o interesse perseguido.

Isso pode sinalizar que a centralidade dos grupos de interesse enquanto coletivos estruturados na perspectiva de fortalecimento da organização interna dos agricultores existe para a equipe de pesquisa. Para os agricultores, é apenas um meio para alcançar aquilo que é central para eles, a existência de uma atividade lucrativa que permite a continuidade na terra. O que pode significar que o processo tenha contribuído para o fortalecimento da estruturação e organização produtiva do assentamento.

A organização de grupos de interesse com eixo estruturado nos processos produtivos e na inserção para o mercado não produziu necessariamente uma organização nuclear para o assentamento. De fato, é uma célula que permite aos interessados organizarem-se para alcançar um determinado interesse.

Os interesses são dinâmicos, mudam conforme a satisfação e a plena realização desses como podemos observar no caso de alguns agricultores que adquiriram seu próprio tanque individual e deixaram de participar como membros do grupo de tanque de resfriamento de leite do assentamento Santa Clara. Isso reforça a percepção de que agricultores e pesquisadores possuem perspectivas diferenciadas sobre o processo em curso.

GRUPOS DE INTERESSE: UM DEBATE EM ABERTO

Alguns ensinamentos possíveis podem ser extraídos das experiências vividas. O encontro só é permitido quando as possibilidades de diálogo estão abertas e as aprendizagens florescem. Assim, pesquisadores e agricultores em projetos que possuem a perspectiva de transformação permitem que intencionalidades divergentes produzam espaços de reflexão.

A aproximação de uma leitura crítica dos grupos de interesse permitiu observar que as perspectivas dos interlocutores diferem quanto aos objetivos e a forma de estruturação dos mesmos. No entanto, essa concepção divergente não atrapalhou o desenvolvimento daqueles grupos que tinham sua fonte principal de renda como interesse temático, como foi o caso do tanque de resfriamento de leite.

Embora os grupos de interesse careçam de processos de formalização dotados de maior responsabilização por parte dos agricultores, mostrou-se um canal de expressão importante para a organização coletiva dos interesses dos agricultores naquelas condições do projeto Unai.

As formalizações aconteceram quando os agricultores necessitaram de um maior controle para a gestão de processos que envolveram recursos financeiros de membros dos grupos. A forma de organização e estruturação dos grupos, ainda que influenciada pelos mediadores, foi determinada no tempo e no espaço pelos agricultores participantes do processo. O que pode ser observado pela continuidade e descontinuidade dos grupos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

JOUVE, P.; MERCOIRET, M.R. La Investigación – Desarrollo: una via para poner las investigaciones sobre los sistemas de producción al servicio del desarrollo rural. In: **Material de apoio do 1º Curso Internacional de Assistência Técnica Integral com Enfoque de Pesquisa/Desenvolvimento**. Barquisimeto. UIAM, 1989.15p.

XAVIER, J.H.V.; SANTOS, C.E.S.; ZOBY, J.L.F; SILVA, F.A.M. da; OLIVEIRA, M.N. de. **Adaptação e utilização de dispositivo metodológico participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. 54 p. (Embrapa. Macro Programa 06 – Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. Planos de Ação 06.04.1.01.0001, 06.04.1.01.0002, 06.04.1.01.0003, 06.04.1.01.0004, 06.04.1.01.0005). Projeto em andamento.

AS OFICINAS TERRITORIAIS COMO CAMPO DE OBSERVAÇÃO DE CONFLITOS SOBRE A CATEGORIA TERRITÓRIO. ESTUDO A PARTIR DO CONSELHO TERRITORIAL NOROESTE FLUMINENSE (CTNF, RJ)

Carolina Maria Heliodora Braga (Mestranda do CPDA/UFRRJ)

E-mail: carolinaheliodora@yahoo.com.br

RESUMO

Neste artigo, apresento algumas reflexões que surgiram a partir de trabalhos de campo iniciados no final de 2004 sobre o funcionamento de conselhos gestores em localidades rurais, sobretudo no estado do Rio de Janeiro a partir da implementação de políticas de desenvolvimento territorial operacionalizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA. Dada essa trajetória, são evidenciadas problemáticas referentes à percepção de agentes sociais ligados ao conselho territorial noroeste-fluminense – CTNF – e sua relação com outros espaços de decisão anteriormente existentes, como o Conselho Regional de Secretários Municipais de Agricultura – CRESMA. Como eixo analítico principal, será posto em suspenso a diferenciação estabelecida pelos próprios agentes sociais acerca da importância do município em relação a outras formas estimuladas pelo Estado – no caso aqui notado, pela SDT/MDA - e a forma como vêm sendo conduzidas as reuniões e ações oriundas de acordos estabelecidos no âmbito do CTNF, sobretudo nos momentos de reuniões, das “oficinas territoriais”. Nesse processo de diferenciação presente nas representações dos agentes sociais, podem ser identificados alguns conflitos de legitimidade sobre a posição dos municípios na proposta de “*territorializar*” as ações e decisões ligadas ao meio rural no estado do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

As reflexões que estão apresentadas nesse artigo se deram a partir de observações de reuniões realizadas no âmbito de “oficinas territoriais” promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, no então estabelecido território noroeste do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2004 a 2007. Além disso, é feito também um breve exame de categorias existentes nas cartilhas orientadoras do MDA, seus “documentos de apoio”, principalmente o intitulado “Marco Referencial de Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais”, de maio de 2005.

Ao se tratar de planejamentos e programas governamentais são problematizadas as formas de utilização e interpretação social sobre os mesmos. Assim, é importante identificar, na escala de análise escolhida nesse estudo, o processo social em curso quando da implementação de um programa que tem como foco de ação os municípios agora agrupados, administrativamente para um tipo específico de programa, em territórios.

Nesse sentido, são identificadas as interpretações de agentes sociais tanto da perspectiva dos que estão “do lado” do MDA, quanto dos interlocutores receptadores de tais programas. O intuito principal deste trabalho passa a ser portanto, o exame dos conflitos de representação social pelos próprios agentes sobre o processo de implementação da política de desenvolvimento territorial.

AS OFICINAS TERRITORIAIS

As oficinas territoriais dinamizadas pela articulação entre o MDA e os municípios que conformam os territórios acontecem com regularidade e presença de variados atores da sociedade civil organizada (representada por Organizações Não Governamentais – ONG’s, associações rurais e outras entidades) e do poder público e/ou governamental (secretarias de agricultura, EMATER, etc) de forma a serem discutidas as questões ligadas ao meio rural¹.

As oficinas territoriais são um *locus* privilegiado de análise do processo de implementação de uma política de desenvolvimento territorial porque aglutinam distintos agentes e interesses, sobretudo, no caso aqui exposto, ligados ao rural fluminense. Além disso, evidenciam as dificuldades e impasses de implementação de um *território*, se não forem consideradas redes políticas e de comunidades que compõem também outros territórios que não apenas o da administração estatal.

À época do início de observação das oficinas, não fora difícil perceber a dificuldade dos representantes de múltiplas entidades que tratam da agricultura no *território*, em entrarem em acordo sobre a forma como seria conduzida a política de desenvolvimento territorial e ações em torno da criação dos conselhos territoriais. Como todo espaço político, havia disputas e demandas específicas de cada grupo e posicionamentos.

Os agentes sociais envolvidos nas oficinas da época eram:

¹ As prerrogativas de desenvolvimento territorial se pretendem mais amplas de forma a considerar o rural como possibilidade de articulação entre diferentes setores (saúde, educação, meio ambiente, turismo etc), não restringindo-se ao que seria um desenvolvimento rural mais localizado. No entanto, as entidades presentes a tais oficinas são majoritariamente, ligadas às secretarias de agricultura municipais e CMDR’s.

1. CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Bacia do Itabapoana)
2. SEAAPI – Secretaria de Estado de Agricultura, Aqüicultura, Pesca e Desenvolvimento do Interior
3. FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
4. PESAGRO – Pesquisa Agropecuária
5. EMATER – Empresa de Assistência Técnica do Estado do Rio de Janeiro
6. Superintendência de Micro Bacias hidrográficas
7. FETAG-RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
8. CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio de Janeiro
9. Instituto SERE
10. Prefeituras municipais / secretarias de agricultura
11. Associações de produtores rurais
12. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
13. CRESMA (Conselho Regional de Secretários Municipais de Agricultura)
14. EMBRAPA
15. SEBRAE
16. Sindicatos de Trabalhadores Rurais
17. Cooperativas agropecuárias
18. UNACCOP
19. Associações de moradores

Fonte: Relatório da Oficina de fevereiro de 2005, SDT

TEMAS E AÇÕES OBJETIVADAS MAIS FREQUENTEMENTE NAS OFICINAS TERRITORIAIS

Eixos	Deliberações de oficinas
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Máquinas Agrícolas - Mercado - Lazer (construção de quadras, Centro esportivo...) - Telefonia Rural - Estradas - Concurso Público para a Emater
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - O uso dos Agrotóxicos

	<ul style="list-style-type: none"> - Legalização das saibreiras - Instalação dos órgãos ambientais na região - Reflorestamento: evitar queimadas evitar lixo - Considerar o Programa de Microbacias
Educação/Formação e Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades culturais - Realizar campanha contra drogas - Mecanismos para que os funcionários da escola sejam do local - Desenvolver ações voltadas para o Lazer - Incentivar para que os produtores rurais contribuam na manutenção das estradas - Realizar cursos de capacitação
Organização do Território	<ul style="list-style-type: none"> - Reorganizar os conselhos municipais; - organização de produtores
Serviços de atenção a saúde	<ul style="list-style-type: none"> Esclarecimento o problema das drogas Construir fossa séptica Aquisição de ambulância para cada distrito
Geração de trabalho e renda	<ul style="list-style-type: none"> - Criar canais de comercialização; - Sistema de parceria, turismo rural, associativismo e cooperativismo; - educação de qualidade; - programa de apoio à família rural; - turismo rural; - incentivo a produção leiteira; - crédito rural

Fonte: Estudo Propositivo para o Noroeste do Rio de Janeiro – SDT, 2005.

Com a tabela acima, podemos observar que os temas impulsionados pelas oficinas tratam de antigas questões ligadas ao desenvolvimento rural, sobretudo, já existentes em alguns projetos de extensão idealizados no país. A necessidade de considerar o desenvolvimento de forma integrada se demonstra no anseio de tais agentes sociais, como o estímulo a discussões e encaminhamentos em temáticas como o turismo rural, a educação no campo, juventude rural, relações de gênero, etc.

Discutia-se então a participação da sociedade, as instâncias que iriam gerir o território e suas respectivas legitimidades, o que aconteceria com os conselhos municipais, como se daria a construção de um plano territorial, as discussões nos

conselhos e os papéis municipais, a identificação de quais seriam os problemas intermunicipais, e tantas outras.

Ao longo das reuniões, muitos representantes ressaltavam a necessidade de haver um nivelamento dos conceitos comuns do que seria o *território*. Dentre as expectativas levantadas pelos participantes percebia-se a necessidade de destacar os elementos união, cooperação, integração, participação.

Era constantemente reificada a necessidade de *fortalecimento do território*, onde tanto os representantes da SDT como do poder público e sociedade civil discutiam tais noções. Muitas agências governamentais e órgãos de apoio ao desenvolvimento e financiamento de projetos utilizam esse termo fortalecimento. Interessante observar que um dos palestrantes notou que era ou parceria ou o isolamento. Fortalecimento e parceria parecem ser portanto categorias que indicam a correlação de forças em uma dada situação, certamente assimétrica de poder. A parceria seria quase que imposta, pela necessidade de cooperação, participação etc. Ao passo que fortalecimento seria o resultado (positivo) desse processo de “dar poder” às comunidades rurais locais.

Nessas oficinas, os moderadores e articuladores territoriais da SDT incentivam para os agentes sociais presentes que “*são vocês que estão construindo isso*”. Tais posturas acentuam, ainda que gradualmente, a importância do envolvimento dos agentes nesses processos. No entanto, muitas vezes, os próprios agentes sociais – mais especificamente – os agricultores familiares – declaram não possuírem uma “*cultura associativa*”, ou ainda de que “*existem hábitos culturais a serem melhorados*”.

É através das oficinas também que se validam planos e programas a serem implementados no território. Assim, foi elaborado pela SDT um Estudo Propositivo para o Noroeste Fluminense, bem como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. É na instância das oficinas que são discutidos os projetos de implementação do Pronaf Territorial (Pronat em substituição aos pronaf’s infraestrutura municipais) e a decorrente destinação de recursos.

ALGUMAS ORIENTAÇÕES E DIRETRIZES DO *MINISTÉRIO*

Segundo consta em algumas cartilhas do MDA, “*é preciso que o empoderamento dos atores e instituições seja uma preocupação presente*” ou ainda que:

“o empoderamento da sociedade deve contribuir para que as novas institucionalidades sejam capazes de expressar formas mais avançadas e democráticas de governança e de governabilidade democrática aperfeiçoando as

relações vigentes entre o Estado e a sociedade, o que implica uma revisão dos deveres e das obrigações, papéis e atribuições, formalmente instituídas, enfatizando as convergências de interesses que conduzam à articulação de ações” (SDT, idem, pp10)

A partir dessa situação social, ou seja, de um lado, as prerrogativas de um planejamento público governamental a nível federal, e a aceitação e execução desse planejamento a nível municipal é possível identificar uma série de tensões sociais emergidas a partir de perspectivas ora divergentes, ora convergentes acerca dos mecanismos legitimadores das práticas sociais dos agentes envolvidos.

Assim, no exame dessas categorias “empoderamento” e “se apoderar” é possível observar que são perpassadas pelo senso prático de ambas as partes de que é necessário tornar os processos sociais referentes à tais situações, democráticos e fundamentados em alguns princípios do que se considera como coerente entre os modelos de desenvolvimento da sociedade, e de uma sociedade pautada nos pilares da democracia moderna como valor totalizante.

Para tornar mais clara a argumentação, faz-se uma breve descrição dessas situações em que estão presentes os pressupostos do “poder público federal” e do “poder público municipal”.

Cabe lembrar ainda que algumas perspectivas consideram essas reuniões “institucionalizadas” como espaços de *concertação*² entre a sociedade civil organizada e o poder público, formas de se tomarem decisões sobre destinação de recursos como as mais democráticas representadas através da paridade entre sociedade civil e poder público.

No entanto, há que se notar, como já demonstraram alguns autores (Bezerra, 2004, Comerford, 1999), de que não se pode tomar os espaços institucionais, como apartados da dinâmica social cotidiana. E nesse sentido, entender esses processos através dos sentidos atribuídos pelos agentes sociais às suas ações em torno das decisões se torna fundamental na análise.

Assim, pontuam-se algumas interpretações com relação à democracia representativa na sociedade contemporânea, questionando também a relação entre possibilidades de participação popular e expansão da democracia. A identidade e a representação política, baseadas num imaginário de igualdade de direitos e deveres e

² A noção de concertação social tem sido utilizada nos trabalhos sobre processos de mudança da relação entre governo e sociedade, sobretudo nos espaços de conselhos decisórios em que haja variados interesses representados e legitimados através das decisões dadas de forma paritária. Para isso, ver Vegara (2003).

na crença da democracia representativa como o regime político mais justo – e, supostamente, viável – e, nos discursos contemporâneos, hegemônico; são problematizadas no que concerne a certas contradições e/ou ambigüidades nas relações sociais.

Reconhecemos a especificidade teórica do conceito de democracia desde a Grécia Antiga até os filósofos da política e cientistas sociais atuais que se propõem a estudá-la, conforme pincelamos na introdução. A noção de democracia representativa aqui examinada funciona menos como uma definição do que ela seja – embora em certo grau também o faça - e mais como um eixo de análise para compreender alguns pressupostos políticos da sociedade contemporânea. Serve também como campo de análise para compreender o que se quer dizer quando se fala de “empoderamento” e/ou formas de “se apoderar”. Esta última enunciada por alguns secretários municipais de agricultura e presidentes de associações rurais.

Dentre outras diretrizes presentes nas ações do MDA, como política de desenvolvimento territorial, nos interessa um outro ponto que diz respeito a: *“renovação das práticas políticas e garantia de acesso às políticas públicas, para redução da dependência e avanço da gestão social.”*³

A partir de tais noções, tem sido possível observar nos estudos de campo realizados no noroeste fluminense que as práticas políticas locais são, por vezes, consideradas pelos gestores de tais políticas como aquelas em que seriam opostas à democracia representativa e ao processo de desenvolvimento da participação de múltiplos setores da sociedade. Dessa forma, o município se configura como o local da transformação almejada. Dentre as outras prerrogativas do desenvolvimento territorial em seus aspectos econômicos, a cultura política local é um ponto de tensão na relação entre os espaços de tomada de decisões, conformando uma série de conflitos e tensões entre as atribuições dos municípios e do território.

O avanço da gestão social, portanto, vai requer, na concepção da política do ministério, dessa redução da dependência dos agentes sociais da sociedade civil perante o que seriam os privilégios e facilidades do poder público local. Portanto, são ações cuja finalidade é, além de outras, a renovação das práticas políticas locais. Dessa forma, quando lemos as cartilhas e documentos técnicos do MDA, ficam mais evidentes algumas das tensões observadas no estudo aqui apresentado. Isso porque, muitas vezes, há a consideração *a priori* do que sejam as relações sociais que acontecem em localidades “rurais, pequenas e dependentes”. Não é à toa que uma

³ Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Documentos Institucionais. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, março de 2005.

das críticas mais recorrentes a realidade dos conselhos municipais de desenvolvimento rural – CMDR´s diga respeito à apropriação política daquele espaço.

Assim, especificamente no caso dos conselhos de gestão municipal, a postura de territorialização das políticas públicas se justifica como uma tentativa de se reverter, em alguns casos, práticas locais e/ou tidas como tradicionais em termos de apropriação da política cotidiana das formas de administração municipal. As referências e diretrizes de documentos da SDT denotam uma busca por um *desenvolvimento integrado*, ou uma tentativa de coesão social em prol de desenvolvimento de potencialidades locais.

Nesse sentido, a capacidade organizativa é medida a partir do sucesso – sinônimo de funcionamento, visibilidade e legitimidade social – da criação dos conselhos. Tais formas (as tidas como capacidades) são tão valorizadas a ponto de se afirmar que, em estando organizadas socialmente, as populações referidas às políticas do ministério, poderiam ultrapassar dificuldades regionais físicas e econômicas num dado território. Desta forma, o desenvolvimento rural demandaria, necessariamente, a organização política ou o que se chama, para algumas concepções, de *capital social*.

A valorização do território se dá, ao menos idealmente em suas referências acadêmicas, através de uma associação entre a formação de grupos e interesses que orientariam as ações necessárias ao desenvolvimento territorial. Conforme a abordagem de Veiga (2001), é possível observar que fomentadores de discussões que levam, academicamente, às propostas da SDT e de sua política territorial, reconhecem que a descentralização das políticas através de conselhos territoriais – e não mais municipais – estaria limitada pela realidade política local, envolta numa rede de alianças pessoais e favores. Para o autor, “*é equivocado supor que conselhos de minúsculos municípios possam diagnosticar e planejar o desenvolvimento rural*” (idem, ibidem: 203). O que faltaria seria, para o autor, as articulações institucionais entre microrregiões que não estivessem respaldadas por uma idealização de que a transferência de recursos econômicos garantiria a resolução de impasses para o desenvolvimento territorial.

É então interessante observar como tais questões surgem a partir de uma tentativa de adequação e mudança em termos de modelos pré-concebidos do que seja a participação, envolvimento e articulação de interesses locais e os “que vem de fora”, a partir de formulações do Estado não apenas sobre a divisão regional ou territorial mas também de um critério de ênfase na condução das relações sociais em vez de fundamentar apenas a partir de uma racionalidade econômica.

Dentro do âmbito das dinâmicas presentes nas oficinas territoriais, alguns secretários municipais de agricultura acionam a necessidade de se realizar a “*discussão na base*”, destacando a importância do município nesses níveis de relações. “*Fortalecer as bases*” ou “*fortalecer os conselhos*” faz com que os agentes reiterem ou ao menos reconheçam “*já terem uma base territorial*”.

O receio de que as políticas e projetos governamentais venham “de cima pra baixo”, reforça não apenas a existência de uma delimitação físico-espacial, mas, sobretudo, de um leque de relações, dispositivos e recursos sociais que compõem as comunidades locais. “Tem que sair de baixo”, “sair da base”, “nos fortalecer”, são categorias reforçadas pelos representantes tanto de agricultores quanto do poder público municipal.

Ao problematizarmos a noção de “base” presente tanto entre os executores das políticas governamentais federais quanto as das políticas municipais, há distintas categorias de classificação e pensamento para ambos: se a intenção de “base” para o primeiro está relacionada a um ideal de organização política, sobretudo imparcial, a opção político-partidária, a “base”, no âmbito das relações comunitárias rurais se realiza para além de tais concepções consolidando a relação entre associações e famílias, comparando uma gama de afinidades e personalidades nas relações, e o que nos chama atenção como importante variável analítica é o fato delas perpassarem o próprio poder público.

Um outro problema apontado como entrave à realização das oficinas territoriais diz respeito à contrapartida necessária da prefeitura, que em alguns casos, declarava não possuir recursos para a realização das mesmas.

Segundo um representante do MDA, na realidade municipal do estado do Rio de Janeiro, há vários casos de caminhão do pronaf levando lixo da cidade, equipamento de pronaf sendo utilizado em fazendas de grande porte para o amigo do prefeito etc. Para ele, com a implantação da política de desenvolvimento territorial, já é possível observar uma mudança na concepção sobre o uso da verba pública, e que isso não seria um projeto só pro município mas também para o território como um todo.

Em sua fala, a realidade encontrada é essa onde:

“as agro-indústrias não funcionam, elefantes brancos instalados. O prefeito é amigo de não sei quem, do governador (...) proposta de beneficiamento de produtos num assentamento onde não tem produto, fábrica de farinha onde não tem mandioca”

Assim, o gestor acredita que está se construindo, gradualmente, uma gestão popular dos recursos destinados aos territórios pelos pronaf's. O representante também pontua que o território norte "*tem mais agricultor familiar que no noroeste*".

A interpretação, pelos gestores do MDA, de que o município, na maioria das vezes, é o local da corrupção, do clientelismo e da política das personalidades e favores, é um dos focos principais de tensão nas relações estabelecidas entre seus representantes e os agentes dos municípios, sobretudo os secretários municipais de agricultura, que seriam a representação do "poder local". (problematizar poder local, ver Palmeira). O outro ponto evidente de conflito diz respeito ao perfil da agricultura familiar existente no noroeste, de maioria C segundo os critérios do pronaf.

Mais recentemente – abril de 2007, aconteceu uma reunião do PST – Plano Safra Territorial, no município de Raposo, de duração de dois dias. Em tal reunião foram discutidas as metas e demandas para o Pronaf territorial 2007.

As discussões giravam em torno do aumento da demanda de atendimentos pelo pronaf, onde os próprios agentes sociais traçavam algumas estimativas. Segundo seus interlocutores, o Plano Safra Territorial foi feito pra atender às demandas de metas acordadas pelos agentes do território. Esse acordo se pretende atingir as metas de desenvolvimento de forma ampla e democrática. Assim, era considerado o que os representantes municipais estimavam ser a necessidade de aumento dos atendimentos do pronaf.

Além disso, eram discutidas também as metas complementares do PST, tomando como foco principal de ação a necessidade de fazer chegar diretamente nas "bases" de agricultores familiares, as informações relacionadas ao crédito, bem como as devidas formas de acesso.

Com o intuito de atingir o público B do pronaf – que seriam, no caso do noroeste do Rio de Janeiro, os pescadores artesanais, em sua maioria, oriundos dos municípios de Italva e Itaocara, o documento do PST destaca a necessidade de se fazer um levantamento das colônias de pesca. Os representantes de outros municípios ponderam, no entanto, que Itaocara, por exemplo, nunca participa das atividades promovidas pelo ministério – oficinas e reuniões do CNTF - e que não seria justo que fossem eles os atendidos.

OS "PRONAFISTAS B": RECENTE POLÊMICA

A categoria classificatória agricultura familiar passa a ganhar mais evidência social⁴ a partir de algumas políticas públicas voltadas para o segmento de populações rurais na necessidade de definição dos agentes sociais a serem contemplados por tais políticas. Camponês, trabalhador rural, lavrador, produtor rural, ou simplesmente agricultor são categorias nativas ou sociais recorrentes nas falas de agentes sociais do campo, mas, certamente, agricultura familiar, além de uma categoria analítica/conceitual, se torna uma categoria política na disputa por recursos.

Os representantes de comunidades rurais têm, ao falarem em agricultura familiar, uma legitimação de seu discurso diante de gestores públicos.

Conforme tem sido observado nos debates e situações em que são tratados pelo MDA e agentes do território-noroeste, o conflito de prioridade sobre o perfil dos agricultores familiares que deveriam ser contemplados pelo pronaf territorial é recorrente.

Para os agentes receptadores (poder público e representantes de associações) tal procedimento não estaria de acordo com a realidade do território noroeste⁵.

Assim, “os *prorafistas B*” se constituem enquanto público-alvo das metas. Mas além disso, “os *prorafistas B*” passam a ser foco de disputas e legitimidades sobre as posições que os grupos sociais ocupam no contexto de relações sociais do dado território.

Atualmente, o CTNF tem realizado oficinas para a discussão dos encaminhamentos dos projetos territoriais para o ano de 2007. Não obstante às contraposições entre as perspectivas dos municípios envolvidos e as do MDA sobre o foco de beneficiários dos projetos⁶, os agentes sociais passaram a se preocupar em incluir em seus projetos o tal público prioritário: pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres rurais. Para um melhor panorama de parte desse público, abaixo tabela com dados dos agricultores familiares do território⁷:

⁴ é recorrente algumas abordagens que destaquem o fato da categoria “agricultura familiar” já ser utilizada pelo movimento sindical antes mesmo de se tornar política pública.

⁵ Grupo B do pronaf: agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$3 mil. Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$3 mil e até R\$16 mil; Grupo D: agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$16 mil e até R\$45 mil, Grupo E: agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$45 mil e até R\$80mil.

⁶ Estão, no mês de junho do corrente ano de 2007, ocorrendo discussões em torno da aprovação de projetos para utilização dos recursos destinados ao território, que contam com um montante de R\$350.000,00 para serem direcionados a gestão territorial dentre os 13 municípios.

⁷ O estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios e a região noroeste fluminense possui 13 municípios (IBGE e CIDE), ocupando 12% da área do território estadual. Os treze municípios contam com uma população total de 306.566 habitantes. Os treze municípios que compõem o noroeste fluminense concentram o maior percentual de agricultura familiar do estado do rio de janeiro.⁷ Os cultivos principais são o leite, olericultura – principalmente o tomate, pimentão e quiabo -, cafeicultura. Para subsistência das famílias, conta-se ainda com a produção de arroz, feijão e milho. Outras cadeias de produção estão surgindo tais como: caprinocultura, apicultura, piscicultura e fruticultura. Tais produtores estão, em sua maioria, enquadrados nos grupos C e D das linhas de crédito do pronaf.

Município	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Famílias Acampadas
Aperibé	249	0	0
Bom Jesus do Itabapoana	886	0	67
Cambuci	760	0	0
Italva	530	0	0
Itaocara	1.387	0	0
Itaperuna	1.065	122	0
Laje do Muriaé	299	0	0
Miracema	379	0	0
Natividade	387	0	0
Porciúncula	1.023	0	0
Santo Antônio de Pádua	734	0	0
São José de Ubá	571	0	0
Varre-Sai	602	0	0
Total Território	8.872	122	67

Fonte: SDT/MDA, 2007.

Interessante reconstruir alguns discursos registrados quando da implementação do território de forma a clarear a problemática existente entre os conflitos de legitimidade entre *município e território*:

Um membro do sindicato rural de Porciúncula, ressaltava, sobre a mudança para conselhos territoriais, que *“não somos contra. O queijo é que não foi bem dividido, temos os conselhos bem ativos e eles não foram ouvidos”*.

Outro participante constatou que *“já era regional (referindo-se ao CRESMA), até agora só mudou o nome.”* Um representante de Italva lembrava que *“os elementos dos conselhos escolhem quem conhece”*, ao que um membro de Porciúncula respondera: *“as associações escolhem independentemente de política”*. Um agricultor declarou que a sensação era de que *“havia um projeto funcionando e veio algo de cima”*. Outro participante declara : *“Nós, produtores rurais, não temos mais a capacidade de acreditar no poder público”*.

O representante da SEAPPI ponderou: *“por quê falar em comunidade? Por que não falar em território?”. Segundo o mesmo, “Política se faz dessa forma, engajamento de cada um de todos nós, que passe bandeira política, e fique os projetos, os recursos.”*

Um representante da EMATER de Varre-e-Sai: *“a gente sentiu o gosto do Pronaf infra municipal, o pessoal compreende que é muito difícil aceitar a territorialidade”*

Através do exame de tais discursos, podemos pontuar que:

- i) há necessidade, por parte dos agentes, de deixar evidente que os agentes sociais envolvidos já possuíam seus territórios sociais, políticos e culturais;
- ii) as articulações regionais existentes facilitariam o funcionamento de um conselho territorial;
- iii) os treze municípios disputavam entre si concepções e recursos dada a diminuição da verba oriunda do pronaf– note-se que todos municípios eram contemplados pelo pronaf-infra municipal, onde acentuavam-se ainda mais tais disputas⁸;
- iv) reação a quaisquer políticas partidárias que pudessem direcionar a escolha dos municípios a serem contemplados (ao menos de forma explícita);

Outra situação interessante diz respeito a própria disputa entre os municípios, ainda que num nível simbólico e pouco explícito. Voltando ao ano de 2006, foram muitos os comentários sobre uma reunião de avaliação do decênio do pronaf, tanto entre municípios “mal-sucedidos” onde pairam denúncias sobre o mau uso de verbas públicas – Laje do Muriaé⁹ – à regalia do prefeito, como em situações de jocosidades e leves disputas dentre os municípios expressos em falas sobre o material melhor exibido, o melhor discurso, etc.¹⁰

⁸ Segundo um secretário de agricultura do noroeste, as verbas foram reduzidas para 1/3 do total aplicado anteriormente na extensão de todo o território. A expectativa dos secretários de agricultura municipais era a de que o processo de criação do PRONAT seria um elo de ligação dos municípios em projetos territoriais e não um substituto do que era o pronaf municipal.

⁹ Laje do Muriaé recebeu denúncias e visitas técnicas de câmara do Pronaf por conta do desvio de uso de caminhão para obras municipais, bem como várias conotações, pelos próprios agentes sociais, de ser um lugar onde “só vale a voz do prefeito”.

¹⁰ O “*banner*” de exposição dos resultados do pronaf no município de Varre-e-Sai foi, por diversas vezes, elogiado por outros municípios do noroeste, além de ter sido doada uma versão para a secretaria executiva do pronaf no RJ, que acarretou em leves jocosidades entre os municípios, manifestados quando da presença da pesquisadora em uma oficina do “Núcleo do Café”, em Novembro de 2006.

Tais situações sociais, nos apresentam mais um indicio de que as oficinas são, para além da consolidação das perspectivas de democracia participativa ou espaços públicos de “*concertação social*”, momentos em que disputas, jocosidades, afinidades, interesses e reflexões sobre a situação da realidade rural dos municípios em relação ao território passa a ser um componente importante na dinâmica social. Abaixo, descreve-se sumariamente alguns espaços de decisão e articulação existentes no território noroeste:

CESMA, CRESMA, CTNF... REDES POLÍTICAS REGIONAIS NO NOROESTE RURAL DO RIO DE JANEIRO.

CTNF – Conselho Territorial do Noroeste do Rio de Janeiro

O processo de criação do CTNF foi diferenciado do encontrado na região norte-fluminense do rio de janeiro, que, apesar de mobilizações e dinâmicas de oficinas, continua como CIAT. Através da articulação de outros conselhos já existentes, como o Conselho Regional de Secretários de Agricultura do Noroeste Fluminense – CRESMA, optou-se por criar imediatamente o referido conselho, no mês de outubro de 2004, com representação de 2/3 de entidades da agricultura familiar (nomeadas a partir dos conselhos municipais existentes) e do poder público municipal.

Atualmente, possui 39 membros dos municípios e 5 representantes regionais entre titulares e suplentes.

Para a composição do conselho, os municípios indicaram seus representantes a partir dos CMDR´s, onde foi deliberado, em uma oficina no município de Miracema, a composição de 2/3 de sociedade civil e 1/3 governamental. Segundo um de seus representantes, a preocupação de que as indicações saíssem dos CMDR´s representou a garantia de que não fossem conduzidas outras questões que deixassem a agricultura de lado.

Apesar da composição de 2/3 da sociedade civil organizada e 1/3 de poder governamental, há críticas em torno do CTNF de baixa adesão e participação dos agricultores familiares nas reuniões e condução de tarefas. Essas críticas são estabelecidas sobretudo, pelos agentes governamentais do ministério. Por outro lado, os representantes do CTNF acreditam que o próprio ministério teria como uma de suas obrigações e tarefas viabilizar o deslocamento e participação de mais publico da sociedade civil.

CRESMA – Conselho Regional de Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente do Noroeste Fluminense.

Criado em 1993 pelas secretarias de agricultura de Santo Antonio de Pádua, Porciúncula, Natividade, Bom Jesus de Itabapoana, Miracema e Itaocara, o CRESMA tem como um dos seus objetivos discutir e integrar as políticas públicas ligadas a agricultura no noroeste-fluminense. Contempla os treze municípios do noroeste, tendo assento do CEDRUS - RJ, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Rio de Janeiro.

O fato do presidente do CRESMA ser também o atual presidente do CESMA nos diz muito sobre a importância das articulações político-regionais existentes no noroeste-fluminense. Na reunião do CRESMA em que estive presente foram encaminhadas as demandas dos secretários municipais do noroeste para que o conselho estadual de secretários de agricultura fizesse chegar às mãos do então recente governador eleito no estado do rio de Janeiro, Sergio Cabral.

Da mesma forma, o CRESMA tinha assento provisório, segundo um de seus representantes, no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDRUS, e, em seguida foram convidados a terem assento permanente.

No que diz respeito ao público a ser contemplado pelos planos territoriais, o CRESMA declara que um dos representantes da SDT considera que os grupos C,D, E das linhas de crédito do pronaf não interessaria ao ministério. Segundo suas justificativas, a política do ministério da forma que vem sendo executada traz dúvidas para seus executores. Assim, o que deveria ser um elo de ligação entre o municipal e o territorial se realiza através de “confusão” e “burocracia” com relação ao funcionamento do pronaf.

Os secretários de agricultura, ao estarem reunidos tratam sobretudo de discussões consensuais a serem encaminhadas para outras esferas para além de seus territórios, ou mais especificamente, do território noroeste, como para o CEDRUS, CESMA e articulações políticas regionais, estaduais e federais.

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR's

Os treze municípios do noroeste do rio de Janeiro¹¹ possuíam CMDR's na época da implementação do CTNF, no entanto, nem todos eram ativos ou

¹¹ São eles: Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antonio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai.

participantes. No caso do município de Porciúncula, foi possível observar que o CMDR daquele continua realizando reuniões bimestrais e inserindo os seus participantes nas questões que perpassam o debate do desenvolvimento territorial. O debate sobre juventude rural, as relações de gênero tem feito parte das discussões no meio rural da localidade.

No entanto, apesar dessa realidade do município de Porciúncula, muitas são as constatações de que a maioria dos municípios do noroeste tinha os CMDR's inativos e inoperantes no âmbito das discussões das políticas de desenvolvimento rural para o município.

CONSIDERAÇÕES

As práticas locais de exercício da política – e partilha do poder – devem ser percebidas a partir de uma perspectiva relacional (Bourdieu, 1989), assumindo-se a centralidade da disputa pelo poder e percepções de mudanças nos direitos sociais. As noções de estado, mercado, sociedade civil, desenvolvimento local estão intimamente relacionadas e podem ser lidas a partir desse recorte das relações sociais em termos de poderes. No entanto, a partir das posturas de Foucault (*apud* Romano, 2002), não é difícil perceber que poder não é algo que as pessoas dão às outras ou que possa ser mensurado a partir de apenas um dos lados da relação. O poder é sempre relacional e inserido dentro de um campo de possibilidades e disputas (Bourdieu, 1989).

Os processos sociais que busquem uma idéia de justiça social maior – que é extremamente complexa – legitimando-se nas noções de participação social como uma partilha do poder ou outras categorias que ressalvem a inserção de mais pessoas e representações sociais – tal como as de *accountability*, *empoderamento*, *capital social* – são marcados por múltiplas concepções de exercício da política no quadro institucional. Mas se não contextualizamos socialmente tais processos em função de uma rede de relações sociais que mobilizam recursos sociais variáveis – econômicos, sociais, pessoais, políticos, culturais -, perdemos a chance de perceber o que acontece fora dos espaços de participação em diferentes escalas – locais e nacionais -

A noção *empoderamento* se torna interessante para o desenvolvimento de nossa argumentação posto que evidencia o caráter processual de algumas experiências participativas e os múltiplos sentidos a ela atribuídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. *Estudos avançados*. São Paulo, v.15, n. 43, p.121-140, set-dez, 2001.

BEZERRA, Marcos Otávio. Participação Popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo. In TEIXEIRA, Carla e CHAVES, Christine (orgs) *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará / Nuap, 2004_____, _____. Políticos, representação política e recursos públicos. In.: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n.15, p.181-207, 2001

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

COMERFORD, John. *Como uma família. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Nuap, 2003.

_____. *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Nuap/ Relume Dumará. 1999.

ROMANO, Jorge o. “Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza”. In Romano, Jorge O. e Antunes, Marta, orgs. *Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, dezembro 2002.

VEGARA, Antonio Gutiérrez. *A concertação social na Espanha a partir da transição democrática*. In: *Novos Espaços Democráticos*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

Estudo Propositivo Noroeste-fluminense. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Agosto de 2005.

Referências para uma estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Documentos Institucionais. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, março de 2005.

ASSALARIADOS DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS E ORGANIZAÇÃO SINDICAL: O CASO DO VALE DO RIO DOCE EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1990

Múcio Tosta Gonçalves (Doutor em Desenvolvimento e Agricultura – Professor no Mestrado Profissional em Economia de Empresas – FEAD)
E-mail: mucio.goncalves@fead.br

RESUMO

A transformação do “trabalhador rural” em assalariado rural é uma das expressões da subordinação do trabalho ao capital no campo e fonte da coerção sobre o trabalho. A análise dos processos de controle e de submissão do trabalho e dos trabalhadores, para dar conta das múltiplas possibilidades que se abrem para esses sujeitos aderirem ou romperem com aquela coerção requer que eles sejam pensados como *persona* históricas situadas política e socialmente. Assim, deve-se compreender que a inserção desses assalariados depende de um universo de relações e de modos de confronto com o capital e com as novas maneiras de organização das relações sociais e do espaço que, simultaneamente, contituem uma classificações sociais, políticas, econômicas e culturais e constróem estratégias que permitem a dominação social bem como a adesão à ordem social que se constitui a partir da mudança instituída pela implantação e desenvolvimento dos projetos empresariais capitalistas por parte dos trabalhadores e demais grupos sociais subordinados. Partindo de tais considerações analíticas, o presente artigo procura entender o processo pelo qual trabalhadores rurais transformados em assalariados de empresas de plantações florestais no Vale do Aço de Minas Gerais produziram identidade(s) e formas de organização que permitiram enfrentar ou não tais empresas capitalistas.

INTRODUÇÃO

A transformação do “trabalhador rural” em trabalhador assalariado rural ou agrícola é uma das expressões da subordinação do trabalho ao capital no campo, uma forma determinada de separação entre o trabalhador e as suas condições de produção. É daí que a empresa capitalista agroindustrial ou agropecuária fundamenta a coerção sobre o trabalho. E é por isso, também, que a mercantilização da força de trabalho “inaugura um outro campo de relações sociais, de natureza irreduzível às formas pregressas [de organização e controle do trabalho] e desencadeia um movimento progressivo de impacto incomparável e conseqüências profundas” (SOARES, 1981, p. 199).

A análise desses processos simultâneos de controle e de submissão requer que se pense os sujeitos como *persona* históricas situadas política e socialmente, e não meras

“marcas pontuais de posições” (conforme SOARES, *op. cit.*, p. 202). Para tratar desses assalariados, deve-se ainda pensar que se eles são herdeiros de uma história de sujeitos que originariamente estavam imersos no campo, a partir do momento em que se estendeu sobre e com eles a relação salarial, sua inserção passou a depender de um novo universo de relações e, pois, de modos de confronto com o capital e com as novas maneiras de organização das relações sociais e do espaço.

Os movimentos de constituição de grupos sociais demandam também que se pense simultaneamente a produção social de classificações (sociais, políticas, econômicas e culturais) e a construção de estratégias que permitem a dominação social bem como a adesão à ordem social que se constitui a partir da mudança instituída pela implantação e desenvolvimento dos projetos empresariais capitalistas por parte dos trabalhadores e demais grupos sociais subordinados (para uma discussão a respeito desse tema, consultar GONÇALVES, 2001).

Diante de tais processos e movimentos, o percurso dos trabalhadores permite a edificação de posições que se caracterizam pela subordinação e pelo estranhamento¹ produzido pela mercantilização da sua força de trabalho no contexto das atividades capitalistas que (re)criam territórios naturais e sociais, impondo a eles novos usos. Contudo, tais processos e movimentos permitem também a construção de uma consciência da subordinação e da exploração à qual são submetidos as pessoas, seus núcleos, suas posições e situações sociais e seus meios. Nesse sentido, deve-se perceber que a organização é também um momento de expressão do reconhecimento daquele estranhamento (ver GONÇALVES, 2001). Uma dessas formas da organização dos trabalhadores é o sindicato, organização que aglutina interesses.

A análise da produção de interesses requer que se pense na produção de mediações, já que ela está relacionada aos modos como os mecanismos de organização e de representação de classe (tais como os sindicatos) são instituídos como representações que os trabalhadores fazem da sua própria história. Se a formação da classe e de sua consciência decorre do fazer-se da própria classe (THOMPSON, 1987), esse fazer depende também da eleição e da disponibilidade de mecanismos mediadores, os quais possuem uma existência pautada pela assimetria política e econômica instaurada entre os trabalhadores,

¹ Para uma discussão desse conceito na perspectiva marxista e para um exemplo de sua aplicação ao fenômeno da organização sindical no Brasil, consultar o trabalho de Antunes (1992) sobre as greves dos operários metalúrgicos do ABC paulista na década de 1980.

os padrões e o Estado (e inclusive entre os membros de uma mesma classe e de uma mesma estrutura).

SINDICATO RURAL E IDENTIDADES: O CASO DO VALE DO RIO DOCE

Como elemento de ordenamento dos interesses dos trabalhadores, o sindicato representa, no mundo rural, um conjunto distinto de sujeitos em um cenário político autoritário e clientelista. Em parte por isso é que, para Poletto (1991), a discussão sobre o sindicalismo rural deve buscar responder às questões do caráter da organização sindical, do seu papel enquanto mediador e da definição da sua base de sustentação. Desse modo, os problemas da representação sindical não se referem tanto à inadequação da estrutura organizacional – que reúne tipos distintos e com interesses antagônicos.

Do ponto de vista da “base”, as definições sobre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR começaram a mudar a partir da intensificação das lutas por terra. De fato, como argumenta Esterici (1991), a história do movimento sindical a partir da década de 1970 “está estreitamente ligada à história das lutas por terra”.

A formação de uma “cultura” sindical, desse modo, imprimiu aos trabalhadores embebidos por sua dinâmica uma capacidade de ação nova. Essa, por sua vez, foi alimentada com e projetou-se no envolvimento dos participantes das oposições sindicais com o chamado “novo sindicalismo” (POLETTI, 1991).

No caso específico dos assalariados rurais, essa dinâmica foi acompanhada da discussão sobre a criação de estruturas próprias de representação, escapando da heterogeneidade de composição dos STR quanto às categorias e atores por eles representados. Esse debate pode ser entendido como reflexo do modo pelo qual os trabalhadores e suas lideranças perceberam a sua inclusão no processo de modernização capitalista da agricultura brasileira (ver COLETTI, 1998).

E é também por essa razão que se pode concordar com Alves (1991) para quem a partir da década de 1970 a sociedade brasileira, e os agricultores em particular, tiveram a “sua face profundamente alterada pela imbricação entre o processo de modernização conservadora (da agricultura) e o processo de constituição da identidade dos diferentes atores sociais” que emergiram dessa realidade nova (*op. cit.*, p. 39). Os rebatimentos desse duplo processo reforçaram, por sua vez, as discussões sobre a configuração da estrutura sindical, uma vez que a heterogeneidade da base social representada pelos STR associou-se à demanda pela modificação no modelo de representação vigente desde a década de

1960. Com isso, especialmente por causa das especificidades das demandas de pequenos produtores e das dos assalariados, a discussão enveredou para a necessidade da criação de Sindicatos também específicos (sem negar necessariamente, contudo, a possibilidade de existência de sindicatos únicos; ver ALVES, 1991).

A análise das estruturas e das formas de estruturação das organizações sindicais permite em parte entender as contradições e as possibilidades dos sindicatos. Para ampliar a compreensão dessas organizações, deve-se olhar para a história dos seus criadores e para os embates sociais travados entre esses interessados, os patrões e o Estado. Mas um tratamento dotado de historicidade supõe compreender os processos de constituição da sociedade e de suas dinâmicas política e social em termos do que eles representam como constituição das experiências e dos capitais das classes, dos grupos, dos indivíduos e de suas organizações (tal como propõem Thompson e Bourdieu, por exemplo).

Essa atenção permite entender por que no caso aqui analisado, o dos trabalhadores assalariados das plantações florestais do Vale do Rio Doce, foi possível instaurar novas práticas organizativas. Pode-se dizer que atuou favoravelmente nesse sentido a ação mediadora da Igreja Católica (por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT) e da Central Única dos Trabalhadores - CUT bem como a proximidade de movimentos sociais e sindicais urbanos. Mais importantes, no entanto, foram as descobertas próprias que esses trabalhadores fizeram do seu universo de relações de subordinação, de negação de direitos e de exploração – isso é, o reconhecimento que os trabalhadores fizeram, eles próprios, da sua condição de classe (GONÇALVES, 2001).

Nesse sentido, um novo sindicalismo pode ser observado na região, inclusive distinguindo-se do “novo” sindicalismo rural paulista: na região do Vale do Rio Doce, os assalariados eram em sua maior parte permanentes e contratados inicialmente, pelas próprias empresas produtoras dos bens de base florestal (carvão e madeira). Pode-se sugerir que existiu nesse território uma outra trajetória dos trabalhadores em comparação com aqueles de outras culturas temporárias (como a cana-de-açúcar) ou permanentes (como o café) em outras regiões: os assalariados do “reflorestamento” percorreram um caminho que iniciou-se da sua condição de membros de uma agricultura familiar, daí tornaram-se assalariados permanentes e, a partir de meados da década de 1990, assalariados temporários – em função da terceirização e das mudanças no modelo de organização da produção e da gerência nas firmas de capital florestal instaladas nos Vale do Rio Doce (GONÇALVES, *op. cit.*).

Como argumenta Coletti (1998, pp. 116-117) quando se pensa na produção da classe trabalhadora no campo ou na proletarização do campesinato no Brasil, é importante reter que esse processo “pode ou não estar ligada à expropriação, dependendo do significado que se atribui ao conceito”, mesmo porque o desenvolvimento do capitalismo no campo é carregado de contradições (por causa do seu simultâneo confronto e associação com as formas sociais de produção preexistentes a ele, que daí em diante serão reelaboradas²) e, ainda, por que a expropriação do camponês não ocorre sem que esse sujeito lhe imponha algum tipo de ou alguma resistência.

Por isso é que a análise das causas da proletarização e da resistência a ela demanda entender como é que se combinaram as mudanças políticas, provocadas pelos crescentes conflitos de classe que se verificam no campo brasileiro a partir dos anos 1950, com as transformações econômicas produzidas no âmbito da modernização rural a partir desse mesmo momento.

Tratando desse tipo de questão para o caso da expansão (mais do que do surgimento) do trabalhador assalariado volante ou temporário na agricultura paulista, Coletti (1998, pp. 135-138) soma aos “elementos explicativos de caráter geral” alusivos ao desenvolvimento do capitalismo no campo outras razões, cujo caráter “mais específico” permite apreender mais amplamente o fenômeno. Entre elas, o autor destaca a introdução das mudanças legais através do Estatuto do Trabalhador Rural na década de 1960; o impacto do uso de insumos modernos e da substituição de culturas sobre a demanda sazonal de mão de obra; e a existência de elementos políticos que “sobrepõem-se e entrecruzam-se” com as razões econômicas anteriores, tal como o conflito entre fazendeiros e agregados ou posseiros e as condições político-institucionais associadas ao regime militar e ao sindicalismo oficial rural.

Em trabalho anterior ao do último autor e tratando das relações sociais nas regiões de Minas onde ocorreram mobilizações salariais dos trabalhadores, Sgreccia & Gadelha (1987) vão ao mesmo sentido, argumentando que com a adoção diferenciada de novas técnicas de produção em diversas fases do ciclo agrícola do café e da cana houve uma expulsão dos trabalhadores das propriedades e a transformação dos colonos em assalariados permanentes e em bóias-frias. Adicionalmente, a modernização dos cerrados e

²Como analisa Godelier (1991), a característica específica do capitalismo - **combinar** a produção de mercadorias com a produção de dinheiro por meio do dinheiro com a utilização de trabalho assalariado e a produção organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção - não começou a existir nos “*temps modernes*”, sendo antes fruto do desenvolvimento de relações sociais que existiam isoladamente em diversas sociedades e épocas anteriores.

a sua incorporação ao mercado agro-industrial de grãos e carnes, com a conseqüente adoção de novas práticas agropecuárias produziram o mesmo efeito. No Vale do Jequitinhonha, a expansão das plantações florestais e da cafeicultura eliminou as bases sociais da pequena produção e da migração sazonal e produziu resultado semelhante ao anteriormente mencionado para as demais culturas nas outras regiões do estado.

Essa evolução descortinou-se tendo como pano de fundo uma estrutura sindical verticalmente controlada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg e que viveu durante a década de 1980 um processo de mudança, impulsionado pela expansão das lutas dos trabalhadores - no seio das quais concorreu crescentemente a Comissão Pastoral da Terra e despontou a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e da CUT (SGRECCIA & GADELHA, *op. cit.*; ver também MULS, 1989). Por isso, e diante das reações patronais ao avanço e ao acúmulo de organização dos trabalhadores assalariados em suas demandas por melhores condições de trabalho, os autores concluem que o “movimento sindical não conseguiu transformar as campanhas salariais em instrumentos de luta capazes de romper os sistemas de dominação social existentes nessas regiões” e nem de romper com o controle dos proprietários rurais (fazendeiros e empresas capitalistas) sobre o mercado de trabalho (SGRECCIA & GADELHA, 1987, p. 73).

Sgreccia & Gadelha (*op. cit.*, p. 74) sustentam que na segunda metade dos anos 1980, a partir do acúmulo das experiências de lutas dos assalariados dos canaviais no Sudoeste de Minas e das plantações florestais do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, os trabalhadores rurais, mesmo sob uma estrutura sindical tradicional, passaram a utilizar “*novas táticas de luta, que privilegiam o confronto ... e a negociação direta com os proprietários*” nos locais de trabalho. Propondo uma periodização ligeiramente distinta, Muls (1986) sustenta que em Minas novas lideranças assumiram a direção da Fetaemg e da maior parte do movimento sindical estadual a partir de 1975, estreitamente vinculadas à Contag, e promoveram mudanças na orientação institucional da Federação - tendo como referência principal o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979. Isso permitiu a implementação de uma estratégia de organização de lutas dos assalariados que rompeu com o modelo de sindicalismo centrado exclusivamente na atenção à pequena produção. Pode-se dizer, nesse sentido, que as lutas dos trabalhadores assalariados rurais em Minas Gerais, em seu nascedouro articuladas em torno das reivindicações ligadas à melhoria das condições de trabalho e da diminuição da super exploração do trabalho, foram maioritariamente “puxadas” pela Fetaemg.

No caso específico dos assalariados das plantações, pode-se dizer que a sua mobilização no estado também decorreu do tipo de intervenção proposta pela Fetaemg, que não só permitiu à instituição conhecer os problemas da categoria como incorporar suas demandas ao movimento sindical. Assim, por exemplo, sabe-se que foi a partir do envolvimento direto da Fetaemg com a problemática do assalariamento no Vale do Jequitinhonha que se criou o Sindicato de São João do Paraíso, que teve como uma de suas primeiras ações a representação dos trabalhadores na negociação com a empresa Florestaminas.

O levantamento do enfrentamento entre assalariados e essa empresa “reflorestadora” feito por Muls (*op. cit.*) aponta para uma situação não tão bem sucedida como a ocorrida com os canavieiros do sul do estado e que também foi analisada pela autora; de fato, iniciando sua mobilização com estratégias de boicote ao trabalho em abril de 1983, os trabalhadores conseguiram articular assembleias e deflagraram no final de maio do mesmo ano a greve, respeitadas as formalidades da legislação então vigente. Após treze dias de paralisação, as negociações não chegaram ao resultado esperado pelo Sindicato e pelos trabalhadores, com a Justiça reconhecendo apenas o direito dos trabalhadores ao pagamento dos salários atrasados dos últimos seis meses. O resultado foi a desmobilização dos trabalhadores e a demissão de grande parte do contingente que participou da greve; a empresa adotou a estratégia de contratar novos trabalhadores por meio de empreiteiras e manteve o descumprimento da legislação trabalhista, atrasando salários, não assinando as Carteiras de Trabalho e não fornecendo os equipamentos de segurança devidos.

Um resultado positivo, porém, foi produzido: ajudado pela CPT, o Sindicato de São João do Paraíso produziu uma cartilha (editada pela Comissão) contendo os resultados da avaliação do movimento. O que é positivo é que tal documento foi usado, conforme descreveu Muls, “para reagrupar os trabalhadores e prepará-los para novas formas de luta” (*op. cit.*, p. 21).

Essas novas formas de luta permitiram a produção de duas importantes transformações, expressas nos acordos e convenções coletivas firmadas pelos trabalhadores assalariados com seus patrões: (1ª) o deslocamento das reivindicações do plano do respeito ao costume ou tradição que foi rompido pelo arbítrio do patrão para a relação assalariada com o proprietário e (2ª) a substituição da instância de resolução dos conflitos, que doravante passou a ser a Justiça do Trabalho, o que deu “às vitórias conquistadas o caráter legal transformando o direito exigido em direito legal” (MULS, *op. cit.*, p. 28).

Simultaneamente à expansão do trabalho de organização dos assalariados pela Fetaemg e pelos STR a ela vinculados, que teve como um dos pontos culminantes a realização do I Encontro Estadual de Assalariados em 1984, a CPT e lideranças de oposição sindical, do Movimento dos Sem Terra e mediadores oriundos de organizações partidárias foram “abrindo espaço para uma presença mais forte” no trabalho organizativo e de mobilização desses trabalhadores. Não só aproveitando-se das lacunas deixadas pela Fetaemg, mas propondo novas formas de articulação das lutas salariais com as questões das condições de vida, esses novos mediadores conseguiram “gradativamente, ocupar o espaço [que foi sendo] deixado pela FETAEMG”. Isso foi possível pela reunião dos trabalhadores “em torno dos problemas dos bairros onde habitam (saneamento, esgoto, calçamento de ruas, posto de saúde, escolas, transporte e outros)”, o que permite a constituição de associações de moradores que “tomam a frente na denúncia” do desemprego e das péssimas condições de trabalho e de vida (MULS, *op. cit.*, pp. 24, 27).

No que tange aos assalariados das plantações do Vale Rio Doce, pode-se dizer que a sua constituição como sujeito político dependeu da forma como construíram as reações a (1º) um longo processo de submissão social ao projeto de modernização imposto sobre seu território e (2º) a desqualificação que tal projeto fez da vivência desses trabalhadores nos seus antigos espaços sociais – os da agricultura de subsistência, da agregação, da dependência do pecuarista, das cidades – transmutados pela fábrica e pelas plantações segundo a lógica da produção capitalista. Tendo essas questões em vista, pode-se então retomar o tema da mediação.

Inicialmente deve-se ter em mente que a presença de mediadores não significa apenas a introdução de estranhos no seio do grupo social formado pelos trabalhadores e suas famílias, para aí atuarem como um “elo de união de mundos diferenciados” (NEVES, 1998, p. 155). Mesmo porque, se a mediação traduz e/ou introduz falas e linguagens estrangeiras (NOVAES, 1994), é também fato que os mediadores eles próprios “constróem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação” (NEVES, 1998, p. 155).

Essa observação combina com a descrição da ação da CPT, que começou a articular-se em Minas Gerais nos três primeiros anos da década de 1980, a partir da experiência anterior de lideranças religiosas do movimento da Ação Católica Rural. Inicialmente articulada em Timóteo e Ipatinga, contando com o apoio de leigos vinculados à Pastoral da Juventude Rural em Antônio Dias e Jaguarapu e apoiada no trabalho

desenvolvido em Ipatinga pela Pastoral Operária, a CPT traçou uma evolução na região que foi marcada pelo sentimento que essas pessoas tiveram da “necessidade de organizar o sindicato”.

A narrativa da história da região e da CPT feita por uma leiga que compõe seus quadros e é membro da direção estadual aponta uma leitura de um quadro social marcado pela violência da presença da grande empresa produtora e consumidora de eucalipto e pelas disputas pela posse da terra nos municípios que compõem o Vale do Rio Doce. Por outro lado, para esses religiosos e leigos católicos, a elite local pensava a região como tendo sido “criada para a indústria”. O conflito, então, era uma marca registrada da história regional e, do ponto de vista do povo, essa era uma história de opressão: assim, falou que é “grande empresa, o povo tem medo”, como sugeriu a entrevistada.

Ainda segundo a entrevistada, a necessidade de organizar o povo decorreu de uma leitura de um quadro de desigualdade no seio do qual os grandes exploravam os pequenos, onde o povo não tinha lugar para viver e gozar seus direitos. A conclusão dessa leitura é que esse povo necessitava de uma consciência da sua vida prática, e daí de uma organização para enfrentar os “grandes”.

Isso combina com a idéia de que a Diocese local, segundo a então coordenadora da CPT Vale do Aço, “conta a sua história” iniciando “com a chegada das empresas”. Contar uma história é nomear um processo a partir da identificação dos papéis e lugares que são ocupados por quem os conta, pelos que são aliados ou opositores. Contar uma história é, em muitos sentidos, narrar o desenrolar da disputa pela definição do presente e do futuro. E é aí também que se constroem as representações de si e dos outros, e que se gera como resultado a “elaboração de novos sistemas classificatórios e de visão de mundo”, concebidos de acordo com os interesses de mediadores e mediados (NEVES, 1998, p. 157).

Mas pensar os interesses do grupo requer identificar quem pertence a ele, e isso constituiu um dos principais elementos que distinguiram a ação da CPT na região analisada. Identificando a distinção na composição do povo na roça entre pequena produção, trabalhadores braçais (rurais) e assalariados da extrativa, a CPT Vale do Aço convergirá o seu trabalho para essa última categoria. A combinação da leitura religiosa com o desenvolvimento de uma intervenção política não organicamente vinculada a partidos permite entender a opção preferencial da CPT Vale do Aço pelos sindicatos, conforme

muitas vezes expresso nas falas de agentes da Comissão ouvidos em entrevistas (ver GONÇALVES, 2001³).

A aproximação da Comissão com os assalariados rurais decorreu do fato que eles passaram a ser entendidos a partir do final dos anos 1980 como sujeitos de “lutas específicas”, que deveriam ser “entendidas em si mesmas, como lutas pelos direitos do trabalho, sem referência a uma idealizada posse da terra perdida” – o que não significava negar a existência de assalariados lutando por terra.

E foi no Vale do Rio Doce que o trabalho da CPT voltou-se para uma intervenção sobre a organização política dos trabalhadores, no seu local de trabalho ou na região. A coordenadora da CPT de Minas Gerais no início dos anos 1990, vinda de São Paulo para o Vale do Jequitinhonha em 1981, ao falar sobre os primeiros contatos que teve com a CPT do Vale do Aço, narra que ouvia “que os assalariados do eucalipto estavam nos STRs e havia conflitos de interesses. Eduardo e [Pe.] Justino⁴ percorrem a região e com os agentes pastorais articulam formas de organização nas CEBs e em grupos especiais já debaixo da sigla CPT-Vale do Aço”.

A definição do público, se de um lado decorreu de uma pretensa leitura objetiva da penetração do capital agro-industrial na região e da percepção que ele simultaneamente expulsava uns e reduzia outros a uma condição desumana de trabalho e de vida, por outro lado foi também fruto da dinâmicas das relações internas da instituição estabelecidas entre os religiosos e os leigos (e de cada um desses atores com os seus pares). Mas essa eleição foi também um resultado da interação entre a entidade e os assalariados, a partir da sua definição como grupo social e da redefinição que fizeram dos outros grupos. Esse conjunto de elementos permite entender então porque a CPT Vale do Aço define sua ação como estando voltada prioritariamente para os assalariados.

Nesse sentido, pode-se entender então que a relação da CPT com os trabalhadores ampliou o capital político dessa instituição e a credenciou para, junto aos trabalhadores assalariados das plantações, cooperar com a institucionalização de alguns sindicatos. Da mesma forma, foi essa presença mediadora da instituição que permitiu o reconhecimento dela e de suas lideranças como interlocutoras privilegiadas perante as empresas, particularmente a Cenibra, nos momentos de conflito.

³ Desse ponto em diante, a descrição dos processos e dos atores baseia-se no trabalho de Gonçalves (2001), à exceção de alguma referência feita especialmente a autor(es) específicos.

⁴ À época, respectivamente, assessor e um dos coordenadores estaduais da CPT Minas Gerais.

Por isso é que é possível entender uma divisão que a já referida coordenadora da CPT regional e estadual fez da história da Comissão na região, tendo como referência as relações de aproximação com os agricultores familiares e de “enfrentamento” com as empresas: um “primeiro momento” foi o de “tentar lutar para a manutenção dos posseiros na terra”, o que não apresentou resultados muito visíveis tanto por problemas de organização da ação quanto pela rapidez da “chegada” das plantações. Um segundo momento foi pautado pela organização e fortalecimento das entidades dos trabalhadores, que inicialmente eram rurais – ou seja, esses sujeitos

não eram trabalhadores assalariados da extração, então todos os trabalhadores eram filiados nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Como a CPT fazia um trabalho junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, então a CPT continuou a insistir nos assalariados como base. Aí começou a discussão da organização do pessoal ... porque os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não estava dando resposta às necessidades dos assalariados. Porque ? Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não faziam negociação ... eram Sindicatos dirigidos todos por pequenos produtores, meeiros, posseiros e não sabia o que era a vida do assalariado ... Mas a CPT começou a ter essa relação porque aí a partir da organização sindical [dos assalariados] começou a ter que, junto com o Sindicato [os STR] ... defender esses trabalhadores.

Nesse momento, como CPT e Sindicatos estavam juntos, foi possível construir uma aproximação com as empresas, estabelecendo uma relação de diálogo, ainda que tenso, entre os representantes dos trabalhadores e os do capital florestal na região. Foi pois em função dessas duas dimensões que a ação da CPT começou a pautar-se, a partir de meados dos anos 1990, pela busca de um modelo de negociação que se não dispensava o enfrentamento “direto” também não excluía as rodadas de negociação “pacíficas”, internalizando como princípio de intervenção na arena dos conflitos o adágio popular de que um mau acordo é (muitas vezes) preferível a uma boa demanda.

Assim, por meio da intervenção da CPT e por força da sua própria história organizativa como trabalhadores submetidos aos controle de grandes empresas produtoras e consumidoras de madeira plantada, a representação dos assalariados das plantações no Vale do Rio Doce foi sendo paulatina e crescentemente realizada por Sindicatos dos

Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Madeira e Lenha. Mas o que explica que esses trabalhadores das plantações não tenham decidido ser representados pelos STR com o apoio da CPT?

Em certo sentido, isso se aproxima de um dos problemas da representação sindical rural, que tem em sua origem a “idéia de que o Sindicato é dos associados e não dos trabalhadores” (SIGAUD, 1979, p. 17). Ora, isso significa que a constituição de uma nova categoria social – a dos assalariados rurais – cuja identidade é marcada pela destituição da propriedade e, mais importante, das condições materiais para possuí-la é o elemento explicativo para o fato deles não se enquadrarem na configuração social e política exigida pelo STR.

Em suma, o fato de serem não proprietários retira dos assalariados uma condição social fundamental que os permitiria tornar-se associados de uma organização política de representação de proprietários e posseiros - cuja identidade é marcada pela vinculação, mesmo que precária, com a terra. Não se trata de sugerir aqui que a oposição entre ambos sujeitos é algo como a dicotomia entre pequena burguesia e operariado, já que a propriedade ou a posse da terra para pequenos produtores familiares não possui o mesmo sentido da terra de negócio capitalista, representando antes um conjunto de condições materiais e simbólicas de produção e reprodução da unidade familiar (ver, a respeito dessa última questão, NEVES, 1993 e 1996; GONÇALVES, 2001).

Contudo, é importante ressaltar que até a primeira metade dos anos 1980 os trabalhadores assalariados rurais contratados por empreiteiras prestadoras de serviços para os fazendeiros da região eram também filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Quando da expansão das contratações de trabalhadores para as plantações – diretamente pelas empresas consumidoras da madeira e via empreiteiras – intensificou-se a criação dos sindicatos “próprios” dos assalariados. Levando-se em consideração essa informação pode-se sugerir que, no caso ora analisado, parte da resposta à questão da representação dos assalariados das plantações ter se realizado por meio de sindicatos específicos decorreu mesmo e também do modo como foi construída a intervenção da CPT local na região.

No sentido que vem sendo proposto pode-se pois dizer que a emergência dos Sindicatos dos assalariados das plantações florestais deve ser entendida como um dos movimentos de afirmação da identidade desses trabalhadores. Ou seja, mesmo que esses assalariados das plantações florestais possam ter sido também moradores nas propriedades ou posses de seus pais ou parentes, isso certamente não os tornou camponeses.

Observando a constituição social da categoria assalariados das plantações no Vale do Rio Doce, é possível notar que ela iniciou-se de um conjunto de negações: eles eram os não rurais ou os não produtores, mesmo quando sua origem estivesse radicalmente vinculada ao universo da agricultura familiar e das suas transformações nos últimos trinta ou quarenta anos na região.

Criados em sua maioria a partir da segunda metade dos anos 1980, quando os conflitos com as empresas se acirraram e, mais importante, quando as articulações em torno da representação desses atores passando pela CPT já haviam se estendido, esses Sindicatos chegaram a congregar uma base com cerca de 3.000 trabalhadores entre 1982 e 1994 num universo de mais de 5.500 assalariados empregados diretamente pelas empresas de capital florestal instaladas na região.

No início do ano de 2000, segundo o mesmo levantamento citado anteriormente, esse número foi reduzido para menos do que 600 assalariados. Essa perda de base decorreu das demissões e da terceirização das tarefas pelas empresas, seja por que se retiraram da atividade (como a Acesita) ou porque adotaram a mecanização e a aquisição de áreas já formadas tornadas disponíveis (Cenibra). A combinação desses elementos e a progressiva ausência de trabalhadores produziu, inclusive, a extinção de Sindicatos (como os de Timóteo e Nova Era).

Assim, a produção de uma identidade do trabalhador a partir da sua vinculação com a empresa e com a lógica da segmentação da força de trabalho imposta por ela produziram um tipo de resposta organizativa dos Sindicatos basicamente reativa. Inicialmente, a resposta sindical era voltada para a organização dos trabalhadores a partir do estatuto organizacional dos assalariados imposto pelas empresas. Daí a centralidade da luta pelos direitos (melhores salários, fornecimento de equipamentos de proteção individual, instituição de planos de cargos e salários etc.) e pela adoção de práticas mais humanas de relacionamento dentro da unidade produtiva capitalista (melhorias nas condições sanitárias de alimentação e de alojamento, fim de perseguições etc.). Nesse sentido, pode-se explicar por que tais organizações passaram, já no início do século XXI, a perder a capacidade de aglutinação dos trabalhadores, tendo algumas delas encerrado o seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação. **Sindicalismo no campo**. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**. 2ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

- COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- ESTERCI, Neide. Sindicalismo e luta por terra. **Sindicalismo no campo**. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- GODELIER, M. **Transitions et subordinations au capitalisme**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991.
- GONÇALVES, M. T. **Nós da madeira: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: 2001. Tese de Doutorado; CPDA-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- MULS, Nair. **Trabalho, consciência e luta: a formação do proletariado rural em Minas Gerais**. São Paulo: 1989. Tese de Doutorado; Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.
- NEVES, Delma P. Agricultura familiar: artimanhas da classificação. **À Margem**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 3, pp. 26-34, novembro de 1993.
- . **O produtor agrícola: ambigüidades, mitos e impasses teóricos**. s. l. e., s. ed., 1996. mimeo.
- . O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais.
- FERREIRA, A. D. D. & BRANDENBURG, A. (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.
- NOVAES, R. R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. MEDEIROS, L. S. et alii (org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
- POLETTI, I. Sindicalismo rural – qual a sua “base”? **Sindicalismo no campo**. Rio de Janeiro: CEDI, 1991.
- SGRECCIA, A. & GADELHA, E. G. Movimento rural, 1970-85. POMPERMAYER, M. J. (org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- SIGAUD, Lygia. **O sindicato e a estratégia do capital**. Brasília: UnB, 1979.
- SOARES, Luiz E. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAMINHOS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: ESTUDO PRELIMINAR ACERCA DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE CIDADANIA, NO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA – CE

Lia Pinheiro Barbosa (Mestre em Sociologia, Professora Assistente da Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, *campi* da Universidade Estadual do Ceará)

E-mail lia.pinheirobarbosa@gmail.com

RESUMO

O presente estudo prima por apresentar uma análise preliminar acerca da experiência realizada pela Escola de Cidadania, do município de Independência – CE, região do semi-árido nordestino, caracterizada por uma ampla organização das pastorais da Igreja Católica, remanescentes das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's. Com uma tradição na trajetória da educação popular e baseada nos princípios da Teologia da Libertação, as pastorais do município acima referido buscam consolidar novas práticas de legitimação da cidadania e democracia, num exercício contínuo de um contra-poder social que, limitando o poder do Estado, alarga a capacidade de intervenção do setor democrático-popular na busca por imprimir uma nova correlação de forças nos espaços públicos e consolidar um *ethos* próprio do Semi-Árido Brasileiro, convergindo, assim, para a efetivação de uma Educação para a Convivência com o Semi-Árido.

INTRODUÇÃO

Embora esteja pautado em uma reflexão teórica, o presente artigo não tem demasiadas pretensões no sentido de teorizar uma discussão acerca da educação popular no contexto político social próprio da sociedade capitalista. Isto devido à consciência de que, ao abrir uma discussão mais aprofundada em torno dos processos sociais, recuperamos o rico debate em torno da dinâmica própria da sociedade capitalista em sua contínua (re)articulação entre Estado e sociedade civil.

O objetivo ora intencionado é mais comedido. Trata-se de apresentar algumas reflexões, de cunho preliminar, sobre uma experiência recente que se desenvolve no Nordeste brasileiro, mais especificamente, na região do semi-árido cearense: a proposta de articulação de uma ação política pautada na fé desenvolvida pela chamada Escola de

Cidadania, um projeto desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), atuante no município de Independência – Ceará.

O percurso de nossas reflexões ancora-se no entendimento das múltiplas formas de participação social construídas pela sociedade brasileira. No caso estudado, buscaremos apresentar o que pode ser considerada uma proposta de nova prática de legitimação de uma *práxis* da cidadania rumo à consolidação de um contra-poder social com potencial de alargamento do setor democrático-popular. O intuito é imprimir uma nova correlação de forças no interior dos espaços públicos, sobretudo ao propor um *ethos* próprio do Semi-Árido brasileiro.

Esperamos, assim, contribuir na esteira dos debates correntes sobre participação social e consolidação de uma ação democrática e participativa nos espaços públicos. Longe de esgotarmos nossos argumentos, pretendemos instigar estudos e reflexões em torno de ações concretas que, comumente, passam despercebidas no horizonte da arena de luta dos múltiplos movimentos presentes na sociedade civil organizada do país.

DEMOCRACIA E CIDADANIA NA TESSITURA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A democracia, no cenário mundial, apresenta muitos aspectos frustrantes, conduzindo-nos a uma análise que contempla o esvaziamento de seu conceito e, ao mesmo tempo, o esgotamento do seu sentido. Na realidade, não estamos afirmando que não há mais democracia ou que a dinâmica da globalização, aliada à ideologia neoliberal, terminou por extinguí-la das múltiplas relações sociais. Nossa proposta consiste em averiguar os novos caminhos que a democracia deve perfilhar, de maneira a garantir e recuperar sua essência.

É esclarecer que o objetivo central do mercado financeiro é restringir sua expressividade, mostrando-nos que não há mais lugar para a construção de novos ideais de liberdade e emancipação do homem, e que o destino da sociedade dependerá, sobremaneira, dos rumos tomados pelo mercado.

No entanto, insistimos em falar da democracia como prática concreta da cidadania pois, apesar de estarem atentando contra o seu significado, retirando sua valia social, podemos provar que a emancipação humana ainda é possível, força motriz capaz de fortificá-la e legitimá-la através de múltiplas ações desenvolvidas no cerne da sociedade civil.

A luta pela conquista da democracia e sua legitimação constituiu uma das principais bandeiras políticas no cenário da América Latina na década de 80, do século XX - período

este marcado por profundas mudanças e transformações, traduzidas na política de democratização e nos processos de ajuste e liberalização econômica.

No campo social, tais mudanças mostraram-se mais contraditórias e menos conhecidas, acarretando uma gritante indagação sobre o significado da democracia no conjunto das modificações almejadas, sobretudo aquelas referentes às problemáticas vividas pela maioria dos segmentos sociais.

Conceitualmente, as perspectivas propostas para o processo de democratização podem ser estudadas a partir de pelo menos três vertentes (VIEIRA,1998): primeiro, as ligadas à equidade e desigualdades sociais; segundo, a luta social pela definição dos conceitos de democracia e, terceiro, observando o processo de emergência e consolidação da cidadania.

Sabemos, no entanto, que na teoria democrática, a noção de cidadania sempre esteve vinculada à definição legal de quais seriam os direitos e obrigações que a constituiriam, e de como os cidadãos poderiam expressá-los no conjunto de suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nos diversos estudos apresentados acerca da democracia e sua expressão social, sobretudo no período de democratização latino-americana, percebemos a existência de dois eixos centrais de debate ideológico, teórico e político.

O primeiro refere-se à visão liberal-individualista, cuja proposta aponta para a revisão da relação estabelecida entre sujeito individual e os direitos coletivos, enquanto o segundo está relacionado à existência de direitos universais que podem interagir com direitos humanos, civis, políticos, econômico-sociais e coletivos.

Essas questões constituem eixo central dos debates acerca da definição formal do que é ser cidadão, levando em consideração os limites e diferenciais existentes entre os incluídos e os excluídos, sobretudo, quando falamos em igualdade de direitos destinados a todo e qualquer cidadão, independente de sua posição social, política e econômica.

Ainda em relação aos direitos universais e coletivos como expressão da cidadania, questionamos sua validade para o conjunto da população, historicamente excluída, dos grandiosos projetos de desenvolvimento político-econômico e social que não são extensivos a toda a sociedade latino-americana, mas prioridades destinadas a uma pequena parcela privilegiada da população.

Assim, a maior indagação entre os estudiosos e a própria população é saber como a sociedade civil pode articular mecanismos de pressão política junto ao Estado para que este garanta uma equidade social, principalmente quando a transição para a democracia,

após o período ditatorial, restabelece direitos políticos, enquanto os direitos civis e direitos sociais contemplam um seguimento restrito e seletivo.

Nesse sentido, o processo de democratização vivenciado na década de 80 apresentou avanços significativos na esfera política: eleições diretas, instrumentos e mecanismos que possibilitam a participação popular, liberdade organizativa e de imprensa, dentre outros ganhos políticos. Entretanto, os avanços no campo social e econômico ainda são muito tímidos.

E, por este motivo, a década de 90 constituiu um palco no qual a cidadania e os direitos universais e coletivos estiveram (e ainda estão nesse novo século) em processo de construção e mudança, refletindo “uma prática conflituosa vinculada ao poder...”. (JELIN, 1994)

No cerne dessa construção, a participação ativa dos indivíduos na esfera pública (portadora de uma abrangência política, econômica, social, educacional, cultural, ambiental, dentre outros aspectos) constitui uma das dimensões da cidadania, qual seja, a promoção da consciência de ser um sujeito, com direito a ter direitos, responsabilidades e deveres enquanto cidadão.

A realidade historicamente constituída na América Latina conduz os setores sociais subalternos a justificarem sua subordinação “como normalidade, predominando uma visão naturalizadora das hierarquias sociais”. (JELIN, 1994). A aceitação da crescente exclusão social, evidenciada pela política neoliberal como fato esperado, é fruto da ausência de legitimação dos direitos definidos e aceitos formalmente em uma sociedade.

O que observamos, cotidianamente, são reduzidas práticas de tais direitos, se levarmos em consideração que poderíamos expandir, consideravelmente, sua dinâmica de ação. No momento em que não o fazemos, estamos sujeitos a não nos apropriarmos de fato das nossas conquistas, abrindo caminho para a disseminação do que denominamos conformismo diante da política neoliberal.

Devemos lembrar que muito dos problemas que afetam os diversos grupos sociais têm transposto fronteiras, tornando-se globais, sobretudo, ao final do século XX e início do século XXI. Questões ligadas ao comércio, produção, capital financeiro, desemprego, migração, etnias, pobreza, informatização, telecomunicações, educação, degradação ambiental, enfim, importantes questões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais deixaram de ser nacionais, passando a ter uma expressão transnacional.

Surge, portanto, na atualidade, um novo conceito, qual seja, o de cidadão do mundo e de cidadania, que começa a ser denominada como planetária e que, paulatinamente,

vem sendo construído pela sociedade civil de todos os países em contraposição ao poder político do Estado e ao poder econômico do mercado.

Devemos criar meios que enfatizem o valor da participação política, proporcionando ao indivíduo sua inserção em uma comunidade política. Nosso desafio está em conceber uma comunidade política compatível com os ideários democráticos e com o pluralismo.

Na atualidade latino-americana e, sobretudo, no Brasil, verificamos que existe um fosso entre a democracia representativa e a democracia direta, transformando a representatividade em direito restrito a uma minoria detentora do poder político-econômico, dificultando assim a luta por uma nova *práxis* social, mais alargada e protagonizada por amplos setores da sociedade civil.

A pressão social já não tem o mesmo vigor presente em lutas passadas, como se expressou no movimento político das Diretas Já. Todavia, é importante ressaltar que o momento político-econômico atual tem possibilitado emergir novas práticas alternativas de construção da cidadania e da democracia. Tais práticas buscam outros espaços políticos e não somente as eleições. Aos poucos, e intensamente, diferentes segmentos da sociedade civil tecem as novas nuances da democracia e cidadania. Resta-nos apreendê-las e (re)significá-las nos novos contornos históricos onde estão emergindo os múltiplos sujeitos sociais que tecem estas relações.

Sendo assim, as próximas linhas destinam-se a apresentar o objeto central de nossa análise, qual seja, a experiência desenvolvida pela Escola de Cidadania, na cidade de Independência, no semi-árido cearense. Pretendemos apresentá-la como um espaço construído pela sociedade civil organizada deste município para debater e articular práticas de valorização de uma *práxis* voltada à legitimação da cidadania, bem como, construção e fortalecimento de um *ethos* que confira à região uma identidade com o semi-árido e sua categoria central, qual seja, o conceito de campo, elemento fundamental de consolidação de uma resistência ao discurso neoliberal vigente nos projetos de desenvolvimento observados no país.

ESCOLA DE CIDADANIA: CENÁRIOS DE UMA PROPOSTA POLÍTICA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

A experiência ora apresentada é fruto de uma proposta oriunda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do município de Independência – CE, micro região do Sertão dos Inhamúns, cuja área geográfica é caracterizada por um índice elevado de temperatura, típico da morfologia climática do semi-árido nordestino.

Do ponto de vista político, tem como principal referência uma ampla organização das pastorais da Igreja Católica, remanescentes das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, em especial com a arquidiocese de Crateús, cidade vizinha, igualmente caracterizada por uma tradição de luta política e social. Inserida na luta pela conquista da terra e pela valorização do sertão como *locus* identitário do sertanejo e do trabalhador rural, articula-se com a ação política dos demais movimentos sociais e entidades ligadas à questão agrária da região.

Conforme dito acima, a expressiva formação política e sindical de Independência decorre, sobremaneira, de sua articulação com as CEB's do município de Crateús. A história de resistência política crateuense inicia-se em 1964, período de plena ditadura militar, quando é criada a diocese de Crateús, tendo como primeiro bispo Dom Antônio Batista Fragoso, conhecido como Dom Fragoso, cuja proposta de atuação era fortemente marcada por uma tradição na trajetória da educação popular e baseada nos princípios da Teologia da Libertação.

As pastorais do município acima referido e circunvizinhanças buscavam consolidar novas práticas de legitimação da cidadania e democracia tendo como prioridade o trabalho com o homem do campo e a valorização político-econômica, religiosa e sócio-cultural do semi-árido. Num exercício contínuo de um contra-poder social que, limitando o poder do Estado, alarga a capacidade de intervenção do setor democrático-popular na busca por imprimir uma nova correlação de forças nos espaços públicos, as práticas religiosas e sociais destinavam-se, diretamente, à formação política e à organização de agricultores e seus familiares, tendo como resultado direto o engajamento da Igreja em espaços de articulação político-social expressivos, como sindicatos, associações, grupos pastorais, dentre outras entidades de luta pela garantia do trabalho na e pela terra.

Embora perseguidas durante a ditadura militar, as ações das pastorais ligadas à Diocese de Crateús avançaram em seu ativismo político-religioso galgando espaços significativos na história política cearense, sobretudo do Sertão dos Inhamuns. Após o declínio da ditadura militar, puderam ser observados os frutos de tamanho engajamento: é o caso da Escola de Cidadania que constitui uma das propostas existentes no campo político-educacional desenvolvida no município de Independência, tendo como objetivo maior, a consolidação de um *ethos* próprio do Semi-Árido Brasileiro, convergindo, assim, para a efetivação de uma formação política para a Convivência com o Semi-Árido, valorizando seu potencial político, econômico, social e, principalmente, cultural.

Tendo um matiz rural, a referida experiência objetiva exercer-se no intento de fortalecimento da própria identidade do campo. Sendo assim, é válido destacar que, no palco da complexa atuação dos Movimentos Sociais, a categoria 'campo' adentra na agenda dos debates políticos, principalmente quando se intenciona a disputa por projetos de desenvolvimento para a zona rural, muito embora dotados de um caráter hegemônico de fortalecimento do capital.

Nas tessituras de uma reflexão em torno de tal caráter hegemônico conferido ao capital e de suas implicações para o contexto do semi-árido é que, em novembro de 2004, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da cidade de Independência, em sua Assembléia Paroquial, iniciou um importante debate em torno de uma proposta de formação política para seus paroquianos. Contando com a participação da equipe de assessoria litúrgica paroquial, representantes das treze regiões¹ que compõem o município, e quatro representantes litúrgicos da sede, priorizaram, na pauta de discussão, a necessidade de debruçar-se sobre a questão política, no intuito de compreender que identidade política era construída pela comunidade do município frente às grandes transformações e ajustes correntes no âmbito local e global.

Das discussões realizadas na referida assembléia surgiu a proposta inicial de se constituir um grupo de estudo intitulado "Fé e Política". Todavia, na organização da 1ª etapa do estudo, reconsideraram a tradição conservadora do município, sobretudo na articulação entre fé e ação político-partidária, própria do universo simbólico dos cidadãos de Independência, decidindo substituir a nomenclatura inicial para "Escola de Cidadania".

A perspectiva dos estudos propostos pela Escola de Cidadania era estabelecer uma reflexão em torno dos múltiplos significados que o conceito de participação assume, atrelando a fé e a política enquanto categorias fundantes para o entendimento das múltiplas formas de ação construídas nos espaços públicos local, sobretudo as permeadas pela ação do Estado.

Concomitantemente, buscavam construir um processo de valorização do Semi-Árido, recuperando um *ethos* identitário que despertasse, nas principais lideranças locais e nos próprios indivíduos, a consciência da necessidade de participação no campo político.

1 Compunham as 13 regiões os lugarejos Várzea grande, Riacho do Meio, Tranqueiras, Monte Sinai, Jaburu, Desejo, São Jerônimo, Santa Maria, Ematuba, São Joaquim, Brilhante, Iapi e Cachoeira do Fogo, atingindo 80 comunidades.

Ademais, propunham consolidar níveis de conhecimento político com outros conteúdos considerados importantes na compreensão da vida pública local e, sobretudo, no despertar para uma consciência participativa.

A preocupação central da elaboração dos conteúdos pautava-se na acepção das categorias 'cidadania', 'participação', 'democracia', 'semi-árido' e 'campo' como elementos fecundos para geração de um *ethos* próprio a ser apropriado por todos, articulado com um conjunto de conhecimentos historicamente construídos e que não poderiam, de maneira alguma, estar desatrelados de uma reflexão em torno do contexto rural, como *locus* da memória coletiva refletida em suas próprias histórias de vida construídas e cravadas naquela região.

Os estudos desenvolvidos pela Escola de Cidadania eram articulados em seis etapas, cada uma em torno de um eixo temático, a saber: 1ª Etapa: Conhecer-se a si mesmo e a minha comunidade; 2ª Etapa: A história do Ceará em sua vida pública; 3ª Etapa: Convivência com o Semi-Árido; 4ª Etapa: Projetos de sociedade: concepção neoliberal e popular; 5ª Etapa: Cidadania e relações de gênero; 6ª Etapa: O sertão: suas belezas e riquezas.

Entre os meses de novembro de 2004 a fevereiro de 2005 foi feito o planejamento do conteúdo teórico e metodológico da Escola de Cidadania, bem como, o processo de sensibilização da comunidade local, por meio de distribuição de 1.000 (mil) folhetos informativos e divulgação nos eventos da Paróquia de Sant'Ana².

Inicialmente, havia a intenção de convidar, para participar da Escola de Cidadania, formadores de opinião, como políticos, educadores, agentes de saúde, sindicalistas e comerciantes. Todavia, percebeu-se que, por tratar-se de uma proposta pautada nos princípios da Educação Popular, a presença de sujeitos (in)diretamente ligados às forças políticas locais inibiria a inserção efetiva dos participantes da Escola de Cidadania. Decidiu-se, pois, democratizar, ao máximo possível, a proposta, estendendo o convite a todos os cidadãos do município.

A Escola de Cidadania desenvolveu-se durante os anos de 2005 e 2006. Inicialmente, estavam inscritos 463 participantes, sendo 347 pessoas oriundas das 13 regiões mencionadas anteriormente, e 116 provenientes da sede do município. Do universo de inscritos, 307 pessoas concluíram a formação, sendo 239 do primeiro grupo e 68 do segundo, respectivamente.

2 Paróquia do município de Independência-Ce.

A metodologia de trabalho da escola buscava respeitar a agenda de ações dos participantes, estando, assim, em consonância com as demais atividades desenvolvidas pelas comunidades envolvidas. No planejamento ficou definido que os estudos seriam realizados em duas etapas anuais, assim distribuídas: de novembro a fevereiro: planejamento, avaliação e preparação de material didático; de março a outubro: desdobramento teórico-metodológico da Escola de Cidadania. Nas regionais, para cada etapa era destinado um dia de estudo e debates. A sede, por deter uma maior concentração dos representantes inscritos, desenvolveria suas atividades em encontros mais extensivos, de até quatro dias. Os participantes deveriam alargar os horizontes de discussão empreendidas no curso, sendo multiplicadores em suas comunidades, bem como, incorporando, às práticas litúrgicas, elementos de uma reflexão crítica, de integração de um saber construído na vivência cotidiana de todos, individual e coletivamente, a um saber teórico pautado na ação política libertadora.

O material didático-pedagógico foi elaborado pela assessoria litúrgica da Paróquia de Sant'Ana, sendo composto de um roteiro de atividades a ser realizado na etapa e um texto de apoio para estudo e discussão do eixo temático proposto. À medida que as temáticas eram trabalhadas, emergia uma proposta interativa, de troca de experiências e proposições para uma melhor convivência com o semi-árido. Os participantes teriam, então, que estender as discussões realizadas aos vários espaços sócio-políticos e religiosos em que atuavam.

Concomitantemente, realizavam uma ampla pesquisa para (re)conhecimento dos significados que o eixo-temático trabalhado assumia para suas comunidades. O intuito maior era promover o desdobramento da Escola de Cidadania no cotidiano das regiões envolvidas, conduzindo todos os sujeitos partícipes a uma reflexão conjunta de como pensar formas de participação social na vida pública do município.

Essa reflexão implica a construção de um projeto político lúcido, autônomo, coletivo e, sobretudo, voltado à concepção do homem político como ser dotado de liberdade e criatividade na construção de sua vida individual e em sociedade, capaz de fazer e refazer sua própria história, que não necessariamente precisa estar semeada pela desigualdade e pela desvalorização de seu espaço social.

A incorporação de um pensamento mais filosófico em torno da vida política, permite aos indivíduos um maior questionamento em torno dos tipos de instituições e de leis existentes. A autonomia, em uma sociedade heterônoma, mostra-se fundamental na elaboração de um novo projeto político. Conforme Castoriadis (1992, p. 139):

A autonomia surge, como germe, assim que a interrogação explícita e ilimitada se manifesta, incidindo não sobre “fatos”, mas sobre as significações imaginárias sociais³ e seu fundamento possível. (...) O momento do nascimento da democracia, e da política, não é o reinado da lei ou do direito, nem os dos “direitos dos homens”, nem mesmo a igualdade dos homens como tal: mas o surgimento, no fazer efetivo do coletivo da coletividade, da discussão da lei. Que lei devemos fazer? Nesse momento nasce a política; em outras palavras, nasce a liberdade como social-historicamente efetiva.

Com a luta pela participação nos processos decisórios, é garantida aos movimentos sociais rurais uma mobilização em busca de objetivos preconizados, os quais ocasionarão conseqüências extremamente importantes, sobretudo no cotidiano dos vários sujeitos pertencentes a este *locus* social.

Sendo assim, a Escola de Cidadania, em sua ação para além do campo religioso, buscou constituir-se em um espaço de reflexão e constituição de indivíduos pensantes, incorporando um significado político de posicionamento local frente à proposta hegemônica do capital que prima por imprimir a todos os povos uma cultura política global.

Contudo, é evidente que tal experiência apresenta limites e perspectivas quanto à inserção social e política almejada. Sucintamente, podemos elencar como principais entraves para o pleno êxito da Escola de Cidadania: 1. Dificuldade de articulação e reunião das lideranças que atuam na vanguarda sócio-política do município, em decorrência, sobretudo, da herança política pautada em relações clientelistas e patriarcais; 2. O baixo nível de escolarização de um significativo número de participantes que limitava o aprofundamento teórico dos estudos empreendidos; 3. A distância entre as regiões envolvidas mostrou-se, igualmente, como um complicador, uma vez que impossibilitava uma freqüência maior de encontros para estudo e discussão da Escola de

³ Para Castoriadis (1992), as significações imaginárias constituem o eixo central de fundação e de compreensão da sociedade e de suas instituições, dando-lhes suporte valorativo. A não compreensão dessa dimensão simbólica torna a análise social periférica e superficial. Além disto, o imaginário apresenta-se como instância de fundamentação das visões de mundo, dando significado à sociedade e à história. É o que alimenta a história da sociedade, reconstituindo-se cotidianamente.

Cidadania; 4. A escassez de recursos para produção de um material didático mais aprofundado, bem como, para o desenvolvimento de outras atividades complementares ao conteúdo abordado na referida escola; 5. Por fim, a falta de uma avaliação mais técnica que possibilite precisão nos limites existentes e que aponte alternativas para superação dos mesmos. Concomitantemente, há a necessidade de um acompanhamento contínuo do projeto para que se garanta a efetividade de sua proposta inicial.

Embora permeado por algumas limitações, a Escola de Cidadania logrou êxitos significativos, sobretudo na construção de um *ethos* identitário com o semi-árido e a valorização do sertão. Ademais, a experiência estender-se-á a cinco municípios da região, a saber, Crateús, Tamboril⁴, Novo Oriente, Monsenhor Tabosa e Sucesso.

Vale ressaltar que o conteúdo trabalhado pela Escola de Cidadania nos municípios supramencionados estará em concordância com as necessidades da realidade local de cada um deles. Para tanto, serão realizados encontros para discussão da proposta e elaboração do material didático a ser utilizado nos estudos.

A experiência apresentada acima, embora tendo durado dois anos, semeou, no Sertão dos Inhamuns, sementes que, ainda que em solo de difícil fecundação, resistirão e fecundarão uma proposta de participação política que transpõe o âmbito institucional do Estado, convergindo em ações concebidas no seio da sociedade civil organizada e que permeiam, de forma alternativa, os múltiplos lugares que compõem os espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concebermos uma proposta de participação popular devemos compreender a necessidade de desvincular a nova cidadania das estratégias dominantes e excludentes acionadas pela lógica do capital e pelo Estado. Significa dizer que ela – a cidadania – deve refletir não somente a forma de integração social no mundo capitalista, mas sim constituir sujeitos sociais ativos na perspectiva de poder questionar a imposição de um modelo único.

O novo conceito de cidadania, concebido a partir do agravamento das problemáticas e demandas globais, exige uma outra sociedade capaz de desenvolver uma maior autonomia e igualdade em suas relações sociais, nas regras de convivência social e no senso de responsabilidade pública.

⁴ Tamboril será o primeiro município onde se iniciará a Escola de Cidadania. O 1º encontro ocorreu em meados de maio de 2007.

Os cidadãos são reconhecidos, portanto, como sujeitos de direitos legítimos e interesses pertinentes. Para se contrapor ao autoritarismo ainda reinante na nossa sociedade é fundamental a organização de um projeto democrático de transformação social capaz de articular as dimensões da cultura e da política.

Para tanto, a extensão da cidadania implica uma reforma intelectual capaz de interagir com os segmentos da sociedade civil. Necessita, ainda, construir novas formas de inter-relação entre sujeitos sociais ativos, bem como, a integração das classes privilegiadas com estes novos cidadãos.

A luta pela cidadania apresenta-se, desta forma, como um agente transformador da sociedade. O exercício de uma *práxis* social no interior da esfera política possibilitará a ampliação do espaço na gestão das políticas públicas, estabelecendo novas relações entre Estado e sociedade, na busca de uma nova institucionalidade.

Esta dimensão assumida pelo exercício da cidadania encontra-se diretamente associada a um novo paradigma de superação dos limites do Estado tecnocrático e do Estado liberal. Este se torna mais flexível, capaz de descentralizar funções e transferir responsabilidades sem, no entanto, abdicar de seus instrumentos de controle e supervisão, limitando assim a expansão da participação de novos atores sociais.

O surgimento de canais permanentes de negociação entre a sociedade civil e os órgãos estatais, permitiriam a institucionalização da cidadania nas práticas governamentais. Muitos já são os exemplos de participação mútua entre representantes do governo e da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

Podemos verificar alguns exemplos nesta direção: as câmaras setoriais de negociação envolvendo interesses de autoridades governamentais e de instâncias da sociedade civil, o orçamento participativo em âmbito local, e os conselhos relacionados às políticas públicas (saúde, educação, meio-ambiente, criança e adolescente, dentre outros).

Os indivíduos acabam por se organizar em grupos, associações, movimentos sociais, organizações não-governamentais, sindicatos e partidos, exercitando práticas de um contra-poder social que limitando o poder do Estado, alarga a capacidade de intervenção do setor democrático-popular na busca de imprimir uma nova correlação de forças nos espaços públicos.

Assim, o exercício da cidadania democrática implica uma forma de existência social, uma sociedade aberta que, a cada dia, constrói e legitima novos direitos. Em seus princípios estão a criação de espaços sociais de luta e a definição de instituições

permanentes para a expressão política, significando a conquista e consolidação social e política.

Daí, a importância de distinguirmos a cidadania passiva – “aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral do favor e da tutela” - da cidadania ativa, “aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.” (BENEVIDES, 1994)

Para que haja legitimação da cidadania ativa, o processo de educação política tem um papel fundamental. Assim, a concepção democrática se converterá em práticas, garantindo ao povo informação e consolidação institucional de canais abertos para a participação popular.

Essa educação significa educação para a participação e pressupõe uma discussão aprofundada sobre o papel dos meios de comunicação de massa como instrumentos a serviço do pluralismo de valores. Decorre daí que, a democracia, a educação política e a democratização dos meios de comunicação possuem um elo que funciona como “pedra de toque” para o desenvolvimento da prática da cidadania ativa.

Portanto, devemos ter em nossas mentes que a plena realização da democracia é um processo em constante construção e, para tanto, é necessário correlacionar o ideal dos direitos e pluralismos com as idéias de espírito público e da ética na política.

A nova concepção democrática da cidadania envolve restaurar a dignidade da esfera política, fornecendo meios para a construção de uma hegemonia democrática articulando o Estado e a sociedade civil.

É preciso a reativação da esfera pública, na qual cada indivíduo participará de ações coletivas no empenho de deliberações comuns, constituindo uma identidade política baseada em valores como solidariedade e autonomia. Assim será possível o desenvolvimento de uma ação política que fomente a constituição de uma nova cultura política.

Neste processo de reativação, inúmeros segmentos da sociedade participam enquanto sujeitos sociais comprometidos com as demandas das camadas excluídas da população. Tais segmentos se expressam através dos movimentos sociais, movimentos populares, associações de bairro, setores mais progressistas da Igreja, CEBs, universidades, partidos de esquerda, determinadas ONGs, dentre outras entidades.

É levando em consideração essa conjuntura de construção democrática que se pretendeu situar a experiência desenvolvida pela Escola de Cidadania de Independência – CE. Longe de esgotarmos o horizonte de pesquisas e debates profícuos em torno de tal

iniciativa, apontamos alguns elementos que merecem uma atenção maior no sentido de avançar na socialização de iniciativas como essa, muitas vezes situadas à sombra do que acontece nos grandes centros urbanos.

Não foi objetivo do presente artigo apresentar os limites e perspectivas presentes em tal ação. Ao contrário, visamos primeiramente estabelecer um diálogo com os demais pesquisadores em torno das experiências que se desenvolvem no nordeste brasileiro. Porém, nada nos impede de avançarmos no campo da pesquisa científica para nos aprofundarmos, ainda mais, nas vicissitudes da ação da sociedade civil organizada.

Encerramos, temporariamente, nossa reflexão entendendo que cada um tem um papel político-social a ser desempenhado, faltando apenas uma consciência política mais sensível. Compreendemos a necessidade de se promover, no sentido gramsciano, uma hegemonia civil. A prática dessa hegemonia encontra-se justamente na mudança de mentalidade dos indivíduos no momento em que os mesmos conscientizam-se enquanto sujeitos partícipes das principais decisões políticas, econômicas e, principalmente sociais. É descobrir-se enquanto ator e transformador de sua própria história. É compreender, mesmo, um novo sentido de autonomia, entendida como uma pretensão do homem de tornar-se agente da sua vida e da sua história, isto é, autonomia como subversão da ordem social estabelecida.

Ou ainda, conforme o filósofo grego Castoriadis (1992, p. 139): “momento de criação, que inaugura não só outro tipo de sociedade, mas também outro tipo de indivíduos. Eu falo exatamente de germe, pois a autonomia, tanto social como individual, é um projeto.”

Portanto, a autonomia, enquanto conceito atrelado à práxis, requer a elucidação dos termos poder e política. Torna-se uma conseqüência prática de autogestão, que se processa no interior das instituições e da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, M. V. de M. 1994. *Cidadania e democracia*. Lua Nova – Revista de Cultura, no.33, São Paulo: CEDEC, p. 5-16.
- CASTORIADIS. C. 1987-1992. *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JELIN, E.. 1994. *Construir a cidadania: uma visão desde baixo*. Lua Nova - Revista de Cultura, no. 33, São Paulo: CEDEC, p. 33-55.

- VIEIRA, L. & BREDARIOL, C. 1998. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Record.

CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS RELAÇÕES NO CAMPO ENTRE ASSOCIATIVISMO, DESIGUALDADE E DEMOCRACIA

Juliana Speranza (Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ e pesquisadora visitante do IPEA
E-mail: jsimoessperanza@yahoo.com.br)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo levantar questões acerca do potencial, positivo e negativo, que o associativismo pode ter na redução das desigualdades econômicas e políticas no meio rural. Seu caráter consiste em mais do que apresentar respostas, poder vir a contribuir com a problematização de questões sobre o tema, na perspectiva de construção de uma agenda de pesquisa. Sustenta-se que existem poucos estudos brasileiros sobre o associativismo rural que se preocupam com esta problemática. O trabalho tem como referência a revisão de uma linha de estudo particular referente à Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), formada por agricultores rurais do município de Valente e seu entorno localizados no estado da Bahia, e pelas proposições levantadas pela Rede de Estudos Rurais sobre quais os canais e formas de expressão dos grupos sociais. Recorre-se ao conceito de *campus* de Bourdieu para entender sob uma perspectiva complexa e sistêmica as relações sociais que são estabelecidas intra e em torno de uma associação. O esforço é de construção de um mapa de atores e relações que podem estar ocorrendo no *campus* da promoção do desenvolvimento local realizado pela APAEB e que ajudaria a perceber o complexo de situações que uma associação, em relação com os demais atores e instituições, pode implicar: competição, vínculos solidários, inclusão, exclusão, democracia, dominação.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo levantar questões acerca do potencial, positivo e negativo, que o associativismo pode ter na redução das desigualdades econômicas e políticas no meio rural. Seu caráter consiste em mais do que apresentar respostas, poder vir a contribuir com a problematização de questões sobre o tema, na perspectiva de construção de uma agenda de pesquisa. Sustenta-se que existem poucos

estudos brasileiros sobre o associativismo rural que se preocupam com esta problemática. Em geral, os que existem atentam-se para a investigação do caráter organizativo de experiências localizadas e sob uma perspectiva meramente econômica (produção, comercialização, associativismo e crédito, etc.).

Uma vez que o associativismo é apontado na literatura sobre desenvolvimento rural e mais recentemente tem ganhado atenção das políticas públicas, como importante para eliminar relações de dominação nas comunidades, aumentar o poder de barganha dos agricultores e ser capaz de reduzir a pobreza e a desigualdade, faz-se importante interrogar sobre quais circunstâncias essas relações são verdadeiras e para quem. Ou em outras palavras, o associativismo pode reduzir as desigualdades econômicas e políticas de uma comunidade de forma igualitária para todos, mesmo para aqueles que não participam da associação?

A origem de tal problematização se dá em dois momentos: (i) como resultado de revisão de uma linha de estudo particular referente à Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), formada por agricultores rurais do município de Valente e seu entorno, localizada no estado da Bahia, e (ii) da reflexão sobre esta experiência, a partir dos próprios aspectos levantados pela Rede de Estudos Rurais.

Sobre o primeiro momento, tem-se que a partir de 2002, inicia-se um interesse em estudar a APAEB e assim, em julho deste mesmo ano, um mês de trabalho de campo é realizado na região. Desde então, a APAEB tem estimulado uma investigação, que até recentemente se resumia a dois grupos de estudo: uma análise crítica e metodológica que resgata o papel da História na compreensão de experiências exemplares (“best practices”), procurando entender quais os determinantes que explicam a trajetória da APAEB em direção à promoção do desenvolvimento local e da redução da pobreza rural na região¹, e o segundo grupo de estudo refere-se a uma investigação do desenvolvimento promovido pela associação orientado pelo conceito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Todavia, é quando se apresenta o trabalho sobre a primeira linha de pesquisa em Encontro da SBS que surge uma terceira questão, a seguir explorada, e que mais cuidadosamente analisada, percebe-se que não era apenas uma questão pontual

¹ Recentemente registrada em *O papel da História para a compreensão de experiências “exemplares” de combate à pobreza*. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS). 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

diretamente relacionada à evidência empírica da APAEB, mas que poderia ser transformada em uma agenda de pesquisa, como se tenta apresentar.

Será preciso dissertar melhor o que é a APAEB, sua origem e trajetória (conforme seção 3 deste trabalho), mas em linhas gerais, para entender o que está sendo exposto aqui como a terceira questão de pesquisa tem-se que a APAEB foi criada em 1980 com cinco subsedes, originalmente nos municípios de Serrinha, Valente, Araci, Feira de Santana e Ichu, mas é somente a sede de Valente que se destaca. Todo o trabalho de investigação anterior foi orientado para entender as razões do “sucesso” da APAEB-Valente, embora reconhecendo que era preciso investigar o porquê das demais subsedes não apresentarem o mesmo resultado. Porém, uma questão que foi colocada por participante do encontro da SBS e amplia o olhar da pesquisa é pensar que as demais subsedes não se desenvolveram devido à ação da própria APAEB-Valente, que oprimiu as demais.

É diante desta perspectiva, que se passou a perguntar se a alusão irrestrita entre o associativismo e a construção de relações sociais mais solidárias é totalmente verdadeira, como comumente costuma-se difundir. Ou se pelo contrário, podem existir estratégias competitivas de fortalecimento dos interesses do grupo (associação) que geram exclusões para os demais (“outsiders”).

Em seqüência, tal questão passa a ser analisada sob orientação das provocações realizadas pelo Grupo de Trabalho proposto, *Canais e formas de expressão de grupos sociais*, do II Encontro de Estudos Rurais, ou seja, entender as diversas formas de construção de interesses e de institucionalização de grupos sociais, todavia, sob uma perspectiva complexa e sistêmica.

Para entender sob uma perspectiva complexa e sistêmica, recorre-se ao conceito de *campus* de BOURDIEU. O esforço é de construção de um mapa de atores e relações que podem estar ocorrendo no *campus* da promoção do desenvolvimento local realizado pela APAEB e que ajudaria a perceber o complexo de situações que uma associação, em relação com os demais atores e instituições, pode implicar: competição, vínculos solidários, inclusão, exclusão, democracia, dominação.

Na realização deste exercício, não apenas as relações procuram ser mapeadas, mas também as identidades que o grupo (associação) constrói de si, para si e para fora, e as identidades que os demais têm do grupo. As diferentes percepções (imagens) que podem existir no *campus* podem ser um recurso a auxiliar na compreensão das múltiplas relações que podem estar ocorrendo. Por exemplo, se a comunidade local percebe uma

associação como promovendo rapidamente um desenvolvimento social que reduz a pobreza, mas apenas para os seus associados, ao passo que a mesma se projeta para fora como baseada em vínculos solidários e preocupada com a inclusão de todos, algum conflito existe, seja no nível prático (real), seja no nível das percepções (imaginário).

Sobre a promoção de desigualdades e implicações sobre a democracia que o associativismo pode engendrar, é feito um rápido diálogo com o trabalho de KERSTENETZKY (2003). Finalmente, quando uma análise sobre associativismo e política é realizada, toma-se como compreensão de política aquela realizada por HANNAH ARENDT, ou seja, o sentido da política é a liberdade, portanto, se alguma experiência associativista estiver inibindo a liberdade dos demais ou mesmo do próprio grupo, será percebida como negativa para os fundamentos democráticos.

Este trabalho encontra-se organizado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção, *Notas metodológicas e referencial teórico*, lança comentários sobre as bases em que se dá a investigação. A terceira seção, *A Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB)*, faz uma breve síntese da experiência para que o leitor possa entender sobre qual evidência empírica são levantadas as questões gerais deste trabalho, defendidas como propulsoras de uma agenda de pesquisa. A quarta seção, *Um esforço de análise sistêmico sobre o associativismo da APAEB*, sintetiza a tentativa de construir o mapa de atores e relações existentes no *campus* da promoção do desenvolvimento rural, promovido pela APAEB, a partir da experiência do associativismo. A quinta seção, *Associativismo, democracia e desigualdade*, baseando-se no mapa construído, analisa criticamente as possibilidades de geração de impactos negativos que podem estar sendo promovidos a partir do associativismo. Finalmente, na *Conclusão* faz-se uma revisão dos comentários revisitando a teoria empreendida.

2. NOTAS METODOLÓGICAS E REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo da experiência da APAEB é realizado através de pesquisa qualitativa, baseada em observação participante e entrevistas abertas e dialógicas numa perspectiva de História Oral. Dessa forma, importante material de pesquisa aqui resgatado são as anotações do caderno de campo realizadas naquele período. Soma-se a pesquisa documental que vem sendo atualizada desde 2002.

É importante ter em foco que a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira é o objeto sobre o qual são levantadas as questões

anteriormente mencionadas, todavia, a explicação para estas questões não deve se limitar a serem respondidas apenas pela APAEB. A perspectiva é que a exploração científica de outras experiências associativas ajude a fortalecer ou enfraquecer as hipóteses levantadas. É nesse sentido que se diz ser este trabalho um primeiro ensaio de caráter exploratório e propositor de uma agenda de pesquisa para os estudos rurais. Ademais, como estas questões foram levantadas posteriormente ao trabalho de campo, algumas só poderiam ser amplamente respondidas, no caso da APAEB, através de um retorno a novo trabalho de campo².

O conceito de *campus* de BOURDIEU (2002a), assim como outros referenciais da sua teoria, são de extrema relevância para os fins desta pesquisa, em primeiro lugar, porque ajudam a explicar a enorme capacidade que os sistemas dominantes têm de se reproduzir. Não é à toa que o conceito de Bourdieu ajuda quando este trabalho pergunta se o associativismo não estaria reproduzindo a desigualdade econômica e política da sociedade no interior do seu sistema. Em segundo lugar, o conceito de *campus* ajuda a pensar a noção de rede, ou seja, as associações teriam acesso a outros tipos de discursos que lhe permitem problematizar seu próprio discurso em defesa dos seus interesses, mas, o que fazer se as condições para acesso a outros discursos são desiguais entre os grupos sociais? Em terceiro lugar, numa síntese do conceito, Bourdieu preocupa-se com as disputas que estão em jogo, sejam elas políticas, econômicas ou simbólicas, portanto, quem se beneficia e quem perde com a entrada de uma associação no jogo? Vale destacar, para Bourdieu, a dominação mais perfeita é quando se dá pelo sentido e aqui se pergunta: a perpetuação da imagem de uma associação sempre como positiva para fins de promoção de um desenvolvimento socialmente justo não poderia estar representando uma dominação simbólica?

A partir de Bourdieu tem-se que não há possibilidade de construção de um mundo igualitário porque as pessoas têm níveis diferentes de acesso aos capitais, todavia, as desigualdades existentes não podem impedir o acesso dos direitos sociais pelos indivíduos. Assim, é preciso que os capitais sejam democraticamente distribuídos, portanto, uma associação, por exemplo, não poderia dificultar o acesso daqueles

² Este aspecto, ao ver deste trabalho, não diminui a importância do presente ensaio, porque a perspectiva de transformar a pesquisa em uma obra aberta é extremamente interessante, assim, a publicação do processo de constituição dos problemas sociais, por si só, é útil para o acúmulo de conhecimento pelas ciências sociais uma vez que está suscetível a críticas e sugestões de trabalhos de outros autores.

agricultores menos organizados e ou daqueles que por opção decidem não participar da organização.

Finalmente, de forma análoga, tendo por base aquilo que Bourdieu (2002b) alerta sob o risco de se imobilizar a ação coletiva no conceito de luta de classes, de forma alguma a noção de associativismo desenvolvida neste trabalho pretende ser uniforme e estanque, pelo contrário, pensa-se em práticas associativas dinâmicas, que são recriadas ao longo do tempo e em múltiplas interações (relações de conflito ou ajuda mútua) com variados atores e instituições, sejam elas outras associações, o Estado, o mercado, organizações não-governamentais, etc.

O trabalho de KERSTENETZKY (2003), embora dialogue com outras *démarches* teóricas (Ciência Política (apatia política e sociedade civil) e Teorias sobre Justiça Distributiva) foi aqui resgatado por considerá-lo original ao abordar as relações entre associativismo, desigualdade e democracia. Considera-se o seu achado um rico encontro, ao possibilitar que as problemáticas desta pesquisa encontrassem mais um suporte teórico. Ademais, embora a preocupação deste ensaio se dê com o associativismo no campo, que guarda características do cenário sócio-político do meio rural brasileiro, tampouco significa que questões mais universais presentes em KERSTENETZKY (2003) ou mesmo questões sobre a natureza da sociedade civil de hoje, não nos permita pensar os limites e possibilidades aqui investigados, das experiências associativas do meio rural para a redução das desigualdades e da pobreza.

KERSTENETZKY (2003), ao se preocupar se será necessariamente virtuosa a relação entre associativismo e democracia ou, de que maneira a presença de importantes desigualdades na trama social interage com o associativismo e afeta a condição de igualdade política, acaba por desenvolver dois problemas específicos: *quando as desigualdades socioeconômicas são “duráveis” e elevadas é bem plausível que se repliquem no interior da vida associativa, bem como entre grupos organizados e não organizados, enfraquecendo a habilidade de inclusão política da participação associativa.* Além disso, questiona *que não parece claro que a intensificação da vida associativa conduza a uma redução das desigualdades sobre as quais se plasma.* Todas essas questões são tomadas em consideração na investigação sobre a APAEB.

Revisando a literatura, KERSTENETZKY (2003) argumenta que a capacidade do associativismo de reduzir desigualdades sociais, e por esse meio, operar seus efeitos benignos sobre a desigualdade política parece também pouco clara. Segundo a autora, é frágil postular, por exemplo, que desigualdades sociais não se repliquem em

desigualdades associativas – entre associações com acessos diferenciados a recursos, entre grupos organizados e não organizados. Indagando-a em perguntar em que medida o acúmulo de “capital social” seria significativamente independente da distribuição de outros recursos, de modo, por exemplo, a tornar mais competitiva (menos hierarquizada) a distribuição de recursos que afetam a igualdade política. O sucesso da ação coletiva de grupos menos favorecidos, se não necessariamente melhora sua posição relativa aos mais favorecidos na distribuição de recursos políticos, engendra novas desigualdades que mais deprimem as expectativas dos não-organizados quanto à sua localização nessa mesma direção (pág 138).

(...) qualquer que tenha sido o caminho histórico seguido, os padrões resultantes de vida associativa e comunicação social serão altamente estruturados, com setores tradicionalmente mais favorecidos e centrais e outros marginais ou excluídos. Dependendo da localização de cada pessoa nessa estrutura de privilégios e oportunidades, e do grau de abertura e flexibilidade do sistema, é possível considerar a sociedade civil resultante tanto como a expressão mais autêntica e a garantia durável de uma democracia política, quanto como a mais flagrante negação de sua promessa universalista (pág 21).

WHITEHEAD (1999) extraído de KERSTENETZKY (2003), pág 138.

3. A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA (APAEB)

O contexto de criação da APAEB é a região sisaleira do estado da Bahia na década de 70 com a presença de uma tradição de exploração econômica dos pequenos agricultores; as adversidades oriundas de chuvas irregulares e de solos rasos e pedregosos com baixa capacidade de armazenamento de água; concentração de terras; falta de atenção por parte das políticas públicas especialmente no combate à pobreza; uma dominação política se confundindo com a dominação econômica (SPERANZA, 2007).

Os estudos existentes sobre a origem da associação apontam para a importância de trabalho realizado por padres italianos adeptos da Teologia da Libertação e promotores na época de Comunidades Eclesiais de Base (CEB) mais o Movimento de

Organização Comunitária (MOC). Todavia, um importante avanço de pesquisa seria a investigação da contribuição que diferentes organizações não-governamentais (Ongs), internacionais e nacionais, vão ter na região, seja numa perspectiva do financiamento, seja do ponto de vista dos marcos lógicos das estratégias de desenvolvimento incentivadas por estas organizações³. Não obstante, um breve comentário sobre o trabalho desses padres italianos quanto do MOC pode ser feito, estando atento, porém, para não negligenciar a influência que as Ongs internacionais podem ter tido. A criação da APAEB se confunde com a História do MOC porque surge a partir do Movimento do ICM que o MOC apóia na região⁴.

Conforme destacado por (MAGALHÃES *et al.*, 2006), a ação das CEBs construiu os alicerces de comportamentos sociais e econômicos até então inexistentes: ampliou a capacidade de cálculo e de planejamento tanto da vida produtiva quanto da vida doméstica dos sertanejos e promoveu uma gestão racional desenvolvida em concomitância com a formação de um projeto político e social que orienta suas ações. Segundo os autores (p.12), *“o trabalho religioso tornou transparente uma realidade social até então muito obscura, fazendo com que a visão de mundo tradicional fosse, aos poucos, sendo substituída por uma visão crítica e racional da realidade. Mudando a visão social segundo a qual “o mundo é assim porque sempre foi assim” para outra que vê um “mundo que pode e deve mudar”*”. A principal contribuição do trabalho religioso foi estimular laços sociais, que antes se davam em torno de antigas relações comunitárias, para a adesão consciente a um corpo de idéias, a uma cultura política. O papel das associações comunitárias foi então apreendido como forma de constituir elos de conexão

³ É forte a presença de Ongs internacionais a partir da década de setenta no Nordeste brasileiro. Como evidência empírica, uma rápida sistematização dos apoios e parcerias recebidas pela APAEB ao longo de sua trajetória identificou 19 Ongs, dentre apenas as internacionais.

⁴ Na época, os agricultores sofriam com a cobrança do imposto sobre circulação de mercadorias nas feiras semanais. Em cada feira o imposto era cobrado, mesmo sob os produtos da feira anterior que não haviam sido vendidos. Em 1978, por decisão do então governador Antônio Carlos Magalhães, a fiscalização e a cobrança do imposto foram aumentadas. A situação tornou-se tão insustentável que muitos agricultores entregavam suas mercadorias ao fiscal, porque pagar o imposto mais uma vez significava superar o valor do produto. Uma luta conjunta do MOC com várias mobilizações de cidades da região acarretou uma manifestação pública dos agricultores em Salvador, reunindo 400 pessoas a partir de caravanas. Foi nesta manifestação que a idéia da criação de uma entidade de pequenos agricultores da região foi concebida. Conforme destacado por um dos fundadores, Sr. Reinaldo Lopes, a manifestação foi uma oportunidade de todos os agricultores da região se reunirem e pensarem juntos sobre os seus problemas. Passaram a perceber que seus problemas eram comuns (falta de crédito, melhores condições de comercialização, descaso das políticas públicas), e em discussões, no ônibus mesmo, surge o desejo de criar a APAEB.

entre as comunidades e as redes externas. A mudança na vida religiosa abre assim o caminho para a formação de uma nova relação com o mundo secular.

O MOC é uma ONG com atuação na mesma região da APAEB, com sede em Feira de Santana, e tem por objetivos básicos promover o desenvolvimento comunitário participativo, executar juntamente com os grupos e comunidades ações de desenvolvimento que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e desenvolver ações exemplares que sirvam de subsídios para a elaboração de políticas públicas. O MOC também se origina da atuação das CEBs. Em meados dos anos de 1970, o MOC estava presente em 12 municípios da região, ensaiando a execução de pequenas iniciativas no campo econômico: armazenamento coletivo da produção, instalação de bodegas comunitárias, financiamento do plantio, promoção de roças comunitárias, dentre outras. A todas essas atividades o MOC dava assistência técnica, procurando estimular a organização das comunidades.

Em síntese, sobre a trajetória da APAEB, pode-se dizer que os agricultores extrapolaram os limites de pensar apenas as relações na sua comunidade e vizinhança, para a realização de um projeto político para a região: promoção da justiça social e de um desenvolvimento mais equitativo, onde o produtor rural fosse o principal beneficiário das ações. Há ainda o esforço de mostrar a viabilidade do semi-árido nordestino para a vida no campo. A elaboração de tal projeto envolveu a realização de debates e consensos que seria interessante perguntar sobre qual base se deram. Também envolveu a negociação e disputa de interesses e sentidos para além da esfera local.

No plano local a APAEB enfrentou os desafios de romper uma dependência histórica que os produtores rurais tinham do atravessador, ao intervir em toda a fase da cadeia produtiva do sisal (produção, beneficiamento, industrialização e comercialização). No entanto, este desafio abrangeu sua intervenção em outros níveis, como o plano nacional e global nos momentos em que a APAEB, por exemplo, disputa recursos das políticas públicas para financiar a construção de uma fábrica de tapetes e carpetes de sisal (BNDES e BN) ou conquista o mercado internacional com as exportações.

Outro conjunto importante de iniciativas empreendidas pela associação é o das ações de convivência com a seca. Neste grupo, a APAEB trava embate direto com uma cultura política brasileira que se interessa pela perspectiva de “erradicação” da seca e manutenção do seu “curral eleitoral”, especialmente ao nível da administração municipal. Dirigentes da APAEB costumam apontar que diferentemente dos políticos que lucram com projetos milionários de erradicação da seca, a APAEB não pretende se iludir com o

objetivo de combater um fenômeno que é natural – a estiagem, mas fazer com que o produtor rural da região sisaleira possa conviver com a seca com qualidade de vida, evitando o fracasso de um êxodo rural para o Sul e Sudeste do país.

Finalmente, existe um terceiro conjunto de atividades, que podem ser organizadas sobre a classificação de ações na área social, de educação e meio ambiente, com o caráter de quase a maioria de seu conjunto é composto por atividades não-sustentáveis e que a APAEB financia com recursos das atividades produtivas.

Todas os três grupos, Iniciativas Econômicas, Ações de Convivência com a Seca e Atividades Sociais, de Educação e Cultura resultam no seguinte diversificado conjunto de ações e programas: Fábrica de Tapetes e Carpetes; Batedeira Comunitária de Sisal; Posto de Vendas; Ovinocaprinocultura; Laticínio Dacabra; Curtume; Couros Valente; COOPERE (cooperativa de crédito); Fibras do Sertão (artesanato); Riquezas do Sertão (loja na rodovia BA-120); Hidroponia; Apicultura; Assistência Técnica; Pesquisa de Alternativas Tecnológicas de Convivência com o Semi-Árido; Atendimento Veterinário, Laboratorial e Melhoramento Genético do Rebanho; Poços e Cisternas; Sistemas de Irrigação por Gotejamento; Hidroestesia; Capacitação; Agentes do Semi-Árido; Reflorestamento; Cultura do NEEM (agroecologia); Energia Solar; Fundo Rotativo (crédito rural); Escola de Informática e Cidadania; Provedor de Internet (SertãoNet); Netsala; Escola Família Agrícola; Projeto Redescobrir (jornada ampliada); Bola da Vez (campeonatos esportivos); Casa da Cultura; Comunicação (rádio comunitária; TV Valente; jornal informativo *Folha da APAEB*); Cursos de Formação em Políticas Públicas; CAIS (Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes); Apoio ao Fórum da Cidadania; Participação em Conselhos Municipais; Cursos sobre Crédito; Apoio a Associações; Reuniões nas Comunidades; Intercâmbios; Visitas; Programas de Desenvolvimento Sustentável nas Comunidades; Assistência ao Funcionário; Alfabetização; Clube Social; Casa Própria; Convênios; Educação Ambiental; Turismo Rural.

Para se ter uma noção da escala de atuação e impacto gerado pela APAEB, somente a Fábrica de Tapetes e Carpetes de Sisal foi responsável pela geração de 677 empregos diretos, que somados aos 198 funcionários das outras áreas da APAEB chega-se a 875 funcionários em 2005. Considerando os prestadores de serviços e estagiários a instituição empregou 918 pessoas ao longo do ano (APAEB, 2006).

Já dados anteriores revelam que o Laticínio Dacabra já chegou a comprar 14 mil litros de leite caprino por mês. A ação da APAEB com o curtume conseguiu subir o preço da pele caprina e ovina de R\$ 1,5 (fev/1999) para R\$ 9,00 (dez/2002) e R\$ 2,5 (fev/1999)

para R\$ 11,00 (dez/2002), respectivamente. O posto de vendas disponibiliza mais de 14 mil itens à população local, que na década de oitenta tinha dificuldade de adquirir mercadorias básicas como óleo e açúcar. Já houve períodos em que a APAEB com o programa de reflorestamento distribuiu mais de trinta mil mudas de plantas forrageiras e frutíferas no ano, pagou R\$ 2,8 milhões em salários; teve R\$ 1,3 milhão pagos por serviços prestados e R\$ 4 milhões em matéria-prima comprada dos agricultores (APAEB, 2001 e 2002).

Dos 54 municípios da região sisaleira da Bahia, a APAEB está presente através das suas ações, em menor e maior grau de atuação, em 19, mas com forte presença no município de Valente. A associação tem sido reconhecida nacionalmente e internacionalmente como uma experiência inovadora de combate à pobreza rural, tendo ganhado inúmeros prêmios (FGV, CEPAL, SESI, ABRINQ, Schwab, BN, GDN, Katinz, dentre outros).

“Se a gente sair do sistema (capitalismo) vai ficar isolado, temos que aproveitar o sistema, mas defender o socialismo, porque eu acho que quando estamos fazendo um trabalho aqui estamos pensando no coletivo, porque a luta é para socializar a produção e os benefícios”.

Sr. Reinaldo, sócio-fundador da APAEB, comunidade da Barriguda.

4. UM ESFORÇO DE ANÁLISE SISTÊMICO SOBRE O ASSOCIATIVISMO DA APAEB

A seção anterior de longe conseguiu esgotar a descrição da origem, atividades e objetivos da APAEB. Todavia, mesmo que sintética, procurou-se dar a dimensão da pluralidade de ações e escala de atuação da associação – importante para análise que se faz na próxima seção – e ressaltar que a ação da APAEB permeia a construção de estratégias e disputas no nível local, nacional e global, conforme presente na tentativa de mapeamento da Figura 1 em Anexo.

Este mapeamento permite pensar os seguintes aspectos:

- (a) Numa análise sobre os impactos positivos e negativos que o associativismo pode estar gerando em termos de redução das desigualdades políticas e econômicas, **é preciso levar em conta todos os atores e instituições que se relacionam com a associação**, em todos os níveis de interação, de forma a avaliar, interação a

interação, quem são os ganhadores e perdedores, e a magnitude das perdas e ganhos.

- (b) Em geral, o que se observa é que os estudos sobre associativismo tendem a ter uma visão restrita sobre as relações que podem existir entre uma associação e outros atores e instituições, quando limitam a investigar a interação da associação somente em relação ao Mercado ou Estado (políticas públicas). A Figura 1 foi uma tentativa de extrapolar esta visão.
- (c) Outra dimensão importante é pensar que podem existir **heterogeneidades internas** à própria associação. A avaliação da desigualdade não deve ser feita apenas em perspectiva relacional entre associados e não-associados, mas também internamente porque podem existir situações em que associados ganham e perdem e em intensidades distintas.
- (d) Cabe em decorrência do item anterior uma observação sobre igualdade e representação política. O fato de a associação ter representantes e conselhos elegíveis a partir dos votos dos associados não significa que as lideranças e conselhos representam o interesse geral de todos os associados. O “**mito da base**” (SUAUD, 1984) revela que normalmente, quanto mais numerosa a organização política e mais organizada e ou mais burocratizada, mais instâncias de poder vão existir entre a base e a representação. Até que uma reivindicação da base chegue às instâncias superiores vários foram os processos de filtragem e tradução da informação, que em termos de trabalho político são inevitáveis. Não se trata aqui de criticar a validade de tais processos e da constituição de uma identidade política forte a partir de uma base numerosa. O processo de filtragem e de tradução é próprio do trabalho político e é notório que o número de filiados é importante para fortalecer o movimento. A ressalva é que pode haver uma disputa pelas demandas consideradas como do grupo entre os interesses da base e os interesses das representações políticas. Não é a toa que um dos poderes simbólicos almejados pelos dirigentes é o de poder impor sua idéia ao grupo e de até ter a possibilidade de impor idéias que venham a defender seus próprios interesses. É comum ainda a situação de que as pessoas mais destituídas político e economicamente serem justamente aquelas que mais vão confiar e delegar para as lideranças e com isso retifica-se a dominação.
- (e) Há também o “**dilema da representação**”: o dirigente para o exercício da representação tem que dedicar grande parte do seu tempo a atividade política e

com isso distancia-se da base. Numa caracterização dos dirigentes camponeses da França retratados in MARESCA (1983), observou-se que os dirigentes foram se distanciando cada vez mais do *modus* de vida baseado na agricultura, característica preponderante da maior parte dos integrantes da base à medida que parte substancial do seu tempo passou a ser dedicada à atividade política (“a agricultura com distância”). O dilema reside então entender afinal o quê e quem este dirigente está representando.

- (f) No caso da APAEB, uma análise do “mito da base” e do “dilema da representação” tem a agravante de que a associação apesar de possuir cerca de 620 associados convive ainda com o **pouco engajamento** dos mesmos, além de existir **baixa renovação das lideranças**, especialmente do diretor executivo da associação, embora se perceba esforços no Estatuto da APAEB para estimular a renovação da diretoria, pois determina um percentual mínimo de 1/3 de renovação a cada triênio, o que representa três novos membros no Conselho Administrativo e um novo no Conselho Fiscal. A saber, a diretoria eleita para o triênio de 2005 a 2008 se deu com a presença de 215 sócios (APAEB, 2005).
- (g) Para efeitos de análise, a constituição de um grupo social é resultado de um processo de construção política para dentro e para fora dele, o que implica entender as dimensões da relação entre **ação coletiva e identidade, o papel da imprensa e relação com as políticas públicas**. Um processo de construção interna significa obter a partir da diversidade de interesses dos diferentes atores políticos que constituem o grupo um senso comum, ou seja, um conjunto de interesses que podem ser apresentados como interesses do grupo. As diferentes categorias políticas disputam entre si para que a sua identidade tenha maior peso na construção da identidade do grupo. Esse processo de construção não deixa de ser uma forma de ação coletiva conforme apresentada por CLAUS OFFE (1984). Os interesses do grupo ao mesmo tempo em que são interesses de cada membro que o constituem também não o são, porque tais interesses são na prática o resultado de um trabalho de construção política. Destaca-se que quanto maior o grupo maior a chance de existir diversidade interna, o que pode impor desafios ainda maiores para a sua coesão, todavia, o desafio da associação não é apenas a mobilização, mas justamente a convivência com a diversidade e em saber produzir a partir dela consensos. Em relação à construção do movimento para fora é discutido sobre as implicações do uso da imprensa para o seu reconhecimento e

a relação entre os grupos sociais e as políticas públicas. Atualmente, com a expansão dos meios de comunicação e a dimensão que a mídia ganhou para a vida das pessoas, a forma de fazer intervenção social mudou. Os movimentos foram obrigados a aprender a falar para a mídia. O acesso à imprensa não deixa de ser entendido como uma forma de acesso a aparelhos de poder, quando os instrumentos de expressão de opinião são monopólio de apenas alguns. A presença de um grupo na mídia pode ser positiva para o fortalecimento da sua identidade e na reivindicação de suas demandas. A mídia pode ser usada para o reconhecimento e legitimação do grupo pela sociedade e pelo Estado, enfim usada na sensibilização da opinião pública. O problema é que a mídia não é neutra, ela é também um dos atores da luta política. Somando o fato de que a luta política é um processo de construção e desconstrução de crenças, logo, mesmo que a mídia fale em nome do grupo ou pelo grupo é preciso constantemente interrogar a veracidade desta fala.

- (h) No caso específico da APAEB, o que se observa é que o setor de Comunicação tem sido positivo para democratizar a voz dos atores. A rádio e TV são usadas pela população, por exemplo, para fazer denúncias cobrando responsabilidades dos governantes na administração das políticas públicas. Também existem debates em torno do tema da cidadania, sempre estimulando a população a participar da vida pública. Por outro lado, à medida que a APAEB detém importantes instrumentos de comunicação, estes podem estar sendo usados para difundir uma **dominação simbólica “presente nas entrelinhas”**. Questiona-se aqui a imagem que recentemente a APAEB começou a difundir como sendo uma “portadora de voz” da região sisaleira. É interessante observar que inclusive o seu nome muda de Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente para Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. Uma primeira crítica a ser feita é sobre quem legitimou a APAEB como portadora dessa representação, ela própria ou os demais movimentos da região? Em segundo lugar, a região sisaleira é demasiadamente grande, conta com 54 municípios, para se fazer acreditar que todos os movimentos sociais da região tenham elegido a APAEB como sua representante. Não se observa, por exemplo, a criação de um Fórum Regional para esse fim. Em terceiro lugar, dada a baixa participação dos próprios sócios da APAEB, mesmo que esse auto-

reconhecimento tenha sido um tema debatido entre eles, ainda assim esta escolha seria pouco representativa do grupo⁵.

- (i) Tais comentários são importantes porque na perspectiva de reconhecer os variados atores e instituições sociais que podem existir no *campus* da promoção de desenvolvimento local da APAEB, tal como feito na Figura 1, o que está em jogo é **o reconhecimento destes vários atores como também beneficiários das políticas públicas**. É notável o impacto positivo que a APAEB tem promovido na região, todavia, a imagem da região sisaleira da Bahia não pode ser associada apenas a APAEB, existem muitos outros atores e instituições, mais organizados e menos organizados, que também devem ser beneficiados pelas políticas públicas. A construção de uma identidade territorial da região sisaleira a partir da APAEB e em torno da APAEB não deve ser um fato a passar despercebido, pelo contrário, pode representar-se em si um jogo político e econômico de dominação da APAEB sobre os demais atores e instituições na disputa por recursos.
- (j) Finalmente um rápido comentário, conforme já assinalado anteriormente: seria importante avançar as pesquisas em entender **a influência das organizações não-governamentais na região**. A mudança de nome da APAEB também incorporou as dimensões da *solidariedade* e do *desenvolvimento sustentável*. Uma hipótese levantada é que tal mudança seria resultado da influência das Ongs. Não que a APAEB não tivesse anteriormente suas ações norteadas por estes princípios, mas os mesmos não eram explícitos. Tal incorporação pode ser interpretada como uma estratégia da APAEB de acessar os recursos que as Ongs disponibilizam em suas linhas de financiamento a partir dessas noções: desenvolvimento sustentável e solidário⁶.

⁵ O Boletim informativo Folha do Sisal, que possui uma tiragem de 4.000 exemplares distribuídos localmente e para todo o Brasil e o exterior, pode ser um instrumento que ajuda na consolidação desta imagem ou democratiza a voz dos variados atores e instituições da região, dependendo do objetivo que se propõe. O mesmo é válido para a Folha da APAEB, com tiragem de 1.000 exemplares distribuídos na cidade e com edição semanal.

⁶ Acompanhando as edições do Jornal Folha do Sisal desde o início da APAEB, observa-se que a sua principal identidade trabalhada até então era a de garantir a fixação do homem do campo no semi-árido nordestino, com a promoção da melhoria de sua qualidade de vida e que pode ser percebida pelo lema da associação: *o sertão tem tudo que se precisa. Se faltar a gente inventa*. Sustenta-se a hipótese de que a proximidade com a Fundação Kellog e mesmo de outras Ongs, que trabalham com estes dois conceitos, tenham influenciado tal “mudança” de identidade.

5. ASSOCIATIVISMO, DESIGUALDADES E DEMOCRACIA

Do ponto de vista de se analisar se a APAEB tem promovido a redução da pobreza e das desigualdades econômicas depois de todos os comentários acima, se tem que a seção 3 deste trabalho tornou clara a diversidade de ações promovidas pela associação e a sua escala de atuação. Um fato que é dado independentemente da APAEB estar privilegiando ou não seus associados, é que sua atuação consegue intervir no mercado, ou seja, quando a APAEB reverte uma situação de declínio do preço do sisal ou valoriza o preço da pele caprina, todos os agricultores tornam-se beneficiários da sua ação, sejam ele associados ou não. Em segundo lugar, mesmo que a atuação da APAEB se desse na perspectiva de obter monopólio dos investimentos na região sisaleira, ainda assim, a APAEB teria contribuído ao resgatar uma região que por décadas vinha sendo esquecida por parte das políticas públicas. A notoriedade e reconhecimento que a APAEB adquire é positivo para o próprio resgate da região sisaleira, e isso beneficia todos os atores e instituições do território quando este volta a receber investimentos. A capacidade que a APAEB tem em reduzir as desigualdades será tanto maior quanto maior for a capacidade de garantir que os demais atores e instituições tenham iguais condições de concorrer pelos recursos.

No caso de se avaliar se a APAEB tem feito jus aos princípios solidários que ela se propõe, um novo trabalho de campo precisaria ser feito para dar conta de responder se a atuação da APAEB tem sido opressora para a atuação dos demais atores e instituições. Todavia, sob uma outra perspectiva de análise da coerência da APAEB em torno dos princípios solidários, pode-se dizer que conforme apontado in SPERANZA (2007), a forte liderança do diretor executivo da APAEB e da sua família, guarda relações com a origem da constituição das Comunidades Eclesiais de Base na região. Sustenta-se que são os valores de justiça e equidade passados pelas CEBs que explicam porquê Ismael Ferreira e sua família optam por lutar contra a dominação política e econômica na região em prol de um benefício para toda a comunidade, ao invés de realizar uma apropriação privada.

O que se observa é que existe uma preocupação da APAEB em promover uma melhoria na qualidade de vida para todos na região, mas o risco que se corre é da APAEB monopolizar os variados recursos simbólicos, políticos e econômicos se passar a acreditar que somente ela é capaz desse desafio. O impacto da APAEB em reduzir as desigualdades econômicas e políticas é tanto maior quanto maior ela tiver capacidade de compreender que o poder deve ser compartilhado. Nesse sentido, para além do que a APAEB já faz de estimular a participação social da comunidade, a cidadania e o voto

consciente, ela deve estimular a democracia nos diferentes espaços de concertação social, aonde efetivamente as decisões vêm sendo tomadas: conselhos sociais, fóruns, sindicatos, entidades de classe. Embora não se possa afirmar, pois na época do trabalho de campo estas questões não eram pertinentes e não foram observadas, existem indícios de que a APAEB exerce alguma dominação nestes espaços⁷.

A imagem diagnosticada que a população nas ruas do município de Valente têm da APAEB é que a região é outra depois da APAEB. Entre os associados, o Ismael (diretor executivo) é muitas vezes visto como herói, indispensável e insubstituível para a vida da associação. É fato que ele tem um grande capital social, mas, mais uma vez, a capacidade da APAEB reduzir as desigualdades políticas e sociais na região decorre da capacidade de fazer com que mais pessoas tenham acesso aos capitais e oportunidades que ele teve.

Finalmente, apenas como breve comentário, percebe-se que a APAEB é uma grande inovação social que ainda não está claro nem para ela mesma qual é o tipo de identidade desta inovação. Ao mesmo tempo em que tem que se inserir no mercado de forma competitiva ela desenvolve iniciativas de promoção do desenvolvimento social com os recursos que obtém de suas atividades produtivas. A criação de uma fundação para abranger os projetos sociais da APAEB, separando-os da fábrica é uma questão que está em debate. Entender qual a identidade da APAEB tornar-se-á ainda mais complexo se o diretor executivo da APAEB vir um dia ganhar as eleições municipais. Em 2004, Ismael candidatou-se e perdeu por apenas 0,7%.

6. CONCLUSÃO

O presente ensaio, mais do que trazer respostas teve o objetivo de problematizar questões a partir do estudo da experiência da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. A partir desta experiência é proposto que tais questões sejam capazes de gerar uma agenda de pesquisa sobre o associativismo rural. Um bom começo seria dar continuidade à exploração das observações aqui iniciadas e partindo do pressuposto de que não só vínculos solidários podem existir a partir do

⁷ TEIXEIRA (2001) aponta que: *“A crítica de muitas organizações à APAEB é de que esta entidade tenta desqualificá-las, assumindo o protagonismo das ações, auto-promovendo-se, sem reconhecer os créditos das outras. Na expressão de um dos dirigentes de outra organização, “...no seu projeto parece não ter lugar para outras entidades; os outros grupos são utilizados como meios”. São percepções que se entrecruzam, não se explicitando abertamente, gerando desconfianças e desestímulo, se não são objeto de uma reflexão crítica sobre as diferenças, atingindo sobretudo o próprio “Movimento Cidadania”, instrumento desta articulação”* (pág 180).

associativismo, como também concorrência e competição. Metodologicamente, a noção de *campus* de Bourdieu é extremamente útil para interrogar se as relações de dominação se reproduzem no interior do *campus*⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAEB. *Relatório de Anual*, 2001 e 2002.

_____. Folha da APAEB. Edição 316, 30 de Dezembro de 2006.

_____. Folha da APAEB. Edição 279 - 30 de Julho de 2005.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo in *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002a, pp.59-74.

_____. Espaço social e gênese das classes in *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002b, pp.133-161.

FLORES, Margarita; RELLO, Fernando. Capital social: virtude y limitaciones in ATRIA, Raúl *et. al. Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*. Santiago del Chile: CEPAL, 2003.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 18, nº 53, pp.131-180.

⁸ Embora não trabalhada, vale destacar que a literatura sobre capital social sistematizada pela CEPAL (2003) reconhece que “*la mayoría de los estudios suponen que el capital social genera resultados socialmente positivos y que éstos se distribuyen equitativamente entre los miembros de las organizaciones rural, lo que frecuentemente no es cierto (...) Asimismo, es frecuente encontrar en las organizaciones rurales grupos de poder que mantienen un dominio sobre ellas y concentran en sus manos una gran parte de los beneficios, a costa de la mayoría. No sólo aludimos al cacicazgo tradicional, sino también al nuevo poder que brinda el control de la dirección de las empresas productivas campesinas. Existen muy pocas investigaciones sobre las estructuras de gobernación internas de las organizaciones rural*” (pág 211-212).

MAGALHÃES, Reginaldo; ABRAMOVAY, Ricardo. *A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia*. Versão mimeo (2007). Artigo submetido à revista científica em fase de apreciação.

MARESCA, Sylvain. "Propriétés sociales des dirigeants agricoles" in *Les dirigeants paysans*. Paris: Minuit, 1983, pp.29-50.

OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

SPERANZA, Juliana. O papel da História para a compreensão de experiências "exemplares" de combate à pobreza. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS)*. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

SUAUD, Charles. "Le mythe de la base: les états généraux du développement agricole et la production du parole paysanne" in *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 52/53, 1984, pp.56-79.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

FIGURA 1: MAPA DOS ATORES E INSTITUIÇÕES POR NÍVEL DE ATUAÇÃO

<p>APAEB</p>	<p>Esfera local</p>	<p>Esfera regional</p>	<p>Esfera nacional</p>	<p>Esfera global</p>
<p>Associados mais organizados</p>	<p>Prefeita</p>	<p>Governos do estado</p>	<p>Governo federal</p>	
	<p>Câmara de vereadores</p>	<p>Deputados</p>	<p>Conselhos sociais</p>	
	<p>Conselhos sociais</p>	<p>Conselhos sociais</p>	<p>Deputados</p>	
	<p>Fórum Municipal</p>	<p>Fórum Estadual</p>	<p>Senadores</p>	
	<p>Sindicatos</p>	<p>Consórcios Municipais</p>	<p>Fórum Nacional</p>	
	<p>Cooperativas</p>	<p>Câmaras regionais</p>	<p>Câmaras setoriais (ex:</p>	
	<p>Associações</p>	<p>Sindicatos</p>	<p>CAMEX)</p>	<p>Bancos Bilaterais e</p>
	<p>Outras entidades de classe</p>	<p>Cooperativas</p>	<p>Sindicatos</p>	<p>Multilaterais</p>
	<p>Ongs</p>	<p>Associações</p>	<p>Cooperativas</p>	<p>Movimentos sociais</p>
	<p>Igrejas</p>	<p>Outras entidades de classe</p>	<p>Associações</p>	<p>globais (ex:</p>
	<p>Movimentos sociais</p>	<p>Ongs</p>	<p>Outras entidades de classe</p>	<p>antiglobalização)</p>
	<p>Clubes</p>	<p>Igreja</p>	<p>Ongs</p>	<p>ONU</p>
	<p>Grupos culturais</p>	<p>Movimentos Sociais</p>	<p>Igreja</p>	<p>FAO</p>
	<p>Agricultores familiares</p>	<p>Clubes</p>	<p>Movimentos Sociais</p>	<p>Negociações</p>
	<p>Produtores rurais</p>	<p>Grupos culturais</p>	<p>Clubes</p>	<p>comerciais</p>
	<p>Trabalhadores não-agrícolas</p>	<p>Agricultores familiares</p>	<p>Grupos culturais</p>	<p>internacionais</p>
	<p>Consumidores</p>	<p>Produtores rurais</p>	<p>Agricultores familiares</p>	<p>Mercados comuns</p>
	<p>Atravessadores</p>	<p>Trabalhadores não-agrícolas</p>	<p>Produtores rurais</p>	
	<p>Rádio, TV e Jornal</p>	<p>Consumidores</p>	<p>Trabalhadores não-agrícolas</p>	
	<p>Comunitário</p>	<p>Atravessadores</p>	<p>Consumidores</p>	
		<p>Rádio, TV e Jornal</p>	<p>Atravessadores</p>	
		<p>Comunitário</p>	<p>Rádio, TV e Jornal</p>	
		<p>Agências de</p>		

	Bancos e cooperativas de crédito	Desenvolvimento (BN, EMBRAPA, EMATER) SEBRAE Bancos e cooperativas de crédito	Comunitário Agências de Desenvolvimento (BNDES) Bancos e cooperativas de crédito	
--	----------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	--

DE LUGARES SIMBÓLICOS A ESPAÇOS DE TROCA: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Thauana Paiva de Souza Gomes (Graduada em Ciências Sociais e Pesquisadora do Nupedor/Unesp/Uniara) E-mail: thauanap@gmail.com

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (Coordenadora do PPG Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Uniara) E-mail: mestrado@uniara.com.br

RESUMO

O referido trabalho tem como proposta analisar a sociabilidade nos assentamentos da região de Araraquara, buscando discutir os aspectos da vida cotidiana que interferem nas relações simbólicas desta população formada por atores de diferentes regiões que agora compõem um mosaico de relações políticas, econômicas e sociais. Forma-se uma teia de tensões que vão além do espaço circundado pelos assentamentos e revelam imbricações entre o local-regional. Desta forma, a sociabilidade tem se feito objeto de estudo para compreender estas tensões e direcionar as políticas públicas para os assentamentos regionais. Dentro desta discussão destacamos a importância de associações religiosas, trocas entre vizinhos, formas de cooperação, importância da educação nos assentamentos como formas de resistência e perspectivas futuras na Reforma Agrária.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto das pesquisas desenvolvidas pelo NUPEDOR, Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural os quais contam com o apoio do CNPq ao projeto “Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, acomodação e resistência”, que há 21 anos acompanha os assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre em Araraquara.

Este trabalho tem a proposta de discutir alguns pontos da vida cotidiana que interferem nas relações simbólicas e envolvem a relação dos assentados com o futuro na Reforma Agrária. Melhor explicado, os anseios dos assentados em relação à vida

cotidiana tem se feito presente em nossas pesquisas e podem ser discutidos sobre a ótica da sociabilidade.

De maneira geral, percebemos que o processo de sociabilidade tem tomado novos rumos e tem provocado interferências nas relações dos jovens e de toda comunidade do assentamento por conta de conflitos/frustrações com os órgãos gestores, a falta de políticas públicas eficientes/ efetivas e ainda a ambigüidade dos valores rural-urbano, intensificada pelos meios de comunicação de massa. É o intenso contato com a cidade que permite aos assentados terem uma vida cada vez mais “urbanizada”, hipótese que discutiremos ao longo do trabalho.

Os assentamentos pesquisados, Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, foram constituídos há aproximadamente 21 e 18 anos respectivamente na região de Araraquara, tendo características diferentes na sua formação, mas que acabaram passando por transformações comuns, tais como a constituição da população interna de diferentes regiões e o recente processo de inserção de projetos agroindustriais. Nosso objetivo mais específico é pontuar, a partir das análises da sociabilidade, as reivindicações e exigências destes trabalhadores rurais frente ao poder público para que este apresente ou construa, em conjunto com a comunidade, alternativas de permanência para a população e para seus filhos nas experiências de assentamentos rurais. Destacando ainda a importância dos valores de solidariedade, reciprocidade e cooperação que ocorrem nos espaços de trocas subjetivas como forma de resistência na terra.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Temos nos concentrado na temática da sociabilidade desde 2003 pesquisando a importância das festas Juninas nos assentamentos e a partir do projeto “Poder local e assentamentos rurais: expressões de conflito, acomodação e resistência”, pudemos concluir a pesquisa inicial e englobar aspectos mais gerais sobre a temática.

Os assentamentos analisados se encontram numa região conhecida como cinturão verde paulista devido à alta concentração agroindustrial da cana e laranja. A trajetória da constituição do assentamento Bela Vista foi reflexo do poderio de grandes empresas rurais da região, já que o mesmo se constitui em terras da antiga usina Tamoio. Os empregados rurais junto ao Sindicato passaram a mobilizar-se para que as terras

fossem distribuídas como restituição das dívidas trabalhistas após a falência da usina (Gomes, 2005).

Atualmente, o assentamento Bela Vista do Chibarro possui em torno de 160 lotes, com um número superior de famílias que aumentou devido à agregação de famílias às já existentes, a casamentos entre assentados e ida de outras pessoas para estas áreas.

Já a Fazenda Monte Alegre possui em torno de 416 famílias, algumas deixaram os lotes outras se estabeleceram. Outras ainda, se instalaram nas agrovilas com a esperança de conseguir um lote, número difícil de computar já que muitos lotes vendidos ainda estão com o cadastro daquelas pessoas que deixaram o assentamento. Vale lembrar igualmente que este número de famílias aumentou pelo mesmo motivo do assentamento Belo Vista: agregação de parentes às famílias assentadas, como filhos, tios, cunhados, dentre outros.

PERSPECTIVA ANALÍTICA ADOTADA

Nestes assentamentos percebemos duas etapas bastante importantes na construção da sociabilidade local: a primeira relacionada com o processo de luta pela terra nos acampamentos e a segunda diz respeito aos assentamentos já constituídos.

Para melhor entendimento da sociabilidade nestes assentamentos, lançamos mão do entendimento que o sociólogo Durkheim sinalizava em suas obras a respeito do homem em sociedade. Na sua tese de doutorado *“Da divisão do trabalho social”* o tema central discutido é a relação entre o ser e a coletividade, para ele a solidariedade é analisada como forma de entendimento dos acontecimentos sociais, categoricamente dos fatos sociais ¹. Assim ao aduzir que membros de uma mesma coletividade se assemelham porque têm os mesmos sentimentos, os mesmos valores, reconhecem os mesmos objetos como sagrados, ele passa a reafirmar a coletividade entre os indivíduos (DURKHEIM, 1983).

A partir do entendimento da solidariedade o pesquisador mostra como a consciência coletiva só existe em virtude dos sentimentos e crenças presentes nas consciências individuais, ou melhor, a consciência coletiva é o conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade. Que está ligada com a

¹ Para Durkheim os fatos sociais são tudo aquilo que é exterior ao indivíduo e ao mesmo tempo age de forma coercitiva aos mesmos.

memória social do grupo, Halbwachs (1990) no livro *Memória Coletiva*, afirma que para as memórias entrarem em contato, se compreenderem e se confirmarem é preciso que mutuamente as lembranças do passado de vida comum esqueçam as barreiras que as separam do presente.

Desta forma, para a consciência coletiva ter sentido na sociedade, são imprescindíveis que hajam entre os membros da coletividade, vínculos e impulsos e propósitos ligados aos conteúdos e interesses materiais ou individuais de cada um, criando certa satisfação e vida própria.

Para discutir o vínculo e a satisfação que este processo oferece aos participantes, George Simmel (1997) reconhece o fenômeno como sendo a sociabilidade. Para ele a sociabilidade é exatamente o conjunto dos conteúdos específicos, das associações entre os membros que proporcionará uma satisfação, que não pode ser individual, mas sim coletiva, tendo como objetivo último, dar aos outros e receber deles prazer.

A autora Ferrante (1999) em uma edição da revista *Retratos de assentamentos* nos mostra que a reconstrução da memória coletiva dos bóias-frias, antes esfacelado pelo trabalho e vida árdua, na situação de assentamentos, passa a ser pautada por práticas de solidariedade, sociabilidade própria de uma comunidade camponesa.

A sociabilidade se inicia nos acampamentos, mesmo os de curta duração, pois está extremamente ligada às formas como as relações sociais se dão e acontecem com os indivíduos e os outros do grupo social, podendo ser de identificação ou mesmo estranhamento (Simmel, 1997).

Podemos relacionar ainda com a necessidade percebida nos assentamentos de troca e reciprocidade, no que diz respeito às relações mais íntimas entre os participantes da sociedade, seja entre vizinhos ou mesmo entre parentes que trocam favores. A troca de favores se faz pelas necessidades materiais e simbólicas que caracterizam o próprio grupo social; dar um alimento ao vizinho é ao mesmo tempo reciprocidade e garantia de doação no futuro. Em sentido mais amplo significa esperar a retribuição pelo ato solidário.

A questão da reciprocidade de dar, receber e retribuir é, para o antropólogo Marcel Mauss (1970), um sistema de direitos pelos quais se cria um regime social e todas as coisas trocadas são transmissão de entrega, tudo se passa como se houvesse uma troca constante de uma matéria espiritual, compreendendo coisas e homens, entre grupo e os indivíduos, repartidos entre as classes, os sexos e as gerações.

Nos assentamentos, as formas de troca deste sistema social, simbólicas ou materiais, irão influenciar a própria permanência dos indivíduos nos projetos de Reforma Agrária. No quadro abaixo sobre a ocorrência de trocas nos assentamentos, percebemos o peso que elas possuem:

Quadro 1 – Ocorrência de trocas.

Ocorrem trocas entre vizinhos	Sim	Não	Outros
Bela Vista	11(68,75%)	05(31,25%)	
Monte Alegre	28(62,45%)	17(37,9%)	

No assentamento Bela Vista, das 25 famílias entrevistadas 68% delas confirmaram existir algum tipo de troca, já no assentamento Monte Alegre existe uma porcentagem maior dos que dizem não haver trocas, mas ainda 62% salientam que as trocas são feitas entre os assentados. Curiosamente, durante os questionários alguns entrevistados que afirmavam não fazer trocas com os vizinhos, afirmavam durante as perguntas que geralmente trocavam algum tipo de produto com um parente ou amigo assentado, o que nos indica a importância deste tipo de contatos. Desta forma percebemos que a sociabilidade neste local parece conter características únicas que somente têm contexto se os indivíduos estiverem ligados de alguma forma entre si (GOMES, 2006).

DE LUGARES SIMBÓLICOS AOS CONTATOS AFETIVOS:

- As festas.

Pesquisar os espaços onde a sociabilidade acontece é de vital importância para desvendarmos o mosaico de formações conflituosas dos assentamentos, pois entendemos que estudos do local perpassam questões globais, como destaca Bourdieu (1996) em seus trabalhos o pesquisador mais modesto objetiva apreender estruturas e mecanismos que possam ser aplicados a outros mundos sociais, realidades cotidianas², diferentemente daqueles que têm a pretensão de validade universal e se perdem no caminho.

² Destacamos que nesta análise as realidades históricas são respeitadas e levadas em conta neste processo.

As relações da vida cotidiana que envolvem conflitos, contradições e resistência, são aspectos que podemos perceber como fundamentais na composição dos modos de vida dos assentamentos. Como, por exemplo, a realização das festas Juninas que retomam em um ciclo anual renovando valores de solidariedade, reciprocidade e cooperação.

As festas fazem parte da composição cotidiana, uma vez que através delas o homem pode se expressar aos deuses e às divindades ou ainda atribuir à natureza e aos seus fenômenos objetividade. A importância que estas manifestações representam na vida cotidiana das pessoas são os próprios laços afetivos da comunidade, justamente porque são nestas manifestações que estes laços se revigoram e renovam-se (GOMES, 2003).

É importante destacar ainda que as festas estão ligadas à relação do homem com o tempo e espaço, o que significa atribuir ordem aos momentos de manifestação da natureza, tais como: colheita, época de chuva ou seca. Jesus Martín Barbero (1982) aponta esta relação, nas sociedades tradicionais, entre festa e temporalidade social: “as festas todas as vezes que retornam simbolizam a temporalidade social” culminando ainda na temporalidade social, melhor dizendo, o que implica numa concepção de tempo cíclico e na idéia do eterno retorno. Além de cíclico o tempo é denso, pois é carregado de tempo vivido e experienciado pelo grupo.

O que significa dizer que “a festa sintetiza a totalidade da vida de cada comunidade, a sua organização econômica e suas estruturas culturais, as suas relações políticas e as propostas de mudança” (Canclini, 1982, p.66). Igualmente, representa a forma de expressão da socialização e da sociabilidade entre as pessoas e ainda a manutenção da qualidade de vida da comunidade envolvida, ou seja, através das comemorações coletivas se revela aos mais novos a experiência do passado transmitindo o conhecimento dos mais velhos para os mais jovens, transformando as experiências coletivas em vida cotidiana o que significa que os homens “nas sociedades tradicionais vivem da lembrança de uma festa e da expectativa da próxima” (Burke, 1989, p.203), resultando na troca permanente entre velho e novo.

Na atualização do perfil dos assentados promovida pelo Nupedor em 2005/2006, através de questionários com cerca de 10% da população dos assentamentos, podemos

salientar melhor a importância das festas no cotidiano dos assentamentos pesquisados. A ocorrência das festas é atendida pela maioria dos assentados:

Quadro 2 - Ocorrência das festas

Existem festas em que toda comunidade participa?	Sim	Não
Bela Vista	14(87,5%)	02(12,5%)
Monte Alegre	26(58%)	19(42,4%)

O quadro acima indica que as festas são mais presentes no Bela Vista que no assentamento Monte Alegre, no primeiro cerca de 87% dos entrevistados confirmaram a ocorrência de festas e, no segundo, apenas 58%. Isto ocorre devido à concentração dos moradores do Bela Vista na Agrovila, o que permite uma maior proximidade e contatos entre os membros, facilitando a organização das festas.

Ainda em anotações de campo:

“Ela mais algumas mulheres e devotos da padroeira da Igreja promovem uma Festa Junina no dia 30 de junho para arrecadar dinheiro para pagar as despesas da paróquia. Ela ainda enfatizou que este é um grupo carismático que se junta em um mutirão para arrecadar pipoca, e outros produtos. Também nos informou que eles vendem cerveja, mas que ela não se sente feliz com isso pelo fato das pessoas ficarem bêbadas e arrumarem encrenca (...) os produtos doados para promoção da festa são: cachorro quente, churrasco, batatinha, leitão assado, frango assado. Segundo M. o pessoal de Motuca ajudou bastante e inclusive agora eles iram fazer um almoço no assentamento. Tanto Dona M. quanto as filhas de R. disseram que esta festa trás gente de todo assentamento, inclusive pessoas de fora. Proporcionando o afloramento de namoros e contato mais festivo da comunidade. A Mt. filha mais velha de R. conheceu seu namorado nesta festa” (Diário de campo 28/03/06).

. No caso destas festas trata-se ainda do dia dos santos de devoção, o dia em que a comunidade se movimenta: paga promessa e pede perdão. Aqui a “festa instaura uma transformação, não só na rotina da vida da sociedade local, como na própria vida de seus

participantes” (Brandão, 1978, p.49). É como se os comprometidos com a festa se tornassem um corpo único, que só possui valor na situação da festa e nos rituais que ela contém. Em sentido amplo

“investe-se um capital emocional em ocasiões festivas e nos dias de festivais especiais. Muitos dias de trabalhos e dieta escassa eram compensados pela expectativa (ou lembrança) dessas ocasiões, quando a comida e a bebida eram abundantes, floresciam os namoros e todo tipo de relação social e esquecia-se a dureza da vida” (Thompson, 1998, p.52).

A festa ocorreu durante 17 anos desde a fundação do assentamento Bela Vista, o envolvimento e a participação da comunidade sempre foram pré-requisitos para o acontecimento desta festividade. Toda população assentada se empenhava na promoção da festa. Os dias que em antecedem o evento são feitos mutirões para o recorte das bandeirinhas que serviram de adereços para decora o ambiente da festa, bem como a produção de alimentos que devem ser doados aos participantes. Este momento é certamente o mais esperado da festa já que “a comida tem nessa sociedade a função de aproximar as pessoas e que simboliza união entre elas e está atestado pelo esquema de reciprocidade próprio do mutirão” (ZALUAR, 1983, p. 75). Como podemos destacar em caderno de campo: “o que a gente tem que mostrar para o pessoal que vem de fora é que aqui ninguém passa fome, mas sim que é lugar de fartura” (Fala do coordenador do ensaio da quadrilha – junho de 2003).

No ano de 2005 e neste ano de 2007 o ciclo anual da festa Junina do Bela Vista foi interrompido por conta de conflitos internos e pelo desânimo de muitos assentados. Além destas divergências podemos destacar o problema do envelhecimento ou o falecimento de alguns organizadores antigos da Festa Junina, o que provocou um afastamento e uma despreocupação da população mais jovem em manter a relação com as tradições culturais do assentamento.

Em 2006 ela foi retomada, mas os organizadores cautelosos temiam que pudessem ocorrer brigas por conta de opiniões divergentes em relação aos vinculados às parcerias com a usina e os não plantadores. Vale lembrar, que em explorações etnográficas recentes percebemos que a oposição dos pontos de vistas foi diluída pelo fato do total de 160 lotes, apenas 13 não plantarem cana o que não exclui o histórico de

conflitos entre favoráveis às parcerias e não favoráveis, conflitos que têm acompanhado este assentamento. Temos ainda percebido novas formas de socialização e cooperação entre os plantadores de cana, vinculados ou não às parcerias.

Ainda este ano de 2007 acompanhamos um processo de confraternização entre alguns grupos de moradores que organizaram em suas casas festas Juninas.

-O esporte, as instâncias políticas e as lutas.

Em relação a outros espaços em que ocorrem a sociabilidade, destacamos o esporte como fator de aglutinação dos assentados. No quadro a seguir podemos observar a importância do esporte, mais especificamente, do futebol como troca simbólica entre os participantes:

Quadro 3 - Opções de lazer

Opções de lazer para os jovens	Futebol	Cidades próximas	Cachoeira/lazer interno	Não existe	Outros
Bela Vista	15(93,75%)	03(18,75%)	02(12,5%)		
Monte Alegre	15(33,45%)	08(17,8%)	07(15,6%)	18 (40%)	04(8,9%)

Neste quadro dos tipos de lazer apresentado, o futebol no Bela Vista apresenta cerca 93% das respostas, já no Monte Alegre, das atividades de lazer apresentadas, o futebol corresponde a 33%, um número bastante significativo comparado às cachoeiras 15,6% e busca às cidades mais próximas, 17,8%.³

A importância do futebol não se encontra apenas no contato efetivo entre os jogadores, mas representa principalmente o espaço de trocas de valores entre os mais velhos e os mais jovens, que compreendem a importância de viver em comunidade.

Em anotações de caderno de campo, temos: “em relação ao lazer para os jovens tem apenas um campinho de futebol, com vestiário para se divertirem” (fala de J. dia 02/05/06).

Ainda sobre o futebol destacamos anotações recolhidas na entrevista com Dona C.:

³ Destacamos que no quadro 3 a soma das categorias não é de 100% porque os entrevistados apresentavam mais de uma categoria em suas falas.

“Quando fiz a pergunta a respeito do lazer rapidamente ela se lembrou dos forrozinhos que ocorriam no clube, mas depois falou que acabou por causa dos bêbados. Ela acrescentou que gostaria que houvesse mais oportunidades de lazer porque as crianças só têm a quadra de futebol e os jovens quando tem carro vão para a cidade e os que ficam bebem, usam maconha ou tocam violão...” (Diário de campo abril de 2006).

Ainda sobre outros espaços destacamos instâncias de participação política e social como reuniões do Orçamento Participativo⁴ e os grupos religiosos. Nas instâncias políticas, a presença das mulheres tem se feito importante para o direcionamento das políticas públicas dos assentamentos. Vale lembrar que muitas prioridades votadas no O.P. não foram ainda realizadas, mas a grande parte das já realizadas foram propostas pelas mulheres. Como observado no quadro 4:

Quadro 4 prioridade do Orçamento Participativo

As prioridades votadas no OP foram conquistadas?	Sim	Não	Não tem O.P.	Não respondeu
Bela Vista	08(50%)	01(6,25%)		07(43,75%)
Monte Alegre	08(17,6%)	05(11,10%)	19(42,3%)	13(29%)

Percebemos segundo o quadro acima que nos lugares onde existe O.P. os entrevistados afirmaram ter conquistado as prioridades votadas em reuniões, ou seja, em números 50% no Bela Vista e 17,6% no Monte Alegre. É importante destacar ainda que das prioridades O.P a maioria conquistada foi por conta da mobilização das mulheres que votaram e levaram para o assentamento **as melhorias**.

Igualmente, a ampliação destes espaços como interlocutoras do poder público local tem permitido na prática, às mulheres assumirem características mais públicas e terem contatos mais intensos com as outras mulheres, permitindo chegar a um consenso sobre melhorias internas na qualidade de vida dos assentamentos. E ainda assumirem

⁴ Orçamento Participativo é uma instância onde as pessoas delegam as prioridades a serem investidas pelo Governo Municipal.

posições indispensáveis para a permanência na terra com seu trabalho extra domiciliar, servindo de complementação da renda familiar.

-Os jovens e a educação como meio de transmissão de práticas simbólicas

As mulheres juntamente com os jovens têm lutado por mais espaços comunitários de lazer, trabalho e educação, pois acreditam que a qualidade de vida perpassa estes aspectos e que o acesso aos mesmos não deve ser limitado aos meios urbanos.

Dentre as reivindicações mais comuns dos jovens encontramos a profissionalização, justamente pelas novas características educacionais do país, norteando a luta dos assentados por educação em todos os níveis e de qualidade e por novas perspectivas da vida cotidiana dos assentamentos.

Para melhor entendimento das condições educacionais das crianças e dos jovens nos assentamentos entrevistamos 62 pessoas residentes nos assentamentos pesquisados e foi possível observar que dos 100% dos que freqüentam escola (38 questionários), apenas 26,32% estudam no assentamento e 73,68% têm que se deslocar para as cidades mais próximas⁵. Como mostra o quadro abaixo:

Quadro 5 – Localização das escolas

Onde localiza a escola dos filhos	No assentamento	Matão	Motuca	Araraquara	Não freqüenta
Bela Vista	06(37,5%)			04(25%)	06(37,5%)
Monte Alegre	04(8,9%)	04(8,9%)	17(37,9%)	03(6,7%)	18(40%)

É possível constatar a partir desta análise que a permanência/ não-permanência dos jovens nos P.A está ligado a problemas de origem de assistência básica, já que estudar fora do assentamento pode representar perda de identidade local, pois o jovem deixa de se socializar e dividir o aprendizado com os seus semelhantes e passa a desenvolver um distanciamento com a realidade dos assentamentos, o que pode intensificar o choque de valores rurais-urbanos.

⁵ Nesta análise foi levado em conta 38 questionários que são daqueles entrevistados que disseram ter alguém da família na escola, um total de 100% entre os dois assentamentos analisados.

Esta realidade se faz mais presente por falta de políticas eficientes e efetivas que dêem conta das necessidades internas dos assentamentos. Existem ainda problemas de conotação econômica relacionados a famílias que não conseguem pagar o estudo profissionalizante de seus filhos e mantê-los no assentamento sem que os mesmos tenham que trabalhar para ajudar nas despesas.

Políticas simples e eficientes poderiam ajudar a reverter este processo de fuga dos jovens assentados, como a proposta de cursinho popular finalizada há 3 anos. Era um projeto viável e eficiente, mas que encontrou seu fim pela justificativa insólita da coordenadora dos Cursinhos populares da prefeitura de Araraquara, de que os números de aprovações não eram suficientes e a demanda era baixa.

Nos quadros a seguir poderemos observar a relação da importância dos cursinhos nos assentamentos e a necessidade dos mesmos:

Quadro 6- Lugar que freqüentou o cursinho⁶

Onde fez cursinho	Cidade	Assentamento
Bela Vista		02(12,5%)
Monte Alegre	01(2,2%)	07(15,6%)

Destacamos que de todas as pessoas que fizeram cursinho apenas uma fez na cidade e as outras 9 pessoas fizeram no assentamento, ou seja, do total de 10 pessoas que fizeram cursinho 10% apenas foi na cidade, salientando a importância dos projetos educacionais nos assentamentos.

A necessidade de qualificação dos filhos é ainda mais importante quando analisamos o nível de escolarização dos pais:

Quadro 7 – Nível de escolaridade do pai (beneficiário ou cônjuge).

Pai	Fundamental		Médio		Técnico		Superior		Analf.	Não soube/não tem
	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.		

⁶ Esta tabela leva em conta um total de 62 entrevistados, aparecendo apenas a porcentagem dos entrevistados que fizeram cursinho.

Bela Vista	01(6,25%)	08(50%)	04(25%)		01(6,25%)					02(12,5%)
Monte Alegre	06(13,4%)	21(46,8%)	04(8,9%)	01(2,2%)	01(2,2%)				08(17,8%)	04(8,9%)

Quadro 8 – Nível de escolaridade da mãe (beneficiária ou cônjuge).

Mãe	Fundamental		Médio		Técnico		Superior		Analf.	Não soube/não tem
	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.	Com.	Incom.		
Bela Vista	02(12,5%)	10(62,5%)	01(6,25%)							03(18,75%)
Monte Alegre	05(11,15%)	24(53,5%)	02(4,45%)	02(4,45%)	02(4,45%)		01(2,2%)	01(2,2%)	04(8,9%)	04(8,9%)

Em ambos os casos percebemos que a escolarização dos pais é muito baixa, de todos os entrevistados apenas 2,2% apresentaram curso superior. A vontade de escolarização dos filhos é muito forte já que carregam o estigma propagando durante muito tempo no senso comum de que o “trabalhador rural não precisa saber ler e escrever”.

Em um depoimento o entrevistado desabafa a situação comum dos jovens:

“Sobre o futuro nos assentamentos, acha que a Reforma Agrária deveria ser mais justa e digna, pois ela está cada vez pior, espera que seja melhor agora para que seus filhos possam ficar nela. Completou: “hoje graças a Deus nossos filhos estão voltando para o assentamento enquanto que os filhos das outras pessoas estão saindo”. (P. F. Rodrigues de 57 anos).

Uma jovem entrevistada também se refere à falta de oportunidade no assentamento:

“Entramos na questão de se viver no assentamento e a M. nos respondeu: “o único problema daqui é a falta de lazer e emprego, aqui

dentro se você quer trabalhar tem que ser no corte de cana ou na lavoura de laranja”. Disseram que para se fazer qualquer tipo de curso profissionalizante tem de ir para Araraquara. Para elas a vantagem de se viver no assentamento nas palavras de M,: “para quem gosta de sossego, aqui é bem sossegado! Mas falta oportunidade de emprego para os jovens dentro do assentamento”. Em relação ainda ao futuro do assentamento acrescentou: “queria que tivesse serviço para trabalhar aqui dentro, trabalhar com a terra, mais oportunidade de lazer” (Depoimento de M. Santos dia 28/05/06).

É importante destacar que os jovens fazem a opção de sair dos assentamentos não por não gostarem de viver nestes locais, mas porque as necessidades por eles clamadas não são correspondidas integralmente. O lazer, por exemplo, salientado por M. Santos é uma demanda comum a todas as pessoas, mas, em especial, dos jovens pois precisam se socializar para criarem identificação com o outro e encontrar estratégias norteadoras para o futuro. Quando isto não acontece a frustração passa a fazer parte do discurso da grande maioria dos jovens residentes no assentamento.

-Espaços importantes para a manutenção da Sociabilidade.

Alguns espaços originariamente são mantenedores dos laços afetivos, com espaços de culto religiosos. A religião nos permitiu observar que no assentamento, estes espaços são fatores de aglutinação e de trocas entre os participantes. Nas igrejas mais fervorosas como a Congregação Cristã do Brasil, seus integrantes possuem uma espécie de cooperação mútua que é regida pela ordem de um pastor.

Nas comunidades católicas os acontecimentos não são constantes pelo fato de que o padre só estão presente nesta localidade quinzenalmente para celebração da missa. Durante sua ausência os fiéis trabalham muito para manter a Igreja conservada, já que compreendem que ele tem que celebrar missa em todos os outros núcleos da Fazenda Monte Alegre e ainda nas cidades mais próximas (Gomes, 2006). No núcleo II o catolicismo se faz bastante presente na comunidade que se esforçou para construir a capela e promover esporadicamente uma novena, uma reza e até uma festa para a padroeira da capela.

Existe uma composição entrelaçada de cultos e religiões no mesmo núcleo, permitindo as mais diversas formas de devoção. No caso dos fiéis protestantes, como os da Congregação Cristã do Brasil, percebemos uma unidade muito forte e homogênea. Não participam de festas, de associações ou reuniões que o pastor não tenha previamente destacado como importante. Em uma pesquisa de campo isto é salientado:

“Muitas das coisas que eles recebem vem das pessoas que fazem parte da Igreja, me pareceu que em sua fala fazer parte da Igreja Congregação Cristã é quase uma questão de sobrevivência material e simbólica. Simbólica pelo fato de que se não acreditar que Deus vai prover um futuro melhor ela cai em desgraça, desespero. Material porque as pessoas da igreja ajudam-na com a parte material, alimentação (...) disse que não existia festas comemorativas. Perguntei se nem uma que a comunidade toda se juntava e ela curiosamente respondeu: “nossa igreja não se junta com ninguém” (Diário de campo 23/11/06).

Assim, podemos destacar que os cultos são indispensáveis para manutenção dos laços afetivos que envolvem os participantes, transmitindo valores de todas as instâncias: políticos, sociais e econômicos. E ainda dando um embasamento subjetivo para a própria permanência da comunidade nos assentamentos.

CONCLUSÃO: PERSPECTIVAS FUTURAS, INDEFINIÇÕES NO COTIDIANO DOS ASSENTAMENTOS

É necessário salientar que a população local enfatiza que o modo de vida cotidiano pode ser melhorado com obras simples como financiamentos, educação e melhor infra-estrutura para a população, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 9- Possíveis melhorias nos assentamentos

Sugestões para melhorar	Educação	Perspectiva p/ jovens	Posse definitiva	Financiamentos/Comercialização	Infra-estrutura	Lazer	União	Outros	Não soube responder
Bela Vista	01(6,25%)	01(6,25%)		04(25%)	04(25%)	01(6,25%)	04(25%)	03(18,75%)	03(18,75%)

Monte Alegre	06(13,4%)	05(11,15%)	03(6,7%)	07(15,6%)	24(53,5%)	05(11,15%)	06(13,4%)	09(20%)	06(13,4%)
--------------	-----------	------------	----------	-----------	-----------	------------	-----------	---------	-----------

Percebemos que as necessidades estão ligadas diretamente às críticas em relação ao assentamento como vemos a seguir:

Quadro10-Críticas aos assentamentos.

Críticas em relação ao assentamento	Visinhos	Órgãos Gestores	Comercialização	Financiamentos	Qualidade solo	Estradas	Outros	Bandidagem	Não tem	Não soube responder
Bela Vista	04(25%)	05(31,25%)		03(18,75%)		01(6,25%)	04(25%)	01(6,25%)	02(12,5%)	
Monte Alegre	09(20%)	11(24,5%)	02(4,45%)	03(6,7%)	06(13,4%)	04(8,9%)	10(22,3%)	02(4,45%)	11(24,5%)	02(4,45%)

Tudo isto, porque os problemas apresentados afetam aspectos materiais e subjetivos. Os ligados á sociabilidade como a relação entre os vizinhos e desunião é bastante comum devido aos conflitos internos. No levantamento etnográfico sobre as críticas em relação á vida nos assentamentos, a entrevistada A. fala sobre a falta e desunião:

“...critica á falta de união, justamente porque nas reuniões que ocorrem para decidir algo importante do assentamento nunca é resolvido nada, disse: “são sempre as mesmas pessoas que falam, as pessoas podiam se juntar mais com a mesma idéia, mas não é isso que acontece, vários levantam e perguntam as mesmas coisas que outras pessoas já tinham falado”(Diário 11/06/06).

As críticas se intensificam quando falamos sobre associações, poucos dizem existir cooperativas ou associações importantes; alguns associam os problema às

descrenças, outros relacionam à falta de cooperativas pela má condução de políticas públicas por parte dos órgãos gestores e “por este motivo as pessoas se individualizaram” (fala de J.).

Alguns pontos ainda se repetem nas falas dos assentados quando perguntamos sobre o que esperam do futuro, a maioria das respostas está ligado ao modo como o grupo local tem se sociabilizado e à forma como as políticas públicas têm acontecido nos P.A. No quadro a seguir, a necessidades de investimentos internos é a campeã de resposta com 62%, o que mostra, em certo sentido a indefinição das políticas públicas quanto aos assentamentos.

Quadro 11- Perspectivas de futuro

O que acha em relação ao futuro	Aumentar as parcerias	Aumentar a diversificação	Parcerias e diversificação	Jovens irem embora	Investimento gov.	Investimento jovens	Outros	Não soube responder
Bela Vista	03(18,75%)	01(6,25%)	02(12,5%)		06(37,5%)	02(12,5%)	02(12,5%)	02(12,5%)
Monte Alegre	11(24,5%)	11(24,5%)	02(4,45%)	03(6,7%)	11(24,5%)	05(11,15%)	06(13,4%)	05(11,15%)

Finalmente, destacamos que a importância da sociabilidade nos assentamentos tem se feito nos mais diversos espaços, de forma a manter características culturais simbólicas e materiais no assentamento. A transmissão de valores ligados à luta pela terra e a perspectiva de futuro na reforma agrária são mantidos e renovados por existir ainda tradições que passam dos mais velhos para os mais jovens, nas associações religiosas, nas trocas entre vizinhos e nos espaços comunitários e de lazer.

A contribuição maior destes espaços está na aproximação do grupo para delegar prioridades para melhoria dos assentamentos e pressionar o poder público. Este, por sua vez, deveria apresentar ou construir junto com as comunidades alternativas de melhoria na qualidade de vida dos assentamentos rurais, justamente para que a possibilidade do futuro para os assentados se torne real e palpável.

BIBLIOGRAFIA:

- DURKHEIM, H. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril cultural, 1973.
- SIMMEL, Georg, *Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal*. In: SIMMEL, G. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Editora revista dos Tribunais, 1990.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Editora Diefel, 1989.
- _____, *Razões Práticas sobre a teoria da ação*. Campinas. Papyrus, 1996.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. B.(org.). *Retrato de Assentamentos*. Cadernos de Pesquisa, números: 3,4,5, 6,7,8,9. NUPEDOR. Programa de Pós graduação em Sociologia. F.C.L.-Unesp/UNIARA Araraquara.
- BRANDÃO, C. R. *O Divino o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro, Campanha de defesa do folclore brasileiro, 1978.
- _____, *Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- HOGGART, Richard, *As utilizações da cultura, aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*.
- BARBERO, Jesús Martín, *Dos Meios às Mediações comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- CANCLINI, Néstor García, *As culturas populares no capitalismo*. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- _____, *Culturas Híbridas*, Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BURK, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia das Letras, 1984.
- GOMES, T. P. de S. *Um estudo das relações sociais e políticas do assentamento Bela Vista de Araraquara através da festa junina*. In: Anais do Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, Araraquara, de 28 a 30 de setembro, 2005. CD-ROM.
- _____, *Sociabilidade x Conflito: projetos de assentamentos na região de Araraquara*. In: Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia-GO, junho, 2006. CD-ROM.

_____ *Sociabilidade e reforma agrária: uma questão em debate*. Retratos de Assentamentos, Araraquara, n. 10, p. 157-176, 2006.

_____ *Do cotidiano ao futuro dos assentamentos: alternativas, reivindicação e permanência*. In: Anais do Simpósio Nacional Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas, Uberlândia – MG, maio, 2006. www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br

POLETINE, A. V. ; GOMES, T. P. de S. ; BASTOS, V. A. de ; FERRANTE, V. L. S. B. *A luta das mulheres no cotidiano dos assentamentos de Araraquara/SP*. In: Anais do Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, Araraquara, de 28 a 30 de setembro, 2005. CD-ROM.

ETNOGRAFIA DA POLÍTICA: AS FORMAS E VARIAÇÕES DO VOTO NO ASSENTAMENTO

Letícia de Faria Ferreira (Doutoranda no CPDA/UFRRJ)

E-mail: leticiadefaria@hotmail.com

RESUMO

A idéia principal do artigo é discutir a construção do voto em assentamentos vinculados ao MST. Trata-se de buscar pelas lógicas presentes nas escolhas políticas dos assentados construindo uma comparação entre assentamentos de diferentes regiões do Brasil – Sul e Nordeste. Nesta proposta busca-se apresentar algumas das motivações manifestadas pelos assentados para escolher seus representantes, onde a construção de valores sociais coletivos por parte do MST e os projetos de vida individuais e familiares podem convergir ou podem ser conflitantes. As orientações políticas no interior do assentamento se confrontam e/ou se misturam, fazendo com que práticas e valores sejam ordenados no âmbito das relações pessoais. São elas que, em grande parte, dão sentido ao voto, mesmo quando os assentados votam nos candidatos do PT. Ou seja, esse voto encontra seu sentido político por que, na maioria das vezes, está envolvido por relações pessoais que o assentado tem com o candidato petista e não por uma suposta “partidarização”. Pode-se, portanto, observar que ocorre uma mudança de lado no voto dos assentados, mas não necessariamente nos motivos e lógicas que informam o voto.

Uma expressão comum, dita por quem olha de fora e está se referindo aos assentados vinculados ao MST é: “assentado somente vota no PT”, ou ainda “voto com as lideranças”. Sim e não, por que sim e por que não desse voto é um pouco da proposta deste texto. Ou seja, proponho apresentar alguns aspectos de uma etnografia das escolhas políticas que realizei no assentamento 18 de Maio¹. O estudo da política, mesmo se tratando de um recorte no assentamento, não fica confinado ao local/municipal, pois o espaço público político o ultrapassa, vinculando-se com a política do âmbito geral/ nacional. Nesse sentido, cabe identificar nas escolhas eleitorais o que lhes dá sentido e compreende suas razões de ser. Portanto, trata-se

¹ O assentamento 18 de Maio é composto de integrantes do MST, data de 1995 e está situado na cidade de Herval, na região sul do Rio Grande do Sul.

de colocar para o debate as possibilidades de se pensar a idéia de forma e de variação presente nas escolhas do campo político no assentamento (Barth, 2000).

Nesta proposta busca-se apresentar algumas das motivações manifestadas pelos assentados para escolher seus representantes, onde a construção de valores sociais coletivos por parte do MST e os projetos de vida individuais e familiares podem convergir ou podem ser conflitantes. Deste modo, a proposta da antropologia da política permite a aproximação com diferentes formas que a escolha apresenta, com os diferentes elementos que compõem os motivos do voto do assentado, a importância da pessoa do político para a decisão, da sua capacidade deste de *falar bonito*, enfim, é preciso esticar para a vida as decisões que fazem parte da política, pois no assentamento esses dois aspectos não estão separados (Comerford). O voto no assentamento é vinculado à *pessoa* do político, mesmo quando uma família inteira ou grande parte do assentamento voto em certo partido naquela eleição e para aquele cargo (essas ocorrências são freqüentemente para deputados e senadores). A noção de *pessoa* cria o fio que pode conduzir e revelar os motivos do voto, sendo um elemento que precisa compor a análise, no entanto, não pode ser pensado como o único elemento que traz sentido e lógica para a escolha deste ou daquele candidato no assentamento. Pelo contrário, é a variação presente no arranjo da escolha eleitoral que cada família faz que traz significado ao voto. Como diz Geertz (2004), é tratar de conferir aos processos o significado que os diferentes atores envolvidos lhe dão.

Nesse sentido, a perspectiva da antropologia da política permite colocar em relação os nossos pressupostos teóricos com as significações nativas; e pela relatividade dos conceitos faz a renovação teórica da disciplina, então, realizada pelo “confronto permanente entre suas construções teóricas e conceituais e o sentido da ação social tal qual presentificado pelos sujeitos sócias em suas relações e valores.” A renovação a que deve a antropologia está em sua capacidade de seguir com fidelidade às concepções nativas e na sua coerência ela tem encontrado o caminho para captar a multiplicidade. (Chaves, 2003, p.16).

A noção de política no assentamento vai delineando um certo modo de votar, de alicerçar compromissos e estratégias de escolha eleitoral. A visão de descompasso, alienação, e de falta de lógica no voto é sempre de quem olha de fora, e muito provavelmente, tem *a priori*, convicções prontas do que é *política*, *politizado* e qual o voto que é lógico e coerente. Visto assim, o voto dos assentados está dotado de estratégias e logicidades nem sempre bem compreendidas por militantes e

lideranças. No entanto, se o pesquisador se deixar *afetar*² no sentido dado por Goldman(2006) pela experiência política que é vivida pelo assentado muito provavelmente perceberá que a aparente contradição, ou a “des-politização” das escolhas eleitorais, carregam uma infinidade de estratégias de resistência ou de adesão, que são articulações individuais ou de grupo. Em certas circunstâncias, ao tratarem os assentados como possuindo saberes de menor relevância, lideranças e formadores correm o risco de produzirem uma falsa compreensão do Movimento, pois não compreendem os motivos e estratégias nas escolhas eleitorais que cada assentado agencia. O proselitismo da política revele e esconde. Revela uma prática autoritária que passa por cima das diferentes formas de significar a vida social e cultural. Esconde o desconhecimento profundo da cultura popular de seus significados que dão acesso ao seu agir. Os processos sociais são ao mesmo tempo relações de comunicação e de poder, e quando as lideranças do MST não percebem esta dupla natureza, produzem uma dolorosa luta simbólica, em vez de uma superação dialética. Uma luta simbólica que marca, que assinala os que podem usar a palavra, que nega ao não iniciado o direito a voz, e que reafirma a expressão de Bourdieu : " as visões de mundo são di-visões de mundo."³

Assim, votar no PT e em outros partidos pode ter outras significações que diferem daquelas que aparecem no primeiro contato e que pode não revelar o encontro de um passado que não sai de cena e o presente. Desse modo, o deixar-se *afetar pela fala nativa* pode estender o alcance e a compreensão do etnógrafo: estender a compreensão, por exemplo, para aquilo que motiva o voto no PT pode não ter nada a ver com o partido enquanto tal, mas aquilo que está envolvido é a relação que a *pessoa* (candidato) trava com o assentado, algumas vezes, candidato proveniente do próprio interior do assentamento, com vínculos de parentesco e vizinhança muito fortes; outras, o candidato pelo PT foi o único a visitar as casas, prometer ajuda. Contudo, a questão está em não antecipar a análise, pois o voto pode ser no PT e não ter nada a ver com nenhuma dessas hipóteses...

Os motivos de uma adesão (ou não...) aos candidatos petistas apoiados pelo Movimento, por parte dos assentados, na maioria dos casos não precisa de afinidade

² Discutindo atentamente as posições e controvérsias dos antropólogos em torno do *ponto de vista nativo* Goldman adota uma proposta onde, trabalho de campo e etnografia, deixam de ser pensados como simples processos de observação ou de formas de conversão, (quando o antropólogo assume o ponto de vista do outro), ou ainda de transmutação em nativo, para serem pensados como sugerem Deleuze e Guattari, como um *devenir*. Assim, a proposta de um *devenir-nativo* que oriente o autor em seu campo. Esse *devenir* pode ser explicado de forma mais sintética como um *movimento pelo qual o sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra. Estes afetos não tem absolutamente o sentido de emoções ou sentimentos, mas simplesmente daquilo que afeta, que atinge...* (Goldman, 2006,p. 32).

³ Bourdieu, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa, difel, 1989.

ideológica ou partidária e sim de uma adesão de caráter pessoal, orientada para a solução pragmática de problemas cotidianos ou originada pela gratidão e sentimento de débito ao MST. A conversa com uma assentada no 18 de Maio, Dona Regina permite que se perceba melhor a confluência de motivos presentes na adesão política a um candidato⁴:

“(...) para escolhê eu vejo se os planos deles são executáveis, se podem cumprir as promessas feita. A gente vai conhecê o candidato só a partir da prática, antes nós não conhecemos ele. A gente, se já conhece, mas o mais profundo é com a prática(...). [O que importa para votar em determinado candidato] eu não sei, não é pelo partido. Votaria em qualquer um que não é do meu que é o PT, mas que colocasse os planos, que fossem feitos, que realizasse coisas. Gente tem o partido, mas não adianta se não fizer.(...) acho que é importante se o candidato apoiá o pessoal do MST, é porque ele gosta dos assentados e pode vir a ajudá (...) eu acho que a pessoa tem que escolhê a partir do momento que conhece o candidato. Tem uns que votam quando pega na hora uma folhinha; tem uns que vende o voto, aqui também tem disso. Acho errado vendê o voto, não pode cobrá depois.”

A idéia do político como bom administrador, capacitado para realizar uma boa gestão do dinheiro público, aparece com bastante freqüência nas falas no assentamento 18 de Maio. O significativo é que esse motivo para escolher um candidato – o bom administrador, honesto – se confunde com interesses pessoais, ou seja, o bom político também deve saber ajudar os seus eleitores:

“Eu acho que a primeira coisa que o candidato tem que fazê é conquistá o povo, trabalhá com o povo tem que ser uma coisa delicada; ajudar, mas não só na questão financeira, dar atenção. Comigo aconteceu: fui procurar o Camarão⁵ e ele me tocou os pés. Ele precisa do voto do povo e ele não pode procurá o povo só na hora do voto. Não pode mudá de cara. (...) Carlinhos, o Moleza, diz ser advogado e cobra pra aposentá as pessoas como secretário do Camarão.(...) O político para conquistar o voto, a opinião pública, deve puxar para o lado dele e respeitar a opinião pública.”(D.Regina)

⁴ As falas citadas são retiradas de meu caderno de campo feito no período da pesquisa do mestrado. Ver na bibliografia Ferreira, 2005.

⁵ Marco Aurélio Gonçalves, apelidado de Camarão, foi prefeito em Herval de 1988 a 1992; candidato novamente, foi derrotado nas eleições de 1996 e também na de 2000; foi eleito para o cargo na última eleição (2004) sempre pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT.

Na seqüência da conversa, D.Regina vai revelando o que pensa como política, seu apoio ao MST e seu senso crítico, e quais são suas motivações mais importantes para tomar decisões hoje:

“Nós vivemos dentro da política. Não gosto da política, mas no fundo a gente já tá envolvida. Não gosto é das promessas da política. Eu acho que vivo envolvida. A vida da gente já é política. Acreditar é difícil, só vendo para crer. A gente pode acreditar na esperança de que faça a melhoria.

(...) Não me envolvo muito, até alguns comícios vou, gente tem obrigação. Os partidos fazem muitas promessas e não cumprem. Aqui na região eu me interessei muito, aqui eles brigam, parece que tudo é político. Tudo é política, tudo interesse de voto. Depois que passa eleição nunca mais aparecem. Gente dá com a cara na porta.

(...) a política eu acho que ela continua [depois do período eleitoral]. Ela é espalhada no campo, na cidade se encontra mais, as pessoas estão mais por dentro. No assentamento se tem menos informação, as telecomunicações são bem piores. O MST também é política. A vida cotidiana da gente já é uma política, nós vivemos dentro da política, mas a gente não parece refletir muito sobre isso.”

Ela também fala de como vê o MST, da ausência dos políticos e dos cabos eleitorais ligados ao Movimento para discutirem no grupo as possíveis candidaturas, e também para explicarem sobre os cargos e as funções públicas:

“Acho que o MST tem um papel importante. Depois do Movimento que se conseguiu que milhares de pessoas tivessem onde morar – os de rua, os marginalizados, puderam sair da cidade. [A idéia de política...] acho que mudou depois de conhecer o MST. Minha formação melhorou, nas minhas decisões clareou mais, hoje eu tenho visão, conhecimento. [Os candidatos no assentamento] fazem a campanha pegando alguém de dentro para fazerem visita. Da própria região do MST, fazem campanha nas reuniões. Teria que ser, tirar o conhecimento para fazer candidato, não trazer de fora.[Nesta campanha eleitoral] os políticos, não vi eles ainda. Até agora não apareceu ninguém, não vem ninguém dizer o que é política; as pessoas não sabem o que é; as pessoas aqui votam contra elas mesmas; elas não sabem nem o que é um

vereador, pra que serve. Eles podiam vir aqui dizer o que é. O povo aqui é muito parado.”

Quanto às suas preocupações em se decidir por um candidato, Regina afirma que sempre se preocupou muito com política. Antes de acampar e integrar-se ao MST ficava atenta aos candidatos de sua terra de origem, Cruz Alta - RS, onde mantinha relações, vínculos políticos e continuamente conversava com candidatos conhecidos. Na casa de seus pais costumava fazer a leitura para seus familiares não escolarizados dos projetos dos candidatos.

Meu pai era PMDB, minha mãe analfabeta, então a gente foi se descobrindo por si. O Tancredo Neves ficou marcado. Do Getúlio, que o pai falava que tinha mais igualdade. Eu segui muito por isso. Em Cruz Alta tem estátua e museu [do Getúlio] que me marcou muito.

O deslocamento para fora do circuito das relações políticas estabelecidas em períodos anteriores ao acampamento pode ser apontado, no assentamento, como um dos motivos que proporciona maior aproximação entre o assentado e o candidato vinculado ao MST para vereador. Esse tipo de deslocamento se repete nas eleições para os legislativos estadual e federal. O caráter dessas candidaturas não se fundamenta na proximidade entre candidato e eleitor como acontece para vereador e prefeito.⁶ Portanto, nas eleições nacionais e estaduais, vários assentados afirmam votar fechado com o candidato indicado pelo MST pelo fato de desconhecem outros candidatos. Dentro de um raciocínio lógico, votam naquele candidato que, ao manter algum vínculo com o Movimento, pode, segundo eles, (...) *reconhecer nossa luta e olhar por nós. (...). A gente tem que vê quem é por nós, que vai ajudá nós parelho do assentamento.*

Quer-se com isso dizer que, separado das relações pessoais estabelecidas na sua região de origem, o sujeito assentado muitas vezes vê no candidato vinculado ao MST a melhor possibilidade, quando não a única, para re-estabelecer sua rede de relações pessoais com políticos. Essa tendência é reforçada não somente devido à proximidade com o candidato ligado ao Movimento que proporciona a mediação, mas também pela ausência de campanha política dos demais candidatos, muitos convictos de que os assentados votam somente no PT.

⁶ Devido à própria circunstância (as eleições municipais do ano de 2004), as observações de campo tornaram-se mais ricas em informações sobre esse pleito especialmente, pois a pesquisa no assentamento se desenvolveu no período da campanha eleitoral e no momento anterior. Contudo, vários depoimentos fizeram referência às eleições em geral.

Questões que aparecem imbricadas no processo político – pessoa, voto, compromisso e promessa – revelam também a importância das lideranças políticas locais para a configuração das eleições em populações rurais. O eleitor que *promete* o voto sente-se obrigado a cumprir a palavra empenhada. Em troca, o político que *promete* o benefício fica comprometido a realizá-lo. O vínculo de compromisso assumido e, digamos, formalizado, com a anúncio da *promessa*, requer uma relação entre conhecidos, amigos, entre pessoas que estabelecem um código de reciprocidades, mesmo que assimétrico, com um certo grau de confiabilidade. O não cumprimento pode incidir sobre duas vertentes: impedir a continuidade da relação entre político e eleitor, e contribuir para aumentar o já acentuado descrédito nos políticos. Como diz Seu Carlos,

“O candidato tem que tê alguma amizade (...), eu não sou partidário; tem que vê se a pessoa presta, né! Se dá pra confiar. Se for apoiado pelo MST é por que aí nos reconhece, a nossa luta, já é uma pessoa que tá envolvida.(...) o que conta na hora de escolhê em quem vota é sabê quem é o candidato, se ele se comprometeu em nos ajudá.(...) E candidato bom é o que cumpre o que promete; e o mau é aquele que mente e rouba do povo, né! Eu escolho o que venha aqui na minha casa falá das promessa e proposta dele.”

O deslocamento para fora do circuito das relações políticas estabelecidas em períodos anteriores ao acampamento pode ser apontado, no assentamento, como um dos motivos que proporciona maior aproximação entre o assentado e o candidato vinculado ao MST para vereador. Esse tipo de deslocamento se repete nas eleições para os legislativos estadual e federal. O caráter dessas candidaturas não se fundamenta na proximidade entre candidato e eleitor como acontece para vereador e prefeito.⁷ Portanto, nas eleições nacionais e estaduais, vários assentados afirmam votar fechado com o candidato indicado pelo MST pelo fato de desconhecem outros candidatos. Dentro de um raciocínio lógico, votam naquele candidato que, ao manter algum vínculo com o Movimento, pode, segundo eles, (...) *reconhecer nossa luta e olhar por nós. (...). A gente tem que vê quem é por nós, que vai ajudá nós parêlho do assentamento.*

Quer-se com isso dizer que, separado das relações pessoais estabelecidas na sua região de origem, o sujeito assentado muitas vezes vê no candidato vinculado ao

⁷ Devido à própria circunstância (as eleições municipais do ano de 2004), as observações de campo tornaram-se mais ricas em informações sobre esse pleito especialmente, pois a pesquisa no assentamento se desenvolveu no período da campanha eleitoral e no momento anterior. Contudo, vários depoimentos fizeram referência às eleições em geral.

MST a melhor possibilidade, quando não a única, para re-estabelecer sua rede de relações pessoais com políticos. Essa tendência é reforçada não somente devido à proximidade com o candidato ligado ao Movimento que proporciona a mediação, mas também pela ausência de campanha política dos demais candidatos, muitos convictos de que os *assentados votam somente no PT*. Ocorre que, se os candidatos *de fora* conseguem se inserir na teia de relações dos assentados, marcando uma posição de proximidade e reciprocidade, participando não apenas como candidato, mas também informalmente dos pedidos e trocas, do seus círculos de amizade e afetividades, eles competem na disputa eleitoral sem maior desvantagem frente ao candidato *de dentro* do Movimento.

Enfim, a idéia brevemente apresentada aqui foi de que as escolhas eleitorais dos assentados estão envoltas em uma multiplicidade de motivos e não há **uma** “politização” pelo MST ou **uma** regra e **uma** “conscientização” que torne homogêneo o voto. Explicar o voto do assentado em candidatos do PT dentro de um modelo explicativo que o encaixe como partidário é perder toda uma trama de motivos que estão por detrás dessa decisão. Uma análise que toma o modelo e esqueça as variações corre o risco de esquecer o principal. Como Geertz revela sobre os riscos de abordar aldeias balinesas buscando um mínimo denominador comum: “em Bali embora certos modelos sejam comuns em toda área, **a forma** como eles realmente aparecem difere de maneira tão ampla que qualquer quadro sintético deve ser elaborado de uma maneira generalizada que acaba tendo pouca realidade substancial de qualquer tipo.” (Geertz, 1959)

Penso que, diferentes formas de organização, de compreender e experienciar a política presentes no assentamento também podem ser justapostas com a descrição de Geertz(1959) quando diz que, entre as características da organização das aldeias balinesas, uma das mais fundamentais está no fato desses modelos de organização assumirem formas amplamente diferenciadas de aldeia para aldeia, e que sua importância relativa na unificação de uma aldeia particular varia muito . Ou seja, tomar alguns aspectos como típicos do assentamento, no caso, aquilo que assentados pensam da política e como escolhem seus representantes pode deixar de lado não só as diferenças entre as famílias como entre assentamentos. Deste modo, assim como as aldeias balinesas, uma descrição etnográfica das escolhas políticas em assentamento nunca é típica, a não ser dela mesma.

BIBLIOGRAFIA

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antrropológicas*. RJ: Contra Capa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Librairie Arthème Fayard, 1982.

CHAVES, Christine Alencar. "Eleições em Buritis: A pessoa política". In.

GOLDMAN, Marcio e PALMEIRA, Moacir. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____. *A festa da política*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará/ NUAP, 2003 (Coleção Antropologia da Política).

COMERFORD, John. *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organização camponesas*. RJ: NuAP/Relumé-Dumará, 1999.

FERREIRA, Leticia de Faria. *O Tempo da Política O voto no assentamento 18 de Maio*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado. UFSC - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2005..

GEERTZ, Clifford. "Form and variation in balinese village structure". In. *American Anthropologist*, n 61, 1959.

_____. *Observando o Islã*. RJ: Jorge Zahar, 2004.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia Uma teoria etnográfica da política*. RJ: 7letras editora, 2006.

IMAGENS DE LUTA E RESISTÊNCIA INSPIRADAS NA CULTURA CAIPIRA

Kellen Maria Junqueira (Doutora FEAGRI/UNICAMP – Campinas-SP)

E-mail: kellen@agr.unicamp.br

RESUMO

Neste trabalho abordo o imaginário rural, e em especial o imaginário da cultura caipira e as suas influências no desejo de retornar à terra. Abordei em imagens as características e as diferentes formas de expressão dos sujeitos influenciados por estes imaginários: suas músicas, rituais e crenças, assim como o seu silêncio, o que guarda a sua força. Imagens que repercurtem e determinam o vínculo de muitos dos que se unem aos movimentos de luta pela terra. Retrato o resgate e a celebração de uma memória e de uma cultura de forma a favorecer que as pessoas, especialmente as que estão vinculadas a esta cultura, usufruam uma melhor qualidade de vida.

OS CAIPIRAS E A SUA CULTURA

Dentre as tantas culturas possíveis de se identificar no universo rural, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso encontra-se uma que se denomina *caipira*. Cultura formada pela tradição portuguesa e influenciada pela indígena e que se formou no seio da população pobre do meio rural, influenciada pela atividade de bandeirantes, tropeiros e boiadeiros, homens de espírito aventureiro e nômade e que se mantinham com pequenas provisões. Cultura religiosa e festeira, que fazia até mesmo do trabalho um momento de diversão, assim como eram os mutirões de plantio e colheita; que em seu tempo de ócio conta causos, canta músicas, inventa brinquedos e brincadeiras, "passatempos" que dão leveza para a vida. Cultura que se constrói a partir da vivência com a fauna e a flora, em um ritmo que o homem caipira aprendeu com a natureza e seus ancestrais, tendo elaborado um conjunto de práticas que permitiram garantir a sua sobrevivência através do domínio da natureza pela agricultura, caça e pesca. Este homem conhece "os temperamentos dos bois e das madeiras"¹, tendo sido possível a partir disto desenvolver a tecnologia dos carros de bois. Conhece as plantas: as aromáticas, as medicinais, as de benzer, as usadas nas armadilhas para peixes, as de lenha e as de tábua; aprendeu a tecer balaios, a construir casas de adobe, a rezar o terço e a tocar viola, pois nunca dispensa uma oportunidade de cantar suas desventuras. *Carlos Rodrigues Brandão* aponta a autonomia que a cultura caipira tinha para se reproduzir, que no seu dia-a-dia ensinava e aprendia, fosse o trabalho, fosse a sua religião, fosse a sua viola: não precisava instituir espaços e tempos específicos e formais para tanto (BRANDÃO, 1986, p.155). Cultura que se aprende de pai para filho, ouvindo histórias de tropeiro, de roça ou de boiada; convivendo com roceiro, violeiro, com o Bastião da Folia de Reis ou com o puxador de terço; freqüentando as festas: as juninas, as folias, as de carros de bois e as de boiadeiro. O caipira é um homem entre esperto e tímido, orgulhoso e corajoso, que acredita nos outros homens como parceiro para a "labuta" diária mesmo que este

¹ Título da oficina oferecida dentro do Projeto "Guimarães Rosa: Lugares": www.guimaraesrosalugares.com.br.

homem fosse o de uma outra classe sócio-econômica, distinção que não lhe parecia cabível fazer, já que a sua sujeição era percebida como sendo natural (FRANCO, 1969, p.108).

Destaco nesta cultura o que acredito ser universal, assim como a afetividade e solidariedade, de forma que valha para qualquer ser humano: “*apreender uma realidade imanente ao homem ... aquém de todo indivíduo e toda sociedade*” (Levi-Strauss² apud LAPLANTINE, 1993, p.133). Encontro nesta cultura, ou resalto nela, vários elementos que favorecem estas perspectivas, no entanto o faço sem “colar” no que ela representa em sua totalidade: não reafirmo os valores machistas, os quais nem sempre foram assim, ou não são exatamente assim, se olhados a partir de uma outra perspectiva; ou os de submissão, os quais hoje compreendo melhor e em sua complexidade, no que eles representam de respeito e convivência em relação ao que está dado.

Para a elaboração das reflexões que compartilho aqui me vali da leitura que fiz de vários autores e atores, artistas e escritores, muitos deles caipiras mesmo. Percebo que muitos dos que se voltam para esta cultura têm vínculos pessoais com ela ou então buscam nela valores e referências para suas vidas. Creio que muitos destes, assim como eu, estão querendo encontrar uma forma mais humana e prazerosa de estar no mundo. A cultura caipira mais do que tudo reflete para mim uma forma de vínculo com a terra, o que pode ser identificado dentro de um processo histórico e geográfico. Vínculo que se constrói na dimensão simbólica e que não pode ser definida precisamente. Vínculos que determinam a “atividade” do *imaginário* de muitos indivíduos. Os estudos que empreendi sobre esta cultura me favoreceram compreender melhor as características de muitos dos agricultores e de outros com os quais convivo e trabalho. Especialmente a partir da perspectiva do trabalho de *Walter Ong* (1998) compreendi melhor os valores e costumes dos que se vinculam à cultura caipira que é eminentemente oral. As características desta cultura, as que descrevi acima, foram perdendo assim a sua aura romântica. Neste estudo o autor caracteriza historicamente e bio-psicologicamente cada cultura, a oral e a escrita, as qualidades que se ganha e que se perde³.

Uma economia verbal dominada pelo som é mais conforme às tendências agregativas (harmonizadoras) do que às analíticas, dissecadoras (que viriam com a palavra inscrita, visualizada: a visão é um sentido dissecador). É igualmente mais conforme ao holismo conservador (...as expressões formulares que devem ser mantidas intactas (as quais favorecem o processo de memorização), ao pensamento situacional do que ao pensamento abstrato, mais conforme a uma certa organização humanística do conhecimento, que envolve as ações dos seres humanos e antropomórficos, indivíduos interiorizados, do que a que envolve coisas impessoais. (ONG, 1998, p.87).

² Levi-Strauss, C. **Anthropologie Structurale Deux**, Paris, Plon, 1973.

³ Algumas das características descritas por este autor se confirmam na pesquisa sobre comunicação feita por *Inesita Araújo e Ana Maria Andrade de Azevedo* (1996) “**A recepção de impressos, rádio, vídeo e audiovisuais no meio rural**” em comunidades agrícolas do Nordeste. Estas pesquisadoras observam uma tendência nas pessoas vinculadas a estas culturas: que sua percepção de mundo acontece de um modo concreto e relativamente ao grupo ao qual pertencem.

-falta de introspecção, de audácia analítica, de preocupação com a vontade como tal, de uma percepção da diferença entre passado e futuro- características da psique nas culturas orais não apenas do passado, mas até mesmo nos dias de hoje. (ONG, 1998, p. 40).

A auto-avaliação se ajustava à avaliação do grupo (nós) e era então tratada em termos das perspectivas dos outros. (ONG, 1998, p. 67).

A partir deste estudo fui compreendendo não só esta cultura, mas também como me relaciono com ela, enquanto alguém que pertence e que é, ao mesmo tempo, outro, favorecendo ainda a elaboração e aprofundamento das minhas reflexões.

O DESENRAIZAMENTO

A cultura caipira se firmou na época do auge da cultura cafeeira quando apesar de prevalecer as formas de trabalho escravo, alguns conseguiram se estabelecer como sitiantes e outros como empregados nas fazendas, mantendo relações de compadrio e trocas de favores com fazendeiros e patrões abastados de suas localidades. O homem do campo, em especial o que vivenciou este período, era uma pessoa que mantinha a sua sobrevivência e inserção social prezando e valorizando as suas relações de parentesco e vizinhança.

Assim viviam as pessoas vinculadas a esta cultura até que as relações que pareciam igualitárias foram se tornando ambíguas e tensas. As circunstâncias históricas e os fatos políticos que impulsionaram estes acontecimentos são dos mais diversos tipos e foram estudados por *Maria Sylvia Franco* em um trabalho que reconstituiu mais do que a história, o imaginário da sociedade da época. Com as crises que assolam o país na década de 1930, os primeiros a "pagarem" pelas dívidas⁴ são os trabalhadores que eram considerados livres e o pagam com a perda do trabalho e dos meios de sobrevivência: os vínculos sociais foram se quebrando e a situação econômica ficando precária. Muitos agricultores perderam suas terras em função da expropriação econômica a que foram submetidos ou ainda expulsos por grileiros.

Estes trabalhadores desconheciam a importância da legalização das relações de trabalho e dos títulos de posse de terras; desconheciam as relações de poder que se estabeleciam entre a oligarquia rural e os representantes governamentais; não sabiam da *mais valia* da força de trabalho e do poder da organização social.

No enfrentamento de tantas adversidades, estes homens reagem violentamente: *Maria Sylvia Franco* também encontrou entre os arquivos e documentos que analisou vários casos de enfrentamento físico entre homens, muitos deles quando ameaçados ou submetidos a condições que consideravam injustas, que violavam sua dignidade, ou por uma simples desavença, reagem das mais diferentes maneiras, em geral com agressividade. Estes relatos levam esta autora a caracterizar o perfil destes como sendo violento, o que em função das condições sociais dadas na época, era a única reação possível que restava em um sistema de valores que estava centrado na coragem como forma de defesa e preservação pessoal.

⁴ Contraídas por fazendeiros e agentes comerciais junto aos bancos mundiais (FRANCO, 1969).

Quando a consolidação da propriedade fundiária o privou dos alicerces de seu antigo estilo de vida, não foi para um esforço de organização do futuro que se canalizaram as energias do caipira: estas se sublimaram em representações nostálgicas que valorizam um passado farto para o qual gostariam de voltar ... o caminho do homem pobre foi o mais das vezes de reafirmar sua submissão... a revolta de cada indivíduo, solitário em seu desafio à ordem estabelecida, entregue às suas próprias forças para afirmar-se. (FRANCO, 1969, p.109,110).

AS BUSCAS

O caipira é um homem que já buscou diversos meios de vida, e segue buscando, pois seu desejo é o de algo que permanece esquecido em nossa sociedade: algo que foi perdido com a produção capitalista, especialmente no que se refere aos vínculos com a terra que passa a ser propriedade e fonte de renda, quando as pessoas moradoras do campo passam a ser assalariadas e bóias-frias (MARTINS, 1986, p. 83). Os vínculos entre os homens se perdem com a distância física e a aproximação econômica, quando já não é a relação de compadrio que prevalece, mas a de patrão-empregado.

Muitos dos que conseguiram se manter como pequenos proprietários e sitiantes neste período não resistiram às revoluções tecnológicas da agricultura que aconteceram por ocasião dos programas da "Revolução Verde" na década de 1960, que levaram à sua descapitalização e à perda de suas terras. Outro fato marcante da história do trabalho no campo se deu por ocasião da introdução do Estatuto do Trabalhador Rural⁵, do qual originaram-se conseqüências retratadas nos versos de *João Silvino de Faria e Roque José de Faria*, cantados nas Folias-de-reis da periferia de Campinas⁶:

*Sou agricultor
Vim do sertão
Hoje moro na cidade
Mas lembro com saudade
Da minha linda profissão*

*Se vim para a cidade
E deixei o meu sertão
Não foi só porque quis
Veja o esforço que fiz
Para salvar a situação*

*Quando morava na roça
Um lugar abençoado
Trabalhava como ninguém
Todos viviam bem
Porque eram recompensados*

*O trabalho no campo
Foi ficando desamparado
Porque as leis trabalhistas
Seguíam para outras pistas
O lavrador ficou de lado*

Apesar do espírito migratório em busca de melhores condições ser uma das características da cultura caipira, a aventura que estes trabalhadores rurais tiveram que empreender, não foram satisfatórias na maioria das vezes. Muitos agricultores migraram em grupos familiares, de vizinhança e mesmo solitários sem saber o que esperar. As primeiras tentativas foram feitas para áreas de agricultura de outros estados, como os de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Paraná aonde as fronteiras agrícolas iam se alargando. No entanto iam se alargando com incentivos para

⁵ Estatuto instituído "em meados dos anos 60, obrigando a extensão dos direitos trabalhistas ao homem do campo" (CASSIANO, 1998, p. 98).

⁶ *idem*, p. 145.

um tipo de agricultura que não correspondia a destes agricultores, nem enquanto pequenos proprietários, nem a dos que os empregaria como fixos ou temporários. Alguns seguem para centros urbanos, as periferias das cidades grandes, onde o crescimento industrial e comercial "promete" empregos e melhores condições de vida. Este espírito migratório parece-me ser muito mais circunstancial do que essencial. No sertão nordestino também encontramos tal espírito migratório, conforme estudos de *Célia Tolentino*:

trabalhadores da terra em tempos de chuva ... buscam a cidade para fugir do ciclo repetitivo da seca e do emprego temporário ... padecem de uma identidade transitória ... fazendo com que a compreensão de mundo dependa das condições imediatas, uma vez que o dia seguinte pode trazer consigo outros elementos determinantes para a existência. (TOLENTINO, 1997, p.147).

Empregos, ou sub-empregos, muitos conseguiram na cidade, entretanto, melhores condições de vida, poucos, não tanto pela redução do padrão alimentar e de moradia a que muitos se sujeitaram, mas porque muitos se sentiram constrangidos diante das perspectivas de vida nos centros urbanos, com seu ritmo acelerado, exigindo mão-de-obra com uma qualificação que eles não tinham, havendo disputa de empregos e cargos. Onde não havia espaço-tempo para as cantigas e rodas de viola.

A MODA DE VIOLA

Pena é não haver viola para acompanhar estas mágoas.
José Saramago⁷

Esta população guarda silenciosa, no seu íntimo, seus costumes e crenças, e muitas vezes por assim fazerem é que estas tradições estão preservadas. Esta tendência pode se perceber pela história da música caipira. *Cornélio Pires* pressente a demanda contida e lança um disco com músicas caipiras no ano de 1929, revelando assim um novo mercado musical e fonográfico, que vai ocupar os espaços dos circos, das rádios e, muito mais tarde, da televisão⁸. Para se adaptar a este mercado, os cantores e compositores deste estilo são obrigados a mudar as características de suas músicas que em muitos casos eram longas narrativas de causos e acontecimentos, que para serem gravadas precisam ter seu tempo de duração reduzidos, tempo que era ainda menor no início do século passado, quando os discos de vinil eram muito pequenos⁹. Ainda assim, muitos compositores conseguem manter algumas das características originais de suas músicas, enquanto outros, principalmente os que conseguem maior espaço nos meios de comunicação, inserem instrumentos eletrônicos além de outras modificações. Os espaços na mídia para este estilo musical oscilam; ele volta a crescer depois da década de 1970, quando cantores da "Jovem

⁷ SARAMAGO, J. **Levantado do chão**, Ed.Bertrand Brasil, Rio de Janeiro/RJ, 2ªed., 1988, p. 243.

⁸ Ainda que neste meio de comunicação isto tenha acontecido modestamente, assim como o é até os dias de hoje.

⁹ Muitas destas informações tenho das apresentações de *Ivan Vilela* que sempre faz destes momentos, além de artísticos, bastante instrutivos.

Guarda” se voltam para a música caipira. Quem começa esta empreitada é *Sérgio Reis* que grava “**O menino da porteira**”¹⁰.

Em nossos dias percebe-se novamente um movimento de resgate e valorização da música caipira empreendida pelo trabalho de artistas como -*Ivan Vilela, Pereira da Viola, Almir Sater, Roberto Correia, Tinoco, Renato Teixeira, Pena Branca*- e outros que compõem, registram e a reproduzem abrindo espaço para a sua veiculação. Há também programas de televisão como “**Viola minha viola**” apresentado por *Inezita Barroso* que é pesquisadora e estudiosa da música caipira e madrinha de vários cantores. Este programa abre espaço para vários artistas que estão começando sua carreira neste estilo musical; nas apresentações dos artistas sempre se destaca a relação familiar e de parentesco e as suas origens (cidade natal ou de moradia) assim como é costume se fazer na cultura caipira. Neste programa mantém-se viva a memória dos antigos e idos, recordando-os e homenageando-os. O cenário sempre tem referência ao mundo rural, seja a da casa de fazenda ou a do caboclo, ou a da venda do bairro rural, e ainda a vista para uma paisagem agropecuária. Programa de auditório com participação aberta e popular e exibido em rede aberta de fiéis espectadores.

O estudo da música caipira e sertaneja é uma das formas de se compreender o imaginário dos homens vinculados a este universo cultural. *José de Souza Martins, Carlos Rodrigues Brandão* e *Sidney Valadares Pimentel* estudaram este gênero e as letras das músicas, bem como as diversas circunstâncias que envolvem a produção e a reprodução das mesmas, para poderem compreender a simbologia e a história desta cultura.

Na música caipira, as aspirações do caipira são bastante prosaicas. Nada que exceda a simplicidade de uma vida doméstica ao lado dos familiares, dos amigos (da companheirada) e do compadrio. É quase como se os seus limites coincidisse com as fronteiras do seu bairro rural e tudo o que excedesse daí significasse excessos e transgressões a uma ordem cujas principais características são o ganho modesto, o ajuste temporário no trabalho, a auto-suficiência e o desenvolvimento endógeno. (PIMENTEL, 1997, p.209).

MARTINS (1975) intitulou “**Música sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humildados**” um dos capítulos de um de seus livros. *Dissimulação* pelas possíveis significações outras que a análise das letras das músicas podem revelar no que se refere aos valores e comportamentos dos caipiras:

A estrutura da música sertaneja organiza-se de forma a que a narrativa conduza a um final triste e, muitas vezes, trágico ... A crítica ao capitalista é encetada em nome de relações de trabalho e dependência pré-empresariais ... como se alguns patrões tivessem se tornado homens sem coração e alguns empregados tivessem que cumprir um destino desumano ... crítica incompleta e inacabada ao sistema de relações que desumaniza e afronta. (MARTINS, 1975, p.155).

José de Souza Martins e *Carlos Rodrigues Brandão*, entre outros estudiosos e profissionais, participaram do Seminário “Caipira: Cultura, Identidade e Mercado”. Evento que tinha por objetivo:

¹⁰ Composição de *Ted Vieira* e *Luizinho*.

*Aprofundar a reflexão sobre a cultura caipira, de um modo geral, e a compreensão dos múltiplos sentidos que adquirem determinadas práticas culturais originárias desse universo ao serem apropriadas por agentes ligados ao mercado de bens simbólicos. Foram convidados pesquisadores acadêmicos, artistas, críticos e profissionais que atuam nos meios de comunicação de massa, todos ligados de alguma maneira à temática da cultura caipira. Pretende-se dar ênfase a dois aspectos: a trajetória da música caipira ou sertaneja, a partir da sua apropriação pela indústria fonográfica, e as diversas faces do caipira veiculadas pelo cinema.*¹¹

Certamente o evento alcançou seu objetivo, especialmente no que se refere à abordagem do imaginário do caipira através de seus diversos tipos de manifestação artístico-cultural, fazendo-se ainda referência às formas atuais de apresentação da mesma, o que mais do que o resgate do passado foi considerado como uma forma de reconstrução de uma identidade, assim como apontou um dos expositores: Prof. Dr. Eduardo Vicente (Universidades Anhembi-Morumbi).

Nesta ocasião *Carlos Rodrigues Brandão* comentou sobre os diferentes comportamentos que ele observa em diversos universos. Em uma festa caipira cada um participa devido ao vínculo que tem com as pessoas presentes e o espaço aonde ela acontece: *“cada pessoa não é a sua pessoa, e não está ali porque quer, no mínimo está ali por amizade ou cumplicidade a grupos complexos, altamente estruturados, hierarquizados por princípios de sociabilidade, de parentela, de vizinhança ou religiosidade”*. Nos rituais que acontecem em torno da música atual, prevalece a democratização, a massificação da individualidade, na qual não importa quem esteja ao seu lado: *“Entra quem quer, fica quem quer, não há censura, nem repressão, cada um na sua!”*. Há que se destacar ainda a participação de *Romildo Sant’Anna* neste evento que fez uma interessante interpretação das *“músicas de corno”*, as que fazem referência à perda da mulher, que para ele representam a perda da feminilidade, a perda da terra mãe e conclui: *“esta é uma terra de sem terras.”*

A música enquanto expressão artística perdeu sua dimensão ritualística, virou produto comercial e de entretenimento. Os artistas reclamam da rotina e da responsabilidade de uma carreira profissional. Para o caipira a música estava associada ao prazer, a obrigação era no máximo para com a festa santa e a sua divindade.

A LITERATURA BRASILEIRA E AS LERÉIAS DOS CAIPIRAS

Antonio Candido no prefácio do livro **“Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira”** (AGUIAR, 1999)¹² observa que: *“é o teor literário que faz a verdade da escrita, porque permite transformar o fato em significado. O resultado é um mundo além do nosso mundo, que no entanto nos faz compreendê-lo melhor.”* (AGUIAR, 1999, p.9)

¹¹ Texto do *Folder* de divulgação do evento.

¹² *Flávio Aguiar*, organizador da publicação, selecionou trechos de textos literários, dos mais diferentes estilos e escolas, com o intuito de retratar os diversos períodos históricos do Brasil: desde a ocupação da terra até o fim da ditadura e o seu declínio.

Há diversos escritores que retratam a cultura caipira: *Cornélio Pires*¹³, *Rolando Boldrin*¹⁴, *José J. Veiga*¹⁵ e *Mário de Andrade*¹⁶, destaque dentre eles *Valdomiro Silveira*. Escritor paulista, que viveu no interior de São Paulo, lançou mão do sotaque do caipira, do seu vocabulário e da sua fantástica¹⁷ imaginação para conceber suas estórias. Estórias românticas, picantes, moralizantes e de momentos singelos e surpreendentes da vida do homem do campo. Ele demonstra sensibilidade e percepção aguçada, atentas aos detalhes do cotidiano dos homens do universo caipira. Em seu livro **Mixangos** ele descreve algumas de suas características: "*porque era de seu natural envergonhado*" (SILVEIRA, 1937, p.57); a proximidade com o mundo dos animais: "*até a raiva dos passarinhos, quando eles cantam, é formosa...*" (SILVEIRA, 1937, p.21); e com a natureza... "*a tempo que o céu já formigava de estrelas*" (SILVEIRA, 1937, p.12); "*estirando os braços por toda a frescura da sombra*" (SILVEIRA, 1937, p.53); de uma natureza que se compadece do drama dos personagens "*Muito cheia de sangue a tarde começava a fechar*" (SILVEIRA, 1937, p.112);

Foi, como sempre, um mouro no trabalho (Antonio Lasbino). Arrendara umas terras mal conhecidas, de casqueiro de areia, mas legítimas roxas, onde a criciúma e o palmito vermelho trançavam passo a passo, e os alheiros, atacados, nessa quadra, pelas pacas famintas, carregavam o ar de um cheiro agudo e entontecedor. Conheceu o suplício das derrubadas, longe dos córregos, de um lagrimal que fosse; o medo das queimadas, quando o vento não firmou ainda e os aceiros têm muita folha seca; o destocar das roças, o abrir das covas ao peneirar dos chuveiros; a timidez das primeiras plantações; o terror das geadas tardias, quando o feijão embainha e o arroz cacheia, e das ventanias bravas, que às vezes quebram milharais embonecados. (SILVEIRA, 1937, p.56).

Não poderia deixar de citar *Monteiro Lobato* que criou um personagem -*Jeca Tatu*¹⁸, que se eternizou na literatura brasileira e que marcou a personalidade do homem do campo com diversas características pejorativas assim como a indolência para o trabalho, a falta de higiene e a falta de hábitos "civilizados". Este escritor tempos idos reconsidera as suas concepções sobre este homem:

Só no convívio do sertanejo, valente de dia e medroso de noite, ao som da viola num rancho de tropeiros ... é que um artista poderá "ouvir e entender" sacys. ... A verdade é esta: Geca é a única afirmação de individualidade não laivada de ridicularias que possuímos. Vede-o. ... Defronta-o a matta em calmaria, onde embirussús gigantes escorrem-se de cipós e parasitas ... Os pensamentos que lhe purilampejam no cérebro são filhos do ambiente ... producto da observação inconsciente dessa guerra eterna e silenciosa que é a natureza virgem. (LOBATO, 1998).

Na verdade esta reconsideração não é de aceitação de sua personalidade, mas de identificação de um potencial e/ou de uma proposta de mudança:

¹³ PIRES, C. **Conversas ao Pé-do-fogo**, Ed.Otoni, Itu/SP, 2002; **Musa caipira; As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o queima-campo)**, Ed.Rumo, Tiête/SP, 1985.; **Meu samburá anedotas e caipiradas**, Ed.Amadio, São Paulo/SP, s/d.

¹⁴ BOLDRIN, R. **Contando causos**, São Paulo/SP, Ed. Nova Alexandria, 2001.

¹⁵ VEIGA, J.J. **A hora dos ruminantes**, Ed. Civilização Brasileira, 8ª ed., Rio de Janeiro/RJ, 1977.

¹⁶ ANDRADE, M. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**, São Paulo/SP, Ed.Martins, 8ª ed., 1973.

¹⁷ No seu duplo sentido – por ser grandioso e/ou mágico.

¹⁸ Protagonista de seu livro "**Urupês**".

o homem rural necessitava de cura para converter-se em homem produtivo ... através dos recursos técnicos e científicos ... transformando-se em trabalhador incansável ... adepto dos inventos modernos ... torna-se um rico fazendeiro. (LOBATO, 1918 apud TOLENTINO, 1997, p.91).

A reforma agrária reivindicada deveria favorecer o progresso e a produção no campo. Certamente estava-se longe de sugerir a necessidade de desapropriação em favor do camponês como uma forma de garantir o seu próprio tempo e ritmo de trabalho. O camponês deveria ser o antijeca para os olhos desenvolvimentistas dos primeiros anos de 60. (TOLENTINO, 1997, p.218).

E O CAIPIRA CHEGA AO CINEMA

Mazzaropi interpreta o personagem preconizado por Monteiro Lobato no qual o estado de Jeca era condicional e não uma identidade:

... de modo que caipira de Mazzaropi, não é um romântico, destes que não aceitam e estão em crise com a modernização e as novas relações impostas. Jeca recusa a disciplina do trabalho moderno mas não as possibilidades de consumo que lhe traz. (TOLENTINO, 1997, p.110).

Para Luzimar Gouveia o personagem Jeca interpretado por Mazzaropi representa o homem que desistiu de lutar e que recusa o sistema produtivo, o qual julga injusto, afastando de si o dogma do trabalho e elegendo a preguiça como um direito (GOUVEIA, 2001, p.92). Luzimar Gouveia faz estas reflexões a partir do texto “**A dialética da malandragem**” de Antonio Candido (1977), para quem a malandragem é a única possibilidade para o protagonista do romance que ele está analisando conseguir empreender uma ruptura com a fixidez dos lugares sociais assim como estão dados para este personagem. Esta esfera, que é a da “*desordem*”, está associada também à idéia de um “*universo sem culpabilidade*”.

No Brasil, os grupos ou os indivíduos ... nunca tiveram obsessão pela ordem senão como princípio abstrato, nem pela liberdade senão como capricho. As formas espontâneas de sociabilidade atuaram com maior desaforo e por isso suavizaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência. (CANDIDO, 1977, p.XXXV).

As diversas perspectivas dos diversos autores referidos acima não são excludentes, no entanto nos encaminham para compreensões diferenciadas. Construção, desconstrução e reconstrução dos personagens e suas respectivas implicações dentro do quadro de referência de cada estudioso/ autor: o Jeca de Monteiro Lobato, revisitado pelo seu próprio criador, depois por Mazzaropi, Célia Tolentino e Luzimar Gouveia.

IMAGENS DE RESISTÊNCIA E LUTA

Antonio Candido em sua obra “**Os parceiros do rio bonito**” estuda as diversas características por ele identificadas no mundo caipira no intuito de construir um sentido para esta

cultura¹⁹. Ele estuda o cotidiano de homens moradores de um bairro rural, o qual identifica como sendo caipira, e busca a compreensão de um ser avacalhado na literatura²⁰, pelos meios de comunicação bem como no meio urbano. Estas circunstâncias levaram diversos caipiras a se modernizarem, assumindo formas de apresentação e valores externos à sua cultura e a si. *Antonio Candido* cria uma tipologia para classificar as diferentes reações adaptativas do caipira: a que se dá primeiro pela aceitação dos traços impostos e dos propostos; segundo pela aceitação dos traços propostos; e terceiro pela rejeição de ambos. O segundo caso é o que mais interessa ao seu trabalho: são os que “*procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização*” que aceitam para não comprometer a sua sobrevivência, apegando-se a um mínimo de fórmulas da modernidade de forma a “*preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio*” (CANDIDO, 1987, p.218).

A leitura da tese sobre a Folia de Reis em Campinas “**Memórias itinerantes**” de *Célia Cassiano* confirma as perspectivas dos laços de solidariedade nas vizinhanças, assim como estudado por *Antonio Candido* em “**Os parceiros do rio bonito**”, os quais permanecem mesmo nos centros urbanos para onde estas populações migram. Esta pesquisadora confirma também a latência dos valores desta cultura que afloraram e reconstituíram-se, atualizando-se e revigorando-se, no caso estudado, com a recriação das Folias de Reis em Campinas/SP. Hoje as Folias contam com várias "companhias" que percorrem toda a cidade em atendimento a pedidos feitos e para cumprimento de “obrigações” e promessas.

Um objeto é cultural na medida em que pode durar; sua durabilidade é contrária mesma da funcionalidade. (ARENDR, 1999, p.260).

A cultura caipira, apesar de ser originária do meio rural, se difundiu bastante no meio urbano com a migração desta população. Assim, muitas vezes percebemos pessoas que vivem na cidade e que mantêm características peculiares da cultura caipira. Apesar da população brasileira estar classificada nos censos como sendo em sua maioria urbana²¹, muitas das características culturais neste meio são marcadamente determinadas pelas relações sociais e temporais frutos da vivência com a natureza que muitos dos cidadãos carregam em suas histórias de vida.

"Aprofundar o olhar, pisando na terra"²²

A terra é textura, é paisagem, é solo, é visceral. A agricultura, o alimento, humano. A plantação, a mesa posta, o ritual, a reza.

Em close variedade de cores e granulações em borrões e cristais, que brilham com o sol e se desmancham com a chuva, que correm para o rio, que percorre montanhas,

¹⁹ A busca por um “*universo sem culpabilidade*” parece ser uma prerrogativa para este autor.

²⁰ Conforme citação acima.

²¹ José Eli da Veiga em seus estudos questiona os números desta classificação, argumentando serem estas características culturais visíveis na população de diversas cidades, que apesar de viverem em espaços urbanos, mantêm em suas relações e em suas vidas comportamentos que são característicos do homem do campo. VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula**, Ed.Autores Associados, Campinas/SP, 2002.

²² Esta frase e as outras que também estão identificadas neste texto são dos autores referidos e o restante é de minha autoria. Esta frase em especial é de *Helton Souza Lima* in WHITAKER, D.C.A. “**Sociologia Rural-questões metodológicas emergentes**”, Ed.Letras a margem, São Paulo/SP, 2002, p.233.

formando uma linha nos vales, onde muitas vezes as plantações em várzeas formam um tapete, onde se pode deitar e sentir o coração palpitar.

“os que se apegam a ela (a terra) deixam seu som mais triste no mundo”²³.

“O que sabemos é isto: a terra não pertence ao homem, o homem pertence à terra.”²⁴

O mundo caminha estabelecendo limites, colocando cercas, e quem desconhece o papel em que se definiu propriedades, foi expulso para onde o mínimo vital é a sobrevivência que precisa ser batalhada dia-a-dia - na favela, a miséria; o bóia-fria no corte-de-cana.

As pessoas se encontram, ainda festejam, se alegram, embaladas pela música, pelo afeto, pela solidariedade, no consolo da religião, na acolhida da família e da vizinhança. Em cada um destes espaços alguém sonha com melhores dias e propõe:

- Porque não uma horta comunitária naquele terreno baldio?*
- Será que o Seu Roque não topa tocar prá gente fazer a folia de reis?*
- Folia de reis? Em agradecimento a qual colheita?*
- Mas a bíblia nos inspira...*

Há que se medir forças para que se possa alcançar a terra prometida.

Muitos dos autores que tenho lido sobre memória e cultura (especialmente a caipira), comentam sobre as imagens que permanecem arraigadas nos homens, constituintes de cada um como uma força interna:

A experiência da perda da terra é acompanhada por perdas afetivas, por marcas de trabalho sem retorno, pelas andanças por diferentes regiões, executando as mais variadas tarefas. Um dia vem o cansaço, que não mata a vontade de viver, mas cria uma vontade de mudar, de transformar, de criar um “outro mundo”. (GOMES, 1995, p.144).

Uma história de exploração, expropriação e expulsão, permitiu também que se construísse uma história de resistência. (GOMES, 1995, p.9).

Cresce a população na periferia da cidade, continua migrando para onde possam pagar aluguéis²⁵ ou então para espaços onde esperam encontrar melhores condições de vida. Este contínuo vai-e-vem de gente dificulta o estabelecimento, a manutenção de vínculos e a organização social²⁶. Apesar de tantas dificuldades ao menos o deslocamento e a comunicação são mais fáceis na cidade e com o aumento dos encontros se começa a retomar antigas tradições assim como aconteceu com a Folia-de-Reis de Campinas.

... a própria ação organizada ocupava ... o espaço deixado pelas formas coletivas de sociabilidade. (MEDEIROS, 1995²⁷ apud TOLENTINO, 1997, p.215).

Alguns grupos reunidos em torno da religião católica iniciam discussões políticas e reflexões sobre a questão da terra e começam a se mobilizar para conquistá-la, terra que vêm sendo

²³ Música “**El condor pasa**”, letra de Paul Simon & Art Garfunkel, tradução do Instituto de Desenvolvimento do Potencial Humano.

²⁴ CAMPBELL, 2002, p.34.

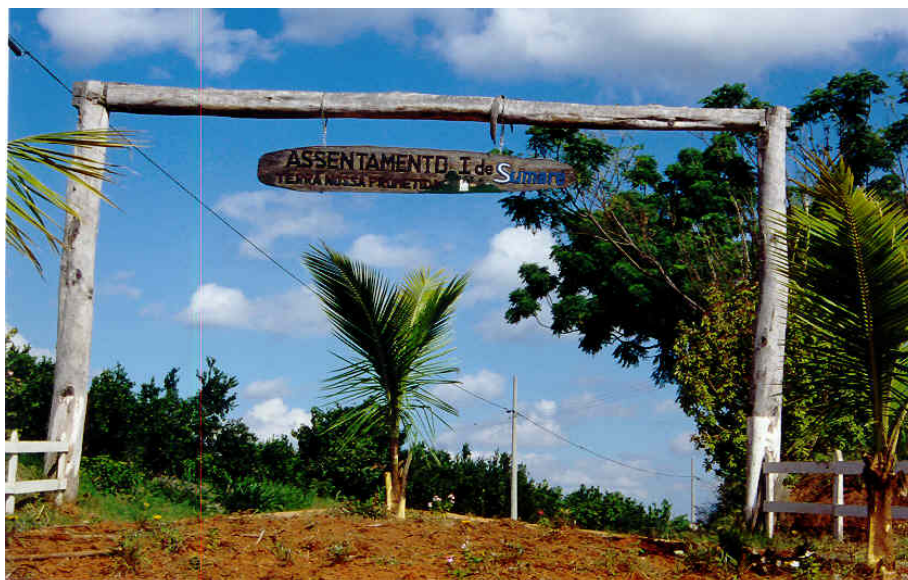
²⁵ CASSIANO, 1998, p.186.

²⁶ FRANCO, 1969, p.37.

²⁷ MEDEIROS, L.S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**, tese de doutorado apresentada ao IFCH/UNICAMP, mimeo.

almejada pelos “povos de Deus” desde os tempos idos do Êxodo, assim como se pode observar pelo depoimento do Sr. *João Calixto*²⁸, agricultor do Assentamento de Sumaré I:

então a bíblia nos inspirou, que nós haveria de partir e ir em busca de uma terra prometida ... a gente vivendo num mundo tão violento e a igreja falava coisa tão bonita ... a gente resolveu a por a bíblia em prática ... a gente foi em busca de que? de uma terra e esta terra prometida seria este horto tão maravilhoso que ocês tão vendo aqui ... era horto florestal ... hoje é um assentamento de pequeno agricultor de Sumaré.



Kellen Junqueira

Foto 8: **Portal de Entrada do Assentamento Sumaré I**
“Terra nossa prometida”

Assim foram sendo construídas as *imagens* de resistência e de luta, *imagens* que deram confiança para que as pessoas começassem a se organizar para reivindicar terra, movimento que enfrentou, e enfrenta, os poderes instituídos, autoridades e a polícia.

Segundo *José de Souza Martins* esta força está centrada na indignação que estes homens sentem ao verem o que julgam ser de direito -o trabalho na terra- ser subjugado pelo mercado, que atribui à terra um valor de renda, mantido em vastas extensões improdutivas:

em cima da concepção do ser e não do ter ... essa concepção já estava embutida nas formas de vida de diferentes tipos de trabalhadores rurais... que foi se transformando em concepção política, foi emergindo na palavra e na consciência das pessoas... (MARTINS, 1986, p.100).

O retorno à terra é tido como solução para o problema econômico de diversos cidadãos, desempregados, que vivem em péssimas condições de vida nos centros urbanos, carentes antes de mais nada de liberdade: liberdade para definir o uso do seu tempo, seu ritmo de vida e o trabalho ao qual gostariam de se dedicar.

²⁸ Depoimento para o vídeo **Reforma Agrária: um projeto de vida** de minha autoria; neste depoimento o senhor *Calixto* faz referência aos estudos bíblicos promovidos pela CPT – Centro da Pastoral da Terra ligado à Igreja Católica.

ser dono da terra é condição básica de ser liberto, juntamente com o domínio tanto cognitivo como simbólico do saber que orienta o processo de trabalho. (WOORTMANN, 1997, p.44).

Estar em um assentamento algumas vezes representa simplesmente ter um espaço do qual se possa cuidar. Percebo isto quando alguma dona de casa faz questão de levar-me para uma visita em seu barraco, o qual observo organizado, limpo e decorado. Um lugar para acomodar a visita e para servir um café. Em um passeio por um acampamento pode-se perceber a beleza que alguns buscam dar à sua moradia, buscando a simetria no arranjo do telhado ou na harmonia das peças recicladas que compõe as paredes; o chão batido ou com cimento queimado. Cuidados que me surpreendem em função do caráter circunstancial deste momento, os quais, por outro lado, admiro em função da força, resistência e beleza, que estas imagens representam para mim.

E é por tudo isto que não só as condições materiais devem ser garantidas aos assentados, mas também as culturais:

Muitas pesquisas apontam que muitos assentados abandonam suas atividades e retomam a estrada da migração, engrossando o número dos fracassados, em razão de projetos que negam seu modo de vida e são estranhos à sua tradição. Oxalá, os organismos estatais, as lideranças e os mediadores compreendam que qualquer projeto alheio à cultura destes trabalhadores será imbuído de violência simbólica, pois reforçará o processo de desvalorização e desestruturação cultural ao qual foram submetidos ao longo de suas vidas. (MORAES, 1995, p.19).

REFERÊNCIAS:

- AGUIAR, F. (org.), **Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira**, Ed.Boitempo, São Paulo/SP, 1999.
- ARAÚJO, I.S. E AZEVEDO, A.M.A. **A recepção de impressos, rádio, vídeo e audiovisuais no meio rural**, ed. Espaço Aberto, Recife, 1996.
- BRANDÃO, C. R. Sacerdotes de viola *in Os deuses do povo um estudo sobre a religião popular*, Ed. Brasiliense, São Paulo/SP,, 2ª ed, 1986, 6:150-168.
- CANDIDO, A. Dialectica del malandrínaje, prólogo do livro **Memórias de un sargento de milicias de Manuel Antonio de Almeida**, Biblioteca Ayacucho, Venezuela, p.IX-XXXVII, 1977.
- _, **Parceiros do rio bonito**, Ed. Livraria Duas Cidades, 7ª ed., São Paulo/SP, 1987.
- CASSIANO, C.M. **Memórias itinerantes – um estudo sobre a recriação das folias de reis em Campinas**, tese mestrado, IA/UNICAMP, Campinas/SP, 1998.
- FRANCO, M.S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**, Institutos de Estudos Brasileiros/USP, São Paulo/SP, 1969.
- GOMES, I.Z. **A recriação da vida como obra de arte – no assentamento a desconstrução/reconstrução da subjetividade**, tese doutorado, Depto de Sociologia/FFLCH/ USP, São Paulo/SP, 1995.
- GOUVÊA, L.G. **O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazzaropi: a construção de um imaginário**, IEL, tese mestrado, Campinas/SP, 2001.
- LOBATO, M. **O SACY-PERÊRÊ - Resultado de um inquérito**, Secção de Obras de “O Estado de São Paulo” – 1918, Rio de Janeiro/RJ, Gráfica JB AS, 1998.
- MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**, cap. VII - Música sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados, Livraria Pioneira Ed., São Paulo/SP, 1975, p.103-161.
- _, **Não há terra para plantar neste verão - o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**, Ed.Vozes, Petrópolis/RJ, 1986.
- MORAES SILVA, M. A. **A Luta pela Terra: Experiência e Memória**, Ed.UNESP, São Paulo/SP, 2004.

- ONG, W. **Oralidade e cultura escrita – a tecnologização da palavra**, Ed.Papirus, Campinas/SP, 1998.
- PIMENTEL, S.V. **O chão é o limite: a festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão**, Ed. UFG, Goiânia/GO, 1997.
- SILVEIRA, V. **Mixuangos - contos**, Ed. Civilização Brasileira MEC, Rio de Janeiro/RJ, 1975.
- _. **Leréias (histórias contadas por eles mesmos)**, Ed. Civilização Brasileira MEC, 2ª ed, Rio de Janeiro/RJ, 1975.
- TOLENTINO, C.A.F. **A dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro – um estudo sobre o rural no cinema brasileiro**, Tese de Doutorado apresentada no IFCH/UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Élide Rugai Bastos, 1997.
- WOORTMANN, E. e WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**, Ed.UnB, Brasília/DF, 1997.

LIDERAZGO Y GOBIERNO EN EL CAMPO: POLÍTICA LUGAREÑA EN POBLADOS DEL CAMPO ARGENTINO

Hugo E. Ratier (Profesor Consulto Universidad de Buenos Aires
Profesor Emérito Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires
Director Instituto de Investigaciones Antropológicas de Olavaria)
E-mail: hugo.ratier@gmail.com

RESUMO

La resolución de diversos tipos de problemas en pequeñas poblaciones rurales del centro de la Provincia de Buenos Aires supone la movilización de recursos comunitarios no siempre vinculados al poder formal. Se pone en marcha una compleja red de relaciones sociales operada a partir de diferentes asociaciones. No siempre las acciones llevadas a cabo corresponden a la ortodoxia estatutaria de dichas asociaciones. Por lo general las personas comprometidas con los fines comunitarios evidencian una firme vocación para manipular espacios de poder que incluyen vínculos clientelísticos, capacidad para servirse del poder formal y acceso inclusive a políticos profesionales para alcanzar sus fines. Este trabajo presenta, a modo de avance, casos recientemente relevados mediante trabajo de campo que ofrecen pistas sobre el funcionamiento de lo que llamamos *política lugareña*

Yo digo siempre que estos pequeños pueblos se mantienen y se nutren y se llevan delante de una sola manera: mientras tengan gente con ganas de trabajar, con ganas de mantener vivas las instituciones como lo están haciendo hoy la gente de Amanecer (agrupación tradicionalista), como lo hace otro día la gente del club, la gente de la cooperadora escolar, la gente de otros centros la gente ..., toda esta gente que se moviliza y que ponen en funcionamiento a las instituciones del lugar.
Delegado Municipal inaugurando fiesta

1. LA REGIÓN Y SUS POBLADOS: CARACTERÍSTICAS.

Los datos en que se basa la presente ponencia fueron obtenidos en trabajos de campo llevados a cabo en pequeños poblados del centro bonaerense. Se trata de

localidades que tienen desde 20 hasta 500 habitantes, cifras que en nuestra experiencia, y cuando practicamos censos mnemónicos¹ siempre resultaron menores.

Geográficamente aisladas de las poblaciones más importantes –de las cuales dependen en diversos aspectos- llegar hasta ellas suele ser difícil, por ejemplo, en tiempos de lluvias, cuando los caminos se convierten en lodazales intransitables. Por algo a estos pueblos se los denomina *estaciones*, recuerdo del que fuera su principal medio de transporte, hoy virtualmente desactivado, y nexos entre todas ellas: el tren.

El sistema telefónico es precario. Los teléfonos celulares raramente tienen señal. Dicha precariedad afecta, asimismo, a la comunicación informática vía Internet.

Hay una población estable con empleos en la misma localidad, mayoritariamente públicos. En un universo tan pequeño tienen bastante incidencia. A ello hay que agregar los planes sociales, por lo general objeto de manejos clientelísticos. Hay cierto nivel de comercio y servicios: pequeños almacenes, talleres mecánicos, carnicerías, panaderías, peluquerías. El resto de la gente vive del empleo precario (changas) y se inserta en diversas actividades de supervivencia. La ocupación urbana y la rural pueden ejercerse alternativamente.

El representante del poder político formal es el delegado municipal. En el Partido de Olavarría es designado por el intendente. En otros partidos se recurre a algún tipo de consulta a la población, pero como advierte Diez Brodd (2006) "... suele consultarse a los pobladores a través de la junta de firmas o algún mecanismo por el estilo. En ningún caso se trata de un puesto elegido por voto directo, siguiendo las normas electorales de la democracia representativa: no hay candidatos de diferentes fuerzas políticas compitiendo en las urnas por el cargo".

Es que existen impedimentos constitucionales para la elección directa. Autorizar algún tipo de consulta popular depende de la voluntad del Intendente. Hay delegados con larguísimos mandatos, prácticamente vitalicios, que han sabido sortear inclusive varios cambios de partidos políticos en el gobierno del municipio. Algunos concitan la adhesión de los pobladores, otros son duramente criticados. De todas maneras, el delegado es el mediador indispensable para encarar la resolución de problemas de la comunidad, dada su buena relación –en general- con el intendente municipal. Tal mediación depende de su vínculo con la política formal.

El relativo aislamiento de estas localidades, las dificultades para encontrar una vía institucional apta para enfrentar las dificultades, el extremo conocimiento que todos tienen de los otros, generan formas de gestión peculiares de este tipo de pueblos. El

asociativismo es bastante activo en este conjunto de poblaciones (V. Ratier 2001) , y las asociaciones no siempre desempeñan las funciones que supuestamente les competirían.

Si a ello agregamos el auge de las políticas neoliberales, su énfasis en la privatización y tercerización de servicios y la decadencia del estado de bienestar, la necesidad de que las comunidades resuelvan por si solas sus problemas es creciente.

2. ¿ASOCIATIVISMO ES POLÍTICA?

Pensar la actividad asociativa como una forma de política no es simple, y siempre nos generó algunas dudas. La antropología tuvo un papel destacado en cuanto a enriquecer la reflexión sobre el quehacer político. La variedad de sistemas políticos o lo que se juzgó la ausencia de ellos, planteó problemas teóricos, científicos y filosóficos importantes. Entre las discusiones sobresale la suscitada por las llamadas *sociedades sin Estado*. Resultaba paradójico que pudiera haber gobierno sin ese organismo que parecía previo a su existencia. La antropología, al ampliar el repertorio de las sociedades humanas, desnaturalizaba creencias arraigadas y mostraba que algo como la política podía aparecer en escenarios insólitos, insospechados. Eso nos animó a buscarla en el accionar de nuestros asociativistas.

Balandier (1969: 8), reseña: "...Los politicólogos reconocen, ya desde ahora, la necesidad de una antropología política ... R. Aron observa que las sociedades llamadas subdesarrolladas ´están empezando a fascinar a los politicólogos deseosos de substraerse al provincialismo occidental e industrial".

David Easton sugiere tres aspectos de los sistemas políticos, la *comunidad política*, el grupo mayor dentro del cual se puede decidir pacíficamente; *el régimen*, o sea las reglas del juego para resolver demandas, que legitiman las acciones de los involucrados en el proceso político. Deja sin respuesta la pregunta sobre legalidad, que puede derivar de la legitimidad o de otra fuente, y por fin *el gobierno* entendido como los funcionarios y las organizaciones de las que forman parte (Cit. en Swartz et alii, 1994:107).

A fines de los 50 y en los tempranos 60 es cuando se deja de lado la taxonomía, estructura y función de los sistemas políticos para pasar al examen de fenómenos dinámicos, de procesos (Swartz et alii 1966: 1-2). El análisis institucional del funcionalismo pierde vigencia, y se producen cambios revolucionarios para la época, como el programa de investigación impulsado desde 1939 por el *Rhodes-Livingston*

Institute, primero por Godfrey Wilson y luego por Max Gluckman (cf.: Kuper, 1973:180 y ss.; Vincent, 1990: 276 y ss.).

Analizando la estructura social total del África Central, abarcaría tanto las áreas rurales como las urbanas, atendiendo simultáneamente a la articulación política y económica de las comunidades locales con el estado colonial y con el sistema político y económico mundial, y examinando prioritariamente los acelerados procesos de transformación -industrialización, urbanización, migraciones masivas, etc.- que se estaban produciendo en el área. En un sentido similar se desarrollan investigaciones de las universidades de Chicago y Columbia en el área del Caribe, dirigidas por Julian Steward en Puerto Rico y llevadas a cabo, entre otros, por Eric Wolf y Sidney Mintz. Los fenómenos políticos locales se relacionaban con el entorno mayor, mundial. En el ámbito europeo Pitt-Rivers realiza un análisis ejemplar de las relaciones políticas vigentes en un pueblo andaluz, y sus conexiones con la política regional y nacional.

La confluencia entre estos trabajos europeos y la línea inaugurada por Wolf y Mintz en América daría lugar en los '60 a la extensa bibliografía antropológica sobre 'patronazgo', 'mediadores', 'brokers', etc. (cf. los trabajos incluidos en: Gellner, 1986; y Schmidt et. al., 1977) representada en nuestro país por el volumen editado por Hermitte y Bartolomé (1975). Se impone así un enfoque relacional donde a las tipologías estructurales le suceden análisis de procesos, y luego de la acción e interacción políticas.

La disputa por el poder dentro de los estados, ya cuando la antropología abandona su especialización en los otros culturales lejanos, preocupa tanto a la sociología como a la antropología política. Los antropólogos, ya abocados al análisis de las sociedades con estado, se centran en los llamados "intersticios", instituciones y formas de relación no formales que coexisten con las formales o se insertan en ellas, o bien colaboran en su operación (parentesco, amistad, patronazgo, redes, cuasi-grupos, mediaciones).

La actividad política y la relación entre políticos y pobladores suscita también interés. Se continúa, para ello, la matriz weberiana centrando los análisis en la figura del político profesional y el ejercicio de su tarea específica (Weber 1985). El concepto de *campo político* acuñado por Pierre Bourdieu (1989) otorga un marco teórico adecuado para la indagación de este tipo de disputas. Dentro de ese campo es donde se mueven los agentes a él vinculados. La preocupación por la estructura de los partidos políticos (V. Weber 1966: 228-241), sus proyecciones ideológicas y los procesos a ellos vinculados ocupa buena parte de la bibliografía argentina reciente (v. Balbi y Rosato 2003, Balbi 2004

y 2005, Auyero 2001). Las políticas públicas y sus efectos también despertaron el interés antropológico (Grassi, Hintze y Neufeld, 1994).

Ese énfasis en lo específicamente político también aparece en Brasil. Desde la antropología, estudios como los del Núcleo de Antropología de la Política (NuAP 1998) tras una crítica de la llamada *antropología política*, también privilegian el citado campo. En Brasil muchos estudios se centran en las concepciones nativas de la política, en las formas en que los actores se representan sus actividades, tanto políticas como no políticas (religiosas, sociales, de parentesco). El *tiempo político*, tomado como categoría nativa (*tiempo de la política*), que interrumpe la cotidianeidad en poblaciones campesinas, tiempo que cesaría en cuanto finalizan las elecciones, se va constituyendo en el ejemplo clásico de ese tipo de enfoques. Se hace una prolija etnografía de esa temporalidad cualitativamente diferente a cualquier otra (Palmeira y Goldman 1996, Guebel 1996, Crespo, Novaes y Birman 1997).

¿Dónde quedan, entonces, nuestras asociaciones y sus integrantes como agentes políticos? ¿Dónde su acción en cuanto virtual órgano de gobierno de los pueblos y no como electores o punteros?

Ubicamos a esos individuos entre los agentes políticamente pasivos, al decir de Weber, esos "...ciudadanos comunes reducidos al estatuto de 'consumidores' de los productos políticos" (Bourdieu, 1989: 164). Son aquellos que están en los bordes del campo político, pero que desde allí producen una cesión de confianza a quién ejerce el gobierno formal. "Como el campeón divino o humano... el hombre político retira su fuerza política de la confianza que un grupo pone en él" (Bourdieu 1989: 188). Y esa politicidad no se limita al mundo de los partidos y de las elecciones, aunque lo incluye indirectamente. Podríamos preguntarnos si casos como el que analizamos no nos permitirían relativizar o aún diluir esta clásica distinción entre activos y pasivos.

"M.G. Smith contrapone la acción política y la acción administrativa pese a su íntima asociación en el Gobierno de las sociedades humanas. La primera se sitúa al nivel de la decisión y de los 'programas' formulados más o menos explícitamente; la segunda se sitúa al nivel de la organización y de la ejecución. Una se define a través del poder, la otra por la autoridad ... El gobierno de una sociedad implica siempre y en todas partes esa doble forma de acción. Por consiguiente, los sistemas políticos sólo se distinguen en la medida en que varían en el grado de diferenciación y el modo de asociación de esos dos tipos de acción" (Balandier, 1969: 36-37).

Radcliffe.Brown, por su parte, consideraba la 'organización política' como un "aspecto" presente en toda la estructura social.. Dividía las funciones políticas, en dos grupos: "las que asientan o mantienen el orden social al organizar la cooperación interna; y las que garantizan la seguridad al asegurar la defensa de la unidad política". (Balandier 1969: 20). Dentro del primer tipo pensamos que pueden ubicarse las instituciones que queremos analizar.

Un investigador mucho más reciente, Javier Auyero, observa y critica:

"En los estudios actuales, la manera en que la política afecta e involucra la vida diaria de gente de carne y hueso está (casi completamente) ausente o representada por el pobre sustituto de las encuestas de opinión. ... Lejos de ser una actividad restringida a las elites nacionales o provinciales, para algunos, *la política es una práctica cotidiana*, aun cuando no lo sepan. A pesar de esto, los analistas políticos recurrentemente miran a un lado (el más visible) de la dinámica política a expensas de sus aspectos más oscuros, intrincados y –a mi juicio– interesantes" (Auyero, 2001: 40, énfasis del autor).

A esa política como práctica cotidiana nos queremos referir. Frente a las críticas al clientelismo, Auyero también remarca:

el acto dramatiza redes informales existentes con anterioridad a la manifestación pública y representaciones culturales compartidas –aunque no siempre cooperativamente construidas. (Auyero 2001:29, énfasis del autor).

Esas redes, son de interés central para nosotros y nos interesa analizar su existencia y funcionamiento, que, por ahora, no relacionaremos con lo explícitamente político-partidario. Proponemos tentativamente al asociativismo como forma (parcial) de gobierno.

En lo específicamente rural recordamos la advertencia de Moacir Palmeira en uno de sus cursos, acerca de la reificación de la aldea campesina en tanto espacio social diferente y de la propuesta de Wolf sobre la existencia de una pequeña política aldea

adentro, y una gran política afuera, que los mediadores relacionaban. Creemos con el autor brasileño que hay una sola política dentro y fuera de las aldeas ^a.

3. ASOCIACIONES Y LIDERAZGOS

Desde nuestra llegada al campo nos llamó la atención la cantidad de asociaciones actuantes en relación a la población total de los lugares. Si se siguieran las exigencias estatutarias demográficamente no alcanzarían las personas disponibles para llenar la totalidad de los cargos exigidos. La militancia de los individuos suele extenderse a varias entidades, y los nombres se repiten en distintas comisiones directivas. De tal forma se va conformando una élite de notorio protagonismo en el manejo de la cosa pública. En muchos casos funcionan como referentes para el delegado municipal, suerte de concejo deliberante ad-hoc. En otros, pueden enfrentarlo.

Como anticipamos, consideramos la actividad de estas asociaciones como acciones de gobierno, en tanto expresan una acción administrativo-jerárquica que integra el quehacer político. Buscamos lo político en instituciones que formalmente no lo son. Procuramos indagar, desde la base, cómo se opera la transferencia de poder, el otorgamiento de confianza hacia quienes ejercen la política formal (Bourdieu, cit.) y cómo puede hasta sustituirse el papel de los funcionarios que no merecen esa confianza (Ratier 2005: 86-87).

En estos pueblos pueden identificarse líderes con experiencia, capaces de accionar prescindiendo de la colaboración de otros vecinos. El líder asume la conducción aunque no lo acompañen, y busca a los otros integrantes de comisión solo para cumplir formalidades. Se opera una verdadera cesión de poder hacia quien lidera, estado de cosas que parece conformar a todo el mundo, salvo en casos de conflicto.

La posición de presidente de cooperadora escolar, por ejemplo, es independiente de que la persona sea padre de algún alumno de la escuela, o que lo haya sido. Registramos casos de presidentes con 20 años de ejercicio, a veces con nietos, otras sin parientes en el establecimiento. Directivos de clubes de campaña lo fueron durante 30 años consecutivos. Tales personajes conforman una verdadera casta de dirigentes.

^a Una definición apta para nuestros propósitos es la así enunciada: “Tenemos por consiguiente, tres características que deberían servir para iniciar nuestra división del universo de lo que es político y de lo que no lo es. El adjetivo ‘político’ como lo hemos definido ampliamente, se aplicará a cada cosa que sea al mismo tiempo pública, orientada según metas definidas y que involucre un poder diferenciado (en el sentido del control) entre los individuos del grupo en cuestión” (Swartz et alii, 1994: 104).

Tan vitalicio es el cargo, que a un presidente de cooperadora le renovaron los mandatos durante dos décadas sin siquiera la formalidad de una asamblea. Estos funcionarios institucionales son, además, mediadores preferenciales en el momento de conseguir cosas, en especial con el poder político.

A título de ejemplo analizamos datos sobre instituciones de cuatro localidades y su acción dentro de éstas.

A. Necesidades y servicios a cargo de las asociaciones

- Edificios escolares: construcción, ampliación y mantenimiento.
- Comedores escolares: mantenimiento y funcionamiento.
- Ropa: provisión para niños, ancianos e internos de hospitales, acondicionando prendas donadas por entidades religiosas.
- Caminos vecinales: entoscado y arreglo. Gestión para mantenimiento y construcción.
- Jubilaciones. Los centros de jubilados distribuyen la ayuda estatal (bolsones de alimentos) y ayudan a los afiliados en trámites de todo tipo. Organizan actividades recreativas y festivas, viajes, etc.
- Actividad deportiva: fútbol de campaña, papi-fútbol, bochas, otros deportes. Organización, mantenimiento de los equipos, entrenamiento especializado, financiación de árbitros profesionales, asociación en Ligas regionales, construcción y mantenimiento de campos de deportes. Organización de campeonatos de diversa entidad (locales, provinciales).
- Juegos de salón: de cartas.. Dominó. Damas.
- Campeonatos de estos juegos en el pueblo y fuera de él.
- Actividad ecuestre y tradicionalista. Desfiles gauchos. Carreras de sortija y tacuara. Domas y jineteadas. Carreras cuadreras. Fiestas tradicionalistas. Danzas folclóricas.
- Bailes. De todo tipo, elemento infaltable en todo encuentro local, con contratación de orquestas.
- Espectáculos: antes, montaje de obras de teatro. Hoy espectáculos foráneos que se llevan a cabo en el club.
- Actividades para chicos: Celebración de Reyes, Día del Niño y otras.
- Actividad religiosa: Comisión de Iglesia, con construcción y mantenimiento de templos y ermitas. Catequesis. Material de culto. Financiación del traslado y permanencia de sacerdotes, misioneros y catequistas. Sostentamiento de cultos no católicos por los creyentes.

- Salud Pública: apoyo total a salas de primeros auxilios y hospitales, incluyendo la compra de aparatos como tensiómetros, la provisión de alimento y ropa a los internos.
- Transporte. En ocasión de fiestas o celebraciones. La comunidad arbitra desde el arreglo de caminos precarios, hasta la organización del transporte vehicular.
- Fiestas comunitarias: muchas en desuso, como los corsos de carnaval. Otras vigentes: Fiesta del Socio, Aniversarios del Pueblo, fiestas neoidentitarias.
- Asociaciones juveniles preocupadas por el éxodo forzado (movimiento excepcional, solo vigente en una de las localidades).

B. Financiación: solidaridad, redistribución, fiestas como fuente de recursos

Todas las actividades reseñadas requieren la asignación de fondos para llevarlas a cabo. En ese sentido hay entidades fundamentales como centralizadoras de recursos, que son los clubes de campaña (V. Etchichury 2003), primera expresión de socialidad pública en la estructura pueblerina. Casi todos muy antiguos, ediliciamente importantes, albergan actividades deportivas o ecuestres, recreativas, equipos de sonido, un escenario en el salón principal y camarines. Muchas veces son la única opción gastronómica, y siempre son la puerta de entrada y el salón de recepción de la comunidad para recibir visitantes conspicuos y celebrar eventos. Aquí acuden políticos en campaña o presentando proyectos. Representan al poblado mucho más que la Delegación Municipal, centro teórico del poder político.

La Comisión Directiva del Club está compuesta por un mínimo de entre 20 y 30 personas cuyas tareas se dividen por comisiones y subcomisiones. El presidente muchas veces es una persona influyente que no reside en el lugar, sino en ciudades vecinas. Esto puede facilitar su papel mediador. Es en el espacio del club pero también en el de otras instituciones públicas, como las escuelas, donde se celebran algunas de las actividades que enumeraremos, cuando no tienen lugar directamente en la calle o plaza.

Fiestas. Sus motivos pueden ser varios (V. Iriberry 2004). Anualmente tiene lugar la Fiesta del Socio, celebratoria del aniversario del club. Otras son las fiestas patrias o los aniversarios del pueblo, las conmemoraciones patronales, o bien cenas especiales con fines precisos: ayuda a un enfermo, búsqueda de fondos para construcciones escolares, conmemoración de un sector específico (jubilados, niños, docentes y/o alumnos). En épocas recientes se dieron también fiestas nuevas, de reafirmación identitaria, como *Santa Luisa Vive* o *Recalde Crece* (V. Ratier, 2004, Iriberry cit., Ringuelet et alii 2002).

La fiesta puede agregarse a cualquier otra actividad, como su coronación. Constituye una verdadera reconstitución de la comunidad dispersa, con la llegada de los nativos que hoy habitan en otros lugares.

El centro de la celebración es una cena, en la que colabora todo el pueblo. El prestigio de la localidad se juega en estas ocasiones, no solo por la calidad de los comestibles sino también por la de la atención. Todos los lugareños se comprometen en el evento. Casi siempre el aporte es gratuito y la retribución puede darse en especies.

Baile. Incluido en la fiesta, y su culminación supone la contratación de un conjunto musical foráneo con un repertorio ecléctico, que va desde tangos o pasodobles, hasta cumbia o expresiones del rock y el pop nacional.

Partidos de fútbol. Existe en la zona un campeonato de fútbol de campaña con equipos de varias categorías, representativos de las localidades (V. Ratier y Etchichury 2005) y dependientes de una Liga, que dirimen un campeonato. Supone mayor nivel de gastos, pago de árbitros y traslado de equipos e hinchadas a pueblos distantes. De menor envergadura, se suelen disputar también partidos entre equipos menores, varios por cada pueblo, en lo que se denomina *papi-fútbol*. Se cobra entrada para asistir a los partidos. Finalizado el juego puede haber cena y baile.

Es importante subrayar que en todas estas actividades la asistencia sobrepasa largamente a la población del pueblo, lo que facilita la recaudación de fondos.

Otros deportes y juegos. Bochas, con canchas muy bien mantenidas y campeonatos de diversa categoría. Que suelen adosarse a los de fútbol, así como los llamados *juegos de salón* de barajas (truco, mus, conga, canasta etc). La taba a veces se practicó, pero está prohibida

Actividades ecuestres tradicionalistas. Los desfiles gauchescos constituyen un circuito en el que los visitantes, en ocasión de un aniversario o de una fiesta patria, participan con sus caballos enjaezados y la ropa criolla de gala. Implican un compromiso de reciprocidad hacia los visitantes por parte de los tradicionalistas locales. Siempre se incluye un asado, tanto en esto como en las carreras de sortijas y tacuara.

Carreras de caballos. Teóricamente prohibidas, sin embargo suelen realizarse. Se cobra inscripción y se hacen apuestas. En algunas escuelas rurales se considera este recurso económico como muy rentable, superior a las carreras de sortija y tacuara.

Domas y jineteadas. Actividad tradicional que atrae a gran cantidad de gente. Algunas se celebran desde hace más de medio siglo, convocan a 2.000 personas o más, y se incluyen en un circuito semi-profesional que concluye en un campeonato nacional

cuya final se disputa en Jesús María, Córdoba.. Se cobra entrada, inscripción, tarjeta para el asado y atraen a gran número de *pilcheros*, vendedores de ropa, artesanías, discos compactos, botas, zapatos, sogas y todo lo que se pueda imaginar. Intervienen, con gran protagonismo, animadores gauchescos especialmente contratados y hay un jurado encargado de otorgar puntaje..

Rifas. Presentes en todas estas actividades. Los premios suelen ser cabezas de ganado, platos de comida u otros. Los alumnos de las escuelas las distribuyen.

Cantina. Infaltable en cualquier actividad, ofrece a los asistentes variedad de comidas y bebidas.

Trabajo solidario. Desde las instituciones se promueve la construcción de locales o dependencias escolares o sanitarias, donde participan todos. También el arreglo de caminos. En esas ocasiones intervienen todos los géneros. Las mujeres, por ejemplo, pueden transportar tosca en carretillas para arreglar un camino.

4. SOLIDARIDAD, RECIPROCIDAD. EL CIRCUITO DE LAS DONACIONES.

Lo que acabamos de reseñar constituye, poco más o menos, el repertorio de que disponen los pobladores rurales para obtener fondos que permitan hacer frente a las necesidades comunitarias. Más que el dinero resultan fundamentales las donaciones. La habilidad de los dirigentes de asociaciones consiste en obtenerlas, y hay una etiqueta prescripta acerca de la forma de pedir, y agradecerlas. Por lo pronto hay que saber qué pedir, y a quién. Para necesidades menores, como premios en sorteos, lechones, gallinas, pavos pueden solicitarse a casi todos. La presencia de una reunión de gente adinerada es ocasión propicia para que dirigentes asociativos soliciten apoyo. Pero no ha de dilapidarse el capital social del que pide con requerimientos menores a donantes poderosos. Esos deben reservarse para grandes necesidades.

Quién posee animales juega con su donación en pugnas por espacios políticos: ofrece anticipadamente una vaquillona a una institución. Y hay individuos con poder para pedir, como un delegado municipal:

“a mi me conoce todo el mundo por acá, donde voy me regalan una vaca, en eso no tengo problemas...así que capaz que después tenía un montón de vacas, pero las vendía y compraba lo que necesitaba, las cosas para hacer los pastelitos por ejemplo, la bebida...”

Delegado Municipal

Quien recibe la donación, entonces, puede disponer del pequeño rebaño reunido, vender animales y comprar otras cosas. Lo refrenda así otro testimonio:

Si, eso fue costumbre, por ejemplo para el aniversario del club, para una fiesta grande... Ahora el otro día en Santa Luisa le donaron tres, carnearon dos, y tienen tres más donadas para una próxima fiesta. Y hay gente, que se yo, que no le... que no le siente que tiene unas cuantas vaquillonas o vacas, y dona una, y ni la siente. Sentiría más a lo mejor dar cien pesos (ríe)

Veterano dirigente del fútbol de campaña

O sea que el ganado adquiere características de una verdadera moneda. Se cambia por otras cosas y se cede más fácilmente que el dinero.

Casi todo el mundo puede ofrecer ovinos. La gente de las cooperadoras, por ejemplo, va tranquera por tranquera solicitando corderos, y dicen no salir desairados. Dieciocho corderos con destino al hospital obtuvo en una ocasión el presidente de su cooperadora. Esto no solo para alimentación de los pacientes, sino para obtener fondos. Con corderos se pagaron el tensiómetro del establecimiento y aparatos odontológicos². Un costillar de vaca, en cambio, fue la retribución de los servicios profesionales de un escribano hacia el centro de jubilados, dispuesto por su comisión directiva. La donación de la carne provino de un encargado de campo, agente social con poder de decisión equivalente al de un patrón (V. Ratier et alii 2004b).

Se debe recordar que en el mito de origen de muchos de estos pueblos, antiguas estaciones, aparece la donación de terrenos (supuestamente generosa) por parte del propietario de los campos atravesados por las vías, cuyo nombre o el de sus familiares bautizó a la estación. . Esa recurrencia al don como mecanismo conspicuo de relación social aparece entonces desde el inicio.

La consecución de donaciones dependería también de la estructura fundiaria que rodea al poblado. Se supone que los establecimientos pequeños o medios, cuyos propietarios viven en la zona, son más generosos. En cuanto a los grandes, la situación varía. Se nos ha dicho que las viejas estancias tradicionales tenían fuertes vínculos con las poblaciones cercanas a sus dominios. Hablamos de propiedades pertenecientes a industriales locales (que comenzaron sus negocios por lo agropecuario) como los Fortabat, o bien a familias de la élite ganadera nacional, como los Pereyra Iraola. Compraban todo en los pueblos, los visitaban y hacían una política explícita del

mantenimiento de esas relaciones. Por ejemplo, veraneaban en la localidad ampliando el mercado interno local.

El proceso de desnacionalización y reestructuración de las propiedades pampeanas ha sustituido a los grandes propietarios por entidades anónimas. Los imponentes vehículos que pasan rumbo al casco de esas estancias solo dejan en los pueblos la polvareda, y es muy difícil activar, con ellas, el circuito de las donaciones. El mecanismo redistributivo se resiente. En el testimonio local la cercanía de ese tipo de propiedades amenaza el desarrollo de los propios pueblos al disminuir la capacidad de empleo y reducir el comercio.

Desaparecidos los antiguos *grandes hombres* las fuentes de financiación se reducen a lo que puedan aportar los vecinos que quedan, y a los fondos que consigan arrancarle al estado^b.

Líderes en acción

Queremos ejemplificar ahora el ejercicio del asociativismo, a través de algunos casos. Uno es un mediano productor, que opera un tambo manual. Fue 10 años presidente de la cooperadora del hospital. Allí obtuvo 18 corderos en donación. También 8 años tesorero del Jardín de Infantes donde nunca tuvo un familiar como alumno. Fue presidente del club, por 6 años y medio, donde impulsó torneos de papi-fútbol, construyó el campo de deportes donde se puede practicar tanto la doma como partidos de fútbol. Lo dotó de iluminación para que pueda usarse de noche. En ese campo hizo construir una ermita para la Virgen de Luján, cuya imagen donó su señora. También levantaron 22 parrillas para hacer asado. Comenta con orgullo que en su gestión el club obtuvo la donación de 8 vaquillonas.

Consiguió la inauguración de un Centro Tradicionalista, destinado a mostrar las raíces gauchescas del pueblo, no solo al lucimiento de sus integrantes, aclara. En exitosos desfiles llegaron a participar 152 jinetes de otras localidades.

Entre sus logros, nuestro hombre cuenta que consiguió que los jubilados internados en el hospital (que tiene mucho de geriátrico) dejaran el 60% de sus haberes mensuales para la institución. Hubo protestas, pero él argumentó que quienes se beneficiaban debían contribuir a solventar el lugar. Hoy, afirma, con una comisión mucho menos actuante que en sus tiempos, ese dinero que iba a la cooperadora va al municipio.

^b La buena relación con los poblados vecinos de las estancias parece, según nuestras indagaciones, formar parte de la ética y las costumbres de las clases dominantes, que siempre habrían cuidado tales buenas relaciones.

El tambero se proclama no político, y lo justifica en cuanto no tiene reparos en recurrir a la figura partidaria que sea con tal de hacer obras. Siendo afiliado radical no dudó en recurrir a un estanciero y vendedor de ganado peronista^c, no solo cuando el justicialismo gobernó el partido, sino después. Durante su administración el hombre mejoró los caminos y organizó rondas de una patrulla rural. Quiso montar una pista para carreras automovilísticas, pero no lo consiguieron y cuando los justicialistas perdieron las elecciones, los radicales discontinuaron el proyecto.

A él le interesa la persona, afirma, y que quiera hacer algo bueno para su pueblo, no importa su filiación. Sin embargo en este momento se encuentra en crisis, por cuanto el intendente local abandonó el radicalismo para agregarse al partido del gobierno. Tal vez por eso el asociativista ha abandonado un poco el ejercicio activo. Sigue llevándole leche y panes dulces al hospital, con el que ha creado un vínculo indestructible, colabora con la escuela agrícola⁴, pero piensa que sus colegas ya no tienen el ímpetu de otras épocas. “No hay como una comisión para conocer a la gente”, afirma. Cree que el mal de su pueblo es que el delegado municipal no es electo, y el actual se perpetúa en el poder sin hacer nada. Como muestra de apoliticismo (pese a su filiación) dice que nunca repartió boletas ni afiches.

Le preguntamos si no había sido tentado nunca con un ofrecimiento para un cargo, por ejemplo concejal o delegado. Nos dijo, enfático, que *siempre* había soñado con ser delegado. Ante nuestra insinuación de que más que una identidad política él parecía llevar *la camiseta de Espigas*, asintió satisfecho.

Una mujer octogenaria, residente en el mismo pueblo, es nuestro segundo ejemplo. Por cinco períodos (10 años) fue presidenta del Centro de Jubilados, y por 25 integró la Comisión del Club. Solicitó y obtuvo de una diputada provincial justicialista dos máquinas de coser y piezas de tela. Las utilizaron con otras mujeres para confeccionar sábanas, toallas y ropa de cama para el hospital. Aprovechaban donaciones de ropa usada hechas por la Iglesia, para reformar las prendas y entregarlas a los escolares. Durante cinco años estuvo en la Comisión de Madres de la escuela primaria, y con los fondos recaudados donaron un terreno para que el establecimiento construyera un edificio.

Esta mujer emprendió diversos negocios, como una fábrica de tejidos y una zapatería, para lo cual compró máquinas industriales y llegó a emplear a 22 personas.

^c Radicales y peronistas son los dos grandes partidos argentinos, cuyas características han variado mucho en los últimos tiempos.

Fabricaba medias que vendía, en especial, a los ferroviarios, en los míticos tiempos del tren, la edad de oro.

En momentos de vida social más intensa participó en cursos y todavía le gusta bailar, por ejemplo Folclore. Practicó deportes y enseñó tejido a máquina, a dos agujas y crochet en un llamado Centro Recreativo hoy desactivado. Dejó su labor docente porque le exigieron título, y ella ni terminó la primaria.

En su afán asociativo tuvo muy buena relación con el grupo de jóvenes llamado *Raíces* con quienes favoreció tanto a los niños de las escuelas como a los ancianos. Celebraban Navidad y el Día del Niño. Desde el Centro de Jubilados participó en los torneos de Abuelos Bonaerenses, provinciales, presentando durante tres años obras de teatro de su autoría. Los ensayos fueron importantes para juntarse y, en sus dichos, *farrear*.

Como casi todos considera que el espíritu asociativo ha declinado y que la gente no se ocupa como antes de los problemas.

Tanto ella como el ex-asociativista del Hospital participaron de una iniciativa que reunió a todas las asociaciones de Espigas (14 en total). Tal unidad duró solo un año, pese a haber conseguido realizar una gran fiesta conjunta. Intentaron sin éxito obtener el asfalto para los 14 km que separan la localidad de la ruta. Provincia y Nación evadieron toda responsabilidad al respecto. La mujer explicita su interés por hacer algo por su pago chico, afirmando que lleva la camiseta de Espigas

El tercer asociativista que queremos presentar vive en el Partido de Tapalqué, y es un mediano productor también. Es desde hace 20 años indiscutido presidente de la Cooperadora Escolar⁵. El establecimiento está en medio del campo, en terrenos que alguna vez fueron de un importante ejecutivo cementero, quién los donó. Equidista de las localidades de Campodónico en Tapalqué y Cacharí, en Azul. El entorno está rodeado de tranqueras (se las cuenta para indicar las dificultades para transitar: *hay que pasar nueve tranqueras*) y los caminos son malos en tiempo de lluvias. Nos encontramos con él en 2001, tiempos difíciles. Fuimos presentados por la ex-directora de la escuela, hoy jubilada, esposa del mayordomo de un importante campo de propiedad de la Iglesia. La docente y el cooperador guardan excelente relación.

Como adelantamos, el hombre es presidente sin necesidad de elección formal. Admite que la cooperadora no solo se ocupa de la escuela. *Es comunitaria*, define. Es que la escuela es el poblado. Centraliza lo que llaman *el barrio* que, para la directora, son simplemente los vecinos. Tiene hasta su propia agrupación tradicionalista con un

banderín que reproduce el nombre y el dibujo del edificio escolar. También equipo de fútbol, con camisetas y todo, que participa en campeonatos y juega en la cancha vecina a la escuela.

El problema principal, el que los desvela, es el camino. Luchan para conseguir la tosca como para paliar el efecto del fango, y para que las máquinas viales reparen la precaria ruta luego de las lluvias. Juegan, gracias a su situación limítrofe, con los recursos de los municipios de las dos localidades vecinas. Utilizan vínculos con una radio local para impulsar sus demandas. No todos los vecinos acompañan el accionar asociativo y, según el presidente, los que más tienen son los que menos apoyan. Sin embargo, gracias al estanciero cementero, consiguieron buena cantidad de material.

El camino condiciona inclusive la consecución de fondos. Cuando planifican una fiesta, la mayoría de las tarjetas o entradas no se compran por adelantado, justamente por temor a no poder llegar si llueve. Eso impide calcular cantidad de gente y prever los recursos necesarios. Cuentan infinitos episodios de apuro cuando el público es mayor que el esperado, y los trucos que se ven obligados a utilizar para no defraudar a los concurrentes. Eso tiene que ver con la competencia entre poblados por prestigiar sus fiestas en el *ranking* local.

Todos los domingos organizaban carreras de caballos. En un principio con los animales locales, nada de pura sangre o parejeros famosos. Luego se agregaron gateras, como en los hipódromos, y se organizaron mejor las apuestas. Cobraban entrada. Como siempre, la justa hípica incluía el tradicional asado.

Hay períodos en que, al decir del presidente, se vive en la escuela. Los padres acuden a trabajar los fines de semana. La escuela organiza también el sistema de transporte en combis de los chicos que cursan de 7º a 9º grado en Cacharí..

Nos interesa destacar un caso que el presidente cuenta como aleccionador. Obtuvieron una partida provincial para construir un salón nuevo y un baño. La cooperativa operó como intermediario. Los fondos se depositaron en su cuenta, y tuvieron que emitir cheques para pagar a las empresas ganadoras de la licitación. Se asombraron del monto acordado a esos contratistas, exorbitante en su concepto. Si los dejaran actuar según su sistema, aseguraban, hubieran hecho una escuela nueva,. Pero lo que distorsionó todo, afirman, fue la intervención de los políticos. Eso explica, dijeron, la situación en la que está la Argentina, y en la que va a seguir estando con esos procedimientos. *Si eso pasa en una escuela, imagínese lo que será el país...*

CONCLUSIONES

Creemos haber delineado algunos elementos indicadores de una forma peculiar de hacer política que denominamos *política lugareña*. La escala de estos poblados, su condición de comunidades de interconocimiento, su marginalidad respecto a otros centros urbanos, imponen un estilo de gobierno municipal diferente, con recursos que no son tan usuales en pueblos o ciudades mayores. En espacios geográficos y demográficos minúsculos, conviven 10, 12 ó 14 asociaciones.

Aunque al decir de un delegado municipal es más fácil conseguir cosas en épocas pre-electorales “porque los políticos prometen y mientras tanto, algo se consigue”, hay otro elemento en contra de los poblados. representan muy pocos votos, irrelevantes en un proceso electoral.

Frente a esa suerte de orfandad, el poder político formal está representado por un funcionario menor, no siempre electo, que actúa como mediador ante el municipio. Muchos de ellos ni residen en la localidad. El delegado se ve obligado a apoyarse en conjuntos de vecinos que ora lo apoyan, ora lo critican. El asociativismo debe suplir carencias no solo del gobierno municipal, sino del provincial y el nacional. Esos vecinos que weberianamente podríamos ubicar como políticamente pasivos, consumidores de productos políticos, se ven obligados a arbitrar recursos no tradicionales para solucionar temas de gobierno. Carecen del capital simbólico necesario para competir en el campo político, diría Bourdieu, y permanecen en sus márgenes, si bien los políticos dependen de su apoyo para legitimarse. Ejercen la acción administrativa que proponía M.G. Smith u organizan la cooperación interna, como marcara Radcliffe-Brown. Y, sobre todo, como observa Auyero, ponen en marcha redes informales que existieron desde siempre como forma de resolución de problemas, con representaciones culturales compartidas. Son los que, sin saberlo, tienen a la política como una práctica cotidiana.

A cargo de las asociaciones está la buena marcha de instituciones en todos los niveles, Mantienen clubes, prácticas deportivas, encuentros identitarios, fiestas. De todas esas actividades obtienen recursos monetarios a partir de la cesión de animales (ovejas los más pobres, vacunos los pudientes) que permiten la preparación y venta de la apetecible cocina regional, base gastronómica que sostiene el encuentro, el juego, el baile, el cortejo. Una administración que ellos dicen es transparente, acumula y destina esos recursos al mantenimiento de la localidad en todos los aspectos. El buen criterio, el *saber pedir* opera esa redistribución corporizada en el ganado (Sahlins, 1983) que, convenientemente trabajada, es el primer paso para arrimar recursos a la obra de

gobierno asociativa. Y algo destacable en la idiosincracia del accionar asociativista, es el enorme lugar que se adjudica al festejo, al baile, a la competencia en el juego o el deporte, a la buena atención hacia invitados locales y forasteros, como prenda de honor de la localidad. Se cultiva la alegría, que no es poco.

Entre los asociativistas hay gente de ambos géneros con décadas de experiencia. Gente que ha rotado por varias instituciones aunque carezcan, aparentemente, de títulos para integrar algunas. Están allí por razones vocacionales, porque les gusta la tarea. Confiesan que no les atrae practicar o ver fútbol, pero sí organizar torneos. Que su fuerte no es el caballo, pero les gusta colaborar en las domas. Son como profesionales en la gestión, aunque sin sueldo.

No dudan en recurrir a los políticos cuando hace falta, pero aclarando que no lo hacen por afinidad partidaria sino en aras del vecinalismo. *Ellos llevan la camiseta de la localidad, no la de un partido político.* A ella se deben. Resuelven sin empacho que los jubilados alojados en un hospital cedan la mayor parte de su sueldo al establecimiento. No piden permiso para hacerlo, argumentan y convencen a los remisos.

Y distinguen su forma de hacer política (que no juzgan tal; se ofenderían si se los calificase como políticos) de la que impera en el aparato formal. En realidad pareciera que el descartar toda ligazón con la política formal es una condición para acrecentar su legitimidad y su prestigio, fortaleciendo su poder. Ellos se suponen libres de corrupción. De hecho, la de ellos es *otra política*. Un dirigente insinuó que el país sería otro si se aplicara el sistema que utilizan en su escuela.

Por cierto que no faltan los conflictos en este mundo del vecinalismo rural. Hay instituciones enfrentadas, algunas toman partido en disputas de poder, se rebelan contra las autoridades oficiales de las asociaciones con las que teóricamente cooperan. El poder político formal interviene para llevar agua para su molino, algunos vecinalistas abandonan su tarea y penetran en el mundo de la otra política. Y hay divisiones de clase, también, gente que se piensa explotada por las instituciones, delegados que usan el clientelismo para dividirlos y sabotearlos. Aparecen facciones y disputas.

De todos modos la base participativa, el esfuerzo conjunto por la localidad, la construcción de solidaridades y el largo ejercicio de esta forma de política *sui-generis*, abren perspectivas interesantes para construir formas de administración diferente, dentro y fuera de los pequeños poblados rurales. La antropología puede contribuir a iluminar estos caminos solo aparentemente menos distantes y exóticos que los de aquellas

sociedades sin estado que asombraron a los clásicos y obligaron a repensar la ciencia política.

Buenos Aires, 30 de julio de 2006.

NOTAS

¹ Llamamos *censo mnemónico* al realizado a partir de un mapa de la localidad con el auxilio de uno o varios informantes. Dado el tamaño del poblado y el interconocimiento entre sus habitantes, prácticamente todos pueden dar razón de quienes viven en cada una de las casas, su sexo y sus edades. Con solo sumar se obtiene con exactitud la cantidad total de habitantes y diversas variables más (escolaridad, empleo o profesión, etc.)

⁺² El ovino es, en la zona, considerado animal de consumo. No hay grandes rebaños de ovejas ni se aprovecha demasiado la lana, aunque esto varía según los precios. El cordero se destina a la peonada, alegándose que por su tamaño es más fácil aprovecharlo que el vacuno. Novillos y vaquillonas, en cambio, pertenecen a los propietarios de campo, quienes los donan para venta a beneficio, o para asados. De donde donar un cordero es más accesible. En casos de cuatrismo, se supone que quien roba y carnea una oveja lo hace para comer. Matar un vacuno, en cambio, sería para comercializarlo.

⁴ La escuela agrícola, Centro Educativo para la Producción Total (CEPT), responde a la modalidad *de alternancia*. Los alumnos pasan una semana en el establecimiento y quince días en casa de sus padres. Desarrollan proyectos en los terrenos paternos asesorados y supervisados por el Centro. A diferencia de otros establecimientos de la especialidad no priorizan la productividad en el predio escolar (lo que se considera pedagogía *de demostración*). Eso no siempre es entendido y muchas veces criticado. No obstante nuestro asociativista ayuda al CEPT dando charlas sobre la cría de pavos, por ejemplo, ayudando a implementar pasturas o tendiendo alambrados eléctricos.

⁵ Los asociativistas vinculados a instituciones se autodesignan como presidente, tesorero o integrante *de la escuela, del jardín de infantes, de la Salita*. No de la cooperativa o la comisión. Consideramos al dato significativo en cuanto el vínculo se vive como directo, no intermediado por un grupo. Se presentan como “presidente de la escuela”, “tesorero del Jardín”.

BIBLIOGRAFÍA

AUYERO, Javier. *La política de los pobres. Las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires, Manantial, 2001.

BALANDIER, Georges. 1969. *Antropología Política*. Barcelona, Península.

BALBI, F.A. y ROSATO, A.M. (Orgs). *Representaciones sociales y procesos políticos. Estudios de antropología social*. Buenos Aires, IDES-Antropofagia, 2003.

BALBI, F.A. "Esa avalancha de homenajes": campo de poder, lealtad y concepciones de política en el primer peronismo". En: *Anuario de Estudios en Antropología Social*. Buenos Aires, Vol. I, 2005.

BALBI, F.A. *Sabe que significa a lealdade? Análise antropológica de um valor moral peronista*. Rio de Janeiro, 2004 (Tesis de doctorado PPGAS-Museu Nacional-UFRJ)

CRESPO, S., NOVAES, R. y BIRMAN, P. (eds.) *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro, UERJ, 1997..

DIEZ BRODD, Ana Carolina. 2006. *La carneada: sociabilidad, reciprocidad y política tradicional en poblados rurales del centro de la provincia de Buenos Aires*. Tesis de Licenciatura. Olavarría, mimeo, 2006.

ETCHICHURY, Leandro. "Clubes de campaña y liderazgos locales en la pampa central bonaerense". En: *Realidad Económica* N° 195, Buenos Aires, abril-mayo 2003; p. 107-123.

GRASSI, E., HINTZE, S. y NEUFELD, M.R. *Políticas sociales, crisis y ajuste estructural*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 1994.

GUEBEL, C.:"El mundo de Tita: redes sociales, política y bar". En: *Cuadernos de Antropología Social* _Revista del Instituto de Ciencias Antropológicas, FFyL, UBA.N° 8, pp.47-60, 1995

HERMITTE, E. y L. BARTOLOMÉ (eds.) 1975: *Procesos de articulación social en América Latina*. Amorrortu, Buenos Aires.

IRIBERRY, M (2004) "*Las fiestas rurales: Una forma de ser y permanecer*". En: III Congreso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural. I.S.B.N: 950-29-0787-6. Tilcara, Jujuy, Argentina.

KUPER, A. 1973: *Antropología y antropólogos. La escuela británica: 1922-1972*. Anagrama, Barcelona.

NuAP. Núcleo de Antropologia da Política. *Uma antropologia da Política: rituais, representações e violência; Projeto de Pesquisa*. Rio de Janeiro, Cadernos do NuAP, 1998.

- PALMEIRA, M. y GOLDMAN, S. (eds) *Antropologia, voto e representacao política*. Rio de Janeiro, Contracapa 1996.
- PALMEIRA, Moacir y HEREDIA, Beatriz M.A. "Os comícios e a política de facções". En: *Anuario Antropológico 94*. Rio de Janeiro 1994; p. 31-94.
- PITT-RIVERS, J. A. 1989: *Un pueblo de la sierra: Grazalema*. Alianza. Barcelona.
- RATIER, Hugo. "Asociativismo y poder en la campaña bonaerense. Una aproximación etnográfica". En: VILLAFañE, Alicia (comp.) Construyendo lo local. La Plata, NuRES-Ediciones Al Margen, 2002; p. 175-201.
- RATIER, Hugo. *Poblados bonaerenses; Vida y milagros*. Buenos Aires, La Colmena-Nadar 2004. Colaboradores: Magdalena Iriberry, María Dolores Cárcova, Ana Carolina Diez Brodd, Leandro Etchichury y Eugenia del Campo. ISBN 987-9028-50-3
- RATIER, Hugo E, IRIBERRY, M., CORTE, V., DEL CAMPO, M.E., DIAZ GALÁN, L., DIEZ BRODD, C., LANDABURU, L., RODRÍGUEZ, M. *Sobrevivir sin tierra: estrategias para reproducirse y crecer entre encargados de campo y empleados rurales*. Ponencia VII CAAS, Villa Giardino, Córdoba 2004b.
- RATIER, Hugo E. y ETCHICHURY, Leandro. *Resurrección del fútbol de campaña: el deporte como constructor de identidad en áreas rurales*. Ponencia 1ª Jornada de Antropología Rural, San Pedro de Colalao 2005. mimeo.
- RINGUELET, Roberto, PIRIZ, María Inés y VALERIO, María del Carmen. "Movilizaciones culturales y movimientos sociales agrarios en la región pampeana". En: VILLAFañE, Alicia (comp.) Construyendo lo local. La Plata, NuRES-Ediciones Al Margen, 2002. p. 99-117.
- SAHLINS, Marshall. *Economía de la Edad de Piedra*. Buenos Aires, Akal Universitaria, 1983.
- SCHMIDT, S.W., et. al. (eds.) 1977: *Friends, followers and factions*. University of California Press. Berkeley.
- VINCENT, J. 1990: *Anthropology and politics. Visions, traditions, and trends*. The University of Arizona Press, Tucson and London.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad; Esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- WEBER, Max. *Ensayos de sociología contemporánea I*. Barcelona, Planeta-Agostini, 1985.

OS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E A BIOPOLÊMICA NO PARANÁ

Pedro Junior da Silva (Mestre em Sociologia; jornalista e bacharel em Direito, Revista Ciência Hoje – Sucursal Sul; professor do curso de Comunicação Social das Faculdades ESEEI - Curitiba-PR) E-mail: pedrojrslva@hotmail.com

RESUMO

O ano de 2003 é um marco histórico para o Paraná, porque foi o começo do período em que o governador tentou declarar o Estado como área livre de comércio de organismos geneticamente modificados (OGMs) – os transgênicos - e as polêmicas envolvendo os riscos alimentares passaram a ser destaque na mídia e se tornaram mais conhecidas pela sociedade. A partir da teoria de Giddens sobre a modernidade reflexiva que aponta os riscos produzidos pelos seres humanos, fizemos uma pesquisa de campo em que foram coletados dados com os consumidores em supermercados de Curitiba, como forma de traçar um perfil dos diferentes consumidores de alimentos e suas fontes de informação. As entrevistas foram realizadas nos meses de abril a junho de 2006, com 600 pessoas que concordaram em responder ao questionário previamente estruturado e com algumas questões em aberto. Devido à ausência da rotulagem dos produtos transgênicos, para fins metodológicos consideramos, o "Guia do Consumidor: Greenpeace", e a pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, que listaram os OGMs no Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz uma análise sociológica das escolhas dos atores sociais, os consumidores de transgênicos encontrados nos supermercados de Curitiba, e parte dos resultados aqui encontrados fazem parte da pesquisa de minha mestrado defendida em 2006¹.

¹ SILVA, Pedro Junior. Escolhas e influências dos consumidores de alimentos na modernidade reflexiva: um estudo em supermercados. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação

O ano de 2003 é um marco histórico para a população paranaense, porque foi o começo do período em que o governador do Estado, Roberto Requião, tentou declarar o Paraná como área livre de comércio de organismos geneticamente modificados (OGMs) e as polêmicas envolvendo os riscos alimentares passaram a ser destaque nos meios de comunicação de massa (MCM) e se tornaram mais conhecidas pela sociedade.

Com a modernidade reflexiva, principalmente a partir da segunda metade do século XX, os problemas ambientais causados pela contaminação de resíduos químicos provenientes da agricultura convencional, e recentemente os riscos produzidos pela engenharia biotecnológica à saúde humana e ao meio ambiente, muitos consumidores se preocupam com uma alimentação saudável, seja por receio de riscos à saúde, seja para incluir nas suas ações cotidianas medidas responsáveis para com o meio ambiente.

A partir da teoria de Anthony Giddens, fizemos uma pesquisa de campo em que foram coletados dados com os consumidores em supermercados de Curitiba, como forma de traçar um perfil dos diferentes consumidores de alimentos e suas fontes de informação. Percebemos que os MCM têm um papel relevante em suas escolhas e práticas sociais, assim como contatos pessoais e familiares, e nos seus conhecimentos sobre os riscos alimentares.

2 METODOLOGIA

Nesta pesquisa analisamos dentre os vários tipos de comércio varejista, somente os supermercados, pois consideramos que eles têm um papel central no nosso cotidiano como consumidores, mas recebem pouco destaque em trabalhos acadêmicos das Ciências Sociais, que deveriam ampliar e aprofundar as análises sobre as suas implicações sociais, econômicas e políticas.

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc), o número da população do município é de 1.578.645 habitantes, residente em nove regionais, que são compostas por 75 bairros, e servidas por 327 supermercados e 20 hipermercados. No entanto, desse número de estabelecimentos comerciais, analisamos somente 41 supermercados, incluindo os hipermercados, porque nem todos autorizaram a pesquisa.

em Sociologia, linha de pesquisa, Ruralidades e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr. Alfio Brandenburg, Curitiba, 2006.

A obtenção dos dados e das informações ocorreram em dois momentos. Primeiramente, analisamos os supermercados com base nas observações e estratégias de consumo de alimentos deste setor, e no segundo momento, entrevistamos os consumidores nos supermercados da cidade.

As entrevistas foram realizadas nos meses de abril a junho de 2006, com 600 pessoas que concordaram em responder ao questionário previamente estruturado e com algumas questões em aberto.

Devido à ausência da rotulagem dos alimentos com organismos geneticamente modificados pelas indústrias alimentícias, para fins metodológicos consideramos, o "*Guia do Consumidor: Greenpeace*", e a pesquisa encomendada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que listaram os produtos transgênicos no Brasil, e disponíveis nos seus respectivos sites, www.greenpeace.org.br e www.idec.org.br.

3 A MODERNIDADE REFLEXIVA E A BIOPOLÊMICA SOBRE OS RISCOS ALIMENTARES

Na teoria de Giddens sobre a modernidade reflexiva (ou alta modernidade) a influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos, e sobre as intimidades das pessoas, se torna cada vez mais comum. Os MCM desempenham um papel central sobre o conhecimento dos riscos alimentares, e conseqüentemente, nas escolhas dos consumidores de alimentos; como exemplos, podemos citar o surto da doença da vaca louca ocorrido no Reino Unido e a gripe aviária na China, visto por todos os telespectadores e leitores, e que no momento, não se sabe ao certo se virão a vitimar um número de pessoas muito maior que atualmente.

Por causa dessa visibilidade dos riscos como os citados, as escolhas dos consumidores de alimentos são cada vez mais relevantes na constituição da atividade diária. O planejamento de vida reflexivamente organizado, que normalmente pressupõe a consideração de riscos filtrados pelo contato com o conhecimento, torna-se uma característica central da estruturação dos indivíduos na alta modernidade (GIDDENS, 2002).

Giddens (2005a, p. 36) diferencia dois tipos de riscos: risco externo e risco produzido ou fabricado. O risco externo é o risco "experimentado como vindo de fora, das fixidades da tradição ou da natureza" e não está relacionado às ações humanas. Podemos citar como exemplos, as secas, os terremotos, a escassez e as tempestades.

Para este texto, importa tão-somente o risco produzido, definido como aquele criado pelo próprio impacto do crescente conhecimento humano e da tecnologia sobre o mundo natural (GIDDENS, 2005a, p.36). Entre os exemplos deste tipo de risco estão os alimentos com fertilizantes químicos e os geneticamente modificados. Esse risco fabricado diz respeito a situações em cujo confronto temos pouca experiência histórica. A maior parte dos riscos ambientais, como aqueles ligados ao aquecimento global, à gripe aviária, à doença da vaca louca, entre outros, recai nesta categoria.

Os riscos produzidos são diretamente influenciados pela globalização cada vez mais intensa. À medida que o risco produzido se expande, passa a haver algo de mais arriscado no risco. Como Giddens (2005b, p.38) assinala, "nas situações de risco fabricado simplesmente não sabemos qual é o nível de risco, e em muitos casos não saberemos ao certo antes que seja tarde demais". Ninguém sabe, por exemplo, quais serão as conseqüências em longo prazo do episódio da *encefalopatia espongiforme bovina* (BSE) no Reino Unido – o surto da chamada doença da vaca louca – em relação a suas implicações para os seres humanos. No momento, os especialistas não sabem ao certo se ela virá a vitimar um número maior de pessoas que atualmente.

Nesta análise dos riscos produzidos, é importante sublinhar que a autoridade específica que a ciência um dia desfrutou "só poderia ser protegida na medida em que houvesse um isolante separando a especialização científica das diversas formas de possibilidade de conhecimento das populações leigas. Evidentemente, a posse de conhecimento esotérico ainda garante uma certa 'proteção' do especialista técnico contra as indagações dos indivíduos leigos", mas com a reflexividade institucional, "esta linha divisória não é mais uma linha generalizada, selando a ciência como um todo em relação ao 'conhecimento local' dos leigos" (GIDDENS, 1997, p.221), como vamos mostrar no Capítulo 4, com as práticas para amenizar os riscos alimentares e dos conhecimentos que os consumidores, tidos como leigos, disseram nas entrevistas.

O fato de os especialistas muitas vezes não concordarem entre si tornou-se lugar comum para quase todo mundo. Entretanto, mais que isso, a reivindicação de legitimidade universal da ciência torna-se muito mais discutida que antes. Talvez, como pondera Giddens (1991), somente agora estamos começando a nos dar conta de quão perturbadora é esta perspectiva.

Tal perturbação se dá porque a modernidade é constituída pelo conhecimento reflexivamente aplicado, mas a equação entre conhecimento e certeza revelou-se erroneamente interpretada. Estamos num mundo que é inteiramente constituído pelo

conhecimento reflexivamente aplicado, mas, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado e visto pela população pelos meios de comunicação (GIDDENS, 1991, p.46).

Diante do exposto, podemos apontar como exemplo os alimentos transgênicos. Muitos especialistas apontam que esse tipo de alimento não causa riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. E eles podem estar corretos, ou não. Giddens (2005a, p.42) defende que

O princípio do acautelamento nem sempre é útil ou mesmo aplicável como forma de enfrentar problemas de risco e responsabilidade (...). A controvérsia dos OGMs não seria possível encontrar situação mais óbvia em que a natureza não é mais natureza. Os riscos envolvem algumas incógnitas. Pode haver conseqüências que até hoje ninguém previu. Um tipo de risco é que os produtos possam trazer perigos para a saúde, a médio ou longo prazo. Afinal, grande parte da tecnologia genética é essencialmente nova, diferente dos métodos mais antigos de hibridação.

Na divulgação dos riscos produzidos na modernidade, Beck (1999, p.79) observa que "as turbulências político-econômicas e culturais dos riscos mundiais só se tornam compreensíveis quando há o reconhecimento de que os perigos são discutidos na esfera pública". O autor ainda acrescenta,

O que mais chama a atenção nos conflitos provocados por estes riscos é o fato de que âmbitos de decisão antes despolitizados tornaram-se politizados em função da percepção pública dos riscos; e eles permanecem abertos à dúvida pública e ao debate. Na sociedade mundial globalizada são anunciados e discutidos publicamente durante a noite e objetos de discussão que já foram decididos a portas fechadas durante o dia, como por exemplo, decisões sobre investimentos, a composição química de produtos e medicamentos, programas de pesquisa científica, o desenvolvimento de novas tecnologias (BECK, 1999, p.176).

Para o grande público essas informações só chegam pelos MCM, que muitas vezes ao discutir os assuntos da ordem do dia não apresentam todos os lados da questão, fazendo com que os receptores das mensagens não desenvolvam uma

perspectiva crítica, não exerçam sua historicidade e fiquem no *status* de leigos, querendo confiar, ou sabendo do risco da confiança.

Nos últimos anos, a população paranaense viu a "biopolêmica", como denominou o jornal *Gazeta do Povo* (01/06/2006, p.18) entre o governo estadual que se declarou contrário aos produtos geneticamente modificados, ou transgênicos, e a agroindústria que fazia propagandas da biotecnologia alimentar.

Os veículos de comunicação regionais deram mais ênfase a tal "biopolêmica" a partir do Decreto Federal 4.680, de abril de 2003, que determina a rotulagem especial de produtos destinados à alimentação humana ou animal que contenham mais de 1% de OGMs, mas não especifica como a fiscalização deve ocorrer, nem estabelece prazo para que ela comece. Foi no "vácuo" deixado pela legislação que o governo do Paraná pretendia atuar, tendo por base o Código de Defesa do Consumidor, que assegura ao consumidor o direito à informação sobre o produto que está comprando.

Em outubro de 2003, o governo estadual sancionou a Lei 14.162, que tinha como objetivo proibir o cultivo, a manipulação, a importação, a industrialização e o comércio de transgênicos no Paraná até 2006, porém esta lei foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Depois disso, houve a tentativa de declarar ilegal a aplicação do herbicida glifosato, utilizado nas lavouras de soja transgênica, mas a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) conseguiu reverter na Justiça Federal a determinação do governo estadual. No Porto de Paranaguá, com a justificativa de que não haveria estrutura para separar as cargas, o embarque de soja geneticamente modificada também foi proibido, mas a Justiça autorizou as exportações.

Esse episódio recente da proibição dos OGMs no Paraná é característico da forma como os indivíduos na sociedade contemporânea se envolvem no processo do conhecimento e avaliação do risco. Tipicamente, ouve-se falar de um item no rádio, no jornal ou numa revista, que vem de uma fonte científica de renome e insere-se numa preocupação existente relativa à saúde e (ou) à segurança da nossa família. Isto se aplica não só às escolhas dos modos de vida e de alimentos, mas também aos riscos relacionados à tecnologia e ao meio ambiente.

Apesar de a construção de notícias ser influenciada por fatores políticos e culturais, geralmente ela é vista como um resultado de rotinas organizacionais a que se pode fugir dentro da própria sala de imprensa. Hannigan (1995, p.81) observou que mais do que ser uma forma de "repetir um acontecimento, a notícia é o produto de um sistema fixo de trabalho cuja tarefa é impor um sentido de ordem e previsão no caos de múltiplos

e, por vezes, não relacionados acontecimentos e questões". Outro fator que limita o produto final é o tempo, que tem o efeito de tornar os relatos das notícias "incompreensíveis, em vez de compreensíveis" (HANNIGAN, 1995, p.81). Particularmente, as partes de ações que se aplicam mais facilmente aos formatos existentes, especialmente às notícias de televisão, são preferidas em detrimento das histórias com mais variações e que lidam com causas e condições subjacentes.

A biotecnologia é conceituada por Hannigan (1995, p.212) como

Um termo generalizador para uma ampla variedade de técnicas que são utilizadas para modificar as formas de vida, para variadas utilizações em investigação e comerciais. Inclui, não só, a engenharia genética com a qual é, muitas vezes, erradamente equiparada, mas abrange igualmente muitas outras técnicas comuns, nomeadamente a clonagem de tecido ou de cultura de células, fermentação, fusão celular e transferência embrionária.

Como problema ambiental, a biotecnologia situa-se em oposição à ciência empresarial, ao invés de surgir a partir da descoberta científica. Conseqüentemente, a oposição à biotecnologia tem-se baseado, em larga medida, mais nas objeções econômicas e políticas do que na ordenação das provas científicas. Além disso, os riscos associados à biotecnologia não regulamentada são mais "hipotéticos" do que os riscos atuais associados a outros problemas ambientais, como a contaminação por agrotóxicos, o aquecimento global etc. (HANNIGAN, 1995, p.211).

Durante a década de 1950, a ciência genética culminou na descoberta de estrutura física do DNA e na decifração do código genético, contudo, Capra (2005, p.170) relata que os biólogos levaram mais de vinte anos para desenvolver as duas técnicas principais da engenharia genética, que seriam, o seqüenciamento do DNA e a fusão de genes (*gene-splicing*). Mas o marco da biotecnologia contemporânea é o ano de 1973, quando os cientistas norte-americanos, Stanley Cohen e Herbert Boyer, isolaram fragmentos do DNA numa bactéria e inseriram-na em noutra.

O investimento comercial só veio ocorrer nos anos 80 quando os organismos geneticamente modificados foram patenteados, e as grandes empresas químicas dos Estados Unidos, como a Monsanto e Du Pont, iniciaram seus programas de pesquisa em 1981 (HANNIGAN, 1995, p.212).

No Brasil, em junho de 1998 a Monsanto enviou à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) o pedido de liberação do cultivo comercial da soja *Roundup*

Ready (transgênica) que foi objeto do primeiro requerimento para uso em escala comercial – até então todos os pedidos haviam sido para cultivo experimental. Após a aprovação da Lei de Cultivares, que instituiu o monopólio privado da propriedade das variedades vegetais, a Monsanto comprou, dentre outras, a empresa Paraná Sementes, a Agroceres e formou uma *joint venture* com a Cargill, consolidando sua supremacia entre as empresas produtoras de sementes no país (MENASCHE, 2003).

As questões centrais que giram em torno dos organismos geneticamente modificados são: a quem eles beneficiam; se são seguros para o meio ambiente; se são seguros para o consumo humano. Contudo, de acordo com Veronese e Felipe (2000), essa nova onda naquilo que se refere à engenharia agrícola está sendo chamada de "Segunda Revolução Verde" e, conforme Santos (1997), o que visa sustentá-la é na verdade igual àquele utilizado quando do surgimento dos agrotóxicos, ou seja, a promessa do fim da fome no planeta.

Segundo Hannigan (1995, p.215), a oposição à biotecnologia teve origem numa coligação de grupos que normalmente não são habituais reivindicadores ambientais: agricultores, organizações de consumidores, animadores de desenvolvimento no Terceiro Mundo, grupos ligados a igrejas, grupos de direitos dos animais etc. O autor classifica esta condição como algo que inclui duas categorias de grupos: opositores condicionais (grupos de agricultores, cientistas preocupados, grupos ambientais, grupos de defesa do interesse público) que participam intermitentemente numa base de questão por questão, e os opositores absolutos que contestam todas as questões. Estes dois grupos diferem consideravelmente na sua utilização de estratégias; os primeiros preferem o compromisso e a negociação política, enquanto os últimos utilizam táticas de confrontação por meio de disputa, campanhas publicitárias e demonstrações públicas.

4 OS CONSUMIDORES DE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS COMO ATORES SOCIAIS

Neste item sobre os consumidores de alimentos transgênicos como atores sociais, podemos afirmar que na relação entre o ato de comprar ocorrem processos significativos de socialização que caracterizam uma posição dos atores diante dos riscos que determinados alimentos podem causar à saúde humana e ao meio ambiente, bem como o conhecimento adquirido pelos consumidores, ao longo do tempo, seja mediante os MCM, seja por intermédio dos familiares, das escolas, ou de outros grupos sociais.

Para definirmos melhor, recorremos a Portilho (2005) onde encontramos a explicação de que as ações individuais conscientes dos consumidores, bem informadas e motivadas por "valores ambientalizados" aparecem como uma nova estratégia para produzir mudanças em direção à utopia da sociedade sustentável.

Conforme a autora citada, a afirmação de que o consumidor é um "novo ator social" é sedutora, porém problemática, tanto na perspectiva conceitual como política. É problemática por dois motivos: 1) pode reforçar a idéia de que existem "atores singulares portadores da história", assim, os consumidores seriam, se não os únicos, pelo menos um dos principais atores da mudança social; 2) pode representar uma falsa esperança para a evidência de que os atores tradicionais (Estados, governos, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, cidadãos etc.) perderam muito da sua capacidade de ação política.

Assim, Portilho (2005, p.172) constatou que

Não seria correto admitir que um grupo latente, como o dos consumidores, mesmo considerando que tenham consciência dos interesses comuns, desenvolva protestos e ações coletivas visando promover ou defender esses interesses comuns. A existência de um interesse comum e a consciência do mesmo são condições necessárias, mas, em geral, insuficientes para desencadear ações coletivas, que também pode ser travada pela existência de contradições entre interesses individuais e interesses coletivos, o que leva a pôr de lado os interesses coletivos em favor dos individuais.

Os consumidores, de um modo geral, ainda são um público de difícil acesso se comparado com o público da esfera da produção, pois "não se pode fazer um tratado ou acordo com os consumidores pela simples razão de que consumidores não participam do circuito de consulta neo-corporativo que tem se tornado proeminente nas políticas ambientais", como fundamentam Spaargaren e Vliet, citados por Portilho (2005).

A pesquisa mostrou aspectos interessantes sobre o conhecimento do alimento transgênico. Quando perguntamos aos consumidores nos supermercados se eles saberiam dizer o que é um produto transgênico, 66,3% responderam que "sim". Acreditamos que este reconhecimento foi devido à exposição dos OGMs na pauta dos meios de comunicação, que muito influenciam os estilos de vida na sociedade de consumo, que interpenetram o auto-desenvolvimento dos sistemas sociais globais, o que torna a mídia cada vez mais relevante.

O resultado, considerado muito alto (66,3%), em os entrevistados disseram que sabiam do que se tratava, nos permite considerar que, ainda por ser um termo novo e um produto sem rotulagem, dos 600 consumidores, 393 deles responderam de forma pertinente, se levamos em consideração que, para que os defensivos agrícolas atuem somente nas pragas que infestam as plantações de alimentos, as indústrias de defensivos agrícolas criaram sementes geneticamente modificadas. Assim, os defensivos não comprometerão a plantaçoão quando atuarem contra as pragas (Tabela 1).

TABELA 1 - SIGNIFICADO DO ALIMENTO TRANSGÊNICO PARA OS CONSUMIDORES

SIGNIFICADO	FREQÜÊNCI A	PERCENTAG EM (%)
Alimento geneticamente modificado (ou alterado)	336	85,5
Semente produzida em laboratório (por cientistas)	57	14,5
TOTAL	393	100,0

FONTE: Pesquisa de campo, abril a junho de 2006

Quanto à questão dos riscos alimentares provenientes de técnicas modernas, ao longo da pesquisa, refletimos sobre a seguinte pergunta: por que razão os consumidores apontaram os alimentos transgênicos como uma fonte de preocupação?. Daremos alguns indicadores que podem responder esses questionamentos. Mas antecipando, a resposta está enraizada na cultura.

De acordo com Giddens (2002, p.11),

A modernidade é uma cultura do risco. Não no sentido de que a vida social é inerentemente mais arriscada que antes; para a maioria das pessoas nas sociedades desenvolvidas isso não é verdade. Antes, o conceito de risco se torna fundamental para a maneira como tanto os leigos quanto os especialistas organizam o mundo social. Nas condições da modernidade, o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento. É como se um território fosse escavado e colonizado. Mas essa colonização, por sua própria natureza, não pode se completar: pensar em termos de risco é vital para aferir até que ponto os resultados reais poderão vir divergir das previsões do projeto. A aferição do risco

requer a precisão e mesmo a quantificação, mas por sua própria natureza é imperfeita. Dado o caráter móvel das instituições modernas, associado à natureza mutável e muitas vezes controversa dos sistemas abstratos, a maioria das formas de aferição do risco, em verdade, contém muitos imponderáveis.

Percebemos que as escolhas e as práticas sociais dos consumidores de alimentos podem ser ajustadas para navegar entre as diferentes possibilidades oferecidas num mundo reconstituído pelo impacto dos sistemas abstratos. Por conta disso, também relacionamos o grau de escolaridade e as respostas dos entrevistados, se eles acreditam que os alimentos produzidos com técnicas modernas, como aplicação de fertilizantes químicos e agricultura biotecnológica, podem causar riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Observamos que as respostas dos consumidores que acreditam que tais alimentos produzidos com tais técnicas podem causar riscos ficaram próximos aos 80%, para ser mais preciso, 79,8%, tanto para aqueles entrevistados que possuem apenas o ensino fundamental e aqueles que possuem pós-graduação.

O que podemos notar nos dados citados acima é que mesmo que os cientistas e políticos e até mesmo as pessoas com maiores escolaridades possam ser os intérpretes dos riscos produzidos na modernidade, os entrevistados com menos escolaridade, ou seja, aqueles que possuem apenas o ensino fundamental (80,6%) disseram ter conhecimento dos riscos alimentares produzidos por técnicas modernas. Isso lembra uma das teses de Beck (1998) em *La Sociedad Del Riesgo*, e compartilhada por Giddens, que os riscos relativizam as posições de classe, e adequando nessa situação, as posições de escolaridade, isso porque ricos e pobres, empresários e assalariados sofrem ou podem sofrer as conseqüências da poluição industrial do ar, do envenenamento dos bens alimentícios pelos resíduos químicos. Dessa forma, ainda segundo Beck (1998), os riscos da modernidade produzem um efeito bumerangue que recai sobre grupos sociais até então protegidos contra os males da industrialização.

Há registros no cotidiano dos consumidores que provêm dos meios de comunicação massa, e até mesmo do senso comum, e que auxiliam na legitimação dos riscos advindos de alimentos contaminados.

Quando os consumidores foram perguntados se eles tinham o hábito de ler os rótulos nas embalagens dos alimentos, 453 entrevistados disseram "sim", o que

representa, 75,5% da amostra, e somente 22,7% responderam que não tinha o hábito de ler.

No rótulo dos produtos alimentícios industrializados, são necessários: a identificação do responsável, a composição, a data de embalagem, o peso, a validade e indicação do contato para reclamações (Serviço de Atendimento ao Consumidor ou Serviço de Orientação ao Consumidor). Vale a pena apontar que a adoção de um simples rótulo com identificação e peso do produto, nome e endereço do responsável e data de embalagem é considerada uma revolução na cadeia de produção de frutas e hortaliças, cuja produção é caracterizada pela fragmentação de produção e de origem – milhares de produtores, áreas pequenas, diferentes regiões produtoras com diferentes épocas de colheita – e também por uma alta receita por hectare e grande utilização de mão-de-obra. É uma das únicas atividades agrícolas que permitem a sobrevivência digna do pequeno agricultor.

A controvérsia sobre a liberação dos alimentos geneticamente modificados acabou tornando obrigatória a rotulagem destes alimentos. A fiscalização exige testes genéticos, que são considerados caros porque utilizam a identificação do DNA (GRISOLIA, 2005). Na prática, o consumidor ainda não viu o símbolo com o T dentro de um triângulo de fundo amarelo que identifica o produto transgênico. Apesar de sabermos que somente o plantio de soja foi liberado pela CTNBio, o que induz a população a conceber que só aquele grão é transgênico, cerca de 75% dos produtos que estão nas prateleiras dos supermercados contêm algum componente geneticamente modificado (*Folha de S. Paulo*, 20/10/2005, 2005, p.9).

Para a maioria dos entrevistados, o rótulo transgênico é uma questão de direito à informação alimentar, por isso, 89,2% dos consumidores, é favorável à rotulagem dos OGMs. Por outro lado, ao fazermos a pergunta se os consumidores comprariam um alimento com rótulo de transgênico, praticamente, houve empate entre aqueles que são favoráveis (41%) e dos que são contrários (42%), e apenas 16% dos consumidores não tinham opinião definida.

Guivant (2002, p.97), ao apontar os alimentos geneticamente modificados na perspectiva de uma sociedade global de risco, observou que a interpretação do debate como uma simples oposição entre leigos e peritos (especialistas) não se sustenta. Se nos países europeus houve uma mobilização mais generalizada de defesa dos direitos dos consumidores, não é o caso do Brasil, nem do Paraná, onde certos setores peritos junto com grupos organizados de defesa dos direitos dos consumidores e outras ONGs, como

o Idec e Greenpeace, concentraram as ações. Segundo a autora, "estes leigos e peritos podem estabelecer alianças – não necessariamente produto de acordos explícitos, mas de 'afinidades eletivas' – com outros setores internacionais, gerando dinâmicas impremeditadas nas negociações em torno dos transgênicos".

5 CONCLUSÃO

O conhecimento sobre o meio ambiente e os riscos alimentares, particularmente o conhecimento do público em geral, é articulado e circula por vários caminhos, mas um grupo específico deles, conhecido coletivamente como MCM, conseguiu atenção cada vez maior na sociedade moderna por ser considerado um dos mais influentes.

Com relação aos significados dos alimentos, 66,3% dos entrevistados responderam corretamente sobre o alimento transgênico. É interesse apontar que essa grande percentagem provou ter maior conhecimento sobre um alimento, considerado ainda novo, como os transgênicos. Nesse caso, ficou evidente que as informações obtidas pelos veículos de comunicação sobre a polêmica dos OGMs no Paraná fizeram com que muitos dos consumidores ficassem por dentro da agenda daquele debate.

Esses novos atores sociais urbanos, ou seja, os consumidores de alimentos nos supermercados, deveriam supostamente alcançar novos níveis de criatividade e auto-realização. Contudo, isto não acontece, em larga medida devido a uma nova limitação, que seria a "cultura do cientificismo", e que invadiu todos os aspectos das nossas vidas, desde a construção do risco, ao comportamento alimentar etc.

Como constatamos que 89,2% dos pesquisados são favoráveis ao rótulo de transgênico nas embalagens, como forma de respeito ao direito do consumidor, e como ficou comprovado o empate técnico, mesmo com o selo da transgenia, 41,3% dos consumidores comprariam produtos com ingredientes geneticamente modificados, e 42,2% deles disseram que não consumiriam tais alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich . **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

_____. **O que é globalização? Equívocos do globalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A. et al. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Mundo em descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2005a.

_____. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005b.

GRISOLIA, César Koppe. **Agrotóxicos:** mutações, reprodução e câncer. Brasília: Editora UnB, 2005.

GUIVANT, Julia S. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, n.5, p.89-99, 2002.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental:** a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1995.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa:** um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Tese (Doutorado) - UFRS.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1997.

VERONESE, Marília V.; FELIPPE, Flávia. Os transgênicos na mídia: práticas sociais e ideologia. In: GUARESCHI, Pedrinho. **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000. p.297-316.

PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL: GOVERNOS E SOCIEDADE CIVIL NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA

Fernanda do Socorro Santos Ferreira, Antonia do Socorro Pena da Gama

(IPAM – Santarém-PA) E-mail: fferreira@ipam.org.br; socorro@ipam.org.br

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma reflexão sobre o processo de planejamento participativo da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). O processo iniciado em 2001, foi organizado e estimulado inicialmente apenas por organizações socioambientais dos estados do Pará e Mato Grosso. Posteriormente em 2004, o Governo Federal adotou uma iniciativa inovadora de submeter o asfaltamento da rodovia a um processo de planejamento integrado para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Um ano após ter sido lançado oficialmente pelo Governo, o Plano apresenta várias incongruências, não podendo ser considerado como um instrumento de desenvolvimento sustentável consolidado. Em especial, porque o seu modelo de gestão não se encontra institucionalizado e muitas das ações contidas no Plano sequer foram iniciadas. Quais os resultados do processo de planejamento desenvolvido na área de influência da Cuiabá-Santarém? Quais as lições aprendidas pela sociedade civil e os atuais desafios da sociedade civil e governo no atual de implementação do Plano BR-163 Sustentável? São alguns dos temas sobre os quais este artigo pretende refletir.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende descrever e analisar os processos de mobilização e participação social no planejamento regional da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Processo este iniciado em 2001 através da realização de oficinas de planejamento nos municípios e distritos paraenses cortados pela rodovia. A partir dessa experiência, constituiu-se uma articulação de movimentos sociais, populações indígenas, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa agregando mais de 200 entidades. Juntas, estas entidades realizaram uma série de atividades que culminaram na elaboração de diretrizes básicas para um plano de desenvolvimento do corredor da Cuiabá-Santarém.

Este processo de planejamento e suas principais propostas foram incorporados pelo Governo Federal a um processo maior de discussão sobre a rodovia, dando origem ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163 Cuiabá-Santarém, ou Plano BR-163 Sustentável. O Plano considerado pelo governo como uma

ferramenta estratégica de planejamento integrado para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, foi elaborado entre os anos de 2004 e 2006 sob a coordenação de um Grupo de Trabalho Interministerial, reunindo vinte órgãos do governo federal e sendo coordenado pela Casa Civil da Presidência da República.

Um ano pós ter sido lançado oficialmente pelo governo, o Plano apresenta várias disfunções em relação ao que foi previsto e o que está sendo de fato executado, assim como também possui várias ações que não foram sequer implementadas, como é o caso do seu modelo de gestão, órgão máximo que consolida o processo de participação na construção e execução do Plano, que ainda não foi institucionalizado.

Por outro lado, segmentos da sociedade civil organizada que acompanharam ativamente todo processo de elaboração do Plano BR-163 Sustentável, permanecendo resolutas em seu propósito de tornar realidade os objetivos propostos no processo de planejamento do desenvolvimento da rodovia, viabilizando ações prioritárias levantadas pelos movimentos sociais, ambientalistas e de agricultores familiares para a pavimentação da rodovia.

RODOVIA CUIABÁ-SANTARÉM: UM BREVE HISTÓRICO

A rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) começou a ser implantada em 1973 tendo como principal justificativa à integração da Amazônia às demais regiões do País. Integração que seria efetivada por meio da construção de grandes eixos de transporte rodoviário e incentivos econômicos que atrairiam investimentos para a região, estabelecendo um fluxo migratório de populações rurais de outras regiões do Brasil (NEPSTAD et al., 2000).

Concluída em 1978 e logo depois foi abandonada pelo governo federal, iniciou-se assim um longo período de abandono que resultou num precário caminho cruzando a floresta, intransitável boa parte do ano. Sem relevância durante vários anos, a partir de meados da década de 1990 a força da agroindústria, tendo como principal produto a soja e a expansão da atividade madeireira impulsionaram a economia do corredor atraindo investimentos e a atenção do governo para completar a pavimentação dessa estrada. Por causa disso, a pavimentação da rodovia foi prometida por diversas vezes, ainda durante o governo de Fernando Henrique e incluída em seu plano de desenvolvimento denominado “Avança Brasil” (2000-2003). E mesmo o Presidente Lula, ao assumir o Governo, a manteve entre as suas prioridades, incorporando-a ao seu PPA 2004-2007 “Brasil para todos”.

A Cuiabá-Santarém que atravessa uma paisagem formada por biomas da Floresta Amazônica, Cerrado e por áreas de transição e sendo também banhada pelas bacias hidrográficas do Tapajós e Xingu, constituindo-se em uma das regiões de maior potencial econômico e de diversidade biológica e sócio-cultural da Amazônia (BRASIL, 2006). A pavimentação desta rodovia foi demandada por grandes grupos econômicos ligados ao

agronegócio que de tão estimulados com os preços alcançados pela soja no mercado internacional, inclusive se prontificaram a prover os recursos necessários à pavimentação da rodovia. O que não aconteceu em virtude das crises subseqüentes do setor exportador de soja.

Igualmente o que se viu, logo após as primeiras notícias sobre a futura pavimentação da rodovia foi a expropriação indevida dos recursos naturais aliada ao aumento do fluxo migratório, aos conflitos no campo e a falta de perspectivas econômicas para as populações locais.

Neste sentido, a pavimentação da BR-163 reuniu em torno de si apoio dos setores mais relevantes inseridos no contexto da rodovia. Muito embora com avaliações e pontos de vistas divergentes sobre os seus potenciais impactos do ponto de vista ambiental, econômico e social. Divergências estas relacionadas às diferentes estratégias de desenvolvimento defendidas pelos distintos grupos econômicos e políticos. Assim, no contexto da pavimentação da rodovia logo se pôde identificar um grupo formado por atores públicos (sobretudo no âmbito estadual e municipal) e da iniciativa econômica privada apoiando uma estratégia que favorecesse a agricultura empresarial e, por conseguinte, o desenvolvimento da pecuária em larga escala e o cultivo da soja e culturas associadas. E outro grupo defendendo uma estratégia alternativa de desenvolvimento orientada à produção familiar e a sistemas de produção de policulturas. Fazendo parte deste grupo movimentos sociais, populações indígenas, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa e uma parte do setor público.

A perspectiva iminente de asfaltamento da rodovia e as diferentes percepções em jogo levaram as organizações socioambientais dos estados do Pará e do Mato Grosso a articular a discussão e elaboração de uma plataforma de desenvolvimento regional participativo, tendo como pano de fundo a pavimentação dessa rodovia. Constituíram-se assim estratégias como a realização de reuniões, encontros regionais e a composição de um consórcio socioambiental através do qual a sociedade civil vislumbra os anseios e reivindicações das populações tradicionais e locais incorporados nas agendas e políticas públicas, dando origem a um modelo de ordenamento e gestão territorial, centrado nos interesses das populações locais e na conservação dos recursos naturais (IPAM, 2004).

Um dos primeiros passos definidos pelas organizações da sociedade civil foi o estabelecimento de um processo de planejamento regional participativo com a participação de representantes dos vários setores sociais e governos locais, inclusive grupos que tradicionalmente são excluídos do processo de tomada de decisões, tais como pequenos agricultores e suas organizações representativas. Processo este que deveria ocorrer concomitantemente ao processo de licenciamento e de asfaltamento da estrada e teria como resultado um leque de políticas públicas que viessem oferecer opções de

desenvolvimento e criar mecanismos para o surgimento de uma economia sustentável em longo prazo em toda a área de influência da rodovia, mantendo também boa parte da cobertura florestal da região.

Essa iniciativa foi aperfeiçoada a partir de 2004, quando o governo federal assume o desafio de realizar mais do que o simples asfaltamento da rodovia, mas submetê-lo a um processo participativo e às diretrizes do Programa Amazônia Sustentável – PAS, proporcionando espaços para participação dos diversos segmentos sociais na discussão do desenvolvimento do entorno da rodovia. Nascia assim o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém.

GOVERNOS E SOCIEDADE: O CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DA BR-163 OS MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS E O PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-163

O desafio de transformar o asfaltamento da BR-163 em um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável para as populações que dependem das riquezas naturais da região para sobreviver, levou os movimentos sociais, populações indígenas, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa a iniciarem um processo de construção de um plano de desenvolvimento sustentável para a BR-163 e área de influência.

Processo este iniciado entre março e setembro de 2001, quando pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM iniciaram um trabalho de levantamento na região sobre os problemas, demandas e soluções para o asfaltamento da BR-163 nos municípios e distritos cortados pela estrada no sudoeste paraense. Este diagnóstico, acompanhado de mapeamento municipal participativo, visava à construção de cenários de uso da terra para a estrada a partir do asfaltamento, subsidiando discussões futuras sobre planejamento regional (ALENCAR et al, 2004).

A construção deste processo levou a uma articulação com outros atores da área de influência da BR 163 que, motivados por preocupações com o esgotamento dos recursos naturais, a falta de ordenamento territorial e a ausência de políticas públicas para o setor da produção familiar já haviam iniciado a construção de planos de desenvolvimento local. A este processo juntou-se a Fundação Viver Produzir e Preservar – FVPP, que liderava a construção do Projeto Cutia. Esta proposta de modelo de desenvolvimento privilegia as dimensões humana, social, cultural, econômica, ambiental e ética da região. Na época já se contestava a implantação de grandes obras de infra-estrutura para a região, tais como a construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e o modelo de pavimentação da rodovia Transamazônica. Outro aliado que também se agregou ao processo foi o Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores do Baixo Amazonas - CEFTBAM que liderava, em sua região de atuação, um plano de desenvolvimento denominado Projeto

Tucumã. A meta deste era estruturar e articular um modelo de desenvolvimento sustentável para a região do Baixo Amazonas, com base familiar e centrado em recursos naturais amazônicos, em harmonia ambiental e em equidade de gênero e etnia, contemplando o meio rural e o urbano.

A partir de 2002, estes processos foram convergindo e, através de várias reuniões e visitas de intercâmbio foi criado, em maio de 2003, o Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163. Constituído inicialmente por 4 organizações da sociedade civil (IPAM, FVPP, FETAGRI-BAM e Prelazia de Itaituba), este fórum gerou uma agenda de eventos regionais no Pará que discutiriam regionalmente os rumos do desenvolvimento para a região. Na ocasião foram criados também três pólos de influência da BR-163 no Estado, sendo: Transamazônica, BR-163 eixo Paraense e Baixo Amazonas com sedes respectivamente em Altamira, Itaituba e Santarém. Estes pólos serviram de base para os encontros regionais, que ocorreram no final de 2003.

A preocupação e a oportunidade de trazer o debate para o âmbito dos impactos socioeconômicos e ambientais diretos e indiretos da pavimentação da BR-163, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento regional também ganharam espaço entre as organizações não-governamentais atuantes no Mato Grosso. Entre elas, estão o Instituto Socioambiental- ISA, o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD e o Instituto Centro e Vida – ICV. Estas se mobilizaram e articularam encontros regionais com representantes da sociedade civil (produtores rurais, representantes sindicais, professores da rede pública de ensino, universidades, ong's e outros profissionais) para a organização de propostas voltadas à gestão das áreas ao longo da rodovia BR-163 neste Estado e das nascentes do rio Xingu e Araguaia. Esta mobilização foi apoiada com ativa participação de sindicatos e outras organizações de trabalhadores rurais das regiões de Querência, Água Boa, Lucas do Rio Verde, Jaraguá, Cláudia e outros, resultando inclusive na criação de uma nova Regional do GTA, a do Nortão do Mato Grosso.

Como resultado dessas dinâmicas, foi realizado no mês de março de 2004 na cidade de Santarém (PA), um evento denominado “O Desenvolvimento que Queremos: Ordenamento Territorial da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu”. Este evento - organizado por uma articulação de instituições formada pelo IPAM, ISA, ICV, FVPP, CEFT-BAM, FORMAD, FETAGRI-BAM, Fórum da BR-163 e GTA – foi importante para o amadurecimento das análises sobre o ordenamento territorial da região frente ao asfaltamento da BR-163 e o fortalecimento das organizações sociais de base na consolidação de uma proposta de desenvolvimento para todos os setores produtivos, inclusive os menos favorecidos economicamente que ocupam o eixo da BR-163 e suas áreas de influência.

Este encontro conseguiu consolidar em um único documento, as propostas de desenvolvimento para a região do Baixo-Amazonas, Transamazônica, BR-163 eixo paraense e Mato Grosso. A Carta de Santarém ofereceu elementos para a implantação de um modelo desenvolvimento que respeite as comunidades locais, fortaleça a organização popular e reduza os impactos ambientais decorrentes de grandes obras na região, para que os benefícios gerados por este investimento possam realmente estar ao alcance da maioria da população regional.

Convém ressaltar que além desta Carta, o processo de planejamento conduzido pelas organizações da sociedade civil na região da BR-163 produziu farta quantidade de documentos sistematizados sob a forma de relatórios e cartas, os quais foram gerados pelas diversas organizações envolvidas e que, com pequenas diferenças resumem em cinco eixos estratégicos de intervenção as demandas apresentadas pela sociedade local: i) Infra-estrutura e serviços básicos; 2) Ordenamento territorial e combate à violência; 3) Estratégias produtivas e manejo dos recursos naturais; 4) Fortalecimento social e cultural das populações locais e; 5) Gestão ambiental, monitoramento e áreas protegidas (FVPP, 2003; IPAM, 2003a; IPAM, 2003b; IPAM, 2004; ISA 2004).

Posteriormente, em novembro de 2004, um novo encontro realizado em Santarém, as propostas formuladas em março adquiriram um formato mais operacional visando transformá-las em políticas públicas. Neste contexto, também foi formalizada a articulação das diversas organizações socioambientais que estavam participando da discussão do Plano, era criado o Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 – CONDESSA constituído por 32 entidades e coordenado pelo GTA, FETAGRI PARÁ, FORMAD, FVPP, ISA e IPAM com a finalidade de ser um interlocutor ativo com o Governo Federal para viabilizar a implementação de ações prioritárias levantadas pelos movimentos sociais, ambientais e produtores familiares em relação ao asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém fossem contemplados, trazendo a sustentabilidade efetiva da rodovia (CONDESSA, 2005).

UM NOVO GOVERNO E UM PLANO PARA A BR-163

A iniciativa de transformar a pavimentação de uma grande rodovia em um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia foi favorecida pela assumpção de um novo governo federal, com a participação de pessoas que haviam tido envolvimento relevante na elaboração nos planos de desenvolvimento regionais da sociedade civil. Assim, pela primeira vez na história, optou-se por uma iniciativa inovadora de submeter o asfaltamento da rodovia a um processo participativo de elaboração e às diretrizes do PAS proporcionando espaços para a sociedade participar de um momento histórico de

pavimentação de uma grande rodovia na Amazônia e de integração de benefícios entre regiões que apresentam profundas desigualdades no país.

A decisão do governo federal responde ainda a uma demanda dos atores locais, que vinham sendo levantadas desde de 2001 como forma de subsídio à elaboração de um processo de planejamento integrado do desenvolvimento na área de influência da rodovia.

A participação do governo federal no processo de elaboração do Plano BR-163 Sustentável inicia-se oficialmente em 15 de março de 2004 quando é instituído o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, coalização inicial de quatorze Ministérios, sob a Coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Com a criação do GTI, os trabalhos para a elaboração da primeira versão de um documento para discussão no âmbito dos governos e sociedade civil, adquiriram um novo ritmo. Assim, entre abril e julho de 2004 foi elaborada e divulgada a versão inicial do Plano que estabelece a metodologia e o conteúdo inicial para a elaboração do Plano BR-163 Sustentável.

Este documento foi levado à discussão pública ainda em julho numa primeira rodada envolvendo seis cidades: Sorriso e Guarantã do Norte (MT), Altamira, Novo Progresso e Santarém (PA), Apuí (AM), acrescido de uma rodada final em Brasília.

A partir de sugestões apresentadas na primeira rodada de consultas públicas, discussões internas entre o governo federal e os governos estaduais envolvidos; propostas advindas das audiências públicas do EIA/RIMA do empreendimento e opiniões de pesquisadores e especialistas no tema foi construída a segunda versão do Plano BR-163 Sustentável, submetida à apreciação pública em abril de 2005 em oito cidades inseridas na área de influência da rodovia: Sorriso e Guarantã do Norte em Mato Grosso; Altamira, São Félix do Xingu, Itaituba, Novo Progresso e Santarém, no Pará; e Apuí no Amazonas.

Paralelo ao processo de elaboração da segunda versão e a versão final do Plano, várias ações de impacto foram implementadas pelo Governo Federal com o objetivo de estabelecer o Estado de Direito na região, com medidas direcionadas ao ordenamento territorial, ao monitoramento e gestão dos recursos naturais e ao fortalecimento da segurança pública e a promoção da cidadania, com ênfase especial no combate a grilagem de terras públicas, o trabalho escravo e infantil (BRASIL, 2006).

Finalmente em 5 de junho de 2006, era lançado oficialmente pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva, em rede nacional de televisão, o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163 Sustentável. A escolha da data, conhecida mundialmente como Dia do Meio Ambiente e da Ecologia ratifica o papel estratégico concedido pelo Governo Federal ao plano como uma ação estratégica de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável - PAS, que estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira, mas é

também um plano operacional, referenciado à implementação de ações e políticas governamentais em toda a região (BRASIL, idem).

UM BALANÇO DO PLANO: SÓ UM PLANO OU UMA REALIDADE?

O Plano BR-163 Sustentável trata-se de uma experiência única de planejamento do desenvolvimento regional sustentável. Para a elaboração do mesmo o Governo Federal, investiu na elaboração de um modelo de planejamento, baseado na interação de esforços entre governos e sociedade civil e na integração entre as ações de ordenamento territorial e gestão ambiental, produção sustentável e fortalecimento da governança e cidadania.

É indiscutível por exemplo, a incorporação no Plano das demandas sociais levantadas durante as consultas públicas e/ou encaminhadas ao governo pelos movimentos sociais, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa através de cartas e outros documentos produzidos em seu processo de mobilização e planejamento. Demandas que refletem riqueza em termos de prioridade de ações para cada mesorregião e subárea do Plano e em seu enfoque emergencial e de médio e longo prazo no tempo, as quais se devem sobretudo a participação de organizações com grande capilaridade na área de influência da BR-163.

Neste contexto, muitas ações estratégicas e relevantes para a área de influência do Plano, como por exemplo, o combate à grilagem e atividades ilegais de desmatamento e exploração madeireira em terras públicas, a criação de novas unidades de conservação e de assentamentos rurais, entre outras foram deslançadas por órgãos governamentais: antes mesmo da decretação do Plano, fortalecendo a presença do Estado e implantando o Estado de Direito na região.

Não obstante a influência positiva das organizações da sociedade civil organizada na construção e no conteúdo do Plano. Foram registradas várias dificuldades no processo de elaboração do Plano, como um processo democrático de construção de diálogos e de busca de harmonia no meio de tanta diversidade e conflitos de interesse. Assim houve dificuldades para assegurar o engajamento de determinados grupos sociais na construção do Plano, a exemplo das populações indígenas. Neste sentido, as consultas indígenas previstas para a elaboração do Plano não foram realizadas e, em decorrência da ausência desse diálogo, permaneceram as discordâncias sobre vários assuntos, inclusive sobre a exclusão de parte dos territórios indígenas do Xingu da área de abrangência do Plano. Ficou impressão de desarticulação ou descaso geral por parte do governo em relação à questão indígena.

Outro problema identificado no processo de construção do Plano, foi à baixa participação do poder público municipal e estadual, inclusive nas consultas públicas. Assim como a reduzida participação dos setores empresariais nas diversas fases de elaboração do

Plano. O que poderia ser um indicativo de uma franca opção desses segmentos do poder público pelos lucros advindos da geração de commodities agroindústrias. Assim como também, que os grupos empresariais mais organizados, possuíam canais de influência mais rápidos e diretos como Governo Federal e portanto, mais interesses do que o longo processo de consultas públicas. Ou que os mesmos não possuíam interesse direto no Plano como um todo, mas somente na pavimentação da rodovia (TONI et al, 2006).

O que em outras palavras para Scholz, I et al (2004) sinaliza que grande parte destes atores ainda defende um modelo de desenvolvimento tradicional orientado à promoção da agricultura de grandes estabelecimentos modernos e, assim, também, à produção da soja. Em oposição, aos atores da sociedade civil e alguns atores do setor público que defendem um modelo alternativo, de desenvolvimento sustentável alternativo baseado na promoção da produção familiar.

Não obstante às ações já realizadas no âmbito do Plano, não se pode considerar o processo de elaboração do Plano como consolidado. Em particular, porque o Plano ainda não conta com seu modelo de gestão institucionalizado, definindo suas instâncias colegiadas e gerenciais. Assim como também são desconhecidos os orçamentos e cronogramas de execução do mesmo. Limitando-se assim o monitoramento das ações do Plano e restando dúvidas quanto ao investimento necessário para implementação do mesmo.

Neste sentido, o Plano BR-163 tem sua execução lenta, num estágio ainda incipiente e pouco integrado de implementação. Alguns órgãos estratégicos, ainda não entraram em sintonia com a lógica de intervenção do Plano; muitas ações prioritárias destacadas pela sociedade civil ainda não foram iniciadas e outras demonstram sérios problemas e contradições em sua execução, como no caso dos novos assentamentos na área de influência da BR-163. A criação dos mesmos, expressiva nos dois últimos anos, tem gerado um grande passivo de políticas públicas para a implementação e o desenvolvimento dos assentamentos criados (CONDESSA, 2007).

Assim como é recorrente a constatação de que em muitos municípios alguns atores e segmentos locais praticamente ignoram sua existência ou têm pouco interesse na sua implementação. O que por si só é uma evidência da falta de estratégia de gestão do Plano, sobretudo para envolver os atores locais do governo, sociedade civil e setor privado (CONDESSA, idem).

Por fim, outra preocupação emergente, refere-se à própria ênfase dada pelo governo a execução das obras de infra-estrutura previstas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, colocando em segundo plano a implementação do Plano da BR-163 e seu processo de consultas públicas e participação no modelo de gestão. Isso tem deixado a permanente dúvida entre as organizações socioambientais envolvidas na elaboração do

Plano sobre quais as reais opções a serem adotadas pelo governo para o desenvolvimento da Amazônia: a consolidação do planejamento sustentável e participativo do Plano BR-163? Ou a retomada dos grandes empreendimentos de cunho desenvolvimentista?

AS LIÇÕES APRENDIDAS

Os processos de construção dos planos de desenvolvimento integrado das regiões da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu e a construção do Plano BR-163 Sustentável constituem-se em momentos ímpares na vida do País, mas não únicos no histórico das organizações sociais da região. O protagonismo da sociedade civil na construção do Plano possui um contexto marcado por bandeiras de lutas históricas do movimento sindical e na própria realização dos Gritos da Terra.

O que há de relevante neste contexto é a capacidade atestada por estas organizações em re-elaborando suas bandeiras: transformando reivindicações em propostas; negociando e formando alianças e formulando relações de cooperação com a sociedade política, iniciativas econômicas de ordem privada e outros segmentos da sociedade civil. Incorporando suas demandas aos planos e as agendas políticas de diferentes governos, contribuindo consideravelmente na formulação de políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

Neste sentido, o conjunto de organizações sociais abordadas neste artigo vem também historicamente contribuindo para a mudança social através de suas práticas e agora também contribuindo para a construção de modelos de desenvolvimento como o Plano BR-163, baseados na sustentabilidade econômica, política e social. Assim como na cidadania, na ética e na igualdade social.

Aproveitando também esses mecanismos e espaços políticos para romper com a violência demarcada por alguns segmentos econômicos, construindo assim experiências positivas em termos de participação e do exercício do estado de direito.

Um outro aspecto observado no processo de mobilização em torno da rodovia BR-163, trata-se da própria capacidade das organizações envolvidas em provocar o debate em torno de um grande empreendimento de infra-estrutura para a região, inicialmente restritos a um círculo de políticos e especialistas. Expondo as variáveis ambientais, políticas, econômicas e sociais com o intuito de estimular uma discussão mais ampla e abrangente sobre processo de desenvolvimento da região. O que certamente favoreceu a politização do tema e o seu debate entre um grande número de pessoas com uma boa capacidade de articulação e de mobilização na busca por alternativas.

Neste sentido, destaca-se a capacidade dos diferentes atores envolvidos em elaborar estratégias comuns e soluções adequadas e com isso contribuir para a solução dos problemas. Todo evento promovido para a discussão do tema constituía-se assim em

espaço privilegiado de diálogo e a negociação em torno de objetivos como o fortalecimento da produção familiar urbana e rural, a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Este processo de aproximação e de negociação junto ao governo e outros setores nem sempre foi fácil, pois muitas vezes durante o processo estas organizações foram questionadas por outros segmentos também da sociedade organizada quanto a sua liberdade, independência e real capacidade de cobrança perante o Governo.

Assim, um dos mecanismos de pressão política constituídas pelas organizações, trata-se da realização de reuniões, seminários e encontros regionais e a elaboração de cartas direcionadas ao governo federal e, em especial ao GTI BR-163 que se mostraram como métodos paralelos e, por vezes, mais eficazes do que a participação nas consultas públicas realizadas. Tendo sido definitivamente incorporados ao cotidiano das relações das organizações sociais com os governos e demais segmentos.

Por fim, sendo a participação social é um dos alicerces do Plano BR-163 Sustentável, os movimentos socioambientais reunidos em torno do Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163 reconhecem o mesmo como de sua co-autoria, pois podem distinguir nele pela primeira vez suas propostas em forma de diretrizes a serem cumpridas pelos órgãos governamentais.

Porém, para a consolidação deste processo é preciso que Governo Federal reconheça a importância e a capacidade das organizações socioambientais, assim como os demais setores em avaliar e corrigir as ações realizadas no âmbito do Plano. Sancionando o decreto que regulamenta o seu modelo. Acelerando a execução do Plano; contribuindo na resolução das possíveis incongruências da sua elaboração e implementação. Sanando as dúvidas em termos da real capacidade de se por em andamento o Plano.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Até meados dos anos de 1960, a ocupação e a intervenção humana na região Amazônica se restringiam quase que exclusivamente a presença de populações locais e tradicionais que sobreviviam em atividades como o extrativismo animal e vegetal e agricultura de subsistência realizada em florestas de várzea distribuídas ao longo dos cursos dos rios. Contudo, nas últimas quatro décadas, o governo brasileiro tem intensificado sua intervenção na região Amazônica, através de implementação de grandes empreendimentos e de infra-estrutura e políticas públicas que priorizam a abertura rápida de fronteiras e a intensa ocupação humana.

Um episódio mais recente desse processo, trata-se da pavimentação de rodovias já existentes, entre elas a BR 163 (Cuiabá-Santarém). Preocupados com os custos socioambientais da pavimentação desta importante rodovia, um grupo de organizações

socioambientais atuantes nos estados do Pará e do Mato Grosso desencadeou um amplo processo de planejamento participativo na região, culminando na abertura de diálogo com o governo e na elaboração por parte deste do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163.

O Plano BR-163 Sustentável, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI da BR-163 a partir da demanda e do estímulo de um conjunto de organizações socioambientais trata-se de uma experiência única de diálogo e planejamento na história do País, visando à implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na interação de ações de ordenamento territorial e na gestão ambiental, na produção sustentável e no fortalecimento da governança e cidadania.

Com a decretação do Plano, cabe agora às organizações socioambientais novamente demonstrar sua capacidade de articulação na cobrança das responsabilidades do governo quanto ao andamento e ao sucesso do Plano. Contribuindo também no seu monitoramento contínuo e aperfeiçoamento.

Aos governos por sua vez cabem os esforços para tirar o Plano definitivamente do papel e torná-lo um sucesso em termos de política pública integrada e integradora das ações na região de abrangência da BR-163.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, A. et al. *Desmatamento na Amazônia: indo além da “emergência crônica”*. Belém: IPAM, 2004.

BRASIL. *Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163*. Oficina de Consulta à Sociedade Local, Brasília: GTI/Casa Civil, 2004. (mimeo).

_____. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém*. Brasília: GTI/Casa Civil, 2005. (mimeo).

_____. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém. Versão final*. Brasília: GTI/Casa Civil, 2006. (mimeo).

CONDESSA. _____. *Um ano de Plano BR-163 Sustentável, 2007* (mimeo).

FVPP. *Conferência Popular Regional: O desenvolvimento do Território da Transamazônica e Xingu e Santarém-Cuiabá*. Altamira (PA), outubro de 2003 (mimeo).

IPAM. *Encontro Regional da Produção Familiar ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém*. Itaituba (PA), dezembro de 2003a (mimeo).

_____. *Relatório do Encontro em Defesa da Sustentabilidade do Baixo Amazonas e BR-163*. Santarém (PA), dezembro de 2003b (mimeo).

_____. *Relatório do Encontro O desenvolvimento que queremos: Ordenamento territorial da BR-163, Baixo Amazonas, Transamazônica e Xingu*. Santarém (PA), março de 2004. (mimeo).

ISA. *Relatório do Encontro BR 163 Sustentável: desafios e sustentabilidade socioambiental ao longo do eixo da Cuiabá-Santarém, Sinop (MT), novembro de 2003* (mimeo).

NEPSTAD, D. et al. *Avança Brasil: Os Custos Ambientais para a Amazônia. Relatório do Projeto "Cenários Futuros para a Amazônia"*. Belém: IPAM/ISA, 2000.

SCHOLZ, I et al. *Sociedade civil e política ambiental na Amazônia: os casos da barragem de Belo Monte e da rodovia federal BR 163*. Tradução: Heribert Schmitz, Bonn; IAD, 2004. (Série Relatórios e Estudos 11/2004).

REDES DE SOCIABILIDADE, REDES DE PODER - SOBRE OS DEPUTADOS FEDERAIS DA BANCADA RURALISTA (LEGISLATURA 2007-2011)

Regina Bruno (Professora e Pesquisadora do CPDA-UFRRJ)

E-mail: regina_bruno@yahoo.com.br

RESUMO

Este texto tem como objetivo pensar as redes de sociabilidade como alimentadoras da construção da identidade e do poder da Bancada Ruralista e de seus integrantes. A noção de rede de sociabilidade nos remete ao conceito de configuração em Norbert Elias. Redes concebidas como teias de interdependências e pertencimentos. Nesse sentido procuro mostrar que a inserção dos parlamentares ruralistas nas inúmeras redes de sociabilidade existentes, tanto no Congresso Nacional como fora dele, não só permite a construção de uma determinada concepção de mundo – fundamento de uma identidade ruralista e do poder patronal, como garante o êxito de suas demandas e a manutenção de seus privilégios. Há um entrelaçamento entre vários campos, instâncias, estruturas e atores, realimentador de pleitos e interesses os mais diferenciados. Sob essa perspectiva, a garantia de manutenção do monopólio e da concentração fundiária; a renegociação das dívidas, a certeza de implementação de uma logística voltada para os corredores de exportação, também passam pelas missões oficiais; pela presença dos parlamentares nas Comissões que tratam dos mais variados temas; por um lugar na mesa da Câmara dos Deputados e por acordos intraclasse. É possível identificar três principais redes de sociabilidade: uma rede política, uma rede das atividades profissionais e uma rede social ou “societal”.

APRESENTAÇÃO

Desde que despontou nos anos 80 em meio ao debate sobre a Constituinte – como um dos desdobramentos da mobilização patronal de grandes proprietários de terra e empresários rurais durante o governo da Nova República – a Bancada Ruralista¹ tem se apresentado como importante espaço de construção de identidade e representação dos interesses das classes e grupos dominantes no campo, tanto no Congresso Nacional como perante a sociedade brasileira.

¹O Ruralismo como movimento patronal, assim como outros grupos parlamentares patronais de perfil ruralista, não são um fenômeno recente, contudo, neste texto, meu referencial histórico diz respeito à Bancada Ruralista instituída e assim nominada, quer pela mídia que pelos próprios porta-vozes das classes patronais, a partir dos anos de 1980.

Este texto tem como objetivo pensar as redes de sociabilidade como alimentadoras da construção da identidade e do poder da Bancada Ruralista² e de seus integrantes. Nesse sentido procuro mostrar que a inserção dos parlamentares ruralistas nas inúmeras redes de sociabilidade existentes, tanto no Congresso Nacional como fora dele, não só permite a construção de uma determinada concepção de mundo – fundamento de uma identidade ruralista e do poder patronal, como garante o êxito de suas demandas, a manutenção de seus privilégios e contribui para a criação de laços sociais com outros grupos não necessariamente ligados à atividade rural e ao campo.

Há um entrelaçamento entre vários campos, instâncias, estruturas e atores, realimentador de pleitos e interesses os mais diferenciados. Sob essa perspectiva, a garantia de manutenção do monopólio e da concentração fundiária; a renegociação das dívidas, a certeza de implementação de uma logística voltada para os corredores de exportação, também passam pelas viagens em missões oficiais; pela presença dos parlamentares em Comissões que tratam dos mais variados temas; por um lugar na mesa da Câmara dos Deputados e por negociações, a troca de favores e os acordos intraclasse.

A noção de rede de sociabilidade nos remete ao conceito de configuração em Norbert Elias³. Redes concebidas como teias de interdependências. Como processos sociais direta ou indiretamente ligados à ação coletiva. Para o autor, as figurações são “valências abertas” e “redes de indivíduos” que procuram expressar as disposições e inclinações básicas das pessoas e grupos, orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras (Elias, 1999:16). Sob essa perspectiva a configuração nos conduz a dois principais aspectos: a idéia de pertencimento e de interdependência. Segundo Elias a interdependência é a condição prévia para que se forme uma configuração. E tanto pode ser interdependência de aliados como de adversários, daí porque a configuração implica uma dinâmica relacional. Diz ele:

“A interdependência é o aspecto elementar e universal de todas as configurações humanas. Não há ninguém que nunca tenha estado inserido numa teia de pessoas (...) um dos aspectos elementares e universais de todas as configurações humanas é o de que cada ser é interdependente – cada um se pode referir a si mesmo como ‘eu’ e aos outros como ‘tu’, ‘ele’, ‘nós’, ‘eles’” (Elias,1999:139-145).

² Sobre a Bancada Ruralista ver os trabalhos de Edélcio Vigna: “Bancada ruralista: um grupo de Interesse”, *Argumento*, Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), n. 8, p.1-52, dez. 2001; o artigo “A Bancada Ruralista: legislatura 2003/2007”, INESC, Brasília, 2003. Ver ainda Bruno, Regina. “O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República”, Tese de doutorado, IFCH,Unicamp, 2002; Baron, Jaime, “A Bancada Ruralista no Congresso Nacional: coesão e luta em defesa da propriedade da terra e dos interesses do agronegócio. Exame de Qualificação. CPDA/UFRRJ, fevereiro, 2007 e Costa, Sandra G. “Do curral ao Plenário: a articulação dos deputados mineiros na Bancada Ruralista do Congresso Nacional,1999-2003. Monografia Bacharelado em Geografia, Universidade Federal de Viçosa, julho, 2007.

³ Elias, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1999.

É possível identificar três principais redes de sociabilidade presentes na ação social e trajetória dos parlamentares ruralistas da atual legislatura: uma rede política, uma rede das atividades profissionais e uma rede social ou “societal”.

A rede de sociabilidade política é seguramente a mais expressiva e compreende, sobretudo, as atividades político-partidárias, sindicais, corporativas e os cargos públicos. Diz respeito, por exemplo, à participação dos deputados ruralistas nas diversas Comissões Parlamentares e a presença nos Grupos e Frentes Parlamentares e nas Missões Oficiais de representação política. Diz respeito também às atividades sindicais e representativas de classe. Já a rede de sociabilidade profissional, como o próprio nome enuncia, abrange as atividades profissionais dos parlamentares. Temos produtores, agricultores, pecuaristas, empresários, cafeicultores, empreiteiros, “donos” de universidades e colégios; advogados, médicos, magistério etc. E, finalmente, a rede societal compreende basicamente as atividades associativas e a participação dos deputados em agremiações sociais e religiosas como, por exemplo, a participação no Lions Club e na maçonaria.

Utilizei como fonte empírica a “biografia” dos parlamentares da Bancada Ruralista⁴ da atual legislatura (2007-2011) disponibilizada no sítio da Câmara dos Deputados⁵. Os dados biográficos⁶ são importantes porque expressam a auto-identificação que o parlamentar faz de si próprio, do Congresso Nacional e de seu universo social; mostra como ele se define e define a sua história pessoal e pública e retrata o que ele considera relevante tornar público.

1. REDE DE SOCIABILIDADE POLÍTICA

É corrente a idéia de que os parlamentares da Bancada Ruralista preocupam-se e atuam, quer no Congresso Nacional quer na sociedade civil, quase que exclusivamente com questões e temas ligados ao rural, à atividade agrícola e à questão agrária. Não é bem assim que ocorre. Tais parlamentares também costumam atuar em outras áreas de interesse, não necessariamente restritas à agricultura ou questões afins e quase sempre procuram ocupar os espaços políticos possíveis no Congresso Nacional, seja se fazendo presente nas inúmeras Comissões existentes (mistas, permanentes, temporárias ou externas) em especial naquelas

⁴ Recorro à definição do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) que classifica como integrante da Bancada Ruralista “aquele parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou da área de agronegócio, assumiu sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e nas manifestações de plenário”. Sena, Viviane Ponte “*Criação de Frentes Parlamentares é fenômeno permanente no Legislativo*”. Brasília. DIAP, 10 p. Disponível em: www.diap.org.br.

⁵ www2.camara.gov.br/deputados. Acessado durante o mês de maio de 2007.

⁶ Na biografia são registradas as seguintes informações: nome; partido; nascimento; filiação; legislaturas; mandatos eletivos; suplências e efetivações; licenças; filiações partidárias; estudos e graus universitários; seminários, conferências e congressos; Atividades Parlamentares: Câmaras Municipais, Assembléia Legislativa, Assembléia Nacional Constituinte; Congresso Nacional; Câmara dos Deputados: comissões permanentes, comissões especiais, comissões externas; Conselhos, Frentes e Grupos Parlamentares; Atividades Sindicais, Representativas de classe e Associativas; Condecorações; Obras publicadas; Missões oficiais e outras informações.

Comissões consideradas politicamente estratégicas ou de maior visibilidade como, é o caso da Comissão de Finanças e Tributação; da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Comunicação e Informática, entre outras.

Vários parlamentares ruralistas da atual legislatura tiveram presença ativa na Constituinte de 1988 em especial nas Comissões que tratavam dos Poderes e Organização do Estado. Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), José Santana de Vasconcelos (PR/MG), Paes Landim (PTB/PI) e Roberto Balestra (PP/GO) foram membros titulares e suplentes da Comissão de Sistematização, considerada, naquela conjuntura, o lugar mais importante do Congresso Constituinte. Outro espaço político estrategicamente importante era a Comissão que tratava dos Direitos Trabalhistas. Roberto Balestra (PP/GO) e Max Rosenmann (PMDB/PR) participaram da Sub-Comissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

Além disso, vários parlamentares ruralistas ao longo de sua trajetória política foram membros da Mesa Câmara dos Deputados. Participar da Mesa pode garantir alguma influência mesmo em um regime presidencialista onde o poder de fato é o da presidência da Mesa e o presidente tem o poder de engavetar demandas e processos.

Nas legislaturas anteriores, a participação dos parlamentares ruralistas nas Comissões Mistas do Congresso Nacional voltou-se prioritariamente para questões ligadas ao Crédito Rural, ao Imposto Territorial Rural (ITR) e o Pagamento da Dívida Agrária. Em segundo lugar, temos a participação nas Comissões Mistas sobre o Projeto Calha Norte; a Política de Ocupação da Amazônia e sobre as Doações, Vendas e Concessões de Terras Públicas. Também é expressiva a participação nas Comissões Mistas sobre Plano, Orçamento Público e Fiscalização; Evasão de Divisas; MERCOSUL e Violência. Em contrapartida foi inexpressiva a presença dos deputados na Comissão sobre Participação dos Trabalhadores nos Lucros das Empresas e na Comissão Mista do Congresso Nacional sobre Compra de Votos.

Chama à atenção a presença significativa de parlamentares em Comissões que tratam da questão da violência em suas mais diferentes manifestações⁷. O mais curioso é que no imaginário social a prática da violência é a marca distintiva na representação sobre os ruralistas e sobre a Bancada Ruralista.

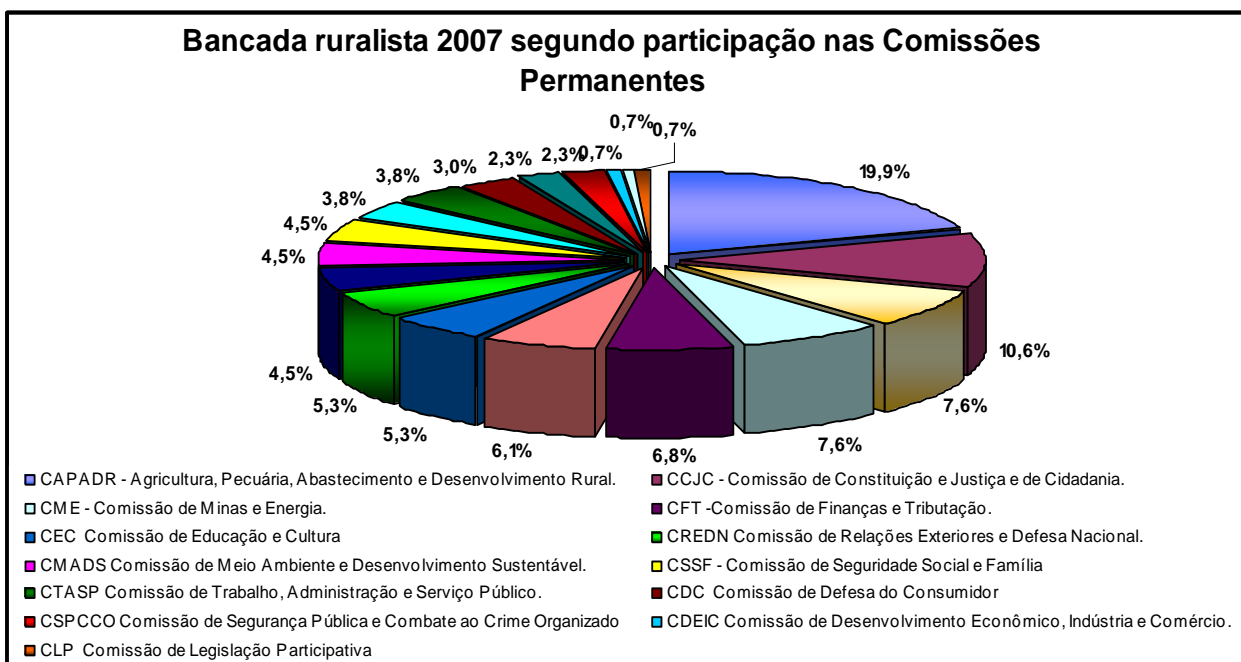
Outro traço característico dos deputados federais identificados com a Bancada Ruralista

⁷ Na Comissão Permanente de Combate ao Crime Organizado temos, Abelardo Lupion (DEM/PR), Carlos Melles (PFL/MG), Edmar Moreira (DEM/MG), Elcione Barbalho (PMDB/PA), Gonzaga Patriota (PSB/SP) e João Guimarães. Na Comissão Especial de Combate à Violência temos Abelardo Lupion (DEM/PR), Ciro Nogueira (PP/PI), Edmar Moreira (DEM/MG), João Magalhães (PMDB/MG) e Gervásio Silva (DEM/SP). Na Comissão constituída para levantar as Causas da Violência participam Custódio Mattos (PSDB/MG), Edmar Moreira (DEM/MG), Gervásio Silva (DEM/SP) e Gonzaga Patriota (PSB/SP). Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico temos Elcione Barbalho (PMDB/PA) e Fátima Pelaes (PMDB/AP). Na Comissão Externa sobre Violência contra a Mulher, temos José Múcio Monteiro (PTB/PE) e Fátima Pelaes (PMDB/AP). E Giovanni Queiroz (PDT/PA) foi membro da Comissão Externa sobre Violência no Campo.

na atual legislatura é o baixo índice de participação em Comissões consideradas de perfil social. Quando tomarmos como referência a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 249/00, “Combate à Pobreza” da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, veremos que do total dos 80 parlamentares ruralistas da atual legislatura apenas 8.7% participaram da referida Proposta⁸.

Portanto, podemos afirmar que se de um lado os parlamentares ruralistas constroem a força da representação e garantem seus pleitos nas Comissões diretamente vinculadas à agricultura ou a temas de interesse dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e do agronegócio⁹. De outro, esse mesmo poder e garantias também são realimentados nas negociações das votações e na presença em espaços políticos reconhecidos como estratégicos e ainda na participação em outras Comissões não necessariamente vinculadas ao rural e à agricultura¹⁰.

Gráfico 1



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

O Gráfico 1 nos dá uma imagem da amplitude e diversidade de participação dos

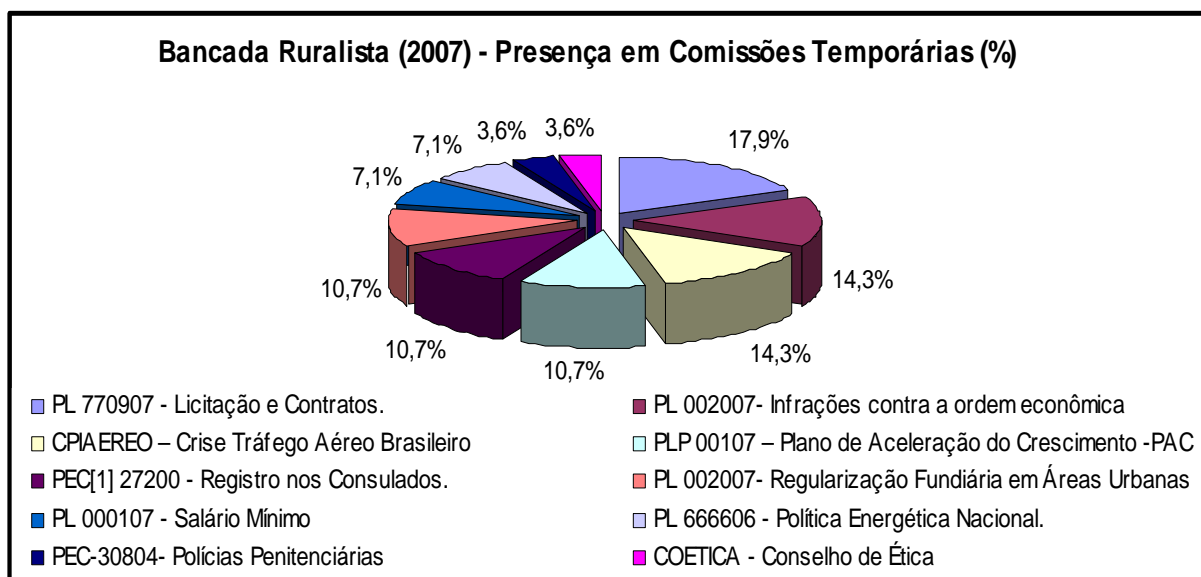
⁸São eles: Edinho Bez (PMDB/SC); Eunício Oliveira (PMDB) Gastão Vieira (PMDB/MA); Jaime Martins (PR/MG); Marcondes Gadelha (PSB/PB) Pompeo de Mattos (PDT/PB) e Ronaldo Caiado (DEM/GO).

⁹Por exemplo, Comissão de Agricultura; Crédito Agrícola; Amazônia; Meio Ambiente; Ecologia; Alimentos Geneticamente Modificados; Biossegurança; Recursos Hídricos; Cafeicultura; Alienação de Terras; Uso de Terras Públicas, etc.

¹⁰É o caso, por exemplo, Comissões sobre Orçamentos Públicos e Fiscalização; sobre o Fortalecimento do Sistema Financeiro; sobre a Estabilidade dos Militares; sobre o Concurso para Juiz de Paz e sobre a Escolha de Juizes Classistas.

parlamentares ruralistas nas Comissões Permanentes em funcionamento na atual legislatura. Como era de esperar, a presença na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) é prioritária (19,9%). Fazem parte da Comissão de Agricultura, as lideranças ruralistas de maior peso político¹¹. Em segundo lugar com 10,6% dos deputados ruralistas, temos a participação na Comissão de Constituição e de Cidadania (CCJC). Com 7,6%, cada, temos a presença dos parlamentares da Bancada Ruralista na Comissão de Viação e Transporte (CVT) e na Comissão de Minas e Energia (CME). Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) participam apenas 4,5% dos parlamentares ruralistas. E por fim com apenas 0,7% dos deputados temos a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e na Comissão de Legislação Participativa (CLP).

Gráfico 2



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

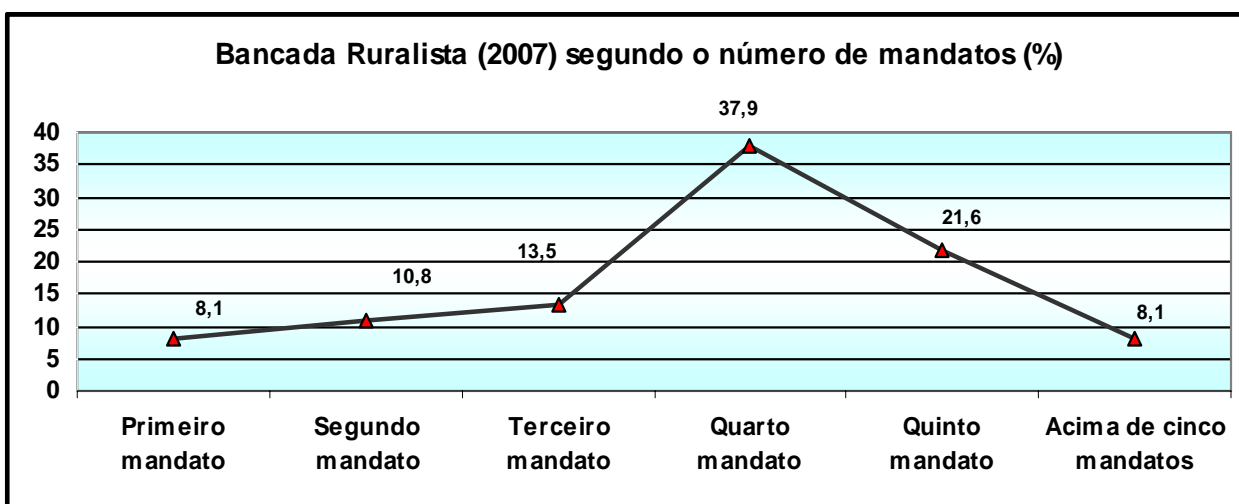
Quanto a presença de parlamentares ruralistas nas Comissões temporárias (Gráfico 2), temos uma primeira concentração (entre 17,9% e 14,3%) que participa das Comissões constituídas para tratar de Projetos de Lei (PL) relativos à Licitação e Contratos; a Infrações contra a ordem econômica e da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Crise do Tráfego Aéreo Brasileiro. A Comissão sobre a PL Licitação e Contratos é considerada um lugar estratégico. Uma segunda concentração (10,7%) participa da PL Regularização Fundiária em Áreas Urbanas; o Projeto de Lei Complementar (PLC) sobre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e da PEC sobre Registro nos Consulados. E, finalmente, uma última

¹¹ É o caso de Luiz Carlos Heinze (PP/RS); Moacir Micheletto (PMDB/PR), Ronaldo Caiado (DEM/GO); Valdir Colatto (PMDB/SC) e Abelardo Lupion (DEM/PR)

concentração (entre 7,1% a 3,6%) de deputados ruralistas presentes nas Comissões que tratam de PL sobre o Salário Mínimo, a Política Energética Nacional, a PEC Políticas Penitenciárias. Por fim, Átila Lins (PMDA/AM) é suplente no Conselho de Ética (COETICA).

Um segundo aspecto a ser destacado, constitutivo da rede de sociabilidade, é o “enraizamento” parlamentar decorrente da convivência de décadas no mesmo espaço cotidiano de regras e normas políticas – o espaço do Congresso Nacional. Por mais ausentes que possam se apresentar, todos de um modo ou de outro, após décadas e décadas de convivência no plenário, nos gabinetes, nos corredores e nas comemorações, vão constituindo e reconstruindo suas redes de sociabilidade, lealdades, amizades e inimizades. Muitos participaram das mesmas votações, comemorações, acordos e pré-acordos e presenciaram momentos importantes da história política deste país. O Gráfico 3 mostra que aproximadamente 37,9% do deputados encontram-se no 4º mandato consecutivo, ou seja, há dezesseis participam desse espaço político parlamentar. Este não é um dado irrelevante.

Gráfico 3

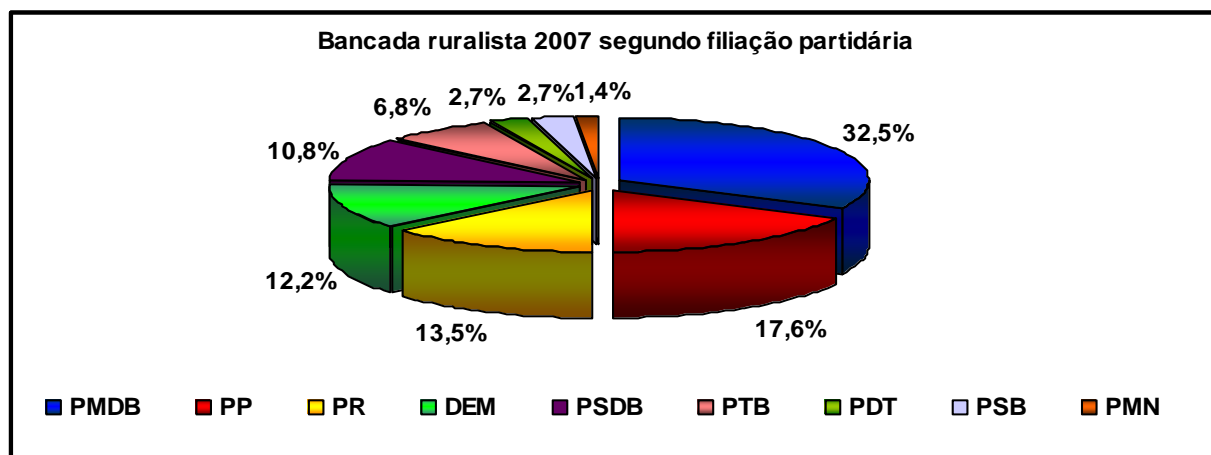


Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

Um terceiro aspecto importante é o pertencimento a partidos políticos. O fato de a Bancada Ruralista ser suprapartidária não elimina a importância da filiação partidária. No Gráfico 4 observa-se que o PMDB é o partido com maior percentual de participação, 32,5% dos deputados ruralistas são filiados ao PMDB. Os representantes do PMDB encontram-se distribuídos em 15 estados da Federação. Paraná e Minas Gerais concentram o maior número de deputados ruralistas filiados ao PMDB. A seguir temos o PP com 17,6%, o PR com 13,5%, o DEM com 12,2% e o PSDB com 10,8%. Completam a composição da Bancada Ruralista

deputados filiados ao PMN, PSB, PDT e PTB. Juntos representam 13,6%. O PT e o PV nunca estiveram presentes, mas vários desses partidos hoje fazem parte da base governamental do governo Lula. São as auguras das alianças construídas ao longo dos anos.

Gráfico 4



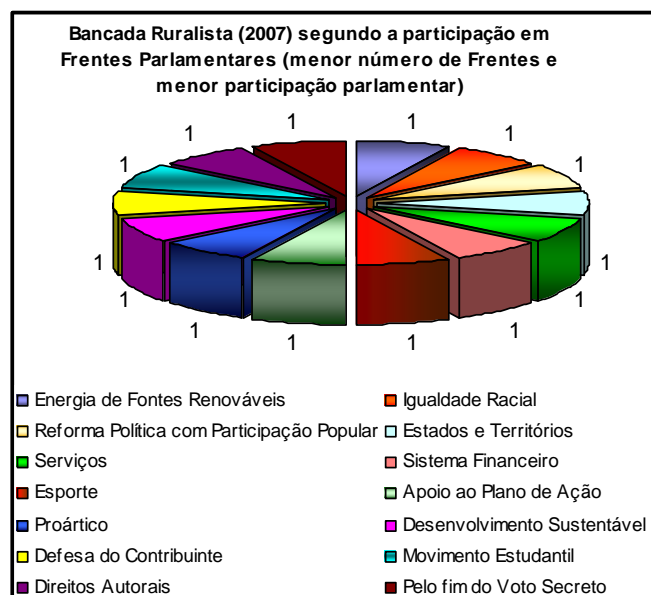
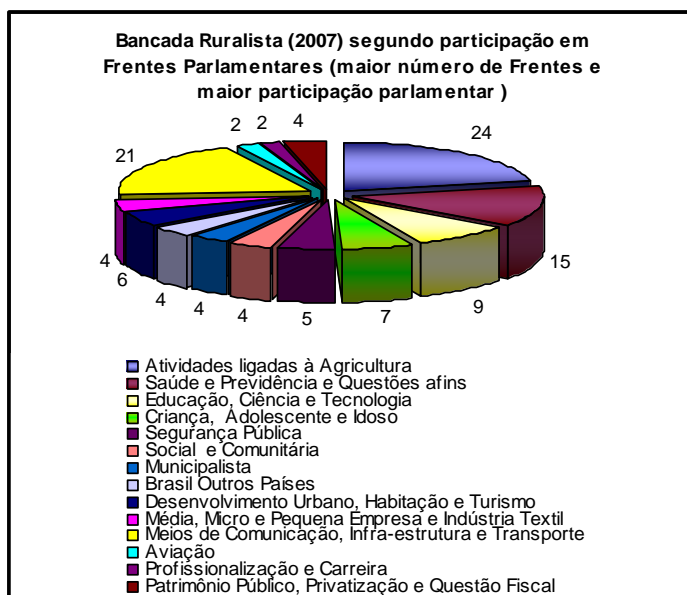
Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

Ainda fazendo parte da rede de sociabilidade política temos as Frentes Parlamentares, consideradas grupos de pressão que atuam na defesa de determinados interesses em comum¹². Mais uma vez chama a nossa atenção a presença de deputados da Bancada Ruralista em inúmeras Frentes Parlamentares (Gráfico 5). Ao longo de seus mandatos eletivos, vários deputados registraram na biografia haver participado – além das Frentes Parlamentares ligadas à Agricultura – de Frentes ligadas a Educação, Ciência e Tecnologia (21 deputados), Saúde, Previdência e Questões Afins (15 deputados) e Meios de Comunicação, Infra-estrutura e Transporte (9 deputados). Em contrapartida é irrelevante – e pleno de significados – a participação de deputados ruralistas da atual legislatura em Frentes Parlamentares ligadas a pleitos e questões como Igualdade Racial, Defesa do Contribuinte, Fim do Voto Secreto; Desenvolvimento Sustentável, Movimento Estudantil dentre outras (Gráfico 6).

Gráfico 5

Gráfico 6

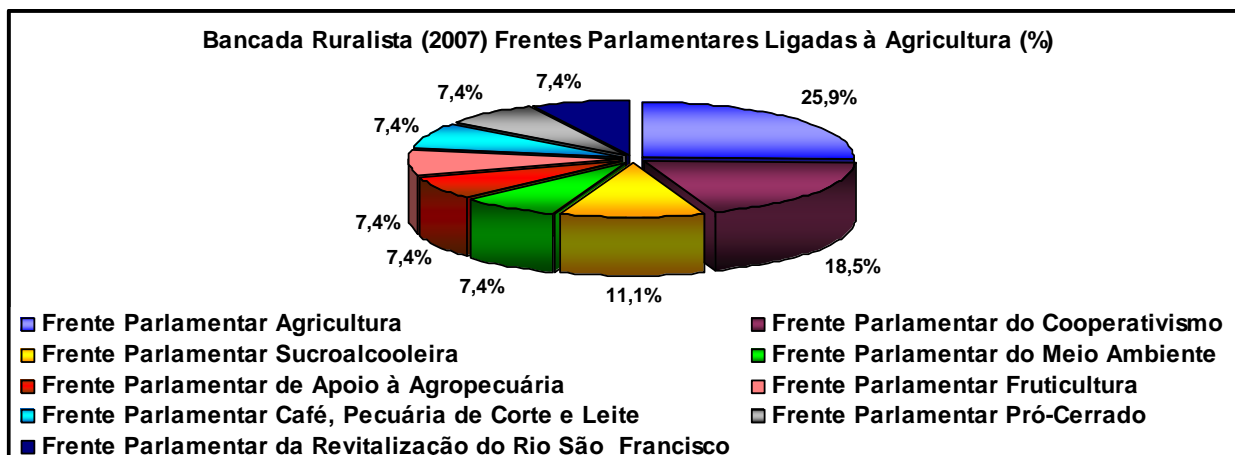
¹² Sobre o assunto ver: Bonelli, Moema. *Proposições Legislativas sobre o Desenvolvimento Rural*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural -NEAD Estudos, Brasília, 2005, 97p.



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

Como era de se esperar, as Frentes Parlamentares da Agricultura e a do Cooperativismo são as mais expressivas e contam respectivamente com a participação de 25,9% e 18,5% dos deputados ruralistas. A seguir temos a Frente Parlamentar Sucroalcooleira (11,9%), que ora se renova com a produção de etanol. As demais Frentes, tanto a tradicional Frente Parlamentar do Café e Pecuária de Corte e Leite como a “emergente” Frente Parlamentar do Meio Ambiente contam respectivamente com presença 7,4% de dos deputados ruralistas em suas fileiras (Gráfico 7). É comum um mesmo parlamentar participar de várias Frentes.

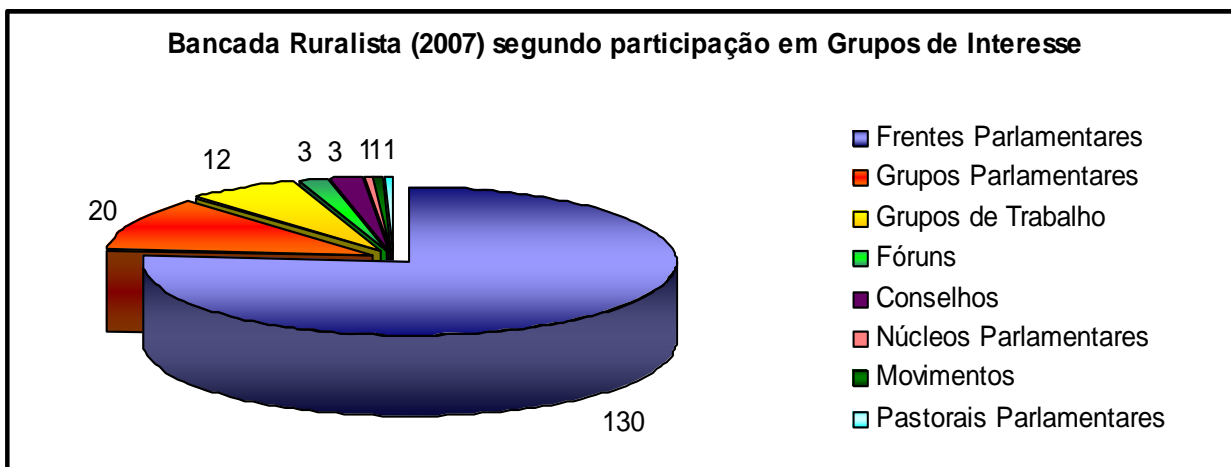
Gráfico 7



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

Por fim, é importante registrar que nas duas últimas décadas houve uma intensa multiplicação e ampliação de grupos de interesse no interior do Congresso Nacional. Tal fato expressa, como diria recentemente Leopoldi discorrendo sobre o assunto, o fortalecimento político do Legislativo Brasileiro que teve início com o fim do regime militar e a instauração da Nova República no final dos 70 e início dos 80. Cada vez mais, os setores patronais no Brasil e não apenas os rurais e agroindustriais voltam os seus olhos para o Congresso Nacional em busca de espaço e uma maior visibilidade. O dado acima é impreciso, mas nos dá uma idéia da multiparticipação dos deputados ruralistas, sejam como titulares, sejam como suplentes, nas inúmeras Frentes, Grupos, Fóruns, Conselhos, Núcleos e Movimentos. O Gráfico 8 ilustra esta afirmação.

Gráfico 8



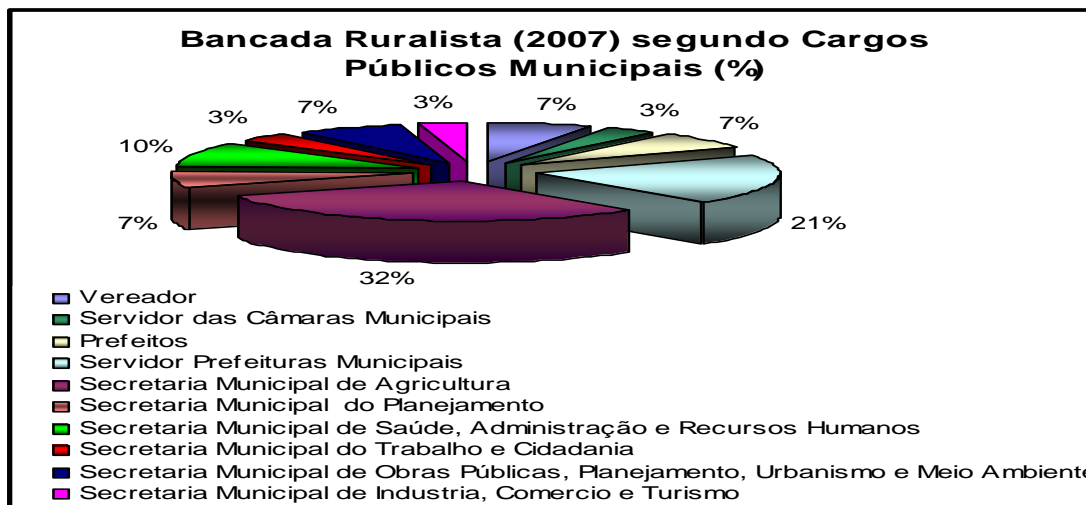
Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

Um último componente da rede de sociabilidade política por nós sistematizado, a partir das informações disponibilizadas pelas biografias, são os cargos públicos. De um modo geral o parlamentar inicia a sua trajetória política nas secretarias municipais e prefeituras¹³. Um segundo passo é a instância estadual e o governo do estado e num terceiro momento os cargos federais.

O cargo de secretário municipal de agricultura (gráfico 9) é o de maior freqüência, 32,0% dos parlamentares ruralistas foram secretários de agricultura. É comum uma mesma pessoa assumir mais de uma secretaria em momentos diferenciados. Em segundo lugar, com 21% temos os que em sua trajetória política foram servidores das Prefeituras Municipais: assessores dos prefeitos; secretários adjuntos etc.

¹³ Para alguns também é o momento do trabalho político junto aos sindicatos patronais.

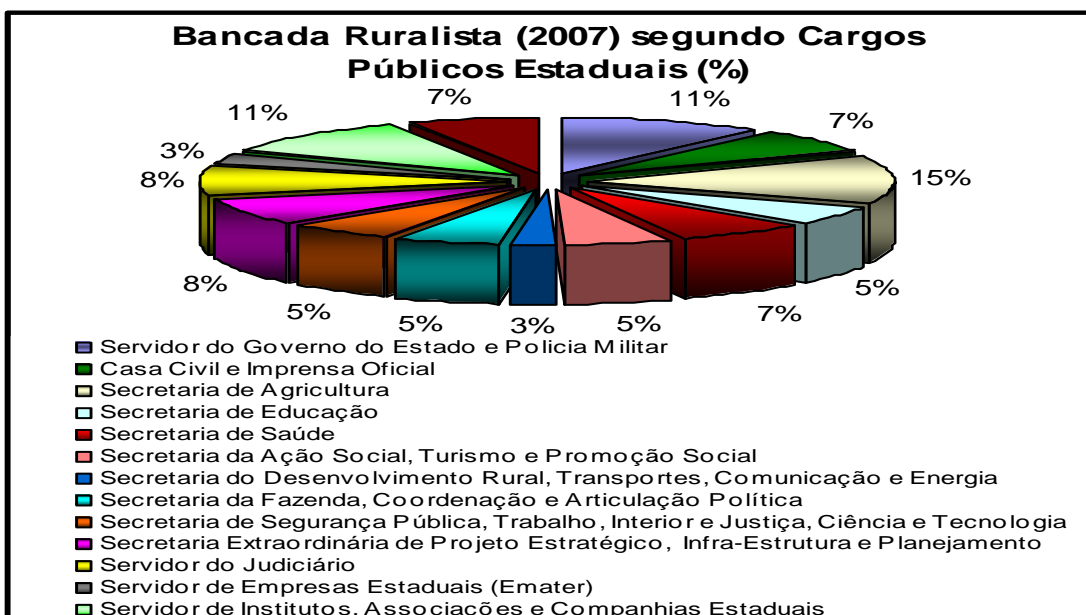
Gráfico 8



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

A instância estadual (Gráfico 9) acompanha a mesma dinâmica dos municípios, onde a Secretaria Estadual de Agricultura responde por 15% e há também significativo percentual de parlamentares que em sua trajetória foram servidores do estado: assessores, diretores de empresas, institutos e companhias estaduais etc.

Gráfico 9

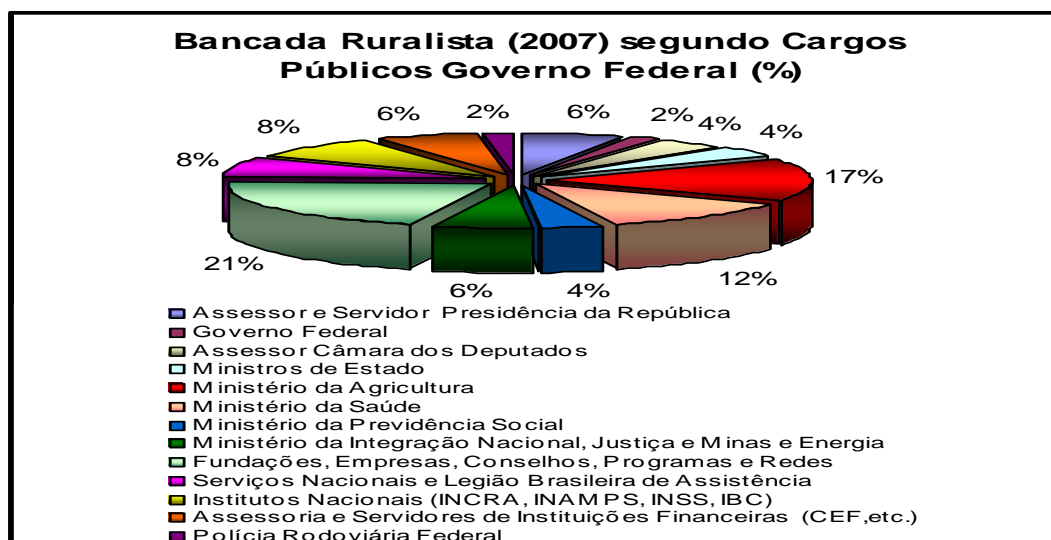


Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

A instância federal (gráfico 10) inverte a tendência observada quanto à ocupação de

cargos públicos nas instâncias municipal e estadual. A presença dos parlamentares ruralistas no Ministério da Agricultura (17%) é suplantada pela presença (21%) em Fundações, Empresas, Conselhos, Programas e Redes Federais¹⁴.

Gráfico 9



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

2. REDE DE SOCIABILIDADE PROFISSIONAL

Chama a atenção o peso do magistério (31%) que em algum momento fez parte da vida dos deputados ruralistas. Temos ex-professores de direito em universidades públicas e privadas¹⁵. Vários são ou foram proprietários de escola. Aproximadamente 16% dos parlamentares trabalharam e foram e são donos de rádio e jornais¹⁶. A frequência com que aparecem cargos relacionados à medicina deve-se a grande presença de médicos na Bancada Ruralista. Aproximadamente 6% do total dos parlamentares ruralistas se declaram empreiteiros e donos de empresas de engenharia e construção civil – historicamente um dos grupos mais influentes e de maior peso no Congresso Nacional – e apenas 4% dos deputados se autodenominaram agricultores e produtores rurais. Mas, o vínculo com a agricultura e a condição ruralista desses parlamentares invariavelmente desponta na participação em Frentes Parlamentares ligadas à Agricultura, nas “Atividades Sindicais e Representativas de Classe” ou nas Homenagens recebidas. O Gráfico 10 apresenta a caracterização da Bancada Ruralista de

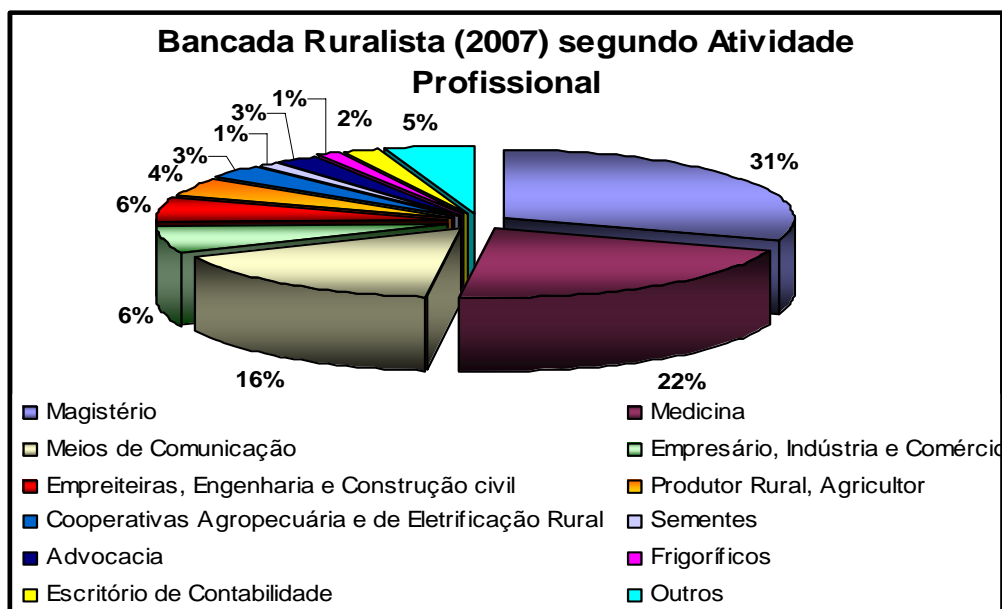
¹⁴ Ex-assessores e ex-diretores de órgãos como EMATER, INCRA, INAMPS, IBC, CEF e LBA. Conselheiros do CNPq e do CNC etc.

¹⁵ Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Goiás (UFG). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, entre outras.

¹⁶ Rede Brasil Amazônia TV Ltda (PA); Rádio A.M. Catuar (MG); Jornal Uberlândia Hoje (MG); Rádio Alvorada Estrela d'Oeste (SP) Jornal Correio do Triângulo, e outros mais.

acordo com a atividade profissional.

Gráfico 10



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

Carlos Melles (DEM/MG) se classificou profissionalmente como empresário e engenheiro agrônomo, mas na atividade profissional declarou-se Produtor Rural em São Sebastião do Paraíso (MG) e a sua condição de ruralista tornou-se mais visível ainda quando informa que nos anos 90 foi diretor executivo do Conselho Nacional do Café; quando registra a participação em inúmeros congressos sobre cafeicultura e quando se declara coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura, presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e membro do Grupo para Negociação da Securitização das Dívidas de Crédito Rural. José Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) apresentou-se como advogado e professor universitário, no entanto o seu vínculo com a agricultora aparece quando se diz “membro do Sindicato Rural de Barbacena” e sua condição de ruralista desponta com a participação na CPI sobre a Ocupação de Terras Públicas na região Amazônica e a do Instituto do Algodão e do Alcool.

Apesar de em nenhum momento o agronegócio aparecer como elemento identificador da profissão do parlamentar, quer como formação quer como atividade – ninguém se auto-nomina “nós os empresários do agronegócio” como o fazem no embate político – cada vez ele mais se

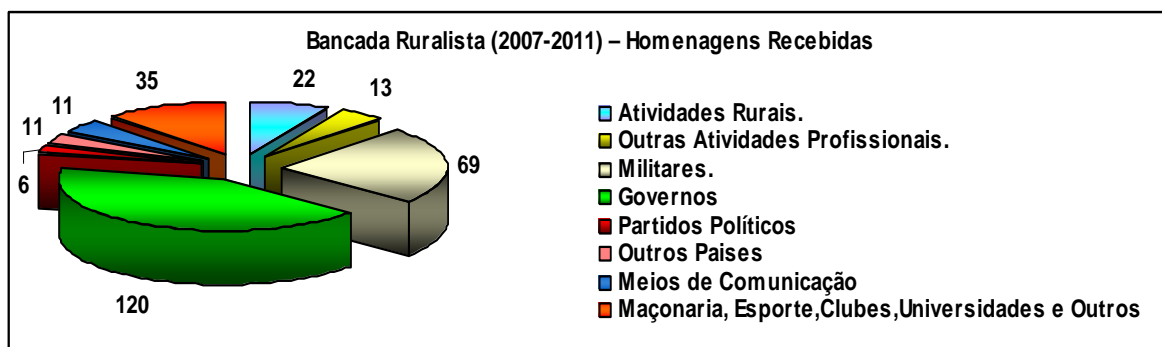
constitui em referência de participação em palestras, seminários e homenagens¹⁷.

3. REDE SOCIETAL

A rede societal compreende os laços de sociabilidade criados e mantidos pelos deputados com outros grupos e classes sociais não necessariamente relacionados a atividades rurais. São parte importante destas relações as atividades e a participação dos deputados em agremiações sociais e religiosas e as honrarias e homenagens recebidas.

Quanto às homenagens recebidas, ocupando o primeiro lugar, temos as concedidas pelos governos, federal, estadual e municipal. Na instância federal temos as Ordens do Mérito e Medalhas da Presidência da República, dos Ministérios – em especial o Ministério das Relações Exteriores – dos Tribunais Superiores e do Poder Judiciário. No plano estadual e municipal foram outorgadas aos parlamentares ruralistas ao longo de suas trajetórias políticas várias Medalhas, Troféus, Comendas e Ordens do Mérito em especial nos estados de Minas Gerais, Pará e Distrito Federal. Um dos parlamentares registrou os “aplausos e congratulações” recebidas na Assembléia Legislativa. O Gráfico 11 apresenta a distribuição percentual das homenagens recebidas pelos deputados da Bancada Ruralista.

Gráfico 14¹⁸



Fonte: www2.camara.gov.br/deputados.

São freqüentes os títulos de cidadão honorário, honras ao mérito e diplomas de gratidão do povo e dos moradores de um determinado município e localidade. Além de nos permitir

¹⁷ Aelton Freitas, (PL/MG) recebeu a Comenda Destaque Agronegócio em 2004. Afonso Hamm (PP/RS) fez palestra no II e no III Seminário do Agronegócio dos Arrozeiros a convite da prefeitura municipal de Rosário do Sul (RS). Também participou do I Fórum de Agricultura e Agronegócio em Pelotas, na UFPel em 2005, do Seminário “A Biotecnologia e o Agronegócio Brasileiro diante da Lei de Biossegurança, SP, 2005. José Santana de Vasconcelos (PR/MG) recebeu a homenagem Destaque Agronegócio, em 2005 do Programa Campo&Criação. Luiz Carlos Haully (PSDB/PR) foi painelistas sobre “A visão dos Partidos Políticos sobre o Agronegócio Brasileiro e Inclusão Social dos Produtores Rurais” no III Seminário Brasileiro de Administração Rural (Abarsul-PR). Nélio Dias (PP/RN) foi palestrante sobre “Agronegócio do Leite Caprino” a convite da EMBRAPA-CEATSA, Petrolina (PE) e, finalmente, Valdir Colatto (PMDB/SC) é vice-presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Agronegócio-INDAGRO, Câmara dos Deputados além de ser coordenador parlamentar da OCB.

¹⁸ Dado amostral com 50% dos deputados DA Bancada Ruralista (2007-2011).

mapear as bases políticas dos parlamentares, enunciam relações de favor e de amizades entrelaçadas aos direitos e deveres: “Cidadão honorário devido os serviços prestados ao povo de vários municípios”; “Nosso embaixador em Brasília”; “Visitante ilustre da Terra dos Jerivás”, “Portador de Esperança”; “Destaque missioneiro” pela conclusão da rodovia; “Amigo da União do Oeste”, e outros mais.

Chamam à atenção as homenagens recebidas dos setores militares (Polícia militar, Aeronáutica, Marinha e Exército) por serviços prestados.

Muitos parlamentares são associados ao Rotary Club; outros registraram a sua participação, quando estudantes, em grêmios estudantis. Vários são vinculados à Associação Cristã Parlamentar e é expressiva a participação na maçonaria (Ordem da Águia: Grande Oriente Maçônico; Cavaleiros da Boca Maldita, Cruz do Anhanguera entre outras). Três deputados declararam na biografia haver participado de cursos de formação em Política e Estratégia da ADESG¹⁹. E muitos exibiram seus títulos esportivos.

3.1 Uma Bancada masculina

A Bancada Ruralista, pelo menos a da atual legislatura, é uma bancada quase que exclusivamente masculina. Dos 80 deputados federais arrolados pelo DIAP apenas quatro são mulheres: Elcione Barbalho (PMDB/PA); Íris Araújo (PMDB/GO); Fátima Pelaes (PMDB/AP) e Jusmati Oliveira (DEM/BA). Todas são figuras emblemáticas e cada uma expressa um determinado perfil de atuação.

Elcione se distingue por sua atividade assistencialista e por sua trajetória política vinculada ao papel de primeira-dama do estado do Pará, o que lhe permitiu acesso a programas institucionais, à participação em debates, viagens etc. Pedagoga e no terceiro mandato eletivo, Elcione é membro da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Conferência das Primeiras-Damas do Nordeste sobre Abuso de Drogas. Também participou de inúmeros Encontros das Primeiras-Damas em vários estados. O seu perfil ruralista vem a luz quando se declara, por exemplo, titular da Comissão Mista Especial do Projeto Calha Norte; membro da Comissão sobre a Crise do Setor da Borracha e participante no Seminário sobre a Questão Amazônia e Soberania da Nação.

Íris Araújo (PMDB/GO), administrador público, também construiu a sua trajetória política a partir de seu status de primeira dama do estado. Na campanha para deputada federal usou o nome “Dona Íris Resende”. Ao assumir o mandato parlamentar registrou-se como Íris Araújo. Íris de Araújo Resende Machado teve presença ativa na política local ao mesmo tempo em que

¹⁹ Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

participou dos encontros regionais de Primeiras Damas e fundou a Fundação faz Legionárias do Bem Estar Social. Dona Íris, foi palestrante no seminário sobre “A participação da Mulher Rural na Produção Agrícola no País”.

Fátima Pelaes, socióloga, é a “deputada-dos-direitos-das-mulheres”. Esteve presente em várias palestras, algumas internacionais, sobre a Mulher. Por exemplo, na Conferência Mundial da Mulher, em Begin na China; na Comissão da Mulher do Parlamento Latino Americano, em Cuba e no Panamá; no Encontro das Ações de Desenvolvimento Formação da Mulher, Republica Dominicana. Fátima Pelaes fez parte da CPI Mista sobre Esterilização da Mulher no Brasil e em seu primeiro mandato atuou nas Comissões sobre Criança, Adolescente e Meninos de Rua. A sua face ruralista se expressa na Comissão Permanente da Agricultura; na Comissão Permanente Amazônia e Desenvolvimento Regional; na atuação junto a PEC sobre Meio Ambiente e na participação da CPI Crise do Setor Produtivo da Borracha.

Jusmari Oliveira, agricultora e educadora é a deputada-ruralista. Membro da Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária. Membro do Conselho do Café, na Bahia. Foi condecorada com a “Soja de Ouro”; agraciada com a Medalha de Mérito da Federação da Agricultura do Estado da Bahia e também recebeu homenagem Amiga Parlamento Mulher.

3.2 Perfis emblemáticos

Da mesma forma, é possível caracterizar, ainda que de modo muito inicial, que os parlamentares ruralistas a partir de alguns perfis emblemáticos. Um primeiro perfil é o parlamentar especializado em um só tema ou representante de um determinado setor. Via de regra eles são muito atuantes e se fazem presentes em todas as Comissões, PECs, Projeto de Leis, Conferências, viagens e homenagens que direta ou indiretamente digam respeito à sua problemática ou área de atuação e inserção profissional. Temos como exemplos, no campo produtivo, os deputados ligados à cafeicultura e ao arroz e no campo temático os *experts* em Amazônia, em Meio Ambiente ou na questão dos Recursos Hídricos.

Representando os interesses da cafeicultura temos Carlos Melles (DEM/MG) Empresário e Engenheiro Agrícola, Pesquisador do Projeto Café da EPAMIG (1987); Membro Representante do Conselho Nacional do Café (CNC) na delegação Oficial do Brasil nas reuniões da OIC, (Londres, 1997); Diretor Executivo do CNC (1993-1995); Relator da Comissão Especial Gestão do Funcafé (2006); Representante do Conselho Nacional de Política do Café do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo (1984); Medalha do Mérito Industrial do Café,

ABIC, 1997, além de várias publicações sobre o tema²⁰.

Representando os interesses da rizicultura temos Afonso Hamm (PP/RS), Engenheiro Agrônomo, titular da Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; tesoureiro, Diretor Técnico e Presidente da Associação dos Arrozeiros de Bagé (RS); Diretor Técnico da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) além de Conselheiro do Clube do Plantio Direto do Arroz do RS (Bagé). João Leão PP/BA, empresário, é um dos especialistas. Além da participação na Comissão de Agricultura, ele também é membro de inúmeras Comissões, PEC e PL ligadas à Revitalização da Bacia do São Francisco; Recursos destinados à Irrigação; sobre Doações de Açudes pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); Viabilização de Projetos Públicos Federais de Irrigação e Recursos Hídricos, etc²¹. Darcisio Peroni (PMDB/RS), médico, pode ser considerado um dos especialistas em Biossegurança. Participou de inúmeros congressos e seminários sobre o tema, por exemplo, do III Congresso Brasileiro de Biossegurança (2003), do Seminário Nacional de Biossegurança, Célula Tronco e Transgênicos do XXV Seminário Nacional de Propriedade Intelectual e do debate sobre “A Biotecnologia e o agronegócio brasileiro diante da Lei de Biossegurança”, em São Paulo, 2005. Perondi é membro da Associação Nacional de Biossegurança.²²

Um segundo perfil se caracteriza pela diversificação no campo de atuação; de um lado o parlamentar procura estar presente nas Comissões sobre temas, problemas e questões ligadas à Agricultura e ao meio rural e, de outro, procura se fazer presente em outras Comissões, algumas delas consideradas politicamente estratégicas. Este perfil de deputado praticamente está presente em todas as Comissões, debates e Conferências. Bem como nas Missões Externas diretamente relacionadas com a Agricultura. Abelardo Lupion e Ronaldo Caiado²³ são exemplos emblemáticos deste segundo perfil. Eles têm uma maior visibilidade e são reconhecidos como porta-vozes da Bancada Ruralista.

Existem outros tipos e perfis, igualmente importantes para a nossa reflexão sobre a problemática da representatividade patronal. Uma das situações é o deputado-fiel à Comissão de Agricultura mesmo que a sua atuação política, dentro e fora do Congresso Nacional, não esteja tão relacionada aos temas e problemas da agricultura.

Edinho Pez (PMDB/SC) é o especialista em Frentes Parlamentares. Profissionalmente se

²⁰ Dirceu Sperafico (PR/PR) Agropecuarista, Industrial, Bacharel em Direito e Filósofo, também pode ser considerado representante da cafeicultura. Membro do Conselho do Café, Pecuária de Corte e Leite; Membro da Comissão Gestão do Funcafé (2006); titular da Comissão Externa Funcafé. E José Rocha (PR/BA), médico, é Membro da Frente Parlamentar do Café.

²¹ Ele também participa do PEC sobre Proteção de Cultivares e é membro do Grupo de Trabalho Mata Atlântica II.

²² Darcisio Peroni (PMDA/RS), *expert* em biossegurança é Sócio Honorário do Sindicato Rural de Tupanciretá (RS) e membro da Comissão Permanente da Câmara dos Deputados Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

²³ E no Senado Federal teríamos Kátia Abreu PFL-TO

define como agricultor, no entanto não participa de nenhuma comissão direta ou indiretamente vinculada à agricultura. A sua condição de agricultor e de ruralista, contudo, vai aparecer na participação de Frentes ou Grupo Parlamentares. Edinho é membro da Frente Parlamentar Ambientalista; Frente Parlamentar em Defesa da Fruticultura Nacional, Frente Parlamentar da Pesca e Aqüicultura e Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral e outras mais. Aliás o deputado arrolou a participação em 20 Frentes Parlamentares ao longo de sua carreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada laço construído torna outro possível; cada configuração se desdobra em “valências abertas” (Elias). “Do rural ao Plenário”, sim. E também Plenário aos acordos políticos e obstruções; às viagens em Missão Oficial que são também viagens de negócio passando novamente pelo curral. E, por mais diferenciada que se seja a atuação desses parlamentares, cada um e todos fazem parte de um feixe de relações e de pertencimento – acima das disputas, divergências e vaidades – em que cada um e todos se re-encontram, se re-conhecem, nos mesmos pleitos, na mesma atividade profissional, nos mesmos cargos públicos, nas mesmas homenagens e nos mesmos privilégios constitutivos de uma certa visão e condição de classe – o que os torna ruralistas.

Anexo 1 . Composição da Bancada Ruralista 2007-2011 (Deputados Eleitos)

01.Abelardo Lupion – PFL/PR	41.José Santana de Vasconcelos - PR/MG
02.Afonso Hamm – PP/RS	42.João Tota* – PP/AC
03.Aelton Freitas – PL/MG	43.Jovair Arantes – PTB/GO
04.Aníbal Gomes – PMDB/CE	44.Júlio Redecker –PSDB/RS
05.Aracely de Paula – PL/MG	45.Jusmari de Oliveira –DEM/BA
06.Armando Abílio – PSDB/PB	46.Leonardo Picciani –PMDB/RJ
07.Aroldo Cedraz * – PFL/BA	47.Leonardo Vilela – PSDB/GO
08.Átila Lins – PMDB/AM	48.Luciano Castro – PR/RR
09.Bonifácio de Andrada – PSDB/MG	49.Luís Carlos Heinze –PP/RS
10.Carlos Bezerra – PMDB/MT	50.Luiz Bittencourt –PMDB/GO
11.Carlos Melles – PFL/MG	51.Luiz Carlos Haully –PSDB/PR
12.Chico da Princesa – PL/PR	52.Luiz Carlos Setim –DEM/PR
13.Ciro Nogueira – PP/PI	53.Luiz Fernando Faria – PP/MG
14.Custódio Mattos – PSDB/MG	54.Márcio Reinaldo Moreira – PP/MG
15.Darcísio Perondi – PMDB/RS	55.Marcondes Gadelha –PSB/PB
16.Dilceu Sperafico – PP/PR	56.Mauro Lopes – PMDB/MG
17.Edinho Bez – PMDB/SC	57.Max Rosenmann – PMDB/PR
18.Edmar Moreira – PPB/MG	58.Milton Monti – PR/SP
19.Elcione Barbalho – PMDB/PA	59.Moacir Micheletto –PMDB/PR
20.Eliseu Moura* – PP/MA	60.Nárcio Rodrigues – PSDB/MG
21.Eunício Oliveira – PMDB/CE	61.Nélio Dias – PP/RN
22.Fátima Pelaes – PMDB/AP	62.Nelson Marquezelli –PTB/SP
23.Félix Mendonça – PFL/BA	63.Nelson Meurer –PP/PR
24.Francisco Rodrigues – PFL/RR	64.Odílio Balbinotti –PMDB/PR
25.Gastão Vieira – PMDB/MA	65.Osmar Serraglio – PMDB/PR
26.Geddel Vieira Lima – PMDB/BA	66.Osvaldo Reis – PMDB/TO
27.Gervásio Silva – PFL/SC	67.Paes Landim –PTB/PI
28.Giovanni Queiroz – PDT/PA	68.Pompeo de Mattos – PDT/RS
29.Gonzaga Patriota –PSB/PE	

30.Herculano Anghinetti *- PP/MG	69.Rafael Guerra – PSDB/MG
31.Hermes Parcianello – PMDB/PR	70.Roberto Balestra – PP/GO
32.Homero Pereira – PPS/MT	71.Ronaldo Caiado –DEM/GO
33.Dona Íris Resende* – PMDB/GO	72.Ronaldo Cunha Lima – PSDB/PB
34.Jaime Martins –PL/MG	73.Saraiva Felipe – PMDB/MG
35.João Leão –PP/BA	74.Sérgio de Oliveira Cunha – Petecão – PMN/AC
36.João Magalhães – PMDB/MG	75.Silas Brasileiro* – PMDB/MG
37.João Matos – PMDB/SC	76.Vadão Gomes – PP/SP
38.João Pizzolatti – PP/SC	77.Valdir Colatto – PMDB/SC
39.José Múcio Monteiro – PSDB/PE	78.Waldemir Moka – PMDB/MS
40.José Rocha –PFL/BA	79.Welinton Fagundes – PR/MT
	80. Zonta –PP/SC

Fonte: www.diap.com.br Partido da República (PR); Partido Progressista (PP); Democratas (DEM) ex-PFL; Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Liberal (PL); Partido Progressista Brasileiro(atual PP); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido da Frente Liberal (Atual DEM); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Progressista Brasileiro (PPB) atual PP.

REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E JUVENTUDE RURAL NO OESTE CATARINENSE

Rosana Maria Badalotti; Arlene Renk, Eliane Salete Filippim(doutoras, professoras/pesquisadoras UNOCHAPECÓ, SC). E-mail: rosana@unochapeco.edu.br

Andressa Bertoncello; Adriana May Rossy; Edes do Amaral; Rosilene Dallazen
(acadêmicos/bolsistas- UNOCHAPECÓ, SC)

RESUMO

A problemática da juventude rural, no oeste catarinense, em especial, requer estudos e proposição de alternativas e modelos econômicos sustentáveis para a agricultura familiar. A agricultura familiar, como forma de organização dos meios de produção, apresenta-se como alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico e produção de alimentos. Os dados censitários apontam retirada dos jovens da área rural. Diversos fatores contribuem a essa conjuntura, como políticas agrícolas que não apontam a sua eficácia, os baixos investimentos sócio-educativos e culturais. Uma das constatações é a iminente inviabilidade da reprodução social das pequenas propriedades, face o processo de migração dos jovens. Dez por cento das propriedades rurais não apresentam sucessores. Para analisar como este processo vem ocorrendo, buscaremos identificar e descrever os espaços, programas e ações nos quais se promove a viabilização da agricultura familiar e a permanência do jovem no meio rural. Para atingir os objetivos, partimos de um olhar interdisciplinar integrando diversos campos do saber, tais como: Sociologia, Antropologia, Economia, Administração Pública. Utilizaremos como instrumentos e técnicas as entrevistas abertas, questionários, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e observação participante.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar na Região Oeste tem se apresentado historicamente como uma forma de organização dos meios de produção e um modo de vida fundamental para a reprodução social de agricultores familiares. A passagem do campesinato tradicional para a agricultura familiar moderna, transformou o modo de vida e as atividades produtivas anteriores, principalmente em decorrência da modernização da agricultura. A partir dos anos 80, a região passa a experimentar um processo de “crise” sócio-econômica e ambiental que limita o modo de vida anterior exigindo dos agricultores novas estratégias e alternativas de viabilização econômica e reprodução social. Neste contexto surgem inicialmente os movimentos de base, ligados à Igreja e ao Novo Sindicalismo, e a partir dos anos 90 a constituição de uma rede de agentes não-governamentais que passam a atuar como mediadores na busca de alternativas para os pequenos agricultores familiares. Estudos teóricos e empíricos a partir dos anos 90 têm se preocupado em demonstrar

os processos de mudança ocorridos do campesinato à agricultura familiar, bem como as estratégias de reprodução social, advindas destes processos no Oeste Catarinense (BACH, 2001; BADALOTTI 2003, BADALOTTI E REIS, 2005; RENK, 1997, 2000; SILVESTRO, 1995; POLI, 2002).

Neste sentido, são escassas as pesquisas que enfatizam a importância da juventude rural para a viabilização econômica e reprodução social da agricultura familiar na Região Oeste. (ABRAMOVAY, 1998, SILVESTRO, 2001). O que se constata na região - e em nível de Brasil - é o forte êxodo rural dos jovens que saem do campo em virtude do pouco investimento econômico, cultural, social e a escassez de políticas para a sua permanência no campo.

Na região Oeste de Santa Catarina mais de dez por cento (10%) das famílias não apresentam sucessores, o que é um grande problema, pois estas propriedades acabam entrando no circuito da grande propriedade, reduzindo o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho. Neste sentido, a agricultura familiar tem importância fundamental como fonte de geração de trabalho, renda e inclusão social, possibilitando a valorização e a permanência do jovem no campo. Diante destas premissas nos colocamos como problemática de pesquisa pensar no que se tem promovido para a permanência dos jovens que desejam continuar no campo, mas que se sentem impedidos diante das pressões econômicas, sociais, culturais, bem como verificar as alternativas que se tem proporcionado e/ou podem ser proporcionadas para a permanência do jovem na agricultura familiar no Oeste Catarinense.

Para analisar como este processo vem ocorrendo, propusemo-nos a identificar e descrever os espaços, programas e ações nos quais se promove a viabilização da agricultura familiar e a permanência do jovem no meio rural. Partimos, para isto, de um olhar multidisciplinar integrando diversos campos de conhecimento.

Como Objetivo Geral nos propusemos a: Identificar os espaços, programas e ações em que se promove a viabilização da agricultura familiar e permanência do jovem no meio rural no Oeste Catarinense.

É importante ressaltar que a idéia deste projeto surgiu da iniciativa de uma proposta elaborada por acadêmicos do Curso de Psicologia da UNOCHAPECÓ (Universidade Comunitária Regional de Chapecó) e resultou em 3 outros projetos que estão em andamento: Projeto de Iniciação Científica/ mérito universitário, aprovado pela FAPESC (Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina) em edital no ano de 2006; Projeto que pretende reunir professores pesquisadores da UNOCHAPECÓ, UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) e UNC (Universidade do Contestado) para a constituição de um Grupo de Pesquisa Interinstitucional em Desenvolvimento Rural¹; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso de duas acadêmicas do Curso de Psicologia da UNOCHAPECÓ em fase de elaboração

¹ A constituição deste grupo é resultado de um processo de parcerias e convênios estabelecidos entre UNOCHAPECÓ, UNOESC e UNC. Como parte deste convênio pretende-se encaminhar proposta de mestrado interinstitucional em Desenvolvimento Rural a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para avaliação e que congrega pesquisadores das instituições citadas, entre os quais os pesquisadores deste projeto.

entitulado: Juventude rural, movimentos sociais e subjetividades: compreendendo estas interfaces no processo de reprodução social da agricultura familiar.

Instigados pela percepção de que há uma ínfima produção científica sobre a relação entre agricultura familiar e juventude rural no Estado de Santa Catarina e considerando o fato de que a região oeste de Santa Catarina caracteriza-se historicamente como uma região essencialmente rural e, a partir dos anos 80 vivencia uma crise (sócio-econômica e ambiental), o debate sobre a juventude rural torna-se urgente e importante para a agricultura familiar e reprodução social deste sistema, bem como para o desenvolvimento rural desta região.

Nesse sentido, compreende-se a região também em relação ao papel que cabe às instituições de construir e constituir-se como autoridade científica a respeito das problemáticas e alternativas de possibilidade de resolução/resolutividade às questões rurais. Considerando a urgência em estudos científicos, do ponto de vista multidisciplinar às questões pontuadas, apresenta-se a proposta como indispensável para a produção de conhecimento, possibilitando às instituições de extensão social (públicas, privadas, do terceiro setor) apropriarem-se dessa acumulação crítica para ações interventivas.

Os resultados deste artigo são iniciais e correspondem a um mapeamento exploratório de espaços de elaboração e efetivação de políticas e ações para a viabilização da agricultura familiar. O universo de pesquisa não está limitado a municípios específicos e tampouco às práticas realizadas em unidades de produção familiares, mas sim às ações voltadas para a formação política e técnica de agricultores familiares em geral, incluindo formações específicas para jovens rurais na Região Oeste. Neste sentido, os resultados iniciais correspondem à análise de uma ação específica: O Consórcio da Juventude Rural, parceria estabelecida entre MTE/MDA (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Agrário) e FETRAF-SUL (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul).

Esta pesquisa se insere no contexto da pesquisa qualitativa, pois responde de maneira mais adequada aos propósitos do fenômeno investigado. Para responder aos objetivos propostos utilizamos a perspectiva metodológica sugerida por Bourdieu (1996 (a), 1996 (b)) que enfatiza as relações entre objetivismo e subjetivismo. Pensamento e realidade, representações e práticas, ideologia e vida material, enquanto dualidades que têm marcado a análise das “representações sociais” e a multiplicidade de significados e interpretações advindos desta análise.

Neste sentido, os resultados deste *paper* apontam inicialmente para uma análise exploratória do contexto macro, em que identificamos e mapeamos alguns espaços e ações voltadas para a viabilização da agricultura familiar, entre as quais descreveremos um Programa. Nossa preocupação inicial foi demonstrar que as estratégias de reprodução social da agricultura familiar na Região Oeste estão historicamente ligadas às ações dos mediadores (mais particularmente ao Movimento Sindical a partir dos anos 80 e atuação das ONGs a partir dos anos 90), o que possibilitou a uma parcela de agricultores familiares, envolverem-se num processo de buscas de estratégias de reprodução social, tanto internas quanto externas à unidade de

produção, na medida em que tais estratégias envolvem também a organização da agricultura familiar a partir dos movimentos sociais e sindicais.

Para este primeiro momento da pesquisa utilizamos os seguintes instrumentos: entrevistas abertas com mediadores da FETRAF-Sul; análise de documentos institucionais e pesquisa bibliográfica. Gostaríamos de ressaltar que consideramos os dados das entrevistas bem como os documentos institucionais, enquanto representações/discursos na medida em que refletem pontos de vistas sobre a temática investigada.

2. PRIMEIRAS REFLEXÕES TEÓRICAS.

O uso da categoria *agricultura familiar* nesta pesquisa refere-se ao fato de que o conceito abrange características essenciais para a apreensão da universalidade e da diversidade existente neste sistema. Neste sentido, estamos nos referindo a um universo que de uma maneira geral apresenta características comuns, mas que ao mesmo tempo assume uma “grande diversidade de formas sociais”. De acordo com Wanderley (1999, p. 25):

O ponto de partida é o conceito de *agricultura familiar*, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

De antemão, é importante ressaltar que a concepção de agricultura familiar não é tão recente e que tampouco substituiu a de campesinato. Para a mesma autora (idem, ibidem):

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Segundo a autora, o que tem diferenciado o uso da categoria nos últimos anos no Brasil, tem sido o significado e a abrangência que lhe estão atribuindo. Tem se falado de agricultura

familiar “como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada” (idem, p.24).

De acordo com Wanderley, os estudos sobre agricultura familiar a partir dos anos 90, passaram a se ocupar da diversidade de situações empíricas e processos que envolvem os diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos com a questão. A preocupação não se centra mais somente nos modos de produção e nos aspectos que caracterizam a organização interna das unidades familiares. A agricultura familiar passou a ser pensada em diferentes contextos que envolvem questões referentes aos movimentos de migração, ao crescimento do êxodo rural, a significação das fronteiras agrícolas, a ampliação das atividades rurais em sua relação com a produção mercantil, as motivações e estratégias dos indivíduos, famílias e grupos sociais envolvidos com a luta pela terra e a reprodução social camponesa. (idem, p. 29-30)

Para a autora (idem, p.30-31), a reprodução da agricultura familiar, sobretudo num país com uma história como a do Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores. Porém em contextos específicos, as políticas agrícolas foram definidoras em processos de colonização e ocupação de determinadas regiões. Neste sentido o papel do Estado, constitui um agente de principal importância, cuja atuação se orientou ora no sentido da exclusão econômica e social de parcelas importantes da população camponesa, ora no sentido inverso, de inserção de outras parcelas, ora ainda com objetivos clientelísticos, através de medidas assistencialistas, em muitos casos meras reprodutoras da miséria rural e urbana.

O conceito de reprodução social conforme desenvolvido por Almeida (1986, p.67) será adotado nesta pesquisa, pois remete para a dinâmica que leva os agricultores familiares – e neste caso os jovens rurais - a buscarem formação específica para a viabilização econômica da unidade produtiva, bem como estratégias em longo prazo que visam a reprodução das famílias de geração para geração.

A noção de reprodução social (de produção da sociedade) foi formulada em nível macro por Marx. Antropólogos enfatizaram que os átomos da reprodução são famílias. Fortes, em artigo de 1958, define reprodução social como o processo de "manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração", sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um "movimento governado por suas relações com o campo externo" (apud, Fortes, 1971, p.87).

Neste contexto amplo em que se estabelece uma relação íntima entre trabalho, família, e relações sociais, a nossa hipótese é de que os jovens rurais possuem papéis importantes para a reprodução social e manutenção da agricultura familiar não somente nas estratégias micro, que envolvem as atividades produtivas internas às propriedades rurais, mas também adotam estratégias de longo prazo, a partir de uma dinâmica que envolve o grupo familiar e relações com

agentes externos. Segundo Almeida (idem, ibidem):

(...) no lugar da idéia opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital aparece à idéia de reprodução da família para si (no ciclo longo e curto) articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma maneira de expressar tudo isso é dizer que famílias adotam estratégias micro (de curto e longo prazo) como resposta a pressões econômicas e políticas (preços, leis).

O universo chamado de agricultura familiar na Região Oeste assume formas heterogêneas, entre as quais pretendemos identificar o papel ocupado pelo jovem rural nas relações sociais, espaços políticos, projetos e alternativas de viabilização da agricultura familiar.

Este fragmento extraído do livro *Sociodidécia às avessas* (Renk, 2000), é a fala de um jovem militante do Movimento Sem Terra (MST) e retrata a realidade do jovem que se percebe como agente promotor de mudanças, mas que não se sente reconhecido e valorizado pelos “adultos”. É neste sentido, que a problemática chama-nos para o debate e a reflexão.

A juventude está indo cada vez mais pra trás. O pai não tem condições de comprar terra, porque a produção agrícola não paga justamente, como seria merecido, e que sobre alguma coisa, não é fácil. Futuro? Só mudando tudo. A juventude tem condições de mudar, mas quem leva nos comandos são adultos. Os jovens podem fazer mais força, mais quantia, mais número de pessoas, mas quem manda é meia dúzia que tem dinheiro, o que o jovem não tem (Renk, 2000, p.65).

É importante ressaltar que a história do campesinato e da agricultura familiar na Região Oeste a partir dos anos 70, passou a sofrer mudanças significativas em seus processos produtivos e modos de vida, em decorrência das mudanças advindas do processo de modernização agrícola.

Segundo Poli (2002) com a modernização agrícola, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, a divisão interna do trabalho na unidade camponesa passou a sofrer mudanças, impedindo a reprodução da família nos moldes tradicionais. A exigência de incorporação de tecnologias (máquinas, insumos, etc), visava cada vez mais uma produção voltada para o mercado, o que ocasionou a descapitalização de muitas famílias provocando uma desestabilização na produção agrícola, bem como a existência de excesso populacional, deixando os filhos que cresciam sem alternativas de continuação no campo.

Este contexto provocou, portanto, um quadro de desestabilização para as reproduções camponesas, alterando com isso a divisão de trabalho na unidade familiar, ocasionando, em muitos casos, a busca de mercado de trabalho urbano e de êxodo rural. É neste contexto que o

jovem não vê perspectivas de continuidade na agricultura e, se no período anterior à crise vivenciada a partir dos anos 70, o anseio de permanência e de continuidade mobilizava a todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados sentissem-se excluídos de sua condição camponesa, o período posterior é de dificuldade para o encontro de sucessores na reprodução social do campesinato (RENK, 2000). Segundo Silvestro et. al. (2001, p. 8), na região Oeste:

(...) mais de dez por cento das famílias hoje dedicadas a essa agricultura não tem sucessores. Os filhos foram embora, optaram por viver e trabalhar na cidade e em outras regiões. Para a sociedade é um problema que estas terras não venham a reentrar no circuito de reprodução da mesma agricultura familiar e que, por meio do mercado, acabem sendo incorporadas pela grande propriedade e/ou dedicada à pecuária extensiva, que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

Além das questões internas relacionadas à unidade familiar, a partir do início da década de 70, passou a configurar-se na região a organização de movimentos sociais camponeses preocupados em buscar novas estratégias de reprodução social para as famílias de agricultores. É justamente neste contexto de mudança no campesinato que surgem nos anos 80 os movimentos sociais no Oeste Catarinense² e como consequência destes, a partir dos anos 90 também as ONGs, preocupadas em representar e assessorar alternativas de viabilização para a agricultura familiar.

De acordo com Badalotti e Reis (2005, p.124), “a partir do final dos anos 80, a idéia de desenvolvimento sustentável surge em um momento de crise (sócio-econômica e ambiental) onde o próprio modelo de desenvolvimento regional, alicerçado apenas no crescimento econômico, encontra o seu limite e a sua insustentabilidade”. Estes limites têm impossibilitado a reprodução da agricultura familiar na região.

A discussão sobre desenvolvimento rural sustentável é fruto principalmente de discussões realizadas entre técnicos, movimentos sociais, ONGS, grupos de agricultores e diferentes agentes ligados à agricultura familiar, composição social de agentes denominadas pelas autoras como uma *Rede de Viabilização da Agricultura Familiar*. (idem, p.125)

Esta Rede possui como princípios práticas alternativas de produção, bem como relações sociais que pressupõem a participação democrática, a auto-gestão, fóruns de discussão e proposição de políticas públicas objetivando um novo modelo de desenvolvimento.

² De acordo com Poli (1999, p. 76-158), os principais movimentos sociais que aconteceram no Oeste no período entre 1978 e 1987, foram o Movimento de Oposições Sindicais, o Movimento Sem-Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento de Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (MAB), todos analisados pelo autor como “Novos Movimentos Sociais”, nos termos propostos por Scherer-Warren (1993).

Entre as diferentes ações podemos destacar aquelas ligadas aos movimentos sociais, as ONGs e sindicatos da região, espaços nos quais buscaremos identificar a participação dos jovens rurais.

Dentre os diversos recortes sobre esta realidade, consideramos necessária à análise de uma das grandes polêmicas do espaço rural na contemporaneidade, qual seja: a não permanência do jovem no meio rural, interrompendo, desta forma, a reprodução social da agricultura familiar. Brumer (2006) afirma que muitas são as investigações sobre os motivos da saída, principalmente, das mulheres jovens do campo. Torna-se imprescindível que os estudos voltem o seu olhar para as possibilidades de permanência destes (as) jovens.

Neste sentido, a agricultura familiar tem importância fundamental como fonte de geração de trabalho, renda e inclusão social, possibilitando a valorização e a permanência do jovem no campo. No entanto, é necessário que se identifique políticas públicas voltadas para a viabilização da agricultura familiar de uma maneira mais ampla, bem como àquelas direcionadas especificamente à juventude rural.

Desta forma, torna-se necessário e imprescindível à realização de estudos sobre a juventude rural, pois conforme Weisheimer (2005, p.10) identificou em seus estudos sobre a temática, trata-se de "objeto ainda pouco estudado". Em sua pesquisa o autor realizou mapeamento e discussão sobre o conhecimento científico produzido sobre a juventude rural no Brasil, no período de 1990 a 2004, identificando o "estado da arte" neste campo de investigação. No que se refere ao Brasil constata que o número de livros, teses, dissertações, artigos é irrelevante e em relação à Santa Catarina, somente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui estudos publicados sobre a temática.

Ao aprofundarmos a problemática sobre a juventude rural deparamo-nos com uma diversidade de possibilidades de reflexão sobre o conceito de *juventude rural*. Consideramos necessário o debate sobre o assunto, pois acreditamos que o termo, por si só, não é auto-explicativo, ou seja, não o concebemos como um *a priori*, determinado e acabado em sua compreensão. Apoiamo-nos, neste sentido, em Weisheimer (2005) que aponta as publicações sobre o tema. Nestas pesquisas o conceito de juventude rural é apresentado a partir de cinco abordagens distintas, ora detendo-se a uma modalidade específica, outrora as combinando em diferentes nuances.

Em nossa análise a respeito da juventude rural privilegiamos o enfoque das representações sociais constituídas a partir dos agentes sociais propositores de ações e programas voltados para a viabilização da agricultura familiar, se contrapondo neste sentido a outras formas e modos de ser da juventude. Concordamos, neste sentido, com as colocações de Sallas e Bega (2006) sobre a juventude (ou juventudes) quando afirmam que além do elemento biológico para a percepção sobre o que é ser jovem, é essencial que tenhamos clareza sobre as dimensões sócio-culturais e políticas na determinação da conceituação de juventude para uma sociedade, ou seja, evidencia-se neste posicionamento a necessidade de conhecer quais são os

parâmetros que o grupo utiliza para definir a juventude. Estamos nos referindo, portanto, a juventude rural no sentido atribuído a uma identidade constituída e construída a partir da participação em determinados espaços da agricultura familiar e mais especificamente a participação de jovens rurais no âmbito de um movimento sindical específico.

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1. Mapeamento dos espaços de elaboração e efetivação das políticas e ações para a viabilização da Agricultura Familiar

Na fase exploratória de mapeamento dos espaços de elaboração e efetivação de políticas e ações para a viabilização da agricultura familiar na Região Oeste de Santa Catarina, identificamos espaços governamentais, não-governamentais, bem como parcerias estabelecidas entre agentes governamentais e não-governamentais.

De uma maneira geral estes espaços têm sua sede nas principais cidades da Região, sendo que as ações se estendem para os municípios do interior através da atuação das Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's), das Associações de Municípios, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), dos Sindicatos Regionais de Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF's), do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito (CRESOL), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (EPAGRI), das Cooperativas Regionais de Produção, da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), da Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense (UCAF), das Secretarias Municipais, ligadas às Prefeituras Municipais, dos diferentes Movimentos Sociais existentes na Região.

No que diz respeito aos programas e ações de viabilização da agricultura familiar, foi possível identificar uma diversidade seja no que diz respeito à composição entre os agentes responsáveis pelas ações e gestão de projetos, seja no que diz respeito aos objetivos, princípios, concepções ideológicas e políticas dos mesmos. Apenas como exemplos podemos citar: Programa Luz para todos (SDR's + Iguazu Energia + Governo Federal); Projeto Microbacias (SDR's + EPAGRI + FATMA + Guarda Policial Militar Ambiental + Secretaria de Estado e do Desenvolvimento Rural + Banco Mundial); Projeto Terra Solidária (FETRAF-Sul); Projeto Social de Habitação Rural (FETRAF-Sul + CUT + COOPERHAF); CONDAD – Consórcio de Segurança Alimentar (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome); Curso Técnico em Agropecuária com habilitação em Desenvolvimento e Agroecologia (FETRAF-Sul + Escola Agrotécnica Federal de Concórdia); Projeto Mulher (FETRAF-Sul); Seguro da Agricultura Familiar (Governo Federal/MDA).

É preciso destacar também, que os agentes sociais regionais ligados à agricultura familiar, desenvolvem um trabalho de assessoria com vistas a auxiliar as famílias de agricultores a acessar as diferentes categorias de crédito disponibilizadas pelo MDA.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Governo Federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamentos as agricultoras e os agricultores, bem como as suas associações e cooperativas. O PRONAF foi criado em 1995 para atender o pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas com a força de seu trabalho e com o de sua família. (www.mda.gov.br)

3.2. Programas e ações para os jovens rurais do Movimento Sindical da FETRAF-Sul.

Em relação a projetos e ações específicas para os jovens rurais foram identificadas: Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar (FETRAF-Sul) e Consórcio Social da Juventude Rural (FETRAF-Sul + MTE + MDA). As duas ações na Região Oeste são gestadas pela FETRAF-Sul que possui sede na cidade de Chapecó – SC, representativa da micro-região de Chapecó.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar. No estado de Santa Catarina a FETRAF-Sul agrega 31 sindicatos, sendo que 50% deles estão localizados na Região Oeste. (www.fetrafsul.org.br)

Entre os objetivos da Federação além da organização sindical, cabe destacar: a organização de projetos alternativos para a agricultura familiar tendo em vista uma proposta de desenvolvimento sustentável e solidário; a constituição de grupos de produção, núcleos comunitários, associações e cooperativas. Para além da formação política e ideológica a Federação se propõe a capacitar teoricamente e tecnicamente os agricultores familiares para atividades alternativas de trabalho e renda. As ações e programas voltados para os jovens rurais não fogem destes princípios gerais.

O Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar é um espaço que reúne jovens rurais ligados aos coletivos da juventude rural da FETRAF-Sul dos três estados do Sul e tem como objetivo a discussão de temas e proposição de políticas e ações voltadas para a agricultura familiar e juventude rural. O primeiro acampamento aconteceu no município de Xanxerê – SC, em maio de 2003. De acordo com a FETRAF-Sul (2006, p.58) este encontro “(...) foi decisivo, pois elaborou um conjunto de propostas de políticas públicas que teve como eixo à necessidade de criar mecanismos de acesso a terra para os jovens da roça”.

A partir deste encontro foram realizados debates e vários seminários nas comunidades e municípios. Estes seminários resultaram em mobilizações da juventude rural nas três (3) capitais da Região Sul em novembro de 2003, “cuja pauta central era a reivindicação junto ao governo federal, da implantação do Programa ‘Nossa Primeira Terra’ ”. (idem, p.58-9)

O segundo Acampamento foi realizado em março de 2006 em Esteio – RS, onde se

discutiu os temas da educação e da renda. Este encontro contou com a participação de jovens do estado da Bahia, jovens da Federação Agrária Argentina (FAA) e da Comissão Nacional de Fomento Rural do Uruguai (CNFR), com os quais se iniciou intercâmbio que será realizado pela FETRAF-BRASIL/CUT.

De acordo com a avaliação da Federação estes encontros têm possibilitado uma “dinamização dos espaços de organização sindical, cada vez mais jovens assumem coordenações importantes nos sindicatos e organizações da agricultura familiar, conquistas importantes como o PRONAF Jovem e Nossa Primeira Terra”. Este processo é fundamental para a construção de uma identidade política da juventude da agricultura familiar, e mais do que isso permite superar a “visão histórica de que a agricultura familiar não tem como continuar existindo”. (idem, p.60)

O Consórcio da Juventude Rural – Sementes na Terra é uma parceria entre MTE / MDA e FETRAF-Sul e têm como objetivo geral: Promover espaços coletivos de formação de jovens agricultores (as) familiares em agentes de desenvolvimento, qualificando sua intervenção nas políticas públicas, para construção de alternativas de geração de renda e no seu processo organizativo.

A meta deste programa pretende atingir 700 jovens da base da FETRAF-Sul, em 22 turmas distribuídas no estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no período de oito meses. O perfil dos jovens envolvidos neste programa situa-se na faixa etária entre 16 e 24 anos, sendo que 70% dos jovens precisam estar estudando e 30% dos jovens podem ter concluído os estudos ou não estar estudando.

No Oeste Catarinense estão em processo de formação seis (6) turmas de jovens rurais nos seguintes municípios: Concórdia, Arvoredo, São Miguel do Oeste, Campo Erê, Guatambu e Coronel Martins.

De acordo com informações obtidas em entrevista realizada com os agentes da FETRAF-Sul, na sede localizada em Chapecó, a aprovação do Consórcio ocorreu em agosto de 2006 e se trata de uma adaptação do Consórcio da Juventude Urbana, política pública do Ministério do Trabalho que possui como foco o primeiro emprego.

O Consórcio da Juventude Rural possui especificidades que vão além da inserção no mercado de trabalho, e constitui uma conquista gerada através de debates e negociações com o MTE e MDA, juntamente com o Conselho Nacional da Juventude. Está em discussão também a ampliação do tempo do Consórcio Rural, que segundo a avaliação dos formadores da FETRAF-Sul, deve ser diferenciado na medida em que o processo de formação dos jovens rurais é um desafio que pretende atingir não só ao jovem, mas também a sua família.

Para além das especificidades das micro-regiões e municípios envolvidos com esta política, o Consórcio têm como objetivos específicos: - Organizar e qualificar uma equipe de formação dos jovens, que atue durante a realização do projeto; - Construir os passos necessários para desenvolver projetos produtivos que fomentem o empreendedorismo contribuindo para

geração de trabalho e renda no meio rural; - Estimular o cooperativismo e associativismo; - Contribuir para qualificar a intervenção da juventude junto aos espaços de participação e construção de políticas públicas; - Criar espaços que contribuam para: o desenvolvimento de novas relações sociais de respeito à diversidade cultural e étnica, a elevação da auto-estima do jovem, uma relação com o meio ambiente mais sustentável; - Elaborar e reproduzir material didático necessário à qualificação dos participantes do consórcio. (www.fetra-sul.org.br)

De uma maneira geral, o Consórcio se constitui em um processo de formação teórico e prático. A formação prevê 400 horas distribuídas entre aulas teóricas e práticas e outras atividades realizadas nas comunidades, como intercâmbios, pesquisas e reuniões comunitárias.

As aulas teóricas tratarão de temas como: juventude como sujeito social, desenvolvimento, políticas públicas para a juventude, organização da produção, agroindustrialização, comercialização, entre outros. As oficinas técnicas serão momentos de capacitação dos jovens na forma prática. Todas as oficinas dialogarão com os temas gerais dos 10 módulos teóricos.

O Consórcio pretende um diálogo constante entre os jovens rurais beneficiados por esta política, suas famílias, comunidades, municípios e micro-regiões. A avaliação inicial dos mediadores e formadores do Programa em relação ao processo de formação e viabilização de alternativas concretas para as famílias dos jovens rurais aponta para a necessidade deste diálogo constante na medida em que esta formação específica para a juventude rural é muito recente e se difere da formação geral centrada somente na organização sindical.

A formação destes jovens envolve ao mesmo tempo um processo de mudanças e resistência no modo de vida das famílias, pois diz respeito a transformações nas práticas produtivas e representações, no ethos cultural, na hierarquia patriarcal, nas relações de gênero, nas relações de trabalho, ou seja, no modo de vida em geral destes jovens e de suas famílias.

Como se trata de uma pesquisa em andamento, gostaríamos de tecer algumas considerações provisórias e que nos remetem para futuras questões de pesquisa. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a relevância da temática para pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento. Por outro lado, tratar a juventude como conceito não têm sido fácil, principalmente quando se confunde com a denominação de “adolescente”. Neste sentido, se torna necessário do ponto de vista teórico-metodológico identificar quais aspectos caracterizam estes jovens rurais específicos, participantes de movimentos sociais, projetos e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Para isto, propomos dois níveis de análise fundamentais e interrelacionados para o entendimento da problemática em questão. O primeiro, e nem por isso, mais importante, diz respeito a uma análise conjuntural e estrutural dos projetos, ações e políticas voltadas à agricultura familiar. Neste nível será possível identificar quais discursos e representações diferentes agentes possuem a respeito da agricultura familiar e de que forma a juventude rural é abordada em seus projetos e ideologias. Por outro, o nível que envolve as famílias de agricultores, as unidades de produção, as representações e significados em relação ao futuro, as perspectivas

de continuidade no meio rural, as percepções sobre a eficácia das políticas, qual o papel dos jovens neste processo de continuidade, quais as suas expectativas, desejos, em que aspectos se diferenciam de jovens rurais não-pertencentes a movimentos sociais, qual a importância da formação e capacitação político-ideológica neste processo, como se estabeleceu e se mantém o vínculo com os mediadores, qual a importância dos mediadores, ações e políticas públicas para a reprodução social da agricultura familiar, etc.

São níveis de análise e questões que se confundem e que não poderão ser percebidas de maneira isolada. Ao mesmo tempo, em que é possível identificar um grupo social genericamente chamado de “juventude rural”, - na medida em que se diferenciam dos jovens urbanos e compartilham de um modo de vida diferenciado -, é necessário perceber as singularidades que constituem os jovens rurais e mais especificamente os jovens rurais que participam de movimentos sociais. Estes grupos de jovens se diferenciam entre si mediante as experiências que vão se somando e contribuindo para a formação de suas identidades. Neste sentido, compartilhamos com a definição de Roberto Cardoso de Oliveira (1976), sobre a “identidade contrastiva”, o que implica “a afirmação do nós diante dos outros”. Sob este ponto de vista a identidade surge a partir das oposições, seja, em relação aos adultos, seja em relação a outros grupos de jovens.

Para finalizar, partimos de algumas questões norteadoras, que nos permitem algumas considerações iniciais sobre os jovens a que estamos nos referindo. De uma maneira geral é possível afirmar que estes jovens rurais sentem-se mais comprometidos e apegados à família, em função de compromissos morais, valores culturais, tradição, laços de reciprocidade, projetos futuros, novas alternativas de trabalho e renda, etc o que têm motivado a sua permanência no meio rural. Os mesmos recebem apoio e incentivo de suas famílias, com raras exceções, na medida em que os membros ou pelo menos um dos membros da família compartilha dos princípios e ideologia do movimento social pelo qual o jovem participa. Os projetos e programas em que estes jovens estão inseridos, neste caso, o Consórcio da Juventude Rural, têm se constituído em um espaço de formação importante que sinaliza para uma possibilidade, uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões**

sucessórios. Chapecó/Brasília – Convênio FAO/INCRA/CPPP-EPAGRI, Edições UNOESC, 1998.

ALMEIDA, M.W.B de. Redescobrimo a família rural. In: *RBCS*, n.1, vol.1, julho, 1986.

BACH, Celso Luís. **A Cooperação Agrícola como estratégia de Reprodução da Agricultura Familiar do Oeste Catarinense: o município de Saudades**. Pós Graduação em Extensão Rural. UFSM, Santa Maria, 2001.

BADALOTTI, Rosana M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a**

viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da Apaco (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. (Tese de doutorado) Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2003.

BADALOTTI, Rosana M; REIS, Maria J. **Representações dos agricultores familiares sobre programas de cooperação agrícola e agroecologia.** In: GUIVANT, S. G.; SCHEIBE, L. F.; ASSMANN, S. J. (org). Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural. Florianópolis: Insular, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A força da representação.** In: A economia das trocas linguísticas. São Paulo: EDUSP, 1996 (a).

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas/Sobre a Teoria da Ação.** Campinas: Editora Papyrus, 1996 (b).

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade.** In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador. **Anais eletrônicos.** Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: 05 fev. de 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

POLI, Odilon. "Oeste Catarinense: Modernização, êxodo e movimentos sociais no campo. in: POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais.** Chapecó, Editora Grifos, 1999.

POLI, Odilon L. **Cultura e modo de vida camponês no Oeste Catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70.** Cadernos do Ceom. Chapecó, SC, v. 16, n. 15, p. 107-175, jun. 2002.

RENK, Arlene. **A reprodução social camponesa e suas representações. O caso de Palmitos-SC.** (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2000.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma sociologia da juventude: releituras contemporâneas. **Política e sociedade:** revista de sociologia política, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 31-58, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola/Centro João XXIII, 1993.

SILVESTRO, Milton. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: O Caso do Oeste Catarinense.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, 1995.

SILVESTRO, Milton Luiz (et.al.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (proposta para discussão).** Florianópolis: EPAGRI – Chapecó, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Sites consultados:

www.mda.gov.br

www.fetraf-sul.org.br

VIA CAMPESINA: UMA ANÁLISE SOBRE SUA GÊNESE E PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

Carolina Burle de Niemeyer (Instituto de Relações Internacionais IRI-PUC-RJ)

E-mail: carolburle@yahoo.com.br

RESUMO

A Via Campesina pode ser considerada a maior rede transnacional de movimentos sociais camponeses e um dos atores mais relevantes no conjunto dos movimentos sociais alter-mundialistas. A rede foi criada em 1992 por lideranças de movimentos sociais rurais da América Central, América Latina, América do Norte e Europa. Hoje, a Via Campesina congrega 130 grupos e movimentos sociais distribuídos por quase todos os continentes e que representam organizações e movimentos sociais com os perfis mais diferenciados. Dentre estes constam pequenos proprietários, “sem terra”, pastores, indígenas, mulheres e despejados por barragens. Ao analisarmos a Via Campesina, fomos levados a questionar os motivos que levaram à formação de uma rede de movimentos sociais de composição tão heterogênea e que congrega atores que, aparentemente, teriam interesses distintos ou até opostos. E este primeiro questionamento levou-nos a investigar como funcionam os seus processos de construção de identidade e formação de consenso, na busca de entender como esta rede mantém-se coesa, apesar das enormes diferenças estruturais, sociais e culturais que existem entre as organizações suas constituintes.

A REDE TRANSNACIONAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS VIA CAMPESINA

A Via Campesina é uma rede transnacional de movimentos sociais que data de 1992, e hoje tem abrangência praticamente global. Este movimento social despontou como ator transnacional significativo em 1996, durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar (AGFA), realizada pela FAO, em Quebec, Canadá, tendo conquistado a atenção do público em geral, durante o antológico encontro da OMC realizado em Seattle, em 1999. (Desmarais, 2003a; Edelman, 2003). Hoje, a Via Campesina constitui-se como um dos movimentos sociais alter-mundialistas mais atuantes, tanto em nível transnacional quanto local.

Ao analisarmos a formação da Via Campesina, encontramos-nos diante do seguinte questionamento: como é possível reunir em uma mesma organização camponeses e pequenos agricultores de países desenvolvidos e em desenvolvimento, quando seus interesses parecem ser tão opostos? Como funcionam os processos de

construção de identidade e consenso, em uma organização de composição assaz heterogênea?

Buscamos a resposta a partir de uma análise do processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais, em busca de identificar quais os fatores responsáveis pela emergência de uma rede de movimentos sociais de camponeses e pequenos e médios agricultores de âmbito global, para, em seguida, empreender uma análise da gênese e do processo de formação e consolidação da Via Campesina, buscando entender como esta rede mantém-se coesa, apesar das enormes diferenças estruturais, sociais e culturais que existem entre as organizações que dela fazem parte.

O PROCESSO DE TRANSNACIONALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Edelman (2003) desenvolveu uma pesquisa histórica cujo resultado revela que o processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais remonta ao fim do século XIX e início do XX, e segue a mesma tendência evidenciada em outros movimentos sociais. Algumas das associações existentes seguem até nossos dias, como a Associated Country Women of the World (ACWW), que se desenvolveu ao longo dos anos 1920, a partir do encontro entre dois movimentos sociais de mulheres, trabalhou ativamente junto à Liga das Nações e, hoje, tem *status* consultivo junto a várias agências da ONU.

Um outro exemplo seriam as Missões Agrícolas, fundadas em 1930 por líderes religiosos e decanos de colégios agrícolas. Durante as suas primeiras quarenta décadas, a ênfase destas missões foi na assistência técnica e evangelização de grupos rurais; na década de 1970, sob influência do movimento da Teologia da Libertação, as Missões mudaram seu foco para a ajuda aos pobres e a luta anti-colonialista, o que fez com que se aproximassem dos movimentos de base e viessem a abraçar causas como o acesso à terra, o que teria facilitado a cooperação transnacional entre ativistas, camponeses e agricultores dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A IFAP é uma outra organização de antes da globalização e é a que mais nos interessa, por ser uma concorrente da Via Campesina. A IFAP foi formada, em 1946, por algumas das maiores organizações de agricultores do mundo, em reação ao contexto do pós II Guerra Mundial, no qual, as relações internacionais estavam tornando-se mais institucionalizadas. A criação da ONU e de algumas de suas principais agências – dentre elas a FAO – estimulou a organização inglesa British National Farmer's a convocar representantes de organizações de agricultores de

outros 30 países a engajarem-se em uma proposta de cooperação internacional, na intenção de ter representatividade junto ao novo sistema de instituições (Edelman, 2003).

A IFAP foi gerada com dois principais objetivos: trabalhar no sentido de assegurar a segurança alimentar e nutricional para o mundo e garantir um padrão mínimo de qualidade de vida para as famílias de agricultores (IFAP, 2005). Em função das mudanças sofridas pelas políticas de comércio agrícola internacional, a IFAP foi alterando gradualmente o seu objetivo principal. De 1960 até 1980, esteve voltada a influenciar as propostas de acordos internacionais de *commodity*, já a partir de 1980, passou a ter como objetivo principal, influenciar as regras comerciais para a agricultura (IFAP, 2005).

Pode-se constatar que a tendência à formação de movimentos sociais rurais com perfil transnacional, não foi motivada apenas pela globalização, mas a crise agrícola da década de 1970-1980 teria sido o principal estímulo à intensificação deste processo. Esta crise, que teve início na década de 1970, favoreceu a concentração da produção e recursos produtivos na mão de poucas e grandes transnacionais e marcou o início da tendência a prescrição de políticas internacionais, de viés liberalizante, para a agricultura. Estes fatores induziram a reações, por parte de organizações sociais rurais, que variaram do protecionismo à formação de *Transnational Networks* (TNs) e movimentos sociais transnacionais (Edelman, 2003).

Nos Estados Unidos, a crise agrícola mundial teria inviabilizado a continuidade dos programas de financiamento agrícola, levando movimentos de agricultores a reações protecionistas. Também na Europa, os protestos transnacionais de agricultores – no período compreendido entre 1992 a 1997 – não teriam, em sua maioria, objetivos solidários, mas metas nacionalistas e protecionistas (Edelman, 2003).

No entender de Edelman (2003), Desmarais (2003) e Borras (2004), o processo de regionalização da década de 1980 e o fortalecimento das instituições econômicas multilaterais – a partir da criação da OMC e das mudanças no perfil e objetivos das outras duas instituições, o FMI e o Banco Mundial – foram os principais fatores a colaborarem para que grupos e movimentos sociais rurais passassem a estabelecer, entre si, um tipo de ativismo social transnacional verdadeiramente solidário. Já que as mudanças associadas à globalização neoliberal incidiram de forma decisiva na vida das pessoas do campo, fazendo com que os acordos de livre comércio e os mecanismos de governança supra-estatal passassem a ser o principal foco dos movimentos sociais de camponeses e agricultores.

No entender de Desmarais (2003), em função destes novos desafios, os movimentos sociais rurais tenderam a nacionalizar-se, regionalizar-se e transnacionalizar-se, em busca de novos espaços de negociação e ação coletiva. Já para Borrás (2004), a tendência não foi exclusivamente na direção da ampliação de escala. Segundo este autor, as mudanças ocorridas nos padrões de governança alteraram o ambiente institucional (em especial nos países em desenvolvimento), com o qual os movimentos sociais interagem, criando novos desafios e oportunidades.

Partindo de Fox (2001), Borrás afirma que os estados nacionais sofreram tripla pressão: 'de cima', a partir da globalização, que implicou em que parte do poder de controle do estado fosse cedido a mecanismos de regulação supranacional, como a OMC, o FMI e o Banco Mundial; 'de baixo', a partir da descentralização parcial dos poderes políticos, fiscais e administrativos do estado nacional, que passam a ser mais compartilhados entre os governos municipais e estaduais; e 'pelos lados' através da privatização de algumas de suas funções, por meio do surgimento de mecanismos de regulação privada.

As colocações de Borrás remetem-nos a Scholte (2005). Em sua análise sobre a globalização e as conseqüentes mudanças nos padrões de governança, Scholte afirma que o estado nacional continua sendo o principal ator político do sistema internacional, mas salienta que a emergência de um tipo de governança policêntrica implicou em uma diminuição do poder do estado, por conta do compartilhamento da governança entre o governo nacional e instâncias sub-nacionais, supranacionais e privadas; destacando o papel, neste processo, das organizações econômicas multilaterais, dos acordos de integração regional, dos mecanismos regulatórios privados e dos governos municipais e estaduais.

A emergência de uma governança¹ policêntrica¹ gerou um efeito contraditório. Em resposta à descentralização do Estado, os movimentos sociais rurais tenderam à localização, enquanto, simultaneamente, internacionalizaram seus movimentos, campanhas, *lobbies* e ações coletivas, sem com isso perder o seu caráter nacional, o que levou ao surgimento de movimentos sociais, igualmente policêntricos (Borrás, 2003, p.4).

A GÊNESE DA REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS VIA CAMPESINA

Desmarais (2003) e Edelman (2003) sustentam que um dos fatores fundamentais para a formação da Via Campesina teria sido o estreitamento de

¹ Policêntrico, neste caso, significa "redes coordenativas, com vários centros de poder localizados em diferentes níveis: internacional, regional, nacional e local" (Borrás, 2004, p.4).

relações entre ativistas de organizações rurais do norte e do sul, durante a década de 1980.

Estes processos estão intimamente vinculados às mudanças na natureza da governança global da economia e ao viés neoliberalizante adotado nas políticas agrícolas mundiais, a partir dos anos 1980. Durante esta década, ocorreu um movimento de aproximação entre organizações de agricultores da Europa e da América do Norte e entre estas e organizações de outros lugares do mundo, principalmente da América Latina. Esta aproximação deu-se de duas formas principais: por iniciativa de organizações locais que buscaram empreender relações transmundiais com organizações locais de outros países; e durante eventos, como os protestos e coalizões contra o GATT e o NAFTA, que reuniram organizações rurais de várias procedências em torno de um mesmo objetivo.

A Confédération Nationale des Syndicats de Travailleurs Paysans (CNSTP), da França e a National Farmers Union (NFU) do Canadá são exemplos de organizações locais que desenvolveram projetos comuns com organizações de outros lugares do mundo, durante os 1980 (Desmarais, 2002).

Edelman (2003) defende que as campanhas contra o GATT, que reuniram ativistas da Europa, Américas e Ásia, foram o principal ímpeto à formação da Via Campesina, porque nestas oportunidades, organizações rurais do norte e do sul superaram as suas diferenças, empreendendo uma ação concertada em pró de uma meta comum: colaborar para o fracasso das negociações do GATT, percebidas como uma política prejudicial para o conjunto de pequenos agricultores e camponeses do mundo todo.

Um exemplo seria uma coalizão formada por pequenos produtores rurais, ambientalistas e consumidores que se reuniu em Genebra, em 1990, para protestar contra o GATT. Desta coalizão participaram trinta mil agricultores, sendo a maioria da América do Norte e Japão, além de grupos da Coreia, África e América Latina. De acordo com Edelman, os protestos encorajaram os delegados de países em desenvolvimento, com objeções ao acordo, a não cederem e manterem as suas posições, o que teria colaborado para a não conclusão da Rodada de Doha, na ocasião.

É possível considerar que, além das reações ao GATT, os protestos contra as grandes empresas transnacionais do agronegócio – principalmente as ligadas à produção e comercialização de transgênicos – também colaboraram para a união de ativistas rurais. Já que ações de organizações de agricultores, a favor da manutenção do *status* público dos recursos genéticos e contra as transnacionais dos transgênicos, datam da década de 1980.

Em 1981, a NFU representou um *lobby* na Conferência da FAO em Roma, em favor da conservação dos recursos genéticos (Edelman, 2003); na Europa, a França é pioneira na reação à agricultura transgênica, vinculando-a ao conceito de “comida ruim” e à ameaça à cultura francesa (Heller, 2001; Bové e Dufour, 2000). E a questão da “propriedade intelectual sobre formas de vida” é também uma questão sensível para a Índia, e suas reações ao GATT estão intimamente relacionadas à problemática das TRIPS (Edelman, 2003).

É legítimo se supor que a relação de troca entre ativistas do norte e do sul, nas décadas precedentes à formação da Via Campesina, tenha sido uma condição *sine qua non* para a sua concepção. Isto porque estes contatos não só estreitaram os laços entre estas organizações, como favoreceram que, no contexto da globalização, camponeses e pequenos agricultores do norte e do sul, assim como norte-americanos e europeus, percebessem que enfrentavam problemáticas comuns que, pela sua origem internacional, demandavam a construção de uma solução solidária em nível transnacional.

Já as principais motivações à formação da rede seriam a rejeição explícita à globalização neoliberal, e a convicção de que as questões e interesses das pessoas que ‘trabalham a terra’ estavam completamente excluídos das negociações do GATT (Desmarais, 2003; Edelman, 2003 e Borras, 2004).

Até a criação da Via Campesina, a IFAP era o único canal disponível para que movimentos sociais rurais canalizassem suas demandas para as organizações internacionais. E no entender da Via Campesina, a IFAP é dominada por suas organizações economicamente mais poderosas e atua, prioritariamente, em pró dos interesses do agronegócio (Desmarais, 2003; Borras, 2004). Pode-se inferir que a visão que camponeses e pequenos agricultores, do norte e do sul, tinham da IFAP, induziu-os a construir uma alternativa através da qual pudessem canalizar as suas demandas e se fazer ouvir pelos organismos internacionais. Os quais, na globalização, passaram a ter maior poder de influência na definição das políticas dos Estados, inclusive no tocante às políticas agrícolas.

Rafael Alegria e Paul Nicholson, líderes da Via Campesina, expõem o que levou agricultores de países desenvolvidos e em desenvolvimento a engajarem-se em uma proposta comum, apesar dos seus respectivos governos estarem se digladiando nas disputas sobre comércio agrícola travadas no GATT e posteriormente, na OMC. Nas palavras dos ativistas:

Mesmo que a marginalização tome feições diferentes de acordo com as regiões do mundo, os mesmos conflitos de interesse se

apresentam nos países industrializados e nos países ditos em desenvolvimento; de um lado, uma grande massa de população marginalizada, que defende a sua cultura e seu direito a viver decentemente; de outro, uma minoria que impulsiona os seus mega projetos econômicos, em nome do “livre” comércio internacional, e coloca em concorrência todos os habitantes do planeta, em lugar de criar entre eles, laços de cooperação e solidariedade (Alegria e Nicholson, prefácio, 2002).

Dentro deste contexto, em 1992, um grupo de 8 organizações camponesas da América Central, América do Norte e Europa encontrou-se em Manágua, durante o Congresso da União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG)² e junto com a ONG holandesa, Paulo Freire Stichting³ (PFS), desenvolveram a idéia de criar um movimento social global de pequenos agricultores e camponeses.

De acordo com Desmarais (2003), na sua gênese, o perfil da Via Campesina ainda não estava definido. A PFS concebia-a como um projeto político – que teria como objetivo influenciar políticas governamentais e alocação de recursos em projetos do interesse de camponeses – e como um programa de pesquisa – que deveria operar de forma coordenada com centros de estudo voltados às prioridades dos agricultores. Mas, como colocado por esta autora e Borrás (2004), este projeto não atendia a expectativa da maioria das lideranças camponesas, que demandavam a criação de uma organização que tivesse o objetivo de desafiar o modelo de desenvolvimento neoliberal dominante. Outro ponto de atrito teria sido em relação à participação da IFAP na nova organização. Enquanto os movimentos rurais e camponeses eram radicalmente contra esta participação, a PFS defendia a inserção da IFAP no novo projeto (Desmarais, 2003).

É possível concluir que, enquanto a PFS tinha para a Via Campesina uma proposta reformista, concebendo a nova organização como uma estrutura de ação dentro dos mecanismos de governança global existentes; os líderes dos movimentos camponeses tinham para a Via Campesina uma proposta transformadora, percebendo-a como a oportunidade para a concepção de um modelo alternativo de desenvolvimento, criado sem a interferência de ONGs e a partir da análise coletiva,

² Apesar da Via Campesina ter sido criada em um evento desta organização, ela não faz parte da Via Campesina e sim da IFAP.

³ Fundação dedicada aos problemas da terra que fornece informação sistematizada sobre o tema e inspirada na obra de Paulo Freire. Em seus programas de cooperação promove intercâmbios entre trabalhadores rurais Europeus e Latino-americanos. Publica a revista para Cooperação Agrária Mundial "Intercâmbio". (<http://www.ppbr.com/ipf/legado.html>)

ação conjunta, e solidariedade entre camponeses e pequenos agricultores, do Norte e do Sul.

Refletindo sobre a “razão de ser” da Via Campesina, as lideranças camponesas teriam concluído que esta seria a oportunidade para a criação de um movimento social liderado e conduzido por camponeses e pequenos agricultores, através do qual pudessem falar por si mesmos, sem a intermediação de ONGs ou outros atores. O que levou estas lideranças a minimizarem a importância da FFS na nova associação, a qual, em reação, abandona a Via Campesina em 2004.

Pode-se dizer que a gênese da Via Campesina tenha influenciado na sua relação com ONGs, já que antes de voltar a relacionar-se com atores ‘de fora da rede’, o novo movimento social investiu em seu processo de consolidação, dedicando o período entre 1992 e 1994 à aproximação com movimentos sociais rurais locais (Via Campesina, 2004). Esta estratégia tinha como objetivo transformar a Via Campesina na ‘voz camponesa’ junto ao sistema internacional, para, só depois de conquistado este espaço, voltar a trabalhar em parceria com ONGs e outros atores ‘de fora da rede’ (Desmarais, 2003).

Em maio de 1993, realizou-se, na Bélgica, a Primeira Conferência Internacional da Via Campesina, ocasião em que constituiu-se como rede transnacional de movimentos sociais e definiu as suas estruturas e primeiras linhas estratégicas de trabalho. A segunda conferência da rede foi realizada em abril de 1996, no México, e nela estiveram presentes 69 organizações representando camponeses, pequenos e médios agricultores de 37 países diferentes, discutindo os seguintes temas e questões: reforma agrária, crédito e dívida externa, tecnologia, participação das mulheres, desenvolvimento rural e soberania alimentar (Via Campesina, 2005). Até o ano de 2006, foram realizadas quatro conferências internacionais: a terceira em 2000, em Bangalore na Índia, e a quarta em 2004, em Itací, no Brasil.

Ao analisar-se as Conferências Internacionais, pode-se constatar que a Via Campesina adota uma visão holística da problemática camponesa, o que está refletido na evolução de suas campanhas. Problemas como agricultura transgênica, falta de acesso a terra e a recursos produtivos, *dumping* e violência contra os camponeses são tidos como questões interrelacionadas inscritas no conjunto amplo de Direitos dos Camponeses.

VIA CAMPESINA: UM ATOR E UMA ARENA DE AÇÃO

Em nosso entender, a Via Campesina seria uma *Rede Transnacional de Movimentos Sociais*, e assim como tantos conceitos contestados, este também precisa de uma correta definição. Trabalhamos com o conceito de Eschle e Stammers (2004),

segundo o qual, uma rede de movimentos sociais: “é uma rede de interações informais que reúne grupos informais e indivíduos e, por vezes, organizações formais, em lutas por mudança social na base da identidade compartilhada” (p.352). Ainda de acordo com esta concepção, quando a atividade simbólica, as inovações de estilo de vida, os grupos informais, as articulações não institucionais de identidade coletiva e os protestos populares desaparecem, um movimento social deixou de existir.

Depreende-se que, de acordo com este conceito, uma verdadeira rede de movimentos sociais é aquela que mantém uma forte relação com a base: os ativistas e/ou movimentos sociais locais. De forma que, uma rede constituída apenas de organizações formais, sem a participação ativa de movimentos de base em processos contenciosos, não seria considerada um movimento social, estando mais próximo ao conceito de *Transnational Advocacy Networks* (TAN) de Keck e Sikkink (1998).

Em nosso entender, a conceituação de Eschle e Stammers estaria adequada à conceituação da Via Campesina, pelo fato de esta ser uma rede que, apesar de dinâmica, tem sua própria existência dependente dos movimentos sociais de base que a compõem.

Para a análise da natureza da rede, selecionamos Borrás (2004). De acordo com este autor, a Via Campesina tem uma característica dual, sendo simultaneamente um *ator* e uma *arena de ação*. Borrás sustenta sua tese afirmando que, como *ator*, a Via Campesina representa a voz e os interesses camponeses junto ao sistema internacional, e como *arena*, é o espaço no qual os diversos grupos sociais e atores (nacionais, regionais e sub-nacionais), que dela fazem parte, negociam e estabelecem metas, objetivos e campanhas comuns, fortalecendo-se mutuamente.

Este caráter dual faz com que o autor a considere como um tipo de ‘instituição’, conceituada aqui “de forma ampla e aberta, como um corpo de ‘regras’ que media a interação entre diversos atores e entre atores e estruturas existentes” (Borrás, 2004, p.5).

Esta ‘instituição’ teria sido constituída por movimentos sociais camponeses para defender os seus interesses e para os ‘de fora da rede’ (outros movimentos sociais, ONGs e instituições internacionais) seria percebida como uma entidade interessante – embora complexa de entender – com a qual têm de lidar e interagir (Borrás).

Considerar a Via Campesina como um tipo de instituição, apesar de sua estrutura descentralizada e não-hierárquica, facilita o entendimento da estrutura da rede e ajuda a revelar as tensões envolvidas nos seus processos de construção de identidade e consenso, os quais influenciam na definição de suas posições e metas.

Ao analisar a Identidade Coletiva dos movimentos sociais rurais surgidos em resposta à globalização, Edelman (1998) coloca que:

Os movimentos camponeses contemporâneos compartilham a identidade de classe dos 'antigos movimentos sociais' com a preocupação em atingir mudanças nas políticas de estados individuais, incorporando, ainda, os focos na identidade e na especificidade cultural próprios dos 'novos movimentos sociais' (p.50).

A avaliação de Edelman revela parte da complexidade implícita na identidade da Via Campesina. A diferença da Via Campesina relativamente aos antigos movimentos sociais rurais seria o fato de a rede incorporar uma variedade de atores que não cabem em uma definição de classe tradicional. A diversidade que compõe a rede inclui camponeses da África, pequenos e médios agricultores do Canadá, Sem-terras do Brasil, indígenas e até pescadores e pastores, que são abarcados pelo conceito contemporâneo de camponês, que está relacionado à noção de 'território' e não mais exclusivamente à noção de 'terra'.

A discussão acerca de território está cada vez mais presente nesta rede de movimentos sociais e nas discussões sobre reforma agrária. Este conceito, por ir além do acesso à 'terra' e englobar o 'lugar' – que não pode ser legitimamente delimitado por fronteiras geopolíticas ou definido pela propriedade privada – pode comportar nômades, coletores, pescadores, índios e artesãos, que não trabalham diretamente a terra, mas dependem do território para a sobrevivência das suas respectivas sociedades.

De acordo com Desmarais (2003), Edelman (2003) e Borrás (2003), a construção de um "nós", coletivo, que represente a posição unificada da Via Campesina – uma rede com uma composição assaz heterogênea, tanto em termos geográficos quanto em tipos de atores – não foi (como ainda não é) um processo simples.

Este processo teria sido favorecido pela relação pregressa entre ativistas do norte e do sul, que permitiu a estes grupos identificarem interesses comuns, ao ponto de superarem as enormes diferenças culturais, nacionais e regionais existentes e consolidarem uma identidade coletiva como 'camponês' ou 'pessoas da terra' (Desmarais; Edelman, 1998).

De acordo com Edelman, o termo camponês (como categoria analítica) vigorou nos estudos de populações rurais pobres durante três décadas, a partir de 1970. Na década de 1990, muitos pesquisadores tenderam a trocar os 'Estudos Camponeses'

pelos 'Estudos Agrários', na intenção de cobrir a relação entre as populações rurais pobres e outros atores – o que não estaria contemplado pelos Estudos Camponeses – Em paralelo, ocorreu a tendência de substituição do termo *camponês* pelo termo *agricultor*. Mas, segundo este mesmo autor, o termo camponês vem sendo apropriado e resignificado pelos próprios atores, que vem fazendo o esforço de:

[...]reapropriar o termo 'camponês', infundindo-o com um conteúdo novo e positivo, incluindo a celebração do camponês como um sujeito sofisticado, possuidor de valores modernos e projetos políticos. Esta reconceituação faz com que ativistas rurais insistam hoje na equalização de 'camponês' e 'agricultor' e, em geral, permutem as duas palavras – em conversações, análises escritas e até na denominação de movimentos (Edelman, 2003, p. 187).

Entendemos, a partir de uma declaração da líder canadense da Via Campesina, Nettie Wiebe (Wiebe *apud* Edelman, 2003, p.187), que o termo 'camponês' une o agricultor de subsistência ao agricultor modernizado, do Canadá, assim como aos outros atores que formam a Via Campesina. Isto porque o conceito resignificado de camponês passou a representar um sujeito de resistência. Aquele que defende o direito à manutenção de um padrão de vida tradicional (mas não atrasado) baseado em valores diferentes dos neoliberais, questionando a primazia do lucro, da tecnologia e da individualidade, em relação ao bem estar social, ao conhecimento tradicional e à comunidade.

Vimos a entender que o conceito de camponês resignificado, além de incorporar a variedade de tipos de atores que trabalham a terra e não se identificam com o modelo de desenvolvimento neoliberal, passou a abranger artesãos, pastores e pescadores, que hoje também fazem parte da Via Campesina.

Resta ainda uma questão: como foi construída esta identidade e como esta consegue se manter íntegra em uma rede de abrangência global e natureza heterogênea como a Via Campesina?

Edelman (2003), Desmarais (2003) e Borras (2004) afirmam que o amalgama que une este conjunto diverso de atores é a bandeira ampla de oposição ao neoliberalismo e, apesar das diferenças, estas organizações teriam em comum o fato de representarem, em suas respectivas sociedades, setores econômica e politicamente marginalizados, tanto em nível nacional, sub-nacional como internacional.

Edelman e Desmarais salientam que a identidade de camponês seria afirmada no desafio aos grupos dominantes, o que nos levou a inferir que esta identidade foi construída e é mantida a partir da alteridade. A necessidade de a Via Campesina afirmar a sua identidade, a partir da negação do outro, justificaria a eleição de alvos – como o McDonalds e a Coca-Cola – que, simbolicamente, representariam o sistema ao qual o conjunto heterogêneo que compõe a rede não pertence e se opõe.

Edelman, assim como Borrás, afirma que a definição das agendas e metas da Via Campesina são partes da construção e reconstrução de sua identidade coletiva como ator, refletindo a heterogeneidade de sua composição, em termos geográficos, em tipos de associação e em termos ideológicos.

Os autores atestam, ainda, que para uma organização fazer parte da rede, não seria necessário assumir um compromisso ideológico, alegando que a Via Campesina comporta organizações originárias ou comprometidas com as mais variadas tradições ideológicas:

“desde aquelas oriundas de uma estrutura comunista de estado até as de tradição anárquicosindicalista; desde aquelas com uma procedência amplamente liberal, àquelas provenientes do ativismo ambientalista” (Borrás, 2004, p.10).

Mas, apesar das diferenças em termos de visão de mundo, agenda política e métodos de trabalho, estas organizações teriam em comum a noção compartilhada de que o neoliberalismo é uma ameaça e esta seria a principal divergência entre a IFAP e a Via Campesina. Para a Via Campesina, o neoliberalismo seria um problema a ser superado, enquanto que a IFAP conceberia-o como uma oportunidade de ação, e esta percepção diferenciada refletir-se-ia na relação entre as duas organizações e a OMC (Borrás, 2004).

Vimos a entender, que a Via Campesina recusar-se-ia a empreender um diálogo com a instituição, por não acreditar na possibilidade de reforma da OMC; enquanto a IFAP adotaria a participação como a sua principal estratégia, exatamente por ter forte penetração nesta organização multilateral. Por conseguinte, a Via Campesina apela para os protestos e coalizões como forma de relacionamento com a OMC, enquanto a IFAP investe no *lobby*, na pressão e na barganha.

De acordo com Desmarais (2003) e Borrás (2004), o processo de construção de identidade de ambas as organizações é totalmente diferenciado. A Via Campesina construiria a sua identidade, a partir da negociação das diferenças, enquanto que a IFAP buscaria atingir o consenso, através da imposição da visão de mundo, estrutura, ideologia e posicionamento dos seus membros mais poderosos, o que geraria reflexos

na definição de suas respectivas agendas e metas e na forma como se relacionam com as instituições internacionais.

Pode-se inferir que a construção de consenso, na rede, seria parte do processo de construção e reconstrução de sua identidade como *ator*, negociado entre os seus diferentes membros, na *arena* Via Campesina. E que, por este processo de negociação, também são definidas as estratégias adotadas pela rede.

Um exemplo seria a Campanha “OMC fora da agricultura”, fruto de muito diálogo entre os grupos que compõem a rede. Este processo de negociação resultou em uma campanha que não refletiu a posição de seus membros mais influentes, mas uma posição intermediária entre os seus constituintes (Borras).

Com relação à operacionalização das campanhas, Desmarais explica que embora as ações da rede sejam direcionadas aos níveis: local, nacional, regional e internacional, simultaneamente, o seu processo de construção de alternativas está apoiado em o que as organizações estão realizando em nível local, ou seja, em suas regiões e países. O que está de acordo com o que afirmam Eschle e Stammers (2004), segundo quem, em uma rede transnacional de movimentos sociais, a influência é mútua, ocorrendo nos dois sentidos: do local para o global e do global para o local.

No caso da Via Campesina, da mesma forma que os seus posicionamentos e estratégias são frutos da interação e negociação entre os seus diferentes membros, a rede influencia estas mesmas organizações. As diversas estratégias adotadas pelas organizações da Via Campesina, tanto nas suas atuações internacionais quanto nas suas ações locais, seriam fruto da relação de troca entre as suas diversas organizações. Como um exemplo, a NFU, do Canadá, que teria sido fortemente influenciada pela Via Campesina em seu posicionamento em relação à OMC e aos geneticamente modificados, sendo que, nesta última questão, a Confédération Paysanné, da França, e a Karnakata Rajya Ryota Sangha (KRRS), da Índia, teriam exercido a principal ascendência (Desmarais, 2003).

A Via Campesina está estruturada em forma de rede, não existindo de forma independente das organizações que dela fazem parte. A rede de movimentos sociais não possui sede fixa, sendo a sua equipe efetiva e estrutura, pequenas e descentralizadas. Estas características fazem com que seja dependente das lideranças, ativistas e estrutura das organizações e movimentos sociais que a compõem, e esta dependência encerra aspectos negativos e positivos.

Por um ponto de vista negativo, esta relação deixa a rede vulnerável a sofrer com as conseqüências de disputas internas entre as organizações locais e/ou regionais que dela fazem parte. Um exemplo teria sido a disputa entre o grupo filipino,

Kilusang Magbubukid Pilipinas (KMP) e um grupo seu dissidente, a Demokratikong ng Kilusang Magbubukid ng Pilipinas (DKMP). As duas organizações tentaram instrumentalizar a Via Campesina, cada qual em seu favor, prejudicando os trabalhos preparatórios para a II Conferência e para o Fórum Paralelo de ONGs da rede. Ambos os dois encontros deveriam ter sido realizados nas Filipinas, mas por conta deste conflito, terminaram acontecendo no México (Desmarais, 2003).

Por outro lado, constata-se que a Via Campesina necessita manter um vínculo estreito com a base, para manter a sua própria sobrevivência, de forma que não é possível equacioná-la a uma organização formal que toma vida própria e passa a ter como principal objetivo a própria sobrevivência e não mais os interesses de seus constituintes.

A ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA VIA CAMPESINA

Ao pensarmos em uma imagem representativa para uma *rede* de movimentos sociais transnacionais, construímos a seguinte imagem visual: um grande círculo – a Via Campesina – contendo círculos menores – as organizações regionais, compostas de organizações e movimentos sociais locais e nacionais – e círculos ainda menores – os movimentos sociais locais e nacionais. Estas unidades estão interligadas entre si em rede, não respeitando o limite imaginário dos círculos. Portanto, de acordo com a nossa percepção, a Via Campesina é uma rede dinâmica (já que está aberta à inclusão e exclusão de movimentos e/ou redes de movimentos sociais), que estabelece um elo entre estes diferentes movimentos sociais, mas deixa de existir, caso estes também não existam mais.

De acordo com Desmarais (2003), os órgãos mais importantes da estrutura da Via Campesina seriam o Comitê Coordenador Internacional (CCI), formado por representantes de todas as regiões que ela representa e o Secretariado Operacional Internacional (SOI), o órgão que coordena o CCI.

Temos poucas informações sobre os critérios estabelecidos para que uma organização faça parte da rede mas, de acordo com Desmarais e Borrás (2004), um critério categórico seria a organização candidata não fazer parte da IFAP. E como já dito, ao filiar uma organização, a Via Campesina não exige nenhum compromisso político e ideológico, congregando organizações dos mais variados perfis (Edelman, 2003; Borrás, 2004). Mas temos informações de que quando uma organização se candidata a fazer parte da rede, a Via Campesina a manteria sob observação por um período de tempo, com o objetivo de avaliar se as suas metas, objetivos e estratégias coincidem com os da rede.

Desde a sua concepção, a estrutura e formação da Via Campesina passaram por algumas transformações. No período compreendido entre 1992 e 1996, a estrutura da Via Campesina esteve basicamente apoiada no Comitê Coordenador Internacional (CCI), submetido à época, à coordenação geral do comitê regional da Europa, sob a responsabilidade de Paul Nicholson, representante do país basco (Edelman).

Em 1996, a Via Campesina estabeleceu um Secretariado Operacional Internacional, órgão criado com o objetivo de complementar o trabalho do CCI e auxiliar na fiscalização do funcionamento do dia-a-dia da rede. O Secretariado Operacional ficou, inicialmente, a cargo da ASOCODE – a organização regional responsável pela América Central – considerada a mais adequada, devido a sua maior experiência com o trabalho transnacional. E a secretaria, propriamente dita, foi delegada à coalizão de Honduras, a cargo de Rafael Alegria que, nomeado Secretário Executivo, instalou a Via Campesina em uma pequena sala de uma das principais coalizões camponesas hondurenhas⁴.

Segundo dados publicados, no sítio da Via Campesina, em 2006, a estrutura atual da rede de movimentos sociais está subdividida em 8 diferentes regiões, assim distribuídas: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa. Cada uma destas regiões conta com dois representantes de movimentos sociais ou organizações de agricultores, sendo um homem e uma mulher para cada região; os representantes regionais vão compor o Comitê Coordenador Internacional (CCI), considerado o mais importante elo entre as várias organizações da rede, o que reflete a preocupação da Via Campesina com a equidade de gênero, entre os representantes do movimento social.

A partir da análise de documentos da Via Campesina, referentes às suas organizações partícipes, pode-se conferir que, no ano de 2006, a rede encontra-se em franco processo de expansão, buscando ampliar a sua penetração na África. Percebe-se, também, que a rede vem sofrendo cada vez mais influência da região do Sul e Sudeste da Ásia; uma mudança, igualmente evidenciada por Desmarais (2003a) e Amin (2004).

De acordo com documentação disponibilizada pela rede, pode-se conferir que o Secretariado Operacional da Via Campesina não está fixado em um país ou região específica, podendo ser redefinido durante as suas Conferências Internacionais. Durante a última Conferência Internacional, realizada em 2004, ficou definido que o Secretariado Internacional passaria para Jacarta, sob a responsabilidade de Henry

⁴ A omissão do nome nos foi imposta por falta da existência de dados.

Saraghi, líder da Federação Camponesa da Indonésia e que a próxima conferência da rede deveria vir a ser realizada em algum país da África (Via Campesina, 2004).

De acordo com a avaliação feita sobre as relações de influência das diversas regiões geográficas da rede, fomos levados a saber que a Via Campesina sofreu, em sua primeira fase, uma influência muito expressiva das organizações e movimentos sociais rurais da Europa e, principalmente, das Américas Latina e Central. Esta ascensão gera reflexos até hoje, como demonstra o fato de as línguas oficiais dos encontros internacionais da rede serem o inglês e o espanhol, e o seu próprio nome – La Via Campesina – nunca ter sido traduzido para outra língua (Desmarais, 2003).

Mas apesar da predominância da Europa e América Latina, confere-se que a rede, também, sofreu uma forte influência da UNORCA, organização do Canadá que deu grande apoio à Via Campesina, durante a sua primeira participação em um encontro da FAO.

Analisando os períodos compreendidos entre 2004 e 2006, percebe-se que a Via Campesina tem cada vez mais penetração no sudeste e leste da Ásia e, por conseguinte, os movimentos sociais destas regiões têm cada vez mais representatividade, dentro do movimento social.

Outra região na qual cresceu o número de organizações, entre 2004 e 2006, é Cuba e Caribe, mas não identificamos se este fenômeno reflete uma maior penetração na região, ou se corresponde à filiação de organizações que antes estavam ligadas à Via Campesina através da ASOCODE, extinta em 2005.

A África é um continente com o qual a Via Campesina está se aproximando, pode-se conferir que apesar do número de filiados não ter aumentado de 2004 para 2006, houve uma mudança significativa: a coordenação regional que, em 2004, estava a cargo de Diamantino Nhampossa, da UNAC, passou a ser compartilhada com Mariam Seseko, da CNOP. O que reflete o compromisso da Via Campesina, em buscar o equilíbrio de gênero, no conjunto de sua coordenação.

Constatamos que no período entre 2004 e 2006, havia um movimento social rural turco incorporado à rede, sob a competência da região Europa. Com relação à China e Oriente Médio, em 2006 não havia informações sobre organizações filiadas à rede; mas, sabe-se que em 2002, membros da Via Campesina estiveram em Ramallah, em conjunto com uma delegação internacional, participando de um protesto contra o bloqueio israelense a esta cidade e estreitando contatos com movimentos sociais rurais daquela região (Edelman, 2003).

OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Por conta de seu perfil e trajetória, pode-se considerar a Via Campesina como parte dos chamados “novos movimentos sociais contra a globalização”. Vários autores, como Gómez (2004), Scholte (1999, 2000, 2005), Della Porta (2005), Tarrow (2005) e Tilly (2005) alegam que conseqüências das políticas neoliberais prescritas pelas organizações econômicas multilaterais – como o agravamento do desnível social e o aumento do desemprego e da concentração de renda, em nível mundial, regional e local – seriam as principais razões que levaram à reação social mundial contra a globalização neoliberal.

E como já visto, a globalização neoliberal é, também, apontada como a principal motivação à intensificação do processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais, a partir do fim da década de 1980 (Edelman, Desmarais, 2002, Borras, 2004).

Mas, apesar da importância atribuída a globalização neoliberal, não se deve equacionar globalização a neoliberalismo. Adotamos a noção de Scholte (2005), para quem a globalização é complexa, não podendo ser reduzida a apenas um aspecto. Segundo esta abordagem, a globalização é fruto e motor para mudanças nas esferas de identidade e conhecimento que, associadas às mudanças nas esferas de governança e produção, implicaram na re-configuração do espaço social, caracterizado na contemporaneidade pela ‘supraterritorialidade’ (Scholte, 2005).

Estas mudanças teriam alterado o padrão de relacionamento e troca entre pessoas de altas esferas sociais (além de governos e empresas), mas também entre atores desprivilegiados econômica e politicamente, como camponeses, pequenos agricultores e indígenas.

As mudanças nos padrões de relacionamento, por sua vez, favoreceram a ocorrência de mudanças nos padrões de identidade, favorecendo a formação de alianças entre pessoas de origens geográficas e compromissos ideológicos diversos.

É necessário esclarecer, também, que o ativismo transnacional contemporâneo não forma um todo homogêneo. Seus objetivos, metas, estratégias e formas de ação são variadas e podem ser subdivididos em conformistas, reformistas, rejeicionistas e transformadores (Scholte, 2003). Deste conjunto, interessa-nos destacar aqueles que questionam a base da governança global da economia e visam a uma mudança na ideologia e condução destas políticas: os chamados movimentos sociais contra a globalização neoliberal, ou como denominado por Gómez (2004, p.322), o “movimento de movimentos”.

O “movimento de movimentos” é assim denominado por ser formado por novos e velhos movimentos sociais, ONGS e redes de ativistas, com os mais variados

interesses, tendências político-ideológicas e capacidade e recursos organizacionais. Apesar do perfil heterogêneo, estes movimentos identificar-se-iam a partir da preocupação compartilhada com temas e questões associadas a dois eixos principais: “a transformação de todas as atividades humanas em mercadoria e a exigência da democracia frente ao poder fortalecido dos mercados” (Gómez, 2004, p. 324). A identificação deste traço ajuda a explicar as parcerias estabelecidas entre a Via Campesina e movimentos sociais de ambientalistas e grupos de consumidores, além de outros, não diretamente interessados na questão camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste artigo, propomo-nos a responder o que motivou a formação da Via Campesina, uma rede transnacional de movimentos sociais que congrega pessoas com culturas, histórias e interesses, aparentemente, tão distintos.

O resultado desta análise foi o de que o surgimento da Via Campesina está associado a um movimento, mais amplo, de reação às políticas neoliberais adotadas em nível mundial, no pós década de 1980. A partir desta consideração, identificamos a Via Campesina como parte integrante dos movimentos sociais alter-mundialistas, que tem como principal mote, lutar para que outra globalização seja possível, a partir de uma mudança nos parâmetros que definem as políticas econômicas internacionais, a partir da adoção de critérios que privilegiem a justiça social e a preservação do meio-ambiente.

Constatou-se que o surgimento de uma rede de movimentos sociais, de perfil tão heterogêneo como esta, só foi possível devido à relação pregressa entre ativistas do norte e do sul. Pois estes contatos não só estreitaram os laços entre estas organizações, como favoreceram que, no contexto da globalização, camponeses e pequenos agricultores, do norte e do sul, assim como norte-americanos e europeus, percebessem que enfrentavam problemáticas comuns que, pela sua origem internacional, demandavam a construção de uma solução solidária em nível transnacional. Este fenômeno pode ser igualmente identificado na formação da IFAP, surgida em resposta a nova conjuntura, mais institucionalizada, que caracterizou as relações internacionais, do pós-segunda guerra mundial, quando foi criada a ONU e algumas de suas principais agências, como a FAO.

Pode-se inferir que, assim como a IFAP, a Via Campesina também tenha surgido em reação a mudanças, de ordem institucional, no ambiente internacional. Com a globalização, houve uma diminuição relativa do poder do estado sobre a definição de suas políticas sociais e agrícolas. Este novo contexto gerou problemas comuns para camponeses e pequenos produtores rurais, independentemente de seu

país de origem. E por terem uma origem internacional, estes problemas demandaram a concepção de uma solução transnacional, materializada na criação da Rede de Movimentos Sociais Via Campesina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMIN, S. **Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (FMRA)** depoimento [dez. 2004]. Valença: Mediateca FMRA. <fmra_001.wmv> Windows Media Audio 9 64 kbps, 48 kHz, stereo 2-pass VBR, (25:59). Programa produzido pela Carta maior Agência de Notícias. Disponível em:<<http://www.fmra.org/>> . Acesso em: maio 2006.

ALEGRIA, R.; NICHOLSON, P. Avant-propos. In: **Via Campesina: Une alternative paysanne à la mondialisation néolibérale**. Genebra : CETIM, p.5-6. 2002.

BORRAS, S.M. **La Vía Campesina: an evolving transnational social movement**. TNI Briefing Series, n.2004/6. Amsterdam: Transnational Institute, out. 2004.

BOVÉ, J.; DUFOUR, F.; LUNEAU, G. **O mundo não é uma mercadoria**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DELLA PORTA, D. Transnational Protest and Global Activism. In: Della PORTA, D.; TARROW, S. (Org.). **Transnational Protest and Global Activism**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, inc. 2005.

DESMARAIS, A. A. **The Vía Campesina: peasants resisting globalization**. 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Department of Geography: University of Calgary, Alberta, 2003.

EDELMAN, M. Transnational peasant politics in Central America. In: **Latin America Research Review**, v.33, n.3, p.49-86, 1988.

_____. Transnational Peasant and farmer movements and networks. In: KALDOR, M.; ANHEIER, H. (org.). **Global Civil Society: yearbook 2003**. Londres: LSE, 2003.

ESCHLE, C.; STAMMERS, N. Taking part: social movements, INGOs, and global change. In:

Alternatives, v. 29, n. 3, p. 333-372, 2004.

FOX. J. Can multilateral institutions be made publicly accountable? In: **Global Police Briefs**, n. 3, maio, 2003.

GÓMEZ, J.M Entre dos fuegos: El terrorismo, la guerra y los nuevos retos del movimiento social global contrahegemónico. In: GÓMEZ, J.M. (org.). **América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

HELLER, C. **McDonalds, MTV, and Monsanto: Resisting Biotechnology in the Age of Informational Capital**. In: TOKAR B. (Org). **Redesigning Life? The Worldwide Challenge to**

Genetic Engineering, London: Zed Books, 2001.

IFAP. Sítio institucional da organização da International Federation of Agricultural Producers, com informações sobre a história do grupo. Disponível em: <<http://www.ifap.org/en/about/history.html>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

KECK, M.; SIKINK, K. **Activists beyond borders**, New York: Cornell University Press, 1998.

LA VIA CAMPESINA. Sítio da rede de movimentos sociais. Disponibiliza relatórios, declarações e reportagens sobre as principais campanhas do grupo. Além de trazer a relação dos seus membros e aliados. Disponível em: <http://viacampesina.org>. Acesso em: 2005; 2006.

_____. **Declaração da IV Conferencia Internacional da Via Campesina**. São Paulo, 2004a,

Disponível em: <http://www.croceviaterra.it/contadini/cpe/dich_campes_por.htm>

Acesso em:

12 jan. 2006.

_____. **Members of La Via Campesina**. S. L. 01, jan. 2006. Disponível em:

<http://viacampesina.org/main_en/index2.php>. Acesso em: 13, out. 2006.

_____. **Radical opposition to neoliberalism - bulletin 5**. Jun 2004d. Disponível em:

http://www.viacampesina.org/art_fr.php3?id_article=486> Acesso em: 6 abr. 2005.

O'BRIEN,R.; GOETZ, A. M.; SCHOLTE, Jan Aart; WILLIAMS, M. **Contesting Global Governance**, Cambridge, Cambridge University Pres, 2000.

SCHOLTE, J. A. **Globalization: a critical introduction**. Basingstoke, New York: Palgrave,

MacMillan, 2005b.

_____. **Global Civil Society: Changing the world?** CSGR Working Paper n.109/02.

Coventry: Center for the Study of Globalization and Regionalisation (CSGR). Mai. 1999. Disponível em:

<<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/pais/staff/scholte/publications>>. Acesso em: Dez. 2005.

TARROW, S.; McADAM, D. Scale Shift in Transnational Contention. In. Della PORTA, D.;

TARROW, S. (Org.). **Transnational Protest and Global Activism**. Lanham, MD: Rowman &

Littlefield Publishers, inc. 2005.

TILLY, C. Foreword. In: SMITH, J.; BANDY, J. (Org.). **Coalitions across borders:** transnational protest and the neoliberal order. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005.

2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

TECENDO O INTERCÂMBIO:
O DESAFIO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
11 a 14 de setembro de 2007.

GT4

AGRICULTURA FAMILIAR E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO

ALDENÔR GOMES DA SILVA (UFRN)

HERIBERT SCHNITZ (UFPA)

MARCELO DOMINGOS SAMPAIO CARNEIRO (UFMA)

“O DESENVOLVIMENTO RURAL POR DUAS VIAS: FAMÍLIAS ASSENTADAS EM CADEIAS PRODUTIVAS E NO ABASTECIMENTO MUNICIPAL”

Henrique Carmona Duval (Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, UFSCar)

e-mail: henriquecarmona@hotmail.com

Alcir Antônio Kuranaga (Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Uniara)

e-mail: alcirk@hotmail.com

Vera Lúcia S. Botta Ferrante (Coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Uniara)

e-mail: vbotta@techs.com.br

RESUMO

Esta comunicação é parte dos resultados do projeto Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência (2004-2007), coordenado pela profa. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e com financiamentos do CNPq e da Funadesp. A proposta é descrever e analisar duas vias para o desenvolvimento dos assentados da fazenda Monte Alegre, na região de Araraquara-SP. O referencial teórico utilizado parte dos conceitos de trama de tensões (FERRANTE, 2003), que explicita a existência de disputas políticas em torno de projetos e que eventualmente possam determinar o uso do espaço agrícola nos assentamentos rurais e o desenvolvimento (FURTADO, 2000), que por não se apoiar unicamente no crescimento econômico, identifica um tipo de desenvolvimento que também leva em conta a satisfação das necessidades básicas da população assentada, estimulado por políticas públicas. Por um lado, oferecidos por complexos agroindustriais estão os contratos de fornecimento, caso que caracteriza o ingresso do produtor assentado em cadeias produtivas maiores, na condição de fornecedor de matéria-prima. Por outro encontram-se programas municipais, capazes de incentivar o escoamento da produção de alimentos para a cidade e gerar a inclusão dos alimentos dos assentados no abastecimento municipal. Neste trabalho será analisado o caso das parcerias entre Usina Santa Luisa e assentados, na primeira leva de contratos assinados em 2002, após a regulamentação da mesma pela portaria Itesp 075-2002. Esta alternativa será comparada ao programa municipal Direto do Campo, criado, em formato de lei, em setembro de 2002, quando foi aprovada pela Câmara Municipal sob a lei nº 5.098. As técnicas de pesquisa utilizadas foram visitas aos assentamentos, registros em diários de campo, questionários aplicados com assentados que plantam cana e os que participam do programa municipal, além de entrevista com agentes do Itesp e da Prefeitura Municipal de Araraquara.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é descrever e analisar duas vias para o desenvolvimento dos assentados da fazenda Monte Alegre, na região de Araraquara-SP. Por um lado, oferecidos por complexos agroindustriais estão os contratos de fornecimento, caso que caracteriza o ingresso do produtor assentado em cadeias produtivas maiores, na condição de fornecedor de matéria-prima. Por outro encontram-se programas municipais, capazes de incentivar o escoamento da produção de alimentos para a cidade e gerar a inclusão dos alimentos dos assentados no abastecimento municipal. Especialmente no presente texto, será analisado o caso das parcerias entre Usina Santa Luisa e assentados, na primeira leva de contratos assinados em 2002, após a regulamentação da mesma pela portaria Itesp 075-2002. Esta alternativa será comparada ao programa municipal Direto do Campo, criado, em formato de lei, em setembro de 2002, quando foi aprovado pela Câmara Municipal sob a lei nº 5.098.

Esta comparação é feita sob a ótica do desenvolvimento (FURTADO, 2000) e também pela ótica de algumas dimensões do conceito de sustentabilidade (SACHS, 2002), como as dimensões social, econômica e ambiental. A partir da atualização do perfil dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro, ambos na região de Araraquara, foi possível observar que essas duas alternativas ao desenvolvimento das famílias compreendem a maior parte delas. Nossa amostragem foi de 10% do total de famílias assentadas, com as quais trabalhamos com questionários. Quanto às informações sobre o programa municipal, são parte da dissertação de mestrado de Kuranaga (2006).

Ao mesmo tempo em que a cana avança sobre o espaço agrícola dos lotes, a produção de alimentos continua a existir, às vezes co-existir com a cana no mesmo lote. Nossa intenção é confrontar o modelo, dito “de mercado”, mais facilitado e em que mais famílias participam atualmente para além do quesito renda, conforme o referencial de Furtado. Destacamos que esta comparação, como alternativas ao desenvolvimento, será feita com a produção de alimentos, que por sua vez permanece como fator endógeno das estratégias tomadas pelas famílias para ocupar seus lotes, enquanto a cana pode ser uma imposição. As políticas públicas podem favorecer, de forma muito embrionária, um modelo de desenvolvimento rural inovador à gestão pública dos assentamentos, podendo destacar a importância da participação pública para o encaminhamento de alternativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com a implementação dos assentamentos nesta região uma série de interesses regionais faz pressão sobre eles, impulsionando os rumos destas experiências de reforma agrária. O conceito de trama de tensões é uma ferramenta teórica que explicita a existência de disputas políticas em torno de projetos que eventualmente possam determinar o uso do espaço agrícola nos

assentamentos rurais (FERRANTE, 2003). Neste campo, são explicitadas as relações de poder que cada ator social é capaz de exercer para formular diretrizes, que determinam tais usos e ocupações do espaço agrícola e das pessoas nos assentamentos.

Nosso referencial teórico baseia-se no conceito de desenvolvimento, nos termos pensados por Celso Furtado, segundo os quais “o desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação das necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (2000: 22). Por não se apoiar unicamente no crescimento econômico, pretendemos caracterizar um tipo de desenvolvimento que também leva em conta a satisfação das necessidades básicas da população assentada, estimulado por políticas públicas.

O desenvolvimento (FURTADO, 2000), não se restringe apenas ao crescimento econômico estabelecendo relações muito próximas com a sustentabilidade, principalmente porque os dois conceitos exigem uma visão multidimensional. Pretendemos instituí-los como conceitos que buscam avaliar diversas dimensões das produções destinadas ao programa municipal e ao contrato de parceria. Conforme Sachs (2002), existem diversas sustentabilidades a se conferir num modelo de desenvolvimento, das quais nos apoiamos mais nas dimensões social, econômica e ambiental.

DINÂMICA REGIONAL: ALTERNATIVAS DE PARCERIAS COM SETORES PRIVADOS

Uma das formas encontradas pelas famílias para o desenvolvimento são os contratos feitos em parcerias com empresas ou agroindústrias. Dessa forma, elas têm conseguido ingressar em diferentes cadeias produtivas como fornecedoras de matéria-prima. Os contratos assinados com empresas agrícolas estimulam a produção, pois recebem os investimentos de “antes da porteira”¹ diretamente das empresas. Já na etapa “após a porteira”, com um canal fechado para a comercialização, eles conseguem eliminar a figura do atravessador, negativa na medida em que pagam pelas produções bem menos do que elas valem.

A grande diferença entre as diversas parcerias com o setor privado é a utilização ou não da mão-de-obra familiar nas produções e a perda de responsabilidade e de independência sobre a terra em algumas delas. Na formação de um canal, por exemplo, um assentado pode participar ou não dos plantios em seu lote, podendo contratar turmeiros para trabalhar. Em muitos casos não se sabe que tipo e a quantidade de insumo químico que está sendo aplicado. Com as etapas produtivas delegadas a um controle que não o do beneficiário, fica mais fácil do mesmo procurar outras ocupações que não em seu lote. As variações nos mercados específicos de cada produto

¹ São insumos e serviços “adiantados” pela usina para a produção em cada lote. Eles são pagos em tonelagem após as colheitas, mas são disponibilizados de forma bem menos burocrática em relação aqueles que envolvem financiamentos e, por isso, dentro do tempo certo (adequada ao calendário agrícola).

também são importantes fontes de análise, pois mesmo com contratos assinados, as oscilações dos preços no momento das vendas dão grandes diferenciais na hora de receber pelos produtos.

Apesar dos distintos casos de contratos com agroindústrias existentes atualmente, nos ateremos apenas à cana-de-açúcar, que traz consigo a marca da economia regional, e, em especial à primeira leva de contratos assinados com a usina Santa Luiza a partir da portaria 075/2002 da Fundação Itesp, apresentando dados da safra 2003/2004. No caso da cana-de-açúcar agroindustrial encontramos o caso mais complexo de parcerias entre assentados e setor privado. As usinas da região têm um longo histórico de assédio aos pequenos produtores assentados para o plantio nos lotes, conforme expresso em vários trabalhos do Nupedor. Já plantada de forma irregular por no mínimo dez anos, a partir de 2002 há a portaria do Itesp (órgão gestor do assentamento Monte Alegre) regulamentando a cultura em metade dos lotes deste assentamento. Esta grande pressão da cana se deve sobretudo à estrutura agrária da região, principal pólo produtivo do Brasil. Mais ainda agora com o bom momento vivido pelo etanol no mercado mundial. Muitos interesses econômicos nacionais justificam grandes aumentos de áreas com a cultura da cana, aumentando também a soberania política do setor.

Por aqui em nossos estudos, verificamos o avanço deste complexo agroindustrial em terras de assentamentos, gerando fortes impactos principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais afetadas pelo processo produtivo de álcool e açúcar e demais problemas locais. Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas como a fragmentação interna nos assentamentos, entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física, além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, detectam-se inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos que afetam diretamente a população assentada em seu espaço de moradia.

Para detalhar o funcionamento e os problemas da parceria utilizaremos em alguns momentos do texto passagens e depoimentos dos registros do trabalho de campo.

A PROPOSTA DA CANA E O PERIGO DO ARRENDAMENTO

A partir de setembro de 2002, a portaria 75 do Itesp permitiu as parcerias entre agroindústrias e assentados. Com ela, ocorreu uma explosão de contratos para o plantio de cana agroindustrial no assentamento Monte Alegre. Desde então o número de assentados que tem aderido à parceria vem aumentando rapidamente. De quarenta lotes no primeiro ano (safra 2002-2003) o número aumentou para cento e trinta e sete no segundo ano e chega, no presente momento, a atingir 285 de um total de 450 lotes, que possuem agora 50% de suas áreas cobertas com a cana-de-açúcar integrada à cadeia produtiva. Os contratos assinados entre a usina Santa Luiza, do município de Motuca e os assentados têm duração de cinco anos e prevêem cinco cortes de cana. O formato do contrato estipula que a cana poderá ser plantada em no máximo metade do

lote durante os cinco anos (aproximadamente 7 hectares) com direito na primeira safra, durante a formação do canavial, a algumas horas de trabalho do trator da usina para destocar eucaliptos que ainda estão no solo, arar a terra e abrir os sulcos para plantar a cana, aplicação de “mata-mato”, cupinicida, veneno para formigas e ainda as mudas. O transporte e pesagem de insumos também são a cargo da usina. Os serviços de formação do canavial são disponibilizados apenas na primeira safra (de 18 meses) e descontados em tonelagem, 50% na primeira colheita de cada lote, 30% na segunda e 20% na terceira, embora nessas duas últimas e demais safras os assentados já não contarão com esses serviços feitos pela usina. Eles terão que financiar os custos da produção com o dinheiro ganho nas safras anteriores sem o apoio que receberam da usina na primeira, a chamada “produção facilitada”.

De todos os serviços, o trato e o corte seriam responsabilidades das famílias. O corte na verdade seria feito por mutirões, de forma que cada assentado participaria nos demais lotes. No entanto não houve organização para isso e o que ocorreu foi a terceirização da mão-de-obra por turmas da usina na maior parte deles. Este, um fator que pode fazê-los incorrer num completo arrendamento, já que não há trabalho familiar nos canaviais. Mesmo o trato diário foi feito muitas vezes por terceiros, possivelmente pessoas de fora do assentamento contratadas para matar formigas e carpir os matos do canavial. Em nossos trabalhos de campo² identificamos alguns problemas desses serviços feitos por funcionários da usina, conforme se segue:

Houve um caso que o trator desmanchou as curvas de nível que tinham no lote e sem as quais todo calcário que jogar na terra para corrigi-la vai descer com a água. Terão que cobrar da usina que façam o serviço novamente. (...) O mata-mato, que disseram ter jogado “um monte” não matou as braquiarias dele, o cupinicida e o veneno para formigas estão sendo aplicados com bombas costais depois que a cana está plantada, o que não resolve o problema dos ataques à cultura. Segundo o assentado, os venenos deveriam ser passados com máquinas e depois que abre o sulco, como é feito nas usinas, para que o combate se dê lá onde estão os cupins e as formigas. Da forma como estão aplicando tanto o cupinicida como o veneno para formigas não garantem um efetivo combate a essas pragas durante os cinco anos do contrato dos assentados com usineiros.

Disse que trouxeram calcário para ele, 13 toneladas, mas que nem pesaram na frente de alguém do Itesp ou um representante do assentamento para conferir. O veneno para o mato também não surtiu efeito e é caro, segundo ele. Tudo será descontado do lucro da primeira colheita. Segundo ele, está na verdade faltando garantias para uma boa safra e eventual lucro dos assentados durante os cinco

² Ver DUVAL e FERRANTE (2006)

anos, enquanto os lucros da usina estão garantidos. Ele vê ainda o risco de alguns assentados não terem dinheiro nem com a cana, ficarem devedores da usina e até perderem a terra, devido aos atrasos no tempo certo de plantio, insumos de baixa qualidade, sem o devido registro de pesagem e garantias de procedência, fora serviços mal feitos como a destoca que estragou as curvas de contenção de nível. Falou também que só há uma frente de trabalho para formação do canavial nos 40 lotes, o que irá prejudicar os assentados que plantarem nas piores épocas deixando uns grupos melhores que outros na expectativa de uma boa safra. Deu o exemplo de assentados que ficaram por último e perderam a época de chuvas. (...)

Obs.- Ele falou que, se fosse um serviço sério para o bem dos assentados, antes de começar o plantio de cana na terra da fazenda Monte Alegre, deveriam sugerir a preparação dela um ano antes com o plantio de soja ou feijão, para uma melhor produção, mas não houve nem uma análise química no solo para saber quanto de calcário é necessário para corrigi-lo. O calcário colocado foi medido como se fossem as terras da usina, que são bem diferentes das do assentamento. Diário de campo do dia 30/03/2003.

Vimos em depoimentos como este que antes mesmo da primeira colheita já havia conflito na parceria e que os assentados ficam a mercê do que a usina quer fazer nos lotes. As desconfianças de alguns assentados com essa parceria foram se manifestando e os resultados vieram no lucro advindo da colheita neste lote:

O dinheiro da primeira colheita que sobrou líquido para ele (um dos assentados) mal paga os insumos que terá que colocar para esta segunda safra. Dos 18 mil reais bruto que valeram as 587 toneladas colhidas em seu lote, 3,4 mil já recebeu e 5,5 mil receberá em três vezes (10/fevereiro, 10/março e 10/abril). 7,4 mil ficaram para a usina pela formação do canavial (o que corresponde a 50% do que deve para a usina – ainda pagará 30% na segunda colheita e 20% na terceira, em função dos serviços feitos na formação do canavial). Outros 2 mil pagaram o transporte que foi feito pela usina, o que segundo ele foi caríssimo frente a distância que estão dela (18 Km). Ainda faltou contabilizar nesse cálculo a mão de obra da colheita que seria feita em grupos de trabalho, mas custou-lhe 2,1 mil porque os grupos não deram certo. Ele recebeu R\$ 3,4 mil no ato da entrega, mas teve que desembolsar R\$ 4,1 mil correspondente à mão-de-obra da colheita e ao transporte.

De adubo para a segunda safra, que ficará a cargo dos assentados colocar, precisa agora 500 Kg por hectare. São 3.500 Kg que custarão 3.150 reais para colocar nos

7 hectares e ainda mil reais de calcário e herbicida (chutando baixo). Ele receberá mais R\$ 5,5 mil, mas terá um custo mínimo de R\$ 4.150,00 para manter o canavial para a segunda safra. (...) Ele conta que não teve lucro algum e que o trabalho de sua família no canavial não valeu de nada. Diário de campo do dia 27/11/2004.

Ao contrário do que falavam os técnicos da usina e do próprio Itesp e mesmo alguns assentados empolgados com a cana, a renda conquistada fica em muitos dos casos abaixo do esperado e menor do que outras alternativas, como por exemplo a do milho. Ainda que os assentados ficam com metade da área de seus lotes presas num contrato de cinco anos, inutilizadas para outras culturas se quiserem abandonar a cana. Tal perda de liberdade sobre suas terras já é traduzida hoje pela intenção ou até processos judiciais para anularem o contrato e saírem da parceria.

Há, de fato, alguns lotes em que a produtividade foi alta e conseqüentemente o lucro bem maior do que o caso ora relatado. Numa planilha fornecida pelo Itesp temos grandes variações dessa produtividade nos diferentes lotes. Nos que foram plantados 50% da área (o máximo permitido pela portaria), correspondendo a 7 hectares, a renda líquida variou de 9 mil reais até 25 mil na primeira safra de dezoito meses. Mas há casos bem diferentes, como no exemplo do assentado que obteve o recorde regional de produtividade por hectare ficando com renda anual de 35 mil reais líquida, plantando 6,5 hectares ou casos como outros dois assentados que também plantaram em 6,5 hectares e obtiveram renda líquida em torno de 5 mil reais em dezoito meses. Sobre essas variações recaem o peso do cuidado dado pelos assentados à cana em seus lotes e da qualidade do solo, certamente, mas há também evidências de que a usina pode antever o lucro em cada caso nos momentos da pesagem da cana e da aplicação de insumos pela falta de fiscalização e de balança no próprio assentamento. Há alguns depoimentos que indicam certa desconfiança sobre a idoneidade dos funcionários da usina, como a seguir:

Os assentados que contaram com facilidades da usina, por exemplo aqueles que são os primeiros a serem atendidos pelo grupo de trabalho, plantaram e colheram em época mais apropriada e obtiveram maior tonelagem e renda conseqüentemente. Alguns plantaram a cana em setembro/2002 e outros em janeiro/2003. Diário de campo do dia 27/11/2004.

Em idas a campo mais recentes obtivemos outras informações sobre as desconfianças que os assentados têm sobre os insumos, o transporte e a pesagem, reforçando o fato deles ficarem à mercê da usina em todo o processo produtivo, inclusive sobre o cálculo da produtividade e do lucro:

Eles próprios (assentados) não podem calcular a produtividade em seus lotes por não haver uma balança no assentamento ou uma fiscalização sobre a qualidade e a quantidade dos insumos e outros investimentos na terra, ficando o cálculo sob a responsabilidade de funcionários da usina. Tudo é medido e/ou pesado na usina.

(...) Sendo os trabalhos na terra a cargo das usinas, há várias maneiras delas descontarem valores maiores do que investiram nos lotes. Exemplos suspeitos que já registramos são a qualidade e a quantidade dos cupinicidas aplicados (eles já vêm preparados no caminhão da usina, não há como saber ao certo a marca e a diluição), as tonelagens de calcário e da cana produzida não são medidas na presença do assentado, descontos maiores sobre a mão-de-obra utilizada no corte, dentre outras. Diário de campo do dia 04/02/2006.

Ainda neste dia um assentado deu pistas sobre as variações na produtividade nos lotes: é a relação de compadrio que alguns assentados têm com usineiros, o que por vezes os beneficia na hora de “pegar o cheque”. Durante uma mesma safra o lucro de assentados que plantaram no mesmo período, na mesma área, varia muito. Este assentado reforçou que existem outros que são um tipo de representante da usina dentro da parceria, eles controlam as turmas de trabalho que plantam e colhem a cana, as horas de máquinas na preparação da terra. Geralmente eles têm uma antiga relação de trabalho com a usina ou até são funcionários permanentes e volantes dela. A fala deste assentado indica sua desconfiança diante do fato de alguns terem conseguido alta renda com a cana, enquanto alguns outros estão em endividamento progressivo³. Falou ainda que para os assentados que ficam devendo, técnicos do Itesp sugeriram que pegassem financiamento do Pronaf para custear a continuação do plantio de cana. Ainda sobre este fator de variáveis na produtividade, sabemos que há apenas uma frente de trabalho para formar o canavial e fazer a colheita nos lotes. Como são muitos os lotes, a própria usina é quem determina em qual lote fará primeiro os serviços, podendo com isso prejudicar aqueles com quem tem menos afinidades.

Outro assentado falou mais diretamente do tratamento e dos momentos em que podem ocorrer desvios no lucro dos assentados praticado pelos funcionários de usinas:

Primeiramente disse não concordar com um contrato que “prende sua terra” por cinco anos, que assim você não tem liberdade. Ainda que, como já trabalhou em usina, disse que eles roubam os trabalhadores que cortam a cana na hora da pesagem, apostando também no roubo de insumos colocados no canavial que são

³ Este fenômeno tem ocorrido àqueles assentados que obtêm baixa produtividade, não conseguindo arcar com os custos dos insumos necessários para a próxima safra tais como calcário, fertilizantes e defensivos. A usina acaba injetando estes insumos e a dívida do assentado se acumula.

descontados em tonelagem. Acha errado o assentado confiar tudo nas mãos dos funcionários da usina, assim como deixar passarem insumos nos lotes que vêm prontos nos tratores (o trator chega carregado e só passa os insumos nos lotes), não presenciar a pesagem da cana, pois ela não ocorre no assentamento, depender da usina nos serviços de preparação da terra (maquinário), de plantio e colheita (turmas de trabalho que ela organiza) e de transporte feito pelos treminhões, pois em todos esses serviços vê brechas para o lucro do assentado diminuir em benefício do lucro da usina. Diário de campo do dia 04/02/2006.

Apesar da inércia a que os assentados ficam submetidos com a parceria, principalmente no que diz respeito ao controle da produtividade e da renda auferida com a cana, há expressões de acomodação e de sucesso financeiro para alguns. Pode significar um bom dinheiro recebido anualmente, enquanto na outra metade do lote se consegue a manutenção da agricultura familiar e com uma renda que garante o cotidiano, conforme relatado a seguir:

No lote dele há grande diversidade na área sem cana e já dá um trabalhão para cuidar. A cana tem sido boa pois não dá esse trabalho para ele, mas tem um retorno financeiro bem maior.

Então seu lote é dividido no meio: um pouco menos da metade tem cana para a usina, na outra metade tem milho, arroz, feijão (carioca e roxinho), quiabo, maxixe, pimenta cumbará, chuchu, batata, abobrinha, mandioca, pimentão, banana, acerola, pinha, fruta do conde, manga (três tipos), limão, mamão, abacate, jaca e laranja.

(...) Perguntei sobre a cana e ele falou que era tudo arrendado. Ele não tem muito trabalho além da carpa, nem mexe na cana. Quem mexe é o pessoal da usina e ele só recebe o dinheiro pela tonelagem. Falou que as queimadas já começaram no assentamento, aí tem um outro assentado que traz a turma para o corte em cada lote depois que a cana está queimada. Diário de campo do dia 15/04/2005.

Um outro exemplo bem sucedido nesta parceria é de um assentado que produz hortaliças e legumes. Ele tem várias estruturas de horta no lote que lhes garantem o autoconsumo e renda através da venda direta e por programas municipais. O dinheiro advindo da horta garante a renda do dia-a-dia, enquanto o da cana garante uma renda anual para investimento na horta e demais atividades do lote, conforme me falou:

Cederam à cana no ano passado porque mesmo procurando diversificar, boa parte do lote ficava sem produzir. Então plantou cana por ela dar renda bruta de uma vez,

bom para investimentos. Falou que não tem contrato com a usina, que tem apenas um “combinado”. A única mão de obra dele na cana é a carpa (trato nos matos que crescem junto), o resto é feito pela usina e descontado em tonelagem. Aliás, nem tudo é feito diretamente pela usina. Tem um assentado que terceiriza o maquinário e as turmas de trabalho. Esse sr. assentado tem três tratores grandes e é “turmeiro” (chama turmas de trabalho para plantio e colheita de cana), faz esses serviços para quem planta cana para usina no assentamento e é como um representante dos serviços da usina. O transporte é terceirizado com gente de fora do assentamento e as mudas a usina fornece. Diário de campo do dia 13/03/2005.

Com esses e outros depoimentos coletados percebemos que a cana nos assentamentos tem várias faces, as quais diferem pelas experiências individuais e principalmente pelo retorno financeiro que cada um consegue com ela. O que mais marcou a presença dela nos lotes foi a carência dos assentados com uma alternativa que lhes dê essa renda para investimento, ganha anualmente, mas que alguns conseguem através de outras culturas. A “imposição” da cana é uma constatação que vem da própria característica da paisagem regional, na qual se vê homogeneamente a cultura plantada pelas usinas do complexo agroindustrial local e que a partir dela se organiza grande parte da economia regional. Se fossem usinas de beneficiamento de arroz, provavelmente seria esta cultura a invadir os lotes. A parceria talvez cause tanto descontentamento devido ao passado dos trabalhadores, ex-bóias-frias excessivamente explorados pelo trabalho nas colheitas e também por ser a reforma agrária, na opinião dos que são contrários à cana, uma política pública para se mudar a composição da paisagem homogeneizada pela cana e seus respectivos mecanismos de controle e de poder. Isso não vem mudando com a política de assentamentos praticada atualmente, por vezes vazia em investimentos e credibilidades em alternativas de interesse dos assentados e conivente até demais com as usinas, causando revolta aos que lutam contra a subordinação junto ao complexo canavieiro.

Não se pode generalizar, mas em alguns lotes ocorre o arrendamento total através da parceria. Como dito anteriormente as variações demográficas da família, a mão-de-obra disponível e a capacidade de investir em insumos são fatores que variam de um lote para outro. Os que compram insumos e os aplicam, fazem a carpa, cuidam da cana em seu lote não podem ser colocados como arrendatários, pois mesmo com todas as características da parceria eles têm trabalho no canavial e fazem um balanço de investimentos e esforços necessários. Por outro lado, existem muitos lotes que são totalmente arrendados, seja pela composição familiar ou em função de sua pluriatividade, que envolvem assalariamento fora do assentamento.

PROGRAMA DIRETO DO CAMPO: UMA VIA DA POLÍTICA PÚBLICA

Uma característica do modo de vida do assentado é plantar vários tipos de alimentos, ora para satisfação de seu consumo pessoal, ora com objetivos comerciais. O lote para produção, incluindo a agrovila - mesmo que em alguns casos, em pequena escala - tende a ser diversificado.

A diversificação agrícola nos conduz a uma dicotomia. Por um lado, quanto maior o nível de diversificação agrícola, maiores as possibilidades de integração econômica. Diminuem com isso a dependência em relação ao mercado de um produto específico, ou seja, no caso de queda de preço de um produto ou mesmo do ataque de pragas em um deles, o agricultor tem outras alternativas para diminuir o impacto no orçamento familiar. Por outro lado, os produtos oriundos dessa diversificação agrícola, poderão não encontrar escoamento, justamente por ser diversificada. Dado que é realizada em pequena escala o assentado tem dificuldade em transporte, enfrenta a concorrência dos grandes distribuidores de produtos horti-fruti e muitas vezes têm que vender seus produtos a preços baixos a intermediários.

Uma alternativa a esse problema está sendo a realização de feiras de produtores promovidas pela Prefeitura de Araraquara.

Em 2001, assume a prefeitura de Araraquara, uma corrente política ligada aos movimentos populares. Parte desse grupo⁴, ao longo dos anos que antecedem a vitória política, estava ligado ao estudo e à pesquisa dos projetos de assentamento da região. Uma das metas de campanha era incentivar o desenvolvimento local da produção familiar rural.

Segundo Ferrante e Barone (2003), as metas deste novo governo - condizentes com a proposta do governo federal de descentralização da reforma agrária e expressas no documento "Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural" - reforçam a base local para desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamentos.

A primeira sinalização importante de que esse governo estava preocupado com a agricultura familiar e com os assentamentos da região, foi a criação, no âmbito da Secretária de Desenvolvimento Econômico, dos cargos de Coordenador de Atividades Agroindustriais e de Gestor de Segurança Alimentar.

Em 2001, a recém criada Coordenadoria de Atividades Agroindustriais procura transformar a feira de produtores, que acontecia no espaço da COMAPA, em uma feira regional de agricultura familiar; para tanto precisava encontrar outro lugar para realização da feira, pois o espaço da COMAPA havia sido vendido. Diante disso, uma das opções passou a ser o Terminal de Integração, local de grande movimentação de população, pela sua localização e papel estratégico no transporte coletivo.

⁴ O prefeito eleito foi militante da pastoral do migrante, o então futuro coordenador de atividades agroindustriais atuava em pesquisas acadêmicas nos assentamentos e desenvolvia projetos sociais.

A área de Segurança Alimentar buscava criar um espaço onde as pessoas de baixa renda pudessem comprar alimentos mais baratos, talvez com a venda direta do produtor. Essa população mora em bairros distantes do centro, na periferia da cidade, onde normalmente há poucas quitandas, cujos preços são majorados. O projeto era estabelecer pontos de vendas no Terminal de Integração.

Da união das idéias desses gestores foi criado o *Programa Direto do Campo*, o nome foi inspirado no *Projeto Direto da Roça*, de Belo Horizonte e na prática da Feira de Produtores do Terminal de Integração de Campinas.

Em outubro de 2001, os produtores assentados, tiveram uma “super” safra de manga e precisavam vender o produto. A Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e a área de Gestão de Segurança Alimentar providenciaram espaços públicos para escoar esta produção (Praça Santa Cruz, Paço Municipal e Terminal de Integração), colaborando com bancas e transporte. Este fato marca o início do *Programa Direto do Campo*.

Dentre os produtores que vendiam suas safras de manga havia os que estavam lá só para vender a produção sazonal e os que - além da manga - tinham produções diversificadas; havia, também, entre eles alguns que já participavam da feira no espaço da COMAPA. Assim, à medida em que a safra de manga terminava, esses produtores passaram a vender, além da manga, outros produtos cultivados em sua propriedade.

No final de 2001 e o primeiro semestre de 2002, provisoriamente, o espaço público ocupado pelos produtores passou a ser, durante a semana, o Terminal de Integração e a Praça de Santa Cruz e, aos sábados, o espaço da COMAPA.

Em agosto de 2002, é inaugurada na Praça Pedro de Toledo, aos sábados, a Feira do Produtor, fazendo parte do *Programa Direto do Campo*. Tratava-se de um novo espaço público onde foram alocados os produtores que participavam da Feira da COMAPA, os que participavam das bancas do Terminal de Integração e os da Praça Santa Cruz.

No mês de setembro de 2002, o programa assumiu o formato de lei, sendo aprovada pela Câmara Municipal a Lei 5.098 que regulamenta o *Programa Direto do Campo*.

O programa é administrado pela Coordenadoria de Atividades Agroindustriais, que se volta à produção familiar e atende majoritariamente os assentamentos. A equipe da coordenadoria é composta por um engenheiro de alimentos, um engenheiro agrônomo, um sociólogo e um técnico agropecuário; geralmente profissionais de carreira que ficarão na máquina administrativa mesmo após o mandato deste governo, o que indica a possibilidade do Programa continuar mesmo após o término da gestão atual (2001-2004 e 2005-2008).

A lei municipal de aprovação informa, no seu artigo primeiro, que o programa está voltado para facilitar a comercialização direta entre produtor e consumidor de produtos hortifrutigranjeiros,

conservas, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal e artigos oriundos do artesanato rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 2002)⁵.

Os assentados podem participar independentemente do município em que residam. Essa parte do Programa foi pensada particularmente para atender ao Assentamento Monte Alegre que é encarado como uma unidade produtora regional, assim não importa se o produtor é assentado na parte do Monte Alegre pertencente à Araraquara, Matão ou Motuca, o que importa é que ele seja assentado.

Além do apoio legal, a permissão de uso da área pública e a assistência técnica, a Prefeitura de Araraquara cede também as bancas, disponibilizando ainda um caminhão para transportar as mercadorias e um ônibus para os produtores.

Para a Feira da Praça Pedro de Toledo são disponibilizadas cerca de 40 bancas, no Terminal de Integração há 4 bancas. Se não houver vagas para um produtor participar, ele é colocado numa lista de espera. Primeiro, ele começa participando da Feira aos sábados e depois, se ele tiver produtos e aparecer uma vaga, ele também pode participar da feira do terminal em outros dias da semana.

O programa, segundo a lei, deve ser gerido por uma comissão formada por um representante do assentamento Bela Vista do Chibarro, um representante do Assentamento Monte Alegre, um representante da Prefeitura, um representante da Câmara Municipal, dois representantes dos produtores rurais, um representante da Casa de Agricultura de Araraquara, um representante do ITESP e um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. A fiscalização cabe à Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico. No momento dessa pesquisa, a gestão do *Programa Direto do Campo* está centralizada na Coordenadoria de Atividades Agroindustriais.

Em janeiro de 2006, a quantidade de produtores que participam das feiras é de aproximadamente 32 famílias. Destes, seis não são assentados e os outros 26 estão divididos da seguinte forma: cinco são do Assentamento Bela Vista do Chibarro, um é do Assentamento Horto de Bueno de Andrade e 20 são assentados da fazenda Monte Alegre. Esses produtores participam de projetos diferenciados dentro do *Programa Direto do Campo*.

O *Programa Direto do Campo* comporta atualmente cinco projetos diferentes: a *Feira do Produtor* (Integração), o *Pró-organico*, a *Feira da Roça*, e *Feira do Produtor* (Praça Pedro de Toledo), e esporadicamente, há, também, o funcionamento do *Direto do Campo Intinerante*; todos em mais detalhes na seqüência.

A *Feira do Produtor* (Praça Pedro de Toledo), acontece aos sábados de manhã, envolvendo todos os produtores que participam do *Programa Direto do Campo*, com exceção das mulheres

⁵ Atualmente, a Coordenadoria de Atividades Agroindustriais só permite vender nas feiras produtos da horta, legumes e frutas. No Terminal de Integração, é permitida, fora esses produtos, a venda de pães e rosas caseiras.

participantes da *Feira da Roça*. Existem produtores que, por ter pequenas quantidades de produtos, só participam dessa Feira.

A *Feira do Produtor* (Integração), acontece às terças e sextas feiras no Terminal de Integração, com os produtores que têm uma maior quantidade de produtos e podem atuar, assim, três dias por semana (um dia na Praça Pedro de Toledo e dois dias no Terminal de Integração).

A feira de Produtos Orgânicos, chamada *Pró-Orgânico*, acontece, às segundas e quintas feiras, no Terminal de Integração e, aos sábados, dentro da feira maior, na Praça Pedro de Toledo. O *Pró-Orgânico* envolve produtores que participam da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa na Região de Araraquara (REGAR). Essa Associação, no momento da pesquisa, era composta por produtores assentados e não assentados. Tal projeto envolve produtores que, também com apoio da Prefeitura e da Fundação Mokit Okada, estão se adequando às normas de produção orgânica, para no futuro buscarem uma certificação dos produtos.

A *Feira da Roça*, que acontece às quartas-feiras e aos sábados no Terminal de Integração, caracteriza-se por ser uma feira de mulheres. As integrantes desse Projeto pertencem ao Assentamento Monte Alegre e ao Assentamento Horto de Bueno de Andrade. As mulheres vendem produtos agrícolas (que a família produz no sítio) ou produtos que fazem em casa (tais como pães caseiros e roscas doces).

Um último projeto, dentro do *Programa Direto do Campo*, é o *Direto do Campo Itinerante*. Em 2004, houve uma tentativa de montar a estrutura da Feira do Produtor nos bairros, iniciando-se no Jardim Paraíso onde, por três meses (agosto, setembro e outubro de 2004), realizaram-se feiras aos domingos. O projeto não foi bem sucedido porque participavam feirantes cadastrados na prefeitura que pertenciam à outra secretaria (obras) e integrantes do *Programa Direto do Campo*. Como as normas não eram as mesmas para ambos, ocorriam dificuldades de se controlar os produtos vendidos. Um outro problema é que era um período de transição política e, apesar dos técnicos da área de atividades agroindustriais estarem conduzindo o programa, o coordenador geral tinha sido exonerado. Apesar disso, com as eleições e a reeleição do prefeito, esporadicamente o projeto é ativado nas praças da cidade, para os produtores venderem sua produção sazonal.

O *Programa Direto do Campo*, como visto, é composto por cinco projetos que envolvem a venda direta de produtos agrícolas para a população de Araraquara e região. O *Programa* funciona com bancas instaladas no Terminal de Integração e uma Feira do Produtor na Praça Pedro de Toledo. A maioria dos participantes do *Programa* são produtores assentados.

Os programas municipais de Araraquara que incentivam as produções mais diversificadas têm chegado aos consumidores do município por meio de feiras e outros espaços onde ocorre a venda direta. A atuação da prefeitura deste município em suas duas últimas gestões tem demonstrado, através de programas voltados aos assentamentos, muito mais interesse em inclui-

los em sua agenda política, incentivando uma forma de desenvolvimento alternativa ao agronegócio.

Em comparação ao município de Motuca, que abriga praticamente metade dos assentados da fazenda Monte Alegre e que prioriza a inserção deles em arranjos com a usina canavieira do município, os programas de Araraquara têm viés muito diferente. São pautados pela segurança alimentar, pela produção de alimentos por pequenos produtores e pela venda direta aos consumidores urbanos, as iniciativas envolvendo assentados e as produções de alimentos para escoamento no próprio município podem acenar para uma outra forma de desenvolvimento regional, que represente contrapartidas ao ideário de desenvolvimento regional pautado pela monocultura.

CONCLUSÕES

Para os assentados se inserirem na economia regional, na qual as principais alternativas econômicas hoje são parceiras como a referida no artigo, eles correm o risco de perder por completo as especificidades e as perspectivas de continuar como pequenos produtores da agricultura familiar.

As conclusões deste trabalho, no presente momento, são que as alternativas de ingressos em cadeias produtivas regionais se mostram atrativas, principalmente porque para os assentados significa a inserção no sistema econômico regional, certa estabilidade por terem um contrato de fornecimento e produção facilitada pela usina. Quando todas as etapas produtivas ficam a cargo da usina é que a parceria traz o risco de se caracterizar como arrendamento.

O conceito de um mosaico agrícola (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000), existente em função da divisão de uma grande fazenda dividida em pequenas porções e ocupadas por diversas famílias, cada qual desenvolvendo suas estratégias de produção, exhibe em algumas partes de seus fragmentos grande diversidade e recomposição de um território homogeneizado pela monocultura da cana, como é o caso da região de Araraquara. Ao retornar a cana neste espaço, todos os sistemas de controles e poderes atribuídos ao complexo agroindustrial canavieiro impõem sua lógica empresarial de produção, confrontada com a realidade social dos assentados. Retornando, inclusive, a um sistema de ocupação agrícola do espaço aproximado ao que havia antes dos mosaicos.

Estes dois tipos possíveis de atuação e desempenho para os produtores dos assentamentos envolvem um dilema: por um lado, uma lógica que os insere diretamente no capitalismo, em parceria com os setores privados e, outra, que prioriza as necessidades e preferências das famílias, da qual o excedente pode servir tanto para o mercado (mercados, quitandas, restaurantes etc.), como para o abastecimento municipal pela venda direta. No segundo

caso, é interessante notar como o poder local pode e deve trabalhar no encaminhamento de possíveis fontes de renda para os pequenos produtores.

Conforme o conceito de desenvolvimento adotado neste estudo, além do incremento da eficácia do sistema produtivo atribuímos valor também à satisfação das necessidades alimentares da população assentada, uma vez que os alimentos por eles produzidos são sua base nutricional, carregados de valores simbólicos e energéticos para além daqueles valores unicamente financeiros (FERRANTE, QUEDA, 2003). Quanto à terceira dimensão do conceito, o fato de uma parcela da classe dirigente municipal atentar para as produções de alimentos nos assentamentos representa uma inovação na gestão pública destes. Decisões políticas que certamente se desdobram na ocupação e uso de recursos naturais, principalmente solo e água.

Da área total de um lote, pode se ter uma parte deste espaço destinada às produções em parceria com empresas utilizando a mão-de-obra familiar desde que gere além de emprego e renda, melhoria dos meios de produção e autonomia. Ficando em outros espaços a agricultura voltada aos alimentos, reforçando seus laços culturais e o trabalho familiar, contabilizada logicamente como fonte de renda através da venda direta também possibilitada pelos programas municipais, na qual encontramos a diversidade e o manejo necessário para preservação e benefícios ambientais. Característica que confere à sustentabilidade faces econômica, social e ambiental e que exige de nós pesquisadores ter outras leituras e interpretações sobre a modernização da agricultura e o modelo de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- DUVAL, H. C. e FERRANTE, V.L.S.B. Entre a monocultura e a diversidade: os caminhos dos agricultores assentados na região de Araraquara-SP. Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, SOBER, 2006
- FERRANTE, V.L.S.B. **Poder Local e Assentamentos Rurais:** expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2003.
- FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A. Assentamentos Rurais e Poder Local: os rumos da descentralização da reforma agrária. In: BERGAMASCO, S.M.P.P., AUBRÉE, M., FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Dinâmicas Familiar, Produtiva e Cultural nos Assentamentos Rurais de São Paulo.** Campinas: Feagri/Unicamp; Araraquara: Uniara; São Paulo: INCRA, 2003.
- FERRANTE, V.L.S.B, QUEDA, O. Prefácio. In: SANTOS, I.P. dos, FERRANTE, V.L.S.B. (Orgs.) **Da Terra Nua ao Prato Cheio.** Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/ Uniara, 200
- FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento.** Enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KURANAGA, A.A. **Feiras do produtor**: alternativa para a sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara. 2006, 114p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Lei Municipal**. Nº 5.908 de 26 de setembro de 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WHITAKER, D.C.A. e FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**. Ano VI, Nº 8, Nupedor, Unesp, Araraquara, 2000, p. 19 - 32.

A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM NOVO SINDICALISMO EM CONSTRUÇÃO

Almir Sandro Rodrigues (Doutorando, Universidade Federal do Paraná)

e-mail: filorodrigues@posbagozzi.com.br

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar de que maneira a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) manifesta atualmente um novo sindicalismo. Para tanto, busca compreender como suas intenções e suas práticas consolidam inovações no campo sindical, permitindo o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Utilizou-se como referencial teórico os conceitos de Pierre Bourdieu como: campo, *habitus*, práticas, estratégias, capital social e capital simbólico; estes conceitos tanto embasam a análise de um campo sindical e de um campo de representação da agricultura familiar quanto possibilitam o uso de uma sociologia das práticas dos dirigentes sindicais da Federação. Para isto, foram utilizados vários instrumentos metodológicos de caráter qualitativo, com destaque nas entrevistas semi-estruturadas com dirigentes da Federação e com presidentes de sindicatos associados a ela. Os dirigentes sindicais começam a elaborar práticas que indicam possíveis manifestações de um novo *habitus*. Nesta perspectiva, através de uma leitura teórico-prática da estrutura sindical e dos eixos estratégicos da Federação, foram possíveis analisar os seus avanços no campo sindical, propiciando entendê-la como um novo sindicalismo em construção.

Palavras-chaves: Novo Sindicalismo; Campo Sindical; Campo de Representação da Agricultura Familiar; Desenvolvimento Sustentável e Solidário; Mutirão da Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT – entidade vinculada à Central Única dos Trabalhadores), tendo por objetivo geral investigar de que maneira esta organização representa a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo neste início de século. Para tanto, avalia-se o modo pelo qual a estrutura da FETRAF expressa avanços na organização do sindicalismo rural brasileiro e de que forma suas práticas indicam inovações no processo de fortalecimento da agricultura familiar. Isso requer, também, compreender a trajetória social e política dos dirigentes e lideranças da Federação. Outro aspecto a ser investigado é

como alguns dos agentes envolvidos contribuem na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, assim como, a maneira pelo qual eles pretendem se tornar representantes do campo da agricultura familiar.

A FETRAF é uma organização recente dos trabalhadores na agricultura familiar do Brasil, de natureza sindical, que busca aglutinar os sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de agricultores familiares da região Sul, vinculados ou próximos à CUT.

A Federação, sediada em Chapecó/SC, articula-se com 178 sindicatos, atua em aproximadamente 240 municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes municípios representam uma “base social de cerca de 300 mil famílias e 800 mil agricultores familiares”. Além das organizações sindicais, a Federação se articula com associações da agricultura familiar (FETRAF, 2001a, p. 1).

A agricultura familiar tem sido considerada um lugar privilegiado para a construção do desenvolvimento sustentável e solidário, principalmente na perspectiva do desenvolvimento local. Na região Sul, percebe-se um cenário de grande debate e proposição de ações, visando garantir não só a representatividade de suas entidades, mas também a proposição de políticas públicas e a implementação de estratégias de reprodução da agricultura familiar.

Portanto, é necessário entender como os agentes envolvidos na FETRAF contribuem na construção das estratégias e ações de reprodução da agricultura familiar, possibilitando mudanças nas práticas associadas aos processos de desenvolvimento local. Compreender os conceitos de capital social e capital simbólico colabora na análise das ações destes agentes na proposição de um projeto de desenvolvimento.

Os referenciais teóricos vinculados à obra de Pierre Bourdieu, possibilitam a leitura de um campo sindical enquanto um recorte do campo político e, da mesma forma, permitem o processo de entendimento das práticas e de um *habitus* relacionado a este campo de representação. Pode-se levantar, assim, as seguintes questões: a nova estrutura e as ações estratégicas da FETRAF demonstram transformações no campo político da organização sindical e da agricultura familiar? Como são evidenciadas as mudanças em suas práticas? Estas são propiciadas por um novo *habitus* sindical? Os conceitos da teoria bourdiniana, portanto, constroem referenciais para ser desenvolvida uma análise sociológica das práticas elaboradas no interior deste campo de representação da agricultura familiar, além de possibilitar compreender as relações de reconhecimento inter e extra campo.

Desta forma, é definido enquanto problema de pesquisa os seguintes desafios: a FETRAF, como organização sindical dos agricultores familiares na região Sul, representa o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil? Especificamente, de que maneira e em quais aspectos estas inovações ocorrem e o que significa este novo?

Assim sendo, torna-se importante indagar: de que forma a estrutura e as práticas da Federação expressam este novo sindicalismo e consolidam um processo de fortalecimento da agricultura familiar e de suas formas organizativas? E, por fim, como os diversos agentes vinculados, direta e indiretamente à FETRAF, se inserem nesse processo e, principalmente, na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário enquanto objetivo estratégico de sua organização?

Entende-se que a metodologia é colaboradora para melhor recortar a realidade, sem perder a perspectiva da multidimensão desta. Todavia, estes olhares devem buscar vislumbrar os processos de interpretação da realidade. Existe nesse processo uma relação dialética. Os procedimentos metodológicos devem, portanto, ajudar na construção dos recortes de uma realidade complexa, possibilitando contextualizar e inserir o objeto de pesquisa.

Neste sentido, esta pesquisa foi embasada em recortes da realidade para análise das práticas da FETRAF, não tendo a pretensão de desvelar, dissecar e, muito menos, de profetizar verdades estáticas. A Federação foi analisada a partir de suas intenções e de suas práticas, entendendo-as a partir de uma *práxis* sociológica. O discurso e a prática foram elaborados pelos atores sociais que participam do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar – dirigentes sindicais, lideranças regionais, microrregionais, locais, agricultores familiares – de forma individual ou coletiva.

Desta forma, as diversas informações coletadas no processo da pesquisa, através de variados instrumentos metodológicos em uma perspectiva qualitativa (documentos, entrevistas semi-estruturadas¹, observação sistemática, além da revisão de literatura), foram avaliados e refletidos a partir dos referenciais teóricos bourdianianos, buscando sua apreensão e, muitas vezes, possível re-significação.

Como foco central desta pesquisa, a FETRAF apresenta-se à sociedade como uma nova possibilidade da organização sindical, pretendendo avançar na construção de um novo sindicalismo na região Sul e na CUT. Identifica-se aqui um duplo sentido do significado do novo, pois são possíveis inovações em relação ao sindicalismo oficial, mas, também, são possíveis inovações em relação ao sindicalismo construído pela CUT.

¹ Entrevista semi-estruturada: instrumento estratégico que permitiu uma maior abertura das possibilidades de coleta de informações, uma vez que forneceu maior liberdade na exposição de experiências e expectativas por parte dos entrevistados. O roteiro utilizado foi constituído de três blocos para ajudar na análise das entrevistas, sendo eles: 1) estrutura sindical, 2) ações (proposições e resultados – sobre seus eixos estratégicos) e 3) o cotidiano da FETRAF. Neste trabalho de campo foram realizadas entrevistas com dirigentes da FETRAF (responsáveis por nove coordenações, inclusive a coordenação geral) e presidentes de sindicatos associados a ela (lideranças regionais, microrregionais e locais - cinco do Paraná, quatro do Rio Grande do Sul e dois de Santa Catarina). Além dos dirigentes foram entrevistados dois assessores, um do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) e outro da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO). Estes entrevistados, sempre que mencionados no texto, serão apresentados com o Nome e SOBRENOME, por exemplo, Altemir TORTELLI, definindo-se assim o padrão para este artigo (somente algumas entrevistas realizadas nesta pesquisa foram citadas neste documento).

Para perseguir de forma mais precisa o questionamento a respeito da Federação e seu caráter inovador na esfera sindical seria importante discutir alguns temas: agricultura familiar como organização social e/ou ramo sindical, a concepção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, mas só o faremos de maneira breve e superficial; por sua vez, é preciso compreender as possibilidades de inovação no campo sindical e no campo de representação da agricultura familiar estabelecidas pela FETRAF a partir da análise de sua proposta de estrutura sindical e dos seus eixos estratégicos.

A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO: PRINCÍPIOS DA FETRAF

A FETRAF, enquanto entidade de representação dos agricultores familiares, ressalta sua preocupação com a sustentabilidade da agricultura familiar e com o processo de solidariedade. Entretanto, analisar a agricultura familiar a partir de seus atores permite construir estratégias que visem garantir não só a representatividade, mas também a sua reprodução enquanto forma organizativa e enquanto valor primordial no processo de desenvolvimento local.

A Federação define em seu estatuto, artigo 5, inciso VI, dentre suas finalidades fundamentais, que visa “fortalecer a relação do sindicalismo cutista com os movimentos sociais, cooperativas, associações, organizações não-governamentais e outras organizações que tenham por base da sua ação a valorização e fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um desenvolvimento sustentável e solidário, visando a unificação e ampliação das forças.” (FETRAF, 2001b, p. 04)

A cidadania torna-se princípio fundamental na concepção do desenvolvimento sustentável, buscando incluir os diversos atores da sociedade no debate de construção de um projeto social e político. A visão de desenvolvimento deve ser re-elaborada, levando em consideração uma participação na proposição e elaboração das políticas públicas, dos processos de organização da sociedade. No debate sobre esta participação e com respeito às propostas de um novo desenvolvimento, Altemir TORTELLI, coordenador geral da FETRAF, afirma que é necessária “uma visão que inclui a grande parte do público que está na nossa base, no nosso sindicato, nosso município. São agricultores, que são basicamente excluídos pelos complexos agroindustriais ou pelas grandes cooperativas”. Dessa forma, conclui: “então, na verdade, nós estamos desafiados a produzir uma interação na economia, mas, construir uma nova visão de economia, que inclui, que distribui renda, que tenha sempre novo padrão tecnológico. O novo jeito de pensar a relação com a natureza, de pensar as relações nas comunidades, as relações entre os próprios agricultores”.

A FETRAF (2001a, p. 1), por sua vez, ressalta a preocupação com a sustentabilidade expressa pela agricultura familiar, onde esta se caracteriza por suas vantagens econômicas,

sociais e ambientais. “É o modo de produção que tem melhor eficiência econômica, principal produtora de alimentos e que gera mais empregos a um custo significativamente mais baixo entre todos os setores produtivos. Possui um perfil essencialmente distributivo e é propulsora do desenvolvimento local. A maior sustentabilidade é possibilitada pela diversificação produtiva e a maleabilidade do processo de gestão”.

Assim, buscando discutir a preocupação da Federação com os anseios do agricultor familiar no processo de manter a propriedade, e problematizar as possibilidades para construir o projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, Celso LUDWIG, coordenador do departamento de sócio-economia solidária e das políticas agrícolas e agrária da FETRAF, analisa:

Nosso projeto é manter o agricultor lá na roça. Fazer do local de trabalho um modo de vida. Fazer com que ali, naquela propriedade, tenha renda, tenha condições de vida e que ele entenda de mercado, conjuntura. Ele saiba tomar decisões a cada mês, a cada dois, sobre para onde é o melhor caminho dele. Então, o nível de conhecimento tem que aumentar muito, e ali é onde que nasce de qualquer maneira a dificuldade. Então, construa um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, para a agricultura familiar. Necessariamente ele passa por estar entendendo a família dele e entendendo a propriedade dele (...). Construir o nosso projeto de desenvolvimento que passa então pela agroindústria, pela questão da agroecologia, pela questão de produção de sementes. E, então, passa pela questão de gênero, pela questão da participação dos jovens, pela questão do mercado solidário.

O debate sobre o desenvolvimento, porém, não se resume à qualificação dada à sustentabilidade, mesmo que esta seja considerada indispensável; outros fatores devem compor este processo de desenvolvimento, em especial a solidariedade, conforme entendido também pela FETRAF.

A solidariedade pode ser explicada de diversas formas, mas seu princípio não muda: o companheirismo, o estar com o outro e pensar no outro, o fato de construir com o outro, decidir com o outro em função do conjunto e sem deixar de lado as individualidades, mas, contrapondo-se a uma visão individualista fundamentada em valores de competitividade característicos do mundo moderno. Não quer dizer que, com isto, estejam sendo superadas as dinâmicas de conflito e posições heterogêneas na comunidade, pois mesmo que existam proximidades e um espírito comunitário a solidariedade não é expressão de harmonia, de postura homogênea (MARTINS, 1981; MARTINS, 1991).

Pode ser identificada nesta dinâmica da solidariedade forte influência dos movimentos sociais vinculados à igreja, através de suas ações pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), alicerçadas na Teologia da Libertação, assim

como, da educação popular expressa na pedagogia de Paulo Freire. Incorporando estas questões, ARRUDA (1998, p. 8) expressa o pensamento de um desenvolvimento baseado em princípios da sócio-economia solidária, onde “a ética própria da cultura e socioeconomia solidárias [...] é a ética do ser humano concreto. Ela se funda na visão de que o ser humano é por natureza um ser-relação. Sou relação comigo mesmo, com a natureza, com a sociedade contemporânea e a humanidade enquanto espécie em evolução, e com cada outra pessoa. Isto me coloca numa situação natural de interconexão indissolúvel com os outros e o Cosmos.”

A construção de uma solidariedade consciente e co-responsável enquanto organizadora do processo de desenvolvimento torna-se necessária, possibilitando ações centradas no humano e no social, ao invés da acumulação de benefícios meramente materiais e unilaterais. Ante isso, ARRUDA (1998, p. 8-9) continua:

Esta solidariedade natural, preciso então transformá-la em solidariedade consciente, o que implica o acolhimento e respeito ao outro, em sua unicidade e em sua autonomia. É bom, portanto, tudo aquilo que me aproxima dos outros, tudo aquilo que me ajuda a cooperar, a compartilhar, a reforçar esta convivência que nos une. E sou pessoal e coletivamente responsável pelo bem estar e felicidade própria e de cada comunidade e agrupamento a que pertencço. [...] Em suma, é boa toda forma solidária e co-responsável de relação com as outras pessoas e coletividades e com o meio ambiente.

Dessa forma, percebe-se que a incorporação da solidariedade no debate sobre desenvolvimento torna-se cada vez mais importante, principalmente, a partir dos movimentos sociais e políticos. Este processo pode ser observado na fala de João FORTUNA, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho/PR, que ao abordar o assunto, avalia: “o novo desenvolvimento que nós queremos para a agricultura familiar é baseado na solidariedade, na ajuda mútua. Enfim, esse novo desenvolvimento que nós queremos e, para a Fetraf, resumindo, é um esforço no sentido de valorizar não só o conhecimento teórico e técnico das pessoas, mas, também, valorizar o conhecimento do agricultor, da agricultora que está na base”.

A idéia de solidariedade é identificada aqui com a ajuda mútua. Pode-se, assim, também, compreendê-la como mutirão. Assim, são construídas diversas possibilidades de interpretação, das quais resgata-se a de CÂNDIDO (2001, p. 89), quando esse analisa as formas de solidariedade na comunidade de agricultores, em sua obra “*Os Parceiros do Rio Bonito*”, onde descreve que:

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos

outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Este caráter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular do mutirão propriamente dito (...). Era o caso dos vizinhos, percebendo que um deles estava *apurado* de serviço, combinarem entre si ajudá-lo, sem aviso prévio. Às vezes o beneficiado ficava sabendo e preparava comida para recebê-los; outras vezes, era realmente surpreendido e improvisava a refeição. A diferença estava não apenas na motivação do auxílio (espontâneo, não convocado), mas, também, no fato do beneficiado não dar festa; e muitas vezes a falta de recursos para promovê-la é que o havia impedido de fazer a convocação.

O mutirão é uma das expressões da solidariedade que, por sua vez, caracteriza-se pela construção de redes comunitárias, ressaltando os processos de companheirismo e boa convivência – formação de capital social em um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo.

Este conceito de mutirão está sendo utilizado pela FETRAF, com intenções voltadas para o trabalho de organização e ampliação de suas bases, designado como mutirão da agricultura familiar. Assim, Marcos LEVANDOSKI, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmeira/PR, define:

Mutirão é você estar presente na base. E, lá, conversar com os agricultores, nas comunidades, fazer visita a esses agricultores. Ouvir deles a realidade e, também, ouvir desses agricultores se realmente o que o sindicato está fazendo é aquilo que ele gostaria que nós estivesse fazendo. E, além das vantagens que hoje estão sendo trazidas para ele, o que ele propõe de alternativas novas, para a sua própria realidade. Que proposta ele tem, que o sindicato leve, que a federação leve, para que seja negociada para ele. E, também, a gente busca levar a importância da organização dos agricultores, de ter uma organização que os represente. Que possa estar defendendo e que possa estar reivindicando. E, essa interação entre um sindicato e os agricultores, é que se busca desenvolver através do mutirão.

A solidariedade traduz, portanto, as diversas possibilidades de conceber o desenvolvimento a partir da re-significação das redes sociais, potencializando os espaços de companheirismo, ajuda mútua, colaboração, cooperação, e não somente entre as pessoas ou grupos sociais, mas, também, na relação do ser humano com a natureza. A solidariedade pode permitir uma reorientação do desenvolvimento, tornando-o mais fraterno.

Não se deve, então, conceber desenvolvimento e sustentabilidade do ponto de vista puramente econômico (produtividade ou consumo material), mas é fundamental ampliar os olhares, vislumbrando o desenvolvimento sustentável e a proposição de políticas públicas a partir de diversos aspectos: educação, saúde, previdência, trabalho, lazer, meio ambiente equilibrado, democratização do Estado e das relações sociais, todos ligados de forma simbiótica à solidariedade.

A FETRAF busca incorporar este debate e o traduz como uma bandeira de luta, entendendo que “um Projeto Alternativo de Desenvolvimento deve basear-se na solidariedade como um valor essencial e como estratégia de construção. Os projetos de desenvolvimento com base na competição geram a exclusão e as diferenças sociais. A solidariedade social e econômica, entre povos, entre gerações, entre categorias, entre grupos sociais e entre as pessoas é uma característica da humanidade que precisa ser resgatada e reconstruída”. E, defendem que, “nesse sentido, o estímulo às diversas formas de cooperação agrícola, de articulação de grupos, de articulação entre o campo e a cidade são mecanismos fundamentais no processo de construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (FETRAF, 2002, p. 17).

AS PERSPECTIVAS DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES SINDICAIS DE UMA FEDERAÇÃO

O resultado dessa pesquisa é fruto de um processo permanente de transformação das leituras sobre o campo sindical e o campo de representação da agricultura familiar. O jogo possibilita a seus jogadores compreenderem suas regras não simplesmente estudando-as, mas, sobretudo, *jogando*. A qualidade do jogo é definida pela qualidade de seus jogadores e, também, pelas condições físicas, culturais, sociais, econômicas, políticas e, porque não, metafísicas, disponíveis ou possíveis no campo. Esta pesquisa, portanto, é um momento, um recorte de análise das práticas de uma federação, não tendo a pretensão de desvelar, dissecar e, muito menos, de profetizar verdades estáticas. A sociologia, referenciada principalmente em Pierre Bourdieu, traduz possibilidades de análise e interpretação do objeto em estudo, expressa através de uma sociologia das práticas do campo de representação sindical e da agricultura familiar.

Este trabalho teve por objetivo geral investigar de que maneira a FETRAF representa a possibilidade de um novo tipo de sindicalismo na atualidade. A busca para conquistar esta meta foi um desafio, pois foram abertas várias possibilidades e foram diversos os caminhos de investigação. No entanto, definiu-se um suporte teórico para explicitar o *fió da meada*, um instrumento para dar segurança nesta empreitada.

A Federação foi analisada a partir de suas intenções e de suas práticas, entendendo-as a partir de uma *práxis* sociológica. O discurso e a prática foram elaborados pelos atores

sociais que participam do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar – dirigentes sindicais, lideranças regionais, microrregionais, locais, agricultores familiares – de forma individual ou coletiva.

A estrutura sindical da FETRAF é caracterizada pela preocupação em ampliar os espaços de participação dos diversos atores sociais que a compõe, enfatizando suas instâncias comunitárias e microrregionais nesta organização política. A organização sindical da Federação começa a possibilitar uma prática inovadora no campo sindical, principalmente, superando o sindicalismo de cúpula traduzido pelas organizações tradicionais, como é o caso das FETAG's e da CONTAG.

A organização no local de trabalho (OLT) não é algo novo dentro da CUT, mas a efetivação desta prática não se generalizou entre os sindicatos cutistas. Destaque-se, aqui, as organizações de base de alguns ramos como, por exemplo, os metalúrgicos. Os rurais da CUT sempre buscaram este trabalho mais próximo de suas bases. No entanto, a FETRAF institui esta prática como uma estratégia a ser alcançada. Sem o trabalho de base não é possível consolidar as intenções da Federação.

A participação dos agricultores familiares em suas várias instâncias permite à Federação constituir espaços mais democráticos de debate e deliberação. Os conselhos comunitários devem ser estas instâncias que visam garantir uma maior capilaridade na organização sindical. Para isso, são necessárias coordenações microrregionais ou sindicatos regionais para dar fluência a esta participação. Não basta só ouvir o que os agricultores pensam e querem para agricultura familiar, mas é preciso garantir sua participação efetiva e com qualidade nas definições das lutas e estratégias da entidade. O agricultor de base deve se sentir capaz de participar, havendo um resgate de sua auto-estima como agricultor e como cidadão.

Destaca-se como mérito da FETRAF, a utilização de uma prática tradicional dos agricultores familiares, qual seja, a edição do mutirão da agricultura familiar com ênfase no desafio de levar para todas as comunidades representadas pela Federação o direito de falar, discutir, propor, integrar-se na organização deste campo de representação. Não é só indicar seus porta-vozes, mas defender e instituir esta representação – fazer-se representar efetivamente. O mutirão é o resgate da solidariedade entre os vizinhos, entre os atores sociais de uma comunidade, é o construir com o outro um projeto comum sendo, para tanto, necessário acreditar que o outro pode ajudar, pode contribuir, deve ser valorizado. A valorização de cada membro do campo é a afirmação de que cada um tem o direito de jogar o jogo e, mais ainda, jogá-lo bem, e não simplesmente ser testemunha ou expectador.

O mutirão traz algo que não é próprio do sindicalismo, ainda frente à lembrança de que as ações de ajuda-mútua se fizeram presentes durante a história dos sindicatos. Todavia, a prática do mutirão permite repensar os espaços de participação e integração não

só dos representantes, mas também dos representados. Os representados passam a ter a possibilidade de se tornar porta-vozes dos seus anseios, dos seus sonhos, de suas propostas, mesmo que depois deleguem estas “vozes” para outro – a liderança, o dirigente sindical. O mutirão foi avaliado pelos entrevistados como algo muito rico, que, por sua vez, mereceria um trabalho mais aprofundado, para fazer uma leitura mais sistemática, destacando seus potenciais e limites.

Por sua vez, o Mutirão da Agricultura Familiar, uma estratégia de organização dos agricultores familiares na base da FETRAF, reinventa o entendimento de mutirão, pois extrapola a compreensão tradicional do termo. Todavia, algumas características e princípios resgatam a idéia de colaboração, ajuda, cooperação e, principalmente, ação solidária e respeito ao agricultor familiar. Este mutirão objetiva “recuperar e ampliar a auto-estima dos agricultores, das famílias e das comunidades”, “potencializar o surgimento e a capacitação de novas lideranças de base”, “ampliar e democratizar o debate de políticas públicas estratégicas para a agricultura familiar”, e, também, “sensibilizar para a importância da participação das mulheres e da juventude, envolvendo toda a família, numa perspectiva de construção de novas relações de gênero e de geração, com igualdade de oportunidades” (FETRAF, 2003, p. 18)².

Para tanto, enquanto possível continuidade desta pesquisa (no doutorado em Sociologia – Programa da UFPR), torna-se importante analisar: de que forma o mutirão contribui no fortalecimento das estruturas organizativas e comunitárias no campo da agricultura familiar? Como este mutirão constrói novas bases de participação dos agricultores familiares no campo sindical e nos espaços comunitários? Até que ponto se amplia o capital social e capital político no campo de representação da agricultura familiar com a expansão do mutirão? E, quais as influências destas práticas sindicais nos processos de reestruturação dos espaços das comunidades rurais? Nesta perspectiva, as leituras de algumas categorias nos âmbito teórico e empírico serão essenciais, destacando-se a idéia de mutirão como ajuda mútua, solidariedade, mas também, o mutirão enquanto *habitus* das comunidades de agricultores familiares. A partir destas comunidades deve-se perceber em que medida estas ações de reciprocidade influenciam o sindicalismo da FETRAF e de

² O Mutirão da Agricultura Familiar “é um conjunto articulado de atividades: cursos de capacitação, encontros de lideranças, visitas às famílias, reuniões nas comunidades e nos grupos de famílias, atividades diversas na comunidade e no município”. Como princípio metodológico existe a compreensão de que “um sindicato forte e atuante não se mede se ele tem uma sede bem estruturada, se ele está com uma boa situação financeira, se o presidente é atuante, se tem uma boa direção ou se ele é respeitado no município e na microrregião. Que isso tudo seja importante ninguém duvida, mas não é suficiente. O novo sindicalismo que queremos construir e fortalecer se mede, sobretudo, pelo grau de participação dos agricultores e agricultoras, jovens, adultos e idosos, e como o sindicato está presente e é assumido nas comunidades e pelas famílias”. E, entre outros princípios, conclui: “por isso, fazer o Mutirão é uma decisão política que um grupo de dirigentes e lideranças assume coletivamente e conscientemente para construir permanentemente o novo. Se for feito só por obrigação e de forma inconsciente do que ele significa, pode ser qualquer coisa, mas não é Mutirão”.

outras organizações da agricultura familiar e, por sua vez, como as ações destas organizações re-significam o *sensu práctico* dessas comunidades.

Retomando a organização sindical, são destacadas as intenções de buscar ampliar as bases da Federação, através dos sindicatos regionais ou das associações da agricultura familiar. No caso dos sindicatos regionais dos trabalhadores na agricultura familiar, coloca-se em discussão um rompimento com a unicidade sindical, com destaque para as bases geográficas, mas, também, em relação à categoria sindical. A unicidade sindical é uma das principais características do sindicalismo oficial getulista, de caráter corporativista.

Os sindicatos regionais constroem referências da organização no espaço microrregional, mas não se estabelecem necessariamente da mesma forma. Existem experiências relatadas que permitem uma leitura dos avanços desta organização em relação ao modelo fragmentado dos sindicatos municipais. No entanto, não basta ter uma organização regionalizada se não ocorrer uma ampla organização das instâncias de participação e deliberação. A superação do sindicalismo de cúpula só é possível se a organização da base se efetivar. É necessário reinventar as estruturas organizativas, sendo possível agregar em um único sindicato as bases microrregionais, na medida em que as diversas comunidades se façam representar³.

A FETRAF visa não só organizar os sindicatos, mas também participar na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário. Para tanto, considera necessário atuar em conjunto com outras entidades da sociedade, com destaque para as organizações da agricultura familiar. Percebe-se, assim, a definição de atuação não só no campo sindical, mas no campo de representação da agricultura familiar. Neste campo, são potencializadas ações em vista da organização da produção, tida como estratégica na consolidação da Federação. Para tanto, constroem-se parcerias com cooperativas, associações e ONG's que atuam no campo da agricultura familiar, buscando definir práticas que fortaleçam os agricultores, com ênfase na produção, industrialização (agregação de valor) e comercialização, levando em consideração tecnologias alternativas como, por exemplo, a agroecologia e as redes de sócio-economia solidária.

A Federação apresenta como um de seus eixos estratégicos “avançar na organização sócio-econômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a

³ A estrutura sindical oficial privilegiava o poder de cúpula e, para superar este poder centralizado, é necessário colocar em questão os referenciais de organização do campo de representação. Para tanto, Dirceu DRESCH, coordenador adjunto de Santa Catarina da FETRAF, afirma que “essa questão de regionalização é uma questão muito difícil. Você precisa, em primeiro lugar, mexer com a cultura histórica que se criou no sindicalismo. Mexer com o poder de um presidente do sindicato, essa história de status e tal. As pessoas, muitas vezes, não têm essa questão da necessidade de construir projetos, construir uma estratégia”. E, ainda, alerta: “Você batia, muitas vezes, nos dirigentes de frente, que não queriam perder o poder de ser um presidente de sindicato local. Isso deu muita discussão, muito problema. Mas, graças, que a gente conseguiu construir novos quadros, novos dirigentes que foram vindo e entendendo esse processo”.

implementação de um desenvolvimento sustentável e solidário” (FETRAF, 2003, p. 3). Para isso, propõe no âmbito da estrutura sindical, a construção do Departamento de Organização da Produção e Sócio-Economia Solidária, que terá como diretriz reconhecer “a autonomia das organizações econômicas e se propõe a estimular, apoiar, a dar sustentação política ao sistema CRESOL, aos sistemas de cooperativismo e associativismo de produção e comercialização, à Rede Ecovida de certificação, e assume o compromisso de participar visando contribuir na definição dos rumos desses sistemas” (FETRAF, 2003, p. 4).

Esse eixo mostra a preocupação em construir relações entre as entidades organizadas no campo de representação da agricultura familiar. Estas relações, na década de 90, foram sendo potencializadas, em especial com a concepção da Frente Sul, que otimizou as lutas dos agricultores familiares.

Neste campo de representação da agricultura familiar explicitam-se vários atores sociais que se intitulam representantes do campo, havendo algumas convergências, mas, também, diversos conflitos. Em relação às divergências existe uma busca de superá-las, expressas pelas lutas feitas de forma conjunta, com destaque para as mobilizações a partir da Frente Sul. Contudo, depois da formação da FETRAF, esses espaços comuns foram minimizados em função da centralidade das ações organizadas pela Federação, dificultando as articulações via Frente Sul.

Nos espaços municipais e microrregionais não foram percebidas estas dificuldades de interação; ao contrário, em geral os relatos indicaram vínculos que permitiam uma articulação não só das lutas e mobilizações, mas também da gestão destas entidades. Por sua vez, nos espaços regionais, observando as relações dos dirigentes destas entidades, as dificuldades são explicitadas de forma diferente. Ou seja, o discurso de articulação nem sempre se efetivou, pois a disputa pela representação mostrou um distanciamento na organização desses atores. Cada entidade busca se consolidar perante seus associados, desenvolvendo, muitas vezes, ações diferenciadas (com finalidades distintas) para um mesmo público, e sabe-se que boa parte desses associados faz parte da base de mais de uma entidade. O discurso de ser uma entidade *guarda-chuva*, defendido por alguns dirigentes da FETRAF, parece estar superado, mas o seu efeito ainda perdura no campo de representação, debilitando os potenciais da organização dos agricultores familiares.

Os potenciais e limites do fortalecimento da agricultura familiar através da construção de um desenvolvimento sustentável e solidário colocam-se na retórica dos dirigentes sindicais da Federação, e sua consolidação será viabilizada não por suas práticas de maneira isolada. Neste sentido, a permanente avaliação de suas intenções, de suas proposições e, principalmente, de suas ações, concretizam, por parte desses dirigentes, uma postura de auto-crítica, de reflexão, de auto-reconhecimento do capital acumulado nos espaços de representação do campo. Percebe-se que esses dirigentes começam a não só

acreditar nessas articulações no interior do campo de representação, enquanto um princípio místico das parcerias, mas, sobretudo, passam a refletir estas interações como formas reais de solidariedade. Buscam, também, efetivar práticas coletivas no campo das políticas públicas, da organização da produção, para além da organização sindical, com o intuito de firmar as representações da agricultura familiar como atores políticos na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocam-se, neste momento, novos desafios para as entidades de representação, na perspectiva de concretizar um permanente debate, com diálogo, discussões e proposições, sobre as estratégias e práticas de consolidação do campo da agricultura familiar, alicerçados em bases democráticas, solidárias e cidadãs. No entanto, esta pesquisa não teve como intenção realizar uma análise e avaliação mais aprofundada dessas configurações do campo de representação da agricultura familiar. Tal leitura seria relevante e pertinente para melhor vislumbrar as disputas e parcerias, potenciais e limites, no acúmulo de capital social, político, econômico, cultural e simbólico dos agricultores familiares representados por suas diversas organizações.

A FETRAF, após três anos de existência, a partir de suas intenções e de suas práticas, diferencia-se qualitativamente do velho sindicalismo e, ao mesmo tempo, inova o campo sindical cutista, provocando um repensar do *fazer sindical*. O velho *habitus* dos dirigentes sindicais passa a ser questionado e, através de diferentes práticas, começa-se a colocar em xeque a velha *doxa* do sindicalismo oficial. Entretanto, uma postura heterodoxa não significa uma ruptura total com a ortodoxia, pois as regras do jogo são postas para ambas as posições dentro do campo. Desta maneira, percebeu-se não só uma vontade de mudar, mas as práticas dos dirigentes da FETRAF apresentam inovações, que influenciam seu *habitus*. Não se pode afirmar que um novo *habitus* se consolidou, pois seria necessário um processo mais extenso de observação. Todavia, um novo *habitus* começa a ser configurado a partir da superação dos vícios traduzidos nas práticas do velho sindicalismo.

A Federação se desafia e é desafiada a consolidar uma permanente metamorfose no campo de representação sindical e da agricultura familiar, buscando superar as amarras oficiais do sindicalismo. É preciso derrubar alguns muros, libertar-se dos casulos, para o novo se manifestar. A FETRAF busca compreender que ainda existem muitas trincheiras, muitas muralhas a serem vividas e superadas, mas ela se entende como movimento e, assim, é provocada a transformar-se.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul expressa um novo sindicalismo e constrói possibilidades de re-significação deste novo. Enfim, a FETRAF-SUL/CUT apresenta-se como um novo sindicalismo em construção.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. **Globalização e América Latina: oportunidades e desafios** (in: IX Congresso Luterano Latino-Americano). Rodeio: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS, 1998.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. **La distinción: criterios y bases sociales del gusto** (tradução: Maria del Carmem Ruiz de Elvira). 2ª ed. Madrid: Aguilar-Altea-Taurus-Alfaguara, 2000.

_____. **O poder simbólico** (tradução: Fernando Tomaz). 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9ª ed. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2001.

FETRAF-SUL/CUT. **Resoluções do 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar**. Chapecó: FETRAF-SUL, março 2001.

_____. **Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: a FETRAF-SUL/CUT** (site histórico). Chapecó: FETRAF-SUL, 2001a. Disponível em: qlkm,9po<<http://www.fetrafsul.org.br/default.asp>> Acesso em 09 de novembro de 2001.

_____. **Estatutos sociais**. Chapecó: FETRAF-SUL, 2001b.

_____. **Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo: da vida que vem da terra, a semente de um novo Brasil ... semente do novo sindicalismo**. Chapecó: FETRAF-SUL, março 2002.

_____. **Mutirão da agricultura familiar**. Chapecó: FETRAF-SUL/Deser, 2003.

FRENTE SUL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **O que é a Frente Sul** (folder de apresentação). Chapecó: Frente Sul, 1999.

_____. **Documento de Chapecó:** diretrizes básicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, para o fortalecimento da agricultura familiar. Chapecó: Frente Sul / Fetraf / Cresol, 25 jul 2002.

LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar** – comparação internacional. Uma realidade multiforme (tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa). vol. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MARESCA, S. **Les dirigeants paysans**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

MARTINS, J. de S. As coisas no lugar. In: _____ (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **Caminhada no chão da noite:** emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MEDEIROS, L. S de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

SILVA, M. R.; REICH, L. **A Fetraf-Sul/CUT e o novo sindicalismo**. Chapecó: FETRAF, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro** (In: TEDESCO, J. C. Agricultura familiar – realidades e perspectivas). Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil** (in: *Série Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza*). nº 2. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E TURISMO RURAL: REFLEXÕES A PARTIR DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE

Gláucio José Marafon (Doutor em Geografia, Professor da UERJ)

e-mail: glauciomarafon@hotmail.com

Miguel Ângelo Ribeiro (Doutor em Geografia, Professor da UERJ)

e-mail: glauciomarafon@hotmail.com

RESUMO

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural, no qual, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar. Entre elas são destacadas: conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazendas-hotel, pesque-pague etc). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para sustentar à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural. As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa em tela é o de analisar algumas características sobre as abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, seja através de não-agrícolas, e o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo, na rodovia Teresópolis-Nova Friburgo(RJ) – TERFRI.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se afirma como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência tem apresentado características como trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção, e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando a renda familiar, fenômeno esse denominado de pluriatividade e que se expandiu, entre outros fatores,

pela revalorização do mundo rural e nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar.

Posto isto, o objetivo dessa pesquisa é o de apresentar algumas características sobre as abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, seja através de empregos agrícolas ou não agrícolas, e papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo. Nossa reflexão está centrada a partir da Região Serrana Fluminense, resultado de nossas investigações sobre transformações que estão ocorrendo em seu espaço rural.

I. O DEBATE SOBRE A PRODUÇÃO FAMILIAR

A reflexão sobre a produção familiar remonta a autores clássicos como Chayanov (1974), Mendras (1976), Caio Prado Junior (1979), Guimarães (1979), entre outros e, retomada nos anos 1990 com contribuições de Abramovay (1992), Wanderley (1994, 2000), Lamarche (1998), Fernandes (2002), entre outros.

Existe consenso que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção e para Wanderley (1999) a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e nas quais o campesinato corresponde a uma dessas formas particulares dessa agricultura.

Assim, a agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família, e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média.

A concepção que prioriza a agricultura familiar como unidade de análise centra-se nos estudos da FAO/INCRA (1994), que divide a exploração agrícola em modelo patronal e familiar (Quadro 1) e do estabelecimento do Programa Nacional de Produção Familiar – PRONAF. Objetiva-se estabelecer diretrizes e ações que levem ao desenvolvimento rural e a integração dos produtores familiares ao mercado e para tanto realiza uma classificação dos agricultores familiares brasileiros (Quadro 2), distinguindo três categorias a saber: consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência, segundo Molina Filho (1979) e FAO/INCRA (2000).

Quadro 1: Diferença entre propriedades Patronais e Familiares.

Patronal	Familiar
<ul style="list-style-type: none"> • Completa separação entre gestão e trabalho. • Organização centralizada. • Ênfase na especialização. • Ênfase nas práticas padronizáveis. • Predomínio do trabalho assalariado. • Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e gestão intimamente relacionados. • Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários. • Ênfase na diversificação. • Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. • Trabalho assalariado complementar. • Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Veiga, 2001.

Quadro 2: Classificação dos Agricultores Familiares.

Consolidados	São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 50 ha.
Em Transição	São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 20 ha.
Periféricos ou de Subsistência	A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Fonte: FAO/ INCRA 2000

Os dois primeiros são produtores com maiores desenvolturas no mercado, onde a busca por assistência técnica e crédito ocorrem com maior freqüência. Neste caso, o uso de média/alta tecnologia (máquinas, insumos, defensivos etc) é inevitável, sendo considerada uma agricultura dinâmica e de trabalhadores “qualificados” de acordo com o padrão capitalista. Esses agricultores também obtêm bons rendimentos de produtividade e lucro, sendo os modelos mais próximos de uma empresa rural familiar, contudo, inseridos em todos os padrões de agricultura familiar seguido pelo PRONAF.

O terceiro grupo, de agricultores periféricos ou de subsistência, são aqueles onde a utilização do crédito é praticamente nula, sendo propriedades de baixa tecnologia e produtividade. Ressaltamos assim que este modelo de agricultor é o que mais se aproxima do camponês tradicional, visto que não mantém uma “dependência externa” e utiliza métodos tradicionais, com sua produção voltada para satisfazer as necessidades da família. A luta pela terra também é uma preocupação constante desse produtor rural, que sobrevivendo muitas vezes como trabalhador sem-terra, é obrigado a ocupar as terras pertencentes ao outro extremo da sociedade rural, o latifúndio.

Para compreender a problemática que envolve a questão da luta pela terra no século XX, devemos considerar que durante os anos de 1960 a 1980 predominou no Brasil um modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações, no qual o objetivo era desenvolver a indústria e eliminar as relações “arcaicas” da agricultura. Esse processo ficou conhecido como “modernização da agricultura” e nele ocorreram modificações significativas na forma de produzir. Estas transformações, sobretudo as ligadas a alteração da base técnica de produção, estão inseridas em um movimento de mudanças significativas em nível econômico e territorial (MARAFON, 1998).

A corrente que centra sua análise na concepção da existência do campesinato tem em Fernandes (2002) um defensor e em sua pesquisa Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar resgata o conceito de camponês e explica que o uso do conceito de agricultura familiar muitas vezes é supérfluo e de grande força teórico-política. Neste sentido, o autor argumenta:

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de

organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico.

e acrescenta que:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

Em suas obras, Fernandes (2002) demonstra que a figura do camponês caminhou por alguns sistemas de organização da vida social e sobrevive até os dias de hoje – com relações capitalistas e não-capitalistas de produção – principalmente dentro dos movimentos sociais, como é o caso do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O autor opõe-se assim à idéia de que os agricultores familiares representam o novo, o moderno e o progresso; e os camponeses, o velho, o arcaico e o atrasado.

O autor considera ainda que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e se constitui como uma classe social deste modo de produção. Segundo Marques (2002), o campesinato não é apenas um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Este pode ser entendido como uma classe social que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. Dessa maneira, se por um lado o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza.

Para Wanderley (1999), a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

A autora considera que o campesinato tradicional “tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

O debate entre essas duas concepções foi sintetizado por Germer (2002) em interessante artigo denominado “A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola”, no qual sinaliza que a denominação de agricultura familiar deriva da concepção norte americana de produção familiar, na qual “ o chamado produtor “familiar” representava o pequeno produtor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador e assim por diante, representado na agricultura pelo *farmer*” (p. 48), e a de campesinato deriva da concepção européia de produção familiar baseado em Chayanov, no qual a produção familiar é vista como “ dotada de uma lógica própria e por isso capaz de resistir “a transformação capitalista” (p.47). Ainda de acordo com Germer (2002) a concepção norte americana passa a prevalecer a partir dos anos noventa, no Brasil, enquanto a concepção européia predominou nos anos setenta e oitenta.

Sobre esse debate concordamos com Wanderley (1999) quando afirma que a agricultura familiar é um conceito genérico e que o campesinato corresponde a uma das formas da agricultura familiar.

A valorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, a diminuição da renda agrícola e a busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano, sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, tem levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente tem sido denominados de unidades familiares de produção pluriativas. Inúmeros estudos sobre esse fenômeno, podem ser mencionados, entre outros, destacamos Lamarche (1984), ARF (1984), Shucksmith et al (1991), Carneiro (1998), Kageyama (1998) Teixeira (1998) , Schneider (1999, 2003) e Anjos (2003).

II. A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NO MEIO RURAL.

A pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem no aproveitamento das potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno (ANJOS, 2003). A pluriatividade, portanto, não se trata

de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003).

Este fenômeno não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias. Podemos lembrar os estudos de Kautsky e Chayanov que se referem aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não-agrícolas” como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários.

Dessa forma, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. De acordo com Fuller apud Schneider (1999, p.367),

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...].

Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração.

Alentejano (1999) afirma que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, pois como a agropecuária não exige um tempo integral de trabalho, a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano da Silva & Del Grossi (2002) o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Ainda de acordo com estes dois autores, a pluriatividade incorpora os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das

explorações agropecuárias. Desse modo, a renda agrícola vem sendo cada vez mais insuficiente para a manutenção das famílias. A agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, o que corresponde cada vez menos pela renda e pelo tempo de ocupação da família na agricultura.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem possibilitado à população do meio rural, elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (SCHENEIDER, 1999, p.174).

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção encontramos as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem se expandindo cada vez mais no território brasileiro, e que tem sido estudadas entre outros por, Silva et al. (1998), Portuguez (1998), Almeida e Riedl (2000), Rodrigues et al. (2001), Riedl et al (2002), Mendonça et al. (2002) e Silva e Almeida (2004).

III. O TURISMO RURAL COMO POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA PARA AS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO.

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997), e para esse autor "novas" formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas são destacadas: conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda hotéis, pesque-pague etc). Essas "novas" atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

Na literatura encontramos os anos 1980 como sendo o marco inicial da exploração do turismo rural no Brasil. Nos anos 1990, com a intensificação das atividades no espaço rural e com a crescente valorização da natureza, tivemos a expansão dessas práticas no meio rural.

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas. A EMBRATUR (1994) considera que o turismo rural inclui todas as atividades – alternativos, doméstico, agroturismo, turismo - organizado para e pelos habitantes do país e é “compreendido como sendo toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional” (MENDONÇA et al. 2002). O turismo rural designa atividades diversas como, hotéis-fazenda, fazenda hotéis, agroturismo, turismo de aventura, e que Rodrigues et al. (2001) classifica como tradicional (de origem agrícola, pecuária e colonização) e contemporâneo (hotéis fazendas, spas rurais, segunda residência). Cavaco (2001) faz uma importante observação ao afirmar que o turismo em “espaço rural tem pouco significado em termos de turismo e seus efeitos econômicos” (p.28,29).

A constatação da referida autora é um item importante para reflexão uma vez que nos leva a indagar até que ponto os agricultores familiares se beneficiam dos resultados dessas atividades de turismo no espaço rural na atualidade? As suas atividades são somente uma possibilidade de uma “nova” ocupação, que permite sua inserção no mercado de trabalho, através de ocupações como diaristas, caseiros, jardineiros etc? São atividades que complementam a renda familiar, mas efetuadas fora de sua propriedade em hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e nas áreas que proliferam as casas de segunda residência, e que caracteriza o turismo rural contemporâneo e de modo diferente do que ocorre com o turismo rural tradicional, no qual o turista vivencia as atividades desenvolvidas na propriedade rural.

No entanto, o turismo rural no Brasil não está livre de problemas como apontam Mendonça et al. (2002) e entre eles está a falta de planejamento e gestão, baixa capacidade econômica da população, dificuldade de acesso a informações. É necessário uma melhor capacitação profissional e políticas de estímulo a essa prática no território brasileiro. Acrescentaríamos ainda a necessidade de inclusão de forma mais efetiva dos agricultores familiares, além da capacitação efetuada pelos técnicos da EMATER, como do estado do Rio de Janeiro, na orientação de desenvolvimento de artesanato e doces caseiros.

Destarte, no nosso entendimento, o turismo rural se afirma como mais uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementar sua renda reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de

produção e inseridos no processo de produção do espaço, no qual, de acordo com Lefebvre (1999), estaríamos sob o signo de uma sociedade urbana, e que essa urbanização estruturaria o território, e que Santos (1993) aponta como passagem da urbanização da sociedade para a urbanização do território. A prática do turismo rural contemporâneo reflete essa prática, uma vez que os hotéis fazenda, spas rurais e casas de segunda residência se localizam, preferencialmente, próximas às grandes concentrações urbanas.

À guisa de exemplo da atividade turística, no espaço rural, contribuindo para a geração de emprego e renda para as unidades familiares de produção, no recorte espacial selecionado, constatamos a presença de 14 meios de hospedagem, entre hotéis-fazenda e pousadas, dentre eles: Hotel Village Le Canton (Vargem Grande), Rosa dos Ventos (Campinho), São Moritz (Viera), Hotel Fazenda Vrindávna (Prata dos Arredes), Pousada Albuquerque (Albuquerque), Pousada Savognin (Vieira). Em decorrência desses meios de hospedagem, verificou-se em pesquisa de campo, que os mesmos possibilitam empregos associados aos serviços de camareira, garçom, atendente, vigia etc, o que contribui para a alternativa de emprego e complementação de renda.

Cabe ainda mencionar, que ao longo da RJ-130, atividades terciárias, voltadas para o comércio e serviços são encontradas, dentre elas podemos destacar, a Queijaria Suíça, na qual emprega mão-de-obra originária dos agricultores familiares, além de estabelecimentos de decoração, material de construção, restaurantes, imobiliárias entre outros.

Essas atividades atreladas turismo e ao veraneio tem contribuído para impactar e modificar o espaço serrano fluminense possibilitando um processo de urbanização, que Rua (2002) identifica como urbanidades no rural, ao longo da Terefri e em suas imediações, como também contribuído para a mudança de hábitos de parte da população local, em sua maioria agricultores.

Cabe destacar, como complemento a atividade turística, na RJ-130 e imediações, a presença crescente de sítios e residências de final-de-semana (segunda residência) que também são oportunidades de oferta de empregado, como diaristas, caseiros, jardineiros, vigias etc, complementando a renda familiar e revalorizando o espaço rural.

Tais ocupações, de forma alguma, eliminam as atividades agrícolas no espaço em questão, mas contribuem como já mencionado, para a complementação da renda familiar, ao possibilitar as famílias de agricultores sua inserção em atividades não-agrícolas. Essas atividades associadas a pluriatividade, na Terefri, são em sua maioria recentes, mais

precisamente da década de 90 do século XX, e conseqüentemente, carecem de informações estatísticas. As informações quanto à geração de emprego e renda ficam prejudicadas do ponto de vista quantitativo em decorrência da ausência de informações, sendo apenas analisadas de forma qualitativa a partir de investigações em campo.

Assim entendemos, que a pluriatividade é um fenômeno que tem se aprofundado em função da diminuição da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar. E esse fenômeno pode estar associado em áreas de colonização e de industrialização como muito bem analisado por Schneider (1999), ou antigas áreas de exploração de café e cana de açúcar como no estado do Rio de Janeiro, ou ainda em áreas próximas as metrópoles onde proliferam hotéis e pousadas e casas de segunda residência, como na Região Serrana Fluminense, e estudado por Teixeira (1998).

Neste contexto, a partir das análises realizadas sobre a agricultura familiar, a pluriatividade e o turismo rural, vamos exemplificar nesta última parte, como esses processos se manifestam em território fluminense, nosso recorte espacial.

IV. AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E TURISMO RURAL: REFLEXÕES A PARTIR DA RODOVIA TERESÓPOLIS – NOVA FRIBURGO (TEREFRI).

O estado do Rio de Janeiro é o segundo pólo industrial do Brasil, produz cerca de 71,0% do petróleo nacional sendo também o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa assim como a olericultura, horticultura e produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, mas também bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas em seu território. Corresponde ao estado mais urbanizado do país, com 95,0% de sua população vivendo em áreas urbanas, e de acordo com Rua (2002), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais ocorre uma urbanização mais densa. Limonad (1996) e Santos (2003) mencionam que no espaço fluminense há uma redistribuição populacional em consonância com as atividades produtivas.

O estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na

Região Metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior (MOREIRA, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico 2000 (IBGE), aproximadamente 10.871.960 indivíduos residem nos limites da área metropolitana, correspondendo a 75,6% da população estadual. Constituída por dezessete municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (RIBEIRO, 2002), de população e de bens e serviços.

Apesar da ainda enorme concentração da população fluminense em sua região metropolitana, surgem nos anos 1990 algumas alterações em relação à dinâmica demográfica do estado do Rio de Janeiro. A mais importante refere-se à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (SANTOS, 2003). Apesar da expansão demográfica nas bordas metropolitanas manifestar-se desde, pelo menos, a década de 1950, esse movimento não implicou numa desconcentração da população em direção ao interior, o que resulta no aumento do número das cidades médias, que eram 10 em 1980 para 17 em 2000. Destas, 10 localizam-se fora da região metropolitana (SANTOS, 2003).

Rua (2002, p. 47-48) assinala que no estado do Rio de Janeiro “prevalece à projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e esse intenso processo marca intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se esmagador”. Na verdade assiste-se a um espraiamento da metrópole, a partir da expansão do mercado imobiliário, seguindo quatro vetores bem nítidos, como já apontados e indicados no mapa 2, em direção ao interior do estado.

O interior fluminense vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como, orgânicos, ervas-fina, leite de cabra, trutas etc), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, spas e casas de segunda residência. A prática desse turismo rural é uma alternativa ao turismo intenso que ocorre na costa Verde e do Sol, voltado para o segmento do turismo de praia (RIBEIRO, 2003).

Quadro 3: Estado do Rio de Janeiro. Área dos estabelecimentos (Ha), Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade) e Pessoal ocupado (Pessoas) por Grupos de área total.

Grupos de área total	Hectare	%	Unidades	%	Pessoas	%
Menos de 1 ha	2.540,090	0,13	3.657	8,66	14.399	8,30
1 a menos de 10 ha	95.515,270	3,95	15.499	36,71	55.852	32,05
10 a menos de 50 ha	376.853,451	15,59	14.229	33,70	48.662	27,93
50 a menos de 100 ha	305.116,586	12,62	3.962	9,38	16.861	9,67
100 a menos de 500 ha	935.189,563	38,70	4.221	9,99	27.993	16,06
500 a menos de 1.000 ha	326.783,917	13,52	456	1,08	5.955	3,41
1.000 menos de 10.000 ha	362.207,182	14,99	191	0,45	4.482	2,57
10.000 a menos de 100.000 ha	12.098,548	0,50	1	0,002	23	0,01
Total	2.416304,607	100	42.216	100	174.227	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1996/Fundação CIDE, 2001.

De acordo com Ribeiro (2002) apesar do Estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais, em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis: pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização, o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Estes contrastes são decorrentes, de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole, ocupando municípios integrantes das regiões Serrana, Centro-Sul, e Noroeste Fluminense.

À guisa de exemplo, no quadro 3 temos uma radiografia da distribuição dos estabelecimentos agrícolas no estado do Rio de Janeiro e constata-se que mais de 80,0% dos mesmos apresentam menos de 100 ha, o que imprime uma significativa importância a produção familiar e as estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente à queda na renda agrícola e intenso processo de urbanização.

Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e a falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro (representam 11,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 67,7% dos mesmos), tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País. Entretanto, após encerrar as atividades econômicas de exportação de exportação do açúcar, e do café (respectivamente 1900-30 e 1970-80), em seu território, a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela falta de dinamismo das atividades agrárias nelas desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do Estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, no qual predomina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos no Estado do Rio de Janeiro – têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso daqueles fornecedores de leite às Cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, os quais embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como alternativa de fonte de renda pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc), nas casas de veraneio, nos hotéis e para as Prefeituras da região.

Constata-se que, em território fluminense, as transformações no espaço rural, como a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, e que pode ser exemplificado com o recorte espacial selecionado: a rodovia Teresópolis – Nova Friburgo, denominada TEREFRI.

A TEREFRI é uma das áreas incluídas no eixo de urbanização que ocorre no “topo da serra” (RUA, 2002), estando localizada nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, e que abastece a RMRJ, apresenta também um tradicional e significativo pólo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma área de turismo alternativo ao de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam a mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc e acabam tendo uma baixa remuneração pela suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas sediadas nos municípios da região. Essa área também produz produtos como, orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

Destarte e a guisa de exemplo da atividade turística, no espaço rural, contribuindo para a geração de emprego e renda para as unidades familiares de produção, no recorte espacial selecionado, constatamos a presença de onze meios de hospedagem, entre hotéis-fazenda e pousadas, dentre eles: Hotel Village Le Canton (Vargem Grande), Rosa dos Ventos (Campinho), São Moritz (Viera), Hotel Fazenda Vrindávna (Prata dos Arredes), Pousada Albuquerque (Albuquerque), Pousada Savognin (Vieira). Em decorrência desses meios de hospedagem, verificou-se em pesquisa de campo, que os mesmos possibilitam empregos associados aos serviços de camareira, garçom, atendente, vigia etc, o que contribui para a alternativa de emprego e complementação de renda.

Cabe ainda mencionar, que ao longo da RJ-130, atividades terciárias são encontradas, voltadas para o comércio e serviços, dentre elas podemos destacar, um total de seis restaurantes, de vinte e cinco estabelecimentos comerciais, além de dezenove espaços culturais (www.clikfriburgo.com.br), os quais empregam mão-de-obra originária dos agricultores familiares, além de estabelecimentos de decoração, material de construção, restaurantes, imobiliárias entre outros.

Essas atividades atreladas turismo e ao veraneio tem contribuído para impactar e modificar o espaço serrano fluminense possibilitando um processo de urbanização, que Rua (2002) identifica como urbanidades no rural, ao longo da TREFRI e em suas imediações, como também contribuído para a mudança de hábitos de parte da população local, em sua maioria agricultores.

Cabe destacar, como complemento a atividade turística, na RJ-130 e imediações, a presença crescente de sítios e residências de final-de-semana (segunda residência) que também são oportunidades de oferta de empregado, como diaristas, caseiros, jardineiros, vigias etc, complementando a renda familiar e revalorizando o espaço rural.

Tais ocupações, de forma alguma, eliminam as atividades agrícolas no espaço em questão, mas contribuem como já mencionado, para a complementação da renda familiar, ao possibilitar as famílias de agricultores sua inserção em atividades não-agrícolas. Essas atividades associadas a pluriatividade, na Terefri, são em sua maioria recentes, mais precisamente da década de 90 do século XX, e conseqüentemente, carecem de informações estatísticas. As informações quanto à geração de emprego e renda ficam prejudicadas do ponto de vista quantitativo em decorrência da ausência de informações, sendo apenas analisadas de forma qualitativa a partir de investigações em campo.

Assim entendemos, que a pluriatividade é um fenômeno que tem se aprofundado em função da diminuição da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural, tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar. E esse fenômeno pode estar associado em áreas de colonização e de industrialização como muito bem analisado por Schneider (1999), ou antigas áreas de exploração de café e cana de açúcar como no estado do Rio de Janeiro, ou ainda em áreas próximas as metrópoles onde proliferam hotéis e pousadas e casas de segunda residência, como na Região Serrana Fluminense, e estudado por Teixeira (1998).

PARA NÃO CONCLUIR

O território fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização (Ribeiro, 2002; Rua, 2002; Santos, 2003), e que tem provocado profundas transformações sócioespaciais. Entre elas destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis fazenda, spas, pousadas, e casas de segunda residência, e a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar, conforme constatou Seabra (2004), em que o estado do Rio de Janeiro apresenta participação expressiva na comercialização agrícola a partir da CEASA-RJ, especialmente as hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, como verificado na Região Serrana Fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e conseqüentemente o aumento da renda familiar. Porém esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próximo a RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

Neste contexto, o espaço rural fluminense se transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais e a manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural vendido ao turista. Sendo assim, cabe a indagar: até que ponto as atividades do turismo rural contemporâneo (RODRIGUES et al., 2001) beneficiam os produtores familiares, com a oferta de empregos não-agrícolas? Não seria mais uma forma de exploração da força de trabalho familiar?

Isto posto, as evidências observadas no estado do Rio de Janeiro nos permitem a indicar a exploração dos produtores familiares, porém novas investigações e reflexões devem ser conduzidas, para uma melhor reflexão a cerca da agricultura familiar, da pluriatividade e do turismo rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs; Unicamp: Hucitec, 1992.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (org) *Agricultura Familiar realidades e perspectivas*. Passos Fundo: EdiUPF, 1999. p. 147-173.

ANJOS, Flávio S. dos. *Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

ARF – Association Ruralist Française . *La pluriactivité das les familles agricoles*. Paris:ARF, 1984.

CARNEIRO, Maria J. *Camponeses, agricultores & pluriatividade*. RJ:Contra-capta, 1998.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision SAIC, 1974. 342p.

CAVACO, Carminda. O mundo rural português: desafios e futuros. IN: RODRIGUES, Adyr B (org) *Turismo Rural* São Paulo:Contexto, 2001.

CIDE. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2001*.

EMBRATUR. *Turismo Rural*. Manual operacional. Brasília, 1994.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília: FAO/INCRA, 1994. (Projeto preliminar)

FERNANDES, Bernarndo Mançano. Espaços Agrários de inclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Petrolina, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar*. In *Anais do Encontro Nacional de geógrafos*. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

ERRINGTON, A., GASSON, R. Labour Use in the Farm Family Business. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.34, n. 4, p. 293-307, 1994.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1995.

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GERMER, Claus M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. *Reforma Agrária Campinas* Vol. 31, nº 1, p.47-61 jan/abr 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

GRAZIANO da SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. *Nova Economia* BH v. 7 n. 1 p.43-81, 1997.

Graziano da Silva & Del Grossi. *A pluriatividade da agricultura brasileira*.
www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congresem/sober1.html.

HESPANHOL, Rosangela A de M. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP*. Rio Claro:UNESP/IGCE, 2000. (Tese de doutorado).

IBGE. *Censos Agropecuários* (1920, 1940, 1950, 1970, 1975, 1980 e 1985).
_____. *Censos Demográficos* (1950, 1970 e 2000).

INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.

JOLLIVET, M. L'Analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire. In: JOLLIVET, M.; MENDRAS, H. *Les Collectivités Rurales Française*. Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village? Paris: Librairie Armand Colin, 1974. p. 155-230.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. Congresso da SOBER, 1998.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Portugal: Proposta, 1980.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar : comparação internacional - uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *Agricultura familiar - do mito à realidade*. Campinas: Unicamp, 1998. 348 p.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana* Belo Horizonte:Humanitas, 1999.

LÊNIN, I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas)

LIMONAD, Ester. *Os lugares da urbanização – o caso do interior fluminense* São Paulo:USP, 1996. (tese de doutorado).

MANN, S., DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. *Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 03, p. 7-21. Jun. 1998.

MARAFON, G. J. e RIBEIRO, M. A. (org.) *Revisitando o território fluminense*. RJ:NEGEF, 2003.

MARAFON et al. *Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro:Gamma, 2005.

MARQUES, M. I. M. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. In: *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

MEDEIROS, S. M. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ e UNRISD, 2002. 127 p.

- MENDRAS, Henri. *Sociétés paysannes*. Paris: Armand Colin, 1976. 368 p.
- MENDONÇA, Maria C et al. Turismo no espaço rural: debate e tendência. <http://dae2.ufla.br/revista2002.htm>
- MOLINA FILHO, J. & BURKE, T. J. *Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura*. Piracicaba: Esalq, 1979. 86 p.
- MOREIRA, Ruy. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy et al. *Anais do Seminário Niterói*: EDUFF, 2001. p. 127-132.
- PRADO JR. Caio. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade rural (1946). In: *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PONTES, Beatriz M S Pequena produção em face da tecnologia e da pesquisa. . *XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Petrolina, 2002.
- POTUGUEZ, Anderson. *Agroturismo e Desenvolvimento Sustentável*. SP:Hucitec, 1998.
- PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, 2000.
- PRONAF- Programa Nacional da Agricultura Familiar Disponível em <http://www.bndes.gov.br/atuar/pronaf.htm>. Acesso em 05/05/2004.
- RIBEIRO, Miguel A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 208 p. p. 13-26.
- RIBEIRO, Miguel A. Tipologia das atividades turísticas: o exemplo do estado do Rio de Janeiro. IN: *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*. UERJ, RJ, n. 13, p.27-38, 2003.
- RODRIGUES, Adyr.(org) *Turismo Rural*. SP:Contexto, 2001.
- RIEDL, Mario et al (Org.) *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul:UNISC, 2002.
- RUA, João. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (orgs.). *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p.43-70.
- SANTOS, A M. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. RJ:FGV, 2003.
- SANTOS, M. *A urbanização Brasileira* SP:Hucitec, 1993.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 359 p.

SCHUKSMITH, M. & SMITH, R. Farm household strategies and pluriactivity in Unpland Scotland. *Journal of Agricultural Economics, Ashford, UK, v. 42, n 3, p.340-353, 1991.*

SEABRA, Rogério. *Comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro. O papel do Sistema CEASA-RJ.* UERJ, Departamento de geografia, 2004. Monografia de Graduação.

SERVOLIN, C. L. *L'Agriculture Moderne.* Paris: Éditions du Seuil, 1989.

SILVA, Eduardo Sol Oliveira da. Estudos sobre agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro: a ausência do PRONAF na Região Noroeste Fluminense. *Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n. 13, p. 75-81. 1º semestre de 2003.*

SILVA, Arlete e ALMEIDA, Maria. Turismo rural na região metropolitana de Goiânia: as especificidades do turismo rural. *Congresso Brasileiro de Geografia.* Goiânia, 2004.

TEIXEIRA, Vanessa. *Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do rio de Janeiro.*(Dissertação de mestrado) UFRRJ, 1998.

VEIGA, José Eli da et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Série Textos para Discussão n° 1.* Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/ CNDRS/ Nead), 2001. 108 p.

WANDERLEY, M. N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. *A Agricultura Familiar.* Paris: L'Harmattan, 1994. v. 2, p. 20-27.

WANDERLEY, Maria de N. B. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Idéias, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54. jul-dez. 1996.*

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN TEDESCO, J. C. (org) *Agricultura familiar: realidade e perspectivas.* Passo Fundo:EDUPF, 1999.

WANDERLEY, Maria de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Anais SOBER, 2000.*

AS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO E RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO DO RURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Hieda Maria Pagliosa Corona (Doutora, Professora/Pesquisadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná)
e-mail: pagliosa@utfpr.edu.br ; hiedacorona@hotmail.com

Osmar Tomaz de Souza (Doutor, Professor/Pesquisador da PUC/RS)
e-mail: osmar.souza@pucri.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a diversidade das estratégias de trabalho e renda das 94 famílias agricultoras das comunidades de Mergulhão, Postinho e Santo Amaro Um, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba. A pesquisa foi realizada entre 2003 e 2005, como parte da construção da tese de doutorado defendida em março de 2006, junto ao programa Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. As estratégias de trabalho estão vinculadas à produção agropecuária para venda e para o autoconsumo, a pluriatividade e o trabalho assalariado agrícola externo, com acesso variado à renda, em função da inserção diferenciada dos agricultores na dinâmica da modernização e na relação com as demandas (hortifrutigranjeiros, produtos orgânicos) e pressões (preservação dos recursos hídricos e florestais) da metrópole. As famílias agricultoras destas comunidades lutam, através de diversas estratégias estabelecidas pelos agricultores na relação com a sua situação social, para manter e preservar seu modo de vida (*habitus*), ao mesmo tempo, que incorpora inovações em função das interrelações que estabelecem com o processo de desenvolvimento rural no contexto metropolitano.

Palavras chaves: agricultura familiar; situação social; estratégias de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar as estratégias de trabalho e da composição da renda das famílias agricultoras das comunidades de Mergulhão (em São José dos Pinhais), Postinho (em Tijucas do Sul) e Santo Amaro Um (em Mandirituba), localizadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde transcorreu a pesquisa com 94 famílias agricultoras e resultou na tese de doutoramento defendida em março de 2006, junto ao MADE/UFPR. Esse propósito revela-se como importante espaço para a reflexão sobre a dinâmica das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, no contexto metropolitano. A partir dos dados e informações coletadas foi possível identificar como a interrelação ou isolamento com o pólo metropolitano e com suas demandas (de mercado – de produtos e de mão de obra, e, mais recentemente, as ambientais), implica em estratégias diferenciadas, as quais revelam uma importante diversidade na situação

social, que contempla os aspectos econômicos e ambientais, das famílias agricultoras e de suas comunidades.

A análise sobre a agricultura familiar está circunscrita ao olhar sobre suas permanências e inovações, no contexto da não homogeneização do espaço rural brasileiro, à revelia da pretensão ufanista do modelo de desenvolvimento, com base na modernização do campo. A exclusão de parcela significativa dos camponeses brasileiros (caboclos, moradores, sertanejos, bugres, etc) e dos colonos que ocuparam regiões importantes do território nacional, principalmente no sul do país, não significou a extinção de categorias de agricultores vinculados a essa tradição, nem de aspectos de seu modo de vida que, pelo contrário, permanecem ativos nas estratégias atuais de permanência da agricultura familiar. Entretanto, a modernização do campo e a dinâmica de desenvolvimento da metrópole, sem dúvidas modificaram aspectos importantes da vida camponesa e constituíram espaços de reprodução da agricultura familiar, dependendo do grau e intensidade tanto do acesso à modernização como da relação com as demandas da metrópole.

A análise está pautada em informações quantitativas e qualitativas, coletadas através de entrevistas com as famílias agricultoras das três comunidades (Mergulhão 22, Santo Amaro Um 40 e Postinho 32) e com informantes qualificados. O processo de investigação teve início no ano de 2003 com as primeiras entrevistas abertas com lideranças da comunidade e com informantes qualificados das instituições públicas e organizações dos agricultores (Sindicatos, Associações, etc). A segunda fase do trabalho ocorreu durante o ano de 2004, com as entrevistas dirigidas através do uso de um formulário, com questões fechadas e abertas, com vistas a coleta mais detalhada de dados e informações sobre a família, a produção, a renda, o uso dos recursos naturais, entre outras. A última fase da pesquisa ocorreu no ano de 2005 e teve como objetivo um detalhamento das trajetórias de vida das famílias na comunidade, através do estudo de famílias pioneiras (5 em Mergulhão, 7 em Postinho e 7 em Santo Amaro Um).

Os resultados da pesquisa realizada com os agricultores familiares circunscritos ao espaço metropolitano revelam a diversidade das situações sociais vivenciadas a partir das relações com a modernização e com as demandas da metrópole. Demandas por alimentos, trabalho e, mas recentemente, pela conservação dos recursos naturais como a água e os remanescentes florestais, o que implica reconhecer as novas ruralidades como espaço de manifestação de tais demandas. O trabalho está organizado para apresentar a diversidade de situações sociais, em que contam o *habitus* familiar, as pressões da conjuntura e os projetos de vida das famílias das três comunidades. Assim, no item 2 será apresentado o referencial teórico e metodológico de construção do presente artigo, no item 3 os dados e informações que contribuem para identificar a diversidade das situações sociais e das estratégias de trabalho e renda e, por último algumas notas conclusivas.

2. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.

As referências teóricas que permitiram analisar as estratégias de trabalho estão circunscritas ao debate sobre a reprodução social. O ponto de partida foi buscar algumas referências no pensamento marxiano (MARX e ENGELS, 1989; MARX, 1985) sobre a reprodução material e imaterial das coletividades humanas, observando, nessa construção teórico-metodológica, o movimento de permanência e inovação e a noção das múltiplas dimensões contidas no processo de reprodução. O passo seguinte foi a ampliação do quadro analítico com as contribuições de Bourdieu (BOURDIEU e PASSERON, 1982; BOURDIEU, 1990, 1991, 2001, 2002) , o qual procura, através dos conceitos de “habitus” e “estratégias”, recuperar o “lado ativo do conhecimento prático abandonado pela tradição materialista” (BOURDIEU, 2001, p.167). Para ele, o processo de reprodução social é orientado pelo “senso prático” para resolver os problemas concretos da vida cotidiana. Senso prático contido nas estratégias estabelecidas para garantir a reprodução social, as quais são informadas pelo *habitus* (história) e pelos projetos de futuro dos atores sociais circunscritos num espaço físico e social. Nesse sentido, as contribuições de Raynaut *et al* (1994 e 2002) na formulação do conceito de “situação de vida” foram pertinentes porque permitiram avançar na compreensão da relação entre as disposições para o agir e o estabelecimento das estratégias de reprodução social, as quais estão em e na relação com as condições sociais e ambientais nas quais se realizam tais ações.

As referências para pensar o rural e a agricultura familiar levaram em conta as contribuições de diversos autores, entre eles Mendras (1978), Lamarche (1993), Wanderley (1996, 1999, 2000), Veiga (2002) e Ferreira (2002). As contribuições são no sentido de reconhecer a diversidade e a importância do rural brasileiro, em especial da agricultura familiar, como um espaço de reprodução de uma parcela significativa da população brasileira, com participação significativa na renda agrícola e na importante produção de alimentos. Esse espaço, segundo Ferreira (2002), revela que, sob a ótica do modelo de desenvolvimento dominante, ficou circunscrito às desejadas metas de inovação tecnológica e organizacional da produção agrícola e de sua crescente integração ao mercado. Metas que previam a modernização do modo de vida rural, a qual é vista, nessa lógica, como a aquisição de disposições para a mudança e a capacitação profissional para utilizar as novas tecnologias, no sentido da especialização do trabalho.

Nessa perspectiva, pode-se compreender o rumo das transformações ocorridas em nossa agricultura e no rural brasileiro. Uma das principais características das políticas modernizadoras foi o apego aos objetivos de mudança da base técnica e de aumento da produção. A diversidade dos problemas presente na nossa agricultura foi reduzida e fragmentada e a ela foram apresentadas algumas soluções técnicas que a fizessem vencer o “atraso”. Sob esta orientação, novas formas de agricultura tecnificada foram sendo adotadas em detrimento das formas tradicionais, além de novos padrões de produtividade, novos padrões de consumo, entre outras práticas (MADE, 2003). Estas mudanças provocaram a reconfiguração social do meio rural,

o qual passou a ser percebido como espaço predominantemente destinado à produção, deixando de considera-lo enquanto espaço de trabalho e de vida. (WANDERLEY, 2000).

Nesse sentido é que ocorreram as transformações da vida camponesa e a emergência do que se define atualmente como agricultura familiar. Agricultura familiar passa a ser entendida como aquela em que a propriedade da terra e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a “interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão de patrimônio e a reprodução do estabelecimento” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Para Wanderley (1999), a combinação destes fatores não é apenas um detalhe, é uma característica que tem conseqüências para a forma como esta agricultura age econômica e socialmente. Isto poderia explicar a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações. O “lugar da família”, para a autora, constitui-se no elemento de referência e convergência no esforço estratégico para constituir e reproduzir o patrimônio fundiário familiar, o qual permite garantir sua reprodução social. Ainda segundo Wanderley (1996), estas formas tentam adaptar-se aos impactos da cultura urbana, da centralidade do mercado e da globalização da economia.

Mendras (1978) já havia alertado para o fato de que havia uma perda crescente da autonomia tradicional das unidades familiares decorrentes da subordinação e integração destas à sociedade envolvente e do esvaziamento das sociedades locais provocadas pelo êxodo rural. Assim, a racionalidade moderna se apodera da organização familiar e a modifica, sem que isso signifique necessariamente a exclusão de aspectos da tradição camponesa. Nas palavras de Wanderley: “os agricultores modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo” (1996, p.14).

Para compreender a dinâmica das estratégias familiares na relação com a dinâmica metropolitana conduziu a opção pelo estudo de comunidades rurais. Pareceu ser a opção mais adequada, porque como diz Morin (1998, p. 163), uma comunidade é:

Um território trabalhado pela história, uma sociedade tributária do espaço [...] é um organismo que dispõe de uma politéia, ou seja, de instituições e de vida pública. Classes sociais que compõem a sociedade. Nela estão em ação energias sociais. Nela se enraízam, e se desenvolvem, e estão em jogo, vidas. Uma comuna é uma unidade complexa. Mas é ao mesmo tempo uma célula num grande corpo social. Estes dois caracteres são indissociáveis” (MORIN, 1998, p. 170).

Este quadro de análise permitiu um olhar sobre o rural metropolitano que superasse a invisibilidade identificada tanto nas políticas públicas para a RMC, como no conceito e expectativas em relação ao que se denomina “região metropolitana”, vinculado ao urbano e ao industrial. Tornar visível este rural metropolitano requereu, em primeiro lugar, compreender a dinâmica do rural da Região Metropolitana de Curitiba. Para isso foi realizado um diagnóstico socioeconômico e ambiental

e, em seguida, entrevistas direcionadas aos representantes de instituições públicas, associações de agricultores, sindicatos dos trabalhadores rurais e diversas lideranças das comunidades rurais. Tal etapa permitiu a escolha das três comunidades porque elas atendiam aos interesses de investigação sobre a diversidade socioeconômica e ambiental da agricultura familiar da RMC.

A segunda caracterizou-se pela entrevista dirigida, através da aplicação de um formulário com 94 famílias agricultoras das três comunidades selecionadas (22 famílias em Mergulhão; 32 famílias em Postinho; 40 em Santo Amaro Um), em que foram levantados dados sobre a dinâmica social, econômica e ambiental dessas famílias. A terceira fase contemplou uma série de 19 entrevistas guiadas (7 em Santo Amaro Um; 7 em Postinho 5 em Mergulhão), semi-estruturadas, gravadas e transcritas, de caráter mais qualitativo, visando compreender a trajetória das famílias no estabelecimento familiar e na comunidade.

Para interpretar os dados sobre a composição da renda, a opção foi considerar a renda total bruta do ano de referência (julho 2003/2004) e dividi-la em 4 níveis de “renda total bruta *per capita* mensal”: 1 - até $\frac{1}{2}$ SM; 2 - de $\frac{1}{2}$ a 1 SM; 3 - de 1 a $1\frac{1}{2}$ SM; 4 - acima de $1\frac{1}{2}$ SM (Referência: 1 Salário Mínimo vigente no período da pesquisa – R\$ 260,00). A “renda total bruta *per capita* mensal” foi composta com a “renda monetária bruta *per capita* mensal” mais a “renda consumo bruta *per capita* mensal”, como forma de melhor compreender a dinâmica das estratégias de reprodução das famílias. A construção do valor da renda *per capita* mensal ocorreu com a divisão do valor da renda bruta (monetária e consumo) pelo número de membros residentes no estabelecimento e pelos meses do ano.

A renda monetária bruta é resultado da venda da produção agropecuária, da silvicultura, dos derivados da produção agropecuária, do artesanato produzido pela família, do assalariamento agrícola fora do estabelecimento familiar e da renda não agrícola (pluriatividade), sem descontar os custos da produção agropecuária (estimado pela declaração dos agricultores entre 40 a 60% do total). A renda consumo bruta tem origem na produção agropecuária e de seus derivados que são consumidos pela família e pelas criações, ou usados na manutenção da fertilidade do solo. Ela foi calculada levando em conta os preços pagos aos produtores no CEASA, preços pagos no atacado que constam no site do DERAL (SEAB) e do programa “fábrica do agricultor” (EMATER/SEAB). Destaca-se o fato de que, no cálculo da renda consumo não foi possível mensurar os produtos oriundos das hortas e pomares caseiros, pois não foram quantificados na hora da entrevista, o que significa que a renda consumo está sub-avaliada.

É importante destacar que para analisar a composição da renda, somente foi possível tomar os dados de renda bruta, pois essa fase da pesquisa de campo foi realizada de forma coletiva com 5 doutorandos vinculados a linha: Ruralidades, Ambiente e Sociedade (MADE/UFPR), na perspectiva do trabalho interdisciplinar, sendo que a maioria optou pela coleta dos dados da renda bruta. Mesmo assim, o entendimento é de que os dados da renda quando analisados na relação com a dinâmica das estratégias de trabalho e ocupações, referendadas nos depoimentos dos entrevistados na última fase de pesquisa de campo, tende a ultrapassar os limites de tais dados.

3. AS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO E A COMPOSIÇÃO DA RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DAS COMUNIDADES DE POSTINHO, MERGULHÃO E SANTO AMARO UM.

Em Mergulhão, residem cerca de 28 famílias agricultoras e a pressão da metrópole se faz presente. É uma comunidade que fica próxima do núcleo urbano de São José dos Pinhais e de Curitiba e faz divisa com a APA (Área de Proteção Ambiental) Estadual do Rio Pequeno, vinculada à captação de água para abastecer a metrópole. Em função disso, a comunidade enfrenta problemas como restrições no uso das terras, restrições ambientais, edificação de condomínios residenciais, entre outros. As terras são mais planas e apresentam uma vegetação vinculada às reservas obrigatórias. São agricultores familiares que ocupam pequenas extensões de terra, de origem italiana e polonesa e têm sua produção dominante vinculada a olericultura direcionada para o CEASA e frutas como o morango e a uva, essa última voltada para a produção do vinho colonial.

Existe também, porém em menor escala, a produção para o consumo que, em muitos casos, é ampliada para ser vendida aos “turistas” do “caminho do vinho” – programa de incentivo às atividades extra-agrícolas. Esse programa promoveu a pluriatividade dos agricultores, os quais, em sua maioria, voltam-se para a industrialização e comercialização direta de seus produtos, fazendo com que nessa região o turismo rural se faça presente. Associados à produção e venda de produtos, hoje a comunidade possui pesque-pagues, restaurante, lanchonetes e festas que atraem um número significativo de turistas. Na festa que ocorreu em setembro de 2004 os organizadores estimaram 12000 pessoas presentes e, em 2005, em torno de 15000 pessoas.

A comunidade Postinho está localizada a 30 Km da sede do município de Tijucas do Sul e em torno de 120km de Curitiba. Predomina um relevo muito acidentado pela sua localização na Serra do Mar e em seu entorno encontram-se grandes empresas de reflorestamento (basicamente de pinus) ocupando grandes extensões de terra e empregando um número significativo de moradores de Postinho. Residem na comunidade aproximadamente 140 famílias, entre as quais 40 podem ser identificadas como agricultoras (possuem e cultivam a terra) e pluriativas, já que, na maioria dos casos, pelo menos um membro de cada família agricultora “vai para os pinus” como assalariados. A agricultura é de base familiar, de origem étnica brasileira (cabocla), desenvolvida em pequenas propriedades rurais.

Na produção, predomina o sistema milho/feijão (sistema tradicional da região) voltado para a subsistência, associado, em algumas propriedades, com a produção do fumo. A tecnologia utilizada é de base camponesa, com predomínio do arado de tração animal e equipamentos manuais (enxada, foice, etc). É considerada pelo poder público como uma comunidade empobrecida, com muitas famílias vivendo em precárias condições de vida. Observa-se que as políticas públicas que mais chegam a essa comunidade são de cunho assistencial, principalmente destinadas às famílias que trabalham para as grandes empresas de reflorestamento, pois, segundo informações da EMATER e Prefeitura Municipal, em torno de 50% das famílias

residentes receberam cestas básicas (na gestão de 2000 a 2004). A prefeitura prioriza políticas de educação, saúde e de infra-estrutura (estradas).

Em Santo Amaro Um, residem por volta de 45 famílias de agricultores familiares, os quais ocupam pequenas áreas de terras e são de origem brasileira (caboclos) e polonesa. Essa comunidade registra mudanças promovidas pela ação dos governos municipais e da EMATER, através das políticas públicas voltadas diretamente ao fomento da agricultura, as quais constituíram o parque de máquinas, abriram estradas, desenvolveram cursos de orientação técnica e estimularam a conversão da produção tradicional de milho/feijão para hortifrutigranjeiros. Tal conversão foi facilitada pela possibilidade de acesso ao CEASA (30Km), o que proporcionou uma melhoria significativa nas condições de vida das famílias.

Essas mudanças são percebidas na paisagem pois, tendo um relevo bastante ondulado, bem servido de água, o mosaico é definido pela produção de hortaliças, frutas, alguns aviários de grande extensão e, segundo as lideranças locais, várias unidades de “lavadeiras” de produtos que vão para o CEASA (oriundos da comunidade e de fora, inclusive de outros Estados). Aliada à produção voltada para o mercado, há uma significativa produção voltada para o consumo das famílias e uma também significativa reserva de mata. O uso intensivo de tecnologia e de mão de obra, próprio desse tipo de produção, faz supor que haja, por um lado, danos ao meio ambiente e, por outro, a permanência da população mais jovem pela possibilidade de trabalho e de renda.

Observando os dados do quadro 1 e dos gráficos 1, 2 e 3, abaixo, é possível identificar que a maioria das famílias em Mergulhão (14 das 22) possui uma renda mensal per capita bruta superior a 1½ salário mínimo e atinge um valor máximo de R\$2.691,11. Em Postinho, os números estão distribuídos de forma mais proporcional entre as famílias com renda de até ½ SM per capita bruta mensal (9 das 32), de ½ a 1 SM (10 das 32) e das famílias com mais 1½ SM (8 das 32) e atinge um valor máximo de R\$ 1.170,00. Em Santo Amaro Um, também, há uma distribuição proporcional entre os quatro níveis de renda: 8 famílias possuem renda até ½ SM per capita bruta mensal, 9 famílias possuem renda entre ½ a 1 SM, 12 famílias têm renda entre 1 a 1½ SM, e 11 com renda per capita bruta mensal superior 1½ SM e atinge um valor máximo de R\$1.448,05. Assim, pode-se constatar que 18 (19%) famílias encontram-se na linha de pobreza (com renda per capita mensal até ½ SM) conforme um dos principais critérios do IPARDES (2003) para o estudo sobre as famílias pobres do Paraná. Esse índice é comparativamente inferior à taxa de pobreza do Estado em 2000 – de 20,17% da população – e bem menor que o índice para as áreas rurais – de 32,9% da população.

Quadro 01 – Renda bruta mensal total per capita das famílias agricultora

Comunidades	Renda <i>Per capita</i> total				Total
	Até ½ SM	De ½ a 1 SM	De 1 a 1½ SM	+ 1½ SM	
Mergulhão	1	3	4	14	22
Postinho	9	10	5	8	32
Santo Amaro	8	9	12	11	40
Total	18	22	21	33	94

Fonte: Pesquisa de campo, Turma V, MADE, 2004.

Supõe-se que a produção de autoconsumo considerada na composição da renda dos agricultores é um diferencial importante para melhor dimensionar a importância dessa produção na redução da pobreza rural e qualificar melhor os dados para além da renda monetária informada pelos dados censitários. Assim, pode-se afirmar que, no contexto da agricultura familiar das três comunidades, a pobreza é menor que a média estadual e da população rural, resguardado o fato de que os critérios de análise são mais abrangentes e mais próximos da realidade deste segmento de agricultores.

Nos gráficos seguintes, é possível observar a composição da renda bruta *per capita* mensal total, com distinção do que é proveniente da renda monetária e da renda consumo. O dado que chama mais a atenção é que, de maneira geral, a produção de autoconsumo está presente em todos os estabelecimentos das três comunidades. Em Mergulhão, a renda estimada para o autoconsumo é mais baixa para a maioria das famílias, o que leva a supor que nessa comunidade encontra-se o menor volume e a menor diversidade da produção de autoconsumo. No entanto, há uma distância significativa entre os valores oriundos do autoconsumo e da renda monetária, porque essa última é significativamente maior e permite assegurar a aquisição dos produtos que atendam às necessidades da família.

Figura 01 – Gráfico da composição da renda bruta per capita mensal total.

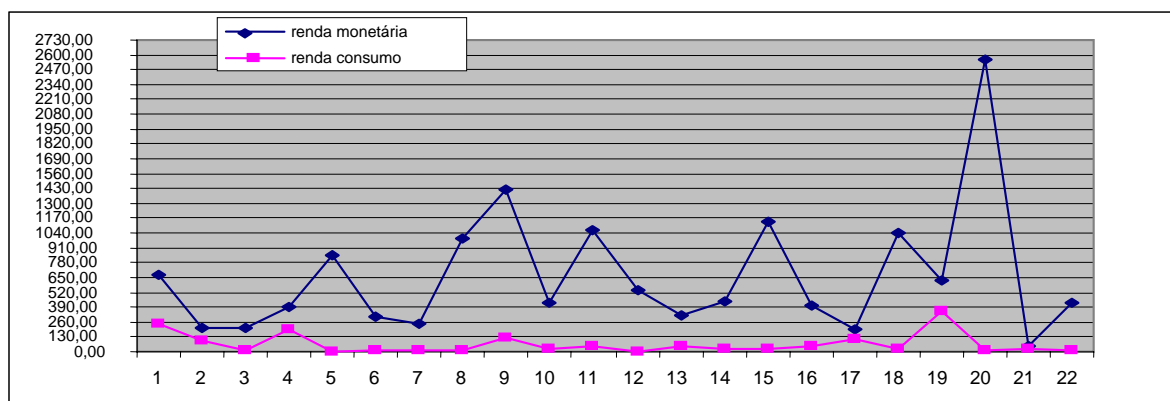


Figura 02 – Gráfico da composição da renda bruta per capita mensal total

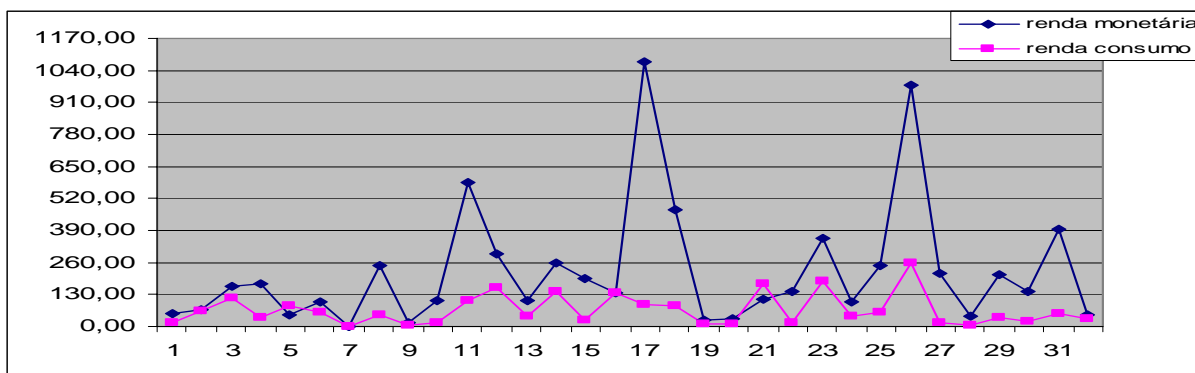
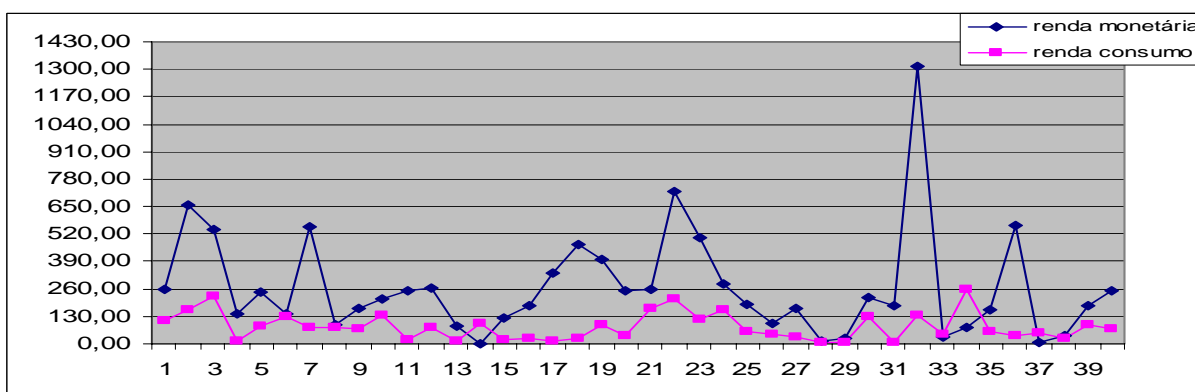


Figura 03 – Gráfico da composição da renda bruta per capita mensal total.



Fonte: Pesquisa de campo, Turma V, MADE, 2004 – OBS: entrevistado 14 não declarou renda monetária.

No caso de Postinho e Santo Amaro Um, a presença da renda consumo é mais significativa, tanto em relação ao número de agricultores como à renda estimada para o autoconsumo. Não há uma diferença expressiva entre as curvas da renda consumo e renda monetária para a maioria das famílias de Postinho, com exceção apenas para quatro casos em que as linhas distanciam-se, o que denota a importância dessa produção para a manutenção dessas famílias. O perfil do autoconsumo mostra que nessa comunidade ele se apresenta como uma importante estratégia de reprodução dessas famílias, com a presença de uma relativa diversificação dos produtos. Em Santo Amaro Um, a presença da renda consumo também é significativa, porém ela ocorre em menor volume e diversificação, apresentando uma distância importante entre as linhas de renda monetária e renda consumo (mais ou menos 10 entrevistados), o que demonstra a importância da renda monetária nesses casos.

Como vimos no indicador sobre a renda total mensal *per capita* das famílias pesquisadas, há uma importante diferenciação de acesso à renda que precisa ser compreendida tomando-se como ponto de partida as estratégias de trabalho. A composição da renda monetária das 22 famílias de agricultores de Mergulhão mostra a presença importante da produção agropecuária e da

pluriatividade¹. A pluriatividade nessa comunidade está ligada às oportunidades que se abrem através de políticas públicas que estimulam a conversão dos sistemas produtivos e de exploração dos recursos, com impactos negativos ao meio ambiente, no intuito de conservar os recursos hídricos (Rio Pequeno que fica na comunidade é um dos pontos de captação de água para Curitiba). Tais políticas vêm estimulando o turismo rural e a conservação da paisagem rural, como formas de atrair os cidadãos. Faz-se necessário destacar o fato de que o turismo rural nesta comunidade e região está recomendado no 2º PDI (Plano Integrado de Desenvolvimento da RMC) de 2002, desenvolvido pela COMEC (Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba), como forma de atender às políticas de preservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais, para assegurar o fornecimento e a qualidade da água para a metrópole.

A pluriatividade, nesse caso, está diretamente relacionada com a produção agropecuária tradicional dessa comunidade, principalmente da uva, do gado e das “miudezas” (salame, queijo, doces, ovos, pães, conservas, leite, etc). Essa produção tradicional hoje ocupa lugar de destaque nas estratégias voltadas para o turismo rural, especialmente nas cantinas de vinho com venda das “miudezas” produzidas pelas famílias. Como extensão dessas atividades agrega-se os pesque-pagues, a festa do vinho (reúne até 15.000 pessoas), os restaurantes, cafés coloniais, entre outros. Em Mergulhão, pelos dados da pesquisa de campo, são 12 das 22 famílias que possuem atividades não-agrícolas. Dessas 12, 8 estão vinculadas ao turismo rural (5 cantinas de vinho, 1 restaurante/lanchonete, 2 pesque-pagues, todos com venda de produtos artesanais – as “miudezas”, entre outros. Das outras 4, 3 famílias têm membros assalariados não agrícolas fora do estabelecimento e 1 assalariado agrícola fora do estabelecimento.

Há uma melhoria significativa da infra-estrutura voltada para o turismo rural, com investimentos pelas famílias na construção e em equipamentos mais adequados para a produção do vinho e demais produtos artesanais, bem como para a comercialização direta com os consumidores. Investimento do poder público que vem transformando a comunidade com estradas adequadas para o acesso dos cidadãos, com estabelecimento do “Caminho do Vinho” com placas indicativas na frente de cada estabelecimento familiar que participa desse programa, bem como na infra-estrutura para a Festa do Vinho.

Vale destacar que essas estratégias estão inseridas na lógica de reprodução social responsáveis historicamente pela permanência das famílias na comunidade, ou seja, elas estão vinculadas ao saber e às experiências concretas dos agricultores, os quais transformam esses saberes e experiências (habitus) em oportunidades de renda e de trabalho de acordo com as oportunidades do contexto em que vivem. Na maioria dos casos das famílias pluriativas, observa-se a presença forte (incluindo o retorno) dos filhos participando de algum modo das decisões e diretamente do trabalho com divisões de tarefas e estabelecimento de funções. O retorno aos

¹ Para SCHNEIDER (1998), é uma estratégia da família agricultora que passa a diversificar as fontes de renda pela inserção de seus membros nos diferentes setores econômicos. Especificamente, no mercado urbano-industrial; em novas atividades no espaço rural (lazer, turismo, conservação da natureza, prestação de serviços, etc); ou ainda na expansão das atividades de beneficiamento dos produtos rurais e agregação de valor destinados ao mercado local de consumo.

estabelecimentos familiares está vinculado a abertura de novas possibilidades para aproveitar o turismo rural (cantinas modernas de vinho e artesanato, pesque-pagues com lanchonete, restaurantes, salão de festas, futura pousada, etc). Vinculado, também, a proximidade com São José dos Pinhais (5km) e com Curitiba (25km) que promoveram uma relação estreita com as demandas do meio urbano, inclusive responsável pela relação mercantil de venda de alimentos e “miudeza” para os cidadãos desde meados do século XX, bem como pelo assalariamento de filhos dos pioneiros (chegaram a comunidade no final do século XIX). Soma-se a esse processo, o envelhecimento da população residente² tende a abrir maior espaço para os filhos e netos, facilitando esse movimento de retorno ou mesmo de permanência daqueles que já residiam no estabelecimento familiar. São possibilidades reais que de certo modo garantem a permanência da grande maioria das famílias nos estabelecimentos rurais em Mergulhão, situado na franja do centro metropolitano.

Se a fonte que participa com maior volume nos recursos financeiros da família for tomada como ponto de partida, verifica-se, no caso das 22 famílias de Mergulhão, o seguinte: 6 têm mais de 80% da renda monetária oriunda da produção agropecuária (14 têm alguma renda da produção agropecuária); das 5 cantinas de vinho (agricultor 1, 8, 10, 16, 19), 3 têm mais de 70% da renda monetária oriunda das cantinas, 1 tem 43% e o outro apenas 3% porque tem no interior do estabelecimento uma oficina mecânica que rende 90% do total dos ganhos familiares, o que reafirma a pluriatividade dessa família; 4 têm mais de 50% dos recursos financeiros oriundos de aposentadoria (13 aposentados); 1 família obtém 71% da renda com o pesque-pague; 1 família obtém 68% da renda do salário da esposa e filhas; 1 família obtém 65% da renda de aluguel de imóveis; e 1 tem 50% da renda oriunda da produção agrícola e 50% do trabalho assalariado do responsável em trabalho agrícola fora do estabelecimento.

A força do trabalho familiar nos estabelecimentos dos agricultores dessa comunidade pode ser observada nos dados sobre a mão de obra utilizada. Em 100% dos estabelecimentos, a mão de obra é basicamente familiar. Em 12 estabelecimentos, há contratação de trabalhadores temporários (diaristas) os quais, em muitos casos, são pessoas da própria comunidade. Há apenas 1 família com 1 trabalhador assalariado permanente. A troca de dias é usada por 3 famílias, variando de 5 a 10 dias no ano e em 1 caso com troca de 80 dias de trabalho no ano. Em relação à ocupação dos membros residentes no estabelecimento familiar, os dados mostram que a totalidade das famílias de Mergulhão possui 1 ou mais membros na condição de agricultor (40 membros como atividade principal e 12 como atividade secundária). Das 22 famílias, 12 disseram que têm membros com renda não agrícola (dentro ou fora do estabelecimento): 17 membros como atividade principal e 3 como atividade secundária. Há, ainda, 3 famílias que disseram ter membros nas agroindústrias, 4

² Processo de envelhecimento da população ocorre seja porque ficam os mais velhos (46% dos responsáveis estão na faixa etária acima de 50 anos) no estabelecimento rural e migram os mais jovens (média de filhos: 2,6 - média de filhos residentes: 1,8), seja porque a proporção de idosos acima de 61 anos é de 12,5% sobre a população total da comunidade (a média do PR de 65 anos e mais é de 5,8%). Destaque-se o fato de que 10 (dos 91) residentes são aposentados que têm nas aposentadorias a principal fonte de renda monetária da família (ultrapassa a 50% do total da renda).

pessoas como atividade principal e 2 como atividade secundária; 3 famílias com 3 membros assalariados agrícola fora do estabelecimento e 1 família com 1 membro como autônomo.

Em Postinho, o quadro modifica-se em muitos aspectos. Inicialmente, percebe-se que a origem da renda das 32 famílias é mais representativa em duas atividades: o trabalho assalariado ou autônomo agrícola fora do estabelecimento familiar (16 casos) e a produção agropecuária no estabelecimento da família (16 casos). Analisando a participação de cada atividade na composição do conjunto da renda de cada família verifica-se que 9 dos 16 casos de trabalho assalariado ou autônomo agrícola fora do estabelecimento³ têm mais de 50% da renda proveniente dessas atividades e 8 dos 16 casos que têm renda oriunda da produção agropecuária têm mais de 50% da renda proveniente dessas atividades, sendo que 7 são produtores de fumo e 1 de grãos. O que chama a atenção é o fato de que, dos 8 com mais de 50% na renda oriunda da produção agropecuária, 5 complementam a renda com atividades agrícolas remuneradas fora do estabelecimento (3), 2 são pluriativos e 3 têm 100% da renda da agricultura. Dos 9 com renda do trabalho agrícola fora do estabelecimento, 5 têm 100% da renda monetária oriunda dessa atividade, 2 complementam a renda com a produção agrícola e 1 com aposentadoria. Deste modo, os dados confirmam a importância das estratégias do trabalho agrícola externo e da pluriatividade na composição da renda monetária das famílias agricultoras de Postinho, bem como a importância da produção do fumo como uma estratégia de obtenção de renda monetária agrícola porque garante, entre outros aspectos, a comercialização. A terceira principal fonte de recursos são as aposentadorias porque, dos 10 aposentados ou pensionistas na comunidade, 8 têm mais de 50% da renda familiar proveniente da aposentadoria ou pensões. A quarta principal renda é o extrativismo com transformação do carvão porque 6 famílias vendem carvão vegetal e, dessas, 2 obtêm mais de 50% da renda com essa atividade. Há ainda 5 famílias com renda não agrícola (1 com mais de 50%) e 6 com renda de programas sociais com menor participação no valor total.

Observa-se que os agricultores selecionados pertencem a essa comunidade há muito tempo e a grande maioria faz parte das famílias pioneiras, as quais vêm reproduzindo algumas estratégias de sobrevivência ao longo de suas trajetórias. Trajetórias sempre marcadas pelo assalariamento agrícola ou não agrícola externo ao estabelecimento, como também, pelo extrativismo e a produção clandestina de carvão. Tais atividades tradicionais dessa comunidade não guardam nenhuma semelhança com a produção artesanal de Mergulhão, onde as famílias transformam a produção agropecuária para venda direta aos consumidores, constituindo uma marca que identifica essa comunidade pelos seus produtos “da colônia”. Outro aspecto importante é o fato de que as aposentadorias e pensões têm uma importância vital para a manutenção de muitas famílias em Postinho, muito diferente do que ocorre em Mergulhão, onde as aposentadorias, mesmo sendo em geral do mesmo valor, participam com um baixo percentual na composição da renda

³ No que se refere às atividades agrícolas fora do estabelecimento, na grande maioria dos casos, estão vinculadas ao trabalho com as empresas de reflorestamento, como diaristas ou como empreiteiros para o corte, replantio e transporte no interior do reflorestamento que, em muitos casos, é feito com o uso dos cavalos de propriedade da família. No entanto, muitos diaristas também prestam serviços para as famílias agricultoras.

familiar. As dificuldades de reprodução da agricultura familiar de Postinho traduzem, de certo modo, o isolamento físico e social em que vivem essas famílias, tanto pela distância, pois a comunidade fica em torno de 35km de Tijucas do Sul e a 120km de Curitiba e conta com precária infra-estrutura de transporte, como pela ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Observando o quadro da mão de obra utilizada no estabelecimento, é possível melhor compreender o quadro das estratégias de trabalho e de composição da renda familiar. Das 32 famílias, 100% utilizam mão de obra familiar. O que chama a atenção é que 15 das 32 famílias utilizam trabalhadores temporários, o que segue a tendência das demais comunidades (12 famílias em Mergulhão e 21 em Santo Amaro Um), mas, no entanto, mesmo que em número reduzido, é em Postinho que há mais trabalhadores permanentes, pois 3 agricultores disseram contar com essa modalidade de trabalho (nenhum em Santo Amaro Um e 1 em Mergulhão). A estratégia de troca de dias e do pichirum (trabalho coletivo típico do lugar) ainda estão presentes na comunidade. O mais importante é o trabalho de troca de dias entre as famílias, porque são 19 famílias que usam essa modalidade de trabalho compartilhado e duas (2) famílias declararam ainda usar do pichirum, uma envolvendo 10 pessoas e a outra disse envolver 80 pessoas. Esse quadro vem reafirmar a necessidade do trabalho dos diaristas como estratégia suplementar ao trabalho familiar que se vê em grande medida comprometido com o trabalho assalariado fora do estabelecimento. Para garantir a produção agrícola, mesmo apenas para o autoconsumo, é preciso recorrer ao trabalho externo à família. Há, também, as necessidades dos produtores de fumo nos períodos de colheita e secagem deste, os quais demandam mais mão de obra, inclusive, é na produção do fumo que mais se ouvia falar da troca de dias ou do pichirum (“mais pequeno” como disse o entrevistado 27).

Ao que parece, a tradição também está presente nessa dinâmica do trabalho na comunidade, porque os antigos pichirum eram realizados na maioria das vezes nos períodos de muito trabalho na lavoura, seja pelo volume dos cultivos e das técnicas mais rudimentares, seja porque os responsáveis e os homens mais velhos muitas vezes estavam ausentes, trabalhando em lugares distantes para prover os recursos monetários de forma a manter a família no estabelecimento rural. Há, portanto, a permanência de estratégias de trabalho e de obtenção da renda monetária que são tradicionais na comunidade e as mudanças verificadas estão vinculadas mais às oportunidades que se abriram com as empresas reflorestadoras que ficam no entorno da comunidade, o que penaliza menos as famílias porque os deslocamentos agora são mais curtos e a presença mais freqüente dos homens da casa está assegurada.

É possível supor que as precárias condições de vida de grande parte das famílias de Postinho estão relacionadas com as restritas possibilidades para uma agricultura que ultrapasse a produção tradicional voltada para o autoconsumo e o vínculo (necessário) da produção agrícola com o cultivo do fumo, pelas condições de acesso à assistência técnica, infra-estrutura e comercialização garantida pelo sistema de contratualização. Precariedade, também, pelas condições do trabalho assalariado ou “empreitado” realizado pelas famílias, porque, na maioria dos casos, são mantidos sob regime informal e sem nenhum tipo de garantia trabalhista ou de segurança no trabalho. Em

geral, são contratados e têm seus serviços fiscalizados pelos chamados “gatos” ou pelos “capatazes” das empresas terceirizadas, que são os intermediários entre as empresas reflorestadoras e os trabalhadores. Soma-se, ainda, a falta de políticas públicas que ultrapassem os programas (necessários) de assistência social e invistam nas potencialidades das famílias e da comunidade.

A constatação, portanto, é de que, no caso de Postinho, são as atividades agrícolas remuneradas fora do estabelecimento, em geral realizadas pelo responsável e ou filhos mais velhos, a principal fonte de renda de grande parte das famílias pesquisadas. A pluriatividade também é uma importante estratégia amparada na tradição dos agricultores dessa comunidade, principalmente através do assalariamento em atividades não-agrícolas e da transformação extrativista do carvão. A produção agropecuária está, em grande parte dos casos, associada ao autoconsumo da família e da criação e, com menor número de produtores, à produção do fumo, grãos, batata salsa, inhame e a pecuária. Destaca-se uma das estratégias encontradas apenas aí: os agricultores recorrem ou ao trabalho remunerado (ou autônomo) em atividades externas ao estabelecimento familiar ou utilizam suas terras para a produção mercantil, dependendo da avaliação que a família faz sobre qual é mais vantajosa em dado momento. Essa avaliação sobre o que é mais pertinente para a família depende, normalmente, das dificuldades enfrentadas para obter a renda monetária, dos preços de seus produtos no mercado, das condições de financiamento da produção, do acesso à assistência técnica, da disponibilidade de mão de obra e da penosidade ou não para a família.

Essa mobilidade constante entre agricultura e trabalho externo ao estabelecimento familiar é uma estratégia fundamental na reprodução social dessas famílias, no entanto, pode-se supor que essa inconstância coloca a família e o estabelecimento em situações de maior vulnerabilidade econômica e social, afinal, a fragmentação das experiências produtivas rompe com a acumulação de aprendizados que podem ser convertidos para outras experiências agrícolas e, por isso, ficam muito dependentes da assistência técnica e da pauta de produtos que facilitam o processo de produção e comercialização. Claro que esses fatores não estão dissociados da falta de políticas públicas e assistência técnica mais presentes e voltadas para a agricultura, nem dos problemas concretos com o isolamento em relação aos mercados, mas pode explicar porque as experiências de mudança dos sistemas produtivos tradicionais, nas décadas de 80/90, não obtiveram grandes resultados. Esses aspectos podem ser validados pelo fato de que as experiências mais positivas, ou as famílias se encontram em melhores condições de vida, são aquelas que são produtoras de fumo e salsa ou criam gado (entrevistados 12, 18, 23, 25, 26) há mais tempo, mantendo uma produção mais diversificada para o autoconsumo. Mas são famílias também pluriativas já que em todas elas há um ou mais membros com alguma atividade extra-agrícola, como o trabalho assalariado de filho/filha ou esposa ou os responsáveis que são “freteiro” (transporte) e/ou “carvoeiro” (limpa, empacota e vende carvão).

Em Santo Amaro Um, a força da produção agropecuária se revela nos dados apresentados a seguir. Dos 40 agricultores entrevistados, 38 têm renda oriunda da produção agropecuária e, desses, 25 têm mais de 50% da renda total proveniente dessas atividades. A maior

parte dos derivados da produção agropecuária é destinada ao consumo familiar, mas alguns vendem o excedente de ovos, leite, mel (no caso do entrevistado 34, a venda do mel representou 56% da renda familiar), bem como alguns poucos produtos artesanais, como conservas (só o entrevistado 7: 0,1% da renda), bolos, bolachas e tortas para venda aos vizinhos (só o entrevistado 10) e queijo (entrevistados 10 e 30), o que denota a pequena contribuição dessa renda para a grande maioria dos entrevistados, muito diferente de Mergulhão. Dos 11 aposentados ou pensionistas da comunidade, 7 têm mais de 60% da renda familiar proveniente dessa fonte de recursos. Existem 11 famílias com renda proveniente do trabalho não agrícola, mas apenas 3 têm mais de 60% dessa fonte e 1 caso no qual a renda é dividida entre 50% da produção agrícola e 50% do trabalho não agrícola. Ao inverso de Postinho, em Santo Amaro Um, a maior incidência de trabalho externo ao estabelecimento é o trabalho não agrícola, com 11 casos, dos quais 7 famílias têm mais de 60% da renda proveniente dessa fonte de recursos. O trabalho remunerado em trabalhos agrícolas fora do estabelecimento são 6 casos, com apenas 1 tendo mais de 60% da renda dessas atividades. Há três famílias que recebem recursos de programas sociais e 5 que têm renda de outras fontes – ambas as situações não chegam a significar mais de 23% da renda familiar total.

O que demonstram os dados acima é de que, em Santo Amaro Um, as atividades mais importantes para a maioria absoluta das famílias são aquelas vinculadas diretamente à agricultura. São essas as atividades que mais demandam trabalho, esforço e organização da família. Todavia, a pluriatividade está presente e tem um importante papel nas estratégias de manutenção de muitas famílias, ou como complemento do orçamento de outras, ou ainda como uma opção concreta de trabalho para os jovens. O trabalho externo remunerado em atividades agrícolas é, em geral, dos “camaradas”, que são diaristas contratados na própria comunidade, em função da grande demanda de mão de obra nas atividades da olericultura, fruticultura e do fumo. Essa demanda, sob a ótica dos agricultores da comunidade, é responsável pela valorização dessa mão de obra que por vezes torna-se inacessível para muitos. O trabalho assalariado (dentro ou fora do estabelecimento) ou autônomo extra-agrícola, em geral está vinculado às lavadoras (lavam, encaixotam, transportam e vendem) que comercializam via CEASA e são responsáveis pelo emprego de um número significativo de jovens. No geral, as lavadoras são empreendimentos dos filhos ou membros mais jovens que vem ampliando as atividades das famílias pioneiras e têm as sedes nos estabelecimentos dos pais ou sogros. Pode-se afirmar que a pluriatividade nesse caso é uma estratégia de reprodução social das famílias “domiciliadas nos espaços rurais que combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas” em que “a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estão inseridas” (SCHNEIDER, 2003, P. 231).

A ocupação dos residentes, declarada pelos 40 entrevistados, confirma a predominância da atividade da agricultura combinada com uma importante pluriatividade das famílias. Os 40 entrevistados declararam que têm membros como agricultores na ocupação principal, sendo o total de membros nessa condição de 109 pessoas. Soma-se o fato de que 21 declararam ter membros

com ocupação secundária como agricultor (33 membros no total). Do total, 3 declaram ter membros com ocupação principal em atividades agrícolas remuneradas fora do estabelecimento (total de 4 pessoas) e uma família têm 3 membros na agroindústria. Já 11 declararam ter membros assalariados em atividades não agrícolas dentro ou fora do estabelecimento como ocupação principal (total de 13 pessoas) e mais 5 famílias têm membros nessa atividade como ocupação secundária (total de 6 pessoas). Três (3) famílias têm membros como autônomo como ocupação principal (total de 4 pessoas) e 8 como ocupação secundária (total de 11 membros). Como é possível deduzir através dos dados, geralmente, os membros que possuem uma ocupação secundária têm na agricultura sua ocupação principal.

As famílias de Santo Amaro Um estão diretamente envolvidas com a agricultura, seja porque a maioria absoluta é produtora de alimentos voltados em geral para o CEASA, seja porque as atividades das lavadoras são dependentes da produção agrícola. No entanto, nos últimos anos, a atividade das lavadoras vem assumindo um papel no mercado das olerícolas que ultrapassa o simples beneficiamento e comercialização dos produtos da comunidade, avançando para operar com maior volume de produtos oriundos de outras regiões ou até de outros estados. Isso, por um lado, afeta diretamente os preços e seleciona os produtos mais competitivos da comunidade, o que, em se tratando da olericultura e fruticultura, gera uma constante e ameaçadora instabilidade. Por outro, vem empregando cada vez mais pessoas, o que de certo modo garante a permanência de muitos membros e de famílias na comunidade. Mas a pluriatividade também comporta outras opções, mesmo em menor escala, o que se aproxima das experiências mais comuns em outras comunidades rurais, como são os casos de funcionários públicos, de pequenos comércios etc.

A utilização da mão de obra no interior do estabelecimento rural mostra que todas as famílias têm como principal mão de obra a familiar (100%), associada, em muitos casos (21 entrevistados), com o trabalho temporário dos “camaradas”. O que chama a atenção é a forte presença da troca de dias entre as famílias (26 entrevistados), variando de 5 dias até 100 dias no ano. É muito comum a troca entre os parentes e entre os vizinhos, normalmente no plantio e na colheita. O que se deduz dos dados é que as atividades da olericultura, fruticultura, grãos, e mais recentemente o fumo, são os sistemas produtivos mais importantes na comunidade, requerendo um volume muito grande de mão de obra, o que é não atendido pelo número de membros cada vez mais reduzido no interior de cada família. A conjugação de trabalho familiar com a troca de dias e ainda a contratação dos camaradas, em geral membros das famílias vizinhas, constituem as principais estratégias de trabalho para atender às necessidades das opções produtivas dessas famílias e remetem a aspectos importantes da tradição aliados com aspectos da modernização.

Chama a atenção o fato de que as atuais lavadoras não são novidades para as famílias dessa comunidade. Elas tiveram início com os pais dos atuais proprietários, em menor número e voltadas exclusivamente para lavar e comercializar a produção local. As pequenas empresas de hoje enfrentam outras experiências e dificuldades. Elas precisam lidar com o mercado competitivo do CEASA que, ao mesmo tempo, traz melhorias financeiras e enfrenta com dificuldades a concorrência

e o “calote” dos compradores. Enfrenta, ainda, os problemas ambientais promovidos pelo uso intensivo da água e da inadequação dos depósitos dos resíduos. E, por último, uma relativa desconfiança das famílias da comunidade pelo processamento de produtos oriundos de outros Estados brasileiros, o que impõe uma concorrência, muitas vezes, injusta.

4. NOTAS CONCLUSIVAS.

Para concluir, é possível afirmar que a produção agropecuária é o espaço mais relevante na dinâmica da renda e do trabalho familiar nas três comunidades pesquisadas. Em torno de 51% (48) do total dos agricultores entrevistados nas três comunidades (94) têm, como principal fonte de renda monetária (50% e mais), as atividades da agricultura (lavoura e pecuária), incluindo os derivados como leite, ovos etc. Dessas 48 famílias, 25 estão em Santo Amaro Um (63% das 40 famílias), 10 em Mergulhão (45% das 22 famílias) e 13 em Postinho (41% das 32 famílias). A reconversão da produção convencional da fruticultura e olericultura para a orgânica, já evidenciada em pequena escala entre os agricultores pesquisados, dão evidências das modificações nas estratégias produtivas no contexto da agricultura, o que demonstra as respostas dos agricultores às novas demandas da metrópole, tanto em seus aspectos da preservação ambiental como do atendimento a um mercado em expansão.

A totalidade das famílias produz para o autoconsumo, variando entre alto a baixo volume e baixa a alta diversificação. Essa dinâmica entre uma significativa produção para venda e para o consumo familiar (e para criação ou adubo) está vinculada à tradição que acompanha a história das famílias em sua relação com a terra e com a agricultura. Mesmo quando o assalariamento agrícola externo, a pluriatividade ou a aposentadoria passam a ser as principais fontes de renda, é a produção agropecuária que reafirma as características e a identidade básicas da agricultura familiar. A pluriatividade, tanto no caso do turismo rural em Mergulhão como das lavadoras de legumes para o CEASA em Santo Amaro Um, parece ser a principal estratégia responsável pela adaptação dos agricultores às novas demandas da metrópole. Seja as demandas pela preservação dos recursos hídricos e remanescentes florestais, seja para atender cada vez mais às demandas do mercado competitivo da fruticultura e olericultura, para abastecer a metrópole e o Estado.

A agricultura familiar na RMC (responsável por em torno de 80% dos estabelecimentos rurais) é marcada pela luta, através de diversas estratégias estabelecidas pelos agricultores na relação com a situação social em que se encontram, para manter e preservar um modo de viver em que estão presentes tanto elementos da tradição, incorporados no habitus destas famílias, como das inovações necessárias para se adaptar às novas demandas e novos desafios. O acesso à modernização do campo (insumos industrializados, mecanização, sementes e genética animal melhoradas, assistência técnica, etc), bem como, a relação ou distanciamento do pólo metropolitano modificaram e modificam as estratégias familiares e reconfiguram o rural metropolitano. Assim, é a agricultura familiar que comporta as múltiplas estratégias de trabalho e de sobrevivência, porque ela

luta incessantemente para ocupar e manter seu lugar na estrutura social e econômica brasileira (WANDERLEY, 2000).

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BOURDIEU, P; PASSERON. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Francisco Alves, 1982.

____. **Esboço de uma teoria da prática**. Portugal: Celta, 2002.

____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: quais especificidades do caso brasileiro?** Texto apresentado no XXIX Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos-CERU/USP, realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003.

LAMARCHE, H (coord.). **A agricultura familiar**. Volume I. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia a alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, K. **O capital**. Volume II. Coleção "Os economistas". 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

____. **Coleção os Pensadores**. Tradução Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio Janeiro: Zahar, 1978.

RAYNAUT, C; ZANONI, M; BLEY, D et all. **Desenvolvimento sustentável e preservação da natureza: estratégias dos atores sociais do meio rural em áreas de proteção ambiental – Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná**. Curitiba: MAD/UFPR, 1994, mimeo.

RAYNAUT, Claude; LANA, Paulo C; ZANONI, Magda et all. **Desenvolvimento e Meio Ambiente em Busca da Interdisciplinaridade: Pesquisas Urbanas e Rurais**. UFPR, Curitiba, 2002, pp 296.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas/SP: Autores associados. 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

____. **A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. In: CADERNOS DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE A RECONSTRUÇÃO DA RURALIDADE E A RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA, UFPR, Curitiba, 2000.

ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES COMO ESTRUTURAS DE ENSAIO PRÉ-COOPERATIVAS

Gilvando Sá Leitão Rios (Doutor em Sociologia, Professor da UFRPE)

e-mail: grios@myconnect.com.br

Daniela Moreira de Carvalho (Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural,
Professora da Unidade Acadêmica de Garanhuns, UFRPE)

e-mail: dmcoop@gmail.com

RESUMO

Há muito existe um consenso que a organização sócio-econômica de agricultores familiares de escolarização deficiente e de renda baixa em empreendimentos solidários formais (como cooperativas) encontra obstáculos objetivos tanto de ordem técnica como cultural, e mesmo política, no sentido da rejeição defensiva em relação a experiências históricas de caráter oligárquico. Colocamos a hipótese que as associações constituiriam, numa perspectiva de gradiente, um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade dos primeiros passos e a inserção solidária no mercado. Dois estudos de caso fornecem alguns sinais sobre a construção e o crescimento de novos modelos de organização solidária e alternativa sem a tutela do capital: o da Associação de Produtores de Leite do Município de Águas Belas e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios vizinhos (ASSIM), situada em Lagoa de Itaenga, ambas em Pernambuco. Malgrado os progressos obtidos pelas duas associações estudadas em termos de uma participação economicamente objetiva, permanece o problema qualitativo de uma participação ideologicamente motivada.

INTRODUÇÃO

Há muito existe um consenso que a organização sócio-econômica de agricultores familiares de escolarização deficiente e de renda baixa em empreendimentos solidários formais (como cooperativas) encontra obstáculos objetivos tanto de ordem técnica como cultural, e mesmo política, no sentido da rejeição defensiva em relação a experiências históricas de caráter oligárquico. Em função disso, práticas de relativo êxito e reflexões teóricas privilegiaram políticas de construção social pré-cooperativa em detrimento da imposição de modelos legal-burocráticos. As experiências pré-cooperativas teriam, pois um caráter eminentemente

pedagógico. Colocamos a hipótese que as associações constituiriam, numa perspectiva de gradiente, um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade dos primeiros passos e a inserção solidária no mercado.

1. LÓGICA DA RECIPROCIDADE E PRÁTICAS PRÉ-COOPERATIVAS COMO ESTRUTURAS DE ENSAIO

A partir de um cenário histórico de experiências de cooperativas nem sempre bem-sucedidas, tanto por motivos de má gestão, fraudulenta ou não, como por motivos de ordem cultural, SABOURIN (2006, p. 261) destaca que «os pequenos produtores conservam amargas lembranças das cooperativas, geralmente associadas a interesses políticos, a sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos e cujo controle, quase sempre, lhes escapou.» Dentro desse contexto se situariam igualmente certas experiências lideradas pelo Estado para a gestão de bens comuns (perímetros irrigados por ex.) onde a cooperativa aí literalmente implantada como gestora passa a ser percebida como um novo patrão. Em oposição a um modelo de cooperativismo quer para-estatal quer exclusivamente empresarial, apontam-se as cooperativas voltadas especificamente para a agricultura familiar como um modelo alternativo e solidário. Assim, para SABOURIN (2006) um passo importante no processo de renovação do cooperativismo rural não empresarial e do seu posicionamento no campo da economia solidária foi dado em junho de 2005, com a criação da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (Unicafes). Esta, em oposição político-ideológica à OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) afinada com o cooperativismo de corte empresarial, comportaria uma visada de cunho social e distributivo. Independentemente das clivagens ideológicas cristalizadas institucionalmente corresponderem efetivamente às imagens assim divulgadas, o que compete à pesquisa conferir, o fato é que o modelo cooperativo permanece como referência para superação das exclusões sociais.

De um ponto de vista teórico a clivagem fundamental se dá em termos da distinção entre cooperação para o capital e cooperação para o trabalho, ou cooperação capitalista e cooperação solidária. Nesse sentido SEVERINO e EID (2006, 164) ao estudarem processos de trabalho e organização do trabalho para internalização de cadeias produtivas, destacam que «o sentido de cooperação na empresa capitalista realiza-se na sobreposição da racionalidade técnica sobre a racionalidade social, enquanto que nos Empreendimentos de Economia Solidária ocorre sobreposição da racionalidade social sobre a técnica». Enquanto no primeiro tipo se tem uma cooperação via imposição da gerência, alienante e subordinada, no segundo o sentido é de uma cooperação como proposta de não alienação do trabalhador e de participação

coletiva na gestão. Qual o critério indicador, entretanto desta não alienação, indo além dos arranjos administrativos e jurídicos e das tomadas de posição ideológicas? Cremos que a noção de reciprocidade forneceria uma chave, senão explicativa ao menos exploratória tanto em termos teóricos quanto empíricos. De acordo com CASTEL apud SABOURIN (2003, p. 5) “a reciprocidade é o princípio pelo qual a produção é dada a outros num espírito de solidariedade, quer dizer no marco de uma relação entre pessoas tendo consciência de uma comunidade de interesses que leva a uma obrigação moral de apoiar os outros”. SABOURIN (2006, passim) contrapõe a lógica da reciprocidade à lógica do intercâmbio mercantil, a economia solidária devendo enfrentar as contradições inerentes às diferenças entre o desenvolvimento econômico fundado no intercâmbio e o desenvolvimento baseado na reciprocidade. Cabe não esquecer, entretanto, que existiria na proposta de economia solidária uma contradição entre reciprocidade (interna à unidade de produção) e intercâmbio mercantil (fora da unidade), nem sempre reconhecida pelos promotores da economia solidária, mas que não pode deixar de se levar em conta para se poder colocar a questão das articulações ou interfaces entre os dois sistemas. Entretanto para esse autor «cada uma das duas lógicas, reciprocidade ou intercâmbio, pode ser verificada na realidade. (...) As relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista dos bens e do trabalho existem também, em todas as partes. O que importa é considerar qual é o princípio dominante, qual é o projeto da sociedade ou do grupo quanto aos valores que pretende privilegiar».

OLIVEIRA e DUQUÉ (2006, p. 276) ao analisarem experiência de Fundos Rotativos Solidários (FRS) em município paraibano constatam a permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos coexistindo com uma integração ao mercado, essa integração, na maioria dos casos, apresentando-se de forma conflituosa. As prestações econômicas não mercantis correspondem à permanência de *práticas cooperativas*: tradicionais ou “novas”. Nas tradicionais, pode-se evidenciar o trabalho em mutirão, a troca de pastos, o escambo dos excedentes; enquanto nas “novas”, destacam-se o associativismo e os Fundos Rotativos Solidários.

VELÔSO e WHITAKER (2006, p. 149) ao destacarem o papel da agricultura orgânica e das feiras agro-ecológicas para um desenvolvimento sustentável, assinalam que as mesmas «são concebidas como um espaço de comercialização de produtos horti-frutigrangeiros, produzidos com manejo agro-ecológico, cujo objetivo geral é a constituição de espaços e processos de educação solidária entre pequenos produtores e consumidores, com os seguintes objetivos específicos: segurança alimentar das famílias assentadas; geração de renda através da comercialização do excedente; produção de um sistema agro-ecológico como forma de

difusão e preservação do ambiente sustentável; e a eliminação do atravessador, como forma de garantia de maior rentabilidade para os agricultores e as agricultoras rurais. Através das feiras», prosseguem, «estabelece-se uma comercialização direta do pequeno produtor ao consumidor, subsidiária e solidária. É um momento de fortalecimento do processo de organização e estímulo à prática de autogestão dos pequenos produtores, além de ser um estímulo à participação integral da cadeia produtiva plantio-colheita-beneficiamento-comercialização.»

É em função da matriz da lógica da reciprocidade que se situaria a construção, por conta das necessidades, das carências ou da retração do Estado dos seus compromissos reguladores, de dispositivos alternativos por parte de agricultores associados. Assiste-se, no Brasil, a uma multiplicação de iniciativas de manejo de recursos comuns ou de produção de bens públicos por grupos de agricultores, tais como os bancos de sementes, os grupos de crédito mútuo para construção de cisternas, os de agricultores experimentadores, as feiras agro-ecológicas etc. São práticas de relativo êxito e reflexões teóricas que privilegiaram políticas de construção social pré-cooperativa em detrimento da imposição de modelos legal-burocráticos; as experiências pré-cooperativas tendo, pois um caráter eminentemente pedagógico. ALBUQUERQUE et al. (2006), destacam experiências a partir da década de 90 na Paraíba, assim como SABOURIN (2006) o faz em termos de Brasil como um todo.

Colocamos a hipótese que as associações constituiriam, numa perspectiva de gradiente, um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade dos primeiros passos e a inserção solidária no mercado. Isto porque, sendo as associações pessoas de personalidade jurídica, mas não empresas, tendo um caráter marcadamente sócio-político, apresentam a dupla vantagem de poderem organizar os interessados de uma maneira mais orgânica, socialmente falando, sem o peso administrativo e econômico de uma estrutura empresarial. Esta «leveza» administrativa apresenta suas limitações naturalmente em termos de uma plena inserção no mercado, mas o seu interesse e funcionalidade estão justamente no fato que seriam «estruturas de ensaio», em termos de uma transição a ser construída na prática.

A organização social de produtores rurais é, e sempre foi apoiada enquanto instrumento de empoderamento e emancipação social. Nessa perspectiva as cooperativas sempre tiveram papel de destaque. Contudo, as dificuldades práticas tanto de gestão quanto de aspectos sociais como participação, envolvimento, ajuda mútua e relacionamento entre cooperados, levaram a uma série de insucesso tanto em termos econômicos quanto sociais em cooperativas de produtores rurais. Diversas explicações podem ser listadas para os casos, tais como, grande heterogeneidade social, política, educacional, financeira; estrutura de estratificação de classes tanto histórica quanto mantenedora do *status quo* do domínio oligárquico.

As associações, enquanto organizações coletivas com fins produtivos ou de inserção no mercado, poderiam ser consideradas como um estágio embrionário de uma cooperativa, e mais, um estágio de formação e de “constituição celular” um tanto mais saudável e sólido que possivelmente gerará uma organização fortalecida. Essa perspectiva do embrionário, do crescimento gradativo, apesar de inicialmente frágil, débil e elementar, poderia vir a constituir uma base sustentadora sólida de uma organização complexa e autônoma.

A preocupação relacionada a estruturas sociais e econômicas mais sólidas, mesmo que simples, tem uma relação muito forte com a proposta de desenvolvimento local. O desenvolvimento local partindo de uma visão sistêmica considera um desenvolvimento específico, dentro de uma determinada região, valoriza as relações simples, estreitas, de vínculos de proximidade, vínculos culturais e históricos. Essa perspectiva se contrapõe a um desenvolvimento macro dissociado das peculiaridades que existem nos subsistemas ou nas organizações sociais mais simples, tais como associação de produtores. Nesse sentido o desenvolvimento local foi definido por BUARQUE (1998, p. 9-10) como «um processo *endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade explorando suas capacidades e potencialidades específicas.»

O desenvolvimento, antes visto, freqüentemente, como uma possibilidade macro, com transformações nacionais e mundiais, muda seu foco voltando a atenção aos micro-sistemas (comunidades, distritos, municípios, regiões etc), suas potencialidades e sua própria organização social, arranjos produtivos locais, cultura local, as potencialidades específicas, trabalhando dentro das possibilidades econômicas locais, com estímulos sociais (culturais, de relacionamento, religiosos etc). A reação da comunidade, para estímulos de desenvolvimento, tem ocorrido mais em direção a organizações associativas com modelos burocráticos mais simples e, em princípio, mais calibrados à expectativa e entusiasmo locais. Uma estrutura jurídica complexa, pode em alguns casos assustar ou inibir a iniciação dos produtores numa organização gerencial, bem como na delegação de responsabilidades.

Pode-se dizer que a associação voltada para o segmento de produção é um estágio embrionário de uma cooperativa, por partir de pressupostos comuns – a cooperação – e conseqüentemente com objetivos fins também partilhados – melhoria das condições de vida do homem através da valorização do trabalho em detrimento do capital – a diferença é a atuação

mais complexa da cooperativa em relação à associação, tanto no que tange a questões jurídicas, quanto aos aspectos de processos administrativos/ industriais e mercadológicos.

O SEBRAE & SESCOOP (2004) fizeram um estudo sobre o perfil socioeconômico e gerencial das cooperativas do Estado de Pernambuco, verificando que a maior parte das cooperativas pernambucanas foi fundada a partir da segunda metade da década de 90. O ramo que tem hoje maior fragilidade para operar normalmente é o ramo agropecuário, somente 53% estão operando normalmente, 4,9% operam com dificuldade, 39,0% estão com as atividades suspensas e 2,4% estão em processo de desativação. Além dos aspectos edafoclimáticos, que dificultam a lida com o meio rural na região agreste e, especialmente na região semi-árida, há também questões culturais, educacionais, bem como falta de qualificação gerencial. As cooperativas agropecuárias apresentam 25,3% dos cooperados sem escolaridade e 33% com o ensino fundamental, os quais se somados, mais de 50% dos cooperados não têm o 2º grau, esse quadro é preocupante e esclarece, em parte, a realidade do cooperativismo no Estado.

Como dentro dessas estatísticas não entram os dados das iniciativas “pré-cooperativas”, ou associações tidas como embrionárias em função de uma formação cooperativa formal, muitas dessas composições organizacionais não são obviamente consideradas nesses dados. Isso apesar das mesmas estarem contribuindo tanto para o desenvolvimento rural quanto para a formação de produtores aptos a conduzirem organizações complexas do ponto de vista burocrático-legal, por vivenciarem a proposta coletiva com uma gestão administrativa, ainda que elementar.

2. DOIS ESTUDOS DE CASO DE ARRANJOS PRÉ-COOPERATIVOS

Dois estudos de caso fornecem alguns sinais sobre a construção e o crescimento de novos modelos de organização solidária e alternativa sem a tutela do capital: o da Associação de Produtores de Leite do Município de Águas Belas e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios vizinhos (ASSIM), situada em Lagoa de Itaenga, ambas em Pernambuco.

A Associação dos Criadores e Produtores de Leite de Águas Belas foi constituída no dia 10 de dezembro de 2001 e conta com 560 associados produtores de leite, com um número médio de 14 animais produzindo cerca de 7,0 kg./vaca/dia. A associação dispõe de 28 núcleos com tanques de resfriamento comunitário, variando em capacidade de 1.500 a 3.000 l./tanque para grupos de 20 produtores, alcançando a produção média de 48.000 kg./dia. Ela surge como reação ao meio, onde produtores estavam à mercê de atravessadores na comercialização do leite sem saber sequer a cotação real do leite no mercado.

A estrutura organizacional da associação pesquisada é muito simples, contando com apenas três funcionários próprios e um cedido, temporariamente, pela prefeitura. A estrutura é feita de maneira que a mesma é um tanto quanto “virtual”, porque por ela na verdade não passa o leite, não há nenhum contato direto com o produto, ela só tem o papel de articuladora, promotora do escoamento da produção dos associados fazendo com que o produto vá direto ao processador (a agroindústria), eliminando nessa cadeia o papel do intermediário.

A participação efetiva é o que promove a viabilidade social dos empreendimentos associativos, já que uma base social sólida, com relações de confiança e reciprocidade configura um ambiente mais organizado, com troca de informações, capacitação, convergência objetiva e subjetiva de interesses, um maior comprometimento dos associados e conseqüentemente melhores resultados econômicos.

Diante da importância desse fator procurou-se observar aspectos que denotassem que tipo de participação tem ocorrido na associação, tanto de ordem subjetiva como objetiva, (RIOS, 1979) e ainda, seus aspectos relevantes de acordo com a opinião dos dirigentes e dos próprios associados. A participação subjetiva se refere à identificação e às verbalizações de ordem ideológica enquanto a objetiva diz respeito a atitudes operacionais de ordem administrativa e econômica. A participação subjetiva exige níveis maiores de coesão social e comprometimento e se observou que existem problemas. Há uma espécie de afastamento, é como se o associado estivesse à parte da realização da associação, exercendo o papel de fornecedor de leite e não de dono e responsável pelo sucesso ou insucesso da mesma. Sobre este tipo de problema, o presidente da ASSIM, de Lagoa de Itaenga, foi bastante clarividente e didático na sua entrevista ao discorrer sobre o fracasso de uma cooperativa de um município vizinho:

muitos cooperados só viam a cooperativa como forma de comercialização de seus produtos, de comercialização de seus produtos e eles muitas vezes não se sentia parte, eles não se sentia parte, dizer assim, não, aquela cooperativa é minha, muita vez chegava a citar o nome do presidente como, «ah, a cooperativa de fulano», como se o presidente fosse o dono daquela cooperativa. Aí muitas vezes é importante assim, tanto para se abrir uma associação como para se abrir uma cooperativa, é amadurecer a discussão do que é ser uma cooperativa, do que é ser uma associação, é ter uma diretoria e a diretoria só trabalhar e os associado ou os cooperados não dar sua contribuição? Aí, hoje o que foi que aconteceu com essa cooperativa, não teve êxito, não teve êxito porque muita gente fazia:

«ah, eu vou levar meu produto, deixo lá e eles que se virem para vender o meu produto», não é? «eles que se virem para vender o meu produto». Porque eles passaram para o produtor e para o cooperado essa imagem de uma cooperativa resolver o problema da comercialização dos produtores, e que nem sempre é assim. (...) Se eles contribuir na organização e na participação, na distribuição da comercialização em todo o processo, ele vai se sentir dono, ele vai se sentir de dentro, ele vai se sentir responsável, mas quando você deixa o produtor só lá produzindo, pegando o produto dele, sem saber a finalidade para onde foi o produto dele, pagando a ele, aí ele vai se sentir como se tivesse uma relação só de comercialização e produção entre a cooperativa. Mas você puxe os cooperado para dentro, existe um processamento de comercialização? Existe. Bote o produtor para fazer esse processo, diga, chame ele para participar, para estar presente nas discussão em todos os processo da administração da cooperativa que ele vai começar a se fazer, a se identificar que ele é dono e ele é parte daquela associação ou daquela cooperativa. Mas se existe uma administração e a administração diz que resolve tudo e não bota o produtor em parte, muitas vezes o que acontece é isso. De muitas vezes não indo a associação adiante e de não indo a cooperativa porque só a diretoria administrativa, ela não leva, tanto a associação como a cooperativa a lugar nenhum se não houver a participação e a contribuição dos associados e dos cooperados.

Malgrado a natureza dos problemas de participação subjetiva ter sido tão bem descrita pelo entrevistado da ASSIM, certos associados, de Águas Belas, exprimiram sem reservas sua identificação ou seu entusiasmo pelo êxito da associação:

No meu pensamento eu queria que ela fosse uma grande indústria pra Águas Belas e pra região Nordeste, pra dizer, oh, começou de baixo, como quem não queria nada e tá do jeito que tá, seria um grande prazer.

Outro entrevistado assim se exprimiu:

as empresas que tinham aqui massacravam na verdade os produtores, aí vendo a associação crescendo elas tão sentindo um

pouquinho incomodada e oferecem certas vantagens ao produtor, o desafio maior é conscientizar o produtor que o bom pra ele é trabalhar unido com a associação, as empresas trabalham para que gere mais lucro para os proprietários, então não tá preocupado totalmente com o produtor não.

Existe uma fidelidade, diga-se imediatista, de curto prazo. Por isso é preciso um trabalho de conscientização para prover um comprometimento de longo prazo, uma participação subjetiva. Diante da realidade dos pequenos produtores rurais, o que pôde ser observado é que, em alguns casos, há baixa auto-estima, mais especificamente aquilo que FREIRE (1988) chama de cultura do silêncio, onde a falta de recursos e de instrução leva o indivíduo à visão fatalista da realidade, a uma passividade, à incredulidade quanto ao seu potencial transformador e por isso à inércia e à passividade. Os indivíduos não se vêem como agentes transformadores, capazes de modificar a realidade onde vivem, mas apenas de subsistir dentro desse contexto.

Em termos de participação objetiva, entretanto, o que se observa é que quase a totalidade dos associados afirma ter melhorado de renda com a implantação da associação, já que antes eles sofriam com os intermediários, configurando-se um mercado monopsônico, onde há apenas um comprador e este tem o poder de impor preço. Com a falta de informação (de qual seria o preço real do leite) e a falta de escolha para quem vender, os produtores vendiam leite a preços muito baixos. SEN (2004) considera o fator renda como uma alavanca de empoderamento já que ela permite certa autonomia, independência econômica no caso do produtor, que facilmente pode chegar a uma autonomia sócio-psicológica.

É interessante observar a percepção dos associados no que se refere à melhoria do preço do leite, mais de 90% dos produtores afirmaram enfaticamente que a renda deles, advinda da produção de leite, melhorou depois da implantação da associação e da participação deles na mesma.

O surgimento da associação teve como consequência positiva também a geração de empregos, a qual não é possível definir com exatidão sua magnitude, entretanto podemos afirmar que foram gerados 31 empregos diretos, são três na parte administrativa, na sede da associação e 28 nos núcleos de recebimento de leite, onde ficam os tanques de granelização.

Cada núcleo requer um funcionário, para receber o leite, manter a limpeza do tanque (que é fundamental para a qualidade do leite) e do seu entorno, já que o produtor rural não pode deixar suas obrigações na propriedade, especialmente no horário próximo da ordenha, que é quando o funcionário do tanque está recebendo o leite.

Um aspecto extremamente importante do fortalecimento dos pequenos municípios, das economias locais e das pequenas e médias empresas se dá pela manutenção dos «filhos da terra», não contribuindo para o inchaço e muitas vezes a ampliação da marginalidade dos grandes centros urbanos. Para que haja essa manutenção um aspecto importante a ser observado é a valorização da cultura local, ou dos arranjos produtivos locais, valorizando-se aquilo que a comunidade conhece, sabe fazer, faz parte da sua realidade e da sua história. Nesse sentido a pecuária leiteira sempre fez parte da estrutura agrícola da região de Águas Belas (de todo o Vale do Ipanema), assim a associação pesquisada, além de dar trabalho a alguns jovens das comunidades (para cuidar do tanque de expansão) propiciou, além disso, a permanência de pequenos produtores no campo e no trabalho com o leite.

Entre as ações implementadas pela Associação dos Criadores e Produtores de Leite de Águas Belas – ACPLAB temos o acesso da grande maioria dos associados aos tanques de expansão, tendo ocorrido por intermédio da ACPLAB, seja através da informação, ou da mediação na negociação da compra e ainda através de uma parceria feita pela mesma com o Projeto Renascer* onde o programa cedeu o direito de uso de 11 tanques para os núcleos produtivos da associação, especialmente para os produtores mais carentes e descapitalizados.

Um dos destaques observados na dinâmica da associação é a sua capacidade de articulação e parceria entre instituições. Nesse caso se pode afirmar que a associação tem hoje parcerias institucionais satisfatórias, sólidas, em expansão, e ainda, potencial de ampliação não apenas com os parceiros já existentes, como com novas instituições que estão interessadas em promover parcerias com a mesma, tais como o Banco do Nordeste e a Fundação Bradesco de Garanhuns. Grande parte das parcerias está relacionada às questões produtivas, capacitações, palestras, disponibilidade de insumos (semente, sêmen), de tanques de expansão (que resfriam o leite) etc. O Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) também atua na articulação com outras instituições que passaram a ser parceiras da associação, desempenhando papel importante na construção de uma teia de parceiros que fortalece o desenvolvimento local. O Banco do Brasil, outro parceiro, vê na associação um grande potencial de desenvolvimento e uma parceria com ótimos resultados. Tudo isto é de muita importância para os associados e remete à existência de confiança e solidez nas contas da associação. A parceria entre a associação e o Banco do Brasil funciona da seguinte maneira: a associação intermedeia a concessão de crédito entre o Banco e os associados. A mesma leva ao conhecimento dos associados a existência do crédito, fornece informações sobre os

* Trata-se de uma unidade técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do estado de Pernambuco, cuja função é o gerenciamento de programas de desenvolvimento local integrado e sustentável.

procedimentos e documentos necessários, faz os cadastros na própria associação reduzindo os custos de transação do banco e facilitando o acesso ao associado. Após a aquisição do empréstimo por parte dos associados a associação retém um percentual da folha de pagamento (do leite) que garanta a quitação da dívida no prazo devido, desta forma o produtor não sente muito porque o valor quinzenal é pequeno e para o Banco é ótimo, pois a inadimplência é mínima. Essa parceria ocorre de maneira que os três lados ganham: os produtores que têm acesso ao crédito e podem melhorar sua produção, a associação que leva um benefício ao seu associado e tem uma maior e melhor produção de leite e o banco com uma boa adimplência faz o seu papel de emprestar e receber para emprestar novamente.

É possível afirmar que a ACPLAB tem alcançado bons resultados em sua atuação no município de Águas Belas. Alguns dos resultados concretos foram: remunerar melhor o associado, manter o produtor rural no campo, representar e defender os interesses dos associados e do setor da pecuária leiteira como um todo junto a instituições públicas e privadas, estimular a melhoria técnica do associado (ainda que haja ajustes a serem feitos nesse sentido), afastamento da ação de intermediários, assim como tem promovido também a articulação de atores sociais importantes no interesse dos associados e indiretamente para o desenvolvimento da própria comunidade como um todo.

Portanto ela cumpre, com êxito (não com perfeição) o que deve ser o objetivo de uma entidade que poderíamos denominar de “pré-cooperativa”, que é representar e defender os interesses dos associados e estimular a melhoria técnica, profissional e social dos mesmos, com compromisso social e econômico.

Se a associação dos produtores de leite de Águas Belas foi pesquisada em função de uma dissertação (CARVALHO, 2006), a associação de Lagoa de Itaenga o foi no contexto de um trabalho de extensão desenvolvido pela Incubadora de Cooperativas, ambos, mestrado e incubadora, vinculados à Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A ASSIM foi fundada em 1998 no contexto da redemocratização dos anos 90 quando os movimentos sociais (e o espírito da época) favoreceram a institucionalização de estruturas de representação local, com as promessas e limitações que hoje já são bem conhecidas. Nesse sentido muitas associações são criadas inclusive por exigência do Estado como condição *sine qua non* para percepção de repasse de recursos oficiais, a fundo perdido ou não. A associação pesquisada não está isenta deste viés que vai condicionar inclusive a percepção dos associados em relação às associações, que então se tornam legião, em termos de sua função primordial de captadora de recursos. Independentemente disto a associação pesquisada vai se destacar pelo fato de um grupo dentro dela, à frente o seu presidente, Sr. Luiz Damião Barbosa

que entrevistamos na sua residência, se voltar para a produção de orgânicos e se engajarem no movimento das feiras agro-ecológicas. A localidade onde está sediada a associação (Marrecos) tinha na época de sua fundação 20 membros, hoje contando com 45, destacando-se, ressaltando-se, o papel das mulheres (GOMES et al., 2006) que através do desenvolvimento de atividades como o beneficiamento de produtos agrícolas vêm assumindo uma posição de maior empoderamento, a sua relação com outras demandas da associação assumindo também uma conotação mais diferenciada. Corroborando esta configuração temos o fato, também ressaltado na entrevista do presidente da ASSIM, do primeiro mandato de presidente da associação ter sido exercido por uma mulher, professora no município.

Mas é na produção e comercialização de orgânicos (hortifrutigranjeiros) que vai se destacar a associação num papel pioneiro de indutora de um associativismo integrado ao mercado moderno. A associação vai se integrar ao movimento agro-ecológico que toma corpo a partir do final dos anos 90. Com efeito, sob o nome de Espaço Agro-ecológico produtores familiares das zonas da mata e agreste de Pernambuco vão se congregar a partir da assessoria de ONGs e apoio da Prefeitura do Recife, (SABIÁ, 2006) daí surgindo um novo tipo de feira onde o produtor se faz presente diretamente, pois, como diz o presidente da ASSIM:

antes se dizia que o produtor só fazia produzir, mas a gente provou o contrário, que o produtor pode produzir e também comercializar e nessa comercialização o produtor está afastando o atravessador, que é um fator muito importante na vida do produtor é livrar do atravessador.

Mas se trata de uma feira com um diferencial, segundo o presidente da ASSIM que inclusive foi coordenador do Espaço na feira do bairro de Boa Viagem entre 2002 e 2005. O Espaço Agro-ecológico conta com um regimento interno onde constam os objetivos e princípios adotados para comercialização além de normas a serem seguidas nos sistemas produtivos animal e vegetal e no beneficiamento da matéria-prima. O regimento também trata de questões de estrutura e de visual, as barracas tendo sido adquiridas pelos agricultores de forma individual ou em parceria entre duas ou três famílias. Os agricultores também constituíram seu próprio Fundo de Feira, com uma contribuição semanal para despesas operacionais (transporte, guarda de bancas, etc.). Em termos visuais foi feita uma padronização em termos de toldos, batas, bonés e crachás com a marca do Espaço. Foi constituída também uma coordenação assumida pelos próprios agricultores, a mesma se reunindo semanalmente logo após a feira para discutir questões operacionais do dia-a-dia. O entrevistado da ASSIM, consciente das

limitações ainda existentes (problema da certificação), qualifica a experiência nos seguintes termos:

a gente gosta de dizer que a nossa feira, o nosso Espaço não é uma feira, mas a gente gosta de chamar muito de espaço da amizade aonde a gente tenha a consciência como produtor de estar levando um produto de qualidade, um produto limpo, não está enganando o consumidor porque a gente está num espaço sem certificação dos nossos produtos e tem as pessoas que acreditam na gente, como nosso produto é um produto limpo, é um produto agro-ecológico.

Apesar de ser um trabalho ainda incipiente e de uma minoria, a produção e comercialização de orgânicos resulta numa diversificação da produção e aumento da renda direta e indireta. Segundo o entrevistado da ASSIM

foi uma coisa nova que aconteceu com a gente, a gente antes trabalhava muito na monocultura da mandioca, hoje a diversidade é grande, a gente trabalha numa cultura de ciclo curto, de ciclo médio e de ciclo longo que tem as hortaliças, tem o mamão, têm as fruteiras, as bananeiras. Antes se plantava a mandioca e passava o que? Passava um ano para colher a mandioca e só dava o que? A farinha, a massa que você botasse de molho, ou senão a goma, não se aproveitava o quanto se está aproveitando a propriedade hoje, e se tem o alimento (o alface, a beterraba), para botar no seu alimento, fazer sua salada e também tem para comercializar e comercializando se consegue suprir as suas outras necessidades através dessa produção de orgânico.

Avaliando-se a experiência do Espaço Agro-ecológico em Pernambuco como um todo, (SABIÁ, 2006, p. 178) do qual faz parte a associação de Lagoa de Itaenga (Marrecos), destacamos entre outros os seguintes aspectos: garantia de uma renda semanal antes inexistente, quando se vendia uma grande quantidade de um único produto para um atravessador à época da safra; estímulo à diversificação dos sistemas de produção em cada propriedade, garantindo a comercialização durante todo o ano; as mulheres e jovens passam a participar do processo produtivo e econômico, sentindo-se mais valorizados e estimulados a permanecerem na agricultura; melhoria das habitações e construção de estruturas próprias para beneficiamento dos produtos e prática do beneficiamento agregando valor e garantindo

autonomia alimentar. Frisamos por fim o estímulo à prática do associativismo de natureza pré-cooperativa, não por simples retórica mas pela vivência de um projeto comunitário.

3. CONCLUSÕES

Partimos da hipótese que processos sociais aqui denominados como pré-cooperativos deveriam ser valorizados como tais e levados em conta em termos de estratégias de promoção do cooperativismo formal, jurídico-administrativo, junto a famílias de agricultura familiar. Neste sentido, levando-se em conta de um lado comportamentos culturais pré-existentes (como laços familiares e de vizinhança e tradições de auto-ajuda) e por outro, certos dados de nossa história recente como a multiplicação das mais variadas associações de produtores rurais, sugerimos uma valorização do papel formativo do que denominamos *estruturas de ensaio* pré-cooperativas. Empiricamente focalizamos dois casos cujos dados apresentados confortam a perspectiva adotada, tanto em termos de resultados econômicos e políticos objetivamente alcançados, como das contradições e limitações de um processo em construção. Ditas experiências indicam simultaneamente uma conexão moderna com o mercado de par com uma lógica da reciprocidade em construção.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, J. et al. 2006. *Tecnologia e sustentabilidade da produção familiar em área de assentamento rural no nordeste do Brasil*. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Quito. CD-Rom.
- BUARQUE, S. 1998. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: IICA.
- CARVALHO. 2006. *Desenvolvimento local: o papel da Associação de Produtores de Leite do Município de Águas Belas*. Recife. 140 p. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- FREIRE, P. 1988. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOMES, B., SOARES, G. et al. 2006. *A participação feminina como estratégia de fortalecimento da organização de agricultores familiares na zona da mata de Pernambuco*. In: 1º Congresso Nacional da Rede Universitária de ITCP's, Itamaracá. (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares). CD-Rom.
- OLIVEIRA, M. e DUQUÉ, G. 2006. *Comunidade rural e cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Quito. CD-Rom.

- RIOS, G. 1979. *Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social*. João Pessoa: UFPB.
- SABIÁ. 2006. Espaço agro-ecológico do bairro das Graças-Recife. In: FIGUEIREDO e LIMA. *Agro-ecologia: conceitos e experiências*. Recife: Edições Bagaço.
- SABOURIN, E. 2006. *Economia solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de reciprocidade*. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Quito. CD-Rom.
- SEBRAE & SESCOOP – PE - Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo. 2004. *Estudo do perfil socioeconômico e gerencial das cooperativas de Pernambuco*. Recife: Sebrae.
- SEN, A. 2004. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEVERINO e EID, F., M. 2006. *Processos de trabalho e organização do trabalho para internalização de cadeias produtivas em uma cooperativa de reforma agrária*. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Quito. CD-Rom.
- VELÔSO, T. e WHITAKER, D. 2006. *Sustentabilidade e meio ambiente: a contribuição dos assentamentos de reforma agrária na Paraíba*. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Quito. CD-Rom.

FORMAS DE COOPERAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA¹

Automar Guedes de Lacerda (Mestrando em Ciências Sociais,
Universidade Federal de Campina Grande)

e-mail: automarpb@ig.com.br

Edgard Malagodi (Doutor, Professor da Universidade Federal de Campina Grande)

e-mail: emalagodi@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho é o resultado do esforço de reflexão teórica acerca de processos de cooperação em assentamentos de reforma agrária. Buscou-se identificar e debater formas de cooperação engendradas pelos camponeses paraibanos, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento de um processo de cooperação pode encontrar abrigo no respeito às práticas camponesas e suas diversas formas de cooperação simples como possibilidade para o desenvolvimento deste processo, visando alcançar uma cooperação mais complexa. Para confirmar ou refutar esta reflexão, buscou-se analisar a proposta de cooperação elaborada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e sua implementação nos assentamentos ligados a este movimento social e, através de análises empíricas, fazer algumas considerações, a partir do estágio atual de desenvolvimento desta proposta nos assentamentos da Paraíba.

Palavras-chave: Cooperação, Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, MST, Mutirão.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado de uma reflexão teórica acerca de processos de cooperação em assentamentos de reforma agrária, analisando os níveis de cooperação praticados pelos camponeses como possibilidade para o desenvolvimento deste processo, partindo da consideração das formas de cooperação simples para se alcançar a cooperação complexa.

As discussões aqui trazidas estão embasadas no conhecimento empírico, a partir de nossa prática de trabalho em assentamentos de reforma agrária ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, do qual somos integrantes. As considerações feitas são parte de um empreendimento de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação

¹ Artigo apresentado ao II Encontro da Rede Rural, de 11 a 14 de setembro de 2007, no IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

em Ciências Sociais - PPGCS, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, do qual somos aluno em nível de mestrado.

O trabalho está dividido em três tópicos de abordagem. No primeiro procuramos fazer um resgate sucinto da luta pela terra, desde os movimentos messiânicos até o MST, para embasar a discussão de cooperação, que constitui seu objetivo central. No segundo tópico, procuramos discutir as formas de cooperação mais comumente praticadas pelos camponeses. No terceiro e último tópico, buscamos discutir a cooperação em assentamentos rurais, considerando o caso do MST, por ser a realidade que conhecemos e temos familiaridade através da nossa prática de trabalho nestas comunidades.

A LUTA PELA TERRA, O MST E A COOPERAÇÃO.

A luta pela terra no Brasil, desde o seu início, tem sido motivo de diversos debates e controvérsias, entre os que são simpatizantes e acreditam na reorganização do espaço agrário nacional, não apenas como forma de inclusão ou de justiça social para com os que foram alijados do direito de acesso à terra ao longo dos séculos em nosso país, mas como forma de garantir o desenvolvimento, inclusive econômico da nação. E entre os que são contrários, por acreditarem que esta discussão é ideológica e o desenvolvimento só será possível através de grandes explorações agrícolas destinadas à exportação.

O ressurgimento, ou a recorrência, para usar um termo sociológico, de lutas e de movimentos sociais camponeses ao longo dos séculos, vem demonstrar a persistência e a insistência na manutenção dessa ferida aberta e em carne viva no Brasil, pela opção de sempre preterir uma solução optando sempre pela adoção da repressão, da violência e do tratamento desta questão como caso de polícia. Foi assim com as lutas messiânicas de Canudos (BA) e do Contestado (SC); com as lutas espontâneas e localizadas como a dos posseiros da rodovia Rio-Bahia, Trombas e Formoso, Norte e Sudeste do Paraná, no Sudoeste do Maranhão, no Pontal e em Santa Fé (SP). Até as lutas organizadas dos camponeses como classe social, com as Ligas Camponesas, as Ultabs² (PCB) e o Master³ (RS). Para não estender muito a lista. Todas fortemente reprimidas pelos aparelhos do Estado a serviço da classe latifundiária com tentáculos no poder central.

Em meados da década de 70 do século passado essa luta ressurgiu no Estado do Rio Grande do Sul. Sem um aparato organizacional, os trabalhadores se juntavam para pressionar o governo a democratizar o espaço rural, por meio da ocupação de fazendas improdutivas. Esta luta foi ganhando proporções e entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984,

² União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Criada pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1954.

³ Movimento dos Agricultores Sem Terra. Surgido no final da década de 1950.

é realizado no Paraná o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, com representantes de 12 estados da Federação, nascendo assim o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, como movimento social de caráter nacional. Com a redemocratização política do país, este movimento passa a atuar de forma mais intensa, ocupando latifúndios improdutivos em diversos estados do país, criando centenas de assentamentos e servindo de inspiração para o surgimento de outros movimentos de luta pela terra.

A partir da década de 1990, se desencadeia uma intensa disputa pelo apoio da sociedade, diversos episódios de violência no meio rural puderam ser conhecidos nacional e internacionalmente, fazendo com que a sociedade se posicionasse favorável à realização da reforma agrária no Brasil.

Hoje são dezenas de centenas de assentamentos⁴ oriundos de programas oficiais de reforma agrária, e o debate é se estas áreas reformadas realmente apresentam viabilidade econômica e social, sendo, inclusive, motivo de cobranças até mesmo por parte de setores sociais simpatizantes e defensores desta luta pela democratização do agrário brasileiro.

Vários espaços de debate sobre esta temática já foram criados e muitas discussões foram realizadas, com um sem-número de propostas formuladas. Uma delas, presente não só em todos estes debates, mas em outros momentos da luta camponesa no Brasil, propõe a constituição de cooperativas para organizar a produção e a comercialização nos assentamentos. Em muitos casos, esta proposta, por si só, representaria a solução para todos os problemas, como se a simples criação de cooperativas contivesse uma solução mágica e automática para solucionar todos os problemas, como afirma Rios (1987, p. 7):

“Cooperativismo” é uma dessas palavras mágicas – à semelhança do termo “democracia” – que “servem para tudo”, como uma chave-mestra que abre todas as portas. Palavra mágica, porque palavra-panacéia, remédio para todos os males, solução para múltiplos problemas.”

A organização dos assentamentos entorno de práticas coletivas é apontada como alternativa de viabilização e sobrevivência deste modo de vida camponês. Entretanto, a criação de cooperativas aparece prioritariamente em quase todas as referências sobre coletivização, apontando o cooperativismo como solução mágica à maneira como se refere Rios, como se a palavra carregasse em si uma fórmula organizacional mágica, pela qual se

⁴ O INCRA não os classifica de assentamentos, mas de Projetos de Assentamento, designados pela sigla P. A.

obterá a adesão dos trabalhadores rurais e, a partir dela, se implementarão as tão sonhadas, práticas de cooperação.

Em geral, o modelo cooperativista defendido pelos movimentos sociais conserva os princípios doutrinários⁵, elaborados originalmente, quando do seu surgimento em 1843, como reação dos operários à época frente ao desenvolvimento do capitalismo industrial que os submetia a condições de exploração extrema. Este modelo se constituía em estratégia de sobrevivência, mas, também, em projeto político, a partir do seu objetivo de contraposição ao capitalismo e de meio para a promoção e desenvolvimento social dos trabalhadores, tendo como um de seus princípios doutrinários, a constituição de um fundo educacional para aplicação na formação e aperfeiçoamento moral e intelectual dos cooperados.

O cooperativismo proposto hoje aos assentamentos, pelo menos naqueles ligados ao MST, conserva a proposta de contraposição ao capitalismo, com o argumento de que os camponeses continuam submetidos a condições de exploração e sem acesso a formação moral e intelectual, o que é verdadeiro, mas também suscita questionamentos sobre as condições objetivas e subjetivas destes camponeses estarem favoráveis a esta empreitada, pois em não sendo favoráveis, podem suscitar resistências materializadas na forma de desenvolvimento insatisfatório dessa proposta, tanto qualitativa quanto quantitativamente, como parece ser o caso, a partir de observações empíricas.

Isso é reforçado pelas constatações de Schneider (1981, p. 12-13) ao afirma que:

“[...] são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do Cooperativismo e não a existência e divulgação de um conjunto de princípios normativos consubstanciados na doutrina cooperativista.”

As possibilidades estratégicas de organização dos camponeses frente às condições de exploração e de exclusão social contida nos princípios do modelo cooperativista, por si só, não estão se constituindo efetivamente em garantia para estes atores sociais, pois os resultados têm mostrado um desenvolvimento incipiente e insatisfatórios em termos qualitativos, e pífio em termos quantitativos, como pode ser constatado na tabela abaixo sobre os assentamentos do MST na Paraíba e suas representações jurídicas, onde há um predomínio significativo do modelo associativista, considerado individual, em relação ao modelo cooperativista.

⁵ Conjunto de princípios que tratam da estrutura e do funcionamento do modelo cooperativista, inspirados nos estatutos da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, matriz do cooperativismo. O sucesso transformou esta experiência em símbolo e suas normas são, em parte, até hoje seguidas pelas cooperativas do mundo inteiro. (PINHO, 1982, p. 32-33).

TABELA 01: Assentamentos ligados ao MST na Paraíba, com nº de famílias, município de situação e representação jurídica.

Nº	ASSENTAMENTO	Nº DE FAM.	MUNICÍPIO	REPRESENTAÇÃO JURÍDICA
01	Nova Vida	132	Pitimbu	Cooperativa
02	1º de Março	34	Pitimbu	Associação
03	Teixeirinha	34	Pitimbu	Associação
04	Zumbi dos Palmares	94	Marí	Associação
05	Tiradentes	160	Marí	Cooperativa e Associação
06	Paulo Freire	17	Araçagi	Associação
07	Chico Mendes	120	Riachão do Poço	Cooperativa e Associação
08	Antônio Conselheiro	120	São Miguel de Taipú	Associação
09	Massangana I	132	Cruz do Espírito Santo	Associação
10	Massangana II	152	Cruz do Espírito Santo	Associação
11	Massangana III	132	Cruz do Espírito Santo	Associação
12	Canudos	113	Cruz do Espírito Santo	Associação
13	Pedro Henrique	25	Solânea	Associação
14	Florestan Fernandes	41	Pilões	Associação
15	Irmã Dorothy	20	Algodão de Jandaíra	Associação
16	Gruta Funda	45	Algodão de Jandaíra	Associação
17	Rosa Luxemburgo	18	Algodão de Jandaíra	Associação
18	Oziel Pereira	52	Remígio	Cooperativa
19	Corredor	40	Remígio	Associação
20	Riacho da Cruz	150	Barra de Santa Rosa	Associação
21	Novo Riacho da Cruz	51	Barra de Santa Rosa	Associação
22	Quandu	60	Barra de Santa Rosa	Associação
23	Dorcelina Folador	27	Cubatí	Associação
24	José Antonio Eufrozino	100	Campina Grande	Associação
25	Mandacaru	120	Sumé	Associação
26	Beira Rio	29	Camalaú	Cooperativa
27	Eldorado dos Carajás	16	Camalaú	Associação
28	Dos Dez	80	São Seb. do Umbuzeiro	Associação
29	Asa Branca	33	Coxixola	Associação
30	Boa Vista I	33	Coxixola	Associação
31	Pinheiros	20	Coxixola	Associação
32	Serrote Agudo	86	Sumé	Associação

33	Padre Acácio	18	Malta	Associação
34	Padre Luciano	29	Catingueira	Associação
35	São Sebastião	30	Catingueira	Associação
36	Cachoeira	40	São José de Espinharas	Associação
37	Nova Santana	24	São José de Espinharas	Associação
38	Oziel Alves	25	São José de Espinharas	Associação
39	Maria Paz	40	São José de Espinharas	Associação
40	Tiradentes I	35	São José de Espinharas	Associação
41	Patativa do Assaré	60	Patos	Associação
42	Poços de Baixo	45	Teixeira	Associação
43	1º de Maio	20	Maturéia	Associação
44	Margarida Maria Alves	45	Pombal	Associação

FONTE: Secretaria do MST na Paraíba (Posição de 21/03/2007).

Deve-se considerar, ainda, o fato de que estas comunidades não começam uma *nova* história, mas um *novo* processo de interação social, permeado por pessoas advindas de diferentes contextos sociais, geográficos, econômicos, e de práticas de trabalho, passando a constituir uma nova realidade a partir dessa diversidade.

Portanto, estas novas comunidades não são constituídas *a partir* da – e pela – legalização e formalização do assentamento, mas pela composição de experiências de vida trazida por cada indivíduo para este novo processo de interação social que são, em suma, os assentamentos de reforma agrária.

COMEÇAR, RECOMEÇAR, CONTINUAR...

Os camponeses estão em um permanente processo de desenvolvimento de práticas coletivas, a exemplo das estratégias de convivência, sobrevivência e diminuição do dispêndio de energia física no trabalho agrícola, ou seja, estas práticas estão institucionalizadas por princípios e preceitos estabelecidos e consolidados culturalmente, ao longo de seu desenvolvimento histórico, os quais também lhes mostram resultados satisfatórios, tanto qualitativa, quanto quantitativamente.

As propostas de cooperação, ao nosso ver, não devem ser levados às comunidades assentadas, como se estas fossem constituídas por sujeitos sociais desprovidos de passado, como se suas histórias de vida tivessem suas origens a partir do seu envolvimento nos programas de reforma agrária. As trajetórias de vida anteriores ao

envolvimento destes sujeitos sociais com a reforma agrária, é permeada por experiências e vivências com práticas de cooperação, eles não passam a existir a partir do seu enquadramento na categoria de *assentados*. Este “público”, em sua esmagadora maioria, é constituído de camponeses que adquiriram o direito de acesso⁶ à terra, mas continuam camponeses e, portanto, providos de trajetórias de vida e de um desenvolvimento histórico riquíssimo culturalmente por vivências e experiências, influenciando – ou determinando – suas expectativas de mudança de suas realidades socioeconômicas.

Os processos de organização desses espaços sociais devem ser encarados não como começo, mas como continuidade de um desenvolvimento histórico, como mais uma oportunidade conquistada para, finalmente, se tornarem arquitetos das mudanças de sua própria realidade.

Existem diversas formas de cooperação, algumas até sutis, passando despercebidas, ou não sendo consideradas como formas de cooperação, a exemplo da ajuda entre vizinhos em caso de doença, cuidando dos filhos quando os pais necessitam se deslocarem até o meio urbano para resolver algum problema, além de outras.

Estas considerações são feitas para chamar a atenção à reflexão sobre diversas formas de atividades coletivas historicamente engendradas pelos sujeitos sociais hoje assentados, como o mutirão, a troca de dias de trabalho, os grupos de famílias, para não se estender nos exemplos. Como processos de cooperação simples, como espaços de práticas já instituídas, devendo ser encarados como empreendimentos sociais nos quais se deveria investir enquanto possibilidades de prosseguimento destas práticas até se chegar a formas mais complexas e elaboradas de cooperação, sendo esta a motivação proposta à reflexão neste artigo.

Para a discussão aqui intencionada, achamos por bem, estabelecer distinção entre *ação* coletiva e *prática* coletiva, por entendemos que elas dizem respeito a conceitos distintos e, se não forem aqui trazidas, podem suscitar interpretações iguais naquilo que compreendemos e objetivamos expor como portadoras de distinção entre si.

Assim sendo, nossa compreensão de *ação* é partilhada em Johnson (1997, p. 131) para o qual significa: “[...] comportamento intencional baseado na idéia de como outras pessoas o interpretarão e a ele reagirão. [...]” Por *prática* entendemos as atividades realizadas de maneira estabelecida e continuada, como exercício e hábito consolidados e naturalizados. Como buscamos discutir atividades exercidas com regularidade e que estejam naturalizadas, através do hábito, na rotina dos sujeitos sociais, optamos pela utilização conceito de *práticas* coletivas.

⁶ Legalmente os trabalhadores beneficiados pelos programas de reforma agrária adquirem o direito de uso das terras, a partir do seu assentamento nestas áreas, porém, a propriedade destes imóveis pertence à União.

A prática de atividades coletivas faz parte do cotidiano há muito tempo, engendradas por eles como meio de solucionar seus problemas estruturais e econômicos determinados pela falta de capital financeiro para realização das tarefas de trabalho do seu dia-a-dia como plantio, limpa⁷, colheita, construção e reforma de cercas, dentre outras atividades.

O desenvolvimento de práticas coletivas na realização das atividades laborais surgiu como condição encontrada para resolver as dificuldades com as quais estes indivíduos se deparavam. Mas não são só as atividades laborais que motivaram estas práticas, a cooperação também foi a maneira encontrada por estes sujeitos sociais de lhes favorecer espaços de interação social, sendo esta, talvez, a razão maior para a consolidação destas práticas entre os camponeses.

Estas práticas, segundo Lacerda (2001, p. 27):

“[...] surgem **espontaneamente**, a partir das necessidades objetivas de solução dos problemas concretos e imediatos, a exemplo das capinas dos roçados, onde os trabalhadores por necessitarem de força de trabalho superior a disponível na unidade familiar e não dispor de recursos financeiros que lhes possibilite pagar por esta força de trabalho, lançam mão da permuta entre outros que se encontram na mesma situação.” (grifo nosso)

Do espontaneísmo, como coloca o autor, surgido para superação das dificuldades estruturais e econômicas, estas práticas foram, pouco a pouco, se incorporando à dinâmica camponesa e se convertendo em práticas regulares.

Uma das práticas coletivas mais utilizadas entre os camponeses é o mutirão, definido por Candido (1982, p. 68) como consistindo: “[...] essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. [...]”

Outra forma de prática coletiva entre os camponeses é a troca de dias de trabalho que, como o próprio termo já denota, consiste na troca de dias de trabalho entre eles, um trabalhador disponibiliza sua força de trabalho numa atividade realizada para um outro trabalhador e este, por sua vez, assume o compromisso de retribuir o dia trabalhado.

O trabalho em compadrio também é uma forma de prática coletiva, porém, realizada apenas entre aqueles trabalhadores com vínculo entre si, estabelecido por meio do batismo de seus filhos. Neste caso, é semelhante à troca de dias de trabalho, diferenciando-se pelo

⁷ Também conhecida por capina. É a atividade de eliminação de outras plantas que se não eliminadas irão competir com as lavouras e prejudicar o seu desenvolvimento.

fato de que o trabalho é realizado na medida em que um dos compadres sente a necessidade e convoca o outro para cooperar, não existindo uma quantidade de dias a serem trabalhados, nem o compromisso da retribuição, esta acontece quando aquele que havia prestado a ajuda necessitar desta retribuição.

Se estas formas de cooperação estão incorporadas à dinâmica camponesa e os assentamentos são constituídos predominantemente por camponeses, podemos afirmar que não existe assentamento sem cooperação, pelas razões e motivos já discutidos até aqui. Portanto, a discussão deve ser feita em termos da existência de níveis de cooperação, partindo das formas simples para se chegar a formas mais elaboradas e desenvolvidas – as formas complexas.

O que tem sido observado nos assentamentos é que as práticas da cooperação desinteressada, estão, aos poucos, cedendo lugar àquelas interessadas e individualizadas, nas quais está envolvida a retribuição em dinheiro, como único mediador das relações. Talvez pela ânsia utópica de se implementar, desde a constituição dos assentamentos, as formas de cooperação complexas estejam sendo desestimuladas as formas de cooperação desinteressada, as quais, gradativamente, começam a perder espaço frente ao avanço do capitalismo no campo.

Acreditamos na necessidade de se trabalhar os níveis de cooperação, partindo dos simples para os mais complexos, como potencial de desenvolvimento da cooperação nos assentamentos rurais.

A COOPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS: O caso do MST

Como o nosso conhecimento empírico diz respeito ao universo dos assentamentos ligados ao MST, trataremos aqui da cooperação nestes assentamentos. Para iniciar a discussão, convém registrar que o objetivo perseguido por este movimento social é sempre o de que estes assentamentos se convertam em comunidades coletivizadas.

Feito este registro, passaremos agora a tratar da cooperação nesta realidade. Constata-se a existência de um descolamento entre os discursos teóricos e a aplicação prática das propostas de coletivização junto às comunidades rurais.

Para embasar esta discussão exporemos, de maneira sintética, a concepção de cooperação pensada pelo MST, em sua evolução temporal, iniciando pelas formulações do início da década de noventa, nas quais a cooperação agrícola era concebida como sendo: “[...] o jeito de juntar os vários dias de serviço dos agricultores que trabalham sozinhos para poder, com isso, conseguir acumular dias de serviço que sobram de cada um e aplicar este capital.” (MST, 1991, p. 136)

Esta visão de cooperação do MST deixa à vista uma lacuna em relação às práticas de cooperação, pois ela concebe a cooperação apenas em uma forma restrita, aquela que busca otimizar a força de trabalho dos assentados.

Em razão das dificuldades enfrentadas na implementação e desenvolvimento dessa proposta nos assentamentos, uma vez que ela só encontrou ressonância entre os assentamentos da região Sul do país, o MST realiza diversas reflexões, inclusive com o auxílio de assessoria externa, para entender esta disparidade entre as regiões e buscar identificar suas causas. Uma das constatações davam conta de que um processo de cooperação, para lograr êxito, necessitava atuar sobre as condições objetivas e subjetivas apresentadas pelos assentamentos. Isso motivou a reelaboração dessa proposta, não tendo sido, entretanto, verificada ação efetiva sobre o conteúdo programático, apenas sobre a forma como ela estava sendo debatida e implementada nos assentamentos.

Como resultado destas reflexões, a partir do final da década de 90, precisamente no ano de 1999, este movimento social passou a considerar as práticas de cooperação simples como caminho para se chegar às formas complexas, pensando que assim estariam sendo resolvidos os atravancamentos impostos pelas condições objetivas e subjetivas encontradas anteriormente entre os trabalhadores.

A partir de então, o MST incorpora o mutirão, a troca de dias de trabalho, o compadrio e outras formas aqui já discutidas, ou seja, as formas simples de cooperação, em sua concepção, conforme se constata nas afirmações de Stédile & Fernandes (1999, p. 100-101):

“[...] as formas [de cooperação] **não podem ser rígidas, devem ser variáveis**. Podem ser formas mais simples, como um mutirão, em que os vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer. Às vezes apenas trocando dias de serviço, sem nenhum pagamento, nenhum ganho material. [...]. Há desde formas mais simples de ajuda mútua, que já fazem parte da tradição camponesa, até formas mais complexas [...]. É quando um assentamento se transforma numa cooperativa agropecuária de produção e instala pequenas agroindústrias. Em resumo, a agroindústria é a forma mais complexa de cooperação agrícola de um assentamento.” (grifo nosso)

Mesmo a partir desta nova formulação teórica de conceber a cooperação, reconhecendo a existência de níveis de cooperação simples nos assentamentos e que seria viável, tê-las como ponto de partida para implementação das formas complexas, como

colocado pelos autores, o processo permaneceu sem alterações significativas em seus resultados e, destarte, continuou a obter resultados heterogêneos entre as regiões do país, persistindo, estes resultados, restritos às regiões Sul e Sudeste, com ênfase à região Sul.

O MST tem um critério, através do qual classifica os assentamentos em coletivos e individuais, de acordo com a opção da comunidade quanto a forma de sua representação jurídica. Esta classificação funciona da seguinte maneira: quando o assentamento é representado juridicamente por associação, é classificado de individual, ou seja, não praticante da cooperação; quando é representado juridicamente por cooperativa, é classificado de coletivo, ou seja, praticante da cooperação. Este critério, por si só, não apresenta sustentação objetiva, incorrendo aí problemas de ordem metodológica, dificultando uma análise mais substancial, no entanto, constitui, no momento presente, a única fonte disponível para a discussão proposta.

Deve-se considerar, ainda, que os assentamentos são obrigados, por força de lei, a constituírem uma representação jurídica para terem acesso aos créditos de instalação⁸. Mesmo na hipótese de consideração apenas do critério⁹ estabelecido pelo MST para classificação dos assentamentos a ele ligados, fica evidenciada a debilidade da cooperação proposta a estas comunidades.

Apesar de ter passado a considerar estas práticas como formas simples de cooperação e do reconhecimento do seu potencial contributivo para se chegar às formas mais complexas, como a agroindustrialização, para ficar apenas num exemplo, como afirmam Stédile e Fernandes, o que se constata até hoje nos assentamentos, pelo menos nos da Paraíba, é que não se têm sido alcançados os resultados esperados, nem quantitativos, pois dos 44 assentamentos ligados ao MST, em 39 (88,6% do total) têm o associativismo com forma de representação legal, e apenas 05 (11,4%) são representados legalmente por cooperativas, sendo que destes, em 02 coexistem as duas formas jurídicas. Também em termos qualitativos, não se têm resultados satisfatórios se levarmos em conta que as práticas coletivas desinteressadas como o mutirão e a troca de dias de trabalho, vêm cedendo lugar, gradativamente, a práticas interessadas intermediadas pelo pagamento da força de trabalho aplicada na realização das atividades.

Em suma, as práticas cooperadas continuam sendo desconsideradas e, em parte dos assentamentos, chegam a ser desconhecidas dos representantes do MST, permanecendo, assim, a falta de apreço às formas simples de cooperação como possibilidades viáveis de implementação deste processo, mesmo após ter recebido o merecido reconhecimento.

⁸ Nas modalidades: Apoio inicial; Aquisição de materiais de construção; Fomento; Adicional do Semi-Árido e; Recuperação materiais de construção. Conforme parágrafo único, do artigo 2º, da Instrução Normativa Nº 19, de 06/09/05.

⁹ Até pela ausência de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução histórica do pensamento e da concepção de cooperação do MST ao longo de seus mais de vinte anos de existência demonstra sua preocupação e relevância atribuída a esta discussão, o que pode ser percebido pelo seu processo paulofreiriano de práxis-teoria-práxis, confirmado pela evolução de sua concepção acerca desta temática, como demonstramos aqui trazendo presentes dois recortes deste processo teórico em sua história (1991 e 1999), o que também demonstra um cuidado permanente com a prática de sistematização destas experiências objetivando identificar seus limites e apontar seus avanços, utilizando, inclusive assessoria externa, como pudemos perceber pelos documentos a que tivemos acesso, demonstrando preocupação com o compromisso em consolidar a reforma agrária como meio de sobrevivência dos camponeses enquanto classe social, através da consolidação dos assentamentos.

No entanto, deve ser considerado que mesmo mantendo constante este esforço de reflexão, para superação das limitações, o que se constata até hoje nos assentamentos da Paraíba, é que os resultados esperados não têm sido alcançados, nem os quantitativos, como demonstrado pela tabela apresentada neste artigo, nem qualitativos, de acordo com constatação de que as práticas coletivas desinteressadas vêm cedendo lugar a práticas interessadas na aplicação da força de trabalho para realização das atividades.

Em suma, as práticas cooperadas continuam sendo desconsideradas e, em parte dos assentamentos, chegam a ser desconhecidas dos representantes do MST, permanecendo, assim, a falta de apreço às formas simples de cooperação como possibilidades viáveis de implementação deste processo, mesmo após ter recebido o merecido reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

INCRA. **Diagnóstico dos projetos de assentamento**. João Pessoa, julho de 2006. (mimeo)

INCRA. Instrução Normativa Nº 19, de 06 de setembro de 2005. Fixa valores e normas gerais para a implementação do Programa de Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: Guia prático da linguagem sociológica. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACERDA, Automar Guedes de. **Do coletivo à cooperativa. Do individual à associação**: O desenvolvimento do processo de cooperação agrícola no assentamento Chico Mendes na Várzea da Paraíba. 2001. 60 f. Monografia (Especialização em Administração de Cooperativas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, João Pedro (Orgs.). **Assentamentos**: A resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Primeiros Passos)

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981 (Teoria e prática sociais).

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

INCURSÃO OCUPACIONAL RURAL EM CENÁRIOS NÃO-AGRÍCOLAS E URBANOS: FATORES ESTRUTURAIS E INDIVIDUAIS DE OCORRÊNCIA

Marlon Javier Méndez Sastoque (Eng^o. Agr., Mestre, Doutorando em Ciências Sociais
CPDA/UFRRJ e Professor-Universidade de Caldas, Colômbia)

e-mail: javmendezsas@yahoo.com.mx, marlon.mendez@ucaldas.edu.co

RESUMO

O propósito deste artigo é dar uma mirada crítica à incursão dos sujeitos rurais em cenários ocupacionais não-agrícolas e urbanos, à luz da emergência de novas ruralidades, entendidas como aquelas derivadas do ajuste ou busca de vias alternativas às atuais circunstâncias de mudança social. Considerando a crescente dedicação de indivíduos e famílias rurais a um conjunto de atividades econômicas e produtivas diferentes às tradicionais, o documento inicia aludindo à noção de pluriatividade rural, como ponto de partida para o posterior reconhecimento dos diversos fatores que guiam e possibilitam o trânsito ocupacional do agrícola ao não-agrícola; distinguindo entre aqueles de índole estrutural (mercantilização, urbanização, modernização tecnológica, tercearização da economia) e os associados à capacidade particular de adaptação individual e familiar. O artigo finaliza com algumas considerações críticas em torno do impulso e da efetividade da ocupação rural não-agrícola e urbana como estratégia de desenvolvimento rural.

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é dar uma mirada crítica à incursão dos sujeitos rurais em cenários ocupacionais não-agrícolas e urbanos, à luz da emergência de novas ruralidades, enfatizado uma questão particular: a discussão sobre os fatores que orientam ou determinam dita incursão. Considerando a crescente dedicação de indivíduos e famílias rurais a um conjunto de atividades econômicas e produtivas diferentes às tradicionais, o documento inicia aludindo à noção de pluriatividade rural, como ponto de partida para o posterior reconhecimento dos diversos fatores que guiam e possibilitam o trânsito ocupacional do agrícola ao não-agrícola; distinguindo entre aqueles de índole estrutural (mercantilização, urbanização, modernização tecnológica, tercearización da economia) e as associadas à capacidade particular de adaptação individual e familiar.

Nesta oportunidade, o dito se sustenta nos resultados da indagação ao interior de duas localidades do município de Manizales, capital do estado de Caldas, Colômbia. Trata-se da vereda Bajo Tablazo e o setor Juanchito-Maltería, ambas reconhecidas pelos altos níveis de articulação física e funcional entre o rural e o urbano, favorecidos pela existência de uma estrutura rodoviária apropriada; distinguindo-se a primeira como zona tradicionalmente

produtora de café em associação com banana, e a segunda pelo uso misto do espaço, na medida em que ali confluem atividades agrícolas, pecuárias e industriais.

O artigo finaliza com algumas considerações críticas em torno do impulso da ocupação rural não-agrícola e urbana como estratégia de desenvolvimento rural.

1. PLURIATIVIDADE E TRABALHO RURAL NÃO-AGRÍCOLA

Sem desconhecer o papel da produção agropecuária como atividade tradicionalmente básica do âmbito rural, atualmente é necessário reconhecer que a agricultura cedeu passo a outras atividades, em sua maioria associadas às demandas realizadas tanto pelas próprias comunidades rurais como por aquelas conformadas por seus novos atores, incluindo os de procedência urbana.

Como menciona Mattei (1999:2),

“o mundo rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola. Nele já começam a ser desenvolvidas outras atividades antes tipicamente urbanas, como é o caso da instalação de indústrias processadoras; de um sistema de serviços nas áreas de transporte, comunicação e recreação; além de programas governamentais de infraestrutura”.

Definitivamente, a crescente demanda rural de serviços públicos e privados abre novas possibilidades de incursão ocupacional para os habitantes do campo. Os serviços públicos, antes concebidos como exclusivos das cidades, (luz elétrica, aqueduto, tratamento sanitário, saúde, educação, transporte), agora chegam ao meio rural; trazendo consigo a demanda de trabalhadores e servidores públicos para sua prestação; sendo o seguinte depoimento uma mostra do dito:

“En este momento no se siente esto como una vereda. La idea de vereda se siente un poco más alejada. Y le damos gracias a ese pensamiento, porque gracias a eso tenemos todos los servicios. Más adelante, de pronto, por aquí vamos a tener un supermercado, ya que hace mucha falta, eso es lo que pesamos y lo vamos a tener; que un puesto para pagar las facturas, lo vamos a tener. Porque aunque vivimos en una vereda, por aquí ya no es tan veredal”. (Entrevista al señor Francisco Castaño, abril de 2005)

Associado ao anterior, na medida em que se melhoram as condições produtivas e de vida no campo, cresce também a demanda daqueles serviços ligados diretamente à produção (transporte de mercadorias, assistência técnica, labores de pós-colheita, mecânica de motores, entre outros); ampliando-se a gama de possibilidades de emprego

e ocupação rural. De igual forma, somado ao primeiro, é necessário também reconhecer que os espaços rurais hoje vêm sendo concebido, mais do que como substrato natural para a instauração exclusiva de atividades agropecuárias, como suporte físico para a instalação de empresas e indústrias de diversa índole, não sempre relacionadas com a produção primária direta:

“Como usted puede ver, nosotros seguimos siendo campesinos, esta ya es una zona industrial, y aquí ya llega mucha gente del centro, aquí ya se aumentó más el transporte, y se han abierto más puertas, más opciones, entonces, ya aquí el campo, yo diría, está casi en un segundo plano. Aunque los originales sí somos campesinos y venimos de familias campesinas, hay mucha gente que llega a la vereda buscando sitio para vivir, todo porque se logró ubicar en alguna de las empresas que aquí funcionan”. (Entrevista à senhora Martha Herrera, maio de 2005)

Como podemos apreciar, a mudança no uso do espaço contribui à geração de novas dinâmicas rurais. Nestas condições, membros das famílias rurais são convocados a vincular-se às fábricas e indústrias assentadas em sua área geográfica de influência, cobrindo vagas apropriadas a seu perfil. Por outro lado, a concorrência de novos moradores, bem seja de maneira ocasional ou permanente, converte-se em oportunidades para os habitantes rurais; como as representadas pela possibilidade de prestação de serviços de diferente índole (alimentação, alojamento, recreação, entre outras); fato que favorece tanto a diversificação produtiva como o estabelecimento de alianças, como as descritas a seguir:

“Todos los días consigo la comida para los marranos, por que yo recojo agua-masa en la fábrica Normandy [empresa procesadora de lácteos] y con eso es que engordo los animalitos” (Entrevista al señor Jairo Castaño, abril de 2005)

“Yo tengo las vacas en un plan que pertenece a la Industria de Derivados del Azufre, ellos lo dan en comodato, o sea que uno cuida el plan, evitando que alguien construya una casa.” (Entrevista realizada a la señora Gloria Ospina, junio 2005)

Igualmente, é pertinente anotar como a localização de fábricas e indústrias em zonas de vocação agrícola, atrai para o campo novos moradores, na sua maioria pessoas de origem urbana, laboralmente vinculadas a estas; as que chegam com a intenção de encurtar distâncias entre sua moradia e o lugar de trabalho ou de diminuir os custos de arrendamento, na medida

em que nas zonas rurais estes preços costumam ser menores; contribuindo, desta forma, à mudança no uso do espaço, bem como à recomposição do padrão ocupacional:

“Vivir en la vereda es cuestión del gusto de cada persona. Aquí hay algunos que trabajan en el campo, otros que sólo viven acá, unos que se fueron y luego volvieron. Hay gente que vive acá, porque el arriendo es más favorable, pero trabaja en Manizales. Esto pasa porque a veces el campesino parte el lote y lo vende a personas de afuera”. (Entrevista a la señora Rubiela Vallejo, junio de 2005)

Por outro lado, desde um plano mais genérico, na medida em que no próprio âmbito rural surgem alternativas ocupacionais diferentes à atividade agropecuária, o mundo imediato de seus habitantes também se transforma. Reconhecer e abrir-se a outras possibilidades implica o surgimento de planos e estratégias de preparação ante uma provável incursão em cenários como o industrial ou o de prestação de serviços. Avançar na cobertura bem seja de condições mínimas de vinculação ou de aquelas que permitam desempenhar labores que exijam maior grau de especialização, pode ser o caminho a seguir:

Mis metas son trabajar en educación con la fundación LUKER, o con el Comité de Cafeteros, o con la Licorera de Caldas, pues, como esas empresas están vinculadas con la escuela, entonces nos están ofreciendo cien puestos para bachiller, y yo aspiro a quedarme con un puesto de esos, y mientras trabajo, lo que quiero es estudiar sicología.” (Entrevista a la joven Lorena López, julio de 2005)

Como podemos apreciar, a dinâmica interna da vida rural vem sendo transformada tanto pela mudança do uso do espaço como pela paulatina incursão de membros de famílias rurais, tradicionalmente reconhecidas como agropecuárias, em cenários diferentes ao histórico; circunstância que põe em evidência o surgimento de um processo de desagrarização que faz do rural um palco, mais do que em ocaso, em via de re-estruturação.

A maneira de conclusão, em termos de pluriatividade rural, o processo de “hibridação social”, e em particular ocupacional, é o que marca a pauta. Os constantes intercâmbios entre o campo e a cidade, a mobilidade cotidiana dos sujeitos rurais, a mudança no uso do espaço e a intenção permanente de nivelção rural-urbana favoreceram dito encontro. Mas, indo um pouco mais ao cenário cotidiano, que fatores determinam ou têm determinado a decisão dos sujeitos rurais de incursionar em cenários não-agrícolas e urbanos?, e passando ao plano das decisões e possibilidades familiares e individuais, que fatores se associam a dita irrupção? Disto nos ocuparemos no seguinte apartado.

2. FATORES DETERMINANTES DA INCURSÃO DE SUJEITOS RURAIS EM CENÁRIOS NÃO-AGRÍCOLAS E URBANOS

Definitivamente, a incursão de membros das famílias rurais em cenários não-agrícolas e urbanos responde a fatores tanto estruturais como individuais, onde a tomada voluntária de decisões pode ver-se favorecida ou restringida, dependendo das circunstâncias. Reconhecendo a existência simultânea de determinismo e vontade humana, a exploração dos fatores em menção será feita a partir das duas perspectivas.

2.1. Fatores associados a tendências genéricas e estruturais

De acordo com Marsden (1995), desde o início da década dos 90 estão em curso mudanças na política agrícola dos países desenvolvidos que estimulam a diversificação e o aumento da produção, o que pode ser entendido como um indício de que o próprio Estado cria novos mecanismos de regulação social e econômica dos espaços rurais. Essas políticas contribuem à disseminação de novas formas de reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloqüente deste redirecionamento. Assim, o espaço rural, que durante o fordismo limitava-se a cumprir funções produtivas agrícolas e alimentarias, ganha novas atribuições; tornando-se um lugar onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas e ocupacionais.

Entre suas novas funções, o mesmo autor destaca o papel de consumo de bens materiais, simbólicos (por exemplo, propriedades, festas, folclore e gastronomia) e serviços (ecoturismo, atividades unidas à preservação ambiental, etc.), indicando que, na fase pós-fordista, o espaço rural não pode permanecer mais circunscrito a sua função na produção agrícola ou ao uso da terra para o cultivo de produtos alimentícios e de matérias primas. Marsden (1995:293) propõe que um conceito chave para explicar a nova configuração socioeconômica e espacial do meio rural seria a noção de *commoditization* (mercantilização), que, em sua opinião, representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas, mas também ao artesanato e às pessoas; circunstâncias não alheias à realidade imediata de nossos países latino-americanos:

“Para mí, que a la gente de la ciudad le guste y venga al campo resulta beneficioso. Si uno programa acá una actividad, como la gente de la ciudad tiende mucho a pasear en el campo, seguramente va a querer venir. Entonces dicen: ¡vámonos para el Tablazo que allá va a haber esto y lo otro! Las señoras resultan vendiendo las empanadas, lo helados, las gaseosas... los negocios se mueven y se mueve el comercio”. (Entrevista realizada al señor Luis Estrada, marzo de 2005)

Coincidindo com a anterior postura, “a mercantilização” do rural, sem lugar a dúvidas constitui uma das principais vias de incursão dos sujeitos rurais em cenários não-agrícolas. Como é bem sabido, o agitado ritmo de vida citadino, somado aos altos índices de contaminação ambiental, gera novas demandas por parte dos moradores urbanos, que podem ser supridas a partir dos cenários rurais. Desta maneira, a sensação de calma, os espaços abertos, a possibilidade de maior contato com a natureza, os recursos naturais despoluídos, a originalidade reconhecida na idiossincrasia camponesa e sua “simples” e “colorida” forma de vida são convertidos em mercadoria; circunstancia evidenciada e potenciada pelos habitantes e comunidades rurais, que motiva sua incursão em cenários ocupacionais não-agrícolas, via oferecimento desse tipo de bens e serviços demandados. Neste sentido, em nosso meio nacional e regional não é estranho evidenciar a transformação suscitada: o eco e o agroturismo, a abertura de parques temáticos rurais, a oferta de infra-estrutura hoteleira, associada à venda de tranqüilidade, paisagem e cultura rurais, ocupam cada vez mais nosso atendimento, em quanto alternativa de diversificação da atividade econômica do campo. Mas, qual tem sido o custo de dita transição? O seguinte depoimento esboça uma das possíveis respostas:

“Yo si creo que la cultura en las fiestas de los pueblos ha cambiado mucho, porque en las fiestas de ahora ya no se ve tanto como los montañeros y el campesino tradicional. Ya se ve más gente de la ciudad que se mete a las fiestas de los pueblos y muy pocos arrieros se ven en ese tipo de fiestas. Ya se ve más la gente como de ahí del pueblo con las culturas citadinas; entonces si creo que ha cambiado mucho todo ese tipo de cosas porque las fiestas de antes eran más como de arrieros y más de estas trovas, de comida y no muchos espectáculos. En cambio, ahora hay más festivales de la cerveza y casetas con música que no es la tradicional sino que es música extranjera. Además los ingresos de esto no van a ir directamente al campo; simplemente van a ir a los patrocinadores de esos eventos y van a ser ganancias para los vendedores de comida y de trago. No creo que vayan a ser ingresos para los cultivos o para mejorar de cierta forma el campo.”
(Entrevista a la joven Diana Aguirre, mayo de 2005)

Avançando na identificação de outros fatores, Graziano da Silva et al. (1997:2), aludindo ao caso brasileiro, anotam que a emergência de atividades não-agrícolas deriva do processo de urbanização do campo, resultante da superposição das cidades e do mercado de trabalho urbano sobre as áreas rurais situadas em seu meio, como é o caso da região de Campinas, no Estado de São Paulo. Nessas áreas, o processo de urbanização se dá através da expansão de novas atividades que pouco ou nada têm que ver com a produção agropecuária em si. Trata-se de atividades de descanso e diversão, ou segundas casas de habitação para a classe média

urbana; situação que coincide com o visto no contexto local e regional, onde o crescente uso habitacional do espaço representa mudanças na configuração rural:

“En este momento ha venido mucha gente a comprar predios, pero la gente no se anima a vender. La gente ahora está cultivando y mejorando el café, la gente no quiere vender lotes porque no sabe a quien va meter al lado de la finca. Por aquí bajan cada rato ricos y pobres, ricos para hacer temperaderos para venir a parrandear, y pobres buscando donde vivir más barato. La gente evita meter nuevos vecinos, de pronto bien ruidosos, que no dejen dormir, cuando es mejor la vida tranquila”. (Entrevista al señor Héctor Sánchez, junio de 2005)

Outro fator unido à emergência da pluriatividade e o trabalho rural não-agrícola tem que ver com a questão tecnológica. De acordo com Klein (1992:10), o processo de modernização tecnológica da agricultura acabou forjando o surgimento de serviços auxiliares às atividades agrícolas, criando um novo mercado de trabalho no espaço rural, associado a atividades complementares como o comércio de insumos, a mecânica de motores, assistência técnica, administração agropecuária, aviação agrícola, entre outras. Ao respeito poderíamos dizer que este fator primária em zonas onde a agricultura continua sendo uma atividade rentável, capaz de sustentar a introdução de inovações tecnológicas, que a sua vez requerem a presença de atividades complementares, gerando dinâmicas locais e regionais de diversificação ocupacional em torno da própria produção primária.

Não obstante, em contextos mais próximos ao nosso, a situação pode tornar-se um tanto diferente, na medida em que tecnificar a atividade agropecuária em muitas ocasiões implica à redução da força de trabalho requerida; motivando a incursão de agricultores em cenários ocupacionais não-agrícolas e urbanos:

“Pues, por acá, personas que trabajen el campo si hay una que otra, pero eso hoy día no ocupa mucha gente, porque el trabajo ya es muy técnico, ya no hay que desyerbar, sino que fumigar; ya no se ponen cercas de púas, sino eléctricas; uno sólo necesita uno que otro para que le administre el ganado y ya. En fin, eso ya está muy tecnificado y no hay para ocupar a tanta gente”. (Entrevista al señor José Vasco, marzo de 2005)

A maneira de síntese, em coincidência com alguns dos anteriormente assinalados, Weller (1997:78) enlista os seguintes fatores de incursão rural em cenários não-agrícolas:

- a) Demanda produtiva agrícola de atividades complementares e acessórias não-agrícolas;
- b) Demandas geradas do consumo da própria população rural (como bens de serviço, transporte e comércio);

c) Disponibilidade de excedentes de mão de obra, frente ao nível de emprego agrícola existente (mão de obra que migra para povoados urbanos).

Lista à que vale agregar os seguintes:

d) Deslocamento ocupacional devido ao uso produtivo de tecnologias que requerem e ocupam menos mão de obra;

e) Demanda citadina de bens e serviços rurais associados ao descanso e à diversão, em resposta à problemática ambiental urbana (como serviços formais e informais de alimentação, hospedagem, recreação, vigilância, venda de bens de ocasião);

f) Mudanças no uso do espaço rural (como a instauração de fábricas e indústrias em capacidade de absorver parte da força trabalhista rural disponível ou de demandar serviços para seus empregados, como alimentação, por exemplo).

Não obstante, quando de entender o problema na sua integralidade se trata, não é suficiente com reconhecer aqueles fatores de qualidade estrutural. Aqui é igualmente necessário recorrer tanto à compressão das razões de índole familiar como ao reconhecimento daqueles fatores que a nível micro guiam a tomada de decisões com respeito à incursão em palcos não-agrícolas ou urbanos; assuntos ao que nos referiremos a seguir.

2.2. Fatores relacionados com a capacidade particular de adaptação familiar

De acordo com Reardon et al. (1998:5), a decisão familiar de participar numa atividade extra-herdade gira em torno dos estímulos recebidos pelo lar. Segundo estes autores, ditos incentivos estão principalmente definidos por situações de atração ou mitigação. Ao respeito, vejamos o dito pela evidência empírica:

"Muchos hombres están tirando la toalla por la situación económica, y ni modo de culparlos, porque un pobre hombre se va a trabajar y trabajando bien duro en una finca se gana a veces 15000, 20000 o 30000 pesos. Pero, ¿qué va a llevar con eso a la casa? Llevará un costal medio untadito ahí; y la esposa allá esperando el mercadito para darle la comida a sus hijos. Por eso es que la mayoría de los campesinos quieren irse pa' la ciudad; porque allá les va mejor negociando por ahí con frutas, con revuelto o trabajando en una fábrica, o consiguiendo mercancía para revender, que porque el trabajo del campo ya no esta dando resultado."
(Entrevista a la señora Rosa Londoño, abril de 2005)

Como podemos observar, enquanto os incentivos de atração se associam à possibilidade de obter maiores rendimentos desempenhando labores diferentes às agrícolas, os de mitigação

atendem à possibilidade de minorar riscos mediante a diversificação das fontes de ocupação e geração de renda; onde, para ambos os casos, a vulnerabilidade derivada de dedicar-se exclusivamente a atividades agrícolas constitui o ponto de partida. Através da incursão ocupacional em cenários não-agrícolas e urbanos, procura-se diminuir os impactos produzidos tanto por fatores de ordem ambiental (secas, inundações, pragas e doenças), como por aqueles sócios ao desmonte do apoio público à produção (privatização da assistência técnica, desmontagem dos sistemas de crédito, etc.); situações comuns aos sistemas agropecuários de produção. Definitivamente, aos fatores coligados ao âmbito produtivo, é pertinente agregar outros mais relacionados com a lógica sociocultural: incentivos associados à mobilidade social e incentivos associados à possibilidade de independência familiar. Vejamos o exposto pela indagação empírica:

“Hay jóvenes interesados en el trabajo el campo, pero siempre son menos que los adultos. Ahora los pelados no se quieren meter en ese cuento, y muchas veces es por pena o por pereza; siempre prefieren buscar la forma de trabajar en la ciudad o de encontrar una carrera para estudiar. A mí me gustaría que mis hijos se dedicaran al trabajo del campo, el problema es que es tan mal pago, que casi nadie se anima”. (Entrevista al señor Carlos García, marzo de 2005)

Definitivamente, num contexto onde a partir do mesmo contexto familiar se cria, vive e reproduz a idéia de “crise do campo”, e onde ser agricultor continua sendo, ainda que não todas às vezes, motivo de demérito social, optar por labores não-agrícolas, no possível realizadas em meios urbanos, pode ser associado à mobilidade social; convertendo-se dita prática num fator de distinção. Por outro lado, exercer ofícios extra-prediais, isto é, que exijam a ausência, assim seja temporária, da unidade produtiva doméstica, chega a assumir-se, sobretudo pelos membros mais jovens (filhos), como uma possibilidade tanto de independência econômica como de libertação da permanente tutela familiar. Na medida em que a distribuição dos benefícios derivados do trabalho agrícola familiar se faz em espécie (alimentação, vestido, manutenção, por exemplo), o trabalho independente representa para os jovens ganhos em autonomia pessoal, em termos de disposição e manejo de recursos próprios:

“Muchos de los jóvenes trabajan y, desde que están en bachillerato, buscan como irse pegando un poquito al trabajo, van a trabajar en almacenes, en talleres, o con la familia, ayudándose ellos mismos un poco. Ellos buscan subsanar sus gastitos personales. Su vida es bastante difícil, yo creo que ellos se angustian, pero se angustia más uno viéndolos, que ellos viviendo la situación”. (Entrevista realizada al sacerdote Javier González, junio 2005)

Não obstante, em coincidência com o exposto por Reardon et al. (1998:5), é pertinente reconhecer que assim o lar tenha incentivos fortes, em ocasiões a capacidade para atuar de acordo a eles pode chegar a ser baixa. Interpretando e ampliando o exposto por estes autores, entre as capacidades que influem na incursão ocupacional rural em cenários não-agrícolas estão as associadas aos seguintes aspectos: a) *educação*, b) *localização do lar* e c) *posse de conhecimentos e habilidades específicas*. Vejamos o que expressa a indagação realizada:

“A mí sí me gustaría que mis hijas hicieran algo diferente, que estudien, que salgan adelante, porque cada vez es más difícil. Entonces, es mejor, por ejemplo, que tengan su buen empleo porque el campo no se los puede brindar. Yo lo que quiero es ayudarle a las niñas con el estudio, porque espero que no se queden como me quedé yo, y les digo mucho a ellas que valoren el estudio y que salgan adelante”.
(Entrevista a la señora Nury Moscoso, Julio 2005)

Como podemos apreciar, a confiança depositada na educação como elemento detonante de novas possibilidades facilmente salta à vista. Num contexto caracterizado pela baixa escolaridade, a decisão de explorar novos caminhos implica superar dita condição; isso sim, sem que isto constitua garantia real de incursão onerosa em outros contextos ocupacionais que brindem condições satisfatórias e superiores às proporcionadas pelas atividades agrícolas, quanto a rendimento, estabilidade e reconhecimento social. Como é bem sabido, atualmente, inclusive para o desempenho de ofícios de mínima ou baixa qualificação (limpeza, mensageria ou outros serviços de índole similar), é quase indispensável credenciar pelo menos estudos secundários.

Igualmente, é pertinente reconhecer como a posse de conhecimentos e destrezas em campos diferentes ao tradicional, como por exemplo, em transformação e o processamento de alimentos, costura, construção, condução de veículos, mecânica, eletricidade, vigilância (ter prestado serviço militar), entre outros, facilita a incursão em contextos ocupacionais não-agrícolas e urbanos. Nestes termos, a hiper-especialização agrícola, condição comumente esperada nos sujeitos rurais, chega a tornar-se desvantajosa; vendo-se favorecidos os que ostentam um perfil mais pluriativo:

“Toda mi familia es campesina, yo soy nacido y criado acá, soy agricultor, cultivo café y poquito de banano y plátano, pero en la época que no hay café, consigo trabajadores para la finca, y me dedico a la construcción. Haciendo este trabajo puedo pasarme entre 3 y 4 meses del año, y es lo que me da para pagarle a los trabajadores. Si la construcción fuera permanente, me dedicaría a ella, pero sólo es temporal. Eso sí, no vendería la finca, en primer lugar porque esto fue una herencia de mis padres y yo logré comprarle a mis hermanos. Además, la finca también da

platica en épocas de cosecha, es una rentica fija. Lo que pasa es que a uno le toca guardar esa plata y volverla a invertir, por eso, lo que queda es poco, ese es el problema”. (Entrevista al señor Héctor Sánchez, junio de 2005)

Por outro lado, é bem reconhecido como a cercania do lar a centros urbanos de diferente dimensão (pequenos, médios, grandes), bem como contar com um adequado serviço de transporte, favorece a mobilidade do campo à cidade, ampliando e facilitando as possibilidades de incursão em cenários ocupacionais não-agrícolas; tal como o expõe o seguinte depoimento:

“La gente de pronto sí se dedicaba más al campo, por lo que el transporte era muy malo. Ahora años ir al centro era un problema, de pronto empezó a subir la buseta, pero eso era muy raro. En cambio, como ahora esta es una zona más industrial, hay busetas por la mañana que madrugan, entonces, hay un mejor servicio, y por eso, creo yo, ya la gente se dedica más a otras cosas”. (Entrevista a la señora Myriam Zapata, febrero de 2005)

Finalmente, à listagem anteriormente assinalada vale agregar um elemento de igual importância: d) *a existência de redes familiares e comunitárias de apoio.*

“Aquí hay niños que ven por su familia. Aquí es normal que la niña que está en séptimo, en octavo, sepa que tiene que llegar a la casa a darles almuerzo a cuatro o cinco hermanitos, a lavar, a planchar, a arreglar casa, eso es normal. La mayoría son niños muy solitarios. Sí, porque hay muchas mamás que trabajan internas en Manizales, en casas de familia, entonces, ellas vienen los sábados por la noche, están el sábado un ratico, el domingo un ratico, y ya se devuelven el domingo por la noche al trabajo, es normal que salgan a las 5:30 de la mañana y lleguen a las 8 o 9 de la noche, o sea, ven sus hijos cuando se levantan y los ven dormidos, y cuando llegan están dormidos.” (Entrevista a la señora Adiela Quintero, junio 2005)

Na medida em que incursionar em cenários não-agrícolas implica deslocar-se a lugares em ocasiões longínquos, em deterioração das atividades agrícolas mantidas sob modelos pluriativos de produção, bem como em detrimento da estabilidade do lar, resulta estratégico contar com redes de apoio familiares e vicinais. Os laços estabelecidos permitem defrontar aos problemas derivados do absentismo, no relacionado com o cuidado de crianças e adultos maiores, a vigilância das propriedades rurais e a realização dos labores agropecuários que não permitem aprazamento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem lugar a dúvidas, a incursão dos sujeitos rurais em cenários ocupacionais não-agrícolas e urbanos é uma realidade atual e em crescimento, que foi incorporada às estratégias cotidianas de produção e reprodução social. Definitivamente, ao reconhecer que o rural vai além do agrícola, o não-agrícola tem de ser assumido como possibilidade para o impulso de processos de desenvolvimento rural; dando-lhe cabida ao melhoramento e favorecimento das relações entre o campo e a cidade, às oportunidades surgidas pela mudança no uso do espaço e à exploração vocacional e ocupacional rural acima do netamente agropecuário, ao momento de traçar políticas e programas em pró do melhoramento das condições rurais de vida. Não obstante, antes de acolher completamente o anterior, resulta oportuno dar lugar à seguinte pergunta: é a incursão ocupacional rural em cenários não-agrícolas e urbanos uma alternativa sempre efetiva de melhoramento das condições de vida?

Como se expressa claramente nos múltiplos depoimentos aqui expostos, na prática, o modo em que se dá dita inserção não é sempre a desejada. Em boa parte, os sujeitos rurais acedem a cenários laborais marcados pela informalidade e a precariedade: serviço doméstico, vigilância, comércio ambulante construção, à hora de fazer o trânsito real ao não-agrícola e urbano, constituem as principais opções disponíveis. Nestes casos, o que há para os atores rurais coincide com aquilo para o que se requer “nenhuma” ou “mínima qualificação”; o qual os faz ainda mais vulneráveis, na medida em que sua especialidade agrícola resulta quase sempre inoperante no novo âmbito.

Ante estas circunstâncias, em termos de promover processos de desenvolvimento rural, o principal desafio estriba em gerar condições e possibilidades decorosas de trânsito. Se a possibilidade de incursão em palcos não-agrícolas e urbanos como estratégia de transformação rural é concebida, quem dê dito passo tem de estar preparado para isso, superando a informalidade. Atingir ao anterior demanda avançar na geração de capacidades e concorrências nos sujeitos, que os habilitem tanto para dar resposta às necessidades não-agrícolas surgidas ao interior dos mesmos âmbitos rurais, como para potenciar as oportunidades brindadas pela crescente articulação rural-urbana; o qual implica introduzir o não-agrícola como componente integral das propostas de educação formal e não-formal orientadas a qualificar as populações rurais, tomando sempre como referente o carácter multidimensional e multisectorial do rural.

Não obstante, a incorporação da mudança não tem de ser uma questão individual. Ser consciente das transformações acontecidas na ruralidade tradicional, bem como atuar em conseqüência, também é responsabilidade de quem desenham e aplicam as políticas públicas. Pois, voltando à especificidade do exposto, como insistir no puramente agrícola quando o não-agrícola entrou na cena cotidiana rural?, ou, em termos de política, como não diferenciar entre um agricultor tradicional e aquele que se desenvolve numa trama que

conjuga o campo e a cidade, como pode ser o caso daqueles localizados na interfase rural-urbana?. Definitivamente, em reconhecer e incorporar a mudança e as distinções radica o sucesso da planificação diferenciada para o desenvolvimento rural.

Finalmente, é necessário reconhecer que a ruralidade não está passando por um processo único de transformação; pelo que explorá-la em suas diferentes expressões resulta altamente útil e clarificante, quando se trata de aproximar-se às mudanças sociais acontecidos. Não obstante, é muito oportuno ter sempre presente que as sociedades rurais, por mais conservadoras que costumem julgar-se, não estão para nada à margem das mediações realizadas pelos processos econômicos e sociais contemporâneos. Nas atuais circunstâncias, a dissociação entre economia e culturas, a mercantilização de todo tipo de relação, a tecnificação da vida, a desregularização das condições contratuais, o domínio da cultura do consumo e o auge da economia dos serviços, entre outros fatores, permeiam as sociedades rurais. Para nosso caso específico de estudo, a progressiva indistinção entre o rural e o urbano, a hibridação entre o agrícola e não-agrícola, a terceirização e informalização da economia, a transformação do espaço físico, a perda paulatina da identidade rural, e a comercialização da cultura são uma mostra disso. Mas, se isto é assim, qual tem de ser o devir do rural ante os novos e absorventes contextos?

Definitivamente, as formas tradicionais de vida coexistem conflitivamente com as novas propostas e tendências genéricas. Ante estas circunstancias, a tradição se desestabiliza bem seja para mudar ou resguardar-se. Como menciona Bonfil (1994:72), com base em sua cultura autônoma, cada grupo se adapta às novas circunstâncias: resiste para conservar seus espaços em todos os ordens da vida, apropria-se de elementos culturais alheios que resultam úteis e compatíveis, e inventa novas soluções, novas idéias, novas estratégias de acomodação que lhe permitem sobreviver como uma coletividade delimitada e diferente, cujos membros têm acesso a um patrimônio cultural comum, próprio, distintivo.

Sustentado no anterior, resulta apropriado considerar que, apesar da existência de fatores estruturais, é a cada indivíduo ou coletivo a quem lhe corresponde desenhar as estratégias de ajuste, mitigação ou fuga; na medida em que são os sujeitos quem significam, internalizam e atuam ante os estímulos recebidos. Neste contexto, o reconhecimento e a eleição de opções não-agrícolas por parte dos sujeitos rurais, mais do que uma direção única a seguir, constitui uma via potencial, por suposto, favorecida ou não pelas condições particulares de cada indivíduo ou família.

BIBLIOGRAFIA

Bonfil, G. México profundo. Una civilización negada. Editorial Grijalbo. México. 1994.

Escobar, G. *Empleo rural no agrícola: ¿una alternativa estratégica para el desarrollo?*, Em: Memórias do Terceiro Simpósio Latino-americano de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agropecuários, 19 ao 1 de Agosto, Lima. 1998.

Graziano da Silva, J; Balsadi, O y Del Grossi, M. *O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário*. Proyecto Rurbano. Instituto de Economía. Universidade de Campinas. 1997. Disponible en: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurseade2.html>. Fecha de Consulta: 12-07-2005

Klein, E. *El empleo rural no-agrícola en América Latina*. PREALC-OIT. Documento No 364. Santiago. 1992.

Mardens, T. *Beyond agriculture? Regulating the new rural space*, em: Journal of Rural Studies, No 11 (3). 1995; 285-296.

Mattei, L. *Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina*. Teses de Doutorado. Universidade de Campinas. 1999.

Pérez, A. y Caballero, J. *La nueva ruralidad en Europa y su interés para América Latina*. FAO-Banco Mundial. Roma. 2003. Disponível em: <http://www.grupochoylavi.org/php/doc/documentos/ruralidadEuropa.pdf>. Fecha de Consulta: 18-09-2005.

Reardon, T; Cruz, M. y Berdegú, J. *Los pobres en el desarrollo del empleo no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos*. Em: Memórias do Terceiro Simpósio Latino-americano de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agropecuários, 19 ao 1 de Agosto, Lima. 1998.

Weller, J. *El empleo rural no-agropecuário en el Istmo Centroamericano*. Revista de la CEPAL, No 62. 1997; 75-90.

MIGRAÇÃO CAMPONESA: UMA ESTRATÉGIA PARA A REPRODUÇÃO DA TERRITORIALIDADE¹

Verena Sevá Nogueira (Doutoranda em Antropologia Social, Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais, IFCH, UNICAMP)
e-mail: verena@unicamp.br

RESUMO

Trata-se de uma análise acerca do fenômeno da migração como estratégia utilizada por famílias camponesas para a sua sobrevivência. A análise do texto recai sobre a migração temporária de camponeses do município de Aracatú, no sertão baiano, para o trabalho na colheita de café em Minas Gerais e em São Paulo. Levando a hipótese de que a migração, além de ser uma forma comumente utilizada pelas famílias camponesas para se reproduzirem socialmente, para se manterem na terra, é uma forma de redefinição da própria vida camponesa e do espaço de vida desses camponeses, de sua territorialidade, a partir dos novos bens, novos conhecimentos e de novas visões de mundo trazidas de fora para a terra de origem.

INTRODUÇÃO

A migração é uma estratégia comumente utilizada por grupos sociais de origem camponesa como estratégia para a sua reprodução, em especial, para a sua manutenção na terra a qual se sentem ligados por laços de pertencimento, no lugar ao qual se sentem pertencentes e ao qual se reportam como sua morada.

A partir do estudo de Afrânio Garcia: *Sul, o caminho do roçado*, realizado no estado da Paraíba, com trabalhadores rurais de engenhos de cana-de-açúcar, passo a analisar a situação atualmente existente dentre famílias camponesas do município baiano de Aracatú.

Trata-se, não obstante, de contextos diversos. Garcia analisa trabalhadores rurais, os *moradores*², submetidos a um patrão, o senhor de engenho e o usineiro. Mostra como a migração destes trabalhadores para os estados da região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) atua como uma forma de manter a condição camponesa dos mesmos. Além da remessa de dinheiro que os migrantes mandam para sua família de origem, há muitos que retornam depois de um período de trabalho no Sul. E, “tudo o que adquiriram no

¹ Comunicação preparada para apresentação no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, a se realizar no Rio de Janeiro em setembro de 2007.

² Morador é uma denominação êmica apresentada no texto de Garcia para descrever uma forma de relação de trabalho existente nos engenhos paraibanos por ele analisados. Ser morador era trabalhar e morar no engenho e, principalmente, estar imerso numa relação de dependência pessoal com o senhor de engenho.

meio urbano [no Sul] constitui uma espécie de capital que os coloca em posição mais vantajosa para tentar novos meios de vida”, como, por exemplo, passar da condição de *morador* para a de pequeno agricultor, detentor de um pedaço de terra. (GARCIA, 1989, p. 77).

No presente estudo, por sua vez, analiso famílias camponesas, proprietárias das terras onde moram e trabalham. Não são famílias rurais sem terra ou sujeitas a um patrão, a um senhor. Não obstante, vislumbro um ponto em comum entre as duas situações, **o deslocamento de pessoas para outras localidades em busca de alternativas para manterem sua condição camponesa.**

Acrescento ainda, e este é um dos pontos que gostaria de iniciar uma discussão, que quando se analisa migração camponesa, não se deve pensa-la somente como estratégia para a manutenção da condição camponesa, da vida ligada ao trabalho autônomo e familiar na terra, mas que seja a migração analisada, outrossim, frente ao papel que desempenha na manutenção e transformação do espaço de vida, da territorialidade de famílias camponesas.

TERRITORIALIDADE E MOBILIDADE: UMA COMBINAÇÃO POSSÍVEL

Num estudo sobre o mito da desterritorialização nas sociedades “globalizadas”, o geógrafo Rogério Haesbaert apresenta uma sistematização da noção de território. Aponta quatro vertentes básicas para a concepção de território.

Em primeiro lugar cita uma concepção política, referida às relações de espaço e poder. Como uma subdivisão desta, destaca a concepção atualmente mais difundida de território, a jurídico-política³, configurada como uma relação entre espaço e poder institucionalizado. Uma segunda concepção de território é a cultural ou simbólico-cultural⁴, “em que o território é visto, sobretudo, como produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p.40). Uma terceira concepção de território apresentada é a econômica ou “economicista”, que privilegia a dimensão espacial das relações econômicas, e vislumbra o território como fonte de recursos econômicos. Por fim, uma quarta interpretação, pouco presente nas ciências sociais, é a natural, baseada nas relações entre sociedade e natureza.

Num segundo momento, a partir dessas quatro concepções, Haesbaert formula o que chama de binômio materialista-idealista de território. Argumenta pelo domínio da vertente materialista, e diz que desde sua origem, houve uma forte vinculação do território como o espaço físico e com a terra. Do outro lado do binômio, nos apresenta a vertente idealista de território, que seria a mais difundida numa visão antropológica de território, ou seja, uma

³ Esta é a concepção que para a Antropologia mais se aproxima da noção de territorialização, no sentido de uma concepção mais administrativa de território (OLIVEIRA FILHO, 1999).

⁴ Trata-se da noção de território que mais se aproxima da noção de territorialidade difundida nos estudos antropológicos, que vêem o território como um espaço de vida.

abordagem do território como um espaço de vida, investido não somente de valores materiais, mas também, e principalmente, de laços étnicos, espirituais, simbólicos e afetivos. Observe-se, entretanto, que a noção de territorialidade, mais do que a de território, está contida na visão idealista acima citada, isto é, está mais próxima do aspecto do território ligado aos laços étnicos, simbólicos e afetivos que unem os grupos sociais a um dado território físico.

Segundo José Luis García, a noção de território para a antropologia não precisa necessariamente coincidir com as noções de território legal ou político. A semantização do território pode explicar-se parcialmente a partir do meio, mas a investigação do meio físico nunca nos permitirá concluir que deve dar-se um tipo determinado de semantização” (GARCÍA, 1976 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 52).

Em várias análises antropológicas vislumbramos a noção de território dos grupos sociais como parte de um processo social mais amplo que a simples identificação dos seus membros com um espaço de vida, ou seja, uma noção que conjuga essa perspectiva idealista – talvez a principal – com processos de territorialização/desterritorialização e re-territorialização, processos estes de apropriação, conflitos territoriais, delimitação e perda de território, ou ainda, como os direitos sobre o território (GODOI, 1999. OLIVEIRA, 1999).

Para fins desta análise, meu propósito é dialogar com a noção de territorialidade, enquanto aspecto do território ligado aos laços de pertencimento que ligam um grupo social a um espaço físico.

Importante aspecto ligado aos temas do espaço, do lugar e da territorialidade de grupos sociais é o da sua mobilidade no espaço. Dialogando com uma certa bibliografia (HAESBAERT, 2004; SAHLINS, 1997, GUPTA E FERGUSON, 2000, dentre outros), entendo que a mobilidade espacial – deslocamento social no espaço – não pode ser considerada, por si só, um fator de desterritorialização, ou seja, não pode ser apontada como geradora da perda do sentimento de pertencer a um dado território, a um dado grupo social, a uma dada identidade ou a uma dada cultura. Pelo contrário, em muitas situações concretas observadas, o deslocamento no espaço de membros de um grupo social ou do próprio grupo como um todo, pode levar inclusive a um fortalecimento de seus laços de pertencimento a um território e a uma territorialidade.

Haesbaert (2004) fala inclusive em processos de reconstrução de territorialidade – “reterritorialização” – originados no movimento de grupos sociais. Cita o caso dos nômades, para os quais a territorialidade é construída na mobilidade espacial e o dos migrantes, onde o deslocamento é visto, mais como um meio que como um fim, “uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade” (HAESBAERT, 2004, p. 245).

Partindo da premissa de que a mobilidade de pessoas e de grupos sociais não implica necessariamente na sua desterritorialização, o estudo das redes sociais⁵ que se formam entre os migrantes e sua família que permanece na terra natal mostrou-se uma ferramenta analítica interessante.

A literatura sobre migrações nos mostra a importância das redes sociais, em especial as de parentesco, para o “sucesso” da migração, ou seja, para a sobrevivência dos migrantes nesses novos espaços sociais, muitas vezes as grandes metrópoles distantes de seus lares de origem (DURHAM, 1978, 2004; MENEZES, 2002; SAYAD, 1997, dentre outros) Mostramos, ainda, as redes sociais como peças-chaves para a reprodução do próprio grupo de origem (GARCIA, 1989; SAHLINS, 1997, dentre outros).

CAMINHO DA PESQUISA: DE CAMPINAS À BAHIA

A pesquisa de doutorado em andamento à qual se reporta esta comunicação surgiu a partir de inquietações “teóricas” acerca das transformações vivenciadas por grupos sociais camponeses, em especial as que decorrem da intensificação do contato entre estes e outros grupos sociais, resultantes da migração de alguns de seus membros para outros lugares.

Primeiramente tive contato com alguns migrantes provenientes do município de Aracatú, no estado da Bahia, que atualmente residem no bairro Satélite Íris em Campinas, no estado de São Paulo, e no município próximo de Artur Nogueira. Uma característica observada em duas famílias analisadas foi o estreito contato que os familiares que estão no estado de São Paulo mantêm com seus familiares que ficaram na fazenda⁶, na Bahia.

Redes sociais são formadas e atualizadas com o contato entre os que estão aqui e lá, e por elas viajam pessoas, bens, informações, favores etc. Percorrendo uma dessas redes, que liga uma família de migrantes a seus parentes na terra natal cheguei ao município de Aracatú, na Bahia, e conheci seus familiares que lá ficaram, distantes fisicamente, embora mantendo contato e trocando os mais diversos bens através das redes instauradas entre eles.

Em pesquisa de campo no município de Aracatú chamou-me atenção uma prática disseminada entre as famílias de agricultores camponeses do local, a migração sazonal para a colheita do café em fazendas no estado de Minas Gerais e em São Paulo. Prática esta, inclusive, de membros das duas famílias analisadas. Todo ano, entre os meses de maio e

⁵ Segundo Lemieux, que prefere falar em redes de atores sociais, o conteúdo das redes é formado por mais de um tipo de recurso, sendo “tanto uma rede de sustentação, onde são transmitidos bens materiais, mas também de informações e de recursos propriamente relacionais (LEMIEUX, 1990, p. 1). Destaca ainda três dimensões importantes das redes: a do pertencimento (*l'appartenance*), que comporta os laços de identificação, de diferença e de indiferença entre os atores sociais, a da apropriação (*l'appropriation*), a das transações entre os atores e a dimensão das regras de conduta (*de la gouverne*), que remete ao controle que os atores sociais exercem uns sobre os outros.

⁶ Fazenda é a denominação local (êmica) para as propriedades de terra em Aracatú, na Bahia. É uma denominação utilizada indistintamente não importando o tamanho da propriedade

agosto/setembro, saem ônibus com homens, mulheres e crianças do município de Aracatú em direção a fazendas de café no sul⁷. Durante a estada nas fazendas de café no sul, casas no campo permanecem fechadas, roçados são abandonados ou deixados a cargo de parentes, escolas rurais são fechadas e escolas do centro urbano precisam adaptar seus calendários para que os jovens que vão todos os anos para o café possam continuar estudando.

Seja na primeira situação, da migração para os centros urbanos de Campinas e de Artur Nogueira, como na migração temporária para a colheita do café, ambos os deslocamentos são apontados pelos informantes da pesquisa como formas de sobrevivência ou de melhoria de vida, já que na Bahia, alegam, de um lado, que não conseguem sobreviver do trabalho em suas fazendas, e de outro, que não há trabalho fora de suas terras.

A FAMÍLIA DE MARIA: OS PROTAGONISTAS

A família de Maria será a protagonista nesta comunicação. Maria tem trinta e cinco anos e é natural de Aracatú, na Bahia. Maria, seu marido Osvaldo e os três filhos do casal, José, Renaira e Reinaldo mudaram-se para Campinas em 1997, onde atualmente residem. Antes disso moravam e trabalhavam na fazenda Martim na Bahia, de propriedade da família. Maria e Osvaldo, antes de migrarem para Campinas, também trabalharam em algumas fazendas dos estados de Minas Gerais e de São Paulo. Eram estadas que duravam cerca de três meses, o tempo da safra, onde trabalhavam com colheita de café, de algodão e no corte da cana-de-açúcar⁸. Nessas viagens de trabalho temporárias os filhos do casal ficavam sob cuidados dos avós na Bahia⁹.

Quando Maria e sua família¹⁰ mudaram-se para o bairro Satélite Íris em Campinas, já moravam no bairro outros sete irmãos que vieram para o local antes deles¹¹. Moraram cerca de um mês na casa dos irmãos Jair e Aílton, numa edícula de três cômodos que dividiam com a família de uma outra irmã, a Eliete. Pouco tempo depois adquiriram um lote no mesmo bairro¹². Logo na seqüência, o pai de Maria veio de Aracatú para construir sua casa,

⁷ Sul é uma forma êmica, e também presente na literatura sobre migração, para se referir aos estados brasileiros, tanto os da região Sudeste como os da região Sul, propriamente ditos. E, para além de seu significado geográfico, faz referência a um local de moradia muitas vezes desejado e enaltecido por habitantes de outras regiões do Brasil, por ser um local visto como mais bem sucedido que os outros, onde há mais oportunidades de trabalho principalmente

⁸ Nesse período Maria e Osvaldo juntaram um pouco de dinheiro, e por isso conseguiram, pouco tempo depois que chegaram a Campinas, comprar um lote e construir sua casa.

⁹ Em recente pesquisa de campo no município de Aracatú, constatei que é grande o número de crianças que acompanham seus pais nas migrações temporárias anuais. Verifiquei que nestes períodos é tamanha a quantidade de jovens e crianças que abandonam a escola, que há um calendário escolar especial para elas, e até escolas localizadas na zona rural do município que fecham suas portas durante o período.

¹⁰ Aqui entendo como família, a família nuclear de Maria, ou seja, seu marido e os três filhos.

¹¹ Como explicarei mais à frente, desses sete irmãos que vieram primeiro que Maria para Campinas, três se mudaram e moram atualmente em outros municípios da região Sudeste brasileira.

¹² Observe-se que o bairro do Satélite Íris formou-se a partir de uma ocupação urbana. A propriedade fundiária no local é precariamente regularizada. A compra-e-venda de terrenos é uma prática costumeira, embora o que se

retornando para a fazenda no fim da construção. Atualmente moram nesta casa Maria, Osvaldo e os três filhos do casal.

Desde que chegou em Campinas Maria nunca mais trabalhou na roça. Atualmente é empregada doméstica e seu marido trabalha como operário numa fábrica de colchões em Campinas. Seus dois filhos mais velhos, que já são adultos, estão desempregados e seu filho mais novo é ainda estudante.

Maria tem oito irmãos. Atualmente há quatro que moram no bairro Satélite Íris em Campinas, um em Artur Nogueira - município próximo à Campinas –, uma irmã em São Paulo e outra em Paraguaçu, no estado de Minas Gerais¹³.

Os pais de Maria, e o irmão mais novo solteiro moram na fazenda Martim em Aracatú, na Bahia. Na fazenda também moram, em outras casas, os avós de Maria, um tio e uma tia casados e alguns primos. O trabalho na fazenda é essencialmente com agricultura e criação de pequenos animais, com produção destinada ao autoconsumo e à troca com vizinhos e parentes. A renda financeira dos familiares que vivem na fazenda advém basicamente das aposentadorias dos integrantes mais velhos da família, e, principalmente, do trabalho temporário com colheita de café nas fazendas do estado de Minas Gerais, para onde muitos membros da família viajam (migram) todos os anos. Osvaldo, marido de Maria, tem quarenta anos e também veio da Bahia. Em Aracatú, na fazenda Milagres, de propriedade da família, moram sua mãe e uma irmã casada. O pai falecera há nove meses. Seus outros cinco irmãos moram em cidades paulistas próximas a Campinas: Indaiatuba, Salto, Mogi Mirim e Artur Nogueira.

Maria e seu Osvaldo, assim como os outros irmãos, costumam viajar sempre que podem para Aracatú, para visitar os pais e familiares. A época que mais vão é no final do ano.

A MIGRAÇÃO PARA O CAFÉ

Se esta pesquisa teve início com migrantes-camponeses provenientes do interior da Bahia para o interior de São Paulo, deparei-me com uma outra modalidade de migração quando cheguei à Aracatú, BA, a terra natal destes migrantes, qual seja, **a migração anual e temporária de camponeses para o trabalho na colheita de café em Minas Gerais e em São Paulo**. E, é sobre este segundo movimento que pretendo me debruçar no restante do texto. Chamo atenção ao leitor que não se trata de uma pesquisa finalizada, portanto de um texto acabado, mas de hipóteses que pretendo discutir e aprofundar.

compra na verdade é a posse ou o direito de usar aquele pedaço de terra, e não o título de propriedade, algo raro no que poderíamos denominar de *desordem fundiária*.

¹³ Trata-se de um município para onde vão todos os anos pessoas de Aracatú para trabalharem na colheita do café. A irmã de Maria que se mudara para este município estivera trabalhando no café na safra de 2006.

A questão enfatizada é o papel dessas migrações temporárias na re(configuração) da territorialidade das famílias camponesas, no sentido da construção/manutenção de um espaço de vida, de relacionamento, de interconhecimento.

O município de Aracatú localiza-se numa área geográfica atingida pela seca, no centro-sul do estado da Bahia, localmente identificada como sertão. O problema da falta de barragens e de cisternas para armazenamento de água de chuva é invocado pela maioria dos meus informantes para explicar o porquê não conseguem sobreviver da agricultura.

A fazenda Martim, de propriedade da família de Maria, tem 100 hectares. Atualmente há seis casas onde moram seus parentes e uma em construção¹⁴. Há também a casa de um primo de Maria que está fechada, pois ele está morando no sul e os escombros da casa de Maria.

As casas e seus moradores, na fazenda “Martim”:

- casa 1: os pais de Maria e o irmão mais novo;
- casa 2: o avó de Maria, um primo, a esposa e a filha;
- casa 3: a avó de Maria;
- casa 4: o irmão do pai de Maria, sua esposa, a mãe, uma filha casada e o genro;
- casa 5: um primo de Maria, a esposa e a filha;
- casa 6: irmã do pai de Maria e o marido.

Observe-se que os moradores da fazenda são todos parentes, mas em cada casa abriga um núcleo familiar separado. Cada núcleo familiar tem a sua roça¹⁵, a sua manga¹⁶ e o seu mangueiro¹⁷. Há situações de ajuda mútua, quando os parentes trabalham juntos nas roças uns dos outros. Há também ajuda de vizinhos. O pagamento é geralmente feito com refeição; contudo, quando se trata de pessoas de fora da fazenda, há geralmente pagamento em produtos agrícolas e, por vezes, em dinheiro.

No que se refere à produção agrícola na fazenda Martim, relatam os seus moradores que a mesma mal dá para sobreviver. O destino da produção é para consumo próprio da família e para distribuir, trocar, entre os vizinhos e parentes.

É freqüente a remessa de produtos agrícolas para os parentes que estão fora da fazenda, no sul. Em recente viagem de uma das irmãs de Maria que mora em Campinas,

¹⁴ Trata-se da casa de um jovem casal, que atualmente mora na casa da mãe da moça. O casal atualmente está na colheita do café. Pretendem terminar a casa assim que chegarem do café, com o dinheiro que lá almejam ganhar.

¹⁵ Local destinado à plantação da produção agrícola: feijão, andu, milho, dentre outras.

¹⁶ Local destinado à criação de animais de grande porte, como cavalos e vacas. Faço um paralelo com o que conhecemos em São Paulo como pasto.

¹⁷ Local geralmente próximo à casa e à água onde se localizam pequenos plantios (hortas) e a criação de animais de pequeno porte.

para visitar seus pais na Bahia, a mesma trouxe um porco inteiro salgado, para ser dividido entre os irmãos de Campinas.

Na contrapartida, Maria e os irmãos, costumam enviar presentes para os parentes da terra natal. Toda vez que algum dos parentes que está em São Paulo viaja para Aracatú, atua como portador de presentes para os pais, avós e outros parentes. Os filhos procuram saber o que *os de lá*¹⁸ estão precisando, como por exemplo, conjunto de panelas, capa para sofá, roupas, toalha de mesa e jogo de cama. Fazem uma arrecadação de dinheiro entre eles e alguém fica encarregado de comprar. Está escusado de contribuir o irmão que no momento estiver passando alguma dificuldade financeira; não obstante, o presente é mesmo assim dado em nome de todos.

Outra prática observada na família de Maria é a remessa de dinheiro, pelos filhos que estão no *Sul*, para os pais e familiares que estão na Bahia. Um exemplo disso foi a recente arrecadação e envio de dinheiro destinado à compra de uma geladeira para a casa dos pais na fazenda. O que motivou esse presente foi a recente chegada da luz elétrica na fazenda. Neste caso, entretanto, quando os filhos enviaram o dinheiro para a geladeira, o pai de Maria já havia comprado a geladeira. O destino dado ao dinheiro foi por isso outro, para a aquisição de uma televisão colorida.

Embora não pretenda alongar-me na análise das trocas que ocorrem na família de Maria¹⁹, enfatizo que são trocas que ocorrem por meio das redes sociais familiares que unem os parentes que estão na fazenda em Aracatú e os que estão fora. Levanto como hipótese o fato de que essas trocas atuam não somente como forma de atualização dessas redes, mas também como um fator de transformação do espaço de vida da família, no sentido de expansão do que seria este espaço, não somente na fazenda ou em Campinas ou Artur Nogueira, mas em todos esses lugares conectados pelo vaivém de pessoas, de bens e de informações.

Voltando ao tema da migração temporária para o café, observei que ao lado da renda proveniente da aposentadoria rural, o dinheiro obtido pelos migrantes que vão anualmente para o trabalho nas colheitas do café, é em muitos casos a maior parte, senão a única renda financeira de muitas famílias camponesas de Aracatú. O mesmo se passa com os familiares de Maria que moram na fazenda na Bahia. Quando estive na fazenda, em abril deste ano,

¹⁸ Os que moram na terra natal, na Bahia.

¹⁹ Em outro texto analiso estas trocas à luz dos postulados teóricos de Marcel Mauss, e levanto como hipótese o fato dessas trocas não serem meras liberalidades unilaterais e desinteressadas, mas configuradas em meio a regras de reciprocidade, definidas pela organização de um dado grupo social (NOGUEIRA, Verena Sevá. *Notas iniciais para uma reflexão sobre trocas entre migrantes e o seu grupo de origem*. Texto a ser apresentado no XXVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, a se realizar em Guadalajara, México, entre os dias 13 e 18 de agosto de 2007).

cinco jovens, três rapazes e duas moças²⁰ da fazenda Martim, planejavam partir para colher café em Minas Gerais.

Em duas fazendas vizinhas é ainda maior o número de pessoas que planejavam sair para o café na safra deste ano. Na Lagoa do alto era mais da metade dos seus moradores que planejavam sair e na fazenda Baixa escura havia três casais e um rapaz solteiro. Nesta fazenda, inclusive, há dois rapazes que trabalham como agenciadores de mão-de-obra para o trabalho nos cafezais. São conhecidos como gato. Herdaram esse ofício de seu pai, que durante muitos anos levou pessoas de Aracatú para São Paulo e Minas Gerais. Eles mantêm contato com fazendeiros do sul, e todo ano estes fazendeiros entram em contato com eles pedindo a quantidade de trabalhadores que necessitam.

A migração temporária para o café, além de disseminada no município, encontra-se atualmente bastante organizada. Cada “gato” já tem um grupo mais ou menos formado, para viajar todos os anos. Eles também têm acordos com as empresas de ônibus que levam os trabalhadores, pagando-os depois da colheita.

Observa-se que para o café partem homens, mulheres, jovens e até crianças²¹ que não tem com quem ficar. Por causa da saída dos jovens e das crianças, o calendário escolar precisa muitas vezes ser alterado, para estes jovens e crianças, que viajam todos os anos, consigam continuar estudando. Nas escolas localizadas na zona rural, há escolas que chegaram a ficar fechadas no período da colheita do café, por não sobrarem alunos suficientes para assistir às aulas.

A migração temporária para ganhar dinheiro fora das próprias fazendas é, ademais, de uma prática bastante antiga no município de Aracatú. Segundo relatou-me o pai de Maria, o senhor José, quando seus filhos eram pequenos, nos idos da década de 1970, ele passava boa parte do ano fora de casa, procurando trabalho nas fazendas no sul do Brasil. O seu irmão, o senhor Alceu também viajou muito pelo Brasil atrás de trabalho. Entretanto, as pessoas mais idosas explicam que antigamente eles, os migrantes, saíam a esmo pelo Brasil afora. Chegavam em pequenos grupos, ou sozinhos nas fazendas e estando lá arrumavam trabalho. Disseram que era muito mais fácil, até porque não havia tantas exigências trabalhistas para contratar empregados temporários.

Como é muito grande o número de migrantes que saem todos os anos, durante os meses de maio a setembro o município se esvazia, de pessoas e de dinheiro. No retorno dos migrantes, com o dinheiro que trazem do café, são comprados mantimentos para a família,

²⁰ São dois casais, sendo que um deles levou uma bebê de 9 meses, e um outro rapaz casado. A esposa deste não foi porque têm uma filha de poucos meses.

²¹ Um fenômeno bastante recente que tive conhecimento é o impacto da “Bolsa-Escola” para a permanência das crianças na escola. Segundo as regras desse benefício social, para que famílias carentes possam recebe-los, os filhos em idade escolar devem ter uma frequência mínima na escola, e a saída para o café inviabiliza isso. Por isso, em muitos casos, os pais das crianças continuam migrando, mas elas ficam com algum parente ou com a mãe.

até a próxima colheita. “Fazem a feira”, é como dizem. Há também o investimento na própria fazenda, na sua manutenção. Em alguns casos, ainda, o dinheiro é investido em imóveis ou na montagem de um pequeno comércio no centro urbano.

Em várias fazendas do município de Aracatú a energia elétrica chegou este ano. A televisão a cores e a geladeira são atualmente os eletrodomésticos mais desejados, e o *dinheiro do café*²² foi citado como uma das formas para a compra dos mesmos.

Para os jovens o dinheiro ganho na migração é utilizado como forma de adquirir bens de consumo que não teriam acesso com o que ganham em Aracatú, como roupas e calçados mais caros e aparelhos de som. Destaca-se a aquisição por muitos jovens de motocicletas. Ademais de ser uma forma desses jovens se diferenciarem localmente, adquirindo um *status* elevado, a motocicleta possibilita uma nova forma de trabalho, o transporte de passageiros no município, em especial, os da zona rural²³. Para transitar no município, além da opção do veículo próprio, há somente os ônibus escolares, um ônibus particular, e caminhonetes. Não há transporte público.

Num mesmo sentido, ao falar de migrantes nordestinos que retornaram para seu município de origem depois de uma estada no sul, Garcia afirma que “tudo o que adquiriram no meio urbano constitui uma espécie de capital que os coloca em posição mais vantajosa para tentar novos meios de vida” (GARCIA, 1989, p. 77). Muitos migrantes, por exemplo, conseguem passar da posição de *moradores* para a de agricultores proprietários de pequenas porções de terra compradas com o capital obtido com a migração. Passam da situação de sujeitos a de libertos.

Não obstante a migração sazonal para o café ser uma prática disseminada no município, a mesma é criticada por parcela da população. Alega esta que os agricultores são acomodados e que, ao invés de tentarem melhorar sua vida trabalhando nas terras própria, com mais afinco, utilizam-se da via que consideram mais fácil, sair e ganhar dinheiro fora com o café. Não se trata aqui de julgar os que migram ou os que não migram, mas de apontar para contradições existentes nessa prática, que talvez sirvam como forma de compreender melhor o fenômeno. Mas isto também ficará para uma outra ocasião.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Afrânio Garcia (1989) compreende o deslocamento de camponeses nordestinos para São Paulo como um meio para a reafirmação de suas próprias origens camponesas, uma vez que possibilita a reprodução física e social dos que ficaram.

²² Esta é forma como se referem à renda financeira que obtêm com o trabalho anual que realizam nas fazendas de café do sul.

²³ Eu mesma tive que utilizar desse transporte para me deslocar de uma fazenda distante cerca de 20 Km da sede do município.

No caso em análise, proponho que a migração temporária de camponeses para a colheita de café possa ser vista para além de uma estratégia de reafirmação da vida camponesa, mas também como uma forma de construção/manutenção de seu espaço de vida, da territorialidade das famílias camponesas. Em outras palavras, ademais de ser a migração uma forma das famílias se reproduzirem socialmente, de se manterem na terra como camponeses, ela é uma forma de redefinição da própria vida camponesa, a partir de novos bens, novos conhecimentos e de novas visões de mundo trazidas e transmitidas pelos migrantes.

Os recursos financeiros obtidos anualmente pelas famílias camponesas são destinados a melhorar a vida, ou até mesmo possibilitar a permanência das mesmas nas terras de origem. Se de um lado são recursos utilizados para comprar alimentos e objetos de primeira necessidade para as famílias, como roupas, artigos de limpeza etc., ou objetos destinados à manutenção e melhoria da fazenda; de outro, são recursos que modificam a vida na fazenda, como a geladeira, a motocicleta e a televisão, dentre outros.

Outros aspectos, para além da renda financeira obtida através do trabalho no café, são os novos conhecimentos, as novas informações, enfim, uma outra realidade que os migrantes conhecem fora do seu lugar de origem, e que penso, são capazes de transformar a própria territorialidade das famílias camponesas, no sentido, de expandir seu espaço de vida para além das fronteiras da fazenda, ou do município. Trago como hipótese a possibilidade da migração transformar a territorialidade das famílias camponesas, expandi-la para outros lugares geográficos, em virtude dos contatos e das trocas dos migrantes com novas realidades.

Nesse processo, as redes sociais que se formam entre os migrantes e os parentes de origem, em especial, nas migrações digamos, “mais definitivas”, para as cidades de São Paulo, são filamentos que ligam esses espaços.

Numa classificação de agricultura camponesa, ou familiar²⁴, portanto, devemos considerar a complexidade de formas por ela assumidas, considerando que o trabalho para a reprodução da família pode estar para além das fronteiras da fazenda ou da região de origem dos agricultores. O deslocamento para fora de seu território, para conseguir trabalho, é uma estratégia antiga e presente na vida de muitas famílias camponesas.

²⁴ Não pretendo aqui clamar seja por diferença ou coincidência entre agricultura familiar e camponesa, até porque se trata de uma discussão complexa, mas de contemplar os estudos que usam uma ou outra classificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURHAM, Eunice. Migrantes rurais In: Thomaz, O. R. **A dinâmica da cultura** – ensaios de antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2004, p. 181-201.

_____. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GARCIA JR., Afrânio Garcia. **O sul: caminho do roçado** – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT: CNPq, 1989, 285p.

GODOI, Emília Pietrafesa. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GUPTA, Akhil, FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença In: ARANTES, Antonio A (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988, 209p.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume-Dumara; João Pessoa: EDUFPB, 2002, 249p.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena. São Paulo: Contracapa, 1999.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). **Mana**, n. 3, v. 1, p. 41-73, 1997b.

SAYAD. Uma família deslocada In: Bourdieu, P. (dir.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 35-51.

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DO MUNÍCIOPIO DE PIUM – TOCANTINS: O CASO DO PROJETO FORTER

Maria Regina Teixeira da Rocha (Doutoranda, PGDR/UFRGS, Pesquisadora da Fundação
Universidade do Tocantins/UNITINS-AGRO)
e-mail: maria.rt@unitins.br

Suzinei Silva Oliveira (Eng^a Agrônoma, Técnica de Nível Superior, Embrapa Cerrados) e-
e-mail: suzinei@cpac.embrapa.br

RESUMO

O projeto FORTER (Fortalecimento do sistema de suporte técnico para o pequeno produtor rural no Tocantins) é um projeto de desenvolvimento rural para a agricultura familiar com enfoque em pesquisa e desenvolvimento. Foi executado por quatro instituições parceiras: EMBRAPA Cerrados, JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), UNITINS-AGRO (setor de pesquisa da Fundação Universidade do Tocantins) e RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins). Este projeto diagnosticou a participação da mulher nos sistemas de produção a partir das representações de homens e mulheres acerca do trabalho feminino. Na situação empírica estudada, em vários momentos, as atividades produtivas são desempenhadas por homens e mulheres sem uma definição clara do que seja trabalho de homem ou trabalho de mulher. No entanto, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos processos de reprodução social (cuidar da casa, do quintal, dos filhos e do marido) e são consideradas como ajudantes dos seus esposos e filhos.

Palavras-chave: Sistemas de produção, desenvolvimento rural, mulher rural.

1. INTRODUÇÃO

O principal propósito deste artigo é fazer algumas reflexões sobre o tema que envolve a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável iniciando-se por uma perspectiva de gênero, tomando como referência a participação da mulher nos sistemas de produção a partir das representações de homens e mulheres acerca do trabalho feminino. Estas reflexões estão baseadas na proposta do projeto FORTER (Fortalecimento do sistema de suporte técnico para o pequeno produtor rural no Tocantins), que visa o desenvolvimento rural para a agricultura familiar com enfoque em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

2.CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO FORTER

O Projeto FORTER (Fortalecimento do sistema de suporte técnico para o pequeno produtor rural) tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável da pequena agricultura familiar no Estado do Tocantins por meio de adaptação e utilização de um dispositivo metodológico participativo de intervenção no meio rural e que favoreça a utilização de inovações tecnológicas e sociais pelos pequenos agricultores.

O Projeto é baseado em quatro componentes: diagnóstico e tipologia¹ dos pequenos agricultores, adequação e validação de tecnologias, sistematização das informações para o processo de transferência de tecnologias e gestão do projeto.

No diagnóstico são analisadas as situações existentes acerca das dificuldades e das possibilidades de melhoramento dos sistemas de produção e sistemas agrários a fim de determinar as ações que devem ser priorizadas. Já a tipologia serve para caracterizar a variabilidade sócio-econômica para a definição de grupos de estabelecimentos razoavelmente homogêneos, relacionados a aspectos ligados à estrutura, ao funcionamento e a resultados. A variabilidade agroecológica é definida por meio de uma zonificação e baseia-se no tipo de solo, importância do relevo e no clima, definindo unidades de paisagem. O cruzamento da tipologia sócio-econômica e do zoneamento agroecológico gerou uma matriz que resume as principais situações existentes nas regiões, o que constitui base para a definição de uma rede de fazendas de referência. Nestas são realizadas a adequação e validação de tecnologias demandadas pelos agricultores, permitindo identificar as práticas dos agricultores e avaliar as implicações econômicas e sociais com relação às problemáticas locais claramente definidas. Por meio desta rede são discutidas com os agricultores a eficiência das práticas utilizadas e identificadas possíveis margens de progresso.

A coleta de dados e seu tratamento, a elaboração, a discussão e a difusão de um referencial tecnológico levam os agricultores a analisar suas próprias práticas, a compará-las e a questioná-las e induzem a uma predisposição favorável para as mudanças tecnológicas. A livre articulação das informações e intercâmbio de experiências constituem passos essenciais para a administração das fazendas.

Para facilitar a gestão do projeto, em que diversas instituições estão envolvidas, foi criada uma coordenação estadual e gerências locais nas áreas de atuação do Projeto. Um Conselho Orientador, formado por um representante de cada instituição envolvida, tem a atribuição de: avaliar, sugerir e monitorar as atividades do Projeto, procurando os meios facilitadores para a resolução dos entraves detectados, e, por fim, existem as equipes

¹ Pode ser definida como o agrupamento dos sistemas de produção existentes em uma comunidade, em função das variáveis descritivas dos mesmos, em classes que possuam uma certa homogeneidade (Gastal et al., 1997).

locais de trabalho formada por dois técnicos do Ruraltins, um pesquisador da Embrapa, um pesquisador da Fundação Universidade do Tocantins/Unitins-Agro e um técnico administrativo do Ruraltins.

A princípio, dois municípios no Estado do Tocantins foram selecionados para a execução do Projeto: Pium e Natividade, durante o período de abril de 2003 a maio de 2006. Os critérios de seleção utilizados foram baseados: na representatividade ecológica (solo e chuva); na representatividade de produtores (tipos); na infra-estrutura básica para os profissionais (escolas, hotel, estradas, etc.); na estrutura dos parceiros locais; e, na proximidade dos centros produtores e consumidores (comercialização).

Foram identificadas onze comunidades e um assentamento de Reforma Agrária nos municípios de Natividade e de Pium uma comunidade e seis assentamentos. Em Pium três assentamentos (Provi, Barranco do Mundo e Floresta) e uma comunidade (Morro Preto) foram escolhidos como referência.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM

O município de Pium insere-se no pólo ecoturístico do Cantão², criado pelo governo do estado do Tocantins, por meio do Decreto nº 132, de 29 de agosto de 1995. Fica localizado na região Centro-Oeste do Estado do Tocantins e dista 120 km de Palmas, capital do Estado.

Sua história está intimamente ligada à exploração do cristal de rocha no período da Segunda Guerra Mundial, quando houve uma alta cotação deste minério no mercado internacional. Neste período, o garimpeiro Benedito Araújo, oriundo dos garimpos de São José em Minas Gerais, descobriu em Pium jazidas de cristal de rocha, o que levou a uma verdadeira corrida, rumo a este município, de famílias oriundas do Maranhão, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de outros municípios do atual Estado do Tocantins³. Com o declínio da exploração do cristal, muitas destas famílias passaram a se dedicar às atividades agropecuárias.

Segundo dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2000), o município de Pium⁴ tem uma população de 5.540 pessoas, da qual 2.346 residem na zona rural. A principal atividade econômica do município é a agropecuária, destacando-se como segmento predominante a pecuária bovina, explorada extensivamente. No que diz respeito à

²O cantão é uma área de preservação ambiental, criado em junho de 1998 – lei nº 996/98 – com o objetivo de proteger os recursos naturais de seu interior, recuperar os impactos sobre as áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável da região de forma a aproveitar o potencial turístico compatibilizando com a conservação. O parque estadual do cantão ou côco –javaés, no município de Pium, possui uma área de 89.150,95 ha.

³ Nesse período esta região pertencia ao estado de Goiás. O Estado do Tocantins foi criado em 1988, a partir do desmembramento do Norte do Estado de Goiás,

⁴ Para maior conhecimento sobre o município ver Santos, Flávia Cristina dos. Caracterização Socioeconômica e de Recursos Naturais do Município de Pium-TO para fins de Desenvolvimento Rural. (2003).

agricultura, a maioria das famílias que sobrevivem desta atividade está inserida no contexto da agricultura de subsistência.

Para fins deste artigo, selecionamos a comunidade de Morro Preto, que é formada por três segmentos camponeses divididos entre 12 famílias, sendo um de pequenos proprietários, que detêm o título da terra, adquiridos através de compra; os herdeiros e seus parentes, que moram e cultivam na terra herdada. Vale salientar que a classificação de pequenos proprietários diz respeito à relação com a posse/propriedade da terra *stricto sensu*, enquanto os *herdeiros* possuem regras internas que definem normas de transmissão da terra.

4. SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Sistemas de produção são combinações dos fatores de produção utilizados por um agricultor e sua família com a finalidade de satisfazer seus objetivos, levando em conta um contexto de oferta ambiental, social, econômico, administrativo e político.

Um levantamento realizado no município de Pium, por meio de Diagnóstico Rápido Dialogado – DRD, possibilitou gerar uma tipologia dos sistemas de produção, definindo 5 tipos⁵. No caso da Comunidade de Morro Preto, apenas um destes tipos está presente: Agricultura com pecuária em áreas maiores que 70 ha.

Na agricultura, as principais culturas plantadas são a do arroz, da mandioca e a do milho, em que prevalecem o preparo mecanizado do solo com plantio manual. Anteriormente ao Projeto os agricultores não realizavam o processo de correção da acidez do solo, por meio da calagem, e nem adubações de plantio ou cobertura. A capina é manual, porém já estão iniciando a utilização de herbicidas para controle de plantas daninhas. Há algum tempo muitos produtores que tiravam a renda do cultivo da banana abandonaram seus plantios devido à ocorrência de doenças de difícil controle.

A mandioca serve principalmente para a fabricação de farinha de puba para consumo e para a venda, sendo feita de forma artesanal. A pecuária é de corte, onde as pastagens são mal manejadas, e falta alimentação para o gado no período de seca. A vegetação oferece alguns frutos nativos dos quais o mais explorado comercialmente é o buriti, ainda que de forma artesanal, no fabrico do óleo e do doce em barra. Há também a produção de hortaliças na época de seca, aproveitando o período em que a ocorrência de doenças são menores quando comparadas com o cultivo durante o período chuvoso.

⁵ Tipo A – Agriculturas com pecuária em áreas maiores que 70 ha; Tipo B – Agricultura com pecuária em pequenas áreas, tendo a cultura do arroz como principal cultivo; Tipo C – Agricultura com pecuária em pequenas áreas, tendo a cultura da mandioca como o cultivo principal; Tipo D – Agricultura sem pecuária; Tipo E – Agricultura com pecuária em sistema semi-coletivo.

5. A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIUM – TOCANTINS

No contexto de discussão sobre desenvolvimento rural sustentável que tem como argumento o conceito de desenvolvimento que busque a satisfação e o bem estar do ser humano (homens e mulheres), vários estudiosos apontam para a necessidade de incorporação do enfoque de gênero.

Gênero é uma categoria das Ciências Sociais que trata das relações entre homens e mulheres num determinado contexto sociocultural. Na visão tradicional de desenvolvimento, particularmente na nossa sociedade, os processos de reprodução biológica (fecundação, gestação, parto e amamentação) bem como os processos de reprodução social (cuidar da casa, do quintal, dos filhos e do marido) são de responsabilidade das mulheres, enquanto que os processos produtivos são de responsabilidade dos homens (Rocha, 2002).

Essa visão centrada na idéia de uma divisão entre as esferas públicas e privada, a partir do advento do capitalismo, promoveu a diferenciação de papéis entre homens e mulheres, cabendo às mulheres desempenhar seu papel na esfera privada (doméstica) e os homens na esfera pública (produtiva). Esta diferenciação provocou a desigualdade nas relações sociais de gênero, que segundo Pacheco, (1997), *“não está dissociada do lugar que é atribuído à agricultura familiar nas idéias dominantes e nas políticas”*. Esta visão dicotômica tem gerado situações de exclusão e subalternidade, além de apagar as contribuições das mulheres nas estratégias familiares de subsistência.

No tocante às atividades desenvolvidas pelas mulheres trabalhadoras rurais, estas são comumente subestimadas tanto pelos órgãos oficiais como também pelos homens da família e até por elas próprias, que na maioria das vezes se vêem apenas como “ajudantes” de seus maridos e filhos homens, estes sim, os “verdadeiros” responsáveis pelo trabalho “pesado”, enquanto elas seriam responsáveis apenas pelo trabalho “leve”, como cuidar da casa, dos filhos, do quintal e “dar uma ajuda na roça”.

Com base nos objetivos do projeto FORTER, que propõe uma metodologia diferenciada para a promoção do desenvolvimento sustentável da pequena agricultura no Tocantins, levanta-se as seguintes questões: Como se dá a participação da mulher nos sistemas de produção? Quais as representações que homens e mulheres têm acerca do trabalho da mulher? Quais os papéis sociais desempenhados por mulheres e homens na execução e gestão das atividades na unidade de produção familiar?

Na comunidade de Morro Preto realizou-se um diagnóstico sobre a participação da mulher nos sistemas de produção, por meio de entrevistas abertas e registradas em cadernetas de campo, incluindo também dados de observação direta. As seguintes questões nortearam as entrevistas: Quem é responsável pelo trabalho na roça? Quem

escolhe a área e quem decide o que deve ser plantado? Quanto tempo e quais atividades as mulheres realizam na roça? Como o marido/filho vê o seu trabalho? Como você se sente em relação a esta atividade agrícola? Quem faz os trabalhos domésticos? Quem cuida dos animais? Quem comercializa os produtos e quem gerencia o dinheiro? Que produtos são transformados na propriedade e quem os faz?

Na situação empírica estudada, quando questionados sobre as divisões de tarefas relativas ao trabalho agrícola os/as informantes afirmaram que o homem é o responsável pelos trabalhos na roça, sendo que a participação da mulher é considerada apenas como uma ajuda, por mais que seu trabalho seja um importante complemento para que tais atividades sejam concluídas em tempo certo⁶.

A divisão das atividades produtivas por gênero, neste caso, é definida a partir de uma visão dualista, trabalho de homem/trabalho de mulher, podendo ser explicada pelo ponto de vista usual nos esquemas explicativos que tratam da posição da mulher rural nos processos produtivos como ajudante dos homens. Tais representações têm a ver com as concepções acerca do homem como *cabeça de família*, (Garcia Júnior, 1971), (Garcia & Heredia, 1983), com a conseqüente relegação do papel da mulher à esfera doméstica. Convém lembrar que estes autores, que podem ser considerados clássicos no tratamento da economia camponesa, também estão chamando a atenção para o fato de que a família camponesa é uma unidade de produção, ou seja, que todos os membros da família trabalham em conjunto e consomem em conjunto. Apesar disso, há a alusão a uma divisão sexual de trabalho interna à família que oporia a casa ao roçado.

As decisões sobre a escolha da área das roças, bem como o que serão plantados, são tomadas pelos homens que, embora discutam com suas esposas, tomam a decisão final. Já nas hortas as mulheres é que decidem o que será plantado e são responsáveis pela condução das atividades e apenas os canteiros são feitos pelos homens.

A primeira atividade desenvolvida pelas mulheres, ao acordar pela manhã, refere-se ao trabalho doméstico. Em seqüência, elas vão para as roças e retornam ao final do dia para finalizar as “tarefas” domésticas. Os homens, normalmente, não cooperam com suas esposas nos trabalhos domésticos.

Algumas atividades como a capina e o encoivramento, que são consideradas “pesadas”, já não são realizadas pelas mulheres mais idosas junto aos seus maridos por falta de “força”, conforme depoimento de algumas delas. Porém, ainda “ajudam” nas atividades de plantio, semeadura e adubação.

⁶. Refere-se principalmente aos períodos de maior demanda de mão-de-obra na agricultura, como no plantio, em que pretende-se aproveitar ao máximo o tempo chuvoso, e na colheita, pois caso os alimentos não sejam colhidos a tempo podem se deteriorar no campo.

Os homens entrevistados consideram os trabalhos de suas esposas nas roças apenas como uma ajuda, por mais que na realidade pudemos observar, pelas conversas informais, que, em muitos momentos, o tempo de execução destas atividades pouco difere entre homens e mulheres.

Todas as mulheres se sentem felizes com o trabalho na roça e vêem esta atividade como uma forma de obter alimento e dinheiro.

A criação do gado bovino é desenvolvida pelo homem, enquanto que a criação de pequenos animais, como porcos e galinhas, é de responsabilidade das mulheres.

Os alimentos produzidos na roça e alguns fabricados pelas mulheres, como doces, licores, conservas, quando envolvem a venda fora das propriedades, são comercializados pelos homens. O dinheiro obtido nesta comercialização é gerenciado pelos homens, enquanto que as mulheres só tem seu próprio dinheiro quando elas mesmas vendem seus produtos.

Os principais produtos fabricados são o doce de buriti (fruta nativa) em barra e a farinha. O primeiro é feito principalmente pelas mulheres, sendo que os homens apenas participam da colheita dos frutos e na hora de mexer o doce. Já no processamento da farinha não há divisão de trabalho. Outras atividades de processamento passaram a ser feitas pelas mulheres, após curso ministrado por uma técnica do Ruraltins, como conservas de verduras e de pequi (fruta nativa), doces de diversas frutas e licores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização deste diagnóstico, pode-se concluir que, em vários momentos, as atividades produtivas são desempenhadas por homens e mulheres, sem uma definição clara do que seja trabalho de homem ou trabalho de mulher. Como exemplo, citamos o momento da colheita e o processo de transformação da mandioca quando todos os membros da família participam ativamente de todas as etapas.

Uma das principais razões que levam as mulheres e os homens a considerarem o trabalho do homem na roça mais importante do que o trabalho da mulher diz respeito ao esforço físico desempenhado pelos homens, ainda que muitas mulheres o façam.

O fato do trabalho de homens e de mulheres ser diferente um do outro não deveria significar, necessariamente, que o trabalho das mulheres possa ser considerado inferior, ou seja, a diferença não deveria significar desigualdade.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARCIA JR, A. **Terra de Trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. & HEREDIA, B. M. A. de. "**Trabalho Familiar e Campesinato**". In: América Latina, ano 14, nº 1-2, jan.-jun., Rio de Janeiro, 1971.

GASTAL, M. L. ; ZOBY, J. L. F.; PANIAGO JÚNIOR, E.; MARZIN, J.; XAVIER, J. H. V.; SOUZA, G. L. C. DE ; PEREIRA, E. A.; KALMS, J. M.; BONNAL, P. **Proposta metodológica de transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento**. ed. ver. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1997. 41 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2005.

PACHECO, M. E. L. **Sistemas de Produção**: Uma Perspectiva de Gênero. In: Revista Proposta, n. 71, fev., p. 30-38, 1997.

ROCHA, M. R. T.. **Babaçu livre e roças orgânicas**: a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. Belém: UFPA – Centro Agropecuário / Embrapa Amazônia Oriental, 2002.

SANTOS, F. C. dos. **Caracterização Socioeconômica e de Recursos Naturais do Município de Pium-TO para fins de Desenvolvimento Rural**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2003. 39 p.

PERCORRENDO OS CAMINHOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG

Desafios para uma pesquisa de campo¹

Regina Aparecida Leite de Camargo (Eng. Agr., Doutoranda,
Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP)
e-mail: caprilbeijaflor@yahoo.com.br

Julieta Teresa Aier de Oliveira (Eng. Agr., Doutora, Profissional de Pesquisa da
Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP)
e-mail: julieta@agr.unicamp.br

RESUMO

A agricultura no município de Ouro Fino caracteriza-se pela marcante presença de pequenas propriedades familiares. Esse modo de produção permite um fluxo mercantil entre campo e cidade fundamental para a economia regional e estreita os laços sócio-culturais entre essas duas realidades complementares. Longe de ser homogênea, a agricultura familiar encontrada no município apresenta uma grande diversidade de arranjos produtivos e acordos de parceria. Compreender como funcionam as diferentes categorias de produtores familiares e que relações tecem entre si, com o Estado e com o mercado, de forma que a agricultura familiar como um todo saia fortalecida é o desafio que as autoras terão pela frente nos próximos meses.

Palavras chave: Agricultura Familiar, Ouro Fino, Metodologias Analítico-Participativas

1 - INTRODUÇÃO

Esse trabalho retrata algumas das dúvidas, reflexões e indagações acerca da agricultura familiar no contexto específico da região Sul do estado de Minas Gerais, no momento de formulação da pesquisa de campo para uma tese de doutorado. Acreditamos que a oportunidade de compartilhar tais questionamentos com outros pesquisadores, num fórum de debates privilegiado como é a Rede de Estudos Rurais pode não só contribuir para elucidá-los como apontar caminhos de pesquisa ainda não considerados.

A agricultura familiar, apesar de historicamente relegada ao segundo plano e ainda contar com muito menos disponibilidade de terras e recursos financeiros que a agricultura patronal, parece atravessar atualmente uma fase de valorização inédita fruto de vários fatores, dentre eles a luta pela reforma agrária e a conquista de um crédito agrícola diferenciado.

¹Este trabalho faz parte da tese de doutorado da primeira autora sob a orientação da segunda.

A importância da agricultura familiar pode ser expressa quantitativamente quando estima-se que em torno de 40 % da produção agropecuária brasileira vem desse modo de exploração e que ela é responsável pela geração de cerca de 77% dos postos de trabalho no meio rural. Ou qualitativamente quando se atribui à agricultura familiar uma propensão natural para formas de produção de maior sustentabilidade ambiental. E mesmo simbolicamente quando as unidades produtivas familiares são tidas como guardiãs do que resta de bucólico nas paisagens rurais e de um patrimônio cultural a ser preservado contra o rodo uniformizador da sociedade globalizada.

É interessante observar que, apesar do “sucesso” econômico do agronegócio, recentemente a agricultura familiar no Brasil ganhou um espaço maior e mais bem definido dentro das políticas públicas de concessão de crédito agrícola e nos programas governamentais para promoção do desenvolvimento rural. Além disso, parece ter seu valor e especificidade reconhecidos nas inúmeras feiras e eventos de promoção da agricultura familiar que se multiplicam país afora, na sua alocação como público alvo na nova política de assistência técnica e extensão rural e no apelo qualitativo para o consumidor dos produtos que gera.

Mas essa denominação genérica de familiar corresponde a uma multiplicidade de arranjos de produção e graus de inserção no mercado que faz com que, nas palavras de Hugues Lamarche (1993), a agricultura familiar não seja mais um elemento da diversidade encontrada no campo, mas contenha nela mesma toda essa diversidade.

Ainda que se tome como consensual que os elementos básicos caracterizadores da agricultura familiar apóiam-se numa lógica econômica e produtiva específica que combina a propriedade dos meios de produção, a preocupação com a manutenção, reprodução e mesmo expansão do patrimônio que será legado aos filhos, o trabalho familiar – o produtor familiar é um proprietário que trabalha - e a preocupação com o autoconsumo e a reprodução da família, a diversidade, apontada acima, desse modo de produção suscita alguns questionamentos.

Quem é o produtor familiar responsável por 40% da produção agropecuária brasileira? Quem é o produtor familiar da sustentabilidade ambiental? E quem é o produtor familiar que guarda tradições e um *ethos* de vida que remete à uma herança camponesa ou outros referenciais tidos como tradicionais? A expressiva participação na produção agropecuária nacional implica necessariamente na existência de uma agricultura familiar integrada ao mercado e produtora de excedentes. No entanto, uma maior subordinação à circulação geral de capital parece implicar também no arrefecimento do que poderia ainda ser chamado de tradição camponesa na configuração da unidade produtiva familiar.

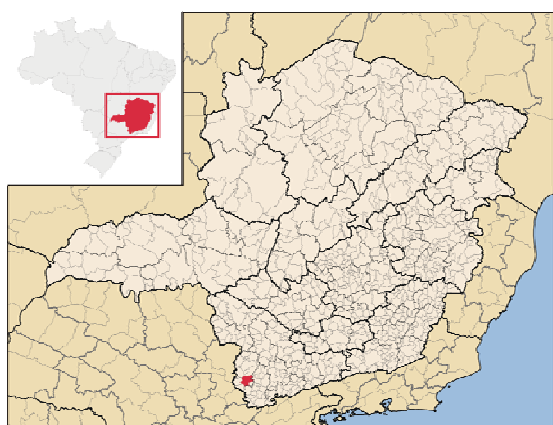
Em sua enorme diversidade a agricultura familiar reconhece arranjos produtivos que vão desde a ênfase primeira na reprodução familiar, ou mesmo na sobrevivência familiar à obtenção da máxima renda agrícola através, em geral, do emprego

de mão-de-obra externa. Seria possível dizer que o caráter familiar dessas explorações, no sentido de atender ao trinômio propriedade, família e trabalho e possuir uma relativa autonomia em relação à sociedade como um todo, tende necessariamente a desaparecer com uma maior inserção no mercado, ou ao contrário, seria justamente a maior possibilidade de retorno econômico com o trabalho agrícola um fomento para o aproveitamento da mão-de-obra de todos os membros da família, incentivando a permanência dos jovens na propriedade.

Em que medida, numa dada realidade agrícola, o que pode ser chamado de diferentes categorias de produtores familiares forma um tecido social, econômico e produtivo caracterizado por relações de dependências recíprocas que levam ao fortalecimento da agricultura familiar como um todo, ou ao contrário, seriam essas categorias antagônicas ou mesmo excludentes, gerando entre si conflitos irreconciliáveis?

Essas são algumas dúvidas sobre questões que esperamos poder trabalhar durante a pesquisa de campo que será realizada no município de Ouro Fino – MG.

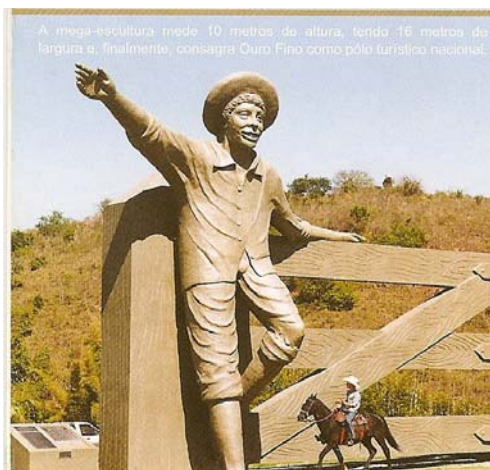
1. A AGRICULTURA FAMILIR NO MUNICÍPIO DE OURO FINO



A história de Ouro Fino começa em 1746 quando bandeirantes em busca de ouro aportaram na região do Vale do Sapucaí, que compreende atualmente o sul de Minas Gerais e o leste de São Paulo.

Fig. 1: Localização do município de Ouro Fino

Em 1880 a vila Ouro Fino foi elevada à categoria de cidade e hoje o município é considerado cidade histórica. Em 1997 e 1999, Ouro Fino recebeu da EMBRATUR o selo de Município Prioritário ao Desenvolvimento do Turismo, mas esse potencial ainda é pouco explorado, sendo a agricultura, e em particular a agricultura familiar, a principal mola propulsora da sua economia.



Numa tentativa de impulsionar o turismo, as administrações recentes têm enfatizado a ligação do nome do município com a conhecida música sertaneja “O Menino da Porteira”. Uma estátua gigante do suposto menino saúda os visitantes na entrada da cidade.

Fig. 2: Estátua do Menino da Porteira na entrada de Ouro Fino.

Ouro Fino faz parte do “Circuito das Malhas”, e embora essa atividade tenha menos expressão no município do que nas vizinhas Monte Sião e Jacutinga, não deixa de exercer um papel importante na complementação da renda de muitas unidades produtivas familiares. É comum que as mulheres e as jovens exerçam na própria propriedade rural atividades ligadas à indústria de malhas, ou tenham uma máquina de tricô, geralmente utilizada para confecção de peças menores como meias, gorros, etc.

Com uma área de aproximadamente 590 quilômetros quadrados, o município de Ouro Fino é um dos maiores da região Sul do Estado de Minas Gerais. Em torno de 45% de sua população de aproximadamente 30.000 habitantes vive na área rural.

Um distrito e 57 bairros rurais funcionam como pequenos pólos produtivos que tanto guardam entre si semelhanças como apresentam características específicas.

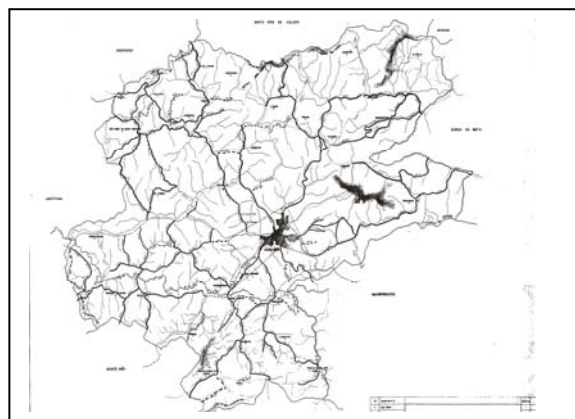


Fig.3: O município de Ouro Fino

O sentimento de pertencimento que a população rural expressa em relação ao bairro é reforçado com a formação de associações por bairros e festas do tipo quermesses às quais comparecem tanto a população rural como a urbana.

Como é possível observar pela tabela 1, as pequenas propriedades familiares predominam na região, com mais de 80 % dos estabelecimentos rurais ocupando áreas entre 1 e 50 ha.

Tabela 1. Estrutura fundiária do Município de Ouro Fino-MG, 1995/1996.

Área Total (há)	Estabelecimentos	
	Nº	%
Menos de 1	95	5,29
De 1 a 10	839	46,71
De 10 a 50	623	34,69
De 50 a 100	143	7,96
De 100 a 200	64	3,56
De 200 a 500	29	1,61
De 500 a 1000	3	0,17

Fonte: Censo agropecuário de 1995/96.

O café aparece como a principal cultura de mercado, podendo ser encontrado em diferentes arranjos produtivos, onde é forte a presença da meação. Dentre as culturais anuais, o milho funciona como um “coringa” que atende tanto às necessidades de consumo da família como, em alguns bairros de topografia mais plana, é importante fonte de aporte financeiro. Outros cultivos como o alho, o arroz e o feijão, ou já perderam a importância econômica que tiveram no passado ou destinam-se sobretudo ao autoconsumo. Nos últimos anos foi formada no município uma Associação de Produtores Agroecológicos que se dedicam à produção de café e hortaliças orgânicos.

Longe de desaparecer, a agricultura familiar não apenas predomina na região, como tece econômica e culturalmente uma ponte entre o rural e o urbano, criando o que pode ser chamado de uma “cultura da roça”, presente, por exemplo, na valorização das festas que ocorrem nos bairros rurais. Em municípios como Ouro Fino o espaço rural e o urbano estão muito próximos e é difícil encontrar quem tenha uma trajetória que não passe por ter morado, ou ter alguém da família morando, “na roça”. O próprio termo “roça” tem um significado local peculiar e designa qualquer propriedade que se encontre minimamente afastada da aglomeração urbana. Quando alguém diz que passou o final de semana “na roça” pode estar se referindo a uma chácara de lazer, sítio ou mesmo fazenda.

Embora o município conte com mais de 20.000 habitantes, estando portanto fora do limite demográfico acerca do qual José Eli da Veiga (2002) pondera sobre a urbanidade brasileira, aqui também se pode questionar sobre o quanto é urbano um município centrado na e dependente da, agricultura.

O retorno econômico propiciado por uma forte cultura de mercado como o café, bem como as novas possibilidades de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que no ano de 2005 distribuiu cerca de 4 milhões de reais em projetos de custeio e investimento para agricultores do município, garantem a presença e a expansão das unidades familiares. Segundo os donos dos principais estabelecimentos comerciais – supermercados, agropecuárias, lojas de material de construção e vestuário - a economia do município de Ouro Fino assenta-se e depende do bom desempenho da agricultura familiar. Essa agricultura, entretanto, segue a regra da heterogeneidade, existindo significativas variações entre os vários tipos de produtores familiares.

Ao que indicam as primeiras visitas a campo, a presença de diferentes categorias de produtores familiares não gera necessariamente relações de antagonismo ou exclusão. Ainda que exista nos bairros rurais uma hierarquia econômica entre quem tem mais ou menos terras, equipamentos, animais e por ai afora, parece haver também uma relação de complementariedade entre as diferentes categorias, expressa na oferta e demanda de serviços e produtos. Assim por exemplo, o produtor mais capitalizado pode oferecer o assalariamento temporário que o de menos possui necessita para manter sua condição de produtor familiar. Esse tipo de arranjo não leva obrigatoriamente à uma capitalização cada vez maior dos primeiros e uma marginalização cada vez maior dos últimos. Tanto o recurso econômico proveniente do assalariamento pode ser investido no fortalecimento das unidades menores como o ter que contratar mão-de-obra externa representa um custo que reduz bastante o retorno econômico das unidades maiores.

Da mesma forma parece haver uma complementariedade entre a oferta e demanda dos produtos gerados pela agricultura familiar. O milho por exemplo, produzido em escala significativa de venda nas propriedades mais mecanizáveis é consumido localmente pelos criadores de animais de todos os tamanhos.

3- PENSANDO CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para uma eficiente compreensão e análise dos diferentes arranjos produtivos encontrados no município é necessária a adoção de um método analítico que leve em conta a multiplicidade de aspectos naturais, econômicos e sociais presentes em um sistema agrário. Pois como aparece em um relatório do INCRA “...O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes”. (INCRA/FAO, 2000)

No entanto, esse “reconhecimento oficial” da diversidade e multiplicidade de facetas do mundo rural, ou em outras palavras, de sua complexidade, não foi ainda incorporado nos cursos de ciências agrárias, onde predominam estudos que enfatizam ora os fatores de produção, ora as condições físicas, químicas e biológicas sob as quais se realiza a produção, ora os fatores econômicos, muito raramente o universo sócio-cultural dos produtores e praticamente nunca incorporam tentativas de entender como essas variantes interagem.

A noção de que tudo no universo funciona como uma máquina e pode ser decomposto e estudado em suas menores partes surgiu nos séculos da razão – XVI e XVII – com os trabalhos de Galileu, Descartes e Newton. Segundo Schmitz (2005) o pensamento cartesiano caracteriza-se por valorizar exclusivamente os fatores mensuráveis quantitativos, o reducionismo ou decomposição do problema em suas partes e a aplicação das leis da mecânica para o entendimento do universo e dos organismos vivos.

Essa visão foi responsável pela compartimentalização e especialização em todos os ramos do conhecimento, o que embora tenha possibilitado o aprofundamento cognitivo em áreas específicas e um enorme avanço tecnológico, criou um abismo entre as ciências que acabou causando a perda da visão de um todo que pode ser mais ou menos que a soma de suas meras partes.

Mas como a ciência não caminha de forma linear, um questionamento da aplicabilidade universal da abordagem mecanicista e reducionista começa já no início do século passado e ganha força com o trabalho de teóricos como Fritjof Capra, Edgar Morin e Humberto Maturana.

O questionamento dos atuais paradigmas científicos; a noção de sistemas complexos e a idéia da vida que se renova e cria sua própria estrutura (autopoiése); em associação com as respostas negativas da aplicação generalizada do pacote tecnológico da revolução verde, o fraco resultado de inúmeros programas de desenvolvimento rural e o reconhecimento e valorização do conhecimento tradicional e da lógica produtiva dos agricultores, acabaram por influenciar, a partir dos anos 70 do século passado, os trabalhos de pesquisa e extensão rural dando início à busca de metodologias analítico-participativas que levem em consideração a complexidade dos sistemas agrícolas e agrários, em particular a dos diversificados sistemas familiares.

Duas metodologias se destacam nesse sentido: da escola francesa vem a Análise de Sistemas Agrários, que adota uma abordagem sistêmica-evolutiva para tentar apreender e analisar a complexa realidade dos sistemas agrários; da escola inglesa chegam os diagnósticos rurais participativos que tentam agilizar o conhecimento de uma localidade rural, enfatizando o papel central de seus habitantes não só no fornecimento de informações como também na identificação dos problemas e possíveis soluções para os mesmos.

Sistemas são conjuntos definidos de elementos que se organizam em torno de um objetivo ou meta e cujas variáveis, ainda que pareçam desconectadas, estão inter-relacionadas e interagem dinamicamente (OLIVEIRA, 2000). Mesmo que separados de seu entorno por algum tipo de fronteira, os sistemas abertos trocam constantemente matéria e energia com o meio circundante. Castral (1980) completa que um sistema pode ser definido internamente como um conjunto de elementos quaisquer ligados entre si por cadeias de relações, de tal modo a constituírem um conjunto organizado; e externamente como sendo um todo organizado que apresenta um conjunto de atributos ou comportamentos e que está dinamicamente relacionado com o meio externo e, portanto, sujeito à mudanças em si mesmo ou imprimindo-as no meio circundante.

Para Silva Neto e Basso (2005) “...Um sistema agrário é determinado a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas. Tais componentes podem ser agrupados em dois conjuntos bem delimitados: o agroecossistema e o sistema social produtivo”. O agroecossistema engloba os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário, que são modificados pela exploração humana de seus recursos e o sistema social reprodutivo corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais presentes na organização das unidades de produção.

Na abordagem sistêmica, o estabelecimento agrícola é tido como uma unidade complexa, administrada pela família, abrangendo tanto o sistema de produção como o sistema de consumo (SCHMITZ, 2006).

O enfoque sistêmico em qualquer área de conhecimento implica na adoção de estudos multidisciplinares que buscam identificar os diferentes componentes do sistema e estabelecer as inter-relações que ocorrem entre eles, lembrando sempre que o todo é algo novo e único e não a mera somatória de suas partes constituintes. O que importa na abordagem sistêmica é a *forma de pensar* a relação entre o todo e seus múltiplos elementos formatórios – as relações que estabelecem, seu comportamento e as transformações a que estão sujeitos.

Para a viabilização dessa análise, a abordagem sistêmica lança mão de procedimentos metodológicos como a modelagem e a tipificação. Há dessa forma uma tentativa de compreensão de uma realidade complexa pela sua tradução em grupos (tipos), que guardam entre si o maior número possível de características em comum.

A pesquisa MDA/Incra/Fao, por exemplo, ao estudar sistemas agrários da região sudeste, os divide (tipifica) levando em conta os principais arranjos produtivos em: unidades de produção capitalista, produtores patronais, produtores familiares capitalizados e produtores familiares em descapitalização. Posteriormente esses grupos gerais são subdivididos pelo tipo de exploração agrícola ou pecuária predominante. (PRADO, 2000)

A metodologia de Diagnósticos Rural Participativo aparece no final da década de 1980, em parte para tentar facilitar e objetivar a coleta de dados, em parte para incluir os

produtores no processo de levantamento da realidade. Os DRPs utilizam uma série de técnicas que são conduzidas em conjunto com os agricultores, tais como caminhadas transversais, diagramas de Vernn, mapas, calendários sazonais, matrizes, entrevistas semi-estruturadas, etc. para a obtenção de uma “ fotografia instantânea ” da realidade. O objetivo principal de um diagnóstico participativo é desencadear um processo de planejamento do desenvolvimento que possa ser auto gerenciado.

No que se refere à pesquisa que será conduzida no município de Ouro Fino, as técnicas de DRP podem ser instrumentos importantes para a compreensão da realidade local através do olhar dos próprios produtores, auxiliando a análise da posição que cada grupo ocupa dentro do diversificado universo da agricultura familiar. Já a Análise de Sistemas Agrários oferece os mecanismos metodológicos que permitem compreender e mapear a evolução histórica da agricultura municipal, delimitar suas principais zonas agroecológicas e montar uma tipologia de seus principais sistemas de produção.

É preciso tomar cuidado, no entanto, para que a montagem dessa tipologia não recaia numa tendência, que parece se repetir em grande parte dos trabalhos que adotam essa metodologia, de produzir uma boa caracterização de cada grupo de produtores sem no entanto discorrer, pelo menos em profundidade, sobre que tipo de relações esses grupos estabelecem entre si, de que forma interagem e se complementam, que conflitos de interesses enfrentam, ou seja, como tecem uma malha que impulsiona ou restringe o fortalecimento da agricultura familiar, como um todo, na região.

4- OBJETIVOS DA PESQUISA : A PROCURA DE ALGO NOVO.

De forma bastante generalizada e simplificada é possível dizer que o principal objetivo desse estudo é a compreensão do funcionamento da agricultura familiar num município como o de Ouro Fino e a verificação quantitativa – em termos de sua contribuição para a economia municipal e qualitativa – no que concerne ao seu papel de guardião de uma diversidade de paisagens e de tradições - dessa forma de produção.

Para tanto é preciso que o estudo se valha do arcabouço teórico-metodológico acumulado após tantos anos de pesquisas sobre a agricultura familiar. Mas acreditamos ser necessário também testar caminhos metodológicos novos ou mesmo adaptar o caminho já antes muitas vezes percorrido por diferentes pesquisadores à essa realidade nova e particular.

No que se refere à importância econômica da agricultura familiar esperamos que o estudo vá além da análise econômica dos sistemas de produção, realizada por meio da modelagem do valor agregado e da renda, cujo objetivo é avaliar a capacidade de geração de riquezas para a sociedade (medida pelo valor agregado) e a viabilidade econômica (medida pela renda) da unidade de produção, (SILVA NETO, 2005). Acreditamos que para uma efetiva compreensão de como acontece a interação econômica tanto entre as

diferentes categorias de produtores familiares como entre estes e o resto da sociedade é importante estudar os mecanismos de circulação regional de bens e serviços. Em que medida essa diversificada agricultura familiar ao mesmo tempo cria e satisfaz demandas por produtos e principalmente serviços na forma de mão-de-obra agrícola e não agrícola? Como se relaciona com os mecanismos oficiais de crédito? De que forma participa tanto direta como indiretamente da circulação de riquezas dentro do município? Que empregos diretos e indiretos gera? Qual a participação de agricultores familiares em outros setores da economia, notadamente a construção civil e a indústria de malhas e crochê? Talvez seja ambicioso pensar ser possível uma aferição minimamente acurada de tantas variedades, mas esperamos encontrar alguma forma de abordá-las.

Quanto à caracterização dos sistemas de produção, nos parece igualmente relevante ponderar sobre a possibilidade de se trabalhar com variáveis que perpassem diferentes categorias de produtores, buscando pontos em comum entre eles. Uma dessas variáveis poderia ser a eficiência do sistema, entendida aqui como a capacidade do produtor em realizar uma acurada, ainda que mais intuitiva e baseada em conhecimentos empíricos do que em análises científicas, leitura tanto dos condicionantes edafo-climáticos de sua propriedade, como de suas próprias limitações econômicas e mercadológicas. Um sistema eficiente seria aquele capaz de se reproduzir e mesmo ampliar ao longo do tempo.

Não pensamos trabalhar com indicadores de sustentabilidade, em parte devido a banalização com que o vocábulo tem sido genericamente utilizado, em parte por concordar com Berdegué e Escobar (1995) quando afirmam que ainda estamos longe de desenhar formas eficientes e práticas de operacionalizar o conceito de sustentabilidade (principalmente no que se refere a variável tempo) ou mesmo de chegar a um acordo sobre indicadores básicos para analisá-lo.

Esses são aspectos que devem merecer o foco principal da pesquisa de campo e para os quais ainda estamos buscando caminhos metodológicos.

Igualmente importantes, embora talvez impossíveis de serem contemplados no estudo em questão, são algumas das considerações já mencionadas acerca da agricultura familiar. Três delas nos parecem particularmente pertinentes: a- Até que ponto ainda é válido estabelecer uma relação direta, quando não determinista, entre inserção no mercado e caráter familiar da agricultura praticada pelos produtores de Ouro Fino? b- Quem são esses produtores? Que tradições, conhecimentos, crenças, e assim por diante, orientam suas ações? Como eles se vêem e se colocam frente ao resto da sociedade? c- Em que medida é possível realmente afirmar que a agricultura familiar é ambientalmente mais sustentável? Como os produtores percebem as normas da legislação ambiental, como por exemplo o novo Código Florestal ?

5 – INDAGAÇÕES TRANSVERSAIS

Embora sem ser o objetivo principal da pesquisa, acreditamos importante que os pontos mencionados acima sejam de alguma forma contemplados no esforço que representa a ida à campo. Na verdade, uma pesquisa que abarcasse todos os diferentes aspectos da diversa e complexa agricultura familiar teria que ser conduzida por uma bem preparada equipe multidisciplinar. A escolha entre amplitude e afunilamento faz parte dos muitos dilemas do pesquisador.

Aqui pretendemos apenas expandir ligeiramente a reflexão sobre os aspectos que consideramos mais pertinentes acerca dessas indagações.

Para Abromovay (1991), as sociedades camponesas caracterizam-se por uma integração parcial a mercados incompletos e apresentam uma flexibilidade entre consumo e venda em função de circunstâncias ocasionais. Apesar da presença de uma cultura totalmente integrada aos mecanismos do mercado como o café, é também possível observar entre os agricultores familiares de Ouro Fino, inserções parciais em atividades econômicas não totalmente capitalistas, como por exemplo, a troca de produtos e dias de trabalho entre vizinhos e parentes, além de pequenas vendas, com as mais variadas formas de pagamento, entre produtores e para pequenos comerciantes.

Hugues Lamarche (1993), ao estabelecer uma tipologia que vai de um “modelo original” à um “modelo ideal” usa como um dos elementos diferenciatórios o grau de inserção no mercado dessas explorações e a preservação do patrimônio sociocultural. A nosso ver, quando se estuda a relação com o mercado da agricultura familiar dois aspectos distintos, porém estreitamente relacionados devem ser considerados. Muito do que poderia antes ser chamado de mercado incompleto tornou-se agora um “mercado completo” com a eliminação de barreiras como a falta de acesso e o isolamento das comunidades rurais. As cidades não só expandiram seus domínios como também expandiram seus serviços, entre eles os prestados por estabelecimentos comerciais. Além disso, é preciso lembrar que a sociedade capitalista, com seu forte apelo consumista, está perfeitamente instalada dentro das casas e do imaginário das populações rurais através dos meios de comunicação. O produtor familiar hoje não está só integrado ao mercado, mas sim ao mundo moderno como um todo, (WANDERLEY, 1998). Seus filhos querem as roupas, os celulares, os aparelhos de som, as motos, etc. que quer qualquer jovem urbano. Ou seja, a necessidade de produzir bens comercializáveis aumenta proporcionalmente ao aumento do desejo da família pelo acesso a bens de consumo. Até mesmo a importância e o caráter da produção para o autoconsumo parece se adequar a mudança de hábitos alimentares da família, que passa preferir produtos industrializados, ficando a produção caseira destinada a itens específicos que não são encontrados no comércio, como uma variedade especial de feijão, o ovo e a galinha caipira, algumas frutas e hortaliças. Portanto, a integração ao mercado precisa ser

estudada como uma via de mão dupla, onde se produz para o mercado e se compra do mercado.

É justamente nesse sentido que nos parece pertinente questionar – e levar essa dúvida ao estudo de campo – se realmente uma maior inserção no mercado significa uma perda da característica “familiar” no que se refere a utilização da mão-de-obra da família para a realização da produção. De antemão nos parece que é justamente a possibilidade de um maior retorno econômico o que estimula a permanência dos jovens no meio rural e uma maior participação das mulheres no processo produtivo, incluindo aí a agregação de valor via transformação de alguns produtos.

Inúmeros estudos já demonstraram o caráter pluriativo da agricultura familiar. A renda da família provém de um mosaico de atividades dentro e fora da propriedade, e dentro e fora da agricultura. Na região de Ouro Fino, atividades não agrícolas como o tricô e o crochê podem ser realizadas na própria unidade produtiva, reforçando o intercâmbio econômico entre campo e cidade. É comum que os jovens, de ambos os sexos, continuem morando no campo, mas saiam durante o dia para trabalhar nas malharias. Mas alguns deles, principalmente os de sexo masculino, voltam a exercer atividades agrícolas quando o comércio de malhas enfraquece.

A antiga pergunta acerca de quanto de camponês permanece no agricultor familiar, apesar do interesse que ainda pode despertar, nos parece que esbarra na dificuldade de saber qual era esse modelo original, que pode variar consideravelmente de uma região para outra, sem mencionar o velho debate da existência ou não de um campesinato, de fato, no Brasil. No caso específico de Ouro Fino, será interessante observar se ocorrem variações em quesitos como a existência de mecanismos de solidariedade e a ênfase dada às celebrações e tradições religiosas entre os diferentes bairros rurais. Para Lamarche (1993), os produtores familiares desenvolvem suas estratégias de produção, suas lutas e suas alianças em função da memória que guardam de sua história e das ambições que têm para o futuro. Quando se trata de uma agricultura familiar integrada ao mercado e ao mundo moderno, qual o peso dessa memória, ou melhor dizendo, por que transformações ela vem passando? O próprio conhecimento em relação à produção agrícola parece mesclar o que foi herdado da família ou daquele meio sócio-cultural particular, com o que foi empiricamente constatado e com um emaranhado de informações de distintos vieses ideológicos e tecnológicos que chegam ao agricultor via assistência técnica, programas de rádio, vendedores de insumos e por aí fora, gerando o que poderíamos chamar de um conhecimento híbrido, que junta conceitos e referências de diferentes origens. Melhor do que procurar o que o agricultor familiar tem ou não tem de camponês seria tentar entender se e de que maneira ele diferencia-se de outros segmentos da sociedade.

Que relação, por exemplo, esses agricultores estabelecem como o sistema financeiro, em particular com as políticas de crédito para a agricultura familiar representada

pelo Pronaf? E com a assistência técnica oficial, fortemente presente no município através do trabalho da Emater? Apesar das constantes variações de preço, a cultura do café tem expandido consideravelmente nos últimos anos, com maior ênfase na qualidade dos grãos produzidos. A exigência da qualidade demanda alterações na produção que vão da nutrição das plantas à forma de secagem dos grãos. Como aponta Nazareth Wanderley (1998), as transformações por que passa a agricultura (e aqui incluímos a vertente agroecológica) implicam desafios que demandam a reconstrução da identidade profissional do agricultor e um mergulho numa racionalidade produtiva, administrativa e comercial centralizada no cálculo.

Os impactos causados pela agricultura no meio ambiente podem não ter um caráter tão imediato e pontual como os decorrentes de atividades como a mineração e a indústria, mas no entanto são esses os que mais provocam a degradação ambiental ao longo do tempo, (CANUTO, 2001) Não há dúvidas de que o excesso de mecanização e utilização de insumos químicos preconizados pela dita agricultura moderna tem um poder impactante consideravelmente maior do que os métodos utilizados por boa parte dos agricultores familiares ainda pouco integrados a essa modernidade. Mas também é necessário reconhecer que muitas das práticas desses produtores, mesmo que perfeitamente ajustadas a uma racionalidade que equaciona trabalho empreendido e retorno esperado, ou que segue o que restou do que poderia ser chamado de tradicional, possuem considerável poder de degradação ambiental.

Uma breve observação da paisagem no sul de Minas Gerais constata que o superpovoamento das pastagens provoca sérios problemas de compactação do solo e erosão. Boa parcela dos produtores familiares que cria gado bovino parece seguir a lógica, correta do ponto de vista econômico, de que investir em genética e alimentação suplementar acarreta custos e trabalho não compensados pelo preço do leite e da carne. A baixa produtividade é contornada pelo elevado número de animais – geralmente muito acima da capacidade de suporte das pastagens. Estabelece-se então um círculo vicioso em que animais mal nutridos apresentam altos índices de infestação por parasitas, requerendo tratamentos constantes com medicamentos geralmente a base de ivermectina que por sua vez devastam a população de coleópteros, inimigos naturais de parasitas como a mosca do chifre.

O que queremos aqui salientar é que embora a agricultura familiar, por inúmeros fatores dentre os quais o tamanho das propriedades e sua forma de exploração, apresente um grande potencial de preservação ambiental, que se confirma em diferentes situações e localidades, ela não é necessária e automaticamente ambientalmente correta. Esse potencial, entretanto, pode ser facilmente estimulado com políticas apropriadas de assistência técnica e programas de desenvolvimento rural voltados, por exemplo, para o manejo sustentável de bacias hidrográficas. O que nos parece interessante observar durante

a pesquisa de campo é em que medida ou de que forma o discurso ambiental esta sendo incorporado pelos agricultores. Como, por exemplo, eles percebem as exigências do novo Código Florestal?

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eminência de iniciar uma pesquisa de campo num município onde a agricultura familiar não apenas aparece como modo de produção predominante, mas está presente na economia, nas tradições sócio-culturais e no imaginário da população, tem suscitado inúmeros questionamentos e uma grande curiosidade sobre o que podemos esperar ou o que vamos encontrar na ida a campo. Dentre os inúmeros aspectos que exigem consideração nesse momento encontra-se o desafio de estruturar o estudo de forma a contemplar satisfatoriamente as múltiplas e complexas facetas da produção familiar, sem contudo cair na armadilha das generalizações pouco reveladoras. Ou ainda de terminarmos com um enorme montante de dados difíceis de serem sistematizados e transformados em um corpo coerente e pertinente de informações acerca de nosso objeto de estudo.

Concordamos com Lamarche (1993) quando coloca que “a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio”. Entender o papel dessa memória, as inúmeras variáveis da situação atual, as ambições para o futuro e o grande desafio que representa a atividade agrícola, não apenas quanto a sua interação com o mercado ou com o Estado, mas por ser uma atividade de alta margem de risco e que retrata, mais do que nenhuma outra, as dificuldades e também as alegrias da complexa relação homem-natureza exige a busca de caminhos metodológicos que abarquem simultaneamente vastas paisagens e pequenos detalhes. Nessa procura, são bem vindas as sugestões, críticas e indicações.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas. Ed.Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Jalcione. Enfoque Sistêmico: populismo metodológico ou caminho para uma melhor apreensão da complexidade do real? In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M.. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, Se: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 105-118.

BERDEGUÉ, Júlio; ESCOBAR, Germán. Nuevas direcciones del enfoque de sistemas para la modernización de la agricultura campesina de América Latina.. In: BERDEGUÉ, Júlio A.; RAMÍREZ, Eduardo (Comp.) **Investigación con enfoque de sistemas em la agricultura y el desarrollo rural**, RIMISP, Santiago do Chile,1995.p13-43.

CASTRAL, E. Enfoque de Sistemas na Programação da Pesquisa Agropecuária. Brasília. IICA, 1980.

CANUTO, João C. Política de Pesquisa com Enfoque Agroecológico como Resposta aos Riscos Sócio-Ambientais da Convencionalização das Agriculturas Ecológicas no Brasil. In **Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Botucatu. FCA/UNESP (CD ROOM), 2001

CHAYANOV, Alexander V. **La oragznización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1974. 341p.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura familiar**. O Brasil Redescoberto. Brasília, DF, 2000

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar**. Campinas SP. Ed. da Unicamp, 1993.

MATURANA Humberto; VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento**. Campinas : Editorial Psy II, 1995.

OLIVEIRA, Julieta T. A de. **Lógicas produtivas e impactos ambientais: estudo comparativo de sistemas de produção**. 2000. 284p. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PRADO, Danilo (Coord.). **Agricultura Familiar em Áreas de Reforma Agrária**. Estudo de Sistemas Agrários no município de Campos de Goytacazes (RJ) e nas regiões do Pontal do Paranapanema, Alta Araraquarense e no município de Promissão (SP). Brasília. NEAD, 2000.

SCHMITZ, Heribert. Abordagem sistêmica e agricultura familiar. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, Se: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 19-52.

SILVA NETO, Benedito. Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrários. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELLOS, Helenira Ellery M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju, Se: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 81-104.

SILVA NETO, Benedito; BASSO David. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ujuí; Ed. Unijuí, 2005

SILVA NETO, Benedito; BASSO David. Objetivos e aspectos metodológicos dos estudos municipais. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ujuí; Ed. Unijuí, 2005

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos – Sociedade e Agricultura. Outubro, 2000, no.15, pág. 87-145

WANDERLEY, Maria Nazareth B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In **Para pensar outra agricultura.** FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

PESQUISA E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE

Dalva Maria da Mota (Doutora em Sociologia,
Embrapa Amazônia Oriental, bolsista de produtividade do CNPq)
e-mail: dalva@cpatu.embrapa.br

Heribert Schmitz (Doutor em Ciências Agrárias,
Professor de Sociologia; UFPA, bolsista de produtividade)
e-mail: heri@amazon.com.br

Minelvina Nascimento Freitas (Mestre, Superintendência de
Pesquisa e Desenvolvimento, Embrapa / Sede)
e-mail: minelvina.freitas@embrapa.br

RESUMO

O artigo objetiva incentivar o debate sobre a relação entre pesquisa e agricultura familiar num contexto de reconhecimento desse segmento como categoria social e de ação política. Argumenta quanto à necessidade de políticas e ações especiais para a agricultura familiar, particularmente, da pesquisa “para” e “com” os agricultores, segundo arranjos variáveis, distinguindo-se da proposta de Ávila et al. (2005) que propõem uma divisão de trabalho em que caberia à Embrapa as pesquisas de ponta para segmentos capitalizados e às Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) a pesquisa aplicada para segmentos em risco de exclusão social.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Agronegócio, Pesquisa agropecuária, Embrapa.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, reconhecida na atualidade como categoria social e de ação política no debate acadêmico e nas políticas públicas (Neves, 2002:135-139), durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural.

Estudos de inspiração marxista não viam a possibilidade de sobrevivência dessa categoria que pela sua particularidade (os agricultores são ao mesmo tempo proprietários e mão-de-obra no estabelecimento) não acirrava diretamente a relação capital-trabalho (ver discussão em: Abramovay, 1992; Ellis, 1993). Nesse pensamento, os agricultores familiares estavam fadados ao desaparecimento, seja pela proletarianização de uma parte, seja pela transformação em empresas agropecuárias no processo de modernização capitalista, de outra. Estas compreensões não se limitaram ao debate acadêmico, mas influenciaram na concepção de modelos de sociedade que privilegiaram a desapropriação das terras e a coletivização forçada das atividades produtivas com

impactos fulminantes, a exemplo do que ocorreu nos países do chamado socialismo real, provocando diferentes estratégias de resistência ou fuga dos agricultores.

Análises sobre evidências empíricas, especialmente, no Sul e Sudeste do Brasil nos anos 80, (Graziano da Silva, 1982; Fleischfresser, 1988) indicaram a redução dos agricultores familiares num contexto em que as relações de força contribuíram para reforçar a agricultura patronal em detrimento da familiar no contexto da denominada “modernização conservadora”¹, cujas conseqüências mais visíveis foram a expulsão de uma significativa parcela dos trabalhadores e agricultores do espaço rural. Mesmo assim, estima-se uma importante presença de unidades familiares de produção com um número total de 4,14 milhões no Brasil, correspondente a 85,2% do universo total (Guanziroli et al., 2001).

A existência de unidades familiares de produção na agricultura não é uma particularidade brasileira. Nos últimos anos, estudos de vários autores sobre o desenvolvimento de diferentes países na Europa (Alemanha, França, Polônia), Ásia (Japão), América do Norte (Estados Unidos, Canadá) e América do Sul (Brasil, Argentina) demonstram a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade, da economia e da cultura (Hayami & Ruttan, 1985; Lamarche, 1993; Veiga, 1991, Abramovay, 1992; Wanderley, 1997; Romeiro, 1998; Costa, 2000).

Paralelo a esses estudos, a crescente organização dos atores no meio rural, após a ditadura militar no Brasil, levou ao reconhecimento da importância da agricultura familiar que se visibilizou nas políticas públicas, especialmente, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)². Mesmo assim, o tema continua suscitando debates quanto a aspectos conceituais, políticas públicas (dentre as quais, a reestruturação dos serviços de assistência técnica e extensão rural³), crescente capacidade de mobilização via organizações representativas e movimentos sociais de diferentes naturezas, culminando com a assinatura da lei que estabelece a política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais no dia 24/07/2006.

Tal dinamismo reflete o importante papel desempenhado por esse segmento social que através de 13,8 milhões de empregos diretos (Guanziroli et al., 2001:63) participa tanto da produção de alimentos básicos, como de matérias-primas que circulam nas grandes cadeias agroindustriais. Dentre as suas vantagens comparativas, destacam-se as seguintes: 1) é responsável pela maior diversificação dos sistemas de produção e da conservação da biodiversidade; 2) pode contribuir, assim, para um manejo adequado dos recursos naturais; 3) apresenta, em geral, maior produtividade em áreas menores; 4) valoriza a coexistência das diferenças culturais pela “personalidade” que cada estabelecimento tem e 5) apresenta a

¹ Quando a agricultura brasileira passou por mudanças que beneficiaram regiões específicas, produtos e grupos de produtores e repercutiram na configuração de novos espaços produtivos, na modernização da base técnica de produção e na transformação das relações sociais daí decorrentes, mas também na exclusão de parcela significativa dos trabalhadores e pequenos produtores.

² Programa criado em 1996 e em execução até hoje, fruto da pressão das organizações dos trabalhadores rurais, na época, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

³ Com o surgimento de novos modelos, inclusive privilegiando práticas agroecológicas.

possibilidade de maior proximidade entre consumidores e produtores na identificação da origem dos alimentos, uma das tendências em curso nos novos padrões de consumo.

Apesar de toda essa importância no debate, na vida social e na crescente atenção do governo e das Organizações Não Governamentais (ONGs) à agricultura familiar no Brasil, a heterogeneidade das condições de reprodução social dos agricultores é profunda, com a pobreza marcando o cotidiano de muitas das famílias em decorrência, dentre outros, da transferência de renda para setores não-agrícolas (Hayami & Ruttan, 1985; Abramovay, 1992), da atomização da categoria como ator no mercado e das dificuldades de organizar a ação coletiva. Contribui para agravar essa situação a complexidade da prática sistêmica do agricultor cuja gestão da unidade de produção (estabelecimento) tem íntima vinculação com a de consumo (família) e, que, por isso mesmo, lida muitas vezes com critérios e graus de auto-exploração incompreensíveis para uma lógica estritamente econômica ou empresarial. Assim sendo, as suas alternativas de solução são diversificadas e colocam em cheque as resoluções de problemas pontuais sob o estrito ponto de vista da otimização tecnológica ou organizacional, tantas vezes ofertada por agentes externos.

É exatamente sobre essa problemática que trata esse artigo, cujo objetivo é argumentar sobre a necessidade de políticas e ações especiais para a agricultura familiar, particularmente da pesquisa “para” e “com” os agricultores. O estímulo central para a sua elaboração são as idéias contidas num ensaio recente de Ávila et al. (2005) em que a tecnologia é propugnada como neutra e sua geração e difusão deveria se dar a partir de uma divisão de trabalho em que caberia à Embrapa as pesquisas de ponta para segmentos capitalizados e às Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) a pesquisa aplicada para segmentos em risco de exclusão social.

1-AGRICULTURA FAMILIAR OU AGRICULTURAS FAMILIARES?

Nas últimas décadas, as análises sobre a agricultura familiar despertaram muitas controvérsias. Segundo alguns, tratar-se-ia de um segmento caracterizado pela irracionalidade, explícita no pouco dinâmico gerenciamento das unidades de produção, no atraso tecnológico e no enraizamento profundo na tradição. No entanto, pode-se atualmente constatar uma predominância de tendências, que reconhecem a racionalidade e eficiência das estratégias dos agricultores familiares (Schultz, 1995)⁴ e que defendem que não se pode imputar "categorias que não correspondem a suas formas de vida" (Abramovay, 1992:58, com base em Chayanov, 1974)⁵. Compartilhar com esta última compreensão, não significa desconhecer a diferenciação interna no segmento social dos denominados agricultores familiares que continua sendo um tema relevante, particularmente, diante da multiplicidade de formas de organização da produção e de modos de vida no espaço rural, assim como, das diferentes classificações postas em prática. A agricultura

⁴ Primeira publicação: Schultz, T.W. *Transforming Traditional Agriculture*. New Haven, Yale University Press, 1964.

⁵ Uma versão em alemão foi publicada já em 1923.

familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, como reconhecido por Wanderley (1997:10).

Assim, quais os critérios para identificar agricultores familiares, por exemplo, no Norte do Brasil, com tipos tão diferentes como: 1) o produtor de maracujá com uma área de 20ha irrigado no Nordeste paraense, contratando um percentual elevado de mão-de-obra; 2) o "caboclo" na região das ilhas na região do Baixo Tocantins (Pará); 3) o colono da Transamazônica com uma área diversificada de 300 ha e que conta com culturas anuais, culturas perenes e a pecuária, cedendo uma área de cacau para um meeiro e contratando serviço de empreitada para a derrubada no sistema de roça? Ou no Nordeste brasileiro, 1) os produtores de laranja nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe, dependentes de um produto e eventualmente contratando mão-de-obra, e 2) os do Agreste e do Sertão sergipano com maior diversificação dos produtos que permite a alternatividade, ou ainda no Sul do Brasil: 1) agricultores agroecológicos ocupando nichos de mercados e 2) agricultores integrados aos complexos de produção de suínos e aves.

Neste conjunto há produtores que desenvolvem estratégias que demandam maior ou menor capitalização, com níveis tecnológicos completamente diferenciados, com inserções múltiplas no mercado, com estratégias particulares, segundo os seus projetos e com distintos graus de envolvimento com a sociedade local.

Muitos pesquisadores escolhem o tamanho da área do estabelecimento como critério central para distinguir a agricultura familiar da agricultura patronal, sendo este o critério mais fácil de constatação num questionário, dentro de uma pequena margem de erro. Outros critérios utilizados são: o grau de utilização da mão-de-obra familiar, a renda do agricultor, a significância do autoconsumo (subsistência), as regras de herança, a relação com os recursos naturais, a cultura, dentre outros (Woortmann, 1995; Lamarche, 1993:15). Entretanto, todos estes critérios, abordados separadamente para identificar a agricultura familiar, apresentam limitações.

A diversidade de formas de organização da produção e de relações sociais postas em prática pelos agricultores familiares confere valor às tipologias como um instrumento metodológico para análise da exploração agrícola. Estudos com essa orientação sugeriram a emergência de um agricultor familiar moderno, do tipo farmer ou empresário familiar (Chang & Sereia, 1993:12), integrado ao mercado e que tem como profissão ser agricultor. Alguns autores buscaram compreender "... a coexistência de uma produção familiar tecnificada e de outras formas mais próximas de um ideal camponês" (Moraes, 1998:132). Outros sugeriram uma visão evolucionista explicitada na tipologia: agricultura familiar consolidada, de transição e periférica. Existem ainda aqueles que segmentam os agricultores entre os inseridos ou não no agronegócio, conseqüentemente, divididos entre competitivos e marginalizados (Ávila et al., 2005).

Mesmo para a totalidade dos agricultores familiares, as classificações mudaram conjuntamente como pode ser visto na análise feita por Moraes (1998), para quem as terminologias tais como: campesinato; pequena produção; e agricultura familiar são abrangentes e surgiram de forma cronológica para designar o conjunto dos agricultores nos modelos de

desenvolvimento postos em prática no país, sem, entretanto, sugerir particularidades que mostrassem a diversidade de situações dos mesmos em diferentes momentos históricos.

O **campesinato** estava associado a um conteúdo fortemente vinculado à mobilização política em torno das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro em contraposição às relações tradicionais (Sigaud, 1979) e estava associado a um conteúdo político-ideológico cujo conceito oposto era o de latifúndio. Hoje é considerado um segmento da agricultura familiar (Wanderley, 1997).

A **pequena produção** explicitava uma noção de diminuta importância em relação à grande produção no contexto da modernização conservadora⁶, sugerindo associações com algo pequeno, por exemplo, em termos de área do estabelecimento ou do valor da produção. Aparece o contraste entre pequenos e grandes produtores, separados pelos médios. Neste modelo, a diferença era apenas o tamanho (da área ou do valor da produção) e todas as categorias sociais no meio rural eram produtores e, assim, suscetíveis a ser atendidos por programas governamentais. A denominação pequena produção substituiu, a partir dos anos 70, a então hegemônica noção de campesinato contribuindo assim para a despolitização do tema. Está estreitamente ligada a transformações políticas do estado (ditadura militar) e à conseqüente "...desarticulação de vários movimentos organizados com base numa identidade camponesa" (Moraes, 1998:125). A denominação pequena produção não corresponde à heterogeneidade de situações da agricultura que este termo pretende descrever. Por isso, é questionável como unidade analítica (Schmitz et al., 2004).

Já a denominação **agricultura familiar** está ligada à redemocratização do país e à existência de políticas específicas para esse segmento, fruto da mobilização dos movimentos sociais a partir dos anos 90. Nas palavras de Neves, a agricultura familiar não é um conceito, mas "uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político" (Neves, 2002:137). As organizações dos agricultores abraçaram as novas significações atribuídas à agricultura familiar e a entendem como um projeto estratégico (Moraes, 1998:132).

Se em oposição ao campesinato se visualizava o latifúndio e à pequena produção a grande, na atualidade se instituiu um debate em que o **agronegócio** parece ser o oposto, muito embora parte significativa dos agricultores familiares tenha os seus produtos circulando em cadeias agroalimentares dominadas pelas grandes corporações (Bonanno, 2005). Característica para os adeptos dessa tendência é a falta de uma definição clara do que entendem com essa expressão, uma clara preferência pelos segmentos mais tecnificados da agricultura empresarial orientados para a produção de "commodities" para exportação e um certo desprezo pela agricultura familiar ("agricultura familiar x agronegócio"). Ávila et al. (2005) identificam o agronegócio como "o segmento inserido no mercado". Outros incluem nessa noção vaga uma

⁶ Para Martine (1987), a modernização agrícola intensificada, a partir de 1960, transformou a base tecnológica da agricultura e os níveis de exploração do trabalhador, modificando o espaço e as condições de vida da população que habitava o campo. Uma das principais conseqüências dessa transformação foi o êxodo rural inter e intra-regional.

parte dos agricultores familiares, também chamados de "family farmers" (ver o debate sobre o conceito em Neves, 2005), tecnologicamente modernizados e orientados ao mercado. Essa é uma forma de classificação que os separa daqueles que são considerados atrasados, "sem futuro" (os periféricos), para justificar a alocação de recursos⁷ apenas para os estabelecimentos com "chance de desenvolvimento" (consolidados).

Grosso modo, os setores de produção e transformação compõem juntos o "agronegócio". Seu segmento primário é formado pela agricultura, pecuária, silvicultura e pesca. O segundo segmento é formado por indústrias de transformação, exportadores, atacadistas, centrais de compras das redes de varejo, etc. (Schmitz, 2005b; PRNDS, 2002:4; Sousa, 1993:136, 186; Wikipedia, 2006a, 2006b). Essa definição inclui todas as categorias da agricultura, portanto também a agricultura familiar.

Mais detalhadamente, o agronegócio se constitui dos fornecedores de bens e serviços ao setor agrícola, dos produtores agrícolas, dos processadores, dos transformadores e dos distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos da agricultura, pecuária e floresta até o consumidor final. Entre os produtores agrícolas incluem-se a agricultura familiar em suas diferentes modalidades, os assentados da reforma agrária e as comunidades tradicionais. Participam também do agronegócio os agentes que coordenam o fluxo dos produtos e serviços, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços (Embrapa, 2004).

Reforçando essa idéia, Abramovay (2003) afirma ser um preconceito considerar que os agricultores familiares não são partes do agronegócio. Isso não significa desconhecer que as suas estratégias são particulares e nem sempre baseadas num senso estritamente econômico como ocorre, em geral, na agricultura patronal. Por esses e outros argumentos (assalariamento da força de trabalho, estratégias gerenciais, noções de pertencimento, cultura, etc.), estudiosos consideram que os segmentos sociais contrastantes são a agricultura familiar e a agricultura patronal⁸ e que esse contraste não se limita às formas de inserção no mercado (Guanziroli et al., 2001; Moraes, 1998).

Mesmo com a diferenciação existente entre os agricultores familiares, eles têm em comum que na organização do trabalho se dá a interrelação entre a produção e o consumo, sendo a família, ao mesmo tempo, produtora e consumidora. O estabelecimento familiar "corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração" (Lamarche, 1993:15). Com intuito mais operacional, Guanziroli et al. (2001:50), após vários anos de debate, afirmam que a agricultura familiar pode ser caracterizada

⁷ Esta política não é nova, pois foi a característica da época da "Transferência de Tecnologia" (ver discussão anterior sobre a pequena produção).

⁸ Entendemos a agricultura empresarial como um tipo da agricultura patronal, seguindo a classificação proposta por Chang & Sereia (1993), que distinguem entre uma agricultura patronal intensiva (tecnificada, a exemplo da produção de soja com plantio direto na palha no Paraná) e extensiva (não tecnificada, a exemplo da pecuária extensiva).

da seguinte forma: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Foi estabelecida uma "área máxima regional" para cada grande região no Brasil como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares que considere as enormes diferenças regionais para evitar que grandes latifúndios improdutivos sejam incluídos no universo de unidades familiares.⁹

No âmbito da agricultura familiar pode ser incorporada toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola e nele trabalha juntamente com a sua família, como os assentados, agricultores de subsistência, agricultores integrados, arrendatários, posseiros, meeiros, colonos.

Em se tratando de ações de pesquisa e de desenvolvimento, mesmo que se reconheçam os aspectos comuns que identificam os agricultores como pertencentes a um mesmo grupo social, as características que os diferenciam devem ser consideradas para que sejam atendidas suas demandas específicas. Os seus interesses e necessidades não são homogêneos, mesmo que objetiva e subjetivamente façam parte de um segmento social particular.

Na proposta, elaborada por Ávila et al. (2005), para estruturação da pesquisa a ser desenvolvida pela Embrapa e pelas OEPAs para os diferentes segmentos existentes no espaço rural, os autores segmentam os agricultores familiares em dois tipos, segundo a intensidade das suas inserções no mercado¹⁰. Mesmo entre os agricultores considerados pelos autores como "inseridos", a diferenciação interna, como analisado anteriormente, é significativa.

A complexidade da diferenciação interna do segmento social constituído pelos agricultores familiares deve ser considerada em qualquer reflexão ou iniciativa de inovação para evitar que soluções genéricas sejam propostas como alternativas pontuais que não consideram as suas demandas e sistemas em uso.

2-A PROBLEMÁTICA DA INOVAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 - A complexidade da inovação

Um dos maiores problemas da adoção da inovação pelos agricultores familiares é que grande parte das tecnologias não é economicamente ou em termos de uso da mão-de-obra compensadoras e nem sempre se enquadram no sistema de produção em uso (Chambers et al., 1989). A sua margem de manobra é limitada por se tratar de uma situação em que as unidades de consumo (família) e de produção (estabelecimento) são ameaçadas de reprodução social caso os resultados não sejam compensadores ou transformem substancialmente rotinas e estratégias já utilizadas. Para aqueles agricultores familiares em situação de risco (tipo descapitalizado), a

⁹ Esta "área máxima regional" foi definida para a região Nordeste com o valor de 694,5 ha e para a região Norte de 1.222 ha (Guanzioli et al., 2001:108). No Estado do Pará, por exemplo, em quase todas as regiões predomina a mão-de-obra familiar nos estabelecimentos de até 200 ha.

¹⁰ "... aqueles produtores familiares que já estão inseridos no agronegócio, e portanto, vem sendo atendidos do ponto de vista tecnológico." E "... os produtores verdadeiramente pequenos, considerados marginalizados ou com desvantagem na sua inserção no mercado e com baixa ou nenhuma competitividade, ou seja, em condições de risco social" (Ávila et al., 2005, p. 1).

possibilidade de inovação com tecnologia externa pode causar a “falência” total. Por isso, muitos agricultores preferem continuar no limite da sobrevivência, mas sem arriscar perder o acesso à terra. As inovações se dão com maior facilidade e rapidez se elas são frutos de uma construção participativa, são bem conhecidas, possibilitam adoção gradual ou parcial e se mostram economicamente viáveis. Os agricultores familiares muitas vezes adotaram facilmente novas tecnologias, como constatado nos seguintes exemplos:

- a produção de juta na margem do Rio Amazonas durante a Segunda Guerra Mundial (a planta veio da Índia e nunca havia sido experimentada na região);
- a produção de soja com uso de motomecanização em áreas de 15ha no Rio Grande do Sul;
- a produção de maracujá no Nordeste Paraense;
- a produção de hortaliças com base na agroecologia na região de Pelotas no Rio Grande do Sul;
- o processamento/beneficiamento da castanha de caju no Nordeste brasileiro.

A afirmação de que "...na maioria dos casos, as tecnologias geradas em qualquer um dos centros da Embrapa são diretamente aplicáveis a qualquer tipo de produtor, independentemente de seu tamanho" (Avila et al., 2005), não tem correspondência com a realidade. Ao contrário, como bem reconhecem os citados autores, muitas das tecnologias não são adequadas à agricultura familiar: "Se admitirmos que parte do problema seja tecnológico, estaríamos aí falando mais de adaptação de tecnologias às condições locais e suas características sócio-culturais ...". Ou seja, se precisa adaptar as tecnologias é porque elas não são adequadas e não atendem aos interesses correntes, porque nem sempre são economicamente vantajosas nas condições reais ou não levam em conta uma visão sistêmica do estabelecimento. Essa afirmação reforça o pressuposto de que, muitas vezes, as instituições responsáveis pela pesquisa não têm conhecimento do que se passa nos estabelecimentos no que se refere à introdução de tecnologias (Conto et al., 1996).

A introdução da mecanização na agricultura familiar da Amazônia, por exemplo, não é um problema apenas de disponibilidade de conhecimentos sobre o trator ou a tração animal, o arado e o cultivador. É mais complexa, porque significa a transição da agricultura itinerante para a agricultura permanente, condicionando uma reorientação do sistema de produção, o desenvolvimento de novas estratégias para o manejo da fertilidade do meio¹¹ e a sua viabilidade econômica e de uso de mão-de-obra em comparação com o sistema tradicional. Este tipo de inovação exige uma ação conjunta entre pesquisadores e agricultores durante vários anos (Schmitz et al., 1991, 1996, 2001).

¹¹ Esta expressão é resultado da consideração que a fertilidade não é apenas uma função das características do solo, mas depende também do estoque de mata (virgem ou secundária) que poderia ser utilizado no sistema corte e queima, do impacto das ervas daninhas (ou vegetação espontânea) e da quantidade do *litter* (folhas caídas) (ver Veiga, 1999:176).

Ao contrário das restrições econômicas dos agricultores familiares, os patronais dispõem de recursos para pular etapas deste processo, com o uso do trator e adubo mineral, e realizar uma transição abrupta. A dinâmica do desenvolvimento dos sistemas de produção depende, nesse caso, do tipo de estabelecimento e, especialmente, do capital disponível, como já observou Ruthenberg (1980). Exemplo disso é que um empresário de Mato Grosso do Sul recentemente fretou um avião para selecionar áreas a serem adquiridas para a produção de soja no Município de Altamira Segundo ele, "o importante é a topografia e o clima, o resto a gente faz".¹²

O uso de trator próprio não se generalizou entre os agricultores familiares no Brasil, seja pelo alto custo do mesmo, seja porque só é economicamente interessante se tiver um uso de pelo menos 1.000 horas por ano. Por causa da indivisibilidade da tecnologia, a sua viabilidade depende também da área de culturas anuais necessitando do preparação do solo (com arado ou grade de disco) e do tamanho da parcela contínua. Outros fatores limitantes são a declividade e o grau da destoca do terreno. Tecnologias como a ceifadeira a tração animal, amplamente utilizada na colheita de cereais na Europa, não conseguiu ser divulgada no Brasil, apesar dos esforços, como analisado num estudo sobre a mecanização da produção familiar de trigo e as possibilidades e limites do uso da tração animal, realizado no Paraná (Fabry, 1990). O exemplo do policultor¹³ mostra como as preferências dos pesquisadores podem divergir dos interesses dos agricultores. Durante mais de 30 anos, a introdução do policultor foi promovida por institutos de pesquisa e instituições de desenvolvimento em muitos países do mundo, sempre com o mesmo resultado, também no Brasil: rejeição pelos agricultores (Starkey, 1990). Isso mostra, como o uso de uma tecnologia depende de uma série de fatores.

Como os agricultores familiares, muitas vezes, vivenciam experiências culturais e associativas tão diferenciadas, têm acesso irregular a serviços e ocupam pequenas áreas marginais com solos menos férteis ou terrenos com declive, as tecnologias utilizadas em outros contextos e conjunturas não podem ser simplesmente transferidas. Até o êxito da adoção de uma tecnologia entre os pioneiros e os inovadores, pode inviabilizar a sua introdução nos segmentos que decidiram mais tarde como ocorreu no caso de pulverizadores em pomares na Turquia (Röling, 1988).

Situação concreta desse tipo de entrave pode ser observada na fabricação artesanal de queijo de coalho no Semi-árido sergipano, onde o modelo de fabriquetas proposto por instituições públicas para dotar de maior higiene os processos de fabricação usam tecnologias que tanto transformam as características do produto como implicam em investimentos que representariam mais do que os agricultores podem acumular durante toda a vida. Experiências mostram que modelos alternativos são tradicionalmente postos em prática com boas condições de segurança alimentar (a exemplo do queijo minas, que foi reconhecido pelo Governo do Estado como

¹² Comunicação pessoal (2003).

¹³ O policultor é um equipamento multifuncional que acopla vários implementos para o preparo do solo, a capina, o plantio, o transporte e outras operações agrícolas.

patrimônio)¹⁴ sem necessitar dessa magnitude de investimento e de transformações tão radicais no *saber-fazer* que confere uma excelente aceitação do produto no mercado nordestino mesmo sob as condições atuais que poderiam ser melhores (BRT, 2006).

Nestes termos, a reflexão sobre a problemática da inovação na agricultura familiar não pode se reduzir ao aspecto tecnológico num sistema em que as decisões não são estritamente tecnológicas. Exemplo disso observou-se recentemente numa localidade do sul do Brasil em que agricultores vizinhos com praticamente as mesmas condições (idade, tamanho da terra, acesso à ATER, inserção no mercado, origem européia, etc.) optam por práticas completamente diferentes (agroecologia ou produção convencional). Como lição, as estratégias para estimular a inovação pelas instituições devem questionar o reducionismo tecnológico sob pena de continuar gerando tecnologias que não saem dos campos experimentais ou que nas palavras de um agricultor produtor de leite em Nossa Senhora da Glória - SE: "Lá, nos campos de vocês tudo é certinho porque tudo que precisa tem, é tudo medidinho e na hora certa. Quer água? Bota água. Quer adubo? Chega adubo. Quero ver vocês fazendo isso e dando certo no agricultor que precisa dar comida pra o gado todo dia".

2.2 - Pesquisa/extensão: relação indispensável

Tomando em conta a problemática da inovação, Ávila et al. (2005) afirmam que a "pesquisa de âmbito local ou estadual seria motivo de transferência ao Governo Estadual". Afirmam ainda que "são as organizações estaduais de pesquisa agropecuária, que, junto com os órgãos de assistência técnica e extensão rural, devem assumir o papel principal na questão da agricultura familiar". Essa idéia remonta aos primórdios das duas atividades, pesquisa e extensão no Brasil que nasceram como parte de uma abordagem que as considerava de forma compartimentalizada, relacionando-se apenas no denominado processo de transferência de tecnologia. A pesquisa geraria novos conhecimentos que a extensão transmitiria aos agricultores. O profissional, responsável por uma fase, não teria atribuições na fase seguinte. A iniciativa partiria dos pesquisadores, enquanto ao "receptor", o agricultor, competiria se manter prioritariamente passivo; seu saber não teria importância neste modelo, nem ele seria consultado (Röling, 1994; Bauer, 1996; Starkey, 1990).

A base desta separação era o modelo linear de comunicação da época da criação do serviço de extensão rural (modelo de Shannon & Weaver de 1949, ver Fiske, 1997). Foi reforçado pela compreensão de que o homem rural vive e trabalha de forma equivocada, em decorrência da falta de informação, de interesse e de aspiração. Conseqüentemente, adota práticas inadequadas na administração do seu estabelecimento em oposição aos técnicos que sabem mais sobre a produção agrícola. As palavras de um técnico da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) caracterizam bem esta atitude: "Numa sociedade rural tradicional o progresso

¹⁴ A técnica de fabricação do queijo minas foi registrado no Livro de Saberes em agosto 2002 como primeiro patrimônio imaterial de Minas Gerais pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG).

técnico não pode vir senão de fontes exteriores à comunidade ... E as pessoas que sabem o que é melhor para os agricultores são os cientistas e os técnicos ..." (Bordenave, 1972, citado por Fonseca, 1985:35).

A partir dos anos 70 surgiram debates sobre o papel da disseminação de tecnologias para "pequenos agricultores em países em desenvolvimento" paralelo a críticas à idéia do processo de difusão¹⁵ culminando com a constatação de que o desenvolvimento de tecnologia sem conhecimento da complexidade do sistema agrícola não teria o resultado esperado. A idéia da participação dos agricultores desde o início do processo foi realçada nos centros internacionais de pesquisa com maior amplitude e mais qualificação (Pillot, 1987). Os principais elementos que nortearam esta mudança foram o melhor contato entre pesquisadores e agricultores e o fluxo de informação, garantindo também o feedback, entre os sistemas da pesquisa, da extensão e dos usuários (os agricultores).

A separação das atividades de pesquisa e extensão, mesmo em instituições responsáveis pelas duas atividades, a desvalorização dos saberes locais e a desconsideração dos interesses dos agricultores e das suas práticas há muito são objeto de crítica, assim como, a noção de transferência de tecnologia. O enfoque sistêmico e a hipótese da racionalidade do agricultor colocaram a população rural como foco revalorizando o saber local, antes compreendido como um produto que podia ser transportado e não como parte integral de processos sociais (Rhoades & Booth, 1982; Chambers et al, 1989; Veldhuizen et al., 1997a; Bauer, 1996; Martins, 1996; Pillot 1987; IAPAR, 1997).

3- PARA FINALIZAR: PESQUISA PRIVILEGIADA PARA QUEM?

Considerando a divisão entre os agricultores inseridos no mercado e aqueles em risco social, Ávila et al. (2005, p.2) sugerem que as pesquisas da Embrapa sejam "mais voltadas a tecnologias que atendem a produtores com disponibilidade de recursos (humanos, físicos e financeiros) e que geram, sobretudo, 'economias de escala'". Ou seja, caberia à Embrapa desenvolver pesquisas de interesse nacional, regional ou estratégico para o agronegócio (os agricultores inseridos no mercado), e às OEPAs caberiam aquelas pesquisas mais aplicadas e de âmbito estadual ou local para agricultores em risco social. A Embrapa deve se concentrar nos produtos de pesquisa que ultrapassam as fronteiras dos estados, afirmam os autores.

Considerando tais afirmações, os autores relegam a segundo plano a responsabilidade da Embrapa no atendimento da pluralidade que caracteriza as demandas da pesquisa agropecuária, colocando como atribuição apenas das OEPAs o atendimento aos agricultores familiares, especialmente em risco social. Defendem a importância estratégica das parcerias, um dos

¹⁵ A idéia da difusão se mostrou, em muitos casos, equivocada. Determinadas tecnologias adotadas com sucesso por alguns, podem não apresentar resultado semelhante quando adotadas posteriormente por outros. Neste caso, o mercado já saturado não oferece mais oportunidade para os tardios aproveitarem um determinado investimento com expectativa de lucro, como mostrou Röling (1988:66-77) no caso da introdução de pulverizadores em pomares na Turquia, já mencionado anteriormente. Estas limitações apenas foram superadas com a introdução do conceito do grupo alvo, reconhecendo a heterogeneidade social e econômica no meio rural, trazendo o enfoque sistêmico e a tipologia dos sistemas de produção.

objetivos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹⁶, esquecendo que parcerias devem ser objeto de negociação entre as partes interessadas sem a definição prévia de papéis que devem ser construídos em função dos aspectos passíveis de complementaridade, o que difere caso a caso. Em muitos estados, inclusive, não é apenas a Embrapa que realiza pesquisa agropecuária. Existem outras instituições, igualmente importantes que executam ações de pesquisa e que são parceiras fundamentais. Esse é o caso, por exemplo no Pará, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) na Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Também no Pará, trabalham ONGs, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) na interface entre pesquisa, extensão e agricultor.

Como reconhecem os autores, os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Roraima Rondônia, Tocantins, Maranhão, Piauí e Ceará não têm OEPA e em Sergipe, os pesquisadores foram incorporados à Embrapa. Nos estados que possuem OEPA, mesmo com as dificuldades que enfrentam, submetidas a constantes ingerências político-partidárias e mudança de personalidade jurídica com fusões, incorporações e, nos casos mais graves, extinção, elas têm dado contribuições significativas para o atendimento das demandas estaduais em termos de pesquisa agropecuária. Ainda que sejam diferentes os mandatos da Embrapa e das OEPA, o trabalho em parceria preconizado na criação do SNPA e considerado estratégico para executar ações de pesquisa com menos recursos e mais qualidade, deve ser complementar sem estabelecer exclusividade para uma ou outra categoria de público alvo. Os arranjos institucionais devem ser regidos por critérios como competência técnica e disponibilidade de recursos para atender as demandas.

Dificulta ainda o entendimento da proposição dos autores a falta de uma definição clara do grupo alvo e do tipo de pesquisa que não deve fazer parte do trabalho da Embrapa e "nem tampouco ser financiada pelo Governo Federal". O conceito inadequado do "pequeno produtor" não é mais preciso quando se fala dos "verdadeiramente pequenos" – quais são os falsos "pequenos"? Quem não participa intensamente do mercado ou não produz em escala? Interessante lembrar que mesmo as populações tradicionais, muitas vezes, durante vários séculos, produziram para a exportação e adaptaram-se de forma flexível às estratégias do mercado mundial na Amazônia.¹⁷ (Homma, 2001)

Pode-se, inclusive, pensar em produtos em que a agricultura familiar é competitiva no Brasil ou nas grandes regiões (agroecossistemas), a exemplo de mandioca, feijão, suínos, milho,

¹⁶ Portaria Nº 193, de 07 de agosto de 1992, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que criou o SNPA, e que contempla, dentre outros o seguinte objetivo: proporcionar a execução conjunta de projetos de pesquisa de interesse comum, fomentando uma ação de parceria, entre instituições, no desenvolvimento de ciência e tecnologia para a agropecuária.

¹⁷ A economia da Amazônia atendeu desde 1730 a demanda externa em diferentes ciclos: primeiro cacau, depois borracha, pau-rosa (para perfume), castanha-do-pará (ou castanha-do-Brasil), juta, pimenta-do-reino, madeira de lei tropical, guaraná, etc.

uva, banana, algodão, arroz, fumo, soja, e que todos perpassam as fronteiras estaduais (Guanziroli et al., 2001; SCGGE, 2004). Por isso, é quase impossível traçar uma linha divisória entre os diferentes grupos em cena no espaço rural, a fim de delimitar as áreas de atuação entre as atividades federal e estadual.

Em síntese, a proposta prevê, na sua essência, o retorno a uma pesquisa por produto sem preocupação com o contexto. Ignora a importância de uma visão sistêmica da unidade de produção e consumo, quando propõe a preocupação apenas com produtos que ultrapassam as fronteiras entre estados mesmo que essa visão já tenha sido, parcialmente, superada, na Embrapa, com a orientação das atividades para uma ecorregião e não para atividades específicas no caso de alguns centros (Embrapa Amazônia Oriental; Embrapa Tabuleiros Costeiros, Embrapa Cerrados, Embrapa Semi-Árido etc.).

Não seria mais frutífero reforçar competências e parcerias num processo compartilhado com outras organizações e no qual as competências, capacidades e vocações fossem devidamente respeitadas? Isso a partir de arranjos construídos localmente para reforçar aqueles que têm mais dificuldade de inserção nos mercados? O que não significa a exclusividade da Embrapa ou OEPAs para segmentos sociais específicos, mas o reconhecimento de que a pesquisa no âmbito das suas atribuições e em diálogo com outros atores tem um papel na construção das alternativas de superação da pobreza rural.

Interessante lembrar que as OEPA que atuam nas áreas de pesquisa e extensão (Incaper/ES, Empaer/MT, Idaterra/MS, Agência Rural/GO, Epagri/SC, EBDA/BA e IPA/PE) receberam nos últimos quatro anos apoio substancial para sua reestruturação. Desde a definição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) tem apoiado as instituições estaduais de ATER, através da capacitação de técnicos, aquisição de computadores, veículos e outros equipamentos de apoio logístico, visando a ampliação e melhoria dos serviços, sobretudo para os agricultores familiares. Além disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem destinado recursos para a prestação de ATER específica para os assentamentos.

Reconhecendo que a experimentação faz parte do dia-a-dia do agricultor (Chambers et al., 1989; Veldhuizen et al., 1997b) e estabelecendo a capacidade de experimentar em conjunto com eles para criar novos conhecimentos, para realizar pesquisa de campo e articular a cooperação com a pesquisa agropecuária institucional (Embrapa, OEPAs, universidades, etc.) seria interessante atribuir à extensão rural mais competências e integrar algumas atividades de pesquisa nos seus serviços nas ações concretas no campo.

Assim, o serviço de extensão assumiria uma parte da pesquisa adaptada e adaptativa como pesquisa-desenvolvimento, ações-teste, experimentação em estabelecimentos agrícolas, validação de tecnologia (Schmitz, 2001; Schmitz, 2002). Para isso, no entanto, seria necessária a contratação de profissionais com experiência em pesquisa participativa, a capacitação dos

extensionistas na experimentação e a disponibilização de recursos para financiar a pesquisa e o monitoramento por parte dos diferentes parceiros, dentre os quais, os agricultores e suas organizações.

As organizações dos agricultores devem negociar junto às instituições de pesquisa agropecuária e extensão rural um melhor reconhecimento da pesquisa orientada para a demanda dos agricultores, inclusive, com a adoção de procedimentos de estímulo individual e coletivo para pesquisadores e grupos que se envolvem nesse tipo de empreendimento. Acredita-se que dessa forma aumentaria o estímulo para o envolvimento de pesquisadores interessados. A parceria entre pesquisa e extensão, por um lado, e organizações dos agricultores, por outro, é um pressuposto para divulgar propostas e resultados para um público maior. Permite, também, trabalhar temas que ultrapassam a escala do sistema de produção ou da localidade, como a gestão de recursos naturais (Bebbington et al., 1994; Röling, 1988; Schmitz, 2005; Bellon et al., 1985; Merrill-Sands & Collion, 1993; os últimos dois citados por Castellanet & Jordan, 2002:59).

Levando em conta esses pressupostos defende-se a institucionalização de canais de diálogo entre os diferentes atores envolvidos na problemática do desenvolvimento no espaço rural, quais sejam: agricultores e suas representações, agentes da ATER, OEPAs, ONGs, Embrapa etc. Por último, afirma-se a importância da pesquisa e extensão rural para a agricultura familiar em estreita articulação com os usuários, os agricultores, como enfatizam já Schultz (1995) em 1964, Hayami & Ruttan (1985) e Alves (1987).

Por último, lembra-se que a EMBRAPA desempenhou importante papel para inserir segmentos de agricultores familiares até no mercado internacional, representando captação de importantes volumes de divisas para o país e cumprindo um papel histórico. Cabe agora um investimento coletivo e criativo na resolução de problemas que, simultaneamente, contribuam para a mudança tecnológica com inserção no mercado mas sem esquecer a qualidade de vida das pessoas envolvidas no processo produtivo e a conservação dos recursos naturais para a geração atual e futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. 275p.

ABRAMOVAY, R. *O papel da agricultura familiar numa estratégia de desenvolvimento territorial*. Apresentação realizada em power point na reunião para elaboração do IV Plano Diretor da Embrapa em 09/03/2003. Brasília, 2003.

ALVES, E. *Pobreza rural no Brasil: desafios da extensão e da pesquisa*. Brasília: Coodevasf, 1987. 79p.

ÁVILA, A.F.D.; YEGANIANZ, L.; CASTRO, J.R. *Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: a questão vista de um outro ângulo*. s.l., s.n., 2005. 6p. mimeografado.

BAUER, E. *Beratung in der Entwicklungszusammenarbeit*. Weikersheim: Margraf, 1996. 245p.

BEBBINGTON, A.J.; MERRILL-SANDS, D.; FARRINGTON, J. Farmers' and community organizations in agricultural research and extension: functions, impacts, and questions. In: *SYMPOSIUM INTERNATIONAL "RECHERCHES-SYSTÈME EN AGRICULTURE ET DÉVELOPPEMENT RURAL"*. Anais. Montpellier: CIRAD, 1994, p.699-705.

BONANNO, A. Agricultura familiar y medioambiente: una perspectiva global. In: MOTA, D.M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H.E.M. (Orgs.). *Agricultura familiar e abordagem sistêmica*. Aracaju: SBSP, 2005, p.121-133.

BRT. *Melhoria da qualidade do queijo minas artesanal*. Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas. (Dossiê Técnico). [<http://sbrt.ibict.br>; acesso: 11.12.2006].

CASTELLANET, C.; JORDAN, C.F. *Participatory action research in natural resource management: a critique of the method based on five years' experience in the Transamazônica region of Brazil*. New York: Taylor & Francis, 2002. 242p.

CHAMBERS, R.; PACEY, A.; THRUPP, L.A. *Farmer First: farmer innovation and agricultural research*. London: Intermediate Technology Publications, 1989. 219p.

CHANG, M.Y.; SEREIA, V.J. *Tipificação e caracterização dos produtores rurais do Estado do Paraná - 1980*. Londrina: IAPAR, 1993. 169p. (Boletim técnico 39).

CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 339p.

CONTO, A.J. DE; HOMMA, A.K.O.; GALVÃO, E.U.P.; FERREIRA, C.P.; CARVALHO, R.A. A mecanização na pequena propriedade na região Nordeste do Estado do Pará, Brasil. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 34, Aracaju-SE, Anais. Brasília: SOBER, p.385-410, 1996.

COSTA, F.A. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 2000. 355p.

ELLIS, F. *Peasant Economics. Farm households and agrarian development*. 2.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 309p.

EMBRAPA. *IV Plano Diretor da Embrapa: 2004-2007*. Brasília: Embrapa, Secretaria de Administração e Estratégia, 2004. 48p.

FABRY, R. *Mechanisierung der kleinbäuerlichen Weizenproduktion. Einsatzmöglichkeit und Grenzen der Zugtieranspannung in Paraná/Brasilien*. Berlin: Inst. für Betriebs- und Standortsökonomie, TU Berlin / Instituto Agrônomico do Paraná, 1990. (Dissertação de Mestrado).

FISKE, J. Introdução ao estudo da comunicação. Trad. M.G.R. Alves. 3.Ed. Porto: Edições Asa, 1997. 268p. <Original: 1990>

FLEISCHFRESSER, V. *Modernização Tecnológica da Agricultura*. Curitiba: Ed. Livraria Chain, 1988. 154p.

FONSECA, M.T.L. DA. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192p.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. 192p.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUANAIN, A.M.; SABATO, A..D.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. *Agricultural Development. An International Perspective*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985. 506p.

HOMMA, A.O.K. Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia. In: *Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 4, 2001, Belém. SBSP, Belém, 2001. (CD).

IAPAR. *Enfoque sistêmico em P&D: A experiência do IAPAR*. Londrina, IAPAR, 1997. 152p. (Circular No.97).

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional. Vol.1. Uma realidade multiforme*. Trad. A.M.N. Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 336p.

MARTINE, G. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: Martine, G.; Garcia, R.C. (Orgs.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, A.C.S. *Dois pra lá, dois pra cá: Análise da articulação pesquisa, extensão, produtor de cacau, no âmbito da CEPLAC na Amazônia Oriental*. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996. 191p. (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social).

MORAES, M.D.C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. *Raízes*, Campina Grande, no.17, p.121-134, jun. 1998.

NEVES, D.P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (Orgs.). *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.133-159.

NEVES, D.P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! Niterói: UFF, 2005. 35p. (mimeografado).

PILLOT, D. *Recherche développement et farming system research. Concept, approches et méthodes*. Paris, GRET, 1987. 40p. (Réseau Recherche-Développement)

PNDRS. Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural. 2.versão apreciada pelo conselho em 28 de agosto de 2002. Brasília: CNDRS, 2002. 49p.

RHOADES, RE.; BOOTH, R.H. Farmer-Back-to-Farmer: A Model for Generating Acceptable Agricultural Technology. *Agricultural Administration*, Vol.11, p.127-137, 1982.

RÖLING, N.G. *Extension Science: information systems in agricultural development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 233p.

RÖLING, N. Voorlichting en innovatie. In: RÖLING, N.G.; KUIPER, D.; JANMAAT, R. *Basisboek voorlichtingskunde*. Amsterdam: Boom, 1994. p.275-294.

ROMEIRO, A.R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo, Annablume, FAPESP, 1998. 272 p.

RUTHENBERG, H. 1980. *Farming Systems in the Tropics*. 3 ed., Oxford, Clarendon Press, 424p.

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, A.; SILVA, L.M.S.; MARTINS, P.F.S.; CASTELLANET, C. (orgs.) *Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento*. Belém: NEAF/CAP/UFP, GRET, 2001, p.39-99.

SCGGE. A importância da agricultura familiar. In: *Em Questão*, Brasília, n.266, 20.12.2004. (Secretária de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República).

SCHMITZ, H. Perspectivas da assistência técnica para a agricultura familiar. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p.313-347.

SCHMITZ, H. *Partizipation und Partnerschaft: Bauern, Forscher und Berater in Brasilien*. Weikersheim: Margraf, 2005a. 312p.

SCHMITZ, H. Material didático da Disciplina "Sociologia Rural". São Cristóvão: UFS, 2005b.

SCHMITZ, H.; SOMMER, M.; WALTER S. 1991. *Animal Traction in Rainfed Agriculture in Africa and South America. Determinants and Experiences*. Braunschweig, Vieweg, 311p.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SIMÕES, A. Métodos participativos e agricultura familiar: atualizando o debate. In: *Semana da Caprinocultura e Ovinocultura Brasileiras*, 4, Sobral, 2004. Sobral: Embrapa Caprinos, 2004. (CD)

SCHMITZ, H.; CASTELLANET, C.; SIMÕES, A. Participação dos agricultores e de suas organizações no processo de desenvolvimento de tecnologias na região da Transamazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, Belém, v.12, no.2, p.201-246, 1996.

SCHMITZ, H.; ROCHA, C.; REIS, S.; FLOHIC, A. Produzindo culturas anuais por mais tempo na mesma área: a experiência de Uruará na Transamazônica? In: *Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 4, 2001, Belém. SBSP, Belém. (CD).

SCHULTZ, T.W. *A transformação da agricultura tradicional*. Trad. J.C. Teixeira Rocha. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1995. 207p. [Primeira Publ. 1964].

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades. 1979.

SOUSA, Ivan Sérgio Freire de. *A sociedade, o cientista e o problema da pesquisa*. São Paulo, Brasília: Hucitec, EMBRAPA-SPI, 1993, 236p.

STARKEY, P. *Policultores de tração animal: perfeitos porém rejeitados*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1990, 152p.

VEIGA, I. *Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne: la gestion durable des milieux em question*. Toulouse: Université de Toulouse Le Mirail, 1999. 349p. (Tese de Doutorado em Estudos Rurais / Sociologia).

VEIGA, J.E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Hucitec, 1991. 219p.

VELDHUIZEN, L.V.; WATERS-BAYER, A.; RAMÍREZ, R.; JOHNSON, D.A.; THOMPSON, J. (eds.). *Farmers' Research in Practice. Lessons from the field*. London, Intermediate Technology Publications, 1997a. 285p.

VELDHUIZEN, L.V.; WATERS-BAYER, A.; ZEEUW, H. DE. *Developing Technology with Farmers. A Trainer's Guide for Participatory Learning*. New York: Zed Books/ETC, 1997b. 230p.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TAVARES, E.D., MOTA, D.M.; IVO, W.M.P.M. (Eds.). *Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiros costeiros de Sergipe*, 2, 1997, Aracaju-SE. Agricultura familiar em debate - Anais. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997, p.9-40.

WIKIPEDIA. *Agrobusiness*, 2006a. [<http://en.wikipedia.org/wiki>; acesso: 21.04.06]

WIKIPEDIA. *Agronegócio*, 2006b. [<http://pt.wikipedia.org/wiki>; acesso: 21.04.06]

WOORTMANN, E.F. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995. 336p.

**PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM TRÊS MUNICÍPIOS BAIANO:
SÃO DOMINGOS, CRUZ DAS ALMAS E CABACEIRAS DO PARAGUAÇU**

Vivian Libório Pinto (Estudante de Engenharia Agrônômica. Bolsista PIBIC CNPq)
e-mail: vivispider22@hotmail.com

Elizabeth Maria Ramos (Estudante de Engenharia Agrônômica. Bolsista PIBIC CNPq)
e-mail: agrobeth@yahoo.com.br

Robson de Andrade Santos (Estudante de Engenharia Agrônômica. Bolsista FAPESB)
e-mail: robsonandrad@yahoo.com.br

Erasto Viana Silva Gama (Estudante de Engenharia Agrônômica. Bolsista PIBIC CNPq)
e-mail: erasgama@hotmail.com

Amílcar Baiardi (Professor, Centro de Ciência Agrárias, Ambientais e Biológicas, UFRB)
e-mail: amilcar.baiardi@terra.com.br

RESUMO

A agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais. Internacionalmente a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza resultando em uma mudança estrutural através da emergência e da expansão das unidades familiares pluriativas. Pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades a essa forma de organização do trabalho familiar denomina-se pluriatividade o qual se caracteriza por um fenômeno social inteiramente específico. A metodologia contemplou uma abordagem empírica, com base em aplicação de questionários junto a uma amostra não probabilística da população e uma abordagem vivencial participante, com base em entrevistas e breve convivência com a população. Conclui-se que o trabalho fora da propriedade representa a garantia de reprodução social em grupos onde os estabelecimentos possuem baixo nível tecnológico e agricultura basicamente destinada à subsistência onde a junção das atividades agrícolas e não-agrícolas representa uma importante ferramenta.

INTRODUÇÃO:

Entre a década de 20 e meados dos anos sessenta, a agricultura e o mundo rural, ou seja, as relações sociais e as categorias agrárias, eram analisadas preponderantemente pelo pensamento progressista apenas do ponto de vista da acumulação do capital e da formação da estrutura de classes. A análise marxista privilegiava o aspecto econômico das relações sociais no campo, mas, de acordo com Schneider (2003), tinha o mérito de apontar como as formas sociais são superadas à medida que avançava o processo de divisão social do trabalho na sociedade capitalista, mostrando como se dá o surgimento de novas categorias. No final dos anos 70 o pensamento social marxista passa a concentrar-se em torno da persistência das unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar.

Ao analisar o caso brasileiro e os principais paradigmas teóricos utilizados pelas ciências rurais nas últimas décadas é essencial considerar as contribuições de Abramovay (1992), que além de situar os limites epistemológicos de cada uma das vertentes teóricas afirma que os clássicos não chegaram a formular uma teoria específica para os camponeses ou agricultores, argumento antes defendido por Hussain e Tribe apud Schneider (2003).

As contribuições de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), foram decisivas, pois divulgaram a noção de agricultura familiar, confirmando o reconhecimento e legitimação dessa forma de produção em países desenvolvidos, onde a estrutura agrária é composta por explorações que tem o trabalho familiar como elemento principal, encorajando até os grupos mais descrentes e apresentando as vantagens da agricultura familiar para garantir a segurança alimentar naqueles países.

Além disso, de acordo com Schneider (2003) esses autores impulsionaram um deslocamento teórico e analítico, pois até então, as preocupações dos estudos rurais e agrários estavam voltadas apenas para o caráter capitalista das relações sociais. É nessa análise sobre a questão agrária que Abramovay (1992) diferencia o camponês clássico do agricultor familiar moderno, identificando as características de cada uma dessas categorias. Ressalta que a pequena unidade de produção familiar não é apenas um mero “resíduo histórico” de um processo de transformação capitalista, mas uma unidade de produção capaz de usufruir progresso técnico para produzir a custos menores.

A partir da análise das idéias de Abramovay, Schneider (2003) afirma que a agricultura familiar, embora em alguns casos possa resultar da evolução das formas camponesas, se distingue dessa forma social pela sua inserção em um ambiente capitalista.

A agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais freqüência nos discursos dos movimentos

sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 com as discussões sobre o papel dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica dos países do MERCOSUL. Neste período ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. No campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época.

Embora isso não seja inteiramente novo, recentemente passou a ganhar projeção e reconhecimento no Brasil o argumento de que a agricultura como atividade produtiva não deixou de integrar o mundo rural, mas, em algumas regiões, observa-se a diminuição de sua importância no que concerne à geração de emprego e à ocupação. Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

No Brasil, malgrado alguns esforços, o debate sobre a pluriatividade ainda é embrionário. Embora alguns cientistas sociais tenham despertado para a relevância do tema e orientado sua pesquisa nessa direção, o que inclusive já se reflete no espaço que a temática vem ganhando em reuniões científicas, de maneira geral a pluriatividade ainda continua a ser tratada como uma curiosidade ou um fenômeno social inteiramente específico. Embora escassos, entre os resultados de pesquisas e publicações pioneiras no Brasil pode-se citar os trabalhos de Anjos (1995), Carneiro (1996a), Neves (1995, 1997) e Schneider (1994, 1999a). APND - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1992, vem coordenando um projeto cujo objetivo consiste em analisar o que denominou de “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro (Graziano,1999; Campanhola e Graziano da Silva, 2000). Em razão desse campo de análise ser ainda recente nos estudos brasileiros, considera-se oportuno e necessário a recuperação da trajetória do debate sobre a origem e desenvolvimento desses termos na literatura internacional.

Em trabalho mais recente, Fuller (1990) indica que o deslocamento de uma noção para outra não deve ser entendido apenas em face dos limites analíticos que a noção agricultura em tempo parcial impõe aos estudos empíricos (sobretudo em razão da confusão criada entre os conceitos de ocupação do produtor e da “função produtiva” da propriedade), mas também como uma decorrência dos novos desafios impostos nos anos mais recentes às próprias Ciências Sociais, particularmente a Sociologia. Esses desafios indicam, inclusive, a emergência de novos aportes teóricos para o estudo do meio rural e das transformações agrárias na década de 1980, como foi o caso da afirmação da Sociologia da Agricultura nos Estados Unidos (Buttel e Newby, 1980).

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA:

Os dados analisados com vistas a caracterizar a pluriatividade nas áreas estudadas são de natureza primária, obtidos através de entrevistas diretas e coletados por meio de questionários estruturados aplicados aos moradores em comunidades de Cruz das Almas, Cabaceiras do Paraguaçu e São Domingos, todos municípios baianos, localizados no Semi-Árido e no Recôncavo onde os mesmos são membros de associações e cooperativas. Tratava-se nas 3 situações de estudos de caso conforme Yin (1984), o que possibilita a investigação de um fenômeno dentro de contexto, analisando situações concretas.

Realizada nestas condições, segundo Neves (1985), essa análise foi apta a fornecer dados socioeconômicos essenciais para entendimento do que se queria investigar. A partir de definições da área em estudo foi previamente realizado um levantamento bibliográfico que proporcionou o embasamento teórico necessário para

interpretar as variáveis consideradas para a análise e o estado atual do conhecimento sobre o tema.. Foram utilizados dados secundários obtidos de fontes como jornais, revistas, publicações estatísticas do Censo, do IBGE e da SEI (Anuário Estatístico da Bahia, 2002) dentre outros documentos oficiais e institucionais.

Além da aplicação dos questionários elaborados de modo a apreender as variáveis qualitativas e quantitativas, foram feitas visitas exploratórias onde se realizou as observações participativas. No total foram processados 141 questionários e roteiros de entrevistas semi-estruturados, sendo 51 em Cruz das Almas, 50 de Cabaceiras do Paraguaçu e 40 de São Domingos.

Com a utilização dos elementos qualitativos compreende-se os processos sociais presentes na trajetória dos agricultores familiares locais e a natureza dos fenômenos sociais estudados. Os questionários foram criticados, armazenados em banco de dados e analisados com o auxílio do programa operacional estatístico SPSS e as observação participantes de algumas famílias realizadas via roteiros ensejaram análises complementares às entrevistas.

Os entrevistados foram selecionados de formas a incluir representantes (produtores rurais e dirigentes de associações) de todo o universo pesquisado e teve início após realização de breve histórico sobre a comunidade e de visitas exploratórias. Os questionários foram aplicados a uma amostra não probabilística (de conveniência), mas passível de satisfatoriamente representar o objeto pesquisado (Mattar, 1993).

Os dados primários tiveram um aproveitamento integral e possibilitaram a, aplicação de procedimentos de estatística descritiva possibilitando traçar o perfil do agricultor familiar dos municípios estudados.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de junho de 2005 a maio de 2007.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A essência da organização da unidade camponesa é o trabalho familiar, segundo Chayanov, (1974). A partir disto pode-se afirmar que o montante de força de trabalho, sua composição e o grau de atividade na unidade camponesa são determinados pela composição e tamanho da família. Além disso, todo esforço da mão-de-obra na unidade doméstica é dirigido para garantir o consumo da família. Portanto, é o nível de consumo doméstico que vai determinar o grau de auto exploração da unidade familiar. Sob este aspecto, a propriedade camponesa se difere completamente da empresa, pois esta cessa ou reduz a quantidade de força de trabalho quando satisfaz suas necessidades e alcança o equilíbrio econômico.

No presente trabalho foi eleito como critério para escolha do estabelecimento agrícola a predominância de trabalho familiar. No entanto, sabe-se que por vezes é

necessária a contratação de uma força de trabalho externa para contribuir com as atividades diárias, constituindo-se como uma prática de assalariamento eventual, de acordo com a o tamanho e forma como é constituída a família.

As atividades desenvolvidas pelos membros da família fora da propriedade é uma prática que não pode deixar de ser estudada como mostra o gráfico 1, onde este revela que as atividades no estabelecimento respondem por quase 50% das fontes de renda nos municípios de São Domingos e de Cabaceiras do Paraguaçu. Contudo em Cruz das Almas há um decréscimo para 10% e as atividades de prestação de serviço e o trabalho assalariado corresponde a quase 30% cada. Esse assalariamento ocorre tanto na zona rural e na zona urbana neste município no qual observa-se uma expansão dos serviços públicos de saúde e educação . Vêm crescendo no seio das famílias rurais, em geral junto a esposas e filhas, ocupações que vão desde professora, merendeira ou auxiliar de serviços gerais na escola, até enfermeira e agente de saúde, na casa de parto ou posto de saúde da comunidade.

Em Cabaceiras do Paraguaçu a segunda fonte de renda é a aposentadoria com 27% já citada em outros estudos como importante fonte de renda no meio rural. Este gráfico também mostra que no caso dos moradores da comunidade de São Domingos a polivalência existe e que a combinação maior é entre atividades no estabelecimento, 45% e serviços, 30% dos casos. Já em Cruz das Almas, há um maior equilíbrio entre as fontes de renda não havendo variações extremas. Nesse sentido a pluriatividade é uma estratégia de reprodução social econômica dos agricultores familiares visto que a integração à divisão social de trabalho não é resultado de produção agrícola, mas principalmente de atividades não agrícola e da integração com o mercado de trabalho.

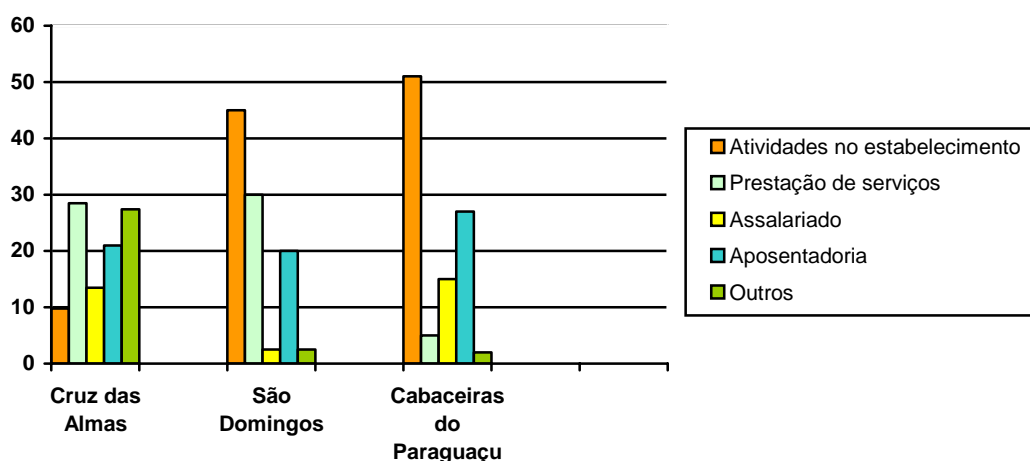


Gráfico 1: Fontes de renda dos municípios estudados: Cruz das Almas, São Domingos e Cabaceiras de Paraguaçu.

Em relação à polivalência ou à capacidade ou interesse da família de desenvolver atividades não agrícolas, a categoria que mais dá conta da realidade encontrada é a de *pluriactivité* ou pluriatividade. Assim, partindo-se do referencial teórico apresentado por Schneider (2003), entende-se que na sua quase totalidade as famílias não dependerem exclusivamente da agricultura familiar para compor a sua renda, definindo-se um quadro de pluriatividade no qual as rendas agrícolas se fazem acompanhar de rendas complementares de vários tipos. A produção agrícola familiar é, por sua vez, diversificada, sendo esta definição o que orienta a ação dos agentes em uma linha de racionalidade que visa obter o maior ganho possível dos recursos e das oportunidades com vistas à sobrevivência e reprodução da forma de organização produtiva.

Tabela 1: Freqüência do tamanho da propriedade em ha.

Fonte: Pesquisa de Campo

A Tabela 1 mostra que a maioria absoluta dos estabelecimentos rurais nos três municípios está na faixa de até 10 ha, o que significa, nas condições específicas de cada região a predominância de minifúndios. A possibilidade de se ter estabelecimentos com o tamanho de até 32 ha nas condições referidas, não se constitui vantagem e nem é garantia uma receita anual que exclua a necessidade de programas compensatórios em termo de renda. Apartir da pesquisa percebe-se que os estabelecimentos são intensivamente utilizados com atividades agrícolas e pastagens pois vários dos entrevistados informaram aproveitar mais de 10 ha . No entanto as áreas de reserva ou de bosque não são significativas nos estabelecimentos.

De acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo, em nenhum imóvel pesquisado há utilização de mão-de-obra de assalariados permanentes, usando-se, entretanto, assalariados temporários em época de plantio e colheita quando a mão de obra familiar não consegue suprir a demanda de atividades existentes. Em propriedades onde os filhos não estão em idade de trabalhar e onde há predominância de idosos estas contratações são mais freqüentes.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família caracteriza e define o fenômeno chamado de pluriatividade. E tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo, como

também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. Nesse sentido, a pluriatividade é uma estratégia de reprodução social econômica dos agricultores familiares visto que a integração à divisão social do trabalho não é resultado de produção agrícola, mas principalmente das atividades não agrícolas e da integração com o mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Entre agricultores familiares, constata-se que na polivalência de atividades, aparece como segunda atividade os serviços. Há predominância de minifúndio, a área disponível não é intensivamente aproveitada, o que favorece no processo de diversificação da renda através da exploração de outras atividades no estabelecimento para que se almeje um equilíbrio econômico.

Quando um dos membros da família exerce alguma atividade agrícola, seja ela principal ou secundária, agregando valor ao produto agrícola através da transformação e/ou fora da propriedade em tempo parcial ou integral, este se caracteriza como um indivíduo pluriativo. A pluriatividade é vista como uma estratégia de sobrevivência para a família. Nos municípios pesquisados existem características muito fortes de pluriatividade, influenciando positivamente o sistema de produção implementado pelos agricultores familiares dessas regiões.

Através das atividades fora do estabelecimento que fornecem algum tipo de remuneração percebe-se a utilização dessa renda de forma estratégica para complementar e garantir a reprodução socioeconômica, ampliando o padrão de vida e investindo na propriedade. O agricultores que implementam o sistema de produção pluriativo, tendo como atividade principal a agrícola, procuram conciliar a atividade agrícola com a não agrícola a fim de promover reprodução socioeconômica.

Entretanto percebe-se entre alguns indivíduos pluriativos, que o trabalho fora da propriedade representa a garantia de reprodução social enquanto que a atividade agrícola é destinada ao auto consumo, na qual se produz vários bens comercializados quando há excedentes, o que garante uma renda extra. Em grupos sociais onde os estabelecimentos possuem baixo nível tecnológico e uma agricultura basicamente destinada a subsistência a junção das atividades agrícolas e não-agrícolas representa uma importante ferramenta.

Na análise da forma de organização estudada, observa-se, segundo Lacki (1996) que os agricultores “gastam desnecessariamente mais do que deveriam gastar e produzem menos do que poderiam produzir”. Talvez esteja aí uma explicação para a pluriatividade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec: 1992.
- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba** Santa Catarina. Pelotas, UFPEL: 1995.
- CARNEIRO, M. J. **“Pluriatividade no campo: o caso francês”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 11 (32):, São Paulo: 1996^a, p. 89-105.
- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO da S. J. **O novo rural brasileiro**, v. 4 Jaguariúna (SP), Embrapa Meio Ambiente: 2000.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas, 1): 1999.
- LAMARCHE, H. (Coord) **A Agricultura Familiar**. Volume 1. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.
- LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. [s.l.] Edições Loyola, [199-] 149p.
- MARTINS, G. de A. e LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo. Atlas, 2000.109p.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. São Paulo: Atlas, 1993. 225p.
- NEVES, D. P. **Agricultura familiar: questões metodológicas**, v. 25. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, nº 2 e 3: 1995, p. 21-36.
- NEVES, D. P. **“Agricultura familiar e mercado de trabalho”**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: 1997, p. 7-25.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.322p
- SCHNEIDER, S. **“O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade”**. Revista Reforma Agrária. Campinas 24 (3):1994, p. 106-132.
- SCHNEIDER, S. **“As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial”**. Revista Reforma Agrária. Campinas: 1995.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da UFRGS: 1999a.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre, 2003. 254p.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador, 2002, v. 16

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: Uma visão Histórica**. São Paulo. USP: 1991. 219 p.

YIN, R. K. **Case Study Research – design ad methods**. Califórnia: SAGE, 1984.

RENDA E VALOR-TRABALHO DA MULHER EM SISTEMAS AGROECOLÓGICOS FAMILIARES NO NORDESTE DO BRASIL

Gustavo Bittencourt Machado (Mestre, Doutorando em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola, Instituto AgroParisTech)
e-mail: gubimac@yahoo.com.br

Maria de Lourdes Novaes Schefler (Mestre, Doutoranda em Ciências Sociais, UFBA)
e-mail: mlschefler@gmail.com

RESUMO

Este artigo insere-se no contexto das reorientações temáticas e teóricas que permeiam os recentes debates sobre o desenvolvimento agrário e o mundo rural. Discutem-se os pontos de convergência presentes nas críticas da agroecologia e do feminismo ao paradigma científico dominante, que se pauta na neutralidade, universalidade e na superioridade do conhecimento, ou seja, de um conhecimento técnico-científico que se coloca dissociado dos valores culturais e da própria influência do senso comum e que, portanto, é transmitido de forma socialmente acrítica. Ressalta-se a relevância do trabalho das mulheres na construção da sustentabilidade e na reprodução da agricultura familiar com base agroecológica. Considera-se que as mulheres agricultoras são as principais responsáveis pelos quintais, onde preservam os policultivos e criam os pequenos animais, cuja biodiversidade originária é a base para a agroecologia e para o auto-consumo. Nesse sentido, questiona-se a ausência do enfoque de gênero nas abordagens, sob essa perspectiva tecnológica de produção, discutindo-se a dicotomia produção/reprodução presente nas análises econômicas convencionais para evidenciar, a partir de uma exemplificação concreta, a mútua imbricação dessas esferas na agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo consiste em apresentar os resultados da pesquisa realizada em um assentamento rural de reforma agrária da região Recôncavo da Bahia. As reflexões apresentadas apóiam-se nos resultados parciais da pesquisa de validação da metodologia Análise-diagnóstico de Sistemas de Atividades, sob o enfoque de gênero e gerações que tem como principal referência o Método Análise-diagnóstico de Sistemas

Agrários (desenvolvido no Instituto AgroParisTech (INAP-G, França). A experiência busca ampliar o entendimento sobre a lógica de funcionamento da agricultura familiar, considerando os sistemas de atividades (agrícolas e não-agrícolas). Destaca-se a importância do trabalho doméstico, como atividade estratégica na composição da renda da organização econômica de base familiar. Quantificam-se as rendas familiares agrícolas e não-agrícolas e as rendas da “inatividade”, segundo o gênero e faixas de idade/gerações. Estimam-se as rendas decorrentes da participação da mulher, dos jovens e idosos na renda total da família. Objetiva-se o delineamento de diretrizes que fortaleçam a perspectiva de gênero e gerações nos assentamentos rurais e nas políticas de reforma agrária e agricultura familiar.

Os resultados da pesquisa-capacitação aqui apresentados dizem respeito aos assentamentos de Bela Vista e Nova Suíça, situados no Município de Santo Amaro da Purificação¹. Novos resultados serão obtidos quando se desenvolverem essas mesmas práticas em assentamentos de reforma agrária nos municípios de Nossa Senhora da Glória, no estado de Sergipe e União dos Palmares, no estado de Alagoas, visando confirmar a validação dessa metodologia.

A validação do método sob esse enfoque pressupõe a elaboração de um instrumental teórico-metodológico adaptado, incorporando a análise dos sistemas de atividades e das categorias sociais segundo gênero e gerações à metodologia Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários. A pesquisa terá como desdobramentos, a elaboração de um manual de orientações e procedimentos técnicos, bem como material didático e de divulgação específicos que possibilitem a socialização e divulgação da metodologia e a proposição de um programa de capacitação para formação de multiplicadores, com vistas a sua aplicação massiva.

Objetiva-se a qualificação social e profissional das mulheres agricultoras familiares e trabalhadoras rurais no contexto familiar e dos assentamentos, explicitar a importância dos quintais, do trabalho doméstico e da renda da mulher na composição do trabalho incorporado e da renda total das famílias rurais, no âmbito da agricultura familiar.

Nesse estudo, mantêm-se os princípios e passos de trabalho do método original, fazendo-se, entretanto, uma adaptação que consiste na ampliação do campo de investigação para além do sistema agrário ou do sistema de produção agrícola, considerando-se o sistema de atividades da família, sob o enfoque de gênero e gerações,

¹ Esses assentamentos rurais foram implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sob a gestão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

em que o trabalho doméstico é admitido como um subsistema de atividades da unidade familiar rural, quantificado pelo custo de oportunidade do emprego doméstico na região de estudo. Os resultados indicam a importância do trabalho doméstico na unidade produtiva, essencial para a reprodução dos membros e do conjunto de outras atividades familiares. O trabalho doméstico é considerado um subsistema de produção, assim como outras atividades que compõem o conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas. O trabalho doméstico distribuído entre os membros da família é calculado, considerando a Unidade de Trabalho Familiar (UTF) e o custo de oportunidade do trabalho doméstico na região do Recôncavo, inferior ao salário mínimo oficial. Essa quantificação foi denominada de renda oculta (RO), inserida na renda total das famílias. Existe como trabalho socialmente realizado, mas não existe de fato, pois a família não recebe por ele. Esse reconhecimento aponta a necessidade de se pensar em políticas públicas que valorizem o trabalho doméstico.

O TRABALHO DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

A grande maioria dos estudos sobre o meio rural ignora as mulheres e omitem o seu trabalho, notadamente sua contribuição na organização agrícola familiar, observando-se a omissão da perspectiva de gênero nas análises que informam sobre a dinâmica e as transformações deste segmento produtivo, no contexto da sociedade brasileira. Apesar desta omissão e, conquanto o trabalho produtivo feminino permaneça fortemente subestimado nas estatísticas oficiais, estudos etnográficos realizados em todo o País têm evidenciado como as mulheres desenvolvem suas atividades produtivas em diferentes contextos sócio-econômico-culturais da agricultura familiar. Tais estudos mostram que a participação das mulheres como sujeitos ativos nesse sistema de organização do trabalho é um fato, seja nas atividades agrícolas, extrativistas, de pesca, seja na transformação e beneficiamento da produção agropecuária, no artesanato, enfim, nas estratégias produtivas desenvolvidas nos diferentes espaços, que resultam na geração da renda familiar. Apesar disso, as mulheres rurais ainda são identificadas com o espaço doméstico, onde se incluem o quintal e a criação de pequenos animais, como se esse espaço não tivesse também um significado econômico frente às estratégias de reprodução da família.

Sabe-se que o trabalho feminino, como demonstrado em várias pesquisas, tem uma conotação valorativa negativa quando referido como “trabalho de mulher” pelo fato das tarefas por elas desenvolvidas não se expressarem em relações monetárias, são

facilmente desqualificadas e esquecidas, tornam-se invisíveis. Grande parte do trabalho desenvolvido pelas mulheres está excluída da esfera da troca e não pode ser remunerado, sobretudo porque seu trabalho é visto como uma dimensão da “maternagem”, como doação, dádiva ou dom.

A desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino, bem como o papel das mulheres na agricultura familiar, são temas recorrentes em várias análises que enfocam as relações de gênero no meio rural (PAULILLO, 2004; BRUMER, 2004), sobretudo no Nordeste brasileiro (FICHER e MELO, 1996; BUARQUE, DORDELLY e GARCIA, 2002). A relevância do papel feminino neste contexto não aparece, sequer, nas situações de desastre – como é o caso das secas nordestinas (BRANCO, 2000), ou, nas circunstâncias dos assentamentos rurais (RUA e ABRAMOVAY, 2000), quando as mulheres estão nas frentes de luta, viabilizando a ocupação e a consolidação da terra, como espaço conquistado.

Com respeito à invisibilidade do trabalho feminino, estudos enfocando a unidade agrícola familiar no Nordeste brasileiro (SCHEFLER, 2002) mostram que este fato se deve ao papel multifuncional da mulher, visto que o exercício de várias funções lhe retira a possibilidade de ter demarcado, espacial e temporalmente, sua atividade produtiva e lhe suprime a sua condição de trabalhadora e produtora. Seu trabalho, em geral, não é remunerado e, quando é o caso, a renda obtida é inferior a do homem e é sempre gerida por este; seu trabalho realiza-se de forma cíclica e descontínua, modelado pelos acontecimentos familiares e pelas identidades de gênero.

A estrutura familiar, conforme esta autora, absorve o seu *status* de trabalhadora, conferindo-lhe preferencialmente o papel de mãe de família, papel este, assumido e naturalizado pelas próprias mulheres que autodenominam seu trabalho como “ajuda”, reafirmando as atividades econômicas como de responsabilidade dos homens. Assim, os papéis definidos social e culturalmente pelos sistemas de gênero são plenamente aceitos e explicados, com base nas diferenças naturais dos sexos, em contraposição as reais demandas de trabalho realizadas no cotidiano, principalmente nos momentos de crise econômica familiar. Isto reflete uma atitude sistemática de auto-depreciação e de desvalorização das mulheres do seu próprio trabalho, fato que encontra explicação em Bourdieu, quando afirma: “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais” BOURDIEU (2003, p 46).

Esses estudos revelam ainda outros aspectos que afirmam o protagonismo das mulheres na agricultura familiar, seja em relação aos arranjos internos à família, visando a reprodução do grupo familiar, seja na preservação do patrimônio familiar (a terra). A presença da mulher representa, efetivamente, a continuidade e a permanência da terra-patrimônio e da terra de trabalho (GARCIA, 1983) e igualmente o resultado do trabalho (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997), impedindo que se rompa a ligação da família com este bem e com a produção de subsistência (SCHEFLER, 2002). Referindo-se ao significado da terra para o produtor Hugues Lamarche mostra sua “natureza ambivalente de bem patrimonial e de bem de produção, no ponto de junção, e às vezes de confrontação, entre a lógica da família e a lógica da exploração agrícola.” LAMARCHE (1998, p. 89).

Partindo-se do suposto de que as ideologias de gênero interferem nestas lógicas, uma maior aproximação da realidade da organização agrícola familiar, passa necessariamente pelo entendimento da lógica de funcionamento da família, considerando seus integrantes segundo o gênero e as idades gerações. Requer, portanto, o entendimento das contradições que resultam do papel e da contribuição efetiva do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas, em confronto com a sua posição e nível de influência na gestão da organização familiar. Busca-se entender a lógica que organiza a produção e as relações entre os atores/atrizes desta cena: a unidade agrícola familiar. A ausência de estudos relacionados ao cálculo da renda, notadamente os que buscam dimensionar a contribuição da mulher na composição da renda da agricultura familiar, resultam por obscurecer sua posição social, influenciando negativamente na construção da sua identidade e nas possibilidades de ampliação de seu nível de *empoderamento* na família, na organização produtiva e na sociedade².

É possível ainda afirmar que a contribuição das mulheres na produção familiar, traduzida, inclusive, em valores monetários, pode indicar pistas que ajudem a desvelar o complicado e injusto quadro de problemas que permeiam as relações de gênero no meio rural, com destaque para a divisão sexual do trabalho e a posição da mulher nesse contexto. Podem, além disso, contribuir com elementos que fundamentem criticamente e auxiliem as mulheres rurais nas lutas sociais pelo reconhecimento e afirmação de sua identidade como mulheres, trabalhadoras e cidadãs, indicando pistas para o delineamento de políticas públicas orientadas para a agricultura familiar, numa perspectiva que integre a

² Para as feministas, *empoderamento* compreende a transformação dos processos e estruturas que reforçam e reproduzem a discriminação de gênero e a desigualdade social (MASSOLO *apud* DIAS, 1993, p. 7).

agroecologia a outras dimensões deste sistema de organização da produção, notadamente as de gênero e idades/gerações.

RESULTADOS DA VALIDAÇÃO DO MÉTODO: ASSENTAMENTOS BELA VISTA E NOVA SUÍÇA

O trabalho doméstico é calculado com base na idéia de custo de oportunidade da força de trabalho na região. No cálculo da Unidade de Trabalho Familiar, tradicionalmente, no Método, não se calcula o tempo de trabalho doméstico despendido pelos membros da família. As atividades domésticas estão diretamente relacionadas com o subsistema “quintal”, que fica normalmente contíguo às residências. Em geral, quem participa com mais intensidade, tanto no cuidado do quintal, quanto nas atividades domésticas é a mulher.

A elaboração da tipologia de famílias produtoras e de sistemas de atividades muda, quando se introduz a composição do trabalho familiar, segundo gênero e idade/gerações. Nesse caso, haverá famílias exclusivamente agrícolas, sendo o homem o chefe de família (ausência da mulher), ou a mulher, a chefe de família (ausência de homem), ou famílias com homens e mulheres, sem o homem exercer funções domésticas dentro de casa (casos tradicionais), ou famílias com homens e mulheres e filhos, compartilhando as atividades domésticas. Quando se considera essa perspectiva, a tipologia fica mais enriquecida com a divisão sexual/técnica do trabalho familiar.

Na pesquisa foram entrevistadas 33 famílias rurais, dos assentamentos Bela Vista e Nova Suíça, num universo de 120 famílias dos dois assentamentos. Dessa amostra dirigida, chegou-se à definição da tipologia de categorias sociais de famílias produtoras, de sistema de atividades, com a composição do trabalho segundo gênero e geração, num total de 9 tipos. Cada tipo reúne um conjunto de famílias com características semelhantes, homogêneas.

Essa experiência de validação do Método Análise-diagnóstico de Sistema de Atividades, segundo gênero e geração revela uma tipologia bastante diversificada. Não se observam mais, de forma preponderante, as situações em que somente a mulher faz o trabalho doméstico. Encontram-se famílias chefiadas por mulher, sem a presença do companheiro, assim como famílias chefiadas por homem, sem a presença da companheira e famílias em que todos os membros, homens, mulheres, filhos e filhas executam alguma atividade doméstica.

Por outro lado, isso revela, uma abertura do movimento de reforma agrária no tocante a mudança de valores da sociedade rural, absorvendo indivíduos e famílias que não mais se enquadram nos rígidos valores da sociedade patriarcal. Encontram-se famílias de composições variadas: famílias sem a figura o homem, do marido ou do pai, em que a mulher torna-se a chefe da família, famílias de jovens agricultores e agricultoras recém-casados, de viúvos e viúvas, aposentados e aposentadas.

Quadro 3 - Categorias sociais de famílias produtoras, sistema de atividades e composição do trabalho segundo gênero e geração, nos assentamentos rurais de Bela Vista e Nova Suíça, no município de Santo Amaro, Estado da Bahia, 2006.

Categorias sociais de famílias produtoras	Sistema de atividades e seus subsistemas	Composição do trabalho segundo gênero e geração
Família agrícola	1. Banana 2. Mandioca 3. Amendoim 4. Trabalho doméstico (4 subsistemas)	Homem doméstico e agrícola (55 anos), chefiado por homem
Família pluriativa	1. Quiabo/milho 2. Milho/feijão 3. Quintal com galinhas e banana 4. Mata 5. Trabalho doméstico 6. Biscate Professora (6 subsistemas)	Mulher doméstica e agrícola (45 anos) Homem com atividades agrícolas e não-agrícolas (50 anos) Filha doméstica com atividades agrícolas e não-agrícolas (25 anos)
Família agrícola com aposentado chefiada por mulher	1. Quintal com galinhas 2. Bovinos 3. Beneficiamento da mandioca 4. Horta comunitária 5. Culturas e mata 6. Trabalho doméstico - Aposentadoria (6 subsistemas)	Mulher doméstica, agrícola, aposentadoria (64 anos) Mulher filha (26 anos) doméstica e agrícola Mulher filha (22 anos) doméstica e agrícola Homem genro (28 anos) doméstico e agrícola

<p>Família agrícola com bolsa família</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quintal 2. Beneficiamento (corante) 3. Beneficiamento (farinha) 4. Trabalho doméstico <p>Aposentadoria (4 subsistemas)</p>	<p>Mulher doméstica, agrícola, aposentada, chefe de família (63 anos) Filho doméstico, agrícola (25 anos) Mulher (dependente), aposentada (49 anos) Sobrinha (dependente), agrícola (14 anos)</p>
<p>Família pluriativa com aposentado chefiada por mulher</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lote 2. Banana 3. Mandioca 4. Cana-de-açúcar 5. Quintal – mandioca, côco, feijão, abacaxi, milho, galinha, porco, gado, jegue, planta medicinal, manga, goiaba <p>(5 subsistemas)</p>	<p>Mulher doméstica com atividade agrícola (48 anos) Filha doméstica com atividade agrícola (21 anos) Filha doméstica com atividade agrícola, estudante (19 anos) Filha doméstica e estudante (18 anos) Filha doméstica e estudante (3 anos) Filha doméstica e estudante (5 anos) Homem doméstico com outra renda e atividade agrícola (59 anos) Homem com atividade não-agrícola (34 anos) Homem doméstico com atividade agrícola e estudante (18 anos)</p>
<p>Familiar agrícola, pescadora e com aposentado</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mandioca/milho 2. Amendoim 3. Banana 4. Abóbora 5. Batata 6. Quintal com galinhas 7. Beneficiamento da farinha 8. Trabalho doméstico <p>(8 subsistemas)</p>	<p>Mulher (51 anos) doméstica e agrícola Homem – agrícola, pescador, aposentado (63 anos) Filha (22 anos) doméstica e agrícola doméstica e agrícola Filha (18 anos) doméstica Filho (12 anos) agrícola Filho (11 anos) agrícola Filho (9 anos) agrícola</p>

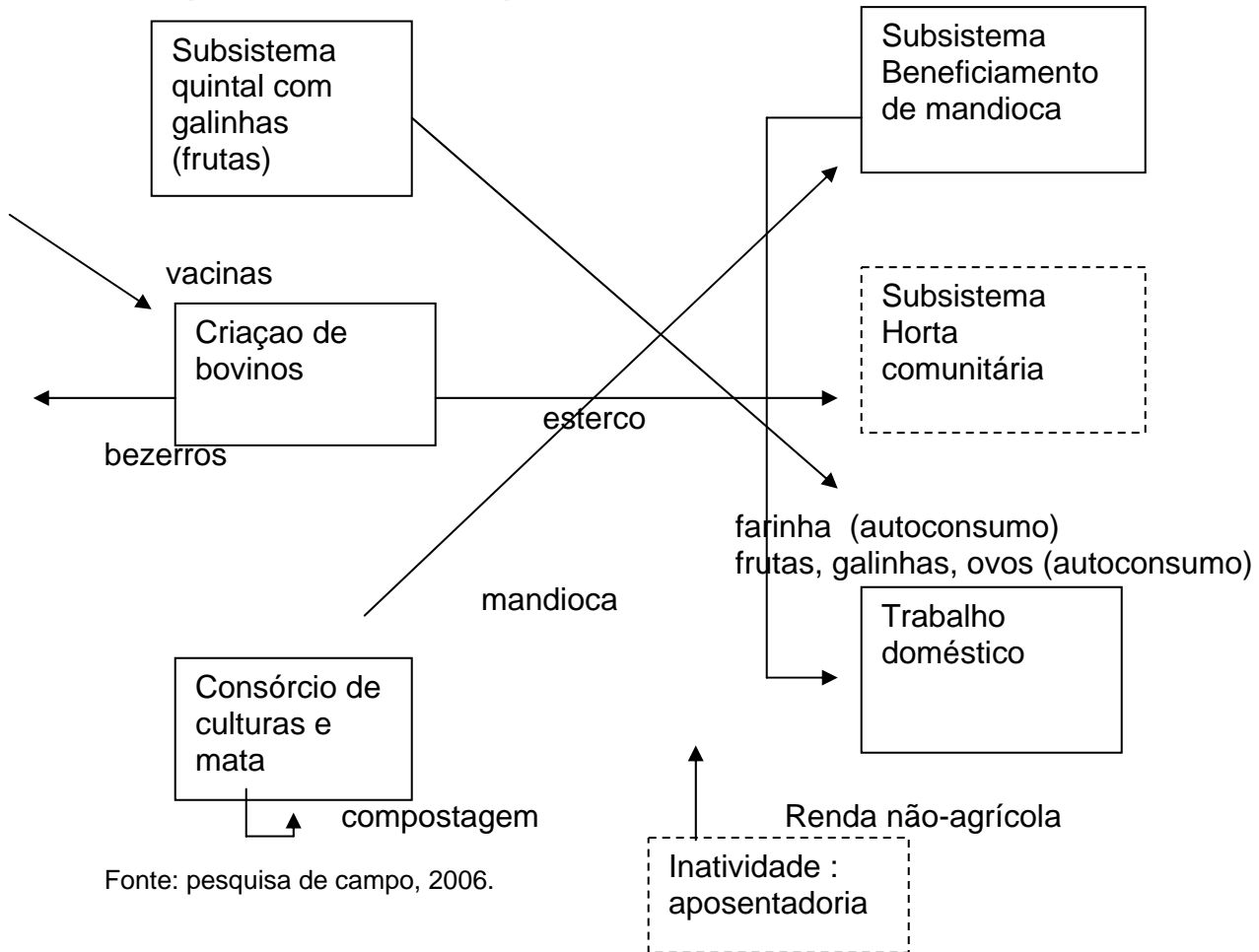
Família agrícola com aposentado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Banana 2. Bovino 3. Consorcio mandioca/milho/feijão 4. Quintal 5. Pasto 6. Trabalho doméstico <p>- Aposentadoria (6 subsistemas)</p>	Homem doméstico, agrícola, chefe de família e aposentado (64 anos)
Família pluriativa chefiada por mulher	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lote 2. Banana 3. Consorcio mandioca/quiabo/andu/maxixe/ 4. Goiaba 5. Pimenta 6. Abóbora 7. Quintal com galinhas: plantas medicinais, limão, abacate, côco, manga, goiaba, caju, maracujá, andu, acerola, banana, tomate, aimpim, abóbora, melancia <p>(7 subsistemas)</p>	<p>Mulher doméstica, aposentada, com atividade agrícola (62)</p> <p>Filha (19) – atividade agrícola e doméstica</p> <p>Filho (18) – atividade agrícola e doméstica</p> <p>Filho (29) – atividade agrícola e não-agrícola e doméstica</p>
Família agrícola chefiada por mulher	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lote 2. Quintal 3. Beneficiamento de farinha 4. Trabalho doméstico <p>(4 subsistemas)</p>	Mulher doméstica e agrícola chefe de família (32 anos)

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Nesse artigo, não é possível abordar todos os aspectos que essa pesquisa de validação metodológica tem proporcionado. Analisam-se aqui brevemente dois tipos de famílias assentadas, sendo que as demais análises constarão de um texto mais amplo. O fluxograma abaixo, por exemplo, apresenta uma integração dos subsistemas do sistema de atividades de uma *família agrícola que recebe aposentadoria, chefiada por mulher*. Observa-se na diversidade produtiva da agricultura familiar como a integração agrônômica entre os subsistemas (fluxos de troca de matéria e energia) é importante para diminuir os custos de produção, elevar o rendimento familiar e desenvolver uma

agricultora agroecológica, aproveitando-se os insumos fornecidos pelo próprio sistema de atividades.

Fluxograma 1 - Integração dos subsistemas de atividades de uma Família agrícola com aposentadoria chefiada por mulher



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Analisando a composição da Unidade de Trabalho Familiar de alguns tipos representativos identificados na amostra de 33 casos, observa-se o seguinte: no tipo Família Agrícola com Aposentadoria, Chefiada por Mulher, a mulher-mãe é idosa de 64 anos e dedica menos tempo às atividades domésticas. As filhas compensam o trabalho da mãe, executando a maior parte das atividades em casa. A mãe e a filha de 26 anos trabalham no quintal, juntamente com o genro. As atividades domésticas ocupam 28% do trabalho da família (UTF). O homem-genro, nesse caso, distribui seu tempo de trabalho em todos os subsistemas.

O quadro 4 compreende um instrumento metodológico onde se apresenta a distribuição do tempo de trabalho de cada membro da Unidade de Trabalho Familiar –

UTF. Trata-se da estimação do tempo de trabalho incorporado de cada UTF nos subsistemas e no sistema de atividades dessa família. Tem-se, portanto, o tempo de trabalho de cada UTF distribuído por cada subsistema e o tempo de trabalho que a família gasta em cada subsistema. E como se chega a essa estimação na pesquisa de campo? Utilizando-se a técnica de grãos (milho e feijão): pergunta-se aos membros da família, ou seja, àqueles que realmente trabalham no sistema de atividades/produção, quanto tempo de trabalho, no ano, cada membro dedica-se a cada subsistema. O entrevistado ou entrevistada distribui os 20 grãos em cada subsistema, o que permite que se estime uma proporção da quantidade de grãos colocada em cada subsistema, que totalizam 20 grãos, obtendo-se um percentual, que deve ser convertido em número decimal, conforme quadro abaixo.

Quadro 4 - Distribuição da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) de uma família agrícola com aposentadoria chefiada por mulher

SUBSISTEMAS	UTF/Mulher mãe	UTF/Mulher filha (26 anos)	UTF/Mulher filha (22 anos)	UTF/Homem genro	UTF/Total
Quintal	0,25	0,2		0,2	0,65
Lote	0,25		0,3	0,1	0,65
Horta	0,15		0,2	0,3	0,65
Beneficiamento de mandioca (casa de farinha)	0,05	0,1	0,15	0,2	0,5
Criação de bovino	0,2		0,05	0,15	0,4
Trabalho doméstico	0,1	0,7	0,3	0,05	1,15
Total por UTF	1	1	1	1	4

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Neste caso, a aposentadoria da mulher que chefia a família é importante na composição da renda total da família. Quando não se considera a renda oculta (RO) do trabalho doméstico, a renda da mulher chega a 72% da renda total da família. Quando se considera a RO do trabalho doméstico, chega a 52%. No quadro acima, tem-se a

participação de cada subsistema de atividades na renda total da família ao ano. Observa-se que o Subsistema Quintal é o subsistema de atividades agrícolas que apresenta a maior renda entre os demais. Trata-se de uma família que depende basicamente da renda da aposentadoria da mulher idosa. A renda oculta (RO) é distribuída conforme a participação do tempo de trabalho (UTF) de cada membro da família nessa atividade. O custo de oportunidade da força de trabalho (emprego doméstico) foi considerado, em média, R\$200,00/mês, ou R\$2.400,00/ano, sem o pagamento dos direitos trabalhistas e encargos sociais.

Quadro 5 - Participação de cada Unidade de Trabalho Familiar (UTF) no rendimento total, Tipo: Família agrícola com aposentadoria chefiada por mulher

		Mulher	Filha 26	Filha 22	Genro 28
Subsistemas	Renda de cada SS e SA	Participação renda Mulher p/ SS e AS	Participação renda da filha 22 p/ SS e SA	Participação da renda da filha 26 p/ SS e SA	Participação da renda da filha 22 p/ SS e SA
Quintal	1681	437	353	538	353
Lote	30	13,5		10,80	5,7
Horta					
Beneficiamento de mandioca (casa de farinha)	123	25	49	25	25
Criação de bovino	- 57	-32			- 24,5
Trabalho doméstico (RO)	2400	216	1464	312	408
Aposentadoria	4550	4550			
Renda com RO	8727 (100%)	5209 (60%)	1866 (21%)	886 (10%)	767 (9%)
Renda sem RO	6327 (100%)	4992 (79%)	402 (6%)	574 (9%)	359 (6%)

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Nota: SS: Subsistema; SA: Sistema de atividades

A exemplo de ilustração, nos quadros seguintes, apresentam-se algumas distribuições do tempo de trabalho incorporado de outros tipos de família, em seus sistemas de atividades/produção. Observa-se que a validação do Método permitiu captar o tempo de trabalho da agricultura familiar nas diversas atividades (subsistemas) que envolvem uma família assentada de reforma agrária, e, portanto, estimar o valor-trabalho, quantificando-o – inclusive o trabalho doméstico, denominado de renda oculta, através do custo de oportunidade da força de trabalho doméstica (emprego doméstico) na região.

No quadro 6, tem-se a distribuição do tempo de trabalho de uma família pluriativa que executa atividades agrícolas e não-agrícola. Nessa família, composta pela mulher, o homem e uma filha, o homem é eletricitista e a mulher é professora em escola municipal. As atividades domésticas são exercidas pelas mulheres (mãe e filha) correspondentes a 0,3 UTF e 0,15 UTF, respectivamente, totalizando 0,45 UTF, sendo as atividades que mais ocupam UTF entre todos os subsistemas do sistema de atividades dessa família. A Unidade de Trabalho Familiar é 2,5, equivalente a: 1 UTF/Mulher, 1 UTF/Homem e 0,5 UTF/Filha. Esta última é contabilizada como 0,5 em virtude de outra metade do tempo dela ser destinada aos estudos.

Quanto ao subsistema *Quintal*, são as mulheres que trabalham nele, executando conjuntamente atividades de plantio e limpeza do quintal, com as atividades domésticas. Além de executar trabalhos eventuais de “biscate”, como eletricitista, o homem trabalha nas atividades agrícolas.

Nesse Tipo Família Pluriativa, a mulher despende 50% do seu tempo produtivo nos Subsistemas Quintal com galinhas e banana e no trabalho doméstico (0,2 + 0,3). O homem, nesse caso, apenas trabalha 10% do seu tempo no Quintal e não faz qualquer atividade doméstica.

Quadro 6 - Distribuição da Unidade de Trabalho Familiar (UTF) de uma Família Pluriativa

Subsistemas	UTF/Mulher	UTF/Homem	UTF/Filha	UTF Total
Quiabo/milho	0,2	0,2		0,4
Milho/feijão	0,1	0,3		0,4
Jumentos	0,1	0,1	0,05	0,25
Quintal com galinhas e banana	0,2	0,1	0,05	0,35
Trabalho doméstico	0,3		0,15	0,45
Professora			0,2	0,2
Biscate (eletricista)		0,3		0,3
Mata atlântica	0,1		0,05	0,15
Total	1	1	0,5	2,5

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

CONCLUSÕES

O objetivo desse texto foi apresentar resultados de uma pesquisa de validação metodológica e propor novos referenciais de análise sobre o papel e a importância do trabalho feminino nos sistemas agroecológicos e na agricultura familiar. A partir da validação do método Análise-diagnóstico de Sistema de Atividades, sob o enfoque de gênero e gerações buscou-se evidenciar a relação do trabalho do doméstico com os quintais na composição da renda das famílias em assentamentos de reforma agrária.

Esse artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada nos assentamentos Bela Vista e Nova Suíça, no município de Santo Amaro, no estado da Bahia. A partir dessa primeira experiência, conclui-se que o objetivo maior foi alcançado, qual seja, a validação dos instrumentos metodológicos e a comprovação, inclusive quantitativa, da importância do trabalho feminino na renda total da família, assim como do trabalho doméstico. Neste sentido, considerou-se que a unidade familiar, apesar de representar uma coletividade, tem relações desiguais entre os membros da mesma unidade, relações estas que, em certa medida, refletem-se na divisão dos espaços na propriedade, no tempo dedicado a

cada atividade e em sua importância, o que se expressa numa oposição entre masculino e feminino e entre jovem e idoso.

Demonstrou-se a necessidade de que sejam realizados estudos visando a redefinição das políticas públicas orientadas para a agricultura familiar, que considerem a unidade familiar como um todo, ou seja, a diversidade das atividades desenvolvidas por esse sistema de organização familiar, considerando a contribuição de seus membros, segundo o gênero e as gerações. Os resultados da experiência já obtidos indicam que as políticas públicas, inclusive de crédito e de financiamento da agricultura familiar devem ser intensamente utilizadas para viabilizar a expansão dos Subsistemas Quintal, considerando-se sua eficiência do ponto de vista da produtividade da terra (Renda/Sa), da produtividade do trabalho (Renda/UTF) e das relações agroecológicas que nele existem, além de ser um subsistema interdependente das atividades domésticas, onde as mulheres dedicam boa parte de seu tempo de trabalho.

Essa pesquisa permite, também, “desfetichizar” a importância do trabalho doméstico e feminino na agricultura familiar; revelar o que estava oculto, do ponto de vista inclusive monetário, em torno de renda oculta desse trabalho, estimado com base no custo de oportunidade do emprego doméstico na região em estudo. A pesquisa fornece elementos para que se discuta o valor do trabalho da mulher, seja ele considerado produtivo ou reprodutivo. Conforme ressalta PAULILO (2004). Para essa autora, a categoria *trabalho*, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres no lar e nas pequenas propriedades agrícolas é uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas, sem se perder de vista, naturalmente, que a desigualdade entre os gêneros está calcada nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal.

Para os movimentos sociais rurais, agentes públicos e órgãos governamentais que lidam com a agricultura familiar e as políticas de igualdade de gênero e geração, espera-se que tais resultados e a proposta metodológica sejam úteis na formulação de políticas públicas, com base num método sistêmico, internacionalmente conhecido, histórico – e que comporta aberturas, como as inclusões de gênero e gerações, realizadas nessa experiência de validação – que compreende a sociedade como um coletivo de classes e plural. Essa talvez seja a maior contribuição dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina* 3ªed. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRANCO, Adélia de M. Mulheres da Seca: luta e visibilidade numa situação de desastre. João Pessoa/Pb: Universitária , 2000.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In **Revista Estudos Feministas** - v.7, n.1-2. Florianópolis: UFSC,1999. p. 205-228.
- BUARQUE, Cristina; DORDELLY, Luisa Elena G.; GARCIA, Vileni.. Comportamento de Gênero nos Assentamentos da reforma Agrária – os casos de Guarani – Bom Lugar/CE e Campo Bonito/PR. *Projeto Gênero e Reforma Agrária. Integração da Perspectiva de Gênero no Setor da Reforma Agrária*. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores & pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CAPORAL, FRANCISCO R. & COSTABEBER, José A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- DÍAS, M. S. *De que hablamos cuando hablamos de empoderamiento?* Una análisis del trabajo realizado con mujeres del Movimiento Sin Tierra. Comunicación, s/d., 1993.
- FICHER, Isaura R. & MELO, Lígia A. de M. *O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Fundaj. Massangana, 1996.
- GARCIA, A. R. Jr. *Terra de trabalho*. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural Brasileiro*. 2. ed. Ver. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas 1).
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Estudos feministas. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 19, 1993.
- KUNH, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 5ª edição, 2000.

- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Hugues Lamarche (coord.); tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1997.
- LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol II. Do mito à realidade. Hugues Lamarche (coord.); tradução: Frédéric Bazin. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.
- PACHECO, Maria Emília L. - *Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero* Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- PAULILO, Maria Inêz . Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *In Revista Estudos Feministas* - v.7, n.1-2. Florianópolis: UFSC,1999. p. 229-252.
- RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. *Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de painéis"?* As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes N. *Mulheres guardiãs da terra e da vida: um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Departamento de Geografia. Instituto de Geociências – UFBA, 2002.
- WANDERLEY, M. de N. B. *O camponês: um trabalhador para o capital*. In EMBRAPA. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília: EMBRAPA, v. 1, n. 1, 1984.
- VEIGA, José Eli da. *O Brasil também precisa de "ações afirmativas"*. Congresso Brasileiro de Agribusiness. 12-13 de junho de 2002. Disponível em [http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos/\[2002-07\]O_Brasil_rural_t](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos/[2002-07]O_Brasil_rural_t) acesso em 26/09/2003.
- WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*. Brasília: UnB, 1997.

TIPOLOGIA DOS GRUPOS SOCIAIS NO MEIO RURAL BRASILEIRO: OS AGRICULTORES FAMILIARES INTEGRADOS DO MUNICÍPIO DE CONCHAS – SP

Gabriel Campos Volpi (Mestre em sociologia pela FCL, UNESP, Araraquara)

e-mail: gabrielvolpi@hotmail.com

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (Orientadora, Professora da FCL, UNESP, Araraquara)

RESUMO

O trabalho aqui apresentado baseia-se na Dissertação de Mestrado intitulada Divisão Social e Definição dos Grupos Sociais no Meio Rural – Campesinato, Proletariado Rural e Agricultura Familiar: o caso de Conchas - SP, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – FCL-UNESP/Araraquara, e traz como questão principal a caracterização do grupo social constituído por produtores rurais que controlam (mesmo que parcialmente) os próprios meios de produção. Apresenta-se um breve debate teórico em que se discutem as diversas denominações atribuídas a esses agricultores. O conceito de agricultura familiar emerge da discussão teórica como a maneira mais adequada de se definir o grupo social em questão. Em seguida, apresentam-se os principais resultados do estudo empírico realizado no município de Conchas, interior de São Paulo. O intuito desse estudo de caso foi de testar até que ponto a definição adotada corresponde e descreve adequadamente um grupo real de agricultores, objetivo central do trabalho.

O estudo realizado tomou como objeto de pesquisa produtores rurais do município de Conchas, interior de São Paulo, que realizam a criação de frango num sistema de interação com a agroindústria conhecido por integração. Como se pretende demonstrar, a maior parte dos agricultores ligados a essa atividade podem ser identificados como agricultores familiares, pois são produtores rurais, proprietários ou não, que dirigem seu estabelecimento utilizando, prioritariamente, a força de trabalho de sua família.

Num primeiro momento, procedeu-se a uma discussão teórica procurando colocar o problema da caracterização desses atores sociais. Buscou-se recuperar, na literatura nacional de ciências sociais, as diferentes formas de analisar o mundo rural e seus atores, bem como as implicações que tais definições acarretam. O conceito de agricultura familiar emerge dessa discussão teórica como a maneira mais adequada de se caracterizar os produtores rurais em questão; conseqüentemente, a forma como se distribui o trabalho no interior do

estabelecimento (se predomina o uso de mão de obra familiar ou contratada) é o melhor indicador para a divisão dos grupos sociais no meio rural.

No segundo momento do trabalho procurou-se testar empiricamente a conclusão preliminar extraída da revisão bibliográfica, aplicando aos agricultores estudados a definição proposta. Foi demonstrado então que:

1- em sua maior parte, os agricultores do município vinculados à agroindústria avícola podem ser caracterizados como agricultores familiares;

2- a divisão dos grupos sociais no meio rural segundo o tipo predominante de mão de obra utilizada no estabelecimento corresponde mais às diferenças de comportamento que se pôde encontrar entre os grupos estudados.

É possível afirmar que a questão central que se buscou entender e que perpassa todo o desenvolvimento desta pesquisa, desde as primeiras versões do Projeto até o momento atual, é a persistência de estabelecimentos agrícolas baseadas no trabalho da família, mesmo em locais onde ocorreu uma forte modernização agrícola, como o Interior do estado de São Paulo.

O ponto de partida do processo de investigação foi o desenvolvimento de uma discussão sobre campesinato - pequena produção e seu destino no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Aliás, cabe considerar que a própria diversidade de denominações acerca da produção agropecuária calcada na gestão e trabalho da família sobre o estabelecimento agrícola (agricultura familiar, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultura camponesa) parece indicar que os estudos a respeito do assunto ainda estavam tendo início, no contexto do projeto de pesquisa; e que os diferentes autores que utilizam tais denominações devem ser argüidos sobre o tema, visando esclarecer concepções teóricas subjacentes.

Nesse intuito apresenta-se aqui uma breve retomada da trajetória intelectual percorrida durante o processo de pesquisa, desde sua fase inicial como projeto até sua definição atual, com a finalidade de esclarecer o problema que a orienta, mostrando como foi se desenvolvendo sua definição à medida que se avançava no conhecimento da literatura sobre o tema.

Inicialmente, travou-se contato com a literatura que define o agricultor em questão como camponês e/ou pequeno produtor agrícola; cuja discussão principal é o destino desse agricultor em vista do avanço da industrialização e da urbanização no Brasil, vistos como conseqüências do avanço do capitalismo na sociedade nacional.

Aqui se destacam duas tendências principais:

(a) aquelas que apontam para o fim dessas formas de produção familiar na agricultura (GUIMARÃES, 1963); (SODRÉ, 1962); (SANDRONI, 1980) e,

(b) aquelas que as vêem como funcionais ao avanço do capitalismo na agricultura (MARTINS, 1975); (OLIVEIRA, 1973); (SANTOS, 1978).

Ambas as tendências igualam a produção agrícola baseada no trabalho familiar ao conceito de campesinato (e muitas vezes, no que diz respeito ao recorte empírico ao minifúndio). Esses camponeses por sua vez (às vezes, o mundo rural em geral) são associados ao atraso tecnológico e econômico, opondo-se ao setor industrial-urbano, onde se localizaria o dinamismo modernizador da sociedade.

Discutir-se-á a definição de termos como camponês, agricultor familiar, agricultor integrado, mais adiante. Provisoriamente, basta dizer que se designam por camponeses, aqueles agricultores inseridos parcialmente em mercados incompletos (ABRAMOVAY, 1992). Isso significa que tais agricultores são marcados por uma lógica econômica específica no funcionamento das propriedades; significa também que a existência desses estabelecimentos camponeses implica um modo específico de inserção no mercado, mediado por uma série de compromissos e relações de cunhos pessoais e não mercantis.

Em seguida, foram abertos caminhos levando aos estudos que introduzem a noção de complexo agroindustrial (MÜLLER, 1988; 1989; 2002). Essa literatura é significativamente crítica com relação aos autores que vêem na pequena produção camponesa a função de produzir alimentos para a população urbana, barateando o custo da força de trabalho nestes espaços. Para tais autores não é só a pequena produção - agricultura camponesa que perde importância. É a própria agricultura que vai sendo substituída pelo complexo agroindustrial como unidade analítica fundamental. Nesse processo, o trabalhador do campo vai se urbanizando, tornando-se eventualmente um “proletário com terra” (SILVA, J. et al., 1983).

Nesse momento do projeto de pesquisa, portanto, o objeto desta investigação centrou-se mais na relação entre as unidades agrícolas que têm como base o trabalho da família (camponeses, pequena produção, agricultura familiar) com as empresas capitalistas que atuam no setor (agroindústrias). Tratava-se então de uma pesquisa sobre as relações de integração.

Dentro desse quadro, foi selecionada a agroindústria avícola, entre outras razões, por esta ser apontada como o setor da produção agropecuária onde o capital teria se apropriado mais profundamente do processo produtivo (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982), resultando em sua intensa industrialização.

Como se mostrará adiante, a industrialização de um setor da produção agropecuária (no caso, da produção de carnes de aves) era vista como uma manifestação de um processo mais amplo, conhecido como agroindustrialização (MÜLLER, 1988).

O processo de agroindustrialização se refere tanto a empresas que atuam a montante do setor agrícola (insumos, equipamentos agrícolas), quanto àquelas inseridas a jusante (indústrias processadoras, e comercialização) do mesmo, pois, segundo os autores que compartilham desta visão há uma tendência a que esses capitais se mesquem, formando o chamado Complexo Agroindustrial (ou Complexos Agroindustriais, divididos por setor de atividade) (SILVA, J., 1991).

Tratava-se, nesse momento, de uma pesquisa sobre a integração: as relações entre os produtores e a agroindústria à qual estavam vinculados.

Foi possível constatar que a maior parte da literatura sobre produtores integrados à agroindústria (SILVA, J., et al., 1983); (MÜLLER, 1989); (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982); (SORJ; WILKINSON, 1984) apresenta uma visão evolucionista do processo de modernização da agricultura e do produtor rural. Nessa visão o Complexo Agroindustrial seria a forma pela qual o capital vai inexoravelmente se apropriando das atividades agrícolas. Nesse movimento, a integração do agricultor à agroindústria representaria o processo pelo qual o capital vai moldando o lado oposto, o agricultor. O agricultor integrado seria então, um produto do próprio processo de integração, uma consequência da forma como ocorre a apropriação das atividades produtivas pelo capital no campo.

No fundo, a integração seria uma espécie de assalariamento disfarçado. Esse agricultor aparece apenas como objeto da ação demolidora do capital, sem que se leve em conta as diversas estratégias de ação perante o contexto em que ele atua e a sua pluralidade: como se verá, existem diversos graus de dependência perante o capital, e o processo de integração à agroindústria não é linear, podendo haver recuos.

Para Wanderley (2003), essas visões estão muito ligadas ao contexto em que se dava a discussão na época: a perspectiva hegemônica era a de modernização da agricultura com uma conseqüente urbanização do meio rural. Acreditava-se que ocorreria uma polarização dos atores sociais segundo um modelo equivalente às relações industriais, ou seja, capital e trabalho. Contudo, como demonstraram análises posteriores, não foi bem isso o que ocorreu:

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. (WANDERLEY, 2003, p.43).

Descontente com tais teorias que associam a organização familiar do trabalho na agricultura com o atraso/pequena produção por um lado; e com a definição de agricultores integrados (que em última análise repõe as perspectivas marxistas de diferenciação ou proletarianização) por outro, buscou-se conhecer a literatura que define tal forma de organização do trabalho agrícola como “agricultura familiar”.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura não está necessariamente ligado a um processo maciço de assalariamento dos trabalhadores.

Como mostra o estudo de Abramovay (1992), ao contrário do que ocorreu na indústria, a modernização agrícola nos países desenvolvidos se fez em grande parte com base em estabelecimentos onde propriedade, trabalho e família são radicalmente associados.

A grande importância que adquiriu entre nós o assalariamento na agricultura fez com que grande parte dos estudiosos do assunto associasse o uso de trabalho assalariado no estabelecimento agrícola como medida do grau de modernização desses estabelecimentos.

Deve-se alertar também para a grande diversidade que é possível encontrar entre os estabelecimentos rurais que têm como característica fundamental a organização familiar do trabalho na propriedade rural. Mesmo num campo limitado como o que se propôs trabalhar na presente pesquisa, são encontrados agricultores em diversos graus de tecnificação do processo produtivo, vinculação com o mercado, ligação com o centro urbano, e importância da família na empresa agrícola.

Pode-se enunciar o problema da presente pesquisa a partir de um duplo descontentamento.

1. Por um lado, divergia-se das teses que definem esse agricultor como camponês ou pequeno produtor, nas suas duas formas: tanto aqueles que apontam para o fim inelutável desse ator social, quanto dos que prevêem sua continuidade sem mudanças estruturais internas, apontando sua funcionalidade dentro do capitalismo. Os autores que compartilham esse ponto de vista apontam alguma forma de articulação entre o modo de produção camponês e o capitalismo. Supõem dessa maneira que tais agricultores constituem uma sociedade parcialmente autônoma, que embora articulada ao sistema capitalista, constitui um modo de produção diferenciado, que opera por regras distintas daquelas do mercado.

Voltaremos a abordar com mais profundidade essa questão quando tratarmos da definição de camponês, contrapondo-a a definição de agricultores familiares. Por hora, é suficiente fazer uma crítica geral a esses autores, pois, tanto uns quanto outros associam os agricultores em questão a formas tradicionais de sociabilidade e, logo, de produção. Contrapõem, portanto, essa agricultura (pequena, camponesa, tradicional) à agricultura moderna. Esta por sua vez é igualada à agricultura patronal; vista essa sim, como capitalizada e capaz de utilizar técnicas modernas.

Essa visão não corresponde à realidade, nem dos países desenvolvidos; como mostra Abramovay (1992); nem de parte relevante da agricultura brasileira¹ (GUANZIROLI et al., 2001).

¹ Em levantamento recente, foi apontado que a agricultura familiar representa 82,5% do número total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área agrícola total do país e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional.

2. De outro lado, também não se concorda com aqueles que vêem nas relações desses agricultores com o Complexo Agroindustrial um processo que os levaria a um estado de subordinação equivalente à relação de assalariamento. Como já dissemos, identificar a relação de integração à agroindústria com a relação de assalariamento é uma maneira de transpor para o meio rural o modelo industrial de produção, calcado na oposição entre capital e trabalho. Embora o estabelecimento de relações econômicas com empresas agroindustriais suponha uma relação assimétrica, uma vez que se trata de médios e pequenos produtores rurais confrontados com grandes capitais, isso não implica necessariamente na perda de toda e qualquer autonomia por parte desses agricultores.

Considera-se excluída pela própria evidência histórica a hipótese do fim da organização familiar da produção na agricultura.

Partimos então, do pressuposto de que esses agricultores são atores sociais, que, mesmo quando subordinados por forças econômicas que lhes superam, não podem ser considerados um mero subproduto da expansão do capitalismo no campo. Esses agricultores agem, elaboram estratégias com o intuito de alcançar seus objetivos, sejam eles de acúmulo de capital ou, meramente, de manter sua condição de produtor rural, não proletarizado.

Para compreender como esses agricultores se comportam, quais as estratégias que traçam, decidiu-se estudá-los, na pesquisa proposta para embasar a dissertação de mestrado, que se apresenta a partir do conceito de agricultura familiar. Considera-se esse o conceito mais adequado para caracterizar os agricultores estudados, já que permite captar, ao mesmo tempo, estruturas sociais e valores inerentes à sua forma de organização interna - sem ignorar as mudanças nessa forma de organização da produção que o novo contexto social estimula.

Empiricamente, portanto, serão considerados como pertencentes à agricultura familiar aqueles estabelecimentos que, cumprida e exigência da direção, apresentem maior uso da força de trabalho familiar que da força de trabalho contratada (medida em trabalhador-dia/ano). Além de evitar confusões teóricas, a definição de agricultura familiar permite que situemos o corte entre os estabelecimentos agropecuários estudados com base nas relações de trabalho e produção dentro do estabelecimento, o que nos permite chegar mais próximos de uma caracterização social de tais agricultores que recortes baseados no tamanho da exploração, na renda, ou no nível tecnológico adotado.

Tendo em vista o que foi dito, foram postas em teste nessa pesquisa, duas suposições básicas.

A primeira é que a maioria dos agricultores em questão, produtores de frango do município de Conchas – SP integrados a agroindústrias da região são agricultores familiares, conforme definição que discutiremos em maior profundidade adiante.

Em segundo lugar, pretende-se mostrar que a forma predominante de organização do trabalho dentro do estabelecimento (patronal ou familiar) é variável relevante para a classificação social desses agricultores: ou seja, na análise dos sistemas em torno dos quais os estabelecimentos se estruturam, os produtores rurais do município de Conchas ligados à agroindústria avícola se dividem em dois grupos estatisticamente distintos. Divisão que corresponde, em grande parte, a dois grupos sociais portadores de características distintas.

Pode-se dizer, em síntese, que a hipótese primária testada no estudo empírico que se apresenta, efetivado entre os agricultores integrados à agroindústria avícola em Conchas - SP foi evidenciar que esses agricultores são em sua maioria, familiares.

Em segundo lugar, procurou-se demonstrar que esse conceito é o mais apropriado para se definir esses agricultores. Isso foi testado na comparação dos dados levantados entre dois grupos, definidos segundo o tipo predominante de mão de obra no estabelecimento: familiar ou patronal. Pode-se verificar que várias outras variáveis relativas à estrutura produtiva do estabelecimento oscilam, proporcionalmente, em função dessa divisão. Esses dados indicam uma correspondência notável entre esse indicador (tipo de mão de obra) e dois grupos sociais diferentes no campo pesquisado, cada qual com suas características próprias.

Em outras palavras, trata-se de um estudo de caso no qual se propôs testar o conceito em questão, classificando os agricultores estudados como agricultores familiares. O conceito de agricultor familiar permite analisar as relações sociais no campo sem transpor o modelo industrial de relações de trabalho: ou seja a contradição capital/trabalho.

Deve ficar claro que a pesquisa que se apresenta se enquadra no primeiro grupo, quantitativo-descritivo, dado que se pretende analisar as principais características desses agricultores, propondo para tanto a classificação por mão de obra como variável-chave. Esse tipo de pesquisa estaria no nível intermediário de complexidade dentro da classificação proposta: mais complexa que uma pesquisa exploratória, pois não se detém na formulação de uma questão ou problema, formulando também uma hipótese que pode ser testada quantitativamente, porém, menos complexa que uma pesquisa experimental, pois não se pretende estabelecer uma relação de tipo causa-efeito.

Dentro da classificação proposta (quantitativo descritiva) podemos situar a pesquisa que se apresenta no sub-tipo que Marconi e Lakatos (1990) denominam estudos de verificação de hipótese:

[...] são aqueles estudos quantitativo-descritivos que contém, em seu projeto de pesquisa, hipóteses explícitas que devem ser verificadas. Essas hipóteses são derivadas da teoria e, por esse motivo, podem consistir em declarações de associações entre duas ou mais variáveis, sem referência a uma relação causal entre elas. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p.76).

Nesse estudo, foi apresentada uma hipótese a ser verificada (que os agricultores em questão são familiares) mas não se pretende aqui, demonstrar uma relação de causa-efeito, ou

seja, não se propõe explicar porque a maior parte dos agricultores integrados à agroindústria avícola são familiares, mas apenas demonstrar essa relação.

Finalizando, deve-se lembrar aqui, que não se pretende situar cada um dos agricultores estudados no eixo que simbolizaria seu grau de integração no mercado (de camponês a empresa familiar agrícola) como proposto por Lamarche (1993). Apenas utilizou-se sua noção de agricultura familiar, para dizer que os agricultores familiares se situam entre essas duas forças: a adaptação ao mercado que lhes exige o ambiente social; e o peso da tradição, definido por sua história coletiva.

Como já foi dito, este estudo pretende testar a classificação baseada na forma predominante de organização do trabalho no estabelecimento agrícola como variável chave em torno da qual se podem identificar duas lógicas diversas regendo o funcionamento e reprodução desses estabelecimentos. Essas lógicas seriam a familiar e a patronal.

São apresentados a seguir os principais resultados obtidos através dos formulários.



Gráfico 1: Divisão percentual dos estabelecimentos pesquisados entre familiares e patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Pode-se observar no primeiro gráfico a distribuição percentual dos agricultores entrevistados entre os dois grupos nos quais foram classificados – patronais e familiares. Também é possível observar o número total de estabelecimentos classificados em cada grupo – 27 patronais, 68 familiares. Há, portanto, uma clara predominância de agricultores familiares na amostra.

Uma vez que os formulários foram colhidos aleatoriamente; na casa de agricultura durante a campanha de vacinação contra febre aftosa, e nos estabelecimentos acompanhando-se os técnicos da empresa integradora; pode-se supor que essa proporção entre familiares e patronais se mantenha em todo o universo de pesquisa.

Esse dado confirma a hipótese primária deste trabalho: que os agricultores integrados do município são, em sua maioria, familiares. Procurar-se-á agora, através da comparação desses dois grupos, verificar até que ponto essa classificação é capaz de polarizar os dois grupos, na análise dos outros aspectos estudados.

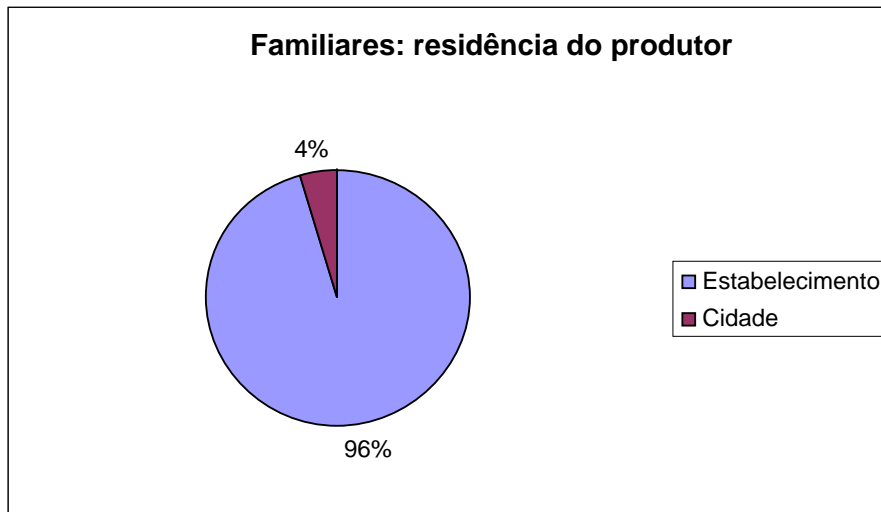


Gráfico 3: Residência do responsável entre os estabelecimentos familiares.

Fonte: Pesquisa de campo.

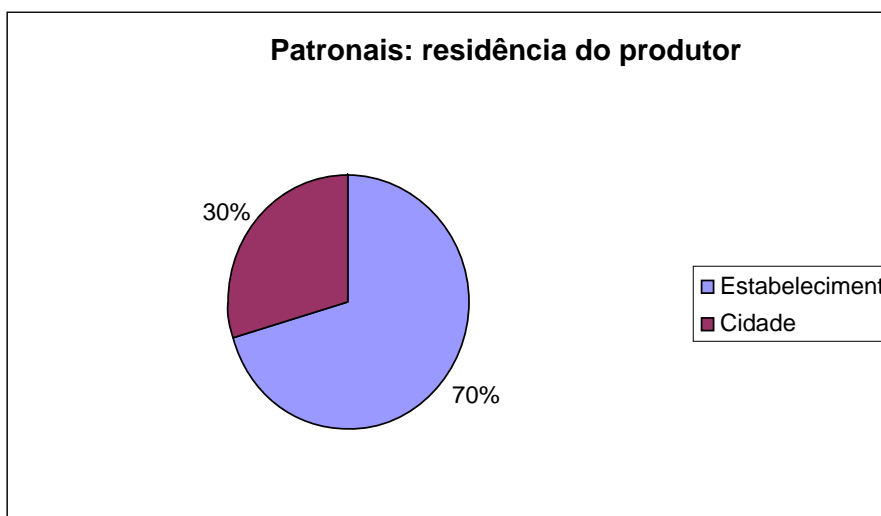


Gráfico 4: Residência do responsável entre os estabelecimentos patronais.

Fonte:

Os gráficos 3 e 4, examinam o local de residência do agricultor – foi considerado o local de residência do responsável pela administração do estabelecimento. Vemos claramente ai, a predominância da residência no estabelecimento para os dois grupos, contudo, essa predominância é significativamente maior nos estabelecimentos familiares. Podemos deduzir daí que os agricultores familiares, quase todos, residem no estabelecimento.

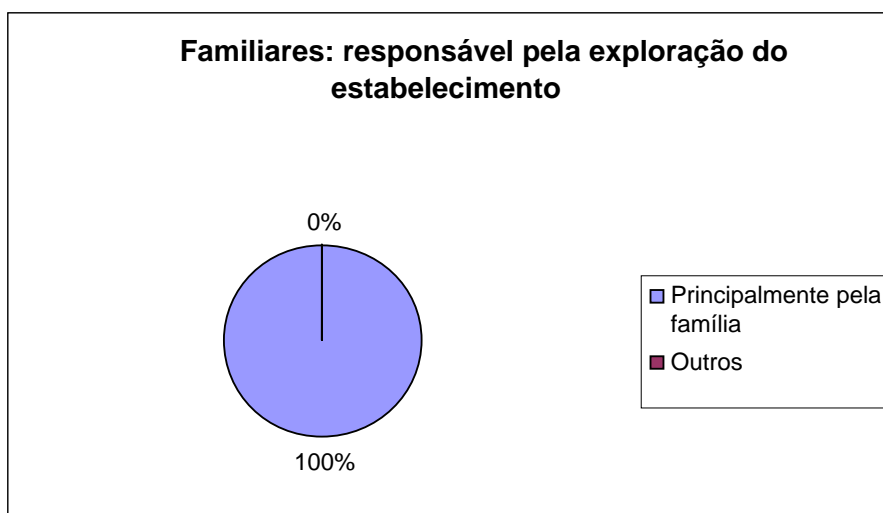


Gráfico 11: Responsável pela exploração entre os estabelecimentos familiares.

Fonte:

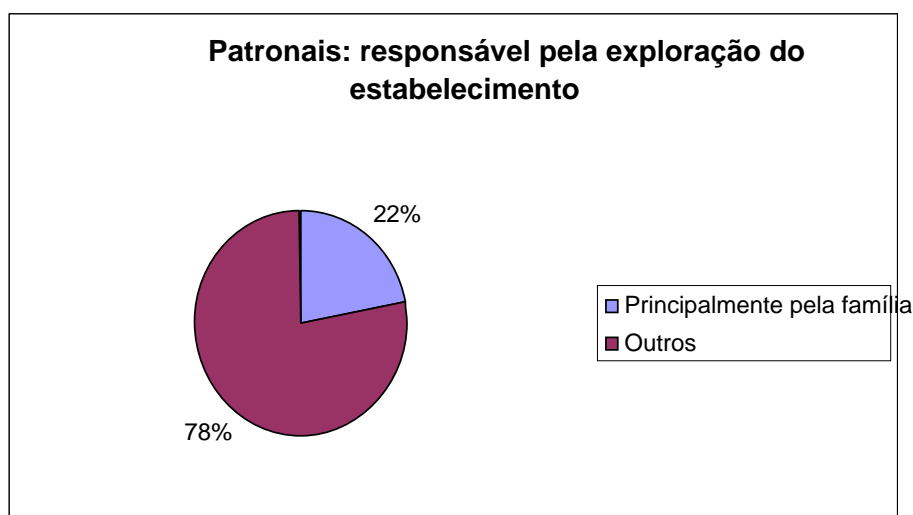


Gráfico 12: Responsável pela exploração entre os estabelecimentos patronais.

Fonte:

No que se refere à exploração dos estabelecimentos os dados confirmam a tendência esperada mostrando que tal responsabilidade recai, entre os agricultores familiares, principalmente sobre a família, enquanto um número significativo, embora minoritário de agricultores patronais deixam a exploração da propriedade a cargo de outros. Foi possível constatar que um número relevante desses proprietários exerce outra profissão, geralmente na cidade.

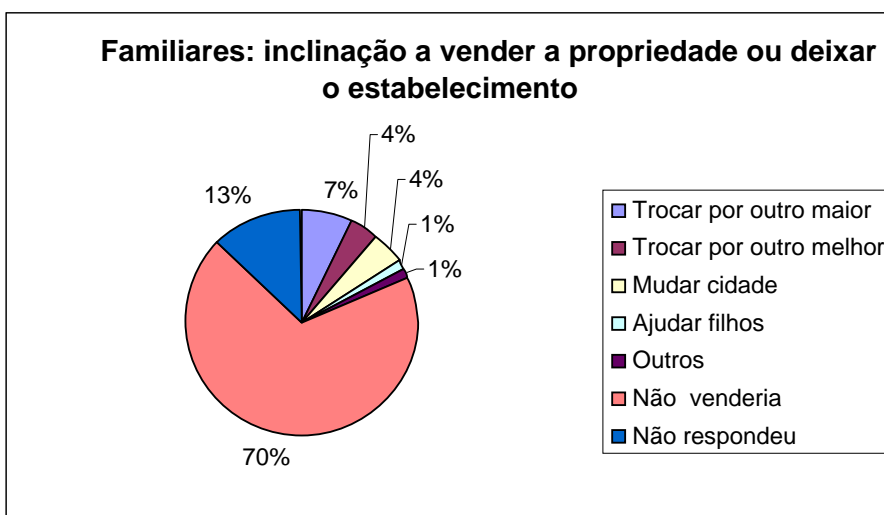


Gráfico 72:

Fonte: Pesquisa de campo.

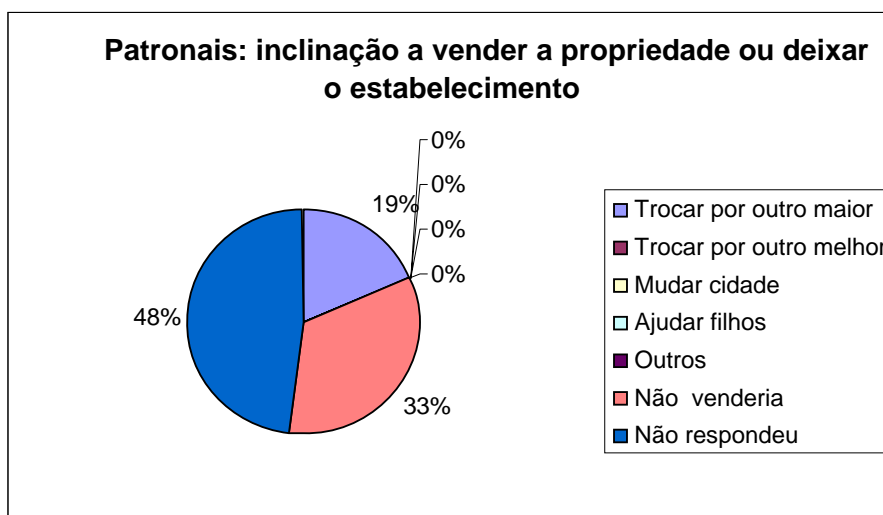


Gráfico 73:

Fonte: Pesquisa de campo.

Os quatro gráficos acima (70 a 73) estão relacionados à visão do agricultor em relação à posse do estabelecimento. Tentou-se medir aí sua disposição em deixá-lo. Incluímos aqui proprietários e não proprietários, porque, embora nos pareça que o ideal do agricultor familiar e ser proprietário da terra onde trabalha, nem sempre isso é possível.

O gráfico em que se avalia a disposição do produtor em vender e/ou deixar o estabelecimento são ainda mais contundentes: 70% dos familiares não deixariam o estabelecimento em nenhuma hipótese, contra apenas 33% entre os familiares. Esses dois dados mostram que, para os agricultores familiares o apego a terra é muito maior que entre os

patronais. Além disso, entre os agricultores familiares a propriedade fundiária raramente é vista como uma mercadoria; visão que podemos encontrar entre proprietários patronais.

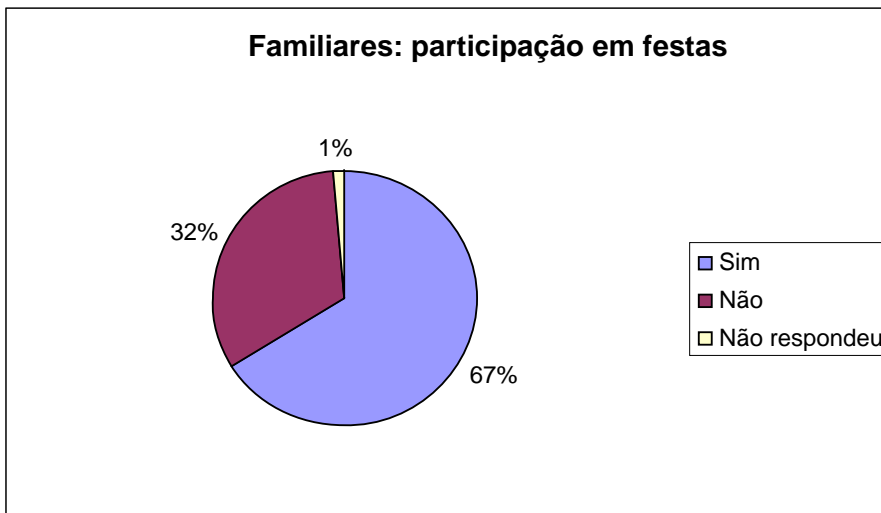


Gráfico 62:

Fonte: Pesquisa de campo.

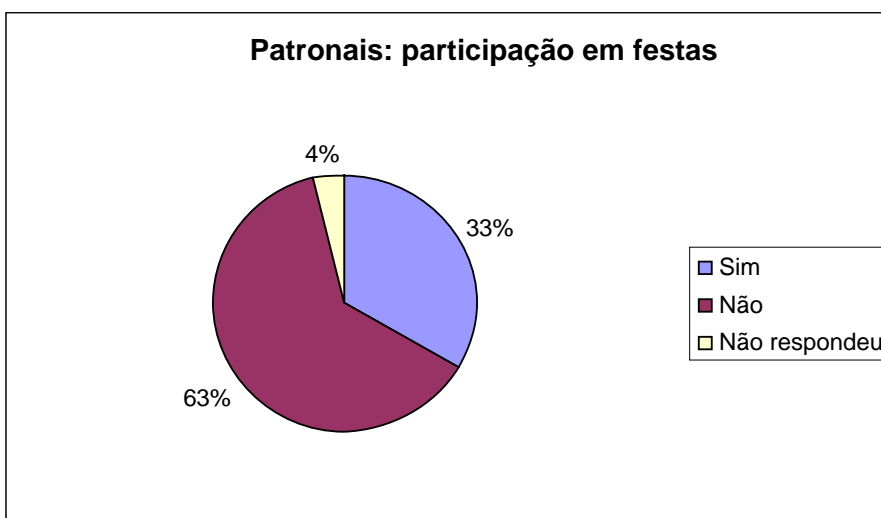


Gráfico 63:

Fonte: Pesquisa de campo.

Já os gráficos referentes à participação em festas tradicionais (62 e 63) mostram exatamente o que era de se esperar: uma maioria de participantes entre os familiares e uma minoria entre os patronais. Mais que isso, os números são quase intercambiáveis entre si.

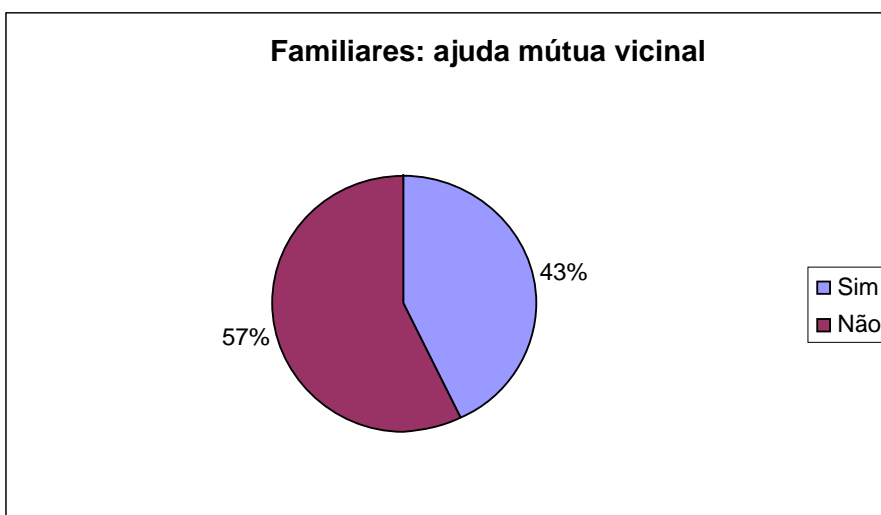


Gráfico 64:

Fonte: Pesquisa de campo.

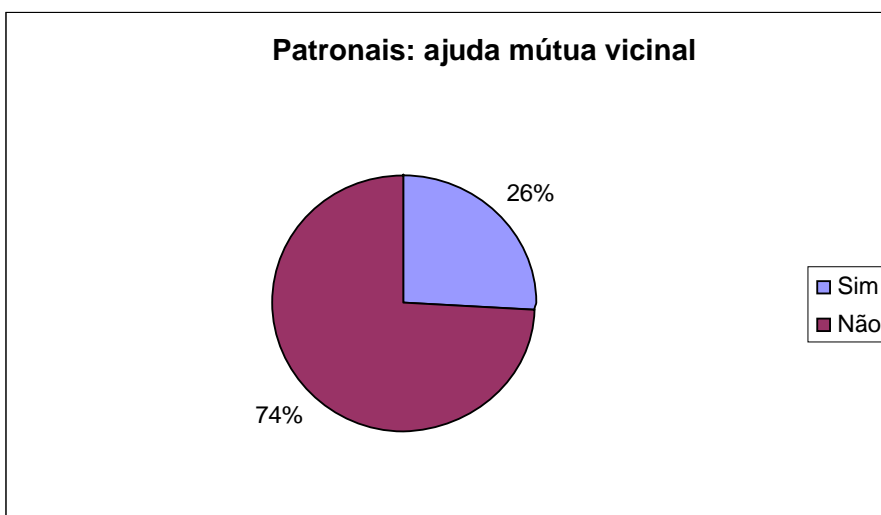


Gráfico 65:

Fonte: Pesquisa de campo.

Também os gráficos acima, a respeito da utilização de ajuda mútua vicinal, mostram que esse fato é mais presente entre os agricultores familiares, embora seja minoritário nos dois grupos.

Encontram-se aí dois dados sobre a sociabilidade dos agricultores onde os números claramente discrepam entre os patronais e familiares, reforçando a tese de que a definição a partir do uso de mão de obra é capaz de determinar – (se não de modo absoluto, mais adequadamente que outros critérios normalmente utilizados: como limite fundiário ou de renda) dois grupos socialmente distintos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R., **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo:Hucitec, 1992.
- GUIMARÃES, A. P., **Quatro Séculos de Latifúndio**, In: STEDILE, J. P. (org.), A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005 v. 1, p.35-77.
- LAMARCHE, H., **Introdução Geral**, In: LAMARCHE, H. (coord), A Agricultura Familiar - comparação internacional: uma realidade multiforme, Campinas: Ed. UNICAMP, 1993 p.13-33 v.1.
- LAMARCHE, H., **As lógicas produtivas**, In: LAMARCHE, H. (coord.), A Agricultura Familiar - comparação internacional: do mito à realidade. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998, p.61-88, v. 2.
- MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M., **Técnicas de Pesquisa**, 2ª edição, Atlas, São Paulo, 1990.
- MARTINS, J. de S., **Capitalismo e tradicionalismo**, São Paulo:Hucitec, 1975.
- MÜLLER, G., **Padrão Agrário Paulista: transformações e tendências**. In: TARTAGLIA, J. C. (org). Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP, 1988, p. 55-75 .
- MÜLLER, G., **Complexo agroindustrial e modernização agrária**, São Paulo: Hucitec, 1989.
- MÜLLER, G., São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno, In: STÉDILE, J.P., **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre:Ed. UFRGS, 2002, p.221-237.
- OLIVEIRA, F. de, **Crítica à razão dualista, Estudos Cebrap**. São Paulo:Cebrap, 1973.
- SANDRONI, P., **Questão agrária e campesinato**, São Paulo: Polis, 1980.
- SANTOS, J. V. T., **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**, SãoPaulo:Hucitec, 1978.
- SILVA, J. G. da, et al., **Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro**, Revista de Economia Política, São Paulo, v.3 n. 4, out/dez., 1983, p.21-55.
- SILVA, J. G. da, **Complexos Agroindustriais e outros complexos**, Reforma Agrária, v. 21, n. 3, set./dez., 1991,p. 5-34.
- SODRÉ, N. W., **Formação Histórica do Brasil**, In: STEDILE, J. P. (org.), A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005 v.1, p.111-125.
- SORJ, B.; WILKINSON, J., **Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira**, In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de (orgs). Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.164-190.
- SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O L, **Camponeses e agroindústria**, Rio de Janeiro:Zahar, 1982.
- WANDERLEY, M. de N. B., **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**, Estudos Sociedade e Agricultura, n. 21, out., 2003, p.43-61.

TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA DECORRENTES DA CRESCENTE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO MISSÕES, RS

Paulo André Niederle (Doutorando de Ciências Sociais, CPDA/UFRRJ)

e-mail: pauloufpel@yahoo.com.br

Sergio Schneider (Professor, Departamento de Sociologia da UFRGS)

e-mail: schneide@ufrgs.br

RESUMO

O artigo discute como um amplo processo de mercantilização da agricultura ocasionou mudanças substanciais nas formas de mobilização da força de trabalho agrícola nas unidades familiares de produção de Salvador das Missões, RS. Os resultados demonstram que, mesmo em um universo social em que as unidades familiares de produção encontram-se amplamente inseridas nos mercados globais de *commodities* agrícolas, os quais procuram ditar a gramática de relações sociotécnicas do meio rural contemporâneo, a maior parte da força de trabalho agrícola é proveniente do próprio grupo familiar e não do mercado de trabalho rural. Entretanto, o artigo também mostra que, conquanto a família mantenha-se como a principal provedora da força de trabalho, a conformação de uma “nova atmosfera” de relações técnicas, sociais e econômicas, tem desestruturado redes de troca de trabalho fundadas na “lógica de reciprocidade”, e promovido práticas de terceirização e contratação de serviços associados à “lógica do intercâmbio mercantil”.

INTRODUÇÃO

Dentre um conjunto de transformações que estão em curso nas sociedades rurais contemporâneas, aquelas relacionadas às mudanças nos processos de trabalho agrícola e não-agrícola constituem um dos principais focos de discussão entre os estudiosos. No que refere especificamente ao trabalho agrícola, importantes discussões pautaram temas como o aumento da intensidade e ritmo do trabalho, a ampliação da jornada de atividades e a diminuição dos retornos do trabalho relativamente aos custos de produção crescentes de estilos de agricultura cada vez mais intensivos no emprego de insumos industriais.

Mais recentemente, uma temática que tem despertado interesse entre os pesquisadores diz respeito às distintas formas de mobilização da força de trabalho empregada nos processos produtivos agrícolas. O renovado interesse por esta questão tem a ver, primeiramente, com a permanência da centralidade da família enquanto portadora do esforço de trabalho, mesmo em

ambientes onde a agricultura passou por intensos processos de mudança da base técnica (Wanderley, 1999). Em segundo lugar, está associado ao reconhecimento de que certas estruturas sociais de reciprocidade, semelhantes às encontradas na ajuda mútua entre vizinhos, continuam presentes em comunidades rurais de todo mundo (Sabourin, 2006). Um terceiro motivo a ser destacado, diz respeito ao avanço do fenômeno da terceirização dos serviços agrícolas e da contratação de empregados permanentes e temporários, o que tem estabelecido uma vinculação mais direta entre os agricultores e uma lógica mercantil de mobilização da força de trabalho agrícola (Laurenti, 2000).

De modo geral, as considerações feitas por estes estudos têm caminhado no sentido de demonstrar que, assim como outrora, estas três formas de mobilização do trabalho agrícola (trabalho familiar, ajuda mútua e contratação) continuam presentes, muito embora, assumindo importâncias distintas de acordo com os diferentes estilos de agricultura que se desenvolveram em cada região ou território. Ao mesmo tempo, tem-se demonstrado que algumas formas de recrutamento da força de trabalho têm diminuído ao longo do tempo (como é o caso da ajuda mútua), cedendo gradativamente à lógica do intercâmbio mercantil. Mas também, que não há necessariamente uma incompatibilidade entre estes distintos meios de mobilização da mão-de-obra agrícola, haja vista, por exemplo, que a própria contratação de empregados assalariados que ocorre pela via do mercado, frequentemente não se opõe ao trabalho familiar, mas atua para viabilizá-lo (Woortmann, 1990).

O objetivo deste artigo é discutir como, em uma situação específica de intensas mudanças da agricultura ocasionadas por um processo abrupto de mercantilização que criou uma nova atmosfera de relações sociais e técnicas no espaço rural, estas três formas de mobilização do trabalho agrícola têm coexistido. Enfocando esta questão, o artigo traz à tona alguns elementos que compõe propriamente o cerne da discussão sobre a dinâmica da agricultura familiar contemporânea, fundamentalmente no que se refere às conseqüências que uma mudança substancial nas formas de mobilização da força de trabalho agrícola pode acarretar à reprodução social e econômica desta forma social.

Os dados provêm de um estudo de caso realizado no município de Salvador das Missões, noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e são referentes à pesquisa de dissertação de mestrado recentemente defendida pelo primeiro autor (Niederle, 2007).¹ De modo geral, o estudo demonstra como a crescente mercantilização da agricultura, por um lado, está associada à dinamização de processos de terceirização e contratação de serviços nas unidades familiares de produção e, por outro, ao arrefecimento de algumas práticas de reciprocidade e solidariedade vicinal, como aquelas representadas pela ajuda mútua agrícola. Ao mesmo tempo, revela que,

¹ Os dados quantitativos são provenientes de questionário estruturado aplicado em 2003 no âmbito do projeto "Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul" – AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003) e referem-se ao ano agrícola 2001-20002. Os dados qualitativos são oriundos de 23 entrevistas semi-abertas que foram realizadas durante os meses de setembro e outubro de 2006 junto aos agricultores familiares de Salvador das Missões (ver Niederle, 2007).

mesmo demonstrando-se cada vez mais entremeado pela lógica de mercado, o trabalho agrícola continua predominantemente sob responsabilidade da família, e que em determinadas situações existem complementaridades entre as distintas formas de mobilização do trabalho agrícola.

SOJICIZAÇÃO, MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO: A TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO MISSÕES

As transformações na base técnica da agricultura aceleradas por um amplo processo de modernização conservadora a partir da década de 1960 geraram mudanças substanciais nas formas familiares de produção presentes desde a colonização teuto-brasileira que se deu a partir do início do século XX na região Missões (RS). De encontro a estilos de agricultura assentados em um sistema de policultura-pecuária fundado no trabalho familiar e em um conjunto relativamente diversificado de produtos de subsistência, em que as relações mercantis estavam basicamente restritas à venda de excedentes agrícolas nos mercados locais, a modernização promoveu um abrupto processo de especialização produtiva no cultivo da soja, desencadeando o que Conterato (2004) apresenta como uma verdadeira “sojicização da agricultura regional”. Este processo desencadeou um expressivo aumento dos índices de mecanização, a diminuição da mão-de-obra empregada em atividades agrícolas, a utilização de altas doses de corretivos do solo, adubos e defensivos, e uma interligação crescente dos agricultores com agroindústrias, bancos e cooperativas.

Estas e outras mudanças consolidaram na região Missões uma dinâmica de desenvolvimento agroindustrial exportador amplamente dependente do setor primário e, notadamente, do desempenho de cultivos de alto valor comercial nos mercados internacionais de *commodities* agrícolas, em especial da soja.

A crescente inserção dos agricultores ao mundo dos mercados reproduziu uma situação de intensa externalização das unidades de produção, segundo o que um número crescente de atividades foram separadas do processo de trabalho agrícola executado pela família e foram designadas a atores externos, tornando os objetos e instrumentos do trabalho e, gradativamente, o próprio trabalho, mercadorias mobilizadas no mercado (Ploeg, 1990). Entre outras conseqüências, isto acarretou o crescimento acelerado do que Laurenti (2000) chama de “terceirização” da atividade produtiva através da substituição do trabalho realizado pela família e com seus próprios meios de produção, pela contratação da força de trabalho humana, animal e mecânica de outros agricultores que, não raro, têm se especializado neste tipo de ocupação. Em um primeiro momento, o excepcional retorno financeiro proporcionado pela soja foi o principal responsável pela disseminação desta prática entre os agricultores, sendo que, segundo dados

censitários, em 1970 este fenômeno ocorria em 23% dos estabelecimentos agrícolas de Cerro Largo² e, em 1985, alcançou nada menos que 63,54% destes.

Por um lado, a dependência criada em relação a determinados recursos controlados por atores externos resultou em gradativa perda do controle dos agricultores sobre a base de recursos necessária a sua reprodução econômica, social e cultural. Por outro, a dependência aos mercados globais de *commodities* agrícolas enfraqueceu a possibilidade de regulação das relações mercantis por parte dos agricultores. Deste modo, os agricultores foram jogados num círculo de relações que aprofundou sobremaneira sua vulnerabilidade econômica e social, deixando pouco espaço de manobra para alterar os sistemas produtivos e fugir do *treadmill* tecnológico que exige a busca ininterrupta de inovações e o consumo de produtos mobilizados através do mercado (Ploeg, 2006).

A consequência mais evidente desta externalização foi a elevação do Consumo Intermediário na agricultura, o qual indica a crescente dependência a insumos provindos de fora da unidade de produção. Segundo mostrado em Niederle (2007), entre 1970 e 1980, no período de mudanças técnicas mais intensas, de “modernização compulsória”, houve uma variação de mais de 470% no Consumo Intermediário na agricultura local. Outrossim, neste mesmo período, a proporção representada pelo Consumo Intermediário em relação ao Valor Total da Produção mais do que duplicou, passando de 12,43% a 28,28%. Isto se torna mais significativo se considerado que o Valor Total da Produção também duplicou neste período, revelando-se assim a magnitude que passam a assumir os custos, onde sobressaem adubos e corretivos com a maior variação no período. O aumento expressivo das despesas em relação ao valor da produção revela o que Ploeg e colaboradores (2000) denominaram de crescente *squeeze* (aperto/compressão) da agricultura modernizada, o qual pode ser sumarizado em termos de incrementos nos custos de produção concomitantes ao decréscimo dos retornos do trabalho.

Ao mesmo tempo, este processo estabeleceu definitivamente a necessidade do trabalho familiar se voltar primeiramente à obtenção de dinheiro, fazendo da monetização outra face da mercantilização. A necessidade de dinheiro contribuiu para alterar a lógica produtiva e de trabalho das unidades familiares, as quais passaram a organizar-se especialmente em função do aumento da capacidade de geração de valores de troca e, mormente, daqueles valores que possibilitam o maior retorno financeiro imediato, no caso, a soja e o trigo. Como demonstra Tedesco (1999, p. 131), esta mudança de lógica produtiva e “a necessidade de dinheiro para trabalhar a terra, para produzir e consumir levou a que houvesse uma conexão mais precisa do colono com os produtos de maior aceitação comercial”. Assim, embora alguns agricultores entrevistados considerem que “[...] a maioria faz como nós fazia anos atrás: plantam e colhem, se sobrou, sobrou, se não sobrou azar”, o fato é que agora é “[...] preciso olhar na propriedade o que hoje dá dinheiro de imediato”.

² Município do qual Salvador das Missões se emancipou em 1992.

TRANSFORMAÇÕES NAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA

A crescente mercantilização torna cada vez mais remota a permanência de uma lógica produtiva assentada no balanço chayanoviano entre a penosidade do trabalho e as necessidades de consumo da família. As transformações na base técnica da agricultura possibilitaram reorganizar o trabalho no interior das unidades de produção, e este, na medida em que os agricultores foram inseridos nos mercados, voltou-se predominantemente à produção de *commodities* que não atendem diretamente as necessidades do consumo familiar e, principalmente, não é regulada por estas necessidades. Como demonstra Jean (1994), há uma validação social do trabalho que, quando de responsabilidade dos mercados, valida somente aquela parte que se torna visível na mercadoria daí resultante. Portanto, quanto maior o grau de mercantilização, mais o trabalho se volta à produção de valores de troca.

Isso não significa que relações sociais específicas associadas à constituição e ao ciclo de vida da família, não continuem afetando a regulação do trabalho. Se, por um lado, a composição da família vai deixando de ser elemento determinante naquelas unidades onde tecnificação e monocultivo foram maximizados; de outro, para uma ampla gama de unidades que não ingressaram totalmente em sistemas de produção deste tipo, ou que pretendem sair dele diversificando os sistemas de produção, a composição do grupo familiar continua sendo variável central.

Assim, seguramente a família permanece sendo a principal responsável por articular os projetos individuais e coletivos que orientam os agricultores no desenvolvimento dos processos produtivos. Daí que se torna fundamental perceber as mudanças que tem se processado em seu interior. Na Figura 1 estão referidos alguns dados sobre a composição das unidades familiares de Salvador das Missões. Com algum destaque é possível perceber o pequeno grupo de indivíduos jovens na faixa de 20 a 29 anos. Ainda que a faixa etária anterior (10 a 19 anos) apresente uma quantidade expressiva da população, este estrato é composto por uma considerável parcela de jovens e adolescentes que “ainda não tiveram oportunidades para migrar”, haja vista que a migração deste grupo tem se revelado fenômeno recorrente na região, tendo sido sobremaneira acentuado após as transformações técnicas desencadeadas pelas políticas de modernização (Niederle, 2007). Assim sendo, essa é uma população que, em se reproduzindo a trajetória recente, deve ainda perder um número significativo de indivíduos.

Na faixa etária entre 10 e 29 anos destaca-se a expressiva diferença entre homens e mulheres, o que está relacionado ao fato da migração ser mais freqüente entre as moças, o que é efeito, embora não exclusivo, das menores possibilidades de trabalho agrícola das mulheres em uma agricultura onde passaram a predominar as atividades mecanizadas. Em decorrência da saída de jovens e mulheres, as famílias rurais têm cada vez mais se mostrado masculinizadas e

envelhecidas³. A superioridade de homens ocorre na maioria das faixas etárias, com certo realce entre os 40 e 60 anos, mas, surpreendentemente, tendo em vista a reconhecida maior longevidade feminina, equilibrando-se acima desta idade.

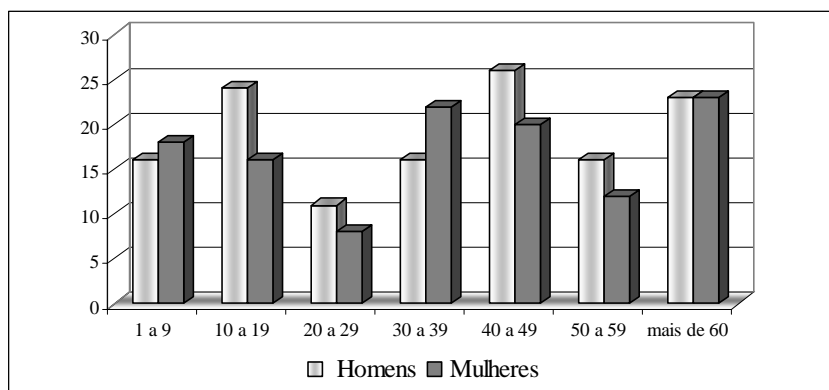


Figura 1 – Distribuição da quantidade de homens e mulheres segundo a faixa etária nos estabelecimentos rurais de Salvador das Missões (2001/02).

Fonte dos dados brutos: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Outra faceta destas mudanças é a diminuição no número de pessoas residentes por estabelecimento (Tabela 1). Se outrora as famílias eram compostas por 10, 12, 15 filhos ou mais, atualmente a maioria das unidades familiares comporta não mais que cinco pessoas (80,9%), sendo que em significativa proporção dos casos reside somente o casal (15,5%).

Tabela 1 – Número e percentual de estabelecimentos rurais segundo o número de pessoas residentes em Salvador das Missões (2001/02).

Pessoas por estabelecimento	2	3	4	5	6	7	8	9 ou +
Número de estabelecimentos	9	10	17	11	5	1	2	3
Percentual de estabelecimentos	15,5	17,2	29,3	18,9	8,6	1,7	3,5	5,1

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

Uma vez que a especialização no binômio soja-trigo e o alto grau de externalização daí decorrente fizeram com que o esforço investido no trabalho agrícola fosse cada vez mais independente da quantidade de braços, resultou também em uma expressiva diminuição da quantidade de força de trabalho familiar. Os dados da Tabela 2 revelam que a maior parte (62,1%) das unidades familiares de Salvador das Missões comporta uma quantidade inferior ou igual a três UTH's⁴. No outro extremo, somente 5,2% das famílias possuem mais do que 5,01 UTH's.

³ Neste sentido é interessante notar ainda que nenhum chefe de estabelecimento possuía idade inferior a 30 anos: 15,5% deles estavam na faixa etária de 30 a 39 anos; 36,2% de 40 a 49 anos; 25,9% de 50 a 59 anos e; 22,4% com mais de 60 anos.

⁴ Corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho, sendo que uma UTH corresponde à 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta (entre 18 e 59 anos).

Tabela 2 – Unidades familiares de produção de Salvador das Missões segundo estratos de Unidade Trabalho Homem familiar (ano agrícola 2001/02).

Estratos de UTH familiar	< 2,0	2,01 a	3,01 a	4,01 a	> 5,01
Número de Unidades	19,0	17,0	11,0	8,0	3,0
Percentual de Unidades	32,8	29,3	19,0	13,8	5,2

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

As conseqüências desta redução da força de trabalho familiar refletem diretamente na organização da unidade de produção, delimitando atualmente um dos principais empecilhos para a construção de alternativas econômicas de diversificação dos meios de vida.

Além do mais, é importante perceber que também não se trata de um problema derivado unicamente da quantidade de pessoas. Depende, notadamente, de quem são essas pessoas. Existem divisões geracionais e sexuais que não podem ser desconhecidas e ignoradas. Embora o trabalho seja organizado em função das condições do grupo familiar como um todo, homens e mulheres; jovens, adultos e idosos, possuem lugares distintos na sua divisão e se relacionam com as tarefas produtivas de maneiras distintas. Neste sentido, constatou-se que as mulheres geralmente assumem os serviços domésticos, a produção para o autoconsumo e outras atividades produtivas específicas, como a ordenha. Em outras atividades seu trabalho aparece como *ajuda* ou como “forças marginais não-transferíveis” na expressão de Tepicht (1973). Os homens, por sua vez, se responsabilizam pelo “serviço da lavoura” e *ajudam* as mulheres nas atividades pelas quais ela é responsável. Os idosos comumente aparecem em serviços peculiares que não exigem “trabalho pesado”, se responsabilizando por atividades tidas como secundárias.⁵

Do mesmo modo, quando estas diferenciações no seio do grupo familiar são focalizadas com mais atenção, percebe-se que são principalmente os mais velhos, que vivenciaram aqueles “dias pré-tecnológicos”⁶, que procuram manter vivos costumes, tradições e elementos de estilos de agricultura que estavam relacionados ao trabalho enquanto valor moral do colono. Para estas pessoas, para quem o trabalho mais dignificante é também aquele mais árduo, está muito presente a imagem de que “[...] aqueles que não passam muito bem é porque não trabalham direito”, ou ainda, se não trabalham é “[...] porque são preguiçosos, estão sentados no boliche tomando cachaça”, tendo em vista que “[...] sempre tem trabalho pra quem gosta de trabalhar.”

Outrossim, para eles faz-se presente o juízo de que “[...] antigamente a gente se judiava bem mais”, enquanto que hoje em dia “[...] os novatos não querem trabalhar mais em serviço manual, querem tá só na direção de um tratorzinho, e passar o veneno e plantar a terra de qualquer jeito e deixar ela lá”, ou ainda, de que “[...] os filhos vão pro lado mais fácil, eles não

⁵ Embora, como nos disse um dos entrevistados, na maioria dos casos os “[...] vovôs só cuidam dos porquinhos e terneiros”, em alguns grupos familiares reduzidos e/ou na necessidade de sobrevivência, os idosos assumem todo tipo de atividade, inclusive aquelas que exigem maior esforço físico (capina, roçado, plantio, ordenha, etc.).

⁶ A expressão é utilizada por Hobsbawn (2004, p. 287) para se referir ao período anterior as mudanças tecnológicas ocasionadas pela modernização da agricultura.

querem mais se judiar, estar fedidos de suor, como os pais ou os outros, os avós, então ele vai pro mais fácil.”

Analisando uma das maiores comunidades rurais de Salvador das Missões, Wenzel (1997) notou aspectos similares. O autor revela que, enquanto muitos adultos e, especialmente, os mais velhos afirmam seu trabalho como uma arte, valorizando tudo o que mediante ele construíram, demonstrando nas mãos calejadas símbolos de força, resistência e persistência, boa parte dos jovens encara o trabalho agrícola segundo outra concepção, como um sofrimento do qual precisam se afastar. O fato é que a compreensão do trabalho se alterou na medida em que os jovens foram criados em um círculo diferenciado de relações sociais e técnicas, percebida pelos próprios agricultores: “Este rapaz [45 anos] era pequeno ainda quando nós compramos o primeiro trator. Ele tá acostumado a plantar, a trabalhar com o trator, né. Não é mais com boi ou coisa assim.”

Hoje em dia, “o negócio” é outro para aqueles jovens que pretendem permanecer na agricultura, que não migraram em busca de oportunidades na cidade onde o trabalho é “mais fácil”: “O negócio dele é trabalhar onde ronca o maquinário. Desde pequeno ele é assim. Ele mal podia segurar o trator, ele já tava dirigindo”. Neste sentido, de modo de vida o trabalho na agricultura passou à condição indispensável à sobrevivência. Do trabalho enquanto arte para o negócio; para o que muitos aprenderam como a arte de “fazer dinheiro”. Essa é a lógica de grande parte de uma nova geração de agricultores da região, formada por uma nova atmosfera de relações sociais que se estabeleceu ao longo de sua vida e aprendizagem.⁷

Da mesma forma, a mecanização e as conseqüentes modificações nos instrumentos de trabalho foram fundamentais às mudanças em sua intensidade e ritmo. Segundo os agricultores, a partir do momento em “[...] as enxadas foram parar tudo no galpão e o trator tomou conta, tudo ficou bem mais fácil que antigamente”. Entretanto, se os *tempos* ficaram mais fáceis, o tempo parece ter ficado mais curto. Se, por um lado “[...] agora não dá mais muito serviço, tu faz o que tu fazia em dois meses, tu faz agora em meio dia”, por outro, não raro, há uma sobrecarga de atividades. Embora a maioria dos agricultores tenha ingressado no binômio soja-trigo, o que concentra o trabalho em épocas específicas do ano, quase sempre se mantém atividades secundárias, vinculadas ou não à agricultura, na própria unidade familiar ou fora dela, o que tem levado ao aumento da jornada de trabalho.

Esta ampliação da jornada está associada a uma gama de fatores, desde a disponibilidade de pessoas até os diferentes sistemas de produção da propriedade. Neste sentido, entre os

⁷ Mudanças que foram agudizadas nas relações dos jovens com o mundo externo, fundamentalmente a partir da escola urbana. No universo escolar as relações com os colegas urbanos modificaram a visão dos jovens rurais em relação ao lugar de onde vem e do seu trabalho. O resultado, como transparece em um dos depoimentos, é que muitos jovens procuram manter distância do que possa, em meio aos demais, os caracterizar como agricultores: “[...] nós tivemos aqui na escola um curso de agricultura [...], mas era uma dificuldade incrível de fazer a gurizada trabalhar na horta. Os filhos de agricultor, lá dos confins, que vieram pra cá, não queriam mais sujar as mãos, coisa impressionante”. Estas mudanças afetaram sobremaneira a reprodução de estilos de agricultura que se desenvolviam com base em um saber transferido dos pais para os filhos, onde desde cedo as crianças eram inseridas nas atividades produtivas.

agricultores que estão relativamente especializados na produção de soja, existe uma diferenciação entre aqueles que possuem ou não as máquinas e implementos necessários ao preparo da terra, plantio e colheita. No caso dos agricultores sem maquinário, que “[...] pagam pra alguém vir fazer o serviço pra eles se verem livres daquilo”, o problema do aumento da jornada de trabalho não se apresenta, ou revela-se em menor grau. De outro modo, com frequência aqueles agricultores que se especializaram na soja e dispõem de máquinas e implementos agrícolas, realizam atividades terceirizadas para os demais, prolongando consideravelmente suas jornadas de trabalho.

O mesmo acontece com os agricultores que se dedicam, por exemplo, à produção de leite juntamente com outras atividades (geralmente a lavoura de milho e soja), condição da maior parcela dos agricultores pesquisados. O trabalho na ordenha do leite fica concentrado em cerca de duas horas durante a manhã e novamente à noite. Neste intervalo os membros da família se dedicam às lavouras, à manutenção das instalações e equipamentos, aos cultivos de autoconsumo na horta e pomar, além das atividades domésticas.

Dependendo dos sistemas de produção constituídos, muitas unidades familiares são obrigadas a mobilizar outras fontes de trabalho para suprir a escassez de força de trabalho familiar, mormente a partir da ajuda de vizinhos ou da contratação de empregados.

Agora, se outrora as relações de solidariedade vicinal constituíam formas de cooperação essenciais à reprodução do grupo familiar e envolviam um amplo conjunto de atividades – desde os mutirões para construções de casas e galpões até a ajuda para carnear os animais ou colher os produtos da roça –, atualmente a ajuda mútua tem se restringido a atividades específicas⁸ e já não demonstra tamanha centralidade em termos de garantia das condições de reprodução da unidade familiar.

Deste modo, ainda que a mercantilização não constitua um processo avassalador na magnitude referida por Polanyi (1980), é certo que a expansão do mercado e da lógica do intercâmbio tem desestruturado algumas redes de reciprocidade características das sociedades rurais, fazendo da troca mercantil o principal princípio institucional da distribuição do trabalho.⁹ Neste sentido, pode-se referir ainda que, mesmo onde a ajuda mútua persiste, frequentemente percebe-se que a lógica da reciprocidade vai sendo desgastada entremeio a maior preocupação

⁸ Como é o caso dos grupos de produção de silagem e feno, atividades que exigem a contratação de mão-de-obra extra-familiar para que se consiga dar conta de todo trabalho necessário no curto espaço de tempo em que se conseguem encontrar as condições ideais da planta conciliadas às condições climáticas indispensáveis ao seu processamento.

⁹ Segundo Polanyi (1980), na medida em que avança o “padrão de mercado”, as relações sociais tornam-se mediadas unicamente pela forma social da mercadoria e, neste caso, desintegram-se as redes de reciprocidade, uma vez que a ordem na produção e distribuição é confiada ao mecanismo auto-regulável do mercado. Estudos recentes em antropologia e sociologia econômica têm questionado algumas destas conclusões. Sabourin (2003), por exemplo, destaca que trocas mercantis, por um lado, e as redes de reciprocidade, por outro, somente podem ser tomadas separadamente como “tipos ideais” para análise, pois na realidade estes dois princípios coexistem nas sociedades rurais. Além disto, afirmar que o sistema de intercâmbio mercantil se sobrepõe às relações de reciprocidade e que ambos constituam, geralmente, lógicas potencialmente conflituosas, não quer dizer que inexistam condições em que haja complementaridade na medida em que estas possam mesmo ser utilizadas pelos mercados para sua consolidação (neste sentido ver Radomsky, 2006).

dos agricultores em calcular o retorno do trabalho em dias ou horas de serviço. Assim, como mostra Sabourin (2006), a lógica da reciprocidade fundada na idéia de devolução do gesto, pode ser substituída pela lógica do intercâmbio, onde prevalece a devolução do objeto (tempo de trabalho) e a contagem ou simetria das prestações.

No universo investigado, as razões para a desestruturação das trocas de trabalho parecem estar associadas fundamentalmente a três fatores: a) as mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico nos processos produtivos – “[...] é que antes o negócio de colher soja era a muque, então se trocavam serviço, e hoje ninguém colhe mais à muque”; b) o aumento da jornada de trabalho – “[...] porque não tem como retornar mais. A gente só tem duas ou três horas de folga. Não tem mais como ajudar um ao outro. Ninguém mais tem tempo e se eu vou ajudar o outro, o meu serviço fica” e; c) a crescente desintegração de alguns valores como a confiança na retribuição – “[...] é difícil funcionar porque ninguém mais quer compromisso e preferem pagar pra se ver livres, (e) sempre tem os espertos que se aproveitam, fazem questão do vizinho ajudar na safra deles e quando tava pronto não aparecem mais. Isso ajudou a diminuir com isso. Aquilo começou a desaparecer, a ajuda mútua entre os vizinhos”.¹⁰

Na impossibilidade de contar com os vizinhos, a necessidade de contratar trabalho aprofundou a externalização das unidades familiares e, em alguns casos, gerou uma categoria de agricultores praticamente especializada na prestação de serviços de preparo da terra, plantio, colheita, transporte, manejo cultural como aplicação de agrotóxicos ou capina, etc. Serviços que, da mesma forma que qualquer outra mercadoria monetizada, comumente são pagos em dinheiro. Neste sentido, notem-se alguns dos depoimentos dos agricultores em relação à troca de trabalhos entre os agricultores:

Existe troca de trabalho entre os agricultores? (Pesquisador)

Nós temos ainda, só que se eu pego uma turma pra trabalhar eu pago e se eu vou trabalhar eles me pagam. *Paga em dinheiro?* (Pesquisador) Sim, é mais certo.

Antigamente os vizinhos não cobravam a trilha de soja. Eles não cobravam de um pro outro. Hoje em dia isso não existe mais, se eu preciso colher, é no dinheiro, não querem nem saber, dez a quinze por cento e deu.

¹⁰ A desestruturação destas redes de reciprocidade ultrapassa a dimensão da troca em si, avançando para um conjunto mais amplo de relações humanas de interdependências. A ajuda mútua em termos de trabalho, por exemplo, sempre ocorreu sob a ótica do encontro, da socialização e da confraternização, relações sociais que também são redefinidas neste conjunto de transformações do mundo rural: “A gente ajudava o vizinho, daí de meio dia assava uma carne, isso era uma festa. Isto hoje acabou.”

É mais a prestação de serviços terceirizada mediante a remuneração. Isso até tá gerando um certo impulso. Tem alguns agricultores que tão percebendo isso e estão investindo em mecanização pra prestação de serviços.

Como foi possível aferir em questionário, 79,3% das unidades familiares de Salvador das Missões recorreram à terceirização dos serviços agrícolas e à contratação de empregados temporários ou permanentes no ano agrícola 2001-2002. Em 44,8% delas houve terceirização do processo produtivo pelo aluguel de serviços de máquinas agrícolas. O assalariamento temporário foi encontrado em 34,5% das unidades familiares e a contratação de empregados permanentes em 3,4%.

Visto que este fenômeno desenvolve-se quase exclusivamente no interior das redes de trabalho constituídas entre os próprios agricultores, não envolvendo a contratação de mão-de-obra não-rural, ele tem impulsionado o crescimento do que Schneider e Conterato (2006) denominam “pluriatividade de base agrária”, ou seja, situações onde agricultores combinam as atividades agrícolas dentro e fora da unidade de produção. Esta estratégia de diversificação dos modos de vida rural está entre as mais relevantes no universo investigado, constituindo uma fonte de renda auferida por 19% dos estabelecimentos rurais investigados.

Deste ângulo, o fenômeno se associa, fundamentalmente, à disponibilização da mão-de-obra familiar ocasionada pela intensa mecanização dos processos produtivos, além da necessidade de rendas complementares em função da queda das rendas agrícolas relacionada à deterioração dos preços das *commodities* agrícolas e do aumento dos custos de produção. Outrossim, a ampliação deste tipo de ocupação está relacionada ao que Muller (1991) chama de desenvolvimento de “uma agricultura de serviços”, a qual está coadunada à trajetória da agricultura regional que propiciou a constituição deste mercado de serviços terceirizados, geralmente associado à precarização e informalidade das relações de trabalho.

Cabe notar que a importância da contratação é muito variável para cada unidade de produção. Em termos quantitativos, calculada a proporção da UTH agrícola familiar sobre a UTH contratada, percebe-se que em 35,29% das unidades esta relação se apresenta superior à 100, evidenciando o peso relativamente ínfimo que o trabalho contratado representa em relação ao familiar. Em 14,70% das unidades, a mesma relação situa-se na faixa entre 50 e 100 e, em 29,41%, na faixa acima de 10 e 50. Onde a contratação mostrou-se mais relevante (menos de 10 UTH's agrícolas familiares para cada UTH contratada) encontram-se 20,85%. Em nenhum caso da amostra a mão-de-obra contratada mostrou-se superior à mão-de-obra familiar.

Ao que tudo indica, a situação parece muito próxima àquela analisada por Friedmann (1978) entre produtores de trigo nos Estados Unidos. A autora argumenta que a contratação temporária tem atuado como mecanismo compensatório para as variações demográficas. Desta forma, enquanto os contratados permanentes compõem uma classe distinta de trabalhadores

rurais, os contratados temporários não se distinguem dos demais agricultores e, na verdade, estão ali para garantir a reprodução do grupo doméstico. Estudo de Woortmann (1990) também caminha neste sentido, demonstrando que a contratação temporária, uma vez que o trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico, não age desestruturando o trabalho familiar, mas, pelo contrário, serve de condição para sua realização:

O pai de família contrata assalariados durante o pico do ciclo agrícola, pois é o volume de trabalho realizado neste momento que irá determinar o trabalho realizado durante todo o ciclo. Por isso, os trabalhadores temporários irão viabilizar a atividade dos membros da família, e não a ele se opor (WOORTMANN, 1990, p. 27).

Em termos de importância econômica, o fenômeno da terceirização tem afetado diretamente a autonomia das unidades familiares, sendo responsável pelo aumento de sua vulnerabilidade econômica. Neste sentido, a Tabela 3 revela a proporção que os gastos com a contratação de serviços podem assumir em relação à renda agrícola anual, demonstrando que em mais de 20% dos estabelecimentos estes gastos podem ultrapassar 20% da renda agrícola obtida pela unidade de produção, chegando em algumas situações a mais de 50% ou mesmo ultrapassando esta faixa em casos singulares nos quais a renda agrícola líquida revelou-se negativa.

Tabela 3 – Gastos com serviços proporcionalmente a renda agrícola nas unidades familiares de produção de Salvador das Missões no ano agrícola 2001-02.

Estratos ¹	Estabelecimentos (%)	Gastos com serviços ²	Renda agrícola	[(A/ B)*100]
		(média em R\$) (A)	(média em R\$) (B)	
1	20,68	-	9.733,00	-
2	44,82	628,59	19.061,98	3,30
3	12,07	502,50	3.880,17	12,95
4	8,62	2.437,40	9.536,83	25,56
5	8,62	3.239,20	4.436,52	73,01
6	5,17	4.100,00	-1.234,33	-332,16

Fonte: Pesquisa AFDLP (UFRGS; UFPel; CNPq, 2003).

¹ Estratos referentes ao valor gasto com contratação de serviços proporcionalmente à renda agrícola: 1 – Não houve contratação; 2 – até 10%; 3 – mais de 10% e menos de 20 %; 4 – mais de 20% e menos de 50%; 5 – mais de 50%; 6 – mais de 100% e renda agrícola negativa.

² Refere-se à contratação de empregados temporários e permanentes e serviços de máquinas.

Chama atenção ainda algumas relações que se estabelecem na compra e venda da força de trabalho. Primeiramente, no que se refere à própria existência deste mercado. Para quem contrata força de trabalho, a opinião generalizada é a da precariedade de sua oferta: “[...] é difícil arrumar peão”; “[...] é difícil achar; que estão por aí meio à toa, que não tem lavoura própria, que não tem o que fazer, tem poucos”; “[...] isso não tem mais, ninguém tem tempo mais; “tem que sair bem longe às vezes pra achar um, porque aqui pra baixo hoje não tem nenhum disponível.” Por outro lado, para quem vende a força de trabalho, as opiniões contrastam entre aqueles que reclamam da falta de oportunidades – “[...] o serviço manual terminou, hoje em dia é só máquina, trator e veneno, nem o negócio de capina não existe mais” –, e outros que contradizem completamente esta realidade – “[...] se eu quisesse, eu não estaria nem um dia em casa, de tanto que procuram pra fazer serviço, porque não tem mais gente”.

Além do já referido aumento da jornada de trabalho dos agricultores, várias outras explicações para tal situação podem ser construídas. Primeiramente, é necessário perceber que oferta e procura de trabalho se desenvolvem em um círculo relativamente restrito de relações sociais que envolvem confiança¹¹ e identidade, as quais se desenvolvem, via de regra, entre agricultores que convivem na mesma comunidade. Assim, “[...] ninguém vai querer gente daquele lado pra trabalhar, porque dizem que eles não são de confiança.” Todavia, e isto envolve uma segunda explicação para o fato, no depoimento acima não está evidente que “aquele lado” não se refere simplesmente a outra comunidade, mas também a um território onde predominam descendentes de caboclos em oposição ao agricultor de origem alemã que fornece a informação. Com efeito, na divisão inter-étnica do trabalho subsiste o preconceito que leva à rejeição.¹²

Em terceiro lugar, em algumas comunidades a falta de mão-de-obra está relacionada à possibilidade de inserção em outras ocupações de contratação permanente. É o caso dos agricultores que residem perto da Sede do município ou da Vila Catarina, comunidade onde se localiza a principal cooperativa de grãos e que possui um conjunto relativamente diversificado de atividades comerciais (bares, mercado, posto de combustível, restaurante). Em quarto lugar, essa deficiência também é verificada nas comunidades onde os agricultores estão mais especializados e tecnicados, não dependendo do trabalho externo. Finalmente, mas com expressiva importância, podem-se destacar as consequências do próprio êxodo rural dos jovens, os quais constituem o principal grupo de assalariados temporários.

Ao mesmo tempo, é preciso entender as condições do trabalho assalariado. Os empregados frequentemente são utilizados nas tarefas “mais pesadas” para que assim seja possível “poupar a família”. As dificuldades do trabalho conciliadas à baixa remuneração e ao fato de que se está trabalhando em benefício de alguma coisa que não é própria, faz com que estes empregados criem estratégias para se preservar fisicamente e aumentar o tempo de trabalho e,

¹¹ A questão legal do vínculo empregatício, de “[...] não colocar a gente na justiça”, torna-se importante neste sentido.

¹² Uma discussão mais detalhada sobre o conflito histórico entre alemães e caboclos na região e como este permanece atualmente, pode ser encontrada em Wenzel (1997).

conseqüentemente, a remuneração. São, verdadeiramente, as “armas dos fracos” de que fala Scott (1987). Obviamente, para quem emprega, estes comumente são vistos com certo desprezo:

[...] os que estão por aí não dá pra chamar de vadios, mas eles são lerdos, não gostam muito de trabalhar e tem que pagar por hora, e quando acaba o tempo acertado eles vão embora. Não existe mais aquela pessoa como antigamente que trabalhava de sol a sol. Não tem mais.

A maioria do pessoal não quer mais trabalhar como a gente se criou trabalhando. Isso é incrível. [...] Eles ficam olhando pro relógio, a gente se criou que quando clareava o dia começava a trabalhar e ia até a noite. O peão não. Eles não querem mais trabalhar.

Diferentemente de outrora, os empregados não possuem mais uma obrigação de trabalho além daquela sustentada pelo contrato (informal) e pela remuneração que este assegura. De tal modo, o valor moral do trabalho “pesado” e sua “capacidade de dignificar o homem” vão perdendo o sentido frente ao trabalho quase unicamente mediado pelo seu valor de troca.

A contratação de serviços de maquinário, de outro modo, dá-se segundo padrões diferenciados daqueles encontrados na contratação dos trabalhadores temporários. O trabalho “feito pelas máquinas” na maioria das vezes não se desenvolve para complementar o trabalho familiar. Ele geralmente está presente em atribuições que não são mais executadas pelos membros da família. Desta forma, a terceirização revela-se um tipo específico de externalização que desestrutura a antiga organização da unidade familiar. Separando gradativamente o trabalho mental e o trabalho manual, retira do agricultor uma parcela importante do controle direto sobre as condições nas quais se executam os processos de produção.

Este tipo de efeito parece ser ainda mais evidente nas unidades familiares integradas às agroindústrias. Embora os agricultores considerem que o contrato com estas empresas seja vantajoso pelas garantias de venda e pelas facilidades na produção, eles mesmos consideram que esta relação determina um tipo de trabalho diferenciado onde, dentro da própria propriedade, “[...] se trabalha de peão para as firmas e daí não manda em mais nada também.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação inicial deste artigo era apresentar o modo como a crescente mercantilização da agricultura de Salvador das Missões afetou as formas de mobilização do trabalho agrícola. Conquanto várias das questões discutidas seguramente mereçam uma análise mais detalhada, acreditamos que foi possível demonstrar que, no contexto em questão, os efeitos da mercantilização estão diretamente associados à crescente externalização dos processos

produtivos. Fenômeno este que tornou as unidades de produção cada vez mais dependentes de recursos controlados por atores externos, diminuindo gradativamente o controle dos agricultores sobre os processos de trabalho.

Igualmente mostrou-se que a mercantilização foi capaz de desestruturar, ainda que não inteiramente, redes de troca de trabalho fundadas no princípio da reciprocidade, promovendo o desenvolvimento de práticas de terceirização e contratação de serviços fundados na lógica do intercâmbio. Em alguma medida, também se demonstraram algumas conseqüências disto em termos de uma reorganização dos processos de trabalho nas unidades familiares. Além do mais, a partir de dados quantitativos ainda foi possível explorar algumas conseqüências que o aumento da externalização, pela via da terceirização e contratação de trabalho extra-familiar, representa em termos do aumento da vulnerabilidade econômica das unidades de produção.

Enfim, acreditamos que as transformações nas formas de mobilização do trabalho agrícola aqui discutidas trouxeram à tona questões que podem ajudar a compreender a dinâmica de reprodução da agricultura familiar, principalmente naqueles contextos em que esta forma social tem se reproduzido em consonância com o regime sócio-técnico prevalecente na agricultura e a gramática da globalização estabelecida pelos mercados de *commodities* agrícolas.

REFERÊNCIAS

- CONTERATO, M. *A Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American plain. *Journal of Peasant Studies*, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.
- LAURENTI, A. C. *Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola*. Londrina, PR: IAPAR, 2000.
- MULLER, P. Vers une agriculture de services? *Économie Rurale*, n. 202-203, p. 67-70, mar./juí. 1991.
- NIEDERLE, P. A. *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.
- _____. *Labor, markets, and agricultural production*. Boulder: Westview Press, 1990.

- PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RADOMSKY, G.F.W. *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SABOURIN, E. P. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: I ENCONTRO DA REDE RURAL, 2006, Niterói. I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Brasília: NEAD, 2006. v. 1. p. 1-13.
- _____. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE-NORDESTE, 11, Aracajú. Anais... Aracajú, 2003.
- SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Org.). *Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro*. Buenos Aires, 2006
- SCOTT, J. C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale: Yale University Press, 1987.
- TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonaise*. Paris: Armand Colin, 1973.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999. p. 23-56.
- WENZEL, E. G. *Memória e identidade teuto-brasileira em Cerro Largo, Rio Grande do Sul*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 87, 1990.

2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

TECENDO O INTERCÂMBIO:
O DESAFIO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
11 a 14 de setembro de 2007.

GT5

PROCESSO DE TRABALHO, TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA E DIREITOS SOCIAIS

COORDENAÇÃO

FLAVIO SACCO DOS ANJOS (UFPEL)

IVAN TARGINO MOREIRA (UFPB)

MARILDA APARECIDA DE MENEZES (UFCG)

AGREGADOS E MULHERES, O “QUEIJO DE FINAL SEMANA” E O VALOR DO TRABALHO

Evander Eloí Krone (Mestrando em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS)

e-mail: evanderkrone@gmail.com

Renata Menasche (Doutora em Antropologia Social - PGDR/UFRGS e FEPAGRO)

Resumo

Este estudo – que faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, que visa reconstituir e apreender as características, históricas, ambientais, econômicas, sociais e culturais dos processos de produção e consumo de um queijo específico da região dos Campos de Cima da Serra (RS), o Queijo Serrano – busca apreender elementos constitutivos da relação existente entre o modo de vida característico dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra e a produção artesanal do Queijo Serrano, evidenciando, em especial, aspectos referentes às relações sociais de gênero, ao processo de trabalho, ao saber-fazer e à produção e destino do queijo fabricado aos domingos, costumeiramente denominado “queijo de final de semana”. Os dados analisados foram coletados em pesquisa de campo realizada, em setembro de 2006, no município de Bom Jesus.

O presente estudo é parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo, que visa reconstituir e apreender as características, históricas, ambientais, econômicas, sociais e culturais dos processos de produção e consumo de um queijo característico da

região dos Campos de Cima da Serra (RS), conhecido localmente pelo nome de Queijo Serrano¹.

Nessa região do Rio Grande do Sul se pratica um sistema de produção muito tradicional do Estado, que é a atividade da pecuária de corte em sistemas de campo nativo. As propriedades que adotaram esse sistema de produção são, em sua grande maioria, formadas por pecuaristas familiares, que usam predominantemente mão-de-obra familiar e que desenvolveram como complementar à pecuária de corte a produção de queijos artesanais. Produzido com técnicas artesanais a partir do leite *in natura* de vacas de corte alimentadas com pastagens de campo nativo, o Queijo Serrano, a partir da renda auferida de sua comercialização, cumpre importante papel no abastecimento familiar.

Segundo fontes orais, a tradição da produção do Queijo Serrano remonta a meados do século XIX. Como narra a historiografia regional, o Queijo Serrano teve forte vínculo com a atividade tropeira², sendo que dos Campos de Cima da Serra partiam tropas de mulas arreadas, carregadas com charque, pinhão, couro e, especialmente, queijo. Tradicionalmente, a região conhecida como ‘serra abaixo’³ era o principal local de comercialização desses produtos, sendo o Queijo Serrano considerado uma das principais moedas de troca na obtenção de mantimentos que eram trazidos pelos tropeiros.

É nesse contexto histórico-cultural que este trabalho busca situar alguns elementos que parecem essenciais para a apreensão das relações existentes entre o modo de vida característico dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra com a produção artesanal do Queijo Serrano, evidenciando, em especial, as relações de gênero, o processo de trabalho, o saber-fazer e a produção e o destino do queijo fabricado aos domingos, costumeiramente denominado como “queijo de final de semana”.

¹ Esse projeto – que conta com apoio dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – está sendo desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de pesquisa, que envolve profissionais de diversas instituições, entre as quais EMATER, FEPAGRO e UFRGS.

² Segundo Maestri (2006), a palavra tropa deriva do termo francês *troupe*, que significa bando de pessoas ou animais. Por extensão, a expressão tropeirismo, no Brasil, foi usada para designar a atividade de transporte de gado e mulas que saíam do Sul em direção aos principais mercados do centro do País. O auge da atividade tropeira no Brasil ocorreu entre os séculos XVIII e XIX.

³ A região denominada como ‘serra abaixo’ é referente à região do Vale do Tubarão, em Santa Catarina, local em que se localizam os municípios de Araranguá, Turmo, Ermo etc.

Na pesquisa de campo, realizada em setembro de 2006, no município de Bom Jesus, foram entrevistados pecuaristas familiares⁴, homens e mulheres. Pudemos, ainda, contar com os depoimentos de extensionistas da Emater, de comerciantes locais e da professora e historiadora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Lucila Maria Sgarbi Santos.

O processo de produção do Queijo Serrano

O processo de trabalho do sítio na produção de queijo envolve toda a família. Assim como no caso estudado por Heredia *et al.* (1984), entre pequenos produtores nordestinos, pode-se observar que entre os pecuaristas familiares aqui estudados, todos os membros do grupo doméstico participam do processo produtivo. Entretanto, também como no caso estudado por Heredia *et al.* (1984, p. 30), “sua participação varia nos diferentes momentos de tal processo, variações estas que se manifestam ainda dentro das fases constituídas de cada um desses momentos, conforme sexo e idade”.

Segundo depoimentos de pecuaristas familiares entrevistados, tradicionalmente o processo de trabalho na fabricação do queijo tem início na tarde do dia anterior à produção do queijo, quando se recolhe o gado e são apartados os terneiros das vacas. Os terneiros são presos. No dia seguinte, pela manhã, as vacas vêm procurar suas crias, na frente do sítio. Segundo o pecuarista familiar Euclides da Silveira, nesse sistema de trabalho o terneiro

acostuma a desenvolver o rumo. Também porque só o terneiro esse que é solto que não é acostumado a ser separado da vaca para ordenhar, ele se torna um terneiro preguiçoso para pastar e custa mais a desenvolver, porque só o leite já satisfaz ele. Enquanto que esse que é apartado, pela necessidade que ele tem de alimentação se obriga a pastar mais cedo.

O trabalho familiar inicia-se em torno das quatro ou cinco horas da manhã. Enquanto os mais jovens vão recolher os animais em frente ao sítio, a mulher fica em casa, preparando o “goles”, ou seja, o café puro, também chamado na região por “mata bicho”. A professora Lucila Santos explica o processo de preparação do “goles”:

⁴ Neste trabalho, os nomes dos pecuaristas familiares entrevistados foram substituídos por nomes fictícios.

É o café puro. (...) Porque o café era torrado e queimado o açúcar e misturado com aquele açúcar queimado. Para ficar um café forte, para ficar um café com tinta, como nós falamos, para render.

Na etapa de ordenha das vacas, a família toda se faz presente no galpão em que é realizado este processo. Quando começa a ordenha, toma-se o “camargo”, informa-nos a pecuarista familiar Manoela da Silveira, que conta que “*na nossa região [Campos de Cima da Serra], tem o camargo, que passa o café bem forte, com açúcar e tira o leite ali direto do ubre da vaca*”. Manoela da Silveira também nos explica o processo de trabalho no seu sítio, em Bom Jesus:

O ritual é assim: no levantar ele [o marido], já sai para pegar as vacas. Elas estão assim na frente [do sítio]. Põe para a mangueira⁵. Eu fico lá em casa, preparo o café. Arrumo já no dia antes, eu já deixo arrumado a vasilha do leite. Antigamente era com barril [de madeira], hoje em dia já não é mais. (...) Então eu uso o tarro de plástico. Tiro o leite, ponho o pano para coar o leite. E assim lá pelas 8:30 a gente terminou a ordenha. Aí ele fica limpando o galpão, as mangueiras.

Apesar de boa parte dos sítios possuírem energia elétrica, podemos afirmar que em Bom Jesus a maioria dos sítios não adota ordenhadeiras mecânicas, assim como tampouco verificam-se grandes mudanças no processo de trabalho dos sítios em comparação ao trabalho desenvolvido pelos avós e bisavós dos atuais pecuaristas. Mesmo com a diminuição da mão-de-obra familiar, em virtude, principalmente da saída dos mais jovens das propriedades, todo o processo de ordenha das vacas é realizado de forma manual.

Durante a etapa da ordenha, a família trabalha junto. Posteriormente, ocorre uma divisão nas tarefas: enquanto o homem fica com as funções da lida campeira, mais especificamente relacionadas ao manejo dos animais, a produção do queijo passa para o domínio da esfera feminina. Poucos homens fazem queijo, mas conforme a professora Lucila Santos, a partir das décadas de 1960, 1970, alguns homens começaram também a fabricar queijo. Muitas vezes por motivo de doença ou por impossibilidade da mulher, o homem assume a função da fabricação do queijo, mas se a mulher se faz presente no sítio, esta é uma atividade exclusivamente feminina.

⁵ Mangueira é um curral grande, onde o gado é recolhido.

Nos primórdios da produção do Queijo Serrano, esses possuíam a forma arredondada, pesando em média de quatro a cinco quilos. Numa época como a do período do tropeirismo, em que as distâncias eram enormes e os meios de transporte pouco eficientes, os queijos levavam meses até serem comercializados. E a fabricação de queijos desse tamanho facilitava sua conservação.

As formas, também chamadas de cinchos, utilizadas para a fabricação do queijo redondo, eram feitas de lâminas de madeira: eram “descascadas as árvores, secada a madeira, feito lâminas e enrolado... dado o formato redondo, era amarrado com arame ou com couro, por fora” (depoimento de Lucila Santos). O uso de cinchos redondos, com lâminas de madeira, permitia a fabricação de queijos de diversos tamanhos, pois conforme a quantidade de massa produzida, podia-se abrir ou fechar a lâmina, na medida necessária para a fabricação do queijo.

Além dos cinchos feitos de lâminas de madeira, também os barris utilizados eram de madeira. Conforme a professora Lucila Santos, “o barril que eles usavam, chamavam quinto (...) era feito de aduela, que era um tipo de madeira”.

O processo de trabalho atual configura-se da seguinte forma: ao ser colocado em um grande barril, o leite é filtrado por um pano estendido na abertura do recipiente. Ali será acrescido o coalho industrial, para a primeira fase da produção do queijo, e algumas vezes já o sal (outras mulheres preferem salgar a massa mais tarde). Antes da chegada do coalho industrial, este era obtido do estômago de alguns animais, conforme nos relata Pedro Siqueira, um antigo tropeiro de Bom Jesus:

De primeiro, o coalho a gente tinha que fazer. Que é da coalheira, tinha que fazer. A gente matava um tatu. Tirava o buchinho do tatu, limpava bem limpo. Lavava e enchia bem de sal. E depois tirava os pedaços e botava de molho na água. E depois botava uma canequinha no leite e coalhava o queijo. E da vaca, também tem a tal de coalheira. A vaca, é grande a coalheira. Tu salga bem (...) Não existia coalho comprado

Na seqüência do processo de produção do queijo, a massa será desmanchada com as mãos, para que se separe do excesso de soro – que será utilizado na alimentação dos porcos –, e acondicionada em formas (ou ‘cinchos’). Para que o líquido escorra, a massa será então prensada, com a utilização de grandes pedras.

A produção artesanal de Queijo Serrano foi e continua sendo feita em grande parte com os mesmos utensílios utilizados no passado. Apesar da chegada de novos materiais

em inox ou fibra, ainda perdura a produção de queijos em cinchos de madeira e o uso de pedras para prensar o queijo é ainda muito recorrente entre os pecuaristas familiares. Segundo a pecuarista familiar Manoela da Silveira:

É a forma de madeira. A mesa, a queijeira é de madeira. Aí é como eu comentei, é como o vinho. A madeira, como o vinho que vai na pipa de madeira, parece que amadurece, que passa o gostinho, dá o gosto. Eu tenho um cincho lá de inox e um outro de fibra, que é plástico. Ele muda, se nota, dá diferença. Mesmo fazendo do mesmo jeitinho (...) Quando furou o meu barril de madeira, eu tive que por no de plástico. Eu tive que por um abrigo, porque ele esfria. E com o outro, de madeira, conserva [a temperatura], ele não esfriava.

O “queijo de final de semana”

Nem sempre a produção de queijo foi uma atividade realizada aos domingos. Durante o período do ano em que se fabricava o queijo, essa atividade era realizada em todos os dias da semana, com exceção do domingo. Nesse dia, não se fabricava queijo por uma questão religiosa, pois o domingo era considerado dia sagrado, dedicado ao descanso. Fazer queijo em domingo era, assim, considerado pecado.

Mas essa prática tinha suas conseqüências negativas, pois ao não ser realizada a ordenha, os bezerros se aproveitavam da abundância de leite das vacas para se saciarem. No dia seguinte, muitos bezerros encontravam-se adoentados, com chorrilho, ou seja, diarréia, provocada pelo consumo excessivo de leite. A professora Lucila Santos conta sua experiência familiar:

Até onde me lembro da minha casa e de outras pessoas, não se trabalhava no domingo. Então era um inferno. Não se tirava o leite, porque era pecado trabalhar no domingo. Essa história. Era pecado trabalhar no domingo. (...) Na segunda-feira, estavam os terneiros com chorrilho. (...) Porque eles beberam até se fartar. Mamaram todo o leite do dia, todo o leite de domingo. De manhã à noite. Na segunda-feira, vai o remédio para os terneiros.

Com o tempo, a prática de não produzir queijo aos domingos foi sendo abandonada e o “queijo de final de semana” - forma como o queijo produzido aos domingos ficou conhecido na região - passou a fazer parte do cotidiano da vida do sítio.

O “queijo de final de semana” como moeda para pagamento de trabalho

Em alguns sítios, o “queijo de final de semana” também fazia parte do pagamento dos agregados. O Queijo Serrano produzido aos domingos era utilizado como moeda de pagamento de serviços prestados por agregados do sítio. Os agregados eram famílias que se estabeleciam em terras alheias, trabalhando e cultivando a terra sob certas condições. Uma extensionista da Emater de Bom Jesus nos explica como se dava essa relação:

Existiam famílias que moravam na propriedade, que eram os agregados. Que seria aquilo que a gente chama hoje de empregado, mas não eram considerados como empregados. O que tinha era um vínculo de trabalho, porque eles tinham uma parte, mas muito esse lado de amizade, de consideração.

Para Moura (1988, p. 81), “chama-se agregado ou agregação a relação de morada de uma família na fazenda, implicando o desempenho de tarefas para o fazendeiro e a produção direta dos meios de vida para o agregado”. É importante ressaltarmos que os grandes fazendeiros da região possuíam em suas terras, geralmente, mais de uma família de agregados, mas este tipo de relação também ocorria – ainda que em menor proporção – entre os pecuaristas familiares. Segundo uma informante, muitos pecuaristas familiares cediam, próximo a suas casas, em seus sítios, um local de morada para compadres ou amigos que não possuíssem terras próprias. Muito mais que simples relações comerciais, a relação entre proprietário de terra e agregado era realizada por meio de um código moral, em que “nas relações de agregação, o favor percorre o eixo das relações de trabalho por dentro, atuando no cerne do *modus operandi* das mesmas” (MOURA, 1988, p. 95). Ainda segundo esta mesma autora (1988, p. 87),

É característica deste código o compromisso assumido. Imutável por longos períodos nos seus preceitos essenciais de obrigação, supõe o conhecimento de “origem” da sua posição de devedor. Ela se funda numa relação de favor para com o fazendeiro que, em troca do acesso à morada, ao quintal e à roça, deve cuidar dos afazeres da fazenda. É nesse contexto que ganha sentido o que é direito para um agregado. Direito é aquilo que se obtém pela dívida corretamente saldada, pela gratidão expressa em relação a um favor inicial. É aquilo que se conquista pelo que permanentemente

se desempenha e se desempenha com correção. O direito não resulta de relação contratual.

O “queijo de final de semana”, apesar de sua importância econômica, não era a única moeda de troca entre proprietários de terras e agregados. Normalmente cada família de agregado também recebia um pequeno lote de terra, onde podia cultivar e criar seus próprios animais. O pecuarista familiar Euclides da Silveira explica como seu pai se relacionava com os agregados em seu sítio:

Então no tempo do meu pai, nós tínhamos agregados na época. Então, o falecido meu pai, ele cedia uma área, lá no fundo, para um compadre, para um agregado. Lá ele fazia a sua roça, ele tinha o seu milho, o seu feijão, tinha seu gado, galinha, porco, para o consumo. E ele não pagava a renda daquilo ali. E nesses dias de lida, eles ajudavam o meu pai, como todos outros por aí.

As antigas relações entre proprietários de terras e agregados foram alteradas a partir da segunda metade do século XX, com a institucionalização das leis trabalhistas. As relações, que anteriormente estavam assentadas sobre a base do favor, passaram a ser regulamentadas por contratos de trabalho, sendo que muitas contendas judiciais marcaram o fim desse tipo de relação. Ao menos assim conta Seu Euclides:

E aí, quando começou a vir as leis trabalhistas, muitos desses agregados sentiram assim, que estavam sendo prejudicados. Então entraram na justiça, e foi aquela briga. E aí acabou, acabou a confiança que se tinha, daquela relação. Então não posso mais colocar alguém lá.

O “queijo da mulher”

Apesar de costumeiramente a produção de Queijo Serrano se realizar sob domínio da esfera feminina, o mesmo não se processa no momento da comercialização. Como analisa a professora Lucila Santos, a comercialização do queijo esteve sempre a cargo dos homens.

Uma coisa interessante, que sempre quando se fala em queijo, o homem que quer falar. E a mulher sempre fala: é com ele. Mas com ele é a venda. Mas o processo da ordenha, inclusive, é assim: ela está presente ali também, ela não está sozinha, a família está presente também, mas ela está em todo o processo. É um trabalho

que, se você vai ver, é quase 99% feminino (...) na hora em que chegava o comprador, que normalmente era homem. Quem vendia, quem pesava. Era o queijo “aqui de casa”: eu [se referindo ao homem] vendo, eu peso, eu embolso o dinheiro. Normalmente, acontecia isso. (...) Quem recebia era o homem, e dava uma quantia para a mulher, se achasse que era necessário.

Em um estudo feito entre agricultores familiares das regiões Sudoeste e Centro do Paraná, Menasche e Belem (1996, p. 6) também verificaram que na produção de leite, “de um modo geral, pode-se perceber claramente uma divisão sexual de trabalho na execução e planejamento das atividades que ao longo do ano envolvem a produção de leite numa unidade agrícola familiar”. Dessa forma, verificamos que, “por mais que a produção seja realizada preponderantemente pela mulher, o produtor reconhecido pelos compradores tem sido, na maior parte dos casos, o marido: aquele que ‘representa’ a unidade familiar de produção” (MENASCHE; BELEM, 1996 p. 10).

Apesar de a mulher estar presente em todo o processo produtivo da fabricação do queijo, não cabe a ela *“mexer no dinheiro”*. É no domínio da esfera masculina que se coadunam as decisões financeiras. Assim como no estudo de Heredia *et al.* (1984, p. 39-40), observamos que toda transação comercial envolve pessoas estranhas e,

logo, requer a mediação do pai da família. Assim todas as relações mercantis excluem, em termos de modelo, a mulher, e este fato também é válido quando as transações se realizam no espaço que corresponde à casa. O pai de família representa o grupo doméstico frente a outros grupos domésticos, e a relação mercantil, mesmo quando tem lugar na casa, por supor uma relação estranha a ela, é um espaço que pertence ao pequeno produtor.

Apesar desse processo permanecer assim desde os tempos do tropeirismo até os dias atuais, o homem sendo o principal responsável pela comercialização do queijo, pode-se observar, em Bom Jesus, uma nova (segundo um dos depoimentos, a partir de meados da década de 1970) prática nos sítios produtores de Queijo Serrano. Se antes a mulher não possuía qualquer renda própria, sendo totalmente dependente do marido para ter acesso a dinheiro – caso ele *“achasse que era necessário”* –, agora a mulher passa a ter uma renda autônoma, pois o resultado da venda do queijo produzido aos domingos é dela. Segundo uma extensionista da Emater de Bom Jesus:

O queijo do final de semana era dela, era renda dela. Então interessante, que continua o mesmo processo. É ele que vende tudo, mas o queijinho dela, do domingo quando as vacas estavam mais gordas (...) Ela pegava o queijo só do domingo. Então faziam assim, na forma, no queijo, um sinalzinho. Esse queijo é meu, esse queijo é da mulher. (...) Mas assim, a gente pode ver que essa é uma prática bem mais recente, essa questão da década de [19]70, do feminismo, são coisas sociais que também vêm vindo para cá, numa região bem... Naquela época, ela não tinha essa renda. Ela dizia: eu preciso disso, preciso de um pedaço de tecido. Ela dizia e ele ia lá e comprava. (...) Então o dinheiro não passava pela mão [da mulher].

Heredia *et al.* (1984, p. 32) nos mostram uma situação em que, no caso dos pequenos produtores nordestinos estudados, a mãe de família obtinha vários bens domésticos a partir da renda auferida de uma pequena parcela de terra, concedida pelo marido, denominado roçadinho. Com o dinheiro obtido com a venda dos produtos ali colhidos, poderá contribuir para obter os bens de que precisa.

O pecuarista familiar Euclides da Silveira nos conta que em sua família, “*como a gente é só nós dois [marido e mulher], eu só me preocupo assim em manter a compra do mercado... que é a mesma história do meu avô, do meu pai*”. Como é o homem o responsável pela venda dos queijos, freqüentemente é ele também quem vende o “queijo da mulher”, o “queijo de final de semana”. Para diferenciar o queijo produzido durante a semana do “queijo de final de semana”, a mulher faz uma marca no queijo. Esta marca é feita com uma faca, uma pequena abertura na ponta do queijo, um pequeno pique, marcando que aquele é o “queijo de final de semana”. Entretanto, também ocorre de a mulher comercializar o “queijo de final de semana”, sendo que a renda desse queijo é utilizada livremente pela mulher, como conta a pecuarista familiar Manoela da Silveira: “*o queijo, eu vendo aos irmãos, aos amigos, mais é assim, coisa para mim, coisa para as crianças... alguma coisa que eu tenho vontade de comprar, um mimo*”.

Apesar de a mulher também comercializar o “queijo de final de semana”, vemos que isso se dá nos círculos de parentesco e vizinhança, nas demais situações cabe ao homem comercializá-lo. Situação similar foi verificada por Heredia *et al.* (1984, p. 40), que evidenciaram que, a princípio, entre os pequenos produtores nordestinos, “os produtos do

roçadinho e os animais que pertencem à mãe, aos filhos considerados pequenos e às filhas são comercializados pelo pai”.

Assim, podemos afirmar que, nos Campos de Cima da Serra, a renda obtida com o “queijo de final de semana” apresenta características similares àquela obtida a partir da renda proveniente da produção do roçadinho, estudado por Heredia *et al.*

* * *

Como pudemos verificar ao longo deste trabalho, desde há muito tempo a produção artesanal de Queijo Serrano faz parte do cotidiano do sítio e da vida dos pecuaristas familiares de Bom Jesus. Uma tradição passada de geração a geração. Mais do que um simples produto com características próprias da região, o Queijo Serrano é o produto de uma cultura e de uma história. O pecuarista familiar além de ser um produtor de alimentos, também é um produtor de significados.

Assim, e tendo presente o ensinamento de Antônio Cândido (2001, p. 35), que afirma que os “meios de subsistência de um grupo não podem ser compreendidos separadamente do conjunto das reações culturais” (CANDIDO, 2001, p. 35), cabe indagar por que, afinal, a renda proveniente da venda do “queijo de final de semana” é, em um momento, destinado aos agregados do sítio e, em outro, às mulheres. O que têm em comum essas duas situações?

Se, como vimos, não há, em relação aos demais dias da semana, variações no processo de produção do queijo realizado aos domingos que pudessem justificar a prática de destinação diferenciada da renda do “queijo de final de semana”, talvez encontremos na valoração do trabalho realizado o que – na contraposição ao patrão ou ao marido – torna semelhantes agregados e mulheres.

Talvez possamos intuir que, proibido pela religião, o trabalho realizado aos domingos, pecaminoso, seria considerado não-trabalho. E que o fruto desse trabalho, ou melhor, desse trabalho de menor valor, esse não-trabalho, o “queijo de final de semana”, não caberia àquele que usualmente se apropria do trabalho (o patrão) ou àquele que é considerado responsável pelo trabalho (o marido). Assim é que o “queijo de final de semana”, resultado de trabalho de menor valor, é apropriado por aqueles cujo trabalho é, dada a hierarquia (no sítio e na família), considerado de menor valor: agregados e mulheres.

Referências

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.) **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

KRONE, Evander Eloí. **Práticas e saberes em movimento**: a história da produção artesanal do Queijo Serrano entre pecuaristas familiares do município de Bom Jesus (RS). 2006. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Encantado, 2006.

MAESTRI, Mário. **Uma breve história do Rio Grande do Sul**: da pré história aos dias atuais. Passo Fundo: EdUPF, 2006.

MENASCHE, Renata; BELEM, Régis da Cunha. Gênero e agricultura familiar: trabalho e vida na produção de leite do Sul do Brasil. **Raízes**, Campina Grande (PB), 17, 1998.

MENASCHE, Renata; KRONE, Evander Eloí. Queijo Serrano: identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, VII, 2007, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MOURA, Margarida M. **Os desertados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ARMADILHA DO CAPITAL: A POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA ESPECIAL SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO.

Simone C. Contente Padilha

Mestre em Sociologia

e-mail: simonecontente@bol.com.br

Resumo

O trabalho visa apreender no contexto da política de crédito agrícola especial, que se destina exclusivamente ao campesinato, as determinações do capital financeiro. Este, enquanto forma dominante de capital assumida fundamentalmente na segunda metade do século XX, movimenta-se não somente em função de interesses especificamente econômicos, mas também políticos e de perspectivas ideológicas que os norteiam. Por isso, não o encontramos somente em países centrais, nas grandes multinacionais ou nas bolsas de valores, ele penetra em todas as classes e nas relações sociais, aparentemente mais alheias a ele, transformando-as em função de seu objetivo último que está na consolidação e ampliação de domínio enquanto sistema econômico. Essa compreensão possibilitou, entênde-lo também entre o campesinato brasileiro, categoria social até então atípica das relações clássicas do capital. No que concerne às várias formas, que poderia se apreender dessa relação, percebeu-se uma particularmente pulsante, pois postulava-se sob uma importante base legitimatória entre os próprios camponeses, advinda de uma bandeira de luta, pela qual se protagonizaram várias mobilizações durante a década de 1990, que foi pela constituição de uma política de crédito agrícola diferencial à essa categoria. Disso surgiu à hipótese central de que a política de crédito agrícola especial representa desde a sua constituição o principal canal de inserção do capital financeiro entre o campesinato brasileiro, mantendo sua forma originária, mas tendo seu sentido completamente modificado em função das necessidades desse capital. Dentre as várias políticas creditícias, analisou-se particularmente a vinculada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), por constituir-se enquanto o principal programa de crédito especial da história do país. Os dez anos (1996-2006) de aplicação desse programa geraram muitos dados e referências representando subsídios fundamentais que, confrontados a documentos oficiais do Banco Mundial e FAO, possibilitou perceber, nesse programa, toda a lógica capitalista, com imposições nem sempre visíveis, de novos padrões de produtividade, novas relações de trabalho, novas condições de vida, enfim, a redução do camponês em “agricultor familiar” dos manuais de

crédito. Esta análise do crédito agrícola se apóia nas teorias marxistas clássicas, principalmente as de Marx e Hilferding, prossequindo pela análise de suas conseqüências na agricultura brasileira em geral e, em particular na sua relação com o crédito agrícola especial.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca identificar na política de crédito agrícola especial as determinações econômicas, ideológicas e políticas do capital financeiro.

Parte-se da compreensão do capital financeiro segundo perspectiva desenvolvida por Marx (O Capital, livro III, seçãoV) e posteriormente aprofundada em outro contexto histórico por Hilferding (O Capital Financeiro), enquanto uma unificação de capitais, sob a hegemonia do capital de comércio de dinheiro¹, com a finalidade de dar maior centralização e fluidez ao capital.

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário- de capital rendoso- e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. (HILFERDING, 1985: p.219).

Ele é imanente à estrutura de reprodução capitalista desde a sua consolidação enquanto meio de produção, ainda no século XIX. O que efetivamente modifica-se é sua força histórica interna a esse capital, que a partir da consolidação dos monopólios no século XX, deu um salto significativo em importância no seu processo de acumulação, e

¹ Optou-se utilizar o conceito de capital de comércio de dinheiro e não capital bancário, por compreender uma acepção mais ampla para o termo; já que esse capital não restringe apenas ao âmbito bancário, mas relaciona-se com outras formas de instituições financeiras.

desde então, é sob seu comando, que vêm se aplicando as transformações econômicas, sociais e políticas, efetivamente necessárias para reprodução ampliada do capital.

Entretanto a complexidade que perpassa por essa cadeia financeira global, impõe, primeiramente, estruturas capitalistas consolidadas. Daí porque, a entrada efetiva do capital financeiro no campo brasileiro, tenha datado de um período mais recente, particularmente a partir da década de 1980, pois no período anterior (entre 1930-70) ainda se implementava, um processo de “modernização” das bases agrícolas do país, pautado na necessidade de incorporação de tecnologia em massa e consolidação dos complexos agroindustriais (CAIS); na verdade, condicionantes para uma etapa posterior de integração de capitais, característico da fase capitalista financeira.

Compreendendo que o capital financeiro move-se sempre em função de ampliar suas oportunidades de rentabilidade, tem-se no Brasil, enquanto um país periférico, um importante espaço para o desenvolvimento desse capital. Ainda na década de 1970, em função dos fartos incentivos fiscais garantidos pelo Estado, para as empresas que investissem seus capitais nas regiões de fronteira, pôde se verificar na Amazônia, a entrada de grandes conglomerados econômicos (capital financeiro), que ganhavam com os incentivos e ainda se apropriavam de enormes hectares de terras mantendo-as ociosas, apenas com vistas à especulação no mercado imobiliário rural. Aqui tem-se, pois, uma característica básica do capital financeiro, que está na sua função parasitária, no sentido de um movimento relativamente autônomo desse capital, ou seja, sem uma relação direta com o capital produtivo, mas ainda assim, sendo capaz de se reproduzir com ganhos econômicos decorrente da diferença entre o preço de venda e o de compra, representando a fórmula marxista D-D’.

Progressivamente esses capitais financeiros vão dominando o mercado agrícola nacional, não só através de uma integração técnica a determinados ramos de produtos, mas fundamentalmente por fusão de capitais, numa “articulação orgânica dos capitais bancários, agrários e industriais” (Delgado, 1985: p.138). Para esses capitais, em sua grande maioria de origem estrangeira, esse movimento em direção ao mercado agrícola brasileiro - com política comercial de estímulo à exportação, política cambial favorável, benefícios fiscais, terra e força de trabalho valendo tão pouco, dentre outros elementos internos, característicos de países dependentes-; realiza-se em função de um aumento significativo da sua taxa média de lucro, não alcançado, em seus países de origem.

A consolidação desse capital financeiro não representa apenas mudanças ao meio capitalista em que se relaciona diretamente, ao contrário, imprime transformações de

todas as matizes e em todas as esferas sociais por onde passa; especificamente em relação aos recursos naturais e ao campesinato, tem deixado um rastro de destruição e miséria. Dessa situação, ensejam-se resistências, conflitos, questionamentos, e naturalmente dificuldades para que esse capital continue se desenvolvendo.

Há, nesse sentido, um movimento *sui generis* do capital financeiro, não estando relacionado à expectativa de lucros diretos, nem encabeçado por seus conglomerados econômicos; mas dirigido por organismos de Estado em função de uma operacionalização indireta desses lucros. Assim tem-se resgatado, dentro de uma nova perspectiva de atuação, a intervenção de agências multilaterais de desenvolvimento, surgidas no pós-segunda Guerra (Banco Mundial, Organização das Nações Unidas-ONU, Banco Internacional de Reconstrução e de Desenvolvimento -BIRD, Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID, Acordo Geral de Tarifas e Comércio -Gatt, atual Organização Mundial de Comércio- OMC), enquanto a face estatal desse capital; não só com a função de disciplinar o mercado, mas também de incidir sobre desequilíbrios sociais. Assim, as garantias de empréstimos financeiros dessas agências estão condicionadas ao alinhamento dos Estados nacionais a essas estratégias.

A intervenção, via Estado, é uma forma característica de ação aplicada a setores considerados “pouco rentáveis” a esse capital, como no caso dos camponeses no Brasil. Dessa forma, tem-se a partir da década de 1980 um rol de políticas agrícolas e agrárias destinadas a esses camponeses, que refletiam não só as necessidades de ampliação de mercado para esse setor, mas também correlacionavam-se a necessidade de dar respostas políticas a instabilidade social crescente que existia no campo nesse período. Dentre essas várias políticas, situa-se a de crédito agrícola especial, identificada, por esse texto, como a principal via de entrada do capital financeiro sobre esse setor, desde sua constituição em fins da década de 1980.

A política de crédito agrícola especial, é considerada como toda aquela voltada para um atendimento creditício específico ao campesinato, representando uma política pública inédita na história do país e que se constituiu afinada a seus anseios. Conforma-se primeiramente restrita a setores e a regiões mais carentes; somente em 1995, com a constituição do PRONAF, ganha status de política nacional.

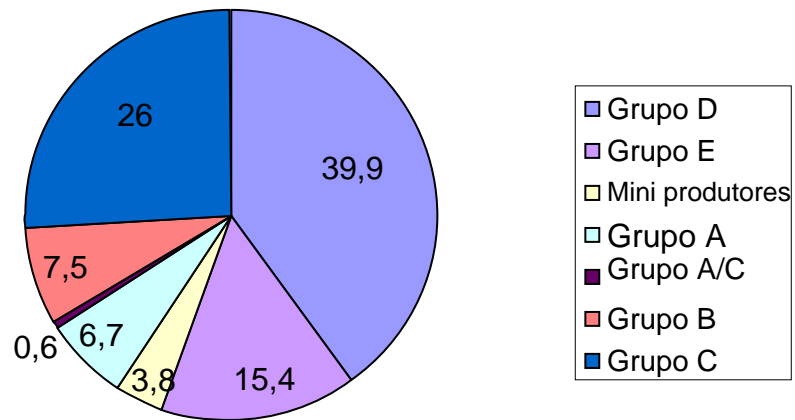
O crédito agrícola especial e a valorização do capital financeiro

O capital financeiro movimenta-se fundamentalmente em função de sua valorização, ou seja da necessidade de extrair o maior lucro possível de suas transações econômicas. Por isso, aparentemente essa forma de crédito estaria fora dos padrões economicamente rentáveis ao mercado financeiro. Ressalta-se, entretanto, que na essência desse fenômeno tem-se percebido que o crédito agrícola especial, da forma como vem sendo operacionalizado pelo capital financeiro, tem possibilitado um lucro indireto a esse capital, não necessariamente na transação creditícia em si - que em relação ao capital bancário é quase nula- mas na sujeição econômica em que o campesinato beneficiado com o crédito tem se submetido a partir justamente de sua concessão.

A política de crédito agrícola especial, como por exemplo o PRONAF, claramente apregoa a necessidade de integração do “agricultor familiar” ao mercado agrícola global. Entretanto ao capital financeiro interessa apenas aqueles com possibilidades reais de integração, daí que a política de estratificação em grupos representa uma seleção dos que efetivamente serão o público alvo do crédito, ficando os demais localizados nas estatísticas de pobreza rural e relegados aos programas sociais. Esse elemento é facilmente comprovado se observarmos o destino do crédito rural do PRONAF, destinado prioritariamente aos grupos “C”, “D” e “E”, que concentram, segundo gráfico abaixo, 81,3% de todos os recursos creditícios desse programa

Gráfico 1

Participação percentual dos grupos no montante de crédito rural do PRONAF -Brasil 2005



Fonte: DIEESE/NEAD/MDA

Para esse setor mais capitalizado de agricultores familiares, o crédito agrícola especial tem representado a possibilidade de acesso a instrumentos e meios de trabalho otimizadores da produtividade, entretanto, na maioria das vezes, sem sua conseqüente melhoria da renda familiar. Kageyama (2003: p. 1), demonstra através de uma pesquisa realizada em oito estados brasileiros onde comparou características econômicas e sociais dos agricultores familiares que receberam e que não receberam crédito do PRONAF, na safra agrícola de 2000/2001, que: “a presença do PRONAF não esteve associada com maior renda familiar, mas apresentou forte correlação com as variáveis tecnológicas e com a produtividade agrícola.”. O que significa dizer que, além de suas fronteiras há uma apropriação indireta pelo capital de seu trabalho excedente, de onde ele pode extrair dividendos financeiros.

Por exemplo, um agricultor familiar que possui atualmente a capacidade de produzir mais do que o necessário para reprodução de sua família, mas que continua vivendo com seus recursos restritos a essa reprodução, deve-se perguntar para onde estará indo esse excedente. Em distinção ao mais-trabalho do operário da fábrica, que é expropriado exclusivamente pelo seu patrão (capitalista industrial) em forma de mais-valia mediada pelo assalariamento, o desse agricultor pode ser absorvido por uma relação de dominação de preço pelo capital comercial ou industrial no ato de venda de seu produto, como comumente se realiza nos contratos de interação entre os agricultores e as

indústrias alimentícias e de cigarro no sul do Brasil; ou mesmo em cobranças bancárias que as transações comerciais muitas das vezes lhes impõem, e principalmente através da imposição de padrões de produção para o mercado, que como consequência vai lhe requer aquisição de determinadas tecnologias, amarrando-o a multinacionais de sementes, fertilizantes, defensivos e automotivas. Ratifica-se nesse sentido que, entre os anos de 1996 a 2001 as três principais culturas financiadas pelo PRONAF que alternaram no ranking de recursos foram o fumo, a soja e o milho (CAMPOS; CARDOSO, 2004,p.11), essas, que requerem elevado consumo de tecnologia moderna.

Na verdade, a perda do controle da sua produção faz com que seu excedente se dilua entre os vários capitais aos quais ele se relaciona no mercado, que na atual fase do capitalismo mundial conformam-se sob a órbita do capital financeiro; e é justamente nessa relação de subsunção que se estabelece indiretamente o seu ganho.

O crédito agrícola especial e a reprodução ideológica do capital financeiro

O crédito agrícola especial desde a sua constituição enquanto política pública destinada aos agricultores familiares, tem-se mostrado como o principal mecanismo de contato dessa parcela do campesinato com o capital financeiro. Mesmo em se tratando de uma relação atípica para esse capital, no que concerne a taxas de juros a baixo do mercado e clientela economicamente débil; ainda assim, traz embutido sua característica central de ser um crédito, isto é, o principal instrumento que alimenta e expande os círculos de intercâmbio de valor do capitalismo.

Essa característica a distingue de um crédito informal comum no meio rural fundamentalmente concedido por fazendeiros e comerciantes locais, que segundo Shanin (1974: p.32) advém de uma necessidade muito presente dentre o campesinato, devido à escassez de recursos e catástrofes naturais, apesar deste sempre lhe ter sido custoso e limitado. O crédito agrícola institucionalizado, se, por um lado, comunga com a necessidade premente desse campesinato de fugir dos malefícios da forma de crédito informal, por outro lado, traz com ele para o seu meio relações mais diretamente capitalistas impostas por seus padrões operacionais, seus prazos, suas instituições bancárias, num modelo de dominação mais orquestrado e centralizado pelo capital.

A partir do momento em que esse campesinato através do crédito agrícola especial, entra no circuito do capital financeiro, este torna-se automaticamente refém de sua dinâmica. Primeiramente, este crédito vem cumprindo o papel de reproduzir no

campesinato a ideologia desse capital. Têm-se relações pessoais construídas sob o preceito da solidariedade quebradas pelos padrões de competitividade que o mercado de crédito impõe, formas de produção historicamente constituídas, modificadas pelo pacote tecnológico embutido na concessão do crédito, tempo de trabalho imposto pelo produtivismo dos prazos de quitação do empréstimo, enfim a complexa dimensão da vida social camponesa redefinida de acordo com os desígnios desse capital.

Em segundo lugar, por seu intermédio está se difundidos entre os camponeses padrões de eficiência e produtividade, modelos de competitividade e concorrência, muitas das vezes alheios ao seu universo, mas constituintes da matriz capitalista. Ressalta-se nesse sentido, que se na integração econômica, prioriza-se particularmente uma parte de camponeses mais consolidados economicamente, para onde efetivamente está se direcionando o crédito agrícola; no que concerne o aspecto mais ideológico, é reproduzido em todos os estratos desse campesinato, mesmo aos que encontram-se excluídos dessa política.

Um outro reflexo, está relacionado a sua própria identidade. O crédito agrícola massificou a categoria de “agricultores familiares” em detrimento do camponês; visivelmente comprovada pelos títulos de programas, referência em documentos oficiais, instâncias governamentais. Essa “opção” pelo termo agricultor familiar, não reflete apenas uma discussão de nomenclaturas, ela tem fundamentalmente o caráter ideológico, na medida em que reduz um modo de vida (camponês) a somente relações de trabalho (trabalho familiar), negando assim relações sociais, religiosidades, costumes, enfim, tudo mais que envolve esse modo de vida; e que efetivamente é descartável ao capital. Há portanto, uma desqualificação social por detrás desse termo, que vem sendo difundida amplamente, inclusive pelo próprio movimento camponês; cuja função exclusiva está pautada na sua necessidade de domínio econômico.

O crédito agrícola especial enquanto instrumento de legitimação política

Para além do aspecto econômico e ideológico, o crédito agrícola especial vem representando um importante instrumento de legitimação política desse sistema. Primeiramente por se dizer voltado a uma enorme parcela da população do campo, categorizada como agricultores familiares; em segundo lugar, pela legitimidade de uma política advinda dos anseios dessa categoria, que já alguns anos vinha desenvolvendo

mobilizações e lutas, cuja bandeira central relacionava-se a necessidade de linhas de crédito específicas para a produção camponesa.

Considerando o fato de que a economia capitalista global tem se caracterizado por uma concentração de riqueza sem precedente na história, em contraposição a uma ampliação da pobreza, somado a um modelo de Estado neoliberal, que tem avançado no processo de privatização de setores públicos, inclusive de serviços básicos, como: saúde, previdência social, educação, etc; tem resultado como conseqüência a um progressivo aumento da dissonância entre populações no mundo todo e seus governos, com impactos não desprezíveis a esse sistema.

Essa dinâmica capitalista, segundo Mandel, faz ampliar a importância do papel do Estado enquanto esteio do capital privado : “ Durante um certo período a função do Estado em ‘administrar as crises’ é tão importante quanto sua responsabilidade por um volume enorme de ‘condições gerais de produção’ ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente.” (1976: p. 189). Primeiramente através do modelo de um Estado do bem-estar social, com características de uma forte intervenção econômica ; e, mais recentemente (aproximadamente a partir da década de 1980), com uma função marcadamente ideológica.

A ele caberia, nesse contexto histórico atual, a tarefa de fazer com que essa população excluída se sentisse novamente assistida, garantindo-lhe a confiança necessária para aplicação de suas políticas econômicas. Daí, percebem-se novas estratégias de atuação de organismos multilaterais, com foco a propagação de programas assistenciais aplicados à população mais pobre e o incentivo à participação cívica na esfera governamental; que vem sendo reproduzidas, enquanto práticas crescentes dos governos alinhados com esses organismos.

Em relação ao crédito agrícola especial, apesar de não ser considerado uma política assistencialista - pois constituiu-se enquanto um empréstimo e não uma doação do governo-; dentro dessa nova linha de intervenção estatal, verifica-se um forte apelo participativo, em fóruns, organismos e instâncias governamentais, representando uma consistente base de sustentação política e conseqüentemente, um facilitador da entrada do capital financeiro entre o campesinato.

Os Conselhos de Desenvolvimento Rural (CDR), podem servir de exemplo dessa dinâmica. Estima-se a existência desses conselhos em mais de um quinto dos municípios brasileiros.(Abramovay,2001: p.121). Estão na estrutura operacional de programas de crédito especial, como no caso do PRONAF, tornando-se, a partir de 1997, condição para

que os municípios recebam recursos advindo desse programa. Integram os mesmos, classes de interesses divergentes, numa correlação de forças desigual, onde esses agricultores postulam-se visivelmente em desvantagem. A conseqüência dessa forma de funcionamento, já identificada em várias análises (Zaninni; Fröhlich, 2005, Cordeiro, 2001, Assis; Santos Silva, 2003, Abramovay, 2001), convergem para o fato de que há pouca participação efetiva dos agricultores e uma tendência a burocratização.

O que se resgata, entretanto, é a essência apreendida no apelo pela participação, que pode ser bem exemplificado a partir do que expressa o representante do Banco Interamericano da Venezuela:

Para ter eficácia e uma razoável estabilidade, a gestão pública requer bastante cooperação na sociedade, entre distintos níveis de governo e diversas instâncias do mesmo nível, e entre o Estado e a sociedade civil, assim como a formação de alianças e concessos, e negociação entre interesses e posições contrapostos. O clima de desconfiança, e a falta de cooperação e consciência cidadã, é responsável pela debilidade de capital social (Moyorga: 2005, p.4).

Essa perspectiva, busca efetivamente, minar o campo das esferas democráticas já existentes, que se constituem a partir de suas bases sociais, das suas necessidades objetivas, de onde, muitas das vezes, saem os questionamentos, as cobranças e mudanças; enquadrando-as aos seus preceitos e determinações.

A gestão participativa busca efetivamente atuar pelo consenso, pela confiança entre os indivíduos que a compõem, pela cooperação com o Estado, segundo Offe (1975), numa participação institucionalizada. (apud Zaninni; Fröhlich, 20005: p.5). Esses três elementos estão na essência de uma concepção funcionalista de sociedade: fonte de coesão social e equilíbrio para o bem comum. É verdade que, sem os conflitos advindos de interesses antagônicos de classes, potencializam-se realmente, as chances de um desenvolvimento econômico, porém exclusivo do capital.

Mantendo a forma de um crédito agrícola destinado a agricultores familiares, com incentivo à participação na sua gestão, através dos conselhos- política condizente com os anseios desses agricultores - mas mudando completamente seu conteúdo objetivado na melhoria da qualidade de vida desse setor, o governo tem conseguido a revelia desses agricultores arrefecer seu potencial mobilizador – atualmente

completamente modificado em função do crédito, e aplicar com sucesso a principal política agrícola atual de abertura de mercado ao capital financeiro, de um setor extremamente importante para sua estratégia de lucro.

CONCLUSÃO

A caracterização do crédito agrícola especial sob a égide do capital financeiro refere-se ao fato de ser esta a forma por excelência do capitalismo contemporâneo, que apesar de aplicar-se a um mercado internacional extremamente restrito, difunde-se numa relação dominante nas mais diversas esferas sociais, mesmo as que aparentam alheias aos seus “pregões”, “títulos negociáveis”, “ganhos especulativos”, dentre tantas outras manifestações mais diretas que advêm de sua estratégia de otimização do lucro.

Procurou-se demonstrar que a política de crédito agrícola especial, apesar de estar pautada em uma necessidade latente do campesinato brasileiro, pela qual se protagonizaram grandes mobilizações nacionais na década de 1990; ainda assim, em sua essência, tem seu conteúdo transformado em função da lógica de crescimento do capital financeiro. O desenvolvimento desse trabalho, vai portanto, no sentido de buscar identificar nessa política as três faces de reprodução do capital financeiro (econômica, ideológica e política), sobre o campesinato; ressaltando-se que as mesmas, apesar de apresentadas em contextos específicos, se entrelaçam na constituição desse capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “Conselhos além dos limites”.In: **Estudos avançados** , São Paulo: USP, nº 43, vol. 15, 2001.

ASSIS, William Santos; SILVA, Luis Mauro Santos. “PRONAF e agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades”. In: SIMÕES, Aquiles (org). **Coleta amazônica. Iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Belém: Alves Ed, 2003.

CAMPOS, Rodrigo Ferrarini de; CARDOSO, João Luiz. PRONAF: índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001. **Informações Econômicas**. São Paulo. v.34. n 11. nov,2004.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. **Gestão pública compartilhada: a experiência dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável no Ceará**. VI Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y Administración Pública. Buenos Aires. 5-9, nov. 2001.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP/ÍCONE, 1985.

DIEESE. **Estatística do Meio Rural**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos: Núcleo de Estudos e Desenvolvimento rural. São Paulo,2006.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.(Os Economistas)

KAGEYAMA, Ângela. Produtividade e Renda na Agricultura familiar: efeitos do Pronaf-crédito. **Agricultura**. São Paulo, 50 (2), 2003.

MANDEL,Ernest. **Lê troisième age du Capitalisme**. Paris: Union Générale D'Éditions, 1976.

MOYORGA, Román. ***El Capital Social em América Latina***. Conferência em la Universidad Simon Bolívar. Caracas, 24 de out, 2005.

SHANIN, Teodor. ***Naturaleza y lógica de la economía campesina***. Barcelona. Editorial Anagrama, 1974.

ZANINI, Welington R.; FRÖEHLICH, José M. ***A experiência da gestão social no PRONAF: o caso do conselho de desenvolvimento rural em São Pedro do Sul/RS***. Porto Alegre. 2005

AS MIGRAÇÕES SAZONAIS DO SERTÃO PARAIBANO PARA AS USINAS CANAVIEIRAS DE SÃO PAULO

Marilda Aparecida de Menezes (Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG)

e-mail: marildamenezes@uol.com.br

Marcelo Saturnino (Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFCG)

e-mail: marcelo_saturnino@yahoo.com.br

As reconfigurações das migrações no Estado da Paraíba

Vários estudos constataam que as migrações internas, desde a década de 1970, têm sido caracterizadas pela ocorrência de movimentos múltiplos, diferentemente das migrações de décadas anteriores, que apresentavam fluxos mais ou menos definidos. Grupos que começaram a migrar na década de 1970 tiveram menores possibilidades de fixação nas cidades, ou de adquirirem alguma poupança para investir em seu espaço de origem, do que os que migraram nas décadas de 1950 e 1960, o que contribuiu para intensificar as “migrações múltiplas”, as temporárias e a “migração de retorno” (Martine, 1982; Menezes, 2002:54).

Em pesquisas realizadas com migrantes paraibanos do Sertão Paraibano e da Região Agreste, utilizamos a análise de trajetórias migratórias e identificamos a recorrência da migração de paraibanos em direção à Região Sudeste simultaneamente à migração temporária dentro da própria região desde a década de 50 (Menezes, 1985; 2002). Ou seja, embora em termos quantitativos, possamos definir os fluxos migratórios intra e inter-regionais nas várias décadas; ao utilizarmos a metodologia de trajetórias migratórias de vidas individuais, observamos que o mesmo indivíduo pode realizar na mesma década diversos movimentos migratórios.. Todavia, as mudanças que vinham se processando na economia desde a década de setenta, com o fim do “milagre econômico”, intensificaram-se e tornaram-se mais visíveis a partir da década de noventa, refletindo-se na deterioração das condições de trabalho e moradia dos migrantes. “São Paulo já era”, “São Paulo não tem mais futuro”, “São Paulo é uma ilusão” foram frases bastante pronunciadas pelos migrantes, tanto pelos estabelecidos na capital paulista ou

em regiões do estado, quanto pelos jovens migrantes, para caracterizar os finais dos anos oitenta e os anos posteriores a 1990.

Nesse mesmo período, outras regiões econômicas do Estado de São Paulo têm processos de expansão, com possibilidades de emprego para os migrantes provenientes do Nordeste. Tal é o caso do setor sucroalcooleiro da região de Ribeirão Preto, que passava por uma reestruturação produtiva, desde a década de setenta, a partir da criação do Programa Nacional do Alcool – Proálcool e a conseqüente abertura de linhas de crédito que viabilizou a instalação de destilaria em toda a região, transformando o Estado de São Paulo no principal produtor de cana-de-açúcar do país. Elias (2003) argumenta que o principal responsável pelo nível de competitividade alcançado pelo setor foi a “intensa utilização de capital, tecnologia e informação” (p. 74). Graziano (1997) comentando os efeitos do Proálcool sobre a indústria canavieira, considera que as inovações do setor devem ser creditadas a esse programa e que tais inovações foram, basicamente, de três ordens: a) biotecnológicas, com a criação de novas variedades de cana que permitissem a maturação mais rápida, uma maior produtividade e maior adaptabilidade a solos mais pobres; b) a mecanização agrícola com o uso cada vez mais intenso de máquinas em todas as etapas do processo produtivo. Para este autor, a primeira inovação mecânica apresentada pelo setor foi a queima da cana, introduzida nos anos setenta, que, facilitando a entrada nos canaviais e evitando acidentes, com animais peçonhentos, teria favorecido uma maior produtividade, permitindo a um trabalhador médio passar de 2,5t/dia para 4,0t/dia, diminuindo, dessa forma, a necessidade de mão de obra no pico da colheita e favorecendo, ainda, o barateamento da força de trabalho contratada. Uma segunda inovação introduzida no setor foi o uso de herbicidas que também teria contribuído para a diminuição da necessidade de mão de obra, especialmente no trato cultural. Finalmente, como terceiro tipo de inovação, Graziano se refere a inovação na organização do trabalho, com a introdução, nos anos oitenta, do corte em sete ruas, que, embora aumentando o nível de esforço dos trabalhadores¹, favoreceu a redução no trânsito das máquinas e a eliminação da presença de sujeiras na cana, significando maiores lucros para as empresas.

Esta reestruturação do setor sucro-alcooleiro no interior paulista favoreceu um re-direcionamento das correntes migratórias do Estado da Paraíba. Dessa forma, além da clássica migração para regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e das migrações sazonais da região do Agreste e do Brejo Paraibano para as usinas da

¹ De acordo com Graziano (1997), a passagem do corte de cinco para sete ruas trouxe prejuízos para o trabalhador, representando, dessa forma, “a intensificação de seu trabalho”, já que neste novo método, o trabalhador “tem que jogar as canas de uma distância de 3,0 m maior, o que representa um dispêndio de energia maior e, ainda assim, com uma redução da sua capacidade de corte, variando entre 20% e 40%, segundo as estimativas dos próprios usineiros”. O autor enfatiza, ainda, que com a introdução das setes ruas, muitos trabalhadores buscaram “incorporar outros elementos da família na empreitada a fim de completar a tarefa” (p.62). A introdução do sistema de sete ruas foi um dos principais motivos da primeira greve dos trabalhadores de cana, ocorrida em Guariba em Maio de 1984.

Zona da Mata na Paraíba e no Estado de Pernambuco; as migrações sazonais do Sertão Paraibano para a região canavieira de São Paulo começam a ter visibilidade e a ganhar importância desde meados da década de 1990.

Este tipo de migração tem como atores principais homens jovens e bem nutridos, de preferência, socializados na agricultura familiar, os quais são visados pelos empreiteiros e chefes de turmas que buscam, assim, garantir a utilidade e a docilidade desses migrantes. De acordo com o *Dossiê 2001-2003: Rota da mobilidade humana para o Interior Paulista*, publicado pela Pastoral dos Migrantes do município de Guariba, estado de São Paulo: “Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão, Paraíba e demais Estados do Nordeste figuram como as áreas principais de origem desses migrantes” (p. 07). No Estado da Paraíba, ainda de acordo com o dossiê, o sertão é a região de origem dos migrantes, sendo que, na diocese de Cajazeiras, os municípios que mais “expulsam” são: Bom Sucesso; Cachoeira dos Índios; Cajazeiras; Cajazeirinhas; São José de Caiana; São José de Piranhas e Sousa. Já na diocese de Patos, os municípios de origem dos migrantes, citados pelo dossiê, são: Juru; Princesa Isabel e Tavares. Utilizaremos dados coletados no município de Tavares nos anos de 2005 e 2006 para as reflexões sobre as migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas de cana de açúcar em São Paulo.

Do sertão Paraibano para as usinas em São Paulo

O Município de Tavares fica situado no Alto Sertão Paraibano (Ver mapa abaixo), na micro-região da Serra do Teixeira e conta com uma população de, aproximadamente, 13.584 habitantes, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A maioria desta população, 60%, ocupa as áreas oficialmente tidas como “rurais”.



Fonte: IBGE

Atualmente, o município é habitado por famílias de pequenos proprietários, comerciantes, servidores públicos e, num número bastante reduzido, profissionais

liberais. Sua economia está centrada na produção familiar, no comércio, nos empregos públicos, nas transferências governamentais (aposentadorias, auxílios e bolsas) e nos recursos externos, oriundos, sobretudo, das migrações. Como todo município rural, Tavares também tem sido um celeiro, não apenas de camponeses, mas também de migrantes, visto que a migração - cujas origens se perdem no imaginário dos mais velhos - faz parte do cotidiano de sua população, se apresentando ora como estratégia de sobrevivência, sobretudo nos tempos “fracos” e “difíceis”, relacionados às grandes secas; ora como fuga dos conflitos familiares, quando as regras de convivência eram quebradas² e buscava-se fugir à obrigação de receber à qual ficava sujeito o doador³. Até meados dos anos de 1990, o Sul, e mais especificamente a região metropolitana de São Paulo, absorverá um contingente significativo da força de trabalho não só do município de Tavares, mas do alto sertão paraibano, que se dirigiram para a capital paulista em busca de melhores condições de vida que lhes permitissem: “a) garantir a sua própria reprodução; b) ajudar a família, os que ficaram; e, c) formar um pecúlio que permita a fixação na cidade ou o retorno e fixação no local de origem” (Menezes, 1985:08).

Assim, no espaço em questão, a migração pode ser entendida como prática cultural, recorrente na história, inscrita na tradição e que se reinventa a cada tempo, dando-lhes novos contornos e significados. Como lembra Menezes (2002).

“Camponês-trabalhador-migrante é um termo novo, porém um fenômeno antigo (...) sua existência remonta ao século XVIII, e eles têm-se engajado em muitas atividades produtivas, migram internacional ou internamente, sozinhos ou em grupos e permanecem semanas, meses ou anos longe de casa” (p.19).

Entre os migrantes, são os jovens que constituem o tipo mais recorrente, sendo que em muitas comunidades a migração dos jovens é algo quase que institucionalizado, funcionando mesmo como um rito de passagem para o mundo adulto. Marcados pela penosidade do trabalho agrícola, os jovens vêm na migração uma válvula de escape de “atividades pesadas e mal remuneradas” (Menezes, 1985:66). Nesse sentido, eles são marcados pela tensão entre o sair e o ficar. Em muitos casos é ao partir que se consegue garantir a sobrevivência própria e, muitas vezes, até, a dos que ficam, uma vez que é no contato com o universo mais amplo das grandes cidades ou das agro-indústrias, onde o trabalho, embora penoso, ainda é uma realidade⁴, que o jovem rural enxerga uma possibilidade da concretização de seus projetos de emancipação pessoal. Todavia, o sair, mesmo que provisoriamente, acaba favorecendo mudanças pessoais e sociais significativas (Silva, 2006), podendo a migração, sobretudo a sazonal, se revelar como fonte de dinamismo das regiões rurais (Menezes, 1985; 2002), o que implica no

² No estudo que faz sobre a construção das comunidades eclesiais de base e dos sindicatos rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, aqui já citado, Comerford (Op. Cit), escreve que, “na raiz de boa parte das decisões de sair de uma localidade, estão conflitos ou tensões intra e interfamiliares” (p.45).

³ Estamos sugerindo que os conflitos familiares possam ser interpretados nos termos da dádiva de Marcel Mauss (2003), já que estaríamos diante de um dom (negativo) que se recebeu e ao qual se obriga retribuir.

⁴ Referência aos cortes de cana, no interior do Estado de São Paulo.

reconhecimento de que migrar nem sempre significa partir e de que se pode estar geograficamente longe e socialmente perto, ou, ao contrário, geograficamente perto e socialmente longe (Menezes, Op. Cit.).

No município em foco – Tavares – a partida ocorre, geralmente, no período de fevereiro a abril de cada ano, período este em que, todos os dias, a cidade verá partir um, dois e até três ônibus, levando pais e, principalmente filhos. Localmente, os que migram são conhecidos como “canistas”, os quais, desde o mês de Janeiro de cada ano, são recrutados por “chefes de turma”, espécie de “turmeiros” ou “gatos” de que fala Silva (1999), que a eles se refere como “agenciadores de mão de obra”, cuja função situa-se tanto nos locais de saída, onde arregimentam os futuros cortadores de cana, providenciam os transportes – o ônibus -, e organizam a saída; quanto nos locais de destino, onde, na qualidade de “chefe de equipe”, fazem a mediação entre membros da turma e os “fiscais”; sendo, portanto, responsáveis pela turma arregimentada, conforme as palavras de Benedito, 34 anos, casado, residente no sítio Domingos Ferreira, município de Tavares, PB, arregimentador:

“Ser chefe da equipe é ser tipo uma responsabilidade por aquela turma ali, que as vezes algum pião fazia alguma coisa errada, o fiscal chegava pra mim, então eu chegava nele e aconselhava, aí então chegava, conversava com a pessoa, e quando a pessoa não melhorava também, então eu deixava por conta do fiscal...Eu falava até para o meu irmão.. “Se eu for aconselhar e achar ruim, por mim pode levar gancho...”.

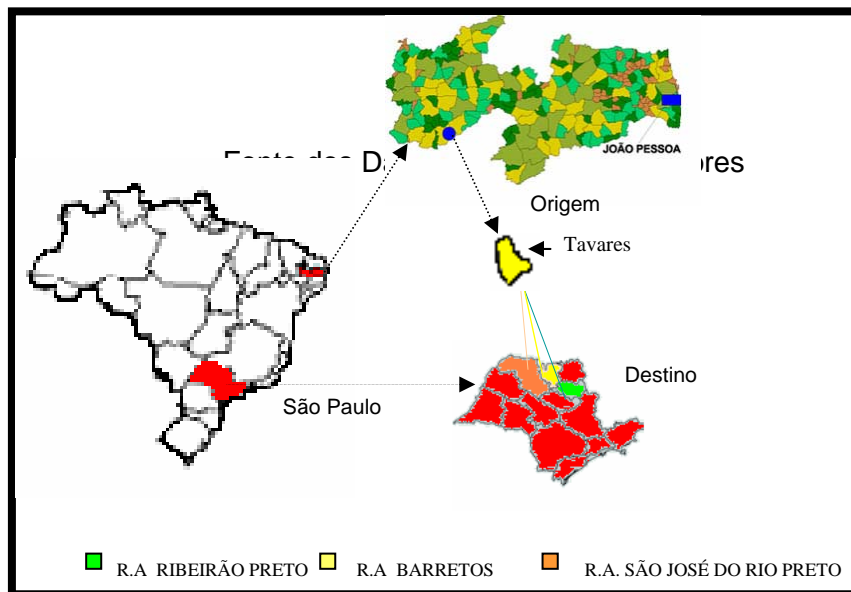
Alguns veteranos têm vaga garantida na turma, pois são conhecidos tanto pelos arregimentadores locais, quanto pelos fiscais das usinas e geralmente são os que conseguiram ultrapassar a média de produção e não deram “trabalho” à usina ou ao fornecedor, na safra anterior. Os que estão indo pela primeira vez procuram arregimentadores cujas turmas não estejam completas, tendo mais chance os que são indicados por parentes ou amigos⁵. Geralmente, os arregimentadores locais preferem pessoas dos seus conhecimentos, pessoas cujas chances de “dar trabalho”, sejam reduzidas, ou como nos revelou Benedito: “pessoas direitas, honestas e trabalhadoras”; razão pela qual é comum que o próprio arregimentador convide muitos dos que irão compor as turmas, nas quais deverão predominar homens jovens e bens nutridos, potencialmente “preparados” para o trabalho pesado que os canaviais exigem.

Segundo depoimento dado por Rosinaldo (34 anos, povoado Silvestre – Município de Tavares, PB, ex-cortador de cana, responsável pelo ônibus da Princesa Turismo), os lugares de destino variam: “Araraquara, Barretos, Borborema, Franca, Guariba, Matão, Pirangi, Ribeirão Preto, Taquaritinga, Guapiassu, Monte Alto, Novo Horizonte, Novaes,

⁵ Sobre as relações de parentesco e de amizade nas estratégias de recrutamento de trabalhadores para as usinas de Pernambuco, veja Menezes, 2002, Capítulo 4.

Olímpia, São José do Rio Preto, Vista Alegre, Uchoa e muitas mais cidades que a gente não grava muito na memória”, mas que compreende três regiões do estado Paulista: Ribeirão Preto, Barretos e São José do Rio Preto, conforme figura abaixo:

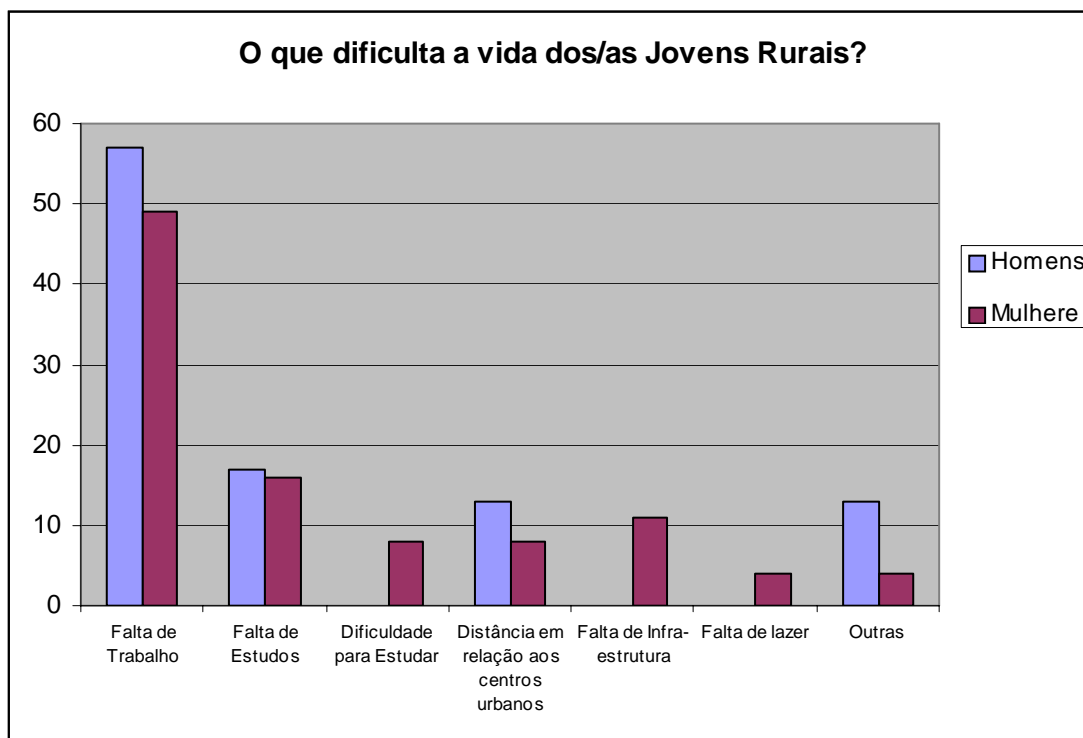
Figura 1 – Rota dos Jovens Cortadores de Cana do Município de Tavares.PB



O que os leva a migrar são as condições, ou melhor, a falta das mesmas. O município não oferece muitas oportunidades de emprego e renda. Além disso, a agricultura, seja pela dificuldade de acesso a terra, pela impossibilidade de investimentos, ou, ainda, pelas secas que são uma constante na região, não figura no horizonte profissional da maioria dos jovens tavaresenses. A maioria dos jovens tavaresenses afirma gostar do sítio, o qual é percebido como um lugar tranquilo; lugar onde nasceu e se criou; lugar onde moram os amigos e a família. Os que afirmam não gostar do sítio argumentam a partir da comparação entre este e a cidade, vista como um local mais divertido e onde se tem acesso a mais coisas [serviços e locais de lazer].

Porém, ao mesmo tempo em que afirmam gostar do sítio ou da cidade, no caso dos que residem na rua, os jovens dizem querer sair, como Danilo, visando “arrumar uma melhora”. Se a calma do lugar, a tranquilidade, a família e os amigos são apresentados como fatores de atração, na hora de falar sobre as dificuldades, os fatores de expulsão aparecem. Dentre as dificuldades apresentadas pelos rapazes, destacam-se: a falta de trabalho, o estudo insuficiente, a distância em relação aos centros urbanos etc. Para as meninas, as principais dificuldades apresentadas são: falta de trabalho, distância em relação aos centros urbanos, ausência de outros níveis de ensino, dificuldades para estudar, falta de infra-estrutura e de lazer etc. O gráfico abaixo é resultado de um questionário aplicado em sete sítios e também na sede do município de Tavares.PB. Ao todo, foram ouvidos oitenta e nove moças e sessenta rapazes.

Gráfico 2 – Dificuldades dos/as Jovens rurais Tavarenses (%)



Fonte dos Dados: Pesquisa dos autores

Ao mencionarem a falta de trabalho como uma das dificuldades, os jovens rurais estão usando a palavra “trabalho” no sentido de atividades remuneradas ou geradoras de renda. Alguns utilizam ainda o termo *emprego*, como sinônimo de *emprego público*. Neste sentido, trabalho se contrapõe a agricultura, vista por muitos como um trabalho não rendoso, que não dá “condições”; “onde se trabalha, trabalha, e no final o lucro é pouco” (Damião, 21 anos, cortador de cana). Mesmo os que revelam o desejo de permanecer morando no sítio, sonham em conseguir outra ocupação. Apesar da maioria dos rapazes afirmar fazer planos de continuar morando no sítio, grande parte diz não pretender continuar trabalhando na agricultura, desejo também compartilhado pelas moças.

Dentre os motivos apresentados para não continuidade da “profissão” do pai, destacam-se: A) a penosidade do trabalho: “É um trabalho muito pesado”; “é muito cansativo”; “roça não tem futuro, não. O cara só trabalha, trabalha e não arruma nada”; “é desgastante. Você trabalha e não é valorizado, por isso a agricultura não vai pra frente”; B) a pouca perspectiva de renda: “não dá lucro”; “não dá pra sobreviver da agricultura”; “às vezes não dá nem pra comer, direito”; e, C) as intempéries: “É Instável, um ano tem inverno, no outro não tem” “está ficando fraco”; “é difícil por causa do inverno que varia muito”; “as chuvas são escassas e a agricultura depende das chuvas”; “a seca impede o trabalho”. É nesse contexto que a migração para o corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo figura como horizonte de possibilidades.

Porque trabalhar nos cortes de cana?

Mas, porque os *cortes de cana*? Porque não continuar seguindo o itinerário de muito de seus familiares, tios, primos, irmãos? Alguns até tentam, como João Paulo, 23 anos, cortador de cana-de-açúcar, que foi à São Paulo passear, mas que acabou por confessar suas verdadeiras intenções, ao relatar o tempo do passeio, seis meses, e a dificuldade de conseguir emprego, acarretando um custo econômico a mais para a família. São os conjuntos de experiências suscitadas na cidade que determinam a representação social sobre a mesma, assim, João Paulo informa: “o tempo que trabalhei, fazendo bico, de coletor de lixo, foi tempo que achei melhor”, daí a razão da confissão: “se tivesse trabalhando teria gostado, mas como não estava...” Os depoimentos dos vários informantes indicam que está havendo uma metamorfose na representação sobre São Paulo, cujos traços gerais podem ser sintetizados no desemprego, subemprego e violência. Veiculada pelos meios de comunicação social, esta imagem de São Paulo associada ao desemprego, ao subemprego e à violência, termina sendo reforçada pelos parentes estabelecidos na Capital.

O trabalho no corte de cana deve ser entendido, portanto, à luz das metamorfoses no mundo do trabalho urbano, b) da re-estruturação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto, quanto, c) das condições presentes nos locais de moradia destes atores – seu meio de vida, marcado pela ausência de condições mínimas de atendimento de suas necessidades pessoais e sociais. Deve-se atentar ainda para o capital cultural desses jovens, em sua forma adquirida e incorporada, e que, de um lado, reduz ainda mais suas chances de conseguirem um posto de trabalho urbano (pouco capital cultural adquirido), dado as novas configurações assumidas pelo mercado de trabalho, e, de outro lado, torna-os mão-de-obra privilegiada para a indústria canavieira, graças à natureza do capital cultural incorporado sob o signo do trabalho familiar na agricultura.

O pouco capital cultural adquirido não lhes facilita, por um lado, a conquista dos escassos empregos no próprio local, visto que “tudo agora é concurso”, dizem, nem, também, o acesso a empregos urbanos nas metrópoles do sudeste. Por outro lado, o *habitus* no qual foram socializados, isto é, o trabalho agrícola, os predispõe para os tipos de atividades requeridas pela empresa canavieira. Dessa forma, a experiência do “trabalho pesado” no roçado contribui para os migrantes “amenizarem” o “peso” do serviço de “cortar cana”: “Quando se passou a vida arrancando toco, no alugado, a quatro reais o dia, cortar cana não é tão pesado”, disse-nos Adeilson, 22 anos, cortador de cana, visão compartilhada por outros canistas, a exemplo de Sandro, 24 anos, cortador de cana, o qual nos segredou também: “Para cortar cana – disse-nos ele - primeiro você tem que aprender aqui, sofrer um pouco, muitos vai como um filho de papaizinho e volta logo. Eu trabalhei alugado a quatro reais, começar sete da manhã descansar uma hora, ficar até as quatro da tarde...”

Além disso, fatores que para muitos seriam vistos como negativos, a exemplo da temporalidade do contrato de trabalho, são altamente valorizados pelos “canistas”, por

garantir o retorno para casa, no tempo previsto, como expressa a fala de Davi, 40 anos, pequeno proprietário e cortador de cana:

“Outra coisa que nós acha mais fácil. É que nós vamos pro corte de cana, nós sabe o dia que sai e, não havendo nada, um contratempo nenhum, nem ninguém adoecendo, nós sabe o dia que volta. Nós já sabe o dia que começa a safra. No dia que nós começa a safra, nós já sabe o dia dela terminar. A gente faz uma reunião e o encarregado vai dizer “olha, nós vamos trabalhar tal tempo, tem que tirar tal cana, assim, assim... só que a safra ta programada pra terminar dia 10 de Novembro ou dia 10 de dezembro”, que nem a Guarani. Então você já entra sabendo que você vai ter que tirar aquela tarefa todinha. Pra você ir pra São Paulo, você começa a trabalhar num emprego, você nem sabe quando é mandado, às vezes você quer vir pra casa, você não pode vir”.

Para aquele que migra, portanto, os canaviais paulistas aparecem como uma vantagem quando comparados à própria cidade de São Paulo, isto é, ao mercado de trabalho urbano, pois enquanto nesse último há dificuldade para a obtenção de emprego, o custo de vida é elevado, os salários são baixos e não se sabe quando se voltará para casa, na lavoura de cana-de-açúcar, ao contrário, o migrante já vai com a vaga garantida, os custos da moradia e alimentação são divididos com outros migrantes (familiares e amigos) o que reduz o custo de vida e os salários, dependendo da produtividade, pode atingir patamares bem maiores do que em outros empregos e o tempo do retorno é definido com antecedência permitindo assim, “planejar o aqui e o lá” (Davi).

Cortar cana: uma alternativa de renda

Sem condições que lhes permitam a satisfação de suas necessidades de consumo próprias (o clube, a motocicleta, a roupa etc.), os jovens acabam encontrando no corte de cana uma alternativa para a concretização de seus projetos pessoais de autonomia, conforme relatado por João Paulo (23 anos, 2º Científico, cortador de cana), “pensava em clube, mas só que eu não podia ir direto também, porque não tinha dinheiro. Meu pai e minha mãe não podiam me dar, eu também não podia forçar que eles não tinham também”. Este tipo de discurso é repetido por vários canistas com quem conversamos a exemplo de Sandro, 24 anos, cortador de cana, o qual, desde os dezoito anos, é “obrigado” a deixar a avó, com quem convive, para ir engrossar as fileiras dos cortadores de cana:

“você não podia vestir a roupa que queria, você não podia ‘tomar uma’⁶, porque não tinha, você não podia ir numa festa porque faltava, você as vezes queria calçar um sapato e não podia, você as vezes queria ter dinheiro no bolso e não

⁶ expressão equivalente a “beber com os amigos”.

podia, seus pais, as vezes, tinha a vontade de fazer por um filho e também, não podia, que as condições não deixavam”.

O verbo *poder*, utilizado numa forma verbal do pretérito imperfeito, refere-se a uma situação distinta da do presente. Assim, se antes de ir para as canas, predomina o “não pode”, ao voltarem a situação se transforma, como expressou João Paulo: “... e hoje, eu tenho [dinheiro para ir ao clube] e não dar mais vontade, porque eu ia só para ficar com as meninas, e hoje eu tenho minha namorada certa. Se fosse naquele tempo eu não tinha coragem de namorar sério, porque se eu me envolvesse demais naquele tempo, pensasse em casar sem poder, seria pior”. E continua: “Eu antes de sair, eu não pensava em casar e hoje a gente já pensa, porque eu pensava assim: ‘eu não tenho condições de construir uma casa, como eu vou sustentar uma família?’ Aí, hoje, eu penso diferente”.

Como os antigos moradores retratados por Garcia Jr. (1989), que viam na migração para o Sudeste o caminho mediante o qual poderiam fugir da sujeição (personificada na relação assimétrica mantida com grandes fazendeiros), também os jovens tavarenses, e mesmo desta região do sertão paraibano, percebem a migração enquanto alternativa à situação de carência na qual se encontram e, portanto, enquanto possibilidade de construção de suas identidades de jovem e de gênero, que passa, inclusive, pela participação em práticas de consumo local e atendimento de certas necessidades, tais como a participação no clube, nas festas e em outros eventos sociais locais; o consumo de roupa, calçados etc, mediante os quais eles pudessem afirmar ao mesmo tempo sua pertença a determinado grupo e sua distinção em relação aos demais.

As condições de trabalho no corte de cana-de-açúcar

No local de destino, nos canaviais, os jovens são submetidos a um ritmo de trabalho intenso, cujos resultados, em muitos casos, tem sido a morte ou o esgotamento de suas capacidades físicas. Como especificado por Silva (1999),

“O ato de cortar cana resume-se à seqüência de gestos, curvatura do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força. É necessário cortar um certo *quantum* de cana, diariamente, que é determinado pela usina. Ademais, exige-se um corte de boa qualidade, alguns centímetros acima do chão para facilitar uma excelente rebrotação, o aparar as pontas, montes ordenados para facilitar o carregamento feito por máquinas. Tudo se passa de forma combinada. Corta-se, formando vários montes. No final da rua, volta-se e se aparam as pontas. Reinicia-se o processo nas outras cinco ruas, até acabar o talhão” (p. 201).

Para tanto, é necessário a instauração de sutis mecanismos de controle que vão desde a classificação dos corpos aptos e inaptos para o trabalho, feita por médicos das usinas no início de cada safra; até o controle exercido pelos fiscais no próprio processo

de trabalho, visando, especificamente, a formação de “corpos dóceis e úteis”, ou, em outras palavras, de um corpo adestrado de tal maneira que execute o mínimo gesto com o máximo de eficiência e eficácia, e seja, ao mesmo tempo, um corpo “educado”, isto é, obediente, controlado, resignado diante de toda e qualquer exploração. É aqui que se encaixa o papel desempenhado pelo “chefe de equipe”, cuja função de formar as turmas para cada safra esconde sua outra função: selecionar os candidatos a partir do perfil desenhado pela usina.

Ao formar a turma, o “chefe da equipe” deve atentar para o perfil do trabalhador. O cuidado maior é não levar gente que dê trabalho, gente que “gosta de dar nó, que é aquele que chega no trabalho aí corta dois, três metros de cana aí vai se deitar e pronto, não faz nada... Isso aí já aconteceu mesmo, cara que chega lá, cortar oito metros de cana e pronto, parar, não fazer mais nada, trabalhar direito” (Benedito). Produtividade e serviço bem feito, ou eficiência e eficácia, são dois critérios a partir dos quais se julga um trabalhador. Todavia, se “alta produtividade” é importante, mais valorizada ainda é a docilidade do trabalhador, a sua educação. É ainda Benedito quem revela: “Para eles lá, para os donos de usinas, o bom cortador de cana é aquele que não falta no serviço, não dá trabalho, não falta, não coloca atestado, sempre tá trabalhando, respeitando um e outro, não respondendo mal, isso pra ele é um bom cortador de cana, mesmo que corte pouca cana...”.

Grande parte dos jovens canistas com os quais conversamos faz questão de apresentar marcas causadas pelo facão. Mais: muitos desses acidentes não chegam, sequer, ao conhecimento da usina, e isto como efeito dos mecanismos sutis de poder-controle aí instalado, como é o caso de cestas básicas, as quais, segundo informação de muitos “canistas”, são oferecidas por algumas usinas aos trabalhadores que não apresentarem atestados. Ao sair de sua terra, os migrantes têm como objetivo “ganhar” a maior quantidade de dinheiro possível, razão pela qual são ‘obrigados’ a ultrapassarem à média de produtividade das empresas. A utilização de cestas básicas e outros prêmios vai ao encontro dos objetivos desses trabalhadores que se vêm motivados a responder satisfatoriamente às metas das usinas, mesmo quando isto significa abrir mão de seus direitos essenciais e do próprio cuidado de si.

Câimbras, desmaios, dores no corpo são todos sintomas muitos comuns nos relatos dos canistas, e que assinalam a exploração máxima dos limites corporais a qual se submetem os “canistas”. Explorado em seus limites, o corpo começa a apresentar sinais: *borrar*, cuja experiência João Paulo, partilha conosco: “eu cheguei a borrar duas vezes, porque era uma cana ruim de trabalhar e eu não comi na hora certa. Aí borrei, era entre três e meia e quatro horas. É difícil, não é fácil não. Os dedos travam, a boca fica querendo travar, começa com uma fraqueza e eu querendo forçar, aí pronto, chegou o limite, que não podia mais, aí deitei e me levaram para o posto, colocaram sal em minha

boca”. Reginaldo, que passou pela mesma experiência várias vezes, complementa a descrição, no trecho da entrevista, abaixo transcrito:

Marcelo: já chegou a desmaiar alguma vez?

Reginaldo: eu nunca desmaiei não, mas tinha dia que dava cada câimbra assim de lascar.

Marcelo: mas é por que vocês se esforçavam muito ou...?

Reginaldo: é se esforça demais. Quem se esforçar demais lá, dá câimbra, dá tudo, dá agonia. Tem hora que o povo fala borrar, né?

Marcelo: você chegou a borrar alguma vez?

Reginaldo: quase todo dia.

Marcelo: e aí, quando se borra, faz o quê?

Reginaldo: toma soro, vai tomar soro.

Marcelo: e o médico não briga não?

Reginaldo: briga, ele diz: pra que forçar rapaz? Aí agente diz: o cara vem lá do Norte e quando chega aqui se não se esforçar não ganha de futuro também.

Sucedo também que, chegando ao seu limite, o corpo não resista. São muitos os casos de morte relatados nos canaviais. Sabe-se também de pessoas, inclusive jovens, que ao retornarem aos seus locais de origem, encontram-se incapacitadas para o trabalho, casos como o relatado pelo jornal “Repórter Brasil”, em 09 de dezembro de 2005:

“Quando tem que acontecer, os pés levam o corpo para a sepultura”, profetiza Francisco Conceição. Em março deste ano, ele deixou o município de Codó, no Maranhão, para tentar a vida nas lavouras do interior do estado mais rico da federação. Hoje, longe da família, lamenta a hora em que pegou a primeira condução que o levaria a Guariba, a 60 quilômetros de Ribeirão Preto. Desde julho, ele está impossibilitado de se dedicar a qualquer atividade braçal, devido a um acidente. Ao voltar de mais um dia comum de trabalho, em uma das usinas dessa região que já foi apelidada de Califórnia Brasileira, Francisco se desequilibrou ao descer do ônibus que transportava a turma de cortadores de cana de que fazia parte, e caiu com todo o peso do corpo em cima da mão esquerda. No atestado feito pelo médico, o parecer é “fratura exposta grave”.

No município estudado, nesse mesmo ano, 2005, foi registrada a morte do senhor Domício Diniz, 55 anos, o qual não teve “sequer direito de ser sepultado em sua própria terra”, reclamam os parentes e, na região, foi também constatada a morte súbita de um jovem, 22 anos, ao voltar da usina.

Tendo interiorizado, mediante processo de socialização, o trabalho enquanto valor. os jovens, mesmo reconhecendo a penosidade do trabalho no corte de cana, julgam este, sempre em referência ao trabalho agrícola em seus locais de origem. Dessa

avaliação que fazem, fica um saldo positivo para os cortes de cana-de-açúcar, já que os dois tipos de trabalho são pesados, mas, ao contrário da roça, “as canas”, dizem, “dá dinheiro”, abre-lhes as portas de acesso à renda, o que possibilita, na volta, a participação em práticas de sociabilidade partilhadas pelos “seus”, ao mesmo tempo em que permite a satisfação de suas necessidades de consumo próprias: moto, roupa, calçados etc, e, ainda, a concretização de seus projetos de autonomia: construção de casa, compra de terreno etc.

Considerações Finais

Estudar a juventude, afirmou Regina Novaes, durante o I seminário sobre Juventude Rural⁷, é abrir uma porta para entendermos processos sociais em curso. Dessa forma, o estudo das migrações sazonais permite-nos perceber uma reconfiguração espaço-temporal das correntes migratórias, como resultado de processos sociais em curso, eventos simultâneos, os quais se manifestam localmente e ao mesmo tempo incidem sobre a totalidade do espaço. Ao analisarmos as situações objetivas que são causas da migração é necessário acrescentar aquilo que Martins (2002) chama de “fenomenologia da escravidão” (p.129), isto é, a análise do ponto de vista do próprio migrante, isto porque, “muitas pessoas que migram, migram porque decidiram mudar, porque migrar era a melhor alternativa. Isso não quer dizer que seja a correta alternativa, mas era a melhor alternativa no julgamento do migrante” (Martins, 2002:128).

Isso, por sua vez, nos leva a questionarmos o papel do Estado e das políticas públicas direcionadas à juventude e, especificamente, à juventude rural. Pensar em uma política para os jovens rurais hoje é pensar em ações e estratégias de modo a dinamizar economicamente as pequenas cidades/municípios, permitindo atividades de geração de emprego e renda; numa educação escolar que leve em consideração as especificidades próprias desse meio e que seja instrumento de transformação social, favorecendo o reconhecimento e a exploração de suas riquezas e potencialidades.

Nesse sentido, gostaríamos de resgatar aqui, a título de conclusão, o debate de Marx com Feuerbach sobre a religião. Para Marx (1989), não eram as idéias religiosas em si que era preciso combater, pois se as idéias religiosas dos homens são flores imaginárias com as quais eles enfeitam suas “cadeias” reais, a crítica deve ser feita a tais cadeias e não às flores que as tornam suportáveis. Igualmente para nós, a questão não está na migração em si, mas nas condições objetivas que a tornam necessária. É sempre possível melhorar as condições de trabalho e vida (moradia, alimentação etc.) dos migrantes, todavia o desafio essencial é pensarmos políticas públicas inovadoras para o meio rural brasileiro e para os jovens que aí vivem; políticas que dêem acesso ao trabalho, renda, educação e outros serviços básicos, inclusive, já garantidos na legislação

⁷ O seminário em foco foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, no período de 02 a 04 de Maio de 2006. 1353

brasileira. Mas, para isto, um novo modelo de nação e de desenvolvimento rural faz-se necessário.

BIBLIOGRAFIA

Elias, Dense. 2003. Globalização e agricultura. A região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Coleção Campi, 21).

Garcia Jr, Afrânio Raul. 1989. Sul: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro: Marco zero/ Brasília: CNPq.

Graziano, José. 1997. De bóias-frias a empregados rurais; as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme. Maceió: EDUFAL, 1997.

Martine, G. (1990) 'As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica'. In: Nadalin, S.O. et al. (Eds.) História e População: estudos sobre a América Latina, pp.16-26. São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE. SEADE.

Martine, George.1982 Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil. Comunicação simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social. SBPC. Campinas: São Paulo

Martins, José de Souza. 2002. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.

Marx, Karl. 1989. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Edições 70.

Menezes, Marilda Aparecida de. 2002. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: UFPB.

_____. 1985. “Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo para Paraíba” (Migração, família e reprodução da força de trabalho). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande/PPGS, Março.. (Dissertação de Mestrado)

Menezes, M.A. e Gonçalves, a. 1986. Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra. São Paulo: Paulinas, 1986

Silva, Marcelo S. 2006. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel! Migrações e as identidades da juventude rural. Campina Grande.PB: UFCG. (Dissertação de Mestrado) (mimeo).

Silva, Maria Aparecida de Moraes. 2005. Migrantes Temporários: a face oculta do agronegócio paulista. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.) Travessias na De\$ordem global: Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas. (Coleção Mundo possível).

_____. 1999. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Thompson, E. P. 1981. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. (Tradução de Waltensir Dutra). Rio de Janeiro: Zahar editores.

ASSENTAMENTOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRODUÇÃO COMERCIAL EM PARCERIAS COM AGRONDÚSTRIA.

Daniel Tadeu do Amaral (Graduado em Ciências Econômicas pela UNESP – Araraquara)

e-mail: dtamaral@gmail.com

Vera Lúcia S. Botta Ferrante (Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – UNIARA)

e-mail: vbotta@techs.com.br

INTRODUÇÃO

As transformações que as relações sociais experimentaram no curso do desenvolvimento capitalista, colocaram para a sociedade contemporânea um contexto de mercantilização de todas as esferas da vida social. Para alguns a intervenção do Estado e a expansão do comércio exterior foram responsáveis por traçar alterações profundas sobre a base agrária e agrícola da realidade rural, a ponto de a produção agrícola ser transformada numa extensão da indústria manufatureira, ou mesmo, confundir-se com ela, seja na racionalização dos processos produtivos, seja na intensificação do uso de capital, valendo-se cada vez mais de “inputs” oriundos a jusante ou a montante das unidades agrárias. .

No Brasil e na atualidade, a manutenção de uma estrutura agrária concentrada com grandes estoques de terra, possibilita que se estabeleça a uma estratégia de “acumulação produtiva com acumulação fundiária” (DELGADO, 2005), na medida em que a expansão se realiza horizontalmente. São exemplares, no país e em São Paulo particularmente os casos da cana, do café, da soja, da pecuária e etc.

Assim há uma “linha de continuidade, qual seja a reprodução da estrutura de posse e uso da terra” (DELGADO, 2005) que obriga o Estado, enquanto um agente capaz de formular políticas e intervir nessas estruturas, a propor políticas que impactam de maneira positiva a estrutura existente.

O trabalho apresentado a seguir coloca em certa medida essas questões: versando sobre a temática rural, mais precisamente sobre assentamentos rurais¹, o universo agrícola

¹ O estado de São Paulo, com sua agricultura altamente modernizada e industrializada, também é cenário para programas de reforma agrária, implantados através de políticas federais, estaduais e até mesmo municipais (BERGAMASCO, 1997) . Apresentando grande diversidade em sua constituição, e em forma de organização, os assentamentos no estado totalizam em 2005, 186 núcleos onde foram instaladas 10.049 famílias, numa área total de 220.411,82 hectares. Dos 186 assentamentos rurais presentes no estado, 126 são de origem estadual e 60 de origem federal.

paulista, sua conjuntura econômica e a expansão da lavoura canavieira dentro de projetos de assentamentos rurais através da prática de “parcerias”.

No município de Araraquara encontramos dois assentamentos, constituídos em momentos distintos e representativos da recente realidade dos projetos de assentamentos no interior paulista e no Brasil. Esta região, também é conhecida por seu dinamismo agrícola; considerada a “Califórnia Brasileira”, expressa os maiores índices de produtividade na lavoura da cana e laranja do País. Esta junção/conjunção destes dois elementos, destas duas realidades, oferta possibilidades no mínimo interessantes de análise, significativas não apenas localmente, mas constituintes de uma realidade nacionalmente representativa.

CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS MONTE ALEGRE E BELA VISTA

Os assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre, que são foco de análise, estão localizados na região de Araraquara. O assentamento Bela Vista está inteiramente em área do município de Araraquara já o assentamento Monte Alegre tem sua área abrangida pelos municípios de Motuca, Matão e Araraquara.

O assentamento Monte Alegre teve início de sua constituição em 1985, resultado do processo de mobilização de trabalhadores rurais, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, com a mediação do extinto IAF e do Escritório Regional de Governo. Em julho de 1985 estes trabalhadores mobilizados ocuparam uma clareira de terra no interior da fazenda Monte Alegre, onde hoje se encontra o núcleo 1 do referido assentamento. As terras abrangidas pelo assentamento localizavam-se em uma área de horto florestal pertencente à CODASP/ Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora – C. A. I. C., e que durante mais de 40 anos serviu como área florestal para exploração de madeira.

Desta forma nestas áreas “mapeadas” pelos trabalhadores rurais com o apoio e organização do Sindicato de Trabalhadores Rurais, surgem as primeiras ocupações de terra. De início 44 famílias pioneiras ocupam uma área de 778 ha. iniciando um processo que posteriormente resultaria na transformação da quase totalidade da área da fazenda em terras de reforma agrária.

Vale ressaltar que este movimento de retorno à terra nos anos 80 por parte de assalariados rurais da região é parte integrante de um momento político específico inserido no bojo da revisão do papel e da estrutura administrativa do estado, contextualizada no período de abertura política após período militar. Os recém criados ERG - Escritórios Regionais de Governo que se apresentavam como instâncias de governo cujo intuito era a descentralização das funções do Estado, visavam criar localmente, um modo de articulação com a população, chamada a participar nos resultados que a ela diziam respeito. (Chonchol et alli, 2003, p. 78).

Esta instância serviu no caso do assentamento Monte Alegre, como intermediadora entre os ocupantes e a C.A.I.C.. Nos anos seguintes ocorreram novas ocupações resultando

na configuração da maior parte da área da fazenda em assentamento. Hoje, a Monte Alegre conta com seis núcleos, compreendendo um total de 366 famílias, somando-se o horto de Silvânia e Bueno de Andrade, considerados uma extensão do PA Monte Alegre, teremos então 416 famílias, com a constituição do núcleo inicial em 1985 e do último em 1998.

Da área total da fazenda Monte Alegre, estimada em 7.300 hectares (BERGAMASCO, 1997), o assentamento ocupa uma área de aproximadamente 6.595,19 hectares, das quais 5.230,69 são agricultáveis (excetuando áreas de estradas, comunitárias, cursos de rios e de preservação florestal permanente), distantes 28 km do município de Araraquara – município sede.

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bueno de Andrade	Araraquara	mai/97	31	Estadual
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	Estadual
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	Estadual
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	Estadual
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	Estadual
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	Estadual
Monte Alegre 6	Araraquara	mai/97	96	Estadual
Silvânia	Matão	set/98	19	Estadual
10 Assentamentos			416 Famílias	

Quadro 1: Evolução da Constituição do Assentamento Monte Alegre

Fonte: ITESP 2006

Uma característica importante deste assentamento é que sua constituição ocorreu em terras do Estado, sendo assim a competência sobre a regularização e assessoria técnica é realizada pelo órgão responsável pela questão fundiária no Estado, atualmente a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

. A exploração agrícola foi orientada de início para a gestão/produção coletiva (85-86), posteriormente dividiu-se o trabalho em grupos com gestão/produção por conta de cada grupo (86-88), e, por fim, a partir de 1988, ocorre a divisão dos lotes agrícolas para as famílias (BERGAMASCO, 1997). Esta variação na dinâmica foi determinada por problemas e dificuldades produtivas, resultando na divisão por família. Desta forma a divisão dos lotes foi

feita cabendo a cada família 14 ha. de terras no lote agrícola, e nos casos dos núcleos com agrovila mais 1 ha. de terra (área da casa, pomar e etc.) totalizando 15 ha. por família.

ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO.

Situado em terras da antiga Usina Tamoio, o assentamento Bela Vista constituiu-se como área de reforma agrária em 1989, mediante aquisição da área da referida Usina por parte do governo federal. É resultado também da organização dos trabalhadores rurais em congruência com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, não houve, porém neste assentamento um prévio momento de ocupação de terras. O processo de negociação da desapropriação desta área para fins de reforma agrária foi conduzido pelo Sindicato em decorrência da falência da Usina. Em consonância com a elevada dívida legal (trabalhista e tributária), ocorreu o perdão de parte da mesma e a conseqüente arrecadação das terras pela União.

Projeto de Assentamentos Bela Vista				
Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de Famílias	Domínio da Terra
Bela Vista do Chibarro	Araraquara	dez/89	176	Federal

Quadro 2 : Número de famílias e domínio da terra – PA Bela Vista.

Fonte: ITESP, 2006.

Desta forma, neste assentamento, ao longo de seu processo constitutivo, vão se fixar 176 famílias dispostas em 176 lotes agrícolas de produção. Restou ao assentamento parte da estrutura da antiga Usina, que pode ser representada na disposição de 100 casas em uma agrovila central, casas estas que eram cedidas aos antigos trabalhadores da usina. Estas casas foram/são utilizadas por parte das famílias assentadas e a disposição dos lotes de produção se faz no entorno das mesmas, formando um nucleado central.

Neste assentamento, a competência de gestão e assessoria técnica recai sobre o respectivo órgão gestor de assentamentos na esfera federal – INCRA, uma vez que a área é de responsabilidade da União. Porém, através de um convênio técnico firmado ainda nos anos oitenta, todos os assentamentos federais em terras paulistas são assessorados e acompanhados pelo ITESP. Esta ausência físico-institucional do INCRA e as diferentes orientações destes dois órgãos irão levar, como veremos posteriormente, a constantes atritos e tensões por parte dos assentados e instituições.

Assim, a referência empírica para a presente discussão reporta-nos a um processo concreto: à constituição de assentamentos de reforma agrária em uma região extremamente modernizada do Estado de São Paulo. Trata-se de assentamentos, entendidos como “processos sociais complexos” (Santos, 1991), cuja singularidade está na forte presença em

sua composição – em torno de 68,5% de ex-bóias-frias, proletários rurais que vêm sendo expulsos do mercado de trabalho por força do desemprego estrutural que se faz crescente na região, reunindo ao todo nestes dois assentamentos (Monte Alegre e Bela Vista do Chibarra) , em torno de 592 famílias, as quais entraram na área em tempos distintos, o que vai provocar diferenças significativas no viver e na construção de estratégias para permanecer na terra (FERRANTE, 1994).

ASPECTOS REGIONAIS: ONDE ESTÃO INSERIDOS OS ASSENTAMENTOS ANALISADOS.

O contexto regional é de certa forma um aspecto essencial para a elucidação/explicação dos fatos que se seguem. Os assentamentos de reforma agrária não são ilhas, em meio à paisagem regional, portanto quando se busca a compreensão dos estímulos e razões para a constituição de parcerias entre assentamentos e Usinas de cana da região, observa-se o aspecto locacional, exercido no feixe de relações que se deflagram ante a constituição de projetos de assentamentos numa determinada área geográfica.

Valendo-se desta concepção pode-se justificar a importância dada às características estruturais da região e da localização, mediante o entendimento de que a organização do espaço é a expressão material, resultada do trabalho social, (a respeito, tratamento do geógrafo Milton Santos de espaço como instância da sociedade), como tal, ela é igual à instância econômica, cultural, ideológica e político-institucional. Como instância, ela contém e é contida pelas demais instâncias: a economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com as outras instâncias.

Podemos dizer que as formas geográficas contêm frações sociais e, assim são formas-conteúdos (Santos, 1992). No movimento dialético entre forma e conteúdo de um determinado espaço, encontramos o movimento dialético do todo social. Por isso, numa análise do espaço de um assentamento rural, pode-se perceber o movimento mais amplo da sociedade.

Diante das variadas regionalizações do território estadual, buscou-se neste trabalho fazer uso da regionalização que privilegiasse as dinâmicas setoriais e regionais do espaço rural no Estado. Desta forma o município de Araraquara e seu entorno inserem-se dentro da mesoregião nordeste do estado (SEADE/EMBRAPA/ABAG-RP). A região nordeste compreende 125 municípios, juntos eles ocupam 51.725 km², representando 20,83% do Estado de São Paulo, uma área muito significativa para o agronegócio nacional.

As modernas técnicas empregadas pelo setor agropecuário, fizeram com que a agricultura da região nordeste, com destaque à microrregião de Ribeirão Preto, fosse uma das primeiras do Brasil “a ser largamente exposta à modernização inerente ao período técnico-científico-informacional” (ELIAS, 2003). Conforme a mesma autora, a agricultura na região se transformou em um empreendimento em consonância com a racionalidade deste período,

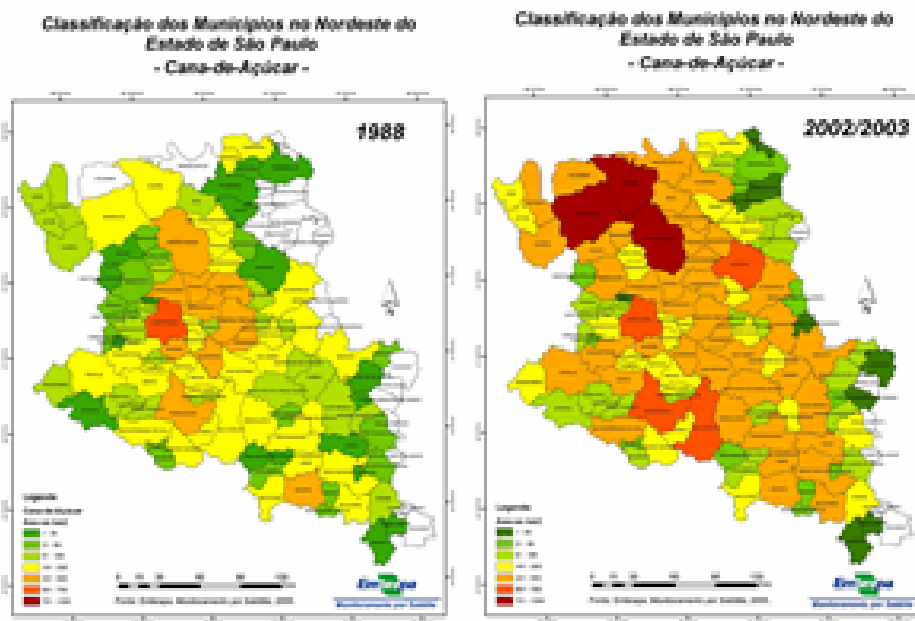
demonstrando ter possibilidades semelhantes aos demais setores da economia na aplicação de capital e na obtenção de alta lucratividade, permitindo maior valorização dos capitais nela investidos. Com sua estrutura interna heterogênea, a região nordeste de São Paulo e os produtos advindos das atividades agrossilvopastoris (como a cana-de-açúcar, as oleaginosas, a fruticultura, a pecuária) e suas cadeias produtivas, são extremamente importantes para o Brasil e para sua projeção no mercado internacional.

A EXPANSÃO DA CANA NA REGIÃO

As informações abaixo detalhadas foram obtidas junto ao banco de dados da EMBRAPA – obtidas a partir do inventário sobre o uso de solos no estado de São Paulo, que foi realizado valendo-se do sensoriamento remoto através de imagens de satélite.

Em 1988 a cana-de-açúcar ocupava 1.085.668 ha. da Região Nordeste do Estado de São Paulo e concentrava-se no eixo central da região de estudo, tendo o município de Ribeirão Preto e Araraquara como área core. No mapa de uso e cobertura de 1988, a distribuição dos canaviais era quebrada por uma infinidade de filetes de vegetação ripária (possivelmente subestimados em alguns casos por dificuldade de detecção/expressão na escala cartográfica deste trabalho) e, em alguns casos, por manchas expressivas de pastagens e culturas anuais (como em Barrinhas, Dumont e Guatapará). No sentido leste-oeste, a cana-de-açúcar mesclava-se com a fruticultura nos limites dos municípios de Bebedouro, Taquaral, Taiúva e Matão.

Em 2002/2003, registrou-se 2.293.301 ha. com cana-de-açúcar, o que representou um salto de 21% para 44% na área de estudo. A área de permanência da cana-de-açúcar nos dois períodos foi de 989.523 ha. A área de expansão foi de 1.303.778 ha., principalmente sobre 596.345 ha. de culturas anuais, 474.743 ha. de pastagens e 157.680 ha. de fruticultura. A retração desta atividade ocorreu sobre 96.145 ha., onde 40.113 ha. foram ocupados por fruticultura, 14.729 ha. por pastagens e 11.058 ha. por culturas anuais.



Os municípios onde a cana-de-açúcar encontrava-se tradicionalmente estabelecida, ocupando 50% ou mais de suas áreas cultivadas em 1988 continuaram apresentando grandes parcelas com a mesma cultura em 2002/2003. As expansões ocorridas no período 1988-2003 fizeram com que estes municípios atingissem, em 2002/2003, 60 a 90% de suas áreas com cana-de-açúcar, restando hoje pouca ou nenhuma área para expansão dessa cultura. Estes municípios estão concentrados no arco Araraquara – Jaboticabal - Ribeirão Preto, além de pólos isolados nos municípios de Araras, Aramina e Santa Cruz das Palmeiras. Em 2002/2003 a cana-de-açúcar já ocupava toda a região central da área de estudo, menos na porção leste (terrenos de maior declive) e oeste (atividades consolidadas de fruticultura).

A região ao norte do arco Araraquara – Jaboticabal - Ribeirão Preto apresentou em conjunto a maior área de expansão da cana-de-açúcar. Alguns municípios, com pouca expressão no cultivo da cana-de-açúcar em 1988, apresentaram em 2003/2003, 70% ou mais de suas áreas ocupadas por este cultivo, caso dos municípios de Batatais, Morro Agudo, Jaborandi, Nuporanga, Terra Roxa e São Joaquim da Barra. Um dos exemplos mais significativos registrados foi o caso de Morro Agudo. Em 1988, esse município possuía 30.697 ha. de cana-de-açúcar e em 2002/2003 este valor subiu para 111.301 ha. do total de 138.874 ha. do município. Esta mesma região apresentou grandes áreas de expansão, como ocorreu em Barretos, Guaíra e Altinópolis, porém ainda com a permanência de áreas ocupadas por outras classes de uso. Elas representam áreas com ainda algum potencial para a expansão da cana-de-açúcar.

Desta forma observa-se que a expansão da lavoura canavieira encontra-se próxima do seu limite nesta região. O eixo Araraquara – Jaboticabal - Ribeirão Preto, com ocupação chegando a 90% dos solos e com a manutenção dos preços atrativos, a produção e o

incremento da demanda interna e externa do açúcar e sobretudo do álcool. Os espaços de diversificação produtiva e mesmo de reforma agrária, inscritas na mesorregião passam a se tornar áreas potenciais para a expansão da lavoura canavieira, a qual começa a usar diferentes estratégias de cercamento junto aos assentamentos. Vale lembrar que 70% das vendas no ano de 2005 para veículos leves foi feita para veículos *flex-fuel*. O consumo interno do álcool representa 90% da produção, porém as exportações apresentaram crescimento expressivo (CARVALHO, 2006).

A PARCERIA: A BUSCA DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

O caso das parcerias entre agricultores assentados e usinas de cana tem se consubstanciado em uma das estratégias mais utilizadas nos assentamentos localizados nesta área do Estado. A região nordeste, se considerarmos a classificação de macroregiões paulista do IBGE (junção das mesoregiões administrativas: Central e de Ribeirão Preto), como descrito anteriormente, apresenta a maior produtividade média por hectare e também a maior produção total por região, de cana e de citrus (laranja). Apresenta também uma estrutura agrária fortemente concentrada² girando basicamente em torno da monocultura para abastecimento agroindustrial.

A área geográfica dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista está envolta por propriedades de usinas, e em menor parte, por pequenas e médias propriedades rurais, muitas destas fornecedoras de cana para as usinas.

A estrutura produtiva da região privilegiou e condicionou a formação de um lócus produtivo favorável. Os ganhos de escala oriundos da extensa proporção de área ocupada (determinada por fatores naturais como solo, clima e topografia) e da prática adotada: intensiva em capital; favoreceram a incorporação crescente e constante de tecnologia agrícola (expressa, sobretudo pela manipulação de espécies selecionadas e pela substituição de trabalho manual por máquinas). A região apresenta os preços mais competitivos nos mercados mundiais de álcool e açúcar (entenda-se desta forma o mais baixo custo produtivo mundial).

Com a elevação considerável do preço do álcool e do açúcar a partir da safra 99/2000 e 2001/2002, puxado pelo significativo aumento da demanda no mercado externo e interno e, uma vez que existe ocupação próxima à plena em terras de usinas (em detrimento da atual expansão da lavoura da cana sobrepondo-se a outros gêneros/culturas agrícolas no estado). Dada a localização privilegiada destes assentamentos; a opção de produção consorciada entre assentados e Usinas, até então pouco viável em termos logísticos e contratuais, passou a ser posta de maneira mais concreta.

Por sua vez nos assentamentos a possibilidade prática da parceria, consorciada ou arrendada com usinas de cana, não havia tido até o final dos anos noventa, forte defesa

² 3,86% dos estabelecimentos (com mais de 500há) arancam 51,36% da área total, os estabelecimentos com até 50há ocupam 11,22% da área total dos estabelecimentos(Costa,1994).

interna. Esbarrava na própria concepção da reforma agrária – provedora de alimentos, polifuncional e diversificada, e nas “cicatrices” carregadas pelos trabalhadores assentados, muitos dos quais foram assalariados de usinas (cortadores de cana em sua grande maioria). Em torno de 68.5% destes assentados possuem essa origem (FERRANTE, 1995).

Somam-se a estes fatos a incongruência da manutenção da produção familiar – a priori a parceria descaracteriza o trabalho em regime familiar³ (condição imediata destas unidades produtivas); e também, a inconsistência legal de tal prática – contrária as diretrizes da política de assentamentos (TAU), passível portanto de sanções pelos órgãos gestores (contrários e resistentes à mesma).

Vemos, porém, que durante a década passada ocorreram algumas tentativas de se estabelecer parcerias entre usinas e assentados, tanto na fazenda Monte Alegre quanto na Bela Vista. Ressalta-se, entretanto, que no assentamento Monte Alegre um significativo papel coube à prefeitura municipal de Motuca, que atuava diretamente como porta-voz das propostas das usinas junto aos assentados.

Dois momentos em especial valem ser ressaltados: o primeiro, em 1992, quando a Usina Santa Luiza propõe através do poder público municipal (Motuca) o arrendamento integral dos lotes do Monte Alegre mediante pagamento de salário fixo aos beneficiários, bem como direito ao sistema de assistência médico – odontológica (conveniado junto à usina). Esta proposta é rechaçada. (STETTER, 2000). Num segundo momento, em 1995, surge a proposta de produção em 50% do lote agrícola e do corte organizado em forma de mutirão (CAMPOI, 2005). Esta proposta também encontra resistência.

Estas tentativas de aceno aos espaços de assentamento não contavam com apoio da maioria dos assentados, nem tampouco com a aceitação dos órgãos gestores (Itesp e Incra).

Durante o processo de existência destes assentamentos, inúmeras foram as dificuldades produtivas, comerciais e creditícias pelas quais passaram os assentados. Neste contexto de dificuldades, porém de muitas vicissitudes e reorganizações positivas, um grupo de assentados com lotes pertencentes ao domínio de Motuca (núcleo 6) e Araraquara (núcleo 1), incentivados mais uma vez pelo poder público local na figura do prefeito de Motuca, oficializaram a proposta de consórcio da cana diretamente ao governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, em visita realizada ao assentamento em maio de 2002. Colocou-se, neste momento, a necessidade de revisão das leis proibitivas da parceria com agroindústria em assentamentos.

Em função da alta nos preços da cana nas safras de 99/2000 e 2001/2002, a proposta de consórcio, novamente refeita, é apresentada oficialmente aos assentados e ao ITESP (órgão gestor) pela prefeitura de Motuca juntamente com a usina Santa Luiza.

³ Esta descaracterização infere em riscos judiciais, onde a ação comprobatória de caracterização de agricultor familiar por parte do Sindicato dos trabalhadores rurais para a entrada em benefícios previdenciários vem sendo recusada pelo mesmo por ser contrário a estas práticas de parceria.

Em função das pressões dos assentados (que agora em sua maioria apoiavam o consórcio), contando novamente com o amparo da municipalidade (Motuca), o “lobbie” do setor sucroalcooleiro e a modificação do posicionamento do ITESP, estabeleceu-se o consenso e a retirada dos termos proibitivos.

Assim, a autorização (presente na portaria nº75, substituída posteriormente pela portaria nº77) em certo sentido, funcionou como instrumento para estipular parâmetros a uma atividade que já vinha acontecendo em alguns lotes, porém com o risco da ilegalidade, o que poderia acarretar perda do Termo de Autorização de Uso – TAU pelo assentado e conseqüente exclusão no projeto.

O assentamento Monte Alegre possui atualmente mais de 400 famílias (contando-se agregados), das quais 50% estão localizadas no Município de Motuca, sendo 40% no município de Araraquara e 10% em Matão. Com base nisso e justificando ser a maior arcadora do “ônus social” dos assentamentos (valendo-se de dados como o índice Paulista de Vulnerabilidade Social–IPVS/SEADE), a prefeitura municipal de Motuca estabelece os parâmetros para o chamado “Projeto Cana”, que poderia “resolver ou normalizar” a situação dos assentamentos segundo fontes oficiais do município.

Com uma população, em 2000, em torno de 3.871 habitantes o Município de Motuca está circunscrito numa área de 23.200 hectares, apresentando 280 propriedades rurais, das quais mais de 200 são oriundas dos Assentamentos Monte Alegre. É fato mencionar que a principal atividade agrícola do município é o cultivo da cana-de-açúcar, em área atualmente cultivada com mais de 17.000 hectares, fonte de matéria prima da indústria sucroalcooleira situada no município (Usina Santa Luiza), a qual responde por mais de 70% da arrecadação municipal. É de se supor o peso que a atividade exerce sobre o poder público municipal,

Desta forma inicia-se o projeto de plantio consorciado para cinco safras agrícolas com venda direta realizada para a usina acima citada. A partir de agosto de 2002 um grupo inicial de 40 famílias inicia o plantio da cana para venda direta. No ano de 2003, um grupo maior se interessa, desta forma, o número de adesões cresce, chegando em 2004, a uma área total de 229,59 hectares plantadas em áreas do assentamento. No ano de 2005 a área abrangida foi de 571,13 hectares com uma produção bruta de 57.015,95 toneladas abrangendo 162 lotes agrícolas. Num total de 416 lotes agrícolas, este número representa 40% dos assentados instalados no PA, e a ocupação efetiva de uma área de 994,82 hectares.

SAFRA	Área em produção hectares	Produção de cana toneladas	Produtividade ton/ha	Receita bruta R\$
2004	229,59	25.765	112,22	911.462,32
2005	571,13	57.015,95	99,83	2.601.639,00

Projeto Cana – Resultados Consolidados. Fonte: Prefeitura de Motuca 2005.

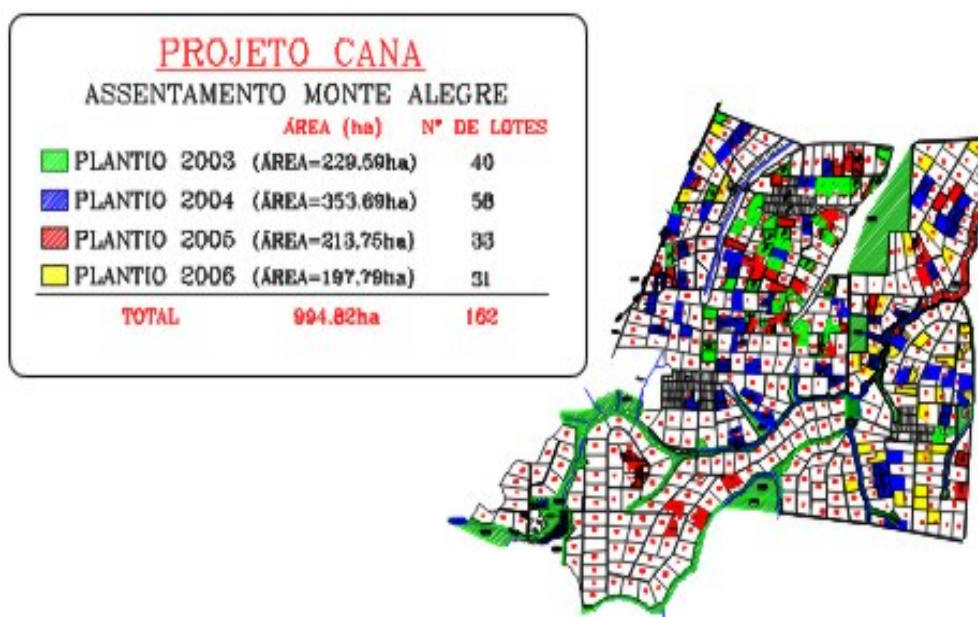


Imagem: mapa com evolução do plantio e localização dos lotes no PA Monte Alegre

Para a Usina Santa Luiza a expansão do cultivo da cana de áreas de assentamento representa a possibilidade de incorporação de até 2.615,35 hectares, uma vez que a área agricultável do assentamento é de 5.230,69 hectares, a portaria nº 77 do ITESP permite o uso de até 50% do lote agrícola. Em termos absolutos isso pode significar um aumento de até 22,75% em relação à área de plantio pertencente à usina, de 11.500 hectares (área pertencente à usina).

A forma de contrato estipulada foi baseada no fornecimento por parte da Usina de: mudas de cana de açúcar, tecnologia de plantio, adubos e insumos, assistência técnica primária, processamento e compromisso de compra da matéria prima. Caberia a Prefeitura Municipal (Motuca) a disponibilidade de assistência técnica complementar (disponibilização da patrulha agrícola, principalmente no cultivo da cana “soca” a partir da segunda colheita).

De acordo com o programa oficial do governo vinculado em 2002 estabelece-se que (...)os produtores rurais assentados, participarão inicialmente com a mão de obra braçal necessária à colheita e manejo da cultura, e posteriormente com todos insumos, para os tratamentos culturais a partir da primeira colheita da cultura(...) (Prefeitura de Motuca). Porém, nas idas a campo para coleta de material observou-se a descaracterização deste trabalho familiar além do não cumprimento da disponibilidade de assistência técnica complementar por parte da prefeitura. Em muitos casos o corte e o plantio têm sido feitos interinamente pela usina. Estas

informações coletadas evidenciam o risco da entrada do capital agroindustrial dentro de áreas de reforma agrária, sobretudo se realizado sem o mínimo controle na quantidade de insumos utilizados, na quantidade efetivamente colhida e na forma como se realiza o trato da terra.

Num parecer técnico emitido em 1995 sobre o assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio, que em caráter experimental foi o primeiro assentamento a legalmente estabelecer parcerias para a produção da cana, afirma-se:

Na produção de cana, o assentado é mero espectador, em quase todo o processo produtivo, pelas próprias características do mesmo, que é mecanizado em algumas etapas, necessitando muito pouco da força familiar. Além disso, no período da colheita é necessária a utilização de mão de obra intensiva e em grande quantidade, o que inviabiliza mais uma vez o trabalho familiar. Como os produtores assentados não podem ter acesso a esse “Know How”, estão sujeitos a dependência reiterada. (Fernandes et al, p.195)

Desta forma os contornos de diferenciação entre uma parceria e um arrendamento padrão muitas vezes se contrapõem e suscitam questões importantes para a análise da viabilidade deste tipo de prática associativa, cujo caráter cooperativo pode ser questionado.

As metas divulgadas pela prefeitura de Motuca, utilizadas no planejamento do plantio estimava no acréscimo de atingir uma receita líquida média nas 5 safras por lote agrícola de R\$ 10.000,00/ano e introduzir na economia local R\$ 1.000.000,00 , *a partir do segundo semestre de 2003, distribuindo renda direta aos beneficiários do programa e detentores da agricultura familiar.* (Prefeitura de Motuca).

Paralelamente, no assentamento Bela Vista, área de jurisdição federal, com sede também em Araraquara, o mesmo processo de aceno de usinas sobre espaços potenciais para a expansão ocorria de maneira mais intensa. Desde a safra de 97/98 assentados do referido assentamento vinham realizando parcerias com a Usina Zanin, os quais, por suas características, se assemelham a um arrendamento padrão. Através da criação da Associação dos Pequenos Produtores da Região de Araraquara, por um grupo de assentados pró-cana e em virtude da elevação do preço da safra de 200/2001, pouco a pouco a organização ganha força chegando ao ano de 2006 com cerca de 90% dos assentados do referido assentamento plantando cana para a Usina Zanin. Um dos aspectos mais delicados diz respeito à ausência que qualquer permissão por parte do INCRA para tal prática, descaracterizadora do trabalho familiar e passível de exclusão do projeto, como já referido.

Recentemente, diante do posicionamento permissivo do ITESP (portaria nº 77), o Incra vem tentando reestabelecer através termos de reajuste de conduta, um controle maior sobre a ocupação dos lotes com culturas destinadas à venda para agroindústria, restringindo a área ocupada com cana para 30% do lote agrícola, uma vez que estima-se que neste assentamento a área ocupada com cana para agroindústria gira em torno de 80% da área do lote.

No questionário de atualização dos perfis dos assentados realizado pelo Núcleo de Estudos e Documentação Rural, aplicado entre 2005 e 2006 a cerca de 10% dos assentados dos dois projetos verifica-se o peso das parcerias no destino da produção e na forma de comercialização (tabela abaixo).

De que maneira e comercializada a produção agrícola?	Comércio cidades próximas	Parcerias/Indústrias	Atravessador	Comércio interno	Projetos de Prefeituras	Não respondeu	Unicampo
Bela Vista	03 (18,7%)	13 (81,2%)	02 (12,5%)	01 (6,2%)	01 (6,2%)		01 (6,25%)
Monte Alegre	10 (22,2%)	18 (39,9%)	11 (24,4%)	10 (22,2%)	08 (17,7%)	08 (17,76%)	

No quesito produção valendo-se do mesmo questionário observamos:

	Bela Vista	Monte Alegre	Total Médio em %
Hortaliças	07 (43,75%)	23 (51,6%)	49%
Cereais (milho, arroz)	14 (87,5%)	24 (53,28%)	62%
Temporárias (feijão)	04 (25%)	13 (28,86%)	28%
Permanentes (eucalipto, mandioca, café)	08 (50%)	27 (59,94%)	57%

Frutas	10 (62,5%)	32 (71,04%)	69%
Cana	10 (62,5%)	19 (42,18%)	47%
Pastagem	02 (12,5%)	24 (53,28%)	43%
Outros	02 (12,5%)	04 (8,88%)	10%

Verifica-se ainda que apesar do peso que as parcerias vem adquirindo no interior dos assentamentos, este ainda apresenta relevante grau de diversificação embora o quadro acima não revele a área ocupada com cada cultura apenas a presença destas culturas nos lotes e que o percentual registrado diz respeito ao universo amostral da pesquisa (10% dos lotes).

CONCLUSÃO: ELEMENTOS DE REFLEXÃO

O processo de expansão da cultura canavieira em assentamentos de reforma agrária pode ser analisado por diversas óticas. Quando abordamos a dinâmica econômica dos assentamentos, temos que ter em vista as múltiplas faces do processo em questão. Os critérios de mensuração econômica habituais devem, por sua vez, abarcar outras variáveis nem sempre abordadas; como é o caso, por exemplo, do autoconsumo (muitas vezes ignorado). Portanto quando pensamos em reforma agrária como expressão de política pública, de geração de emprego e renda, deve-se analisá-la em toda sua complexidade sob o risco de pautar conclusões balizadas apenas na lógica de sucesso /insucesso destes projetos.

Desta forma deve-se levar em consideração que estes assentamentos passam por um processo de maturação, representado pelas inúmeras dificuldades encontradas para a gestão do espaço e pela viabilização econômica destas famílias no interior destes projetos. Observamos as cicatrizes deixadas pelas frustradas experiências coletivas (de início) e (posteriormente) individuais/familiares do espaço de produção durante os anos de existência dos PAs.

Estas experiências mostraram-se muitas vezes inconsistentes. “O não levar em conta a vontade dos assentados”, por parte do Estado, as escassas e insuficientes linhas de crédito voltadas às especificidades dos pequenos produtores, e o grau de endividamento, tem levado muitos assentados a abandonar os lotes de produção e desistir de permanecer na terra.

A proposta de consórcio com usinas da região surge e ganha força justamente num momento de “vazio” político-institucional no interior destes assentamentos. Expande-se com a promessa de propiciar aos produtores a possibilidade de estabilização financeira, desatrelada a compromissos financeiros (financiamentos) expedidos em nome do assentado. Aliada à garantia de fornecimento de mudas, insumos, assessoria técnica, além da compra assegurada, a proposta parece viável para a maioria dos assentados. A análise em si da parceria não pode ser pautada apenas em seus possíveis retornos financeiros, sob o risco de absolutizá-la, sem apreender as dimensões sociais, políticas e ambientais. A proposta do presente trabalho é elucidar as motivações e o papel da estrutura produtiva local na determinação dos movimentos internos nos assentamentos e na definição de seu futuro.

Vale ressaltar, entretanto que ao analisar o delineamento do projeto “Cana” pôde-se observar que os rendimentos previstos foram inferiores aos estipulados no projeto inicial. Em coleta de dados em campo e com base em outros trabalhos (CAMPOI, 2006) verificou-se que o rendimento líquido auferido na primeira safra (18 meses – e também a mais produtiva) gira em torno de R\$ 6.600 a R\$ 7.200,00, ao final de 18 meses. Inferior aos R\$ 10.000,00 estipulados como base, o que de certa forma “desmistifica” a proposta da cana como “única saída” para os assentamentos, como veio a ser exposta no início do projeto.

Questões pertinentes como a descaracterização do trabalho familiar - condição mínima para a permanência nos assentamentos - foram profundamente afetadas pela entrada da cana e do capital produtivo da usina em terras de reforma agrária. Outras dimensões como dependência, alienação das esferas econômicas pertinentes ao agricultor familiar (planejamento, financiamento, produção e etc.) também podem ser interpretadas como pontos frágeis da prática das parcerias.

O ônus ambiental, uma vez que estes assentamentos configuravam-se como “mosaicos de diversidade” em meio à homogeneidade monocultora por todos os lados, não pode ser esquecido. O uso massivo de insumos químicos e a prática da queima da cana ocorrendo em pequenos lotes de produção mostra-se perigosamente presente. Se considerarmos que muitos agricultores residem no lote de produção, o risco para o meio e para a própria família mostram-se evidentes.

Porém ainda que a renda estabelecida tenha sido inferior ao estipulado, a entrada da cana trouxe aos assentados uma aparente sensação de previsibilidade financeira com a garantia de compra pré-estabelecida por parte da usina. Outro fator a se levar em conta diz respeito ao crédito materializado no investimento inicial arcado inteiramente pela usina e descontado posteriormente na colheita.

A manutenção dos preços altos da cana - determinados pela demanda do álcool e do açúcar crescentes no mercado interno e externo - gera uma tendência à expansão frente a outras possibilidades no interior dos assentamentos. Os mapas sobre a expansão da cana no

período 88 -2003, (p.7) auxiliam e elucidar o movimento de expansão canavieira em função da manutenção da valoração do produto.

Esta tendência pode ser verificada também em outras localidades, tomando-se por base áreas de assentamentos federais no triângulo mineiro (parceria com cana) e outras regiões, o que vem levando o INCRA a rever os termos que concernem ao uso e à forma de trabalho dentro das áreas de reforma agrária.

O atual processo de descentralização das políticas públicas e da gestão dos projetos de assentamentos carece de melhores definições, sem quais as alternativas para o futuro dos assentamentos parecem render-se ao circuito da cana; apesar dos riscos que o mesmo apresenta.

BIBLIOGRAFIA:

BERGAMASSO, S.M.P.P. et alii. "Assentamentos de Trabalhadores Rurais em São Paulo: A roda Viva de seu Passado/Presente". **Ciências Sociais Hoje**, Vértice, São Paulo, 1990.

CRISCUOLO C.; QUARTAROLI, C. F.; MIRANDA, E. E.; GUIMARÃES, M. **Dinâmica de Uso e Cobertura das Terras na Região Nordeste do Estado de São Paulo. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite**, 2006. 70 p., il. (Documentos, 46).

DANTAS, A. O Homem Rural no Assentamento de Reforma Agrária. **Retratos de Assentamento n º 06**, Araraquara, 1998

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto/SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 400p.

FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. **Perspectivas**, São Paulo, Edunesp, v. 11, 1988.

JUNIOR, A. **Indicadores de Renda em Espaço Rural**. Vozes, São Paulo, 1996.

ROSIM, L. H. "A Luta pela Terra: A Vontade do Estado e o Querer dos Trabalhadores". **Retratos de Assentamento, n º06**, Araraquara, 1998.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992

STETTER, E. A. **A Cana nos Assentamentos Rurais: presença indigesta ou personagem convidada?** Dissertação de Mestrado. FCL Unesp, Arararquara, 2000.

WHITAKER, D. C. A. **Questões Metodológicas Emergentes**, Visão, São Paulo, 2002.

PERIÓDICOS/ PUBLICAÇÕES:

CENSO DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Org. FERRANTE, V.L.S.B. e BERGAMASSO, S. M. P.P. Edunesp, São Paulo, 1995.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. N º205, Vol.112, 25/10/2002.

PARECER TÉCNICO CIENTTÍFICO PROC. 0056/95 FATEC/UNESP-PRESIDENTE PRUDENTE. In FERNANDES E SILVEIRA, 1995.

RETRATO DA TERRA n º1 ao n º10, Cadernos do ITESP, 1995-2001

ROTEIRO PARA FORMULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA. Brasília, INCRA/IICA, 1998

CADEIA CARNE-GRÃOS E REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NA BR-163

Karina Vianna Cardoso (Pós-Graduanda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGG/UFRJ)

e-mail: karinarj@globocom

Introdução

No âmbito do processo de expansão da agricultura moderna no estado de Mato Grosso, os municípios de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, situados ao longo da BR-163, apresentam elementos novos no cerrado mato-grossense em termos de agregação de valor à produção, favoráveis à dinâmica de reprodução do capital. Neste sentido, a seletividade espacial ocorre a partir de sua capacidade de oferecer rentabilidade, em função, inclusive, de condições naturais propícias à realização do cultivo de grãos, como topografia, temperatura e altitude, apenas para mencionar algumas, da presença de nível técnico, possibilitando ganhos de produtividade, de agentes com perspectiva empresarial e de uma rede logística de escoamento da produção, no bojo do cenário de competição acirrada na busca por mercados.

Deve-se salientar que a articulação entre a produção de soja, milho, milheto, sorgo e outros, com a criação de aves, suínos e bovinos constitui uma importante cadeia produtiva, agregando valor à produção e tem como elemento indispensável a logística de transporte, uma vez que as significativas distâncias entre os locais de produção e os portos de exportação elevam em muito os custos finais da produção. Sem dúvida, as distâncias com relação ao mercado consumidor constituem um dos obstáculos à inserção competitiva do produto no mercado, sendo necessário integrar e verticalizar as atividades, de modo a agregar valor e reduzir os custos finais de produção. Neste sentido, a BR-163 representa uma possibilidade logística que merece ser analisada, pois em muito tende a contribuir para uma inserção competitiva no mercado internacional.

Apesar do conhecimento da importância de condições naturais propícias à realização do cultivo de grãos, muitas vezes, as inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas contribuem para a superação de barreiras naturais, ampliando a dinâmica de circulação do capital e trazendo maior rentabilidade e competitividade aos produtos. Assim, o emprego adequado de máquinas e equipamentos, tanto como a utilização de sementes melhoradas e outros insumos são fundamentais para o aumento da produção e produtividade a níveis desejados.

Dessa forma, pretende-se neste trabalho identificar algumas das relações estabelecidas na cadeia carne-grãos nos referidos municípios, considerando a

seletividade espacial, além da reorganização do território e da produção de novas territorialidades, a partir da introdução de novas técnicas no processo de produção, redefinindo a estrutura tradicional dos espaços, a partir das racionalidades econômicas por eles apresentadas. Sendo assim, torna-se fundamental analisar as relações sociais de produção nele envolvidas, já que a articulação entre espaço e técnica se dá mediada pelas aludidas relações.

Algumas Reflexões Teórico-Conceituais

No que se refere às condições espaciais de produção que envolvem a cadeia carne-grãos nos referidos municípios deve-se considerar, sobremaneira, a seletividade espacial. Segundo Santos (2002), a difusão e expansão dos objetos técnico-informacionais não ocorrem na mesma velocidade, muito menos de forma homogênea no espaço geográfico, propiciando a diferenciação de áreas, dotadas de racionalidades distintas, em função da atuação maior ou menor do capital.

Nesta perspectiva, certas áreas são privilegiadas em virtude de ações hegemônicas sobre objetos, alterando a capacidade destas áreas em oferecer maior ou menor rentabilidade, mesmo que nem sempre elas tenham sido contempladas por modernizações anteriores. De qualquer modo, os seletivos espaços de produção devem ser analisados e compreendidos no bojo da articulação entre o espaço nacional de produção e a macro-escala internacional, articulando múltiplas escalas. Além disso, ainda que as condições naturais sejam relevantes, são aquelas artificialmente criadas que permitem a obtenção de melhores vantagens comparativas, aumentando a sua competitividade.

Cabe salientar ainda que a introdução de inovações tecnológicas contribui, sobremaneira, para a reorganização do território no que tange às atividades ali desenvolvidas, bem como aos recursos humanos e físicos do recorte espacial então contemplado. A busca pela lucratividade na cadeia carne-grãos promove, através de novos processos, mudanças nas relações sociais de produção e transformações espaciais, pautadas, principalmente, na emergência de novos padrões tecnológicos, selecionando áreas que assegurem as condições ampliadas de reprodução do capital.

No que concerne ao conceito de território, tal análise torna-se imprescindível para a pesquisa aqui proposta, a fim de compreender o papel da cadeia carne-grãos na reorganização da estrutura territorial da BR-163. Muitos são os autores que se empenham em uma discussão acerca do referido conceito, contudo, apenas algumas delas são relevantes para este trabalho.

De acordo com Haesbaert (2001), podemos compreender o território a partir de sua dimensão jurídico-política, como um espaço delimitado por relações de poder, de sua

dimensão cultural, mediante a apropriação simbólica de um determinado grupo sobre uma porção do espaço, e de sua dimensão econômica, com base nas relações econômicas em seu aspecto espacial. Pode-se acrescentar ainda uma interpretação mais naturalista, no que se refere ao controle dos recursos naturais.

Notadamente, o conceito de território pode ser vislumbrado em Corrêa (1991), mediante um conjunto de práticas espaciais¹ específicas e particulares, apropriando-se de um dado segmento do espaço. De acordo com este autor, a fragmentação e o remembramento de uma dada parcela do espaço em unidades territoriais indicam práticas espaciais, as quais, transpostas para o então objeto de estudo, clarificam algumas das indagações nele propostas.

Convém ressaltar que “no processo de fragmentação a empresa tende a eleger primeiramente aqueles lugares que apresentam maior potencial em face da natureza das unidades a serem implantadas” (CORRÊA, 2001: 38). Neste ínterim, o território, dotado das dimensões política, cultural e econômica, apresenta-se, assim, como um dado segmento do espaço delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de determinados agentes sociais, grupos humanos, empresas e/ou instituições como o Estado ou outras organizações sociais, a partir de objetivos e práticas específicas (SOUZA, 2001).

Nesse tocante, é visto que tais objetivos e práticas variam de acordo com a intencionalidade dos agentes envolvidos nessas relações, os quais interferem na construção de múltiplos territórios em diferentes escalas espaciais. Quem controla quem e com quais objetivos tornam-se questões pertinentes, na medida em que a história das territorialidades está essencialmente arraigada ao espaço.

A proposta de Souza (2001) para o conceito de território se aproxima dos interesses aqui pretendidos, uma vez que vincula as relações de poder engendradas à dimensão do espaço. Isto posto, o domínio e o exercício do poder são possibilitados pela própria dinâmica espacial. Com efeito, o território constitui um campo de forças onde se desenham “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2001: 97).

Tais relações de poder no território instituídas objetivam assegurar a permanência da preponderância de um determinado segmento e constituem estratégias espaciais “para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, por controle de área” (SILVA, 2002: 27), não denotando simples práticas espaciais, desprovidas de qualquer interesse e intencionalidade, adotadas por seus atores principais.

As Transformações no Cerrado Mato-Grossense a partir da Década de 1970

O processo de expansão da atividade sojifeira para o cerrado mato-grossense insere-se no contexto de programas do governo brasileiro na década de 1970, com vistas a promover o incremento da produção e da produtividade das atividades agropecuárias na região Centro-Oeste. A soja acabou por se sobrepôr às lavouras de subsistência, à pecuária extensiva e aos cultivos tradicionais, como o arroz de sequeiro.

Nesse momento, a venda de terras era motivada, principalmente, pelo seu preço reduzido, por linhas especiais de crédito criadas pelo governo e pela presença de mão-de-obra abundante. Contudo, os estímulos do governo federal estavam voltados para os grandes fazendeiros e as grandes empresas, através de incentivos e condições favoráveis, contribuindo para uma situação perversa de concentração de terras, tendo na atividade pecuária sua sustentação maior. Era de importância ímpar a construção de uma nova dinâmica econômica e social, expandindo a fronteira da soja para o interior do país.

O objetivo de integração nacional motivou a criação da SUDAM e de programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), além da construção de grandes eixos rodoviários, como a BR-163, no início da década de 1970, e da implementação de redes de energia, armazéns, portos, fábricas e do maquinário empregado, ou seja, formas geograficamente imobilizadas de capital fixo. Foi na esteira da construção da BR-163 que surgiram imediatamente as empresas de colonização particular, que passaram a adquirir do Estado ou de particulares, ou mesmo sob a forma de grilagem, grandes extensões de terras ao longo da referida rodovia para a colonização, atraindo basicamente pequenos e médios agricultores da região Sul do país. Assim, como resultados de processos de colonização pública ou privada, foram surgindo localidades como Sinop, Colíder, Alta Floresta, Terra Nova, Paranaíta, Sorriso, Nova Mutum, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Santa Rita do Trivelato, Vera, Juara, Nova Ubiratã, Feliz Natal, entre outras.

O POLOCENTRO foi criado em 1975 e teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características do cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial (MULLER, 1990).

O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtores que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial. Ainda de acordo com Muller (1990), apesar de o POLOCENTRO ter sido um programa voltado para a abertura da fronteira agrícola, as políticas acabaram por favorecer os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Na realidade, foi um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial, mediante o fornecimento de crédito subsidiado, de assistência

técnica e da remoção dos obstáculos ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas quase não foi beneficiada.

Assim, a redução da produção de soja na região Sul do país, área tradicional de cultivo, foi acompanhada pelo surgimento de alternativas locais dotadas de vantagens competitivas, resultando no deslocamento geográfico da produção de grãos, o que inclui, além da soja, o milho, articulando-se, mais tarde, à criação de aves, suínos e bovinos.

Esta articulação, proporcionada pelo acompanhamento de técnicas e recursos modernos, como conexão com unidades de pesquisa, presença de mão-de-obra com um novo perfil de qualificação, ou seja, o nível das forças produtivas, e as novas tecnologias de comunicação, bem como a capacidade associada aos princípios de gestão, apresentou importância ímpar no processo de reorganização do território mato-grossense, fazendo surgir, inclusive, novos territórios e novas territorialidades.

Observa-se, assim, o estabelecimento de circuitos de produção e de cooperação, complementares e em múltiplas escalas, desde o processo produtivo no interior da firma, abarcando suas etapas mais elementares, até o mercado global. Tais circuitos, no entanto, podem ser completos ou incompletos, a depender das articulações regionais.

Dessa forma, as novas tecnologias requerem adaptações espaciais de modo a reproduzir as condições dos grupos dominantes com fins a acumulação de capital no bojo do desenvolvimento capitalista desigual, submetendo, desta forma, a classe trabalhadora. O espaço é então apropriado e tornado estratégia de produção com objetivos determinados e, neste sentido, tornado território.

A Cadeia Carne-Grãos

No que concerne à cadeia carne-grãos, sabe-se que a modernização dos cultivos de grãos, bem como a implantação de novas tecnologias no processo produtivo de beneficiamento dos grãos para a realização de atividades importantes como a suinocultura, a avicultura e o rebanho bovino, contribuíram significativamente para promover a reorganização dos territórios, a partir de relações de poder engendradas pelo grande capital, produzindo múltiplos territórios em múltiplas escalas, as quais abrangem a dinâmica das grandes empresas, inter-relacionando o local e o global, de acordo com a lógica capitalista vigente.

Com uma localização geográfica privilegiada, Lucas do Rio Verde, situado no centro-norte do estado de Mato Grosso, desponta como um dos principais pólos de desenvolvimento agrícola do estado. Privilegiado por extraordinárias condições de clima e de solo, o município de Lucas do Rio Verde tem sua economia baseada em uma

agricultura altamente tecnicada, com caráter empresarial e com excepcionais índices de produtividade.

No entanto, as atuais lideranças do agronegócio estão empenhadas em promover mudanças no atual modelo agrícola, que exporta somente produtos primários de pouco valor agregado. Avançar para o segundo ciclo, a verticalização da economia, através da transformação de proteína vegetal (grãos) em proteína animal (carnes), será o principal desafio, que tem sido incentivado com a instalação de novas indústrias. Um processo cujos objetivos estão em não só garantir a maior agregação de valores, mas também a geração de novas oportunidades de trabalho.

Os investimentos que vêm sendo realizados pela SADIA no município em termos de frigoríficos e outras tecnologias, principalmente, corroboram a localização da cadeia carne-grãos nesta porção do território mato-grossense, o qual constituirá o maior abatedouro de carnes de aves e suínos da América Latina.

O município ainda apresenta uma localização geográfica estratégica, topografia plana, levemente ondulada, favorecendo a mecanização agrícola e os trabalhos de conservação do solo, uma estrutura fundiária, onde mais de 80% das propriedades possuem área de até 500 hectares, incentivos fiscais para a instalação de empresas no setor industrial, infra-estrutura em condições adequadas e um grande potencial de crescimento do setor cotonicultor. Há ainda que ressaltar que apresenta em torno de 19,7% de área ocupada por propriedades com mais de 10.000 hectares e, aproximadamente 94% de proprietários segundo a condição de posse da terra, de acordo com dados da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento (2006).

O município de Nova Mutum também tem sua economia baseada na atividade agrícola e, nesse sentido, a indústria e o comércio evoluem a partir da agricultura. Ao longo do tempo, nasceram grandes projetos, como a instalação de dois frigoríficos de suínos e de frangos, contribuindo para transformar a matéria-prima em produto de alto valor agregado, gerando empregos diretos no campo e na cidade, além de proporcionar inúmeras alternativas indiretas de emprego e renda, principalmente no setor de prestação de serviços (SCHAEFER, 2003).

Cabe mencionar que o município de Nova Mutum também se encontra privilegiado por condições de clima e solo, além de topografia plana, favorecendo, sobremaneira, a mecanização das atividades agrícolas.

O governo de Nova Mutum vem promovendo incentivos às empresas industriais, comerciais, agroindustriais e de prestação de serviços para se estabelecerem no município, buscando atrair investidores e dinamizar sua economia.

A suinocultura vem adquirindo significativa importância no Brasil e, principalmente, no Centro-Oeste brasileiro. Contudo, esta atividade apresenta dificuldades no que se

refere à obtenção de dados atualizados e confiáveis a respeito da produção atual e futura de suínos, consumo de carne no mercado interno e com relação às demandas de exportação – ingredientes mínimos para a gestão segura do negócio (PRODUTOR RURAL, 2006).

Além da suinocultura, a avicultura mato-grossense também se apresenta como uma atividade que conta com a participação dos maiores frigoríficos do país, como a PERDIGÃO e a SADIA, responsáveis por assegurar algumas das garantias necessárias aos pequenos produtores, em geral. Em Nova Mutum, a PERDIGÃO se destaca industrializando aves e suínos a partir da articulação com áreas produtoras de grãos de modo a agregar maior valor à cadeia da soja. A suinocultura, por sua vez, acaba por envolver, em sua maioria, grandes empresas e empreendimentos.

A cadeia avícola organiza-se de modo a alcançar elevados índices de produtividade e de produção, diminuindo o custo unitário e “aproveitando as condições de clima mais seco e mais uniforme da região, a proximidade da ração, os baixos custos do milho, os incentivos fiscais e isenções de taxas” (BERNARDES, 2006: 30). Desta forma, a avicultura acaba por constituir mais uma importante atividade do complexo agroindustrial, cuja lógica predominante é a agregação de valor, a partir de articulações entre forças diversas.

Nestas atividades, torna-se relevante mencionar novamente que as articulações fazem-se essenciais no que tange ao processo de produção. Observamos, assim, um processo de reestruturação do espaço produtivo no cerrado mato-grossense, impulsionado pela dinâmica de reprodução do capital, no contexto de emergência de novos padrões tecnológicos. Esta agricultura moderna, tecnificada, inserida em uma cadeia produtiva também dotada de novos sistemas técnicos traz uma série de transformações.

No que concerne à cadeia carne-grãos, os processos de esmagamento da soja e sua transformação em produtos mais nobres como óleo e farelo são de grande importância, destacando-se o processamento deste último em ração para aves, suínos e bovinos, configurando maior valor agregado e, conseqüentemente, maior rentabilidade ao capital industrial. Parte do farelo produzido é então enviado ao mercado interno, parte às unidades de produção de aves, suínos e bovinos e parte destina-se ao mercado externo.

A suinocultura constitui uma destas atividades integradas, a partir da incorporação e criação de novas tecnologias, permitindo novas formas de gestão do território, comercializando matrizes de linhagens para outros produtores e agrupando a cadeia milho, rações, produção de suínos e carne industrializada (BERNARDES, 2006). Para tanto, as redes informacionais, ou seja, os circuitos de cooperação, constituem elemento imprescindível para a ampliação de fixos e fluxos no espaço, estabelecendo novos

circuitos de mercadorias, capitais, pessoas, gestão e controle das atividades desenvolvidas, e níveis de comercialização mais amplos, com vistas a atender a dinâmica do mercado e reduzindo o tempo e o custo do processo de circulação.

Estas afirmações nos levam a refletir sobre como a pequena produção pode ser incorporada sem prejuízos na cadeia carne-grãos, ou seja, na produção de frangos e suínos, sob o controle técnico das empresas responsáveis, com acesso a recursos do Fundo do Centro-Oeste (FCO), o que será desenvolvido em trabalhos posteriores. Por outro lado, no que tange à produção de grãos, sabe-se que há a manutenção dos grandes produtores em detrimento da pequena produção. O pequeno produtor não incorporado, desprovido dos meios de subsistência, acaba por se tornar uma mão-de-obra sem qualificação, temporária e sem vínculos empregatícios e outras garantias (BERNARDES, 2006).

Considerações Finais

Por fim, torna-se importante perceber que o modelo agroindustrial trouxe uma nova característica a esse processo: a necessidade de elevada capitalização para o investimento inicial, o que exclui de certa maneira os pequenos produtores, e a expansão da agricultura a nível empresarial com utilização intensiva de agrotóxicos e forte mecanização o que provoca grande êxodo rural, isto é, aqueles empregos tradicionalmente do campo deixam de existir.

Sem pretender contemplar todos os elementos envolvidos neste processo produtivo, o estudo da cadeia carne-grãos e das relações engendradas por este conjunto de atividades verticalizadas são de importância ímpar para a compreensão da reorganização do território na BR-163 a partir da introdução de novas técnicas no processo produtivo. Sem dúvida, os arranjos territoriais devem ser analisados no âmbito da busca pela agregação de valor aos produtos, com vistas a atender a reprodução ampliada do capital.

¹ Consoante Corrêa (2001, p. 35), “as práticas espaciais são um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais (...), constituindo meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos Espaciais da Produção na Fronteira Agrícola Moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, Osni de Luna

Freire. Geografias da Soja: BR-163 Fronteiras em Mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e Espaço – uma nota. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro; nº 53 (1), p. 135-145, jan/mar, 1991.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352p. pp. 15-47.

HAESBAERT. Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. Rio de Janeiro. Vol. III, p. 1775-1783. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário – 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MULLER, C.C. Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. In: _____. Planejamento e políticas Públicas. Brasília: IPEA, 1990. n.3, p.45-74.

REVISTA PRODUTOR RURAL – Cuiabá/MT – Maio/2006 – Edição 158. Impresso Especial 1609/01/DR/MT. Federação da Agricultura e Pecuária do Est. MT. CORREIOS.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 233-259.

SCHAEFER, Renato. Nova Mutum - História e Fundação. Mutum Editora e Gráfica. 2003.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO. Disponível na Internet: <http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br>. Acesso em agosto de 2006.

SILVA, Jan Carlos da. O Conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: Território e Prostituição na Metrópole Carioca. 1. ed. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002. 160p. pp.16-56.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352p. pp. 77-116.

IMPLANTAÇÃO DE PERÍMETROS IRRIGADOS NO NORDESTE RURAL: INCLUSÃO OU PROLETARIZAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR?

Helenira Ellery Marinho Vasconcelos

Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical;
Doutoranda do Curso de Sociologia/UFC
e-mail: heleniramarinho@yahoo.com.br

Elza Maria Franco Braga

Professora Doutora do Curso de Sociologia da UFC
e-mail: pomelza@ufc.br

“Você trabalha duro
sua alma e camisa
e vê que toda essa luta
não lhe rende um alqueire.
Só então fica sabendo
que a rosa da vida
não é flor que se cheire.”

*Francisco Carvalho*¹

RESUMO

O inusitado aviva a imaginação e inquietações investigativas. Decorre deste estado de espírito a breve narrativa, que faz parte de uma pesquisa em construção para formulação de tese de doutorado. A surpreendente alteração da usual paisagem do semi-árido nordestino em locais de agricultura irrigada instigou o presente tema, que se inscreve no novo mundo do trabalho, de grande incidência do emprego temporário e de repercussões no cotidiano de agricultores (as) familiares desalojadas, por força de desapropriação, de seus meios de produção e que se reincorporam ao local de trabalho e moradia, por via de assalariamento. A área de estudo é o perímetro irrigado do Baixo Acaraú, litoral norte do Estado do Ceará, empreendimento no qual se constatou a existência de trabalho temporário, representando, aproximadamente, 76% da mão-de-obra empregada e, também que essa de força-de-trabalho é oriunda de unidades familiares de produção do local. Como se relacionam novos e velhos atores nesse espaço rural, em um cenário de reestruturação produtiva? Como se reconstroem as sociabilidades entre estes atores?

¹ *In*: CARVALHO, F (1996). Raízes da Voz. POESIA.

Quais as possibilidades ou mesmo o desejo de organização política destes novos assalariados?

INTRODUÇÃO

Duas concepções de desenvolvimento, segundo Abramovay (2002), estão sendo apresentadas à sociedade brasileira, na perspectiva de superação da pobreza nas regiões rurais do Nordeste. Um destes caminhos se assegura na premissa básica de que “é na mutação das próprias atividades tradicionais que se decide o processo de desenvolvimento”². Reconhecendo a importância de que se promovam mudanças técnicas, nesta via, as inovações sociais e organizacionais se ancoram na perspectiva do desenvolvimento territorial, postulando certa articulação entre empresas e organizações estatais, uma acentuada participação dos atores locais, mudanças produtivas e novas institucionalidades para dinamização das economias locais, mas sem o requerimento de profundas rupturas nas tradições culturais.

A segunda alternativa proposta, ao contrário, postula uma via de desenvolvimento que pressupõe a substituição dos sistemas econômicos tradicionais, por um outro de caráter moderno. Esta via se assenta na rápida incorporação de mudanças técnicas na organização produtiva, na iniciativa de empresários inovadores, na farta disponibilidade de recursos naturais e de mão-de-obra barata e na existência de bens públicos. O estabelecimento de indústrias têxteis, de calçados e de áreas de irrigadas para produção de frutas *in natura* constituem-se exemplos de algumas dessas ilhas de modernização, que mais recentemente se incorporaram ao cenário das regiões rurais do Nordeste. Esta trilha não tem aqui suas primeiras pegadas. Seus vestígios percorrem longas datas. Estudo realizado pelo Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC, 1989), sobre a crise permanente do modelo exportador e que cobre um período de 1850 a 1930, testemunha a reentrância destas alternativas:

[...] Durante os oitenta anos focalizados a seca foi o pretexto ideal para justificar a estagnação do Ceará. No discurso oficial ela surge como a causa do atraso da lavoura, da penúria da população, da emigração. A solução indicada pelas classes dominantes resumia-se à construção de açudes e estradas (IMOPEC, 1989, 7).

A alternativa de implantação de áreas irrigadas no Nordeste para superação do atraso tecnológico e da pobreza da população, cujas referências mais emblemáticas são o Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte,

² Abramovay (2002:3)

se insere nesta última via (Andrade, 2005; Mota, 2005). Essas experiências localizadas e, sob o ponto de vista econômico, bem sucedidas, chamaram a atenção para o potencial da região Nordeste enquanto espaço adequado à produção da fruticultura irrigada, estimulando à implantação de outros projetos.

Um desses, o Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, no estado do Ceará, projeto empresarial destinado à produção de frutas para o mercado “in natura” - constitui-se o campo de referência empírica da narrativa. Já ressaltado em trabalho anterior (Vasconcelos, 2007), as mudanças nas relações de trabalho, a presença de novos atores e as formas com estes convivem com velhos atores, a repercussão dessas mudanças na organização das famílias desafiou nossa imaginação sociológica, na formulação de um percurso investigativo, insinuando, por assim dizer, que é no local que brotam as nossas inquietações de pesquisa.

Alternando anotações resultantes de observações participantes na área em estudo, de debates em reuniões locais, com relatos que memorizam as tentativas de modernização dos espaços rurais do Nordeste, novas perguntas afrontam nossa imaginação e, sobretudo, nossa responsabilidade com os dados que produzirão, por exemplo, os nossos textos. O que há mesmo de novo no espaço rural do Nordeste? Qual o valor do trabalho para os trabalhadores rurais? Qual o entendimento de trabalho com proteção social? A precarização do trabalho no Nordeste, é um fato novo?

Evidentemente, não se pretende em tão breve reflexão responder a estas questões. Talvez seja mais prudente aqui apontar alguns dados que evidenciem a pertinência de enveredar por um caminho investigativo que tente responder a tais questões. Com este intuito, se inicia o texto, emoldurando as tentativas de construção de uma moderna agricultura no estado do Ceará no quadro maior do contexto da modernização da agricultura brasileira. Refazendo, por meio de um breve histórico, a trajetória de construção de uma moderna agricultura para no Nordeste, destaca-se àquelas mais largamente incorporadas no Ceará, focando de maneira específica as políticas de irrigação que deram curso à implantação de perímetros irrigados para a produção de frutas “in natura”, ressaltando os dobramentos dessa via de desenvolvimento implantada na região do Baixo Acaraú, CE. Em seguida se delimita a área de trabalho em seus aspectos ocupacionais, de localização e de composição da força de trabalho para finalmente ensaiar algumas das mudanças nas sociabilidades no contexto de uma nova relação de trabalho naquele espaço rural. Nas considerações finais são retomadas

algumas questões na perspectiva de enlaçar as diferentes dinâmicas na economia e seus desdobramentos no campo da sociabilidade e nas esferas das práticas

Modernização da agricultura: retração ou concentração das disparidades regionais?

A reestruturação da agropecuária brasileira não é processo tão recente. Data das últimas cinco décadas as profundas metamorfoses porque passou o setor, transformando a agropecuária em uma atividade intensiva de capital, tecnologia e informação, com conseqüente aumento de produtividade e acumulação de capital. Três momentos distintos (Santos, 2000) marcam esta reestruturação. O primeiro – mudança da base técnica - se dá a partir da década de 1950. O segundo concretiza-se nos meados da década de 1960, configurando o processo de industrialização da agricultura com ampla implantação de indústrias à montante e à jusante da agropecuária. O processo de integração de capitais, a partir da centralização de capitais bancários, industriais, agrários etc, em meados da década de 70 marca o terceiro momento.

São os mais diversos os desdobramentos desse processo. Muito fecundas têm sido as análises críticas da via de modernização³. Entretanto, para nossa reflexão, importa ressaltar o caráter conservador deste processo, pois a reestruturação produtiva da agropecuária se deu por caminhos socialmente seletivos e territorialmente concentrados, mantendo intocável algumas estruturas sociais e políticas, em desalinho, portanto, aos pressupostos de uma via de desenvolvimento calcada nos ideais de equidade social e regional. as

As históricas desigualdades sociais e regionais foram reforçadas. As regiões Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste foram as mais intensamente contempladas com a modernização brasileira, formando, como mencionado por Santos (1986), a Região Concentrada⁴. Neste processo de reestruturação produtiva duas outras regiões foram negligenciadas – a Amazônia e o Nordeste. Esta última, constituiria, segundo autores como (Sorj, 1980; Silva, 1982; Delgado, 1985) o sub-setor arcaico da produção agropecuária brasileira, baseada numa estrutura de grandes latifúndios e pequenas explorações, uso extensivo de terra e de mão-de-obra, etc.

³ Para José Graziano da Silva (1982,1989) a modernização conservadora é aquela que privilegia apenas algumas culturas e regiões, bem como alguns tipos específicos de unidades produtivas, nunca significando uma transformação dinâmica e auto sustentada. Ao contrário, trata-se de uma modernização induzida por meio de pesados custos sociais e que se concretiza por se ancorar no Estado.

⁴ A Região Concentrada, de acordo com Santos (1986) é aquela mais mecanizada para a produção moderna e aquela na qual o avanço técnico científico e informacional se dá com maior contigüidade, tendo, por isso se expandido com maior dinamismo e complexidade.

Até a década de 70 permanecia praticamente inalterado o conjunto da agropecuária brasileira, ou seja, regiões que concentravam a modernização convivendo com outras em que persistia o atraso. Entretanto, alguns espaços rurais do Nordeste foram afetados pelo processo de reestruturação produtiva. A implantação de projetos de fruticultura irrigada para produção de frutas e de matéria-prima para as agroindústrias surgiu no contexto da “modernização conservadora”. Mota (2005) assinala que a oferta centralizada de recursos hídricos em regiões específicas e a presença de um conjunto de bens e serviços públicos associadas aos baixos preços da terra e da mão-de-obra foram fatores decisivos para atrair investidores que apoiados em incentivos fiscais responderam pela implantação de perímetros irrigados no Nordeste.

É neste contexto que os espaços rurais do Estado do Ceará, que tinha sua economia baseada na pecuária, no extrativismo vegetal, na agricultura de subsistência, ganha destaque chamando atenção das empresas nacionais e multinacionais do agronegócio. Assim, dos 27 perímetros irrigados construídos em toda região Nordeste, nove estão localizados no Ceará, abrangendo as bacias hidrográficas do Jaguaribe, Salgado, Acaraú e Curu.

O PERÍMETRO IRRIGADO DO BAIXO ACARAU E A CONSOLIDAÇÃO AGRPÓLOS NO CEARÁ

A experiência de vida no semi-árido e as fontes percorridas em nossa pesquisa dão conta de que as boas intenções dos governantes em retirar do atraso o estado do Ceará se fundavam na necessidade de manter os índices de exportação do algodão, do café, dos couros ou das peles. O bem estar da população, apesar da ameaça de rebeliões, vinha sempre em segundo plano.

Falta de chuva: fundamento da ideologia do Estado nas medidas de combate à seca

As limitações do clima se constituíram, sempre, um empecilho para que, no Ceará, se implantasse um modelo agroexportador de matérias-primas. A escassez das chuvas e o conseqüente flagelo de população pobre da Região era o fator recorrente para que o Estado desencadeasse constantemente medidas paliativas no combate à seca: açudagem, construção de estradas, frentes de serviço. Essa concepção pautada no combate à seca, colocava as atribuições de sua população em segundo plano:

[...] O tratamento da questão do bem estar das populações vinha em segundo plano (...) Daí o armazenamento de víveres jamais ter preocupado as autoridades como uma questão fundamental. Produzia-se para exportar e

não para satisfazer as necessidades do mercado interno. Quando ocorria o problema, atribuía-se a imprevidência da população a responsabilidade pela ausência de víveres (IMOPEC, 1989, 108).

A ausência de chuvas significava tão somente a queda das exportações, subjacente, portanto, a questão da população. A chuva, portanto, tem sido o elemento do qual dependeu a economia cearense, durante séculos, uma vez que o Estado sempre se socorre de medidas paliativas, não atentando para solução definitiva do problema. Para justificar a alternância entre uma medida e outra o discurso oficial credita a responsabilidade à ineficácia da ação governamental. Nos anos que antecederam a seca de 1877, deflagrada a seca, criavam-se comissões de socorros, mobilizando, geralmente, o comércio para distribuição de gêneros de primeira necessidade à população. Na seca de 1877, por exemplo, o presidente Caetano Estelita declarava

[...] que o povo preferia o trabalho que o eleva a ter que pedir esmola (...) era necessário atenuar a crise através do trabalho (...) dentro desta concepção foram criadas as comissões de socorros públicos que realizavam melhoramentos e construíam casas para quartéis, cadeias, escolas, açudes, estradas, aterros, igrejas, etc (IMOPEC, 1989, 109).

No Ceará, data de 1881 a construção da primeira grande barragem do Estado, inaugurando, por meio da perenização dos rios, a existência de áreas irrigadas de modesta inovação técnica, mais voltada para agricultura de subsistência. Essa via de intervenção foi mediada pela instituição do locs, o hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que centrava sua política de obras contra as secas, baseada em ações isoladas, notadamente, na construção de barragens e açudes, marcando um período conhecido como a fase hidráulica que perdurou até 1950 e que serviu como bem analisado por Diniz (2002, 22) “mais como moeda de negociação entre a elite local e o governo federal do que como vetor de mudança das condições socioeconômicas”.

Em meados do Século XX, as teorias desenvolvimentistas provocam acalorados debates sobre a indispensabilidade de redução das desigualdades regionais, criando as condições para instituição de novos organismos estatais visando o intervencionismo federal no Nordeste. A SUDENE, BNB e CODEVASF são os maiores exemplos desta nova configuração institucional. Esta ação planejada do Estado no meio rural nordestino significou a expansão das condições técnicas e econômicas necessárias à modernização agropecuária, redundando na expansão do capitalismo no campo.

Foi breve o período de entusiasmo com a modernização da agricultura brasileira. Conservadora, a modernização foi concentrada intra e entre regiões. Acentuada as

disparidades regionais novas concepções orientam os caminhos de desenvolvimento para o Nordeste. Os principais paradigmas que norteavam os programas de irrigação para a Região atravessaram profundas alterações. Prioriza-se a irrigação privada, para e pelo mercado.

Em 1986, com a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, um novo padrão denominado Novo Modelo de Irrigação se instaura na Região com o objetivo de promover programas e grupo de programas estruturantes para o crescimento econômico do campo, ancorados no incremento do agronegócio, por meio uso de inovações tecnológicas para aumento de competitividade de complexos agroindustriais e determinadas cadeias produtivas.

Nos perímetros irrigados, as vendas de lotes priorizaram para empresas agrícolas que seriam referências na implementação de novas tecnologias, novas formas de produção e organização do trabalho agrícola, transformando o perfil vigente dos perímetros irrigados do DNOCS, que visava a transformação dos trabalhadores rurais em irrigantes mas persistindo a organização familiar da produção.

No Ceará três grandes projetos emolduram essa nova forma de organização de grandes perímetros de irrigação: Tabuleiros de Russas, Araras Norte e Baixo Acaraú.

Contexto de criação do Baixo Acaraú

A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1983, na efervescência de discursos políticos e governamentais que colocavam a irrigação como a tábua de salvação para retirar o Nordeste brasileiro de um persistente “atraso”. Os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum, tiveram início bem depois, a partir de 2001, em um contexto reestruturação produtiva da agropecuária e do espaço agrário cearense, cuja tendência é a consolidação de agropólos, associados a um paradigma de desenvolvimento agrícola moldado nos padrões atuais de intensa competitividade, em produtos de alto valor agregado e incremento da produção e produtividade.

Sobressai neste cenário de reestruturação produtiva o incremento da fruticultura tropical considerada por amplas parcelas do empresariado e da tecnoburocracia do poder público como uma solução alternativa para dinamizar e prover sustentabilidade para os espaços rurais do semi-árido cearense. A possibilidade de estabelecimento da fruticultura no Estado está associada à política de exportação de frutas *in natura* ou processada em

polpas e sucos, tendo em vista as possibilidades de colocação no mercado internacional e as facilidades que vêm sendo estabelecidas pelos governos estadual e federal .

Favorecer ao modelo agroexportador, como se pode ver, continua sendo a grande motivação para fundar estratégias de intervenção nos sistemas produtivos do semi-árido do Nordeste, ainda que os discursos que justificam a mobilização de avultados recursos humanos e financeiros se pautem em argumentos que apelam para geração de emprego e de renda de áreas e de populações carentes da Região.

Caminhando em nova paisagem: extensões de semi-árido loteadas e recomposição da força de trabalho familiar

A área correspondente ao perímetro irrigado está localizada na região Norte do Ceará, no trecho final da Bacia do Rio Acaraú, distante 220 km da capital do Estado, Fortaleza. Compreendendo uma área desapropriada de 12.407,00 ha, o perímetro abrange três municípios do Ceará: Acaraú, Bela Cruz e Marco.

Historicamente, o espaço rural Baixo Acaraú constituía-se de uma área ocupada por grandes áreas de pecuária e de pequenos proprietários que se dedicavam ao cultivo de produtos de subsistência e, em menor escala, aos cuidados com fruteiras, especialmente o caju, bem como ao artesanato de renda. Nesse espaço de trabalho, de morada e de vida se realizavam diferentes relações entre os seus atores, dentre as quais se destacavam as diversas combinações de parceria para exploração das terras às margens do rio Acaraú, as negociações mais próximas de venda e compra de seus produtos e também de proximidade de relações entre os donos dos grandes estabelecimentos com as famílias de moradores e rendeiros.

No empreendimento estão implantados 8.816,61 há, faltando 3.590,40 ha para concluir a implantação do projeto. Coube ao Estado a instalação da infra-estrutura de irrigação nas áreas externas aos lotes e aos empresários a complementação da parte interna, constituída por 111 lotes (de 7,29 a 8,52 hectares) de “pequenos produtores”⁵; 12 lotes de técnicos (com variações entre 12,62 e 24,7 hectares); e, 10 lotes de empresários (de tamanhos que variam entre 42,1 a 82,6 hectares).

Tomando como referência uma amostra de pequenos produtores, representada por 17 lotes irrigados, anotou-se alguns resultados que nos chamaram atenção: das 145 pessoas

⁵Aqui a denominação Pequenos Produtores refere-se exclusivamente ao tamanho do lote, contrária, portanto, à concepção de pequenos produtores, nos projetos de desenvolvimento rural dos anos 70 e 80, que se associava ao uso de mão-de-obra familiar, a orientação para produção de subsistência e a integração parcial aos mercados consumidor e produtor, elementos mais vinculados à visão clássica de produção camponesa (Vasconcelos, 1997).

que ali trabalhavam 111 eram empregados temporários e apenas 34 eram membros das famílias. Além disso, em nenhum dos 17 lotes se produziam culturas de subsistência. Toda produção, composta por frutas “*in natura*”, é orientada, preferencialmente, para exportação, destinando-se, parcialmente, ao consumo interno, quando não atendida às exigências do mercado externo, ou seja, um modelo de gestão que não se caracteriza como empreendimento familiar.

De fato, em sua grande maioria, tanto os “pequenos produtores” quanto os trabalhadores assalariados em regime temporário são oriundos da agricultura familiar, cabendo aqui algumas subdivisões: os trabalhadores assalariados quase todos se originam da agricultura familiar da área que foi desapropriada que se reincorporaram aos seus lugares trabalho e de morada pela via do assalariamento, confirmando a prevalência do caminho de diversificação da economia rural cearense embasado na substituição dos sistemas de produção tradicionais por sistemas modernos com intensificação do uso de tecnologias possibilitado por parcerias entre o Estado e a iniciativa privada.

Espaços recriados: o que muda na vida e na cultura dos atores locais

Desde o seu início, ou seja, desde que inaugurou-se, no Nordeste, no final da década de 1960, um padrão de intervenção centrado em espaços econômicos restritos, as populações que habitavam estes espaços tiveram profundas alterações em suas relações de trabalho e em suas próprias vidas. Quando sucederam-se os pacotes, projetos-impactos e programas especiais, entre os quais se insere o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), a irrigação passou a ser um eixo central de uma política que de um lado se pautava na exploração do Vale do São Francisco, por meio da instalação de grandes empresas. De outro, investia na criação de projetos de produção agrícola de tamanho familiar, cabendo ao Estado, sob a gestão do DNOCS, a criação de pequenas empresas baseadas no trabalho familiar, com certo estímulo para o uso de técnicas modernas.

Este caminho primeiro, seguido pelo DNOCS, visava transformar os trabalhadores rurais em irrigantes. Embora aqui se tenha assegurado a primazia das unidades de produção familiar na ocupação dos lotes, o processo foi marcado por intensas mudanças nas relações de trabalho e na vida desses atores que passam a ser denominados de colonos ou irrigantes – um novo agente na organização social e espacial do sertão. Ao chegar à posição de irrigante, como bem assinalado por Diniz (2002), o antigo meeiro ou morador tem sua estrutura de vida alterada

[...] os trabalhadores ao ingressarem no perímetro não tinham nenhuma identificação com aquele espaço, que não foi construído por eles e, portanto, não gerou nenhuma identidade socioespacial. Estavam sem identidade não só com o espaço físico, concreto, mas também com tudo o que aquele espaço representava: irrigação, novas tecnologias, novas relações de trabalho, ou seja, uma nova forma de viver (DINIZ, 2002, 49).

A recriação do espaço produtivo do Baixo Acaraú se dá em outras bases, não apenas alterando as relações de trabalho e a reconversão dos sistemas de produção. Lá, a grande maioria das famílias foi expropriada de seus meios de produção, de seus locais de morada para que se implantasse um projeto empresarial, visando à exportação de frutas *in natura*. O espaço rural habitado e explorado por grandes, médios e pequenos proprietários, por moradores, meeiros, agregados que viviam, prioritariamente, da pecuária extensiva e das culturas de subsistência se transforma num conjunto de pequenas, médias e grandes empresas de fruticultura altamente tecnificada, distribuídas em pequenas ruas, numeradas pela organização do projeto.

Não mais “o olho d’água”, não mais “a baixa da ritinha” como mencionaram alguns desses atores. “Agora uma vilazinha” por onde transitam empregados das empresas, em regime temporário. Não mais o feijão e o milho verde. A cabra e a galinha desapareceram. Nenhuma produção para venda ou consumo da família. Só frutas e todas apanhadas na porta e acondicionadas em caixas plásticas.

A composição da força de trabalho

De fato, em sua grande maioria, tanto os “pequenos produtores” quanto os trabalhadores assalariados, em regime temporário, são oriundos da agricultura familiar, cabendo aqui algumas subdivisões: os trabalhadores assalariados quase todos se originam da agricultura familiar da área que foi desapropriada..

Os pequenos empresários, em sua maioria também são originários da agricultura familiar. Entretanto, entre as 09 associações que se formaram como pré-requisito dos agentes financeiros para aquisição de empréstimos, encontram-se as seguintes composições:

Empresários dissociados da lógica de produção familiar

Duas associações são formadas por técnicos ligados às atividades agropecuárias e outra por aposentados. A grande maioria dos proprietários mora fora – nas cidades de grande ou de médio porte – por conseguinte o trabalho não é para eles um elo para construção de sociabilidades. As relações que se estabelecem entre patrões e empregados são quinzenais e apenas para efetivar pagamentos, pois a venda dos seus produtos,

geralmente é feita por uns dois ou três empresários, que ali representa a figura do intermediário.

Empresários de origem de unidades de produção familiar

Neste grupo, destaca-se dois sub-grupos:

Empresário de origem de unidades de produção familiar de fora do perímetro irrigado

Constituída por um grupo de pessoas oriundas de outro perímetro irrigado do Ceará, esse grupo instituiu uma associação - indispensável para contrair o crédito para implantação da área. Este grupo se reúne com frequência para encaminhar reivindicações em busca da sustentabilidade de seus empreendimentos: assistência técnica de qualidade voltada para o aumento da produção mas sem agravamento a questão ambiental. Outra reivindicação está relacionada ao processo de espoliação na venda das frutas.

Empresário de origem de unidades de produção familiar pertencentes ao perímetro

As associações são constituídas por pessoas que moram nos municípios da circunvizinhança, que contratam trabalhadores por diárias. Para esse grupo o trabalho representa um elo de sociabilidade. Eles preferem empregar parentes e amigos que conhecem há muito tempo.

OS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

Inicialmente, com os trabalhadores assalariados - que tanto acentuaram nossa perplexidade naquele espaço rural alterado pelo projeto – conversamos com apenas uma liderança e depois com a secretária do sindicato dos trabalhadores rurais. Nos depoimentos destes dois atores se confirmou a hipótese de que a força de trabalho do perímetro é oriunda da agricultura familiar que morava na área antes da implantação do perímetro que ali trabalha, sem carteira assinada ganhando por meio de diárias de serviço. Neste sentido uma das falas da liderança merece ser destacada

[...] o pessoal que aqui trabalha morava todo aqui... eles fazem parte da família dos moradores, dos pequenos proprietários, eram afilhados de alguns patrões, tinha de todo jeito (...) quase tudo tem o pé na roça e nem querem largar dela.. (S.M. T 19.09.05).

[...] é difícil encontrar um que ande procurando negócio de direito do trabalho... não é carteira assinada que ninguém quer..todo mundo sonha de pegar uma garpinha e comprar uma terra barata.. (S. M A 21.09.05).

Em evento mais recente, uma reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da área do perímetro, da qual participaram cerca de 20 trabalhadores da área irrigada, pôde-se anotar o seguinte diálogo:

[...] num interessa pra nós falar da nossa situação sobre os direitos dos trabalhadores, qualquer coisa que a gente diga vai servir pra o Governo fazer mais concurso e aumentar o número de fiscais pra ficar aqui ganhando diárias e perturbar o serviço da gente.. (S. T. F 21.05.07).

Mota (2005) faz uma referência ao depoimento feito por um trabalhador no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE que mergulha no canal para se esconder de fiscais do Ministério. Mesclando estas duas informações e algumas outras já mencionadas como, por exemplo, “não é carteira assinada que ninguém quer..todo mundo sonha de pegar uma garapinha e comprar uma terra barata” novas perguntas se somaram ao meu campo de estudo. Qual o significado da proteção social do trabalho para estes trabalhadores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve espaço, encontram-se dificuldades para responder a questões como: Quais as possibilidades ou mesmo o desejo de organização política destes novos assalariados? Não se pode negar a possibilidade de uma afirmação política destes novos assalariados do campo. Entretanto, pelo que se pôde observar até o momento, os critérios de recrutamento para o trabalho, que privilegiam os serviços de homens e mulheres que não pertençam a qualquer movimento social, a pouca disposição de lutar pelos direitos trabalhistas, pois a sindicalização já lhes assegura a aposentadoria e até mesmo uma idéia de liberdade, podem concorrer para que estes trabalhadores, no mínimo, retardem um processo de organização política.

O que mais se pode perceber nesta reflexão, nas idas e vindas de idéias e de projetos modernizantes para superar o quadro de pobreza das regiões do Nordeste, é que: por maiores e melhores que sejam as boas intenções dos discursos que fundamentam cada nova concepção para intervenção, os grandes beneficiários são os segmentos agroexportadores de cada época, desde o algodão, no passado, até a fruticultura irrigada, nos dias de hoje. Destarte, as unidades familiares de produção, que por direito deveriam se beneficiar dos programas e projetos feitos em seu nome, sobretudo, pelo grande débito que com elas têm a tecnoburocracia estatal brasileira, são rotineiramente excluídas dos benefícios dessas tantas políticas e não só isso, muitas vezes expropriadas de seus meios de produção como se ocorreu no Baixo Acaraú, em que os agricultores familiares ao invés de serem incluídos em atividades produtivas rentáveis, parecem caminhar para proletarização. Como assinalou José de Souza “A modernização é um valor dos sociólogos rurais e não necessariamente das populações rurais, porque, de fato para

estas não raro ela tem representado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento (...) Uma modernização postiça, pesadamente subvencionada pela sociedade brasileira, mais expressão da ineficiência da grande empresa do que de sua louvada eficiência” (MARTINS, 2003, 221 - 222).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. 2002. Diversificação das economias rurais no Nordeste. Relatório Final. Brasília: PCT IICA/NEAD, 45p. (mimeo).
- ANDRADE, M. C. 2005. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Cortez
- ANTUNES, Ricardo. 1999. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e o mundo do trabalho*. 6.ed. Campinas:UNICAMP.
- BRAGA, Elza. M. F. 2003. O local e a construção de uma nova cultura política. *In*:. BRAGA, Elza. M. F. (Org). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. 1990. A atuação da CODEVASF e do DNOCS no desenvolvimento da irrigação no nordeste Brasília: MARA.
- CASTEL, R. 1998. As metamorfoses do mundo do trabalho. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Vozes.
- CASTRO, Iná Elias de. Seca versus seca: novos interesse, novos territórios, novos discursos no Nordeste. *In*: CASTRO, Iná Elias de et al. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- CAVALCANTI, J. S. B. 1997. Frutas para o mercado global. São Paulo. USP *U.S.P. Estudos Avançados*, v.11, n. 29, 79-93.
- CARVALHO, Francisco. Raízes da voz. Poesia. Fortaleza, CE, Casa José de Alencar. Programa Editorial. UFC.
- DELGADO, G. da C. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo: Ícone; UNICAMP, 1985.
- DINIZ, A. S. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. *In*: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. *In*: ELIAS, Denise & SAMPAIO, J.L.F. (orgs) Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

IANNI, Otávio. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IMOPEC. Ceará – a crise permanente do modelo exportador 1850-1930. Fortaleza, CE. Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC, 1989.

MARTINS, J. de S. 2003. *A sociedade vista do abismo*: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes.

MIRANDA, R. N. 1991. Avaliação do Projeto Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 22, n. 114, p. 9 – 45.

MOTA, D. M. O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis-SE. Cadernos de Ciência & Tecnologia, n.18,p.113-134,2001.

_____. Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Série BNB Teses e Dissertações Nº 1, Fortaleza: BNB, 2005.

SANTOS, Milton. A região concentrada e os circuitos produtivos. Relatório de pesquisa do projeto: O centro nacional: crise mundial e redefinição da região polarizada. 1986 (mimeo).

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. Graziano. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SORJ, B. Estados e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

VASCONCELOS, Helenira E. M. Produção familiar no Nordeste: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 1997. 202p. Tese de Mestrado.

VASCONCELOS, Helenira E. M. Atores, sistemas produtivos e relações de trabalho na criação do pólo frutícola do perímetro irrigado do Baixo Acaraú. *In* XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, PE. 2007.

INOVAÇÕES EM ESPAÇOS RURAIS DO NORDESTE: ALTERAÇÕES NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO, NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E NA VIDA DAS FAMÍLIAS DE ÁREAS IRRIGADAS.

Helenira Ellery M. Vasconcelos (Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical
Doutoranda do Curso de Sociologia)
E-mail: helenira@cnpat.embrapa.br

RESUMO

A opção de diversificação das economias rurais do Nordeste, pautada na implantação de áreas irrigadas como estratégia de superação da pobreza tem instigado uma agenda de pesquisa focada no mercado de trabalho e em seus desdobramentos. O presente trabalho agrega ao tema de estudo resultados de uma pesquisa em andamento que se realiza no Perímetro Irrigado do Baixo Acaraú, CE. Os primeiros resultados constataam a existência de trabalho temporário, representando, aproximadamente, 76% da mão-de-obra empregada e, também que essa de força-de-trabalho é oriunda de uma agricultura familiar que foi desalojada de seus meios de produção, por leis de desapropriação, reincorporando-se ao local de trabalho e moradia por via de assalariamento. A problemática se inscreve no novo mundo do trabalho, de grande incidência do emprego temporário e repercussões no cotidiano desses novos atores sociais, propondo responder duas questões principais: a) Quem são e como se relacionam os novos e velhos atores sociais em cena num mercado cuja competitividade é a questão central? b) Qual é o papel do trabalho na construção de novas sociabilidades?

INTRODUÇÃO

Em um passado recente, à exceção dos assalariados de zonas canavieiras, as atividades agrícolas dos sertões do Nordeste eram realizadas, em sua grande maioria, pelo trabalho das famílias de pequenos proprietários, arrendatários, moradores e assentados e agregados de reforma agrária. Estas compunham, quase que exclusivamente, as relações de trabalho que predominavam no interior do Nordeste. Alternativas ocorriam sazonalmente, marcadas por trocas de dias de serviços, mutirões e, mais raramente, encontrava-se uma mão-de-obra contratada, complementar à força de trabalho familiar quando esta, em períodos de grandes safras, era insuficiente.

Estas unidades familiares se organizavam, em torno de diversificadas atividades rural, combinando a criação de pequenos animais, pequenas hortas, fabrico de chapéu de palha de

carnaúba, dentre outras – tarefas mais específicas das mulheres – ao cultivo do arroz, milho, feijão e mandioca, não raro, à criação de algumas cabeças de gado, estas últimas mais atribuídas à labuta diária dos homens.

Algumas ilhas de modernização provocaram uma alteração neste cenário, a partir de meados da década de 60, intensificando-se na década seguinte, quando proliferaram proposições para combater a persistente pobreza do meio rural do Nordeste¹, por meio de programas de desenvolvimento rural, financiados por agências internacionais, na perspectiva de modernizar os sistemas tradicionais dos pobres do campo. Destacada atuação tem o Banco Mundial. Nos documentos que definem os termos do empréstimo deste agente financeiro, segundo Miranda (1991, 25) “o assunto é abordado somente em termos de recursos hídricos, no que se refere à irrigação”.

Este é o contexto em que surgiu a alternativa de implantação de perímetros irrigados no Nordeste, cujos exemplos mais característicos são o Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte (Andrade, 2005; Mota, 2005). Nestes dois casos, como sublinha Mota (2005) o grupo de beneficiários que teve acesso aos lotes foi formado por agricultores sem-terra, empresários e técnicos, em projetos cuja finalidade era a produção de frutas e de matéria-prima para as agroindústrias. Essas experiências localizadas e, sob o ponto de vista econômico, bem sucedidas, chamaram a atenção para o potencial da região Nordeste enquanto espaço adequado à produção da fruticultura irrigada, estimulando à implantação de outros projetos.

Um desses – o Baixo Acaráu, projeto empresarial destinado à produção de frutas para o mercado “*in natura*” - constitui-se o campo de referência empírica da narrativa. As mudanças nas relações de trabalho, a presença de novos atores e as formas com estes convivem com velhos atores, a repercussão dessas mudanças na organização das famílias que compõem a força de trabalho familiar expropriada de seus meios de produção, para se reincorporar ao local de trabalho e morada, pela via do assalariamento, desafiou nossa imaginação sociológica, na formulação desse percurso investigativo, insinuando, por assim dizer, que é no local que brotam as nossas inquietações de pesquisa.

Ao tentar entender as realidades no local, logo se percebe a necessidade de avançar na compreensão do contexto maior, pois é em sua relação com o todo, como nos adverte Edgar Morin, que se pode melhor entender cada parte. Desse modo, o trabalho se inicia refazendo, por meio de um breve histórico, a trajetória de construção de uma moderna agricultura para o Brasil, destacando as estratégias de implantação da agricultura irrigada destinada à produção

¹ Segundo (Hayami & Ruttan 1988: 467) desde meados da década de 70, os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado eram associados à ação da FAO, contando com forte apoio do Banco Mundial, organização que se empenhava em “dirigir recursos no sentido de melhorar a produtividade e o bem-estar dos pobres do campo, nos países mais pobres”. Recorrer as fontes de financiamento destes programas era um dos mecanismos utilizados pela ação governamental para enfrentamento das disparidades sociais e regionais no Brasil.

de frutas “*in natura*” na região semi-árida do Nordeste para, em seguida, focar os desdobramentos dessa via de desenvolvimento implantada na região do Baixo Acaraú, CE. Na segunda parte se delimita a área de trabalho em seus aspectos ocupacionais, de localização e de composição da força de trabalho para finalmente ensaiar algumas das mudanças nas sociabilidades no contexto de uma nova relação de trabalho naquele espaço rural. Nas considerações finais são retomadas algumas questões na perspectiva de enlaçar as diferentes dinâmicas na economia e seus desdobramentos no campo da sociabilidade e nas esferas das práticas associativas/políticas.

TRILHAS DE CONSTRUÇÃO DA “MODERNA” AGRICULTURA BRASILEIRA

A invenção do Brasil moderno persegue o pensamento da intelectualidade brasileira, antes mesmo da Declaração da Independência de 1822. Bem colocado por Ianni, “os atrasos e deslocamentos do Brasil sempre foram vistos em contraponto aos países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais e regionais”. A revolução de 30 configurou a principal tentativa para que o Brasil pudesse entrar no ritmo da história e organizar-se segundo os interesses dos setores sociais mais avançados. Como diz Ianni “foi na década de 30 que se formularam as principais interpretações do Brasil Moderno, configurando uma interpretação mais exata do país(...) Depois de 30, vem 1945, 1964, 1985 e outras datas simbolizando, rupturas, retrocessos e aberturas” (IANNI, 1994)².

À agricultura, sempre foi negado um papel de relevo na constituição de um Brasil moderno. Após a Segunda Guerra Mundial, contudo, a atenção dos economistas desviou-se para o problema do desenvolvimento econômico das nações de baixa renda. Esta reorientação refletia uma preocupação crescente com os problemas de desenvolvimento agrícola das nações cuja agricultura era tecnologicamente estagnada, demarcando o início da “era da cooperação internacional”.

Estabelecendo um corte histórico no final da década de 50, verifica-se, naquela conjuntura política, a ascensão de novas forças sociais, registrando-se a consolidação de um crescente parque industrial. Esse período caracteriza-se, pelo avanço da industrialização e da urbanização, que passam a requerer respostas mais rápidas da agricultura nacional.

É, portanto, no período que se inicia a partir da década de 1950, estendendo-se até 1967, que definiram-se os rumos do padrão tecnológico que prevaleceriam na agricultura brasileira. Lembrado por Moreira (1981, 5)

[...] é nesse período que se estabelecem as bases industriais para produção de máquinas e implementos agrícolas, bem como, a de fertilizantes e defensivos

² Para ver com detalhes a evolução dos eventos que compõem a idéia de um Brasil moderno, consultar Ianni (1994: 13-180).

agrícolas. É, nesse período que as forças sociais que se expressam por uma reestruturação da propriedade da terra, via a luta pela reforma agrária, são derrotadas. E, é também nesse período que se define e se sedimenta a política de crédito rural como principal estratégia de modernização tecnológica socialmente conservadora.

Embora tenha tido início na década de 50, o processo de “modernização da agricultura” brasileira³, diz Moreira (1981: 3), “tomou impulso em meados da década de 60 e início da década de 70, com a instalação no País das indústrias de fertilizantes, defensivos químicos e de máquinas e implementos agrícolas”.

AGRICULTURA IRRIGADA: UMA VIA DE MODERNIZAÇÃO PARA O NORDESTE?

A implantação de projetos de fruticultura irrigada para produção de frutas e de matéria-prima para as agroindústrias surge no contexto da “modernização conservadora”. Mota (2005) assinala que a oferta centralizada de recursos hídricos em regiões específicas e a presença de um conjunto de bens e serviços públicos associadas aos baixos preços da terra e da mão-de-obra foram fatores decisivos para atrair investidores que apoiados em incentivos fiscais responderam pela implantação de perímetros irrigados no Nordeste.

Datam da década de 40, as primeiras tentativas de experiências de irrigação no semi-árido por meio da ação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), através da construção de grandes açudes e canais de irrigação. Entretanto, o processo histórico de criação do mito da necessidade para, com base no sistema político regional, apropriar-se de recursos, benefícios e vantagens fiscais, persistiu até o final da década de 50, por parte das elites políticas que reivindicavam a criação de órgãos governamentais para combater os efeitos das secas periódicas que assolavam o Nordeste.

Este quadro emoldura os argumentos que justificaram a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, instituindo a missão de aglutinar estratégias, definindo, entre outras, uma efetiva prioridade ao desenvolvimento da agricultura irrigada e à criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (Geida).

A partir de 1963, por meio de ações governamentais planejadas, a agricultura irrigada se instituiu como via estratégica de desenvolvimento para Região, cujos exemplos mais característicos são o Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia e o Vale do Açu, no Rio Grande do Norte.

Ainda que tenha excluído parcela importante dos seus beneficiários iniciais, que passaram a engrossar a fila dos assalariados rurais nos projetos, essas experiências localizadas e, sob o

³ Diferenciando dos conceitos de industrialização da agricultura brasileira e formação de complexos agro-industriais, Kageyama *et al* (1990) definem a modernização da agricultura, basicamente, como a mudança na base técnica da agricultura.

ponto de vista econômico, bem sucedidas, já foi assinalado Mota (2005), chamaram a atenção para o potencial da região, imprimindo uma filosofia que estimulava a implantação de novos projetos, essencialmente empresariais, destinados à produção de frutas para exportação. Dessa forma, tão logo se deu início à figura programática dos planos nacionais de desenvolvimento, a irrigação ganhou papel destacado. Já no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-74), foi estabelecida a meta de se irrigarem 40 mil hectares, a qual foi incorporada ao PIN, também em caráter de urgência.

O II PND (1974-79) ancorado em justificativa de que o Nordeste brasileiro, “a despeito de possuir volume de água acumulado em açudes e áreas com um elevado potencial de águas subterrâneas, não tem usado convenientemente os recursos disponíveis para fins de irrigação”, favoreceu a ampliação e criação de programas específicos de irrigação. Assim, o I Plano Nacional de Irrigação (PNI), elaborado em 1982, previa a continuidade das ações do Governo Federal, com ênfase nos grandes projetos públicos de irrigação, que já vinham sendo implantados pelo Dnocs e pela Codevasf. A institucionalização do Programa de Financiamento de equipamentos de Irrigação (Profir), em 1982, criou uma linha de crédito rural oficial para investimentos em sistemas de irrigação, sobretudo nos cerrados, mas também com atuação em algumas áreas do Nordeste (Brasil, 1990).

CONHECENDO O PERÍMETRO IRRIGADO DO BAIXO ACARAÚ

A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1983, na efervescência de discursos políticos e governamentais que colocavam a irrigação como a tábua de salvação para retirar o Nordeste brasileiro de um persistente “atraso”. Os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum, tiveram início bem depois, a partir de 2001. A área correspondente ao perímetro irrigado está localizada na região Norte do Ceará, no trecho final da Bacia do Rio Acaraú, distante 220 km da capital do Estado, Fortaleza. Compreendendo uma área desapropriada de 12.407,00 ha, o perímetro abrange três municípios do Ceará: Acaraú, Bela Cruz e Marco.

Aproximação da pesquisadora e a definição do campo de estudo

Historicamente, o espaço rural Baixo Acaraú constituía-se de uma área ocupada por grandes propriedades pecuaristas e de pequenos proprietários que se dedicavam ao cultivo de produtos de subsistência e, em menor escala, aos cuidados de com fruteiras, especialmente o caju, bem como ao artesanato de renda. Nesse espaço de trabalho, de morada e de vida se realizavam diferentes relações entre os seus atores, dentre as quais se destacavam as diversas combinações de parceria para exploração das terras às margens do rio Acaraú, as negociações mais próximas de venda e compra de seus produtos e também de proximidade de

relações entre os donos dos grandes estabelecimentos com as famílias de moradores e rendeiros.

Em setembro de 2005, na condição de pesquisadora da Embrapa, participava de um trabalho de equipe, no município de Marco, tendo em vista a realização de um diagnóstico⁴ sobre a produção e as demandas de treinamentos do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, CE. A aplicação de questionários e realização de reuniões com as associações, técnicos da extensão, do Dnocs e outras instâncias administrativas do Projeto, constavam da metodologia. A princípio, apresentei resistência por conta de ter um interesse de investigação centrado em unidades de produção familiar. Um contra argumento de que no perímetro havia a presença de pequenos produtores, contrariando a visão construída de uma área constituída por empresários foi decisivo para me enredar na pesquisa.

Distribuição dos lotes e composição da força de trabalho: o “espanto”⁵

No empreendimento estavam implantados 8.816,61 há, faltando 3.590,40 há para concluir a implantação do projeto. Coube ao Estado a instalação da infra-estrutura de irrigação nas áreas externas aos lotes e aos empresários a complementação da parte interna, constituída por 111 lotes (de 7,29 a 8,52 hectares) de “pequenos produtores”⁶; 12 lotes de técnicos (com variações entre 12,62 e 24,7 hectares); e, 10 lotes de empresários (de tamanhos que variam entre 42,1 a 82,6 hectares).

Evidentemente a amostra que privilegiei para investigação era constituída de pequenos produtores, representada por 17 lotes irrigados. Alguns resultados chamaram atenção: das 145 pessoas que ali trabalhavam 111 eram empregados temporários e apenas 34 eram membros das famílias. Além disso, em nenhum dos 17 lotes se produziam culturas de subsistência. Toda produção, composta por frutas “*in natura*”, é orientada, preferencialmente, para exportação, destinando-se parcialmente ao consumo interno, quando não atendida às exigências do mercado externo, ou seja, um modelo de gestão que não se caracteriza como empreendimento familiar.

Era, de fato, uma paisagem diferente da que costumeiramente se vê nos sertões do Nordeste. As caminhadas no começo ou final do dia permitiam observar por entre as ruas dos lotes essa alteração do cotidiano, pois o movimento dos trabalhadores chegando e saindo dos lotes, ao

⁴ A pesquisa é fruto de um Convênio celebrado entre Embrapa e Dnocs. O objeto da parceria é o de emancipação de perímetros irrigados do Nordeste, pela via da modernização tecnológica.

⁵ A expressão é aqui usada para referir ao estado de ânimo que, de acordo com Aristóteles, abre nossa mente para investigar não o que precisamos, mas aquilo que admiramos e diante do que nos colocamos como que perplexos. Um espanto que provém do sentimento de que tudo que sabemos é nada frente ao que há para saber.

⁶ Aqui a denominação Pequenos Produtores refere-se exclusivamente ao tamanho do lote, contrária, portanto, à concepção de pequenos produtores, nos projetos de desenvolvimento rural dos anos 70 e 80, que se associava ao uso de mão-de-obra familiar, a orientação para produção de subsistência e a integração parcial aos mercados consumidor e produtor, elementos mais vinculados à visão clássica de produção camponesa (Vasconcelos, 1997).

nosso olhar, guarda similitudes com o movimento das portas das pequenas fábricas. Uma realidade nova que desperta o interesse de transformar a experiência imediata em compreensão teórica.

Quem são os atores e como se relacionam

De fato, em sua grande maioria, tanto os “pequenos produtores” quanto os trabalhadores assalariados em regime temporário são oriundos da agricultura familiar, cabendo aqui algumas subdivisões: os trabalhadores assalariados quase todos se originam da agricultura familiar da área que foi desapropriada que se reincorporaram aos seus lugares trabalho e de morada pela via do assalariamento.

Os pequenos produtores, também chamados de pequenos empresários, em sua maioria também são originários da agricultura familiar. Entretanto, entre as 09 associações que se formaram como pré-requisito dos agentes financeiros para aquisição de empréstimos, encontram-se as seguintes composições:

De origem dissociada da lógica de produção familiar

Duas associações são formadas por técnicos ligados às atividades agropecuárias e outra por aposentados. É importante destacar que essas três associações foram constituídas por pessoas de diferentes regiões. A grande maioria dos proprietários mora fora – nas cidades de grande ou de médio porte – por conseguinte o trabalho não é para eles um elo para construção de sociabilidades. As relações que se estabelecem entre patrões e empregados são quinzenais e apenas para efetivar pagamentos, pois a venda dos seus produtos, geralmente é feita por uns dois ou três empresários, que ali representa a figura do intermediário.

Até agora não se conseguiu travar diálogo com os membros dessas associações. Um técnico contratado para administrar um destes lotes em uma reunião fez o seguinte depoimento:

[...] esse projeto serve para dar dinheiro para algumas pessoas, mas em nada contribui para melhorar essa região; as cidades daqui continuam na mesma pobreza; quase todo mundo que compra lotes mora fora e vai gastar o dinheiro nos outros lugares. Não querem saber daqui. Só criaram as associações pra tirar dinheiro no Banco, depois nunca mais se reuniram. (C.M, 19.10.05)

De origem associada à lógica de produção familiar

Verificou-se, nas demais associações, que seus componentes, em grande maioria, se originam de unidades de produção familiar. De todo modo, entre este grupo uma das associações tem uma diferença que merece ser destacada.

De origem associada à lógica de produção familiar vindos de outro perímetro irrigado

Constituída por um grupo de pessoas oriundas de outro perímetro irrigado no Estado do Ceará, esse grupo instituiu uma associação - indispensável para contrair o crédito para implantação da área - entretanto, seus componentes se reúnem com freqüência para encaminhar reivindicações relacionadas à busca de sustentabilidade de seus empreendimentos. Eles reivindicam uma assistência técnica de qualidade voltada para o aumento da produtividade mas que não concorra para agravar a questão ambiental, a exemplo do que já está acontecendo no perímetro que já conhecem. Outra reivindicação está relacionada ao processo de espoliação na venda das frutas. Problemas que podem ameaçar a vida familiar, as questões ambientais, e as velhas relações de exploração nas questões de comercialização, podem ser ilustrados nos seguintes depoimentos:

[...] a gente se largou do lugar que nasceu pra vir aqui melhorar de condições de vida; deixamos por lá a nossa família até a gente notar que a coisa vai vingando. Agora tá difícil. Vocês querem saber se a gente vende o mamão pra exportação, pois bem nosso mamão é exportado, mas é pegado aqui na porta por um atravessador/empresário; (J. E. 20.09.05).

[...] nós da associação já fomos atrás dos supermercados pra vender direto. Fomos até no Pão de Açúcar, mas não deu, pois eles disseram que a gente não tem escala. Aí sabe o que acontece o tal do empresário lá nesse mesmo supermercado e já tando acostumado a comprar a produção dos pequenos irrigantes fecha negócio pra garantir uma promoção do supermercado. Ele volta e diz pra gente, foi esse o preço que acertei, se não venderem eu compro dos outros. (M. F. 20.09.05).

[...] a gente tá brigando por uma assistência técnica de verdade, pois o solo aqui é fraco. A gente já veio do outro, porque tava com problemas. Deixamos lá até nossas famílias pra garantir terra boa. Só querem mais é que a gente faça os cursos de gestão (A. F. S 20.09.05).

[...] pra gente que é de fora é mais difícil de arranjar gente de confiança pra trabalhar. Os trabalhadores daqui não tem muita experiência com as frutas... mas não dá pra gente fazer os de lá porque os ganhos nem vão dá pra eles se sustentar aqui (A. F. S 20.09.05).

De origem associada à lógica de produção familiar pertencentes à circunvizinhança

As associações são constituídas por pessoas que moram nos municípios da circunvizinhança, que contratam trabalhadores por diárias. Para esse grupo o trabalho representa um elo de sociabilidade. Eles preferem empregar parentes e amigos que conhecem há muito tempo. Todos os pequenos empresários se ressentem das perdas na comercialização de seus produtos e do medo que têm de que o uso excessivo da irrigação venha a causar um irreversível empobrecimento do solo.

[...] o mais que a gente pode fazer pra ajudar os agricultores que saíram daqui é dar as diárias de trabalho para eles, é melhor também pra gente, pois confiamos mais nos amigos de muito tempo. (F. F. S 21.09.05).

[...] tem gente que fica dizendo que os agricultores daqui não servem para este serviço, porque nunca tiveram experiência de trabalhar com as frutas de exportação, mas não tem aí uma assistência técnica paga pelo governo pra ajudar a gente... pois então prefiro os daqui que são de confiança e a gente vai aprender junto. (J.S.M21.09.05).

[...] os maiores problemas aqui é que a terra é rasa e rala, a água vai embora depressa e a assistência técnica daqui não se preocupa muito com isso, a gente nem escolhe os cursos.. tudo é decidido lá no distrito e só avisam pra gente que tal dia vai começar um curso.. a gente não tem tempo nem pra se preparar.. (A. P. S 21.09.05).

Os depoimentos dos pequenos empresários constatarem muitas das análises de cientistas sociais brasileiros que versam sobre os males decorrentes de processos de inovação induzida nas tentativas de modernização. “A modernização é um valor dos sociólogos rurais e não necessariamente das populações rurais, porque, de fato para estas não raro ela tem representado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento (...) Uma modernização postíça, pesadamente subvencionada pela sociedade brasileira, mais expressão da ineficiência da grande empresa do que de sua louvada eficiência” (MARTINS, 2003, 221 - 222).

Uma observação de ordem mais geral que pode emoldurar o pouco potencial de incremento do desenvolvimento regional por esta via de modernização pode ser resumida na voz de Andrade (2005) que analisando, em uma visão horizontal, o Nordeste atual, assinala que nos últimos quinze anos, ocorreu uma grande mudança quanto à fisionomia e a aceleração das relações

entre suas várias áreas por meio da introdução de economias diversificadas; entretanto, dialeticamente, as velhas estruturas de dominação e de exploração das camadas mais pobres pelas mais ricas foram mantidas, persistindo o cenário de estagnação. “O desenvolvimento da tecnologia beneficiou os que controlavam o processo de acumulação, feito através da concentração da riqueza e da acentuação dos desígnios sociais” (ANDRADE, 2005, 251). Uma outra contribuição, nesse mesmo sentido, e que especifica as repercussões no mercado de trabalho é um relatório feito por Abramovay (2002). Fazendo uma análise do projeto Novos Sertões o autor anota um aumento do emprego formal, mas reconhece que “os rendimentos do trabalho têm crescido nulos ou irrisórios”. O emblema desse alheamento do mundo do trabalho é Baraúnas (RN). Com apenas 2Km de estrada, a cidade, que abriga as unidades produtivas responsáveis pela maior parte da exportação brasileira de melão, constitui-se um dos pólos mais dinâmicos da agricultura brasileira, entretanto, o aspecto geral de sua população residente contrasta com a riqueza que sua agricultura produz, denotando o abismo que pode haver entre crescimento econômico especializado e o processo local de desenvolvimento.

OS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

Com os trabalhadores assalariados - que tanto acentuaram nossa perplexidade naquele espaço rural alterado pelo projeto – conversamos com apenas uma liderança e depois com a secretária do sindicato dos trabalhadores rurais. Nos depoimentos destes dois atores se confirmou a hipótese de que a força de trabalho do perímetro é oriunda da agricultura familiar que morava na área antes da implantação do perímetro que ali trabalha, sem carteira assinada ganhando por meio de diárias de serviço.

Neste sentido uma das falas da liderança chamou atenção para ser incorporada como tema de estudo:

[...] o pessoal que aqui trabalha morava todo aqui... eles fazem parte da família dos moradores, dos pequenos proprietários, eram afilhados de alguns patrões, tinha de todo jeito ... tem gente que veio de mais longe, ali de Sobral, mas quase tudo tem o pé na roça e nem querem largar dela.. (S.M. T 19.09.05).

[...]já num tem esperança nos empregos da cidade... mas é difícil encontrar um que ande procurando negócio de direito do trabalho... não é carteira assinada que ninguém quer..todo mundo sonha de pegar uma garapinha e comprar uma terra barata.. (S. M A 21.09.05).

A experiência empírica transformou-se em desejo de compreensão da dimensão do trabalho precário, nessa região com um forte eixo de preocupação voltado para o entendimento de qual o valor do trabalho para estes trabalhadores.

Sem dúvidas, as transformações econômicas, num contexto de globalização e internacionalização dos mercados, têm provocado reflexos danosos sobre o chamado mundo do trabalho. A absorção de tecnologias altamente sofisticadas associadas à políticas de flexibilização das relações de trabalho têm sido as expressões desse processo, penalizando, com o desemprego ou empregos precários enormes contingentes de trabalhadores.

Na América Latina, o ajuste estrutural e a reforma do Estado transformaram-se nos eixos da política dos governos da Região, afetando diretamente a forma do estado-nação e a soberania de suas instituições políticas (ANTUNES, 1999; COSTILLA, 2003; BRAGA, 2003; CARVALHO, 2003;). As novas tecnologias e as inovações nos processos produtivos, alterando as dinâmicas das relações de trabalho, a intensificação do individualismo e a desestruturação da coesão entre atores sociais, esgarçando substantivamente o tecido social, por eles destacadas, são peças, que fundam uma nova “questão social”⁷.

Essas mudanças têm, na problemática da reestruturação do trabalho e de suas conseqüências na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, despertado inquietações constantes no seio das ciências sociais. Esse panorama da crise do mundo do trabalho sempre fez parte de minha leitura como pesquisadora que busca se inteirar das questões sociais, no meu caso, especificamente, para justificar projetos para fortalecimento da agricultura familiar por sua capacidade de gerar emprego e de produzir através de sistemas diversificados.

Entretanto, o contato com o grande contingente de trabalhadores assalariados oriundos da agricultura familiar por expropriação de seus meios de produção no Projeto Baixo Acaráu aguçou, o meu interesse de compreender a experiência imediata, a partir de afirmações teóricas já existentes, e que são diversas e associam aos diferentes campos de produção do conhecimento.

O caso dos trabalhadores temporários, homens e mulheres, que prestam serviços através de acordos informais ou de contratos de curta duração que podem ser requisitados ou dispensados, segundo as necessidades do empregador é uma relação de trabalho que reflete a tendência mundial de buscar novos padrões de produtividade e competitividade com economias máximas nos custos de produção e com a flexibilização do trabalho.

A grande incidência do trabalho temporário, segundo Mota (2005) compõe a agenda de pesquisa de diferentes analistas em áreas rurais frutícolas, a exemplo de Cavalcanti (1997) em Petrolina, no semi-árido nordestino, Bendine (1997), na Argentina e Gómez (1997) no Chile. Em todos os casos, a análise da relação inversa entre o uso de tecnologias e a demanda por trabalho é destacada, assim como a aparente contradição que o trabalho temporário apresenta,

⁷ “A questão social pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade.” (CASTEL, 1998, p.623).

ou seja, ao tempo em que estes trabalhadores não se especializam, pelas características das suas atividades, terminam ganhando uma visão geral do processo de produção e aprendendo a fazer de tudo um pouco.

Mota (2005), que traz para essa agenda uma contribuição competente e minuciosa sobre trabalho e sociabilidade em novos espaços rurais do Nordeste, vem atestar que, sem descuidar das interconexões entre o global e o local, essas vozes críticas têm analisado a agricultura a partir da produção de frutas para exportação, destacando pontos de contato com as teorias geradas no Nordeste, mas evidenciando particularidades do Sul, a exemplo da reestruturação do trabalho e suas conseqüentes modificações em relação às formas de controle e resistência dos trabalhadores. Essa agenda, reivindica a autora, requer mais análises sobre as condições de trabalho, repercussões na qualidade de vida e na transformação das posições diferenciais dos membros das famílias dos trabalhadores, elementos importantes na constituição de identidades e nos comportamentos relacionais e interativos, dentro e fora do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa referência empírica, tecendo pontos de encontro entre a sociologia da agricultura e do trabalho, proponho enriquecer essa agenda, enfocando sob o ponto de vista do Nordeste brasileiro, a interconexão entre o trabalho e a sociabilidade⁸ dos trabalhadores assalariados do Baixo Acaraú, posto em funcionamento como parte das políticas públicas de desenvolvimento regional e destinado à produção de frutas frescas para os mercados nacional e internacional.

O cumprimento dessa agenda e de quaisquer outras que se proponha a construir realidades do mundo rural não poderá prescindir de uma profunda reflexão sobre a crítica que faz José de Souza Martins à sociologia rural, que segundo ele “tem um pesado débito para com as populações rurais de todo o mundo, pois são “gerações vitimadas por uma sociologia a serviço das inovações (...) legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais includentes, emancipadores e libertadores. Ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento (...) deslocados que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida” (MARTINS, 2003, 219-228).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. 2002. Diversificação das economias rurais no Nordeste. Relatório Final. Brasília: PCT IICA/NEAD, 45p. (mimeo).

⁸ Aqui entendida na acepção de Domingues (1999, p,21): a essência da sociabilidade “é o tipo de atitude manifestada pelos sujeitos uns em relação aos outros nos cursos das interações sociais”.

ANDRADE, M. C. 2005. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Cortez

ANTUNES, Ricardo. 1999. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e o mundo do trabalho*. 6.ed. Campinas:UNICAMP.

BRAGA, Elza. M. F. 2003. O local e a construção de uma nova cultura política. *In*:. BRAGA, Elza. M. F. (Org). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. 1990. A atuação da CODEVASF e do DNOCS no desenvolvimento da irrigação no nordeste Brasília: MARA.

CARVALHO, A. M. P. de. 2003. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. *In*:. BRAGA, E. M. F. (Org). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC.

CASTEL, R. 1998. *As metamorfoses do mundo do trabalho*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Vozes.

CAVALCANTI, J. S. B. 1997. Frutas para o mercado global. São Paulo. USP *U.S.P. Estudos Avançados*, v.11, n. 29, 79-93.

DOMINGUES, José Maurício. 1999. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GÓMEZ E. S. 1997. Exportacion de frutas chilenas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GLOBALIZACION, TRABAJO Y MEDIO AMBIENTE. CÁMBIOS SOCIOECONOMICOS EN REGIONES FRUTICOLAS PARA LA EXPOTACION. Recife, PE, 1997. Recife: UFRPE.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. 1988. *Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais*. Brasília: EMBRAPA – SEP. (EMBRAPA - SEP. Documentos, 40).

IANNI, Otávio. *A idéia do Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, J. de S. 2003. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes.

MIRANDA, R. N. 1991. Avaliação do Projeto Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 22, n. 114, p. 9 – 45.

MOREIRA, R. J. 1981. *Quadro recente da agricultura brasileira: a modernização tecnológica e seus determinantes*. [s.l]:[s.n.], [1981]. 41 p.

MORIN, E. 1996. *Ciência com consciência*. Trad. Maria de Alexandre/Maria Alice S. Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MOTA, D. M. 2005. Trabalho e sociabilidade em espaços rurais. Série BNB Teses e Dissertações Nº 1, Fortaleza: BNB.

VASCONCELOS, Helenira E. M. Produção familiar no Nordeste: definições e redefinições nas propostas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 1997. 202p. Tese de Mestrado.

PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MUNICÍPIOS DO AGRESTE NORDESTINO (PARAÍBA E ALAGOAS).

Ana Patrícia Sampaio de Almeida (Mestranda do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais/UFCG)

e-mail: anapatricia@centrac.org.br

Valério Veríssimo de Souza Bastos (Mestrando do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG)

e-mail: valerioverissimo@hotmail.com

Paulo Candido da Silva (Doutorando do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG)

e-mail: paulocandid@bol.com.br

Edgard Malagodi (Professor da UFCG)

e-mail: emalagodi@uol.com.br

Resumo

O texto procura discutir as relações dos agricultores familiares com o poder local a partir da noção de “trama de tensões”, adotada por Barone (2005), que compreende as relações sociais como sendo produzidas pela mobilização de agentes no confronto ou na colaboração recíproca em situações históricas concretas. Neste contexto as “tramas” geram tensões com sentidos distintos (de recusa, aceitação, conflito ou resistência) na construção de uma nova cultura política. Procura-se compreender também as relações do poder local com as organizações dos agricultores familiares no contexto do desenvolvimento local, estabelecendo uma análise comparativa entre as experiências de dois municípios do Agreste nordestino.

Palavras-chave: Poder local, Sindicalismo rural, Agricultura familiar, Políticas públicas.

Diante da quase inexistente produção acadêmica sobre a relação da agricultura familiar com os rumos do desenvolvimento local e regional, propomo-nos nestas breves reflexões levantar uma discussão sobre a rede de relações desses agricultores com o poder local, tendo como mediador desse processo, o sindicato de trabalhadores rurais. Processo esse, encarado aqui como expressão de arranjos, de tensões, ambiente de construção

permanente de novas estratégias de recusa e de aceitação às propostas de parcerias entre prefeitura e instâncias representativas dos/as agricultores/as familiares do município de Lagoa Seca (PB) e São Sebastião (AL) e da produção de novas formas de poder, de uma nova cultura política. Estes dois municípios apresentam diferenças importantes com relação aos processos de mudanças na cultura política, na qual os agricultores do campo se inserem, pois em Lagoa Seca a relação dos agricultores com o poder local se dá de maneira direta e indireta. Já em São Sebastião a relação é se dá através do conselho de desenvolvimento rural.

A idéia de uma trama de tensões como instrumento analítico de compreensão da realidade busca ressaltar os pontos críticos, as dificuldades das relações construídas por distintos atores, sendo destacados nesse artigo os/as agricultores/as familiares e os diferentes mediadores (poder público local e STR) tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. Os pontos de tensão privilegiados nesse artigo estão centrados na esfera econômica e na política, nas quais os/as agricultores/as familiares aparecem como sujeitos com presença ativa e desenvolvendo estratégias coerentes com projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar.

Sindicalismo rural: do assistencialismo à proposição de políticas públicas

Os períodos históricos do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil aparecem muito fortemente demarcados pelas respectivas conjunturas políticas as quais estiveram submetidos. Antes de 1964, houve forte erupção do movimento, com intensa mobilização e a conseqüente radicalização política. Depois de 1964, houve tentativa de construção de uma estrutura sindical controlada burocraticamente, à semelhança da estrutura sindical urbana. Nas décadas seguintes, tem-se a tentativa de submeter e impor ao novo sindicato de trabalhadores rurais funções burocráticas e assistencialistas (FUNRURAL, intermediação de processos de aposentadorias e outros). No entanto, a partir do final da década de setenta e durante toda a década de oitenta, em geral sem perder o papel de mediador da aposentadoria rural, muitos sindicatos evoluem em direção a práticas mais abrangentes e mais presentes na vida dos trabalhadores rurais. Desde então, muitos sindicatos têm demonstrado grande capacidade organizativa e reivindicativa. Vários tipos de ações coletivas de interesses dos trabalhadores rurais têm sido viabilizadas pelo esforço das diretorias sindicais, no entanto, esta característica não é constante nem generalizada entre os sindicatos, ao contrário, nas mesmas regiões, e em municípios circunvizinhos, se observa uma atuação muito diferente por parte das diretorias sindicais. (Malagodi 2004:165). Observa-se, por exemplo, a atuação dos sindicatos do Agreste do Estado da Paraíba, onde enquanto algumas diretorias sindicais tentam dinamizar as suas

ações (busca de novas parcerias, realização de eventos de formação e mobilização da base em torno dos problemas mais graves etc.), outras diretorias permanecem apenas restritas a funções burocráticas, tais como fornecer atestados de atividade rural, encaminhamento de processos de benefícios sociais.

Neste quadro social e institucional, os sindicatos transformaram-se também em um local de debate dos problemas vivenciados pelos agricultores familiares, tornando-se um ambiente favorável para a discussão de políticas públicas que possam assim ser transformadas em propostas e bandeiras de luta.

O contexto da participação no município de Lagoa Seca - PB

O município de Lagoa Seca, situado a 129 Km da capital João Pessoa, na região Agreste da Paraíba, conta com uma área de 109.34 Km², tendo uma população de 25.997 habitantes¹ sendo que 16.042 habitantes residentes na zona rural. Com características predominantemente rurais, este município tem na produção de hortifrutigranjeiros a base de sua economia. Os/as agricultores/as de Lagoa Seca podem ser caracterizados/as como Agricultores Familiares², não obstante suas diferenças produtivas, culturais, econômicas e sociais.

Com uma cultura clientelista e autoritária, Lagoa Seca tem sua vida política marcada por grupos que se alternam no poder local utilizando formas variadas para impedir a participação social na definição dos gastos públicos, ao mesmo tempo em que utilizam dinheiro público na reprodução dos respectivos esquemas pessoais e grupais. A má distribuição dos recursos e os desvios de verbas têm sido característicos dos últimos governos que não priorizam os gastos sociais, gastando mais com a manutenção da máquina administrativa do que com investimentos públicos. É bem conhecido que tal prática política beneficia parentes e apadrinhados do poder executivo, deixando de lado os investimentos e incentivos ao desenvolvimento local.

Diante desse contexto, considera-se que as possibilidades e diversidades da constituição da trama de tensões, na inserção local dos agricultores familiares na dinâmica local exigem a compreensão do poder público municipal como escala geográfica fundamental na luta pelo empoderamento e afirmação política dos/as agricultores/as familiares. Os interesses econômicos e os compromissos políticos perfazem essa conjuntura, levando-se em consideração a coincidência com um período histórico marcado pela chegada ao poder municipal de uma coalizão de forças políticas (PMDB/PT), cuja temática da

¹ População estima em 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

² Para uma conceituação de agricultura familiar, ver: Navarro, 1996; Schneider, 1999.

sustentabilidade da agricultura familiar é sustentada por parte do vice-prefeito e da secretária de agricultura, ambos do Partido dos Trabalhadores.

Percebe-se que o município de Lagoa Seca possui uma sociedade civil que se destaca por sua atuação bastante forte, influenciando ativamente, os rumos do desenvolvimento municipal. É visível a relevância da participação da população na elaboração e desenvolvimento das políticas públicas do município, com destaque para o trabalho desenvolvido pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, que na segunda metade da década de 90, assumiu, juntamente com outros parceiros, a construção de um Diagnóstico Rápido Participativo sobre as características da agricultura familiar do município, o que desencadeou uma série de ações voltadas para a sustentabilidade da agricultura familiar no município.

Mas a atuação da sociedade nos espaços públicos se dá desde meados dos anos 80, através de organizações rurais que faziam oposição a direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Posteriormente esse grupo assume o STR e em 1993 inicia-se a tentativa de intervenção no processo orçamentário municipal daquele ano. Nos anos seguintes, a estratégia seguiu sendo a mesma: mobilização para inclusão de demandas dos/as agricultores/as familiares nas leis orçamentárias, sem muito sucesso, pois quando incluídas nas leis, não eram contempladas na execução³.

Em 1997, algumas associações comunitárias rurais e urbanas, pastorais da igreja católica e o STR constituem o “Fórum em Defesa da Cidadania de Lagoa Seca”, grupo que surge com o objetivo de intervir propositivamente na gestão pública local. As demandas proposta por esse grupo têm como base as experiências sustentáveis vivenciadas pelas famílias de agricultores/as familiares/as, tais como Bancos de Sementes Comunitários, construção de cisternas de placas para captação de água de chuva, uso de defensivos naturais para controle de pragas agrícolas e bio-fertilizantes para recuperação de solos desgastados etc. No âmbito de sua atuação, essas organizações entendem que é preciso pensar políticas de desenvolvimento rural ligadas a investimento na agricultura familiar enquanto o setor econômico, sem perder de vista os investimentos em obras e serviços que garantam e ampliem a qualidade de vida da população rural e urbana do município.

Percebe-se que a inserção se dá mediante tensões explícitas ou latentes, conflituosas ou de acomodação, na construção dessa rede de relações. Quanto à prefeitura, essa rede de relações políticas é constituída através das parcerias, dos projetos específicos, da prática clientelista e disputa de projetos distintos, com a possibilidade de construção de uma “nova cultura política”, pautado pelo aprofundamento da participação popular nos fóruns deliberativos, principalmente no Conselho de Desenvolvimento Rural. O jogo das forças

³ Relatórios Institucionais do Centro de Ação Cultural - CENTRAC.

sociais nesse campo revela tensões, reciprocidades e mediações que precisam ser analisadas, a fim de se compreender melhor o processo de inserção dos agricultores familiares na dinâmica do poder local.

O contexto da participação no município de São Sebastião – AL

O município de São Sebastião está localizado na micro-região de Arapiraca, na região do agreste alagoano. É uma região de transição entre o agreste e o sertão. Com uma área de 307 Km², sua população é de 32.397 habitantes. A população rural tem se caracterizado pelo seu envolvimento com a atividade da monocultura da cana-de-açúcar, fortemente presente na região, e a produção agrícola familiar.

A “trama de tensões” que se manifesta nessa particularidade de configuração se da, a partir de um processo de mudanças nas relações entre atores sociais e o poder local. Aqui nessa particularidade esse cenário assume feições próprias, pois as práticas tradicionais de relação de poder e disputa na sociedade não se dão exclusivamente entre as organizações dos trabalhadores, como foi o caso do sindicato de trabalhadores rurais e o patronato, mas vem se estabelecendo uma configuração na qual os trabalhadores disputam com seus antigos patrões em processos sociais outros. O conselho de desenvolvimento rural, por exemplo, tem assumido esta nova condição na qual se apresenta a trama. A partir daí vem sendo estabelecido um processo de tensões políticas. A disputa agora é pela definição de políticas públicas e de crédito para o campo, ou seja, dois interesses se enfrentam nessa nova trama, a saber, a agricultura patronal e a agricultura de base familiar. Sendo que nessa configuração o interesse dos/as agricultores/as familiares são apresentados por dois principais mediadores os representantes do STR e da Associação de Pequenos Agricultores do município. Daí pode ser identificada uma trama e disputas que se manifestam em forma de ciúmes, fofocas, inveja, intrigas entre essas duas organizações dos agricultores. Isso ocorre porque o sindicato rural, que tem assumido as reivindicações da agricultura familiar como sua principal ação política, coloca-se como sendo a forma representativa institucional por excelência, capaz de apresentar e negociar as demandas dos agricultores familiares, isto é, apresenta-se nessa trama como um grupo estabelecido, no dizer de Norbert Elias, 1994 por já estar a bastante tempo ligado aos problemas do campo, envolvido com a problemática do mundo rural. Nesse sentido, a Associação se apresenta na cena do conselho como um grupo marginal.

Agricultura familiar e desenvolvimento local

A valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento econômico e social

enquanto temática de investigação é bastante recente na literatura especializada no Brasil.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. A unidade municipal de governo adquire novas responsabilidades e prerrogativas. Transfere-se para essa esfera, a prestação de serviços essenciais ao desenvolvimento local. A Constituição consolida as tendências descentralizadoras já observadas desde a segunda metade da década de 80 e diversos mecanismos de participação da sociedade na gestão das políticas públicas passam a ser implantados no Brasil, a exemplo do orçamento participativo e dos conselhos setoriais de políticas públicas. Essa conjuntura tem influenciado o desenvolvimento municipal resultando na inversão de prioridades em prejuízo dos investimentos em qualidade de vida para o conjunto da população e para os grupos sociais desfavorecidos historicamente.

Os municípios conseguiram ser reconhecidos como base da organização social e política, com várias alternativas de ampliação das estruturas de participação e democratização, como espaços possíveis de decisão direta dos próprios cidadãos. O poder local, significando mais que o governo local, assume formas diretas de articulação dos atores sociais, constituindo espaços públicos comunitários, apontando para transformações evolutivas da democracia representativa para uma democracia participativa (Silva, 1997). Nesse contexto, algumas iniciativas oriundas da sociedade civil surgiram, visando discutir, principalmente no legislativo, as leis orçamentárias e tentando introduzir emendas que reflitam as prioridades e necessidades da população, apesar da complexidade e do tecnicismo do orçamento público enquanto alternativa nessa direção (Teixeira, 1993, 1996; Furtado, 1994; Souza Junior, 1996).

Ressalta-se que a agricultura familiar no Brasil passa a ocupar, últimos anos, espaço significativo no processo de descentralização dos espaços decisórios e de poder local.

A justiça sócio-ambiental, traduzindo-se na diminuição das desigualdades existentes e na ampliação da cidadania; na desburocratização e na descentralização, via municipalização, foram os eixos básicos que orientaram as discussões constituintes e a elaboração do texto da Constituição Brasileira de 1988. O processo de descentralização na gestão de recursos públicos, daí decorrente, condicionou o repasse de recursos da União para os estados e municípios à existência de conselhos estaduais e municipais.

Dessa forma, os conselhos se multiplicaram pelo país, com atuação nos diferentes setores, como saúde, educação, infância, meio ambiente e desenvolvimento rural. A agricultura familiar, historicamente presente nos movimentos de resistência e atuante em

espaços marginais de participação, se insere por meio de suas organizações no novo processo de gestão pública em curso no Brasil, com forte representação nos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável, nos níveis municipal, estadual e federal.

No tocante ao planejamento público das intervenções pró-desenvolvimento rural no Brasil, somente a partir da segunda metade da década de 1990 é que tal enfoque ganha importância decisiva. Segundo analistas da temática, o fundamental nessa nova tendência é a mudança de prioridade do enfoque produtivista-reducionista para o enfoque da sustentabilidade (Barone, 2005, p.204)

No "Novo Mundo Rural" estimulou-se a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, responsáveis pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável sob controle dos agentes institucionais locais, como Câmaras de Vereadores, Prefeituras, Sindicatos e outras entidades civis. Esses planos, elaborados localmente, idealmente deveriam orientar as ações governamentais em todos os níveis, garantindo um controle local sobre os rumos da dinâmica da produção familiar.

Entretanto, na prática, avaliando-se as formas de ação levadas a diante pelo poder local face aos projetos de propostos/desenvolvidos pelos/as agricultores/as familiares, observa-se que as mesmas expressam um jogo de forças que transcende a dimensão meramente institucional e põe em questão interesses econômicos e compromissos políticos assumidos pelos participantes deste jogo. As relações travadas entre as lideranças rurais e os agentes políticos do município levam os/as agricultores/as familiares a entrarem ou não na agenda política das prioridades de desenvolvimento local/regional.

A Constituição de 1988 redesenhou institucionalmente o Estado brasileiro ao abrir espaço para a criação desses novos instrumentos de gestão social das políticas públicas, mas trouxe consigo o caráter contraditório dessa nova modalidade de gestão: por um lado, a precariedade da participação nesses espaços e as tentativas de submetê-los aos esquemas tradicionais de poder, e por outro, os conselhos como instrumentos que possibilitam a efetiva participação de segmentos que até então se encontravam excluídos dos processos decisórios e de gestão.

Os princípios básicos que orientam as administrações municipais ainda hoje são fortemente influenciados por uma lógica clientelista e altamente subordinada aos interesses das oligarquias locais. O papel dos governos municipais é extremamente limitado, restringindo suas responsabilidades a pequenas obras de infra-estrutura, conservação de ruas e estradas, praças ou de políticas assistencialistas. Pouco se discute sobre o papel dos governos municipais na implementação de políticas de desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

Por outro lado, observa-se que a sociedade tem se preocupado com este tema e tem buscado o debate com o poder público, buscando a garantia da participação da sociedade neste debate, por entender que é ela que deve apontar quais são as ações prioritárias e como os recursos devem ser utilizados. Propósito difícil de alcançar, considerando-se que este tipo de ação não tem adeptos em partidos tradicionais, que sempre querem manter o poder centralizado e as decisões reservadas exclusivamente para o prefeito e alguns secretários, não permitindo a participação da população nos espaços de decisão e de fiscalização.

Comentários finais

Nos últimos anos multiplicaram-se, por todo o país, os exemplos de cooperação entre municípios e entidades locais no apoio ao desenvolvimento rural sustentável e à ações comunitárias da parte de cada uma das instituições envolvidas. Houve promoção e multiplicação da participação das comunidades em defesa de seus direitos.

Do exposto até aqui, salienta-se que, a atuação dos/as agricultores/as familiares tem resultado em uma interação positiva e necessária para orientar a busca e a construção de uma alternativa de desenvolvimento local, numa realidade com altos e baixos que, em nossa opinião, estaria proporcionando a possibilidade de re-elaboração de novas estratégias por parte dos/as agricultores/as que lhes permitam consolidar a participação nos processos de decisão, melhorar a qualidade de vida desde uma perspectiva de autogestão, de uma ação coletiva na busca de alternativas de produção e de organização capazes de inseri-los na economia local e regional.

As instâncias de participação construídas apresentam-se como alternativas inovadoras ancoradas em laços de solidariedade e cooperação que buscam a emancipação no âmbito da agricultura familiar. Entretanto, isso ocorre ainda com roupagens desenhadas e moldadas nas mazelas da representatividade, dos poderes locais, do clientelismo, tradicionalmente, presentes na história brasileira.

O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos projetos políticos construídos tanto na esfera pública quanto na privada – propiciam a trama de tensões que opõe agentes, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Referências bibliográficas

BARONE, Luís Antonio. **Os assentamentos rurais e o desenvolvimento político e econômico local: o contexto do Pontal do Paranapanema**. In: Vera Lúcia Silveira Botta

- Ferrante; Osvaldo Aly Junior. (Org.). Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos), Araraquara e São Paulo: UNIARA e INCRA, 2005, pp. 201-217.
- CENTRO DE AÇÃO CULTURAL. **Relatórios Institucionais. 1999 a 2005.** CENTRAC. Campina Grande.
- ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders Sociologia das Relações de Poderá Partir de uma Pequena Comunidade. Orge Zahar, São Paulo, 1994.
- FURTADO, Paulo, GOÍÁS, Jussara. **Orçamento Público, Desvendando a Caixa Preta.** Subsídios INESC, 3ª ed. Brasília: INESC, Ano II, n.15. 1994
- MALAGODI, Edgard A. **O sindicalismo rural e seus parceiros: nota sobre um processo de mudanças.** In: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro. Maria do Nazaré B. Wanderley (organizadora). S.P.: Polis; Unicamp, 2004.
- NAVARRO, Zander (org.). **Política, protesto e cidadania no campo.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS. 1996.
- SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS. 1999.
- SILVA, R.M.Alves da. **Desenvolvimento Rural e Poder Local.** Natal, FETARN. 1997.
- SOUSA JUNIOR, Homero de. **Guia de Atuação do Poder Legislativo Local em Matéria de Orçamento Público.** Subsídios INESC. Brasília: INESC, Ano IV, n29, set. 1996.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia & MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Participação no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos** In: GARCÉS et all. Democracia y Ciudadania em el Mercosur. LOM Ediciones. Santiago de Chile. 2006.

PARCERIAS E NOVAS FORMAS DE TRABALHO NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS: UMA QUESTÃO CONTROVERSA

Maria Aparecida de Oliveira (UNIARA – NUPEDOR)

e-mail: cida_bela@yahoo.com.br

Vera Lúcia S. Botta Ferrante (Coordenadora do Programa de Pós Graduação
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – NUPEDOR)

Resumo: O referido trabalho tem como proposta o estudo das alterações relacionadas às novas formas de parcerias que ora se apresentam entre assentados e Usinas do Setor Sucroalcooleiro e da inserção do Ministério do Trabalho dentro dos projetos de assentamentos. Trata-se de analisar as alterações que ocorreram nas relações das parcerias a partir da Portaria de nº 77 da Fundação Itesp e na concessão/restrição do INSS quanto às formas de aposentadorias e benefícios especiais, que têm ocorrido tanto nos Assentamentos da Fazenda Monte Alegre (administrados e/ou gerenciados pelo governo estadual) como no Assentamento Bela Vista do Chibarro, área federal, pertencente ao INCRA.

Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas pelo Nupedor, Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, com apoio do CNPq. O mesmo teve seu início no projeto Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência. Tal grupo de estudo vem acompanhando há 21 anos os assentamentos Bela Vista do Chibarro e os sete Núcleos de Assentamentos que compõem o assentamento Monte Alegre.

Temos como proposta discutir os princípios constitucionais que norteiam a reforma agrária, do ponto de vista jurídico-social. Tais reflexões nos levam ao aprofundamento de estudos e reflexões da Portaria de N°77 do ITESP, a qual permite a parceria de famílias de trabalhadores assentados com agroindústrias.

Temos acompanhado como essas parcerias têm se modificado nas relações entre os agricultores da chamada agricultura familiar (assentados), as Usinas Canavieiras e a FERAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, fazendo-se necessária a crescente participação/interferência do Ministério do Trabalho nesse novo modo de relações. Como objetivo, buscamos o

aprofundamento da pesquisa ao pontuar as alterações que se dão no universo jurídico, no tocante às novas leituras que a legislação faz diante dos direitos quanto às aposentadorias especiais – quando já são existentes os contratos com as agroindústrias em terras de domínio estatal ou federal.

Breve Contextualização do Universo Empírico.

Os assentamentos ora estudados estão inseridos no Cinturão Verde Paulista, também conhecido como a Califórnia Brasileira, devido à concentração da cana-de-açúcar e da laranja. Os assentamentos da Fazenda Monte Alegre originaram-se a partir da luta dos trabalhadores rurais assalariados. A mesma pertencia à FEPASA, á época administrada pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). As terras estatais faziam parte de um projeto de reflorestamento, grande parte da área era coberta do eucalipto pinus, sendo transformada lentamente através das lutas que, em seu início, se deram acompanhadas de várias entidades (universidade, partidos, sindicatos). Tais entidades acabaram se afastando, deixando fluir a organização interna dos trabalhadores e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara¹ em terras desapropriadas para a Reforma Agrária, apesar dos muitos conflitos existentes entre os agrônomos do Estado e a direção do SER – Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara.

Origem da maioria dos trabalhadores que vieram para a área

A área do Assentamento Bela Vista pertencia à Usina Tamoio, que passou por um processo de falência, sendo tomada a princípio pelos ex-colonos como uma perspectiva de parte do pagamento dos salários atrasados, o que não se consolidou. Posteriormente trabalhadores desempregados da cana e da laranja, através de mobilização junto ao STR de Araraquara ocuparam a terra em meados de 1989,

¹ A denominação Sindicato de Trabalhadores Rurais que após uma longa disputa judicial, através de litígio promovidos pelo então Presidente –Sr. Elio Neves – em busca da legitimidade da categoria como Empregados Rurais por entender que a denominação Trabalhadores que formava a FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo) e que a mesma defendia interesses patronais. Após 10 anos o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara passa a ser reconhecido por determinação judicial como legítimo representante dos Empregados Rurais (seja na cana, laranja ou lavouras brancas). Sua Federação recebe a denominação FERAESP -Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo.

sempre orientados pelo sindicato. A princípio com 79 famílias, entre elas 14 que eram de antigos trabalhadores da Usina Tamoio. O INCRA realizou o processo de cadastramento e seleção de modo a preencher os lotes disponíveis, num total de 166. Nesse mesmo período ocorreu o remanejamento dos lotes, dada a transferência de 29 famílias de Promissão como meio de agregação dessas famílias. O Assentamento Bela Vista teve suas terras desapropriadas em 1989. Foi palco de muitas disputas, inclusive dos próprios movimentos sociais, assentados ligados ao STR entraram em conflito com assentados oriundos do MST (29 famílias de Promissão) que contavam com o apoio da CPT e que permaneceram dentro do assentamento até meados de 1994 (Barone, 2004). Nesse período, houve uma crescente organização dos assentados que criaram associações e cooperativas como expressões de delimitações dos poderes internos, ou seja, o grupo regido pelo STR de Araraquara a querer provar que sua cooperativa tinha a melhor metodologia a ser seguida rumo ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, o grupo orientado pela CPT com traço marcante da organização do MST vislumbrava, nas suas associações, o caminho para dar as diretrizes rumo ao progresso, as formas de organizações e conseqüentemente ao poder para direcionar os assentados em busca de desenvolvimento. Assim, por caminhos tortuosos e mal alinhavados, todos indistintamente têm buscado no decorrer desses 21 anos alternativas possíveis que lhes tragam condições de sustentabilidade econômica, independência social e, conseqüentemente, melhores condições de vida para seus familiares. Importante dizer que ocorreram momentos em que todos indistintamente se uniram para cobrar do INCRA e do ITESP projetos que viabilizassem o sustento dos assentados com relativa independência financeira (sem as “algemas” do sistema financeiro), momento este em que todos comungavam em uníssono **“arroz, feijão, cana não”**.

Das parcerias ao processo jurídico.

A temática da inserção das usinas canavieiras, bem como da agroindústria em geral dentro dos assentamentos vem sendo acompanhada e estudada desde 1992, quando da primeira tentativa de plantio de cana que se deu na área I do Assentamento Monte Alegre. Nessa ocasião, o então Prefeito do município de Motuca, em entrevista à grande imprensa e aos meios de comunicações locais, fez o discurso de que naquele momento iria levar os assentamentos da Fazenda Monte Alegre à redenção, tirando-os, assim como seus moradores, os assentados, de uma condição de “favelados rurais”, através de um consórcio entre Usina Santa Luiza e

assentados.² Isso gerou espanto e indignação por parte dos assentados, alavancando uma onda de audiências, debates na Câmara Municipal de Araraquara e a aproximação do STR com o ITESP, que aliaram forças na tentativa de conter o avanço das Usinas que mascaravam propostas de parcerias como se fossem camaradas e simpatizantes da luta pela terra. Mas, a idéia já semeada, somada aos projetos fracassados e ausências dos órgãos gestores se transformou na porta de entrada não só para o plantio da cana, mas para as parcerias e comodatos com a agroindústria nas áreas de terras dos assentamentos Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro.

Já em 2002, discussões do crescimento da cana como reflexo do contexto regional da produção e da falta de políticas públicas para efetivar ações de descentralização da Reforma Agrária são feitas na Universidade. (Rosim, 1997; Barone, 2002).

Inúmeras foram as tentativas por parte do Sindicato e do Itesp no redirecionamento de novas culturas através da agricultura natural no sentido de se retomar a sustentabilidade, mas, as mesmas se mostraram infrutíferas. Diante de um quadro de inúmeras inadimplências somadas às muitas outras tentativas frustradas, tais projetos sucumbiram diante da regulamentação de parcerias com agroindústrias nas terras públicas do Estado. Portaria de nº 75 suprimida pela Portaria de nº 77 que permite inclusive o plantio de cana-de-açúcar em 50% de cada lote no assentamento Monte Alegre.

A partir da Portaria Estadual, crescente é o numero de assentados que passam a firmar contratos com as Usinas e nesse vai-e-vem da cana, como alternativa aos assentamentos, surgem diferentes relações de trabalho. Fatos que pretendemos aqui aprofundar em análises dos decorrentes processos e procedimentos trabalhistas originados de tais parcerias. Debruçamos-nos à luz da lei para através de sua ótica vir a acompanhar os trâmites legais que passam a reger a vida dos assentados, os quais firmaram parcerias com as Usinas Santa Luiza - em Motuca - e Zanin em Araraquara. Para tal estudo, utilizaremos como material a Constituição Federal, o Estatuto da Terra, a CLT, Pareceres, Julgados, depoimento do Delegado Geral do Trabalho do Estado de São Paulo, Promotores, diários de campo, entrevistas com representantes dos movimentos sociais, órgãos gestores, assentados.

Novas Parcerias Alteram “Categorias” e Direitos Adquiridos.

² Ferrante, V.L.S.B; Santos, M.A.P. A Cana dos Assentamentos Rurais: o vai e vem no mesmo cenário. IN: Ferrante, V.L.S.B (ORG) Retratos de Assentamentos nº09; Fls.136– 2004.

Na medida em que grande número de famílias assentadas optou por plantar cana-de-açúcar em parceria com as usinas, o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, entidade responsável pela efetivação dos assentamentos em Araraquara e região passa a demonstrar seu repúdio ao quadro que ora se apresenta, ou seja, ao plantio da cana nos moldes que as Usinas têm oferecido às famílias. Segundo Senhor Elio Neves – Presidente da FERAESP, Federação formada a partir da integração dos vários Sindicatos de Empregados Rurais que comungam da ideologia de que a Reforma Agrária a ser editada é a mesma constante ainda do Estatuto da Terra, “ a família deverá trabalhar na terra, nela produzir e obter seu sustento, vendendo o excedente sem a interferência de outrem ou contratação de mão-de-obra empregada”. Segundo Sr. Elio, à medida em que as famílias assentadas passam a realizar parcerias com Usinas, cedendo terras públicas destinadas pelo Governo Federal para Reforma Agrária, para o plantio de cana-de-açúcar, onde entra a mecanização durante o plantio, com execução de mão de obra empregada (turmas contratadas), aplicação de insumos através de maquinário da própria usina, mudas vendidas pela usina e, por último, a queima realizada por grupos de trabalhadores assalariados das usinas cuja produção final segue em caminhões com destino à sede da usina, caracteriza-se um parceria cercada por desigualdades pois as famílias assentadas não têm como avaliar e acompanhar a quantidade em toneladas que foi colhida em seu lote, a forma como se deu a análise da sacarose. Enfim, para o Presidente da FERAESP, todos esses procedimentos levam as famílias dos assentamentos para um distanciamento da proposta de se fazer reforma agrária no país. Em sua perspectiva têm ocorrido uma quebra de identidade do trabalhador assentado, pois o mesmo passa a emitir notas fiscais de fornecimento da cana para a usina que por sua vez declara seus impostos via outras entidades sindicais, nesse caso Sindicato Rural, ou Sindicato das Industriais Canavieiras. Nesta operação transfigurada, os assentados, enquanto fornecedores passam a ser reconhecidos como patrões e não como produtores de agricultura familiar, categoria esta vinculada ao antigo Funrural e aos benefícios inerentes aos trabalhadores rurais assalariados, os quais têm direitos como salário- família, salário-maternidade, benefícios previdenciários, auxílio-doença, geralmente decorrente de movimentos repetitivos como trabalhar com enxada durante anos a fio sulcando a terra e plantando ou colhendo e carregando fardos ou sacarias pesadas e aqueles decorrentes de acidentes durante a labuta na terra.

Para que tais pessoas possam dar entrada na sua solicitação de benefícios junto ao INSS é necessário esse reconhecimento por parte do Sindicato de Empregados Rurais de Araraquara ou de sua Federação, a FERAESP. Os diretores

de tais entidades têm se negado a dar essa declaração, baseando-se nas distorções da categoria, causadas pela parceria com a cana alegando que se assim o fizerem estarão ratificando um erro com risco de virem a ser acionados juridicamente por perjúrio ou má fé. Para provar ao INSS como essa mudança de categoria têm se dado A FERAESP e seus sindicatos têm anexado como prova documental cópias de Notas Fiscais emitidas por assentados para a Usina onde tratam do fornecimento da cana, se utilizam também de cópias dos contratos firmados entre Usina e Assentados, da utilização de mão-de-obra terceirizada tanto no plantio como na colheita da cana. Fazem uso também do Estatuto da Terra, da Constituição Federal em seu art. 189 e, das Leis nºs. 8.212 e 8.213 que regem a própria autarquia na identificação e qualificação do trabalhador do campo, no caso o assentado.

A Sra. “N” em sua entrevista, nos deixa claro em sua fala dessa ruptura de categoria.

Trecho entrevista com Senhora “N”

Eu já recebia auxílio-doença porque eu tenho tendinite atrofiada nos ombros e ela atinge a minha coluna cervical”. Mostrou-me partes de seus braços distorcidos, os quais me disse doerem muito, tanto que não tem força para pegar objetos domésticos, como baldes, vassouras, panelas cheias com alimentos... Daí como estava dizendo: continuou a Sra. “N”, eu recebia um salário mínimo durante três anos e meio. Depois, o INSS solicitou uma documentação para dar prosseguimento, foi então que o Sindicato dos Empregados Rurais me entregou uma declaração para eu levar no INSS, como eu ainda não era alfabetizada e também não tive maldade, e também tinha urgência em entregar lá no INSS, levei o papel e entreguei. Acabei sendo maltratada por um rapaz que era o funcionário do INSS e que estava me atendendo porque no papel dizia que eu não tinha categoria de pequena produtora. A Sra N, planta cana em parceira com a Usina. Bem, eu tentei daqui, tentei de lá e fui lá ao ITESP onde o Amarildo me arrumou um papel que mandou vir lá de Brasília. Nesse momento, a Sra N me entrou um documento que pude ler tratava-se da Instrução Normativa INSS/PRES nº02, 17 de outubro de 2005 – DOU de 18/10/2005, documento este que se aplica aos benefícios requeridos a partir de 25 de setembro de 2005. Prosseguiu seu relato me contando que mesmo entregando cópia desse documento com declaração do ITESP, ainda não obteve resultados favoráveis. Dona “N” nomeou então uma

advogada da Assistência Jurídica gratuita, entrou em litígio contra o INSS há mais ou menos ano e meio, até o presente momento não obteve nenhuma resposta. Terminou sua fala me dizendo em tom de lamento: A gente está aqui há mais de 15 anos, ficamos acampados lá embaixo no Chibarro, dispusemos de nossa casa na cidade, trouxemos as crianças pequenas pra cá, lutamos dia e noite, até que conseguimos comprar essa casa e nosso lote, tudo legalizado pelo INCRA, agora que é hora da gente começar a descansar um pouco a gente não tem respaldo do Sindicato, é tratado com desrespeito no INSS, como se a gente nunca tivesse trabalhado na terra. A gente não ta buscando nada de errado, só os nossos direitos que é o de aposentar, mas, o tempo que ficou pra trás, (tempo de agricultura familiar) agora já não conta mais porque a gente plantou cana, e eles dizem (o Sindicato dos Empregados Rurais e o INSS) que agora a gente é patrão, o tempo pra contar pra aposentaria é pra nós igual ao povo da cidade e dos donos de terra que têm por aí, se a gente fosse patrão não precisa nem pedir para aposentar”.

Seu marido, seu “J” também entrou com pedido de declaração via Sindicato para apresentar ao INSS e aposentar-se, pois conta com 64 anos e também não obteve declaração favorável por parte do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara.

A realidade da perda dos direitos

O Sr. J. L. P. plantou cana-de-açúcar em parceira com a Usina Santa Luzia, o mesmo já havia sido aposentado dada sua ligação com agricultura familiar no do Projeto de Reforma Agrária do Assentamento Monte Alegre. Área I, dada a sua idade e de acordo com declaração do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, órgão responsável pela administração dos 07 Núcleos de Assentamentos. Importante frisar que mesmo com a Portaria nº 77 que autoriza o plantio de cana em 50% do lote, o Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara entrou em litígio contra o Sr. L. apresentando ao INSS e Ministério Público cópias de Notas Fiscais de fornecimento e cópia do contrato de parceria com a Usina e obteve parecer favorável no sentido da descaracterização da agricultura familiar e, conseqüentemente o Sr. J. teve seu benefício de aposentadoria especial suspenso.

PENSÃO POR MORTE E SALÁRIO FAMÍLIA

A Sra P. perdeu seu esposo em acidente e entrou com Ação Cominatória de Obrigação de Fazer com Antecipação de Tutela. Segundo a requerente alegou que

vivia em união estável e que após ter perdido seu marido em acidente automobilístico passou a requerer o direito a percepção do benefício previdenciário pensão por morte. Entrou com pedido baseada na qualidade de assentados e lavradores, baseando-se nas Leis de nºs 8.212/91 e 8.212/91, que disciplinam a previdência social e os enquadram como segurados obrigatórios especiais. (anexos).

Todavia, para postular administrativamente tal benefício, a requerente na qualidade de dependente de segurado especial teve que apresentar junto à autarquia federal uma documentação básica composta dos seguintes itens: documentação de identificação do segurado e do requerente; certidão de óbito do segurado; relação dos salários de contribuição, com todos os valores obtidos desde julho de 1994; CPF do requerente e do segurado falecido.

No caso da requerente que se enquadra na condição de segurada especial, o INSS exige documentação complementar composta pelo cartão de inscrição de contribuinte individual; contrato de arrendamento, parceria e comodato rural; blocos de nota de produtor rural.; comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e declaração do Sindicato dos Empregados Rurais.

De todas as documentações exigidas pela autarquia federal, a requerente apenas não conseguiu providenciar a declaração do sindicato que através de seu Presidente, Sr. Elio Neves, afirmou deixar de fornecer tal declaração por entender que a requerente não se enquadra na definição de segurada especial, pois a mesma se utilizaria de mão-de-obra terceirizada.

Diante da negação do sindicato em fornecer e reconhecer a requerente como segurada especial, a mesma entrou em peleja jurídica contra o Sindicato. Esse processo percorreu caminhos tais como exceção de incompetência perpassou pelo Ministério do Trabalho onde o MM. Juiz do Trabalho declarou a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para conhecer, instruir e julgar a presente ação, determinando a remessa do processo à Justiça Federal de Araraquara. O mesmo processo foi redistribuído à 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Araraquara e, finalmente, a autora requereu a extinção do presente feito sem julgamento do mérito com fulcro no artigo 267, VIII do Código de Processo Civil. Importante frisar que a ação foi inicialmente proposta na 3ª Vara do Trabalho de Araraquara onde foi indeferido o pedido de antecipação de tutela e que realizada audiência de conciliação, instrução e julgamento, a conciliação, a mesma restou infrutífera.

O Sindicato alegou que para dar tal declaração se fazia necessário uma visita ao lote agrícola e documentação para se constatar se não se tratava de

contribuinte obrigatório, a fim de proteger o bem público e a seguridade social. Alegou que de acordo com a legislação previdenciária em vigor, o contrato de parceria/arrendamento formado com a Usina de açúcar, descaracteriza a qualidade de segurado especial e no presente caso, tanto a autora, quanto o seu conjugue não se enquadram como empregados rurais. **Diante da desistência da ação manifestada pela autora, a juíza declarou extinto o processo sem julgamento do mérito. Condenando a Sra. P. ao pagamento dos honorários advocatícios, fixados em R\$1.000,00 (um mil reais).**

Ficando, portanto, a Sra. P e seus dois filhos sem receberem o benefício previdenciário que teriam direito enquanto estavam enquadrados na categoria de agricultores familiares.

Nas dezenas de ações movidas por assentados contra o Sindicato de Empregados Rurais, durante as contestações e defesas foram utilizadas como ferramentas conceitos de reforma agrária da Carta magna, do Estatuto da Terra, trechos da Portaria de n 77 do ITESP (anexo), Artigo 5 da Constituição Federal, Código Civil mas, em nenhuma das ações, os assentados que passaram a plantar cana quer por arrendamento ou por parceria com as Usinas conseguiram provar quem possuem direito aos benefícios de aposentarias especiais os quais um dia faziam parte de seu cotidiano e de seus familiares.

Para o Sindicato e juízes, não há legitimidade nessa reforma agrária que ora se apresenta, mesclada pelo agronegócio, conduzida pelo capitalismo. Buscam os senhores doutos provar o direito difuso da reforma agrária, através de uma reestruturação fundada em possíveis rupturas de direitos beneficiários ou mesmo ao direito de uso da terra, há correntes do direito que alegam a improdutividade e o mau uso da terra federal nas mãos de usineiros que se quer pagam aluguel. São tidos como arrendatários que se utilizam do bem de propriedade da terra para alçarem lucros ainda maiores como a mão-de-obra assentada e a terra que não produz mais o pão ou o alimento para sanar a fome mas a cana que passa a representar, pelo sistema de poderes e de vontades em que está inserido, objeto de dominação ao homem do campo e de poder sobre todo o espaço territorial.

Estas novas formas de parcerias e relações contratuais de trabalho que ora se apresentam nesse universo nos leva a maiores reflexões e à necessidade de um maior aprofundamento para que possamos compreender como tais comportamentos paradoxais alteram as relações dos assentados com seus representantes legais e, como a lei –ferramenta de mão única – se torna implacável a tais mudanças de comportamentos sociais e mais ainda, se as

normas são regras institucionalizadas para dirigir e dar diretrizes à sociedade como elos de uma engrenagem que gira em círculo tentando formatar modos de vidas e anseios, talvez seja indiferente às necessidades humanizadas, pois julga à luz de suas normas e artigos.

Há que se esperar que o homem/mulher do campo que há muito já quebraram partes desses elos com o intuito de alterar o curso da história na tentativa de fazer do campo um mundo novo, venham a transformar e criar novas normas e formas de fazer do campo e no campo um mundo próspero. Talvez, através dessa rebeldia, esse novo homem encontre caminhos mais férteis e mais que isso, possa aprender a conciliar a liberdade do fazer agregado a deveres, mas que esses não lhes seja impostos.

Bibliografia:

FERRANE, V.L.S.B; SANTOS, M.A.P. “ *A cana nos assentamentos rurais o vai e vem no mesmo cenário*”. IN Retratos de Assentamentos nº09; Fls.136– 2004.

BARONE, L.A. “*Conflito e cooperação: O jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária*”. Tese de doutorado-Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 2002.

ROSIM, L.H. “*Bela Vista do Chibarro: nas terras a usina, diferenças e indenidades na construção de um assentamento*”. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1997.

Bibliografia Jurídica:

Constituição Federal de 1988

Estatuto da Terra

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – comentada

Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei Orgânica da Seguridade Social e Custeio.

Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, Planos de benefícios da Previdência Social

Lei nº 4. 957, de 30 de dezembro de 1985.

Portaria Estadual:

Portaria Itesp nº 077-24/10/02.

Entrevista com MM Juiz Dr. Marcelo Pedroso Goulart

Bibliografia:

FERRANE, V.L.S.B; SANTOS, M.A.P. “ *A cana nos assentamentos rurais o vai e vem no mesmo cenário*”. IN Retratos de Assentamentos nº09; Fls.136– 2004.

BARONE, L.A. “*Conflito e cooperação: O jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária*”. Tese de doutorado-Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 2002.

ROSIM, L.H. “*Bela Vista do Chibarro: nas terras a usina, diferenças e indenidades na construção de um assentamento*”. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós Graduação em Sociologia. FCL/UNESP-Araraquara, 1997.

Bibliografia Jurídica:

Constituição Federal de 1988

Estatuto da Terra

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – comentada

Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei Orgânica da Seguridade Social e Custeio.

Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, Planos de benefícios da Previdência Social

Lei nº 4. 957, de 30 de dezembro de 1985.

Portaria Estadual:

Portaria Itesp nº 077-24/10/02.

Segue cópia na íntegra da listagem dos documentos solicitados para entrada em Benefício junto a PREVIDÊNCIA SOCIAL, (atualizado em 23/08/2002).

Comprovação de Atividade Rural (grifos nossos).

Deve ser solicitada nas agências da Previdência Social quando do requerimento da aposentadoria ou pedido de Certidão de Tempo de Contribuição, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Comprovante de Cadastro do Instituto Territorial –ITR, ou Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR, ou autorização de ocupação temporária fornecidos pelo INCRA;
2. Comprovações de Cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (em nome do requerente);
3. Blocos de Notas do produtor rural e/ou notas fiscais de venda realizada por produtor rural (em nome do requerente);
4. Contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural registrado ou reconhecida firma em cartório à época do exercício da atividade;
5. Declaração fornecida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI atestando a condição do índio como trabalhador rural;
6. Caderneta Inscrição Pessoal visada pela Capitânia dos Portos ou pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) ou pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNCOS) ou identificação expedida pelo IBAMA ou por Delegacia do Ministério da Agricultura;

7. Declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Pescadores ou Colônia de Pescadores, desde que acompanhada por documentos nos quais conste a atividade a ser comprovada, podendo ser dentro outros:

- ✚ Declaração de Imposto de Renda do segurado;
- ✚ Escritura de compra e venda do imóvel rural;
- ✚ Carteira de vacinação;
- ✚ Certidão de nascimento dos filhos;
- ✚ Certidão de Tutela ou Curatela;
- ✚ Certificado de alistamento ou quitação com o serviço militar;
- ✚ Comprovante de empréstimo bancário para fins de atividade rural;
- ✚ Comprovante de matrícula ou ficha de inscrição própria ou dos filhos em escolas;
- ✚ Comprovante de participação como beneficiário de programas governamentais para a área rural nos estados ou municípios;
- ✚ Comprovante de recebimento de assistência ou acompanhamento pela empresa de assistência técnica e extensão rural;
- ✚ Contribuição Social ao Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- ✚ Declaração Anual de Produtor – DAP;
- ✚ Escritura pública do imóvel;
- ✚ Ficha de associado em cooperativa;
- ✚ Ficha de crediário em estabelecimentos comerciais;
- ✚ Ficha de inscrição ou registro sindical junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- ✚ Fichas ou registros em livros de casas de saúde, hospitais ou postos de saúde;
- ✚ Publicação na imprensa ou informativo de circulação pública;
- ✚ Recibo de compra de implementos ou insumos agrícolas;
- ✚ Recibo de pagamento de contribuição Confederativa.
- ✚ Registro em documentos de Associações de Produtores Rurais, Comunitárias, Recreativas, Desportivas ou Religiosas;
- ✚ Registro em livros de Entidades Religiosas, quando da participação em sacramentos, tais como: batismo, crisma, casamento e outras atividades religiosas;
- ✚ Registro em processos administrativos ou judiciais inclusive inquéritos (testemunha, autor ou réu);
- ✚ Título de eleitor;

- ✚ Título de propriedade de imóvel rural;
- ✚ Quaisquer outros documentos que possam levar à convicção do fato a comprovar.

NOTAS:

- 1- A emissão de Certidão de Tempo de Contribuição para períodos de atividade rural está condicionada a indenização das contribuições (art.96 da Lei n 8.213/91).
- 2- **Os documentos enumerados nos itens 1 a 6 constituem por si só, prova suficiente, sendo desnecessária a apresentação da Declaração do Sindicato ou Colônia de Pescadores.**
- 3- Para períodos posteriores a 07/01/1992 (Lei n 8.398), além dos documentos relacionados acima, será obrigatória a apresentação do Número de Identificação do Trabalhador – NIT.

http://menta2.dataprev.gov.br/PREVFaci/PREVDoc/BENEF/pg_internet/iben_visudoc.asp?id_doc...10/05/2007.

Conceito de Reforma Agrária

Etimologicamente, reforma vem das palavras *re* e *formare*. Reforma significa mudar uma estrutura anterior, para modificá-la em determinado sentido. O prefixo *re* significa a idéia de renovação, enquanto *formare* é a maneira de existência de um sentido ou de uma coisa. **Reforma agrária** é, pois, na acepção etimológica, a mudança do estado agrário vigente, procurando-se mudar o estado atual da situação agrária. E esse estado que se procura modificar é o do feudalismo agrário (que influenciou o surgimento das *sesmarias* e *capitanias hereditárias* no Brasil colonial) e o da grande concentração agrária (latifúndios) em benefício das massas trabalhadoras do campo. Por consequência, as leis de reforma agrária se opõem a um estado anterior de estrutura agrária privada que se procura modificar para uma estrutura de propriedade com sua função social.

"Reforma agrária é a revisão, por diversos processos de execução, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, com o objetivo de modificar determinada situação atual do domínio e posse da terra e a distribuição da renda agrícola " (**Nestor Duarte, Reforma agrária, RJ, 1953**).

"Reforma agrária é a revisão e o reajustamento das normas jurídico-sociais e econômico-financeiras que regem a estrutura agrária do País, visando à valorização do trabalhador do campo e ao incremento da produção, mediante a distribuição,

utilização e exploração sociais e racionais da propriedade agrícola e ao melhoramento das condições de vida da população rural" (**Coutinho Cavalcanti, Reforma Agrária no Brasil, SP, 1961**).

Vale mencionar a maneira como a sociologia marxista encara o problema da reforma agrária. Esta é reputada como o confisco das terras dos grandes senhores rurais, para favorecer as massas camponesas (proletariado). A terra é nacionalizada e passa ao controle do Estado, que a arrenda a título perpétuo ao campesinato, por meio das fazendas coletivas, como na extinta União Soviética, ou passa ao controle dos novos proprietários camponeses, como na China Socialista, sem prejuízo da apropriação futura do Estado.

Princípios da Reforma Agrária no Estatuto da Terra

A Constituição Federal de 1988 estabelece a distinção entre *reforma agrária, política agrária e política fundiária*.

Reforma agrária é uma revisão e novo regramento das normas disciplinando a estrutura agrária do País, tendo em vista a valorização humana do trabalhador e o aumento da produção, mediante a utilização racional da propriedade agrícola e de técnica apropriada ao melhoramento da condição humana da população rural.

Ela deve combater simultaneamente formas menos adequadas de produção, sobretudo o latifúndio e o minifúndio. Mesmo a pequena propriedade familiar, também não apresenta grande grau de produtividade sem as técnicas do crédito e do melhor assentamento do homem à terra.

Não há que se confundir Reforma Agrária com a política agrária, também prevista na Carta Magna. A *política agrária* é o conjunto de princípios fundamentais e de regras disciplinadoras do desenvolvimento do setor agrícola.

A *política fundiária*, por sua vez, difere da política agrícola; sendo um capítulo, uma parte especial desta, tendo em vista, o disciplinamento da posse da terra e de uso adequado (função social da propriedade).

A política fundiária deve visar e promover o acesso à terra daqueles que saibam produzir, dentro de uma sistemática moderna, especializada e profissionalizada.

E, nesse contexto, a terra tem uma função social, que é justamente a produção agrícola para alimentar a população humana e a sociedade urbanizada. E a redistribuição das terras é normalmente um dos principais objetivos de qualquer programa de reforma agrária.

O problema agrário na CF/88 e na Lei 8.629/93

A Constituição brasileira de 1988 apresenta-se progressista no plano agrário, porém com traços conservadores devido à herança cultural privada do país. Os institutos básicos de direito agrário (o direito de propriedade e a posse da terra rural) são disciplinados e o direito de propriedade é garantido como direito fundamental previsto no art. 5º, XXII, da atual Lei Magna. A CF/88 procura compatibilizar a propriedade com a função social, para melhor promover a justiça comunitária. O texto da Lei Maior permite à União desapropriar por interesse social o imóvel rural que não esteja cumprindo a função social prevista no art. 9º da Lei nº 8.629/93, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação de seu valor real, resgatáveis no prazo de 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão, em percentual proporcional ao prazo, de acordo com os critérios estabelecidos nos incisos **I a V, § 3º, do art. 5º da Lei nº 8629/93**. Entretanto, as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizáveis em dinheiro.

O Decreto que declarar o imóvel rural como de interesse social, para efeito de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação. As operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária bem como a transferência ao beneficiário do programa, serão isentas (imunes) de impostos federais, estaduais e municipais (art. 26, Lei n. 8.629/93).

Determinados tipos de propriedade formam um núcleo inacessível à reforma agrária, sendo portanto, insuscetíveis de desapropriação, a saber:

I) a pequena e média propriedade rural (imóvel rural de área entre 1 a 4 módulos fiscais e imóvel rural de área superior a 4 até 15 módulos fiscais, respectivamente), desde que o proprietário não possua outra;

II) a propriedade produtiva (que é a explorada econômica e racionalmente, atingindo, simultaneamente, grau de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão Federal competente).

Os requisitos exigidos, para que a função social da propriedade rural seja cumprida são: **I-** aproveitamento racional e adequado; **II-** utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; **III-** observância das disposições que regulam as relações de trabalho; **IV-** exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão o título de propriedade ou de concessão de uso, que são inegociáveis pelo prazo de 10 anos, podendo tais títulos ser objeto de conferência ao homem ou a mulher.

O orçamento da União fixará, anualmente (Plano Plurianual), o volume de títulos de dívida agrária e dos recursos destinados, no exercício, ao atendimento do Programa de Reforma Agrária; devendo constar estes recursos do orçamento do

ministério responsável por sua implementação e do órgão executor da política de colonização e reforma agrária (**INCRA**).

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO PÓLO DE FRUTICULTURA IRRIGADA DO BAIXO-AÇU.

Sabrina Ângela França Silva (Mestranda do PPGCS / UFRN)

E-mail: binafranca@yahoo.com.br

Edilene Fernandes Jales (Mestranda do PPGCS / UFRN)

E-mail: edilenej@yahoo.com.br

Resumo

Nas últimas décadas, acompanhando as tendências gerais do desenvolvimento econômico da região Nordeste, o Rio Grande do Norte vivenciou importantes mudanças na composição de sua estrutura produtiva, a exemplo da região nordestina, contando com intensa participação do setor público, cuja *“presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido”* (Araújo, 1997, p. 12).

A fruticultura irrigada, no caso do Vale do Açu no Rio Grande do Norte, aproveitando a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a perfuração de poços profundos no município de Mossoró e região, levou as novas formas produtivas a transformarem profundamente as relações de trabalho na área de sua implantação. Num espaço no qual se tinha a predominância da cultura de sequeiro para a produção de subsistência, com a utilização da mão-de-obra num curto espaço de tempo ao uso intensivo de alta tecnologia, para uma moderna agricultura de grãos e frutas tropicais, diversificando e inovando a organização da produção, com modelo de administração empresarial e o uso intensivo do trabalho assalariado.

Esse quadro apontou para o crescimento do assalariamento o qual vem se constituindo na forma de ocupação crescente de trabalhadores rurais nas áreas em que se têm verificado a constituição dos pólos de fruticultura irrigada.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é desvendar as condições de trabalho em que se encontram os trabalhadores rurais dessa região, os quais estão inseridos na população pobre dos municípios ao redor desse projeto de irrigação.

Palavras - Chaves: Fruticultura Irrigada, trabalhadores rurais, transformação produtiva.

1 - INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, acompanhando as tendências gerais do desenvolvimento econômico da região Nordeste, o Rio Grande do Norte vivenciou importantes mudanças na composição de sua estrutura produtiva, a exemplo da região nordestina, contando com intensa participação do setor público, cuja *“presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido”* (Araújo, 1997, p. 12).

A tradicional imagem de uma região atrasada economicamente, assolada por secas e retirantes e dominada por coronéis, tornou-se parte do imaginário social brasileiro em relação ao Nordeste. Esta imagem ancorava-se entre outros elementos no lento crescimento econômico que caracterizou a região por décadas. Os rumos da economia nordestina podem ser exemplificados na criação de espaços e pólos produtivos, entre os quais se encontra a moderna agricultura de grãos e os pólos de fruticultura.

A fruticultura irrigada, no caso do Vale do Açu no Rio Grande do Norte, aproveitando a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a perfuração de poços profundos no município de Mossoró e região, levou as novas formas produtivas a transformarem profundamente as relações de trabalho na área de sua implantação. Num espaço no qual se tinha a predominância da cultura de sequeiro para a produção de subsistência, com a utilização da mão-de-obra num curto espaço de tempo ao uso intensivo de alta tecnologia, para uma moderna agricultura de grãos e frutas tropicais, diversificando e inovando a organização da produção, com modelo de administração empresarial e o uso intensivo do trabalho assalariado.

Esse quadro apontou para o crescimento do assalariamento o qual vem se constituindo na forma de ocupação crescente de trabalhadores rurais nas áreas em que se têm verificado a constituição dos pólos de fruticultura irrigada. Não obstante o trabalho assalariado no campo constituir-se numa mudança positiva em relação às tradicionais relações de trabalho no campo e significar uma forma de ocupação para expressiva parcela de trabalhadores rurais historicamente excluídos do acesso a terra, as condições do assalariamento rural nas agroindústrias apresentam inúmeros casos de descumprimento da legislação trabalhista.

Os dados censitários do mapa do mercado de trabalho no Brasil, elaborado pelo IBGE em 2000, revelam que o meio rural concentra os maiores percentuais de trabalhadores sem carteira assinada, que recebem menos do que um salário mínimo mensal, entre outros desrespeitos aos direitos trabalhistas.

Mesmo com características particulares de caráter regional e de dimensão, o Pólo de Fruticultura Irrigada do Rio Grande do Norte é em certa medida um espelho do perfil da modernização da agricultura no Brasil. Aí convivem o moderno e o atrasado

representados, por exemplo, nas constantes inovações tecnológicas que aumentam a produtividade e qualidade dos produtos, convivendo com as precárias condições de trabalho e baixos salários para a maioria dos trabalhadores, aspecto comum nas relações de trabalho da agricultura moderna.

A transformação da região em produtora de frutas tropicais, com uso intensivo de terra e capital, somado ao método utilizado pelos órgãos públicos na implementação de projetos, em que tende a favorecer claramente o grande empreendimento, foram fatores determinantes para um acelerado processo de exclusão dos pequenos produtores. O destino desses, geralmente, foi migrar para os centros urbanos mais próximos ou transformar-se em trabalhadores rurais assalariados.

Segundo o Mapa da Fome (1994) em Açú e Mossoró, onde estão localizadas as principais empresas produtoras de frutas tropicais, tem-se um elevado índice de pobreza, onde 50% e 51%, respectivamente, de sua população são indigentes, ou seja, famílias que conseguem no máximo a aquisição de uma cesta básica. Uma parte importante dos trabalhadores rurais assalariados não tem emprego o ano inteiro. Embora o período de entressafra seja composto de apenas três meses (março a maio). Nesse intervalo, os trabalhadores são demitidos sem a menor perspectiva de uma nova readmissão no próximo período produtivo. Na verdade, os trabalhadores assalariados se transformam em viajantes errantes onde os salários garantem apenas a sobrevivência imediata de sua família, corroborando com a afirmativa de que o contraste social é marca da modernização da agricultura no Brasil.

Do outro lado da trágica pobreza, convivem aliadas no Pólo de Fruticultura Açú/Mossoró a outras atividades econômicas como a extração do petróleo e a cerâmica, além da presença de, uma classe empresarial e uma classe média com um poder aquisitivo bem superior quando comparamos às de outras regiões do Rio Grande do Norte.

Pelo exposto acima se percebe que o pólo-fruticultor Baixo - Açú é um dos pólos de desenvolvimento do Brasil, com alto índice de modernização, tecnologia, porém a população dos municípios que se localizam no seu entorno, não foram ainda incorporados aos benefícios de tal modernização de onde se registram elevados índices de indigentes.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é desvendar as condições de trabalho em que se encontram os trabalhadores rurais dessa região, os quais estão inseridos na população pobre dos municípios ao redor desse projeto de irrigação.

O ciclo modernização, exclusão e pobreza reforça a afirmação de que o elevado índice de modernização não tem provocado, para a região do Vale do Açú,

transformações nas relações sociais em contraposição ao discurso do Estado, empresários e instituições do empreendedorismo.

Nesta conjuntura de reestruturação produtiva da agricultura norte-rio-grandense todos os atores sociais nela envolvidos têm o direito e o dever de cidadãos de se portarem enquanto agentes do processo e de definirem seu verdadeiro papel empreendedor nesta nova conjuntura produtiva e de reverterem os ganhos econômicos daí advindos, em prol do atendimento das necessidades sociais que a população do Estado está a exigir, principalmente a classe trabalhadora, historicamente marginalizada da repartição da riqueza, tão duramente construída pelo esforço do seu trabalho.

É de fundamental importância que os trabalhadores engajados na produção de frutas irrigadas do Açu/Mossoró - RN fortifiquem suas organizações para capacitá-los a se apresentarem nesse debate enquanto classe, quebrando o monopólio do saber e do dizer das classes empresariais do setor, que avocam a si o direito de pensar e decidir os destinos da produção. *“Esta, talvez, possa ser a lógica que permeia a moderna produção irrigada de frutas tropicais no Nordeste, mas, sem sombra de dúvida, poderá vir a se constituir, também, na mola propulsora que constrói a “pobreza moderna” daqueles que lhes transferem o vigor do seu labor diário”.* (GOMES DA SILVA, 1999).

2- OBJETIVOS

Geral:

- Verificar o que se efetivaram no mundo do trabalho no pólo de fruticultura Baixo – Açu com respeito à contratação e terceirização de trabalhadores ligados as atividades de campo.

Específicos:

- Identificar quem são os trabalhadores assalariados que estão desenvolvendo atividades de campo no projeto Baixo – Açu, ligados ao plantio;
- Verificar como os agentes (capitalistas locais) vêm institucionalizando práticas nas relações de trabalho;
- Desvendar as condições efetivas de trabalho (em que se encontram os trabalhadores rurais dessa região).
- Entender porque a “economia moderna” do Baixo-Açu não consegue produzir um “trabalho moderno”.

- Estudar quais os mecanismos que atuam na precarização do trabalho no Baixo-Açu.

3 - JUSTIFICATIVA

Nos últimos séculos, o mundo do trabalho vem passando por enormes transformações na sua base técnica e, portanto na sua organização, atingindo diretamente o cotidiano do trabalhador, tanto na sua materialidade como na sua subjetividade, com significativas mudanças na sua forma de ser. Por outro lado, essas mudanças restritas ao mundo do trabalho, associadas ao deslocamento da correlação de força capital / trabalho em favor do primeiro, evidenciado neste final de século, traz mais e novos desafios para a luta sindical.

Antunes (1988), a partir de uma visão marxista, afirma que o trabalho continua sendo o ponto de partida de humanização do ser social. Mas, no modo de produção capitalista, o trabalho adquire um outro contorno, explicitado no momento em que ele deixa de ser uma primeira necessidade de realização humana e torna-se meio para sobrevivência. Transforma-se, como tudo no capitalismo, em uma mercadoria cuja finalidade vem a ser a produção de outra mercadoria.

A emergência do trabalhador assalariado é o resultado do processo de modernização no campo, com a intensificação do uso do capital e da terra, além de um processo acelerado de proletarização das relações de trabalho na agricultura. Os proletários rurais são frutos da privatização da terra com posterior expropriação dos pequenos produtores e um elevado grau de empobrecimento no campo, onde o trabalhador rural não tem outro meio de sobrevivência que não, vender sua força de trabalho.

Assim, determinado pelo processo de modernização da agricultura, os assalariados rurais se constituem enquanto parcela da classe operária brasileira, igualmente despossuída dos meios de produção e igualmente produtora de mais valia. (Alves, 1992, p. 103)

Segundo Castel (1998) pode-se dizer que, se as transformações têm apontado para a constituição de um segmento de trabalhadores com características próximas ao do "novo trabalhador polivalente", elas também ampliam formas precárias e não-padronizadas de relações de trabalho. Como resultados mais gerais desse quadro sobre o conjunto dos trabalhadores, observa-se uma desorganização das relações de trabalho predominantes, especialmente no período pós II Guerra, manifesta através de maior fragmentação e heterogeneidade no mundo do trabalho, multiplicando fontes de insegurança e expondo contingentes expressivos de trabalhadores aos riscos da existência social (Castel, 1998).

Ademais, a crescente precariedade nas formas de inserção no mercado de trabalho, a elevação do desemprego e o relativo desmonte da proteção social sob a responsabilidade do Estado, vêm sobrepor-se a problemas econômicos e sociais preexistentes - o legado histórico de uma estrutura produtiva e de um mercado de trabalho bastante heterogêneos, combinados com a exigüidade dos mecanismos de proteção social (fordismo periférico) e elevados níveis de pobreza. Em uma realidade com tais características, a exclusão social assume proporções alarmantes, podendo atingir até a metade do conjunto das populações desses países. "*O trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem*". (Robert Castel, 1998).

A reestruturação do capitalismo, empreendida desde os anos 70 entre as sociedades avançadas, ocorre no bojo do processo de globalização - ou da mundialização do capital que induz as mudanças qualitativas nos planos produtivo (novas tecnologias e novos padrões de gestão e de organização do trabalho) e político-ideológico (predominância do ideário neoliberal, que coloca o mercado como instância reguladora privilegiada da vida em sociedade).

Robert Castel acredita que, hoje, é precisamente essa sociedade que está sendo desestabilizada e, portanto, é sobre isso que precisamos pensar. O fenômeno a ser perscrutado é o da instabilidade das situações de trabalho, que, com seus desdobramentos, constitui para o autor a nova questão social contemporânea a permear o debate sociológico. Castel se remete ao problema da integração social, à medida que empurra para o primeiro plano questões vinculadas à precariedade, à vulnerabilidade, à exclusão, ou, na denominação por ele preferida, a processos de *desfiliação* em referência a situações de trabalho.

Analisando o contexto atual, de internacionalização do mercado em meio a exigências crescentes impostas pela concorrência e competitividade, Castel identifica que o trabalho vem sendo alvo de dois tipos de redução de custos face aos requisitos

da flexibilização: de um lado trata-se de minimizar o preço da força de trabalho, de outro, de maximizar sua eficácia produtiva. Os desdobramentos dessa dinâmica da modernização incidem sobre a problemática do emprego através de três manifestações principais: o desemprego, a precarização do trabalho e a individualização. Deteremos-nos nesse primeiro momento a precarização do trabalho.

A precarização do trabalho é vista, então, como um processo central, comandado pelas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. É o fenômeno que suscita uma nova questão social, cujo núcleo seria novamente, tal qual o pauperismo foi na primeira metade do século XIX, a existência de *“inúteis para o mundo e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã, que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa”* (Castel, 1998, p. 593).

Com respeito às modificações na base técnica da agricultura, para José Roberto Novaes (2006) a questão que se coloca é: o que o trabalhador rural ganha com a incorporação de novas tecnologias? Isso tem melhorado suas condições de vida e de trabalho? A resposta de Novaes é que estamos diante de um processo contraditório, no qual aparece a inovação tecnológica e, ao mesmo tempo, a piora nas condições de trabalho. Novaes acrescenta que *“não podemos prescindir de uma força de trabalho assalariado no campo, mas precisamos dar a ela condições dignas de trabalho e remuneração”* (Novaes, 2006, p.10).

Para a professora Maria Aparecida de Moraes Silva, socióloga da UNESP a partir dos anos 90, a superexploração da força de trabalho aumentou na zona rural. Primeiro, em função do fato de que o trabalhador é obrigado a aceitar as condições impostas, caso contrário, é despedido, e segundo, por não haver alternativas de trabalho. Os trabalhadores rurais que estão envolvidos no plantio e colheita nos aglomerados de agroindustriais são para Moraes Silva na sua maioria, camponeses que foram expropriados em seus locais de origem, os quais atingidos pela fome, partem em busca de sobrevivência. Com base nisso, a Amartya Sen (2000), traz para o debate uma questão fundamental: somente podemos falar em liberdade, quando há, no mínimo duas alternativas para os indivíduos. Quando lhes resta apenas uma alternativa, não há, na realidade, liberdade e sim imposição e cerceamento da capacidade de decidir.

Mota (2000) em trabalho intitulada o “Trabalho temporário no projeto de fruticultura irrigada do Platô de Neópolis”, aponta que historicamente, a desregulamentação das relações de trabalho é a situação mais freqüente do mercado de trabalho rural brasileiro. Além disso, a diminuição do número de vagas e o desemprego estrutural criaram uma pressão permanente por empregos, o que

estimula as empregadoras a impor as condições que lhes são mais lucrativas, caracterizadas pela precariedade da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais.

Gomes da Silva (1999) em estudo sobre a região do Vale do Açu diz que a produção deste pólo representa o grande avanço tecnológico e de organização da produção agrícola norte-rio-grandense. *“Os produtos oriundos dessa inquestionada ação modernizadora, enquanto atividade produtiva, têm extrapolado os limites geográficos da região e conquistado espaços geográficos extra nação”*, incorporando-se ao seletivo cenário mundial da produção capitalista globalizada. Entendida como esforço revitalizado da economia do Estado e alçada à condição de “Pólo de Dinamismo” da atividade agropecuária do Nordeste em geral e do Rio Grande do Norte em particular, a produção irrigada de frutas tropicais tem sido alvo constante da atenção do poder público, explicitada pelo favorecimento e transferência de expressiva soma de incentivos financeiros. *“O que permanece discutível, ainda hoje, é a dimensão do retorno social, ou os reflexos socioeconômicos, deste revolucionário esforço no campo da produção agrícola e agroindustrial para a região”*. (GOMES DA SILVA, 1999, p. 319).

Pelo aqui exposto questiona-se até que ponto o baixo - Açu é exemplo para o estado do Rio Grande do Norte de modernização no que concerne às condições de trabalho dos trabalhadores rurais? O que se efetivou com o mundo do trabalho no pólo? Quem são os trabalhadores que estão envolvidos no processo de exclusão e vulnerabilidade? Que aspectos atuam sobre os processos relativos á precarização do trabalho?

A fim de investigar as questões propostas levantamos algumas hipóteses, as quais enuncia-se abaixo:

- Os trabalhadores rurais do Baixo-Açu que estão envolvidos com as atividades agrícolas de campo estão mecanizados e automatizados, porém, em condições de trabalho precárias com extração de mais valia absoluta sendo tal situação “clamufada” pelo pleno desenvolvimento econômico do pólo.
- O elevado índice de indigência da região é conseqüência do processo de concentração de capitais, do não investimento dos lucros na própria região bem como da não repartição dos bens sociais;
- Os trabalhadores do baixo – Açu estão submetidos a precárias condições de vida no que diz respeito à moradia, a aquisição de alimentos, bens e serviços.

4 – REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho humano tem sido alvo de estudos variados sob a ótica capitalista da reprodução da força de trabalho. Na agricultura brasileira, as condições de trabalho aliadas a pobreza rural podem ser trabalhadas por vários autores, dentre estes citamos: Mota (2001) e Moraes (2006), Os autores aqui escolhidos trabalham com questões na direção das hipóteses levantadas neste projeto.

Para Mota (2001), A acirrada concorrência no mercado nacional e internacional de produtos agrícolas repercutiu na busca de vantagens comparativas (clima, solo, água, preços da mão-de-obra), reestruturando os espaços produtivos na agricultura brasileira nas últimas décadas. Uma nova divisão espacial pode ser considerada (grãos nos cerrados, pecuária no Norte, fruticultura irrigada no Nordeste), que comporta antigos e novos modelos de exploração (empresariais, agricultura familiar, parceria etc.) de produtos de massa e de luxo, na quantidade, qualidade e tempo requeridos externamente. Se pelo lado da produção (tipos de produtos, qualidade e época), a agricultura brasileira se insere no mercado mundial e se revela como um setor competitivo, por outro lado, conserva relações de trabalho desregulamentadas sob a justificativa de que os altos encargos sociais poriam em risco os empreendimentos.

Moraes (2006) acredita em há duas principais causas para que o trabalhador seja obrigado a aceitar as condições impostas pelos empreendimentos agropecuários, primeira, em virtude de um exército de reserva crescente, a demissão é corrente, segundo o trabalhador se sujeita ao que lhe é imposto devido à falta de alternativas de trabalho.

5 – METODOLOGIA

Inicialmente daremos continuidade ao estudo exploratório através do levantamento bibliográfico sobre a temática a ser pesquisada. Utilizaremos instrumentos e técnicas de pesquisa, tais como: **entrevistas abertas** com os

trabalhadores rurais e empresários capitalistas do município de Alto dos Rodrigues, lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e lideranças municipais, além da aplicação de **questionários** para fazer levantamento de indicadores, tais como: sexo, faixa etária, ocupação desenvolvida, renda, tipo de moradia, local de origem, entre outros.

Inicialmente, o universo da nossa pesquisa serão os trabalhadores rurais do município de Alto dos Rodrigues que estão envolvidos diretamente com o trabalho de plantio e colheita da fruticultura irrigada, o período no qual realizaremos a investigação será durante o período de Junho de 2007 até Julho de 2008.

6 – BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1998.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: **USP- Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados. Vol.1, nº 1 - São Paulo: IEA, 1997. p. 7-36.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 611 p.

GOMES DA SILVA, A. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999. p. 307-339.

IBGE. Indicadores sócio-demográficos. In: **Censo Demográfico 2000**. www.ibge.gov.br.

MORAES, Maria Aparecida de S. **A superexploração no trabalho rural**. In: _____ HU ONLINE www.unisinos.br/ihu

MOTA, D. M. da. **O projeto de irrigação Platô de Neópolis e a geração de empregos**: 1994/2000. Relatório de Pesquisa. Aracaju: Embrapa-CPATC, 2000. p. 27. Mimeo.

NOVAES, José Roberto. **O paradoxo no mundo do trabalho** In:_____ HU
ONLINE www.unisinos.br/ihu

PELIANO, A. M. T. M. (coord.). **O mapa da fome II**: informações sobre a indigência por municípios da Federação. In: *Documento de política*, n. 15. Ipea, abr. 1994.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

2^o ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

TECENDO O INTERCÂMBIO:
O DESAFIO DO CONHECIMENTO SOBRE O MUNDO RURAL
11 a 14 de setembro de 2007.

GT6

SABER E PODER NO CAMPO

COORDENAÇÃO

GUTEMBERG ARMANDO DINIZ GUERRA (UFPA)

JOEL ORLANDO BEVILAQUA (UFGO)

OSWALDO HELLER (UFPR)

A ANCORAGEM INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NA AMÉRICA LATINA: UMA REDE DE SABERES, PRÁTICAS E PODERES PARA O CONTROLE SOCIAL

Montenegro Gómez, Jorge

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT/UNESP)
e-mail: <jorgemon@ufpr.br>

A construção de um novo paradigma de desenvolvimento para o meio rural exige uma dada “arquitetura” institucional: complexa e eficaz. Complexa, porque deve dar conta de integrar as mais diversas escalas (desde a global até a local) na elaboração, implementação e difusão do paradigma. Eficaz, porque o prestígio do desenvolvimento como instrumento que assegura a reprodução do capital e como pauta que ordena a dinâmica social não se pode abandonar em mãos de instituições incapazes, com recursos humanos e financeiros limitados.

A ênfase nas questões territoriais que desde os anos 1970 comparece nos estudos sobre o desenvolvimento e que nos anos 1990 ganha uma relevância que vem crescendo até o momento atual¹, retroalimenta-se com a conformação de uma forte estrutura institucional de suporte. Analisar essa estrutura, essa âncora institucional que ampara a consolidação e divulgação do desenvolvimento territorial rural é o nosso objetivo neste trabalho. Em um primeiro momento, nos propomos identificar quais são as principais instituições envolvidas, para posteriormente mostrar alguns dos mecanismos usados para buscar o fortalecimento e difusão do novo modelo.

Para tanto, escolhemos como recorte territorial a escala regional latino-americana, em virtude de ser neste âmbito onde o paradigma do desenvolvimento territorial rural se encontra mais avançado, onde encontramos um elenco de instituições mais completo e melhor articulado no intuito de promover sua implementação nos diferentes países da região². Um conjunto de instituições que através de uma poderosa aparelhagem de estudos, relatórios, eventos, missões de cooperação técnica, concursos, legislações etc., tentam direcionar os passos das diferentes estruturas nacionais ligadas ao desenvolvimento rural. Instituições que são cientes do papel fundamental dos investimentos em produção e gestão de saberes e práticas para conseguir um controle maior sobre o tipo de desenvolvimento

¹ Em Beduschi e Abramovay (2004), Schneider (2004) e Schejtman e Berdegué (2004) podemos ver detalhes da integração dos aspectos territoriais nos estudos e políticas públicas de desenvolvimento.

² Entre todos eles, o caso do Brasil é o mais adiantado. Em outros trabalhos já mostramos as principais características do exemplo brasileiro, ver Montenegro Gómez (2006a e b).

que será implementado, e conseqüentemente sobre os mecanismos de reprodução do capital e de ordenamento social.

Nova institucionalidade no lançamento de uma nova “grife”: as instituições do desenvolvimento territorial rural na América Latina

Uma pesquisa bibliográfica e documental ampla sobre desenvolvimento territorial rural, na América Latina, revela que o tema está fortemente concentrado temporalmente. Os primeiros trabalhos que encontramos sobre o assunto são de finais de 1990, mas será sobretudo a partir de 2000 que nos deparamos com a maior parte da produção.

Institucionalmente, também há uma intensa concentração dos trabalhos, documentos, organização de seminários etc. As principais instituições que promovem estudos e encontros, para abordar o tema do desenvolvimento territorial rural, na América Latina, são: o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

Além dessas instituições, podemos destacar a presença de dois institutos de pesquisa e capacitação, que catalisam uma parte importante dos estudos, reuniões, cursos e oficinas envolvendo questões de desenvolvimento territorial rural: a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), com um perfil mais centrado na pesquisa, e o Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e de Desenvolvimento Rural na América Latina (FODEPAL), com um perfil mais voltado para a formação.

Completando o *staff* que sustenta o discurso e a prática do desenvolvimento territorial rural, na América Latina, temos a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Banco Mundial (BM) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Com o objetivo duplo de coordenar esforços, tanto no plano das ações a serem implementadas (agenda nacional e regional de desenvolvimento, melhorar o retorno das inversões realizadas etc.), como no plano de gerir o conhecimento (capacitação, assistência técnica, difusão de experiências de sucesso etc.), em 2000, o IICA, a CEPAL, o BID, o FIDA, a GTZ e a FAO se reúnem no Grupo Interagencial para o Desenvolvimento Rural em América Latina e Caribe, que se completa, em 2001, com o BM, e, em 2002, com a USAID. Na Figura 1, podemos ver as “logomarcas” da nova institucionalidade do desenvolvimento territorial rural na América Latina. Instituições que conformam o Grupo Interagencial e que

se repetem numa combinatória reiterativa, ao longo de boa parte da literatura e dos eventos sobre o tema.

Figura 1. As “logomarcas” do desenvolvimento territorial rural na América Latina



Segundo a própria apresentação do Grupo Interagencial [200-], diante da mais que comprovada relutância dos índices de pobreza rural, a redução na região latino-americana, busca-se um novo projeto, que invista

no desenvolvimento da economia rural no seu conjunto, complementando o marco de políticas macroeconômicas com estratégias sociais, territoriais e setoriais que logrem mudanças estruturais no desenvolvimento do capital humano e social, assim como na qualidade de vida da população rural. Neste sentido, as estratégias de redução da pobreza rural devem incorporar uma *concepção territorial* e de manejo sustentável dos recursos naturais que abranja aspectos multisetoriais e elementos diferenciais baseados na singular heterogeneidade de situações rurais na América Latina e Caribe. (p. 1, grifos nossos)

A necessidade de reforçar a coordenação interagencial, a partir de um enfoque comum e com uma vocação de trabalhar todas as escalas, está muito presente nos

pressupostos do Grupo. Como se reforça na apresentação, uma das ações acordadas pelo Grupo será

continuar a cooperação interagencial prevista no *nível regional* (mediante o intercâmbio de informação, a realização de estudos conjuntos, o apóio cooperativo a pequenos projetos de pesquisa, oficinas e seminários, e estágios de pessoal técnico em alguma das agências integrantes do grupo); no *nível nacional* (mediante o apóio cooperativo às organizações nacionais correspondentes para o desenvolvimento de estratégias nacionais de desenvolvimento rural, e através da preparação e execução de atividades conjuntas interagenciais) e no *nível local* cooperando na conceituação, execução e avaliação de projetos específicos. ([200-], p. 3, grifos do autor)

A difusão capilar (e notadamente escalar) de uma concepção determinada de desenvolvimento, sob os auspícios de instituições poderosas, tanto nos campos do conhecimento como na distribuição espacial e no volume de recursos financeiros que mobilizam, arremeda o lançamento publicitário de uma nova imagem de marca: neste caso, o desenvolvimento territorial rural. Uma nova panacéia para oferecer ao pobre e desigual meio rural latino-americano. Um novo experimento social para ser provado.

Associado a esse “poder da marca”, a estratégia de desenvolvimento territorial rural, promovida pelo Grupo Interagencial, apresenta diversas linhas de trabalho ([200-], p. 3-4):


1. Consolidação das reformas de políticas públicas, no sentido de reduzir as distorções dos mercados.
2. Modernização do setor público agropecuário, o desenvolvimento de serviços básicos e de uma nova institucionalidade, que repense as funções dos ministérios de agricultura e desenvolvimento rural, fortaleça a sociedade civil e o setor privado, e caminhe para um sistema de informação integrada, o qual permita um enfoque de desenvolvimento territorial.
3. Desenvolvimento de uma política de terras que fomente o acesso e assegure a legalidade da propriedade.
4. O desenvolvimento de mercados financeiros rurais que fomentem os investimentos de longo prazo.

5. O manejo sustentável dos recursos naturais, a gestão de riscos e a conservação do meio ambiente, considerando os serviços ambientais ao resto da sociedade (sumidouros de carbono, emissão de oxigênio, conservação do solo, água, biodiversidade e beleza estética), capitalizando ao mesmo tempo os interesses urbanos, no meio ambiente rural.
6. As atividades econômicas rurais não-agrícolas como complemento ao desenvolvimento agroalimentício.
7. A infra-estrutura rural orientada a melhorar a produção e a qualidade de vida.
8. O desenvolvimento do capital humano e social, no sentido de melhorar a capacitação e os níveis de educação, e também promover a cultura empreendedora e capacidade de gerenciamento das comunidades rurais.


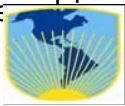

Uma agenda de intervenções, refletindo um acordo mínimo entre os programas de ação de cada um dos organismos e institutos. Um programa de consenso para coordenar esforços, elevar a eficiência das intervenções e homogeneizar (e “hegemonizar”), através de uma proposta respaldada pelos organismos que na escala regional têm o controle do aparelho institucional de desenvolvimento. Uma ação comum em áreas consideradas estratégicas como o mercado, a segurança dos investimentos, a diversificação produtiva e a provisão de infra-estruturas adequadas para o bom andamento dos investimentos privados (incluída a educação).



No Quadro 1, podemos ver um breve resumo do que as instituições internacionais que formam o Grupo Interagencial são e as ações que empreendem, na promoção do desenvolvimento.



Quadro 1. Características e propostas das instituições do Grupo Interagencial



NOME	CARACTERÍSTICAS	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
Agência Alemã para Cooperação Técnica (GTZ) 	Empresa pública de direito privado, propriedade do Governo Alemão que trabalha em parceria prioritária com o próprio Governo Alemão, mas também com a	<ul style="list-style-type: none"> • Expandir a democracia, a participação da sociedade civil e melhorar a administração pública • Prevenir crises e conflitos • Manejo sustentável de recursos naturais e

³ O BID majoritariamente empresta recursos com os custos dos mercados internacionais de capital, ao contrário da USAID ou a GTZ, que trabalham com empréstimos concessionais, ou seja, com custos menores que os de mercado.

	<p>União Européia, o Banco Mundial e as Nações Unidas, gerenciando, em 2005, 2.700 projetos em 130 países</p>	<p>desenvolvimento rural sustentável</p>
<p>Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional</p> 	<p>Agência federal independente, responsável pelo planejamento e gerenciamento da economia externa e da assistência humanitária dos EUA, que baseia sua atuação num modelo de parcerias público-privadas denominado Aliança para o Desenvolvimento Global</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação, melhora na alfabetização e competitividade • Redução da pobreza e incremento no comércio • Melhora da qualidade e acesso à saúde • Conservação dos recursos do hemisfério ocidental • Minimização dos desastres naturais e ajuda na reconstrução • Luta contra as drogas e desenvolvimento alternativo • Prevenção e educação sobre HIV/AIDS
NOME	CARACTERÍSTICAS	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
<p>Banco Interamericano de Desenvolvimento</p> 	<p>Banco criado pela Organização de Estados Americanos (OEA) e gerenciado por 26 países da América Latina e Caribe (com 50% dos votos), Estados Unidos (30%), Canadá (4%), Europa, Israel e Coréia do Sul (11%) e Japão (5%). A maioria dos seus empréstimos não são concessionais³</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de programas de reformas econômicas e apoio à transição • Reforma do Estado e serviços para o setor agrário • Desenvolvimento de mercados de capital e financeiros e gerenciamento de riscos • Desenvolvimento de mercados de terras • Desenvolvimento de recursos humanos e infra-estrutura rural para a produção e melhora na qualidade de vida nas áreas rurais
<p>Banco Mundial</p> 	<p>Banco criado dentro dos Acordos de Bretton Woods, com o objetivo de ajudar na reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra Mundial e que</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Enfatizar a natureza integral do desenvolvimento rural • Criar um marco adequado de políticas macroeconômicas e setoriais

	<p>prolonga até hoje essa tarefa de reconstrução e, principalmente, orientando-se atualmente à redução da pobreza</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma nova “institucionalidade” • Promover a produtividade, a competitividade e uma maior participação do setor privado como motores-chave do crescimento
<p>Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)</p> 	<p>Comissão regional das Nações Unidas (uma das cinco existentes), fundada em 1948 para contribuir com o desenvolvimento econômico de América Latina</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promove o desenvolvimento econômico e social, mediante a cooperação e a integração regional e subregional • Presta serviços de assessoria aos governos, a pedido destes, e planifica, organiza e executa programas de cooperação técnica • Organiza conferências e reuniões de grupos inter-governamentais e de expertos e patrocina cursos de capacitação, simpósios e seminários • Contribui a consolidação de uma perspectiva regional, a respeito dos problemas mundiais e nos foros internacionais, e aponta, nos âmbitos regional e sub-regional, questões de interesse mundial
<p>Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)</p> 	<p>Agência especializada das Nações Unidas, criada em resposta às crises de fome acontecidas na África, nos anos 1970. A partir de créditos e doações, tenta erradicar a pobreza rural dos países em desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio às comunidades nativas e minorias étnicas • Eliminação das desigualdades entre os sexos, nas zonas rurais • Potenciação e fortalecimento do capital social • Competitividade e globalização dos mercados • Desenvolvimento de tecnologia para pequenos agricultores e pequenas empresas rurais • Desenvolvimento de micro-empresas e regulação dos mercados de trabalho rurais

		<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à terra e aos direitos de propriedade
<p>Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura</p> 	<p>Organismo especializado em agricultura da OEA, que visa ao desenvolvimento agrícola e ao bem-estar rural. Promotor da modernização agrícola até os anos 1990, atualmente se orienta ao desenvolvimento sustentável da agricultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades de capacitação, cursos de pós-graduação etc., orientados a funcionários de entidades públicas e privadas, nacionais e locais, envolvidos na formulação, execução, seguimento e avaliação de estratégias políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural com enfoque territorial • Elaborar marcos conceituais, metodológicos e práticos para a implementação do enfoque territorial do desenvolvimento rural sustentável • Sistematizar e disseminar experiências de sucesso em temas de desenvolvimento rural • Promover o desenvolvimento de uma rede hemisférica de conhecimento acerca de desenvolvimento rural que integre expertos, profissionais, instituições educativas e de pesquisa
NOME	CARACTERÍSTICAS	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO
<p>Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Pecuária</p> 	<p>Agência especializada das Nações Unidas que conduz as atividades internacionais encaminhadas à erradicação da fome, servindo como foro de negociação entre todos os países</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer informação utilizando a experiência do seu pessoal (agrônomos, engenheiros florestais, expertos em pesca, em pecuária e em nutrição, cientistas sociais, economistas, estatísticos e outros profissionais) para compilar, analisar e difundir informação que ajude ao desenvolvimento • Compartilhar conhecimentos especializados em matéria de políticas, ajudando na elaboração de

		<p>políticas agrícolas, na redação de leis eficazes e a desenhar estratégias nacionais para alcançar o desenvolvimento rural e a redução da pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levar o conhecimento ao campo, através de suas habilidades técnicas e uma fonte limitada de financiamento
<p>Projeto FODEPAL- Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Projecto FODEPAL Políticas Agrárias e de Desenvolvimento Rural na América Latina</p> 	<p>Projeto executado pela FAO, com financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) e o assessoramento acadêmico da Universidad Politécnica de Madrid (UPM) e outras 13 universidades na América Latina, com o objetivo de capacitar funcionários públicos, de organizações sociais e formadores de opinião no sentido de promover o desenvolvimento rural sustentável na América Latina</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um programa regional de capacitação em economia e políticas agrárias e de desenvolvimento rural • Preparar um conjunto de materiais de formação, que possam ser amplamente utilizados por diversas Instituições e Centros de ensino
<p>RIMISP-Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano</p>  <p>Desenvolvimento Rural</p>	<p>Organização que promove inovações que melhorem a qualidade de vida nas regiões rurais, fundada em 1986 e atuando em colaboração com 104 organizações de todo o mundo (universidades, ONG's, organismos internacionais, governos etc.)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso de pequenos produtores e empresários rurais a mercados dinâmicos • Aproximação dos novos movimentos sociais rurais e a <i>governança</i> local • Incentivo e capacitação em atividades rurais não agrícolas em função das mudanças nas preferências e demandas principalmente dos consumidores urbanos • Fortalecer redes e processos encaminhados ao aprendizado social

		e à reflexão crítica perspectivando a mudança no meio rural
--	--	-------------------------------------------------------------

Fonte. <<http://www.gtz.org.br/>>; <<http://www.usaid.gov/>>; <<http://www.eclac.org/>>; <<http://www.fao.org/>>; <<http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>>; <<http://www.ifad.org/>>; <<http://www.iica.org.br/>>; <<http://www.rlc.fao.org/proyecto/fodepal/>>; <<http://www.obancomundial.org/>> e <<http://www.rimisp.cl>>

Nesse leque amplo de instituições, percebemos que uma das ações prioritárias para todas consiste na formação, na capacitação, no treinamento de “multiplicadores”, em todas as instâncias. Tão importante como elaborar e investir em planos eficientes, em propostas sintonizadas com as necessidades e as demandas dos destinatários, é a gestão do conhecimento, criar saberes, difundi-los adequadamente, por meio de pessoas bem preparadas e nos âmbitos apropriados (ministérios, universidades, ONGs, movimentos sociais etc.).

As perspectivas, os objetivos e as ações de todas as instituições analisadas convergem ao redor das reformas institucionais, do aprofundamento dos mecanismos de mercado, da focalização do combate à pobreza sem questionamento de suas causas originárias; no entanto, apresentam-se sob a luz da nova parafernália “politicamente correta”: a sustentabilidade, a preocupação com o gênero e as diferenças étnicas, participação da sociedade civil etc⁴.

Na escala regional latino-americana, encontramos uma engrenagem multi-institucional bem lubrificada, para promover um enfoque de desenvolvimento para o meio rural ornamentado com os últimos avanços do marketing social (meio ambiente, gênero, capital social e humano etc.), legitimado pelos fins mais íntegros e louváveis (combate à pobreza, à fome, ao analfabetismo etc.), ancorado no saber prestigioso dos mais reputados “expertos”.

⁴ Apenas a USAID se apresenta com um discurso e uma prática sem subterfúgios, mostrando suas duplas funções de promotora de acordos de livre-comércio e redução da pobreza, falando de crescimento econômico e não de desenvolvimento etc.

Além dessa auréola imaculada, a proposta de desenvolvimento das instituições analisadas, cada uma por si e juntas, no Grupo Interagencial, não passa de uma quinta-essenciada e atualizada versão das contradições, erros, problemas etc., que acompanham o desenvolvimento desde suas origens: o desenvolvimento que subjaz ao desenvolvimento territorial rural, pensado e dirigido por essas instituições e esse Grupo, continua evitando qualquer mudança estrutural do capitalismo; as ajudas que recebem os países são majoritariamente empréstimos que vão aumentar sua dívida e que, alocados em investimentos em geral pouco rentáveis, como são os projetos de desenvolvimento, afundam ainda mais esses países na dependência; a persistente manutenção dos índices de pobreza e de desigualdade no meio rural não leva as instituições promotoras do desenvolvimento a uma autocrítica radical, ao contrário, serve de alibi para novos enfoques, novas estratégias e novas ações, como o desenvolvimento territorial rural, cada vez mais flexíveis a pequenas mudanças em campos marginais e mais rígidas quanto ao núcleo duro da proposta.

Como estratégia contemporizadora, diante do fracasso geral e dos objetivos não cumpridos, escolhem-se sucessos pontuais, ilhas de êxito que se apresentam como exemplos, atrativas iscas que funcionam como incentivo para mobilizar o meio rural, em prol da integração no mesmo sistema.

A seguir, exibimos um breve elenco desses projetos paradigmáticos que as instituições do Grupo Interagencial sugerem, como exemplos a serem seguidos.

Projetos de sucesso(?) no desenvolvimento territorial rural: novas lendas rurais

O Fondo Mink'a de Chorlaví, um “mecanismo de concurso anual destinado a financiar projetos de sistematização ou pesquisa aplicada e experiências inovadoras de transformação institucional e/ou produtiva das sociedades rurais de América Latina”, como aparece no *site* da instituição (<<http://www.grupochorlavi.org/>>, tradução nossa), nos servirá como fonte de informação para conhecer o tipo de projetos que são selecionados como referências para a elaboração e implementação do desenvolvimento territorial rural⁵.

O Fundo faz parte do Grupo Chorlaví, uma iniciativa destinada à aprendizagem social em projetos de transformação institucional e produtiva de territórios rurais pobres de América Latina e Caribe, cuja secretaria executiva está a cargo da RIMISP e que, anualmente, organiza um concurso de projetos que devem girar em torno de um tema determinado.

Desde 2001, primeiro ano do concurso, os temas têm abordado a ação coletiva, o desenvolvimento territorial rural, a *governança* ambiental descentralizada, os territórios

⁵ Em Montenegro Gómez (2006a) destacamos também “as boas práticas” em políticas públicas de desenvolvimento territorial rural que vão sendo construídas nos diferentes países de América Latina e impulsionadas pelas instituições citadas.

rurais pobres e tradicionalmente marginalizados da América Latina e Caribe, que tiveram sucesso na vinculação a mercados dinâmicos, e o papel dos governos locais e a descentralização no fortalecimento das estratégias que permitem revalorizar territórios rurais pobres e marginalizados. O tema desenvolvimento territorial rural foi o escolhido em 2002 e, no Quadro 2, oferecemos uma seleção dos ganhadores do concurso, com um resumo dos objetivos de cada projeto.

Quadro 2. Propostas ganhadoras do concurso “desenvolvimento territorial rural”, do Fondo Mink’a de Chorlaví, 2002

PAÍS(ES)	TÍTULO	OBJETIVOS
Argentina Uruguai Brasil	Desenvolvimento local, a partir da sensibilização em turismo rural como estratégia geradora de um movimento participativo e sustentado, no território urbano-rural das Três Fronteiras	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir um relatório sobre a estratégia de ação implementada que sirva como estímulo à criação de micro e pequenas empresas • Determinar a influência dos acordos entre as três municipalidades sobre as mudanças de atitude dos atores locais • Pesquisar se as metodologias de extensão rural são válidas como instrumento para o desenvolvimento de negócios de serviços • Elaborar um mapa das necessidades dos atores locais que defina requerimentos de treinamento, planos de negócios e aspectos de financiamento a serem incorporados no Projeto Três Fronteiras
Argentina	Sistematização da experiência de uma cooperativa de apicultores em La Pampa, Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir e refletir sobre os problemas de implementação e/ou elaboração de instrumentos normativos de sustentabilidade das práticas apícolas e do trabalho administrativo das cooperativas • Induzir a participação democrática na organização cooperativa e, em particular, a dos jovens e mulheres em novas atividades produtivas associadas à apicultura • Generalizar as “lições aprendidas” e estabelecer um modo de comunicação e aproveitamento das mesmas, por parte dos grupos de interesse local e de outros interessados
PAÍS(ES)	TÍTULO	OBJETIVOS

<p>Bolívia Equador Peru</p>	<p>Experiências de trabalho integral em três programas (Áreas) de desenvolvimento territorial (ADTs) de Ayuda en Acción: Santa Elena, em Equador, Nueva Bambamarca, em Peru, e Licoma, em Bolívia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar as ações desenvolvidas nas Áreas de Desenvolvimento Territorial, centrando-se na análise das ações ou projetos de geração de economias locais; de satisfação de necessidades básicas e de fortalecimento da participação social eqüitativa na gestão local do desenvolvimento • Avaliar as experiências ou ações com maior relevância ou impacto, no âmbito econômico-produtivo, de satisfação de necessidades básicas e da participação social, contemplando a geração de capacidades de gestão locais de desenvolvimento em cada âmbito • Difundir e apresentar essa sistematização em oficinas de intercâmbio de experiências com instituições públicas, redes de ONG's e organizações de base
<p>Bolívia</p>	<p>Sistematização de experiências de desenvolvimento rural com enfoque territorial em três municípios de Bolívia.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar e analisar a situação econômica (recursos endógenos, transformação institucional, transformação produtiva, crescimento econômico, eqüidade, vinculação entre os atores locais e com instituições públicas e privadas, participação social etc.) dos municípios escolhidos • Analisar as mudanças experimentadas nos municípios escolhidos e suas redes de relacionamento com instituições governamentais e privadas • Analisar a incidência sócio-econômica (renda, melhora na produtividade etc.), a partir das percepções e avaliações das famílias produtoras envolvidas no programa de desenvolvimento
<p>Brasil</p>	<p>Desenvolvimento Local: As lições aprendidas na construção e implementação dos planos de desenvolvimento rural sustentáveis, em três municípios da Zona da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir entre organizações e entidades que atuam na área de Desenvolvimento Rural, especialmente ONG's e organizações de agricultores(as), as experiências e as lições aprendidas com o trabalho de Desenvolvimento Local Sustentável do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA – ZM) e as organizações parceiras • Definir uma abordagem para a sistematização

	Mata de Minas Gerais, Brasil	participativa das experiências que envolvem parceiros diversos
El Salvador	A gestão territorial participativa, buscando meios de vida rurais sustentáveis: o caso da Mancomunidad de La Montaña.	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar e fortalecer recursos humanos locais nos processos participativos para a gestão do território e estratégias de meios de vida • Contribuir para o desenvolvimento das capacidades e oportunidades dos setores sociais marginalizados
México	Uma estratégia para a sobrevivência comum: a água e a relação entre o município indígena de Tatahuicapan e a região industrial de Coatzacoalcos – Minatitlán, no sul de Veracruz, México	<ul style="list-style-type: none"> • Gerar uma proposta de financiamento para abastecimento de água para uso antrópico • Gerar uma proposta de regulação que permita a supervisão participativa do abastecimento • Gerar uma proposta de educação ambiental dirigida à população rural e urbana • Proposta de gestão para ser incorporada no Plano de Desenvolvimento Municipal

Fonte. <<http://www.grupochorlavi.org/>>.

As informações apresentadas nesse quadro são um breve resumo de projetos mais amplos que retratam realidades ainda mais complexas, no entanto, servem-nos como indicadores do tipo de iniciativa considerado de desenvolvimento territorial, na escala local, no marco das instituições que analisamos na escala latino-americana.

O meio rural latino-americano, em geral, está fortemente atravessado pelos conflitos e pela pobreza. Disputas por terra e pelos recursos naturais, dominações atávicas, expropriações históricas que se atualizam cotidianamente, pobreza seculares, territórios de populações indígenas e tradicionais em disputa etc. formam parte do dia-a-dia da dinâmica rural na América Latina, ainda que esses projetos premiados deixem transparecer a “desativação” dos temas conflituosos. Elementos como a promoção de negócios supra-municipais, a consolidação de iniciativas empresariais que incorporem o cuidado com o meio-ambiente, promover as economias locais de forma a melhorar a qualidade de vida e a participação social, o fortalecimento de arranjos institucionais, o apoio à difusão das “boas práticas” ou a melhora na capacitação dos recursos humanos envolvidos são algumas das linhas privilegiadas mostram um distanciamento com problemas estruturais das comunidades rurais na América Latina.

A estratégia de “olhar para frente”, que reivindicam muitas dessas iniciativas, com sugestões para superar os problemas existentes, em muitos casos apenas consiste em um “olhar para outro lado”, que não enfrenta os problemas essenciais, nem os tem em conta, para construir propostas realmente transformadoras. O resultado de um desenvolvimento territorial, cujo território está “desativado” de conflitos, é um desenvolvimento de via única capitalista, temperado de consensos reificados.

Essa seria uma das características principais do desenvolvimento territorial rural promovido pelo “pool” de instituições “proprietárias” do novo paradigma. Seu foco está direcionado aos problemas mais urgentes das camadas menos favorecidas, porém, suas propostas não abordam as raízes dos problemas, não incorporam os conflitos mais tensos. A etiqueta “territorial”, desta forma, resulta excessiva para o produto que vende, ainda que, complementa perfeitamente o desenvolvimento com que trabalham as instituições analisadas: um desenvolvimento que fracassa como instrumento para melhorar as condições de vida da população, porém cumpre com a missão de criar esperança, uma ilusão comum que consiga dinamizar a sociedade no sentido da ordem vigente, a ordem capitalista, e portanto, resulta altamente efetiva como estratégia de controle social.

Considerações finais

A análise das instituições aglutinadas em volta do desenvolvimento territorial rural em América Latina, que temos realizado até aqui, condiz com uma noção de desenvolvimento entendido como uma rede de saberes, de práticas e de poderes: saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz; práticas em que se materializam esses saberes; e poderes que o sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas etc.

Não seria, portanto, um ente personificado (num país, numa instituição, menos ainda, numa pessoa) que atua de forma homogênea e decide autonomamente sobre os rumos da sociedade. Nem só uma estratégia econômica orientada à reprodução do capital. Esse desenvolvimento se refere também a uma urdidura de saberes, práticas e poderes caracterizados por: a) serem instrumentos eficazes de controle social que ganharam o status de verdade incontestada, através de uma propaganda insistente e efetiva promovida por instituições amplamente capazes; b) fortalecerem os princípios econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade capitalista, consolidando-a como única opção possível de articulação social; c) serem funcionais à reprodução e acumulação desigual do capital e, em nenhum caso, melhorarem substancial e generalizadamente a situação econômica ou o bem-estar social da população.

Saberes, práticas e poderes articulados, portanto, sob a pretensão de privilegiar o controle social, conformando uma ação sutil, quase imperceptível, criadora de subjetividades

e fundamentalmente auto-disciplinadora. Muitos profissionais, muitos recursos e muitos interesses agrupados com o propósito de preservar o papel do desenvolvimento como um poder “produtivo”, que cria saber, que incita discursos, que provoca ações, um poder não apenas negativo e cerceador⁶. O desenvolvimento, esse saber/poder que se erige como utopia capitalista essencial, como sonho de consumo desta sociedade de fantasias reificadas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo; BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, set./dez. 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001 [1976].

GRUPO INTERAGENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL EM AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Objetivos e atividades**. [200-]. Disponível em: <<http://www.fidamerica.cl/getdoc.php?docid=1029>>. Acesso em: 06 abr. 2005.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006a. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. El desarrollo rural contra la reforma agraria: propuestas para el medio rural brasileño en conflicto (1995-2005). **Conciencia social**, v. VI, p. 74-86, 2006b.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo territorial rural. **Debates y temas rurales**, Santiago de Chile, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 31 jul. 2004.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

Sites consultados

BANCO MUNDIAL. <<http://www.obancomundial.org/>>.

BID. <<http://www.iadb.org/index.cfm?language=portuguese>>.

CEPAL. <<http://www.eclac.org/>>.

FAO. <<http://www.fao.org/>>.

FIDA. <<http://www.ifad.org/>>.

⁶ Esse é um dos argumentos principais do livro História da sexualidade I. A vontade de saber, de Michel Foucault (2001 [1976]). Ao contrário da idéia tradicionalmente concebida de um poder negativo, repressivo, que proíbe e sempre diz “não”, Foucault argumenta que, para que o poder seja tolerável, deve ser produtivo, positivo, formar saberes e produzir discursos.

FODEPAL. <<http://www.rlc.fao.org/proyecto/fodepal/>>.

Fondo Mink'a de Chorlaví. <<http://www.grupochorlavi.org/>>.

GTZ. <<http://www.gtz.org.br/>>.

IICA. <<http://www.iica.org.br/>>.

RIMISP. <<http://www.rimisp.cl>>.

USAID. <<http://www.usaid.gov/>>.

**A EDUCAÇÃO RURAL E AS PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO DE UM “NOVO”
HOMEM DO CAMPO DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS
(1930 – 1945)**

Gabriela Carames Beskow (Mestre em História)

e-mail: gabrielabeskow@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho propõe algumas reflexões sobre a conexão entre as propostas para a educação do homem rural e o papel que era dado à este homem pelo Estado no modelo de desenvolvimento proposto durante o primeiro governo Vargas. Este modelo atribuía um papel de destaque ao campo e ao trabalhador rural, criando uma proposta de complementaridade entre campo e cidade, entre agricultura e indústria para a promoção do desenvolvimento do país. A reflexão proposta é realizada a partir de fontes como os discursos do Estado que apontavam para algumas questões sobre o espaço e o homem rural, e os debates de intelectuais sobre a educação rural, em especial os debates ocorridos durante o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação.

Em um contexto internacional de profundas alterações geradas pela crise política e econômica do liberalismo, que teve como marco a crise de 1929, o governo Getúlio Vargas se viu frente ao desafio de adaptar as políticas internas do país a estas alterações. Consolidou-se um Estado mais forte e centralizado, com poder de intervenção sobre a sociedade, com a justificativa de promover o desenvolvimento de forma equilibrada que o livre mercado não conseguiu garantir. A questão do trabalho adquiriu centralidade, com o Estado buscando regulá-lo, e promovendo a integração dos trabalhadores até então marginalizados. O nacionalismo aparece também como característica importante. A questão nacional passa a ser valorizada em diversos sentidos: a valorização ideológica do povo e da nacionalidade, e a necessidade de se romper com a dependência do estrangeiro e promover a verdadeira independência da nação, econômica e política.

O Estado, a partir de então, buscou elaborar e implementar um novo modelo de desenvolvimento para o país. Enfatizou-se a impossibilidade de que as bases econômicas do país fossem limitadas aos produtos agro-exportadores, devido à sua vulnerabilidade perante as crises internacionais. Seria necessário realizar a modernização da economia, diminuindo a dependência que esta tinha do mercado externo. Essa modernização implicava na substituição das importações, na diversificação da produção agrícola, e na expansão e consolidação de um mercado consumidor interno. No novo modelo proposto, observamos que as questões da industrialização e da agricultura eram indissociáveis. A agricultura assumiria o papel de produtora de matérias-primas para as indústrias, gerando renda no campo, o que propiciaria a conformação de um mercado interno para os produtos industriais. Buscou-se investir nos setores industriais, política na qual manteve-se uma forte dependência dos setores agro-exportadores, tanto pelo seu peso no balanço geral da economia, quanto pela necessidade de se gerar divisas que permitissem a importação de bens de capital e de maquinário para a consolidação das indústrias.

Este novo contexto de propostas políticas e econômicas foi marcado pela inclusão da classe trabalhadora. Porém, esta inclusão se deu de forma diferenciada na cidade e no campo. Em muitos casos, a legislação trabalhista consolidada nas décadas de 1930 e 1940 tinha maior alcance sobre os trabalhadores urbanos. Em relação aos trabalhadores rurais, esta legislação apresentou restrições: algumas declaradas no corpo da lei, determinando a necessidade de se estabelecer, em uma etapa posterior, as regras específicas para a aplicação da legislação no campo; ou a inclusão destes trabalhadores na lei, limitadas, na prática, pela conjuntura do espaço rural. Estas limitações diziam respeito tanto à dificuldade de fiscalizar a aplicação das leis (que acontecia também nas

idades, mas em menor grau), quanto à própria capacidade de pressão das oligarquias agrárias para impedir sua efetividade.

Se a incorporação dos trabalhadores rurais nos moldes da realizada com os trabalhadores urbanos era limitada por estas questões, é possível observar que esta incorporação se deu por outras vias. Silva & Linhares¹ afirmam que, devido a estas limitações, o Estado passou a empreender concomitantemente um conjunto de ações políticas “reais” e “imaginárias”. Se no campo das ações práticas houve poucos avanços, a ação política imaginária garantiu, em seu nível, a incorporação do homem rural. Enumeremos, portanto, algumas ações do Estado nestes dois níveis políticos, lembrando que ações políticas reais e imaginárias foram construídas com conexões profundas, interpenetrando-se, e não de forma paralela e dissociável.

Em termos da ação política imaginária, o período foi marcado por a elaboração de um discurso de valorização social do trabalhador e do ato de trabalhar. A própria idéia de cidadania foi construída na ideologia estado novista como vinculada à categoria trabalho. A revalorização do trabalho, que durante longo período da história brasileira esteve associado a aspectos negativos, passou a ser impulsionada como fator de valorização humana. Além de ser socialmente valorizado, o trabalhador, ao dedicar-se ao seu ofício, contribuía decisivamente para o enriquecimento do país. As novas representações positivadas elaboradas sobre o homem rural pretendiam superar imagens de atraso e tristeza do campo, e foram elaboradas não apenas no âmbito do Estado, mas em diversas formas de expressão artísticas e populares, como a literatura regionalista, as canções populares, entre outras. A Marcha para Oeste também consolidou um importante imaginário que valorizava o homem do interior do país, afirmando que o verdadeiro sentido da nacionalidade brasileira estava no oeste. Este era o rumo a ser seguido, e este homem novo criado pelos discursos deveria ter como objetivo, nestes espaços inexplorados, fixar-se à terra e produzir, contribuindo para o engrandecimento da pátria.

Já no que diz respeito às ações políticas reais, podemos destacar dois caminhos que visavam a incorporação do homem rural: as políticas da Marcha para Oeste, em especial as que envolviam a criação das colônias-agrícolas; e a educação rural.

O projeto de criação das colônias-agrícolas tinha como objetivo a transferência de grandes massas demográficas para a ocupação de “espaços vazios” do interior. Esses contingentes populacionais deveriam ser racionalizados, assegurando a revalorização desses indivíduos através da promoção de sua dignidade e garantia de sua assistência sanitária e educativa. Para Ribeiro², o processo de colonização deveria

atingir três objetivos: aumentar o número de proprietários criando um setor dependente do poder central também nas zonas rurais, expandir a produção, e desinchar as cidades – tudo isso sem entrar em confronto direto com os setores latifundiários. Ainda segundo o autor, procurava-se evitar a concentração garantindo a fragmentação das novas propriedades distribuídas em que, sob a tutela do Estado, pequenos proprietários desenvolvessem uma produção agrícola fortemente tecnificada.

Já a educação apresentava importância central, pois por meio dela buscava-se atingir diversos objetivos. Tinha-se a expectativa de que através da educação o Estado conseguiria forjar o “novo” trabalhador nacional, transformando-o em seus aspectos morais e materiais. A partir destas colocações, o objetivo deste trabalho é analisar alguns aspectos que envolveram a forma como o Estado elaborou a problemática da educação rural. Será enfatizada a concepção de que a educação tinha importância central na formação do homem rural “ideal”, que essa educação forneceria a matéria humana necessária para o papel que o campo deveria desempenhar no novo projeto de desenvolvimento do país. As principais fontes para a análise proposta são os discursos do Estado e de intelectuais ligados aos debates sobre a educação rural no período, em especial o material produzido no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação.

Estado e educação rural: a formação de um novo trabalhador

Desde a Plataforma da Aliança Liberal para as eleições de 1930, e depois durante seu governo, Getúlio Vargas expressou em seus discursos algumas propostas econômicas que previam a necessidade de mudanças no campo brasileiro. Além das propostas de diversificação e modernização da produção agrícola, apontava-se para o combate ao latifúndio e a defesa da pequena unidade produtiva.

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de servo da gleba.

Nessas regiões, seria conveniente, para seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes³.

Belisário Pena, que foi diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e ministro da Educação e Saúde, abordou os temas do latifúndio e da propriedade da terra em uma conferência realizada em 1931⁴. De acordo com os dados apontados pelo autor, naquele momento 90% das famílias brasileiras não possuíam um pedaço de terra ou casa própria. O autor denunciava as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais nos latifúndios, chegando a sugerir que a situação dos escravos africanos era melhor do que a dos trabalhadores livres – um argumento bastante utilizado pelos críticos do período. De acordo com algumas das propostas aqui já abordadas, Pena afirmava que

Estou absolutamente convencido (...) da urgente necessidade de fixar na pequena propriedade rural, tanto o elemento nacional quanto o estrangeiro; da organização do saneamento rural, da larga assistência e educação higiênica e profissional do povo, como medidas fundamentais da prosperidade econômica do Brasil, e sua conseqüente e benéfica transformação político-social⁵.

A posse da pequena propriedade pelo trabalhador garantiria o fortalecimento da família (que funciona como importante núcleo social), e, portanto, da moral, seu sustento e sua participação no desenvolvimento do país: “*A pequena propriedade significa trabalho livre e independência. Prende o individuo à terra, estimula o trabalho agrícola, desperta o amor à natureza e à ordem, fortalece o espírito da família(...)*”⁶.

Em comparação com a pequena propriedade, o latifúndio apresentava sérias desvantagens, segundo o autor, como o esgotamento do solo (por causa da monocultura geralmente adotada), implicava em vassalagem e dependência dos trabalhadores para com o patrão, matava o estímulo e a iniciativa de produzir do trabalhador. A solução estava, portanto, na fixação do homem ao solo através do modelo da pequena propriedade.

Na prática, podemos observar que o combate ao latifúndio e a difusão da pequena propriedade foram seriamente restringidos pela pressão das oligarquias. Devemos, porém, salientar, que em diversos momentos e em diversas regiões do país ocorreram embates entre grandes proprietários e o Estado devido às tentativas de se limitar o tamanho e definir o uso das propriedades, caso do qual é bom exemplo o das terras em áreas de fronteira. É importante destacar, nos discursos citados, a importância dada ao trabalhador rural nos projetos que se elaboram para a transformação do campo brasileiro.

Porém, apesar deste papel de destaque, outros discursos salientaram a falta de preparo para que o trabalhador rural assumisse sua função na sociedade brasileira. Este despreparo era apresentado como fruto do abandono a que este trabalhador foi submetido durante muitos anos, nos governos anteriores. O Estado propagou como solução para a regeneração do homem rural e para a sua fixação à terra, a valorização econômica do interior (com seu saneamento e povoamento) e a educação do homem rural.

O modelo de educação a que se referem os discursos estava voltado para a valorização do homem, associada, como anteriormente nos referimos, ao ato de trabalhar. Tratava-se, assim, da educação profissional e técnica. Propunha-se desenvolver os indivíduos em suas diversas dimensões: moral, espiritual, física, cidadã.

(...) dar ao sertanejo quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijecer-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos⁷.

A idéia disseminada por estes discursos é a de que a instrução convencional falhava ao não preparar o homem para a vida, para agir em sociedade. A educação superior e universitária, segundo afirmam os discursos, existia em excesso, sendo necessário dirigir o foco para a educação primária e profissional. É importante observar que as propostas de educação profissional elaboradas pelo Estado visavam preparar tecnicamente o trabalhador para assumir um papel bastante específico, que seria determinado pelo seu ambiente, pelo meio onde vivia. O modelo a ser implementado não poderia ser único para todo o país, mas tinha que levar em consideração as características regionais particulares, em especial o caráter urbano ou rural. Assim,

De acôrdo com as tendências de cada região e regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar tipos de ensino que lhe convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais – o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior – rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente de seu valor moral⁸.

Assim, a educação era a via pela qual se punha em prática a proposta ideológica de valorização do trabalhador, observando-se a associação entre trabalho e cidadania contida nesta proposta. Era uma questão que se colocava tanto no âmbito das cidades quanto do campo, englobando ambos os trabalhadores ao modelo de desenvolvimento. Procurando aprofundar como esta inclusão se deu no âmbito do campo, propomos analisar alguns aspectos dos debates sobre a educação rural desenvolvidos no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação.

O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação: propostas para a educação rural.

O Oitavo Congresso Brasileiro de Educação foi realizado em 1942, na recém-fundada cidade de Goiânia. A escolha da nova capital de Goiás estava inserida no projeto de promoção das políticas e do ideário da Marcha para Oeste. Ao analisar o Congresso, Prado⁹ (1995) afirma que não havia um ruralismo pedagógico apenas, mas diversas correntes, apesar de uma tendência às perspectivas identificadas com as lógicas do governo.

O fato de o Congresso estar inserido no contexto das políticas de Marcha para Oeste é reforçado pela escolha do tema geral, que envolve diversas questões ligadas à educação rural. Trata-se da educação primária fundamental: a) nas pequenas cidades e vilas do interior; b) na zona rural comum; c) nas zonas rurais de imigração; d) nas zonas de alto sertão. Estão presentes nos Anais do Congresso trinta e dois trabalhos discutindo esse tema, principalmente a partir de recortes como: a formação de professores que atendessem às necessidades da educação rural, a construção de prédios e estruturas adequadas para os objetivos da escola rural, o problema dos meios de comunicação, o currículo a ser instituído na escola rural, entre outros.

Entre os temas tratados no Congresso, torna-se central o debate sobre a diferenciação entre escolas rurais e urbanas. Como podemos observar nos discursos do Estado, este privilegiava a proposta de modelos diferenciados. Entre os intelectuais, os debates em torno desta proposta foram aprofundados. De um modo geral, os intelectuais atentam para a necessidade de consolidação de um mesmo modelo de educação primária por todo país. Esta seria responsável pela formação humanística e cívica de todos os membros da comunidade nacional, inclusive nas colônias de imigrantes. A educação primária homogênea forneceria a base para a constituição do indivíduo e, em especial, do trabalhador, como pregava a ideologia da formação do homem “novo”. A partir desta base, os intelectuais elaboraram modelos diversos sobre as possibilidades a serem seguidas. Para Rômulo de Almeida¹⁰, por exemplo, seria necessário que as

escolas urbanas elaborassem também atividades ligadas à valorização da natureza, em combate ao artificialismo que caracterizava este meio. Porém, mais comum entre os intelectuais era a proposta de que, sobre a base homogênea da educação primária, se construísse uma “superestrutura”, que levaria em conta as especificidades geográficas, econômicas e culturais de cada região. Essa base homogênea definia como objetivos da escola primária:

- 1) O desenvolvimento da personalidade (objetivo individual);
- 2) A integração do educando na sociedade brasileira em geral (objetivo nacionalista);
- 3) Formação do sentimento de solidariedade humana (objetivo humano);
- 4) O ajustamento ao ambiente regional em que se desenvolve a vida do educando (objetivo vocacional) ¹¹.

O Estado, por meio da educação, buscava “moldar” o homem ideal em suas diversas facetas. O teor destes objetivos acentua o caráter dado à educação como um instrumento para a formação do tipo ideal brasileiro, o cidadão-trabalhador valorizado na ideologia estado-novista, base humana sob a qual se consolidaria o engrandecimento da nação.

Alguns intelectuais chamam a atenção em seus trabalhos para a impossibilidade de se consolidar um único modelo de escola rural, já que as especificidades geográficas, culturais e econômicas definiriam as ênfases a serem dadas nos currículos escolares a determinadas atividades.

Não hão de ser as mesmas, mas diferentes, embora todas rurais, as escolas localizadas em seringais amazônicos, nas várzeas pastoris e nas encostas vinhateiras do Rio Grande do Sul, em cafezais paulistas, em canaviais pernambucanos, nas clareiras das caatingas do Ceará, nos campos altos de Goiás¹².

Não só no aspecto das políticas públicas a diversidade do espaço rural brasileiro era valorizada. Durante o governo Vargas, as representações elaboradas sobre o campo e o homem rural valorizavam as diversidades regionais. Ana Maria Daou destaca a obra “*Tipos e Aspectos do Brasil*”, produzida em série, como parte do projeto pedagógico do Estado Novo, onde a população e as tradições do país passaram a ser o centro da identidade nacional. A autora destaca que

A identificação de pessoas com uma determinada área ou região operada nos quadros dos ‘Tipos e aspectos do Brasil’ constituiu

valorosa estratégia em direção à construção da unidade perseguida pelo ideário nacional do Estado Novo, elegendo tipos humanos fixados a determinados lugares como manifestações concretas de variedade étnica e cultural¹³.

Outro tema de importância nos debates são a identificação dos principais problemas no caminho de implementação dos programas da educação rural, e a proposição de soluções. Entre os problemas detectados, podemos destacar como os mais recorrentes: a formação de um professorado preparado para lidar com a especificidade da educação rural; a necessidade do Estado fornecer a estes professores não só a preparação necessária, mas condições atraentes de trabalho; e as grandes distâncias, que, aliadas à falta de vias de comunicação, geravam o isolamento de determinadas regiões. Todos estes empecilhos demandavam soluções pela ação do Estado, que, em primeiro lugar, tinha que promover a construção de vias de comunicação e o saneamento do campo, criando assim as condições necessárias para a chegada da escola a todos os cantos do país, e promovendo também um ambiente mais atrativo para os professores. O isolamento e o vazio demográfico deveriam ser combatidos: de acordo com dados levantados no período, o espaço efetivamente ocupado e povoado do país era de 1.324.380 quilômetros quadrados, enquanto os outros 7.186.809 quilômetros quadrados eram ocupados por 1.432.840 habitantes – cerca de 3,29% da população total do país¹⁴. A promoção de cursos normais voltados para a capacitação do professor para o trabalho no meio rural deveria também ser feita pelo Estado¹⁵.

Para dar conta das especificidades regionais, os estudos dos intelectuais apontam para modelos e experiências que estavam tomando forma em diferentes regiões do Brasil. Estas experiências fornecem relatos muito interessantes, e apesar de suas diferenças, apontam para um ponto central em comum: a necessidade de que o modelo a ser adotado em cada região desse conta de suas especificidades sociais e culturais, e fosse capaz de garantir a exploração mais eficiente possível daquele determinado meio.

Um modelo bastante discutido entre os intelectuais é o das colônias-escolas. Mario Augusto Teixeira de Freitas foi um dos principais pensadores a se dedicar à análise deste modelo de escola rural. Seu trabalho “*Organização e Educação do Brasil Rural pelas ‘Colônias-Escolas’*”¹⁶, originalmente apresentado em 1934 no Primeiro Congresso de Ensino Regional, e posteriormente reapresentado no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação em 1942, nos proporciona um delineamento do tema.

Teixeira de Freitas apontava para uma trílice incapacidade do homem do campo “*que não sabe e não pode nem zelar pela sua saúde, nem orientar*

produtivamente o seu trabalho, nem dar à vida valores de civilização"¹⁷. Caberia à escola o papel de proporcionar a socialização da população rural, ou seja, integrar a nacionalidade promovendo os aspectos sanitários, econômicos e sociais. Os problemas apontados seriam resultados, principalmente, da dispersão da população rural. O governo vinha executando políticas de educação, saúde, abertura de estrada e desenvolvimento das comunicações. Mas o autor ressaltava que tratavam-se de políticas que funcionavam de forma isolada uma das outras. As colônias-escolas possuíam as características necessárias para tornar-se o modelo escolar capaz de promover a socialização dessa população, integrando as obras de colonização, educação, assistência sanitária e econômica. O autor afirmava que a condensação demográfica só conseguiria se efetivar com a vinculação da população ao solo, com a garantia de propriedade plena da terra e dos meios necessários para explorá-la.

O modelo de colônia-escola proposto por Teixeira de Freitas pregava que um certo número de famílias deveria ser instalado na colônia, em modestas mas confortáveis habitações, onde seriam educados como pequenos proprietários e cidadãos. A obra de educação não visava apenas a formação das crianças, mas de todos os membros da família, para educá-los *como família*. Cada família possuiria um lote anexo à moradia para exploração própria, mas com direção técnica e educativa conveniente. Além disso, trabalhariam de forma cooperativa na colônia.

A segunda parte da obra de colonização tratava da fixação dos ex-internos formados em áreas vizinhas. Essas áreas seriam saneadas e loteadas para a aquisição pelas famílias a baixo custo e com prazo longo para pagamento. As famílias contariam também com crédito para esta aquisição e início da exploração da terra. As crianças e adolescentes destas famílias contariam com a continuidade da assistência educativa.

O modelo proposto por Teixeira de Freitas era referência para os educadores ligados ao tema da escola rural. Américo Barreiros¹⁸ propunha algumas alterações neste modelo, acreditando que a colônia-escola deveria ser precedida de algumas medidas essenciais. Para Barreiros, inicialmente era necessário sanear a terra, distribuí-la às famílias e fornecê-las meios, materiais e assistência técnica. Só com as condições necessárias à fixação real do homem à terra se tornaria proveitoso o trabalho simultâneo das colônias-escolas.

Para o autor, as colônias deveriam ser formadas pela fazenda (para adultos e menores, separadas suas áreas e aprendizado), pela escola correccional (para menores filhos de colonos), pelo presídio agrícola (para adultos delinqüentes) e colônia de férias (instituição educacional complementar). Chamou a atenção, também, para a necessidade de existirem diferentes tipos de colônia-escola, que deveriam variar de acordo com a

composição de sua população: colonos estrangeiros, colonos nacionais, e populações indígenas.

O modelo das colônias-escolas foi bastante difundido entre os intelectuais das décadas de 1930 e 1940, e clamava-se pelo apoio do governo para a instituição de colônias experimentais. Para estes intelectuais, o modelo das colônias-escolas eram mais abrangentes, sendo outros modelos – como as escolas profissionais agrícolas, patronatos agrícolas, escolas-fazendas, e outras – importantes como pontos de apoio às colônias-escolas.

A discussão sobre os modelos de escola a serem adotados nas zonas rurais tocava em um tema de grande relevância, apesar de não ser tratado em profundidade pelos autores: a questão da distribuição de terras. Segundo as propostas presentes nos trabalhos, estas terras seriam fornecidas pelo Estado aos trabalhadores rurais, após o processo de sua formação ou antecedendo-o, para promover a sua real fixação à terra e a geração de riquezas. Barreiros salientou que

O “rumo ao campo” não é uma frase, deve ser antes uma atitude política dos que governam. O homem recambiado à terra sem o interesse que a ela o prenda, de lá voltaria, mal chegado. Do que ele precisa é de “terra” onde trabalhar, de “material” com que trabalhar, de “assistência técnica” para que o trabalho renda, economicamente, de “meios” com que aguardar o resultado do trabalho¹⁹.

A partir de alguns elementos fornecidos pelos debates presentes no Oitavo Congresso Brasileiro de Educação, podemos elaborar algumas reflexões sobre as questões da educação rural e suas conexões com o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo Vargas.

É fundamental ressaltar que a escola rural estava incorporada a um projeto nacional, que também ocorria nos centros urbanos, de formação de uma mão-de-obra especializada, tanto para o trabalho nas indústrias e no comércio, quanto para o trabalho rural. O modelo escolar buscava, de uma forma geral, formar o cidadão-trabalhador que era valorizado na ideologia do Estado.

A proposta de fixação do homem do campo à terra, e a manutenção de sua situação rural, relacionava-se a diversas questões. A proposta procurava conter o ritmo do êxodo rural, crescente naquele período. Essa iniciativa era de interesse das oligarquias agrárias, como forma de garantia da sua mão-de-obra. Mas também era parte fundamental do modelo de desenvolvimento elaborado pelo Estado, que propunha a

manutenção de um lugar de destaque para produção agrícola no cenário econômico nacional. Essa produção, na proposta do Estado, não era restrita aos grandes produtos como café e algodão, mas também à produção de alimentos para o consumo da população urbana. Além da agricultura propriamente dita, propunha-se também o crescimento da indústria extrativa e do beneficiamento dos produtos no campo. A melhoria das condições de vida do trabalhador rural, por sua inserção na vida econômica do país, permitiria a formação de um mercado interno mais sólido para a produção industrial que se procurava fortalecer.

A política de Marcha para Oeste, fortemente propagada, visava promover a ocupação e exploração de diversas regiões do país consideradas “vazios” demográficos, e o homem rural seria o instrumento dessa ocupação. Além de receber do Estado as condições iniciais necessárias para realizar a ocupação, o homem rural tinha que ser devidamente preparado para realizar a exploração das riquezas naturais do país. Assim, as escolas rurais deveriam formar as crianças para aproveitar ao máximo as possibilidades oferecidas pela região em que viviam.

Cabia, portanto, ao Estado, uma ação política profunda em relação ao campo. A educação era um instrumento central na criação do homem rural “ideal”, dentro da lógica da formação do novo cidadão-trabalhador brasileiro. Mas a educação não era pensada como algo isolado, mas com conexões fundamentais com outras políticas que deveriam permitir ao campo e ao homem rural assumir o papel que lhes era atribuído no modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado. Para consolidar o espaço e o homem rural como produtores e consumidores de riquezas, era necessário que o campo fosse saneado, que vias de comunicação o integrasse à dinâmica nacional, que novos espaços até então “vazios” fossem efetivamente ocupados. Mas não apenas no plano da ação política: ideologicamente construiu-se um imaginário que buscou integrar e valorizar o campo e o homem rural. Tanto as ações políticas “reais” quanto as “imaginárias” realizadas pelo governo Vargas em relação ao homem rural merecem ainda maiores investigações, das quais este trabalho é apenas um proponente de caminhos.

¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida – Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

² RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A Roça y la Campaña: A questão agrária sob o Varguismo e o Peronismo em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado (História / UFF), 2006.

³ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil – Vol. I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d. p. 39.

-
- ⁴ PENA, Belisário. Educação Rural. In: *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.
- ⁵ PENA, Belisário. Idem. P. 366.
- ⁶ PENA, Belisário. Idem. P. 372.
- ⁷ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil – Vol. II*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s.d. P. 119.
- ⁸ VARGAS, Getúlio. Idem. P. 121 – 122.
- ⁹ PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, Julho 1995:5-27.
- ¹⁰ ALMEIDA, Rômulo de. Ruralismo e Professorado. In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.
- ¹¹ BITTENCOURT, Raul. Relatório. In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944. P. 92.
- ¹² BITTENCOURT, Raul. Idem. P. 91.
- ¹³ DAOU, Ana Maria. Tipos e Aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: CORREA, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (org). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. P.147.
- ¹⁴ SOUSA, J. Moreira de. Exposição Geral do Tema “As ‘Colônias-Escolas’ Como Recurso Para a Colonização Intensiva Das Zonas De População Rarefeita Ou Desajustada”. In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.
- ¹⁵ Alguns exemplos de trabalhos sobre o professorado rural são: ALMEIDA, Rômulo de. Ruralismo e Professorado; e artigos constantes do Tema Especial nº. 3: “O professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência”. In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.
- ¹⁶ TEIXEIRA DE FREITAS, M. “*Organização e Educação do Brasil Rural pelas ‘Colônias-Escolas’*”. In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.
- ¹⁷ TEIXEIRA DE FREITAS, M. Idem. P. 541.
- ¹⁸ BARREIROS, Américo. As “colônias-escolas” como recurso para a colonização intensiva das zonas de população rarefeita ou desajustada In: *Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.
- ¹⁹ BARREIROS, Américo. Idem. P. 558.

A ESCOLARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ

Lia Pinheiro Barbosa (Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará - UFC
Professora Assistente da Faculdade de Educação de Crateús – FAEC, *campi* da
Universidade Estadual do Ceará)
E-mail: lia.pinheirobarbosa@gmail.com

Sandra Maria Gadelha de Carvalho (Doutora em Educação Brasileira, pela Universidade
Estadual do Ceará
Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará)
E-mail: sandragade@yahoo.com.br

Resumo

O presente estudo tem por objetivo apresentar o Projeto de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em Áreas de Assentamentos Rurais no Ceará, desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará, por meio do **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. O referido projeto objetiva a escolarização, até a 4ª série, de 4.600 jovens e adultos nas áreas de Reforma Agrária. Tendo como referencial teórico a Pedagogia Freiriana, o projeto acontece de forma integrada e em parceria com o INCRA-Ce, Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC), Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) e o MST. Pretendemos, ainda, analisar alguns aspectos pertinentes ao projeto, a saber: Qual o papel atribuído pelos movimentos sociais à Educação na Reforma Agrária? A proposta educativa realmente consubstancia o efetivo direito à educação ou as intercorrências terminam por minar estas conquistas? As propostas realizadas pelos parceiros têm concretamente se realizado na sala de aula?

Palavras-Chave: Escolarização, Educação e Reforma Agrária

Introdução

A conquista do direito à educação e a melhoria dos índices educacionais nas zonas rurais, tem sido uma luta empreendida pelos movimentos sociais, notadamente a partir do final da década de 90. Vários eventos, como o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA (1997) e as duas Conferências Nacionais por uma Educação do Campo, em 1998 e 2004, têm contribuído para aprofundar o debate sobre que projeto educacional responde às especificidades dos povos do campo.

Nesse contexto, a pressão dos movimentos sociais do campo originou o **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**, em 1998, cujo objetivo é fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a formação do desenvolvimento sustentável.

O PRONERA possibilita cursos de educação fundamental, média e superior para jovens e adultos, trabalhando com os princípios do diálogo, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e reflexão sobre a prática, sempre em parceria. Na Universidade Estadual do Ceará, a demanda apresentada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2004, possibilitou a concretização de três projetos que foram conveniados com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-Ce, em 27 de dezembro de 2005: **Escolarização de Trabalhadores Rurais nas Áreas de Assentamentos Rurais no Ceará – Projetos I e II**. Estes dois projetos objetivam a escolarização até a 4ª série, de 4.600 jovens e adultos nas áreas de Reforma Agrária; **Formação de Educadores e Educadoras de Assentamentos Rurais em áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará – Magistério da Terra** – nível médio, a fim de oportunizar a conclusão do curso magistério, nível médio, a 240 educadores e educadoras de assentamentos e acampamentos rurais.

Tendo como referencial teórico a Pedagogia Freiriana, os três projetos acontecem de forma integrada e em parceria com o INCRA-Ce, Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC), através dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) e o MST. Há mais de um ano as atividades dos três projetos vêm se desenvolvendo. Nos projetos de Escolarização I e II, as aulas tiveram início em abril de 2006.

Neste percurso das lutas, alguns temas têm adquirido relevância: Qual o papel atribuído pelos movimentos sociais à Educação na Reforma Agrária? A proposta educativa realmente consubstancia o efetivo direito à educação ou as intercorrências terminam por minar estas conquistas? As propostas realizadas pelos parceiros têm se concretizado na sala de aula? A partir das visitas aos assentamentos, de observações, conversas informais com todos os sujeitos dos projetos, bem como, das questões que nos colocam no período

de capacitação, podemos inferir que há muitas dificuldades dos professores em concretizar os projetos idealizados pelos movimentos sociais e Universidade. Todavia, a educação adquiriu um significado de conquista de direitos e de realização da Reforma Agrária. Neste âmbito, torna-se essencial a viabilização de projetos produtivos à formação dos militantes e à sustentabilidade dos assentamentos.

O presente artigo visa apresentar como vem sendo desenvolvidos o Projeto de Escolarização dos Trabalhadores e Trabalhadoras nas Áreas de Assentamentos Rurais no Ceará.

1. Entendendo o papel do Estado: aspectos da reforma política

Sabemos que a história política brasileira é marcada por diferentes momentos em que o Estado é tomado pelas classes dominantes como instrumento de repressão a qualquer tentativa de participação popular ativa na obtenção de conquistas sociais¹.

Desde 1950², coube ao Estado brasileiro a suprema tarefa de gerar condições para a internacionalização de nosso mercado interno, desempenhando importante papel no crescimento econômico do país. Todavia, concomitante ao crescimento econômico brasileiro, uma desigual distribuição de renda fez do Brasil um dos países mais injustos do mundo, limitando o exercício da cidadania no cotidiano nacional.

Assim sendo, um dos principais motivos de agravamento dos antagonismos sociais presentes no país constituía o fato de o Estado brasileiro sempre estar a serviço de interesses particulares, principalmente da acumulação capitalista privada, obstaculizando o efetivo protagonismo das massas populares e assegurando o controle político nas mãos das classes economicamente dominantes, nacionais ou estrangeiras.

Ademais, as elites brasileiras, sejam da fração agro-exportadora, ou mesmo da burguesia industrial, não lograram a concepção e execução de um projeto político verdadeiramente nacional, aberto ao diálogo entre os segmentos sociais e representantes dos governos, que contivesse mecanismos de viabilização de um espaço público democratizado, propício ao debate em torno dos principais anseios político-econômicos sentidos pela sociedade política e sociedade civil. A tradicional ausência desse projeto político comprometeu, sobremaneira, a consolidação de uma política de base democrática e

¹ O movimento de retenção da participação popular pode ser visto desde a Independência brasileira, no enfrentamento das rebeliões liberais; na 'legislação social' desenvolvida durante o Estado varguista; durante a implantação do projeto nacional-desenvolvimentista do governo Kubischek, e nos governos militares, ápice da repressão política.

² Década que legitima o processo de industrialização do país iniciado no governo de Getúlio Vargas.

a crença na legitimidade da representação política por meio dos partidos políticos, do Estado nacional e de suas instituições³.

Esta questão perpassa toda a história política do país. E, nas duas últimas décadas do século XX, nas administrações de Fernando Collor de Melo⁴ e Fernando Henrique Cardoso, desenvolveu-se a mesma estratégia político-econômica, privilegiando, no interior da acumulação capitalista privada, as multinacionais e demais investidores do mercado internacional. Os mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso evidenciaram o vínculo estrutural com o privatismo, reduzindo significativos direitos sociais adquiridos por meio das lutas populares, os quais encontram-se legitimados na Constituição de 1988.

Evidente que as decisões de ordem política e social estabelecidas são conseqüências diretas dos rumos tomados pelo processo de globalização econômica corrente em âmbito mundial. Entretanto, há uma ideologia neoliberal que impulsiona claramente as nações a enquadrarem-se na sistemática da 'aldeia global', sob pena de ficarem excluídas do processo de desenvolvimento e pós-modernização mundial.

Diante destas prerrogativas do chamado neoliberalismo, diferentes Estados, dentre eles o Brasil, iniciam sua corrida em direção à *Terra Prometida*, aquela regida pelo mercado financeiro, onde a equidade social e o pleno exercício da democracia e cidadania são colocados em segundo plano, quando não considerados "masturbações sociológicas"⁵, que insistem em fazer-se presente neste mundo desigual.

Ao analisarmos o processo de extenuação do Estado, ao final da década de 70 e início da década de 80, observamos, concomitantemente, a complexificação da sociedade civil brasileira, sobretudo pelo crescimento de sua densidade organizacional. Como resultado, observamos "um profundo processo de reordenamento social" (DINIZ & AZEVEDO: 1997, p. 179), que reflete uma multiplicidade de interesses emergentes e que não mais estão contidos na esfera institucional da administração pública, mas que se expandem por meio de diversos segmentos presentes na sociedade civil e, também, no 2º setor, requerendo do Estado um padrão mais flexível, descentralizado e democrático em suas ações.

³ Como veremos adiante, somente ao final da década de 80 e durante os anos 90, por meio de uma intensa complexificação das aspirações políticas da sociedade civil, é que se observará uma participação política mais efetiva no interior dos espaços públicos. A análise desenvolvida por Evelina Dagnino (2002) evidencia o novo caráter assumido pelo Estado nacional, a sociedade civil e, mesmo, o empresariado durante esse momento histórico.

⁴ A eleição de Fernando Collor de Melo à Presidência da República demarca o início do processo de neoliberalização da política brasileira. Todavia, a tentativa de implementação do projeto neoliberal no país encontrou fortes resistências no campo popular e, surpreendentemente, entre o empresariado nacional, principal segmento atingido com as primeiras medidas neoliberais. O *impeachment* de Fernando Collor representou, simbolicamente, toda uma rejeição nacional à possível consolidação do projeto político neoliberal no Brasil.

⁵ Citado por Carlos Nelson Coutinho em seu artigo: "FHC e a 'reforma' do Estado", publicado no site www.artnet.com.br. Estas seriam palavras de um ex-ministro, cujo nome o autor não menciona.

No legado histórico brasileiro, visualiza-se a construção de um Estado patrimonial, cujas relações políticas são permeadas, tradicionalmente, por práticas de clientelismo, mandonismo e elitismo. Em alguns casos a dinâmica vem fomentando o desenvolvimentismo, porém, regida sob uma base política autoritária e excludente, deslegitimando a construção de um espaço público verdadeiramente democrático, voltado à consolidação dos direitos sociais, políticos e civis.

Essa tradição política extremamente excludente mostrou seu ápice na administração de Getúlio Vargas e durante os governos militares, palco de uma burocratização dos serviços sociais, combinada com uma situação de dependência sindical e forte repressão às tentativas de inserção política de vários segmentos da sociedade civil.

Após 21 anos de negação política a amplos setores sociais, observam-se, pela primeira vez na história política brasileira, avanços em relação à observância dos direitos sociais e políticos, possibilitando o exercício da cidadania ativa em relação a alguns setores sociais. As ações políticas exercitadas de amplos atores sociais, rumo a legitimação do espaço público enquanto instância de diálogo e participação vem sendo decorrente, também, da prática política e muitas vezes ousadas por parte de setores organizados da sociedade civil, os quais buscam construir uma nova ordem social.

Direcionar o olhar às peculiaridades presentes buscando tecer a igualdade social em meio a um campo de tensões e conflitos possibilita compreender o próprio anseio intelectual em construir arcabouços teóricos capazes de analisar criticamente o atual esvaziamento político de várias das instituições públicas e a necessidade de construção de uma nova institucionalidade capaz de ancorar um projeto político que dê vazão ao pleno exercício da cidadania social e política.

Muitas vezes a exaltação de um espaço público não-estatal no Brasil vem acompanhada de um discurso que deslegitima o papel político-econômico do Estado na condução das políticas públicas, utilizando argumentos que apresentam a administração estatal como ineficiente na condução de soluções políticas aos inúmeros problemas sociais existentes.

Destina-se, então, a execução de serviços sociais como saúde, educação, profissionalização, habitação, dentre outras áreas pertinentes à esfera político-social, para as organizações do chamado terceiro setor ou iniciativa privada. Porém, muitas vezes as ações desenvolvidas por estes sujeitos não contemplam o potencial político transformador que, em essência, possuem.

O Estado finda por assumir um papel gerencial e, ao mesmo tempo, ao fragmentar as ações busca deixar transparecer, com isso, que não está sendo democratizado. Tal postura tem contribuído para desqualificar a ação estatal, quando na realidade, por essa, vem sendo fortalecido, muitas vezes, uma simples terceirização para

aqueles 'setores confiáveis' e que reproduzem de forma camuflada a política centralizadora e excludente do Estado.

No Brasil, a questão da reforma do Estado restringiu-se à dicotomia Estado-mercado, legitimando, de certa forma, a essência neoliberal de contração do setor público e supervalorização da "mão invisível do mercado" como principal alocador de recursos. E as mudanças correntes em âmbito internacional, proporcionaram condições favoráveis a este enfoque, sobretudo por evidenciar, como principal argumento, a hipertrofia estatal e o excesso com gastos públicos no cerne da crise do Estado.

Durante a última década, os governos dos países latino-americanos adotaram este diagnóstico como justificador da ineficiência estatal, acreditando que a única saída existente seria o enxugamento da máquina burocrática e a redução da capacidade de intervenção do Estado.

A dicotomia presente nas análises desenvolvidas por estudiosos do papel político-econômico do Estado desconsidera a estreita relação existente entre a reforma do Estado e a consolidação da democracia. O resultado direto é um maior conflito no interior da esfera pública, sobretudo nas tentativas de diálogo entre Estado e sociedade civil para institucionalização de um espaço político mais democratizado. Conforme Diniz & Azevedo (1997, p. 199):

Se a visão maximalista, ainda presa 'a matriz estadocêntrica, implica o imobilismo e a preservação do status quo, a posição minimalista, ao reduzir a reforma ao enxugamento do Estado, pode conduzir ao aumento da ineficiência pela mutilação do aparelho estatal. Por outro lado, é preciso escapar da rigidez derivada da dicotomia racionalidade governativa versus imperativos democráticos, marcada pela oposição entre a lógica concentracionista e discricionária do poder estatal e a dinâmica descentralizadora, plural e competitiva do jogo democrático.

As múltiplas interfaces do Estado, seja em consonância com o mercado, ou em discordância com a sociedade civil, estão diretamente relacionadas com a concepção do tipo de democracia que se almeja construir. Um fator que não pode ser desconsiderado consiste no leque de elementos que compõem a atuação da sociedade civil rumo a uma aproximação com o Estado⁶.

⁶ Ressalve-se que nesse embate, o Estado é compreendido como *locus* do conflito, sobretudo na consecução de projetos políticos.

A heterogeneidade presente na sociedade civil, principalmente nas décadas de 80 e 90, momento que se processa a democratização do país, evidencia o nível de complexidade atingido no âmbito da esfera pública, nas tentativas de diálogo com o Estado.

Ressalve-se que a afirmação desse caráter da sociedade civil é um aspecto positivo no processo de construção democrática, sobretudo por contrapor-se a toda uma tradição política homogeneizadora, que concebe a sociedade civil como um segmento em constante oposição ao Estado⁷.

Salutar também é o caráter fragmentado e contraditório do processo de democratização, demonstrando que a aproximação entre sociedade civil e Estado não acontece linearmente, mas por meio de um conjunto de avanços e retrocessos no centro das principais questões políticas e sociais, sobretudo pela presença de interlocutores portadores de propostas diferenciadas.

O cenário político contemporâneo expõe, portanto, uma redefinição dos marcos conceituais do Estado e sociedade civil. Não há mais espaço para análises reducionistas que insistem em apresentar a sociedade civil como alternativa aos desacertos político-sociais do Estado. A configuração política mundial porta consigo uma maior flexibilização da esfera pública, *locus* de encontro entre as duas instâncias supracitadas⁸.

Os espaços públicos tornam-se instâncias fundamentais na regulamentação da democracia, por constituírem em instrumentos catalisadores de consensos em meio a conflitos. É a oportunidade da sociedade civil expressar sua complexidade de interesses, ao mesmo tempo em que apresenta uma via dialógica ao Estado e mercado.

Certamente, trazer tais questões para o âmbito da reforma do Estado implica apresentar projetos políticos distintos (DAGNINO: 2002): 1. Um projeto político de redução gradativa do papel do Estado, sobretudo no que concerne a garantia dos direitos sociais, civis e políticos, delegando à sociedade civil a responsabilidade pela atenuação da exclusão social. 2. Um projeto político de participação incluyente, construído sobre uma base democrática e capaz de concatenar os interesses do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Todavia, o intuito da presente análise consistiu em demonstrar que propor uma reforma da administração pública não significa a criação de barreiras políticas entre o Estado e a sociedade civil. Ao contrário, implica compreender que a construção de um país verdadeiramente democrático perpassa o contexto da vida social e política nacional.

⁷ Essa concepção da sociedade civil fez-se muito presente nas décadas de 70 e 80, período marcado pelo autoritarismo dos governos militares e a luta pela abertura política.

⁸ Exemplares para esse novo caminho dialógico entre Estado e sociedade civil, no interior dos espaços públicos, são as experiências com o Orçamento Participativo, a atuação das Organizações Não-Governamentais, os Fóruns Temáticos da sociedade, dentre outras experiências presentes nos Estados brasileiros.

Necessita-se romper com qualquer iminência de autoritarismo em âmbito estatal, integrando amplos setores sociais às principais discussões de ordem político-econômica. Em outros termos, promover uma socialização da participação política que, conseqüentemente, culmine na democratização da economia social.

Tais reflexões devem, necessariamente considerar que a natureza da intervenção estatal existente no Brasil e nos demais países latino-americanos não assume um caráter socialista ou mesmo keynesiano. Ao contrário, funciona para os segmentos de interesses específicos, monopolista e dominador, favorecendo a esfera privada, o que fundamenta o programa de privatizações, flexibilizações, dentre outras medidas tomadas, sobretudo, durante os dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Embora a tradição do pensamento político da esquerda nacional acredite que as propostas apontadas para a transformação do Estado, seguramente não contemplam a universalização dos direitos de cidadania e democracia, mas objetiva sua submissão à lógica excludente do mercado, não podemos afirmar que constituam medidas neoliberalizantes.

Na verdade, o pleno exercício da democracia está diretamente relacionado à constituição de uma simbiose da política como interesse público. Esta é uma tarefa que se impõe às forças políticas avançadas e que requer da sociedade civil um alto poder de organização e articulação no sentido de fazer valer nossas árduas conquistas sociais.

E, certamente, estão sendo construídos canais de diálogo no seio da sociedade civil para que esse processo seja legitimado. Isto demonstra que as mudanças correntes no âmbito da sociedade denotam as transformações sociais que vêm ocorrendo no próprio país: há um desgaste da política tradicional, de práticas clientelísticas.

Observamos, durante uma década, a tessitura de um padrão administrativo diferenciado no país. Significa dizer que a eficácia do Estado não está restrita à eficiência da máquina burocrática ou no aperfeiçoamento dos mecanismos técnicos de governabilidade. A reforma do Estado implica uma melhoria das condições de *governance*⁹ do aparelho estatal, aperfeiçoando seus canais de comando e coordenação e redefinindo, sobretudo, suas relações com a sociedade civil, proporcionando meios de articulação em torno das políticas sociais.

As próximas linhas destinam-se a apresentar o Projeto de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em áreas de assentamentos rurais do Ceará, focalizando a análise em torno dos limites e perspectivas das parcerias implementadas entre Estado e sociedade civil. Pretendemos demonstrar o importante debate na inclusão da cidadania

⁹ Entenda-se por *governance* "...a capacidade governativa em sentido amplo, isto é, a capacidade de ação estatal na implementação de políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade." (VIEIRA & BREDARIOL: 1998, 31)

como estatuto dos direitos e as relações que daí se processam, muitas vezes, mediada pelas parcerias na esfera do Estado.

2. As Parcerias e a Educação de Jovens e Adultos no meio rural.

A reforma que se processou no período do Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 à 1998 e de 1999 à 2002), reduziu a inserção do Estado na promoção das políticas públicas sociais, como referido no item anterior. A transposição para a sociedade civil de funções públicas resultará em compreensões distintas da esfera pública não-estatal. Considerando-se que parte dessa esfera é concretizada pelas parcerias, estas também podem ser visualizadas por prismas diferentes. Souza (2002, p.188) avalia que parceria se torna “uma terminologia que faz parte do vocabulário tanto dos movimentos sociais (que reivindicam participação e verbas para a realização de projetos) quanto das instâncias governamentais (que sugerem participação da comunidade como meio de garantir a realização de projetos)”

Todavia, como se tem dado esta participação? Os parceiros decidem igualmente sobre o que pretendem construir e como? Nestas relações, que noção de público é concretizada? Até que ponto, sob o discurso da garantia de direitos, desresponsabiliza-se efetivamente o Estado de garanti-los?

E quanto à garantia do direito à educação para jovens e adultos, que repercussões as vivências das parcerias têm produzido? Há especificidades em relação ao meio rural, onde é mais restrito o acesso a esse direito?

Di Pierro (2000) ao analisar três grandes programas governamentais de EJA¹⁰, concretizados através de parceria, na década de 90, reflete sobre as óticas diferenciadas de público que podem se consolidar nestas relações. Declara a autora que Bresser Pereira, ao propor um Estado pequeno e forte para a “promoção do desenvolvimento”, contrapondo-se ao modelo Keynesiano, concebe que as atividades que não lhes são exclusivas¹¹ sejam terceirizadas, privatizadas ou **publicizadas**, sendo assumidas por organizações sociais. O que resultou, segundo a autora, “*no estatuto de instituições públicas não estatais*”¹², as organizações civis de direito privado sem fins lucrativos, que venham a estabelecer **parcerias** com os organismos governamentais” (DI PIERRO, 2000, p. 270). Neste caso a autora denuncia que a noção de público não estatal é meramente econômico-instrumental,

¹⁰ A autora enfoca o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), o Programa Alfabetização Solidária (PAS) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

¹¹ A concepção de exclusividade comporta um debate em que é preciso avaliar quem decide e por que e o que é exclusivo do Estado.

¹² Reproduzo aqui a designação de Bresser Pereira, a qual Di Pierro (2000) menciona, porém numa perspectiva gramsciana de Estado ampliado, não seriam *instituições públicas não governamentais*?

ficando reduzido o cidadão à condição de consumidor, à medida que são subtraídos nesta relação requisitos que legitimam a ação “pública estatal”, tais como transparência, participação social no controle da qualidade dos serviços e formulação de diretrizes das políticas.

No âmbito dessa concepção, as parcerias restringem a ação dos movimentos sociais, organizações não-governamentais – ONG’s, entre outros, a execução de programas ou projetos, que muitas vezes, sequer atendem seus interesses mais prementes.

Na outra concepção de sentido público não estatal Di Pierro (2000, p.270) esclarece que a reforma do Estado deve ser “numa perspectiva ético-política que propugna sua desprivatização e subordinação à racionalidade societária, mediante a ruptura do monopólio estatal da esfera pública e o alargamento dos espaços de co-gestão democrática das políticas governamentais”.

Nessa vertente, a noção de público incorpora a ação da sociedade civil em decisões acerca de que programas e projetos lhe interessa, controlando-os e avaliando-os, não raro, ocasionando espaços para conflitos que requerem consensos negociados, ou seja, poder-se-ia, desta forma, ampliar a publicização do aparato estatal. Neste caso, as parcerias propiciam a efetiva participação da sociedade civil, resguardando-se sua autonomia e conferindo maior inserção política nas diretrizes sócio-econômicas nacionais.

Desta forma, segundo a noção de Estado, e de público, que se focaliza, tem-se também uma concepção de parceria diferenciada e até mesmo dicotômica, concluindo-se que pode ser visualizada como uma relação com o aparato estatal para promoção ou constituição da sociedade civil, de programas e ou projetos, reguardando-se sua autonomia ou em condições de subalternidade.

Em sua investigação Di Pierro (2000) concluiu que dos três programas supracitados, somente o PRONERA, então em seu início¹³ tenderia a inscrever-se na segunda perspectiva de parceria, uma vez que as demandas que o originaram foram balizadas em debates públicos nacionais e a gestão tripartite permite aos parceiros avaliar, controlar, formular suas ações.

3. A origem do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Reconhece o Manual (MDA / INCRA, 2004, p.7): “o PRONERA nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social”.

¹³ O PRONERA foi instituído pelo ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) em 1998, por meio da Portaria nº 10/98 com uma gestão tripartite entre representantes governamentais, dos movimentos sociais do campo e das Universidades.

É apresentado como “um programa de educação de trabalhadores (as) das áreas de Reforma Agrária” com o objetivo geral de fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, permanecendo assim o caráter de viabilidade econômica dos assentamentos como relevante em sua justificativa.

O PRONERA traz dois traços distintos, a pressão dos movimentos populares de trabalhadores rurais para a sua consecução, o que é de certa forma inédito no campo das políticas sociais nacionais, não pelo fato da pressão em si, mas por se conseguir uma resposta efetiva junto ao governo, no caso o Programa, em que os demandantes têm participação garantida na elaboração, acompanhamento e avaliação das atividades com assento em todas as instâncias deliberativas do Programa. E em decorrência, sua implementação em parceria, embora esta característica não lhe seja exclusiva.

O manual destaca ainda como princípio operacional e metodológico, a parceria enquanto “a condição para a realização das ações do PRONERA” (MDA, 2004, p.13). Ressalta que é por meio da gestão participativa que ocorre uma construção coletiva na elaboração dos projetos e nomeia os principais parceiros: movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, INCRA, as instituições públicas de ensino e as instituições comunitárias sem fins lucrativos, podendo-se agregar outros, segundo a necessidade de cada projeto nos Estados e Municípios. O princípio da *parceria* faz-se presente na gestão do Programa desde o início, uma vez que os colaboradores compunham várias instâncias deliberativas, como pode ser observado no quadro seguinte:

Quadro - Estrutura de gestão do PRONERA

Âmbito	Instância	Nº	Composição	Atribuições
Nacional	Direção Executiva.	5	Uma coordenadora nacional do programa e equipe técnica composta por 4 servidores do INCRA.	Define com os demais colegiados a gestão política e pedagógica. Planeja, implementa, acompanha e avalia as ações dos projetos em execução nos estados e regiões, supervisionando atividades gerenciais nas áreas financeiras, técnica e apoio administrativo; integra os parceiros e o PROGRAMA com o conjunto das políticas de

				educação e demais Ministérios e poderes públicos. Apóia e orienta os colegiados executivos estaduais.
	Colegiado Executivo (reuniões mensais).	13	Direção executiva mais os membros da Comissão Pedagógica Nacional.	Analisa a programação operacional e de gestão pedagógica proposta pela Direção Executiva e analisa o planejamento dos projetos custeados pelo Programa.
	Comissão Pedagógica Nacional (reuniões mensais).	8	4 professores universitários representantes das Instituições de Ensino Superior das regiões Norte, Nordeste, Sudeste/Sul e Centro-Oeste. 2 representantes dos movimentos sociais (MST e CONTAG). 1 representante do Min. da Educação e 1 do Min. do Trabalho.	Coordena atividades didático-pedagógicas; define os indicadores de desempenho e instrumentos de avaliação; desenvolve, discute a avaliação das metodologias e instrumentos pedagógicos, bem como acompanha as ações do Programa nos Estados e Municípios, articulando - o aos ministérios e poderes públicos. Apóia e orienta os colegiados executivos estaduais; emite parecer técnico sobre propostas de trabalho e/ou projetos.
Estadual	Colegiado Executivo Estadual		Representantes da Superintendência Regional do INCRA; Instituições Públicas e Comunitárias de Ensino parceiras do Programa; movimentos sociais e rurais, sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, do Governo do Estado e de	Mobilizar, orientar, acompanhar e avaliar atividades do projeto e promover parcerias.

Fonte: Brasil. MDA/INCRA, 2004 e informações orais da equipe técnica

3.1 O PRONERA na UECE: Escolarização de trabalhadores e trabalhadoras em áreas de assentamentos rurais no Ceará

O Ceará se destacou na constituição do Programa, pois foi um dos cinco primeiros estados em que as Universidades Federal (UFC), Estaduais do Ceará (UECE) e do Vale do Acaraú (UVA) apresentaram projetos, em 1998. Em julho de 2004, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresentou à UECE demanda para novos cursos. Desde então, constituiu-se grupo de trabalho com professores da Universidade, representantes do MST e do INCRA – CE, que resultou na apresentação e posterior aprovação, em abril de 2005, dos seguintes projetos:

1. Projeto de Formação de Educadores e Educadoras de Assentamentos Rurais em área de Reforma Agrária do Ceará. Trata-se de um projeto de formação de 240 professores de nível médio, com habilitação em Educação de Jovens e Adultos para atuação na educação do campo. É coordenado pela UECE e referenciado em grade curricular da escola pública estadual Instituto de Educação do Ceará (IEC), com duração prevista para quatro (4) anos, e carga horária de 4.000 horas-aula.

2. Projetos de Escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Assentamento Rural do Ceará: I – Centro-Norte e II – Centro-Sul. São ações de escolarização até a 4ª série do Ensino Fundamental de 4.600 jovens e adultos assentados no Estado do Ceará, que se desenvolverão durante dois (2) anos (2006/2007), garantindo-se ao final sua certificação pelos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC). Os três projetos acontecerão de forma integrada tendo em vista que parte dos educadores e educadoras dos projetos de Escolarização estará cursando o Magistério de nível médio, no Projeto de Formação.

No caso abordado em nosso artigo, o objetivo maior do Projeto de escolarização de Trabalhadores e Trabalhadoras em áreas de assentamentos rurais consiste em contribuir com o processo de escolarização e organização social dos assentados e assentadas, oferecendo instrumentos necessários à compreensão e transformação da realidade do campo, de forma a impulsionar o desenvolvimento auto-sustentável. Ademais, objetivam-se, ainda:

- Proporcionar o acesso aos assentados e assentadas a pós-alfabetização até a 4ª série do I segmento do Ensino Fundamental;
- Promover a formação dos coordenadores(as) locais e dos bolsistas universitários, qualificando-os para uma atuação que dinamize as relações e os processos sócio-educativos nas áreas de Reforma Agrária;

- Produzir materiais didático-pedagógicos de apoio ao processo educativo;
- Propiciar formação em serviço a educadores de EJA, contemplando as Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica do Campo;
- Fortalecer no processo educativo a noção de coletivo, tendo em vista o acúmulo de forças para a construção da Reforma Agrária e de um novo modelo de desenvolvimento;
- Articular as práticas educativas escolares às vivências cotidianas, por meio de experiências extra-salas que reflitam o modo de vida e a cultura dos povos do campo.

Ao analisarmos a parceria realizada entre o Estado e a sociedade civil organizada na implementação de políticas públicas, observamos alguns entraves significativos que impedem o êxito almejado na legitimação de novas práticas da cidadania. No caso estudado, alguns limites merecem destaque.

Na significação de público para as políticas sociais, está embutida a noção de parceria. A pergunta que fazemos, é: até que ponto a concretização do Programa permite essas ações?

Os programas de extensão da UECE são realizados pela sua Pró-Reitoria de Extensão, que por sua vez, terceirizou as operacionalizações de seus programas de extensão a uma fundação privada, utilizando-se, pois, do conceito de uma extensão que possa gerar dividendos à universidade. A sistemática em que foi construída o PRONERA - UECE, ao contrário, não condiz a pagamentos de empresas terceirizadas que atuem na Universidade. Configura-se, portanto um grande conflito, pós-assinatura do convênio, de concepções de extensão universitária entre um dos fragmentos do Estados e movimentos sociais.

Sobre algumas informações que precisam ser analisados com acuidade por todos os parceiros envolvidos no PRONERA, tornou-se prática comum, para órgãos como a UECE e o setor de contabilidade do INCRA, a concentração delas, deixando uma dúvida: ou esses parceiros ainda estão aprendendo a tratar de tais documentos importantes para a boa execução do programa ou não expõem todos os dados que detém.

A construção de parceria mostra-se processual, para aquém ou além das assinaturas de convênios. Quando os movimentos buscam as universidades, já procuram mediadores como professores ou alunos com quem tem vínculos de confiança para elaboração dos projetos; após a aprovação e ao firmarem-se os contratos de trabalhos as relações com novas instituições ainda estarão por serem construídas.

Ao identificar-se protagonistas aliados e antagonistas, dá-se inter-relações contraditória que também são flutuantes, ou seja, em determinados momentos podem os

aliados tornarem-se antagônicos. Isso depende em muito, do confronto das lógicas institucionais com os movimentos sociais.

As relações entre os parceiros importam em conflitos de várias naturezas. Podem estar relacionados aos papéis que cada um se auto-atribui e aos outros, que não raro extrapola o que estipula o Manual de Operações, pois são negociações que emergem no desenvolvimento das ações. Relaciona-se a forma de cumprimento destes papéis que pode acontecer com base em decisões consensuadas ou impostas, evidenciando confiança mútua ou não, e ainda lógicas próprias de cada envolvido.

Considerações Finais

Pouco depois do início das aulas do projeto de Escolarização desenvolvido pelo PRONERA – UECE nos assentamentos de Reforma Agrária do Ceará, o MST iniciou algumas sondagens com seus educadores sobre as dificuldades a que os educandos enfrentariam para permanecerem no projeto de Escolarização.

Alguns fatores já conhecidos e outros específicos foram levantados. Dentre eles, a necessidade do uso de lentes corretivas, as distâncias que alguns educandos teriam de fazer a pé a fim de chegarem às escolas, as chuvas que tornam os caminhos intrafegáveis, a senhores e senhoras de mais de sessenta anos, o cansaço físico que se aprofundara nas épocas de colheita ou até mesmo as “assombrações” a que alguns educandos diziam estarem sujeitos nas noites do sertão.

No início das aulas, poucas ou nenhuma vez foi citado pelos educadores que um possível descrédito ao PRONERA – UECE estaria ocasionando a queda na frequência escolar ou o total abandono de educandos. Ressalte-se o fato de as aulas terem iniciado distante dos direitos a que apregoava o PRONERA, pois nenhum tipo de material didático ou permanente (leia-se: carteiras, lousas, lampiões, etc) havia sido entregue, bem como não havia prazos para o pagamento de educadores.

Foi assim o início nos primeiros dias de abril de 2006. Foram assim os cinco meses conseqüentes que ajudariam alguns educandos a construir uma nova dificuldade acerca de sua permanência no programa: a descrença neste, afinal o que lhe são de direito estava e está sendo violado através de uma “mal explicada burocracia” na máquina estatal. Um estado de “descrença” paira sobre o PRONERA – UECE, mas não o inviabiliza. Como deixa bem claro uma dirigente nacional a respeito do (dês) ânimo no MST: “nosso povo é um povo que não perde a esperança”.

Salientamos, principalmente, o “desacreditar” dos educandos pelo fato de serem eles os atores a que o programa se dirige diretamente no alcance de sua primeira meta, ou seja, escolarizar 4.600 educandos. Mas, o descrédito no programa atingiu professores

universitários, coordenadores locais, bolsistas universitários e outros indivíduos envolvidos no processo (militantes, familiares, comunidade).

A expressão “mal explicada burocracia” está entre aspas porque não sabemos se existe um lento e normal processo de averiguação de dados do programa, que passa por vários setores da universidade ou se há uma opção política de torná-los lentos para que fragilize a sua estrutura de funcionamento. Tal questionamento é respaldado pela posição ambígua demonstrada nas atitudes da administração da universidade a respeito do PRONERA – UECE.

Para efeitos de exemplos, citamos duas situações. A primeira é a assinatura do reitor da universidade no convênio que implementa o PRONERA – UECE, acatando as resoluções definidas pelos movimentos sociais, professores da instituição e INCRA, bem como afirmando, em evento público (SBPC) a importância de se ter um programa dessa magnitude na UECE. A segunda situação é a atitude do ex-Pró-Reitor de Planejamento ao afirmar que o PRONERA não traz dividendos para a universidade e, por isso, está em oposição a atual política de extensão da UECE, deixando bem claro que, se ocorresse uma leitura mais atenta às diretrizes do PRONERA, antes da assinatura do Reitor, o programa não estaria na política de extensão universitária.

A priori, isto não deixa claro se existe uma opção política, por parte do Reitor e Pró-Reitor de enfraquecer as ações do PRONERA, todavia a dubiedade no discurso da administração superior nos coloca em um campo tenso e cheio de incertezas sobre a eficácia projetada na assinatura de um convênio, que subscreve o empenho de todos os envolvidos no programa a fim de escolarizar 4.600 jovens e adultos e áreas de Reforma Agrária do Ceará.

Dado o exposto, consideramos que a estrutura do Estado não se reorganizou para a relação de parcerias com os movimentos sociais. Isto implica na urgente necessidade de se retomar o debate em torno da ampliação dos espaços públicos para participação efetiva da sociedade civil e de um repensar em torno da ação pública conferida ao Estado.

Referências Bibliográficas

BORON, Atílio A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir e

- GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. “FHC e a ‘reforma’ do Estado”, publicado no site www.artnet.com.br.
- DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas de educação básica de jovens e adultos do Brasil do Período de 1985/1999. 2002.** Tese (Doutorado em Educação) – stricto sensu em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DINIZ, Eli & AZEVEDO, Eduardo. *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UNB, 1997.
- VIEIRA, L. & BREDARIOL, C. 1998. *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Record.

A EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO.

AMARANTA URSULA FIESS LEANDRO – NATRA/UNESP/Franca;

e-mail: amarantafieess@yahoo.com.br

ANTONIO SÉRGIO ESCRIVÃO FILHO - NATRA/UNESP/Franca;

e-mail: tuco_sc@yahoo.com.br

ARIANE CRISTINA BRUGHARA - NATRA/UNESP/Franca;

e-mail: nani_unesp@yahoo.com.br

JULIANA LEMES AVANCI - NATRA/UNESP/Franca;

e-mail: j_avanci@hotmail.com

RAONI MANOEL SPETIC DA SELVA - NATRA/UNESP/Franca;

e-mail: lenny_daselva@yahoo.com.br

SUELLEN C. P. BASTOS DE SOUSA - NATRA/UNESP/Franca

e-mail: su_ssfranca@yahoo.com.br

Resumo

O presente resumo é referente à experiência de estágio interdisciplinar realizado pelo NATRA (Núcleo Agrário “Terra e Raiz”), grupo de extensão universitária da UNESP-Franca, composto por graduandos, pós-graduandos e profissionais de história, serviço social, direito e relações internacionais, cuja atuação baseia-se na filosofia freireana e concretiza-se no Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto/SP, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Fruto de um convênio firmado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA desde 2005, este estágio propõe-se a contribuir com a formação crítica dos estagiários, apresentando e fomentando experiências da prática profissional de suas respectivas áreas de atuação no contexto da reforma agrária, incentivando-os a buscar tal atuação profissional quando encerrarem sua formação acadêmica. Desta forma o estágio busca, através de sua intervenção, fortalecer e apoiar os movimentos sociais, a luta pela terra e a viabilização da Reforma Agrária.

O NATRA (Núcleo Agrário “Terra e Raiz”) é um grupo de extensão universitária da UNESP-Franca composto por estudantes dos quatro cursos desta faculdade

(História, Serviço Social, Direito e Relações Internacionais). Fundado em 1997, o coletivo realizava atividades no Assentamento “17 de abril”, Fazenda Boa Sorte, em Restinga-SP. Durante o longo tempo de trabalho, a relação com o MST foi se estreitando, principalmente pelo caráter militante apresentado pelos alunos.

Foi em agosto de 2003 que a Fazenda da Barra em Ribeirão Preto-SP passou a ser o acampamento “Mário Lago”. Consentindo a importância histórica da ocupação feita pelo MST, em que participaram 450 famílias, na cidade simbolizada pelo latifúndio associada ao agronegócio, o NATRA optou por participar do fortalecimento do acampamento junto aos setores.

Como reconhecimento da história de luta traçada pelo NATRA e em específico o trabalho realizado no acampamento “Mário Lago”, foi realizada uma reunião no início de 2.005 com Raimundo Pires, superintendente do INCRA no Estado de São Paulo. Nesta os integrantes dos cursos de Direito e Serviço Social do grupo foram convidados a participar de um estágio jurídico-social a começar no mesmo ano. Assim, o coletivo de estagiários contribuiria atuando de acordo com as demandas apresentadas, considerando que este órgão do governo tem certa dificuldade de acompanhamento dos espaços de reforma agrária do município e arredores.

No início a execução do Plano de Trabalho desenvolvido ficou engessada por diversos motivos, sendo o primeiro a demora relacionada à formalização do convênio firmado entre a UNESP e o INCRA, os trâmites burocráticos demandaram mais tempo do que o esperado. O acordo de estágio firmado só teve concretização formal depois de publicado no Diário Oficial e aprovação na Congregação das respectivas instituições em agosto de 2005, ou seja, depois de quatro meses. Ainda assim, as bolsas dos estagiários só foram recebidas em dezembro.

Ainda que toda essa espera fosse previsível já que estavam envolvidos dois órgãos públicos com procedimentos morosos, havia outro impedimento para o desenvolvimento do trabalho. Nas demandas postas pelo INCRA estavam o Assentamento “Bela Vista do Chibarro”, com 150 famílias, em Araraquara e o Pré-assentamento “Sepé Tiaraju” com 80 famílias, em Serra Azul-SP “. Porém de acordo com o Plano de Estágio construído pela equipe do NATRA, a contribuição deste seria resgatar a cidadania dos assentamentos de maneira assídua e conjuntamente com a comunidade. Isso ficou comprometido com a morosidade da vinda dos recursos, pois não havia como dar continuidade nas atividades devido a necessidade de transporte para a realização do trabalho.

Embora o NATRA já fosse conhecido dos assentados do “Sepé”, identificou-se certa dificuldade em começar o trabalho devido à conjuntura complexa do pré-assentamento, uma vez que as famílias estavam na expectativa da consolidação do assentamento, distribuição dos lotes, produção, assistência técnica, etc. Além de todas as aflições sofridas pela comunidade naturalmente explicada pelo fato desse assentamento esperar pela Reforma Agrária há pelo menos seis anos, a comunidade reclamava a ausência do INCRA nesse momento crucial. Dessa maneira, foi avaliado que os estagiários não teriam condições de responderem pelo órgão que estavam representando, optando em não fazer visitas sistemáticas ao “Sepé Tiaraju”.

Nesse contexto foram iniciadas idas pontuais ao Assentamento “Bela Vista” com o objetivo de estabelecer vínculo, dialogar e compreender a realidade local. Em Araraquara foram iniciadas atividades esporádicas com a execução do “Balcão de Direitos”. Dentro das discussões estavam inseridos esclarecimentos acerca da formação das associações, estatuto e cooperativas de produção.

As estagiárias de Serviço Social realizaram algumas visitas ao Assentamento “Sepé Tiaraju” para se aproximarem da realidade e levantarem possíveis demandas para a construção de projetos de sociais e de intervenção. Dessas visitas foram realizados dois projetos, um de horta medicinal que tinha por objetivo agrupar e fortalecer as mulheres do assentamento, e o outro previa a construção de um espaço de lazer no local. Ambos foram disponibilizados ao Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra – MST, o qual organiza o assentamento desde o seu início.

Vale ressaltar que todas as atividades realizadas eram feitas por todos os membros do estágio, ou seja, de maneira interdisciplinar.

A renovação do Convênio para o ano de 2006 trouxe algumas mudanças, entre elas o ingresso de dois natrianos recém-formados para compor o estágio, inclusive assessorando a supervisão da Profª Raquel Santos Sant’Ana. Com a participação dos profissionais Ariane Cristina Brughara e Pedro Henrique Moraes Cícero na assessoria do trabalho do grupo resultou numa aproximação maior com a realidade, visto que estes faziam reuniões sistemáticas com a organização do MST. Aos poucos a direção do Movimento propôs inserções aos estagiários e assim diminuindo o receio em relação ao NATRA enquanto representante do INCRA.

Outra conquista para este ano foi a inclusão dos cursos de História e Relações Internacionais o que enriqueceu o trabalho do grupo de estagiários, pois trouxeram experiências referentes à atuação profissional de cada curso.

Na eminência de ser concretizada a primeira imissão do INCRA na posse da fazenda da Barra¹, o acampamento foi mobilizado para agilizar os documentos necessários para efetivar a titulação dos lotes. Entendemos que seria necessário aplicar um questionário que abarcasse todas as questões pertinentes a regularização de documentos e que exibisse elementos sócio-econômicos e culturais, tais como produção, quantidade de dependentes, nível de escolaridade, entre outros. A aplicação do questionário foi realizada em conjunto com um funcionário do INCRA. (ANEXO 1)

Depois de sistematizados os dados, foi verificado que a melhor forma de contribuir com os acampados para providenciarem os documentos requisitados para serem assentados, seria compartilhar o resultado com o setor de Direitos Humanos do acampamento, pois a proximidade entre a base e o setor tornariam mais eficazes os levantamentos necessários.

Por fim foram realizadas reuniões sócio-educativas juntamente com o Setor de Direitos Humanos do acampamento como forma de fortalecer os sujeitos coletivos, a organização local e despertar noções de cidadania com o objetivo de fazer levantamento e atualizar os documentos dos acampados. (ANEXO 2 e 3)

Em 2.007, ao dar encaminhamento às deliberações tiradas em avaliação do ano de 2.006, a equipe de estágio buscou ampliar o espaço de atuação, priorizando a formação profissional de todos os seus integrantes a fim de qualificar o trabalho nos assentamentos. O número de estagiários bolsistas efetivamente vinculados ao INCRA diminuiu de 12 para 7, incluindo 2 estagiários voluntários, e contando com a continuidade de assessoria de supervisão, agora oficial, sendo contratados como profissionais a Ariane (assistente social) e o Antonio Sérgio (advogado).

A renovação deste convênio tornou possível a continuidade do trabalho no Assentamento “Sepé Tiaraju” e no pré-assentamento “Mário Lago”. O amadurecimento do diálogo entre o INCRA, o MST e o NATRA possibilitou maior entendimento e enfretamento da questão agrária.

No desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, a manifestação da particularidade de cada curso realiza-se nas atividades individuais, na troca de experiências e estudos através de oficinas realizadas pelo grupo.

Atualmente o estágio do Direito está dividido em duas frentes: uma trabalha junto ao Ministério Público do Meio Ambiente e Conflitos Fundiários de Ribeirão Preto e a outra está junto à recém-inaugurada ABRA (Associação Brasileira de Reforma

¹ Local este que se situava o acampamento “Mário Lago” em Ribeirão Preto/SP.

Agrária - Ribeirão Preto) cuja coordenadora regional é a professora Raquel Sant'Ana. O objetivo é instrumentalizar os assentados com informações a respeito do funcionamento das instituições jurídicas e normas sociais que lhes possibilitem o progressivo resgate da cidadania e reapropriação de seus direitos.

O estágio de Serviço Social visa contribuir na efetivação das políticas públicas existentes, considerando as particularidades da realidade local e realiza ações sócio-educativas que proporcionam o fortalecimento dos sujeitos coletivos e a valorização do espaço rural junto às famílias assentadas do “Sepé Tiaraju”. O atual trabalho tem por objetivo a materialização do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”, criado pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a fim de incentivar a leitura e facilitar o acesso a livros em assentamentos rurais. Este programa está sendo estudado em conjunto com o Setor de Educação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), para a construção de um espaço sócio-educativo no assentamento “Sepé Tiaraju”.

A participação do graduando em Relações Internacionais se faz importante na medida em que a atuação direta com a população propicia a aplicação do conteúdo teórico próprio de sua área de forma reflexiva e coletiva, considerando não apenas as relações entre Estados, mas principalmente os sujeitos enquanto agentes da política internacional. Partindo do atual acordo Brasil-EUA, faz-se uma análise da política agroeconômica adotada e suas conseqüências na região, no país e no mundo. Desta forma, o estagiário acompanha a ABRA e a assessora com a elaboração de *clipping* das publicações relacionadas ao etanol.

A atuação do curso de História está desenvolvendo um trabalho de resgate histórico da Fazenda Santa Clara, atual Assentamento “Sepé Tiaraju”, utilizando como norteamento o acervo de documentação do arquivo municipal de Ribeirão Preto e a concepção de História Oral, identificando os sujeitos que participaram de algum processo histórico local. A contribuição acontece através das análises atuais, acerca de questões ligadas ao processo de utilização da terra no Brasil, elucidando problemas sociais que são historicamente construídos. Além disso, a preocupação com documentos recentes, na conservação e construção histórica, é o instrumento que contribui para um constante debate historiográfico, o que evidencia a importância desses estagiários.

Compreende-se que este estágio contribui com o fortalecimento dos verdadeiros sujeitos históricos que lutam pela terra, e com a efetivação da Reforma Agrária e sua

consolidação. A importância desse estágio deve-se ao fato desse atuar de maneira efetiva com os enfrentamentos da questão agrária.

Além disso, é de suma importância que durante a formação de profissionais das mais diferentes áreas, estes possam vivenciar e participar da elaboração e construção de projetos que reafirmem a importância da Reforma Agrária, para que se formem, principalmente, profissionais críticos e comprometidos com a realidade social do país. A efetivação de tal estágio, por fim, garante que a Universidade se aproxime e desvele a questão social e agrária e possa definitivamente contribuir com a superação das desigualdades sociais.

ANEXO 1



ANEXO 2



ANEXO 3



A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL E PESQUEIRA COM BASE NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO CONTEXTO DO SUL CATARINENSE *

Dimas de Oliveira Estevam (Professor da UNESC)

E-mail: doe@unesc.net

Ricardo Henrique da Silva

(Graduando do Curso de

Economia da UNESC)

E-mail: ricardohsilva@hotmail.com

Resumo: o presente artigo apresenta os resultados de parte de uma pesquisa realizada nos municípios de Armazém, Laguna e Sombrio, região do Sul do Estado de Santa Catarina, cujo objetivo era analisar o trabalho desenvolvido pelo projeto CFR (Casa Familiar Rural de Armazém e Sombrio) e CFM (Casa Familiar Mar de Laguna) na perspectiva dos jovens estudantes. Essas experiências são denominadas nacionalmente por CEFFAS (Centros Familiares de Formação em Alternância) que engloba outras modalidades de formação em alternância. A proposta objetiva a formação de jovens filhos de agricultores e pescadores através da Pedagogia da Alternância que tem sua origem inspirada no modelo de ensino das *Maisons Familiales Rurales (MFRs)* francesas, em que o jovem passa uma semana na instituição educadora, CFR/CFM, e duas semanas na propriedade aplicando o aprendizado adquirido na instituição. A proposta é considerada por diversos autores uma alternativa de formação para o meio rural e pesqueiro, como uma possibilidade de resgatar a cidadania, adquirir novos conhecimentos, conhecer novas formas de trabalho e produção, além de manter o jovem junto de sua família em seu meio sócio-produtivo. Através desta pesquisa se buscou refletir sobre a coerência desta experiência através da visão dos jovens envolvidos, avaliando-se seus resultados concretos, tendo como contraponto os pressupostos e objetivos originais do projeto, seja no âmbito das propostas de cunho educativo, seja nos seus objetivos práticos e organizacionais. O meio de coleta de dados utilizado foi um questionário composto com uma série de perguntas abertas e fechadas dirigidas a todos os jovens matriculados regularmente nos três estabelecimentos pesquisados. Os resultados foram considerados positivos em relação à coerência em diversos aspectos da proposta na CFR de Armazém e na CFM de Laguna. No projeto do CFR de Sombrio foi verificado um distanciamento de seus objetivos em relação à visão dos jovens.

Palavras-chave: Casa Familiar Rural (CFR) e Casa Familiar do Mar (CFM); Pedagogia da Alternância; Jovens e Formação.

INTRODUÇÃO

O projeto das Casas Familiares Rurais tem origem em um processo de reflexão pedagógico-rural iniciado em 1935 no sudoeste da França, quando a agricultura francesa atravessava uma grande crise. O sistema educacional francês da época possuía uma proposta de ensino voltada para o meio urbano, sendo incompatível com a realidade do meio rural. Além desta incompatibilidade, entre modelo pedagógico e contexto social-histórico, os jovens precisavam deixar a propriedade de seus pais para prosseguir seus estudos. A partir da constatação dessas falhas do modelo pedagógico, agricultores, líderes sindicais e a igreja, tomaram a iniciativa de elaborar uma proposta de ensino pautada na preocupação de oferecer à juventude rural uma educação alternativa em que fossem utilizados conteúdos e instrumentos de formação de acordo com sua própria experiência vivida na produção rural, possibilitando, assim, um aprendizado teórico/prático sem necessidade do abandono das atividades rurais pelos jovens estudantes (GILLY, s/d).

Desta idéia inicial, após um longo período de discussão, surgiu à Casa Familiar Rural (CFR), cujo sistema de ensino era realizado de forma alternada em que os jovens passavam duas semanas em suas propriedades e uma semana em regime de internato na CFR. Com o sucesso desta experiência nasceu um modelo pedagógico, atualmente, conhecido por “pedagogia da alternância”, utilizado pelas CFRs. Os resultados obtidos a partir desta experiência foram considerados excelentes, sendo que os jovens envolvidos no projeto se mostraram interessados nesse modelo de formação, ficando, também, as famílias empenhadas na formação de seus filhos, juntamente, com o envolvimento da comunidade local (ESTEVAM, 2003).

A Casa Familiar é administrada por uma associação de pais e lideranças das comunidades envolvidas no projeto, constituindo-se numa organização não governamental. O método de ensino utilizado na Casa Familiar é a “pedagogia de alternância”, em que o jovem passa uma semana na Casa em internato e duas semanas nas propriedades. O sistema de alternância permite ao jovem uma maior motivação para o estudo porque possibilita o confronto constante entre a teoria e a prática, facilitando a criação de uma maior consciência, novos questionamentos para a solução de seus problemas cotidianos. O conhecimento aplicado à sua realidade permite uma melhor compreensão de seu meio. O

diálogo constante realizado entre colegas, monitores e pais possibilita soluções de problemas enfrentados cotidianamente (NOGUEIRA, 1999).

Numa Casa Familiar, além de trabalhar os conteúdos da grade curricular, os jovens resolvem os problemas originados em suas próprias atividades. Através do diálogo com os monitores e colegas, vão descobrindo novas formas de enfrentar suas dificuldades. Os jovens aprendem técnicas que vão desde o planejamento de uma atividade, passando ela administração da produção e dos negócios, até a comercialização, tendo, também, noções de organização sindical, cooperativa e formação de cidadania, em, um contexto interdisciplinar (ESTEVAM, 2003).

Para Silva (2000), a ênfase dada ao “vai e vem” da alternância, tem por objetivo confrontar os jovens, no processo de aprendizagem, com situações reais entre o mundo escolar e o mundo vivido. Na busca constante de articulação entre os universos muitas vezes opostos entre a teoria e a prática; do mundo escolar com o mundo da vida e entre o abstrato e o concreto, a alternância coloca frente a frente realidades diferentes: a escola com a lógica da transmissão do saber e a família com a lógica de pequena produção. Deste modo, a formação por alternância apresenta uma dinâmica que traz consigo a relação entre o meio escolar e o meio familiar.

Atualmente, são mais de 1.000 Casas Familiares distribuídas em todos os continentes. As mesmas estão organizadas em Uniões ou Associações Nacionais e vinculadas à Associação Internacional das Casas Familiares Rurais (AIMFR), com sede em Paris na França (ARCAFAR-Sul, 1998). Na região Sul do Brasil, as primeiras discussões se iniciaram no ano de 1987 no município de Barracão - PR. Em Santa Catarina, no ano de 1991, nascia à primeira Casa Familiar Rural, em Quilombo, município do oeste catarinense. Atualmente, no Estado Catarinense existem vinte e cinco CFRs, sendo duas CFM – únicas experiências no Brasil e América Latina -, em funcionamento distribuídas por todo o território catarinense.

Com o crescimento das experiências houve a necessidade da criação de uma coordenação para padronizar as atividades. A partir daí foi criada a ARCAFAR/Sul (Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil), como órgão oficial das Casas Familiares no Sul do País, com sede no município de Barracão-PR. A ARCAFAR/Sul (1998) define Casa Familiar como uma instituição educativa, dentro do meio rural ou pesqueiro, criada para formar jovens filhos de agricultores e/ou pescadores que buscam uma educação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola-residência, na qual os jovens estudam os conteúdos do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio e conjuntamente os conteúdos de formação geral e profissional sem abandonar suas atividades.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As fontes de informações para a realização da presente pesquisa foram obtidas através de questionários aplicados nas três Casas. Sendo que os mesmos tiveram perguntas abertas e fechadas totalizando 20 questões e foram distribuídos do seguinte modo: 39 na CFR de Armazém, 14 na CFM de Laguna e 09 na CFR de Sombrio; totalizando 62 entrevistados nas três Casas. Os mesmos foram aplicados durante os meses de outubro e novembro de 2006, aos jovens que se encontravam naquelas semanas em alternância nessas Casas Familiares. Inicialmente são apresentadas as características pessoais dos jovens envolvidos, suas opiniões a respeito das atividades desenvolvidas de modo geral. Cabe ressaltar que dos jovens entrevistados 85% eram do sexo masculino e 15% do sexo feminino na CFR de Armazém e nas demais Casas todos eram do sexo masculino. A média de idades foram as seguintes: 15,97 anos na CFR de Armazém; 14,71 anos na CFM de Laguna e Sombrio com 15,89 anos.

Todos os jovens entrevistados eram solteiros. Quanto à moradia, todos residiam com seus pais. Em relação ao nível de escolaridade cursado antes de frequentarem a CFR/M, conforme dados da tabela 1, abaixo, existe uma grande heterogeneidade em relação à série escolar em que se encontravam antes de ingressarem na CFR/M, contudo, a grande maioria já havia cursado a 4ª série do Ensino Fundamental e muitos estavam em fase de conclusão desse nível de ensino.

Tabela 1: O nível de escolaridade dos jovens antes de frequentar a CFR/M

ALTERNATIVAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
4ª série	10	07	-
5ª série	21	07	12
6ª série	28	50	44
7ª série	15	07	44
8ª série	21	14	-
Não informaram	05	14	-
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à participação em trabalhos comunitários 69% responderam que não participam de atividades comunitárias. Os que responderam *sim* haviam participado de associações, diretoria de projetos Microbacias, atividades pastorais da igreja católica, Caep, grupo de jovens e outros. Em relação à participação em outros cursos, antes de frequentar a Casa Familiar, 74% responderam não, ou seja, a grande maioria não havia frequentado outros cursos.

Com referência a aplicação prática do conhecimento na CFR/M, nessa questão foi sugerida uma escala com cinco opções na qual: o número 1 representava totalmente, o 2 a maior parte, o 3 a metade, o 4 uma pequena parte e o 5 nada. A Tabela 2 apresenta as respostas dos entrevistados, em que se evidencia a concentração das respostas nos itens “Maior parte” e “Metade”.

TABELA 2: Os jovens em relação à aplicação do conhecimento na prática

ALTERNATIVAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Totalmente	03	-	14
Maior parte	33	44	22
Metade	46	22	36
Pequena parte	15	34	14
Nada	03	-	14
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir alguns comentários feitos pelos jovens da CFRs:

Aplico pequena parte, mas um pouquinho sim; a metade, mas quero melhorar a propriedade; a maior parte, porque nem todas as práticas são aplicadas na propriedade; busco aplicar da melhor forma, aplico só o que convém para minha propriedade; por que muitas coisas não dá para aplicar; nem todo conteúdo passado é o da minha atividade; é fundamental eles saberem o que estamos fazendo; tudo o que eu acho importante eu aplico ou o que dá resultado; a minha família não aceita muitas coisas; muitas dicas eu aplico; porque é a nossa realidade; muitas dicas eu aplico; o que dá para fazer eu faço; por que o terreno é mata nativa; aplico todos os conhecimentos que se encaixa na minha propriedade; porque os pais não aceitam; porque o pai acha que dá errado muitas coisas; por que a outra metade não desenvolvo em minha propriedade; aplico só o que acho interessante; aplico só a metade; metade por que meus pais não tem tempo; muitas coisas não aplico; por que tenho outras atividades fora da CFR; a maior parte porque gosto disso e quero melhorar; metade porque trabalho com outras coisas; de vez em quando por que na minha propriedade não muitas coisas que eu aprendo; maior parte por que tenho equipamento; metade, não da tempo; nada por que não tenho propriedade; totalmente, está dando bons resultados; metade porque trabalho fora; pequena parte por que o terreno é muito pequeno para implantar na propriedade; maior parte por que vou continuar na agricultura; a maior parte por que já fazia na propriedade.

A seguir alguns comentários feitos pelos jovens da CFM:

Totalmente preparado não; estou mais capacitado; porque já aprendi a construir minha própria arte de pesca e até a pescar e reformar as embarcações; sim mecânica; porque eu era muito envergonhado e agora já sou mais solto em falar; porque adquiri experiência e conhecimento na CFM; os cursos ajudam mais no nosso preparo; na CFM eles ensinam a montar o próprio negócio; porque conheci várias ferramentas que não conhecia; pra falar a verdade não sei; porque nós aprendemos muito aqui.

Com relação às maiores dificuldades enfrentadas para aplicar os novos conhecimentos aprendidos na Casa, foram propostas quatro alternativas: a primeira os pais não aceitam; a segunda não se adapta à realidade; a terceira as culturas cultivadas são diferentes das ensinadas na Casa e, quem optasse pela última deveria comentá-la. Os resultados obtidos estão na tabela 3, conforme segue.

TABELA 3: dificuldades na aplicação do conhecimento

CATEGORIAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Os pais não aceitam	23	07	11
Não se adapta a realidade	28	36	45
Culturas diferem da propriedade	21	43	22
Outras comente?	28	14	22
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os comentários em relação à última opção foram os seguintes:

Nós trabalhamos com reflorestamento; minha família se baseia na atividade de suíno e gado de corte; as dificuldades são que nem tudo que aprendo se adapta a minha realidade, mas a maioria de meus conhecimentos adquiridos na CFR são aplicados; alguma são diferente e outras são no que eu trabalho; deve-se pensar bem antes de querer aplicar o projeto; o mais difícil é o pai compreender a atividade; mas devagar vou conseguindo fazer eles aceitam; não são muitas dificuldades; é aprendido muito sobre hortaliças e outras coisas, mas pouco como atividade de reflorestamento e fomicultura; não temos propriedade; porque eles são do jeito mais antigo, mas as vezes eles aceitam sim; um pouco do que estudo aqui não se adequa com a minha realidade; as vezes os recursos são poucos para desenvolver coisas novas na propriedade; falta recursos; eles acham que é só eles que estão certos; porque muitas vezes eles precisam da minha ajuda e não aceitam que não estou em casa para ajudar; por ser uma propriedade muito ruim para algumas culturas; meus pais adoram a proposta de vir para a CFR; por que não tem propriedade suficiente para o plantio;.

Na questão que indagava se o jovem gostaria de mudar alguma coisa em sua propriedade e quais eram os fatores mais relevantes que impediam esta vontade. Eis os comentários dos jovens das CFRs Armazém:

A forma de viver, de organizar e os pais não incentivam; adaptação de alguns produtos que poderiam trazer em futuro próximo uma lucratividade alta; fazer pequenas mudanças, para o melhoramento da qualidade de vida, ou seja, melhorar a mão de obra e aplicar mais tecnologia; gostaria de proteger as encostas de rios que passam em meu terreno, mas não posso, pois o terreno não tem espaço suficiente; falta de recursos; a atividade que trabalhamos; falta renda, não é que não posso é que não tenho alternativa, mas a CFR já me ensinou muitas coisas e fico muito grato por isso; devagar eu implanto, não é de uma hora para outra que se implanta uma atividade; gostaria de mudar estábulos, modificar as pastagens e trabalhar com inseminação artificial; nada, porque já ta mudando um pouco; tenho planos, mas por enquanto nada; ter outra atividade principal; gostaria de fazer um jardim, mas meu pai não quer porque dá muito trabalho; colocar um portão na entrada e tela ao redor, mas o pai não quer; um portão nós estamos para colocar; gostaria de ter um trator para transformar as nossas vargens; gostaria que a propriedade fosse maior do que ela é; gostaria de plantar mais produtos; o jardim que não tem e queria fazer; gostaria de mudar muita coisa, mas falta renda; mudar a plantação; mudar a organização por que está tudo desorganizado; mudar o plantio; eu gostaria de que o terreno fosse maior para plantar para mim; açude por que eu não tenho um; gostaria de mudar o pasto, fazer piquete só que não tenho dinheiro.

Comentários dos jovens de Sombrio:

Eu gostaria de aumentar o terreno da minha propriedade para cultivar mais coisas; por que os pais não deixam; eu gostaria de trabalhar com gado leiteiro; mas não posso porque minha família trabalha com fumo; ta bom como esta lá; não gostaria de mudar nada; queria aumentar minha propriedade (área plantada), mas não posso por que não vamos trabalhar só com agricultura e, assim a área vai ficar abandonada; queria fazer açude; não gostaria de mudar nada porque o terreno em minha propriedade só pode ser usado para rizicultura; nada por que as outras culturas não são rentáveis.

Outra observação importante a ser considerada, conforme Tabela 4 é relativa ao aspecto econômico. A maioria gostaria de modificar alguma coisa em sua propriedade, contudo, nas CFRs, o principal obstáculo apontado é de ordem financeira. Nas CFM de Laguna se observa que a maioria não trabalha com a produção pesqueira.

Tabela nº 4: principais obstáculos para realizarem mudanças na propriedade

CATEGORIAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Recursos financeiros	15	-	-
Propriedade pequena	11	-	22
Sem obstáculos	38	36	56
Não trabalha	-	50	-
Poucas mudanças	36	14	22
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

No aspecto relacionado ao preparo do jovem para enfrentar os desafios das atividades em seu meio profissional depois que começou a freqüentar a CFR/M. As respostas a esta questão foram quase unânimes. A maioria dos entrevistados responderam positivamente. A resposta mais freqüente foi por que aprenderam muitas novidades para ser utilizadas em suas propriedades. Pode-se verificar nos comentários a seguir os jovens sentem-se mais estimulados para a execução das suas atividades, pois o conhecimento adquirido tem despertado o desejo de exercer sua profissão com mais vontade, isso nas CFRs.

Nós aprendemos muitas coisas; muitas práticas para que ajudam a adaptar melhor as novas tecnologias; por que o homem tem que procurar trabalhar a “cabeça” não só com o corpo, serviço braçal; aprendi a trabalhar outras atividades; aprendi coisas novas que eu não sabia; aprendemos não só a trabalhar com o corpo, mas com a cabeça; tenho mais vontade de trabalhar porque no futuro sou eu quem tem que administrar a propriedade; porque a gente aprende muita coisa na CFR que a gente nunca tinha ouvido; vejo que pode se facilitar as coisas; porque sei como trabalhar fazendo a transformação da teoria para a prática; eu me sinto mais maduro, antes eu não queria saber da propriedade e agora eu sei que aqui é o meu lugar; aprendi muitas coisas e isso me anima a trabalhar; porque eu aprendo a ter o meu próprio negócio; aprendi novas técnicas; estou mais preparado; aprendi muitas coisas novas; porque na CFR se aprende a trabalhar na roça; na CFR ajuda para trabalhar melhor na propriedade; porque aprendemos mais técnicas; porque na CFR eu aprendi muitas coisas que eu não sabia para fazer um plantio; pois estou aprendendo mais do que eu já sabia ou achava que sabia; talvez não vou trabalhar na roça; estou me formando melhor para o futuro que é fundamental; porque nós aprendemos várias coisas sobre o meio rural; porque aprendi novas técnicas; porque nós estamos aprendendo como plantar coisas novas na roça; porque a gente tem mais conhecimento na roça.

Sobre as inovações implantadas no local de trabalho durante as duas semanas na propriedade. Os resultados são considerados positivos por que a grande maioria já realizou alguma mudança em seu meio. Os jovens das CFR de Armazém fizeram os seguintes comentários:

Reflorestamento; construção de uma agroindústria de embutidos; melhoramento da pastagem e o modo de trabalhar com o gado de leite; melhorei a pastagem e um pouco as vacas; fizemos um galpão e compramos uma ordenhadeira; comecei a fazer anotações sobre a propriedade; consegui comprar vacas de qualidade para melhorar a produção de leite; melhorei tudo; mais organização na propriedade; cercas, jardim, várias inovações; melhoramento da horta; o embelezamento da propriedade e o aperfeiçoamento de várias coisas; o cultivo de morango; reflorestamento e piscicultura; novas pastagens; sistemas de piquetes; mudei muitas coisas e uma foi piquetes; não jogamos mais embalagens de agrotóxicos na natureza; melhoramento do solo; melhoria na pastagem; galpão e horta; verduras e outras coisas que antes não plantava; ainda estou aqui pouco tempo, mas pretendo mudar muita coisa; plantei árvores frutíferas; mudei a horta; são poucas as inovações porque estou a pouco tempo na Casa; adoro a CFR, eles me tratam como filho; novas técnicas; foram plantadas frutas; plantei mudas de frutas; cerquei a horta e o jardim; melhorei a horta.

Comentários dos jovens da CFR de Sombrio:

Eu implantei a piscicultura; comecei a plantar verduras e se envolver mais na agricultura; não foi implantado nada, mas esta em projeto de implantar gado leiteiro; não implantei nada ainda; implantei a cobertura verde na horta; Nenhuma; as inovações foram aperfeiçoamento nas culturas aprendidas; nenhuma, os monitores nem foram na minha propriedade.

Comentários dos jovens da CFM de Laguna:

Estou mais capacitado para trabalhar; porque já aprendi a construir minha própria arte de pesca e até a pescar e reformar as embarcações aprendi; sim, mecânica; porque eu era muito envergonhado e agora já sou mais solto em falar; porque adquiri experiência e conhecimento na CFM; os cursos ajudam mais no nosso preparo; na CFM eles ensinam a montar o próprio negócio; porque conheci várias ferramentas que não conhecia; pra falar a verdade não sei; porque nós aprendemos muito aqui

Foi perguntado se durante as duas semanas de permanência na propriedade, o jovem lembrava do conhecimento adquirido na semana de alternância na CFR/M. Foram sugeridos cinco opções e ao somar a opção 1 e a 2, o resultado representa a grande maioria, ou seja, os jovens lembram, praticamente, da maior parte dos conteúdos ensinados. As respostas coincidem com os resultados da tabela anterior em que as respostas foram positivas em relação à preparação dos jovens para exercerem suas atividades.

Tabela 5: Aplicação do conhecimento nas duas semanas na propriedade

Opções	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Totalmente	21	14	-
Maior parte	46	43	67
Metade	18	-	-
Pequena parte	05	43	22
Nada	10	-	11
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Algumas das respostas acima foram comentadas e escolheu-se as seguintes observações dos jovens das CFRs:

Lembro de tudo; é difícil lembrar do que aprendeu; porque eu estudo; lembro, mas, às vezes não dá para fazer tudo; estou sempre lembrando aquilo que aprendi; algumas coisas a gente esquece; é difícil lembrar tudo; lembro quando estou fazendo o serviço; quando chego em casa começo a falar com meus pais e amigos; porque tenho que explicar para o pai e às vezes pros vizinhos; lembro pois sei que isso é muito bom para o bom andamento da propriedade; lembro porque mostro pros meus pais; reflito o que aprendi; estou aplicando na propriedade; tento encaixar meus conhecimentos em minha realidade

Comentários dos jovens da CFM:

Lembro porque pego o meu caderno e começo a ler para não esquecer as coisas; por que aprendi não esqueço; porque vou trabalhar nisso; até repasso para os familiares; maior parte; não lembro de tudo; tinha que ficar mais tempo na CFM; maior parte; lavar a louça e limpar o quarto; lavar a louça e limpar a cozinha; pouco.

Em relação à expectativa do seu futuro profissional, após a saída da CFR. A grande maioria dos jovens pretende continuar na atividade rural, mas com alguma especialidade ligada à agropecuária. Em relação aos jovens da CFM, a maioria não pretende continuar na atividade pesqueira, ou seja, 58% dos entrevistados desejam mudar de atividade, 21% pretendem continuar na profissão e o mesmo número disseram estar indeciso quanto ao futuro profissional, conforme os comentários a seguir e os dados da tabela 6.

Comentários dos jovens da CFR:

Porque é bom na agricultura; pretendo me dedicar mais na roça para aprender mais; servir o exército; pretendo continuar na roça por que o serviço na cidade está muito disputado; por que preciso continuar no meu projeto; por que meu pai tem um comércio, mas pretendo continuar cultivando a minha horta; não dá lucro na agricultura; por que acho que tem mais futuro lá na roça; por que não uai?

Comentários dos jovens da CFM:

Eu quero trabalhar como padeiro; não sei ainda falta muito tempo para pensar nisso; pretendo aprender consertar motor de barco; ta bom, mas quero no meu futuro uma profissão melhor; quero ir para Marinha; porque é única coisa que eu gosto de fazer; não eu passo mal na água; pretendo trabalhar em outra área; estou com outro plano, ir para o corpo de bombeiro; não sei ainda.

Tabela 6: As aspirações profissionais dos jovens

CATEGORIAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Agricultor	79	-	56
Técnico agrícola	05	-	-
Agrônomo	-	-	11
Veterinário	03	-	-
Pescador	-	21	-
Outras profissões	13	58	33
Indecisos	-	21	
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao trabalho desenvolvido pelos monitores, houve praticamente unanimidade nas respostas entre os jovens da CFR de Armazém e da CFM de Laguna; pois a grande maioria, de acordo com a tabela 7, considera bom e ótimo o trabalho dos

monitores. Em relação à CFR de Sombrio devido a grande rotatividade dos mesmos os resultados não foram tão bons.

TABELA 7: Sobre o trabalho desenvolvido pelos monitores

ALTERNATIVAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Ótimo	46	58	-
Bom	39	29	34
Satisfatório	08	07	11
Regular	07	07	44
Ruim	-	-	11
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os relatos dos jovens da CFR de Armazém sobre os monitores:

Eles são bons monitores; poderia ser melhor; fazem um bom trabalho, mas não são ótimos; se esforçam o máximo; são eles que dão motivo para vencer na vida; ensinam e tiram nossas dúvidas; ensinam o máximo possível; tudo que eles ensinam é útil para nós; cumprem suas tarefas; estão fazendo o papel correto; estão transmitindo muitas experiências profissionais; dão o seu melhor; precisa melhorar muitas coisas; fazem um bom serviço; sabem o que fazem; acho que está ruim; fazem o trabalho certo.

Os comentários dos jovens da CFR de Sombrio sobre os monitores:

Eles estão muito lentos; por que não temos aula; bom por que não ficamos a semana na sala de aula; está regular por que alguns eram bons, mas outros eram mais ou menos; por que eles explicam bem e não são tão ruins; por que quando eram a Tiane e o Franqui era muito mais organizado; por que não dão muito atendimento; poderia se esforçar mais para nos incentivar coisas novas; muito fraco o estudo.

Destacam-se os seguintes relatos dos jovens da CFM:

Muito bom, porque eles conversam para nós não fazer as coisas erradas e conversam com nós nas horas vagas; os monitores são atenciosos; porque não são todos que são ótimos; porque eles não dão mole para nós; ótimo na relação com os alunos, também nas matérias dadas; eu acho o seu Antônio muito legal e um professor muito ensinado; eles ensinam muito bem; os monitores são chatos; por que eles estão nos ensinando mais do que fazemos; porque eles colaboram com os alunos; são muito aplicados.

Em relação às atividades desenvolvidas na Casa Familiar pelas governantas, a maioria dos entrevistados acha o trabalho bom e ótimo, conforme tabela 8 a seguir:

TABELA 8: Sobre o trabalho desenvolvido pelas governantas

ALTERNATIVAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Ótimo	51	43	67
Bom	34	43	22
Satisfatório	05	07	-
Regular	05	07	-
Ruim	05	-	11
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao desempenho das atividades desenvolvidas pelas governantas, os jovens fizeram os seguintes comentários:

CFR de Armazém:

Comida excelente; gosto muito delas e admiro o seu trabalho; boa comida; a comida delas não matou ninguém; estão melhorando e fazendo pratos diferenciados; a comida da mãe é bem melhor; comida boa e elas são amigas; pode melhorar a comida é só ter mais vontade; elas são boas; elas fazem um bom serviço; a comida está ótima, mas só por causa do rizoto; a comida está como eu gosto; por que a alimentação é boa; a comida é boa e deliciosa.

CFR de Sombrio:

Porque ajuda muito a gente dando conselho; ótimo por que eu adoro a comida da tia Adelaide; muito bom, ótimo, porque ela entende a gente; ruim por que não frequenta a escola; ela sabe governar; por que ela sabe governa; boa não tenho nada a dizer, sempre atenciosa com a gente.

CFM de Laguna:

Porque ela é muito boa para nós e por isso nós alunos não podemos falar nada; ela é muito legal e inteligente; porque ela dá “bolo” todo dia; está bom na limpeza, na alimentação e etc.; porque ela pega muito no nosso pé; ela cozinha muito bem; porque ela é excelente no trabalho dela; ela só faz o que mandam; porque nos respeita e nós respeitamos ela; por ela ser maravilhosa.

Na questão sobre o que despertou o interesse do jovem a procurar a CFR, foram sugeridas quatro alternativas, conforme as alternativas propostas na tabela 9 a seguir.

TABELA 9: Os motivos que levaram a frequentar a Casa Familiar

ALTERNATIVAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
--------------	-----------------	----------------	-----------------

Incentivo dos pais	26	50	22
Vontade própria	59	14	22
Incentivo de amigo	08	07	45
Outros	07	29	11
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas em geral receberam os seguintes comentários:

Vontade de aprender novos conhecimentos; aprender novas tecnologias para o meio rural e melhorar a qualidade de vida; entrei na CFR por que meus pais acharam conveniente eu entrar e conforme eu aprendo vou passando meus conhecimentos a eles; para ser um homem nesta vida e eu vivesse por conta de meus pais eles certamente iriam me largar; os monitores da CFR; vontade de aprender coisa de minha realidade; gosto de aprender coisas novas.

Um dos pontos fortes das CFR/M é o calendário escolar que deve ser adaptado a cada região em que é instalada. Sendo o mesmo discutido com os pais e jovens no sentido de não atrapalhar as atividades na propriedade. Com referência ao calendário, foi elaborada uma questão com cinco alternativas de respostas e foi solicitado aos jovens escolherem uma das alternativas e comentarem sobre as mesmas. De acordo com a tabela 10.

TABELA 10: Calendário escolar versus trabalho na propriedade

ALTERNATIVAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Não atrapalha	41	93	44
Atrapalha pouco	44	07	34
Atrapalha	15	-	22
Atrapalha muito	-	-	-
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Foram selecionados os seguintes comentários:

a) atrapalha:

Atrapalha por que deixo o serviço sem fazer; fica muito serviço parado; pois deixo de fazer muita coisa; por que na CFR nós não precisamos acordar cedo e quando voltamos ficamos com preguiça; de certo modo por que estamos perdendo tempo de trabalho, mais adquirindo conhecimento; mas é muito importante estudar; o serviço mas vale a pena; por que no serviço é preciso estar

todo o dia do ano; uma semana longe do trabalho é muito doído; por causa do serviço da roça; por que deixar por conta de funcionário não é a mesma coisa.

b) não atrapalha:

Por que faço tudo nas semanas que fico em casa; por que nas duas semanas que eu estou em casa eu trabalho; o pai dá conta; por que eu faço o trabalho ante de ir para CFR; tenho um primo que me substitui; por que quem trabalha na roça são meus pais.

Na questão seguinte foi sugerido aos jovens seis opções em que se solicitou a escolha de uma ou mais opções sobre o que deveria ser melhorado de forma geral. Buscou-se avaliar os aspectos externos da CFR/M. os resultados obtidos estão na tabela 11 a seguir:

TABELA 11: o que deveria ser melhorado na CFR/M

ALTERNATIVAS	CFR Armazém (%)	CFM Laguna (%)	CFR Sombrio (%)
Participação dos pais	18	36	23
Visitas	34	29	11
Apoio da comunidade	18	21	-
Calendário escolar	15	07	33
Outros	15	07	33
TOTAL	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os seguintes comentários foram feitos pelos jovens da CFR de Armazém:

Deveria melhorar os horários; as visitas não são cumpridas; mais tempo para o lazer; tinha que fazer mais visitas; os pais são relaxados, não participam; mais horário para o futebol; os monitores visitam pouco; o apoio da comunidade já foi melhor; os monitores não estão visitando corretamente; tem que fazer mais visitas; visitas nas propriedades dos alunos uma vez por semana; deveríamos fazer mais visitas; mais apoio da comunidade para ter mais participante; os pais devem ficar por dentro dos assuntos; a comunidade é meio arisca; a comunidade precisa apoiar mais a CFR; a comunidade deveria valorizar mais o nosso trabalho; os pais deveriam se interessar mais e ver os que os filhos fazem na Casa.

Comentários dos jovens de Sombrio:

As visitas são muito importantes; os pais nunca participam das reuniões acho que devia; ter mais apoio da comunidade; deveria ter mais alternância; devia ter mais visitas e mais alternância.

Comentários dos jovens de Laguna:

Precisa ter mais visitas; mais visitas de estudo; mais participação dos pais; conheço coisas novas nas visitas; mais visitas de estudo; deveria ter mais semanas na CFM; mais participação dos pais; mais apoio da comunidade.

Na última questão foram sugerida aos jovens cinco opções pela quais eles deveriam dar nota de 0 a 10 aos participantes da CFR/M. Nesta questão observou-se uma boa relação dos participantes com as Casas, mas, em relação a comunidade se nota um certo distanciamento, pois foi a que obteve a pior média. Conforme a tabela 12 a seguir:

Tabela12: média das notas atribuídas pelos jovens

Opções	CFR Armazém Notas (Média)	CFM Laguna Notas (Média)	CFR Sombrio Notas (Média)
Associação	7,89	9,28	8,44
Monitores	8,35	8,64	7,00
Governanta	8,47	8,85	9,55
Pais	7,91	8,07	9,22
Comunidade	7,07	7,01	6,55

Fonte: Dados da pesquisa

CONCLUSÃO

Cabe destacar que o aspecto educacional das Casas depende do desempenho pessoal do monitor. Numa Casa Familiar a função do monitor vai muito além daquela exigida de um professor, é mais abrangente, ele assume o papel de educador, animador, técnico e acima de tudo, deve ser um conhecedor do meio e da realidade dos jovens e das famílias envolvidas no processo de aprendizagem. Pois no caso da CFR/M se parte do pressuposto de que o conhecimento não pode ser transmitido, mas construído conjuntamente. Para isso é necessário estabelecer um bom relacionamento entre pais, monitores, jovens, associação e comunidade para, a partir disso, construir coletivamente o conhecimento, transformando-o num instrumento de transformação da realidade. A pesquisa objetivou avaliar, a partir do ponto de vista dos jovens estudantes, se o trabalho desenvolvido por essas Casas Familiares tem contribuído para melhorar a qualidade de vida dos estudantes, preparando-os para o desempenho de suas atividades de origem, dando-lhe bases teóricas para que possam desenvolver economicamente a propriedade de suas

famílias, estimulando a permanência em seu espaço produtivo original, ou, levando-os a adquirir uma outra profissão.

O resultado demonstrado nas tabelas verificou que na percepção dos jovens o conhecimento técnico adquirido na Casa é concretizado em alternativas para a propriedade, possibilitando desta forma a melhoria na qualidade de vida da família na melhoria da qualidade da produção. O período de internato, do ponto de vista dos jovens, serve para adquirir conhecimentos teóricos e buscar novas técnicas de produção ou novas possibilidades, e o período na propriedade serve para repassar para a família o conhecimento adquirido na Casa Familiar. Em relação à aplicação dos novos conhecimentos adquiridos na Casa, os jovens apontam como maiores obstáculos à questão financeira, a resistência dos pais, a propriedade pequena entre outros fatores limitantes à implantação das inovações. No que diz respeito à participação dos pais e da família de um modo geral é esperado pelos jovens estudantes que os pais participem das discussões dos temas e ajudem a implantar os conhecimentos adquiridos porque para esses estudantes o sucesso na sua formação não depende somente deles e sim do incentivo e apoio da família e da comunidade.

Segundo os resultados obtidos, a partir do ponto de vista dos estudantes, pode dizer que projeto das CFRs e CFM estão contribuindo para o desenvolvimento local, incentivando a permanência dos jovens junto a seus familiares, sendo fator de melhoria da qualidade de vida e ajudando no resgate dos valores culturais, na implementação da agroecologia e na possibilidade de implantação de outras atividades não agrícolas tais como turismo, artesanato, comércio, entre outros. Desta forma, a questão se as Casas Familiares estão cumprindo os objetivos de inclusão social do homem e da mulher do campo e pesqueiro, pode ser respondida que se observa que o projeto tem contribuído para permanência dos jovens em seu meio. Poderá contribuir para diminuir a migração para os centros urbanos e com isso contribuir para a diminuição da violência nas periferias e a exposição de crianças e adolescentes a situações de risco na cidade. O trabalho desenvolvido pelas CFRs e CFM tem proporcionado aos seus participantes um ambiente favorável de integração e discussão, além de proporcionar aos educandos e seus familiares a aplicação de parte dos conhecimentos adquiridos na prática. Os jovens responderam que aplicam a maior parte dos novos conhecimentos recebidos. Outro fato que reforça esta tendência é a motivação dos jovens em permanecerem na atividade depois de formados. Somente o fato de o jovem sentir-se estimulado para continuar na atividade demonstra que a proposta tem atingido em parte o seu objetivo que é o de possibilitar o jovem trabalhar em seu meio, com condições de vida digna.

Referências:

ARCAFARSUL. **Programa de formação de jovens agricultores pela pedagogia da alternância.** Mimeo, Barracão-PR, 1999.

ESTEVAM, Dimas O. **Casa Familiar Rural:** a formação com base na pedagogia da alternância. Florianópolis: Insular, 2003.

GILLY, Pierre. **Manual das Casas Familiares Rurais..** ARCAFAR/Sul, Nº 1, mimeo, s/d.

LUZ, Deisy M. R. **Casa Familiar Rural em Santa Catarina:** contradições no encaminhamento político da proposta. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, 2002.

NOGUEIRA, Joaquim Dias. **Casa Familiar Rural no Paraná:** organização e implementação de um programa. Dissertação (Mestrado), UFV, Viçosa-MG, 1999.

SILVA, Lourdes Helena da. **As Representações Sociais da Relação Educativa Escola-Família no Universo das Experiências Brasileiras de Formação por Alternância.** Tese de doutorado em psicologia da educação, PUC, São Paulo, 2000.

A PRODUÇÃO “PRO GASTO”: O AUTOCONSUMO COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO¹

Catia Grisa (Mestre em Desenvolvimento Rural)

e-mail: catiagrisa@yahoo.com.br

Sergio Schneider (Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PGS) da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

e-mail: schneide@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo debate o modo como a produção para o autoconsumo contribui para a autonomia da agricultura familiar. Argumenta-se que isto decorre, sobretudo, por se tratar de uma estratégia de diversificação dos modos de vida (Ellis, 2000). Parte-se da comparação da produção para o consumo familiar em quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul e, em relação aos procedimentos metodológicos, da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas. O artigo divide-se em cinco seções. A primeira realiza uma aproximação geral ao tema e, em seguida, discute a relação entre mercantilização da agricultura e autonomia das unidades familiares, e como o autoconsumo pode contribuir para a promoção desta. A terceira demonstra a metodologia da pesquisa e da mensuração do autoconsumo. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa e a quinta, as considerações finais. Observou-se que o autoconsumo responde por valores monetários expressivos, sendo relevante sua proporção sobre a renda total e o custo da cesta básica. Ademais, contribui tanto para a condição socioeconômica e manutenção das unidades familiares, quanto para a qualidade de vida e ascensão social.

1 Introdução

O autoconsumo, entendido como a produção resultante do trabalho da família e destinada ao consumo da mesma, é um tema de pesquisa pouco estudado entre os estudiosos do meio

¹ Este artigo resulta da dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), intitulada: A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul (2007), sob orientação do Prof. Dr. Sergio Schneider.

rural. Este relativo esquecimento ou pequeno interesse deve-se não apenas à crença predominante de que esta prática estaria fadada ao desaparecimento, mas também a certo preconceito. É usual em ambientes institucionais que discutem a agricultura e seus processos de evolução técnico-produtivos, a compreensão de que a produção para o autoconsumo, também denominada produção “pro gasto”, simboliza o atraso, a tradição ou uma cultura avessa à modernização. Contribuiu sobremaneira para esta visão, a ideologia da modernização agrícola preconizada na Revolução Verde. Repercutindo este pensamento, as políticas públicas pouco têm considerado esta produção, algumas vezes contribuindo até mesmo para sua diminuição.

No Brasil, como alhures, a discussão sobre a produção para o autoconsumo, nas ciências sociais, foi particularmente intensa entre antropólogos, etnógrafos e sociólogos que realizaram estudos sobre o campesinato. Destacam-se entre estes, principalmente as contribuições de Chayanov (1974) e Wolf (1976) que, não obstante as formas distintas de compreender a organização produtiva e econômica dos camponeses, evidenciam que o autoconsumo é uma importante dimensão do processo organizativo, quando não a principal (no caso da tese de Chayanov). Seguindo estes autores, alguns estudos brasileiros também se dedicaram ao tema, igualmente perseguindo entender a organização das unidades camponesas (HEREDIA, 1979; GARCIA JR., 1983, 1989; WOORTMANN, WOORTMANN, 1997; CANDIDO, 2001). Para estes, do mesmo modo que Chayanov (1974), os camponeses são guiados segundo suas necessidades de subsistência, sendo, portanto, fundamental o autoabastecimento alimentar.

Em anos recentes, mormente no contexto dos estudos rurais brasileiros, tem havido uma retomada de pesquisas sobre o autoconsumo. Os trabalhos de Leite (2004), Gazolla (2004), Sacco dos Anjos *et al.* (2004) e Menasche (2007) são alguns exemplos. A maioria destes elaborados no âmbito de preocupações mais gerais com os temas da segurança alimentar e da pobreza rural, que recrudesceram a partir de meados da década de 1990.

Malgrado a contribuição destes autores, ainda são escassos os estudos dedicados à temática no âmbito da agricultura familiar e lacunas permanecem abertas. Há necessidade de avançar para além de estudos de caso, fato comum a maioria destes trabalhos, e compreender o autoconsumo numa perspectiva comparada, possibilitando abarcar de modo mais conciso a complexidade dos processos sociais interrelacionados a esta produção. Atendendo a esta demanda, este trabalho se propõe a comparar a produção para o consumo familiar em quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul, que apresentam características socioeconômicas e culturais distintas (Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai). Além de possibilitar traçar diferenças e semelhanças entre os universos pesquisados, permitirá desvendar sua importância em contextos expressivamente mercantilizados, colocando em “xeque” as previsões sobre sua desaparecimento à medida que avançava a modernização da agricultura. Mais que isto, o

objetivo deste artigo consiste em discutir como o autoconsumo contribui para a autonomia da agricultura familiar. Autonomia aqui é entendida como um processo que propicia as unidades familiares ampliarem o controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre sua reprodução social. Argumenta-se, principalmente, que o autoconsumo fornece autonomia em virtude de se tratar de uma estratégia de diversificação dos modos de vida.

Para tanto, além desta introdução, este artigo compõe-se de mais quatro seções. A próxima discute a mercantilização da agricultura, como esta compromete a autonomia das famílias rurais, e o autoconsumo enquanto estratégia de diversificação que contribui para aquela. A terceira seção apresenta a metodologia da pesquisa e do cálculo do autoconsumo. A seguinte apresenta e debate os resultados da pesquisa. Por último, elaboram-se as considerações finais com as principais conclusões obtidas na pesquisa.

2 Mercantilização da agricultura, autonomia e autoconsumo

A mercantilização da agricultura, conforme Ploeg (1990, 1992), refere-se a um processo pelo qual a agricultura vai sendo crescentemente incorporada aos mercados, tornando-os estruturas centrais à (re)produção da unidade familiar. Os agricultores sempre se relacionaram com os mercados para vender parte da produção e/ou adquirir produtos não passíveis de produção dentro da unidade familiar. Sem embargo, a partir de um determinado momento, os mercados tornaram-se as principais estruturas sociais a condicionar as relações dos agricultores com os objetos e meios de trabalho, bem como entre eles próprios e outros atores sociais. Recursos derivados da natureza e reproduzidos pela produção agrícola são, cada vez mais, trocados por artefatos produzidos e comercializados por instituições externas à unidade familiar. À medida que fatores de produção e insumos aparecem no processo produtivo como mercadorias, a produção agrícola torna-se cada vez mais envolvida ao, dependente do e estruturada pelo mercado, o qual prescreve e controla o processo de produção. Todo o resultado da produção é destinado à comercialização, obtendo-se através desta os rendimentos para a aquisição de fatores e insumos utilizados no próximo cultivo, o qual é, novamente, destinado à comercialização, criando, portanto, um ciclo de dependência.

Neste contexto, o processo produtivo torna-se cada vez mais dependente do mercado, cada vez mais concentrado a um limitado número de agricultores, com custos de produção crescentes (necessidade constante de adotar e renovar tecnologias) e redução nas margens de lucro (por unidade de produto final, animal e hectare). Aumentar a escala e se especializar tornam-se um dos critérios para o desenvolvimento da agricultura. No entanto, especialização produtiva e vulnerabilidade constantemente caminham juntas.

A vulnerabilidade é entendida como uma situação onde a reprodução social está ameaçada devido ao “(...) alto grau de exposição ao risco, choques, tensões e propensão à insegurança alimentar” (CHAMBERS, 1989, DAVIES, 1996, *apud* ELLIS, 1998, p.14). Segundo Chambers (1995), vulnerabilidade não significa carecer de algo, mas exposição e desproteção. Exposição remete-se aos choques, tensões e riscos e, desproteção significa carecer de meios para enfrentar a primeira sem perdas prejudiciais. No caso da especialização e da mercantilização da agricultura, as famílias ficam expostas aos mercados e as relações por ele estabelecidas, e carecem de meios para se resguardarem.

Por outro lado, as unidades familiares são capazes de articular uma “reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida”. Neste caso, uma parte do resultado da produção é destinada aos mercados e outra, à reprodução dos fatores de produção e insumos necessários ao ciclo precedente, garantindo uma base de recursos autocontrolada. A força de trabalho, os objetos e os meios necessários para o ciclo produtivo são frutos do ciclo precedente, não aparecendo como mercadorias, mas como valores de uso para a unidade familiar. A produção agrícola atual, dependente da reprodução em ciclos anteriores, coloca a base para os ciclos futuros, tornando a reprodução (e o ciclo produtivo) historicamente garantida. Procura-se um distanciamento do mercado de insumos e uma aproximação a mercados que não acarretem aumento de dependência a recursos externos. Restabelece-se, então, a autonomia, advinda da possibilidade das unidades familiares controlarem maior dimensão do processo produtivo e, por conseguinte, de sua reprodução social (PLOEG, 1990, 1992).

Ao mesmo tempo em que a reprodução autônoma e historicamente garantida tem a preocupação de manter internamente etapas do processo produtivo e, assim, desenvolver-se a partir dos recursos locais, também ocorre uma reorientação para a diversificação da produção (PLOEG, 2006). Ao diversificar, as unidades familiares ficam menos expostas a situações de risco e as relações mercantis.

A produção para o autoconsumo é uma estratégia que contribui para a reprodução autônoma e historicamente garantida. Além de manter interna à família, e sob controle desta, a atribuição de produzir os próprios alimentos garantindo acesso direto a eles, sem nenhum processo de intermediação que os tornem valores de troca, o autoconsumo contribui para autonomia em virtude de propiciar a diversificação dos modos de vida.

Diversificação dos modos de vida “(...) é definido como um processo pelo qual as unidades domésticas constroem um portfólio diversificado de atividades e ativos com o objetivo de sobreviver e melhorar seu padrão de vida” (ELLIS, 2000, p.15). Está relacionado com multiplicar as fontes de renda, isto é, variar a renda agrícola, ampliar as rendas agrícolas fora da unidade de produção, investir em ocupações que gerem rendas não-agrícolas, acessar transferências sociais

e promover rendas derivadas de remessas de familiares (ELLIS, 1998; 2000). Neste escopo, também se destaca a produção para o autoconsumo, como uma espécie de renda não monetária.

Para Ellis (2000, 1998), as estratégias de diversificação podem ser classificadas em dois tipos, “escolha e adaptação” ou “reação e necessidade”, dependendo do contexto em que a unidade familiar está inserida. Estratégia como “escolha e adaptação” diz respeito a uma reação voluntária e pró-ativa de diversificação, onde as unidades domésticas já possuem condições sociais e materiais para sua reprodução e, deste modo, objetivam geralmente melhorar o padrão de vida, ascender socialmente, acumular capital, podendo se configurar como um mecanismo de diferenciação social. Já uma estratégia de “reação ou necessidade”, é uma resposta involuntária e infortúnia, onde a reprodução da unidade doméstica está ameaçada, suscetível à sazonalidade, aos fatores de risco, às falhas nos ativos e frágil em suas capacidades (ELLIS, 2000, 1998).

Enquanto estratégia de diversificação, o autoabastecimento alimentar pode ser classificado em ambas as categorizações. No primeiro caso, as unidades familiares visualizam na produção para o autoconsumo uma forma de economização, como definiu Lovisolo (1989), que possibilita economizar recursos financeiros para investir em outros bens e maximizar os recursos disponíveis na propriedade (terra, força de trabalho e tempo). Neste mesmo sentido, as famílias podem manter este tipo de produção em virtude dela proporcionar maior segurança alimentar. No segundo caso, o autoconsumo surge fundamentalmente como uma forma de aumentar a autonomia e minimizar a vulnerabilidade. Para o caso deste trabalho, trata-se principalmente daquelas unidades familiares cuja reprodução está dependente dos mercados por conta da mercantilização acentuada, e, portanto, vulneráveis.

3 A metodologia da pesquisa e o cálculo do autoconsumo

Este estudo comparativo resulta do projeto de pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”, realizado em 2003, em parceria pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR – UFRGS) e o Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA – UFPel). Os municípios estudados, Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras, representativos das respectivas regiões, Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai, foram escolhidos visando abordar a diversidade socioeconômica e cultural do meio rural gaúcho. Estes representam diferentes trajetórias da agricultura familiar em termos de formação histórica, cultivos agrícolas, integração aos mercados, condições socioeconômicas e culturais. Cada uma destas regiões pode ser compreendida como uma dinâmica particular de desenvolvimento da agricultura familiar.

Nesta pesquisa foram aplicados 238 questionários, distribuídos entre os universos pesquisados segundo o método sistemático por comunidade², no ano de 2003. Desta amostragem, 35 famílias foram selecionadas para entrevistas (realizadas em setembro/outubro de 2006), representando as unidades familiares com os maiores e os menores valores brutos da produção para o autoconsumo, captando os extremos da diversidade desta produção. Ao longo do texto, fragmentos dos discursos gravados são transcritos, sendo identificados pela letra "I" de informante, por um número (ordem em que foram realizadas) e pelas iniciais do nome do município.

Quanto ao cálculo para mensurar o autoconsumo, cabe sublinhar que esta, neste trabalho, é definida como a parcela da produção animal, vegetal e transformação caseira³ produzida pela unidade familiar e consumida por esta. O valor atribuído a esses alimentos foi estimado com base no preço ao produtor (preço de venda).⁴ A opção por este, e não o de compra, justifica-se pela grande variação de preços ao consumidor entre mercados, disparidade que se potencializa quando se tratam de municípios distintos e distantes geograficamente, como é caso nesta pesquisa (SACCO DOS ANJOS *et al.*, 2004). Considera-se igualmente o fato dos produtos com a finalidade de autoconsumo nem sempre alcançam o padrão de mercado, não atingindo os mesmos preços dos produtos comerciais (SANTOS, FERRANTE, 2003) e, deste modo, os preços de venda refletem mais intensamente as condições de reprodução das unidades familiares. Poderiam alguns argumentar que, ao utilizar os preços de venda, há uma subestimação do autoconsumo. No entanto, pode-se contra-argumentar que, ao utilizar o preço de compra, ocorre uma superestimação. Neste sentido, considera-se que nenhuma metodologia está equivocada e, que a partir de ambas, é possível demonstrar a importância do autoconsumo.

É importante mencionar ainda, que trabalha-se com produto bruto de autoconsumo. Isto porque, como afirma Gazolla (2004), há dificuldades para se calcular os valores monetários líquidos da produção para o autoconsumo devido ao fato de não ser possível isolar, de forma

² Este método garante a representatividade de cada comunidade do município. O sorteio não ocorre para toda a amostra, mas para cada comunidade e o intervalo sistemático válido refere-se a este universo, diferindo conforme seu tamanho.

³ Os valores da transformação caseira não foram contabilizados no produto bruto do autoconsumo total em virtude do questionário não permitir a separação da matéria-prima consumida diretamente pela família, daquela utilizada para a produção de derivados. No entanto, esta é uma questão difícil até mesmo para as unidades familiares, que dificilmente contabilizam seus gastos.

⁴ Esta opção vai de encontro à metodologia adotada por Garcia Jr. (1989) que considera os preços de compra (preços ao consumidor). A escolha de Garcia Jr. deve ser interpretada conjuntamente com sua obra, cujo objetivo era comprovar que inseridos numa dinâmica capitalista, os camponeses também eram guiados por uma racionalidade econômica. Se os preços destes fossem de tal ordem que, produzindo lavouras comerciais com o mesmo trabalho despendido pudessem fazer frente às demandas alimentares da família, a opção seria pela produção comercial e não pelo autoconsumo. Por lançar mão deste cálculo é que a produção para o autoconsumo teria que ser balizada pelo preço aos consumidores, evidenciando o quanto a família gastaria comprando os alimentos necessários.

exata, as despesas que incorrem sobre esta produção daquelas destinadas à venda. Sendo assim, prefere-se calcular o autoconsumo na forma de produto bruto (valor bruto) e não produção líquida.

4 Autoconsumo, diversificação e a produção de autonomia

Contrariamente ao que alguns poderiam presumir no que concerne ao desaparecimento da produção para o autoconsumo ou a sua insignificância, esta prática persiste como uma estratégia importante para a reprodução da agricultura familiar. Corrobora com esta afirmação, o fato do autoabastecimento alimentar ter estado presente nos 238 estabelecimentos pesquisados pela pesquisa AFDLP (2003).

Além de estar presente, o autoconsumo responde por valores monetários importantes para a família rural. A Tabela 01 apresenta os valores do produto bruto de autoconsumo diferenciados quanto à origem (vegetal e animal) e o total nos municípios pesquisados. Verifica-se que se trata de valores expressivos, alcançando o valor total anual médio de R\$ 4.308,08 em Veranópolis, R\$ 2.161,05 em Morro Redondo, R\$ 4.223,08 em Salvador das Missões e em Três Palmeiras, R\$ 3.026,02. Observa-se que há diferenciações relevantes entre os municípios. Chama a atenção, por exemplo, o fato de Morro Redondo apresentar um produto bruto de autoconsumo total médio correspondente a 50,16% de Veranópolis. Estas diferenças devem-se a vários fatores, que, devido ao objetivo deste artigo, não são discutidas.⁵ Entretanto, em que pese estas diferenças, o autoconsumo continua, em todos os universos pesquisados, exercendo funções importantes para a agricultura familiar, principalmente no que concerne a sua condição socioeconômica e autonomia.

Tabela 01: Produto Bruto de autoconsumo animal, vegetal e total (valor médio anual em R\$) nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Produto Bruto do Autoconsumo médio anual em Reais (R\$) e				
	porcentagem (%)				Total
	Vegetal		Animal		
R\$	%	R\$	%		
Veranópolis	2.414,17	56,04	1.894,31	43,96	4.308,08
Morro Redondo	1.081,39	50,04	1.079,66	49,96	2.161,05
Salvador das Missões	2.026,01	47,97	2.197,87	52,03	4.223,88

⁵ Cita-se: as características das famílias (número de membros, consumidores, UTH's), as condições técnicas de produção (área média, assistência técnica, crédito, etc.), tipos de cultivos e produção agropecuária praticada, diferentes fontes de renda, o repertório cultural das famílias e municípios, o contexto local, etc.

Três Palmeiras	1.425,48	47,11	1.600,00	52,89	3.026,02
Total	1.736,76	50,63	1.692,96	49,37	3.430,02

Fonte: Pesquisa AFDLP (2003).

A importância social e econômica do autoconsumo é melhor compreendida através da Tabela 02, que apresenta a proporção deste sobre o produto bruto total, a renda total e o custo da cesta básica. A primeira consideração a ser feita a partir desta Tabela é que entre 25% e 30% do que é produzido (produto bruto) nos estabelecimentos permanece nestes para o consumo familiar, permitindo a família o controle sobre uma parte considerável de sua alimentação, e, assim, sobre sua autonomia. Os alimentos seguem direto da unidade de produção (lavoura) para a unidade de consumo (casa), sem nenhum processo de intermediação através de valores de troca. “Quando a gente quer não precisa ir no super [mercado] pegar, já tem em casa” (I 38, MR). Segundo Garcia Jr. (1989, p. 127), ao autoconsumir, a unidade familiar, “(...) diminui o tempo em que estão expostas à flutuação dos preços pagos ao consumidor, reduzindo os momentos em que são apenas compradoras”. Ou seja, diminuem a exposição e desproteção frente aos mercados, e sua vulnerabilidade.

As diferenças entre municípios decorrem dos valores do produto bruto total⁶ e das proporções do autoconsumo. Em Veranópolis e Salvador das Missões, cujos valores do autoconsumo são 29,39% e 28,82%, respectivamente, embora as unidades familiares produzam mais para o seu consumo, o produto bruto total é mais elevado, diluindo a importância desta produção. No caso de Morro Redondo (25,5%), os agricultores estão diminuindo a produção agrícola, inclusive para o autoabastecimento alimentar, e, assim, se justifica o valor baixo. Em Três Palmeiras (31,8%), as famílias produzem mais para o consumo familiar, comparado com Morro Redondo, e apresentam menor produto bruto total que Salvador das Missões e Veranópolis, contribuindo para concentrar a importância do autoconsumo.

Tabela 02: Proporção do produto bruto de autoconsumo total sobre o produto bruto total, a renda total anual e o custo da cesta básica nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Proporção do produto bruto do autoconsumo (%) sobre		
	produto bruto total anual	renda total anual	custo da cesta básica
Veranópolis	29,39	21,87	68,31
Morro Redondo	25,50	32,01	42,67

⁶ Em Veranópolis, o produto bruto total corresponde a R\$ 23.624,18, em Morro Redondo R\$ 12.411,81, em Salvador das Missões R\$ 25.503,48 e R\$ 19.686,14 em Três Palmeiras.

Salvador das Missões	28,82	16,73	69,09
Três Palmeiras	31,80	38,34	54,22
Total	28,88	27,24	58,33

Fonte: Pesquisa AFDLP (2003).

A segunda consideração a ser feita a respeito da Tabela 02 é que, em média, 27,24% da renda total é fruto da produção para o autoconsumo, contribuindo significativamente para a condição econômica das famílias. Em Três Palmeiras e Morro Redondo, casos mais expressivos, as unidades familiares deixam de gastar, respectivamente, 38,34 % e 32,01% da renda total anual com a aquisição de alimentos nos mercados, fazendo frente a outras demandas também necessárias a reprodução familiar. Trata-se de uma importante forma de economização, segundo expressão utilizada por Lovisolo (1989). “Morando na colônia, se a gente não plantar isto ali com o que a gente sobrevive? O que a gente ganha, o pouco que a gente ganha, praticamente vai pra rancho e tem luz, telefone, a gente paga água e tudo o resto, e é gás, sempre tem” (I 30, V). O pagamento de muitos destes custos ou até mesmo o acesso a outros alimentos necessários poderiam ficar comprometido ou restrito, caso a unidade familiar tivesse que adquirir toda sua alimentação, necessidade primária, em mercados. Em Salvador das Missões e Veranópolis, as porcentagens em relação à renda total anual são menores, resultado desta ser mais elevada comparativamente aos demais municípios, fato que dilui a importância relativa do autoconsumo.⁷

A terceira consideração, complementando a anterior, é sobre o percentual do autoconsumo por consumidor⁸ sobre o custo da cesta básica no ano agrícola da pesquisa (R\$ 132,21). Em Veranópolis e Salvador das Missões, onde a produção para o autoconsumo é uma estratégia mais valorizada pelas unidades familiares, o autoabastecimento responde, aproximadamente, a 70% do custo da cesta básica. Nestes, as unidades familiares deixam de gastar em torno de R\$ 90,00 por mês com alimentação. Morro Redondo e Três Palmeiras apresentam valores inferiores, 42,67% e 54,22% respectivamente, mas nem por isso menos importante. Não obstante as diferenças, percebe-se mais uma vez, nos quatro municípios investigados, o potencial do autoabastecimento alimentar para a autonomia da agricultura familiar.

⁷ Em Salvador das Missões, a renda total média anual é de R\$ 18.911,28, em Veranópolis é R\$ 26.969,50, em Três Palmeiras R\$11.033,12 e em Morro Redondo R\$ 12.914,83.

⁸ Uma unidade consumidor equivale a um indivíduo com idade superior a nove anos, e crianças até nove anos contabilizam meia unidade consumidor, segundo metodologia empregada por Tavares dos Santos (1984).

Além de manter o acesso aos alimentos à família e de ser uma forma de economização, o autoconsumo fortalece a autonomia da agricultura familiar por se tratar de uma estratégia de diversificação dos modos de vida.

Recentemente, quando o preço da soja esteve em elevação, algumas unidades familiares decidiram dedicar-se exclusivamente ao cultivo deste cereal, reduzindo e até extinguindo a produção para o consumo familiar. Famílias que produziam “leite, 10, 12 vacas, venderam pra produzir soja. Venderam vacas, e pastagens foram transformadas em lavouras” (Entrevista 16, SM). As famílias incrementaram a mercantilização da agricultura e a reprodução social ficou a mercê de um único cultivo agrícola. No ano seguinte, o preço do cereal decaiu e a crise foi acentuada pela estiagem (seca) que atingiu o Estado. As famílias ficaram sem recursos e nem dispunham de outras estratégias para fazer frente as suas necessidades.

O próprio agricultor que vendeu as vacas, ele se arrependeu logo e as famílias na volta ficaram preocupadas – como é que vai ser? Agora sem leite, e o soja não tem, qual é a renda que ele vai ter pra viver? – e sabe, o rancho tem que fazer, o cara que não tem produto para subsistência tem que comprar no mercado, a luz cada mês vence, água, carro, gasolina pra andar (Entrevista 16, SM).

A especialização deixou as unidades familiares expostas às crises financeiras e climáticas, e desprotegias. Sentindo esta fragilidade, principalmente no caso de Salvador das Missões e Três Palmeiras onde a especialização produtiva em soja é mais acentuada, as famílias têm procurado diversificar a produção, “estão plantando parreira, laranja, bastante coisa, que não seja só na soja e no milho, como era antigamente” (I 19, TP). Também se retoma e intensifica-se a produção para o autoconsumo, “o ano passado foi um ano que compraram bastante coisa [para o consumo], agora este ano já estão voltando a plantar mais” (I 23, TP).

A diversificação e a produção para o autoconsumo, neste caso, surgem como uma resposta a uma situação de crise e insegurança, como uma “necessidade e reação”, conforme definido por Ellis (1998, 2000). Trata-se de estratégias que visam aumentar a autonomia e minimizar a vulnerabilidade advinda da mercantilização intensa. De modo semelhante, Buainain, Romeiro e Guanzirolli (2002, p.13) afirmam que a diversificação “é uma clara e consciente estratégia de redução de riscos e incerteza, sem dúvida um trunfo de muitos sistemas de produção explorados por agricultores familiares”.

Mesmo que não monetária, o autoconsumo constitui uma importante fonte de renda, conforme observado nas Tabelas anteriores, e, sendo assim, apresenta o mérito de auxiliar na

estabilidade econômica e social das unidades familiares expostas as oscilações das culturas comerciais e falhas nas rendas, intensificando o controle sobre o processo produtivo. O mesmo foi observado nos estudos conduzidos por Ellis. Segundo o autor, o autoabastecimento alimentar pode ser um dos explicativos da persistência e reprodução das unidades familiares em ambientes onde cada vez mais vigora a economia capitalista competitiva.

Igualmente, referindo-se às unidades familiares baseadas no binômio soja-trigo, Lovisolo (1989, p. 70) constata que “os agricultores (...) que fazem acompanhar ao binômio a produção de autoconsumo podem, em tese, resistir melhor a ambas as crises: a dos preços e as naturais”. Isto porque, como demonstrado por Leite (2004), esta produção confere um efeito anticíclico compensando as épocas de baixos rendimentos monetários nos estabelecimentos e as variações destes ao longo do ano agrícola, proporcionando uma renda total mais constante. É, portanto, um importante “instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil” (MALUF, MENEZES, MARQUES, 2001, p. 8). Outrossim, Brumer (1994) constata que manter o autoconsumo, junto com outras atividades econômicas, configura-se uma forma de economizar recursos, diminuir riscos de contração de dívidas e extrapolação das despesas necessárias, ao mesmo tempo em que possibilita a intensificação do trabalho familiar e a manutenção de membros na residência familiar, evitando o êxodo rural e a exposição ao desemprego urbano.

Manter uma produção diversificada e garantir a produção para o consumo familiar, além destes elementos já citados, também permite investir na propriedade, ou seja, trata-se de uma estratégia de acumulação ou “de escolha e adaptação”, como definiu Ellis (1998, 2000) e demonstram os depoimentos. Organiza-se a propriedade de tal modo que uma fonte de renda, por exemplo, a produção leiteira, é destinada ao pagamento das despesas ordinárias, como a energia elétrica, o combustível, etc.; a produção para o autoconsumo faz frente às demandas alimentares da família; e com outra renda, a produção de soja, é possível investir na propriedade e acumular, comprar mais terras, por exemplo. Assim, todas as necessidades da unidade familiar são contempladas e garante-se a autonomia.

As miudezas a gente não pode deixar, não tem como. Olha que tem um custo pra comprar tudo. Não adianta ali, que nem nossos vizinhos, produziram leite e disseram - com o leite eu compro isto, compro aquilo - não plantaram nem feijão mais pro gasto. Isto não tem, tu tira o leite, não te sobra nada. Assim não, **tu tem o leite e todas as miudezas⁹, ali sempre sobra um pouco do leite senão não.** A gente aqui abastece trator, abastece os carros, paga luz tudo com o dinheiro do leite. **Dai o**

dinheiro da lavoura vai pra investir: nós temos uma filha em Chapecó, demos casa (...), meu filho tem 21 anos, já tem 18 hectares de terra. Isto que quando nos casemos saímos da estaca zero (I 25, TP, grifos nossos).

A família tem mais autonomia porque, ela sempre produz coisas para o comércio, ou leite, soja, milho, trigo, canola, sempre ele vai ter um ou outro produto que vai puxar pra venda, então se ele tiver para o consumo, ele vai ter muito mais autonomia, muito mais segurança. Isto a gente vê, tem um gerenciamento melhor das propriedades. Mesmo produzindo mais soja, mas produzindo para o consumo próprio e leite, acaba sobrando. **Quando da fatura de soja, eles faziam com que a soja fosse uma reserva,** e aquilo servia pra fazer uns negócios à parte: comprá mais um pedacinho de terra, um trator melhor, construir a casa. **Aquilo era uma poupança que eles tinham, porque a manutenção da propriedade fazia através do leite e do que eles produziam pro consumo da família,** então eles tinham muito mais autonomia, e ainda tem estas famílias, embora esta poupança tenha balançado bastante no último ano (I 16, SM, grifos nossos).

Independente da diversificação resultar de uma “reação/necessidade” ou “escolha/adaptação”, o autoconsumo é sempre uma estratégia importante, observada em todos os universos empíricos pesquisados, ora contribuindo para a estabilidade socioeconômica e manutenção das unidades familiares, ora permitindo melhorias na qualidade de vida e infra-estruturas, e até mesmo ascensão e diferenciação social frente às demais em alguns casos.

5 Considerações finais

Mais que evidenciar que a produção para o autoconsumo é uma estratégia recorrente na agricultura familiar, buscou-se demonstrar, através deste trabalho, que esta produção contribui sobremaneira para a condição socioeconômica e autonomia dos agricultores familiares, como demonstraram os resultados da pesquisa AFDLP (2003).

Em todos os universos sociais estudados, embora as diferenças encontradas, a produção “pro gasto” é responsável por manter sob controle da família uma parte da satisfação alimentar. A unidade familiar acessa os alimentos sem nenhum processo de intermediação que dificulte a

⁹ Expressão sinônimo de produção para o autoconsumo utilizada por descendentes de italianos.

proximidade a eles, contribuindo para uma reprodução autônoma, oposta a reprodução dependente do mercado.

A autonomia também, e sobretudo, é advinda do fato do autoconsumo ser uma estratégia de diversificação dos modos de vida. O autoabastecimento alimentar é uma fonte de renda não monetária que proporciona maior estabilidade na renda total das famílias rurais (funcionando como um efeito anticíclico) e minimiza a vulnerabilidade. Observou-se que diversificar com a produção para o autoconsumo tem sido uma estratégia adotada nos universos sociais pesquisados em decorrência de uma “reação ou necessidade”, dada as constantes oscilações de preço dos produtos agrícolas e as estiagens climáticas que assolaram o Estado, e também como uma estratégia de “escolha e adaptação”, ou seja, uma forma de diminuir os custos com alimentação e maximizar os retornos econômicos da produção agropecuária.

Destarte, espera-se que este trabalho tenha contribuído para demonstrar a relevância da produção para o autoconsumo, sobretudo em contextos onde as unidades familiares encontram-se inseridas nos mercados, por conta da mercantilização da agricultura, e vulneráveis as relações de troca e as instabilidades ambientais. Também almeja-se que tenha colaborado para despertar entre os pesquisadores, formuladores de políticas públicas e mediadores sociais, o interesse sobre a produção para o autoconsumo, que mais que atender necessidades alimentares, adentra a condição socioeconômica da família, e outros elementos que, embora não tenham sido abordados aqui, são de extrema relevância para a reprodução da agricultura familiar, como a identidade social, a cultura, relações de sociabilidade e reciprocidade, enfim, o modo de ser e viver dos agricultores. Trata-se de um importante instrumento para o desenvolvimento rural, e precisa ser reconhecido como tal.

Referências Bibliográficas

- BRUMER, A. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura familiar. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 6, p. 89-111, 1994.
- BUAINAIM, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Rural. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural**, 40, 2002, Passo Fundo. Anais... Passo Fundo: Sober, 2002.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. 376 p.
- CHAMBERS, R. Poverty and livelihoods: whose reality counts? **Environment and Urbanization**. v. 7, n. 1, p. 173-204, abr. 1995.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974. 342 p.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

_____. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, p 1-38, Oct. 1998.

GARCIA JR., A.R. **O sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.

_____. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 82-103.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

LEITE, S.P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaría y nutrición en América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 123-181.

LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989. 231 p.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. **Caderno 'segurança alimentar'**, 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html>>, acessado em: jul. 2006.

MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. (no prelo)

PLOEG, J.D.van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, campesinato y historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-95.

_____. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

SACCO DOS ANJOS, F. *et al.* Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 42, 2004, Cuiabá, MT. Anais... Cuiabá, MT: SOBER, 2004.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003. 116 p.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 147 p.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

ALGUMAS QUESTÕES PARA O DEBATE SOBRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ESPAÇO RURAL

Luciano da Silva Alonso (Médico Veterinário – UFRRJ; Mestre em Zootecnia – UFLA; Doutor em Ciências – USP; Prof. Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
e-mail: alonsols@ufrj.br

Rodrigo da Silva Alonso (Engenheiro Agrônomo - UFRRJ – Mestrando em Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada/UFRRJ – Técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Agricultura de Pinheiral/RJ)

Marcela Vieira Duboc (Médica Veterinária - UFLA – Mestranda em Medicina Veterinária/UFRRJ – Professora da Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro)

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar a percepção de que a extensão rural no Brasil ainda acontece de forma pontual, servindo aos estudiosos como matéria prima para suas realizações, mas com baixo envolvimento daqueles que se propõem a intervir nas questões rurais e daqueles que efetivamente vivem/sobrevivem no campo. São apresentados alguns trabalhos que apontam para a necessidade de maiores estudos e, principalmente, para a importância da efetivação de atividades ininterruptas na extensão rural e suas interfaces com a comunicação e o desenvolvimento rural. Considerando as tendências atuais, no rumo para uma nova ruralidade, discute-se a necessidade de realização de práticas extensionistas que envolvam profissionais de todas as áreas, oferecendo suporte educacional, científico e cultural para os que vivem e trabalham no meio rural. A universidade é implicada como responsável em elaborar propostas pedagógicas que atendam as necessidades do campo, assim como os departamentos didático-científicos, Institutos e outras unidades acadêmicas devem atentar para que seus membros elaborem projetos de extensão e realizem atividades junto à comunidade rural.

Introdução

Conforme observou Gilberto Freire, em *Sobrados e mocambos*, somos uma nação cuja herança européia nos legou o gosto pela retórica e pelo discurso prolixo, coisa que vem da época dos jesuítas, que encantavam as comunidades com a erudição e com as falas repletas de latim e expressões de efeito. Apesar das possibilidades de interpretações sobre a obra de Gilberto Freire, não há como negar a costumeira tendência do brasileiro em apreciar aqueles que possuem a habilidade de fazer o uso da palavra (ARANHA, 2000).

Identificar questões nevrálgicas, e atingi-las com o impacto de palavras duras e de efeito imediato, é uma característica que favorece os que se aprazem com a oportunidade de ocupar cargos de poder. É corriqueiro, em nossa historiografia, a assunção aos postos de comando por indivíduos eloqüentes, mas com parca experiência no campo prático.

A situação da extensão rural no Brasil reflete, de certa forma, esta característica de reconhecer problemas, apontar soluções, porém sem a capacidade real de concretizar o mínimo necessário. Os técnicos que hoje atuam em diferentes órgãos de assistência técnica e extensão rural são profissionais egressos de instituições de ensino superior, muitas das vezes de instituições tradicionais no campo das ciências agrárias. Por que, então, a incapacidade em atuarem no diagnóstico de problemas, no planejamento de estratégias e na execução de ações efetivamente capazes de transformar a realidade? A resposta para esta questão deve-se, segundo nos parece, ao fato de que a extensão rural é percebida, pela comunidade acadêmica, como disciplina curricular, a ser ministrada em sala de aula, de forma teórica e sem a abordagem interdisciplinar necessária para a ampliação do saber. Em que pese o esforço dos docentes que ministram tais disciplinas, para incitar a realização de atividades práticas e melhorar este quadro, a realidade é que a estrutura da Universidade parece não comportar esta demanda.

A extensão rural deve ser reconhecida como ciência para o progresso da humanidade, integrando o ensino e a pesquisa realizados no ambiente acadêmico, de forma que os resultados sejam aplicados na prática, com a participação de estudantes, dos docentes e da comunidade em geral.

A logística de transporte deve ser questão prioritária, por parte da administração superior nas universidades, ou por parte das agências de assistência técnica e extensão rural, para que os acadêmicos e os técnicos atuem de forma regular no seio da comunidade.

No caso da universidade, docentes de todas as áreas devem reconhecer os saberes como patrimônio da humanidade: não há donos do conhecimento e não há ciência que tenha se formado isoladamente. A fragmentação do saber com o advento

da ciência moderna (MORAIS, 2002), assim como o modelo de instituição universitária implantado em nosso país parece não contribuir muito para a mudança deste cenário (MAZZONI, 2001).

O objetivo deste texto é apresentar a percepção de que a extensão rural no Brasil ainda acontece de forma pontual, servindo aos estudiosos como matéria prima para suas realizações, mas com baixo envolvimento daqueles que se propõem a intervir nas questões rurais e daqueles que efetivamente vivem/sobrevivem no campo. Tal obviedade faz parte do senso comum, quando na realidade deveria causar estranheza. Alguns trabalhos apresentados a seguir, apontam para a necessidade de maiores estudos e, principalmente, para a importância da efetivação de atividades ininterruptas na extensão universitária direcionadas para o campo e suas interfaces com a comunicação e o desenvolvimento rural.

A atual ruralidade e suas relações com a extensão rural

Em análise sobre os destinos dos espaços rurais (Veiga, 2006; VEIGA 2004), a valorização do meio rural é uma condição crescente nas sociedades mais desenvolvidas:

O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. Torna-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Fenômeno novo que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza.

Segundo o autor, havendo a interação de uma série de fatores que impulsionem o desenvolvimento urbano, ocorre um processo de busca pelos espaços rurais, não para expandir grandes empreendimentos, mas para criar condições de lazer e de qualidade de vida que o espaço urbano já não satisfaz. O exemplo da Itália é apresentado pelo autor (VEIGA, 2006) para demonstrar um caso de “nova ruralidade” já bem definido:

Isto é, um sistema social no qual a agricultura freqüentemente gera a menor parte da renda, pouco pesando na formação do PIB do território considerado, mas garantindo um conjunto de infra-estruturas fundamentais: casa própria, um espaço menos restrito e alimentação mais saudável e econômica. Essa “nova ruralidade” tem seus pontos de força nas regiões do Centro-Norte, onde foi mais intensa a formação de pequenas empresas artesanais e industriais. E tem sua expressão mais colorida na multiplicação de feiras, festas e festividades, muitas vezes ligadas à figura do santo patrono da localidade, mas também, de forma menos aberta, à divindade gastronômica do lugar: “*il raviolo o la bruschetta, il pecorino o il cinghiale*”. Tais manifestações são marcadas por forte sentido de pertencimento, destinado a sustentar os pequenos mercados locais que se apóiam nesse ou naquele produto típico. Uma consideração de muita importância, tanto para o turismo quanto para a agricultura. Principalmente porque para que um produto típico se afirme em âmbito nacional, ele precisa ser o porta-bandeira da cultura local.

Na realidade de nosso país, segundo nosso entendimento, esta nova ruralidade aparece pulverizada em algumas regiões. Entretanto, a desigualdade social e a concentração de renda são fatores enraizados nas estruturas sociais e são claramente observados por aqueles que freqüentam os espaços rurais. Há realmente um aumento visível por empreendimentos ligados ao turismo e ao lazer no meio rural, porém com baixo nível de capacitação da mão de obra a ser empregada nestes locais, refletindo em parca remuneração e alta rotatividade de funcionários que atuam no ramo. Os empreendimentos familiares também são freqüentes, mas geralmente o que se observa é o autodidatismo e a busca por apoio de órgãos como o Sebrae, que vem orientando a implantação de políticas de fomento ao turismo rural (SEBRAE, 2003). Muito raramente observa-se a participação de acadêmicos nesta dinâmica.

Em projeto temático denominado *Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981-95*, Silva (2001) traçou o perfil do meio rural brasileiro, conforme apresentado a seguir:

Mostramos que um número crescente de pessoas que residem em áreas rurais estão hoje ocupadas em atividades não-agrícolas. Os dados da PNAD de 1999 também mostram que dos quase 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), quase um terço – ou seja 4,6 milhões de trabalhadores – estava trabalhando em ocupações rurais não agrícolas (ORNA): como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros,

empregadas domésticas etc. Mais importante que isso, as ocupações não-agrícolas cresceram na década dos 90 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país ... Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de -1,7% ao ano. Nossas projeções indicam que a continuar nesse ritmo, no ano 2014 a maioria dos residentes rurais do país estarão ocupados nessas atividades não-agrícolas. Em alguns estados, como São Paulo, isso já está ocorrendo atualmente.

O que nos fez refletir um pouco sobre a nova ruralidade é a percepção de que este tema, como tantos outros, passam incólumes pelas mentes jovens que cursam vários anos em cursos superiores de diferentes áreas, e sequer tomam consciência deste processo. Na condição de profissionais egressos, que tipo de contribuição poderão prestar para a evolução da sociedade neste campo do saber? Com a proposta de uma extensão rural efetiva, contemplando as diferentes áreas do conhecimento, seria possível a tomada de consciência por maior número de pessoas, facilitando estudos futuros e ações capazes de proporcionar melhores condições de vida para aqueles que estão no centro desta transformação.

Desenvolvimento rural e extensão

Com o intuito de extrair representações a cerca do tema Desenvolvimento Rural, Premebida e Almeida (2006) trataram o assunto com profissionais de universidades e agências de pesquisa e extensão rural. Os autores realizaram entrevistas com 25 profissionais, em que o tema Desenvolvimento Rural foi debatido para a obtenção das representações. Nos discursos obtidos, não apareceu a questão da extensão rural como prática a ser realizada de forma constante, e segundo metodologia participativa, para contribuir no processo de desenvolvimento rural. As percepções foram voltadas, com algumas variações, para aspectos dos avanços técnico-científicos que teriam a capacidade de promover mudanças na realidade do setor rural.

O processo de desenvolvimento rural aparece ancorado em aspectos políticos e ideológicos, segundo a interpretação de Navarro (2001), que diz ser necessário reconhecer como desafio inicial, a influência de questões de ordem econômica e de regime político, além das incertezas ideológicas que enfraquecem as comunidades rurais quanto à tomada de posição em diferentes situações. O autor diz que:

para ampliar o debate entre os diferentes proponentes, estudiosos e organizações rurais, sem pré-condições (especialmente as derivadas das âncoras ideológicas), parece ser o maior desafio atualmente existente entre aqueles que sonham ver concretizados os processos de desenvolvimento rural no Brasil que realmente instituem processos de emancipação social e, especialmente, renovem as esperanças para as famílias rurais.

Aproveitando esta última reflexão, acrescentemos que o trabalho realizado diretamente com as pessoas que vivem no campo pode tornar-se o catalisador no processo de emancipação social, não esquecendo a importância da família como sustentáculo da sociedade. A universidade deve estar atenta às questões político-ideológicas por ocasião da aprovação de seus projetos de cursos e na implantação de programas e projetos de extensão rural, uma vez que até mesmo o núcleo familiar é contemplado com tais ações.

A importância dos cursos superiores da área de Ciências Agrárias para o desenvolvimento rural foi tema do trabalho de Pereira (2001), que enfatiza a preponderância das faculdades especializadas na modernização do setor agrícola, mas ainda com uma incipiente integração entre ensino, pesquisa e extensão. O reflexo desta realidade é a lenta contribuição para o desenvolvimento rural, conforme citação do texto:

Embora reconhecendo a importante contribuição que as Faculdades de Ciências Agrárias têm dado à modernização da agricultura brasileira, não podemos deixar de mencionar a sua ausência no que diz respeito ao processo de desenvolvimento rural. Por permanecerem praticamente à margem da realidade rural, principalmente das populações mais marginalizadas, suas participações nas ações voltadas para a aplicação dos resultados de suas pesquisas sobre essa realidade e sobre o potencial produtivo dos recursos existentes não são expressivas. Tal situação resulta em deficiências na formação de seus profissionais, os quais, muitas vezes, não têm condições de contribuir na análise e na formulação de políticas, na execução de atividades destinadas aos agricultores familiares e suas comunidades, ou na melhoria do desempenho dos organismos de apoio ao agro. O desenvolvimento rural – e com ele o conseqüente aumento na produção de alimentos, produtos de exportação, nível de emprego e renda – não será conseguido por um simples sistema de transferência de tecnologia, por maiores que sejam sua eficiência e eficácia. Serão necessários profissionais de ciências agrárias altamente

capacitados para atuarem nas áreas de pesquisa, assistência técnica, ensino e extensão rural, que possuam sólida formação técnico-científica nos diversos campos das ciências agrárias, aliada a larga experiência vivencial do meio rural e de seus problemas.

A atuação de profissionais capacitados e com larga experiência vivencial do meio rural depende de suas respectivas formações acadêmicas. As práticas pedagógicas centradas no aprendizado técnico-científico, aliado à formação humanística e à reflexão crítica sobre os problemas sociais, a partir de uma constante interação junto às comunidades, pela realização de atividades extensionistas, devem ser estimuladas e efetivamente incorporadas ao cotidiano universitário. Isto implica em repensar projetos pedagógicos atendendo a questão da extensão rural, não somente nos cursos especializados das Ciências Agrárias, mas em todos os campos do saber.

Segundo estudo realizado por Almeida (2006), no Brasil a educação no campo apresenta índices muito inferiores aos da média nacional, que já é deficiente. Em um conjunto de seis indicadores, a população das áreas rurais que corresponde a 15% de todo o povo brasileiro, exibe a metade da escolaridade média do país, quando são quantificados os anos nos bancos escolares. Somente 1,9% dos jovens de 18 a 24 anos que moram no campo chegam a universidade, enquanto a média do país é de 10,7% da população nesta faixa etária cursando o ensino superior. As razões para esses dados alarmantes são, segundo a pesquisa, a necessidade destes jovens em cessarem os estudos para o ingresso no mercado de trabalho, pois a renda destes é importante no orçamento familiar. Outras questões como a dificuldade de acesso às escolas, pela distância a percorrer e pela qualidade ruim das estradas, em particular nos períodos de chuva, são consideradas como responsáveis. As dificuldades constantes e a falta de motivação acabam por afastar a juventude rural do ambiente escolar.

Sob esta ótica, não somente os cursos especializados da área de Ciências Agrárias são importantes no desenvolvimento rural. Todas as áreas podem contribuir, pois as necessidades de educação científica, cultural e tecnológica são inerentes a toda a população, independente de serem moradores do campo ou das cidades. Considerando a realidade do meio rural com relação à infra-estrutura logística e de transporte, o mais correto é esperar a presença constante de profissionais e acadêmicos junto a este público, em ações de caráter extensionista que possam agregar estudantes de cursos superiores em Licenciatura e em Bacharelado, nas diferentes áreas do saber.

O quão distante estamos desta realidade? Quantas instituições de ensino superior em nosso país concentram esforços e embasam seus projetos pedagógicos atendendo as particularidades do meio rural? As respostas a estas questões ficam em aberto, visto que não somente as universidades devem contribuir neste processo, mas a sociedade organizada em geral.

Comunicação rural

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural constituem o fórum adequado para a elaboração de estratégias e a efetiva implantação de ações transformadoras. As Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Agricultura, Cultura, dentre outras, possuem em seu corpo técnico, profissionais que podem constituir o elo entre a Universidade e as comunidades rurais. Neste aspecto, é importante reconhecer o papel da comunicação rural como mecanismo facilitador de toda a dinâmica do processo de desenvolvimento rural.

Bordenave (1993) defende a comunicação rural como:

O conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existente entre os componentes do setor rural, e entre eles e os demais setores da nação, afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural.

O mesmo autor analisa as questões relacionadas a este fluxo de comunicação, desde a transmissão unilateral de informações, normas e técnicas, do governo para os agricultores, até a organização dos atores e, assim, caracterizando a existência de quatro modelos de fluxo. O *Fluxo 1* representa a capacidade dos agricultores interagirem, reconhecerem seus problemas e apresentarem propostas para as instituições que possam ajudá-los na solução destes. Tal mecanismo é praticado apenas pelos grandes agricultores. O *Fluxo 2*, continuação do primeiro, é a interação entre os agricultores e os serviços de apoio. Como as políticas agrárias não são elaboradas por aqueles que as executam, é comum a defasagem entre o que os técnicos gostariam de fazer e o que eles efetivamente podem realizar. O *Fluxo 3* ocorre entre os representantes dos serviços de apoio à agricultura. É pouco praticado e isto representa um forte entrave no desenvolvimento rural, pois ações isoladas são pouco efetivas e ainda podem gerar o inconveniente de levarem informações contraditórias, dos técnicos para o público, resultando em descrença na prática da extensão rural. Um último tipo de fluxo de comunicação, denominado pelo autor como *Fluxo 4*, representa a Educação Radiofônica, em desenvolvimento na América Latina,

mas ainda pouco utilizado pelo Brasil e pelo Paraguai, que são, em nosso continente, os países mais atrasados nesta modalidade de comunicação.

A comunicação rural aborda questões que apontam para a constatação de barreiras delimitando os *campi* universitários, com verdadeiro isolamento da comunidade acadêmica em relação à população que vive em seu entorno. Quantas universidades apresentam relação sólida e duradoura com os segmentos sociais organizados? Quantas auxiliam no processo de organização das comunidades em cooperativas e associações e, quando o fazem, acompanham de forma permanente o desempenho destas organizações? Quantas universidades contam com um serviço de rádio universitária, de abrangência regional, e com a participação de estudantes na elaboração da programação e outras atividades correlatas?

São muitas as perguntas que não querem calar, principalmente no que se refere ao desempenho das instituições de ensino superior no campo da extensão universitária. Mas até que ponto a reflexão crítica faz parte do cotidiano dos servidores e estudantes nas universidades?

A atualidade do tema comunicação rural coincide com a era da chamada “sociedade do conhecimento”. O espantoso é que, como bem disse Sobrinho (2003), cerca de dois terços da população mundial não têm como utilizar os meios de telecomunicações básicas. No Brasil, à época em que o autor realizou seu estudo, em 2003, apenas 8% faziam uso da internet e as assimetrias sociais continuaram e continuam se aprofundando.

A comunicação é atividade intrínseca à extensão rural e assim deve ser considerada. Infelizmente o que se observa é justamente o oposto. A pauta de discussão entre os acadêmicos e a sociedade ainda segue às pressões da mídia, sendo temas freqüentes: questões como a reserva de cotas de vagas para afro-descendentes, e outras, impostas pelas empresas multinacionais e grandes grupos financeiros, tais como a utilização de células tronco em terapias diversas e o consumo de alimentos transgênicos. As indústrias farmacêutica e de produção de defensivos agrícolas certamente se beneficiam com a massificação desta temática. Obviamente é necessário o posicionamento consciente nestas e em outras questões, mas a complexidade das relações sociais exige domínio por parte das Instituições de Ensino Superior para definirem suas pautas de prioridades e de debate esclarecido. Não pode o modismo criado pela mídia sufocar o tratamento de problemas antigos e severos que historicamente relegam ao abandono milhões de brasileiros que vivem no meio rural.

Considerações finais

A implantação de políticas educacionais nas universidades, que contemplem ações a serem desenvolvidas nas comunidades, deve ser prioritária para que o cenário atual, no que se refere à extensão rural, apresente significativas melhorias em seus aspectos qualitativos e quantitativos.

A extensão universitária depende de esforço coletivo, pois os problemas enfrentados pelas comunidades são complexos, entremeados de conflitos, que exigem a intervenção simultânea de especialistas de diferentes áreas. Em particular, no caso das comunidades rurais, o isolamento geográfico tende a agravar o problema, pois freqüente é a ocorrência de projetos que são iniciados, mas raramente continuados ou concluídos. A dificuldade de acesso às localidades rurais parece conferir o hálibi necessário para que as promessas e idéias caiam no esquecimento. Esta prática faz diminuir cada vez mais o conceito que os moradores e trabalhadores do campo fazem dos técnicos que realizam extensão.

Considerando as tendências atuais, no rumo para uma nova ruralidade, a realização de práticas extensionistas deve envolver profissionais de todas as áreas, oferecendo suporte educacional, científico e cultural para os que vivem e trabalham no meio rural.

A universidade deve intensificar o apelo aos seus departamentos didático-científicos, Institutos e outras de suas unidades administrativas, para que seus membros elaborem projetos de extensão e realizem atividades junto à comunidade rural. Não somente aulas práticas para estudantes dos cursos especializados, como complementação da carga horária obrigatória nas disciplinas curriculares; mas atividades extra-curriculares que contemplem a participação daqueles que estudam e trabalham no campo, desde as escolas rurais e postos de saúde, até o segmento agrário, com trabalhadores do setor agropecuário em geral, da agricultura familiar e do turismo rural, interagindo com docentes e estudantes do ensino superior, das Ciências Humanas às Ciências Exatas.

Este texto, que apresentou várias questões em aberto, termina com mais esta: Quando, efetivamente, a extensão universitária vai cumprir a sua missão junto aos moradores e trabalhadores do campo? Não é possível responder quando, mas é possível afirmar como: para que isto aconteça, deve-se praticar. Menos retórica e mais trabalho.

Referências

ALMEIDA, C. Abismo da Educação no Campo é Trava Para o PIB. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2006. p. 57

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo. Ed. Moderna. 2 ed. 2000. 255p.

BORDENAVE, J. E. D. Comunicação rural: Discurso e prática. In: BRAGA, G. M., KUNSCH, M. M. K. **Comunicação Rural: Discurso e Prática**. São Paulo. Intercom. 1993, p 12 – 21.

MAZZONI, J. R. **Universidade Brasileira: o primeiro ciclo em questão**. Bauru: EDUSC, 2001. 190 p.

MORAIS, J. F. R. de. **Filosofia da ciência e da tecnologia**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. 181 p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, n. 15 (43), p. 83 – 100, 2001.

PEREIRA, M. T. Extensão universitária na ESALQ-USP: o caso dos agricultores de São Pedro-SP. **Estudos Avançados**, n. 15 (43), p. 281 – 288, 2001.

PREMEBIDA A.; ALMEIDA, J. Desenvolvimento rural e biopoder: reflexões a partir do campo tecnocientífico. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 459-486, maio/ago. 2006.

SEBRAE. **Programa Sebrae de turismo**. 2003. 19 p. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/nucleossetoriais_resp.asp. Acesso em 24 jun. 2007.

SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. n. 15 (43), p. 37 – 50. 2001

SOBRINHO, J. D. Educação superior: Flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, L. F., CATANI, A. M., OLIVEIRA, J. F. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. Editora Alternativa, São Paulo, 2003. p. 97 – 116.

VEIGA, J. E.. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados** 18 (51), p. 51 – 67. 2004.

VEIGA, J. E. 2006 Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados** 20 (57), p. 333 – 353. 2006.

ARTE-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR DO CAMPO - UM PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

FREITAS, Dayana Gonzaga Souza e. (Universidade Federal de Viçosa/UFV-DPE.
Graduação em Pedagogia)
e-mail: dayafreitas@yahoo.com.br

GABRIELLI, Michelle Aparecida. (Universidade Federal de Viçosa/UFV-
DAH.Graduação em Dança)
e-mail: mikagabrielli@gmail.com

PRONSATO, Laura. (Universidade Federal de Viçosa (UFV). Prof^a MS do
Departamento de Artes e Humanidades.)
e-mail: lpronsato@ufv.br

BARBOSA, Willer Araújo. (Universidade Federal de Viçosa (UFV). Prof. DR do
Departamento de Educação)
e-mail: wbarbosa@ufv.br.

RESUMO

Este artigo trata de uma experiência híbrida entre Arte-educação, Educação Ambiental e Educação Popular do Campo configurado em um programa de extensão a partir da inter-relação entre projetos de áreas diversas. Criou-se um coletivo que, a partir da troca de experiências, vivências e saberes, buscam a construção e elaboração dos processos educativos de intervenção, interação e formação para um novo olhar que deseja o despertar e a sensibilização de questões ambientais cotidianas e a valorização da cultura da *roça*, incentivando constantemente a participação e desenvolvendo atividades que sejam permeadas pela ludicidade e pela arte. Sua concretização se dá por meio dos *encontros infantis* e dos encontros universitários nos quais estabelecem-se as relações entre discentes e docentes da universidade, parcerias, crianças, jovens, professor@s e pessoas das comunidades envolvidas. Assim situa-se o todo da prática pedagógica e o espaço para a reflexão, formação e planejamento a partir dos quais surgem problematizações e reflexões quanto às potencialidades e limitações dessa experiência além do entrosamento das áreas que, até então, pareciam distanciadas entre si.

Iniciando a conversa

O Cuidação é um programa de extensão vinculado à Universidade Federal de Viçosa. A expressão *cuidar* significa *atentar, prestar atenção, preocupar-se, tomar cuidado, cogitar, imaginar* (FERREIRA, 1986) e possui várias dimensões, afinal, pretendemos *que o cuidado aflore em todos os âmbitos, que penetre na atmosfera humana e que prevaleça em todas as relações* (BOFF, 1999). Assim, Cuidação, o título do programa de extensão, sugere o cuidar e a ação. Cuidar ativamente, cuidar em ação, cuidar e ser cuidado. Este programa se constitui, desde o final de 2005, da inter-relação dos projetos: Ecopedagogia, Corpo Brinca-Corpo Dança, Etnia Negra e Educação em Solos e Meio Ambiente-Sala Verde.

É uma experiência híbrida entre Arte-educação, Educação Ambiental e Educação Popular do Campo. Da conexão desta tríade praxiológica criou-se um coletivo de diferentes áreas do conhecimento que, a partir da troca de experiências, vivências e saberes, buscam a construção e elaboração dos processos educativos de intervenção, interação e formação deste Cuidar. Na inter-relação desses conceitos se encontram os suportes para um novo olhar que deseja o despertar e a sensibilização de questões ambientais cotidianas e a valorização da cultura da *roça*, incentivando constantemente a participação. Este coletivo concretiza-se por meio das relações entre cuidador@s¹, parcerias, crianças, jovens, professor@s e pessoas das comunidades envolvidas.

Um parceiro importante e aglutinador externo do Programa vem a ser a ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) que trabalha há 20 anos em parceria com organizações de agricultor@s familiares, tendo como foco a promoção pública da agroecologia.

Uma das estratégias utilizadas para essa atuação é o Projeto Construindo o Futuro da Agroecologia e da Agricultura Familiar, pensado a partir de uma abordagem participativa que valoriza as experiências já acumuladas pel@s agricultor@s e pelas escolas onde estudam as crianças locais. Para tanto, tem-se como elemento impulsionador desta construção o desenvolvimento do que denominamos *encontros*

¹ “Esta forma gráfica está sendo adotada para levantar a questão de transformar o masculino no genérico, incluindo nele o feminino”. AZIBEIRO, N. E. *Relações de saber, poder e prazer: educação popular e formação de educadores*. Florianópolis: Cepec, 2002, p. 17.

infantis que ocorrem com jovens e crianças. Estes encontros acontecem periodicamente em escolas e comunidades rurais dos municípios de Acaiaca e Araponga, localizados na Zona da Mata Norte de Minas Gerais. Essas ações realizam-se em parceria com os Sindicatos de Trabalhador@s Rurais, Cooperativas e Associações Populares e Escolas Família Agrícola.

É por meio dos *encontros infantis* que se estabelece o todo desta prática pedagógica. Tendo como objetivo a percepção espaço-ambiental e a valorização da própria cultura, as três áreas educativas se entrelaçam numa rede complexa desenvolvendo atividades que se permeiam através da ludicidade, da arte, do meio ambiente e dos saberes populares do campo. Tais ações se organizam em torno de uma gama de atividades distribuídas numa programação de múltiplos espaços. Dentre essas atividades podemos citar as que envolvem jogos teatrais, dança educativa moderna, artes visuais e manuais, narração de histórias, confecção de brinquedos, máscaras e instrumentos a partir de sucata, entre outras formas de estimular a criatividade.

A intenção dos *encontros infantis* é a de favorecer o fortalecimento da auto-estima, a consciência corporal, a valorização do meio vivido, a percepção do eu, do outro e da comunidade. Estimula-se a espontaneidade de criar, recriar, imaginar, brincar, entre outras, encontrando em cada pessoa expressões que muitas vezes são silenciadas pela escola. Nestas atuações do Programa Cuidação @s crianças e jovens tendem a se expressar de forma própria, livre, autêntica e autônoma, propiciando com isto a reflexão crítica a cerca da relação pessoal e coletiva com o meio ambiente e com a cultura própria da roça. Tudo isto ainda possibilita o estímulo à construção dos múltiplos saberes através de experiências e conhecimentos transdisciplinares.

Os *encontros infantis* configuram, além dos momentos de planejamento, preparação e aplicação das atividades, um campo de pesquisas que se desenvolve na relação prática-teoria-prática, complementares neste Cuidar. Deste modo, a partir destes encontros, é que surgem questões a serem investigadas e o entrosamento das áreas que, até então, pareciam distanciadas entre si. Desenvolve-se um processo investigativo que pretende redimensionar a arte-educação ambiental popular do campo, proporcionando assim, um espaço de formação para @s cuidador@s.

Entende-se, neste íterim, que esta formação possibilita novas intervenções extensionistas, uma delas, a busca de relações mais próximas com @s professor@s locais e sua efetiva participação. Pois, além da aplicação das atividades para @s crianças, os encontros tornam-se formação tanto para @s proponentes cuidador@s, como para @s participantes-professor@s.

A partir da necessidade de se entender a densa articulação entre arte-educação, educação ambiental e educação popular do campo pode-se formar uma totalidade relacional a ser praticada sem a costumeira fragmentação disciplinar, estabelecendo uma metodologia de atuação que propõe um novo olhar sobre essa mesma arte-educação ambiental popular do campo.

Entrelaçar: pensares e fazeres

Atualmente, sabendo-se das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar relacionadas à disciplinarização, à fragmentação das atividades oferecidas e ao empobrecimento dos aspectos perceptivos, artísticos, culturais e ambientais torna-se imprescindível estabelecer um espaço-processo que possa refletir o entrelaçamento de várias áreas do conhecimento. É necessário valorizar os saberes populares de cada comunidade na perspectiva de fortalecer o espaço vivido, e, a partir deles, re-despertar e re-sensibilizar a população para as suas próprias questões pessoais, sociais, culturais e ambientais, possibilitando sentirem-se partícipes da construção histórico-cultural de seu país.

O entrelaçamento desta tríade educacional é importante a partir do momento que podem, juntos, propiciar um novo olhar sobre si mesmo, sobre o meio vivido e sobre o coletivo. Estes três focos de atuação permitem a construção de uma rede dos pensares e dos fazeres e demonstram que nas diferenças se constrói um crescente criar e refletir sob vários aspectos. Essas ligações múltiplas podem, não competir entre si, mas se complementar e proporcionar um novo olhar, um novo pensar e um novo agir.

Nesta perspectiva, ressalta-se que há a necessidade de que sejam sempre construídos espaços e tempos para que @s crianças, @s adolescentes, @s professor@s e @s propri@s educador@s–cuidador@s possam se expressar de forma livre, criativa e crítica durante o desenvolvimento das atividades, exercendo assim, este novo pensar-criar-agir. É neste sentido, que se pode compreender o intuito do Cuidação em sua busca para identificar uma arte-educação ambiental popular do campo a partir do entrelaçar destes três focos educacionais e na perspectiva dos saberes populares.

Entrelaçar: o grupo e suas ações

O grupo é constituído, conforme já dito, por integrantes de vários projetos que tem seu desenvolvimento independente e que confluem neste programa. Para que

haja espaço para a reflexão, formação e planejamento das atividades nos *encontros infantis* com crianças, adolescentes e professor@s das regiões visitadas, mantemos dois encontros universitários semanais nos quais @s representantes dos distintos projetos se reúnem e traçam suas ações.

Nestes encontros propõem-se estudos sistematizados, planejamento coletivo das atividades, pequenas oficinas para o grupo de cuidador@s. Dispomos de um “desenho” que explicita melhor como se organiza o grupo para a efetivação das propostas deste programa:

- Coordenador@s docentes: grupo formado pel@s professor@s/ coordenador@s do Programa Cuidação e dos projetos envolvidos.
- Coordenador@s discentes: alun@s responsáveis pela relação entre o Programa Cuidação e suas parcerias.
- Grupo efetivo de cada projeto no Cuidação: membros dos projetos que fazem à articulação entre estes e o Programa Cuidação.
- Grupo efetivo do Cuidação: composto por discentes e/ou docentes não inclusos em projetos específicos que participam do Cuidação.
- Grupo de apoio de cada projeto no Cuidação: participantes que apóiam a realização dos encontros infantis.

Quem participa da conversa?

Até hoje, aproximadamente 2000 (duas mil) crianças e jovens, de ambos os sexos, compreendidos na faixa etária de 3 a 15 anos de idade, em comunidades rurais e em escolas públicas que compreendem da Educação Infantil à última série do Ensino Fundamental, já foram envolvidas.

A grande maioria das crianças e jovens atendidas pelo Cuidação é residente da zona rural, estando inseridas no contexto da agricultura familiar, característica do modo de produção agrícola da Zona da Mata Norte Mineira. Em consequência disso, além de uma das maiores minifundizações de todo o país, as famílias não possuem renda fixa e o regime de trabalho destas está pautado na sazonalidade das lavouras brancas, na produção cafeeira e no trabalho em outras propriedades agrícolas.

Concluindo a conversa

Entendemos o Cuidação como um espaço-processo de formação de sujeitos co-responsáveis por mudanças desejadas em longo prazo no que se refere à interculturalidade e a sustentabilidade (Fleuri, 1998). A partir de uma análise em

aprofundamento dos *encontros infantis*, de seu planejamento e desenvolvimento, surgem problematizações e reflexões quanto às potencialidades e limitações dessa experiência entre arte-educação, educação ambiental e educação popular do campo, com crianças e jovens do campo.

É preciso que organizações, entidades e movimentos sociais se sensibilizem para a participação das crianças e dos jovens. Como explana Teixeira, “nos planejamentos das ações dos projetos de desenvolvimento socioambiental” (Teixeira, 2005, p. 13), entendendo-os pelo que são, trazem e fazem, e não pelo que falta. Portanto, torna-se importante refletir também, a participação destes.

Espera-se que através deste programa, possamos potencializar a formação universitária e ultrapassar os limites da academia ao refletir e contribuir para ações mais concretas e diretas com os participantes no que se refere às questões culturais, sociais, artísticas e ambientais, tanto nas escolas, quanto nas comunidades em que estão inseridos.

Bibliografia consultada

- ANDRÉ, M. e LÜDKE, M. E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1984.
- ARIES, F. *Historia social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARBOSA, A. M. *Arte-Educação: Leitura no subsolo*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____.(org) *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. São Paulo: Cortes,2002.
- _____, *A Reconstrução Social e a arte*.
<http://www.Terravista.pt/Meço/1991/amb.html>
- BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes. 1999.
- BRASIL, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e praticas*. 8ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- _____. *Iniciação a temática ambiental*. São Paulo: Gaia, 2002.
- DUARTE, João Francisco. *Porque Arte-educação*.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Ed. Nova Fronteira. RJ. 1986.
- FLEURI, R. M. (org.). *Intercultura e Movimentos Sociais*. Florianópolis: Mover/NUP, 1998.
- FORTUNA. T. R. O brincar. In: *Pátio Educação Infantil*, nº 3, ano I, março de 2004.
- FRIEDMANN, A. O que é infância? In: *Pátio Educação Infantil*, nº 6, ano II, março de 2005.
- FUSARI, M. F. R. e FERRAZ, M. H. C. de T..*Metodologia do ensino da arte*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*: 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HEYWOOD, C. Uma história da infância: da Idade Média a Época Contemporânea no Ocidente. In: *as transformações nas concepções de infância*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JACOBI, P. *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade*. *Cad. Pesqui.*, mar. 2003, nº.118, p.189-206.

_____. Educação ambiental e cidadania. JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998. p. 11-14.

KRAMER, S. A Política do pré-escolar no Brasil: a arte da infância. *In: Infância e sociedade: o conceito de infância*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. De que professor precisamos para a educação infantil? *In: Pátio Educação Infantil*, nº 2, ano I, novembro de 2003.

KUHLMANN JR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOUREIRO, C. F. B. (org.) *Cidadania e meio ambiente*. Salvador: Centro de recursos ambientais, 2003.

PENTEADO, H. D. *Meio ambiente e formação de professores*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, *Questões da nossa época*; v. 38.

TEIXEIRA, M. C. C. Educação Ambiental na Serra do Brigadeiro: qual é o espaço da criança? *In: agriculturas: experiências em agroecologia*, v.2, nº 1, abril de 2005.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica e enquete operária*. 4ª ed. São Paulo: Rolis, 1985.

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ASSENTAMENTOS RURAIS – OS PAPÉIS DA COMUNICAÇÃO

Katia Regina Pichelli (Embrapa Florestas – Analista – Jornalista)

e-mail: katia@cnpf.embrapa.br

RESUMO

Este artigo traz parte da pesquisa de campo realizada para desenvolvimento da dissertação de Mestrado “Comunicação e mobilização social para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais em Bituruna/PR” que teve como objetivo analisar o papel da comunicação no processo de mobilização social para o desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais. Por meio de Estudo de Caso, com referencial teórico da Teoria da Mobilização Social, de Toro e Werneck, foram realizadas observações diretas e entrevistas com extensionistas e assentados de Bituruna/PR. O estudo mostrou a importância da comunicação e suas ferramentas para melhorar o processo de transferência de tecnologia entre assentados e extensionistas. Este artigo traz um recorte sobre os papéis da comunicação que comprova que a comunicação pode ser melhor utilizada no processo de mobilização e precisa estar inserida em uma perspectiva dialógica e participativa. Desta forma, cria sentidos, formula imaginários e, efetivamente, mobiliza para o desenvolvimento sustentável.

Introdução

A dissertação de mestrado “Comunicação e mobilização social em assentamentos rurais em Bituruna, Paraná” teve como objetivo geral analisar o papel da comunicação no processo de mobilização e transferência de tecnologias florestais e ambientais em assentamentos rurais para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa caminhou no sentido de: 1) examinar como funcionam os processos de comunicação para transferência de tecnologias rurais no Brasil, em específico para questões florestais e ambientais, observando como tais processos podem ser utilizados como estratégia de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais; 2) verificar como se dá a comunicação para transferência de tecnologia para os assentamentos rurais em assentamentos rurais no Município de Bituruna, Paraná; 3) identificar como acontece o processo de apropriação do conhecimento científico e tecnológico pelos assentados rurais, nos níveis de comunicação micro (pessoal), macro (cursos, reuniões) e massa (jornal, rádio, vídeo); 4) analisar como os veículos de comunicação podem ser utilizados para a transferência de tecnologia.

Metodologia

A metodologia utilizada foi o Estudo de Caso, de natureza qualitativa, tendo como referencial teórico a Teoria da Mobilização Social, de Bernardo Toro e Nísia Werneck (2004), por meio de observação direta. Para Toro e Werneck (2004, p.13), “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Na dissertação, que tem como referência inicial a proposta teórica de Toro e passa pelas análises realizadas por Rabelo (2003), aprofundei as reflexões sobre os níveis de comunicação: micro (pessoal), macro (público segmentado) e massa (mídia em geral), considerando as especificidades dos públicos estudados (assentados rurais e técnicos extensionistas).

O local escolhido para este estudo foi o município de Bituruna, localizado no centro-sul do Estado do Paraná, onde estão localizados sete assentamentos, num total de 582 famílias assentadas. Cada nível de comunicação foi estudado minuciosamente, com ênfase especial nos níveis micro e macro. Foram realizadas entrevistas individuais, adaptação de grupo focal e observação de eventos.

No nível **micro** (pessoal) foi estudado como se dá a relação pessoal entre técnicos e assentados, pois nestes momentos são passadas orientações individuais e também é uma forma de capacitação e transferência de tecnologia. Para este estudo foram consideradas as visitas realizadas pelos técnicos aos lotes¹ dos assentados, num total de oito (08) entrevistas individuais em diferentes lotes.

No nível **macro** (público segmentado) foram analisadas atividades que envolviam os assentados em situações de capacitação, para saber como as ferramentas de comunicação estão

¹ Não se considera aqui “propriedade”, pois o assentado ainda não tem a posse definitiva do lote.

sendo utilizadas. Além das observações diretas, as entrevistas individuais também abordaram aspectos da comunicação macro. Outro aspecto abordado foram os materiais de comunicação a que os assentados têm acesso, tais como folderes, cartilhas e vídeos.

No nível **massa** (mídia) os entrevistados foram instigados a falar sobre sua relação com programas de rádio, vídeo e jornais.

Para o presente artigo, interessa de forma especial analisar um passo antes dos níveis de comunicação: os papéis da comunicação.

Mobilizar para quê?

Na pesquisa² de campo³, a pergunta que mais me incomodou foi: “mobilizar para quê?”. Ou seja, qual o sentido de mobilizar estes assentados? Qual o objetivo perseguido? O que existe de comum entre eles, fora a questão de serem assentados rurais? Isso sempre norteou todas as minhas observações durante praticamente um ano de pesquisa de campo.

Ao seguir a definição clássica proposta por Toro e Werneck, a primeira percepção que tive é que, após o processo de assentamento, as pessoas se desmobilizam. Antes, a luta por um pedaço de terra era a grande busca comum. Quando esse objetivo é atingido, a desmobilização acontece. Não deixa de ser emblemática essa passagem da condição de sem-terra para a de assentado:

Aí é a parte da consciência da pessoa. E é à parte do que ela aprendeu quando estava acampada. Porque a reforma agrária ela não é só a terra. E quem cria esta consciência de que a reforma agrária um dos objetivos é a terra, mas além da terra tem outros objetivos pra gente conquistar, que é o direito de liberdade. É você estar bem organizado pra conseguir outras coisas, né. Então você também entende que um dos objetivos é a terra, e tem outros objetivos que você tem que estar organizado pra você conquistar [...] E tem um que não consegue avançar neste processo de reforma agrária. O objetivo dele era a terra. Ganhou a terra, o objetivo deles é projetos e aí quando que se mobiliza? Se mobiliza quando ganhou a terra, se mobilizou, ficou organizado até ali. E quando tem uma reunião de pegar recurso, pegar créditos ele vem, fora disso ele não vem. Este cara não é um operário, não é uma família da reforma agrária, porque nós

² As entrevistas citadas foram concedidas à autora nas seguintes datas: a) Entrevistas individuais com assentados: Anísio – 20 out. 2006; Celestino – 23 out. 2006; Domingos e Fátima – 19 out. 2006; Félix – 23 out. 2006; Getúlio – 19 out. 2006; Luiz e Ílzia – 22 out. 2006. b) Entrevistas individuais com técnicos: Jucélio – 23 out. 2006; Olcimar – 31 ago. 2006; Sandra – 31 ago. 2006; Talles – 31 ago. 2006.

³ outros assentados e técnicos que aparecem neste texto participaram de grupo focal em 11 mai. 2006 e 21 out. 2006.

³ Na transcrição e citação dos depoimentos, procurou-se ao máximo ser fiel à forma com que os assentados e técnicos falavam e se expressavam, mesmo com erros de português. A intenção foi reproduzir o contexto da conversa e tentar passar um pouco seus “jeitos de falar”. Em alguns momentos, são reproduzidos momentos de diálogo, com o nome de quem fala no começo da citação.

que temos consciência, nós sabemos que ainda somos assentados. Conseguimos a terra, conseguimos crédito, mas pra nós conseguir mais crédito nos temos que permanecer organizado. Nós vamos ter que pagar um título um dia desta terra (Anísio).

Daria mais certo [o trabalho nos lotes, o sucesso da produção] se trabalhasse em grupo, mas como o povo não tem esse costume é duro da gente trabalhar com eles. O povo gosta mais de trabalhar individual, uns querem um lotinho só pra morar ali em cima porque ali é sossegado, não tem ninguém pra encher “as paciência”, ou o pessoal tem outro costume e quer ficar ali acomodado, muita gente às vezes não vem pro assentamento nem pra plantar, querem pra ter um cantinho pra viver o resto da vida deles ali (Getúlio).

Um dos problemas da falta de mobilização é a própria manutenção do lote pelo assentado. Após algum tempo, por estarem sozinhos, sem organização, acabam não conseguindo prosperar e terminam vendendo o lote ou mesmo abandonando, apesar de ser uma atitude ilegal, como explica Anísio:

Acontece, e quando acontece isso é triste, porque a família sai do assentamento e vai pra onde? Aí vai pra cidade, vai viver de empregado de novo, vai ficar desempregado. Um monte de gente que vendeu os lotes no assentamento [...] hoje já tá sem casa, tá sem terra e, às vezes, até indo pro acampamento né, mesmo sabendo que não vai pegar terra.

Os próprios técnicos que trabalham nos assentamentos estudados também já perceberam esta diferença de condição entre acampado e assentado:

[...] as pessoas se mobilizam pelos interesses delas, sabe? Tipo uma reunião do Pronaf⁴: vem 40 a 50 pessoas. Já uma reunião de agrofloresta⁵ é 25, 26 pessoas entendeu? [...] elas [as pessoas assentadas] acham que pegando o Pronaf, comprando semente selecionada, colocando adubo químico, pagando hora-máquina de trator, elas vão fazer agricultura bem feita e vão colher melhores resultados e vão ser felizes, entendeu? Então pro Pronaf ela [a pessoa] vem e pro curso de agrofloresta ela não vem (Sandra).

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – entre uma de suas linhas de atuação está a concessão de crédito rural para agricultores familiares.

⁵ Reunião de agrofloresta refere-se a cursos sobre implantação e manejo de agrofloresta, uma prática relativamente nova e com resultados a longo prazo que pressupõe a conjugação de agricultura e/ou pecuária com floresta.

[...] depende muito de como que acontece o andar, a luta, principalmente as dificuldades que têm nessa luta. Porque se ele [o *sem terra*] tá acampado, ele tá lutando: ele mais um grupo tão lutando por um objetivo que é a terra. Aí, a partir desse momento, ele só tem aquele objetivo, que é ganhar a terra, tá na cabeça dele que é só ganhar a terra. Aí ganhou a terra acabou-se. Aí ele não se mobiliza mais pra trabalhar. [...] aquele que é mais consciente, que conseguiu levar uma formação melhor do tempo de acampamento, consegue visualizar alguma coisa pra trabalhar o assentamento [o *lote*]. E muita gente talvez não consiga ter essa visão [...]. Se ele tá sentindo dificuldade em se cooperar para fazer uma coisa, ele vai tentar se cooperar pra fazer, por exemplo, a venda de insumo, a venda de matéria-prima que ele tenha no lote. Aí, se a necessidade é de vários, esses vários se reúnem pra fazer, mas em cima da necessidade, não por uma consciência (Jucélio).

Se, quando acampados, estavam engajados, participavam de reuniões, manifestações, discutiam sua condição, agora, já assentados, essa força participativa perde força. E isso vai se refletir muito na busca de melhores condições de vida, pois o lote não é entregue como um sonho acabado. Por se tratar de terra dita “improdutiva” (condição básica para o processo de desapropriação), é nela que se tem que trabalhar muito mais! Então, a construção de sentidos deve passar por uma transformação. E para isso um novo propósito comum poderia ser o sentido da mobilização: o desenvolvimento sustentável. Nos depoimentos, são notados pontos convergentes em respostas às questões: “qual o sonho que você tem aqui para seu lote?” e “qual a importância da natureza?”. Percebe-se nas entrelinhas que, embora cada um enxergue seu sonho e sua relação com a natureza sob uma perspectiva, os mesmos se complementam, e todos caminham para a definição clássica de desenvolvimento sustentável “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz as suas necessidades sem diminuir as possibilidades das gerações futuras de satisfazer as delas”⁶.

A questão “mobilização para quê?”, então, ganha significado quando se percebe que tanto a sobrevivência sua e dos filhos (gerações futuras) quanto o respeito ao meio ambiente fazem parte do cotidiano dos assentados. Talvez falte, então, mostrar a eles que estes desejos são comuns e que fazem parte de algo muito maior, que é o desenvolvimento sustentável.

⁶ Este termo foi introduzido no início da década de 1980 por Lester Brown (Capra, 2005) e utilizado, posteriormente, em relatórios das Nações Unidas, entre eles o Informe Brundtland, de 1987, considerado o precursor das discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Os papéis da comunicação

Sem mobilização e organização dificilmente se consegue alguma coisa individualmente, ainda mais quando se trata de pequenos produtores rurais. Percebe-se, então, que a comunicação, em seu sentido amplo, realmente tem um papel fundamental no processo de mobilização destes assentados. Em palestra no dia 26/05/2006⁷, Bernardo Toro exemplifica melhor essa importância da comunicação para a mobilização social: a) convocação: ato de liberdade; b) de vontades: ato de paixão e interesses; c) propósito coletivo: ato público; d) para a dignidade humana: ato ético.

E cita que, infelizmente, nem toda comunicação tem tido como foco estas premissas. Para Toro “a comunicação serve para circular sentidos, não importa a forma. Qualquer comunicação que exclui sentidos, exclui parte da sociedade”.

As observações realizadas na pesquisa de campo e as declarações dos assentados confirmam os papéis desempenhados pela comunicação em um processo de mobilização social (formulação do imaginário, campo de atuação e coletivização da ação).

Formulação do imaginário

A formulação do imaginário passa por um processo de construção da condição das pessoas na sociedade. Isso interfere sobre como o assentado vai se colocar diante das dificuldades e sobre como vai se mobilizar. O imaginário dos assentados se constrói tanto nas relações sociais locais quanto na percepção sobre a luta pela terra.

- Relações sociais locais

Uma das perguntas feitas foi sobre a relação do assentado com os moradores do município de Bituruna, como são tratados, como vêem a relação entre o urbano e o rural. Os assentados enxergam a Reforma Agrária como fator de desenvolvimento do município e creditam aos recursos colocados nos assentamentos a expansão do comércio local. Esta visão é bastante forte e presente em praticamente todos os depoimentos, que mostram as mudanças na percepção da imagem dos assentados.

[Os assentamentos] geraram muito recurso, viu. Se você for pegar dez anos atrás o que era o nosso município e o que é agora, eu acho que é consequência da reforma agrária. [...] Os madeireiros infelizmente destruíram o município, construíram só pra eles mas pra sociedade muito pouco. Então a evolução que teve na parte de comércio, um monte de coisa dentro da cidade, foi depois que aconteceu a reforma agrária. Porque

⁷ Realizada durante o 4º Congresso Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) sobre Investimento Social Privado, em Curitiba/PR. Estas reflexões foram anotadas pela autora da pesquisa, que assistiu à palestra.

se você pegar, só no comércio, eu duvido a família que não gaste pelo mínimo um salário por mês no comércio (Anísio).

[...] antigamente se perguntassem daonde cê é? “Sou lá do assentamento”. Daí eles te encaravam “dos pé a cabeça” e viravam as costas pra você e não te diziam nada. Hoje não (Ílzia).

Eu não sei se ia viajar ou o quê. Eu tava posando no hotel e o homem se deu de prosear comigo e tal, beleza, e coisa e eu prosa e coisarada e tal, quando ele perguntou daonde que eu era. Quando eu falei que era do Rondon, do assentamento, o homem correu de perto d’eu. Eles [*moradores do município*] tinham nós no começo que se fosse uma tropa de jagunço. [...] Dispois que eles começaram a ver o que era o sem terra, o que que o sem terra fazia, como o sem terra se organiza, até junto com nós eles tão agora [*e cita uma manifestação feita em conjunto entre assentados e pequenos produtores do município*]. [...] Os outros agricultor, hoje até nós temos um respeito por parte deles. O que nós fala eles te dão muita atenção, porque eles não tinham aquele costume de ter uma organização, o costume do agricultor hoje fora de assentamento são individual né?! Então eles não sabem assim formar, onde buscar informação, o que fazer né. [...] [*em relação aos moradores do município*] É, então nós criscimo [*crecemos*] a cidade. Os próprio comerciante hoje eles acham assim “hoje tá melhor”. Acho que eles se sentem até melhor em negociar com nós agricultor dos assentamento do que talvez um outro (Luiz).

Chegou um ponto da gente mostrá pro governo municipal o que a gente queria da terra. Não só destruí a mata. Que chegou um ponto de certas pessoas pensarem que os sem terra só destruí as mata. Mas não é assim. Quando eu ganhei esse terreno, tinha três pezinho de pinheiro araucária e hoje eu tenho 2 mil pé plantado, que tá ali, já tá começando a aparecer. [...] O município de Bituruna hoje ele pára mais em pé por causa da presença dos assentado. Nós compra tudo em Bituruna, gasta tudo ali. Dinheiro que veio do Inkra tá tudo dentro de Bituruna (Domingos).

Eles acham que a gente é muito ruim, porque fomo ocupar uma fazenda de um fazendeiro, que a gente é agitador, briguento. Prá gente eles não falam, mas pras crianças lá na escola eles falam. Mas agora tá

melhorando e o povo tá aprendendo a conviver com a gente. Tão aprendendo que a gente não é baderneiro, criminoso, ladrão. [...] O prefeito disse que assentamento não dá lucro nenhum pro município, só dá prejuízo. Mas veja, o assentamento é a solução pro município. O assentamento gera renda, gera tudo pro município, resolve o problema do município. Por exemplo, aqui tinha um fazendeiro e ele tinha suas 15, 16 cabeça de vaca, umas 30 ovelha e um capataz. E o fazendeiro tinha a fazenda só pra tirar madeira, erva. Quando veio o assentamento aqui, nós temo 31 família. Cada família tem lá umas seis, sete cabeça de gado cada um. E isso foi gastado os recurso tudo dentro do município que fica gerando renda. Foi construída 31 casas com material... isso gera emprego nas lojas, gera renda pras lojas, cresce o município. Quando sai o Pronaf, a gente vai ali e compra nos armazém, na cooperativa, paga as contas. Então tamo gerando riqueza aí (Getúlio).

- Reforma agrária

Já em relação ao próprio processo de Reforma Agrária, a entrevista caminhou no sentido de analisar as percepções dos assentados sobre sua importância. Percebe-se que quanto maior o envolvimento político do assentado, mais crítico é o posicionamento em relação à questão fundiária e ao processo de assentamento. Isso influi decisivamente no papel desempenhado pelo assentado na mobilização. Nota-se que aqueles que têm um pensamento mais articulado com a questão política geralmente exercem papel de liderança, mesmo nas capacitações técnicas.

Ah, eu acho [*que a reforma agrária*] representa mais emprego pro povo. Porque você veja: um lote de terra que você dê pra uma família, quantos você emprega ali dentro? Às vezes você emprega cinco, seis famílias. Então se assenta cem famílias, você emprega quanto? Quase mil! Quase mil então é bastante emprego. E falam tanto em dar emprego pro povo: é só dividir as terras ociosas que têm no país e tá solucionado o emprego. [...] E quanta gente que tá na cidade hoje e sabe trabalhar na agricultura e que tá lá desempregado, e se tivesse oportunidade quem sabe ele voltava pra roça e desincharias as favelas e as cidades, né? (Anísio)

Oia, como a gente que trabaia, [*o processo de reforma agrária*] é justo. O emprego hoje em dia a senhora sabe como é que é: não é fácil. [...] Na roça, o cara luta: se vira, pranta [*planta*], [...] e assim vai lutando né. Na cidade tem que comprar tudo (Celestino).

[*perguntado sobre se não tinha outro jeito de conseguir ou comprar um sítio, se tinha que ir para acampamento mesmo, o assentado responde:*]

Não, não tinha condição. Porque o pobre bem pobre, se ele sofre num acampamento é porque ele já não tem condição. Quem tem um pouco condição já nem pensa em acampamento. Ou ele pensa de comprar um terreno escriturado, ou ele pensa mesmo de tirar um de sem terra que tá dentro de um [*referindo-se a alguns assentados que vendem seus lotes*]. [...] Porque se ele tem um pouco de recurso, ele não vai querer se acostumar com acampamento, porque é sofrimento. Então esta é uma história complicada. Só vai mesmo pra um acampamento quem güenta (agüenta) acampamento. Até possuísse um pedaço de terra, é aquele que não tem pra onde ir (Luiz).

[...] algumas pessoas que às vezes não conhecem a luta do campo [...] por intermédio daquele que começou lutando ele começa a entender que a luta do campo não é só ganhar uma terra e ficar sossegado. Daí é que nós temo que fazê mais, pra que nós gere renda pra família e traga melhoramento até pro próprio município (Domigos).

Então eu ia junto cortar mato, cortar empreitada e a gente pensava em comprar um pedacinho de terra. A gente nunca conseguiu. Porque não sobra. Trabalha, trabalha, mas vivemos também (José Soares dos Santos).

Interessante notar que o imaginário é sempre em relação ao outro: habitantes do município, pessoas que não entendem o processo de reforma agrária etc, numa clara demonstração de embate ideológico, demonstrada Van Dijk⁸ (2003, p.41):

No plano da descrição teórica, as ideologias são parte da mente dos indivíduos (porque somente os indivíduos têm mente) mas, em outro plano, são uma representação conjunta, distribuída entre as mentes dos membros de um grupo (aquilo que têm em comum). Portanto, ainda que os grupos não tenham, evidentemente, uma mente baseada em um cérebro comum, podemos afirmar que têm um certo componente 'mental' comum desde o momento em que compartilham uma ideologia.

Tal reflexão é complementada por Koch (1984, p.19), para quem o discurso é uma ação verbal dotada de intencionalidade, que tenta influenciar o outro ou fazer com que o outro compartilhe suas idéias. Desta forma, por trás de todo discurso há uma ideologia e, neste sentido, não existe discurso neutro.

⁸ Original em espanhol. Tradução feita pela autora.

Então se o discurso, ao contrário, partisse de uma realidade mais prática, comum a todos os seres humanos, como neste caso o desenvolvimento sustentável, as chances de maior envolvimento e aceitação por parte da sociedade seriam maiores. Mas, mais importante: se o imaginário do desenvolvimento sustentável fosse reforçado, os assentados estariam focando o seu dia-a-dia mais adaptado à realidade do conceito.

O que se percebe, no entanto, é que o discurso do desenvolvimento sustentável está muito mais no cotidiano dos técnicos, mas nos assentados está muito fragmentado, sem coesão. Como se percebe nos depoimentos acima, falta dar sentido coletivo aos sonhos de cada um, à forma como se vêem na sociedade. Durante a pesquisa de campo, por meio de observações, percebi que o senso de comunidade existe, mas para orações e festas. Já para o dia-a-dia de trabalho, em esforço coletivo, os assentados ainda estão muito longe de conseguirem resultados. Em alguns depoimentos, quando perguntados se o trabalho em mutirão nos lotes seria válido, transparece que eles entendem que esta ação conjunta é necessária, mas ainda não conseguiram colocar em prática:

“Deus o livre”. Óia, se todo mundo viesse, melhorava as coisa! (Celestino).

É, ajuda. Mas eu vejo assim, até fiz a minha proposta ontem lá, de nós fazer por comunidade⁹ e daí cada comunidade trabalha na sua. Porque devido a transporte, despesa e coisa que dá... Daí, quando chegar uma hora, a gente se reunir tudo os grupo e fazer as avaliação (Luiz).

A gente pensa assim de trabalhar em grupo, trabalhar mais organizado. Mas hoje tá difícil porque quando forma um assentamento, o pessoal não tem aquele hábito, aquela tradição, aquela cultura de trabalhar em grupo, de fazer as coisa em conjunto. Então é duro a gente organizar e trabalhar e fazer as coisa certo. Daria mais certo se trabalhasse em grupo, mas como o povo não tem esse costume é duro da gente trabalhar com eles, o povo gosta mais de trabalhar individual (Getúlio).

Sem dúvida, um desafio de mobilização para a coletivização das ações.

Campo de atuação

Segundo Toro, a comunicação deve deixar bem claro o campo de atuação do reeditor, ou seja, a pessoa poder usar o que sabe, o que faz em seu dia-a-dia, a favor do projeto. E para isso o reeditor precisa ter ferramentas, precisa receber orientações sobre o que deve fazer em seu campo de atuação.

⁹ Cada assentamento é subdividido em comunidades, estabelecidas por proximidade dos lotes.

Na prática, essa definição de campo de atuação acontece da seguinte forma:

- Produtor social: no caso em estudo, é o próprio MST e as instituições que propõem e coordenam projetos;
- Reeditor¹⁰: técnicos e lideranças formais e informais dos assentamentos;
- Editor¹¹: pesquisador/cientista traz as inovações científicas para o campo; técnicos, quando produzem os materiais para os cursos/eventos; profissionais de comunicação das instituições.

Para este estudo, o interesse principal recai sobre dois papéis: o reeditor, pois é ele quem faz chegar as informações nos assentamentos e exerce uma espécie de liderança junto aos assentados; e o editor, que é quem vai trabalhar as informações para o reeditor. Vale, neste ponto, lembrar algumas idéias de Freire (1977), que deixam clara a atuação principalmente do reeditor (mas vale também para os editores), aqui demonstrado por Freire como a relação entre extensionista e agricultor. Essa clareza de papéis é extremamente importante, pois vai definir a forma e o sucesso da relação entre pesquisadores, extensionistas e produtores rurais e a consequente aplicação de saberes úteis ao desenvolvimento sustentável.

Freire (1977, p.24) é enfático ao explicar que é uma posição errada aquela que simplesmente almeja o repasse de informações aos agricultores ou então a obrigação da adoção de uma tecnologia: “não lhe cabe [ao extensionista] portanto, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, entregá-las, prescrevê-las, não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda”. Afirma que essa é uma posição deveras ingênua do extensionista, “ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos” (Freire, 1977, p. 27). Um passo crucial, para o autor, é estar inserido na realidade do agricultor, para então poder realizar seu trabalho, de acordo com as necessidades locais, porque “o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (Freire, 1977, p. 36). E finaliza:

Por tudo isto, o trabalho do agrônomo não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar etc. Se se satisfazer com um mero adestrar pode, inclusive, em certas circunstâncias, conseguir uma maior rentabilidade do trabalho. Entretanto, não terá contribuído em nada ou quase nada para a afirmação deles como homens mesmos.

¹⁰ Reeditor: pessoa que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstância e propósitos, com credibilidade e legitimidade;

¹¹ Editor: é quem estrutura as mensagens e sabe que códigos são necessários para que a mensagem seja compreendida e absorvida pelo reeditor para que ele possa convertê-la em uma forma de sentir, de atuar e de decidir em função do imaginário.

Neves (1998, p.166) contribui com esta visão quando afirma que

esse tipo de relação faz aparecer emancipado o que é subordinado ou, no melhor dos casos e desta perspectiva, integrado às regras do jogo que definem os modos de participação. Portanto, uma contradição que não podendo ser superada, deve ser constantemente gerida. Ele pressupõe uma prática que não pode apenas se pautar na suposta inocência das boas intenções e dos compromissos, mas que deve ser constantemente questionada ou colocada sob avaliação e reordenação se, de fato, os objetivos a ela atribuídos são desejados e se, de fato, o horizonte vislumbrado é a construção de novas formas de cidadania e de participação social e política.

Partindo destas idéias, então, como os assentados entrevistados enxergam esta relação com os técnicos extensionistas que assumem a função de reeditor? E quando são eles as lideranças responsáveis pelo contato com outros assentados, como se portam? Importa aqui ter muito claro que tais reeditores precisam ter consciência desse seu papel mobilizador e ver como atuam. Já o editor precisa ter claro como trabalhar com este público reeditor e fazer as informações chegarem de forma correta. As estratégias de comunicação no nível micro e macro explicam melhor como isso acontece.

Coletivização da ação

A coletivização da ação, que deveria ser um item importante na mobilização dos assentados, praticamente não tem espaço. Ao menos não localmente. As entrevistas e observações demonstraram que muitas vezes o assentado não sabe o que acontece na comunidade vizinha, dentro do próprio assentamento. É um gargalo grande da comunicação.

Durante a pesquisa, percebi que os meios de comunicação de massa são muito pouco utilizados para a mobilização dos assentados em Bituruna. Na verdade, por fazerem parte de grandes estruturas que exigem recursos financeiros (mesmo as rádios comunitárias), torna-se inviável seu uso de forma direta. Os veículos, então, não têm sido utilizados para legitimar as ações. Os veículos de massa do próprio MST, como o “Jornal do MST” e o programa de rádio “Vozes da Terra” são praticamente ignorados pelos assentados entrevistados. E os poucos que conhecem sabem que no Jornal do MST são encontradas mais informações a respeito de questões políticas. Não que isso não seja válido. Mas, como já observado anteriormente, a tendência do assentado é se desmobilizar, perder o interesse pela questão política: já conquistaram a terra. A saída, acredito, seria partir de um ponto diferente para novamente conseguir mobilizar este público, que seria o desenvolvimento sustentável. Os veículos de comunicação poderiam, então, ter esse papel legitimador e mobilizador ao coletivizar a ação.

Ao acompanhar a experiência da Pastoral da Criança¹², por exemplo, tive a oportunidade de comprovar que o “Jornal da Pastoral da Criança” era um veículo de mobilização não só porque trazia notícias, mas também porque era uma oportunidade de troca de informações e de conhecer o que comunidades no Brasil inteiro faziam. A sessão “Comunidades” traz relatos, feitos pelas próprias líderes, sobre as atividades que acontecem onde atuam. Além de legitimar as ações, as líderes podem se espelhar no que acontece em outras regiões e realizá-las em seu local de atuação. Ou seja, sentem-se mobilizadas pela troca de informações. Imagino que algo parecido e adaptado à realidade cultural dos assentados poderia ser feito, com uma ampla troca de informações em todo o País sobre práticas de sucesso nos assentamentos. Isso auxiliaria no resgate da positividade cultural: ou seja, começar a pautar informações positivas, de sucesso, em contraposição à negatividade presente nos grandes meios de comunicação.

Nas entrevistas, ficou claro também que os grandes meios não pautam nem legitimam a atuação dos assentados. Cerca de 50% dos assentados de Bituruna, por exemplo, não possuíam energia elétrica até meados de 2006, situação que se alterou com a implantação do Programa “Luz para todos” do Governo Federal. Mas se engana quem pensa que a televisão será a protagonista deste “acender as luzes”. Ela ainda não faz parte das necessidades básicas dos assentados e eles não estão dispostos a investir inicialmente na compra de uma TV. Quando perguntei aos “sem luz” o que eles fariam quando chegasse a energia elétrica, as primeiras respostas eram geladeira e bomba para fazer a água chegar até suas casas (alguns deles precisam buscar água em fontes com baldes). Percebi que a vida segue normalmente, sem a presença da televisão, o que é impensável nos centros urbanos. Mas, o mais importante: os programas que existem dão pouca atenção aos pequenos produtores, constatação feita por eles mesmos. Não é objetivo desta pesquisa analisar os programas voltados aos pequenos produtores mas, como mostrado na macro comunicação, o reforço da teoria por meio da imagem é importante para este público.

Já o rádio, considerado por excelência o veículo do meio rural, tanto por sua portabilidade quanto por sua popularidade e até mesmo pela facilidade de compra, poderia ser melhor utilizado no contato entre técnicos e assentados, uma vez que as longas distâncias a serem percorridas, a falta de recursos para combustível e a ausência de telefones nos lotes muitas vezes impedem a ida dos técnicos aos assentamentos.

No entanto, não é isso o que ocorre em Bituruna. Quando utilizado, o espaço nas rádios da região é pago (R\$ 12,00 por aviso – um valor muito alto tendo em conta a realidade local). Ou seja, um grande veículo de massa que poderia estar cumprindo sua função de coletivização da ação, por exemplo, está relegado. Não por falta de vontade, mas porque no interior a política fala mais alto.

De qualquer forma, mesmo com alguns alheios a esta situação, os assentados atribuem ao

¹² Trabalhei na coordenação nacional da instituição de 1997 a 1999.

rádio um papel importante em suas vidas. Não são todos os que o carregam consigo diariamente, mas a hora de escutar notícias é sagrada. A Voz do Brasil, por exemplo, já citada anteriormente, é apontada pelo técnico Talles como uma influência em seu trabalho: “sabe o que influencia muito nosso trabalho? A Voz do Brasil. Porque aparece o Lula falando do Pronaf Mulher, do Pronaf Jovem, que tem tantos milhões... aí chove assentado: ‘ah, eu quero saber, deu na Voz do Brasil ontem’”. Ou seja, “A Voz do Brasil” tão criticada no meio urbano, tem sim influência e importância no meio rural.

Já o jornal impresso é pouco comentado pelos assentados. Os dois jornais existentes no município são utilizados pelas forças políticas locais e abrem quase nenhum espaço para cobertura dos assentamentos, que só aparecem, quando muito, quando são motivo de alguma disputa política.

Hoje vê-se uma evolução tecnológica sem limites... sistemas digitais, internet, grandes avanços. Mas, e quem não tem acesso a isso? É necessário lembrar que em muitos assentamentos, por exemplo, não há sequer energia elétrica, quem dera linha telefônica. Grande parte dos assentados é ainda analfabeto ou semi-analfabeto. Serão eles aliados do desenvolvimento? Ou a comunicação pessoal será cada vez mais fundamental? O vácuo ocasionado pela tecnologia só vai aumentar a diferença? Como conjugar esta realidade com o uso das ferramentas de comunicação? A resposta pode estar na razão comunicativa de Habermas citado por ZITKOSKI (2000, p.318),

que depende, para efetivar-se na vida concreta das sociedades atuais, de amplos processos cultivadores da comunicação aberta e livre, construindo, dessa forma, uma atmosfera sócio-cultural propícia para a reprodução e a ampliação da nova racionalidade desencadeadora dos impulsos de libertação intrínsecos à comunicação originária do mundo vivido.

Considerações finais

Um cuidado que sempre precisei tomar foi com o meu olhar urbano em cima do rural, pois, geralmente, a tendência é de urbanizar o rural, tanto em termos de recursos quanto de atitudes. E foi com este olhar, de quem está desvendando o novo e misturando o que sabe com o que aprende, que cheguei a algumas conclusões, que não são definitivas, mas fruto do momento investigado, e que podem contribuir para melhorar o processo de comunicação entre os técnicos e os assentados e, conseqüentemente, a incorporação de tecnologias sustentáveis. As principais conclusões são:

- Falta sentido: está faltando sentido, imaginário comum, aos assentados de Bituruna. Realmente, após o assentamento, parece que os “ex-sem-terra” perdem sua força mobilizadora. Acampamento, reuniões, manifestações coletivas são coisas que passam a pertencer a um passado que não se quer mais lembrar. O imaginário da busca da terra, que não atende mais a seus desejos, expectativas, não foram substituídos por novos sonhos, novas metas a serem

conquistadas. Aparentemente, não há mais razão nem motivo para lutarem juntos, buscarem algo em comum. Com exceção dos mais politizados (que parecem ser muito poucos), os demais assentados perdem o sentido de luta coletiva. Se não há sentido, não há mobilização. Mobilização para quê, então?

Percebi, então, a partir do amor e respeito pela natureza, que o desenvolvimento sustentável com a introdução da agrofloresta em seus lotes pode ser um novo objetivo a ser perseguido. Um novo imaginário a ser construído. Em todos os momentos, vi nos assentados uma vontade muito grande de trabalhar com a natureza, respeitando o meio ambiente, mas também tirando seu sustento, sem agressões à floresta. A diferença entre a agricultura convencional e a sustentável parece clara para eles, embora muitas vezes ainda não sintam firmeza na aplicação prática, no “como fazer acontecer” a agricultura sustentável em seu dia-a-dia. As necessidades financeiras e de subsistência são mais prementes. Além disso, esta visão de relação com o desenvolvimento sustentável ainda se apresenta de forma “desconcertada”, cada um com o seu pensamento. Sem sentido coletivo. Existem vontades, mas estas não são convocadas para serem partilhadas.

- Não há coletivização da ação: um segundo ponto percebido é que não há coletivização da ação. Ou seja, por mais que nas conversas os assentados saibam o que um e outro fazem, isso fica restrito a pequenos grupos. Ou seja, a informação não circula; as ações são pouco divulgadas; os sentidos não são compartilhados.
- Comunicação: Os níveis de comunicação estão sub-estimados e a prática ainda está muito longe da situação ideal proposta pela teoria. Na verdade, há muito pouca comunicação sistematizada, pensada, planejada. As ferramentas de comunicação são usadas para “apagar incêndio” ou cumprir metas de projetos.

A comunicação pode, se bem planejada e realizada, criar sentido, formular imaginário, coletivizar ações. Mobilizar e fazer com que os assentados caminhem em direção ao tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. p. 19-33.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.
- NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In MAGALHÃES, Maria Izabel Santos (org). **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: UnB, 1996.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização social na Agenda 21 local**. Vitória: Edufes/Facitec, 2003.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia M. Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a cidadania e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología y discurso**. Barcelona: Ariel, 2003.

_____ La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. In WODAK, Ruth; MEYER, Michael (orgs). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona, Espanha: Gedisa Editorial, 2001.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico: contribuição para uma teoria argumentativa**. São Paulo: Ática, 1977 (Ensaio nº 26).

ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da refundamentação em educação popular: um diálogo entre Freire e Habermas**. Frederico Westphalen: URI, 2000.

CONHECIMENTO, ESCRITA E PODER: UMA REFLEXÃO SÓCIO-ANTROPOLÓGICA SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA

Raquel da Silva Lopes (Professora do Curso de Letras/UFPA/Campus de Altamira e aluna do Doutorado em Ciências Sociais/UFPA)
emai: ralopes@ufpa.br

“Os homens souberam empenhar sua honra e seu nome bem antes de saberem assinar”
(Marcel Mauss, 2003 [1924]: 241)

O presente trabalho pretende compartilhar algumas reflexões resultantes de uma análise inicial de dados recolhidos em trabalho de campo sobre ‘os efeitos da escrita’ em uma comunidade camponesa de tradição predominantemente oral e das implicações daí resultantes para o triplo processo de constituição/reconhecimento de um saber camponês, considerado ‘prático’, ‘empírico’; de apropriação de um saber considerado ‘teórico’, ‘científico’; e de *empowerment* dos envolvidos neste processo. Trata-se, é preciso dizer, de algo bastante preliminar, pois que ainda me encontro em fase de tratamento dos dados e, apesar de a análise exploratória apontar muito claramente para a artificialidade da suposta dicotomia entre os dois tipos de saber acima mencionados, considero que existe um conjunto complexo de variáveis que precisa ser mais cuidadosamente analisado para se chegar a constatações mais sólidas no que concerne a essa equação saber>poder no campo.

A experiência de que trato teve/tem origem num Projeto de Escolarização de trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica, por meio de uma ação de extensão universitária decorrente de um convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará/UFPA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA.

Considero a análise proposta interessante porque possibilita integrar na leitura da realidade em foco dois aspectos que, às vezes, aparecem separados em

muitos trabalhos sobre camponeses. Assim, o olhar antropológico nos fornece base empírica, fatos sociais concretos, para a análise; a sociologia nos permite fazer as conexões entre uma experiência antropológica particular e certos traços da sociedade envolvente, ajudando a desnaturalizar algumas constatações a que chegamos por meio da etnografia. É, então, nessa direção que tentarei construir a linha de argumentação neste trabalho, daí porque o percurso argumentativo estará sempre se movendo entre a descrição e a problematização da realidade observada.

Considerando a necessidade de manifestar na análise essa inter-relação que existe na realidade entre aspectos antropológicos e sociológicos da vida de uma determinada comunidade e levando em conta a sábia orientação de Antonio Candido, no seu célebre e clássico *Os parceiros do Rio Bonito*, “[...] De maneira que, hoje, quando estudamos a vida caipira, não podemos mais reportar-nos ao seu universo por assim dizer fechado, mas à sua posição no conjunto da vida do estado e do país” (2003 [1964]: 271), passo agora a fazer uma breve caracterização, quanto ao objeto de análise, da sociedade em que está inserida a comunidade estudada.

Em se tratando de usos e funções da escrita, a sociedade brasileira pode ser considerada como *grafocêntrica*, ou letrada, pois que sua organização institucional (a política, o direito, a economia, entre outros) é orientada pela lógica da escrita, o que significa que em termos administrativos a gestão é pautada em normas codificadas por escrito. E, como nos lembra J. Goody, o modo como uma sociedade organiza seu funcionamento tem conseqüências concretas sobre os que nela vivem, pois sendo escritas as normas gerais, os procedimentos específicos não têm como deixar de reconhecer (e atribuir, em alguns casos) um certo valor conferido à escrita:

Todas as sociedades são orientadas por regras e normas de alguma espécie. Mas quando estas permanecem implícitas, ao nível da “estrutura profunda”, não tomam a mesma forma, para o ator ou para a sociedade, de quando são formulados pelos governados ou apresentados ao fórum, gravadas em placas, pelos governantes. Em primeiro lugar, não são tão fixas; emergem geralmente no contexto, e não na forma abstrata de um código. Em segundo lugar, tendem a ser menos generalizadas que as fórmulas letradas; ou antes, as suas generalizações tendem a ser implantadas em situações. Em terceiro lugar, não são

formuladas sem sequer formalizadas em resumos ou *summae* nítidos. É a escrita que permite escolher normas e decisões e expô-las na forma de um guia, um manual. Feito isto, a lei, law, gesetz, loi, distinguem-se do “costume” dentro do corpo total dos “direitos”, ao passo que o escrito obtém muitas vezes um valor de veracidade mais elevado (num tribunal, na literatura, na filosofia, ao citar uma “autoridade”) que o oral. (Goody 1986: 196)

Está colocada, de certa maneira, uma primeira baliza da qual a análise aqui pretendida não deve se furtar: a comunidade estudada vive em uma sociedade cuja organização é orientada pela lógica da escrita. Isso não significa, todavia, que, sendo grafocêntrica a organização de uma sociedade, todas as pessoas se relacionam com a escrita da mesma maneira, em igual intensidade e com os mesmos fins. Performa-se, assim, uma segunda baliza para o presente trabalho: há diferenças, em alguns casos, extremas, entre os modos como diferentes grupos sociais se relacionam com a escrita. Em princípio, não haveria problema algum nisso, a questão começa a se tornar problemática quando se leva em conta que – embora todas as sociedades sejam geridas por regras e normas e a sociedade como um todo esteja sujeita a estas normas – nenhuma sociedade é homogênea: grupos sociais estão em constante disputa no espaço social; a própria fixação dessas normas em um documento escrito já é indicativo de uma disputa feroz entre “quem pode (tem o direito de) escrever” e quem não pode!

Esse é um aspecto central na discussão sobre os ‘efeitos da escrita’ porque acredito que existe uma correlação estreita entre níveis de diferenciação social interna e modos de perceber, conceber e usar a escrita, de onde se pode inferir que as diferentes maneiras como os diferentes coletivos humanos se relacionam com a escrita reflete de forma inequívoca relações de poder nem sempre evidentes à primeira vista. Daí uma terceira baliza para a reflexão ora proposta: considerando-se a orientação geral da organização de uma sociedade, diferenças nos usos lingüísticos podem refletir desigualdades sociais! Por isso é necessário entender como se dão essas conexões entre sociedade, cultura e usos sociais da língua (escrita) num determinado contexto social, como a Transamazônica, pois sem essa discussão preliminar corre-se o risco de não perceber a atuação da variável ‘poder’ implicada na situação sociolingüística (distribuição dos usos orais e escritos em diferentes momentos e espaços para cumprir diferentes funções sociais), pois afinal isso é tão

comum em tantos outros lugares do mundo: usa-se a escrita para algumas funções ou necessidades e a oralidade para outras. E parece ter sido assim há tanto tempo que quase não conseguimos nos dar conta do fato de que as coisas não são tão simples quanto parecem.

O problema não é usar uma ou outra modalidade de expressão conforme as necessidades funcionais ou contextuais, o problema é *quem* pode fazer uso e em *que condições* esse uso é socialmente rentável, pois a essas diferenças de usos lingüísticos, aparentemente habituais e corriqueiras, estão associadas profundas desigualdades sociais. Olhando-se por esse ângulo, não há como ignorar que algumas dessas desigualdades estão relacionadas à possibilidade ou (à impossibilidade) de acessar bens e direitos cujo usufruto em nosso modelo de sociedade passa, de alguma maneira, pela mediação da escrita, como acontece na situação das populações camponesas de tradição oral frente ao universo crescentemente grafocêntrico e burocratizado das relações produtivas e comerciais, sem falar na questão da saúde e da educação.

Espero ter deixado clara a interface necessária entre uma abordagem antropológica e o viés sociológico que deve permeá-la. Antes de passar à situação concreta que motivou este trabalho, gostaria de fazer mais um esclarecimento: quando falo em 'efeitos da escrita' não estou me referindo àquela idéia, já bastante criticada, mas ainda muito presente tanto no seio da sociedade quanto nos meios acadêmicos, de acordo com a qual quem escreve pensa melhor, de forma mais racional ou mais lógica e, conseqüentemente, quem não escreve é menos desenvolvido cognitivamente. Do mesmo modo, não creio que a escrita possa ser considerada como alavanca de mudança social, mobilidade socioeconômica ou de desenvolvimento (qualquer que seja a acepção que se impute a este termo), pois conforme Olson, Hildyard & Torrance,

Os efeitos da escrita sobre as mudanças intelectuais e sociais não são de fácil compreensão... É enganoso pensar a escrita em termos de suas conseqüências. O que realmente importa é aquilo que as pessoas fazem com ela e não o que ela faz com as pessoas. A escrita não produz uma nova maneira de pensar, mas a posse de um registro escrito pode permitir que se faça algo antes impossível: reavaliar, estudar, reinterpretar e assim por diante. De maneira similar,

a escrita não provoca a mudança social, a modernização ou a industrialização. Mas ser capaz de ler e escrever pode ser crucial para o desempenho de certos papéis na sociedade industrial, também pode ser completamente irrelevante para o desempenho de outros papéis em uma sociedade tradicional. A escrita é importante em termos da realização do que possibilita às pessoas: o alcance daquilo que objetivam ou a produção de novos objetivos. (Olson, Hildyard & Torrance, 1985: 14 apud Olson e Torrance 1995: 7)

Penso que é nessa perspectiva que interessa analisar os efeitos da escrita: pensar o que as pessoas podem fazer com ela e não o que ela faz com as pessoas. Nesse sentido, é importante lembrar que reconhecer o fato de que as pessoas são influenciadas pela orientação organizativa da sociedade em que vivem não significa dizer que elas experimentam essa influência de maneira homogênea e que todas as experiências são reguladas pelos mesmos marcos. Assim, podemos nos perguntar o que significa para uma comunidade de camponeses, cuja experiência histórica é predominantemente oral, o acesso à escrita? Ou antes, o que motivou/motiva pessoas que viveram parte considerável de suas vidas sem ler nem escrever a se apropriar da leitura e da escrita?

Antes de ensaiar possíveis respostas a estas questões, passo a palavra a alguém que protagonizou/protagoniza a experiência: Maria Aparecida de S. Braga, da Vicinal Três Barracas, município de Anapu, que ao ser indagada sobre os motivos que a levaram a buscar a leitura e a escrita diz:

“Você sabe, né? Quando a gente chegou pra cá, a gente queria ter uma terra, assim, um pedaço de terra que fosse nosso, pra poder plantar, criar os bichos da gente, ter uma condição que desse de manter os filhos, a família. Naquele tempo era isso que a gente pensava, ter uma terra. Depois, a gente foi vendo que não adiantava só ter a terra, porque terra tem muito, o Pará é grande, terra tem, era preciso ter uma condição na terra. As crianças iam crescendo, adoeciam, dava muita malária naquele tempo,

ainda hoje dá, e a gente ali, sem poder botar numa escola, sem um posto de saúde pra fazer uma lâmina, um curativo, nada. Eu ia vendo aquilo tudo e ficava pensando, pensando muito. Quando veio esse negócio de ACS [agente comunitário de saúde]¹, tinha de ser alguém da comunidade, mas uma pessoa estudada, não tinha gente assim na nossa comunidade, aí não teve ACS lá. Eu já fazia remédio caseiro, com planta medicinal, sei curar um monte de doença, sei, a pessoa me dizendo o que ela sente, eu sei dizer o que ela tem, aí se eu não der conta, eu digo pra ir na rua [na cidade] procurar médico, só que pra vir os remédios da secretaria [secretaria municipal de saúde] só com o papel do ACS, e a gente num tinha ACS. Nesse tempo eu sabia pouquinho, quase nada, mas eu via o padre lendo o boletim da missa, os avisos, e depois ficava olhando pra um papel, qualquer papel que tivesse letra, aí eu fui, fui, sozinha naquela arrumação, até que um dia eu vi, de tanto olhar minha certidão [registro civil de nascimento] eu fui imaginando que cada letra daquela podia formar o meu nome, mas tinha um medo, um nervoso de perguntar. Até que um dia, de tanto imaginar, eu fiz um papel e mandei pra uma pessoa, aí ela entendeu e mandou o papel com outra coisa atrás [no verso], daí pra frente eu disse: eu vou aprender, e me danei de olhar pra tudo quanto era papel que tivesse letra. Eu sou da frente da comunidade [liderança], o padre sempre confia pra mim algumas coisas da igreja e eu faço, participo de encontros, de reuniões da pastoral e da catequese. Aí eu fui aprendendo, mas demorou, e um dia criei coragem e fiz o teste de massa² da primeira e segunda série, aí passei, depois fiz da terceira e da quarta e passei também. Aí agora teve esse estudo do prona de quinta a oitava e eu vim fazer. Eu sei que escrevo ruim, mas o importante é que consigo ler, porque antes tinha as reuniões e a gente falava, falava, mas quem garante que na ata escreviam o que a gente dizia? Como era que a gente ia saber se tava assinando uma coisa que era verdade, se a gente não sabia o que tava escrito? Eu ainda tenho muita dificuldade, você vê, mas só assino o que eu entendo. E tem muita coisa que foi melhorando, eu pude ser contratada pra ser ACS, agora eu sou ACS, lá na minha comunidade, que eu já era antes, mas sem a ordem da secretaria, agora não. E o que eu aprendo eu passo nas reuniões, eu ensino, e os médicos dizem que se todo ACS fosse assim, empenhado na comunidade, dava menos problema". (Maria Aparecida de S. Braga, em narrativa pessoal durante a última etapa do Curso de Escolarização – Ensino Fundamental, pelo

¹ A contratação e capacitação de agentes comunitários de saúde integram uma ação do Programa Saúde na Família, do Ministério da Saúde em convênio com as prefeituras municipais.

² Testes avaliativos que as secretarias de educação realizam periodicamente para fazer equivalência de estudos supletivos, pelos quais as pessoas que não tiveram escolarização regular podem conseguir a certificação oficial correspondente ao nível pretendido.

Programa Educação Cidadã na Transamazônica, Casa Familiar Rural de Brasil Novo, em 15 de janeiro de 2006.)

Acredito que essa fala traz muitos elementos para reflexão, vou, porém, ater-me ao triplo propósito que anunciei no início deste trabalho, isto é, a constituição de um 'saber local', que é diferente do saber reconhecido e legitimado socialmente; a apropriação por parte do sujeito de um saber considerado científico, autorizado; e o processo de *empowerment* vivenciado pela pessoa ao se apropriar do código escrito no qual uma parte considerável do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela humanidade está codificado.

Quanto ao primeiro ponto, acredito já haver uma literatura bastante densa, capitaneada pela exemplar *A ciência do concreto*, de Claude Lévi-Strauss (in: Lévi-Strauss, 2005) que demonstra com suficientes evidências a existência de um complexo conjunto de conhecimentos produzido e utilizado pelos povos considerados 'primitivos' e sem escrita. Observe-se que o fato de esses povos não disporem de um sistema de escrita não cria impedimento de nenhuma ordem à produção de conhecimentos, nem tampouco a sua circulação. No caso dos trabalhadores rurais, esse conjunto de conhecimentos é bastante vívido e eficaz; e quando o Estado começa a se fazer presente, particularmente no que se refere à questão da saúde, esse conhecimento não é substituído pelo conhecimento médico oficial, mas passa a coexistir com ele. A questão que se apresenta como problema é de uma outra natureza, situando-se muito mais no plano do reconhecimento, por parte da instância oficial, do conhecimento tradicional do que no plano da sua existência e eficácia.

O que quero reafirmar com essa discussão é que o conhecimento baseado na tradição escrita não é o único existente: há uma *cosmologia camponesa* que atua na vida dos 'sem escrita', dos 'iletrados', uma cosmologia ancorada na tradição oral, que os mantém vivos, que os faz suportar a existência às vezes nos limite do tolerável em termos materiais. Dizendo de outra maneira, os trabalhadores rurais não são seres desprovidos de informação, de conhecimento, como às vezes se insinua, pelo fato de não saberem ler e escrever. O problema é que o conhecimento socialmente válido em uma sociedade do tipo grafocêntrico é aquele convertido no sistema de escrita pelo qual essa sociedade, de maneira geral, orienta sua organização e funcionamento. Assim, o que se coloca como problema é uma escandalosa assimetria entre duas esferas de conhecimento em função de uma escala valorativa em que os conhecimentos advindos da tradição oral quando não são simplesmente ignorados, são considerados 'de segunda mão', são deslegitimados.

Diante dessa situação, as pessoas da comunidade percebem o jogo de poder envolvido na apreciação negativa, implícita ou explícita, que desvaloriza o seu conhecimento e, percebendo uma possibilidade de se colocar nessa disputa em condições menos desiguais, tentam se apropriar do código em que o conhecimento 'científico' está formatado. Ao se apropriar do sistema de escrita em que o saber socialmente legitimado se apresenta, o 'ex- sem escrita' realiza muito mais do que uma mera aprendizagem mecânica do código alfabético: ele se *empodera* (usando um neologismo meio forçado resultante da tradição literal do verbo inglês *empower*), ele se reveste estrategicamente de um poder, de uma autoridade que ele sabe serem conferidos à escrita, revertendo em seu favor uma situação terrivelmente desvantajosa.

Não se trata de, como desdenhosa e ironicamente bradou um colega da universidade da área de saúde em uma discussão, "que curandeiro vai virar médico" (e as pessoas da comunidade sabem os limites de sua ação, quando muito honestamente dizem: *sei curar um monte de doença, sei, a pessoa me dizendo o que ela sente, eu sei dizer o que ela tem, aí se eu não der conta, eu digo pra ir na rua [na cidade] procurar médico*), trata-se apenas de reconhecer que é preciso abrir espaço para saberes diferenciados do saber técnico-científico, letrado, cuja hegemonia marginaliza os saberes tradicionais, impedindo a sua atuação.

Os camponeses detentores de saberes medicinais não se tornarão especialistas em medicina científica, não deixarão de ser camponeses para virarem médicos, enfermeiros e afins, provavelmente não! A discussão me parece não ser bem essa. O que se está falando é que, estando os camponeses inseridos numa sociedade cuja organização é orientada pela lógica da escrita, eles têm direito não apenas de reconhecer essa lógica, mas de conhecê-la e de nela poder interferir de acordo com suas necessidades.

O problema é que é difícil perceber a conexão entre uma coisa e outra. A escrita não passou a ocupar um espaço e a ter um uso tão proeminentes em nossa sociedade, praticamente hegemônicos em algumas circunstâncias, por acaso. Há todo um conjunto de procedimentos, historicamente datados e ideologicamente orientados, que fez com que assim viesse a ser, mas cuja identificação é tão obviada a ponto de considerarmos natural a sua existência. Segundo Bourdieu e Boltanski (1975) é comum esquecermos/apagarmos as condições históricas em que uma determinada prática social teve origem e passarmos a considerá-la natural, é o que estes autores chamam de "amnésia da gênese".

O processo de *amnésia da gênese* pode ser entendido como o esquecimento das condições sócio-históricas que foram responsáveis pela

transformação do estatuto da escrita de meio ou modo de comunicação *em símbolo de distinção* (cf. Bourdieu e Boltanski, 1975), e, conseqüentemente, a tornaram o modo de comunicação 'legítimo'. A crença no poder da escrita é tão forte que é na dicotomia *ausência x presença* de um sistema de escrita que se assentou, quando a Europa ainda não conhecia modelos de escrita não-alfabética, a separação entre povos 'primitivos' e povos 'civilizados', dicotomia que sustenta a distinção entre *história* e *pré-história*.

Essa crença está tão profundamente arraigada no imaginário social a ponto de levar a uma inversão dos fatos, dificultando sobremaneira a compreensão adequada da natureza verdadeiramente social (e política) do papel ocupado pela escrita na realidade em questão. E, embora muitos pesquisadores já tenham denunciado essa 'fraude teórica', apontando a impossibilidade de associar a posse da escrita, de forma isolada, a desenvolvimento cognitivo ou econômico, é essa concepção que ainda hoje dirige e sustenta a maioria dos governos e a própria ONU na tomada de decisões a respeito de programação e implementação de políticas públicas referentes ao enfrentamento de problemas sociais (lembrar que o IDH proposto pela UNESCO é medido pelas condições de habitação, renda e nível de analfabetismo).

Porém, se, por um lado, não se deve supervalorizar a escrita, associando mecanicamente sua posse a ascensão social, desenvolvimento, etc., atribuindo-lhe poderes que ela intrinsecamente não tem, pois as conseqüências do acesso à escrita são dependentes dos contextos sociais específicos em que ocorre e, conseqüentemente, de uma série de fatores socioculturais que não podem ser negligenciados³, por outro lado, não se pode deixar de reconhecer os seus usos e funções sociais.

Considerando-se o que foi afirmado logo acima, vê-se que a alfabetização/escolarização se constitui num poderoso rito de iniciação: pelo fato de proporcionar aos diferentes grupos sociais uma espécie de *senha* de entrada no mundo da escrita e, potencialmente, a participação nesse mundo; mas é necessário não absolutizar essa afirmação, porque é ilusória e apenas parcialmente verdadeira a relação de causa e conseqüência entre domínio da escrita e cidadania. Se o domínio da escrita é imprescindível para se acessar a sociedade do conhecimento, não é, contudo, suficiente por si só para garantir a participação efetiva nessa mesma sociedade. Daí a necessidade premente de se pensar (e efetivar) oportunidades pelas quais experiências camponesas com a escrita, como a de Maria Aparecida Braga, se

³ Lembrar a questão controversa da conquista ao voto pelos analfabetos, grupo que mais tardiamente conseguiu o direito de votar no Brasil.

tornem não o emblema, mas a norma (no sentido de se tornar ordinário, comum, regular) de situações em que, de fato, saber é poder – o que só será possível com o conhecimento das diferentes maneiras como os diferentes coletivos humanos se relacionam com a escrita, isto é, como se apropriam dela, como a concebem, como a usam em suas práticas sócio-culturais.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. & BOLTANSKI, L. “Le fétichisme de la langue”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4. Paris: Éditions Minuit, 1975.

BRAGA, Maria Aparecida de S. *Memorial/História de Vida*. Altamira, 2006, mimeo.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 10 ed. São Paulo: Editora 34, 2003 [1964].

GOODY, Jack. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2005.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1924].

OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

DEMOCRATIZAÇÃO DA CIÊNCIA: UMA POLÍTICA PÚBLICA NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

Fernando do Amaral Pereira - Gerente-geral da Embrapa Informação Tecnológica.
Mestrando do Centro de Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Política e Gestão de C&T, da Universidade de Brasília

Selma Lúcia Lira Beltrão - Gerente-adjunta da Embrapa Informação Tecnológica.
Jornalista com Especialização em Marketing

Resumo

A velocidade com que o conhecimento é gerado transforma rapidamente as sociedades. Nesse contexto, a informação é de fundamental importância para a geração de novos conhecimentos e desenvolvimento da sociedade, e passa a ser o principal requisito na busca de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento. Aqueles que não têm acesso à informação e, conseqüentemente ao conhecimento, são excluídos do processo de desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Essa distribuição injusta das oportunidades é o ponto de partida da nossa discussão, pois dela decorrem os processos de disseminação da informação e de democratização do acesso ao conhecimento, os quais caracterizamos como política pública necessária ao desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), uma empresa pública do Governo Federal do Brasil.

A partir da experiência de dois projetos em execução: programa de rádio Prosa Rural e projeto Minibibliotecas da Embrapa, busca-se incorporar os conceitos de democratização do acesso ao conhecimento, de democratização dos meios de comunicação e de popularização do conhecimento técnico-científico produzido pela Empresa. As contribuições que valorizam o pluralismo institucional e a rede de atores como forma inovadora de gestão e que contribui para o fortalecimento de relações horizontalizadas na construção, formulação e implantação de políticas públicas são apresentadas como instrumento fundamental da ação. Esse conjunto contribui para a formulação positiva de que é totalmente factível ter como horizonte o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas a partir de iniciativas de inclusão tecnológica, as quais, por sua vez, dependem fundamentalmente da motivação política dos principais agentes envolvidos. Dessa forma, a recorrente crítica de viés conservador, segundo a qual a agricultura familiar¹

¹Agricultura familiar é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado pela família (Portal Embrapa – Linhas de Ação – Desenvolvimento – Agricultura Familiar).

não tem condições de assimilar tecnologias disponíveis em virtude de seu nível educacional insuficiente para compreender e decodificar as instruções que se atrelam às inovações, é totalmente descartada .

Palavras-chave:

Democratização da ciência, políticas públicas, desenvolvimento sustentável.

Introdução

No Brasil, instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) têm desenvolvido ações na busca de soluções sustentáveis para a agricultura familiar e concentrado, nos últimos anos, esforços nesse sentido por meio de programas e projetos que vislumbram o crescimento tecnológico aliado à inclusão social, à segurança alimentar e à conservação do meio ambiente. Essa situação é particularmente motivada desde 2003, em face de uma nova configuração do Estado Brasileiro, quando se fortalece um conjunto significativo de políticas ditas sociais a partir da vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 2002. Essa situação foi descrita por Pereira (2006) quando aborda a gênese do Estado de Bem-Estar ou Estado Social, afirmando:

Para dar conta das crescentes demandas sociais a que se viu obrigado a responder, o Estado capitalista, até por uma questão de sobrevivência, renunciou à sua posição de árbitro social para tornar-se francamente interventor. E, nesse papel, ele passou não só a regular com mais veemência a economia e a sociedade, mas também a empreender ações sociais, prover benefícios e serviços e exercer atividades empresariais (PEREIRA, 2006, p. 6).

A viabilização desses objetivos está atrelada à geração de conhecimento e socialização, às informações demandadas pelas populações consideradas excluídas, as quais neste estudo resumem-se especificamente na parcela da população rural envolvida com a agricultura familiar. Isto é, busca-se gerir informações e compartilhar saberes mas, sobretudo, elaboram-se e executam-se projetos com o intuito de adaptar, disseminar, difundir e transferir tecnologias inovadoras para intercambiar conhecimentos. Por isso a Embrapa, em seu Plano Diretor 2004-2007, propõe-se a:

Reavaliar a política de transferência de tecnologia da Empresa, identificar e adotar métodos, e veículos de comunicação e prioridades que respondam aos interesses da agricultura familiar e às condições do agricultor (criação de portal para acesso à informação ao cidadão, uso de televisão, rádio, educação à distância, etc.) (EMBRAPA, 2004, p. 23).

Para isso, é necessário transformar esses conhecimentos em produtos, processos e serviços que possam ser utilizados pela sociedade em geral. Esse processo envolve diferentes estruturas e infra-estruturas, com enfoques, arranjos interinstitucionais, criatividade e talentos diferenciados (GOMES, 2004), ou seja, é preciso o estabelecimento de processos interativos que envolvam, como sugerido por Silva (2001), diferentes atores

externos e internos às organizações que possam imaginar, propor, desenvolver e transformar estratégias, com base em elementos orientadores previamente negociados.

Assim, para entender a importância de projetos dessa envergadura se faz necessário aprofundar os conceitos que têm servido de base à formulação de políticas públicas, como por exemplo, os conceitos de desenvolvimento sustentável, do conhecimento em uma era traduzida como a era da informação e introduzir ainda a idéia da realização coletiva que integra diferentes atores a partir de arranjos interinstitucionais em que o protagonismo é partilhado por uma rede de atores. Pereira (2006) nos traz a idéia da subordinação dos interesses econômicos aos imperativos das necessidades sociais e apresenta como estratégia a ser defendida aquela em que o Estado não foge de seus deveres e responsabilidades, embora acate parcerias estratégicas com iniciativas privadas. Esse sentido ela denomina de pluralismo institucional.

Desenvolvimento sustentável

Na agropecuária brasileira, o modelo de desenvolvimento implantado no país provocou a concentração de terra e de capital e induziu a produção e distribuição de tecnologias, deixando como saldo um enorme contingente de excluídos (sem emprego, sem terras, sem cidadania). “Nos municípios mais pobres do Brasil o nível de tecnologia empregado na agropecuária está muito abaixo da média nacional” (FASIABEN et al, 2005, p. 35). Caron e Sabourin (2004) ressaltam a importância do acesso a tecnologias para a superação da pobreza:

(...) verificou-se, por exemplo, que nos municípios mais pobres, o nível de tecnologia empregado na agropecuária estava muito abaixo da média nacional (...). No Nordeste, “região problemática”, a agricultura, que ocupa a maioria da população rural, é geralmente considerada pouco produtiva e inadaptada ao contexto atual de liberalização econômica. É tida freqüentemente como pouco receptiva a inovações, ou em outras palavras, retrógrada. Para a maioria dos agentes do desenvolvimento e responsáveis políticos, é preciso reorganizá-la, integrá-la ao mercado, difundindo tecnologias (CARON, SABOURIN, 2004, p. 19).

Existem barreiras significativas entre a produção do conhecimento e a disponibilização da informação propriamente dita para aqueles que mais necessitam dela. No caso específico da agricultura familiar, a dificuldade em produzir alimentos de qualidade e comercializar o excedente tem origem, muitas vezes, na forma como o agricultor explora sua terra. O desconhecimento, em muitos casos, de tecnologias adequadas/apropriadas junto a dificuldades financeiras impossibilita o desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, a melhoria na qualidade de vida.

Se cruzarmos os dados da produção de alimentos no Brasil com o mapa da exclusão social veremos que é nos municípios mais distantes e desprovidos, em tese, do acesso às tecnologias que se encontram as maiores carências. Os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² são também os municípios mais desassistidos do ponto

²O IDH é medido pelo Programa das Nações Unidas levando em conta o Produto Interno Bruto (PIB), o grau de escolaridade e a expectativa de vida. Esse índice varia de 0 a 1 e, quanto mais perto de 1, maior é a qualidade de vida da população.

de vista do acesso às tecnologias. Portanto, onde há exclusão social há também, numa perversa relação de causa e efeito, a exclusão tecnológica (PEREIRA, 2006).

Assim, o atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. De acordo com Mendes (2007), se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam assustadoramente. Diante dessa constatação, surge a idéia do desenvolvimento sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, com o fim da miséria no mundo.

O desenvolvimento sustentável no espaço rural é entendido como o arranjo político, socioeconômico, cultural, ambiental e tecnológico que permite satisfazer as aspirações e necessidades das gerações atuais e futuras (EMBRAPA, 2004).

A apresentação de modelos sustentáveis é particularmente bem vista pela agricultura familiar, pois segundo Stropasolas (2006). :

(...) não estamos querendo dizer que a agricultura familiar é necessariamente mais sustentável que outras formas de produção agrícola; queremos apenas ressaltar que seus membros, por serem diretamente afetados por suas escolhas, estão mais propensos a rever o modelo de produção altamente dependentes de insumos químicos, desde que lhe sejam apresentadas alternativas viáveis.

Como consta na Agenda 21, "A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de uma forma sustentável, entretanto é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades." Isto significa desenvolver-se em harmonia com as necessidades ecológicas do planeta, para que as gerações futuras tenham a chance de existir e viver bem, de acordo com as suas necessidades. É exatamente o que propõem os estudiosos em desenvolvimento sustentável, que pode ser definido como o "equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social" (MENDES, 2007).

O crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, do qual fazem parte apenas alguns indivíduos da população. O desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas e tem o objetivo de distribuí-las, para melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta.

Conceituação muito apropriada a essa temática nos é trazida por Abramovay (2002, p.114) ao lembrar Amartya Sen, Prêmio Nobel da Economia, que assim descreve a noção de desenvolvimento: "...o desenvolvimento deve ser um processo essencialmente amigável e pode ser exemplificado por trocas benéficas de coisas...ou pelo trabalho de redes de segurança social, ou por liberdade política ou por desenvolvimento social – ou a combinação dessas atividades de apoio". Segundo esse autor vem de Sen (1999) a definição mais precisa de desenvolvimento e ao mesmo tempo a mais bela:

É o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. É essa visão do desenvolvimento que o faz exigir uma definição positiva de liberdade: liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar, vender, amar e ser amado. A liberdade – e portanto o desenvolvimento – não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício. Não basta que a lei garanta certos direitos: o essencial é que os indivíduos tenham a capacidade, a qualificação, a prerrogativa de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.

A difusão na sociedade do conhecimento

Urgem, portanto, ações e políticas públicas que, à guisa de inserir socialmente os excluídos, possam também incluí-los nas ferramentas tecnológicas e em tudo que a ciência tem produzido de respostas à humanidade. A disponibilização e a oportunidade de acesso ao conhecimento conduzem a autonomia do sujeito no sentido de buscar aquilo de que necessita; e partindo-se da premissa de que o conhecimento é o recurso mais valioso e, em ambiente adequado, cada indivíduo tem uma capacidade infinita para criar e inovar.

Com a transição para a sociedade pós-industrial, na era do conhecimento, destacam-se na economia atual as novas fontes de riqueza como a informação, o conhecimento e a comunicação apoiados pela tecnologia. A relevância desses aspectos apresenta-se relacionada ao fenômeno da inter-relação de todas as coisas. De acordo com Levy (1996), informação e conhecimento são doravante a principal fonte de riqueza. E, segundo o conceito de Prusak (1994), na sociedade da informação, o sucesso é determinado pelo saber e não somente pelo que se possui.

Capra (1983) destaca a influência da visão oriental de mundo, a qual tem como característica fundamental a consciência da inter-relação entre coisas e eventos. O autor se refere a essa consciência como uma teia cósmica, na qual o princípio quântico destrói o conceito do mundo como algo que existe lá fora; o princípio é a participação em vez da observação, e a vida não é uma coisa ou estado de coisa, mas uma mudança ou um movimento contínuo que tem, no conhecimento humano, seu ativo mais importante.

A noção de conhecimento que se tem a partir daí é "compreender todas as dimensões da realidade, captando e expressando essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral" (MORIN citado por ANGELONI, 2002, p. 16). A aquisição dessa noção ampla de significado, no entanto, não pode ficar restrita a pequenos grupos, da mesma forma que não se limita às suas formas tradicionais de transmissão.

Delimitar políticas de disseminação do conhecimento, dessa forma, requer que as ações desenvolvidas utilizem adequadamente os meios de comunicação disponíveis, decodifiquem o costumeiro linguajar acadêmico, tão típico de alguns de nossos cientistas, e construam no diálogo com os saberes e com a cultura local o formato ideal para a eficácia dessas ações.

Estratégias para o desenvolvimento sustentável por meio da disseminação do conhecimento

De acordo com Carew-Reid (1994), a definição de estratégias para o desenvolvimento sustentável requer como pré-condições objetivos claros, compromisso dos atores chave, ambiente político e social favorável, compreensão geral dos conceitos, recursos, comunicação e capacidade de gestão. Referida conceituação reserva à comunicação um papel de instrumento ou meio de viabilização de determinada estratégia, no entanto, reforça a importância dada por outros autores na formalização de redes interinstitucionais para o planejamento, produção, aplicação, avaliação de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil anseia por um processo de desenvolvimento com equidade, por políticas de inclusão social, de difusão do conhecimento e de desenvolvimento sustentável. Todos esses temas são abordados de maneira recorrente nas instituições de pesquisa. Esta é uma questão que tem preocupado pessoas das mais distintas áreas do conhecimento, sobretudo aquelas vinculadas ao campo da ciência e da tecnologia.

Andrade (2006), no artigo *Redes de atores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil*, nos faz refletir quanto à necessidade de acoplar as estratégias e ações desenvolvidas. O desafio está em concretizar esses direitos, no local das relações e das práticas sociais, de maneira a ampliar a capacidade de ação dentro do espaço público, o que exige uma maior flexibilidade da administração pública a partir do seu acoplamento à sociedade para articular e dar forma a projetos mistos. Em situações em que o poder é redistribuído e novos atores são incorporados, a gestão pública deve vencer o insulamento burocrático, desatrelar os governos estaduais e municipais do governo central e deixar contagiar-se pela dinâmica política produzida pela sociedade.

Atualmente, com base nas políticas públicas governamentais de inclusão social, segurança alimentar, expectativas de mercado e de qualidade do meio ambiente, as instituições estão buscando viabilizar soluções por meio da popularização da ciência, procurando superar o distanciamento entre esta e a sociedade, que avançou nas últimas décadas, para que haja um crescimento econômico para um processo de inclusão social.

Exigência básica para a efetividade de ações com esse escopo é a estruturação de arranjos organizacionais e interinstitucionais que democratizem inclusive os protagonismos de forma a dividir responsabilidades e tarefas e aperfeiçoar os resultados. Para tais arranjos, Andrade (2006) traz-nos a reflexão sobre redes de atores e sua importância para a efetividade das políticas públicas no Brasil ao descrever:

A rede como representação de conectividade, de ligação, de simultaneidade e de interdependência torna-se um atrativo para compreender a dinâmica e a complexidade de uma gestão que deve associar atores – estatais e não estatais – na resolução de problemas comuns dentro do espaço público (ANDRADE, 2006).

Por exemplo, Junqueira (2004), citado por Andrade (2006, p. 56), também aborda as redes como um recurso no processo de gestão de políticas públicas das cidades, uma vez que elas tornam-se auxiliares para compreender ações intersetoriais e a sua execução. Para ele, as redes são um meio para intervir na realidade social, uma construção coletiva, construções solidárias que se organizam possibilitando uma gestão participativa e, através

da integração das políticas sociais, buscar soluções que respondam aos direitos dos cidadãos a uma vida com qualidade.

É preciso, ainda, incorporar nos processos que visam à popularização e à democratização do acesso ao conhecimento científico as questões relacionadas ao cuidado com o meio ambiente. Pois, a incorporação dessa visão pode vir a ser uma oportunidade ímpar no desenvolvimento de novas atividades produtivas e mais sustentáveis.

Interessante estudo do Instituto Nacional de Ciências Agrícolas (INCA), de Cuba, demonstra a importância de abordagens transdisciplinares para dar conta da importância de processos de disseminação do conhecimento técnico-científico que incorpore os saberes tradicionais e, a partir da construção de um diálogo enriquecedor, envolva o conjunto de disciplinas na solução dos problemas. Tanta importância é dada a esta temática que, ao analisar um programa de melhoramento participativo de sementes no livro *Fitomejoramiento Participativo – Los agricultores mejóron cultivos*, (RÍOS LABRADA, 2006, p. 25), o capítulo primeiro desta publicação traz o sugestivo título: *Semilla sin conocimiento no da rendimiento*. E mais abaixo:

La posibilidad de interrelacionar elementos de diferentes disciplinas, em um entendimiento sistémico del proceso de cambio que promueve el proyecto, nos provee de nuevas posibilidades comprensivas que ninguna disciplina o ciência em particular podría asumir. Se evidencian em el trabajo del equipo complementariedad em los análisis, cooperación em las actividades y um diálogo enriquecedor entre disciplinas, que apunta a la idea de la necesaria transdisciplinariedad (RÍOS LABRADA, 2006, p. 25).

Construindo uma política pública de democratização do acesso ao conhecimento técnico-científico: exemplo de ações desenvolvidas pela Embrapa

É papel da Embrapa, empresa pública reconhecida mundialmente por sua capacidade de produção técnico-científica para a agricultura tropical, a geração do conhecimento e a transformação desse conhecimento em informação e, portanto, em insumo básico para a produção e o desenvolvimento em todos os segmentos do mundo rural. Como tal, é de sua responsabilidade, ou melhor, é dever de ofício de uma empresa pública o compromisso prioritário com os excluídos do processo tecnológico.

A excelência dos resultados produzidos nos 37 Centros de Pesquisa da Empresa presentes em todo o País precisa chegar a milhões de brasileiros, ansiosos por informação e conhecimentos que os auxiliem no trato dos animais, na produção de alimentos saudáveis, em como cuidar de seu ambiente, evitando sua degradação e obtendo melhores respostas do solo, do clima e da biodiversidade local. E para isso são desenvolvidas ações articuladas com as necessidades desses segmentos e que fazem uso de recursos de comunicação, lingüísticos, pedagógicos e informacionais, que podem ser consideradas como políticas públicas. Para que isso ocorra, é preciso:

- Ações coordenadas em mídias diferenciadas.
- Ações articuladas num mesmo espaço geográfico.
- Simplificação/adaptação de linguagem à mídia utilizada e ao público alvo respeitando o universo cultural das populações beneficiadas.

- Ações de interação com os saberes locais e fortalecimento da capacidade inovativa da comunidade para promover o desenvolvimento sustentável.
- Desenvolvimento das ações em redes articuladas compartilhando “el arte de hacer anzuelos” presente em Silva (2001).

Destacamos nesse estudo os mecanismos de difusão do conhecimento empreendidos pela Embrapa e direcionados especificamente ao público da agricultura familiar com foco em duas das ações desenvolvidas pela Empresa: o programa de rádio Prosa Rural e o as Minibibliotecas da Embrapa, que buscam a partir de ações articuladas em rede democratizar o acesso ao conhecimento, utilizando-se de duas mídias: impressa e eletrônica.

Essas atividades encontram-se em andamento e são fruto de amplas parcerias, tanto internas à Empresa, ao reunir num mesmo propósito pesquisadores, técnicos em transferência de tecnologia, comunicadores, bibliotecários e editores, quanto externas, como uma ampla rede de emissoras de rádio comerciais ou comunitárias, Organizações Não-Governamentais (ONGs), escolas públicas e órgãos governamentais como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Fundação Banco do Brasil e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Assim, por meio de um projeto, foram instaladas em 460 municípios do Semi-Árido brasileiro Minibibliotecas da Embrapa, contendo 216 exemplares de publicações com 108 títulos, mais conjuntos de vídeos e de CDs de áudio com o programa Prosa Rural. Foram mais de cem mil exemplares de publicações colocados à disposição da população rural nos municípios atendidos pelo projeto.

Reconhecido como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil (2005) e como iniciativa inovadora em gestão pública pela Enap/MPOG (2006), o programa semanal de rádio Prosa Rural conta com a parceria de cerca de 540 emissoras que o veiculam gratuitamente. Tendo iniciado sua programação em 2004 no Semi-Árido nordestino, hoje está presente também nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste do País, inclusive fazendo parte da programação da Rádio Nacional da Amazônia. Até dezembro de 2006 completaram-se 240 programas transmitidos para um público potencial de 15 milhões de ouvintes.

A integração de mídias, impressa e eletrônica nas Minibibliotecas (cartilhas e programas de TV e de rádio), constitui uma importante estratégia de comunicação e disseminação da informação técnico-científica com vistas à democratização do acesso ao conhecimento científico nacional.

Minibibliotecas: pesquisa e avaliação

Com o objetivo de fazer um diagnóstico do projeto com informações que possam subsidiar novas ações, foi realizada uma pesquisa com o apoio das escolas, sobre a utilização das Minibibliotecas implantadas. A pesquisa foi realizada entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007. Foram distribuídos 440 questionários com questões de múltipla

escolha para as escolas participantes do projeto na região do Semi-Árido. A amostra efetiva compõe-se dos questionários respondidos, totalizando 108 questionários, que correspondem ao percentual de 24% dos 440 questionários distribuídos.

Análise de resultados

Apresenta-se a síntese dos resultados obtidos, descrevendo a avaliação geral e o grau de satisfação dos sujeitos.

Foi observado que o tipo de material preferido dos alunos são as fitas de videocassete com 57,40 %, seguido pelos livros com 51,85 % (Tabela 1).

Tabela 1. Tipo de material preferido.

Vídeo	57,40 %
Livro	51,85 %
Cartilha	25 %
CD-ROM	12,03 %

A Tabela 2 mostra que a consulta das obras pelos alunos é feita diariamente.

Tabela 2. Frequência de consulta.

Diariamente	36 %
Semanalmente	30,55 %
Ocasionalmente	31 %
Nunca	0 %

Na Tabela 3, nota-se que são os jovens de 15 a 18 anos que mais consultam as obras das Minibibliotecas.

Tabela 3. Consulta por faixa etária.

Até 10 anos	4,62 %
10 a14 anos	51,85 %
15 a18 anos	52,77 %
19 a 23 anos	40,74 %
Acima de 24 anos	28,70 %

Com base na Tabela 4, podemos afirmar que o conteúdo do acervo das Minibibliotecas atende aos interesses da comunidade, uma vez que 90,74 % responderam que sim.

Tabela 4. Interesse da comunidade.

Sim	90,74 %
Não	7,40 %

A Tabela 5 apresenta o envolvimento de outras entidades – 63,89 % – na utilização do acervo da Minibiblioteca.

Tabela 5. Utilização do acervo da Minibiblioteca por outras Entidades da Comunidade.

Sim	63,89 %
Não	35,18 %

Já a Tabela 6 aponta que o interesse maior é das associações, 49,07 %, e dos sindicatos, 22,25%. Enquanto outras entidades, que compreendem 19,45 %, apontam a Emater e a Secretaria Municipal de Abastecimento como as que mais procuram o acervo da Minibiblioteca.

Tabela 6. Entidades interessadas.

Cooperativa	12,96 %
Associação	49,07 %
Igreja	12,03 %
Sindicato	22,25 %
Outra	19,45 %

51,85 % das instituições de ensino trabalham os conteúdos da Minibiblioteca por meio de projetos, como demonstra a Tabela 7.

Tabela 7. Desenvolvimento de projetos para trabalhar os conteúdos da Minibiblioteca pela instituição/escola.

Sim	51,85 %
Não	43,51 %

A Tabela 8 aponta que para 52,64 % há a aplicação de apenas um projeto, e que 47,37 % já aplicaram mais de um projeto.

Tabela 8. Quantidade de projetos desenvolvidos pela instituição/escola.

1 projeto	52,64 %
2 a 4 projetos	43,85 %
5 a 7 projetos	3,52 %
8 a 10 projetos	0 %

Quanto à avaliação do projeto Minibibliotecas, o resultado chegou a 100 % de aprovação, demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9. Avaliação do Projeto Minibibliotecas do Semi-Árido.

Regular	0 %
Bom	26 %
Ótimo	54 %
Excelente	20 %

e avaliação

Prosa Rural : pesquisa

A pesquisa sobre a audiência do programa Prosa Rural foi desenvolvida entre janeiro de 2007 e março de 2007 com as emissoras comunitárias e comerciais, que transmitem semanalmente o programa. O objetivo foi o de avaliar o projeto e construir uma ampla base de dados com informações gerais, que possibilitem políticas públicas de inserção da população às experiências da Embrapa. Sua realização foi possível principalmente pelo apoio da rede de emissoras que transmitem o programa. E a amostra efetiva compõe-se de 197 questionários respondidos. Desses 92 % se referiam a rádios comunitárias e 8 % de emissoras comerciais.

Análise

As próximas tabelas e os gráficos apresentam a síntese dos resultados obtidos, descrevendo a avaliação geral e o grau de satisfação.

A periodicidade da transmissão do programa é predominantemente de uma vez por semana, mas nota-se que há uma crescente disponibilidade de transmissão em mais de um dia por semana.

Tabela 1. Periodicidade da transmissão do Prosa Rural pelas emissoras.

Emissora comunitária		Emissora comercial	
Uma vez por semana	25 %	Uma vez por semana	66 %
Duas vezes por semana	21 %	Duas vezes por semana	20 %
Três vezes por semana	7 %	Três vezes por semana	7 %
Outros	47 %	Todos os dias	7 %

Quanto ao horário de veiculação, há grande variação na transmissão feita pelas rádios comunitárias e comerciais. Enquanto as primeiras priorizam o final de semana e em vários horários, as segundas priorizam o início da semana pela manhã.

Tabela 2. Horários que as emissoras comunitária transmitem o programa.

Emissora comunitária		Emissora comercial	
Manhã	22 %	Manhã	100 %
Tarde	36 %	Tarde	0 %
Noite	31 %	Noite	0 %

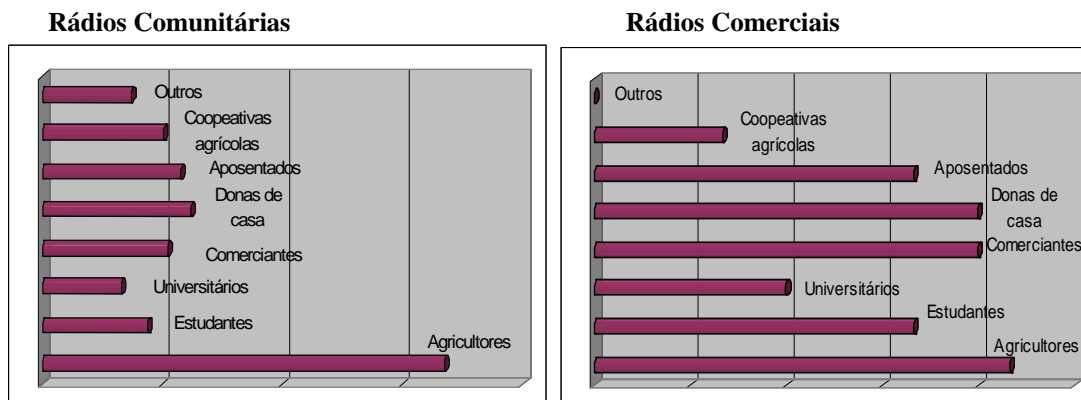
Na Tabela 3 encontramos os resultados com relação ao número de municípios que as emissoras atingem.

Tabela 3. Quantidade de municípios atingidos pelas emissoras.

Emissora comercial	Emissora comunitária
--------------------	----------------------

1 município	0 %	1 município	71 %
2 a 3 municípios	0 %	2 a 3 municípios	7 %
4 a 6 municípios	0 %	4 a 6 municípios	9 %
Mais de 6 municípios	100 %	Mais de 6 municípios	13 %

Nos gráficos abaixo, encontramos o resultado quanto ao perfil dos ouvintes da emissora. A maioria dos ouvintes das rádios comunitárias são agricultores, enquanto os das rádios comerciais são de agricultores seguidos de perto por comerciantes, donas de casa, aposentados e estudantes.



Quanto à nota das rádios para o programa Prosa Rural, em nenhum dos questionários houve nota zero, e a maioria concedeu nota acima de seis (tabela 4 abaixo).

Tabela 4. Nota das emissoras para o Prosa Rural.

Emissora comunitária		Emissora comercial	
Nota = 10	54 %	Nota = 10	73,5 %
Nota = 9	17 %	Nota = 9	13,5 %
Nota = 8	15,5 %	Nota = 8	6,5 %
Nota = 7	2,5 %	Nota = 7	6,5 %
Nota = 6	1,5 %	Nota = 6	0 %
Nota = 5	1,0 %	Nota = 5	0 %
Nota = 4	0,5 %	Nota = 4	0 %
Nota = 3	0,5 %	Nota = 3	0 %
Nota = 2	0,5 %	Nota = 2	0 %
Nota = 1	6,5 %	Nota = 1	0 %
Nota = 0	0 %	Nota = 0	0 %

A Tabela 5 apresenta os resultados para o seguinte questionamento: A programação do Prosa Rural atende às necessidades de informação dos ouvintes da emissora?

Tabela 5

Emissoras comerciais	Emissoras comunitárias
----------------------	------------------------

Sim	100 %	Sim	95,06 %
Não	0 %	Não	4,94 %

Na Tabela 6 encontra-se os resultados percebidos pelas emissoras quanto à contribuição do Prosa Rural para a sua promoção. Nesse item observamos que, para as emissoras comerciais e para a maior parte das emissoras comunitárias, o Prosa Rural contribui, de alguma forma, para sua promoção.

Tabela 6. Contribuição do Prosa Rural para a promoção das emissoras.

comercial		Comunitária	
Sim	100%	Sim	97 %
Não	0 %	Não	3 %

Considerações e Conclusões

A pesquisa demonstrou que as Minibibliotecas da Embrapa já estão incorporadas ao dia-a-dia dos alunos das instituições/escolas, bem como o de suas famílias e comunidades locais, necessitando expandir o projeto das Minibibliotecas para a população em geral, uma vez que beneficiaria um maior número pessoas.

Quanto ao programa Prosa Rural, a pesquisa evidenciou que também já faz parte do dia-a-dia dos ouvintes das emissoras. Mas que há, ainda, a necessidade de maior divulgação desse programa para toda a população, bem como da ampliação do número de emissoras que o transmitem pelo país. Finalmente, podemos destacar a importância da reaplicação dos conhecimentos difundidos e a multiplicação de experiências como as aqui apresentadas, por meio dos projetos Minibibliotecas da Embrapa e do programa de rádio Prosa Rural, que levam qualidade de vida aos agricultores familiares, trilhando o caminho do que preconiza o desenvolvimento sustentável: pensar globalmente e agir localmente.

Ao longo deste trabalho buscou-se afirmar que as ações implementadas fazem parte de uma política pública de democratização do acesso ao conhecimento, de popularização da ciência, de desenvolvimento socioeconômico e cultural das populações beneficiadas. Essas ações devem ser ampliadas pelas instituições públicas de pesquisa, pois o País anseia por um processo de desenvolvimento com equidade, por políticas de inclusão social, de difusão do conhecimento e de desenvolvimento sustentável.

Essas políticas públicas precisam reforçar a utilização de modelos interinstitucionais articulados em redes que busquem o horizonte da superação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, em contraposição ao modelo hegemônico atual: socialmente injusto, não sustentável ambiental e economicamente, tecnicamente inviável e, portanto, excludente.

Referências

- ABRAMOVAY, M. (Org.) *Escola e violência*. Brasília, DF: Unesco: UCB, 2002.
- ANDRADE, J. A. Redes de atores: uma nova Forma de gestão das políticas públicas no Brasil? *Gestão e Regionalidade*, São Paulo, v. 22, 2006. p. 10-14.
- ANGELONI, M. T. (Coord.). *Organizações do conhecimento: infra-estrutura, pessoas e tecnologias*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CAPRA, F. *O Tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CAREW-REID, J. *Strategies for National Sustainable Development*. London: Earthscan, 1994. 201
- CARON, P.; SABOURIN, E. (Ed.). *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.
- EMBRAPA, Secretaria de Gestão e Estratégia. *IV Plano Diretor da Embrapa: 2004 – 2007*. Brasília, DF, 2004.
- FASIABEN, M. do C. R.; GOMES, R. A. C.; TSURUTA, J. H.; PRADO, H. A. do. *Produção agropecuária nos municípios mais pobres do Brasil*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 43 p. (Embrapa-SGE. Documentos, 10).
- GOMES, G. C.; ATRASAS, A. L. *Diretrizes para transferência de tecnologia: modelo de incubação de empresas*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
- LÉVY, P. *O que é o virtual?*. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 54.
- MENDES, M. C. *Desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Acesso em: 27 mar. 2007.
- PEREIRA, P. *Estado, regulação social e controle democrático: destaques à ofensiva neoliberal*. Brasília, DF: UnB, 2006. Texto básico para o curso de Políticas Sociais e Desenvolvimento Urbano.
- SACHS, I. *Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil*. Brasília, DF: Sebrae, 2002.
- PRUSAK, L.; MCGEE, J. *Gerenciamento Estratégico da Informação*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- RÍOS LABRADA, H. (Ed.). *Fitomejoramiento participativo: los agricultores mejoran cultivos*. La Habana: Inca, 2006.
- SILVA, j.s. ET AL. Elementos prácticos para el desarrollo de estratégias. In: La dimensión de “estrategia” en la construcción de sostenibilidad institucional. San Jose, Costa Rica: ISNAR/CGIAR, 2001.
- STROPASOLAS, W. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: EdUFSC, 2002

DESENVOLVIMENTO RURAL PARA QUEM? OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DOS EXCLUÍDOS NA AÇÃO EXTENSIONISTA

Valmir Luiz Stropasolas (Doutor em Ciências Humanas/UFSC; Professor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Zootecnia, Centro de Ciências Agrárias/UFSC)

e-mail: valmir@cca.ufsc.br

RESUMO

O artigo discute as redefinições que vêm ocorrendo no perfil do “público-alvo” das instituições públicas de extensão rural e as implicações daí decorrentes na ação extensionista. Aborda as principais transformações em curso no espaço rural que acarretam, particularmente, o questionamento do mecanismo de reprodução sócio-econômica e cultural das famílias residentes nas comunidades, fato ilustrado pelos conflitos de valores e interesses, de gênero e geração que afloram entre os grupos sociais e que se expressam no movimento migratório e no processo de masculinização e envelhecimento da população rural, fenômenos sociais que não se explicam apenas pelo componente econômico. Este complexo quadro social configura-se em novos desafios para a ação extensionista, promovendo a necessidade de um repensar nas diretrizes, estratégias e metodologias implementadas pelas instituições públicas que intervêm nestas localidades, sob pena de se reproduzir padrões culturais, hierarquias de poder e desigualdades sociais nas comunidades e, especificamente, entre os membros da agricultura familiar.

Introdução

Raramente reconhecidas e valorizadas até recentemente, as particularidades sociais e culturais, as expectativas e as demandas dos grupos sociais tradicionalmente excluídos nas comunidades rurais e pesqueiras de Santa Catarina começam a se fazer presentes nos discursos, nas agendas e em determinados projetos das entidades públicas de extensão e pesquisa. As iniciativas que visam a inserção desse público e

suas especificidades ocorrem, também, porque a omissão do aparato estatal passa a ser questionada pela sociedade e se torna cada vez mais desconfortável aos profissionais que interagem com essa população, pela falta de perspectivas e espaços nos marcos dos modelos culturais e políticos vigentes nos quadros institucionais oficiais.

À luz dos debates e das preocupações suscitados pelas diferentes proposições de desenvolvimento rural vigentes na sociedade brasileira, um segmento expressivo de pesquisadores, formuladores de políticas públicas, lideranças representativas ou até mesmo agências internacionais de financiamento, entre outros, enfatizam novamente o caráter familiar dos empreendimentos agrícolas. Reconhecem este modelo como o mais eficiente para saldar a enorme dívida sócio-ambiental que se arrasta, há décadas, nos espaços rurais do nosso país, como o mais apropriado para garantir a segurança e a qualidade dos alimentos exigidas pelos consumidores e, finalmente, como o mais adequado para implementar tecnologias que preservem a fertilidade natural dos solos, os recursos hídricos e os ecossistemas. A conquista do reconhecimento social da categoria agricultura familiar é fruto das diversas iniciativas e mobilizações realizadas, nesses últimos anos, pelos movimentos sociais e pelas lideranças sindicais rurais. A aprovação recente da lei da agricultura familiar ilustra este processo.

Pautada no fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional, categoria que unifica politicamente um amplo, diverso e heterogêneo universo da população rural, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PLANATER - propõe uma nova perspectiva de desenvolvimento rural orientada para a inclusão, também, dos produtores assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, entre outros. Elaborada por profissionais vinculados ao Estado com a parceria de ONGs, entidades representativas, sindicalistas, técnicos, consultores, entre outros, esta intenção de renovação da política de extensão rural e pesqueira preconiza o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica, segundo afirmam os seus interlocutores, na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, “cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater” (MDA, 2004). Para isso, os porta-vozes dessa política entendem que é necessário assegurar com exclusividade aos públicos

definidos como beneficiários dos programas o acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente.

Considerando o momento favorável vivido na sociedade brasileira para a incorporação destas questões no debate sobre as alternativas de desenvolvimento dos espaços rurais, na medida em que se enfatiza a necessidade de se ampliar a participação e o controle social sobre as políticas públicas, visualiza-se a emergência de oportunidades concretas para que o aparato estatal e os serviços públicos em geral passem a se tornar mais acessíveis a um amplo segmento da população rural, particularmente daqueles grupos sociais até recentemente alijados do processo de desenvolvimento.

Determinados projetos impulsionados pelas entidades públicas de extensão rural, como é o caso do Projeto Microbacias 2 em Santa Catarina¹, em que se verifica a proposição de um conjunto de ações de desenvolvimento voltadas à inclusão social e a melhoria da qualidade de vida de públicos específicos, enfatizam o empoderamento e o protagonismo das populações envolvidas a partir da adoção na ação extensionista de estratégias metodológicas e processos educativos. Estas iniciativas possuem um importante conteúdo de organização social e mobilização comunitária, através de dinâmicas que buscam a participação ativa das populações, a viabilização de parcerias entre os atores envolvidos, o estímulo a formas associativas, o respeito as diferenças e o reconhecimento dos interesses diversos entre os grupos sociais rurais.

Contudo, estas intenções, proposições e projetos específicos de inclusão social se constituem em enormes desafios a serem enfrentados pelas entidades públicas de extensão, exigindo a redefinição de prioridades, posturas e estratégias implicadas na ação extensionista, seja das instituições, seja dos profissionais que exercem atividades junto a estes públicos. Assim, é em torno das proposições de desenvolvimento que visam, de maneira geral, dar vez e voz a segmentos populacionais rurais empobrecidos, grupos sociais específicos e tradicionalmente “excluídos” das políticas e pesquisas que realizamos esta reflexão. Especificamente, discutimos as implicações das iniciativas que visam a inserção destes segmentos no campo de atuação da extensão rural. Ou, mais precisamente, que desafios são colocados para a ação extensionista diante das

¹ O Projeto Microbacias², coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural/SC e implantado em 936 microbacias hidrográficas de Santa Catarina (o que representa 52% das existentes), atende 105 mil famílias rurais distribuídas em todas as regiões catarinenses, com um montante de recursos de US\$ 107,5 milhões sendo 59% financiados pelo BIRD e 41% de contrapartida do estado. O prazo de execução é de 6 anos (2002 a 2008).

demandas de inclusão dos grupos sociais tradicionalmente excluídos nas comunidades rurais em Santa Catarina?

Os novos desafios colocados para a ação extensionista diante das demandas de inclusão social

Tendo em vista os novos desafios impostos pela necessidade de implementar na ação extensionista estratégias compatíveis com os preceitos do desenvolvimento sustentável, particularmente as proposições de inclusão social dos segmentos mais afetados pelas mudanças em curso no espaço rural, as entidades oficiais de Ater procuram redefinir a concepção e a prática metodológica empregadas nos seus projetos, visando contemplar as novas demandas da sociedade.

Compreender a forma como se organizam os grupos sociais, as relações de poder que conformam a ação dos indivíduos nas comunidades e reconhecer os valores que fundamentam a sua interação com os agentes externos na vida cotidiana são pressupostos que passam a se fazer presente nas preocupações da extensão rural. Cabe salientar que esse conhecimento vem sendo cada vez mais demandado pelos extensionistas envolvidos no trabalho de animação de processos de desenvolvimento local, como é o caso do Projeto Microbacias 2, que preconiza uma proposta construtivista de capacitação dos atores sociais envolvidos. Neste contexto, o papel dos profissionais da extensão vem sofrendo importantes mudanças: devem ser mediadores e facilitadores de processos de mobilização e organização de diferentes grupos de interesses, e não propriamente os agentes propulsores/condutores desses processos.

No caso do Microbacias 2, no seu processo de elaboração foram constituídos fóruns de participação envolvendo representantes da sociedade civil, ONGs, entidades associativas do meio rural, universidades, instituições do setor público agrícola, entre outros atores sociais. A partir dessas iniciativas de negociação de idéias e proposições quanto ao desenho do projeto, marcadas por avanços e recuos, continuidades e descontinuidades, concretiza-se uma concepção de gestão participativa fundamentada na organização de comissões coordenadoras do projeto em nível local, regional e estadual com poder deliberativo e com participação paritária dos beneficiários nos diferentes espaços de gestão das ações. Fruto desse processo, constituem-se as Associações de Desenvolvimento (ADMs) e os Grupos de Animação (GAMs) com representantes escolhidos pelos próprios moradores das microbacias trabalhadas. Em consonância com

a concepção de participação interativa apregoada nos processos alternativos de desenvolvimento rural, são selecionados e contratados pelos próprios beneficiários 440 técnicos facilitadores com a atribuição de assessorar a implementação dos planos de desenvolvimento das microbacias.

Se, por um lado, estes organismos de gestão comunitária representam uma perspectiva inovadora de gerenciamento dos recursos públicos, por outro, exige uma maior abertura por parte da ação extensionista, que permita viabilizar a realização de parcerias nas diversas instâncias gestoras do Projeto, pressuposto básico para a sustentabilidade das iniciativas em curso nas comunidades envolvidas. Todavia, embora hajam experiências que avançam nesta direção, ainda persistem dificuldades nas microbacias para o estabelecimento de parcerias, seja entre as instituições executoras e parceiras do Projeto, seja entre as comunidades representadas pelas associações de desenvolvimento e as organizações governamentais e não governamentais. Isto pode ter sido ocasionado, também, pelo fato das instâncias deliberativas (ADMs, Comissões Coordenadoras) não estarem exercendo efetivamente o seu papel de organismos de gestão participativa ou de espaços ampliados de discussão e definição das políticas e ações que interagem no âmbito do Microbacias 2.

A construção de projetos de desenvolvimento rural com finalidade de inclusão social de públicos diferenciados não se realiza efetivamente sem a problematização do modelo típico dos projetos governamentais que fundamentaram (e fundamentam) as políticas da extensão rural. Esta cultura institucional, que contribuiu para a formação do perfil “extensionista” dos técnicos, foi edificada a partir de uma racionalidade instrumental pautada em metas e etapas pré-determinadas a serem implementadas de acordo com uma lógica cartesiana controlada. As instituições do setor público agrícola de Santa Catarina conhecem na sua trajetória inúmeros projetos que ilustram estas características, ou seja, comumente as decisões do que fazer, como, quando, para quem e quanto são determinados de fora através de normas e manuais de procedimentos, cujas amarrações institucionais determinam os resultados esperados, os níveis de participação desejados e o público envolvido.

Na maior parte dos casos, estas iniciativas institucionais tinham (e tem) a finalidade de promover o envolvimento da comunidade rural para validar a ação governamental e, sobretudo, racionalizar e tornar mais eficiente a aplicação dos recursos. É comum se encontrar nas diferentes regiões alguns paradoxos da intervenção pública como, por exemplo, a edificação de empreendimentos agro-industriais, construções

rurais, aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas (ou sociais) que as comunidades não se apropriam e que tornam-se obsoletos pela sua ineficiência econômica, ou mesmo a implantação de sistemas de produção agrícolas que não se adaptam às condições edafo-climáticas locais ou às práticas tradicionais dos agricultores familiares.

No que se refere ao Microbacias 2, seu desenho inicial é pautado num marco lógico – ferramenta apregoada pelo Banco Mundial nos seus projetos de combate à pobreza nos países do terceiro mundo – que contempla objetivos, resultados, metas, atividades, recursos e prazos definidos à priori. Embora este fato se constitua numa contradição aparente, criticada na medida em que o projeto se enraíza em nível local, cabe salientar que a concepção teórica, as diretrizes e as estratégias conduzidas e, em alguns casos, (re)construídas no processo de implementação das ações nas várias regiões oportunizaram a emergência de uma expressiva participação interativa propiciada pela mobilização social ocorrida nas diversas comunidades envolvidas. Este processo organizativo em curso nas microbacias, promovido a partir das ações decorrentes da aplicação da metodologia do planejamento estratégico participativo, acaba redirecionando o enfoque da matriz original, edificando-se uma via de mão dupla nos resultados alcançados por este Projeto, tendo em vista a emergência de demandas, prioridades e propostas resultantes das necessidades das próprias comunidades, que passam a se materializar nos planos de desenvolvimento das microbacias.

Isto vem propiciando externalidades positivas nas áreas social, econômica e ambiental que extrapolam os objetivos e recursos do Microbacias 2, embora em boa parte dos casos as melhorias alcançadas coincidam com os resultados previstos no desenho inicial do projeto. Um aspecto que configura a originalidade desta experiência coordenada pela iniciativa do Estado é o público beneficiário da ação extensionista e dos recursos financeiros aplicados pelo Projeto, constituído em sua maioria pelas famílias comprovadamente empobrecidas nas comunidades trabalhadas. Todavia, torna-se indispensável avaliar em que medida estes recursos contemplam as expectativas diferenciadas dos integrantes da agricultura familiar, ou seja, de mulheres, jovens, idosos, etc.

Outro aspecto que interfere na postura das instituições públicas e na prática dos profissionais da extensão rural diz respeito ao (pré)conceito de que as populações rurais empobrecidas e os grupos sociais excluídos não têm iniciativa própria e não são capazes por si mesmos de empreender processos de mudança nas suas condições sociais e

econômicas. Diversas experiências de desenvolvimento local em nosso estado ilustram este procedimento e são marcadas pela descontinuidade e pelo fracasso das ações empreendidas, na medida em que são planejadas de acordo com uma lógica globalizante estabelecida à priori, reconhecida como a melhor estratégia para solucionar os problemas do público “alvo” dessas ações, desconsiderando-se as iniciativas e a criatividade das populações locais. Segundo Matos (2003), mesmo os governos mais democráticos “permitem” a participação das comunidades nas definições de prioridades para realização de obras públicas e constituem sistemas de controle social sobre a sua execução, sem que isto signifique a constituição mínima de patamares de autonomia na condução dos seus próprios processos de inclusão social.

Embora se diferencie essencialmente do conjunto de projetos e experiências conduzidos no setor público, mesmo no Projeto Microbacias 2 havia resistência entre alguns dirigentes e técnicos da extensão em aceitar que as comunidades, particularmente as famílias empobrecidas, trabalhadores rurais, populações indígenas, quilombolas, mulheres, jovens, idosos, possuíam capacidade de se organizar e buscar soluções aos seus problemas e necessidades. Inúmeras experiências nas microbacias trabalhadas em que se verifica o protagonismo e a capacidade desse público gerir o seu próprio desenvolvimento, pouco a pouco, rompem com os padrões arraigados na cultura institucional e na ação extensionista.

Cabe ressaltar, entretanto, que em determinados casos os técnicos (as) ainda não foram preparados suficientemente para assumir o papel de animadores e facilitadores destas iniciativas, sobretudo na abordagem da heterogeneidade social existente nas comunidades envolvidas e na mediação dos interesses e conflitos que afloram na gestão dos recursos. Este aprendizado social que emerge em nível local questiona, enfim, a lógica institucional pública e o imaginário dos profissionais envolvidos nas ações de extensão, pesquisa e capacitação porém, como reconhecem os próprios interlocutores do Projeto, precisa avançar mais na promoção da auto-gestão comunitária, processo que é construído ao longo do tempo. A busca da consolidação deste objetivo perpassa as diversas instâncias do Projeto, tanto que diversos seminários integrando o corpo executivo e inúmeros eventos de capacitação envolvendo animadores, facilitadores e beneficiários vêm sendo realizados nas diferentes regiões visando discutir estratégias e preparar pessoas para o alcance de tal finalidade, que passa a ser eleita como a chave para a sustentabilidade das ações realizadas nas comunidades.

Para Matos (2003), nas propostas de desenvolvimento que enfatizam o componente humano o sujeito do processo deve ser a comunidade, a partir de suas próprias iniciativas, dos seus próprios atores, cabendo ao Estado e à sociedade incentivar e apoiar essas iniciativas, sem tentar conduzi-las. De acordo com o autor, a experiência tem demonstrado que, quando se sentem apoiadas nas suas próprias iniciativas, as comunidades tendem rapidamente a potencializar seus movimentos de organização social, aumentando a sinergia e a viabilidade de suas ações. Gradualmente, outros estágios mais avançados da organização social e da produção coletiva podem ser atingidos, desde que não se atrepele o processo movido pela impaciência histórica, que costuma acometer particularmente os agentes externos à comunidade ou suas lideranças mais diretivas.

Na tentativa de se construir referências para a promoção de processos de desenvolvimento local alicerçados na visibilidade dos segmentos excluídos da sociedade rural e, particularmente, no empoderamento de mulheres, jovens, entre outros, é indispensável se levar em consideração os aspectos relacionados à temporalidade na interação com estes públicos específicos. Muitas vezes, o ritmo característico das populações locais, cadenciado pelos valores culturais e pelas relações com a natureza, colide com a “pressa” imposta nos projetos e programas governamentais, fato que acaba comprometendo os alcances almejados em decorrência da necessidade de se aplicar os recursos previstos em tempo hábil e cumprir normas e metas impostas às equipes responsáveis pela sua execução.

Este desafio vem sendo reconhecido pelos profissionais da extensão e pelas lideranças que atuam nas comunidades envolvidas no Microbacias 2, que questionaram recentemente a pressão exercida pelo aparato estatal e pelo organismo de financiamento internacional do Projeto, o Banco Mundial, para a aplicação financeira dos recursos previstos, tendo em vista o atraso verificado para a sua implementação. “Escaldados” por fracassadas tentativas anteriores de implementação por parte do Estado de projetos nessas mesmas comunidades, em que se verificou a descontinuidade das ações, os beneficiários do Projeto desejam ver para acreditar (e se comprometer) que os recursos são realmente aplicados nas prioridades traçadas nos seus planos. Contudo, na medida em que se propicia o diálogo entre as vertentes institucional e comunitária a partir de um processo de planejamento participativo e, sobretudo, que se reconheça e respeite os diferentes tempos de participação dos segmentos sociais diversos residentes nas microbacias trabalhadas, criam-se as condições para que os recursos “caiam” de maduro

nas comunidades, de acordo com as demandas e prioridades distribuídas ao longo do tempo.

Com relação ao tempo, ressalta Matos (2003), é preciso fazer atenção também ao caráter gradual do processo de desenvolvimento, ou seja, é natural que exista uma certa ansiedade quanto aos prazos para solucionar os graves problemas por que passam as populações pobres e, por isso mesmo, além da pressão dos prazos institucionais, existe uma certa tendência em queimar etapas em busca de estágios mais avançados da organização social das comunidades, de sua capacidade de gestão e de produção. É comum se observar projetos de desenvolvimento que induzem à formação de associações ou cooperativas, mesmo quando a comunidade ainda não está sentindo a necessidade real desses instrumentos e termina aderindo porque a eles está condicionado o acesso a algum tipo de vantagem, como a terra e o crédito.

Nos eventos que vem sendo realizados pelo grupo gerencial e executivo do Projeto Microbacias 2 os integrantes constatam que, nas comunidades em que se verificam os melhores resultados em termos qualitativo, foram respeitados e cumpridos os momentos e as etapas de mobilização comunitária, organização, planejamento e capacitação. Onde se acelerou o processo sem observar e valorizar o ritmo, o tempo e as aspirações dos diferentes grupos sociais, a qualidade das ações deixou a desejar e, em decorrência, inibiu-se a auto-gestão. O grupo entende que a pressão exercida para a aplicação dos recursos do fundo de inversões do Projeto foi incompatível com o empoderamento das comunidades. Além de que, nesses casos, muito pouco foi investido nos facilitadores para que efetivamente realizassem ações de ATER nas comunidades, tendo em vista a necessidade e a pressão para a aplicação dos recursos financeiros. Não que eles não sejam importantes como fator de desenvolvimento e estímulo das comunidades para dar continuidade às suas iniciativas e projetos. Porém, como lembram os próprios integrantes do grupo, “os recursos devem se apresentar como um resultado, uma conquista do processo de planejamento participativo em curso nas comunidades e não como uma mera aplicação financeira para viabilizar propostas elaboradas às pressas e desconectadas das ações estratégicas de desenvolvimento das famílias e das microbacias” (PROJETO MICROBACIAS 2, 2006)

A orientação metodológica preconizada para as ações da Ater pública, como pode ser visualizada nas proposições recentes da política nacional de Ater (MDA, 2004), pressupõe que a ação extensionista deve ocorrer “de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre

como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos”. Caporal (2003) estabelece que, do ponto de vista da práxis, a extensão rural só pode ser levada a cabo mediante metodologias que permitam pôr em andamento processos efetivamente participativos, estimulando-se as iniciativas próprias dos beneficiários e a sua participação concebida como um direito. Segundo este ponto de vista, este desafio da extensão exige que os profissionais facilitadores sejam, além de tecnicamente bem treinados, capacitados para que desenvolvam as habilidades necessárias para atuar com grupos e organizações.

Todavia é preciso considerar que a organização social é um processo muito complexo, particularmente quando envolve questões econômicas e mudanças culturais. O tempo para esses processos deve considerar não apenas essa complexidade, mas também a fragilidade das metodologias cujos referenciais teóricos e práticas não vão além das concepções sócio-técnicas e que raramente incorporam as novas correntes que trabalham as questões sociais e comportamentais (MATOS, 2003). No decorrer da implantação da sistemática metodológica do Microbacias 2 nas comunidades envolvidas, os (as) extensionistas se depararam com lacunas importantes de conhecimento no que diz respeito à forma de abordagem e interação com os diferentes agrupamentos sociais, processo que demandou (e demanda) a incorporação nos programas de capacitação de conteúdos formativos nas áreas das ciências humanas (sociologia, antropologia, educação, psicologia, história, entre outras). Pressuposto básico para que os animadores e facilitadores do projeto interajam de forma adequada com o público beneficiário, que envolve famílias empobrecidas, comunidades indígenas, trabalhadores rurais, quilombolas, mulheres, jovens, etc.

Embora o Microbacias 2 tenha incentivado, desde as primeiras fases de implementação da sistemática metodológica nas comunidades trabalhadas, a inclusão de jovens, mulheres e idosos nas diversas instâncias de discussão e gestão do Projeto, a incorporação dos componentes transversais de gênero e geração nas ações de desenvolvimento não se efetiva de forma tranqüila e sem constrangimentos, envolvendo um longo aprendizado e o questionamento das hierarquias de poder entre os atores sociais envolvidos (SILIPRANDI, 2003).

Enfim, o enfrentamento destes novos desafios impostos à ação extensionista, ilustrados a partir da experiência concreta do Projeto Microbacias 2 e materializados na busca de inclusão dos segmentos sociais tradicionalmente excluídos nas comunidades rurais, geram um caloroso debate nas instituições oficiais de extensão, processo que questiona as estratégias convencionais de intervenção de projetos e programas governamentais nas comunidades e colabora para a redefinição do “público-alvo” das políticas e prioridades orientadas para o desenvolvimento rural.

Considerações Finais

A valorização por parte da sociedade brasileira do potencial que possui a agricultura familiar para o desenvolvimento do país vem se ampliando, nesses últimos anos, impulsionada, sobretudo, pelas proposições que resultam das discussões sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local e que reconhecem e afirmam a agricultura familiar como o modelo mais adequado para alavancar e atender as demandas de inclusão social rural. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária, a consolidação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a proposição de uma renovada política nacional de assistência técnica e extensão rural e o crescimento de iniciativas e projetos que visam a inclusão de grupos sociais desfavorecidos, “invisíveis” e excluídos nas comunidades refletem e alimentam este debate na sociedade.

A participação destes públicos específicos nos processos de discussão, elaboração, execução e gestão das políticas e ações governamentais se constitui numa das principais reivindicações presentes nos discurso dos atores sociais e políticos atuantes no processo de proposição de ações de desenvolvimento rural. A internalização dessas demandas nos projetos e programas gera uma série de mudanças na forma hegemônica de se pensar e de se agir sobre o meio rural, que resultam em ações afirmativas e benefícios diferenciados visando atender as expectativas do renovado “público-alvo” das instituições oficiais e que se refletem na formas de atuar da extensão rural nas diversas localidades de Santa Catarina. Isto proporciona a inserção e/ou o resgate de temas que normalmente foram deixados num segundo plano pelo aparato estatal e que dizem respeito à transversalidade das questões sociais, particularmente vinculada a questões de gênero, geração, etnia, entre outros, os quais passam a se constituir como novos desafios para o trabalho extensionista, provocando redefinições nos

princípios e metodologias utilizadas. Ou seja, as ações sociais da extensão rural passam a serem vistas como integradas ao contexto de desenvolvimento em que estão inseridas e, nesse sentido, questionam-se as omissões, os reducionismos tecnicistas e a forma segmentada de atuação que caracterizavam a intervenção das instituições. Nesse sentido, os(as) extensionistas passam a assumir um novo papel neste processo, que é o de animadores e facilitadores do desenvolvimento rural.

Estes novos desafios colocados à ação extensionista incluem desde o atendimento a novos públicos, tais como famílias rurais empobrecidas, indígenas, pescadores, quilombolas, mulheres, jovens, idosos, entre outros, até o questionamento de paradigmas, conhecimentos e valores que fundamentam a própria cultura organizacional das entidades públicas de assistência técnica e extensão rural, processo que, de maneira geral, rompe com o modelo pautado na teoria da difusão de inovações e nos tradicionais pacotes originários da “revolução verde”. Segmentos organizados de agricultores familiares, movimentos sociais rurais, assentados, entre outros, criticam a postura tradicional dessas instituições, posicionando-se não mais como meros participantes subordinados das atividades concebidas pelos agentes externos, mas buscando conquistar uma maior autonomia pessoal e coletiva, fato que coloca em xeque as relações convencionais entre os grupos sociais, entre os gêneros, as gerações. Em decorrência, problematizam a intervenção não dialógica das entidades oficiais de extensão nas comunidades envolvidas. Em síntese, são questões desafiadoras para uma extensão rural em redefinição, que busca mudar seus pressupostos e construir novas estratégias de intervenção junto às comunidades.

As intenções e as iniciativas em curso de inclusão dos segmentos “invisíveis” da população rural são caracterizadas por estratégias que buscam promover a cidadania e a organização social, estimulando-se o público “renovado” da extensão para que se organize e participe ativamente das decisões que dizem respeito à sua comunidade, município e região. No que se refere à ação extensionista, essas iniciativas exigem dos profissionais da ATER a capacidade de dialogar com estes diferentes públicos e reconhecer as suas características específicas, os fatores que interferem na participação nos espaços públicos locais e os interesses conflitantes em jogo. Impõem cada vez mais o desafio de se instituir a interdisciplinariedade, a parceria e a integração das ações no trabalho com as comunidades, como pressuposto básico para superar os reducionismos e modificar a condição subordinada que os temas sociais sempre tiveram em relação às “prioridades” econômicas nas políticas oficiais da extensão rural, processo que,

paulatinamente, vem sendo redefinido a partir de experiências positivas que vem sendo implementadas no estado e que buscam a inserção desses grupos sociais, como é o caso do Projeto Microbacias 2. Exigem, enfim, a capacitação de animadores e facilitadores para trabalhar com metodologias participativas e dinâmicas de grupo, formação de lideranças, processos de planejamento participativo, mediação de conflitos sociais, entre outros conhecimentos indispensáveis ao novo papel educativo demandado a estes profissionais, o que inclui o reconhecimento e o respeito às diferenças étnicas, religiosas, sociais, políticas, econômicas e de gênero e geração existentes nas diferentes comunidades.

Referências Bibliográficas

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma nova ATER pública**. Emater/RS-ASCAR, Santa Maria, 2003.

MATOS, A. G. de. **Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social**. Brasília: Nead, 2003.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2004.

PROJETO MICROBACIAS 2. **Documento síntese do Seminário “o desafio da auto-gestão comunitária”**. Lages/SC, 2006.

SILIPRANDI, E. **O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais**. Brasília: Nead, 2003.

DIMENSÕES MEDIADORAS DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS ENQUANTO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL NO CAMPO

Helder Ribeiro Freitas (Eng. Agrônomo Doutorando em Solos e Nutrição de Plantas, Departamento de Solos Universidade Federal de Viçosa (UFV)
e-mail: hfreita@yahoo.com.br

Cristiane Moraes Marinho (Pedagoga Prof. Substituta do Departamento de Educação da UFV. Mestranda em Extensão no Departamento de Economia Rural da UFV)
e-mail: crimarinho@yahoo.com.br

France Maria Gontijo Coelho (Historiadora Doutora em Sociologia Prof. Adjunta do Departamento de Economia Rural da UFV)
e-mail: fmcoelho@ufv.br

RESUMO

Este artigo pretende discutir as dimensões dos processos de "mediação" e intervenção social no campo, tendo como instrumento metodológico as chamadas "Metodologias Participativas" (MP's). Traz como desafio a elucidação de conceitos e concepções nos quais as diversas e mesmo controversas práticas de mediação consolidam-se a partir da utilização das MP's. Nesse sentido, aponta para a relevância da concepção que os mediadores tem das MP's, além de características e habilidades pessoais dos mesmos, em especial a capacidade de "descentração", bem como suas implicações sócias-políticas. Assim, as concepções e princípios que orientam as intervenções dos mediadores têm como possibilidades tanto a banalização quanto a reflexividade das concepções e dos instrumentos metodológicos.

Este artigo pretende discutir as dimensões dos processos de "mediação" e intervenção social no campo, tendo como instrumento metodológico as chamadas "Metodologias Participativas" (MP's). Traz como desafio a elucidação de conceitos e concepções nos quais as diversas e mesmo controversas práticas de mediação consolidam-se a partir da utilização das MP's.

O termo mediador segundo OLIVEIRA (2004:37) "alude de imediato àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, por vezes, divergentes, com vistas a um determinado resultado." Podendo, desta forma, estar entre, fazer o meio-de-campo, traduzir e ou, introduzir falas e linguagens (NOVAES,

1994). Assim, é importante ressaltar que para OLIVEIRA e SILVA (s/d) o conceito de mediador social é um termo analítico que vem sendo utilizado para na compreensão "do papel que desempenha aquele agente que se relaciona com diferentes espaços sociais, transcodificando informações e interligando estes espaços, influenciando, dessa forma, nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão a ele vinculados." (op. cit.).

No que se refere à problemática da mediação inserida campo brasileiro, cabe advertir que essa prática engloba uma enorme diversidade de sujeitos e organizações, constituindo, a nosso ver, em múltiplos espaços simbólicos nos quais operam disputas sociais; é o que BOURDIEU (1996:61-62) denomina por Campo, em meio ao qual serão produzidos habitus "como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver... indica a disposição incorporada, quase postural, mas sim de um agente em ação ... espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço". Esses conceitos são importantes para compreender a complexidade da mediação e o papel de seus agentes, não só por inserir-se num campo de disputas, mas também pela possibilidade de nele intervir.

Na tentativa de possibilitar a expansão da concepção de mediador NOVAES (1994), que considera que alguns estudos da antropologia "pressupõe diferenças culturais e assimetria econômica e política entre as partes, entre grupos sociais", apontam para a existência de diversos tipos de mediadores e que universalmente "o isolamento, a assimetria, a dominação política e econômica" têm produzido necessidade de mediação tanto para o "bem" quanto para o "mal". Isto é, para a reprodução ou para o questionamento da dominação". Buscando sistematizar a diversidade de agentes mediadores, NOVAES (op.cit), classifica-os em três tipos principais: mediadores externos, mediadores de "cima" e mediadores de "dentro".

O termo mediador externo compreende a atuação da Igreja Católica, de universidades, do Estado, das ONGs, segundo a autora, nesses casos a mediação ganha diferentes sinônimos. No caso das universidades seria a conhecida extensão universitária ou somente extensão, já no caso da igreja ou de ONGs é a chamada assessoria, sendo que o termo "interlocutores" vem ganhando força na denominação desse tipo de mediação. O caráter e os graus dessa "externalidade" é plenamente discutível na atuação desses mediadores. O mediador de "cima" envolve os técnicos progressistas do estado que são de alguma forma comprometidos com as demandas dos trabalhadores. Por fim, o termo mediador de "dentro" engloba os representantes, dirigentes e lideranças legitimados por suas entidades para serem seus mediadores concretos. Ao problematizar as categorias de mediação denomina "de fora" e "de

dentro" MEDEIROS (2007) afirma que estas análises não podem ter como único referencial o lugar físico ocupado pelos agentes, mas, sobretudo, sua adesão ou não a determinadas concepções, visões de mundo e valores que fazem com que o "de fora" seja um pouco "de dentro".

Nesse contexto percebemos que essas categorias, não necessariamente apresentam relação direta com as formas de intervenção, podendo, as mesmas, consolidarem-se, de acordo com COELHO (2005), na perspectiva "formal" ou "participativa". A perspectiva "formal" assemelha-se aos "survey's", centrada em relações assimétricas entre os atores sociais (técnicos e grupos sociais), superioridade do conhecimento acadêmico em relação às demais formas de saber e na aplicação de questionários no levantamento de informações. Já a perspectiva "participativa" busca superar os impasses das intervenções formais, tendo como ponto de partida o próprio cotidiano de seus sujeitos que participam desde o momento de problematização e diagnóstico até os momentos de planejamento e avaliação.

No Brasil, as MP's foram incorporadas como forma de intervenção, principalmente por Organizações não Governamentais (ONG's) nas décadas de 80 e 90. Assim, a partir dos anos 90 ganham espaço também, em programas e projetos de desenvolvimento, instrumento de pesquisa no campo sócio-ambiental, assessoria a movimentos sociais (BROSE, 2001) e projetos de extensão universitária em comunidades rurais e urbanas. Em razão da legitimação deste instrumento metodológico como forma de atuação orientada por seus princípios éticos, reconhecimento de valores e elementos culturais (PERREIRA, 2001), bem como levantamento de informações qualificadas em processos de mediação social, surgem questionamentos a respeito da banalização destes métodos (CHAMBERS & GUIJT, 1995), bem como os princípios e objetivos que orientam algumas equipes que "fazem uso" de tais metodologias.

Para o desenvolvimento de um trabalho instrumentalizados por MP's a constituição da equipe de trabalho se constitui num ponto chave deste processo. Isso porque, o papel desta é intervir enquanto mediadora que partindo de capitais (simbólicos, culturais, políticos, sociais) e do poder da legitimidade confiada por uma organização e/ou instituição, consolidar o chamado "meio de campo", o equilíbrio, a consolidação em meio às divergências de interesses posto no campo social. PEREIRA (2001) aponta para a constituição da equipe de forma transdisciplinar enquanto grupo de mediação, bem como ressalta que "para um bom desempenho da equipe, faz-se necessário que seus membros sejam capacitados em termos teórico-metodológico, além de contemplar a criatividade, iniciativa e capacidade de mobilização". Entretanto, o domínio deste instrumental metodológico, assim como o sucesso no processo de

intervenção na coleta de informações e entrosamento com os grupos atingidos por esta pode revelar dois sentidos, como bem lembra COELHO (2005) ao discutir a prática profissional como intervenção: "mediar como questionamento ou como manutenção de formas de dominação e exclusão".

Deste modo, as MP's podem, sim servir, ainda que num contexto restrito de intervenção, enquanto um instrumento de poder, dominação e apropriação de conhecimentos e valores. Entretanto, contribuições filosóficas como as de Habermas possibilitam uma perspectiva otimista, haja vista a resistência das razões comunicativa em detrimento da razão instrumental, em que os mecanismos do "dinheiro" e do "poder" regulam processos de integração social (FREITAG, 1985:124-125). A razão comunicativa de Habermas é condizente com a relação dialógica necessária aos processos de intervenção participativa, haja vista que sua consolidação assegura a integração social mediada pelo "entendimento" e "consenso".

Assim, a prática dos DRP's exige dos técnicos um exercício de autoridade, no qual, dos mediadores serão exigidos a interconexão de três dimensões analíticas para uma aproximação da realidade dos grupos sociais com os quais se intervêm:

"Plano axiológico: se refere a um julgamento de valor como: 'o outro é bom ou mal, me é igual ou inferior';

Plano praxiológico: refere-se à ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro, como 'entre a submissão ao outro e a submissão do outros, adota-se a neutralidade ou a indiferença';

Plano epistemológico: refere-se à atitude do conhecer ou ignorar a identidade do outro, em que o conhecimento se manifesta em uma gradação entre os dois extremos." (TODOROV, 1996: p. 123 apud PERREIRA, 2001: p. 2)

Uma outra capacidade importante neste processo é o que Piaget denomina de "*descentração*". A qual se constitui na capacidade do sujeito de socialização indo do monólogo ao diálogo, da ação e interação às operações hipotético-dedutivas, da pré-moralidade à autonomia moral. Esta:

"... reúne, pois, dois movimentos concomitantes e complementares: o envolvimento crescente do indivíduo pelo grupo (socialização), traduzido em seu pensamento e sua linguagem socializada, e o distanciamento consciente do indivíduo com relação a seu grupo e às normas que regulamentam sua interação, traduzido numa crescente individualização e autonomização (consciente)." (FREITAG, 1985: p. 134)

Habermas, em sua teoria da ação comunicativa, incorpora este processo como elemento central numa ação comunicativa plena. No contexto das intervenções participativas, a capacidade dos mediadores de descentração é condição básica para o processo pesquisa, planejamento e ação junto aos grupos sociais. Assim:

“O ator ‘*competente*’ de Habermas que coordena suas ações e busca o entendimento através da ação comunicativa é o sujeito autônomo, socializado, comunicativo (em suma ‘descentrado’), cujas estruturas lógicas e de consciência foram se construindo enquanto atuava sobre o mundo dos objetos (interiorização de ações) e interagia com outros sujeitos no mundo social (interiorização ou assimilação da fala e dos pontos de vista dos outros), levando-o a reorganizar (acomodação) suas estruturas cognitivas ou esquemas (relação com o mundo subjetivo).” (FREITAG, 1985: p. 135)

Os DRP's se constituem numa importante ferramenta para promoção da sustentabilidade sócio-ambiental do amplo espectro de grupos sociais do campo no âmbito da agricultura familiar bem com dos marginais a esta categoria. Entretanto, isto só é possível na medida em que os mediadores, através deste instrumento metodológico, consigam atingir a compreensão das práticas e valores culturais, assim como o respeito às formas de organização. Neste sentido, PEREIRA (2001) aponta para a capacitação de equipes mediadoras transdisciplinares nos aspectos teóricos e metodológicos que perpassam ao uso destas metodologias.

Diante da complexidade da abordagem do papel de técnicos mediadores em processos de intervenção participativa, especialmente junto a grupos excluídos e ou marginalizados observa-se uma grande expansão dos enfoques participativos nos últimos anos (CHAMBERS & GUIJT, 1995; BROOSE, 2001). Esse fenômeno possibilitam o surgimento de importantes e inovadoras propostas de MP's, entretanto também suscitam grandes questões que devem ser discutidas a fim de potencializar as ações de seus mediadores. No entanto, de acordo com CHAMBERS & GUIJT (1995) torna-se necessário desmistificar algumas "verdades" em torno das práticas de DRP's, dentre elas que é: rápido; fácil; que qualquer um pode conduzi-lo; que se trata de um modismo; que se baseia na perspectiva de disciplinas específicas; sem base teórica; que a capacitação dos técnicos seria a solução; que os mediadores envolvidos são imparciais; e, que não é político.

Neste sentido, GUIJT (2007) avalia que atualmente o uso das MP's e DRP's têm avançado na busca por superar os problemas gerados no âmbito da banalização

destas. Entretanto, observa-se que o ponto crítico do processo passa necessariamente pela concepção que o mediador tem das MP's, além de características e habilidades pessoais dos membros de tais equipes mediadoras, em especial a capacidade de “descentração” e as implicações sócias-políticas. Tais questões podem enriquecer os debates postos na atuação dos mediadores e de suas concepções diante dos grandes desafios frente a atuações que têm como possibilidades tanto a banalização quanto a reflexividade das concepções e dos instrumentos metodológicos.

Referências Bibliográficas Citadas:

BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996. 311p.

CHAMBERS R. & GUIJT I.. DRP, cinco años despues. ¿Donde nos encontramos? **Forests, Trees and People Newsleter**. N. 26/27. 1995. 23p. capturado em <http://biblioteca.nur.edu>, Marso 1997

CELHO, F. M. G.. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: Ed UFV, 2005. 139p.

FREITAG, B.. Um confronto: Piaget e Habermas. In: FREITAG, B.. **Piaget: Encontros e Desencontros**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. 160p.

GUIJT, I. **Diagnóstico Rural Participativo: uma visão geral**. Palestra proferida em Viçosa/MG. XX/05/07.

MEDEIROS, L. S. de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: _____ **Movimentos sociais, reforma agrária e políticas públicas no Brasil hoje**. Palestra proferida em Viçosa/MG. 29/03/07.

NOVAES, R. R.. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L.; ESTERCI, N.; BARBOSA, V. et al. (Orgs). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Editora da UNESP, 1994.

OLIVEIRA, V. L. de. **A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais**. Porto Alegre, UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____ & SILVA, Marcelo Kunrath. **A dimensão do poder nos processos de mediação: o caso da agricultura ecológica** In. <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/15%20GT%20Valter%20LOliveira%20e%20MKSilva.pdf> acessado em 19/12/2006

PEREIRA, J. R.. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. In: **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras. v. 4, N. 2, Jul/Dez 2001. 10p.

DONOS DAS LETRAS, DONOS DO PODER: O PAPEL DOS TABELIÃES NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA

Maria Sarita Mota (Doutoranda do CPDA/UFRRJ)

E-mail: saritamota@gmail.com

Resumo: Letrados, para a tradição ibérica, significa homens versados nas leis. Esta proposição fornece um indício de como seria a organização da administração colonial nos seus primórdios. Conquistadores, governadores-mores, alcaides-mores, juízes, oficiais, procuradores e provedores das Câmaras Municipais, escrivães tabeliães, inquiridores, tesoureiros, enfim, este pequeno grupo de letrados que formavam uma rede social de poder, conseguiu institucionalizar-se como “donos das letras”, garantindo, assim, significativa preeminência pública na sociedade colonial, e conquistando, aos poucos, certa autonomia dentro das instituições de poder. Desse grupo, selecionamos os tabeliães que, ao exercerem uma atividade de tradição secular, alcançaram plenos domínios da linguagem simbólica, ou pelo menos, percebiam as conveniências desse poder específico. Esse poder simbólico garantia a estabilidade funcional e a reprodução social desse grupo de servidores intelectuais, ao mesmo tempo em que ampliava, favoravelmente, a margem de persuasão e decisão frente aos conflitos em torno da propriedade e da posse da terra no Brasil.

Donos das letras, donos do poder: o papel dos tabeliães na sociedade colonial

Preâmbulo: *homme de lettres*

As crônicas que os viajantes europeus dos séculos XV e XVI escreveram durante suas travessias oceânicas são narrativas em que o sentimento de angústia e medo em

relação ao destino incerto fazia-se presente em meio às aventuras e perigos que enfrentavam; nas lutas constantes para vencer os desafios, os percalços súbitos, os infortúnios de cada dia. Certamente não encontraram pelos vastos mares os cíclopes, tampouco se viram frente à ira de Posídon. O tempo mítico da remota Antiguidade havia passado; os deuses eram outros. Os navegantes cristãos oravam por ventos favoráveis e por uma viagem segura, mas estavam orientados pelo saber científico de seu tempo, principalmente os portugueses que foram pioneiros na utilização das ciências náuticas. Viajavam em companhia, nesta aventura marítima e comercial, dos “escreventes do rei” que, para exercer a função, tinham que provar sua linhagem (não podiam ser judeus). Por certo que qualquer viagem sempre é um empreendimento arriscado: demanda muita organização, muito trabalho, um objetivo a ser conquistado. Nos primórdios da sociedade capitalista, a viagem da época moderna tornou-se um longo caminho a Ítaca, não no sentido de uma terra utópica, mas uma expedição organizada com o intuito de buscar terras sempre novas e acalentada com o sonho do lucro imediato que proporcionaria as riquezas descobertas.

Se partires um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.
(...)

Faz votos de que o caminho seja longo.
Numerosas serão as manhãs de verão
nas quais, com que prazer, com que alegria,
tu hás de entrar pela primeira vez um porto
para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir:
madrepérolas, corais, âmbar, ébanos,
e perfumes sensuais de toda espécie,
quando houver de aromas deleitosos.
A muitas cidades do Egito peregrina
para aprender, para aprender dos doutos.

Tem todo o tempo Ítaca na mente.
Estás predestinado a ali chegar.
Mas não apresses a viagem nunca.
Melhor muitos anos levars de jornada
e fundeares na ilha velho enfim,

rico de quanto ganhaste no caminho,
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.

Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.¹

O poema de Kaváfis fixa em imagens o prazer pela aventura, os valores, sentimentos e símbolos da experiência humana dos tempos modernos; o desprendimento de indivíduos e suas expectativas em relação ao novo mundo; indica as riquezas que poderiam ser alcançadas por qualquer homem de alma aventureira disposto a avançar sem cessar, esquecendo-se do tempo, colhendo os frutos sem plantar a árvore nas novas terras descobertas. Esse espírito odisséico vai encontrar no português seu melhor representante. Desde então, o mar português converteu-se na rota de toda uma vida, a esperança da realização de inúmeros sonhos, um horizonte sempre a descortinar, como no poema de Fernando Pessoa: “O esforço é grande e o homem é pequeno. / Eu, Diogo Cão, navegador, deixei / Este padrão ao pé do areal moreno / E para deante naveguei”.²

A experiência social e histórica dos primeiros conquistadores das Américas revelou uma ética da aventura e uma ética do trabalho, como observou Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. O navegador deixava o “padrão ao pé do areal moreno”, isto é, não reconhecia mais as fronteiras, e vivia “dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes”,³ tendo ainda por qualidades próprias “audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem”.⁴ Portanto, para Sérgio Buarque, o esforço era lento, ao contrário do tipo trabalhador, “aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar”.⁵ Para o autor, a obra da colonização deveu-se mais ao tipo aventureiro, cabendo ao trabalhador papel limitado, dada a pouca disposição para um trabalho sem a compensação próxima: “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”⁶, resume o autor, e complementamos: riquezas tais como as encontradas nas lojas dos fenícios ou nas cidades do Egito, como no poema de Kaváfis.

O espírito aventureiro do português também foi descrito por Maria Sylvia de Carvalho Franco no clássico *Homens livres na ordem escravocrata*. Ao explicar o sentido geral da escravidão na sociedade moderna, a autora mostra a nova redefinição da categoria escravo

agora vinculado ao sistema capitalista. Naquele contexto que refletia a complexidade do mundo moderno, novas aptidões também se somaram à identidade do conquistador português:

(...) nele aparece a junção do guerreiro-funcionário com o comerciante-empresário, tipo humano constituído nas tropelias da conquista, na ambição da riqueza e na produção mercantil. Os povoadores deixados por Martim Afonso na região Vicentina enfeixavam esses atributos, combatendo o gentio e o estrangeiro, servindo na administração da colônia, comerciando com escravos, iniciando a indústria açucareira e negociando o financiamento de seus estabelecimentos na Europa. Nos Góis, Adornos, Pintos, Leitões e Cubas que aí aportaram, observamos os traços do aventureiro típico de sua era, acrescidos de outro que apenas se delineava em seu tempo: eles ensaiaram produzir em grandes proporções.⁷

O autor de *Raízes do Brasil* indaga mais uma vez sobre o tipo aventureiro: “e essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?”.⁸ Concordamos com Sérgio Buarque de Holanda. E identificamos esse espírito aventureiro de que fala o autor na razão que rege o processo de produção social, ou seja, no sujeito moderno em sua capacidade de dominação, transformação e subordinação da natureza. Ao mesmo tempo, este “indivíduo soberano” encontra-se sujeitado à sociedade e reage internalizando as amplas possibilidades dadas pela acumulação de saberes e poderes sociais. Pragmático, alcança o seu destino: “Ítaca não te iludiu, se a achas pobre. Tu te tornaste sábio, um homem de experiência, e agora sabes o que significam Ítacas”.

A travessia do grande mar português consolidou-se como pretexto de uma existência histórica: navegar era preciso. Lisboa, cujo rio Tejo juntava todos os oceanos, tornou-se o centro mercantil da Europa. Olhando os navios que chegavam e partiam dos rios, a cidade assumia seu destino: ser reinventada. Nas letras de Camões, do Padre Antonio Vieira, dos poetas Cesário Verde e Fernando Pessoa, de José Saramago... *Lisboa, livro de bordo*, cidade-barco que conversava com José Cardoso Pires... ou, antes ainda reinventada pelas mãos do Marques de Pombal, depois que o terremoto destruiu a cidade em 1755; Lisboa reconstruída depois da Cerca Moura e do terremoto. Lisboa abandonada por D. João VI... Lisboa sempre revisitada. Mas o esforço da viagem dos portugueses dos séculos XV e XVI não foi em vão para toda uma sociedade voltada para o mar e alicerçada sobre os ditames da acumulação capitalista.

No trajeto para o Novo Mundo, esses grandes aventureiros tinham adquirido mais autonomia, mais experiência e mais sabedoria. Mas tornariam eles, os primeiros conquistadores, todos *hommes de lettres*? Certamente que não se desconsiderarmos o sentido literal do termo. Letrados, para a tradição ibérica, significa homens versados nas leis. Esta proposição fornece-nos um indício de como seria a organização da administração colonial nos seus primórdios. Mas quais seriam as estratégias possíveis para que esses aventureiros pudessem garantir a sua sobrevivência? A bem da verdade, o fato de serem aventureiros não os tornava independentes da servidão ao rei, do sistema jurídico e teológico que presidia a colonização. Portanto, não poderiam deixar de submeter-se às leis.

Os senhores das leis

Os primeiros conquistadores ibéricos, cristãos de linhagem virtuosa, tinham como princípio a obrigação moral da lealdade ao rei. Por seu turno, no Novo Mundo, deveriam constituir-se em um grupo social que fosse capaz de fazer com que seus subordinados, os colonos, escravos e nativos, aceitassem seu poder efetivo, considerando a distância do reino. Nestas condições, a administração da empresa colonial só poderia realizar-se através de um poder subordinado, simbólico, exercido por “homens das leis” nomeados pelo rei.

Conquistadores, governadores-mores, alcaides-mores, juizes, oficiais, procuradores e provedores das Câmaras Municipais, tabeliães, escrivães, inquiridores, tesoureiros, negociantes, enfim, este pequeno grupo letrado conseguiu institucionalizar-se como “donos das letras”, garantindo, assim, significativa preeminência pública na sociedade colonial, e conquistando, aos poucos, certa autonomia dentro das instituições de poder.

A origem dessas atividades realizadas pelos chamados “homens bons” localiza-se nas cidades européias desde final da Idade Média.⁹ E foram elas assumidas plenamente pela nova nobreza colonial, notadamente de interesse mercantil, exprimida no litoral das capitanias brasileiras. Essa colonização litorânea praticada pelos portugueses estava expressamente determinada nas cartas de doações das capitanias, cujo texto estabelecia que o povoamento e edificação das vilas deveriam localizar-se junto ao mar e aos rios navegáveis. Para a organização do aparelho político-administrativo e militar, os regimentos determinavam a criação de cargos, suas atribuições e a nomeação de pessoal necessário. Nascia assim, uma elite cidadina necessária a retirada de proveitos para o Estado português.

No entanto, esses mesmos letrados, embora não ousassem desfazer os vínculos com a metrópole, conseguiram certo espaço de autonomia na organização da atividade comercial, manipulando os mecanismos de poder que sua classe social lhes permitia. Não por muito tempo, posto que desde meados do século XVII, a metrópole portuguesa começou a controlar cada vez mais a administração colonial, devido ao impacto da mineração, limitando o poder dos colonos brasileiros.

No que se refere à estrutura fundiária, os donos do poder, os senhores de terras, eram também os senhores das leis. Esses letrados, como “escreventes do rei”, tinham plenos domínios da linguagem simbólica, ou pelo menos, percebiam as conveniências desse poder específico demandado de suas funções. Esse poder simbólico garantia sua estabilidade funcional e reprodução social ao mesmo tempo em que ampliava, favoravelmente, a margem de persuasão e de decisão frente aos conflitos sociais em torno da posse da terra. Corroborava ainda para o crescente aumento de poder concentrado nas mãos de poucos homens, a inexistência de uma divisão real de poderes e de esferas de atuação do poder, de modo que os funcionários das Câmaras Municipais acomodavam-se às situações locais. Para Russel-Wood, que estudou a Câmara Municipal de Vila Rica no século XVIII, a justaposição de jurisdições nas câmaras municipais expressava o modo como os poderes locais e o poder central se adaptavam às situações políticas, sociais e materiais locais.¹⁰ Deste modo, a administração colonial não refletiu nem foi uma extensão direta e efetiva do poder do Estado metropolitano.

Nos primeiros anos da colonização, as circunstâncias históricas da interdição do povoamento nos sertões criaram cidades litorâneas constantemente fortificadas, sob forte vigilância militar. Os serviços da administração colonial estavam todos localizados dentro dos limites das cercanias das cidades. E eram nelas que também habitavam os grandes senhores de engenho (a dupla moradia no campo e na cidade). E eram em seus foros que o direito, a justiça, a lei se faziam cumprir na Colônia; onde os homens notáveis interpretavam os códigos para toda a sociedade. Para Pierre Bourdieu, este poder simbólico somente pode ser exercido se for reconhecido, legitimado entre aqueles que exercem de fato o poder e os que lhe estão sujeitos: “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”.¹¹ A base do reconhecimento estava na objetivação que a nomeação pelo rei concedia ao funcionário (a dominação legítima), pelo saber e poder acumulados no exercício da função.

Serão os homens de letras, isto é, os juizes, escrivães, tabeliães e os funcionários da administração que, mesmo após a Independência, continuarão a controlar o *corpus* de leis, editais, códigos e posturas. Esta elite intelectual acumulava funções e com isso embaraçavam mais ainda a administração; acrescida das autoridades eclesiásticas e militares, constituíram-se nos donos do poder nas “cidades das letras”.

A expressão foi criada por Angel Rama para analisar as relações entre intelectuais e poder na América Latina.¹² Na visão do autor, o grupo que dominava as letras estabeleceu, desde a colonização, uma distinção em relação à sociedade e tomou para si um papel estratégico frente ao poder que, mesmo atravessando grandes mudanças históricas, manteve

uma longevidade que perdurou no século XX. Para Angel Rama, interessado no estudo da cultura urbana “na medida em que ela se assenta sobre bases materiais”, os primeiros conquistadores que haviam cruzado os oceanos “havia passado de um continente velho a um supostamente novo, mas haviam atravessado o muro do tempo e ingressado no capitalismo expansivo e ecumênico, ainda carregado do missionarismo medieval”.¹³ Deste modo, a cidade colonial foi “o mais preciso ponto de inserção na realidade desta configuração cultural” e pode ser interpretada como um sonho da razão, do esforço de confluência dos primeiros conquistadores frente à expansão capitalista. O resultado não foi a reprodução nos trópicos dos modelos europeus de cidade; o próprio esforço de racionalização e sistematização da colonização pressupunha o princípio da tábula rasa, o grau zero da escritura, ou seja, “uma oportunidade única nas terras virgens de um enorme continente”.¹⁴ A cidade letrada é antes de tudo a cidade construída segundo a letra da lei.

Vistas as coisas que para os assentamentos dos lugares são necessárias, e escolhido o lugar mais proveitoso e em que abundem as coisas que para o povo são necessárias, teréis de repartir os solares do lugar para fazer as casas, e deverão ser repartidos conforme as qualidades das pessoas e serão inicialmente dados por *ordem*: de maneira que feitos os solares, o povo pareça ordenado, tanto no lugar que se deixe na praça, como o lugar que tenha a igreja, como na *ordem* que tiveram as ruas; porque os lugares que, de novo se fazem, quando a *ordem* no começo sem nenhum trabalho nem custo ficam ordenados e os outros jamais se *ordenam*.¹⁵

Deste modo, a função social do letrado era construir, pela via da cultura, a legitimidade desse poder frente à sociedade. Conforme o autor, “é próprio do poder necessitar de um extraordinário esforço de ideologização para se legitimar”.¹⁶ Para que a ordenação se cumprisse foi “imprescindível que as cidades, que eram a sede da delegação dos poderes, dispusessem de um grupo social especializado ao qual encomendar encargos”.¹⁷ A cidade letrada dominava a ordem dos signos; os “donos das letras” dentro das instituições do poder, “não somente servem a um poder, como também são donos de um poder”.¹⁸ Vale ainda ressaltar que era pelas mãos dos funcionários intelectuais (advogados, escrivães, juízes, etc) que passavam os documentos indispensáveis que concediam (ou criavam) legitimidade a propriedade ou a conservação dos bens. Por fim, Angel Rama mostra a formação dicotômica das cidades americanas: uma letrada, racional, sede do poder branco e hegemônico, e uma iletrada, mística e difusa, único espaço possível dos nativos.

Em relação à luta pela posse da terra, essa relação dicotômica apresentada por Angel Rama torna-se legível nas disputas entre os senhores e possuidores e os demais protagonistas de menor vulto social: os pequenos posseiros, lavradores, arrendatários; os

ditos “intrusos”. Nesse momento, é importante perceber como a gramática dos conflitos é utilizada em virtude do que está em jogo na disputa pelo poder; ora definindo quais os atores que entram em cena, ora atribuindo significados totalmente diversos as causas em questão, graças ao repertório lingüístico (canônico e civil) que perdurava havia séculos.¹⁹ A tradução desse repertório cabia aos notários.

Os tabeliães: imagem pública e credibilidade

A instituição notarial foi criada em Portugal no final da Idade Média e os notários eram chamados de tabeliães que agiam como funcionários públicos em nome do rei, consolidando o direito estatal. As regulamentações da profissão pouco mudaram desde as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas até o final do século XIX.²⁰ Os notários chegaram ao Brasil no século XVI acompanhando as navegações. Pero Vaz de Caminha foi o primeiro “escrevente do rei” a pisar em terras brasileiras e registrar a descoberta portuguesa e a posse da terra. Nas viagens seguintes, formavam o grupo dos navegantes os escrivães da Armada e Feitoria; do Campo da Cidade e Capitania; do Conselho da Câmara; dos Órfãos; da Ouvidoria; da Provedoria; das Sesmarias, enfim, os tabeliães (das notas; do judicial) responsáveis por fazer cumprir as Ordenações no Novo Mundo. Sem esses funcionários não seria possível tornar públicos os contratos particulares que celebravam entre si os grandes proprietários rurais. A leitura de inventários, escrituras e certidões de registros de terras permitem identificar esse pequeno grupo²¹ atuante de servidores intelectuais da administração colonial, bem como suas práticas corporativas e simbólicas.²²

Os tabeliães eram investidos no cargo por nomeação do rei e a função era vitalícia e transmitida de pai para filho. Os cargos também podiam ser adquiridos como recompensa pela Coroa ou mesmo comprado. Nota-se a ausência de formação jurídica para o exercício da função. Segundo as Ordenações, deveriam fixar-se nas cidades (na Casa e Paço dos Tabeliães, no caso de Portugal) de modo que pudessem ser localizados pela população. Eram obrigados a manter os livros de notas em perfeitas condições de modo que seus sucessores o mantivessem arquivado por um período de 40 anos da data da certidão. Cada tabelião deveria ter um sinal público de identificação. No entanto, a instituição chega ao Brasil já ultrapassada em relação a outros países europeus.

No início do século XX, dizia Joaquim de Oliveira Machado sobre o ofício de tabelião:

São incontestáveis a nobreza e a magnitude das funções do tabelião. Traduzindo e gravando as convenções em ato solene e material, expungindo o contrato de todas as cláusulas obscuras e insidiosas, colhendo, com incomparável desprendimento, a vontade extrema do homem para ser cumprida após a morte, o tabelião nobremente concorre para a estabilidade dos direitos, vigoroso apoio da ordem pública. (..) O

tabelião é o inestimável antídoto da demanda. Genuíno produto da primitiva civilização é o seguro paládio da família e o mudo penhor do lar doméstico. Escrevendo instrumento com toda individualização e pureza, ele embarga o subterfúgio do pactuante malversor que projeta envolver o outro nos sinuosos meandros da chicana imprevista... Em todas as nações, mesmo nas épocas menos iluminadas, o tabelião tem merecido peculiar distinção dos poderes públicos. Um bom tabelião exerce benefício influxo no destino dos povos.²³

Notário ou tabelião é um letrado (homem de lei), dotado de fé pública, que recebe delegação da autoridade pública para conferir autenticidade aos documentos redigidos pelos próprios como instrumentos de garantia de um direito devendo agir de modo imparcial no aconselhamento das partes a respeito dos futuros efeitos dos atos praticados pelos indivíduos contratantes. Suas atividades circunscrevem a formalização jurídica da vontade dos contratantes; a intervenção nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo. Compete ao notário lavrar escrituras e procurações públicas, bem como testamentos públicos e aprovar os cerrados.²⁴ Nessas circunstâncias, o tabelião deve adquirir uma imagem pública, uma credibilidade resultante de provas de sua competência, de seu saber e postura ética.

Se analisarmos brevemente a evolução desse ofício no Brasil, verificamos que desde sua criação em 1565 por Mem de Sá, eram poucos os tabeliães proprietários e poucos exerciam pessoalmente a função, preferindo nomear serventuários para o cargo.²⁵ O 2º Ofício foi criado em 1566; o 3º em 1619. Em 1657 surge o 4º Ofício de Notas e, pelo Decreto-Legislativo nº 2.293, de 11 de junho de 1873, foram criados mais quatro cartórios.²⁶ As funções de tabelião mantiveram-se as mesmas desde o período colonial. O cargo sempre foi exercido por Ofício e, em 1808, passou-se a exigir que o tabelião morasse no lugar onde estivesse localizada a Câmara.²⁷ Portanto, havia muita demanda pelos serviços cartoriais, tendo em vista a transferência da Família Real para o Brasil e as mudanças na organização administrativa decorrentes também do novo status político de Reino Unido. Passaram a funcionar no Brasil órgãos praticamente sem utilidade aqui como a Mesa do Desembargo do Paço ou o Conselho da Fazenda. Outros órgãos serviam como meio de empregar os milhares de portugueses chegados em 1808. A ineficiência e a corrupção tomam vulto no cotidiano da vida pública na Corte.

No que pese a organização do judiciário, o aumento considerável dos tabeliães, mostra a afluência de um grupo social crescente e cada vez mais atuante nas esferas decisórias do poder. Como vimos, para Oliveira Machado, o tabelião fornecia um “vigoroso

apoio da ordem pública” tão nobremente que contribuía para a “estabilidade dos direitos”. Por outro lado, o jurista parece ter esquecido dos incêndios criminosos de alguns cartórios; do desaparecimento ou da destruição de documentação inestimável e, principalmente, dos vícios perpetuados nas escrituras e certidões passadas ao longo dos tempos. Tais atos são reveladores de que alguns membros dessa honrosa classe profissional foram pactuantes na criação de “direitos” onde não havia nenhuma razão de ser; no registro de atos ilícitos tornados legais e diversas fraudes que denegriram a imagem pública desses profissionais.

Os tabeliães na Corte do Rio de Janeiro

E serão diligentes, cada vez que forem chamados para irem fazer alguns contratos ou testamentos a algumas pessoas honradas ou enfermos, e mulheres, que razoadamente não possam, nem devam com honestidade ir à dita Casa e Paço dos Tabeliães, que vão logo as casas ou pousadas daqueles, a cujo requerimento forem chamados.²⁸

Atos tabelionais foram analisados por Giovanni Levi no livro *A herança imaterial* para narrar algumas histórias de famílias de uma pequena aldeia da região de Piemonte do século XVII. Para o autor, as escrituras, certidões, contratos, inventários não representavam apenas atos jurídicos e cálculos estritamente econômicos; representavam, também, modelos de comportamentos entre os grupos sociais que expressavam solidariedades, reciprocidades, proteções frente às incertezas do mundo social.²⁹ Seguindo este modelo, também podemos ler a histórica econômica e territorial da cidade do Rio de Janeiro através da escrita deixada pelos tabeliães. É possível ainda encontrar em um testamento expressões de afetividade e de solidariedade e que nos permitem examinar a conservação da família, as escolhas, as formas de transmissão do patrimônio familiar entre as gerações, etc. No entanto, o pesquisador encontra muitas dificuldades, pois os Livros de Registros não chegaram, na sua maioria, aos nossos dias. No Arquivo Nacional apenas restam dois volumes de Registro de Cartas de Sesmarias no 1º Ofício, por exemplo. Nem todos os titulares dos cartórios recolheram os livros para guarda do Arquivo Nacional e muita história se perdeu. O tabelião Manuel Hilário Pires Ferrão se queixava em 1870:

Quem sabe hoje qual foi o Cartório do Escrivão Pedro, ou do Escrivão Sancho, para ir procurar os autos que os Praxistas citam com tanto cuidado no darem sempre o nome do Escrivão do feito? Seria, como se diz, procurar os ossos de Sepúlveda nos areais da África.³⁰

Em pesquisa que estamos realizando sobre história fundiária nas antigas freguesias rurais do Rio de Janeiro, foi possível contabilizar sete tabeliães (entre os séculos XVII e

XVIII), que passaram as escrituras da transferência das terras e propriedades rurais da sesmaria concedida em 1579 a Manoel Velloso Espinha na Freguesia de Guaratiba. Analisando a documentação no período citado, identificamos alguns padrões costumeiros que cercavam o ato da celebração dos contratos particulares intermediados pelos tabeliães da corte do Rio de Janeiro.

Em geral, as escrituras eram passadas em alguma propriedade de uma das partes interessadas no negócio. Era comum o tabelião dirigir-se a localidade em questão junto com as testemunhas e/ou procuradores. Os termos eram os seguintes: “reunidos nesta cidade do Rio de Janeiro em pousadas de ...”; “na fazenda e engenho de reuniram-se ... e o tabelião ... tendo como testemunhas ...”; ou ainda “em morada do ...” ou “nas casas de morada do” (diz-se a ocupação da parte contratante). As testemunhas tinham ainda a função de assinar as escrituras a rogo das senhoras sem instrução. Esta situação foi identificada em todas a documentação analisada, tendo em vista que as Ordenações Filipinas determinavam que o marido só poderia fazer negócios com as terras com a assinatura de sua esposa.

Essas escrituras do século XVII e XVIII tiveram certidão passada a partir do início do século XIX, o que demonstra um alto processo de concentração de terras na região. Interessante notar que este foi o momento em que os posseiros começaram a aparecer na história fundiária de Guaratiba como atores sociais envolvidos em ações de manutenção de posse, de medição e demarcação de terras, de pedidos de terras devolutas localizadas no sertão da sesmaria de Manoel Velloso Espinha. No entanto, a fragilidade desse grupo de menor poder econômico também se expressava pelo alheamento da prática de se recorrer aos tabeliães.

De fato, a ausência de segurança jurídica nos negócios praticados com as terras gerou graves repercussões sociais. Em relação aos grandes proprietários rurais da região, os conflitos registrados na primeira metade dos oitocentos decorriam do direito de servidão que advogavam esses senhores e possuidores. Era essencial ao desenvolvimento econômico a necessidade de abrir caminhos para o escoamento das mercadorias até os portos da região. Tal fato explica essa situação nesta Freguesia então considerada a “uma das mais ricas e prósperas da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro”, no dizer de Noronha Santos.³¹

Nota-se que o registro das certidões tiveram uma alta considerável entre os anos 1821-22. Ou seja, às vésperas da lei de 17 de julho de 1822 que extinguiu a concessão de sesmarias, os posseiros trataram de legitimar o domínio de suas posses, levando a registrar suas terras ocupadas. Nestes anos, assinavam como tabeliães José Antonio dos Santos; Joaquim José de Castro (este atuando desde o início do século) e José Carlos Pereira do Lago. Todos eles autenticaram mais de uma certidão, o que nos remete ao pequeno

quantitativo desses funcionários públicos no Império e a concentração de poder em suas mãos.

Em virtude da Lei de Terras de 1850 e a obrigatoriedade do registro das mesmas, os párocos passam a ser os responsáveis pelos registros, nomeando pessoas para exercerem a função de tabelião. Na Freguesia de Guaratiba, cabia ao vigário João Baptista do Amaral anotar a quantidade das terras existentes na região. Durante os anos de 1854/57 o pároco permaneceu na função solicitando tabeliães da Corte ou nomeando padres auxiliares da Irmandade de São Salvador do Mundo de Guaratiba para exercer a função, como consta no Livro de Registro de Terras da Freguesia de Guaratiba.³² Alguns vícios podem ser observados nas anotações realizadas pelos tabeliães, como o registro das terras sem a apresentação dos títulos e certidões de transações de compra e venda; a ausência de descrição dos limites das propriedades. Deve-se lembrar que o tabelião realiza uma narrativa documental ao constatar determinado fato sem necessariamente qualificá-lo juridicamente. Mas o inverso também ocorre: em uma situação de escritura pública, por exemplo, o tabelião recebe uma manifestação de vontade, qualifica esse ato juridicamente, presta assessoria obstando manifestações que estiverem em desacordo com o Direito e, por fim, redige o instrumento jurídico adequado que acaba por perpetua uma situação no tempo. O documento torna-se uma prova histórica, um monumento.

À guia de conclusão: Quem tem culpa no cartório?

No conto *O Garatuja*, de José de Alencar, cuja ação se passa na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1659, um jovem seminarista prefere desenhar (fazer garatujas) a estudar e acaba tornando-se aprendiz de escrivão depois de muita confusão envolvendo o clero, os bacharéis e o povo da cidade. Ao exercer a função de escrevente, não consegue compreender a letra do tabelião e se vê em dificuldades de fazer a transcrição. Quando finalmente consegue terminar o ofício, é surpreendido pelo notário:

— Sempre arranha no ofício; mas olhe, moço, esta letra casquilha e delambida pode servir lá para iluminações e grifarias; cá no foro não se admitem estas desenvolturas. Está entendendo?... Quer-se um talhe de letra corrida, e que seja composta e sisuda como se requer nas cousas de justiça. Uma escrita à-toa como esta, que aí todo o gato e sapato pode ler sem titubear, não vai bem nuns autos. Isto de papel forense, nem todos lhe metem o dente; é preciso ter prática. Faça-me uma letra pelo molde da minha, e vamos bem. É deixar correr a pena!³³

O mesmo jovem que tinha pretensões artísticas enamora-se da filha do tabelião. No decorrer da história, o pai flagra os jovens enamorados e oficializa, então, o casamento:

- E pela 1^a outorgante foi dito que de sua mui livre e espontânea vontade, sem a menor coação, e com o consentimento de seu pai e mãe, promete casar-se com o 2^o outorgante na forma do Sagrado Concilio Tridentino, levando-lhe em dote o direito de sucessão deste ofício de tabelião e a quinta parte do que render o contado, em vida do atual serventúrio, pai dela outorgante. Mas declara que é isto sob a condição de nunca mais trabalhar o dito 2^o outorgante como artífice de pincel, ou cousa que se pareça, deixando para todo o sempre o baixo mister da pintura, e ocupando-se tão-somente do serviço do cartório, o que há de firmar sob juramento, e não o cumprindo, ficarão de nenhum efeito estes esponsais.³⁴

Como mostra o conto de José de Alencar, a função notarial foi transformada no decurso dos séculos em moeda de troca para beneficiar os amigos do rei. No período colonial, o provimento no cargo resultava de doação como direito vitalício de quem a recebia, passando mais tarde a ocorrer casos de compra e venda do cargo, criando uma reserva de mercado. A Constituição Federal de 1988 reconheceu em seu Artigo 236 o caráter privado da função e a necessidade do concurso público para obter-se a delegação do Poder Público, determinando que lei federal regulamentasse a atividade, o que ocorreu em novembro de 1994, com a edição da Lei 8.935/94.

No entanto, no imaginário social, ainda pesa o estigma da profissão ligada ao termo pejorativo de “cartório”. Isso se explica pelas falsificações de títulos e demais fraudes cartorárias em um Estado secularmente marcado pela grilagem de terras. É constante nos noticiários a divulgação de escândalos envolvendo tabeliães ou registradores, o que reforça a identidade negativa da profissão. Vale lembrar que o próprio Código Civil, na parte que trata da prova documental, diz que “consideram-se verdadeiros os fatos que o tabelião disser que ocorreram em sua presença”. O que assim se encontra posto em jogo é a ilusão da boa-fé de técnicos, a crença num documento objetivo e inócuo.

O papel desta profissão polêmica (na medida em que estão em jogo interesses econômicos, políticos e o embate entre o público e o privado) no sistema de justiça brasileiro tem sido repensando pelos notários e já se percebe algumas mudanças substanciais capazes de reciclar práticas seculares: antes de tudo, a própria noção de documento tem sido criticada, tendo em vista a utilização de tecnologias (documentos eletrônicos, assinatura digital, *e-commerce*), bem como o próprio avanço da legislação. Porém, a profissão parece estar revestida de um privilégio imemorial que reforça o poder simbólico que emana do exercício da função.

Notas

¹ Trad. de José Paulo Paes, em Kaváfis, Konstantino, *Poemas*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p.118-119.

² Fernando Pessoa, “Mar Portuguez (Segunda Parte)”, in: *Mensagem*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p.35.

³ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 26ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, p. 13

⁴ *Idem*.

⁵ *Idem, ibidem*. O autor concebe os conceitos de “aventureiro” e “trabalhador” como tipo ideal para explicar o processo de conquista e colonização pelos povos ibéricos. O uso de metáforas é recorrente neste ensaio; assim, o autor irá comparar os modelos de colonização espanhol e português utilizando a noção de “ladrilheiros” e “semeadores”.

⁶ *Idem*, p. 18.

⁷ Maria Sylvia de Carvalho, *Homens livres na ordem escravocrata*, 4ª ed., São Paulo, UNESP, 1997, p. 14.

⁸ Holanda, *Op. Cit.*, p. 15.

⁹ Ver Bernard Guenée, *O ocidente nos séculos XIV e XV*, São Paulo: Pioneira : Edusp, 1981, pp.231-239.

¹⁰ A.J.R. Russel-Wood, “O Poder Local na América Portuguesa”, in *Revista de História*, v. 55, nº. 109, São Paulo, 1977, pp. 25-79.

¹¹ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, p. 15.

¹² Angel Rama, *Cidade das letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

¹³ *Idem*, p. 23-24.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y colonización, Madri, 1864-1884, T. XXXIX, p. 280, apud Angel Rama, *op cit*, p. 27. Grifos no original.

¹⁶ Angel Rama, *Op. Cit.*, p. 26.

¹⁷ *Idem*, p. 41.

¹⁸ *Ibidem*, p. 48.

¹⁹ É interessante notar na cultura citadina a diglosia que, segundo Angel Rama, caracterizou a sociedade latino-americana. A distinção entre a linguagem de origem peninsular expressa na oratória religiosa, nas relações protocolares da elite e, sobretudo, na escritura pública, no registro escrito e um linguajar popular usado pelos colonos no cotidiano. Tal distinção refletia a divisão social e reforçava a proeminência peninsular.

²⁰ Alberto Bittencourt Cotrin Neto, *Perspectivas da função notarial no Brasil*. Porto Alegre: Colégio Notarial do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul, 1973. p. 14-5.

²¹ Na segunda metade do século XVI, Elysio Belchior contabilizou treze tabeliães na capitania do Rio de Janeiro. In: *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 518.

²² Um exemplo interessante de um ritual praticado por um notário foi o caso da posse dada pelo tabelião da Câmara de Salvador em 1612 aos beneditinos. O tabelião foi ao local das terras em companhia do Procurador do Mosteiro, Frei Bernardino e, diante de outras testemunhas, segurou a mão do frade e andou por parte das terras perguntando em voz alta se alguém ali presente contestava a dita posse e se havia algum embargo, caso contrário, daria a posse a Frei Bernardino. Em seguida, tomou um pouco de terra em suas mãos e repetiu a pergunta. E como ninguém se manifestou, a posse foi concedida aos beneditinos. Cf. *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador*, Salvador, Tipografia Beneditina, 1945, p. 417.

²³ Cf. *Novíssima Guia Prática dos Tabeliães*, H. Garnier, Livreiro-Editor, Rio de Janeiro, 1910.

²⁴ Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994, Artigos 6 e 7.

²⁵ Cf. D.L. de Macedo, *Tabeliães do Rio de Janeiro (1565-1965)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965, p.3.

²⁶ Levantamento realizado a partir de D.L. de Macedo, *Op. Cit.*

²⁷ Cf. Graça Salgado, *Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil Colônia*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 362.

²⁸ Ordenações Filipinas, Livro 1, Título 78.

²⁹ Giovanni Levi, *A herança imaterial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

³⁰ Manuel Hilário Pires Ferrão, *Guia Prático*, Rio de Janeiro, 1870, p. 80, nota 110, Apud D.L. de Macedo, *Tabeliães do Rio de Janeiro (1565-1965)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965, p.5.

³¹ Noronha Santos, *As freguesias do Rio antigo*, Edições O Cruzeiro, 1965, p. 74.

³² Arquivo Nacional. Fundo Registro de Terras, cód. 00.

³³ José de Alencar. *Alfarrábios: Chronica dos tempos coloniaes. O Garatuja*, Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, s/d. Disponível em www.dominiopublico.gov.br.

³⁴ *Idem*.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PODER LOCAL NA AMAZÔNIA

Ney Cristina Monteiro de Oliveira – Doutora em Educação pela PUC/SP, Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, Coordenadora do GESTAMAZON – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado e Educação na Amazônia .
e-mail: neycmo@ufpa.br

Orlando Nobre Bezerra de Souza – Doutor em Educação pela PUC/SP , Professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, Coordenador do GESTAMAZON – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado e Educação na Amazônia
e-mail: orlandos@ufpa.br

Émina Márcia Nery dos Santos – Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, Pesquisadora do GESTAMAZON – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Estado e Educação na Amazônia .
email: emina@ufpa.br

1 - INTRODUÇÃO

A discussão sobre gestão em diferentes territórios da existência humana, que vão dos domínios familiares mais íntimos e privados às complexas estruturas institucionais ao longo das últimas décadas, tomou um fôlego espetacular ao incorporar tecnologias organizacionais que têm catalisado as formas de relacionamento social e profissional, qualificando as perspectivas da tomada de decisão em dimensões que envolvem além dos agentes públicos, outros setores estruturados da sociedade civil.

Os modelos pouco permeáveis a inovações e à ampliação dos canais de participação perdem força para proposições que vêm procurando alargar mecanismos de envolvimento de determinados segmentos da população a partir da construção de espaços públicos, por meio de estratégias alternativas que impõem novos desafios ao espectro democrático atual.

Na Amazônia, um dado a mais, que justifica a investigação dessas dinâmicas de organização de modelos de gestão na sociedade, é que grande parte dos municípios que compõem seu território apresenta características predominantemente rurais, fato que traz implicações que precisam ser consideradas, quando se pretende um atendimento sintonizado com os anseios e expectativas que amplos segmentos das populações camponesas forjam em relação às ações públicas a eles destinados.

Neste contexto, é muito importante se ressaltar o papel da educação, em seus aspectos formais, não formais e informais (LIMA, 2004, p. 23) no processo de redimensionamento das relações de poder que se organizam na escola e fora dela, e

principalmente nas possibilidades de se dar respostas concretas a essas carências através de políticas sociais aderentes a um projeto de desenvolvimento do campo.

O trabalho de re-significar a atuação da educação para além das tradicionais tarefas de cumprir com etapas de escolarização das populações do campo, não se traduz em preocupação pontual. Ao se tomar como referência as Metas Econômicas e Sociais da Declaração do Milênio de 2000 da ONU - que devem ser atingidas até o ano de 2015 - para os 189 países membros no que se refere ao atendimento das complexas exigências estabelecidas para um desenvolvimento sustentável, com democracia e justiça, portanto referenciado socialmente, focaliza a educação como um dos elementos nucleares a serem tratados na consolidação destes pressupostos.

É com esta intenção e a partir de uma lógica emancipatória, que a partir do final da década de oitenta o debate sobre educação do campo ganha visibilidade cada vez maior, tanto pelo esforço de muitos em afirmar direitos pouco atendidos ao longo da história brasileira, como também por inovações que vêm se afirmando em dinâmicas de gestão local, que buscam construir estratégias de ação que vislumbram uma aproximação cada vez mais intensa com as necessidades e aspirações de largos extratos de populações que ainda hoje estão impedidas de alcançar as condições básicas para viver dignamente.

Neste sentido, a reflexão proposta neste texto tem o intuito de colocar em discussão as questões referentes às mediações e os desdobramentos que estão a emergir entre as experiências de poder local no Brasil e as proposições da educação do campo como política institucionalizada, permeadas pelas dinâmicas de interlocução da sociedade civil com os extratos institucionalizados do poder público, seja na esfera municipal, seja na esfera estadual, tomando como exemplo de aproximação concreta as dinâmicas que emergem no território amazônico, com destaque para as experiências ocorridas no Estado do Pará, na implementação e gestão de políticas públicas, em especial, as afetas à educação.

Tais experiências têm como foco de análise o reconhecimento da construção coletiva de possibilidades de intervenção da sociedade civil, a partir de movimentos sociais presentes na dinâmica de vida do campo, no horizonte de processos democráticos que extrapolam a conduta especificamente baseada em estratégias de democracia representativa, atingindo o que se tem conhecido como democracia substantiva, que “pressupõe a combinação de democracia representativa e participativa, sendo assim, mais ampla que uma democracia de procedimentos”, (MILANI, 2002) como eixo condutor de novas alternativas de gestão municipal no estado, em seus diferentes âmbitos.

Referido posicionamento teórico exige como ponto de partida, a análise precisa de algumas referências já sistematizadas, para auxiliar na visibilidade ampliada do fenômeno em questão, e/ou no aumento, de processos sócio-culturais cujo conteúdo formativo têm ousado ir além da cidadania formal, em busca da qualificação das experiências

democráticas passando pela superação de suas regras abstratas, absolutas e universais, em busca do reconhecimento de outras subjetividades, cujas lógicas de identidade anseiam por novas dimensões de existência, emancipação e reconhecimento através da consolidação de seu “direito de ter direitos” (DAGNINO, 1994, p. 107).

Estudar processos educativos desenvolvidos na realidade do campo e sua relação de articulação com o modelo de gestão e de produção das unidades produtivas camponesas na atualidade adquire importância singular em um contexto hegemônico de competitividade comercial a partir da internacionalização do mercado, instalada no mundo nas duas últimas décadas.

O desafio maior, nesta mistura de valores, é prover um paradigma de formação das populações que estão no campo não somente a partir de dinâmicas que valorizam simplesmente aspectos como a eficiência, a racionalização econômica e a tecnocracia administrativa, mas fundamentalmente que reconheça e oportunize a mobilização de outros valores presentes no modo de vida da matriz camponesa produtiva baseada na unidade familiar rural.

Percebe-se, lentamente, a construção de uma nova perspectiva de re-ordenamento das populações camponesas a partir de suas concepções próprias de desenvolvimento econômico e social, reorganização esta que necessita, dentre outros fatores, de um aparato institucional capaz de ressaltar as dimensões basilares de uma nova estratégia de integração entre homens e mulheres com o meio ambiente, com a educação, com a produção, com a cultura, com o poder institucionalizado e com o mercado.

Re-significar o complexo organizacional da educação do campo, a partir dos interesses, costumes, desejos e experiências vivenciadas pelos camponeses, mais que utopia, pode ser não o único, mas constitui um aspecto importante para se pensar políticas públicas educacionais do campo para um outro caminho diferente do regulador, transformando silêncios históricos e sussurros de segmentos excluídos dos projetos de desenvolvimento do campo, em preciosos sinais de orientação, como nos diz Santos (2002).

2 – INCURSÕES SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DE PODER LOCAL

Um das primeiras referências mais contundentes de análise sobre poder local é de Leal (1975), que trata sobre a questão do município e o regime representativo no Brasil¹. O eixo de seu texto passa pelo tratamento sobre as relações de poder que se desenvolveram na primeira República a partir do município. A gênese do poder local, nesta concepção, é arcaica, conservadora e reacionária.

No decorrer da história brasileira o município, mesmo ocupando um lugar de destaque na organização institucional e administrativa do País, ficou sempre subordinado

¹ A primeira edição data de 1949, sob a responsabilidade da Revista Forense, que figurava como impressora.

economicamente ao domínio das oligarquias latifundiárias ou subjugado, através da hierarquização de responsabilidades e competências, aos Estados federados.

Somente na Constituição Federal de 1988 (Art. 18) o município foi reconhecido como ente federativo ganhando capacidade para gerir-se autonomamente em relação aos demais integrantes do pacto federativo. O que tem um significado extraordinário para a configuração de uma estratégia de descentralização, pelo menos “no plano das orientações normativas” (LIMA, 2001, p. 50).

A partir do sentido acima aludido surge uma argumentação inicial sobre a importância do poder local que é a própria existência de níveis diferenciados de poder. A interrogação colocada é calcada na justificativa de haver instâncias diversas, como o local e o global - o estado nacional, os estados federados e os municípios - que estão relacionadas a definições territoriais e que abarcam um contingente populacional que se localiza naquela circunscrição espacial. O fato em si de ter presença concreta e duradoura interpõe a necessidade de ter alguma utilidade, caso contrário, sua figura normativa e funcional seria questionada o que requereria sua extinção.

Um outro aspecto que deve ser ventilado é a concepção de hegemonia subjacente ao debate político-ideológico sobre a dinâmica das relações econômicas, sociais, políticas e culturais vigentes no mundo e, mais especificamente, no País. Um dado viés analítico que procura construir interpretações sobre a sociedade elabora uma dada visão que aponta a globalização e os organismos internacionais como as fontes definidoras das ações educacionais, com imposição sobre as diretrizes gerais e específicas para quaisquer dos horizontes que se queira encaminhar. O tratamento dado, pelo menos no entendimento mais geral, é monolítico e linear sem as mínimas possibilidades de mudanças ou descontinuidades.

No entanto, os processos em curso correspondem a [uma] luta pela hegemonia que travam atores sociais, políticos, articulados de maneiras específicas, que defendem diferentes projetos políticos, isto é, combinações de interesses, idéias, valores, princípios e programas de ação. A disputa pela construção democrática é um processo complexo, desigual e contraditório, distinto em forma e ritmo em cada nação, determinado tanto pelas especificidades históricas locais, regionais e nacionais, como pelas condições criadas pela globalização e pela intervenção de agências multilaterais, redes internacionais de ONGs e movimentos sociais alternativos.(DAGNINO; OLVERA, PANFICHI, 2006, p. 7)

A compreensão patente é que na configuração da hegemonia os dirigentes buscam a direção cultural e ideológica, para alcançar o consenso que define seus interesses particulares como interesses gerais de toda a sociedade, na busca de um consenso ativo,

segundo os padrões de sua direção. Portanto em cena se colocam, classes e frações de classe, grupos e segmentos diversificados que querem assumir a direção e dominação da sociedade e aqueles que estão subalternizados como dirigidos-dominados.

Se há inconformismo pela não aceitação de tal percepção, através do entendimento que a realidade histórica é dinâmica e passível de transformações, o significado é que as posições existentes podem mudar, o horizonte se alarga e se engendra prenhe de possibilidades.

O que fica interessante, então, de se pensar é sobre o poder local. Um aspecto preliminar é que não é um ente unívoco, que possa ser encarnado exclusivamente na figura do poder público municipal, a prefeitura, por exemplo. Pensar a partir desta matriz seria reduzi-lo e enquadrá-lo em esquema estreito e formatador de demandas que não podem ser tratadas genericamente, dadas suas condições singulares. A partir de outras referências o poder local pode ser distinguido de maneira muito mais complexa para assim coadunar-se com as orientações que esta reflexão procura veicular. Sua configuração é difusa, ao se espriar por variadas matizes, desenhos organizativos alternativos e diversificadas escalas de poder, que se entrecruzam, se arranjam, convivem e/ou se opõem, em busca da hegemonia de seu projeto político.

Pelo caráter difuso que se apresenta não é um empreendimento analítico de fácil entendimento. Os interesses e perspectivas de projetos de sociedade que emergem no chão social, são diversos e podem tanto convergir para a convivência com interesses privados, elitistas e retrógrados, tanto pode o poder local difuso assumir contornos pouco convencionais, onde a luta em torno da hegemonia é tendencialmente democratizadora.

No horizonte democrático, o poder se horizontaliza, pois a gestão e a tomada de decisão são legitimadas pelo atendimento aos anseios da democracia direta. A participação é praticada, através de uma intervenção social exercida de forma concreta e objetivada, em que os agentes sociais são autores e protagonistas, e a política pública se apropria da experiência popular para se consolidar enquanto ação do estado. Os interesses comuns se sobrepõem aos particulares, sem eliminá-los, o que pode vir a se transfigurar em melhoria da qualidade de vida da maioria das pessoas.

O que deve ser ressaltado é a ascensão de práticas sociais em que o poder é exercido sob a forma de rede, que se articula em traços e nós, para facilitar os fluxos de informação em várias direções. O que potencializa estratégias de mobilização e organização da luta social, com claros desdobramentos em mecanismos de força, que se traduz conseqüentemente em dimensões de poder. Ao que se quer chegar é ao exercício do poder enquanto capacidade de agir e produzir efeitos que repercutem na tomada de decisão estabelecida com e para as pessoas e não mais sobre elas, onde participação significa tomar partido de algo.

Um último aspecto de largo alcance é que o poder não é de apropriação única, ele se espalha em agentes múltiplos, o que é essencial para uma nova postura de gestão, ele precisa nutrir-se da negociação, portanto, é fruto da intensidade do diálogo entre antagonistas, na procura do consenso que brota da resolução dos conflitos, e não de resignação acomodadora de uns em nome da sacralização de vontades particulares (SEMERARO,2002). Se há fragilidade em tal compreensão, é daí que ela tira sua grande força de transformação, ao levar indivíduos e grupos a uma nova inteligibilidade, ao exercício da tolerância, a novas interpretações, a reversão de percursos, a novas relações de respeito e solidariedade.

As diferenças são intrínsecas à complexidade das situações, encaradas como legítimas e necessárias, aplicando uma tonalidade clara à democracia, como forma geral de existência social, pelo envolvimento das majorias na validade social de seus contornos.

O marco mais importante a ser considerado das relações que edificam o poder local é a hegemonia, como luta, conflito e contradição, que assume um certo grau de incerteza e desequilíbrio, que permite a feição de itinerários plurais a serem construídos concretamente a partir da definição das articulações e movimentos dos atores, individuais e coletivos, na cena social, com as pressões da instabilidade que exige atenção permanente para alimentar e fortalecer as posições alcançadas.

A síntese que se pode apontar é que a existência de situações hegemônicas não descarta que, no plano cotidiano, outros acontecimentos possam ser materializados por ações instituintes de pessoas, grupos e segmentos dominados que no desenvolvimento de suas lutas e de sua capacidade organizativa se apresentem, provocando disjunções que levem a cenários inovadores, superadores das trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, traduzidas “em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção.” (SANTOS, 2002, p. 67).

A alternância nas relações de poder é visualizável, novas hegemonias se formam, por pulsações que frutificam, enquanto indícios sinalizadores de imaginação e inventividade, nas ações de cidadãos que “sabem aprender com o sofrimento, que diante das dificuldades e frustrações lidam com isso, e com criatividade descobrem saídas e fazem avanços progressivos.”(MANZINI-COVRE, 2001, p. 157)

A territorialização das coligações feitas não se limita às circunscrições oficiais e geográficas, elas têm sentidos reais e imaginários, que podem extrapolar quaisquer impedimentos, até por via das tecnologias disponíveis, de acordo com as interações e fluxos que se elaboram assentes em relações face-a-face ou de proximidade.

As potencialidades que podem brotar são enormes, elas vêm surgindo no trabalho de governo municipais, em propostas de descentralização, orçamento participativo, funcionamento de Conselhos, Cooperativas, etc. A diversidade de proposições atesta que

há uma nova cidadania em construção, que através de diferentes mecanismos está emergindo e se mostrando, com fragilidades, contradições, com tenras estruturações, no entanto, com horizontes largos que estão se alicerçando efetivamente.

É necessário, ao se ampliar à compreensão de poder local que se procurou vislumbrar, estabelecer conexões plausíveis de serem observadas com a educação do campo no Brasil e mais particularmente no Pará, a partir de algumas vivências construídas nos últimos anos, no meio educacional, para que os horizontes se alarguem e as possibilidades de processos inovadores de gestão regional e local, nos municípios amazônicos, possam ser mais bem enxergados e referências e indicadores de democratização tornem-se mais visíveis.

3 - FRAGMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NO PARÁ

A Amazônia, com suas características particulares, é um grande desafio para a humanidade. A necessidade de melhor conhecê-la e de aproveitar sua enorme biodiversidade natural e social, negando a lógica expropriativa em nome da emergência de um modo de vida sustentável, impõe um esforço individual e coletivo, a partir de instâncias institucionais e também dos diferentes segmentos não formais da sociedade, em especial aqueles que ocupam territorialmente a região, para que as relações políticas, bem como as formas de gerir o público, assumam orientações voltadas para a garantia de sobrevivência digna desses povos. A educação, neste contexto, pode contribuir de maneira significativa para consolidar os rumos inovadores de desenvolvimento social da região, caso seja compreendida e fortalecida enquanto prática de formação de pessoas para além dos espaços escolares.

Os avanços para esta proposição não têm sido, ao longo de nossa história, tarefa de fácil. Encontram-se, portanto, no detalhamento das limitações enfrentadas historicamente pelos processos educativos desenvolvidos no campo, questões que dizem respeito aos diferentes elementos que envolvem a qualidade dos processos de formação, que vão desde a falta de infra-estrutura dos prédios e das condições materiais para realizar as ações pedagógicas das ações educacionais do campo, passando por problemas de valorização e qualificação dos docentes, por questões relativas à permanência das alunas e alunos nas escolas, pela escassez de verbas para dar conta das necessidades da gestão administrativa e pedagógica, até as rotinas e a cultura autoritária que ainda definem as relações pessoais e coletivas em torno da ambiência escolar.

A compreensão do passado permite perceber que tais questões ganham amplitude ainda maior ao se observar comparativamente a lógica de concepção, organização e funcionamento das escolas localizadas nos meios urbano e rural.

Nesta dinâmica, o rural sempre foi visto como o lugar que não precisa de grandes investimentos, pois para trabalhar a terra, cuidar de animais, pescar, tirar os produtos da

floresta, não há necessidade de se mobilizar nem muito conhecimento nem muito investimento.

Sendo assim, a educação a ser dada não requer muita preparação, nem muitos recursos, nem muita qualidade e atenção. Predomina então a compreensão mais geral de oferecer uma educação pobre para os pobres do campo.

Já a matriz urbana, sempre foco central dos projetos de desenvolvimento para as diversas regiões do Brasil, constitui instância prioritária na política de investimentos públicos em educação, considerando que, de acordo com esta mentalidade ainda hegemônica na maioria dos projetos educacionais oficiais, residem as maiores complexidades formativas demandadas para a organização e funcionamento das dinâmicas que aí têm se instalado ao longo dos anos.

Ao olhar a história mais recente do Pará, por volta de 1850, encontra-se um fato marcante, que por fim acabou sendo seminal na configuração dos rumos da educação rural na região. Faz-se referência a uma situação em que mais de 35.000 homens perderam suas vidas nas lutas da Cabanagem (1833-1835), o que deixou uma sociedade arrasada, com núcleos familiares destruídos, gerando como consequência imediata a falta de mão de obra para o trabalho e um conjunto expressivo de pessoas marginalizadas em situação de grande dificuldade para sobreviver.

A partir deste cenário um dos primeiros projetos para recuperar a economia foi propor a construção e o funcionamento de escolas de aprendizes para agregar os órfãos, os desvalidos, os abandonados, os vagabundos, tanto para dar a eles uma formação ocupacional, como para formar mão de obra para as tarefas urgentes de alavancar uma economia em estágio crítico.

A lógica que permeou a concepção de educação para os espaços do campo nas décadas posteriores não sofreu grandes mudanças, tanto pela reduzida importância que os processos educativos representavam para os poderes oficiais, como também pelo pouco entendimento que os trabalhadores e trabalhadoras tinham sobre a educação na luta pela terra e por condições de trabalho e vida. A educação visava formar para o trabalho penoso e alienado.

Mais adiante, já no século XX especificamente na década de 1980, com a reorganização autônoma e independente da classe trabalhadora frente ao Estado, emergem importantes mudanças na própria compreensão das trabalhadoras e trabalhadores do campo em relação às especificidades da produção camponesa e da necessidade de sua qualificação para o trabalho e para a vida em sociedade. Com este intuito, experiências significativas começam a florescer e se estruturar no Estado do Pará, dentro de um movimento nacional, que propõe inovações para a educação no campo.

Na década seguinte, as proposições políticas são sistematizadas em torno da organização do movimento de educação do campo que se articula a partir de pressupostos alternativos para a formação camponesa. A primeira seria a própria denominação da articulação nacional criada, que passa a ser chamada de Educação **do** Campo, como referência político-pedagógica estruturada a partir dos modos de vida dos segmentos que habitam no campo, incorporando sua compreensão ideológica, suas lutas, suas necessidades, seu horizonte cultural e político-social. É uma nova dinâmica que se faz pela elaboração cotidiana da identidade dos povos do campo, em que buscam, ao mesmo tempo, a diferenciação, o auto-reconhecimento e a valorização pelos mais diversos atores com que os povos do campo se relacionam.

Uma segunda proposição seria a consolidação das experiências políticas que estão se estruturando no sentido de vivenciar tais inovações e dar concretude política às suas intervenções a partir de modelos de gestão democráticos. Neste sentido o desafio se consubstancia na necessidade de ultrapassar a comoção social, a certeza da necessidade de se ter o direito, e busca avançar em torno da positivação desta carência no complexo legislativo que oficializa as políticas educacionais nas esferas nacional, estadual e municipal.

A afirmação institucional do direito enquanto garantia da política pública constituiu a terceira proposição, afinal as iniciativas anteriores brotavam mais dos movimentos sociais, das instituições e entidades de apoio e assessoria, não ligadas, na grande maioria, ao aparato oficial, permanecendo em circunstâncias não formais, o que acaba se constituindo ainda nos dias de hoje em enorme dificuldade a ser superada, pois a publicização desses avanços é muito tímida.

A consolidação de uma matriz de formação emancipatória dos docentes que estão no campo e nele configuram sua ação, como contraponto de um outro paradigma formativo voltado exclusivamente para o processo de escolarização - compreendendo a aquisição dos elementos fundamentais da leitura, da escrita, da matemática, das ciências e dos aspectos formais da cidadania - que é uma característica presente nos cursos de formação de educadores e educadoras, deve ser encarada como a quarta proposição de efetiva mudança para que efetivamente se consolidem processos de educação inicial e continuada que relacionem os aspectos formais do currículo, das práticas didático-pedagógicas, da memória, da resistência, da militância, da identidade, enfim, das relações sociais e culturais, aos marcos fundamentais de organização e das lutas dos amplos segmentos dos povos do campo.

A quinta e última proposição diz respeito à luta pela reforma agrária e pela efetiva garantia das condições básicas de trabalho e vida das pessoas que vivem no campo. O esforço por uma educação de qualidade, pela consolidação do aparato de ciência e

tecnologia e o reconhecimento institucional de uma nova matriz formativa, pouco prosperará se os elementos fundamentais para assegurar a dignidade das pessoas do campo não estiverem assegurados. Por isso educação e desenvolvimento social são faces da mesma moeda, já que os fatos sobre a violência do campo sobre os trabalhadores e trabalhadoras e seus apoiadores, a impunidade, o trabalho escravo de homens, mulheres e crianças, a exploração infantil e de adolescentes no trabalho penoso, na prostituição e na submissão a condições degradantes devem ser superadas com a articulação dos diferentes setores da sociedade no horizonte de uma democracia concreta.

Todos estes aspectos mencionados vêm passando por diversos debates e discussões nas diversas esferas de governo, envolvendo segmentos plurais dos movimentos sociais organizados e da sociedade civil organizada como todo².

No Estado do Pará, a caminhada já vem do início dos anos 1990, quando se instalam as primeiras experiências de Pedagogia da Alternância, em 1995 em Medicilândia, como Casa Familiar Rural (CFR) e em 1996, em Marabá como Escola Família Agrícola (EFA). A organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pará, a partir de 1994, impulsiona também os processos educativos dimensionados pela mesma lógica.

A conjugação de diferentes estratégias que emergem pelo aprofundamento da compreensão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da importância da educação enquanto direito público, a existência de projetos de Lei na Assembléia Legislativa do Estado e em Câmaras Municipais, os projetos educativos em assentamentos, as experiências de Pedagogia da Alternância, as propostas educativas de algumas Prefeituras paraenses, os projetos educacionais desenvolvidos por ONGS, cooperativas de técnicos em diversos locais do Estado, os cursos de graduação, pós-graduação, extensão promovidos pelas Universidades, os projetos de pesquisa, artigos, textos, as mudanças nas direções dos órgãos federais ligados às questões do campo que passam a ser ocupadas por pessoas comprometidas com a defesa dos princípios da agricultura familiar, a implementação de projetos pelo PRONERA no Estado, além de inúmeras outras iniciativas, pessoais e coletivas, em andamento, criam as condições para a edificação de proposições consistentes em Educação no Campo no contexto paraense.

Surge então a necessidade de promover articulação entre instituições governamentais, universidades e institutos de pesquisa, movimentos sociais, pastorais das diferentes confissões religiosas, movimentos sindicais, organizações não governamentais, entidades de ribeirinhos, pescadores, negros e quilombolas, indígenas, sem terras, posseiros,

² O marco de gênese e referência mais visível é o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em julho de 1997, em Brasília. A ampliação de tal processo é a realização da 1ª Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo [27 a 31 de julho de 1998, Luziânia (GO)], que desencadeia um volume de denúncias, discussões, estudos, e pesquisas no nível nacional, o que gerou a ampliação e articulação entre experiências para a área.

mulheres, expulsos por barragens e empreendimentos governamentais e empresariais, e outros segmentos interessados e envolvidos nas lutas do campo, para constituírem um Fórum³ de debates e de proposição para a formulação de políticas públicas para o campo, incorporando as reivindicações históricas desses segmentos sociais.

4 - PODER LOCAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEDIAÇÕES E POSSIBILIDADES

Em uma conjuntura complexa, o que vem chamando a atenção é o horizonte dos rumos da educação do campo em meio a um conjunto de expressões educativas que emergem desde o plano oficial, em suas diferentes instâncias, até as inúmeras manifestações que brotam de movimentos sociais, segmentos culturais e grupos sociais não homogêneos.

Tais expressões estão dentro de um contexto onde a educação municipal oficial responde por cerca de 73,31% do total de matrículas no ensino fundamental, no Estado do Pará (INEP/MEC, 2004), o que deveria incentivar a procura de referências que pudessem apontar caminhos alternativos para oferecer uma educação de qualidade e socialmente referenciada.

A interrogação latente é se as propostas até então executadas no seio dos movimentos sociais podem propugnar a edificação de proposições alternativas com capacidade de serem ampliadas para as redes de ensino municipais. Se a resposta for afirmativa, e o é, a questão então se coloca em patamar fundamental, afinal as experiências educativas que brotam dos movimentos sociais têm como um de seus pressupostos o processo de organização e luta em favor da dignidade de vida de amplos segmentos da sociedade, o que poderia ser potencializado pela oferta de educação pública de alta significação, no sentido da formação humana.

As confluências entre as experiências dos movimentos sociais, ainda se mostram, sob a ótica institucional, pequenas e frágeis, no entanto com enorme potencial emancipatório, diante dos desafios da educação municipal que ainda enquanto política educacional é pouco estruturada, carente de organicidade, eivada de problemas de infraestrutura deficiente, currículos defasados e sem sintonia com o contexto local, com formação inicial e continuada de professores extremamente precária e funcionando sob a base de políticas erráticas, pontuais e desarticuladas.

Se uma dada matriz política vislumbrar tais possibilidades é possível alcançar dinâmicas positivas. Pelo lado dos movimentos sociais, as organizações ganhariam visibilidade pública e amplificariam seu leque de lutas, o que fortaleceria suas proposições em diversos âmbitos, em especial na educação. Por outro lado, as comunidades locais

³ O Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, neste sentido, procura ser um espaço para discutir proposições, trocar experiências e influir na tomada de decisão, em torno de posições que tenham plena condição de serem pactuadas, com esforço de consensualidade, para orientar a ação dos diversos atores envolvidos, superando as dificuldades, a dispersão e sobreposição de atividades.

municipais poderiam ter um arco de referências para auxiliar na elaboração e consolidação de medidas e ações educativas inovadoras.

O poder local ganharia um sentido distinto em vista de uma potencialidade democratizadora. Se tomado a partir de uma compreensão transparente, dialógica e participativa, o poder local adquire uma envergadura aberta e arejada.

O fulcro de todo este processo, já pode ser vislumbrado em algumas administrações municipais, que começam a se dar conta de suas responsabilidades e buscam o diálogo com diferentes esferas, tanto oficiais, quanto da sociedade civil.

As políticas públicas que passam a vigorar, e aqui o enfoque são aquelas relacionadas com a educação, devem adquirir um espectro mais largo pelo comprometimento que têm em formular e definir soluções sustentáveis, que procurem forjar resoluções duradouras e efetivamente sintonizadas com os anseios, necessidade e aspirações dos segmentos sociais subalternizados. As pessoas têm voz, são escutadas, porque reivindicam, exigem, demarcam seus campos de direitos.

A caminhada é longa e difícil, no entanto o horizonte vislumbrado é propositivo e encharcado de elementos que insistem em apontar desdobramentos teóricos e práticos que podem estabelecer as bases sólidas para um salto de qualidade na educação do campo alargada, que não fica só nos assentamentos, nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS), e nas experiências de grupos sociais específicos, mas sim se espraie nas diferentes redes de ensino municipais e forme cidadãos e cidadãs comprometidos com o mundo.

A ocupação dos governos municipais por parte de grupos progressistas que na verdade foram formados, em sua grande maioria, a partir do envolvimento de seus agentes em movimentos populares, sindicais e eclesiais, principalmente da Igreja Católica, tem tornado possível a formulação de propostas que têm impactado na (re)estruturação de ações de planejamento e gestão que estão relacionadas à criação dos Sistemas Municipais de Educação (SME), como estratégia para organizar e orientar os rumos das políticas educacionais de âmbito local.

Na edificação dos referidos sistemas a exigência legal determina a necessidade de existir o Conselho Municipal de Educação (CME) e as orientações mais avançadas recomendam a construção do Plano Municipal de Educação (PME), o que têm incentivado uma dinâmica de ricas conseqüências em municípios paraenses de perfil agrário e rural, pela base econômica em produtos de origem na agricultura e no extrativismo de bens naturais da floresta amazônica, com a maior parte da população residindo no campo, o que reduz a importância de seus aglomerados urbanos.

Em alguns municípios com essas características, a educação do campo se apresenta com responsabilidade de grande envergadura, pois tem influenciado nas diversas

elaboraões que estão sendo feitas para estruturar os órgãos municipais, desde a redação de suas normas de funcionamento, passando pela composição de seus membros com a representação democrática de diversos segmentos da sociedade local, até a definição das diretrizes, objetivos e metas que o SME deve alcançar.

Os agentes que fazem parte das experiências educativas que se realizam nos assentamentos, nos CEFFAS e em outros espaços de formação, criados e mantidos por entidades sindicais, populares ou ONGS, têm auxiliado de maneira muito específica e positiva nos encaminhamentos propostos, ao discutir e indicar ações didático-pedagógicas e em perspectiva mais ampla, com base em seus contextos e suas vivências no meio escolar e no seio de suas comunidades, o que gera novos marcos para as políticas educacionais nos municípios e fortalece igualmente as experiências das entidades e associações locais.

Nas instâncias do Governo Federal, as discussões com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério da Educação (MEC) através da Coordenação Geral de Educação do Campo, têm se pautado em uma relação de apoio muito importante para a consecução e ampliação das estratégias de fortalecimento da Educação do Campo no país⁴.

Por outro lado, os seminários temáticos realizados nos Estados Brasileiros durante o ano de 2005; o Encontro de Pesquisadores em Educação do Campo, realizado em Brasília (DF), no período de 19 a 22 de setembro de 2005 e as proposições que o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo sistematizou para incorporar mudanças ao Plano Nacional de Educação, oferecem uma visualização afirmativa da disposição em concretizar encaminhamentos de consolidação das experiências na área.

As reflexões dos alunos e alunas do Curso de Pedagogia da Terra realizado com verba do PRONERA pela UFPA, encerrado em 2005, intensificam o arcabouço de elaboração de um quadro histórico e teórico da região, o que vem adicionando dimensões fundamentais para os esforços das práticas educativas de trabalhadores, trabalhadoras, docentes, alunos e alunas, pesquisadores, lideranças e pessoas envolvidas com a temática.

5 - EM BUSCA DE APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Nos últimos cinco anos os contatos, as discussões, os debates e as reflexões que têm surgido em torno da temática da Educação do Campo aponta, ainda, muitos desafios. As raízes históricas do autoritarismo, do mandonismo e do clientelismo são marcas indelévels na formação do País, com forte influência no processo de constituição de qualquer experiência social que se queira implementar. As próprias proposições em

⁴ Para se ter uma idéia da envergadura de tal empreendimento o montante de recursos aportados pelo PRONERA para projetos aprovados em 2004 e 2005 na Universidade Federal do Pará (UFPA) é de aproximadamente R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) o que é substancial para a execução de atividades de formação deste segmento da população da região.

efetivação não estão imunes a riscos de degeneração por posturas, compreensões e práticas, que demonstram situações de isolamento, submissão, subordinação e exclusão, que precisam ser pensados, discutidos, refletidos e superados.

O esforço histórico de superação de tais raízes exige investimentos pessoais e coletivos de alta monta, além de compreensão e vontade para perceber com acuidade e determinação os obstáculos e caminhos a serem percorridos para que novos horizontes vicejem e novas possibilidades se estabeleçam. Se os índices sociais teimam permanecer em patamares negativos, os atores em contexto não estão parados e paralisados, muito pelo contrário, a dinâmica que vem emergindo, mesmo lentamente, é de um vigor que começa a chamar a atenção e acima de tudo tornar-se referência para que redes de conhecimentos e de práticas emancipatórias se alicercem na construção de espaços públicos de participação popular na proposição de políticas públicas educacionais do campo.

A relação entre o poder local e as experiências de educação do campo começam a ganhar forma através de mediações entre Prefeituras, Secretarias Municipais de Educação (SEMEDs), instituições governamentais e não-governamentais, entidades públicas e da sociedade civil e os movimentos que vêm realizando atividades educativas formais e/ou não-formais, com proposições de gestão participativa e curriculares que fogem das matrizes mais corriqueiras, usuais e oficiosas, compondo propostas mais sintonizadas com a realidade local e as relações que forjam com perspectivas mais amplas, mais globais.

O debate sobre tempos, espaços e concepções pedagógicas que se nutre de tais mediações tem provocado em todos os envolvidos um profundo sentimento de inovação e compromisso com a consolidação das vivências que têm passado ou vêm passando, o que não deixa de ser motivador para que outros enxerguem um campo de possibilidades rico em alternativas democratizadoras.

6- BIBLIOGRAFIA

CHAUÍ, Marilena. **Escritos Sobre Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania. In: _____. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 2002.

FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

INEP/MEC. **Censo Educacional 2004**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2004.

KOLLING, Edgar J; NERY, Israel J; MOLINA, Mônica C. **Por Uma Educação Básica do Campo**. Brasília, DF: MST/UNB, 1999. Vol. 1.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo; Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Licínio C. **A Escola como Organização Educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Licínio C. Políticas de Educação de Adultos: da (não) reforma às decisões políticas pós-reformistas. In: _____ (Org.). **Educação de Adultos**. Fórum III. Braga (Portugal): Unidade de Educação de Adultos – Universidade do Minho, 2004. p. 19- 43

MANZINI-COVRE, Marilou. BRASIL CLIVADO: o seu lado criativo. In: D’Incao, Maria Ângela. **O Brasil não é mais aquele**: mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez, 2001. p. 153-180.

MOLINA, Mônica C; JESUS, Sônia Meire S. A. **Por Uma Educação do Campo**. Brasília, DF: MST/UNB, 2004. Vol. 5

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Processo da Globalização. In:(Org.). **Globalização e as Ciências Sociais**.São Paulo; Cortez, 2002. p. 25-102.

EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NO MEIO RURAL – ALGUMAS REFLEXÕES

Catarina Malheiros da Silva (mestrado acadêmico em educação na universidade de
brasília – unb)

e-mail: catems14@yahoo.com.br

Domingos Rodrigues da Trindade (professor substituto na
universidade do estado da bahia-uneb)

e-mail: rodrixex@hotmail.com

RESUMO

O desmantelamento e enfraquecimento das bases político-sócio-culturais das comunidades do meio rural configuram-se como acontecimentos representativos da supremacia do paradigma dominante, em detrimento das peculiaridades da vida comunitária. O texto tem o propósito de realizar uma reflexão sobre a organização familiar rural, especialmente sobre sua constituição, relações estabelecidas, perpassando pelo reconhecimento da socialização dos saberes construídos historicamente no meio rural. Aponta ainda as transformações que estão ocorrendo na sociedade rural, nas quais a família camponesa, aos poucos, tem se submetido a novas relações econômicas. Além da família, a escola enquanto agência educativa institucionalizada, também assume um lugar significativo para os camponeses, já que esta contribui para a superação das desigualdades presentes. Postula ainda, o entendimento de que os homens e mulheres rurais devem ser compreendidos como possibilidade real de se educar, organizar e vivenciar experiências. Mas o que significa possibilidades para as comunidades rurais? Quais são seus desejos? Que trajetórias de vidas estão sendo construídas cotidianamente?

1 – Introdução

A rapidez com que se processam as mudanças nesse início de século traz a tona ansiedade e até insegurança, quanto às transformações ocorridas no âmbito social, econômico, científico e também relacional. A nova ordem, marcada pelos ditames da economia global desarticula as estruturas de poder antes inabaláveis, conferindo ao mercado o poder de regular as instâncias sociais. O mundo que está posto tem suas

bases assentadas na racionalidade científica e técnica, que historicamente exerce supremacia nos territórios de nossa cultura. Como afirma Martinic (1994, p. 70):

“Todos aquellos procesos que escapaban de la definición que esta perspectiva instituyó como real fueron declarados como hechos anecdóticos, subjetivos, imaginarios, en definitiva, como acontecimientos no significativos, para la idea de ciencia en la cual se apoyó.”

É importante ressaltar que os últimos acontecimentos no mundo têm confirmado as contradições existentes na trajetória do desenvolvimento científico do ocidente. Ao lado de benefícios incontestes para a sociedade, a ciência representa também ameaça crescente à sobrevivência da humanidade e do planeta. O desmantelamento e enfraquecimento das bases político-sócio-culturais das comunidades do meio rural configuram-se como acontecimentos representativos da supremacia do paradigma dominante, em detrimento das peculiaridades da vida comunitária. Como diz Gutiérrez (1999, p. 24) :

“Acentuam-se as tendências à desintegração comunitária, tanto no interior das próprias comunidades(pela multiplicação de agrupamentos e associações improdutivas), como no exterior, pelas emigrações e a perda de formas de solidariedade coletiva.”

Nesse sentido, o ato educativo no universo comunitário e familiar do meio rural tem sido bastante influenciado pelos ditames da nova ordem mundial, esfacelando os valores e costumes, que historicamente marcam a existência dos camponeses. Torna – se fundamental ressaltar no entanto, a influência histórica da sociedade agrária sobre as relações comunitárias e conseqüentemente sobre sua contribuição para o contexto vigente. Assim, a compreensão das relações familiares tecidas no meio rural, perpassa pelo entendimento de que a dinâmica político-sócio-cultural do campo, embora marcada pela singularidade, traz no seu bojo referenciais do contexto vigente. O ato educativo está marcado pela socialização dos saberes transmitidos de geração em geração,

considerando a dinâmica do trabalho como fundamental para o processo educativo no meio rural.

Além da família, a escola, agência educativa institucionalizada, assume uma representatividade singular no meio rural, visto que a mesma representa a possibilidade para a superação da pobreza que impera no campo. Embora a escola tenha como função social educar os sujeitos, respeitando as diversidades culturais, é mister afirmar que no meio rural sua trajetória é marcada pela perpetuação da exclusão social.

O presente texto apresenta as características da organização familiar do meio rural, bem como as práticas educativas inerentes a estas. Aponta ainda a relevância da instituição escolar para a superação das desigualdades presentes no meio rural.

2. Características da Organização Familiar no Meio Rural

A caracterização da categoria organização familiar torna-se oportuna no momento atual, visto que as constantes mudanças no âmbito político-sócio-econômico favorecem o repensar sobre a constituição das famílias especificamente no meio rural.

Com as transformações que vão ocorrendo na sociedade rural, percebe-se que a família camponesa tem sido, aos poucos, submetida a novas relações econômicas. Essas modificações vão levando a uma gradual transformação das relações internas e dos elementos naturais que fundamentam a organização familiar. A crescente intervenção do estado, com sua política de modernização sobre o processo produtivo camponês, vai introduzindo uma racionalidade técnica crescente que interfere nas relações sociais estabelecidas entre eles, chegando a negar e reprimir os elementos naturais de sua forma de produzir. É importante enfatizar, que estas modificações vem sendo acompanhadas por atitudes de resistência por parte dos camponeses, tendo como conseqüências imediatas o aumento da jornada de trabalho e a busca da migração temporária como forma de complementação de renda monetária necessária.

A organização familiar no meio rural expressa o conjunto das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos e entre estes e a natureza. No entanto, a família tem uma lógica própria que se reflete na organização para o trabalho e para a vida. A família se torna o agente educativo mais importante para a transmissão ou reprodução desses diversos saberes.

É importante salientar que a compreensão da vida familiar e comunitária no meio rural perpassa pelo reconhecimento da socialização dos saberes construídos

historicamente, no cotidiano dessas comunidades. São os conhecimentos e as formas de compreender e interpretar o mundo que garantem a reprodução e produção do mundo social a qual pertencem.

Todo este processo ocorre numa perspectiva coletiva, permitindo assim a integração de todos os sujeitos. Speyer (1983, p. 13) assevera :

“Transferir de geração em geração, este conhecimento, que se torna objetivo pela aceitação coletiva, é o mesmo que transferir cultura ou “fazer educação.”

A comunidade se mantém como prolongamento da família e a presença das atitudes de solidariedade e ajuda mútua que une os indivíduos ultrapassa o contexto da família. A própria sobrevivência dos camponeses significa a sobrevivência da comunidade. O indivíduo aparece como um ser comunitário que reproduz as hierarquias das famílias. Ele está sempre ligado ao sobrenome de sua família, à comunidade a qual pertence ou onde nasceu.

A família se organiza de forma diferente, se comparada com a da área urbana, pois as relações familiares compõem a vida social e inclusive o lazer. Há no interior dela uma divisão tradicional das funções. O universo masculino é visivelmente separado do feminino, o que vai refletir numa divisão rígida ao nível do trabalho na “roça” e no “lar”. Para Lopes (1991, p.45) :

“A divisão do trabalho no interior da família reproduz a divisão do trabalho na produção, ou seja, a divisão por sexo e idade, que determina o lugar dos indivíduos no processo de trabalho, na organização da família e as relações de poder e autoridade de uns sobre os outros.”

Dessa forma, as crianças aprendem cedo as tarefas auxiliares. Os meninos ajudam o pai na roça, as meninas, as mães nas tarefas domésticas e de cuidado dos irmãos. Aprendem cedo os valores do “mundo dos homens” (o roçado) e os valores do “mundo das mulheres” (o doméstico).

No tocante às crianças, em algumas regiões não conhecem a adolescência, passando direto da infância para a idade adulta, pois a natureza do trabalho realizado pelos camponeses aproxima e vincula as atividades desenvolvidas pelas crianças às dos adultos. As crianças aos 12, 13 anos já passam a adotar o comportamento dos mais velhos. Em outras áreas, a riqueza de suas linguagens e saberes, em contraposição à pobreza de suas casas, favorecem o repensar sobre as reais condições de vida, em que estão inseridas. Como afirma Leite (1996, p. 75):

“As crianças da zona rural têm uma experiência de vida e uma possibilidade de constituir-se sujeito, diferente das crianças das camadas populares. A criança da área rural, brinca e se relaciona com seus pares, ao mesmo tempo em que convive com suas funções dentro da comunidade familiar, o cumprimento de suas tarefas.”

Essa mobilidade origina-se do dinamismo existente nas relações humanas das comunidades rurais, que instituem papéis sociais para suas crianças, desde cedo. Esta observação situa o sujeito do meio rural como ser ativo e dinâmico nos espaços informais. Ele constrói, participa, intervém no meio em que vive.

Quanto ao homem, embora seja socializado para exercer o poder no interior da família, a migração temporária diminui a articulação desta em torno da figura do pai e a rigidez dos papéis tende a ser menor. Nesse caso, o trabalho feminino adquire peso fundamental ao nível de reprodução da família e da produção agrícola, pois as mulheres passam a cuidar também do roçado acumulando com as tarefas domésticas. Ainda assim, o conhecimento para o trabalho continua sendo domínio dos homens, que migram apenas após os períodos de início a fim do plantio, cabendo à mulher e filhos o trato e capina das plantas.

É importante ressaltar que as relações de gênero no meio rural são tecidas a partir do contexto político-sócio-econômico em que estão inseridos os sujeitos. Como afirma Vianna (1998, p. 97):

“A maioria das sociedades apresenta uma divisão do trabalho baseada em padrões masculinos e femininos. Essa divisão se constitui em torno de uma tendência praticamente

universal de separação da vida social entre esfera pública, associada ao homem (à política e ao mercado de trabalho), e esfera privada, doméstica, vinculada à reprodução e ao cuidado das crianças. Atribuir a todas as culturas os mesmos critérios para a separação entre as esferas pública e privada é, no mínimo, precipitada”.

Nesse contexto, a transmissão da cultura acumulada pelo grupo familiar não é feita de forma institucionalizada através de escolas, mas sim através do exemplo dos mais velhos, dos mais experientes, dos que “sabem fazer”, no próprio ato de viver e trabalhar.

4 – Educação escolar no meio rural - valor sócio-moral

As relações sócio-culturais que permeiam a vida rural são definidas a partir delas próprias, porém, com certa dependência das relações acontecidas e/ou vivenciadas nos centros urbanos. Não se pode negar a influência histórica da cidade no campo, cada vez mais acentuada, com a urbanização do meio rural e com a absorção de novos elementos sócio-culturais em sua prática produtiva e em seu modo de vida.

Ainda sobre as relações sócio-culturais tecidas no meio rural, é importante enfatizar que estas relações denotam valores, que estão além da dinâmica do dia-a-dia e das relações de cada um. Tais valores não podem ficar separados das análises ou considerações sobre a vida, a produção e o trabalho no meio rural. Essas experiências são repassadas, direta ou indiretamente, aos componentes do grupo, mediante um processo de educação, como transmissão das experiências acumuladas. Nesse contexto, a escola, enquanto espaço de educação e transmissão das experiências humanas, figura como conexão entre contexto e comportamento, em que o elemento valorativo não está na escola em si, mas naquilo que ela representa e significa. Como diz Leite (1999, p. 83):

“Os “valores” trabalhados e transmitidos pela escola rural encontram-se em uma posição relativamente alta na hierarquia filosófica – moral do rurícola, considerando que, o maior grau de significação desses valores não residem na

escola em si, mas na maneira como são perpetuados, ou seja, como são experimentados no dia-a-dia dos camponeses”.

Tratando-se, pois, de comportamentos, significações e interesses convergentes, a escola no meio rural manifesta-se numa linha de valorização na qual as relações estabelecidas partem da necessidade comum de sobrevivência físico-material e espiritual, traduzidas na forma de trabalho e conhecimentos - muito mais que um ato pedagógico, de ensinar a ler, escrever e contar, a escola – valor social – concorre para a vivência da cidadania, na realização do princípio de igualdade entre as classes e entre os indivíduos. Nesse sentido observa Arroyo (1982) apud Leite (1999, p.86):

“... a luta do homem do campo pela escola, pela instrução de seus filhos, se situa nesse contexto de conquista de um direito, ou de um mínimo de igualdade de oportunidades, sendo uma forma de se defender de uma ignorância que percebe estar vinculada à sua situação de exclusão política e econômica”.

Os alunos da zona rural mantêm uma relação com a escola, marcada pela repetição e pelo fracasso, já que esta permanece estruturada para o atendimento de crianças burguesas e dentro desse padrão de expectativas, a criança rural está sempre em falta. Segundo Garcia (1998) apud Pinto (2000, p.63) na formação dos professores tem sido muito forte a imagem de uma criança idealizada, conforme os padrões bio-psico-sociais europeus e norte-americanos. Apresentando os dados de uma pesquisa ela expõe o desespero de alguns professores/as em início de carreira:

“Onde estavam aquelas crianças louras, de olhos azuis, tão limpinhas e cuidadas? Onde estavam aquelas crianças “normais”? Onde estava aquela família que ajuda as crianças a fazerem os seus deveres de casa, explicando o que a criança não tivesse entendido da explicação do professor? Onde estava o cheiro bom de criança que toma banho todos os dias, escova os dentes duas vezes por dia,

usa talco e água de colônia ? Onde estava “na apple for the teacher”, que a canção anunciava?”

Este exemplo confirma o quanto o ideário educacional vigente perpetua os mecanismos de exclusão daqueles, que não sejam o protótipo do aluno ideal. Tal concepção, desrespeita e marginaliza aqueles, que vivem no mundo iletrado. Para compreender melhor essa abordagem, faz –se necessário analisar a trajetória histórica das escolas da zona rural. Em fins do século XIX a economia do país passava por grandes transformações. A zona rural deixava de ser o setor que apresentava as melhores oportunidades de investimentos, enquanto a zona urbana atraía investidores para os grandes centros. Inicia-se então, o crescimento das atividades comercial, bancária e industrial. As escolas da zona urbana, por conseguinte, foram privilegiadas em detrimento das escolas da zona rural, que apesar de abrigar a maioria da população, já não respondia aos postulados da economia vigente. A partir daí, o cenário educacional difunde valores culturais, coniventes com o ideário moderno, que se propagava no país. Instituiu-se um ensino, que priorizava a supremacia do homem civilizado sobre o homem atrasado e primitivo. Assim, os moradores da cidade são considerados “cultos” e os roceiros, os “incultos”. Para ilustrar, Speyer (1983, p.16) afirma :

“Ora, os primeiros conhecimentos da criança na zona rural dizem respeito à natureza.Mas os conteúdos que lhe são oferecidos nos programas escolares partem do princípio de que o homem, para ser culto, deve ser letrado; seu conhecimento, para ter valor, deve ser científico, pois se dirige a conviver no mundo tecnológico e urbano .”

Ainda sobre a cultura disseminada pela escola, faz-se fundamental reforçar que os valores culturais que se apresentam ao educando no meio rural estão carregados do colorido da cultura urbana, reduzindo os valores do campo a uma abordagem caricaturesca e exótica, portanto preconceituosa. A escola desconsidera que o folclore , para o homem do campo, é um valor cultural que ele vive. Nesse sentido, observa Wolf-a (p. 132) apud Speyer (1983, p.17) :

“Em muitos tipos de festividades camponesas de diferentes regiões do mundo, celebra-se em sentido de interdependência e afirmam-se as normas que governam. Essas festividades são desde as preces do santo padroeiro na Espanha, até os fogos de artifício em honra do Deus tutelar em partes da China.”

Embora a escola continue reforçando os ideais burgueses, a sua existência sensibiliza as comunidades rurais no tocante ao desejo de ascensão social. Segundo Moreira (2000) a escola representa para os alunos a oportunidade para a superação da perversidade social a que estão expostos. A partir da escola, o futuro pode enfim, ser visto como possibilidade real. O que significa o futuro para as comunidades rurais? Quais os seus desejos? Que história estão construindo no momento presente?

Um dos grandes mitos coercitivos e culpabilizadores que surge da modernidade é o culto exarcebado à “formação para o futuro”. Essa máxima tem sido propagada pela escola, que está organizada para empurrar as crianças com fatos históricos e científicos potencialmente úteis no futuro, mas a curto prazo aplicáveis apenas no exame vestibular para a entrada numa Universidade. E o que dizer da vida presente desses educandos? Ninguém olha para o presente do aluno e não se leva em conta a experiência e as necessidades que tem, visto que a premissa básica da escola é prepará-lo para um futuro que em princípio é mutável, que ninguém sabe como será e é por isso, em boa parte imprevisível. O ensinar para o futuro, é importante frisar, responde aos ditames neoliberais vigentes no mundo atual, que mercantiliza a instituição escolar para atender às determinações das classes dirigentes do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para pensar a instituição familiar hoje, torna – se primordial que se redimensione o sentido da existência humana. Historicamente, a família sempre foi compreendida como instância destinada a humanizar o homem. Mas qual o real significado da palavra humanizar num contexto tão singular como o que vivemos hoje? Os valores que antes concebiam o homem na perspectiva do prolongamento da natureza

biológica já não se sustentam. O humano começa exatamente no momento em que mediante nossa própria prática, vamos nos construindo, no tempo histórico e no espaço social. Paulo Freire, na sua fala imersa de beleza e sabedoria disse que o homem e a mulher são inconclusos, não estão prontos e acabados, estão no mundo em comunhão, construindo a história.

O presente estudo possibilitou uma reflexão consistente acerca da organização familiar no meio rural, especialmente sobre sua função educativa e formativa. Trouxe à tona o valor da diversidade cultural, com suas peculiaridades, e principalmente o entendimento de que os sujeitos do campo devem ser compreendidos sob a perspectiva da possibilidade. Possibilidade de se educar, organizar e buscar a autonomia. Esse desafio está tanto para a escola como para a família, tanto no meio urbano como no meio rural.

Dessa forma, a pergunta “para onde vamos?” se torna não somente oportuna, mas necessária. Não é suficiente que as instituições familiar e escolar se constituam e eduquem seus membros. É necessário que os indivíduos se perguntem, discutam e reflitam sobre a sua função neste novo momento da história, já que o desafio está em no meio das contradições da nossa sociedade, sermos capazes de favorecer uma formação familiar e escolar comprometida com o fortalecimento dos vínculos afetivos no meio comunitário.

5- Referências Bibliográficas

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (orgs). **Educação comunitária** e economia popular. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época: 25).

LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira. **O que Falam de Escola e Saber as Crianças da Área Rural? – Um desafio da pesquisa no campo.** IN: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel (ôg.). Infância, fios e desafios de pesquisa. Campinas: Papyrus, 1996.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural : urbanização e políticas educacionais.**São Paulo: Cortez, 1999.

MARTINIC, Sérgio. **Saber Popular e Identidade.** IN: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto (orgs). Educação Popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.

MOREIRA, Carmen Tereza Velanga. **A educação no meio rural na Amazônia: a dialética opressão x libertação em Paulo Freire.** IN : SAUL, Ana Maria (org). Paulo Freire e a formação de educadores – Múltiplos olhares. São Paulo : Editora Articulação Universidade/Escola, 2000. p. 158-177.

PINTO, Heldina Pereira. **O educador frente ao conflito dos saberes do aluno e os saberes escolares.** IN : SAUL, Ana Maria (org). Paulo Freire e a formação de educadores – Múltiplos olhares. São Paulo : Editora Articulação Universidade/Escola, 2000. p. 60-74.

SPEYER, Anne Marie. **Educação e Campesinato.** São Paulo: Loyola, 1983.

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. **Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito.** IN: AQUINO, Júlio Groppa (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

EXTENSÃO RURAL E EDUCAÇÃO: A ETAF COMO TERRITÓRIO ALTERNATIVO DE PRÁTICA EXTENSIONISTA EDUCATIVA.

FRANCISCO FEITOSA ALVES SOBRINHO (Mestrando – UNICAMP),
MARIA ANGELA FAGNANI (Profa. Dra. da FEAGRI – UNICAMP)

RESUMO

Este artigo apresenta a proposta de uma extensão rural educativa preconizada por Paulo Freire, tendo a ETAF – Escola Técnica de Agricultura Familiar como território para esta prática. Aborda algumas considerações sobre a Extensão Rural em geral e a praticada na Fundação ITESP, partindo da análise parcial de projeto de pesquisa do mestrado. Considera os aspectos da nova política nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural. Trata de considerações teóricas sobre o ensino-aprendizagem, apontando questões pedagógicas como: a pedagogia de transmissão, a pedagogia de condicionamento e a pedagogia da problematização. Relata a trajetória da implantação e desenvolvimento do trabalho de habilitação técnica em agricultura familiar realizado pelo ITESP e Centro Paula Souza a partir dos assentamentos da Fazenda Pirituba. Aponta os desafios e oportunidades que a proposta encerra para o desenvolvimento sustentável a partir do trabalho de extensão rural.

PALAVRAS-CHAVE

Extensão rural; assentamentos rurais; educação rural.

INTRODUÇÃO

Entender as mudanças e contradições de como a Extensão Rural foi constituída na Fundação ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “Jose Gomes da Silva” para a implantação e o desenvolvimento dos assentamentos rurais é o objeto de pesquisa em andamento do mestrado. Como parte, desta investigação, trazemos a questão da extensão rural como prática educativa estabelecida ou em desenvolvimento pelos técnicos. Para este artigo abordaremos a proposta da ETAF – Escola Técnica em Agricultura Familiar como território espaço para o estabelecimento pelos extensionistas de uma prática educativa potencializadora do crescimento do ser humano como cidadão e do desenvolvimento sustentável das comunidades. Esta proposta, em desenvolvimento, que iniciou-se através de

uma parceria entre o ITESP e o Centro Paula Souza – Centro Estadual de Educação Tecnológica ‘Paula Souza’, é apresentada como uma outra forma de fazer extensão rural e assistência técnica. Este artigo servirá, também para divulgar esta ação para o conjunto dos colegas do ITESP e para a comunidade em geral que tenham interesse por esta temática, estando aberta a discussões e sugestões.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO RURAL

A palavra ‘extensão’ tem origem, em 1914 nos Estados Unidos a partir de serviços prestados por professores fora das Universidades, estando, ao mesmo tempo, a serviço do Departamento Federal de Agricultura. O termo foi traduzido para vários idiomas, em cujos países seus objetivos se diferenciaram, assim como os meios para atingi-los (FONSECA, 1985). Freire (1979) aborda os vários significados do termo “extensão”, conforme o seu contexto, em uma análise semântica, partindo de pontos diferentes, como o lingüístico da palavra. Mostra como o seu significado engloba ações que transformam o agricultor em objeto e não como coadjuvante da ação educativa de caráter libertador. Neste sentido destaca ainda o papel do extensionista como educador, o qual deve se colocar como aprendiz, na produção do conhecimento, de ações geradoras de autonomia proporcionada pelo diálogo. Esta postura pedagógica do educador promove o confronto entre o conhecimento empírico e o científico, para a construção de um novo conhecimento. Várias definições de extensão rural são utilizadas nos diversos países que a adotaram. Entre as principais, pode-se considerar a relação a partir de dois componentes – comunicacional e educacional. A dimensão comunicacional é tida como um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes para seu aprendizado. A dimensão educacional visa ajudar o agricultor a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações. Desta forma, a extensão rural se confunde com a educação informal, tendo por objetivo final melhorar o nível de vida de seu público-alvo (SWANSONE e CLEAR, citados por ALMEIDA, 1989, p.9). Para Caporal (1998:75) é possível caracterizar-se 4 períodos principais pelos quais as políticas de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural passaram no Brasil: (1) “familiar assistencialismo” - 1948-1960, (2) “produtivismo modernizador” - 1961-1980, (3) “crítico reflexivo” - 1980-1990, e o período de “transição ambientalista” a partir de 1990. As organizações de ATER passaram por várias fases, com funções e objetivos que variavam de acordo com o momento histórico vivido e os interesses dos setores hegemônicos da sociedade rural brasileira. Em geral a ATER tende a ser vista como:

“um processo de educação não formal, dirigido a homens, mulheres e jovens do meio rural, onde eram difundidas novas idéias, para que ocorressem mudanças no meio rural” (Caporal, 1998: 42)

A Extensão rural no ITESP

A ATER¹ do ITESP sofre alterações conforme ocorrem mudanças políticas relativas à ação da reforma agrária no governo do Estado. Começa inicialmente com o aspecto da ação “militante”, com a preocupação da participação para dar conta do objetivo inicial de preparar, capacitar e adaptar trabalhadores rurais para a exploração racional e econômica da terra, previsto na Lei que rege os assentamentos. A ATER do ITESP evolui através da reflexão de sua atuação e interação com as comunidades assentadas, no processo de ensino-aprendizagem para uma formulação de desenvolvimento sustentável e incorporação da questão agroecológica. A ação de ATER no ITESP vai se alternando conforme os modelos de desenvolvimento são experimentados e implementados. Foi sendo trabalhada principalmente em função da demanda das famílias assentadas. A atuação “militante” determinou boa parte do jeito de trabalhar inicialmente, pois existia a preocupação que o assentamento tinha quer dar certo. Essa inquietação inicial aparece, no que Gomes (2003) cita:

“... para iniciar os trabalhos de campo do IAF² foram contratados em 1983, de forma precária, agrônomos recém-formados, com histórico de participação política tanto no Movimento Estudantil como nas lutas pela redemocratização do país, incluindo a luta pela realização de uma ampla Reforma Agrária onde o lema era ‘Terra Para Quem Nela Trabalha’.

“ De certa maneira, eles se confundiam com os assentados na medida em que viviam imersos nas áreas, vivenciando as questões de organização das famílias desde a ocupação das terras, passando pela resistência aos despejos judiciais, as negociações com órgãos de governo e o início da produção.”(Gomes, 2003, p.5-6)”.

Mesmo que se tivesse uma consciência crítica em relação ao conteúdo da “revolução verde” acabava levando tecnologias convencionais em razão de ter que apresentar uma produção, um resultado econômico imediato. Um “difusionismo³” ainda que indesejado, no inconsciente militante, cuja marca ficou caracterizada como “apaga incêndio⁴” em cima das demandas. Esse modelo (“difusionista”) tinha ênfase no produtivismo agrícola onde os agricultores deveriam adotar os pacotes tecnológicos propostos.

¹ ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, sigla utilizada neste trabalho que deve ser entendida como sinônimo da ‘Extensão’ educadora, apontada por Paulo Freire.

² O IAF – Instituto de Assuntos Fundiários é o órgão precursor da política de reforma agrária iniciada no Governo Montoro que depois veio a se transformar no que é hoje a Fundação ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “Jose Gomes da Silva”.

³ Nas palavras de Fonseca (1985) a concepção de educação presente neste modelo de Extensão Rural estava marcada por uma prática pedagógica que visava ao condicionamento de comportamentos para que a atitude dos agricultores se enquadrasse modernização agrícola proposta nos marcos da “Revolução Verde”.

⁴ Esta situação é relatada pelos próprios técnicos quando informam sobre o que e como trabalham. Se auto-definem como “bombeiros” que estão sempre apagando incêndios”. É uma representação metafórica da atividade profissional em extensão rural onde dedicam a maior parte do seu tempo desenvolvendo atividades imediatistas, de caráter emergencial, de urgência, como se estivessem apagando incêndios no campo.

A nova política de ATER

A partir da crítica ao modelo difusionista, dos resultados negativos da Revolução Verde, de um modelo inadequado de extensão rural, dos acúmulos e demandas dos movimentos sociais levaram o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, a definir uma política de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural que estabeleça uma nova forma de ação em maio de 2004. Para Brose (2004), a Extensão Rural como mero transmissor das tecnologias originadas da pesquisa agropecuária (pacotes) em direção às unidades produtivas não tem mais sentido, nem encontra legitimidade junto aos agricultores familiares. Neste contexto é um desafio implementar uma prática de ATER num novo paradigma de trabalho cuja proposta é o estabelecimento da sustentabilidade do desenvolvimento centrado, inclusive, nos princípios da agroecologia. Sobre o trabalho ou prática extensionista, tem-se a preocupação de como preparar ou formar profissionais para esta implementação, com enfoque baseado em processos educativos. A importância desta capacitação – formação fica bem ressaltada pelo MDA:

“O processo de capacitação para a transição deverá ter um conteúdo capaz de formar profissionais para atuarem como agentes de desenvolvimento local, com condições de investigar, identificar e disponibilizar aos agricultores, demais públicos da extensão e ao conjunto das pessoas que vivem no meio rural um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com o espaço territorial onde estejam inseridos”.(MDA, 2004, p.21).

Considerações sobre Ensino-aprendizagem

Para este estudo partimos de definições conceituais estabelecidos por BORDENAVE & PEREIRA (1997) sobre o ensino compreendido como processo deliberado de facilitar que outras pessoas aprendam e cresçam intelectual e moralmente fornecendo-lhes situações planejadas de tal modo que os aprendizes vivam as experiências necessárias para que se produzam as modificações desejadas de maneira mais ou menos estável. E sobre aprendizagem como uma modificação relativamente permanente na disposição ou capacidade do homem, ocorrida como um resultado de sua atividade e que não pode ser simplesmente atribuída ao processo de crescimento e maturação biológica do ser. Os processos educativos⁵, assim como suas respectivas metodologias têm por base uma determinada pedagogia. As opções pedagógicas adotadas por um determinado contexto refletem as ideologias e os objetivos desse período. O interesse central pode não estar voltado aos fundamentos

⁵ As questões pedagógicas a seguir apresentadas estão baseadas em texto traduzido e adaptado do artigo “La Transferencia de Tecnologia Apropriada al Pequeño Agricultor” (BORDENAVE, J.E.D., *Revista Interamericana de Educación de Adultos*, v.3,n1-2 – PRDE-OEA) por Maria Thereza Grandi, OPAS, Brasília, 1983.

epistemológicos da pedagogia, mas sim aos efeitos de sua aplicação. A opção pedagógica, quando exercida de maneira dominante durante um período prolongado, tem conseqüências discerníveis sobre a conduta individual e também sobre o comportamento da sociedade no seu conjunto. Consideramos, para esse contexto de ensino-aprendizagem, três opções pedagógicas, apesar de polêmicas por seus domínios: a pedagogia de transmissão; pedagogia de condicionamento e a pedagogia da problematização.(i) A pedagogia de transmissão parte da premissa de que idéias e conhecimentos são os pontos mais importantes da educação e como conseqüência, o aluno terá como objetivos receber o que o professor ou livro lhes oferece. O aluno é considerado como uma “página em branco” onde novas idéias e conhecimentos externos serão impressos. Essa pedagogia pode estar presente nas situações de educação formal ou não-formal. Assim críticas a treinamentos profissionalizantes, que utilizam estilo autoritário e vertical na transmissão de novos conhecimentos técnicos implicam na entrega destes conhecimentos sem o conseqüente desenvolvimento das habilidades intelectuais (observação, análise, avaliação, extrapolação, compreensão, etc.) As conseqüências dessa pedagogia no individuo seriam: elevada absorção de informações, hábito de tomar notas e memorizar, passividade do aluno e falta de atitude crítica, distância entre teoria e prática, tendência ao racionalismo radical, preferência pela especulação teórica, falta de “problematização” da realidade. Para a comunidade as conseqüências seriam: adoção inadequada de informações e tecnologia, conformismo, individualismo e falta de participação – cooperação, falta de conhecimento da própria realidade, submissão à dominação e ao colonialismo e manutenção da divisão de classes sociais (*status quo*). Essa pedagogia sugere os fundamentos aplicados no modelo “difusionista” de Extensão Rural. (ii) A pedagogia do condicionamento enfatiza os resultados comportamentais em detrimento das idéias e os conhecimentos. Concentra-se no modelo da conduta mediante um jogo eficiente de estímulos e recompensas capaz de “condicionar” o aluno a emitir respostas desejadas pelo professor. Mediante a repetição da associação ‘estímulo-resposta-esforço’, o aluno termina por ser condicionado a emitir respostas desejadas sem a necessidade de um reforço contínuo. As conseqüências dessa pedagogia no indivíduo seriam: a alta eficiência da aprendizagem de dados e processos, o não questionamento dos objetivos nem do método, a não participação da escolha do método, a não problematização e análise crítica da realidade, a falta de oportunidade de crítica às mensagens (conteúdos) do programa, a tendência ao individualismo, a competitividade e renúncia a originalidade. No âmbito social: maior ênfase na produtividade, dependência de fonte externa de programas, equipamentos e métodos, suscetibilidade a manipulação ideológica ou tecnológica, tendência ao conformismo e pragmatismo utilitário. Parece lógico que os métodos emergentes dessa pedagogia devem ser utilizados somente após que os alunos terem desenvolvido sua consciência crítica e sua capacidade de problematizar a realidade em que se encontram. Essa pedagogia aponta fundamentos utilizados no modelo “difusionista” com enfoque ‘produtivista’. (iii) A pedagogia da

problematização parte da base que, em um mundo de mudanças rápidas, o importante não são os conhecimentos ou idéias nem os comportamentos corretos e fáceis que se espera, mas sim o aumento da capacidade do aluno, que age e participa da transformação social, em detectar os problemas reais e buscar soluções originais e criativas. Assim, a capacidade que se quer ver desenvolvida é a de fazer perguntas relevantes em qualquer situação para entendê-las e ser capaz de resolvê-las a contento. No contexto dessa pedagogia o mais importante é o desenvolvimento da capacidade de observação da realidade imediata ou circundante, global e estrutural, detectando todos os recursos, identificando os problemas que obstaculizam um uso eficiente e eqüitativo dos referidos recursos, localizar as tecnologias disponíveis ou inventar novas tecnologias apropriadas e encontrar formas de organização do trabalho e ação coletiva. Nesse caso, não é tão importante a transmissão de conceitos, fórmulas, receitas e procedimentos nem tampouco a aquisição de hábitos fixos e rotinas de trabalho. Essa pedagogia não separa a transformação individual da transformação social que deve desenvolver-se em situação grupal. Esta pedagogia pode ser representada pelo diagrama abaixo, bastante simples que Charles Maguerez, seu autor denominou de “método do arco”:

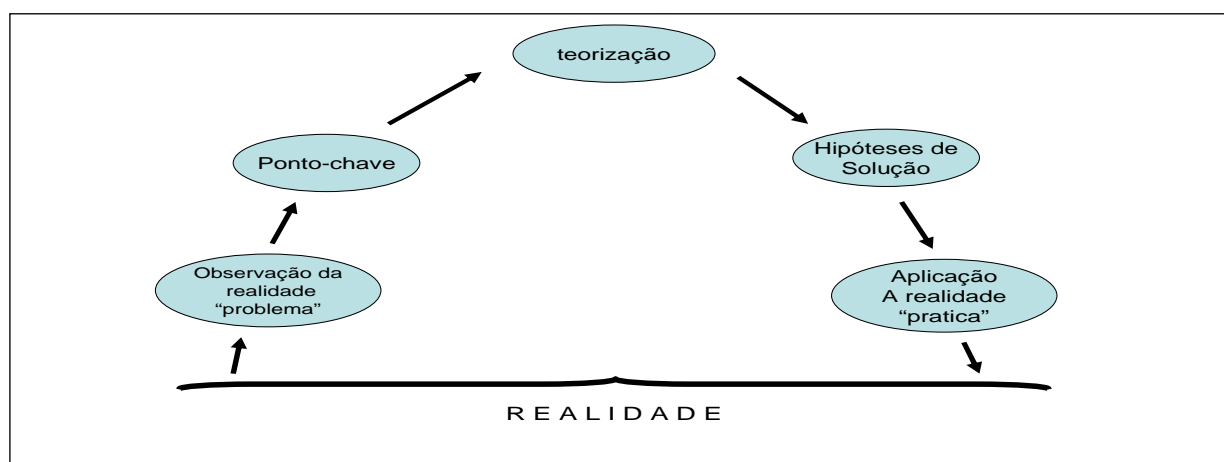


Fig.1: método do arco de Charles Maguerez

O grande mérito dessa pedagogia está no fato de que o aluno usa a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la. As conseqüências dessa pedagogia no indivíduo seriam: aluno ativo, observando, formulando perguntas, expressando percepções e opiniões, motivação pela percepção de problemas reais cuja solução se converte em reforço, aprendizagem ligada a aspectos significativos da realidade, desenvolvimento das habilidades intelectuais de observação, análise, avaliação, compreensão e extrapolação, intercâmbio e cooperação com os demais membros do grupo, superação de conflitos como parte natural da aprendizagem grupal e nivelamento de *status* entre professor e aluno (diálogo de iguais). Para a sociedade essa pedagogia pode trazer métodos e instituições originais, adequadas a própria realidade, cooperação na busca de soluções para problemas comuns, uma população conhecedora de sua realidade e reativa a invasão cultural, elevação do nível médio de desenvolvimento intelectual da população estimulada pelo desafio, criação ou

adaptação de tecnologias viáveis e culturalmente compatíveis. Assim, conforme a opção e contexto político de prática pedagógica que desejamos para a extensão rural, nos parece que há uma nítida superioridade da terceira pedagogia, sem querer com isto descartar as outras. Podem existir momentos em que o processo de ensinar requeira apenas a transmissão de informações ou até mesmo a execução de rígidas seqüências operativas. O que não podemos perder de vista é o objetivo fundamental da ação educativa, que consiste em desenvolver a personalidade integral do aluno, sua capacidade de pensar e raciocinar, assim como seus valores e hábitos de responsabilidade, cooperação e sociabilidade.

MATERIAL E MÉTODOS

A demanda pela criação de um curso técnico de agricultura partiu dos filhos de assentados e comunidades vizinhas da Fazenda Pirituba, localizada entre os municípios de Itaberá e Itapeva, no sudoeste paulista. Os filhos dos produtores apresentaram a reivindicação pedindo a criação de cursos técnicos ao GTC – Grupo Técnico de Campo de Itapeva do ITESP sem ter claro que tipo de curso técnico estavam demandando. Dessa forma, o ITESP os orientou para que fizessem uma pesquisa visando diagnosticar os seus anseios referentes à capacitação profissional. Em 2002 foram entrevistados 152 jovens das áreas de assentamento e das comunidades vizinhas possibilitando traçar um perfil dos possíveis alunos e a tipificação dos cursos de interesse. A maioria dos entrevistados possuía idade entre 15 e 20 anos (78%), entre 21 e 25 anos (20%) e por fim, o grupo apresentava uma pessoa com 32 e outra com 35 anos. A residência dos entrevistados estava bem distribuída nas áreas de assentamento e comunidades vizinhas. Em agosto de 2002 foi realizada uma reunião entre os representantes do grupo de jovens com técnicos do ITESP e do Centro Paula Souza onde ficou decidido que seria realizada uma excursão com o grupo e alguns pais para Presidente Venceslau e Rancharia. O objetivo era conhecer as experiências e os projetos educacionais realizados pelo Centro Paula Souza e seus parceiros. Nessa visita ficaram conhecendo as experiências do PROJOVEM – Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais e do técnico em agropecuária em regime de alternância. Decidiu-se ainda que o ITESP reformaria e adaptaria a casa-sede do assentamento Área 3, setor Água Azul para abrigar a futura ETAF. Enquanto eram tomadas providências da reforma do prédio, a equipe técnica do ITESP passa a integrar o Grupo de Trabalho do Centro Paula Souza que já vinha realizado em sua programação a *“Meta 1.6 – construção e implantação participativa da habilitação técnica em agricultura Familiar”* pela sua Coordenadoria do Ensino Técnico. Os jovens queriam fazer um curso técnico que fosse diferente dos visitados e servisse para atuação na sua propriedade, mas ao mesmo tempo esse curso teria que ter o reconhecimento legal e social de uma habitação técnica. Assim, foi decidido que seria implantado o curso de *“Habilitação Técnica em Agricultura Familiar”*. O curso concebido e formatado inicialmente seria oferecido em três módulos:

processamento de produtos agropecuários, produção vegetal e produção animal. O aluno teria que cumprir às 1.840 horas/aula para receber a habilitação de técnico em agricultura familiar. O aluno, também, poderia cursar os módulos separados, independentes, recebendo ao final de cada período a certificação de agente de processamento de produtos agropecuários, ou agente de produção vegetal ou agente de produção animal. Se o jovem tivesse completado o ensino médio e os três módulos consecutivos receberia o diploma de técnico em agricultura familiar. O módulo de processamento de produtos agropecuários possui 540 horas/aula, o de produção vegetal possui 620 horas/aula e o de produção animal 680 horas/aula. A carga horária responde pelas atividades em sala de aula e extra classe. As atividades extra classe ocorrem na área da escola, em propriedades vizinhas, nos lotes de assentados e na forma de cursos em outras instituições. O perfil do aluno no módulo Agente em Processamento de Produtos Agropecuários é de um profissional que implementa atividades rotineiras e sazonais relativas à produção de derivados de origem vegetal, bem como ao uso e a manutenção de instalações de máquinas e de ferramentas agroindustriais e à comercialização da produção, com métodos adequados ao sistema de agricultura familiar. Nesse módulo o agente possui as seguintes atribuições e responsabilidades: Projetar a execução de atividades agropecuárias e agroindustriais referentes ao desenvolvimento de culturas e de criação de animais, com fins comerciais; Promover e auxiliar o controle zootécnico nas criações e fitossanitário nas culturas; Pesquisar dados relativos às práticas de mercado e à comercialização de matérias-primas e produtos agropecuários; Pesquisar e colocar em prática, métodos de controle /erradicação de doenças e outros problemas característicos de plantações e de criações; Coordenar e orientar equipes de trabalho para as práticas da área agropecuária; Comercializar matérias-primas e produtos finais agropecuários resultantes do processamento de produtos de origem animal e vegetal; Executar e controlar manutenção em máquinas, em equipamentos, em ferramentas e em instalações utilizados em atividades de produção agroindustrial. No módulo de agente de produção vegetal o profissional é aquele que planeja, desenvolve e gerencia atividades relativas à produção de derivados de origem vegetal, com métodos e com tecnologias adequadas ao sistema de agricultura familiar. Possuindo as seguintes atribuições e responsabilidades: Promover e auxiliar o controle fitossanitário nas culturas; Adotar práticas de melhoramento genético nas culturas; Executar e supervisionar atividades relativas ao plantio (tratos culturais, preparo do solo, semeadura, colheita etc); Comercializar matérias-primas e produtos finais agropecuários resultantes do processamento agroindustrial. O agente em produção animal é o profissional que atua com atividades relativas a criação e produção de derivados de origem animal a comercialização da produção. Esse profissional possui as seguintes atribuições e responsabilidades: Promover e auxiliar o controle zootécnico em criações; Adotar práticas de melhoramento genético em criações; Executar e supervisionar o manejo diário das criações (preparo de rações, de forragens etc.); Executar e controlar atividade de abate, ordenha e processamento de produtos de origem animal; Comercializar

matérias-primas e produtos finais agroindustriais. Após dois anos de trabalho e avaliação conjunta pelo ITESP e Centro Paula Souza foram feitas avaliações e adaptações pedagógicas da grade curricular dessa habilitação que passou a ser uma seqüência, ainda modular e semestral, mas o jovem teria que cursar todos os módulos. Iniciando-se pelo Módulo I com enfoque temático a produção Vegetal, o Módulo II com enfoque temático a produção animal e o Módulo III com enfoque na agroindústria familiar, agora com uma carga horária de 500 horas no semestre. Para o Módulo I (i) as disciplinas ficaram assim definidas: Gestão da propriedade familiar I, Linguagens, trabalho e tecnologia, Manejo e conservação do solo, Produção vegetal, Técnicas em Agroecologia e Aplicativos informatizados. No Módulo II (ii) as disciplinas definidas são: Gestão da propriedade familiar II, Produção vegetal II (forragens), Produção animal, Nutrição animal, Uso e manutenção de máquinas e equipamentos I, Processo de comercialização na agricultura familiar. No Módulo III (iii) as disciplinas são: gestão da propriedade familiar III, Organizações sociais no meio rural, processamento de produtos de origem vegetal, Processamento de produtos de origem animal, assistência técnica e Extensão rural, Uso e manutenção de máquinas e equipamentos II. Além de todo conteúdo programático de matérias técnicas, o curso apresenta outras disciplinas profissionalizantes importantes para formação do aluno como ética e cidadania, leitura e produção de texto, informática, gestão e qualidade, e tecnologia e meio ambiente (sustentabilidade). Nessa atual formatação está incluída a questão agroecológica e da extensão rural já que estes jovens poderão ter um papel importante junto às comunidades para o diagnóstico e encaminhamento de soluções para os seus problemas. Além das atividades em sala de aula os alunos têm uma prática extra classe que são as atividades da escola que são consideradas como prática da extensão rural. Todo o conhecimento adquirido em sala de aula é levado até as propriedades dos pais dos alunos ou produtores vizinhos para serem colocadas em prática. Os alunos participam de vacinação de animais nas propriedades (figura 2), atividades de preparação do solo (figura 3) para plantio até o acompanhamento de colheita, entre outros.



Figura 2: alunos preparando vacinação com orientação do veterinário do ITESP – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002.



Figura 3: alunos realizando coleta de amostra de solos para plantio – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002.

Um dos tópicos abordados, por exemplo, no módulo de produção vegetal foi à cultura da bananeira. Atividade importante na região. Nesse tópico os alunos visitaram o lote de um assentado que mostrou todo o processo de produção da banana, relatando técnicas, dificuldades e problemas, de forma que o agricultor foi o professor desta prática. (Figura 4).



Figura 4: Aula prática sobre cultivo da bananeira – Fonte: (GTC ITESP – Itapeva), 2002.

Essa experiência foi muito rica, pois ocorreu uma interação entre o assentado, os alunos e a escola. Esse tipo de atividade acaba legitimando o trabalho da escola na comunidade, e, além disso, começa a ocorrer gradativamente o reconhecimento dos alunos como profissionais capazes de atender as demandas da comunidade em relação à atividade técnica para qual eles estão se capacitando. Cabe ainda ressaltar que na atual formatação o aluno que cursar, apenas, o módulo I ficará sem uma certificação. Se cursar os módulos I e II será reconhecido como Assistente Técnico em Agricultura e se cursar os três módulos receberá a habilitação profissional de Técnico em Agricultura Familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como contribuir para a formação de profissionais para atuarem como agentes com uma postura reflexiva diante de possíveis problemas que identifiquem em sua comunidade? Como criar oportunidade de formação profissional que seja reconhecido técnica e socialmente e ao mesmo tempo esteja ligado à realidade local? Como estabelecer uma nova forma de atuação de extensão rural que fuja do modelo 'difusionista' e sirva como paradigma do desenvolvimento sustentável, com base nos princípios da agroecologia? Como realizar um trabalho de extensão rural com as novas gerações dentro dos assentamentos e contornar as limitações do Estado? Foi pensando em dar estas respostas e a partir dos anseios da comunidade assentada que se

está construindo o projeto identificado como “ETAF – Escola Técnica de Agricultura Familiar” que tem como curso principal a habilitação técnica em Agricultura Familiar. É evidente que o projeto formativo não pode ser reduzido apenas a uma capacitação técnica. Do pensamento de Paulo Freire (1977) este projeto de formação para atuação na extensão rural precisa contemplar o que:

“Na concepção crítica esta capacitação não é um ato ingênuo de transferir ou ‘depositar’ conteúdos técnicos. É, pelo contrário, o ato em que o proceder técnico se oferece ao educando com um problema ao qual ele deve responder. (...) não se faz mediante um trabalho meramente intelectualista, mas sim na práxis verdadeira, que demanda a ação constante sobre a realidade e a reflexão sobre a ação. Que implica num pensar e atuar corretamente”.(Freire, 1977, p. 62).

Apesar do texto acima ter sido escrito pensando no extensionista e sua relação ao trabalho com o agricultor, este pensamento tem validade universal quando se pensa na formação pela linha prática do diálogo. Essas idéias parecem mais claras quando Freire (1977) faz uma análise do trabalho do agrônomo, ao considerar que ele está equivocadamente chamado de extensionista, apontando na perspectiva de que esse trabalho seja próprio de um agrônomo-educador. Para essa nova tarefa, as exigências de competência técnica e política são maiores, pois nos trarão uma responsabilidade formativa de menos tecnicismo e mais educadora – educadores do campo. É fundamental insistir no compromisso político dos técnicos que enquanto educadores devem animar o processo com base no diálogo e na afetividade que todo processo de transformação exige. Auxiliar os grupos sociais a melhor se integrarem é tarefa apropriada para as atividades de extensão e de educação rural que nos parece oportuna. O agir educativo baseado no conhecimento do público, de sua lógica cultural e de produção, conhecimentos trazidos, ecossistemas e identidade locais pode trazer muito mais possibilidades para uma aprendizagem efetiva. Como princípio a ETAF deve estar localizada física e culturalmente no seio da comunidade para garantirmos que todos tenham oportunidade de estudar. Considerar o saber local e também o saber individual é muito importante como prática educativa. Desenvolver competências e habilidades. Habilidade como possibilidade de reprodução de uma idéia e competência como capacidade de reelaborar o conhecimento e de utilizá-lo em outras situações. As atividades formativas modulares servirão de eixos temáticos (incluindo suas disciplinas) devem possibilitar um diálogo entre o saber acadêmico e o popular, fazendo a articulação para um novo conhecimento a partir do contexto na realidade da comunidade onde está localizada a ETAF, adequando-se ao grupo social. Assim, a escola como instituição pública e territorial presente nas localidades pode ser uma ferramenta de desenvolvimento e de trabalho extensionista com as populações. Mas alguns cuidados devemos ter com essa escola para que não se torne uma máquina de reprodução da dominação cultural e ‘difusionismo’. Devemos evitar que se reproduzam os vícios das escolas

agro-técnicas tradicionais. Como replicação dessa experiência informamos, há existência de duas iniciativas, similares que estão em desenvolvimento no Sudoeste Paulista, fora das áreas de assentamentos, envolvendo agricultores familiares. A primeira firmada entre o Centro Paula Souza e o Município de Guapiara que está desenvolvendo atualmente o segundo módulo e agora o de Itapeva está iniciando essa parceria.

CONCLUSÕES

Este trabalho em andamento apresenta uma oportunidade, diante do atual contexto, de ser praticada uma extensão rural com ênfase educativa conforme preconizada por Freire. A criação das ETAFs pressupõe um trabalho anterior de mobilização e sensibilização da comunidade que se prepara para ela, ajudando a definir a sua formatação. Por esta razão é um mecanismo de que se irá fugir do curso agrícola oferecido de forma tradicional, passivo. Por outro lado, é uma oportunidade para os técnicos praticarem uma extensão educativa, que fuja dos limites que a ação estatal possa apresentar em seus caminhos e descaminhos. A ETAF será um território para o debate e a reflexão dos problemas da comunidade, tendo como referência a pedagogia da problematização. Essa escola pode passar exercer um papel de mediadora entre os agricultores e as políticas públicas nas diferentes esferas do poder executivo. A escola se apresenta como uma alternativa à prática extensionista de acompanhamento das famílias do assentamento ou agricultores familiares nos moldes tradicionais. O técnico professor e aluno agricultor estarão levantando as necessidades de investimentos sociais face às realidades locais. A escola poderá servir ainda como “infocentro” com computadores que permita o acesso da comunidade a Internet, para pesquisa de informações, preços ou outras necessidades da comunidade. Terá uma biblioteca o que irá gerar oportunidades de leituras que em razão da localização geográfica das comunidades dificilmente teriam esta oportunidade de leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J.A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. 182p.
- BROSE, M. **Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre, RS, Tomo editorial, 2004.
- CAPORAL, F.R. **La extension agrária del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil** . Tese de Doutorado. Programa de

doutorado em Agroecologia, Campesinato e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.129p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro, RJ, Ed. Paz e Terra, 1977.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de ATER – Assistência técnica e Extensão Rural**, Brasília, DF, 2004.

GOMES, M.J.M. **Estudo sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do estado de São Paulo**. 2003. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 2003.

EXTENSÃO RURAL E PARTICIPAÇÃO: UMA PRÁTICA-EDUCATIVA.

Zenio Ferreira Eisenlohr (Mestrando em Extensão Rural.

Bacharel em Geografia)

Álvaro da Silva Couto (Mestrando em Extensão Rural.

Bacharel em História)

RESUMO

Este artigo trata, na perspectiva de Paulo Freire, da extensão rural como uma “prática educativa-participativa”, e não como simples transferência de conhecimentos, onde o diálogo se faz presente e o conhecimento se faz pela partilha, com a participação ativa de todos – homens e mulheres. Tem-se, então, a participação como processo de aprendizagem e reconhecimento do indivíduo (em particular, o(a) agricultor(a) familiar) enquanto ser coletivo, capaz de decidir sua própria vida, suas escolhas, fazer-se verdadeiramente cidadão. Abordamos aqui, a extensão rural no seu sentido mais amplo, abrangendo não somente as ações de intervenção dos serviços oficiais de Assistência Técnica, mas também qualquer instituição, pública ou privada que tenha como público alvo de suas ações a população rural.

Introdução

Desde os anos 70 do último século, muito tem se falado em desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural sustentável, participação popular, ou ainda, desenvolvimento local sustentável. Estes termos, conceitos, práticas, ou mesmo ideologias revelam a crise e expõe o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico capitalista, considerado produtivista, autoritário e fomentador da crescente desigualdade econômica e social que se observa nas cidades e campos latinoamericanos.

A partir do reconhecimento da crise desse modelo, os governos desses países, pressionados principalmente pelo governo norte-americano, no contexto da luta anti-comunista, começaram vincular as práticas participativas aos projetos de desenvolvimento, com a intenção inicial de legitimar as diretrizes governamentais (Mairena Duran, 2001). No Brasil, durante o processo de redemocratização, anos 80, os críticos das políticas públicas oficiais, propuseram novos enfoques, apoiando a participação das populações rurais pobres, tendo em vista os resultados negativos em matéria ambiental e social dos modelos desenvolvimentistas (Idem, 2001).

A crise desse modelo resultou em críticas inclusive ao modelo “tutorial” de extensão rural, onde “a ação do agente externo é orientada no sentido de introduzir ‘idéias’ previamente estabelecidas sem a participação da população alvo de sua ação” (Alencar, 1990, p. 26), o que levou esses Estados a avaliar e rediscutir a prática extensionista, sendo que uma das principais mudanças foi a inclusão do caráter participativo como um pré-requisito para garantir a efetividade e legitimidade das políticas públicas para a agricultura familiar (Ramos apud Brose, 2004, p. 86). Fez-se necessário (e ainda o faz), repensar o papel da extensão rural pública, em seu sentido mais amplo (instituições de assistência técnica, universidades, centros de pesquisa agropecuária e governos locais); do Estado, enquanto promotor e financiador de políticas públicas; e o da sociedade civil como principal beneficiária (ou atingida) pelos planos e ações dessas instituições.

Desde então, ganha força o discurso (e também a prática) da participação das populações excluídas do “desenvolvimento” na formulação e condução das políticas públicas tanto nas cidades como no campo. Neste contexto de abertura democrática, o “local” começa a ganhar status privilegiado na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento com liberdade*, chama a atenção para o fato de que a mudança para uma vida melhor dos pobres do Estado indiano de Kerala iniciou-se pela luta dos movimentos sociais organizados pelo direito à terra, o que criou um imenso capital social que os possibilitou a promoção do desenvolvimento econômico e social pela união entre a presença do Estado e a participação cívica, onde o custeio público, sobretudo em educação (principalmente combate ao analfabetismo) e saúde pública (redução da mortalidade infantil), aliado a uma conscientização/participação da população local nesses programas reduziu tanto as altas taxas de mortalidade infantil como as igualmente altas taxas de fecundidade. Ou seja, muitas vezes, mais eficiente e eficaz do que aumentar a renda per capita para reduzir a pobreza, segundo Sen, é expandir as “oportunidades sociais”. Isso não só significou redução considerável da pobreza em Kerala, como também maior auto-estima, empoderamento e emancipação feminina: as mulheres como agentes de mudança, primeiro pelo caminho do bem-estar (lutas por seus direitos

como mulher e de seus filhos como mãe), depois, assumindo um papel mais ativo, independente frente às questões gerais, que “só dizem respeito aos homens”.

O fomento governamental à agricultura familiar seja através de uma extensão rural pública, gratuita, democrática e criativa, ou do incentivo às organizações associativas e cooperativas não deixa de ser um caminho bastante promissor do tipo de desenvolvimento proposto por Sen, baseado na expansão da liberdade humana (liberdade política, civil, social e econômica) como seu fim e meio. As pessoas (homens e mulheres) como atores sociais ativamente envolvidos na conformação de seu próprio destino.

Esta nova visão de desenvolvimento e, por sua vez, de extensão rural, aponta, lembrando Paulo Freire, para uma “prática educativa-participativa”, onde o diálogo mediatiza os conflitos e o conhecimento se faz pela partilha: um aprende com o outro. Tem-se, então, a participação como processo de aprendizagem e reconhecimento do indivíduo (em particular, o agricultor familiar) enquanto ser coletivo, capaz de decidir sua própria vida, suas escolhas, fazer-se verdadeiramente cidadão.

Da extensão tutorial à extensão participativa

A extensão rural pública e gratuita, nascida na década de 1950, a despeito de sua honrosa missão de repassar ao agricultor/ produtor rural conhecimentos técnico-científicos na área da agricultura, pecuária, economia doméstica e organização social, continua sendo, segundo Brose (2004), um dos principais instrumentos de intervenção, ordenação e controle do Estado sobre o meio rural. “Trata-se de poder para deliberar sobre a alocação de recursos, de decidir o início e o término das atividades, de beneficiar certos grupos em detrimento de outros” (p. 11).

Modelo este que ainda guarda a influência de uma política de modernização conservadora e produtivista – com seu início na década de 60, no âmbito da Revolução Verde; de expansão da fronteira agrícola; dinamização das grandes agroindústrias e a ênfase na difusão e adoção dos “pacotes” tecnológicos, financiados, muitas vezes, por uma política (irresponsável) de expansão do crédito agrícola, e que acabou levando muitos agricultores – inclusive os pequenos – à falência, na escalada inflacionária dos anos 80, com conseqüências desastrosas também sobre o meio ambiente.

Essa crise ensejou o início de um processo de mudanças de paradigmas, trazendo “a valorização da base local (comunidades, municípios, consórcios de municípios) na área das estratégias de desenvolvimento para a região rural” (Trusen apud Brose, 2004, p.137). Multiplicavam-se, então, as metodologias que facilitavam a participação da população em municípios e assentamentos rurais de todo o Brasil, a maioria delas ligadas ao Orçamento Participativo e Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo a existência deste último requisito básico para se ter acesso aos recursos governamentais de apoio a programas e projetos destinados à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural. “A

maioria desses programas e projetos aponta para uma população minimamente organizada ou em vias de ações coletivas, sendo que a alocação dos recursos exige a organização dos destinatários” (Rocha apud Brose, 2004, p. 46). Para Brose (2004), quando falamos de participação, de enfoque participativo, de métodos participativos, estamos tratando da distribuição do poder em nossa sociedade. “Quando debatemos a extensão rural, estamos debatendo sobre o poder no meio rural” (p. 11). Portanto, na visão deste autor, a educação e o “empoderamento” são “elementos indispensáveis” de forma a permitir que os mais pobres participem das decisões que afetam diretamente suas vidas, e é neste ponto, segundo Brose, que a extensão rural pública e gratuita continua a falhar, por conservar ainda, um enfoque agrônomo, tutorial e produtivista.

Para Coelho (2005, p. 79), a orientação técnica no campo – a autora prefere usar o termo “orientação” em vez de “assistência”, o que a faz comungar com a visão de Paulo Freire sobre o papel do extensionista como um mediador e a própria extensão rural como um processo de educação participativa – tem buscado ser mais democrática em suas condutas, com maior participação dos envolvidos na tomada de decisões, que vão desde a escolha do melhor sistema de produção até a forma de organização social mais eficaz para determinados contextos” (p. 79). Essa “nova postura”, segundo a autora, fundamenta-se numa concepção construtivista (o conhecimento como um processo em construção) em que os saberes do cotidiano do agricultor e o conhecimento técnico-científico e tecnológico do profissional se integram, ambos atores como sujeitos de saberes distintos mas não divergentes. Donde se deduz, citando Chonchol, no prefácio ao livro de Freire, *Extensão ou Comunicação?*, que “o extensionista não pode efetuar as mudanças das atitudes dos agricultores familiares em relação a qualquer aspecto sem conhecer sua visão de mundo e sem confrontá-lo em sua totalidade” (p. 13). Como exemplo desta postura, Gomes e Vilela (apud Brose, 2004) mostram que mesmo em casos de enfoque participativo, o conceito de intervenção se aproxima do modelo tutorial, em que “os técnicos acabam apresentando os métodos e os encaminhamentos do processo quase como uma imposição necessária para se construir a inovação dessas relações, sem dar chance e o tempo para que o agricultor indicasse, por seu lado, qual poderia ser o método da abordagem” (p. 227). Neste caso, segundo Alencar (1990, p. 32), “a validade educativa de sua ação [o técnico] está aberta ao questionamento”. Indo mais além, na visão de Coelho (2005), o processo de intervenção não é um processo que ocorre ao acaso, sem antes um planejamento adequado de como intervir, onde intervir e para que intervir: “um trabalho de campo consequente precisa de um pensamento projetivo e de uma ação metódica: ‘um fazer pensado’ em seus motivos, com clareza de objetivos e capaz de prever conseqüências, uma ação interventora movida pela prudência” (p. 80). Nessa perspectiva, “intervenção”, segundo a autora, se aproxima do que muitos autores chamam de “mediação” – ‘fazer a ponte’, ‘introduzir falas e linguagens’ –,

sendo que essa mediação, de acordo com a mesma, pode servir ao questionamento da ordem existente, ou à manutenção de formas de dominação e exclusão social.

Neste sentido, essa intervenção sistemática e metodológica pode (e deve) levar à construção de uma prática participativa também sistemática, ou mesmo desencadear novas formas de participação “de baixo para cima” onde já existe uma cultura de participação político-social. De acordo com Mairena Duran,

“a participação como ação social nasce e se reproduz de práticas sociais sistemáticas e não isoladas, que permitem ao cidadão reconhecer que é sujeito, que tem direitos e deveres e que pode reivindicá-los. Os motivos de um ator participar num processo, podem ser diversos, mas é a ‘prática prévia’ e sua ligação com os ‘interesses originais’ destes, o que fortalecerá sua participação durante todo o processo” (2001, p. xiii).

Pinto (1987) alerta que, como todas as demais categorias sociológicas, a participação tem um quadro histórico e político que a define, ou seja, não é um termo neutro, é uma prática social e política e que se movimenta nas relações de poder.

Relações de poder – voltando à discussão sobre a participação e emancipação feminina iniciada neste artigo pelo exemplo de Sen sobre as mulheres de Kerala – que também dizem respeito à questão do papel da mulher no meio rural. Emma Siliprandi (Emater/RS), em seu estudo *Mulheres Rurais e Políticas de Desenvolvimento: Considerações a partir da Extensão Rural*, sobre o novo papel da extensão rural: o de promover processos mais participativos centrados na agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e desenvolvimento local – discute os entraves que negam à mulher maior participação neste espaço: estão em número menor que os homens nas arenas de discussão e decisão, e, via de regra, são reservadas a estas os temas ditos ‘sociais’ (saúde, educação) do que os ‘políticos’ e ‘econômicos’, fazendo com que participem de forma muito marginal das discussões sobre o desenvolvimento local e regional. Essa ausência, segundo a autora, é justificada pelos demais atores (externos e internos) como uma decorrência ‘natural’ das diferenciações de papéis entre homens e mulheres existentes no campo. Siliprandi adverte que, “ao não se preocupar com a participação das mulheres, esses projetos poderão estar reforçando a situação geral de subordinação das mulheres existentes no meio rural”. Para a autora, a mudança na forma de participação das mulheres nesses espaços de discussão “contribuiria efetivamente para uma reversão na sua situação concreta de empobrecimento, de desvalorização e de subordinação”.

Marianne Schmink, em seu estudo *Marco conceitual sobre gênero com base comunitária: Gênero, participação comunitária e manejo de recursos naturais*, aponta o conceito de ‘participação’ como o mais importante para a conservação dos recursos naturais

pelas comunidades rurais, porém, segundo a autora, deve-se levar em conta as especificidades de cada local e também de cada projeto, bem como o 'grau de participação' dos diferentes grupos locais na tomada de decisão e implementação dos projetos, que poder levar (ou não) ao 'empoderamento' desses grupos (atores locais), onde "as questões de gênero não podem estar ausentes". Para Schmink, "empoderamento' implica sensibilidade a conflitos e a perspectivas diferentes dentro das comunidades, ao mesmo tempo que respeita-se as tradições comunitárias e a auto-determinação". De acordo com a autora, o 'empoderamento' é um conceito-chave na medida que processos de negociação ligados às políticas públicas, com a participação dos diferentes atores (internos/externos), envolvem diferenças em poder.

Por fim, essas "estratégias de aprendizado com ênfase em gênero", segundo Schmink, "podem aumentar a consciência da importância de que as mulheres e outros grupos sejam capazes de sentar-se à mesa de negociações, e que o grau de participação desses diversos atores afeta o resultado do projeto e a realização das metas". Cabe então às políticas governamentais e particularmente à extensão rural, ver o espaço rural como uma realidade construída por homens e mulheres, respeitando e ajudando a promover a equidade de participação entre ambos.

Para Brose (2004), com base no Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural (PNDRS), um novo modelo de extensão rural, além de contemplar "os quatro objetivos estratégicos": (1) promoção do acesso à terra; (2) fortalecimento da agricultura familiar; (3) renovação da educação no meio rural e, (4) diversificação das economias rurais, deve ter a participação como

"instrumento capaz de contribuir decisivamente para colocar o agricultor familiar e todos os atores envolvidos na condição de sujeitos do processo, promovendo sua participação em formas associativas e cooperativas, reduzindo a dispersão social e estimulando o exercício da política solidária como argamassa de uma nova consciência coletiva" (PNDRS, citado por Brose, 2004, p. 10).

A participação dos agricultores e trabalhadores rurais em formas associativas ou cooperativas faz com que estes muitas vezes dispensem o trabalho das agências oficiais de extensão rural, como a EMATER, contratando técnicos adequados (ou que irão se adequar) às suas filosofias de trabalho. Nesses casos, os agricultores dispensam o assistencialismo do intervencionismo tutorial-tecnicista, imprimindo necessidades e interesses ao processo de intervenção, este refletindo o enfoque participativo, fortalecendo assim a autonomia econômica, social, política, cultural e técnica destes atores sociais, vistos como "indivíduos envolvidos em ações coletivas de construção do 'mundo da vida' no meio rural" (Brandenburg, 1999, p. 23).

Partimos do princípio de que a adoção do enfoque participativo não pode se resumir à adoção de determinado conjunto de métodos; deve contribuir sobretudo para a redução da vulnerabilidade das famílias e fomentar o seu empoderamento. A extensão rural, como mero transmissor entre a pesquisa agropecuária e as unidades produtivas, há algum tempo vem perdendo legitimidade junto à agricultura familiar. Segundo Moreira (2003), “novas gerações de extensionistas rurais são requeridas para lidar com as complexidades tecnológicas, políticas e culturais vividas por nossas sociedades latino-americanas”. Para Coelho (2005), os profissionais de orientação técnica devem necessariamente se comprometer com a mudança social.

E os ventos parecem, finalmente, soprar nessa direção. De acordo com Gomes e Vilela (apud Brose, 2004, p. 229), “o enfoque participativo na ação política, social, econômica, cultural e técnica tem-se mostrado como uma contingência nessa fase de transição de valores e conceitos que experimentamos no desenvolvimento atual da sociedade”, tendo a participação, ou o discurso participativo, iniciado uma nova qualidade de relacionamento entre os técnicos e agricultores. Mesmo assim, continuam estes autores, “o enfoque participativo não deve ser tomado sem um distanciamento crítico (...), por se tratar de processos que interferem diretamente nas relações sociais que visam transformar a realidade” (Idem, p. 229).

Esse “distanciamento crítico”, o qual os autores se referem, não deve ser confundido com a tradicional e dual separação sujeito-objeto: uma relação anti-dialógica do conhecimento. Visto dessa maneira, como nos alerta Freire (1977), a tarefa do educador (neste caso, o extensionista), “não é a de quem se coloca como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados” (p. 69), o que o autor chama de ‘invasão cultural’: “o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetos de sua ação” (p. 41). Portanto, esse “distanciamento crítico” não exclui o diálogo, que implica em comunicar-se, que é educar-se a ouvir o outro, respeitar o outro em seu papel e lugar.

“Em relação dialógico-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam através de um mesmo sistema de signos lingüísticos. É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito. Se não há este acordo em torno dos signos, como expressões do objeto significado, não pode haver compreensão entre os sujeitos, o que impossibilita a comunicação. Isto é tão verdadeiro que, entre compreensão, inteligibilidade e comunicação não há separação, como se constituíssem momentos distintos do mesmo processo ou do

mesmo ato. Pelo contrário, inteligibilidade e comunicação se dão simultaneamente” (Freire, 1977, p. 67-68).

A sociedade se tornou mais complexa, a dualidade já não nos ajuda a explicá-la – ou mesmo esconder as diferenças – como antes. Nesta “nova” sociedade que desponta, o “poder” assegurado pelas normas e hierarquias começa a se render aos “poderes” conquistados comunicativamente. A ciência exata cede espaço à ciência política, a organização técnica da produção se subordina à sua organização social. O Estado, soberano da esfera pública, agora compartilha esta arena com os novos movimentos sociais; estes, por sua vez, representam novas formas de organização social e participação dos cidadãos, deixando de lado a exclusividade da organização política pelos partidos políticos e sindicatos, exigindo maiores espaços democráticos para decidir, envolvendo assim, atores sociais e entidades nas arenas de discussão e decisão. Buarque (1998) destaca que, no Brasil, a ‘reabertura’, iniciada em fins dos anos 70, gerou um processo de descentralização político-administrativa, aliada a uma “transferência de autonomia e efetivo poder decisório entre as instâncias” (p. 16-17). Este processo, como Fraser (1987) lembra Habermas, cria ‘novas zonas de conflito’ na linha de junção entre sistema e mundo da vida, promovendo assim a substituição de (alguns) contextos ‘normativamente assegurados’ por contextos ‘comunicativamente conseguidos’ e a criação de instituições democráticas novas, capazes de firmar o controle do mundo da vida sobre o Estado e sistemas econômicos.

Mas estes são “mundos” que, em princípio, interpenetram-se e dependem um do outro, onde os conflitos, segundo Santos (1991), devem ser dirigidos e tolerados pelo diálogo, levando-os ao consenso: um entendimento reconhecido por todos. “O consenso vai além da simples adesão e do puro acordo, podendo ser encarado sob as seguintes formas: aliança, contrato, solidariedade” (p. 125). É esse delicado e flutuante campo de forças que indicará à sociedade civil (neste caso, homens e mulheres do campo) tanto a sua capacidade de participar como o espaço de poder para sua realização. Como nos lembra Brose (2001), a participação implica mudança e distribuição de poder. Assim, segundo este autor, é necessário ter clareza acerca do processo do qual se está participando.

De acordo com Alencar (1990), dentro de um processo de educação participativa, é preciso ao indivíduo, ao grupo ter consciência da realidade em que vive, sendo esta definida em termos do interesse do grupo vis-a-vis outros grupos ou segmentos da sociedade – “os grupos são motores da mudança, coisa impensável ao indivíduo” (Santos, 1991, p. 126). Para Alencar (1990), a participação está diretamente ligada ao “envolvimento dos membros do grupo na identificação dos problemas e de suas causas, na tomada de decisões, planejamento e execução de ações que visem à solução dos problemas identificados” (p.

31). Neste caso, pode-se considerar, segundo este autor, que “uma vez atingido esse nível de autonomia, a ação do extensionista pode ser considerada educativa” (p. 32).

Considerações finais

Desejamos, com as palavras de Paulo Freire, a extensão rural e a participação como “práxis da ação e reflexão” do homem (extensionistas e agricultores), onde teoria e prática estão necessariamente mediadas pelo diálogo, constituinte de um verdadeiro projeto de educação para a libertação, que tenha como princípio maior “humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo que o cerca”. No dizer de Moscovici e Doise: “o valor dos atos de participação provém do laço criado entre os indivíduos e da impressão que daí deriva de cada um ter importância aos olhos dos outros a partir do momento em que participa”. E estes mesmos autores, citando Hegel: “se os homens devem interessar-se por uma coisa, é preciso que eles possam participar ativamente”.

Defendemos que a extensão rural, neste século XXI, exerça o papel de agente promotor de processos mais democráticos e participativos, contribuindo para a redução das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais no campo brasileiro e latinoamericano.

Bibliografia consultada

ALENCAR, Edgard. Intervenção tutorial e participativa: dois enfoques da extensão rural. Cad. Adm. Rural. Lavras: UFLA.2(1):23-43, jan-jun 1990.

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura familiar: Ongs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.

BROSE, Markus (org). Introdução. In: _____. Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

BROSE, Markus (org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BUARQUE, Sérgio. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: INCRA-IICA, 1998.

CHONCHOL, Jacques. Políticas de desenvolvimento rural integrado na América Latina nos últimos 10 anos. In: Anais do seminário de agricultura – Horizonte 2000: Perspectivas para o Brasil. Brasília: Ministério da Agricultura, 1983. p. 137-154.

COELHO, France Maria Gontijo. A arte das orientações técnicas no campo. Viçosa: UFV, 2005.

FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero (Cap. 2). In: Benhabib, Seyla e Cornell, Drucilla (orgs.). Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos Ltda, 1987. pp. 38-48.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, Marcos Afonso e VILELA, Gisele F. Uma dimensão subjetiva da participação: o aprendizado como motivação nos processos participativos da extensão rural. In: Brose, Markus (Org.): Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004.

MAIRENA DURAN, Regis Francisco. A participação dos atores sociais na formulação do plano de desenvolvimento rural no município de Tombos-MG. Dissertação de Mestrado. Viçosa: UFV, 2001.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e extensão rural na contemporaneidade. Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRuralRJ. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2003. <http://www.ruralidades.org.br>

MOSCOVICI, Serge e DOISE, Willen. O problema. O trabalho de decisão. In _____. Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

PINTO, João Bosco. Planejamento participativo: rito ou prática de classe. In: Vozes: Revista de Cultura. v. 81, n. 1, p. 71-89, jan7fev. 1987.

ROCHA, Marilene S. e KUMMER, Lydia. A experiência do Prorenda-Bahia. In: BROSE, Markus (Org.): Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

SANTOS, Rogério. Serge Moscovici e Willen Doise, dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas. Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Cosmos. Nº 14. Dez 1991. 125-130 (Resenha).

SCHMINK, Marianne. Marco conceitual sobre gênero com base comunitária. Gênero, participação comunitária e manejo de recursos naturais, n. 1 – pp. 1-13. 1999. <http://www.dic.dlib.indiana.edu> (Resenha).

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento: considerações a partir da extensão rural. <http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=233> (Resenha).

TRUSEN, Christoph. Desenvolvimento local sustentável: novos desafios para a extensão rural. In: BROSE, Markus (Org.): Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

*

JECATATUÁSIA¹: O BRASIL JECA TATU. UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A CIDADE E O CAMPO BRASILEIROS.

Dora Vianna Vasconcellos

Resumo

O personagem Jeca Tatu, por ser ainda hoje um dos componentes do imaginário nacional ainda hoje, é um importante elemento para pensar a relação entre cidade e campo e como às diferentes formas como alguns intelectuais pensaram essa relação. Propomos, neste pequeno ensaio, estudar a partir de alguns textos do pensamento social brasileiro, a relação entre cidade e campo tendo sempre como referencia o personagem de Monteiro Lobato que virou símbolo da identidade nacional. O intuito principal da nossa pesquisa é, portanto, relacionar as transformações do personagem com algumas das diferentes abordagens do pensamento social brasileiro e apontar alguns elementos que expliquem a sua permanência simbólica durante tanto tempo no nosso imaginário social.

Tema

Propomos o estudo das interpretações de alguns autores sobre a relação entre a cidade e o campo, tendo como base a trajetória do personagem Jeca Tatu. Isto é, tentaremos entender os motivos de suas transformações e permanência no nosso imaginário social a partir das diferentes perspectivas que trataram e tratam da relação entre cidade e campo. De início, abordaremos o tema por meio de alguns autores da tradição ensaística da geração de 1930, posteriormente, a partir de estudiosos da época da institucionalização universitária das ciências sociais no Brasil. Isto será feito considerando-se que o personagem expressou e ajudou a construir, ao mesmo tempo, experiências e valores entre esses dois “pólos” da realidade social; talvez seja símbolo da relação entre a cidade e campo.

Justificativa

Consideramos que a análise histórica e sociológica da personagem Jeca Tatu é um convite à reflexão e ao debate porque, a partir dela, alguns elementos da

¹ * Termo criado por Monteiro Lobato.

realidade social e da cultura brasileira podem ser relacionados e problematizados. A personagem, criada e recriada por Monteiro Lobato, inicia sua trajetória simbolizando apenas um segmento específico do povo brasileiro e localmente restrito, o trabalhador do campo, e termina como Zé do Brasil, isto é, como um dos elementos que compõem a identidade nacional.

O estudo das representações do tipo nacional e do tipo rural, feita por meio da análise do Jeca Tatu, possibilitaria conformar, em certo sentido, uma visão não fragmentada da relação entre a cidade e o campo. A personagem poderia, a nosso ver, ser encarada como a “síntese” de alguns aspectos culturais e sociais importantes que fazem referência, ao mesmo tempo, a realidades urbana, rural e nacional.

Em suma, ao contrário do que afirma Emílio Willens² – “Não existe sistema de entendimentos que possa servir de base comum à civilização urbana e a multiplicidade das culturas sertanejas” –, a personagem do Jeca Tatu pode ser vista como síntese do relacionamento entre a cidade e o campo. Por isso, ela permitiria entender, a um só tempo, como a cidade pensa o campo e como o campo se integra a cidade.

Metodologia

A história do Jeca Tatu alude a diferentes momentos da sociedade brasileira: o período da aceleração do desenvolvimento urbano, iniciado no final do século XIX, o processo de modernização e “urbanização” e as mudanças sociais acarretadas por esses processos. A trajetória desse personagem remete a uma das questões centrais do pensamento social brasileiro, presente tanto na chamada tradição ensaística, como em textos elaborados pela ótica universitária das ciências sociais no Brasil: a relação entre o interior e o litoral, o arcaico e o moderno, a cidade e o campo brasileiros.

Por isso, é importante para a nossa análise a utilização de alguns textos rigorosamente selecionados que tratam da inserção do caipira na sociedade brasileira, do processo de urbanização das cidades e do florescimento de idéias e valores tidos como a ela inerentes, bem como do processo de modernização do campo e a questão agrária. A análise será feita a partir de alguns autores específicos. Sugerimos, a princípio, os seguintes: Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, José de Souza Martins, Caio Prado Júnior e Marisa Lajolo.

² VER: LIMA, Nísia Trindade. *Jeca Tatu e a representação do caipira brasileiro*. Caxambu (MG): XXIII Encontro Nacional da AMPOCS, texto digitado, 1977.

Assim como o Jeca Tatu, as noções de rural e urbano são uma construção social da realidade que fazem parte do conhecimento sociológico³. Acreditamos que, por meio da análise de alguns textos que ajudam a pensar a constituição do símbolo Jeca Tatu, contextualizamos uma das auto-interpretações da sociedade brasileira com o contexto social e político em que foi estruturada. Faremos isso no âmbito do conhecimento sociológico.

Contextualização da problemática

O Jeca Tatu inicialmente simbolizou um segmento do povo brasileiro: o trabalhador do campo. No final de sua trajetória, como Zé do Brasil, ele representará, no entanto o povo brasileiro. Personagem-símbolo da identidade nacional – talvez o homem nacional ruralizado – o Jeca Tatu possibilitará uma compreensão não fragmentada da relação entre a cidade e o campo. A nosso ver, esse personagem poderia ser considerado uma síntese que abarca importantes aspectos urbanos e rurais. Essa seria a hipótese norteadora com a qual gostaríamos de lidar nesse projeto de mestrado.

Sabemos que toda identidade é uma construção simbólica e relacional, por isso, ela representa interesses sociais específicos.⁴ Portanto, uma identidade nacional não comporta os caracteres ontológicos do homem brasileiro em geral, nem mesmo os interesses gerais de uma sociedade.⁵ Contudo, toda identidade nacional contém a função de garantir a unidade, a coerência e o sentido diante de uma realidade múltipla.⁶

O personagem Jeca Tatu seria, por isso, a representação-síntese de distâncias culturais, sociais e econômicas existentes entre cidade e campo e, por isso, compõe um dos elementos ativos da cultura nacional. Por exemplo: para José de Souza Martins, o Jeca seria uma ideologia urbana da dominação da cidade sobre o campo. Esse personagem teria ajudado a formular, por meio da oposição aos modos e meios de vida rurais tradicionais, valores que hoje são concebidos como típicos da cidade e que giram em torno do individualismo e da ideologia do mercado-livre.⁷

Segundo Luís da Câmara Cascudo, o Jeca Tatu foi construído com a “concepção que tem da nacionalidade os homens que a exploram” e seria somente uma referência ao caipira paulista, não podendo, por isso, ser considerada como uma

³ MARTINS, José de Souza, *op cit.*

⁴ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985 apud ALVES FILHO, Aluizio, *As metamorfoses do Jeca Tatu* (a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato), Rio de Janeiro, Inverta, 2003.

⁵ BOTELHO, André Pereira. “Prefácio” de Alves Filho, *op. cit.*

⁶ POLLACK, Michel. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos n.10, 1992

⁷ MARTINS, José de Souza, *Introdução crítica à sociologia rural*, São Paulo, Hucitec, 1986.

representação do homem brasileiro. Cascudo considera, portanto que o Brasil não deveria ser visto como um país de Jecas Tatus.⁸

Aluízio Alves Filho considera que o personagem é uma casca vazia, uma fórmula sem conteúdo definido que é constantemente reformulada, inclusive por outros autores, mas que é ainda hoje um dos componentes da identidade nacional, apesar das suas inúmeras metamorfoses. Segundo o referido autor, sua força simbólica está baseada na idéia central, observada desde o início de sua trajetória como retrato caricatural do homem do campo, segundo a qual o brasileiro seria preguiçoso, pouco empreendedor e atrasado. O ponto de contraste para essa construção simbólica seria originalmente a classe latifundiária e mais tarde os países desenvolvidos capitalistas, em especial os Estados Unidos da América.⁹

Eis algumas das possíveis questões que propomos abordar: 1. o surgimento da ideologia urbana - os valores concebidos como típicos da cidade e a ela inerentes; 2.a distinção e o choque entre os valores tradicionais do campo e os da cidade, ocasionados pelo processo de urbanização e inchação das cidades (Jeca Tatu como uma representação construída em oposição ao tipo urbano); 3. a inserção do meio rural na sociedade brasileira através do processo de modernização do campo, isto é, os vínculos entre campo e cidade (considerar sociologicamente os motivos de o Jeca Tatu ser considerado como um tipo social avesso à civilização); 4. analisar alguns dos diagnósticos feitos do atraso do meio rural e os caminhos de sua superação (considerar por que o Jeca é visto como indolente, parasita, preguiçoso e pouco empreendedor, e as medidas que permitiriam sua regeneração).

Por ser o Jeca Tatu um elemento relevante da cultura nacional, suscita a seguinte questão: sendo o país hoje predominantemente urbano, haveria uma sobrevivência de valores relacionados a uma experiência rural tradicional, embora muitos autores acreditem que ela esteja em vias de extinção¹⁰. O Jeca Tatu é ora símbolo da nossa identidade, ora retrato caricatural do homem do campo, o que indicaria que o Brasil possui um acentuado *ethos* rural.

⁸ “Que tenham paciência, Jeca é humano e vive. Não é preciso estender a generalidade do tipo a todo brasileiro, porém Jeca, o conservador de velhas tradições, Jeca, o nômade, desconfiado levando incêndio a uma floresta para destocar meio palmo de mato. Jeca usando da prodigiosa fecundidade da terra como refúgio natural à sua indolência, existe, “magina”, e é nosso contemporâneo”. CASCUDO, Luís da Câmara, “A humanidade do Jeca Tatu”, São Paulo, *Revista do Brasil*, n. 57, 1920, p. 173.

⁹ A respeito da trajetória desse personagem e sobre informações acerca de Monteiro Lobato, ver: ALVES FILHO, Aluízio, op.cit. : LIMA, Nísia Trindade, op.cit e NUNES, Cassiano. A Atualidade de Monteiro Lobato, Brasília, Theasaurus Ed., 1984.

¹⁰ CANDIDO, Antonio, *Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, São Paulo, Duas Cidades, 1987; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1976.

Em suma, nosso ensaio pretende refletir sobre os vínculos existentes entre o campo e a cidade, ou seja, sobre a inserção do meio rural na sociedade brasileira a partir da trajetória do Jeca Tatu. Para que possa ser plenamente realizável dentro do prazo de dois anos, nos propomos a analisar a relação entre cidade e o campo por meio de alguns estudiosos do assunto que consideramos importantes, tendo por norte a trajetória do personagem. Por fim, pretendemos, com isso, tecer algumas considerações acerca da atualidade do significado do Jeca Tatu.

Revisão Bibliográfica

As representações espaciais reproduzem, de certo modo, as diferenças sociais, culturais e econômicas existente entre o Brasil moderno, suas cidades, e um Brasil do interior, considerado arcaico. Os habitantes dessas regiões também foram marcados por representações e estereótipos que marcam essas diferenças.

As ilações a respeito da palavra caipira¹¹ coincidem aparentemente com a forma como Monteiro Lobato descreveu o Jeca Tatu na sua primeira fase – aquela em que ele encarna o trabalhador rural, mais precisamente o caipira. Nessa fase, o Jeca é o agregado, um tipo preguiçoso, parasita, indolente e nômade. É um “piolho da terra”; pouco empreendedor e inadaptável à civilização. Lobato faz uma associação entre agricultura primitiva, forma como o Jeca produzia, e a destruição da natureza¹².

José de Souza Martins considera que a palavra “caipira” até a década de 1950 – época em que afloraram no país as lutas dos trabalhadores do campo – designava um tipo de trabalhador parecido ao que hoje muitos chamam de camponês. Ele caracteriza o campesinato como trabalhadores rurais que não possuem a propriedade da terra. Na sua concepção de camponês, ele não inclui o trabalhador assalariado do campo.

Já Maria Isaura Pereira de Queiroz adota uma perspectiva diferente, pois ela define campesinato como uma camada social rural constituída por trabalhadores com terra. Para a autora, economicamente, o camponês definir-se-ia pelo objetivo

¹¹ A palavra caipira, de origem indígena, também pode ser vista como uma qualificação feita às populações do interior. O termo aparece em Luis da Câmara Cascudo como desígnio dado ao homem do interior do Brasil. Sugere ainda uma descrição geral de seu modo de ser como aquele que não possui muito trato social e instrução, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público Habitante canhestro e tímido, desajeitado, sonso e envergonhado, desconfiado e ingênuo. (CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*, 3ª ed. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1972) Para José de Souza Martins, ela poderia ser utilizada também com sentido pejorativo. Faz referência àqueles que, por viverem longe da cidade, são rústicos, atrasados, tolos, tontos e preguiçosos. (MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil – As idéias sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes, 1983).

¹² Ver: LOBATO, Monteiro, *Urupês. Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura geral, vol.1, 9ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1957.

de plantar para o consumo. Sociologicamente, ele se formaria sempre como uma camada subordinada dentro de uma sociedade global – uma subordinação econômica, política e social. A camada superior ora poderia ser constituída pelos donos de grandes fazendas monocultoras de exportação, ora pelas camadas urbanas¹³.

Antonio Candido¹⁴ e Maria Isaura Pereira de Queiroz¹⁵, já nas décadas de 1960 e 1970, são exemplos de autores que pensaram a questão da modernização e da mudança social a partir das populações tradicionais do campo. Estavam preocupados em saber como o processo de modernização do campo afetava os meios e modos de vida e modificava a visão de mundo dos trabalhadores rurais. Para esses dois autores, a experiência rural caipira estaria próxima da extinção, uma vez que o processo de modernização do campo, realizada sem a reforma agrária, estaria impossibilitando a existência do agrarismo rústico como modo de produção satisfatório e de valores ligados a uma experiência rural rústica.

No entanto, José de Souza Martins¹⁶ considera que o estabelecimento agrícola tradicional, com o caipira como seu tipo humano correspondente, seria o ponto de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano no país. Para o autor, a ligação entre o urbano e o rural seria uma relação de dependência do primeiro em relação ao segundo, uma vez que o mundo rural se configura como mercado consumidor e comprador de mercadorias urbanas e, também, como fornecedor de produtos de preços baixos para a alimentação e abastecimento dos grandes centros urbanos.

A sociedade urbana brasileira definiria unilateralmente o vínculo que a integra com o mundo rural tradicional, representando-o de forma subordinada a ela, não reconhecendo sua própria dependência em relação ao estabelecimento agrícola tradicional. O epíteto caipira seria, então, uma construção ideológica, feita pelo elemento urbano em relação ao rural, que remete a idéia de baixa produtividade, para justificar a submissão da sociedade agrária ao mercado, aos estilos de vida e às concepções urbanas, e também para justificar os problemas decorrentes de ligação do meio urbano a um sistema rural tradicional, por isso tido como anômalo. A incongruência estaria justamente no fato de o mundo capitalista querer

¹³ Maria Isaura Pereira de Queiroz define campesinato como uma camada social rural que trabalha direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, com um ou dois assalariados. Eles seriam policultores, produzindo para a própria subsistência, com o auxílio de técnicas rudimentares, e não trabalhadores sem terra. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit.

¹⁴ CANDIDO, Antonio, op. cit.

¹⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit.

¹⁶ MARTINS, José de Souza (org.), *Introdução crítica à sociologia rural*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.

modernizar aquilo que seria a base do processo de urbanização da sociedade nacional.

Esse enfoque, juntamente com os demais sugeridos, seria importante para entendermos: o diagnóstico do Jeca - por que ele foi considerado preguiçoso, pouco empreendedor e avesso à civilização - bem como os caminhos para a sua regeneração (como o Jeca preguiçoso se transformou em Jeca doente e, posteriormente, em Zé do Brasil, o empreendedor e responsável por mudanças sociais), de acordo com estudos da estrutura agrária e a posição que o campesinato ocupa na sociedade brasileira; a partir de textos sobre o sentido do nosso desenvolvimento, tanto do urbano como do rural e sobre o processo de fusão dos valores rurais e urbanos.

Os textos de Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna¹⁷, por exemplo, consideram que a estrutura da nossa sociedade teve suas bases fora dos meios urbanos. Para eles, o latifúndio e o patriciado rural teriam fornecido o modelo para a nossa solidariedade, nossa vida moral e política. Interpretações deste tipo seriam importantes porque permitem considerar as razões do Jeca Tatu ser um símbolo da identidade nacional, como também os motivos de sua permanência simbólica, considerando a relação entre cidade e campo. Possibilitam também a compreensão das condições que, por via direta ou indireta, nos governaram.

O que chama atenção na tese de Oliveira Vianna é, primeiro, a preponderância que ele credita ao tipo do matuto sobre os demais tipos¹⁸. Assim, o matuto é visto pelo autor como a feição mais completa do tipo nacional; segundo, a idéia de que o latifúndio, na época colonial, seria essencialmente anti-urbano porque era organizado e fundamentava-se na figura dos grandes senhores rurais¹⁹. Teria, por isso, atuado como um mecanismo de isolamento, coibindo o desenvolvimento da solidariedade vicinal entre os homens. Por outro lado, a família patriarcal, alicerçada sobre o latifúndio e a escravidão, teria impedido o ingresso no campo de

¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1984; VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil. Populações rurais centro-sul*. Vol. 1 (1918). Belo Horizonte, Itatiaia/EDUFF, 1987.

¹⁸ O matuto, tipo presente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, seria entendido como uma diferenciação social produzida e explicada por reações mesológicas do Centro-Sul, pelo regime agrícola e por fatores políticos administrativos. Este fato daria ao tipo social nele formado uma situação de incontestável preponderância sobre os outros dois tipos regionais e sobre o tipo urbano também. Isso explicaria também, segundo Oliveira Vianna, por que o sentimento da vida rural estaria fixado na psicologia da sociedade brasileira. Desconsideramos que os motivos apontados pelo autor da preponderância do matuto sobre os demais tipos devido a demasiada importância que ele dá à ação do meio sobre o homem. Assim, é importante esclarecer que somente algumas idéias de Oliveira Vianna seriam interessantes para a abordagem de nossa problemática. As explicações baseadas na idéia de raça, por exemplo, e a idéia da superioridade da mentalidade dos senhores rurais por eles serem arianos não serão consideradas.

uma poderosa burguesia comercial; terceiro, a idéia de que predomina na psicologia da sociedade brasileira colonial o sentimento e apreço pela vida rural; quarto, a idéia de que o Brasil até o fim do Império era uma sociedade pautada pela solidariedade clânica, e que por isso os valores e os modos de vida do conjunto da nossa sociedade seriam modelados pelos grandes proprietários rurais.

Sérgio Buarque de Holanda , assim como Oliveira Vianna, também considera que a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Este fato, segundo ele, seria de fundamental importância para a compreensão das condições que, por via direta ou indireta, nos governaram. Os portugueses teriam instaurado no Brasil não uma civilização agrícola, mas uma civilização de raízes rurais; as cidades seriam virtualmente, se não de fato, simples dependências delas. A família patriarcal teria fornecido o grande modelo, uma lei moral inflexível, que nortearia a nossa vida política e a boa harmonia do corpo social. Para o autor, mesmo a burguesia urbana nacional teria um caráter improvisado, pois as normas de conduta por ela incorporadas teriam origem no patriciado rural. Deste modo, Sérgio Buarque de Holanda considera que a nostalgia da organização compacta do quadro familiar desenvolvida primeiramente na casa-grande e a mentalidade dos grandes domínios rurais teriam invadido as cidades de tal modo que toda ordem administrativa do país, durante a colônia e o Império e, mesmo depois, já no regime republicano, comportaria, segundo ele, elementos estreitamente ligados ao velho sistema senhorial rural .

Referência bibliográfica

- ALVES FILHO, Aluizio. *As metamorfoses do Jeca Tatu (a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato)*. Rio de Janeiro, Inverta, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, Duas Cidades, 1987.
- CASCUDO, Luís da Câmara. "A humanidade do Geca Tatu". São Paulo, *Revista do Brasil*, n. 57, 1920.
- _____. *Dicionário do folclore brasileiro*, 3ª ed. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 16ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês. Obras completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura Geral, vol.1, 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- MARTINS, José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil – As idéias sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- _____. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- POLLACK, Michel. *Memória e identidade social. Estudos Históricos* n.10, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil, Populações rurais do Centro-Sul*. Volume 1 (1918). Belo Horizonte, Itatiaia/EDUFF, 1987.

JUVENTUDE CAMPONESA NA AMAZÔNIA PARAENSE: DIÁLOGO DE SABERES E A EDUCAÇÃO NO COTIDIANO E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Jacqueline Cunha da Serra Freire (Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos)
e-mail: jsfreire@ufpa.br

Edna Ramos Castro (Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos)
e-mail: edna@amazon.com.br

Resumo

O objetivo da pesquisa é compreender o significado da educação no cotidiano e projetos de vida de jovens assentados da reforma agrária, cujo processo investigativo foi ancorado na pesquisa qualitativa por meio de procedimentos de análise documental e observação participante, aliado a diálogos com os/as jovens no processo das alternâncias Tempo Escola do Projeto/Curso de Magistério da Terra. O lócus da pesquisa foi na região da Transamazônica, oeste da Amazônia Paraense. Os sujeitos da pesquisa são jovens assentados/as da reforma agrária.

A juventude camponesa, seus saberes e a educação do campo no cotidiano e projeto de vida dos jovens são abordados na perspectiva de romper com a histórica invisibilidade dos jovens amazônicos e o silenciamento de suas vozes na pesquisa acadêmica, o que requer a explicitação de noções histórico-conceituais sobre juventude.

Toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo em que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza. Projeta no espaço e no tempo um eu nômade, reconhecendo as diversidades e tecendo as continuidades. Nessa travessia, pode reafirmar-se a identidade e a intolerância, simultaneamente à pluralidade e à tolerância. No mesmo curso da travessia, ao mesmo tempo em que se recriam as identidades, proliferam diversidades. Sob vários aspectos, a viagem desvenda alteridades, recria identidades e descortina pluralidades.

(Leed, *apud* Ianni:1996)

A metáfora da viagem de Leed (*apud* Ianni:1996) instigou reflexões sobre a juventude camponesa na Amazônia Paraense focando o diálogo de saberes e a educação no cotidiano e projetos de vida de jovens assentados da reforma agrária da Rodovia Transamazônica¹ e BR 163 no oeste do Estado, constituindo-se assim no objeto-problema do presente estudo².

O objetivo da pesquisa ora apresentada é compreender o significado da educação no cotidiano e projetos de vida de jovens assentados da reforma agrária, cujo processo investigativo foi ancorado na pesquisa qualitativa por meio de procedimentos de análise documental e observação participante (Chizzotti:2000), aliado a diálogos com os/as jovens no processo das alternâncias³ Tempo Escola do Projeto/Curso de Magistério da Terra.

Os documentos objeto de análise foram o Projeto Político Pedagógico do Curso, produções textuais dos jovens e desenhos elaboradas na 1ª alternância Tempo Escola⁴, tecidos a partir de uma discussão temática sobre *Juventude no campo: identidade, cotidiano e projetos de vida*.

As “vozes” juvenis foram apreendidas a partir da amostra de 165 jovens de 15 a 29 anos dos gêneros feminino e masculino que estudam no Projeto/Curso Magistério da Terra⁵.

No estudo de Carneiro (1998a) sobre o ideal *rurbano* a partir da compreensão sobre o campo e a cidade no imaginário dos jovens, é uma evidência inequívoca a pluralidade de significados e experiências juvenis no campo.

Historicamente invisível nas políticas públicas, a juventude camponesa vem mais recentemente protagonizando sua história, os Movimentos Sociais empunham a bandeira das políticas públicas para juventude do campo, o Estado reconhece a necessidade e

¹ Significativo número de municípios da Rodovia Transamazônica (BR 230) está contido no eixo da BR 163. No entanto, o município de Pacajá é parte integrante da presente pesquisa e não está contemplado no eixo da BR 163, segundo dados do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Área de Influência daquela BR - 163, o que determinou a consideração de ambas as rodovias como referência do lócus do estudo, que abrangeu 11 municípios.

² O estudo é parte integrante da Tese de Doutorado de Jacqueline Cunha da Serra Freire sob orientação da Profa. Dra. Edna Ramos Castro, co-autora do presente trabalho.

³ Referenciado na Pedagogia da Alternância o Projeto/Curso é dinamizado pela realização de Tempo Escola, que consiste no momento presencial das aulas e atividades pedagógicas e Tempo Comunidade, que é o momento de atividades de campo nos lotes dos agricultores e na comunidade em geral nos assentamentos.

⁴ O Tempo Escola foi realizado em fevereiro de 2006 no município de Itaituba/PA.

⁵ Curso em nível Médio/Modalidade Normal é desenvolvido como Projeto de extensão vinculado ao Programa Educação Cidadã da Universidade Federal do Pará executado por meio do Centro de Educação, Centro Sócio Econômico, Núcleo Pedagógico Integrado e Campus de Altamira, apoiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA do INCRA.

importância desse segmento social, a pesquisa acadêmica vem problematizando a diversidade do universo juvenil no campo.

A juventude camponesa, seus saberes e a educação do campo no cotidiano e projeto de vida dos jovens são abordados na perspectiva de romper com a histórica invisibilidade dos jovens amazônicos e o silenciamento de suas vozes na pesquisa acadêmica, o que requer a explicitação de noções histórico-conceituais sobre juventude.

Juventude camponesa: múltiplos olhares, sentidos plurais

Ao compartilhar do crescente interesse na pesquisa pela questão da juventude como evidencia Sposito (2000) e da percepção de que, sobretudo, na década recente vem sendo rompida a invisibilidade da juventude do campo no processo de mobilização social, da produção acadêmica e de formulação e implementação de políticas públicas, optei pelo presente recorte temático na perspectiva de contribuir para o alargamento de compreensão desse universo juvenil.

O mapa de estudos recentes sobre juventudes rurais (Weisheimer:2005), os importantes estudos de Carneiro (2005, 1998a, 1998b), Abramovay (2003a, 2003b), a Pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” liderada pelo Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo (2004), entre outros, são contribuições significativas para o rompimento do silêncio das “vozes” juvenis no debate acadêmico e cenário de políticas públicas. No âmbito da Amazônia, a Dissertação de Mestrado de Freire (2002) sobre juventude ribeirinha se destaca como a única produção na região segundo o mapeamento de Weisheimer (2005) e enfoca um universo particular: o de jovens caboclos de beira de rios amazônicos.

Constituir a juventude do campo como objeto de estudo implica uma mirada sobre uma realidade multifacetada e multidimensional, num cenário de clivagens econômicas, políticas, sociais e culturais que tem agudizado o processo de exclusão social.

A juventude nesse estudo é compreendida em suas múltiplas dimensões, como grupos cambiantes, situados em espaços sociais e temporalidades que lhes atribuem múltiplos significados. Compartilho do argumento de Carneiro (2005) de que é (...) *importante termos em mente a impossibilidade de traçar um perfil da “juventude rural” brasileira ou de construir um padrão, um tipo ideal, do “jovem rural” (...)* (p.247).

A juventude tem sido compreendida a partir de diferentes definições conceituais: ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida. Argumentos teóricos fundamentam cada uma dessas definições.

A UNESCO assumiu a partir da Conferência Internacional sobre Juventude realizada em 1964, a definição de juventude como um período de transição, uma fase da vida humana em que a puberdade marca o começo e que há um processo de

socialização e atribuição de papéis sociais específicos. Tal definição contribui para a UNESCO balizar a juventude na faixa etária de 15 a 24 anos.

Compreende-se que situar a questão da juventude em termos etários é um mecanismo reducionista da importância em que estão circunscritos os jovens, considerando-se que o significado de juventude não pode ser associado a um caráter universal, mas compreendido a partir de construtos históricos e culturais, portanto, mutáveis em diferentes sociedades.

No presente estudo, assumo o recorte etário de 15 a 29 anos por ser o referencial de diferentes pautas de mobilização de movimentos sociais⁶, programas governamentais a exemplo do Programa Saberes da Terra⁷ e debates de políticas públicas relacionados à juventude do campo no Estado do Pará, como as proposições consolidadas no Seminário Estadual de Juventude em 2006⁸.

Propor-se a investigar a juventude do campo na Amazônia exige recortes num universo material, simbólico e cultural marcado pela diversidade. São jovens ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores, extrativistas, agricultores familiares, assentados. Assim, os/as jovens dos Assentamentos da Reforma Agrária inscrevem-se nessa cartografia da juventude amazônica.

Região de fronteira no Estado do Pará, a Transamazônica e a Br 163 tem sido palco de intensos processos migratórios, impulsionados inicialmente pelo processo de colonização dirigida na década de 1970, sob a égide da Ditadura Militar, processo esse de ocupação da terra marcado pela diferenciação social entre as grandes fazendas (glebas) e a agricultura familiar (lotes).

Vale destacar que é analisado por Costa, F. (2000) que a colonização na região não estava nos planos da Ditadura Militar, não se constituiu como um componente orgânico de sua estratégia de desenvolvimento regional, mas conjunturalmente fluxos migratórios eram manipulados como mecanismo de atenuar as tensões nas áreas de colonização antiga do país.

Castro (2004) analisa que o objetivo central da política estatal voltada para a Amazônia nas décadas de 1970 e 80 estava centrado na exploração dos recursos naturais, cuja produção no contexto da colonização garantia o abastecimento local e o processo de integração da região ao mercado nacional.

⁶ A CONTAG por meio de sua Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais propõe considerar-se a faixa etária compreendida entre 18 e 32 anos.

⁷ Programa do Governo Federal ancorado pelo MEC numa ação integrada com o MDA, MTE, MMA e MinC.

⁸ Seminário preparatório para o Seminário Nacional de Juventude que consolidou propostas para o Plano Nacional de Juventude, liderado pelo Governo Federal.

Conflagrada historicamente por conflitos sócio-ambientais a Transamazônica e Br 163 tem sido protagonizada pelos enfrentamentos entre as forças das organizações sociais e de seus sujeitos – agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, indígenas, pescadores, entre outros, que têm lutado e se consolidado na região – com representantes do agronegócio, os latifundiários e a empresa agropecuária, cuja análise de Castro (2005) é uma importante contribuição para compreensão dessa dinâmica recente na Amazônia e que configura uma nova geopolítica na região.

As estruturas básicas de organização da produção e vida rural na Amazônia, na análise de Costa, F. (2000), com a qual compartilhamos, podem ser assim sintetizadas: *unidade de produção camponesa, a fazenda e a grande empresa latifundiária*. Compreende-se como unidade camponesa no presente estudo, aquelas estruturas cujas famílias tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural desenvolvida de tal modo que não diferencia (ou não se diferencia de maneira significativa) do universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Os jovens protagonistas desse estudo estão situados nas unidades camponesas das áreas mais recentes de assentamento da reforma agrária nessa região de fronteira, instaladas sobretudo a partir de meados da década de 1990. Mais uma vez recorre-se a Costa, F. (2000) para destacar que a preponderância do grande latifúndio empresarial no projeto dos governos militares para a Amazônia, favoreceu a dinamização de políticas públicas que lançaram as agrovilas e pequenos agricultores nelas instalados à margem de benefícios, destituindo-os de qualquer papel estratégico na Amazônia.

É nesse cenário que a “invisibilidade” da juventude assentada da reforma agrária na região foi sendo tecida, que as políticas públicas, em particular a educacional, historicamente tem a marca da exclusão social, relegando o acesso das populações do campo aos benefícios dessas políticas e submetendo-as a processos de escolarização precarizados, cuja realidade educacional nas áreas de assentamento da reforma agrária no Estado são enfocados a seguir.

Dados do IBGE (Censo 2000) apontam que o Pará conta com 1.037.000 jovens, dos quais 43% estão no campo, que em números absolutos é pouco mais de 410.000 jovens e em torno de 8% da população do Estado.

A invisibilidade da juventude e de populações rurais nas estatísticas oficiais é um fenômeno constante em relação à Região Norte, em que excetuando o Estado do Tocantins, os dados são silenciados pelos órgãos de governo.

O Pará, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Juvenil do Brasil (Waiselfisz:2004), encontrava-se em 19º lugar no Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), ou seja, entre os dez piores índices do país. Em 2006 a posição do Pará piorou

segundo (Waiselfisz:2006) no Relatório da OEI⁹, passando a figurar em 23º lugar, evidenciando assim o agravamento da situação social e econômica dos jovens na região.

Educação, saúde e renda são os três indicadores que compõem o **IDJ**, sendo que a **educação** contempla três indicadores: alfabetização, escolarização adequada e qualidade do ensino, enquanto a **saúde** integra dois indicadores: mortalidade por causas internas e mortalidade por causas violentas e a **renda** contempla fundamentalmente a renda familiar *per capita*.

A seguir apresentam-se elementos contextuais da realidade educacional nas áreas de assentamento da reforma agrária.

Educação nos Assentamentos da Reforma Agrária: elementos contextuais da realidade da Amazônia Paraense

Os índices educacionais no Estado são insatisfatórios, e os dados das áreas de assentamento da reforma agrária, revelados pela 1ª Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária/PNERA¹⁰ (INEP:2004), são reveladores do agravamento da problemática educacional no campo. Realizada em parceria pelo Ministério da Educação/MEC e Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA a fim de diagnosticar as condições educacionais das áreas de assentamento da reforma agrária e subsidiar a formulação, planejamento e implementação de políticas públicas.

Os dados da 1ª PNERA são significativos para contextualizar o presente estudo. No Brasil há 5.595 Assentamentos, 524.868 Famílias, 2.549.605 Moradores e 8.679 Escolas. Na Região Norte esses números são de 1.082 Assentamentos, 167.932 Famílias, 842.303 Moradores e 2.414 Escolas.

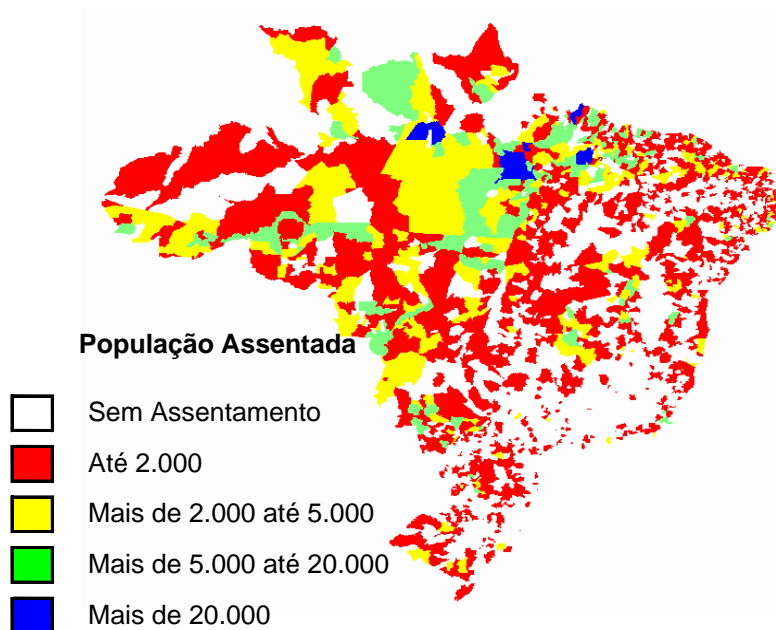
O Pará, Estado historicamente conflagrado por conflitos do campo, concentra aproximadamente 50% desses índices, assim distribuídos: 509 Assentamentos distribuídos em 79 municípios dos 143 existentes no Estado; 89.287 Famílias; 485.901 Moradores dos quais 46% são mulheres; 1.195 Escolas e 177.345 Alunos.

A espacialização expressa pelo mapa abaixo (Figura 01) revela que é na Amazônia, e em particular no Pará, que se situam as áreas de maior concentração de população assentada.

Figura 01 – Mapa das áreas de Assentamento do Brasil

⁹ Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹⁰ A PNERA foi realizada pela FIPE/USP entre outubro e dezembro de 2004, envolvendo 700 pesquisadores e contemplou uma Amostra de 10.200 Famílias.



Em termos etários os dados revelam que 13% da população têm de 0 a 6 anos de idade, 24% de 7 a 14 anos, 8% de 15 a 17 anos e 55% têm 18 anos ou mais, sendo lícito afirmar que a população é predominantemente infanto-juvenil, já que nesses 55%, expressivo contingente se situa até os 29 anos.

É dominante a oferta do Ensino Fundamental séries iniciais (61%), enquanto 21% estamos matriculados de 5ª a 8ª séries. É limitada a oferta da Educação Infantil (7%) e da Educação de Jovens e Adultos/EJA (8%), situação que se agrava em relação aos percentuais do Ensino Médio que é de apenas 2%. Convém destacar que 88% das Escolas têm turmas multisseriadas.

A situação da juventude do campo nas áreas de Assentamentos da Reforma Agrária no Pará é dramática. Dos 38.929 jovens de 15 a 17 anos 67% freqüentam a Escola, devendo-se observar, no entanto, que a distorção série-idade predomina. No entanto, da população de 18 anos ou mais – 267.325 pessoas – 89,4% não freqüentam a Escola e dos 10,6% que tem acesso (28.215 pessoas), 40,5% é na cidade, 5,7% no entorno e 53,7% no próprio Assentamento, sendo lícito afirmar que se 98% das Escolas oferecem apenas o Ensino Fundamental, a questão da distorção série-idade campeia nessas áreas.

Em síntese a I PNERA (INEP:2004) revela que a estimativa da demanda em potencial de EJA entre as pessoas que estão fora da escola é de 31.607 (Nunca Freqüentaram) para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª, 132.145 para o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, 41.608 para o Ensino Médio e Educação Profissional e 15.890 para Educação Profissional, totalizando 221.250 Assentados/as, o que dá a dimensão da envergadura do desafio educacional no Estado.

Educação do campo: centralidade no projeto de vida de jovens camponeses

A juventude no campo não é apenas diversão.

É canoa, é roça, é carroça,

é foice, é cutelo e facão.

É trabalhar a morrer

para não faltar o que comer.

É um desespero

falta óleo e tempero.

É vida sem esperança

as coisas boas nunca alcança.

É vida sem destino

acabou o sonho de menino.

É casar adolescente

é filho descontente

é vida sem projeto

pois nada dá certo.

É a vida em forma de fera

para aqueles sem PRONERA.

(Jonas de Souza Santos, município de Aveiro-PA).

A poesia do jovem educando do Projeto/Curso de Magistério da Terra Jonas de Souza Santos expressa a centralidade da educação no projeto de vida de jovens assentados da reforma agrária.

O cotidiano, compreendido a partir das contribuições de Heller (1991, 1989), não se constitui num conceito unívoco, nem se refere a uma realidade homogênea. É a ambiência social dos mesmos gestos, hábitos, ritmos e atividades, mas também a arena dos conflitos e contradições sociais. Constitui-se no espaço de reprodução das relações sociais opressoras, mas é também o espaço de produção material e simbólica dos indivíduos, de resistência e luta. É enfim, palco de expressão humana.

Assim, o exercício de compreender o cotidiano e o projeto de vida dos jovens assentados possibilitou compreender suas representações de campo expressas em textos, desenhos e nas interações sociais.

Os desenhos expressaram uma representação de campo a partir do que é vivenciado no cotidiano desses/as jovens: dias ensolarados, rios abundantes em peixes, animais no pasto, plantações, pequenos animais no lote, árvores frondosas e frutíferas, festejos, cachoeiras, campo de futebol, chuva, sujeitos do campo com alegria.

Recorrentemente nos desenhos aparece a Escola, a Igreja e minoritariamente o barracão comunitário, que são os espaços institucionais presentes nas comunidades dos assentados.

Para os jovens assentados o campo é lugar de natureza exuberante, vida harmônica com a “mãe” natureza e de tranqüilidade; espaço de produção de vida social e material; lugar de alimentação saudável, ar puro e vida sossegada. É reconhecido pelos/as jovens a penosidade do trabalho agrícola, mas fundamentalmente concebem o campo como lugar bom de se viver.

O campo é então percebido como espaço de produção material e simbólica, espaço de vida, ambientalmente equilibrado, contraditando com a degradação ambiental da Amazônia no contexto atual. Assim a problemática das queimadas, derrubada da floresta, extração ilegal de madeira, poluição dos rios, entre outros problemas, não são representados pelos/as jovens em seus desenhos.

O cotidiano é expresso como nos textos pela labuta do trabalho na agricultura, que é reconhecida como sendo difícil, penosa, cansativa, mas por outro lado produtiva. A tônica do dia a dia é a “lida” da roça, o plantio de cacau, banana, pimenta do reino, café, arroz, feijão, milho, mandioca, maniva; o cuidado dos pequenos animais e do gado; os afazeres domésticos reservados às mulheres; a pesca, a produção de farinha e confecção de vassouras. Há ainda aqueles que registraram trabalhar de diarista ou na empreita.

Educação: importância no cotidiano, na produção de identidade com o campo e nos projetos de vida de jovens assentados/as

A educação, prática social estruturante no desejo cotidiano e na construção de seus projetos de vida, é a principal razão de imersão na cidade. O estudo é componente presente no cotidiano, em que se alterna com a atividade dominante: a agricultura. Muitos são os relatos significativos sobre a trajetória escolar, marcada por muitos sacrifícios como a questão do acesso por meio de longas caminhadas de até 20km, bem como longos percursos pelos rios amazônicos, em que remavam até duas horas para chegar até a escola. A descontinuidade dos estudos e o baixo capital social e cultural de seus pais são referidos como entraves ao seu processo de escolarização.

Os relatos evidenciam que predomina a oferta do ensino até a 4ª série do Ensino Fundamental, obrigando-os a irem para comunidades maiores ou mesmo para a cidade. A questão dos estudos aparece como um elemento desagregador da família, considerando-se que os jovens para prosseguirem os estudos se deslocam para a cidade. Lá passam a viver de “favor” na casa de parentes ou na condição de sub-emprego, em que a força de trabalho não é remunerada, mas entendida como contrapartida pela hospedagem e alimentação.

É recorrente também os pais ao reconhecerem que a educação é uma possibilidade concreta dos filhos jovens constituírem um patamar de vida diferenciado, de mais oportunidades de qualificação, decidirem pela vinda para a cidade também, particularmente da mãe. No entanto, a solidão do pai na roça contribui para que ele venda as terras e se instale na cidade, vivenciando com a família situações de privação material e financeira, condição subalterna de sub-emprego ou inserção na economia informal.

Aberastury (1981) considera que a adolescência é um período de contradições, ambigüidades, às vezes doloroso emocionalmente e caracterizado por fricções com o meio familiar e social, argumentos válidos para a juventude.

Muitos depoimentos de jovens revelam que o distanciamento dos laços afetivos e convívio familiar para estudar na cidade os expõem a situações de fragilização emocional, determinando com que alguns diante desse distanciamento, aliado às situações de dificuldades materiais, abandonem os estudos e retornem para o campo.

Nesse processo importante questão é a ambigüidade do papel da escola na afirmação e/ou negação da identidade dos jovens com o campo. Há desenhos e textos que indicam experiências traumáticas na trajetória escolar, enquanto a vivência no Curso de Magistério da Terra é enfaticamente destacada como elemento vivificador de suas culturas e práticas no campo. O depoimento a seguir é revelador:

A juventude do campo muitas vezes, os jovens, têm vergonha de assumirem sua identidade, pois se acham inferior às outras pessoas. Antes de estudar no Magistério da Terra, eu tinha vergonha de ser filho de agricultor, de ter nascido e crescido na roça, mas hoje as coisas mudaram e posso dizer que sou agricultora com muito orgulho graças ao Pronera, que me ajudou muito a me valorizar (...).

(Lucineide Pacheco de Oliveira, 21 anos, Município de Placas).

A educação é importante não apenas no cotidiano, no momento presente, como é elemento central no projeto de vida desses jovens. Obter mais conhecimentos, valorizar a diversidade de saberes (científicos, tecnológicos e populares), estudar, se formar, é discurso dominante entre os/as jovens do campo.

Muitos são os planos de cursar uma Universidade e os Cursos aspirados – Agronomia, Pedagogia, Engenharia Florestal, Geografia – relacionam-se significativamente com o seu fazer na agricultura e/ou com a tarefa de ensino e formação de sujeitos do campo. Importante elemento sobre a questão educacional é a perspectiva dos/as jovens de se apropriarem de conhecimentos em favor da coletividade, da difusão de saberes no seu

meio social, o que reforça a referência de coletividade que esses/as jovens carregam consigo.

A concepção dos/as jovens sobre o papel da educação corrobora a abordagem de Abramovay (2003) de que a educação é central no processo de qualificação social, formação profissional e conseqüente fortalecimento da agricultura familiar de base sustentável, agroecológica.

Os jovens em que pese predominantemente representarem o campo pelas suas belezas naturais e relações harmônicas com a natureza, em seus textos manifestam preocupações com a questão ambiental e, sobretudo, com o potencial do processo formativo e de escolarização oportunizar novos conhecimentos sobre a agricultura familiar, que supere a visão da agricultura tradicional de corte e queima em direção à uma agricultura que seja ecológica e economicamente mais eficiente, potencializadora de crescentes aumentos de produtividade, tanto da terra como do trabalho; possibilitando um equilíbrio entre a viabilidade agrônômica, econômica, ecológica e social.

O presente estudo corrobora ainda o argumento de Carneiro (2005:249), com o qual compartilho, de que *É possível dizer, portanto, que a associação entre estudo e emprego é também generalizada no meio rural, sendo o estudo encartado como a condição para, no falar de um jovem, “ser alguém na vida”, o que significa fundamentalmente não ser agricultor (...).*

Compreendo que os/as jovens assentados objeto do presente estudo, localizam na escola a principal possibilidade de melhoria de condições de vida, melhoria essa expressa na maioria das vezes como perspectiva de se inserir em atividades mais qualificadas, extrapolando dessa forma a inserção nas atividades agrícolas, sem que isso implique na saída do campo, ao contrário, na maioria das vezes é vislumbrada a permanência no campo sob condições materiais e sociais mais satisfatórias.

Há um claro compromisso dos jovens com a melhoria das condições de vida da família e da comunidade e vislumbam a educação e o processo de qualificação profissional como o mecanismo para esse salto, contribuindo dessa forma para a apropriação de novos conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais e de produção que potencializem a diversificação de atividades produtivas, a geração de renda, a organização social, entre outros elementos.

O argumento de Carneiro (2005:249), de que *É possível dizer, portanto, que a associação entre estudo e emprego é também generalizada no meio rural, sendo o estudo encartado como a condição para, no falar de um jovem, “ser alguém na vida”, o que significa fundamentalmente não ser agricultor (...).* é encontrado entre jovens assentados na Amazônia paraense que manifestam aspirações de se escolarizarem e se formarem para não reproduzirem o padrão de serem inexoravelmente agricultores, o que contribuirá em

perspectiva para o rompimento e/ou dificuldade de manutenção do padrão de reprodução social do campesinato na região.

Jovens do campo sujeitos do presente estudo revelam projetos de vida, aspirações educacionais e formação profissional que coincidem com resultados de pesquisas sobre a juventude em que a educação e o trabalho assumem centralidade na elaboração desse projeto. O campo nessa perspectiva é reafirmado como espaço social e de viver bem, razão da aspiração em permanecer no campo, mas em atividades não agrícolas.

Reflexões à guisa de conclusão

O cotidiano dos jovens assentados da reforma agrária na Amazônia paraense é marcado pela inserção nas atividades da agricultura familiar e às mulheres está reservado mais os afazeres domésticos. O lazer é uma prática social mais reservada aos finais de semana, marcados fundamentalmente pelo futebol e festas.

A educação é uma importante referência no cotidiano e tessitura dos projetos de vida dos jovens, cuja experiência dos que participaram desse estudo não é de uma rotina escolar diária dada a metodologia do Curso/Projeto no qual estão inseridos ser referenciado na pedagogia da alternância e os momentos presenciais terem um intervalo médio de 45 dias entre as etapas.

A heterogeneidade da vida cotidiana e dos projetos de vida dos jovens no Brasil de hoje, impossibilita que a juventude seja pensada como categoria unívoca e particularmente no caso da juventude do campo, considerando-se o contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos que transformam o rural num espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola.

O ser jovem assentado da reforma agrária na Amazônia paraense tem suas especificidades. No plano mais macro a juventude na região é penalizada pelas históricas assimetrias regionais que tem determinado processos de exclusão social, sobretudo, na questão educacional, em que os patamares regionais são substantivamente inferiores e mais precarizados em relação ao centro-sul do país.

A posição do Pará no Índice de Desenvolvimento Juvenil de 2006, ocupando o 23º lugar, aliado aos dados revelados pela 1ª PNERA são evidências inequívocas de que ser jovem na Amazônia paraense é ter limitado acesso e condições de permanência na escola, assistência à saúde precarizada e políticas de fomento de renda insatisfatórias para a complexa realidade da agricultura familiar na região, entre outros elementos.

A complexa realidade na Amazônia paraense e as especificidades loco-regionais abordadas por Castro (1998), singularizam a juventude no Estado e evidenciam a imperiosidade de serem implementadas políticas públicas de juventude que reconheçam as

necessidades específicas dos jovens do campo, contexto em que se inserem os assentados da reforma agrária.

O estudo aponta a intencionalidade dos/as jovens de permanecer e reinventar o campo, de investir na sua formação e afirmação da cultura camponesa, (re) valorizando a diversidade das culturas e as tradições do campo.

A realidade da juventude do campo na Amazônia, a partir de elementos de análise sobre jovens assentados da Reforma Agrária indica a necessidade e urgência dos poderes públicos em suas diferentes esferas – federal, estadual e municipal –, bem como os diferentes poderes – legislativo, executivo e judiciário –, aliados a sociedade civil, investirem numa sinergia institucional que possibilite a implantação e dinamização políticas públicas sócio-educacionais e culturais para a juventude do campo na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e sustentabilidade, ressignificação de sua condição material e sociocultural, identidades e direito a uma juventude mais digna.

Propor-se ao desafio de elaborar e implementar políticas públicas para a juventude do campo exige múltiplos olhares e intervenções, que não se esgotam na educação e no trabalho, ainda que essas práticas sociais tenham a centralidade nos seus discursos e aspirações.

A Educação do Campo¹¹ vem se constituindo num processo de construção referenciado no diálogo entre Movimentos Sociais do Campo e Estado no sentido de se ultrapassar o processo educacional excludente a que os povos do campo estiveram historicamente submetidos e de superar os reducionismos e preconceitos embutidos na concepção de educação rural, entendida como processo educativo e de escolarização inferior e subordinado à educação da cidade, sem reconhecimento da diversidade e das diferenças, do modo próprio de vida dos camponeses.

Nessa perspectiva educacional do campo há uma revalorização e resgate temático da Agricultura Familiar e o mundo específico que a envolve como as relações gênero no campo, raça, etnia, identidade cultural, a questão intergeracional dos sujeitos do campo, as dimensões estética, ética e ambiental, que transcende a concepção dominante do campo como lugar de produção agrícola ou agropecuária, situando-o como o lugar de produção de vida, de valores, de projetos de vida, ancorados numa visão sociológica e antropológica dos sujeitos do campo e das comunidades rurais.

Referência Bibliográfica

¹¹ Educação do Campo vem sendo conceituada como processo formativo vinculado ao reconhecimento dos sujeitos do campo como sujeitos de direitos, enraizado na dinâmica dos sujeitos do campo, sua cultura, suas formas de produção de vida, do trabalho, das relações, direito esse que é dever do Estado. A partir da I Conferência Nacional de Educação do Campo (1998), vários autores têm se dedicado a construção desse novo paradigma na educação a exemplo de Caldart (2004, 1997), Arroyo (1999).

ABERASTURY, Arminda. **Adolescência Normal**. Trad. De Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ABRAMOVAY, Ricardo et all. Educação Formal e os Desafios para a Formação de Uma Nova Geração de Agricultores. XLI Congresso da SOBER. Juiz de Fora, MG, 2003a.

_____. Sucessão *Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar*. IN: Agricultura. São Paulo, SP, 50 (1):11-24, 2003b.

CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: projetos e valores. IN: Perfil da Juventude Brasileira. Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. IN: SILVA, F.C. Teixeira da, SANTOS R. e COSTA, L.F.C. Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro, Campus. 1998a.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. IN: Estudos: Sociedade e Agricultura. Número 11. Outubro de 1998b.

CASTRO, Edna M. R. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém. Papers do NAEA, Belém, p. 1-27, 2005.

CASTRO, Edna M. R. ; RODRIGUES, Graciela ; FREIRE, Jacqueline . As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental. 1. ed. Rio de Janeiro: Equit, 2004.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. Papers do NAEA, n.º 97. UFPA: NAEA, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 4ª edição, 2000.

COSTA, Francisco de A. Formação Agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

FREIRE, Jacqueline C.S. *Juventude Ribeirinha: identidade e cotidiano*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém: UFPA, 2002.

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. 3ª ed. Barcelona: Peninsul, 1991.

_____. *O cotidiano e a história*. 3ª edição. Paz e Terra. RJ, 1989.

IANNI, Otávio. A metáfora da viagem. *Revista Cultura Vozes*, Nº 2. 1996, p. 4-19.

SPOSITO, Marília Pontes. *Estudos sobre juventude em educação*. In: PERALVA, Angelina T. & SPOSITO, Marília P. Juventude e contemporaneidade – Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPEd, nº 5, 6; 1997, p. 37-52.

WASELFISZ, Julio J. (Coord.). Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003. Brasília: UNESCO, 2004.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA. UNA EXPERIENCIA ALTERNATIVA DE EDUCACIÓN ESTATAL

Florencia Stubrin (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Mestrado em Sociologia)

E-mail: florencia@lpp-uerj.net / fstubrin@iuperj.br

RESUMO

El presente trabajo aborda las acciones educativas impulsadas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, en tanto prácticas alternativas enmarcadas en los sistemas de educación estatal, pretendiendo aportar algunos elementos conceptuales para el análisis de los procesos de participación de los actores organizados de la sociedad civil en las políticas públicas. Interesa en el abordaje de este caso emblemático de intervención de un movimiento social en los procesos de construcción de políticas educativas específicas, explorar las tensiones entre concesión y conquista, definiendo en qué medida las acciones de protesta, movilización y reivindicación impulsadas por estos actores en relación a leyes y disposiciones específicas, y mayormente aglutinadas en torno a la defensa del derecho a la educación, han contribuido a la conformación del mapa político de la educación del campo.

El presente trabajo aborda las acciones educativas impulsadas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, en tanto prácticas alternativas enmarcadas en los sistemas de educación estatal, pretendiendo aportar algunos elementos conceptuales para el análisis de los procesos de participación de los actores organizados de la sociedad civil en las políticas públicas. Interesa en el abordaje de este caso emblemático de intervención de un movimiento social en los procesos de construcción de políticas educativas específicas, explorar las tensiones entre concesión y conquista, definiendo en qué medida las acciones de protesta, movilización y reivindicación impulsadas por estos actores en relación a leyes y disposiciones específicas, y mayormente aglutinadas en torno a la defensa del derecho a la educación, han contribuido a la conformación del mapa político de la educación del campo.

El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Sus orígenes y su actual configuración

Fundado oficialmente en 1984 por grupos de familias campesinas movilizadas por la

ocupación de tierras en la región centro-sur de Brasil, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) constituye hoy una de las principales organizaciones rurales de América Latina.

Factores de diverso tipo están asociados a la génesis del movimiento. En primer lugar, cabe mencionar el aspecto de carácter socioeconómico, derivado de las transformaciones de la estructura agrícola brasilera durante la década de 1970, caracterizadas por la creciente mecanización de los procesos de siembra, cosecha y producción y por la consecuente expulsión de grandes contingentes poblacionales que, al encontrarse desempleados y sin acceso a los medios de producción, comenzaron a migrar hacia regiones del norte y centro oeste del país, donde era promovida la colonización de las fronteras agrícolas, y hacia las grandes ciudades, convulsionadas por los vertiginosos procesos de industrialización. Sin embargo, las particulares características de la configuración agrícola y el impulso a la actividad pecuaria que el gobierno promovía en las regiones fronterizas, así como la amenazante crisis de la industria brasilera hacia fines de la década de 1970, impidieron la inserción de los campesinos. Frente a dicha situación, muchas familias decidieron encarar la lucha por la tierra en sus regiones de origen.

Otro componente sumamente significativo en la génesis del movimiento está dado por la fuerte influencia ideológica ejercida por el trabajo pastoral, principalmente de la Iglesia Católica y la Iglesia Luterana, a través del surgimiento de la Comisión Pastoral de la Tierra¹. Guiados por la Teología de la Liberación², religiosos, padres, obispos y agentes pastorales en las diversas regiones del país, comenzaron a discutir con los campesinos la necesidad de articular formas de organización para resistir al modelo de producción que estaba siendo implantado en el campo, contribuyendo de este modo para la construcción de un movimiento de carácter nacional. Por su parte, las Ligas Campesinas³ constituyeron otro antecedente clave para la organización del MST que, adoptando su experiencia histórica y la bandera de la Reforma Agraria, dio lugar al resurgimiento de la lucha por la tierra a través de nuevas formas y modalidades.

La coyuntura política brasilera de la época, marcada por las crecientes demandas de democratización en el marco del régimen dictatorial, constituyó otro factor importante para la consolidación del movimiento. La lucha por la reforma agraria se sumó al resurgimiento de las

¹ Entidad pastoral de la Iglesia Católica, vinculada a la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil, organizada en 1975 a partir de reflexiones sobre los crecientes conflictos por la tierra que se multiplicaban en las regiones Norte y Centro-Oeste. Sus acciones se extendieron rápidamente por todo el país.

² Corriente que alienta a agentes pastorales, padres y obispos progresistas que desarrollan y promueven actividades involucradas con los problemas sociales a través de metodologías analíticas marxistas.

³ Movimiento campesino originado en la década de 1950 en las regiones del Nordeste brasilero, fuertemente reprimido y finalmente desarticulado durante la dictadura militar.

huelgas operarias hacia fines de la década de 1970, coincidiendo asimismo con procesos más amplios de lucha por la democratización del país.

Desde sus orígenes, el movimiento desarrolló formas de lucha, organización y movilización “de masas”, definiendo su carácter eminentemente popular. Estas modalidades no sólo incorporaron a la totalidad de los miembros de las familias campesinas, incluyendo la participación de mujeres, niños y ancianos, sino que también nuclearon a otros actores comprometidos con sus causas y reivindicaciones. El tratamiento igualitario entre miembros de diversas características y orígenes y el carácter marcadamente democrático de las prácticas políticas impulsadas por el movimiento, determinaron características diferenciales en relación a otros movimientos campesinos y rurales tradicionales. Manteniendo un fuerte componente corporativo o sindical, manifestado en reivindicaciones destinadas a atender los intereses económicos de la categoría (la conquista de un pedazo de tierra), el movimiento logró incorporar la defensa de intereses más amplios que, vinculados a las demandas del resto de los trabajadores, respondían a una lucha de clases. Este elemento político marcó la activa participación del movimiento en la vida política del país.

En enero de 1984, tuvo lugar el primer Encuentro Nacional que, con la participación de representantes de trece estados, fundó formalmente el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, estableciendo los principales lineamientos y objetivos de su plataforma de lucha. Las presiones de la Iglesia y las organizaciones sindicales, que reivindicaban para sí la lucha por la Reforma Agraria, fueron algunos de los debates abordados durante el encuentro que concluyó afirmando el carácter autónomo del movimiento. La creación de nuevas bases geográficas que no obedecen a la división territorial de las unidades de la Federación respondió a la necesidad de crear modalidades de organización específicamente destinadas a las demandas y necesidades de las familias campesinas.

Durante las décadas de 1980 y 1990, el movimiento adquirió una fuerte expansión territorial, ocupando tierras en 23 de los 27 estados federales del país. En un proceso de lucha por el acceso a la tierra a través de la conquista de asentamientos rurales, se conformaron numerosos asentamientos, cooperativas y asociaciones de campesinos, dedicados al trabajo agropecuario que, originando un proceso de resocialización, contribuyeron considerablemente al desarrollo económico de la región. A medida que el movimiento iba expandiéndose territorial y cuantitativamente, surgió la necesidad de establecer algunos principios organizativos que orientaran las acciones emprendidas y garantizaran, de este modo, su perdurabilidad en tanto colectivo social. La dirección colectiva, la división de tareas, la preocupación con la disciplina, el estudio y la formación de cuadros dirigentes, la lucha de masas y la vinculación permanente con las bases son las principales características de diferencia la práctica política del MST de otras organizaciones populares y movimientos sociales.

La lucha por una Reforma Agraria, que contempla el asentamiento de familias campesinas a través de la redistribución de tierras y la asignación de créditos agrarios, persigue además la conquista de todos los derechos sociales que componen una ciudadanía universal. En este sentido, las líneas de actuación del MST se articulan en diversos campos que abarcan tanto la producción, las políticas agrarias y la infraestructura social, como la cultura, la salud y la educación.

La estructura organizativa del MST comprende un conjunto de sectores, colectivos y secretarías que abarcan las siguientes áreas de actuación: Producción; Asentamientos; Educación; Salud; Frente de Masas; Alimentación; Comunicación; Derechos Humanos; Relaciones Internacionales; Cultura. Dichas instancias, de carácter nacional, comprenden núcleos regionales y locales que cuentan con la participación de representantes de los diversos asentamientos y campamentos. La actividad política forma parte de la vida comunitaria. Hombres, mujeres, jóvenes y niños participan en las representaciones de los diversos núcleos y colectivos de deliberación.

La práctica política del movimiento se articula en torno a un conjunto de instancias de carácter nacional, estadual y local, que comprenden reuniones, encuentros, congresos, etc. Los encuentros estaduais constituyen instancias preparatorias para los eventos nacionales, destinados al intercambio sobre las diversas realidades regionales y a la uniformización del debate y los principales lineamientos de acción. Se trata de instancias de carácter reflexivo y pedagógico donde personalidades de los campos académico y político son convocadas para profundizar los debates al interior del movimiento y en el escenario político nacional.

Reformas educativas y su impacto en la educación del campo

El intenso programa de reforma educativa implementado en Brasil a partir de la década de 1990, sus impactos y sus consecuencias se tradujeron en el ámbito de la educación del campo potenciando sus efectos negativos, marcados por una creciente precarización de las condiciones efectivas de escolarización de niños, jóvenes y adultos. Los procesos de transferencia y descentralización administrativa, asociados a un marcado vaciamiento de los recursos públicos nacionales destinados a sustentar el sistema educativo, trasladaron a las estancias locales de gobierno las responsabilidades financieras, pedagógicas y de gestión de las escuelas. Estas condiciones han contribuido a generar y reproducir una cada vez más profunda segmentación y desigualdad al interior del sistema educativo, donde “escuelas pobres” atienden a los “pobres” y “escuelas ricas” quedan reservadas a los “ricos”.

La descentralización de la educación en sus vertientes administrativas, financieras y pedagógicas implicó asimismo un movimiento de transferencia directa de dichas obligaciones desde los órganos del sistema hacia las propias instituciones escolares. En el ámbito de la

gestión de la educación pública, modelos fundamentados en la flexibilidad administrativa se tradujeron en la desregulación de los “servicios educativos” y la descentralización de los recursos, movimientos a través de los cuales la escuela se vería aparentemente fortalecida como núcleo del sistema. Sustentadas en un conjunto de orientaciones eminentemente basadas en lógicas propias de la economía privada, la democratización de la educación fue interpretada como la necesidad de imprimir una mayor racionalidad a la gestión de la misma, en un conjunto de proposiciones que convergieron hacia nuevos modelos de gestión de la enseñanza pública, fundados en formas más flexibles, participativas y descentralizadas de administración de los recursos y las responsabilidades. Amparada en los paradigmas de la “autonomía” y la “participación”, la descentralización revela una contradicción expresa entre tentativas de adecuación y ajuste de los sistemas públicos de educación a las exigencias impuestas por el desarrollo del capitalismo y las demandas de mayor acceso a la educación y la cultura basadas en un reconocimiento efectivo de las diferencias, como factores indispensables para el pleno ejercicio de la ciudadanía.

Los procesos de expansión de la escolarización, que contribuyeron a ampliar considerablemente el mapa educativo brasilero en las últimas décadas, manifestaron condiciones dispares en las diversas regiones del país. Dotadas de escasos recursos, las escuelas creadas en el campo se vieron en muchos casos imposibilitadas de atender de forma adecuada las necesidades educativas de esta población. Cabe asimismo mencionar, que la expansión de la cobertura escolar lejos está de haber penetrado todos los rincones del país. Un importante número de niños, niñas y jóvenes que habitan en el campo brasilero no tienen acceso a la escuela. Por su parte, los índices de analfabetismo de esta población son aún preocupantemente altos. Los procesos de exclusión educativa son en el campo más que evidentes y la negación del derecho a una educación de calidad constituye una realidad para sus habitantes.

Algunos de los principales problemas que enfrenta hoy la educación del campo son: la falta de escuelas y la precariedad de las condiciones de infraestructura; los elevados índices de analfabetismo aún existentes; la total inadecuación de los contenidos curriculares a las necesidades e intereses de los sujetos del campo y el consecuente desconocimiento de los conocimientos y saberes autóctonos; la escasa calificación docente para atender a las necesidades educativas de esta población y la ausencia de políticas de formación específicas orientadas a paliar dichas deficiencias; la falta de apoyo a las iniciativas de renovación pedagógica impulsadas por grupos, movimientos y actores organizados de la sociedad civil.

La educación del campo como concepto

La educación formal en el campo se ha configurado a partir del concepto de educación rural, sustentado fundamentalmente en la necesidad de formación de una mano de obra funcional al desarrollo del mercado. Esta concepción, desconociendo a los habitantes del campo en tanto sujetos plausibles de una política y una pedagogía propias, establece lo urbano como parámetro universal de adaptación, generando procesos de uniformización cultural. La aprehensión del mundo a partir de esquemas de significación externos por parte de los habitantes del campo contribuye a generar una suerte de extrañamiento que dificulta la construcción de una identidad autónoma. Las escuelas instaladas en el campo bajo este paradigma, representan un modelo pedagógico ligado a la tradición ruralista de dominación. El concepto de educación del campo, delineado en la necesidad de definir un territorio teórico que se contraponga al paradigma anteriormente explicitado, se identifica con la concepción de la educación en tanto derecho humano universal y reivindica, de este modo, una educación *en y del* campo. Esto supone, en primer lugar, que los sujetos tienen derecho y deben ser educados en el lugar en el que viven. Y supone, además, que esta educación debe ser pensada desde su realidad y con su propia participación, respetando su cultura y sus necesidades humanas y sociales. Se trata, en este sentido, de una educación *de los sujetos* y no *para los sujetos* del campo. A este modelo pedagógico, sustentado en las experiencias de los propios sujetos de la formación, subyace una visión del campo como lugar de vida y no apenas como espacio destinado a la producción. En tanto lugar de vida, el campo se constituye como un espacio generador de prácticas, hábitos, costumbres y relaciones amparadas en una cultura autónoma. Requiere, por tanto, de una educación propia y autónoma que reconozca al campo como un espacio de producción pedagógica.

El paradigma de la educación del campo está estrechamente vinculado a los procesos de movilización social que tienen lugar en el marco de la lucha por la tierra y la Reforma Agraria. La lucha por el derecho a una educación autónoma, acompaña procesos de resistencia a la imposición de modelos de producción agrícola excluyentes y de defensa de los derechos sociales de comunidades y asentamientos de agricultores, pescadores, grupos indígenas y comunidades riberiñas y quilombolas que reivindican mejores condiciones de vida en el campo, junto al respeto y la valoración de sus identidades culturales. La educación del campo atiende a sujetos que, aunque pertenecientes a grupos sociales diversos con características culturales también diversas, han sido históricamente víctimas de la opresión y la discriminación política, económica y cultural.

La acción educativa se orienta a promover el pleno desarrollo los sujetos del campo en tanto seres humanos libres y autónomos, garantizando su inserción crítica en las dinámicas sociales de las cuales participan.

El escenario de la educación del campo se ha compuesto básicamente de un conjunto de variadas experiencias impulsadas por asociaciones civiles, movimientos populares y organizaciones sociales que han asumido la tarea de combatir los procesos de exclusión educativa a los que se ven sometidos los habitantes del campo. Dichas experiencias, articuladas mayormente fuera del ámbito estatal, fueron inicialmente promovidas por partidos políticos, movimientos vinculados a la Iglesia, universidades y Organizaciones No Gubernamentales. Aunque adoptando diversos formatos y sentidos, persiguen la valorización del trabajo y la cultura del campo, defendiendo la permanencia del hombre del campo en el campo, con mejores condiciones de vida. Algunos ejemplos: Casas Familiares Rurales; Escuelas Familia Agrícola (variaciones de la pedagogía de la alternancia), Movimiento de Educación de Base, Red de Educación en el Semiárido Brasulero (RESAB); Sector de Educación del MST.

La política educativa para la educación del campo actualmente impulsada por el gobierno constituye, en gran medida, el corolario de extensas luchas y procesos de intervención protagonizados por las principales organizaciones y movimientos campesinos, que definen un progresivo proceso de participación de la sociedad civil en las políticas educativas. El MST ha tenido, sin lugar a dudas, un papel central en estos procesos, a partir de la ejecución de prácticas de educación alternativas sustentadas en una agenda propositiva que interpela el ámbito de las políticas públicas para la educación del campo en Brasil.

La propuesta educativa del MST

Las acciones educativas del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra constituyen prácticas de educación pública destinadas a niños, adolescentes y jóvenes, hijos e hijas de trabajadores rurales que habitan en las áreas de asentamientos y campamentos conquistadas por el movimiento de la Reforma Agraria. Se trata de una propuesta que articula la formación para el trabajo en el medio rural y la formación militante, constituyendo uno de los pilares centrales en la construcción del Movimiento.

Un recorrido por la trayectoria y la evolución de las prácticas educativas del MST y los modos en que es pensada la formación de las nuevas generaciones, permite acompañar la construcción de su identidad histórica.

En 1987, el Movimiento creó un sector específico para promover la lucha por la defensa del derecho de la educación de los Sin Tierra. En los 23 estados donde existen asentamientos rurales, esta vertiente es impulsada por personas que participan de la organización de los asentamientos y campamentos y por equipos de educación y colectivos regionales y estatales.

Organizados en un Colectivo Nacional de Educación, representantes de los núcleos

estaduales se reúnen para debatir en torno a las necesidades educativas locales y colectivas de los diversos asentamientos y definir las principales líneas de acción en esta área. El Colectivo está estructurado en Frentes de Trabajo, que desarrollan actividades destinadas a las diversas camadas de la población. El Frente de Educación Infantil (Ciranda Infantil), que envuelve tanto actividades educativas con niños de hasta 6 años de edad, como un conjunto de actividades con madres que involucran discusiones acerca del cuidado de los hijos y la problemática nutricional; el Frente de Primer Grado que tiene como objetivo organizar y viabilizar la implantación de escuelas dentro de los asentamientos y campamentos rurales que practiquen una pedagogía sustentada en los principios de la filosofía de la tierra y acorde a las necesidades de los hijos e hijas de los trabajadores del campo; el Frente de Educación de Jóvenes y Adultos cuyo propósito es eliminar el analfabetismo en los asentamientos rurales del movimiento; y, el Frente de Formación de Formadores, que acompaña las actividades de educación media y superior.

Hacia fines de la década de 1980, fueron promovidos una serie de seminarios y encuentros regionales y nacionales de educadores y educadoras de la reforma agraria que buscaron otorgar una mayor viabilidad a la ausencia de políticas educativas estatales para el campo. Estos encuentros destacaron la necesidad de poner en práctica programas de desarrollo agrario en los cuales la educación ocupase un lugar primordial. La intensificación de los debates dentro del movimiento de renovación pedagógica en el campo se cristalizó en la I Conferencia Nacional Por una Educación Básica en el Campo, realizada en Brasilia en el año 1998. Diversas organizaciones rurales y movimientos sociales, entidades gubernamentales y no gubernamentales, nacionales e internacionales (tales como la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil, la Universidad de Brasilia, la UNESCO y la UNICEF) protagonizaron intensos debates en torno a la educación del campo y asumieron el compromiso de

“... sensibilizar y movilizar a la sociedad y los órganos gubernamentales hacia la formulación de políticas públicas que garanticen el derecho a la educación para la población del campo, comprendida como estrategia de inclusión social para el desarrollo sustentado.”

El encuentro dio origen a la creación de la Articulación por una Educación Básica del Campo, cuyo principal objetivo es delinear una propuesta de educación adecuada a las necesidades e intereses de las poblaciones rurales. Junto al MST, participan de este espacio la CNBB, la UnB, la UNICEF y la UNESCO.

El camino hacia la construcción de escuelas

La lucha por asegurar el derecho a la educación de los niños y jóvenes que habitan los asentamientos y campamentos del MST, llevó a un conjunto de padres y profesores a

emprender el desafío de construir escuelas capaces de brindar respuestas adecuadas al tipo de vida desarrollado en las tierras conquistadas. Escuelas orgánicas a los procesos de desarrollo rural que comenzaron a estructurarse en las organizaciones campesinas diseminadas a lo largo del territorio brasileiro. Escuelas orgánicas a los principios filosóficos y políticos del movimiento, que promuevan el respeto por la tierra y la producción, el trabajo cooperativo, y la lucha por la transformación social.

A medida que los campamentos y asentamientos fueron creciendo, y constituyéndose como escenarios marcados por un clima de permanente lucha y movilización, casi de forma espontánea, grupos de madres comenzaron a reunirse para orientar los juegos y actividades cotidianas de sus hijos y para intentar explicar el sentido de la disputa de la cual forzosamente participaban. Con el tiempo, estas actividades comenzaron a cobrar sistematicidad y a estructurarse, en algunos campamentos, bajo la coordinación de profesores que formaban parte del movimiento. La necesidad de alfabetizar a los niños Sin Tierra motivó a un grupo de padres y profesores del campamento “Nueva Ronda Alta rumbo a la Tierra Prometida”, establecido en el Estado de Río Grande do Sur, a emprender la búsqueda por la creación de una escuela estadual con cursos de 1era a 4ta serie. Luego de innumerables reuniones, audiencias y peticiones elevadas ante la administración estatal, en el año 1982 fue autorizada la construcción de la primera escuela en un campamento rural. Las actividades comenzaron en ese mismo año, pero la situación de la institución fue completamente legalizada posteriormente, en octubre de 1984, cuando las autoridades gubernamentales concedieron el reconocimiento estatal.

Inspiradas en las ideas, concepciones y prácticas de Paulo Freire y los movimientos de educación popular, las profesoras impulsoras de esta experiencia, junto a padres y otros moradores de la comunidad, comenzaron a delinear una pedagogía diferente, sustentada en la realidad del campamento, que valorizaba la memoria y la lucha de las familias asentadas, inculcando el amor por la tierra y el trabajo.

Con el paso del tiempo, diversos campamentos, ya nucleados en el MST, fueron asimismo enfrentando la lucha por la creación de escuelas públicas, fundadas en sus principios y necesidades, reconocidas por las entidades educativas oficiales. Estos procesos sufrieron resistencias por parte algunas lideranzas que temían que la instalación de escuelas en los campamentos desviara los esfuerzos del objetivo real de la lucha y dificultase la participación activa de las familias en el Movimiento. La resistencia a la creación de escuelas estaba ligada a una desvalorización de la escuela tradicional, en muchos sentidos disonante de las necesidades del Movimiento. Sin embargo, la gran cantidad de niños en edad escolar habitando los campamentos y la necesidad de articular prácticas y actividades que explicasen el por qué de las condiciones de vida, hacían imperiosa la creación de espacios destinados a las prácticas educativas.

La creación de escuelas orgánicas implicó, desde sus inicios, arduos procesos de negociación con las diversas instancias gubernamentales. Las gestiones usualmente comienzan a través de contactos con las autoridades municipales, para elevar luego la negociación al nivel estadual. Comisiones de padres, profesores y líderes comunitarios reclaman la asignación de fondos para la construcción de escuelas y los recursos necesarios para garantizar su funcionamiento, exigiendo al Estado el cumplimiento de su responsabilidad legal de garantizar el derecho a la educación de los niños y niñas Sin Tierra, privados ya de otros derechos elementales tales como la salud y la vivienda.

A la creación de las escuelas sigue la lucha, en algunos casos interminable pero aún vigente, por la dirección política y pedagógica del proceso educativo desarrollado en los establecimientos. El problema de la asignación de los profesores ha generado, en numerosas oportunidades, una serie de movimientos adversos al interior de las escuelas, cuando profesores externos, asignados por el gobierno federal, pasaban a ejercer sus funciones sin estar comprometidos con los principios y metas de la lucha por la tierra. Estas situaciones han generado numerosos levantamientos y manifestaciones por parte de los padres y alumnos. En este sentido, la contratación de profesores acampados por parte del gobierno aparece como un elemento central para garantizar el funcionamiento efectivo de esta propuesta pedagógica alternativa. Los contratos son por tiempo determinado. Los profesores Sin Tierra suelen tener titulación deficiente, lo que dificulta su acceso a concursos y cargos públicos. El movimiento enfrenta en este momento la necesidad de titular profesores de los propios asentamientos para facilitar la negociación de las contrataciones con el Estado.

La lucha por la escuela se repite actualmente, y con la misma intensidad, en cada nuevo establecimiento del MST. Sin embargo, la situación de las escuelas a las que asisten los niños y niñas Sin Tierra en los diversos campamentos y asentamientos, es muy diversa y varía en cada municipio según el estado de articulación entre el Movimiento y el gobierno local.

Una pedagogía diferente para una sociedad diferente

Las diversas experiencias alternativas de educación de niños, jóvenes y adultos, contribuyeron al desarrollo de una visión propia de la educación del campo y la creación de una Pedagogía del Movimiento basada en los principios constitutivos de la experiencia de movilización y lucha por la conquista de la tierra.

Este proceso fue acompañado por una profunda reflexión acerca de los sentidos y principios de la educación y por la evidente necesidad de crear una pedagogía diferente. Las discusiones en torno a la cuestión educativa realizadas por el movimiento condicen con una

concepción amplia acerca de la lucha por la tierra, que abarca la conquista de una ciudadanía por parte de los trabajadores rurales Sin Tierra. En este sentido, la propuesta educativa acompaña la trayectoria del movimiento y forma parte de la dinámica evolutiva de la lucha por la tierra.

Los principios educativos del Movimiento se sustentan en la participación activa de los sujetos en las acciones de lucha por la tierra encarnadas. La participación en la organización social constituye la base de la educación.

En 1988 profesores y padres se organizaron para dar continuidad y potenciar, en forma articulada, las discusiones originadas en los procesos de creación de escuelas que estaban teniendo lugar en los diversos asentamientos del movimiento, dando origen al Sector de Educación del MST. Los Equipos de Educación, compuestos por profesores y padres organizados por región y por estado, constituyen un nexo fundamental en los procesos de negociación con el Estado, adquiriendo un poder de influencia significativo en los ámbitos regionales y estatales.

Estas nuevas instancias de reflexión acerca de la cuestión educativa dentro del movimiento encararon el desafío de repensar las formas tradicionales del quehacer educativo y generar nuevas prácticas pedagógicas que preparen a los niños y jóvenes para la vida en el medio de los asentamientos rurales.

La fundación de una pedagogía diferente se encuentra en el origen del proceso de construcción de experiencias educativas del MST. Una pedagogía esencialmente práctica, que provea los elementos necesarios para orientar el trabajo y la organización del tipo de vida propio de los asentamientos. Una pedagogía como instrumento al servicio de las cooperativas de producción agrícola y del avance de la lucha protagonizada por el Movimiento. La relación entre la escuela y la producción y el vínculo entre educación y trabajo colectivo constituyen la base de esta propuesta pedagógica alternativa.

La preparación para la vida comunitaria condice, en la experiencia educativa del MST, con prácticas comunitarias de organización escolar. Las decisiones sobre los contenidos a ser enseñados son tomadas colectivamente, por grupos de padres, profesores y alumnos de las comunidades. En los asentamientos, los profesores y directivos escolares, en tanto representantes de un colectivo, someterán sus prácticas y decisiones a los propósitos del grupo. Los contenidos dan cuenta de la realidad cotidiana de los asentamientos, y, a través de la recuperación de la historia y la memoria colectiva del Movimiento, incluyen los valores políticos y sociales que sustentan sus prácticas.

La construcción de una pedagogía diferente supone una concepción de la educación diferente y estrategias también diferentes. La cuestión de los métodos de enseñanza ha sido, y continúa siendo, motivo de discusión de los Equipos de Educación del Movimiento. Aquellas experiencias que habían comenzado, de forma improvisada, en los campamentos y

asentamientos, donde la naturalidad del acto de aprender se amalgamaba con la vida cotidiana de sus principales protagonistas, comenzaron a ser, poco a poco, perfeccionadas y profundizadas. Metodologías y prácticas pedagógicas fundadas en la libertad y la igualdad, donde profesores y alumnos son compañeros de una misma lucha, dando lugar a un proceso colectivo de construcción de conocimientos. En la mayor parte de los asentamientos, estructurados en torno a la organización colectiva, los niños se reúnen en asambleas, para discutir los problemas cotidianos y distribuir las tareas en el asentamiento. Los Equipos de Trabajo de la organización se reproducen, muchas veces, en las escuelas, yuxtaponiendo las prácticas comunitarias a la experiencia educativa.

Oponiéndose a las prácticas escolares tradicionales, la propuesta pedagógica del MST, supone la crítica radical a un modelo pedagógico basado en la asimetría, la competencia y el mérito. En este sentido, implica una propuesta de cambio educativo y la construcción de una enseñanza alternativa. Una enseñanza al servicio de la comprensión y la transformación de la realidad, que vincule la teoría y la práctica en un proceso de preparación para el trabajo y para el ejercicio de una ciudadanía plena.

La construcción práctica de una educación diferente supone necesariamente la capacitación técnica y política de los profesores. Es a través de la reflexión acerca de la complejidad de los problemas suscitados en las prácticas cotidianas de las escuelas que los profesores, organizados en Equipos de Educación, encaran su formación, estableciendo contacto con materiales científicos y teóricos que les permitan comprender mejor y hallar posibles soluciones a los problemas enfrentados. Los Equipos establecen numerosos intercambios con Universidades y otras instituciones educativas para promover el intercambio de experiencias y la reflexión teórica de problemáticas específicas. La formación política se lleva a cabo a través de la organización de los docentes como sector específico y su participación en las discusiones y dediciones que hacen a la organización general del asentamiento.

La necesidad de titulación de profesores Sin Tierra ha llevado a profundizar las discusiones sobre la cuestión de la formación docente. Fue entonces que, el movimiento encaró la lucha por la conquista de espacios en los cursos de magisterio estaduais que permitan, por un lado, viabilizar una formación adecuada a los desafíos educativos propuestos y, por el otro, la obtención de un título oficial que permita negociar con el Estado la contratación de profesores pertenecientes al Movimiento. En 1990, fue creado el primer curso de formación para profesores de los asentamientos del MST, cogestionado por alumnos profesores, el Departamento de Educación Rural de la Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa na Região de Celeri, el Sector de Educación del MST y representantes de los órganos municipales de educación de las regiones involucradas. El curso atiende 82 profesores de las regionales de Porto Alegre, Cruz Alta, Santa Maria, Bagé, Alto Uruguay, Braga, Redentora, Miraguaí, Santo Augusto, Chiapeta, Palmitinho y Marau. Los profesores y

profesoras, a partir de la formación de una conciencia organizativa, se convierten en articuladores del Sector de Educación al interior de sus asentamientos pasando a ser los principales agentes coordinadores del cambio educativo.

Una experiencia alternativa de educación estatal

La experiencia educativa del MST constituye un claro ejemplo de la existencia de espacios de interjección donde el Estado es ocupado por prácticas protagonizadas por actores organizados de la sociedad civil; intersticios de realización efectiva del espacio público.

La novedad de esta propuesta de educación alternativa no radica apenas en el grado de originalidad de sus modalidades pedagógicas, sino, fundamentalmente, en una redimensión de la esencia del hecho educativo: la valorización del papel de estas prácticas en la estructuración de las luchas populares. La novedad no radica en promulgar la democratización de las escuelas, pero sí en implementar prácticas efectivamente democráticas en la organización de los establecimientos educativos, donde padres y profesores trabajan colectivamente para garantizar una educación a miles de niños y niñas Sin Tierra. La novedad no radica en reconocer a las prácticas sociales como instancias formativas, sino en vincular la escuela con el resto de las experiencias educativas vividas día a día por los alumnos.

La oficialización de la práctica educativa se da en un contexto de ilegalidad y conflicto social explícito, apareciendo como una vía de acceso al Estado y, por tanto, como una ampliación del poder de negociación de estos actores. Las escuelas se constituyen, en este proceso, en espacios de articulación del Movimiento con las instancias de gobierno local que, de forma más o menos efectiva, suponen la instalación de políticas y prácticas de educación alternativas, coincidentes con los objetivos e intereses de las comunidades del campo. La expansión y consolidación de estas instancias de participación de los Trabajadores Rurales Sin Tierra en la definición de las políticas públicas, en este caso educativas, contribuye al fortalecimiento y a la organización política del Movimiento.

A su vez, los objetivos, propósitos, modalidades y principios implementados en esta experiencia de educación alternativa rebasan los límites del propio Movimiento, constituyéndose en un insumo para todas las corrientes que luchan por una transformación real y sustantiva de la educación.

Consideraciones finales

Expusimos en este trabajo un sintético desarrollo de las prácticas educativas impulsadas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Sintetizaremos a continuación, algunas

cuestiones que consideramos relevantes para pensar la intervención de movimientos sociales y organizaciones populares.

Las fronteras entre Estado y sociedad civil se tornan en Brasil cada vez más difusas, en la medida en que, durante los últimos años, ha existido un importante avance de fuerzas políticas democráticas que marcan hoy su presencia y ejercen una importante influencia en los diferentes ámbitos de acción estatal. Aunque reconocemos que la capacidad transformadora de estas nuevas fuerzas políticas y sociales se ve claramente limitada por la vigente influencia de sectores vinculados al capital financiero y a la derecha política, la ocupación de espacios estatales por parte de movimientos populares determina nuevos ámbitos de confrontación y negociación, donde nuevas prioridades comienzan a hacerse visibles en la agenda gubernamental.

El surgimiento y la multiplicación de foros, redes y campañas que, nucleando diversos actores de la sociedad civil, se tornan cada vez más dinámicos y participativos, determinan un grado creciente de movilización para la defensa del derecho a una educación pública y de calidad para todos y todas. Tal como queda evidenciado en diversos apartados de este estudio, los procesos de movilización en defensa de la educación pública que se han desarrollado a lo largo de las últimas décadas contribuyendo en gran medida a una progresiva reconfiguración del escenario político educativo. Múltiples actores se movilizan e impulsan acciones buscando colocar sus prioridades en las agendas político educativas.

Un conjunto de experiencias de educación alternativas promovidas por movimientos y organizaciones sociales pertenecientes al campo popular se articulan al interior de los sistemas de educación estatal, reivindicando y consolidando el carácter público de la escuela. La expansión de escuelas bajo la dirección política y pedagógica del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra constituye una clara instancia de participación e incidencia efectiva de la sociedad civil en la educación. La heterogeneidad y disparidad en el grado de esta incidencia y sus impactos, supeditado a los procesos de negociación con los gobiernos estatales y locales, nos muestra que la capacidad de los movimientos de establecer alianzas y acuerdos y, fundamentalmente, la voluntad política de las autoridades gubernamentales constituyen factores esenciales para el desarrollo de prácticas políticas alternativas.

Sin lugar a dudas, uno de los principales desafíos que enfrentan hoy los movimientos y actores democráticos que luchan por el derecho a la educación y la defensa de la escuela pública es avanzar hacia el fortalecimiento y consolidación de sus estrategias de lucha e intervención política construyendo alianzas y frentes comunes de acción colectiva. Del mismo modo, la búsqueda de una interlocución estratégica con los ámbitos gubernamentales y una real apropiación de los espacios de participación existentes en la esfera estatal, resultan condiciones esenciales para el fortalecimiento y consolidación de los procesos de participación e incidencia de la sociedad civil en las políticas de educación. En este mismo

sentido, resulta también necesaria la construcción de espacios de expresión alternativos, donde las demandas y posicionamientos de estos actores adquieran una mayor visibilidad pública. Una apropiación de la palabra y de la acción política que contribuya a fortalecer y ampliar el sentido público de la educación y de la política educativa.

Las luchas por el derecho a la educación en Brasil están vinculadas a procesos de negociación y confrontación entre el Estado y la sociedad civil, donde el desarrollo de alianzas, acuerdos y acciones conjuntas conducen a una progresiva ampliación de los sentidos de lo público en una democracia sustantiva. La institucionalización de los procesos de participación y el sostenimiento de instancias de movilización social que la sustenten resultan esenciales para la construcción de una educación pública efectivamente democrática y emancipatoria.

O ACAMPAMENTO “MÁRIO LAGO” DE RIBEIRÃO PRETO/SP: ANÁLISE PARCIAL DO CADASTRAMENTO REALIZADO NO ANO DE 2006

Ariane Cristina Brughnara (UNESP/Franca)

e-mail: nani_unesp@yahoo.com.br

Bruna Patrício Bastos dos Santos (UNESP/Franca)

e-mail: bruninha_bastos@terra.com.br

Camilia de Castro Dias (UNESP/Franca)

e-mail: camiladdias@gmail.com

Priscila de Souza Oliveira (UNESP/Franca)

e-mail: pris_essav@yahoo.com.br

Quelli Viviane Dias Rocha (UNESP/Franca)

e-mail: gelliviviane@yahoo.com.br

Raquel Santos Sant’ana (UNESP/Franca)

e-mail: raquelssfranca@yahoo.com.br

RESUMO

O presente resumo é referente ao trabalho de cadastramento realizado em 2.006 pelo grupo de extensão universitária NATRA – Núcleo Agrário “Terra e Raiz” da UNESP/Franca junto ao acampamento “Mário Lago”, localizado no município de Ribeirão Preto - SP. Desde a ocupação da Fazenda da Barra, em 2.003, o NATRA atua junto a este acampamento. No início do ano de 2.006 a conjuntura regional apontava a desapropriação da Fazenda da Barra para fins de Reforma Agrária, o que culminou na realização do cadastramento das 450 famílias. Em 2.006, saiu a imissão de posse da Fazenda da Barra para o INCRA, porém

houve recurso no STF (Superior Tribunal Federal) o que não garantiu a desapropriação da Fazenda e desmobilizou muitas famílias. Desta maneira, é apresentado neste resumo um retrato modificado parcialmente pela realidade agrária e fruto de reflexões dos anos de trabalho realizado pelo NATRA. Parte-se do entendimento que a questão agrária é uma expressão da relação capital/trabalho e a análise dos dados deste cadastramento reafirma esta premissa e evidencia, dentre outros fatores, que a questão agrária compõe-se e decompõe-se em outras expressões da questão social, tais como: desemprego, falta de acesso a políticas de educação, esporte, cultura e lazer, bem como nas relações conflituosas de gênero.

O presente artigo é referente ao trabalho realizado pelo grupo de extensão universitária NATRA – Núcleo Agrário “Terra e Raiz” da UNESP/Franca em 2.006.

O NATRA é um grupo interdisciplinar que congrega alunos da graduação dos cursos de Relações Internacionais, Direito, História e Serviço Social os quais somam 30 integrantes¹.

Este grupo de extensão tem uma trajetória de luta e resistência junto ao MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra na região de Ribeirão Preto/ SP desde 1.997 e já atuou nos assentamento “17 de abril” em Restinga/SP, no acampamento “Salette Strozake” em Batatais e, atualmente, trabalha junto ao pré-assentamento “Mário Lago” em Ribeirão Preto. Além disso este grupo já realizou quatro Simpósios sobre Questão Agrária na UNESP/Franca, possui um grupo de pesquisa na mesma área desde 2.004 denominado “Terra e Raiz” e possui um Convênio de estágio junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) desde 2.005.

O grupo atua junto ao pré-assentamento “Mário Lago” desde a sua formação em 2.003 e se divide em quatro frentes de trabalho: Coletivo de

¹ Este grupo é coordenado pela Prof^a. Dr.^a Raquel Santos Sant`Ana e é assessorado por Antônio Sérgio Escrivão Filho (pós-graduando em Direito pela UNESP/Franca), pela Priscila de Souza Oliveira (pós-graduanda em Serviço Social pela UNESP/Franca), pela Qelli Viviane Dias Rocha (assistente social), Ariane Cristina Brughnara (assistente social) e pela Camila de Castro Dias (bacharel e licenciada em História).

Ciranda; Coletivo de Educação (GAPATERRA); Coletivo de Esporte, Cultura e Lazer; e Coletivo de Gênero.

A luta das famílias do “Mário Lago” iniciou-se em 2.003 na ocupação da Fazenda da Barra, cuja área sofreu reintegração de posse quatro vezes, fato este que deslocou as famílias e gerou a desistência de muitas. Em 2.006, o processo para o assentamento dessas famílias estava no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o NATRA foi convidado pela Regional do MST e pelo INCRA para fazer o cadastramento das famílias acampadas que somavam 450.

O instrumento utilizado no cadastramento foi o formulário e incluía as seguintes informações : nomes dos titulares, dos cônjuges e dependentes; o levantamento das documentações que cada membro da família possuía² e a safra 2.005/6³.

O Natra acrescentou ao instrumento outras questões que poderiam melhor direcionar o trabalho de extensão realizado pelo grupo no local, a saber: nível de escolaridade, naturalidade, faixa etária e local de origem.

Esse artigo é fruto de uma análise parcial dos dados coletados e reflete um momento do acampamento. Este, como espaço de luta e resistência, inclui o movimento das famílias no território de uma forma tão intensa que a pesquisa acadêmica não consegue acompanhar com a mesma rapidez. Daí o fato destes dados retratarem um momento do acampamento, que apesar de não captarem a mobilidade, mostram características importantes da população acampada e de sua luta, de seu esforço; ou seja as alterações ocorridas não invalidam o retrato da pesquisa.

Em 2.006, saiu a imissão de posse da Fazenda da Barra para o INCRA, porém o proprietário entrou com recurso no STF (Superior Tribunal Federal) o que não garantiu a desapropriação da Fazenda. Isto desmobilizou muitas famílias, as quais desistiram da luta. Desta maneira, o que será destacado no presente trabalho trata-se de um retrato, modificado parcialmente pela conjuntura. Houve ainda neste período uma outra modificação: a imissão definitiva da posse da Fazenda da Barra ao INCRA no dia 22 de maio de 2.007, o que provocou novas alterações.

² Em especial aquelas que são necessárias apresentar para um processo seletivo em caso de desapropriação da área e construção do assentamento.

³ O acampamento está instalado na fazenda que é alvo do litígio e cada família pode plantar no entorno de seu barraco e também em áreas comuns.

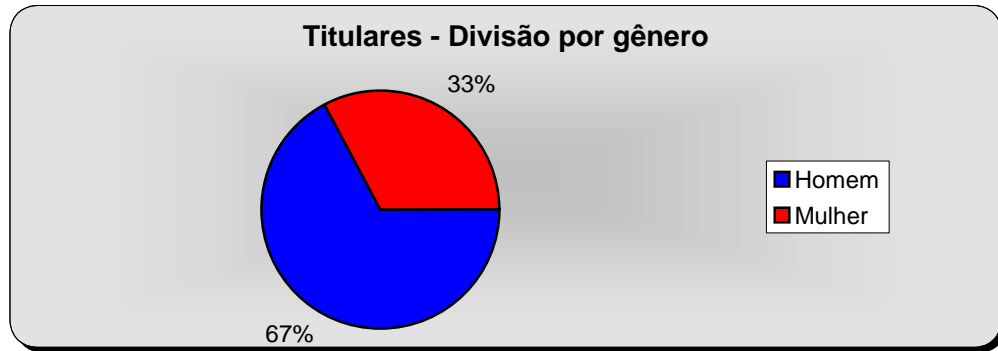
O cadastramento foi realizado pelos integrantes do NATRA em quatro dias, três destes foram utilizados para passar em cada um dos 21 núcleos que possui o acampamento, e no último dia deu-se a concentração na Sede da Fazenda para aplicar o questionário aos acampados remanescentes. Em cada dia estavam presentes pelo menos 10 integrantes do NATRA que se agruparam em duplas que eram acompanhadas por um coordenador de Direitos Humanos do acampamento. Este reunia os titulares dos lotes nos espaços sócio-educativos de cada núcleo. Nessas reuniões era ressaltada a importância da realização do cadastramento e eram esclarecidas eventuais dúvidas, em seguida eram preenchidos os questionários.

A tabulação foi realizada pelo grupo de estagiários do NATRA que sistematizou os dados brutos em tabelas e gráficos e apresentou ao MST e ao INCRA que utilizariam esses dados como base para efetivar o assentamento dessas famílias, o que não ocorreu devido ao recurso jurídico utilizado pelo proprietário como já foi dito anteriormente.

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre os dados sistematizados e, também, é fruto da observação e vivência do NATRA nestes quase 4 anos de experiência junto aos acampados do “Mário Lago”. Deste modo, segue abaixo as análises parciais sobre a produção, faixa etária, naturalidade, escolaridade e questões de gênero.

Segundo a pesquisa havia no acampamento 628 homens e 526 mulheres, a maioria, portanto, de homens entre 19 e 59 anos residentes no acampamento. Destes, 275 homens se inscreveram como titulares e apenas 133 mulheres denominaram-se como tal.

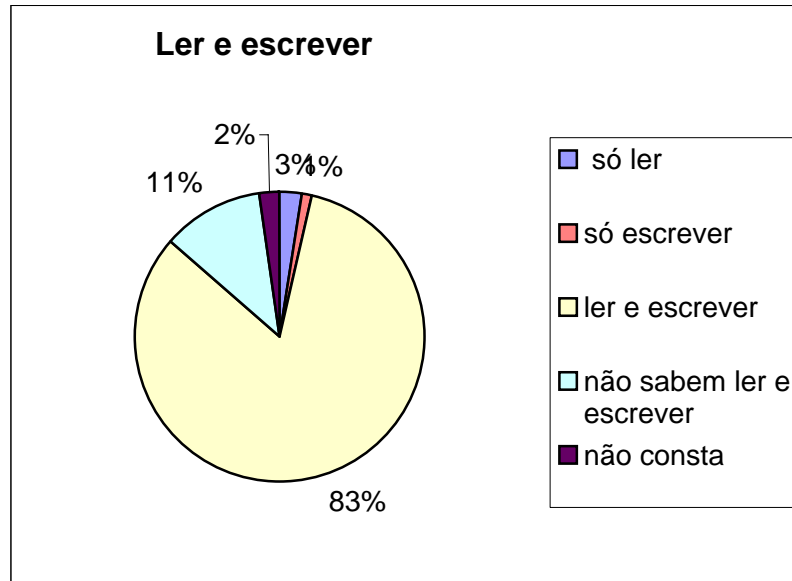
Evidencia-se assim, uma questão de gênero, pois ainda existe majoritariamente a cultura do homem como chefe de família, o que não permite a priorização da mulher como titular, mesmo que esta seja a principal responsável pelos filhos..



Como dito anteriormente o questionário foi aplicado junto aos titulares e ao perguntar se eles e seus cônjuges sabiam ler e escrever a maioria respondeu que sim. Do total de titulares e cônjuges que somam 595, 494 responderam afirmativamente que sabiam ler e escrever, já 65 responderam que não sabiam nem ler e nem escrever, 18 pessoas responderam que só sabiam ler e 6 disseram que só sabiam escrever.

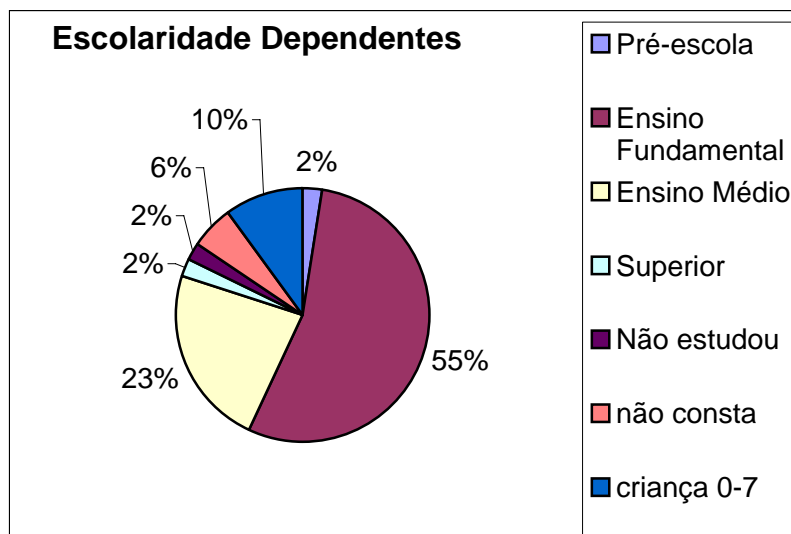
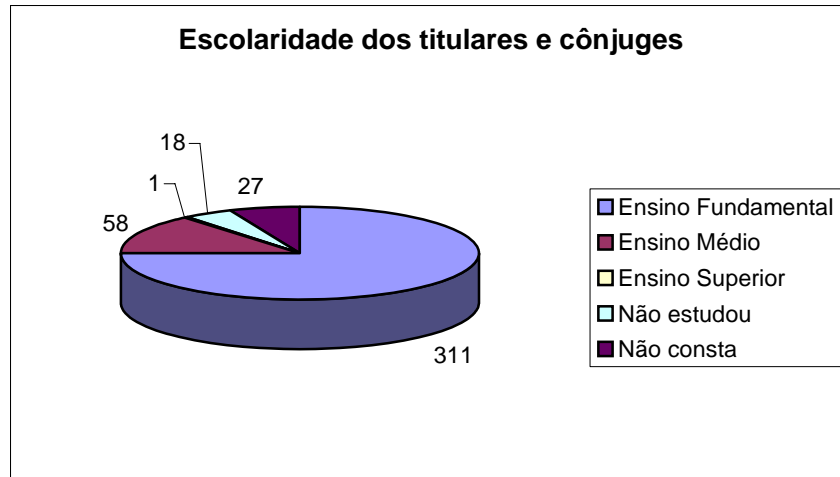
Porém quando os aplicadores do NATRA pediram que os acampados assinassem os questionários foi identificado que grande parte destes não sabiam escrever o próprio nome. Isso indica a dubiedade dos dados, pois muitos dos acampados podem ter omitido a pouca escolaridade com receio de serem prejudicados na seleção do Incra, ou mesmo, podem ter se envergonhado em evidenciar aos universitários tal dificuldade⁴.

⁴ É preciso ainda atentar para os números de analfabetismo funcional existentes neste país.



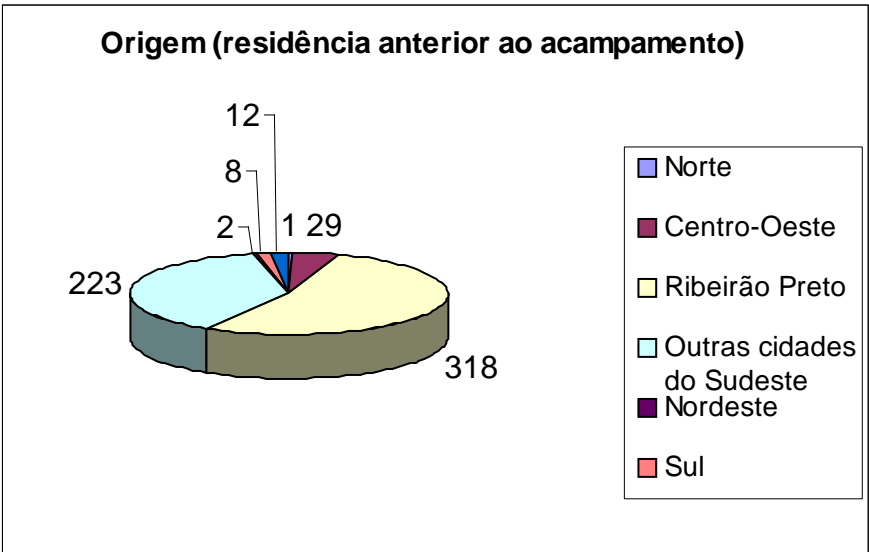
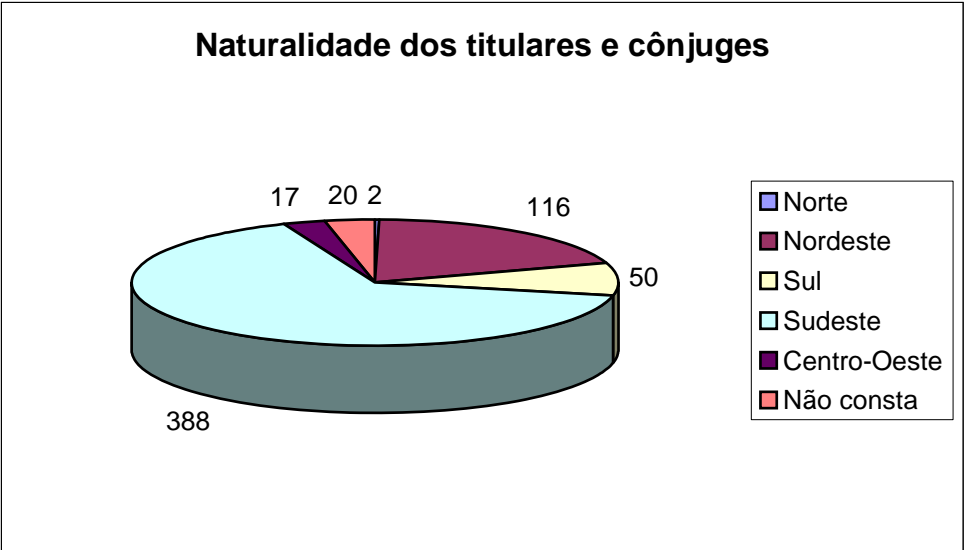
Ao analisar o nível de escolaridade dos titulares e cônjuges os dados mostraram que do total de 595, 445 adultos possuíam até o Ensino Fundamental, 83 possuíam até o Ensino Médio, 24 não tiveram nenhuma escolaridade e apenas 01 pessoa possuía o Ensino Superior. Em relação ao nível de escolaridade dos dependentes os dados demonstraram que de um total de 559 pessoas 307 possuíam até o Ensino Fundamental, 129 possuíam até o Ensino Médio, 11 possuíam Ensino Superior e 11 acampados nunca estudaram.

Dentre as crianças de 0 a 7 anos, apenas 11 estão na pré-escola enquanto 56 crianças não estavam estudando. Este é um dado grave e que, segundo o Censo sobre Educação nos assentamentos realizado em 2004, se mantém mesmo quando a política pública de reforma agrária se efetiva, pois o atendimento da educação infantil nos assentamentos é bastante precário, principalmente o atendimento às crianças de 0 a 4 anos cujo o índice de atendimento é igual a 0 (zero).



Nota-se através dos dados demonstrados o baixo grau de escolaridade entre os titulares e os cônjuges, já entre os dependentes não foi questionado se eles estavam estudando, o que inviabilizou tal constatação. É relevante dizer que há dificuldade no acesso de jovens e crianças às escolas devido a falta de transporte, visto a distância que as mesmas se encontram do acampamento. Por fim, neste ponto destaca-se a falta de políticas públicas educacionais tanto no acampamento quanto nos bairros próximos a este que não possuem vagas suficientes para abarcar a demanda local.

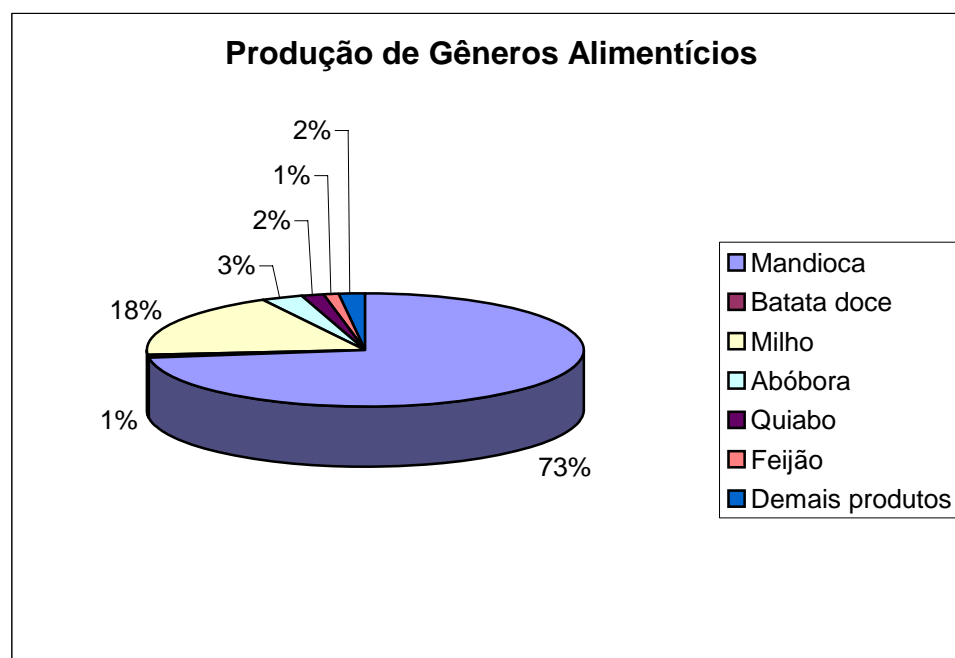
Em relação à naturalidade e origem dos titulares e cônjuges percebe-se que o acampamento é composto em sua maioria por migrantes sendo que pelo menos 151 pessoas vieram para região sudeste em busca de melhores condições de vida.



Por fim, o questionário evidenciou, na safra de 2.005/2.006, que os acampados produziram 42 tipos de produtos entre legumes, grãos, frutas e hortaliças totalizando mais de 30 mil toneladas de alimentos. Vale destacar a quantidade da produção de mandioca que ultrapassa 2 mil toneladas; a produção de abóbora que se aproxima de mil toneladas; de milho que ultrapassa 500 toneladas; e a produção de feijão que totaliza, dentre as suas variedades – Feijão guandu, carioca, baiano, de corda, catado, jaló e preto, 47 toneladas.

A produção de alimentos no até então Acampamento “Mário Lago” passou a ser a maior da cidade de Ribeirão Preto, porém, a utilização desses foram para subsistência das famílias, para fabricação de farinha, para trocas dentro do acampamento, além de pequenas vendas internas, apenas com o restante da produção é que faziam as vendas externas. É importante ressaltar que mesmo que eles não possuam a terra garantida, o escoamento, o acesso aos créditos fundiários para produção, e sem possuírem energia elétrica e água canalizada eles conseguem ser o maior produtor de gêneros alimentícios do município. Essa produção foi feita em lotes pequenos e na insegurança da permanência no local, o que demonstra a aptidão dos acampados com o trabalho na terra e uma capacidade de maior produção quando eles forem assentados.

Ainda em relação à produção e levando em consideração os alimentos básicos de subsistência, mesmo sem possuir um sistema de irrigação eles conseguiram colher 230 quilos de arroz.



Considerações Finais:

Como pôde-se observar pelos dados apresentados neste trabalho, o cadastramento realizado no Acampamento “Mário Lago” nos permite refletir sobre as diversas questões que permeiam a questão agrária no atual contexto brasileiro.

Advinda do conflito capital/trabalho, a questão agrária constitui uma das expressões da “questão social” e, tal como esta, apresenta-se com características diversas em cada um dos diferentes estágios e formas de desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com Fernandes (2001, p.23),

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isto, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

Na perspectiva desta concepção ampla da questão agrária, a luta pela terra constitui uma de suas importantes dimensões.

Vários estudos, como, por exemplo, o do DATALUTA⁵ divulgado no ano de 2005, demonstram que a conquista dos assentamentos – ou do acesso à política pública de reforma agrária - se dá, no nosso país, essencialmente por meio da pressão trazida pelas

⁵ O **DATALUTA** é um Banco de Dados da Luta pela Terra desenvolvido pelo NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Por meio de pesquisas primárias e secundárias, o NERA mantém atualizados os dados referentes às ocupações de terra, aos assentamentos rurais e aos movimentos socioterritoriais em todo o Brasil. O grupo foi fundado em 1998 e é um espaço de pesquisa a respeito da questão agrária que contribui com o desenvolvimento da Ciência Geográfica. É vinculado ao Departamento de Geografia da UNESP -

ocupações de terra. Estas, por sua vez, organizadas predominantemente pelos movimentos sociais de luta pela terra, congregam diferentes sujeitos, com as mais diversas histórias de vida. Contudo, configuram uma população com características comuns. Em geral, tratam-se de trabalhadores excluídos do processo produtivo e do acesso aos bens e serviços como a educação, a habitação, o lazer, entre tantos outros.

Neste contexto, conhecer a realidade dos acampamentos e assentamentos rurais torna-se fundamental para se compreender a legitimidade e importância da luta pela terra e, para a formulação de políticas públicas e sociais.

O cadastramento realizado no acampamento “Mário Lago” permitiu ao grupo visualizar alguns limites quanto ao uso do instrumental utilizado e à metodologia de pesquisa adotada, porém, possibilitou, também, a sistematização do trabalho de extensão do grupo, de forma engajada e militante, em consonância com a realidade vivenciada pelos sujeitos acampados.

Referências Bibliográficas:

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/>>. Acesso em: 16 nov. 2006.

SAMPAIO, C. E. M.; MOLINA, M. C. (coords.). **Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA)**: versão preliminar. Brasília: MEC/INEP, MDA/INCRA/PRONERA. 2005.

O ECO-PODER: SABERES CIENTÍFICOS, DISPUTAS DE PODER E DESENVOLVIMENTO RURAL

Lorena Cândido Fleury (Bióloga, Mestranda em Desenvolvimento Rural, PGDR/UFRGS)

e-mail: lorena.fleury@ufrgs.br

RESUMO

Entendido como uma extensão do domínio sobre a vida da espécie humana para a vida de todas as espécies, e, portanto, como uma “segunda fase” do conceito de bio-poder formulado por Michel Foucault (1984), o eco-poder pretende problematizar a passagem dos saberes científicos à determinação de escolhas políticas gerais. É sobre esse conceito e sua capacidade de aplicação no meio rural brasileiro que se concentra o presente artigo. Para discuti-lo, realiza-se, inicialmente, uma retomada de sua origem teórica, analisando-se alguns aspectos do poder e da bio-política tais quais foram elaborados por Foucault. Em seguida, estes aspectos são relacionados com o conceito de eco-poder de Pierre Lascoumes, apresentando-se também seus principais pressupostos e implicações. Finalmente, é discutida a capacidade de aplicação do conceito no contexto brasileiro, em estudos de desenvolvimento rural. Conclui-se que incluir o conceito de eco-poder nas análises das dinâmicas socioambientais pode favorecer a percepção de situações de dominação fundamentadas em argumentos científicos, contribuindo para um planejamento mais cuidadoso e democrático para o meio rural, que priorize não apenas o saber científico, mas a diversidade de saberes e representações locais.

O meio rural pode ser entendido como palco de confronto entre diferentes formas de saberes, mais ou menos legitimadas de acordo com as instâncias de poder que representam. Geralmente, esses confrontos têm como fundo as diferentes vocações a que podem ser destinados os espaços rurais, de acordo com o entendimento que se é feito sobre e para ele. Desse modo, um mesmo espaço no meio rural pode ser entendido como local de reprodução social e subsistência, como espaço mítico, com referências de memória e ancestralidade, ou como substrato para produção agrícola empresarial e em larga escala, por exemplo.

Contemporaneamente, um matiz que tem sido enfaticamente incorporado à complexidade do meio rural e das construções sociais possíveis em torno dele é a questão ambiental. Como afirma Billaud (2004), é precisamente no coração do meio rural

que está localizada a maioria dos problemas qualificados como ambientais pela sociedade, onde desencadeiam ações políticas – coletivas e múltiplas – frente a diferentes objetivos.

De maneira complementar, a pluralidade de concepções de vida, de sociedade e de natureza é também uma característica central da sociedade contemporânea (ZANONI *et al.*, 2000), e manifesta-se de forma bastante explícita quando a forma de apropriação de um espaço natural se torna alvo de embates entre diferentes usos sociais - como acontece freqüentemente no meio rural, mediante a contraposição entre conservação da biodiversidade e produção agrícola. Assim, a definição da forma de utilização do espaço torna-se, essencialmente, reflexo dos ajustes e jogos de poder entre diferentes entendimentos e práticas – diferentes representações, portanto – acerca da natureza.

Nesse sentido, a preponderância de uma lógica de utilização do espaço que priorize a conservação da biodiversidade sobre outros usos sociais, ou o imperativo de preservação da natureza, que tem sido cada vez mais propagado, antes de serem necessidades incontestáveis derivadas do modelo de desenvolvimento adotado, parecem ser fruto de disputas políticas e econômicas e da confrontação de diferentes valores.

Essas disputas têm demonstrado uma crescente valorização dos saberes técnico-científicos acerca do meio ambiente como balizadores do debate e determinantes nas tomadas de decisão. Ou seja, ainda que a defesa do meio ambiente, com sua origem nos movimentos ecologistas a partir dos anos 60, tenha se afirmado profundamente crítica dos saberes científicos e técnicos e do modo de desenvolvimento social que eles propulsionam, a observação da tradução destas reivindicações em políticas públicas tem demonstrado que essas se desencadeiam, ao contrário, sob um apelo crescente dos especialistas, engenheiros e tecnocientistas, assegurando o advento de um governo racional dos seres vivos, ou, nas palavras de Pierre Lascoumes (1994), a manifestação de um eco-poder.

Entendido como uma extensão do domínio sobre a vida da espécie humana para a vida de todas as espécies, e, portanto, como uma “segunda fase” do conceito de bio-poder formulado por Michel Foucault (1984), o eco-poder pretende discutir a passagem dos saberes científicos à determinação de escolhas políticas gerais. É sobre esse conceito e sua capacidade de aplicação no meio rural brasileiro que se concentra o presente artigo. Para discuti-lo, primeiramente será realizada, na seção seguinte, uma retomada de sua origem teórica, analisando-se alguns aspectos do poder e da bio-política tais quais foram elaborados por Michel Foucault. Em seguida, a seção seguinte irá

relacionar estes aspectos com o conceito de eco-poder de Pierre Lascoumes, apresentando também seus principais pressupostos e implicações. Finalmente, será discutida a capacidade de aplicação do conceito no contexto brasileiro, em estudos de desenvolvimento rural. Pretende-se assim destacar as vinculações entre saber e poder no campo, problematizando o processo de tomada de decisões acerca da utilização do espaço rural e as diferentes dinâmicas presentes em situações em que os usos sociais destes espaços encontram-se em disputa.

A origem do conceito: o poder e o bio-poder na obra de Michel Foucault

A análise da obra de Foucault pode ser dividida, esquematicamente, em dois grandes blocos: um primeiro momento, em que se concentra em uma *arqueologia do saber*, cujo objetivo principal é estabelecer relações entre saberes sem hierarquizá-los, e um segundo momento, chamado *genealogia do poder*, quando se pretende explicar a existência e a transformação dos saberes situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os como um dispositivo político. Assim, segundo Machado (1979), a arqueologia, procurando estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, respondia a *como* os saberes apareciam e se transformavam, enquanto na análise que em seguida é proposta, a genealogia, o ponto de partida é a questão do *porque* do surgimento e transformação dos saberes, assinalando uma reformulação dos objetivos teóricos e políticos de suas pesquisas.

Contudo, não existe em Foucault uma teoria geral do poder. Isso se deve ao fato de que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência, que ele procuraria definir por suas características universais. Pelo contrário, seus estudos apontam para a afirmação de que não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 1979).

Essa análise produziu um importante deslocamento com relação à ciência política, ao demonstrar que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, mas funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe limite ou exterior possíveis.

Duas interessantes implicações podem ser retiradas dessa conclusão. A primeira é que, não sendo uma propriedade que se possui ou não, não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados: “rigorosamente falando, o

poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder”. A segunda consequência é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de formas variadas e que são indispensáveis inclusive à sua sustentação e atuação eficaz, insurgindo contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder.

Ainda, um dos focos centrais da análise de Foucault visa demonstrar que o poder não pode ser explicado unicamente por sua função repressiva. A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção e opressão, ele opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão:

se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (FOUCAULT, 1979, p.148).

Nesta citação, aparece também outro aspecto característico do poder tal qual é analisado por Foucault: sua estreita e inerente vinculação com o saber. Segundo o autor, o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza: “Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1979, p.140). É vinculada a essa articulação entre poder e saber que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtivo de individualidade, sendo o indivíduo uma produção do poder e do saber.

Esse tipo específico de poder que individualiza foi chamado por Foucault como poder disciplinar, e não atua no exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, normaliza o prazer, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento da sociedade industrial, capitalista. Analisando sua manifestação no sistema penitenciário, no livro *Vigiar e Punir* (1977), Foucault define o poder disciplinar pela utilização de “métodos que permitem o controle minucioso das

operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”(p.136).

Esse poder é associado a uma época específica da história da sociedade ocidental (aproximadamente do século XVIII ao início do século XIX), e, apesar de ainda se manifestar, o período seguinte é caracterizado por um outro tipo de poder, cujo foco também é outro: o bio-poder. Este foi elaborado, de acordo com Foucault, no seio do século XIX e reside em uma mudança profunda no exercício da soberania. O poder não se exerce mais sobre os indivíduos, mas sobre os grupos, sobre as populações, cuja estatística e suas médias normativas descrevem as leis autônomas e levam à descoberta do social:

O grande crescimento demográfico do Ocidente europeu durante o século XVIII, a necessidade de coordená-lo e integrá-lo ao desenvolvimento do aparelho de produção, a urgência de controlá-lo por mecanismos de poder mais adequados e mais rigorosos fazem aparecer a “população” – com suas variáveis de números, de repartição espacial ou cronológica, de longevidade e de saúde – não somente como problema teórico mas como objeto de vigilância, análise, intervenções transformadoras, etc. (...) Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição mas o aumento constante de sua utilidade (FOUCAULT, 1979, p. 198).

Diferentemente do poder disciplinar, o bio-poder não se manifesta por intervir diretamente sobre os corpos, mas por regular sua totalidade e seu fluxo, e controlando seus processos garante a vida e sua reprodução. O exercício do poder se faz mais globalizante, se direciona mais à “espécie humana” do que aos “corpos humanos”, se constituindo assim o que Foucault chama uma “bio-política da espécie humana”, que inclui, por exemplo, programas de saúde pública, visando higienizar a população. É nesse momento que aparece, em países europeus, uma medicina social que é essencialmente o controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas (FOUCAULT, 1979). Aparece também o conceito de “nação saudável”, que se torna um dos objetivos do Estado, tornando-o profundamente preconceituoso.

É essencialmente essa manifestação do poder através do controle da vida dos seres humanos, considerando o conjunto com o objetivo de assegurar sua existência, que forma a base teórica do conceito de eco-poder.

Dos saberes científicos às políticas públicas: o eco-poder de Pierre Lascoumes

O conceito de eco-poder é apresentado por Lascoumes (1994) como a emergência de uma nova racionalidade política, de uma nova forma de governar. Esta:

não se fundamenta sobre uma imanência (as monarquias do Antigo Regime), sobre uma representatividade popular (as Repúblicas do séc. XIX), sobre um projeto de bem-estar social (os Estados de bem-estar do século XX), mas sobre um projeto totalizante de proteção dos seres vivos. Quatro formas principais de legitimação são assim sucedidas historicamente: transcendental, eletiva, social, e, atualmente ou em breve, bioecológica¹ (LASCOUMES, 1994, P. 310.)

Denominado pelo autor como uma segunda fase do bio-poder, começaria a se manifestar a partir do momento em que os dispositivos de conhecimento e os seus meios técnicos disponíveis permitem atingir, além dos humanos, todas as outras espécies vivas: “À ‘bio-política da população’ sucede a ‘bio-política dos seres vivos’” (p.312).

Portanto, esquematicamente, poderia-se inferir a seguinte trajetória dos mecanismos de poder no decurso da história da sociedade ocidental:

Tabela 1

Racionalidade política	Poder disciplinar	Biopoder	
		antropocentrado	ecocentrado
Período	XVIII início XIX	meados XIX início XX	Fim XX XXI
Soberania	Disciplinar	Regulatória	Geradora
Sujeito	O indivíduo	A população	Os fenômenos vivos
Técnicas de ação	Intervenção fracionada	Intervenção generalizada	Intervenção globalizante
Formas de Estado	Estado liberal	Estado do Bem-	Estado

¹ Todas as citações de Lascoumes (1994) foram retiradas do original em francês e traduzidas livremente pela autora.

		estar	otimizador
--	--	-------	------------

Adaptado de Lascoumes (1994)

Contribuindo decisivamente para a sustentação desse poder, estariam o desenvolvimento do conhecimento científico em biologia e o aprendizado dos fenômenos sistêmicos, realçando a interdependência entre os meios e as espécies. Portanto, assim como destacado pelos mecanismos de poder estudados por Foucault, este teria uma articulação intrínseca com o saber. Segundo Lascoumes (1994):

As ciências e as técnicas se reforçaram mutuamente para garantir a abordagem racional desses sistemas [vivos], suas medidas e sua estimação estatística, cada vez mais refinadas, visando reforçar sua previsibilidade do cálculo de suas chances e, portanto, da prevenção de seus riscos. Com efeito, além das questões de preservação dos recursos naturais e da gestão responsável de um patrimônio universal, esta é cada vez mais uma questão dos discursos políticos e científicos de “proteger os seres vivos”, ou seja, de “preservar a espécie a sua diversidade”, de “lutar contra a espoliação das gerações futuras”, mas também de “prevenir as disfunções e eliminar os riscos” e de “otimizar a criação dos seres vivos”(p.313).

Ainda nessa perspectiva, a ecologia - criada por E. Haeckel, em 1866, extrapolou a biologia, superou seu projeto setorial e “tem como ambição guiar as escolhas políticas para uma otimização geral do mundo”. Assim, as normas biológicas e ecológicas tendem a se integrarem às decisões políticas de planejamento, industrialização, de agricultura, de saúde pública, de pesquisa, entre outros. As interações entre os sistemas de desenvolvimento humano e os sistemas naturais são constituídas como um jogo das decisões públicas que, em todos os casos, são conduzidas a considerar a proteção dos meios sensíveis, o equilíbrio dos ecossistemas, a gestão das espécies vegetais, animais e humanas.

Paralelamente a esse novo acesso aos dados elementares dos seres vivos, três efeitos principais podem ser destacados: o da homogeneização para a programação dos seres vivos, o de sua artificialização, e, finalmente, o de sua inserção no mercado.

O primeiro efeito é decorrente do conhecimento genético recém-adquirido acerca dos organismos vivos. Segundo Lascoumes, esse conhecimento trouxe homogeneidade à medida que “reduziu todos os seres vivos ao funcionamento de seus genes”(p.314), e

leva à programação no sentido em que, tendo o conhecimento acerca da cadeia genética e domínio das técnicas de intervenção, pode-se interferir em suas próprias estruturas de acordo com objetivos diversificados. Dessa forma, em nome do ideal de sempre mais segurança e conseqüentemente mais previsibilidade, a sociedade contemporânea estaria criando novos dispositivos de apreensão dos riscos e de eliminação dos perigos.

Esse efeito, por sua vez, leva à segunda conseqüência, que é a artificialização dos seres vivos. Se obtém assim um meio natural planejado, livre de seus defeitos, domado por um saber e valorizado pelo seu preço de mercado, se tornando a materialização da norma julgada como boa ou adequada.

Finalmente, o acesso à estrutura de todos os organismos vivos se acompanha da conversão do ser vivo a uma mercadoria, que seria o principal objetivo do controle: “A biodiversidade tão debatida após Rio-92 não é a defesa e a ilustração de uma biodiversidade natural. Ao contrário, o essencial diz respeito ao controle de uma biodiversidade técnico-econômica visando sua rentabilidade” (p.316).

Assim, Lascoumes conclui que a noção de bio-poder pode então ser estendida à de eco-poder, na medida em que não é mais apenas a espécie humana mas todos os organismos vivos que se tornaram objeto de políticas, assim como os microorganismos e as moléculas que compõem seus genes. Afirma que governar um ser vivo é intervir em suas trajetórias, limitar seu comércio, enquadrar suas transformações, controlar suas condições de existência e de reprodução e que essas atividades não são mais um programa de ficção, mas constituem um domínio de pesquisas científicas, ajuste de técnicas, reivindicações sociais e decisões políticas.

Justamente nesse processo de tomadas de decisão, seja em pesquisas científicas, para acomodar conflitos sociais ou para definir políticas públicas, que o eco-poder se manifesta de forma mais contundente, privilegiando os interesses e objetivos dos grupos que dominam o saber técnico-científico sobre os dos demais grupos sociais, nos momentos de se decidir, entre o conjunto de representações existentes, quais terão suas demandas melhor atendidas.

Dessa forma, o eco-poder é também um risco de confusão de gêneros e de acúmulo de poderes não democráticos, havendo casos, em que, por exemplo, o funcionário do governo, em determinadas regiões, se torna, ao mesmo tempo, o autor das normas de funcionamento, responsável por sua execução, juiz de sua sanção e conselheiro técnico. Segundo o autor, isto estaria relacionado com o fato de que a maior parte das representações sobre natureza não incorpora as dimensões econômicas e

políticas do meio natural, ficando restrita a uma imagem romantizada da natureza. Isso contribuiria, então, para o desenvolvimento desse eco-poder, assegurando a situação de controle não contestada de seus especialistas.

Por isso, Lascoumes (1994) afirma que, em matéria de meio ambiente mais do que em outros domínios, as escolhas políticas efetuadas instauram mais um ajustamento não igualitário dos diferentes objetivos que uma verdadeira conciliação ou um equilíbrio estável entre as diferentes perspectivas. Essa conclusão é de suma relevância para se pensar estratégias de desenvolvimento rural que pretendem articular, de forma democrática, diferentes eixos, com seus respectivos objetivos e concepções acerca da utilização do espaço rural.

Aplicando o conceito: eco-poder e desenvolvimento rural no Brasil

A argumentação de Pierre Lascoumes traz alguns questionamentos que podem enriquecer a análise das disputas de poder e das dinâmicas socioambientais no meio rural, especialmente em locais em que um mesmo espaço pode ser utilizado para fins tão distantes quanto conservação da biodiversidade, agricultura de subsistência ou produção agrícola intensiva, por exemplo.

Mas, antes de transpor o conceito para o contexto brasileiro, é importante que seja feita uma ressalva: no Brasil, a importância política e a dimensão da questão ambiental não atingiram, pelo menos até o momento, a proporção observada no caso francês, ou na Europa Ocidental como um todo, onde o autor desenvolveu sua teoria. Ainda que presentes em maior ou menor grau, no caso brasileiro não se observa a “ecologia difusa por todos os programas governamentais de um extremo ao outro, os Verdes e afins tomarem o controle do aparelho público, a indústria se lançar para os eco-produtos ou eco-conselhos, e a eco-formação se tornar um caminho frutífero” como aparece no relato de Lascoumes (1994, p.310).

Contudo, essa diferença de escala de atuação – na Europa sendo exercido em muito mais setores e com muito mais intensidade – não impede que o eco-poder também possa ser visualizado manifestando-se em diferentes contextos presentes no Brasil. Inclusive, devido ao fato de atuarem nos biomas e ecossistemas nacionais muitas Organizações Não-Governamentais internacionais, que, ao intervirem diretamente nas formas de utilização do espaço natural, através do financiamento da implementação de parques e reservas e do desenvolvimento de projetos de proteção ao meio ambiente, valem-se do eco-poder para impor seus objetivos, freqüentemente sem consultar as populações locais, que são as diretamente afetadas.

Mas não apenas em situações em que há interferências externas pode ser observada a manifestação do eco-poder. Mesmo a legislação ambiental brasileira legitima e institucionaliza esse controle sobre a totalidade das formas de vida, fundamentado em um saber ecológico restrito aos especialistas, ao impor formas de regulação do uso do meio natural priorizando a conservação da biodiversidade sobre a reprodução social e econômica de alguns grupos sociais, como no caso de comunidades extrativistas, por exemplo.

Portanto, parece que merecem ser destacados alguns aspectos da formulação acerca do eco-poder como de grande valia para estudos de desenvolvimento rural no Brasil. O primeiro deles, talvez, seja o destaque atribuído à diversidade de representações sobre o meio ambiente, diretamente vinculadas às formas de utilização e gestão dos organismos vivos.

Como afirma Lascoumes, falar em meio ambiente no singular, como se faz mais geralmente, é uma facilidade de linguagem enganosa. De fato, representações e projetos variam consideravelmente segundo dois tipos de elementos. De uma parte, em função das categorias de atores considerados, de suas socializações e de suas experiências concretas: agricultor, morador do meio urbano, técnico em um grande grupo, dirigente de uma unidade de conservação, trabalhador em um setor de alta tecnologia ou em um curtime semi-artesanal, etc. De outra parte, interferem também consideravelmente os contextos nos quais uma situação é percebida como possível problema. Os mesmos sujeitos podem, portanto, ter os comportamentos mais diferentes segundo o seu meio de trabalho, seu espaço de lazer, seu meio de transporte, o local de vida imediato de sua família ou de um panorama simbólico aos seus olhos. Daí a importância de se enfatizar, portanto, a ação coletiva, seus fundamentos incertos, suas causas tortuosas e suas finalidades aleatórias, conduzindo a sublinhar a pluralidade de representações do meio ambiente, tanto como a diversidade dos projetos de proteção (LASCOUMES, 1994).

Esse ponto leva a um segundo aspecto da análise acerca do eco-poder que merece ser destacado: é importante “desnaturalizar” a urgência dos discursos ecologistas e de seus imperativos de proteção da biodiversidade, preservação das espécies, engenharias genéticas. Não que a degradação ambiental não exista de fato, nem que não seja importante reduzir os impactos da sociedade contemporânea sobre o meio natural – muito pelo contrário. Mas o importante é manter-se atento para o discernimento entre as situações em que as medidas ecologistas se mostram necessárias e voltadas para acatar os interesses dos grupos envolvidos de forma democrática e as situações em que

mascam o exercício de um poder autoritário e dominador. Afinal de contas, não existe uma natureza “pura” e intocada pela cultura humana a ser preservada a qualquer custo. De maneira oposta, a natureza é fruto das acomodações históricas de interesses e valores da sociedade, sendo necessariamente também uma construção cultural: tudo isto ao qual nós temos acesso é o resultado das relações com a natureza - relações de conhecimento intuitivo ou racionalizado pelas ciências, relação de exploração ou de conservação mediadas pelas técnicas, relações imaginárias enfim, fatos da experiência sensível e de projeção.

Portanto, incluir o conceito de eco-poder nas análises das dinâmicas socioambientais pode favorecer a percepção desses diversos tipos de situações, contribuindo para um planejamento mais cuidadoso e democrático dos projetos de desenvolvimento, que priorizem não apenas o saber científico, mas a diversidade de saberes locais.

Há uma vasta gama de fatores que determinam a finalidade dos espaços rurais, que podem possuir vocações distintas para grupos sociais os mais diversos. O conceito de eco-poder parece ser uma ferramenta riquíssima para o entendimento de como se dão essas definições e, principalmente, como se deseja que elas possam ocorrer.

Bibliografia citada:

BILLAUD, Jean-Paul. Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 111-118, jul./dez. 2004. Editora UFPR

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. In: _____. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1984. v. 1. 152p

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979. 296p.

LASCOUMES, Pierre. **L'Éco-pouvoir**. Environnements et Politiques. Paris: Edition La Découvert. 1994. 320p.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizado e traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979. p. IX-XXV.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1977. 262p.

ZANONI, Magda, A. D. FERREIRA, *et al.* Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.2, jul./dez., p.39-55. 2000. Editora UFPR

O TEATRO RURAL DO ESTUDANTE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Marta Gomes Lucena de Lima (Doutoranda do CPDA/UFRRJ)

E-mail: martagomes@bol.com.br

RESUMO

O artigo analisa a importância de uma instituição cultural como o Grupo Teatro Rural do Estudante, inaugurando na década de 1950 na antiga Freguesia Rural de Campo Grande do município do Rio de Janeiro. Os espaços teatrais integravam-se, completamente à vida urbana e o TRE, sob a influência de Paschoal Carlos Magno, permitiu que a arte, a cultura, a política e a economia, pudessem ser discutidas em meio à dinâmica do processo de urbanização marcado pela ampliação e transformação dos espaços públicos de lazer, bem como a transição da sociedade agrária para a urbana. Através de encenações de peças de cunho social (como a peça *Zé do Pato* sobre a vida de José do Patrocínio) esse teatro local tornou-se um pólo de cultura, lazer e entretenimento; um espaço genuíno de representatividade popular.

Introdução

Este artigo versa sobre a história do Grupo Teatro Rural do Estudante (TRE), inaugurado em 1952 no bairro de Campo Grande que integrava a antiga zona rural e atual Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. O TRE pode ser considerado como uma experiência cultural moderna no momento da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Através das práticas culturais implementadas, podemos perceber a sua criação como uma referência sócio-cultural e artística capaz de evidenciar a presença de novos atores à vida política da cidade. O artigo analisa também a obra *Zé do Pato*, de Elza Osborne, que conta a história de José do Patrocínio (1853-1905). Podemos defender o ponto de vista que situa a peça como reveladora de

aspectos da transição de uma sociedade rural para urbana. Assim sendo, não é o objetivo central analisar o desenvolvimento de uma estrutura teatral moderna no Brasil, e sim propor uma análise sociológica da peça destacando alguns dos principais elementos temáticos presentes em *Zé do Pato*.

Inicialmente, convém destacar a influência de Paschoal Carlos Magno,¹ sobre o grupo. O TRE foi inspirado em seu ideal, que preconiza um teatro para todas as pessoas independentemente da classe social a qual pertençam. Tal princípio se coadunava com uma das principais motivações do Grupo, consolidar essa experiência cultural, em um espaço distante do centro urbano da Capital Federal. No plano ideológico, pretendia-se fomentar a cultura na região incentivando a participação da população local no mundo das artes cênicas, bem como garantir ao grande público acesso à cultura. Ao considerar que os espaços teatrais formam núcleos de criação e difusão artístico-cultural; onde as sociabilidades se renovam e as coletividades se expressam, constituem-se assim, em espaços genuínos de representatividade popular. Podemos afirmar que através de encenações de peças de cunho social, esse teatro local tornou-se um pólo de cultura, lazer e entretenimento. Este grupo de teatro amador era composto por Rogério Fróes, Regina Pierini, Wilson Dray, Zélia Moraes, J. Thomé, Dinear V. Plaza, Carlos Branco entre outros². Os componentes do grupo liderado por Herculano Leal Carneiro ressentiam-se da insuficiência de políticas públicas direcionadas para a região, inclusive, na área cultural. Assim sendo, os precursores do TRE se uniram em torno do objetivo de viabilizar esse espaço, e estabeleceram um território de sociabilidade que caracteriza os centros urbanos modernos.

Portanto, pode-se articular como hipótese, o conceito de vanguarda aos seguintes fatores: ao grupo social precursor do teatro Rural do Estudante, em uma região tradicional que comporta, como latentes, as dinâmicas da sociedade moderna, numa época em que havia, algumas iniciativas, voltadas para a cultura. Tais fatores nos levam a suscitar quais seriam as características existentes neste bairro que propiciaram o exercício de uma experiência moderna em uma área marcada por fortes tradições rurais, ao mesmo tempo em que ocorria a inexorável

¹ Paschoal Carlos Magno (1906-1980) exerceu várias funções: poeta, romancista, diplomata de carreira, vereador pelo Distrito Federal, chefe de gabinete no Governo de Juscelino Kubitschek. No entanto, sua contribuição mostrou-se fundamental para o desenvolvimento do moderno teatro brasileiro. Foi o responsável pela origem de grupos teatrais estudantis ou universitários, em diversas cidades brasileiras. Este movimento se iniciou no Rio de Janeiro com o TEB (Teatro do Estudante do Brasil), o TU (Teatro Universitário), O Teatro Duse e os Festivais de Teatro realizados no país, foram experiências que geraram muitas conseqüências, pois respondiam a uma emergência cultural de uma determinada época e sociedade. Preocupava-se também com a legitimação da cultura nacional, genuinamente brasileira.

² Rogério Fróes é ator e antigo morador de Campo Grande. Regina Pierine é atriz e moradora da região, atualmente junto com seu marido Ives Macena dirige a Lona Cultura Elza Osborne em Campo Grande. Regina Pierine e de Rogério Fróes, a mim concederam entrevistas em junho de 2006. Daí a origem das citações das citações dos atores ao longo do texto.

expansão urbana da cidade³. Cabe-nos aqui informar a característica de centralidade inerente a este bairro sendo, ainda hoje, denominado como “a capital” da zona oeste.

Com crescimento acentuado a partir do século XIX, Campo Grande tornou-se o centro comercial da antiga zona rural do Distrito Federal. O Bairro configura-se então, cada vez mais, como moderno, seja por seu traçado urbano ou pela ampliação da rede de serviços e transportes. O bairro de Campo Grande foi o cenário encontrado pelo Teatro Rural do Estudante, na década de 1950, no momento em que a produção agrícola se fragilizava e era atingida pela expansão urbana. Assim sendo, a região perdia suas características de produção agrícola e gradativamente, transformava seu perfil devido às intervenções urbanísticas que nela passaram a ocorrer.

Se por um lado, ocorreram alterações significativas em alguns setores, por outro, conforme Rogério Fróes para quem “esta iniciativa era social e também não deixava de ser política”, o problema da distância de Campo Grande do centro da cidade era agravado na época pela precariedade do setor de transporte. A distância do centro e a necessidade de fomentar arte e cultura no local são também argumentos comuns do diretor B. de Paiva, que assina um texto que consta na publicação *Zé do Pato*, no qual agradece à equipe que participou da montagem da peça:

(...) Herculano Carneiro que desenvolveu um trabalho de titan para que o Teatro Rural do Estudante mostrasse, pelos seus moços, esta peça brasileira que conta ao povo da nossa terra uma das nossas mais belas páginas. A todos os outros que, pacientemente trabalharam comigo, aos meus atores e atrizes que em Campo Grande, longe do bolicio do centro, fazem com amor o TRE.⁴

A necessidade de fazer teatro era a motivação básica do grupo. E assim, os jovens de Campo Grande, após seu expediente de trabalho, praticavam a arte do teatro. Como relata

³ Até o final do século XIX, as freguesias rurais, poucas alterações sofreram até que se consolidou, no país, o Modo de Produção Capitalista na forma do aparecimento de um mercado de alimentos e de terras. No ano de 1918, o zoneamento estabelecido no Governo do Prefeito Amaro Cavalcanti propôs a criação de uma Zona Rural no território que correspondia anteriormente às freguesias. A partir dessa data uma agricultura regular se desenvolve, na área. Em torno de Campo Grande se desenvolveu a olericultura e a citricultura, estas atividades estimularam a expansão e a modernização urbana na região, já iniciada no século XIX, com a extensão da Estrada de Ferro D. Pedro II até Campo Grande e a instalação de linhas de bonde, sobre o assunto ver: RODRIGUEZ, Helio Suevo. *A Formação das estradas de ferro: O Resgate da sua Memória*. Impressão: RR Donneley, São Paulo. 2004.

.No início do século XX, ocorre um processo de valorização imobiliária na região, embora esta estivesse mais voltada para a produção agrícola do que para a moradia. A partir da década de 1960, a frente agrícola é substituída por uma frente urbana, com ênfase na habitação e não mais na produção agrícola. A crise se instala na região devido ao processo de periferização, como conseqüência na década de 1970, a zona rural é substituída pela zona oeste.

⁴ PAIVA B. “O que é Zé do Pato para mim”, in: OSBORNE, Elza Pinho, *Zé do Pato peça em 2 atos para o Teatro Rural do Estudante* (em comemoração ao septuagésimo da Lei Áurea) Rio de Janeiro: Composições Gráficas Lux LTDA: Rio de Janeiro, 1958. p. 20.

Fróes: “Eu trabalhava em um banco em Campo Grande e fazia teatro nas horas livres. Era um grupo amador, eu não recebia pelo trabalho. Só quem recebia era o diretor”.

As primeiras peças do grupo foram dirigidas por Herculano Carneiro, no entanto, este reconheceu que, seus conhecimentos, nesta função específica, não eram suficientes para a realização do primoroso trabalho que os integrantes do grupo idealizavam. Assim sendo, Herculano Carneiro solicitou a Paschoal Carlos Magno a contratação de um diretor para o TRE. Integrou-se ao grupo, então, o diretor Mario de Almeida, de São Paulo. Conta-nos Fróes que o citado diretor:

(...) era ligado a Manuel Carlos e a Fábio Sabag, freqüentavam um local na Biblioteca Nacional de São Paulo perto de uma estátua e ficaram conhecidos como a *turma da estátua*. Ele deu um novo rumo ao trabalho do grupo, escolheu textos. Tínhamos um ensaio mais aprimorado e exigiu que se contratasse um figurinista. Ficou conosco em torno de quatro anos.

No entanto, no ano de 1957, o Teatro Universitário de Porto Alegre contratou, para dirigi-los, Mário de Almeida. Em decorrência, este foi substituído pelo cearense B. de Paiva, que havia sido diretor do Teatro Duse. B. de Paiva passou a dirigir as peças do grupo, tornando-se assim responsável pelo trabalho da equipe cabendo-lhe a palavra final. Mas nossos entrevistados ressaltam que todos opinavam, ou seja, as diretrizes seguidas pelo TRE eram formuladas de maneira coletiva.

Segundo Rogério Fróes, “B. de Paiva manteve-se no TRE até quando se extinguiu a verba que conseguiram com Paschoal Carlos Magno, que vinha de uma dotação orçamentária”. E Rogério Fróes prossegue, nos contando a forma de organização do grupo de teatro:

Tinha o presidente, que era o diretor geral, o setor de divulgação, o setor financeiro que administrava o dinheiro que vinha do estado”. Mas, o ator enfatiza que a verba recebida pelo teatro não era suficiente, assim sendo: “promovíamos festas juninas e festas da primavera para arrecadar fundos, neste sentido, organizamos também a festa da lavoura em Inhoaíba.

O grupo do TRE não se detinha à encenação de um único gênero teatral. Em relação ao drama, podemos citar a montagem da peça *Onde a cruz está marcada*, de Eugene O’Neil. Quanto à comédia, citamos a peça espanhola do crítico social Alejandro Casona, *Farsa e Justiça do Corregedor*. O grupo encenava também peças infantis, como *Rataplan*, que se passava dentro de um circo e foi dirigida por Rogério Fróes. Este nos relata o seu envolvimento

com o teatro infantil, revelando que em uma determinada época, encenou peças infantis, por um período de seis meses, com entrada franca, sempre aos domingos às dez horas da manhã.

Neste sentido, arremata Pierine, ao se referir à peça *Almanjarra*, que não pode ser encenada no Teatro de Arena, (assim como *Zé do Pato*) por exigir encenação em palco italiano:

Montamos a peça *Almanjarra*, que era uma comédia de costumes, escrita por Artur Azevedo, e que significa coisa grande, que ocupa muito espaço, onde a mulher escondia seus amantes”. E prossegue: “Montamos também, uma revista, mas não era um Teatro de Revista; Fizemos ainda espetáculos só com poesias, e encenamos *O pedido de casamento*, uma comédia russa de Anton Tchekhov .

Quando perguntados sobre as principais influências e que grupos significativos da época incidiram sobre o Teatro Rural do Estudante, os dois entrevistados relataram que de fato, não as reconhecia. Em relação ao Teatro de Arena de São Paulo, Fróes nos esclarece:

O Teatro de Arena de São Paulo foi um movimento único, nós não sofriamos a sua influência. Poderíamos até ter algum elemento do grupo de estátua de São Paulo, mas não pode se caracterizar como influência. Eles eram um grupo extremamente voltado para a política. Apesar da nossa proposta principal de fomentar a cultura em Campo Grande também ser política, não éramos um grupo engajado e nossa proposta vincula-se a uma proposta bastante social voltada para o local.

O trabalho teve grande repercussão. E o grupo inaugurou o Teatro Artur Azevedo, em 18 de agosto de 1956, com a peça *Almanjarra*, do próprio Artur Azevedo. O trabalho profícuo do TRE despertou o interesse e admiração da então Administradora Regional, Elza Pinho Osborne, que foi a primeira mulher engenheira a administrar quadros do funcionalismo da prefeitura do Distrito Federal. De acordo com Fróes, Osborne era engenheira do 14º Distrito de Obras: “ela modernizou Campo Grande com viadutos, túneis e era também a madrinha do grupo”. De fato, Osborne foi responsável por diversas obras na Zona Oeste, então Zona Rural, como a construção do viaduto Engenheiro Alim Pedro, do Teatro de Arena, do Teatro Artur Azevedo e do anfiteatro da Praça Filomena, entre outras obras.

Sua administração, ao receber alguns terrenos, investiu na construção do Teatro de Arena, que recebeu seu nome em reconhecimento pela doação. Em 1958, foi fundado o *Teatro de Arena Elza Osborne*. Entre as personalidades presentes estavam a Primeira Ministra da Guatemala e o então Prefeito, Negrão de Lima.

Enfim, foi Osborne uma mulher à frente de seu tempo. Vale lembrar que no Brasil, na década de 1950, o papel da mulher ainda era circunscrito à seara doméstica e familiar. Sobre

este estigma desabafa a atriz Regina Pierini: “sou oriunda de família de artistas, sempre conheci o peso da discriminação no exercício desta arte”. O teatro como uma atividade boêmia, no período, imprimia a má fama, principalmente, para a mulher. Pierini vai além, e nos conta: “Na realidade, infligíamos o *status quo* de uma sociedade marcadamente tradicional, incorporam-se ao projeto pessoas “de fora” da região que contavam com todo o incentivo para o desenvolvimento do trabalho” e, relatado, com ênfase: “tínhamos também um engenheiro!” Ressalta-se que este ofício advém como par indissociável da sociedade moderna.

Do ponto de vista de gênero e de relação profissional, o grupo era moderno, pois tanto admitia mulheres quanto incorporava profissões consideradas modernas. Pode-se dizer que se tratava de um grupo cosmopolita, que contava também com o engenheiro, arquiteto e artista plástico, Miguel Pastor, que realizou obras de arte com fortes traços modernos, que povoam o Teatro de Arena e seus arredores. Tanto Fróes quanto Pierini se sensibilizam ao falar de Pastor, já falecido, que executou um belíssimo painel em azulejos, no qual são representadas três tragédias gregas: *Hécuba*, de Eurípedes; *Édipo Rei*, de Sófocles e *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo. Infelizmente, tal painel resiste de forma precária no local.

Miguel Pastor fez também, em granito preto, o monumento ao deus Dionísio, as máscaras de teatro e o nome Elza também em traços modernos. As máscaras do riso e da tragédia que compõem os painéis, também eram utilizados, no emblema dos uniformes do grupo. O busto de Paschoal Carlos Magno, em bronze maciço, localizado na Praça do Estudante, próximo ao Teatro de Arena Elza Osborne, e a pira para rituais dionisíacos, também são obras de Pastor, no entanto, ambas foram roubadas. Regina Pierine lamenta: “É uma lástima essa negligência pelos patrimônios artísticos em nosso país, estamos perdendo nossa memória cultural”.

É importante frisar que a alusão ao teatro grego se dá por este ser considerado referência universal para quem faz teatro. O que não significa que o Teatro Rural do Estudante correspondesse, como matriz estrutural, às bases do teatro grego.

“Tivemos em Campo Grande a presença de pessoas talentosas e idealistas que fizeram do Teatro uma verdadeira obra de arte”, relata com indisfarçável orgulho a atriz Regina Pierine. E continua:

O grupo do Teatro Rural do Estudante foi responsável por iniciativas como: a Inauguração do Teatro Artur Azevedo ficando Rogério Fróes, como seu diretor; o projeto Teatro Escola, e levaram para a região a ópera, encenaram 14 óperas, o que foi um acontecimento na época. Havia também um coral e uma orquestra, coordenadas pelos irmãos Almeida que tiveram trajetória internacional.

Esse grupo inovador era legitimado pela assiduidade do grande público, como frisam os percussores: “a freqüência das peças era feita por todas as classes sociais. Era misturado. Era para todo mundo”. Campo Grande é uma região caracterizada por sua função de centralidade e por ter significativo desenvolvimento comercial. Podemos supor que haveria na região, naquele período, condições pré-existentes para a geração de outras significações, ou seja, a existência de discursos polifônicos. Assim sendo, podemos considerar a materialização desses discursos, através dos quais os homens transmitem e desenvolvem seu olhar do mundo e suas posições diante da vida. É possível que, estas características ecoem nas falas dos nossos entrevistados, Campo Grande é a capital da zona oeste!” Pode-se assim, levantar a hipótese de que este bairro em uma região tradicional comporta, como latentes, as dinâmicas da sociedade moderna.

No entanto, a partir de 1968 o teatro encontrou-se em situação de abandono. Em 1986, Herculano Carneiro sugeriu à Regina Pierini que aceitasse a incumbência de reerguer o teatro. Aceitando o desafio, Regina Pierine que estava residindo em Minas Gerais, retorna ao Rio de Janeiro e vai residir no local que outrora fora o Teatro de Arena. É deste comprometimento que vai ser concebida em 1993, sob os escombros do Teatro de Arena, a primeira Lona Cultural do Rio de Janeiro, a Lona Cultural Elza Osborne. Conforme relata Pierini, a implementação desta iniciativa foi uma idéia de seu marido, Ives Macena, que havia dirigido uma lona cultural em Divinópolis, Minas Gerais. A Lona Cultural de Campo Grande é pioneira na cidade do Rio de Janeiro, surgindo daí, o Projeto Lonas Culturais. No entanto, a Lona Cultura Elza Osborne tem um fator diferencial das subseqüentes, ela tem uma história. Tal fato nos esclarece a atriz, que se reconhece como a continuidade do Teatro Rural do Estudante, não é em vão: “Eles querem acabar com a historia destruindo a memória. Eles querem contar a história a partir deles⁵”.

De fato, a breve exposição realizada sobre esta experiência cultural, nos traz alguns elementos elucidativos sobre parte da história cultural da região. No entanto, ao falar sobre a importância do TRE de Campo Grande, convém sublinhar que sua ação não se restringiu à esfera local. Sua repercussão alcançou reconhecimento nacional, principalmente com a encenação da peça *Zé do Pato*, em 1957. Cabe salientar, que esta obra ao contar à história de José do patrocínio (1853-1905) o abolicionista, tornou-se um importante documento por tratar: de uma temática genuinamente brasileira, das transformações sociais imposta pela

⁵ A Lona Cultural Elza Osborne de Campo Grande foi à primeira lona cultural que integra atualmente o projeto das lonas culturais da prefeitura. O projeto das lonas culturais é administrado pela Divisão de Teatro da prefeitura do município do Rio de Janeiro.

modernidade no período, bem como por seu êxito e repercussão personificar as conquistas adquiridas pelo TRE.

Assim sendo, debruçemo-nos sobre a obra, procurando destacar o que esta significou para o grupo e para a região como também, sobre sua inserção no contexto da dramaturgia nacional do período.

O Grupo Teatro Rural do Estudante e a obra *Zé do Pato*

A peça *Zé do Pato* escrita por Elza Osborne foi um primoroso trabalho reconhecido no I Festival Nacional de Teatro de Estudantes, em Recife no ano de 1958. Este festival foi idealizado por Paschoal Carlos Magno e teve a participação de 1.400 estudantes de todo o Brasil. A iniciativa foi saudada pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que enviou telegrama nos seguintes termos:“(...) O teatro do Estudante é um movimento de vanguarda, contribuindo para o aperfeiçoamento da nossa juventude e elevação da cultura brasileira”.⁶ A premiação foi realizada de maneira bastante democrática e foram premiados autores, diretores, atores, atrizes, cenógrafos e figurinistas. Entre outros trabalhos também reconhecidos, destacou-se a peça *Zé do Pato*. B. de Paiva recebeu o prêmio de melhor direção e ganhou uma viagem à Europa e uma bolsa de estudos pelo seu trabalho. A encenação feita pelo Teatro Rural do Estudante recebeu o prêmio do Presidente JK.

A publicação *Zé do Pato* – peça em 2 atos para o Teatro Rural do Estudante de 1958, em sua introdução contém um texto escrito pelo diretor do Teatro Rural do Estudante, B. de Paiva. Neste texto, Paiva narra à felicidade que sentiu ao ver *Zé do Pato* pela primeira vez, “(...) a alegria que isto me dava tinha um motivo: o autor era da terra, os personagens também, e o cenário morava ainda bem perto da gente.”⁷ E ainda esclarece que seu interesse em participar da realização da obra que conta à história de José do Patrocínio, foi fundamentalmente para combater aqueles que:

(...) impingiram ao público, através da gente que fazia teatro no Brasil, uma centena de peças históricas, absurdamente defeituosas na técnica e no estilo, sem a preocupação de doarem ao Brasil aquilo que tanto necessitamos para nos representarmos na literatura do mundo: um teatro brasileiro (...).⁸

⁶ Leite, Barreto Luíza *Paschoal e seus Festivais* in **Dionysos** Ministério da Educação e Cultura DAC – FUNARTE Serviço Nacional de Teatro Setembro de 1978 nº 5. p 55

⁷ Paiva B. “O que é *Zé do Pato* para mim” in: OSBORNE, Elza Pinho, *Zé do Pato peça em 2 atos para o Teatro rural do estudante* (em comemoração ao septuagésimo da Lei Áurea) Rio de Janeiro: Composições Gráficas Lux LTDA: Rio de Janeiro, 1958. pg 13

⁸ idem, p. 14

Esta peça, de fato, aborda um conteúdo moderno. Neste sentido, frisa-se que o destaque dado à peça de Elza Osborne é a nacionalidade do tema. Tal observação se destaca como novidade na época, período em que imperavam as representações de peças estrangeiras. Mas o fato mais relevante não está, provavelmente, na nacionalidade do autor, e sim na brasilidade do tema e de sua emoção. Segundo Décio de Almeida Prado, ao referir-se a peças que tinham um caráter genuinamente brasileiro, deve-se compreender como característica fundamental a emoção que emerge no contexto do quadro social no qual a obra se ocupa, assim: “(...) o seu verdadeiro brasileirismo não é exterior, não está no cenário, na descrição superficial de certos hábitos e modismos regionais. Brasileira parece-nos na própria qualidade de sua emoção. (...) Uma lágrima autêntica, não filtrada pela estética.”⁹

Soma-se à dimensão da emoção genuinamente brasileira o registro de parte da história do Brasil. A peça foi escrita para os “afilhados” de Elza Osborne, do Teatro Rural do Estudante, com o intuito de comemorar o septuagenário da abolição do cativo no Brasil. A autora imediatamente escolheu como símbolo para discorrer sobre o tema, a trajetória do homem que comoveu o Brasil, José do Patrocínio. Preto, plebeu e pobre, sem grandes dotes físicos, Zé do Pato falou para o país. Este homem combatente que mobilizou sua gente em torno da causa abolicionista ficou conhecido tanto como o *tribuno dos escravos*, como também o *tigre da abolição*¹⁰. Atravessam também, no texto de Osborne, alguns personagens históricos que foram destaque naquele período: Quintino Bocayuva, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Lopes Trovão, Ferreira de Araújo, Raul Pompéia e Silva Jardim. Estes, através de expressiva produção intelectual e atividades política, deixaram também a sua marca na história nacional.

Outra característica constante na trama, que convém destacar, é a transformação da sociedade inflada pelo ideal de liberdade. Mesmo quando nos mostra a resistência da classe senhorial, existe um certo ar resignado esboçado por seus integrantes perante o novo contexto político e social que se apresentava no período. A dimensão libertária é expressa pelo ramo de camélias que surge na décima segunda cena do primeiro ato passada na cidade de Campos. Assim, quando o recém-chegado da Europa, Zé do Pato, vai discursar acompanhado de Bibi e de uma senhora da cidade, esta última tem em mãos um ramo de camélias e um envelope. A senhora campista entrega a Zé do Pato o envelope e a Bibi as flores. Estes gestos são acompanhados pelas seguintes palavras:

⁹ PRADO, Décio de A. *Apresentação do teatro brasileiro moderno: crítica teatral (1947-1955)*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 97.

¹⁰ Totalizam na peça cinco personagens históricos: José do Patrocínio, sua esposa Maria Henriqueta do Patrocínio (Bibi); sua sogra Henriqueta Sena; seu sogro Emiliano Rosa Sena e seu fiel amigo Francisco de Paula.

(...) Exmo. Sr. José do Patrocínio. Peço que vos digneis a receber duas oferendas das Damas de Campos. Esta (entrega o envelope) representa a liberdade para 100 cativos. É pouco para quem clama pela abolição total mas esse pouco será o princípio de muito que as Damas de Campos pretendem fazer em vossa homenagem. (...) A outra oferenda destina-se à vossa esposa. (...) Senhora. Aceitai estas camélias, símbolo da abolição, e que foram colhidas dos nossos jardins para homenagear a companheira de um grande campista.¹¹

As camélias são, portanto um sinal da esperança de liberdade, um símbolo da abolição, e estão propositadamente ausentes no início da trama. Ao compor o cenário do primeiro ato, a autora faz menções específicas à ausência das camélias: “Cenário: Sala em estilo brasileiro, fins do século XIX; mesa cadeiras e um consolo com um jarro com flores (qualquer flor, com exceção de camélias)¹²”. Estas flores surgem apenas quando a trama abolicionista se desenvolve e atinge fatalmente todos os personagens da casa de Emiliano.

Na peça de *Zé do Pato*, os personagens são todos representativos de uma coletividade ou, como diz Décio de Almeida Prado, “padrões exemplares de sua classe social”.¹³ O caráter de cada personagem indicando claramente os sujeitos da transformação histórica. Por exemplo, Zé do Pato é ele mesmo, ainda que represente os militantes abolicionistas atingidos pela crise política do período. Já Bibi, a filha, é um personagem complexo que vive um duplo conflito: independentemente da crise política e econômica, ela deflagra de início uma crise familiar com o desejo de se casar com um negro, representante do abolicionismo; durante a crise, ela reforça os ideais da luta. Nessa complexidade, ela representa, ao mesmo tempo, a filha que, tenazmente, procura abrir uma brecha no muro da moral tradicional familiar, como também representa as inúmeras mulheres que estabilizam as famílias com profundo bom senso. Amparado por Henriqueta, sua esposa, Emiliano concentrará as diversas opiniões.

Embora possamos arrolar sobre as relações entre Zé do Pato e outros personagens, essas oposições têm um sentido mais profundo, vistas de perto. Este sentido aparece de forma mais evidente na relação entre Zé do Pato e Bibi, sua esposa, cujo princípio de generalização pode ser resumido pelo conflito que vivencia decorrente dos ares cosmopolitas da nova época. *Bibi* ao ver o marido submeter-se aos encantos da proclamada Paris, e mais ainda, ao perceber

¹¹ OSBORNE, Elza Pinho, *Op. cit.*, pp. 132-133.

¹² *Idem*, p. 41.

¹³ PRADO, Décio de Almeida. A Moratória. In: ANDRADE, Jorge. *Marta, a árvore e o relógio*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 627.

a ameaça ao seu casamento pelo provável encantamento deste por uma charmosa parisiense, desespera-se!

De fato, Zé do Pato vai constantemente a Paris, lá se atualiza e infla-se assim, na fonte, das concepções modernas que o contexto de sua atividade política no Brasil exige. Mais do que isso, tal princípio estrutura a peça, fazendo aparecer, simultaneamente, os dois pólos urbanos, mesmo que as viagens sejam apenas citadas na peça, fica clara a relação do fluxo contínuo de valores não só políticos, como do modelo preconizado pelo estilo de vida que advém da cidade das luzes.

É nisto precisamente se manifesta a sagacidade de Elza Osborne, a construção laboriosa do plano urbano da peça. A apresentação desses planos é talvez um dos elementos mais significativos desta trama, e podemos arriscar, o elemento mais representativo da modernidade da forma deste texto. No entanto, mais do que passado e presente, o cenário não se refere à velha ordem rural, e sim ao progressivo desenvolvimento urbano.

A Faculdade de Engenharia é um dos marcadores sociais que simbolizam a emergência desta nova era. Além dos embates acerca da oposição entre a decadência da ordem tradicional e o desenvolvimento urbano moderno, afigura-se, também, o estabelecimento do estilo de vida da geração urbana. Este estatuto urbano é *locus* com ares cosmopolita por onde a trama se desenvolve. Ao falar da cidade do Rio de Janeiro, no período, a capital do país, a autora registra também a importância da Rua do Ouvidor. O apelo desta rua é colocado por Rosinha quando se dirige à escrava Bastiana: “Ora, Bastiana. Até parece que não sabes o quanto temos a fazer na rua do Ouvidor”.¹⁴

Osborne faz coincidir a crise do desenvolvimento da modernidade brasileira (progressiva industrialização, contraposta à primazia agrária escravocata) com a crise da forma própria ao drama moderno. Devemos esclarecer que a forma moderna ocorre na medida em que as unidades fundamentais são rompidas, dando lugar a uma ação entrelaçada, cujo tempo se desenvolve de maneira paralela em dois planos. Até mesmo o espaço é cindido, reflexo da profunda ruptura na vida dos personagens e da sociedade que eles representam.

Ao apresentar o fundo quase arquetípico da construção do Rio de Janeiro, esse contexto realça, além da modernidade do texto, uma temática nacional e uma forma cênica moderna. Levada à cena em um momento histórico em que já se havia instalado no Brasil um teatro moderno.

A montagem da peça de Osborne possibilitou um desempenho cuidadoso dos atores. Propunha, portanto, uma nova prova para B. de Paiva, que a venceu com maestria, oferecendo ao público uma representação excelente. A autora busca resgatar suas próprias raízes e

¹⁴ OSBORNE, Elza Pinho, *op. cit.*, p. 35.

contribui para revisitar as raízes de todo um povo. Retornando ao passado criou um teatro na sua época, ou seja, o tema fala do passado e o modo como foi apresentado é moderno.

Por fim, a densidade e o ineditismo das informações sobre O Teatro Rural do Estudante, suas ações e o conteúdo de suas obras, permitem que se vislumbre muitas outras análises que poderão se beneficiar do trabalho realizado. Obviamente, haverá sobreposição de informações na medida em que tal estudo for cotejado por outros pesquisadores que, abordando a mesma temática, poderão desenvolver análises complementares.

Referências Bibliográficas

LEITE, Barreto Luíza. *Paschoal e seus Festivais*. *Dionysos*, Ministério da Educação e Cultura, DAC – FUNARTE Serviço Nacional de Teatro, Setembro de 1978, nº 5.

PRADO, Décio de Almeida. “A Moratória”. In: ANDRADE, Jorge. *Marta, a árvore e o relógio*. São Paulo: Perspectiva, 1986

_____. *Apresentação do teatro brasileiro moderno: crítica teatral (1947-1955)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

RODRIGUEZ, Helio Suevo. *A Formação das estradas de ferro: O Resgate da sua Memória*. Imprensa: RR Donneley, São Paulo. 2004.

Obra de análise

OSBORNE, Elza Pinho. *Zé do Pato peça em 2 atos para o Teatro Rural do Estudante* (em comemoração ao septuagenário da Lei Áurea). Rio de Janeiro: Composições Gráficas Lux LTDA, 1958.

O TERRITÓRIO COMO SUPORTE IDENTITÁRIO PARA A CULTURA KAINGANG

Cláudia Aresi (UFRGS/aluna mestranda
Graduada e Bacharel em Geografia e Mestranda em Geografia)
E-mail: claudia.aresi@bol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre o território compreendido como suporte identitário para a cultura Kaingang, a partir de uma reflexão sobre território, identidade e cultura Kaingang. Além disso, tenta mostrar a importância do território para o povo Kaingang, pois aquele não representa apenas uma porção do espaço politicamente delimitado e com fronteiras estanques, mas um espaço permeado de símbolos e significações pertinentes ao grupo. O território também serve de suporte para a reprodução da dualidade Kaingang, que é um dos elementos presentes na sua organização social. As raízes antigas, históricas, míticas, ancestrais, étnicas tornam o território sagrado, e isto concede aos povos certos direitos sobre o mesmo. Nossa discussão envolve todos estes aspectos pertinentes a cultura Kaingang e que estão diretamente imbricados com o território.

Introdução

Neste artigo buscamos desenvolver uma discussão sobre o conceito de território, tomando-o como suporte identitário para a cultura do índio Kaingang. O presente trabalho é um fragmento de minha dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida atualmente no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que abordará as transformações culturais e a identidade territorial dos

índios Kaingang, em especial os pertencentes a reserva indígena de Serrinha, localizada ao Norte do Estado do Rio Grande do Sul.

Minha preocupação neste artigo é identificar a importância do território para os Kaingang, uma vez que para eles o território não representa apenas uma porção do espaço politicamente delimitado e com fronteiras estanques, mas um espaço permeado de símbolos e significações pertinentes ao grupo, como, por exemplo, os cemitérios onde estão enterrados os seus antepassados.

Além disso, a ligação do indígena com o território em que vive ou viveu é muito forte, justamente pela bagagem cultural que este possui. Embora o contato com outras culturas tenha mudado em partes o seu modo de vida, alguns aspectos culturais herdados de gerações passadas perduram de forma incisiva até os dias atuais. Este território considerado por eles sagrado, muitas vezes é o motivo de vida ou de morte deste grupo. É no território que os povos indígenas possuem seu maior campo de lutas e de resistências.

O território e sua importância

Para melhor esclarecer o significado de território, conforme estamos discutindo neste texto, remeto as idéias de Haesbaert (1997, p. 37) quando destaca a distinção entre os diferentes territórios que são comumente estudados pela Geografia.

Esta distinção entre território como instrumento do poder político e território como espaço de identidade cultural, instrumento de um grupo cultural e/ou religioso, é fundamental no mundo contemporâneo, dentro do debate entre universalistas e multiculturalistas (defensores do respeito às diferenças culturais).

E também através de Raffestin (1993, p. 153), que afirma que quando se fala no território faz-se sempre “uma referência implícita a noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação”.

Assim, podemos afirmar que o território é o resultado da relação da humanidade com o espaço, ou seja, é a representação de nossa identidade. No entanto, neste mesmo território pode haver várias territorialidades, ou seja, diferentes identidades, que podem entrar em conflito entre si, se estiverem no mesmo plano.

A territorialidade é uma manifestação entre humanidade e espaço. É também o resultado do uso, da apropriação de um determinado lugar, com o qual o indivíduo é capaz de se identificar com o mesmo (RAFFESTIN, 1993). Além disso, existem outros fatores que contribuem para que ocorram as territorialidades como, por exemplo, a

relação de apropriação dos bens naturais pela coletividade, ou seja, apropriar-se significa fazer parte do território; a organização das relações que possibilitem a coletividade, isto é, se reconhecer no outro; e a delimitação do acesso e domínio de determinado local pelos indivíduos.

Desta forma, concordo com Haesbaert (1997, p.41) quando afirma:

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um **domínio** ou controle politicamente estruturado, mas também de uma **apropriação** que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (grifos do autor).

Ao meu ver, esta afirmação do autor está bem presente na relação do indígena com seu território. O território indígena é visto pelo grupo na perspectiva de um domínio, na tentativa de garantir a sua sobrevivência e continuidade; mas também é visto, principalmente, como apropriação, pois representa a dimensão simbólica, identitária e, acima de tudo, de afetividade do grupo com determinado espaço.

Com certeza, esta afirmação que o autor expressa acima, quando define o território, recebe a minha adesão. É sobre este prisma que pretendo desenvolver minha reflexão. O território é visto não apenas como um espaço delimitado politicamente, mas sobretudo como um espaço permeado de relações sociais, simbólicas e de afetividade. Mais do que isto é um espaço onde o indígena possa identificar-se e a partir dele expressar sua verdadeira identidade.

Baptista da Silva (2004, p. 203) se refere ao território como um lugar onde:

[...] A terra constitui-se em espaço vivido, vivenciado por grupos que nela constroem suas experiências de mundo, articulando a memória de seus antepassados com a recriação e reelaboração de suas tradições no cotidiano da atualidade. [...] Seus espaços de significação são múltiplos e polissêmicos: lugar de nascimento (raízes pessoais); lugar de pertencimento, de identidade (raízes grupais); lugar de crescimento, de socialização, de convivência, de relações familiares, sociais; lugar de tradições; lugar de antepassados; lugares onde vivos e mortos que dão sentido as existências individuais e de grupos inteiros estão presentes no mesmo espaço de ligação com o mundo.

O autor (2004, p. 204) ainda acrescenta que, a intensidade da relação com o território está relacionada com as especificidades de cada grupo. Esta relação se dá a partir de:

Um constante diálogo com as marcas materiais e imateriais nele inscritas, que são engendradas, articuladas e recriadas visões de mundo específicas. Este território marcado, vivido, vivenciado, experimentado é o palco de uma organização social diferenciada, fruto das relações estabelecidas entre grupos de pessoas que compartilham uma identidade e bens simbólicos.

O território também serve de fonte de sustento do grupo, além de reunir as condições que possibilitem a continuação e reprodução física do grupo como tal, através da agricultura, da criação de animais, da pesca, da caça, da coleta de vegetais, entre outras coisas.

Atualmente, as lutas das sociedades indígenas estão pautadas na recuperação de seus territórios. É através da conquista de seus patrimônios naturais que depende a manutenção de suas identidades culturais, seus espaços étnicos, suas línguas e costumes. Ao recuperar seu ambiente que habitavam e que se desenvolveram historicamente, recuperam também suas condições de existência, definida por seus valores culturais e suas identidades étnicas.

Existe uma ligação muito forte entre território e cultura, uma vez que para a própria memória da cultura ser vivificada, ela necessita de um referencial territorial como suporte (HAESBAERT, 1997). Podemos dizer que estes territórios podem ser vistos a partir da visão de David Harvey, apresentada em seu livro *A Condição Pós-Moderna* como “espaços de representações”. O poder simbólico é um poder quase mágico, capaz de obter o equivalente conquistado através do poder da força (física ou econômica).

E ao se referir ao poder simbólico Haesbaert (1997, p. 50) escreve:

Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais, representações ou símbolos, constituindo assim uma **identidade territorial**, ou seja, um conjunto de representações socioespaciais [...] que atribuem coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e com ele se identifica.

Portanto, não é exatamente o espaço que vai constituir a identidade de um determinado grupo, mas sua força política e cultural, além de sua capacidade de produzir uma determinada escala de identidade, mediada pelo território. O espaço é visto aqui não apenas como um processo, fruto da atividade humana sobre a natureza, mas também como um lugar entremeado de um conjunto de símbolos e representações, culturalmente produzidos (HAESBAERT, 1997).

É o que tentaremos mostrar neste trabalho, que a identidade territorial do indígena não está apenas na sua relação, embora forte, com a natureza. Está também na

relação com os objetos que fabricam. Para nós são apenas objetos; no entanto, para os indígenas estes objetos possuem um significado maior, que abarca toda a representação cosmológica e sociológica do grupo.

Não basta apenas dar conta dos critérios objetivos ou que são facilmente observáveis, como por exemplo, a língua ou o dialeto de um grupo. É necessário também identificar àqueles que são invisíveis aos nossos olhos, como, por exemplo, o significado simbólico dos objetos, a mitologia do grupo, etc. São nessas representações simbólicas e mitológicas que está, na maioria das vezes, toda a riqueza cultural do grupo.

O caso do Kaingang da Serrinha

Um novo processo de reterritorialização é iniciado com o retorno dos indígenas nas terras da reserva de Serrinha – RS. Ao retornarem, encontram seu novo território totalmente modificado, uma vez que suas terras não são mais de florestas, mas terras agricultáveis deixadas pelos colonos, para o cultivo de cereais como soja, trigo e milho. Desta forma, os indígenas necessitam serem reterritorializados. O termo reterritorialização, segundo Haesbaert (1997, p. 117) “significa a formação de novos territórios através de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço [...]”.

Portanto, não é característico da cultura indígena cultivar soja em escala comercial ou arrendar suas terras para terceiro as cultivarem. No entanto, suas terras não são mais florestais; ao contrário, são terras totalmente agricultáveis. Ocorre, desta forma, uma adaptação do índio às condições naturais que hoje a reserva lhe oferece. Mas, isto não significa que ao cultivar cereais para serem comercializados, os indígenas estejam perdendo sua identidade. Ao contrário esta inserção e interação com outros grupos sociais, com os quais o indígena passa a ter contato, servirá para reafirmar e estabelecer sua identidade cultural através da diferença.

Se, por um lado, algumas atitudes diferentes são adotadas, por outro lado, há a afirmação étnica através de processos de resistência e o apego a alguns traços culturais que acabam por afirmar a identidade do grupo.

A identidade territorial está intimamente relacionada ao sentimento humano de pertencer a um determinado território e, quase sempre, de dominá-lo. A identidade é o elo que une a cultura ao território. É a partir da identidade que poderemos identificar em que grupo social o indivíduo está inserido. A partir de agora tentarei identificar esta relação, além de evidenciar sua importância no âmbito das relações sociais. Desta forma, desenvolverei uma reflexão sobre a identidade do indígena, bem como sua intrínseca relação com o território. Nos dias atuais, esta identidade pode ser facilmente identificada nas sociedades indígenas.

Os grupos que não possuem a mesma identidade sabem distinguir-se uns dos outros, a partir de uma história diferente de vida e de visões totalmente distintas. As condições de existência das comunidades indígenas vinculam-se ao processo de legitimação de suas propriedades. Este direito de propriedade sobre seus patrimônios (terras e benfeitorias) proporcionará o direito a preservar sua identidade étnica e sua autonomia cultural, possibilitando escolher seus processos de produção e seus estilos de vida.

Para Badie (1995, p. 119) a identidade é o “conjunto de estratégias utilizadas pelo indivíduo e pelos grupos, para se definirem relativamente aos grupos [...]”. Além disso, a identidade distingue-se pela intensidade do envolvimento e da mobilização em que os indivíduos estão inseridos. Badie (1995, p. 120) ainda conclui que a identidade é “construção social por essência, a sua eficácia resulta da sua capacidade de dissimular a sua origem humana para fazer dela um dado da natureza”.

Para Baptista da Silva e Bittencourt Jr. (2004, p. 29-/30) “a identidade é evocada sempre que um grupo reivindica para si o espaço político da diferença”. Da mesma forma que a diferença é necessária para o entendimento de diferentes grupos, a diferença pode ser o motivo do conflito entre eles.

Tais como todas as sociedades, a sociedade indígena Kaingang impõe sobre todos os seus membros a sua ordem social: as relações que se dão entre as categorias de indivíduos (pais e filhos, marido e mulher, ancestrais e descendentes, irmãos e primos). A ordem simbólica é imposta sobre todos os membros do grupo, ou seja, o modo como a vida social é imaginada coletivamente e como, através dela, os indígenas pensam suas relações vitais com a natureza, com o Universo.

As identidades, segundo Brandão (1986, p. 42) “são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; [...] são não apenas o produto inevitável da oposição por *contraste*, mas o próprio reconhecimento social da *diferença*¹”. Uma identidade própria é construída não apenas por oposição a outra identidade, mas justamente para opor-se a ela e reafirmar sua diferença.

O estudo da cultura indígena exige que se leve em conta alguns pressupostos fundamentais: a situação em que o grupo estudado mantém relações com a sociedade, - fala-se aqui dos níveis de integração; a língua falada pelo grupo, ou seja, a sua classificação lingüística e a identificação de que área cultural o grupo se incorpora.

Santos (1973) destaca que a partir destes critérios de classificação, os indígenas estão sujeitos a viverem ocupando parcelas do território que o homem branco almeja dominá-las. Portanto, o contato e o convívio com o homem branco tornam-se inevitáveis

¹ Grifo do Autor.

para os indígenas e, conseqüentemente, a sua transformação cultural. Estas transformações culturais não significam a perda total de seus modos e significados de vida, mas sua adaptação a partir do contato com os demais grupos. Não estamos falando aqui de aculturação, pois isto levaria imaginar o índio totalmente desprovido de sua bagagem cultural e inserido num ambiente que não remonta em nada o seu passado. Mas, significa uma adaptação de sua cultura a partir da introdução de novos objetos, técnicas e procedimentos, antes não utilizados pelo grupo. É exatamente no contato com outros grupos diferentes que ocorre o desencadeamento do processo de formação de culturas de contrastes e a afirmação da identidade indígena.

Neste sentido, Vidal (1992) afirma que o contato intenso com outras culturas pode resultar num estímulo para ao desenvolvimento das manifestações culturais (grafismos, pintura corporal, artesanato) por parte dos indígenas e o surgimento de uma necessidade de afirmação de sua identidade cultural. Desta forma, a cultura vista como capital simbólico, permite a resistência de determinado grupo às tentativas de dominação impostas pela sociedade dominante.

Além disso, sua relação com o território é muito diferente daquela do homem branco, pois o indígena não tem a noção de propriedade privada da terra. Em nossa sociedade a terra é considerada uma mercadoria e, portanto, somente terá posse dela quem puder pagá-la. O povo indígena reconhece a posse da terra a partir do uso que faz dela. Sua posse é de forma coletiva, uma vez que todos podem utilizar os recursos naturais existentes no território, como água, lagos, cachoeiras, peixes, aves, animais e vegetais.

O povo Kaingang é portador de numerosos elementos culturais inteiramente diversos. É provável que em tempos remotos os Kaingang tenham recebido algumas influências de seus vizinhos setentrionais, como o elemento *Jê*² em seus diferentes dialetos. Além disso, eles tinham por hábito conservar integralmente os relatos dos antigos (mais velhos), que eram transmitidos de pais para filhos. Como a sua cultura ainda não disponibilizava da escrita, a oralidade era a principal ferramenta de continuidade e manutenção da cultura tribal.

Os atuais índios Kaingang foram conhecidos sucessivamente pelos nomes de *Guaianás*, no século XVII; *Pinarés*, no século XVIII; Kaingang ou Caingangues (esta forma também é correta) e bugres no século XIX.

² Alguns autores afirmam que a língua Kaingang faz parte da família lingüística *Jê*, que deriva do tronco *Macro-Jê* (TEIXEIRA, 1998, p. 302). BAPTISTA DA SILVA (2001) classifica os povos Kaingang e Xokleng como pertencentes à família *Jê* meridional “pré-colonial”. O autor também afirma que estes dois grupos foram os primeiros a se separarem dos outros grupos *Jê*. E, para eles, cria uma classificação que os denomina como Proto-*Jê* Meridional, devido a separação e diferenciação do grupo lingüístico de origem. O prefixo proto é usado pelo autor no sentido de primeiro, sempre se referindo aos grupos e não a línguas.

A cultura material é um dos aspectos importantes que devem ser estudados para se compreender a cultura indígena, em especial a Kaingang. Em seu entendimento, Baptista da Silva (2006, p. 124) trabalha a cultura material “como uma categoria de entendimento, de compreensão dessa sociedade, como uma forma importante de materialização de idéias e de significados culturais”. O autor chama atenção à categoria material que compõe a maioria das sociedades onde estariam colocadas informações importantes. Estas informações funcionariam como uma espécie de sistema repleto de idéias, valores e significados que são expressivos para esta cultura, responsável pela sua vinculação. As sociedades fabricam seus artefatos, seus objetos, e desta forma estão produzindo sua cultura material palpável. É através da cultura material que determinado grupo pode observar-se e refletir sobre suas identidades sociais e culturais. Independentemente do tipo de produção, seja ela através do grafismo, da música ou da estética (pintura corporal), espelha a reprodução da cultura indígena ao longo das gerações.

Baptista da Silva (2006, p. 126) ainda afirma:

A cultura material entre a etnia Kaingang não aponta para conflitos, dissensões políticas, mas para consensos, para importantes significados culturais: ao invés do faccionalismo político, característica marcante e constitutiva da sociedade Kaingang, o que sua cultura material enfatiza é o dualismo cosmológico, agregador de diferenças.

Pesquisas revelam que a integração dos grupos indígenas à sociedade colonial deu-se de duas formas: a primeira e mais visível, teria sido na esfera do social através da despopulação, diminuindo as possibilidades de casamentos; a segunda teria sido na esfera da cultura, que apesar de acontecer de forma lenta, trouxe transformações a partir das inovações. Mas, no momento que estes grupos superam sua falta de população e tornam-se novamente numerosos, começam de novo a repensar suas manifestações culturais, embora um pouco alteradas, mas ainda sob o olhar das significações originais do grupo.

Existe um constante embate entre inovação e tradição, que a Antropologia busca compreender através da relação entre passado e presente. Desta forma, é difícil afirmar que determinado grupo está sofrendo uma simples perda de tradição ou simplesmente uma descaracterização. Pode ocorrer sim, em determinados momentos históricos, uma ruptura do processo de reprodução cultural de determinado grupo, que poderá ser resgatado novamente a qualquer momento.

Na cultura material Kaingang, as formas de expressão visual estão representadas na capacidade deste grupo de expressar a sua espacialidade. Ou seja, este grupo possui grande capacidade e criatividade de projetar no espaço as suas características sociológicas e cosmológicas. Um exemplo bem marcado de sua relação com o território, presente nos dias atuais, são os cemitérios, que são um espaço ritual aonde os grupos sepultam os parentes pertencentes a uma das metades patrilineares.

A compreensão do dualismo Kaingang é importante para identificar sua forte relação com o território. Para isso, descreverei a partir de agora alguns aspectos importantes da cultura Kaingang que justificam a divisão dual de sua sociedade e a importância do território para a sua manutenção.

O dualismo Kaingang

Baptista da Silva (2006, p. 130 – 131)³ em suas pesquisas, descreve o dualismo kaingang da seguinte forma:

[...] é uma lógica completamente diferente das nossas lógicas ocidentais, do mundo capitalista industrial. Nas lógicas culturais Kaingang, o mundo todo, todo o universo está dividido em duas grandes seções que são denominadas *Kamé* e *Kainru-kré*, como também são chamadas as divindades homônimas, *Kamé* e *Kainru*, os dois gêmeos que produziram toda a sociedade a partir da junção destas duas partes diferentes do universo. Estas formas duais de conceber o mundo estão dadas desde um ponto sociológico, porque é a partir das metades que os casamentos são acordados.

De acordo com os mitos Kaingang, os gêmeos ancestrais possuem uma relação de oposição e complementaridade um do outro. Ainda, segundo Baptista da Silva (2006, p.100), a metade *Kainru* “é de caráter fegoso, capaz de decisões rápidas, mas é instável; seu corpo é esbelto e leve”. No que se refere à outra metade, a *Kamé*, “é pesado, de corpo como de espírito, mas é perseverante”. A pintura corporal característica dos *Kainru* são representadas por manchas e a dos *Kamé* por listas. Os Kaingang apresentam uma aversão ou horror a união de coisas iguais, porque dão a idéia de esterilidade, uma vez que para eles a fertilidade vem a partir da união dos princípios das metades opostas. Ou seja, onde todo o status do indivíduo no grupo está relacionado a partir da linha paterna.

³ Além dele, outros autores como NIMUENDAJU (1993), HORTA BARBOSA (1947), BALDUS (1953), SCHADEN (1953), BECKER (1976), VEIGA (1994, 2000) entre outros, também concordam com a existência de duas metades exogâmicas patrilineares, complementares e assimétricas.

E é somente com a junção das duas metades que há a possibilidade de fertilidade e continuação do grupo.

E esta dualidade não se reflete apenas na constituição dos casamentos, ela está presente também nos funerais. Quando alguém morre, quem cuida do morto é alguém da outra metade. Isto ocorre não apenas do ponto de vista sociológico; há outros exemplos importantes a serem explicitados. Toda a cosmologia, todos os animais, todos os objetos e formas que estão na natureza, no cosmos, pertencem a uma das metades *Kamé* ou *Kainru-kré*. As formas redondas e baixas que se fecham sobre si são pertencentes à metade *Kainru-kré*. E todas as formas e/ou objetos abertos, de aparência comprida e leve, que representam não ter fim, pertencem a metade *Kamé*. O *xamã* pode pertencer a qualquer uma das metades e os animais que são seus guias pertencem sempre à metade oposta da sua. Esta escolha representa uma tentativa de adquirir domínio sobre o cosmos.

No artesanato Kaingang a dualidade também aparece, uma vez que do ponto de vista das formas um cesto baixo e redondo é considerado *ror*, pertencente à metade *Kainru*. Já um cesto comprido e alto é chamado de *téi* e pertence à metade *Kamé*. Sempre que um novo objeto é introduzido na tribo, passa por uma classificação lingüística e passará a pertencer para uma das metades. Isto significa que a assimilação de novos objetos ou elementos culturais desconhecidos ao grupo passa por um filtro que é estruturante de sua cultura (BAPTISTA DA SILVA, 2006).

Os trançados expostos à venda não representam apenas trançados em geral, mas são marcas visíveis da representação visual específica da cultura Kaingang. Além disso, Baptista da Silva (2001, p. 168) afirma que “seus trançados revelam formas e grafismos vinculados à percepção dual Kaingang do cosmos, enfatizando e sistematizando sua organização social baseada em duas metades”.

Os cestos fabricados pelos Kaingang possuem três classificações de acordo com a sua constituição morfológica: *kre téi* (que corresponde em português a cesto comprido ou longo), *kre ror* (cesto redondo ou baixo), e *kre kōpó* (cesto quadrado). Novamente, as palavras *téi* e *ror* estão representando as duas metades Kaingang. De acordo com Baptista da Silva (2001), como regra geral, pode-se dizer que os grafismos, as morfologias e as posições/espacos quando são considerados compridos, longos, altos, abertos são denominados *téi* e estão representando a metade *Kamé*. Da mesma forma, quando os grafismos, as morfologias, as posições/espacos são considerados redondos, quadrangulares, losangulares⁴, baixos, fechados são denominados de *ror* e

⁴ Nas trançados, estas formas quadrangulares e losangulares representam os pontos, uma vez que é praticamente impossível a representação técnica no trançado a partir de estruturas circulares.

pertencentes à metade *Kainru-kré*. Assim, fica evidente a presença do dualismo na estrutura lingüística do índio Kaingang.

As formas da base e a confecção do trançado dos cestos Kaingang também estão representando a sua dualidade. Alguns são confeccionados com a base com poucas tiras verticais, dando origem a um trançado e um cesto abertos (*Kamé*). Outros são confeccionados a partir de uma base com muitas tiras verticais, dando origem a um trançado e um cesto fechados (*Kainru-kré*).

Além da dualidade na confecção dos cestos a partir da matéria-prima empregada, há também o emprego de diferentes grafismos a partir das duas metades *téi* e *ror*, além do emprego de cores diversas aplicadas sobre a mesma matéria-prima. Quando há uma fusão no grafismo entre o padrão fechado e o padrão aberto, significa que o indivíduo que está fazendo uso da marca misturada possui autoridade sobre as duas metades.

A representação visual conjunta do *téi* e do *ror* significa que está ocorrendo neste momento uma relação de aliança entre as duas metades. O objeto em que as duas marcas estão presentes representa a união de um homem e de uma mulher em matrimônio, ou a união de dois homens, originada pelo casamento da irmã de um deles com o outro. Em ambos os casos, o grafismo presente no objeto representa a relação de aliança de dois indivíduos pertencentes a patrimetades exogâmicas opostas. Estes objetos são confeccionados com a finalidade de serem utilizados de forma comum pelos dois indivíduos que formam a aliança.

Considerações Finais

Neste pequeno ensaio buscamos identificar o território como suporte identitário da cultura Kaingang, a partir de uma reflexão sobre território, identidade e cultura Kaingang. Desta forma, podemos concluir que o território é o principal elemento para a continuidade e manutenção da cultura Kaingang e a reafirmação de sua identidade. O território é o suporte das manifestações culturais, uma vez que sem ele não é possível a reprodução da dualidade Kaingang. É a partir dele que ocorrem as manifestações simbólicas sociais e do cosmos.

Desta forma, não há dúvida que o território é também suporte para a vida religiosa do Kaingang, uma vez que esta se apresenta como centro de elaboração cultural, através do culto aos mortos e da organização da comunidade a partir dos grupos de parentesco. As raízes antigas, históricas, míticas, ancestrais, étnicas tornam o território sagrado, e isto concede aos povos certos direitos sobre o mesmo.

A paisagem reveste-se de poder sobrenatural quando a divindade ou a mitologia se manifesta, tornando-se um componente importante para a manutenção da cultura. Na cosmologia Kaingang, plantas e animais possuem espíritos (*tom*), por isso são tão importantes para os rituais xamânicos. O seu poder é resultado da capacidade que o *xamã* possui de interlocução com os espíritos. A complementariedade das metades também é representada pelo *iangrë* (espírito auxiliar) do *xamã*, que deve ser proveniente de sua metade oposta. Os nomes dados aos demais membros do grupo estão vinculados aos “nomes do mato” (árvores, madeiras, pedras, etc.), ao contrário dos *Mbya-Guarani*, que provêm das relações com os deuses.

Estes elementos culturais sempre estiveram presentes na vida do índio Kaingang, muitas vezes guardados apenas na memória. Estes elementos sempre estiveram na memória, na tradição do grupo, e nunca foram esquecidos. Eles ressurgem em momentos históricos oportunos para reafirmar sua identidade de índio e, principalmente, para demarcar e reconquistar seus territórios.

Referências Bibliográficas

- ANJOS, José C. G. dos; SILVA, Sérgio B. da (Org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- BADIE, Bertrand. *O Fim dos Territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. *Refletindo sobre a cultura material e os grafismos Kaingang: possibilidade para interpretação arqueológica*. In: MASSI, Marco A. N. de. Xokleng 2860 a. C. As terras Altas do Sul do Brasil. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnohistória. Tubarão: Ed. Unisul, 2006, p. 124 – 154.
- _____. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. São Paulo: USP, 2001 (Tese).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HAESBAERT, Rogério. *Da Desterritorialização à Multiterritorialização*. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia, jan/jun. 2003, v. 29, n°. 1, p. 11 – 24.
- _____. *Territórios Alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- HAESBAERT DA COSTA. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Sívio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.

_____. *Os direitos dos indígenas no Brasil*. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Ed. Global, 1998.

_____. *Educação e sociedades tribais*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1975.

VIDAL, Lux B. *Iconografia e grafismos indígenas, uma introdução*. In: VIDAL, Lux B. (org.). *Grafismo Indígena*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1992.

PLANEJANDO O USO DA TERRA A PARTIR DE SABERES CONSTRUÍDOS POR AGRICULTORES E PESQUISADORES: EXPERIÊNCIA NA TRANSIÇÃO CERRADO-CAATINGA DO NORTE DE MINAS¹

JOÃO ROBERTO CORREIA

D.Sc., Pesquisador da Embrapa Cerrados

e-mail: jroberto@cpac.embrapa.br

PATRÍCIA GOULART BUSTAMANTE

D.Sc., Pesquisadora da, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

SUELI MATIKO SANO

D.Sc., Pesquisadora da Embrapa Cerrados

ISABELA LUSTZ PORTELA LIMA

Mestranda em Ecologia da, UnB

CYNTHIA TORRES DE TOLEDO MACHADO

D.Sc., Pesquisadora da Embrapa Cerrados

AMABÍLIO J. AIRES DE CAMARGO

D.Sc., Analista da Embrapa Cerrados

LUDMILLA M. S. AGUIAR

D.Sc., Pesquisadora da Embrapa Cerrados

SUELI GOMES FERNANDES

Graduanda em Agronomia, UFMG/NCA

MARINA DE FÁTIMA VILELA

D.Sc., Pesquisadora da Embrapa Cerrados

BRAZ CALDERANO FILHO

Msc., Analista da Embrapa Solos

ÁLVARO CARRARA

M.Sc., Técnico do CAA-NM

LÚCIA HELENA CUNHA DOS ANJOS

PhD, Professora da UFRRJ

LUIZ ARNALDO FERNANDES

D.Sc., Professor da UFMG/NCA

¹ Projeto Financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário

RESUMO

O trabalho vem sendo realizado na comunidade Água Boa 2, no município de Rio Pardo de Minas (MG), envolvendo famílias de agricultores familiares tradicionais (geraizeiros). É executado pela Embrapa Cerrados, financiado pelo MDA e com parcerias da FINATEC, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, UFMG/NCA, CAA-NM e STR de Rio Pardo de Minas. O objetivo é identificar, sistematizar, alimentar e estimular experiências de base ecológica desenvolvidas por agricultores, para estabelecer sistemas participativos de manejo integrado de agroecossistemas, com base na aptidão agroecológica das terras e extrativismo. Visa contribuir para melhoria da qualidade de vida dos agricultores e obter subsídios para orientar políticas públicas de base ecológica para a agricultura familiar. Diferentes experiências de uso da terra dos agricultores estão sendo registradas por meio da observação participante e de diagnósticos participativos, métodos utilizados também para avaliação das potencialidades e limitações dos ecossistemas locais. É apresentada uma contextualização da região de estudo e descrição de um conjunto de ações em desenvolvimento junto à comunidade para fortalecimento e multiplicação de práticas de uso sustentável, especialmente como alternativa à produção de carvão vegetal.

1- INTRODUÇÃO

As regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha caracterizam-se pela transição eco-geográfica: do Sudeste para o Nordeste brasileiro, do clima sub-úmido para o semi-árido, do Cerrado para a Caatinga. Esta área de 198.701 km² que corresponde a 34% do estado de Minas Gerais predomina uma diversidade de formações vegetais típicas dos três biomas e espécies da Caatinga, do Cerrado e da Mata Atlântica. A cadeia de montanhas da Serra do Espinhaço, a partir da região central do estado, atravessa o norte de Minas Gerais em sua porção meridional, servindo de divisor de águas de três importantes bacias hidrográficas brasileiras: a do São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. Portanto, do ponto de vista ecológico, é uma região estratégica para recursos hídricos superficiais.

Do ponto de vista sócio-cultural e econômico a região do norte de Minas também tem um papel estratégico. A diversidade de ambientes e a riqueza de nascentes têm ainda importância significativa para a sobrevivência das populações locais. Os primeiros registros de agricultura na América do Sul são do norte do Estado de Minas Gerais (Januária, Varzelândia, dentre outros). Segundo Freitas (1996), a agricultura já era praticada há pelo menos 4.500 anos e nessa região se encontram as únicas inscrições

rupestres de vegetais cultivados, como milho, mandioca e amendoim. Essas representações vegetais na arte rupestre são muito raras no mundo todo, porém relativamente comuns nas grutas e abrigos em localidades nessa região de Minas. Porém, o que mais chama a atenção são os restos vegetais conservados nestes abrigos. Foram encontrados fragmentos de plantas cultivadas, como mandioca, feijão e algodão; plantas nativas como coquinho guariroba e licuri; além de diversas sementes, tais como urucum, pimenta, umbu, anonáceas, fragmentos de frutos de cansanção, pitomba, cabaça, folhas de fumo e uma grande quantidade de espigas de milho de diferentes formas, tamanhos e coloração de grãos. Essa diversidade biológica utilizada pelo homem demonstra a riqueza de produtos da região, fruto da profunda interação das populações locais com o ambiente. O conhecimento gerado pelo seu uso e experiências por gerações continua presente em boa parte das famílias de agricultores, indígenas e quilombolas.

Apesar desse acúmulo de saberes, todo esse rico patrimônio ambiental está sendo ameaçado pelas mudanças que o processo de desenvolvimento econômico vem impondo sobre a região e seus habitantes. A modernização da agricultura com implantação de monoculturas associada às necessidades do mercado, em especial da indústria siderúrgica, tem levado a grandes mudanças no cenário ambiental e social da região norte de Minas. Incentivos fiscais na década de 1970 transformaram a região em uma das maiores plantações em terras contínuas de eucalipto do mundo, gerando riquezas para empresas produtoras de carvão vegetal e de celulose e muito pequeno retorno social, haja vista o seu baixo IDH, um dos mais baixos do país. A falta de emprego e ocupação de mão de obra é atestada pelo contínuo êxodo temporário ou permanente, especialmente de jovens filhos de agricultores para outras regiões.

Historicamente as populações que vivem no norte de Minas vêm acumulando saberes sobre alternativas de sobrevivência no Cerrado, incluindo aí animais silvestres, plantas nativas e cultivadas. Durante décadas, a ocupação “Geraizeira” (como são tradicionalmente chamados os habitantes das áreas denominadas de campos gerais) vem mantendo sistemas de produção de natureza ecológica (extrativismo, práticas agroecológicas como cultivos consorciados, simultâneos, utilização de plantas companheiras, adubos verdes, cobertura morta, etc) que caminhavam ao lado de práticas como: derrubada da mata, queima de restos culturais e cultivo intenso deixando o solo descoberto. Devido à baixa densidade populacional e à resiliência dos ambientes de Cerrado e Caatinga, essas práticas prejudiciais não causavam grandes danos, especialmente ao delicado equilíbrio hidrológico dessa região do semi-árido brasileiro.

Mais recentemente, porém, o processo de modernização da agricultura vem reforçando aquelas práticas que têm maior impacto para o ambiente, uma vez que estimula o monocultivo com o desmatamento de grandes áreas contínuas, uso de adubos minerais e pesticidas químicos. Essas práticas de uso da terra, além de tornar o agricultor dependente de recursos externos, a produção de alimentos torna-se dissociado da conservação ambiental, provocando grandes desequilíbrios entre a fauna e flora local. Desarticula os serviços de polinização e dispersão de espécies, fundamentais para a frutificação de plantas do Cerrado, fonte de alimentos tanto para manter o ciclo reprodutivo da natureza quanto para atender as necessidades de comunidades que vivem em estreita relação com o ambiente. Dessa forma, essas práticas degradantes têm levado até ao extermínio de espécies da flora e fauna e queda dos serviços ambientais. Além disso, a falta de recursos financeiros e de orientação técnica adequada à realidade e ao conhecimento local, por parte da grande maioria dos agricultores familiares, não permite que eles adotem as novas tecnologias na sua plenitude, terminando por desenvolver sistemas de produção que, além de aumentar a degradação do ambiente, não satisfazem os requisitos de produção necessários à sua sobrevivência.

A ocupação da maior parte das chapadas do norte de Minas, com o cultivo de eucalipto para a produção de carvão vegetal, tem provocado mudanças significativas no modo de viver dos agricultores familiares da região. O preço pago ao carvão vegetal, mesmo de espécies nativas, tem estimulado essas famílias a buscar nessa atividade a alternativa para sua sobrevivência. Com isso, parte dos agricultores tem abandonado muito dos conhecimentos sobre uso dos recursos naturais, que permitiram aos seus antepassados a sobrevivência e reprodução do grupo social (D'Angelis Filho & Dayrell, 2006). Aliado a esse fato, a ocupação de grandes extensões de terras por monoculturas tem destruído grande parte da riqueza de fauna e flora do Cerrado, cujas espécies úteis são reconhecidas e destacadas tanto pelas populações locais como por instituições de ensino e pesquisa que atuam na região. Diversas entidades públicas e organizações não governamentais vêm realizando o levantamento de informações sobre o uso sustentável do Cerrado no norte de Minas, em particular sobre o conhecimento e experiências gerados por agricultores locais, comunidades indígenas e quilombolas.

Agricultores tradicionais têm desenvolvido e herdado sistemas de cultivos complexos, adaptados às condições locais que permitem ajudá-los a manejar de maneira sustentável o ambiente e a satisfazer suas necessidades de subsistência sem depender da mecanização, fertilizantes químicos, pesticidas e outras tecnologias da ciência moderna

(Denevan,1995). Baseado nesse princípio, muitas são as experiências com práticas e modelos agrícolas e extrativistas com base ecológicas desenvolvidas na região. Porém, ainda são poucas as comunidades que as utilizam, ou os incentivos à sua utilização. É necessário, portanto a criação de mecanismos específicos para promover a difusão dessas experiências e alternativas locais para atingir um desenvolvimento econômico que seja ambientalmente equilibrado e socialmente justo que considere os saberes construídos por agricultores e, dessa forma, possa contribuir para a diminuição do processo do êxodo rural.

2- RIO PARDO DE MINAS

Dentro do ecótono Cerrado-Caatinga, existe o município de Rio Pardo de Minas onde predominam as fisionomias de Cerrado entremeadas com vegetações de transição para caatinga, como o Carrasco. Nessa localidade, existe um número significativo de agricultores “geraizeiros” que possuem uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos. Seus sistemas de produção consistem no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, amendoim, café sombreado, associados com a criação de gado bovino em áreas de solta (Cerrados), aves e suínos, além da produção de rapadura, e artesanato de palha de licuri e de argila. Os cultivos guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os Cerrados (com suas chapadas, carrascos, veredas, brejos, tabuleiros, capões, espigões, barrigas de morro etc) fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, de forma extrativista, forragem para o gado, caça, madeira, lenha, frutos, folhas, mel e medicamentos. Outros agricultores não têm utilizado esse potencial, e buscam alternativas de sobrevivência ocupando-se como mão de obra para outras regiões (colheita de café no sul de Minas e em São Paulo, trabalho em eucaliptais em São Paulo ou Minas etc.) ou trabalhando na produção de carvão vegetal a partir da vegetação nativa em suas terras (muitos deixam de praticar agricultura na propriedade para cortar lenha para carvão).

Esse quadro do município de Rio Pardo de Minas é representativo da realidade do norte de Minas. Ele demonstra que alternativas de produção ecologicamente saudáveis existem, mas precisam ser sistematizadas e melhor integradas dentro de sistemas de produção auto-sustentáveis. A busca de alternativas à queima do Cerrado por parte dos agricultores para obter carvão e o resgate de práticas agrícolas e extrativistas locais,

alimentadas com tecnologias oriundas de entidades de pesquisa e desenvolvimento, pode permitir a utilização sustentável dos recursos naturais.

Para tal, é necessário compreender e fortalecer a relação homem - ambiente, que, além de fornecer alimentos e remédios para o sustento familiar, poderá desempenhar, cada vez mais, um papel importante na geração de renda, pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais, animais e artesanatos. Para que essas funções sejam efetivamente desenvolvidas, é importante que o uso dos recursos naturais seja orientado segundo princípios que atendam a sustentabilidade dos agroecossistemas e que sejam socioeconomicamente justos. Um instrumento fundamental nessa direção é o uso desses recursos segundo a aptidão das terras, aplicada a partir do conhecimento das características do ambiente e dos grupos sociais que as utilizam. Ao identificar as potencialidades e as limitações do ambiente em conjunto com os agricultores e a partir de sua realidade sócio-cultural, será possível contribuir significativamente com o estabelecimento de relações de equilíbrio entre o homem e o ambiente.

3- COMPARTILHAR SABERES: EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE ÁGUA BOA 2

Paralelo à construção do conhecimento local, muito conhecimento foi acumulado por cientistas sobre biodiversidade e uso dos recursos naturais. Porém, a distância entre essas duas fontes de saberes vem dificultando a construção de propostas de desenvolvimento que efetivamente sejam ambientalmente adequadas, socialmente justas e que permitam inclusive o desenvolvimento econômico dos povos da região, através da integração entre o saber local e da academia, de maneira participativa. Ou seja, uma relação agricultor – técnico que contribua para uma construção coletiva de um novo paradigma de desenvolvimento, tenha como pano de fundo não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (Caporal & Costabeber, 2004).

É sob essa perspectiva que está em andamento o projeto intitulado “Capacitação, identificação e implantação de sistemas de produção de base ecológica a partir do planejamento segundo a aptidão agro-ecológica e extrativista das terras para aplicação em comunidades de agricultores no Território do Alto Rio Pardo”. O trabalho está sendo realizado em uma comunidade de agricultores denominada Comunidade Água Boa 2, no município de Rio Pardo de Minas (MG), envolvendo um universo de cerca de 80 famílias,

financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e contando com as parcerias da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, UFMG/Núcleo de Ciências Agrárias, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Rio Pardo de Minas. O objetivo do trabalho é identificar, sistematizar, alimentar e estimular experiências de base ecológica, desenvolvidas por agricultores da região norte de Minas Gerais, para estabelecer sistemas participativos de manejo integrado de agroecossistemas, com base na aptidão agroecológica e extrativista das terras, que contribuam para melhoria de sua qualidade de vida e para orientar políticas públicas de base ecológica para a agricultura familiar. Este trabalho dá continuidade à caracterização do ambiente sob o ponto de vista de agricultores e pesquisadores realizados na comunidade, por ocasião de uma tese de doutorado (Correia, 2005)².

Este projeto visa também aglutinar informações e resultados de pesquisa já obtidos por várias instituições e organizações que atuam na região, concretizando-as na forma de propostas que possam ser aplicadas pela comunidade local. Em última instância, permitirá o planejamento do uso das terras através da adoção de tecnologias e práticas conservacionistas, para promover a melhoria da qualidade de vida e renda das comunidades, com indicações de usos com base em princípios agroecológicos como alternativas para a conservação do solo e da água, a geração de renda e a adequação ambiental da propriedade agrícola.

3.1- METODOLOGIA

Por meio da observação participante (Becker, 1999 e Alfonso, 1990) e de diagnósticos participativos (Chambers, 1994) estão sendo registradas e caracterizadas as diferentes experiências de uso da terra pelos agricultores e as potencialidades/limitações dos ecossistemas locais, aqui chamadas de aptidão das terras, procurando identificar, sistematizar e multiplicar as práticas que permitam a utilização de sistemas de produção de base ecológica. Dessa forma, a aptidão das terras, segundo a sua potencialidade para sistemas agroecológicos e extrativistas, está sendo construída agregando informações sobre a forma de uso do ambiente pelos agricultores e análise científica dos recursos

² Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG

naturais como a qualidade do solo e o potencial da flora e da fauna local. Essa etapa do trabalho tem como base a metodologia desenvolvida por Ramalho Filho & Beek (1995) e Calderano (2003), modificadas para incorporar o conhecimento local de forma participativa, a fim de construir uma proposta conjunta de uso dos recursos naturais respeitando a limitação do ambiente e levando-se em conta as necessidades dos membros da comunidade. Esse conjunto de informações será utilizado para a elaboração e sistematização participativa de práticas de manejo sustentável da flora e fauna, indicadas para utilização agro-extrativista, com princípios agroecológicos. Utilizando-se indicadores participativos de sustentabilidade de agroecossistemas de fácil determinação pelos agricultores e agricultoras, incluindo análises de qualidade do solo e da água, bem como da biodiversidade, serão avaliados os subsistemas utilizados pelos agricultores (Nicholls et al., 2004). A partir desses dados, serão discutidos e desenhados, participativamente, os sistemas de base ecológica mais adequados à realidade local. A abordagem integrada de diferentes áreas de conhecimento (ciências naturais e sociais/humanidades), com ênfase na pesquisa participativa e no envolvimento dos membros da comunidade em todas as etapas do projeto permitirá maior eficiência na aplicação dos procedimentos sistematizados na presente pesquisa e sua multiplicação para outras áreas. Dessa forma a metodologia a ser desenvolvida buscará sensibilizar comunidades de agricultores quanto à necessidade e viabilidade da adoção e apropriação de práticas de base ecológica no processo de busca da autonomia desse segmento social.

Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir na elaboração de políticas públicas dirigidas ao uso sustentável dos recursos naturais em áreas de agricultores familiares.

3.2- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA EQUIPE DO PROJETO

Diversas atividades vem sendo desenvolvidas na comunidade Água Boa 2, incluindo levantamento de dados do ambiente e das famílias e oficinas de trabalho, abordando desde questões ligadas ao uso da flora e fauna nativa do Cerrado, até o levantamento de hábitos alimentares das famílias.

Como não é possível desenvolver todas as atividades do projeto com todas as famílias simultaneamente, a equipe do projeto discutiu com as lideranças da comunidade, definindo um universo de oito famílias para acompanhar mais de perto, e que servirão de multiplicadores para as demais. A seleção foi realizada em uma reunião onde a maior

parte das famílias estava representada e, após explanação do trabalho a ser realizado e dos critérios de escolha definidos, foi solicitada participação das “famílias voluntárias”. Assim foi possível constituir um grupo representativo da comunidade, desde aqueles que adotam sistemas agroecológicos até aqueles que têm sérios problemas de uso do solo em sua propriedade. Porém, algumas atividades devem cobrir todo o universo da comunidade, especialmente os levantamentos de hábitos alimentares e de informações censitárias.

3.2.1- Acompanhamento da Coleta de Mangaba

Foi realizado o acompanhamento da coleta de mangaba, para polpa de fruta, em área nativa do Cerrado, para atender a cooperativa de agricultores da região (Cooperativa Grande Sertão). Em seguida foi realizada a restituição da avaliação da coleta, reunindo o grupo de extrativistas, pesquisadores e outros participantes, que identificaram os pontos fortes e fracos do processo e discutiram como tornar o trabalho menos sacrificante e mais rentável.

3.2.2- Levantamento de hábitos alimentares

Outra atividade desenvolvida foi um levantamento dos hábitos alimentares de todas as famílias da comunidade no período chuvoso (atividade que será repetida na época seca). Todas as casas foram visitadas para saber quais os recursos genéticos mais utilizados, quais produtos eram oriundos da roça e quais aqueles comprados na cidade. Também foram levantadas as espécies que eram utilizadas pelos seus antepassados e que hoje não são encontradas na comunidade. Após esse levantamento, foram realizadas quatro oficinas para restituição do levantamento que apontou, por exemplo, que os alimentos mais utilizados eram o arroz, feijão e abóbora. E que poucos plantavam arroz, porque hoje a maioria das áreas aptas para o cultivo do arroz (várzeas úmidas) já não existiam mais, ou seja, muitos ambientes hoje estão mais secos, sem água suficiente para o plantio do arroz inundado, que era comum no passado.

Essa constatação permitiu ainda discutir sobre como o ambiente foi alterado nos últimos 50 anos, e cuidados para que, especialmente os recursos hídricos, não desapareçam. Houve solicitação para cultivo de arroz sequeiro, como alternativa para se adequar à nova realidade.

3.2.3- Oficinas de aproveitamento de frutos do Cerrado

Na restituição dos dados sobre hábitos alimentares, foram realizadas quatro oficinas de culinária. Para estimular o uso sustentável de frutíferas nativas, as oficinas foram realizadas para o aproveitamento do araticum (suco, bolo, doce, pudim) e do jatobá (torta salgada, biscoito de polvilho enriquecido, bolo), coincidindo com a safra do araticum. Essa oficina já permitiu que a criatividade das agricultoras produzissem receitas alternativas às apresentadas. Uma das agricultoras já começou a comercializar biscoitos de polvilho enriquecidos com jatobá, com uma ótima aceitação na feira realizada semanalmente, aos sábados, em Rio Pardo de Minas.

3.2.4- Oficinas sobre manejo de insetos

Duas oficinas sobre manejo de insetos foram realizadas, abordando o serviço ambiental que prestam no ambiente, em particular nas funções de polinizadores e de controle biológico. Nesse momento foi interessante a reação dos participantes da oficina, que reconheceram vários insetos apresentados em slides, mas poucos sabiam da função de cada um. Ao final da oficina, um agricultor anfitrião declarou o quanto foi importante a atividade para o dia a dia deles. Ficou patente que em um trabalho dessa natureza, a troca de informações é enriquecedora para ambos, comunidade local e comunidade científica, e que é possível estabelecer um diálogo que contribua para o enriquecimento de ambos. Importante salientar que esse é um processo que pode contribuir sobremaneira para o empoderamento dos moradores.

3.2.5- Indicadores e Aptidão das terras

Para desenhar, participativamente, os sistemas de base ecológica mais adequados à realidade local, foi realizada a primeira etapa dos indicadores participativos de sustentabilidade, com visitas às áreas para amostragem de solos e levantamentos das principais características dos sistemas de produção utilizados. As propriedades das oito famílias foram avaliadas.

Para a construção da aptidão das terras, está em andamento as visitas às áreas dos agricultores para identificar os critérios utilizados por cada família acompanhada no que se refere ao uso do seu ambiente. Informações sobre os locais mais adequados e os menos aptos ao plantio de grupos de culturas (anuais, perenes como café, frutíferas, cana, pasto, mandioca, dentre outras) foram levantadas. Essas informações serão confrontadas com as potencialidades e limitações do ambiente do ponto de vista das

características do ambiente físico e biológico em oficinas de trabalho para esse fim. Uma outra etapa de oficinas será realizada para a construção conjunta do mapa (não apenas cartográfico) de aptidão das terras da comunidade.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto foi iniciado em agosto de 2006, com previsão para finalizar em novembro de 2007. Como as ações não se esgotam até o término da vigência deste projeto, foi submetido e aprovado um projeto ao sistema competitivo de pesquisa da Embrapa, que permitirá a sua continuidade por mais três anos e ainda a sua ampliação para outra comunidade. Isso é fundamental para que os resultados possam ser efetivamente aplicados em outro local, na mesma região.

Das atividades já realizadas é possível verificar que a amplitude das ações voltadas ao manejo agroecológico do solo já tem sido replicadas para outras famílias. Outra etapa a ser realizada em breve deve potencializar essa replicagem, através das oficinas de troca de experiências, onde agricultores irão visitar e serão visitados por outras famílias.

Outro ganho do projeto é a incorporação de pesquisadores que habitualmente trabalham apenas com recursos naturais nesse tipo de enfoque de pesquisa. Com alguns princípios básicos e muita vontade de trocar experiências com comunidades locais, tem sido surpreendente a maneira como alguns pesquisadores tem participado do projeto, onde uma dinâmica pouco usual para aqueles acostumados com o estudo das ciências naturais tem sido aplicada. Ou seja, não chegar com soluções prontas e acabadas (“pacotes”) para a comunidade local, ter a paciência de escutar, de conhecer as pessoas, seu modo de vida para daí elaborar qual a melhor maneira de compartilhar o conhecimento.

5- AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais aos membros da comunidade Água Boa 2, em nome de Da. Lúcia e Cido, Sr. Antonio e Da. Geralda e Sr. André e Da. Irene. À diretoria do STR de Rio Pardo de Minas, em especial a seu presidente José Maria, ao Eliseu, Moíses e Elmir. À professora Delma Pessanha Neves (UFF), ao professor Antonio Carlos Souza Lima (MN/UFRJ) e à professora Lúcia Helena Cunha dos Anjos, pela estrutura de base que levou a essa linha de pesquisa. A todos os membros da equipe do projeto pela dedicação

6- BIBLIOGRAFIA

- ALFONSO, J.M. **La investigación em antropología social**. 1. ed. Barcelona, Editorial Ariel, 1990. 237 p.
- BECKER, H.S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 4. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1999. 178 p.
- CALDERANO FILHO, B. **Visão Sistêmica como Subsídios para o Planejamento Ambiental da microbacia do Córrego Fonseca**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003. 240p. (Tese de Mestrado em Geografia).
- CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. Great Britain, **World Development**, 22:953-969, 1994.
- CORREIA, J. R. **Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG**. Seropédica: UFRRJ, 2005. 234 p. (Tese, Doutorado em Agronomia, Ciência do Solo).
- D'Angelis Filho, J. S. & Dayrell, C.A. Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Cadernos do CEAS**, Salvador, nº 222, 2006. pgs. 17- 46.
- Denevan, W. Prehispanic Agricultural Methods as Models for Sustainability. **Advances in Plant Pathology**, 1995, v.11. pgs.21–43.
- CAPORAL, R.F. & COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24p.
- FREITAS, F.O. **Descrição e análise de material vegetal de sítios arqueológicos da região de Januária, Minas Gerais**. Piracicaba, ESALQ/USP, 1996. 83p. (Tese de Mestrado).
- NICHOLLS, C.I.; ALTIERI, M.A.; DEZANET, A.; FEISTAUER, D.; LANA, M.A.; BAPTISTA, M.O.; OURIQUES, M. **Método agroecológico rápido e de fácil acesso na estimativa da qualidade do solo e saúde do cultivo em vinhedos**. Material didático distribuído no Workshop Fundamentos em Agroecologia na Rede de Projetos de Agricultura Orgânica da Embrapa. Embrapa Agrobiologia, 2004. 19p.
- RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K.J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: MAARA:EMBRAPA-CNPS, 1995. 65p.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO MUNDO RURAL: APROXIMAÇÃO DIAGNÓSTICA EM VIÇOSA/MG

Cristiane Moraes Marinho (Professora substituta Departamento de Educação e
Mestranda Extensão Rural – Universidade Federal de Viçosa/UFV)

Email: crimarinho@yahoo.com.br

France Maria Gontijo Coelho (Professora adjunta da Universidade Federal de
Viçosa/UFV)

E-mail: fmcoelho@ufv.br

RESUMO

Esse artigo tem como desafio discutir a trajetória da educação no meio rural brasileiro problematizando a concepção de escola rural que historicamente tem representado a mera extensão da escola urbanocêntrica representando assim uma categoria marginal do sistema educacional. Contribuído para a propagação e perpetuação de “velhos mitos” ao relacionar o rural como sinônimo de atraso e o trabalhador rural com a figura do *Jeca Tatu*, evidenciando o que denominamos de “monocultura do saber urbano” o qual desqualifica os saberes do campo, suas tradições, seus valores e necessidades, impondo à lógica do urbano e seus interesses. É na busca por superar os paradigmas urbanocêntricos dominantes, que nasce, a partir de movimentos sociais que atuam no campo, o *Movimento Por Uma Educação do Campo*, este tem possibilitado a construção de concepções educativas pensadas pelos sujeitos do campo para eles mesmos. Partindo dessas discussões, temos buscado a partir de experiências de pesquisa e extensão identificar especificidades, problemas e desafios da educação no meio rural do município de Viçosa/MG.

Introdução

De acordo com SILVA (2006) as escolas do meio rural atendem aproximadamente 18% das crianças em idade escolar para o ensino fundamental, ainda segundo a autora, as condições educacionais constatadas na zona rural mostram-se desvantajosas em relação às da zona urbana. Nesse sentido, apresentamos, alguns dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2007 que revelam

graves carências na infra-estrutura escolar e nas condições de oferta educacional no meio rural, que historicamente têm legitimado um lugar subalterno à educação rural consolidando diferenças e estereótipos que permeiam ainda hoje a relação campo e cidade.

	Rural	Urbano
Número médio de anos de estudos da população de 15 anos ou mais (2004)	4,0	7,3
Taxa de analfabetismo da população adulta de 15 anos ou mais (2004) ¹	29,8%	8,7%
Percentual de alunos que não freqüentam a escola na faixa de 7 a 14 anos (2004)	4,5%	2,5%
Taxa de distorção idade série – até a 4ª série (2005)	41,4%	19,2%
Percentual de estabelecimentos segundo a infra-estrutura disponível na escola – Energia Elétrica - (2005)	71,5%	99,9%
Percentual de estabelecimentos segundo a infra-estrutura disponível na escola – Microcomputadores - (2005)	4,2%	75,9%
Percentual de docentes que atuam nas séries iniciais (1ª a 4ª série) do ensino fundamental com formação superior (2005)	21,6%	56,4%

Tabela 1: Fonte: Panorama da educação no campo. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 44 p.

Os dados apresentados no quadro acima abordam algumas das muitas dificuldades que envolvem os processos educativos no meio rural, a elas ainda poderíamos somar a precariedade da estrutura física e pedagógica, falta de condições adequadas para o trabalho, baixa remuneração, multisseriação, isolamento e dificuldades com o transporte e nucleação. Esta última, a nucleação, que propõe o fechamento de escolas com pouca demanda de alunos e a alocação dos mesmos em escolas mais próximas denominadas de pólo, ou núcleos, é ainda bastante controversa, uma vez que existem argumentos tanto em sua defesa quanto contrárias, como discuti SILVA (op. cit.):

Justificada e defendida com princípios de equidade na distribuição das oportunidades educacionais para alunos da

¹ É importante ressaltar que a taxa de analfabetismo aqui considerada não inclui os analfabetos funcionais, ou seja, aquela população com menos que as quatro séries do ensino fundamental.

zona urbana e rural, a estratégia tem sido também criticada, tanto por não apresentar uma relação de custo efetividade favorável quanto por ser prejudicial às crianças do meio rural que muitas vezes ficam várias horas em ônibus ou similares, realizando o trajeto de casa para a escola e vice-versa, ou por desenraizar as crianças de seu contexto cultural. Muitas vezes as crianças das escolas desativadas não são levadas para uma escola-núcleo, mas sim para qualquer escola na cidade que apresente vagas. Outras também podem evadir, caso o transporte não seja disponibilizado ou apresente problemas de qualidade e segurança.

Parece-nos que a nucleação representa um problema para a consolidação de práticas educativas que potencializem ações de valorização da cultura local e de fortalecimentos de na relação escola-comunidade que tanto podem contribuir com o desenvolvimento local e para a própria busca por transformar a escola rural, o que é corroborado por KREMER (2006:5) ao afirmar que a nucleação “contribui para o desenraizamento cultural dos alunos do campo, não apenas por deslocar o espaço físico da escola, mas por manter um modelo de Educação urbano”

DAMASCENO (et. al:2004) também nos trás dados preocupantes em relação a educação rural no Brasil, através de uma pesquisa que buscou mapear o estado da arte de estudos sobre esse campo de conhecimento nas décadas de 1980 e 1990. A autora constata um crescente desinteresse pela pesquisa na área de educação rural, sendo que, ao longo do período pesquisado a média é de doze trabalhos na área de educação rural para cada mil trabalhos nas demais áreas de educação. Sendo que proporção de dissertações e teses sobre a educação rural caiu de 2,1% na década de 1980, para 0,9% na década de 1990, o que é também percebido nas produções acadêmicas vinculadas em revistas científicas perfazendo um total de apenas dois artigos sobre educação rural publicados por ano.

Segundo a autora, o desinteresse generalizado pela temática da educação rural fundamenta-se numa série de motivos, que vão desde a crença de que a evolução natural do capitalismo levaria a extinção do rural e conseqüentemente dos problemas da educação nesses espaços, a dificuldade de financiamentos de pesquisas até o valor relativo do rural ou dos valores culturais e ideológicos atribuídos ao rural e seus atores e que todos esses motivos refletem o desinteresse do Estado.

Diversos autores entre eles: SILVA, 2006; CALDART, 2000; CASTRO, 1999; MOLINA et al., 2006; KOLLING et al., 1999; CALAZANS, 1993; CAMINI, 1998; AMASCENO et. al: 2004, analisam a educação rural como instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária brasileira e de hegemonia do paradigma urbanocêntrico. Paradigma que segundo VELÔSO e WHITAKER (2006, s/p) orientou o próprio desenvolvimento teórico da sociologia que “tem sido uma ciência urbanocêntrica, cujo desenvolvimento teórico ocorreu paralelo ao industrialismo triunfante que impulsionou, a partir da Europa, um processo de urbanização, que parece até hoje – para a maioria – inexorável”.

Nesse sentido, alguns autores discutem o papel da educação rural na propagação e perpetuação de “velhos mitos” que relacionam o rural como sinônimo de atraso e o trabalhador rural com a figura do *Jeca Tatu* um dos personagens que contribuiu para a fixação dos estereótipos depreciativos do camponês. Monteiro Lobato criou o *Jeca Tatu* originalmente num artigo intitulado *Urupês*, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1914. Em 1918 sob o título de *Urupês* o autor publica um livro com quatorze contos o último deles é justamente o *Urupês*.

Nele o autor descreve o personagem *Jeca Tatu* como sendo um sujeito preguiçoso, “seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências da lei do menor esforço – e nisso vai longe”, “Quando comparece às feiras, todo mundo logo advinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher” (p.148), despolitizado “vota. Não sabe em quem, mas vota” (p.151), doente, “doenças hajam que remédios não faltam” (p.153), despolido de patriotismo, “o sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive”(p.152) LOBATO, 1982.

A trajetória da escola rural brasileira nos mostra que esses estereótipos, estigmas e arquétipos do homem do campo fundamentam as práticas escolares no que SANTOS (2004:16) denomina de conhecimento-regulação que “se constrói ao longo de uma trajetória entre a ignorância concebida como caos e o saber concebido como ordem”. É nessa perspectiva que o Estado brasileiro, a partir de 1930, começa a atuar sistematicamente sobre a escola rural buscando impulsionar o progresso e desenvolvimento nacional. Isso vai refletir diretamente nas práticas pedagógicas da educação rural que deve “civilizar o selvagem”, desenvolver o atrasado a partir da “monocultura do saber urbano” o qual desqualifica os saberes do campo, suas tradições, seus valores e necessidades, impondo à lógica do urbano e seus interesses.

A idéia de monocultura do saber é uma contribuição importante e pertinente que SANTOS (2004) considera a mais poderosa forma de monocultura, pois transforma a ciência moderna e a “alta cultura” em únicos parâmetros de verdade e qualidade estética, entendemos assim que a monocultura do saber urbano representa a imposição dos conhecimentos, valores, e enfim da cultura urbana sobre a rural expressas, entre outros, nos conteúdos escolares, que distanciam-se do mundo vivido; na disposição do calendário escolar que não considera e/ou respeita o ano agrícola; na distância a ser percorrida até a escola, muitas vezes a pé em condições climáticas difíceis, outras vezes nos transportes escolares para as escolas “nucleadas” e em ideologias que relacionam o urbano ao desenvolvimento e ao progresso e o rural ao atraso e ignorância.

A não existência, ou melhor, a produção da ausência é perceptível também no âmbito histórico das políticas públicas, até mesmo nas constituições brasileiras desde a 1824 até a de 1988 não se faz referências à educação rural, no entanto, é a partir da década de 1930 e mais fortemente de 1950 quando vários programas de educação são implantados como afirma DAMASCENO et al, (2004:75):

É somente a partir da década de 1930 e, mais sistematicamente, das décadas de 1950 e 1960 do século XX que o problema da educação rural é encarado mais seriamente — o que significa que paradoxalmente a educação rural no Brasil torna-se objeto do interesse do Estado justamente num momento em que todas as atenções e esperanças se voltam para o urbano e a ênfase recai sobre o desenvolvimento industrial.

Assim, podemos observar que o modelo da escola rural representa apenas uma extensão da urbana, o que fica nítido quando observamos, por exemplo, os calendários escolares extremamente rígidos com disposição dos dias letivos, da carga horária e das férias pensadas pelo e para o urbano. Do mesmo modo são os conteúdos que trazem os anseios de modificar das pessoas do campo e suas famílias. Esse modelo de escola é apontado por RIBEIRO (s/d) como fundamental no processo de expropriação dos agricultores familiares. Tendo também relevante papel na expansão do êxodo rural, inculcando nos alunos uma imagem negativa da vida, da cultura e do trabalho no campo e supervalorizando a vida nas grandes cidades.

A partir das discussões propostas por SANTOS (2004) é possível localizar esses conflitos no âmbito do racionalismo técnico científico que tem consolidado sua hegemonia

com base num conhecimento que reduz a complexidade do mundo a leis e formulações matemáticas além de “uma concepção de realidade dominada pelo mecanicismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científico – considerando o único válido e rigoroso” polarizando as relações entre sujeito/objeto, qualidade/quantidade, teoria/prática, desenvolvido/atrasado sendo que, nessa concepção, o campo e a cidade também são antagônicos.

Torna-se necessário romper com esse paradigma através do que SANTOS (2004) denomina de paradigma emergente que não limitar-se-ia em ser epistemológico, mas também político, social e, complementando-o, educativo emancipatório. Tendo o senso comum como referência considerando que:

O conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador, mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. SANTOS (2002:56).

É na busca por superar os paradigmas urbanocêntricos dominantes, que têm transforma a educação em privilégios de poucos e seus conteúdos distantes de muitos e limitados às práticas educativas à reprodução das relações sociais vigentes tendo o conhecimento apenas como regulador da ordem no qual o saber rural representa o caos e o saber urbano a ordem, que nasce o *Movimento Por Uma Educação do Campo*.

Assim, a *Educação do Campo* constrói-se no bojo da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais por uma escola que, valorizando os conhecimentos locais, os modos de vida, valores e perspectivas possibilitem a construção da autonomia e consolidação de sua emancipação local e global. Propondo romper com os paradigmas de dominação e exclusão na qual historicamente as políticas públicas de educação pensadas no urbano e para o urbano submetem a educação do rural.

A *Educação do Campo* consolidada em contraposição a educação rural e sua racionalidade dada pela monocultura do saber urbano numa perspectiva de conhecimento-regulação. O grande marco inicial dessa articulação denominada inicialmente “Movimento por Uma Educação Básica do Campo” foi a “I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo”² realizada em 1998 e segundo

² A “I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo” contou com cinco entidades promotoras: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UNB), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações

KOLLING et al (1999) possibilitou um processo de reflexão e de mobilização do povo em favor de uma educação que levasse em conta nos seus conteúdos e nas metodologias, as especificidades do campo. É importante ressaltar que a idéia para realização dessa primeira Conferência de Educação do Campo surgiu no “I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária” (ENERA) realizados com os mesmos parceiros em 1997. A partir daí as discussões e mobilizações entorno dessa perspectiva educativa emancipatória vêm sendo fortalecidos, realizaram-se vários outros encontros, inclusive em 2004, a “II Conferência Nacional por uma Educação do Campo”.

Consideramos que esse movimento tem conquistado ganhos relevantes dentre os quais podemos destacar a aprovação pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em 2001, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Outra conquista importante acontece em 2003 quando o Ministério da Educação instituiu um Grupo Permanente de Trabalho para tratar da questão da educação do campo com a missão de “reunir os movimentos sociais e as instâncias oficiais com o objetivo de discutir e definir as políticas que efetivamente atendam às necessidades educacionais e seja um instrumento para o desenvolvimento sustentável do Brasil do campo” (MEC: 2003).

É interessante que ao longo da história dessa luta é possível observar que a escola vai progressivamente deixando de ser vista por camadas menos privilegiadas da população como dádiva de uma política populista e clientelista passando a ser exigida como direito público. ARROYO (2003:30) afirma que:

O aprendizado dos direitos pode ser destacado como uma dimensão educativa. Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos. Na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, a cidade.

Discutindo os conflitos postos na modernidade, dentre eles questões como sustentabilidade e reflexividade GIDDENS (1991) ³ enfatiza a importância dos movimentos sociais no fornecimento de pautas e visualização de transformações futuras.

Unidas para a Infância (UNICEF) e segundo VARGAS (s/d) “contou, também, com a participação de muitos sujeitos de escolas do campo, de ONGs, de sindicatos, associações e de outras entidades que tinham vinculação com o trabalho de educação e o compromisso com esta construção”

³ O autor também aponta a importância de outros movimentos como os trabalhistas, os pacíficos, ecológicos e os movimentos feministas.

Nesse sentido, MEDEIROS (2002) discute a importância dos movimentos sociais em especial o MST na construção de novas concepções de direitos a partir dos anos 80 no cenário de emergência de novos ciclos de lutas no meio rural Brasileiro, “com efeito, um dos mais significativos traços desse movimento é a concepção de que a demanda por terra não se esgota na obtenção de um lote” (p.166).

Especificamente com relação aos movimentos sociais do campo, SILVA (2006) observa que esses vêm ao longo da história se constituindo como espaços de (re) significação e valorização dos saberes das culturas, direitos e anseios dos sujeitos do campo atuando na produção de teorias e práticas pedagógicas. Principalmente ao longo dos anos 90 quando podemos observar de acordo com (DAGNINO, 2002) que a Sociedade Civil⁴ incorporou ao seu papel reivindicatório a capacidade propositiva, deixando de assumir somente uma postura rígida de embate e oposição ao Governo, buscando superar uma cultura particularista ou mesmo corporativista para, em muitos casos, se aliar ao Estado na busca por soluções de interesse coletivo.

Assim, segundo as proposições de ARROYO (2003:30), percebemos que os movimentos sociais, contra o paradigma hegemônico e do que SANTOS (2003) entende por monoculturas e suas lógicas de produção de não existência do que não lhes cabe, vêm dentro do contexto de luta por legitimar seus direitos “ocupando” os “territórios da educação” concebendo-a como processo políticos emancipatórios, assim:

Reeducam o pensamento educacional, a teoria pedagógica, a reconstrução da história da educação básica. Um pensamento que tinha como tradição pensar essa história como apêndice da história oficial, das articulações do poder, das concessões das elites, das demandas do mercado (...)
Seria de esperar que a reconstrução da história da democratização da escola ARROYO (2003:30)

Consideramos que o maior desafio posto ao *Movimento por uma Educação do Campo* seria o de promover a conscientização e articulação no nível local, municipal, micro-regional, regional, estadual e municipal que promova o debate, implantação e gestão de iniciativas educativas concebidas na perspectiva emancipatória da educação do campo.

⁴ Sociedade civil de acordo com D'ARAUJO, 2003 *apud DIAS 2006* seria “uma sociedade em que grupos organizados, formais ou informais, com independência do Estado e do mercado, têm condições de promover ou de facilitar a promoção de diversos interesses da sociedade. Capital social, isto é, as relações informais e de confiança que fazem com que as pessoas ajam conjuntamente em busca de um bem comum”

Em Minas Gerais, a Rede Estadual de Educação do Campo tem sido composta pelos movimentos e organizações dos trabalhadores rurais e sem terra, pelas universidades, pastorais sociais e ONGs, que vem discutindo o tema desde a 1997. Como algumas das iniciativas educativas que integram esta Rede podemos citar: as escolas família Agrícola (EFA)⁵, são 14 em todo estado, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, o curso de graduação para professores *Educação Básica do Campo: Pedagogia da Terra*⁶, na Faculdade de Educação (FaE) da UFMG, também em escolas ligadas aos movimentos de reforma agrária em Minas a concepção educativa norteadora tem sido a da Educação do Campo.

Um dos últimos seminários regionais da educação do campo aconteceu em agosto de 2006 aqui em Viçosa como resultado de uma parceria entre a UFV, prefeituras e diversas organizações sociais ligadas ao campo da região da Zona da Mata, tendo como objetivo divulgar as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo e estabelecer estratégias para sua implementação nos diversos sistemas públicos de ensino da Zona da Mata Mineira.

A pesar de sediar o evento, o município de Viçosa não se integra a Rede de Educação do Campo, a questão da organização e mobilização rural no município mostra-se frágil, não havendo mobilização social para discussão da política educativa nas escolas rurais do mesmo.

Numa imersão exploratória, ainda inicial à problemática educativa nas escolas rurais de Viçosa tem-se evidenciado a tendência que DAMASCENO (et. al:2004) aponta no cenário nacional, o desinteresse generalizado pela temática. Dentro da Universidade Federal de Viçosa (UFV) percebemos que a educação rural do município lhe é totalmente desconhecida, ou mesmo ignorada. Praticamente inexistente qualquer trabalho, seja em nível de pós-graduação e mesmo de graduação, que discuta a realidade das escolas rurais, sua estrutura, organização, seus sujeitos ou mesmo as concepções pedagógicas

⁵ “A proposta educacional das EFAs, traz como princípio metodológico a Pedagogia da Alternância, uma idéia francesa da década de 30, que visa a construção de uma educação voltada para a valorização da vida e trabalho no/do campo. Consolidando-se com uma proposta de escola rural que visa o fortalecimento da relação escola comunidade dentro de uma perspectiva integrativa de educação, onde as freqüentes dicotomias teoria e prática, conhecimento elaborado e conhecimento popular, mundo da vida e mundo da escola, estudo e trabalho se dissolvem em uma única proposta que pressupõe garantir uma melhor formação do jovem rural em sua comunidade.” In. CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. BORGES, Celma. Escola Família Agrícola do Sertão - Entre os Percursos Sociais, Trajetórias Pessoais e Implicações Ambientais. III Encontro da ANPPAS, Brasília-DF, 2006.

⁶ O curso será oferecido também em outras quatro universidades, dentre elas a Universidade de Brasília (UnB) e pelas federais da Bahia (UFBA), de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, e de Sergipe (UFS). O curso foi iniciado em 2005 e prevê módulos presenciais e não-presenciais. Ao final de quatro anos, 60 alunos serão diplomados podendo atuar de forma interdisciplinar nos ensinos fundamental e médio, vale ressaltar que com o início desta turma representa a 17ª turma de *Pedagogia da Terra* no país.

nelas vivenciadas. Embora no município existam 8 escolas rurais que atendem cerca de 627 crianças distribuídas desde a fase introdutória, antigo pré-escolar, até a 4ª série do ensino fundamental em turmas multiseriadas.

É a partir desse contexto que vem sendo realizados, a partir de 2006, alguns projetos de extensão universitária que têm possibilitado, dentre outras coisas, uma aproximação entre a UFV e as escolas rurais. O primeiro desses projetos foi intitulado *Universidade no Paiol*, financiado pelo Programa de Bolsas Institucionais de Extensão (PIBEX-UFV)⁷ no qual foi realizado um trabalho junto às crianças de uma sala multiseriada que funciona na comunidade rural de Viçosa chamada Paiol e depois foram feitas duas visitas da escolinha à UFV.

Esse primeiro trabalho motivou a elaboração de dois outros projetos também financiados pelo PIBEX⁸ intitulados *Escola no Campus: Aproximação diagnóstica e visitas orientadas das escolas rurais de Viçosa ao Campus da UFV* e do projeto *Escola no campus: Inclusão social pela leitura*, desenvolvidos de forma integrada com vigência entre 03/2007 a 02/2008, nos quais entre outros objetivos buscamos construir uma aproximação diagnóstica com as escolas rurais de Viçosa que contribua para reflexão, discussão e implementação de ações de intervenções sociais legitimadas no mundo vivido de seus sujeitos.

Essa aproximação tem sido denominada diagnóstica pela necessidade gritante de informações e conhecimentos sobre a realidade estrutural, organizacional, pedagógica, administrativa, humana, entre outras, que possibilitem uma inserção consciente, crítica e propositiva de diferentes sujeitos. Acreditamos que essa aproximação possibilitará também, a construção de parcerias e de projetos de intervenções condizentes com a realidade e necessidades dos sujeitos desse universo, valorizando a cultura local e potencializando espaços de formação política dos professores, técnicos e comunidade.

⁷Programa de Bolsas Institucionais de Extensão Universitária – PIBEX, financiado pela Universidade Federal de Viçosa e administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura “tem por objetivo fortalecer a extensão desenvolvida na UFV, despertando na comunidade acadêmica a necessidade da interação entre pesquisadores, docentes, técnicos, acadêmicos de um lado e, por outro lado, os usuários ou atores externos à universidade, objetivando alcançar alternativas de transformação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional, na formação de profissionais cidadãos, na construção e fortalecimento da cidadania e na melhoria da qualidade de vida” In. Edital de Seleção N.º 001/2006 www.ufv.br/pec/files/pag/edital_pibex2006.doc

⁸Programa de Bolsas Institucionais de Extensão Universitária – PIBEX, financiado pela Universidade Federal de Viçosa e administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura “tem por objetivo fortalecer a extensão desenvolvida na UFV, despertando na comunidade acadêmica a necessidade da interação entre pesquisadores, docentes, técnicos, acadêmicos de um lado e, por outro lado, os usuários ou atores externos à universidade, objetivando alcançar alternativas de transformação da realidade, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional, na formação de profissionais cidadãos, na construção e fortalecimento da cidadania e na melhoria da qualidade de vida” In. Edital de Seleção N.º 001/2006 www.ufv.br/pec/files/pag/edital_pibex2006.doc

Nesse sentido, apontamos para a necessidade de um esforço teórico-metodológico que busca contribuir para superar o que SANTOS⁹ denomina de produção de não-existência, daquilo que não cabe nas formas hegemônicas de racionalismo. Uma vez que há produção de não existência sempre que uma dada entidade é tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível.

⁹ Santos. Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em - www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_auseencias.pdf - acesso em 17/04/2003

Bibliografia Referenciada

SILVA, L. H. ; MORAIS, T. C. ; BOF, A. M. . **A Educação no Meio Rural do Brasil: Revisão da Literatura**. In: Alvana Maria Bof et all. (Org.). A Educação no Brasil Rural. Brasília: INEP/MEC, 2006, v. 01, p. 57-115.

_____ et al. **Alfabetização de Jovens e Adultos na Reforma Agrária Perspectivas do PRONERA no Vale do Rio Doce, MG**. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Anais. Belo Horizonte. 2004

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Panorama da educação no campo**. – Brasília :, 2007. 44 p.

DAMASCENO, Maria Nobre. BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004

SILVA. Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimento sociais e a escola do campo. In. MOLINA, M. C. et al . **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: NEAD, 2006. v. 1000. 152 p.

VARGAS, Maria Cristina. **Uma história em construção: EJA no campo**. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. Boletim, 20 a 29 set. 2004.

KOLLING, E. J.; et. al. **Por uma educação básica do campo: memória**. Unb, n. 1, 1999. 96p.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2000. 276p.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982

RIBEIRO. Marlene. **educação básica do campo:um desafio aos trabalhadores da terra. s/d**. <http://www.ufrgs.br/tramse/perural/artigos/educacaodocampo.rtf> visitado em 07/09/06

GIDDENS. Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.1991

MEDEIROS. Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. CHEVITARESEO, André Leonardo (org). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro. FAPERJ/Relume Dumará, 2002

VELOSO, Thelma Maria Grisi. WHITAKER, Dulce C. A. **Sustentabilidade e meio ambiente: as contribuições dos assentamentos de Reforma Agrária**. VII Congreso

Latinoamericano de Sociologia Rural. Quito, Ecuador.2006.
<http://www.alasru.org/inscri/alasru2006.htm>. Acessado em 25/03/2007

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia as emergências.** www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_auseencias.pdf - acesso em 17/04/2003

_____. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Afrontamento, 2002

_____. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro.** IN. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra.2004.

ARROYO, Miguel G.. PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p. 28-49, Jan/Jun, 2003

_____. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Revista de Educação de Jovens e Adultos.** N. 11, Abril de 2001. p. 9-20.

DAGNINO, E. (Org.) . Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. S. Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1. 364 p.

KREMER, Adriana. **Educação e desenraizamento: processo de nucleação das escolas no município de bom retiro – SC.** 29ª. Reunião Anual da ANPEd. CAXAMBU/MG, 2006. <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm> 10/04/2007

SABER TÉCNICO E PODER DE INTERVENÇÃO: ALCANCES E LIMITES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS COMUNIDADES RURAIS

Adriano de Sousa Barros (Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/UFPB). Professor substituto do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba)
e-mail: adriano_barros@yahoo.com.br

Maria do Socorro de Lima Oliveira (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Mestre em Sociologia pela UFCG/UFPB. Professora da UNESC - União de Ensino Superior de Campina Grande)
e-mail: mdelimaoliveira@yahoo.com.br,

RESUMO: O Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) surge, em 1994, em meio ao processo de mudança discursiva (do “combate à seca” à “convivência com o semi-árido”) que envolve a elaboração e implementação de políticas e projetos voltados à modernização/desenvolvimento do Nordeste rural semi-árido. Seu modelo de intervenção, atrelado à perspectiva dos Sistemas Produtivos Locais (SPL’s), propõe, por meio do *agribusiness*, a criação de empreendimentos comunitários em forma de agroindústrias, nas quais os produtos das vocações locais receberiam um tratamento logístico dentro de um amplo processo de racionalização da produção. O presente trabalho apresenta uma análise sobre esse modelo de intervenção técnica, focando na construção de sua metodologia dentro da perspectiva de promoção do desenvolvimento local, buscando perceber também que perspectiva de modernização é construída a partir das ações desse programa de extensão universitária. Nosso estudo acaba por mostrar um modelo de intervenção, identificado como empreendedorismo comunitário, ineficiente na promoção do desenvolvimento local, chocando-se com o próprio sistema produtivo local de tradição camponesa e de organização familiar da produção. O foco desse modelo de racionalização da estrutura produtiva e social acaba por desconsiderar a questão sócio-ambiental, impondo projetos de desenvolvimento limitados unicamente ao fator econômico.

PALAVRAS-CHAVE: saber técnico, extensão universitária, semi-árido, empreendedorismo comunitário.

1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 e a primeira metade da década de 2000 têm sido marcadas por mudanças muito importantes nos discursos que orientam, justificam e/ou legitimam programas e projetos – de iniciativa dos poderes públicos ou da sociedade civil – para melhoria da qualidade de vida no semi-árido nordestino. A hegemonia discursiva do “combate à seca” tem sido substituída tanto pela idéia geral de “convivência com o semi-árido”, como por um conjunto de conceitos e noções que se associam a este discurso geral, tais como sustentabilidade, vulnerabilidade, desenvolvimento territorial, multifuncionalidade, pluriatividade, entre outros.

Estes discursos, no entanto, não remetem apenas às ações que objetivam resolver os problemas do Nordeste semi-árido, mas, principalmente, ainda que nem sempre isso fique muito claro, informam sobre projetos de modernização das estruturas produtivas, políticas e sociais. Conviver com o semi-árido significaria promover mudanças nas estruturas tradicionais de poder, de relação com o meio ambiente e de arranjo no sistema produtivo. Mudanças que devem ser compreendidas como esforços de modernização, nomeados nos termos do desenvolvimento local sustentável.

Nessa perspectiva, tomamos o referido processo de mudança discursiva (do “combate à seca” à “convivência com o semi-árido”) como elemento analítico para pensar a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento e modernização para a região Nordeste, e como essa tensão de mudança discursiva reflete na constituição de projetos e ações. Elegemos como objeto de nossa investigação o Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) - programa de extensão ligado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que surge em 1994 em meio às transformações sobre o olhar que se lança sobre o Nordeste rural semi-árido.

O presente trabalho foi desenvolvido no ano de 2005 e parte de 2006, envolvendo um estudo exploratório sobre a origem do Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) e seu funcionamento atual, buscando uma compreensão ampla sobre sua metodologia e seus pressupostos. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas (junto a Coordenação do programa – coordenador geral, técnica responsável pela agroindústria de Cuiuiú e técnica responsável pela COOAGRIL¹; junto à agroindústria de Cuiuiú – três componentes do centro de artesanato e três moradores não integrantes do centro); visitas de campo a agroindústria Cuiuiú e a sede do programa; pesquisa documental (Projeto de implantação do PDCT/NE, informativos da antiga SUEP,

¹ Cooperativa Agroindustrial incubada na Fundação Parque Tecnológico e que serve ao programa com central de comercialização

documento de implantação das agroindústrias, textos publicados pelo PEASA, relatórios anuais de atividades, informativos da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba etc).

2. A LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA DA “CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO”: uma proposta de modernização

O clima semi-árido e o fenômeno das secas sempre estiveram em foco, já sendo mencionados em textos que datam do século XVII (CARDIN, 2004). O aumento demográfico do sertão, com a fixação sedentária principalmente de comunidades camponesas brancas pobres ou provenientes de quilombos (PALÁCIOS, 1987), faz emergir a percepção do clima semi-árido e da seca como problema social de abrangência nacional, agregado a fatores como a decadência político-econômica do Nordeste açucareiro e a ascensão do ciclo do algodão e da pecuária e sua elite coronelista; da agricultura ineficiente diante do problema da água; da ocupação desordenada das terras do interior e da concentração fundiária (RIBEIRO, 2004).

Nesse contexto, podemos dizer que a seca de 1877-79 possui um caráter paradigmático, nos servindo de referencial histórico para a demarcação da emergência definitiva desse fenômeno como “o grande inimigo” do Nordeste. A variabilidade das chuvas, entretanto, não pode ser considerada como principal determinante desse processo, o ponto agravante na época foi marcado pela inexistência de uma estrutura sanitária eficiente, marcando uma catástrofe que resultou na morte de 500 mil nordestinos, fato que abriu precedente para um estudo mais sistemático acerca desse fenômeno (CARVALHO, 1988).

A partir desses acontecimentos, a peculiaridade climática tem sido associada diretamente à falta de desenvolvimento da região, caracterizando, por meio de um determinismo geográfico, um Nordeste fadado e entregue aos “desmandos” e “hostilidades” da natureza (ALENCAR, 2004). O Estado brasileiro assume desde então o papel de agente curativo e repressivo do “mal” nordestino, contribuindo decisivamente para a emergência de um discurso de “combate à seca” que se reflete diretamente em suas políticas a partir do processo de modernização das infra-estruturas. Um exemplo disso é a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919 e que, mais tarde, daria lugar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Pompeu Sobrinho² destaca o conjunto de soluções técnicas adotadas pelo Estado brasileiro em sua política de “combate à seca”, são elas: a *solução hidráulica* – açudagem e irrigação; a *solução florestal* – reflorestamento e florestamento intensivo; a *solução do dry-farming* – a chamada cultura científica do solo; e a

² Engenheiro chefe e mais tarde presidente do Primeiro Distrito da Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas.

solução compósita – ajustamento do meio físico e social para melhor êxito da exploração agrícola (CARVALHO, 1988).

Outra solução é apontada a partir do diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), na década de 1950: a industrialização da região. Servindo-nos com divisor de águas, esse diagnóstico aponta para outras questões que vão além do clima, enfatizando a necessidade de modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas como forma de promover o desenvolvimento.

O desenvolvimento social do Nordeste rural semi-árido³, menos determinado pelo fenômeno climático e mais por motivos sóciopolíticos, volta a ser discutido a partir da década de 1990, influenciado principalmente pela sociedade civil organizada - aqui representada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs). Essa perspectiva, agregada ao novo discurso de “convivência com o semi-árido”, abre debates e ações direcionadas às diversas questões, tais como: a oposição às políticas públicas de mitigação dos efeitos da seca; o questionamento do uso político desse fenômeno como forma de levantar verbas federais para região em favor das elites locais; a concentração de terras, o monopólio da água e dos meios de produção; a sustentabilidade, o desenvolvimento; a falta de investimento técnico, econômico e científico; dentre outros.

Ações orientadas por esse “novo” discurso estão ligadas a iniciativas de ONGs (a exemplo do Centro Sabiá e do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades - PATAC⁴) que têm se reunido em torno da chamada Articulação para o Semi-árido paraibano (ASA/PB)⁵ – fórum de entidades e pessoas unidas com o objetivo de experimentar e propor alternativas sociais e tecnológicas visando à convivência do camponês com a região semi-árida – no sentido de fortalecerem suas reivindicações e intervenções nas localidades semi-áridas. Outro exemplo de expressão desses discursos

³ O uso do termo “Nordeste rural semi-árido” foi escolhido na medida em que se reconhece, porém pouco se discute, uma heterogeneidade do clima e questões que delimitam rural e urbano. No tocante ao clima, temos um Nordeste dividido em uma faixa úmida litorânea conhecida como Zona da Mata, coberta por florestas tropicais; nas chamadas zonas intermediárias como o Agreste, possuindo grau mais elevado de umidade e solos de melhor qualidade; e no semi-árido, nosso foco de estudo (FURTADO, 1964). No tocante a delimitação rural, baseamo-nos no estudo de José Eli da Veiga (2002) quando da sua delimitação de pequenos municípios como zonas muito mais rurais do que urbanas, chegando a afirmar a existência de um “rurbano”.

⁴ Criado em 1971 pela Congregação Redentorista do Nordeste, o PATAC lançou olhar sobre a imigração de pequenos produtores rurais em decorrência da seca, os quais acabavam direcionando-se para a cidade de Campina Grande onde se formava uma massa de “sem tetos”. Lutar contra a fome de quem fugia da seca passou a ser a preocupação do PATAC, através, principalmente de alternativas que viabilizassem a produção agropecuária no semi-árido, formas de conviver com o semi-árido no desafio do “fome zero no semi-árido” (DUQUE, s/d).

⁵ A ASA/PB, foi criada em 1993, na oportunidade de uma grande seca, se propunha inicialmente de promover o debate sobre as políticas públicas destinadas à agricultura familiar no semi-árido, e de propor às autoridades tecnologias “referências”, isto é, modelos de intervenção alternativa às frentes de trabalho e aos grandes reservatórios, a partir das experiências das associações diversas que congregava.

são os diversos pactos de desenvolvimento territorial que envolve uma série de instituições em torno do chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), como o Pacto Novo Cariri coordenado pelo SEBRAE-PB.

Nesse contexto, a experiência do PATAC e ASA/PB ajuda a perceber que esta preocupação – o rompimento com o paradigma do “Nordeste natural”⁶ – já vinha sendo desenvolvida desde a década de 1970, sendo consolidada nos anos de 1990. O Projeto Trienal do PATAC (1993-1995) elaborado em 1992 destaca que ele *“desde 1979 priorizou o trabalho com populações rurais para avaliar as causas do êxodo rural, sobretudo em relação ao pequeno produtor, têm sua origem na injusta estrutura fundiária do país e nas dificuldades encontradas pelo agricultor em retirar da terra os meios necessários para a sua sobrevivência”*. A “convivência com o semi-árido”, a vulnerabilidade social, econômica e política das populações rurais da região já aparecem nas preocupações do PATAC, fato que vai tomar corpo em seu Projeto Trienal (1996-1998), elaborado em 1995: *“(...) sofre mais aquele que tem menor condição de adaptação e convivência com os fenômenos devido principalmente à dificuldade de acesso a terra e à água”* (DUQUE, s/d, p.8).

A convivência com a região semi-árida é mais do que um discurso, para o PATAC e para a ASA/PB, é uma prática que se concretiza através da implantação das tecnologias apropriadas à convivência como o semi-árido – barragens subterrâneas, tanques de pedra, cisternas de placas, bancos de sementes, silagem natural, manejo sustentável da produção, cercas naturais ou de telas, etc. – que na maioria das vezes são produzidas e experimentadas pelos próprios camponeses e divulgadas em diversos canais: grandes encontros em nível das microrregiões, dos Estados ou de todo o Nordeste, Comissões especializadas, visitas de campo e intercâmbios (OLIVEIRA, 2006).

Estas tecnologias apropriadas ao convívio com o semi-árido são fomentadas a partir de um tipo de sistema de crédito rotativo – Fundos Rotativos Solidários (FRS) – que possibilita a organização e o fortalecimento da ação coletiva que envolve a ASA/PB. Apoiando-se nos laços sociais de solidariedade, reciprocidade e confiança existentes entre os camponeses, os FRS permitem que eles implementem as tecnologias de convivência por conta própria, a custos baixos e acessíveis, quebrando os elos do assistencialismo e da cultura da subalternidade que historicamente estabeleceu-se na região (OLIVEIRA, 2006).

É possível perceber que o clima como único fator determinante do desenvolvimento do Nordeste é “desconstruído” pela proposta de “convivência com o semi-árido”, trazendo também um novo projeto de modernização, não mais voltado às infra-estruturas ou a

⁶ “Nordeste natural” é uma expressão por nós utilizada, e melhor desenvolvida no capítulo 1, na tentativa de compreender como se deu a construção do chamado “determinismo geográfico nordestino” e sua influência no imaginário popular ao associar o clima com o desenvolvimento da região (ALENCAR, 2004).

industrialização, mas preocupado com a qualidade de vida, a inclusão social e o capital humano.

O “atraso” da região mais árida e rural do Brasil, agregado a pobreza que sempre desemboca em suas grandes cidades e nas metrópoles do sudeste-sul e tanto incomoda as elites locais, dificilmente é visto a partir da construção histórica de uma estrutura fundiária que reflete diretamente na concentração dos meios de produção e na valorização da grande propriedade.

Faz-se necessário, portanto, pensar a modernização para além da dicotomia entre arcaico e moderno, fato que se torna mais intenso quando se pensa o nordeste rural semi-árido e as características sociais tão peculiares à sua cultura. O desenvolvimento, aqui visto como intrinsecamente ligado à modernização, deve ser compreendido, acima de tudo como um conjunto de mudanças nas formas de vida e de organização sociais, deixando claro que nem se pode pensar que esse processo é em absoluto o resultado de um plano ideológico nem, de outra forma, que é algo sem direcionamentos específicos (COELHO et alli, 2006).

3. O EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO: uma perspectiva de intervenção de um saber técnico no semi-árido

A partir dos anos de 1990, com a descentralização das políticas públicas, tem-se buscado alternativas para amenizar as disparidades locais relacionadas ao desenvolvimento regional, sendo esse contexto o pano de fundo da criação do PEASA. Buscar compreender a construção do referido programa nos ajuda também a perceber como tais mudanças operam-se diante da elaboração e implementação de políticas e projetos, tendo nesse caso o fazer acadêmico, via extensão universitária, como ponto de partida na compreensão do que se tem mantido nas entrelinhas do processo: o projeto de modernização para o Nordeste.

A criação do referido programa mostra que o impacto da perspectiva de “convivência com o semi-árido” afeta também a academia, aqui representada pela extensão universitária, encontrando abertura a partir da grande influência que os modelos europeu, de assistência e responsabilidade social, e norte-americano, de Transferência de Tecnologia (TdT), exercem sobre ela (RIBEIRO, 2000).

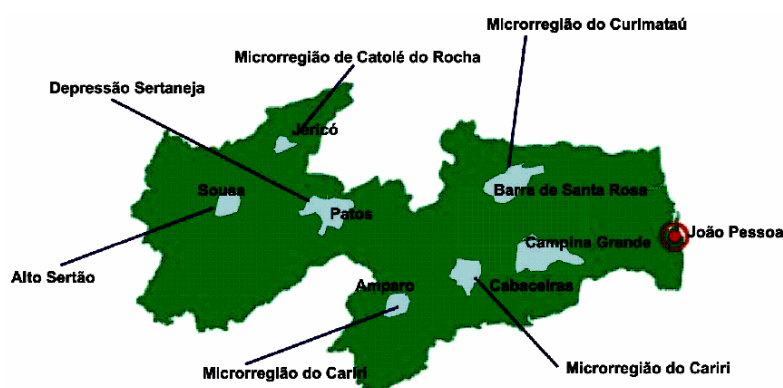
A constituição do PEASA está diretamente ligada à inserção, nos anos de 1980, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE), o qual, ainda sob o discurso do “combate à seca”, desenvolveu uma série de projetos visando aumentar em qualidade e quantidade as pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelas universidades nordestinas, tendo como foco os problemas do semi-árido, testando e adaptando tecnologias apropriadas à problemática clima/economia e seus efeitos (ARAÚJO, 1996).

As experiências do PDCT/NE levando-se em consideração a atuação da Sub- Unidade de Execução de Programa (SUEP) assumida pela UFPB após o encerramento das atividades do PDCT, pré-determinaram a constituição do PEASA, o que refletiu também na constituição de um corpo de técnicos que passaram, em sua maioria, pelo PDCT/NE. Diante de tamanha ligação, mas já refletindo a idéia de “convivência com o semi-árido” e da preocupação com o desenvolvimento local, o PEASA objetiva realizar estudos e intervenções relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à temática do semi-árido paraibano.

O PEASA iniciou suas atividades com algumas experiências de intervenção a partir da implantação de unidades agroindustriais em seis localidades representativas da região semi-árida do estado, definidas como Unidades Geo-Ambientais de Estudos e Ações (UGEA's) tendo como referência seis bacias hidrográficas:

- CARIRI – Bacia do Rio Sucuru;
- CURIMATAÚ – Bacia do Rio Guandu;
- DEPRESSÃO SERTANEJA – Bacia do Riacho de Santa Gertrudes;
- VALE DO PIANCÓ – Bacia do Rio Santana;
- CATOLÉ DO ROCHA - Bacia do Rio Jericó;
- ALTO SERTÃO – Bacia do Riacho Santo Antônio ou Jangada. Atualmente apenas três unidades funcionam: Catolé do Rocha, Curimataú e Cariri.

FIGURA I – Áreas de abrangência das UGEA's



Fonte: PEASA, 2005.

Em tese, sua metodologia baseia-se numa abordagem multidisciplinar focada na construção do “desenvolvimento sustentável” das localidades onde atua, afirmando considerar as peculiaridades sócio-culturais e o conhecimento local. As práticas do referido

programa são por ele classificadas como criadoras de mecanismos que ajudam a lidar com a vulnerabilidade social, econômica e geo-ambiental presentes na região semi-árida da Paraíba (ARAÚJO, 1996).

A proposta de intervenção do PEASA tem como foco os Sistemas Produtivos Locais (SPL's), trabalhando junto à valorização das vocações produtivas locais enquanto alternativas de sobrevivência e permanência do homem no campo, através, principalmente, da agregação de valores (logísticos e comerciais) aos produtos ou atividades já características de cada localidade gerando emprego e renda.

Os projetos do PEASA possuem uma ênfase no fator econômico do desenvolvimento, na medida em que lidam em primeira instância com os SPL's, desconsiderando outros fatores como o social e o ambiental, visualizando o melhoramento destes como consequência daquele. Essa perspectiva de atuação reflete-se no desenvolvimento do *agribusiness*⁷, apoiado num amplo processo de racionalização das estruturas produtivas e sociais. O modelo de intervenção identificado em nosso estudo é chamado pelo programa de **empreendedorismo comunitário**, no qual o empreendimento é gerenciado pela comunidade via associação, um negócio que tem na ação coletiva sua base de planejamento e execução.

As questões que envolvem essa mudança discursiva, acompanhadas pela elaboração e implementação de projetos como o do PEASA, passam diretamente pela compreensão que se tem da constituição do Nordeste enquanto região com identidade própria, forjada em meio às diversas transformações sociais, políticas e culturais no decorrer de sua história (ARAÚJO, 2001).

4. O SABER TÉCNICO E O PODER DE INTERVENÇÃO

Pensar um modelo, forma ou tipo de desenvolvimento para o Nordeste rural semi-árido ou para qualquer outra região do mundo é visualizar inevitavelmente um processo de modernização, constituído nas relações sociais e influenciando sobre elas.

O PEASA como programa de extensão ligado à universidade pública, pretende ser um instrumento de produção do desenvolvimento local de algumas regiões do semi-árido paraibano, sendo, portanto, reprodutor de um amplo processo de modernização através de um tipo de intervenção baseada num saber técnico. O programa constitui-se a partir de um discurso não mais voltado para ampliação das infra-estruturas (as macro-soluções direcionadas ao regional como o projeto hídrico); não mais adepto do modelo industrial e seus pólos de desenvolvimento já pensados pelo GTDN; mas, acima de tudo, difusor de um desenvolvimento direcionado para o micro, o local, enfatizando a geração de qualidade de

⁷ Tipo de negócio, empreendimento, que envolve produtos oriundos da agropecuária.

vida e de inclusão social, em linhas gerais, a idéia de um desenvolvimento local sustentável para o semi-árido:

O objetivo era aumentar emprego e renda (...) essa coisa de inclusão social, criação de emprego e renda, porque as pessoas são dependentes dos programas do governo, vamos dizer emergência (...) O objetivo do PEASA era trazer uma ocupação mesmo que não fosse, vamos dizer, a principal, vamos dizer que eles hoje só vivem do artesanato, mas que eles tenham suas atividades e aquilo seja um incremento a sua renda. Então a gente como chega na comunidade as pessoas são muitos descrentes, elas não acreditam (...) no que você tá propondo de imediato, é preciso um trabalho pra conquistar, um namoro (Coordenador geral do PEASA, entrevista em 26 de Abril de 2006).

O modelo de intervenção aplicado pelo PEASA, e denominado de **empreendedorismo comunitário**, volta-se a geração de emprego e renda via criação de agroindústrias locais. Agrega-se, portanto, o *agribusiness* aplicado dentro de uma ação coletiva, comunitária, culminando numa organização associativa de um negócio gerido por um grupo de pessoas pertencentes a uma mesma localidade com um sistema produtivo comum.

O referido modelo busca articular uma série de conhecimentos produzidos na academia sob um aspecto multidisciplinar (agronomia, engenharia, pedagogia, administração etc), aplicando-os no planejamento e implantação das agroindústrias. O empreendedorismo comunitário, na medida em que propõe a racionalização das estruturas produtivas, apresenta, de acordo com nossa análise, um projeto de modernização, de mudança de comportamento imposto através de uma articulação discursiva que vislumbra o desenvolvimento através da valorização do poder do conhecimento técnico.

O *agribusiness* é praticado nesse modelo de forma diferenciada, seguindo um caminho oposto, por exemplo, ao dos *farmers* americanos, empresários do campo que trabalham de forma individualizada. No contexto do PEASA, existe uma valorização da vertente comunitária, associativista, percebida pelo programa como alternativa para a melhoria da qualidade de vida e da dinâmica econômica das localidades assistidas, como forma mais adequada de gerir um projeto de desenvolvimento local.

O programa percebe na abordagem do empreendedorismo comunitário o único caminho para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais do semi-árido. O processo de modernização das estruturas produtivas, tidas como ultrapassadas e inertes,

seria favorecido partir da geração de um processo de ajuda mútua que desencadearia o fortalecimento dos produtores diante do mercado globalizado.

Porém, nosso estudo destaca que as localidades rurais nas quais o programa atua, em sua maioria, não possuem a tradição de um sistema de produção associativo. Os sistemas produtivos locais baseiam-se na lógica de propriedades familiares camponesas, sua organização política não se apresenta por meio de representações formais organizadas associativamente. O programa também possui essa informação colhida na época do diagnóstico realizado no semi-árido paraibano, no qual também se percebeu que nas localidades onde se possuía algum tipo de representatividade formal esta havia sido implantada por interesses exógenos, a exemplo das necessidades do poder público local, das agências de desenvolvimento ou mesmo da própria universidade.

A implantação dos empreendimentos coletivos dentro da realidade acima apresentada mostra a ineficiência da ação do PEASA, trazendo à tona a fragilidade de uma intervenção que não leva em consideração as peculiaridades sócio-culturais locais, não provocando em seu planejamento uma discussão mais aprofundada sobre a sustentabilidade do projeto, fato que culminou no fracasso de várias unidades agroindustriais.

Essa limitação do olhar que o programa lança sobre seu ambiente de intervenção acaba por direcioná-lo para questões secundárias como a suposta ineficiência gerencial dos sistemas produtivos locais, bem como de um arcaísmo que marcaria a posição marginal da população do semi-árido diante da sociedade moderna, sua economia e seu desenvolvimento.

Dessa forma, o programa assume o papel de agente modernizador dessas localidades, a partir da implantação de um amplo processo de racionalização das estruturas sociais e produtivas via mudança de comportamento, atuando sobre a diminuição da vulnerabilidade do sistema produtivo como ponto central do processo de desenvolvimento local.

A crítica que o programa faz aos membros das comunidades, em relação ao seu perfil de não empreendedores, também poderia ser feita a qualquer habitante da zona urbana, pois afinal a própria teoria da administração afirma que o empreendedor é forjado nas relações sociais. O que se encontra por trás dessa carência de desenvolvimento, digamos assim, não seria a falta de uma visão empreendedora ou racional nem a ineficiência gerencial dos sistemas produtivos locais, mas uma estrutura social moderna e excludente: uma estrutura fundiária desregulada, a má distribuição de renda que também se estende às regiões urbanas e não semi-áridas, a falta de interesse político e de investimentos em educação, saúde e geração de emprego e renda dentre muitos outros.

O camponês não é incapaz de realizar seus projetos a partir do cálculo econômico ou de uma racionalidade instrumental. Para Popkin (1979), o camponês é capaz de investir e maximizar seus interesses. Ele monta suas estratégias a partir de seus interesses individuais, escolhendo racionalmente as ocasiões em que investirá na comunidade ou na sua propriedade.

Os camponeses planejam e investem incessantemente, tanto no ciclo produtivo como em suas próprias vidas e atribuem grande prioridade aos investimentos da velhice. Além de decidir entre investimentos de curto e longo prazo, eles escolhem também, no curto e no longo prazo entre investimentos públicos e privados. Os camponeses, por um lado, decidem se vão investir em crianças, animais, terra e outros bens familiares ou individuais ou, por outro lado, se vão gastar seus excedentes através do 'village', em programas de seguro ou bem estar ou em melhoramento no 'village' (POPKIN, 1979, p. 423 apud ABRAMOVAY, 1990, p. 312-313).

O problema é que o tipo de intervenção do PEASA parte de pressupostos que mais reflete sobre uma idéia do que seja a comunidade rural – arcaica, pitoresca, tradicional, do que ela é na realidade. E assim, projeta ações e impõe um saber técnico tido como “libertador do atraso” e promotor da modernização e do desenvolvimento. Só que esse tipo de saber quando posto em prática homogeneiza a realidade local, esbarrando na diversidade camponesa. Vale ressaltar que o camponês não é um ator social estático, parado no tempo e no espaço, ele é um sujeito dinâmico que faz parte de processos sociais em permanente construção que envolvem a sociedade como um todo. Não se pode chegar numa comunidade rural e impor um novo modelo de organização social e produtiva e achar que tudo irá ocorrer da forma que foi planejado.

No caso da Comunidade Cuiuiú, a intervenção do PEASA, ao invés de promover a modernização e o desenvolvimento local, reforçou a desigualdade social e os conflitos locais, pois privilegiou só uma pequena parcela dos membros da comunidade que foram considerados empreendedores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso e a perspectiva de uma modernização voltada agora para o desenvolvimento de capital social, vislumbrando qualidade de vida, inclusão e equidade, poderiam ser pensados como um avanço dentro do revolucionar da sociedade. Porém,

quando se esbarra, por exemplo, na falta de autonomia, na dependência e na não continuidade que os diversos agentes mediadores e intervencionistas, a exemplo do PEASA, deixam no rastro de suas ações faz pensar as inúmeras limitações do modelo e de sua forma de aplicação.

Os modelos de desenvolvimento para o Nordeste (o projeto hídrico, a industrialização etc), refletindo-se na modernização da região, emergiram e se transformaram carregando consigo diversas contradições e limites poucos refletidos. A perspectiva de “convivência com o semi-árido” da ASA/PB tem buscado apresentar, desde a década de 1990, um olhar diferenciado sobre a região e seu desenvolvimento, fato que acabou sendo abarcado pela sociedade civil organizada e pelo poder público.

A intervenção do PEASA segue também a perspectiva de “convivência com o semi-árido”, tendo nas tecnologias sociais a base de atuação, deixando de lado, porém, as questões de cunho ambiental e social, tão importantes quando se trata de semi-árido. Situação similar que ocorre na frágil articulação política do programa junto ao poder público, apesar das parcerias, criando projetos relativamente isolados das discussões e dos interesses das sociedades locais.

O PEASA, dentro das limitações de seu modelo de intervenção, tem acompanhado as tendências emergentes quanto ao desenvolvimento da região, porém, sem provocar discussões mais aprofundadas sobre esse modelo e o tipo de modernização que se pretende. Sua ênfase no processo de racionalização das estruturas não tem sido acompanhada da promoção de autonomia das localidades em relação aos projetos, reproduzindo um modelo fadado à dependência e a ação de agentes externos. Nessa perspectiva a promoção do desenvolvimento local pretendido pelo programa tem sido incipiente, atingindo a auto-estima já tão comprometida dos membros das comunidades rurais, reforçando o conceito pejorativo que a falta de continuidade das ações dos agentes governamentais ou não tem criado, reafirmando a falta de equidade social e de compromisso com o desenvolvimento seja local ou global.

Um fato importante é que essa perspectiva do PEASA também interfere na modernização das estruturas de pensamento e racionalidade individual e coletiva, na medida em que impõe mudanças de comportamento de mentalidade do camponês, abalando sua tradição e sua lógica. Esta forma impositiva de um saber técnico interfere diretamente na relação homem/natureza estabelecida pelo camponês a partir de seu *ethos*.

Pensar em intervenção técnica para as comunidades rurais do semi-árido nordestino é pensar num tipo de extensão que respeite a lógica e o saber do camponês. Lógica esta, baseada na ênfase da família e da cultura tradicional, como responsáveis por um modo de vida específico. E não num tipo de extensão que usa o poder do discurso e do saber técnico, cientificamente estabelecido, para impor um modelo de desenvolvimento

baseado unicamente em perspectivas técnicas que muitas vezes estão aquém da realidade das comunidades rurais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Duas visões do comportamento camponês**. São Paulo: Estudos Econômicos, V. 20, 1990.

ABRAMOVAY, Ricardo & BEDUSCH FILHO, Luiz Carlos. **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil**. SOBER, 2003.

ARAÚJO, Vicente de P. Albuquerque. **Atividades 2005 – Relatório Resumido**. Campina Grande: PEASA/UFCEG, 2005.

_____. **Pesquisa e Disseminação de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Sustentável**. Anais SITADS – Seminário Internacional de Tecnologias Apropriadas para o Desenvolvimento Sustentável, Campina Grande – PB, 25-29 de Setembro de 1996.

ALENCAR Jr, José Sydrião de. **Nordeste, questão nacional, consolidação do estado nacional e semi-árido: reflexões sobre a criação e ação do BNB nos seus cinquenta anos de funcionamento**. In: Revista Conviver Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out. - dez. 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6 ed., Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

_____. **Análise do Semi-Árido nordestino e a visão da seca**. . In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

Problemática. Disponível em <<http://www.dataterra.org.br>> Acesso em:19/11/2001.

CARDIN, Fernandes. **A terra é chã e sua gente honrada**. Revista Conviver Nordeste Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out-dez. 2004.

CARVALHO, Otamar de. **A Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

Declaração do Semi-Árido. **Propostas de Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a Convivência com o Semi-Árido e combate à Desertificação**. Recife, 26 de Novembro de 1999.

DUQUE, Ghislaine. **Fome Zero, Sede Zero**. Um velho desafio para o PATAC. Mimeo.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES FILHO, Clóvis & LOPES, Paulo Roberto Coelho. **Subsídios para Formulação de um Programa de Convivência com a Seca no Semi-Árido Brasileiro**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2001.

- MELO NETO, José Francisco de. **Extensão Universitária: em busca de outra hegemonia.** In: Revista de Extensão/UFPB, Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, Ano I, número I, João Pessoa, Junho de 1996.
- NOGUEIRA, Maria das Dores P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande, 2006.
- PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão: um proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil. C. 1700-1875.** Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 03, 1987.
- Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA/UFCG). Disponível em <www.peasa.ufcg.edu.br> Acesso em: 03/2004.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O NORDESTE – PDCT/NE, Resumo – Programa Semi-Árido, Campina Grande: SUEP/UFPB, s/d.
- POPKIN, S. The rational peasant: the political economy of rural society in Vietnam. Los Angeles: 1979.
- RIBEIRO, José Paulo. **A saga da Extensão Rural em Minas Gerais.**São Paulo: Annablume; Minas Gerais:CPP/Emater, 2000.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Seca e Determinismo – a gênese do discurso do semi-árido nordestino.** In: **Revista Conviver Semi-árido, Fortaleza**, V. I, n. 4, out. - dez. 2004.

SABERES PARA O DESENVOLVIMENTO DO RURAL OU DOS SUJEITOS RURAIS? (1970 – 2007)

Cristina Maria Macêdo de Alencar (Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador- UCSal; PhD em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA) cristinamm@ucsal.br; crismma@terra.com.br

RESUMO

Da formação de profissionais de nível médio e superior para transmitir saberes científicos a uma população, em sua maioria iletrada, à capacitação de agentes de desenvolvimento sustentável, o mundo rural permanece como objeto sob a ação de atores, assim como a natureza sob domínio de tecnologias. A formação que considera relação do mundo rural como realidade vivida, como ação e reflexão, por seus sujeitos, está condicionada à existência de movimentos sociais que interagem o desenvolvimento. Neste artigo, examinamos como a dinâmica social vivenciada por sujeitos do mundo rural - quer como atividade meio quer como atividade fim -, tem redirecionado processos de difusão do conhecimento científico, indo da capacitação dos técnicos do Estado aos produtores rurais, quer atuem como agentes do projeto governamental, quer atuem como sujeitos de seus próprios projetos. Utilizamos dados de quatro pesquisas, sendo estruturante a realizada em 2002 na Região Metropolitana do Salvador/BA, que relaciona conhecimento científico e experiências de ruralidade na coexistência entre o rural e o urbano, e complementares três dissertações que envolvem: a capacitação para o PRONAT, para ADS e para formação de jovens rurais em Projetos de Reforma Agrária.

I. Introdução

Da formação de profissionais de nível médio e superior para transmitir saberes científicos a uma população, em sua maioria iletrada, à capacitação de agentes de desenvolvimento sustentável, o mundo rural permanece como objeto sob a ação de atores, assim como a natureza sob domínio de tecnologias. A formação que considera relação do mundo rural como realidade vivida, como ação e reflexão, por seus sujeitos, está condicionada à existência de movimentos sociais e, portanto, interage com protagonistas do desenvolvimento.

A possibilidade performativa da sociedade pelo conhecimento científico é mediada pelas estruturas de poder econômico (que inclui o mercado) e político, como um processo hegemônico e pelas instituições educacionais que legitimam e legalizam a formação profissional. Assim como os poderes econômicos e políticos se afirmam como hegemônicos, a concepção de natureza como externa ao homem é, certamente, predominante em relação à concepção da natureza como inerente ao homem, ou que inclui o homem. Contemporaneamente, a sociedade se depara com o requisito de sustentabilidade socioambiental inspirando teorias e ações políticas e técnicas, o que aparece nas ações do Estado como programas em direção ao desenvolvimento como sustentável.

As múltiplas dimensões da realidade social e do ser humano individual perpassam as instituições, as atividades hierarquizadas quando da formulação de políticas expressam a relevância, irrelevância ou até a invisibilidade de muitas dessas dimensões. Contudo, isto não as faz desaparecer da correlação de forças que se estabelecem na operacionalização dessas mesmas políticas, tanto em escala regional, quanto em escala local. Existindo na realidade social, as dimensões esquecidas ou relegadas quando da formulação de políticas, interagem pondo em questão indicadores qualitativos do desenvolvimento, quando se considera a condição humana de vida como compromisso fundamental do conhecimento científico.

A hierarquização expressa as escolhas pelo que se quer valorizar como projeto social. É então apropriado o conhecimento científico para o desenvolvimento rural protagonizado pelo Estado ou para o desenvolvimento dos sujeitos rurais, dentro ou fora das estruturas do Estado. Tendo em vista que o rural tem sido considerado predominantemente em sua atividade agrícola, nesse desenvolvimento rural que perpassa a formação profissional, é também o ensino agrícola que é priorizado em detrimento da educação a qual, incluindo o saber técnico, contempla o desenvolvimento dos sujeitos rurais. Essa fragmentação foi examinada por Mendonça (2006), enquanto dicotomia, no âmbito do Estado brasileiro, entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação, entre 1930 e 1960, e como dicotomia entre o pensar e o fazer.

A rica diversidade de conhecimentos com status de cientificidade, construídos para compreender ou para intervir na realidade social, é um forte indicador da complexidade dessa mesma realidade, que requer interação entre esses conhecimentos. Ademais, projetos sociais favorecem o desenvolvimento ao contemplar o ser humano inserido na natureza e protagonizando, como sujeito, o desenvolvimento nos mundos em que forjam suas identidades rural ou urbana, em alteridade.

A dicotomia pensar x fazer, operacionalizada nesse conjunto determinado de relações sociais, exclui o não-cientista do processo de pensar criador. Entretanto, ele é instado a agir sob a orientação de um saber científico que lhe possibilitaria o progresso

material, a deter um saber técnico necessário à realização daquela orientação, e a utilizar saberes que antecedem ao seu saber científico, sem que isso se explicita. O que estou chamando de orientação pelo conhecimento científico para o progresso material mediado pelas relações sociais é o mesmo que a apropriação institucional desse conhecimento pelo mercado e pela estrutura de poder governamental, ou, mais genericamente, pelo Estado. Isto ocorre, para garantia de autoridade, com o (des)respeito aos saberes não-científicos pela sobredeterminação dos científicos na conformação da realidade. A mediação se dá pelas instituições de formação e de intervenção, instrumentalizando o projeto social dominante como sendo o da modernidade.

Neste artigo, procuraremos demonstrar que a dimensão social da realidade, aqui considerada como o espaço de atuação dos sujeitos que vivenciam o mundo rural quer como atividade meio quer como atividade fim¹, tem redirecionado, senão os conteúdos, pelo menos os processos de difusão do conhecimento científico, indo da capacitação dos técnicos do Estado aos produtores rurais, quer atuem como agentes do projeto governamental, quer atuem como sujeitos de seus próprios projetos.

Utilizamos como base empírica dados de quatro pesquisas, sendo estruturante a pesquisa realizada em 2002 na Região Metropolitana do Salvador/BA, em que foram examinadas relações entre o conhecimento científico e experiências de ruralidade centradas na coexistência entre o rural e o urbano. Adicionalmente, consideramos dados decorrentes de três dissertações que envolvem: a capacitação promovida pelo Estado para implementar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, a capacitação de Agentes de Desenvolvimento Sustentável – ADS e a formação de jovens rurais assentados em Projetos de Reforma Agrária².

II. Projeto social na formação dos técnicos do Estado

Em pesquisa realizada em 2002, junto a profissionais de nível superior que atuam no setor público no Estado da Bahia em órgãos das esferas federal, estadual e municipal, na Região Metropolitana de Salvador, foi possível observar que a formação nas áreas das ciências naturais e exatas dos cursos dirigidos à produção do setor primário da economia nas décadas de 1970 a 1990, em que foram formados os profissionais entrevistados, não deixou dúvidas de que a difusão de tecnologia, com a perspectiva de ganhos de produtividade seria a melhor maneira de atuar profissionalmente no mundo rural.

¹ Consideramos que as experiências de ruralidade a partir da vida profissional se dão em atividades meio, como o planejamento, a extensão e a pesquisa, e em atividades fim, que envolvem os diferentes setores da economia e atividades socioculturais próprias do mundo rural. Adotamos essa classificação para definir o universo da pesquisa “Conhecimento científico e experiências de ruralidade”.

² A pesquisa estruturante resultou em tese de doutoramento da autora, “Campo e rural na metrópole”, em 2003 pelo CPDA, sob a orientação de Roberto José Moreira. As três dissertações estão em elaboração, sob orientação da autora, por Thomaz Borges Araripe Barbosa, Carina Moreira Cezimbra e Maria Jocélia Muritiba, respectivamente, mestrandos do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal

O entendimento histórico desse perfil nos remete ao período pós segunda Guerra Mundial, em que se estabelece a Guerra Fria entre o mundo capitalista e o mundo comunista, no qual surge a noção de desenvolvimento que chega ao século XXI privilegiando o crescimento econômico. Neste sentido, Spink considera que

“Vivemos nesta segunda metade do século XX uma era denominada desenvolvimento. Produto de um processo de construção social que incluiu a criação conceitual do “país pobre” ou atrasado”, seu início simbólico se deu no pronunciamento inaugural do Presidente Harry Truman, em 1949, quando apontou para a importância do progresso industrial para a melhoria do padrão de vida nas áreas “subdesenvolvidas” do mundo.” (Spink, 2003)

Embora o progresso industrial esteja fortemente vinculado ao crescimento das cidades e, neste sentido ao desenvolvimento urbano, o desenvolvimento rural precisava responder com eficácia à demanda por matéria prima para a indústria, o que envolvia diversas condições sociais a serem modificadas em favor do projeto industrial e para além dele, do projeto político inerente à guerra fria. De acordo com Campos (2007) ao analisar a presença de militares norte-americanos no nordeste brasileiro deslinda naquele projeto o interesse dos Estados Unidos pela mão-de-obra rural brasileira, especialmente para a produção de borracha. Convergiam os interesses pela borracha embora um fosse para os usos militares americanos e outro para o desenvolvimento nacional, ao lado da abertura de estradas de ferro para integrar o país.

Temos, portanto, uma conjunção de interesses alheios aos sujeitos rurais, que reúne os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil num projeto social produtivista que expande as relações instauradas em 1930 pela “Política da Boa Vizinhaça” do então presidente Roosevelt, dos EUA.

“A presença norte-americana na educação rural no Brasil seria consideravelmente ampliada nos anos 1950 através de novos acordos com o MA, dos quais resultaram a Companhia Nacional de Alfabetização Rural (1953) e a Fundação do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (1954). ... No campo da educação propriamente dita, a prioridade passou a residir na concessão de bolsas de estudo nos EUA, destinados a especialistas do Ministério”. (Mendonça, 2006; p 108).

Com esse tecido histórico, chega-se à década de 1960 com a ditadura militar, e à década de 1970 com Revolução Verde que constituiu em modernizar a agricultura com mecanização e quimificação dos processos produtivos, dispondo-se de profissionais formados para a difusão de tecnologia de produção, principalmente agrícola. Adotou-se modelo produtivo estadunidense apesar de a estrutura fundiária no Brasil diferir da estrutura fundiária dos EUA, e não estar contemplado nesse estreitamento de relações a partir de Truman, intervenções desconcentradoras da propriedade fundiária.

No final da década de 1970 (1976), em vigência do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola - SNPA, é criado mediante convênio entre o Ministério da Agricultura – Suplan, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e a Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Eiap/FGV) no Rio de Janeiro, o Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, no qual deveriam ser formados Mestres em Desenvolvimento Agrícola, que viessem a formar quadros para o SNPA³. Segundo Moreira (2005), no saber universitário hegemônico sobre agricultura no Brasil, nesse período,

“... noções de Desenvolvimento Agrícola articulavam um campo temático conformado pela noção de desenvolvimento econômico das teorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento e dos estudos das relações entre agricultura e indústria, com especial destaque às análises das funções da agricultura no processo de desenvolvimento. As disputas analíticas apoiavam-se nas postulações neoclássicas, de equilíbrio de mercados e da eficiência das unidades empresariais, keynesianas, de gestão macroeconômica dos ciclos de expansão e recessão, e cepalina, de promoção da industrialização nacional, todas elas com seus desdobramentos políticos e de políticas agrárias, agrícolas e rurais”. (Moreira, 2005, p194)

É este o ambiente científico das ciências sociais em que se consolida a certeza verificada na pesquisa anteriormente referida, na qual a difusão de tecnologia foi identificada como aquilo que os entrevistados aprenderam nos cursos das áreas de ciências exatas e naturais como sendo a melhor maneira de contribuir para a qualidade de vida no mundo rural. Esta foi a marca que a extensão rural imprimiu no Brasil como receituário generalizante apesar das incontáveis diferenças naturais, culturais e sociais das populações envolvidas, aparentemente homogeneizadas devido ao “atraso” a ser modernizado.

Contudo, nessas três décadas de formação e de experiências profissionais, a realidade social brasileira se transformou, e os brasileiros saíram da ditadura militar e da revolução verde, com outra compreensão do que seria melhor para o desenvolvimento do mundo rural. Embora a pesquisa, que estrutura este artigo, se refira à Região Metropolitana de Salvador, os profissionais entrevistados atuaram em todo o Estado, enquanto esse padrão de desenvolvimento se firmava, internacionalmente, como problema sócio-ambiental.

Na década de 1990, são ainda as relações internacionais que dão o tom na avaliação das conseqüências ambientais dessa formação inspirando ação do governo da Bahia que foi manchete de jornais, como a veiculada pelo jornal A Tarde de 15/04/97, nas notícias locais, de que o “Governo quer declarar guerra aos agrotóxicos”, embora o tom da matéria deixe transparecer o constrangimento da tal guerra para o Governo...

³ Para aprofundar a informação sobre o percurso do CPDA que como resultado de crise institucional o levou à UFRRJ em 1982 e à redefinição de sua identidade como Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade em 1995, quando implanta o doutorado, ver “Vivências de ruralidades no curso de mestrado em Desenvolvimento Agrícola -1976 -1983” por Moreira, 2005.

“Depois de a Bahia ter vários de seus produtos agrícolas, especialmente os hortifrutigranjeiros, recusados por importadores de outros continentes devido ao excesso de resíduos de produtos químicos, a Secretaria da Agricultura, em parceria com as secretarias da Saúde e do Meio Ambiente, resolveu cumprir a legislação e declarar uma verdadeira guerra ao abuso de aditivos químicos agropecuários, muitos dos quais nocivos à saúde humana. ... Cássio Peixoto, gerente de defesa sanitária vegetal do DDA, admite que na Bahia sempre houve abuso de substâncias agrotóxicas o que já provocou a devolução de material comprado por outros países. ‘Com a fiscalização, além de coibir esse abuso vamos poder monitorar os produtos utilizados...’” (Jornal A Tarde, in outras notícias de local, 15.04.1997).

Por parte dos profissionais da extensão rural a mudança de orientação produtiva é um processo de crítica que envolve crítica ao conhecimento científico e à prática cultural por ele inspirada como processo que emerge e se consolida na própria experiência.

Não sem razão, todos os entrevistados, questionados sobre o que seria a melhor maneira de contribuir para a vida no mundo rural fizeram proposições decorrentes da revisão de suas práticas profissionais requalificando as intervenções.

A dissociação entre as ciências fica ilustrada na Tabela 1 ao se observar que apenas nas ciências humanas na década de 1990 aparece uma referência à preocupação com o respeito humano e cultural e com o compromisso em relação às pessoas. A experiência daqueles profissionais formados tanto pelas ciências humanas e sociais quanto pelas físicas e naturais redefiniu o que deveria ser a contribuição para a melhoria da qualidade de vida no mundo rural, focalizando seus sujeitos de diversas maneiras como: considerando a realidade como um todo psicológico, espiritual, social e político, entre outras dimensões; promovendo capacitação requalificada pelas artes, pelo respeito humano e cultural, com interação entre teoria e prática; reafirma-se a preocupação com o respeito humano e cultural e com o compromisso em relação às pessoas.

Mesmo estando em tempos de disseminação da crença política no neoliberalismo, e de complexificação nas relações internacionais, essas avaliações não prescindem da ação do Estado. Ao contrário, objetivamente, de uma longa lista de sugestões, 38,6% (Tabela 1) legitimam o Estado como agente desse novo padrão de desenvolvimento, desde que haja subversão do foco de atuação para a reconsideração do rural e dos seus sujeitos, para os quais pede valorização como cidadãos e profissionais. Nessa reivindicação a ação pública nos níveis federal, estadual e municipal deve efetivar comprometimento pela cidadania e pelo país, num claro reconhecimento da força da globalização sobre a localização das experiências de vida. Os sujeitos enquanto cidadãos dariam o sentido último à atuação do Estado. A cidadania e o desenvolvimento privilegiando a condição humana estão no cerne

da busca de melhores condições de vida, para o que se reconhece imprescindível também a cidadania política dos agentes do Estado como expressão de comprometimento público.

Os projetos sociais contidos nessas considerações sobre a melhor maneira de

Tabela 1 - Melhor maneira de contribuir para a qualidade de vida no mundo rural, referida no conhecimento científico e na experiência - RMS 2002

Década de graduação por área	Pelas ciências naturais e exatas			Pelas ciências humanas e sociais			Pela experiência	Pelos colegas			Frequência (%)
	1970	1980	1990	1970	1980	1990	1990	Concordam	Maioria concorda	Maioria discorda	
Contribuições											
Difusão de tecnologia (geral, Brasil, agricultura familiar, orgânica)	3	4	2				12	3	4	1	9,4
Realidade como um todo (social, psicológica, espiritual, política, etc.)							8	1	1	4	6,3
Recursos materiais e organizacionais do pequeno produtor							16	8	1		13
Capacitação (requalificá-la com artes, respeito humano, cultural, teoria e prática)							9		1	1	7,1
Ação pública							33	10	2	1	26
Serviços urbanos							11	3	1	1	8,7
Respeito humano, cultural/compromisso						1	15		1	1	12
Sustentabilidade ambiental							14	6			11
Cidadania política/comprometimento político							5				3,9
Lógica mercantil							4	1			3,1
Total							127				100

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS - 2002.

OBS: Melhorias que requerem compromisso público = 49 / 36%

contribuir para a qualidade de vida no mundo rural, requalifica a capacitação de modo a conter o projeto pedagógico compatível com os projetos sociais. Nesse sentido é que se justifica que a capacitação seja "requalificada pelas artes, pelo respeito humano e cultural, com interação entre teoria e prática", o que inclui a interação entre educação e ensino profissional.

A cisão entre educação e ensino profissional que é apontada por Mendonça (2006), para o período de 1930 a 1960, é avaliada por uma profissional que atua em assentamentos de reforma agrária na condição de empreendedora social do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária sob o ângulo do compromisso do Estado com a educação:

"O país não valoriza o profissional de educação; pode ser de artes plásticas, de matemática, de física, de geografia, ele não valoriza.... eu acredito que é uma valorização política, do governo do país. ... o que posso aproveitar da minha formação no que eu estou desempenhando agora? O empreendedor trabalha com as dinâmicas internas do assentamento; você tem que detectar se eles estão conseguindo se organizar, se estão tendo conflito interno. Como você pode detectar

um conflito? Através de psicodrama, de dinâmica de grupo. E como você pode resolver isso? Através disso também. A gente pede para fazer um teatro expressando o que está acontecendo aqui e agora. Eles fazem. Eles gostaram e gostam. Eles fazem um teatro e depois a gente diz: vocês podem fazer agora um teatro de como vocês podem resolver isso? ...psicodrama...é uma técnica importante para trabalhar com grupo” (Entrevistado nº 2, 2002).

Embora essa entrevista date de 2002, ela atualiza o pronunciamento de Anísio Teixeira, educador baiano que criou em Salvador a Escola Parque como modelo integrador da educação com o aprendizado profissional, quando da aprovação do Capítulo de Educação e Cultura do Projeto de Constituição elaborado pela Comissão de constituição da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 1947.

“Confesso que não venho até aqui falar-vos sobre o problema da educação sem certo constrangimento: ... Há cem anos os educadores se repetem entre nós. ... esvaímos-nos em palavras.... Atacou-nos por isso mesmo, um estranho pudor pela palavra. ...

Somente uma ocasião como esta me obrigaria a vir repetir idéias que todos sabem e conhecem. ... Esta hora, que é da maior gravidade para o mundo e para o Brasil. Para o mundo, porque chegamos àquele ponto em que a própria divisão do planeta em nações se tornou incompatível com a paz, e isto nos compele à necessidade inelutável de sua organização em termos globais. E, para o Brasil, porque pela terceira vez estamos a enfrentar o problema de implantar a democracia no país. ...” (Anísio Teixeira, discurso).

Anísio reivindicava que a Constituição da Bahia adotasse a autonomia de educação nos estados, como consagrado pela Constituição Nacional de 1946, e que conforme Anísio, no mesmo pronunciamento, “... resultou de uma longa luta dos educadores brasileiros”.

III. Projetos sociais na formação dos produtores rurais

Os projetos sociais na formação dos produtores rurais estão associados ao projeto hegemônico de desenvolvimento do país, em cada momento histórico, tendo sido marcante ao longo do tempo a ênfase de ensino agrícola na formação profissional. Mendonça (2006) considera que a origem da interferência do Estado brasileiro no ensino remonta à abolição da escravatura “ ... mediante a redefinição das formas de trabalho compulsório no campo, o que originou uma indissolúvel e contraditória aliança entre grandes proprietários rurais e sociedade política”. (Mendonça, 2005. p90). Ainda segundo Mendonça, o Ministério da

Agricultura (MA) assumiu desde então papel estratégico na veiculação de propostas modernizantes, desde o final do século XIX, quando se instaura "...acirrada competição política intraclasse dominante agrária... que se perpetuaria no tempo". Conforme documento do MA de 1913, citado por Mendonça,

"Gerou-se uma leitura da realidade que, não apenas atribuía ao arcaico homem do campo a responsabilidade pela crise, como também preservava a estrutura fundiária e legitimava modalidades de intervenção pedagógica junto a ele, evitando sua fuga ao mercado. A atuação do MA no sentido de construir e fixar o trabalhador nacional materializou-se em duas instituições: Aprendizizes Agrícolas (AAs) e Patronatos Agrícolas (PAs) responsáveis pela preparação de trabalhadores aptos ao manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo, ensinando-lhes, sobretudo, seu valor econômico". (Mendonça, 2005. p 91)

Dessa referência histórica cabe marcar o perfil econômico, de governança e produtivamente modernizante atribuído pelo Estado ao papel da educação, e que vai se afirmar na construção dos projetos sociais de desenvolvimento, lembrando que,

"Finda a II Guerra Mundial, os Estados Unidos ascendem como potência hegemônica do capitalismo correspondente à condição do bloco soviético. O alinhamento da América Latina à política da guerra fria estava dada por uma subordinação à estratégia de reconstrução do capitalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos". (Lima, 2005. p50)

Essa força da dinâmica global, que Anísio Teixeira toma para periodizar, com o pós-guerra, a questão educacional brasileira em prol da sua autonomia, se impôs como restritiva à autonomia da educação no Brasil em geral, e em particular à educação das populações rurais, tanto quanto continua a dirigir o modelo de crescimento econômico.

Complementando as diretrizes desse desenvolvimento, apoiamo-nos ainda em Lima (2005) com o entendimento de que,

"O pacto político reorientado a partir de 1964 acentuou a estratégia do desenvolvimento capitalista, orientando novos caminhos, dentre os quais, intensificar a penetração do capitalismo na agricultura, tendo por pressuposto que assim seria possível transformar o campo sem a reforma agrária, anteriormente defendida como a única possibilidade de viabilizar o desenvolvimento capitalista no país."(Lima, 2005. P 51)

O tema do desenvolvimento, que foi arrefecido com o êxito do crescimento econômico pós 64, conhecido como Milagre Brasileiro, volta à tona na década de 1990 no contexto de "tensões disruptivas (queda do socialismo, reforço de movimentos étnicos e liberalização agrícola crescente, crise do desemprego/globalização e crise ambiental –

agudizados nos anos 1990 mas originados em 1980 – ideologia do desenvolvimento local e políticas de descentralização”. (Lima, 2005. p 45).

A despeito dessas disrupções, o desenvolvimento sob a hegemonia do capitalismo continua em pauta. Assim é que, ao final do século XX esse modelo inspira inovações como o programa de reforma agrária no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que implantou a “reforma agrária de mercado” no Brasil, pautada nas justificativas do Banco Mundial, em três argumentações: inadequação do instrumento da desapropriação por estar vinculado a um “modelo” de ação fundiária centralizador, arbitrário, lento e propenso à corrupção; indisponibilidade orçamentária da União para as indenizações arbitradas pelo judiciário; por último, a necessidade de que as ações do governo deixassem de estar a “reboque” dos movimentos sociais, resultante da pressão provocada pelas ocupações de terra.

As profundas desigualdades sociais com crescente aumento das populações de sem teto, de famintos, de doentes, sem terra, atingidos por barragens dentre outros fenômenos expressam os antagonismos decorrentes do intenso crescimento pela acumulação de capital com internacionalização do capital produtivo das grandes corporações multinacionais, apoiadas por políticas nacionais de industrialização, com alto índice de endividamento externo. Para que o sistema como um todo não entrasse em crise a agenda internacional incorporou como ponto de pauta a remediação da pobreza, sob o discurso da justiça como equidade e da liberdade.

No debate sobre a “realidade” do país desde os primeiros anos do pós-guerra a preocupação pela superação do seu atraso, reproduzia o ideário dos Estados Unidos como potência hegemônica do capitalismo, em torno do nacionalismo e do entreguismo.

“Eram duas as principais noções que nortearam os debates: 1) a estrutura fundiária opunha o latifúndio ao minifúndio, estrutura essa que explicava o atraso das forças produtivas. ... 2) por não serem capitalistas, as relações de produção no campo brasileiro retardavam a expansão do mercado consumidor para os produtos industriais.”(Lima, 2005. p 50)

O avanço desse debate traz o êxodo rural que acelera o crescimento das cidades como evidência da tendências de extinção do mundo rural dada a suposta inexorabilidade da urbanização de padrão industrial que construiu a retomada do crescimento pós-guerra. Entra em pauta o questionamento sobre a existência ou não do rural e o que o caracterizaria: a produção primária, apenas a produção agrícola, a relação com a natureza, o povoamento rarefeito e disperso, a ausência de serviços, o que atrelaria o rural ao urbano como dependência política, econômica e social, as especificidades culturais, religiosas, etc.

Da contribuição teórica de José Graziano da Silva surge o entendimento de que, como decorrência desse processo, o rural se renova e é referenciado à agricultura em seus

modelos de desenvolvimento, configurando diversidades produtivas e de condições sociais e econômicas, pluriatividade, fortemente marcada pela penetração do urbano no rural. Este fenômeno configuraria o novo rural brasileiro que inspirou a política do governo Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, para “retomada do crescimento”. Nesse panorama o mundo rural brasileiro transita do “Novo mundo rural” para a “Vida digna no campo”, a partir de 2003, com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Data de 2005 o documento institucional do Ministério do Desenvolvimento agrário – MDA que anuncia o enfoque territorial do desenvolvimento sustentável como aquele que orientaria as ações daquele ministério através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT prevê apoiar durante quinze anos os territórios rurais; cada cinco anos correspondendo a um ciclo de gestão social do desenvolvimento sustentável. As bases teóricas que dão substância à política e as ações da SDT e ao PRONAT, estão explicitadas nos documentos institucionais e no site da secretaria⁴ e integram os debates que expressam o avanço do conhecimento científico diante da impossibilidade de ler e controlar a realidade social que insiste em escapar dos modelos neoclássicos, dicotômicos e dualistas sejam positivistas ou marxistas.

O projeto social que advém com o PRONAT é reforçado pela contribuição de intelectuais como Sérgio Sepúlveda, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva, Ricardo Abramoway e Beduschi Filho, Sérgio C. Buarque, Melania Portilla Rodríguez, Rafael Echeverri e Maria Pilar Ribeiro que subsidiam a implementação da política que é composta por dois eixos interdependentes: um político e outro técnico.

É promovida capacitação denominada de Metodologia Comum, como processo de implementação do Eixo Político do PRONAT. São estratégias e ações direcionadas à mobilização e sensibilização dos “atores” do território para o reconhecimento dos limites dos seus territórios, em primeiro lugar, e para formação das Comissões de Instalação das Ações Territoriais (CIAT) e, num processo paralelo, construção dos planos de desenvolvimento territorial que materializam a gestão social adotada como processo pedagógico.

Dispondo-se de compreensões atualizadas do rural emerge, então, o território, como novo campo de debate e de práticas políticas, com diferentes conceitos e apropriações, quando a descentralização administrativa pretende dar conta de políticas de descentralização frente às tensões disruptivas do final do século XX.

Tomando os autores que instrumentalizam teoricamente esta política, vamos encontrar Sepúlveda, Beduschi filho e Abramoway convergindo para o requisito de competitividade para o desenvolvimento; Perico e Ribeiro privilegiando solidariedade e participação; Rodriguez focalizando a dimensão cultural; Buarque e Veiga em torno da sustentabilidade ambiental o que, no conjunto, compõe a grande diversidade constituinte do

⁴ <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>

território, inova processos embora mantenham a subordinação ao global e à tecnologia, referenciada no Desenvolvimento Sustentável proposto pela Comissão Brudtallnd.

Para a SDT/MDA o território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se distingue um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (Condraf/NEAD, 2003. p. 7). Essa compreensão comporta a operacionalização da política em que:

“Induzir, apoiar, fomentar o processo de desenvolvimento territorial é algo que sugere, portanto, a necessidade de uma estratégia de concertação social em torno das formas de produção, distribuição e utilização dos ativos de uma região⁵... é assim uma visão integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas e tem na equidade, no respeito a diversidade, a solidariedade, a justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas... Compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, enfatizando a idéia de gestão sustentável da base dos recursos naturais e estimulando novas formas, mais responsáveis, de uso social da natureza” (Doc. Institucional 03, 2005. p. 8 e 9)

Assim, o referido PRONAT, incluído no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 tem no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o campo institucional de formação de Agentes de Desenvolvimento Sustentável – ADS, inicialmente denominados de Agentes de Desenvolvimento Rural. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, instituição executora, explicita na série “Documentos Institucionais” os principais conceitos que orientam as estratégias de formação, e na série “Documentos de Apoio” traz os métodos, técnicas e instrumentos que subsidia a ação dos “agentes” nos territórios.

As estratégias explicitadas nesses textos buscam “aprimorar as capacidades e habilidades dos atores” para realizarem a gestão compartilhada do desenvolvimento sustentável sob os princípios da gestão social. Além da tradicional contribuição das ciências físicas e naturais, também as ciências sociais são explicitamente apropriadas em inovação de tecnologias de processos sob a hegemonia da gestão como viabilizadora do desenvolvimento. São apropriados das ciências sociais para o desenvolvimento, os seguintes “conceitos fundamentais”: território, capital social, gestão social, empoderamento e institucionalidades. Elencam-se parâmetros para se estruturar o território, quais sejam: a

⁵ Grifo nosso

organização e o fortalecimento dos atores sociais; a adoção de princípios e práticas da gestão social; e a promoção da implementação e integração de políticas públicas.

“A gestão social se dá tendo por objeto os planos e processos de desenvolvimento territorial, e não apenas as políticas do Governo Federal ou, menos ainda, somente as políticas do MDA. A própria idéia de desenvolvimento territorial pressupõe o ultrapassar dos limites setoriais. Seja da economia, seja do limite das políticas públicas.” (Doc. Institucional 02, 2005.; p. 10)

Não comporta neste artigo deslindar a política do MDA nem as demais políticas do Governo Federal, mas apenas assinalar o campo científico que é arregimentado para enfrentar as questões estruturais do desenvolvimento, não mais em meio à ditadura militar e sim num momento em que a democracia é valor reivindicado tanto pelo governo quanto pela sociedade civil organizada em movimentos sociais e em Organizações Não Governamentais – ONG.

Admitindo que a capacitação dos agentes de desenvolvimento tenha formado competências para a gestão social, cada território elaboraria seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), “instrumento para gestão participativa” do território, que conteria as diretrizes e estratégias do desenvolvimento sustentável a ser viabilizado pela gestão social, considerada como:

“...um processo de gerir assuntos públicos, por meio da descentralização político administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do Território.” (No Documento Institucional 03, 2005. p 14)

Portanto, a participação; a descentralização administrativa, a democracia e a transparência são requisitos oficiais para a descentralização política e o “empoderamento” da sociedade. Nesse instante é que é sinalizada a importância dos processos de capacitação para gestão. O empoderamento do território dar-se-ia pela formulação de compromissos entre o público e privado, entre agentes já constituídos e plenamente inseridos nas dinâmicas de desenvolvimento e os agentes marginalizados e com dificuldades de acesso às arenas decisórias.

“Para tudo isso, a base pedagógica das estratégias de apoio ao desenvolvimento territorial consiste em estimular a participação na gestão social, promovendo a superação de processos assistencialistas pelo diálogo, onde objetivos, produtos e resultados são estabelecidos e compartilhados pela coletividade” (Doc. de Apoio 03, 2005; p.12)

Os desiguais – assentados da Reforma Agrária, quilombolas, produtores familiares, agentes financeiros do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, técnicos da EMBRAPA

prefeitos, vereadores, entre outros – são considerados como iguais nessa concepção de planejamento, o que não converge para a noção de equidade. Para o Estado, são atores; na realidade são sujeitos metamorfoseados em atores inseridos no planejamento como:

“...processo ordenado e sistemático de aprendizagem social no qual os atores sociais em conjunto com os técnicos e representações do Estado constroem a visão crítica e coletiva da realidade para a tomada de decisão (escolha de alternativas) das ações necessárias e adequadas à construção do futuro desejado.” (op.citi.; p. 16)

A certeza do domínio tecnológico de produção na formação para a Revolução Verde e para a ditadura militar é substituída por processo pedagógico para o “empoderamento”. Ou seja: envolve o desafio e a necessidade de se capacitarem diferentes indivíduos, de estratos sócio-políticos diversificados, principalmente os marginalizados supostamente com baixíssimos recursos técnicos, para implementar, executar e monitorar as políticas públicas estabelecidas nos planos de desenvolvimento territorial (PDTRS). Na nova certeza o domínio tecnológico de processos de gestão assume a hegemonia. Nessa tecnologia de gestão o planejamento mostra-se como base para a tomada de decisões coletivas, definindo eixos estratégicos para o desenvolvimento do território com base na articulação de políticas públicas de interesse da maioria dos segmentos sociais envolvidos; a organização reforça a importância das redes, dos arranjos institucionais e das parcerias tidas como alicerces inquestionáveis à gestão social do desenvolvimento sustentável; o controle social define a importância de se criar no território um ambiente de comprometimento coletivo e ético.

“Independente de por onde este desenho se inicie, o fundamental é que cumpra os três grandes macroprocessos, que, enfim, conformam o ciclo de gestão social das iniciativas do desenvolvimento dos territórios rurais: planejamento, organização e controle social”. (Doc. de Apoio 03, 2005, p. 16).

É requerido dos técnicos do Estado a atitude de agentes educadores na sua socialização dos conhecimentos” (Documento de Apoio – 02; p. 21) utilizando das escolas pedagógicas construtivista e sócio-política. A capacitação compreende, enfim, a aplicação das diretrizes e estratégias contidas naqueles documentos ao processo de construção do plano territorial e à sua avaliação. A formação dos Agentes de Desenvolvimento Sustentável - ADS, entre os quais estão os pequenos produtores rurais que são capacitados ganhou dimensão política além da formação de tecnologias de produção, de modo a operacionalizar o eixo técnico do PRONAT.

Assim a formação profissional para interferir no desenvolvimento de espaços rurais, passa a requerer além da ênfase técnico produtivista a ênfase técnico organizacional, isto é, os agentes responsáveis pela constituição de elos entre as comunidades e as instituições de pesquisa e extensão receberiam formação para desenvolver uma rede social, capacitar

tecnicamente em favor da criação e apropriação de novas tecnologias para uma agricultura sustentável e para fornecer informações sobre políticas públicas para a agricultura no Brasil.

Organizações locais, nacionais e internacionais são envolvidas nessa formação, como ONG locais, a Embrapa Semi-Árido - ESA, o Centro Internacional de Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento - CIRAD e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, são executoras de projetos contratados via editais públicos, e que incluem a capacitação dos ADS, dentre eles, os produtores rurais.

Tomando como exemplo a ação da Embrapa Semi-árido – ESA no Território do Alto Sertão Pernambuco e Piauí – TASPP, inicialmente a comunidade elegeu jovens agricultores para serem capacitados. Para a ESA isto favoreceria a credibilidade junto aos demais agricultores. É suposto que os sujeitos passíveis de serem capacitados tenham nível mínimo de escolaridade, credibilidade, disponibilidade, engajamento social, interesse pela técnica (aprender e repassar conhecimentos) e responsabilidade. Os temas de capacitação envolvem políticas públicas e processos tecnológicos, em compatibilidade com as condições edafoclimáticas, e habilitam os ADS a elaborar projetos para obtenção de recursos junto, principalmente, ao BNB através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, para os agricultores da sua comunidade. Além de agricultores e jovens agricultores, também passaram a ser capacitados como ADS: técnico agrícola, vereador, professor de ensino fundamental em turmas não escolhidas pela comunidade, mas compostas através de edital público que demarca o perfil exigido para a capacitação.

Mesmo não sendo possível avaliar a eficácia dessas políticas que estão sendo implantadas, é possível afirmar que os projetos sociais na formação dos produtores rurais incluem integração entre diferentes saberes, diferentes setores e diferentes esferas de poder político; também inclui questões contemporâneas como a sustentabilidade ambiental e a descentralização administrativa. Contudo, o fato de esses projetos reproduzirem comprometidos com o desenvolvimento do capitalismo enquanto condição hegemônica, e de a vida continuar existindo para além do público alvo das políticas que cabem em editais e entre aqueles que se movimentam socialmente, nos leva a crer que as relações de poder e saber no campo brasileiro apenas começam a ser oxigenadas, em subalternidade.

Fora do âmbito do PRONAT, e desta vez focalizando os produtores familiares, outros processos de formação acontecem organicamente nos movimentos sociais, particularmente na formação política decorrente da luta pela terra que tem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST um dos principais representantes de uma pedagogia coletiva. Paralelamente, a Escola Família Agrícola – EFA promove capacitação com base na pedagogia da alternância que, embora privilegia um coletivo menor, que é a família, contempla diálogo com os jovens rurais, adequação ao seu modo de vida e de trabalho.

Os projetos sociais que perpassam as ações dos movimentos sociais em torno da organização familiar da produção no mundo rural constituem mobilizações contra-hegemônicas aos projetos sociais dominantes para o desenvolvimento do capitalismo.

“No bojo das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras no campo a educação de qualidade como um direito de cidadania aparece como um dos componentes de reivindicação e em muitos lugares como experiência alternativa, gerida pelos próprios trabalhadores. Neste contexto encontram-se a Escola Família Agrícola – EFA e a Casa Familiar Rural – CFR. Elas foram implantadas no Brasil na década de 1960, a partir de uma experiência iniciada na França e espalhada pela Itália, Espanha e diversos países da África. No Brasil, ao conjunto de EFA e CFR convencionou-se chamar CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância. Entre outros objetivos os centros surgem como uma possibilidade de educação apropriada às necessidades sociais históricas para conter o êxodo, desenvolver o campo, superando as condições de pobreza, abandono, entre outras mazelas existentes no campo, através de uma formação conscientizadora dos alunos e suas famílias junto às comunidades”.(UNEFAB, 2007. p 1).

O contexto de necessidades que fez com que surgisse na França, em 1935, e no Brasil (Espírito Santo) em 1968, uma proposta pedagógica que reunisse educação e ensino profissional dizia respeito às condições de vida e produção de homens e mulheres que viviam no campo, portanto, necessidades também verificadas fora do âmbito dessa pedagogia. O que era diferente era o projeto social; a iniciativa partiu dos próprios agricultores e vislumbrava “..uma escola que respondesse às necessidades reais e aos problemas vivenciados no campo”. Em seu conteúdo pedagógico consolidado nos CEFFA se incluem a “...formação integral da pessoa humana e o desenvolvimento sustentável solidário, atendendo, prioritariamente, filhos e filhas de agricultores familiares, integrando os eixos transversais de cidadania, gênero, cultura e ecologia, tendo como perspectiva a qualidade e a dignidade de vida no campo”. (UNEFAB, 2007. p 3).

As EFA contemplariam o que para jovens assentadas em Projetos de Assentamento (PA), no município de Itaetê-BA significa a vida na cidade e a vida no campo:

“A vida da cidade é muito corrida; busca de bens materiais como objetivo; tudo o que precisa tem que comprar; as pessoas ficam escravos do trabalho; os pais não acompanham os filhos, stress, tudo em função de ganhar dinheiro; muito lucro; muita violência. De bom, tem mais oportunidades de conhecimentos, de cursos, melhor nível de escolaridade e de oportunidades de escola, melhor qualidade de ensino.

A vida no campo, o que se planta colhe e pode ser consumido ou vendido, mas sem estrutura para comercialização. Às vezes nós mesmos não valorizamos o que temos. Temos a terra, planta o que quer. É bom viver no campo, sem correria. Não precisa

ficar correndo de um lado para outro atrás de trabalho. Falta organização dos produtores para produção e comercialização para se fixar de vez no campo.

Tem quem vai para a cidade, quem volta para o campo, e quem está e quer ir. Muitos vão para a cidade, aprendem coisas novas e trazem para o campo. Os que ficam não têm essa oportunidade”. .”(Jovens dos assentamentos Rosely Nunes e Baixão em Itaetê, 2007).

Encontramos em Colônia⁶, um povoado do município de Itaetê, na Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, jovens agricultores assentados em Projetos de Reforma Agrária, em formação numa EFA onde estudam também outros jovens agricultores que não são assentados. Pudemos constatar que a formação desses jovens ocorre conforme os princípios da pedagogia da alternância, embora para aqueles jovens estivesse muito mais consolidada a ênfase na nucleação familiar do que a partilha comunitária que integra o ambiente de aprendizagem preconizado pela alternância casa/escola/casa, em que a casa é constituída pelo ambiente familiar/comunitário. A EFA não promove articulação entre os assentamentos, mas se faz presente “ na comunidade através de palestras, orientam a utilização de resíduos, por ex., são também feitas dinâmicas teatrais que mostram como fazer, principalmente no final do ano para trazer novos alunos, mas deveria haver o ano todo.”(Jovens dos assentamentos Rosely Nunes e Baixão em Itaetê, 2007).

Retomando a expectativa de autonomia da educação que resulta “de uma longa luta dos educadores brasileiros”, podemos inferir que nessa proposta, a possibilidade de autonomia estaria em a formação concretizar demandas dos educandos ao invés de interesses de alinhamento global e, no caso do saber no campo, esta demanda estar organizada como Movimento Social contrarrestante à dominação global cuja diretriz de desenvolvimento diverge em racionalidade e ideologia das diretrizes de um desenvolvimento solidário. A possibilidade de se efetivar um desenvolvimento sustentável estaria apoiada no desenvolvimento das pessoas e do meio simultaneamente, o qual consistiria na

“Organização, união. As controvérsias precisam de união para serem resolvidas. Conhecimento através de outras organizações técnicas, conhecimento de mercado para não ficar à mercê dos atravessadores. Planejamento das ações. Mas isso precisa vir de pessoas especializadas que saibam ouvir o que os que vivem ali têm pra dizer e não trazer projetos e enfiar de qualquer jeito”. .”(Jovens dos PA Rosely Nunes e Baixão em Itaetê, 2007).

Finalizando

⁶ Este nome decorre do fato de o lugar ter sido implantado como Projeto Especial de Colonização – PEC do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Os profissionais das ciências aplicadas, formados em torno do campo rural como elemento de um objeto de estudo, se inserem como protagonistas num determinado conjunto de relações sociais e em determinadas condições de dicotomia e ambivalência. Por exemplo, no planejamento de intervenções, acompanhamento e avaliações de políticas para a agropecuária, particularmente, de pequenos produtores rurais,- do qual também fiz parte por uma década – 1980 a 1990 – , desenvolvida na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, dialéticos e positivistas, profissionais das ciências naturais, humanas e sociais, não só coexistiam como construía juntos a atuação no espaço concreto da agricultura, da pecuária, da piscicultura, da comercialização, dos serviços, enfim, do existir no campo. A ausência de qualquer deles, quando das avaliações processuais, configurava uma dimensão fragmentada e não contemplada daquela realidade, requerendo sua inclusão.

Contudo, não se construía a unidade conceptual em cada sujeito formado fragmentadamente, nem na prática da intervenção, que impunha a necessidade de recuperar a totalidade perdida pela especialização do conhecimento disciplinar a partir do exercício multidisciplinar. Sendo multidisciplinar, a integração entre objetos e áreas de conhecimento, se dava como complementar, adicional e não uma interconexão. A heterogeneidade científica e de consciências quanto às conseqüências da atuação técnica no natural e no social, punha cada um a defender a relevância do seu campo de saber fazendo-o presente, com competência, naquela prática profissional coletiva.

Isto é, a atitude não era de diálogo entre saberes e sim de cumprimento de tarefas que eram partes do todo. Politicamente, o poder fica instrumentalizado com visão integrada, enquanto o cidadão comum e o cientista, com visão fragmentada. Tem-se aí a ambivalência de criação (inovação) e repetição do inovado o que é um recorte da ambivalência de aventura e rotina como modos de modernização. Na aventura está a criação pela criação, sem teleologismo, e na rotina um processo de produção em série, ou a aplicação das ciências sociais como norteadora do desenvolvimento. Quando esse processo se efetiva na cultura e com a lógica capitalista, parece-me que aí está a força performativa hegemônica da modernização como ciências aplicadas. O potencial performativo está justamente no seu modo de ser rotina em grande escala para acumulação e expansão do capital. Os avanços tecnológicos passaram a ser incorporados pelo mundo rural em termos de processos vitais e de reprodução de novas espécies animais e vegetais⁷, acrescidos do meio informacional.

“As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na

⁷ Continua polêmica em torno da produção de alimentos transgênicos quer para uso humano quer para uso animal, acrescida de decisões governamentais em apoio a essa produção.

cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais” (Santos, 1996: p.192).

“O conhecimento exerceria assim – e fortemente – seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem”(Santos, 1996: p.194).

A ciência aplicada, no âmbito da intervenção governamental, como ciência política compõe estratégia de legitimação da diretriz de desenvolvimento econômico e social assumida pelo Estado ou governo, instrumentalizando ações desenvolvimentistas.

Contudo, a vida social existe também fora das institucionalizações dominantes ou subalternas. E a vida das pessoas existe na vida social e na das instituições. Nessas interconexões, religam-se dimensões que estavam separadas por classificação, isto é, a trajetória de vida rural, os diferentes saberes, o espaço da cidade no ordenamento do rural. A possibilidade de a ciência estar a serviço do mundo rural na vida dos seus sujeitos, no lugar em que vivem, como processo de empoderamento pela construção de autonomia relativa está, pelo que aqui examinamos, diretamente vinculada à organização desses sujeitos em movimentos sociais, ao fato de constituírem lutas sociais continuadas em meio relações de hegemonia e subalternidade.

IV. Referências

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. Artigo publicado no XLI Congresso de Sociologia e Economia Rural, SOBER. 2003.

BUARQUE, Sérgio C.. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPOS, Rodrigo Pires de. POLÍTICAS INTERNACIONAIS DE SAÚDE NA ERA VARGAS: O SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA, 1942-1960. Campos ALV. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 318 pp. Resenha in: Cad. Saúde Pública vol.23 no.5 Rio de Janeiro May 2007.

ECHEVERRI, Rafael e RIBEIRO, Maria Pilar. Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe. Brasília: IICA, 2002.

ELI DA VEIGA, José. O Brocardo do desenvolvimento rural. Revista Valor Econômico. Edição no.1166, 2004.

SILVA. J Graziano. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1996.

LIMA, Eli Napoleão de. Novas ruralidades, novas identidade. Onde? in: MOREIRA, Roberto José (org.) Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005. pg 41 a 64.

MENDONÇA, Sonia Regina de. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930 - 1960). Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro,UFRRJ/CPDA, MAUAD, abril/2006. Pg 88 a 113.

MOREIRA, Roberto José. Vivências de ruralidade no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, 1976 – 1983. in: MOREIRA, Roberto José (org.) Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005. pg 191-235.

RODRÍGUEZ, Melania Portilla. Gestão social do território. Experiências no estado do Maranhão. Brasília, IICA. 2005.

SECRETARIA de Desenvolvimento Territorial – SDT. Documentos Apoio 02. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia para o planejamento. Brasília: SDT, 2005.

SECRETARIA de Desenvolvimento Territorial – SDT. Documentos Apoio 03. Referências para a gestão social dos territórios rurais. Brasília: SDT, 2006.

SECRETARIA de Desenvolvimento Territorial – SDT. Documentos Institucionais 02. Marco Referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília: SDT, 2005.

SECRETARIA de Desenvolvimento Territorial – SDT. Documentos Institucionais 03. Referências para a gestão social de territórios rurais. Brasília: SDT, 2005.

SEPÚLVEDA, Sérgio. Desenvolvimento sustentável microrregional: métodos para planejamento local. Costa Rica. IICA, 2005.

SOARES, Ana Maria Dantas e OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. Ensino técnico agropecuário: “novas” perspectivas ou uma velha receita? in: MOREIRA, Roberto José (org.) Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2005. pg 175 a 190.

SPINK, Peter. Cidadania na organização e cidadania da organização: notas para a desconstrução de “recursos humano”. EAESP/FGV & PUCSP, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. Autonomia para a educação. In: ROCH, João Augusto de Lima (org). Anísio em movimento. Salvador/BA, Fundação Anísio Teixeira, 1992.

UNEFAB. Educação em alternância e o desenvolvimento sustentável. http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=of_unefab_educa_por. Fórum Social Mundial, 2003.

TURMA ESPECIAL EM DIREITO PARA BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR: JUSTIÇA DESTA AÇÃO AFIRMATIVA? DESAFIOS PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DOS (AS) CAMPONESES (AS)

Cleuton César Ripol de Freitas (Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFG –
Campus Goiás Mestre em Direito Agrário pela UFG)
e-mail: cleutonfreitas@yahoo.com.br

Erika Macedo Moreira

RESUMO

A formação agrária brasileira, a partir da história de 500 anos somente, é marcada pela instituição do latifúndio no território nacional. É possível defender que essa formação agrária originou uma série de problemas de ordem econômica, social e cultural: entre elas a questão do acesso e oportunidade à educação superior. O presente texto procura, a partir da implementação da Turma Especial em Direito para beneficiários (as) da reforma agrária e agricultura familiar da Universidade Federal de Goiás, *campus* da histórica Cidade de Goiás, discutir a legitimidade desta ação afirmativa, vista a partir das políticas públicas para as (as) camponeses (as) e da estrutura agrária contemporânea. Apresentamos uma interface com algumas concepções de ações afirmativas e, acima de tudo, com o ensino jurídico. Desta maneira, o trabalho é o início de uma pesquisa que visa a construção teórica e empírica, descrevendo a Turma Especial em Direito: sua constituição, desafios, êxitos, etc...

Sabidamente a estrutura agrária brasileira, com claras características concentradoras, fruto de um processo histórico conturbado gerador de intensos e sucessivos conflitos, acaba por resultar em pobreza, desigualdade e inclusão em grupos periféricos no meio rural. Tal desenho é, em todas as regiões do País, a principal responsável pelos conflitos pela posse e propriedade da terra, bem como pelos altos índices de violência no campo que acabam por influenciar os problemas sociais nos centros urbanos (êxodo rural). (GUIMARÃES, 1982).

A Constituição Brasileira determina a realização da Reforma Agrária e estabelece que o direito de propriedade seja garantido de forma indissociada do cumprimento da sua função social.

A formação agrária brasileira, a partir da história de 500 anos somente, é marcada pela instituição do latifúndio no território nacional. Alguns episódios são estruturantes na formação da propriedade rural brasileira e do trabalhador no campo. O primeiro é o regime de Sesmarias adotado na colonização brasileira. Por esse regime, o Brasil foi recortado em poucas áreas, porém extensas, doadas aos amigos do Rei. Esse regime legal perdurou até 1822, ou seja, mais da metade da história do Brasil.

Outro episódio foi a instituição da Lei de Terras (Lei nº 601 de 1850). Essa lei procurou sanar os conflitos pela posse e propriedade da terra (nota-se que o Brasil ficou mais de 20 anos sem nenhuma lei sobre a propriedade e posse da terra após o fim do regime sesmarial). Em suma, a Lei de Terras preconizou que a propriedade só seria adquirida por: doação do Estado; compra e venda e legitimação das posses. Tais formas de aquisição de propriedade rural não foram acessíveis aos trabalhadores do campo livres, escravos e qualquer outro cuja renda fosse baixa. (VARELLA, 1998, p. 73).

Por fim, cita-se o êxodo rural: intensa migração do campo em direção às cidades, que envolveu milhões de indivíduos e alterou profundamente a configuração sócio-espacial do Brasil. No Brasil, de 1970 a 2000, ocorreu a diminuição da população rural 44% para 18% do total, sendo que o êxodo foi mais intenso após a década de 1970. Principal motivo: é a terra não sustentar um número maior de trabalhadores devido às restrições da estrutura social, ao monopólio de extensas áreas por latifúndios. (GUIMARÃES, 1982).

No Brasil, o número de imóveis com áreas acima de mil hectares é menor que 1% (2.174 estabelecimentos), entretanto, a área atinge 43,5% do total, demonstrando uma acentuada concentração fundiária. De acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 82,6% dos estabelecimentos com menos de 50 hectares atingem apenas 13,5% da área total, ou seja, um grande número de propriedades com espaço extremamente reduzido.

Nota-se, que, por força de lei, políticas econômicas e sociais, os trabalhadores do campo, ao longo da história, foram incluídos na exclusão social, o que exige uma resposta afirmativa do Estado Democrático de Direito Brasileiro.

Há, todavia, no sistema jurídico e político brasileiro, uma primeira categoria de desigualdade: a econômica. O que não exclui outras formas de desigualdades, como o racismo, machismo, homofobia e outros, que mantêm entre si um nexo fundamental: a ausência de um compromisso ético com os ser humano e a natureza¹.

A partir da segunda metade do século XX, o Estado Democrático de Direito², além de ter por princípio o combate às suas desigualdades capitalistas primárias – o que podemos chamar de

1 Fiz a distinção entre ser humano e natureza por razão de me fazer compreender. Friso, entretanto, que não existe essa distinção, pelo contrário: o ser humano é natureza.

2 A expressão maior do Estado Democrático de Direito no Brasil é a Constituição Federal de 1988. Ela traz uma série de direitos e garantias formalmente extensivos a todos os brasileiros. Na prática, nos acostumamos a conviver com

primeiro tipo de ação afirmativa, buscou ações afirmativas que também desarticulem diferenciações que restringem cidadania a certos segmentos da sociedade, como as mulheres e as minorias raciais – segundo tipo de ação afirmativa.

O direito enquanto instrumento político de emancipação, pode e deve ser manejado por qualquer um: das crianças, aos analfabetos. Das mulheres trabalhadoras rurais, aos índios Pataxó. No Estado Democrático, como defendeu Peter Häberle (1997), todos os sujeitos sociais são intérpretes da Constituição.

Uma das grandes formas de manejo dos direitos se dá por meio das ações afirmativas.

A justiça das ações afirmativas, no fundo, não se vincula a um conceito de justiça relativo a uma liberdade individual, mas sim ao mais justo para o conjunto da sociedade, ou seja, o objeto da justiça, no caso das ações afirmativas, não é nenhum indivíduo, mas a comunidade enquanto comunidade, o que traz mais justiça e coesão social a ela.

A grande discussão que trava Dworkin (2002) é a de que as ações afirmativas, tanto em tese como na prática, em países como os Estados Unidos, acabam por trazer mais legitimidade social para as instituições e para o Estado como um todo. Assim a justiça das ações afirmativas, no fundo, não se vincula a um conceito de justiça relativo a uma liberdade individual, mas sim ao mais justo para o conjunto da sociedade, ou seja, o objeto da justiça, no caso das ações afirmativas, não é nenhum indivíduo, mas a comunidade enquanto comunidade, o que traz mais justiça e coesão social a ela.

Não reconhecer corretamente um indivíduo ou grupo a que ele pertence tende a gerar ou fortalecer uma distorção social, já que a integridade da forma de vida e das tradições de um indivíduo que a este grupo pertence findará por relativizar, socialmente, a integridade e a dignidade inerente ao ser humano que pertence a tais grupos marginalizados.

No artigo 1º de nossa Constituição afirma-se que o Brasil é um Estado democrático de direito, o que mostra ser essa nossa premissa primeira a querer buscar as diretrizes e os princípios orientadores de nosso ordenamento jurídico. Assim, urge conceituar e resgatar as idéias que formam a noção de Estado democrático de direito. Ou seja, garantidor de direitos e de igualdade formal, o Brasil ainda busca se realizar como Estado democrático, buscando a generalização de condições concretas para o exercício da cidadania.

Uma simples hermenêutica da Constituição brasileira nos indica a preponderância de uma visão de igualdade material, sem excluir a igualdade perante a lei, superando o Estado liberal clássico e se inserindo não mais como sociedade liberal, mas sim como democrática e garantidora de justiça social. Os objetivos fundamentais da República, arrolados no artigo 3º de nossa Carta esclarecem a vocação jurídica brasileira para a supremacia da igualdade material, quando afirmam como objetivo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I) e ainda a

uma perversa sociedade que destina aos mais frágeis, socialmente, o lugar de não-cidadãos ou de cidadãos de segunda ou terceira categorias.

erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais (art. III, e artigo 170, VII). (GOMES, 2001)

O emprego do verbo *promover* e não do verbo *manter* no artigo 3º, IV, já significa a necessidade de restaurar uma realidade preconceituosa, e faz uma escolha não por simples normas proibitivas, mas também, necessariamente, por normas integrativas. É elucidativa a compreensão de Rocha (1996) nos incisos citados no artigo 3º da Constituição:

Verifica-se que todos os verbos utilizados na expressão normativa – construir, erradicar, reduzir, promover – são de ação, vale dizer, designam um comportamento ativo. O que se tem, pois é que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são definidos em termos de obrigações transformadoras do quadro social e político retratado pelo constituinte quando da elaboração do texto constitucional. E todos os objetivos contidos [...] traduzem exatamente mudança para se chegar à igualdade (ROCHA, 1996, p. 93)

Em parecer sobre a constitucionalidade das cotas em universidades, o jurista Fábio Konder Comparato desenvolve tese acerca da clareza constitucional em assumir a igualdade material, além da mera igualdade perante a lei:

A própria Constituição desenvolve esse princípio no sistema de direitos econômicos, sociais e culturais, mencionados no art. 6º e explicados nos títulos de ordem econômica social. Com efeito, os direitos econômicos, sociais e culturais têm como titulares os grupos sociais carentes ou desfavorecidos, e visam justamente a eliminação dessas desigualdades. Temos, assim, que todo o direito do trabalho, cujas normas fundamentais acham-se inscritas nos arts. 7º e seguintes, representa uma aplicação do princípio inscrito no art. 3º - III, da superação das desigualdades e condições básicas de vida;/ no caso, uma compensação da chamada hipossuficiência dos trabalhadores diante dos empresários. Aliás, até mesmo dentro do direito do trabalho, a Constituição estabelece uma proteção especial de certos trabalhadores, como se vê pela soma do art. 7, XX: proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos. Outras disposições constitucionais referentes ao princípio da

igualdade substancial de condições de vida devem ser referidas, como, por exemplo:

- 1) Usucapião privilegiada de pequenas áreas urbanas e rurais (arts. 183 e 191);
- 2) Tratamento favorecido e diferenciado às empresas de pequeno porte (arts. 170, IX, e 179).
- 3) Apoio e estímulo ao cooperativismo (art. 174, 2º e 4º)
- 4) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção.
- 5) Prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, quando em concorrências em direito de outras pessoas (art. 227).

Em todas essas disposições constitucionais, como se vê, objetiva-se proteger o mais fraco ou o mais pobre, mediante a outorga de direitos especiais. Trata-se, sempre, de aplicar o princípio geral da busca de uma igualdade de condições básicas de vida, objetivando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3, I)” (COMPARATO, 2003, p. 12).

A qualidade da educação e do ensino implica, diretamente, no conhecimento, na capacidade e nas “competências” requeridas pelo mercado de trabalho, pois são os únicos meios de construir condições efetivas para seu amplo atendimento. Os movimentos sociais do campo, mesmo com sua organização política, carecem de conhecimentos técnicos em diversas áreas – o que dificulta um desenvolvimento sustentado e integral das comunidades assentadas.

Sendo assim, buscar-se-á, a partir da turma especial em direito construir um marco referencial no tocante às práticas pedagógicas e currículo, haja vista que se trata de turma, cuja especialidade exige uma observação acurada das relações jurídicas que a envolve.

Com a efetivação da Turma Especial em Direito destinada aos beneficiários da Reforma Agrária e aos inseridos na Lei 11.326/07, que trata da formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, criou-se uma oportunidade de discutir as ações afirmativas e o ensino jurídico em âmbito interdisciplinar. Porque se trata claramente de uma ação afirmativa, cujos efeitos no ensino da jurídico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás poderão ser contundentes.

A ação afirmativa, também conhecida por discriminação positiva ou ação positiva, é um conceito que exprime uma espécie de tratamento discriminatório de acordo com o ordenamento jurídico, fazendo que o direito seja garantia de tratamento mais equânime no presente como compensação à discriminação sofrida no passado. Com efeito, além de primordialmente favorecer o acesso às estruturas que, historicamente, pouco ou nada tiveram a participação de segmentos sociais desfavorecidos, deve ser articulada, procurando causar um impacto social positivo.

O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica, baseado em interesses de coletividade de diversas naturezas. Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de moradores de pobres que lutam pelo acesso a algum tipo de moradia etc. Temos assim

os grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia, etc.

Contudo, vale frisar que, mesmo com concepção puramente individualista, a política de ação afirmativa já é meritória, na medida em que proporciona algo a quem historicamente ficou incluído na exclusão do processo democrático e de acesso às instituições de poder.

Diante da exclusão e da capacidade de aglutinação, os camponeses, ao longo da história procuraram se organizar em movimentos sociais para resistir e reivindicar espaço na sociedade excludente. Isso se dá nos casos das políticas de crédito rural, reforma agrária e políticas sociais, por exemplo. A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo.

A educação é um dos direitos sociais garantidos aos cidadãos brasileiros pela constituição federal (art. 6º). No entanto, poucos trabalhadores rurais chegam às Universidades, especialmente às públicas. Assim, como são excluídos da terra, esses trabalhadores são excluídos da educação, num processo permanente, estigmatizante e visível.

Instrumento indispensável na conquista da cidadania, a educação, objeto de intensos debates, na década de 90, tentou compreender a nova configuração das relações entre a escola e o trabalho e entre a educação geral e formação profissional. Ultrapassando, rapidamente, a ação dos educadores, o debate atingiu pesquisadores e profissionais de diversas áreas, mobilizou empresário, sindicalistas, movimentos sociais, governos e organismos internacionais, até mesmo os que não tinham a educação como prioridade. No caso específico dos assentamentos rurais, sua importância é ainda maior, uma vez que toda a vida social – familiar e comunitária – e produtiva acontece num ambiente particular, não apenas pelas dimensões físicas que o envolvem como pela dimensão política que assume.

Diretamente ligado às questões dos conflitos agrários, da desapropriação de terras, das garantias constitucionais gerais e da disseminação de uma cultura pacífica – que respeite o Estado de Direito e suas Instituições jurídicas, está a grande dificuldade de acesso aos cursos de Direito pelos trabalhadores. Quando se trata de ingresso em uma Instituição de ensino superior pública e gratuita, em especial, nas universidades federais, torna-se tarefa quase que inatingível; exclusiva à pequena elite que, além de começar o curso consegue finalizá-lo. Conclui-se, então, que os operadores do direito que desta realidade surgirão têm pouca ou nenhuma percepção (pouca teoria e provavelmente nenhuma prática) e sensibilidade acerca das condições de marginalização – na melhor acepção da palavra -, o que repercute em atuações na área pública em suas mais diversas esferas (agentes e delegados de polícia, representantes do Ministério Público e membros do judiciário), levando a um fenômeno de criminalização dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Desta forma, o curso de direito para trabalhadores rurais é importante a fim de que possam ter o preparo técnico necessário e indispensável para assessorar juridicamente os trabalhadores rurais excluídos ou em processo contínuo de exclusão. Além disso, é de se acreditar que o

protagonismo destes atores trará qualidade ao debate no meio universitário e uma nova dimensão da realidade ao campo jurídico e ao futuro das instituições.

A universidade se caracteriza como um dos vetores de disseminação da educação. Instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável tão buscado pela retórica social. A finalidade da universidade ao buscar o desenvolvimento social deve percorrer os caminhos da harmonização das relações sociais, o combate à pobreza e a miséria, a luta por dignidade e saúde, a construção coletiva e democrática da igualdade entre as pessoas o que requer desenvolvimento tecnológico e científico, e a formação profissional dos cidadãos.

Portanto a universidade deve ter um papel claro na dinâmica social. O papel de permitir que a população construa coletivamente o conhecimento e da mesma forma o dissemine. Esta missão arrima-se em um ponto central da educação que é a busca pela emancipação social.

Para a ampliação da cidadania, então, cabe uma busca pelo fim da exclusão social, da qual os camponeses são grandes vítimas. E educação, é, notoriamente, um dos caminhos mais largos para a inclusão social que é possibilitada pelo Estado. O ensino superior é um dos recursos mais preciosos que o Estado possui em suas mãos, no Brasil, mas não garante, de forma alguma, a democratização dos bens públicos:

O ensino superior de qualidade no Brasil está quase inteiramente nas mãos do Estado. E o que faz o Estado nesse domínio? Instituiu um mecanismo de seleção que vai justamente propiciar a exclusividade do acesso, sobretudo aos cursos de maior prestígio e aptos a assegurar um bom futuro profissional, àqueles que se beneficiaram do processo de exclusão, isto é, os financeiramente bem aquinhoados. O vestibular, este mecanismo intrinsecamente inútil sob a ótica do aprendizado, não tem outro objetivo que não o de excluir. Mais precisamente, o de excluir os socialmente fragilizados, de sorte a permitir que os recursos públicos destinados à educação sejam gastos não em prol de todos, mas para benefício de poucos (GOMES, 2003, P. 15).

A turma especial em direito ganha importância na medida em que é considerada uma política pública de ação afirmativa, por isso com efeitos não só individuais, mas, sobretudo, coletivos.

No que tange ao acesso ao ensino superior por grupos oriundos do campo, ainda revela outra importância, na medida em que o acesso à Universidade no interior do Brasil, especialmente àqueles que estão na zona rural é muito difícil. Por isso, além da perspectiva econômica, os grupos de

Por isso a formação de juristas vinculados ao campo pode contribuir na própria consolidação de um projeto coletivo, como assentamentos, cooperativas, associações e outras tantas coletividades camponesas.

A Faculdade de Direito da UFG tem projeção marcante no ensino jurídico em Goiás, atendendo a comunidade de cerca de 1.250 estudantes, distribuídos nos cursos de graduação e pós-graduação. O curso de direito que, há 16 anos, funciona na Cidade de Goiás é o único desta área que é público e gratuito no interior do Estado.

Com esforço de entidades parceiras do projeto da Turma Especial: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), movimentos sociais ligados à Via Campesina (MST, MAB, MPA, CPT, PJR) ³ foi possível viabilizar a turma especial.

A proposta pedagógica do curso baseia-se em dois tipos de atuação. Em cada disciplina: uma atuação intensiva e presencial e a outra não presencial, sob a forma de trabalho dirigido e executado na própria comunidade.

Este projeto também procurará compreender o ensino jurídico, a partir da extensão universitária.

A extensão universitária tem sido, historicamente, fonte de possibilidades para o aprimoramento da instituição universitária (Bernheim, 2001). Assim é oportuno que se faça um esforço teórico para pensar a extensão e, no contexto da turma especial, articular ações extensionistas especialmente a assessoria jurídica universitária popular, perpassando pelo estágio de vivência.

A extensão universitária pode ser vista sob três grandes influências de abordagem: a tendência funcionalista, a crítica e a processual. Na primeira, a Universidade é percebida como complemento do Estado, e como tal assume a função de mera executora das políticas formuladas pelo mesmo. Compreendida de forma autônoma, os vínculos da extensão com o ensino e a pesquisa não são considerados relevantes. Tal desvinculação faz com que as características da extensão sustentem-se em necessidades ou carências imediatas da população, aqui a idéia predominante de extensionismo liga-se apenas à prestação de serviços assistenciais e à realização de cursos.

A tendência crítica, por sua vez, pode ser percebida nas posturas de defesa dos vínculos orgânicos entre a extensão, o ensino e a pesquisa. Essa organicidade não concebe a extensão como sujeito no processo educacional, o que leva à não aceitação de uma instancia específica para a mesma no interior da instituição. Cabe à teoria elucidar e construir a trama com a prática, sendo do contato com a realidade que a Universidade deve estabelecer prioridades de pesquisas,

³ MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e PJR (Pastoral da Juventude do meio Rural).

trazendo à luz os dados a partir dos quais deve atuar. Aqui a extensão não possui função específica, sendo uma etapa implícita na produção e disseminação do conhecimento.

Já a terceira abordagem, pode ser caracterizada, conforme Tavares, pela absorção de alguns conceitos da visão crítica, sobretudo da indissociabilidade das funções ensino-pesquisa-extensão. Dentro desta perspectiva, a extensão é vista como condição estratégica relevante para despertar a “vocação social” da Universidade.

No meio acadêmico, a assessoria jurídica popular influi também no sentido de buscar uma universidade cada vez mais a serviço das classes populares e de uma sociedade mais justa. O trabalho de extensão não é simplesmente um "retorno da universidade à sociedade" ou uma "prestação de serviços para a comunidade". As atividades de extensão têm uma influência enorme nas outras atividades essenciais da universidade, como o ensino e a pesquisa, e não podem estar dissociadas destas. Baseando-se nos métodos da Educação Popular, na qual o educador aprende junto com o educando, o serviço de assessoria na universidade se propõe a formar "assessores jurídicos populares", inserindo estes na comunidade e no trabalho de organização e mobilização popular. Desta forma, a extensão é utilizada como uma atividade de ensino e, assim, busca causar um impacto na fórmula tradicional do ensino jurídico, modificando a mentalidade legalista e formalista reinante nas faculdades de direito.

A assessoria jurídica popular como extensão universitária contribui para a transformação da universidade na medida em que atua internamente na perspectiva delineada por Santos, ao destacar que:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 1995, P. 229)

Por fim, a turma especial em direito pode representar avanços e também apontar desafios para a Universidade. Certamente, sua constituição exigirá outras formas de práticas pedagógicas, especialmente relacionadas ao público alvo (sem descurar do trivial). O curso, enfim, pode apresentar mais uma faceta do ensino jurídico com a realidade. Como ensina Ernesto Leyendercker:

A universidade não está fora da história de um país, tampouco é toda história, mas por ela passa a história, da vida; neste sentido é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e

desenlace, tarefa comunitária [...] é uma realidade que fala (LEYNDERCKER, 1974, p. 5).

Desta forma, a turma especial em direito para beneficiários da reforma agrária e os (as) inseridos (as) na política de agricultura familiar, será mais um importante rumo que a universidade brasileira toma no sentido de implementar políticas de acesso ao ensino superior.

É desafiador pois se apresenta como um política de ação afirmativa justamente no momento em que muito se discute acerca do protagonismo dos movimentos sociais no campo. Além de promover um importante debate sobre o acesso ao ensino jurídico. Nesse tocante, é mister compreender os obstáculos e necessidades jurídicas de uma turma especial em direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNHEIM, Carlos Tunnermann. El nuevo concepto de la extensión universitária., IN: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001. p. 31-55
- COMPARATO, Fábio Konder. **Brevíssima nota sobre a constitucionalidade da reserva de cotas para o ingresso de negros na Universidade**. São Paulo, ONG Educafro, 2003.
- DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação legislativa**, Brasília, ano 28, n. 151 (jul.-set. 2001) 129-152.
- _____. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. *Mundo jurídico*, Rio de Janeiro (2003). Disponível em:<html/artigos/documentos/texto028.htm> <http://www.mundojuridico.adv.br/html/artigos/documentos/texto028.htm>. Acesso em: 07 out. 2003.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1997.
- LEYENDERCKER, Ernesto. **Universidad y dependência**. Buenos Aires: Guadalupe, 1974.
- ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Ação afirmativa, o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. **Revista Trimestral de Direito Público**, n. 15 (1996) 85-99
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995
- VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao direito à reforma agrária: o direito face aos novos conflitos sociais**. Leme – SP: Editora de Direito, 1998.

UNIDADE DE DEMONSTRAÇÃO EM ESCOLA TÉCNICA DE AGRICULTURA FAMILIAR: PRÁTICAS DE EXTENSÃO RURAL E AGROECOLOGIA

Luiz Claudio Antonio Nogueira (Doutorando em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – FEAGRI – UNICAMP; Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT; Professor da ETAF – Pedro Pomar
Email: lcanooga@yaho.com.br

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o impacto da capacitação técnica em Extensão Rural e Agroecologia, através do Curso de Olericultura Orgânica, junto a jovens filhos de agricultores familiares dos bairros rurais do município de Itaberá - SP, e por filhos de assentados pertencentes ao Assentamento da Fazenda Pirituba: Agrovilas I, IV e VI localizadas no município de Itapeva – SP e Agrovilas II, III e V do município de Itaberá – SP, através da Escola Técnica de Agricultura Familiar – ETAF - Pedro Pomar, localizada no Bairro de Água Azul – Agrovila III, Itaberá – SP. A Escola é uma parceria entre o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, que tem o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, através do Sindicato Rural de Itapeva, como parceiro para a realização deste curso. O curso foi dividido em nove etapas, sendo iniciado em abril de 2006 e seguindo até outubro do mesmo ano. Os resultados atingidos mostraram que a Escola funcionando como uma unidade demonstrativa atuou como um agente de extensão rural aplicando técnicas de olericultura orgânica.

Palavras chaves: olericultura orgânica, ensino técnico e extensão rural

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido na ETAF – Escola Técnica de Agricultura Familiar – Pedro Pomar, localizada no Bairro de Água Azul, Agrovila III, município de Itaberá, Estado de São Paulo, Brasil.

O projeto educacional da ETAF tem por objetivo formar o técnico em Agricultura Familiar. Sendo, este, resultado de uma parceria entre o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e a comunidade local.

A ETAF fornece o Curso Técnico em Agricultura Familiar, que é composto de 3 (três) Módulos semestrais, sendo cada um composto pelas Qualificações: Produção Vegetal, Produção Animal e Produção Agroindustrial, onde as aulas teóricas são ministradas por docentes do Centro Paula Souza e as atividades práticas realizadas pelos técnicos do ITESP.

O corpo discente é formado por filhos de agricultores familiares dos bairros rurais do município de Itaberá - SP, e por filhos de assentados pertencentes ao Assentamento da Fazenda Pirituba: Agrovilas I, IV e VI localizadas no município de Itapeva – SP e Agrovilas II, III e V do município de Itaberá – SP, caracterizando-se como moradores de estabelecimentos “familiares puros”, que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor (BERGAMASCO, 1993).

A ETAF tem como objetivo fornecer a formação e capacitação técnica a esses jovens buscando atingir a auto-suficientes em ATER; adquirirem conhecimentos adequados e suficientes para atuarem com tecnologias alternativas baseados na agroecologia; elaborar projetos de produção viáveis; realizar a gestão da propriedade, para trabalharem em suas propriedades, buscando melhorar a produção, e conseqüentemente aumento na renda e a sua manutenção no campo. Todo o conteúdo pedagógico das aulas está direcionado ao ensino de métodos e tecnologias adaptadas à agricultura familiar.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. PROJETO OLERICULTURA ORGÂNICA

A ETAF - Escola Técnica de Agricultura Familiar Pedro Pomar em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, através do Sindicato Rural de Itapeva, promoveu o Curso de Olericultura Orgânica. Esta foi escolhida para funcionar como uma Unidade Demonstrativa, sendo este um método planejado em que se desenvolvem uma ou várias práticas com uma determinada cultura ou criação, com o objetivo de que venham a ser observadas e adotadas pelos demais produtores(). Tendo como finalidade criar na comunidade um exemplo vivo de técnicas que se quer introduzir, promovendo visitas dos agricultores familiares da região, visando à divulgação da tecnologia trabalhada.

Observando a realidade das comunidades vizinhas à ETAF, verificou-se a necessidade de demonstrar para os produtores novas tecnologias, de maneira que eles possam verificar em loco os benefícios desta, bem como a viabilidade destas.

A ETAF foi escolhida por apresentar:

- fácil acesso, visibilidade para a comunidade,
- ser representativo do grupo comunitário,

- ter respeito e confiança dos vizinhos, podendo influenciá-los rapidamente;
- receptividade e orientação dos alunos, professores do Centro Paula Souza e técnicos do ITESP;
- ter consciência dos objetivos e responsabilidades.

1ª ETAPA – PALESTRA DE SENSIBILIZAÇÃO

Foi utilizada uma palestra para apresentar informações sobre o Curso de Olericultura Orgânica, com o objetivo de trazer maiores informações, esclarecer pontos de controvérsia e analisar a possibilidade e interesse na realização deste. Esta propiciou a apresentação de maneira detalhada dos passos a serem realizados e da importância e do comprometimento dos alunos interessadas em participar de todas as fases do projeto.

Após a aceitação das propostas do curso bem como do compromisso assumido pelos jovens, iniciaram-se as atividades para sua implantação.

A primeira etapa para a montagem da horta foi a escolha do local mais adequado, que foi realizada junto com os alunos, após explicação sobre as necessidades das plantas (água, luz solar, nutrientes). O local foi escolhido considerando: quantidade de sol ou sombra, proximidade dos pontos de água, proteção contra ventos, qualidade do solo, declividade do terreno (terreno levemente inclinado) e proximidade da sala de aula. Desta área foram coletadas amostras de solo e enviadas para análise em laboratório.

A horta tem 20m x 40m numa área total de 800 m², sendo cercada por palanques doados pelo Instituto Florestal de Itaberá e a cerca de tela cedido pela ETE “Dr. Dario Pacheco Pedroso” e ITESP – Itapeva.

No planejamento da horta o ambiente físico foi dividido em: área para plantio; área para circulação; área para preparação de insumos (composteira); área para sementeira e produção de mudas (pequena estufa), sendo os materiais e equipamentos utilizados guardados em uma sala da escola.

2ª ETAPA – PREPARO DO SOLO

As atividades teórico-práticas do curso tiveram início no mês de março, tendo como primeiro tópico o preparo do solo.

Como o solo da área da horta estava em repouso há algum tempo, sendo vegetado por capim marmelada, o terreno foi roçado e logo após arado para incorporação do material vegetal e quebra da compactação do terreno, apesar que na olericultura orgânica evita-se o uso de maquinário, este fez-se necessário pois o solo estava muito “duro” impossibilitando seu revolvimento, com o uso do enxadão apenas. Essas operações foram realizadas pelos alunos da ETAF, que emprestaram o trator e implementos de seus pais e o óleo diesel foi doado pelo ITESP. Antes da gradagem foi aplicado calcário ao solo. A calagem foi realizada manualmente, onde os alunos foram caminhando e lançando o calcário a sua volta, bem espalhado.

A calagem tem a finalidade de corrigir a acidez do solo, elevando o pH e neutralizando os efeitos tóxicos do alumínio e manganês, concorrendo assim, para que haja um melhor aproveitamento dos nutrientes pelas culturas. Além da correção da acidez, a calagem eleva os teores de cálcio e magnésio do solo, porque o calcário contém teores altos desses nutrientes.

O terreno foi dividido em quatro partes, tendo cada uma recebido um tratamento diferente:

- testemunha, terreno limpo;
- plantio de nabo forrageiro, para incorporação como adubação verde;
- plantio de aveia preta, para incorporação como adubação verde;
- plantio de nabo forrageiro consorciado com aveia preta, para incorporação como adubação verde.

A intenção foi mostrar os diferentes desenvolvimentos das plantas com a utilização dessas espécies vegetais como adubação verde.

A adubação verde consiste no plantio de leguminosas junto, ou antes, da cultura pretendida. A adubação verde melhora o solo, trazendo nutrientes de partes mais profundas, elimina nematóides, cobre o solo com muita massa verde e incorpora neste o nitrogênio que as leguminosas captam do ar através da ação simbiótica com bactérias do gênero Rizobium. As plantas utilizadas na adubação verde também atuam como descompactadoras de solos, sendo importante o plantio destas antes da instalação da horta.

3ª ETAPA – COMPOSTAGEM

A terceira etapa realizada no mês de abril trabalhou com as técnicas alternativas de adubação para a horta orgânica, destacando a compostagem e o biofertilizante.

A compostagem é o processo de transformação de materiais grosseiros, como palhada e estrume, em materiais orgânicos utilizáveis na agricultura. Este processo envolve transformações extremamente complexas de natureza bioquímica, promovidas por milhões de microorganismos

do solo que têm na matéria orgânica *in natura* sua fonte de energia, nutrientes minerais e carbono.

O composto orgânico foi feito com palhada de capim que existia no entorno da horta, esterco bovino e palha de arroz doado pelas propriedades vizinhas da ETAF. Formou-se uma pilha sobrepondo camada como se segue:

- uma camada de palha;
- uma camada de esterco bovino;
- uma fina camada de terra;
- uma camada de palha de arroz;
- uma camada de esterco bovino;
- uma fina camada de terra;
- e uma camada de palha.

Esse material foi irrigado duas vezes ao dia (manhã e fim de tarde) permanecendo por 21 dias sem mexer. Após esse período ele foi revolvido, de maneira que o que estava em cima veio para baixo e o que estava em baixo foi para cima, permanecendo dessa maneira por 15 dias. Depois desse período a revirada do material ocorreu semanalmente até seu uso. O composto produzido foi utilizado de duas maneiras:

- incorporado nos primeiros centímetros do canteiro e;
- lançado sobre o canteiro, como uma cobertura.

Esta cobertura se chama "mulche" e influencia positivamente as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Dentre os benefícios proporcionados pela existência dessa cobertura morta no solo, destacam-se:

- estímulo ao desenvolvimento das raízes das plantas, que se tornam mais capazes de absorver água e nutrientes do solo;
- aumento da capacidade de infiltração de água, reduzindo a erosão;
- mantém estáveis a temperatura e os níveis de acidez do solo (pH);
- dificulta ou impede a germinação de sementes de plantas invasoras (daninhas);
- ativa a vida do solo, favorecendo a reprodução de microorganismos benéficos às culturas agrícolas.

Preparar o composto de forma correta significa proporcionar as condições adequadas de desenvolvimento e reprodução aos microorganismos responsáveis pela degradação para que esses degradem a matéria orgânica e disponibilizem nutrientes para as plantas, ou seja, a pilha de composto deve possuir resíduos orgânicos, umidade e oxigênio em condições adequadas.

O composto orgânico possui nutrientes minerais tais como nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, enxofre que são assimilados em maior quantidade pelas raízes (macronutrientes), além de ferro, zinco, cobre, manganês, boro e outros que são absorvidos em quantidades menores e, por isto, denominados de micronutrientes. Os nutrientes do composto, ao contrário do que ocorre

com os adubos químicos, são liberados lentamente. Fornecer composto às plantas é permitir que elas retirem os nutrientes de que precisam de acordo com as suas necessidades ao longo de um tempo maior do que teriam para aproveitar um adubo químico e altamente solúvel, que é arrastado pelas águas das chuvas. Outra importante contribuição do composto é que ele melhora a estrutura do solo. A matéria orgânica compostada se liga às partículas (areia, limo e argila), formando pequenos grânulos que ajudam na retenção e drenagem da água e melhoram a aeração. Além disso, a presença de matéria orgânica no solo aumenta o número de minhocas, insetos e microorganismos desejáveis, o que reduz a incidência de doenças de plantas.

A compostagem é uma técnica que facilita o manejo do esterco, reduz o volume de material, a perda de Nitrogênio e outros nutrientes após a aplicação; elimina sementes de ervas daninhas, insetos; conserva o esterco até que a aplicação seja necessária.

Outra alternativa para adubação das plantas é a fabricação e utilização de biofertilizante. Os biofertilizantes são líquidos preparados utilizando material existente em abundância e a baixo custo na propriedade que podem ser usados no solo ou em tratamentos foliares, aplicado na planta com pulverizador. Os alunos prepararam o biofertilizante da seguinte maneira:

- . 30 litros de esterco fresco de gado;
- . 70 litros de água;
- . 5 litros de garapa de cana de açúcar;
- . 5 litros de soro de leite;
- . 3 kg de cinzas.

Colocaram todos os ingredientes em recipiente plástico (tambor), e deixaram fermentar por 30 dias, antes de ser utilizado. Esse preparado foi mexido com um pedaço de madeira, diariamente, no período da manhã e tarde. Para sua aplicação como adubo diluiu-se em 2/3 de água para regar as plantas. Para pulverizar nas folhas usou-se uma concentração de 3 a 5% do biofertilizante.

O biofertilizante também protege a planta agindo como defensivo. Esta “defesa” pode ser ocasionada por diversos fatores:

- se a planta é bem nutrida, tem mais resistência e conseqüentemente, terá condições de se defender de algum ataque de insetos, fungos, bactérias, etc.
- como o biofertilizante é um produto vivo, os microorganismos podem entrar em luta com o que está atacando a planta e repelir e destruir ou paralisar a ação desses elementos.

4ª ETAPA – PRODUÇÃO DE MUDAS

As mudas foram produzidas de duas maneiras:

- através de sementeiras construídas em uma das pontas do canteiro;

- em uma estufa de 2,0 m x 1,5 m

Sementeiras é o local onde as sementes são postas para germinarem e posteriormente transplantadas para o local definitivo (canteiros).

A sementeira é muito importante porque o bom desenvolvimento das plantas vai depender da qualidade das mudas. A sementeira construída na ponta de um canteiro comum, utilizou 2 m² de canteiro.

Foram tomados alguns cuidados importantes na sua construção:

- usou-se uma parte de terra; uma parte de esterco e duas partes de areia. Misturando e peneirando esse material;
- fez-se pequenos sulcos, com a terra já umedecida, de 10,0 em 10,0 centímetros de distância, com 1,0 centímetros de profundidade para colocar as sementes;
- semeou-se a quantidade necessária, de acordo com o canteiro a ser platado e o número de mudas desejada;
- para cobrir as sementes nos sulcos, foi peneirada uma camada fina de terra misturada com esterco;
- cobriu-se a sementeira com capim seco (cobertura morta).

A estufa foi construída com palanques doados pelo Instituto Florestal de Itaberá, os demais materiais foram comprados pelo SENAR. Esta foi coberta com filme plástico de 150 micras e as laterais foram fechadas com sombrite 50%. As bancadas foram construídas com 0,90 m de altura para suporte das bandejas de isopor, facilitando o trabalho dos alunos.

As bandejas de isopor usadas foram:

- de 288 células com 47 mm de profundidade para produção de mudas de acelga, alface, almeirão, beterraba, brócolos, couve, cebolinha, couve-flor, e repolho;
- de 128 células com 60 mm de profundidade para a produção de mudas de ervilha, espinafre, pepino, tomate e feijão vagem.

Nessa etapa também foi realizada a construção de parte dos canteiros. As plantas utilizadas para a adubação verde foram incorporadas ao solo pelos próprios alunos, desta vez com a utilização de enxadões e enxadas.

Os canteiros foram feitos com enxada, trabalhando-se a terra a uma profundidade de 40 a 50 cm. A profundidade da terra trabalhada tem relação com o desenvolvimento das raízes. A demarcação dos canteiros foi realizada com estacas e barbantes (fincada uma estaca em cada "canto", esticando-se o barbante entre elas, para delimitar o retângulo).

Dimensões dos canteiros:

- altura: 20 centímetros, deixando a terra mais fofa e facilitando a drenagem natural;
- comprimento: 10 metros, pois maiores dificultariam a circulação entre os canteiros;

- largura: 1 metro, esta deve possibilitar o trabalho no canteiro de um só lado, onde alcance o braço;
- distância entre um canteiro e outro: 50 centímetros para circulação, onde se possa caminhar entre eles e trabalhar com as plantas, sem estragá-las.

As bordas dos canteiros foram deixadas um pouco mais altas de que o centro, facilitando a rega, pois a água não correrá para fora.

5ª ETAPA – PLANTIO

Nessa etapa realizou-se a semeadura direta nos canteiros e covas, e transplante das mudas produzidas na sementeira e nas bandejas de isopor na estufa, para o local definitivo.

A semeadura direta nos canteiros (local definitivo) foi realizada para rúcula, almeirão, espinafre, beterraba, rabanete, cenoura, nabo, riscando-se o canteiro a uma distância de 20 cm entre linhas e espalhando uniformemente as sementes a uma profundidade de 1,0 cm.

O transplante é a passagem da muda da sementeira e da estufa para o canteiro definitivo, e só pode ser realizada quando a planta já tem folhas definitivas e raiz desenvolvida. Este foi realizado após cerca de 30 dias da semeadura quando as mudas das sementeiras alcançaram em torno de três centímetros, com a presença de 4 a 8 folhas definitivas. Esta tarefa, como todos os trabalhos da horta, foi realizada de manhã cedo e no fim de tarde, e envolveu os seguintes passos:

- preparo do canteiro para receber as mudinhas, fazendo sulcos com um palmo de distância entre si (20 cm), profundos o suficiente para que as raízes possam ficar retas dentro da terra;
- rega da sementeira e as bandejas de isopor, para facilitar o arranquio das mudinhas;
- as mudas foram escolhidas sempre preferindo as mais fortes e saudáveis, sendo retiradas com o torrão (com a mão ou colher de transplante no caso de sementeira), com o cuidado de não quebrar as raízes, separando depois mudas que vierem juntas num mesmo torrão;
- colocação de cada mudinha no sulco, na distância recomendada para cada espécie, mantendo as raízes retas;
- preenchimento com terra, de modo que o "colo" (junção do caule com raiz) ficasse no nível da superfície do solo;
- firmando as mudinhas com os dedos para que não caíssem quando regadas;
- irrigação com regador com furos finos;
- cobertura do canteiro com capim seco, para sombrear a planta, até pegar bem.

Deixaram-se mudas "reservas" na sementeira, pois é comum que algumas delas tenham de ser substituídas.

O plantio em covas foi realizado para as mudas de couve, couve-flor, brócolos, repolho, ervilha, tomate, pepino e feijão vagem. As covas com 25x25x25 cm foram feitas 20 dias antes do transplante colocando-se 5 litros de composto orgânico e misturando com a terra.

6ª ETAPA – MANEJO

No estudo dos manejos utilizados na horta orgânica, destacou-se a consorciação, a rotação de culturas, o desbaste, o estaqueamento, o controle de ervas, a cobertura morta, a amontoa e a escarificação.

Conсорciação é o cultivo planejado de diferentes espécies de hortaliças num único canteiro. Como pragas se guiam pelo cheiro, cor, forma da planta, a mistura das hortaliças irá confundi-las. Na horta, um dos métodos consistiu em se dividir o canteiro ao meio, cultivando temperos nas bordas e no sulco central (como coentro, espantam insetos pelo cheiro). Numa das metades do canteiro, cultivou-se hortaliça de raiz (como rabanete, cenoura, beterraba). Na outra metade, hortaliça de folhas (como alface, almeirão e acelga).

Rotação de culturas nada mais é de que alternar o cultivo das espécies, evitando plantar novamente o mesmo tipo de hortaliça na mesma linha do canteiro. Ao planejar um canteiro, deve-se evitar o plantio sucessivo de uma mesma cultura, assim como plantas da mesma família. Por exemplo: onde havia cenoura (raiz), plantou-se alface (folha). Isto evita o empobrecimento do solo. A rotação reduz a chance de aparecerem doenças e pragas e possibilita um melhor aproveitamento dos nutrientes disponíveis. Este método possibilita ainda o plantio sem necessidade de refazer o canteiro, utilizando-se apenas adubação de plantio.

O **desbaste** consiste em eliminar as plantas mais fracas, deixando as mais resistentes, que darão hortaliças melhores se tiverem espaço para crescer possibilitando um maior desenvolvimento das plantas que ficam. Pode ocorrer na sementeira, ou no canteiro definitivo, já que, mesmo tomando todos os cuidados, sempre deixamos cair algumas sementes a mais. Por exemplo, para cenouras se desenvolvem bem deixou-se um espaço de "três dedos" (4 a 5 cm) de distância entre as plantas. Para algumas espécies as mudas eliminadas podem ser reaproveitadas, e foram doadas para os alunos levarem para casa e plantarem em sua horta orgânica.

Estaqueamento é o suporte para plantas trepadeiras, consistindo em fincar um tutor (estaca de bambu, madeira ou outro material) ao lado da planta, amarrando-a com barbante disposto em oito horizontal, para evitar que ela tombe com o peso dos seus frutos. Foi usado para ervilha, feijão vagem, tomate, pepino e feito com bambus conseguidos nas propriedades vizinhas da ETAF.

O **controle de ervas** ocorreu quando se verificou competição com a olerícola (exemplo, o mato está mais alto que a cultura plantada). As ervas invasoras têm aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento da cultura. São positivos a atração de insetos, a cobertura do solo, a produção de massa verde que pode ser usado na compostagem. São negativos a competição por água e nutrientes e insolação.

A **cobertura morta** foi utilizada para proteger o solo contra a chuva e o sol, foi feita com a palhada de capim cortado e casca de arroz. Também evitando a presença de ervas invasoras. Esse material não é incorporado ao solo e sim fica sobre ele.

Na **amontoa** juntou-se terra no pé das plantas (para couve, brócolis, beterraba, rabanete, cenoura e outras) com a função de dar um suporte mecânico ao caule, proteger as partes tuberosas do contato direto com o meio externo ao solo, principalmente a incidência direta da luz solar.

A **escarificação** foi realizada uma vez por semana, com o objetivo de afofar bem a terra, permitindo um melhor desenvolvimento radicular, e auxiliando a amontoa.

Os canteiros foram molhados com regador de furos finos, duas vezes por dia, de manhã e à tarde. Nesse processo de irrigação a água deve cair suavemente (como se fosse uma chuva fina), sem molhar demais (não deixar empoçar), nem de menos (verificando se a água realmente penetrou, enfiando a ponta do dedo na terra, em vários pontos, para sentir a umidade, que deve ser uniforme). A irrigação tem funções diversas como fornecer água para germinação da semente, desenvolvimento da planta, solubilizar os nutrientes do solo para disponibilizá-los para as plantas.

Na época de colheita das hortaliças de raiz (beterraba, rabanete, cenoura, nabo, por exemplo) suspendeu-se a rega uma semana antes.

7ª ETAPA – PRAGAS E DOENÇAS

Na etapa destinada aos trabalhos de controle de pragas e doenças, além das técnicas alternativas que serão descritas abaixo, o biofertilizante também foi considerado como um dos insumos com esse objetivo, pois quando este era pulverizado como adubação de cobertura seus efeitos como inseticida e fungicida foram considerados. Notou-se que quase não houve incidência de pragas e doenças, pois estas geralmente se tornam um problema mais sério quando há um desequilíbrio ecológico no sistema onde a planta está inserida, o que não aconteceu no local. Os ataques puderam ainda ser minimizados com a rotação de culturas, plantas bem nutridas, presença de inimigos naturais (joaninha, pássaros).

Abaixo são citadas algumas pragas comuns em hortas e alguns métodos alternativos de controle utilizados:

- **algumas aves** (como os pardais), serão taxadas como pragas, ao atacarem as plantinhas pequenas, sobretudo a alface e almeirão. Para evitar, fincou-se estaquinhas de bambu de 30 cm nas extremidades do canteiro. Usando um barbante comprido, amarraram-se as pontas nestas estacas e foi trançado um emaranhado. Pedacos plásticos (reutilização de materiais) foram pendurados nos fios, espantando as aves. Essa estrutura foi retirada quando a planta alcançou o barbante;
- **lagartas**: as mais comuns são as "curuquerê", que comem folhas de couve e rúcula. Quando apareceram em pequena quantidade pode-se fazer a retirada manual destas lagartas. Porém, se a quantidade tivesse sido grande, poderia utilizar a calda de fumo;
- os **pulgões** são insetos minúsculos, geralmente de cor verde, vinho ou preta, que sugam a seiva das folhas e hastes jovens das hortaliças. Em pequeno número foi retirado manualmente e através da irrigação. Quando percebidos em grande quantidade foi aplicada calda de fumo;
- as **lesmas** e **caracóis**. Estes moluscos adoram a umidade. Aí, eles aparecem à noite, para devorar as folhas de hortaliças (formam-se buracos nelas). De dia, escondem-se em lugares úmidos e sombreados, como pedras e folhas caídas. Descobertos logo que aparecerem, é só fazer a coleta manual, não houve ataque de moluscos na horta da ETAF;
- certos **fungos** provocam doenças nas hortaliças. O que se percebe é o surgimento de manchas claras ou escuras nas folhas. Não houve necessidade de controle de fungos, uma vez que a incidência foi pequena, porém, se necessitasse de controle seria por calda bordaleza, preparada pelos alunos;
- os **nematóides** são vermes de solo que perfuram as raízes das plantas, sugando a seiva. Atacam principalmente as hortaliças-frutos, como beterraba, rabanete, cenoura, nabo. Para evitá-los foi plantando mudas de tagetes ("cravo de defunto") nas bordas do canteiro (duas mudas por canteiro, uma em cada extremidade). Caso ocorresse um ataque em reboleira, o sol ajudaria a combatê-los. Sendo preciso arrancar todas as plantas atacadas, retirar a terra e cobrir o canteiro com lona preta, deixando o sol agir;
- não houve ataque de **formigas**, porém se ocorresse seria utilizadas sementes de gergelim, pois este tem um efeito deletério sobre os fungos que servem de alimento para estas.

8ª ETAPA – COLHEITA E BENEFICIAMENTO

A colheita é uma atividade que varia de acordo com a cultura. Hortaliças colhidas de manhã cedo ou no fim da tarde conservam melhor os nutrientes.

A colheita de frutos foi feita quando estes estavam maduros, de vez, ou dependendo do produto, ainda verdes. Folhas foram colhidas através da retirada total da planta ou de algumas folhas apenas.

Os melhores horários de colheita são os de temperatura mais baixa quando os vegetais perdem menos água, o ideal é antes do sol forte, para folhas; e no final da tarde para raízes. No caso das espécies de raiz, foi conservada as folhas, para usá-las em receitas culinárias na escola, refogadas, em bolinhos, entre outros e distribuídos para os alunos levarem para casa juntamente com receitas para seu melhor aproveitamento.

Outras espécies hortaliças foram apenas cortadas, pois rebrotam. Seguindo a seguinte recomendação:

- Almeirão - foi cortado rente ao chão, rebrotou 7 vezes;
- Rúcula - cortado 4 dedos acima do solo, rebrotou 6 vezes;
- Cebolinha e salsinha - cortada 3 dedos acima do solo, crescendo durante o ano todo;
- Couve - a recomendação foi colher as folhas maiores, nas laterais, também o ano todo;
- Espinafre - cortaram-se os ramos maiores, para ele não parar de se desenvolver.

Após a colheita as hortaliças continuam perdendo água o que pode levar ao murchamento ou desidratação do seu produto. Os jovens foram orientados a conservar os produtos em locais frescos mantendo-os úmidos é a melhor forma de conservá-los. Em locais frios ou geladeira os alimentos se conservam melhor.

Para melhor apresentação, conservação e higiene as verduras foram lavadas em água corrente e retirados todos os restos de terra, folhas secas, ou outras impurezas.

Também nesta etapa demonstrou-se os sistemas e regras de seleção e classificação dos produtos olerícolas visando o mercado consumidor.

9ª ETAPA – CUSTO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Apesar da intenção inicial do projeto ser o da conscientização e aplicação de técnicas chamadas “alternativas” como a construção de hortas orgânicas, buscando satisfazer as necessidades diárias dos alunos e conseqüentemente sua família, visando garantir a segurança alimentar desses, também esta pode se tornar uma fonte de renda para as famílias. Com essa visão este último módulo trabalhou os cálculos de custos de produção de todo o processo e as possibilidades de comercialização, destacando as informações que seguem:

Comercialização direta: a comercialização é considerada direta sempre que um produtor individual, membro da sua família ou membro da organização formal a qual pertence levar sua produção diretamente ao seu utilizador final ou através de relações de confiança mútua e

solidariedade. Tais relações precisam garantir a distribuição de benefícios eqüitativos entre todos os envolvidos e que a atividade econômica não se afaste do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

Certificação da produção orgânica: o processo de acompanhamento da produção através do qual é garantida ao consumidor a qualidade da produção orgânica, definida pela lei 10.831 de 23/12/2003. Os princípios básicos que precisam ser atendidos por este processo são: transparência, eficiência técnica, imparcialidade e confidencialidade.

Certificação facultativa só pode ocorrer quando estiver garantida ao consumidor a qualidade orgânica do produto através do acompanhamento realizado pelo município ou por entidade do movimento orgânico cadastrada junto ao Colegiado estadual (CARVALHO et al. 2007).

Órgão fiscalizador: entidade pública a quem será dada a missão de acompanhar a implementação da lei, auditando as entidades responsáveis por garantir a qualidade do produto ao consumidor: municípios e entidades do movimento orgânico, ambos cadastrados junto ao Colegiado Estadual, previsto na Instrução Normativa Nº.7 (IN 007), de 17/05/1999 do Ministério de Agricultura-MAPA, a ser reproduzida nesta regulamentação. Cabe ao órgão fiscalizador agir também a partir de denúncias, garantindo o cumprimento da lei. O arranjo institucional também é objeto de regulamentação (CARVALHO et al. 2007).

Na região de Itapeva além da Associação dos Produtores Orgânicos de Itapeva, existe também a recém constituída Federação dos Produtores Orgânicos da Região Sudoeste Paulista, que tem trabalhos de incentivo a adesão de agricultores familiares, principalmente os jovens, na prática de uma agricultura e pecaria orgânica.

3. AVALIAÇÃO DO CURSO REALIZADA PELOS DOS ALUNOS PARTICIPANTES

Após as etapas cumpridas os alunos fizeram um levantamento das observações realizadas durante o curso onde eles destacam:

- houve um melhor desenvolvimento das plantas produzidas nos canteiros onde havia sido feito adubação verde, principalmente no espaço em que se fez a consorciação de nabo forrageiro e aveia preta, quando comparado com o espaço de canteiros chamados de testemunha;
- a incidência de pragas e doenças foi mínima, percebendo-se a influências das técnicas adotadas, como consorciação e rotação de culturas, adubação verde, composto orgânico e o uso de biofertilizante, como os responsáveis pela boa sanidade das plantas;
- o melhor aproveitamento e rendimento das mudas produzidas em bandejas de isopor, sendo o gasto inicial com esse recipiente compensado pela economia de sementes e qualidade das mudas;

- o plantio direto em canteiros deve ser feito apenas para as espécies que não podem ser produzidas por mudas;
- é preferível e mais viável as técnicas utilizadas na olericultura orgânica;
- não tinham noção dos desperdícios de produtos na propriedade (esterco, restos de culturas, aproveitamentos de talos e folhas de olerícolas na alimentação, foram as mais comentadas);
- querem implantar uma horta orgânica na propriedade;
- sentiram-se orgulhosos em poder ensinar pais, vizinhos e outros interessados, as técnicas aprendidas.

4. CONCLUSÃO

Pôde-se perceber durante todo o projeto o interesse e participação ativa dos jovens em todas as etapas, e como eles esperavam ansiosos a próxima, seja por querer entender todo o processo ou muitas vezes buscar respostas para os problemas que surgiam.

Quando da realização da colheita as olerícolas foram distribuídas entre todos os alunos da Unidade Escolar para levarem para casa. E aqueles que a família não tinha uma horta na propriedade relataram que os pais se sentiram envergonhados por terem terra e receberem alimentos produzidos em outro lugar, assumindo o compromisso com o filho de implantar uma horta na propriedade.

A ETAF recebeu visitas constantes de agricultores familiares para conhecer o “funcionamento” da horta, cujas explicações eram dadas pelos próprios alunos.

Cada turma que se inicia na escola assume a responsabilidade da continuação da horta orgânica, onde cada aluno que esta se formando ensina aos ingressantes as técnicas e o compromisso de continuidade e difusão do projeto de olericultura orgânica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, V. 23 (supl. 1), 1-58, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. Cartilha Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. São Paulo, 2005.

CARVALHO, Yara Maria Chagas de, KAMIYAMA, Araci e DRIGO, Isabel Garcia. **O papel do movimento orgânico na regulação do mercado.** Disponível em: <iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1244>. Acesso em 20/05/07

COSTA, César Augusto. Manejo alternativo do solo. In: SILVA, Medson Janer da (Organizador). **Métodos culturais e alternativas na agricultura familiar.** Campo Grande: UCDB, 2003.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu: Agroecológica, 2001.

SCHUNKE, Roza Maria. Adubação orgânica. In: SILVA, Medson Janer da (Organizador). **Métodos culturais e alternativas na agricultura familiar.** Campo Grande: UCDB, 2003.

REALIZAÇÃO:

